# Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°

**Terra, fome e poder: desafios para o rural contemporâneo**

27 a 31 de agosto de 2023. UFSCar, São Carlos - SP

# ANAIS

**Edição: Volume 10 - 2023**
**ISSN 2764-3891**

REALIZAÇÃO:

REDE DE ESTUDOS RURAIS

APOIO:

CNPq CAPES FAPESP

UFSCar SOCIOLOGIA 15 anos UFSCar CCA

Encontro da **Rede de Estudos Rurais** 10º

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

# APRESENTAÇÃO

Os Anais do Encontro da Rede de Estudos Rurais têm como objetivo divulgar os artigos apresentados nos 12 Grupos de Trabalho (GTs) temáticos que compuseram a programação do 10º Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado entre 27 e 31 de agosto de 2023, na UFSCar, São Carlos-SP. Em sua 10ª edição, o evento teve, como tema central, "Terra, Fome e Poder: desafios para o rural contemporâneo", e reuniu pesquisadores e pesquisadoras de todas as regiões do Brasil.

As 12 sínteses dos GTs e os 114 textos que compõem esta publicação abordam estudos rurais diversos, em torno de questões sobre dinâmicas e mudanças sociais em contextos específicos nacionais e globalizados. Assim, organizada pelos coordenadores e coordenadoras dos GTs, pela comissão organizadora do evento e pela Coordenação Nacional da Rede de Estudos Rurais (Gestão 2022-2023), a publicação dos anais visa promover, divulgar e valorizar os trabalhos teóricos e analíticos que teceram debates no nosso 10º encontro, bem como as pesquisas que os subsidiaram. Consideramos que os textos aqui reunidos, além de evidenciarem aspectos contemporâneos do rural brasileiro, apontam densa agenda de pesquisa.

Desejamos a todas e todos uma ótima leitura.

A Coordenação Nacional da Rede de Estudos Rurais.

Encontro da **Rede de Estudos Rurais** 10º

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

# COORDENAÇÃO

## Coordenação Nacional

Coordenadora Presidente: Cimone Rozendo de Souza (UFRN)
Coordenador Primeiro Secretário: Rodrigo Constante Martins (UFSCar)
Coordenador Segundo Secretário: Paulo André Niederle (UFRGS)
Coordenador Primeiro Tesoureiro: Roberto de Sousa Miranda (UFAPE)
Coordenador Segundo Tesoureiro: Danielle Wagner Silva (UFOPA)

## Conselho Fiscal

Karla Emmanuela Ribeiro Hora (UFG)
Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR)
Wendell Ficher Teixeira Assis (UFAL)

## Conselho Consultivo

Betty Nogueira (UFRRJ)
Ezequiel Redin (UFVJM)
Flaviane de Carvalho Canavesi (UnB)
Jaime Santos Júnior (UFPR)
Janise Bruno Dias (UFMG)
Leonilde Servolo de Medeiros (UFRRJ)
Lívio Sergio Dias Claudino (UNIFESSPA)

Luis Henrique Hermínio Cunha (UFCG)
Mireya Eugenia Valencia Perafan (UnB)
Paulo Eduardo Moruzzi Marqus (USP)
Paulo Rogers da Silva Ferreira (UFBA)
Silvia Aparecida Zimmernann (UNILA)
Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo (Unicamp)

# COMISSÃO ORGANIZADORA

## Coordenador Geral

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins (UFSCar)

## Comissão Local

Prof. Dr. Aldenor da Silva Ferreira (UFSCar)
Profa. Dra. Alice Miguel de Paula Peres (UFSCar)
Ma. Ana Carina Sabadin (UFSCar)
Ma. Andrea Albuquerque (UFABC)
Dra. Camila Benjamim Vieira (UFSCar)
Daniele Francisco (UFSCar)
Prof. Dr. Danilo de Souza Morais (UFSCar)
Me. Diógenes Rabello (Unesp)
Prof. Dr. Fábio Grigoletto (UFSCar)
Helena Lelli Riga (UFSCar)
Prof. Dr. Henrique Carmona Duval (UFSCar)
Profa. Ma. Inaê Soares de Vasconcellos (IFTM)
Profa. Dra. Jéssica Pires Cardoso (UFSCar)
Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar)
Prof. Dr. Leandro de Lima Santos (UFSCar)
Letícia Gomes de Assis (UFSCar)
Ma. Manuela Martins da Costa Aquino (UFSCar)

Prof. Dr. Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho (UFSCar)
Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar)
Maria Emilia Gomes de Sá (UFSCar)
Prof. Dr. Osvaldo Aly Junior (Uniara)
Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques (USP)
Profa. Dra. Regina Aparecida Leite de Camargo (Unesp)
Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto (UFSCar)
Profa. Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo (Unicamp)
Ma. Weldja Marques da Silva Lima (UFSCar)

## Comitê Científico

Prof. Dr. Arilson Favareto (UFABC)
Profa. Dra. Betty Nogueira (UFRRJ)
Prof. Dr. Ezequiel Redin (UFSM)
Profa. Dra. Flaviane de Carvalho Canavesi (UnB)
Prof. Dr. Jaime Santos Júnior (UFPR)
Profa. Dra. Janise Bruno Dias (UFMG)
Profa. Dra. Karla Emmanuela Ribeiro Hora (UFG)
Profa. Dra. Leonilde Servolo de Medeiros (UFRRJ)
Prof. Dr. Livio Sergio Dias Claudino (UNIFESSPA)
Prof. Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha (UFCG)
Profa. Dra. Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR)
Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar)
Profa. Dra. Mireya Eugenia Valencia Perafán (UnB)
Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques (USP)
Prof. Dr. Paulo Rogers da Silva Ferreira (UFBA)
Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (UNICAMP)
Profa. Dra. Silvia Aparecida Zimmermann (UNILA)
Profa. Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo (UNICAMP)
Prof. Dr. Wendell Ficher Teixeira Assis (UFAL)

## Coordenadores de Grupos de Trabalho

Leonilde Servolo de Medeiros - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Regina Coelly Fernandes Saraiva - Universidade de Brasília (UnB)
Rodolfo B. de M. Lobato da Costa – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Emmanuel Oguri Freitas - Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Cristina Maria Macedo de Alencar – Universidade Católica do Salvador (UCSAL)
Janaína Tude Sevá – Universidade Federal de Goiás (UFG)
Karolyna Marin Herrera – Universidade Federal de santa Catarina (UFSC)
Rita de Cássia Fraga Machado – Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
Mireya Valencia - Universidade de Brasília (UnB)
Arilson Favareto - Universidade Federal do ABC (UFABC)
Valdênio Freitas Meneses - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Marcos Botton Piccin - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Débora Assumpção e Lima - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Gustavo Meyer - Universidade de Brasilia (PPG-Mader/UnB) / Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Lidiane Maria Maciel - Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)
Rosemeire Salata - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Jaime Santos Junior - Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Silvia Aparecida Zimmermann - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Ramonildes Alves Gomes - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Joelson Gonçalves de Carvalho - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Joana Tereza Vaz de Moura - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Marla Weihs - Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
Renata Evangelista de Oliveira - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Dalva Mota (EMBRAPA)
Luís Henrique Cunha - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

# SUMÁRIO


**GT 1. TRANSFORMAÇÕES NOS MODOS DE VIDA, VIOLÊNCIA E FORMAS DERESISTÊNCIA NO MEIO RURAL BRASILEIRO ..... 14**

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA CONTRA AS CAMPONESAS: UM OLHAR DESDE A COMUNIDADE RIACHO DOS CAVALOS, MONTE ALEGRE PI ..... 26

A "CARTA DE ALFORRIA" DOS CANAVIEIROS CAMPISTAS: UM ESTUDO SOBRE A GREVE DE 1984 ..... 46

RESISTÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA: TRAJETÓRIAS NA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO ANTÔNIA FLOR ..... 63

"UM BURRO, UMA CANOA, UM CAMINHÃO E UM ÔNIBUS QUEBRADO": MEMÓRIAS FEMINISTAS E EDUCAÇÃO POPULAR NO INTERIOR DO MARANHÃO NA DÉCADA DE 1980 ..... 76

AGRONEGÓCIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO PARÁ ..... 87

IMPACTOS DAS COLONIALIDADES DO PODER E DA NATUREZA NO MODO DE VIDA E PRODUÇÃO CAMPONESA COMUNIDADE RIACHO DOS CAVALOS, MONTE ALEGRE, PIAUÍ ..... 101

O ASSENTAMENTO AURORA: UM CASO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA À TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOPÓLIO ..... 115

UTOPIA CAMPONESA DE CHAYANOV DIANTE DE PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E ECOLÓGICA ..... 127

RACISMO FUNDIÁRIO, SELETIVIDADE RACIAL E ANTINEGRITUDE NO RURAL BRASILEIRO ..... 143

DESLOCAMENTOS E MUDANÇAS NOS ACERVOS DE CONHECIMENTO À MÃO: HIDRELÉTRICAS DE GRANDE PORTE COMO MOTIVO ANALÍTICO ..... 157

MASSACRE CAMPONÊS DE CORUMBIARA: IMPUNIDADES NO PASSADO E PRESENTE DA VIOLÊNCIA NO CAMPO ..... 171

**GT 2. MEDIADORES EM CONFLITOS SOCIOJURÍDICOS NO CAMPO: ASSESSORIAS, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA-AÇÃO ..... 188**

INVESTIMENTOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) NO BRASIL (2014-2022): LIMITES E POSSIBILIDADES ..... 201

UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EM AGROECOLOGIA JUNTO AO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) ..... 213

O BÚFALO E O ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ: CONFLITOS E DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS..... 228

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – PNATER: ANÁLISE SOBRE OS DIFERENTES GOVERNOS BRASILEIROS ... 241

A PESQUISA-AÇÃO E A ABORDAGEM DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO..... 253

INTER-RELAÇÃO DO SERVIÇO DE ATER COMO BEM PÚBLICO PARA O FORTALECIMENTO E A PERPETUAÇÃO ..... 265

“DIGA AO POVO QUE AVANCE”: QUILOMBOS DE FEIRA DE SANTANA-BA ARTICULADOS CONTRA OS EMPREENDIMENTOS DE ELETRICIDADE..... 280

A MEDIAÇÃO NA ENCRUZILHADA, A EXPERIÊNCIA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL POPULAR EM CASTRO/PR ..... 299

**GT 3. POSSE, OCUPAÇÃO, PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: DIÁLOGOS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE DOMINAÇÃO E CONCENTRAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DE TERRAS ..... 313**

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO CENTRO-LESTE PAULISTA ..... 331

QUEM TEM MEDO DA REFORMA AGRÁRIA? O RECALQUE E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ..... 347

TRAJETÓRIA DO PNFC NOS ASSENTAMENTOS BANCO DA TERRA EM ANGATUBA/SP ..... 380

MÓDULO RURAL E MÓDULO FISCAL: REFLEXÕES A PARTIR DE UM EXERCÍCIO NUMÉRICO..... 399

REFORMA AGRÁRIA COMO PROCESSO HISTÓRICO: CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS CULTURAIS INGLESES..... 411

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL: ANÁLISE DA ATUALIDADE DO GRAU DE EFICIÊNCIA DA EXPLORAÇÃO (GEE) ..... 428

POSSE QUILOMBOLA: RESISTÊNCIAS E FRAGILIDADES..... 446

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO EM TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS – INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA E RECONHECIMENTO ..... 458

REGULAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DA USO DA TERRA DO PONTO DE VISTA DA NORMA AMBIENTAL NO BRASIL: OS CÓDIGOS FLORESTAIS BRASILEIROS DE 1934 E DE 1965 E A QUESTÃO AGRÁRIA ..... 473

O AJUSTE FISCAL E A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO SOB A ÉGIDE DO CAPITAL FINANCEIRO ..... 491

MUJERES RURALES EN COLOMBIA, SITUACIÓN Y ENFOQUE EN LA POLÍTICA DE RESTITUCIÓN DE TIERRAS ..... 503

**GT 4. RE-EXISTÊNCIAS E EMERGÊNCIAS: AS PRÁTICAS SOLIDÁRIAS E TRANSFORMADORAS DAS MULHERES DO CAMPO, DAS FLORESTAS, E DAS ÁGUAS NUM MUNDO DE CRISES ..... 517**

MULHERES SITIANTES: ENTRE CASA, ROÇA E FEIRA ..... 529

EGRESSAS DO CURSO EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS STTRS DA TRANSAMAZÔNICA: NOVO GÊNERO DO SINDICALISMO RURAL? ..... 544

RE-EXISTÊNCIA DO POVO DAS ÁGUAS: A PEDAGOGIA INDÍGENA OMÁGUA/KAMBEBA NAS OBRAS MÁRCIA WAYNA KAMBEBA ..... 559

AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS COMO MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO FORTALECIMENTO DAS IDENTIDADES DAS MULHERES DA FLONA – TEFÉ/AM ..... 571

“ROÇA É TUDO PRA MIM”: A GESTÃO DA RENDA E DA TERRA PARA MULHERES ASSENTADAS ..... 585

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESPAÇO DA EMANCIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS DO CAMPO: ELEMENTOS PARA O DEBATE ..... 597

MULHERES RURAIS E A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM OLHAR DESDE OS COMUNS ..... 609

“NÓS TRABALHAMOS DOBRADO”: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E RESISTÊNCIA DAS MULHERES NO CAMPO ..... 625

UM ESTUDO SOCIOCULTURAL DE MULHERES DO CAMPO DA PONTE ALTA, DF ATRAVÉS DA TESSITURA DO CROCHÊ ..... 640

DA PESQUISA-AÇÃO À FORMAÇÃO DE REDE DE APOIO ÀS MULHERES ASSENTADAS EM CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO ..... 653

ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA: A COMERCIALIZAÇÃO DIGITAL DE PRODUTORAS DE CAFÉ DO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ, BRASIL ..... 667

MULHERES DO CERRADO QUE FAZEM HISTÓRIA E CONSERVAM A NATUREZA NO CAMINHO DE CORA CORALINA ..... 682

A POTENCIAL IMPORTÂNCIA DA FEIRA LIVRE DE SELVÍRIA-MS PARA AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DAS AGRICULTORAS FAMILIARES..... 698

TRABALHO E GESTÃO DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR ..... 712

CADERNETAS AGROECOLÓGICAS & MULHERES QUILOMBOLAS: REVELAÇÕES SOBRE O VALOR MONETÁRIO DO TRABALHO DE AGRICULTORAS EM CONFLITO COM A MINERAÇÃO. ..... 729

**GT 5. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, DINÂMICAS ESPACIAIS E AS INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ..... 744**

TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ: COLONIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E ECOLOGIZAÇÃO DA AGRICULTURA ..... 759

JUSTIFICAÇÕES DA ADOÇÃO DO ENFOQUE TERRITORIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS: O PROTAGONISMO DA BAHIA ..... 774

SEM TERRITÓRIO E SEM ÁGUA: UM OLHAR DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO ..... 789

IMAGEM VERDE PARA O SETOR CANAVIEIRO? A CONSTRUÇÃO DE NOVAS ORDENS DE JUSTIFICAÇÃO ..... 804

PARECE MAIS UMA HISTÓRIA SOBRE QUEIJO, MAS É BEM MAIS DO QUE PARECE ..... 822

**GT 6. ELITES E CLASSES DOMINANTES DO CAMPO: ESTUDOS SOBRE PODER E DOMINAÇÃO NO “ANDAR DE CIMA” DO MUNDO RURAL BRASILEIRO..... 837**

PATRONATO RURAL MINEIRO: A MEDIAÇÃO ENTRE PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E DOMÍNIO POLÍTICO ..... 855

COMO SE ACUMULA CAPITAL INDUSTRIAL E FUNDIÁRIO NO NORDESTE SUCROALCOOLEIRO? UM ESTUDO DE CASO..... 871

“SÃO PAULO É ESSA LOCOMOTIVA”: A AFIRMAÇÃO HEGEMÔNICA DE FRAÇÕES DOMINANTES DA AGROPECUÁRIA PAULISTA ..... 885

SEGURANÇA ALIMENTAR E A LEGITIMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ABAG ..... 901

O FIAGRO E A FINANCEIRIZAÇÃO DE TERRAS: DO INVESTIDOR INDIVIDUAL ÀS COTAS DO LATIFÚNDIO ..... 914

A CLASSE FRAGMENTADA: UNIDADE E CONFLITO ENTRE PRODUTORES RURAIS DO VA-LE DO SÃO FRANCISCO ..... 929

O MUNDO ENCANTADO DAS MÁQUINAS AGRÍCOLAS: UTILIDADE, PODER E DISTINÇÃO ..... 942
PRODUTORES DE GADO BOVINO NO EXTREMO SUL DO BRASIL SOB SELO ALIANZA DEL PASTIZAL ..... 957
A FORÇA DA BANCADA DO BOI: FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA ..... 969
COOPTAÇÃO DA ANATER (AGÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL) PELOS RURALISTAS: AS GESTÕES TEMER E BOLSONARO. ..... 996

**GT 7. CINEMA, ANÁLISES FÍLMICAS E O MUNDO RURAL: INSTRUMENTOS DE CONHECIMENTO E POTENCIALIDADES.... 1011**

O CAMPO A PARTIR DO CINEMA: UM OLHAR SOBRE O RURAL A PARTIR ANÁLISES FÍLMICAS ..... 1017
CIGANOS DO NORDESTE: O DOCUMENTÁRIO MAIS MADURO DE OLNEY? ..... 1034
A ARTE DO ENCONTRO E AS PAISAGENS AFETIVAS – POÉTICAS DAS EXPERIÊNCIAS ..... 1049
CABRA MARCADO PARA MORRER E A FAMÍLIA DE ELIZABETH TEIXEIRA: FENDAS DO LATIFÚNDIO, FENDAS DO GOLPE ..... 1062

**GT 8. TRABALHO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO ..... 1073**

PROJETOS DE FUTURO DAS JUVENTUDES NAS COMUNIDADES RURAIS NO MUNÍCIPIO DE PASSOS-MG ..... 1082
O AGRONEGÓCIO, A MIGRAÇÃO DOS TRABALHADORES E A EDUCAÇÃO DOS JOVENS NO VALE DO PAMPLONA, EM GOIÁS ..... 1095
“ELE CHEGOU CHEGANDO”: CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO RURAL E A DENDEICULTURA NO MUNICÍPIO DO ACARÁ/PA ..... 1110
O DEBATE SOBRE TECNOLOGIAS SOCIAIS EM COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA: A QUESTÃO DA REMUNERAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO ..... 1127
ENTRE CONTOS E BENZEÇÕES: ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E FORMAS DE RESISTÊNCIA ..... 1143

**GT 9. POLÍTICAS PÚBLICAS, SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME ..... 1153**

RELAÇÃO ENTRE CRÉDITOS DO PRONAF E “DESENVOLVIMENTO” DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO PLANALTO SANTARENO ..... 1166

A COMUNIDADE DE MATRIZ AFRICANA YLÊ AXÉ DE YANSÃ COMO EXEMPLO DE RESILIÊNCIA EM MEIO À BUSCA PELA SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR ..... 1180

RESISTÊNCIA E INSISTÊNCIA: ATUAÇÃO DA GESTÃO 2021/2022 DO COMSEA - CURITIBA EM TEMPOS DE DESMONTES ..... 1191

FOME DE MUDANÇA: UM ENSAIO TEÓRICO-PRÁTICO A PARTIR DO PROGRAMA KITANDAS DE PORTO ALEGRE/RS ..... 1207

ATIVISMO INSTITUCIONAL NA CONSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE ALIMENTOS TRADICIONAIS DOS POVOS NO AMAZONAS ..... 1221

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NA MUNICIPALIDADE DE CIUDAD DEL ESTE, PARAGUAI ..... 1237

A IDEIA DE AUTOSSERVIÇO E O SURGIMENTO DOS SUPERMERCADOS: TRAJETÓRIA ORGANIZACIONAL, DISPUTAS E FORMATOS VAREJISTAS 1251

O COMBATE À FOME PELA MOBILIZAÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVA DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS EM UM CENÁRIO NEOLIBERAL ..... 1266

SOBERANIA ALIMENTAR X MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UMA RELAÇÃO INDIGESTA ..... 1277

AGENTES IMPLEMENTADORES EM POLÍTICAS INTERSETORIAIS: ARTICULAÇÃO DE MÚLTIPLOS OBJETIVOS E TOMADAS DE DECISÕES EM CENÁRIOS COMPLEXOS ..... 1295

O PÓS-GOLPE E O ‘DES-ENFRENTAMENTO’ DA INSEGURANÇA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO BRASIL ..... 1310

ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NOS MUNICÍPIOS DO PARÁ A PARTIR DO MODELO DE CONTROLE SINTÉTICO ..... 1321

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): UM MERCADO EM PERMANENTE DISPUTA ..... 1337

FOME E AGENDA ELEITORAL: AS NARRATIVAS DE LULA E BOLSONARO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022 ..... 1352

CONSUMO AGROECOLÓGICO: DESAFIOS E POTENCIAIS EM UMA EXPERIÊNCIA DE ASSOCIAÇÃO DE CONSUMIDORES ..... 1369

**GT 10. MOVIMENTOS SOCIAIS E DISPUTAS TERRITORIAIS E AMBIENTAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO ..... 1378**

EM DEFESA DO TERRITÓRIO: IMPACTOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS RESULTANTES DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS NA COMUNIDADE TRADICIONAL PESQUEIRA DE ENXU QUEIMADO/RN. ..... 1389

A DEFESA DO TERRITÓRIO: O CASO DO CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA VICENTE NICA ..... 1404

A LUTA PELO BEM VIVER E BEM COMUM NA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) NO ESTADO DE GOIÁS. ..... 1419

EDUCAÇÃO COMO OBJETO DE DISPUTA ENTRE O AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA CAMPONESA E O CASO DE RIBEIRÃO PRETO..... 1433

SINDICATOS, AGRICULTORES FAMILIARES E A AGRICULTURA POR CONTRATO NA DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA ORIENTAL..... 1451

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS RURAIS E URBANOS NA LUTA PELO COMBATE À FOME: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O MST E O MTST ..... 1467

MULHERES NEGRAS AGRICULTORAS: UM DEBATE INCIPIENTE..... 1479

ÁGUA, NOSSO PRIMEIRO ALIMENTO: O CASO DA ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA)..... 1491

A ARMADILHA DIVERSIONISTA: AS VERDADES SECRETAS DA CPI DO MST E OS INTERESSES DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO..... 1504

AGRICULTURA URBANA COMO INSTRUMENTO DE LUTA DO MTST: UM ESTUDO PRELIMINAR ..... 1518

SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA (SPGS): MOVIMENTO SOCIAL OU FRENTE DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO? ..... 1535

**GT 11. VULNERABILIDADE, ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR..... 1550**

CONDIÇÕES E PERSPECTIVAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA EM TERRITÓRIOS HEGEMONIZADOS PELO SETOR SUCROENERGÉTICO .... 1570

DINÂMICAS DA FEIRA ORGÂNICA “DA ROÇA PARA A MESA” EM TEMPOS DE PANDEMIA..... 1585

RESILIÊNCIA DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL ENTRE 2016-2022: O CASO DO PROGRAMA FOMENTO RURAL..... 1601

AÇÕES DE RESILIÊNCIA DA REDE SOCIOTÉCNICA DA LONA TAPAJÓS DA REGIÃO AMAZÔNICA, BRASIL..... 1616

SAÚDE ÚNICA E RESILIÊNCIA: APLICAÇÃO DA ABORDAGEM DE ONE HEALTH EM PESQUISAS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR..... 1633

A EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA: ESTRATÉGIAS HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS DA AGRICULTURA FAMILIAR ..... 1647

AGROFLORESTA COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: APLICAÇÃO DA MATRIZ FOFA NO ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ DO LESTE..... 1662

APLICAÇÃO DA MATRIZ FOFA PARA IMPLANTAÇÃO DE AGROFLORESTA NOS ASSENTAMENTOS BANCO DA TERRA E PIAU ..... 1675

PRODUÇÃO ALIMENTAR, POTENCIAL PRODUTIVO E DESAFIOS À CONTINUIDADE DE FAZERES E SABERES RURAIS- EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTORES FAMILIARES NO PONTAL DO ARAGUAIA–MT ..... 1688

RESILIÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES AOS CICLOS DA FRONTEIRA AGRÍCOLA: ESTUDO DE DOIS CASOS DO ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ DO LESTE, MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA - MT ..... 1702

EFEITOS DA PANDENDEMIA COVID-19 NA ATUAÇÃO DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR ..... 1720

**GT 12. O FUTURO DOS ESTUDOS RURAIS: EXPERIÊNCIAS DE INVESTIGAÇÃO DOS NOVOS PESQUISADORES ..... 1730**

CAMINHOS PARA SEGURANÇA ALIMENTAR NO ASSENTAMENTO PDS MÁRIO LAGO (SP) ..... 1731

MULHERES NO MEIO RURAL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO ..... 1744

ELAS NO AGRO: COMO AS MULHERES ESTÃO ADQUIRINDO VISIBILIDADE NO AGRONEGÓCIO ..... 1759

ESPACIALIDADE E MATERIALIDADE DA LUTA PELA TERRA: ESTUDO DE ACAMPAMENTOS DE SEM-TERRA ..... 1772

Encontro da **Rede de Estudos Rurais** 10º

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

# GT1

# TRANSFORMAÇÕES NOS MODOS DE VIDA, VIOLÊNCIA E FORMAS DE RESISTÊNCIA NO MEIO RURAL BRASILEIRO


**COORDENADORAS**

**LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)**

**REGINA COELLY FERNANDES SARAIVA - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)**

O GT **Transformações nos modos de vida, violência e formas de resistência no meio rural brasileiro** se dispôs, no X Encontro da Rede de Estudos Rurais, a acolher trabalhos acadêmicos que versassem sobre as diferentes formas de conflito, resistência, repressão e violência no campo, tanto sob uma perspectiva histórica, quanto trazendo para debate a análise de como o desmonte das políticas públicas construídas ao longo da redemocratização, ocorrido entre 2016 e 2022, vem permitindo o crescimento da violência, pela fragilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; de camponeses, povos e comunidades tradicionais atingidos por megaprojetos do agrohidronegócio, pela indústria do turismo, madeireira e minerária; de comunidades quilombolas ameaçadas em seus direitos ao território; de povos indígenas e as resistências que se tecem na busca pelo reconhecimento territorial. É interesse do GT discutir como os conflitos e processos de resistência têm aflorado, quer de forma localizada, quer usando os caminhos legais e da denúncia pública, quer por meio de grandes mobilizações de caráter nacional.

Este GT já tem uma história na Rede de Estudos Rurais, estando na sua terceira edição. Nos encontros anteriores foi privilegiado o tema da repressão na ditadura civil-militar e seus desdobramentos. Agora, novos temas vêm se impondo e o grupo atualiza algumas questões, tanto em termos empíricos como teóricos, alimentadas pela colaboração dos pesquisadores e pesquisadoras que se dispuseram a estar conosco.

Recebemos e selecionamos trabalhos bastante diferenciados tematicamente e que captam as formas de violência no campo e as resistências que se desenvolvem sob ângulos inovadores, trazendo recortes por raça, etnia e gênero, bem como revisitando e trazendo ângulos novos de formas de ação do Estado e de reações da sociedade. Regra geral são estudos resultantes de pesquisas qualitativas, cobrindo situações diversas em diferentes regiões do país. Chama a atenção a quantidade de trabalhos que se voltam para a região Norte e Nordeste, a ausência de estudos sobre o Sul e poucos trabalhos tratando de questões referentes ao Sudeste. São abordados

também períodos históricos diferentes, mas todos relacionados às últimas quatro ou cinco décadas.

Serão discutidos 15 trabalhos no GT. Neste texto de provocação inicial, agrupamos os textos submetidos em alguns grandes temas, para melhor organizar os trabalhos e facilitar a discussão de questões mais gerais, tentando articular casos díspares, do ponto de vista empírico, de forma a jogar luz sobre questões mais amplas subjacentes.

Começamos destacando as provocações sobre o lugar das questões étnico-raciais nas nossas análises trazidas pelo texto de Camila Penna de Castro, Igor Thiago Silva de Sousa, José Carlos Gomes dos Anjos e Tatiana Emília Dias Gomes, intitulado *Racismo Fundiário, seletividade racial e antinegritude no rural brasileiro*. Os autores chamam a atenção para o fato de que as relações raciais deveriam estar no centro de qualquer análise sobre a questão agrária no Brasil, da mesma forma que a questão agrária deveria estar no centro de qualquer análise sobre as relações raciais. Inspirados nas reflexões de Norman Ajari, afirmam que a violência e a desumanização de corpos negros e indígenas fundam a modernidade, são seu alicerce e esteio indispensável. Ressaltam o fato de que as pessoas escravizadas não eram consideradas, pelo ordenamento jurídico brasileiro, como sujeitos de direitos e, assim, não poderiam celebrar, por exemplo, contratos de compra e venda de terras, legitimação de posses e confirmação de sesmarias. Ou seja, há uma seletividade nas ações do Estado, cujos mecanismos são pouco visíveis, mas que fundamentam o poder de maneira transversal. Sob essa ótica, a origem da formação da malha fundiária brasileira está fundamentada na expropriação de terras e de formas de vida das populações não brancas. Esse tipo de seletividade perpassa as dificuldades presentes em nossa legislação de reconhecer formas de uso coletivo, como mostrou Alfredo Wagner Almeida em textos dos anos 1980. Assim, territórios quilombolas com uso comum, faxinais, fundos e fechos de pasto, ribeirinhos etc vão se colocando como desafios à política (e também aos pesquisadores) em especial a partir da década de 1980, quando emergem na cena política progressivamente organizados e afirmando identidades que os colocam na cena não apenas como produtores para o mercado (embora também o sejam), mas como portadores de formas de organização social, costumes etc, fundadas em outras lógicas. Mais do que terra, suas demandas se voltam para territórios onde estabeleceram seus modos de vida.

Trata-se de um desafio analítico que nos estimula a debater e integrar a perspectiva da raça em diferentes estudos. Desse ponto de vista, chamamos a atenção também para os esforços que vêm sendo feito por historiadores como Fernando Teixeira da Silva, historiador da Unicamp, que vem elaborando pesquisas sobre a cor do trabalho.

Como supõe a própria chamada do grupo, um outro tema que aparece com força nos trabalhos selecionados é o da violência, quer seja por milícias/pistoleiros/seguranças privados, quer das forças policiais, deslocamentos forçados ou projetos estatais. O texto de autoria de Regina Coelly Fernandes Saraiva, José Humberto de Góes Junior, Arthur Erik Monteiro Costa de Brito e Guinter Tlaija Leipnitz, *Massacre camponês de Corumbiara: impunidades no passado e presente da violência no campo*, traz o massacre de Corumbiara, ocorrido em 1995 em Rondônia, como um caso aberto. O massacre é analisado como resultado das contradições dos grandes projetos agrários dos governos militares para a Amazônia, que privilegiou o latifúndio em detrimento dos camponeses pobres e sem terras. A violência marcou a colonização de Rondônia, gerou conflitos violentos e casos de massacres como o de Corumbiara. Camadas de impunidade, como se referem os autores, se formaram em relação ao massacre, sendo exemplo a absolvição do mandante do ataque aos camponeses, que resultou em mortes, corpos desaparecidos e não identificados. No processo judicial que subsidiou a análise, identificaram-se fragilidades técnicas que contribuíram para a impunidade do caso. Os autores concluem observando como a impunidade pode ser um suporte para a permanência e continuidade da violência no campo, mesmo em tempos democráticos.

Sobre a violência do agronegócio, Éberton da Costa Moreira, Jamilly Brito Guimarães e Lucas Gabriel da Silva Moraes apresentaram o trabalho *Agronegócio e conflitos socioambientais no Pará.* O artigo trata da violência empresarial no Nordeste paraense, envolvendo comunidades camponesas, indígenas e quilombolas em situações de conflito por terras e uma “cruzada judicial”. Os autores registram os incentivos estatais para a instalação de empresas produtoras de dendê na região, em território tradicionalmente ocupado. As transações criaram um “mercado de terras”, gerando questionamentos e conflitos socioambientais. A ocupação de terras para a produção do dendê não respeitou limites das terras de cultivo das comunidades, entre elas quilombolas e indígenas (os Tembés), e gera danos ambientais sobre as águas, fauna e flora nativa. O desenvolvimento com base em produção de *commodities* com

incentivo estatal, a postura violenta das empresas, que se utilizam de seguranças para coagir e matar, o neoextrativismo são críticas apresentadas pelos autores no texto.

A colonialidade do poder em comunidade camponesa de Riacho dos Cavalos, no Piauí, de autoria de Vanessa Borges Tavares, apresenta os impactos do agronegócio e seus efeitos sobre a comunidade de estudo; transformações no modo de vida e de produção, desde a aderência de alguns camponeses à lógica do capital e modernização da agricultura, geram perdas de costumes e saberes, e a invisibilização de camponeses. Aníbal Quijano e Catherine Walsh são autores que fundamentam a discussão sobre colonialidade, e estimulam a autora a identificar como essas práticas se instalaram no território (colonização do imaginário e de práticas no MATOPIBA), mas também a identificar alternativas contracoloniais de manutenção de seus saberes e tradições campesinos como formas de resistência em Riacho dos Cavalos.

Sobre o papel das hidrelétricas de grande porte provocando deslocamento de populações, o caso estudado por Jessica Alejandra Solórzano Orellana e Fábio Fonseca de Castro traz contribuição ao grupo para discutirmos os efeitos da construção de hidrelétricas e seus impactos para garantir a geração de energia promovendo mudanças nos acervos de conhecimento à mão. O estudo aborda dois estudos de casos dos anos 1970: a construção das hidrelétricas de Tucuruí (Pará) e Paute Molino (Equador), e os deslocamentos forçados de comunidades em Jacundá e Amaluza. A crítica ao desenvolvimentismo como projeto econômico para a América Latina e seus efeitos em espaços e comunidades rurais e tradicionais percorre a análise proposta no texto. As grandes hidrelétricas fizeram parte desse projeto, com a proposta de gerar modernizações rural e urbana, sucumbindo povos e culturas. Questionamentos sobre a expansão da indústria hidrelétrica e sua responsabilidade sobre outros *ethos* e acervos de conhecimento e a trajetória tecnológica são trazidos nos dois casos. Milhares de deslocamentos, no Brasil e Equador, resultam em situações de sacrifícios das populações deslocadas que passam a enfrentar o empobrecimento e desigualdade social. O texto percorre os caminhos das histórias de Jacundá e Amaluza e os aportes culturais tradicionais construídos por suas comunidades e as contradições com a chegada dos grandes empreendimentos hidrelétricos. O conceito de trajetória tecnológica e sua vinculação com formas de conhecimento é utilizado pelos autores para fundamentar os acervos das comunidades. A violência da mudança nos acervos de conhecimento para a garantia

da vida também é abordado: Jacundá foi totalmente submersa e sua comunidade teve um deslocamento total, enquanto a população de Amaluza foi atraída como mão de obra para a construção da hidrelétrica, transformando-se em “canteiro de mão-de-obra não qualificada”. Resistências das duas comunidades possibilitaram sua (re)existências por meio da pioneirismo na criação do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB Brasil) e pelo realocamento do povoado de Amaluza de onde foi deslocado enquanto se realizaram as obras de construção de Paute Molino.

Esse conjunto de textos registra diferentes faces da violência desde a violência empresarial, formas extremas como massacres, deslocamentos forçados e alterações em modos de vida pela presença do agronegócio. Os grandes projetos, seja no agro ou no hidronegócio, deixam marcas profundas na vida social, com transformações nos modos de vida. Nos textos sobressaem a Amazônia como palco dessas experiências, mas também outros territórios como os do Piauí. O processo deu margem para experiências que violentam não somente povos e culturas, mas também ambientes naturais. Essas e outras questões relativas à violência no campo deverão ser parte dos debates do GT.

Outro conjunto de trabalhos encaminhados, embora chamando a atenção sobre a violência, procura enfatizar as formas de resistência, quer às condições de que se revestia (e ainda reveste) a exploração do trabalho assalariado, quer às tentativas de expropriação de diferentes segmentos do campesinato e de povos indígenas.

Um dos trabalhos apresentados versa sobre assentamentos criados a partir dos anos 1990. É o caso do estudo feito por Ivan Lazzari Mendes e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, intitulado *O Assentamento Aurora: um estudo de caso de resistência camponesa à territorialização do monopólio*. Esse assentamento, localizado na microrregião de Ribeirão Preto/SP, um dos polos mais importantes do agronegócio canavieiro paulista, enfrenta dificuldades para a reprodução dos camponeses assentados: dentre os 46 lotes visitados pelos pesquisadores, 38 famílias que não se reproduziam só da terra. Pelo menos 17 delas praticavam atividades tais como compra e venda de automóveis e/ou máquinas agrícolas, troca de óleo, mecânica/funilaria e desmanche de automóveis, lavagem de caminhão etc. Outras 21 famílias recorriam a outros trabalhos que não no interior do lote para complementar renda: a maioria delas (17) dependia do trabalho assalariado e/ou autônomo praticados fora do lote; e as outras quatro de aposentadoria/pensão/assistência social. Essas 21 famílias esforçavam-se, mesmo diante da escassez de tempo e de recursos

financeiros, para se reproduzir na terra. Os autores chamam a atenção para o envolvimento do Incra, que exerce de forma deficitária ou simplesmente não exerce seu papel de cadastramento, a homologação, a concessão de assistência técnico-financeira etc, condições essenciais para viabilização das famílias. No entanto, pouco é informado sobre as origens das famílias, de forma a que possamos nos indagar sobre um projeto familiar que implica na combinação de formas diversas de reprodução econômica. Da mesma forma, caberia indagar sobre as formas de sociabilidade construídas que permitiriam pensar nas formas de permanência de formas camponesas de vida.

O tema do colonialismo interno e das resistências camponesas é explorado no estudo de Ricardo Braga Brito, intitulado *Processos de cercamento e de ocupação em Cachoeiras de Macacu (RJ): colonização, acumulação e resistências*. O autor registra uma continuidade histórica de uma resistência teimosa de um campesinato que insiste em criar raízes e relações de produção e reprodução sociais e econômicas na região ao mesmo tempo em que se dá um contínuo processo de desenraizamento e imposição de formas de ocupação territorial e organização social que caracterizaram as políticas de colonização e demais formas de intervenção estatal. Com base em estudos de Silvia Cusicanqui e seu diálogo com Pablo González Casanova, o autor preocupa-se em compreender as práticas, mecanismos, instituições e estruturas que internalizam uma hierarquia social e étnica que impõe processos de subalternização e descaracterização cultural e de meios de vida, reproduzindo elementos coloniais no Estado-nacional independente. Chama a atenção para os deslocamentos constantes da população camponesa no Brasil, seja por movimentos migratórios “espontâneos”, gerados por relações desiguais de poder e monopólio da terra, seja por políticas de colonização, deslocando as tensões demográficas e políticas das regiões mais valorizadas, mantendo o padrão hegemônico da grande produção monocultora e orientada para a exportação. Para o autor, são características da colonização a usurpação da terra, o crescimento da urbanização, o reassentamento forçado das populações camponesas e a passagem da economia da troca para a economia do mercado, acentuando o crescimento da concentração fundiária. Assim, destaca as características tutelares da colonização, presentes nos mecanismos de controle da terra e da população, que se reitera em meio ao contínuo processo de acumulação de capital fundamentado na expropriação das condições de produção e reprodução da vida social e material e do trabalho. Tais reflexões dão pistas importantes para que se

pense nos efeitos da política de colonização para além da ação estatal. O autor também chama a atenção para o fato de que a transformação do campesinato em classe média rural de espírito empresarial foi um dos objetivos da própria política de colonização, em especial no regime militar, desqualificando formas tradicionais de produção e identidades políticas consolidadas anteriormente. Assim, aponta que a colonização enquanto política nacional deve ser entendida em sua relação com as políticas de modernização produtiva e reforma agrária.

A ação do Estado também aparece no trabalho *Resistência e reprodução social na Vila Geladinho frente à construção da hidrovia Araguaia-Tocantins, no município de Marabá-PA*, apresentado por Vanda do Rosário Oliveira, Edma do Socorro Silva Moreira. As autoras apresentam os efeitos que a construção do Aqueduto Araguaia-Tocantins terá e as dificuldades de reconstrução do estilo de vida e da dinâmica social, ecológica e econômica dos moradores da Vila Geladinho, um povoado com cerca de 1500 famílias que vivem da pesca artesanal e da agricultura. No caso específico, sob a lógica de impulsionar o escoamento de produtos que vão contribuir para a construção da Central Hidroelétrica de Marabá, estilos de vida são ameaçados o que nos leva a retomar a sobreposição de lógicas distintas que suprimem modos de vida. O texto é construído sobre uma revisão bibliográfica que envolve importantes autores que se dedicaram ao estudo das populações amazônicas, como Edna Castro, Jean Hébette, entre outros. Embora traga poucas informações sobre o grupo, apresenta algumas questões referentes à alteração de sua configuração em função de mudanças em curso, entre elas o crescimento do turismo, que também passa a ser fonte de renda para as famílias.

Uma outra forma de resistência aparece no trabalho apresentado por Filipe Moreira de Azeredo Tavares, *A "Carta de Alforria" dos canavieiros campistas: um estudo sobre a greve de 1984* que, como o nome indica, analisa a greve dos cortadores de cana de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, ocorrida em 1984. Trata-se de uma mobilização que pode ser enquadrada no ciclo de greves que ocorreu no Brasil, em diferentes regiões, no início dos anos 1980, em especial nas regiões canavieiras. Como aponta o autor, os trabalhadores paralisaram a produção para protestar contra a intensificação da exploração do trabalho no processo do corte da cana, cujo ganho era por produção. Intensificar a jornada e a intensidade do corte significava, simultaneamente, degradar a condição física e psicológica dos trabalhadores. Paralelamente, a introdução de máquinas diminuía a mão de obra

empregada, incrementando o desemprego e contribuindo para a piora das condições de vida dos canavieiros. O autor chama a atenção para as condições de trabalho: humilhações constantes, sobrecarga da jornada de trabalho, perda de peso, desgaste físico, emocional, acidentes de trabalho e o medo do desemprego no restante do ano. No término da safra, a demissão sem direito algum, “uma mão na frente e outra atrás”.

Partindo dessas reflexões e centrando na permanência do desejo de acesso à terra, sempre é bom lembrar que nas áreas canavieiras nordestinas, fluminenses, paulistas, num contexto de crise da produção e progressiva falência das usinas, ganhou corpo, na década seguinte ao do ciclo de greves, um intenso movimento de ocupações de terras, que resultaram na transformação de parcelas crescentes das terras das usinas em assentamentos. Esses fatos nos levam a pensar nas condições do desenraizamento e nas possibilidades de sua reversão em condições favoráveis. Não se trata provavelmente da reconstrução de um campesinato idealizado, mas sim de grupos marcados pela experiência de desenraizamento e dificuldades de acesso à terra.

Dessa perspectiva cabe chamar ao debate o texto de Paulo Eduardo Moruzzi Marques e José Caio Quadrado Alves, *Utopia camponesa de Chayanov diante de perspectivas contemporâneas de uma sociedade mais justa e ecológica* que aborda a temática da utopia camponesa. Tratando de Chayanov, mas também recorrendo a outros autores como Norbert Elias, os pesquisadores que propuseram o artigo, chamam a atenção para o fato de que Chayanov constrói seu modelo de utopia camponesa, em contraponto ao processo que ocorria na União Soviética, como um modelo social justo, apresentando orientações inclusive com princípios de perspectiva agroecológica, antes mesmo deste termo ser utilizado e desse debate estar posto. Os autores tentam se apropriar da reflexão chayanoviana para pensar suas afinidades com um assentamento do estado de São Paulo, onde o MST procurou estimular os princípios da “Comuna da Terra”. O texto, embora não traga maiores informações sobre a organização desses assentamentos, nos provoca a uma reflexão promissora sobre o significado da construção de orientações transformadoras e sobre o papel das utopias como guia das lutas sociais.

O trabalho *Fronteira agrícola e r-existências: lutas no território indígena Larajeiras em Currais, Piauí,* de José Wylk Brauna da Silva e Sérgio Sauer, aborda como a expansão da fronteira agrícola no Cerrado piauiense tem atingido comunidades locais e territórios indígenas, gerado novos e ampliado velhos conflitos

fundiários. Os autores apresentam a r-existência do povo indígena Gamela de Laranjeiras e a afirmação desses sujeitos na luta por direitos territoriais, conservação de nascentes e águas e da terra no enfretamento ao agronegócio e a expansão da produção de soja em Currais. Os autores trazem uma contribuição para o debate a partir da luta por direitos territoriais indígenas, na conquista da Terra Indígena Gamela em Laranjeiras, proteção ambiental e o direito étnico de existir como indígenas Gamela. As lutas de r-existências dos Gamela estão intimamente relacionadas à conservação da natureza do Cerrado, brejos, águas e a Terra Indígena como lugar de vida e referência étnico-cultural para proteger a terra da expansão da *commodity* da soja.

Nos ajudando a pensar na dimensão simbólica e política das formas de resistência à repressão, o texto apresentado por Luíza A. Dantas de Oliveira, Halyme R. Franco Antunes e Maria José Andrade de Souza, intitulado *Tribunal da terra: terra, morte e impunidade no Pará nos anos finais da ditadura militar*, analisa uma das ações, que se generalizavam nos anos 1980, de mimetização dos tribunais legais para julgar crimes praticados pelos grandes proprietários. Os “tribunais da terra” se constituíram em grandes atos públicos em que se colocavam em julgamento não pessoas, mas personagens (o latifúndio, o grileiro, a pistolagem) e que traziam para depor as vítimas. Nesses tribunais, os advogados de acusação e de defesa eram nomes de grande projeção no campo jurídico e, no contexto de redemocratização, simulavam a justiça oficial. Funcionando nos espaços urbanos, nas grandes cidades, eram locais de denúncias das violências no campo e tiveram um importante papel na denúncia e na arregimentação de apoios. Trata-se de uma dramatização política, incorporada ao repertório de ação dos movimentos sociais e que foram fundamentais para o conhecimento das condições de violência no campo brasileiro.

Um terceiro bloco de textos apresenta o recorte gênero, trazendo as mulheres como parte do interesse de pesquisas e análises. Os trabalhos apresentados trazem contribuições para pensamos transformações nos modos de vida, violência e formas de resistência no meio rural brasileiro a partir do recorte de gênero. A resistência de mulheres do campo e questão agrária é o eixo de abordagem do trabalho de Patrícia Costa de Araújo, *Resistências de mulheres camponesas na luta pela terra: trajetórias na construção do Assentamento Antônia Flor,* apresenta o protagonismo de Antônia Flor como resistência capaz de semear a luta pelo direito à terra. A trabalhadora rural sindicalizada foi assassinada em meio aos conflitos pela terra, em 1984, em Piripiri no

Piauí. Sua trajetória foi importante referência para a conscientização de mulheres naquele estado na luta por direitos e reforma agrária. A trajetória de Antônia Flor, sua luta e resistência são trazidas a partir das memórias de três mulheres do Assentamento Antônia Flor, que revelam a participação e luta pela terra.

O trabalho de Júlia Moita “Um burro, uma canoa, um caminhão e um ônibus quebrado" apresenta memórias feministas e educação popular nos trabalhos junto à Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no interior do Maranhão na década de 1980. O trabalho analisa a atuação do primeiro grupo feminista da cidade de São Luís: Mulheres da Ilha, formado primordialmente por profissionais liberais, professoras universitárias e estudantes. O grupo se aliou à Igreja Católica ligada à Teologia da Libertação e atuaram junto as mulheres menos favorecidas como camponesas e mulheres da periferia da ilha em temas relacionados à saúde, violência e educação popular. O trabalho se expandiu para o interior do estado, em projetos das CEBs e da CPT com atuação em áreas rurais maranhenses.

Por fim, o trabalho o trabalho de Vanessa Borges Tavares que traz a violência sobre o corpo de mulheres camponesas de Riacho dos Cavalos, Monte Alegre, Piauí, em práticas obstétricas identificadas como discriminatórias em relação às mulheres de campo, vítimas de maus-tratos em situações de parto. A partir de narrativas de mulheres camponesas de Riacho dos Cavalos, a autora analisa experiências traumáticas de mulheres do campo vítimas de violência no momento do parto. Para a autora essa prática de violência é resultante de uma visão colonizada, patriarcal, machista e capitalista que violenta corpos e direitos de mulheres do campo. O contraponto dessa condição que são submetidas mulheres no campo, é a experiências mais humanizada de nascimento com parteiras como experiência contracolonial.

A partir dos trabalhos apresentados, sugerimos as seguintes **questões para debate:**
> Importância de reforçar a dimensão analítica, de forma a evidenciar os suportes teóricos das análises apresentadas.
> Importância de temas trazidos pelos textos que podem se tornar valiosas chaves de análise e que merecem ser aprofundadas pelo grupo: gênero, raça, etnia, colonialismo.

> Transformações nos modos de vida (desenraizamento, deslocamento, desterritorialização) que se manifestam como formas de violência no rural contemporâneo e seus desafios analíticos para estudos e pesquisas.

> Violência no meio rural e os desafios diante da possibilidade de seus esquecimentos. Dessa perspectiva o tema da memória torna-se uma dimensão central das análises.

> Importância das formas e processos de resistência desde suas formas históricas (greves, manifestações, ocupações de terra) até expressões de resistência que se materializam em experiências de denúncia pública, grandes mobilizações, denúncias de caráter nacional, entre outras.

> Contribuições a partir dos recortes de gênero, raça, colonialismo, questões étnicas para o aprofundamento das análises e questões trazidas nos trabalhos apresentados.

> Papel dos saberes e fazeres tradicionais na resistência de comunidades frente às colonialidades do poder e da natureza e transformações nos modos de vida.

> Formas de resistência no meio rural brasileiro diante de transformações nos modos de vida.

> Interfaces analíticas dos trabalhos do GT com o tema central do 10º. Encontro da Rede de Estudos Rurais - Terra, fome e poder: desafios para o rural contemporâneo.

# VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA CONTRA CAMPONESAS: um olhar através da comunidade Riacho dos Cavalos, Monte Alegre PI

Vanessa Borges Tavares

**GT1: Transformações nos modos de vida, violência e formas de resistência no meio rural brasileiro**

## RESUMO

Ao longo de toda história a mulher foi invisibilizada, menosprezada e desvalorizada. A lógica colonialista e patriarcal impôs à mulher a condição de escravas sexuais, mães de leite dos filhos de seus senhores, e até mesmo, a condição de cobaias para procedimentos médicos, a exemplo do caso do renomado médico James Marion Sims considerado o "pai da ginecologia moderna", que ao longo de sua carreira realizava procedimentos cirúrgicos ginecológicos sem anestesia, mesmo já existindo o medicamento na época, em três de suas escravas, mulheres negras compradas por ele para serem cobaias. No Brasil colônia também se têm relatos de que a primeira cesariana foi feita como experimento, sem anestesia, em uma mulher negra escrava do médico José Correia Picanço. E nesse contexto de violência obstétrica podemos concluir ao logo de tantos relatos que essa prática desumana se perdura ao longo de toda nossa história e esta pesquisa buscou analisar a violência obstétrica sofrida por camponesas da comunidade Riacho dos Cavalos, em Monte Alegre, PI. A pesquisa é de cunho qualitativo, todos os relatos aqui apresentados foram consentidos pelas vítimas por meio de um termo de uso de seus relatos, também se fundamentou em

teorias descoloniais para análise da temática. Foram realizadas rodas de conversa e entrevistas abertas com as camponesas da comunidade que se sentiram confortáveis para relatar suas experiências. Os resultados da pesquisa mostraram que o parto é um processo natural, que a cada dia vem sendo colonizado pela lógica capitalista, e consequentemente, aumentando os casos de violência obstétrica, a exemplo da episiotomia feita sem anestesia em mulheres camponesas, e os profissionais alegando que a dor do parto já é uma anestesia. Outros exemplos são as frases ditas pelos profissionais como “na hora de fazer você não gritou”; “se fizer escândalo mãezinha, o doutor vai deixar você sofrendo aí sozinha”. São diversos relatos como estes que nos impulsionaram no desenvolvimento desta pesquisa, que evidenciou as situações de violência obstétrica sofridas pelas camponesas. Além da visibilidade desses casos de violência, a pesquisa buscou refletir com as camponesas a necessidade de denunciar a violência, bem como o reconhecimento de seus direitos. Para isso, por dentro de um projeto de extensão, apresentamos cartilhas/ documentários sobre violência obstétrica dentro da comunidade Riacho dos Cavalos.

Palavras-chave: Violência obstétrica; Mulher; Camponesas.

## INTRODUÇÃO

Não é de hoje que as mulheres em nossa sociedade têm seus corpos e direitos violados, em todo período histórico da humanidade as mulheres sofrem com a desvalorização, menosprezo, invalidação e diversos tipos de violência, sejam elas: importunação sexual, assédio sexual, violência obstétrica, violência patrimonial, violência física, violência moral, violência psicológica, violência doméstica, violência patrimonial, violência vicária, violência simbólica e o feminicídio.

As vítimas frequentes dessas violências são: adolescentes, esposas, mulheres grávidas, idosas e até mesmo meninas. Os principais autores são: amigos da família, tios, maridos, pais, primos, médicos, avôs, irmãos, líderes religiosos e homens que as vítimas não, mas conhecem. Não são todos os homens, mas é sempre um homem o responsável por essas violências contra mulheres. Esses tipos de violências podem ser cometidos em; transportes públicos, na rua, em casa, nos hospitais, no trabalho e nos templos religiosos.

Para que as camponesas pudessem  discutir o tema aqui abordado; em conjunto com o projeto de extensão Semeando Agroecologia, que faz parte do núcleo de pesquisa da Universidade Federal do Piauí, elaboramos um cine debate na comunidade Riacho dos Cavalos, por já termos realizados outras atividades envolvendo como uma pesquisa para elabora de um trabalho de conclusão de curso, o curso em específico é o curso de Licenciatura em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas, esse curso também faz parte da grade curricular da UFPI, o trabalho de conclusão de curso visava identificar os impactos das colonialidades do saber e da natureza no modo de vida e de produção na comunidade Riacho dos Cavalos.

Sempre estaremos vulneráveis e sujeitas a enfrentar algum tipo de violência e violação de nossos corpos e direitos. O patriarcado, a misoginia e o machismo enraizados em nossa sociedade permitem que muitas mulheres passem por essas situações. Com tudo enfatizaremos como problemática as questões voltadas para a violência sofrida pelas camponesas nos âmbitos sociais onde as mesmas deveriam encontrar suporte, proteção e cuidado. Logo nosso principal objetivo é evidenciar essas violências sofridas pelas camponesas com o intuito de trazer essas violências para o debate em sociedade já que essas violências são casos insolados. Essa é uma pesquisa qualitativa e para a sua realização nus apoiamos em um vasto aparato bibliográfico voltados para a violência obstétrica contra a mulher, apesar de não encontramos autores que tivessem suas pesquisas voltadas especificamente para a violência contra mulheres camponesas. Esta pesquisa é um recorte de um trabalho de conclusão de curso, que analisava os impactos das colonialidades do poder, do saber, do ser e da natureza no modo de vida e de produção camponesa na comunidade Riacho dos Cavalos, Monte Alegre, Piauí, nessa pesquisa enfatizávamos que um desses impactos se dava também no exercício das parteiras da comunidade.

## AS FORMAS MAIS COMUNS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Segundo o Instituto Maria da Penha (2022) é possível classificar os tipos de violência contra a mulher como, a) Violência física: entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher; espancamento; atirar

objetos; sacudir e apertar os braços; estrangulamento ou sufocamento; lesões com objetos cortantes ou perfurantes; ferimentos causados por queimaduras ou arma de fogo; tortura; b) Violência psicológica: é considerada qualquer conduta que cause danos emocional e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher, ou vise desagradar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, ameaças; constrangimento; humilhação; manipulação; isolamento; insultos; chantagem; exploração; distorcer e omitir fatos para deixar a mulher em dúvida sobre sua memória e sanidade (Gaslighting); e c) Violência sexual: trata-se de qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante a intimidação, ameaça, coação ou uso da força; estupro; obrigar a mulher a fazer atos sexuais que causem desconforto ou repulsa.

Segundo a CARTILHA 3 (2021) território, corpo e violência do coletivo nacional de gênero do movimento dos pequenos agricultores, também apresenta algumas formas de violência contra a mulher são elas: Violência obstétrica: Diz respeito às várias formas de agressão às mulheres gestantes, desde o pré-natal, durante o parto e/ou no pós-parto, mas também, ocorre em situação de atendimento aos casos de abortamento. A exemplo: desde a recusa de atendimento, deboches e xingamentos a cortes e intervenções desnecessárias no corpo da gestante. Violência vicária: É a violência usada para machucar a mulher, principalmente pelo marido, usando para isso os filhos e filhas. Violentar filhos e filhas fisicamente, psicologicamente e sexualmente para submeter a mãe. Violência moral: Qualquer conduta que importe em calúnia, quando o agressor afirma falsamente que aquela praticou crime que ela não cometeu; difamação; quando o agressor atribui à mulher fatos que maculem a sua reputação, ou injúria, ofende a dignidade da mulher. Exemplos: Dar opinião contra a reputação moral, críticas mentirosas e xingamentos. Violência patrimonial/econômica: Qualquer conduta onde o agressor esconda os pertences, roube, destrua parcial ou total objetos pertencentes à mulher, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Violência simbólica: É expressada em mensagens, valores, ícones ou signos que reproduzem relações de dominação, desigualdade e discriminação. Muitas vezes este tipo de violência chega através da publicidade, das mensagens do Estado, da escola e outras instituições

(CARTILHA 3 2021, território, corpo e violência. Coletivo nacional de gênero do movimento dos pequenos agricultores p.12).

> Violência obstétrica. As mulheres são as maiores usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS): aproximadamente 70% delas utilizam o sistema. A violência obstétrica atinge quase metade das mães no SUS 45% das gestantes atendidas pelo SUS no parto são vítimas de maus tratos. No total, 36% das mães passam por tratamento inadequado. Dentro do grupo de gestantes, há um grupo de risco para os maus tratos: são as mulheres negras, pobres, grávidas do primeiro filho, jovens e em trabalho de parto prolongado. 1 em cada 4 mulheres sofrem algum tipo de violência entre o pré-natal e o parto. 25 mil mulheres negras morreram em decorrência de complicações relacionadas à gravidez, parto e outras doenças entre janeiro e setembro de 2020. 57% das mortes maternas de 2020 foram de mulheres negras. (CARTILHA 3 2021, território, corpo e violência. Coletivo nacional de gênero do movimento dos pequenos agricultores p.14).

O parto é um processo natural que a cada dia que passa vem sendo colonizado pela lógica capitalista.

Um estudo de abrangência nacional entre os anos de 2011 e 2012 aponta que 52% dos partos foram realizados por via cirúrgica nesse período, quando a organização mundial da saúde (OMS) recomenda que essa taxa não ultrapasse 15%. Entre as que tiveram seus filhos por via vaginal, apenas 5,6% das parturientes não sofreram nenhuma intervenção (LIMA, PIMENTEL, 2019).

Com isso, os saberes das parteiras são ignorados e as mulheres têm seus direitos violados diante disso, observamos que os conhecimentos acerca do parto vêm sendo perdido nas comunidades e as mulheres são induzidas a não fazerem mais parto natural. Com hora de terem seus filhos.

Esse é apenas um dos muitos exemplos que dialoga com o que Lima, Pimentel e Lyra (2019) afirmam: a violação obstétrica “representa” a desumanização do cuidar e a perpetuação do ciclo de opressão feminina pelo próprio sistema de saúde. Com as mudanças na cartilha da gestante no atual governo, muitos direitos foram excluídos, vemos ainda mais a invalidação da mulher, com essas mudanças forma aprovados meios que podem invalidar ainda mais as mulheres.

Apesar desse contexto, a comunidade Riacho dos Cavalos conta com uma parteira. E, nos grandes centros periféricos, percebemos um movimento forte de

valorização ao parto humanizado com as Doulas, mulheres que acompanham outras mulheres grávidas da gestação, hora do parto e pós-parto

Esse é um movimento de resistência às colonialidades importante, mas ainda não acessível para todas, pois ter um parto humanizado em um hospital atualmente com as mudanças e desmonte de projetos que prestavam serviços como por exemplo o projeto cegonha, dificulta ainda mais a possibilidade de a mulher ter um parto natural humanizado.

> A tipologia da violência obstétrica, na última década, tem sido abordada em diversos países, a Organização Mundial de Saúde (OMS) caracterizou essa modalidade de violência como sendo a apropriação do corpo da mulher considerando-o patológico com o abuso da medicalização, perda da autonomia e poder de decisão. Também caracterizou a violência obstétrica em sete categorias relacionadas com abuso físico; cuidado não consentido; abuso verbal; discriminação. (RODRIGUES 2018, p. 240).

Segundo CORREA (2019) Em conformidade com a Organização Mundial de Saúde, caracterizou-se como violência obstétrica a apropriação do corpo da mulher, considerando anormal o abuso da medicação, perda da autonomia e poder de decisão. Sendo ainda caracterizada por abuso físico, verbal, descriminação e cuidado não consentido (CORREA 2019, p.27)

Com os apontamentos podemos adentrar aos debates acerca da violência obstétrica

De acordo a CARTILHA 3 (2021) território, corpo e violência. Coletivo nacional de gênero do movimento dos pequenos agricultores. Sabemos que para as camponesas a invisibilidade da violência é um desafio complexo. Vivendo em territórios diversos com suas longas distâncias da esfera pública (localizadas no centro das pequenas cidades, a exemplo dos serviços de saúde, espaços denúncia sobre violações e violências e etc.), precário acesso à comunicação (telefones e internet) e recuo de políticas e programas que estimulavam a produção de alimentos são combinações que articuladas favorecem o isolamento das mulheres e aumentam casos de violência, em sua grande maioria, não visibilizados pelos dados oficiais. O isolamento social e o agravamento da violência dentro das casas e dos espaços onde atuam as camponesas faz desvelar as desigualdades até então veladas tanto dentro

das famílias, mas também nos diversos espaços de atuação/presença política das camponesas. Ao lado disto, soma-se a resistência pela vida com o avanço da Covid-19, o enxugamento do SUS nos territórios e o longo caminho para o acesso à terra e/ou regularização das áreas dentro dos territórios. Somado a isto temos a questão da titularidade da terra e as formas de acesso às políticas públicas voltadas para as mulheres visando a produção, entendendo que a titularidade da terra aliada às condições de produzir no campo são necessários para que a autonomia financeira e política seja consolidada (cartilha 3 2021, território, corpo e violência. Coletivo nacional de gênero do movimento dos pequenos agricultores p.15).

Com as definições citadas acima podemos perceber o quanto esse campo de violência sofridas pelas mulheres é um campo vasto, que requer um olhar metodológico na busca por uma explanação do tema voltado para as formas de violência contra a mulher, partindo desse ponto abordaremos ações voltados para a violência obstétrica.

Para CORREA (2019) toda e qualquer violação do corpo da mulher é violência obstétrica, assim, deixar a parturiente sem comer, amarrada, dentre outras coisas que acontecem dentro de uma maternidade, pode se denominar violência física. Não se pode deixar de mencionar a famosa manobra Kristeller, que era quando os profissionais de saúde subiam por sobre as pacientes e comprimiam o fundo do útero para forçar o bebê a sair pelo canal de parto. Essa manobra já há muito tempo é considerada uma manobra ultrapassada devido aos riscos que traz à gestante como a ruptura uterina, inclusive do fígado, devido à localização onde esta pressão será feita. Para a visão de muitos obstétricos, essa manobra é considerada uma forma errada, e o que se deveria ser feito para ajudar essas mulheres seria auxiliar na maneira correta de como fazer força para empurrar o bebê (CORREA 2019, p. 33).

Com todos os fatos apresentados nos resultados da pesquisa evidenciamos que de fato a colonização imposta aos povos tradicionais, é responsável por esse desgaste e o aumento da violência obstétrica contra as mulheres camponesas que são invalidadas a todo momento em nossa sociedade tradicionalmente opressora.

## DESENVOLVIMENTO CONTRACOLONIALIDADE EXERCIDAS PELAS PARTEIRAS

Por muitos anos nós mulheres fomos privadas de diversos direitos civis e não exercíamos algumas funções como cidadãs, como por exemplo não ter direito ao voto, com o patriarcado enraizado em todas as camadas da população muitas eram tidas como “posse” de pais e após o casamento passavam a ser dos seus respectivos maridos.

Para DRUMOND (2021) este patriarcado vinha desde as mais profundas relações familiares na figura da mulher como semeimputável e “propriedade” de sua figura paterna ou de seu marido. No que se concerne ao ato do nascimento, de parir, desde o sec. XVI foi retirada das parteiras e curandeiras o domínio total desses processos e dado este aos homens eleitos pelo Estado como “detentores do conhecimento” passando a ser negado às mulheres a legitimidade de ações nestes atos concernentes ao auxilio no parir (DRUMOND 2021, p.16)

Nesse sentido foi-se construindo um cenário próprio para ocorrência da violência obstétrica.

> Quando os partos ocorriam de forma natural nas próprias residências das gestantes, as mesmas recebiam o auxílio e direcionamento das chamadas parteiras que tinham por função amparar a mulher e o filho/a para a chegada sem a institucionalização do parto. Estes procedimentos de partos domiciliares que até então eram padrões para nascimento em geral, teve seu modo gradualmente alterado e migrado para as instituições hospitalares, em especial entre as décadas de 1860-1900 (DRUMOND 2021 p.18)

A violência obstétrica tem se tornado cada vez mais comum em nossa sociedade diariamente mulheres em todo o Brasil passa por alguma forma dessa violência que assola e desampara mulheres de todas as classes sociais, idades e raças, sejam elas do campo ou da cidade.

Para PINTASSILGO (2014) A hospitalização e consequente medicalização e instrumentalização dos partos constituiu uma transformação muito significativa na maneira como a sociedade passou a perceber o evento do parto e nascimento pois, antes da hospitalização em massa, este evento era percebido como um episódio cotidiano, familiar e natural, apesar dos riscos associados. Com a hospitalização, o

que se observa é que os partos e nascimentos passaram a ser entendidos como eventos médicos. A mulher e o bebé passaram a receber a conotação de pacientes, por estarem no hospital – e até mesmo de doentes – mesmo sem necessariamente apresentarem uma doença. O parto e nascimento passaram a ser medicalizados e instrumentalizados sistematicamente, de maneira preventiva, mesmo aqueles que poderiam ter sucedido naturalmente, sem intervenção, assumindo assim acrescidos riscos, devido à própria medicalização e instrumentalização a que são sujeitos (PINTASSILGO, 2014)

O ponto de vista trazido pela autora nos faz perceber o quanto nos faz perceber o quanto o parto natural, passou por modificações extremas levando, em muitos dos casos a instituições hospitalares, o que na maioria dos casos levar a parturiente e o bebê a estarem sujeitos a sofrer algum tipo de violência. As parteiras desenvolvem essa prática milenar de dar assistência ao parto, o cuidado exercido por ela para proporcionar conforto a parturiente, já que naturalmente é o bebê quem deveria naturalmente aflorar através do parto quando estivesse definitivamente preparado para o nascimento, a não ser que alguma condição impedisse a sua permanência até o final da gestação, mas vemos que na “indústria” do parto, o bebê já não é mais o protagonista da sua própria história; a mãe passa a ser “instrumento” para o “aperfeiçoamento” das práticas médicas modernas; e as parteiras vão perdendo o lugar de fala, já que a “indústria” do parto possou a ser liderada por homens, não estamos aqui, julgando procedimentos cirúrgicos necessários para salvar a vida de mães e bebês jamais questionaríamos esses procedimentos, estamos aqui para questionar a realização desses procedimentos cirúrgicos quando feitos sem nenhuma explicação cabível, com justificativas de que “ essa mãe é muito nova ou já passou dos 30 anos não possui mais a capacidade de ter um parto natural” ou até mesmo, “tenho um horário livre na minha agenda a gente pode planejar a cesariana para esse horário, ai você não sofrera tanto afinal você já está com 39 semanas”. São atitudes como estas que estamos questionando, será se realmente esses bebês estão preparados para o nascimento? Se respeitassem o ciclo do bebê, seria necessário tantos procedimentos logo que ele é arrancado do ventre, vejamos o bebê está dento de uma bolsa de líquido amniótico, quentinho e escuro, ele está recebendo oxigênio através do cordão umbilical, quando de repente ele é arrancado dessa bolsa, tudo muda a temperatura despenca, uma luz muito forte toma conta de tudo, cortam o seu

cordão umbilical o laço que o ligava a sua mãe e que lhe permitia respirar, a partir dali lhe colocam um tubo nas narinas para fazer a aspiração, também aplicam o nitrato de prata nos olhos, “limpam” esse recém-nascido retirando todo o vérnix caseoso, que garantia a proteção do recém-nascido nos primeiros dias de vida.

Como bem coloca PINTASSILGO (2014) Passividade significa, nesta perspectiva, no trabalho da parteira, o exercício da capacidade de conhecer e respeitar o ritmo do corpo das mulheres que acompanha, carregado de sentimentos, de emoções, de histórias individuais que o particularizam em relação a todos os outros. De fazer tudo, parecendo nada fazer. Às parteiras é atribuída a capacidade de respeitar a individualidade dos corpos femininos e a singularidade e o momento único e poderoso de cada parto, os médicos parecem anular essa individualidade e toda a singularidade do acontecimento[1] (PINTASSILGO 2014, p.31-32)

> Quando uma mulher ia parir antigamente tinha a parteira e uma outra mulher que ajudava a gente, a gente sentava na hora das dores e ela se sentava por traz de nós que estávamos dando à luz, ela segurava a gente dando apoio nas costas. Era tudo diferente a gente era bem cuidada entendiam a nossa dor. Elas não xingavam e nem tratava a gente mal, com raiva e ignorância, nós éramos tratadas com carinho até a posição era diferente, antes a maioria das mulheres pariam de cócoras ou sentada, hoje em dia a maioria das mulheres são colocadas nas macas com as pernas bem abertas, eu acho que aquela posição facilita mais para o médico do que para a mulher que é quem tá parindo, e a parece que a posição de cócoras ou sentada facilita mais a saída do bebê. Hoje em dia as mulheres sofrem demais para parir, tem delas que ainda são xingadas na hora do parto, acho que é por isso, que muitas mulheres tem medo de parir. Porque o que do medo é o jeito que elas vão ser tratadas na hora do parto (camponesa 1)

---

PINTASSILGO (2014) cita JOAQUIM (1983) A rigidez com que os partos são encarados pelos médicos atesta-se por aspetos práticos relacionados com o parto, como seja, por exemplo, a posição da parturiente. Se tradicionalmente, a mulher devia procurar a posição mais confortável para parir (de pé, de cócoras, sentada, deitada), sendo a cama pouco recomendada (“na cama é para os fazer: no chão é para os ter”), a partir dos finais do séc. XIX, a posição definida pela classe médica passa a ser, por

regra, a do decúbito (deitada na cama de barriga para cima), mantendo-se essa prática até hoje (Joaquim, 1983: 87).

Com o depoimento apresentando acima é possível a compreensão que de fato o parto natural, tranquilo e humanizado leva a mãe á outro nível de autonomia e cuidado como é de se esperar para a hora do parto. MOURA (2007) afirma

> conforme essas parturientes são “ouvidas” em suas angústias e temores, o trabalho de parto flui de forma mais natural e, portanto, mais fisiológica. A possibilidade de deambulação entre e durante as contrações facilita a descida do polo cefálico, isto é, da cabeça fetal. O recém-nascido (RN), quando colocado imediatamente após o nascimento no seio materno, começando a sugar, ajuda na liberação de um hormônio chamado ocitocina, que é fundamental para a contração uterina pós-parto, facilitando a fase de dequitação da placenta com diminuição do sangramento e minimizando a necessidade de medicações uterotônicas. Assim, o pós-parto é mais tranquilo, facilitando a evolução natural do chamado quarto período, quando se dá a contração uterina efetiva e a diminuição do sangramento vaginal. (MOURA, 2007 p. 453).

## UM BREVE OLHAR VOLTADO PARA AS PARTURIENTES DA COMUNIDADE RIACHO DOS CAVALOS

Por mais horripilante que seja vimos a necessidade de trazer este debate para o conhecimento de todas. Entre as décadas de 1970 /1980, a maioria das camponesas davam à luz no aconchego de suas casas, com o auxílio das parteiras tradicionais, nessa época as camponesas relataram existir cuidado e carinho na assistência ao parto, podemos considerá-los como verdadeiros partos naturais e humanizados; claro que em alguns casos isolados haviam complicações, mas as camponesas relataram que a parteira mais antiga da comunidade, era detentora de muitos conhecimentos da cura pela natureza, e também manobras para facilitar o auxílio ao parto, algumas camponesas relatam que ela também contava com a ajuda de seus guias[2] quando ela não possui conhecimento do que era necessário fazer. As camponesas que deram à luz nessa época revelam como eram os costumes a serem seguidos, logo após o nascimento do bebê, vinha o parto da placenta, logo após a mulher recebia um banho de cascas de arvores que ajudam na cicatrização, isso tudo feito com a ajuda de uma mulher geralmente a mesma que prestou assistência ao parto juntamente com a

parteira, ela permanecia com a mulher sete dias após o parto, prestando a assistência necessária, durante esses sete dias nem a mulher e nem o recém-nascido saiam do quarto, era recomendado que dessem banho no recém-nascido somente depois dos sete dias, antes dos setes dias era feito somente um asseio, em questão a alimentação a mulher não podia comer feijão e arroz, segundo costumes esses alimentos possuem coceira, então a alimentação era a base de pirão e galinha caipira. Mas a partir dos anos 1990, essas tradições foram cedo deixadas de lado e o costume do parto em casa natural e humanizado foi dando lugar aos partos nos hospitais das cidades.

Muitas mulheres que tentam o parto natural e humanizado nos hospitais nem todas as vezes são assistidas como é de se esperar, em quase todos os casos essas mulheres são menosprezadas têm suas dores invalidadas e seus desejos descartados ao chegarem nos hospitais as camponesas entrevistadas relatam que muitas ao chegarem nos centros hospitalares para darem à luz imediatamente é prescrito o uso de compostos para a indução do parto, mesmo que a dilatação ainda esteja entre 2cm a 5cm, após essa indução as camponesas relatam que é recomendado que elas não se levantem ou caminhem, o indicado é que elas permaneçam deitadas.

> Quando eu fui ter a minha segunda filha o parto, foi feito por algumas enfermeiras, logo após o nascimento por volta de 23:00 horas, as enfermeiras alegaram não saber o que fazer com a placenta, logo eu teria que esperar o médico chegar para realizar o procedimento, levaram a minha filha para o quarto sem ao menos eu poder amamentar, ela ficou aos cuidados de minha mãe, as enfermeiras amararam uma tesoura ao cordão umbilical para ele não voltar, e eu fiquei na mesma posição do parto, deitada com as pernas abertas, eu sentia um frio enorme, pedia ajuda, mas o médico ainda não havia dado entrada no plantão, e eu fiquei naquela posição, sozinha eu me sentia desamparada, o médico chegou por volta de 5:30 da manhã, e mandou que eu levantasse e ficasse de cócoras a placenta saiu com a maior facilidade, eu não merecia passar por aquilo, a minha filha não merecia. (camponesa 2)

---

[2]Ser de luz que auxiliava a parteira em momentos difíceis do parto, de acordo com uma camponesa a parteira pedia que todos saíssem do quarto, pois ela ia receber ajuda de seus guias pra salvar a mãe e o bebê.

Dando continuidade aos relatos das camponesas

> Quando eu engravidei tinha 17 anos, com 40 semanas completas tive uma pequena perda de liquido e fui levada ao hospital da cidade, chegando lá fizeram o toque, sentir muita dor mas que fosse normal, após o toque fui mandada voltar para casa, com a afirmação de que ainda não era hora, passei o dia me sentindo desconfortável, estava desinquieta, na madrugada por volta de 2:00 horas a minha bolsa estourou e fui levada novamente para o hospital, chegando lá fui internada, recebe outro exame de toque e mandaram eu esperar por que ainda estava com pouca dilatação, por volta de 8:00 da manhã eu ainda estava sem contrações, então me prescreveram o medicamento para induzir o parto e eu não sabia que meu sofrimento ia começar a partir dali, por volta de 16:00 eu ainda estava sofrendo com as dores e recebendo os exames de toque, tinha horas que eu sentia a mão inteira em mim, tinha horas que eles abriam as minhas pernas para mim deixar fazer os toques, já 19:00 me levaram para outro quarto me colocaram naquela maca naquela posição desconfortável e humilhante, e mandaram eu fazer muita força, não sei se posso falar mas o médico falava para mim “bota força igual quando você vai cagar” eu me sentia ainda mais humilhada e fraca. Depois disso eu o ouvi mandar prepararem o centro cirúrgico e me levaram. Então fizeram a cesariana, 21:00 horas o meu filho nasceu. Hoje ele tem 4 anos e foi diagnosticado com uma paralisia parcial do cérebro, pelo diagnostico do neurologista essa paralisa se deu por falta de oxigênio no cérebro devido à demora do parto, ele passou da hora de nascer, hoje ele enfrentar algumas dificuldades motoras e cognitivas, e isso o impede de realizar funções como falar entre outras (Camponesa 3).

Enfatizamos que o termo violência obstétrica é novo para muitas mulheres camponesas, mas as práticas violentas, invasivas e desumanas são de conhecimento de uma grande parcela das camponesas que passaram polo momento do parto, sem a assistência necessária para um parto tranquilo e liberto das práticas que configuram a violência obstétrica, levando em consideração que a maioria das camponesas vítimas da violência obstétrica são na maioria mulheres negras, esse fato nos faz refletir que por mais que todas as mulheres possam ser vítimas, nos mulheres negras, do campo, pertencendo a classe dominada somos mais desassistidas aos cuidados

do atual governo, esse fato está enraizando nas camadas mais densas de nossa sociedade.

> firma LIMA (2019) a produção do conhecimento é apenas mais um âmbito de luta, de afirmação, de busca pela legitimação de suas questões. Mais um espaço para ser ocupado, ressignificado e utilizado em favor de lutas históricas. A tarefa empreendida é a de descolonizar o conhecimento, para que seja uma ferramenta que colabora com a descolonização das vidas subalternizadas, expropriadas e exploradas de todas as formas possíveis, perpetradas pelos sistemas de opressão patriarcal, racial e capitalista. Quando afirmo que a tarefa que é posta é a de descolonizar o conhecimento ou a produção do conhecimento, parto da crítica à colonialidade do saber, entendendo por colonialidade a permanência das desigualdades que foram estruturadas no colonialismo, mesmo com o fim do modelo escravista. Essas desigualdades são também expressas na produção do conhecimento, que tem sido hegemonicamente estruturado pela mesma racionalidade eurocêntrica que comporta a colonialidade do poder (LIMA, 2019 p.15)

## TRAZENDO O TERMO VIOLÊCIA OBSTÉTRICA PARA O COTIDIANO DAS CAMPONESAS PARTINDO DA COMUNIDADE RIACHO DOS CAVALOS

Inicialmente trouxemos o projeto de extensão semeando agroecologia para a comunidade Riacho dos Cavalos afim de debatermos questões como feminismo, o protagonismo das mulheres camponesas no debate sobre agroecologia; propusemos um cine debate para salientar o debate fizemos uma sinopse do filme, orientamos que existia a possibilidade de algumas cenas do filme poderiam desencadear algum gatilho emocional nas camponesas, já que o filho escolhido foi O renascimento do parto, esse é o primeiro de uma série de 3 filmes, que tem como tema principal o parto, a ocorrência de violência obstétrica, e as alternativas encontradas no parto natural e humanizado, para a tentativa de erradicar a violência obstétrica; o filme traz relatos, trechos de partos tanto naturais humanizados quando cirúrgico cesariana. e relatos de mães, parteiras, doulas, médicos obstetras, enfermeiras da obstetriz e especialistas nos debates voltados para a violência obstétrica. Logo após o termino do filme propusemos um debate acerca do filme assistido, as principais reações foram de espanto, inquietação com alguns relatos

apresentados no filme. Enfatizamos que os relatos das camponesas apresentados aqui foram obtidos através de entrevistas individuais daquelas que se sentiram confortável em viver esses momentos transformados em lembranças, lembranças que nos remete essas situações de desamparo, desrespeito, violação e invalidação, os depoimentos trazidos até foram anotados através de conversas e tivemos a autorização verbal das camponesas para apresentarmos os mesmo como resultados da pesquisa.

> Eu estava esperando o meu segundo filho, e em uma das consultas do pré-natal eu reclamei ao médico que estava com dores nas costas, ele falou coisas horríveis, disse que eu estava com essas dores por falta de sexo, levantou-se me agarrou pelas costas e me beijou a força, eu não tive reação nenhuma, a não ser o medo e a sensação de ser violada, não tinha como denunciar seria a minha palavra conta a dele, essa foi uma experiencia traumática demais para mim, chegou a hora do parto, e o médico que me atendeu foi o mesmo que me violou no pré-natal, não sei se ele me reconheceu mas eu jamais me esqueceria dele e o que ele me fez. Eu passei mais de 10 horas de sofrimento exames de toques dolorosos e insuportáveis, mesmo com o medicamento para induzir o parto eu não tinha passagem, o médico usou muita força para tentar empurrar o meu filho, ele empurrava a minha barriga com muita força, aquilo doía tanto eu gritava de dor e cheguei a ouvir “se você continuar gritando o médico vai deixar você sofrendo aqui sozinha”, então usaram o fórceps para arrancar o meu filho, ele nasceu com o com um hematoma no rostinho ficou quase preto em metade do rostinho dele e parte da cabeça, eles também falaram que era normal e que o meu filho não estava sofrendo, logo ia cicatrizar, o meu bebê nasceu com 5kg. no último parto dessa vez no pré-natal eu pede ao médico uma cesariana juntamente de uma laqueadura, fez todos os documentos com a autorização do meu marido e estava tudo ocorrendo como o planejado, então no dia 30 de dezembro, vésperas do ano novo, eu tive pequenas perdas de liquido fui levada ao hospital chegando lá apresentei fui internada, apresentei o encaminhamento para a cesariana e a ata com a autorização para a laqueadura, mas todo o planejamento do médico do pré-natal foram desconsiderados, e as horas de maior sofrimento da minha vida começaram eu fui submetida a diversos toques toda vez com um profissional diferente, eu gritava de dor, cheguei a evacuar em um dos exames de toque, então me deram o medicamento para induzir o parto e eu fiquei desassistida por muitas horas, eu gritava pedindo ajuda, e ouvia alguém dizer que se eu fizesse mais escândalo eles iam demorar mais pra vim me ver, e foi o que aconteceu eu já não tinha mais forças, me sentia morta por dentro[...] foi então que 7:00

> houve a troca de plantão e a minha irmã que me acompanhava ao prantos implorou que fizessem uma cesariana de emergência. Ou seja, de quatro partos eu fui violada, eu me sentia culpada por estar passando por tudo aquilo (camponesa 4)

São relatos como estes que evidenciam essas violências cometidas contra camponesas, DRUMOND (2014) cita o manual de violência obstétrica

> Qualquer tipo de violência cometida contra a mulher por profissionais de saúde durante a assistência a gravidez, ao parto ou ao pós-parto. É algo que fere a autonomia da mulher, e fere seus direitos sexuais e reprodutivos‖. (Manual de Violência Obstétrica da Defensoria Pública do estado de São Paulo, São Paulo, 2003).

Continua DRUMOND (2021) A campanha também elenca alguns dos atos e atitudes cometidos pelos profissionais de saúde considerados como atos violentos, sendo estes: a) Negligenciar atendimento de qualidade: b) Ofender, humilhar ou xingar a mulher e sua família; c) Fazer comentários constrangedores por alguma condição da mulher; d) A realização de intervenções no corpo da mulher sem que elas sejam explicadas e que haja o consentimento desta; e) O direito ao acompanhante negado; f) Realizar cesárea sem indicação clínica nem o consentimento da mulher: g) Executar procedimentos que interfiram sobre o corpo, causem dor ou dano físico, como administração de ocitocina para acelerar o trabalho de parto só por conveniência médica, episiotomia (corte na região do períneo), ou imobilização da parturiente (DRUMOND, 2021 p.23)

Partindo dos dados em evidências uma parte considerável das camponesas ouvidas passam por alguns dos itens listados pela autora.

> Quando fui ter meu segundo filho de parto normal ou anormal diante do que aconteceu, o médico fez aquele corte em mim, eu sentia muita dor e ele disse “não vou aplicar anestesia, a dor que você sente já é uma anestesia” aquilo doía tanto o corte infeciono, não me receitaram nada, ainda bem que mãe fazia água de casca de caju pra ajudar cicatrizar o corte, esse parto foi

> traumático eu tenho tanto medo de passar por isso de novo que já tem 12 anos que eu tomo remédio pra não engravidar (camponesa 5)

Poderíamos aqui analisar se a depressão pós-parto está diretamente relacionada a ocorrência de violência obstétrica relatadas pelas camponesas, mas deixaremos para um próximo momento. Apresentaremos outro relato chocante discutido na realização da pesquisa

> Esse era o meu terceiro parto, nesse tempo eu tive que ir pra Brasília pra ganhar o bebê na minha gravidez toda eu fiquei enxada por isso o médico disse que eu teria que fazer uma cesariana pra tirar o menino, no dia do parto eu passei mal depois da anestesia parece que eu ficava desmaiando, eu não ouvi o choro do menino e não vi ele, eu ficava ai sem prestar atenção em nada, depois deles me costurar o médico veio e disse que ele me ligou como eu já tinha três filhos ela melhor ligar. Nesse tempo eu tinha 29 anos (camponesa 1).

Enfatiza DRUMOND (2021) O documentário O renascimento do Parto 2 mostra que de acordo com pesquisas realizadas nas maternidades brasileiras, ¼ das mulheres sofrem de violência no parto e que a maioria destas não sabem que sofreram. O número de prematuridade iatrogênica, ou seja, aquela provocada está diretamente ligada ao número de cesáreas realizadas de forma desnecessária. Os traumas físicos e, consequentemente, psicológicos sofridos por estas mulheres é algo quase palpável em seus depoimentos e, em alguns casos, as cicatrizes físicas são tão visíveis e dolorosas que impactam diretamente na vida pessoal desta mulher, seja na área relacional (sexual), seja na autoestima (DRUMOND 2021, p 26).

O ano de 2022 está sendo marcado por diversas situações envolvendo a violência obstétrica e a falta de assistência as mulheres que são as mais afetadas, como o caso do médico anestesista filmado abusando sexualmente de uma mulher sedada, endefesa, enquanto outros profissionais realizavam uma cesariana na mesma; após o vídeo tomar grandes proporções o médico teve sua prisão decretada, mas a população já não dá tanta atenção depois de algum tempo após esse absurdo, sabemos que esses não casos isolados como apresentado ao longo da pesquisa.

Outro fato que nos choca e entristecem são as ações do governo Bolsonaro, que desasiste as medidas necessárias para garantir ou tentar, segurança aos devidos direitos as mulheres gestantes e recém-nascidos. Para listar ações do governo que desassiste e inviabiliza o cuidado as mulheres gravidas e recém-nascidos, possibilitando facilmente a ocorrência de violência obstétrica; citaremos um post feito nas redes sociais do Instagram das pesquisadoras e parteiras, Mariane Menezes e Maíra Libertad (2022)

1)Desmontou a Rede Cegonha, que garantiu importantes conquistas no campo da atenção respeitosa a gestação, parto e pós-parto
2) Inviabilizou a abertura e manutenção de novos Centros de Parto Normal (em especial extra ou pré-hospitalares).
3) Atacou inúmeras vezes a autonomia da enfermagem obstétrica na assistência ao parto.
4) Atacou o direito à escolha do local de parto, emitindo documento contrário a partos domiciliares
5) Negou a existência da violência obstétrica.
6) Defendeu abertamente o uso de procedimentos ultrapassados e violentos, como episiotomia e Kristeller.
7) Defendeu abertamente a banalização do uso de cesáreas desnecessárias.
8) Publicou uma caderneta da gestante levando informações incorretas e que estimulam a violência obstétrica para todo país.
9) Demorou quase 1 ano para publicar a primeira diretriz sobre como tratar X0VID-19 em gestantes, deixando os profissionais sem apoio e direcionamento e contribuindo para a absurda mortalidade materna na pandemia.
10) Atrasou a compra de vacinas e fez campanha aberta contrária a elas, expondo gestantes e puérperas a riscos aumentados.
11) Não garantiu leitos de UTI e respiradores para gestantes e puérperas, permitindo que uma grande parcela das mortes por X0VID-19 nesse grupo se desse sem assistência adequada.
12) Não tomou até o momento providências concretas para garantir vacinação contra a X0VID para bebês e crianças pequenas (MENEZES e LIBERTAD, 2022).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tudo podemos concluir que as mulheres da comunidade Riacho dos Cavalos, assim como outras tantas mulheres em nossa sociedade já passaram por algum tipo de violência obstétrica e que seus agressores saíram impunes, pois não é de conhecimento nosso que alguma camponesa prestou queixa ou deu entrada a algum processo contra os autores dessa violência. Mas sabemos que com todos os fatos até aqui apresentados metade das camponesas passaram, passam e passarão infelizmente por algumas situações das mencionadas, como violação de seus corpos, desvalorização de seus direitos e invalidação de suas dores. O intuito da presente pesquisa sempre foi colocar em evidências todas as formas de violências que nós mulheres enfrentamos a todo momento. Esperamos que com a realização desta pesquisa e comprovas dos fatos possamos conquistar olhares que nos ajudem a enfrentar situações como estas, com políticas públicas que garantam assistências as camponesas. Finalizamos a realização desta pesquisa com a certeza de que continuaremos a busca pela visibilidade dessas formas de violências, que assolam, desprezam e violam mulheres em toda nossa sociedade; sociedade está predominantemente patriarcal, machista, sexista e misógina; que oprime essa densa camada da população composta por mulheres das comunidades tracionais, negras e que pertencem a classe dominada por nossos opressores capitalistas.

## REFERÊNCIAS

ABRASCO:https://www.abrasco.org.br/site/noticias/8m-mulheres-negras-sofrem-mais-violencia- -obstétrica/45463/ e https://noticiapreta.com.br/57-das-mortes-maternas-de-2020-foram-de-mulheres-negras/

CARTILHA 3 território, corpo e violência. Coletivo nacional de gênero do movimento dos pequenos agricultores MPA 2021

CORREA, Jéssica Detânico – A responsabilidade civil do médico na violência obstétrica.Araragua-SC 2019

Ensp/Fiocruz: Nascer no Brasil: inquérito nacional sobre parto e nascimento

DRUMOND, Nathalia Fernanda Gonçalves dos Santos A violência obstétrica e a objetificação do corpo da mulher / Nathalia Fernanda Gonçalves dos Santos Drumond. Belo Horizonte, FLACSO/FPA, 2021.

institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/o-que-e-violencia-domestica.html – acesso em 19 out 2021

Joaquim, Teresa (1983) Dar à Luz. Ensaio sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto em Portugal, Lisboa, Publicações D. Quixote.

LIMA, Tatiane Michele Melo de Violência obstétrica: as disputas discursivas e a luta das mulheres / Tatiane Michele Melo de Lima. - 2019. 213 folhas: il. 30 cm.

MOURA, Fernanda Maria de Jesus S. Pires et al. A humanização e a assistência de enfermagem ao parto normal. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 60, p. 452-455, 2007. Acesso em 20 out 2022

MENEZES, Mariane LIBERTAD, Maíra – ações do governo Bolsonaro que são motivo para você profissional da saúde não votar nele amanhã. Maira_libertad_e mari. menezes.obstetriz 2022 Instagram

NÚCLEO Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher; Associação Artêmis; Escola de Defensoria Pública do Estado. 2013. Violência obstétrica: você sabe o que é? Disponível em http://www.defensoria .sp.gov.br/dpesp/repositório/41/violência%200bstetrica.pdf

Pintassilgo, Sónia Cardoso (2014). O Risco e as Condições Sociais e Assistenciais da Maternidade em Portugal. Tese de Doutoramento. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Portal Geledés: Mulheres negras sofrem mais com violência obstétrica https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-sofrem-mais-com-a-violencia-obstetrica-ouca-debate/

RODRIGUES. Diego Pereira et al. A violência obstétrica no contexto do parto e nascimento. Revista Enfermagem. Recife, PE: UFPE, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/23523/26086

# A "CARTA DE ALFORRIA" DOS CANAVIEIROS CAMPISTAS: UM ESTUDO SOBRE A GREVE DE 1984

Filipe Moreira de Azeredo Tavares[1]

**GT 01:** Transformações nos modos de vida, violência e formas de resistência no meio rural brasileiro.

**RESUMO**

O final dos anos 1970 foram marcados pelo processo de reorganização dos movimentos sociais na defesa dos direitos políticos e sociais. Diversas greves ocorreram pelo país, mobilizando múltiplos setores, como a greve dos metalúrgicos no ABCD Paulista, dos canavieiros de Pernambuco (1979), Guariba e Campos dos Goytacazes (1984). Este artigo visa compreender e analisar um desses momentos de mobilização e questionamento das condições de vida e trabalho: a greve dos canavieiros campistas, ocorrida em julho. Objetiva-se discutir as razões que levaram à greve, sua organização e conquistas. Consideramo-la como momento de questionamento à autoridade patronal, cujas reivindicações superaram as necessidades por melhores condições econômicas, tornando-se momento de recuperação da dignidade. O enfrentamento permitiu a denúncia das violências sofridas, mobilizando a mídia favoravelmente. Utilizaram-se como fontes bibliografia especializada e jornais da época, concluindo que as conquistas, ao menos legalmente, foram significativas, principalmente pela organização realizada e os avanços nas negociações coletivas.

Palavras-chave: Canavieiros; Campos dos Goytacazes; Sindicalismo Rural.

## INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura, planejada na década de 1960 e implementada

[1] Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, filipe.tavares3@live.com

pelos governos militares na década seguinte, alterou as relações econômicas, políticas e sociais das regiões canavieiras de todo país. Através dos empréstimos concedidos a construção de destilarias, maquinários e projetos de irrigação, as usinas alteraram suas capacidades produtivas e incorporaram novas tecnologias, por vezes substituindo a mão de obra humana. Esse processo levou a uma degradação das condições de vida e trabalho dos canavieiros, com destruição das lavouras de subsistência, aumento do trabalho clandestino, processo de consolidação da expulsão de antigos moradores, dentre outros fatores.

Evidentemente, os trabalhadores não assistiram passivos a essas transformações, tendo se organizado por Confederações, Federações, Sindicatos e movimentos autônomos para exigência do cumprimento dos direitos trabalhistas e respeito a sua identidade. Ao longo do processo de redemocratização do país, diversos movimentos rurais – e urbanos – emergem para lutar contra os efeitos desse projeto modernizante, contra à opressão e violência praticada pelo regime. Dentre eles: a greve dos canavieiros de Pernambuco (1979), Guariba (1984) e Campos dos Goytacazes, interior do Estado do Rio de Janeiro, em julho de 1984.

Este artigo, portanto, visa compreender e analisar um desses momentos de mobilização e questionamento das condições de vida e trabalho: a greve dos canavieiros campistas. Objetiva-se discutir as razões que levaram à greve, sua organização e conquistas obtidas. Considerou-se a greve como momento de questionamento à autoridade patronal, cujas reivindicações superaram as necessidades por melhores condições econômicas, tornando-se momento de recuperação da dignidade. O enfrentamento coletivo aos patrões permitiu expor as violentas e arbitrárias ações que sofriam, bem como mobilizar a mídia pela defesa do cumprimento da legislação e denúncia.

A agroindústria canavieira possui características, situações e mecanismos comuns em todo país, capazes de auxiliar no entendimento do cenário de exploração no momento da greve . Dentre seus elementos, destacamos o pagamento por produção, o trabalho clandestino e a violência física e simbólica. Os canavieiros, portanto, reagem a processos instituídos na longa duração, tendo nas suas demandas pautas históricas. Este artigo, logo, resgata a memória dos canavieiros campistas, pouco discutida pela academia desde os anos 1980, retomando o debate e explicitando a força do sindicalismo naquele contexto.

Inicia-se contextualizando os efeitos da modernização na agroindústria

canavieira campista, elencando aspectos teóricos e práticos acerca das condições de vida e trabalho após a década de 1970, que corroboram com as razões pelas quais os trabalhadores pararam em julho de 1984. Posteriormente, analisa-se como o trabalho era executado e as principais problemáticas envolvidas, como o pagamento por produção e as condições degradantes, localizando e identificando aspectos específicos de Campos dos Goytacazes. A seguir, refletimos sobre as mobilizações anteriores à greve, orientadas pelo sindicalismo nacional e regional, indispensáveis para organização dos trabalhadores, até o momento de luta coletiva. Analisa-se o passo a passo da greve, as estratégias de mobilização e os avanços conquistados. Como fonte, atemo-nos aos jornais de grande circulação, a bibliografia especializada e relatórios.

## A modernização da agricultura na agroindústria canavieira

Com o golpe civil-militar em 1964, novas estratégias foram empregadas para atribuir ao Brasil o papel de competidor internacional. A partir daquela década, a acumulação do capital no campo marcou-se pela modernização da parte técnica, com consolidação dos complexos agroindustriais, cujas bases estão em políticas de créditos rurais que atenderam aos interesses de segmentos da classe patronal (Novaes, 1993).

Através de programas oficiais como o Programa de Racionalização da Agroindústria Brasileira (1971), do Programa Nacional de Álcool (Proálcool) e do Planalsucar, foram concedidos “estímulos à fusão, incorporação e relocalização de unidades industriais açucareiras” em todo país (Brasil, 1971). Ao longo dos anos 1960 e 1970, os usineiros de diversas regiões do país acessaram empréstimos, subsídios e incentivos fiscais, visando aumentar a produtividade.

Estes empréstimos foram empregados na construção, trocas de caldeiras e equipamentos de moagens mais modernos, que, no entanto, permaneceram ociosos e com baixa utilização até a metade da década de 1970. Como explicam Rodrigues e Ross (2020) a ociosidade ocorreu devido à inexistência da crise do petróleo naquele momento, cujo custo de produção da gasolina era menor que a produção de álcool. Portanto, era mais vantajoso a produção de açúcar para exportação, situação alterada posteriormente.

A modernização, considerada conservadora por autores como Silva (1981)

pautou-se pela intervenção direta no Estado no projeto, desenvolvimento e aplicação, bem como a implementação de legislações e dispositivos específicos. Na prática, as alterações na base industrial acentuaram o processo de extinção de unidades produtivas menores pelas maiores, através dos projetos de fusão e exclusão do fornecimento de cotas de produção de açúcar ao Instituto do Açúcar e do Álcool daquelas que não atingissem o padrão mínimo esperado .

Em relação à questão fundiária, Palmeira (1989) indica que as estruturas das propriedades não foram alteradas, tornando-se ainda mais concentradas, com maiores disparidades de renda, incrementando o êxodo rural e impulsionando a taxa de autoexploração dos trabalhadores. Além disso, pautaram-se pelo aumento da mecanização da atividade agrícola, com incremento no uso de insumos químicos, intensificando as ambiguidades nas relações entre capital-trabalho.

Na região de Campos, os projetos desenvolvidos pelos militares, implementado pelo IAA e adotados pelos usineiros tiveram efeitos práticos na degradação das condições de vida e trabalho. Com a introdução de máquinas de carregamento, transporte e esmagamento da cana, os números de dias de safra foram encurtados, de 7 a 8 meses – de maio a dezembro –, para 3 ou 4 meses, sendo que entre 1977 e 1985 o número médio de dias efetivo de moagem reduziu-se para 117 (Neves, 1997, p. 194).

Portanto, com a redução do tempo, os trabalhadores intensificavam o processo do corte da cana, cujo ganho era por produção, com vistas a atingir um mínimo suficiente para sua subsistência. Intensificar a jornada do corte significava, simultaneamente, degradar sua condição física e psicológica, diante do esforço dispendido na atividade. Ademais, a introdução das máquinas diminuiu a mão de obra empregada, incrementando o desemprego e contribuindo para o agravo da vida dos canavieiros.

Essas questões se tornaram ainda mais graves com o fracasso das políticas no final da década de 1970, que não atingiu os resultados mínimos esperados (NEVES, 1997b, p. 33-34).O processo de decretação de falência das unidades, mesmo com os esforços, investimentos e políticas destinadas ao setor, modificou as relações de trabalho, impulsionando processos de demissões, trabalho clandestino, venda de fazendas, expulsão de trabalhadores-moradores, roubo na balança, etc., intrínsecos ao setor. Em síntese, a falência das usinas representou um processo imediato e crescente de deterioração das condições de vida e trabalho, bem como as

oposições e reações sindicais, a serem discutidas no próximo tópico.

As consequências da modernização e as reações do sindicalismo regional

Como abordado acima, os incentivos fiscais aos usineiros para modernização da agroindústria não foram suficientes para manter a atividade lucrativa, devido a múltiplas razões. Por isso, durante os anos da década de 1980 os trabalhadores mobilizam-se para exigir direitos, reivindicar atenção do Estado e exigir mudanças significativas. Àquela altura, cerca de 70 mil pessoas eram empregadas no parque açucareiro, segundo dados levantados por Ribeiro (1987), entre homens, mulheres e crianças. Destes, a maioria era considerado “bóia-fria”, trabalhadores assalariados contratados durante a safra, sem registro formal e/ou ligado a empreiteiros. Portanto, sem a compreensão dos efeitos do trabalho clandestino naquele momento não é possível explicar a greve de 1984.

Antes de especificá-lo, torna-se necessário discutir o árduo ritmo de trabalho nos canaviais no recorte analisado. Conforme indicam os estudos de Neves (1989), a média de corte por trabalhador era de até três toneladas na década de 1980. O trabalho, executado por repetitivos golpes com o podão bem rente ao solo, exigindo a curvatura da coluna cervical, ocasionava frequentemente dores e câimbras nos trabalhadores .

Esse esforço era realizado por homens, mulheres e crianças de todas as idades, dos mais jovens aos mais velhos, costumeiramente ilegalmente. Portanto, o trabalhador clandestino era de todos os gêneros, com predominância das mulheres e crianças, principalmente pelo menor salário pago a eles . Sua condição era pautada pela ausência de vínculos empregatícios, carteira de trabalho ou registo formal. Desse modo, não contribuíam para previdência, não possuíam direito a férias, 13º salário, descanso remunerado ou outros direitos sociais.

O pagamento dessa categoria era acordado diretamente com o administrador da fazenda ou empreiteiro. As empreiteiras constituíam empresas juridicamente registradas, que através da figura do empreiteiro (podendo ele mesmo ser o dono, sócio ou contratado), aliciava a mão de obra local e nacional e fazia as contratações para prestação dos serviços nas usinas ou fazendas particulares de plantadores de cana.

No formato da empreitada, a classe patronal abstinha-se da responsabilidade e

encargos trabalhistas, sendo todos condicionados à empresa contratada pela usina. Os direitos, no entanto, não eram pagos e os trabalhadores sofriam com constantes ameaças e exploração, encontrando dificuldades para reivindicar na justiça seus direitos (RIBEIRO, 1987).

Desta maneira, no final da safra os trabalhadores submetidos à figura desses agentes encontravam-se desamparados, principalmente pela impossibilidade de comprovação da prestação de serviço ao usineiro, diante de suas múltiplas estratégias de dominação. Havia uma preocupação coletiva entre os trabalhadores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG-RJ) com o destino e o desrespeito para com eles.

As insatisfações coletivas e a pressão exercida pelos movimentos sociais no período da redemocratização, favoreceram a realização, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1979, com objetivo de unificar o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) e obter conquistas a partir da luta em conjunto, tendo a Reforma Agrária como uma das pautas principais. Medeiros (1989) demonstra que:

> Além da reforma agrária, o encontro reivindicava o cumprimento da legislação trabalhista, visto que se constatava que 80% dos trabalhadores do campo sequer tinham carteira assinada, garantia aos trabalhadores rurais dos benefícios previdenciários que a legislação assegurava aos urbanos, incentivos às culturas dos pequenos produtores etc (Medeiros, 1989, p. 116).

Fruto desse contexto, a greve de Pernambuco, em outubro de 1979, pode ser compreendida como reflexo do esforço organizativo do “complexo Contag” a partir desses encontros, que tinha como característica a estrutura vertical, passando pelas federações estaduais e chegando aos sindicatos regionais. A greve pernambucana, planejada dentro da lei de greve , permitiu que a Contag tivesse no movimento um laboratório que posteriormente se espalhou por todo país, com dois elementos principais: “a articulação da ação a partir da confederação e a luta respeitando os parâmetros legais” (Medeiros, 1989, p. 125). Logo, durante os anos 1980 as lutas por condições salariais e o cumprimento da legislação foram estimulados e desenvolvidos pela confederação, articulando os níveis estaduais e locais, onde o confronto ocorria. Evidentemente, essa tendência não foi unânime, como os casos de Guariba e Campos demonstraram.

Ademais, em 1980 ocorreu o 1º Encontro Nacional dos Assalariados, organizado pela Contag e realizado em Carpina, Pernambuco. Naquele encontro, foram discutidas e aprovadas as propostas da luta unificada de 1981 para instaurar a Convenção Coletiva do Trabalho, unificando a categoria por meio de uma data base estadual, que diferiam e definiam anualmente as propostas previstas para a campanha salarial (Ribeiro, 1987).

A partir desses e outros espaços e propostas, o MSTR incentivou uma postura mais combativa para o cumprimento da legislação dos contratos, questionando, mas não abdicando, dos resultados obtidos na justiça do trabalho. As decisões do congresso foram somadas à luta do STRC, principalmente pela possibilidade de manter a forma de luta – legalista –, mas obtendo apoio externo e multiplicando as conquistas.

Dessa maneira, a greve de Campos esteve inserida em contextos de possibilidade de transformação pela união dos canavieiros de todo o país, espelhando-se nas vitórias obtidas em Pernambuco e Guariba, fruto da unificação proposta pela confederação e pela coragem de paralisação, mesmo diante da possibilidade de repressão. Contou com a presença dessas entidades, articuladas na defesa das transformações imediatas, bem como líderes políticos regionais, discutidos a seguir.

## “A CARTA DE ALFORRIA’” DOS CANAVIEIROS CAMPISTAS

Discutiu-se acima a importância da articulação do movimento sindical para reorganização das bases dos canavieiros no período de redemocratização. Isso significou uma transformação na atuação do STRC, bem como na relação dos canavieiros com o universo das usinas. Essa transformação ocorreu, pois conforme demonstra Ribeiro (1987), o sindicato campista possuía uma relação ambígua com seus associados, já que ao longo dos anos pautou-se na luta formal, na esfera jurídica, evitando o confronto direto com os patrões, por vezes sendo acusados de “legalistas”.

No entanto, cabe considerar as condições de repressão e intervenção dos sindicatos ao longo da ditadura civil-militar, que pode contribuir para compreensão dos limites de atuação do mesmo, evitando o fechamento, perseguição, assassinatos e/ou intervenções. O clima político favorável e um processo de desencanto coletivo com as lutas na esfera trabalhistas – ocasionado pelas relações entre a classe patronal e a

justiça, cujas decisões dos processos favoreciam os patrões – permitiu maior mobilização e transformação dos modos de luta do sindicato campista, aderindo às experiências grevistas de outros locais, enviando representantes para aprender as etapas da greve, como mobilizar os trabalhadores, as possibilidades de negociação, etc . Em síntese, iniciavam um modo mais combativo de luta.

Ao longo de 1984, com apoio da FETAG/RJ, são promovidos diversos encontros para conscientizar e atualizar os trabalhadores das lutas existentes em outras regiões, junto ao STRC. Além disso, havia uma autonomia dos canavieiros campistas frente às condições de vida. Infere-se, a partir das análises das fontes de jornais, revistas e bibliografia uma construção do problema até o momento de deflagração e uma constante tentativa dos trabalhadores e do sindicato em transformar as relações com o usineiro/fazendeiro através da negociação. Como indica Gonçalves (2019) e os jornais analisados, apresentam a greve como uma resposta à conjuntura nacional, regional de desemprego, aumento dos gêneros alimentícios, ausência de direitos trabalhistas e desencanto com os processos.

A concepção de resistência apenas em momentos de grandes eventos não se mantém coerente após a análise e comparação das fontes. Conforme publicado no (Jornal, 1984a), realizou-se a prática de destruição das plantações e saques em maio de 1984, meses antes da greve. Os trabalhadores ao longo de todo o ano exemplificaram sua coragem, exacerbada durante a paralisação, exponenciando o que a unificação da classe conseguiu almejar, organizadas ou não pelo sindicato e pela confederação.

O momento de deflagração realizou-se fora da Lei de greve, criada para ser uma lei “antigreve”, cujas bases de possibilidade já haviam sido construídas e desenvolvidas pelos trabalhadores e Sindicato desde antes do I Encontro dos Canavieiros do Estado do Rio de Janeiro, em 22 de julho. Essa hipótese é corroborada por Gonçalves (2019) ao mapear um panfleto de uma reunião do dia 28 de junho, localizada no Ginásio do Americano Futebol, organizada pelo Sindicato, Federação e Confederação.

Ademais, o movimento de conscientização das lutas iniciou meses antes, inclusive com a participação do STRC nas greves de Pernambuco, naquela época experiente na realização de paralisações, como já mencionado. Ao longo de dois meses a preparação para o I Encontro foi orientada pelo modelo da Contag, através da FETAG e dos STR. Os líderes sindicais iam às casas, demonstrando as conquistas

que poderiam ser obtidas e o resultado da união da classe em outros locais, como espelho para o Rio de Janeiro. A despeito das críticas ao modelo de sindicalismo da Contag, que segundo seus opositores não contemplavam a ação pelas bases, a preparação do evento é pautada justamente na necessidade da presença e engajamento do trabalhador.

Além disso, o episódio fortaleceu as alianças políticas regionais e locais, extra e intra STR. Como exemplo, contaram com a presença do Bispo de Campos, Dom Carlos Alberto Navarro, ligado ao setor mais progressista da Igreja Católica, em oposição ao seu antecessor religioso, ligado à Tradição, Família e Propriedade (TFP), com histórico de ataques e oposição às lutas por Reforma Agrária em Campos. Segundo O Fluminense, o bispo foi convidado para “"dar sua bênção para que sejam encontradas as melhores soluções num prazo breve pelos caminhos da paz, do entendimento e fraternidade" (O Fluminense, 1984b).

As reivindicações eram relacionadas aos direitos trabalhistas e a melhoria nas condições de vida, sendo elas: mudanças nos valores relativos ao pagamento da cana (irrigada, cana crua, cana queimada), fim da figura do empreiteiro - solicitando contratação direta com a empresa -, melhorias no transporte, aumento do salário-mínimo da categoria, direito à efetiva representação sindical, fim do pagamento em crédito, fornecimento de recibos de pagamento, remuneração nos dias de chuva desde que o trabalhador comparecesse e equipamentos de proteção individual adequado. Suas descrições específicas serão descritas abaixo.

Consideramos, a partir das fontes analisadas, que o I encontro dos Canavieiros, realizado no dia 22 de julho, é o marco inicial para encaminhamento da greve. O encontro contou com a presença de vários setores e de José Francisco, então presidente da Contag, com vistas a unificar e estruturar a luta e debater a possibilidade de uma greve a ser construída posteriormente. A greve não é decretada naquele instante, pois o objetivo principal era discutir as cláusulas a serem encaminhadas ao sindicato patronal. No entanto, preparavam-se para uma possível recusa e construíram alianças políticas caso não houvessem soluções.

Delibera-se no dia 22 de julho, o prazo até o dia 29 para atendimento das demandas ou início das negociações, somadas a pressão que deveria ser exercida pelo STRC e entidades representativas, informando sob o risco real de paralisação. Os trabalhadores, através do Sindicato, procuraram negociar com os patrões desde antes do dia 29, possivelmente acreditando que a própria capacidade de demonstrar

interesse em uma greve fosse suficiente para coagir os patrões e fazê-los sentar à mesa para estabelecer as negociações sem uma ruptura brusca. De fato, isso não ocorre.

O argumento é corroborado por Jose Sales, suplente da diretoria do STRC no período. Como explica, a greve não fora deflagrada na grande assembleia do dia 22, mas sim, no dia 29, que era o momento “pra ter resposta dos patrões, se eles realmente tinham atendido à nossa reivindicação” (CEDI, 1985, p. 64). Conforme apontou Gonçalves (2019), não só os trabalhadores sabiam das conquistas das greves em outros Estados, como José Sales reforça serem respaldados por Pernambuco e São Paulo, e isso informava aos trabalhadores a importância daquele momento.

Os patrões, seja por considerarem ilegítimas as reivindicações ou por argumentarem a impossibilidade da equiparação a Guariba, não acordam uma negociação. Desse modo, reunidos no dia 29, no Automóvel Clube, cerca de 4000 trabalhadores, representando oito sindicatos da região Norte Fluminense, optam pela greve a partir das 00h. Nos momentos seguintes, 11 usinas paralisaram quase totalmente, sendo elas: São João, Santa Cruz, São José, Tocos, Baixa Grande, Novo Horizonte, Cupim, Queimados, Barcelos, Cambaíba e Poço Gordo.

> Os 100 mil canavieiros que trabalham em oito municípios do norte-fluminense decidiram entrar em greve a partir de hoje. Vão permanecer em greve até verem atendidas as suas reivindicações. O movimento dos boias-frias está coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pela Federação Nacional da categoria. Na assembleia realizada ontem no Automóvel Clube Fluminense, em Campos, estiveram presentes mais de 4000 canavieiros, que aprovaram por unanimidade a paralisação da categoria. Após vários meses de negociação, os boias-frias da região Norte-Fluminense elaboraram um documento que foi entregue aos usineiros com as reivindicações mínimas da categoria (Tribuna da Imprensa, 1984a).

A greve decretada paralisou, diretamente, 30 mil trabalhadores, e indiretamente, 100 mil. Como reivindicação, exigiam: redução do corte de sete para cinco linhas, pagamento de Cr$1.740,00 por tonelada de cana cortada, Cr$60,00 por metro linear para cana comum, Cr$160,00 para cana irrigada, assinatura da carteira de trabalho direto pelo empregador, fim das empreiteiras, transporte seguro e gratuito, fornecimento de ferramentas, comprovante de produção, remuneração e pagamento

nos dias de chuva baseado na média.

Apesar da assembleia do dia 29 ter reunido 8 sindicatos da região, os grevistas esperavam o apoio dos sindicatos de São João da Barra, Macaé, Conceição de Macabu, São Fidélis, Bom Jesus, Cabo Frio e Itaperuna, que contava com uma destilaria de álcool.

As negociações entre a classe patronal e os trabalhadores deveriam ter iniciado no dia 30, mas pela impossibilidade do delegado do Trabalho, Pedro Correa Neto, foram adiadas para o dia 31. O delegado não pode comparecer, pois havia sido deflagrada a greve dos metalúrgicos (O Fluminense, 1984c).

Junto a eles, participariam da reunião na Subdelegacia do Trabalho de Campos, o secretário estadual do trabalho e habitação, Luis Paulo Machado e o secretário Carlos Alberto de Oliveira (Última Hora, 1984a). Mesmo diante de todos os indícios e afirmação da paralisação caso não houvesse negociação com os usineiros, os trabalhadores ao chegarem para reunião no dia 30, na subdelegacia do trabalho, surpreendem o subdelegado Afonso Barbosa e Célio Wagner, presidente do Sindicato Rural, que representava os fornecedores de cana. Segundo a fonte analisada, o subdelegado teria perguntando “Eles estão em greve?”, alegando que “não pode haver paralisação, pois estamos em negociação” (O Fluminense, 1984c).

Manoel Francisco Pereira , combativamente, teria respondido que: “Não podemos bancar o avestruz e esconder a cabeça, pois o problema é sério e tem que ser resolvido com urgência” (O Fluminense, 1984c). Após a anuência da paralisação no dia 29, o que demonstram as fontes e os discursos dos sindicalistas é o retorno às atividades apenas quando tivessem garantias do cumprimento das exigências, principalmente, pois a fome não esperava. Mesmo com o adiamento da reunião, os trabalhadores permaneceram mobilizados no Sindicato, contando com apoio da Contag e da FETAG/RJ. José Francisco, ao conceder entrevista, alertou que "se o adiamento foi uma tática, os usineiros erraram, pois, a greve vai continuar ainda mais forte"(O Fluminense, 1984c).

Célio Wagner, representando o interesse de sua classe, considerou absurdo o pagamento de Cr$1.740 por tonelada de cana cortada, “admitindo que os fazendeiros e usineiros da região não dispõem de recursos para isso, adiantando que é possível uma melhoria”. No entanto, apesar de considerar absurdo o salário proposto pelos trabalhadores, silenciou-se quanto à questão das empreiteiras, considerando uma questão “de estrita competência dos usineiros” (O Fluminense, 1984c).

Evidentemente, não poderia se posicionar contra essa forma de contratação, pois favorecia o lucro da classe patronal, isentava de responsabilidades e aumentava a exploração e dominação dos canavieiros, além dos fornecedores também utilizarem deste serviço.

O silêncio de Célio Wagner sobre as empreiteiras é contraposto à fala do presidente do STRC, Manoel Francisco Ferreira, ao denunciar as estratégias pelas empreiteiras para não pagar os direitos trabalhistas após a safra. Segundo ele, as empresas decretavam falência e retornavam no início da safra seguinte com outro nome.

> Ao final das safras, diversas empreiteiras abrem falências só para não pagar os direitos dos trabalhadores, entre os quais a empresa Pau-Ferro. - No ano passado, segundo ele, a firma JB Azevedo abriu falência e, este ano, voltou com outro nome (Serv-Solo), que tem Geronso Braga de Azevedo e um tal de "Nilzão" como proprietários (O Fluminense, 1984c).

Imaginemos: ao longo de toda safra, humilhações constantes, sobrecarga da jornada de trabalho, perda de peso, desgaste físico, emocional, acidentes de trabalho e o medo do desemprego no restante do ano. No término, a demissão sem direito algum, “uma mão na frente e outra atrás” e o medo da fome por sete meses.

Desse modo, a greve permitiu uma maior visibilidade das circunstâncias na imprensa. Possibilitava ao sindicalismo – e sindicalistas – potencializar e divulgar questões e questionamentos pouco dimensionadas pela mídia em momentos de “normalidade”. Isso é, existia a possibilidade de construir uma narrativa favorável aos seus interesses, demonstrando o lado ruim daqueles que se diziam portadores de bons valores, homens íntegros e empresários respeitáveis, como os usineiros.

A publicização da miséria poderia impactar o público leitor do jornal, ao perceberem naquelas famílias tradicionais da região a associação ao trabalho em condições análogas à escravidão, atraso de salários e humilhação dos mais pobres. Não são denúncias vazias de importância política e contribuíram para a negociação e vitória do movimento. Os dirigentes sindicais e assessores compreendiam a disputa de narrativas presentes no campo político.

Por isso, considerar seus pronunciamentos apenas como denúncias pautadas na indignação retira o caráter reflexivo e estratégico do movimento. Eram, ademais, assessorados por profissionais de diversas áreas qualificados para auxiliar na construção de discursos que angariassem apoio. A própria vivência sindical e o

entendimento dos processos políticos permitiam essa articulação.

Como exemplo, a entrevista de Eraldo Lírio ao jornal Última Hora (RJ) indicou, mais do que denúncias, um apelo ao público ao abordar o trabalho infantil, a sobrecarga das mulheres e os transportes indevidos. Segundo o presidente da FETAG/RJ:

> Crianças de 10 anos de idade trabalham como adultos, recebendo de Cr$500 a Cr$1 mil por dia. As mulheres, até mesmo grávidas, executam serviços pesados e sua remuneração varia de Cr$1 mil a Cr$2.500 por dia. Os trabalhadores são transportados em carros de carregar gado, sem qualquer higiene ou segurança. Os desmandos dos patrões fazem parte do dia a dia (Última Hora, 1984a).

Retornando à organização grevista, a partir das 00h, quando foi decretada e ao longo do dia 30, os sindicalistas percorreram as fazendas, mobilizando trabalhadores, atualizando as notícias e reforçando a importância da unidade. Realizaram, ainda, piquetes para impedir o desembarque nas lavouras, ameaçando incendiar ônibus e caminhões que transportavam os trabalhadores que moravam nas favelas próximas. Os piquetes foram estrategicamente posicionados nas pontes que cortam o Rio Paraíba do Sul, que liga Campos à Guarus, nas entradas e saídas de favelas próximas e nas principais estradas de acesso aos canaviais (Jornal do Brasil, 1984a).

Diferente de Guariba, no primeiro dia da greve não houve nenhuma repressão, o único incidente registrado foi a presença de dois camburões da Polícia Militar em Barcelos e Travessão, interessados em garantir a “proteção” daqueles que desejassem trabalhar. Após interferência dos advogados do STRC, liberaram a área e deixaram a negociação por conta dos próprios trabalhadores. Além disso, diferente da oposição estabelecida pelo governador de São Paulo à greve de Guariba, no Rio de Janeiro, o governador na época, Leonel Brizola, engajado nas lutas pela redemocratização impediu–solicitado por Anthony Garotinho, radialista e militante pelo PDT, e sua esposa, Rosinha Garotinho – a intervenção policial, garantindo a livre manifestação.

Os usineiros reuniram-se, na noite no dia 30, para avaliar a situação e as cláusulas que iriam negociar na reunião do dia seguinte. A mesa-redonda iniciou-se, finalmente, no dia 31 de julho, às 8h30, na Subdelegacia Delegacia Regional do Ministério do Trabalho. Estiveram presentes cerca de 30 pessoas, como presidentes dos sindicatos, advogados, presidente da confederação e federação, além de Pedro

Correia Neto e os representantes da agroindústria.

Os usineiros não aceitaram de forma pacífica a negociação e inicialmente tentaram boicotá-la alegando que o STRC não tinha competência, segundo o enquadramento sindical, para representar os rurais, pois eram enquadrados como industriários. A argumentação foi deslegitimada pela observação do acordo não se referir à filiação previdenciária ou equivalentes.

Após cinco horas de negociação, firmaram um acordo coletivo do trabalho, pondo fim à greve. Segundo entrevista de José Francisco, naquele momento os trabalhadores começaram a ser libertar, alegando ser a carta de alforria dos canavieiros (O Fluminense,1984D) . Política e simbolicamente, os trabalhadores rompiam com os grilhões e soltavam o grito preso desde 1964, demonstrando à classe patronal e a sociedade civil a organização, decisão e capacidade de reflexão dos cortadores de cana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conquistas obtidas durante as negociações, ao menos na esfera legal, foram significativas para os canavieiros, principalmente pela tabela das tarefas do corte de cana e fim das empreiteiras, que os favoreceria em futuras decisões judiciais. As demandas iniciais, a redução do corte de 7 para 5 ruas e o preço da tonelada também foram atendidas. O valor passou de Cr$900 para Cr$1.430, que proporcionaria um salário médio de 200 a Cr$250 mil mensais para os homens. Além disso, conquistaram no plano legal: fornecimento de equipamentos de trabalho (como botas, luvas, macacão, podão), transporte seguro e gratuito, pagamento do 13º salário e dias parados por conta de chuva, assinatura da carteira de trabalho, extinção das empreiteiras, fornecimento de comprovantes contendo o nome do empregador a produção realizada, quantidade de tarefas executadas e os descontos.

Para os usineiros, a greve de 36 horas representou um prejuízo de 4 bilhões e 140 milhões de cruzeiros na receita. Além disso, as usinas deixaram de receber 100 mil toneladas de cana, que poderiam gerar uma produção de 180 mil sacos de açúcar. Segundo a diretoria do Sindicato da Indústria da Refinação do Açúcar do Rio e Espírito Santo e seu diretor, Antônio Evaldo Inojosa, perderam também cerca de 10 mil toneladas de cana queimadas nas fazendas e que não foram cortadas (O Fluminense, 1984d).

Percebe-se, portanto, que o esforço dos grevistas, ao menos legalmente, foi concretizado com a assinatura do acordo. Além das conquistas relativas ao trabalho, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC) pôde construir novas formas de luta, para além daquelas estabelecidas na justiça legal. Dessa forma, a greve de 1984 explode com a Lei, mas é orientada e apoiada pela Contag e sua proposta de sindicalismo.

Evidentemente, a assinatura do acordo não significou a desmobilização e o cumprimento imediato das conquistas. Não apenas nos dias seguintes após a greve, mas nos anos passados, os trabalhadores e os sindicalismo lutaram pelo cumprimento da legislação e pelo direito à terra das usinas que decretaram falência. Diante dos objetivos pretendidos nesse trabalho, não será possível contextualizar o pós-greve, mas indica-se que após este período o STRC é fortalecido, e a aproximação dos associados a ele permitiram greves maiores e mais enfáticas nos anos seguintes, como 1985 e 1986.

**REFERÊNCIAS**


BRASIL. Decreto-LEI Nº 1.186, de 27 de agosto de 1971.

BOURDIEU, P. 1989. **O poder simbólico**. Bertrand Brasil; São Paulo.

CARRIÇO, A. 2020. Sobre o trabalho de assessoria a movimentos sindicais: duas trajetórias no sindicalismo rural. In: LEITE LOPES, J. S; HEREDIA, B. (org). **Movimentos cruzados, histórias específicas**. Estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020. p. 341-372

CEDI, **Centro Ecumênico de Documentação.** 1985. Canavieiros em Greve – Campanhas Salariais e Sindicalismo. São Paulo, dezembro.

GONÇALVES, R.M. 2019. **Canavieiros Na Região De Campos Dos Goytacazes**: Reflexões Sobre A Ação Sindical Da Constituição Do Sindicato À Greve De 1984. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

KAGEYAMA, A; SILVA, J. 1983. Os Resultados da Modernização Agrícola dos anos 70. **Estudos Econômicos**, 13 (3).

LAAT, E.F. 2010**. Trabalho E Risco No Corte Manual De Cana-de-açúcar**: A Maratona Perigosa Nos Canaviais. São Paulo, SP. Tese de Doutorado, Universidade Metodista de Piracicaba.

LOPES, José Sérgio; HEREDIA, Beatriz, 2020. **Movimentos cruzados histórias**

**específicas** - estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros. Editora UFRJ, Rio de Janeiro.

MEDEIROS, Leonilde, 1989. **História dos movimentos sociais no Campo**. FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), Rio de Janeiro.

NEVES, Delma Pessanha, 1997b. **Assentamento rural: Reforma Agrária em Migalhas** - Estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. EDUFF, Niterói, Rio de Janeiro.

NEVES, Delma Pessanha, 1997. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana. EDUFF, Niterói, Rio de Janeiro.

NEVES, Delma Pessanha, 1989. **Por trás dos verdes canaviais**. EDUFF, Niterói, Rio de Janeiro.

NOVAES, J.R. 1993. **Modernização, Relações de Trabalho e Poder**. Um estudo das transformações recentes na agroindústria canavieira no Nordeste. São Paulo, SP. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.

**O Fluminense**, 1977a. Distorções existentes no meio rural, propiciam surgimento de “novos-ricos”. Rio de Janeiro, 16 dez., p.7.

**O Fluminense**,1984b. Bóias-frias discutem greve no Domingo. Rio de Janeiro, 20 jul., p.9.

**O Fluminense**, 1984c. Greve por melhores salários para 25 mil bóias-frias. Rio de Janeiro, 31 jul., p.4.

**O Fluminense**, 1984d. Bóias-frias voltam aos trabalhos nos canaviais. Rio de Janeiro, 1 ago., p. 6.

**O Fluminense**, 1984e. Demissão em massa é o novo problema dos bóias-frias. Rio de Janeiro, 2 ago., p.7.

**O Fluminense**, 1984f. Nova paralisação pode sair em 8 dias. Rio de Janeiro, 2 ago., p.7.

**O Fluminense**, 1984g. Empreiteiro faz ameaças de morte à bóias-frias, 3 ago., p.7.

**O Fluminense**, 1984h. Boicote de cana ameaça o açúcar, 10 ago., p.1.

**O Fluminense**, 1984i. Indústria açucareira pode parar novamente, 10 ago., p.9.

**O Fluminense**, 1984j. Campos: fornecedores de cana começam boicote, 14 ago., p.7.

**O Fluminense**, 1984k. Trabalhadores rurais marcam assembleia, 16 ago., p.7.

**O Fluminense**, 1984l. Bóia-fria de Campos pode voltar à greve, 23 ago., p.

**O Fluminense**, 1984m. Bóias-frias podem parar mais uma vez, 26 e 27 ago., p.7.

**O Fluminense**, 1984n. Bóia-fria de Campos já voltou ao trabalho, 30 ago., p. 7.

**O Globo**, 1984. Usinas de álcool e açúcar voltam a operar após a greve, 2 ago., p.1

PALMEIRA, M. 1989. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, 3(7). Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8532, acesso em 12 de janeiro de 2022.

RIBEIRO, Ana Maria. 1987. **Passeio de beija-flor**: a luta do sindicato pela garantia da representação dos canavieiros fluminenses - Um estudo da ação sindical no campo. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

RODRIGUES, G.; ROSS, J. 2020. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil** – Perspectivas geográfica, histórica e ambiental. EDUFU, Minas Gerais.

SILVA, J.G. 1981. **Modernização dolorosa** – Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Zahar Editores, Rio de Janeiro.

PINTO, A.C. 2004. **Quem quebrou a casa de meu pai?** Editora Comunitá, Rio de Janeiro.

**Jornal dos Sports (RJ)**, 1984a. Campos, 31 de mai., p. 1.

**Jornal do Brasil**, 1984. Reunião hoje em Campos tenta pôr fim à greve dos cortadores de cana, 31 de jul.

**Tribuna da Imprensa (RJ)**, 1984a. Em greve os canavieiros fluminenses, 30 de jul., p.1

**Última Hora (RJ)**, 1984a: Canavieiros param e exigem direitos, 31 de jul., p.1

# RESISTÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA: TRAJETÓRIAS NA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO ANTÔNIA FLOR[1]

Patrícia Costa de Araújo[2]

GT1 - Transformações nos modos de vida, violência e formas de resistência no meio rural brasileiro

**RESUMO**

O artigo aborda a atuação de mulheres camponesas na conquista da terra no Piauí à luz da história de resistência da trabalhadora rural Antônia Flor e de mulheres camponesas na conquista do assentamento que tem seu nome, no município de Piripiri. Apresenta os aspectos históricos de vida de Antônia Flor e como se deu a construção política do assentamento. O trabalho foi desenvolvido com o olhar de gênero para a questão agrária, desde anos que antecedem ao golpe civil-militar em 1964 até a redemocratização na década de 80. O trabalho identificou o protagonismo de Antônia Flor como resistência capaz de semear a luta pelo direito à terra. A trabalhadora rural sindicalizada foi assassinada em meio aos conflitos pela terra, em 1984. Sua trajetória é uma referência importante para o processo de luta e conscientização de mulheres no Piauí na luta pelos seus direitos e por reforma agrária.
Palavras-chave: Luta pela terra, Trabalhadoras rurais, Conflitos agrários, Antônia Flor Piauí.

## INTRODUÇÃO

[1] Agradeço as mulheres trabalhadoras rurais assentadas do PA Antônia Flor e as mulheres agricultoras familiares do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri/PI pelo acolhimento e contribuição, que permitiu a realização da pesquisa.
[2] Instituição: Universidade de Brasília (UnB), patriciacostagp@mail.com.

O Piauí, estado situado no Nordeste do Brasil, faz parte das regiões marcadas por conflitos agrários. Terra forjada em histórias que evidenciam, a partir de memórias desenterradas, a violência contra o campesinato em consequência da concentração de terras e da desigualdade social. Assim como apontou Guimarães (1963) e Delgado (1985), que o monopólio da terra gera a exclusão de grupos sociais e regiões. Estrutura de um rural brasileiro, que na década de 1960, segundo Medeiros (1989, p. 56), se abriu no Brasil uma crise econômica, política e social de grande envergadura, em que as lutas no campo tiveram um papel significativo, na medida em que aqueceram a bandeira das reformas e transformaram a reforma agrária numa candente questão nacional.

Movimento que chegou no Congresso Nacional com a CPI das Ligas em 1961[3], que denunciou a miséria e a pobreza, principalmente no Nordeste, região onde se concentravam as tensões de perseguição e violência das tropas da ditadura. O Piauí estava inserido nesta luta, quando trabalhadores criaram sedes das Ligas Camponesas no estado, como mostrou Sousa (2016) ao referir-se ao campesinato piauiense na construção do debate nacional da urgência pela reforma agrária e pela reivindicação de direitos no meio rural.[4] As experiências mais abrangentes de organização com a palavra de ordem reforma agrária, tinham à frente as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e sindicatos ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Com o olhar de gênero para as questões agrárias e as lutas camponesas no Piauí, o artigo registrou a luta das mulheres camponesas pela formação do assentamento Antônia Flor, a partir das suas memórias, que são tomadas como elemento para também registrar aspectos históricos de vida de Antônia Flor (Antônia Maria da Conceição). Trabalhadora rural que chegou no território quando ainda se chamava Gleba Gameleira, em 1935, onde viveu como posseira por quase 50 anos, sendo assassinada durante os conflitos por terra. História que acontece após o golpe antidemocrático de 31 de março de 1964, que segundo Dreifuss (1981, p. 397), "não foi um mero golpe militar, foi um movimento civil-militar,[5] apoiado por uma elite

[3] Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instalada em 23 de agosto de 1961, destinada a investigar o fenômeno das Ligas Camponesas que surgiam no país, sobretudo no Nordeste (BRASIL, 1963).
[4] As Ligas Camponesas no Piauí são formadas em 1961 (CRESCE, 1962).
[5] Segundo Dreifuss (1981), a intervenção militar dependeu do grau de manipulação e controle que os oficiais, das Forças Armadas, exerciam sobre os escalões inferiores e sua capacidade de manter uma unidade político-operacional quando em ação, pois passaram a procurar ativamente a formação de um Estado-Maior antipopulista.

orgânica, mobilizada pelos grupos de articulação de diversos atores e facções, diferenciando o movimento de classe que levou à intervenção de 1º de abril".

O trabalho se conecta também ao período da redemocratização, na década de 1980, com o debate sobre gênero no meio rural, que de acordo com Butto e Hora (2008), Paulilo (2016), Pimenta (2006) e Schwendler (2009), foi um momento de reação das mulheres camponesas na luta pelo reconhecimento e pela valorização profissional enquanto trabalhadoras rurais e contra a desigualdade de gênero.

Realizou-se pesquisas bibliográficas e documentais, a pesquisa de campo, que ocorreu no Assentamento Antônia Flor, situado no município de Piripiri (PI), em janeiro de 2022. O artigo apresenta a narrativa de três mulheres camponesas do assentamento Antônia Flor. Suas memórias, individual e coletiva, foram registradas, partindo do que afirmou Michael Pollak (1992, p. 204) "o problema da ligação entre memória e identidade social, mais especificamente no âmbito das histórias de vida, ou daquilo que hoje, como nova área de pesquisa, se chama de história oral".

## Área de estudo: Gameleira até Assentamento Antônia Flor

O assentamento Antônia Flor foi criado[6] em 1º de dezembro de 2005. O documento de registro de imóveis do Cartório do 1º Ofício Jônatas Melo,[7] em Piripiri, consta que a primeira matrícula de registro do imóvel é datada de 9 de outubro de 1978, quando o território ainda se chamava Gleba Gameleira. A área territorial foi adquirida por compra e venda após 43 anos em que Antônia Flor já estava residindo e já tinha cerca de 88 anos, criado seus filhos, e o seu marido, Antônio Flor, já era falecido.[8] O primeiro proprietário a título de compra e venda da gleba Gameleira foi Francisco das Chagas Cruz, depois Francisco das Chagas Cruz Filho. Em seguida, as terras foram vendidas para a Agrocampo Ltda., cujo sócio foi identificado como Gilvan Ribeiro Calado. A firma que comprou a terra tinha estabelecimento na cidade de Recife (PE). No documento consta que a escritura pública de compra e venda foi

[6] Ver mais em INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2005.

[7] Ver em (Anexo A) em ARAÚJO, Patrícia Costa de. Antônia Flor e resistências de mulheres camponesas na luta pela terra em Piripiri – Piauí. 2022. 219 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/45742.

[8] Faleceu em 1974, de acordo com o registro fotográfico do túmulo de Antônio Flor (Anexo U) em ARAÚJO, Patrícia Costa de. Antônia Flor e resistências de mulheres camponesas na luta pela terra em Piripiri – Piauí. 2022. 219 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/45742.

lavrada em 19 de janeiro de 1989, no valor de 2.850,00 cruzeiros (Cr$).

A venda da terra para a Agrocampo ocorreu cinco anos depois do assassinato de Antônia Flor, e, somente depois de 15 anos, a terra teria sido objeto de penhora, em 16 de outubro de 1999, quando se iniciou o trâmite que reconheceria o local como assentamento, em 2005. Isso significa que, somente 21 anos depois do assassinato de Antônia Flor, a área é conquistada pelos posseiros e torna-se assentamento. Essa ação de execução forçada com pedido liminar contra a Agrocampo foi movida por Raimundo Nonato Martins da Silva, um dos posseiros que passou a ser beneficiário do assentamento após a regularização da terra.

## ASSENTAMENTO ANTÔNIA FLOR: LUTAS E RESISTÊNCIAS

As trabalhadoras rurais do Assentamento Antônia Flor que relembraram o caso que marcou a vida de toda uma comunidade e que deu nome ao local onde moram são: Antônia de Sousa Neta, mais conhecida como dona Nenê; Raimunda Maria da Conceição Silva, mais conhecida como dona Bulega; e Maria Alves Pereira. Elas revelam suas memórias a partir do que viveram, ouviram e compreenderam da participação no processo de construção da luta pela terra. Tornam-se, nas palavras de Diniz e Gebara (2022), “sujeitos de sua história”.

Dona Nenê, chegou na comunidade quando se casou com Enoque Ferreira Santiago, filho de Antônia Flor, com quem foi casada por 40 anos e teve cinco filhos. Seu esposo faleceu em 2019, com 71 anos. Vivenciou os conflitos por terra da região até a conquista do assentamento.

Raimunda Maria da Conceição Silva, 45 anos, é mais conhecida entre os moradores do PA como dona Bulega. É trabalhadora rural, mãe de três filhos e casada. Nasceu na região, quando o local ainda era chamado povoado Gameleira. Seu pai, que já faleceu, era trabalhador rural e também arrendatário de Francisco Ventura (Chico Ventura), o fazendeiro apontado como mandante do assassinato de Antônia Flor. Bulega era criança quando ocorreu o crime, tinha apenas cerca de sete anos. Ela também é parente do esposo de Antônia Flor, o sr. Francisco Flor, a quem chamava de tio.

A trabalhadora rural aposentada Maria Alves Pereira, 66 anos, mãe de uma filha, se mudou para o PA Antônia Flor em 1994, quando se casou com José Luís dos Santos. Dona Maria se diz atuante na comunidade.

As três assentadas da reforma agrária fazem parte da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Antônia Flor[9], entidade vinvulada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri.

Entre os anos de 1978 e 1999, a gleba Gameleira, viveu sob diversos tipos de violência no campo. Foram 21 anos de represálias contra os posseiros. Nesse intervalo de tempo, três novos donos da terra foram autores de diversas formas de agressão, fazendo da gleba a "terra da confusão", como diria Antônia de Sousa Neta, nora de Antônia Flor. A expressão pode ser compreendida como diz Diniz e Gebara (2022, p. 245), "falar", no verbiário feminista, é uma fala sempre no plural, mesmo quando pronunciada por uma só voz. O que elas contam sobre os conflitos pela terra mostra também o que observou Schwendler (2009): parte de uma longa história de opressão da mulher trabalhadora, inserida na cultura camponesa, numa sociedade patriarcal e capitalista, que reforça a ideologia hegemônica de gênero, que oprime a mulher a partir de normas discriminatórias socialmente aceitas.

Em 1978, quando a gleba em que moravam foi vendida ao latifúndio, para Francisco Ventura, mais conhecido por Chico Ventura, começaram os conflitos por terra. Ela chegou, inclusive, a ser ré na Justiça, processo no qual um juiz da Comarca de Piripiri teria decido a favor do latifúndio, determinando o despejo, mas ela se recusou a sair da terra sem indenização. Antônia Flor, que já era mãe de 12 filhos, rezadeira da região e viúva por duas vezes, aos 85 anos, foi uma das primeiras mulheres a se sindicalizar como trabalhadora rural, em 1975, ainda no primeiro ano de criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri. Seu assassinato ocorreu no dia 1º de dezembro de 1984, aos 94 anos, com um tiro de espingarda calibre 12, dentro da sua própria casa. O crime foi planejado pelo fazendeiro Chico Ventura ao contratar um pistoleiro, que se disfarçou de caçador perdido na mata para entrar na casa da trabalhadora rural. Ela acreditou, o acolheu, dando abrigo e comida. E, justamente, quando foi lhe servir a refeição, foi surpreendida com um disparo que lhe acertou o peito. Tombou ali mesmo, "sem assistência médica", segundo consta na Certidão de Óbito [10]de Antônia Flor, no

[9] A Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Antônia Flor foi criada pelos posseiros da Gleba Gameleira com o objetivo de organizar a comunidade e iniciar o processo de criação do Assentamento Antônia Flor.

[10] Ver em (Anexo b) em ARAÚJO, Patrícia Costa de. Antônia Flor e resistências de mulheres camponesas na luta pela terra em Piripiri – Piauí. 2022. 219 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/45742.

campo “causa da morte”. O instrumento que deveria ser fidedigno e refletir a realidade, oculta a informação do assassinato, não consta ao menos que ela foi baleada, ou seja, reafirma a impunidade e revela o conluio das instâncias públicas, como o que Carneiro e Cioccari (2010) descrevem sobre o resgate das memórias do que ocorreu no campo durante o regime militar:

> Foram construídas em grande medida no anonimato, em geral ignoradas pelos documentos oficiais, sobretudo porque foi ocultada sob o cotidiano de uma histórica relação de opressão e humilhação dos representantes do latifúndio contra os lavradores, os posseiros, os trabalhadores da terra. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010, p. 19).

A opressão foi tanta, que o proprietário da terra não apenas encomendou seu assassinato perverso, ele também não permitiu que o corpo de Antônia Flor fosse enterrado dentro de Gameleira, acreditando que a apagaria, inclusive, na memória dos demais posseiros. O fato mostra que não bastava eliminá-la, tinha de apagar qualquer vestígio da sua identidade.

Os filhos decidiram melhor sepultá-la nas redondezas, em uma área que fica localizada a 2 km de onde residia e que pertencia a um parente do ex-marido da trabalhadora. Hoje, no local, há um pequeno cemitério onde também está enterrado um de seus filhos, Cosme, que faleceu em 2008. Na época, a família[11] de Antônia Flor denunciou o crime. Mas não houve investigação. “A família foi que denunciou, mas nunca deu em nada. Não aconteceu nada”, diz dona Nenê (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022). Em seguida, Bulega relata:

> Aí, ficou abafado o caso e a família correu atrás, mas nunca encontraram quem tinha sido o matador né. Aí, depois de muitos anos foi que a gente soube que tinha sido o Chico Ventura que tinha mandado matar. Mas a família não pode fazer nada, né, porque ninguém tinha prova, né. (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

Na época do assassinato, o *Jornal Lavrador*, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de 1984, que denunciou o assassinato de Antônia Flor, aponta que os suspeitos não foram indiciados em processo criminal nem mesmo interrogados pelo

[11] Até a data da pesquisa de campo, soubemos que ainda há duas filhas de Antônia Flor vivas, uma reside em Campo Maior (PI) e outra em Brasília (DF). Tentamos contato para uma possível entrevista, mas elas não aceitaram participar. A outra filha não foi possível localizar, em tempo hábil, para a pesquisa de campo.

delegado de Piripiri, Armando Castro. A reportagem, cujo título “Posseira é assassinada”, descreveu a forma como a trabalhadora tombou: “O rifle me matou” — referindo-se à espingarda de calibre 12 (POSSEIRA, 1984). As aspas teriam sido as últimas palavras de Antônia Flor, quando era amparada por seus filhos. O assassinato também foi denunciado na Missa de 7ª dia pelas organizações: o sindicato, a CPT, o Centro Piauiense de Ação Cultura (Cepac) e a paróquia de Piripiri.

Pode-se dizer sobre o crime contra Antônia Flor que as relações estruturais do patriarcado forneceram alicerces ao assassinato considerando que, se, de um lado, o marco legal e institucional das formas de acesso à terra pouco amparou o campesinato brasileiro, de outro, foi a forma de constituição da sociedade agrária brasileira que acalentou as desigualdades entre homens e mulheres com a consolidação de uma sociedade patriarcal (BUTTO; HORA, 2008).

Dona Nenê ressalta: “Foi o Chico Ventura. Foi ele que mandou fazer isso com ela. Por que o que ele não podia fazer, ele mandava fazer. Era mata muié, era matar. Fosse o que passasse na frente dele. Ele era um mau elemento” (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

O mau elemento significa o fazendeiro violento, como ela mesmo explica:

> Ele jogava mais o cacete pra cima dela, porque ela que era a mãe, a chefe da família, acreditando que ao matá-la os outros “avuava”, dona Nenê refere-se a desestabilização da família e a eliminação do que ele considerou como raiz da resistência, “num ficava ninguém, era isso que ele queria. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

Antônia Flor não recuava diante de ameaças e intimidações dirigidas a ela proferidas pelo fazendeiro, que queria expulsá-la do território. Sendo assim, seu assassinato é planejado, uma criminalidade que reina ligada às crises econômicas e políticas, de ordem, como diz Perrot (2017), violência que muitas vezes toma livre curso, para o escândalo daqueles que, em nome da respeitabilidade, renegam às mulheres o direito à raiva, aos gritos, à briga.

Nas especificidades sobre a cena do crime, observa-se que Antônia Flor foi assassinada justamente enquanto realizava um trabalho doméstico de cozinhar. O que se pretende não é naturalizar essa atividade como própria do sexo feminino, contribuindo, como alude Pimenta (2006, p. 167), com uma situação de desigualdade e sobrecarga de trabalho para elas. Pelo contrário, segue em consonância com a

reflexão de Joan Scott (1995, p. 15) sobre as maneiras como as sociedades representam o gênero, de que não se pode fazer isso sem dar certa atenção aos sistemas de significados: “utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido, não tem experiência; e sem processo de significação, não tem sentido”.

É o que se fez ao interpretar as palvras de Dona Maria: “Ela lutou mermo, lutou que morreu. E ainda ouvi dizer que ela ainda deu de comê pro cabra que matou ela. É muita covardia. Por que a pessoa encher a barriga dum criente pra matar a gente” (MARIA ALVES PEREIRA, 2022). Isso representa que o ato de Antônia Flor foi o de acolher, como reafirma a outra assentada.

> Neste momento que ela tava fazendo os beju, ai o tio Francisco disse que entrou lá pra dentro, pra pegar uma rede pra armar pro cara, aí disse que quando ela foi trepando, tinha assim uma cordinha, a gente botava o bejuzinho dobrado na corda pra esfriar né, ai disse quando ela arribo a mão pra botar o beju, disse que ele meteu um tiro. E daí por diante foi só de cramô. (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

As mulheres assentadas nos dão acesso as memórias caladas pela repressão, e as narrativas seguem conforme Paulilo (2016), não como um conjunto coerente e orientado de relatos lineares de acontecimentos que se sucedem, mas sim como um relato que constrói e reelabora percursos.

Após Antônia Flor ser assassinada, cerca de um ano depois, Chico Ventura, o mandante do crime morreu envenenado. Para elas, a morte foi uma espécie de justiça divina em reciprocidade ao que ele fez:

> Mas Deus é justo, que quando foi pra o que mandou matar ela, quando foi pra ele morrer, ele mesmo se matou. Bebeu um copo de veneno e morreu. E o que veio pra correr mais o pistoleiro também morreu, adoeceu e disse que morreu lá todo preto. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

> Com fé em Jesus Cristo não a de haver mais conflito sobre a terra né. Por que o dono nós tem certeza que este já morreu, tá debaixo do chão né, num vem mais briga por ela. (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

As terras que pertenciam ao Chico Ventura ficaram sob responsabilidade da família dele. Bulega diz: “Depois que ele morreu os fios num ligaram mais pra cá, porque eles num tinham mesmo quase serventia, né, e quem brigava era o véi, né, aí

por causa dele ter morrido, aí também os fio abandonaram" (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022). O tempo é marcado por mudanças nas relações. Para elas, o conflito partia do "mau elemento", além dos filhos não terem interesse em manter a relação do capital com a terra.

Segundo dona Nenê, ao descrever o campo, a área de plantio era extensa e o latifúndio usava agrotóxico nas lavouras, prática geralmente usada em monoculturas. Ele teria, inclusive, se endividado com a compra dos produtos químicos, motivo pelo qual, mais tarde, foi vendida a da terra em pagamento da dívida: "Os filhos dele ficaram cuidando da terra até quando um homi que morava no Recife, que ele era vendedor de veneno, aí ele devia a ele uma carrada de veneno. Ele veio, chegou aí, procurou a família, de cara ele foi atrás da família, achou, o Zé, fio dele" (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

"Bichão muito rico", comenta dona Nenê, dizendo que o homem era um empresário do ramo agropecuário (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022). Os conflitos marcariam a terra novamente como o "terreno da confusão", que era a área ocupada pelos posseiros que retornariam a viver sob o domínio de um novo latifúndio.

Ela sacode as mãos carregadas da aflição vivida naqueles tempos: "Aí serve de que, que ele resolveram tudo né e passou toda a papelada pra ele. Ai saí do fogo, caiu nas brasa" (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022). A expressão marca como seria a relação nos próximos anos com o novo dono da terra. A brasa a que ela se refere era o sinal de repressão que poderia sufocar a capacidade de luta do povo, que já carregava o trauma mergulhado em sangue.

Gilvan Ribeiro Calado, sócio da Agrocampo ameaçou as famílias, derrubou casas, matou animais, destruiu roçados das famílias por quase 10 anos.

> Chegou aqui como galo, fazendo tudo quanto era ruim. Esse bicho deu tanto prejuízo pro pessoal aí. Ele matava os bicho nas mãos do dono. Os daqui, que morava aí pra cuida das coisas ele num quis, aí ele mandou uma peste de lá. E essa daí num era cristão não, era muito pior de que ele. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

Outra observação importante na fala de Nenê é que o novo dono da terra também optou por botar alguém da sua cidade para realizar seus mandos. Ela rememora que esse homem e Gilvan seriam igual ou pior que o Chico Ventura, que mandou matar Antônia Flor.

> Ai eles chegaram e bagunçaram fizeram e aconteceram, derrubaram casa, tiraram as coisa e jogavam aculá debaixo dos pau. Eu passei três dias com três noite debaixo dos pau com uma criança de dois anos e com uma de seis meses. Fiquemo aqui até um corre pra Santa Rosa, mora lá. Mas nóis continuemo. Nós nunca saímo. Os homi derrubando as casa fazendo a bramura que fizeram no dia que eles vieram. E eram os soldado né, tirando as coisas de casa, quando dá derrubava as metade das parede, fazia a maiô das coisa. Aí eu oiei assim, com o meu menino no quarto, o menino que tinha seis meses, eu oiei pra eles assim e disse assim: é, num momento como esse eu me arrependo muito de num ser um homi, porque se eu fosse homi eu podia ir pro inferno, mas um de vocês ia junto. Eu disse! Na cara deles! Eles num disseram nada não. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

O aspecto curioso da narrativa é da condição que dona Nenê coloca no "ser" mulher, dando a noção de poder imbricada pelo patriarcado na cultura, inclusive, das próprias mulheres. Ela reproduz o que apontou Judith Butler (2013), por muito tempo, o termo mulher, foi "fixado", normalizado, imobilizado, paralisado em posições de subordinação, de tal forma que um conjunto de significados foi levado a ser inerente à natureza real das próprias mulheres.

As mulheres se mantiveram resistentes muitos anos depois e a "terra da confusão" foi abandonada pelo "dono do veneno" somente, em 23 de dezembro de 1996, quando o terreno foi penhorado em ação de execução forçada, com pedido de liminar contra a Agrocampo, segundo dados da certidão do imóvel. Foram cerca de 30 anos para as mulheres camponesas alcançarem o direito de permanecer na terra. E foi junto às entidades sindicais que elas se organizaram e conseguiram o apoio que fortaleceu a luta com esse objetivo. Tal como Cunha (2006) aponta, conseguir um pedaço de terra sempre foi difícil. Para conseguir a regularização, é outra grande batalha. Há casos de lutas por posse de terra que duram mais de 30 anos e ainda não se tem o título dela.[12] Segundo o relato de dona Nenê:

> Apareceram um pessoal aí da Federal dizendo que esse terreno nunca tinha sido pago. Mas do jeito que tava a Associação tava segurando o terreno, mas que o terreno nunca foi pago, que nunca encontraram o bicho que tinha tomado de conta, do Recife o Juvan, nunca tinham encontrado mais ele, parece que o chão

[12] As famílias do PA Antônia Flor ainda não possuíam o título da terra até a data das entrevistas, em janeiro de 2022.

> abriu e ele cai pra dentro e pronto. Aí a gente diz que tá seguro, mas na merma hora a gente fica com essa daí na cabeça, imaginando que qualquer hora pode ter uma coisa pior. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

A questão apresentada por dona Nenê se refere ao título da terra. As famílias apesar de já estarem com o assentamento regularizado, ainda não possuem o título da terra. A criação do projeto do assentamento Antônia Flor ocorreu somente após 21 anos do assassinato de Antônia Flor, em dezembro de 2005.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo colaborou com os estudos sobre gênero e lutas camponesas, em especial no Piauí. Registrou aspectos sobre a exclusão histórica das mulheres ao trazer à cena a resistência de camponesas na construção e na conquista do Assentamento Antônia Flor. O estudo dá a palavra às assentadas como uma forma de reparar as injustiças sociais contra elas e torná-las *sujeitos* da sua própria história. O protagonismo de Antônia Flor foi determinante para a organização da comunidade de posseiros que construíram e conquistaram o Assentamento Antônia Flor. Ela significou resistência na gleba Gameleira capaz de semear a luta pelo direito à terra até nos dias atuais, sendo uma identidade importante para o processo de conscientização das mulheres trabalhadoras rurais sobre seus direitos.

Antônia Flor recriou uma referência de mulher ao mostrar que podia ocupar outros espaços diferentes daqueles reforçados pelo patriarcado, que se limitavam à casa e à cozinha. São por esses motivos que as lentes do estudo permitem compreender que Antônia Flor rompeu estruturas tradicionais predefinidas de um papel da mulher, em um contexto histórico marcado por muita repressão política.

Mostrou-se a mudança no protagonismo da luta pela terra, ao aprofundar a história de Antônia Flor e das mulheres camponesas. Com a pesquisa, tentou-se ressaltar o papel dessa mulher camponesa; Antônia Flor e as mulheres do assentamento saem da invisibilidade, ao dar voz as suas lutas contra o patriarcado e ao latifúndio. Compreende-se, assim, que, mais do que conhecer a história das mulheres camponesas, é preciso ressignificar suas trajetórias e reescrever esse passado com o olhar de gênero. É preciso reparar o passado de injustiças, mesmo que tardiamente e fazer da memória uma ferramenta que ensine as outras gerações

a construir um futuro sem repetir o passado escrito com sangue.

## REFERÊNCIAS


ARAÚJO, Patrícia Costa de. **Antônia Flor e resistências de mulheres camponesas na luta pela terra em Piripiri – Piauí**. 2022. 219 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/45742.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Resolução nº 162/1963. CPI destinada a apurar fatos ocorridos no Engenho da Pedra, Município de Água Preta, em Pernambuco, e ainda estudar as causas e implicações do fenômeno socioeconômico que deu origem ao aparecimento das ligas camponesas. **Diário do Congresso Nacional**: Seção I, Brasília, DF, supl., p. 93, 31 jan. 1963.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 2013. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457. Acesso em: 29 abr. 2022.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. *In*: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (org.). **Mulheres na reforma agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo** – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

CUNHA, Maria Margareth Costa. Menção honrosa. *In*: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENACHE, Renata (org.). **Margarida Alves**: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA: Iica, 2006. (Nead Especial). p. 23-33.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil 1964-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

DINIZ, Débora; GEBARA Ivone**. Esperança Feminista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DREIFUSS, René. **1964**: a conquista do Estado: ação política e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Fulgor, 1963. 204 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Superintendência Regional do Incra no Piauí. **Portaria Incra/SR-24/PI nº 67, de 7 de dezembro de 2005**. Cria o Projeto de Assentamento PA Antônia Flôr, no município de Piripiri, código Sipra PI0375000. Teresina, PI: Incra, 2005. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/retificacoes-

236762054?inheritRedirect=true&redirect=%2Fconsulta%3Fq%3Dincra%26start%3D5%26delta%3D75%26publish%3Dpast-year. Acesso em: 6 jun. 2022.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: EdUFSC, 2016.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Identidades em trajetória: gênero e processos emancipatórios na reforma agrária. *In*: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENACHE, Renata (org.). **Margarida Alves**: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA: Iica, 2006. (Nead Especial).

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

SCHWENDLER, Sonia Fátima. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2. p. 203-221.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 15, n. 2, p. 5-22, 1995.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais. As Ligas Camponesas e a violência no campo no Piauí (1963-1964). **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**, Parnaíba, ano II, n. 3, jul.-dez. 2016. Disponível em: http://doi.org/10.5281/zenodo.1175391. Acesso em: 4 maio 2021.

**Jornal**

CRESCE no Piauí o movimento camponês. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIII, n. 113, p. 3, ago. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=814261&pesq=pedregosos&pagfis=381. Acesso em: 4 maio 2021.

POSSEIRA é assassinada. **Jornal do Lavrador**, Comissão Pastoral da Terra, Teresina, n. 30, nov.-dez. 1984.

# "Um burro, uma canoa, um caminhão e um ônibus quebrado": memórias feministas e educação popular no interior do Maranhão na década de 1980

Júlia Moita1

**GT 1:** Transformações nos modos de vida, violência e formas de resistência no meio rural brasileiro.

**RESUMO**

O trabalho busca recuperar as memórias de mulheres ativistas de esquerda no Maranhão, na década de 1980. Para isso, foram realizadas entrevistas com feministas do grupo Mulheres da Ilha e recorto, neste trabalho, as lembranças da atuação nas zonas rurais do estado através das Comunidades Eclesiais de Base maranhenses, notadamente a Comissão Pastoral da Terra. Os movimentos sociais do estado, com o apoio de "forasteiros" (ativistas do sul e sudeste, padres estrangeiros), formaram uma rede católica e militante com capilaridade em toda a região.

Palavras-chave: Comunidades Eclesiais de Base; Ativismo feminista, Movimento de Educação de Base

## INTRODUÇÃO

As manifestações dos movimentos sociais de esquerda, no Maranhão, no final da década de 1970 e início da década de 1980 formavam uma rede heterogênea de diversos atores e atrizes que, na maioria das vezes, militavam em diversos grupos e defendiam variadas bandeiras. Neste trabalho, analiso a atuação do primeiro grupo

1 Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. Professora assistente de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia. juliamoita@ufu.br.

feminista da cidade de São Luís: o Mulheres da Ilha. Formado primordialmente por profissionais liberais, professoras universitárias e estudantes, o grupo se aliou de maneira consolidada à Igreja Católica do estado, principalmente com párocos ligados à Teologia da Libertação.

O movimento Mulheres da Ilha se organiza em São Luís em 1980. As mulheres maranhenses (ou que viviam por lá) estavam participando dos movimentos por abertura e redemocratização, antenadas aos movimentos urbanos que lutavam pela democracia e contra o capitalismo internacional - notadamente contra o Projeto Grande Carajás[i], que desterritorializava as populações periféricas da capital e impactava de maneira criminosa as populações rurais extrativistas.

O movimento pode ser descrito fundamentalmente como integrante da Segunda Onda Feminista, expoente da contracultura dos anos 1960 e 1970. Mulheres majoritariamente brancas, intelectualizadas e de classe média se organizaram para discutir os problemas femininos e, a seguir, lutar para transformar a realidade de suas companheiras, de classes sociais menos abastadas.

Durante as entrevistas com as participantes, pude notar, em todas elas, uma preocupação com o suposto elitismo do movimento feminista do período. É uma crítica recente (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 2002; HOLLANDA, 2019). Feministas do século XXI tem chamado a atenção para a ausência de interseccionalidade dos movimentos da segunda metade do século XX. Maria Lygia Quartim de Moraes (1990) afirma que as editoras da revista feminista “Nós, Mulheres” falavam para uma entidade abstrata, A Operária, que não lia a revista. As Mulheres da Ilha também buscaram falar para as mulheres menos favorecidas do Maranhão, nas entrevistas foram citadas as camponesas e as mulheres da periferia da ilha.

Também está presente no início do grupo, a clássica disputa com homens de esquerda (e algumas mulheres também), que consideravam que a luta devia ser pela emancipação do proletariado e, assim, de toda sociedade. De aordo com esta visão, da esquerda tradicional, a categoria classe teria primazia sobre gênero e raça.

As militantes definem o movimento como, a princípio, um grupo de intelectuais, interessado em fazer reflexões teóricas e acadêmicas sobre gênero e a situação da mulher. Como aconteceu em todo país, foi fundamental para a articulação do feminismo brasileiro a volta das mulheres exiladas pela ditadura, que chegavam com textos e práticas aprendidas por lá.

Por conta de ações de pesquisadoras vinculadas à UFMA, o grupo trabalhava em projetos em andamento, principalmente ligados aos temas de saúde e violência. Assim, usavam a base desses projetos, que já estavam organizados nos bairros ludovicenses. Também se utilizavam da estrutura criada pela igreja Católica e, então, expandem suas ações para o interior do estado, participando de projetos das CEBs e da Comissão Pastoral da Terra e atuando como educadoras populares nas áreas rurais maranhenses.

O trabalho monta um cenário do período através de estudos publicados e de entrevistas coletadas com as feministas. Foram dez entrevistas abertas, inspiradas pela metodologia de história oral; sete realizadas por Google Meet e três realizadas pessoalmente, com uma das informantes foram realizadas duas entrevistas. Do grupo pesquisado, quatro mulheres se declararam como participantes do Mulheres da Ilha, considerando-o como militância principal. Outras quatro se disseram simpáticas ao movimento feminista - e atuantes dentro dele - mas tinham outros ativismos predominantes – notadamente os vinculados às lutas sindicais e trabalhistas. Duas entrevistas foram feitas com homens que participaram da cena em questão.

## DESENVOLVIMENTO

### Forasteiras

*"Eu fui em lugares que ninguém foi"*

A rede de ativistas progressistas no Maranhão, no final da ditadura militar, contava com o apoio de pessoas de diversos lugares do país e do mundo: intelectuais, padres, ativistas, profissionais liberais. Havia uma espécie de sonho modernizante marxista, de "integrar" o Brasil. Uma esquerda que discutia as possibilidades de revolução em um país continental, em que cada região estaria em um estágio diferente de progresso – operários ao sul, camponeses ao norte. O sonho era compartilhado por diversos estratos sociais. Pela Igreja Católica, que através da Teologia da Libertação - e as consequentes Caritas e Comunidades Eclesiais de Base - acreditava na conscientização dos fiéis, que se ergueriam da terra para construir um mundo de justiça social. Pelo governo militar, que promovia projetos de colonização dirigida no norte do país, provavelmente por não se conformavam de não controlar uma parte da

nação. Pelos militantes, embebidos em ideias de revolução totalizadora e o interior era parte fundamental do projeto, assim, "debravar" o país tornou-se rito de passagem obrigatório da intelligentsia nacional. Tais ideias, amplamente difundidas, hoje assustariam o calouro de estudos decoloniais.

> *“Mas a minha geração toda pensava em fazer isso né? (...) tinha um grupo de amigos antigos que tinham ido para Salvador, tinha uma turma que tinha ido pra Paraíba (...) então, muita gente foi para lá, muita gente foi sempre para Salvador e nós com essa história do Maranhão" (Juliana).*

Assim, sulistas e sudestinos chegavam por diversos caminhos. Alguns vinham pelos projetos de colonização dirigida, como a COLENE. Somavam-se a essas ações, o caminho das ONGs e da, já citada, Igreja Católica. Outros, começavam a carreira acadêmica na Universidade local. Nessa conexão antiditatorial, desempenharam importante papel os padres europeus que estavam no Maranhão – e que são lembrados com carinho pelas minhas interlocutoras. Juliana se lembra do padre francês que a enviou para Santo Antônio dos Cearense, no centro-leste maranhense:

> *"Aí era cheio de padre francês, italiano, canadense, de todos lugares... que eram as pessoas que se identificavam com a Teologia da Libertação e aí ele nos mandou ir pra um povoado chamado... em Coroatá, chamado Santo Antônio dos Cearenses. Aí, a gente pegou o trem. O trem ele tinha uma história que jogavam pedra nele. Bom, a gente pegou o trem e aí eu ficava pensando, 'mas gente, as coisas aqui são tão...', não sei qual é a palavra... difícil, precário, algo por aí, 'e eles ainda vão jogar pedra no trem né?' (risos) Mas tinha essa lenda e era verdadeira porque jogaram pedra no trem!"*

Mas Juliana não chegou em Santo Antônio dos Cearenses de trem. Ela teve que fazer uma caminhada de doze quilômetros depois que desembarcou em Coroatá, no centro-leste maranhense. Ela avistou o povoada à noite e foi rapidamente recebida, com outros membros do grupo, e acomodada para dormir. Mas não conseguiu.

> *Aí fomos dormir numa rede, né? Aí eu escuto um barulho. A noite inteira "meu deus, que barulho será esse?", aí, no dia seguinte, eu descubro. Era o badalo da vaca 'plim', as vacas soltas com badalo pendurado, né? Que é um badalo lá, usado no Cazumba". (risos) Então, era um badalo. (Juliana)*

O estranhamento de Juliana é condizente à relação centro/periferia e com o, já citado ideal de integração dos ativistas.

Teologia da Libertação e Comunidades Eclesiais de Base

Os estudiosos da Teologia da Libertação (ANDREATTA, 2012, GALILEA, 1985, LIBÂNIO, 2012, VELEZ, 2012) parecem concordar em relacionar esta teologia ao Concílio Vaticano II, XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, que aconteceu entre os anos de 1962 e 1965. Ao convocá-lo, as principais preocupações do papa João XXIII diziam respeito à aproximação da Igreja com o mundo, percebendo-o além da Europa. De acordo com os pesquisadores o evento tem um significado especial, já que marca uma mudança da Igreja em relação aos debates teológicos que vinham acontecendo entre os membros eclesiais. Além disso, havia também um movimento leigo composto pelos praticantes do catolicismo e que trouxeram os problemas cotidianos para dentro da Igreja.

No prefácio do clássico livro “Teologia da Libertação: ensaio de síntese”, do teólogo chileno Segundo Galilea, publicado orignalmente em 1978, o bispo franco-chileno Jorge Hourton conta um pouco da própria história. Quando seminarista, na década de quarenta, ele se lembra de estudar apenas teólogos europeus e, quando debatiam as possibilidades de uma teologia latino-americana, ele e os colegas, invariavelmente, concluíam que a necessidade de atuar imediatamente, fazia com que os recém-ordenados não se dedicassem aos estudos filosóficos. Assim, uma teologia latino-americana, quando viesse, conclui, teria que ser inspirada pelo concreto.

O concreto teve voz na Conferência de Medelín, em 1968. Ali, inicia-se a "teologia pastoral" (GALILEA, 1985) latina, ou seja, uma teologia cuja ênfase está no conhecimentos dos sacerdotes que exercem atividades apostólicas e, portanto, é uma teologia da ação. Em edições posteriores da obra, Galilea inclui a Conferência de

Puebla, em 1979, como fundamental para a consolidação da Teologia da Libertação na América Latina, uma vez que orientou as pastorais a não tolerarem a pobreza em países cristãos. Além disso, Puebla "revela a face dos oprimidos na América Latina: indígenas e afroamericanos, camponeses sem terra, operários, desempregados e sub-empregados marginalizados e aglomerados urbanos, jovens frustrados socialmente e desorientados, crianças golpeadas pela pobreza, menores abandonados e carentes, a mulher, os migrantes, as prostitutas" (CHAVES, 2015, p. 20).

O sociólogo Michael Lowy (2016) prefere usar o termo Cristianismo da Libertação, considerando que a Teologia da Libertação seria a manifestação espiritual desse movimento mais amplo. Para ele, pode ser considerado um movimento porque envolve vários grupos distintos como "setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã, redes pastorais com base popular, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), bem como várias organizações populares criadas por ativistas das CEBs; clubes de mulheres, associações de moradores, sindicatos de camponeses ou trabalhadores etc" (LOWY, 2016, p.73-74). A capacidade de mobilizar grupos díspares traria a qualidade de movimento social para o fenômeno.

No Maranhão, como em todo país, os católicos voltavam-se para os mais pobres e, com o apoio dos leigos, a Igreja cria um aparato institucional que favorece a ação em prol dos desassistidos. Conforme elenca Pereira (2015), em 1995, o padre canadense Victor Asselin começa os trabalhos com a Comissão Pastoral da Terra (CPT); em 1981 começa a funcionar Comissão Justiça e Paz (CJP), vinculada à Arquidiocese de São Luís; "outras organizações como a Comissão Pastoral Carcerária (CPC), a Cáritas regional, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini (CDMP) também compunham esse conjunto de organizações de reinvidicação de direitos" (p. 46). Todas essas entidades eram compostas de diversos profissionais, de acordo com o autor, que formavam uma rede poderosa de contatos e assessoria. O método "ver, julgar e agir", proposto pela Teologia da Libertação, era utilizado pela maioria das agremiações e, assim, "com o tempo eles foram sendo chamados de CEBs, embora não tenham nascido como CEBs" (BORGES, 1998, p. 80). Dentro dos grupos havia atividades espirituais e religiosas e, também, ações políticas e de cunho

social. No campo, a Comissão Pastoral da Terra fornecia "assistência jurídica e educativa" (p. 83) aos trabalhadores rurais.

Os pesquisadores são unânimes em considerar as CEBs como uma expressão robusta da sociedade civil maranhense (PEREIRA, 2015, CHAVES, 2015, BORGES, 1998) na década.

Educação popular

"*O trabalho com as mulheres camponesas do Maranhão que eu fazia parte, começa assim...*", me conta Juliana. Ela foi designada, com uma equipe, para trabalhar em Caratupera, na fronteira com o Pará, "tinha aqui o Rio Gurupi aqui, o Pará aqui e o Maranhão aqui". Quando atracou o barco, a notícia. O restante da equipe teve problemas com o traslado e ela teria que realizar o trabalho sozinha. Ela pensou em fazer uma linha da vida com as participantes - perguntas que iam da infância à velhice das trabalhadoras rurais. Quando começou o encontro, porém:

> *"Então, eu bolei umas perguntas que eu ia fazer. Só que quando eu cheguei lá no encontro, naquela Arquidiocese lindíssima, as mulheres tremiam, eu vi que elas estavam muito nervosas. Então, quando eu vi as mulheres tremendo eu inventei a História da Besteira porque, quando eu vi as mulheres tremendo, eu me lembrei de mim que num dado um momento também tremia e aí então eu falei para elas 'vocês sabem por que vieram aqui? Por que vocês vieram aqui?'. Aquele silêncio. Porque a gente também trabalhava com as técnicas de corpo, era um trabalho muitíssimo interessante. Aí elas falaram 'não, não sei por que que a gente veio aqui'. Aí eu fiz assim 'vocês vieram aqui para falar besteira'. Aí elas começaram a rir. E contaram para mim que os maridos diziam assim 'que que você vai fazer lá? você só fala besteira'. Aí eu falei pois é exatamente isso que vocês vão falar para mim. Vocês vão falar besteira para a gente ver se é besteira, né"* (Juliana)

As técnicas utilizadas pelas Mulheres da Ilha na abordagem das camponesas tem inspiraçao no Movimento de Educação de Base, utilizados pelas CEBs, e

inspirados no método ver, julgar e agir (PEREIRA, 2015), fincados na pedagogia de Paulo Freyre. Também são tributárias dos grupos de conscientização feministas dos anos setenta, que ressignificavam as experiências das mulheres através do compartilhamento de histórias de vida (SARDENBERGH, 2011).

Na periferia rural de São Luís, práticas feministas e da libertação também se misturavam na ação das Mulheres das Ilhas com as moradoras. Ana, ligada a uma ONG internacional, se lembra de como a organização contatava a rede e realizava as ações:

> *"A gente tinha que fazer uma aproximação e, às vezes, não não dava muito certo; às vezes dava muito certo, né? A gente fazia o primeiro contato com a associação, a gente dizia o que estava se propondo a fazer. Aí reunia as mulheres e a gente fazia coisas incríveis. Eu quero te dizer que eu nem acredito. A gente dava aula sobre o corpo da mulher, com desenhinho, numa época que não tinha internet, não tinha, não tinha nenhum acesso de um audiovisual mais... (risos) um audiovisual mais interessante, a gente desenhava e era absolutamente informal e a gente sentava no chão com elas e ouvia as histórias..."* (Ana)

As questões ligadas ao corpo feminino traziam questões para a militância feminista. Como abordar o tema, em comunidades conservadoras?

> *Íamos lá, conversar com elas e colocar mais essas questoes da luta, problemas tambem da reproduçao e tudo mais, colocava também o aborto, essas coisas pessoais. Na verdade, elas falavam bem claramente!* (Vera)

*"Eu era educadora popular"*, mais de uma delas me disse durante a entrevista. E a educação popular foi a maneira como o feminismo encontrou de contatar as mulheres distantes dos centros urbanos brasileiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU CONCLUSÕES)

Leonardo Boff (2013) propõem que compreendamos a Teologia da Libertação como parte da contracultura. Um movimento com as marcas do "espírito do mundo", quando aconteceu, nas décadas de 1960 e 1970. O movimento feminista da Segunda Onda é, por excelência, uma das expressões mais relevantes da contracultura ocidental. O encontro destes movimentos com as comunidades rurais maranhenses tornam as memórias coletadas especialmente importantes. Seja porque nos mostram as estratégias de esquerda para lidar com as regiões afastadas do centro país no período. Seja porque tais memórias já carregam reflexões sobre a insuficiência dessas estratégias, marcadas pela colonialidade, infelizmente, ainda tão comum no pensamento contemporâneo de alguns movimentos políticos que atuam no país.

## REFERÊNCIAS


AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDREATTA, Cleusa. Apontamentos sobre o Contexto Teológico do Vaticano II. Revista do Instituto Humanitas Unisinos Nº 401 - Ano XII – 03/09/2012.

ARAÚJO, Ana Raquel Alves de Araújo. Cenas da transição no Maranhão: a atuação da sociedade civil. III Simpósio em História Contemporânea: Conflitos e Revoluções no séc XX. Cenas da Transição no Maranhão: a atuação da sociedade civil. 2016.

ARAÚJO, Raimundo Nonato. A construção social de um conflito ambiental: a luta do Comitê de Defesa da Ilha contra a implantação da Alcoa. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFMA, 2018.

ASSELIN, Victor. Igreja e questões político-agrárias no Maranhão. Alterinfos América Latina, 2009. Disponível em https://alterinfos.org/spip.php?article3707.

BOFF, Leonardo. Igreja carisma e poder. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
BOFF, Leonardo. Quarenta anos da Teologia da libertação. 2011. Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-dalibertacao/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

CHAVES, Adriana Sousa. Resíduos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Maranhão: Atualidades no contexto urbano de São Luís e São José de Ribamar. Dissertação, rograma de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 175, 2002.

FERREIRA, Mary. As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2007.

GALILEA, Segundo. Teologia da Libertação: ensaio de síntese. 4ed. São Paulo: Paulinas, 1985.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Falo eu, professora, 79 anos, mulher, branca e cisgênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de(org.). Explosão feminista- arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIBÂNIO, J. B. Vaticano II: o termo que se faz divisor de águas chama-se hermenêutica. Entrevista concedida a Graziela Wolfart e Luís Carlos Dalla Rosa. Revista do Instituto Humanitas Unisinos Nº 401 - Ano XII – 03/09/2012.

LOWY, Michael. O que é cristianismo da libertação?: religião e política na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MANHAES, Luis Carlos Siqueira. Educação e lutas sociais na colonização dirigida - o Alto Turi maranhense - 1962/1984. Dissertação de mestrado, FGV, 1987.

MENEZES NETO, AJ. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Cad CRH [Internet]. 2007 May;20(50):331–41.

MORAES, Maria Lygia Quartim e Maria Mendes da SILVA. Vida de Mulher. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Mulheres em Movimento. São Paulo: Livraria Nobel, 1985.
MORAES, Maria Lygia Quartim de. A Experiência Feminista dos Anos Setenta. Araraquara, UNESP, 1990.

NERIS, Wheriston Silva. As comunidades eclesiais de base e a recomposição das formas de militância católica no Maranhão (1970-1980). PLURA, Revista de Estudos de Religião, vol. 12, nº 2, 2021, p. 137-163.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. Estruturas da Igreja e conflitos religiosos. in: SANCHIS, Pierre (org.), Catolicismo: modernidade e tradição. São Paulo: Loyola/ISER, 1992.

PEDRO, Joana Maria e VENSON, Anamaria Marcon. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. História Oral, 15(2). https://doi.org/10.51880/ho.v15i2.261.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Ver, julgar, agir, rever e celebar: nota sobre a ação católica em São Luís-MA. Revista Tempo Amazônico, V. 2, N.2, jan - jun de 2015.

PEREIRA, Nancy Cardoso. O melhor e o pior do Vaticano II no corpo e na vida de irmãs companheiras. Revista do Instituto Humanitas Unisinos Nº 401 - Ano XII – 03/09/2012.

ROCHA, Lourdes de M. L. Nunes. Movimentos Sociais em São Luís: revisitando a década de 80. In: LIMA, Terezinha Moreira (org.). Caderno de Exercícios 2. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas – UFMA, 1998, p. 9-24.

RODRIGUES, Karoline Parrião. Cáritas e ação social católica: “caridade libertadora” como solidariedade. III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Questão social e desenvolvimento no século XXI, 2007.

SARDENBERGH, Cecília. Considerações introdutórias às pedagogias feministas. COSTA, A., RODRIGUES, A. e VANIN, I (org). in Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais. Salvador : UFBA - NEIM, 2011.

i O projeto Grande Carajás, na década de oitenta, era a promessa do governo militar de desenvolvimento do Maranhão. Vinculado à Companhia Vale do Rio Doce, tinha a finalidade de extrair alumínio na região. O projeto acarretou em inúmeras mudanças na cidade, principalmente em relação às desapropriações de moradores – da capital e do interior - para a instalação da infraestrutura necessária, notadamente a estrada de ferro (ver PEREIRA, 2015).

# AGRONEGÓCIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO PARÁ[1]

Éberton da Costa Moreira[2]
Jamilly Brito Guimarães[3]
Lucas Gabriel da Silva Moraes[4]

GT1: Transformações nos modos de vida, violência e formas de resistência no meio rural brasileiro

## RESUMO

O artigo analisa os conflitos socioambientais entre empresas produtoras de dendê e comunidades camponesas, indígenas e quilombolas no Nordeste do estado do Pará. Realizamos pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas, em quatro municípios do Nordeste paraense e levantamento de dados secundários. As comunidades indígenas, quilombolas e camponesas do Nordeste Paraense disputam o acesso a terra, com as empresas Brasil BioFuels (BBF) e Agropalma. Para as comunidades, as empresas adquiriram terras através de fraudes, bem como, existem sobreposições de áreas. Por conta disso, têm havido conflitos que se desdobram, por parte das comunidades, na ocupação das propriedades das empresas, ao que estas reagem com a violência de seus seguranças armados e de uma "cruzada judicial" contra agentes públicos e lideranças comunitárias.

Palavras-chave: Indígenas. Quilombolas. Camponeses. Dendeicultura. Conflitos socioambientais.

---

[1] O artigo apresenta resultados de duas pesquisas de mestrado realizadas no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará, somados a novos levantamentos empreendidos pelos autores.

[2] Universidade Federal de São Carlos, costaeberton12@gmail.com.
[3] Universidade Federal do Pará, jamillyguimaraes19@gmail.com.
[4] Universidade Federal do Acre, lucasmgeo@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Os processos de consolidação e expansão da dendeicultura na microrregião Nordeste do estado do Pará, na Amazônia Oriental, foram possíveis graças aos incentivos estatais, que através de políticas públicas, impulsionaram a atividade (MOTA *et al.*, 2019). As principais políticas públicas que contribuíram para este fenômeno foram o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e o Programa de Produção Sustentável do Óleo de Palma, lançados em 2004 e 2010, respectivamente. Muitos estudos demonstraram às transformações imediatas decorrentes deste processo, como o êxodo rural, o aumento da violência, as transformações no uso da terra e a consequente insegurança alimentar, bem como, as reorganizações nos estabelecimentos familiares (MACEDO; SOUSA, 2015; PONTES, 2017; RIBEIRO; SCHMITZ, 2018; SAMPAIO, 2014; SILVA, 2016).

Tais processos foram marcados pela apropriação de terras a partir de mecanismos como a agricultura por contrato e a compra de terras de camponeses da região (SILVA; MAGALHÃES; FARIAS, 2016). O mercado de terras funcionava mediante a participação de intermediários, que compravam chácaras, áreas de pastagens e estabelecimentos de camponeses e os georreferenciavam sob uma mesma propriedade para então repassá-los às empresas compradoras (BACKHOUSE, 2013; NAHUM; BASTOS, 2014; SOUSA, 2019). Os intermediários, eram, em geral, comerciantes, fazendeiros e seus funcionários e até mesmo políticos influentes nos municípios (BACKHOUSE, 2013; NAHUM; BASTOS, 2014; SOUSA, 2018). Porém, a regularidade das transações com terras é questionada, tanto por lideranças sindicais e quilombolas, quanto por especialistas (MOREIRA, 2022; SILVA, 2015).

Existem conflitos ativos entre as empresas e populações indígenas, quilombolas e camponesas. As comunidades afetadas denunciam que as empresas ocupam ilegalmente suas terras imemoriais (SILVA, 2020) e não respeitam as áreas de amortecimento entre os plantios e Terras Indígenas do entorno (DAMIANI *et al.*, 2020), bem como, poluem recursos hídricos (SILVA, 2020; MOREIRA, 2022). Em vista disso, o artigo objetiva analisar os conflitos socioambientais entre empresas

produtoras de dendê e comunidades camponesas, indígenas e quilombolas no Nordeste do estado do Pará.

Optamos pela abordagem que considera conflitos socioambientais "[...] aqueles ligados ao acesso, à conservação e ao controle dos recursos naturais, que supõem, por parte dos atores confrontados, interesses e valores divergentes em torno dos mesmos, em um contexto de assimetria de poder" (SVAMPA, 2016, p. 143). Para a autora, conflitos deste tipo representam perspectivas distintas sobre a natureza e o desenvolvimento, portanto, a análise a partir deste conceito nos leva a pensar as complexas e imbricadas relações entre o que se entende por desenvolvimento e por meio ambiente. É nesta perspectiva que voltamos o olhar para os conflitos entre empresas dendeicultoras e comunidades no Nordeste paraense, pois entendemos que há uma defesa do Estado de um tipo de desenvolvimento pautado na produção de *commodities* que desconsidera as populações locais, uma característica do neoextrativismo, conforme destaca Svampa (2019).

Em termos metodológicos, realizamos pesquisa bibliográfica, levantamento de dados secundários de fontes diversas (sítios governamentais, relatórios de ONGs, materiais jornalísticos, etc.), associados a pesquisa de campo, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diferentes atores (camponeses, lideranças sindicais e quilombolas). A pesquisa de campo foi realizada em quatro municípios do NEP (Acará, Bujaru, Concórdia do Pará e Tomé Açu), entre os anos de 2019 e 2022. O texto está estruturado em três seções: esta introdução, a segunda onde analisamos os conflitos socioambientais recentes e as considerações finais.

## CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS RECENTES

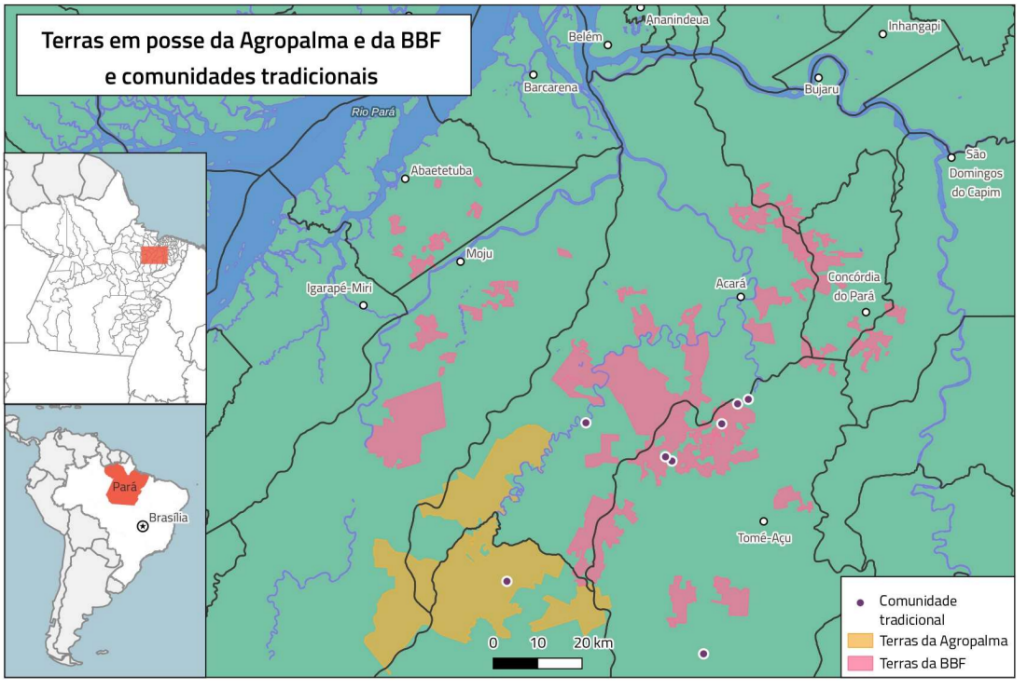
Há diversas causas para os conflitos entre as empresas e as comunidades locais. No entanto, a principal são as irregularidades referentes a propriedade da terra e a apropriação e uso de recursos, como a água. Neste caso, a poluição dos recursos hídricos é a principal causadora de conflitos. Em suma, todos apresentam um aspecto comum, a disputa pela propriedade e uso de recursos naturais, o que caracteriza-os, a nosso ver, enquanto conflitos socioambientais (SVAMPA, 2016).

Em Acará, os conflitos tomaram uma dinâmica própria: agricultores vizinhos aos dendezais, na região de Bucaia e de Belenzinho passaram a cuidar dos plantios e realizar a colheita dos frutos, que, aparentemente, haviam sido abandonados pela Biopalma, antes da venda para a Brasil BioFuels (BBF), em 2020. Com a chegada da nova proprietária, que buscou reaver os plantios, houve confrontos violentos em outubro de 2021, entre os agricultores e os seguranças da empresa (O LIBERAL, 2021). Neste confronto, um homem foi gravemente ferido e hospitalizado, bem como, há relatos de agressões contra os agricultores.

Para a ocupação dos plantios e colheita da produção, os agricultores baseiam-se em duas narrativas: 1) de que a empresa não possui documentação que comprove a propriedade das áreas; e, 2) de que os plantios estavam abandonados, sem receber os devidos tratos culturais. Em campo, observamos, no início de 2021 que, de fato, as áreas de plantios em Bucaia careciam de tratos culturais e por isso, aparentavam um aspecto de abandono. Recentemente, dias após novo confronto no entorno da Fazenda Vera Cruz em 12 abril de 2023, o Ministério Público do Pará (MPPA) pediu a prisão do dono da BBF por crimes de tortura, que teriam sido cometidos por seguranças da empresa no confronto ocorrido de outubro de 2021 em Bucaia (G1 PARÁ, 2023).

Em meio aos conflitos, é necessário observar que, conforme lideranças entrevistadas, a legalidade da propriedade da terra pelas empresas na região é questionável, isso porque, há casos em que não houve a transferência de titularidade dos imóveis e os agricultores que venderam continuam a pagar o imposto sobre a terra (MOREIRA, 2022). Em relatório de 2022 a ONG Global Witness denunciou que boa parte dos plantios das duas principais produtoras de dendê da microrregião de Tomé-Açu (BBF e Agropalma) estão em terras sobrepostas a territórios de comunidades indígenas e quilombolas. Há suspeitas de fraudes na aquisição das terras, as quais são reivindicadas pelas comunidades (GLOBAL WITNESS, 2022).

Figura 3 - Terras sob posse da BBF e da Agropalma sobrepostas a de comunidades tradicionais no NEP.




Fonte: Global Witness (2022, p. 2).

Após a chegada da BBF, houve uma escalada nos conflitos com as comunidades indígenas Tembé, devido às sobreposições. Estamos diante de uma guerra sem grandes perspectivas de acordo. Indígenas da etnia Tembé, originários da região da microrregião de Tomé-Açu, sobrevivem entre tensões e conflitos por terra contra a BBF. Os indígenas estão cercados pelas plantações de dendê, muitas vezes sendo impedidos de acessar seu território, o que é proibido por lei, tendo em vista que estamos falando de uma terra indígena homologada e regularizada pelo Estado. Os indígenas denunciam que a empresa não respeita[5] a área de amortecimento e que existem plantios sobrepostos, o que tem causado degradação ambiental (diminuição da fauna e flora nativas, aumento de insetos e cobras peçonhentas, poluição de cursos d'água e risco de contaminação) e o aumento da sensação de insegurança (DAMIANI *et al.*, 2020).

Dados levantados pela Agência Pública, indicam que houve dois atentados contra indígenas em 2022: em setembro, um homem morreu e outro foi gravemente ferido e, em novembro, um grupo foi espancado por seguranças da empresa (AGÊNCIA PÚBLICA, 2023). Na mesma reportagem, foi denunciada uma "cruzada

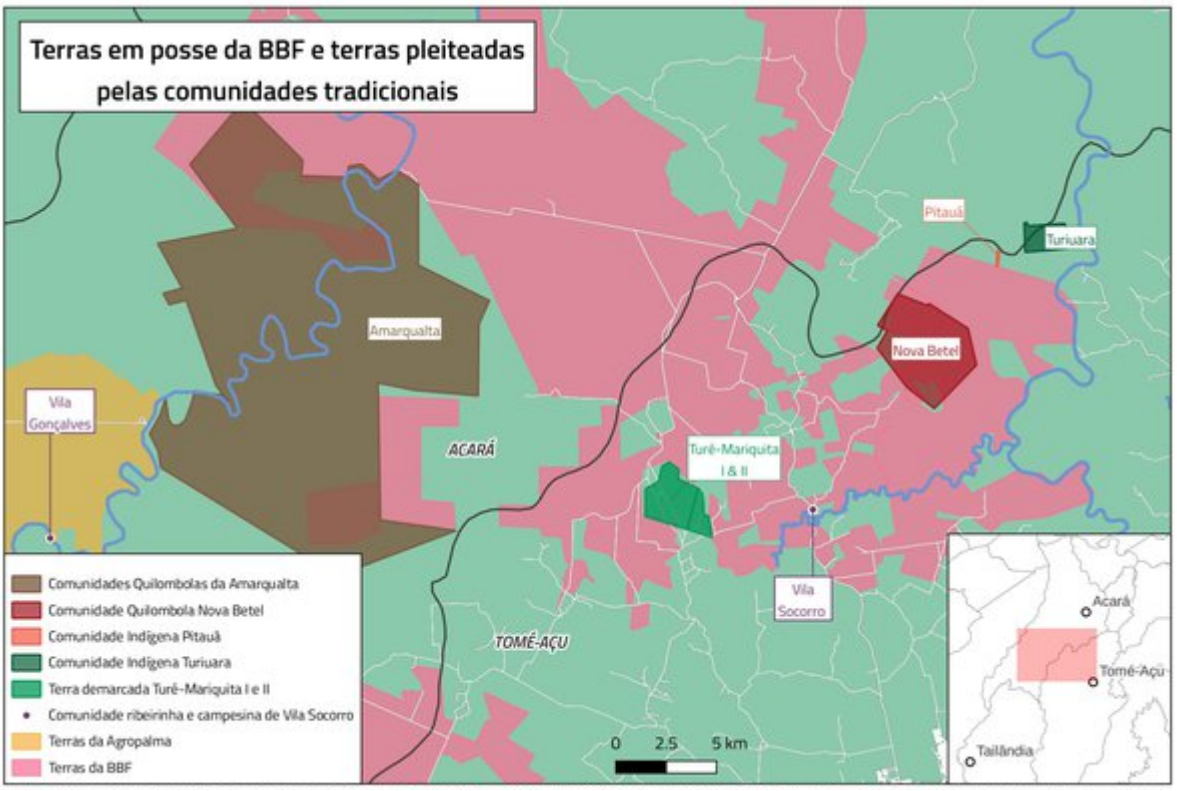
[5] Embora esta situação remeta à antiga proprietária dos plantios, a Biopalma, os confrontos com os indígenas só aumentaram após a chegada da BBF.

judicial" contra membros do MPPA, do Ministério Público Federal, agentes policiais e lideranças indígenas através da abertura de processos na justiça. Conforme a reportagem, só em 2021 foram registrados 134 boletins de ocorrência contra os Tembé.

No segundo semestre de 2022, conversamos informalmente com um homem, que migrou para a região de Tomé-Açu para trabalhar na colheita de frutos de dendê para os indígenas Tembé. Segundo o interlocutor, os indígenas haviam se organizado para a exploração dos plantios que estavam em seus territórios e isto acirrava os conflitos com a BBF.

As propriedades da BBF estão predominantemente localizadas na região de Acará e Tomé-Açu, que são vizinhas à terra indígena demarcada Turé Mariquita I e II, onde reside o povo indígena Tembé. Além disso, essas áreas também estão sobrepostas a terras reivindicadas pela comunidade quilombola Nova Betel, bem como pelas comunidades quilombolas Turé, Vila Formosa, 19 do Maçaranduba, Monte Sião, Ipitinga-Miri e Ipitinga-Grande, que juntas formam a Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombolas do Alto-Acará (AMARQUALTA), e por comunidades ribeirinhas e camponesas de Vila Socorro, além de outras comunidades camponesas menores (GLOBAL WITNESS, 2022).

Figura 4 - Terras em posse da BBF sobrepostas a terras de comunidades tradicionais




Fonte: GLOBAL WITNESS, 2022.

Assim como os Tembé, os quilombolas têm sido impedidos pelas empresas de entrar e sair de suas terras (G1 PARÁ, 2022). Há relatos de conflitos diretos entre seguranças das empresas e membros das comunidades por conta desta situação (O JOIO E O TRIGO, 2022). Na região dos conflitos, ao menos treze comunidades quilombolas lutam pela recuperação e/ou reconhecimento de seus territórios. Duas pesquisas atestam as transformações e os conflitos envolvendo as disputas pela terra entre quilombolas e as produtoras de dendê no Acará (SILVA, E., 2020; SILVA, J., 2020).

Há um conflito em curso nos municípios de Acará e Tailândia, no território que corresponde a Associação dos Ribeirinhos e Quilombolas das Comunidades da Balsa, Turi-Açu, Gonçalves e Vila Palmares do Vale do Acará (ARQVA). Os quilombolas alegam que a área de dendezais da empresa é parte do seu território e que foi adquirida pela Agropalma através de grilagem. Eles então resolveram ocupar a área das reservas florestais sob domínio da empresa, ao que houve retaliação com o fechamento do acesso às comunidades (AGÊNCIA PÚBLICA, 2022). Ainda em fevereiro de 2022, houve uma audiência de conciliação na qual a

empresa admitiu a fragilidade dos documentos com base nos quais as terras foram adquiridas, o que indica a possibilidade de grilagem (G1 PARÁ, 2022). Ainda assim, a empresa tem alegado que os quilombolas cometeram crimes ambientais ao ocuparem as áreas de reserva e tem aberto denúncias criminais.

O Quadro 1 apresenta uma visão geral dos conflitos por terra em Acará, Tomé-Açu e Tailândia. Ao todo são aproximadamente 1.375 famílias de diferentes categorias que se encontram diretamente envolvidas em conflitos por terra no NEP. De acordo com a Global Witness (2022), 75% das terras da BBF estão sobrepostas ao território reivindicado pelo quilombo Nova Betel. A empresa é responsável pela maioria dos conflitos e atinge diretamente agricultores familiares, indígenas e quilombolas de Acará e Tomé-Açu. Os quilombolas também reivindicam 18.203 ha ocupados pela BBF em Acará e 22.972 ha ocupados pela Agropalma em Tailândia, considerando que os dendezais ficam muito próximo às vilas de Gonçalves, Balsa, Nossa Senhora da Batalha, Turi-Açu e Palmares (GLOBAL WITNESS, 2022).

**Quadro 1** - Conflitos por terra entre comunidades tradicionais e agroindústrias de dendê em 2022.

| QUADRO 1 - CONFLITOS POR TERRA ENTRE COMUNIDADES TRADICIONAIS E AGROINDÚSTRIAS DE DENDÊ EM 2022 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Municípios | Localidades | Atores envolvidos | Causa do conflito | Número de famílias |
| *Acará* | Bucaia | Agricultores familiares e BBF | Abandono dos dendezais | 60 |
| | Belenzinho | | | |
| *Acará* | Vila Formosa | Quilombolas e BBF | Sobreposição de terras | 398 |
| | Turé | | | |
| | 19 do Maçaranduba | | | |
| | Monte Sião | | | |
| | Ipitinga-Miri | | | |
| | Ipitinga-Grande | | | |
| *Acará* | Turé-Mariqui | Indígenas | Sobreposiçã | 47 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | ta I e II | e BBF | o de terras | |
| *Acará* | Balsa | Quilombolas e Agropalma | Sobreposição de terras | 650 |
| | Turi-Açu | | | |
| | Gonçalves | | | |
| *Tomé-Açu* | Nova Betel | Quilombolas e BBF | Sobreposição de terras | 40 |
| *Tailândia* | Vila Palmares | Quilombolas e Agropalma | Sobreposição de terras | 180 |

Fontes: Agência Pública (2022); G1 PARÁ (2022); CPT (2022); ITERPA (2022).

Dos territórios apresentados no Quadro 1, encontram-se com processo de regularização em andamento o caso das áreas reivindicadas pela AMARQUALTA (Vila Formosa, Turé, 19 do Maçaranduba, Monte Sião, Ipitinga-Miri e Ipitinga-Grande) e do quilombo Nova Betel. Parte do território da AMARQUALTA que está sob jurisdição do Governo do Estado já foi titulada pelo ITERPA em outubro de 2022, que concedeu títulos a mais de 300 famílias. De acordo com o advogado responsável pela defesa dos quilombolas do Alto Acará, a outra parte do território (sob jurisdição do Governo Federal) ainda está em disputa com a BBF, por isso o conflito continua acirrado.

Recentemente, no dia 01 de junho, lideranças das associações do território indígena Tembé Turé-Mariquita, do território quilombola Nova Betel, representantes da MALUNGU, da AMARQUALTA, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da FUNAI Belém, do Governo Municipal, membros da Defensoria Pública do Estado, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e advogados da BBF, se reuniram em Tomé-Açu para uma "tratativa dialogada na busca de decisões consensuais entre indígenas, quilombolas e a empresa BBF [...] no intuito de contribuir para ressignificação das formas como os conflitos vêm sendo tratados na região", conforme descrito em Convite Circular do MPPA, de maio de 2023.

Os conflitos socioambientais, que demonstram a disputa pela terra, refletem a materialização do neoextrativismo (SVAMPA, 2019) no Nordeste paraense, numa

lógica onde os interesses econômicos prevalecem sobre os modos de vida e direitos de comunidades tradicionais amazônicas. As tentativas por parte do Estado - principal responsável pelas dinâmicas socioterritoriais recentes - não têm sido eficientes até o momento e o atual cenário demonstra que a 'guerra do dendê' está longe do fim. Por outro lado, o contexto até aqui apresentado e a conquista recente de parte do território pelos quilombolas de Acará, são provas de que essas comunidades estão organizadas e resistem apesar das dificuldades.

A dinâmica dos conflitos revela também outro aspecto bastante debatido: a sustentabilidade da dendeicultura. Por um lado, há alguns estudos que indicam que trata-se de uma atividade que segue protocolos internacionais de sustentabilidade e que é uma alternativa de reflorestamento e desenvolvimento rural sustentável (FERREIRA; ACEVEDO-RAMOS, 2020; SILVA JUNIOR, 2020). Por outro, há perspectivas críticas a instalação dos empreendimentos, que foram responsáveis pelo aumento do desmatamento em um município da região (SILVA, J., 2020), assim como, estudos demonstram que a degradação ambiental de territórios ancestrais quilombolas e indígenas são a principal causa de conflitos entre as empresas e as comunidades (SILVA, E., 2020; DAMIANI *et al.*, 2020). Em campo, foi-nos relatada a poluição de ao menos dois igarapés nos municípios do Acará e Concórdia do Pará, o que tem representado riscos a reprodução social das comunidades afetadas, seja pela contaminação e extermínio de peixes ou pelo adoecimento das pessoas que entram em contato com a água.

Nesta direção, entendemos que há uma disputa de sentidos acerca da sustentabilidade e do desenvolvimento. Trata-se de empreendimentos que foram impulsionados por políticas elaboradas seguindo uma perspectiva de desenvolvimento baseada na lógica do neoextrativismo (SVAMPA, 2019), pois visavam a produção de *commodities* e sustentavam-se num discurso de desenvolvimento para as comunidades, desconsiderando as perspectivas das mesmas (MOREIRA, 2022).

Ademais, se por um lado, apresentavam-se como possibilidade de desenvolvimento sustentável e uma alternativa para o reflorestamento, passou-se a considerar que as práticas agrícolas tradicionais da região, baseadas na agricultura de corte e queima, eram insustentáveis e atrasadas. Por fim, nota-se uma grande

disparidade de poder nas disputas locais, haja vista que, se de um lado, há empresas com seus seguranças armados e seus times jurídicos perpetrando denúncias; de outro, as comunidades resistem a duras custas, ocupando as áreas, denunciando aos órgãos competentes e contando com o apoio de ONGs e assessorias jurídicas das associações com atuação limitada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No artigo, analisamos os conflitos socioambientais entre empresas produtoras de dendê e comunidades camponesas, indígenas e quilombolas no Nordeste do estado do Pará. No estudo, de natureza qualitativa, realizamos trabalho de campo com a aplicação de entrevistas em quatro municípios: Acará, Bujaru, Concórdia do Pará e Tomé Açu, somados a dados secundários oriundos de matérias jornalísticas, relatórios de ONGs e outros documentos disponíveis em sítios governamentais.

Quase duas décadas após o lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, primeiro propulsor das empresas de dendê naquela região, há muitos conflitos ativos entre as empresas produtoras de dendê e as comunidades indígenas, quilombolas e camponesas. No texto, discutimos aqueles que envolvem a Brasil BioFuels e a Agropalma, duas das principais produtoras, e as comunidades. Estas últimas reivindicam a titularidade das terras nas quais as empresas possuem plantios de palma e há sobreposições aos seus territórios. Soma-se a isso, denúncias de poluição de recursos hídricos.

Argumentamos que tratam-se de conflitos socioambientais, pois são evidentes as disputas em torno do acesso a recursos (terra e água) e das noções de desenvolvimento e sustentabilidade. Por um lado, as comunidades resistem a partir da ocupação das áreas das empresas, da colheita de frutos de áreas sobrepostas a Terras Indígenas ou daquelas nas quais há dúvidas quanto à titularidade (Bucaia) e das denúncias junto aos órgãos competentes. Por sua vez, as empresas reagem com violência, chegando a troca de tiros e a espancamento aos camponeses, como ocorreu em Bucaia, e ainda, através das muitas denúncias contra funcionários públicos e lideranças comunitárias. A escalada de violência demonstra ainda que há uma enorme disparidade de poder nas disputas em curso na região.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA. BBF faz cruzada judicial contra autoridades que investigam conflitos em dendezais no PA. 2023. Disponível em: https://apublica.org/2023/01/bbf-faz-cruzada-judicial-contra-autoridades-que-investigam-conflitos-em-dendezais-no-pa/ acesso em maio 2023.

AGÊNCIA PÚBLICA. Com inércia do governo, empresas do dendê avançam sobre terras públicas da Amazônia. 2022. Disponível em: https://apublica.org/2022/08/com-inercia-do-governo-empresas-do-dende-avancam-sobre-terras-publicas-da-amazonia/. Acesso em: 09 jun. 2023.

BACKHOUSE, M. A desapropriação sustentável da Amazônia. O caso de investimentos em dendê no Pará. Fair Fuels? Working Paper 6, Berlin, 2013.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no campo: Brasil 2021. Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. Goiânia: CPT Nacional, 2022. 269p.

DAMIANI, S.; GUIMARÃES, S. M. F.; MONTALVÃO, M. T. L.; PASSOS, C. J. S. "Ficou só Chão e Céu": Dendeicultura e Impactos Socioambientais sobre Território Tembé na Amazônia. Ambiente & Sociedade, Campinas, São Paulo, v. 23, p. 1-24, 2020.

FERREIRA, Susane CG; AZEVEDO-RAMOS, Claudia. A sustentabilidade na cadeia produtiva de óleo de palma no Brasil: o caso da Agropalma (Paper 464). Papers do NAEA, v. 29, n. 1, 2020.

G1 PA. MP pede prisão preventiva de dono da BBF e chefe da segurança por tortura, roubo e dano no Pará. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/04/26/mp-pede-prisao-preventiva-de-dono-da-bbf-e-chefe-da-seguranca-por-tortura-roubo-dano-no-para.ghtml Acesso em maio 2022.

G1 PARÁ. Vídeos mostram quilombolas encurralados por seguranças encapuzados de fornecedora de dendê no PA. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/02/08/quilombolas-relatam-que-estao-encurralados-por-segurancas-encapuzados-de-empresa-fornecedora-de-dende-no-para.ghtml. Acesso em: 09 jun. 2023.

GLOBAL WITNESS. A sombra do dendê. 2022. Disponível em: https://www.globalwitness.org/pt/amazonpalm-pt/. Acesso em: 09 jun. 2023.

ITERPA. Instituto de Terras do Pará. Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo de outorga à Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombolas do Alto Acará - Amarqualta. 2022. Disponível em: https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/03/T_AmarqualtaIterpa2022.pdf acesso em 01 julho 2023.

MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. de. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. Tempos Históricos, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 302-331, 2015.

MOREIRA, E. C. Para onde foram os camponeses? As reconfigurações nas estratégias de reprodução social após venda dos estabelecimentos no processo de expansão da dendeicultura na Amazônia paraense. 2022. 143 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2022.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; MOURÃO JÚNIOR, M.; GOMES, D. L. Dendê, mandioca, outras culturas: agriculturas em disputa no Nordeste Paraense. In: CASTRO, Edna. Pensamento crítico latino-americano. São Paulo: Annablume, 2019.

NAHUM, J. S.; BASTOS, C. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, [S. l], v. 9, n. 1, p. 469-485, 2014.

O JOIO E O TRIGO. No Pará, quilombolas são encurralados por seguranças armados e encapuzados de fornecedora da Nestlé. 2022. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br/2022/02/quilombolas-encurralados-por-segurancas-armados-e-encapuzados-da-agropalma-fornecedora-de-oleo-de-palma-para-nestle/. Acesso em: 09 jun. 2023.

O LIBERAL. Agricultores do Acará denunciam ataque de seguranças da Brasil Bio Fuel. 2021. Disponível em: oliberal.com/policia/agricultores-do-acara-denunciam-ataque-desegurancas-da-brasil-bio-fuel-1.441474. Acesso em: 12 março 2022.

PONTES, D. L. R. Resistência camponesa à agroindústria do dendê na comunidade Conceição do Guajará em Bujaru/PA. 2017. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2017.

RIBEIRO, L. C.; SCHMITZ, H. Associações quilombolas e resistência à agroindústria do dendê na Amazônia paraense. Revista Caribeña de Ciencias Sociales, [S. l], maio 2018.

SAMPAIO, I. C. A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no município de Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2014.

SILVA, E. M. da. Expansão da dendeicultura e transformações nos sistemas de produção familiares na Amazônia Oriental. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2016.

SILVA, E. P. da. Agroestratégias e monocultivo de dendê: a transferência silenciosa de terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia Paraense. 2015. 242 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SILVA, E. P. da. Necrosaber e regimes de veridição: governamentalidade bioeconômica da plantation do dendê no Brasil e na Colômbia. 2020. 382 f. Tese (Doutorado em Ciências: desenvolvimento socioambiental) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2020.

SILVA, E. P. da; MAGALHÃES, S. B.; FARIAS, A. L. A. de. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia paraense. Campo - Território: Revista de Geografia Agrária, [S.l.], v. 11, n. 23 jul., 12 set. 2016.

SILVA, J. M. O. da. O território quilombola do Alto Acará/PA como resistência à expansão do agronegócio do dendê. 2020. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 2020.

SILVA JUNIOR, J. R. B. A inserção da matriz produtiva do dendê em áreas antropizadas: aspectos relevantes na perspectiva da dimensão ambiental. Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, v. 9, n. 2, p. 37-56, 2020.

SOUSA, R. B. de. Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense. Revista NERA, Presidente Prudente, SP, v. 22, n. 49, maio-ago, 2019.

SOUSA, R. B. de. Recriação camponesa e o agronegócio do dendê no Nordeste Paraense. 2018. 349 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2018.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais. Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G.; LONG, M.; PEREIRA FILHO, J. Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

SVAMPA, M. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

# IMPACTOS DAS COLONIALIDADES DO PODER E DA NATUREZA NO MODO DE VIDA E PRODUÇÃO CAMPONESA COMUNIDADE RIACHO DOS CAVALOS, MONTE ALEGRE, PIAUÍ

Vanessa Borges Tavares

GT: **Transformações nos modos de vida, violência e formas de resistência no meio rural brasileiro.**

**RESUMO**

A pesquisa realiza-se na comunidade Riacho dos Cavalos, comunidade camponesa do município de Monte Alegre do Piauí, território afetado pelo agronegócio. O principal objetivo foi analisar os impactos das colonialidades no modo de vida e de produção dos (as) camponeses (as), bem como as contracolonialidades exercidas na comunidade Riacho dos Cavalo. A pesquisa foi desenvolvida de forma qualitativa. Como técnica para coleta de dados fizemos uso de entrevistas e rodas de conversa com os (as), camponeses (as) da comunidade. Como resultados apresentamos inúmeras transformações no modo de vida e de produção tais como a adesão por parte de alguns camponeses à lógica do agronegócio, perda de costumes, saberes invisibilizados e tidos como atrasados ou desnecessários. Mas, identificamos também, alternativas contracoloniais que são produzidas pelos (as) camponeses(as). De modo geral, a pesquisa evidencia que, aqueles que estão aderindo aos pacotes tecnológicos do agronegócio, ainda mantém algumas

crenças características do campesinato. Por outro lado, muitos que ainda mantêm muito forte o modo de produção camponesa, também aderem em algum momento aos produtos do agronegócio. São duas lógicas em constante disputa na comunidade Riacho dos Cavalos.

**Palavras-Chave:** Campesinato, Descolonização, Teorias pós-coloniais

## INTRODUÇÃO

O Cerrado está ligado com quase todos os outros biomas brasileiros. Isso resulta em um bioma com imensa biodiversidade de fauna e flora. É, também, considerado "berço das águas", com cursos d´água que abastecem do rio Madeira ao São Francisco, do rio Paraná ao Parnaíba, do Doce ao rio Paraguai, além de três dos aquíferos mais importantes do Brasil (PORTO-GONÇALVES, 2019; FIAN, 2018).

Cerca de 25 milhões de pessoas vivem no Cerrado, sendo mais de 50 territórios indígenas, centenas de comunidades remanescentes de quilombos uma infinidade de comunidades camponesas que, "ao longo da história, desenvolveram estratégias próprias de adaptação aos diversos ecossistemas presentes no domínio do Cerrado e suas áreas de transição" (MAZZETO SILVA, 2009, p. 99).

Entretanto, visões coloniais e equivocadas tratam o Cerrado, por um lado, como um espaço homogêneo, passível de ser devastado para dar lugar a pastos, monocultivos, mineração, "energias limpas", megainfraestruturas e um espaço sem gente, sem conhecimentos e sem cultura (PORTO-GONÇALVES, 2019).

Por outro lado, quando as vozes dos povos do cerrado ecoam nas veredas e chapadões, as visões coloniais procuram invisibilizar esses povos taxando-os de atrasados, apegados a tradições irracionais e sem espírito empreendedor, uma vez que não tratam a terra como uma empresa (MAZZETTO SILVA, 2006) ou cooptar suas mentes (SHIVA,2003) pelo discurso do desenvolvimento.

De acordo com Porto-Gonçalves (2019, p.8), essas visões coloniais se expressam,

> na violência contra seus ocupantes tradicionais; no acentuado êxodo rural com suas sequelas de perda de diversidade cultural; na degradação das condições ecológicas – erosão genética (diminuição acentuada da fauna e da flora); na perda acentuada de solos; no desequilíbrio hídrico (rios perenes que se tornam intermitentes ou,

> simplesmente, deixam de existir; enchentes e secas mais acentuadas); na contaminação de rios e lagoas pelo uso de agrotóxicos e, ainda, em uma extrema concentração fundiária, de poder e de riqueza.

Quando contextualizamos essa problemática para o sul do Piauí, percebemos que a região tem passado por diversas transformações, resultantes dessas colonialidades.

Nesse sentido, essa pesquisa questiona: como as colonialidades impostas, pela lógica do desenvolvimento denominada agronegócio aos camponeses, têm impactado o modo de vida e de produção agrícola da comunidade Riacho dos Cavalos. Quais as contracolonialidades são exercidas pelos(as) camponeses(as). Dessa maneira, a pesquisa tem como principal objetivo analisar os impactos das colonialidades no modo de vida e de produção dos(as) camponeses(as), bem como as contracolonialidades exercidas na comunidade Riacho dos Cavalos, Monte Alegre, Piauí. Para atender a esse objetivo, delimitamos os seguintes objetivos específicos: Identificar as principais mudanças na forma de produção e modo de vida na comunidade; verificar como as ideias e práticas coloniais chegam ao conhecimento dos(as) camponeses(as).

Para a realização da pesquisa, nos ancoramos em aparato bibliográfico e metodológico centrado nas epistemologias do sul, que tratam dos processos de colonialidades e contracolonialidades, assim como preza por uma pesquisa mais engajada e participativa.

Foi primordial iniciar a pesquisa, identificando os sujeitos que residem na localidade Riacho dos Cavalos, conhecendo as formas de produção e modo de vida da comunidade. O fato de a autora pertencer à comunidade e estar cursando o curso de licenciatura em Educação do Campo trouxe maior facilidade nessa etapa da pesquisa.

A extensa revisão bibliográfica nos ajudou a entender alguns fenômenos e provocar um diálogo com os(as) camponeses(as), que somaram a esta pesquisa com seus saberes e percepções. Esses diálogos aconteceram da seguinte forma: foram realizadas sete entrevistas abertas entre os dias 11/04/2022 e 15/04/2022 e três rodas de conversa no dia 11/04/2022. Nas rodas de conversa contamos com a participação de nove camponesas e cinco camponeses. Já nas entrevistas abertas contamos com a participação de três camponesas e quatro camponeses.

Outra ferramenta metodológica importante na pesquisa, foi o diário de campo, em que se registrou vários elementos da observação direta que realizamos durante as entrevistas.

Inclusive um dos camponeses entrevistados nos levou para conhecer seu agroecossistema e relatou a forma como maneja a terra. Vale destacar que a observação direta aconteceu em diversos momentos do cotidiano da comunidade.

A análise dos dados se deu de forma qualitativa a partir da categorização dos dados e sistematização por núcleo de sentidos.

**DESENVOLVIMENTO**

Avanços da lógica desenvolvimentista e as múltiplas colonialidades no sul do Piauí

O recorte dessa pesquisa não nos permite fazer uma busca e exposição das origens do conceito de desenvolvimento em clássicos como Adam Smith, Karl Marx, Joseph Schumpeter, Arthur Lewis, Arturo Escobar, entre outros. Entretanto, com base nas epistemologias latinas vamos esclarecer nosso entendimento do conceito de desenvolvimento.

Miriam Lang (2016, p. 25-26), afirma que, "em princípio, o desenvolvimento é um processo natural: as plantas, os animais e os humanos nos desenvolvemos a partir de uma semente, um ovo, um embrião, até alcançarmos a maturidade". Portanto, o termo costuma despertar associações positivas. Ou seja, tudo aquilo que "ajuda o desenvolvimento de um território, de uma cidade, de uma população, deve ser bom".

Entretanto, como aponta Alberto Acosta (2016), a lógica desenvolvimentista dominante, não tem nada a ver com essa ideia de desenvolvimento do senso comum, que remete ao processo natural por meio do qual os seres humanos, historicamente, buscaram satisfazer suas necessidades (ACOSTA, 2016).

Para o autor, a ideia de desenvolvimento, difundida nos meios de comunicação e na maioria das propostas empresariais e governamentais, surgiu como uma exigência global de difusão do modelo de sociedade capitalista norte-americano e europeu, uma lógica que se consolidou numa estrutura de dominação que divide o mundo e as pessoas em "desenvolvido-subdesenvolvido, pobre-rico, avançado-atrasado, civilizado-selvagem, centro-periferia".

Dessa maneira,

> Os modos de organizar a sociedade e a economia, os modos de conceber o mundo e de se estar nele, os conhecimentos e saberes

> de grande parte da população mundial foram desqualificados como pobres, atrasados, insuficientes, por uma única razão: existem por fora do sistema de produção e dos mercados capitalistas. Essa é a meta do 'desenvolvimento': incluir territórios não totalmente permeados pelas logicas e práticas capitalistas aos circuitos de acumulação de capital, transformar populações em consumidores, camponeses de subsistência em assalariados ou informais, bens naturais em comodities, propriedades coletivas em privadas e vendável, com um só objetivo: aumentar os fluxos de dinheiro e, assim, o 'crescimento econômico', paradigma irmão de 'desenvolvimento' (LANG, 2016, p.31).

De acordo com a lógica desenvolvimentista, todo território que não atende ao padrão capitalista norte-americano-europeu é subdesenvolvido, portanto, deve buscar o desenvolvimento.

Quando analisamos a realidade do sul do Piauí, observamos, nitidamente, esse processo de inclusão dos territórios nos circuitos da acumulação capitalista sob o discurso do desenvolvimento. Entretanto, tal inclusão não acontece de forma voluntária pelos sujeitos, mas, a partir de um intenso processo de colonialidades orquestradas de diversas maneiras e em diferentes dimensões, para convencer esses sujeitos de que são pobres, atrasados e insuficientes.

De acordo com Aníbal Quijano (2007), o colonialismo tradicional acabou, mas as colonialidades são o modo mais geral de dominação da atualidade, totalmente atrelado à lógica capitalista. Isso significa, conforme Maldonado Torres (2007), que os processos coloniais se mantêm vivos na exploração dos bens naturais, em textos didáticos, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa vida.

Nesse sentido, para entender os avanços da lógica desenvolvimentista no sul do Piauí, se faz necessário entender essas colonialidades.

De acordo com Aníbal Quijano (2007), as colonialidades se baseiam

> [...] na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular desse padrão de poder e opera em cada um dos planos, áreas e dimensões, materiais e subjetivos, da existência cotidiana e em escala social. (QUIJANO, 2007, p. 93).

Nesse sentido podemos observar os processos de colonialidades instaurados desde os primórdios da colonização até os dias atuais, não da mesma forma, mas com o mesmo cunho opressivo e excludente. A colonialidade da natureza seria o exercício desse poder sobre a natureza. De acordo com Catherine Walsh (2008), a colonialidade da natureza se refere aos processos de dominação e exploração dos bens naturais, mas sendo o ser humano parte da natureza essa colonialidade refere também às formas coloniais de poder que afetam o mágico-espiritual-social, dimensão que sustenta os sistemas integrais da vida.

Com essa grande exploração os bens naturais são tratados como algo que permanecerá para sempre, mas, logo se não repensarmos nossas práticas esses bens naturais serão extintos do nosso meio.

A colonialidade da natureza não pode ser confundida com uso natural que o ser humano faz dos bens naturais para atender às suas necessidades básicas. Refere-se à visão utilitarista, externalizada e mercantil da natureza, que a enxerga apenas como fonte de recursos (VIEIRA, 2016).

Quando olhamos para a realidade do sul do Piauí, observamos que a modernização da agricultura, especialmente, após as décadas de 1980 e 1990, intensificou a colonização dos bens naturais e ocasionou invisibilidade, marginalização, expropriação de territórios e dos modos de vida camponesa da região.

Hoje podemos notar o agronegócio cada vez mais presente nos espaços destinados as culturas camponesas como por exemplo, em algumas comemorações de cunho religioso, o agro se instala promovendo feiras agropecuárias e exposições, para promover a propaganda AGRO É TOP, como por exemplo nos festejos da cidade de Monte Alegre houve uma grande exposição de maquinas e pacotes químicos utilizados nos grandes projetos de monocultura, também podemos citar a ExporCorrente[1] e o Agroshow BJ[2].

Esses discursos são orquestrados de forma lúdica direta para cooptar o imaginário popular. São exemplos dessa forma de colonialidade do ser as músicas sertanejas que cantam sobre o campo. Vejamos dois exemplos:

---

[1] Evento que ocorre na cidade de Corrente Sul do Piauí, com ênfase na exposição agropecuária.

[2] Evento que ocorre na cidade de Bom Jesus com ênfase na exposição de maquinários usados na monocultura existente no cerrado Piauiense.

Podemos perceber o quanto a indústria cultural colonizadora, entrega a falsa ideia de "progresso" e "desenvolvimento", principalmente pela supervalorização de modo de produção capitalista. Uma forma de colonizar o imaginário, pois sabemos que a cada visualização de uma música dessas, maior é o engajamento para essas indústrias exploratórias.

Esse cooptação não só envolve pelo ritmo, mas também com as propagandas televisivas promovendo um discurso favorável ao agronegócio. Também é possível observar o estímulo a lógica de modernização do campo "O trabalho braçal agora é maquinário" como se essa modernização promovesse riqueza para todos que trabalham no campo.

Como menciona Lucília Romão (2006, p.3), a música é "mobilizada para negociar sentidos favoráveis e positivos sobre o agronegócio". Uma colonialidade do ser que prega imaginários de acumulação de bens materiais como horizonte de boa vida (LANG, 2016). Muitos camponeses(as) acabam se deixando levar por esses ideais; um legado epistemológico que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e de nossas próprias epistemes (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Nas feiras e exposições Agropecuárias se promove uma ideia de práticas camponesas, mas na verdade essas produções não inclui o pequeno produtor camponês, é somente marketing, como em outros meios que promovem essa divulgação e valorização do agronegócio.

O MATOPIBA é um grande exemplo de colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza, visto que promoveu um intenso processo de transformações na forma de fazer agricultura, mas também, nas crenças, rituais, saberes e modos de vida dos povos do Cerrado.

Resistências e contracolonialidades na comunidade Riacho dos Cavalos

As colonialidades foram instauradas pela elite capitalista para desvalorizar seus conhecimentos passados de geração em geração. No entanto, como afirmam Silva e Pereira (2020, p.1), apesar das colonialidades, camponesas e camponeses, historicamente invisibilizados e marginalizados, vivem em resistência para se manterem no campo desde seu modo de vida.

Observamos na comunidade Riacho dos Cavalos muitas contradições. Se por um lado, a lógica desenvolvimentista do agronegócio tem conseguido cooptar as mentes de muitos camponeses, principalmente os homens mais jovens o acesso às tecnologias, e ter a escola como facilitadora do discurso do agronegócio, é um dos sistemas de entretenimento e

pertencimento criados na cidade como parte da colonização da mente das juventudes, por outro lado, ainda existem muitas resistências por parte das mulheres e das pessoas mais idosas, como discente do curso de licenciatura em educação do campo também sou resistências a esses modelos opressores e excludentes de nossa sociedade.

Vimos que essa resistência se dá a partir do momento, em que os camponeses(as) continuam aplicando seus conhecimentos e práticas tradicionais em seu cotidiano, ou repassando esses conhecimentos a seus filhos (as) ou qualquer outra pessoa, que possa reproduzir suas práticas. É dessa resistência que surge a valorização desses costumes.

Nas rodas de conversa com os camponeses da comunidade Riacho dos Cavalos, pudemos perceber que apesar da colonialidade e da mudança na forma de pensar e agir de muitos moradores, muitos mantêm suas tradições. E até aqueles que estão influenciados pela lógica desenvolvimentista guardam muitas características que são próprias do modo de vida camponês. Observamos que a cultura do agronegócio os camponeses aderiram a lógica do pacote e plantam de forma separada como é o caso da melancia e do milho transgênico. Entretanto, os demais cultivos permanecem sendo cultivados em consórcios de forma diversificada

São exemplos dessa diversificação os cultivos de feijão, mandioca, fava, milho, macaxeira, legumes, verduras e frutas. Essas culturas são a base para a alimentação da família, e, também, para a alimentação dos animais. Outros camponeses, especialmente os mais idosos, não foram cooptados pela lógica do agronegócio. Logo após a primeira roda de conversa, um dos camponeses nos levou para conhecer o agroecossistema em que ele produz de forma tradicional. Pudemos notar uma verdadeira relação de cuidado e reciprocidade entre ele e seu agroecossistema.

> Na minha roça, dona, o único trator que entra é minha enxada. Nunca botei trator pra arar lá e os resto de palha que fica eu deixo lá pra apodrecer e aduba a terra (Entrevistado 3).

Nas falas e observações analisamos as contracolonialidades exercidadas em relação à aquisição de sementes e produtos do agronegócio. Como mencionaram nas rodas de conversa:

> Eu mesmo não gosto da carne desses porcos de raça e também não gosto do galeto, eles são cheios de hormônio. são, por isso, que a gente é tudo inchado. eu mesmo gosto é da galinha caipira que é

> pura e não adoece a gente (Entrevistada 11).
>
> Eu uso remédios caseiros por que eu me sinto melhor. Esses medicamentos de farmácia você toma pra aliviar um problema e causa outro. Então eu me sinto melhor tomando remédios caseiro que nem o sumo de mastruz, casca de aroeira, o sumo do São Caetano que é bom pra um bocado de coisa (Entrevistada 8).
>
> Aqui eu tenho o costume de guardar as sementes (Figura 8) de milho, feijão, melancia, as manivas da mandioca, abóbora, por que quando vêm as primeiras chuvas e pra eu já ter tudo preparado pra plantar. Aqui o que a senhora procurar de semente pra plantar acha" (Entrevistado 3). Aqui nessa terra eu planto o milho e quando o milho morre eu deixo as palhas nos pés de mandioca pra adubar a mandioca. A mandioca serve de cobertura para os pés de feijão. Os pés de milho também ajudam os pés de fava subir. Eu planto o feijão e no meio do feijão eu planto banana e também não desmato tudo não. Eu deixo a mata ao redor da roça e aqui nessa roça nunca entrou trator não. O único trator que entra aqui é minha enxada (Entrevistado 3).

Esses exemplos dialogam com o pensamento de Mazzeto Silva, menciona que, muitas comunidades do cerrado "possuem uma íntima relação com esses lugares que habitam e essa relação histórica produz um conhecimento ancestral desses ecossistemas e de seu uso" (2009, p. 100). A cultura revela a compreensão profunda da lógica sinérgica de gaia, o sistema vivo, aplicado à agricultura, mas também uma compreensão equilibrada da nutrição humana. na pratica do consórcio ancestral as 3 marias – vitaminas, carbo-hidrato e proteínas. Os relatos durante as rodas de conversa, nos faz inferir que existe a entrada da lógica do agronegócio no modo de produção camponês, mas muitos desses camponeses já a recuam.

Alguns camponeses da comunidade estão repensando seu modo de cultivo. Um camponês relatou que usa sementes, adubo e herbicida, mas que vem diminuindo e voltando aos cultivos como eram antes. Segundo o camponês,

> É muito alto o investimento para manter essas práticas vindas do

> agronegócio, tanto o preço das sementes como o dos agrotóxicos. Eu testei a melancia sem o adubo e vi que dá quase a mesma coisa. A terra aqui é boa. Tem também os casos de envenenamento por agrotóxicos, aí a gente fica com medo" (Entrevistado 13).

Embora muitos costumes e práticas tenham sido apagados das práticas cotidianas na comunidade Riacho dos Cavalos, ainda restam aquelas que resistem e ainda existem, mesmo com o avanço das colonialidades e grande desvalorização das culturas camponesas podemos citar as esmolas, onde os foliões cantam e rezam em esmolas tanto na comunidade Riacho dos Cavalos quanto em outras comunidades. A esmola é a forma que alguns cristões encontram para pagar promessas feitas em horas de aflição e desespero. No dia da esmola os foliões cantam o canto do santo a qual aquela esmola é dedicada e também de outros santos. O que também não pode faltar nas esmolas são os sambas para alegrar todos os presentes. Ao final do dia, após passar em todas as casas da comunidade e retornar para a casa do dono da promessa, as pessoas rezam para finalizar o dia e o que foi arrecadado é dividido entre os foliões.

Essas práticas eram encontradas com mais frequência nas comunidades camponesas, embora esses costumes tenham diminuído ainda existe uma parte que resiste e se faz presente nas manifestações culturais tradicionais na comunidade Riacho dos Cavalos.

Outro costume que se faz presente na comunidade Riacho dos Cavalos é a prática que muitos camponeses e camponesas trazem consigo há muitas gerações. São as rezas para diversas eventualidades, como por exemplo fechar o corpo, arca-caída, quebranto, dor de cabeça, picada de cobra e para engasgo.

Nas comunidades camponesas ainda existem camponeses que desenvolvem esses saberes, não tão frequentes como antigamente, mas mesmo com as eventualidades ainda encontramos camponeses e camponesas que são guardiões desses saberes que fazem a identidade camponesa marcada por uma grande e constante desvalorização desses saberes.

Ainda nesse contexto das crenças, vale destacar que todos os moradores da comunidade levam em conta as fases da lua em vários momentos da produção. Nas rodas de conversa, até aqueles que aderiram os pacotes das monoculturas guardam a tradição de observar a "lua boa" para o plantio, para a colheita e para o armazenamento da produção. Como mencionam: "Se a farinhada não for feita na lua boa, a tapioca não rende, a farinha não

rende e enche de gorgulho quando a gente guarda". "Você não pode tirar madeira na lua nova que não presta, dá cupim". "A gente tem que plantar na lua certa. Os projeteiros não levam isso em conta não, mas é melhor a gente não arriscar". (Entrevistado, 12).

Conforme já mencionamos, as mulheres tem sido muito resistente às colonialidades. Um exemplo são as práticas de saúde desenvolvidas pelas mulheres. Todas as entrevistas informaram saber fazer uso de plantas medicinais e ter plantas em casa. Nesse sentido podemos perceber que as mulheres desenvolvem trabalhos reprodutivos e os homens os trabalhos produtivos, nesse sentido podemos perceber o patriarcado presente nessas relações mesmo nos dias atuais.

As raizeiras da comunidade Riacho dos Cavalo, têm os saberes sobre as plantas medicinais encontradas na natureza e suas indicações como tratamento, nos saberes guardados ao logo dos anos. Observamos que elas preparam desde chás, garrafadas, banhos, lambedores e banho de assento, que auxiliam na restauração e cuidado da saúde. Quando o acesso a hospitais era quase impossível eram essas camponesas (es) que indicavam e preparavam o melhor tratamento e quais plantas medicinais auxiliariam nesse processo de cura. Por esses e outros motivos se torna de suma importância mantermos e valorizarmos esses costumes e saberes camponeses garantindo assim o devido reconhecimento desses saberes práticos e culturais por elas guardados.

> Aqui minha filha eu tomo casca de caju pra controlar a diabetes, faço as garrafadas de casca de aroeira barbatimão e candei, que serve pra nós mulher e eu não deixo de fazer meus remédios tomar e fazer também pra quem quiser tomar (Entrevistada 8).
>
> Aqui eu faço o sumo de mastruz, faço e todo dia chá de erva cidreira pra ficar com a mente no lugar. Faço sumo de boldo quando eu tive que fazer a cirurgia no útero eu tomava muito. Quando meu marido atacou o derrame na primeira vez, eu levava o chá de velame escondido pro hospital e dava pra ele. (Entrevistada 6).

De acordo com Vandana Shiva, os saberes das mulheres são ignorados e invisibilizados pela lógica patriarcal. Para a autora, a mulher foi excluída ou invisibilizada dos processos produtivos, políticos, econômicos e científicos ao longo do da história (SHIVA, 1995). Desse modo, são as maiores vítimas do desenvolvimento e das colonialidades do poder, do saber, do ser e da natureza (SILVA, PEREIRA, 2021). Entretanto, observamos que essas

mulheres são responsáveis por várias práticas de saúde que evitam as pessoas das comunidades precisarem se deslocarem para a cidade em busca de médicos.

Vandana Shiva (1995), mostra que existe uma forte interação entre mulher e natureza. Uma dimensão a ser ressaltada desta relação diz respeito à apropriação da natureza pela mulher que não constitui uma relação de dominação, mas de cooperação com a terra. Isso ficou claro na pesquisa, pois as mulheres preferem a diversidade, guardam as sementes e não querem, por exemplo, usar agrotóxicos, muitas já não querem mais que seus companheiros/ filhos façam esse uso por medo das reações futuras a toda essa exposição.

Considerações finais

Ao término dessa pesquisa, é possível concluir que houve várias transformações no modo de vida e de produção na comunidade Riacho dos Cavalos.

A pesquisa mostrou, que a lógica desenvolvimentista do agronegócio se aproxima, cada vez mais, da comunidade, seja pelos discursos veiculados nos meios de comunicação como televisão, internet e propagandas de rádio, seja pela divulgação e fluxo de informação trazidos pelos jovens locais que saem para trabalhar nos grandes projetos de monocultivos de soja, milho e criação de bovinos.

No que se refere aos aspectos produtivos, a pesquisa deixou evidente que as colonialidades atingem de forma mais intensiva os homens da comunidade. De modo geral notamos que enquanto as mulheres ainda guardam sementes, os homens compram. Enquanto as mulheres focam na diversificação da produção, pois além dos cultivos anuais cuidam de hortaliças, ornamentais e da criação de pequeno porte como galinhas, patos, marrecos, cocá, os homens focam nos monocultivos de milho, melancia e na criação de bovinos. Enquanto as mulheres fogem dos agrotóxicos, os homens compram em aplicam esses agrotóxicos.

A pesquisa evidencia que existem muitas contradições na comunidade. Aqueles que estão aderindo aos pacotes tecnológicos do agronegócio, ainda mantêm saberes características do campesinato. Por outro lado, aqueles que ainda mantêm muito forte o modo de produção camponesa, também aderem em algum momento aos produtos dos impérios alimentares e acreditam ser esse um caminho para boa alimentação.

Igualmente, existem situações em que algumas famílias estão se aproximando da lógica desenvolvimentista e começando a aderir técnicas de cultivos e criação nos moldes dos pacotes tecnológicos. Mas também, existem camponeses que já observaram que as técnicas impostas não condizem com a realidade local e estão retomando os tratos

culturais e sementes que já tinha na comunidade, no que se refere aos aspectos culturais da comunidade, a pesquisa evidencia que muitos saberes, costumes e tradições foram apagados e desvalorizados em decorrência do avanço das colonialidades. Entretanto, a riqueza da cultura camponesa resiste em uma fina camada dos camponeses que mesmo com a desvalorização de seu modo de vida, produção, cultura e costumes, ainda valorizam, praticam e dividem essa riqueza com as gerações mais novas. A pesquisa trouxe vários exemplos singelos que nos permitem inferir que as colonialidades ainda não penetraram todas as mentes camponesas.

**Referencias**


ACOSTA, Alberto. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

FIAN International, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Os custos ambientais e humanos do negócio de terras**: o caso do MATOPIBA, Brasil, 2018.

LANG, Miriam. Introdução: alternativas ao desenvolvimento. In: Dilger, G; Lang. M.; Pereira Filho, J. (Orgs.). Descolonizar o imaginário: debates sobre o. pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

MALDONADO-Torres, N. La descolonización y el giro des-colonial. Comentário Internacional, 7,65-78. 2007. Disponível em: https:// revistas. Uasb.edu.ec/index-.ph/comentário/ article/ view-130.

MAZZETO SILVA, Carlos Eduardo. Ordenamento Territorial no Cerrado brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 19, 2009.

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. **Os cerrados e a sustentabilidade**: territorialidades em tensão. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em geografia da universidade federal fluminense. Niterói /RJ. 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos, Walter. Dos cerrados e de suas riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimentos científicos 2019.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y classificacion social. In Castro-Gomes, 5.; Grasfoguel, R. (Eds.). el giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más alládel capitalismo global. Bogotá : Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales. Contemporâneos y Pontifícia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 93-126.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O discurso do agronegócio e a evidência do sentido único. **Revista Nera**, p. 1-13, 2006.

SHIVA, V. **Abrazar la Vida:** Mujer, ecología y desarrollo. Madrid: Horas y Horas, 1995.

SHIVA, V. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, V, R da; Pereira, M.C. de B. Das colonialidades à emergência de um novo paradigma no Semiárido brasileiro desde as racionalidades camponesas: um caminhar para além do desenvolvimento**. Revista Meio Ambiente e Desenvolvimento**, 2020

VIEIRA, Jhonatan. Colonialidade e Teoria Decolonial em Aníbal Quijano. Perspectivas Latino Americanas, 2016.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias

político-epistémicas de refundar el Estado. Tabula Rasa, Bogotá, 9, 131-152, jul.-dic. 2008.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# O ASSENTAMENTO AURORA: UM CASO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA À TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOPÓLIO

Ivan Lazzari Mendes[1]
Ariovaldo Umbelino de Oliveira[2]

**GT 1:** Transformações nos modos de vida, violência e formas de resistência no meio rural brasileiro

## RESUMO

Somos adeptos do pensamento filosófico marxista adotado por Oliveira (1999), que reconhece que o desenvolvimento capitalista como um processo contraditório e combinado: ao mesmo tempo em que reproduz relações capitalistas, produz relações camponesas de produção. Desse modo, buscamos compreender que, em meio à territorialização dos monopólios (Oliveira, 2015), em curso na macrorregião canavieira de Ribeirão Preto/SP, é dada a resistência camponesa. Conquanto classe social inserida, contraditoriamente, no capitalismo, o campesinato resiste à proletarização por meio da luta pela terra. Isso se dá por meio, dentre outras ações e formas de pressão política, de acampamentos e ocupações de propriedades privadas que foram adquiridas ilicitamente ou de fazendas públicas que não cumprem sua função social, como determina a Constituição Federal (1988). A luta pela terra nessa macrorregião resultou em fortes pressões sociais, alavancadas pela redemocratização do país (pós-1985), que culminaram na desapropriação de propriedades fundiárias juridicamente irregulares e, por conseguinte, na criação de diversos assentamentos de reforma agrária. Em Descalvado/SP, três assentamentos de reforma agrária foram criados pelo INCRA nos anos 2000, dentre os quais o PDS Comunidade Agrária Aurora, onde observamos a reprodução, ainda que árdua, do campesinato. Tal dificuldade deriva da precariedade de recursos e assistência técnica, problema acentuado após o golpe de Estado de 2016. Porém, o campesinato no Aurora resiste, como comprova o cotidiano de lutas que marca a realidade objetiva desse assentamento - recorte territorial desse ensaio.

**Palavras-chave:** resistência camponesa, Geografia Agrária, territorialização dos monopólios, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, assentamentos

[1] Aluno de doutorado do PPGH da FFLCH – USP, ivanlmendes@usp.br
[2] Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira

INTRODUÇÃO

Foi notável a profusão de assentamentos de Reforma Agrária criados na macrorregião de Ribeirão Preto após a greve de Guariba (1984), ocorrida no contexto histórico da crise da Ditadura Militar (1964/85) que culminou com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988. Isso gerou mudanças territoriais relevantes no campo brasileiro. Multiplicaram-se os acampamentos e as ocupações de terras públicas e privadas, que se encontravam em situação jurídica duvidosa e/ou não cumpriam com sua função social.

Essa luta pela terra foi protagonizada por camponeses que resistiam à proletarização, bem como por assalariados (nomeadamente boias-frias) que exigiam melhores condições de trabalho. Tratou-se de uma enorme pressão política imposta pelos movimentos sociais, fato que resultou na implantação de diversos assentamentos, notadamente a partir dos governos FHC (1995/2020):

Na macrorregião de Ribeirão Preto/SP, particularmente no município de Descalvado/SP essa pressão social foi comandada pela FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), o que resultou na criação de três assentamentos: o PDS Comunidade Agrária 21, criado em 27 de dezembro de 2005; o PDS Comunidade Agrária Aurora, implantado em 10 de novembro de 2008; e o PA Comunidade Agrária 2 de Janeiro, datado de 21 de agosto de 2009.

No PDS Comunidade Agrária Aurora, recorte territorial desse ensaio, seu morador mais idoso (93 anos), homologado desde o surgimento do assentamento, rememorou essa luta:

> A pressão feita pelos movimentos sociais com a ampliação das ocupações pressionou o governo FHC a ampliar os assentamentos. Tal fato mostra que a Reforma Agrária, antes de ser uma política propositiva do governo é a necessidade de resposta à pressão social (Oliveira, 2001).

Todavia, o ingresso na terra, dado pela criação do assentamento Aurora, não encerrou a resistência camponesa. Pelo contrário, desde então, tem ocorrido uma longa luta do campesinato para permanecer nas terras conquistadas que pertenciam à antiga Aurora (Descalvado/SP), como veremos adiante.

O camponês não é servo, não é escravo, não é assalariado. Fruto das transformações vividas pela agricultura no seu processo de transição do feudalismo para o capitalismo, ele integra uma classe social específica que também produz mercadorias. É dotado de enorme capacidade produtiva, cujos excedentes são comercializados:

> No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo

> direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada.
> Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: D — M — D na sua versão simples, e D — M — D' na sua versão ampliada.Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula M — D — M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007, p.40).

Para Martins (1991), os camponeses formam:

> Uma grande massa de lavradores, que conta exclusivamente com o trabalho da família e que corresponde a mais de 70% das unidades de produção existentes, ou ocupa a terra sem garantias e direitos assegurados (como é o caso dos posseiros), ou terra insuficiente para trabalhar em condições dignas (MARTINS, 1991, p. 13).

Todavia, Oliveira (2004) nos lembrou da necessidade de irmos além da busca de um conceito para o campesinato. É preciso compreender o papel e o lugar do camponês na sociedade capitalista e no Brasil:

> [...] ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil (OLIVEIRA, 2004, p. 35).

Nossos objetivos, ao analisar a resistência camponesa no Aurora, implantado em meio ao mar de cana (OLIVEIRA, 1999), constituem-se num esforço intelectual para captar a "voz" dessas famílias. Buscamos, assim, a práxis: união dialética da teoria – a questão camponesa e suas contradições no âmbito da agricultura capitalista brasileira – com a prática (o cotidiano, isto é, a realidade objetiva do referido assentamento).

Para "ir além" (OLIVEIRA, 2004, p. 35) do debate teórico acerca do campesinato no Brasil, buscamos compreender sua subordinação aos ditames do capital que comanda a industrialização da agricultura na zona canavieira paulista, onde se insere o município de Descalvado/SP – que abriga o PDS Comunidade Agrária Aurora, recorte territorial desse ensaio.

A reprodução do campesinato acontece para contemplar dois processos concomitantes: a produção do capital e o aumento da reprodução do capital. Essas contradições do desenvolvimento das forças produtivas configuram, histórica e especificamente, o território – uma das mais importantes teorias de análise da geografia. Desse modo, o território deve ser apreendido:

> [...] como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo, suas articulações e mediações supraestruturais em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Orientados por esses pressupostos teóricos (que iremos expor de forma detalhada a seguir), buscamos, acima, justificar – e legitimar – nossa escolha pelo estudo do assentamento Aurora como objeto de estudo, ou seja, como problema dessa reflexão.

Buscamos iluminar a problemática materializada no assentamento Aurora, qual seja a reprodução dessa classe social em meio à territorialização dos monopólios, em curso no mar de cana de Descalvado/SP. Isso porque:

> Só a definição de uma problemática torna possível a seleção de um quadro de referências conceituais válido. Ademais, nenhuma realidade social pode ser monopolizada e nitidamente dividida por um tipo de unidade de análise devidamente selecionado, do qual derivem todas as conclusões. A realidade não só é pura; tampouco pode sê-lo a análise relevante da realidade. De fato, livrar-se das impurezas significa desfazer-se justamente dos pontos onde a perplexidade engendra a descoberta nas ciências sociais.
>
> Tudo isso nos leva ao último ponto de ambas as seqüências sugeridas sobre a problemática da conceituação de camponês: a questão da possível inutilidade e/ou qualidades insatisfatórias do termo. Isso é necessário porque, para compreender o que "são" os camponeses, devemos compreender o que e como pensarmos sobre eles (Shanin, 2005, p. 16).

Atentos a esse alerta de Shanin (2005), que também se constitui num dos pressupostos do pensamento marxista de Oliveira (1999), buscamos, como método empregado nessa análise, levar em conta as relações de produção em seu movimento dialético e movimento histórico:

> [...] é na produção social da própria vida que os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência [...]. Assim, como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência: ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX apud OLIVEIRA, 1999, p. 69).

Bombardi (2008) nos lembrou que, ao conceber a realidade como ponto de partida e de chegada do pensamento filosófico, Oliveira (1999) recorreu ao próprio Marx para explicar seu método:

> ...meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, K. 1985, apud OLIVEIRA, 1999:70, apud Bombardi, p.12, 2008).

Desse modo, buscamos em não perder de vista a questão camponesa em meio ao avanço do capitalismo no campo brasileiro nas últimas décadas (OLIVEIRA, 2007, p. 12).

Nos últimos anos, a conquista da terra pelos camponeses, ilustrada pela criação do assentamento Aurora, em 2008, tem esbarrado num importante empecilho: o avanço da contrarreforma agrária (OLIVEIRA, in apud MENDES, 2019).

O ápice dessa contrarreforma agrária se deu no governo Bolsonaro (2019/2022), que sucateou o INCRA, paralisou as desapropriações e a criação de assentamentos, suspendeu a assistência técnico-financeira, dentre outros desmandos. Ele ainda manipulou a opinião pública, insuflando a criminalização dos movimentos sociais, sobretudo daqueles atrelados à luta pela terra. Ao mesmo tempo, facilitou a compra e o porte de arma, fazendo a barbárie no campo brasileiro explodir.

De fato, houve um crescimento exponencial dos conflitos no campo, atingindo, no governo Bolsonaro (2019/2022), os maiores patamares desde 1985, quando da redemocratização do país:

CONFLITOS NO CAMPO NA NOVA REPÚBLICA (PÓS-1985):

- Sarney (1985-1990) - 2.973
- Collor/Itamar (1990-1994) - 1.885
- FHC 1 (1995-1998) - 2.502
- FHC 2 (1999-2002) - 2.610
- Lula 1 (2003-2006) - 2.949
- Lula 2 (2007-2010) - 2.240
- Dilma 1 (2011-2014) - 3.268
- Dilma 2/Temer (2015-2018) - 3.973
- Bolsonaro (2019-2022) - 5.950

Fonte: CPT. Disponível em https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/04/17/cpt-era-

bolsonaro-bate-recorde-de-conflitos-de-terra-na-redemocratizacao.htm. Acesso em 02/05/2023.

Se, em nível nacional, a violência teve um crescimento notável, nos assentamentos, a realidade objetiva não tem sido menos preocupante. Aqui, a barbárie tem se manifestado de várias formas. Uma delas tem se dado por meio do obscurantismo do INCRA. Desse modo, o cadastramento, a homologação, a concessão de assistência técnico-financeira e a implantação da infraestrutura ficaram comprometidas, quando não deixaram de ocorrer. Tratou-se do desmonte do INCRA, que tem dificultado a reprodução camponesa dentro do Aurora.

No tocante à homologação dos assentados, essa se tornou muito morosa, culminando com a paralisação quase que total do INCRA. Esse problema passou a estimular o comércio de lotes. De fato, 28% dos assentados entrevistados recorreram ao instrumento de compra para ingressar no Aurora. Isso tem gerado contradições. De um lado, assentados ricos, empresários e proprietários fundiários passavam a comprar lotes, usando funcionários e parentes como “laranjas” para ocupá-los. No Aurora, em 2023, identificamos que uma única família já apossava de 12 lotes distintos! Por outro lado, outros lotes estavam sendo desmembrados, passando a abrigar muitas pessoas que não tinham qualquer ligação de parentesco com os assentados responsáveis pela terra. Soma-se a isso outra constatação: a compra de lotes havia se tornado a única forma de ingresso na terra para muitos sujeitos sociais, como meeiros, rendeiros, sem-terra etc.

Quanto à homologação, enquanto algumas famílias haviam sido regularizadas mais de uma vez; outras aguardavam esse processo desde 2008. Também havia aquelas que, não obstante terem chegado tardiamente, muitas das quais por meio da compra de lotes, foram homologadas.

Quanto à assistência técnico-financeira, deparamo-nos com homologados que receberam mais recursos (para a construção da casa, apoio à mulher, compra de ferramentas etc.) do que outros. Somavam-se a isso casos em que o homologado não recebeu nada – nenhum auxílio, financiamento ou fomento.

No tocante à infraestrutura do assentamento Aurora, era generalizada a carência de equipamentos básicos como rede de água potável, saneamento básico, escolas, postos de saúde (o assentamento distava cerca de 4 km da cidade). Por exemplo, um dos quatro poços perfurados jamais jorrou água.

No Aurora, o campesinato não se restringia ao seu esforço ou capacidade de

se reproduzir no interior do lote. Também era marcante nessa classe social suas andanças país afora, uma marca de sua rebeldia:

> Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade, eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não tem pressa, nunca tiveram nada, portanto aprenderam que só a luta garantirá no futuro a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, ocupam mais uma vez, recuam mais uma vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Tem a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado. (OLIVEIRA, 2007, p. 153).

A rebeldia camponesa referida acima se manifestava no Aurora, onde ao menos metade (23 das 46 famílias visitadas) passou por três ou mais municípios antes de chegar em Descalvado/SP. Essa rebeldia trazia consigo uma enorme diversidade social, econômica e cultura. Isso se manifestava nas divergências e rivalidades internas, como demonstrava a disparidade que havia entre as suas duas associações de moradores. Enquanto a primeira abarcava menos de 10 famílias assentadas, a segunda englobava mais do que o dobro de associados existentes naquela. Todos esses associados eram homologados, razão pela qual podiam e, de fato, vendiam – em sua maioria – a produção para estabelecimentos particulares, bem como para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Essas discrepâncias realçavam também as diversidades culturais dos assentados. No âmbito religioso, por exemplo, havia uma vertente cultural "evangélica" majoritária, composta por 52% das famílias assentadas, que estimulava o individualismo no assentamento. Essa legião de "fiéis" (24 dos 46 lotes visitados) seguia uma vertente do protestantismo, o cristianismo neopentecostal, difusor dos dogmas da teologia da prosperidade, isto é,

> Corrente doutrinária ensina que qualquer sofrimento do cristão indica falta de fé. (...) Seus líderes apregoam que os seres humanos possuem natureza divina, que consultar médicos ou tomar remédios é pouco recomendável para o cristão, que Jesus foi milionário e que a soberania de Deus é limitada pela vontade humana (ROMEIRO, 2007, p. 19 apud ZANINI, 2009).

Diante da realidade objetiva do assentamento, em grande medida explanada acima, 82% dos sujeitos sociais visitados (38 das 46 famílias entrevistadas) não conseguiam se reproduzir apenas de seu trabalho no lote. Dentre essas 38 famílias, 17 desenvolviam atividades não condizentes com o campesinato. Dentro desse grupo,

14 assentados praticavam atividades estranhas a essa classe social, muitas das quais ilícitas: arrendamento do lote para comércio e moradia; e oferta de bens/serviços (bares/boate, venda de automóveis e máquinas agrícolas usadas, areia e esterco; serviços automotivos (troca de óleo, mecânica, funilaria, alinhamento de direção/balanceamento de rodas, desmanche de automóveis e lavagem de caminhão); depósito de equipamentos de festa de peão de rodeio etc. As outras 3 famílias que não estavam realizando atividades compatíveis com o campesinato não revelaram suas fontes de ganhos/rendas. Uma delas parecia ser “testa de ferro” (“laranja”) de um grande empresário local. Outra mantinha no lote toros usados em festas de rodeio. Não por acaso, esses dois assentados venderam seus respectivos lotes algumas semanas após nossa entrevista. A terceira família estava sob responsabilidade de um pastor neopentecostal, que recorreu ao proselitismo cristão protestante para tentar nos manipular e desviar o foco da entrevista. Ademais, não nos deixou ingressar no lote e despistou sobre todas as questões que levantamos na entrevista.

Quanto àquelas 38 famílias que não se reproduziam da terra, já vimos que 17 delas praticavam atividades obscuras ou estranhas ao campesinato (compra e venda de automóveis e/ou máquinas agrícolas, troca de óleo, mecânica/funilaria e desmanche de automóveis, lavagem de caminhão etc.). Porém, as demais (21 delas) recorriam a outros recursos, que contribuíam para sua reprodução: 17 dependiam do trabalho assalariado e/ou autônomo praticados fora do lote; e as outras 4, de aposentadoria/pensão/assistência social.

Todavia, classificamos essas 21 famílias como camponesas, pois, ainda que praticassem o assalariamento ou o trabalho autônomo fora do lote, esforçavam-se – mesmo diante da escassez de tempo e de recursos financeiros – para se reproduzir na terra. Ou seja, não obstante todas as dificuldades enfrentadas – pobreza, obscurantismo do INCRA e conflitos de interesses com outros assentados –, preocupavam-se, de fato, em plantar alguns alimentos, produzir ovos e frangos, hortaliças, criar algumas vacas para a produção de leite etc.

A essas 21 famílias camponesas, somavam-se outras 8 que conseguiam, efetivamente, reproduzir-se – somente – a partir de seu trabalho na terra. Dentre essas 8 famílias camponesas, apenas 3 eram homologadas. As demais (5 famílias) ingressaram no assentamento tardiamente, quase sempre por meio do instrumento de compra. Esses assentados irregulares plantavam, colhiam, praticavam a pecuária

bovina – leiteira e/ou de corte.

Desse modo, ainda que vivendo realidades objetivas distintas, 29 das 46 famílias visitadas esforçavam-se para se reproduzir na terra. Portanto, a maioria absoluta (63%) das famílias assentadas entrevistadas) estava inserida no campesinato.

## CONCLUSÃO (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

No Brasil, o campesinato tem protagonizado dois processos concomitantes e contraditórios. Ao mesmo tempo em que se (re)territorializa, subordina-se ao modo capitalista de produção, dado nesse lugar (Descalvado/SP) pelo avanço do mar de cana, processo chamado por Oliveira (2016) de territorializacão dos monopólios.
Nesse mar de cana, a resistência camponesa foi impulsionada pelos boias-frias, organizados politicamente após a Greve de Guariba (1984). Tal evento contribuiu sobremaneira para a multiplicação dos movimentos sociais, sindicatos e federações, como a FERAESP. Dentre as reivindicações da FERAESP, estava a luta pela terra em meio ao mar de cana.

Essa pressão social forçou os governos que sucederam a Ditadura Militar (1964/1985) a implementar políticas de Reforma Agrária. Uma das mais importantes passou a ser a criação de assentamentos como o PDS Comunidade Agrária Aurora, onde foi possível a (re)territorialização – de sujeitos sociais os mais diversos: trabalhadores assalariados (dentre os quais boias-frias), camponeses (sem-terra, meeiros, rendeiros, posseiros) etc. (MENDES, 2019).

No assentamento Aurora, dentre os 46 lotes visitados, 29 eram ocupados por camponeses. Essa maioria absoluta (63% dos entrevistados) era composta por aqueles sujeitos sociais que, mesmo quando vitimados por restrições de ordem material e financeira e/ou pela violência obscurantista do INCRA, conseguiam plantar alguns alimentos, produzir frangos e ovos, carne bovina, leite etc.

Portanto, a resistência camponesa prevalecia no Aurora, ainda que submetida a dificuldades das mais variadas matizes – sociais, culturais, econômicas etc. Nesse contexto social, a expansão neopentecostal, que, por um lado, reforçava – por meio da fé – a luta de muitos desses sujeitos sociais pela sua permanência na terra –, potencializava a violência obscurantista do INCRA. Essa contradição fazia do Aurora um retrato do Brasil, conquanto país das clandestinidades em que se tornara nos últimos anos:

> Quando a República foi proclamada, um decreto proposto pelo ministro da Justiça separou o Estado da Igreja. A República não teria religião oficial. Isso não queria nem quer dizer que a prática religiosa é proibida. Ao contrário, a separação entre Estado e Igreja no Brasil teve por finalidade assegurar a democrática liberdade religiosa, a liberdade de consciência e o direito individual de cada qual ter ou não ter uma religião.
> [...]
> O tempo passou. Os acatólicos, como os chamavam, se multiplicaram. Na categoria "evangélicos", surgiram os neopentecostais, que dos protestantes se diferenciam e muito. Diferentes facções religiosas passaram a identificar-se com a chamada teologia da prosperidade.
> É oposição à teologia da libertação, católica e, também, protestante, da opção preferencial pelos pobres. Especialmente com os neopentecostais, houve reforço da tese originalmente calvinista de que o dinheiro e a acumulação de capital são os indícios fortes da predestinação do crente à salvação.
> 9
>
> O que ganhou sentido indevido, aliás, nas brechas da alienação popular e da estrutura do poder político, as de deixar passar a boiada, isto é, do que não parece ter abrigo na lei e na Constituição. Mas é da conveniência de alguém, do governo, ainda que não necessariamente do Estado, que deveria ser instrumento da vontade democrática do povo.
> Tudo aqui se torna dependente da disposição do governante para transgredir e da coragem de nesse sentido ousar...
> As eleições de 2018 não elegeram simplesmente um governo. Deram respaldo a uma concepção de poder fundada em técnicas de transgressão do muito de fragilidade e de brechas que há na ordem política e no pacto implícito na Constituição de 1988. O sistema político brasileiro, historicamente, não é baseado nas regras pactadas, mas nas exceções que propositalmente comportam.
> A "teoria da boiada" é a teoria das exceções da Constituição e das leis. Somos gente esperta, como o autor da tese. Base extralegal da esperteza de alguns que nos impede de chegar aonde podemos.
> O Brasil está sendo transformado num país de clandestinidades que atuam no sentido de demolir e apagar da lei e da prática do Estado conquistas democráticas que os governantes não foram autorizados a suprimir. Trata-se de uma usurpação antidemocrática de direitos, especialmente de direitos sociais. (José de Souza Martins, em Valor Econômico – 25/09/2020. Disponível em https://cidadania23.org.br/2020/09/25/jose-de-souza-martins-religiao-e-a-teoria- da-boiada/).

Portanto, conquanto um desdobramento da teologia da prosperidade, a "teoria da boiada" fazia do Aurora de 2023 um desafio ainda maior para seus assentados se reproduzirem no âmbito do campesinato.

Apesar disso, reitera-se, a maioria composta por 63% dos entrevistados do Aurora praticava atividades – no interior do lote – compatíveis com o campesinato. Eram sujeitos sociais que, não obstante as dificuldades acima apontadas, plantavam, colhiam, ordenhavam, engordavam bovinos, criavam galinhas etc. Desse modo, continuavam resistindo, em pleno mar de cana, à histórica usurpação de terras observada país afora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMBARDI, L. M. Contribuição à historiografia da geografia agrária na Universidade de São Paulo. AGRÁRIA, São Paulo, no 8, pp. 99-121, 2008.

GUILARDI, V; Biasi, N. S.; Gonçalves, J. M. da C.; Ramos, W. dos S.; Ronquim, C. C. O que mudou no cenário canavieiro 30 anos após o levante de Guariba? 8o Congresso Interinstitucional de Iniciação Científica – CIIC 2014, 12 a 14 de agosto de 2014. Campinas.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U;

_____, M. I. M. (Orgs.). O campo no século XXI. São Paulo: Casa Amarela, 2004, p. 145-158.

MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.
10

_____, J. de S. Expropriação e violência: a questão política no campo. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____, J. de S. O cativeiro da Terra. 9 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

_____, J. de S. Religião e a “teoria da boiada”. Valor econômico, 2020. https://cidadania23.org.br/2020/09/25/jose-de-souza-martins-religiao-e-a-teoria-da-boiada/. Acesso em 09/05/2023.

MENDES, I. L. O campesinato frente à territorialização dos monopólios: o caso do assentamento Aurora em Descalvado/SP. Dissertação de mestrado apresentado no Departamento de Geografia da FFLCH/USP, 2019.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Editora Contexto, 1999. Inserir p.63-110

_____, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001. Disponível em https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?lang=pt#. Acesso em 07/02/2023.

_____, A. U. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: FFLCH- USP/Labur Edições, 2007.

_____, A. U. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. Caderno de Conflitos no campo: Brasil 2015, Goiânia, s/v, s/n, p. 28-42, abr. 2016a. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil- publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015>. Acesso em: 7 jun. 2019.

_____, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. São Paulo: Iandé Editorial, 2016b.

_____, A. U. Camponeses, quilombolas, indígenas e grileiros em conflitos no campo brasileiro. Cap. 1. A grilagem de terras na formação territorial brasileira. Projeto editorial: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. ISBN 978-65-87621-32-6. DOI 10.11606/9786587621326. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo

em uma discussão marxista. Revista NERA, Presidente Prudente Ano 8, n. 7 pp. 1-21 jul./dez. 2005.

UNIVERSO ONLINE – UOL. CPT: Era Bolsonaro bate recorde de conflitos de terra na redemocratização. Disponível em https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/04/17/cpt- era-bolsonaro-bate-recorde-de-conflitos-de-terra-na-redemocratizacao.htm?cmpid=copiaecolahttps://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/04/17/cpt-era-bolsonaro-bate-recorde-de-conflitos-de-terra-na-redemocratizacao.htm. Acesso em 07/05/2023.

ZANINI, A. L. Messianismo e neopentecostalismo: uma análise da práxis religiosa de Valdemiro Santiago na Igreja Mundial do Poder de Deus. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível me https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/25699/Andre%20Luis%20Zanini.pdf?sequence= 1&isAllowed=y. São Paulo, 2009.

# Utopia camponesa de Chayanov diante de perspectivas contemporâneas de uma sociedade mais justa e ecológica

Paulo Eduardo Moruzzi Marques[1]
José Caio Quadrado Alves[2]

**GT10**

**Movimentos sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo.**

**RESUMO**

Para o sociólogo Norbert Elias, a emergência do gênero literário utópico, inaugurado por Thomas More no século XVI, constitui um importante indício de transformação do mundo moderno. Essas obras expressam um aumento crescente das reflexões sobre o papel conceitual do Estado. A utopia é produzida num esforço para conceber um modelo de organização social justo, fundamentados em princípios morais compartilhados ou emergentes em cada período histórico. O pensamento de Alexander Chayanov é representativo destas reflexões ao idealizar a utopia camponesa como um modelo social justo, apresentando orientações com princípios de perspectiva agroecológica. Este tipo de utopia anima na contemporaneidade escolhas e ações como aquelas do MST com vistas à democratização do acesso à terra. A concepção de assentamento "Comuna da Terra", preconizada pelo MST no estado de São Paulo, apresenta muitos pontos de afinidade com a perspectiva utópica de Chayanov. Trata-se de meio promissor para discutir a construção de orientações transformadoras no Brasil.

Palavras-chave: Alexander Chayanov; Norbert Elias; Utopia camponesa; Agroecologia, MST; Comuna da Terra

[1] Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (PPGI-EA) Universidade de São Paulo (USP), pmarques@usp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0514-7568
[2] Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (PPGI-EA) Universidade de São Paulo (USP), jcaioesalq@usp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4810-3722.

## Introdução

O pensador russo Alexandre Chayanov se situa no plano das grandes referências em termos dos estudos da agricultura camponesa e familiar. Em razão de sua vida ter se transcorrido em período de grandes transformações, sua obra apresenta instigantes ideias para conceber inovações sociais, em particular no âmbito agrário. Todavia, se a paisagem social do início do século passado foi esperançosa para uma reflexão utópica de mundo melhor, os riscos para os pensadores inovadores e críticos do período foram igualmente muito importantes.

De fato, as ideias de Chayanov não correspondiam à orientação predominante do regime de “comunismo de guerra”, o que provocou seu assassinato no Cazaquistão. Desta forma, seus textos estiveram esquecidos por muito tempo, tendo sido redescobertos a partir dos anos 1960. Com efeito, uma parte de sua produção bibliográfica ainda é pouco explorada. Assim, este artigo visa focalizar o que se refere à “utopia camponesa” de Chayanov, discutindo suas proximidades com propostas contemporâneas emergentes de desenvolvimento rural sustentável, especialmente aquelas difundidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Com este propósito, o artigo situa num primeiro momento a produção dos escritos utópicos de Chayanov, considerando particularmente os ensinamentos de Norbert Elias sobre as transformações das produções utópicas, científicas e literárias, deste Thomas More. Em seguida, são apresentadas as características centrais de sua utópica sociedade camponesa. Enfim, o pensamento deste autor russo é confrontado com construções contemporâneas visando a transformação das paisagens agroalimentares, expressas notadamente em noções como aquelas de agroecologia, soberania alimentar, recampesinação, multifuncionalidade da atividade agrícola, agricultura urbana e circuitos curtos agroalimentares.

## As utopias por Norbert Elias

O sociólogo Norbert Elias é efetivamente um pensador bastante perspicaz, tendo contribuído de forma notável para decantar a turbidez em torno do conhecimento sobre a sociedade ocidental (JOLY, 2012). Assim, pode ser considerado como representante maior de um tipo ideal de excelência sociológica, apesar de seu tardio reconhecimento (MORUZZI MARQUES, 2014). Aliás, parte de seus textos ainda não é traduzido para o português, o que é o caso daqueles dedicados à reflexão sobre a utopia (ELIAS, 2014). Para nossos propósitos, suas ideias sobre a inflexão que ocorre nas produções utópicas constituem um quadro muito interessante para situar a utopia agrária e camponesa de Chayanov. Com efeito, Elias define utopia como uma

representação imaginária da sociedade, contendo propostas de soluções para problemas não resolvidos em determinada realidade histórica, indicando mudanças que seus autores desejam ou acreditam que possam ocorrer (ELIAS, 2014, p. 35-36). Com esta visão, a utopia revela uma projeção cognitiva e emocional de futuro, historicamente situada.

Por outro lado, a utopia, na qualidade de perspectiva de edificação de um mundo justo, apresenta-se como objeto de estudo extremamente fecundo, possibilitando novas problematizações acerca da dinâmica cultural nas sociedades modernas. Mais especificamente, é oportuno se referir ao fluxo contínuo de *sentidos* ou *motivos*, isto é, o choque entre estruturas e forças criativas que, através da relação dialética entre valor (pressupostos) e valoração (sentidos emergentes), edificam e renovam constantemente o *senso moral* de determinada sociedade (MORAES, 2010). Assim, as utopias expressas em obras filosóficas e literárias podem ser interpretadas como uma das principais manifestações do que pode ser qualificado como ordens de justiça emergentes (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020), confrontando concepções de ordem justa predominantes no *senso moral* vigente. Em outras palavras, a utopia representa o desejo de enfrentamento político de uma ordem social considerada injusta.

Mas voltando a Norbert Elias, o autor desenvolve uma série de ideias conceituais e metodológicas muito consistente para o estudo das utopias. Nesta perspectiva, uma tarefa central deste tipo de pesquisa consiste em determinar o problema social humano para o qual uma utopia apresenta possibilidades de resolução, além de explicar as razões pelas quais o autor utópico concebe uma forma específica de resposta. Ademais, Elias considera que a pesquisa sobre as utopias deve identificar o público focal para o qual seu autor se dirige, discutindo seu papel em processos históricos. Trata-se de estabelecer um diagnóstico das experiências sociais do autor e do público leitor visado. A forma literária escolhida para a construção utópica constitui importante elemento de análise, considerando sua comunicação pública.

Com efeito, esta abordagem não considera apenas a perspectiva crítica de determinado autor com relação ao *senso moral* predominante em seu tempo, mas principalmente os meios pelos quais movimentos políticos de ação focal são produzidos. A utopia se estabelece como estratégia argumentativa de valoração de determinados grupos sociais e de concepção de mundo justo com certo potencial de confrontação com o ordenamento sociopolítico vigente.

Por outro lado, o interesse de Elias no processo civilizatório desperta seu olhar para o florescimento do gênero literário das utopias, que adquire maior relevância em mundo com cada vez mais *espaços pacificados*, propícios a ampliação do horizonte do pensável. Neste âmbito, as palavras passam a possuir maior poder do que a

espada, favorecendo confrontos argumentativos apoiados em concepções plurais de mundo justo, o que tende a se situar no centro dos conflitos sociais (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020).

É importante também salientar que a utopia para Elias pode ser positiva ou negativa (esta última podendo ser tratada como distopia), sua transformação constituindo elemento de compreensão das mudanças civilizacionais. Convém então realçar que Elias considera as utopias catastróficas como predominantes desde o primeiro quarto do século passado, período em que Chayanov elabora sua obra. Anteriormente, predominavam utopias veiculando esperanças de um mundo melhor. Neste sentido, é possível situar Chayanov em período de transição, cuja concepção utópica tende a perspectivas bem-aventuradas de futuro.

A propósito, Norbert Elias confere muita ênfase à obra utópica que pode ser identificada como inaugural deste gênero literário, aquela de Thomas More. Não por acaso, este último lança ideias sobre a melhor forma de Estado. Ou seja, a *Utopia* de More pode ser considerada como um sintoma do crescimento da reflexão conceitual sobre o Estado, com novos sentidos ligados às mudanças estruturais de grande envergadura batizada por Elias como o “processo civilizador”.

A obra em questão foi publicada em 1516, quando Thomas More tinha 38 anos. Pensador educado no humanismo, suas leituras de textos da antiguidade e seu círculo de relações inspiraram certamente seu olhar crítico ao poder absolutista das coroas reais de sua época. Seu humanismo impulsiona uma visão mais realista sobre os problemas de seu tempo, com uma perspectiva secularizadora. A forma desumana que grande parte de seus contemporâneos viviam não poderia ser negligenciada por este espírito humanista. *Utopia* representa então uma tentativa de conceber um modelo de organização social a partir de uma consciência de que os seres humanos poderiam e deveriam agir para reduzir a miséria, não como um meio de ser recompensado no além, mas por seu próprio interesse mundano. Assim, More faz parte de um primeiro grupo da história europeia que concebe uma missão de reforma do Estado e da Igreja, sem abdicar de sua fé religiosa e com uma margem de manobra extremamente reduzida para este projeto reformista.

Por outro lado, a publicação de uma obra crítica em sua época poderia resultar em forte punição. More então utiliza artifícios astutos para dissimular sua crítica, considerando que o fundo de conhecimentos de então constituía um obstáculo considerável para distinguir a realidade da ficção. Entre estes artifícios, os comentários e relatos críticos, potencialmente perigosos, são atribuídos a um desconhecido sábio navegador português chamado Rafael Hitlodeu, cujo nome de família é propositalmente peculiar com intuito de salientar seu caráter ficcional. O

modelo de narração em forma de diálogo foi explorado de maneira muito hábil por More, que se introduz, assim como seus amigos, nesta conversação. Outra astúcia foi situar a idealização de um Estado mais democrático e justo em uma ilha fictícia, mas, em época de grandes descobertas (LESTRINGANT, 2006), tal experiência poderia ser julgada como credível. Thomas More realizou este prodígio com grande imaginação e talento literário, o que permitiu lançar suas ideias para um amplo público, muito maior caso esta obra fosse um tratado filosófico sobre a melhor forma de Estado.

Até o fim do século XIX, a literatura utópica inaugurada pelo pensador inglês se alimentará dos avanços científicos e tecnológicos para apresentar perspectivas de um futuro melhor. A partir de então ocorre uma profunda transformação. H. G. Wells pode ser considerado, como propõe Elias (2014), autor chave para a análise da transição. Sua obra mais importante foi publicada originalmente em 1896 (WELLS, 2019). Se este autor em diversos textos apresenta marcas de crença em possibilidades de uma sociedade melhor graças aos progressos da ciência e educação, Wells é consciente das ameaças que o desenvolvimento científico poderia representar para a humanidade. Para Elias (2014), a visão ambivalente de Wells diante da ciência anuncia a mudança do clima intelectual ao longo do século XX. A confiança até então dominante na ciência e na racionalidade, fundada na certeza de sua contribuição para um futuro melhor, cede lugar à dúvida, à hesitação e à desilusão. A emergência das utopias pessimistas, ou das distopias ou ainda das projeções de tipo “pesadelos”, nos termos de Elias, constitui, portanto, sintoma de uma mudança de perspectivas. As explicações para tal metamorfose são um tanto evidentes nos dias de hoje: a ciência e a racionalidade não são capazes de impedir guerras e se tornaram mesmo as bases para a intensificação dos conflitos armados[3].

As distopias refletem então a lenta emergência desse desencantamento do mundo provocada pelo avanço científico, pois produziu novos perigos e nos permitiu enxergar riscos até então ocultos ou invisíveis. A percepção sobre a ciência se transforma: deixa de ser base de uma vida melhor para se tornar também fonte dos piores pesadelos.

## O lugar da utopia camponesa de Chayanov no quadro das produções utópicas

[3] Outros fatores para tal mudança, salientados por Elias (2014), referem-se às representações de mundo mais realistas, frequentemente mais desagradáveis aos olhos humanos. A teoria da evolução de Darwin (2014) e a queda da concepção antropocentrista do universo erodem sentidos para o papel da humanidade.

Chayanov se tornou uma referência maior para os estudos contemporâneos sobre a agricultura familiar. Sua utopia camponesa reflete perspectivas de futuro para a construção de uma sociedade socialista, com um protagonismo notável dos camponeses, o que é concebido a partir de suas sólidas bases teóricas sobre as dinâmicas da agricultura de base familiar. Portanto, torna-se útil apresentar suas principais contribuições neste campo, bem como o contexto de sua produção.

Economista e agrônomo, este pensador russo conhecia com grande profundidade a realidade da agricultura europeia, o que lhe permitiu examinar com muita perspicácia a unidade de produção camponesa. Com sua ótica, a agricultura familiar constitui uma forma de organização de produção caracterizada pela "ausência da mais-valia" (ABRAMOVAY, 1988). Com esta premissa, Chayanov concebe uma racionalidade camponesa fundada no balanço entre trabalho e consumo no estabelecimento familiar, que orienta as escolhas com vistas a proporcionar um nível de satisfação e bem-estar considerado aceitável.

Seus estudos o levaram a defender o cooperativismo e a integração vertical na agricultura como fundamento da construção socialista na União Soviética. Apesar de considerar a pertinência da coletivização, Chayanov manifestou resistência à forma forçada como foi efetivada na URSS. Este pensador propunha um processo de "autocoletivização": a participação nas organizações cooperativas locais seria o meio para modernizar a atividade agrícola. Com esta democracia de base, Chayanov acreditava que a incorporação de tecnologias não destruiria a essência da agricultura camponesa. Aos seus olhos, o cooperativismo permitiria conceber uma nova forma de produção agrícola controlada pelos próprios agricultores, permitindo que a revolução soviética não desperdiçasse as energias produtivas e organizativas dos camponeses.

A formação de cooperativas independentes favoreceria ganhos de escala com concentração vertical da produção. Então, os cultivos agrícolas e criações pecuárias estariam dispersos, sob controle dos agricultores, enquanto processamento e distribuição dos produtos estariam concentrados sob a gestão das cooperativas, numa perspectiva de menor interferência do Estado. A propósito, Maria Nazareth Wanderley (2009) destaca que esta autocoletivização representaria uma verdadeira revolução agrária, com a formação de "corpos cooperativos" como base de uma nova estrutura social, o que seria central para a construção de sociedade mais igualitária.

Estas concepções serviram de base para a utopia de Chayanov, que projeta uma transformação social de maneira a tornar os camponeses protagonistas incontornáveis de um modelo de democracia socialista. Tal elaboração foi assinada com um pseudônimo (KREMNIOV, 2023), Chayanov antecipando problemas que

estas ideias poderiam lhe causar. Como na obra utópica de Thomas More, Chayanov desenvolve sua narrativa em forma de diálogo entre Kremniov e seus anfitriões russos, 60 anos adiante de seu tempo.

Tomando em conta os preceitos de Elias (2014), é muito plausível pensar que o esforço literário de Chayanov visou permitir alcançar um público muito maior do que daquele de especialistas sobre a questão agrária, procurando fomentar adesão a uma perspectiva política para implantação do socialismo soviético. A ficção foi construída a partir da mencionada viagem ao futuro, na qual o protagonista é confundido por seus anfitriões com um visitante norte-americano, Charlie Man, desejoso de conhecer as mudanças socioeconômicas ocorridas na Rússia. Em suas observações sobre Moscou de 1984, o viajante no tempo considera a cidade como um enorme parque, no interior do qual podiam ser notados conjuntos de edifícios lembrando pequenas cidades dispersas.

Em seu modelo utópico, Chayanov concebe um rompimento com a profunda separação campo-cidade. Considerando grandes aglomerados como fator de riscos para o regime democrático, Chayanov idealiza um forte esvaziamento urbano e uma organização social sob poder camponês que transforma as cidades em lugar principalmente de encontros lúdicos, esportivos, associativos e culturais. Assim, os transportes são muito desenvolvidos, permitindo deslocamentos rápidos e frequentes entre campo e cidade. Os territórios rurais seriam muito dinâmicos e densamente povoados, oferecendo conforto, qualidade de vida e bem-estar, com muitos serviços públicos.

Neste idealizado país camponês, a agricultura absorve uma enorme quantidade de trabalho, o que antecipa respostas pertinentes à crise contemporânea do emprego. A agricultura de qualidade exige cuidados intensos e grande criatividade para oferecer diversidade de produtos e alimentos saudáveis, ao mesmo tempo cumprindo uma missão de preservação ambiental. Portanto, Chayanov concebe claramente um projeto agroecológico *avant la lettre*.

Nos dias de hoje, a agroecologia é considerada por seus defensores como fundamento para o desenho de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Guzmán (2001) aborda este último a partir de suas características endógenas, propondo que sua construção deva se alicerçar no conhecimento local, o que seria essencial para processos de transição agroecológica. Com esta ótica, a agroecologia ofereceria meios para articular formas de ação social coletiva com potencial endógeno transformador. Assim, a criação e reavaliação de tecnologias autóctones seriam favorecidas, articuladas com tecnologias externas que possam ser incorporadas ao

acervo cultural dos saberes e ao sistema de valores de cada comunidade. Portanto, estas ideias se coadunam muito com a perspectiva utópica de Chayanov.

Com efeito, a concepção de agroecologia de Gusmán (2001) se refere a atividades muito além daquelas agrícolas. A partir da agricultura, muitas oportunidades floresceriam para a implantação de atividades econômicas e socioculturais que, de forma ecológica, poderiam promover a melhoria do bem-estar da população local. Nesta ótica, os protagonistas das mudanças devem ser os próprios habitantes das localidades, com privilégio para os mercados locais, formando circuitos curtos agroalimentares.

Esta concepção de Guzmán de desenvolvimento endógeno é próxima daquela de Bernard Pecqueur (2005) no que se refere a “processos de especificações”. Trata-se de ponto central para sua visão sobre o desenvolvimento territorial. Em ambas as perspectivas, a mobilização das forças sociais internas à comunidade local constitui trunfo essencial para que se estabeleçam ações em prol de um desenvolvimento com fortes especificidades locais, o que é muito favorável a modelos agroecológicos.

Portanto, a utopia chayanoviana antecipa tais perspectivas agroecológicas. Segundo o autor russo (KREMNIOV, 2023), o trabalho agrícola criativo engendraria novas formas de existência, transformando cada trabalhador em criador, um artista, pois cada manifestação de individualidade na agricultura representaria a arte do labor. Neste quadro, a vida no campo ofereceria inúmeras oportunidades e seria muito saudável, promovendo grande diversidade de formas de existência.

Em artigo cujo título destaca a redescoberta de Chayanov, Gusmán (1990) aponta para três elementos chave da proposta teórica chayanoviana: as cooperativas agropecuárias; a cooperação vertical e os “ótimos diferenciais”. Quanto a este último ponto, trata-se de combinar as estruturas socioeconômicas, as formas peculiares de exploração agrícola e as tecnologias adaptadas aos modos locais de conhecimentos para se alcançar vantagens produtivas e sociais. Portanto, Chayanov articula conhecimento científico-tecnológico com saber campesino, dotando de envergadura intelectual as ações criativas espontâneas locais. Com efeito, Gusmán considera tal pensamento como contemporâneo, por conceber uma “produção agropecuária moderna” com preocupações ecológicas.

No que se refere às estruturas de poder democrático de sua sociedade utópica, Chayanov vislumbra a ampla e difusa constituição de agrupamentos classistas camponeses, com representação nos órgãos centrais de poder. Sua pujança teria base em princípios seculares de saber camponês e em abertura para renovação de valores culturais que possam dinamizar permanentemente as atividades humanas no campo.

Chayanov aponta que a saudável vida rural, com múltiplas potencialidades, permitiu, em sua sociedade utópica, a vitória do projeto camponês sobre aquele da agricultura industrial, "fábrica de pão e carne" ou máquina de cobiça e fome. Nesta narrativa futurista, o regime camponês foi assegurado graças à resolução de dois problemas centrais: aquele da economia, com o desenvolvimento de um sistema econômico nacional apoiado na unidade camponesa com papel diretivo, e aquele sociocultural, com a forte coesão de organizações sociais representativas das populações locais. Com estas soluções, as criativas atividades agroalimentares em meio rural favoreceriam o florescimento de grande progresso cultural.

Aspecto marcante desta construção utópica é o caráter profundamente democrático da idealizada sociedade camponesa: "cada projeto, cada esforço criativo, deve ter a possibilidade de competir com os ideais camponeses". Desta maneira, a ambição do projeto camponês de conquistar o mundo não destruiria os pensamentos divergentes.

Tal sociedade utópica camponesa seria herdeira daquela socialista soviética, abandonando seu padrão autoritário, especialmente com o desenvolvimento de elementos de gestão democrática dos empreendimentos cooperativos. Desta forma, Chayanov definiu tal regime como aquele de sovietes camponeses.

Neste ponto, o artigo de Biagio d´Angelo (2021) sobre as idealizações de Chayanov é muito útil igualmente para situar sua utopia, especialmente em relação às produções utópicas russas do século XIX e XX. Em seu estudo, é realçada a influência romântica nos escritos utópicos russos do século XIX, com diferentes graus de valorização do passado, do retorno a uma vida mais próxima da natureza, da liberdade individual e do nacionalismo[4].

Com efeito, Biagio d´Angelo estima que a revolução bolchevique concorreu para uma simbiose entre a utopia literária e a sua realização. A Rússia soviética seria a encarnação de um país no qual o sonho igualitário poderia se concretizar. Porém, o otimismo utópico logo cederá lugar ao pessimismo anti-utópico. Como mencionado anteriormente a partir da interpretação de Norbert Elias, a obra de Tchayanov pode ser inserida em período de transição, neste caso no contexto russo. Como muito bem observa Biagio d´Angelo, os últimos capítulos do texto utópico de Chayanov mudam de tom, pois Kremniov é preso e passa a pairar o espectro da distopia. A aspiração utópica é substituída na obra para indícios de pesadelo, que se concretiza efetivamente com a prisão e o fuzilamento de Chayanov.

[4] Neste período, a obra utópica de Nikolai Tchernichevski pode ser considerada central por ter inspirado pensadores chave dos movimentos revolucionários do início do século passado, especialmente Lenin, que batiza um de seus principais ensaios políticos com o título do livro mais conhecido do autor em questão, *O que fazer?* (Tchernichevski, 2000).

## A utopia camponesa chayanoviana e o caso da reorientação agroecológica do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra

A perspectiva do desenvolvimento sustentável, especialmente aquela associada à agroecologia, favorece a construção de novos referenciais orientadores da política pública agroalimentar (MULLER, 2003; GRISA & SCHNEIDER, 2014; MORUZZI MARQUES & DORIA, 2021). Com efeito, a utopia chayanoviana como alternativa ao modelo industrial produtivista pode ser considerada precursora[5] de muitas ideias que são desenvolvidas nos dias de hoje visando lidar com justiça ecológica os problemas agroalimentares (MORUZZI MARQUES; LE BEL; LEÃO; CURAN; 2021).

Nos anos 1980 e 1990, os pesquisadores expoentes Miguel Altieri (1987) e Stephen Gliessman (2014), além de Eduardo Sevilla Guzmán (2001), levantaram questionamentos sobre o "domínio de validade" dos conceitos e pressupostos das ciências agronômicas, propondo caminhos e visando a construção de agriculturas mais sustentáveis. Para estes autores, a agroecologia se situa no primeiro plano das alternativas agroalimentares. Nesta ótica, trata-se de uma abordagem muito além da técnica agrícola, nutrindo-se de perspectivas presentes na utopia chayanoviana.

A análise da evolução das orientações estratégicas do MST permite realçar seu crescente reconhecimento da agroecologia. O artigo de Ricardo Borsatto e Maristella do Carmo (2013) constitui consistente referência para discutir as influências teóricas dos modelos produtivos propostos para os assentamentos rurais por parte do MST. Desde seu nascimento até meados dos anos 1990, são os pensamentos de Marx, Lênin e Kaustky, tomados de maneira muito ortodoxa, que levam o movimento a adotar um modelo radical de produção coletivizada, fomentando a instalação nos assentamentos de Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs). A intenção consistia em torná-las base de uma produção em grande escala, com utilização intensa de agroquímicos para obtenção de produtos indiferenciados destinados à comercialização em circuitos longos. Estas estruturas coletivas deveriam ser alicerce para a implantação do socialismo, segundo a "teoria de organização do campo", com a "desejável" eliminação do "comportamento ideológico camponês"[6], ou seja, uma suposta postura individualista.

[5] Contemporâneos de Chayanov, Mokiti Okada (1882-1955), Rudolf Steiner (1961-1925) e Albert Howard (1873-1947) podem ser também considerados pioneiros da agroecologia (BLANC & MORUZZI MARQUES, 2022), cada qual desenvolvendo seus modelos de agricultura ecológica, de toda evidência, de maneira bastante independente.

[6] Esta perspectiva em seu formato mais radical é representada pelas medidas de Josef Stalin visando eliminar a agricultura camponesa por considerá-la obstáculo ao avanço socialista. Assim, liderou ações autoritárias no sentido da "coletivização forçada".

As críticas direcionadas a este modelo no seio do MST, indiferente às particularidades de cada assentamento e fundado em forte dependência do mercado, reforçadas pelo rápido insucesso das CPAs, fortaleceram propostas alternativas que se multiplicam desde 1995, quando ocorre seu IV Congresso Nacional. Este movimento se intensifica com a adesão à Via Campesina, com a ampliação da rede de relacionamentos internacionais do MST. A Via Campesina propaga em particular a defesa da soberania alimentar, associada à reivindicação de uma orientação agroecológica. Com efeito, o projeto camponês da Via Campesina se nutre do referencial teórico de Chayanov, permitindo pensar em suas influências utópicas de sociedade socialista.

Neste ponto, é pertinente apresentar a concepção de “Comuna da Terra” como um fruto da reorientação agroecológica do MST no estado de São Paulo, apresentando muitos pontos de afinidade com a perspectiva utópica focalizada. Em primeiro lugar, trata-se de uma forma de “relocalizar” a agricultura, mais próxima dos consumidores a partir de sua integração aos espaços urbanos. Esta proposta é concebida notadamente para atrair famílias em situação de precariedade nas periferias de grandes cidades. Estas lógicas favorecem a constituição de circuitos curtos de proximidade, ampliando a interação entre produtor e consumidor. Ainda são centrais nesta concepção de assentamento o cooperativismo e, evidentemente, a agroecologia (GOLDFARB, 2006).

O caso do assentamento Milton Santos, situado parte em Americana/SP e parte em Cosmópolis, é ilustrativo dos impactos da implantação de um projeto desta natureza. O início de sua instalação, sob moldes de Comuna da Terra, ocorre em fins de 2005. Com apoio de diversas organizações, muitas famílias engajadas no MST em busca de melhores condições de vida e de segurança, ocupam área susceptível de destinação para a reforma agrária. Com a intervenção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ocorre a concretização do projeto, o assentamento tendo sido então enquadrado na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Situado em região periurbana marcada por vastos canaviais, o assentamento pode ser visto como um oásis de diversidade de atividades em deserto de monocultura. A instalação no assentamento permitiu melhora da qualidade de vida, o que é uma visão compartilhada entre as famílias assentadas. A defesa desta iniciativa de reforma agrária se associa com a ideia de promoção de desenvolvimento territorial sustentável inclusivo, fundado em atividades agroalimentares nas proximidades de aglomerações urbanas (MORUZZI MARQUES; LUCAS; GASPARI, 2014; MORUZZI MARQUES; GASPARI; ALMEIDA, 2017).

Por outro lado, os assentados, que podiam ser vistos como oportunistas e usurpadores, passam a ser reconhecidos pelo fornecimento de alimentos de qualidade à população urbana, especialmente em situação de insegurança alimentar. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi muito importante para alicerçar a produção de alimentos pelas famílias assentadas, tendo sido por muito tempo o principal dispositivo para a comercialização dos produtos locais.

As dificuldades crescentes de acesso ao PAA, em razão de seus cortes orçamentários, reforçam uma iniciativa das mais importantes visando conferir maior visibilidade à escolha pela produção agroecológica no assentamento. Trata-se da constituição desde 2014 de Organizações de Controle Social (OCS), permitindo o reconhecimento orgânico dos produtos dos assentados (MORUZZI MARQUES; GASPARI; ALMEIDA, 2017). Estas OCS formam um pilar central da cooperativa local, a Cooperflora que, sob ideal de economia solidária, promove distribuição de cestas de produtos alimentares orgânicos junto a grupos de consumo responsáveis (PINTO & MORUZZI MARQUES, 2019).

Por outro lado, a agricultura canavieira antiecológica é predominante na paisagem rural de Ribeirão Preto/SP. Entre 1962 e 2000, o município apresentou uma perda de 70,09% da vegetação natural, destruída sobretudo pelo agronegócio sucroalcooleiro (HENRIQUES, 2003).

Neste processo de expansão canavial, a então Fazenda da Barra, situada nas margens do Rio Pardo, foi repetidamente autuada nos anos 1990 e 2000 por crimes ambientais. Este histórico de infrações foi posteriormente utilizado como prova de de não cumprimento do princípio de função social da propriedade fundiária no que se refere ao respeito ao meio ambiente (ALVES, 2023). Em 2003, foi então determinada pelo então governo federal a desapropriação da fazenda para fins da reforma agrária, dando origem ao PDS da Barra.

O assentamento Mário Lago, organizado pelo MST, é o maior dentre os quatro assentamentos que compõem o PDS da Barra e também apresenta resultados promissores como proposta “Comuna da Terra”. Em especial, desenvolve alternativas agroecológicas para conservação do território e produção de alimentos saudáveis. Desde 2009, parte das famílias assentadas atua em restauração das áreas de reserva por meio de técnicas de manejo agroflorestal[7].

Na sua grande maioria, os projetos agroflorestais não dispuseram de apoio direto do Incra, seja financeiro ou técnico. Então, o MST contou sobretudo com suporte de

[7] Atividades dessa natureza tiveram início com atrasos em razão do processo judicial, com o início da estruturação do assentamento pelo Incra apenas em 2008.

diversas entidades ligadas às pautas socioambientais, como ONG ambientalistas, instituições de pesquisa, associações e sindicatos, muito especialmente a Associação Dom Hélder Câmara (IHA, 2017).

Ao desfraldar a bandeira agroecológica, o MST em Ribeirão Preto se tornou um protagonista importante nos debates políticos regionais sobre sustentabilidade, especialmente no que diz respeito à alimentação saudável e proteção dos recursos hídricos. Assim, a proposta agroecológica em áreas periurbanas semeou novas possibilidades para o engajamento político de atores urbanos em prol da reforma agrária (ALVES, 2023).

Estas características permitem concordar com a interpretação de Yamila Goldfarb (2006), segundo a qual as Comunas da Terra se caracterizam por processos contemporâneos de recampesinação. Como sugere Angela Damasceno Ferreira (2002), este movimento de retorno ao campo existe no Brasil em razão muito especialmente do MST, o que fornece perspectivas de transformar o rural em "território do futuro", ou seja, oferecendo respostas pertinentes para a superação das crises contemporâneas. A recampesinação tornando o rural um "território do futuro" seria uma encarnação da utopia camponesa de Chayanov, representando geração de ocupações que possam estar associados a outros sentidos de qualidade de vida, com alimentação, moradia e trabalho saudáveis, justos e criativos, fornecendo muita satisfação pessoal em ambiente radicalmente democrático.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Chayanov se situa no primeiro plano para estudos das unidades de produção familiar, tendo sido capaz de influenciar análises de diferentes disciplinas científicas sobre o rural e a agricultura. Com efeito, sua utopia camponesa, fundada em seus sólidos conhecimentos sobre a realidade rural de seu tempo, tem potencial para alimentar projetos contemporâneos de transformação social.

Portanto, a reflexão sobre a agroecologia, os circuitos curtos alimentares, a multifuncionalidade da agricultura e a soberania alimentar tem no pensamento utópico de mundo justo chayanoviano uma peça literária das mais estimulantes. Nesta utopia, a sociedade camponesa do futuro seria a melhor configuração para a constituição do socialismo, com a institucionalização de uma democracia de alta intensidade, com efervescente participação social, graças a um pujante cooperativismo de base.

## REFERÊNCIAS


ABRAMOVAY, Ricardo. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. ***Estudos Avançados***, 12(32), p. 69-74, 1998.

ALTIERI Miguel A. ***Agroecology*: the scientific basis of alternative agriculture**. Boulder: West- view, 1987.

ALVES, José Caio Quadrado. **O espírito do ecologismo e a metamorfose do campo***:* um estudo sobre os conflitos sociais no campo em tempos de emergência climática (o caso do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto/SP). 2023. 207 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/ SP.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. ***A justificação***: sobre as economias da grandeza. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

BORSATTO, Ricardo Serra & CARMO, Maristela Simões. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). ***Revista de Economia e Sociologia Rural***, 51(4), p. 645-660, 2013.

CHAYANOV, Alexander. ***Teoria das Cooperativas Camponesas***. Porto Alegre: Série Estudos Rurais-UFRGS, 2017.

DARWIN, Charles. ***A origem das espécies***. São Paulo: Martin Claret, 2014.

ELIAS, Norbert. ***L´utopie***. Paris: La Découverte, 2014.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. ***Estudos sociedade e agricultura***, 10(1), 28-46 p. 2002.

GLIESSMAN, S.R. ***Agroecology*: The Ecology of Sustainable Food Systems**. Atlanta: CRC Press, 2014.

GOLDFARB, Yamila. GOLDFARB, Yamila. Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto comunas da terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária. ***Agrária***, São Paulo: FFLCH/USP, n. 5, p. 109-138, 2006.

GRISA, Catia & SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. ***Revista de Economia e Sociologia Rural***, v. 52 (supl. 1), 125-146 p. 2014.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. ***Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável***, 2(1), p. 35-45, 2001.

HENRIQUES, Olga Kotchetkoff. **Caracterização da vegetação natural em Ribeirão Preto, SP**: bases para conservação. 2003, 270 p. Tese (Doutorado em Biologia) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

IHA, Mônica Hashimoto. **A apropriação da agrofloresta na afirmação da reforma agrária**: um estudo sobre o processo de recampesinização no assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto - SP. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

JOLY, Marc. ***Devenir Nobert Elias***. Paris: Fayard, 2012.

KREMNIOV, Yvan . ***Le voyage de mon frère Alexis au pays de l'utopie paysanne***. La Tour d'Aigues: L´Aube, 2023.

LESTRINGANT, Frank. O impacto das descobertas geográficas na concepção política e social da utopia. ***Morus Utopia e Renascimento***, 3(3), p. 155-173. 2006.

MORAES, Regis. ***Estudos de filosofia da cultura***. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. Reconhecimento de excelência nas ciências sociais: a trajetória de Norbert Elias em foco. ***Revista Estudos de Sociologia***, 19 (36), p. 269-274, 2014.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; LUCAS, Ademir de; GASPARI, Luciane Cristine de. Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo. ***Revista Retratos de Assentamentos***, 17(01), p. 161-178, 2014.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; GASPARI, Luciana Cristina; ALMEIDA, Bruna. Organização de Controle Social (OCS) e engajamento agroecológico das famílias do assentamento Milton Santos no estado de São Paulo. ***Estudos Sociedade e Agricultura***, 25(3), p. 545-560, 2017.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. Referências emergentes de sustentabilidade para a ação pública agroalimentar: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos no estado de São Paulo. In: CAMARGO, Regina A. L.; BORSATTO, Ricardo S. & SOUZA ESQUERDO, Vanilde F. ***Agricultura familiar e políticas públicas no estado de São Paulo***. São Carlos: EdUFSCar, 2022.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; LE BEL, Pierre-Mathieu; LEÃO, Vitória Oliveira Pereira de Souza & CURAN, Roberta Moraes. Justiça ecológica como bússola para ações em favor da agricultura urbana e periurbana. ***Revista de economia e sociologia rural***, 59(4): e239176. 2021.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo & DÓRIA, Natália Gebrim. A integração da noção de soberania na concepção predominante de segurança alimentar e nutricional no Brasil. ***Raízes****: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 41(2), p. 246-261, 2021.

MULLER, Pierre. ***Les politiques publiques***. Paris: PUF, 2003.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. ***Raízes***, 1-2(24), p. 10-22, 2005.

PINTO, Samuel Mello & MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. Redução do apoio público aos assentamentos: análise de uma resposta fundada em consumo solidário no assentamento Milton Santos. **Retratos de Assentamentos**, 22(2), p. 131-146, 2019.

TCHERNICHEVSKI, Nikolai. ***O que fazer?*** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020.

WANDERLEY, Maria Nazaré B. ***O mundo rural como espaço de vida***. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WELLS, Herbert George. ***A ilha do dr. Moreau***. Porto Alegre: L&PM, 2019.

# RACISMO FUNDIÁRIO, SELETIVIDADE RACIAL E ANTINEGRITUDE NO RURAL BRASILEIRO

**Camila Penna de Castro**[1]

**Igor Thiago Silva de Sousa**[2]

**José Carlos Gomes dos Anjos3**

**Tatiana Emília Dias Gomes4**

**GT1 Transformações nos modos de vida, violência e formas de resistência no meio rural brasileiro.**

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS (camilapennac@gmail.com)
[2] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ/CPDA (igorthiago.sousa@gmail.com)
[3] Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (gomescarlos502@gmail.com)
[4] Universidade Federal da Bahia - UFBA (tatiana.gomes@ufba.br)

**RESUMO**

Partindo de contribuições do campo de estudos críticos de raça e das discussões de racismo fundiário e de seletividade racial, propomos racializar o debate sobre a questão agrária e os sujeitos políticos envolvidos na luta pela terra, partindo da constatação de que ainda são insuficientes e estão em construção os elementos teóricos e conceituais para trabalhar o tema racial nesse debate. Nossa proposta é trazer alguns conceitos e formulações, trabalhados a partir de exemplos empíricos, que auxiliem no tratamento e na análise das diferentes formas pelas quais a população rural negra e indígena é excluída do acesso à terra e dos direitos e formas de viver associados a ela.

**Palavras-chave:** antinegritude; racismo fundiário; seletividade racial.

## INTRODUÇÃO

> O principal capital do fazendeiro estava investido na pessoa do escravo, imobilizado como renda capitalizada, isto é, tributo antecipado, em relação à produção, ao traficante de negros, com base em mera probabilidade de ganho futuro sobre mercadoria viva e de risco. O fazendeiro comprava a capacidade de o escravo criar riqueza, mas para que a criasse tinha que comprar também a pessoa perecível do cativo, coisa exatamente oposta à do trabalho assalariado, em que não é preciso comprar o trabalhador para ter o seu trabalho. De fato, a terra sem trabalhadores nada representava e pouco valia em termos econômicos; enquanto isso, independentemente da terra, o trabalhador era um bem precioso. Ao fazerem empréstimos aos fazendeiros, no século xix, os financistas e bancos preferiam ter como garantia principal a hipoteca dos escravos e não a hipoteca das fazendas (Martins, 2013, p. 38)

> A sociedade civil é o terreno onde a hegemonia é produzida, contestada, mapeada. E o convite para participar dos gestos de influência, liderança e consentimento da hegemonia não se estende ao sujeito negro. Vivemos no mundo, mas existimos fora da sociedade civil. Essa posição estruturalmente impossível é um paradoxo porque o sujeito negro, o escravo, é vital para a economia política da sociedade civil: ele/ela impulsiona o capital em sua gênese e o resgata de sua crise de superacumulação em seu fim - a morte negra é sua condição de possibilidade. O subalterno da sociedade civil, o trabalhador, é codificado como assalariado, e os salários são brancos. Mas o marxismo não dá conta desse nascimento fenomenal e do papel salvador desempenhado pelo sujeito negro. (...) Hoje, no final do século XX, ainda não fomos feitos para ser trabalhadores.

> Estamos destinados a ser armazenados e morrer. (Wilderson III, 2003, p. 237-238 )

Ao caracterizar o processo de acumulação capitalista no Brasil escravocrata, José de Souza Martins (2013) afirma que, mais do que a renda fundiária, nesse momento, era central para o processo de circulação e de acumulação de capital a renda capitalizada incorporada na figura da pessoa escravizada. Era em torno da troca, acumulação e especulação da "pessoa perecível do cativo" que girava boa parte da acumulação de riqueza. Com a publicação da Lei nº 601 (a Lei de Terras), em 1850, e da Lei nº 1237, de 1864, e posteriormente, com a abolição e com a instituição do trabalho assalariado, a terra passa a ter valor para o processo de acumulação, como renda fundiária e como mercadoria. Isto porque a Lei de Terras transformou as sesmarias confirmadas em patrimônio privado dos seus sesmeiros e a Lei nº 1237 estabeleceu o registro imobiliário de terras com a promessa de tornar público e organizar o regime de hipotecas. Não mais vigorando as formas não mercantis de concessão real de terras, isto é, o regime de concessão de sesmarias pela Coroa Portuguesa, mas devendo ser adquirida por aqueles que tinham condições de comprá-la. A terra tinha se tornado cativa, à medida que o trabalho deixava de ser cativo. O olhar de Martins se volta então para o regime de trabalho que passa a existir nas fazendas de café com a chegada dos colonos brancos. A "pessoa perecível do cativo" recebe pouca atenção no restante da obra, para além de poucas linhas que condenam sua exclusão no pós-abolição.

Olhando a partir do lado perecível e fungível que possibilitou a acumulação capitalista mundial a partir do estupro da África, Wilderson III parte da mesma formulação de Martins, o escravo como renda capitalizada e não como força de trabalho (capital variável), assinalando para a persistência dessa relação no mundo atual. Ele sustenta que o escravizado (negro) foi, paradoxalmente, fundamental para a formação da sociedade civil, mas esteve, e está, situado fora dela, na medida em que nunca pôde participar da dimensão do consentimento, cabendo-lhe apenas a coerção, na forma de violência gratuita e estrutural. Esse elemento, que torna irreconciliável com a sociedade civil a emancipação do negro na forma de trabalhador, foge às análises marxistas que não levam em consideração os efeitos da supremacia branca e da economia libidinal envolvida na violência antinegra.

Partindo de contribuições do campo de estudos críticos de raça e das discussões de racismo fundiário e de seletividade racial, propomos racializar o debate sobre a questão agrária e os sujeitos políticos envolvidos na luta pela terra, partindo da constatação de que ainda são insuficientes os elementos teóricos e conceituais para trabalhar o tema racial nesse debate. Também entendemos que existe uma demanda para além do debate acadêmico, por parte das entidades e organizações que buscam pautar o tema da raça no campo das políticas públicas, pensando em estratégias de ação e em enquadramentos possíveis para diferentes pleitos.

Nossa proposta é trazer alguns conceitos e formulações, trabalhados a partir de exemplos empíricos, que auxiliem no tratamento e na análise das diferentes formas pelas quais a população rural não branca é excluída do acesso à terra e dos direitos e formas de viver associados a ela. Na primeira parte do artigo propomos um olhar sobre os estudos da questão agrária brasileira a partir da discussão de antinegritude. Na segunda parte trabalhamos com os conceitos de racismo fundiário e de seletividade estratégica do Estado para caracterizar o processo histórico de sedimentação de mecanismos de seleção negativa quando se trata de sujeitos não brancos tentando garantir seu acesso à terra. Na terceira parte discutimos a recusa ao negro no processo de titulação territorial de quebradeiras de coco babaçu negras no Maranhão, refletindo a partir de um caso empírico no qual se faz presente o racismo fundiário, a seletividade racial e a antinegritude. Na conclusão trazemos uma sistematização dos conceitos e debates teóricos apresentados e discutimos como eles podem auxiliar na ampliação do debate sobre a questão agrária e sobre as articulações de sujeitos políticos mobilizados em torno da luta por terra e por território.

## Antinegritude e questão agrária brasileira

As relações raciais deveriam estar no centro de qualquer análise sobre a questão agrária no Brasil. De igual modo, a questão agrária deveria estar no centro de qualquer análise sobre as relações raciais. No entanto, é possível identificar em ambos os campos de investigação e análise os traços do seu distanciamento.

Há um certo urbanocentrismo no tratamento teórico dado às relações raciais, da mesma forma em que debates em torno da questão agrária tendem a enfatizar a relação entre capitalismo e ocupação da terra, escamoteando ou secundarizando as tensões raciais

existentes na construção da malha fundiária brasileira. O urbanocentrismo mencionado é compreendido aqui como a concentração de pesquisas e publicações que versam sobre as relações raciais tendo como cenário majoritário as zonas urbanas das cidades, o que, de alguma forma também se relaciona com o fato de que os estudos rurais perderam espaço nas universidades e centros de pesquisa brasileiros.

No entanto, ainda que os estudos rurais ocupassem posições hegemônicas nos ambientes acadêmicos brasileiros, ainda seriam raras as vozes sobre as relações raciais. Muito embora essas vozes sejam vibrantes, o campo tornou-as murmúrios. As posições teóricas que reduziram toda análise a buscar as repercussões do "avanço do capitalismo no campo" e a relacionar terra e classe dominaram a cena.

Uma das questões centrais no campo de estudos da antinegritude é entender a abjeção a que sujeitos negros estão expostos cotidianamente como componente fundamental do que temos entendido como modernidade, desde seus grandes feitos até a vida comum e ordinária. Esse tipo de pensamento almeja refundar as compreensões do que temos analisado como social e pensar o mundo como alicerçado no ódio antinegro, que tem como matriz a associação intransponível entre negritude e escravidão. Nesse tipo de argumentação, os negros sequer podem ser entendidos como sujeitos, mas enquanto corpos que não são meramente explorados como produtores de mais-valia, mas parasitados e oferecendo ao mundo branco um esteio de dor, um degrau último entre o que é aceitável e incomensurável.

De um lado, um lugar fundado na zona do ser, dos direitos, da vida reconhecida e respeitada como humana e que está umbilicalmente ligada à zona do não-ser, uma faixa árida, de apagamento e inexistência, onde falta tudo, pois é habitada por não humanos. Vidas sóbrias e louváveis precisam drenar corpos rebaixados à não humanidade, se apoiando nestes a partir de uma economia libidinal, que organiza desejos, ansiedades e expectativas através da depreciação da vida negra. Não fugindo da centralidade de raça como um fundamento de desumanidade e ódio irrestrito, e potencializando formas de elaboração a partir das feridas na carne, são incorporados aspectos que tensionam a literatura usual sobre o tema, apresentando a dimensão racial como matriz do mundo que conhecemos, pois, produzido desde o ódio antinegro. Com Norman Ajari (2019), é salutar ressaltar que a violência e a

desumanização de corpos negros fundam a modernidade, são seu alicerce e esteio indispensável. Porém, essa violência, também ataca outros grupos subalternos, em especial, povos indígenas.

Como já frisado, os negros estão no mundo, mas não pertencem ao mundo enquanto sujeitos, são carne que é constantemente moída para abastecer os celeiros da humanidade. O mundo, em especial o mundo dos direitos e das conquistas, pertence aos brancos e pode ser até ocupado por não negros, mas é retumbantemente antinegro, pois seus corpos são marcados pela desonra e abjeção. Ao pensar em desonra, raciocinamos a partir das proposições de João Vargas em diálogo com Orlando Patterson, que nos sugere que:

> A desonra, por sua vez, decorre da posição social de absoluta abjeção, uma posição que define a condição de exclusão e de exterioridade radical com relação a normas de valoração social e individual. A pessoa desonrada é uma pessoa sem dignidade, ultrajada, contra quem nenhum vitupério é escandaloso (VARGAS, 2017, p. 94).

Esse tipo de reflexão nos possibilita focar em todo tipo de violência a que corpos negros estão sujeitos, desde serem ignorados em sua presença, não ouvidos em seus apontamentos e denúncias, preteridos em alianças políticas, bem como todo terror cotidiano que o cativeiro produziu, com rotinas de humilhações, espancamentos, trabalhos forçados e a sujeição frente ao sadismo branco. Esse tipo de análise sugere que violência, abjeção e morte fazem parte do dia a dia negro. Assim, gozar de expectativa de vida digna, saúde, acessos a equipamentos públicos e alguma estabilidade econômica não estaria restrito a pessoas brancas, mas seria exclusivo de pessoas não negras, uma vez que o elemento constituinte da humanidade seria o não ser negro. Nossa aposta é que esse tipo de argumentação nos ajuda a pensar como esforços de titulação territorial quilombola tem sido sistematicamente falhos, em pouco ou quase nada assegurando a vida digna de comunidades afrodescentes, apesar de denúncias (inter)nacionais, pactuações e pleitos de lideranças comunitárias e militantes do movimento negro.

## Racismo fundiário e seletividade estratégica do Estado

A sesmaria, enquanto primeiro regime jurídico oficial destinado a regular a apropriação da terra, estava diretamente relacionada aos interesses da empresa colonial portuguesa, interesses esses que articulavam diretamente ao tráfico de pessoas escravizadas e exploração da terra por meio do modelo mono-agro-exportador de *commodities* agrícolas. O

sesmeiro tinha, dentre outras obrigações, construir “engenho d’açúcares” (CONSELHO ULTRAMARINO, 1621), empregar “escravatura para cultivarem” (COROA PORTUGUESA, 1795), sob pena de reversão da sesmaria concedida pela Coroa.

Esse primeiro regime jurídico, que não se confundia com o regime do direito de propriedade moderno, vigorou até a sua suspensão pela Resolução de 17 de julho de 1822. No Brasil, o direito de propriedade, na Modernidade, ganhou sua ossatura a partir de três instrumentos normativos, primordialmente. O primeiro foi a Constituição Imperial de 1824, que instituiu um direito pleno e absoluto de propriedade. Nas décadas subsequentes, a Lei nº 601, de 1850, a Lei de Terras, e a Lei nº 1237, de 1864, delinearam as condições de quem poderia se tornar titular do direito de propriedade.

A Lei de Terras, ao instituir a compra de terras devolutas, a confirmação de sesmarias e a legitimação de posses como as únicas formas de aquisição da titularidade do direito de propriedade teve como resultado a concentração desse direito para pessoas brancas, sobretudo homens. As pessoas escravizadas não eram consideradas pelo ordenamento jurídico brasileiro como sujeitos de direitos, assim, não poderiam celebrar negócios jurídicos, a exemplo dos contratos de compra e venda de terras, legitimação de posses e confirmação de sesmarias.

No final do século XIX, o ocaso do regime monárquico e a abolição oficial do regime escravocrata não transformaram as condições jurídicas do direito de propriedade e de sua titularidade. A primeira Constituição republicana manteve a sua configuração. A partir da década de trinta do século XX, as constituições vindouras incorporaram a ideia de função social da propriedade da terra.

Muito embora a função social tenha se afirmado juridicamente ao longo do século XX, as condições de acesso ao direito de propriedade da terra às pessoas negras não se transformaram profundamente, o que o último Censo Agropecuário, de 2017, evidenciou. Dentre os vários fatores econômicos, políticos e jurídicos que não permitiram essa transformação, poderíamos destacar atualmente a destinação de recursos orçamentários para a democratização do acesso à terra. No Orçamento Público Federal do ano de 2023, a título de exemplo, para a titulação de territórios quilombolas, o montante previsto é de R$ 749.673,00, para o reconhecimento de meros 500 hectares de terra, considerando a

demanda represada de titulação de territórios já em tramitação no Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 2.473.169,2900 de hectares[5]. Até junho de 2023, apenas 10% foi pago[6].

Seguindo a trilha de Frantz Fanon, que chamou a atenção para a necessidade de buscar "incansavelmente as repercussões do racismo em todos os níveis de sociabilidade" (Fanon, 1980, p. 40), é que a relação construída historicamente desde a colonização entre a negação do acesso aos bens ambientais, em especial a terra, e o aniquilamento das formas de existir dos povos negros e indígenas é pensada como uma manifestação do racismo, denominada racismo fundiário.

A dificuldade para execução de políticas que envolvem a democratização da terra para populações pobres, negras e indígenas pode ser compreendida como o efeito de uma seletividade estratégica do Estado (Jessop, 2016). Quando falamos em Estado estamos nos referindo à sedimentação (na forma de leis, repartições, programas, etc.) de relações sociais entre atores com forças diferentes ao longo do tempo. Dessa forma, o Estado pode ser pensado como um conjunto de centros de poder e de capacidades que oferece chances desiguais a diferentes forças. Essa desigualdade não é retrato e reflexo imediato da correlação de forças, que é sempre mediada institucionalmente e discursivamente. A sedimentação, que faz com que determinadas políticas e setores tenham maior orçamento e capacidade para executar políticas, é construída ao longo do tempo e tende a conformar uma ossatura mais ou menos estável, tornando difícil a mudança quando da reconfiguração das forças sociais. Dessa forma podemos entender porque é mais fácil e rápida a execução de algumas políticas e programas e mais morosa e difícil a execução de outras. A seletividade estratégica seria esse mecanismo por meio do qual o Estado seleciona positiva ou negativamente determinados atores, pautas e estratégias.

Quando se trata da seletividade estratégica das estabilizações estatais relacionadas à política fundiária (ministérios, legislações, programas, repartições) podemos considerar duas

[5] Conforme tabela elaborada pelo INCRA chamada Acompanhamento de Processos - Dados Gerais, disponível em sua página oficial: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas

[6] De acordo com o acompanhamento da Execução Orçamentária presente na página oficial da Câmara dos Deputados: https://www2.camara.leg.br/ig-orcamento/

dimensões complementares e relacionadas. De um lado está a seletividade estrutural, que tem relação com a economia do agronegócio (Delgado, 2012) e a pressão que ela exerce para a seleção positiva de políticas que favoreçam a forma de acumulação capitalista ligada à exportação de commodities. Essa seleção positiva é concomitante a uma seleção negativa das reivindicações territoriais de populações que não têm uma relação com a terra caracterizada pela exploração na forma de produção de commodities. De outro lado está a dimensão racial da seletividade estratégica, que denominamos seletividade racial, e que antecede e perpassa a formação da economia política do agronegócio. A expropriação de terras e de formas de vida das populações não brancas está na origem da formação da malha fundiária brasileira, como apontado acima. Da mesma forma, o trabalho cativo perecível foi a condição de possibilidade da ocupação e da exploração da terra no formato de agroexportação. Essas relações sociais foram sedimentadas e cristalizadas em uma ossatura estatal que seleciona negativamente atores, pautas e ações levadas a cabo por atores não brancos.

Ainda que existam políticas favoráveis à garantia dos direitos territoriais dessas populações e ainda que haja vontade política para destinar recursos e para criar programas, fruto da pressão e da organização desses sujeitos políticos, ainda assim essas ações esbarram nas seletividades estratégicas estabilizadas na forma de pontos de veto, de entraves burocráticos, de morosidade e de outros mecanismos que levam a uma seleção negativa desses atores, ao mesmo tempo em que selecionam positivamente outros pleitos brancos de acesso à terra.

**Território Quilombola Sesmaria do Jardim**

Um exemplo emblemático desse imbróglio pode ser percebido pela inoperância estatal, no caso do Governo do Estado do Maranhão, em assegurar a propriedade coletiva e a segurança física de lideranças do território quilombola de Sesmaria do Jardim, no Maranhão. Assim, a situação fundiária vivenciada pelas famílias nos oferece elementos emblemáticos para pensar sobre a conexão entre antinegritude, racismo fundiário e seletividade racial na conformação da malha fundiária brasileira.

O território é composto pelos quilombos de São Caetano, de Bom Jesus e a comunidade de Patos, estando o território de Sesmaria do Jardim localizado no município de Matinha, na

microrregião da Baixada Maranhense. É formado por 177 famílias quilombolas e agroextrativistas, tendo como base do seu modo de vida a pesca artesanal, a agricultura familiar e a coleta do coco babaçu (MIQCB, 2021).

Intimidações, recados públicos e privados, disparos de arma de fogo em símbolos da comunidade ou placas públicas que informam sobre a titulação territorial em curso marcam o comportamento padrão de pretensos proprietários e criadores de búfalos frente à luta pela titulação e manejo dos recursos naturais de forma coletiva por parte das comunidades. Como desfecho, a liderança comunitária Maria do Rosário encontra-se atualmente afastada do território e sob proteção do Programa de Proteção a Defensores/as de Direitos Humanos (PEPDDH), devido às recorrentes ameaças que sofreu e que se intensificaram nos últimos anos.

Como tática para expulsar as comunidades, os pretensos proprietários têm organizadamente impedido o acesso aos campos naturais, áreas de babaçuais, quando não realizam a derrubada das palmeiras de babaçu. Para acessar esses bens coletivos, que cruzam ou fazem fronteira com seu território, as comunidades têm que vencer cercas, adentrar o arame farpado que prende a terra e os campos naturais, porém é recorrente o uso de cercas eletrificadas, como forma de impossibilitar a circulação de pessoas, a pesca, a coleta de babaçu ou pequenas roças.

Como desfecho dos pleitos das comunidades e do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) frente à privação e violência, foi realizada, em 2018, a Operação Baixada Livre, em que 21 km e 400 m² de cercas foram retiradas do território de Sesmaria do Jardim por ações do Governo do Maranhão. Além disso, 11 proprietários da área foram autuados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) por crimes ambientais, cercamento de áreas públicas e privação de acesso à água dos campos naturais. Houve ainda condução de proprietários para as delegacias locais por causa da utilização de cercas elétricas, o que é crime, pois colocam intencionalmente em perigo a vida de terceiros.

Porém, apesar da grande divulgação da Operação, seus resultados se mostraram frágeis com o passar do tempo. Em críticas ao desfecho de retirada de cercas nos municípios da Baixada, quebradeiras de coco comentam que apenas “os pequenos” foram alvos, mantendo grandes

criadores de búfalos, grileiros e políticos locais com suas cercas intactas. E que algum tempo após a realização da Operação, boa parte das cercas já haviam sido reinstaladas por ausência de qualquer fiscalização.

Outra questão fundamental é a titulação territorial. Mesmo sendo pauta recorrente em diversas reuniões e acordos entre movimentos sociais e Governo do Maranhão e apontada como certa, dado o compromisso político das últimas gestões com as quebradeiras de coco babaçu, tem sido preterida e aguarda há anos a assinatura do governador para seu desfecho final. Assim, em 2023 o território de Sesmaria do Jardim está com processo de titulação ainda em fase final, aguardando na Casa Civil do Estado o Decreto de Desapropriação ser assinado pelo governador Carlos Brandão. Dessa forma, a situação que já seria alarmante pela violência e ameaças que as comunidades vivenciam cotidianamente, ganha tons mais dramáticos quando analisamos a etapa em que o processo de titulação se encontra, podendo ser resolvido com uma canetada.

Segundo matéria produzida pelo MIQCB, a partir de tratativas com o Governo do Estado, afirma-se que, através do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), há uma relação nominal de 16 pretensos proprietários que colocam cercas no território, inclusive eletrificadas. Há empresas associadas a alguns deles. São posseiros que chegaram no território após as comunidades já estarem estabelecidas, ou que, mesmo tendo uma história de assentamento antigo, passaram a ter práticas de privatização de várias áreas dentro do território, impedindo a permanência e o desenvolvimento dos modos de vidas tradicionais, baseados na preservação e no uso comum dos recursos naturais (MIQCB, 2021).

O que nos chama a atenção é que mesmo frente à urgência e ao esgotamento documental que assegure o direito à propriedade de pequenos e grandes posseiros, além de políticos da região, há uma decisão administrativa com todas as suas fases de apuramento e levantamento de dados já encerradas, simplesmente aguardando friamente por decisões governamentais. É compreensível que a burocracia tenha seus ritos, prazos e etapas a serem seguidas, porém o que está em questão já não diz respeito ao reconhecimento do direito ou a possível extensão da propriedade ou quantidade de famílias aptas a serem beneficiadas com propriedade coletiva quilombola, mas como assegurar que este direito seja respeitado e validado por agentes públicos e grileiros localmente. O que

fundamentalmente está em questão parece ser como assegurar uma extensão territorial, consequentemente de conquistas formais, e a possibilidade de vida digna para sujeitos que não são vistos como capazes de terem direitos, que estão sob o signo da violência ininterrupta, historicamente assistida por agentes estatais e entendidos por seus antagonistas como estorvos que deveriam ter sido varridos das localidades, conforme ameaças recebidas por lideranças quilombolas.

Por sua vez, há um infinito cálculo político em termos de conchavos e alianças a serem preservadas pelo Governo do Estado, pensando em termos eleitorais e preservação de estruturas de poder que se revezam nas administrações estaduais e municipais, assim, mesmo esgotadas fases as processuais é sobretudo perigoso garantir direitos para sujeitos vistos como aquém do mundo civil. Seria ilógico desafiar os contornos da malha fundiária, mesmo que esta aponte para certa propriedade coletiva quilombola em termos dos direitos formalmente instituídos por "negros do mato", desprivilegiando apoiadores, políticos locais e agentes do desenvolvimento em terras consideradas desassistidas e privadas de bonança. Nessa operação o que parece estrutural é a incapacidade de uma decisão justa ser tomada e aceita, ser reconhecida como válida dentro do mundo branco.

Para além da letargia e descompromisso com agendas negras, o que vemos é o efeito pragmático da antinegritude, em como funciona como um marco ordinário de elaboração, conformação e imaginação do mundo. Essa antinegritude se faz visível no racismo fundiário e na seletividade racial que operam quando se trata da possibilidade de acesso à terra por meio de políticas públicas estatais para populações negras e não brancas. Assim, direitos brancos não podem ser questionados, mesmo sob os quais não há mais provas a julgar ou colocar em suspenso. E nesse ínterim os corpos negros continuam infinitamente entregues ao próprio mundo (branco) e seus processos de tomada de decisão próprios, ou seja, se mantém à mercê de esquemas de violência infinitos e constantemente reinventados para que tudo mude, mas permaneça absolutamente igual em preto e branco.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos o artigo encenando o desencontro entre os estudos raciais e os estudos rurais. Sugerimos que o urbanocentrismo dos estudos raciais impede a percepção das profundas e históricas clivagens raciais que conformam o mundo rural no Brasil. Pelo modo de

funcionamento da seletividade estatal percebemos o mecanismo estrutural de produção das condições de incompatibilidade entre ser negro e ser proprietário rural. Ao nos enveredarmos por uma ontologia política negra que expõe a incompatibilidade entre negridão e sociedade civil, a oposição negro – não negro aparece como a clivagem fundamental que sustenta a concepção moderna do humano. A clivagem racial do mundo rural, se configurou para nós, do desdobramento desses enfoques, como sobreposto à clivagem que coloca o negro na fronteira do humano. Estamos, portanto, em condições de sugerir que o enegrecimento populacional de largos contingentes de não-brancos é condição e consequência do funcionamento seletivo do Estado brasileiro, de tal modo que coletivos desalojados e impossibilitados de se territorializarem são coletivos em processo de enegrecimento e ser coletivo negro é ser em processo de desterritorialização e evacuação da sociedade civil.

Ao seguirmos de perto a intricada distinção paraontológica entre negritude e negros proposta por Moten (2013, p. 749) "que nos permite não mais nos deixarmos encantar pela noção de que a negritude é uma propriedade dos negros", podemos perceber os movimentos pelos quais não-brancos são enegrecidos e jogados na zona do não-ser quando tocados pela seletividade negativa do Estado. Na conceituação da seletividade estratégica destacamos o mecanismo por meio do qual o Estado seleciona negativamente os atores cuja relação com a terra não passa pela exploração na forma de produção de commodities. A economia libidinal que faz dos corpos e territórios negros lugares da abjeção se sobrepõe à seletividade estrutural que tem relação positiva com a economia do agronegócio, de tal modo que o desprezo burocrático pelas demandas negras se equaciona como prioridade para o progresso.

Ao apostarmos na hipótese de uma configuração antinegra da seletividade estratégica estrutural do Estado, pudemos testar em que medida mesmo as políticas de titulação das comunidades quilombolas carregam a dimensão de reconhecimento assimétrico (Ajari, 2019) que disponibiliza os coletivos negros à violência gratuita e à alienação natal.

Deste modo aportamos no ponto de um possível encontro entre os estudos raciais em meios urbanos e a fundamental clivagem racial do mundo rural: a desterritorialização histórica e sistemática dos coletivos rurais negros se apresenta como a prefiguração do vazio ontológico

em que o negro urbano está lançado. De um e outro lado, o (não)ser do negro se equaciona como impossibilidade de um lugar.

**REFERÊNCIAS**


AJARI, Norman. La Dignité ou la mort: éthique et politique de la race. Paris: Éditions La Découverte, 2019.

DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FANON, Frantz. Em defesa da Revolução Africana. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

JESSOP, Bob. The State: past, present, future. Cambridge: Polity Press, 2016.

MARTINS, José de Souza. O cativeiro da terra. São Paulo: Contexto, 2018.

MOTEN, Fred. “Blackness and Nothingness (Mysticism in the Flesh).” South Atlantic Quarterly 112(4):737–80, 2013.

MIQCB. "Nós queremos o território livre": MIQCB e quilombolas de Sesmaria do Jardim se reúnem com a SAF. Miqcb.org, 2021. Disponível em: https://www.miqcb.org/post/n%C3%B3s-queremos-o-territ%C3%B3rio-livre-miqcb-e-quilombolas-de-sesmaria-do-jardim-se-re%C3%BAnem-com-a-saf. Acesso em: 08, outubro de 2021.

VARGAS, João Costa H. Por uma mudança de paradigma: antinegritude e antagonismo estrutural. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 83-105, jul./dez. 2017.

WILDERSON III, Frank. "Gramsci's Black Marx: Whither the Slave in Civil Society?" Social Identities 9, no. 2 (2003): 225-240.

# DESLOCAMENTOS E MUDANÇAS NOS ACERVOS DE CONHECIMENTO À MÃO: HIDRELÉTRICAS DE GRANDE PORTE COMO MOTIVO ANALÍTICO[1]

Jessica Alejandra Solórzano Orellana[2]
Fábio Fonseca de Castro[3]

**GT 1:** TRANSFORMAÇÕES NOS MODOS DE VIDA, VIOLÊNCIA E FORMAS DE RESISTÊNCIA NO MEIO RURAL BRASILEIRO.

**RESUMO**

Ao redor do mundo, segundo dados da Comissão Mundial de Barragens, entre os anos 1960 e 2000, têm sido deslocadas entre 40 e 80 milhões de pessoas pela construção de hidrelétricas. Diversos estudos apontam que, as populações diretamente deslocadas, geralmente sofrem com o deterioro das suas condições de vida. É uma realidade que o mundo se movimenta de acordo com a quantidade de energia que tem disponível, entretanto, quantas culturas temos sacrificado para disponibilizar a energia que precisamos? Nesta pesquisa se explora o caso dos deslocamentos pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, no Brasil, e da Hidrelétrica Paute Molino, no Equador, nos anos 1970. A pesquisa foi realizada nos dois países, entre os anos 2017 e 2022, e foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, observação participante e se desenvolveu uma oficina em Jacundá (PA). Se conclui que, sob a vasta disponibilização de energia para processos industriais e de urbanização e modernização, encontravam-se grandes porções de população, geralmente rural, camponesa, ribeirinha, que perderam seus acervos de conhecimento e que viram seus mundos da vida completamente modificados.

Palavras-chave: Hidrelétrica de Tucurui; Hidrelétrica Paute Molino; acervos de conhecimento à mão; mundos da vida; ethos históricos.

[1] Agradecimento a bolsa concedida pela CAPES para o desenvolvimento de pesquisa de doutorado, resultados que se apresentam neste trabalho. Assim mesmo agradecemos a todas as pessoas de Amaluza e da Velha Jacundá que fizeram possivel as analises dessa pesquisa.
[2] Programa de Pósgraduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido / NAEA – UFPA. jessicasolorzano99@gmail.com
[3] Programa de Pósgraduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido / NAEA; Programa de Pósgraduação em Comunicação. UFPA. fabio.fonsecadecastro@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Como muda a cultura de um povoado/região depois do deslocamento compulsório efetuado para a construção de uma hidrelétrica de grande porte? A proposta desta pesquisa é apresentar dados sobre como os povoados rurais de Jacundá (Brasil) e Amaluza (Equador) viram seus mundos da vida alterados pela construção das hidrelétricas de Tucuruí e Paute Molino, respectivamente, e quais foram os mecanismos de resistência que desenvolveram para fazer frente ao horror da perda e a necessidade de reconstrução dos seus mundos da vida. Toma-se como referência temporal a década de 1970, época de construção dessas duas hidrelétricas, no contexto do auge do desenvolvimentismo.

O processo desenvolvimentista, como projeto econômico para América Latina, teve seus inícios nos anos 1930, aproximadamente (CARRANZA, 2018; ESCOBAR, 1995; RIST, 2008; THORP, 2000), com a influência do pensamento keynesiano e recebeu um forte impulso durante os anos 1960 – 1970 com as reflexões teóricas da CEPAL, a consolidação de governos nacionalistas e, depois, com as ditaduras militares.

Esse projeto econômico teve efeitos nas culturas nacionais da América Latina, e sobretudo, nos espaços rurais desses países pelos diversos processos de reconfiguração do planejamento territorial para acelerar a chegada do "desenvolvimento". Uma perspectiva histórica desse processo o nomeia como "a grande aceleração".

A responsabilização pelo atraso no desenvolvimento regional era atribuída, em parte, à presença de culturas tradicionais que, pretensamente, não se modernizaram e que mantinham suas práticas produtivas baseadas em antigas costumes e que não se vinculavam com novos conhecimentos produtivos ou com os nascentes mercados (BURNS, 1980; CARRANZA, 2018; THORP, 2000; ULLAURI, Narcisa De Jesús, 2020; ULLAURI, Narcisa e NIVELO, 2015).

No geral, essas populações estigmatizadas pela visão desenvolvimentista eram populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas, camponesas, com conhecimentos de uso e apropriação direta da natureza, culturalmente pautadas por processos de objetivação do mundo não alinhados complemente com demandas do mercado crescente ou com as pautas de desenvolvimento nacional da época. A diferença do que os Estados nacionais pretendiam para realizar o desenvolvimento: crescimento económico via expansão de mercados internos de consumo e crescimento industrial para abastecimento desses mercados. Neste trabalho essa diferença é explicada sob a teoria dos ethos.

Especificamente, a década dos anos 1970 foi um momento de impulso para a construção de grandes hidrelétricas. A justificativa para o avanço do desenvolvimento hidrelétrico no continente foi a necessidade crescente de energia para sustentar os processos desenvolvimentistas nacionais. No caso do Brasil o processo de industrialização via substituição de importações e, no caso do Equador, a necessidade de modernização rural e de áreas

agrícolas.

O que naquele momento não foi analisado (e ainda hoje, no início da década de 2020, esses analises ainda não são o padrão) é que a ampliação da infraestrutura hidrelétrica não se fazia sobre espaços vazios, senão sobre espaços construídos e ocupados culturalmente. Assim, essas infraestruturas representaram um custo sociocultural para as populações locais, além de outros impactos socioambientais. É uma realidade que o mundo se movimenta de acordo com a quantidade de energia que tem disponível, entretanto, quantas culturas temos sacrificado para disponibilizar a energia que precisamos? Quem se faz responsável por esse sacrifício e por remedia-lo?

No caso da análise sobre a expansão da indústria hidrelétrica no Brasil (Projeto Hidrelétrico Tucuruí) e no Equador (Projeto Hidrelétrico Paute Molino) a presente proposta analítica está focada em mostrar a capacidade de mudança social que tem essas infraestruturas no mundo da vida quotidiana, que vai muito além da sua materialidade como obra de engenharia e converte-se num objeto que permite a reprodução e expansão de um ethos específico, com uma perspectiva específica sobre os recursos naturais, os territórios e as populações locais. O avanço de um ethos específico que, na sua reprodução procura anular a possibilidade de reprodução de outros ethos diferentes.

Para isso a presente analise utiliza os conceitos de ethos (ECHEVERRIA, 1984; ECHEVERRÍA, 2008a, 2012), acervo de conhecimento à mão (SCHÜTZ, 2013; SCHUTZ e LUCKMANN, 1973) e trajetória tecnológica (BECKER e colab., 2009; COSTA, 2009) para dar conta das mudanças que aconteceram com dois povoados, um no Brasil e um no Equador, a partir do deslocamento que sofreram pela construção de hidrelétricas e como seus modos de viver se viram modificados. Conclui-se que a sociedade, no seu anseio de se desenvolver (desde os anos 1970 até agora), de forma constante, sacrifica porções dos mundos da vida da população impondo a elas um contexto social de perda de acervos de conhecimento à mão e exigindo que camadas da população tenham que arcar com os custos de recriar seus acervos de conhecimento. Contudo, a dinâmica da cultura também mostra que frente às violências do deslocamento a não renuncia ao seu ethos pode ser uma forma de resistência quotidiana.

## DESENVOLVIMENTO

### Energía e sacrifício

Ao redor do mundo, segundo dados da Comissão Mundial de Barragens, entre os anos 1960 e 2000, têm sido deslocadas entre 40 e 80 milhões de pessoas pela construção de hidrelétricas (somente considerando a infraestrutura de produção de energia e não suas obras complementares). Para América Latina não existe uma fonte unificada de dados de esse tipo, contudo, o Movimento de Atingidos pelas Barragens denuncia que, somente no Brasil, existem

ao redor de um milhão de pessoas atingidas pela construção de projetos hidrelétricos.

Ainda que existem diversidade de estudos sobre as vantagens da construção de infraestruturas hidrelétricas para melhorar a quantidade de energia disponível para processos industriais e para elevar as de condições de vida, diversos estudos apontam que, as populações diretamente deslocadas para a construção de projetos hidrelétricos, geralmente sofrem com o deterioro das suas condições de vida, enfrentando pobreza e desigualdade social ao perder seus meios de vida (BUl e colab., 2013). Mais especificamente, o empobrecimento da população relaciona-se com: perda de terra, perda de trabalho, do lar, incremento de mortalidade, insegurança alimentar, perda de acesso a bens comuns e desarticulação social (PIRTA e colab., 2014, p. 1) o que gera afetações negativas, materiais e socioemocionais, nas pessoas deslocadas.

Especificamente, nos anos 1970 que se propôs o uso massivo e industrial da água para produção energética e, em geral, um novo ordenamento do território para atingir esse objetivo, os gestores destas políticas públicas impuseram uma racionalidade instrumental e mercantil de uso de recursos naturais, ao considerar a água um objeto para produção de energia. Essa racionalidade entrou em conflito direto com as formas nas que as populações locais aproveitavam a água dos rios e, em geral, o território.

Esse conflito se explica porque naquela época, como agora, existem formas de vida modernas que somente são possíveis pela sua relação com a natureza sem uma intermediação completa do mercado e isso é o que gera a exposição dessas populações a pobreza e desigualdade.

Amaluza e a Velha Jacundá são dois povoados de camponeses colonos atingidos por grandes empreendimentos hidrelétricos. No caso, a população de Amaluza era camponesa vinculada a atividades agrícolas, enquanto a Velha Jacundá era camponesa ribeirinha. Amaluza encontra-se localizado na margem direita do rio Paute, no Equador, foi deslocada e depois lutou pela sua relocalização no mesmo local; enquanto a Velha Jacundá encontrava-se na margem esquerda do rio Tocantins, no Brasil, porém foi completamente submersa pela hidrelétrica de Tucuruí, por esse motivo foi relocalizado na beira da estrada PA-150.

Antes do processo de deslocamento, Amaluza e a Velha Jacundá, foram povoados construídos por diferentes ondas de colonização. Nessa perspectiva, na formação inicial de povoados de colonos estão inscritos os anseios coletivos das pessoas que se juntaram para criá-los. A formação de Amaluza e Jacundá, foi uma forma de objetivação do mundo social, por diversos "motivos pragmáticos[4]" dessas populações: ganhos econômicos, acesso a propriedade e autonomia de (re)produção – eles estavam criando mundo social com suas ações.

No caso de Amaluza as pessoas estavam à procura de novos frentes de colonização rumo ao

[4] "Sendo a vida quotidiana dominada por motivos pragmáticos, o conhecimento receitado, isto é, o conhecimento limitado à competência pragmática em desempenhos de rotina (...)" (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 63)

"oriente[5]" para conseguir novas propriedades de terra, já que na zona de Guarainag e Paguancay existia pressão sobre a terra, pelo que o Piedemonte e o "oriente" eram espaços que permitiam aliviar essa pressão.

> Entrevistado: si, inclusive aquí es un acceso hacia el oriente, por eso también la gente tenían propiedades o se iban a trabajar en las montañas. Gente de la zona, hablemos de toda esta área de Palmas, de Guaraynag, se iban en busca de propiedades, de terrenos baldíos.
> Entrevistadora: ¿esta zona de aquí era zona de terrenos baldíos? Como se conocía en aquella época.
> Entrevistado: claro
> Entrevistadora: ¿por dónde se iba en esa época al oriente?
> Entrevistado: por la margen del río, prácticamente, tenían sus caminos. Era difícil acceso pero llegaban. (Informação verbal)[6]

No caso de Jacundá a população migrou na procura de castanhais livres, de trabalho para seu sustento e terras para produção familiar agrícola e pecuária.

> - Oh rapaz, eu tinha tanta vontade de comprar um relógio.
> Ele disse: então rapaz, um bora pra Jacundá?
> Isso era em novembro, e iniciava a safra de castanhas. O município de Jacundá era muito grande e tinha grandes castanhais, e diferente de Marabá, e outas regiões de castanha, que os castanhais é de propriedade e os donos é que extrai castanhas, paga um preço mirrinho fica com as castanhas e o dinheiro todo... [...] (ruídos). Por isso enricaram da castanha e do trabalho braçal do castanheiro. [...] Então eu disse: - Aaaah, que bom! Então eu vou pra esse Jacundá, porque lá eu vou puder comprar um relógio.
> Aí vim pra Jacundá. (SOLORZANO, 2019, p. 79)

Numa leitura complementária, da teoria da cultura, o processo de construção significativa de mundo social também é um processo comunicativo, sendo que, ao produzir materialmente também está se produzindo e consumindo significados (ECHEVERRÍA, 2011, p. 38). Nesta interpretação, essa produção de espaços sociais por médio de processos de colonização está além do processo de geração de valor econômico, sendo ao invés disso, a mostra da "capacidade inventora de formas (de vida) qualitativamente diferentes" (ECHEVERRÍA, 2012, p. 37) a padrões culturais, historicamente impostos pelos diferentes desdobramentos da modernidade (ECHEVERRIA, 2010; ECHEVERRÍA, 2008b).

> Producir y consumir objetos es producir y consumir significaciones. Producir es comunicar (mitteilen), proponer a otro un valor de uso de la naturaleza; consumir es interpretar (auslegen), validar ese valor de uso encontrado por otro. Apropiarse de la naturaleza es convertirla en significativa. (ECHEVERRIA, 1984, p. 16)

Dessa forma os colonos camponeses e ribeirinhos de Amaluza e da Velha Jacundá estavam tentando (de forma exitosa, até a chegada das hidrelétricas) construir um mundo social diferente

[5] "Oriente" é a forma na qual se denomina a Amazônia no Equador.
[6] Entrevista 08, realizada 03/05/2022.

daquele que estava sendo imposto nesse momento: restrições de acesso a propriedade pelo latifúndio, relações trabalhistas muito desfavoráveis, pobreza nos centros urbanos, etc.

Para que isso seja possível todos esses colonos levavam conhecimento. Conhecimentos para criar a vida quotidiana[7] no novo local. Levaram com eles as técnicas de trabalho, as formas de fazer festa, o conhecimento do mercado e, muito importante, o conhecimento de apropriação e uso da natureza, todo isso são os acervos de conhecimento à mão. Esses acervos de conhecimento a mão, que eram levados pelos colonos há seus novos destinos, são o contingente de conhecimento intersubjetivo que permite a objetivação dos espaços sociais para a reprodução da vida nas suas rotinas quotidianas e, esse conhecimento, é o que permite resolver os problemas quotidianos práticos nos novos locais.

> Cada paso de mi explicación y comprensión del mundo se basa, en todo momento, en un acervo de experiencia previa, tanto de mis propias experiencias inmediatas como de las experiencias que me transmiten mis semejantes y, sobre todo mis padres, maestros, etc. Todas estas experiencias, comunicadas e inmediatas, están incluidas en una cierta unidad que tiene la forma de mi acervo de conocimiento, el cual me sirve como esquema de referencia para dar el paso concreto de mi explicación de mundo. (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973, p. 28)

No caso das pessoas que migraram há Amaluza e Velha Jacundá tiveram que enfrentar novos territórios, porém seus acervos de conhecimento a mão lhes permitiram se amoldar às novas condições locais e construir suas moradias e espaços de trabalho. A Velha Jacundá, sendo totalmente amazônica, produzindo uma cultura ribeirinha pela forte conexão e dependência do rio para pesca e garimpo e extrativista pela conexão com as florestas e suas safras; Amaluza, localizada no Piedemonte oriental, com uma forte influência de colonos andinos com uma longa tradição agrícola. Entretanto, todos os colonos migraram sabendo o que iriam construir com seu trabalho nos novos locais.

> Entrevistado: Antes de eso el dueño era los… personas pudientes, entonces la reforma agraria acá en la zona, sí, ¿Qué diría? Si, si permitió la división para que la gente tenga sus terrenos. Entiendo que no así en la parte ya del otro lado de la cordillera, ahí fueron la gente fue poco a poco colonizando, los que entraron de la zona sería desde la sierra central es como quien se dirige como quien dirías están dirigiéndose hacia la cordillera Oriental. Entonces entiendo que ellos fueron, pues y fueron ocupando terrenos, cabalmente yo conozco detrás de la cordillera, que es de Aicuquiro y la cordillera que está dividiendo a Paguancay y todas esas… donde yo vivo en Palmas antes, existían unos posesionarios, pero, por las dificultades después abandonaron. No así en la

[7] "Por mundo de la vida cotidiana debe entenderse ese ámbito de la realidad que el adulto alerta y normal simplemente presupone en la actitud del sentido común. Designamos por esta presuposición todo lo que experimentamos como incuestionable; para nosotros todo estado de cosas es aproblemático hasta nuevo aviso. […] En la actitud natural, siempre me encuentro en un mundo que presupongo y considero evidentemente <<real>>. Nací en él y presumo que existió antes de mí. Es el fundamento incuestionado de todo lo dado en mi experiencia, el marco presupuesto por así decir, en el cual se colocan todos los problemas que debo resolver. Este mundo se me aparece en ordenamientos coherentes de objetos bien circunscritos que tienen determinadas propiedades. […] Así, desde el comienzo, mi mundo cotidiano no es mi mundo privado, sino más bien un mundo intersubjetivo; la estructura fundamental de su realidad consiste en que es compartido por nosotros." (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973, p. 25,26)

> zona de Amaluza porque ahí sí encontraron facilidades sobre todo de conexión hacia el oriente y todo eso entonces en otras partes más hacia el sur sería, no prosperó la ocupación del de los terrenos. Entonces la gente ya no fue más es así es entonces todos esos terrenos fue de colonos que fueron, ocupando, ocupando digamos para ganado y para sus cultivos. (Informação verbal)[8]

Ethos e vida quotidiana

A experiencia social não se gera num espaço vazio. O exercício de apropriação do território é experiencia social e, no caso de povoados de colonos, a experiencia coletiva de apropriação e de "vencer à natureza" gera uma forte conexão intersubjetiva. É a experiencia de dividir uma história socialmente densa e diversos conhecimentos sobre esse mundo que se está colonizando e como agir nele.

> Además, presupongo simplemente que otros hombres también existen en este mundo mío y, en verdad, no solo de manera corporal y entre otros objetos, sino más bien como dotados de una conciencia que es igual a la mía. Así, desde el comienzo, mi mundo cotidiano no es mi mundo privado, sino más bien un mundo intersubjetivo; la estructura fundamental de su realidad consiste en que es compartido por nosotros. (…) Presupongo además que la significación de este <<mundo natural>> (que ya fue experimentado, dominado y nombrado por nuestros predecesores) es fundamentalmente la misma para mis semejantes y para mí, puesto que es colocado en un marco común de interpretación. (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973, p. 26)

Essa construção significativa dos povoados de Amaluza e da Velha Jacundá se realizava na base do aproveitamento de recursos naturais disponíveis e objetivados socialmente pela população, com seus valores de uso. Nesse sentido, a experiencia social dessas dois populações estava ancorada no aproveitamento e construção constante de valores de uso sobre os espaços dos que se apropriavam – as objetivações se davam para criar valores de uso, não a mercantilização total da natureza –.

Isso ia na contramão da lógica desenvolvimentista que estava sendo imposta no continente e no próprio território: enquanto as grandes propriedades das fazendas mercantilizavam a terra, os produtos florestais e o trabalho, produzindo mercadorias para mercados nacionais e internacionais, os camponeses aproveitavam os mesmos recursos com uma lógica diferente: sem perder a possibilidade de mercantilizar parte de sua produção para ter um lucro, reservavam grande parte da sua reprodução social e econômica ancorada nos valores de uso. Aqui um momento importante de encontro entre diferentes ethos: o ethos realista com sua pretensão de domínio e mercantilização da natureza através do trabalho e o ethos barroco como seu oposto através dos valores de uso.

> [o ethos realista] minimizaron el aporte activo de la naturaleza en la constitución de la riqueza concreta, lo menospreciaron. Al absolutizar el aspecto puramente humano-laboral de la riqueza social anularon todo

[8] Entrevista 07, realizada 05/05/2022.

> aquello de la "naturalidad" del valor de uso que, por ser casual o fortuito, no puede servir de sustrato inmediato para el valor mercantil. La naturaleza es reducida a un "menú" de opportunities, entre las que el individuo emprendedor encuentra, después de una ardua búsqueda iniciatoria, aquella que estaba "reservada" para él. [...] (Como es conocido, la marcha de apropiación territorial hacia el west norteamericano avanzará eliminando, arrasando y exterminando todo aquello que no sirve directamente, right here and right now, de "materia prima", lo mismo los indígenas "pseudo- humanos" que los bosques y los rebaños) (ECHEVERRÍA, 2008b, p. 15)

Analisando os casos de Amaluza e da Velha Jacundá pode se analisar que o desenvolvimentismo pertence a uma forma moderna – o ethos realista – de mercantilização da vida e das suas diferentes possibilidades de realização que tenta se espalhar no território através do crescimento industrial, a compra de terras, os processos de indemnização pelas culturas das populações locais, se entendem como o desdobramento lógico do avanço e pretensão de hegemonia de esse ethos em concorrência violenta com as formas de vida que se alinhavam com aquela outra proposta de modernidade, que se corresponde com um ethos barroco que, ainda frente a essa violência toda, tenta resistir[9]. Com o avanço do ethos realista, em termos sociológicos, gera-se uma dinâmica de perda validez dos acervos de conhecimento à mão das populações locais.

Uma consideração importante é que o resultado desse avanço de um ethos que mercantiliza a vida e que se impõe por mecanismos institucionais, no caso, o Estado impulsionando os projetos hidrelétricos, ele externaliza custos e consequências. Assim, quando os acervos de conhecimento à mão perdem sua vigência pela mudança nas condições sociais, políticas e/ou econômicas, esse conhecimento tem que ser substituído por novo conhecimento que permita resolver novos problemas práticos. Contudo, no contexto gerado pelo avanço do ethos realista e a progressiva mercantilização o Estado não reconheceu essa situação e deixou na mão do mercado e dos atingidos "individuais" (proprietários) a responsabilidade por reconstruir sua vida e seu mundo quotidiano.

As trajetórias tecnológicas como acervos de conhecimento

Os acervos de conhecimento, base fundamental do mundo da vida social, são fortemente impactados quando grandes empreendimentos hidrelétricos atingem territórios específicos. A depender do contexto de posse da terra e de acesso a recursos (naturais ou econômicos) as

[9] Parte dessa violência se manifestou nas diversas ações de corrupção desenvolvidas por funcionários, representantes das empresas vinculadas com os processos de indemnização, tanto no Equador quanto no Brasil, que em muitos casos negociavam quantidades de indemnização menores para os camponeses. Não era um processo que procurava somente despejar uma área senão foi uma tentativa de acabar com um mundo da vida social que não era mais "compatível" com a proposta da modernidade realista que estava em expansão. A pretensão da modernidade realista é a realização da vida nas cidades não nos espaços rurais. Ainda em construção essa análise.

populações tem possibilidades para manter a validade, ou não, de seus acervos de conhecimento. Cada uma das tentativas de que os acervos não sejam invalidados podem ser observados como formas de resistência quotidiana.

O rastreio das mudanças no mundo da vida e nos acervos de conhecimento é um desafio na sociologia, nesta proposta analítica, constrói-se a proposta de analisa-los a partir do conceito de "trajetória tecnológica" sendo uma forma de fazer operativo o conceito teórico dos acervos de conhecimento à mão. A "trajetória tecnológica" é um conceito da economia que analisa os "produtos" agrícolas ou pecuários produzidos na Amazônia (ainda que esse conceito pode ser utilizado para analisar contextos produtivos de outros ecossistemas), como a síntese fenomenológica de um acervo de conhecimento à mão, então, assim como as condições socioeconômicas mudam num lugar quando um novo produto é introduzido (por exemplo, a expansão atual da soja na Amazônia) uma pergunta relevante é: o que acontece quando se perde um produto de uma trajetória tecnológica?

A construção de hidrelétricas modifica, entre muitas outras coisas, a produção agrícola e pecuária local onde se implementa, nesse sentido, a través da observação das mudanças de produtos das trajetórias tecnológicas pode-se também analisar as mudanças nos acervos de conhecimento, considerando que esses acervos são os responsáveis pela construção, material e simbólica, do mundo da vida, do qual os produtos viriam ser uma manifestação fenomenológica de um processo social maior.

A proposta ao utilizar o conceito de trajetória tecnológica, é ampliar a discussão com a sociologia sob a compreensão do fato que produzir materialmente é também um processo de produzir significação social. Assim, o fato de produzir encerra conhecimento socialmente construído, entretanto, também esse conhecimento ajuda a produzir mundo social, é dizer, reforçar ou criar acervos de conhecimento à mão.

O conceito "trajetória tecnológica" dá conta de um conhecimento específico sobre a construção da realidade. Esse conceito está inserido nas discussões sobre o campesinato e foca-se na descrição de diversas escolhas produtivas e reprodutivas industriais e camponesas. Diferente de conceitos como "camponês" ou "agricultor familiar", a trajetória tecnológica se refere a "ao padrão usual de atividades que resolvem, com base em um paradigma tecnológico, os problemas produtivos e reprodutivos que confrontam os processos decisórios de agentes concretos, em contexto específico, nas dimensões econômica, institucional e social." (SANTOS JUNIOR, et.al, 2010).

Esse conceito abre a possibilidade de explorar, de forma específica, formas de conhecimento intersubjetivo (acervos de conhecimento) que operam no mundo da vida quotidiana, vinculado a atividades de produção e consumo para a reprodução (não somente econômica) da vida, sendo que produzimos e consumimos sentidos intersubjetivos, constantemente (BERGER e

LUCKMANN, 1985; ECHEVERRÍA, 2012; SCHUTZ e LUCKMANN, 1973).

> El trabajar tiene una dimensión poietica; su dar forma es un realizar, dice Marx. Es un inventar y un llevar a cabo un proyecto; proyecto que sólo inmediatamente es el de la construcción de una cosa, que indirectamente, pero en definitiva es el de la construcción del sujeto mismo. Al usar esa cosa y no otra que pudo estar en su lugar, el sujeto no sólo satisface su necesidad general —animal— de ese tipo de cosas, sino su necesidad de la forma de esa cosa concreta. En el proceso de reproducción social, el carácter de auto- realización (del sujeto) inspira la realización misma del producto; invade todas y cada una de las realizaciones del proceso de trabajo. Producir es objetivar, inscribir en la forma del producto una intención transformativa dirigida al sujeto mismo, en tanto que consumidor; intención que se sujetiva o se hace efectiva en el momento en que éste usa (disfruta o utiliza) de manera adecuada ese producto en calidad de bien, es decir, el momento en que, al aprovechar la cosa, absorbe la forma de la cosa y se deja transformar por ella. (ECHEVERRIA, 1984, p. 9)

Todo processo de conhecimento tem por trás um processo de socialização. A socialização desse novo conhecimento que é preciso para recompor o mundo da vida deixa de ser coletiva, na proposta do ethos realista e na sua proposta de modernidade se coloca como uma missão individual, de "criação" da vida individual "forjar o próprio destino", enquanto o ethos barroco procura pelo reforço dos valores de uso. Assim as trajetórias tecnológicas, sendo conhecimento, são resultados de processos de socialização historicamente moldados e realizados e que, com o avanço das hidrelétricas, são profundamente afetadas.

Nesta identificação de dois ethos diferentes, com duas dinâmicas econômicas e tecnológicas diferentes Costa (2009) atinge um tema crucial, analisado na economia política e discutido por Bolívar Echeverría: a contradição capitalista básica. Uma visão da economia e da produção voltada para a produção industrial de mercancias com valor de troca nos mercados locais e internacionais; e uma perspectiva econômica e produtiva voltada para a produção de valores de uso a partir dos recursos naturais da Amazonia.

Isso é mais claramente percebido no seguinte parágrafo:

> Seguindo orientação teórica já detalhada acima, a noção de paradigma tecnológico aplicada à produção rural na Amazônia está aqui referida às atitudes fundamentais mediante a base natural da região: num extremo, as formas de produção que pressupõem a manutenção da natureza originária (o bioma florestal amazônico); noutro, as formas de produção que pressupõem a transformação da natureza originária. (COSTA, 2009, p. 49)

Essa distinção elaborada por Costa (2009) permite trazer para a análise a discussão sociológica levantada por Echeverría sobre como os valores de uso e de troca articulam a vida social.

> Se trata, en esencia, de un hecho que es una contradicción, de una realidad que es un conflicto permanente entre las tendencias contrapuestas de dos dinámicas

> simultáneas, constitutivas de la vida social: la de ésta en tanto que es un proceso de trabajo y disfrute referido a valores de uso, por un lado, y la de la reproducción de su riqueza, en tanto que es un proceso de "valorización del valor abstracto" o acumulación de capital, por otro. (p. 37-38) (SMART, 2020, p. 5)

Essa articulação da vida frente à contradição que supõe a produção e consumo de valores de uso frente aos valores de troca é um dos eixos para compreender, a profundidade, os ethos históricos propostos por Echeverría que são as formas diferenciadas de resposta a essa contradição própria do capitalismo. Para o que nos atinge nesta pesquisa estaríamos pensando, especificamente, nas formas do ethos realista e o ethos barroco e como eles se manifestam com a implementação de infraestrutura hidrelétrica.

A violência da mudança nos acervos de conhecimento

Depois dos processos de deslocamento que sofreram a Velha Jacundá e Amaluza suas possibilidades de continuar usando seus acervos de conhecimento, para reproduzir sua vida, para manter os seus produtos, foram sensivelmente reduzidas. É dizer, as trajetórias tecnológicas locais foram fortemente impactadas.

Esses dois povoados eram economias dinâmicas que estavam inseridas com circuitos de mercado com produtos importantes para outras regiões do Brasil e do Equador. Amaluza comercializava milho, naranjilla e cachaça, no mercado nacional; Jacundá especializou-se na coleta e comercialização de castanha, diamantes para mercados nacionais e internacionais. Muitos deles poderiam ser vistos como camponeses bem-sucedidos.

Entretanto, a propriedade da terra e a segurança sobre a posse da terra era o que permitia que sejam produzidos diversos produtos necessários para manter e reproduzir a vida e o mundo social desses povoados, dentro e fora do mercado, no âmbito familiar e comunitário. Nos dois casos, a característica comum era que mantinham uma relativa autonomia do mercado para fazer as suas escolhas produtivas e possuíam território (seja como proprietários, seja como posseiros).

Manter a propriedade ou posse da terra fez uma grande diferença entre os dois casos: a terra deu autonomia e possibilidade de manter a trajetória tecnológica, enquanto, a partir da implementação das hidrelétricas, aqueles que não conseguiram manter o uso da propriedade ou posse da terra, tiveram que se vincular ao mercado laboral para tentar a sua reprodução econômica.

Esse foi o caso de toda a população da Velha Jacundá, sendo que a pequena cidade seria completamente submersa eles foram deslocados para a Nova Jacundá. Contudo, nessa nova cidade não tinha mais relação com o rio, não tinha mais castanhais e ainda mais difícil não tinha espaços para fazer as roças para plantar milho, mandioca, etc., pelo qual a segurança

alimentar e as possibilidades de continuar (re)produzindo os produtos que já conheciam e estavam dentro de seus acervos de conhecimento ficou anulada.

Essa mudança, no caso de Amaluza, foi diferente já que o deslocamento não obrigou as pessoas irem para uma cidade senão que puderam se manter em locais próximos de onde foram deslocados e mantiveram as características de ruralidade de seu anterior povoado. Somente que, já que Amaluza estava muito perto das áreas de construção, a mão de obra foi atraída para essas atividades, como mão de obra não qualificada, fazendo que as atividades agrícolas diminuíssem sensivelmente. Sobretudo, porque eram atividades que precisavam do trabalho de colaboração comunitária. Por esse motivo, Amaluza e a região mudou de ser um espaço de grande produção de milho e de outras verduras e frutas para a intensificação da pecuária e canteiro de mão de obra não qualificada para diversas obras de infraestrutura do país.

Continuar a analisar o dado fenomenológico da perda dos produtos desses dois povoados permite-nos acercar à violência que os acervos de conhecimento dessas populações sofreram: a impossibilidade de continuar a reproduzir os meios de vida socioeconômica e ter que criar novos acervos sobre aquilo que não era mais possível manter. A vida quotidiana foi quebrada e a imposição de um novo ethos parecia total.

Contudo, essa nova criação socioeconômica e cultural que ficou de conta das populações (já que as empresas encarregadas das indemnizações, deslocamentos e realocamentos reduziram tudo a uma questão de dinheiro) não esteve afastada de processos de grande criatividade e resistência, que foi e é aquilo que não deixa as memorias morrer e que fez que as pessoas da Velha Jacundá fossem pioneiras na criação do Movimento de Atingidos pelas Barragens (MAB Brasil) e que os povoadores de Amaluza lutaram pelo realocamento do povoado de onde foi deslocado enquanto se realizaram as obras de construção da hidrelétrica Paute Molino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma na que as sociedades humanas tem se desenvolvido, historicamente, tem uma forte relação com as fontes de energia que existem disponíveis. No caso da América Latina a década dos anos 1960 – 1970, do desenvolvimentismo ou da grande aceleração, foi uma época de desenvolvimento de grandes infraestruturas hidrelétricas. Porém, sob a vasta disponibilização de energia para processos industriais e de urbanização e modernização encontram-se grandes porções de população, geralmente rural, camponesa, ribeirinha, que perderam seus acervos de conhecimento e que viram seus mundos da vida completamente modificados.

As modificações desses mundos da vida são analisadas nesta pesquisa a partir do rastreio de um elemento fenomenológico: a perda de produtos que eram parte das tarefas quotidianas das populações da Velha Jacundá (no Brasil) e de Amaluza (no Equador). A perda desses produtos diz muito sobre a perda cultural que essas populações viveram e dos custos que elas

tiveram que pagar para refazer seus acervos de conhecimento e continuar reproduzindo sua vida econômica e sociocultural.

No processo de perda e de criação, os exemplos analisados nesta pesquisa, dão conta da superposição de dois ethos que lutam por se impor na sociedade: o avanço do ethos realista, que prega a mercantilização total da vida e da natureza, que observa os rios como espaço para produção de *commodities* e as pessoas são proprietários individuais dos quais podem ser compradas suas propriedades e ser deslocados; e a resistência do ethos barroco, que se recusa à expansão mercantil total e que vê na natureza e na vida a riqueza que tem os valores de uso.

Essa luta não tem vencedores, nem tampouco perdedores, é uma luta que a partir de 1960 até agora continua entre a constante tentativa de múltiplas empresas que constroem hidrelétricas para reduzir a vida social dos atingidos a cifras econômicas de indemnizações e a resistência das populações locais a serem deslocadas de seus locais de vida e a visibilização constante da perda de seus acervos de conhecimento, assim como à perda de seus conhecimentos sobre usos da natureza para reproduzir o mundo da vida.

Essa reflexão é intensamente instigante e necessária se se analisa que, agora, além dos grandes projetos hidrelétricos, de mineração, em geral, grandes projetos extrativos, o mundo se enfrenta a uma nova fonte de deslocamentos compulsórios: as mudanças climáticas, que cada vez ameaçam maiores quantidades de população a serem expulsas de seus territórios. Por esse motivo, analisar as experiencias de deslocamentos compulsórios por hidrelétricas é, de alguma forma, enxergar um "laboratório social" sobre o que acontece quando as populações são deslocadas de seus espaços de vida.

## REFERÊNCIAS


BECKER, B e COSTA, Fa e COSTA, Wm. **Um projeto para a Amazônia no século XXI: desafios e contribuições**. [S.l: s.n.], 2009. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Um+projeto+para+a+Amaz?nia+no+s?culo+21:+desafios+e+contribui??es#0>.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social 65**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BUI, Thi Minh Hang e SCHREINEMACHERS, Pepijn e BERGER, Thomas. **Hydropower development in Vietnam: Involuntary resettlement and factors enabling rehabilitation**. Land Use Policy, v. 31, p. 536–544, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2012.08.015>.

COSTA, Francisco de Assis. **Trajetórias Tecnológicas como Objeto de Política de Conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento**. Revista Brasileira de Inovação, v. 8, n. 1, p. 35, 2009.

ECHEVERRIA, Bolivar. **La "forma natural" de la reproducción social**. Cuadernos Políticos, n. 41, p. 33–46, 1984. Disponível em: <https://bit.ly/2DKI87F>.

ECHEVERRIA, Bolivar. **Modernidad y blanquitud**. 1. ed. Mexico: Ediciones Era, 2010.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **Definición de la cultura**. [S.l: s.n.], 2012. v. 66.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **Discurso crítico y modernidad: ensayos escogidos**. Colombia: Ediciones

desde abajo, 2011.
ECHEVERRÍA, Bolívar. **El ethos barroco y los indios**. Revista de Filosofia “Sophia”, v. 2, p. 1–11, 2008a. Disponível em: <https://goo.gl/6PXOTc>.
ECHEVERRÍA, Bolívar. La modernidad “americana” (claves para su comprensión). La americanización de la modernidad. [S.l: s.n.], 2008b. p. 17–49.
PIRTA, Raghubir Singh e CHANDEL, Nitin e PIRTA, Chhaya. **Attachment and Displacement: The Resettlers of Bhakra Dam are Hurt**. Psychological Studies, v. 59, n. 1, p. 1–10, 2014.
SCHÜTZ, Alfred. **La construcción significativa del mundo social**. [S.l: s.n.], 2013. v. 53.
SCHUTZ, Alfred e LUCKMANN, Thomas. **Las estructuras del mundo de la vida.pdf**. [S.l: s.n.], 1973.

# MASSACRE CAMPONÊS DE CORUMBIARA: IMPUNIDADES NO PASSADO E PRESENTE DA VIOLÊNCIA NO CAMPO

Regina Coelly Fernandes Saraiva[1]
José Humberto de Góes Junior[2],
Arthur Erik Monteiro Costa de Brito[3]
Guinter Tlaija Leipnitz[4]

**GT 1: Transformações nos modos de vida, violência e formas de resistência no meio rural brasileiro**

## RESUMO

O massacre camponês de Corumbiara, ocorrido em Rondônia no ano de 1995, ainda é um caso aberto e traz muitas possibilidades para discussão sobre impunidade e violência no campo brasileiro. Duas questões centrais direcionam o artigo: Quais as características da impunidade no massacre de Corumbiara? Que aspectos da impunidade no caso Corumbiara nos alerta no presente diante da permanência da violência no campo? As respostas foram sistematizadas a partir de reflexões teórico-metodológicas fundamentadas no processo judicial do massacre de Corumbiara e da literatura sobre o contexto sócio-histórico e político de Rondônia, pré e pós-massacre. Entre os resultados, o caso Corumbiara revelou o papel determinante dos governos militares no acirramento da violência no campo ao privilegiar o acesso à terra para empresários do latifúndio nas terras de Rondônia, em detrimento dos camponeses pobres e sem terra. Com o fim da ditadura militar-empresarial, a redemocratização do país não foi capaz de apresentar soluções para banir a violência no meio rural. Corumbiara revelou-se um caso permeado por impunidades e essa condição é capaz de

[1] Universidade de Brasília, rcoelly@unb.br
[2] Universidade Federal de Goiás, *campus* Goiás, humberto_goes@ufg.br
[3] Universidade Federal do Pará, Doutorado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (Dafds), Instituto Amazônico de Agriculturas Amazônicas (Ineaf), arthur-182@hotmail.com
[4] Universidade Federal do Pampa, *campus* Jaguarão, guinterleipnitz@unipampa.edu.br

promover e reestruturar a violência no campo ainda hoje. A impunidade é uma ferida aberta entre nós.

Palavras-chaves: Massacre, Corumbiara, camponeses, impunidade, Rondônia.

## INTRODUÇÃO

O Massacre de Corumbiara é um caso emblemático de violência contra camponeses e camponesas.[5] Sua atualidade está presente entre nós, não somente porque a violência no campo ainda persiste. Os dados sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde 1985 revelam que a violência no campo é histórica e endêmica e atinge permanentemente povos das águas, das florestas e do campo, territórios tradicionais, indígenas e áreas rurais. No ano de 2022, os dados da CPT registraram 47 casos de assassinatos que vitimaram povos do campo em seus territórios.[6]

Massacre é aqui entendido como uma categoria teórico-política a partir do conceito da CPT que compreende massacres no campo como "casos nos quais um número igual ou maior que três pessoas são mortas na mesma data e em uma mesma localidade, em ocorrência de conflitos pela terra."[7]

O massacre de Corumbiara ocorreu em agosto de 1995, no município de Corumbiara, em Rondônia. Foram mortos nove camponeses e camponesas só no momento do massacre, entre eles uma criança e jovens. A motivação para o ato brutal contra os camponeses foi o conflito de terras em torno da ocupação da Fazenda Santa Elina. O processo judicial com mais de 50 mil páginas não gerou concreta e exemplarmente a punição do mandante e daqueles que praticaram a execução sumária dos camponeses (policiais militares e jagunços). O massacre não se restringiu somente ao momento do ataque: execuções ocorreram pós massacre, corpos ficaram sem identificação e mutilados, camponeses desapareceram, além da extensão de situações de terror contra os camponeses e camponeses na região. Uma das marcas presentes do caso Corumbiara (ocorrido há 28 anos) é a impunidade: passado que

[5] A flexão de gênero será utilizada diretamente no texto para situações em que desejamos ressaltar a presença de mulheres no conflito ou para destacar a participação dessas atoras sociais. Mulheres, crianças e jovens são atores presentes no massacre de Corumbiara. As famílias camponesas de Corumbiara eram formadas por trabalhadores e trabalhadoras rurais em suas diferentes formas e categorias de identificação, entre elas, posseiros e posseiras. Optamos no texto por fazer referência a camponeses e camponesas.

[6] A CPT nos Cadernos de Conflitos no Campo, sistematiza dados sobre assassinatos, áreas de conflito, conflitos por água, tentativas de assassinato, violência contra a pessoa, ameaçados de morte, entre outros dados relativos ao meio rural brasileiro. Ver https://www.cptnacional.org.br/

[7] Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/mnc/index.php>. Acesso em 20/06/2023.

persiste entre nós no presente.

A impunidade nos casos de violência no campo, tal como observamos em Corumbiara, e sua atualidade, é o que desejamos trazer como problemática a ser discutida no grupo de trabalho, a partir das seguintes questões: Quais as características da impunidade no massacre de Corumbiara? Que aspectos da impunidade o caso Corumbiara nos alerta no presente diante da permanência da violência no campo?[8]

## DESENVOLVIMENTO

### Da colonização e ocupação de terras em Rondônia ao massacre de Corumbiara

O Estado teve papel fundamental na colonização moderna de Rondônia. Durante a didatura militar-empresarial (1964-1985), os governos direcionaram a ocupação de terras públicas na Amazônia para diferentes grupos sociais por meio de diferentes estratégias: projetos de colonização, regularizações fundiárias e licitações de terras.[9]

Os projetos de colonização estavam discriminados em três grupos: Projetos Integrados de Colonização (PICs), Projetos de Assentamentos Dirigidos (PADs) e Projetos de Assentamento Rápido (PARs)[10]. As regularizações fundiárias, feitas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)[11], eram voltadas para áreas de ocupação antiga ou as que foram ocupadas à margem dos projetos de colonização. As licitações públicas atendiam terras postas à venda, para empresas e produtores de médio e grande poder aquisitivo (MESQUITA, 2001)

---

[8] O estudo do massacre de Corumbiara é parte do projeto *Massacres no campo na Nova República: crime e impunidade, 1985-2018*. O projeto está em andamento desde 2021 numa parceria entre Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Jataí (UFJ), Universidade Federal de Catalão (UFCat) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). O projeto analisa 49 (quarenta e nove) casos de conflitos no campo de 1985 a 2018 que culminaram em massacres de trabalhadores/as, indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais, entre eles o massacre de Corumbiara. O objetivo principal do projeto é analisar os principais fatores que impulsionaram a impunidade de mandantes e executores desses massacres que corroboram para ocultação da violência no campo brasileiro.

[9] As terras originariamente ocupadas pelos indígenas foram duramente atingidas com a ocupação da Amazônia durante a ditadura. Para o detalhamento sobre o impacto nos territórios indígenas em Rondônia ver SANTOS e GOMIDE, 2015.

[10] Diferentes momentos dos projetos de colonização: os PICs compõem as políticas de integração do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), no contexto histórico do chamado "milagre econômico"; os PADs são oriundos do II Plano Nacional de Desenvolvimento, gerados sob influência da crise do petróleo de 1974, o que determinou uma abordagem distinta pelos governos militares. Os PADs impactaram de forma direta o rumo do município de Corumbiara (SCHRÖDER, 2008) e (FONSECA, 2015)

[11] Criado em 1970, o INCRA era o órgão responsável pela colonização em Rondônia.

Estudos prévios sobre a aptidão agrícola das terras em Rodônia foram feitos de forma sistemática pelos governos militares.[12] As terras foram potencialmente indicadas para: lavouras, pastagem plantadas e natural, silvicultura, extrativismo vegetal, entre outras funções.[13] As terras mais férteis foram direcionadas às licitações ou aos PADs (áreas com dimensão que variavam de 200 a 2000 hectares destinadas à médios e grandes produtores). As terras da Fazenda Santa Elina, palco do massacre camponês de Corumbiara, estava entre as terras férteis de Rondônia.

Por outro lado, os PICs, os PARs e alguns PADs específicos (terras de 100 hectares e de baixa fertilidade), eram destinados às famílias migrantes pobres que chegavam em Rondônia na esperança de conseguir uma terra nos projetos de colonização (nos PICs e PARs). "Na década de 70, o processo de colonização em Rondônia gerou um crescimento populacional da ordem de 400%, predominantemente rural, atraindo para a região cerca de 25 mil colonos e suas famílias". (HENRIQUES, 1984, p. 412).

O caso do PIC Paulo de Assis Ribeiro (PIC-PAR) é emblemático nesse contexto, mas também revela as contradições. Criado com sede em Colorado do Oeste, tinha como objetivo "ordenar o processo de povoamento urbano e rural das grandes levas espontâneas de migrantes que chegavam a Rondônia" (FONSECA, 2015, p.134). Entretando, a grande quantidade de migrantes, sobretudo as famílias pobres, possuíam uma "funcionalidade" pré estabelecida pelo INCRA, abastecer a mão de obra demandada nas glebas de licitação e PADs. Essa estratégia do órgão deve-se ao que Hébette e Marin (2004) chamam de "modelo realista de colonização", um processo de ordenamento do território que levava em conta a relação de forças da sociedade, as crises econômicas, e que ganhou força nos altos círculos do Incra.

Com o II PND, houve o redirecionamento do orçamento do tesouro aos projetos de pecuaristas e empresários, considerados economicamente mais eficazes. Foi no contexto do II PND que as terras da gleba Corumbiara (que abrangia geograficamente Colorado do Oeste e Cerejeiras) foram licitadas pelos governos militares apenas para médias e grandes

[12] Atentos à região onde foi criada a Gleba Corumbiara, na década de 1970, os militares realizaram estudos minuciosos das terras de Rondônia. Peres (2015) apresenta um mapa, de 1979, com informações detalhadas sobre a aptidão das terras. O autor observa, a partir do mapa, que as terras onde está localizada a gleba são de ótima fertilidade, sendo, portanto, muito atrativas.

[13] Hébette e Marin (2004) destacam a produção de cacau, pecuária ou plantio da seringueira (*Hevea Brasilienses*).

empresas, com áreas de 2000 hectares (SCHRÖDER, 2008).

Assim, foi se institucionalizando a tendência à concentração fundiária para atender famílias abastadas e empresários que adquiriram terras nos PADs e por licitações (HÉBETTE E MARIN, 2004; HÉBETTE, 2004).

Para Mello (2002) isso explica parte do fracasso dos projetos de colonização voltados para os camponeses pobres, considerados "projetos de colonização aliados ao atraso técnico dos colonos e de custo muito caro." (MELLO, 2002, p.39).

Lopes (2020) também observa as contradições dos modelos de colonização em Rondônia. Os camponeses sem assistência técnica, recursos próprios ou incentivos governamentais, se voltavam para uma "lavoura branca" (plantios não permanentes) ou abandonavam os lotes.

Foi no contexto de privilégios e incentivos voltados para terras empresariais que surgiu a Gleba Corumbiara. "Licitada, a gleba Corumbiara tinha 100 lotes de 2000 hectares cada, na mais fértil terra amazônica."(PERES, 2015, p. 57). As terras roxas da gleba entretanto, fizeram parte da maior área de licitação destinada à pecuária.[14] Sua área ocupava, à época, a metade do município de Pimenta Bueno e cerca de um terço do município de Vilhena (MESQUITA, 2001).

A presença de camponeses na gleba foi se associando ao trabalho como peões de diária para derrubada da mata, ou como ficaram conhecidos "peões do trecho". Esse grupo tendia a aumentar na região da gleba, conforme a derrubada da floresta. Os camponeses serviam apenas como força de trabalho farta e barata para as grandes propriedades (FONSECA, 2015).

Apesar das estratégias de colonização, o ordenamento não comportou a grande quantidade de famílias migrantes que chegavam a Rondônia. Segundo Peres (2015), Rondônia recebeu 12 projetos de colonização, que assentaram 42.900 famílias, entre 1970 e 1984, em 3,6 milhões de hectares. Entretanto, nesse mesmo intervalo de tempo, a população

[14]Schröder (2008, p. 41) também reconhece a região de Corumbiara – assim como a compreendida por Cabixi, Cerejeiras, Colorado do Oeste e Pimenteiras do Oeste – a área que "possui as terras mais férteis do Estado (terra roxa), além de ser rica em madeiras nobres como o Mogno e a Cerejeira".

de Rondônia aumentou de 100 para 610 mil pessoas. Sendo assim, os projetos de colonização não conseguiram abarcar a grande quantidade de migrantes que necessitavam de terra para trabalho.

Ao mesmo tempo, a tendência à concentração fundiária, por parte de famílias abastadas e empresários que adquiriram terras nos PADs e licitações, foi se transformando no modelo dominante (HÉBETTE E MARIN, 2004; HÉBETTE, 2004).

Em relação à gleba Corumbiara, o Incra já havia definido, que os lotes de 2000 hectares da área seriam leiloados. Na teoria, dois lotes não poderiam estar registrados no nome da mesma pessoa, contudo, houve concentração de inúmeros lotes no nome de uma mesma família (MESQUITA, 2001). Essa estratégia também é reforçada por Hébette e Marin (2004), ao desmonstrar que famílias grandes passavam a subdividir-se em diversos núcleos, como forma de garantir uma maior quantidade de terras, a partir de vários "chefes de família".

De acordo com relatório do Planafloro/PNUD, analisado por Mesquita (2001), existiam muitos lotes em nome de uma mesma família na região de Corumbiara:

> José Carlos Barbeiro: oito lotes; Moisés de Freitas: cinco lotes; Edson Ribeiro M. Neto e irmãos: cinco lotes; Edson Ribeiro Mendonça: dois lotes; Norberto Ribeiro Mendonça Neto: cinco lotes; Divaldo R. C. Tomelli: cinco lotes; Antenor Duarte do Vale: doze lotes; Alceu Elias Feldmam: oito lotes; Helio Pereira de Morais: dez lotes. Além dos nomes que aparecem no relatório é certo que muitas fazendas estão em nomes de "laranjas", numa tentativa de burlar a legislação. (MESQUITA, 2001, p. 82)

O registro acima revela que havia a prática da grilagem de terras em Rondônia, sem a devida atenção dos órgãos públicos responsáveis. Associado a isso, crescia a problemática sócio-política com o aumento expressivo da população no campo. Nos anos 80 e 90 surgiram pelo menos cinco municípios que direta ou indiretamente estavam associados aos projetos de assentamento (PIC-PARs): Corumbiara, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Cabixi e Pimenteiras do Oeste.[15]

[15] Na década de 1970, apesar da gleba criada já possuir o nome Corumbiara, o município ainda era inexistente, e só viria a ser criado em 1992, sendo desmembrado dos municípios de Vilhena e Colorado do Oeste por ter se tornado um "[...] destacado núcleo agropecuário, com expressivo desenvolvimento sócio-econômico [...]"https://corumbiara.ro.gov.br/historico/>

A concentração de terras – somada à demanda crescente de famílias migrantes pobres por terras para trabalho – e à ineficiência do Incra em atender tal demanda, gerou um cenário propício à evolução de conflitos. Estavam, assim, estabelecidas as bases para o que viria ser o massacre de Corumbiara.

Na época do conflito, a região de Corumbiara tinha pelo menos três grupos sociais distintos: Os indígenas[16]; os empresários rurais (latifundiários), que tinham adquirido os lotes de 2000 mil hectares da gleba Corumbiara; e o grande contingente de famílias camponesas migrantes e pobres, que ainda demandavem terras[17].

Esse último grupo foi se forjando na luta pela terra nos anos 80. Apoiados por setores da igreja católica,[18] sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais, como o Movimentos dos Trabalhodores Sem Terra (MST) e partidos políticos, recém criados, como o Partido dos Trabalhadores (PT), que orientavam sobre os direitos fundamentais, os camponeses foram se organizando em torno da luta por direitos e em mobilizações pela ocupação de terras, questionando a condição da terra, os processos de exploração do trabalhador rural (muitos em regimes de escravidão) no latifúndio empresarial em Rodônia (PERES, 2015).

As ilegalidades que rodeavam a concentração de terras em Rondônia – somada aos processos de organização dos camponeses e camponesas e o apoio político de entidades e movimentos sociais e sindicais - foram o combustível central para as ocupações de terras que se deram na região de Corumbiara nos anos 90.

**A ocupação da fazenda Santa Elina**

A ocupação da fazenda Santa Elina por camponeses e camponesas foi o momento de culminância da situação político-social e econômica que predominava em Rondônia nos anos

[16] A violência e o extermínio de indígenas isolados da região, como os Kanoé e Akuntsun, por parte de fazendeiros, na década de 1980 e 1990, são bem apresentados no documentário "Corumbiara", produzido por Vincent Carelli. Documentário disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ONNKDTfVqcc.

[17] A maioria desses migrantes eram "agricultores do Centro-Sul, expulsos de suas regiões de origem pela modernização da agricultura que aliada às políticas agrícolas e agrárias geraram concentração fundiária e uma redução dos empregos no campo" (Mesquita, 2001, p. 61/62).

[18] Setores da igreja adeptos da Teologia da Libertação, cuja proposta era a defesa das comunidades pobres e vulneráveis no campo e na cidade. Na década de 80, a CPT atuou de forma intensa na região em favor dos camponeses, denunciando esquemas de grilagem, escravização de trabalhadores em torno da gleba Corumbiara e na luta pela terra. Paula (2021) registra a ocorrência de inúmeras denúncias de escravidão branca registradas e divulgadas pela imprensa de Porto Velho nos anos 80.

90. Concentração de terras nas mãos de poucos e muitos camponeses sem terra.

A ocupação que desaguou no massacre de Corumbiara se deu em terras apropriadas por Hélio Pereira de Morais, fazendeiro paulista que concentrava lotes na região de Corumbiara. O fazendeiro possuia oito lotes de 2000 hectares cada, que formavam a fazenda Santa Elina.

As situações de grilagem de terras, conflitos e letígios, falta de documentação e terras de especulação indicavam a situação da Santa Elina como terras improdutivas. Assim, no dia 14 de Julho de 1995, cerca de 624 famílias ocuparam 150 hectares dos 18 mil que formavam a fazenda Santa Elina.[19] A base da ocupação foi pensada e organizada por lideranças e grupos camponeses que viriam a tornar-se o Movimento Camponês Corumbiara (MCC), movimento social formado oficialmente em fevereiro de 1996 (FONSECA, 2015).

Os fazendeiros da área já estavam em alerta com ações de ocupação, haja vista que terras limítrofes à fazenda Santa Elina já haviam sido ocupadas, resultando, em 1993, no Projeto de Assentamento PA Adriana. A resposta à ocupação da Santa Elina foi rápida:

> no dia 18 de julho, foi concedida uma liminar *inaudita altera pars* de manutenção e reintegração de posse em tempo recorde, pelo juiz substituto de Colorado D'Oeste, Roberto Gil de Oliveira, para que todas as famílias camponesas fossem despejadas da terra, com o auxílio de força policial em caso de resistência à ordem judicial (LIMA, 2021, p. 28).

Em 19 de julho, quando a polícia e o oficial da justiça chegaram ao acampamento, os camponeses que faziam a segurança avisaram, com fogos de artifício. Todos os acampados foram para a margem do igarapé. Cantaram, gritaram palavras de ordem. Do outro lado, o oficial leu o mandato de despejo, mas os camponeses resistiram (FONSECA, 2015).

**O Massacre camponês de Corumbiara**

> "Acorda! Acorda! Acorda, ajunta e deita no chão que o ataque já vem. Mas como?, não tinha dado tudo certo? Tinha, no modo de ver dos posseiros, mas, no modo deles, não. Na véspera os líderes negociaram com os policiais e acertaram que não havia carência de sair agora." (PERES, 2015, p. 85).

O ataque aos camponeses ocorreu de madrugada, no dia 9 de agosto de 1995, pela polícia militar e "jagunços fardados", após a negociação de saída pacífica das terras. Resultou

[19] Não há unanimidade quanto ao número de famílias que ocuparam inicialmente a fazenda, Peres (2015) registra 624 famílias, enquanto relatórios da CPT sobre o caso Corumbiara falam em 500 famílias.

do ataque 9 mortos, entre eles dois policiais e um não identificado.[20] Os camponeses tinham "armas fracas" e não tiveram condições, a tempo, para se defenderem da ofensiva policial que atacou violentamente o acampamento.

A situação de tensão para a desocupação das terras da Santa Elina, antecedia em vários dias do ataque. A pressão vinha de todos os lados. Fazendeiros da região presssionavam o governo, a polícia e outros agentes políticos para a retirada dos camponeses. Uma figura chave naquele momento foi o pecuarista Antenor Duarte do Valle, que representou os latifundiários da região e mobilizou para o processo repressivo e violento (sem negociação) contra os camponeses.[21] Antenor Duarte, foi denunciado e é parte no processo judicial do massacre de Corumbiara, indicado como o mandante dos crimes. Entretanto, ele foi absolvido.[22]

Entre as vítimas do massacre (no ato do ataque) uma criança, Vanessa dos Santos Silva, uma mulher, homens e uma vítima não identificada, H05.[23] Do massacre resultou muita gente baleada (tiros no rosto, na cabeça, pescoço), muitos espancamentos, entre eles um deficiente físico, pessoas com rostos deformados e outros casos. Entre as vítimas, muitos jovens entre 18 e 26 anos.

A ação violenta do ataque da madrugada do dia 9 prosseguiu até de manhã: tortura, maus-tratos, mulheres feitas de escudo dos policiais, tiros para todos os lados na busca por camponeses que conseguiram "escapar", perseguições e mais mortos (entre camponeses e policiais). A icônica imagem divulgada do massacre do Corumbiara revela um ato de tortura coletiva:

> Os sem-terra são obrigados a deitar no chão. Eles amarram uns aos outros usando cordas. Feito porcos. Chegaram até aqui para ficar feito porco [...] São obrigados a pisar nos companheiros, deitados no chão da pracinha de assembleia. Não pode

[20] Os números de mortos não são exatos (Peres, p. 33). As informações sobre os mortos são questionáveis. Como veremos, este é um dos aspectos identificados como parte das impunidades do massacre de Corumbiara. A CPT registra aproximadamente 20 trabalhadores desaparecidos, 350 lavradores gravemente feridos, 200 presos e 8 mortos, incluindo uma criança. https://www.cptnacional.org.br/massacres/112-rondonia/3952-corumbiara-1995.

[21] Antenor Duarte era proprietário da fazenda São Judas, vizinha à Santa Elina. Foi fundador da União Democrática Ruralista, seccional de Rondônia (PERES, 2015).

[22] O Ministério Público Estadual entregou à justiça em 1996 a acusação contra quem considerava os responsáveis pelas mortes: quatro sem-terra, 19 policiais, um fazendeiro e seu braço-direito [...]. Quatro anos após o massacre, Claudemir Ramos [o "Pantera"], Cícero Pereira Neto [ex-dirigente Nacional do MST] e três policiais foram condenados. Em 2004, os recursos judiciais se esgotaram, encerrando o processo (PERES, 2015, p. 33.

[23] Pessoa não identificada. Consta no processo judicial que as condições do corpo não permitiram identificar a vítima. Só se sabe que era uma mulher.

> olhar para os lados, nem para a frente: para o chão. Soco, pontapé, coronhada, tiro." (PERES, 2015, p. 87)

A ação violenta prosseguiu pós-massacre, revelando que os atos violentos não se restringiram só ao ato do dia 9. O caso chocante de Sérgio Rodrigues Gomes, revela isso. Sérgio foi levado junto com outros camponeses feridos em uma caminhonte e ficou dias desaparecido. Seu corpo foi encontrado, 15 dias depois do massacre, sem vida e com marcas de tortura, no rio Tanarú. O massacre se estendeu nas violações que prosseguiram contra os camponeses e camponesas: torturas, pressão psicológica, medo, perseguições e muito terror.

**Relação com outros massacres**

A tensão social e os conflitos agrários que culminaram com o caso de Corumbiara não ficaram isolados. Em 17 de abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, uma ação da polícia militar no Pará assassinou 19 Sem-terras, no ato que ficou para a história como o massacre de Eldorado dos Carajás.

Esses massacres são remanescentes da política de favorecimento de terras promovida pela didatura militar para latifundiários-empresários interessados na exploração e geração de lucros a partir das grandes extensões de terra. Apesar desses confitos agrários terem ocorrido já no contexto democrático, eles são crias da ditadura que a Nova República não deu conta de solucionar (Peres, 2015).

Na Amazônia, entre 1985 a 2022, ocorreram 47 massacres. Em Rondônia foram 9 massacres, com o total de 40 vítimas.[24] A impunidade é um traço comum entre esses massacres no campo. O caso em Corumbiara é emblemático.

**Massacre de Corumbiara e impunidades**

Quais as características da impunidade no massacre de Corumbiara? Que aspectos da impunidade o caso Corumbiara nos alerta no presente diante da permanência da violência no campo?

O massacre de Corumbiara não é um caso isolado de violência e impunidade no campo. É emblemático em função das impunidades (no plural) que o caso deixou como marcas, complexas e alarmantes, que tratamos como "camadas de impunidades". Essas

[24] https://www.cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo/painel-interativo. Acessado em 05/06/2023

camadas apresentam relação desde o contexto sócio-histórico e político de Rondônia e das situações que marcaram o conflito; os atores sociais envolvidos (vítimas, mandantes, igreja, movimentos sociais, políticos, imprensa, sistema policial e judicial), até os aspectos do processo judicial do massacre.[25] Analisar essas categorias ajudam a responder as questões propostas neste trabalho.

O contexto sócio-histórico e político do pré e pós massacre é fundamental para entender as características da impunidade do massacre. A situação fundiária complexa e de conflitos em terras de fronteira e as situações de violência são aspectos a serem observados e detalhados (MARTINS, 1996). O papel do capital nas "frentes de expansão pioneira" determinou não somente as relações produtivas, mas sociais, políticas em Rondônia. Em nome da terra para o capital, muita violência contra os camponeses foi se acumulando até o massacre de Corumbiara. Os assassinatos e outras violações de direitos humanos em Corumbiara são parte de um acúmulo histórico (modernização agrária, didatura civil-empresarial, políticas públicas de reforma agrária mal geridas e excludentes, omissão e incapacidade de solução dos problemas agrários, invisibilização camponesa e de outros atores sociais (comunidades tradicionais e indígenas), que se tornaram vítimas do capital.

Os conflitos sociais, e as impunidades que deles resultaram, nasceram das diferentes visões sobre a terra: terra para a vida e o trabalho camponês x terra como capital para os grandes proprietários. O contexto histórico-social, político e ambiental de Rondônia acumula muitas impunidades: o marco é o genocídio indígena que vai ao encontro da construção do camponês sem terra, do trabalho precarizado associado ao trabalho escravo; até à perda significativa da floresta para a abertura de pastos para o gado e para a agricultura empresarial. Em 1995, o massacre de Corumbiara representou a culminância desse contexto.

Pós-massacre, apesar da visibilidade pública das situações de massacre e conflitos por terra (Corumbiara, Eldorado dos Carajás e outros), não foi suficiente para modificar o padrão da violência endêmica em Rondônia e em toda a Amazônia. O número de 40 assassinatos (9 massacres) revela Rondônia com um dos estados mais violentos na Amazônia, depois do Pará.[26]

[25] No momento, a equipe de pesquisadores/as do massacre de Corumbiara está trabalhando na análise do processo judicial, desde a denúncia, os inquéritos policiais (civil e militar), a tramitação no sistema judiciário estadual até o judiciário federal.

[26] O Pará registrou entre 1988 a 2022, 30 massacres, com 155 vítimas. https://www.cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo/painel-interativo. Acessado em

Os atores sociais são uma categoria fundamental para a compreensão das camadas de impunidade no caso do massacre de Corumbiara. Eles são diversos: famílias camponesas, latifundiários (e suas empresas modernas a serviço do capital), policiais civis e militares, milícias rurais, jagunços, políticos, igreja, governos estadual e federal, imprensa, movimentos sociais, sindicatos, judiciário local e estadual e federal.

Trata-se de uma rede social complexa, muito permeada pelos conflitos entre o tradicional e o moderno, representado pela presença do capital. A perspectiva analítica weberiana traz possbilidades para a análise de como as relações de dominação e poder se apresentaram nos contextos pré e pós-massacre.

O massacre de Corumbiara nos ajuda a refletir sobre a posição dos atores hegemônicos, sua moral e relações de poder na construção das impunidades presentes no caso. Em relação ao judiciário é possível identificar relações impregnadas pela "dominação oligárquica"; famílias que ascendem ao poder, dialogam com o moderno, mas não conseguem atender à racionalidade legal. A atuação do judiciário local, na busca por soluções para evitar o massacre, revelou fragilidades, relações interpessoais e decisões subjetivas. Esses aspectos também foram identificados em decisões relativas ao massacre e interferiram diretamente no processo judicial.

Essa condição da racionalidade moderna o tempo todo corrompida, também se manifestou na postura de grandes fazendeiros que chegaram à região para o acesso à terra como capital. O título da terra, instrumento legal e racional, é burlado por atores hegêmicos do poder por meio de práticas tradicionais como a grilagem, abrindo os precedentes para situações de conflitos por terra. Em Corumubiara, latifundiários para garantir o título da terra atuaram como (e junto) a grileiros e formaram redes de poder para garantia da propriedade (obtida a qualquer custo): relações entre políticos, autoridades policiais, governo, vínculos com o judiciário local, e com a imprensa (responsável por propagar a propriedade legal da terra e a legitimidade do latifúndio como projetos de modernização da terra). Todos precisam ter o documento da terra, mas a forma de obtenção, nem sempre clara, se conjuga com as possibilidades de ampliação do poder econômico e político, tendo a terra como referência de poder.

Em Corumbiara, foram os camponeses sem terra que disputaram com o latifúndio

05/06/2023.

terras nem sempre legais. A exigência da titularidade da terra para todos, racionalidade não concretizada no caso da fazenda Santa Elina, resultou em mortes de camponeses e camponesas, entre eles e elas, crianças e jovens, como solução para o conflito. Antes disso, muitas perseguições, ameaças, organização de milícias e jacunçagem, pressão policial, entre outras práticas (tradicionais de poder) que oprimiram e violentaram os camponeses e camponesas.

O poder é representado pela posse de armas, que podem ser acionadas a qualquer momento contra os camponeses "invasores sem terra". Para justificar o uso brutal da força pelos "donos do poder" foram construídas narrativas sobre a ocupação da Santa Elina como "guerrilha", "batalha" ou "barricada", buscando justificar o ataque brutal aos camponeses. Configurar a ocupação das terras como "guerrilha" ou "grupo armado" justificou o uso da violência na madrugada, quando todos ainda estavam dormindo, bem como nos processos pós-massacre, quando corpos (e mentes) continuaram sendo violentados.

Entendemos que (re)construir com clareza o sociograma ("quem é quem?") é fundamental para compreender as camadas da impunidade no massacre de Corumbiara.

A presença e participação dos movimentos sociais é um capítulo à parte no massacre de Corumbiara. Peres (2015), revela em *Corumbiara: caso enterrado*, parte das complexidades dessas relações no pré e pós-massacre.

O processo judicial do massacre de Corumbiara tem mais de 50 mil páginas. Está sendo analisado em suas suas diferentes fases: denúncia do massacre pelo Ministério Público de Rondônia, inquéritos das polícias civil e militar (IPMs), até o acompanhamento no sistema de justiça nos tribunais e suas decisões.

Embora represente peça fundamental (e técnica) para compreender as condições do massacre, para nosso desalento, o processo está permeado de pistas que caracterizam impunidades no caso Corumbiara.

Anteriormente, chamamos a atenção para as condições do judiciário como ator estratégico, mas muito permeado pela dominação tradicional. Em relação a esse ator, identificamos diversas situações que não atendem a racionalidade exigida para a solução justa do caso. Vide a absolvição do mandante e como as situações processuais foram permitindo essa e outras ocorrências de impunidade.

Outro aspecto, diz respeito ao tamanho do processo (mais de 50 mil páginas) que possibilitam situações não verificáveis concretamente e, portanto, vão ficando impunes, em

uma complexidade processual em seus volumes áridos a serem lidos, revistos e averiguados. Ressaltamos o caso de H05. Situação do processo sem solução concreta.

Entendemos também que somente o julgamento e a prisão de alguns envolvidos no massacre não foram suficientes para o reconhecimento legitímo da punição e solução do caso: o fato de Antenor Duarte, o mandante não ter ido para o Tribunal do Juri, configura marca grave e impune diante dos crimes cometidos. Ele foi abosolvido e somente foram condenados os soldados rasos. Esses aspectos nos permite afirmar que o caso ainda permanece impune. Uma questão (ainda sem resposta) emerge: a punição ofertada pelo Estado, nos moldes do processo do massacre de Corumbiara, se compromete com o fim da violência no campo? A impunidade dos crimes revela uma posição do Estado, e de outros atores, de que as pessoas são descartáveis; a solução dos conflitos pela morte e prática do terror podem ser práticas correntes na vida social. Assim, cabe outra pergunta: O sistema de justiça também pode ser um coadjuvante da permanência da violência no campo ao não se comprometer com a punição de quem pratica violaçãoes?

Outra camada da impunidade no caso Corumbiara é o fato do processo ao percorrer o sistema de justiça não ter sido capaz de apontar com exatidão os camponeses e camponesas assassinados, os feridos, casos não investigados com a devida atenção (H05, continua sendo H05), desaparecimentos de corpos, crianças e jovens vitimados (mortos e feridos), situações familiares traumáticas (o caso de Sérgio Rodrigues não foi devidamente punido), mortes por "traumatismos cranianos", perseguições, acompanhamento dos sobreviventes (muitas pessoas deformadas vítimas de espancamentos), órgãos não responsabilizados pelas situações de conivência com as mortes, feridos e perseguidos, mortes não investigadas, cadávares transfigurados sem identificação, casos de torturas (entre eles os que tiveram que comer os cérebros dos companheiros mortos), crianças atacadas, depoimentos sintéticos e sem aprofundamentos, IPMs com construções e provas falhas, entre outras tantos aspectos frágeis que identificamos.

Identificamos ainda que não houve responsabilização e resposta jurídica racional e técnica em muitas situações. Muitas respostas processuais estavam articuladas à relações sócio-políticas, marcadas por relações tradicionaos de poder, inclusive entre atores judiciais e políticos em Rondônia; interferências no caso e possibilidades legais "caseiras" e eivadas de peso político e sem precisão técnica como exigia um caso de Corumbiara, complexo e denso. Percebemos articulações para garantir a liberdade do mandante, prisões de alguns agentes

policiais para configurar a resposta pública do caso, camponeses condenados por serem responsáveis pela organização de "guerrilha" ou "luta armada". Vantagens, obstáculos e interesses (o que a lei permite para um, não é garantia para outros); andamento irregular do processo (hora os interesses revelam que ande, hora não), demarcando a presença das relações de força no processo judicial ( "vontade de um ator e o poder que ele tinha"). Esses são alguns aspectos que estão sendo investigados e sistematizados para dar conta de compreender as camadas de impunidade no processo do massacre de Corumbiara.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS: O que fazer com tanta impunidade?**

Que aspectos da impunidade no caso Corumbiara nos alerta no presente diante da permanência da violência no campo? As impunidades identificadas no massacre de Corumbiara nos apresenta mais questões do que respostas. Passados 28 anos da sua ocorrência, o caso revela que a manutenção no tempo da impunidade como uma ocorrência sem solução é uma semente para outras impunidades em casos de violências no campo.

Vimos no caso de Corumbiara que a ditadura militar-empresarial teve papel determinante no acirramento da violência no campo em Rondônia. Mesmo com a redemocratização do país, o Estado não foi capaz de gerir soluções no sentido de banir a violência no campo e suas impunidades.

Práticas tradicionais de poder, grilagem de terras, agricultura empresarial e sua forma arrogante de atuar construíram "moral rural proprietária" capaz de deixar fortes marcas de terror no campo. O massacre de Corumbiara ainda é um caso aberto entre nós. Como vimos, graves violações de direitos humanos não foram punidas e reparadas devidamente. Casos em aberto que abrem possibilidades para repetições e mais violência.

Assim, a impunidade se configura como mecanismo permanente de reestruturação da violência no campo. A impunidade é uma ferida aberta entre nós. Não ter casos exemplares de punição e reparação na justiça brasileira, afrouxa e alimenta a "pedagogia do terror" que normaliza a violência no campo, permitindo e autorizando perseguições, práticas genocidas, assassinatos, grilagens e outras ações violentas.

O processo judicial do caso Corumbiara é fonte de pesquisa fundamental e precisa ser minunciosamente estudado; não somente porque é peça documental (judicial) e técnica

importante para compreender a ocorrência dos fatos, mas também porque traz a possibilidade de compreendermos como a impunidade pode se espraiar no sistema de justiça e suas instituições, nas relações entre atores sociais e políticos e como a violência no campo pode ser uma permanência entre nós.

Sobre o massacre de Corumbiara ainda temos muito investigar como um ato político e pedagógico para que um dia seja possível sanar a violência tão presente no meio rural brasileiro.

**REFERÊNCIAS**


COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino, acessado em 05/06/2023.

CORUMBIARA, Prefeitura Municipal de. **Histórico**. Corumbiara, Rondônia, sem data. Disponível em: https://corumbiara.ro.gov.br/historico/> acessado em 05/10/2022.

FONSECA, Solange Gonçalves da. Memórias do massacre de Corumbiara: a luta pelo direito a função social da terra. (1995). **Dissertação de mestrado**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-graduação em História, PUCRS, 2015.

HÉBETTE, Jean & MARIN, Rosa Acevedo. Estado e reprodução da estrutura social na fronteira: Ariquemes em Rondônia. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. I. Belém: EDUFPA, 2004, p. 245-310.

HÉBETTE, Jean. Uma avaliação das experiências atuais de colonização: o caso de Rondônia. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. II. Belém: EDUFPA, 2004, p. 233-238.

HENRIQUES, Maria Helena Fernandes da Trindade. A política de colonização dirigida no Brasil: um estudo de caso. Rondônia. In: **Revista Brasileira de Geografia,** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, ano 46, n° 3/4, jul/dez de 1984, p. 393-424.

LIMA, Vinicius Dias. A legitimação das violências no campo pelas estruturas estatais nas ações de reintegração de posse: análise do massacre de Corumbiara. **Monografia** (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Goiás, Regional Cidade de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, 2021.

LOPES, André Luís Monteiro Ferreira. Ensino de História e as narrativas de memórias sobre a reocupação de Rondônia: Projeto de Colonização Paulo de Assis Ribeiro (1974-1984). **Dissertação de mestrado**. Faculdade de Ciências Humanas, Campus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de exapansão e da frente pioneira. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, 8(1), maio de 1996, p. 25-70

MELLO, Neli Aparecida de. Políticas públicas territoriais na Amazônia brasileira Conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento 1970 - 2000. **Tese de doutorado.** Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/Université de Paris X Nanterre, 2002.

MESQUITA, Helena Angélica de. **Corumbiara**: o massacre dos camponeses. Rondônia, 1995. **Tese de doutorado**. Departamento de Geografia FFLCH, Universidade de São Paulo, 2001.

PAULA, Cátia Franciele Sanfelice de. **Fac(s)es da grilagem na Amazônia.** Curitiba: CRV, 2021.

PERES, João. **Corumbiara**: caso enterrado. São Paulo: Editora Elefante, 2015.

SANTOS, Alex Mota; GOMIDE, Maria Lúcia Cereda. A ocupação no entorno das terras indígenas em Rondônia, Brasil. **Bol. Goia. Geogr. (On line)**. Goiânia, v. 35, n. 3, p. 417-436, set/dez, 2015.

SCHRÖDER, Paulo Henrique. Análise espaço-temporal do processo de ocupação do município de Corumbiara – Rondônia. **Dissertação de mestrado**. Programa de Pós Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

# GT2

# MEDIADORES EM CONFLITOS SOCIOJURÍDICOS NO CAMPO: ASSESSORIAS, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA-AÇÃO

**COORDENADORES**

**RODOLFO B. DE M. LOBATO DA COSTA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)**

**EMMANUEL OGURI FREITAS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)**

## INTRODUÇÃO

Os trabalhos apresentados para este Grupo de Trabalho fornecem elementos para analisar as práticas de mediação social nas formas de extensão, assessorias e/ou pesquisas. Esta síntese foi construída com a intenção de levantar reflexões críticas sobre processos sociais como *locus* da ampliação de espaços democráticos e da defesa de direitos. Assim, apresentaremos um mosaico de conflitos socioambientais com o objetivo de fortalecer iniciativas que compreendem as práticas de como processos educativos que se pretendem emancipatórios.

A problematização dos trabalhos, com o objetivo de gerar um debate, partiu da constatação das formas imateriais de internalização e da naturalização do lugar de um saber técnico, científico ou jurídico. Assim, indicamos a contextualização dos autoritarismos que são reificados através de práticas que revelam tramas e traumas encobertos pela aparência das relações sociais. O conformismo ou o desejo de mudança surgem como respostas a um cenário autoritário, mas que encontrou neste GT um espaço para contemplar as ambiguidades, a busca por justiça e a utopia como bases epistemológicas para apreensão e reelaboração teórica da experiência.

Metodologicamente, nos amparamos no "paradigma indiciário" de Carlo Ginzburg (1989), na medida em que a leitura dos trabalhos revelou um conjunto de sentidos da realidade, construídos pelos pesquisadores. Dessa forma, pensamos esses trabalhos como indícios de uma realidade a ser compreendida, nos quais buscamos pistas e sinais que podem revelar diferentes formas de "transferências". Inspirado em Sigmund Freud, médico e fundador da psicanálise, o paradigma indiciário ajudou-nos a investigar os artigos apresentados como "sintoma", ou seja, como possibilidade de acesso a uma "verdade provável", em que indagamos a própria predisposição ideológica dos autores de mediação e assessoria nos diferentes processos sociais em curso.

A leitura de um trabalho de pesquisa-ação, assessoria e extensão rural tem a peculiaridade de não diferenciar nitidamente o contexto da metodologia, ou seja, a posição social dos pesquisadores não pode ser fotografada em separado, o próprio objetivo das pesquisas e trabalhos se confunde com as "vontades" e os "desejos" dos "objetos/sujeitos" de conhecimento. Portanto, há limites para uma racionalidade cartesiana ou positivista. Essa condição faz com que possamos admitir a existência de "transferência".

Para Sigmund Freud (1976), entre o médico e o paciente há uma possibilidade de "transferência de sentimentos", e o esforço analítico seria identificar o fato de que esses sentimentos que se manifestam no momento da "terapia" têm origem em outro lugar, que não se originam na relação imediata médico-paciente. No nosso caso, a transferência a ser identificada nos trabalhos, seja uma relação de base amorosa, utópica ou de hostilidade, parte do princípio de que a emoção revelada nos textos poderá ou não superar uma predisposição anterior para, enfim, possibilitar a remoção de repressões, autoritarismos e preencher lacunas de uma memória coletiva.

Portanto, diferentemente da ideia de uma pesquisa neutra, a transferência passa a ser um instrumento analítico para transformar a experiência de resistência e de transformação da realidade em instrumento pedagógico. Em muitos casos, os conflitos socioambientais trabalhados dificilmente chegarão a um desfecho, portanto, a ideia de "solução" para um problema toma forma de construção de um campo permanente de diálogo, de ampliação de espaços democráticos de participação e mobilização.

O objetivo geral deste GT envolveu reunir e articular essas diversas experiências, tecendo redes e dando visibilidade aos conflitos. Nesse sentido, dividimos os trabalhos nos seguintes grupos: (A) formas de transferência positiva, envolvendo processos sociais que pressupõe uma relação não hierárquica entre os sujeitos da pesquisa; (2) formas de transferência negativa, conflitos socioambientais em que o agente pesquisador, além de assumir diferentes posições sociais no trabalho de investigação, encontra um cenário de resistência.

O sentido “positivo” e “negativo” não significam automaticamente os sentimentos afetuosos e hostis, mas apenas uma postura dos pesquisadores diante dos cenários de transferência. Assim, colocamos o seguinte problema: se, de um lado, uma postura aparentemente não hierárquica e utópica pode ocultar uma relação de

poder; de outro, uma situação de conflito poderá permitir vislumbrarmos a própria crítica das estruturas de poder e a construção de novos arranjos sociais.

## TRANSFERÊNCIA POSITIVA

O trabalho “A pesquisa-ação e a abordagem da Cesta de Bens e Serviços territoriais no contexto brasileiro”, apresentado pelos autores Isabela T. Andrade, Paola B. May Rebollar e Ademir Antonio Cazella, permite uma aproximação teórica entre a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), formulada originalmente por estudos empíricos na França, com a metodologia de pesquisa-ação. A CBST tem o benefício e articular um conjunto de ações mercantis e não mercantis entre atores de determinado território, com objetivo de encontrar soluções para problemas comuns a partir da valorização de recursos específicos. Tratando de uma investigação sobre os processos de desenvolvimento territorial sustentável no contexto brasileiro, o artigo contribui para pensarmos estratégias de desenvolvimento como processos educativos e emancipatórios.

O desenvolvimento econômico, a construção de espaços democráticos e as pesquisas científicas são analisados teoricamente no trabalho, que tem como campo empírico o território rural de Santa Catarina. A noção de sustentabilidade é ampliada no trabalho, e incorpora um processo de identificação e articulação de recursos vinculados a uma história, cultura e paisagem local. Os autores demonstram a complexidade da construção coletiva de uma CBST, como inventários de recursos, definição de estratégias de valorização, mobilização social e institucional e a apropriação de competências empreendedoras e interpessoais.

Portanto, há a necessidade de repensarmos o uso de diferentes metodologias de pesquisa, de capacitação e de articulação social. No trabalho, os autores enfatizam a pesquisa-ação como como instrumento de diálogo e uma forma de construção de novas práticas. Vale citar duas passagens: "Esta metodologia [pesquisa-ação] pressupõe a universidade como espaço social, mas a construção de conhecimentos é em prol da sociedade"; e, também, "...o conhecimento se origina na comunidade externa e é levado para dentro da universidade...".

As duas passagens dão conta do que chamamos de uma transferência positiva, em que as posições entre os sujeitos de pesquisa se colocam numa relação não hierárquica. Mas, do ponto de vista analítico desta síntese, precisamos colocar em destaque duas situações limítrofes que exigiriam a necessidade de tensionar a realidade. Para tal, perguntamos se um arranjo de conhecimentos pode, em vez de funcionar "em prol da sociedade", seja revelador de conflitos sociais, tensões de classe; e, também, a necessidade de uma relação dialética entre conhecimentos que se chocam entre a comunidade externa e a universidade, qual seriam os limites entre as lógicas do mercado e processos de construção de lógicas não capitalistas.

O trabalho em si já aponta de forma pontual para essas questões, e as críticas aqui apresentadas demonstram a qualidade do trabalho. Ele está abrindo a análise dessa síntese pois permite demonstrarmos as interações entre formas de transferência positivas e negativas. As estratégias de desenvolvimento são, simultaneamente, racionais e emocionais. Queremos dizer, há ações não racionais na construção de metodologias participativas e, nesse caso, tem como objeto a cesta de bens e serviços. Queremos, portanto, contemplar os elementos e as relações não intencionais nas diferentes posições sociais que assumem a universidade e os agentes externos do território.

No mesmo sentido do anterior, o trabalho de Giovanna M. Travinski de Almeida, Kamilla Schreiber, Bruna Bronoski, da UFPR, instrumentaliza a pesquisa-ação através das construções de “Oficinas de Agroecologia e Sociologia Ambiental”. A origem da própria ação de extensão está numa iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), quando, ainda na pandemia, mobilizou diferentes atores sociais em torno do debate sobre a segurança alimentar, orientado para setores subalternizados da região metropolitana de Curitiba, conhecido como “Marmitas da Terra”.

As autoras desenvolveram uma percepção crítica sobre a relação entre o mundo rural e o urbano quando realizaram uma intercessão entre a segurança alimentar e a justiça ambiental através mutirões da reforma agrária. Nesses mutirões, o corpo discente da universidade participou de espaços a partir dos quais emergiram simultaneamente problemas acadêmicos e novos conhecimentos sensoriais. Há destaque para o fato de que a vivência e as experiências de resistência e transformação da realidade aparecem como instrumentos pedagógicos.

O foco do trabalho está nas diferentes percepções dos alunos e alunas sobre o trabalho coletivo. Elas investigam um conjunto de sentidos da realidade, analisam os relatórios de campo como indícios de uma realidade a ser compreendida, nos quais buscaram pistas que podem revelar a relação entre o movimento social organizado e a Universidade. A partir das idas para o trabalho coletivo em uma horta dentro do Assentamento do Contestado do MST (localizado na Lapa-PR), foram categorizados em seis percepções: (1) sensoriais; (2) relação rural-urbana; (3) o trabalho; (4) o passado e o futuro; (5) o movimento social organizado ou coletividade; (6) agroecologia e interdisciplinaridade.

Em algumas passagens como o "senso de coletividade no campo entra em atrito com o individualismo presente na cidade", ou a "sensação de coletividade se estabelece na reunião dos voluntários e trabalhadores do assentamento e na divisão de responsabilidades...", aparecem os sintomas de uma transferência positiva. Mas, em outra direção, há um trecho em que visualizamos a dificuldade de superação dos preconceitos, em que se destaca o fato de que "três estudantes relataram que precisaram 'omitir' o destino [...], organizado pelo MST. Isso ocorreu por conta de possíveis negativas familiares quanto à ida". Nesse pequeno detalhe, pouco explorado, perguntamos se podemos pensar que a experiência com o movimento social pode ser um instrumento de conhecimento da posição social da própria Universidade, e desconstruir um mito de que a Universidade é um movimento social. Nesse caso, a experiência de uma transferência positiva demonstrou-se reveladora de formas de repressão, de identidades, trajetórias e mudanças de perspectivas.

Em outro trabalho com o campo em Santa Catarina, "A pesquisa-ação e produção queijo artesanal de leite cru: um estudo de caso no município de São Miguel do Oeste (SC)", os autores Clóvis Dorigon, Cristiano N. Nesi e Fabiana R. G. Luczkievicz socializaram os resultados de um arranjo social e produtivo envolvendo 19 famílias de produtores de queijo colonial de leite cru. A iniciativa apresenta os desafios do autoconsumo e do mercado informal frente aos órgãos vigilância sanitária.

A pesquisa-ação, nesse caso, tem origem numa demanda da Prefeitura de São Miguel do Oeste (SC) para a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Entre os desafios construídos entre os agentes envolvidos está a inclusão produtiva, a formulação de políticas públicas, o reconhecimento de métodos artesanais de produção e, principalmente, a compreensão que os aparentes

problemas de desconformidades dos padrões higiênicos-sanitários na produção dos queijos podem ser objetos da investigação.

O trabalho realizado foi divido em etapas, com Oficinas, atravessado pela pandemia, em que a pesquisa-ação foi instrumentalizada de forma eficiente no envolvimento dos atores, seja na formulação dos problemas, na análise dos dados e no desenvolvimento de soluções. Trata-se de uma forma de transferência positiva, pois, nesse caso, vislumbramos uma construção não-hierárquica de conhecimento, em que os próprios pesquisadores, oriundos de um órgão público (a Epagri), conseguem identificar limites institucionais do Estado para a promoção de um desenvolvimento sustentável. Os elementos de transferência negativa, como os sentimentos de “hostilidade”, aparentemente são canalizados através da busca de institucionalização e reconhecimento de formas tradicionais de produção na agricultura familiar.

No mesmo sentido, de uma transferência positiva, o trabalho de Gustavo Steinmetz Soares realiza uma análise sobre um processo de planejamento territorial popular, com um campo de pesquisa no Acampamento Maria Rosa do Contestado (Castro - PR). O projeto surgiu de uma demanda de órgãos públicos e do MST, e tem como centro articulador um projeto de extensão, denominado Planejamento Territorial e Assessoria Jurídica Popular (PLANTEAR), da UFPR. Em termos objetivos, pretendia-se fornecer apoio técnico e jurídico no âmbito dos conflitos pela terra e território e apoio em processos de planejamento territorial.

A ação foi realizada em etapas, com o planejamento das áreas de moradia e o da área comunitária, num processo que levou cerca de um ano e meio. Foram realizadas um total de 11 oficinas, com dinâmicas específicas para chegar em um desenho territorial, apresentado ao INCRA-PR como uma proposta de organização do futuro assentamento. Nesse sentido, é elogiável a forma como se construiu a mediação universitária, desconstruindo uma posição de superioridade hierárquica. O autor mobilizou uma série de conceitos, como de modernidade e colonialidade, reexistência, resistência, resiliência, desigualdade epistemológica e uma pedagogia das encruzilhadas. Como consequência, vislumbramos na leitura do trabalho a potencialidade dos saberes dos trabalhadores rurais numa dinâmica de emersão de mapas e de uma nova territorialidade.

O trabalho tem o benefício de revelar o que se esconde por trás de uma "epistemologia cartesiana" dos procedimentos burocráticos de implementação de um assentamento de reforma agrária. A questão a ser pensada a partir da leitura é de como as lógicas de um desenvolvimento econômico tem que dialogar com uma realidade em ebulição, e não "fechado a alternativas" - nas palavras do autor. Mas seria frutífero uma autoanálise, nessa construção coletiva, de um intercâmbio e tensionamentos entre as “utopias” do próprio coletivo Plantear e os acampados. A positividade da transferência, a perspectiva afetiva e harmoniosa não pode eclipsar os tensionamentos entre projetos, ou seja, passa a ser característica da transferência positiva a identificação de formas ainda embrionárias de transferência negativa, de diferenças, mesmo em projetos de futuro.

## TRANSFERÊNCIA NEGATIVA

A peculiaridade da transferência negativa, para Freud (1976), além de ser caracterizada por um sentimento de hostilidade, pode significar formas de resistência ao trabalho terapêutico. Já no âmbito de pesquisas sociais, de assessoria, pesquisa-ação ou extensão, esse tipo de transferência pode tomar forma de uma ebulição de sentimentos que criam obstáculos para a identificação das posições sociais de mediação, na restrição dos espaços democráticos e na resistência para romper formas de violências e repressões.

O trabalho apresentado por Carolina Efing, "Desafios climáticos da Vila do Parolin: de uma colônia de imigrantes para uma periferia urbana", é sintomático como exemplo de transferência negativa na medida em que há um esforço concentrado de instrumentalizar a pesquisa-ação contra a resistência de setores do poder público. Trata-se de um relato e acompanhamento em que a autora é, também, militante de um grupo de ativistas - Rede Curitiba Climática (RECC).

O desafio é a promoção da Justiça Climática na Vila Parolin, através de ações de *advocacy* junto ao poder público. No caso em estudo há uma descrição, tanto de políticas públicas, obras de infraestruturas e um processo de urbanização realizados de cima para baixo, quanto de formas de resistência do movimento social com iniciativas comunitárias, como a cozinha, o plantio e a distribuição de mudas. Nesse cenário, o problema das enchentes, como consequência de uma obra de drenagem

dão visibilidade aos conflitos socioambientais em que os diferentes agentes se enfrentam.

O interessante de casos como esse relatado, é que há como efeito desses momentos de tensão uma situação de mudança social que perturba a estabilidade. Queremos dizer, a mudança constante das posições sociais dos agentes dificulta o reconhecimento e a legitimação de direitos. Para o debate do GT queremos pensar, através desse caso, como a assessoria popular pode, simultaneamente, reduzir as assimetrias de poder quando não há um parâmetro ou regularidades ou paridade de armas; e quando não há a mínima noção de sincronia entre o tempo da gestão pública (que se dá de quatro em quatro anos) e o tempo de sobrevivência, que é o dia a dia.

Em outro sentido, o trabalho de Laynara Santos Almeida e Rodolfo B. M. L. da Costa, utilizando-se metodologicamente da Teoria ator-rede de Bruno Latour (2012), permite contemplarmos outras formas de transferência negativa, quando deixamos uma postura antropocêntrica. Assim, ao deixarmos de refletir sobre o reino animal ou vegetal como objetos de artesanato humano, ou apenas como pano de fundo das ações humanas, vislumbramos um poder de agência, transformação e mediação. Portanto, nesse caso, o búfalo aparece como objeto e sujeito de uma rede de relações ecológicas, econômicas e culturais.

Para tal desafio, os autores se esforçam para rever a noção de história ambiental, retratam a história do búfalo ao ser "implantado" no Brasil e, por fim, instrumentalizam o conceito de "segunda natureza", de Hector Alimonda (2011), para identificar como as interações ser humano-natureza projetam mudança a longo prazo na paisagem. Embora possamos constatar a "naturalização" da bubalinocultura, como uma relação ambientalmente equilibrada, entre animal e natureza, o crescimento do rebanho cria impactos socioambientais que colocam em debate o limite dessa cultura nos moldes da intensificação. Para tal, há uma revisão de literatura que aponta para os impactos ambientais em diferentes regiões da Amazônia.

Há estudos que constatam a instrumentalização de determinadas culturas para colonização de territórios, como forma de domesticação de biomas superiores em termos de complexidade do que o europeu. Há, em particular para um GT sobre pesquisa-ação, a ideia de que o acordo para a construção dos problemas de pesquisa vai além de um diálogo apenas antropocêntrico, mas que envolve seres humanos, animais e vegetais numa constante tensão. E a caracterização como transferência

negativa está localizada, nesse trabalho, como um limite entre formas de comunicação entre espécies, reinos e dimensões da vida ainda não alcançáveis pela nossa linguagem e razão cartesiana.

Já o trabalho de Emmanuel O. Freitas e Yuri C. do Carmo trata de uma pesquisa-ação foi realizado em duas comunidades quilombolas no Território de Identidade Portal do Sertão, em Feira de Santana, Bahia. Os autores acompanham os conflitos instalados por conta da construção de duas linhas de transmissão de energia que impactam os territórios das comunidades de Matinha dos Pretos, Candeal II e Lagoa Grande. O trabalho consiste no acompanhamento de duas atividades relacionadas aos conflitos, que resultam em ação coletiva dos sujeitos locais, com resultados imediatos nas disputas que travam contra os empreendimentos.

O acompanhamento de atividades na condição de assessores e pesquisadores nos casos de conflitos em comunidades tradicionais tem produzido um acúmulo em termos de estratégias e gramática de lutas, que traduz a dimensão de resistência e enfrentamento dos subalternizados. Nos casos acompanhados no artigo, os sujeitos protagonistas das lutas territoriais se confundem com os pesquisadores, pois são estudantes e professores quilombolas que participam ativamente dos enfrentamentos e estudos. Nesses casos, mais do que transferência, é o sujeito que se coloca na condição de paciente e terapeuta, revelando as novas possibilidades para o desenvolvimento da atuação da academia nesse campo de atuação engajada. Ou, também, podemos pensar como um exercício de autoanálise.

Já o trabalho de Lucidalva dos S. Bastos é o resultado de um investimento em assessoria de comunidades rurais para acesso a política pública. A autora trabalha na dimensão da regularização de associações comunitárias rurais para que possam acessar editais relacionados ao PAA, PNAE e outras formas de fomento da economia solidária, cultura e agricultura familiar. O elemento do associativismo trona-se central no debate da autora, que realiza um levantamento bibliográfico sobre o tema e articula seus princípios com o debate sobre sindicalismo rural e políticas públicas. Seu trabalho consiste na formalização de grupos comunitários para fins de acesso às políticas para o campo.

Em um momento de retorno das políticas de fomento da agricultura familiar, o trabalho de Bastos aponta para uma das principais necessidades de comunidades rurais do semiárido baiano: a necessidade de assessoria jurídico-política e extensão

rural. Os anos de abandono e confusão sobre a dimensão produtiva e organizativa dos(as) trabalhadores(as) do campo deixaram um vácuo de articulação que resultou em letargia em alguma medida nos espaços do associativismo. O retorno das oportunidades políticas somado a iniciativas colaborativas, associadas a princípios de solidariedade entre a academia e as comunidades apontam para um novo momento.

Na perspectiva dos estudos sobre as políticas públicas para o campo, que tenham como objeto a assistência técnica e extensão rural, recebemos dois trabalhos muito interessantes que produzem uma síntese crítica sobre o histórico de criação das políticas, suas contribuições e impasses ao longo dos anos. Por conta de serem trabalhos de cunho mais descritivo, houve um desafio maior para observá-los a partir da ótica da transferência.

De qualquer forma é válido indagar a implementação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que é realizada por entidades credenciadas pelo governo, como empresas públicas ou privadas, e a desorganização da Política Nacional e de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), como um movimento institucional de construção de novas hierarquias. Há novas referências, em que os elementos de uma transferência negativa ou positiva passaram, nesses últimos anos, da centralidade do debate público para um novo cenário, com o protagonismo de instituições privadas e do mercado. De qualquer forma, contextualizaremos essa problemática nos dois textos a seguir.

O primeiro trabalho, de André C. Macedo e Vanilde F. S. Esquerdo, apresentou um histórico de criação e consolidação do PNATER, centrando a análise nos três últimos governos federais, destacando as mudanças ideológicas operadas na política ao longo dos anos. Através de uma densa descrição dos caminhos e descaminhos, abordando aspectos políticos e econômicos sobre a política, pretendem identificar as permanências e mudanças que se realizaram, destacando a redução do financiamento e sua relação com a crise política instalada depois de 2014.

O trabalho tem uma contribuição importante para o debate sobre as mudanças do PNATER, especialmente no que se refere à implementação da política difusionista produtivista que era o sintoma que se pretendia combater quando da criação da política. Os (as) autores apresentaram possíveis desdobramentos da investigação que parecem promissores, de forma que nos perguntamos se essas pesquisas já se

encontram em andamento e qual seria o atual estado da política, uma vez que identificam que o atual governo tende a uma mudança de trajeto.

Já o segundo trabalho, de Kleber D. Ferretti e Luis Carlos Zucatto, analisa a trajetória das políticas de ATER ao longo da história no Brasil. Partindo de princípios e dispositivos constitucionais que embasam a construção de políticas distributivas e promotoras do desenvolvimento local, os autores realizam uma arqueologia da política, atentos aos diversos movimentos políticos e institucionais que acompanharam as diversas mudanças que a assistência rural enfrentou. A relação entre bem público e política de assistência estão no centro do debate do artigo.

O tensionamento entre o estudo de política pública no âmbito legal e uma categoria de discussão, bem público, produziram um material interessante para leitura. Os autores buscaram relacionar o debate sobre educação não formal, acesso à educação e necessidade de extensão rural em uma dimensão legal, formal e política, resultando em uma defesa engajada e qualificada do ponto que levantam. A teoria da dependência da trajetória fornece um bom mecanismo de análise para a forma domo a ATER se modificou, mas poderia ter sido mais instrumentalizado no corpo do texto, podendo ser um caminho a ser seguido pelos autores.

Sobre a noção freudiana de transferência, podemos estabelecer uma conexão indireta, como citado anteriormente. No contexto dos últimos dois artigos, podemos observar um paralelo em entre a relação entre os agricultores familiares e as entidades que prestam serviços de ATER. Os agricultores podem projetar expectativas, confiança ou até mesmo frustrações nas entidades de ATER, influenciando a eficácia dessa assistência. Da mesma forma, as políticas governamentais e as instituições envolvidas podem ter suas próprias "transferências" em relação às expectativas dos agricultores. Portanto, a ideia de transferência pode ser explorada como uma lente para entender as dinâmicas sociais e psicológicas subjacentes às interações entre os agricultores e as entidades de ATER, assim como as políticas governamentais que moldam essas interações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, os trabalhos apresentados neste Grupo de Trabalho proporcionaram uma análise profunda das práticas de mediação social nas formas de

extensão, assessorias e pesquisas no campo das Ciências Sociais e Jurídicas. Os estudos abordaram desde a valorização de recursos específicos através da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, até ações coletivas de resistência em comunidades quilombolas e impactos socioambientais da bubalinocultura. A mediação se desdobrou em diferentes níveis, da relação entre rural e urbano até a interação entre humanos e a "segunda natureza".

Os trabalhos também delinearam a transformação da pesquisa-ação em instrumento pedagógico, promovendo a construção permanente de diálogo e espaços democráticos, em vez de soluções definitivas para os conflitos socioambientais. A atuação da academia foi repensada, abraçando a colaboração e superando limitações institucionais para promover um desenvolvimento sustentável.

Em resumo, os estudos apresentados evidenciaram a riqueza e a complexidade das práticas de mediação social nas Ciências Sociais. As transferências, tanto positivas quanto negativas, emergiram como poderosas ferramentas analíticas para entender e transformar realidades, contribuindo para o enriquecimento teórico e prático das práticas de pesquisa, assessoria e extensão. O Grupo de Trabalho proporcionou um espaço de diálogo fecundo, capaz de fomentar discussões frutíferas sobre a construção de novos arranjos sociais e a promoção da justiça em meio a conflitos e resistências.

## REFERÊNCIAS

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (org.). La naturaliza colonizada. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2011. p. 22-58.

FREUD, S. (1916-1917). Conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXVII: Transferência. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976, págs. 503-521.

GINZBURG, Carlo. SINAIS: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. Mitos, Emblemas, Sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179

LATOUR, B. Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba/Edusc, 2012.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# INVESTIMENTOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) NO BRASIL (2014-2022): LIMITES E POSSIBILIDADES[1]

Eliana Andrade da Silva[2]
Lázaro Samuel Veras Bandeira; Maria Gizeli Herculano da Silva[3]

GT 9: **POLÍTICAS PÚBLICAS, SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME**

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar os investimentos na Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (entre 2014-2022), compreendendo os impactos do ajuste fiscal e do "giro ultraneoliberal" no Brasil recente. A metodologia utilizada refere-se à pesquisa social quali-quantitativa, recorrendo ao estudo bibliográfico e análise documental - principalmente nos Planos Plurianuais (PPA); relatórios de planejamento e de gestão; e bases de dados orçamentários. Apontamos que o período estudado é marcado por oscilações, contradições e desmontes das políticas de ATER, principalmente a partir das medidas de austeridade fiscal, concorrendo para uma descaracterização dessa política. Entretanto, algumas possibilidades ganham destaque para contrarrestar esse cenário: o fortalecimento regional (e estadual) da ATER, através do Consórcio Nordeste, sua articulação com políticas de segurança alimentar, bem como a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Apesar dos avanços, faz-se necessária a mobilização permanente dos atores envolvidos com ATER como estratégia de manutenção e fortalecimento.

Palavras-chave: investimentos, Políticas Públicas, Extensão Rural.

[1] Esta pesquisa possui financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (**CNPq**) cadastrada sob o processo de número 421644/2018-4 e encontra-se em andamento desde 2019.
[2] Docente do Departamento de Serviço Social (UFRN), eliana.silva@ufrn.br.
[3] Graduandos em Serviço Social (UFRN), lazaro.bandeira.701@ufrn.edu.br; gizeli.herculano.702@ufrn.edu.br.

## INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva investigar os investimentos na Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (entre 2014-2022), apontando seus limites e possibilidades[4]. Dessa forma, o estudo da política de Assistência e Extensão Rural (ATER) se insere no cenário dos conflitos políticos em torno da realização da Reforma Agrária, do fortalecimento da agricultura familiar e da segurança alimentar em contraste com a hegemonia do Agronegócio no Brasil nos dias de hoje.

Esta relação, por natureza contraditória, se acirra em face das determinações da crise mundial, que gera impasses econômicos nos investimentos brasileiros destinados a políticas sociais rurais. O período pós 2008 é marcado pela crise econômica do setor imobiliário americano, a qual atinge a economia global, com especial destaque para países de capitalismo dependente como o Brasil, que aciona medidas anticíclicas objetivando superar a crise instalada. Entretanto, este quadro se agrava a partir de 2014, tendo em vista o aguçamento da crise mundial, aliado à crise das *commodities* e o agravamento do fenômeno da seca, resultando na diminuição dos investimentos nas políticas sociais.

Nesse cenário de crises é possível observar a tendência de inversão do ciclo de investimentos nas políticas sociais que vigorou entre o período de 2003-2016. O panorama em questão favorece que distintos setores da burguesia brasileira iniciem uma ofensiva na perspectiva de implementação de reformas, de ajustes na economia e da implementação de medidas de austeridade fiscal. Nesse sentido, no âmbito governamental ocorre um "giro ultraneoliberal" entre os anos de 2015 e 2016 que será emblemático do acirramento das disputas em torno do papel do Estado brasileiro, resultando em óbices para as políticas rurais. É diante destas determinações que ocorrem modificações na política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), atingindo as classes subalternas na cidade e no campo. Sob este panorama a ATER

[4] Esta investigação é um desdobramento da pesquisa intitulada: "As implicações do ajuste fiscal na efetivação das políticas sociais, no agravamento da pobreza e na desigualdade social" (2014-2019). Trata-se de uma investigação interinstitucional desenvolvida entre UFRN- UFRGS. A metodologia da pesquisa compreendeu estudo bibliográfico, análise documental a partir dos Planos Plurianuais dos anos de 2014-2019, bem como Relatórios Anuais de Avaliação, Relatórios de gestão do Incra, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Agência Nacional de Extensão Rural (ANATER). Também foram extraídas informações da base de dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do Ministério do Planejamento e Portal de Transparência do RN.

vem passando por desmontes, fragilização e reconfiguração nos últimos anos (Leite et al, 2023) conforme veremos a seguir. Nesse sentido, para efeito de exposição este documento está estruturado nas seguintes seções: a) investimentos na política de ATER; b) ATER no RN: limites e possibilidades; e c) considerações finais.

## OS INVESTIMENTOS NA POLÍTICA DE ATER

Neste item trataremos dos investimentos nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, a partir da implementação das medidas de ajuste fiscal no Brasil no período 2014-2022, visando evidenciar como estes impactos se expressam em termos orçamentários e na oferta deste serviço. Para efeito de análise a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER se insere no campo das políticas de Desenvolvimento Rural e possui interface com a agricultura familiar.

Muito tem sido produzido sobre a política de ATER no Brasil recente. Segundo Diesel et al. (2022) a trajetória da ATER é complexa e marcada por contradições, descontinuidades, desmantelamentos e reformulações. Assim, o reconhecimento da ATER como política pública é dado recente, quando a partir de 2004, é criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). Trata-se de uma política transversal para a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural brasileiro, pois possibilita o acompanhamento técnico, produtivo e organizativo para assentados de reforma agrária, mulheres e jovens rurais, bem como quilombolas. Apesar da relevância, a ATER é regulamentada por lei apenas em 2010 como serviço público com dotação orçamentária própria, sob a competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (incluída no Plano Plurianual em 2011).

Segundo o relatório de Gestão (2016) a ATER se expande e consolida entre 2012-2015 ampliando gradativamente os recursos financeiros (a partir de 2002, quando foi de R$56 milhões, o orçamento de ATER cresceu 16 vezes), pelo número de agricultores beneficiados. Destaca-se no período a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Anater, órgão responsável pela coordenação do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural.

No que se refere ao período posterior em análise - 2016-2022 - novas determinações se observam na cena política nacional, repercutindo na política de

ATER, demarcando uma nova fase para este serviço[5]. Assim, a análise requer demarcar três períodos: a) início do governo Dilma Rousseff até o impeachment (2015-2016); b) governo provisório de Michel Temer entre 2016-2018 e c) Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

Assim, após a destituição da presidente Dilma Rousseff em 2016, observamos as evidências do desmonte da política de ATER, iniciando pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no qual as ações voltadas para ATER se inseriram desde a década de 1990. Além disso, ficam suspensas as atividades de acompanhamento técnico às populações do campo, tendo em vista os contingenciamentos orçamentários. Segundo Leite (et al, 2023) três linhas de desmonte se apresentam após-2016: a) O desmonte das capacidades estatais do MDA, culminando com sua extinção; b) A fragilização das arenas públicas de participação da sociedade civil, via extinção dos conselhos de controle social; e c) A redução e o recuo das políticas públicas.

Assim, concluímos que a partir deste período as políticas de fortalecimento da agricultura familiar iniciam um ciclo de desmontes e ficam submetidas aos interesses do agronegócio. A culminância deste movimento iniciado em 2016 avança a partir de 2019, momento no qual Jair Bolsonaro assume a presidência da república. Neste cenário as políticas de ATER passam a compor o rol de ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA/Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF), trazendo consequências financeiras e administrativas para este programa, além de estar subordinada às diretrizes dos setores ruralistas.

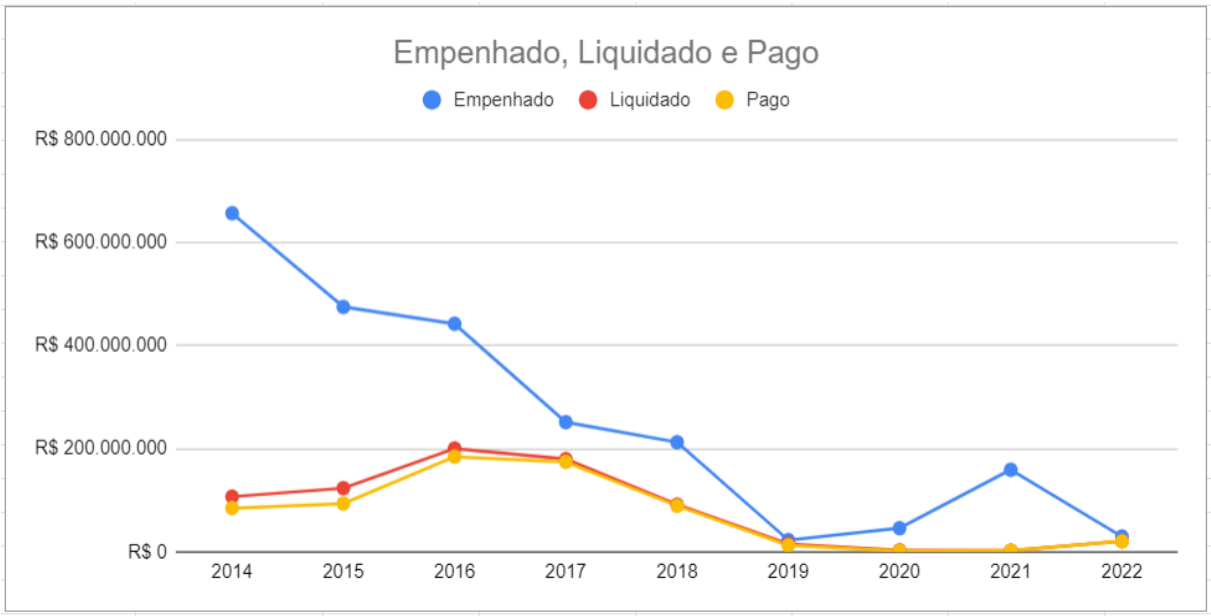
A pesquisa indica que o ajuste fiscal na ATER pode ser expresso na diminuição de recursos, nos contingenciamentos orçamentários, na diminuição da quantidade de metas no PPA 2016-2022, na execução de metas de períodos anteriores, bem como na execução de contratos de anos anteriores. Ou seja,não foram realizados novos investimentos na Extensão rural no período 2016-2022, resultando na paralisação parcial das ações de ATER no país.

Assim, a partir de 2017 observa-se redefinição de ações de ATER incluindo a

[5] Assim, o presente artigo teve como objeto de análise o programa numero 2012- "Fortalecimento da Agricultura Familiar"- (subfunção número 606: Extensão Rural). Tal programa volta-se à implementação de políticas ligadas à democratização da terra, ao fortalecimento da agricultura familiar, à segurança alimentar e à promoção da igualdade de gênero. O referido programa possui 5 objetivos, mas para efeito deste estudo analisamos o objetivo 412. O critério de escolha foi a destinação de recursos para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

estrutura dos governos estaduais (especialmente a Emater) conforme veremos a seguir. O período que compreende o PPA 2016-22 é marcado por uma fase na qual as chamadas públicas de ATER para organizações não governamentais (ONGS) são pausadas, em detrimento de contratação de entidades ligadas às organizações patronais da agricultura. Dessa forma, o ciclo de investimentos nas políticas de ATER 2014-2022 pode ser ilustrado conforme gráfico I.

GRÁFICO 1: Investimentos nas políticas de ATER (2014-2022)




Fonte: dados SIOP (2023).

Os dados indicam que há um declínio dos investimentos públicos de ATER entre 2014-2022, evidenciando uma política de ajuste fiscal continuada que atinge seu orçamento. Vale ressaltar que há um baixo investimento em ATER ao longo de todo período analisado, tendo em vista que o ano de 2014 marca o encerramento de um ciclo de expansão que iniciou em 2004. É saliente a baixa dos recursos nos anos de 2019, 2020 e 2021, com leve recuperação em 2022. Outra evidência do ajuste fiscal pode ser encontrada no desmonte das instâncias de controle social, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CONDRAF). Este dado indica menos transparência na aplicação dos recursos públicos. Um dado novo se destaca na análise, qual seja, a substituição de concepções basilares dos

PPAS 2012-2015 e 2016-2019, 2020-2022[6] tais como Agricultores/as familiares, a qual foi substituída por uma concepção homogeneizadora de produtor e empreendedor rural, além de retomar uma antiga noção de classe média rural.

Um novo modelo de serviço de ATER é implementado a partir de 2019: Assistência Técnica Gerencial (ATEG), desenvolvido por meio de mecanismos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICS). Constituem-se modalidades de atendimentos *on-line* de ATER, que podem, nas palavras governamentais, "agilizar" os atendimentos e diminuir custos com mão de obra de agentes de extensão rural, diminuindo gastos com salários, concursos e outras rubricas financeiras. Em nossa visão estas medidas ilustram que o ajuste fiscal, sob uma ótica de totalidade, se processa sob variadas estratégias econômicas, administrativas e também ideopolíticas. De forma geral, em âmbito nacional, a ATER - assim como as demais políticas de fortalecimento da agricultura familiar- sofre processos de descaracterização, fragilização e reconfiguração conforme atesta Leite et al( 2023, p. 399). Ou seja, "A partir desse momento, tanto as institucionalidades participativas quanto às políticas de fortalecimento da agricultura familiar passaram a sobreviver sob forte ataque de estratégias multidimensionais de desmonte de políticas". Nesse sentido, o período estudado se consolida como uma fase de desinvestimentos em ATER em face das medidas de ajuste fiscal e do giro ultraliberal que atinge as políticas públicas pós 2016 com sérias repercussões para as populações do campo até 2022.

Dessa forma, no item a seguir trataremos de uma tendência de regionalização da ATER como estratégia de manutenção dos serviços, em face da redução dos recursos advindos da União a partir de 2016.

## ATER NO RIO GRANDE DO NORTE: LIMITES E POSSIBILIDADES

Diante do quadro anterior apresentado -de ajuste fiscal e seus impactos nas

[6] É preciso considerar que os anos de 2020-2022 são marcados pela crise sanitária mundial causada pelo Sars Covid-19. Foram mais de 700 mil mortes no país. Neste período em face do isolamento social várias atividades econômicas paralisaram. Diante deste quadro a agricultura familiar foi uma das responsáveis pelo enfrentamento à fome no RN através da articulação entre SEDRAF e Secretaria do Trabalho, Habitação e Assistência Social(SETHAS).

políticas públicas rurais-, trazemos alguns dados da realidade do Rio Grande do Norte no que se refere a ATER, apontando limites e possibilidades no atual cenário. Conforme indicamos anteriormente, o período de corte de investimentos no financiamento da União sobre as políticas públicas rurais faz emergir um novo cenário: a maior participação dos governos estaduais no investimento em ATER através das Emater. Dessa forma, a partir de 2019, quando o ex-presidente Jair Bolsonaro assume o governo federal, uma série de medidas de política macroeconômica e fiscal alteram as políticas sociais, resultando em diminuição do financiamento. Em face disso, novas estratégias de gestão foram acionadas pelos governos estaduais, no sentido de manter alguns serviços públicos para a população.

Assim, em 2019 é criado o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste[7]). Trata-se de uma iniciativa de gestão regional que envolve os nove estados da região, visando ser uma autarquia interfederativa e uma ferramenta de gestão, possibilitando compras governamentais, rede de serviços e parcerias no território nordestino. No âmbito do Consórcio-NE são criadas Câmaras Temáticas, dentre as quais destacamos a Câmara Técnica de Agricultura Familiar.

Durante os anos de 2020/2021 o Consórcio-NE atuou na compra de insumos e vacinas para o enfrentamento à crise sanitária detonada pela Covid-19. Assim, foi criado um Grupo de Trabalho para apresentar subsídios para estruturação da Rede Nordestina de Assistência Técnica e Extensão Rural (Rede ATER-NE) lançada durante a 1ª Feira Nordestina da Agricultura Familiar, em junho de 2022, em Natal-RN.

Um dos eixos centrais desta experiência tem sido o Programa de Alimentos Saudáveis do Nordeste (PAS-NE[8]). Em tal processo a ATER tem fundamental participação como instrumento de dinamização das ações de segurança alimentar, através do acompanhamento junto aos agricultores (as) familiares do estado.

---

[7] Tem como missão: Promover a articulação de um projeto estratégico para a região Nordeste, com aproveitamento do potencial socioeconômico, a criação e implantação de políticas públicas e projetos integradores, estruturantes e inovadores, que contribuam para o combate às desigualdades e para o desenvolvimento sustentável da região.

[8] Instituído no âmbito do Consórcio Nordeste por meio da Resolução nº 09, de 31 de julho de 2020, o qual apresenta dentre seus eixos de atuação: I. a aquisição de alimentos saudáveis, por meio de mecanismos de articulação das compras públicas estaduais de alimentos oriundos da agricultura familiar, da biodiversidade e da pesca artesanal.

O Rio Grande do Norte tem demonstrado participação ativa no Consórcio, inclusive presidindo a Câmara Técnica de Agricultura Familiar desde o ato de sua instalação. Assim, A secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (SEDRAF) tem dirigido importantes iniciativas na política de agricultura familiar no estado[9], inclusive com parceria com Emater-RN.

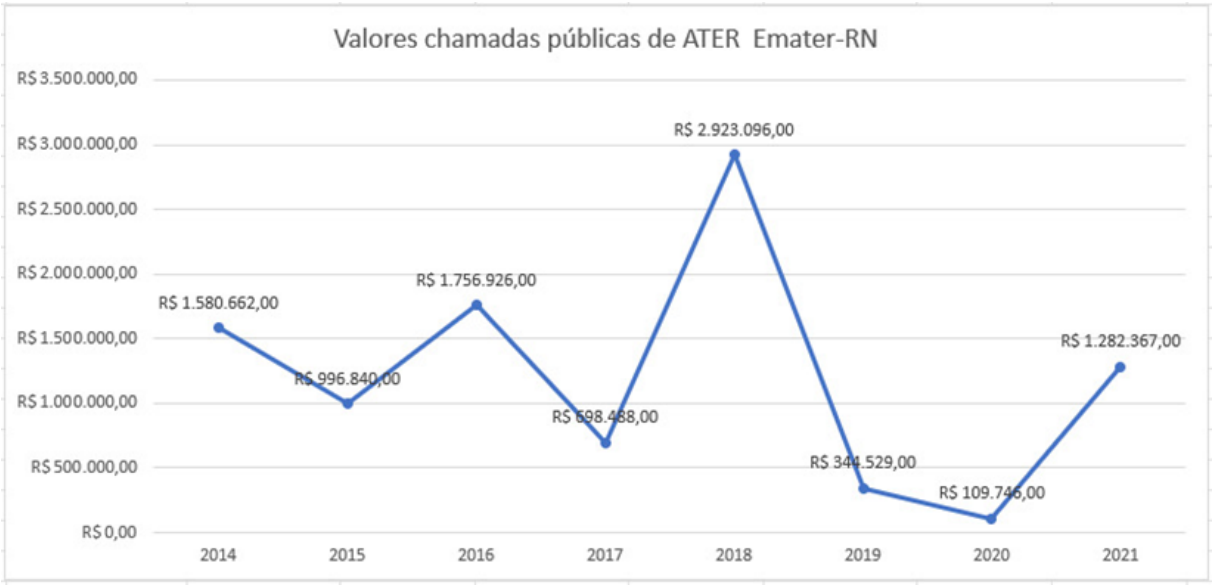
Segundo nosso levantamento a ATER é considerada, em nível estadual, um dos pilares centrais para a construção do desenvolvimento rural sustentável, com inclusão econômica, social e ambiental, para as famílias rurais do RN. Nesse sentido, foi criado no estado o Programa "Mais Ater RN[10]" articulado em torno das ações do PECAFES (Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária), do Programa de Aquisição de Alimentos(PAA), do Programa Estadual de Sementes crioulas, do Programa Mais Mercados e do Programa Estadual de Forragem. As Fontes Orçamentárias para este programa foram asseguradas no Orçamento Geral do Estado (OGE), sob a competência da Sedraf na gestão financeira e executiva das ações.

Assim, no cenário institucional descrito observamos a forte atuação da Emater na execução de serviços de ATER, por meio das chamadas públicas, conforme destacado no Gráfico 2:

GRÁFICO 2: valores referentes à participação da Emater nas chamadas públicas de ATER no RN

[9] Conforme dados coletados através do portal de Transparência identificamos que a ATER encontra-se no PROGRAMA 1704: APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR, particularmente no âmbito da ação orçamentária número "17620 - Assistência Técnica ao Agronegócio da Agricultura Familiar". Este programa objetiva**:** Fortalecer a agricultura familiar, através de um conjunto de ações implementadas em parceria com entes privados e públicos.

[10] São objetivos do Programa de Ater no RN: a) Construção participativa da Política e Plano Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN; b) Fortalecimento institucional da Emater-RN; c) Ampliação da oferta de Ater para a agricultura familiar, através de Chamadas Pública.




Fonte: Emater 2022

Os dados indicam que no período analisado observamos investimentos de ATER no RN executada pela Emater em todo período analisado, embora haja oscilações de valores. É válido ressaltar que no RN existem entidades da sociedade civil que vem executando serviços de ATER há mais de duas décadas. No entanto, as mudanças na economia e na política alteram esse quadro, à medida que a Emater passa a executar ações de extensão rural a partir do modelo de chamadas públicas.

O gráfico mostra um momento atípico em termos de investimentos, que é o ano de 2018, marcado pelas eleições presidenciais e para governadores[11]- o que pode ter contribuído para aumento de investimentos públicos em ATER. Conforme destacado anteriormente, até o ano de 2018 a ATER vinha sendo realizada majoritariamente por ONGs, mas a partir de 2019 a Emater vai aumentando sua participação nesse serviço, tendo em vista a paralisação das chamadas públicas com recursos da União. Apesar da queda em 2019 e 2020, há um aumento no ano de 2021 (em face das políticas de segurança alimentar estaduais)

Este quadro de redução orçamentária ocorre em outras regiões do país em face do aprofundamento do ajuste fiscal a partir de 2016. Neste cenário, a partir de 2019 a execução da política de ATER no RN se processa através de uma parceria entre SEDRAF e Emater. Esta última vem demonstrando significativa participação na

[11] Vale ressaltar que é um período marcado por vários governos e apresenta diferenças político administrativas significativas. Entre os anos 2011-2015 a governadora foi Rosalba Ciarlini (partido União Brasil); entre 2015-2018 o governador do RN foi Robinson Faria (filiado ao Partido Liberal). No ano de 2019 a senadora Fátima Bezerra (Partido dos Trabalhadores) é eleita para o governo; em 2022 é reeleita para mais um mandato eletivo.

agenda de extensão rural no estado e estabeleceu como eixos estratégicos os seguintes elementos: a) formação de agentes de ATER; b) agroecologia e convivência com o semiárido; c) acesso aos mercados pela agricultura familiar e fortalecimento institucional, em diálogo com servidores, servidoras e parceiros envolvidos.

Assim, desde 2019, a ATER no RN tem demonstrado relevância, sobretudo, como dinamizador dos processos que envolvem a segurança alimentar, a consolidação dos mercados, especialmente da agricultura familiar - não só no RN, mas articulado aos demais estados nordestinos, via Consórcio Nordeste. Assim, o RN e os governos da região afirmaram a ATER como serviço público, financiado e gerido pelo Estado com participação da sociedade civil na execução e no controle social.

Chamo atenção ao novo direcionamento dado a Emater na condução deste serviço, já que historicamente sua atuação foi na afirmação de uma extensão rural ultrapassada, hierarquizada e reprodutora de um modelo herdado da modernização conservadora. Atualmente a Emater RN se alinha a uma concepção de ATER agroecológica, participativa e voltada para a sustentabilidade.

Dessa forma, após um período de desinvestimento na ATER e de sua descaracterização e desmonte, outras possibilidades se colocam diante do cenário nacional, pós 2022, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse sentido, são emblemáticas a retomada do protagonismo dos movimentos rurais e a (re)criação do novo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDAAF). No entanto, tanto a ATER como demais políticas rurais só serão implementadas com o enfrentamento às pressões dos setores do agronegócio brasileiro e, para isto, os pesquisadores do tema, as instituições que implementam a política e as populações atendidas precisam estar em articulação permanente em movimento de resistência e proposição.

## CONCLUSÕES

O estudo do financiamento da política de Assistência e Extensão Rural (ATER) a partir dos Planos Plurianuais dos anos de 2012-2015 e 2016-2022 indicam evidências das medidas de austeridade fiscal implementadas no país, sobretudo, no período pós

2016.

Identificamos as múltiplas formas de desmonte das políticas rurais, seja na diminuição de recursos, nos contingenciamentos, na extinção do MDA, bem como no desmonte das instâncias de controle social e dos instrumentos de transparência nos recursos públicos voltados para ATER durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Assim, o período estudado marca oscilações, contradições, desmontes e descaracterização da ATER. Diante do desinvestimento os dados indicam que a inclusão produtiva de populações pobres não foi realizada, bem como houve obstáculos à produção agroecológica por parte da União, evidenciando o desmonte. A descaracterização reside na substituição das concepções basilares agricultura familiar, adotando o termo produtor e empreendedor rural e atualizando a velha ideia de criação de uma classe média rural.

Entretanto, se no âmbito da União o movimento de desmonte é evidente, outras possibilidades se abrem no nível regional e local: a criação do Consórcio Nordeste e a importância da ATER como ferramenta do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, novos programas são dinamizados no RN e em outros estados da região nordeste, tendo ATER (agroecológica e participativa) como motor de desenvolvimento da agricultura familiar e partícipe das ações de segurança alimentar. Nesse sentido, depois de um ciclo de desinvestimento na ATER e de sua descaracterização e desmonte, outras possibilidades se colocam diante do cenário nacional pós-2022. A recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDAAF) e a participação dos movimentos rurais configuram novas possibilidades de retomada de um ciclo próspero para a agricultura familiar.

Esta empreitada em defesa da ATER requer ampla mobilização dos movimentos rurais, dos pesquisadores, dos agentes de extensão rural e de todos os envolvidos nos processos de planejamento, implementação, acompanhamento e especialmente das populações beneficiárias deste serviço. A mobilização permanente é uma das estratégias de manutenção da ATER com qualidade, voltada para o fortalecimento da agricultura familiar e da segurança alimentar - tarefa desafiadora diante da pressão econômica e política do agronegócio no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010 institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER. 2010

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012 -2015: Ano-base 2015. Volume I – Dimensão Estratégica. Brasília: MPOG. 2016

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.SISTEMA INTEGRADO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SIOP). Disponível em: https://siop.gov.br. Acesso em: 20 de maio de 2023

DIESEL, V.; DIAS, M. M.; NEUMANN, P. S. A customização da Extensão Rural e suas implicações para o ensino. Revista Brasileira de Educação do Campo, [S. l.], v. 7, p. e 14800, 2022. DOI: 10.20873/uft.rbec.e14800. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/14800. Acesso em: 21 jun. 2023.

LEITE, S. et al. Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas: a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. In: Desmonte e reconfiguração das políticas públicas. (2016-2022) / Brasília: IPEA ; INCT/PPED, 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.Demonstrativo de Arrecadação – Repasses do Tesouro Estadual, com convênios e arrecadação própria. junho. 2022.

# UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EM AGROECOLOGIA JUNTO AO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Giovanna Maria Travinski de Almeida[1]
Kamilla Schreiber[2]
Bruna Bronoski[3]

**GT 02:** Mediadores em conflitos sociojurídicos no campo: assessorias, extensão rural e pesquisa-ação.

**RESUMO**

Este trabalho pretende retratar um projeto de extensão, ainda em curso, denominado "Oficinas de Agroecologia e Sociologia Ambiental". O projeto foi construído na articulação entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e os movimentos sociais organizados, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reunindo um conjunto de práticas de ensino e aprendizado, através do debate sobre a segurança alimentar e a justiça ambiental, para promover o desenvolvimento de uma percepção crítica sobre a relação entre o mundo rural e urbano. Entre os objetivos do projeto destaca-se a vivência em um campo de experiências de resistência e transformação da realidade, focada na ação "Marmitas da Terra", orientado para setores subalternizados da região metropolitana de Curitiba, como um instrumento pedagógico na formação de pesquisadores. Nesse sentido, através de mutirões da reforma agrária, pretendemos que o corpo discente possa participar de espaços a partir dos quais possam emergir simultaneamente problemas acadêmicos e novos conhecimentos sensoriais.

Palavras-chave: agroecologia, extensão universitária, MST, sociologia ambiental

## INTRODUÇÃO

Em abril de 2023 iniciamos as atividades do projeto de extensão Oficinas de

1 Universidade Federal do Paraná (UFPR), giovanna.almeida@ufpr.br
2 Universidade Federal do Paraná (UFPR), kamillaschreiber@ufpr.br.
3 Universidade Federal do Paraná (UFPR), brunabronosky@ufpr.br.

Agroecologia e Sociologia Ambiental, sob coordenação do Observatório de Conflitos Socioambientais (OCSA), núcleo de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Trata-se de uma parceria construída em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fruto de uma experiência e prática de mutirões em assentamentos da reforma agrária no Paraná durante a pandemia da Covid-19.

A ideia dessa ação tem origem nas experiências de resistência e transformação da realidade, focada na ação "Marmitas da Terra", orientado para setores subalternizados da região metropolitana de Curitiba, como um instrumento pedagógico na formação de pesquisadores. Entre os objetivos das atividades de extensão, destacamos a integração entre projetos de pesquisa de programas de pós-graduação com práticas de iniciação científica na graduação; a construção de espaços de troca de saberes e experiências num ambiente não hierárquico de ensino/aprendizagem; e a criação de um campo de experiências de resistência e transformação da realidade, vivenciada por setores subalternizados, como um instrumento pedagógico na formação de pesquisadores. Além disso, as atividades permitem aos estudantes de graduação da UFPR adquirirem uma carga horária obrigatória de formação, além do vínculo às disciplinas de metodologia, ruralidade e meio ambiente, oferecidas pelo Departamento de Sociologia (Deciso).

As ações de extensão ocorreram no primeiro semestre de 2023, tanto dentro do espaço acadêmico, no campus Reitoria (UFPR) em Curitiba, e, externamente, no Assentamento do Contestado, que é organizado pelo MST e localizado no município da Lapa, no interior do Paraná.

O projeto alia um espaço de discussão teórica em sala de aula, onde se fazem exposição e debates de temas relacionados a agroecologia, mudanças climáticas, educação e sociologia rural e ambiental, ao trabalho prático de técnicas de plantio e manejo da terra de forma agroecológica nas hortas do MST. Nesse sentido, através de mutirões da reforma agrária, pretendemos que o corpo discente possa construir problemas acadêmicos a partir de novos conhecimentos sensoriais. Ainda que se trate de um trabalho em estágio inicial já podemos obter algumas reflexões sobre as primeiras impressões que essa comunicação entre universidade e movimento social desperta nos acadêmicos voluntários do projeto.

Este trabalho se divide em três partes. Na primeira delas discutiremos as metodologias de extensão universitária na área rural. Dialogaremos com as ideias de autores das ciências humanas a fim de debater o papel da universidade com movimentos sociais organizados e mover um novo olhar ao método tradicional de extensão universitária. Em seguida traremos ao leitor informações sobre o movimento social que é nosso principal parceiro no projeto, o MST, e como nosso trabalho universitário se desenvolve junto às atividades do movimento.

Por fim, abordaremos a experiência que tivemos nessa fase inicial do projeto de Extensão Oficinas de Agroecologia e Sociologia Ambiental, com foco nas primeiras perceções que os alunos voluntários relataram após o trabalho de campo em horta comunitário em assentamento do MST.

## DESENVOLVIMENTO

1. METODOLOGIA

A metodologia do projeto de extensão Oficinas de Agroecologia e Sociologia Ambiental é inspirada na forma como Paulo Freire (1983) critica a extensão convencional, prática que transforma o sujeito num mero "depósito" de um conhecimento acadêmico, portanto "superior" ao que está habituado em sua vida cotidiana. O autor revelou como a prática da extensão tem uma orientação muito parecida com a crença evolucionista dos tempos da chegada dos europeus às Américas. Os dotados de saber científico e detentores do progresso vão a longínquas terras salvar os povos inferiores de sua própria ignorância.

Entretanto, essa forma de pensar, ao menos dentro da academia, já não foi superada há muito tempo? Infelizmente, não. Para alguns acadêmicos, a extensão, como parte do tripé que compõe a universidade, é uma forma de iluminar a ignorância da comunidade externa, ensinando-a como viver da forma mais adequada. Adequada para quem e conforme quem?

Nossa resposta de pronto a essa pergunta provavelmente seria: "Adequada para a própria comunidade e sociedade no geral, conforme a ciência". Partindo disso, acrescentamos mais uma pergunta: de qual ciência estamos falando? A cientista social australiana Raewyn Connell (2012) faz uma crítica ao modo de fazer ciência como uma perpetuação de um colonialismo, em que as periferias do mundo se adequam aos métodos e teorias da metrópole, buscando uma excelência acadêmica conforme os critérios estabelecidos por esses países.

Resumindo, na ideia de extensão tradicional, nós acadêmicos, os "detentores de conhecimento", nos vemos no dever de iluminar a comunidade não-acadêmica (no singular, como se todos que não são universidade pudessem ser categorizados como uma coisa só) com nossos conhecimentos e técnicas advindos da ciência dignificada pela metrópole. Portanto, segundo essa linha de pensamento, é justificável que a maneira de viver e se relacionar de uma sociedade contemporânea camponesa latino-americana seja ditada pelas obras de autores europeus do século XIX.

O processo colonial se impõe através de grandes e diversas estruturas, em especial as de mercado, e, nesse ponto, sai de nossa alçada a possibilidade de fazer algo efetivo a curto prazo para impedir esse movimento. Na extensão tradicional o conhecimento científico (frequentemente eurocêntrico) se sobrepõe ao conhecimento empírico, busca homogeneizar as

culturas usando a ciência como pretexto para um preconceito acadêmico, que se revela em última instância um preconceito colonial. Numa prática da "educação como sentido de domesticação" (FREIRE, 1983, p. 15).

Partindo dessa premissa, nós, pesquisadores do Observatório de Conflitos Socioambientais, optamos por montar um projeto de extensão que se aproxime mais da ideia de uma troca entre diferentes sujeitos que gera conhecimento para ambos, dentro da proposta feita por Freire (1983) em substituir a extensão por comunicação. Nesse sentido, caminhamos no sentido de uma metodologia inspirada nos princípios da pesquisa-ação, sistematizada por Thiollent (1986), que a define como:

> um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (*Op. Cit.*,1986, p. 14)

A comunicação só é possível a partir de uma relação de confiança que é construída na convivência entre os diferentes. Dessa maneira, em nossa primeira fase do projeto nos colocamos de forma mais colaborativa, dispostos antes de tudo a ouvir, participar das demandas dos mutirões. Como universitários criamos laços de solidariedade com os movimentos parceiros no projeto, e como organizadores auxiliamos a organização dos voluntários da extensão.

Ao abrir a participação para todos os alunos da UFPR, independente do curso, já criamos um encontro de diferentes pontos de vista dentro da universidade, antes de sair a campo. O projeto é organizado pelo grupo de pesquisa da área de Sociologia Rural e Ambiental, mas recebemos voluntários das Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Agronomia, Zootecnia, Geografia, Biologia, Pedagogia e Enfermagem, num total de 68 estudantes.

Esse encontro nos permitiu a troca de diferentes perspectivas acerca dos mesmos trabalhos, desde as ações práticas até as teóricas. Diferentes olhares nos permitiram ampliar o campo de visão e enxergar detalhes que de início passam desapercebidos. Dessa maneira, podemos utilizar também a metodologia do paradigma indiciário de Ginzburg (1989) na análise das diferentes percepções dos alunos sobre um mesmo objeto. O principal objeto a ser analisado nesse artigo serão os relatórios produzidos pelos jovens após a participação nos mutirões.

Através do "paradigma indiciário" de Carlo Ginzburg (1989), investigamos um conjunto de sentidos da realidade, construído pelos pesquisadores e pesquisados. Dessa forma, pensamos esses documentos como indícios de uma realidade a ser compreendida, nos quais buscamos pistas e sinais que revelam a realidade da vida das comunidades do campo e sua relação com a Universidade. A forma da elaboração dos documentos é reveladora das predisposições ideológicas dos seus autores para a construção de um trabalho coletivo.

## 2. O MST E O COLETIVO MARMITAS DA TERRA

As ações do projeto de extensão Oficinas de Agroecologia e Sociologia Ambiental acontecem no Assentamento do Contestado, no município da Lapa (PR). A história do assentamento começa em fevereiro de 1999, quando 40 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam um terreno de arrendamento pertencente a Incepa, empresa de cerâmica. A empresa havia adquirido diversas dívidas com bancos e com a União, portanto a ocupação se deu como um apelo para se cumprir o que está previsto no Capítulo III da Constituição Federal quanto a função social da terra e a reforma agrária. Após alguns meses a terra ocupada foi destinada a reforma agrária, onde foram assentadas inicialmente 108 famílias e hoje são 160.[4]

O assentamento conta com uma estrutura organizada de moradia, plantio, criação de animais, cooperativa, uma Unidade Básica de Saúde, espaços de educação infantil, fundamental, ensino médio, por meio da Ciranda Infantil e ensino superior técnico, através da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), além de espaços grandes de socialização, como o centro cultural Casarão, refeitório coletivo e campo de futebol.

A criação dos espaços escolares se deu pela necessidade do acesso à educação pelas crianças das famílias assentadas. Como viviam na área rural, tinham dificuldade de acessar as escolas da cidade da Lapa. Já a ELAA foi fundada em 2005, oferece os cursos Tecnólogo em Agroecologia e Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza e Agroecologia e acolhe alunos da América Latina e Caribe.[5]

A proposta pedagógica da escola mescla teoria científica com saberes de origem popular, além de promover a troca de conhecimento entre povos de diferentes lugares da América Latina. Os alunos ainda estudam num regime de alternância, em que passam parte do curso em sua comunidade e outro na escola, o que permite viver a experiência prática de forma intensiva.

Em maio de 2020, militantes do MST criaram o coletivo Marmitas da Terra com o intuito de oferecer alimentação de qualidade a quem passava por insegurança alimentar na cidade de Curitiba (PR), situação agravada pela pandemia de covid-19. Às quartas-feiras voluntários se reuniam para produção e distribuição de marmitas preparadas com alimentos, em sua

---

**4** FERNANDES, Valmir Neves e *ROCHENBACH, Liane Maria*. Assentamento Contestado completa 23 anos e cresce na construção da agroecologia. MST, 2022. Disponível em: < https://mst.org.br/2022/02/08/assentamento-contestado-completa-23-anos-e-cresce-na-construcao-da-agroecologia/>. Acesso em 26 jun. 2023.

5 ELAA. ELAA. Disponível em: < https://elaa.redelivre.org.br/sobre/> Acesso em 26 jun. 2023.

maioria, provenientes de hortas agroecológicas dos assentamentos do MST.[6]

A produção começou com uma média de 300 marmitas por semana, mas em alguns meses, com a vinda de novos voluntários e a percepção de uma demanda maior por alimentos, aumentou para 1100 refeições distribuídas a cada quarta-feira. O aumento na produção de marmitas despertou no coletivo a necessidade de uma horta própria para a ação solidária. Dessa maneira, em pareceria com a Escola Latino-Americana de Agroecologia, o coletivo Marmitas da Terra iniciou o preparo e plantio da sua horta, utilizando-se de técnicas agroecológicas, dentro do Assentamento do Contestado. Os alimentos provenientes dessa horta além de servir para o preparo das refeições distribuídas pelo coletivo, também eram doadas a cozinhas comunitárias da periferia de Curitiba.

Os cuidados com essa nova horta eram feitos pelos voluntários das Marmitas da Terra. Dessa maneira, os trabalhos do coletivo se dividiam em dois: o preparo das marmitas às quartas-feiras e o manejo da horta aos sábados. Nos dias das atividades de cultivo os voluntários saem da capital paranaense às 6h30 da manhã em direção ao Assentamento do Contestado onde trabalham na horta do coletivo.

Com o fim da política de isolamento da pandemia de covid-19, os coordenadores do coletivo viram que a distribuição de marmitas se fazia menos necessária e, ao fim de 2022, encerram esse tipo de atividade. Eles mantiveram a horta, o apoio às cozinhas comunitárias e passaram a intensificar encontros de formação política dos militantes do coletivo.

A parceria feita para as Oficinas de Agroecologia e Sociologia Ambiental no Assentamento do Contestado se deu através do coletivo Marmitas da Terra. Fazemos nosso trabalho de campo na horta do coletivo, num trabalho que une a agroecologia à solidariedade, uma vez que os alimentos lá produzidos são destinados a cozinhas comunitárias.

## 3. AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES DA IDA A CAMPO

Após as idas a campo para trabalho coletivo em horta dentro do Assentamento do Contestado do MST, pedimos para que os voluntários fizessem relatórios sobre a experiência do dia de trabalho. Foram diversas as impressões, que categorizamos em seis: (1) percepções sensoriais; (2) sobre a relação rural-urbana; (3) sobre o trabalho; (4) de passado e futuro; (5) sobre o movimento social organizado ou coletividade; (6) sobre agroecologia e interdisciplinaridade.

A seguir esmiuçaremos cada uma delas com trechos dos relatórios enviados pelos alunos

---

**6** AZEVEDO, Jade. Cozinhar é um ato político: ação Marmitas da Terra completa 1 ano em Curitiba. MST. Disponível em <https://mst.org.br/2021/05/05/cozinhar-e-um-ato-politico-acao-marmitas-da-terra-completa-1-ano-em-curitiba/>. Acesso em 26 jun. 2023

voluntários. Por se tratar de relatórios internos do projeto de extensão optamos por preservar a identidade dos alunos. Daqui em diante os identificaremos como AGn os alunos de graduação e APGn os alunos da pós-graduação.

## PERCEPÇÕES SENSORIAIS

O contato com atividades da agricultura levou os voluntários a terem novas percepções sobre o próprio corpo. Um dos voluntários mencionou como a experiência no campo deixou nítida a percepção sobre as capacidades, potenciais e limites corporais. Há uma perspectiva poética ao se referir aos vestígios de terra após a participação em um mutirão.

> O que a teoria delineia como um sonho lúcido, uma impressão clara de quem acorda e está certo sobre o real, a prática corporifica materialmente. Após o trabalho – plantio, colheita e limpeza – o dia parece ensinar: aqui estão os seus joelhos, estes são os tamanhos dos seus braços, há um espaço entre a carne e a unha em que a terra pode se deitar para descansar. (relatório interno, AG1)

Em testemunhos orais coletamos comentários sobre a importância de "colocar a mão na terra". Essa relação está exemplificada na imagem a seguir, em que as mãos de um dos voluntários aparecem em contato direto com a terra e com a palha que cobre sua superfície, no trabalho de plantação de mudas:

**Figura 1** - Mãos de voluntário em contato com a terra

Fonte: Laynara Almeida, 2023.

Os alunos puderam redescobrir o corpo como instrumento de trabalho, ou descobri-lo como instrumento de um novo tipo de trabalho:

> Enquanto trabalhávamos, conversamos e rimos sobre assuntos diversos. Foi possível sentir o corpo vivo, com músculos doendo e se esforçando, com o suor daquele

> momento, foi como revisitar uma consciência corporal há muito tempo não sentida nos movimentos da minha vida cotidiana. (relatório interno, AG2)

As formas de usar o corpo, designadas por Marcel Mauss (2003) de "técnicas corporais" são formadas pelo meio social em que vivemos, através da cultura e tradição. O desenvolvimento de novas técnicas permite a expansão da consciência não apenas sobre o próprio corpo, mas sobre outras tradições que perpassam a materialidade corporal e dizem respeito também às esferas social, psicológica e de relação com o ambiente.

A compreensão do corpo, de seus limites e capacidades durante o trabalho realizado em campo fornece pistas da relação corpo-mente a partir das diferenças existentes entre o ambiente rural e urbano. A sensação física do cansaço, por exemplo, tira o indivíduo de seu lugar-comum e traz reflexões sobre como o corpo pode ser utilizado para além do conhecido.

O trabalho é visto, então, como uma possibilidade de estranhar-se para então familiarizar-se no outro. Essa visão é relatada por um dos voluntários que disse compreender como a experiência no campo parece ser cotidiana, mesmo que não seja, e percebe, assim, a imposição de formas de viver:

> Como nas tarefas do plantar, percebi que tais movimentos só parecem cotidianos, mas não o são. Contrapor o sistema de mercado em que tudo se cobra, tudo se vende, em que a terra é um "ativo financeiro", como ando lendo, e não mais um bem comum e acessível para todo ser vivo, não é banal. É admirável o movimento de pessoas que sustenta através de ações pontuais ou contínuas, individuais ou coletivas, este contraponto. Vendo-me sacolejar no ônibus da volta, senti aquela impressão, por vezes clichê, de que existem formas impostas de viver no mundo, mas também que estão vivas – e trabalhando – as potências de oposição. (relatório interno, APG1)

## PERCEPÇÕES SOBRE A RELAÇÃO RURAL-URBANA

Uma percepção comum a muitos voluntários foi a sensação de conexão com a natureza e a produção de alimentos, e a partir disso perceberam a alienação que vivem na área urbana em relação a esses quesitos.

Segundo Marx (2009), a relação entre o ser humano e a natureza é distorcida no capitalismo, principalmente no processo de subordinação do campo à cidade, o que seria pelo autor caracterizado como uma das primeiras formas de alienação. Ele afirma que, em vez de o trabalho ser uma atividade que permite ao indivíduo se relacionar de forma harmoniosa e criativa com a natureza, ele se torna uma atividade exploradora e destrutiva, na qual a natureza é vista apenas como uma fonte de recursos a serem explorados em busca do lucro. Retira o sentido de inventividade transformadora do mundo à imagem de seu criador da prática laboral que é exclusiva da espécie humana e a transforma em obrigação de subsistência dentro da ordem socioeconômica vigente.

Os alunos voluntários relataram que no trabalho coletivo na horta fora da área urbana

puderam expandir a ideia de relação campo-cidade e enxergar a possibilidade de uma indissociabilidade. Mais do que aprender na prática técnicas de plantio, adubagem e poda, enxergaram nos assentados uma outra forma possível de viver e se relacionar com a terra, e, a partir disso, passaram a ver a si mesmos e suas relações com o mundo de forma diferente. Um dos voluntários, por exemplo, apontou que a solidão e o isolamento que sentia na cidade foi aos poucos se transformando em sentimento de comunhão e pertencimento:

> Foi uma sensação agradável preparar a terra, apesar do cansaço da primeira vez e certo arrependimento de não ter ido de calça. As sensações de isolamento e solidão foram comigo, assim como ímpeto de transformação, pessoal e comunitária. Ao longo do dia passei a ficar mais tranquilo; é um ambiente propício à sensação de comunhão, longe da correria, do estresse da cidade, obedecendo e respeitando apenas o tempo da natureza. [...] (relatório interno, AG3)

Outro estudante, mesmo já possuindo contato com a realidade rural, observou o desconhecimento a respeito do trabalho do MST que busca novas formas de se relacionar com a terra:

> O próprio distanciamento entre o campo e a cidade, leva a um estranhamento ou até desconhecimento sobre a realidade rural. Ainda que eu tenha tido uma pequena experiência na universidade sobre agroecologia e tenha vivenciado o trabalho manual rural durante a graduação de zootecnia, foi a primeira vez que tive a experiência de conhecer a realidade de um movimento que está ativamente por trás da luta pelo fim do tecnicismo e de uma nova proposta de desenvolvimento rural [...]. (relatório interno, AG4)

Outros relatos, também sobre a relação com a natureza, especificamente com os animais, se destacou:

> Segui para catar o feno e me deparei com uma situação no mínimo inusitada, uma menina que cresceu em um assentamento, quando foi pegar o feno espantou uma aranha do tamanho da sua mão como quem espanta um gatinho fofo. Aquilo para mim foi tão bonito, ver a sintonia que o ser humano pode ter com a natureza e com qualquer animal que nela seja vivo é algo lindo e que se é perdido na vida na cidade. [...] relatório interno, AG5)

Entre os sentimentos acionados destacamos a crítica ao preconceito de que o mundo rural é um local de isolamento e solidão; a possibilidade de descobrir que as técnicas também são formas políticas de se relacionar com a natureza; e como o distanciamento da vida rural e da prática agrícola faz emergir medos e mitos em relação à própria natureza.

## PERCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO

O trabalho relacionado principalmente com o plantio e colheita nos canteiros do Assentamento, mas também nos diferentes setores como na cozinha e no cuidado dos animais se mostrou presente nos relatos dos voluntários. O trabalho manual foi pontuado como uma experiência desconhecida ou pouco explorada, conectando-se também com as percepções

sensoriais abordadas anteriormente, como podemos observar no relato a seguir:

> Na hora, remexendo no canteiro, [...], lembro de ter pensado: "nossa, e ainda é de manhã!". No momento, não sei qual é a rotina de trabalho dentro do Assentamento, mas penso que seja bem mais puxada, principalmente pelo tamanho/produção do lugar, não se limitando em apenas um turno do dia. O que a gente fez não deve contemplar nem a metade do serviço e o que tornou essa percepção mais palpável foi, com certeza, a experiência de estar ali, porque, até então, era tudo produto da visão de terceiros. (relatório interno, AG6)

Na Figura 2, os voluntários do projeto realizam o plantio de mudas nos canteiros anteriormente preparados. Esse processo envolveu a divisão de tarefas, como o preparo da terra, adubagem, coleta de palha e despejo nos canteiros e abertura de buracos que finalmente receberiam as diferentes mudas.

**Figura 2** - Voluntários realizando plantio de mudas

Fonte: Rodolfo Lobato, 2023.

Um dos estudantes também comentou, a partir da conversa com um morador, sobre a divisão de tarefas dentro do assentamento:

> [...] tive a oportunidade de conversar com uma pessoa que mora no assentamento [...], ela comentou sobre a rotatividade das atividades em que cada semana as pessoas são responsáveis por setores diferentes, entre eles, o cuidado com os animais, roça, cozinha e entre outros [...]. (relatório interno, AG7)

Os alunos despertaram dentro de si a possibilidade de ver em seu trabalho uma finalidade visível, palpável e de curto prazo de produção de alimentos numa lógica coletiva,

não só de trabalho, mas de provisão de um item básico de sobrevivência. Além disso, experenciaram a transformação, inclusive estética, da natureza, através dos seus esforços como relatou o estudante a seguir:

> [...] tudo sobre a colheita trouxe uma experiência estética em que foi possível vivenciar uma realidade mais plena e mais significativa. [...] Foi possível sentir o corpo vivo, com músculos doendo e se esforçando, com o suor daquele momento, foi como revisitar uma consciência corporal há muito tempo não sentida nos movimentos da minha vida cotidiana. (relatório interno, AG8)

## PERCEPÇÕES TEMPORAIS

Alguns voluntários demonstraram em seus relatos reflexões sobre seu passado, ou origem familiar camponesa:

> Toda essa experiência me causou uma sensação de nostalgia, já que cresci no interior de Santa Catarina, com contato com a área rural, em que minha família participava ativamente do cultivo. Logo, estar nesse ambiente me fez relembrar dos momentos em que passei com meus pais e meus avós quando eu era criança, me fazendo repensar, também, a saudade dessa relação direta com a natureza, que é mais superficial no dia a dia de cidade grande. (relatório interno, AG9)

Isso pode nos levar a pensar também a agroecologia e o contato com o meio rural como um resgate de memórias daqueles que tem origem familiar na área rural e se deslocaram para viver na área urbana. O manejo da terra permite que se suscite, através da experiência sensorial, memórias de uma prática camponesa baseada no conhecimento tradicional.

A percepção de tempo não se dá apenas com relação ao passado, mas também ao que está por vir, ou até, podemos dizer, à construção de novas utopias. O contato com outras formas de trabalhar e viver abre a possibilidade de vislumbrar outras opções de futuro, como relata o voluntário:

> O assentamento me atrai cada vez mais, a ponto de eu sentir vontade de morar, lecionar e lutar por um algum dia. Desejo uma vida tranquila, assim como a coragem de me sentir plenamente humano. Penso que o que é considerado clichê realmente possui verdades fundamentais. (relatório interno, AG3)

## PERCEPÇÕES SOBRE O MOVIMENTO SOCIAL ORGANIZADO / COLETIVIDADE

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organiza-se em busca da Reforma Agrária e de um Projeto Popular para o Brasil. Após o assentamento a organização das famílias permanece como indispensável para a luta por seus direitos básicos como saneamento, energia elétrica, acesso à cultura e lazer. Há para isso uma estrutura participativa democrática para a tomada de decisões e a divisão das famílias em núcleos.

Essa luta organizada em busca de um bem comum fica nítida nos relatos dos

participantes. O senso de coletividade no campo entra em atrito com o individualismo presente na cidade, visão que foi relatada pelo estudante:

> O que posso dizer que mais me chamou a atenção em toda essa experiência foi o senso de comunidade que existe lá, não somente com as pessoas que já estão habituadas lá mas mesmo com pessoas novatas como nós acabamos nos sentindo parte do ambiente através desse contato com a natureza e com o trabalho como meio de subsistência e de conhecimento. Entendo que em uma sociedade tão individualista, esses pequenos momentos são de grande relevância. (relatório interno, AG11)

O trabalho que antes se mostrou na relação com o corpo agora também surge como um ato político. A separação de tarefas, a horizontalidade e o plantio e colheita como forma de subverter lógicas capitalistas de exploração fortalecem uma nova percepção de si como pertencente à comunidade e, por isso, capaz de fazer mudanças como pode ser observado no relato a seguir:

> Colocar a mão na terra, nas plantas, nos sujar de barro e seiva, nos conecta ao trabalho que existe por trás de algo que fazemos todos os dias: nos alimentar [...]. E trabalhar a terra de forma compartilhada é ainda melhor. Fortalece o senso de comunidade e de trabalho coletivo [...]. É sair da nossa lógica individualista urbana em que todo trabalho deve ter sentido financeiro. É subverter valores estabelecidos. É questionar a forma como vivemos, mas com esperança na construção de uma nova forma de nos relacionar com a sociedade, com o trabalho e com a natureza. (relatório interno, AG10).

A sensação de coletividade se estabelece na reunião dos voluntários e trabalhadores do assentamento e na divisão de responsabilidades em diferentes grupos. Na Figura 3, os estudantes recebem as informações de como será organizado esse trabalho.

**Figura 3** - Voluntários e trabalhadores rurais reunidos

Fonte: Giovanna Almeida, 2023.

Há também uma transformação na percepção em relação ao MST e ao trabalho no campo, uma quebra com o imaginário construído pelo senso comum, observado nos seguintes relatos:

> Lá no Assentamento me surpreendi no bom sentido, porque não tinha ideia do tamanho da organização e da forma em que eles se estruturam, achava que era bem mais simples e menor, como algo amador mesmo, mas não, lá é enorme, com posto de saúde, escola, faculdade, bar, depósito de grãos (eu acho). [...] (relatório interno, AG12)

> Com todo preconceito colocado em volta do MST, seria necessário que todo mundo pelo menos uma vez na vida participasse desses mutirões. É impossível estar vendo toda a beleza no movimento e não mudar de perspectiva não só sobre o MST, mas sobre sua própria vida e dar valor para coisas pequenas como a oportunidade de plantar e colher seu próprio sustento. (relatório interno, AG13)

Importante destacar a dificuldade de superação de um conjunto de preconceitos contra o movimento social organizado. Em ações de campo, três estudantes relataram que precisaram "omitir" o destino, ou seja, o Assentamento do Contestado, organizado pelo MST. Isso ocorreu por conta de possíveis negativas familiares quanto à ida.

## PERCEPÇÕES SOBRE A AGROECOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE

A agroecologia é uma disciplina de intersecção. Ela abarca teoria, prática e movimento social[7]. Na teoria, intersecciona conhecimento acadêmico de diversas áreas da ciência (como ecologia, agronomia, sociologia e economia) com saberes camponeses. Na prática, junta uma diversidade de espécies de plantas e animais na construção de um ambiente simbiótico e harmônico.

Interdisciplinaridade é uma abordagem que busca integrar diferentes áreas do conhecimento para compreender um determinado fenômeno ou problema de forma mais completa e profunda. Ela parte do pressuposto de que a realidade é complexa e multifacetada, e que nenhuma disciplina isolada é capaz de dar conta de todos os aspectos de um tema ou questão. Assim, a interdisciplinaridade propõe a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, a fim de ampliar a compreensão e encontrar soluções mais efetivas para os desafios da sociedade (CARLOS; ZIMMERMANN, 2017).

Durante o trabalho de campo os alunos puderam observar na prática o diálogo interdisciplinar da agroecologia: "Foi possível compreender a agricultura como processo ecológico e também social" (relatório interno, AG14); "foi interessante conhecer um sistema de plantio agroflorestal que promove e não suprime a diversidade, com distintas espécies vegetais

7 AGROECOLOGY & Family Farming. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**: Family Farming Knowledge Platform. Disponível em: < https://www.fao.org/family-farming/themes/agroecology/en/>. Acesso em 14 jun. 2023.

e animais, e sobretudo com diferentes cultivares" (relatório interno, AG15).

Essa característica se estende às relações formadas no trabalho de campo do projeto, onde pessoas oriundas de grupos sociais diferentes têm a oportunidade de conviver, aprender uns com os outros e construir um ambiente de cooperação. Um dos voluntários comenta como essa troca de experiências foi importante para construir o aprendizado e a vivência no campo:

> O fato de os participantes serem de cursos diferentes, participantes de projetos distintos, com diferentes níveis de conhecimento sobre agroecologia e sobre o assentamento faz perceber a relevância desse tipo de atividade, pois possibilita o aprendizado, a troca de experiências e desmistificação de algumas ideias que não se restringem ao momento da atividade em si, mas que poderão se propagar nos círculos de cada um dos que comparecem. (relatório interno, AG16)

A horizontalidade é mencionada novamente como um fator importante para a pedagogia na terra e como a troca de saberes teve papel nesse processo:

> [...] ocorreu a distribuição das tarefas, onde foi dada a oportunidade de os militantes mais antigos mostrarem aos mais novos como e onde realizar diferentes atividades, o que já é um processo pedagógico que novamente nos traz essa horizontalidade que muito se vê na ecologia social. [...] Soma-se aí o fato das variadas profissões e cursos de cada pessoa, que pode contribuir de diversas formas para as vivências e posteriormente estudos. (relatório interno, AG17)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta primeira fase nos fica evidente uma experiência de uma "extensão" do conhecimento camponês que chega aos alunos voluntários e não da universidade para o campo, ao mesmo tempo que esse não é um conhecimento que simplesmente se transfere, mas que se desenvolve e ramifica em outros aprendizados de acordo com as vivências e experiências próprias dos alunos.

Segundo Freire (1983) "o homem não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo" (p. 17). Para o autor, o conhecimento se faz à medida que quem aprende se relaciona com o conteúdo aprendido, o relaciona com sua vivência e dele faz uso para transformar sua realidade.

A experiência dos voluntários no assentamento possibilitou o início desse diálogo entre assentados e universitários na construção de aprendizados multilaterais que mesclam experiências, saberes e práticas, que geram novas experiências, saberes e práticas que se alastram pelo campo, cidade e universidade dentro de novos encontros e diálogos dentro da realidade social de cada participante.

## REFERÊNCIAS

AGROECOLOGY & Family Farming. **Food and Agriculture Organization of the United**

**Nations**: Family Farming Knowledge Platform. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/themes/agroecology/en/>. Acesso em 14 jun. 2023.

AZEVEDO, Jade. Cozinhar é um ato político: ação Marmitas da Terra completa 1 ano em Curitiba. **MST**, 2021. Disponível em <https://mst.org.br/2021/05/05/cozinhar-e-um-ato-politico-acao-marmitas-da-terra-completa-1-ano-em-curitiba/>. Acesso em 26 jun. 2023

CARLOS, Jairo Gonçalves; ZIMMERMANN, Erika. **Texto de Apoio para Professores que Atuam na Interdisciplinaridade**. In: Boletim das Produções Técnicas do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade de Brasília – BOLETIM PPGEC-UnB (on line) em 2017. – Brasília: UnB: PPGEC, 2017. Disponível em: < http://ppgec.unb.br/wp-content/uploads/boletins/volume2/PPGEC-Volume2.pdf> Acesso em: 29 jun. 2023.

CONNELL, R. **"A iminente revolução na teoria social"**. In: RBCS, n 27, v 80, out 2012.

ELAA. **ELAA**. Disponível em: < https://elaa.redelivre.org.br/sobre/> Acesso em 26 jun. 2023.

FERNANDES, Valmir Neves; *ROCHENBACH, Liane Maria*. Assentamento Contestado completa 23 anos e cresce na construção da agroecologia. **MST**, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/02/08/assentamento-contestado-completa-23-anos-e-cresce-na-construcao-da-agroecologia/>. Acesso em 26 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GINZBURG, Carlo. SINAIS: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. Mitos, Emblemas, Sinais.São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2009.

MAUSS, Marcel. "**As técnicas corporais**". In: Antropologia e sociologia. São Paulo, Cosac Naify, 2003.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo, Cortez Autores Associados, 1986.

# O BÚFALO E O ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ: CONFLITOS E DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS

Laynara Santos Almeida[1]
Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa[2]

**GT 05 –** Mediadores em conflitos sociojurídicos no campo: assessorias, extensão rural e pesquisa-ação.

## RESUMO

Este artigo propõem um debate sobre a presença do búfalo no arquipélago do Marajó a partir da Teoria Ator-Rede de Bruno Latour, pois consideramos que este animal pode ser entendido como um ator sobre a paisagem, um elemento não humano que transforma as dinâmicas socioeconômicas e ambientais. Estas dinâmicas criaram um ambiente próprio, uma segunda natureza segundo o conceito de História Ambiental. Este ambiente passa por novos momentos, tensionado pelos investimentos, e crescente aumento do rebanho local, o que coloca em debate sobre os limites da histórica relação entre homem, natureza e animal frente aos impactos socioambientais identificados na bubalinocultura.

Palavras-chave: segunda natureza, teoria ator-rede, búfalos

## INTRODUÇÃO

Este artigo propõe levantar uma reflexão sobre como objetos não humanos também constroem a paisagem, se tornam agentes ativos quando as relações entre homem e natureza criam novas dinâmicas e novas realidades. Utilizando o búfalo como objeto de análise e também um ator com ações e reações, buscamos através

[1] Universidade Federal do Paraná - UFPR, laynarasantosalmeida@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Paraná - UFPR, rodolfolobato@ufpr.br

deste, compreender como sua presença no arquipélago do Marajó se tornou elemento central na dinâmica socioeconômica de um conjunto de comunidades, até se tornar, também, elemento central de recentes evidências de impactos ambientais.

Utilizamos metodologicamente a Teoria ator-rede de Bruno Latour (2012) para pensarmos o búfalo com um ator, inserido, e construindo, uma rede de relações ecológicas, econômicas e culturais que o transformaram em um símbolo do arquipélago a partir da noção de que o ator "não é a fonte de um ato e sim o alvo móvel de um amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção" (LATOUR, 2012, p. 75). Através das "linhas e nós" desta rede, buscamos compreender as embricadas relações entre os atores, cultura e natureza para entendermos como os impactos socioambientais se constituem nesta paisagem.

Neste mesmo sentido, ao apresentar esta paisagem, analisaremos este caso a partir do conceito de História Ambiental, uma proposta de estudos em crescimento na América Latina, que propõe investigar as relações entre elementos humanos e não humanos e como se projetam no meio ambiente, tal como seus impactos (ambientais, sociais, econômicos e outros).

Para Héctor Alimonda (2011), a história do homem não pode ser separada dos elementos naturais, pois o homem enquanto ser social é também fruto de suas relações com a natureza. Na história da América Latina, essa relação foi pautada nos últimos séculos pela colonização dos povos e dos ambientes, o que resultou em uma História Ambiental que vem sendo explorada desde os anos 1970 com o crescimento do tema por nomes como Pedro Cunnil, Nicollo Gligo, Guillermo Herrera, entre outros nomes latino-americanos que se propuseram a pensar os problemas do, ou falta de, desenvolvimento das américas correlacionados à crise ambiental enfrentada desde a colonização.

A história ambiental é "o estudo de questões como a adaptação das sociedades humanas aos ecossistemas, sua transformação como resultado da tecnologia ou as diferentes concepções da natureza" (ALIMONDA, 2011, p. 29, tradução nossa)[3]. Nesta perspectiva, a história do homem não pode ser entendida sem considerar os aspectos naturais que viabilizaram, ou não, o desenvolvimento da cultura, economia e da própria natureza antropizada, sem considerar a histórica exploração dos recursos naturais. Para compreender essa relação mútua, a história ambiental utiliza uma

[3] No original: el estúdio de temas como la adaptación de las sociedades humanas a los ecossistemas, la transformación de los mismos por efecto de las tecnologias o las diferentes concepciones sobre naturaleza.

abordagem multidisciplinar, o que vem ocorrendo desde as origens deste conceito, entre as ciências da natureza e as humanas, uma vez que as disciplinas isoladas são limitas para compreender os fenômenos mais complexos que regem estas relações (HERRERA, 200).

A "história natural" do búfalo no Marajó pode ser pontuada pela histórica relação entre os marajoaras[4] e projetos de desenvolvimento de uma pecuária integrada ao meio ambiente, com a expectativa, ou não, de que os ecossistemas se autorregulem, ou que este objeto exótico (a exemplos de outros) não provoque grandes transformações por suas características. Contudo, válido identificar até que ponto essa premissa se confirma.

Neste sentido, retomamos à presença búfalo como elemento não humano, um animal que vem construindo a paisagem. Apontamos que esta perspectiva de investigação histórica é um viés de análise adotado em obras de Alfred Crosby (1993), ao explorar as "neoeuropas[5]" na expansão e colonização europeia com grande influência dos animais e plantas no seu desenvolvimento econômico. Em Keith Thomas (1988), com sua historiografia sobre a relação entre homem, animais e plantas e suas consequências na sociedade européia entre os séculos XVI e XIX. E igualmente sobre o mesmo período, os estudos de Ana Camphora (2017) sobre a chegada dos europeus e animais e como estes foram marginalizados e ao mesmo tempo protagonistas na construção do Brasil.

## 1. O BÚFALO

O registro mais antigo já encontrado sobre os búfalos (*bubalus*) data de 44.000 anos em pinturas rupestres em uma caverna de Bornéu (Ásia), a ilustração representa figuras com lanças nas mãos ao que seria uma caça a um animal identificado como uma espécie de búfalo (AUBERT, 2019). Os registros continentais são bem mais recentes, o Vale do Indo possui registros de cerca de 4.500 anos entre China, Índia e Paquistão. Por sua origem e características, distintas de outros animais semelhantes, como o bisão norte americano, é chamado de "búfalo asiático". Foi também na região da atual China que registros rupestres datam a domesticação deste animal a cerca de 4.000 anos. Desde então vem sendo utilizado como animal de tração e transporte,

[4] Gentílico para aquele que nasceu ou vive no arquipélago do Marajó.
[5] Para Crosby (1993), Austrália, Nova Zelândia e Américas foram colônias que receberam, particularmente, uma expansão biológica propiciada pelas zonas temperadas onde se localizavam, que as transformaram em neoeuropas.

principalmente na agricultura, nos campos inundáveis de arroz, pois é um animal adaptado para estes ambientes (NASCIMENTO; CARVALHO, 1993).

As diferentes utilizações deste animal, em condições variadas (solo, água, altitude, insolação, alimentação e outras) provocou mutações genéticas que resultaram em raças diferentes, que apresentam características físicas e comportamentais que as distinguem (MIRANDA, 1986). As principais raças encontradas no Brasil são: jafarabadi, murrah e mediterrâneo consideradas “de rio”, pelo hábito de permanecer sob água; e a carabau, que se adapta e locomove-se melhor em áreas de pântanos.

O búfalo é um animal de grande porte, gregário, ou seja, anda sempre em bando, famílias inteiras formam grandes manadas de hábitos noturnos, principalmente o acasalamento. Herbívoros, alimentam-se de capins, ainda que sem manejo, atingem uma tonelada com seus cerca de dois metros de altura. Sendo maior produtor de carne e leite, em relação ao gado bovino. São considerados mais dóceis, com a presença humana, e mais resistentes às zoonoses, facilitando seu manejo (FONSECA, 1986).

O clima equatorial amazônico; quente, úmido e precipitação ao longo do ano, favoreceu a adaptação do búfalo na região do arquipélago do Marajó, situado principalmente, na foz do Rio Amazonas. Na figura 01, podemos localizar o arquipélago com os municípios que o compõem.

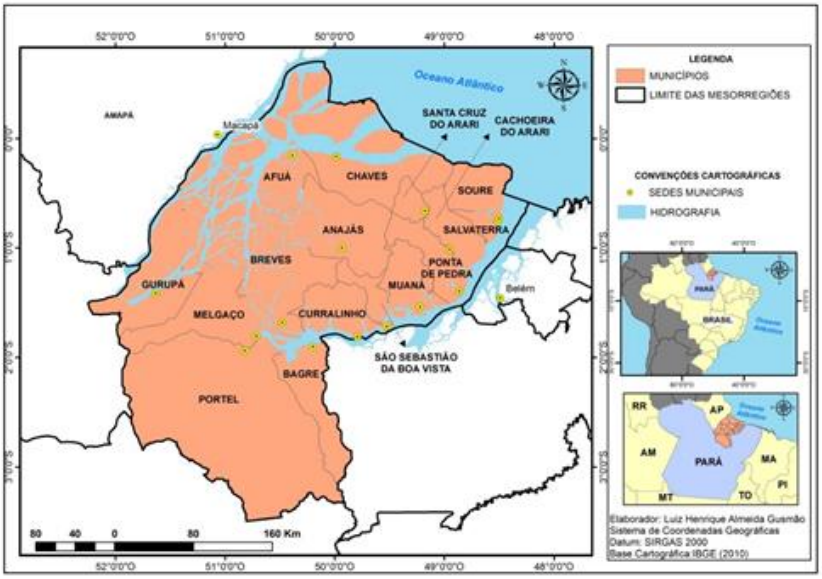



Figura 1. Mapa do arquipélago do Marajó. Fonte: Gusmão *et al*., (2015).

Com centenas de ilhas que constituem 16 municípios, 104.140 km2 de território, no noroeste do estado do Pará, com uma cultura própria denominada de “marajoara”.

> O estuário amazônico é formado pela confluência de duas grandes bacias: a do rio Amazonas e a do Tocantins-Araguaia, desaguando no oceano Atlântico. Entre a junção dessas águas, situa-se Marajó, região formada por inúmeras ilhas, constituindo o maior arquipélago fluviomarinho do planeta. Cenário de uma riqueza natural ímpar, composta por campos naturais, planícies alagadas e densas florestas, abrigou, antes da colonização europeia, florescentes sociedades complexas, organizadas em cacicados (GONÇALVES *et al.* 2016, p. 107).

Por se encontrar entre regiões fluviais e oceânicas, o arquipélago possui ao nordeste maior influência oceânica, com planícies costeiras com linhas de praia, e ao sudoeste com influência com planícies aluviais com grandes extensões de terras baixas características da floresta de várzea. As várzeas representam condições ambientais com as quais os marajoaras se relacionam ao longo do ano, nos períodos de enchentes e de vazante. Do mesmo modo os animais, como os búfalos, que encontraram pastagens disponíveis durante os dois períodos.

> As pastagens nativas de várzeas representam papel fundamental no desenvolvimento da criação de búfalos na Amazônia brasileira, por possuírem elevado potencial de produção de forragem de bom valor nutritivo. Essas pastagens estão localizadas às margens do rio Amazonas e de seus afluentes, lagos de água barrenta e áreas do seu estuário. As maiores extensões dessas pastagens se encontram nas microrregiões do Baixo e do Médio Amazonas e parte da ilha de Marajó (LOURENÇO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 12).

As características do bioma amazônico, somado ao ecossistema marajoara, permitiu, em um primeiro momento, que o búfalo se estabelecesse, ou permitiu mudanças necessárias para sobrevivência e reprodução. A aproximação com as comunidades locais transformou os animais asselvajados em domesticados, das planícies desabitadas aos quintais. Com isto, colocamos em evidência que o animal deixou de ser considerado exótico[6] pois se tornou um elemento presente não apenas na paisagem, mas nas representações simbólicas e nos processos sociais e ecológicos da Ilha do marajó.

Os primeiros registros do búfalo no Brasil são encontrados nos relatos do arquipélago do Marajó em 1747, mas esta origem possui algumas versões, citaremos as principais; um naufrágio de um navio proveniente da Guiana Francesa próximo às ilhas teria ocorrido em 1890, ou 1895, e os animais sobreviventes nadado até as planícies (ABCB, 2016). Outra relata que navegantes teriam aportado no Marajó e trocado um lote por cereais com o fazendeiro Vicente Chermont de Miranda em 1889

[6] Segundo o dicionário Michaelis, "exótico" é um adjetivo que significa: que não é natural do país onde vive; diz-se de algo que se apresenta excêntrico.

(CAMARGO, 1973). E ainda com este mesmo fazendeiro teria levado alguns animais intencionalmente, e podemos inferir que esta poderia ter significado uma alternativa à bovinocultura, uma vez que, o gado tem dificuldades de se estabelecer nos pastos de várzea. Em todo caso, se estabeleceu, integrando a paisagem e a transformando à medida que se fez parte dela, e mais ainda, símbolo de uma cultura, de um produto (Queijo do Marajó).

Identificamos o búfalo como elemento atuante nas relações no arquipélago à medida que o entendemos como um elemento não humano que transforma, traduz, impulsiona e media mudanças em um conjunto de redes interligadas, que constituem a sociedade marajoara. Podemos apontar alguns indícios dessas ações e seus desdobramentos.

Os rebanhos são criados de forma extensiva, em fazendas e áreas livres entre planícies e mangues, atravessando regiões a depender da estação. Segundo o último censo do IBGE (2021), o estado do Pará possuía 619.993 cabeças bubalinas e o arquipélago com 434.513 cabeças, correspondendo a 70% do rebanho do estado e do nacional[7]. Este que vem sendo aprimorado através de melhoramento do manejo e da indústria promovido pela Embrapa Amazônia Oriental e Associação dos Criadores de Búfalo do Pará, cujos resultados foram apresentados durante o 1º Marajó Búfalos em 2016, que contou com o curso "Manejo e tecnologias para a pecuária bubalina leiteira familiar do Marajó", além de apresentar os resultados dos investimentos zootécnicos.

> evento que mostra o avanço em melhoramento genético dos búfalos regionais para leite e corte, reunindo difusão tecnológica com palestras e cursos, curral de negócios, além de torneio de búfalas leiteiras a pasto e concurso para eleger o melhor queijo marajoara (EMBRAPA, 2016).

Com apoio da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Pará (SEDAP), o Primeiro Torneio Leiteiro de Cachoeira do Arari em 2021 foi outra “vitrine” para a produção leiteira em uma das regiões com maior número de rebanho do arquipélago. Com diversas atividades ao longo de três dias, as atividades foram voltadas para a diversidade do leite bubalino, suas possibilidades mercadológicas e fomento da organização da cadeia produtiva. A produção do queijo do Marajó, reconhecida pela utilização do leite de búfala, remonta a tempos anteriores à chegada dessa espécie na ilha, segundo relatos dos produtores mais tradicionais

[7] Segundo o Censo do IBGE (2021), são 1.551.618 de cabeças no país.

(NASCIMENTO *et al*., 2019, p. 165).

Foi através desta longa história com o queijo de búfala que em 2021 o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) reconheceu ao "Queijo do Marajó" o registro de Indicação Geográfica[8] coletiva, na espécie Indicação de Procedência, referente aos queijos produzidos nos municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure.

> Os produtores localizados em sete municípios paraenses (Chaves, Soure, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Ponta de Pedras, Muaná e Cachoeira do Arari) poderão usar a IG em seus queijos, cuja maior parte da matéria-prima é o leite de búfala. Por estarem no arquipélago do Marajó, constituem a primeira Indicação Geográfica para uma área não continental do Brasil (INPI, 2021).

A concessão da Indicação de Procedência indica a certificação de determinada região (país, região, cidade) como referência na produção, portanto, o "Queijo do Marajó" só pode ser assim identificado quando produzido nas localidades citadas. E esta concessão foi em parte pelo reconhecimento da importância do queijo para a economia e cultura do Marajó.

## 2. SEGUNDA NATUREZA

A presença do búfalo no Marajó passou de apenas um objeto na paisagem para um elemento cultural, econômico e produtivo. Ela é posta como representação da centenária relação que os marajoaras criaram com este nada simpático animal, que não apenas produz leite certificado, é meio de transporte, "viatura policial", está presente nas ruas, nos quintais, nos pontos turístico (para passeio), sua população o triplo da humana (IBGE, 2021), o que pode levar qualquer estrangeiro a crer que o búfalo é nativo.

Apesar de recentes incentivos técnicos na produção e intensificação da cadeia produtiva, este não pode ser considerado o fator mais relevante, pois a relação entre população, natureza e animal vem sendo estabelecida ao longo de todo século XX. O que vemos hoje pode ser o desdobramento de um projeto pecuário de quando os primeiros animais foram levados por Vicente Chermont, ou "obra do acaso" se considerarmos o naufrágio guianense ou ainda animais sem comprador, remetidos à

[8] A IG é um sinal constituído por nome geográfico (ou seu gentílico) que indica a origem geográfica de um produto ou serviço. Apenas os produtores e prestadores de serviços estabelecidos no respectivo território (geralmente organizados em entidades representativas) podem usar a IG (INPI, 2021).

Amazônia[9]. Podemos entender que estas interações entre as ações humanas e não humanas, natureza e cultura para Bruno Latour, sociedades humanas e ecossistemas para Héctor Alimonda, resultaram em um espaço com dinâmicas próprias indissociáveis que não podem ser compreendidas sem um olhar epistemológico multidisciplinar, e que traga reflexões para entender estas relações heterogênicas.

Para a história ambiental de Alimonda (2011), as interações humanas projetam mudanças ao longo do tempo e paisagem, criando uma "segunda natureza". Esta seria o resultado, em constante transformação, de ações "incluindo interações naturais mediadas pelo homem e interações humanas mediadas pela natureza" (ALIMONDA, 2001, p. 32, tradução nossa)[10].

> La accíon humana transformación el medio natural crea nuevos ambientes, uma "segunda naturaleza" (o "terceira" o "enésima") que es creación humana, pero que evidentemente se comporta como si fuera integrada por ecossistemas naturales (las ciudades, la agricultura, etc). Desde ese punto de vista, la acción humana crea también nuevas relaciones em la naturaliza (ALIMONDA, 2011, p. 31)

A segunda natureza encontrada no Marajó é resultado de diversas intervenções humanas, principalmente os recentes investimentos técnicos no melhoramento da pecuária, mas não podemos deixar de considerar que a natureza exerceu papel fundamental ao oferecer condições biofísicas necessárias para o "acolhimento" de um animal. Neste sentido, apontamos que entre as raças existentes[11], somente quatro se adaptaram ao arquipélago amazônico, mais ainda, apesar da origem selvagem dos primeiros habitantes, a domesticação estreitou o relacionamento com marajoaras e consequentemente a percepção de que os búfalos não apenas fazem parte, são o cotidiano.

Sobre essas ações, intencionais ou não, que entendemos as ações na e para a rede de Bruno Latour, partem de atores que agem sobre a realidade de forma que pode ser incerto apontar onde cada ação começa, e para onde caminha, suas transformações e suas articulações. E estas só podem ser compreendidas "puxando os fios" da rede.

> ação não ocorre sob o pleno controle da consciência; a ação deve ser encarada, antes, como um nó, uma ligadura, um aglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados

[9] Em 1908, alguns animais foram importados pelo Circo de Hamburgo e sem compradores foram levados para a Amazônia (ABCB, 2016).
[10] No original: incluynde las interacciones naturales mediadas por los humanos, y las interacciones humanas mediadas por la naturaliza.
[11] Além das quatros raças presentes no Marajó, existem 19 reconhecidas nos países asiáticos e outros agrupamentos sem definição racial (ABCB).

> aos poucos. A essa venerável fonte de incertezas que desejamos restaurar com a bizarra expressão ator-rede (LATOUR, 2012, p. 72)

Os recentes certificados, investimentos em tecnologia, cadeia produtiva e eventos de vitrine, têm impulsionado os pequenos criadores, atraem novos investidores que são incentivados pelos órgãos de assistência técnica, vide a estimativa da Embrapa de triplicar a produção leiteira para o Queijo do Marajó (EMBRAPA, 2021). Estas ações caminham para um novo momento para nossos atores, de novos tensionamentos nas relações já construídas, que não apresentavam significativos impactos locais. Aqui colocamos em debate sobre o limite da "boa relação" secular vivida entre homem, animal e natureza, pois como podemos verificar em regiões próximas, a tensão ocorre não com a presença, mas com a quantidade e modo como os rebanhos são inseridos.

## 3. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PELA BUBALINOCULTURA

Embora seja vista como uma relação ambientalmente equilibrada, entre animal e natureza, o crescimento do rebanho tensiona impactos ambientais que colocam em debate o limite da cultura bubalina. Eldo Santos (2017), aponta que "entre as principais modificações recentes do baixo curso da bacia do Rio Araguari, destaca-se o fechamento da sua foz e que, entre outras consequências, levou ao fim, nesta região, do tão famoso fenômeno da pororoca" (SANTOS, 2017, p. 13). Este estudo identificou o assoreamento do Rio Araguari[12] pelo pisoteamento das manadas, alterando os padrões hidromorfológicos, desaparecimento e expansão de canais fluviais.

Já Paulo Meirelhes e Silas Mochiutti (2000) apontaram os impactos ambientais em cadeia na Região dos Lagos no Amapá. A invasão do algodão-bravo (*Ipomoea fistulosa*), uma planta arbustiva invasora tóxica para os animais, é apontada como uma consequência da bubalinocultura pelo pisoteamento do solo, e da vegetação nativa, que teria permitido a expansão da nova espécie pelas planícies. Esta expansão criou uma cadeia de efeitos; o solo compactado não permite o crescimento da vegetação nativa (incluindo as margens dos rios e manguezais) o que afastou animais herbívoros como capivaras e quelônios, o algodão-bravo cresce em agrupamento dificultando o trânsito dos animais, inclusive dos búfalos, os forçando ao deslocamento para outras regiões e estendendo a cadeia de impactos (MEIRELHES; MOCHIUTTI, 2000).

[12] O Rio Araguari nasce no estado do Amapá e desagua na foz do Rio Amazonas.

Os impactos sobre a flora amazônica também são encontrados nos estudos de Fred Monteiro, ao indicar que os búfalos consomem folhagens novas, mais nutritivas e palatáveis, dificultando a renovação das plantas, pois “com o corte da área foliar muito precoce, a planta forrageira tem dificuldade de rebrotar, favorecendo o aparecimento de plantas invasoras” (MONTEIRO, 2009, p.37). A diminuição das plantas nativas é apontada como um impacto direto do crescimento das manadas, e novamente pelo pisoteamento destas sobre o solo de áreas ecologicamente frágeis, como as margens de cursos d`água.

Em estudos realizados no estado do Maranhão, por Cristina Bernardi (2005), no território pesqueiro Campos e Lagos no Maranhão, foi identifico que a produção extensiva de búfalos provocou impactos de diversas ordens, como; a concentração fundiária a partir do crescimento de fazendas dedicadas à produção bubalina, comprometimento e contaminação da água pela presença das fezes e urina dos animais, influenciando na quantidade de peixes usados para sustento de várias comunidades pesqueiras, assoreamento dos recursos hídricos (fontes e “braços”), compactação e perda de nutrientes dos solos para a agricultura, entre outros (BENARDI, 2005, p. 169).

Verificamos nos casos citados, à nordeste (Região dos Lagos) e à sudoeste (Campos e Lagos) do arquipélago do Marajó, que os impactos socioambientais são de diferentes ordens, desequilibrando ecossistemas e comunidades tradicionais. Estes cenários apontam que as características dos búfalos são um risco para o ambiente ao qual ele é inserido sem considerar as relações as transformações em torno da dinâmica que este animal imprime na paisagem. Apesar da imagem de “harmonia” existente entre marajoaras e bubalinos, o ponto de tensão é encontrar o limite, um novo momento de virada, ou talvez uma “terceira natureza” pois o tamanho do rebanho cresce exponencialmente a cada ano, embalado pelos incentivos técnicos e propagandistas.

O que nos leva a ideia inicial de que o búfalo é um ator, que se consolidou em um ambiente distante para além de uma fonte de alimento. Apesar da robustez, se integrou ao modo de vida manso e tranquilo dos ilhéus, se tornou meio de transporte onde outros são inviáveis, atrativo turístico mais reconhecido que as milenares peças de povos originários e principalmente, tem se tornado uma “nova fonte” de desenvolvimento, de atividades econômicas, sempre enviesadas pelo discurso do “símbolo cultural”, como podemos ver no anúncio do XII Encontro Brasileiro dos

Criadores de Búfalos em 2017 pela Embrapa, como uma “vitrine tecnológica que mostra o avanço em melhoramento genético dos búfalos regionais” (EMBRAPA, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do búfalo faz parte da história do arquipélago, apesar dos relatos apontaram pouco mais de um século, homem, natureza e animal construíram relações e dinâmicas próprias de maneira que se tornou difícil imaginar este grande território, com origens milenares, dissociado deste exótico animal. Este que possui relatos de uma origem selvagem, se tornou elemento presente nas paisagens tropicais, nas ruas, nas praias, nos mangues, com sua imponência a passos mansos, resiliente ao tempo e às mudanças, assim como o povo marajoara.

Esta segunda natureza produzida no Marajó, produz o imaginário de que as relações são equilibradas, mas pautamos que há duas vertentes principais: a dos ilhéus com seus animais domesticados, utilizados para vida cotidiana e o turismo, e existe a maior pecuária bubalina do país, presente em uma região ecologicamente fragilizada. Sobre esta segunda relação que buscamos indicar como a cultura marajoara (e o búfalo) é mobilizada para agregar os incentivos de desenvolvimento da produção e como subterfúgio para esvaziar os debates sobre os impactos ambientais.

Partindo da compreensão de que o búfalo foi, e continua sendo ator em uma rede de relações estabelecidas no Marajó, que não podemos apontar onde começa e onde termina, colocamos em debate que não foi a presença, mas a quantidade, ou o tamanho do rebanho inserido em outros espaços que causou significativos impactos socioambientais. O crescimento dos investimentos, em biotecnologia, propaganda e mercado, tensiona não apenas o meio ambiente, mas também as posições dos atores (búfalos, ilhéus, produtores, empresários, natureza, etc) e dinâmicas mobilizadas para transformar a segunda natureza em terceira ou décima.

## REFERÊNCIAS


ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la ecología política latinoamericana. **In:** ALIMONDA, H. (org.). **La naturaliza colonizada. Ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2011. p. 22-58.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE BÚFALOS. **Introdução dos búfalos no Brasil.** Disponível em: < https://www.bufalo.com.br/home/uploads/2016/01/historico_bufalos.pdf>.

AUBERT, M.; LEBE, R.; OKTAVIANA, A. A. *et al*. Earliest hunting scene in prehistoric art. **Nature**, n. 576, 442-445, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1038/s41586-019-1806-y

BERNARDI, C. C. **Conflitos socioambientais decorrentes da bubalinocultura em territórios pesqueiros artesanais: o caso Olinda Nova do Maranhão**. Dissertação (Planejamento e Gestão Ambiental) - Universidade Católica de Brasília, 2005.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: Edufba/Edusc, 2012.

CAMARGO, F. C. de. **Origem e dispersão do gado bovino e bubalino no mundo**. Belém: IPEAN, 1973.

CAMPHORA, A. L. **Animais e sociedade no Brasil dos séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Ana Lúcia Camphora, 2017.

CASTRO HERRERA, G. História ambiental (feita) na América Latina. **Varia História**, v. 18, n. 26. 2002.

CASTRO HERRERA, G. Naturaleza, sociedad e historia en América Latina. **Política y Sociedad**, v. 17, p. 83-99, 1994.

CROSBY, A. W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

EMBRAPA. **Búfalos: o produtor pergunta, a Embrapa responde**. Embrapa Amazônia Oriental, 2000.

EMBRAPA. **Tecnologias e cultura em pecuária são destaque no Marajó**. Embrapa Amazônia Oriental, 2016. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/14745462/tecnologias-e-cultura-em-pecuaria-sao-destaque-no-marajo-bufalos

EMBRAPA. **Indicação Geográfica do Queijo do Marajó intensifica os desafios à pesquisa.** 2021. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/60234667/indicacao-geografica-do-queijo-do-marajo-intensifica-os-desafios-a-pesquisa

EXÓTICO. *In:* **MICHAELIS, dicionário brasileiro de Língua Portuguesa.** Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ex%C3%B3tico/

FONSECA, W. **O búfalo: sinônimo de carne, leite, manteiga e trabalho**. São Paulo: Editora Ícone, 1986.

GUSMÃO, L. H. A.; *et al.* O uso de mapas temáticos na avaliação de indicadores ambientais da mesorregião Marajó, Pará/Brasil. ***In. Anais...*** IV Simpósio de estudos e pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia, 2015, Belém.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rebanho de bubalinos (búfalos).** 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/bubalinos/pr

LOURENÇO JÚNIOR, J. de B.; GARCIA, A. R. Panorama da bubalinocultura na Amazônia. **In**: **Encontro Internacional Da Pecuária Da Amazônia**, Belém, 2008.

MEIRELHES, P. R. de L. e MOCHIUTTI, S. Impactos Ambientais da Bubalinocultura nos Campos Inundáveis do Amapá. **In:** Workshop ECOLAB, 2000, Macapá. **Resumos**. Macapá: IRD/UFPA/MPEG/IEPA, 2000. p. 57- 61.

MIRANDA, W. C. **A criação de búfalos no Brasil**. São Paulo: Editora dos Criadores, 1986.

MONTEIRO, F. J. C. **Impactos ambientais causados pelos búfalos asselvajados nos campos inundáveis da Estação Ecológica de Maracá-Jipioca (Costa Atlântica do Amapá)**. Dissertação (Biodiversidade Tropical) – Universidade Federal do Amapá, 2009.

NASCIMENTO, E. C.; CRUZ, B. E. V.; CALVI, M. F. Queijos diferentes, origem geográfica comum: história e tradição da produção dos queijos do Marajó. **Ateliê Geográfico**, v. 13, n. 3, p. 190-208, 2019.

SANTOS, E. S. **Alterações geomorfológicas no baixo rio Araguari e seus impactos na hidrodinâmica e na qualidade da água**. Tese (Biodiversidade Tropical) – Universidade Federal do Amapá, 2017.

PARÁ. Secretaria de Comunicação. **Torneio Leiteiro de Cachoeira do Arari incentiva a pecuária bubalina.** 2021. Disponível em: https://agenciapara.com.br/noticia/30228/torneio-leiteiro-de-cachoeira-do-arari-incentiva-a-pecuaria-bubalina

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER: Análise sobre os diferentes governos brasileiros

André de Camargo Macedo[1]
Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo[2]

**GT 2:** Mediadores em conflitos sociojurídicos no campo: assessorias, extensão rural e pesquisa-ação

**RESUMO**

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), criada em 2004, priorizava a agricultura familiar e o estímulo a iniciativas de desenvolvimento rural sustentável com a Agroecologia como eixo norteador. A PNATER representou uma ruptura significativa com o modelo difusionista de ATER que dominava o meio rural brasileiro até então. Entretanto, ao longo de sua trajetória recente, a política tem se distanciado de suas diretrizes originais. Neste trabalho, analisamos a implementação da PNATER em nível nacional durante os últimos três governos brasileiros: Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2018-2022). Para isso, utilizamos a análise histórico-documental, com base em documentos oficiais, textos acadêmicos e plataformas de transparência pública. Constatamos que a PNATER, nos últimos anos, se materializou como uma política bastante distinta de sua concepção, adotando uma perspectiva mais voltada para a difusão produtivista.

Palavras-chave: Extensão Rural, Agricultura Familiar e Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

A criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em 2004 representou um processo de retomada das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em nível federal no Brasil. Proviniente de um amplo processo participativo, a PNATER seguia as diretrizes e os enfoques da Agroecologia, detinha como público-alvo, e exclusivo, a agricultura familiar e contava com inovações na gestão pública (BERGAMASCO; THOMSON; BORSATTO, 2017; CAPORAL, 2006a; MINÁ, 2008).

No entanto, ao longo de sua trajetória, a PNATER enfrentou mudanças ideológicas e

[1] Universidade de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI), a265185@dac.unicamp.br.
[2] Universidade de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI), vanilde@unicamp.br

institucionais promovidas pelos governos brasileiros. De acordo com Zarnott et al. (2017), a PNATER enfrentou resistências de setores que disputavam o serviço de extensão rural, bem como dificuldades de implementação, resultando em rearranjos operacionais e reorientações ideológicas na política, como a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER). Além disso, a PNATER foi afetada por cortes orçamentários que prejudicaram o acesso da população rural aos serviços de Ater (DIESEL et al., 2021; NIEDERLE et al., 2021), vivenciando uma narrativa comum das políticas públicas voltadas para o meio rural brasileiro nos últimos anos.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo refletir sobre as mudanças institucionais ocorridas na PNATER e como elas influenciaram ideologicamente a política durante os três últimos governos brasileiros: Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2018-2022). Além disso, o trabalho irá apresentar o orçamento destinado à PNATER durante esses governos.

A estrutura do trabalho será dividida em cinco seções: i) introdução; ii) breve revisão sobre a PNATER; iii) metodologia de pesquisa; iv) resultados e discussões; e v) considerações finais.

## POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)

A PNATER foi lançada em 2004 durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva. Caporal (2011) descreve que a elaboração da PNATER foi um amplo processo democrático e participativo, envolvendo mais de 100 entidades e mais de 500 pessoas ligadas à agricultura familiar, movimentos sociais e prestadores de serviços de Ater, o que conferiu sua legitimidade sociopolítica.

Inicialmente, a PNATER foi concebida com o intuito de promover o desenvolvimento rural sustentável, tendo a Agroecologia como direcionamento central de suas ações. As diretrizes originais da política eram: foco exclusivo na agricultura familiar; universalização do atendimento aos agricultores; desenvolvimento endógeno das comunidades rurais; serviços gratuitos; e estabelecimento de processos educativos permanentes e contínuos (DIESEL; MINÁ DIAS; NEUMANN, 2015; MDA, 2004). A PNATER foi estruturada como um sistema descentralizado, com a execução da política realizada por entidades públicas (municipais, estaduais e federais) e privadas – entidades vinculadas ao setor público de Ater e às organizações de agricultores familiares (MDA, 2004).

Nos anos seguintes foram criadas e incorporadas instituições para auxiliar na implementação da PNATER: o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), responsável pelo gerenciamento do orçamento, formação de extensionistas e extensão universitária (PETTAN, 2010); o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na

Agricultura (Pronater), que orienta as ações das entidades e dos extensionistas visando ao cumprimento das diretrizes da PNATER (CAPORAL, 2006b; PETTAN, 2010); o Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), que formaliza o caráter descentralizado da PNATER e organiza a prestação de serviços públicos de Ater no país; e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária e Agricultura Familiar (Condraf), órgão colegiado responsável por propor diretrizes e formulação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, que passou a ser encarregado do controle social da PNATER (BERGAMASCO; THOMSON; BORSATTO, 2017).

Durante o período de implementação de 2004 a 2008, a PNATER se tornou alvo de disputas entre atores ligados à agricultura familiar. No Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atual Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, houve uma interpretação de que as ações da PNATER deveriam estar alinhadas com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – política que fornece crédito a juros baixos aos agricultores familiares –, o que tensionou com as diretrizes centrais da PNATER em promover o desenvolvimento rural sustentável como política estruturante (DIESEL; MINÁ DIAS; NEUMANN, 2015).

Thomson, Bergamasco e Borsatto (2017) também destacam que um dos principais desafios operacionais da PNATER nesse período foi a burocracia imposta às organizações não governamentais (ONGs), associações e cooperativas de agricultores familiares para serem entidades prestadoras de ATER. Embora a PNATER seja descentralizada, a execução da Ater por entidades privadas encontrou entraves em relação à prestação de contas, condições de pagamento e questionamentos por parte de órgãos estatais sobre o repasse público a essas organizações (DINIZ; HESPANHOL, 2018). Além disso, observou-se que as instituições responsáveis pela administração da PNATER, como o Dater e o MDA, apresentaram limitações em termos de pessoal, monitoramento, acompanhamento e disposição de recursos para atender às demandas da política (BERGAMASCO; THOMSON; BORSATTO, 2017; DIESEL; MINÁ DIAS; NEUMANN, 2015; DINIZ; HESPANHOL, 2018).

Em 2010 foi sancionada a Lei 12.188, também conhecida como Lei de Ater, que estabeleceu legalmente a PNATER. Apesar de consolidar a Ater pública em nível federal, a Lei recebeu críticas de pesquisadores por se distanciar das diretrizes originais da política. Peixoto (2014) destaca a simplicidade do texto da Lei de Ater em comparação com a proposta original da PNATER de 2004. Caporal (2011) aponta que todo o processo de promulgação da lei não contou com a participação da sociedade civil e excluiu o referencial teórico da Agroecologia, base da proposta original da PNATER de 2004, em favor do referencial da sustentabilidade.

Além disso, a Lei de Ater estabeleceu um novo modelo burocrático de contratação de serviços de extensão rural por meio de Chamadas Públicas, dispensando a necessidade de

licitação. As Chamadas foram lançadas em editais que especificavam o território de atuação, a quantidade de beneficiários, extensionistas, o período de tempo, as atividades a serem desenvolvidas e o cronograma. As especificações rígidas das Chamadas Públicas da PNATER foram alvo de duas críticas centrais. A primeira crítica refere-se ao favorecimento de pacotes pré-estabelecidos de métodos de Ater, em contraposição à transição agroecológica, que requer flexibilidade, metodologia participativa e aprendizado local (DIESEL; MINÁ DIAS, 2016). A segunda crítica diz respeito à tendência das Chamadas Públicas de não atenderem às demandas das organizações de pequeno porte, como organizações de agricultores, ONGs, etc., devido ao fato de não adiantarem os pagamentos pelos serviços prestados, o que inviabiliza as atividades iniciais dessas organizações (THOMSON; BERGAMASCO; BORSATTO, 2017).

Portanto, com a promulgação da Lei de Ater, ocorreram mudanças institucionais significativas na PNATER em comparação com seu texto original de 2004. Pesquisadores que analisaram essas modificações argumentam que a PNATER passou, neste primeiro momento, por uma reorientação em direção ao antigo modelo difusionista produtivista, predominante nas atividades de extensão rural no país ao longo do século XX (CAPORAL, 2011; DIESEL; MINÁ DIAS, 2016).

## METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa descritiva e exploratória na qual foram empregados dois instrumentos metodológicos de coleta e análise de dados: levantamento de dados secundários e pesquisa documental.

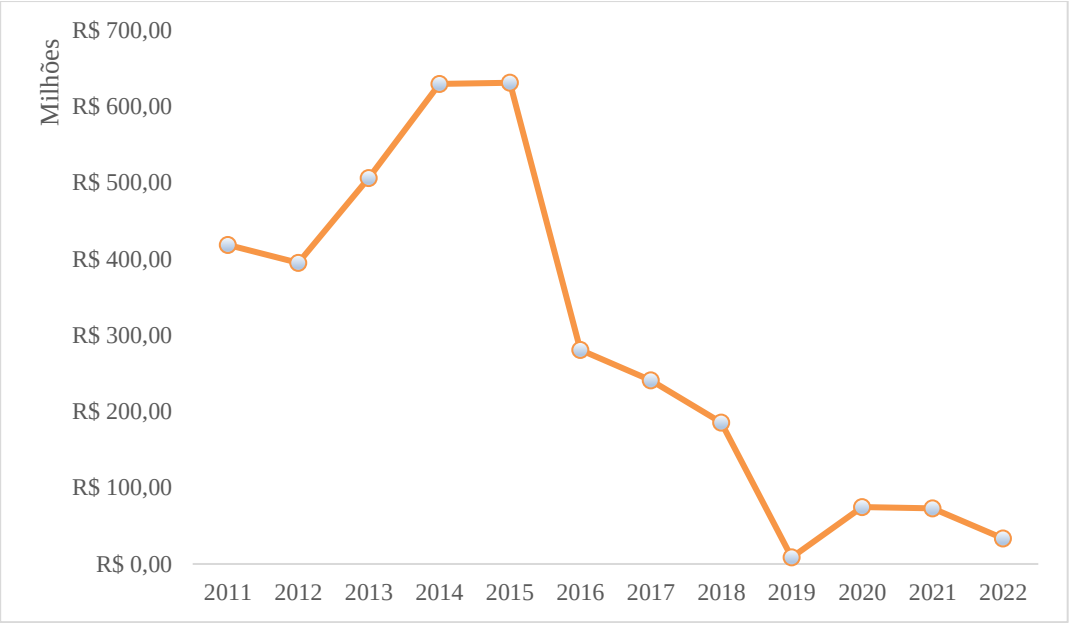
Com o objetivo de compreender a operação da PNATER nos últimos três governos brasileiros, realizamos levantamento de dados referente ao orçamento destinado à Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar. Consultamos os Orçamentos Anuais estabelecidos pelo governo federal entre os anos de 2011 e 2022, disponíveis no site do Ministério da Economia, a fim de examinar os valores monetários relacionados a esse item. Para complementar os dados encontrados, consultamos artigos científicos sobre a operação da política pública. Realizamos a análise dos dados por meio de estatística descritiva.

Em seguida, com o objetivo de refletir sobre as principais mudanças institucionais na PNATER durante os últimos três governos brasileiros (Dilma Rousseff 2011-2016, Michel Temer 2016-2018 e Jair Bolsonaro 2018-2022), realizamos pesquisa documental sobre o marco legal da PNATER, incluindo leis, decretos, normativas, entre outros documentos. Além disso, consultamos artigos científicos, dissertações e teses para auxiliar na compreensão das mudanças ocorridas na PNATER.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados referentes ao orçamento da PNATER nos anos de 2011 a 2022, constados no item "Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar", revelam um cenário de redução significativa de recursos destinados às ações de Ater. Esse esvaziamento de recursos tem sido observado principalmente nos últimos dois governos brasileiros (Figura 1). A partir de 2016, o orçamento anual para a Ater voltada à agricultura familiar não ultrapassou a marca de R$ 300.000.000.

**Figura 1**. Valores orçamentários para o PNATER de 2011 a 2022.




Fonte: Ministério da Economia (2022).

Durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), o orçamento da PNATER atingiu o seu ponto mais alto no período analisado. Destaca-se o biênio 2014-2015, em que a PNATER recebeu valor anual aproximado de R$ 600.000.000 para a execução das Chamadas Públicas. Vale ressaltar que nessa época o MDA era responsável por alocar os recursos financeiros para a operacionalização da política. Ao comparar os valores orçados com os princípios da PNATER, especialmente no que diz respeito ao estabelecimento de processos educativos permanentes e contínuos, percebe-se que a variação orçamentária da PNATER pode ter representado um desafio para a consolidação de um serviço de qualidade e contínuo aos agricultores familiares.

A partir de 2014 as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar começaram a enfrentar adversidades devido à instabilidade política e econômica no Brasil. A desaceleração das exportações de commodities agrícolas, a queda na arrecadação fiscal do Estado e a associação entre políticos e elites empresariais, entre outros fatores, dificultaram a manutenção das políticas sociais previamente implementadas e pavimentaram o caminho para uma crise endógena no Estado brasileiro (BOSCHI; PINHO, 2019). Com a intensificação da crise

política e econômica no país em 2016, o governo de Dilma Rousseff foi interrompido por um golpe parlamentar, e Michel Temer assumiu a Presidência. O governo de Temer foi composto por uma coalizão de políticos conservadores, neoliberais e defensores da agenda de austeridade fiscal (THOMSON, 2023). Nesse contexto, as políticas públicas, os programas sociais e as instituições voltadas para a agricultura familiar enfrentaram um processo acelerado de desmantelamento (MACEDO; SOUZA-ESQUERDO; BORSATTO, 2023).Esse processo de desmantelamento foi tão significativo que o orçamento disponibilizado para a PNATER durante os anos de governo de Michel Temer (2016-2018) continuou em declínio (Figura 1). Como o Orçamento Anual no Brasil é estabelecido no ano anterior, o Orçamento de 2019 foi firmado em 2018, último ano do governo de Michel Temer. Portanto, pode-se afirmar que durante a gestão de Michel Temer, a PNATER teve o menor valor orçamentário registrado: R$ 8.600.000 em 2019. Thomson (2023), analisando o volume de recursos celebrados para a Ater, destaca que o biênio de 2019-2020 foram os anos de menor dotação orçamentária à Ater via ANATER. A autora, no entanto, salienta que o ano de 2020 teve o menor volume de recursos celebrados para Ater, três milhões de reais, em virtude da pandemia de COVID-19; enquanto que em 2019 os recursos celebrados foram de, aproximadamente, quarenta e seis milhões de reais (THOMSON, 2023). Além da escassez orçamentária vivenciada nesse governo, a PNATER presenciou a extinção do MDA em 2016. O MDA era a instituição responsável pela alocação dos recursos orçamentários para a execução da PNATER, além de operacionalizar outras políticas e programas voltados para a agricultura familiar. O governo de Michel Temer transferiu as atribuições do MDA para a então Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

Diferentemente do ciclo de governo de Dilma Rousseff, no qual houve variação nos recursos orçamentários da PNATER, o governo de Michel Temer esvaziou o orçamento da PNATER. Vasconcelos et al. (2019) afirmam que o governo de Michel Temer adotou ativamente o discurso de austeridade fiscal para justificar os contínuos cortes no orçamento de políticas destinadas à redução da pobreza e ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, político de extrema-direita e de agenda neoliberal (MACEDO; SOUZA-ESQUERDO; BORSATTO, 2023), a PNATER continuou a enfrentar um orçamento limitado, com valores apenas ligeiramente superiores ao último ano do governo de Michel Temer (Figura 1). Outro ponto relevante é que nos Orçamentos Anuais divulgados pelo governo de Jair Bolsonaro, de 2020 a 2022, o termo "Agricultura Familiar" foi removido do item "Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar", passando a constar apenas "Assistência Técnica e Extensão Rural". Além disso, as políticas e programas voltados para a agricultura familiar passaram a ser coordenados pelo Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (MAPA), um espaço historicamente ligado aos interesses do agronegócio (BERGAMASCO; THOMSON; BORSATTO, 2017). Isso evidencia a estratégia do governo de Jair Bolsonaro de unificar a agricultura familiar ao agronegócio, conforme identificado em outros estudos (MACEDO; SOUZA-ESQUERDO; BORSATTO, 2023; SABOURIN et al., 2020).

Ao correlacionar o orçamento da PNATER com suas diretrizes, especialmente no que diz respeito à universalização do atendimento aos agricultores e ao estabelecimento de processos educativos contínuos e permanentes, torna-se impossível cumprir os objetivos propostos pela política em um período marcado pela variação orçamentária e, principalmente, pelos significativos cortes orçamentários durante as gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

No próximo tópico, apresentamos algumas das principais mudanças institucionais na PNATER durante os últimos três governos brasileiros.

**PNATER: reflexões acerca das mudanças institucionais na política**

Durante o governo de Dilma Rousseff a PNATER passou por transformações significativas. A criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) foi um marco importante nesse processo. A concepção de um órgão que passaria a coordenar a ATER foi proposta durante a II Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (CNATER) em 2012. Ressalta-se que na II CNATER representantes da sociedade civil promoveram críticas às Chamadas Públicas e à retirada da Agroecologia – mudanças instituicionais ocorridas com a instauração da Lei de ATER em 2010 – e a seleção das entidades prestadoras de ATER (THOMSON, 2023). Após o evento, representantes da sociedade civil e do MDA compreenderam que seria necessário criar um órgão que abrangesse a rede de extensão. Havia a percepção que a estrutura do Dater era insuficiente para a operacionalização da PNATER (BERGAMASCO; THOMSON; BORSATTO, 2017).

Thomson (2023) aponta que surgiram duas comissões responsáveis em propor a criação do órgão que coordenaria a PNATER. A primeira comissão foi composta pelo MDA e representantes de trabalhadores de extensão rural (Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária – ASBRAER e Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa, do setor Público Agrícola do Brasil – FASER), juntamente com a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura familiar (Fetraf), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e pesquisadores acadêmicos. Por outro lado, a segunda comissão foi formada pelo MAPA e por gestores da EMBRAPA, do Conselho Nacional dos

Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Conepa) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Com o esvaziamento da primeira comissão, representantes do Dater e da EMBRAPA elaboraram uma proposta comum que se consolidaria na ANATER através da Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013.

Sob esse contexto, a ANATER surge com o objetivo de coordenar e implementar a PNATER, buscando maior eficiência na política (ZARNOTT et al., 2017). No entanto, sua criação também trouxe mudanças paradigmáticas, afastando a agroecologia como o paradigma norteador da política e voltando-se para a difusão produtivista.

A Lei nº 12.897, pontua os princípios norteadores da ANATER para ações de Ater:

> ... promover a execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural, especialmente as que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais... (Brasil, 2013, art. 1).

Além disso, a ANATER tem como objetivo promover a inovação tecnológica e a geração de novas tecnologias no meio rural, buscando sua adoção pelos agricultores. Na Lei que promulgou a ANATER, a agricultura familiar deixou de ser o público-alvo exclusivo da PNATER (os médios produtores passaram a participar da política) e a qualificação dos agentes de ATER junto com a difusão tecnológica passaram a ser de responsabilidade da EMBRAPA ao invés do Dater/MDA. Com essas disposições, a criação da ANATER reforçou a transferência de tecnologia como abordagem principal dos serviços de ATER, retomando o paradigma da difusão tecnológica que havia predominado na história da Ater no país (BERGAMASCO; THOMSON; BORSATTO, 2017; PETTAN, 2010).

Mesmo com essa mudança de orientação paradigmática, a ANATER, durante o governo de Dilma Rousseff, manteve um diálogo com a sociedade civil e os movimentos sociais da agricultura familiar. Espaços como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) permitiram a apresentação de propostas e críticas para a gestão da ANATER, com foco na universalização e melhoria da qualidade dos serviços de Ater (THOMSON; BERGAMASCO; BORSATTO, 2017; ZARNOTT et al., 2017).

No entanto, com o impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer ao poder, a situação mudou drasticamente. O governo de Temer promoveu cortes orçamentários na PNATER e afastou a política dos espaços sociais nos quais havia sido concebida (DIESEL et al., 2021). O presidente da ANATER nomeado por Dilma Rousseff foi exonerado, e gestores políticos alinhados aos princípios originais da PNATER foram substituídos por outros descompromissados com esses princípios (ZARNOTT et al., 2017).

Com a eleição de Jair Bolsonaro ocorreu a extinção de vários espaços de participação e controle social, incluindo o Condraf (MACEDO; SOUZA-ESQUERDO; BORSATTO, 2023; SABOURIN et al., 2020). O governo de Bolsonaro utilizou o desmantelamento desses espaços como uma estratégia política para fortalecer sua relação com seu núcleo ideológico e eleitorado. Embora o Condraf tenha sido reativado posteriormente por decreto, sua atuação foi limitada devido à falta de convocação de reuniões pelo governo federal.

No governo de Bolsonaro as políticas públicas e instituições voltadas para a agricultura familiar foram transferidas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e a PNATER passou a abraçar novos discursos, como a "Intensificação Sustentável" (THOMSON; BORSATTO; BERGAMASCO, 2021). Os gestores buscaram continuar a difusão tecnológica da PNATER, mas empregando termos e abordagens diferentes, como Ater 4.0, Ateg e Sistema S. Essas ações promovidas pelo MAPA seguem um caminho difusionista, desconsiderando as diretrizes originais da PNATER (DIESEL et al., 2021; THOMSON; BORSATTO; BERGAMASCO, 2021).

Em suma, durante o governo de Dilma Rousseff, a PNATER passou por transformações com a criação da ANATER, que trouxe mudanças no paradigma norteador da política, voltando-se para a difusão tecnológica. No entanto, houve um diálogo com a sociedade civil e movimentos sociais. Já nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, a PNATER sofreu cortes orçamentários, afastamento dos espaços sociais e mudanças na estrutura de gestão, com um enfoque ainda maior na difusão tecnológica e no alinhamento com os interesses do agronegócio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta original da PNATER em 2004 buscava romper com o paradigma difusionista produtivista que havia sido predominante na história da Ater no país. No entanto, a política acabou adotando novamente esse paradigma, especialmente nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Além disso, houve um esvaziamento orçamentário significativo da PNATER durante esses governos.

Desde a criação da ANATER, as diretrizes da PNATER têm passado por reorientações, afastando-se da agroecologia e da agricultura familiar. Contudo, durante a gestão de Jair Bolsonaro, esse processo se intensificou, principalmente porque o MAPA passou a coordenar as ações da política. Essa mudança levou a um distanciamento ainda maior dos princípios originais da PNATER. Espera-se que no atual governo de Luís Inácio Lula da Silva haja uma reaproximação da PNATER com seus objetivos e diretrizes originais.

Para análises futuras, é importante examinar a atuação da ANATER na disposição de recursos para as Chamadas Públicas, identificando quais os projetos, as entidades prestadoras e o número de agricultores que forma beneficiados durante os diferentes governos brasileiros.

Chamadas Públicas da PNATER, identificando os valores, número de propostas e o número de beneficiários participantes durante os diferentes governos brasileiros.

## REFERÊNCIAS


BERGAMASCO, S. M. P. P.; THOMSON, C. R.; BORSATTO, R. S. Da extinção da Embrater à criação da Anater: os desafios da Política de Assistência Técnica e Extensão rural brasileira. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Eds.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasilia: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 314–342.

BOSCHI, R. R.; PINHO, C. E. S. Crisis and austerity: the recent trajectory of capitalist development in Brazil. **Contemporary Politics**, v. 25, n. 3, p. 292–312, 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013. Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências.** BrasilDiário Oficial [da] República Federativa do Brasil, , 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12897.htm>

CAPORAL, F. R. Política Nacional de Ater : primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: Bagaço, 2006a. p. 09–34.

CAPORAL, F. R. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: RAMOS, L.; TAVARES, J.; (ORGS.) (Eds.). **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: Bagaço, 2006b. p. 9–34.

CAPORAL, F. R. Lei de Ater: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 6, n. 2, p. 23–33, 2011.

DIESEL, V. et al. Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento? **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 38, 2021.

DIESEL, V.; MINÁ DIAS, M. The Brazilian experience with agroecological extension: a critical

analysis of reform in a pluralistic extension system. **Journal of Agricultural Education and Extension**, v. 22, n. 5, p. 415–433, 2016.

DIESEL, V.; MINÁ DIAS, M.; NEUMANN, P. S. Pnater (2004-2014): da concepção à materialização. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**, p. 107–128, 2015.

DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. Reestruturação, Reorientação e Renovação do serviço extensionista No Brasil: A (Difícil) Implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). **Extensão Rural**, v. 25, n. 2, p. 7–30, 2018.

MACEDO, A. DE C.; SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BORSATTO, R. S. Neoliberal agenda and the dismantling of socially-efficient public food procurement programs: An emblematic case. **Global Food Security**, v. 37, n. July 2022, p. 100683, 2023.

MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasilia: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004.

MINÁ, M. D. Políticas Públicas de Extensão Rural e Inovações Conceituais: Limites e Potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 101–114, 2008.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Orçamentos Anuais - Atos Normativos**. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais>. Acesso em: 14 out. 2022.

NIEDERLE, P. et al. Rupturas na transição agroecológica : mudança institucional e desmantelamento das políticas públicas no Brasil *. **Red Políticas Públicas y Desarrollo Rural en América Latina**, n. July, p. 1–27, 2021.

PEIXOTO, M. Mudanças e desafios da extensão rural no Brasil e no mundo. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Eds.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: EMBRAPA, 2014. p. 891–924.

PETTAN, K. B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): Percepções e tendências**. [s.l.] Universidade Estadual de Campinas, 2010.

SABOURIN, E. et al. Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil. **Cahiers Agricultures**, v. 29, n. 31, p. 1–8, 2020.

THOMSON, C. R. **(Im) Possibilidades da Extensão Rural para a Agricultura Familiar: Uma análise dos ciclos de ATER no Brasil**. [s.l.] Univesidade Estadual de Campinas, 2023.

THOMSON, C. R.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATTO, R. S. O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos a

sua consolidação na conjuntura política de 2017. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 1, p. 70, 2017.

THOMSON, C. R.; BORSATTO, R. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Precarização do trabalho na extensão terceirizada: uma análise das chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no estado de São Paulo - Brasil. **Extensão Rural**, v. 28, n. 1, p. e3, 2021.

VASCONCELOS, F. DE A. G. et al. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Revista de Nutrição**, v. 32, n. February, 2019.

ZARNOTT, A. et al. Avanços e retrocessos na política de extensão rural brasileira: análise crítica sobre a ANATER. **Revista de la Facultad de Agronomía, la Plata**, v. 116, n. 3, p. 107–119, 2017.

# A PESQUISA-AÇÃO E A ABORDAGEM DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO[1]

Isabela Tsutiya Andrade[2]
Paola Beatriz May Rebollar[3]
Ademir Antonio Cazella[4]

**GT 2:** Mediadores em conflitos sociojurídicos no campo: assessorias, extensão rural e pesquisa-ação

**RESUMO**

O desenvolvimento territorial sustentável (DTS) vem sendo estudado há decadas e seus primeiros estudos e concepções surgiram em países da Europa nos anos 1970. A cesta de bens e serviços territoriais (CBST) se apresenta como uma das abordagens teórico-metodológica estudadas e foi pensada por teóricos franceses nos anos 1990. A adaptação dessa abordagem para o contexto brasileiro apresentou seus primeiros estudos no começo dos anos 2000, mas por conta das diferenças entre as realidades, pesquisadores e agentes do desenvolvimento se depararam com novos desafios a serem enfrentados ao pensar o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil. O presente artigo, a partir de revisão de literatura, pesquisa exploratória e diálogo com pesquisadores da CBST, busca apresentar a pesquisa-ação como alternativa metodológica para fomentar os processos de desenvolvimento territorial sustentável no contexto brasileiro, bem como algumas experiências já em curso, considerando o enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial sustentável; Cesta de bens e serviços territoriais; Capacitação de atores territoriais.

[1] A elaboração deste trabalho tem por base as contribuições dos seguintes projetos de pesquisa: 1) Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santas Catarina (Fapesc), Chamada Pública Fapesc nº 12/2020, Programa de Pesquisa Universal; 2) Inovação e transição sustentável: Cesta de bens e serviços em territórios amazônicos, apoio financeiro da Fapesc e Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa), Edital de chamada pública Confap nº 003/2022, Programa de apoio a projetos de pesquisa Iniciativa Amazônia +10; 3) Desenvolvimento territorial sustentável: a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, Edital de bolsa de produtividade em pesquisa CNPq – PQ 2022.
2 Universidade Federal de Santa Catarina, isa.t.andrade@gmail.com
3 Universidade Federal de Santa Catarina, paola.rebollar@ufsc.br
4 Universidade Federal de Santa Catarina, aacazella@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento territorial sustentável (DTS) apresenta uma trajetória de quatro décadas de formulações teóricas e testes empíricos. Foi a partir do final dos anos 1970, com ascensão do neoliberalismo, descenso do keynesianismo e descentralização do Estado, que, na Europa, as regiões começaram a ganhar importância nos processos de planejamento do território, o que resultou no fomento do debate acerca do desenvolvimento local (termo utilizado na época). Somado a isso, o contexto do pós guerra no início dos anos 1980, com o início do movimento de retorno populacional para o meio rural fez com que o desenvolvimento local ganhasse muita evidência, fazendo mais sentido para atores rurais do que atores urbanos.

Na última década do século XX emergiu a ideia de DTS que mantinha a lógica local, porém sem perder conexões com o nacional e global. O território enquanto unidade de planejamento adquiriu nesta perspectiva contornos diferenciados das unidades administrativas (territórios-dados) e, apesar de enfatizar a localização geográfica como suporte das atividades econômicas, incorporou os processos históricos e sociais locais e suas especificidades organizacionais, institucionais e mercadológicas como potenciais para o desenvolvimento (PECQUEUR, 2006). Segundo essa abordagem, o território constitui-se de dinâmicas múltiplas e sobrepostas que implicam no reconhecimento da mútua dependência entre as diferentes unidades de paisagem existentes, bem como entre as áreas rurais e urbanas (JEAN, 2010).

A lógica territorial visa superar uma abordagem estritamente setorial (agrícola) do desenvolvimento, o que implica no (re)conhecimento dos diversos atores sociais, grupos de interesse e organizações que constituem o território, enfatizando a relação sociedade-economia-ecologia (ABRAMOVAY, 2010). Esta proposta supera a lógica comunitária porque não implica em pequena escala e supera, também, a esfera regional, pois pressupõe uma construção histórica e social e não unicamente um conjunto de recursos em determinado espaço geográfico.

Dentre diferentes formulações de desenvolvimento territorial sustentável, o enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) foi formulado a partir de estudos empírico na região de Baronnies, sul da França. Pensado originalmente por Pecqueur (2001) e Mollard (2001), a CBST é fundamentada na especificação de recursos territoriais, nos preceitos da sustentabilidade e na construção de um sistema de governança. Trata-se da articulação entre ações mercantis e não mercantis entre atores do território, construída de forma cooperada, com objetivo de encontrar soluções para problemas comuns a partir da valorização de recursos específicos do território. Ela pressupõe um referencial geográfico, uma inscrição no espaço que privilegie as atividades, os bens e o serviços desse território, considerando a lógica intrínseca dos atuais objetivos de desenvolvimento sustentável. A especificidade dos recursos

(bens e serviços) é o que torna o território diferenciado. A abordagem da cesta possibilita, dessa forma, que aquele recurso menos evidente para os atores territoriais se sobressaia, assim como o território possa se destacar entre outros por conta de processos de especificação inusitados.

A partir dos anos 2010, a abordagem da CBST passou a ser adotada por pesquisadores do DTS para o contexto brasileiro (CAPELLESSO et al., 2022; CAZELLA et al., 2019, 2020; MEDEIROS; SABLAYROLLES; CAZELLA, 2021; MILANO; CAZELLA, 2022; TECCHIO et al., 2020). Entretanto, a realidade do Brasil difere em diversos aspectos da realidade socioeconômica de origem da CBST. No Brasil, 90% dos municípios apresentam características rurais muito marcantes (IBGE, 2010), com profundas desigualdades sociais, insegurança alimentar e fome de parcela da população (FAO, 2022), famílias agricultoras excluídas do sistema alimentar hegemônico e coabitação de projetos do agronegócio e de valorização da sustentabilidade e de bens e produtos de qualidade.

Diante dessas diferenças, autores que estudam o DTS no Brasil a partir do enfoque da CBST elencaram aspectos e desafios que devem ser superados para que a abordagem possa, de fato, contribuir com os processos de desenvolvimento territorial sustentável nos países do Sul. No entanto, faltam pesquisas e testes empíricos sobre quais metodologias podem ser utilizadas para que esses obstáculos sejam superados (CAZELLA et al., 2020; MILANO; CAZELLA, 2022).

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar a pesquisa-ação como alternativa metodológica para fomentar os processos de desenvolvimento territorial sustentável no contexto brasileiro, considerando o enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. O procedimento metodológico principal consistiu na revisão de literatura complementado com pesquisa exploratória em um território rural de Santa Catarina e diálogo com integrantes do grupo interinstitucional de pesquisa sobre o enfoque da CBST. Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho está dividido em três partes, sendo a primeira sobre o desenvolvimento territorial sustentável, a segunda apresenta o enfoque da CBST e a terceira discute a intersecção entre a pesquisa-ação e a CBST adaptada para o contexto brasileiro.

## DESENVOLVIMENTO

### DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Para abordar o tema do desenvolvimento territorial sustentável é preciso antes apresentar as definições de desenvolvimento, de território e de sustentabilidade utilizadas neste

artigo. Como desenvolvimento, entendemos um combinado de processos de avanços sociais, econômicos culturais e ambientais, que visam a expansão da liberdade humana e da capacidade de realização, bem como a melhora na qualidade de vida da população (PECQUEUR, 2006; SEN, 1993).

Já o conceito de território utilizado aqui é o de território construído. Isto é, um espaço composto de indivíduos, que, a partir da construção social, buscam soluções para os problemas em comum. Composto da presença e participação de atores, da luta pelos direitos e de acesso a recursos territoriais específicos, que podem ser explorados e valorizados de forma cooperada (CAZELLA et al., 2020; GLON; PECQUEUR, 2006; HIRCZAK; JANIN; LAPOSTOLLE, 2022; KATO; DELGADO; ROMANO, 2022; PECQUEUR, 2006). O processo de valorização desses recursos específicos pressupõe a construção política de coalizões sociais de forma a integrar atores de distintas categorias socioprofissionais (FAVARETO et al., 2015) e, também, de escalas territoriais diversas, não se limitando ao espaço geográfico do território-dado definido por entes administrativos ou de gestão de políticas públicas.

Em relação à sustentabilidade, o desenvolvimento territorial sustentável (DTS) abordado neste texto se baseia nos fundamentos do ecodesenvolvimento, discutido por Sachs (1986), que visa a harmonia entre o desenvolvimento e o meio ambiente (GODARD, 1998). Os fundamentos abrangem a dimensão do uso de recursos naturais e valorização de resíduos, no formato de economia circular, a dimensão territorial, relacionada ao espaço onde ocorrem os processos de adpatação ao meio e adaptação das tecnologias, e a dimensão do *hábitat*, relativa aos espaços físicos, de infraestrutura, utilizados pelas comunidades. Neste sentido, o DTS foca em ações que, diante da complexidade, focam em resultados a longo prazo (VEIGA, 2003).

É importante destacar, que após anos de construção e uso do conceito de sustentabilidade, percebeu-se o desafio de se definir e mensurar a sustentabilidade, devido à sua polissemia e sua abrangência (NASCIMENTO, 2012; TEODORO, 2011; VEIGA, 2010a). Diante disso, Veiga discute a sustentabilidade como um novo valor societário, "cujo sentido essencial é de responsabilidade pelas oportunidades e limites que condicionarão as vidas das próximas gerações da espécie humana" (VEIGA, 2010b, p. 39-40), e que deve ser levado em consideração quando trabalhando com DTS.

Atualmente, a abordagem do desenvolvimento territorial sustentável é tida como a principal forma de análise para o desenvolvimento rural na América Latina, pois é uma abordagem que contempla a pobreza e suas dimensões, fortalece a agricultura familiar, reconhece a pluriatividade do meio rural, fomenta a relação campo-cidade e incorpora e valoriza as especificidades de cada território, o que pressupõem incorporar os preceitos da sustentabilidade. Neste sentido, o desenvolvimento territorial sustentável tem o território como unidade onde o protagonismo de atores sociais é potencializado com o objetivo de buscar um

ambiente mais sustentável.

Para entender os pilares do desenvolvimento territorial sustentável, os autores Kato, Delgado e Romano (2022) elencaram três dimensões, sendo elas: o sistema de governança territorial, a articulação das políticas públicas e a territorialização do mercado. A primeira salienta a importância da mobilização de redes dentro e fora do território para o fortalecimento do sistema de governança territorial, somado à ações públicas que fomentam a participação social.

A segunda dimensão ressalta a necessidade de monitoramento das ações e geração de dados e informações a respeito das políticas públicas e a relevância de aproximar o território das políticas públicas existentes. Já a terceira dimensão coloca os mercados como papel central no fortalecimento das economias rurais, bem como, discute o potencial de diversificação da economia do território e a criação de signos, selos, marcas e certificados que caracterizem os produtos de qualidade.

## CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS

Dentre os estudos sobre o desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais que aborda as três dimensões citadas acima está o referencial teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. O estudo pioneiro acerca da CBST foi realizado por teóricos franceses na região de Baronnies, no sul da França, nos anos 1990, e é o que melhor articula esse estilo de desenvolvimento à valorização de recursos e ativos territoriais específicos. (CAZELLA et al., 2020). A CBST surge a partir de estudos dos teóricos Pecqueur (2001) e Mollard (2001) sobre iniciativas de atores territoriais que buscam levantar fatores a serem explorados e organizados em uma área determinada, juntamente com sua cultura e história, de forma contrária ao sistema hegemônico de desenvolvimento (CAZELLA et al., 2020; HIRCZAK et al., 2008). A cesta é uma combinação original, que oferta simultaneamente produtos e serviços de qualidade e é constituída de três elementos principais, segundo Hirczak, Pecqueur e Mollard (2004):

1. Uma oferta específica de bens e serviços privados em um território, isto é, bens com origem territorial comum e uma imagem coerente, com modos de produção de qualidade específicos do território. Os serviços também são de alta qualidade e facilitam o acesso à cesta, como o turismo e a gastronomia do território, etc.
2. Relações de proximidade e confiança e demanda por produtos e serviços por sua qualidade, notoriedade e conhecimento do território e de suas tradições;
3. Bens públicos que valorizam a cesta, como o meio ambiente (paisagens, biodiversidade), os patrimônios e a cultura locais e a história e as tradições do território.

A CBST não se limita, portanto, a apenas ofertar produtos e serviços de qualidade, mas por todo um processo de identificação e articulação de recursos vinculados a uma história, cultura e paisagem local. Tal processo acontece ao longo do tempo e pode ser caracterizado como o efeito cesta, ou seja, constata-se a existência de arranjos desses bens e serviços nos territórios, que, a partir d sua contínua organização, os componentes de uma CBST vão se constituindo (CAZELLA et al., 2020).

O efeito cesta permite o aumento da percepção da qualidade de outros produtos locais, que muitas vezes não são valorizados, mas podem gerar uma Renda de Qualidade Territorial e possibilitar a ampliação do seu reconhecimento (HIRCZAK et al., 2008). Quanto a isso, o aprofundamento dessa valorização e do reconhecimento de produtos e serviços de qualidade do território passa pela organização e fortalecimento do sistema de governança territorial (TURNES et al., 2022).

Considerado, também, como um dos pontos chave do enfoque da CBST, o sistema de governança é resultado de um processo de ação e cooperação entre diferentes atores (públicos, privados e associativos). É no decorrer do tempo, através de vínculos e arranjos de atores territoriais, de diferentes esferas e escalas do território, que o sistema de governança vai se moldando e conduzindo o processo de desenvolvimento territorial sustentável (LELOUP; MOYART; PECQUEUR, 2005).

O sistema de governança se encontra em transformação contínua. É nessa esfera que são discutidas as movimentações sociais e políticas que acontecem no território, com seus consensos e tensões entre os atores. Além disso, é nesse coletivo, com a participação de pesquisadores e especialistas, que são pensadas as formas de análise, monitoramento e avaliação dos processos de desenvolvimento territorial sustentável, bem como as novas institucionalidades que podem ser mobilizadas para adensar a dinâmica em curso (CAZELLA et al., 2020).

## A ADAPTAÇÃO DA CBST NO BRASIL

O enfoque da CBST foi formulado originalmente no meio rural do Sul da França nos anos 1990. A partir dos anos 2010, pesquisadores iniciaram estudos que utilizam este modelo de análise de processos de desenvolvimento territorial sustentável em territórios rurais brasileiros. Entretanto, quando se adota essa abordagem para territórios no Brasil é preciso levar em consideração algumas diferenças no contexto social e político que impactam diretamente os processos de desenvolvimento dos territórios.

No Brasil, 90% dos municípios têm características rurais muito marcantes e contam com cerca de 30% da população brasileira (IBGE, 2010). Nesses espaços muitas famílias encontram-

se excluídas do sistema alimentar hegemônico e em situação de vulnerabilidade social (TRIVELLATO et al., 2019). Somado a isso, o país apresenta uma expressiva desigualdade social, com persistência da fome e da má nutrição (FAO, 2022).

Neste cenário, o desenvolvimento territorial sustentável nos municípios brasileiros se faz importante para pensar alternativas e oportunidades, também, para esta parcela da sociedade. Entretanto, quando adaptada para o contexto brasileiro, a abordagem da CBST apresenta desafios que devem ser superados. Para Cazella et al. (2020), cinco aspectos merecem ser considerados. O primeiro se refere ao "desafio de construir mecanismos que possibilitem a participação de atores sociais que não integram as principais redes sociotécnicas das cadeias produtivas, sejam elas alicerçadas em circuitos longos ou curtos de comercialização, existentes nos territórios rurais" (CAZELLA et al., 2020, p. 9). O segundo aspecto está relacionado aos preços dos produtos de qualidade superior, a depender do seu modo de produção, da seleção dos insumos, se possui algum selo de qualidade. Ao apresentar preços mais elevados, o acesso a esses produtos fica restrito aos consumidores que têm o poder aquisitivo para tal. Na realidade do contexto brasileiro, o acesso a esses produtos se limitaria à minoria da população de um território, excluindo, portanto, a maior parte da população que, muitas vezes, trabalha com esses produtos e serviços de qualidade.

A implantação da CBST leva em consideração o cenário ambiental do território, marcado pelas paisagens e biodiversidade, e é relacionado a este tema que o autor apresenta o terceiro aspecto. Em grande parte dos territórios rurais brasileiros há a coabitação de projetos ligados ao agronegócio e aqueles ligados à valorização de produtos e serviços de qualidade. Isto é, para a preservação do cenário ambiental são necessários projetos de conservação, pesquisa e conscientização da população local sobre os quesitos ambientais, que dependendo do jogo de forças presentes no território são de difícil implementação.

O quarto aspecto se refere ao sistema de governança territorial, responsável pela operacionalidade do efeito cesta no território. Com a intensa desigualdade social e as assimetrias de poder existentes nos territórios brasileiros, uma boa relação entre atores sociais, privados e públicos se apresenta como desafio (CAZELLA et al., 2020; LACOMBE; CASABIANCA, 2018). Por fim, o quinto aspecto está relacionado à formação de atores sociais, prestadores de serviços, produtores e agentes públicos de desenvolvimento. Os autores enfatizam a falta de estudos e experiências sobre este tema, bem como o potencial dos processos de formação possibilitarem a construção de sistemas de governança e fomentarem processos de desenvolvimento sustentável dos territórios.

Considerando o contexto brasileiro e os aspectos desafiadores apresentados por Cazella et al. (2020), faz-se necessário a atuação de atores-chave que possibilitem o diálogo entre comunidade e pesquisa, buscando solucionar problemas de forma colaborativa. Neste

sentido, as instituições de ensino que atuam com pesquisa, ensino e extensão se apresentam como um ator importante nos processos de desenvolvimento territorial sustentável, utilizando-se de metodologias participativas que fomentem os processos de governança, formação, conscientização e participação de atores.

## A PESQUISA-AÇÃO ALIADA À CBST NO BRASIL

A construção coletiva de uma cesta de bens e serviços num dado território implica em diversas ações complexas, como inventários de recursos, definição de estratégias de valorização, mobilização social e institucional e a apropriação de competências empreendedoras e interpessoais. Por conseguinte, esta construção implica no uso de diferentes metodologias de pesquisa, de capacitação e de articulação social. A partir da experiência francesa foi estabelecido um conjunto de ferramentas e estratégias capazes de mobilizar atores e recursos para a constituição de uma cesta sistematizadas em um guia metodológico (JANIN; PERRON, 2020). No entanto, é relevante destacar que um guia metodológico construído a partir e para a realidade francesa, apesar da evidente contribuição, dificilmente pode ser aplicado para os territórios brasileiros sem passar por adaptações. Diferenças históricas, culturais, educacionais, paisagísticas, produtivas, dentre outras, demandam a adaptação das ferramentas e métodos indicados no guia para que sejam eficientes na realidade brasileira.

É possível pensar na pesquisa-ação como uma metodologia interessante para o estabelecimento de uma CBST. Uma das definições possíveis de pesquisa-ação é apresentada por Thiollent (1998, p. 14) como sendo "um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo."

Por sua característica de pesquisa participativa, com processos dialógicos de coleta de dados, tendo os atores sociais como primordiais nas ações e com caráter transformador do território onde está sendo realizada a pesquisa, alguns autores acreditam que exista uma correlação entre pesquisa-ação e os processos de desenvolvimento territorial sustentável (KARSLEN; LARREA, 2015; LARREA, 2018). A pesquisa-ação, portanto, serve como instrumento de diálogo e uma forma de construção de novas práticas. Esta metodologia pressupõe a universidade como espaço social, mas a construção de conhecimentos é em prol da sociedade. Como prática pedagógica, a pesquisa-ação busca construir o conhecimento em rede, em processos contínuos, integrando o conhecimento e a criatividade da cultura popular com o conhecimento científico de forma a possibilitar as trocas com caráter transformador do território (THIOLLENT; COLETTE, 2020).

O foco principal da pesquisa-ação é a ação, com o objetivo de propiciar maior capacidade e qualidade de intervenção dos atores, que devem estar no centro da investigação. Para isso, é preciso definir a priori o relacionamento que se estabelecerá entre a pesquisa e os atores envolvidos, sejam eles atores sociais ou pesquisadores (THIOLLENT; OLIVEIRA, 2016). Do ponto de vista dos pesquisadores, a pesquisa-ação promove uma ecologia dos saberes a partir das interações entre conhecimento científico e saberes populares e possibilita o diálogo entre esses diferentes saberes. Nessa perspectiva, o conhecimento se origina na comunidade externa e é levado para dentro da universidade, através de ferramentas como questionários, entrevistas, grupos focais, etc., somada a outras técnicas visuais e digitais, como comunicação e expressão gráfica (THIOLLENT; OLIVEIRA, 2016).

No caso da adaptação da CBST ao contexto brasileiro e para processos de desenvolvimento territorial sustentável, a pesquisa-ação se apresenta como alternativa metodológica que pode estreitar as relações entre território e instituições de pesquisa, ensino e extensão de forma a fomentar e ampliar a participação de atores nas dinâmicas de valorização de recursos específicos do território. Através da pesquisa-ação, os atores vivenciam um processo de aprendizagem conjunta com objetivo de encontrar soluções para os problemas comuns identificados, bem como adquirir capacidade coletiva de decisão, de monitoramento e de avaliação quanto à valorização e ativação de recursos territoriais, segundo seus modos de produção e valorização (THIOLLENT, 1998, p. 87).

A partir das experiências desenvolvidas em territórios de Santa Catarina, está sendo construída uma adaptação metodológica para a adoção do enfoque da cesta. Estratégias de inventário baseadas no percorrimento do território em companhia de atores locais e através de oficinas empregando imagens têm se mostrado capazes de estabelecer coletivamente resultados de pesquisa iniciais, direcionando os esforços na definição de uma identidade territorial. No que se refere à apropriação de habilidades empreendedoras, o uso das expertises já desenvolvidas no espaço universitário a partir da oferta de cursos de extensão de curta e média duração também apresentam potencial relevante.

Outra experiência relacionada à CBST no Brasil e que se fundamenta nos princípios da pesquisa-ação é a construção de um painel de indicadores para o monitoramento da implantação da CBST nos territórios, e a sua aplicação. O objetivo é que o painel de indicadores sirva como ferramenta metodológica de capacitação de atores territoriais e formação de agentes de desenvolvimento, fortalecendo o sistema de governança territorial e fomentando processos de pertencimento dos atores ao território (TURNES et al., 2022). Diante disso, estratégias de construção de projetos e planos coletivos em oficinas, empregando ferramentas relacionadas às áreas de inovação e empreendedorismo podem auxiliar no nivelamento de expectativas e entendimentos que se pretendem emancipatórios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de estratégias coletivas em territórios fragilizados, seja do ponto de vista social ou econômico, parece ser capaz de promover as capacidades de indivíduos e coletividades. A CBST se coloca como uma inovação social que permite estimular o movimento nessa direção.

Pensar em estratégias de valorização de recursos de um território, sejam esses bens e serviços mercantis ou não, bem como em uma oferta heterogênea e articulada capaz de promover dinamização econômica e valorização paisagística e cultural pressupõe uma metamorfose da percepção de moradores, visitantes e de agentes de desenvolvimento territorial. Trata-se de adotar uma engenharia territorial de concepção de projetos que fomentem a mudança e a inovação social.

Neste contexto, a pesquisa-ação enquanto metodologia que compreende tanto a oferta de processos educativos emancipatórios quanto a pesquisa científica pode ser utilizada para a construção coletiva de uma CBST em territórios rurais vulneráveis. Através da pesquisa-ação é possível definir recursos, capacitar indivíduos e atores e promover o diálogo, que pode levar a um sistema de governança territorial fortalecido. Por se tratar de um tipo de pesquisa empregada em processos de inovação coletiva, deve ser pensada como um método flexível e passível de mudança. Para tanto, o desafio consiste em adaptar ferramentas e métodos para as diferentes realidades socioeconômicas e culturais brasileiras, bem como dispor de recursos humanos e financeiros para mobilizar distintos atores do território e do universo da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, Paulo F. et al. (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil.** Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010. p. 27-77.

CAPELLESSO, A. J. et al. identificação e ativação de recursos pelos atores: as sementes de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais em Anchieta (SC). **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 205–223, 26 ago. 2022.

CAZELLA, A. A. et al. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes**, v. 24, n. 3, p. 49–74, 3 set. 2019.

CAZELLA, A. A. et al. O enfoque da "Cesta de bens e serviços territoriais": seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 193–206, 2020.

FAVARETO, A. et al. Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. **Revista em Gestão, Inovação**

**e Sustentabilidade**, n. 1, 19 dez. 2015.

Food and Agricultures Organization of the United Nations (FAO). **FAO Hunger Map.** 2022. Disponível em: < https://www.fao.org/fileadmin/templates/SOFI/2022/docs/map-pou-print.pdf>. Acesso em 18 de junho de 2023.

GLON, E.; PECQUEUR, B. Développement et territoires : une question d'environnement et de ressources territoriales? **Territoire en mouvement Revue de géographie et aménagement**, n. 1, p. 13–22, 2006.

GODARD, O. L'écodéveloppement revisité. 1998.

HIRCZAK, M. et al. Le modèle du panier de biens: Grille d'analyse et observations de terrain. **Économie rurale**, n. 308, p. 55–70, 30 dez. 2008.

HIRCZAK, M.; JANIN, C.; LAPOSTOLLE, D. Cesta de Bens e Serviços Territoriais face à transição: o papel da inteligência coletiva na construção da qualidade territorial. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 22–40, 26 ago. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2010.

JANIN, C.; PERRON, L. **Valorizar os recursos territoriais**: chaves para a ação - guia metodológico. Florianópolis, SC: Epagri, 2020. 147 p. (Epagri, Documentos, 304). Tradução de: Domitila Madureira

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável. In: VIEIRA, Paulo F. et al. (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil.** Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010. p 49-76.
KARSLEN, J.; LARREA, M. **Desarrollo territorial e investigación acción. Innovación a través del dialogo**. [s.l.] Universidad de Deusto, 2015.

KATO, K. Y. M.; DELGADO, N. G.; ROMANO, J. O. Territorial Approach and Rural Development Challenges: Governance, State and Territorial Markets. **Sustainability**, v. 14, n. 12, p. 7105, 9 jun. 2022.

LACOMBE, N.; CASABIANCA, F. By-products from raising small ruminants: an analysis based on the "baskets of goods" theory – A comparative study of Corsica, Sardinia and Morocco. 2018.

LARREA, M. Paulo Freire en la investigación-acción para el desarrollo territorial. **Reflexão e Ação**, v. 26, n. 1, p. 179–196, 27 abr. 2018.

LELOUP, F.; MOYART, L.; PECQUEUR, B. La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale ? **Géographie, économie, société**, v. 7, n. 4, p. 321–331, 19 dez. 2005.

MEDEIROS, M.; SABLAYROLLES, P. J. L.; CAZELLA, A. A. A configuração de Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia inovadora de desenvolvimento amazônico. **Redes**, v. 26, 23 dez. 2021.

MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. Da governança da indicação geográfica à governança da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da teoria dos comuns. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 74–92, 26 ago. 2022.

MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. **Économie rurale**, v. 263, n. 1, p. 16–34, 2001.

NASCIMENTO, E. P. D. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51–64, 2012.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie rurale**, v. 261, n. 1, p. 37–49, 2001.

PECQUEUR, B. Le tournant territorial de l'économie globale: **Espaces et sociétés**, v. n° 124-125, n. 1, p. 17–32, 1 jun. 2006.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. [s.l.] Vértice, 1986.

SEN. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 28–29, p. 313–334, 1993.

TECCHIO, A. et al. Desenvolvimento territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. 2020.

TEODORO, P. H. M. O paradigma do desenvolvimento e a polissemia da sustentabilidade. 2011.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 8. ed. [s.l.] Cortez, 1998.

THIOLLENT, M. J. M.; COLETTE, M. M. PESQUISA-AÇÃO, UNIVERSIDADE E SOCIEDADE. **Revista Mbote**, v. 1, n. 1, p. 042–066, 30 jun. 2020.

THIOLLENT, M.; OLIVEIRA, L. Participação, cooperação, colaboração na relação dos dispositivos de investigação com a esfera da ação sob a perspectiva da pesquisa---ação. **Atas - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, v. 3, 2016.

TRIVELLATO, P. T. et al. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, p. 865–874, mar. 2019.

TURNES, V. et al. Monitoramento de uma Cesta De Bens e Serviços Territoriais: a construção de um painel de indicadores. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 224–240, 26 ago. 2022.

VEIGA, J. E. D. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro medológico participativo. **Eisforia**, v. 1, n. 1, 2003.

VEIGA, J. E. D. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 39–52, 2010a.

VEIGA, J. E. D. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: SENAC, 2010b.

# INTER-RELAÇÃO DO SERVIÇO DE ATER COMO BEM PÚBLICO PARA O FORTALECIMENTO E A PERPETUAÇÃO

Kleber Destefani Ferretti[1]
Luis Carlos Zucatto[2]

**GT 2:** MEDIADORES EM CONFLITOS SOCIOJURÍDICOS NO CAMPO: ASSESSORIAS, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA-AÇÃO.

## RESUMO

O serviço de ATER tem uma longa trajetória até sua regulamentação, por isso, se objetivou uma reflexão por intermédio de uma evidenciação das possibilidades de legitimá-lo como bem público no Brasil. A abordagem metodológica seguiu uma pesquisa exploratória devido o contexto de evidenciação deste estudo, amparado pelo método dialético para auxiliar nos diálogos em cada tópico. A discussão caminhou pelo regramento federal sobre ATER devido as mesmas convergirem no raciocínio, mas as transformações vêm ocorrendo na Administração Pública e esta política sofre com restrições de recursos, já que os gestores públicos continuam a excluir a educação não forma da caracterização de bem público, que decorre da interpretação ou compreensões políticas sobre os serviços de ATER devido a trajetória desde sua implementação. Conclui-se por intermédio das evidências levantadas, que há plausibilidade na incorporação do serviço de ATER como bem público, mas ainda necessita de estudos aprofundados desse vislumbre.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Extensão Rural; Política Pública; Socioeconómico; Transcendência.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa caminhou por várias áreas para fortalecer o aporte reflexivo ao proposto. Assim, se inicia com a compreensão do próprio Governo Federal sobre o

[1] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM, Santa Maria/RS. E-mail: kleber.destefani@acad.ufsm.com.
[2] Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da UFSM, Santa Maria/RS. E-mail: luis.zucatto@ufsm.br.

serviço de ATER, conforme consta no *site* do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (MDA, 2023), de que é uma “política que atua no cotidiano dos agricultores construindo com eles soluções tecnológicas e organizativas para o seu trabalho”, já no inciso I, art. 2º da Lei n. 12.188 de 2010 descreve que é um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, [...]” (BRASIL, 2010). E para a implementação da ATER fica a cabo da pessoa jurídica que teve seu credenciamento autorizado, conforme citada lei no art. 6º que “fica instituído, como principal instrumento de implementação da Pnater, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER", juntamente com art. 12 que “os Estados cujos Conselhos referidos no art. 10 desta Lei firmarem Termo de Adesão ao Pronater poderão dele participar, mediante: [...] IV - a execução de serviços de Ater por suas empresas públicas ou órgãos, devidamente credenciados e selecionados em chamada pública” (BRASIL, 2010).

Com isso, se observa que fica a cargo da Administração Pública a gestão do credenciamento das “entidades executoras”, ou seja, o MDA formula e supervisiona a realização da Política Nacional de ATER e o PRONATER será o instrumento de implementação dessa política, atuando este em parceria com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentáveis e da Agricultura Familiar (nomenclatura pode variar, assim como das empesas que executam a ATER) de cada estado para o credenciamento (BRASIL, 2010). Sendo que tais entidades credenciáveis nos estados também poderão ser privadas. Nesta perspectiva, observa-se que, historicamente, no Brasil, a difusão tecnológica e de saberes, foi sendo promovida por “instituições diversas, públicas e privadas, voltadas exclusivamente para a prestação de ATER, ou com finalidades múltiplas, a exemplo de empresas públicas de extensão rural, empresas integradoras, empresas agropecuárias privadas de consultoria, cooperativas, entre outras” (PEREIRA; CASTRO, p. 347).

Assim, em vista de uma formulação de um olhar estruturante e abrangente para abarcar possibilidades que auxiliem no “desenvolvimento de soluções que transcendam à prescrição quase estéril de deveres ou a simples enunciação ingênua de virtudes, tampouco se reduza o juízo da ação a um cálculo instrumental estreito, [...]”(BERGUE, 2022, p. 06), que tangem sobre decisões com problemáticas complexas que estão habituados às abordagens da administração pública em

detrimento de uma sociedade contemporânea (BERGUE, 2022). Essa lógica se entrelaça aos dizeres de Kaul, Grunberg e Stern (2012, p. 25) de que, “adentramos numa nova era na criação de políticas públicas; uma era marcada por um número crescente de interesses que atravessam as fronteiras nacionais”, no sentido de buscar uma transformação nas políticas públicas e que sejam aplicáveis de forma ampla tanto num contexto social como em áreas distintas.

Também, reverbera em certos princípios previstos na Constitucional Federal do Brasil de 1988 (CF/88) referente ao “bem-estar” e à “justiça social” descritos no art. 193 (BRASIL, 1988), pois, para o “bem-estar as pessoas precisam de ambos os bens: privados e públicos. [...]. Todavia, sabe-se que uma atividade econômica domesticamente eficaz e o bem-estar das pessoas requerem bens públicos apropriados” (KAUL; GRUNBERG; STERN, 2012, p. 41), os quais consigam acompanhar o crescente desenvolvimento econômico e as necessidades sociais que surgem no decorrer, surgindo a necessidade de novas interpretações conexas aos bens públicos (KAUL; GRUNBERG; STERN, 2012).

Mas, para esse incremento visionário sobre novas interpretações e incorporações ao contexto de bens público, dependerá de qual abordagem terão os representantes políticos, ou seja, haverá uma certa dependência da trajetória (*Path Dependence*) e se sujeitará às abordagens pretendidas pelo governo no trilhar de novas ou nas reformulações de políticas socioeconômicas que podem, inicialmente, reverberar em aumento de custos (FERNANDES, 2013). E, em momentos críticos no desenvolvimento de um país, se estabelecem trajetórias amplas as quais são difíceis de reverter, mas que intrinsecamente poderão existir outros pontos de escolha para novas mudanças mais adiante (FERNANDES, 2013, p. 179). Nesse sentido, se interliga para uma reestruturação de um novo conhecimento derivado do que foi ou ainda é vivenciado que, de certo modo, será a reformulação para acompanhar o desenvolvimento da sociedade e implementação de melhorias (BERNARDI, 2012).

Por fim, destaca-se que esta pesquisa vislumbrou a construção de conexões teóricas para se estabelecer respostas à problematização, que é: quais as evidências de que a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pode ser compreendida como um “bem público” no Brasil? Esta indagação objetiva dialogar por meio de uma interpretação do contexto aqui exposto, para desenvolver uma possibilidade de enquadramento da ATER como um bem público pelo Estado, para a perpetuação desse serviço destinado aos agricultores familiares no Brasil.

## ABORDAGENS METODOLÓGICAS

Em vista desse estudo científico seguir um viés mais social, devido a finalidade deste vislumbrar uma abordagem de ampliação do conhecimento. Com o propósito de realizar o emprego de uma metodologia relacionada à “pesquisa exploratória”, para “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2019, p. 27). Pelo fato de as análises objetivarem, de certa forma, o desenvolvimento e esclarecimento de ideias, “tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses a serem testadas em estudos posteriores” (GIL, 2021, p. 26). E para isso, se busca um aprofundamento da demanda com diálogos que, permita ampliar as compreensões da temática nas discussões e nas problemáticas pertinentes, que será possibilitado por intermédio do evento a que este se submete (REDE DE ESTUDOS RURAIS, 2023), ou seja, neste primeiro momento[3] de estudos a finalidade é a ampliação do conhecimento e de evidenciações do serviço de ATER como bem público.

E para estruturação da proposta metodológica que se conecta com as reflexões desse estudo, vislumbrou-se o emprego do método dialético uma vez que se parte do pressuposto de que em termos de conhecimento científico “nenhuma coisa está ‘acabada’, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre a transformação de outro” (MARCONI; LAKATOS, 2006, p. 83), que decorrerá da avaliação dos levantamentos dos trabalhos analisados sobre as congruências na incorporação da ATER como bem público. Ademais, o método dialético “fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc” (GIL, 2021, p. 14).

Após esse aporte teórico-metodológico inicial, são apresentados os passos observados no desenvolvimento do estudo: Primeiro, realizou-se um levantamento de publicações em *sites* de periódicos, como Portal Periódicos CAPES: Bergue (2022); Braga, Futemma (2015); Giannattasio, Papy, Nigro (2019); Sestrem, Wöhlke (2017); e do Portal Wiley Online Library: Callon (1994); Greener (2005), sendo estes os principais. Com o intuito de identificar trabalhos no contexto da pesquisa, entretanto,

[3] Posteriormente, munido das abordagens debatidas no evento almejado, se vislumbra uma reestruturação para uma “pesquisa básica estratégica” para levantar os possíveis problemas reconhecíveis, que possibilitará a construção de um artigo mais robusto.

até o presente momento só se evidenciou estudos correlacionados com a temática, ou seja, que abordam temas ou pontos que se conectam e serviram de amparo nos resultados, por isso discussões com tópicos delineados.

Contudo, nesta pesquisa se vislumbrou uma divisão em tópicos específicos que se relacionam a problemática, para uma melhor organização da discussão e constatar se os tópicos analisados têm alguma abordagem que favoreça na transformação do serviço de ATER em bem público.

O segundo passo foi desenvolver cada tópico, sendo: Abordagens sobre ATER: trata de um levantamento normativo para vislumbrar as possibilidades e conexões das normas; Administração Pública: para entender quais os critérios e influências derivadas desta área; Bens Públicos: visa uma reflexão sobre as característica e ligações com o serviço de ATER; e sobre "*Path Dependence*": que busca compreender quais as relações no decorrer do seu surgimento com o serviço de ATER, para entender a dependência da visão política.

## COMPREENSÕES SOBRE ATER COMO DIREITO

No decorrer da construção dessa política pública e na trajetória para efetivação dos serviços de ATER no Brasil, "sempre foi fortemente influenciada por questões políticas e econômicas. Desde a primeira metade do século XX, ao menos quatro diferentes fases de ATER podem ser observadas no país" (BRAGA; FUTEMMA, 2015, p. 240). E em cada momento ocorreram mudanças nas interpretações derivadas dos conceitos deste serviço de ATER, que influenciaram nas relações sobre a forma de atuação, que derivavam das reformulações das instituições realizadoras deste serviço (BRAGA; FUTEMMA, 2015).

Tanto que, na segunda metade do século XX, passa a ser tratado no art. 187 da Constituição do Brasil de 1988 (CF/88) sobre a política agrícola ser planejada e executada na forma da lei, que engloba de forma literal em seu inciso IV sobre Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), como uma das prerrogativas para o desenvolvimento do meio rural (BRASIL, 1988). Ademais, dentro desse contexto de Política Agrícola que é legislado pela Lei n. 8.171 de 1991, sancionada após a CF/88, incorporou a ATER em seu corpo normativo que possibilitou a "permanência" desse serviço, conforme art. 4º, inciso III e Capítulo V (BRASIL, 1991).

Vale incorporar também nesse caminhar legislativo que, o Poder Público assumiu essa responsabilidade ao incorporar a temática da ATER na CF/88 e, por

transcrever de forma clara e expressa na Lei de Política Agrícola em seu artigo 17 que, o "Poder Público manterá serviço oficial de assistência técnica e extensão rural, sem paralelismo na área governamental ou privada, de caráter educativo, garantindo atendimento gratuito aos pequenos produtores e suas formas associativas" (BRASIL, 1991), ou seja, o serviço de ATER será mantida pela entidade pública. Assim como no artigo 16, que buscarão por intermédio da ATER soluções adequadas aos problemas das pessoas beneficiárias (BRASIL, 1991).

E com essa abordagem legalista da ATER ter uma perpetuação "obrigatória", se avança para a abordagem da Lei n. 12.188 de 2010 que passou a tratar de forma mais expressa este tema, além de incorporar que para a implementação da ATER, se faz necessário certos requisitos para credenciamento das entidades responsáveis (pessoas jurídicas), para sua implementação em cada estado brasileiro (BRASIL, 2010).

Mas conforme interpretações decorrentes da Lei n. 12.188/2010 nos arts. 15 e 19, juntamente com o Decreto n. 7.215/2010 nos arts. 3 e 10, há a possibilidade de pessoas jurídicas como empresas públicas ou privadas, ou sociedade de economia mista ou outra entidade sem fins lucrativos, para à realização dos serviços de ATER, devido as normativas deixarem em aberto desde que se enquadrem nos requisitos para credenciamento (BRASIL, 2010; BRAGA, FUTEMMA, 2015).

Contudo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) deixa de existir em 2019 devido Decreto n. 9.784 que revogou a vigência da normativa de sua criação, juntamente com outras que implementavam comissões e departamentos, com isso, acabou por consequência a extinguir este junto com outros órgãos, que prejudicou a distribuição de recursos para a ATER dos estados pelo Governo Federal, já que ficava a cargo do CONDRAF as deliberações e coordenação conforme art. 8º da PNATER (BRASIL, 2010). Contudo, depois de quatro anos de extinção do CONDRAF, em 2023 é sancionado o Decreto n. 11.451 que "Instituiu o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável" e retornando[4]

[4] Nesse raciocínio de atualização, vale incorporar o julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil em 2020, que passou a entender que se for constatado exploração de atividade econômica pela empresa pública poderá ser responsabilizada se descumprir as obrigações cíveis, comerciais, trabalhistas ou tributarias. Como foi o caso da Empresa Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) que foi réu nesta ocasião (STF. Supremo Tribunal Federal – **ADPF n. 437/CE, de 2020**. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754002528. Acesso em: 11 Jun. 2023).

no acompanhamento da Política Nacional de ATER (BRASIL, 2023).

Assim, essas características sobre credenciamento estão relacionadas ao viés da implementação da ATER, que é o oferecimento de serviços de “educação não formal” e que deve ser continuado, para a população do meio rural conforme exposto no art. 2º, inciso I da PNATER (BRASIL, 2010). Nesse sentido, se relaciona o artigo 213 que trata da disponibilização de recursos públicos para essas entidades “sem fins lucrativos”, como é o caso das empresas públicas de ATER, assim como o parágrafo 2º deste artigo, que normatiza sobre educação profissional que possibilita o recebimento de apoio financeiro da União (BRASIL, 1988) e, tal abordagem está interligada com o objetivo da ATER de visar profissionalização dos beneficiários (BRASIL, 1988; BRAGA, FUTEMMA, 2015). Em detrimento da educação não formal também atingir objetivos, mas de forma diferenciada, além de empregar metodologias de didáticas diversificadas para difusão do conhecimento, conforme ensinamentos de Rubem Alves e Paulo Freire (QUADRA; ÁVILA, 2016).

Tais análises só favorecem que as abordagens de ATER que se interligam com o princípio constitucional sobre direito ao acesso à educação, sendo este considerado como bem público. E vale incorporar que, essa atividade ainda favorece ao amparo de outro princípio constitucional que é o bem-estar social, já que através dessa educação não formar irá auxiliar na instrumentalização e troca de conhecimentos, para essas pessoas agricultaras obterem uma vida mais digna, como também acenderem no desenvolvimento. Contudo, a ATER ainda continua sendo interpretada como um simples serviço à ser implementado no meio rural.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NUM CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO

Nessa fase da pesquisa, “estudos relacionando a filosofia e a administração pública, têm emergido sinalizando o singular potencial transformador do fazer filosófico, na busca de precisão conceitual e no refinamento da capacidade crítica, [...] (BERGUE, 2022, p. 04), que conflui “tanto para o trato dos problemas de pesquisa, quanto para as tomadas de decisão e ações de governo” (BERGUE, 2022, p. 04).

E para essas ações de governo, devem estar pautadas em princípios constitucionais para uma boa gestão administrativa, vislumbrando o devido atendimento populacional, em que pese ao bem-estar social. Neste sentido, “não é incomum que ética e moral sejam conceitos mal compreendidos ou confundidos entre si, em seus precisos significados. Ética e moral são conceitos distintos, ainda que

intrinsecamente relacionados” (BERGUE, 2022, p. 05). Dessa forma, vale dizer que a “ética é o ramo da filosofia que se ocupa de questões envolvendo o exame das crenças e valores com seus fundamentos. A moral é o objeto da ética, referindo-se ao arranjo de valores, normas e costumes que moldam o comportamento em dado contexto” (BERGUE, 2022, p. 05).

E para uma transcendência “substantiva das práticas íntegras de administração pública, voltadas para a sociedade e orientadas pelo interesse público, envolve o constante repensar essencial e a subsequente produção de conceitos devidamente contextualizados” (BERGUE, 2022, p. 08). Que se interliga com as reflexões de Manzatto (2019, p. 40) derivadas de Mariana Mazzucato que, “defende a importância da criação de novas estruturas organizacionais, isso é, novas instituições públicas flexíveis, com objetivos específicos voltados para o fomento e o desenvolvimento da economia verde”. Tais citações se conectam no sentido da Administração Pública necessitar de constante transformações, para atender a sociedade em seu desenvolvimento, assim como em questões sustentáveis, que é derivado de pesquisas científicas e tecnológicas, mas também de estudos sociais e políticos (MANZATTO, 2019; BERGUE, 2022).

E essas transformações não são diversas por acaso, mas algo importante e necessário para Governos que estejam avançando e buscando de certa forma o bem-estar social de sua população, como num todo (SESTREM; WÖHLKE, 2017), que reflete ao estudo de Sestrem e Wöhlke (2017, p. 30) sobre as concepções e formulações relacionadas as execuções de políticas públicas pelo Estado, devido “tal cenário decorrer do processo de reconfiguração do Estado nacional, pois no contexto de globalização, percebe-se o surgimento de novas formas de autoridade, que atuam fora do modelo tradicional da soberania estatal”. Contudo, o Brasil ainda está lento nessas transformações, como no caso de sua Administração Pública Federal interpretar e incorporar a educação não formal (abordada pela Política Nacional de ATER) como um bem público, mesmo esta abordagem buscar o favorecimento da população rural, que neste caso são agricultores familiares.

Que condiz com os diálogos do estudo de Pereira e Castro (2022), ao incorporarem as transformações nas últimas décadas sobre os serviços de extensão rural ao redor do mundo, derivadas de alguns fatores que estão interligados com a trajetória vislumbrada pela administração pública e, intrinsicamente interligado aos investimentos públicos para continuidade desse serviço. Ademais, nos últimos anos

vem ocorrendo expressivas reduções de recursos financeiros federais para a ATER e, em detrimento disso, sucateando as instituições que prestam este serviço no interior dos respectivos estados e nos municípios (PEREIRA; CASTRO, 2022).

## ATER COMO BEM PÚBLICO E SUA INTER-RELAÇÃO

Nesta fase, se lança nas reflexões inter-relacionais, com abordagens dialogando sobre “bem público” e as influências sobre educação não formal, que se relacionam com “os tempos de crise que vivemos e que nos obrigam a pensar, mais do que apenas no futuro Estado Social, mas na função social do serviço público que está confiado à sociedade em que vivemos” (MARTINS, 2014, p. 493). Em decorrência disso, “um bem público é da esfera da solidariedade e da responsabilidade de todos, conformando o capital comum e imprescindível para a existência humana” (SOBRINHO, 2013, p. 113). Que se conecta com os serviços de ATER, ao beneficiar agricultores familiares nas mais diversas precárias condições socioeconômicas, podendo ser considerada como a iniciadora nas condições de desenvolvimento e essencial para a resiliência dessas pessoas.

Mas antes, vale esclarecer que a compreensão de “bem público” decorreu de uma sistematização realizado por Paul Samuelson, para trabalhar a Teoria Pura dos Gastos Públicos. Todavia, o bem público deriva de um bem (material ou imaterial, um produto, serviço ou um resultado) “dotado de duas características essenciais: não-exclusão e não-rivalidade, isto é, respectivamente: ninguém pode ser excluído do acesso a tal bem e o consumo do mesmo, por um indivíduo não impede o seu consumo por outro” (GIANNATTASIO; PAPY; NIGRO, 2019, p. 85). Que se conecta com a observação de que, para o consumo/acesso dos bens públicos se faz necessário a existência de instituições jurídicas (nesta interpretação, se interliga as empresas públicas que prestam o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural), as quais, são formadas por meio de uma compilação de normativas para implementação e gestão do sistema de convivência (GIANNATTASIO; PAPY; NIGRO, 2019).

Todavia, nas análises para compreensão do bem público, acabou-se por constatar uma interpelação sobre seus pressupostos em um estudo (conexo com parágrafo anterior), sendo: “bens públicos puros: o bem público ideal possui duas qualidades principais: seus benefícios são a não rivalidade no consumo e a não exclusão” (KAUL; GRUNBERG; STERN, 2012, p. 42); já o outro seria “bens públicos

impuros: poucos bens são totalmente públicos ou totalmente privados. A maioria possui benefícios mistos" (KAUL; GRUNBERG; STERN, 2012, p. 43). Agora em reflexão tangente a "não rivalidade e não exclusão", é que o bem público assim como uma placa de trânsito, pode ser utilizada por todos sem exclusão de pessoas e isso, não possibilita que alguns apropriem-se dessa placa por não haver rivalidade de consumo (GIANNATTASIO; PAPY; NIGRO, 2019). Como no serviço de ATER que não pode ter exclusão de agricultores familiares e as empresas prestadoras, não podem visar lucro que barra o surgimento do contexto da rivalidade.

Que dialoga com a "externalidade", no sentido de quando uma instituição jurídica (empresa) tem autonomia para atuar, mas não arca com todos os custos de suas ações, que gera um impacto conexo dessas ações socioeconômicas sobre o critério do bem-estar, que afeta os beneficiários (CALLON, 1994; KAUL; GRUNBERG; STERN, 2012; GIANNATTASIO; PAPY; NIGRO, 2019).

Da mesma forma que o conhecimento derivado da educação não formal idealizado pelo serviço de ATER, propiciado pelos direitos públicos e sociais para abarcar um processo de desenvolvimento, que se entrelaça com agricultores familiares junto com a construção de sua autonomia pessoal. "O conhecimento é mais que nunca a principal matéria prima do desenvolvimento econômico" (SOBRINHO, 2013, p. 125). Da mesma forma que, "não se pode aceitar a crença do progresso infinito produzido pela ciência, também não se há de crer que se vai resolver a problemática da pobreza e das injustiças sociais, somente pela ampliação das matrículas em educação superior" (SOBRINHO, 2013, p. 125), por isso que se faz pertinente o amparo para essas modalidades de educação não formal (SOBRINHO, 2013; QUADRA, 2016).

## REFLEXÕES SOBRE PATH DEPENDENCE (DEPENDÊNCIA DA TRAJETÓRIA)

Antes de iniciar os diálogos desse tópico relacionados ao serviço de ATER, se faz uma contextualização do surgimento de "Path Dependence". Tal teoria, conforme levantamento, se deriva de estudos por Brian Arthur e Paul A. David no início da década de 1990, decorrente de pesquisas em que estes empregaram a respectiva teoria, para respaldar críticas que abordavam a eficiência da teoria econômica neoclássica (BERNARDI, 2012; FERNANDES, 2013). Arthur comprovou que entre duas ou mais alternativas disponíveis, "não necessariamente prevaleceria a mais eficiente em condições de retornos crescentes, nas quais um aumento na aplicação

de uma tecnologia, bem como um aumento na produção ou na distribuição de um produto, [...]" (BERNARDI, 2012, p. 140).

Mas também há estudos realizados em 1971 por David, sobre o fracasso das primeiras colheitadeiras mecanizadas utilizadas no Reino Unido no século XIX, derivado de variáveis como tecnologia empregada na região, forma de cultura e procedimentos (BERNARDI, 2012). Que decorre devido a irreversibilidade dos investimentos para tal projeto ou tecnologia e não em detrimento dos retornos crescentes, sendo o cerne do "path dependence" (BERNARDI, 2012; FERNANDES, 2013). Assim, a "adoção de uma tecnologia ou de um produto intensivo em conhecimento, pode também ser caracterizada por efeitos de aprendizagem além da redução do custo marginal, à medida que aumenta a produção e os custos fixos são amortizados" (BERNARDI, 2012, p. 143).

Assim, a incorporação da "dependência da trajetória" que teve origem no campo da economia, acabou por reverberar em estudos de outras áreas, como na História, Sociologia e Ciências Políticas (sendo este relacionado a presente pesquisa), até o momento (FERNANDES, 2013). Contudo, é pertinente incorporar que, foi graças a Paul Pierson em seus estudos científicos que propagou tal teoria e características conceituais, no decorrer da segunda metade do século XX (GREENER, 2005). Assim, apresentar um conceito deste, é complicado devido sua empregabilidade em várias áreas, como é o caso de sua abrangência nas Ciências Sociais, que influi variações e de certa forma favorece na incorporação em inúmeros estilos de pesquisa (GREENER, 2005; BERNARDI, 2012).

A teoria da dependência da trajetória, busca uma "análise dos fenômenos políticos que é desenvolvida a partir dos fatores que, num dado momento histórico, determinam sequencias político-institucionais e influenciam decisivamente nos resultados das políticas públicas em determinado país" (FERNANDES, 2013, p. 178). E na política, para obtenção de certos resultados ou ações se fica dependente das relações oriundas de políticos considerados como atores, "o que gera uma necessidade de ação coletiva seja para obter bens públicos, para exercer influência política sobre o Estado na produção de leis, ou mesmo, para obter um resultado do tipo winner-take-all, como uma vitória eleitoral" (BERNARDI, 2012, p. 152).

Com esse aporte informativo que se interliga com os serviços de ATER, em detrimento das instituições no decorrer de seu desenvolvimento e estruturação para ampliação no critério de amparo dos beneficiários, acabam concomitantemente

sofrendo modificações mais “benéficas” (nem sempre) no decorrer do tempo, incorrendo em vários desdobramentos no que tange a acessibilidade e procedimentos (CERQUEIRA, 2016). E no caso do serviço de ATER, não é diferente, que já está numa fase de uma reestruturação vislumbrável na sua conversão, no sentido de deixar de ser influenciável ou variável devido dependência aos posicionamentos políticos, que favorecem negativamente sua trajetória de ampliação, para ser classificada como bem público. Tal abordagem se interliga com reflexões sobre mudanças de compreensões institucionais de Greener (2005), Fernandes (2013), Cerqueira (2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, no decorrer das discussões nas temáticas supramencionadas, para reforçar estes diálogos o vislumbre das evidências do serviço de ATER como um bem público no Brasil, necessário para o bem-estar social e aos agricultores familiares. Se observou conexões entre os tópicos que possibilitam uma reflexão no sentido haver evidências da possibilidade do Governo Federal enquadrar o serviço de ATER como um bem público, que possibilitará sua perpetuação e reestruturação.

Se constatou normativas que regulam o serviço de ATER ser importante e essencial, para possibilitar em parte a implementação da política agrícola e desenvolvimento rural, juntamente com reflexões sobre a necessidade e a importância da educação não formal como se aborda na Política Nacional de ATER. Ademais, a administração pública deixa em aberto a necessidade de mudanças nas teorias para vislumbrar o progresso e a redução da pobreza, mas se apresenta de certa forma dependente da trajetória que irá se seguir ou será almejada pelas abordagens políticas, devido as influências aos quais estão sujeitas aos posicionamentos políticos.

Todavia, ainda necessita de estudos aprofundados sobre esta possibilidade de interpretação, assim como sobre suas influências nas atuais políticas públicas brasileiras e se esta interpretação ocasionaria alguma influência nas distribuições de recursos financeiros federais. Juntamente com uma sistematização das proposições para a sociedade acadêmica, representantes políticos e uma abertura para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Atualizada até a Emenda Constitucional n. 107 de 2020**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 Jun. 2023.

BRASIL. **Lei n. 8.171 de 1991 – Dispõe sobre a Política Agrícola.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm. Acesso em: 10 Jun. 2023.

BRASIL. **Lei n. 12.188 de 2010 – Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em: 05 Jun. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 11.451 de 2023 - Institui o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11451.htm. Acesso em: 10 Jun. 2023.

BERGUE, Sandro Trescastro. Ética, Códigos de Conduta e Integridade na Administração Pública Brasileira. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 14, n. 4, 2022. DOI: https://doi.org/10.21118/apgs.v14i4.13459

BERNARDE, Bruno Boti. O CONCEITO DE DEPENDÊNCIA DA TRAJETÓRIA (PATH DEPENDENCE): Definições e controvérsias teóricas. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 41, jan./jun., p. 137-167, 2012.

BRAGA, A. C. R.; FUTEMMA, C. Pluralidade de assistência técnica e extensão rural: pública, privada e de organizações da sociedade civil. **Revista RURIS (Campinas, Online)**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, 2016. DOI:https://doi.org/10.53000/rr.v9i2.2300.

CALLON, Michel. Is Science a Public Good?. **Science, Technology, & Human Values**, v. 19, n. 4, p. 395-424, 1994.

CERQUEIRA, Kleber Chagas. Dependência da trajetória e mudança institucional nos processos de desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº19. Brasília, janeiro - abril de 2016, pp. 253-275. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220161910.

REDE DE ESTUDOS RURAIS. **Rede de Estudos Rurais – Histórico**. Disponível em: https://redesrurais.org.br/redes-historico/. Acesso em: 27 Jun. 2023.

FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo. DEPENDÊNCIA DE TRAJETÓRIA E MUDANÇA INSTITUCIONAL. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 44, jul./dez., p. 177-192, 2013

GIANNATTASIO, Arthur Roberto Capella; PAPY, Luiza Nogueira; NIGRO, Renan Freire. BENS PÚBLICOS GLOBAIS E SUA PROTEÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL: relocalização epistemológica de um debate à luz de princípios de

direito político. **Revista Direito Estado e Sociedade,** n. 55, Jul./Dez., p. 69-112, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. [3ª Reimp.] – São Paulo: Atlas, 2019, 174 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ª ed. [2ª Reimp.] – São Paulo: Atlas, 2021, 229 p.

GREENER, I., The Potential of Path Dependence in Political Studies. **Journal Politics**, n. 1, v. 25, fev., p. 62-72, 2005. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1467-9256.2005.00230.x

KAUL, Inge; GRUNBERG, Isabelle; STERN, Marc A. **BENS PÚBLICOS GLOBAIS.** KAUL, Inge; GRUNBERG, Isabelle; STERN, Marc A (Orgs.). Tradução de Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Record, 2012, 585 p.

LEITE, S. P. RURALIDADES, ENFOQUE TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DIFERENCIADAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO: uma agenda perdida?**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 1, fev., p. 227-254, 2020.

MANZATTO, Rômulo. **Mariana Mazzucato e o Estado Empreendedor Verde.** 2019. Disponível em: https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif469-39-42.pdf. Acesso em: 11 Jun. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 4ª ed. – São Paulo: Atlas, 2006, p. 305.

MARTINS, Guilherme de Oliveira. BEM COMUM. Público e/ou Privado?. **Revista Análise Social.** n. 211, v. XLIX (2º), p. 492-496, 2014.

MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).** Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater. Acesso em: 05 Jun. 2023.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E NO MUNDO: QUAL O PAPEL DA ATER PÚBLICA?. ***In*:** SANTOS, Gesmar Rosa dos; SILVA, Rodrigo Peixoto (Orgs.). **Agricultura e Diversidades: Trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil.** 1ed. Vol: 01. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), p. 347-374, 2022.

QUADRA, Gabrielle Rabello; ÁVILA, Sthefane de. EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: Qual a sua importância?. **Revista Brasileira de Zoociências**, v. 17, n. 2, p. 22-27, 2016.

RIBEIRO, Cassio Garcia; FUCK, Marco Paulo; BONACELLI, Maria Beatriz; FURTADO, Andre Tosi. **P&D de interesse público? Observações a partir do estudo da Embrapa e da Petrobras**. Disponível em:

https://repositorio.altecasociacion.org/handle/20.500.13048/352. Acesso em: 31 Maio 2023.

SESTREM, Jardel; WÖHLKE, Roberto. POLÍTICAS PÚBLICAS GLOBAIS: Teoria e Prática. **Revista Chilena de Relaciones Internacionales**, v. 1, n. 2, Jul/Dez, p. 29-58, 2017.

SOBRINHO, José Dias. EDUCAÇÃO SUPERIOR: Bem público, Equidade e democratização. **Revista Avaliação** (Campinas), v. 18, n. 01, mar., p. 107-126, 2013.

# "DIGA AO POVO QUE AVANCE": Quilombos de Feira de Santana-BA articulados contra os empreendimentos de eletricidade

Emmanuel Oguri Freitas[1]
Yuri Caetano do Carmo[2]

**GT 2:** Mediadores em conflitos sociojurídicos no campo: assessorias, extensão rural e pesquisa ação

**RESUMO**

A existência dos quilombos na História do Brasil configura um grande paradigma de disputa pelos negros escravizados por diversas garantias dentro de uma nação que tem sua forja demarcada pelo racismo e discriminação. Durante o período da escravidão legal, esses espaços se organizaram enquanto antagonistas da ordem socioeconômica vigente e responsabilizaram-se por empreender os primeiros passos na emancipação de seus sujeitos do sistema de opressão escravocrata. Pós-abolição, novas problemáticas atingiram essa parcela da população que viu a sua luta ter que se reinventar dentro da sociedade moldada no racismo. O presente texto trata de uma das facetas dessa nova luta que representa um *continuum* histórico: a luta pela terra, tratando desta a partir de conflitos por terra e território ensejados com a invasão e produção de impactos destes por empreendimentos do setor energético brasileiro em comunidades quilombolas do município de Feira de Santana-BA.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas. Linhas de Transmissão de Energia. Conflitos. Resistência. Território

## INTRODUÇÃO:

Este artigo é resultado de uma pesquisa-ação em comunidades quilombolas rurais, situadas em Feira de Santana e região, na Bahia, entre os anos de 2019 e 2023. Os autores são professor e estudante quilombola que se encontram envolvidos na assessoria e pesquisa em relação aos conflitos enfrentados pelas comunidades analisadas a seguir. A partir da problematização da entrada de empreendimentos

[1] Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), emmanuel.of@uefs.br.
[2] Licenciando em História do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), contato.yuricaetano@gmail.com.

ligados à transmissão de energia elétrica em territórios tradicionais de comunidades quilombolas, a academia militante e as comunidades passaram a se articular em redes de produção de conhecimento, debate, denúncia e resistência em relação a possíveis impactos ligados à instalação de linhas de transmissão na região.

Partimos de uma percepção crítica dos processos de expropriação em relação às populações negras na formação social do Brasil para identificar os possíveis traços de continuidade em relação a forma de subalternização dos corpos, dos territórios e as possíveis resistências. Para tanto, apresentamos um debate histórico sobre a constituição das terras quilombolas, bem como das práticas que podem ser denominadas como quilombismo, ou resistências pontuais e estruturantes sobre as formas de opressão. O objetivo é identificar os traços fundantes da cultura de resistência que orientam uma prática emancipatória em relação a esses grupos, que resultaram em mobilização de recursos, capitais, sentidos e instituições para defesa do território.

Posteriormente, apresentamos o conflito analisado, investigando na documentação oficial e nas práticas de articulação com universidades (Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, e Universidade Federal do Recôncavo Baiano, UFRB) e o Instituto Federal da Bahia (IFBA) a forma da resistência produzida pelas comunidades quilombolas no caso concreto. A inclusão das instituições de ensino no processo de mediação, assessoria e pesquisa-ação se dá por conta da participação de estudantes cotistas quilombolas oriundos(as) das referidas comunidades nos debates sobre os conflitos, mobilizando os entes públicos a participarem. Assim, buscamos fazer, sob a luz do conflito que toma forma no município de Feira de Santana no estado da Bahia, onde suas três Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ) reconhecidas pela FCP[3] têm guerreado desde de o ano de 2019 contra a invasão de seus territórios por empreendimento que visam cruzar os territórios destas com gigantescas estruturas para um suposto fortalecimento da malha energética nacional.

Mais especificadamente, analisamos a situação em que se encontram estas

[3] Sendo elas a Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, - Certificada pela Fundação Palmares em 16 de maio de 2007, registrada no "Livro de Cadastro Geral n.º 010, Registro n. 980, fl. 045 - processo nº 01420.001059/2007-11" (GOVERNO FEDERAL, 2007, p. 24) - A Comunidade Quilombola Matinha dos Pretos - Certificada pela Fundação Palmares em 21 de maio de 2014, registrada no "Livro de Cadastro Geral n.º 016, Registro n.2.048, fl.067 - processo nº01420.001376/2014-67" (GOVERNO FEDERAL, 2014, p. 13) – e a Comunidade Quilombola Candeal II -Certificada pela Fundação Palmares no "Livro de Cadastro Geral n.º 018, Registro nº 2.466 fl.087 - Processo nº 01420.012321/2016-44" (GOVERNO FEDERAL, 2017, p. 8).

comunidades em relação à instalação dos empreendimentos denominados: Sub-Estação de Energia 230 kV e Linha de Transmissão (LT) 500 kV Porto de Sergipe – Olindina – Sapeaçu C1" (STERLITE; DOSSEL, 2023, p. 10) e como estas tem sido resistente e combatido a invasão de suas terras e proteção do seu espaço, assim como está grifado no sangue de seus moradores. A análise feita levou em consideração uma vasta gama de fontes que vão desde os documentos legais que resultaram na eclosão do conflito, até os relatos dos em reuniões da empresa com a comunidade, fazendo assim do ato de pesquisa um campo democrático de compreensão da realidade que considera a práxis como metodologia.

Utilizamos, portanto, a observação-participante realizada em uma reunião técnica relacionada ao processo de licenciamento ambiental, que, eivado de vícios legais, tem contribuído para a reprodução do conflito que se arrasta por longos 4 anos, resultando em impactos psíquicos e físicos para os grupos localizados nas áreas. Em considerações finais, procuramos identificar os aspectos que dão conta da continuidade da tentativa de exploração e subalternização das populações negras, mas apontamos para o aspecto estrutural da resistência constituída na luta histórica dos quilombos e de suas gentes.

## QUILOMBO, UNIDADE HISTÓRICA DE DISPUTA PELO BRASIL

Observar a trajetória da formação dos quilombos no Brasil – redutos e *locus* formados e organizados no seio da resistência negra à escravidão durante todo o período de legalidade desta pratica – implica constatar que estes espaços foram constituintes de um amplo paradigma de disputa de diversos elementos dentro da sociedade em que estavam inseridos.

A primeira disputa aparente é, evidentemente, a busca pela humanização e emancipação do sujeito escravizado que, através do ato de rebeldia no aquilombamento, implicava na transformação do regime social em vigência, antes mesmo da abolição se concretizar por completo. Conforme Moura (1981) discute, demonstrando sua relevância na dinâmica social do Brasil escravista, o sujeito escravizado cria "movimentos e atitudes de negação ao sistema" (MOURA, 1981, p. 8), estes, por sua vez, são diversos e não possuem forma constante, mas se encontram na organização em quilombos. O comportamento dos negros escravizados que se rebelavam contra o escravismo desgastou fortemente as estruturas da sociedade colonial e representa, historicamente, uma forte consciência por estes

sujeitos de que seu papel se encontrava na vanguarda da luta pela destruição daquilo que os oprimiam, conforme afirma Reis e Silva (1989):

> A capacidade de opor-se aos projetos do senhor foi, algumas vezes, muito forte. Nem sempre os poderosos senhores, ou seus prepostos, conseguiram, mesmo no campo estrito da produção, impor suas vontades, ritmos e interesses. No engenho Santana de Ilhéus, em 1753, os escravos trabalhavam menos de cinco horas por dia e, quando exortados à faina, respondiam, criticando abertamente a alimentação que recebiam, que a "barriga puxa o boi". O administrador – que temia esse tipo de resposta, fugas e revoltas - já não se atrevia a repreendê-los e, muito menos, a castigá-los (REIS; SILVA, 1989, p. 19)

A passagem de Reis e Silva demonstra que havia uma implicação direta das rebeliões e insurreições negras na dinâmica da vida socioeconômica no Brasil escravista, contexto em que os quilombos aparecem agregadores de luta comum destes sujeitos.

Um segundo elemento que era campo de disputa em que os negros empreendiam esforços quando estes se organizavam em quilombos está na preservação de seu eu interior. Conceituando o quilombo contemporâneo, Nei Lopes (2001) afirma que estes são “comunidades em que os habitantes se identificam por **laços comuns de africanidade**, reforçados por relações de parentesco e compadrio” (LOPES, 2011, p. 1174, *grifo nosso*). Lopes deixa uma margem para subjetividade e não delimita o que é exatamente esta africanidade, mas este elemento pode ser compreendido como uma diversidade de práticas culturais, comportamentos e estruturações sociais que têm como cerne de sua constituição a diversidade de povos que compuseram e construíram estes quilombos no passado – no caso histórico – ou que estão presentes nos dias de hoje nessas comunidades, no caso contemporâneo.

Historicamente, o quilombo aparece como lugar de mistura. Mistura de religião, mistura de práticas, mistura de gente e mistura de marginalidades. Portanto defini-lo como espacialidade exclusiva de preservação de uma cultura única africana pode não ser o melhor caminho, já que, segundo Gomes (2015):

> [...] as evidências disponíveis apontam para a cultura quilombola como algo adaptado nas Américas, no caso do Brasil. Mesmo considerando a origem inicial de um quilombo como fruto de uma fuga coletiva de cativos africanos, ainda assim ele reunia pessoas de várias origens étnicas. Juntos, tinham de adaptar práticas e costumes a partir de uma perspectiva comum. Assim, a cultura nos quilombos podia ser formada tanto de influências africanas como de reinvenções na diáspora. (GOMES, 2015, p. 23)

Mesmo assim, o que se pode constatar com base na compreensão do contexto em que estavam inseridos na sociedade escravagista, ainda com toda essa diversidade, é que o quilombo coloca em evidencia uma vida cultural que contradiz a sociedade branco-eurocêntrica, forjada nos moldes do cristianismo católico, que fazia parte do projeto de colonização do sujeito negro. Assim procedendo, ele possibilitou que seu âmago fosse espaço tanto para a preservação de uma cultura afro-brasileira[4] quanto significou, mais uma vez, a negação/resistência do negro à sua desumanização que, no projeto colonial, passava pelo processo de esvaziamento/morte cultural deste.

O último aspecto que citaremos aqui[5] como disputado pelo quilombo e seus sujeitos é a terra. Não cabe como surpresa afirmar que no contexto da diáspora forçada para o domínio português na América, o negro trazido de África não gozava de nenhum direito, uma vez que este era enxergado pelos colonizadores como instrumento para uso dentro das lavouras coloniais e, sendo assim, "na sua condição de propriedade, o escravo é uma coisa, um bem objetivo" (GORENDER, 2016, p. 96).

Nesse sentido, a estadia destes no Brasil, sempre se alicerçava na compreensão de que, ainda que responsável pelo desenvolvimento econômico daquela colônia, seu lugar nesta sociedade deveria estar sempre despido do acesso à propriedade dos meios de produção. O escravizado, portanto, o negro, experiencia a história neste lado do mundo sempre com a certeza de que nada há para si.

Nesse local, não há possibilidade de auferir lucro real, não há retorno, não há reconhecimento e não há a possibilidade de que emergisse como senhor, dadas as estruturas legais e econômicas que fundavam o ideário português sobre o uso da colônia na América. Esta situação embasou os critérios da Coroa na distribuição de terras entre nobres e "homens bons" portugueses e somente teria mudanças teóricas mais significativas no século XIX com a chamada Lei de Terras de 1850[6], mas que em sua essência consagrou à marginalização dos negros brasileiros na transição para o

[4] Que, naquele contexto, ainda em emergência e somente seria compreendida assim muito mais tardiamente.

[5] Destacamos, todavia, que não se limitam às disputas encabeçadas por esses sujeitos durante o período escravista colonial somente a estes três, mas foi uma escolha fazer menção a esses, tendo como norte orientador o objetivo do presente texto.

[6] Que em sua epígrafe delimita o objetivo de dispor regramento acerca das: "terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a titulo oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de *nacionaes* [*sic*]e de extrangeiros [*sic*], autorizado o Governo a promover a colonisação extrangeira [*sic*]na forma que se declara." (IMPÉRIO DO BRASIL, 1850, p. 1)

trabalho assalariado, como nos lembra Gonzalez e Andrade (2007, p. 64).

Há um longo caminho que corre na subalternidade do regime social-econômico da colônia e, pós-1822, do Império no que se refere a distribuição e posse de terra no Brasil. A resistência negra à escravidão e às suas estruturas, colocou no quilombo um de seus mais relevantes instrumentos de desafio ao colonizador escravagista. Se na normalidade institucional e no complexo sistema legal do Brasil entre o XVI e o XIX, o negro não podia ter acesso à terra, na rebelião escrava, o quilombo se faz como a afirmação de que este a teria sim e a faria seu espaço de organização social, militar e econômica em paralelo à ordem vigente.

Sendo assim, os mocambos e quilombos podem ser considerados como a primeira forma com que os negros, em território brasileiro, conseguiram assegurar posse e propriedade – ainda que não legal – de terra. Ainda em Moura (1981), é possível compreender a forma com que a ocupação se tornava propriedade:

> No início, quando o quilombo era pequeno e apenas se iniciava. tinha necessidade de uma vida predatória para a sua subsistência e continuidade. No entanto, à medida que ele crescia. procurava organizar-se internamente para poder pôr em funcionamento os grupos populacionais do reduto. Com isto, tinham de surgir formas de governo, religião, propriedade, família e especialmente economia. (MOURA, 1981, p. 34)

Nessa perceptiva, os quilombolas adquiriram terras no Brasil e direito à propriedade dentro de um contexto de luta e enfrentamento das normativas que regiam a sociedade legalmente, ou seja, a existência destes sujeitos é marcada pela necessidade de brigar pelo mínimo que se pode conferir a alguém: terra para morar, viver e plantar.

A abolição da escravatura legal no Brasil no final do século XIX fez emergir, como muitos pesquisadores já discutem há bastante tempo, a existência de novas formas de resistência negra dentro da perspectiva de que novas problemáticas apareceram e atravessaram a existência desses sujeitos. Os quilombolas continuaram enfrentando diversos desafios para a sua integração dentro da sociedade, somente conseguindo gozar de real proteção estatal aos seus territórios após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e às posteriores criações de repartições públicas do Estado que se preocupariam com a definição de reparações históricas para/com esse povo[7].

[7] Destacamos que os resultados positivos da luta na Constituinte de 1988 não são fruto de benesse estatal, mas se constituem como avanços da luta histórica que o Movimento Negro Unificado (MNU) e o amplo campo do movimento

Nesse contexto, a Fundação Cultural Palmares (FCP) surge com o objetivo de "promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira" (BRASIL, 1988, p. 1), portanto tendo em seu bojo de obrigações cuidar, dentre muitas coisas, da preservação de existência do povo quilombola. Posteriormente, por meio da medida provisória nº 2.216-37, de 31.8.2001, transferiu-se para a FCP a competência para: "realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação" (BRASIL, 1988, p. 1), um sinal de confirmação do Estado de que há terras conquistadas por esses povos ou por seus descendentes e que portanto a eles devem, legalmente e oficialmente, serem atribuídos os respectivos domínios.

Todavia, o que se tem visto na realidade prática nos últimos anos no Brasil é, em especial nos territórios quilombolas rurais, o desrespeito por parte de empresas privadas, com chancela do Estado, à estre processo reparatório. Na justificativa ideológica de um desenvolvimento capitalista necessário, as terras quilombolas têm sido invadidas, atacadas e tomadas, repetindo o ciclo de desrespeito e posicionamento destas comunidades em situação de marginalidade na dinâmica social brasileira.

São diversas as metodologias utilizadas por estes agentes para reproduzir os processos de violência e expropriação, porém, o presente artigo visa analisar especialmente como as comunidades quilombolas, buscando em sua ancestralidade o *modus*, continuam na disputa pela terra nos casos relacionados a empreendimentos de transmissão de energia elétrica na Bahia. A articulação entre direitos conquistados na luta histórica dos povos escravizados na diáspora africana e os enfrentamentos desses sujeitos no presente nos coloca em uma posição privilegiada para compreensão das formas de opressão e resistência que se colocam através do movimento quilombola e que são apreendidos por outros grupos subalternizados.

## EMPREENDIMENTOS ENÉRGETICOS NO PORTAL DO SERTÃO- BAHIA: OS CASOS DA SE 230/69 kV E DA LT 500 kV.

negro brasileiro encabeçaram desde a década de 1930, passando pela resistência à repressão do Estado ditatorial varguista de 1937 à 45 e, ainda, durante a ditadura empresarial-militar que perdurou de 1964 à 1987 no Brasil. Sobre essa trajetória versaram Miranda, Resende e Nunes no artigo "Movimento Negro e a pauta quilombola no Constituinte: ação, estratégia e repertório" (2018), o qual recomenda-se a leitura.

Não se tratam de novidades, as investidas do capital do setor energético do Brasil para a invasão dos territórios quilombolas de Feira de Santana. Ocorrido em maio de 2018, o leilão 02/2018 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) disponibilizou para empresas do setor de energia diversas licitações de implantação de Estações, Sub-estações e Linhas de Transmissões pelo território nacional.

Dois lotes desse processo previam a instalação de empreendimentos do tipo que cruzariam o território do município, o 6º lote, "composto pelas seguintes instalações no estado da Bahia: SE 230/69 kV Feira de Santana III - 2 x 150 MVA; Trechos de LT em 230 kV entre o seccionamento da LT 230 kV Governador Mangabeira; Camaçari II C2 e a SE Feira de Santana III, com 2 x 54 km" (ANEEL, 2018, p. 9), que fora vencido, no processo licitatório, pela empresa Lyon Capital e o 7º, que era "composto pelas seguintes instalações nos estados da Bahia e Sergipe: – LT 500 kV Porto de Sergipe – Olindina, C1, com 180 km; – LT 500 kV Olindina – Sapeaçu, C1, com 207 km; – LT 230 kV Morro do Chapéu II – Irecê, C2 e C3, CD, com 67 km" (ANEEL, 2018, p. 9), e que por sua vez fora vencido, no processo licitatório, pela empresa São Francisco Transmissão de Energia S.A., que também atende pelo nome fantasia de "*SterlitePower*".

Em ambos os casos, os empreendimentos previam a passagem por territórios que são reconhecidos pela FCP como pertencentes à CRQs. Dentro dessa perspectiva, as empresas vencedoras das licitações precisariam seguir um rito procedimental antecedente às construções que envolvia a atenção e o cumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – a qual o Brasil é signatário – que, dentre tantas importantes definições para a proteção dos povos indígenas, tribais e tradicionais, prevê a participação destes povos nas decisões que diretamente afetem sua existência, seu território e suas práticas tradicionais.

Contudo, a metodologia adotada por ambas as empresas vencedoras das licitações foi, segundo às comunidades envolvidas, na contramão dessas garantias. Um primeiro exemplo está na construção da Sub-Estação (SE) 230 kV, em que a Comunidade Quilombola Matinha dos Pretos não conseguiu ter acesso ao que estava acontecendo em seu próprio território, na medida em que gigantescos caminhões levavam de um lado para o outro os materiais que erguiam, no seio do território, rico em vegetação e de mata nativa da comunidade, a SE alicerçada em concreto, rica em vigas de ferro e enormes instrumentos de redução e retransmissão de carga de energia elétrica extremamente elevada.

No caminho, a empresa responsável deixou o rastro de alteração no território quilombola que, segundo texto publicado por representantes da própria comunidade no portal digital da Teia dos Povos (2021):

> [...] trarão consigo grandes prejuízos para nossas comunidades, tais como: o distúrbio no meio ambiente, afetando diretamente a qualidade do solo; o risco à saúde, o desenvolvimento de doenças e/ou distúrbios; o risco iminente de desabitação [*sic*], devido à área de abrangência das LT's e a questão da seguridade. A desabitação [*sic*] pode até mesmo ser motivada pela improdutividade do solo atingido, uma vez que as famílias cultivam seu próprio alimento. (LUTA, 2021, p.1)

Erguida na surdina barulhenta da maquinaria, a estrutura do empreendimento foi não apenas fruto do desejo da empresa, mas teve, também, o aval do Governo Federal, do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA) e financiamento do Banco do Nordeste, instituições do Estado ou vinculados à ele que, a serviço do capital, desrespeitaram a existência de um povo que conquistou este espaço como fruto de sua resistência à escravidão na Fazenda Candeal, durante o período escravista do Brasil (SOUZA, 2016).

**Imagem 01 –** Placa de indicação da construção da etapa da SE 230 kV no território do quilombo Matinha dos Pretos

Fonte**:** Acervo dos autores

Há também de se compreender que, agindo desse modo, essas instituições contribuem diretamente para a construção de uma situação negativa que afeta diretamente o povo da comunidade. Sendo assim, promovem a continuidade do projeto predatório que beneficia o capital de forma exclusiva enquanto instituições do Estado. Conforme Andrade e Filho (2021) trata-se de projeto que promove o "avanço do capitalismo" que "potencializa a expropriação territorial e vilipendia o direito ao bem

viver, os quais são cerne para os povos do campo e da cidade em suas múltiplas especificidades" (ANDRADE; FILHO, 2021, p. 19).

No momento em que este cenário paradigmático está estabelecido, somente resta aos quilombolas da comunidade utilizar o fruto do seu aprendizado, que faz parte do seu campo mnemônico e é herdado como memória[8] mais forte de seus ancestrais: **o conflito**. Assim, em setembro de 2021, foi realizado com a organização das comunidades quilombolas, juntamente com setores acadêmicos representativos da sociedade civil local - como o Grupo de Trabalho de Conflitos Socioambientais da Universidade Estadual de Feira de Santana – e o Sindicato de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares (SINTRAF) de Feira de Santana o "ato em defesa da Terra e do Território contra as instalações das LT 500 kv (Porto – Sergipe – Sapeaçu) LT 230 kv (SE Feira de Santana III)" (LUTA, 2021, p. 1).

Nesse ato de contestação, os moradores das CRQs de Feira de Santana, unificados por uma pauta comum, marcharam e protestaram contra a invasão do território do quilombo Matinha dos Pretos. Pensando que Benjamin (1987) indica que "A consciência de fazer explodir o *continuum* da história é própria às classes revolucionárias no momento da ação" (BENJAMIN, 1987, p. 227), podemos ainda pensar que o ato desse povo representa a continuidade de sua histórica luta de resistência contra seu massacre programático e destruição de seus modos de vida, que insiste em os perseguir desde à diáspora forçada para o Brasil Colonial a partir do XVI.

Essa parece ser a própria compreensão da comunidade sobre sua revolta, tendo em vista que, ainda nessa oportunidade, escreveram um documento que chamaram de "Declaração de guerra às LTs" que denota a percepção desse povo perante à ação dos empreendimentos energéticos:

> A má intenção que há por trás dessas instalações é notória, por isso é necessário dar um basta à maneira escusa com que as empresas vêm ocupando nossos espaços. As comunidades estão unidas contra esses desmandos que surgem de todos os lados. Até quando o poder público (municipal, estadual e federal) vai se abster do seu papel de representante do povo? Até quando sua omissão financiará o massacre de nossa gente? Uma certeza temos! Continuaremos firmes e unidos, denunciando todos os ataques aos nossos povos. **A declaração de *Guerra às LTs*** representa a ação coletiva por parte das comunidades e de

[8] Por nós compreendida dentro das conceituações que faz Jacques Le Goff, a definindo como "propriedade de conservar certas informações" que remete "em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas" (GOFF, 2013, p. 387)

> suas lideranças na **Defesa do Território em conflito** e na luta pela soberania dos povos... **Diga ao povo que avance! (**LUTA, 2021, p.1, *grifo do autor***)**

Ainda assim, a SE que foi palco de tal movimentação já estava funcionando na ocasião do ato, mesmo com a ausência de consulta à vontade das comunidades quilombolas da área. A mobilização produziu a sensibilização de vereadores que passaram a oficiar os órgãos ambientais para prestarem informações, produzindo desdobramentos. É preciso destacar, ainda, que a luta desses povos não parou por aí e acabaria produzindo frutos posteriormente, quando em um mesmo contexto, o quilombo novamente resistiu em outros eventos que impactavam os modos de vida das comunidades de Matinha dos Pretos e Candeal 2.

## A BOIADA TENTA PASSAR NOVAMENTE: O CONFLITO NA REUNIÃO INFORMATIVA NO QUILOMBO LAGOA GRANDE

Ao tempo em que se ocorria a construção da SE 230kv no território da Matinha dos Pretos, do outro lado da BR[9], a Comunidade Quilombola de Lagoa Grande já enxergava também a invasão de seu território por outro empreendimento que fora aprovado no mesmo leilão da ANEEL. Dessa vez, tratava-se da Linha de Transmissão de 500 kV. ligando o município de Porto de Sergipe (SE) à Sapeaçu (BA) e que, com o seu traçado, pretende atravessar o quilombo.

Nesse outro processo de resistência, já se registravam conflitos do mesmo nível dos que ocorreram no quilombo Matinha dos Pretos, só que no município de Antônio Cardoso, onde diversas comunidades quilombolas, também invadidas pelo empreendimento, despenderam de recursos e mobilizações extensas para barrar ou ao menos atrasar a implantação e funcionamento da LT. Novamente, segundo Andrade e Filho:

> No município de Antônio Cardoso o processo se caracterizou mais voraz visto que 7 comunidades foram extirpadas do processo de estudos ambientais e que após longo processo de mobilização e por meio da judicialização por meio de uma Ação Civil Pública no Ministério Público Federal a empresa foi obrigada a realizar amplos ajustes nos estudos e autorizações ambientais com a inserção das comunidades no estudo. (ANDRADE; FILHO, 2021, p. 18)

As questões fomentadoras do conflito em Antônio Cardoso foram muito similares às que mobilizaram as comunidades de Feira de Santana no caso da SE

[9] Aqui nos referimos à BR-116 que separa a Comunidade Quilombola Lagoa Grande das demais e é pode ser compreendida como uma investida do Estado para sanar a unidade dos povos quilombolas da região.

230 kV e que produziram um novo conflito quando o traçado chegou a esse município: ausência de consulta à comunidade de Lagoa Grande[10], falta de esclarecimento para a comunidade e pouca articulação com a população para a instalação da LT salvaguardando os usos tradicionais do território.

Em seu autodenominado Plano de Trabalho Quilombola (PTQ)[11] a *SterlitePower* e a Dossel Ambiental[12] destacam como objetivo geral:

> [...] indicar os impactos socioambientais sobre as terras quilombolas relacionados à localização, instalação e operação da LT, identificando os impactos relevantes que subsidiem o conjunto de planos e programas que serão desenvolvidos nas etapas de implantação e operação da LT", tudo isso, ainda segundo o mesmo plano, para alcançar a meta de "aprovação do Plano de trabalho pelo INCRA e CQs envolvidas. (STERLITE; DOSSEL, 2023, p. 20).

Desse modo, esperava-se que, especialmente com as aprendizagens colhidas com os entraves já mencionados em Antônio Cardoso acerca do *modus* de adentrar ao território quilombola e com o extenso PTQ, as empresas envolvidas realizassem todo o processo de maneira adequada e respeitosa, porém a história se repete. Sem consultar a comunidade, o empreendimento já havia começado a ser erguido, quando as empresas decidiram pôr em prática uma de suas etapas do plano, denominada "Reunião Informativa CQs" (STERLITE; DOSSEL, 2023, p. 28).

Aqui vale um breve histórico sobre como esta reunião foi arranjada e seus objetivos reais. A reunião fora arranjada por requisição da associação da comunidade, após curiosamente membros desta descobrirem sobre a existência do empreendimento e o silêncio sobre a consulta livre e esclarecida. Conforme depõe I.P. na ocasião da reunião:

> [...] Mas assim, a insatisfação de dizer que nós sabemos dessa... desse processo dessa linha de transmissão numa reunião que... a prefeitura tava falando que era informativa mas a gente nem sabia. Eu fui lá por acaso, representante da instituição que eu trabalho e cheguei lá eu vi Lagoa Grande e eu tomei um susto... e ai quando a gente busca esse... essa problemática pra discutir aqui dentro da comunidade [...][13]

[10] Mais afetada por este empreendimento no municipio de Feira de Santana

[11] Documento ao qual obtivemos acesso das mãos dos próprios agentes envolvidos para que analisássemos junto à comunidade. Cabe dizer que há duas versões do mesmo documento que foram entregues para os pesquisadores e para os membros da comunidade em março de 2023: uma ampliada e outra reduzida. As análises feitas neste texto foram feitas com base na versão ampliada que assinam tanto a *SterlitePower* quanto a Dossel Ambiental Consultoria e Projetos Ltda. Ainda sobre esse documento é preciso destacar que ele foi produzido como exigência da FCP para que o empreendimento passasse dentro do território das comunidades.

[12] Que no PTQ aparece como empresa responsável pela consultoria ambiental para a relização das obras ligadas ao empreendimento.

[13] Fala realizada pela quilombola I.P. na ocasião da reunião informativa organizada pelas empresas proponentes do empreendimento no dia 25 de março de 2023. Acervo dos autores.

Contrariando as expectativas e as previsões de seu próprio PTQ, foi necessário que as empresas fossem provocadas pela comunidade para agendar uma reunião para discutir a ocupação que estavam promovendo dentro do território. Essa ação já denota a falta de comprometimento que havia para com a consulta à comunidade e o não cumprimento da convenção 169 da OIT. Cabe ainda dizer que, após este processo, a reunião fora divulgada por meio de um poster informativo colado pelas envolvidas em alguns lugares do município de Feira de Santana, instrumento de divulgação que era pouco elucidador e que falha com seu objetivo, uma vez que não foi empreendida uma grande campanha de chamamento dos membros dessa comunidade para participar da reunião.

**Imagem 02 –** Pôster de divulgação da reunião informativa organizada pelas empresas proponentes do empreendimento no Módulo I da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

**FONTE:** Acervo pessoal dos autores

Desde o princípio, conseguimos compreender a vanguarda da comunidade na organização de uma tática de contra-ataque à investida do capital sobre seu território. De fato, quando se trata da trajetória de luta pela terra das comunidades quilombolas de Feira de Santana, o histórico é árduo e nos remete, inevitavelmente, ao conflito ocorrido na década de 1970 na região que hoje é parte do território do quilombo Candeal 2 – irmão de todos os outros – e que ceifou a vida de uma liderança contra o apossamento das terras do povo negro daquela região. De acordo com Fonseca (2021):

> Na labuta dos trabalhadores rurais na década de 1970 sofreram problemas agravantes por essa questão da terra que resultou no assassinato de um companheiro […] Na boquinha da noite de sexta-feira do dia 6 de maio de 1976, ocorreu o assassinato do agricultor o Sr. Joaquim Pereira dos Santos, o mandato pela ordem do Sr. Manuel Portugal, que afirmava ser o dono das terras da fazenda Candeal (FONSECA, 2021, p. 60)

Sendo assim, a atitude da comunidade na reunião informativa não poderia ser outro senão da defensa da posse do seu território e da negação de seu uso para as engrenagens do capital expansivo que, historicamente, massacra a população negra brasileira. Durante a reunião, que contou com a presença de diversos funcionários da empresa e até mesmo de um servidor público do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desejava-se uma metodologia que colocasse em passividade os sujeitos da comunidade enquanto os "grandes homens" explicavam sobre a comunidade para os quilombolas dela. Contudo, logo essa metodologia caiu por terra, no momento em que o quilombola J.R. interrompeu a exposição do funcionário do INCRA e prontamente indagou:

> *Então gente... boa tarde, né? Pra todos e todas. Na verdade, esse momento é um momento... é... Bastante delicado pra gente... um pouco delicado para nossa comunidade, tendo em vista que essa linha de transmisssão vai causar impactos... digamos assim, impactos incalculáveis pra comunidade. E tem até a perspectiva de até extinguir a comunidade, pensando em posteridade dessa comunidade... Pensando nas perceptivas futuras dessa comunidade. Então assim eu gostaria de saber de R., o antropólogo, se... em termos de ritos processuais é... Tendo em vista que o Incra ele tá como órgão interveniente, tem uma legislação ambiental que perpassa todo esse processo... Eu gostaria de saber se em termos de legislação ambiental, desses ritos processuais, como é que tá essa questão diante dessa possibilidade de implantação e o respeito à comunidade quilombola no sentido de ser uma comunidade que ela tem um... digamos assim, ela, ela... Pela OIT, ela... a OIT garante que ela tem essa escuta prévia, informada, esclarecida e ao mesmo tempo ela tem autonomia de dizer se quer ou se não quer. Então eu gostaria de saber nesse sentido.*[14]

A fala do quilombola J.R. demonstra que há uma organização de autodefesa dos membros das comunidades, que busca garantir o exercício dos direitos conquistados historicamente pelo movimento quilombola para a proteção de sua vida, cultura e território. A partir da referida intervenção, conseguimos perceber que o processo de formação de quadros (GOHN, 1977) dentro dos movimentos sociais

[14] Fala realizada pelo quilombola J.R. na ocasião da reunião informativa organizada pelas empresas proponentes do empreendimento no dia 25 de março de 2023. Acervo dos autores.

figura um importante papel no âmbito deste conflito em andamento nos quilombos de Feira de Santana com o Estado e as empresas do ramo energético. Ao se valer da "OIT", como menciona ao fazer referência à Convenção 169, o quilombola coloca a empresa em uma situação complicada, já desmontando a legitimidade da metodologia prevista e disputando os rumos que a reunião "informativa" – como queriam as empresas – para que esta se transforme em consultiva.

Ainda mais provocativa, a resposta do antropólogo R., representante do INCRA, acaba resultando em um conflito ainda mais explícito, modificando o rumo da reunião, uma vez que este diz que:

> *A comunidade, por mais que ela diga que não quer o empreendimento, o empreendimento... pela legislação, não tem um mecanismo que possa garantir essa... esse freio. O que se pode fazer... e ai o papel da gente aqui enquanto instituição, é garantir que as comunidades tenham um diálogo com a empresa pra promover esse... esse...* ***algum tipo de barganha*** *no sentido de ah,* ***já que a obra vai ter que passar****, a gente quer negociar com vocês o que é que a gente tem direito... É mais nesse sentido.*[15]

Pelo teor da resposta do agente do Estado, a reunião desanda nesse momento e aguça-se o conflito. Tira-se a posse do território quilombola da comunidade e a transfere-se para empresas multimilionárias à serviço do capital nacional e internacional, oferecendo em troca mera "barganha" para se pacificar as relações.

As extensas 4 horas de reunião informativa são, a partir desse momento, marcadas por falas da comunidade que denotam indignação em relação à obra e suas implicações na vida cotidiana de seus moradores. Cabe aqui citar que, como comunidade quilombola rural, muitos desses sujeitos ainda sobrevivem da agricultura e da pecuária – essa em menor escala – tanto para venda quanto para subsistência e esse fator unifica as falas de críticas e desaprovação dos membros da comunidade para com o empreendimento.

Em todo o momento da reunião, falas como a do agente do Estado parecem reafirmar que a guarda do território não mais pertence à comunidade e sim à um conjunto de empresas que ganhou um leilão e agora querem invadir suas terras. As falas dos quilombolas, por outro lado, seguem um uníssono entendimento da histórica luta que levou à conquista das terras do quilombo Lagoa Grande e da necessidade de

[15] Fala realizada pelo antropólogo R. do INCRA. na ocasião da reunião informativa organizada pelas empresas proponentes do empreendimento no dia 25 de março de 2023. Acervo dos autores.

sua consulta sobre toda e qualquer movimentação a ocorrer nesse espaço, conforme demonstra a seguinte fala da senhora I.P.: "*Sabe? A gente tem 50 anos aqui de organização comunitária... Pra vocês dá uma girada, dá uma olhada e vê que foi diferente de outro lugar! Então aqui, o negócio é desse jeito!"*

Desse modo, a reunião informativa de março de 2023 dá o tom de como andam os conflitos sobre a terra quilombola. Buscando na história o motor de sua luta contemporânea, a comunidade demonstra a relevância de estar ativa enquanto grupo social que, na dinâmica de funcionamento da sociedade, está, historicamente posta na marginalidade. Ao fim da reunião, o fruto desses conflitos resulta em uma frustação dos agentes ligados ao empreendimento que encerram a reunião com o comprometimento de retornar com outra metodologia para se tentar uma mediação com a comunidade e, por conseguinte, caminhar para a instalação da LT 500kv em seu território.

O saldo, portanto, é positivo para as comunidades que, habituadas com a luta, conseguem, por vezes, travar o avanço legal do empreendimento e, de outra sorte, mesmo nos casos em que, como afirmou Andrade e Filho no caso da SE 230 kV, por "meio de um processo silencioso" o empreendimento "já está em execução" (ANDRADE; FILHO, 2021, p. 18), conseguem dar visibilidade às injustiças ambientais e produzir resistências. A reunião e a marcha denúncia configuram ganhos para as comunidades e reafirmam o papel histórico da luta do povo negro aquilombado por terra, território e proteção de sua vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, cabe ressaltar que ainda está em curso o conflito envolvendo a implantação da LT 500 KV nos territórios quilombolas de Antônio Cardoso e Feira de Santana, mas a contradição produzida e evidenciada pelas comunidades consegue demonstrar de maneira prática que a luta do povo quilombola no Brasil não teve fim com a abolição da escravatura, tão pouco com a conquista dos direitos pós promulgação da Constituição de 1988, pelo contrário, a resistência é um exercício constante e incansável que produz novas formas e alinha novas forças para compor os enfrentamentos.

Compreendemos que o racismo "é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento" (ALMEIDA, 2020, p. 32) e que o conflito em andamento analisado "demonstra que, na visão institucionalista, o racismo não se

separa de um projeto político e de condições socioeconômicas especificas" (ALMEIDA, 2020, p. 41), sendo este projeto, no caso analisado, *continuum* daquele que sustentou o forjar da nação com a ocupação portuguesa, chamado por Gorender (1978) de "modo de produção escravista colonial". No ato de observar os conflitos atuais que envolvem as comunidades, fica evidenciado que existe uma ligação íntima entre a luta encabeçada pelo povo negro durante o período escravista e a luta das populações quilombolas no Brasil contemporâneo, sendo assim uma demonstração de que, à serviço de um projeto de Estado que nunca os incluiu, este está disposto a abrir caminhos para sua dizimação.

Cabe ainda dizer que as ações de resistência destas populações configuram uma forte existência de um movimento quilombola em Feira de Santana, que encontra em suas CRQs rurais tática, finalidade e organização. A luta deste povo não pode ser interpretada como resposta automática, mas precisa estar inserida dentro de um contexto que relaciona a experiência do quilombola no Brasil com a necessidade de lutar por sua existência desde o período colonial. Enquanto o capital for mais importante para o Estado brasileiro, os quilombos continuaram na vanguarda da defesa de sua existência através da resistência.

## REFERÊNCIAS


ANDRADE, Henrique O. FILHO, Eraldo da S. R. . **Conflitos territoriais e implantação de linhas de transmissão de energia**. Anais do XIV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: . Acesso em: 20 de junho de 2022

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito da história, 1940. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas Vol. 1: Magia e técnica, arte e política**. Tradução: Sérgio P. Rouanet. 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987. E-book (257 p.).

BRASIL. **Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988**. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências. [*S. l.*], 23 ago. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7668.htm#:~:text=LEI%20Nº%207.668%2C%20DE%2022,Art. Acesso em: 12 jan. 2023.

FONSECA, Luana C. **Memória de Luta**: conflito pela posse da terra em Feira de Santana - BA 1970-1980. Orientador: Prof. Dr. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira. 2021. 86 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, BA., Feira de Santana, BA, 2021. Disponível em: http://www.historia.uefs.br/arquivos/File/Monografias_Defendidas/2021/Monografia_L

uana_ Cardoso_Fonseca.pdf. Acesso em: 25 maio 2022

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão... [et al.].7ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, 1997.

GOMES, Flávio dos S. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo, SP: Claroenigma, 2015. Ebook (127 p.).

GONZALEZ, Everaldo T. Q.; ANDRADE, Maurício de. A Questão da Terra e o Trabalho Escravo no Brasil: violação do princípio da dignidade da pessoa humana. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, SP, v. 7, ed. 12-13, p. 59-69, jan./dez. 2007. DOI https://doi.org/10.15600/2238-1228/cd.v7n12/13p59-69. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/636. Acesso em: 13 jun. 2023.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

_____. Fundação Cultural Palmares. Portaria Nº 51, de 14 de maio de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Imprensa Nacional, n. Nº 93, p. 23 - 24, 16 maio 2007. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/05/2007&jornal=1&pagina=23&totalArquivos=72. Acesso em: 20 abr. 2022.

_____. Fundação Cultural Palmares. Portaria Nº 57, de 31 de janeiro de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Imprensa Nacional, n. Nº 25, p. 8, 31 jan. 2017. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/02/2017&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=88. Acesso em: 29 abr. 2022.

_____. Fundação Cultural Palmares. Portaria nº Nº 61, de 20 de maio de 2014. REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 16 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de Autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO. **Diário Oficial da União**: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, Brasília, DF: Imprensa Nacional, n. 95, p. 13, 21 mai. 2014.

IMPÉRIO DO BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. [*S. l.*], 2 out. 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 20 jun. 2023.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. 4ª. ed. São Paulo, SP: Selo Negro, 2011. ISBN 978-85-87478-99-3. E-book (1546 p.).

LUTA pela terra: território e agroecologia contra o latifúndio. In: TEIA DOS POVOS. **Portal da Teia dos Povos 2020 | Terra e Território**. Rio Grande do Sul, 21 ago. 2021. Disponível em: https://teiadospovos.org/luta-pela-terra-territorio-e-agroecologia-contra-o-latifundio/. Acesso em: 16 out. 2021.

MIRANDA, Bruno R.; REZENDE, Tayra F.; NUNES, Tiago de G. Movimento Negro e

a pauta quilombola no Constituinte: ação, estratégia e repertório. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, RJ, v. 10, ed. 1, p. 198-221, 2019. DOI 10.1590/2179-8966/2018/31335. Disponível em: 10.1590/2179-8966/2018/31335. Acesso em: 13 dez. 2021.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. 5ª ed. São Paulo, SP: Editoria Brasiliense S.A., 1981. 100 p.

REIS, João J.; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**: A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.

## FONTES

*DOCUMENTAIS*

ANEEL. **EDITAL DO LEILÃO Nº 02/2018-ANEEL**. Brasília, DF, 18 maio 2018. Disponível em: https://www.isacteep.com.br/Arquivos/Download/Leiloes_de_Transmissao/Edital_Leilao_de_Transmissao_022018.pdf. Acesso em: 31 mar. 2023.

STERLITEPOWER; DOSSEL. **Plano de Trabalho Quilombola (PTQ) da Linha de Transmissão 500 kV Porto de Sergipe – Olindina – Sapeaçu**. Brasília, DF. Janeiro de 2021. Acesso físico

*ORAIS*

Reunião Informativa no Quilombo Lagoa Grande com participação dos membros da comunidade no dia 23 de março de 2023. Gravação dos autores sob autorização de pesquisa emitida pela Associação Quilombola Comunitária de Maria Quitéria (AQCMAQ)

# A MEDIAÇÃO NA ENCRUZILHADA, A EXPERIÊNCIA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL POPULAR EM CASTRO/PR

Gustavo Steinmetz Soares[1]

**GT 2:** Mediadores em conflitos sociojurídicos no campo: assessorias, extensão rural e pesquisa-ação.

## RESUMO

Se por um lado temos a colonialidade do ser e do saber controlando, invisibilizando e sobrepondo saberes, por outro temos a criatividade e potencialidade de alternativas de saberes e seres que pisam no território. A institucionalidade vinculada a uma estrutura de poder colonial se espraia nos conhecimentos técnicos, procedimentos, legislações que fazem uma leitura opressora invisibilizadora de outros saberes. Como fazer com que um diálogo entre o conhecimento insitucional e as comunidades em situação de subalternidade não se torne um apagamento dessas por aquela. A partir do processo de planejameno territorial popular feito no Acampamento Maria Rosa do Contestado, no município de Castro (PR), este trabalho pretende pontuar algumas impressões dos desafios e ganhos feitos a partir do processo de mediação construído junto ao coletivo PLANTEAR da UFPR, caracterizando uma postura metodologica específica desde a perspectiva da pedagogia das encruzilhadas.

Palavras-chave: encruzilhada, colonialidade, subalternidade.

## INTRODUÇÃO

### Contexturalização

O PLANTEAR, projeto de extensão denominado Planejamento Territorial e Assessoria Jurídica Popular[2] da Universidade Federal do Paraná (UFPR), cujo

[1] Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do paraná, guguisbrow@gmail.com.
[2] Formado por grupos de extensão e pesquisa de áreas disciplinares diferentes. Na Geografia, o Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA), nas políticas públicas e planejamento urbano, o Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas (CEPPUR), na arquitetura e urbanismo, o

objetivo é fornecer apoio técnico e jurídico no âmbito dos conflitos pela terra e território e apoio em processos de planejamento territorial em comunidades rurais e urbanas no Paraná, tem estabelecido uma colaboração conjunta entre comunidades, movimentos sociais, universidade, instituições jurídicos e administrativas de Estado, com o objetivo de desenvolver conhecimento técnico-científico que apoie questões relacionadas a conflitos por terra e território.

No dia 24 de agosto de 2015, ocorreu a ocupação da Fazenda Capão do Cipó, localizada no município de Castro (PR), por famílias trabalhadoras organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa ocupação deu origem ao Acampamento Maria Rosa do Contestado, com a proposta de uma nova relação com a terra por meio da prática da agroecologia, em contraste com os monocultivos do agronegócio local. A área ocupada, que é de domínio público, despertou interesse do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pois estava sendo ilegalmente utilizada por instituições ligadas ao agronegócio da região há alguns anos.

Atualmente, uma parte da fazenda permanece sob uso irregular do Centro de Treinamento Pecuarista (CTP), enquanto outra parte foi transformada em uma comunidade, com casas, ruas e áreas de cultivo agroecológico. Essa comunidade adotou práticas de produção orgânica certificada em 100% da área e estabeleceu uma cooperativa para a comercialização de produtos, entre outras iniciativas, convivendo com um cenário de conflito entre diferentes interesses.

Em 2019, a Advocacia Geral da União entrou com uma ação de reintegração de posse, justificada pelo interesse do Instituto Federal do Paraná (IFPR) em estabelecer um campus no local. Em 2020, tanto a Defensoria Pública da União quanto o próprio MST solicitaram à Universidade Federal do Paraná (UFPR) a realização de um estudo técnico para avaliar a viabilidade do uso compartilhado da área.

O estudo foi incluído como evidência durante uma audiência conciliatória com o juiz, resultando na decisão de realizar uma inspeção judicial na propriedade para avaliar as condições de uso e ocupação. Essa inspeção ocorreu em novembro de 2020. As lideranças das famílias também apresentaram o estudo em reuniões administrativas conciliatórias com as instituições envolvidas no conflito.

No início de 2021, o IFPR manifestou sua desistência da propriedade, o que

Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) e no Direito, o Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular (MAJUP) Isabel da Silva.

alterou o curso do processo, uma vez que a base para o despejo era o interesse da instituição. No entanto, o agronegócio, juntamente com as instituições públicas SPU e AGU, encontraram outros mecanismos de manter o conflito e o risco de desapropriação. A nova demanda surge com a entrega do imóvel público para a entidade privada da CTP, indicada por uma Comissão do Ministério da Economia, que emitiu um ato público determinando a concessão como guardiã do imóvel, figura jurídica até então inexistente nesse contexto.

Ao mesmo tempo em que a institucionaidade jurídica inova e cria maneiras de manter o controle sobre o processo, a comunidade e o movimento social também o fazem na medida que entendem a necesidade da consolidação das comunidades, mesmo diante da situação incerta da ocupação e risco de integração, nos seus territórios, mostrando a potencialidade do seu uso da área ocupada inserida no projeto de uma Reforma Agrária Popular.

O planejamento territorial no acampamento está inserido em um movimento recente que amplia o programa da Reforma Agrária Popular, conforme mencionado pelo MST (2013). Baseado também no planejamento realizado no acampamento Padre Roque Zimmermann, no mesmo município, onde “as experiências concretas nos acampamentos e assentamentos já estão desbordando a forma em que o MST propõe o planejamento no documento aprovado em 2014.” (FALCADE-PEREIRA et al., 2020, p.15).

Com a ausência total de políticas de Reforma Agrária por parte do governo Bolsonaro, o Planejamento Territorial Popular, que acolhe a autonomia dos camponeses em relação às suas terras, torna-se uma ferramenta de resistência. Nesse sentido, acredita-se, assim como Falcade-Pereira et al. (2020), que a implementação de um projeto agroecológico e comunitário por meio do planejamento pode fortalecer o processo de resistência e demonstrar o compromisso da comunidade com a melhoria da qualidade de vida, como é evidenciado no acampamento Padre Roque. Os “princípios do cuidado com a natureza e com os outros, o fortalecimento da organicidade e da autonomia e a relacionalidade de todos os aspectos assumem forma no território” (FALCADE-PEREIRA et al., 2020, p.7).

Um desenho territorial, nesse processo, assume forma e constrói uma linguagem que vai permitir a comunicação entra a autonomia da comunidade e a institucionalidade. Sem a necessidade, por um lado, de cumprir uma extensa gama de requisidos, reservados a uma competência técnica que se distancia da realidade

da comunidade e, por outro lado, com uma linguagem que seja lida pela insitcionalidade como um caminho viável, fundamentado num compromisso técnico.

Em 2022 foi realizado um novo estudo técnico sobre a viabilidade e a consolidação da comunidade do acampamento Maria Rosa do Contestado. No mesmo o ano inciou-se o processo de planejamento territorial popular junto com a comunidade e o coletivo PLANTEAR. Dividido em duas etapas, (planejamento das áreas de moradia, e planejamento da área comunitária) o processo levou cerca de 1 ano e meio para finalizar. Foram realizadas um total de 11 oficinas, realizadas em média, mensalmente, com dinâmicas específicas para chegar em um desenho territorial que foi apresentado ao INCRA-PR como uma proposta de organização do futuro assentamento, de um planejamento territorial da comunidade na área.

## Postura metodológica

O privilégio epistêmico dos homens ocidentais gera injustiça cognitiva, privilegiando projetos imperiais/coloniais/patriarcais e desqualificando outras vozes críticas que reagem ao sistema mundo. Uma suposta superioridade norte-cêntrica imposta através de mecanismos institucionais através da dominação capitalista do mundo que se esconde atrás do discurso de universalidade. “O privilégio epistêmico e a inferioridade epistêmica são dois lados da mesma moeda. A moeda é chamada racismo/sexismo epistêmico (Grosfoguel, 2012), na qual uma face se considera superior e a outra inferior.” (Grosfoguel, 2016, p.27). O conhecimento produzido nas universidades ocidentais a partir de epistemologias do sul são considerados inferiores, “apartheid epistêmico” segundo o destaque de autor.

A filosofia cartesiana elevou o “Eu” a condição de Deus, que tudo vê, como produtor universal de conhecimento. Desde o dualismo ontológico onde separa mente e corpo Descartes equivale o Eu a Deus, de modo contrário o conhecimento seria produzido desde o corpo e por isso situado e localizado. Também sustenta a ideia do “Eu” universal o solipsismo epistemológico, onde a certeza de um conhecimento é produzida num monólogo interior, ignorando toda dialética de um corpo imerso em relações sociais. A produção do conhecimento pelo “Eu” desde um não lugar, uma epistemologia do ponto zero.

> A importância de René Descartes para a epistemologia ocidentalizada pode ser percebida 370 anos depois: as universidades ocidentalizadas

> seguem carregando o legado cartesiano como critério para validar a produção da ciência e do conhecimento. Mesmo os que são críticos da filosofia cartesiana continuam utilizando-o como critério para diferenciar o que é ciência ou não. (GROSFOGUEL, 2016, p.6).

A base para o penso logo existo é o conquistou logo existo, construída na expansão europeia sobre o mundo, que os colocou na condição de Deus. Porém, a relação entre esses se dá através do extermínio, logo existo desde o racismo/sexismo epistêmico usado para subjugar qualquer conhecimento feito a partir de corpos não brancos e não patriarcais.

Assim entende-se que a mediação universitária, baseada na conhecimento ocientalizado, vai estar carregando em si uma colonialidde espitêmica que, na hora de dialogar com as comunidades em situações de subalternidade[3], vai exercer uma pontencialidade de controle desses saberes territorializados. A certeza da verdade universal no território de vida e resistência, construído pela luta subalterna é posta em cheque e, para que isso não ocorra, vai tentar controlar, subjulgando e invisibilizando aqueles saberes.

Pearce (2018) afirma que essa certeza colonial do saber chegou ao seu limite, os pesquisadores acreditavam que sabiam para onde estavam indo, mas agora estão perdidos e precisam usar a pesquisa-ação para encontrar seu caminho. A história é vista com mais clareza agora, e entende-se que a história é um ônibus sem destino fixo. A autora destaca a importância de usar a pesquisa-ação para encontrar o caminho. Enfatiza a necessidade de trabalhar com participantes não governamentais para fortalecer a participação de acordo com as agendas de mudança. Também enfatiza a importância de gerenciar possíveis diferenças de poder dentro do grupo de pesquisa para garantir a qualidade de seu trabalho. Incentiva os pesquisadores a levar em conta os desafios das realidades atuais, como desequilíbrios de poder e recursos limitados, e a conduzir pesquisas rigorosas guiadas pela ética e pelos princípios de mudança e justiça social. Sugere então que devem redefinir e conciliar teoria e prática para entender melhor suas limitações e superá-las.

> Por consiguiente, fuimos aprendiéndolo a medida que realizábamos la investigación, lo que coincide con el carácter abierto del método de co-producción de conocimiento que permite a los participantes de una investigación ir fabricándola. Alfredo Molano lo resume perfectamente al escribir “avanzamos porque estamos perdidos”. (PEARCE, 2018,

[3] “El concepto de subalterno permite centrar la atención en los aspectos subjetivos de la subordinación en un contexto de hegemonía: la experiencia subalterna, es decir, en la incorporación y aceptación relativa de la relación de mando-obediencia y, al mismo tiempo, su contraparte de resistencia y de negociación permanente.” (MODONESSI, 2012, p.6).

p.357).

A pesquisa-ação como uma bússola para o avanço do conhecimento sendo um tipo de pesquisa que envolve participação ativa e colaboração entre pesquisadores e os sujeitos envolvidos no estudo. É um processo cíclico que envolve planejamento, ação, observação e reflexão, com o objetivo de melhorar uma situação ou problema específico, como uma forma de coproduzir conhecimento com as comunidades. “Permitir potencialidades abiertas nunca antes imaginadas en los procesos de investigación participativa es lo que la distingue de la investigación lineal, estructurada y enfocada en los resultados” (PEARCE, 2018, p.368).

Malheiro (2021), falando desde o contexto da mineração na Amazônia, amplia essa perspectiva ao nos convida a ouvir o território. Discute o conceito de territorialidade e sua importância na compreensão da relação entre humanos e seu meio ambiente. Enfatiza a necessidade dessa escuta e de pensar em outras (geo)grafias. Também faz referência às ideias de Walter Benjamin, que critica a modernidade (colonialidade) e a continuidade histórica do progresso (pensamento linear de evolução). Assim, mesmo com todo o caráter destrutivo da colonialidade e seu processo de dominação, olhamos para as ruínas e fragmentos da história que podem fornecer informações significativas sobre o passado e o presente, entendendo as vozes da terra e de seus habitantes para criar um futuro mais justo.

Ouvir o território envolve prestar atenção às vozes da terra e de seus habitantes, incluindo entidades não humanas, como animais e plantas. Isso significa reconhecer as diferentes maneiras pelas quais as pessoas e outros seres se relacionam e compreendem a terra e valorizar essas diversas perspectivas. “Se a geografia se funda na tentativa de compreensão da organização espacial da sociedade, chegou a hora de admitir que nosso interesse coincida com o interesse dos sujeitos instituintes das práticas que investigamos, pois que não há espaço e território sem saber” (MALHEIRO, 2021, p.190).

O autor mobiliza o conceito de outras (geo)grafias para pluralizar nossa compreensão da mesma e reconhecer a existência de vários mundos e formas de ser e assim desafiar as narrativas e práticas dominantes. Além “de pluralizar nosso sufixo, necessário se faz também pluralizar nosso prefixo Geo(s), pois são muitos os “mundos” que essas grafias expressam; daí falarmos em (geo)grafias, quiçá geo(s)grafias.” (MALHEIRO, 2021, p.202). Isso envolve explorar formas alternativas de entender e se relacionar com a terra. Essa abordagem desafia as noções

tradicionais de territorialidade que priorizam interesses moderno-coloniais sobre os das comunidades locais e do meio ambiente. Segundo o autor as formas de reexistência, ou resistência e resiliência, pelas quais as comunidades locais estão trabalhando ativamente para proteger seus territórios e meios de subsistência em face das ameaças, centralizam as vozes e experiências das pessoas mais afetadas por atividades e destacam a importância de formas alternativas de conhecer e se relacionar com a terra.

## DESENVOLVIMENTO

### O deslocamento colonial diante de uma postura decolonial e aberta de escuta

Desde uma postura mediadora que compreenda a colonialidade que carrega desde a episteme acadêmica e universitária, que esteja aberta e disposta a escuta das geo(s)grafias dos territórios de subalternidade, é possível uma pesquisa-ação sem o controle colonial dos saberes, tornando a mediação universitária um caminho contra a desigualdade epistemológica e territorial, onde o deslocamento dos saberes coloniais ocorrem, ou seja, os objetivos e as metas construídas desde os saberes coloniais são transformados pelos saberes de subalternidade. O que é possível mediante àquela postura mediadora.

Esse deslocamento ocorre em movimentos de transgressão e subversão constantes, percebidos desde uma pedagogia das encruzilhadas (Rufino, 2017) que trás a ideia do cruzamento entre saberes e mundos como forma de criar novas possibilidades. Na sua proposta o autor parte de saberes e espistemologia construída entono de Exu, um Orixá e divindade originária da cultura dos povos africanos Iorubá, e sua ressignificação no Brasil desde a diáspora negra no período do colonialismo e das religiões de matriz africando ou saberes de terreiro, como se refere o autor. Se recorre a Exu, que mobiliza um complexo de saberes e interpretações do mundo, principalmente no seu aspecto caótico e capacidade de transformar, de descombinar combinados para combinar descombinados, o que desperta significados não esperados que, aos poucos, vão construindo um outro saber. A dinâmica de Exu, então, permite o cruzamento entre saberes subalternos e colonizadores.

> ...no lugar de uma linha abissal, se postaria uma encruzilhada. Nessa encruza, Norte e Sul se entroncam. [...] a noção de

> encruzilhada moderna aqui reivindicada não rejeita as conceituações abarcadas pelo pensamento moderno. Porém, risco meu ponto sendo fiel ao princípio exusíaco, segundo o qual se engole de um jeito para cuspir de outra forma. Essa é a máxima da encruzilhada de Exu enquanto enugbarijó – senhor da boca coletiva ou a boca que tudo come: engolir de um jeito para restituir de forma transformada. (RUFINO, 2017, p.13).

Ou seja, ao invés de superar a distância entre a institucionalidade, construídade desde a colonialidade, e os saberes subalternos com o controle desses, fundamentado em crença universal, daquela sobre essa, deslocar a colonialidade através da encruzilhada, onde não se descarta um saber ou outro e, de outra maneira, não se supera nem um nem outro, cria-se abertura para o novo. “A potência da encruzilhada encarnada nesse arranjo moderno a dinamiza como um campo de possibilidades, tornando-se ela o símbolo máximo do sentido de transformação, inacabamento, ambivalência, imprevisibilidade.” (RUFINO, 2017, p.13). Assim a postura mediadora está disposta a ser transformada ou ter a sua proposta transformada pela comunidade, é uma postura que não busca um fim, por isso, inacabada, e por isso é sempre aberta a ressignificação, sendo ambivalente no sentido de aceitar sentidos múltiplos e contraditórios dos seus saberes, técnicas e ferramentas, e aceita a imprevisibilidade na medida que aceita a incerteza e não busca um resultado fixo do processo, mas que pode ser deslocado pela autonomia das comunidades subalternas sobre seus saberes.

Assim como a proposta da pedagogia da encruzilhada não se descarta nenhum saber, a postura mediadora, que se dá sob aquelas características, terá a colonialidade presente na sua episteme submetida ao deslocamento, entendida assim sob uma epistemologia de Exu.

## Deslocamentos em uma mediação aberta

Um planejamento territorial convencional de assentamento, ou plano de desenvolvimento de assentamento, é um estudo complexo com conteúdos e etapas bem definidas desde a institucionalidade do INCRA. Tais estudos geram documentos extensos que determinam melhores formas de uso de uma área, visando o desenvolvimento do assentamento. No processo do Maria Rosa do Contestado se percebeu que a lógica por trás de um PDA prioriza um desenvolvimento econômico

alheio à realidade e fechado a alternativas. Durante a execução dos estudos de viabilidade no processo jurídico entrou-se em contato com estudos de laudos agroeconômicos, uma ferramenta do INCRA que indica previamente a viabilidade de assentamentos. O documento em questão, produzido pelo INCRA um ano antes do acampamento, considerava um projeto de assentamento de 20 famílias em áreas de 22 hectares voltadas à produção de leite, atividade principal da região na época. O custo da implementação de um assentamento nesses moldes se inviabilizaria pelo custo. O documento apareceru recorrentemente referenciado nas audiências como indicação da inivaibilidade de um assentamento o que justificaria uma reintegração de posse. Mesmo diante do estudo apresentado sobre a viabilidade e consolidação da comunidade desde a perspectiva social, econômica e ambiental com um projeto alternativo de produção de sementes crioulas e hortaliças orgâncias, a postura contrária desde a institucionalidade se manteve ao longo do processo.

No início do processo de planejamento territorial popular a demanda mais urgente apresentada desde a comunidade foi a implementação de áreas de moradia de 1 hectare, que se configurariam como quintais produtivos das famílias. Nesse momento a proposta da comunidade já deslocava, pela sua comprovada consolidação e viabilidade de permanência na área, a perspectivia insitucional do Estado, e também os conhecimentos convencionais de planejamento sobre a construção de uma proposta de planejamento territorial. Pois se atenderia a uma demanda que de início, para um planejamento convencional, não seria a primeira questão. Qual seria a capacidade produtiva da área? Qual seria a absorção da produção da comunidade pelos circuitos de distribuição e comercialização? Como se daria a convivência com os arredores?

Com uma postura aberta o processo inciou de maneira incerta, porém, se deu também sobre uma dinâmica de co-elaboração entre a comunidade e a equipe mediadora, buscando então, atender a distribuição de áreas de moradia.

Ao longo de 6 encontros mensais, cruzando metodolodias particiativas como cartografia social, rodas de conversa, e técnicas de avaliação da área como geoprocessamento, análise de declividade, de uso de solo, se chegou a uma proposta de desenho das áreas. Após essa etapa realizou-se mais 5 oficinas para o planejamento das áreas comunitárias. A cada oficina realizada se levaram propostas e sistematizações construídas desde o ambiente universitário, para incidar o diálogo com a comunidade. As etapas comunitárias compreenderam duas áreas, uma com

foco nas ações voltadas à produção, onde se tem agroindútria, cooperativa, galpão de máquinas, cozinha comunitária e depósitos. E outra com foco na saúde, lazer, educação e religiosidade. Também compreendeu esssa parte o uso de áreas de florestas e açudes, com menor atenção que as anteriores.

O cruzamento nas idas e vindas entre a comunidade e a universidade se percebeu na medida que os retornos se davam com muito mais pergundas e novas percepções do que respostas, se carecterizando numa dinâmica de movimento de espiral expansiva, onde as respostas e propostas desde as sistematizações levadas para a comunidade em cada oficina eram transformadas em outras questões sem necessariamente haver confirmações sobre aquelas. “Em um de seus mitos, Exu é apresentado como sendo o pião de Okotó (Senhor da evolução). Exu Okotó é representado pelo caracol, é ele o próprio inacabamento, por isso é também o que propicia a continuidade e o desenvolvimento.” (RUFINO, 2017, p.24).

Essas transformações refletem-se nas diversas formas, linguagens e funções que os mapas e cartografias produzidos ao longo do processo tiveram.

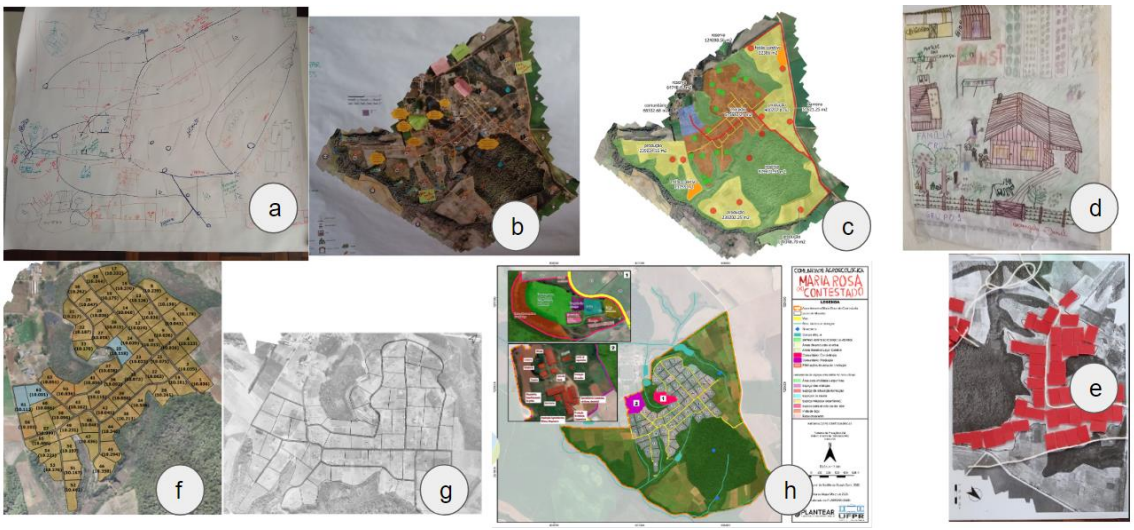



Figura 1 – representações cartográficas ao longo do processo: a) representação construída desde a comunidade em uma oficina baseada na metodologia de cartografia social; b) representação cartográfica sistematizada a partira da anterior desde a universidade, levada para comunidade que interveio na mesma; c) Sistematização da intervençaão anterior, serviu de base para propostas f e g; d) autorepresentação realizada pelas famílias a partir dos sonhos para áreas de moradia; e) representação da oficina chamada “bingo do maria rosa”, onde, sobre uma base de imagem de satélite a comunidade interveio com proposas de distribuição das áreas de moradia e estradas com material EVA e barbante; f e g) propostas sistematizadas desde a universidade para a distribuição das áreas de moradia; h) proposta final, a qual é chamada nesse texto de desenho territorial. Fonte: Organizado pelo autor a partir do acervo do Coletivo PLANTEAR (2023).

A função colonial[4] de um mapa está na delimitação, controle e legitimação de um território, também, para a leitura de uma espacialidade temática, de outra forma, há uma série de práticas participativas que subvertem o mapa convencional e, da mesma maneira, uma ampla discussão sobre os riscos na aplicação dessas metodologia que, mesmo sob a alcunha de participativas, favorecem a apropriação de saberes e o controle territorial[5]. Assim o que pode evitar esse controle é a postura mediadora que dá abertura para a incerteza permitindo seu deslocamento. Destaca-se a passagem da representação cartográfica da figura 1, no destaque "a" até o destaque "d". O formato de uma oficina cartografia social diante de uma postura aberta busca de qualquer maneira facilitar a intervenção e a autorepresentação da comunidade em seu território. Partindo de uma base (papel kraft) em branco e perguntas provocadoras se estimula e motiva a comunidade a interveir no papel, destacando para os participantes que não há maneira correta de se representar. Assim se constrói uma cartografia que desloca os saberes técnicos de representação cartográfica.

No segundo momento houve a tentativa desde uma perspectiva mais técnica de representar e sistematizar as autocartografias produzidas. Com a intenção de validar o entendimento do coletivo sobre a etapa anterior, construiu-se uma representação com linguagem visual iconográfico, marcado com perguntas e destaques. Na oficina realizada para sua validação ocorreu um deslocamento da proposta, a leitura do mapa pela comunidade não se deu no sentido de responder as perguntas e validar os destaques, a representação foi obervada e acabou servindo como plataforma de intervenção para a comunidade indicar, com a colagem de adesivos, áreas prioritárias para a moradia, o que resultou na representação "c". Para além disso as pessoas se aproximavam com a intenção de identificaram a localização da sua moradia na imagem de satélite. A representação "d" teve função importante no delocamento da representação "b", durante a oficina havia se planejado que cada família apresentasse seu desenho para a comunidade presente e, como um momento aberto e totalmente dedicado para a autorepresentação e fala da comunidade acabou ganhando muita força durante a oficina, deslocando e transformando outros momentos planejados, resultando na construção de um mural de sonhos, com a exposição desses desenhos. A figura 2 apresenta os momentos de intervenção,

[4] Para mais sobre a colonialidade da cartografia e do mapa ver Rocha (2015).
[5] Consultar a discussão sobre cartografias participativas em Acselrad (2008).

possibilitados por uma postura mediadora aberta.

Figura 2 – registros fe momentos de intervenção e deslocamento nas oficinas: a) momento de cartografia social; b) momento de apresentação das autorepresentações dos sonhos; c) momento de intervenção no mapa iconográfico. Fonte: Organizado pelo autor a partir do acervo do coletivo PLANTEAR (2023).

Os delocamentos percebidos ressignificaram as representações cartográficas e os planejamentos para seu uso durante as oficinas, ou seja, da mesma maneira que não ofereceram uma confirmação ou uma respostas imediata as questões prévias, ofereceram uma maior complexidade no entendimento do processo como um todo, caracterizando um moviemtno que não é linear e fechado, mas espiralado e aberto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que está sendo considerado como deslocamento da colonialidade se fundamenta no conceito de transgressão de Rufino (2017) que, na proposta de uma pedagodia das encruzilhadas como projeto anti-colonial define: “Transgressão = invenção de novos seres para além do cárcere racial, do desvio e das injustiças cognitivas.” (RUFINO, 2017, p.32). Assim o deslocamento é entendido com a criação de novos saberes para além da certeza colonial. Segundo o autor o cruzo não tem como objetivo a superação, ou a subversão, mas a transgressão, ou seja a invenção de novas possibilidades, seres e saberes, para evitar o controle colonial. Assim, considera-se que, enquanto mediação, um grupo que vem desde o ambiente acadêmico para o ambiente subalterno, carrega em si, nos saberes e técnicas, a colonialidade, ou seja, certezas de uma construção baseada e verdades universais ocidentalizadas. Então o que a postura aberta de mediação possibilita é o cruzo desses saberes para a criação novas possibilidades.

A perspectiva que Rufino traz ajuda entender os deslocamentos e como do cruzo traz uma perspectiva para o (des)encontro entre a colonialidade a subalternidade. Durante o processo de planejamento territorial popular trazido nesse texto os deslocamentos aconteceram em muitas outras dimensões e questões para

além do exemplo trazido pela cartografia, e para além, o olhar para o processo em si, criou-se uma possibilidade que tomou forma ao fim das oficinas, o que se chamou aqui de desenho territorial.

Como uma representação da proposta/retrato de organização territorial da comunidade para um assentamento, o desenho foi apresentado diante da presença institucional do INCRA, e outras insituições do governo estadual e municipal. Em um retorno positivo sobre todo o processo o desenho territorial significou uma proposta alternativa à perspectiva da instituição sobre a implementação de assentamentos sob uma nova perspectiva da reforma agrária. Assim entende-se que o desenho territorial que, por um lado não tem a complexidadte e extensão técnica de um PDA convencional e, por outro, não apaga os saberes, desejos e propostas da caomunidade em seu território e sua autonomia sobre o mesmo, surgiu como ma possibilidade de mediação entre a colonialidade técnica institucional e os sabres em situação de subalternidade. E isso se deu em diversas escalas, desde a colonialidade presente no conhecimento acadêmico, até a colonialidade da insituição pública estatal. E esse cruzamento foi possível desde a postura metodoloógica caracterizada em parte nesse texto, o que Rufino chama de ebó espistemológico.

> O ebó, nesse caso, vem a se configurar como o conhecimento praticado que, ao cruzar outros modos, os afetam, atribuindo a eles mobilidade, dinamismo e transformação. O ebó epistemológico vem a produzir efeitos de encantamento nas esferas de saber, as positivando na perspectiva da abertura de caminhos. (RUFINO, 2017, P.70).

## REFERÊNCIAS


ACSELRAD, H. Cartografias sociais e território / Henri Acselrad (organizador).-- Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

FALCADE-PEREIRA, I. B.; MONTENEGRO, J; ANDREOLI, M. C; ALCANTARA, R. K. Conflitos na Reforma Agrária e mundos possíveis no planejamento de um assentamento agroecológico no município de Castro-PR. In: SANSOLO, D; ADDOR, F; EID, F. (Organizadores). Tecnologia Social e Reforma Agrária Popular. UNESP, 2020, Volume I.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado – Volume 31. Número 1.

Janeiro/Abril 2016.
MALHEIRO, B. Ouvir o território e pensar por outras (geo)grafias: territorialidades em r-existência à mineração na Amazônia. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 15, n. 3, p. 188–205, 2021. DOI: 10.5216/ag.v15i3.70201. Disponível em: https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/70201. Acesso em: 19 jun. 2023.
MODONESSI, M. Subalternidad. Conceptos y Fenomenos Fundamentales de nuestro tiempo. UNAM, 2012, p.1-12.
PEARCE, Jenny, et al. "'Avanzamos Porque Estamos Perdidos'.: Reflexiones Críticas Sobre La Co-Producción de Conocimiento." Prácticas Otras de Conocimiento(s): Entre Crisis, Entre Guerras. Tomo II, CLACSO, 2018, pp. 356–80. JSTOR, https://doi.org/10.2307/j.ctvn96g1f.18. Accessado em 19 Junho 2023.
ROCHA, G. O. Narrativas cartográficas contemporâneas nos enredos da colonialidade do poder. UFPR, Curitiba, PR, 2015, 209 f.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

# GT3

# POSSE, OCUPAÇÃO, PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: DIÁLOGOS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE DOMINAÇÃO E CONCENTRAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DE TERRAS

**COORDENADORAS**

**CRISTINA MARIA MACEDO DE ALENCAR – UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL)**

**JANAÍNA TUDE SEVÁ – UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)**

## INTRODUÇÃO

O debate sobre a propriedade da terra nos processos de desenvolvimento nacional ocupa lugar privilegiado nos estudos rurais, compreendendo a questão agrária no enfrentamento às tendências e aos arranjos da dominação e da concentração privada de terras no Brasil e na América Latina. Historicamente, as experiências mais e menos recentes do que juridicamente se denomina por regularização fundiária sempre se constituíram a partir dos conflitos socioambientais e trabalhistas e enfrentaram a resistência de movimentos sociais e grupos políticos interessados em estratégias de acesso democrático à terra.

A **democratização fundiária como contraposição a projetos de dominação por apropriação privada e concentrada da biodiversidade, como totalidade** e projetos de **ação popular como resistência na garantia da cidadania de sujeitos rurais e atingidos pelo desenvolvimentismo urbano industrial e por megaempreendimentos**, norteiam a síntese que aglutina os artigos submetidos ao GT3 desse X Encontro da Rede de Estudos Rurais. Com esta ênfase discute-se **marcos legais e aparatos institucionais sobre regularização fundiária no Brasil e em países latino-americanos**, na **ambivalência e a disputa permanente sobre os sentidos da apropriação da terra**. Igualmente buscou-se valorizar os esforços dos e das autoras em **revalidar a questão agrária** na perspectivo do desenvolvimento rural e da justiça social, **demonstrando que ela está articulada a lutas não estritamente focadas nos direitos fundiários, mas também nos direitos por liberdade de culto e crença religiosa, por uma educação inclusiva da diversidade da juventude rural, por reconhecimento das múltiplas identidades e atuações do sujeito do campo, das florestas e das águas**. Destaca-se então que **estas lutas** não se fazem por sujeitos autodefinidos e essenciais, ao contrário, **se forjam nos conflitos e na perspectiva materialista histórica e dialética se definem neste antagonismo mas também reproduzem ambivalências nas suas estratégias de ação e reprodução social**. Os artigos estão agrupados em quatro eixos: Reforma

agrária na História e na Institucionalidade; Estatutos, Códigos e instrumentos legais de posse e propriedade da terra: reconhecimento ou criminalização da luta por direitos?; e por último, Políticas Públicas, Assentamentos Rurais e Reprodução Camponesa: estudos locais, processos globais.

RESUMO PANORÂMICO DOS TRABALHOS

Questão agrária, experiências e territórios identitários

No artigo **O direito à posse "por uma nesga": terras ancestrais e mineração em conflito no sertão baiano**, Fernando Gabriel Lopes Cavalcanti examina um processo de reintegração de posse da terra denominada Tabatinga de Barrocas, reivindicada pelo Terreiro de Axé Roxo Mucumbe de Hanzambi contra a intervenção da empresa Bahia Mineração (BAMIN). A análise documental dos argumentos e fundamentos de direitos revela que a disputa envolve entendimentos jurídicos sobre posse, propriedade e função social da propriedade e a atuação da polícia, da justiça, do cartório, de órgãos ambientais e de autorização para exploração mineral, em torno da narrativa dos integrantes da religião de matriz africana por estarem em "terra sagrada", por um lado, e visão da segurança patrimonial da empresa, por outro. A configuração de pessoa jurídica requerida para as duas partes formaliza a existência de duas coletividades humanas que conduzem práticas, religiosa e econômica respectivamente, fortemente distintas em disputa pelo que foi considerado como "uma nesga de terra". Segundo o autor, o processo é eivado de violência linguística fundamentada na oposição entre os usos da natureza, desqualificando o uso cultural e religioso, e de embates jurídicos. A disputa em processo hierarquiza a posse na relação com os usos e se estabelece na relação entre cotidianidade e Direito, cujas alterações implicam em transformação do espaço onde as celebrações religiosas têm implicações locais. A exploração mineral no "Projeto Pedra de Ferro" integra diversos municípios, atravessa por ferrovia vastas extensões do estado da Bahia, desemboca no Atlântico e singra os mares rumo à ordem internacional através da exportação do minério bruto". O processo continua.

No artigo **Posse Quilombola: resistências e fragilidades**, Gilda Diniz dos Santos, Girolamo DomenicoTreccani e Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega demonstram que a posse da terra no Brasil no sistema jurídico da propriedade,

regulamentado com a Lei 601, de 1850, não se coaduna com o modelo de dominialidade que acolha indígenas, negros/as e imigrantes. O modo comunitário das comunidades quilombolas associado à cultura constituem ameaças à posse quilombola para reconhecimento de sua condição coletiva num contexto de avanço da monocultura em grande escala ou mineração e de paralisação da política pública de identificação e reconhecimento, pelo Estado. Os autores problematizam e caracterizam a situação fundiária nacional e a formação do direito com destaque para a 2 propriedade individual, e recorrem a uma perspectiva interdisciplinar com método jurídico-compreensivo em defesa da propriedade coletiva. Os autores consideram que o modo de organização quilombola configura território, e buscam "compreender a relação com a terra das comunidades tradicionais, a sua (re)existência e a falta de recursos financeiros para regularização desses territórios" em conflitos sobre suas áreas; vislumbram, como implicação jurídico-compreensiva, "instituir uma 'igualdade material complexa, inclusive de reconhecimento das diferenças, banindo a ideia liberal de igualdade deformadora e opressora.' " Na formação da estrutura agrária brasileira, os autores reconhecem a posse como inerente, sendo que a grande posse passou a ser regulamentada visando a expansão da grande lavoura, sob retóricas de igualdade, mas efetivadoras da grande propriedade e produção de ausência das comunidades tradicionais. Os autores demonstram, a partir de análise orçamentária, a opção do Estado em não regularizar a posse das terras de comunidades tradicionais, legalizada na regulação jurídica, do que conclui pela necessidade de normatização adequada para considerar a diversidade e heterogeneidade das formas de apropriação territorial da terra.

**Mapeamento participativo em terra indígena Morro dos Cavalos – Instrumento de resistência e reconhecimento**, de autoria de Raul Borges Guimarães, Neide Barrocá Faccio e Luis Antônio Barone, resultou da necessidade de atuação colaborativa com a comunidade guarani, e parceiros de projeto integrantes de agências, para monitoria de áreas de conflito e ameaças causadas especulação imobiliária na Terra Indígena (TI) Morro dos Cavalos - situada no município de Palhoça/SC. Ocupada majoritariamente por famílias da etnia Guarani Mbya que aguardam a homologação de seu território pelo Executivo Federal. Os autores pretendem também subsidiar a organização de um sistema participativo de monitoramento da TI, recorrendo à interdisciplinaridade (cartografia social ou etnomapeamento) tendo o mapa como enunciado performático, mas problematizando

as implicações em termos da rotina formal da pesquisa decorrente do processo participativo da metodologia. Além das pressões sofridas pela especulação imobiliária e pela demora na homologação de suas terras, os Guarani vivenciam diversos litígios com os juruá (não indígenas). Diante disso, as ferramentas de monitoramento territorial devem fortalecer as redes de proteção à TI, integrando mais as lideranças indígenas em Morro dos Cavalos à equipe técnica do Parque da Serra do Tabuleiro, cujas áreas estão sobrepostas na quase totalidade dos seus limites. O artigo traz resultados positivos pela produção cartográfica dos 3 pontos de tensão e áreas de conflito que ameaçam a integridade da TI, diagnosticados mediante a integração com as ações de todos os agentes atuantes no território, e não apenas do povo indígena em foco; e pelo compartilhamento da base de dados com todos os envolvidos através da rede internacional de computadores; pelo referendum às proposições do PGTA quanto à segurança da TI em harmonia com o Plano e, sendo realizada pela comunidade observando princípios de prevenção, monitoramento e articulação com os apoiadores e os órgãos estatais responsáveis pela segurança da mesma e de sua comunidade.

No artigo **Posse da Terra, educação do campo e juventude rural: identidades em conflito**, Murilo Pinto Silva Santos discute a posse da terra como estruturante da sociedade no acesso a direitos fundamentais, como a educação, importante na perpetuação geracional no espaço rural. Estabelecida esta relação entre posse da terra e educação como direitos fundamentais, o autor dá foco à constatação da falta de acesso a oportunidades educacionais de qualidade pela juventude rural, e também da existência de currículos desconexos com as suas realidades, e extrapola o entendimento da regularização fundiária no sentido de estratégias fortalecedoras das comunidades locais, dos direitos dos povos indígenas e de políticas públicas para o desenvolvimento agrário e urbano justo. Aponta a concentração fundiária impactando as opções de residência pela elevação do preço das terras, produzindo segregação socioespacial, inclusive pela localização das escolas de melhor qualidade onde as terras são mais valorizadas no mercado de terras e, por conseguinte, com assimetrias de oportunidades de acesso aos direitos fundamentais. Estabelecidos esses parâmetros o texto discute detalhadamente a escola dominante como uma negação da vida rural através da não contextualização do currículo, instaurando os conflitos identitários entre jovens do campo e jovens da cidade e, como consequência, o êxodo rural desta população. Para o autor a

democratização da terra é um processo mais complexo do que regularização fundiária, envolvendo a “distribuição equitativa da terra, o fortalecimento das comunidades locais, a promoção da agricultura familiar e sustentável, a proteção dos direitos dos povos indígenas e a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrário e urbano justo”. Na escolarização sob projeto urbano, em relação aos jovens do campo, “percebemos nitidamente que eles não conseguem se compreender enquanto sujeitos desse processo. Contestando em muitas vezes, a importância da Escola em suas vidas. Porém, por outro lado, a Escola é ressignificada, passando a ser percebida como um refúgio das obrigações domésticas e do campo, especialmente relativas à higienização do lar, plantação, colheita, fertilização, dentre outros procedimentos”. A relação 4 entre a situação educacional e a democratização fundiária é, portanto, problematizada como totalidade social em que a posse da terra e educação são direitos fundamentais, que por sua vez acabam negligenciados a partir da de uma educação não contextualizada e retroalimentadora de desigualdades socioespaciais.

Reforma agrária na História e na Institucionalidade

Não propriamente em perspectiva global mas certamente em perspectiva histórica, Fernando Pedrazolli Filho e Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, em **Reforma Agrária como Processo Histórico: contribuições dos Estudos Culturais Ingleses**, discutem criticamente visões economicistas simplificadoras da realidade agrária a partir de contribuições teóricas dos Estudos Culturais Ingleses relativas ao uso, posse e ocupação da terra. Como pensar os assentamentos rurais, no atual contexto de “refluxo da reforma agrária”, definido, entre outros elementos, pela hegemonia da ocupação de território baseada na propriedade privada absoluta, resultando “em pressões, limites e dificuldades impostos à autonomia e à permanência na terra dos sujeitos que ali convivem”? Conforme os autores, a precarização das Políticas Públicas vulnerabiliza os assentados da reforma agrária, o que é demonstrado no debate histórico sobre a reforma agrária. Tal contextualização aponta para a perda de historicidade em decorrência do desenvolvimento rural induzido em base científica estritamente economicista de lógica capitalista, dualista e a-histórica, o que instaura e sustenta a hegemonia do agronegócio, utilizando-se para isso de “forte propaganda midiática, a criminalização dos movimentos sociais, a

estigmatização dos assentamentos rurais, o lobby político e um falso discurso salvacionista". O destino para agricultura estaria "fora do domínio dos próprios sujeitos históricos e das lutas historicamente travadas no meio rural brasileiro". Portanto, a consideração da reforma agrária como processo histórico requer a crítica ao economicismo a partir das contribuições interpretativas de Williams e Thompson, reafirmando a centralidade da historicidade no pensamento marxiano, que fora retirada na interpretação estruturalista althusseriana. Os estudos culturais ingleses fundamentam o caráter processual dos acontecimentos históricos, que resultam de ações e lutas travadas por agentes históricos, dotados de consciência, inseridos em contextos sociais específicos, sem rumo pré-determinado (Thompson) e a superação da distinção dualista (Williams) entre o que a interpretação estruturalista considera "material" ou "concreto", "ideal" ou "abstrato" superestrutura e infraestrutura bem como a sobreposição da teoria à realidade através da 5 prioridade atribuída às categorias analítica em relação ao processo da realidade histórica. Neste campo de estudos foram formuladas as categorias "costumes" (experiência vivida que atua em arena de disputas) e "economia moral" (integra dimensões não econômicas nas relações estritamente econômicas) que, "têm o poder de "unir" base e superestrutura, antes, separadas pelo economicismo e de reconsiderar a "agência" humana nos processos sociais". Com os fundamentos dos Estudos Culturais Ingleses, o trabalho reconhece os costumes a que os assentados da reforma agrária recorrem como, "um aparente paradoxo em que a alienação da propriedade é usada como estratégia para garantir a permanência na terra".

No trabalho que questiona: **Quem pode ser beneficiário da reforma agrária?**, de Nadia Andrea Hilgert, mergulhamos em análises empíricas e conceituais sobre como as instituições, ao longo da história e na dialética com a estrutura de classes da sociedade brasileira, lidaram com os sujeitos de direito da reforma agrária. Fica nítido no texto, uma análise à contrapelo de marcos legais e normativos (Thompson), que as categorias inseridas na Lei representam o processo de luta pela terra e mais que isso pelo reconhecimento social, político e jurídico do camponês, trabalhador rural, agricultor familiar, povos da floresta e populações tradicionais. Ainda que num ambiente estatal amplamente dominado pelas elites econômicas e políticas, tradicionais e contemporâneas, mormente vinculadas ao agronegócio, neste mesmo ambiente estatal que se travou a disputa pelos entendimentos, significados e lugares sociais das classes trabalhadoras do campo. Ao longo do artigo se revelam as

diferentes visões tanto sobre o meio rural, as vias de desenvolvimento nacional, os sujeitos do processo de modernização (econômica, produtiva, institucional e cultural) da sociedade nacional; quais visões se sobressaíram nos diferentes momentos históricos e quais os possíveis consensos para a garantia da existência jurídica, em sua diversidade, dos sujeitos de direitos da Reforma Agrária. Em um movimento pendular, que delimita o arco de alianças e oposições no contexto do debate sobre a questão agrária, a resposta dada à pergunta sobre quem pode ser beneficiário da reforma agrária? é construída demonstrando a reificação de valores e estigmas sobre os agentes sociais do campo. A imagem mais explícita do antagonismo entre classes proprietárias e trabalhadoras rurais pode ser definida a partir dos dois exemplos a seguir. Por um lado, a figura do proprietário e produtor rural vinculada como aquele sujeito dotado de uma vocação agrícola nata para estar no meio rural gozando de seus direitos (de propriedade, de acesso a crédito e assistência técnica, de sindicalização, etc), aquele “capaz” e “apto” a exercer o papel de agente de desenvolvimento local e de representante político. Por outro 6 lado, de forma geralmente desqualificada e subjulgada, está a construção da figura do sem terra ou com muita pouca terra mas sem título de propriedade (posseiros, trabalhadores rurais assalariados e não assalariados, rendeiros e meeiros, diaristas, etc) que sem a dotação vocacional para os negócios da terra, reforçando os estereótipos pejorativos sobre as camadas populares do campo, como “preguiçosos”, “inaptos” e “ineptos”, sem visão de mercado, etc. Assim, através de análise documental de leis e normas produzidas em diversos níveis institucionais, e no diálogo com a atuação das organizações de representação política das classes trabalhadoras do meio rural, a autora aponta para algumas reflexões: 1. as categorias definidas ao longo da história e inscritas nos textos normativos representam não apenas as visões dominantes sobre os sujeitos de direito da reforma agrária, mas por força da sua efetiva presença e demanda por reconhecimento, acabaram por incorporar ainda que de forma limitada e incompleta a diversidade identitária, geográfica, econômica, dentre outras dos verdadeiros beneficiários da reforma agrária; 2. que as normas são produzidas em diversas instâncias de representação nas quais é o embate de visões que movimenta e define o sentido final das categorias positivadas na Lei; 3. historicamente no Brasil, mas como nos regimes democráticos burgueses, a Lei pesa para o lado de uma concepção economicista e burocrática sobre os sujeitos sociais (no caso os beneficiários da reforma agrária), excluindo mais do que incluindo em seu exercício

de padronizar as trajetórias sociais, mas ainda é neste espaço e por meio de alguns avanços nas lutas sociais que a luta política incorpora novas e complexas identidades sociais do que poderíamos chamar de um campesinato brasileiro, como mecanismo de defesa de seus direitos sociais, como o acesso a terra.

Em toada semelhante ao artigo anteriormente comentado, Débora Franco Lerrer questiona e provoca: **Quem tem medo da reforma agrária? O recalque e a regularização fundiária**. A resposta é tecida através da análise sobre estatutos jurídicos e planos de governo que versaram sobre a questão agrária, identificando em cada um dos textos legais, primeiro o deslocamento, segundo a perda da centralidade e por fim o abandono da reforma agrária como ação estatal de promoção do desenvolvimento e da justiça social. No seu lugar, as instituições e a sociedade, na correlação de forças em que se sobressaem há séculos grandes proprietários de terra e hoje o empresariado do agronegócio e na imposição de alianças em prol da governabilidade dos governos de centro-esquerda no anos de 1988, consagra-se a regularização fundiária como propulsora das tensões sociais, das demandas políticas e das ações estatais no que diz respeito a questão agrária. Pode-se dizer que o texto afirma um esvaziamento do conteúdo reformista e de justiça social da política agrária e agrícola no 7 Brasil em favorecimento de mecanismo de incorporação de terras e trabalhadores rurais nas engrenagens da acumulação ampliada do capital, por meio de instrumentos de regularização da posse da terra em suas imensa e complexa diversidade sob a forma da propriedade privada da terra. Ao mesmo tempo o estudo revela que, ambiguamente, os diversos diplomas legais relativos à reforma agrária em nossa história republicana, mais enfaticamente de 1964 em diante, reconheciam demandas populares de acesso a terra bem como ser a reforma agrária um instrumento da justiça social e modernização política nacional, este reconhecimento se faz carregado de silenciamentos e recalques - objetivos e subjetivos - desta mesma perspectiva em favor das visões economicistas e burocráticas de acesso a terra. Garantindo por um lado a efetivação do direito à terra para parcela da população (ainda que em tendência decrescente em termos de famílias e áreas reformadas dos anos 1988 pra cá), mas permitindo a regularização e legalização de terras públicas, devolutas ou demarcadas, e de comunidades sem o título de propriedade, que foram objeto de grilagem e várias formas de obtenção ilegar de terras, inclusive a violência sobre posseiros e ocupantes de terras, como indígenas, ribeirinhos e mesmo assentados. Mas tiramos uma leitura resiliente do trabalho que evidencia também que

a propagação e profusão de normas, leis, acórdãos e decisões judiciais recalcando a reforma agrária, demonstra que os movimentos sociais por meio de sua resistência, enfrentamento e defesa de direitos sociais os obriga ao menos a jogar nas regras democráticas, recalcando suas formas tradicionais e ilegais de ação violenta e fraudulenta. Mais que isso, pela ocupação de instâncias estatais e de mediação, como estratégia de se manter no jogo, os setores dominantes da nossa sociedade se armam até os dentes contra a RA, até mesmo com as leis!

**Mujeres Rurales en Colombia, Situación y Enfoque en la Política de Restitución de Tierras**, de autoria de Lynda Mayerli Ospina Rengifo e Valdemar João Wesz Junior traz a como foco do artigo o “Programa Mulheres”, formalizado mediante Acordo 49 da Unidade de Restituição de Terras - URT, em 2019, para garantir a participação efetiva das mulheres pelo direito pleno de restituição das terras que foram forçadas a abandonar ou formalmente despejadas, visando um desenvolvimento rural equitativo. Os dados da URT indicam 13.939 demandas de mulheres por restituição de suas terras, das quais 3.469 obtiveram a sentença de restituição de 78.919 ha, beneficiando 19.642 mulheres. Na análise de documentos de governo, constatou-se a situação da mulher rural nos marcos legais de garantia de seus direitos, como resultado de mais de 30 anos de lutas sociais em contextos de violência. No referido Programa os direitos das mulheres visam ser implementados como mecanismo de 8 atenção restaurativa para vítimas de conflito armado. O trabalho aborda dados censitários que apontam alta concentração fundiária na América do Sul, reconhecendo, conforme revisão bibliográfica, as limitações metodológicas dos mesmos, particularmente no que se refere à questão de gênero, a qual é considerada apenas em termos do sexo do produtor principal. Do mesmo modo, apontam limitações em dados coletados por entrevistas sobre a organização do trabalho, que não dão visibilidade real ao trabalho da mulher, e que os dados relativos a mulheres que se identificam como gestoras principais aparecem apenas quando elas são as proprietárias da terra. Se considerada a situação política de conflitos armados em áreas rurais no país explica-se a maior complexidade na análise dos dados produzidos neste contexto, a exemplo dos relativos à desapropriação de terras, à propriedade rural e de acesso a serviços básicos, como a educação e o exercício da autonomia das pessoas. As mulheres na Colômbia são quase metade da população rural e pertencem a diferentes grupos étnicos, já as mulheres urbanas resistem em condição de pobreza multidimensional; representam ainda mais da metade das vítimas de

conflitos armados de 1985 a 2023. Mas muitas foram as lutas de mulheres camponesas, indígenas e afrodescendentes pelo reconhecimento de seus direitos conquistaram a Lei da Mulher Rural - 731 de 2002, a Política para a Mulher Camponesa (1984) e a Política Integral para Mulheres Colombianas (1992). Seguem as lutas por terra e territorialidade motivadas pelas discriminações em relação aos homens, pelo Instituto Colombiano de Reforma Agrária (Lei 135 de 1961), tanto em termos da gestão da produção e de acesso à terra, quanto em casos de separação conjugal, são conquistas ainda efetivamente incompletas.

Estatutos, Códigos e instrumentos legais de posse e propriedade da terra

Ao desenvolver o artigo **Função social da propriedade rural: análise da atualidade do Grau de Eficiência da Exploração (GEE)**, Jade Freitas da Silva, Leandro de Lima Santos, Iuri Emmanuel De Paula Ferreira, provocam o debate a respeito da real produtividade das propriedades privadas no Brasil, focalizando as grande monoculturas de exportação, de modo geral, e a cultura da soja, especificamente. Ao verificar que tanto em termos legislativos como em termos econométricos a forma de verificar a produtividade da agricultura brasileira está absolutamente defasada. Outra aspecto que merece ser atualizado, segundo o estudo, se refere à delimitação das áreas produtoras de soja, feitas no Brasil dos anos de 1970, ainda majoritariamente com uma população rural e com uma dinâmica agrícola produtiva e rentável localizada nas regiões Sudeste e Sul, denominadas de Paraná/São Paulo, 9 Sul (excluindo PR) e Restante do País; expressando nestes termos ainda em vigor uma distorção completa seja sobre a centralidade das duas primeiras regiões produtoras de soja em detrimento da terceira. Hoje em dia, conforme demonstrado pelo artigo, a maior região produtora é a Centro-Oeste, que existe apenas como região administrativa para o IBGE. Assim o trabalho foca sobre a adequação do Grau de Eficiência na Exploração (GEE) da principal cultura agrícola de larga escala no Brasil, a soja, ante aos níveis produtivos atuais". A pesquisa foi realizada criativamente articulando o arcabouço legal, em termos constitucionais a CFB de 1988 e em termos de leis regulamentadoras como a Lei Agrária de 1993; instruções normativas e portarias dos órgãos executivos e administrativos da reforma Agrária, como o INCRA; dados da produção agrícola em escala municipal, através do levantamento Produção Agrícola Municipal realizado periodicamente pelo IBGE; e

acresceram à metodologia da análises estatísticas com auxílio de programas computacionais, como o software estatístico R, dentre outros. Com este aporte metodológico, de análise das normas, e do exercício de projeção dos índices de produtividade redimensionando em termos populacionais, de desenvolvimento urbano, de estrutura fundiária, cotejado com os dados da produção agrícola propriamente dita, “o trabalho propõe com base no debate posto e no atual cenário da cultura da soja e da concentração de terras no País o recálculo dos índices de produtividade para a soja no território nacional, que subsidiaram novos parâmetros para definição dos GEE e do Grau de Utilização da Terra”. Os resultados são estarrecedores quando se observa a defasagem dos atuais parâmetros de aferição da produtividade agrícola no Brasil em especial para a soja, que interferem diretamente na disponibilidade de terras para a reforma agrária, bem como em uma subtaxação dos lucros. Do ponto de vista de uma política agrária, em especial de reforma agrária, o GEE e o GUT blindam propriedades privadas em descumprimento da função social da propriedade, com fundamentos nos artigos 185 e 186 da Constituição Federal. “Os resultados apontam para obsolescência dos índices mínimos de produtividade utilizados pelo INCRA quando contrastados com a produtividade atual da cultura da soja no Brasil, considerando valores fixados e agrupamentos regionais”.

Vicente Penteado Meirelles de Azevedo Marques, em seu artigo **Módulo rural e Módulo fiscal: reflexões a partir de um exercício numérico**, faz apontamentos em diálogo com aqueles trazidos pelo artigo antecedente, no que diz respeito aos instrumentos legais e técnicos de aferição dos índices de produtividade da propriedade privada da terra, conforme previsto desde o Etatuto da Terra de 1964 e regulamentado por outro diplomas legais, como a 10 própria Constituição Federal Brasileira de 1988, em seus artigos 185 e 186. O autor propõe “A compreensão do Módulo Rural e do Módulo Fiscal como instrumentos da ação pública portadores de técnicas e ferramentas próprias (...) mas não neutras”. Que revelam ao mesmo tempo uma intencionalidade de considerar especificidades regionais e sociais para a definição destes instrumentos, mas primam na prática por uma visão econômica para tal. Assim, como problematiza o artigo, além dos aspectos econômicos, as diferenciações entre as medidas dos módulos rurais por região deveria atualizar o contexto rodutivo local, a composiiçnao e dinâmicas populacionais, os traçados administrativos dos municípios e aspectos e leis ambientais nacionais e locais.

Marques reconhece que a formulação do Módulo Rural, sucedido pela criação do Módulo fiscal, data de um período em que diversas políticas públicas que são pautadas no nem tão atualizado Módulo Fiscal sequer existiam no período do ET1964. Interessante relevar a problematização da relação entre os dados do IBGE, que alimentam as informações utilizadas nos cálculos numéricos, e aqueles produzidos pelo INCRA sobre as propriedades rurais e suas produções, que em muitos casos podem ser considerados equivalentes, mas que de modo mais amplo, visando comparações mais precisas de diferenças regionais e locais, não dialogam. Neste sentido, até mesmo para operacionalização das normas existentes as bases de dados e informações que alimentam os exercícios numéricos carecem de padronização e constante atualização. Por trás das dificuldades inerentes da gestão territorial e fundiária em um país de dimensões continentais, da complexidade da estrutura institucional e administrativa que operacionaliza os instrumentos dos módulos, existe nas normas e nestes instrumentos, segundo o autor, uma concepção específica de desenvolvimento que enfraquece uma das suas essências que seria garantir que as propriedades privadas de terra cumpram com sua função social e ambiental. Nas palavras do pesquisador “A ênfase concedida originalmente aos aspectos de renda monetária, da produtividade e da lucratividade no cálculo do Módulo Rural refletiram – e ainda refletem – uma determinada concepção de desenvolvimento centrada na modernização das áreas rurais em detrimento de outros aspectos presentes, como o bem estar das famílias trabalhadoras, a conservação dos recursos naturais e a justa relação de trabalho”.

**Regulação e flexibilização da uso da terra do ponto de vista da norma ambiental no Brasil: os códigos florestais brasileiros de 1934 e de 1965 e a questão agrária**, texto apresentado por Janaína Tude Sevá e João Vitor Martins Lemes, também dialoga no campo da análise sócio-jurídica, o efeito da produção de normas e leis, no caso do Código Florestal Brasileiro (2012), sobre os limites de utilização da terra, seja sob a propriedade privada seja 11 sob o domínio público, ou ainda comunitário. O Código Florestal está em sua terceira edição desde que foi instituído em 1934, substituído pela Lei n. 4.771 de 1965 e atualizado pela Lei n. 12.651 de 2012. Certamente sofreu inúmeras alterações e adaptações, conforme as lutas sociais e disputas políticas de cada época, especialmente no que diz respeito aos objetos e objetivos para os quais se destinava a lei: “proteger” as áreas naturais de fauna e flora. Tratou-se de exemplificar no texto que, ao longo do tempo e não sem

conflitos, se estabeleceram regras para o uso e a exploração do solo e das riquezas naturais, seja pelo próprio Estado, pelos proprietários legítimos de terras ou ainda por qualquer cidadão ou cidadã brasileiros. Desta forma, a partir da revisão bibliográfica e normativa, o objetivo desse artigo foi de apresentar as rupturas e continuidades de concepções dos direitos de usos da terra, sob a forma da propriedade privada ou de áreas de proteção ambiental, nos diferentes períodos históricos que marcam a formação do Estado brasileiro. No estudo é possível observar o processo dialético da produção legislativa, gestada nos conflitos sociais e problemas ambientais de cada período, no embate entre visões sobre desenvolvimento e outros temas, e na luta política estabelecida na arena democrática e no regime ditatorial que vivemos enquanto nação. A ambivalência é outro traço presente na análise dos sentidos e posicionamentos dos grupos de interesse e atores sociais em pauta no debate da proteção ambiental enquanto imperativo societário. Ao fim, pode-se inferir que na tentativa de compreender como a legislação ambiental delimita e regula a própria noção de direito de propriedade privada da terra os autores buscam nos meandros da evolução (desenvolvimento) da norma as continuidades e rupturas dos caminhos trilhados e a serem trilhados na busca por uma estrutura fundiária mais democrática, igualitária, socialmente justa e ambientalmente equilibrada.

Políticas Públicas, Assentamentos Rurais e Reprodução Camponesa: estudos locais, processos globais

Neste tópico iniciamos com uma reflexão em perspectiva macroanalítica, a partir do artigo **O Ajuste Fiscal e a Expansão do Agronegócio sob a égide do Capital Financeiro**, de Ilena Felipe Barros e Kleber Andolfato de Oliveira. O presente artigo discute o ajuste fiscal e a expansão do agronegócio num contexto de neoliberalismo e capital financeiro. A metodologia da pesquisa abrangeu estudo bibliográfico e pesquisa documental; como também estudos sobre agroecologia como uma alternativa de superação do capital no campo. No 12 âmbito da pesquisa, constatou-se a gradativa redução dos recursos e dos investimentos nas políticas sociais, especialmente, na reforma agrária e agricultura familiar; resultando em desmonte, fragilização e ressignificação da presença do Estado nas políticas sociais. Ao debruçar-se sobre os dados, ficou nítido a prioridade do Governo Federal em

investir na produção de commodities em detrimento da agricultura familiar e, consequentemente a consolidação do agrohidronegócio no Brasil.

Em **Políticas públicas e estratégias de reprodução social camponesa em assentamentos rurais do centro-leste paulista**, Diogo Marques Tafuri, Joelson Gonçalves de Carvalho e Victor Marchesin Corrêa examinam as condições de acesso de camponeses assentados na região centro-leste do Estado de São Paulo às atuais políticas federais voltadas para agricultura familiar, na relação que estabelecem com as estratégias de reprodução social camponesa. Através de metodologia de análise de políticas públicas os autores constataram insuficiência e descontinuidade dos repasses financeiros, baixo grau de articulação com outras políticas relacionadas, existência de contingências de implementação relacionadas ao seu alto grau de descentralização, e existência de níveis distintos e distantes de decisão. Os autores assumem, epistemologicamente, que "a origem social diferenciada dos agricultores assentados deve ser apreciada dentro da heterogeneidade estrutural da produção agrícola familiar", e que a inserção numa região de produção sucroenergética tem afetado a recampenização e o reordenamento dos territórios pela presença dos assentamentos rurais. Os autores não problematizam a categoria camponeses que corresponde, no texto, aos assentados da reforma agrária, os quais são alvo de preconceito por terem adquirido terra por meio da luta política pela reforma agrária, num contexto de "construção simbólica hegemônica que desabilita os sujeitos sociais "sem-terra" enquanto atores políticos legítimos, limitando diretamente suas possibilidades de acesso e, portanto, a abrangência e efetividade das políticas públicas de fomento aos agricultores familiares viventes nos assentamentos rurais." A avaliação de tais políticas aponta comprometimentos para a reprodução social de grupos camponeses: liberação parcial de recursos implicando em uso "inadequado" do recurso específico liberado e endividamento; descontinuidade e intermitência de mercados institucionais que têm papel fundamental na reprodução dos assentados; feira livre como possibilidade de mercado seguro; indisponibilidade de água nos assentamentos; carência infra-estrutura de estradas do assentamento à cidade; diversidade produtiva do mundo rural mais contemplada no PAA do que PNAE;

Em **Trajetória do PNFC nos assentamentos Banco da Terra em Angatuba/SP**, Ronaldo Wilson de Godoi, Henrique Carmona Duval, Vera Lucia Silveira Botta Ferrante, Leandro de Lima Santos fazem, a partir de um estudo de caso, uma análise "um quadro mais amplo de desmantelamento das políticas públicas para

a agricultura familiar e de créditos fundiários, no qual se somam as perspetivas do programa de titulação dos assentamentos" contribuindo "para a compreensão de um processo que coloca em risco a segurança alimentar das famílias assentadas e a continuidade dos próprios assentamentos". Ou seja, como ademais a grande parte dos artigos propostos ao nosso GT, demonstram que as políticas governamentais voltadas para a questão agrária e para as populações rurais foca explicitamente nos atores e processos que fortalecem os grandes conglomerados proprietários e da cadeia agroalimentar em detrimento dos setores populares e trabalhadores do meios rural. Ou seja, o Estado enfatiza mecanismos de incorporação ao mercado de terras e de consumo de forma subordinada, valorizando os sujeitos da reforma agrária estritamente enquanto agentes econômicos menos importantes e quase ignorando sua existência enquanto sujeitos de direitos. Em face do IPNRA (1985) do PRONAF (1996), o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF, 2016) expressa este desmonte das políticas públicas que vinham sendo operacionalizadas entre as décadas de 1980 e 2010, aproximadamente, no sentido da promoção de direitos nos territórios rurais. Interessante destacar, diferentemente dos demais trabalhos, que este artigo vai se debruçar sobre o desenvolvimento histórico das políticas de governo para aquisição de terras reformadas como produto não da correlação de forças interna mas da geopolítica internacional e dos ditames de agências reguladores e financiadores supranacionais, como o FMI e o BIRD - que passam a orientar a reforma agrária para fins de diminuição de conflitos agrários que afetam diversos setores econômicos e sociais e ao mesmo tempo recomendar a adoção de políticas públicas com foco na questão fundiária e produtiva de assentados visando sua incorporação no sistema creditício, tendo o estado como fiador. Assim passa pelo programa Cédula da Terra, principal programa da chamada Reforma Agrária de Mercado financiada, adota nos anos 1990 no Brasil, chegando a dois casos de assentamento rurais em São Paulo fruto do Banco da Terra. mas o relato nos aporta de maneira empírica os processos vivenciados pelos assentados diante da existência das políticas públicas agrárias e agrícolas e as dificuldades em acessar as mesmas visando a efetivação dos seus direitos à terra em geral, e à segurança alimentar em particular. Assim, o artigo faz um estudo empírico sobre quais os reais alcances e entraves tanto da operacionalização do PNCF e demais políticas públicas agrárias acessadas pelos 14 assentamentos Banco da Terra 1 e 2, no município de Angatuba (SP), como um relato detalhado e qualitativo das estratégias adotadas pelos grupos assentados e suas

instâncias de organização e representação coletiva na efetivação dos seus direitos. Deixando por fim explícito que sem a atuação governamental para operacionalização de diversas políticas públicas de forma integrada (PNCF, PAA, PMMA, dentre outros), esta efetivação resta incompleta.

Fechamos com uma reflexão em perspectiva macroanalítica, a partir do artigo **O Ajuste Fiscal e a Expansão do Agronegócio sob a égide do Capital Financeiro**, de Ilena Felipe Barros e Kleber Andolfato de Oliveira. O estudo aporta o ponto de vista da economia política do regime internacional para situar-nos a respeito das motivações e modus operandi das agências globais e suas intervenções nas economias e estados nacionais quando se trata da temática agrária. Ao discutir o ajuste fiscal e a expansão do agronegócio num contexto de neoliberalismo e capital financeiro, por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental como também estudos sobre agroecologia como uma alternativa de superação do capital no campo, os autores evidenciam como as políticas públicas sociais, agrárias, ambientais, são moldadas há décadas sob a égide do capital financeiro e de suas agências reguladoras e financiadoras. Processo que se acentua a partir da década de 1990 e que pode ser visualizado internamente quando se observam as ações tomadas no Brasil visando por exemplo a promoção da reforma agrária, ou seja, implantando programas financiamento da compra de terras por assentados e não efetivando os instrumentos já previstos em lei, como a desapropriação de terras por interesse social ou por descumprimento da função socio-ambiental da propriedade, ou ainda utilizando terras públicas. Em outras palavras, este artigo demonstra a opção estatal, mais marcada em alguns governos do que em outros, por entrar nas engrenagens do mercado e sistema financeiro, aumentando a dívida externa por um lado, e endividando e jogando para a inadimplência ou irregularidade os beneficiários das políticas públicas. tema que pode ser observado em outros artigos aqui apresentados. Um dos efeitos destas escolhas dos Governos em submeter-se aos ajustes fiscais recomendados, ou a necessidade de submeter-se para continuarem sendo credores da confiança das financeiras, desdobra-se na “gradativa redução dos recursos e dos investimentos em políticas sociais, especialmente, na reforma agrária e agricultura familiar; resultando em desmonte, fragilização e ressignificação da presença do Estado nas políticas sociais”. Ao cabo, este artigo aponta diversas amarras da questão agrária no Brasil relatadas nos demais artigos, cujo fio da meada se atrela a estes mecanismos globais, hoje fortemente pautados pelos conglomerados

agroalimentares, por sua vez orgânicos ao sistema financeirizado da produção 15 agrícola, sob a forma das *commoditties* e mercados futuros. Como destacam os pesquisadores “Ao debruçar-se sobre os dados, ficou nítido a prioridade do Governo Federal em investir na produção de *commodities* em detrimento da agricultura familiar e, consequentemente a consolidação do agro-hidronegócio no Brasil”.

# POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO CENTRO-LESTE PAULISTA

Autoria principal do Trabalho
Diogo Marques Tafuri[1]

Coautoria(s)
Joelson Gonçalves de Carvalho[2]
Victor Marchesin Corrêa[3]

**GT 09: POLÍTICAS PÚBLICAS, SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME.**

## RESUMO

Na década de 1990, em decorrência da pressão política exercida pelos movimentos sociais atuantes no meio rural, o estado brasileiro passou a formular e executar políticas públicas com objetivo de atender os camponeses marginalizados pelo processo de modernização conservadora da agricultura nacional. Destarte, propomos neste artigo analisar as condições atuais de acesso de camponeses assentados na região centro-leste do Estado de São Paulo às políticas federais voltasdas para agricultura familiar, na relação que estabelecem com as estratégias de reprodução social camponesa. Com base na apreciação de dados empíricos, através de metodologia de análise de políticas públicas, foi possível constatar a insuficiência e descontinuidade dos repasses financeiros realizados aos programas públicos federais voltados à agricultura familiar, o baixo grau de articulação com outras políticas relacionadas e a existência de contingências de implementação relacionadas ao seu alto grau de descentralização e à existência de níveis distintos e distantes de decisão.

Palavras-chave: Políticas públicas; Agricultura familiar, Reprodução social camponesa; Assentamentos rurais; Estado de São Paulo.

## INTRODUÇÃO

[1] **Universidade Federal de São Carlos** - Programa de Pós-Graduação em Educação/ Núcleo de Pesquisa e Extesão Rural - diogo.tafuri@ufscar.br
[2] **Universidade Federal de São Carlos** - Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural/ Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural. **Universidade de Araraquara** - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - joelson@ufscar.br
[3] **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro** - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – victormarchesin@ufrrj.br

Tomados enquanto elemento constitutivo da ruralidade brasileira atual, os assentamentos rurais se configuram como fenômeno persistente cuja manifestação permite, dentro da análise de um horizonte temporal razoável, a problematização do *modus operandi* desta política de cessão de terras, considerando a importância dos espaços sociais de vida e reprodução da agricultura familiar para a construção da cidadania no campo (MOREIRA, 2009). Entretanto, as limitações históricas enfrentadas pelos assentamentos no tocante às possibilidades de sustentação de sua produção agrícola, como também da qualidade de vida cotidiana das famílias assentadas, subsidiaram o debate e fortaleceram o dissenso acerca de seu papel para o desenvolvimento agrário nacional.

No decorrer na década de 1990, especialmente em decorrência da pressão política ensejada por movimentos sociais atuantes no meio rural, o estado brasileiro passou a formular e executar políticas públicas (PP) com objetivo de atender, especialmente, camponeses marginalizados pelo processo de modernização conservadora da agricultura nacional (DE LOURENÇO et al, 2022). Em tal contexto, a categoria “Agricultura Familiar” (AF) foi concebida enquanto referência descritiva e analítica, “(...) capaz de abranger todas estas formas de agricultura, baseadas na associação entre trabalho, família e produção, bem como aquelas fundamentadas nos laços comunitários de natureza étnica” (WANDERLEY, 2017, p. 69).

Dentre as principais políticas de fomento à agricultura familiar (AF) criadas no período apontado, destaca-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), considerado um marco fundamental no reconhecimento formal e político da condição de agricultor de um amplo e heterogêneo conjunto de viventes no meio rural (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). Nos anos 2000, as políticas públicas voltadas à agricultura familiar se ampliaram, com destaque para a implantação dos programas de compras públicas e a criação de mercados institucionais, notoriamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Concomitantemente, se expande e solidifica um campo de pesquisas acadêmicas voltadas à compreensão de tais políticas públicas a partir de múltiplas dimensões (segurança alimentar, crédito, relações de gênero, educação do campo, entre outras), por meio de abordagens que privilegiaram sua efetividade no que tange à capacidade de garantir “(...) o prosseguimento e a sobrevivência das formas diversas de agricultura familiar no país, frente ao desenvolvimento recente e avassalador do

agronegócio e suas consequências territoriais" (DE LOURENÇO et al, 2022, p. 72).

No entanto, conforme pontua Grisa (2018), "(...) desde o segundo mandato da Presidente Dilma e, de forma mais clara, desde o seu *impeachment* e início do Governo Temer, outro referencial global foi ganhando força na política brasileira, o qual remonta elementos do neoliberalismo" (p. 46). Afirmam Leite e colegas (2023) que tanto a dissolução dos espaços participativos na administração pública como a ascensão de novos mediadores às instâncias decisórias do Estado, decorridas das mudanças político-institucionais ocorridas no período, alterou substancialmente a correlação de forças entre os atores na condução das políticas para a AF e de desenvolvimento rural. Deste modo, temos que a redução significativa da capacidade de reivindicação dos grupos sociais campesinos e a imposição política de paradigmas "eminentemente setoriais e produtivistas para o rural brasileiro" (GRISA, 2018, p. 45) favoreceram a consolidação, no interior do Estado e fora dele, de discursos e práticas a favor da austeridade e do ajuste fiscal, abrindo caminho para o esvaziamento sistemático das políticas de fortalecimento da AF e impondo obstáculos e desafios à reprodução social camponesa nos territórios.

Considerando, portanto, o processo recente de desmonte dos programas e ações de apoio à agricultura familiar, propomos neste trabalho[4] analisar as condições de acesso de camponeses assentados na região centro-leste do Estado de São Paulo a tais políticas setoriais. Por um lado, assumimos como pressuposto epistemológico que a origem social diferenciada dos agricultures assentados deve ser apreciada dentro da heterogeneidade estrutural da produção agrícola familiar, ensejando análises empíricas consistentes que permitam revelar complexidades e nuances do desmonte de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Por outro lado, a região pesquisada tem levantado o interesse de pesquisadores da questão agrária nacional e regional por se tratar de um território em que o desenvolvimento do setor sucroenergético (CARVALHO, 2011; FERRANTE; BARONE; DUVAL, 2012) tem afetado diretamente o processo contemporâneo de recampenização e de reordenamento dos territórios ensejado pela presença dos assentamentos rurais.

Metodologicamente, mobilizamos um referencial teórico de análise de

[4] O presente artigo é um dos resultados obtidos pelo desenvolvimento da pesquisa: "Nas franjas do progresso: efeitos socioambientais da produção canavieira nos estados de Alagoas e São Paulo", vigente entre fevereiro de 2021 e abril de 2023, a partir de articulação institucional entre UFSCar e UFAL e financiamento FAPESP/FAPEAL.

políticas públicas relacionado à literatura de *policy dismantling* (BAUER *et al*., 2012), nos munindo das contribuições de Leite et al. (2023), Grisa (2018) e outros pesquisadores que vêm se debruçando sobre a agenda de pesquisa atrelada ao desmonte das ações e programas de apoio à agricultura familiar. Para além da revisão de literatura especializada e da análise de documentos públicos oficiais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com camponeses (as) assentados (as) na região centro-leste paulista, representantes de movimentos sociais de luta pela terra e gestores públicos, de modo a possibilitar analiticamente o confronto de perspectivas diversas propostas pelos sujeitos sociais e evidenciar as múltiplas dimensões da totalidade do fenômeno.

## DESENVOLVIMENTO

### PRONAF

Em termos formais, o PRONAF pode ser considerado um marco em relação à formulação e execução de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, contribuindo com seu arranjo normativo para forjar e consolidar esta categoria política a partir de uma base social ampla e heterogênea. Criado pelo decreto nº 1.946/ 1996, o programa buscava, por meio do provimento de apoio técnico e financeiro, "(...) promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda" (BRASIL, 1996, p. 01). De acordo com Schneider, Mattei e Cazella, o manual operacional do PRONAF apresentava quatro linhas principais de atuação: 1) Crédito de custeio e investimento; 2) Financiamento de infraestrutura; 3) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares; 4) Financiamento da pesquisa e extensão rural (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). De acordo com essas linhas, o programa se dividiu em 9 subprogramas distintos[5], visando diferentes necessidades da AF e da população rural – entre eles, uma linha específica voltada ao financiamento dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

[5] https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf

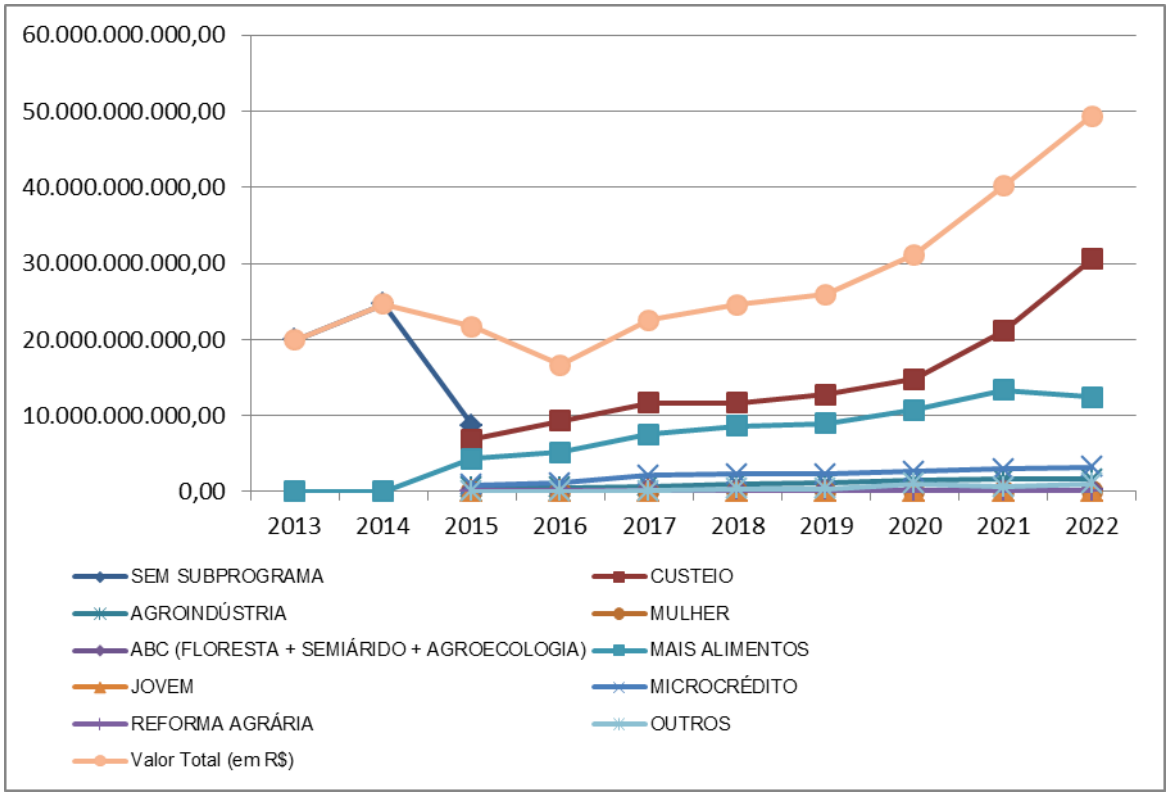
Em relação aos critérios estabelecidos pelo governo federal para o acesso às ações do programa, afirma Pires (2013) que, "(...) até julho de 2006, não havia uma legislação que normatizasse e estabelecesse diretrizes para a formulação de uma política nacional para a agricultura familiar" (p. 21). A promulgação da Lei nº 11.326/ 2006 finalmente estabeleceu os instrumentos orientadores de tal política pública, definindo a categoria dos agricultores familiares por meio da delimitação do tamanho da área da propriedade (menor que 4 módulos fiscais), da predominância da utilização de mão-de-obra familiar, e da definição de percentual mínimo da renda familiar originada por atividades econômicas realizadas no próprio estabelecimento (BRASIL, 2006). Considerando tais critérios, os beneficiários do PNRA estavam incluídos no rol de agricultores atendidos pela Política Nacional de AF.

Ademais, aos agricultores assentados também eram oferecidos programas de crédito específicos, empreendidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Aqui, destacamos o Crédito Instalação, financiamento oferecido pela autarquia para a acomodação inicial das famílias nos assentamentos rurais, subdividido em nove modalidades: 1) Apoio Inicial; 2) Fomento; 3) Fomento Mulher; 4) Semiárido; 5) Florestal; 6) Recuperação Ambiental; 7) Cacau; 8) Habitacional; e 9) Reforma Habitacional.

Ao analisar a estrutura de oferta de crédito de custeio e investimento do PRONAF entre os anos 2000 e 2010, Pires (2013) aponta uma tendência histórica do programa em concentrar os recursos financeiros destinados à execução de sua política de crédito aos grupos de agricultores familiares mais capitalizados, em detrimento do grupo majoritário de agricultores de menor renda, assim preterindo as populações assentadas, sabidamente mais empobrecidas. Os dados de execução do PRONAF relativos ao período subsequente ao estudo de Pires, correspondente ao período 2013-2022[6], indicam a continuidade de tal tendência histórica, dado que os valores operados nos programas destinados a tais grupos (Programa Reforma Agrária e Microcrédito grupo B) oscilaram de forma tímida e num patamar bem abaixo dos subprogramas voltados aos agricultores mais capitalizados, como se pode observar no gráfico abaixo.

**Gráfico 1 - Valor total dos contratos PRONAF, por subprograma (2013-2022).**

[6] https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural




**Fonte**: Banco Central do Brasil

Para além do baixo dispêndio relativo de recursos financeiros direcionados aos camponeses assentados, a desarticulação existente entre a execução da política de crédito agrícola e as demais políticas públicas destinadas ao programa de reforma agrária tendeu a tornar a inócuo o usufruto do crédito rural por parte dos beneficiários que lograram êxito em acessá-lo. De acordo com as entrevistas realizadas com agricultores assentados, constatou-se nos assentamentos rurais a ausência aguda de suporte externo à política de crédito oferecida pelo PRONAF, tais como a política de crédito instalação e a política de assistência técnica rural, entre outras que compõe o ecossistema de políticas públicas atrelado ao PNRA[7]. Conforme aponta um dos agricultores do assentamento Mário Lago (PDS da Barra), em Ribeirão Preto:

> Aí que vem a questão da água pra produção, o INCRA (...) a responsabilidade dele que era dar água pra produção (...) só que ele não fez nada disso, quem está fazendo são os assentados hoje, por conta própria. (...) Como vocês liberam crédito de 20 mil pra uma família que não tem água? Como que vai produzir? Realmente é um

[7] Conforme afirma Di Giovanni (2009), "(...) não existe qualquer política pública que se esgote em si mesma, como uma totalidade fechada", sendo que "(...) os suportes materiais de uma *policy*, podem ser definidos no seu próprio interior, ou mesmo, externamente, em outras políticas correlatas" (p. 18).

> crédito que foi liberado de qualquer jeito para as pessoas se endividarem (...). Ainda que eu consegui usar acho que 80% bem usado, fiz uma caixa de 50 mil litros, furei o poço, comprei uma Tobata e usei um pouco pra muda, e um pouco eu usei de uma forma errada, que eu acho que todo mundo usou, que é pra arrumar a casa, porque é um crédito que não veio pra isso né, o INCRA cobra muito isso, mas a gente fala pra eles, vocês começou a dar o dinheiro da casa pro pessoal, que na época era 7 mil, de 15 mil deu 7, aí não deu nem pra cobrir a casa, aí se você libera um dinheiro de 20 mil a pessoa vai fazer o que, vai ficar com a casa descoberta? Tem que cobrir, né? (**agricultor assentado**).

Conforme indica a insuficiência e até mesmo ausência histórica de recursos destinados à instalação inicial dos agricultores assentados, a desestruturação material da política de reforma agrária direcionada aos assentamentos rurais implicou no redirecionamento (e na maioria dos casos, em inadimplência) do crédito produtivo obtido por meio do PRONAF para o provimento das condições de instalação não satisfeitas pelo INCRA (de moradia e, sobretudo, água para consumo e irrigação). Zimmermann e colegas (2014) consideram que a privação do acesso à água é um elemento determinante para a reprodução social de grupos camponeses, ponderando sobre as condições de pobreza que marca a realidade rural brasileira[8]. Em nenhum dos assentamentos rurais visitados durante o período da pesquisa de campo, nos três principais municípios da região (Ribeirão Preto, São Carlos e Araraquara), foram instalados poços e redes de distribuição suficientes para fornecimento regular e provisionamento integral de água para os agricultores assentados.

Ademais, nos assentamentos pesquisados, as políticas de incentivo à comercialização dos produtos da agricultura familiar, desempenhadas por órgãos executivos federais (CONAB, Ministério da Educação), se revelaram como suporte imprescindível para que a politica de crédito do PRONAF pudesse lograr êxito. Deste modo, a descontinuidade e intermitência da transferência de recursos financeiros dos programas de compras públicas no período analisado (notoriamente o PAA), dificultou igualmente a operacionalização dos programas de crédito nos assentamentos rurais, na medida em que retirou total ou parcialmente a garantia de escoamento da produção agrícola nos mercados institucionais, e com isso a possibilidade de geração de renda para os camponeses.

[8] Os assentados também reclamam da condição das estradas dentro do assentamento e do acesso à cidade, dificultado pela ausência de transporte municipal, que impõem obstáculos à comercialização da produção local, bem como a educação de jovens e crianças.

PAA e PNAE

Após o início do processo de institucionalização das políticas públicas de fomento à agricultura familiar por meio do PRONAF, é importante destacar a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos, instituído no âmbito do Programa Fome Zero pelo artigo 19 da Lei nº 10.696/2003, e do Programa Nacional de Alimentação Escolar[9], regulamentado de acordo com a Lei nº 11.947/2009. Ambas as políticas nasceram como programas intersetoriais que, dentre outros objetivos, buscaram articular as políticas de apoio à agricultura familiar com aquelas de promoção de segurança alimentar e nutricional da população em situação de vulnerabilidade social, por meio da utilização de compras governamentais como mecanismo de estímulo e garantia de melhores preços para aquisição dos alimentos oriundos da AF, criando um mercado institucional para tais produtos (BRASIL, 2003; 2009a; 2009b).

Na ampla maioria das situações relatadas em campo, os programas de compras públicas adquiriram relevância fundamental para a promoção da comercialização da produção agrícola dos assentamentos rurais. Neste sentido, de acordo com a ampliação, retração ou corte total de recursos financeiros destinados às compras públicas da produção agrícola familiar, os agricultores tomaram suas decisões sobre a viabilidade ou não da realização de operações de crédito para investimento e custeio, como também sobre a forma de destinação de trabalho dos integrantes da família, no lote agrícola ou em trabalhos temporários na cidade. Assim, sua capacidade de se reproduzir como uma unidade social tende cada vez mais a depender do modo como operacionalizam as estratégias para organizar seu processo produtivo e a sua forma de inserção nos mercados.

Para analisarmos os efeitos da evolução da aplicação de recursos do PAA a nível regional, apresentaremos a seguir os dados relativos à execução da modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) nos municípios de Araraquara, Ribeirão Preto e São Carlos, entre os anos de 2011 e 2021[10]. Esta modalidade foi executada, no período assinalado, com recursos do Ministério da Cidadania, por meio de dois tipos de instrumentos: 1) Celebração de Termos de Adesão com

[9] A Resolução FNDE nº 38/2009 definiu a obrigatoriedade da aquisição de no mínimo 30% de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar.

[10] https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta

órgãos ou entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, e consórcios públicos; 2) Formalização de Termo de Cooperação com a CONAB.

**Figura 2 – PAA Modalidade Doação Simultânea (PAA/CDS). Órgão Executor: CONAB.**

| **Política Pública**: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) **Modalidade**: CPR-Doação<br>**Origem do Recurso**: Ministério da Cidadania **Órgão Executor**: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** |
| **Brasil - Valor Formalizado (R$)** | R$ 268.632.691,06 | R$ 361.956.818,70 | R$ 386.093.480,60 | R$ 178.676.296,62 | R$ 285.529.236,08 | R$ 241.079.416,96 |
| **Estado de SP - Valor Formalizado (R$)** | R$ 16.082.576,00 | R$ 46.923.450,76 | R$ 57.611.810,91 | R$ 51.235.172,46 | R$ 95.484.966,71 | R$ 50.445.050,18 |
| **Araraquara - Valor Formalizado (R$)** | R$ - | R$ - | R$ - | R$ - | R$ 601.000,00 | R$ 72.000,00 |
| **São Carlos - Valor Formalizado (R$)** | R$ - | R$ - | R$ - | R$ - | R$ - | R$ - |
| **Ribeirão Preto - Valor Formalizado (R$)** | R$ - | R$ 1.245.721,50 | R$ 1.430.054,15 | R$ 1.332.944,51 | R$ 2.491.233,35 | R$ 1.056.000,00 |
| | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** |
| **Brasil - Valor Formalizado (R$)** | R$ 181.763.097,38 | R$ 96.568.749,66 | R$ 55.775.238,46 | R$ 31.789.672,56 | R$ 217.653.868,42 | R$ 14.021.367,77 |
| **Estado de SP - Valor Formalizado (R$)** | R$ 21.636.635,72 | R$ 7.611.588,06 | R$ 3.286.891,60 | R$ 4.999.971,84 | R$ 14.679.388,78 | R$ 782.000,00 |
| **Araraquara - Valor Formalizado (R$)** | R$ - | R$ 192.000,00 | R$ 120.000,00 | R$ - | R$ 96.000,00 | R$ 170.000,00 |
| **São Carlos - Valor Formalizado (R$)** | R$ - | R$ - | R$ 58.745,90 | R$ 47.997,50 | R$ - | R$ - |
| **Ribeirão Preto - Valor Formalizado (R$)** | R$ 232.000,00 | R$ - | R$ - | R$ - | R$ 224.000,00 | R$ - |

Conforme a evolução dos gastos realizados pelo Ministério da Cidadania com o PAA/CDS no âmbito federal, estadual e regional, executados em parceria com a CONAB entre os anos de 2010 e 2021, percebe-se que houve um pico de recursos destinados à execução do programa no ano de 2014, considerando tanto o dado nacional agregado (R$ 285.529.236,08), quanto do estado de São Paulo (R$ 95.484.966,71). Do mesmo modo, constata-se uma queda vertiginosa em tais valores a partir de 2016, chegando a um montante de R$ 14.021.367,77 (soma dos estados) e R$ 782.000,00 (São Paulo), valores que representam apenas 4,91% do total investido no âmbito federal e 0,81% do total repassado ao estado de São Paulo em 2014.

Em termos regionais, a descontinuidade e intermitência da transferência de recursos financeiros do PAA no período analisado, resultado direto da redução do montante total do valor destinado aos estados e municípios para execução do programa, além de limitar as possibilidades de geração de renda para os camponeses, tem resultado em desconfiança por parte dos beneficiários em relação à garantia de acesso ao programa, ensejando limitações no que tange a efetividades

da aplicação das políticas públicas a nível local. Isto se evidencia tanto na fala deste agricultor do Assentamento Bela Vista, em Araraquara, como também no relato de um dos engenheiros agrônomos da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de São Paulo:

> Porque assim, vamos jogar que o projeto *[PAA]* é maravilhoso, mas e se ele virar as costas pra você? Já a feira jamais, a feira criou uma fidelidade. Porque assim, é perigoso, a gente não ter, tipo assim, eu vou produzir um couve flor pra vender no PAA, eu não consigo produzir para as feiras hoje (**agricultor assentado**).

> A questão das políticas públicas é o seguinte: infelizmente a política pública, ela não tem continuidade. A gente passou por um período muito bom de política pública, depois a gente passou por um período péssimo de política pública, e a gente ainda não tem uma resposta da política pública até agora. Então, a política pública, seja ela de compra, de financiamento, de renda, de qualquer coisa, ela tem que ter uma estrutura que funciona em continuidade, porque é muito complicado para o produtor, ele tem uma estrutura que produz continuamente e ele não ter o amparo (**engenheiro agrônomo**).

Sob a lógica do agricultor feirante, é imperativo buscar incessantemente a satisfação plena das demandas de seus clientes (em termos de tipos de produto ofertados, qualidade, quantidade e preço), seja oferecendo produção própria (muitas vezes limitada pela escassez de mão de obra familiar, infraestrutura produtiva, crédito, ausência de serviços de ATER) ou negociada. Assim, na visão daqueles que lograram, com muito trabalho, sucesso em tal estratégia de comercialização, a perenidade da clientela pessoal nas feiras é mais certa do que a continuidade da possibilidade de venda nos mercados institucionais. Entretanto, entre os agricultores entrevistados, o caso apresentado configura-se como exceção, pois na ampla maioria das situações relatadas os programas de compras públicas são responsáveis pela própria estruturação da produção agrícola dos assentamentos rurais.

Em relação aos recursos destinados ao PNAE, de acordo com os dados do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP, 2021), houve entre os anos de 2010 e 2020 um crescimento nominal de 42,3% no montante de recursos repassados aos estados e municípios, aumento insuficiente para cobrir a inflação do período de acordo com o índice IPCA. Em termos reais, os recursos destinados ao programa sofreram retração de 17,8% no período considerado, passando de R$ 5,6 bilhões em 2010 para R$ 4,6 bilhões em 2020. Em agosto de

2022, o então presidente da república Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), vetou o reajuste do valor de repasse ao PNAE aprovado pelo Congresso no âmbito da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que estabelece as bases para o orçamento do ano de 2023 e que previa a correção, pela inflação, desses valores para a oferta de merenda escolar, estagnados desde 2017.

Os dados relativos à execução do PNAE nos municípios de Araraquara, Ribeirão Preto e São Carlos entre os anos de 2011 e 2021[11] ainda permitem auferir a dificuldade ou falta de disposição do poder público municipal no cumprimento do percentual mínimo (30%) estabelecido por lei para compra da agricultura familiar com os recursos do FNDE. Na série histórica considerada, apenas no ano de 2015 a Prefeitura de Ribeirão Preto cumpriu a meta mínima de compra da AF (33%); no caso de Araraquara, o município descumpriu a execução do percentual mínimo em 5 anos (2011, 2012, 2013, 2014 e 2019), e no caso de São Carlos foram 4 anos de compras aquém do exigido (2013, 2015, 2017 e 2018). Em relação aos percentuais investidos, eles variaram no período entre um **mínimo** de 7,60% em Ribeirão Preto (2017), 17,87% em São Carlos (2017) e 9% em Araraquara (2014), e um **máximo** de 33% em Ribeirão Preto (2015), 44% em São Carlos (2014) e 41% em Araraquara (2016).

Outro aspecto relacionado à efetividade de acesso às políticas para a agricultura familiar por parte dos camponeses refere-se ao formato do arranjo institucional e aos distintos níveis de decisão estabelecidos entre União, estados e municípios para o cumprimento de seus objetivos. Assim sendo, as distintas regras que constituem o arranjo operacional dos programas de compras públicas podem impactar diretamente na estruturação da produção camponesa. Como aponta este agricultor do PDS da Barra:

> O PNAE pra gente, pra fazer agroflorestal, é um grande desafio, porque às vezes você consegue acessar aí num projeto, um produto, dois, e aí você tem dificuldade de fazer consórcio, entendeu? Então assim, na minha avaliação, para os sistemas agroflorestais ajuda, mas não é um PAA. Então, por exemplo, eu tenho um contrato de mil quilos de alface, mas no mesmo canteiro que eu produzo mil quilos de alface eu consigo produzir ali junto, saindo ao mesmo tempo, um pouquinho antes, eu consigo produzir mil quilos de rúcula, e aí o que

[11] https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar

> eu vou fazer com essa rúcula? (...) O PAA, por exemplo, ele alavancou muito as agroflorestas. (...) isso permitia que a gente fizesse, que a gente sonhasse com os consórcios nos sistemas agroflorestais porque tudo o que você produzisse você conseguia escoar. (...) E o mais bacana do PAA, e acho que muitos agricultores não conseguiam compreender, é que o PAA foi criado pra o excedente. Ele deu uma oportunidade, dá uma oportunidade pro agricultor pra abrir os seus negócios, montar suas coisas, o excedente que é escoado pro PAA (**agricultor assentado**).

No geral, a percepção dos grupos assentados é de que as compras públicas têm um papel fundamental para o desenvolvimento dos assentamentos da região e da produção agroecológica ali realizada. Conforme vimos, a execução do PAA ocorre tanto por meio dos Termos de Adesão estabelecidos entre prefeituras e governo federal (a partir da disponibilização de cotas anuais por agricultor de valores disponíveis para venda de alimentos, sem a necessidade de apresentação prévia de projeto de venda), como pelos projetos de venda enviados à CONAB (sendo que a definição dos tipos de hortifrútis passíveis de integrar tais projetos é realizada segundo uma listagem extensiva de produtos oferecidos pelos camponeses, incluindo aí as especificidades produtivas regionais). Destarte, seja com a elaboração de projetos de vendas mais diversificados e flexíveis, seja com a dispensa de sua elaboração prévia, a forma de execução do PAA permite com que o programa cumpra um importante papel no escoamento de excedente dos produtos não consumidos pela própria família, ou que não foram comercializados em mercados.

No caso do PNAE, podemos afirmar que do ponto de vista operacional sua gestão executiva ocorre de forma essencialmente descentralizada. É de responsabilidade do Governo Federal, por meio do FNDE, tanto a definição de suas regras de funcionamento quanto o repasse de recursos às secretarias de educação dos estados e municípios, entidades executoras da aquisição de alimentos para a merenda escolar no âmbito local. Ademais, sua estrutura operacional[12] também prevê a participação obrigatória de nutricionistas como responsáveis técnicos pelo programa, atribuição que envolve desde a elaboração dos cardápios, lista de compras e descrição técnica dos alimentos a serem adquiridos pelas entidades

[12] Também devemos destacar dentro de tal estrutura o papel dos Conselhos de Alimentação Escolar, responsáveis pelo controle social da execução PNAE e pela avaliação da prestação de contas das entidades executoras, com emissão do Parecer Conclusivo.

executoras, até a orientação e capacitação de agricultores familiares e merendeiras da localidade (TCU, 2017).

Considerando tal arranjo, as possibilidades de acesso do conjunto de camponeses assentados às compras públicas realizadas no âmbito do PNAE são também definidas pelos termos sobre os quais é elaborada a chamada pública, que por sua vez estabelecem as regras do processo de seleção das propostas apresentadas pelos agricultores familiares. A possibilidade de escoamento dos produtos é limitada, primeiramente, pelo leque restrito de tipos e quantidades de alimentos que compõe a tabela de itens a serem adquiridos via chamada pública, estabelecido por sua vez pela previsão de consumo das escolas, de acordo com o cardápio preparado pelas nutricionistas. As exigências contratuais são mais rígidas, pois se exige dos camponeses (individualmente ou agrupados em cooperativas) a definição prévia de um projeto de venda que deverá cumprido dentro de um prazo de tempo estabelecido pelo cronograma de refeições das escolas, o que exige a realização de planejamento produtivo mais rigoroso.

Para além dos critérios legais definidos para classificação das propostas[13], os tipos e quantidades de hortifrútis a serem adquiridos por meio da chamada pública, assim como os preços que serão praticados, apresentam-se enquanto elementos determinantes para favorecer ou limitar o acesso dos camponeses assentados a tal política. Na prática, as decisões em relação a tais aspectos são tomadas pelas equipes executoras de forma mais ou menos unilateral, a depender da abertura ao diálogo e às negociações que as secretarias municipais e estaduais estão dispostas a promover com o conjunto dos agricultores familiares da região. No caso dos camponeses estabelecidos em assentamentos rurais, esta abertura é dificultada, entre outros motivos, pelo preconceito que tais pessoas ainda sofrem por terem adquirido terra por meio da luta política pela reforma agrária.

Em acordo com Di Giovanni (2009), é possível entender o campo das *polycies* como um universo que expressa modos particulares de manifestação da cultura, na medida em que as realidades sociais dos formuladores, implementadores e beneficiários das políticas públicas é permeada por valores que configuram seus modos distintos de ação e reflexão, ligando-se estreitamente com as possibilidades de consecução dos diferentes interesses e objetivos postos em jogo por eles dentro

[13] A Resolução CD/FNDE nº 04/2015 define prioridade para contratação de fornecedores locais, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2015).

do arcabouço institucional, operacional e normativo existente. Deste modo, políticas com arranjos operacionais descentralizados tendem, cada qual a seu modo, ampliar a margem de autonomia das decisões dos implementadores, uma vez que a operacionalização das variáveis executivas não é controlada diretamente por quem formula e normatiza o plano de ação da política pública.

Conforme indicam os relatos dos agricultores nas entrevistas realizadas, tal *modus operandi* tem ensejado a ocorrência de situações que favorecem a manifestação, por parte dos técnicos executores, de idiossincrasias que limitam o cumprimento normativo adequado dos procedimentos regulamentados, no bojo da tomada de decisão sobre a concessão de crédito ou à execução das chamadas públicas, por exemplo. Assim, é possível perceber a existência de uma construção simbólica hegemônica que desabilita os sujeitos sociais “sem-terra” enquanto atores políticos legítimos, limitando diretamente suas possibilidades de acesso e, portanto, a abrangência e efetividade das políticas públicas de fomento aos agricultores familiares viventes nos assentamentos rurais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, a análise das condições de acesso das políticas públicas voltadas ao fomento da categoria dos agricultores familiares, e que incidem sobre os camponeses viventes nos assentamentos rurais, permite constatar que, especialmente num período de retração e desmonte das ações e programas para AF, o acesso a tais políticas ainda está restrito a um número limitado de agricultores, não conseguindo abranger os camponeses menos capitalizados. Segundo a análise empreendida, as políticas públicas avaliadas caracterizam-se pela insuficiência e descontinuidade dos repasses financeiros realizados, pelo baixo grau de articulação com outras políticas relacionadas (o que define a ausência de suporte externo para suas ações) e por contingências de implementação relacionadas ao seu alto grau de descentralização e à existência de níveis distintos e distantes de decisão. Para agir dentro de um espaço social institucionalizado, pautado por um conjunto regras burocráticas rígidas, ainda é exigida dos camponeses assentados uma alta capacidade de organização gerencial, administrativa e financeira, mas também legitimação política para interpor-se em tais espaços e fazer faler seus interesses específicos.

REFERÊNCIAS

BAUER, M. W. et al. (Org.). **Dismantling public policy: preferences, strategies, and effects**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BRASIL. **Decreto no 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

_____. **Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2003.

_____. **Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar. Brasília. Congresso Nacional, 2006.

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília: Congresso Nacional, 2009a.

_____. **38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília: MEC, 2009b.

_____. **Resolução/CD/FNDE nº 4, de 02 de abril de 2015**. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília: Ministério da Educação, 2015.

_____. **Decreto Nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília: Congresso Nacional, 2017.

CARVALHO, J. G. **Questão Agrária e Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo**: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CMAP. **Avaliação Executiva do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília: Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, 2021.

DE LORENZO, H. C., NASCIMENTO, A. S., RAMALHEIRO, G. C. de F., & Almeida, L. M. de M. C. (2022). Análise bibliométrica das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Retratos de Assentamentos**, 25 (2), 63-89.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa NEPP/UNICAMP**, n°82, 2009, p. 01-29.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; DUVAL, H. C. O final de um ciclo? Reflexões sobre assentamentos rurais no Estado de São Paulo. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 5, n. 1, jul/dez. 2012.

GRISA, C. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais. **Raízes**, v.38, n.1, 2018.

LEITE, S. P.; SCHMITT, C. J.; GRISA, C.; SILVA, M. A. P.; ZIMMERMANN, S.; BARBOSA, Y. S. Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas: a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. In: GOMIDE, A. A.; SILVA, M. M. S.; LEOPOLDI, M. A. (Orgs.) **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023.

MOREIRA, R. J. Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 11, p. 57-88, 2009.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A.. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural.** Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

PIRES, M. J. S.. Contradições em processo: um estudo da estrutura e evolução do Pronaf de 2000 a 2010. **Texto para discussão n. 1914**. IPEA, 2013.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília: TCU, 2017.

WANDERLEY, M. N. B.. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P.. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. (Parte II, p. 66-83). Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

# QUEM TEM MEDO DA REFORMA AGRÁRIA? O RECALQUE E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A regularização fundiária tornou-se a palavra enunciada pelo meio político para falar de política agrária, através de sucessivas leis propostas no Congresso Nacional que desmantelam regramentos constitucionais como o que determina a realização de uma reforma agrária no país e o reconhecimento de direitos territoriais dos povos indígenas e populações quilombolas. Apesar de estar associada às medidas tomadas após a derrubada da presidente Dilma Roussef, o privilegiamento da regularização fundiária dentro da política agrária do Estado brasileiro já havia começado durante as gestões petistas anteriores, mais precisamente com a aprovação do Programa Terra Legal, em 2009, o surgimento da tese do "marco temporal" durante os debates para a homologação da terra indígena Raposa da Serra do Sol, a progressiva queda de criação de assentamentos rurais a partir de 2007 e uma lei promulgada no Governo Dilma para facilitar a titulação de terras destinadas para a reforma agrária. Este artigo procura refletir sobre este processo de contra-reforma agrária em curso no país desde 2009.

Débora F. Lerrer[1]

Palavras-chave: questão agrária, recalque, Golpe de 64, conflitos no campo.

## INTRODUÇÃO

Há um pouco mais de uma década, a política agrária passou a ser enunciada hegemonicamente com o termo "regularização fundiária" de modo que esta deixou de ser associada ao preceito, da Constituição de 1988, que define que "a destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano

[1] Jornalista e doutora de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde trabalha como docente e pesquisadora. E-mail: deboralerrer@ufrrj.br.
https://orcid.org/0000-0002-6674-8973

nacional de reforma agrária" (artigo 188). Esta guinada está associada ao lançamento do programa Terra Legal, em 2009, pelo Governo Lula[2], que tinha o objetivo de conceder títulos reconhecidos pelo Estado para os ocupantes de terras públicas, na região amazônica, sob a justificativa de que se a terra estivesse privatizada, ou seja, atrelada ao CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) de alguém, seria mais fácil coibir o desmatamento, pois haveria alguém a ser penalizado por não cumprir o Código Florestal, que na época do lançamento do programa, era ainda a versão de 1965, derrubada em 2012, durante primeira gestão de Dilma Roussef (2010-2014). Importante observar que este consenso para a solução do "caos fundiário" amazônico reuniu tanto os "ruralistas" como "uma parte expressiva dos atores do campo socioambiental, político, acadêmico e dos movimentos sociais" (Menezes, 2023, p.510). Vale destacar que o Terra Legal foi lançado como uma política fundiária estrutural, visto seu grande alcance, ao pretender regularizar 58,8 milhões de hectares de terras públicas. Além disso, foi lançado em um período em que o presidente Luís Inácio Lula da Silva estava no auge de sua popularidade, no fim de seu segundo governo.

Artigo de Thereza Menezes (2023), que detalha minuciosamente todas as políticas fundiárias que foram sendo adotadas para ampliar a regularização fundiária na Amazonia, observa que a reforma agrária via desapropriação de imóveis foi adotada no primeiro governo Lula para ser abandonada em seu segundo mandato quando, então, a partir de 2007 se estabelece:

> um novo regime de verdade, elegendo-se a ausência de regularização fundiária como o problema fundamental da região amazônica, reclassificando situações e estabelecendo-se novos conceitos, narrativas e práticas. Para fins legais, o que se denominava previamente como áreas griladas passa a ser abarcado pela categoria neutra "áreas públicas não regularizadas" e os grileiros foram agrupados aos "posseiros "e incluídos indistintamente na categoria genérica de "possuidores de boa-fé" (Menezes, 2023, p.e56)

Ela observa que esta concepção também tinha apoio das bases dos movimentos sociais que historicamente pressionavam por formas mais ágeis de distribuição e titulação de terras na Amazônia, já que as "modalidades de reforma

[2] O programa foi lançado inicialmente com a Medida Provisória 458/2008.

agrária" tinham processos "demasiadamente lentos, burocratizados, onerosos e permeados de incerteza" (Menezes, 2023, p.56). A questão que merece ser investigada junto a todos estes atores, sobretudo os intelectuais acadêmicos e membros de movimentos sociais e ONGs, é por que esta mudança regulatória significou o abandono da expressão reforma agrária, na prática desassociando o que constitucionalmente era previsto: áreas públicas tem que ser destinadas em consonância à política agrícola e também, essencialmente, à política de reforma agrária. Ou seja, áreas públicas devem ser destinadas a uma política de democratização do acesso à terra. O fato é que a partir do Terra Legal, junto ao congelamento da destinação de terras para reforma agrária, veio duas leis promulgadas ainda pela Presidente Dilma Roussef, que foram no sentido de promover a privatização de áreas públicas: a Lei 13.001, de 2014, e a Lei 13.178, de 2015. Após seu impeachment, o Governo Temer conseguiu a aprovação célere da Lei 13.465/2017, que além de facilitar ainda mais a regularização de terras públicas, inclusive urbanas e por todo o país, alterou profundamente e para pior a política de reforma agrária. A seguir, sobrevieram todas as tentativas de flexibilização ainda maior da regularização/privatização de terras implementadas pelo Governo Bolsonaro que ainda agora tramitam no Congresso, como o PL 501, do senador Irajá de Abreu, filho da ministra da Agricultura da Dilma, Katia Abreu. E recentemente, foi aprovado pela Câmara dos Deputados o "marco temporal", cuja constitucionalidade vinha sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, sem decisão final.

Em trabalho que destrincha as mudanças legais que instituíram um processo de contra-reforma agrária na última década, ao facilitar "a transferência da propriedade da terra para o domínio privado" Paula Máximo aponta que a Lei do Governo Temer de fato instituiu " um novo marco normativo no tratamento às terras públicas" do país. Além de tratar da regularização fundiária de terras públicas rurais e urbanas, a Lei 13.465 alterou o Programa Terra Legal, a alienação de imóveis da União e diversos pontos da política de reforma agrária, que significaram retrocessos por permitir o pagamento de terras desapropriadas em dinheiro, modificar o modo de seleção dos candidatos a lotes de reforma agrária e promover a titulação das terras destinadas a assentamentos rurais da reforma agrária, aprofundando o que já havia sido disposto na Lei 13.001/ 2014, promulgada durante o Governo Dilma Roussef. Ou seja, a partir do momento que a regularização fundiária passa a ser o centro da política agrária petista, ficou fácil para seus sucessores também fragilizarem a própria política

de reforma agrária que vinha se praticando desde a redemocratização do país, com a formação de assentamentos a partir das lutas empreendidas pelos movimentos sociais que organizavam famílias para ocupar terra e pressionar governos a desapropriar imóveis improdutivos ou arrecadar terras públicas destinando-as prioritariamente para as famílias mobilizadas nesses acampamentos.

Embora a lei 13.465, do Governo Temer, seja objeto de Ações Declaratórias de Inconstitucionalidade, em especial a ADI 5771/, assim como a Lei 13.178, do Governo Dilma, este processo de desregulamentação dos princípios que norteavam a política agrária da Constituição de 1988 só veio a se aprofundar no Governo Bolsonaro. A ponto que, no dia 18 de maio, véspera da expiração da MP 410, que passou a tramitar depois como PL 2633, "live" realizada no Canal Rural, com os deputados envolvidos nesta negociação, Marcelo Ramos (PL/AM), seu relator, afirmou que a MP tinha por objetivo "aperfeiçoar o Terra Legal". Seu colega na "live", o deputado Zé Silva de Minas (Solidariedade/MG), deixou claro o objetivo deles: "A mensagem que a gente quer passar é que você pode ocupar terras públicas do Brasil que, de tempos em tempos, o Congresso Nacional se reúne, faz uma nova lei, o governo adota e você será regularizado"[3]. Ou seja, a porteira se abriu com o Terra Legal, e a fome de terras dos setores que apoiam a Bancada Ruralista só aumentou.

Este artigo pretende propor que esta dinâmica só é possível como efeito do recalque e do silenciamento da questão agrária brasileira (Lerrer, 2023), que se reflete na formulação de políticas e projetos para o país, visto que o Programa Terra Legal não apenas legitimou a regularização agrária desatrelada da reforma agrária, como serviu de modelo para leis posteriores como a 13.465/17, do Governo Temer, e a MP 410, lançada pelo Governo Bolsonaro, e que segue tramitando como PL 2633, no Congresso Nacional, e o Projeto de Lei 510, de autoria de Irajá Abreu, filho de Katia Abreu, presidente licenciada da CNA e ministra da Agricultura do Governo Dilma, até o Impeachment/Golpe de 2016.

Em suma, desatrelar a regularização fundiária de uma efetiva reforma agrária só se tornou um novo "regime de verdade", nos termos foucaltianos sugeridos por Menezes, por que durante os governos chefiados pelo Partido dos Trabalhadores

[3] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c0vKLl47AE0. Visto no dia 18 de maio de 2020, mas hoje fora de acesso.

(PT), particularmente a partir de 2007, houve relativo silenciamento[4] público e uma espécie de exílio da expressão reforma agrária dos debates políticos, mesmo quando se trataram de inovações políticas participativas, como a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), o Comitê/Conselho dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Enquanto isso, as demandas dos trabalhadores do campo passaram a se fragmentar de acordo com a sua base social, geralmente enunciando suas bandeiras em torno da agroecologia e da agricultura familiar, que não necessariamente são endereçadas à questão fundiária, escanteando desses grupos sociais a prerrogativa da ofensiva nesta temática e, por consequência, diminuindo seu peso político e social. Além disso, vou procurar demonstrar como a normalização discursiva da regularização fundiária tem conexões com a política de titulação de assentamentos, iniciada ainda no Governo Dilma Roussef, que se torna progressivamente a meta principal do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) nos Governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), sendo que este último, utilizou a entrega de títulos provisórios e permanentes aos assentados como propaganda política, em 2022, ano em que tentava sua reeleição.

Esta reflexão se calca em pesquisas **bibliográficas, artigos, teses e dissertações defendidas**[5] **recentemente no Programa da Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, assim como em trabalhos de campo realizados em momentos distintos: 2002, durante a elaboração de um relatório sobre a crise dos preços do café para a ONG Oxfan; em 2003, na pesquisa e entrevistas feitas para o livro "Reforma Agrária: os caminhos do impasse"; em 2008, como parte da equipe que desenvolveu a pesquisa "Sociedade e Economia do Agronegócio"; em dezembro de 2014, ano da reeleição de sua sucessora, Dilma Roussef, quando realizei observação participante no encontro promovido pelo Gabinete da Presidência da República, a ABRA (Associação Brasileira pela Reforma Agrária), denominado "Questão Agrária e o Combate à Desigualdade Social"; e, mais recentemente, em 17 de junho de 2019, quando eu e o sociólogo Miguel Carter entrevistamos Luís Carlos**

[4] Silenciamento é, para Eni Orlandi, "pôr em silêncio". Em suma é um "processo de produção de sentidos silenciados", concepção que desenvolve em seu livro "As formas do silêncio", de 1995, na qual se apoia esta reflexão.

[5] Fiz parte da banca examinadora de todas as teses e dissertações apresentadas neste trabalho, tanto como presidente, quanto como participante interno.

**Guedes Pinto, ex-secretário executivo do Ministério da Agricultura, entre os anos 2004 e 2006, e ministro da Agricultura entre 2005 e 2006, em Campinas.**

RECALQUE COLETIVO

A emergência e a legitimação da regularização fundiária desatrelada de uma política agrária distributiva é um sintoma do recalque da questão agrária. Basicamente, recalque, para Freud, é afastar do consciente geralmente um trauma (Pontalis, 2001). Ou seja, é um tipo especial de esquecimento, pois é um mecanismo de defesa contra lembranças desagradáveis ou incongruentes, que tem efeitos na vida dos sujeitos. O recalcado retorna como sintoma, pois tudo que é reprimido e não é elaborado tende a voltar desta forma. Sob ponto de vista deste artigo, a concentração de terras no Brasil é um problema social mal elaborado, de um país de território continental, com mal e predatório aproveitamento de seus imensos recursos naturais, baseado na monocultura, na criação de gado extensiva, no desmatamento e na mineração de seu rico subsolo, o que provoca efeitos nefastos no sujeito social coletivo que constitui este povo[6], que tem essa depressão estrutural[7] como um dos fundamentos de sua formação. Um dos sintomas deste recalque é justamente a impressionante força política de um setor que corresponde a 8% do PIB , em um país de economia diversificada, com poder de capturar o Estado para o atendimento de seus interesses e reeleger praticamente 70% dos integrantes da "Frente Parlamentar Agropecuária" que concorreram nas eleições de 2022 (Gombata, 2002). Segundo Guedes Pinto, em sua entrevista, durante os primeiros governos de Lula, a política agrária estava marginalizada em nome da governabilidade, pois tratava-se de um governo de coalizão. A impressão que se fica é que ao longo dos anos o capital político da legenda que governava o país só foi diminuindo, mesmo com a marginalização da reforma agrária e sucessivas vitórias políticas da bancada ruralista. Já vi ser argumentado em evento acadêmico que se os governos do PT tivessem fortalecido a reforma agrária seria derrubado antes. De onde vem esta afirmação? Por que ela é enunciada com tanta propriedade?

[6] Agradeço a psicanalista Danielle John o diálogo e a contribuição bibliográfica para este trabalho.
[7] A palavra recalque, para a engenharia civil, denomina "rebaixamento das fundações de uma edificação por conta da consolidação do solo, causado pelo peso de sua estrutura"

O fato é que sob o ponto de vista deste artigo, o evento que recalcou a questão agrária no imaginário brasileiro pode ter sido justamente o Golpe Empresarial-Militar de 64, pois logo após tomar o poder, o General Castelo Branco deu início aos trabalhos de elaboração do Estatuto da Terra, aprovado em 30 de novembro do mesmo ano, primeiro passo do esvaziamento político da reforma agrária, tanto é que um de seus elaboradores, o engenheiro agrônomo, José Gomes da Silva, ao perceber que o Estatuto da Terra seria uma lei "para inglês ver", fundou a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).

Pouco antes do Golpe Empresarial-Militar, os principais demandantes desta reforma, os trabalhadores do campo, estavam se iniciando na organização formal de seus interesses através de associações e sindicatos, legalizados apenas a partir da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em março de 1963, ou seja, um ano antes. Foi quando estas lutas estavam em seu auge e que o presidente João Goulart decretou a desapropriação de 10 hectares em torno das rodovias federais, no famoso Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 64, que estourou o golpe empresarial-militar gestado em organizações civis como o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Mas, além disso, o golpe se deflagrou com movimentação de tropas em Minas Gerais, estado onde se preparava uma cerimônia, a ser realizada no dia 31 de março, quando seria entregue a fazenda "do Ministério", em Governador Valadares, para trabalhadores rurais que lutavam pela terra (Zangelmi, 2014). O nível de tensão instalado nesta região mineira, com fazendeiros se organizando e se armando "com medo do comunismo" e do suposto apoio irrestrito do governo federal a ele, levou fazendeiros a atacarem a sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Governador Valadares, ainda no dia 30 de março, "confronto que foi o estopim de várias ações que, em conjunto, influenciaram nas movimentações para o Golpe de 64" (Zangelmi, 2014, p.63).

Por conta desta sucessão de eventos abortados e a repressão severa que abateu sobre os camponeses (Medeiros, 2018), que conduzia o país a lidar aberta e conflituosamente com sua injusta estrutura agrária, é que a reforma agrária se tornou um recalque político. Ela está ligada a um "trauma histórico" e a uma conflitualidade sempre latente na sociedade brasileira. As políticas agrícolas e agrárias adotadas pelos governos que ascenderam com o Golpe de 64, largamente apoiados pela CNA(Confederação Nacional da Agricultura) (Galvao, 2020), foram as principais

responsáveis pelo êxodo rural de 30 milhões de brasileiros entre 1960 e 1980, expulsão que se repetiu nos anos 80 e 90 nas regiões para onde foi se expandindo a "frente pioneira" (Martins, 2016) com sua agricultura intensiva em insumos, a bordo de incentivos fiscais criados pela ditadura empresarial-militar, como o Prodecer (Programa Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado) e o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados). Importante frisar que crédito agrícola subsidiado foi um dos fatores mais determinantes para a modernização agrícola ocorrida no Brasil nessa época.

O que não era esperado é que este recalque determinaria o silenciamento da questão agrária em espaços de deliberação política criados pelas gestões petistas e pelos movimentos sociais e organizações sindicais aliados do PT. Em que pese não terem este objetivo central, algumas pesquisas acabaram fornecendo indícios suficientes para essa conclusão. A tese de Romulo Castro (2016) se debruçou sobre a participação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Fundado em 2003, primeiro ano do Governo Lula, e retomado agora em sua terceira gestão, com o objetivo de criar um espaço de diálogo entre o governo federal e a sociedade civil para assessorar o presidente da República na formulação de políticas públicas e diretrizes gerais do governo, o CDES reúne lideranças sindicais, grandes empresários, organizações da sociedade civil e personalidades do mundo acadêmico, jurídico e artístico. Em sua tese, Castro demonstra que a CUT(Confederação Única dos Trabalhadores), braço sindical do PT, ao longo dessas gestões petistas foi abraçando a subordinação e secundarização da reforma agrária como política de desenvolvimento, em favor de um "pragmatismo sindical" que visou fortalecer "espaços de concertação" como o CDES, onde houve um "esvaziamento dos conflitos de classe e a construção de uma ideologia nacionalista e industrialista de desenvolvimento" (Castro, 2016, p.263). Por meio da análise que o autor faz das atas de suas reuniões, é possível ver que o termo "reforma agrária" só esteve presente em 12 atas e documentos do CDES, acabando por ser suprimido no documento "Agenda para um Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC)", de 2010, embora estivesse presente no primeiro documento formulado pelo conselho de 2004: "Agenda para o Desenvolvimento Nacional" (Castro, 2016, p.311).

A dissertação de Ana Paula Donato Aquino, que tem por objetivo principal analisar a relação do Fundo Amazônia (2018) com o financiamento da implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI),

traz um histórico da consolidação das organizações, constituídas e dirigidas por indígenas, que tiveram um crescimento exponencial a partir da década de 90. Na descrição deste processo de consolidação organizativa, Aquino aponta que, para os indígenas, sempre foi claro “que não se pode fazer gestão ambiental e territorial sem território” (Aquino, 2018, p.39), mas o trabalho de Ivan Gomes Doro Filho (2015), que estudou a construção do PNGATI, com enfoque na intensa participação indígena neste processo, conclui que, embora a garantia do território fosse a demanda central de suas organizações, suas propostas sofreram um “processo de despolitização”, sobrando apenas as palavras de conteúdo político mais fraco em sua redação final, como as vinculadas à conservação dos recursos naturais:

> a principal conclusão do trabalho aponta para o fato de que, através da codificação do texto do decreto, foi possível à administração pública abandonar a prioridade de uma política voltada à dimensão da gestão territorial, e à geração de respostas administrativas para as disputas e conflitos locais (ou regionais) que colocam em risco os direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil. (Doro Filho apud Aquino, 2019, p.40)

A mesma conclusão pode ser depreendida da dissertação de Pedro G. Saturnino Braga (2020) que aborda a construção da identidade “povos e comunidades tradicionais” e sua oficialização na Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais, durante o primeiro Governo Lula, 2004/ 2005, “espaço que auxiliou no aumento de força política desses povos e os deu maior evidência” (Braga, 2020, p. 105), mas que, no entanto, além de sofrer falta de verbas, não tocou de fato na questão fundiária, tema que era “prioritário para os povos e comunidades tradicionais”, apesar de ter sido “discutida diversas vezes, mas praticamente sem nenhum avanço”, segundo levantamento feito pelo autor em cima das atas e relatos da comissão (Braga, 2020, p.106).

A ofensiva política da bancada ruralista ao passar uma lei, na Câmara Federal, que institui o marco temporal para a homologação das terras indígenas, ou seja, que só terão homologadas as terras que os povos originários ocupavam quando foi promulgada a Constituição de 1988,é talvez a ação mais emblemática, vista como “derrota do governo” no primeiro semestre da terceira gestão de Lula na Presidência da República. Outro, chamado “desgaste” do governo é a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), sendo que esta, ao contrário das anteriores, sofridas por este movimento

social, tem sido divulgada em redes sociais e tem gerado repercussão também na opinião pública de esquerda, o que trata-se de um avanço em relação às anteriores, onde este, que é o maior movimento social latino-americano, foi penalizado a ponto de ser qualificado como “terrorista” no relatório final de uma delas. Estes eventos só demonstram como esta temática é politicamente sensível e como o governo Lula parece não ter instrumentos de defesa contra os representantes do agronegócio que hoje e desde a Constituição de 88, compõem o chamado “Centrão”, que na época conseguiu desfigurar o capítulo sobre a reforma agrária da Carga Magna, ao inserir, mediante fraudes e manobras regimentais (SILVA, 1989) artigo 186 que impede “a desapropriação de terras produtivas”.

Embora os governos do PT fossem historicamente comprometidos em fomentar a participação da sociedade civil, criando espaço e oportunidade para isso, só um recalque politicamente inconsciente ou consciente, em nome do governo de coalisão, explica essas condutas. A própria emergência política da identidade “tradicional” de diversas populações do campo brasileiro é resultado do contato muitas vezes traumático e espoliador, com a intensificação e expansão do capitalismo no território brasileiro, sobretudo a partir da ditadura empresarial-militar que segue se reproduzindo em forma de expulsão ou compra, a preços irrisórios, das posses destes integrantes da sociedade brasileira, até então desprovidos de direitos e de apoio estatal se quisessem manter e reproduzir seu modo de vida “tradicional”. ,

O que não foi explorado naquele artigo, mas que tenta-se tematizar neste é como o conceito de recalque ajuda a compreender como a regularização fundiária passou a ser considerada uma possibilidade desatrelada da reforma agrária a partir de 2009, ainda durante gestões do PT, partido supostamente aliado à luta pela democratização da terra. Importante frisar que, ao longo deste período, houve uma progressiva diminuição da homologação das terras indígenas, titulação de áreas quilombolas e mesmo desapropriação de imóveis rurais improdutivos, sendo que notórios defensores desta última política também passaram a considerá-la dispensável (Mattei, 2016). E a questão que ela embute é: esta política fortaleceu ou enfraqueceu as gestões petistas?

É fato numericamente comprovável que os governos do PT não favoreceram a politização e o avanço do debate público sobre o monopólio fundiário e suas perversas formas de reprodução no país. Segundo dados do Incra em oito anos de governo (1995-2002) Fernando Henrique Cardoso criou e 3.545 projetos de assentamentos,

enquanto Lula, 2.684 (2003-2010) (Máximo, 2023, p.39), sendo que o primeiro enfrentou renhida oposição do MST, e o segundo pode contar com este movimento social como parte de sua base de apoio, mesmo que criticamente, como em 2005, quando estourou o escândalo do “mensalão” e, mais recentemente, a partir do golpe institucional que depôs a sucessora de Lula, presidente Dilma Rousseff, em 2016. Os governos de Lula e Dilma também foram os que menos homologaram terras indígenas, como demonstra levantamento elaborado pelo Instituto Socio Ambiental (ISA).

Tabela 1 – Terras Indígenas Homologadas

| PRESIDENTE (PERÍODO) | Nº | EXTENSÃO |
|---|---|---|
| Jair Boslonaro (jan 2018 - 2021) | 0 | 0 |
| Michel Temer (mai 2016 - dez 2018) | 1 | 19.216 há |
| Dilma Roussef (jan 2014 -mai 2016) | 10 | 1.243.549 há |
| Dilma Roussef (jan 2010-dez 2014) | 11 | 2.025.406 há |
| Luís Inácio Lula da Silva (jan 2006 - dez 2010) | 21 | 7.726.054 há |
| Luís Inácio Lula da Silva (jan 2002 - dez 2006) | 66 | 11.059.713 há |
| Fernando Henrique Cardoso (jan 1998 - dez 2002) | 31 | 9.699.936 há |
| Fernando Henrique Cardoso (jan 1994 - dez 1998) | 114 | 31.536.966 há |
| Itamar Franco (set 1992 - dez 1994) | 16 | 5432.437 há |
| Fernando Collor de Melo (março 1990 - set 1992) | 112 | 26.405.219 há |
| José Sarney (abril 84 - março de 90) | 67 | 14.370.486 |

Fonte: Povos Indígenas do Brasil/ISA[8]

Em contrapartida, estes governos fortaleceram o arcabouço institucional que permitiu a criação das Resex (Reservas Extrativistas) e RDS (Reservas de Desenvolvimento Sustentável) em todo o território nacional e não só na Amazônia,

[8] Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Situa%C3%A7%C3%A3o_jur%C3%ADdica. Consultado 4 de julho de 2021.

embora seu número seja significativamente inferior ao total de assentamentos rurais criados no país. O trabalho de Almeida (2021) demonstra que, do universo de 9.435 assentamentos do país, apenas 559 são assentamentos ambientalmente diferenciados, ou seja, 5,9% do total nacional (Almeida[9], 2021).

## A FRAUDE FUNDIÁRIA COMO REGRA

País continental, com 850 milhões de hectares, o Brasil tem uma das mais altas concentrações fundiárias do mundo. Dados do último Censo Agropecuário, de 2017, indicam que a concentração de terra aumentou nos últimos 10 anos. Agora, 1% dos proprietários de terra detém 47,5% do território brasileiro. No Censo anterior, de 2006, a marca já era alta, pois 45% do território estava nas mãos de 1% dos proprietários. O artigo "Who owns Brazilian lands?", resultado do esforço de uma rede de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que processou e organizou de maneira inédita 18 bases de dados diferentes de terras públicas e privadas do Brasil, demonstra que 97 mil propriedades de mais de 15 módulos fiscais detêm 21,5% do território. Além disso, há, pelo menos, 176 milhões de hectares de terras privadas sobrepostas a terras públicas, ou seja, ilegalmente tomadas por proprietários particulares. Já as áreas indígenas, constantemente cobiçadas por invasores e grileiros corresponde a apenas a 13% do território nacional (Sparovek *et al*., 2019), abrigando cerca de um milhão de indígenas que também resguardam e protegem a biodiversidade dos diversos biomas brasileiros. Desde o Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil (1999), elaborado pelo Incra, o Estado brasileiro já tinha conhecimento de que pelo menos 100 milhões de hectares eram grilados (Kato, Korting,Menezes, 2022[10]). De acordo com a Constituição de 1988, estas terras públicas ilegalmente privatizadas teriam que ser destinadas à reforma agrária e não simplesmente regularizadas, ou seja, há um público específico para as quais elas teriam que ser prioritariamente destinadas que são os sem-terra ou os posseiros que

[9] Felipe Hermeto Almeida retira esta informação do documento "Relação de projetos de assentamentos criados e reconhecidos pelo Incra [..]" publicado em 13 de agosto de 2020, que pode ser acessado em http://www.incra.gov.br/media/docs/reforma-agraria/assentamentos-geral.pdf.

[10] Nas referências deste livro citado, consta o link que deveria levar diretamente ao Livro Branco das Grilagens de Terra, no entanto, o acesso a este livro não se dá mais por este endereço que leva atualmente ao Caderno de Estudos: desenvolvimento social em debate. Como os autores acessaram o Livro Branco das Grilagens de Terra em 2018, é provável que este livro tenha sido retirado do site do INCRA. Ele é acessível, mas não mais como acesso direto por um site eletrônico mantido pelo Estado.

eventualmente vivem no local, mas ao promover um programa como o Terra Legal, lançado em 2009, sem o uso da palavra reforma agrária, este processo passou a ser capturado pelos interesses articulados em torno da grilagem de grandes extensões de terra, inclusive indígenas que se consolidaram com a Lei 13.465, aprovada em 2017 pelo governo Temer, um ano depois do Golpe Político que depôs a presidente Dilma Roussef.

Importante frisar, como demonstra Holston, que, graças a seu arcabouço jurídico "confuso, indeciso e disfuncional" (Holston, 1991, p.695), a apropriação de terras no Brasil tem sido historicamente fruto de conflito e grilagens legalizadas, beneficiando geralmente os com maior escolaridade, conexões políticas e econômicas e também, é claro, os com maior controle de homens e armas (Medeiros, 2021). A falta de governança do Estado brasileiro sobre seu território segue, portanto, como fonte de inúmeros conflitos violentos, geralmente associados ao desmatamento ilegal.

Apesar da reprodução histórica deste padrão de acumulação baseado na fraude e no monopólio fundiário, a reforma agrária, como expressão política, sumiu da agenda pública nos últimos anos dos governos chefiados pelo PT. Isso fica evidente se formos comparar com os anos do governo FHC, em especial, em 1997, quando "os sem-terra" organizaram uma Marcha à Brasília, em protesto contra o Massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 1996. Na época, uma pesquisa encomendada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) ao Ibope, publicada na Revista Veja[11], revelou dados hoje surpreendentes: 94% das pessoas concordavam que o MST devia lutar por reforma agrária, e 88% que o governo deveria confiscar todas as terras improdutivas e distribuí-las aos sem-terra. Além disso, 77% dos entrevistados achavam invasão de terra "um instrumento de luta importante, desde que não haja violência e morte"[12]. Outro período em que a reforma agrária como resolução da questão agrária brasileira conquistou bastante visibilidade foi durante a redemocratização do país, onde mobilizações como o acampamento de Encruzilhada Natalino, no interior do Rio Grande do Sul, alcançaram grande repercussão nacional

[11] A sondagem foi feita entre 6 e 10 de março de 1997 e entrevistou mais de 2000 pessoas em todas as capitais do país. Os dados dessa pesquisa foram publicados no *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, na edição de abril/maio de 1997 (p.14) e divulgados amplamente pela mídia a ponto de serem referenciados em uma cronologia publicada na revista Veja. Disponível em: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/cronologia.html. Consultado em 25 de abril de 2016.

[12] Na época, em uma entrevista a esta autora, José de Souza Martins afirmou que o fato de a reforma agrária estar no imaginário não significava nada, pois este podia ser capturado (Martins, 1997).

por simbolizarem também a luta contra a ditadura militar. Foi este processo que viabilizou a criação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado 1985, primeiro ano do Governo Sarney, mas posteriormente esvaziado por conta da reação conservadora dentro do próprio governo e simbolizada pela criação da UDR (União Democrática Ruralista).

Curiosamente, embora não tenha desapropriado nenhuma propriedade, no fim de sua gestão, em 2022, Jair Bolsonaro afirmou ter dado mais títulos de terras a famílias assentadas que seus antecessores Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef (PT)[13]. Embora a maior parte dos títulos que ele distribuiu fossem provisórios (Contratos de Concessão de Uso), sua propaganda dava a entender que ele tinha feito mais pelos assentados de reforma agrária do que os governos Lula e Dilma, como na fala a seguir a apoiadores em 29 de março de 2022:

> O MST perdeu muita força também por causa da titulação. Eles não davam título e mantinham o povo escravizado. Em três anos entregamos mais títulos do que de 2000 para cá. Lula e Dilma falaram tanto defendendo agricultores e sem terra e não fizeram nada. Tem cara que esperava 40 anos pelo título. Quando você via a cara dele, parecia 20 anos mais velho, surrado com o tempo. E, quando ele ganha o título, a terra já valoriza imediatamente e ele passa a ser proprietário (Ghirardelli, 2022)

Ao contrário de Bolsonaro, não houve reverberação de nenhuma fala do então candidato Luis Inácio Lula da Silva em defesa da atuação de seus governos no campo da reforma agrária durante sua campanha presidencial. Ao ser perguntado sobre o MST na campanha eleitoral, durante sabatina no Jornal Nacional, em 25 de agosto de 2022, Lula fez questão de dizer que o movimento social tinha mudado e que agora ele era o maior produtor de arroz orgânico do país. Não falou da reforma agrária. Em entrevista concedida à TVT (TV dos Trabalhadores), em 21 de agosto de 2021[14], Lula começou afirmando que não se podia mais falar de reforma agrária como há 35 anos atrás, visto que, houve uma mudança na qualidade da produção agrícola tanto dos estabelecimentos grandes como dos pequenos e que o problema da fome não era causado pela  falta de produção de alimentos. Para ele, “o dado concreto é que é

[13] https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fatos-primeiro-bolsonaro-acerta-sobre-numeros-de-titulacao-de-terras-mas-omite-dados-de-reforma-agraria/, Consultado dia 31 de maio de 2023,
[14] Acessado no dia 18 de junho de 2023.  https://www.youtube.com/watch?v=E8FQlpaNzyA

esse: se o povo tivesse dinheiro, ele poderia estar comprando o alimento necessário". Só ao iniciar sua defesa da reforma agrária com esta argumentação, Lula sinaliza o que seu segundo governo (2007-2010) já havia demonstrado: a marginalização da reforma agrária enquanto política pública para promover desenvolvimento econômico e social. Esta postura, baseada apenas na "razão produtiva", desconsidera talvez a principal dimensão que justificaria a realização de uma reforma agrária no Brasil hoje: a política. Afinal, apesar de posições gelatinosas quanto a vários projetos políticos, ao longo de suas diversas gerações, o "Centrão" sempre se notabilizou por seu apoio a pautas contra qualquer democratização do acesso a terra no Brasil, mais recentemente em nome da "segurança jurídica" da propriedade. Desde a Constituinte de 1988, o Congresso Brasileiro, dominado em vários momentos pelo "Centrão", tem avançado muito pouco na regulamentação de dispositivos legais favorecem a reforma agrária ou o reconhecimento pelo Estado das posses de populações originárias e tradicionais. A própria regulamentação do capítulo da reforma agrária na Constituição de 1988 só andou porque o Congresso na época estava envolvido com o processo de impeachment de Collor (Vigna...).Talvez a única grande vitória recente nesta área, a Emenda Constitucional nº 81, aprovada em 2014, que alterou o artigo 243 da Constituição Federal de 1988, determinando a expropriação do imóvel onde fosse encontrado pessoas em situação análoga à escravidão. Mas mesmo esta vitória teve resultado inócuo porque sua aplicação depende de uma lei ordinária, que caracterize o que é "trabalho escravo" de forma a viabilizar a aplicação da lei, regulamentação engavetada pela fortíssima Frente Agropecuária Parlamentar (SOUZA, 2021).

Além disso, a fala de Lula indica um posicionamento político ainda mais profundo contra qualquer reforma agrária distributiva no país. Primeiro por que ele considera que a realização da reforma agrária só se justificaria por seu prisma produtivo. E ele acha que isso já não é mais necessário, Para ele, "o dado concreto" é que as pessoas não passam fome por falta de alimento. Para ele, a fome no Brasil é resultado da "falta de dinheiro", ou seja renda monetária. Ao associar alimento a renda, Lula demonstra compartilhar da noção de que o mercado seria o único elemento a regular o acesso à alimentação no Brasil. Para ele, já que houve tanto avanço produtivo na agricultura, a única saída seria o Estado procurar aumentar a renda da população para esta poder comprar seu almoço e seu jantar. Nesta lógica, a única saída é o Estado incentivar o financiamento de atividades econômicas que aumentem a renda da população, como as grandes obras. Mas geralmente isto é caro

e costuma trazer sérios problemas sociais e ambientais. No Sul, da Bahia, na região de Eunápolis, o BNDES do primeiro governo Lula e da gestão estadual de Jacques Wagner concluiu que a Veracel, uma fábrica de celulose, *joint-venture* brasileira e sueco-finlandesa, aumentaria a renda da região e, portanto, era passível de receber financiamento. Antes da chegada desta empresa nesta região coberta de mata atlântica, no início dos anos 90, sua economia dependia muito de plantações de mamão, que, por sinal, geravam mais empregos por hectare do que eucalipto: 1,5 emprego por hectare e o outro 1 emprego a cada 37 hectares. Ou seja, na prática, mais trabalhadores antes precariamente assalariados em atividades agrícolas passaram a ter que tentar a vida nas cidades, sem qualquer especialidade profissional urbana para poderem comprar alimentos. Aumentou a renda da região de Eunápolis, a arrecadação de impostos estaduais, mas também a fome da população local, que passou a depender de mais políticas sociais. E o pior, boa parte das terras da região eram públicas, de propriedade do Estado da Bahia, que poderia ter feito uma reforma agrária sem gastar praticamente nada para pagar a terra. Ao invés disso, o governo estadual reconheceu as transações de terras feitas entre posseiros e a Veracel, dando título da área para a empresa muitas vezes em menos de dois. E a mata atlântica que havia no local? A florestas da Vale do Rio Doce que de modo um tanto nebuloso foi parar nas mãos da Odebrecht, a empresa que criou a fábrica, depois vendida parte para a joint-venture foram derrubadas com correntão para dar lugar ao “deserto verde” anos (Lerrer, Wilkinson, 2016).

É importante observar que historicamente alimentos básicos como trigo, no caso Europeu, só passaram serem vendidos livremente para fora das regiões onde foram produzidos depois de muito debate. Eles antes eram “presos”, por medo de que, ao serem “liberados” para serem vendidos sem qualquer regulação, acarretaria-se fome e especulação em seu local de origem. Ou seja, até a Inglaterra acabar com as restrições em que mantinha o comércio de cereais, em meados do século XIX, a fome era um problema de saúde pública e de interesse dos governantes, até por que ela tinha o grande risco de causar distúrbios populares e, portanto, problemas para as autoridades (SOUZA, SECRETO, 2022). Mas, para Lula, assim como para a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação) a atual crise alimentar provocada pelos efeitos da Covid-19 e pela Guerra na Ucrânia, só pode ser combatida através do mercado. No máximo, regular o mercado através de armazéns nacionais, como a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e programas de compras

governamentais, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Lula se orgulha de que seu governo favoreceu a agricultura familiar ao instituir que 30% da merenda escolar comprada pelas prefeituras do país viesse da agricultura familiar dos municípios que, afinal, recebem recursos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) desde 1954 para isso. De fato, esta mudança abriu efetivamente oportunidades para muitos agricultores familiares de assentamentos de reforma agrária e comunidades rurais, melhorando significativamente a alimentação nas escolas, mas foi inócua para impedir que a fome voltasse a assolar o país a partir de uma mudança de governo, como a que ocorreu a partir de 2016 e se aprofundou com o Governo Bolsonaro..

De qualquer modo, é interessante observar que se reforma agrária saiu de cena na visão de Lula, Bolsonaro fez questão de usar seu programa de titulação de assentamentos para turbinar sua popularidade em plena campanha presidencial. A meu ver, Bolsonaro tem mais ciência de que reforma agrária não é uma medida apenas para aumentar a produção agrícola. Ela tem importantes efeitos políticos e galvaniza popularidade, mesmo sendo distorcida com o termo titulação e regularização fundiária. A reforma agrária é historicamente associada a revoluções socialista/comunistas ou a processos de expansão do capitalismo no campo que consagraram a propriedade privada da terra para aumentar a produtividade agrícola do país. Diante do patrimônio agrário existente no país, ou seja, mais de 100 milhões de hectares de terras públicas destinadas a particulares, além das comprovadamente improdutivas, uma política de reforma agrária seria fundamentalmente uma medida que associaria justiça social, por destinar este patrimônio territorial para populações pobres do campo, e para fortalecer a democracia no país, por que este processo promoveria o esvaziamento do poder político das elites agrárias antigas e novas que, ao controlarem vastos territórios do país, acumulam muito poder local e fortalecem os políticos que defendem seus interesses no Congresso Nacional e, não por acaso, concentram seu apoio político em Jair Bolsonaro.

Importante salientar que, sob ponto de vista deste artigo, é reforma agrária o reconhecimento e a homologação dos territórios dos povos indígenas e quilombolas, bem como de diferentes populações de posseiros, hoje chamados de povos e comunidades tradicionais, pois estas formas, geralmente de uso comum da terra, implicam retirá-las do mercado, se, é claro, o Estado não se empenhar em uma política de titulação de terra, como vem sendo o caso desde o programa Terra Legal, de 2009,

do Governo Lula, e as leis 13.001, de 2014, e 13.178, de 2015, aprovadas no governo Dilma, que abriram caminho para a Lei 13.465/17, do governo Temer, e o Projeto de Lei 2633, que começou a tramitar no Governo Bolsonaro, já que sua Medida Provisória 410, editada em dezembro de 2019, caducou. Criar programas que viabilizem a privatização de terras públicas é claramente fortalecer os elites rurais brasileiras, e atender aos problemas advogados por seus intelectuais, como é o caso do Assessor Técnico da CNA, Ricardo Cotta Ferrreira, que, em 2008, já demonstrava a dificuldade deste setor em conviver com atores diferentes do agronegócio no meio rural brasileiro. Ao ser perguntado sobre qual era o "gargalo" do agronegócio, respondeu que o principal problema que o setor enfrentava era "a relativização do direito de propriedade no Brasil", inibido em sua expansão não pela "reforma agrária", mas sim por áreas quilombolas, indígenas e unidades de conservação[15], que também são modos de reformar a estrutura fundiária, visto que as populações destes territórios passam a ter a posse resguardada e legitimada pelo Estado.

Ou seja, em um contexto em que o reconhecimento étnico e identitário passou a garantir o reconhecimento de direitos territoriais, a quem serve desatrelar a regularização fundiária da reforma agrária se ela pode ser vista como uma medida democratização de acesso uso da terra e de recursos naturais para populações pobres do campo, como temia o assessor técnico da CNA?

Em seu artigo, *Narrativas agrárias e a morte do campesinato,* (2007), Mauro Almeida discute que o propalado fim "paradigma camponês" em estudos do mundo rural na verdade precisava de uma "autópsia mais aprofundada", pois o que efetivamente foi caindo em desuso foi a perspectiva unificadora do conceito "camponês" globalizante, ou melhor, "o fato social total camponês". Em seu lugar, surgiu um nominalismo de cada tipo de grupo social etnografado (geraizeiros, babauçeiras, quilombolas) e o abandono das narrativas mestras. No entanto, os problemas enfrentados por estas populações seguem de pé: "a crítica à narrativa da modernização como um fracasso da razão iluminista, a resistência dos excluídos contra o sonho da modernização homogênea" (Almeida, 2007, p.175) e a busca por "soluções locais" O problema, como autor diagnostica, é que o "local" segue sendo

[15] Entrevista concedida em Brasília, 29 de julho de 2008, como parte do trabalho de campo desenvolvido para a pesquisa "Sociedade e Economia do Agronegócio: um estudo exploratório", com apoio do CNPq, da Faperj e da Fundação Ford, e coordenada pelos pesquisadores Beatriz Heredia (UFRJ), Moacir Palmeira (MN/UFRJ) e Leonilde Medeiros e Sergio Pereira Leite, do CPDA/UFRRJ. Nesta pesquisa também foi feita a análise de edições da revista Agroanalysis de 1994 a 2004, citadas neste artigo.

efeito de dinâmicas globais: grandes obras, exploração de riquezas minerais, agências estatais, megaempresas. E o fim do "fato social total camponês" não significa o fim da reforma agrária como solução para a dificuldade de acesso legítimo dessas populações do campo à terra e à cidadania. Para Almeida, justamente a emergência das lutas destes atores diversificados e com distintas distribuições espaciais significaria na verdade uma "nova reforma agrária", neste caso:

> "transfigurada em uma pluralidade de movimentos e de questões e trazendo consigo novos recortes da luta pela redistribuição do espaço natural-humano: florestas, mangues, babaçuais e não apenas a terra como suporte da agricultura; terras-de-negro, quilombos, reservas extrativistas e faxinais, e não apenas módulos separáveis de seus sujeitos coletivos; direitos sobre a diversidade e qualidade da natureza humana e cultivada sobre conhecimentos e modos de vida, e não apenas direitos de cidadania genéricos." (Almeida, 2007, p.180)

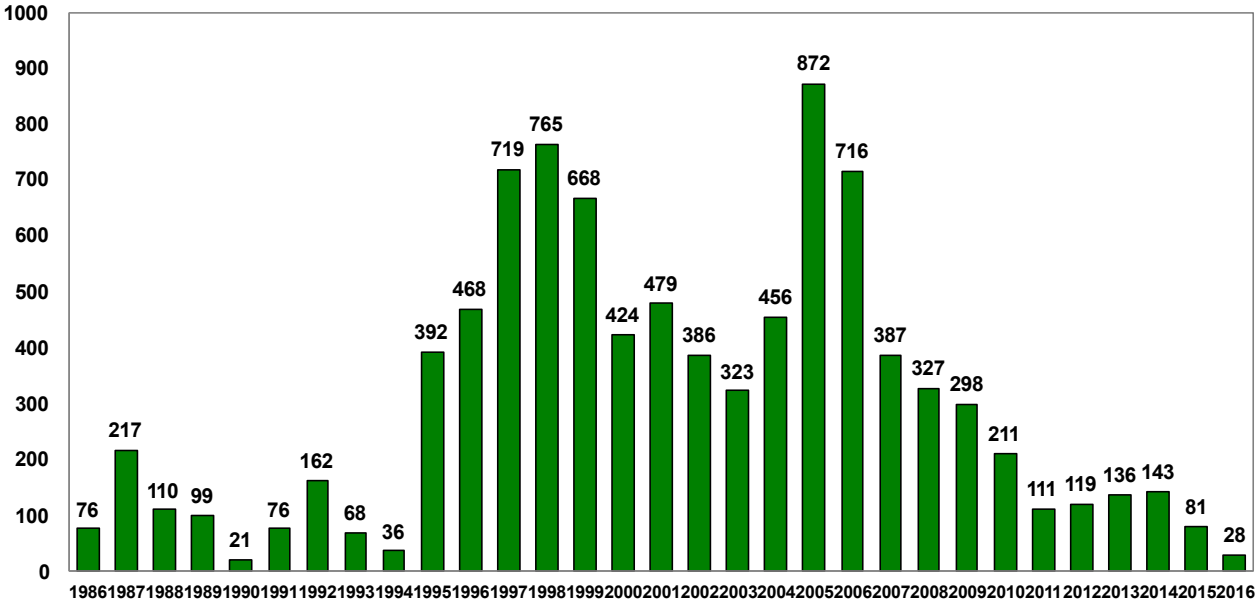
## A CONTRA-REFORMA AGRÁRIA

O livro "Reforma agrária: os caminhos do impasse" (Lerrer, 2003), formado predominantemente por entrevistas com atores-chave do "campo de conflitos agrários"[16] (Santos, 1994), abordava o contexto em que se iniciava a presença do PT na esfera federal, sendo que os rumos da política agrária e agrícola a serem tomados ainda estavam em aberto. É interessante observar que a polifonia dos depoimentos não indicava claramente que seria efetivado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), elaborado naquele período por uma equipe chefiada por Plínio de Arruda Sampaio, um dos entrevistados. Pouco depois da entrevista, por sinal, este político, engajado na luta pela reforma agrária desde antes do Golpe de 64, foi pego de surpresa com a queda de Marcelo Resende, então presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que ele apoiava. Era difícil imaginar, na época, que o Governo Lula não realizaria uma massiva e abrangente reforma agrária. E esta era a percepção popular. Um dirigente do MST, Juraci Portes, em palestra em um

[16] Santos, que havia proposto uma "sociologia dos processos sociais agrários", construiu a noção "campo de conflitos agrários" para representar "o sistema de relações presentes no espaço agrário enquanto um campo de forças e de conflitos sociais". O que definiria as "estruturas objetivas" deste campo específico seria a "relação diferencial de apropriação da terra, a qual pode ser cristalizada no capital fundiário, que "subordina a propriedade fundiária, cria a propriedade privada capitalista e transforma a terra em equivalente de mercadoria" (Santos, 1994, p.135)

programa de pós-graduação, realizada em 2004, afirmou que, logo após a eleição de Lula, o “Movimento” não precisava se dar ao trabalho de chamar pessoas para formarem acampamentos. As famílias afluíam voluntariamente, com expectativa de que a terra sairia rápido. De fato, até 2006, houve acampamentos que, em menos de dois anos, conquistaram terra, como foi o caso do “Francisco Julião”, no Estado do Rio de Janeiro (Bastos, 2015). No entanto, a partir de 2007, segundo mandato de Lula, a criação de assentamentos rurais começou a decrescer drasticamente. De acordo com dados recolhidos e armazenados pelo DATALUTA, em 2005, foram criados 876 assentamentos, maior volume desde que estes dados começaram a ser levantados em 1985. Já em 2006, um pouco menos: 718 assentamentos. Já em 2007, primeiro ano do governo em que o PT fez aliança com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), caiu para praticamente a metade: só foram realizados 389 projetos de assentamento. Foi também durante os governos de Lula que o instrumento da desapropriação para interesse social passou a ser substituído por compra, medida antieconômica para o Estado brasileiro, seriamente agravada pelo aumento exponencial do preço da terra por conta do crescimento da valorização das *commodities*, sobretudo a soja. Em suma, a partir do segundo mandato de Lula, a formação de assentamentos só diminuiu, sobretudo no Governo de Dilma Roussef, iniciado em 2011, que só criou 81 projetos de assentamentos.

**GRÁFICO - BRASIL - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS RURAIS - ASSENTAMENTOS CRIADOS - 1985-2021**




**Fonte: INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ **DATALUTA:** Banco de Dados da Luta pela Terra, 2022. www.fct.unesp.br/nera

A diminuição da criação de assentamentos e a demora de até dez anos para a criação e mesmo a oficialização de trabalhadores acampadas em lotes de terra desapropriada, caso das famílias do Assentamento Irma Dorothy, que ocupam a área em Quatis (RJ), desde 2005, desestimula os trabalhadores interessados. A “espiral de assentamentos”, conceituada por Loera (2006), é sim uma dinâmica que incentivava os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária a aumentar sua base social e a criar novos acampamentos, através das redes de parentelas e vizinhança dos recém-assentados, contextos também incentivados pela visibilidade pública da luta por terra e pela reforma agrária. Importante saber que o público da reforma agrária é constituído por pessoas que geralmente vivem de ‘biscates’ e trabalhos temporários, portanto a existência de empregos na construção civil e mesmo o Bolsa Família não significa o abandono do projeto de “ter um lote” para si e para a família, se a terra “sai” com relativa rapidez.

Alguns artigos publicados recentemente abordam o esvaziamento do debate sobre a reforma agrária, durante os governos petistas, indicando que ele pode ser atribuído a diversos fatores. Um deles, de Fabiano Escher (2020), faz um levantamento crítico do debate agrário brasileiro para apontar a origem da “ambiguidade institucional” que marcou as políticas agroalimentares dos governos do PT. Ou seja, sua constatação é de que o modo como o debate foi conduzido, a partir de estudos inadequados sobre o papel das classes sociais dominantes e subalternas do meio rural, comprometeram analiticamente a compreensão dos fenômenos que ocorriam no campo e incidiram na forma como os gestores de políticas públicas para o campo direcionaram sua atuação, visto que se guiaram pela renda auferida nestes estabelecimentos rurais, dimensão muito reduzida da experiência econômica, cultural e social vivida por uma miríade de populações que vivem no campo ainda hoje, garantindo sua subsistência, mas sem renda significativa. Ou seja, existe um setor significativo da população brasileira que sabe plantar e viver disso. Vive em condições modestas, mas não passa fome.

Artigo de Marcos Paulo Campos classifica de “agrorreformismo residual” o sentido das políticas agrárias dos governos do PT, pelo qual “se fortalecem programas governamentais para quem já está na terra e se atende reduzidamente a demanda de acesso à terra e constituição de novos assentamentos rurais” (CAMPOS, 2021, p.264). O autor continua a discussão colocando a origem desta postura já no primeiro governo Lula, cujo programa já apontava para “conciliação entre as políticas para o

agronegócio e para reforma agrária como forma de intervenção governamental no conflito agrário do país, mesmo que as expectativas, baseadas no histórico petista, indicassem um agrorreformismo forte". Esta postura ambígua e conciliatória precisa ser objeto de pesquisa e verificação com atores-chave, mas a balança pendeu para o lado dos mais fortes em termos de capital político e econômico.

Um exemplo claro disso foi a Lei 13.001, promulgada em 2014, no governo Dilma, que antecedeu a Lei 13.465/17, do governo Temer, inaugurando a prática do "titulômetro" no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), com objetivo de incentivar os servidores do órgão a acelerarem a "emancipação" de assentamentos, sem, no entanto, estes estarem dotados com toda a infraestrutura embutida nesta política pública. É inclusive frequente que assentamentos criados há vários anos não tenham seus lotes oficialmente divididos para as famílias que vivem na área, como é o caso do já citado Irmã Dorothy, no Rio de Janeiro (Almeida, 2021). As famílias do assentamento Francisco Julião, por sinal, tiveram as terras desapropriadas em 2006, mas só tiveram o parcelamento oficial de seus lotes pelo INCRA em 2013 (Bastos, 2015, p.54).

Em artigo do IPEA, "O trabalho de sísifo da reforma agrária: a estratégia da titulação das terras dos assentamentos rurais na Lei 13.001", de 2014, os autores chamam atenção para os efeitos desta lei, que contou com a participação da então senadora Katia Abreu, na época presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). A senadora introduziu um mecanismo que facilitava a titulação das terras dos assentamentos rurais que obteriam, também, a remissão de suas dívidas para com o Estado. O artigo avaliava que, em curto prazo, esta lei deveria lançar grandes extensões de terras públicas federais no mercado de terras, pois cerca de 84% de toda a área destinada à reforma agrária nos últimos 20 anos passaria a poder ser titulada e, portanto, voltar a ser reconcentrada, apesar dos mecanismos que, em tese, impediriam que a primeira venda do lote, depois de 10 anos, fosse para alguém que tivesse muita terra em suas imediações. Ou seja, já em 2014, ano da reeleição de Dilma Roussef, seu governo já havia sancionado uma lei, à luz da qual, na palavra dos autores, era "possível sustentar que ela põe em curso uma estratégia de titulação das terras da reforma agrária, deflagrando um processo que poderá, presumivelmente, ensejar um novo ciclo de concentração" (Ferreira et al, 2014, p.277). Os autores explicam que o estímulo à titulação através de Título de Domínio (TD), ou seja, um lote privado e livremente transferível, já estava contido em seu Artigo 2º, onde se define que "a propriedade da habitação construída com os

créditos da política de reforma agrária somente será transmitida à família assentada no ato de transferência da titularidade do lote" (Ferreira et al, 2014I, p.278). Segundo os autores, este artigo suscitou controvérsias entre os parlamentares, porque, ao interpor esta exigência, instituía-se "uma relação de dependência entre dois direitos juridicamente dissociados, condicionando o direito real sobre a moradia, cujos créditos já foram quitados, ao pagamento pela terra em que ela se situa". Ao manter-se esta redação, subordinou-se o direito à moradia a partir da titulação da terra, através de TD, desestimulando a possibilidade de os assentados requererem a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), forma de posse da terra regulada pelo Estado que evita a reconcentração da terra, objeto principal da política de reforma agrária. Ao invés de fortalecer o domínio da União sobre seus recursos naturais, o Governo Dilma sancionou, portanto, uma lei que permitia que todos os assentados de reforma agrária, após o prazo de 10 anos de entrada na terra, pudessem obter, "por via onerosa – com a perspectiva de contar com descontos e outras vantagens para o pagamento – o título de domínio", para ter reconhecimento legal do direito sobre sua habitação. Eles teriam que pagar, mas o Estado oferecia descontos sobre o valor da terra nua a ser adquirida pelo assentado. Este mecanismo já favorecia, portanto, que todo este território reformado, pelo qual o Estado já despendeu recursos financeiros consideráveis, volte ao mercado de terras. Uma lei claramente contra a reforma agrária, pois viabiliza a reconcentração dos imóveis rurais. A MP 759, de Temer, que se tornou a Lei nº 13.465/1 7, só aprofundou mais esta lógica aberta pela presidente petista.

Houve ainda outra lei, promulgada pelo governo Dilma, a.13.178, de 2015, que seguiu no mesmo sentido, ao ratificar os títulos nulos na faixa de fronteira, disputa antiga entre a União e estados marcados por expansão violenta da fronteira agrícola, como o Paraná (Forewaker, 1982). Essa lei também sofreu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Contag (Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura), ainda sem decisão final, visto que concede títulos de terras da União sem respeitar o preceito constitucional de destiná-las prioritariamente à reforma agrária (Castilho, 2021).

## CONCLUSÃO

Lançar mão da ideia de que o recalque produziu silenciamento político ajuda a iluminar como a regularização fundiária foi desatrelada da reforma agrária a partir de 2009, período de grande capital político acumulado pelo então presidente Lula e pelo seu partido, o PT, que, no entanto, não se traduziu em mudança da composição do Congresso Nacional e, na prática, antecedeu uma crescente fragilização política das forças progressistas que até então formavam a base de apoio destes governos.

As medidas tomadas de forma articulada para atender às demandas deste setor "oligárquico-empresarial" começaram já durante os governos do PT, mas tomaram proporção mais relevante no Governo Temer. No entanto, as deregulamentações da política agrária da Constituição de 88, implementadas pelos governos Temer e Bolsonaro foram antecedidas por três leis promulgadas ainda nas gestões petistas: o programa Terra Legal, de 2009, do Governo Lula, e as leis 13.001, de 2014, e 13.178, de 2015, aprovadas no governo Dilma Este processo favoreceu ou enfraqueceu os governos petistas?

A associação entre fortalecimento de oligarquias rurais e déficit democrático se baseia no modelo explicativo desenvolvido por Barrington Moore Jr., que associa o surgimento de governos fascistas ou autoritários a sociedades industrializadas, mas politicamente dominadas por "senhores rurais", que, no caso brasileiro, é mais propriamente uma burguesia coligada. Jair Bolsonaro recebeu expressiva votação em áreas dominadas economicamente pelo chamado "agronegócio", como a Região Sul e Centro-Oeste do Brasil, nas eleições de 2018[17], bem como em 2022. Desse modo, partimos da hipótese de que a falta de uma política ativa de redistribuição fundiária no Brasil só pode ter fortalecido estes grupos nas regiões onde o Estado brasileiro, desde a ditadura empresarial-militar financia com subsídios a modernização agrícola. Este processo robusteceu a "concertação política do agronegócio" (Pompeia, 2018), cujas pautas e demandas passaram a dar o tom das políticas agrícolas, ambiental e agrária no Brasil. Esta dinâmica evidenciou-se claramente a partir de 2016, com o golpe que derrubou a Presidente Dilma Roussef e colocou seu vice, Michel Temer em seu lugar, mas, paradoxalmente, já dava claros sinais durantes as gestões petistas.

É o recalque[18] que, sob o ponto de vista deste artigo, explica a política de silêncio de setores progressistas em torno da questão agrária no Brasil. Eles deixaram de enunciar a reforma agrária e marginalizaram as demandas e conflitos por terras dos povos originários e tradicionais nas esferas participativas que criaram em diferentes governos e em distintas dimensões políticas. E só se fragilizaram

[17] Ver https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/no-2o-turno-bolsonaro-vence-em-16-estados-e-haddad-em-11-nas-capitais https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/mapa-eleitoral-de-presidente-por-estados-2turno/-placar-e-de-21-a-6.ghtml. Consultado 26 de junho de 2021

[18] A palavra "recalque", em português, incorpora melhor a imagem construída por Freud, do que "represion" em inglês.

politicamente, pois não favoreceram políticas que privilegiariam e ampliariam sua histórica base social. Conceder Concessão de Direito de Uso massivamente para assentados foi uma política desencadeada pelo Governo Bolsonaro que atendeu, de maneira enviesada, a expectativas da base de movimentos sociais do campo, quando uma expressiva campanha para conceder Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) traria o mesmo benefício político com a vantagem de impedir que a terra volte a ser concentrada. Na prática, a terra permaneceria sobre o domínio da União, mas a recorrente venda de posses poderia, pelo menos, poderia ser regularizada. Obviamente se as benfeitorias, como as moradias e estábulos, se tornassem propriedade dos assentados.

É importante observar que as gestões petistas valorizaram e deram visibilidade aos resultados de sua política de reforma agrária. Seguem silenciados os assentamentos rurais, enquadrados na categoria agricultura familiar que oblitera sua origem em uma luta social extremamente estigmatizada no país. Além disso, estes governos diminuíram drasticamente a distribuição de terras a partir de 2007, afetando a reprodução da base social destes movimentos e, portanto, sua força política.

Esta situação se agravou porque, ao longo dos 13 anos de governos federais, dirigidos pelo PT, houve progressiva fragmentação e enfraquecimento das pautas dos movimentos sociais, resultado da busca por políticas conciliatórias. Pelo outro lado, ocorreu uma profissionalização e unificação, e, consequente, fortalecimento do patronato rural, consubstanciado na “concertação do agronegócio”, que atualmente agrega FPA/IPA (Instituto Pensar Agropecuária) e CNA/Conselho Agro (Pompeia, 2020).

Por outro lado, embora tenha paralisado a reforma agrária, Jair Bolsonaro usou a distribuição de títulos para assentados como forma de propaganda política no último ano de sua gestão. Em sua campanha política, Lula não deu nenhuma declaração que repercutisse algum tema agrário. Pelo contrário. Só falou do MST, principal movimento social que encampa esta bandeira, para dizer queele tinha “mudado”.

A determinação em garantir que o governo de coalizão se mantivesse cobrou um preço alto nos governos passados do PT, porque diminuíram o peso político dos movimentos sociais do campo e enfraqueceram uma demanda central – principalmente quando se fala em processos de democratização de uma sociedade – porque, como bem lembra Barrington Moore Jr, as forças vinculadas à grande propriedade fundiária são as mais refratárias à constituição de sociedades

efetivamente democráticas, pois isso atrapalha seu tipo de “negócio”. Isto pode ser visto tanto no controle territorial que famílias de grileiros fazem na Amazônia como no que as milícias fazem nas áreas públicas do município do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo. “A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira”. *Revista OKARA*: Geografia em debate, v. 12, n. 2., p. 308-325, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/41319. Acesso em: 6 de maio de 2022.

ALENTEJANO, Paulo. “Contrareforma agrária, violência e devastação no Brasil”. *Revista Trabalho Necessário,* v. 20, n. 41, p. 01-30, 29 de mar. 2022. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/52451/31495. Acesso em: 5 de maio de 2022.

ALMEIDA, Felipe H*. A disputa pelo reconhecimento dos assentamentos ambientalmente diferenciados e as políticas públicas de não-realização da reforma agrária:* o assentamento Irmã Dorothy, Quatis, RJ. Rio de Janeiro, 2021. 101 Fls. Mestrado (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA/ICHS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11321743. Acesso em: 24 de maio de 2022.

ALMEIDA, Mauro W. B. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *Ruris*, v.1, n.2, p.157-186, 2008.

AQUINO, Ana Paula D*. Autonomia e Organizações Indígenas*: um estudo sobre projetos, atores e mediações na aplicação dos recursos do Fundo Amazônia. Rio de Janeiro,2018, 134 Fls. Mestrado (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA/ICHS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6584967. Acesso em: 25 de maio de 2022.

BASTOS, Gabriel S. *Entre a evasão e permanência:* percepções do Assentamento Francisco Julião. Rio de Janeiro,2015, 111fls. Mestrado (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA/ICHS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2501877. Acesso em: 26 de maio de 2022

BRAGA, Pedro G. S. *A apropriação da categoria "povos e comunidades tradicionais" para a autoafirmação de uma identidade coletiva*. Rio de Janeiro, 2020. 124 Fls.Mestrado (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA/ICHC, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9274079. Acesso em: 27 de maio de 2022

BRUNO, Regina Angela Landim. *Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder.* Rio de Janeiro: Mauad X e Edur-UFRRJ. v. 1, 2009.

CAMPOS, Marcos Paulo. "Conciliação, disputa e residualidade: a reforma agrária no Brasil durante os governos do PT". *História Agrária*. n.84, p. 239-268, agosto de 2021.

CARTER, M.(org.). *Combatendo a desigualdade social:* O MST e a Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CASTILHO, Manuel Volkmer de. "Regularização Fundiária e a Adin 5.623*". Boletim Observatório sobre o Mercado, Financeirização e Grilagem de Terras no Brasil*. Brasília, (Associação Brasileira de Reforma Agrária), ON LINE, n.1, 2021. *Conjur (Consultor Jurídico)*. 22 de dezembro de 2020. Disponível em:

https://www.conjur.com.br/2020-dez-23/manoel-castilho-regularizacao-fundiaria-constituicao-adi-5623. Acesso em: 22 de abril de 2021.

CASTRO, Romulo de Souza. *Estado, sindicalismo e questão agrária*: o papel da CUT no desenvolvimento capitalista 2003-2012. Rio de Janeiro, 2016. 296 fls. Doutorado (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA/ICHS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 20160. Disponível em: https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/1947. Acesso em: 30 de maio de 2022.

COSTA, Jessica Andrade. *Resistência e auto-organização dos trabalhadores rurais no sertão fluminense.* Rio de Janeiro, 2020. 256 Fls. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), CPDA/ICHS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10742433. Acesso em: 30 de maio de 2022.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. Gráfico organizado a partir de dados do INCRA(Instituto de Colonização e Reforma Agrária.

DELGADO, Guilherme da C. *Do capital financeiro à economia do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme da C. “Condomínios Imobiliários Financeiros – senhas especulativas com grave ônus”. *Boletim Observatório sobre o Mercado, Financeirização e Grilagem de Terras no Brasil/Observa BR – Caminhos da Reconstrução e Transformação do Brasil*, Brasília, n. 1, Fundação Perseu Abramo, 15 de abril de 2021. [on-line]. Disponível em: https://fpabramo.org.br/observabr/2021/04/15/condominios-imobiliarios-financeiros-senhas-especulativas-com-grave-onus-social/. Acesso em: 20 de abril 2022..

ESCHER, Fabiano. Class dynamics of Rural Transformation in Brazil: A Critical Assesment of the Current Agrarian Debate. *Agrarian South:* Journal of Political Economy. v. 9, n. 2, p.144-170, Aug. 2020.

GALVÃO, Elisângela. *A política na CNA:* organização mobilizações e inserções do patronato rural no Estado. 2020, 366 fls. Doutorado (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA/ICHA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9271923. Acesso em: 24 de maio de 2021

GEHARDT, Cleyton. Da sociedade do agronegócio à cosmologia Agro. *Contemporânea*, v. 11 n. 3, set – dez, p.1025-1056, 2021.

GHIRARDELLI, Gabriela. Fatos primeiro: Bolsonaro acerta sobre números de titulação de terras, mas omite dados de reforma agrária.21/07/2022. https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fatos-primeiro-bolsonaro-acerta-sobre-numeros-de-titulacao-de-terras-mas-omite-dados-de-reforma-agraria/

GOMBATA, Marsilea. Agro cresce, ignora crises e vive ‘realidade paralela’ à do Brasil. *Valor,* 14 de outubro de 2022, p.A6.

FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMERECSÁNYI, T.; QUEDA, O. *Vida Rural e Mudança Social*. Rio de Janeiro, 1977. p.

FERREIRA, B.; VALADARES, A.A.; SOUZA, M.G.P.; SILVA, R.P. O trabalho de Sísifo da reforma agrária: a estratégia da titulação das terras dos assentamentos rurais na Lei nº13.001, de 2014. In: *Livro Brasil em Desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2014. p.275-294. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3587. Acesso em: 25 de maio de 2021.
25
FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra:* a economia política da fronteira pioneira no

Brasil de 1930 aos dias atuais. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982.

FREUD, Sigmund. *Moisés e o Monoteísmo*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FUHRMANN, Leonardo. João Goulart Filho é único candidato a apresentar meta no número de assentados pela reforma agrária 25/09/2018. Disponível em: https://deolhonosruralistas.com.br/2018/09/25/joao-goulart-filho-e-unico-candidato-a-apresentar-meta-no-numero-de-assentados-pela-reforma-agraria/ e https://deolhonosruralistas.com.br/2018/10/05/planos-de-governo-evidenciam-visoes-opostas-sobre-questao-agraria/. Acesso em: 26 de maio de 2021

HOLSTON, James. The Misrule of Law: Land and Usurpation in Brazil. *Comparative Studies in Society and History*, v. 33, n. 4, p. 695–725, 1991.

KATO, K. , KORTING, M., MENEZES, T. A solução é a regularização fundiária? [livro eletrônico] : privatização da terra, digitalização de registros e o papel do Estado / Karina Kato, Matheus Korting, Thereza Menezes. -- Rio de Janeiro, RJ : Fundação Heirich Böll, 2022.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade.* São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. *Tempo Social (Revista de Sociologia da USP)*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 141-175, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.* 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2016.

MATTEI, L. O debate sobre a reforma agrária no contexto do Brasil rural atual. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 15, p. 234-60, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p234. Acesso em: 5 de setembro de 2022

MEDEIROS, Leonilde. S de. Empresariado rural, modernização da agricultura e violência no meio rural brasileiro. *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores*, v. 2, p. 183-214, mayo-oct., 2021.

MEDEIROS, Leonilde S de. (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo:* A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MENEZES, Thereza C. . “Esse governo é de vocês”: do Terra Legal ao Titula Brasil: Análise de uma década de políticas de regularização contra o caos fundiário amazônico.. *Amazônica: Revista de Antropologia*. v.15, 2023, p. 49-71

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Betrand L. *Vocabulário da Psicanálise.* São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

LERRER, Débora. Revista Agroanalysis: a trajetória da afirmação do “agronegócio” e de consagração de seus agentes. *Contemporânea*, v. 10, n. 1, p. 273-304, jan.-abr., 2020.

LERRER, Débora; FORIGO, Adriano de Almeida. A política de silêncio do problema agrário brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 27, n. 3, p. 483-508, out. 2019.

LERRER, Débora. *Reforma agrária: os caminhos do impasse*. São Paulo: Editora Garçoni, 2003.

LERRER, Débora. Memória, recalque e questão agrária no Brasil. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, *43*(1), 79–105. https://doi.org/10.37370/raizes.2023.v43.820, 2023

LOERA, N. R. *A Espiral das Ocupações de Terra*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

SAUER, S., LEITE, A Z. Medida Provisória 759: Descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. *Retratos de Assentamentos,* v. 20, p. 1,

p. 14-40, 2017. Disponível em: https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/258. Acesso em: 8 de junho de 2021

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio:* no movimento dos sentidos, 3ª Ed., Campinas-SP: Editora UNICAMP, 1995.

PEDROZA. Manoela. Senhorios, capitanias e sesmarias em disputa: reinterpretando algumas teses sobre a apropriação territorial na colonização da américa portuguesa (1375-1677) in: *Revista de História Comparada*, RJ, v. 14, n. 2, p. 08-44, 2020.

POMPEIA, Caio. A Concertação Política do Agronegócio. 2018. 352 Fls. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2018. https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1045531?guid=1653672800162&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1653672800162%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d1045531%231045531&i=1. Acesso em: 9 de junho de 2021

POMPEIA, Caio. Concertação e poder. O agronegócio como fenômeno político no Brasil. *RBCS* v. 35, n. 104, 2020.

FACHIN P, RICCI R. Os desafios dos movimentos sociais hoje. *IHU* [on line], v. 325, p. 5–9, 2010. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3133-ruda-ricci-3. Acesso em: 10 de junho de 2021.

ROLEMBERG, I. Terra, Estado e movimentos: declínio da reforma agrária a partir de uma etnografia na Amazonia Oriental. *Estudo Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30 n.2, 2022.p.1-37

SECRETO, Veronica; SOUZA, Karen.. Semear os campos para encher os pratos: a FAO e a homogeneização agronômica para o desenho do mapa alimentar planetário. In: Ferreras, Norberto (org.) Desigualdades passadas e presentes. Estudos sobre as desigualdades em perspectiva diacrônica. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

SILVA, José Gomes. O buraco negro da reforma agrária. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

SPAROVEK, Gerd *et al.* Who owns Brazilian lands? *Land Use Policy*, 87, p.1-3, 2019. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837719304077. Acesso em: 20 de maio de 2021.

**SOUZA, Eduarda Oliveira Castro de. *PEC do trabalho escravo: uma análise do discurso em torno da tramitação*. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA/ICHS. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.**

VASCONCELLOS, Dora Vianna. *O messianismo no ensaio brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2020.

VERGARA-CAMUS, L.; KAY, C. The agrarian political economy of left-wing governments in Latin America: Agribusiness, peasants, and the limits of neo-developmentalism. *Journal of Agrarian Change,* v. *17,* n. 2, pp.415-437, 2017.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Volume 1 e 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e Bricolagens: mediações em ocupações de terra no nordeste mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. 2014. 268 Fls Tese (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA/ICHS. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1288093. Acesso em: 21 de maio de 2021

# TRAJETÓRIA DO PNCF NOS ASSENTAMENTOS BANCO DA TERRA EM ANGATUBA/SP

Ronaldo Wilson de Godoi[1]
Henrique Carmona Duval[2]
Vera Lucia Silveira Botta Ferrante[3]
Leandro de Lima Santos[4]

**GT 3:** Posse, ocupação, propriedade privada da terra e regularização fundiária: diálogos sobre os instrumentos de dominação e concentração e as estratégias de democratização de terras.

## RESUMO

O presente trabalho faz uma análise do PNCF, com estudo de caso nos assentamentos Banco da Terra, no município de Angatuba/SP, região sudoeste do estado de São Paulo. Os principais objetivos foram analisar as especificidades destes assentamentos e como o desmonte das políticas públicas está afetando o desenvolvimento das famílias assentadas. A pesquisa investigou também a origem e a trajetória das famílias assentadas, suas formas de organização e as ações voltadas aos assentamentos realizadas pela prefeitura. A metodologia abrangeu pesquisa bibliográfica, levantamento e sistematização de dados secundários referentes ao programa no município de Angatuba/SP e trabalho de campo para obtenção de informações primárias com as famílias assentadas. Em um quadro mais amplo de desmantelamento das políticas públicas para a agricultura familiar e de créditos fundiários, no qual se somam as perspetivas do programa de titulação dos assentamentos, os resultados desta pesquisa contribuem para a compreensão de um processo que coloca em risco a segurança alimentar das famílias assentadas e a continuidade dos próprios assentamentos.
**Palavras-Chave:** Programa Nacional de Crédito Fundiário; Políticas Públicas; Agricultura Familiar; Sistema produtivo.

[1] Administrador e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), ronaldo_201217@hotmail.com

[2] Professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/Lagoa do Sino) e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (PPGDTMA) da Universidade de Araraquara (UNIARA), henriquecarmona@ufscar.com

[3] Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (PPGDTMA) da Universidade de Araraquara (UNIARA), vbotta@techs.com.br

[4] Professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/Lagoa do Sino), leandrodelima@ufscar.br

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a agricultura familiar vêm ganhando, cada vez mais, destaque e legitimidade social, política e acadêmica no Brasil. Suas perspetivas de futuro, especialmente relacionadas ao desenvolvimento rural, vêm sendo discutidas nos encontros e nas orientações dos movimentos sociais rurais e segmentos acadêmicos relacionados ao mundo rural.

Os estudos rurais foram impulsionados na década de 1980 pelos movimentos sociais do campo, que reviveram uma efervescência neste período, sobretudo em razão do sindicalismo rural e da criação de movimentos de luta pela terra, como a criação do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), em 1984. Além disso, a introdução da categoria “agricultura familiar” nas políticas públicas, nas décadas de 1980 e 1990, foi capaz de oferecer retornos sociais favoráveis, como a criação de um setor de assentamentos rurais, a partir do primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, e com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996.

A partir de 2003, há uma nova conjuntura política e a criação de políticas públicas mais eficientes do ponto de vista do desenvolvimento rural e do fortalecimento da agricultura familiar. Entretanto, a partir de 2016 essa agenda sofre retrocessos.

Este estudo teve o propósito de descrever e realizar uma análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) a partir do estudo de caso dos assentamentos Banco da Terra 1 e 2, no município de Angatuba/SP, no Sudoeste Paulista. O quadro teórico abrange a trajetória das políticas públicas que culminou no PNCF. Posteriormente, o artigo traz resultados de uma pesquisa de campo que envolve a dinâmica das associações de produtores desses assentamentos em diferentes períodos e as estratégias de adaptação que a maioria das famílias teve que utilizar para permanecer no assentamento e quitar as dívidas do financiamento das terras, sobretudo nos últimos anos com o esvaziamento do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

O objetivo do artigo é o de analisar a importância e os desafios das políticas públicas, principalmente a de crédito fundiário associada ao de compras públicas, tanto para as condições de segurança alimentar como de obtenção de renda das famílias assentadas.

Reforma agrária de mercado no Brasil

O Brasil é um dos países com maior concentração fundiária do mundo. Existem muitos estabelecimentos pequenos e médios caracterizados como de agricultura familiar, que ocupam uma área proporcionalmente pequena da área agricultável em relação aos estabelecimentos patronais que ocupam áreas extremamente extensas. São 77% de estabelecimentos classificados como agricultura familiar (cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos), que ocupam uma área de 80,9 milhões de hectares, correspondendo a 23% do total da área ocupada por todos os estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2017). Os estados de Pernambuco, Ceará e Acre têm as maiores proporções de área ocupada pela agricultura familiar. Já os estados do centro-oeste e São Paulo têm as menores áreas ocupadas (IBGE, 2017).

Uma das formas de se reduzir tamanhas desigualdades no acesso a terras no Brasil é a promoção de uma política de reforma agrária. Esta é uma pauta antiga que já esteve presente em diferentes momentos da história do país. No final da década de 1950, com a alta na industrialização e intensificação do êxodo rural, iniciaram-se debates sobre a questão fundiária, sobretudo grupos de trabalhadores rurais, como nos casos que originaram as ligas camponesas no Nordeste (MEDEIROS et al., 1989). O período que abrange as décadas de 1950e 1980 é bastante rico em termos de literatura sobre o tema. No entanto, não se pretende neste trabalho esgotar todas as nuances dos diferentes períodos históricos, mas se concentrar em discutir uma das alternativas encontradas nesta história para se efetuar uma das políticas de assentamentos por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que ficou conhecida como reforma agrária de mercado. Esta escolha se deve ao próprio objeto do trabalho, os assentamentos Banco da Terra no Sudoeste Paulista.

De acordo com Pereira e Sauer (2006), o modelo de reforma agrária de mercado vem de proposições do Banco Mundial (BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e, após o ano de 1996, passou a ter condições positivas para a sua implementação, pois havia iniciativas do governo federal para impulsionar uma contrarreforma do estado, a qual teria por objetivo diminuir os gastos com as políticas sociais e dissociar responsabilidades. Uma delas foi implementar políticas que amparassem as lutas sociais por acesso à terra. Na prática, esta concepção representou uma solução dentro do estado neoliberal para mitigar os conflitos fundiários, com orientação e recursos do Banco Mundial, fazendo com que os próprios trabalhadores pagassem pelas terras e, ao mesmo tempo, dinamizando

um amplo mercado imobiliário de propriedades fundiárias com baixos índices de produtividade ou que não cumpriam função social.

Ainda de acordo com Pereira e Sauer (2006), modelo de mercado se iniciou com dois empréstimos importantes para sua execução, sendo um intitulado “Reforma Agrária Solidária”, restrito ao estado do Ceará, e outro implantado em cinco estados do nordeste, foi intitulado como “Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza”, que também ficou conhecido como Cédula da Terra, e sua execução foi entre 1997 e 2002. Os movimentos sociais agrários e sindicatos realizaram muitas críticas na execução destes projetos, mas mesmo assim o BIRD afirmou que o Cédula teve experiências bem-sucedidas, e que seria possível reproduzi-lo em larga escala, como um dos modelos exemplares de acesso à terra. Mas as pesquisas e experiências concretas não mostravam resultados favoráveis da efetivação do projeto, e a maior parte dos analistas deixa claro que o modelo obteve resultados negativos.

Segundo Cardoso (1997 apud PEREIRA, SAUER, 2006), neste mesmo ano de 1996 o governo criou o Gabinete do Ministério Extraordinário de Políticas Fundiárias (MEPF), para implantar as novas diretrizes para a reforma agrária. Um ano depois, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), proporcionou uma Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, fomentando a insatisfação contra a política econômica e as reformas neoliberais propostas. E se tornou evidente que naquela época o governo não teria capacidade política de conter de forma pacífica a pressão social pela reforma agrária e o acesso à terra. Em contrapartida, em anos posteriores, o governo adotou o discurso que teria que “reformar a reforma agrária”, adotando novas medidas para que a “reforma” fosse mais eficiente, em sentido social e econômico.

Cédula da Terra

O Cédula da Terra, também conhecido como “Projeto-piloto de reforma agrária e alívio a pobreza”, contou com o modelo de Reforma Agrária Assistida pelo Mercado (RAAM) do BIRD, realizado a partir do ano de 1994, principalmente em países que foram afetados pelos grandes problemas agrários e grandes adversidades sociais no campo, como exemplo a África do Sul, Colômbia, Filipinas e a Guatemala. Já no Brasil, o Projeto Cédula da Terra (PCT) foi implantado em cinco estados, sendo eles; Bahia, Pernambuco, Maranhão, Ceará, e o norte de Minas Gerais, sendo ressaltado pelo

Banco Mundial como um projeto edificante de acesso à terra, mediante o financiamento público. Através deste projeto-piloto, foram criados inúmeros programas, como o Banco da Terra e o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, e o Programa de Crédito Fundiário, criado no ano de 2003, e que até hoje está em vigência no país (PEREIRA, 2012).

Para Buainain (1999, apud PEREIRA e SAUER**,** 2006), o projeto cédula da terra passou por quatro fatores importantes que impulsionaram a entrada dos produtores rurais no projeto. E apesar de terem críticas sobre esta iniciativa, o projeto-piloto Cédula da Terra obteve, mesmo assim, certa adesão social. Em primeiro lugar, esse determinado projeto foi implantado em um ano agrícola péssimo, com grandes secas e em uma região com grande número de população rural pobres e com pouca oportunidade de trabalho. O acesso à terra imediato, foi visto como uma medida emergencial de autossobrevivência aos agricultores.

Conforme Vitor e Sauer (2002, apud PEREIRA e SAUER, 2006), em seguida, houve uma grande disseminação da possibilidade de acesso à terra, de forma rápida e sem conflitos, por intermédio da compra e venda, destinada preferencialmente a uma população rural, que sempre teve o sonho da posse de uma terra. Ademais, houve interesse político entre os agentes da Cédula, no qual, ocorreu uma aceleração na implantação em relação a outros projetos de combate à pobreza no meio rural. Enfim o BIRD quis implantar rapidamente o modelo de mercado, para que conseguisse melhor exportá-lo a outros países.

Assentamentos Rurais Banco da Terra

Uma das principais ações criadas através do Fundo de Terras e da Reforma Agrária foi o projeto Banco da Terra, que desde o início dos anos de 1998 teve o foco em financiar terras e distribui-las a famílias não possuidoras de terras, para que fossem inseridas em um assentamento com caráter associativo onde pudessem viver e produzir. Mas, para que essas famílias sem terras conseguissem se beneficiar desta política, houve algumas iniciativas e também entraves para que este projeto pudesse ser executado

O programa Banco da Terra passou a dar continuidade após o antigo projeto-piloto Cédula da Terra, através de um acordo firmado com o Banco Mundial e o

Governo Federal. Foi executado de maneira experimental em 1997, somente em alguns estados: Ceará, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia. O Banco da Terra surgiu para dar sequência ao projeto Cédula da Terra, que caracterizou a expansão da proposta de "reforma agrária de mercado" no Brasil, e enfim, foi aprovado por lei em 1998 o Projeto Banco da Terra. Em seguida, o Governo Federal solicitou os devidos recursos ao Banco Mundial para a execução do programa, em um valor de US$ 1 bilhão para financiar aproximadamente 200 mil famílias em um período de cinco anos (SANTOS, 2005).

Segundo documentos oficiais o Banco da Terra surgiu através da nova organização das políticas agrárias do Brasil, durante o governo Fernando Henrique Cardoso Lei complementar nº 93, sancionada em 04 de fevereiro de 1988 e regulamentada pelo Decreto nº 3.207 de 13 de abril de 1999, a partir de um conjunto de políticas direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar no país (BRASIL, 2002).

Segundo o MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), umas das propostas originais do projeto Banco da Terra seria realizar o financiamento de terras, infraestrutura e suporte aos trabalhadores rurais visando:

> "Contribuir para a quebra do ciclo da exclusão social e gerar emprego e renda no campo, sendo tomado como um importante mecanismo para otimizar a melhoria das condições da produção rural, a modernização tecnológica, a fixação do homem no campo e a melhoria do seu bem estar" (BRASIL,2002).

O principal propósito do programa foi a integração da agricultura familiar, através dos assentados, junto com o mercado, podendo conceber aos agricultores o acesso à terra através de um financiamento.

Conforme Santos (2005), após os financiamentos das terras, que foram realizados pelo programa de crédito fundiário, os agricultores assentados teriam um período de vinte anos para pagar o financiamento de suas terras, com um acréscimo aceitável de até três anos de carência, em razão da capacidade de pagamento, acrescentado de juros prefixados, de 4% ao ano. O lote financiado é a única garantia

real de empréstimo, no qual, ele fica alienado até o assentado terminar de pagar o imóvel. Todos os recursos aprovados e que foram atribuídos ao programa, até no mês de julho de 2002, foram de R$ 862,6 milhões, somados aos R$ 56,3 milhões referente aos empréstimos com o Banco Mundial, totalizando R$ 918,9 milhões, que devia atender cerca de 49.622 famílias de empreendedores rurais familiares. Aproximadamente, 1.300 munícipios do Brasil foram atendidos, através das 72 Agências do Banco da Terra, que estavam situadas em todas as regiões do país.

Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é um projeto que tem como objetivo gerar alternativas de acesso à terra e auxiliar a Reforma Agrária, e passou a substituir o Banco da terra em 2003 e 2004. Além das compras de terras, o programa financia a assistência técnica e outros projetos que podem ajudar o desenvolvimento das famílias em seus empreendimentos, sobretudo com investimentos com foco na produtividade para além da própria aquisição das terras. Com a criação do PNCF, em 2003, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) sentiu a necessidade e obter uma análise dos perfis dos beneficiários inadimplentes, dos principais programas de apoio no acesso à terra e da Reforma Agrária (LIMA, VIEIRA, CASTRO, 2011).

De acordo com a PORTARIA SAF/MAPA Nº 123, DE 23 DE MARÇO DE 2021, dos beneficiários do PNCF poderão ser beneficiados com financiamento amparados com recursos do Fundos de Terra:

> a. trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários que comprovem, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência na atividade rural;
>
> b. 4.1.2. agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar, assim definida no inciso II do art. 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e seja comprovadamente insuficiente para gerar renda capaz de propiciar-lhes o próprio sustento e o de suas famílias;
>
> c. 4.1.3. os interessados com idade entre 18 (dezoito) até 70 (setenta) anos; 4.1.4. os jovens de 16 (dezesseis) anos

e menores de 18 (dezoito) anos, desde que devidamente emancipados, com averbação no cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais.

d. 4.2. Os candidatos deverão comprovar 5 (cinco) anos de experiência na atividade rural nos últimos 15 (quinze) anos. Os jovens com idade entre 16 (dezesseis) e 19 (dezenove) anos deverão comprovar 2 (dois) anos de origem na agricultura familiar, como integrante do grupo familiar ou como aluno de escola técnica, dos Centros Familiares de Formação por Alternância, inclusive similares (PORTARIA SAF/MAPA Nº 123, DE 23 DE MARÇO DE 2021).

Conforme o Decreto nº 9263, de 10 de janeiro de 2018, têm o direito de acesso ao Programa pessoas que atendam os seguintes critérios:

- “renda bruta familiar anual no valor de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e patrimônio no valor de até R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para famílias da região Norte e dos Municípios que integram a área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;
- renda bruta familiar anual de até R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e patrimônio de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para famílias de qualquer região, exceto aquelas localizadas nos Municípios da área de abrangência da Sudene; e
- renda bruta familiar anual de até R$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) e patrimônio de até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para famílias de qualquer região.

- O candidato tenha, no mínimo, 5 anos de experiencia com a exploração agropecuária, nos últimos 15

anos, podendo ser contabilizado o tempo destinado a escola vinculada ao meio rural (colégio agrícola, escolas agrotécnicas e Centros Familiar de Formação por Alternativa-CEFFA's);

- O prazo de experiencia previsto acima compreende o trabalho na atividade rural exercido até a data do período de empréstimo ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária, praticado como autônomo, empregado, como integrante do grupo familiar ou como aluno de escola técnica-agrícola, inclusive similares;
- O candidato não tenha sido, nos últimos 3 (três) anos, contados a partir da data de apresentação do período de cesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, proprietário de imóvel rural com área superior à de uma propriedade familiar.
- O candidato não seja promitente comprador ou possuidor de direito de ação e herança em imóvel rural;
- O candidato, bem como seu cônjuge estejam dispostos a assumir o compromisso de tomar e, posteriormente, pagar o empréstimo para a aquisição de terras e, quando houver projeto de infraestrutura básica e produtiva, a aplicação dos recursos em conformidade ao projeto aprovado" (Decreto nº 9263, de 10 de janeiro de 2018).

O PNCF abrange os programas e ações de reordenamento fundiário, da Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, pelo Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, que através das ações do crédito fundiário tem o objetivo de aumentar a redistribuição de terras, melhorar os regimes de propriedade para o uso de famílias, com o intuito de realizar a distribuição de terras e aumentar o acesso. O programa tem uma subdivisão entre suas frentes de financiamento, se adequando a cada público, a primeira, Combate à Pobreza Rural (CPR), que tem o foco nos produtores rurais mais pobres, principalmente aos trabalhadores do Semiárido nordestino. O segundo se chama Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), que dá prioridade aos agricultores familiares que não tem terras, ou com poucas terras para cultivar suas produções. O PNCF é realizado com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, do Orçamento Geral da União, com os principais agentes da Nossa Primeira Terra/CPR e Combate à Pobreza Rural, que fornecem recursos de

financiamentos de investimento comunitários, servindo para a difusão, avaliação do programa e capacitações (LIMA, VIEIRA, CASTRO, 2011).

No ano de 2003 tiveram os reordenamentos das políticas de crédito fundiário no país, com a criação do PNCF, e no momento presente se requer um diagnóstico dos perfis de inadimplentes da comunidade de famílias beneficiárias do Fundo de Terra e da Reforma Agrária, permitindo que os gestores possam identificar os principais entraves que estão resultando no endividamento. Em contrapartida, os gestores do Fundo de Terra e Reforma Agrária podem tomar medidas operacionais que busquem diminuir esses efeitos e fatores que ocasionam a inadimplência dos beneficiários (LIMA; VIEIRA; CASTRO, 2011, p.18).

O financiamento para o combate à pobreza rural, de acordo com o art. 6º da Medida Provisória nº 2.183-56 de dezembro de 2001, teve por objetivo fornecer apoio às famílias que tenham realmente necessidades. Também realizar instalação de infraestrutura comunitária e capacitação dos trabalhadores que iriam se beneficiar das terras, com foco na efetividade social e produtiva nos assentamentos. Por meio dessa linha de financiamento, foram destinados meios de empréstimos do Banco Mundial, segundo a Resolução nº 5, de 15 de maio de 2001 do Senado Federal, que deu a opção ao Governo a realizar esses empréstimos, concordando que essas ações deveriam ser destinadas ao financiamento do Projeto de Crédito Fundiário, para o combate à pobreza rural, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através do INCRA (LIMA, VIEIRA e CASTRO 2011).

O PNCF é um programa complementar à reforma agrária, que se dá por meio de linhas de financiamento, promovendo o acesso à terra e a recursos via assistência técnica e extensão rural, recursos para investimentos produtivos no meio rural, basicamente mantendo as mesmas características do Cédula da Terra. A partir dessa reconstrução sobre a história do Programa, pretende-se abordar nas seções seguintes a experiência das famílias nos assentamentos Banco da Terra 1 e 2 em Angatuba e analisar especialmente como a conjuntura de desmonte de políticas públicas afetou suas possibilidades de desenvolvimento.

## CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este trabalho considerou especificamente os assentamentos Banco da Terra 1 e 2, no município de Angatuba-SP. Segundo o IBGE (2020), o município possui uma população estimada de 25.479 habitantes, sendo 15.953 residentes na área urbana e 6.257 em áreas rurais. Sua área territorial é de 1.027.984 km². Na produção agrícola, existe uma nítida predominância dos cultivos da laranja, de pinus e eucalipto. Os assentamentos Banco da Terra 1 e 2 estão localizados no Bairro de Aterradinho, zona rural do município. Ambos tiveram início no ano de 2000, sendo que no primeiro foram beneficiadas 30 famílias, em 311 hectares, e no segundo 20 famílias em 287 hectares.

Foram priorizadas visitas de campo com o objetivo de compreender o contexto histórico da criação dos assentamentos Banco da Terra e por quais razões estas famílias foram motivadas a acessarem o PNCF. Nas entrevistas, utilizou-se um roteiro de questões semiestruturado com o qual buscou-se analisar as dimensões econômicas e estratégias produtivas traçadas pelas famílias. Também foram levantadas as dimensões de todas as produções que as famílias assentadas têm em suas propriedades, sendo elas vegetal ou animal.

Posteriormente à coleta das informações, os resultados das entrevistas foram analisados de forma qualitativa. Os roteiros para a entrevistas foram aplicados a cinco agricultores assentados do Banco da Terra 1 e 2. Importante destacar que em todos os casos o pesquisador foi recebido e atendido pelo homem, pai de família e beneficiário do lote, que prestou todas as informações requeridas durante as visitas.

A partir dos dados obtidos, foi realizada uma análise qualitativa abordando o perfil de cada entrevistado e de sua família, analisando o histórico produtivo em cada caso, as diferentes estratégias de produção e comercialização desde o acesso à terra e também as mudanças que ocorreram em diferentes contextos econômicos e sociais. A sistematização dos dados foi realizada a partir de temporalidades associadas a períodos de maior efetividade do PAA nos assentamentos, os impactos da redução orçamentária do programa e das estratégias de adaptação que as famílias recorreram.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados coletados buscaram compreender o contexto histórico desde o acesso à terra até os dias atuais. Nesta discussão foram levantados importantes

temas relacionado ao meio rural, desde a associações de assentados, a dimensão da produção e políticas públicas e a situação da posse da terra.

A partir das informações coletadas no trabalho de campo, todas as famílias relataram que antes de acessarem o projeto de assentamentos Banco da Terra através do PNCF, os mesmos já viviam da agricultura e desenvolviam atividades produtivas, mas não tinham suas próprias propriedades e, por isso, ficaram motivados a acessarem o programa, para que pudessem viver e produzir em suas próprias terras, como também para buscar uma maior autonomia na produção e geração de renda. Observa-se, de acordo com os relatos dos agricultores assentados, que todos acessaram o PNCF com os mesmos objetivos: o acesso à terra, para conseguirem gerar renda no campo, através de suas diversas produções e criação animal.

No ano de 2000, no início do projeto de assentamentos Banco da Terra em Angatuba/SP, diversos agentes representativos estiveram envolvidos na organização inicial do assentamento. Umas das instituições que apoiaram inicialmente no processo de criação do assentamento no município foi o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), também tiveram alguns agentes representativos locais, sendo eles; o prefeito da cidade de Angatuba/SP na época, o ex-prefeito Emílio, e Celso Moraes que também fizeram parte da organização inicial do assentamento Banco da Terra na época, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angatuba/SP.

Associações, Produção e Políticas Públicas

Ainda no período do ano de 2000, para os agricultores assentados de Angatuba-SP acessarem o PNCF, foi necessário inicialmente criar duas associações para que eles pudessem realizar a compra das terras aonde foram instalados os assentamentos Banco da Terra 1 e 2. No assentamento Banco da Terra 1 foi criado a Associação dos Agricultores Familiares de Angatuba (AAFA) e no assentamento Banco da Terra 2 foi criado a Associação dos Agricultores Familiares Alto Perobal (AAFAP). As duas associações foram primordiais para o acesso às terras. Inicialmente foram realizadas cerca de 15 reuniões com esses agricultores, junto com a prefeitura e a casa da lavoura de Angatuba/SP, para que as associações pudessem filtrar e selecionar os produtores rurais adequados para acessarem as terras no assentamento.

As associações dos agricultores assentados do Banco da Terra 1 e 2 também contribuíram nos anos de intensidade do PAA no assentamento, no período entre 2009-2016, as associações foram responsáveis em fazer a intermediação entre

assentado e o Programa de Aquisição de Alimentos, sendo um dos programas que mais deu apoio ao assentados do Banco da Terra, no qual a associação contatava a prefeitura municipal para que fossem buscar os alimentos produzidos semanalmente pelos agricultores assentados.

As principais fontes de renda dos agricultores assentados do Banco da Terra 1 e 2 são as atividades agropecuárias e a aposentadoria, de acordo com os resultados, quatro famílias realizam atividades agropecuária e também possuem aposentadoria. E uma família atualmente não tem nenhuma fonte de renda, necessitando de ajuda de familiares que residem na cidade para conseguir ter acesso à alimentos para o consumo próprio.

De acordo com as respostas dos agricultores, quatro entrevistados não estão comercializando seus produtos em associações e/ou cooperativas, mas um deles está vendendo 100% de sua produção de milho através de uma cooperativa local, que está localizada na cidade de Angatuba/SP.

A única política pública que serviu de apoio no processo de comercialização das produções no assentamento foi o PAA, que permaneceu por um bom período beneficiando os assentados. Antes do PAA se consolidar no Banco da Terra, os agricultores já utilizavam estratégias de produções e comercialização próprias, e as principais culturas que os produtores tinham antes da vinda do PAA eram; a produção de milho, feijão, frutas e verduras, destinadas ao CEASA. Também eram destinadas à associação do assentamento, que ficava responsável pela comercialização dos produtos adquiridos, sendo uma porcentagem aos atacadistas locais e outra para o consumo próprio.

Atualmente as famílias estão produzindo verduras somente para o autoconsumo, pois, dadas as circunstâncias atuais, por conta da falta de apoio governamental e acesso às políticas públicas, as famílias estão limitando suas produções para grande quantidade e comercializar na região, pois o mesmo não tem a certeza que irão conseguir comercializar tudo o que produzem. Há relatos que algumas famílias não estão produzidas mais nada desde que o PAA parou de funcionar na cidade. Mas a perceção dos entrevistados é de que se a política pública voltar a apoiar o assentamento, as famílias voltariam a produzir uma variedade de culturas.

Antes do ano de 2016, o PAA era o principal programa que servia de apoio aos agricultores em relação à renda das famílias, e tinham motivação para cultivar

uma grande diversidade de alimentos, pois tinham a certeza de que conseguiriam entregar alimentos regularmente através do programa.

Como relatado, umas das principais dificuldades de permanência dos agricultores assentados do Banco da Terra em Angatuba é que os produtores não têm para quem vender a produção sem ter acesso a políticas de compras públicas. Para completar, apenas dois assentados entrevistados tiveram acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na história do assentamento, e por um período bem curto, entre 1 e 2 anos, mas como o acesso a esta linha de crédito acaba sendo burocrática e depende de um técnico para elaborar o projeto e assinar, os assentados não têm acesso ao ATER, eles não estão conseguindo acessa-las mais. Diante das dificuldades enfrentadas no assentamento, alguns agricultores chegaram até passar fome, como relatado durante as entrevistas, por não terem capital para investir em uma produção, e também por razões da saúde física.

Situação da posse da terra e PMMA

Atualmente a terra está quitada nos assentamentos pesquisados, porém até hoje os assentados estão com dificuldade de fazer a escrituração dos lotes, pois a taxa para realizar esta escrituração é muito alta, e nem todos os agricultores assentados têm condições financeiras para fazer esta escrituração. A situação de quitação só foi possível por conta da implantação da Lei 13.606/2018 – Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), que tem o objetivo de reduzir 100% dos juros já previstos, e também reduzir 100% das multas aplicadas nas propriedades rurais. Esta lei teve um grande impacto positivo no processo de quitação das terras no assentamento, conseguiu-se reduzir 85% do valor da terra. Portanto, os assentados tiveram que pagar 15% do valor das terras. As duas associações de agricultores assentados a AAFA (Banco da terra 1) e a AAFAP (Banco da terra 2) também contribuíram no processo de quitação da dívida, realizando encontros e reuniões para que todos os agricultores assentados entrassem em um consenso para fazer a quitação das terras.

Uma notícia animadora para os agricultores assentados em Angatuba/SP é que foi aprovado um Projeto de Lei Nº 38/2021 de 29/04/2021, que institui o “Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no Município de Angatuba (PMAA)”. O projeto foi aprovado para ser executado no âmbito municipal, e irá proporcionar inúmeros benefícios tanto para a população carente da cidade quanto

para os agricultores familiares do município. O projeto tem o propósito de valorizar o produtor rural da cidade de Angatuba, no qual, os agricultores conseguirão tirar seu sustento entregando os alimentos produzidos em suas propriedades. O projeto PMAA irá dispor de um valor de R$8.000 (oito mil reais) mensais, destinados à aquisição de alimentos dos agricultores familiares do município, e será administrado pela Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. E as famílias beneficiarias que irão receber os produtos, serão classificadas através de avaliação social, sendo favorecidas as famílias com situações de vulnerabilidade social mais precárias.

Se o projeto PMAA for consolidado no município, com certeza trará grandes benefícios tanto para os agricultores familiares, quanto para as famílias mais carentes da cidade de Angatuba/SP, amenizando em partes, a ausência de políticas públicas de apoio à comercialização da produção. Mas o que intriga é que o valor que vai ser oferecido por ano e por família de agricultores é bem menor do que o PAA costumava praticar. Além disso, os agricultores poderiam contar com os dois programas e, assim, obterem uma composição de renda maior. Mesmo assim, os agricultores ressaltam que este projeto voltará a trazer retornos favoráveis para os pequenos produtores rurais da região, e ajudará muitas famílias a permanecerem em suas propriedades no assentamento Banco da Terra e, consequentemente, incentivará a voltarem a produzir uma diversidade de alimentos e a comercializarem seus produtos.

No primeiro semestre de 2017, com o início do desmantelamento das políticas públicas, consequentemente teve uma redução orçamentária que refletiu negativamente também na região de Angatuba/SP. Houve grandes perdas nas produções dos agricultores assentados, e por falta de apoio governamental as famílias encontraram-se sem alternativas de produção, e com a vinda da instabilidade financeira entre os assentados, alguns acabaram ficando desmotivados a permanecerem no assentamento.

As famílias que permaneceram em suas propriedades no assentamento tiveram que traçar novas estratégias de adaptação, para produzirem, comercializarem e terem uma renda mínima no campo. Mas a maioria dos assentados produziram com pouca intensidade, basicamente para o consumo próprio e venda ocasional para mercados locais. Uma estratégia a qual os agricultores estão recorrendo é a produção cerealista, especificamente a produção de milho, por conta de estar com um bom preço de mercado atualmente. Com isso, estão voltando a depender fortemente de um agente regional para implementar um sistema produtivo capital-intensivo e com

baixo retorno financeiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho contribuiu para revelar a importância da articulação das políticas públicas de crédito fundiário (PNCF) e de comercialização (PAA), bem como das associações dos produtores que são inerentes aos assentamentos Banco da Terra, no município de Angatuba, região sudoeste do estado de São Paulo.

A pesquisa buscou diagnosticar a importância do acesso à terra para as famílias, mas também o quanto elas precisam de aportes de outras políticas públicas como ATER e comercialização para manterem a renda em um patamar suficiente para as famílias.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi um importante instrumento para o fornecimento das organizações locais, como alternativas de apoio para atuar como verdadeiros agentes de desenvolvimento territorial, e de fortalecimento para a agricultura familiar e para o combate da insegurança alimentar. No período entre aos anos de 2009 a 2016 o PAA foi muito importante para a geração de renda aos agricultores familiares, pois eles tinham como obter renda mensalmente. Mas, no período entre 2017 a 2022, teve-se um significativo desmonte desta política púbica no território.

O que mais trouxe esperanças para os agricultores assentados, e o aumento das perspectivas de reconcentração fundiária. Uma vez que as famílias estão conseguindo quitar o financiamento de seus lotes e a titulação dos mesmos, em razão da lei 13.606/2018, pois a lei conseguiu reduzir 100% dos juros previstos anteriormente para os assentados e também reduziu 100% das multas já aplicadas nas propriedades. Além disso, esta lei teve um grande impacto positivo no processo de quitação da terra, por conta de reduzir 85% do valor da terra, passando a pagar somente 15% do valor das terras. De acordo com os assentados, sem essa lei, muitos não teriam condições financeira de pagar por suas propriedades, e consequentemente iriam abandonar o assentamento. Mesmo assim com a precarização das políticas públicas de desenvolvimento rural pode levar ao risco de as famílias abandonarem e venderem a terra.

O que está trazendo esperança aos agricultores assentados do Banco da Terra é a aprovação do Projeto de Lei Nº 38/2021 de 29/04/2021, o Programa

Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no Município de Angatuba (PMAA), que tem o propósito de proporcionar uma renda através das produções dos agricultores familiares do município de Angatuba/SP. Já a partir de 2023 está se desenhando a volta do PAA em todo o Brasil, e temos acompanhado uma movimentação da prefeitura de Angatuba para que o programa volte a ser operacionalizado no município.

O propósito de um projeto de assentamentos rurais é o de proporcionar o desenvolvimento rural e territorial, através da agricultura familiar, possibilitando a geração de emprego e renda no campo, dos próprios membros das famílias ali inseridos e também dinamizar a vida econômica dos municípios do entorno. Além disso nota-se a importância de os programas de créditos fundiários estar em harmonia com as políticas públicas e compras públicas, como forma de subsistência dos produtores no meio rural, proporcionando aos agricultores uma melhor renda no campo, facilitando os mesmo a quitação de suas terras e a permanência nela. Mas para que a funcionalidade do assentamento ocorra, também deve-se ter uma harmonização entre atores governamentais e assentados, buscando promover a efetividade de políticas públicas de créditos fundiários e de desenvolvimento rural, para que os produtores rurais sejam motivados a permanecerem nos assentamentos, e continuarem a cultivar uma grande variedade de produções, para que possam obter uma renda digna no campo e possibilitar às famílias em situações de vulnerabilidade nas cidades ter acesso a uma alimentação saudável, podendo assim, mitigar a insegurança alimentar na sociedade. Essas considerações não são diferentes no assentamento Banco da Terra em Angatuba, e se houver condições das políticas de compra funcionarem enquanto estratégia de desenvolvimento rural, com certeza poderão trazer mais retornos sociais as famílias inseridas em assentamentos rurais.

## REFERÊNCIAS

BORSATTO, Ricardo Serra *et al*. desafios do programa de aquisição de alimentos (paa) em fomentar autonomia de agricultores familiares. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, p. 1104-1122, 17 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9263, de 10 de janeiro de 2018. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9263.htm#art1. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. Portaria SAF/Mapa nº 123, de 23 de março de 2021. Brasília, Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/03/2021&jornal=515&pagina=2&totalArquivos=173. Acesso em: 28 fev. 2022.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Transparência Pública do PAA**: Programa de Aquisição de Alimentos. 2017. Disponível em: https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsultaMunicipio&uf=SP. Acesso em: 25 nov. 2020.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Transparência Pública PAA - Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília, 2017. Disponível em: https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultar. Acesso em: 24 jan. 2022.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; SILVA, Maria Aparecida Moraes. A política de assentamento: o jogo das forças sociais no campo. **Perspectivas**, Araraquara, p. 33-51, 1988.

GRISA, Catia. **Perspectivas para um Mundo Pós Pandêmico; Agroecologia, Políticas Públicas e bem viver – Mesa Redonda: Políticas Públicas**. II Webinário Latino – Americano. PPGADR-Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural/UFSCar. Araras, 2021.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio, Isopo; SCHNEIDER, Sergio. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**: O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro, Rio Grande do Sul, p. 155-176, mar. 2015.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**: O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro, Rio Grande do Sul, p. 53-82, mar. 2015.

GRYNSZPAN, Mario. **A trajetória política de João Goulart**: a questão agrária no governo jango. A questão agrária no governo Jango. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango. Acesso em: 19 abr. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html. Acesso em: 20 jan. 2021.

LIMA, Suzana Maria Valle; VIEIRA, Luis Fernando; CASTRO, Antônio Maria Gomes

de. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Reordenamento Agrário (org.). **Estudos de Reordenamento Agrário**: perfil dos beneficiários do programa nacional de crédito fundiário: combate a pobreza rural (pncf-cpr). 8. ed. Brasil: Iica/Mda/Pct-Crédito Fundiário, 2011. 136 p.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de *et al*. HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO. **Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional**, Rio de Janeiro, p. 01-215, 1989.

MEDEIROS, Rosângela Aparecida. **Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e Potencialidades de Políticas de Segurança Alimentar para a Agricultura Familiar**. Informações econômicas, MG, v.25, n.3, p.469-483, set/dez. 2013.

SANTOS, Fabio Fraga dos. **Políticas fundiárias e desenvolvimento local: O papel do Banco da Terra na reconstrução do rural.** 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SAUER, Sérgio. Reforma agrária de mercado no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 98-126, 2010.

# MÓDULO RURAL E MÓDULO FISCAL: REFLEXÕES A PARTIR DE UM EXERCÍCIO NUMÉRICO

Vicente Penteado Meirelles de Azevedo Marques[1]

**GT 3:** Posse, ocupação, propriedade privada da terra e regularização fundiária: diálogos sobre os instrumentos de dominação e concentração e as estratégias de democratização de terras

## RESUMO

O trabalho apresenta o Módulo Rural e o Módulo Fiscal, presentes no Estatuto da Terra, de 1964, como Instrumentos da Ação Pública, não neutros, portadores de técnicas e ferramentas próprias, que conformam várias importantes políticas para as áreas rurais, inclusive aquelas relacionadas à Agricultura Familiar. É realizado um exercício numérico de simulação da atualização do Módulo Rural médio para doze regiões geográficas que apresentam classificações cadastrais semelhantes. Os resultados obtidos indicam a existência de transformações relevantes não reconhecidas pela ausência de modificação, por décadas, dos valores oficiais desses instrumentos. O exercício realizado também sugere a possibilidade de revisão dos conteúdos desses instrumentos e das suas ferramentas de modo a orientar adequadamente as políticas agrárias que eles informam.

Palavras-chave: Estatuto da Terra; Instrumento da Ação Pública

## INTRODUÇÃO

O Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), é conhecido como o marco institucional da disputa política cujo fundamento é a associação entre a modernização e o tamanho da propriedade, no sentido de distinguir os segmentos sociais que são "reconhecidos como capazes de promover o desenvolvimento" e os que não são (WANDERLEY,

[1] Doutorando PPG Desenvolvimento Rural, UFRGS, e-mail vicenteamarques@gmail.com

2009).

O Módulo Rural, instituído pelo Estatuto, é considerado a “ferramenta básica” da ação pública para a regulação da propriedade pelo Estado (BRUNO, 1995). Ele e o Módulo Fiscal dele derivado estão presentes em vários outros normativos legais e adquiriram diferentes utilidades (originais e derivadas) ao longo dos anos, com efeitos diretos ou indiretos sobre importantes políticas públicas. Entre essas utilidades estão: (i) a desapropriação e a destinação de terras para fins de reforma agrária (1964, 1988); (ii) a colonização (a partir 1964, 1973); (iii) a tributação (Módulo Rural, até 1979, depois Módulo Fiscal, 1979-1980); (iv) o enquadramento sindical (1969); (v) a aquisição de terras por estrangeiros(as) (1971); (vi) a Fração Mínima de Parcelamento da propriedade (1972); (vii) o usucapião especial (1981); (viii) a impenhorabilidade da propriedade (1988); (ix) a definição de pequena e média propriedade (1993); (x) a definição de Agricultura Familiar e as políticas diferenciadas para ela (1995, 2006), como Pronaf, PAA, Garantia-Safra e outras; (xi) a condição de Segurado(a) Especial da Previdência Social (2008); (xii) a regularização fundiária (2009); e (xiii) a proteção e uso sustentável da vegetação nativa (2012). Segundo as normas atuais, a pequena propriedade está limitada à área de até quatro módulos fiscais, e é um dos requisitos para as condições de agricultor(a) familiar e de segurado(a) especial da Previdência Social.

A essência do Módulo Rural e o Módulo Fiscal se mantém praticamente inalterada desde a sua origem e a fixação dos seus valores também permanece sem modificação substancial por décadas, a despeito da previsão legal e das inegáveis transformações na produção agropecuária e no meio rural.

Neste trabalho o Módulo Rural e o Módulo Fiscal serão abordados no campo da Sociologia Política da Ação Pública e considerados Instrumentos da Ação Pública. Esses instrumentos não são neutros e nem resultantes de pura técnica e são portadores de formas concretas em que as relações entre o governo e a sociedade civil são orientadas (LASCOUMES; LES GALÈS, 2012).

O objetivo do trabalho é estabelecer reflexões e possibilidades de análise das políticas agrárias a partir do exame das características das técnicas e ferramentas envolvidas na simulação da atualização dos seus valores conforme as normas vigentes. A primeira seção trata da caracterização do Módulo Rural e do Módulo Fiscal e das principais técnica (zoneamento) e ferramentas (potencial demográfico induzido e dimensionamento dos módulos) utilizadas. A segunda seção aborda as

possibilidades de simulação de apuração do módulo rural médio para as regiões onde estão municípios selecionados com base em dados recentes. A seção seguinte reúne alguns elementos para outras análises dos dois instrumentos.

## DESENVOLVIMENTO

### Principais noções e definições

O Módulo Rural está presente em todos os títulos do Estatuto da Terra e é importante para conferir alguma unidade a eles. É definido como a área fixada para a "Propriedade Familiar", considerada o "imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros" (BRASIL, 1964, art. 4º, incisos II, III). O Módulo Fiscal, instituído em 1979, procurou refletir o valor da mediana dos módulos rurais em um Município.

Na abordagem proposta por Pierre Lascoumes e Patrick Les Galès (2012), que procura estabelecer diferentes níveis de observação e de especificidade de análise, o instrumento Módulo Rural é operacionalizado pela técnica do zoneamento (Regiões e Zonas Típicas de Módulo) e pelas ferramentas (microdispositivos) que correspondem às equações que classificam os territórios e os imóveis.

As Regiões do Módulo corresponderam àquelas adotadas pelo IBGE em diferentes épocas: a Zona Fisiográfica (até 1968); a Microrregião Homogênea (até 1989); a Microrregião Geográfica (até 2017) e a atual Região Geográfica Imediata. Para cada uma delas foram delimitadas Zonas Típicas de Módulo considerando o Potencial Demográfico, que tem o objetivo de traduzir a influência demográfica e econômica dos centros urbanos em cada área geográfica.

A regulamentação do Estatuto da Terra em 1965 estabeleceu quatro Zonas Típicas de Módulo (ZTM) (A, B, C, D) e nove subgrupos (ou subzonas) (A1, A2, A3, B1, B2, B3, C1, C2, D), que estão mantidos até a presente data (BRASIL, 1965). Para cada subzona foi atribuído um valor "típico" de área, segundo o tipo de explotação (lavoura temporária, lavoura permanente, pecuária, hortigrangeira etc.) (BRASIL, 1965; BRASIL, 1973a, Anexo).

A equação fundamental para o cálculo do Módulo Rural é A = R/L em que: A é

a área do módulo a ser determinado; R é a renda estabelecida para remunerar a mão de obra, o capital fixo e o capital de giro; e L é o lucro líquido da produção base por hectare no tipo de exploração considerada. O cálculo da renda inclui os valores do salário mínimo e da terra nua; e o do lucro, o rendimento agrícola e as despesas diretas por hectare, entre outros (WOLLMANN, 1986). Ou seja, a ferramenta utilizada para o Módulo Rural e consequentemente para o Módulo Fiscal, possui um nítido caráter econômico, coerente com a orientação de promoção da modernização da agropecuária e das áreas rurais. De um modo geral, quanto maior a lucratividade, menor a área necessária para atender à definição legal de propriedade familiar.

Procedimentos

Esta seção simula a apuração do Módulo Rural médio para as regiões de municípios selecionados com indicadores cadastrais semelhantes, conforme os procedimentos previstos na IE/INCRA/nº 1/1965, na IE/INCRA/nº 5-A/1973 e os dados mais recentes disponíveis do Censo Agropecuário (BRASIL, 1965; BRASIL, 1973b; DI SABBATO, 1999; BRASIL, 2019).

O Módulo Rural médio regional será obtido pelo quociente no número de módulos total pela área aproveitável dos estabelecimentos agropecuários. O número de módulos, por sua vez, será obtido pelo quociente da área utilizada com cada tipo de produção (grupo de produtos) pela área do Módulo Típico da subzona para cada um deles.

Observe-se que Módulo Rural médio regional não se confunde com o Módulo Típico por exploração ou ZTM. O número médio de Módulos Rurais também não corresponde ao Módulo Fiscal, que procura refletir a área mediana dos Módulos Rurais dos imóveis em um mesmo município. É possível considerar, porém, o Módulo Rural médio como uma variável *proxy* do Módulo Fiscal em uma suposta distribuição normal de dados.

A simulação completa da atualização do Módulo Rural requer estudos para a redefinição das ZTM, o que implica o cálculo do Potencial Demográfico para todos os Municípios e Regiões Geográficas Imediatas (RGI), do IBGE. Isso pode ser realizado por meio de tabulações especiais do Censo Agropecuário 2017 e das Estimativas da População 2021, do IBGE, com auxílio de aplicativos de medição da distância entre cidades.

Os grupos de produtos utilizados pelo IBGE para caracterizar o tipo de

produção diferem em termos não substanciais daqueles estabelecidos pelas normas do INCRA. De uma forma geral, os grupos do IBGE são mais amplos. O Censo Agropecuário 2017 não identificou as áreas com horticultura, pecuária de animais de médio porte e piscicultura (aquicultura), o que seriam os correspondentes mais próximos da classificação utilizada pelo INCRA para o cálculo dos módulos. As normas do INCRA não estabelecem módulos típicos para a produção em sistemas agroflorestais, que combinam espécies florestais, lavouras e pastagens para animais. Para efeito deste texto, os sistemas agroflorestais foram considerados produções florestais. As definições de área aproveitável para exploração agropecuária do Decreto nº 84.685/1980 (BRASIL, 1980a), foram atualizadas com base na Lei nº 8.629, de 1993, também conhecida como Lei Agrária (BRASIL, 1993, art. 10, com redação dada pela Lei nº 14.119, de 2021). O Censo Agropecuário 2017 não diferencia as construções e instalações destinadas a fins produtivos, nem as áreas com exploração mineral. Na impossibilidade de aferir a exploração de áreas remanescentes de vegetação não protegidas legalmente, toda a área foi considerada inexplorada ou sem exploração definida para fins deste cálculo.

Os municípios selecionados, cuja localização pode ser verificada na Figura 1, estão em diferentes Unidades da Federação e possuem os mesmos “módulos típicos” por tipo de produção pois pertencem a uma subzona típica de módulo, além de outros indicadores cadastrais semelhantes (Fração Mínima de Parcelamento e Módulo de Exploração Indefinida). Desde 1965 a subzona B3 está conformada pelos núcleos urbanos com até 50 mil habitantes (estrato inferior) e pelo Potencial Demográfico médio entre 60 mil e 100 mil hab/km (estrato intermediário).

Figura 1. Localização das Regiões Geográficas Imediatas (RGI) selecionadas

Fonte: IBGE (2017)

Resultados e discussão

A Tabela 1 a seguir identifica os municípios e as regiões selecionadas, os seus módulos fiscais e o resultado dos cálculos realizados.

Tabela 1. Número de módulos rurais e módulos rurais médios regionais e módulos fiscais municipais. Municípios e Regiões Geográficas Imediatas selecionadas. Em hectares. 2017.

| UF | Município | Região Geográfica Imediata | Nº Módulos Rurais | Módulo Rural Médio (ha) | Módulo Fiscal (ha) |
|---|---|---|---|---|---|
| MT | Sorriso | Sorriso | 88.925 | 32 | 90 |
| MS | Bodoquena | Aquidauana | 25.142 | 67 | 90 |
| CE | Tauá | Tauá | 7.024 | 63 | 90 |
| TO | Araguatins | Araguatins | 4.918 | 63 | 80 |
| MA | Balsas | Balsas | 38.769 | 43 | 75 |
| PA | Xinguara | Xinguara | 16.812 | 66 | 75 |
| PE | Exu | Araripina | 8.482 | 46 | 70 |
| PI | Floriano | Floriano | 7.602 | 54 | 70 |
| SE | N. S. da Glória | N. S. da Glória | 6.094 | 53 | 70 |
| AL | Piranhas | Delmiro Gouveia | 2.050 | 60 | 70 |
| BA | Lençóis | Seabra | 4.787 | 55 | 65 |
| GO | Porangatu | Porangatu | 27.129 | 65 | 60 |
| RO | Corumbiara | Vilhena | 20.403 | 53 | 60 |
| PB | Catolé do Rocha | Catolé do Rocha | 4.434 | 37 | 60 |

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017 (tabela 6881); BRASIL, 2022. Elaboração do autor a partir de Di Sabbato (1999).

A partir da Tabela 1 é possível observar que em um mesmo tipo de subzona existem vários valores para o Módulo Fiscal. No caso da subzona B3, em análise, muitos deles se aproximam do seu valor máximo em nível nacional (110 ha). Ou seja, a subzona B3 é marcada pela associação entre os estratos inferiores de população urbana e os intermediários de Potencial Demográfico aos estratos superiores de Módulo Fiscal.

A mesma tabela mostra que Municípios bastante distantes geograficamente podem possuir Módulos Fiscais iguais, como por exemplo Corumbiara/RO e Catolé do Rocha/PB, ou Bodoquena/MS e Tauá/CE.

O cálculo do Módulo Rural médio a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017 mostra não haver uma relação linear entre o número de módulos total, que deriva da área aproveitável, e o módulo médio. Existem regiões com elevado número de

módulos (acima de 15 mil) nos estratos inferior (45 ha ou menos) e superior (65 ha ou mais) dos valores do módulo médio.

O cálculo revela também importantes alterações da ordem de grandeza dos indicadores regionais em relação ao Módulo Fiscal atual, estabelecido em 1980 e vigente até a presente data (BRASIL, 1980; BRASIL, 2022).

A proporção entre o maior (90 ha) e o menor (60 ha) valor do Módulo Fiscal (1,5) aumenta quando é calculado o Módulo Rural médio (2,1), cujos valores extremos são 67 ha e 32 ha. Isso sugere que possa haver uma dispersão maior de valores que não está devidamente captada pelos valores vigentes.

O município de Sorriso/MT, por exemplo, é o que apresenta o maior Módulo Fiscal (90 ha) entre os territórios selecionados e está localizado na região com menor Módulo Rural médio (32 ha). Já o município de Porangatu/GO, que possui o menor Módulo Fiscal entre os territórios selecionados (60 ha), está localizado em uma região que tem um dos maiores Módulos Rurais médios (65 ha) da amostra.

Em resumo, os resultados obtidos sugerem que exista uma probabilidade significativa de as diferenças entre os valores apresentados serem devidas às transformações ocorridas nos territórios. Essas transformações não são reconhecidas oficialmente por meio da atualização dos dados cadastrais. Como já mencionado, isso traz consequências para um número expressivo de políticas agrárias, inclusive para a caracterização legal de agricultor(a) familiar, segurado(a) especial da Previdência Social e para a aplicação de dispositivos da reforma agrária, da regularização fundiário e do chamado Código Florestal, entre outros.

O limite de espaço para o texto impede que se analise as possíveis transformações ocorridas em cada caso. Os exemplos de Sorriso/MT, nos biomas Amazônia e Cerrado, e de Lençóis/BA, no bioma Caatinga, podem ser ilustrativos dos contrastes entre os valores dos módulos. Enquanto o Módulo Fiscal de Sorriso (90 ha) é significativamente maior que o de Lençóis (65 ha), o Módulo Rural médio da região de Sorriso (32 ha) é bem menor do que a região onde se localiza Lençóis (55 ha).

Na data da criação e regulamentação do Módulo Fiscal (1979/1980), a localidade de Sorriso havia sido recentemente elevada à categoria de distrito do município de Nobres, de onde se emancipou em 1986. Originário de um projeto de

colonização privada às margens da BR-163, que então tinha como objetivo ligar Tenente Portela/RS a Oriximiná/PA, o distrito possuía como principais atividades econômicas anteriores a extração de madeira e de látex para borracha e a pecuária extensiva. O município passou por um acelerado crescimento populacional e rápida urbanização, indo de 26 mil habitantes em 1996 para 95 mil habitantes em 2021, dos quais aproximadamente 88% do total em áreas urbanas. É classificado pelo IBGE como um Centro Sub-regional do tipo B, de hierarquia urbana intermediária, pois exerce “influência preponderante sobre centros próximos por oferecer bens e serviços”, além de contar com “movimentos culturais e movimentos políticos” destacados (IBGE, 2019; IBGE, 2020; IBGE, 2023).

O município apresenta uma elevada receita total dos estabelecimentos agropecuários (R$ 2,9 milhões/ano por estabelecimento, em média); uma reduzida participação dos estabelecimentos com até 100 ha de área total, inclusive os familiares (1% da área total); e o predomínio de pessoas ocupadas sem vínculo com o(a) produtor(a) (65% do total). Isso se deve em grande medida à forte presença da soja e do milho. Em 2021, Sorriso apresentou a maior área colhida com soja no País (605 mil hectares). No município estão instaladas unidades da Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill, Dreyfuss (LDC), Cofco e Amaggi, que estão entre as maiores do mundo da comercialização internacional desses grãos (IBGE, 2019; IBGE, 2023). Em Sorriso não existem povos indígenas e comunidades quilombolas que reivindicam a titulação do seu território.

Já o município de Lençóis foi emancipado em 1864, durante um ciclo de extração mineral (diamantes). Sua população tem crescido lentamente, passando de 10 mil habitantes em 1996 para 12 mil habitantes em 2021, dos quais aproximadamente 77% do total em áreas urbanas. É classificado pelo IBGE como um Centro Local, o de menor hierarquia urbana, ou seja, que “exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais” e apresentam “fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e empresas” (IBGE, 2020).

Os dados censitários mais recentes mostram que em Lençóis houve uma reduzida receita total por estabelecimento (R$ 12 mil/ano), em média), com

participação expressiva das rendas não-agropecuárias (58% do total); o predomínio das unidades familiares; da mandioca e do feijão entre as lavouras temporárias, além de áreas de preservação permanente, estabelecidas em grande parte no interior ou no entorno imediato de Unidades de Conservação ambiental, como por exemplo, o Parque Nacional da Chapada Diamantina, e Área de Proteção Ambiental Marimbus-Iraquara. Em Lençóis existem três comunidades quilombolas que reivindicam a titulação do seu território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do Módulo Rural e do Módulo Fiscal como instrumentos da ação pública portadores de técnicas e ferramentas próprias permite que eles sejam investigados em diferentes níveis de observação e de análise. Os resultados obtidos com a simulação da atualização do Módulo Rural médio para uma pequena amostra de regiões conforme as normas atuais, sugerem que existam elementos pouco conhecidos para explicar as diferenças entre ele e o Módulo Fiscal vigente.

A breve análise de dois dos municípios selecionados (Sorriso/MT e Lençóis/BA) permitem identificar elementos importantes que não estiveram presentes na época da aprovação e regulamentação do Estatuto da Terra, na década de 1960, nem nas décadas posteriores, quando da criação do Módulo Fiscal e da ampliação do seu uso para políticas públicas não previstas na Lei original. É o caso, por exemplo, das desigualdades sociais, da estrutura fundiária e do trabalho empregado, dos biomas e da conservação ambiental, além da presença de povos e comunidades tradicionais, entre outros. É possível verificar também pesquisas contemporâneas sobre as áreas de influência das dos diferentes tipos de cidades, que agregam elementos teóricos e empíricos válidos para o estudo das características e da dinâmica das áreas rurais, com maior qualidade e complexidade que os indicadores da década e 1960.

A ênfase concedida originalmente aos aspectos de renda monetária, da produtividade e da lucratividade no cálculo do Módulo Rural refletiram – e ainda refletem – uma determinada concepção de desenvolvimento centrada na modernização das áreas rurais em detrimento de outros aspectos presentes, como o bem estar das famílias trabalhadoras, a conservação dos recursos naturais e a justa

relação de trabalho. Esses aspectos constam, inclusive da definição de função social da propriedade da terra do próprio Estatuto (BRASIL, 1964, art. 2º), recepcionada pela Constituição Federal de 1988. Assim, é coerente considerar que as críticas a essa concepção de desenvolvimento também estejam concretizadas em instrumentos, técnicas e ferramentas adequados a elas.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 26**, de 1964. Dispõe sôbre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília, 28 out 1964 [documento digitalizado]

BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. DOU de 30 nov 1964, retificado em 17 dez 1964 e retificado em 6 abr 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm.

BRASIL. **Decreto nº 55.891**, de 31 de março de 1965 (a). Regulamenta o Capítulo I do Título I e a Seção III do Capítulo IV do Título II da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra. DOU de 8 abr 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D55891.htm

BRASIL. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). **Instrução Especial nº 1**, de 1º de setembro de 1965 (b). Regulamenta dispositivos do Decreto nº 55.891, de 31 de março de 1965, e do Decreto nº 56.792, de 26 de agôsto de 1965, sôbre o Zoneamento do País, Zonas Típicas e Módulos de Imóveis Rurais, os Cadastros a serem realizados pelo IBRA e a Tributação da Terra, prevista na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra. DOU de 15 set 1965 [documento digitalizado]

BRASIL. **Decreto nº 72.106**, de 18 de abril de 1973 (a). Regulamenta a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que institui o Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências. DOU de 24 abr 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72106.htm

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Instrução Especial nº 05-A**, de 6 de junho de 1973 (b) Dispõe sobre Normas, Classificações, Questionários e Tabelas Relativas à Implantação do Sistema Nacional de Cadastro Rural e a Tributação previstas no Decreto nº 72.106, de 18 de abril de 1973 e no Decreto nº 55.891, de 31 de março de 1965. DOU de 7 jun 1973 [documento digitalizado]

BRASIL. **Decreto nº 84.685**, de 6 de maio de 1980 (a). Regulamento a Lei nº 6.746,

de 10 de dezembro de 1979, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR e dá outras providências. DOU de 7 mai 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d84685.htm

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Instrução Especial nº 20**, de 28 de maio de 1980 (b). Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685, de 06 de maio de 1980. DOU de 12 jun 1980. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/ie20_1980.pdf

BRASIL. **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. DOU de 26 fev 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro : IBGE, 2017. 82 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo agropecuário 2017**. Resultados definitivos. Rio de Janeiro, v. 8, p. 1-105, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 2020. 192 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Instrução Especial nº 5**, de 29 de julho de 2022. Dispõe sobre os índices básicos cadastrais e os parâmetros para o cálculo do módulo rural. DOU de 01 ago 2022, republicada em 02 ago 2022. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-especial-n-5-de-29-de-julho-de-2022-*-419636741

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sistema Agregador de Informações **Cidades**@. Acessado em: 22 jun 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº 5, novembro, p. 5-31, 1995

DI SABBATO, Alberto. **Módulo e Agricultura Familiar**. Proposta de metodologia para

cálculo do módulo fiscal municipal. S.l: s.e., dezembro de 1999, 57 p. (Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO UTF/BRA/051/BRA) [documento digitalizado]

LASCOUMES, Pierre; LES GALÈS, Patrick. **A ação pública abordada pelos seus instrumentos**. Trad. Maria José da Silva Aquino Teisserenc. Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, v. 9, nº 18, p. 19-43, jul/dez. 2012. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1331

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. 330 p. (Série Estudos Rurais)

WOLLMANN, Francisco Amilton. **Notas Técnicas DCA-1 nº 01/86**. In: MIRAD. Estatísticas, estudos, contribuições e análises. Brasília: DCA/INCRA/MIRAD, 1986, p. 105-115 (Módulo, volume II) [documento digitalizado]

# REFORMA AGRÁRIA COMO PROCESSO HISTÓRICO: CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS CULTURAIS INGLESES

Fernando Pedrazolli Filho[1]
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco[2]

**GT 3:** Posse, ocupação, propriedade privada da terra e regularização fundiária: diálogos sobre os instrumentos de dominação e concentração e as estratégias de democratização de terras.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo propor uma discussão sobre as contribuições teóricas dos Estudos Culturais Ingleses para observação e análise dos processos relacionados ao uso, posse e ocupação da terra em assentamentos rurais. Essa questão nos importa especialmente no atual contexto em que se constata o fenômeno denominado "refluxo da reforma agrária", que é definido, entre outros elementos, pela ofensiva do modo hegemônico de ocupação do território baseado na propriedade privada absoluta. Verifica-se sua capilarização em contextos onde a propriedade seja, de certo modo, protegida, o que resulta em pressões, limites e dificuldades impostos à autonomia e à permanência na terra dos sujeitos que ali convivem. A análise desse processo demanda certo olhar crítico a visões economicistas simplificadoras da realidade para o qual o aparato teórico proposto pode contribuir.

Palavras-chave: reforma agrária, assentamentos rurais, Estudos Culturais Ingleses, economicismo.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a trazer algumas contribuições teóricas formuladas pelos Estudos Culturais Ingleses para a análise do o atual momento da reforma agrária no Brasil. Diante da ofensiva do modo hegemônico de ocupação da terra, baseado na

[1] Instituição UNICAMP, fpedrazolli@gmail.com.
[2] Instituição UNICAMP, soniaberga@yahoo.com.

propriedade privada absoluta, sobre os assentamentos rurais, perguntamo-nos como esse processo vem sendo vivenciado no seu cotidiano pelos assentados.

Acreditamos que as formas hegemônicas de reprodução do capital no meio rural brasileiro impõem dificuldades, pressões e limites de toda ordem à reprodução da vida em uma lógica que escape ao seu enquadramento. Mesmo dentro do contexto dos assentamentos rurais de reforma agrária, a autonomia e a permanência na terra estão longe de ser garantidas, especialmente em uma conjuntura de precarização das políticas públicas voltadas para o setor e do rápido avanço da hegemonia privatista, excludente e predatória da terra.

Identificar as reações a essas pressões dentro dos assentamentos requer um olhar que as enxergue onde possivelmente se veria enquadramento, passividade acrítica ou apenas reações "automáticas", previsíveis. Daí a importância em se considerar, em nossa análise, um aparato teórico crítico a visões que reduzem a realidade a simplificações economicistas, geralmente, atreladas a fins determinados.

Realizamos a seguir uma contextualização histórica do atual momento, denominado por alguns autores como "refluxo da reforma agrária" e, em seguida, apresentamos a discussão teórica que vem nos guiando para tratar dessa questão, com base na observação e análise das informações obtidas em um campo empírico determinado[3].

## DESENVOLVIMENTO

### Contextualização histórica: o debate sobre a reforma agrária

Os assentamentos rurais de reforma agrária representam um campo sociocultural dos mais importantes para se pensar a realidade social brasileira. Ali se condensam trajetórias sociais que revelam um retrato da questão agrária brasileira e do processo histórico da reforma agrária, com todas as suas conflitualidades, contradições e complexidades. A constituição desses espaços é um dos resultados concretos de intensa luta pela terra engendrada por trabalhadores rurais em diferentes

[3] Trata-se de pesquisa em andamento que tem como objetivo compreender o refluxo da reforma agrária como um processo histórico, real, protagonizado inclusive pelos assentados, considerados sujeitos sociais que o vivenciam e o constroem. Para isso, foi realizado trabalho de campo nos assentamentos ruais Araras 1, 2, 3 e 4, localizados no município de Araras-SP.

contextos históricos contra o modo predominante de ocupação dos territórios rurais dado historicamente no Brasil.

Esse configura um contínuo processo de acumulação primitiva de capital, destinado a extrair renda da terra por uma pequena parcela de proprietários que reproduzem uma forma de ocupação, persistente desde os tempos coloniais, caracterizada pelo latifúndio, pela grilagem de terras, pela expropriação de camponeses, pela depredação ambiental, pelo uso instrumentalizado do Estado e pela violência explícita. Pode-se defini-lo como um "processo hegemônico" – nos termos de Williams (1979) – na medida em que uma conjunção de forças políticas, econômicas, sociais e culturais conseguiu, de certo modo, naturalizar no imaginário social a extrema violência de que se utiliza para se impor, como se conflitos, mortes, massacres, expropriação, pobreza e miséria fossem constituintes permanentes e toleráveis – e, mesmo, necessários, em nome do "desenvolvimento econômico" – do meio rural brasileiro (DELGADO, 2017; PRADO Jr., 2000; WANDERLEY, 2011).

No Brasil, ele se concretizou sob a forma da propriedade privada absoluta (instituída legalmente pela Lei de Terras de 1850), isto é, na terra como mercadoria, que pressupõe o uso estritamente individual/privado – o "desfrute exclusivo", nas palavras de Thompson (1998b) –, inclusive especulativo, sem qualquer alusão a uma função social. Outros tipos de ocupação da terra, concebidos historicamente por camponeses, populações indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas e trabalhadores rurais, foram sendo eliminados e expropriados por esse modo de ocupação. Desse modo, a propriedade privada absoluta atravessou os séculos e reificou-se, tornando-se praticamente inviolável, defendida e vivenciada de forma descaracterizada da violência e dos problemas sociais que gera[4] (DELGADO, 2017; MARX, 2008).

Historicamente, existiram resistências, ora localizadas, ora politizadas, que geraram, no século XX, importantes conquistas, responsáveis por entrepor limites constitucionais à mercadorização absoluta das terras. Entretanto, tais conquistas ficam ameaçadas sempre que esse modo predominante avança nos territórios e no imaginário social sobre o rural brasileiro impondo sua hegemonia a despeito dos

[4] A propriedade reificada é o que Thompson (1998b) chama de "propriedade rural absoluta" (ou "propriedade rural exclusiva", "propriedade rural de desfrute exclusivo"), e Delgado (2017) chama de "terra mercantil" (que se opõe à "terra bem social") ou, ainda, "terra de negócio" (oposta à "terra de trabalho"), segundo o discurso eclesial.

limites da lei. Atualmente, vivemos um desses ciclos que vem confrontando conquistas sociais, atingindo diretamente a vida de seus beneficiários e caracterizando, em parte, o que foi chamado de “refluxo da reforma agrária” (CARVALHO, 2018; BARONE, FERRANTE, 2017; LEITE, 2013).

Ao longo dos séculos, verdadeiras guerras foram travadas entre a propriedade privada absoluta e as populações expropriadas por ela. Para citar apenas as mais conhecidas até a metade do século passado, Carvalho (2018) destacou a Guerra de Canudos (1896-1987) na Bahia e a Guerra do Contestado (1912-1916) na região fronteiriça do Paraná e Santa Catarina. Na metade do século XX, destacaram-se as ligas camponesas e a organização de inúmeros sindicatos rurais. Todas, a seu modo, tinham um caráter de luta pela terra e contestavam o modo hegemônico de ocupação do território.

A partir dos anos sessenta, a denúncia dos diversos conflitos deflagrados principalmente nas regiões de fronteira agrícola – mas não só –, o êxodo rural desenfreado, a urbanização caótica, a organização dos camponeses em movimentos sociais e sindicatos rurais, a pobreza e a marginalização rural, a incapacidade de suprir o meio urbano, bem como a persistência do latifúndio, serviram como evidências que de que havia uma questão agrária a ser enfrentada na busca por um desenvolvimento que se adequasse às demandas sociais das populações rurais e urbanas. A reforma agrária, em suas diversas vertentes, foi então sendo construída como uma “bandeira de luta” e a “reivindicação que une todos” (CARVALHO, 2018; MALAGODI, 2017; WANDERLEY, 2011).

Naquela década, a luta pela terra que até então tivera um caráter de conflito aberto e localizado ganhou projeção nacional e política. O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) de 1963, o Estatuto da Terra (ET) de 1964, o Plano Nacional de Reforma agrária (I PNRA) de 1985, a Constituição de 1988 e a política de assentamentos de 1987 representaram conquistas políticas e constitucionais dessa luta. Tratou-se de um processo de disputas que gerou ciclos de politização e popularização da luta pela reforma agrária, com conquistas concretas, entre ciclos conservadores que geraram reveses, despolitização e retrocessos, um dos quais representa o mais recente momento que procuramos analisar (CARVALHO, 2018; BARONE, FERRANTE, 2017; ESQUERDO, BERGAMASCO, 2011).

A reforma agrária foi se consolidando a partir de dois importantes marcos: o ET, considerado a primeira lei de reforma agrária no Brasil, onde aparece pela primeira

vez o conceito de função social da terra e a possibilidade de desapropriação de latifúndios; e a política de assentamentos do I PNRA, responsável pela criação da maioria dos assentamentos rurais que conhecemos hoje. Já a oposição política e ideológica a essas conquistas foi responsável por implementar a chamada modernização agrícola conservadora, os projetos de colonização agrícola dirigida. Tais reações fortaleceram o setor patronal, especulador e grileiro de terra ao darem soluções que, apesar de modernizarem tecnologicamente a agricultura – de forma extremamente seletiva –, não alteraram em absoluto o cerne da questão agrária brasileira.

Podemos falar em dois grandes ciclos de modernização agrícola: o primeiro, ciclo da revolução verde, que ocorreu de meados dos anos de 1960 até meados de 1970; e, após sua crise nos anos oitenta e noventa, o segundo, ciclo do agronegócio, que se consolidou nos anos 2000 e continua vigorando atualmente. A cada um deles corresponderam a abertura de novas áreas de exploração – seja de fronteira ou não –, certo incremento de tecnologia e o direcionamento de expressivos recursos estatais e políticas públicas para sua viabilização. Ambos geraram ganhos de produtividade mas não resultaram em melhorias das condições de vida dos trabalhadores rurais, pelo contrário, intensificaram a expulsão de força de trabalho, a precarização da vida e os conflitos e tensões sociais no meio rural.

Importante ressaltar o papel do Estado nesse processo que transferiu recursos destinados ao latifúndio e ao latifundiário, via crédito agrícola dirigido ao setor. Com esses recursos, foram criados e consolidados, nos anos setenta, os chamados Complexos Agroindustriais (CAIs) nos lugares e setores aonde a modernização chegou. Cada CAI "[...] consolidou-se como um padrão 'moderno' de desempenho e produtividade" que foi responsável por um processo de redefinição (ideológica) do setor patronal. Esse que, nos anos sessenta, em um ciclo de politização da luta pela terra, fora associado ao atraso, ao arcaísmo do latifúndio improdutivo, começou a livrar-se dessa pecha, quando passou a ser associado à moderna e produtiva "empresa rural" (MENDONÇA, 2010, P. 73).

A colonização agrícola de fronteira, por sua vez, tornou-se a principal iniciativa do regime militar no campo das políticas agrárias e, junto com a modernização conservadora, teve um claro objetivo de esvaziar politicamente o debate sobre a reforma agrária enquanto mecanismo de desenvolvimento econômico e social, como fora previsto no Estatuto da Terra. Em seu lugar foi oferecida uma resposta conjuntural

às lutas dos movimentos camponeses e seu principal efeito foi o encurralamento de camponeses, cada vez mais descapitalizados pela modernização, para áreas de fronteira agrícola. Já, os "empresários agrícolas", ainda mais capitalizados, avançaram para essas áreas por meio da prática comum da violência e da grilagem de terras, tornando-as potencialmente conflituosas (BERGAMASCO, NORDER, 2003; CARVALHO, 2018; CAUME, 2006; STEDILE, 2012; FERNANDES, 2008).

Segundo Stedile (2012, p. 152), por não enfrentarem de fato a questão agrária, essas mudanças ocorreram ao mesmo tempo em que se verificaram a “eclosão de muitas lutas de posseiros da Amazônia e o ressurgimento da luta ‘massiva’ pela terra em praticamente todo o território nacional”, além de um aumento considerável de movimentações camponesas como ocupações de terras e acampamentos no sul do país e da organização de manifestações, greves, encontros e seminários de trabalhadores rurais promovidos por novas entidades camponesas como a ABRA, Contag, CPT, CNBB, entre outras.

Ainda segundo o autor (2012, p. 99) esses fatos representaram uma base para a elaboração do I PNRA, já na nova república, “com ênfase na desapropriação de imóveis improdutivos”, de sorte que os anos oitenta e noventa ficaram marcados por um novo ciclo de politização da luta pela terra. Caso emblemático foi a criação da CPT, em 1975, do MST, em 1984, e sua territorialização por todo o país, que junto com outros movimentos, emplacaram o I PNRA, ainda que como uma política “compensatória”, “à reboque” dos movimentos sociais e com um enfoque altamente produtivista.

Essa questão do produtivismo foi um dos reveses enfrentados pelos camponeses em luta. Nesse período, formou-se a UDR que se consolidou como a principal organização patronal agrícola e impôs na Constituição de 1988 (que incorporou o conceito de função social da propriedade) a noção de “propriedade produtiva” isenta de desapropriação, um retrocesso em relação ao ET que previra a desapropriação de todos os latifúndios. Esse fato, ao gerar um reducionismo na interpretação da constituição baseado numa questionável noção de produtividade, criaria uma barreira jurídica nos futuros processos desapropriatórios de modo a inviabilizar a reforma agrária (LEITE, 2013; SAUER 2013; STEDILE, 2012).

Ademais, um novo ciclo da velha modernização conservadora, o agronegócio, passou a disputar ideologicamente com o viés reformista do I PNRA na busca por soluções dos velhos problemas agrários. Já no final dos anos noventa, as

contrapropostas conservadoras e reacionárias ganharam apoio estatal, como foi o caso da chamada Reforma Agrária de Mercado (RAM), e tornaram o agronegócio a principal política agrícola, responsável por fortalecer o modo hegemônico de ocupação dos territórios até o paroxismo em que vivemos hoje (SAMPAIO Jr., 2013).

A hegemonia política do agronegócio vem sustentando-se, desde que surgiu, ao colocar-se como única opção para o "desenvolvimento rural" do país. Para isso, o setor por ele representado apela para recursos como a forte propaganda midiática, a criminalização dos movimentos sociais, a estigmatização dos assentamentos rurais, o *lobby* político e um falso discurso salvacionista. Apela, sobretudo, para um embasamento teórico – se é que podemos assim chamar – extremamente economicista, dualista e a-histórico que opõe uma agricultura moderna e produtiva a outra atrasada, pobre, em vias de desaparecimento. Impõe dessa forma um destino para agricultura que paira fora do domínio dos próprios sujeitos históricos e das lutas historicamente travadas no meio rural brasileiro.

Como efeito disso, nas últimas décadas renovaram-se alguns discursos – que sempre voltam à tona em momentos políticos de reação conservadora – como o do fim inevitável do campesinato e o da desnecessidade da reforma agrária. O Brasil, segundo estas visões, não precisaria mais de uma reforma agrária, pois os problemas de produtividade do campo brasileiro teriam sido resolvidos com a modernização e industrialização das atividades agrícolas. O campesinato clássico, familiar, tradicional que não foi capaz de integrar-se aos modernos CAIs estaria, portanto, em vias de desaparecimento ou ficando reduzido a uma marginalização que poderia ser suprida com políticas compensatórias localizadas. Alguns autores, como Buainain *et al*. (2014), entusiastas desse processo, nomearam-no de "via argentina de desenvolvimento".

Nota-se nesses discursos o apelo economicista à questão produtivista como único fator a ser contemplado por uma política de desenvolvimento rural e, dessa forma, dissimulam-se problemas causados pelo agronegócio como o agravo dos conflitos agrários, a grilagem de terras, a questão do preço dos alimentos e do abastecimento urbano, o aumento da violência contra povos indígenas e invasão de suas terras (protegidas constitucionalmente), o avanço da depredação ambiental, o grave aumento da concentração de agrotóxicos nos alimentos, a estrangeirização e financeirização do mercado de terras, o aumento da dependência externa e da especialização produtiva de *commodities*, entre outros. Todos eles são denunciados

pelos movimentos de luta pela terra que viveram relativo êxito nos anos oitenta e noventa e conseguiram, naquele período, impor certo desgaste a esses discursos.

O contundente apelo ideológico do agronegócio foi fundamental, na virada do século, para revigorar fortemente o processo hegemônico de ocupação do território, agora, sob os signos do ultramoderno, do tecnológico, do produtivo, do empreendedor e, assim, deslegitimar a luta pela terra, sob a pecha da invasão, da violência, do atraso, da precariedade e da pobreza. Atualmente, os relativos ganhos da reforma agrária, dentre os quais se destacou a política de assentamentos, vêm sendo neutralizados e sofrendo importantes reveses no seu já truncado processo histórico.

É característico de visões economicistas um reducionismo da realidade por restringir sua análise a um vetor estritamente econômico que faz com que se desconsidere as disputas e os elementos não necessariamente econômicos que os compõem. Não apenas as visões vinculadas ao agronegócio, mas o próprio processo de reforma agrária considerado até agora não deixou de ser atravessado, dentro de seu próprio campo ideológico, por estas visões que relegam seus verdadeiros sujeitos históricos em favor de modelos teóricos rígidos e projetos políticos particulares. A crítica ao economicismo torna-se, por isso, um importante instrumento para análise da reforma agrária se a quisermos considerar como um processo histórico, real, com suas contradições, seus paradoxos e suas complexidades, concretizada no dia-a-dia dos sujeitos históricos que a constroem.

## Contribuições dos Estudos Culturais Ingleses

Os Estudos Culturais Ingleses constituem um aparato teórico que representa uma das mais importantes críticas ao economicismo. Trata-se de um debate dentro do campo de estudos marxistas em que seus principais autores se contrapuseram ao chamado “estruturalismo economicista althusseriano” que hegemonizara esse campo. Para Thompson (1981), um dos fundadores dessa escola de pensamento, o estruturalismo economicista dominara as interpretações marxistas ao passo que se vinculava à política de dominação stalinista responsável por uma interpretação da realidade que colocava fins históricos determinados em despeito da construção histórica real.

O economicismo refere-se, para Thompson (2012), a uma visão redutora da realidade que limita fenômenos sociais complexos a uma variável estritamente econômica. Tais interpretações foram responsáveis por uma concepção a-histórica e determinista dos processos sociais justamente por que desconsideram seu caráter processual, complexo, contraditório e episódico construído pelas ações dos próprios seres humanos.

Williams (1979) fez a crítica ao emprego, pelo estruturalismo althusseriano, do modelo teórico simplificador que considera que uma "base" material (econômica) determina uma "superestrutura" político-jurídica e cultural. Sua objeção parte da crítica a essas próprias noções consideradas em separado e valoradas pela distinção dualista entre o que seja considerado "material" ou "concreto" e aquilo que seja "ideal" ou "abstrato". Desse modo, o que seria a "base material" da sociedade, seu nível técnico/tecnológico de produção determinaria suas formas superestruturais (política, jurídica, cultural, intelectual etc.) as quais teriam a função de ratificar a dominação de classe. Uma mudança real na sociedade passaria, então, primeiro e necessariamente pela base material que, ao modificar-se, determinaria novas formas superestruturais (ideais).

Isso quer dizer que, assim considerada, a dimensão técnica da produção seria o único instrumento pelo qual, em última instância, se produz e se reproduz um modelo econômico e, tudo o mais, a cultura, a política, a ideologia, o direito, a consciência, enfim, tudo o que não fosse economicamente considerado, existiria como reflexo passivo destinado a conservar tal modelo. Tal "estruturação" dos processos sociais que considera os seres humanos como "suportes" de mecanismos que agem automaticamente é criticada por Thompson (1981). Segundo ele, essa visão foi responsável por um apagamento da ação dos sujeitos na história, isto é, do caráter processual dos acontecimentos históricos os quais, para o autor, nunca seguem um rumo predeterminado, mas sim, são resultados de ações e lutas travadas por agentes históricos, dotados de consciência, inseridos em contextos sociais específicos.

O autor reconhece e reafirma certa "objetividade" das transformações históricas na obra marxiana que explica o fato de que os fenômenos sociais não sejam determinados por ações individuais, tampouco são fiéis às projeções, mesmo, coletivas. Entretanto, ela não foi empregada para negar o papel dos sujeitos e das manifestações ideais, não econômicas, nas transformações históricas, pelo contrário,

essa noção buscou combater a separação mecanicista entre o mundo das ideias e o das relações de produção.

Williams (1979) contrapõe sua noção de “objetividade histórica” à de “objetividade abstrata”. Para ele, essa considera forças e determinações que estão fora do controle das ações dos próprios seres humanos na construção de sua própria história, como se existisse uma “ordem” de funcionamento (evolução) da sociedade, uma estrutura inerte de mudança social. A consideração de determinações exteriores, segundo o autor, só pode ser resultado da sobreposição da teoria – essa sim, abstrata – à realidade, na qual as categorias analíticas passam a ter prioridade sobre o próprio processo real a que deveriam explicar.

Essa é, segundo Marx (2018, p. 100, grifo do autor), a atitude idealista que ele próprio procura combater. Todo seu esforço é o de demonstrar o equívoco de se considerar natural, eterno, universal, aquilo que é produto de ações e relações humanas na história e, portanto, um processo histórico. “Assim, essas ideias, essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. São produtos *históricos e transitórios*”. Só é verdade portanto que existem determinismos mecânicos em conceituações altamente abstratas, ou seja, quando a realidade não é levada em conta em sua complexidade. Um processo social real nunca é linear, simples, automático, rígido, estático, pelo contrário, é sempre complexo, dinâmico, incerto, episódico, multifário, com determinações (pressões e limites) de várias ordens. É no próprio Marx que Williams (2011, p. 44) procura a crítica ao conceito de determinação:

> Ele [Marx] está se opondo a uma ideologia que insistia no poder de certas forças fora do homem, ou, sem sua versão secular, em uma consciência determinante abstrata. A própria proposição de Marx explicitamente nega isso e coloca a origem da determinação nas próprias atividades dos homens.

Importa-nos aqui apresentarmos dois importantes conceitos resultados dessa crítica: “costume” e “economia moral”. Embora sejam bastante específicos de uma realidade histórica particular, são reveladores de como uma análise social/histórica pode ultrapassar o economicismo e, dessa forma, distanciar-se menos da realidade empírica. Ambos foram delineados pelos Estudos Culturais Ingleses e têm o poder de “unir” base e superestrutura, antes, separadas pelo economicismo e de reconsiderar a “agência” humana nos processos sociais.

Por costume, considera-se a "experiência vivida", a reprodução da vida segundo práticas e ideias transmitidas por gerações inseridas em contextos sociais específicos. O costume, tem, por isso, uma dimensão material, concreta, ao mesmo tempo que cultural. Diferencia-se de uma noção simbólica, abstrata, ou mesmo "consensual", de cultura, e diverge, ainda, das noções de "tradição" e "folclore", que têm um sentido de permanência no tempo, de imutabilidade, inflexibilidade (THOMPSON, 1987, 1998a, 1998b, 1998d).

Os costumes, pelo contrário, atuam como uma arena de disputas, pois são capazes de absorver, produzir e contestar mudanças e rupturas significativas nas formações sociais. Eles agem, por vezes, como resistência às pressões exercidas pelos processos de mudança econômica e social, não de forma aberta, declarada, frontal, "vibrante", ou propriamente progressista, mas como uma resistência "teimosa", "rabugenta" que procura reproduzir padrões de ação experienciados ao longo de gerações, diante das pressões econômicas. Assim, ao considerá-lo e observá-lo em análises empíricas, torna-se possível ter noção do caráter processual das mudanças e da agência dos atores sociais envolvidos (THOMPSON, 1987, 1998b, 1998c).

Thompson (1987, 1998b), em sua análise sobre o papel dos costumes dos pobres[5] na Inglaterra do século XVIII, deixa bastante claro como a emergência e o desenvolvimento dos fenômenos e das categorias analíticas do capitalismo são, de fato, históricos, localizados, contextualizados, processuais, conflituosos, e, nunca, universais, gerais e lineares. O autor trata da emergência da "propriedade rural absoluta", que foi suplantando aos poucos as antigas terras comunais em um processo social bastante conflituoso, na Inglaterra do Século XVIII. As reações a esse processo, segundo o autor, não eram abertas, públicas e massivas, mas tratavam-se de uma resistência "rabugenta", ora individual, ora tomando formas de banditismo social, ameaças, vias de fato, que recorriam a códigos (até mesmo leis) e práticas de uma formação social imemorial cuja propriedade comunal era pressuposta.

Mais importante para nós é a compreensão do papel da cultura, nesse caso, dos costumes, enquanto reprodução e renovação da experiência vivida, como transmissão coletiva de um "saber fazer". Ele atua como arena de conflitos por onde

[5] "[..] os pobres era um termo criado pela *gentry*, que às vezes mascarava um campesinato inflexível" (THOMPSON, 1998b, p. 144). O termo "pobres", que tem um sentido semelhante à "plebe", foi assim caracterizado por conta de sua "teimosia". É usado por Thompson para designar especificamente a camada da população em processo de expropriação pelos cercamentos, desgarrados das relações paternais feudais e não submetidos à disciplina alienada do trabalho da revolução industrial.

podem ser observados os processos sociais a partir de uma perspectiva da história como processo. A atenção nos detalhes e nos aspectos que poderiam ser considerados irrelevantes – meros reflexos – ganha, por essa razão, um lugar central na análise social e adquire o poder de aproximá-la ainda mais a análise da realidade empírica.

O conceito de economia moral, por sua vez, trouxe a possibilidade de vislumbrarmos as dimensões não econômicas das relações consideradas estritamente econômicas. Para Thompson (1998a, 1998c), os processos de resistência às transformações sociais são bastante complexos e não se reduzem a simples respostas quase instintivas a estímulos puramente econômicos, como se um período de fome por si só pudesse explicar satisfatoriamente uma onda de motins camponeses. Nesses casos, questões de ordem moral, cultural, ideológicas, costumeiras etc. podem influenciar decisivamente e ter precedência sobre o econômico. Este conceito tenta traduzir a complexidade da relação entre cultura e economia vista de uma maneira não fragmentada e, muito menos, determinista.

Thompson (1998a, p. 151) afirmou que “Durante décadas, a história social sistemática tem se mantido na retaguarda da história econômica [...]”, o que levou a uma visão espasmódica das rebeliões, redutora do homem econômico. “Os tumultos eram ‘rebeliões do estomago’, e sugere-se que essa é a forma de uma explicação consoladora. A linha de análise flui assim: elementar-instintivo-fome”. “Estando com fome [...], o que é que as pessoas fazem?”, pergunta o autor. Poderiam haver várias reações (coletivas ou individuais) possíveis, inclusive, a não rebelião, a aceitação da condição de carência e até da morte. Mas nos casos específicos por ele estudados havia um padrão de ação, de comportamento, cuja reprodução conferia certa objetividade aos atos de resistência camponesa.

> Contra essa visão espasmódica, oponho minha própria visão. É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo ou da deferência (THOMPSON, 1998a, p.152).

A noção legitimadora de que fala Thompson se refere ao “paternalismo” – ou melhor, a sua reconstrução seletiva –, sistema econômico que regulava o mercado de

cereais anteriormente aos processos liberalizantes do século XVIII e conferia certa proteção aos pobres nos anos ruins de colheita ou de variações de mercado, de crise, dos atravessadores, enfim, dos completos desamparo e escassez. O processo de substituição desse sistema pelo livre mercado, autorregulado – ou sem regulação –, o que deixava os camponeses completamente desprotegidos, foi palco dos atos de resistência estudados pelo historiador. Tais rebeliões não eram generalizadas nem ativadas automaticamente pela fome, pelo instinto, mas seguiam um rígido consenso de quando e como agir, de quais práticas eram ou não legítimas, do que era considerado justo ou injusto, moralmente aceito ou intolerável. O objetivo das ações não era o saque ou a violência em si, mas somente a regulação do preço dos cereais segundo padrões morais tradicionais, paternalistas.

Com o conceito de economia moral Thompson desvelou um tipo de ação de classe dos camponeses, culturalmente embasado e moralmente definido, que moldou e configurou dialeticamente o processo de mudança social gerado pelas imposições liberalizantes, que representavam interesses de outra classe. Tanto perdurou a mudança de um modelo econômico para outro quanto agiu a resistência dos camponeses segundo esse padrão de ação. Uma visão economicista dessa realidade que desconsidere o padrão moral de ação tende a reduzir tais episódios à noção de “motins”, rebeliões instintivas à fome, dentro de uma “transição” fatalista ou entusiasta de um modelo (econômico) para outro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A operacionalização dos conceitos de “costume” e “economia moral” forjados em análises empíricas críticas ao economicismo nos permite confrontar o modelo simplificador base-superestrutura considerado de forma estanque e abstrata, além da ideia de cultura (abstrata) como reflexo passivo da economia, e, por fim, de reconsiderar a agencia humana contra visões deterministas e mecanicistas.

O reconhecimento da agência humana no processo histórico é uma das principais contribuições dos estudos culturais. E não é trivial. Foi resultado de intenso debate crítico ao longo do século XX contra uma visão bastante arraigada e naturalizada. No caso da reforma agrária brasileira a visão dualista que opõe uma agricultura moderna à outra atrasada é resultado do economicismo e é largamente usada pelos setores conservadores. Mesmo nos meios progressistas, difundiu-se a

ideia do “fim inevitável do campesinato”, da “completa proletarização” dos camponeses e, portanto, seu progressivo desaparecimento, determinado pela industrialização do campo. Discursos e previsões que não se confirmaram diante da história real da luta pela terra, mas que estão presentes, e em voga, atualmente, no imaginário social sobre o rural brasileiro, especialmente quando se assiste a um período de refluxo da reforma agrária.

Sabemos que a forma hegemônica da reprodução do capital no meio rural brasileiro se reproduz e se reforça por meio e a despeito de processos legais[6] e se capilariza de diferentes formas em todos os setores da sociedade, sem nunca ter deixado de enfrentar resistências ao longo da história, das quais de reforma agrária é a mais expressiva. No entremeio dessa disputa estão os assentados, em um período de refluxo das conquistas da luta pela terra, buscando e formulando estratégias para permanecer na terra e reproduzir autonomamente seus meios de vida.

Uma das questões que temos notado refere-se à prática crescente do arrendamento informal do lote, o que aponta para a evidência de que as experiências costumeiras relacionadas à propriedade privada absoluta estejam presentes na formulação das estratégias encontradas ao determinado problema, já que, por ser hegemônica, é pressuposta como “regra do jogo”. Desse modo, vemos reproduzir-se um aparente paradoxo em que alienação da propriedade é usada como estratégia para garantir a permanência na terra. O modo como isso se dá, por vezes, entre assentados, faz com que os padrões de desigualdade, baseados na propriedade privada, sejam reproduzidos, e sequer questionados, mesmo no território em que não exista o título de propriedade. Sendo esse o caso, os entraves burocráticas/legais a essa prática enfrentam certa resistência “teimosa” e “rabugenta”.

Acreditamos, dessa forma, poder contar com um corpo teórico que auxilie a observar os assentamentos rurais e analisar o atual momento da reforma agrária no Brasil de forma crítica às visões economicistas, redutoras da realidade. Isso requer observar complexidades, detalhes, paradoxos e considerar os assentados como sujeitos que configuram essa realidade como um processo histórico.

[6] Atualmente, verificam-se a tramitação de projetos de leis e medidas provisórias como as apelidadas de “PL da grilagem” (PL 2633/2020, PL 510/2020, a MP 759/2016, convertida em Lei nº 13.465/2017, e a MP 910/2019, o “marco temporal” (PL 490/2007), a titulação de lotes da reforma agrária em assentamentos estaduais (PL 410/2021-SP), entre outros.

## REFERÊNCIAS


BARONE, L. A; FERRANTE, V. L. S. B. Reforma agrária no Brasil do século XXI: bloqueios e ressignificações. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 22-39.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. N. **A alternativa dos assentamentos rurais**: organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BUAINAIN, M. A. *et al*. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *In*: BUAINAIN, M. A. *et al*. **O mundo rural no século XXI**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014, p. 1159-1182.

CARVALHO, A. V. de. Elementos para construção de uma memória da reforma agrária. Recife: Ed. UFPE, 2018.

CAUME, D. J. **O MST e os assentamentos de reforma agrária**: a construção de espaços sociais modelares. Goiânia: UFG, 2006.

DELGADO, G. C. Questão agrária, hoje. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 12-21.

ESQUERDO, V. F. de. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Reforma agrária e assentamentos rurais: perspectivas e desafios. *In*: Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 5., 2011, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp, 2011. Disponível em: http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/1406231456wpdm_Texto-REFORMA-AGR%C3%81RIA-E-ASSENTAMENTOS-RURAIS-PERSPECTIVAS-E-DESAFIOS-.pdf. Acesso em: Jan. 2022

FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. *In*: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A.; (Org.). **Reforma agrária e Desenvolvimento**: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008, p. 27-52.

LEITE, S. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. *In*: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 103-126.

MALAGODI, E. Por que a questão agrária é uma questão de agricultura de base familiar e camponesa? *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 40-62.

MARX, K. O fetichismo da mercadoria: seu segredo. *In*: Marx, K. **O capital**: crítica da economia política, livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 92-106.

MARX. K. **A miséria da Filosofia** (resposta à filosofia da miséria de Proudhon). São Paulo: Lafonte, 2018.

MENDONÇA, S. R. de. **Questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. *In*: STEDILE, J. P. (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense / Publifolha, 2000 (Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro).

SAMPAIO Jr., P. de A. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. *In*: SRTEDILE, J. P (Org.). **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189-240.

SAUER, S. Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI. *In*: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e a perspectiva da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 167-188.

STEDILE, J. P. Notas sobre os 40 anos do Estatuto da Terra. *In*: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 145-155.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão Inglesa no século XVIII. *In*: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a, p. 150-202.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. Costume, lei e direito comum. *In*: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b, p. 86-149.

THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. *In*: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998c, p. 13-24.

THOMPSON, E. P. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. *In*: **A peculiaridade dos ingleses e outros estudos**. (Org.: NEGRO, A. L.; SILVA, S.). Campinas: Editora da Unicamp, 2012, p. 203-226.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON. E. P. Patrícios e Plebeus. *In:* THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998d, p. 25-85.

WANDERLEY, M. de N. B. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. *In:* **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 43-68.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1979.

# FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL: ANÁLISE DA ATUALIDADE DO GRAU DE EFICIÊNCIA DA EXPLORAÇÃO (GEE)

Jade Freitas da Silva[1]
Leandro de Lima Santos[2]
Iuri Emmanuel De Paula Ferreira[3]

**GT 03:** posse, ocupação, propriedade privada da terra e regularização fundiária: diálogos sobre os instrumentos de dominação e concentração e as estratégias de democratização de terras.

## RESUMO

Este trabalho traz uma análise da adequação do Grau de Eficiência na Exploração (GEE) da principal cultura agrícola de larga escala no Brasil, a soja, ante aos níveis produtivos atuais. Os dados foram obtidos a partir da pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE e das instruções normativas de produtividade do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA). Para fins de análise, introduziu-se uma metodologia para determinar níveis mínimos de eficiência produtiva, baseada em características distribucionais da produtividade da soja nos agrupamentos regionais, possibilitando a comparação do cenário produtivo atual com o que é previsto como requisito para atestar produtividade em cumprimento da função social da propriedade, com fundamentos nos artigos 185 e 186 da Constituição Federal. Os resultados apontam para obsolescência dos índices mínimos de produtividade utilizados pelo INCRA quando contrastados com a produtividade atual da cultura da soja no Brasil, considerando valores fixados e agrupamentos regionais.

Palavras-chave: Índices mínimos de produtividade, Grau de Eficiência na Exploração (GEE), função social na propriedade, reforma agrária, soja.

## INTRODUÇÃO

A Constituição Federal trata do princípio da função social da propriedade em

[1] Universidade Federal de São Carlos, fjade13@gmail.com
[2] Universidade Federal de São Carlos, leandrodelima@ufscar.br
[3] Universidade Federal de São Carlos, luri@ufscar.br

um capítulo específico intitulado “Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária”, que abrange trecho do artigo 184 ao 191. De acordo com a redação do artigo 186, para se garantir a funcionalidade do imóvel rural devem ser observadas simultaneamente a garantia aos direitos trabalhistas bem como a promoção do bem-estar comum, o aproveitamento racional e adequado da terra e a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente.

O não cumprimento dos requisitos definidores da função social da propriedade enseja a perda do título de propriedade do imóvel, sendo o descumpridor desapropriado por interesse social para fins de reforma agrária. Em tese, tal dispositivo pretende amparar àquele indivíduo que de fato utilizará a propriedade de acordo com as finalidades: social, ambiental e econômica perante à coletividade.

No entanto, no artigo 185, inciso II, do texto constitucional, encontra-se previsto que não será suscetível de desapropriação para fins da reforma agrária o imóvel rural produtivo, sendo atingida a função social em aspecto econômico quando se apresenta índices de produção em conformidade com as disposições legislativas. A Constituição Federal traz que o uso racional e adequado de propriedades como uma obrigatoriedade, portanto, um dos deveres do ocupante é manter a terra em uso, assim como foi detalhado no artigo 6º da Lei 8.629 25 de fevereiro de 1993. Tal lei menciona que uma propriedade produtiva deve exercer, simultaneamente, função social e atingir os índices mínimos de rendimento fixados pelo Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Para avaliar se uma propriedade está sendo produtiva são utilizados índices que validam o rendimento e o aproveitamento, em termos de área cultivada. Esses índices devem ser atingidos conjuntamente às obrigações ambientais e trabalhistas como parte das exigências para o cumprimento da função social, os índices referidos são o Grau de Utilização da Terra (GUT) e o Grau de Eficiência na Exploração (GEE), sendo este dividido em GEE pecuário e GEE vegetação. Os índices de lotação para GEE pecuária, os índices de rendimento para o GEE vegetação e o índice para o GUT são valores pré-fixados pelo INCRA e para cada cultura existe um valor de produtividade mínimo. Somado a isso, esses índices estão dispostos por agrupamentos regionais também delimitados pelo INCRA. A título de exemplo sobre a cultura da soja, para qual um dos agrupamentos fixados pelo INCRA é a região “Paraná/São Paulo” e tem como índice mínimo de produtividade o valor de 1,9 toneladas por hectare (INCRA, 1973).

Tais índices foram concebidos e fixados pelo INCRA ainda na década de 1970, sendo este um período no qual grandes transformações tecnológicas estavam sendo introduzidas na agricultura brasileira, como um reflexo da Revolução Verde que impactou a produção agrícola por trazer pacotes tecnológicos que possibilitaram o aumento na produção e se tornaram condição de sobrevivência de produtores em mercados competitivos. Esses pacotes são apoiados no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, englobando ainda a utilização de maquinários significativos na aceleração da produção agrícola (ANDRADE & GANIMI, 2007).

Este trabalho tem como objetivo a análise da atualidade da aplicação dos índices mínimos de produtividade oficiais da cultura da soja no território brasileiro, sendo esta cultura agrícola escolhida por sua proeminência em todo o território brasileiro. Acredita-se que os índices de produtividade fixados pelo INCRA, que foram concebidos nessa época de transição do modal agrícola, não traduzem a situação produtiva dos dias atuais. De modo geral, a desatualização desses parâmetros de avaliação produtiva de propriedades rurais resulta em perda ao processo de efetivação da reforma agrária, haja vista a facilidade de atingimento de tais índices mínimos diante do atual cenário de produtividade brasileiro, corroborado dados da produção agropecuária do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesse sentido, é explorada a hipótese de que tais índices estão desatualizados a partir do estudo distribucional de dados municipais de produtividade para a cultura da soja (IBGE - PAM, 2018). Sob a necessidade de uma revisão constante dos valores dos índices, construiu-se adicionalmente uma abordagem simulada de determinação de níveis mínimos de eficiência produtiva, baseada na distribuição empírica dos níveis atuais de produtividade para cultura da soja em diferentes regiões. Os valores obtidos a partir dessa simulação foram confrontados aos limites mínimos produtivos estabelecidos pelo INCRA, possibilitando testar sua a atualidade.

Em síntese, a metodologia aplicada se vale da observação dos índices de produtividade atuais e a possibilidade de alcance de dois novos patamares de índices originados a partir dos dados obtidos pela pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE. Com esses dados foi simulado um índice mais conservador, no qual apenas 1% da área de cultivo estaria passível a desapropriação por resultado ineficiente da produção de soja; e outro índice mais arrojado que implica na maior dinamicidade do campo e a efetiva aplicação da reforma agrária. Estes dois índices

simulados foram colocados em contraposição com os índices mínimos produtivos fixados pelo INCRA com base em análise estatística realizada, valendo-se do programa R.

Acredita-se, sobretudo, que a revisão dos índices prevista pelo artigo 6º da Lei 8.629 de 1993, de fato retrata a necessidade de atualizações periódicas dos valores. Os resultados obtidos nesta pesquisa podem refletir a obsolescência dos índices frente a uma retardada, ou inexistente, atualização por parte dos órgãos governamentais competentes. Este trabalho está organizado em cinco seções interdependentes, sendo a primeira esta introdução; a segunda que consiste na fundamentação teórica do trabalho, seguida da a metodologia aplicada na pesquisa e na quarta e última seção são dispostos os resultados e discussões seguido das considerações finais.

## FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL E ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE

A Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã” e fruto das reivindicações dos movimentos sociais, dentre os quais o do campo, consolidou dentre de seus fundamentos constitucionais, o princípio da função social da propriedade, que pretendeu conceber o direito de propriedade como fundamental, no entanto, retira seu caráter absoluto, condicionando-o ao cumprimento da função social, que no caso de imóvel rural, ampara-se no artigo 186 da Constituição Federal. Nesse sentido para alcançar a funcionalidade do imóvel rural e legitimar seu direito de propriedade, o proprietário rural contrai diversos deveres de natureza social, econômica e ambiental (GRACIANO; SANTOS, 2017).

Os desdobramentos práticos constitucionais nesse sentido são realizados à partir da Lei nº 8.629 de 1993, conhecida como Lei Agrária, que disciplina e regulamenta o reordenamento agrário no Brasil, instrumentalizando a reforma agrária como uma política pública, com previsão de democratização de propriedades que têm potencial produtivo, mas que por motivos particulares ou individualizados, não estão produzindo e, nesse sentido, não cumprem a função social requerida pela Constituição Federal de 1988.

Portanto, compete ao Estado desapropriar uma grande propriedade, para fins de reforma agrária, que não cumpra com sua função social, sendo a pequena e média propriedade rural[4] não são passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária

[4] A Lei 8629 de 1993 define como minifúndio o imóvel rural que apresenta área inferior a um módulo fiscal; a

como consta no Art. 185 da Constituição Federal. Segundo o art. 6º da Lei Agrária, uma propriedade é considerada produtiva quando atinge, simultaneamente os graus de utilização e de eficiência na exploração, fixados pelo órgão federal competente, alcançando desta forma a instrução para utilização racional e adequada, critério para o cumprimento a função social da propriedade segundo o Art. 186 da Constituição Federal.

Os critérios de produção abordados neste estudo são fixados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na forma de índices e são oriundos do Estatuto da Terra de 1964, elaborados para averiguar a capacidade de uso da terra, abordando espaço e potencial produtivo do imóvel rural. Em 1979, o conceito de "grau de utilização de terra" e "grau de eficiência em exploração" passou a ser instruído conforme o Art. 49 do Estatuto da Terra, passando a vigorar em 1980. Cabe salientar que tais índices estabelecidos possuem os mesmos valores desde 1980, período em que foram formalizados e que já naquela época eram considerados defasados pois se baseavam no censo agropecuário de 1975 (BASSO, 2013).

A Instrução Normativa (IN) nº 11 de 2003 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) traz em nível operacional, a orientação referente aos índices mínimos de produtividade e sua aplicação, sendo eles os Graus de Utilização da Terra (GUT) e os Graus de Eficiência em Exploração (GEE). Este último é norteado por um rol com os rendimentos mínimos por cultura e por região que constam nos anexos da referida normativa, sendo também disponibilizados nos anexos deste trabalho.

O GUT é a relação entre a área efetivamente utilizada pela área aproveitável, sendo multiplicado por 100 para se obter o percentual. É considerada como área aproveitável aquela que corresponde à diferença entre sua área total e sua área não aproveitável, em que está situado, por exemplo, construções ou instalações não produtivas além das áreas de preservação permanente ou inaproveitável para produções agropecuárias. Para que uma propriedade possa ser considerada produtiva, esta precisa atingir GUT maior ou igual a 80%. O cálculo do GUT pode ser realizado da seguinte forma:

pequena propriedade é o imóvel que compreende a área de um a quatro módulos fiscais; média propriedade possui área de quatro a quinze módulos fiscais; e a grande propriedade para imóveis com área acima de 15 módulos fiscais.

$$\boldsymbol{GUT} = \frac{\acute{A}REA\ EFETIVAMENTO\ UTILIZADA\ (ha)}{\acute{A}REA\ APROVEIT\acute{A}VEL\ (ha)}\ x\ 100$$

Os Graus de Eficiência em Exploração (GEEs) variam de acordo com o aproveitamento da terra, existindo, a título de exemplo, tem-se o GEE pecuária e o GEE vegetação, que se subdividem por cultura produtiva.

O GEE pecuária é a relação entre o número total de unidade animal pelo índice de lotação, sendo este um índice de lotação por Zona de Pecuária - dados fixados pelo INCRA, ou índice de hectare, e multiplicado por 100 para obter o percentual. Tem-se como área efetivamente utilizada a menor entre a área declarada e a área obtida pelo quociente do número total de Unidades Animais do Rebanho pelo índice de lotação mínimo. O índice de lotação é definido pela Zona de Pecuária (ZP) a região delimitada e, estabelecida pelo INCRA, que exerce um tipo de manejo e aproveitamento da área na observância de rendimentos e tendo como finalidade a pecuária.

O cálculo do GEE pecuária pode ser elaborado, matematicamente, da seguinte forma:

$$\boldsymbol{GEE\ pecu\acute{a}ria} = \frac{N\acute{U}MERO\ TOTAL\ DE\ UNIDADE\ ANIMAL}{\acute{I}NDICE\ DE\ LOTA\tilde{C}\tilde{A}O\ /\ HECTARE}\ X\ 100$$

Já o GEE vegetação, utilizado para agricultura, é calculado pela relação entre a quantidade colhida em toneladas e o índice de rendimento por hectare, sendo este índice fixado pelo INCRA, e multiplicado por 100 para se obter um percentual.

$$\boldsymbol{GEE\ vegeta\tilde{c}\tilde{a}o} = \frac{QUANTIDADE\ COLHIDA\ (ton)}{\acute{I}NDICE\ DE\ RENDIMENTO\ /\ HECTARE}\ x\ 100$$

Desta forma, para que uma propriedade possa ser considerada produtiva, ela precisa atingir GEE pecuária ou vegetação, maior ou igual a 100%.Ambos os índices (GUT e GEEs) foram fixados pelo INCRA e para cada cultura existe um valor correspondente que também está atrelado a um determinado agrupamento de regiões, vide tabela anexa.

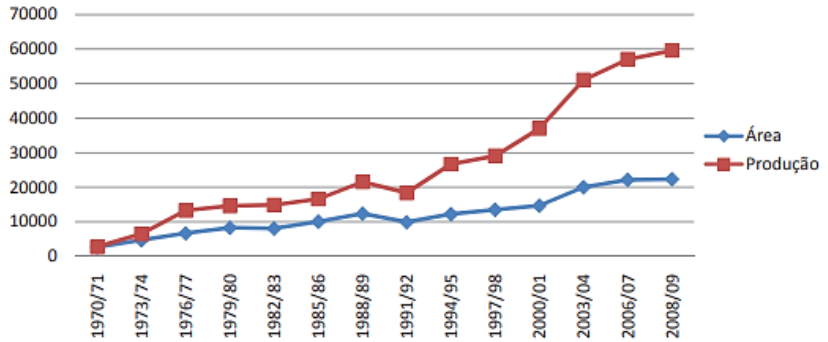
## SOJICULTURA NO BRASIL E ÍNDICES MÍNIMOS DE PRODUTIVIDADE

Desde 1970 a produção de soja foi largamente estimulada no território

brasileiro, sobretudo a partir de políticas governamentais de crédito, pesquisa e extensão rural. Desde a década de 1970, é possível verificar um crescimento constante tanto na produção da soja quanto na área plantada resultante da adoção de pacotes tecnológicos na agricultura (CONAB, 2011).

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a área plantada de soja teve um crescimento de mais de 1.000% no período de 1970 a 2009, passando de 1,7 milhões para 22,3 milhões de hectares plantados. No mesmo período, as safras do grão cresceram também em produtividade, aumentando em torno de 2.000% seu volume, passando de 2,7 para 59,6 milhões de toneladas (FERREIRA, 2011), assim como percebido na Figura 1.

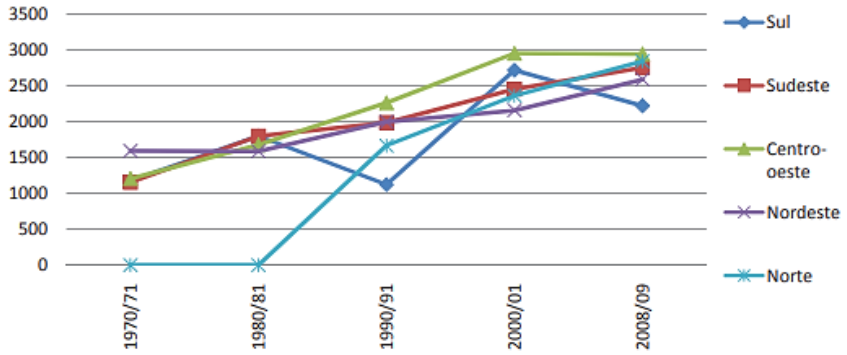
**Figura 1.** Evolução da produção e área plantada da Soja.




Fonte: CONAB *apud* FERREIRA, 2011.

De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,), o espaço plantado de soja no Brasil corresponde a 2,5% de todo o território. A região que apresentar maior área plantada é a Centro-oeste, com aproximadamente 10 milhões de hectares produzidos. O segundo lugar é ocupado pela Região Sul, com aproximadamente 8,3 milhões de hectares produzidos (CONAB, 2011). Ferreira (2011) apresenta um comparativo dentre as cinco regiões brasileiras quanto a evolução da produção da soja, como mostra a Figura 2:

**Figura 2.** Comparativo evolução soja entre as regiões brasileiras




Fonte: CONAB *apud* FERREIRA, 2011.

De acordo com a Instrução Normativa nº 11 de 2003 do INCRA, a produção de soja pode ser categorizada à partir de três macro agrupamentos. Sendo eles os agrupamentos “Paraná/São Paulo”, “Sul (exceto PR)” e “Restante do País”. Para cada um desses agrupamentos o INCRA delimita o valor em toneladas que deve ser minimamente produzido, como disposto na Tabela 1.

**Tabela 1.** Valores e agrupamentos fixados para a Soja.

| Cultura | Grupo | Norma* (ton/ha) |
|---|---|---|
| Soja | Paraná/São Paulo | 1,9 |
| Soja | Sul (exceto Paraná) | 1,4 |
| Soja | Restante do país | 1,2 |

Fonte: INCRA, 2003.

A legislação prevê a atualização periódica dos índices mínimos fixados para GUT e GEE de todas as culturas consideradas pelo INCRA, contudo, não foram observadas modificações nos índices desde sua concepção. De forma concisa com o Estatuto da Terra (1964), foi atribuído aos proprietários critérios de referentes à utilização e eficiência em exploração juntamente com alíquotas para tributação.

Em 1973, com a Instrução Especial n. 5-A, foram implicados valores aceitáveis para considerar a terra produtiva, mas ainda sem alusão a um índice de rendimento por hectare. Somente em 2002 o INCRA incluiu na Instrução Normativa nº 10 tabelas com rendimentos por hectares, que foram mantidas na Instrução Normativa nº 11 de 2003, que permanece com os mesmos valores até o momento (FERRETTI, 2021). A título de comparação, tem-se na Tabela 2, a taxa geral de crescimento da produtividade agropecuária de 1980 a 2005.

**Tabela 2**. Taxa de crescimento da produtividade agropecuária

| Período | Produtividade |
|---|---|
| 1980 - 1989 | 1,86% a.a. |
| 1990 - 1999 | 2,65% a.a. |
| 2000 - 2005 | 3,87% a.a. |

Fonte: IBGE, 2006.

Importante destacar que os índices mínimos de produtividade exigidos pelo INCRA possuem os mesmos valores pontuados nos anos de 2003 e 1973, apontando para uma defasagem ante aos patamares crescentes de produtividade da agropecuária, assim expressados na Tabela 2, que mostram crescimento de produtividade médio de 1,86% ao ano já na década de 1980, atingindo 3,87% de crescimento anual médio na década de 2000.

## MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi conduzido a partir de pesquisa documental com base nos índices de rendimento mínimo, o Grau de Utilização da Terra e os Graus de Eficiência em Exploração da Terra (GEE) ratificados pela lei 8.629 de 1993, especialmente, foi realizada uma pesquisa documental sobre a Instrução Normativa nº 11 de 2003 do INCRA, que traz orientações quanto a regularização de módulos fiscais para cada município e determina como realizar a quantificação o GUT e o GEE.

Esta pesquisa possibilitou entender como realizar a métrica para estes índices e assim conduzir a uma experimentação com dados concretos. Tais dados foram obtidos a partir da pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2018 do IBGE. As informações que a PAM oferece são obtidos junto aos próprios produtores por amostragem no território nacional, portanto, o universo empírico deste projeto foi pautado nos municípios de todo o Brasil em que os agricultores informaram sua produção de uma cultura aqui analisada.

Além disso, as informações da PAM, uma vez que fornecidas pelos próprios produtores rurais, trazem registros das áreas cultivadas e rendimentos das principais culturas produzidas no Brasil. Para fins deste trabalho foram analisadas as seguintes variáveis: Área Colhida (ha), a Quantidade Colhida (ton) e o Rendimento/Produtividade (kg/ha).

Ao todo foram analisados todos os 2672 municípios abordados pela pesquisa PAM de 2018. Tais municípios estavam segregados nas seguintes regiões e estados como dispõe o Quadro 1:

**Quadro 1.** Estados analisados pela PAM (2018)

| Grupo | Estado | Grupo | Estado |
|---|---|---|---|
| Paraná/São Paulo | Paraná | Restante do País | Distrito Federal |
| Paraná/São Paulo | São Paulo | Restante do País | Goiás |
| Sul (exceto PR) | Santa Catarina | Restante do País | Maranhão |
| Sul (exceto PR) | Rio Grande do Sul | Restante do País | Minas Gerais |
| Restante do País | Acre | Restante do País | Mato Grosso |
| Restante do País | Alagoas | Restante do País | Mato Grosso do Sul |
| Restante do País | Amapá | Restante do País | Pará |
| Restante do País | Bahia | Restante do País | Piauí |
| Restante do País | Ceará | | |

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da PAM/IBGE, 2018.

A legislação prevê a atualização periódica dos índices, entretanto, como já exposto, os valores fixados pelo INCRA estão há pelo menos cinco décadas sem revisão. Portanto, no presente trabalho foi abordada uma nova metodologia para o cálculo dos índices de rendimento mínimos dos Graus de Eficiência na Exploração (GEE) da soja. Busca-se, desta feita, uma forma de atualização dos índices de rendimento, baseada na distribuição empírica dos níveis produtivos atuais e acessível a partir de dados públicos da pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2018.

A proposta consistiu em redefinir os índices de rendimento mínimo da cultura de soja a partir de percentis dos dados da PAM. O primeiro (P1) e o terceiro (P3) percentis da PAM, calculados dentro de cada agrupamento regional, foram considerados como limites alternativos aos valores afixados pelo INCRA. Considerando-se dois cenários: P1 - cenário conservador, no qual apenas 1% das áreas de cultivo estariam sujeitas à desapropriação por ineficiência no cultivo da soja; e P3 – cenário arrojado, que visa maior dinamicidade no campo e efetivação das políticas de reforma agrária.

As análises estatísticas foram realizadas a partir do software estatístico R (R CORE TEAM, 2020). Os rendimentos da soja foram expressos a partir da produtividade média municipal – quantidade por área colhida (kg/ha). Os municípios variaram quanto à área de soja colhida, portanto os valores de rendimento da cultura foram ponderados a partir dessa variável. Os rendimentos foram descritos dentro de cada agrupamento regional a partir da média aritmética e do desvio-padrão ponderados (NIJS, 2020). A distribuição empírica dos rendimentos foi reconstituída a partir de reamostragem ponderada (*BOOTSTRAPPING*, n=10.000). Com os valores obtidos, os percentis P1 e P3 foram calculados e confrontados com a normativa do INCRA (Tabela 1). Por meio do pacote *spatstat* (BADDELEY *et al.* 2015), a distribuição acumulada empírica dos rendimentos da soja foi reconstituída para cada aglomerado regional.

Um dos propósitos consistiu em averiguar se os agrupamentos regionais definidos pelo INCRA eram homogêneos quanto à produtividade da cultura da soja, ou se os mesmos poderiam ser subdivididos em recortes mais uniformes quantos aos níveis de rendimento da cultura.

Na análise foi pressuposto que grupos regionais homogêneos apresentam rendimentos normalmente distribuídos, enquanto recortes heterogêneos exibem uma mistura de componentes Normais que podem variar quanto à escala (desvio-padrão) e à locação (média). A avaliação da homogeneidade foi realizada de acordo com a metodologia de Chauveau *et al*. (2019), que estabelece um teste de razão de verossimilhança para contrastar uma componente Normal *versus* um modelo mais geral como alternativa: misturas de duas Normais ou mais, com médias e/ou desvios diferentes. Nesta etapa, utilizou-se o código implementado na função *test.equality* da versão mais recente (v. 1.2.0, 2020) do pacote *mixtools* (BENAGLIA *et al*. 2009).

**RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados indicam que a produtividade média da soja, a despeito de variações regionais, situa-se na faixa de 2.000 a 4.000 (kg/ha) (IC 95%). Dos aglomerados regionais considerados pelo INCRA, o recorte Paraná / São Paulo é o que possui maior média (3.536 kg/ha); enquanto o Sul (exceto Paraná) possui a menor média de produtividade (3.071 kg/ha), vide Tabela 2 abaixo.

Em todos os casos, o índice mínimo de rendimento agrícola estabelecido pelo INCRA é consideravelmente menor do que a média regional, correspondendo a

menos do que 60% do seu valor: 35% para “Restante do País”; 54% para “Paraná / São Paulo”; e 46% para “Sul exceto Paraná”. Os valores da normativa do INCRA são inferiores ao primeiro percentil (P1), o que determina que menos de 1% das unidades observacionais apresentam níveis produtivos inferiores aos estabelecidos na legislação vigente. Tal fato demonstra a desatualização dos índices de rendimento mínimo estabelecidos para a soja em todo o Brasil.

**Tabela 3**. Produtividade da soja (kg/ha) nos aglomerados regionais definidos pelo INCRA. Dados provenientes da PAM (2018). Média, mediana e desvio-padrão (DP) ponderados para os rendimentos; índices de rendimento mínimos determinados pelo INCRA (Norma) e primeiro e terceiro percentis (P1 e P3, respectivamente).

| Agrupamentos | Média | Mediana* | DP | Norma | $P_1$* | $P_3$* |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Restante do País | 3.397 | 3.439 | 284 | 1.200 | 2.652 | 2.874 |
| Paraná / São Paulo | 3.536 | 3.527 | 246 | 1.900 | 2.788 | 3.045 |
| Sul exceto Paraná | 3.071 | 3.230 | 611 | 1.400 | 1.551 | 1.813 |

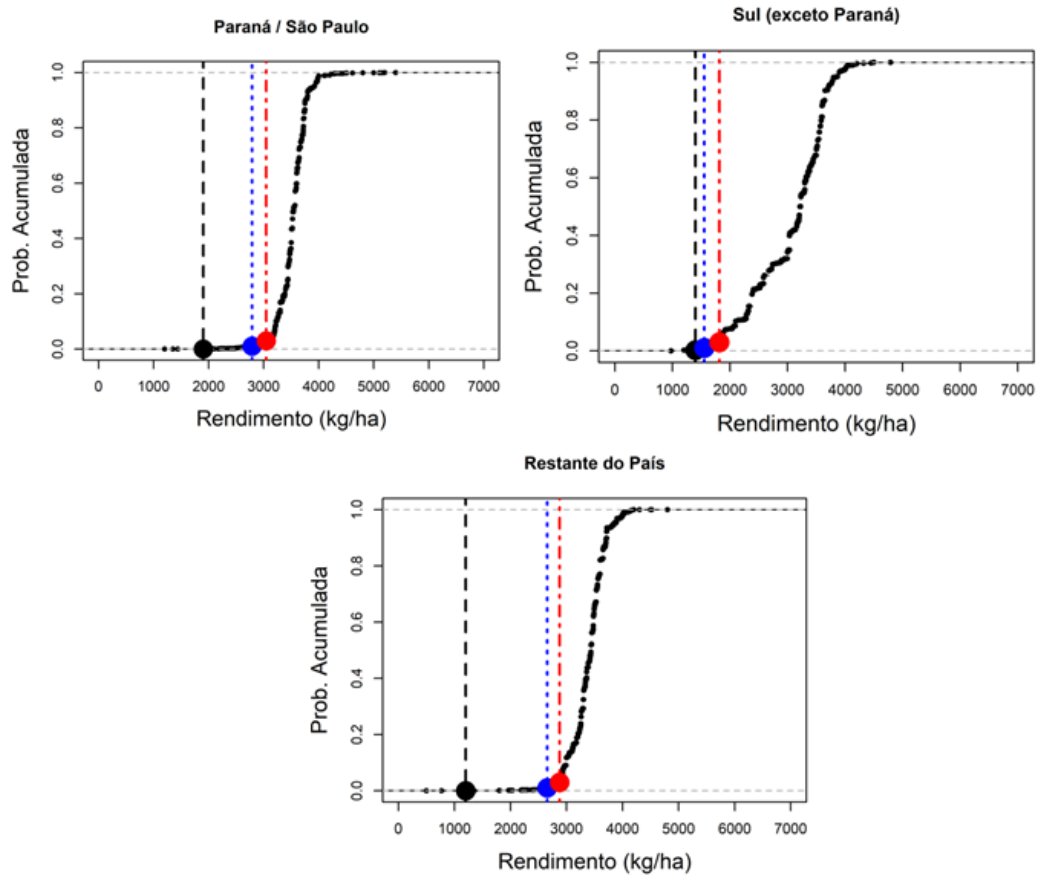
Fonte: Autoria própria, 2023.

Resultados obtidos por *BOOTSTRAPPING* (n = 10.000)

Este trabalho traz como proposta a atualização dos índices de rendimentos mínimos a partir de percentis da distribuição (empírica) da produtividade. Nos dois cenários considerados, o conservador e o arrojado, os índices de rendimento deveriam aumentar: no recorte “Sul exceto Paraná”, o aumento sugerido pela proposta varia entre 10,8% (cenário conservador) até 29,5% (cenário arrojado); no aglomerado “Paraná / São Paulo” o aumento seria de 46,7% até 60,3%; já no “Restante do País” o aumento seria de 121,0% até 139,5%.

Em suma, enquanto os índices mínimos de rendimento no “Sul exceto Paraná” necessitam de ligeira revisão, no “Restante do País” eles deveriam mais do que duplicar. A figura a seguir ilustra a distribuição acumulada dos níveis produtivos, os índices de rendimento estabelecidos pelo INCRA e os novos valores propostos de acordo com este trabalho (Figura 3).

**Figura 3.** Distribuição empírica do rendimento da soja (kg/ha) nos agrupamentos regionais estabelecidos pelo INCRA.




Fonte: Autoria própria, 2023.

Dados obtidos por reamostragem (*BOOTSTRAPPING*, n=10.000) da PAM (2018).

Os limites tracejados em preto correspondem aos índices de rendimento mínimo vigentes pela normativa do INCRA, enquanto os limites tracejados em azul e vermelho correspondem às propostas conservadora (P1) e arrojada (P3) para a atualização dos índices, respectivamente.

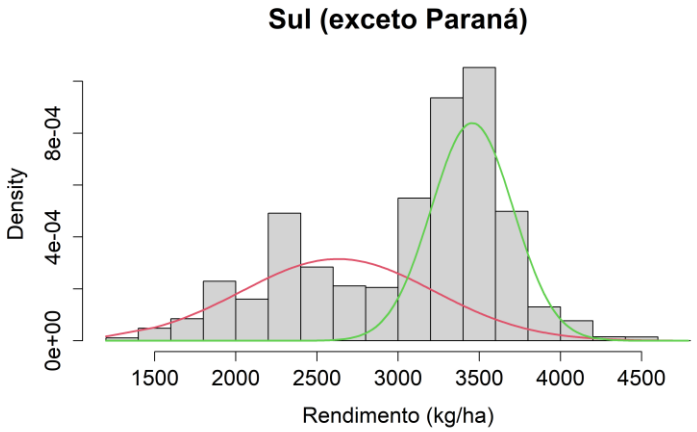
Os índices de rendimento mínimo são fundamentais para a comprovação da ineficiência produtiva, e sua aplicação promove a dinamicidade no campo e a efetivação da política de reforma agrária. No entanto, para que haja justiça na avaliação da eficiência produtiva, os índices devem ser estabelecidos de acordo com aglomerados regionais homogêneos.

Neste trabalho foi avaliada a homogeneidade dos níveis produtivos da soja nos três aglomerados regionais estabelecidos pelo INCRA, a partir do método de misturas finitas. Ao testar o modelo com apenas uma componente Normal (aglomerado homogêneo) contra o modelo com duas componentes Normais

(aglomerado heterogêneo), o resultado foi sempre a rejeição do modelo mais simples (teste χ^2; P<0.01).

Dessa forma, concluiu-se que os aglomerados regionais propostos pelo INCRA são heterogêneos quanto ao nível produtivo da soja, sendo compostos por ao menos dois grupos com rendimentos médios diferentes. A título de exemplo, a figura 4 (apresentada abaixo) apresenta de forma nítida a formação de grupos para os níveis produtivos no recorte “Sul exceto Paraná”; observa-se um subgrupo com grande dispersão nos níveis produtivos e rendimentos médios em torno de 2.500 kg/ha, enquanto o outro estrato apresenta menor dispersão nos resultados e nível produtivo superior (cerca de 3500 kg/ha).

**Figura 4.** Distribuição dos níveis produtivos da soja no aglomerado regional “Sul exceto Paraná” e componentes Normais indicando a formação de grupos.




Fonte: Autoria própria, 2023.

Dados obtidos por reamostragem (*BOOTSTRAPPING*, n=10.000) da PAM (2018).

Um fator que deve ser priorizado na atualização juntamente aos valores fixados é o agrupamento regional aplicado para a cultura da soja. O agrupamento está pautado em três macro divisões que possuem regiões que não dialogam entre si, como foi o caso exposto na Figura 4, agrupamento “Sul (exceto Paraná)”, que expõe um conglomerado que possui uma alta produtividade da cultura frente a um outro conglomerado que não atua do mesmo modo.

Mais um ponto para se levar em consideração é o agrupamento “Restante do País”, como já foi apresentado no item 2.3 a região centro-oeste brasileira possui destaque na produção da cultura, portanto, não há fundamento em manter agrupada essa região com outros conglomerados regionais que têm pouca ou nenhuma participação na produção de sojicultura no Brasil.

A partir do exposto é possível visualizar a obsolescência dos índices mínimos de produtividade utilizados pelo INCRA quando contrastados com a produtividade atual da cultura da soja no Brasil. Cabe aqui a reflexão para as duas problemáticas observadas: o valor fixado e o agrupamento regional. Ao se tratar do valor é evidente que um índice inalterado desde 1973 não competiria com a atualidade produtiva de uma cultura, como menciona Ferretti (2021) ambas as normativas que pautaram índices mínimos de rendimento, as normativas de 1973 e de 2003, não se diferenciam em valores o que revela um Brasil parado no tempo, o que não condiz com a atualidade produtiva. Isso mostra o desinteresse em aplicar os critérios condizentes com o cumprimento dos cálculos de produtividade, dado que, na alegação de improdutividade a propriedade descumpre com sua função social e torna-se passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou investigar a atualidade dos índices mínimos de rendimento fixados pelo INCRA, frente à modernização agrícola que potencializou a produção agropecuária nacional. Este estudo possui grande relevância ao investigar estes índices pois eles possuem a atribuição julgadora no cumprimento de função social de uma propriedade rural. Ressalta-se que, quando estes índices não são cumpridos, a propriedade fica passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

Desta forma, objetivou-se compreender a aplicação atual destes índices no setor agropecuário a partir de uma comparação utilizando dados reais levantados na Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2018, e assim, obter um parâmetro de eficiência das instruções legais perante o cenário atual das propriedades produtivas. Os dados levantados tiveram como foco a atualidade produtiva da sojicultura.

Os índices de rendimento, que medem os graus de produtividade da produção, devem ser constantemente revisados e atualizados quando necessário. Como disposto nos resultados, os índices que contemplam o cálculo para os Graus de Eficiência em Exploração para a sojicultura não contemplam com veracidade o atual modelo produtivo da cultura, expressando resultados destoantes que inviabilizam o estudo da eficiência produtiva da soja. O cálculo correto da produtividade de uma cultura permite compreender a atuação dos estabelecimentos rurais além de possibilitar mapear possíveis entraves e

construir soluções para o setor agropecuário.

Outro fator fundamental acerca do cálculo correto do rendimento produtivo da cultura está ligado à efetivação da reforma agrária. Uma vez que a lei assegura que uma propriedade que não é produtiva, isto é, não atinge os índices mínimos de Graus de Eficiência na Exploração, deve ser desapropriada e conduzida a agricultores familiares beneficiários de uma política pública de reforma agrária.

Para além da constatação da desatualização dos índices de produtividade, outro fator de atenção são os agrupamentos estabelecidos pelo INCRA para cada cultura. Os recortes geográficos que acompanham os índices mostraram, neste estudo, que também devem ser revisitados e analisados. A formação destes índices deve ser garantida com foco nos níveis produtivos atuais da cultura acordando com recortes homogêneos que possibilitam um estudo verissímil quanto a produtividade da cultura.

Por fim, este estudo foi contemplado com dados municipais da Produção Agrícola Municipal (PAM) ofertados pelo IBGE, todavia, para uma análise mais factível da produção da cultura, seria ideal o estudo com base em micro dados das propriedades de cada região estudada. Faz-se necessário medidas de fomento ao cadastro rural com coleta de informações das propriedades agrícolas que permitam trazer maior visualização das propriedades rurais brasileiras e um estudo mais aprofundado referente a atualidade de exploração agrícola e pecuária no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ANDRADE & GANIMI. **Revolução Verde. Brasil. Revista CESJF**. 2007. Disponível em: <https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>

BADDELEY, A.; RUBAK, E.; TURNER, R. **Spatial Point Patterns: Methodology and Applications with R. London: Chapman and Hall/CRC Press**, 2015.

BASSO, J. **Revisão de índices de produtividade agrária e a sustentabilidade no contexto do Direito Agrário contemporâneo**. In: 18º Congresso Brasileiro de direito ambiental. São Paulo, 2013.

BENAGLIA T.; CHAUVEAU D.; HUNTER DR.; YOUNG D. (2009). “mixtools: An R **Package for Analyzing Finite Mixture Models**.” Journal of Statistical Software, 32(6),

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988,. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

_____. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 25 set. 2018.

_____. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm Acesso em: 15 set. 2020.

CHAUVEAU, D.; GAREL, B.; MERCIER, S. **Testing for univariate two-component Gaussian mixture in practice.** Journal de la société française de statistique, Tome 160, 2019.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. 2011. Base de dados estatísticos. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em 12 out. de 2022.

FERREIRA, F. M. **A importância da soja e seus derivados para a economia brasileira a partir da década de 1.970.** Departamento de Ciências Econômicas e Exatas. Instituto Três Rios. 2011. Disponível em: < https://itr.ufrrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/t52.pdf>. Acesso em 12 out. de 2022.

FERRETTI, K. D. **Índices De Produtividade (GUT e GEE) desatualizados E Efeito**. In: Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Anais. Brasília(DF) UnB, 2021. Disponível em: <https//www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/343560-INDICES-DE-PRODUTIVIDADE-(GUT-E-GEE)-DESATUALIZADOS-E-EFEITOS>. Acesso em: 10 jul. 2020.

GRACIANO, M. C.; SANTOS, L. L. Função social da propriedade: O ambiental e o econômico na questão da desapropriação agrária. **Retratos de Assentamentos**, *[S. l.]*, v. 20, n. 1, p. 93-110, 2017. Disponível em: https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/259. Acesso em: 7 jul. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Agricultura Tropical. **Capítulo 2 - Evolução da produção e produtividade da agricultura brasileira**. 2006. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/153552/1/Evolucao-da-producao.pdf>. Acesso em março de 2023.

_____. PAM (Produção Agrícola Municipal). **Produção de culturas temporárias e permanentes**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-

permanentes.html?=&t=resultados>. Acesso em: outubro de 2020.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Instrução Especial n. 5-A, de 1973** – Delimitação por zonas com características ecológica e econômica. Disponível em:<https://antigo.incra.gov.br/media/docs/legislacao/instrucao-especial/ie5a_1973.pdf >. Acesso em: março de 2023.

_____. **Instrução Normativa n. 11, de 2003** – Diretrizes para módulo fiscal e Procedimentos para o cálculo GUT e GEE. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/media/docs/legislacao/instrucao-normativa/in_11_2003.pdf >. Acesso em: março de 2023.

NIJS, V. Data Menu for Radiant: Business Analytics using R and Shiny. R package version 1.3.12. 2020.

# POSSE QUILOMBOLA: RESISTÊNCIAS E FRAGILIDADES

Gilda Diniz dos Santos[1]
Girolamo DomenicoTreccani[2]
Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega[3]

GT 03: Posse, ocupação, propriedade privada da terra e regularização fundiária: diálogos sobre os instrumentos de dominação e concentração e as estratégias de democratização de terras.

RESUMO

O sistema jurídico da propriedade no Brasil, enquanto direito individual e absoluto, foi aperfeiçoado com a Lei 601, de 1.850. Por outro lado, foi se constituindo uma população nacional própria (indígenas, negros/as e imigrantes), que viveram quase totalmente a margem do projeto de desenvolvimento nacional. A posse foi e é uma realidade que não se coaduna com o modelo de dominialidade. O modelo de relação com a terra das comunidades quilombolas revela um modo comunitário, mesmo que sejam preservados espaços individualizados. A cultura também é um elemento diferenciador. O objetivo é demonstrar que posse quilombola vem sofrendo ameaças, desde as dificuldades em reconhecer a posse coletiva, à paralisação da política pública de identificação e reconhecimento, pelo Estado, notadamente pela falta de verbas e outras violências, além do avanço monocultura em grande escala ou mineração.

**Palavras chave**: direito agrário, populações tradicionais; posse

## INTRODUÇÃO

[1] Doutoranda em Direito Agrário pelo UFG/PPGDA; ex-procuradora geral do INCRA – e-mail gildadinizsantos@hotmail.com
[2] Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Mestre em Direito Agrário pela Universidade Federal do Pará. Professor dos Cursos de Pós-graduação e Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás. Advogado. E-mail:girolamo@ufpa.br
[3] Pesquisadora e extensionista. Mestre em Direito Civil e Doutora em Direito Empresarial pela PUC SP, é professora titular da Universidade Federal de Goiás, nos Programas de Pós-Graduação em Direito Agrário e no Doutorado da Rede Pro Centro Oeste de Biotecnologia Biodiversidade, e no Programa de Pós-Graduação em Direitos Coletivos e Cidadania da Universidade de Ribeirão Preto. Pesquisadora bolsista produtividade do CNPq. E-mail: mariacristinavidotte@ufg.br

Por vezes parece uma contradição ou até uma esquizofrenia a condição fundiária nacional que comporta, de fato, diversas formas, como: as propriedades (áreas com registro em cartórios de registro de imóveis, que podem ser legais ou ilegais); as posses sobre áreas públicas e particulares; os conflitos ou disputas sobre essas áreas, caracterizadas pela propriedade ou posse individual ou coletiva, esta última em constante ameaça pela homogeneização do capital na área rural.

Este trabalho problematiza a condição das comunidades quilombolas, a proteção às suas posses, considerando seu jeito próprio de vincular-se à terra, constituindo-se um território, procurando afastar o avanço da grilagem ou produtivismo sobre sua sociobiodiversidade.

Diante deste quadro, a partir de uma breve analise da condição fundiária nacional, passaremos a compreender a relação com a terra das comunidades tradicionais, a sua (re)existência e a falta de recursos financeiros para regularização desses territórios e o avanço dos conflitos sobre suas áreas

Na primeira seção faremos um breve contexto histórico da formação do campo nacional e o direito aplicado à esta formação, com destaque à propriedade individual, ao passo que elegeremos doutrinadores que possam contribuir, na direção da defesa da propriedade coletiva. Nas sessões seguintes trataremos da posse coletiva e as ameaças mais recentes quanto à sua existência. Ao final aportaremos algumas conclusões e a referência teórica consultada, visando instituir uma "igualdade material complexa, inclusive de reconhecimento das diferenças, banindo a ideia liberal de igualdade deformadora e opressora." (TÁRREGA; GONÇALVES, 2016, p.78)

O momento exige que o direito faça uma análise do problema para além do positivo ou da forma descritiva. A partir da metodologia qualitativa, utilizamos um método de investigação jurídico-compreensiva. Trata-se de uma investigação complexa e que busca a compreensão e possíveis soluções em seus diversos aspectos, relações e níveis. Para tanto se utilizou da análise e revisão bibliográfica de literaturas interdisciplinares especializadas na temática da realidade rural brasileira.

## A FORMAÇÃO DO CAMPO NACIONAL

Como falamos de um ambiente do Direito, faz-se necessário delimitarmos de qual campo do Direito ou sobre qual perspectiva buscamos entendimentos e quiçá respostas. Partimos de três leituras, a primeira de Bourdieu que em seu estudo O Poder Simbólico, registra que para compreender a ciência jurídica é necessário sair do campo fechado, pois guarda uma falsa autonomia e neutralidade, revelando um campo de força e poder.

> As práticas e os discursos jurídicos são, com efeito, produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente

> determinada: por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e, por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas. (BOURDIEU, 2010, p.211)

Ao conjugar o estudo da propriedade privada e o direito, no campo sugerido por Bourdieu, o professor Shiraishi, a partir da realidade nacional se mostra incrédulo à eventuais soluções (ou a falta destas), quando se discute o direito e sua aplicação fora do padrão privatista.

> A forma de como é organizada a estrutura do direito, apresentando normas gerais e vagas, corrobora com essa prática que se constitui em um campo de lutas, embora haja um esforço em demonstrar a total independência do campo em relação às pressões sociais. A "imprecisão" das normas permite que os discursos jurídicos elaborados sejam "diversos" às vezes, surpreendentemente, antagônicos, no entanto, representam os interesses que eventualmente possam estar em jogo nas decisões. (SHIRAISHI, 2009, p.5)

A segunda leitura elegida foi de Alaôr Caffé, que alerta para o cuidado com a ordem social imposta, que na maioria das vezes, não dialoga com as necessidades reais, corroborando e legitimando relações sociais profundamente desiguais, ou de como a regras, normas, condições servem como intervenção ideológica do Estado sobre a sociedade civil:

> O sistema jurídico burguês não tem outro fundamento senão o da necessidade de preservar a ordem social sob a justificativa de que fora dela nada mais existe de racional. (CAFFÉ, 2002, p.25)

A terceira leitura, dedicada para este pequeno espaço discursivo e reflexivo, é Paolo Grossi, que apesar de dedicar-se a um espaço geográfico específico, mas importado à América, nos auxilia a entender como a propriedade foi considerada ou legitimada, enquanto instituição jurídica, somente a partir da propriedade privada, desconsiderando ou apagando (2021, p.17) a propriedade coletiva ou qualquer forma diversa (2021, p.31), filiando-se a dogmas (2021, p.104) para sustentação e enaltação de dois pilares: propriedade privada e sujeito proprietário. Senão vejamos:

> A modernidade jurídica, ou seja, aquela civilização que assume na Europa uma feição bem definida a partir do século XVI manifestando a sua plena maturidade no final do século XVIII (com a Revolução Francesa) e nos primeiros anos do século XIX (com grande codificação napoleônica), é conotada – sabemo-lo – por uma escolha de fundo que se torna projeto político jurídico oficial e parte determinante da própria constituição material e formal: como civilização que se inspira em um respeito cultual pelo sujeito-indivíduo e que é, portanto, portadora de um individualismo exasperado, como civilização materialista fundada no *ter* e como o ter alçado a uma dimensão ética e não mais somente econômica, encontra na propriedade privada individual e no sujeito

> proprietário os seus dois pilares de sustentação. (GROSSI, 2021, p.134-135)

Delimitados nossos referenciais no Direito, passamos a compreender as relações sociais e a dinâmica da individualização das terras no Brasil.

As primeiras legislações aplicadas dispunham que as terras eram públicas e a "a apropriação das terras brasileiras regeu-se exclusivamente pelas Ordenações do Reino" (SILVA, 2008, p.18 e 39) e foram destinadas às pessoas que pudessem levar a cabo o projeto da Coroa Portuguesa, que era a exploração.

Foram doadas grandes áreas, a princípio por capitanias hereditárias e depois por sesmarias e foi observado um descuido com a destinação e muitas vezes a confirmação desses imóveis (tamanho, localização, confinantes), além da própria exploração, ou produção.

O modelo de exploração estabelecido no Brasil (tripé: grandes áreas, monocultura para exportação e trabalho escravo), sempre exigiu dos exploradores o alongamento das áreas, seja acessada pela posse ou pela concessão do Estado, de forma que não era de interesse desses proprietários identificarem, descreverem, medirem e localizarem suas respectivas áreas (como as cláusulas contratuais exigiam), sejam porque isto poderia limitar a exploração, que era predadora, seja porque a cobrança de impostos já era uma realidade, embora também ineficiente (SILVA, 2008, p. 58-59).

Registre-se que ao lado das grandes posses também sobreviveu as pequenas posses, em atividade especialmente de produção de subsistência, ou fornecimento de gêneros alimentícios à população em formação. (LIMA, 1988, p.51-52)

As terras eram livres porque o trabalho era escravo.

Com a aproximação do fim do regime escravocrata, pois havia pressão dos países que já se adiantavam no modelo capitalista moderno (e daí não poderiam concorrer com produtos com a utilização de escravos/as, além da necessidade de aumentar o mercado consumidor), foi instituída a Lei 601, de 1850, conhecida como Lei de Terras, que caracterizou o modelo capitalista no Brasil, colocando a terra no patamar de propriedade particular, constituindo a moderna propriedade territorial (SILVA, 2008, p.19). A mesma lei de terras proibiu a posse.

Não se poderia correr o risco de famílias livres ou sujeitos livres acessarem terras livremente. O modelo aplicado pela Lei 601/1850 impunha a compra e venda. Ou, nas palavras de José de Souza Martins: "O trabalhador era forçadamente livre, livre dos meios de produção para trabalhar para si mesmo, uma regra básica do funcionamento da sociedade capitalista". (MARTINS, 2008, p. 165-166)

Ocorre que o tamanho do Brasil, associada à pouca vontade dos grandes posseiros implicou na dificuldade do controle sobre as áreas. O regime de concessão de sesmarias existiu

até 1822. Contudo, a falta de concessão não implicou no não apossamento, além do que, mesmo sendo proibida a posse, a lei de terras, de 1850, ainda criou condições para a regularização.

A posse é uma característica nacional, presente em todas regiões e era conjugada, ora de acordo com as crises climáticas ou sociais, que ensejavam a migração interna, até pela condição que impunha aos pequenos de produzirem gêneros alimentícios para consumo próprio ou para venda de excedente. A grande posse também foi e é uma realidade, só que com condições de normalizada ou facilidades de atingir a dominialidade, lembrando que a política agrária da lei de terras era assegurar a expansão da grande lavoura e não a redistribuição de terras (MARTINS, 2008, p.168)

A composição ou formação dos trabalhadores rurais no Brasil esteve sempre susceptível ao modelo econômico (cana-de-açúcar, café, ouro, borracha ou industrialização) e sucessivas crises (Contestado e Canudos), que impulsionaram ou tornaram a migração uma constante de flagelados. Dessa composição surgiram os colonos, formados por imigrantes, nas fazendas de café (MARTINS, 2008, p.167), a moradia de favor ou a servidão disfarçada (MARTINS, 2008, p.164-165) ou ainda as populações que foram se formando, em locais remotos, como ribeirinhos, quilombolas e indígenas.

O histórico processo de apropriação privada e concentradora da terra, no Brasil, foi confirmada ao longo do tempo, com a passagem das terras devolutas da União para os Estados (Constituição Federal de 1891); com a produção variando de acordo com mercado externo, ou girando em torno do mercado externo, implantando um processo de industrialização ou modernização aos moldes mais atrasados porque não inseriu a mão-de-obra, que permaneceu desqualificada e excluída do processo (êxodo rural). Manteve-se o papel ativo de uma elite rural que ainda se beneficia da grilagem de terras públicas, sem necessidade de aplicação de grandes recursos, muitas vezes a base de trabalho escravo (REYDON, 2018, p.19).

Mais recentemente, após a década de 1960, houve um incremento tecnológico, com a inclusão de máquinas e insumos, com apoio do Estado (sistema de crédito aos grandes produtores) e participação do capital internacional, baseado na produção de *commodities*, setor denominado de agronegócio.

Contudo, os benefícios dessa nova onda produtivista foram "apropriados majoritariamente pelos grandes produtores, impondo dificuldades à viabilidade econômica, à agricultura de pequena e média escala, acelerando o êxodo rural e a concentração fundiária." (GRACIANE; CARVALHO, 2022, p.19-21).

Típico do Direito (Caffé, 2002, p.21-22), as questões que foram normalizadas no plano jurídico, sejam legal ou dogmático, foi no sentido de regularizar ou franquear o acesso às terras devolutas, pelos grandes proprietários. Maqueada de normalidade ou neutralidade impõe uma concepção de universalidade, que defende que todos são iguais perante a lei,

realizada mediante manipulação retórica, invisibilizando as contradições ou conflitos de classe, constituindo assim uma ordem que atende determinados anseios, julgando que tudo fora deste propósito está fora da racionalidade e portanto de solução adequada. Destacamos do autor:

> Portanto, o pensamento jurídico dominante dá por pressuposta a racionalidade do legislador, ao lhe conferir a voz da coerência lógica e da sensibilidade axiológica autentica plenamente orientada ao bem comum, atribuindo, por consequência, ao ordenamento jurídico por ele criado, precisamente as propriedades que aquele não possui, ou seja, a completude, a coerência e a clareza de seus termos. (CAFFÉ, 2002, p.25-26)

Neste momento, faz-nos enveredar para as populações tradicionais, que, na brecha no modelo implantado conseguiu (re) existir a um modelo homogêneo, constituindo seu próprio território.

## POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Diante desse quadro eis que adentramos no tema propriamente dito as populações tradicionais, caracterizadas pelo envolvimento com a área ocupada (território), com cultura própria, além da forma comunitária de envolvimento e defesa da área e das famílias que a compõem. Para Benatti:

> Definimos comunidades tradicionais, ou populações tradicionais, como um conceito aberto, com os seguintes elementos caracterizadores: possuir uma ligação com um território determinado; uma organização social e política; uma relação com a natureza e o uso dos recursos naturais renováveis; e um pequeno grau de envolvimento com o mercado e a sociedade do entorno (ALMEIDA, 2004, 2011; ARRUTI, 2006; DIEGUES, 1994). Como lembra Barreto Filho (2006), a força do termo "populações tradicionais" encontra-se na sua generalidade e fluidez. Com a mesma compreensão, Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida (2001) afirmam que a abrangência não pode ser entendida como confusão conceitual. Para este estudo, as comunidades quilombolas estão incluídas na definição de comunidades tradicionais. Preferimos empregar a categoria comunidade tradicional devido ao conceito estar previsto no Decreto nº 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007, inciso I, art. 3o). (BENATTI, 2021, p.369)

Tratamos de grupos que sobreviveram ao largo do modelo de desenvolvimento implantado no Brasil. Conforme já antecipou Benatti população tradicional foi definida pelo Decreto nº 6.040/2007, contudo, a nossa preocupação é tornar mais claro que tais populações já existiam ou foram se formando há séculos, conforme o brevíssimo levantamento histórico nas linhas anteriores. Destacando-se que a regularização das comunidades quilombolas se dá especificamente pelo procedimento do Decreto 4.887/2003, em que pese a previsão constitucional desde 1988.

A visibilidade a essas populações trouxe um outro problema que foi a forma de

reconhecer seus direitos sobre as áreas ocupadas, principalmente levando em consideração o modelo jurídico da propriedade individual elegido como o verdadeiro, único e promissor. As primeiras discussões, em defesa do direito desses grupos, foi a constituição de seus territórios, sob uma identidade étnica ou ambiental, já que há uma confusão entre esses territórios e a conservação da natureza. (CALEIRO, 2021, p.229).

Convidando novamente Alaôr Caffé para esta discussão, é possível afirmar que há um dizer no não dizer. Ou seja, na falta de previsão legal sobre populações tradicionais ou em seu território, portanto, ao deixar de fazê-lo, deixa claro que tal modelo está fora da racionalidade defendida. Vejamos:

> O efeito dialético desse processo é relevante porque o Estado, justamente ao regular as situações jurídicas de maneira monopolizadora e de forma direta, expressa e positivada, regula também de modo tácito e indiretamente as situações reais sobre as quais não incide imediatamente o discurso jurídico-normativo: o Estado diz e se revela precisamente por aquilo que não diz. Não deixa, portanto, de estar presente nessas situações, onde o livre jogo das forças sociais e econômicas privadas recebe precisamente a tutela estatal para impedir eventual e estranha perturbação comprometedora de sua natural espontaneidade. (CAFFÉ, 2002, p. 33)

De fato, da leitura atenta e consorciada da Constituição Federal de 1988, como por exemplo, artigos 188, 225, 231 e o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que tratam da proteção da natureza, indígenas, quilombolas e reforma agrária (ou a destinação de terras públicas), associados à defesa da dignidade da pessoa humana e redução das desigualdades sociais e regionais (artigos 1°, inciso III; 3°, inciso III; 5°, inciso XXII), nos fundamentam para a defesa das populações tradicionais, mas depende necessariamente de um pensamento jurídico crítico e comprometido com o rompimento do uso conservador e reacionário da terra. É uma leitura do que está dito e também do ausente.

Convém destacar que a definição de território, cujas circunstâncias atendem a dinâmica e forma de vidas das populações tradicionais, não é uma definição jurídica, mas sim emprestada da antropologia e geografia. "Para o direito, território é um dos elementos formadores do estado e o limite de seu poder". (BENATTI, 2021, p.370).

Carlos Marés, ao estudar o direito dos povos indígenas, faz uma clara elucidação da complexidade jurídica que envolve a construção do território indígena, que mescla terra pública (propriedade da União), mas de usufruto ou posse coletiva (MARÉS, 2010, p. 122-123).

Essas construções conceituais muitas vezes, apesar do reconhecimento das autoridades acadêmicas até aqui citadas, não representam, necessariamente, a concepção de território dos próprios povos tradicionais. (CALEIRO, 2021, p.187 e FERREIRA, 2011, p.188)

O grande desafio é como proteger a existência e resistência das populações

tradicionais, que tem na posse e vínculo com a terra seu diferencial, cuja realidade se antecipa ao dispositivo legal ou mesmo constitucional e que não se adapta ao modelo de propriedade individual, passível de alienação, seja pela compra e venda ou sucessão hereditária (*causa mortis*).

DAS DIVERSAS VIOLÊNCIAS

Nos primeiros meses de 2022 a imprensa nacional divulgou dados, que já vinham sendo denunciados pela própria Comissão Pastoral da Terra - CPT e Ministério Público Federal – MPF com relação à invasão do território Yanonami, localizado na Região Norte do país, e a morte da população indígena. O número de mortes por desnutrição de indígenas da etnia yanomami aumentou 331% nos quatro anos, e há registro de, entre 2019 e 2022, 177 indígenas do povo yanomami morreram por algum tipo de desnutrição[4], devido à mineração.

Retomando os problemas fundiários nacionais, os quais expomos inicialmente, há um flagrante retomada ou reaberturas de novas fronteiras, especialmente sobre áreas protegidas, na tentativa de colocar essas terras para aquecer o mercado de terras, ratificado por Benatti:

> Ao nosso ver, o próximo passo dos conservadores recairá sobre os territórios já conquistados, buscando rever essas áreas, limitar cada vez mais a autonomia das populações tradicionais no uso da terra e dos recursos naturais, ou flexibilizar as normas para facilitar a alienação dos territórios tradicionais, conforme acima discutimos brevemente. (BENATTI, 2018, p.212)

Há um avanço ou uma marcha dos territórios constituídos em face de povos indígenas e tradicionais, estas constituídas de bases camponesas, que se se confundem com bases preservadas da natureza, identificadas como impedimento para o avanço da livre acumulação do capital no campo.

A vulnerabilidades das populações tradicionais e indígenas é traduzido no quadro abaixo, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, no qual podemos observar o crescimento das ocorrências contra as categorias indígenas e quilombolas (CPT, 2023, p. 32), do que destacamos os últimos 6 anos:

| **Categorias que sofreram violência** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Indígenas | 114 | 158 | 265 | 681 | 347 | 423 |
| Assentados | 67 | 71 | 101 | 76 | 103 | 128 |
| Posseiros | 246 | 248 | 294 | 246 | 211 | 295 |
| Sem-terra | 327 | 256 | 304 | 166 | 174 | 171 |
| Quilombolas | 130 | 162 | 146 | 276 | 215 | 244 |

[4] Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64370804>. Acesso em: 08 abr. 2023

Na verdade, identificamos uma semelhança nos avanços que existem sobre as terras, ainda na colonização, pois a exploração era levada à exaustação, contudo atualmente servindo para acumulação do capital, mas sempre sem detrimento das famílias camponesas e benefício da elite agrária, que representam um projeto hegemônico de apropriação, desconsiderando as diversidades ou outras necessidades.

No aspecto legal ou do direito que fundamenta tais investidas, constatamos um conjunto de normativos que dialogam com a marcha sobre as populações já identificadas e protegidas ou às ainda em identificação, como a Medida Provisória - MP 886/2019, que transferiu a identificação e demarcação de territórios indígenas para o Ministério da Agricultura, historicamente gerido por representantes da elite agrária, hoje agronegócio. Ou, a MP 910/2019, que promoveu a regularização em terras da União, especialmente na Amazônia, incentivando procedimentos superficiais e declaratórios, sem qualquer cuidado com as populações existentes, numa clara semelhança à proposta da Lei de Terras de 1850, de concentração e exclusão. Mais recente, o Projeto de Lei 191/20, que regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas, em 2023 retirado de pauta pelo Poder Executivo, autor da proposta.

Destaque-se, que em paralelo a estas aberturas, ocorreu a paralisação dos procedimentos de identificação e demarcação de territórios.

Em um levantamento promovido pelo próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, autarquia federal responsável pela identificação e reconhecimento das comunidades quilombolas, através da NOTA TÉCNICA Nº 1077/2020/DFQ-1/DFQ/DF/SEDE/INCRA[5], aponta flagrantes reduções de recursos orçamentários para a execução da política pública. Na tabela abaixo são detalhados os recursos para reconhecimento de territórios quilombolas (que envolvem despesas com constituição de grupos de trabalho, deslocamentos, publicação de editais, notificação de interessados) e indenização de territórios (que são os recursos para indenização na ação de desapropriação de áreas particulares sobrepostas pelo território quilombola identificado):

[5] PROCESSO No 01104.000053/2020-87

| Orçamento: Reconhecimento de Territórios Quilombolas | | | Orçamento: Indenização de Territórios Quilombolas | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 2010-2020 | | | 2010-2020 | | |
| Exercício | Dotação Inicial (R$) | Limite Autorizado (R$) | Exercício | Dotação Inicial (R$) | Limite Autorizado (R$) |
| 2010 | 10.000.000,00 | 6.238.754,20 | 2010 | 54.200.000,00 | 25.879.611,00 |
| 2011 | 6.000.000,00 | 5.995.072,00 | 2011 | 24.221.628,00 | 24.221.628,00 |
| 2012 | 6.000.000,00 | 4.735.641,90 | 2012 | 50.000.000,00 | 46.956.432,00 |
| 2013 | 5.500.000,00 | 5.071.550,00 | 2013 | 25.000.000,00 | 42.600.000,00 |
| 2014 | 5.500.000,00 | 5.389.649,48 | 2014 | 25.000.000,00 | 24.860.340,00 |
| 2015 | 4.500.000,00 | 4.270.482,06 | 2015 | 25.000.000,00 | 14.382.238,00 |
| 2016 | 3.003.248,00 | 3.003.248,00 | 2016 | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 |
| 2017 | 568.935,00 | 1.388.935,00 | 2017 | 3.531.065,00 | 3.531.065,00 |
| 2018 | 1.388.935,00 | 1.388.935,00 | 2018 | 956.304,00 | 1.406.304,00 |
| 2019 | 3.000.000,00 | 897.653,38 | 2019 | 423.082,00 | 2.102.346,62 |
| 2020 | 2.206.599,00 | - | 2020 | 735.533,00 | - |

Neste mesmo documento, o INCRA indica que seriam necessários, para regularização do Território Kalunga (GO), o correspondente a R$ 229.540.512,54 para indenização de cerca de 120 imóveis particulares, e R$ 47.342.118,40 para regularização do Território Pau D´Arco e Parateca (BA), para indenização de imóveis particulares. Apenas com esses dois exemplos se dá a dimensão da desproporcionalidade entre recursos e necessidades. A própria autarquia federal informa que existem 1.796 processos abertos, que representam demandas por regularização de territórios tradicionais.

Em recente analise sobre a questão orçamentária, o Ministério Público Federal - MPF, 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, emitiu a Informação Técnica nº 10/2023 – 6ª CCR, de 30/05/2023[6], a partir da A Lei Orçamentária Anual de 2023 - LOA-2023, que insere-se no último ano do Plano Plurianual - PPA 2020-2023, quanto à ação regularização fundiária dos territórios quilombolas, destacando a previsão do valor de R$ 749.673,00, tendo concluído que se comparado com outros recursos destinados a outros ministérios, mesmo que seja para atendimento de comunidades tradicionais, que "montante irrisório de R$ 749.673,00 destinado à Ação 210Z, para regularização dos Territórios Quilombolas/INCRA.", p.11

De modo que lembrando Alaôr Caffé, a leitura não pode ser feita de forma imparcial, neste sentido, também não há como afirmar ou reputar somente à colonização, ou à aplicação das sesmarias (TRECCANI; PINHEIRO, 2017, p.82-84), os nossos problemas e conflitos fundiários, pois há uma renovação constante de medidas que mantém o caótico quadro de violências, inclusive a legal.

CONCLUSÃO

[6] PROCESSO 1.00.000.008449/2020-12

Neste breve apanhado foi possível rever que o processo de colonização no Brasil não foi homogêneo e nem contínuo, estando suscetível a varias ordens, econômicas e legais, com consequências sociais.

O modelo concentrador aliado a uma política econômica e legal de exclusão dos trabalhadores em terem acesso à terra provocou, e ainda provoca, diversos males, gerando conflitos sociais, danos ambientais e uma grande pobreza, em dicotomia à riqueza de uma elite, sob a direção do capital internacional.

A base legal definitivamente a partir de 1850 pela propriedade particular, delimitando, através de suas imposições, como o acesso pela compra e venda e a proibição de posse, por exemplo, manteve o modelo concentrador.

Resistiu a esses modelos, as populações tradicionais, reconhecidas pelo Decreto 6.040/2007, e no caso específico dos quilombolas pelo Decreto 4.887/2003, marcados pela cultura e exploração em consonância com a natureza.

Registre-se que as fragilidades ou ausências legais ensejam, ou favorecem, um mercado voraz pela constituição ou exploração de novos espaços, no sentido de incrementar o mercado de terras ou a possibilidade de exploração mineral indiscriminadamente, dialogando diretamente com a paralisia dos processos de reconhecimento, pela falta de orçamento.

Há necessidade do reconhecimento dessas comunidades tradicionais com medidas legais eficazes na defesa de seus territórios. Repensar as legislações pretensamente omissas ou neutras.

REFERÊNCIAS

CAFFÉ ALVES, Alaôr. **A função ideológica do Direito**. In: Diretório Acadêmico João Mendes Junior (Org.). Fronteiras do Direito Contemporâneo. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, 2002.

CALEIRO. Manuel Munhoz. **Os Guarani e o direito ao centro da terra**. Naviarí/MS: Aranduká, 2021.

BENATTI, José Heder. **Sobreposição de área protegida em território tradicional: o caso do parque nacional do Jaú e o quilombo de Tambor, Amazonas, Brasil.** Revista Videre, Dourados, v.13, n.26, jan.abr.,2021 – ISSN: 2177-7837.

BENATTI, José Heder. **Das terras tradicionalmente ocupadas ao reconhecimento da diversidade social e de posse das populações tradicionais na Amazônia**. In: UNGARETTI, Débora et al. Propriedades em transformação: abordagens multidisciplinares sobre a propriedade no Brasil. São Paulo: Blucher, 2018, p.195-216.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CONFLITOS NO CAMPO: Brasil 2022. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2023.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Desenvolvimentismo, Etnicidade e questão agrária**. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, vol. 19, n. 1, 2011: 182-223.

GRACIANO, Monyele Camargo; CARVALHO, Joelson Gonçalves. **Questão agrária e agronegócio: notas para um debate político**. Disponível em <file:///Users/gildadiniz/Downloads/Questoagrriaeagronegcio.pdf>. Acesso em 15 maio 2023.

GROSSI, Paolo. **O Mundo das terras coletivas: itinerários jurídicos entre o ontem e o amanhã.** São Paulo: Contracorrente, 2021.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. Brasília/DF: ESAF, 1988.

MARÉS, Carlos Frederico. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Juruá, 2010.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndios: efeitos da lei de 1850**. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.

SHIRAISHI Neto, Joaquim. **Redefinições em torno da propriedade privada na Amazônia: ecologismo e produtivismo no tempo do mercado**. Revista Agrária, São Paulo, nºs 10/11, 2009.

REYDON, Bastiaan Philip. **A governança de terras no Brasil: avanços e gargalos para a obtenção de segurança jurídica na terra**. In: Benatti, José Heder (Org.). Cadastro territorial no Brasil: perspectivas e o seu futuro. Belém: UFPA, 2018, p. 12-36

TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco; GONÇALVES, Daniel Diniz. **Fundamentos teóricos para uma América Latina plural**. In: Tárrega, Maria Cristina Vidotte Blanco et al (Org.). Estados e povos na América Latina plural. Goiás: Editora PUC/Goiás, 2016.

TRECCANI, Girolamo Domenico; PINHEIRO, Maria Sebastiana Barbosa. **O avanço da fronteira sobre as terras indígenas na Amazônia, a partir do relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Revista de Direito Agrário e Agroambiental. Maranhão. V.3 n.2 p.82-98 Jul/Dez.2017

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# Mapeamento participativo em Terra Indígena Morro dos Cavalos – instrumento de resistência e reconhecimento*

Raul Borges Guimarães[1]
Neide Barrocá Faccio[2]
Luís Antonio Barone[3]

**GT 3: Posse, ocupação, propriedade privada e terra e regularização fundiária: diálogos sobre os instrumentos de dominação e concentração e as estratégias de democratização de terras**

**RESUMO**

Discute-se aqui a realização do mapeamento participativo e monitoria de áreas de conflito/ameaças na Terra Indígena (TI) Morro dos Cavalos - situada no município de Palhoça/SC – ocupada majoritariamente por famílias da etnia Guarani Mbya. A pesquisa foi efetivada a partir dos pressupostos da cartografia social e das metodologias de pesquisas colaborativas. A metodologia torna-se especialmente relevante nesta pesquisa, haja vista a necessidade de se atuar em conjunto e de forma colaborativa com a comunidade guarani, além de parceiros de projeto integrantes de outras agências. O projeto em tela se desenvolveu entre os anos de 2021 e 2022, e objetivou, além do levantamento de áreas de conflito que afetam e ameaçam o território Guarani no litoral sul catarinense, subsidiar a organização de um sistema participativo de monitoramento da TI. Por meio do mapeamento, acompanhado do diálogo com informantes Guarani, em conjunção com os elementos registrados pela equipe em campo, foram identificados nove pontos de conflito, categorizados por nível de intensidade (alto, médio e leve). A partir desse levantamento, foi elaborado um mapa síntese das zonas de conflito, que subsidiou a discussão de um sistema comunitário de vigilância. Esse território indígena, acossado pela especulação imobiliária, aguarda sua homologação por parte do Executivo Federal.

Palavras-chave: Mapeamento e monitoramento participativos; Território Guarani; conflitos fundiários.

## *Introdução*

É evidente, ao longo dos anos pós-1988, a luta crescente das populações tradicionais na defesa de seus territórios. No Brasil, esses grupos enfrentam ameaças constantes, seja por conta do

* Agradecemos à FAPESP, financiadora do projeto que gerou esta comunicação (Processo 2019/27565-4).
[1]. Geógrafo, professor titular da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP, raul.guimaraes@unesp.br
[2].Arqueóloga, professora Livre-docente da FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudnete/SP, neide.faccio@unesp.br
[3] Sociólogo, professor da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA, membro do Nupedor, luis.barone@unesp.br

avanço da agropecuária capitalista, da exploração dos recursos naturais - como minérios e madeira, quase sempre de forma ilegal – como também, sobretudo em função de certa localização de suas terras, da especulação imobiliária urbana e periurbana. Sem dúvida, o desmatamento ilegal precede todas as demais atividades, avançando cada vez mais sobre áreas protegidas, sejam elas Unidades de Conservação ou Terras Indígenas (APIB, 2020a, 2020b; CONCEIÇÃO et al, 2021).

O monitoramento desses territórios, portanto, é um importante instrumento de proteção às terras indígenas e, para tanto, diversos procedimentos são necessários, quer seja para diagnosticar os tipos de ameaças, quer seja para prospectar ações de proteção ao território. Diferentes estudos de caso demonstram a importância do mapeamento participativo para o monitoramento de territórios tradicionais (SANTOS e KOZEL, 2020; CARVALHO, 2021).

O mapa, segundo Levy (2008, p. 153), "é um tipo de linguagem duplamente particular", que se encontra entre as linguagens sequenciais e verbais - por um lado – e entre o símbolo puro e "figurativo" (como a pintura, a matemática ou a fotografia) por outro lado. O autor define o mapa como uma linguagem específica, que explora um sistema de signos igualmente específicos, cuja intertextualidade se apresenta como característica fundamental, formando um universo próprio e mágico, que se difere claramente do discurso verbal escrito ou oral (LEVY, 2008).

O mapa, devido a essa característica dual, permite uma visualização e uma leitura dos eventos e fenômenos de forma instantânea, trazendo uma série de efeitos específicos à linguagem, que vão além de sua mensagem explícita. Ele permite agrupar e apresentar elementos, que poderiam estar dispostos de maneira dispersa e possivelmente desconexos na linguagem verbal, em uma única "imagem". No entanto, cabe destacar, também, sua complexidade – o que torna sua recepção e, principalmente, sua produção, um tanto quanto restritas (LEVY, 2008).

Além das áreas da Geografia e da Cartografia, outros ramos das ciências humanas também se beneficiaram e contribuíram para o desenvolvimento da cartografia social - ou etnomapeamento, como a Antropologia a apresenta - através da criação e aplicação dos etnomapas (CARDOSO, 2012). Portanto, o desenvolvimento de pesquisas nessa área, implica necessariamente um investimento interdisciplinar. Acserald e Coli (2008, p. 13), apontam que o mapa é um "enunciado performático, que diz algo sobre o real e sobre este produz efeitos". É possível apontar que há uma disputa cartográfica no interior da política dos mapeamentos, que envolvem distintas representações de um dado território (ACSERALD; COLI, 2008, p. 14). Segundo Correia (2007), apenas no século XX a elaboração de mapas passou a contar com a participação direta dos povos autóctones. Surgiu, assim, um novo uso político do mapa, dessa vez voltado à defesa do território e dos direitos dos povos originários. É nesse contexto que

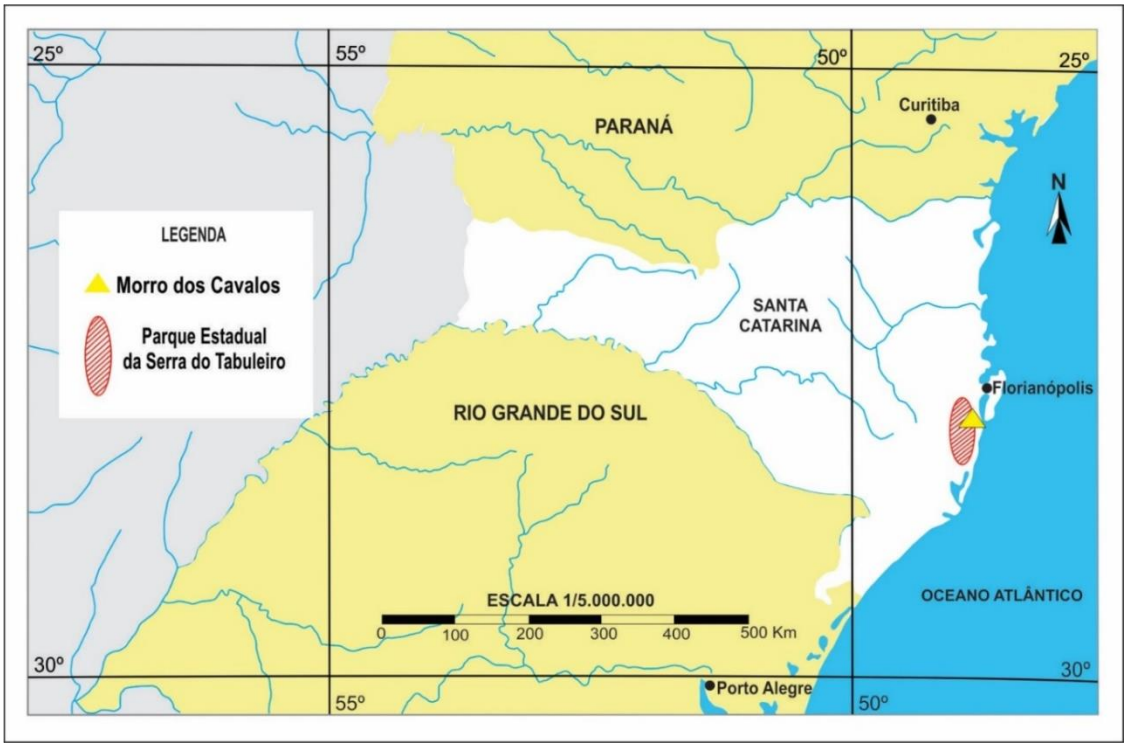
surge a cartografia social.

Como ferramenta assessória (e indispensável) nesse tipo de cartografia, técnicas de pesquisa participativa/colaborativa foram desenvolvidas. Tal processo envolve diretamente demandas formuladas pela comunidade sujeito da pesquisa – no caso, os Guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos (Palhoça/SC). Os desafios, ao se estabelecer um diálogo com a comunidade, vão surgindo ao longo do processo, criando situações não previstas nos cronogramas e nas metas/objetivos de projetos formalizados – algo que será problematizado ao longo deste texto.

***Área de estudo: a TI Morro dos Cavalos***

O projeto "Nhemboaty Mirim um sistema de vigilância e monitoramento saudável e sustentável do Parque Estadual Serra do Tabuleiro e da Terra Indígena Morro dos Cavalos (SC), com base em geotecnologias de mapeamento participativo" (apoiado pela FAPESP) teve, como objetivo central, realizar uma pesquisa colaborativa aplicada buscando desenvolver subsídios para aprimoramento de um sistema participativo de vigilância – notadamente nas áreas de risco socioambiental - para a TI Morro dos Cavalos, localizada no município de Palhoça/SC e, na sua quase totalidade, em sobreposição com a Unidade de Conservação "Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST)" (**Figura 1**). Ambas as áreas estão sob constante ameaça de invasões - sobretudo a partir das dinâmicas econômica e fundiária do litoral continental imediatamente ao sul da Ilha de Santa Catarina, onde se localiza a cidade de Florianópolis.

**Figura 1 –** Localização da Terra Indígena Morro dos Cavalos e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro




**Elaboração:** banco de dados do projeto Nhemboaty Mirim.

A presença ancestral dos Guarani no litoral sul catarinense, especificamente, na região do Morro dos Cavalos, é referida recorrentemente pelos anciões indígenas, além de atestada por sítios arqueológicos e mesmo pela documentação histórica - que registra, a partir de relatos de viajantes, o resgate de portugueses naufragados realizado por guaranis no sul da Ilha de Santa Catarina, nas imediações do Morro dos Cavalos; tais portugueses, rumando a noroeste pelos caminhos tradicionais (peabirus), chegaram a Potosí, na atual Bolívia (MARTINS, 2002).

Em decorrência do crescimento da população no entorno – uma área de influência da capital catarinense - e a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em 1975, os Guarani sofreram forte cerceamento no seu modo de vida tradicional, além da constante redução do seu território tradicional, o que chegou a comprometer sua autonomia econômica e a satisfação de suas necessidades. Com a construção da BR-101, os indígenas perceberam as fortes alterações no seu território e os riscos à comunidade. A partir de então, a luta passou a ser pela demarcação da Terra Indígena, fato ocorrido em 2008, sendo que os Mbya ainda aguardam a homologação de seu território – última etapa do processo de legalização de uma TI.

Assim, os Guarani vivem em um território permeado de conflitos com os *juruá* (não-indígenas), que buscam impedir a homologação da terra indígena, perpetuando um sentimento anti-indígena nas comunidades próximas ao Morro dos Cavalos (PGTA,2021). A pesquisa participativa, principalmente o mapeamento participativo, teve, como objetivo, aprimorar suas ferramentas de monitoramento territorial, além de fortalecer as redes de proteção à TI, por

exemplo integrando mais as lideranças indígenas à equipe técnica do Parque da Serra do Tabuleiro.

***Metodologia: um trabalho colaborativo e compartilhado***

Uma análise das principais ameaças à integridade física, ambiental, social e econômica das comunidades indígenas da TI Morro dos Cavalos, assim como a percepção dos agentes sociais e dos conflitos de interesse envolvidos na busca pelo desenvolvimento saudável e sustentável da TI, foram discutidos a partir da experiência de um mapeamento participativo. A partir da primeira aproximação com a Terra Indígena e o Parque da Serra do Tabuleiro foi diagnosticado que as principais disputas e ameaças são a expansão da área urbana e periurbana do Município de Palhoça/SC, com forte especulação imobiliária, além dos litígios com os ocupantes mais antigos, acerca da regularização fundiária da área.

A partir de uma parceria entre UNESP, IFSC[4] e Centro de Formação Tataendy Rupa (associação pertencente à comunidade Guarani), foi articulado o projeto e foi estabelecida, entre as partes envolvidas, a realização de um sistema participativo de monitoramento da TI, associado ao levantamento dos conflitos, realizado, também, de maneira participativa[5].

Quando se discute as metodologias que pressupõem a colaboração ativa das comunidades pesquisadas, alguns elementos devem ser levados em consideração. Podem e devem ser, inclusive, considerados os "imponderáveis da pesquisa", posto que escapam totalmente do controle do pesquisador universitário. Um deles é o "timming" da comunidade que, mesmo sendo bastante conhecida do pesquisador, sempre enfrenta desafios inesperados que afetam mais ou menos fortemente o cronograma pactuado – diz-se, por isso, que projetos do tipo pesquisa-ação podem ser excessivamente demorados (ADAMS et al., 2006).

No entanto, outra ordem de fatores também é fortemente interveniente nesses processos participativos, especialmente nas pesquisas colaborativas. Esses são de ordem mais qualitativa e influenciam a própria direção da pesquisa, alterando, inclusive, seus objetivos iniciais (THIOLLENT, 2008). O próprio entendimento – ou, melhor dizendo, a dinâmica do entendimento da comunidade, sobretudo por parte dos "stakeholders" - acerca de suas necessidades é um deles. Nesses casos, as necessidades e, portanto, os objetivos pactuados passam a ser reajustados pela comunidade.

A execução do projeto Nhemboaty Mirim enfrentou esses desafios das pesquisas colaborativas. Uma das dificuldades foi justamente a assincronia entre as ações previstas no cronograma e os

[4] Instituto Federal de Santa Catarina.

[5] O primeiro período de execução do projeto deu-se em meio ao período mais crítico da pandemia, impossibilitando trabalhos de campo. No entanto, seis oficinas de planejamento participatvo foram realizadas no período.

processos concretos que se desenrolavam na TI. Mesmo as lideranças Guarani tendo participado da elaboração do projeto base, sua anuência à realização de oficinas de etnomapeamento – um objetivo secundário do projeto – se chocou, na prática, com o fato de que uma outra iniciativa - esta associada à elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI - mobilizou a comunidade nos anos de 2020 e 2021 e aplicou uma técnica similar – alcançando resultados muito bons e que foram, então, considerados pela equipe do "Nhemboaty".

A solução pactuada foi garantir o compartilhamento das informações geradas pelas oficinas do PGTA – realizadas com assessoria de pesquisadores do IFC[6] – e desenvolver uma alternativa para a realização de um mapeamento participativo, com colaboração das lideranças da TI, objetivando aspectos que os trabalhos do PGTA, mesmo ressaltando sua importância, não teve condições de implementar. Assim, as ações do projeto Nhemboaty se integram a um conjunto de iniciativas das agências parceiras do projeto – notadamente as locais – com objetivos paralelos aos do Nhemboaty[7]. Como essa ação voltada ao etnomapeamento se encaixou exatamente no previsto no projeto, a equipe - mesmo tendo realizado uma rodada de discussões acerca da cartografia social e etnomapeamento - considerou totalmente inoportuno repetir as oficinas com poucos meses de distância uma da outra.

A partir de autores como Machado (2014), Acselrad e Coli (2008), Almeida (2003), Correia (2007), Castrogiovanni (2000) e Costa (2010), entendemos que as ações realizadas por meio das pesquisas participativas surgem da interação entre prática do conhecimento científico e dos saberes locais, com uma relação de troca realizada entre os sujeitos sociais envolvidos na ação contínua de mapear.

Na *pesquisa de campo*, as técnicas utilizadas durante as oficinas de mapeamento foram a observação, conversação e a utilização de instrumentos para realizar registros documentais, como orienta Costa (2010). Os registros documentais foram recursos audiovisuais (fotografias, captura de áudio e vídeo), a tomada de notas e a elaboração de mapas coletivos.

Outra metodologia aplicada foi a realização de trilhas para verificação, delimitação e diagnóstico das áreas de conflito relatadas na oficina de mapeamento. Fomos, em todas as ocasiões, acompanhados por membros da comunidade. Essa metodologia permitiu que os participantes se sentissem mais à vontade, despertando memórias, esboçando afetividade e sentimentos de pertencimento em determinados locais. O trabalho diário era finalizado com uma verificação e atualização do mapa por parte da equipe (**Figura 2**)[8].

[6] Instituto Federal Catarinense.

[7] Citamos, além do PGTA - "Eko-Etno-Envolvimento", outra iniciativa importantíssima para a efetivação do programado Sistema Participativo de Vigilância: o projeto "Caminhos do Maciambú: Paisagem Cultural e Patrimônio Mundial da Mata Atlântica", rebatizado como projeto "Ka'aguy", que garantiu uma primeira capacitação de monitores indígenas (Ka'aguy).

[8] O mapa síntese foi elaborado em ambiente SIG, utilizando o software QGIS.

**Figura 2 -** Registro das áreas de conflito e ameaças ao território indígena

***Oficinas e levantamento de campo na TI Morro dos Cavalos***

Na primeira etapa de campo, foram discutidos o contexto de lutas, resistências, articulações e, nesse interim, as demandas dos Guarani. Com as demandas elencadas, realizamos, colaborativamente, uma cartografia prévia das principais zonas de conflito e tensionamento, que foram marcadas em um mapa com imagem de satélite. Foi anotado, no mapa base da TI, as áreas de conflito, discriminando invasões e ameaças (**Fig. 3**). Para cada um dos pontos, houve um breve relato feito pelas lideranças, que foram anotados e colados ao mapa.

**Figura 3:** Mapeamento participativo, identificação das áreas de conflito.

Após a 1ª oficina, os pesquisadores foram organizados em três equipes para levantamentos e diagnóstico das invasões e conflitos - 1) Registro e descrição do tipo das edificações; 2) Perímetro da área invadida ou de conflitos; 3) Depoimentos a partir de conversas informais com não indígenas da área. Ao final de cada dia, a equipe reuniu-se para organizar o relatório de campo; processar os dados georreferenciados e atualizar o mapa reunindo as informações coletadas no campo.

Ao final dos trabalhos de campo, finalizamos a 2ª oficina junto aos representantes da Terra Indígena, na qual apresentamos os dados levantados em campo, bem como diagnóstico prévio, para que os dados fossem validados ou não pelos representantes (**Fig. 4**). Participaram ativamente desta reunião as principais lideranças da TI. Outros integrantes da comunidade estavam presentes, mas não se manifestaram - algo que foi respeitado pela equipe, mesmo que contrariando preceitos metodológicos.

**Figura 4:** Oficina junto aos representantes da TI Morro dos Cavalos e apresentação do banco de dados e rascunho do mapa síntese

Com as observações e correções do mapa preliminar, estabelecemos, coletivamente, graus de intensidade para cada área de conflito (alto, médio e leve). Durante essa oficina, foi apresentado à comunidade o banco de dados compartilhado, no qual constam as informações e dados coletados em campo.

### 3. Discussão e Resultados: o prognóstico e o monitoramento Nheamboty Mirim

É importante ressaltar que a oficina de cartografia social efetivamente realizada junto à TI

Morro dos Cavalos cumpriu o objetivo não completado pelo etnomapeamento constante no PGTA: o de levantar as "áreas de vulnerabilidade territorial, esquematizando locais que ameaçam a vida e a sociabilidade da coletividade em nossa comunidade" (PGTA, p.8).

Do ponto de vista dos produtos, o banco de dados formado e usado para a interpolação de informações possibilitou a elaboração de produtos cartográficos, a partir das demandas apresentadas em entrevistas junto às lideranças. Foi organizado um drive compartilhado para que o Centro de Formação Tataendy Rupa, o Parque Estadual Serra do Tabuleiro e todos os laboratórios de pesquisa envolvidos na execução do projeto possam acompanhar o desenvolvimento da pesquisa, ter acesso ao material produzido e contribuir coletivamente no compartilhamento de dados. O banco de dados georreferenciado foi, também, incorporado ao sistema de monitoramento da TI.

Ao final de nossas incursões pela Terra Indígena Morro dos Cavalos e seu entorno imediato, produzimos o mapa síntese (**Figura 5**). Nele foram identificados nove pontos de conflito, categorizados por nível de intensidade, a partir da percepção dos informantes Guarani, cotejada com os elementos registrados pela equipe em campo.

Os níveis de intensidade adotados foram: alto nível conflitivo (vermelho), para os conflitos de maior intensidade e ou impacto direto à reprodução do modo de vida Guarani; médio nível conflitivo (laranja), para conflitos de impacto direto e ameaça territorial, porém de manifestação menos presente no cotidiano da TI Morro dos Cavalos e seus habitantes; leve nível conflitivo (amarelo), para ocupações muito próximas aos limites da TI Morro dos Cavalos e/ou ocupações já conhecidas pelos Guarani, que mantêm alguma relação de respeito com a comunidade e que, aparentemente, só aguardam os encaminhamentos jurídicos para se retirarem da área da TI.

Também foi mapeada a ocorrência de espécies invasoras (eucalipto e pinus) na cor verde, além da Rodovia BR101, que recebe uma representação especial porque sua existência é, em si, um conflito intenso e contínuo, atuando diretamente no cotidiano e na reprodução do modo de vida Guarani.

É interessante considerar que a localização dos conflitos não é homogênea pelo território, sendo mais concentrada em alguns pontos específicos – que, via de regra, correspondem às áreas mais litorâneas e, por consequência, de interesse do mercado imobiliário.

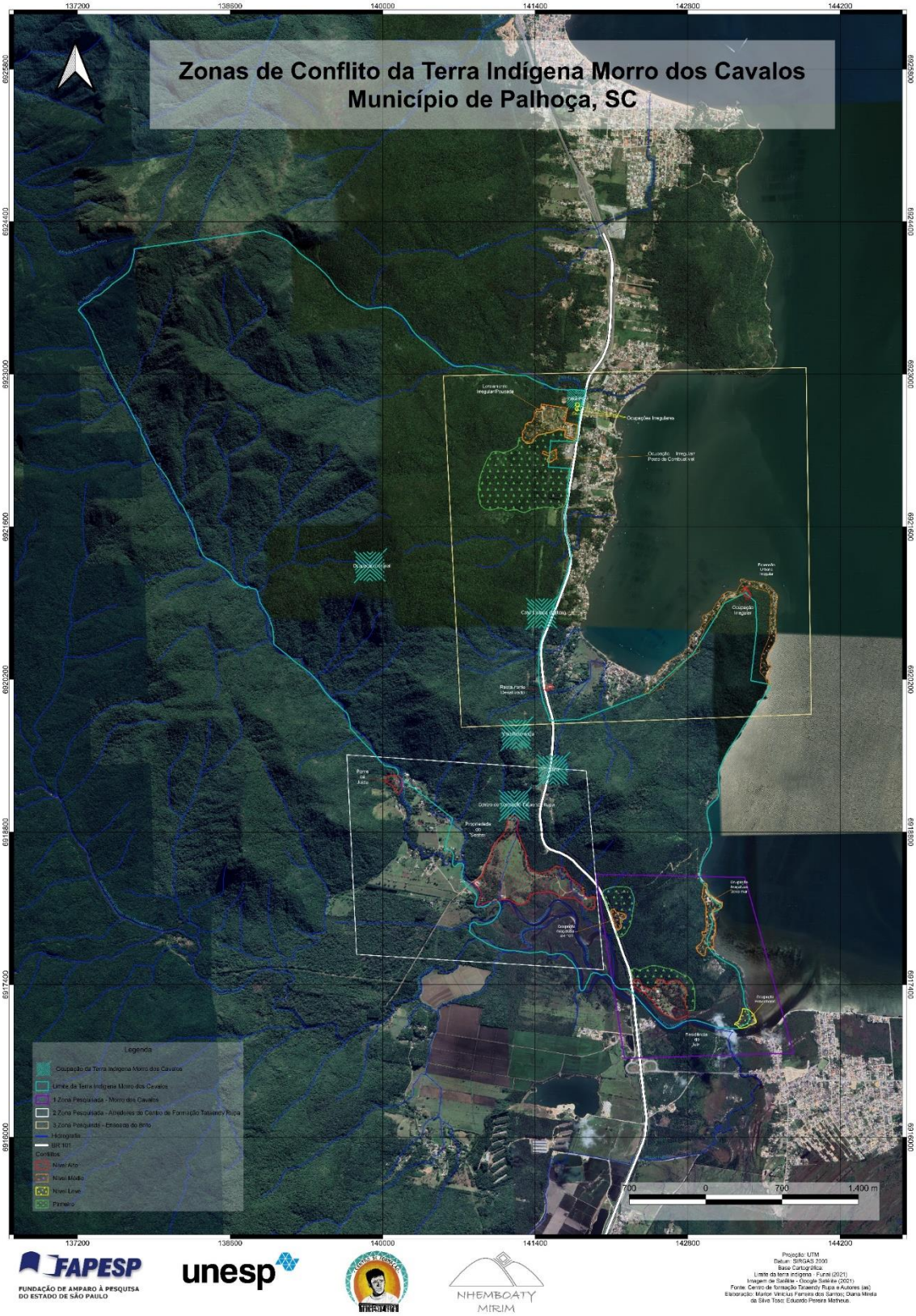
Na **zona de conflito 1**, correspondente a Enseada do Brito, é possível identificar uma grande área dedicada ao cultivo de pinus/eucaliptos, cujo limite norte está em contato direto com um conjunto de edificações em processo de disputa judicial, sendo a maior delas referente à Pousada Serra Mar, que descarta seus rejeitos nos rios que cruzam a Aldeia Yakã Porã. Captação irregular de água e plantio de lavoura também caracterizam essa invasão na Z1.

Rumando no sentido oposto, à Leste da BR 101, temos um ponto de alto nível conflitivo, próximo ao quilometro 231, correspondendo a um restaurante fechado, que se mantém na memória coletiva dos Guarani como um polo político de deslegitimação da luta indígena no município de Palhoça. Durante anos, esse estabelecimento foi um aglutinador de agentes contrários à TI, sendo seu proprietário uma liderança desse movimento. Já no limite Sul da zona de conflito 1, identificamos um ponto de alto nível conflitivo, sobreposto à uma área contígua de médio nível de conflito. Trata-se de um trecho composto por residências de veraneio, cujos ocupantes são hostis à presença e circulação (na via pública) de pessoas estranhas (inclusive os Guarani); e de polígono referente a uma área de queimada recente, com estruturas de futuro loteamento - que avança sobre os limites da TI Morro dos Cavalos.

Na **zona de conflito 2**, evidencia-se as invasões no próprio acidente geográfico que batiza a TI – o Morro dos Cavalos - correspondentes às áreas de ocupação mista, nas quais parte das edificações são casas de pescadores (ocupações legítimas) e outra parte corresponde a casas de alto padrão construtivo. No acesso pelo quilometro 234 da BR101, identificamos, ainda, mais dois pontos de conflitos, sendo o primeiro (mais próximo da BR101) a "casa do Juiz", de alto nível conflitivo; e o segundo, mais próxima do rio Massiambu Pequeno e Enseada do Brito, uma ocupação de pescadores que, de acordo, com a comunidade, aguarda o desenlace dos processos judiciais para sua realocação. Mais uma vez, a presença de pinus/eucaliptos, junto às áreas de invasão imobiliária, foi observada.

Já a **zona de conflito 3**, correspondente aos arredores do Centro de Formação Tataendy Rupa, é representado por dois polígonos categorizados como sendo de alto nível conflitivo e correspondem a um conjunto de invasões imediatamente após a ponte sobre o Rio Massiambu Pequeno. Uma dessas invasões corresponde à "propriedade do fazendeiro" que, segundo os Guarani, mantém litígio com a comunidade por estar cercado pelos "índios". Ocupante antigo, ele dificulta as negociações para sua remoção e tem ameaçado repassar a área para as Forças Armadas e não para a TI. Isso faz desse ponto o mais importante de monitoramento para a proteção do território.

**Figura 5**: Mapa Síntese dos conflitos no Morro dos Cavalos




**Fonte**: Acervo do projeto Nhemboaty Mirim (2021).

O segundo polígono destacado, localizado a noroeste do Centro de Formação e cortado pelo Rio Massiambu Pequeno, representa outro ponto de conflito - a "ponte da Juíza". Trata-se de uma ponte às margens da propriedade de uma juíza local (área no limite da TI), cujo acesso para carros se encontra fechado, dificultando o acesso e o monitoramento do território.
Meses após os levantamentos, foi realizada uma oficina de validação do mapeamento (**Figura 6**). Nesse encontro, atualizou-se os contextos, que reafirmaram os pontos a serem monitorados.

**Figura 6 –** Entrega final do mapa (julho/2022)

**Fonte**: Acervo do projeto Nhemboaty Mirim (2022).

**Considerações finais**

Em consonância com os objetivos do projeto, desenvolvemos um diagnóstico dos pontos de tensão e áreas de conflito que ameaçam a integridade da TI Morro dos Cavalos. Tal recomendação/preocupação redundou numa produção cartográfica que Costa (2010) prevê como uma das possibilidades da cartografia social – justamente aquela que tematizaria os "riscos e conflitos" existentes no território. As oficinas de cartografia social realizadas junto à TI Morro dos Cavalos e o diagnóstico consequente cumpriu o objetivo não alcançado pelas oficinas do PGTA: o de levantamento "das áreas de vulnerabilidade territorial, esquematizando locais que ameaçam a vida e a sociabilidade da coletividade em nossa comunidade" (PGTA, p.8). A integração possível e colaborativa entre diferentes projetos, garantiu o que recomenda o PGTA no tocante à segurança da TI: 1) a necessidade de que "a segurança do território precisa ser reestruturada em harmonia com o Plano de Gestão Territorial e Ambiental"; e 2) que essa segurança seja realizada pela comunidade a partir de "princípios fundamentais: [...] a

prevenção, o monitoramento e a articulação com os apoiadores e os órgãos estatais responsáveis por este setor" (PGTA, 2021, 49).

O diagnóstico produzido, assim como o prognóstico, constitui-se em etapa no processo colaborativo e dialógico que os pesquisadores (Unesp, IFSC e IFC) desenvolvem junto à TI Morro dos Cavalos e ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Tal processo, conforme explicitado por Acserald e Coli (2008), tem como objetivo maior (porque é mais duradouro e consequente), a formação de uma comunidade (rede) voltada à gestão participativa de um SIG, objetivando o monitoramento de ambos os territórios (TI e UC) que, em muito, se sobrepõem.

A realização deste trabalho corrobora a discussão da importância em monitorar as TI brasileiras, visto as constantes e diferentes ameaças aos territórios tradicionais. A realidade constatada por este trabalho estende-se por todo o território brasileiro (APIB, 2022; PORTO-GONÇALVES, 2009; CIMI, 2021) e a TI Morro dos Cavalos não é exceção no quadro de violências aos povos indígenas – diferenciando-se talvez, apenas pelo assédio da especulação imobiliária, em função de sua localização litorânea. Também por isso, a construção de redes de pesquisa e parceria entre academia e comunidades indígenas é de suma importância.

O aprimoramento de um sistema de monitoria e vigilância da TI, esboçado pelo projeto Nhemboaty Mirim, pode acelerar alguns passos numa intrincada teia de relações institucionais que a TI constrói com o Parque Estadual e a própria FUNAI, numa conjuntura política que lhes é pouco favorável - algo manifesto no atraso do governo federal em homologar a TI. O mapa síntese e o banco de dados, portanto, são instrumentos de denúncia e defesa, expressando a articulação de diferentes agências em busca da garantia e reconhecimento da cidadania e diversidade da sociedade brasileira, dentro da qual essa parcela descendente dos povos originários sempre foi subalternizada e invisibilizada.

**Referências**

ACSELRAD, H.; COLI, R, L. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. (Org). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 2008, p. 14-43.

Adams, C; Hoque, Z; Mcnicholas, P. **Case studies and action research.** In: Hoque, Z. (Ed.) Methodological issues in accounting research – theories, methods and issues, Spiramus, London (2006), pp. 361-373.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Carajás:** A Guerra dos Mapas. Belém: Falangola, 2003.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Nova cartografia social da Amazônia**. 2010.

Franco, M. **Pedagogia da pesquisa-ação.** Educação e Pesquisa, 31 (3) (2005), pp. 483-502.

CARDOZO, I. B.; VALE JUNIOR, I. C. do (org.). **Etnozoneamento da Porção Paraense das Terras Indígenas Trombetas-Mapuera e Nhamundá-Mapuera**. Porto Velho - Ro: Edufro, 2012. 201 p.

CORREIA, C. de S. **Etnozoneamento, Etnomapeamento e Diagnóstico Etnoambiental:** Representações Cartográficas e Gestão Territorial em Terras Indígenas do Estado do Acre. 2007. 431 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1183> Acesso em: Julho 13, 2021.

COSTA, M. M. M. da. **Conhecendo a Cartografia Social:** técnicas, vantagens e limitações. In: O Professor PDE e os desafios da escola pública paranaense: Produção Didático-Pedagógica, 2010. Volume II. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_ufpr_geo_pdp_manoel_messias_moraes_da_costa.pdf> Acesso: Julho 02, 2021.

LEVY, J. Uma virada cartográfica? In: ACSELRAD, Henri (Org). **Cartografia social e dinâmicas territoriais:** marcos para o debate. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR/UFRJ, 2008.

MACHADO, M. C. **Mapeamento Cultural e Gestão Territorial de Terras Indígenas**: O uso dos etnomapas. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília – Unb, Brasília, 2014.

MARTINS, G. R. Breve painel etno-histórico do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, EdUFMS, 2002.

Santos, A. M. dos ., & Kozel, S. . (2022). Cartografias como denúncia: as ameaças às Terras Indígenas no Estado de Rondônia. *Revista Geografias*, *26*(2), 31–53. https://doi.org/10.35699/2237-549X.2018.19619 (Original work published 13° de março de 2020).

APIB. **Retrospectiva 2021**. Luiz Eloy Terena e Sônia Guajajara, 2022. disponível em: https://apiboficial.org/retrospectiva-2021/

PORTO-GONÇALVES, C.W. **Entre América e Abya-Yala – tensões de territorialidade.** Periódico Desenvolvimento e Meio Ambiente. Paraná: Editora UFPR, n.20, 2009.

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados 202. CIMI. Brasília, 2021.

CARVALHO, J. A. **Território e trajetória Krenak – o olhar geográfico de uma disputa de narrativas** . Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente

Prudente, 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/210897/carvalho_ja_tcc_prud.pdf?isAllowed=y&sequence=6

CONCEIÇÃO, A. V. MARTINS, E. F. NUNES, J. G. RESISTINDO AOS INCÊNDIOS: saberes tradicionais nas brigadas indígenas no Tocantins. In: MOTOK, C. et al. Agro é Fogo: Fase 2 – O fogo continua. 2021. Disponível em: https://agroefogo.org.br/dossie/resistindo-aos-incendios-saberes-tradicionais-nas-brigadas-indigenas-no-tocantins/

APIB OFICIAL, Exploração de combustíveis fósseis ameaça povos indígenas e meio ambiente. 2020a. Disponível em: https://apiboficial.org/2020/12/16/exploracao-decombustiveis-fosseis-ameaca-povos-indigenas-e-meio-ambiente/ . Acesso em 20 de dez. 2020.

APIB OFICIAL, Justiça Federal anula efeitos da normativa da Funai que incentiva invasão de terras indígenas. 2020b. Disponível em: https://apiboficial.org/2020/10/28/justicafederal-anula-efeitos-da-normativa-da-funai-que-incentiva-invasao-de-terras-indigenas/. Acesso em 08 de dez. 2020

Thiollent, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** (16ª ed.), Cortez, São Paulo (2008).

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# REGULAÇAO E FLEXIBILIZAÇAO DA USO DA TERRA DO PONTO DE VISTA DA NORMA AMBIENTAL NO BRASIL: OS CÓDIGOS FLORESTAIS BRASILEIROS DE 1934 E DE 1965 E A QUESTÃO AGRÁRIA

Janaína Tude Sevá[1]
João Vitor Martins Lemes[2]

**GT** 03: Posse, ocupação, propriedade privada da terra e regularização fundiária: diálogos sobre os instrumentos de dominação e concentração e as estratégias de democratização de terras.

## RESUMO

O Código Florestal Brasileiro está em sua terceira edição desde que foi instituído em 1934, substituído pela Lei n. 4.771 de 1965 e atualizado pela Lei n. 12.651 de 2012. Certamente sofreu inúmeras alterações e adaptações, conforme as lutas sociais e disputas políticas de cada época, especialmente no que diz respeito aos objetos e objetivos para os quais se destinava a lei: "proteger" as áreas naturais de fauna e flora. Tratou-se, ao longo do tempo e não sem conflitos, de estabelecer regras para o uso e a exploração do solo e das riquezas naturais, seja pelo próprio Estado, pelos proprietários legítimos de terras ou ainda por qualquer cidadão ou cidadã brasileiros. Desta forma, a partir da revisão bibliográfica e normativa, o objetivo desse texto é apresentar as rupturas e continuidades de concepções dos direitos de usos da terra, sob a forma da propriedade privada ou de áreas de proteção ambiental, nos diferentes períodos históricos que marcam a formação do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Questão agrário-ambiental, Legislação Ambiental, Usos da terra, Concepções de Direitos.

## A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL: OS CÓDIGOS FLORESTAIS BRASILEIROS DE 1934 E DE 1965.

O Código Florestal Brasileiro está em sua terceira edição desde que foi

[1] Universidade Federal de Goiás/Campus Goiás, janaina.tude.seva@ufg.br .
[2] Universidade Federal de Tocantins/Campus Arraias, martins.joaovitor@yahoo.com.br .

instituído em 1934, substituído pela Lei n. 4.771 de 1965 e atualizado pela Lei n. 12.651/2012. Certamente sofreu inúmeras alterações e adaptações, conforme as lutas sociais e disputas políticas de cada conjuntura, especialmente no que diz respeito aos objetos e objetivos para os quais se destinava a nova lei: proteger as áreas naturais de fauna e flora. Tratou-se, ao longo do tempo e não sem conflitos, de estabelecer regras para o uso e a exploração do solo e das riquezas naturais, seja pelo próprio Estado, pelos proprietários legítimos de terras ou ainda por qualquer cidadão ou cidadã brasileiros.

Datam do período colonial, perpassando o Império, estendendo-se até a República Federativa do Brasil, os processos legislativos e o ordenamento legal quanto à destinação de áreas prioritárias para preservação dos estoques florestais, considerando diversos fatores, tal como: os mais recorrentes e incontornáveis aumentos nos preços da madeira e demais artigos vegetais e animais voltados à exportação por um lado, bem como as crises de abastecimento hídrico sofridas por povoados e cidades nascentes, por outro. Esses processos legislativos e ordenamentos legais foram gestados a partir dos conflitos sobre os diferentes usos e entendimento quanto aos direitos de uso da terra e serviços ambientais. A busca por estabelecer desde então normas de concessão e uso da natureza deve ser compreendida ao longo de nossa história, especialmente a partir dos processos de consolidação do Estado e das formas modernas de organização social e política nacionais.

Neste tópico procuramos resgatar o panorama histórico de como a questão ambiental foi sendo incorporada às pautas governamentais e paulatinamente institucionalizada em diversas instâncias estatais. Mormente vinculadas à agricultura, as questões relativas à conservação das florestas emergem sob diferentes formas que revelam as concepções quanto ao direito de uso do solo e dos recursos naturais. Analisamos ainda as conexões entre o desenvolvimento capitalista propriamente dito no Brasil e as iniciativas para a consolidação, junto ao Estado, da preocupação com a preservação do patrimônio natural em nossa história republicana.

## DA COLÔNIA AO IMPÉRIO, A EXPROPRIAÇÃO DAS TERRAS E DAS GENTES.

É consenso entre historiadores e pesquisadores da ocupação portuguesa e européia sobre o que se convencionou designar, séculos mais tarde, como o território

brasileiro, de que desde 1500 trata-se de uma história de exploração predatória e imprevidente com relação ao futuro. Ainda que, no primeiro momento, o ímpeto exploratório motivado pelas extensas e diversificadas reservas de madeira e plantas medicinais tenha convivido com o olhar admirado de viajantes e naturalistas sobre o que parecia ser uma natureza fantástica - corroborando para a construção do extraordinário mundo tropical (URBAN, 1998) -, as preocupações de agentes da corte portuguesa quantoao avanço predatório na Colônia sobre tais reservas, tinham o mesmo objetivo central: “a exploração predatória dos recursos”, visando saciar os interesses e caprichos da coroa portuguesa e das elites consumidoras dos produtos daqui extraídos e exportados. Assim, tanto a ocupação do continente americano quanto a sua destinação histórica (incluindo aí seus ocupantes humanos) foram traçados e delimitados a partir do olhar civilizador-mercantil europeu, para o qual o mundo está à disposição para fornecer os elementos de sua ascensão na expansão marítima, comercial e capitalista. A conservação propriamente dita da natureza, fonte das riquezas e status apropriados em solo europeu, data de períodos muito recentes da história contemporânea. “[...] Em comparação com a história da colonização do território – que coincide com a devastação do patrimônio natural -, a história da conservação da natureza no Brasil representa apenas uma pequena referência” (URBAN, 1998: 31).

Passados os primeiros espantos causados pelo encontro com a realidade “fantástica” do mundo tropical a corte portuguesa, e demais nações europeias que aqui aportam, identifica a necessidade de conhecer melhor este ‘novo mundo’ produzindo registros e relatos sistemáticos sobre a variedade de fauna e flora, os regimes climáticos e de águas, visando justamente contornar a situação já preocupante dos estoques florestais e hídricos, e assim disciplinar seus usos e exploração. Neste sentido chamou a atenção o diálogo transcrito entre um viajante português e um velho tupinambá em que este pergunta ao primeiro: “[...] Por que vindes vos outros, *mairs* e *perós* (franceses e portugueses) de tão longe buscar lenha para os aquecer? Não tendes madeira em vossa terra?” (URBAN, 1998). A resposta é ainda mais reveladora das intenções e da concepçãosobre a nova colônia: “[...] respondi que tínhamos muita, mas não daquela qualidade e que não a queimávamos, mas dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o que faziam eles com seus cordões de algodão e suas plumas” (URBAN, 1998: 357).

A despeito deste deslumbramento, que romantiza ou sataniza nosso mundo

e nossos povos originários, fica claro nos diversos relatos datados entre 1550 e 1700 a dupla preocupação colonizadora:

> Uma delas, relativa ao conhecimento, procura classificar o desconhecido, organizando o mundo novo à moda europeia. A outra, atendia pragmaticamente os interesses econômicos do colonizador e busca descobrir a utilidade daquele universo selagem e incompreensível. A segunda preocupação sobrepôs-se rapidamente à primeira e, ao longo dos séculos, foi responsável pela progressiva dilapidação do patrimônio natural brasileiro" (URBAN, 1998: 36).

Warren Dean (1996), em sua longa análise sobre a devastação da Mata Atlântica, descreve como todos os ciclos de desenvolvimento econômico - seja da colônia em função da metrópole seja na emergente república nos idos do século XIX, do desflorestamento, passando pela cana-de-açúcar, pela mineração, café, pecuária e povoamento desordenados - substituíram-se uns aos outros nas formas de usurpação e pilhagem das riquezas naturais. E, embora houvesse declarada preocupação pelas elites em redefinir as formas de exploração dos recursos naturais de modo menos degradante e mais "racional", na instauração da República, nossas florestas foram de fato objeto de efetivo manejo e não apenas de proteção e preservação ambiental (DEAN, 1996: 227).

Assim, a indústria de exploração florestal e a agricultura extensiva do café promovem internamente este processo nefasto contra o patrimônio natural sendo, todavia, considerado digno de premiação pela metrópole por representar o progresso com seus francos esforços para promover a ocupação do território, o amansamento e a civilização além mar[3].

Em suma, a floresta brasileira era tida como uma inesgotável fonte de produtos para o mercado europeu; e por isso passou a ser objeto de preocupação de autoridades governamentais internas e externas por sua forte influência sobre os preços e os mercados internacionais de madeira, de insumos florestais e de terras, através de institutos e dispositivos legais de proteção ao patrimônio.

No século XVII as primeiras medidas protetivas ao meio ambiente foram

3 Em 1873, ressalta Urban, o Brasil recebeu na Exposição de Viena dois grandes prêmios de honra: um pelo café e outro dado a uma companhia florestal paranaense por ter levado amostras de nossa madeira (na figura de um pinho de 33 metros de altura). A Companhia Florestal Paranaense foi a primeira empresa privada especializada no corte de madeira a comercializar madeira com autorização da Princesa Isabel Regente. "O objetivo da exposição era mostrar aos europeus as vantagens desta extraordinária árvore que produzia tábuas, nós, frutos, resina e carvão" (URBAN, 1998: 42).

motivadas diante da drástica redução dos estoques florestais, cujo corte em larga escala de florestas nativas destinava-se inicialmente ao fornecimento de madeira à construção naval, ao abastecimento da armada portuguesa e do ambicioso arsenal da marinha lusitana. As mesmas florestas davam lugar gradativamente às plantações de cana-de-açúcar, evidenciando o risco de desaparecimento das chamadas madeiras de lei e levando a Metrópole à limitar a autorização de cortes de árvores exclusivamente aos magistrados.

Adiante, na virada do século XVIII para o XIX a Coroa portuguesa impõe medidas restritivas mais rigorosas mediante a edição de duas cartas régias declarando de sua propriedade florestas, matas e vegetações ao longo da costa e dos rios que desembocassem diretamente no mar e demais vias de transporte de madeira. Mas, para garantir a aplicação da lei a Coroa reverteu as sesmarias e o direito de exploração pelos mandatários e quem estes autorizassem sobre essas mesmas áreas. Outro instrumento foi a restrição na concessão de autorizações para extração de madeiras somente pela Coroa, permitindo extraordinariamente aos governadores das capitanias que liberassem o corte em função de necessidades do consumo local. Uma série de outras medidas foi sendo aplicada no período, especialmente a regulamentação de multas, penas e sanções aos que descumprissem a tímida legislação de então (URBAN, 1998; DEAN, 1996).

Já neste etapa da história da preservação das florestas no Brasil é perceptível a atuação do Estado como mediador não apenas dos interesses dos grupos dominantes em dado contexto, mas essencialmente como ‘administrador’ do processo de consolidação do capitalismo, e como gestor dos estoques energéticos imprescindíveis ao seu desenvolvimento, quais sejam: o trabalho, a terra e a natureza (POLANYI, 2012). Assim a Coroa portuguesa visando sua expansão econômica e o cumprimento de seus acordos comerciais se viu obrigada a regular a extração e circulação de madeiras, lenha e carvão por um lado, e à impor normas de reflorestamento aos particulares que se beneficiavam desta produção. Como mecanismo de efetivação deste nascente conjunto normativo declarou-se a criminalização do corte clandestino de florestas. Enquanto isso, concessões para a supressão de áreas florestadas permitiram a vertiginosa expansão das *plantations* não apenas sobre as reservas florestais, mas também sobre mangues e outros ecossistemas. Deste modo, a regulamentação da proteção das florestas no Brasil foi concebida enquanto instrumento de preservação dos estoques madeireiros e

energéticos, matérias-primas dos principais processos produtivos que garantiam o lucro, a renda fundiária e financiavam os luxos da Metrópole (URBAN, 1998; DEAN, 1996), de pouco serviram para a efetiva preservação do patrimônio florestal, em nada impediram a sua devastação.

## A REPÚBLICA QUE NASCE E SE ALIMENTADO DESMATAMENTO.

Entre 1921 e 1925 passos importantes na institucionalização de normas de proteção à natureza foram dados. Em 1921 foi criado o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), regulamentado em 1925, mas foi praticamente substituído por uma seção de reflorestamento dentro do Serviço de Fomento da Produção Vegetal e constantemente escanteados pelas ações dos institutos nacionais do Pinho e do Mate essencialmente voltadas para a produção, em detrimento da preservação. Além de institucionalmente subordinado ao Ministério da Agricultura, o SFB enfrentava desde a origem a secundarização de seus objetivos em face dos projetos e concepções de desenvolvimento e de país portanto, ainda que o referido ministério tenha já nestas décadas avançado na criação dos primeiros parques nacionais para refúgio de animais silvestres e proteção da flora.

Como relata Teresa Urban (1998), do ponto de vista da administração pública, das estruturas e instâncias governamentais, os temas da conservação e da preservação ambiental surgem, nos idos dos anos 1920 dentro do Ministério da Agricultura, como secretaria e departamentos destinados à produção vegetal e animal e à exploração florestal. Em 1921, foi criado pelo Decreto 4.421 (28/12/1921) o Serviço Florestal do Brasil (SFB), no âmbito do referido ministério, com destaque para o '*instituto das florestas protetoras*'. A regulamentação do SFB, datada de 1925, disciplinou as florestas protetoras enfatizando sua importância ecológica e de salvaguarda de um patrimônio natural que deveria ser mantido como bem das futuras gerações, estendendo sua definição em função dos "serviços" por elas prestados ao conjunto da sociedade, em especial a produção de água. Nesse sentido, dispõe o artigo 18 do Decreto n. 17.042 de 16 de setembro de 1925, que versa sobre florestas protetoras (BRASIL, 1925).

Evidencia-se, porém, mais do que a preocupação com a preservação dos mananciais e cursos d'água, as concepções de proteção florestal voltadas para a produção agrícola e para a defesa das fronteiras nacionais. Neste decreto definiu-se

ainda que nas “áreas de domínio da União, os territórios que influíssem na formação dessas florestas seriam considerados inalienáveis e de servidão pública” (artigos 19, 20 e 21 do decreto referido supra). Determinou ainda a obrigatoriedade de autorização do Governo para uso das áreas declaradas como florestas protetoras que estivessem sob domínio privado, estabelecendo contrapartidas aos proprietários como forma de compensação às restrições impostas.

Em 1930 o presidente Washington Luiz anunciou a elaboração da Carta Florestal do País a ser coordenada pela então diretoria do SFB, que retomou plenamente suas ações já no final da mesma década. Durante o processo político de declínio do Primeiro Governo Vargas diante da ascensão do movimento constitucionalista em São Paulo, conhecido como A Revolução de 1930, foi instituída uma comissão legislativa que se ocupou de importantes aspectos de ordenamento do uso da terra, dos rios, subsolo e zona costeira.

Foram elaborados por esta comissão o Código de Caça e Pesca, o Código de Águas e  de Mineração além do Código Florestal Brasileiro, cujo projeto foi concluído em 1933. O projeto de lei carregava consigo a polarização entre direitos coletivos e individuais sobre a terra, a natureza e o patrimônio natural; e introduziu algumas inovações nas regras que, dialeticamente, dialogam com as demandas postas e também com as demandas ‘invisibilizadas’, mas em franca disputa. Foi criado, então, o Conselho Florestal Federal (CFF), para promover e zelar pela fiel observância do Código Florestal e orientar as autoridades sobre a aplicação dos recursos florestais, em caráter consultivo. Outro dispositivo que contempla a fauna silvícola (indígena) como objeto de proteção da legislação sob responsabilidade do Estado quanto à implementação, à fiscalização e de penalidades em caso de descumprimento. A lei de proteção à fauna inaugura segundo os conservacionistas uma nova fase da legislação ambiental no país, ampliando a proteção à vida animal, enquanto parte do ecossistema a ser protegido, recodificando as florestas para além dos estoques de madeira e energia.

Em 1934, o primeiro Código Florestal Brasileiro foi instituído por meio do Decreto n. 23.793/1934, mantendo a delimitação e defesa das florestas protetoras como principal objeto e instrumento da política pública para a preservação ambiental nacional. Interessam-nos os dispositivos que limitam o seu uso por proprietários privados e aqueles de garantia de aplicação desta regra. Em 1934 já despontavam elementos ainda hoje em disputa: a ideia de função social da terra e da propriedade

privada da terra, a institucionalização de medidas compensatórias às restrições de uso (que flexibilizam a função social), a punição legal para os que desrespeitassem a lei e a obrigação de reparo aos possíveis danos causados pela ação particular (com ou sem autorização dos agentes públicos).

A recente publicação de Pedro Avzaradel (2016) sintetiza e percorre a linha do tempo da legislação florestal apontando a gênese e os deslocamentos conceitual, institucional e legal da questão ambiental no Brasil. O autor demonstra, tal como num cabo de guerra, a tensão entre os anseios pelo incentivo e a legitimação da exploração dos recursos florestais pela agricultura e agroindústrias de um lado, e as orientações quanto ao uso proibido ou limitado das florestas protetoras, pendeu para o inexorável processo de mercadorização e posterior mercantilização da terra, da água e das florestas.

Neste sentido, nos anos de 1925 o SFB foi regulamentado pelo Decreto n. 17.042/1925 que disciplinou as florestas protetoras associando-as “a determinadas destinações que hoje poderiam ser definidas como serviços ecológicos” (AVZARADEL, 2016, p. 16), consagrou o instituto das áreas de preservação permanente, e definiu as obrigações do poder público na identificação, demarcação e defesa das florestas protetoras, bem como em terras particulares subordinou, seu uso por seus donos, à autorização e concessão públicas, estipulando sanções ao não cumprimento da lei. Importante salientar que o Decreto já sinalizava com compensações pelo Estado aplicáveis aos proprietários devido às restrições de uso das áreas de preservação permanentes. Evidenciava - se o peso da propriedade privada da terra sob a regulamentação (e limitação) do alcance do interesse público ou de um direito difuso em construção na República que ainda engatinhava. Este peso resultavade um consenso sobre os valores e significados da propriedade privada enquanto elemento estruturante de nossa sociedade, de nossas relações e instituições sociais.

O primeiro Código instituído em 1934 reforçava, então, três aspectos fundamentais do arcabouço legal atribuído à questão ambiental: a) o caráter permanente e, via de regra, inalienável das florestas protetoras inclusive aos proprietários, ainda que a imposição se desse mediante mecanismos de compensação igualmente previstos no texto legal, evidenciando uma concepção quanto à função social da terra e da propriedade privada sobre ela; b) a flexibilização da proibição do uso das florestas protetoras “[...] em casos de grande vantagem para

a fazenda pública, mediante prévia concorrência, ouvida a repartição competente, quando se admitia o aproveitamento econômico, com a obrigação do replantio" (AVZARADEL, 2016: 18) – explicitando a noção de interesse social vinculada a atividade econômica; e, c) a criminalização de práticas danosas às áreas de proteção permanente e da transgressão à lei, incorrendo o infrator em contravenção penal:

> " O Código Florestal de 1934 criminalizava o uso do fogo, em domínio público ou privado, o que incluía os casos de incêndios provocados em florestas protetoras, ao mesmo tempo em que considerava crime o dano causado a essas áreas por outros meios. No caso, eram aplicáveis as penas de detenção (por até um ano) e de multa; a prisão destinava-se ao infrator reincidente, profissional ou 'incorrigível'. Já à época, a imposição de sanções penais não excluía a obrigação de reparar o dano causado" (AVZARADEL, 2016: 18).

Além de alguns instrumentos de proteção das florestas destaca-se a obrigatoriedade de preservação de parcela de cada propriedade privada, limitando o direito absoluto do Código Civil de 1916. Tornou-se dever de todo proprietário preservar a "[...] 4ª parte enquanto reserva obrigatória de vegetação permanente em qualquer propriedade" (URBAN, 1998: 75), porém destacou-se a fragilidade desse instrumento de proteção, pois as parcelas eram vendidas e subtraídas partes da vegetação permitidas novamente e divididas, até que não restasse nada mais a preservar.

Segundo Osny Duarte Pereira[4], neste momento a legislação ambiental expressa um limite à exploração da propriedade privada sobre a terra e a natureza dado pelo interesse coletivo sobre a natureza. Ainda que tenham prevalecido em diversos artigos e, sobretudo nas práticas particulares e estatais os interesses privados e o ímpeto desenvolvimentista. O jurista concluiu sobre a política de conservação então está mais baseada em documentos (pouco aplicados) do que em políticas adequadas para a conservação do patrimônio natural propriamente dito. Reproduzindo, à maneira brasileira, os ciclos do capitalismo.

Eram amplas as discussões sobre a ideia de irracionalidade econômica e política que modelaram nossos processos históricos e opções de desenvolvimento: ancorados na escravidão, na devastação ambiental e na usurpação das terras alheias.

[4] Advogado, Desembargador e estudioso do direito ambiental e das questões nacionais, é autor da obra Direito Florestal Brasileiro (1950), na qual evidencia-se como o tema ambiental emerge em nossa sociedade enquanto uma questão de desenvolvimento (da produção florestal) e a conservação se destina a manutenção dos estoques madeireiros; somente durante o regime militar e por meio de pressões internacionais é que se rá incorporada uma perspectiva preservacionista da fauna e da flora nacionais.

Já diziam José Bonifácio e Joaquim Nabuco, a escravidão representa a devastação e o esgotamento do solo (URBAN, 1998: 83). Já desmistificavam a ilusão da inesgotabilidade dos recursos naturais e apontavam para a limitação da exploração florestal enquanto principal instrumento de crescimento econômico.

Do ponto de vista da sociedade civil, destacavam-se ainda alguns grupos organizados em torno da proteção da natureza, tal como a Associação dos Amigos das Árvores em 1930, que participou ativamente da 1ª Conferência Brasileira para a Proteção da Natureza, em 1934. Essas mobilizações repercutiam as lutas locais, ao mesmo tempo emblemáticas de proteção da natureza e contra uma dada perspectiva de desenvolvimento que somava exploração do homem, degradação do meio ambiente e expansão do latifúndio. Exemplo pioneiro foi a criação do Parque Nacional do Morro do Diabo no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, cuja Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo (ADEMASP), fundada em 1940, catalisou as demandas por proteção do meio ambiente e luta contra o latifúndio extrativista e predatório.

O 'modelo' de Parque Nacional foi um dos instrumentos legais para a efetiva implementação da política ambiental do período, pautado pelo paradigma norte-americano das ilhas de conservação para proteção, pesquisa e lazer em função de suas belezas cênicas. Passou a representar geográfica e simbolicamente os espaços de refúgio das sociedades e relações sociais que se estavam desenvolvendo. Refundava-se o paradoxo, ou 'a natureza', do processo de desenvolvimento dos Estados democráticos de direito em contexto capitalista: o casamento entre o progresso econômico e industrial e a degradação social e ambiental.

Mas este exemplo histórico aponta ações importantes quanto à possibilidade de impor alguma limitação à expansão desenfreada das frentes agrícolas e das malhas férreas e urbanas, como por exemplo, os esforços para a demarcação do Parque Nacional do Morro do Diabo. Neste caso a principal atuação dos órgãos de governo deu-se contra grileiros, por meio da defesa do território do parque por efetivo policial e da anulação de títulos falsos usados para legitimar a ocupação de áreas sob sua exploração.

Em 1944, por meio de decreto presidencial definia – se como função do SFB "proteger e garantir a melhor utilização das florestas" (Urban, 1998:103). E, nos anos seguintes, em 1945 criava - se o primeiro 'Refúgio da Vida Silvestre' e, já em 1946 a primeira 'Floresta Nacional' (FLONA). Nos anos 1950 criou-se a Associação de Defesa

da Flora e da Fauna, e ao final da década a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN).

Em 1959 foram criados mais três parques nacionais e o Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura que veio a substituir as ações de criação de novas áreas pelo SFB, fundando novas unidades de conservação apoiados nas resoluções do Conselho Florestal Federal.

## O CÓDIGO DE 1965: ENTRE O DESENVOLVIMENTISMO E A MILITARIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL.

Segundo a ótica dos conservacionistas entrevistados por Urban (1998), o Governo Jânio Quadros foi o mais sensível às ações coordenadas do Estado para promover a conservação ambiental com justiça social. Em 1961 o então presidente inaugura o Grupo de Trabalho para elaboração do primeiro código florestal nacional, composto por técnicos florestais, engenheiros, conservacionistas e juristas. O grupo foi dissolvido com o golpe de 1964, mas seus trabalhos prosseguem através de parte de seus membros que, ocupavam cargos permanentes em algumas esferas do Estado, conseguiram levar adiante o projeto de um código florestal brasileiro para ser votado pelo Congresso Nacional.

Interrompidos pelo golpe de 1964, alguns esforços gestados desde o Governo João Goulart, conseguiram levar à votação o anteprojeto do Código Florestal Brasileiro de 1965 (Lei n. 4.771/1965) e à aprovação da Lei de Proteção à Fauna (Lei n. 5.197/1967). No mesmo ano cria-se o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

O próprio termo ‘Desenvolvimento’ indica não apenas a perspectiva produtivista e economicista sobre a natureza (reduzindo-a a florestas cuja função é garantir os estoques com objetivos de produção florestal e energética), mas explicita ao mesmo tempo a ineficácia de uma lei cuja fiscalização recai sobre o órgão que a pretende explorar – já que o IBDF nasce e cresce dentro do próprio Ministério da Agricultura. Representou para os conservacionistas uma alquimia autoritária, pois para o instituir este extinguiu todas as demais estruturas voltadas para o tema da conservação, mas mantinha seus objetivos, funcionários e instrumentos de ação: resolver os problemas de produção e comércio do mate e de madeiras, sem fragilizar os estoques nacionais, essa era a ordem.

A criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)

> foi uma alquimia autoritária, bem ao estilo da época.[...] O novo órgão tinha como atribuição 'formular a política florestal, bem como orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias a utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do país. [...] Continuava tratando da produção, comércio, exportação e importação, reflorestamento, crédito e financiamento, padronização e classificação oficial, preços mínimos, beneficiamento, dados e informações sobre madeiras. (URBAN, 1998:105)

Segundo o desembargador Osny Duarte Pereira, que presidiu em 1961 o Grupo de Trabalho responsável pelo anteprojeto de mudanças do Código de 1934, foram muitas as diferenças entre este documento e aquele aprovado na forma da Lei n. 4.711/1965, pelo congresso nacional sob o regime ditatorial militar. A exemplo das florestas de preservação permanente, que incluíam além da floresta o solo enquanto áreas de proteção permanente, que foram subtraídas da redação final por alegação dos parlamentares de que extrapolava seu objeto, as florestas, e não as demais áreas.

As unidades de conservação e as florestas nacionais representaram um avanço institucional para a demarcação de novas áreas prioritárias para a preservação ambiental, mas nos formatos previstos, fortemente baseadas nas concepções norte-americanas de meio rural e natureza reproduziam mais uma fazenda ou propriedade rural, com seus múltiplos usos, do que áreas para a proteção do patrimônio natural propriamente dito. Como contraponto, o Código de 1965 trazia as figuras das 'Reservas Biológicas' (incluindo a importância da proteção da fauna, além da flora) e os Parques de Caça (*a la* fidalguia inglesa do século XVI ao XVIII).

Ainda segundo Avzaradel (2016), o CFB de 1965 teve origem no Projeto de Lei n. 2.874, de inciativa do então Presidente da República Castelo Branco. Mas, se considerado que este PL foi elaborado por um grupo de trabalho (interdisciplinar) coordenado tecnicamente pelo Ministério da Agricultura e, se observada a Exposição de Motivos proferida pelo ministro da Agricultura à época, Hugo Leme, evidencia-se quais interesses encontram-se representados nesse processo legislativo.

Havia consonância na necessidade de delimitar e definir quais seriam as áreas de preservação florestal (e não apenas conceitua-las textualmente), evitando assim que qualquer área florestal fosse considerada pelo poder público como de preservação permanente e, consequentemente, excluída do estoque de terras e recursos naturais a serem explorados. Ao mesmo tempo, tornava-se consenso de que era necessário identificar áreas prioritárias de preservação diante dos diversos relatos

de devastação florestal e ataque aos mananciais hídricos, tanto por aspectos ecológicos (da reprodução da biodiversidade) como percepção desta enquanto elemento central da reprodução do capital e do desenvolvimento econômico.

Identifica-se aqui um dos traços marcantes da relação entre grupos dominantes e o Estado, e aqueles constitutivos de instituições políticas e ações de ordenamento jurídico no país: eles pleiteiam ações e mecanismos regulados pelo Estado para o bom andamento de suas atividades econômicas (reprodução social e do capital), como a adoção de medidas legais e sanções penais para a garantia de seus direitos de propriedade e de uso e exploração da terra, por um lado; por outro, como num pêndulo, exigem que o Estado se retire de seu papel fiscalizador e limitador dos interesses econômicos privados sobre os bens comuns e interesses coletivos que cabem a todos – não só ao Estado – proteger.

Vale destacar a relação estabelecida por este grupo de trabalho com as pressões oriundas da “sociedade” e de suas organizações, bem como daquelas originadas dentro do Congresso Nacional. A preocupação em formular um texto sem brechas para contornar o imperativo da preservação, e a concepção da lei enquanto elemento universalizante, permitia alegar a construção de direitos e deveres igualmente impostos à todos os cidadãos.

Representantes dos primeiros grupos e comissões de conservação ambiental públicos no Brasil, que participaram da elaboração da proposta de Código Florestal encaminhada ao Congresso na década de 1960, relatam os embates travados tanto internamente às Comissões quanto no parlamento. Anos de ‘chumbo’ politicamente falando, e de ‘ouro’ para a modernização da agricultura e para a política de criação de parques e reservas nacionais.

Mas é fato que o CFB de 1965 vem consolidar alguns instrumentos importantes para a preservação do patrimônio florestal brasileiro, como a instituição dos parâmetros jurídicos das áreas de proteção permanente (APP), mas também a noção de que este patrimônio é um bem comum cuja defesa se constitui em interesse público, estando em um ramo especializado do direito civil: qual seja, os direitos difusos. Para garantir a efetividade das leis de preservação ambiental, foi preciso então incorporar preceitos da racionalização da exploração florestal e demais recursos hídricos e vegetais em função de sua utilidade pública e do interesse social do qual se reveste.

Na visão dos juristas Figueiredo e Leuzinger (2000) o CFB não apenas

articula, mas subordina o direito de propriedade aos interesses comuns de todos os habitantes do país (artigo 1º do CFB, 1965) e traz o tema da preservação ambiental para dentro do direito de propriedade até então vigente. Quando da criação da Lei n. 4.771/1965, regulamentou-se sobre Área de Proteção Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) e corroborou-se o cumprimento da função socioambiental já prevista no Estatuto da Terra, desde 1964.

Não sem conflitos e disputas como ressalta Wanderbilt Duarte de Barros, representante do Ministério da Agricultura na Câmara Federal que analisou o projeto de Lei do CFB, em 1964 e 65. Segundo o engenheiro agrônomo "[...] o Código Florestal de 1934 era muito melhor, mais racional, mais aplicável. O Código de 1965 é muito restritivo" (URBAN, 1998), ao tratar de especificações sobre delimitações prévias de áreas de proteção ambiental e assinalando a incapacidade do Estado em aplicar a lei e fiscalizar seu cumprimento efetivo (URBAN, 1998). Inúmeros instrumentos e mecanismos legais foram sendo criados, atribuídos e excluídos, da legislação que versava sobre as áreas de proteção e demais questões relativas à defesa e salvaguarda do patrimônio natural. Ora fortalecendo a preservação destas áreas enfatizando a responsabilidade de proprietários no processo ora corroborando o direito de propriedade sobre áreas prioritárias a preservação ambiental atrelando-o a elementos de compensação desta responsabilização.

Osny Pereira denunciava certa orientação 'quase socialista' de algumas ideias do anteprojeto do Código de 1965, por declarar como patrimônio natural nacional e não dos proprietários de terras as florestas, a fauna e a flora existentes em áreas privadas. Assim como os animais silvestres, antes considerados de propriedade de quem os caçasse, foram tombados como patrimônio nacional[5].

Ao decretar a criação da 'reserva legal', se convencionou um mínimo a ser preservado nas áreas privadas, impondo um claro limite ao direito sobre a propriedade fundiária. Mas brechas como a imprecisão quanto à manutenção de áreas florestadas e não apenas de cobertura arbórea, permitiu uma dupla interpretação e ação sobre as

[5] A respeito da caça, ficou evidente a ambivalência dos termos da lei e de sua definição. Já se discutia e reconhecia a importância da caça de subsistência realizada pelos povos indígenas e demais habitantes das florestas que não eram grandes proprietários e que não vivam da comercialização da caça (peles e couros), especialmente na figura dos seringueiros - levados a adensar a região Amazônia nos diversos ciclos da exploração do látex nos seringais do Pará, do Amazonas e do Acre. Era sabido a necessidade de caça por essa população rural sem a sua criminalização tanto pelo Código Florestal como pelo de Caça e Pesca, mas ao cabo das discussões internas entre os técnicos e gestores da SEMA e do IBDF a caça de subsistência foi excluída do texto legal pelo risco de ser apropriada e indevidamente reivindicada por caçadores profissionais e comerciais (URBAN, 1998, p. 250).

áreas.

A despeito das manifestações dos pesquisadores de Manguinhos (FIOCRUZ), foi permitida a substituição de floresta nativa por florestas plantadas (pinus e eucaliptos), prevalecendo a pressão do setor madeireiro no texto final do Código de 1964, em seu artigo 19. Assim, a manutenção dos impostos sobre as áreas protegidas dentro das propriedades privadas inicialmente previstas pelo Código de 1965 (e que atribuía a responsabilidade da proteção ao proprietário) foi logo revertida sob o argumento da inexequibilidade da lei e do ônus que recaía sobre o proprietário pela não exploração de determinadas áreas, ficando isentas as áreas de preservação permanente, permitindo o replantio dessas áreas em caso de uso ou degradação com culturas de produção (como frutíferas e pinus) em lugar de espécies nativas. Desta política de reflorestamento surgiram as áreas de culturas e plantios permanentes, como as macieiras e os cajueiros, dentre outros.

Com o avanço da industrialização e quimificação da agricultura, segundo o contexto da modernização conservadora que atravessou o País nos anos ditatoriais, eclodiram ações de caráter autoritário e centralizador também no âmbito das políticas ambientais. Como parte dos planos de desenvolvimento nacional, anteviam a criação de territórios protegidos, como mecanismo de compensação aos danos ambientais já previstos pelos empreendimentos (geralmente ligados às áreas de infraestrutura, como rodovias, barragens, parques industriais, atividades primárias intensivas de extração mineral e petróleo). É conhecido o lugar ocupado pelas iniciativas preservacionistas no âmbito das estratégias desenvolvimentistas adotadas pelos governos civis e militares no Brasil, menos como mecanismos de compensação aos danos ambientais causados pelos grandes empreendimentos do que como resposta às pressões internacionais sobre a devastação da Amazônia (Sevá, 2009).

Os anos 1970 atravessam o tema ambiental, da mesma forma pendular e oscilante, entre as necessidades de preservação dos estoques florestais, hídricos e minerais, e as pressões nacionais e internacionais crescentes sobre a devastação da Mata Atlântica e o prenúncio do mesmo processo na Amazônia. O UNDP/FAO apontava o despreparo institucional, financeiro e profissional para atender os objetivos do Código Florestal, que diante do extenso território nacional tinha dez vezes menos recursos financeiros que o Instituto Brasileiro do Café e três vezes menos que a CEPLAC. Sem apoio técnico e político “[...] as pretensões do decreto de criação do próprio IBDF não encontraram eco na realidade” (URBAN, 1998:105).

Em 1974 cria-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente, vinculada à Presidência da República, com autonomia frente ao Ministério da Agricultura. No bojo dessa nova institucionalidade emerge a figura das 'estações ecológicas', que tratavam áreas prioritárias para a conservação, sobretudo como objeto de pesquisas científicas, através do que angariava a simpatia e a legitimidade junto às esferas de poder. As ações da SEMA incorporaram mais de 13 milhões de hectares postos sob a tutela do Governo Federal em nome da proteção ambiental.

Concomitantemente, coube ao Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza, sediado no IBDF, garantir a conservação dos recursos naturais renováveis, através da Divisão de Proteção à Natureza (voltada especificamente para a gestão de parques e reservas ecológicas), alcançando entre 1971 e 1989, por meio de muitas pressões frente ao governo federal, a criação de 20 novos parques nacionais – totalizando já na ocasião18,5 milhões de hectares sob proteção ambiental no país.

Anos de ouro e de chumbo para a conservação e a proteção ambiental no Brasil! Segundo Maria Tereza Pádua não havia interesse em preservar a natureza, nem pelos fazendeiros (orientados pelo interesse econômico imediato do lucro), e se quer pelo empenho governamental. Por sua vez, os conservacionistas eram tratados geralmente como 'poetas', no melhor dos casos, ou como subversivos, por posições controversas quanto ao processo de desenvolvimento em curso.

Dois outros elementos têm lugar em meio às análises dessa ambivalência e dubiedade das ações do Estado frente à questão da preservação ambiental no país, os quais nos remetem aos traços estruturantes da prática política, corrente. O primeiro deles concerne os relatos de ambientalistas que reivindicavam para si grande parte das conquistas obtidas na ocasião alegando que eram fruto de influências pessoais e de relações anteriores ao regime militar permitindo de alguma forma acessar o poder do Estado e sensibilizá-lo em prol da causa ambiental (ainda que lançando mão de argumentos técnicos de ordem ecológica e sanitária, ou políticos sobre a imagem do Brasil no mundo) (URBAN, 1998: 251). Ainda sobre o IBDF, Alceo Magnanini declara que os incentivos fiscais moldaram a cultura organizacional e a mentalidade do IBDF, corroborando a leitura de Maria Tereza "[...] criado para fazer face aos incentivos fiscais [abertos pelo governo militar em 1966] para o reflorestamento enquanto negócio. Portanto um sistema corrupto organizado para ser corrupto (URBAN, 1998: 254).

O segundo elemento é a conversão de capitais (BOURDIEU, 2005):

certamente a presença de conservacionistas dentro das Forças Armadas e que compunham as comissões legislativas e/ou departamentos do IBDF ou da SEMA, como o Almirante Ibsen Pinheiro, foram imprescindíveis para que fossem ouvidas a opinião de cientistas, movimentos sociais e as pressões internacionais pela preservação do patrimônio natural existente no Brasil. (URBAN, 1998: 251-252). Do mesmo modo, no revés da moeda, a permanência de servidores dos antigos INP e INM perpetuaram formas de ação tanto de inspiração desenvolvimentista quanto de práticas coronelistas e clientelistas atuantes nesses órgãos ambientais, por mais novos ou renovados que fossem...

Durante o regime militar quando foram criadas mais áreas de proteção sob a tutela do Estado. Entre 1966 e 1986 consolidou-se a política de proteção à natureza sob a forma de 'Unidades de Conservação' de uso indireto. Assim no curso do Governo Figueiredo, o Ministro da Agricultura Alison Paulinelli, substituiu Alceo Magnanini na diretoria de áreas protegidas por Celso Soares de Castro, especialista na produção algodoeira era portanto um legítimo representante do empresariado rural:

> O ministro da Agricultura era Allison Paulinelli - amigo meu até hoje – e ele substituiu Alceo Magnanini na diretoria por Celso Soares de Castro, um especialista em algodão. Alceo e eu ficamos muito revoltados quando isso aconteceu, mas ele foi um homem fundamental, porque era amicíssimo do Ministro. Então, os recursos eram liberados com muita facilidade (Entrevista com Maria Tereza Jorge Pádua, In: URBAN, 1998: 260).

Aflora sob esses registros o pêso das relações pessoais no quadro institucional, bem como afloram com maior nitidez as disputas entre ambientalistas e gestores/administradores, sendo que estes primavam (ao menos em termos retóricos) pela implantação das UC's e demais áreas protegidas já existentes, ao invés decriar novas. "[...] Enquanto regularizavam as unidades já criadas, o resto era destruído" (Entrevista com Alceo Magnanini In:URBAN, 1998: 261).

Em linhas gerais o IBDF operou à mingua até meados dos anos 1970, com equipe reduzidíssima e práticas e estruturas viciadas. Após Estocolmo as coisas mudaram um pouco de figura e com a criação da SEMA, passa a operar com maior efetividade. Havia ainda o entendimento de que cabia ao IBDF operar de forma mais autônoma e arrojada; porém, ao invés disso eram indicadas novas áreas prioritárias para a preservação ainda que não se criassem nem regulamentassem de fato novas áreas protegidas. Segundo Magnanini, a política esvaziava o conteúdo e a

legitimidade das políticas de proteção ambiental, já que tanto o IBDF quanto os instrumentos de desapropriação de áreas para sua incorporação como UC's dependiam do Ministério da Agricultura, historicamente ocupado e comandado pelos interesses ruralistas (URBAN, 1998: 262).

## REFERÊNCIAS


AVZARADEL, Pedro Curvello Saavedra. Novo Código Florestal: enchentes e crise hídrica no Brasil, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FIGUEIREDO, G. J. P. de; LEUZINGER, M. D. Anotações acerca do Processo Legislativo de Reforma do Código Florestal. Disponível em: <http://www.ibap.org.direitoambiental/artigos.html>.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SEVÁ F, Arsênio Oswaldo. Crise Ambiental, condições de vida e lutas sociais: dilemas da passagem dos séculos XX-XXI. Reforma Agrária em Debate: Cadernos da Associação Brasileira de Reforma Agrária, 1993.

TUDE SEVÁ, Janaína. A mão que afaga é a mesma que apedreja: preservando a natureza que é possível! Propriedade da terra, classes dominantes e representação política no Brasil contemporâneo – a reforma do Código Florestal Brasileiro de 1965. Tese de Doutorado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro/Seropédica: 2016.

URBAN, Teresa. Saudades do matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: UFPR, 1998.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# O Ajuste Fiscal e a Expansão do Agronegócio sob a égide do Capital Financeiro

Ilena Felipe Barros[1]
Kleber Andolfato de Oliveira[2]

**GT 03:** Posse, ocupação, propriedade privada da terra e regularização fundiária: diálogos sobre os instrumentos de dominação e concentração e as estratégias de democratização de terras.

**RESUMO**

O presente artigo discute o ajuste fiscal e a expansão do agronegócio num contexto de neoliberalismo e capital financeiro. A metodologia da pesquisa abrangeu estudo bibliográfico e pesquisa documental; como também estudos sobre agroecologia como uma alternativa de superação do capital no campo. No âmbito da pesquisa, constatou-se a gradativa redução dos recursos e dos investimentos nas políticas sociais, especialmente, na reforma agrária e agricultura familiar; resultando em desmonte, fragilização e ressignificação da presença do Estado nas políticas sociais. Ao debruçar-se sobre os dados, ficou nítido a prioridade do Governo Federal em investir na produção de *commodities* em detrimento da agricultura familiar e, consequentemente a consolidação do agrohidronegócio no Brasil.

Palavras-chave: ajuste fiscal; agronegócio; agroecologia.

## INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte das análises desenvolvidas no âmbito da pesquisa "A política de reforma agrária no contexto do ajuste fiscal", realizada pela autora, que

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Norte; ilena.felipe@ufrn.br
[2] Universidade Federal do Acre; kleber.oliveira@ufac.br

está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Social, Política Social e Serviço Social, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; e dos estudos desenvolvidos no Laboratório de Agroecologia, coordenado pelo autor, que faz parte do Centro Multidisciplinar, da Universidade Federal do Acre, funcionando no Campus Floresta em Cruzeiro do Sul/AC.

O objetivo é analisar as implicações do ajuste fiscal na efetivação da política de reforma agrária e a expansão do agronegócio; assim como reforçar a necessidade de investimento em políticas públicas de produção agroecológica. Para isso, foram realizados estudo do PPA 2016/2019, debruçando-se sobre os objetivos, metas e orçamento do Programa 2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária que realiza e materializa a Política de Reforma Agrária. Ressalta-se também, os estudos sobre agroecologia como uma alternativa para produção de alimentos saudáveis, a construção da soberania alimentar e o enfrentamento do capital no campo.

Dessa forma, os estudos evidenciaram que a política de reforma agrária sofreu uma série de modificações orçamentárias, redimensionando metas, projetos e programas executados para as populações rurais. Isso, expressa o ajuste fiscal sobre as políticas sociais, desmontando os serviços públicos e precarizando a vida do povo no campo brasileiro. Por outro lado, o ajuste articula-se com as estratégias de expansão e consolidação do agrohidronegócio, que se apropria dos bens da natureza, deixando um lastro de desigualdades sociais e fome.

## DESENVOLVIMENTO

Para analisar os impactos do ajuste fiscal sobre as políticas sociais, especialmente na política de reforma agrária, faz-se necessário debruçar-se, mesmo que de forma breve, sobre a crise estrutural do capital e seus impactos destrutivos sobre a realidade brasileira, percebendo as contradições do desenvolvimento capitalista, na sua fase de financeirização.

Desde o acordo de Bretton Woods, a economia global vem se transformando e impactando os países pobres, dado os parâmetros de acumulação do capital e exploração da força de trabalho e dos recursos naturais impostos ao desenvolvimento dos países pobres. Essa expansão da política econômica global tem intensificado o aumento da dívida externa dos países que contraíram empréstimos com os organismos multilateriais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), como

argumento para auxiliar no desenvolvimento interno. Daí, o ajuste fiscal foi atribuído para amenizar a dívida pública, minando as políticas setoriais, o fundo público e a prioridade em privatização de empresas estatais, propiciando a avanço do capital internacional.

> [...] No contexto da financeirização do capitalismo, da hegemonia do capital portador de juros com apoio dos Estados nacionais, e de crise estrutural desse modo de produção e reprodução social, a dívida pública se torna um mecanismo fundamental de punção da riqueza socialmente produzida, engendrando também a expropriação de direitos, por meio da captura, da punção do fundo público [...]. (BERING, 2017, p.10)

Mészáros (2002) apresenta o significado da atual crise do capitalismo como destrutiva e estrutural, apontando um conjunto de estratégias e ações para repor as taxas de lucro do capital, representando a destruição dos recursos naturais e de segmentos populacionais mais vulneráveis, que são expropriados de seus territórios e inseridos em condições de extrema pobreza. É uma "crise estrutural do sistema metabólico do capital" que afeta todas as esferas de produção e reprodução social e da vida em sociedade.

Mészáros (2002, p. 796), ainda, enumera quatro aspectos da crise do capital pós-1970 que denominou como “crise estrutural”: 1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc.); 2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); 3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; 4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na ‘administração da crise’ e no ‘deslocamento’ mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. (Polese, 2016)

No auge dessa crise, a extração do sobretrabalho eleva-se a patamares de

crueldade absoluta, retomando as experiências do trabalho escravo, presente nas sociedades desde a era do escravismo; ao mesmo tempo que milhares de seres humanos vivem em miséria, convivendo com a fome; doenças; sem renda; sem moradia ou terra; sem água potável; etc. Como expressa Mézsaros (2002, p.801) “ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões desperdiçados”.

Na esteira do processo de implantação e consolidação do neoliberalismo, foram realizadas mudanças para enfrentar a crise de acumulação e hegemonia do capitalismo, vividas desde a década de 1970. Essa estratégia de dominação do capital, necessitava da participação ativa do Estado, ancorado na rentabilidade financeira e no fundo público.

> Ao Estado, coube promover um conjunto de mudanças para reorganizar o ordenamento jurídico e político de modo a dar conta das demandas burguesas que emergem nesse contexto e seguir com sua tarefa de garantir as condições de acumulação capitalista, as quais ganham especificidades neste momento histórico. Sendo assim, a dificuldade de retomar as taxas de crescimento para embasar a lucratividade vai levando a uma captura do fundo público cada vez mais intensa, especialmente nos países dependentes, dando uma importância crescente ao debate da dívida pública. (BRETTAS, 2017, p. 24)

O processo de mundialização do capital propiciou a concentração e centralização de riquezas e capitais, já iniciado na fase imperialista e monopolista do capitalismo moderno no século XX. Brettas (2020), reflete esse desenvolvimento do capital e sua apropriação dos Estados nacionais.

> concentração, centralização e internacionalização do capital, que tem no aumento das disputas interimperialistas e no desenvolvimento desigual e combinado a expressão do movimento do capital na busca da mais-valia extraordinária. Nesta fase, o poder político-militar, aliado ao econômico, busca alargar as fronteiras da acumulação, intensificando as desigualdades e recheando de novas e contraditórias determinações o desenvolvimento capitalista. (BRETTAS, 2020, p. 37)

No Brasil, o ajuste fiscal tem se configurado como um processo de captura dos recursos públicos, sobretudo do orçamento público, que passa a ser apropriado pelo capital portador de juros. (SALVADOR, 2017). As bases deste processo se situam no

ano de 1994 quando da implementação do plano real que foi ancorado em três elementos: a) política monetária baseada em altos índices de juros; b) política de câmbio sem controle para entrada de investimentos estrangeiros no país e; c) política fiscal baseada no superávit primário. Sendo assim, a política fiscal é direcionada a criação do superávit primário, conforme fora recomendada pelo chamado “Consenso de Washington”, compreendendo medidas de ajuste e de limitação da intervenção do Estado como solução para o endividamento público, para os elevados índices inflacionários e para a estagnação econômica dos países de baixo desenvolvimento.

Dessa forma, a década de 1990 foi caracterizada pela "retração dos investimentos públicos no campo social, seu reordenamento e pela crescente subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora" (YAZBEK, 2012, p. 303). As medidas que vão reforçar essa drenagem de recursos do fundo público[3] para o capital financeiro, estão presentes na agenda pública, tais como “a privatização, a reforma da Previdência e as mudanças na legislação e no trato orçamentário estão entre os ajustes implementados para “modernizar” o país com o suposto objetivo de reorganizar as contas públicas” (BRETTAS, 2017, p. 24)

A implementação das políticas de austeridade fiscal está articulada aos seguintes eixos: a) adoção de uma política de ajuste fiscal permanente que possibilita a retirada crescente de direitos sociais das classes trabalhadoras; b) estímulo para o capital privado, via isenções fiscais para empresas especialmente na privatização de serviços ligados à saúde e educação c) ampliação da política de crédito - com foco no cidadão consumidor, aliado a transferência de renda para os setores mais subalternizados da sociedade.

Ao debruçar-se sobre o PPA (2016/2019), no Programa 2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária, observou-se a presença do ajuste fiscal como estratégia de desmonte da Política de Reforma Agrária, o que pode ser demonstrado na tabela abaixo. Ao observar a tabela, verifica-se que há distâncias entre os valores de dotação final e os valores pagos; sendo o valor reduzido em mais de 50%, a cada ano.

Tabela 01 – Execução Orçamentária do Programa 2066 - Reforma Agrária e

[3] Fundo Público o conjunto de recursos que o Estado mobiliza, que extrai da sociedade, na forma de taxas, contribuições, impostos, etc., para o desempenho de suas funções. (Bering 2017, p11)

Governança Fundiária do PPA (2016/2019)

| Ano | Dotação Final | Empenhado | Liquidado | Pago |
|---|---|---|---|---|
| 2016 | 2.064.237.564,64 | 784.883.592,95 | 540.684.910,48 | 533.962.234,62 |
| 2017 | 1.352.409.202,61 | 1.021.453.961,84 | 415.207.871,95 | 410.214.049,81 |
| 2018 | 1.052.197.922,23 | 985.940.054,02 | 557.767.743,17 | 531.421.061,11 |
| 2019 | 998.210.043,00 | 945.755.925,27 | 453.552.645,38 | 237.867.831,38 |

Fonte: SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Inclui todos os objetivos e ações orçamentárias do Programa 2066, nos exercícios 2016 - 2019.

O estudo sobre o orçamento da Política de Reforma Agrária, reforça a tendência da manutenção da estrutura fundiária do Brasil, concentrada em poder de fazendeiros/latifundiários tradicionais das regiões; empresas privadas brasileiras e empresas transnacionais para produção de *commodities*. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, os estabelecimentos rurais de até 50 hectares totalizam 81,4% de todas as terras rurais produtivas, porém correspondem apenas a 12,8% de toda a área rural ocupada. Todavia, as propriedades com mais de 1.000 hectares tomam quase metade de toda a área rural, equivalendo a 1% dos estabelecimentos rurais. (IBGE, 2017)

Esse movimento de expansão do capital financeiro sobre todos os setores da economia, também está presente na agricultura, impulsionando conflitos e disputas entre dois modelos de agricultura, presentes no cenário brasileiro. De um lado o agronegócio ou *agribusines*, representado pela burguesia agrária e articulado ao capital financeiro internacional; e do outro a agricultura camponesa com base na produção agroecológica de alimentos, sustentada pelos/as trabalhadores/as rurais assentados, sitiantes, posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros, pequenos produtores rurais e comunidades tradicionais. O desenvolvimento do capital financeiro na agricultura se expressa a partir da modernização conservadora realizada na década de 1970, com a instalação das bases para a produção agrícola de *commodities*, em escala global, sob a égide do mercado e da acumulação em áreas de agronegócio na atualidade.

Nas últimas décadas, a agricultura em todo mundo tem sofrido as incursões do capital financeiro no sentido de produzir em escala global sob as regras do mercado e da acumulação. No caso específico da agricultura, o capital financeiro tem controlado a produção e a comercialização dos produtos agrícolas. Destaca-se nesse

cenário a aquisição de empresas de diferentes ramos da produção agrícola, por bancos com os excedentes do capital financeiro. Isso acarretou um crescimento surpreendente dessas empresas que tiveram um investimento de um capital acumulado que estava fora dos processos agrícolas, contribuindo para dominarem a produção, o comércio, os insumos, as máquinas agrícolas, os medicamentos, os agrotóxicos, as ferramentas, etc. Em segundo lugar, essas empresas, fortalecidas pelo capital financeiro e favorecidas pela dolarização da economia mundial, entraram nas economias nacionais e adquiriram as empresas e a produção agrícola local. Outra forma de controle utilizada pelo capital financeiro tem sido às normas e regras impostas pelas IFMs (especialmente o Banco Mundial, FMI e OMC) quanto à produção e comércio agrícola, obedecendo aos interesses das grandes empresas e obrigando os governos locais a liberar o comércio dos produtos.

Nessa dinâmica do capital financeiro na agricultura, há, ainda, uma forte dependência quanto ao crédito bancário e à industrialização. Esses créditos financiam o domínio da agricultura pela indústria em todo mundo. Nessa lógica globalizada, os governos locais diminuíram ou praticamente abandonaram as políticas públicas de comércio local e para agricultura camponesa de base familiar. Os governos liberaram os mercados nacionais e executaram as políticas de ajuste estrutural do neoliberalismo em favor das grandes transnacionais, através de isenções fiscais nas importações e exportações e taxas de juros favoráveis ao modelo de agricultura capitalista.

Com a crise do capital em 2008, os investimentos mais significativos para os grandes grupos econômicos foram aplicar seus capitais voláteis em ativos fixos como terra, minério, matéria-prima agrícola, água, território rico em biodiversidade e em produção de energias renováveis, como usinas de etanol e hidroelétricas.

Sob a hegemonia do capital financeiro, as empresas transnacionais concentraram o controle da produção e do comércio de produtos agrícolas, principalmente a agroindústria de soja, milho, cana-de-açúcar e laticínios e o monocultivo de eucalipto para celulose e carvão (siderurgia). Esse controle favoreceu o aumento dos preços dos produtos agrícolas e dos insumos em âmbito mundial, obtendo lucros extraordinários e conseqüentemente, gerando a falência de pequenos e médios produtores locais que não conseguem produzir no mesmo padrão imposto pelas empresas capitalistas. A concentração da produção agrícola atinge um pequeno número de proprietários de terra articulados com as empresas.

Nas reflexões de Delgado (2012),

> [...] a agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio, volta às prioridades da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna. Isto ocorre depois de forte desmontagem dos instrumentos de fomento agrícola no período precedente (anos 1990), incluindo crédito rural, os preços e garantia, o investimento em pesquisa, e o investimento em infraestrutura comercial — a exemplo dos serviços agropecuários, dos portos, da malha viária, etc. Isto tudo, aliado à relativa desvantagem do país no comércio internacional durante o período do Real sobrevalorizado, adiou o relançamento da economia do agronegócio para o início do século XXI. (DELGADO, 2012, p. 93-94)

Os governos brasileiros vêm sistematicamente criando às condições macroeconômicas favoráveis a expansão do agrohidronegócio, proporcionando a aliança da propriedade fundiária com o capital financeiro, de modo a ampliar e proteger as terras improdutivas para futuras transações e acumulação do capital, o que impede a reforma agrária.

A partir de 2008, a crise internacional afeta a economia brasileira pela enorme fuga de capital e altera a política econômica, forçando modificações do sistema cambial. A política de comércio exterior se transforma e a estratégia encontrada é gerar saldos comerciais e suprir o déficit da conta corrente. Volta-se então, para investimento em exportações de produtos agrícolas e minerais. Dessa forma, a agricultura capitalista, sob a forma do agronegócio, é fundamental para capturar o excedente econômico e recuperar a economia brasileira.

Essa lógica de reprodução do capital no campo, que se desenvolve no controle da produção agrícola, nos insumos e na expansão dos produtos para exportação só foi possível, em função da aliança que se produziu entre as empresas multinacionais com os fazendeiros e grandes proprietários de terra. Os fazendeiros se associam subordinadamente às corporações do capital financeiro e dispõem de grandes extensões de terra, da depredação do meio ambiente e da super exploração do trabalho agrícola, muitas vezes com uso da força de trabalho em condições análogas ao trabalho escravo. Exemplo disso são as empresas estabelecidas no Brasil produtoras de cana-de-açúcar, fruticultura, soja, pecuária, arroz, etc.

Por outro lado, a política de reforma agrária não tem sido prioridade para os Governos Federais, especialmente a partir de 2016, com o golpe que afasta a Presidenta Dilma Roussef do Governo Federal. A reforma agrária é uma política de

Estado, em que a Constituição determina que o governo desaproprie todas as grandes propriedades improdutivas que não cumpre função social, que tenham trabalho escravo, crimes ambientais, grilagem, contrabando e plantas psicotrópicas; e as distribuam aos trabalhadores/as rurais sem terra. Não fazer reforma agrária é descumprir a Lei, que eles dizem defender. Não fazer reforma agrária é aumentar a concentração do latifúndio, da pobreza e agudizar a desigualdade social na sociedade brasileira.

O golpe jurídico, midiático e parlamentar que provocou o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016 e a ascensão de um grupo de ultradireita ao poder, transformou o ajuste fiscal em algo estrutural da agenda governamental. Exemplo disso é a Emenda Constitucional nº 95 de 2016 instituiu um Novo Regime Fiscal (NRF), limitando por 20 anos os gastos correntes do governo, incidindo diretamente sobre a execução das políticas sociais, especialmente educação, saúde, reforma agrária, moradia popular, entre outras. Essa conjuntura se acirra quando se elege um governo neoliberal de extrema direita, em 2019.

Assim, fica explícito que a política de Reforma Agrária sofre uma paralisação, diminuindo a número de desapropriações das áreas que não cumprem sua função social e penalizando centenas de famílias que necessitam de terra para trabalhar. A formação e estruturação de assentamentos rurais, articuladas com outras políticas sociais de fortalecimento da agricultura familiar são cruciais para vencer o quadro de pobreza no campo. E ainda, nota-se a prioridade dos sucessivos governos federais em investir na legislação que propicie a instalação de complexos agroindustriais de empresas transnacionais para produção de commodities, inclusive, em territórios indígenas e quilombolas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse processo, faz-se necessário investir em uma produção de alimentos saudáveis, que respeita o meio ambiente, as culturas e territórios dos povos originários, a sabedoria ancestral e o cuidado com a “mãe” natureza. Os movimentos sociais no campo têm investido em experiências de produção agroecológica, chamando atenção da sociedade para o modelo destrutivo do capital sobre os bens naturais. A agroecologia tem emergido como uma alternativa ao modelo conservador e convencional de agricultura, buscando conciliar o desenvolvimento agrícola com a preservação dos recursos naturais e a promoção da sustentabilidade.

Como foi visto, a agricultura capitalista e convencional, baseada no uso intensivo de insumos químicos como fertilizantes sintéticos e pesticidas; além do monocultivo e mecanização, tem causado sérios danos ambientais, como a degradação do solo, a contaminação de recursos hídricos e a perda de biodiversidade (GLIESSMAN, 2022). Sabe-se que essa abordagem agrícola tem impactos negativos significativos para o meio ambiente e a saúde humana.

Nesse contexto, a agroecologia surge como uma resposta sustentável, pautada por princípios como a diversificação de culturas, a rotação de culturas, o uso consciente de recursos naturais, a integração entre os sistemas produtivos e a valorização dos conhecimentos tradicionais (ALTIERI, 2018). Essa abordagem procura promover a saúde do solo, a biodiversidade, o bem-estar econômico dos agricultores e a segurança alimentar das comunidades rurais. A diversificação de culturas, por exemplo, favorece a proteção contra pragas e doenças, reduzindo a dependência de agrotóxicos químicos (MONTGOMERY, 2017).

Um dos aspectos fundamentais da agroecologia é sua ênfase na inclusão social e no empoderamento dos agricultores (HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, 2011). Por meio da participação ativa dos/as agricultores/as e da valorização dos saberes locais, a agroecologia fortalece a agricultura familiar e contribui para a geração de renda e emprego nas comunidades rurais. Esse aspecto é crucial para o desenvolvimento socioeconômico das regiões rurais, especialmente em países em desenvolvimento.

A agroecologia também é uma alternativa viável do ponto de vista econômico. Embora exija um maior conhecimento técnico por parte dos/as agricultores/as, ela pode resultar em uma produção sustentável de alimentos, com redução dos custos de insumos, mais eficiência energética e maior rentabilidade no médio e longo prazo.

A transição para a agroecologia implica uma mudança de paradigma, exigindo o apoio e a cooperação de governos, organizações e sociedade civil (WEZEL et al., 2009). Além disso, a capacitação técnica, o acesso a créditos e subsídios, bem como a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas são fundamentais para a disseminação da agroecologia e sua viabilidade econômica.

É diante desse contexto desafiador, que exige muita organização política dos movimentos sociais do campo para luta por reforma agrária camponesa e popular, que tenha a agroecologia como padrão produtivo, contribuindo para uma vida melhor para os povos da floresta, das águas e da terra.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. Agroecology: the science of sustainable agriculture. CRC Press, 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. PPA 2016 – 2019: Relatório anual de avaliação - Ano-Base 2016. Brasília: MPOG, 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. PPA 2016 – 2019: Relatório anual de avaliação - Ano-Base 2017. Brasília: MPOG, 2018.

BRASIL. Ministério da Economia. PPA 2016 – 2019: relatório anual de avaliação - Ano-Base 2018. Brasília: Ministério da Economia, 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Relatório Anual de Avaliação PPA 2016 – 2019: Ano-Base 2019. Brasília: Ministério da Economia, 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. A Dívida e o calvário do Fundo Público. IN: Revista Advir. Revista da Associação dos docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017). Rio de Janeiro: ASDUERJ, 2017.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública, interesses privados: a hegemonia rentista e o fundo público brasileiro no neoliberalismo. In: Revista Advir. Revista da Associação dos docentes da Universidade do estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017). Rio de Janeiro: ASDUERJ, 2017.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

GLIESSMAN, Stephen R. et al. Agroecology: Leading the transformation to a just and sustainable food system. CRC Press, 2022.

HOLT GIMÉNEZ, Eric; SHATTUCK, Annie. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation?. The Journal of peasant studies, v. 38, n. 1, p. 109-144, 2011.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. Brasília, 2017.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo. 2002.

MONTGOMERY, David R. Growing a revolution: bringing our soil back to life. WW Norton & Company, 2017.

SALVADOR, Evilásio. A desvinculamentação dos recursos orçamentários em tempos de ajuste fiscal. In: Revista Advir. Revista da Associação dos docentes da Universidade do estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017). Rio de Janeiro: ASDUERJ, 2017.

POLESE, Pablo. Que tipo de crise? István Mészáros e a crise estrutural do sistema do capital. Revista Em Pauta. Rio de Janeiro - 1o Semestre de 2016 - n. 37, v. 14, p. 40 – 60

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

WEZEL, Alexander et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. Agronomy for sustainable development, v. 29, p. 503-515, 2009.

# MUJERES RURALES EN COLOMBIA, SITUACIÓN Y ENFOQUE EN LA POLÍTICA DE RESTITUCIÓN DE TIERRAS.

Lynda Mayerli Ospina Rengifo[1]
Valdemar João Wesz Junior[2]

**GT 3**: Posse, ocupação, propriedade privada da terra e regularização fundiária: diálogos sobre os instrumentos de dominação e concentração e as estratégias de democratização de terras.

## RESUMEN

El objetivo del presente trabajo es analizar el programa de Restitución de Tierras desde su enfoque de género y la situación actual de las mujeres rurales en Colombia. La metodología parte de una revisión bibliográfica sobre informes del estado y las características de la mujer rural, así como datos divulgados por DANE y Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural, los resultados indican que la situación actual de la mujer rural está enmarcada por la vulnerabilidad y la desigualdad en la propiedad de la tierra, en ese sentido, los marcos legales que buscan garantizar sus derechos son el resultado de luchas sociales de más de 30 años en contextos de violencia y que hoy intentan ser implementados de manera transversal como es el Programa Mujeres, implementado al interior de la política de Restitución de Tierras, como mecanismo de atención restaurativa que consagra la ley para las víctimas del conflicto armado.

Palabras clave: Restitución de tierras, despojo, mujer rural, política pública.

[1]Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento. Universidade Federal da Integração Latino- Americana UNILA. Foz do Iguaçu. Paraná. Brasil. E-mail: lmo.rengifo.2018@aluno.unila.edu.br.
[2]Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor adjunto da Universidade Federal da Integração Latino – Americana UNILA. Foz do Iguaçu. Paraná. Brasil. E-mail: valdemar.junior@unila.edu.br

**INTRODUCCIÓN**

Las discusiones y estudios sobre las desigualdades en el espacio rural latinoamericano, se realizan en medio de importantes limitaciones. Para el caso de la distribución de la tierra, si bien existen estudios que proporcionan información detallada sobre el acaparamiento y su distribución, los datos cuantitativos existentes no permiten realizar análisis comparativos desde una escala regional, según Deere (2019), esto se debe a que los procesos censales son afectados por factores políticos, económicos, y metodológicos. Por una parte, existe un proceso de representación en las instancias políticas de sectores como los grandes propietarios, que terminan por influenciar la frecuencia y periodicidad de los censos agropecuarios nacionales, de otro lado, es probable que existan sesgos metodológicos que redunden en la calidad de la información que se obtiene a través de estos, lo que dificulta la realización de análisis sobre la distribución de los recursos, así como cuestiones más específicas, como los estudios sobre género y desigualdad rural.

Aun con esto, estimaciones como las realizadas por OXFAM (2016), dan muestra de las desigualdades en relación a este aspecto en los países latino-Americanos, pues más del 50% de la tierra cultivable, se encuentra concentrada en el 1% de las propiedades rurales, siendo especialmente alto para los países sudamericanos, donde el coeficiente de Gini para la distribución de la tierra alcanzó el 0,85, calculado a partir de informaciones obtenidas en un periodo de entre 1984 a 2008 en 10 países suramericanos (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela).

Los censos agropecuarios, las encuestas nacionales agropecuarias, así como otras formas de recolección de información, vistos desde una perspectiva de género, proporcionan datos que se limitan al sexo del productor principal (LEON, 2011), en este sentido, las aproximaciones desarrolladas por Deere (2019), para 16 países latinoamericanos con datos de los censos entre 2001 y 2017, muestran que la gestión de la unidad de producción por la mujer varía entre el 8% y cerca de un 30%. Además el análisis de la autora, realizado a partir de la comparación de datos de 8 países en dos periodos de tiempo diferentes donde se incluyera la variable del sexo en sus productores principales, muestra un aumento notable en Brasil, Chile, Nicaragua, Paraguay y Perú.

Frente a estas cifras es importante considerar que la forma en que se conduce una entrevista, puede influir en la subestimación de la mujer y su papel en la gestión principal de la unidad rural o de manera conjunta con algún miembro masculino del hogar, frente a esto León (2011),

apunta que debido a las normas de género predominantes, las mujeres que se identifican como agricultoras principales de una parcela de tierra que les pertenece, lo hacen porque son propietarias de la misma, y esto según la misma autora encuentra razón en que la consideración sobre la agricultura como una actividad principalmente masculina, hace que al responder un cuestionario censal la declaración como propietarias o agricultora principal se da especialmente cuando no reside ningún adulto masculino en el hogar.

En Colombia, las mujeres rurales no son ajenas a estas construcciones sociales de género, que se ven aún más intensas en contextos determinados por cuestiones políticas complejas como el conflicto armado, el cual cuenta con un carácter ciertamente rural, que se ha visto reflejado en las últimas décadas a través de fenómenos como el despojo de tierras, lo que finalmente contribuye a la profundización de las desigualdades no sólo en términos de dominio sobre la propiedad rural, sino en acceso a servicios básicos, educación, y el ejercicio de las voluntades.

En este sentido, el objetivo del presente trabajo es analizar el programa de Restitución de Tierras desde su enfoque de género y la situación actual de las mujeres rurales en Colombia. Para alcanzar este objetivo, la metodología incluye revisión bibliográfica de informes y estudios sobre el estado y las características de la mujer rural, así como datos divulgados por DANE y Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural. Finalmente este trabajo se estructura en tres partes; la primera describe la situación socioeconómica actual de las mujeres rurales en Colombia a partir de datos estadísticos. En la segunda parte se realiza una revisión de la ley de la mujer rural y sus principales precedentes. Finalmente, la tercera parte, analiza brevemente el proceso de restitución de tierras en Colombia con enfoque en la mujer rural.

## CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS DE LA MUJER RURAL EN COLOMBIA.

La población rural en Colombia alcanza los 12. 250. 647 personas, es decir el 23,8% de la población nacional, y de este porcentaje el 48,2% son mujeres (DANE, 2022a). Casi una tercera parte de estas mujeres se auto reconocen dentro de algún grupo étnico, como indígenas (13,2%), negras, mulatas, afrodescendientes o afrocolombianas (11,1%), y se localizan principalmente en los departamentos de Antioquia, Cauca, Nariño, Córdoba y Cundinamarca (DANE, 2022a). Las mujeres desempeñan un papel crucial en términos de producción agrícola y alimentaria, pues representan cerca de la mitad de los agricultores familiares del país, sin embargo conviven con desigualdades con respectos a los hombres en las áreas rurales y las

demás mujeres que habitan los espacios urbanos. La composición de los hogares rurales reflejan la reproducción de la lógica patriarcal de la familia rural, pues los 3,8 millones de hogares, son encabezados en su mayoría por hombres (68,4%), sin embargo del porcentaje de hogares con jefatura femenina (31,6%), el 68,8% (816.000 hogares) corresponde a familias donde la jefa de familia no tiene cónyuge, y de este porcentual cerca de la mitad tiene hijos menores de 18 años a cargo (DANE, 2022a), en este sentido, las mujeres realizan una cantidad significativa de trabajo en actividades de cuidado familiar, que tradicionalmente no es remunerado. En términos de acceso al mercado de trabajo, no es diferente, las mujeres tienen una tasa de ocupación menor respecto a los hombres rurales siendo del 29,2% y el 68,8% respectivamente, y de las mujeres urbanas donde alcanza el 68,4%, lo que las hace más sensibles al desempleo entre los tres grupos.

Según indicadores socioeconómicos, las mujeres rurales también presentaron durante 2020 porcentuales importantes de pobreza multidimensional (37,3%), siendo superiores respecto de los hombres rurales (36,9%) y de las mujeres urbanas (12,6%), además, más de la mitad de los hogares encabezados por mujeres en las áreas rurales se encuentran en condiciones de pobreza monetaria (DANE, 2022a).

A pesar de su valiosa contribución como productoras agrícolas, las mujeres campesinas tradicionalmente han sido discriminadas en lo que respecta al acceso a tierras y recursos productivos. La mayoría de las fincas son dirigidas por los hombres (73,2%), las mujeres desarrollan la gestión directa en el 24,7% de las propiedades y de forma conjunta entre hombres y mujeres en el 2,1% de las unidades productivas. Si bien estas propiedades no representan ni una tercera parte de las unidades de producción, más del 60% de las fincas dirigidas por campesinas, tienen área menor a 3 hectáreas, por lo que el control de la tierra en Colombia es ejercido por hombres principalmente. En términos de financiación agrícola, los recursos propios son la principal forma de financiación, y el crédito con entidades financieras, mientras los subsidios y apoyos institucionales, así como el crédito en almacenes de insumos agrícolas y el crédito particular resultan ser menos frecuentes. Si bien las fuentes de recursos para el financiamiento entre hombres y mujeres rurales parecen tener cierta proporcionalidad, en relación al acceso y participación del crédito agrícola es inferior en las campesinas (DANE, 2022;  DANE, 2019).

Los desafíos que enfrentan las campesinas Colombianas afectan su calidad de vida y su desarrollo integral, por una parte la posición desventajosa en que se encuentran frente a los hombres rurales y las mujeres urbanas, acaba influenciando aspectos como la participación política, el acceso a la educación, o el ejercicio de la subjetividad y la libertad. Las limitaciones a servicios básicos, así como la propensión a la violencia en las áreas rurales, que ha hecho con que el 50,2% de las víctimas del conflicto armado ente 1985 y 2023 sean mujeres, (UNIDAD PARA LAS VÍCTIMAS, 2023), aumenta las posibilidades de que las campesinas continúen viviendo bajo el límite de la vulnerabilidad.

**LEY 731 DE 2002 PRECEDENTES Y ORGANIZACIÓN SOCIAL.**

Tradicionalmente las mujeres que viven en zonas rurales en Colombia han experimentado una situación de invisibilidad por parte del Estado. Durante décadas, han enfrentado desigualdad, discriminación y una brecha de género que resulta determinante en sus condiciones de vida.

Según el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD, 2011), las mujeres campesinas sufren tres formas de discriminación que repercuten enormemente en sus vidas. En primer lugar, se encuentran en desventaja debido a la discriminación que enfrentan los habitantes rurales en comparación con los urbanos. En segundo lugar, experimentan una deuda de género arraigada en la inequidad tradicional y la diferenciación social entre hombres y mujeres en la sociedad actual. Por último, enfrentan una mayor vulnerabilidad como víctimas de violencia, tanto en el ámbito familiar como en el contexto del conflicto armado. Por esta razón, la búsqueda por condiciones de participación equitativa de los procesos de desenvolvimiento (MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL, 1994) ha demandado un papel activo de las mismas en las últimas décadas. En ese sentido leyes como la 731 de 2002 (Ley de la mujer rural), así como la Política para la Mujer Campesina de 1984, y la Política Integral para las Mujeres Colombianas en 1992, son reflejos de las amplias luchas de las mujeres campesinas, indígenas y afrodescendientes en su reconocimiento como sujetos de derechos (GUTIÉRREZ, 2003).

Estos logros legales, cuentan con varios precedentes de referencia, por un lado las luchas sociales y los procesos organizativos femeninos que en la década de 1980 trasladaron a la agenda política las barreras históricas que enfrentan en el campo, por otra parte, las recomendaciones de organismos internacionales a los gobiernos para la eliminación de las

formas de exclusión de las mujeres campesinas. Uno de los compromisos políticos a nivel internacional fue la Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer realizada en 1979 por la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer de la ONU, esta convención exhorta a los estados de los países adheridos al compromiso, a la modificación de las legislaciones discriminatorias y a la adopción de medidas para la eliminación de todas las formas de discriminación (CRISTIANO, 2022).

Según Ferreras y Secreto (2013), uno de los asuntos principales de reivindicación en muchos movimientos sociales contemporáneos es el acceso a la tierra y la territorialidad. En este caso, el proceso de movilización social de las campesinas colombianas, una de las principales motivaciones fue la discriminación ejercida en los procesos de adjudicación de tierras por el Instituto Colombiano de la Reforma Agraria (Ley 135 de 1961), que además del establecimiento de obstáculos burocráticos, se basó en limitar el número de mujeres que pudieran ser beneficiarias, así mismo, la adjudicación de tierras a las familias en las que la jefatura del hogar era masculina, ocurría sobre ellos y no de manera conjunta o sobre la mujer de la familia, lo que restringía el acceso de las campesinas a la tierra cuando ocurrían separaciones. Estas cuestiones en términos de acceso a tierra "…constituyeron una de las mayores expresiones de discriminación estructural de las mujeres en el acceso a tierra" (COMISION DE LA VERDAD, 2022).

La reivindicación por la tierra, así como las insatisfacciones derivadas de la negligencia por parte del estado, se expresaron con claridad en 1985 (CRISTIANO, 2022), momento en el cual mujeres comenzaron a demandar la creación de una organización campesina que tuviera un papel protagónico. Estas pretensiones encontraron aceptación en un grupo de campesinas y profesionales que venían desarrollando conversaciones con el Ministerio de Agricultura para la inclusión de la mujer rural en los programas de gobierno. Es así cómo se organiza la realización del Primer Encuentro Nacional de Mujeres Campesinas en 1985, en el que participaron mujeres vinculadas con organizaciones mixtas, como asociaciones de campesinos, organizaciones sindicales, e instituciones del estado (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2022). A partir de este encuentro se crea en 1986 la Asociación Nacional de Mujeres Campesinas, Negras e Indígenas de Colombia (ANMUCIC). Inicialmente ANMUCIC tuvo incidencia política en las modificaciones a la ley de reforma agraria (Ley 30 de 1988), en las que se avanzó sobre las adjudicaciones de tierras baldías de forma individual o de manera

conjunta con sus cónyuges. Entre 1985 y 1990 ANMUCIC acompañó los espacios de planeación y de toma de decisión en asuntos de política agraria y de paz. Además consiguió consolidarse a nivel nacional con la constitución de 22 asociaciones departamentales y 72 asociaciones municipales, llegando a vincular cerca de 100 mil mujeres a nivel nacional. Para 1991 participa en el proceso de Asamblea Nacional Constituyente, en la construcción de la nueva Constitución Política y desde mediados de los 90 enfoca su acción en la denuncia de violaciones de derechos humanos en mujeres y sus comunidades rurales debido al contexto de violencia por el conflicto armado en el país (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2022)

ANMUCIC desde los 2000 participa de la construcción de la ley 731 de 2002, lo que representa uno de sus principales logros, "...por medio de esta ley se dictan normas para mejorar la calidad de vida de las mujeres rurales y se consagran las medidas específicas para acelerar la equidad entre el hombre y la mujer rural." (CORRALES et al, 2002). La ley define a la mujer rural como

> "toda aquella que sin distingo de ninguna naturaleza e independientemente del lugar donde viva, su actividad productiva está relacionada directamente con lo rural, incluso si dicha actividad no es reconocida por los sistemas de información y medición del Estado o no es remunerada" (Artículo 1 de la ley 731 de 2002).

La Ley 731 de 2002 sentó las bases legales para la protección y promoción de los derechos de las mujeres rurales, reconociendo sus necesidades y particularidades. El abordaje que realiza la ley puede sintetizarse en cinco temas principales: derechos laborales, acceso a servicios y recursos, participación y representación, violencia de género y desarrollo integral.

En términos de avances, se han implementado políticas y programas dirigidos a mejorar las condiciones de vida de las mujeres rurales, promoviendo su participación en espacios de toma de decisiones y brindando acceso a recursos y servicios necesarios. Se han creado instancias gubernamentales y mecanismos de coordinación para garantizar la implementación de la ley y el seguimiento de su cumplimiento. A pesar de estos avances, persisten desafíos en su implementación efectiva, como la falta de recursos adecuados para programas dirigidos a la mujer rural, así como la sensibilización y conciencia sobre sus derechos, la superación de estereotipos de género y la persistencia de las brechas sociales y económicas.

**PROGRAMA DE RESTITUCIÓN DE TIERRA CON ENFOQUE DE GÉNERO.**

La violencia en Colombia ha significado una constante histórica. El conflicto armado contemporáneo que ha ocupado los últimos sesenta años, ha tenido una gran influencia en las dinámicas sociales, productivas y económicas de las poblaciones rurales. En términos generales, la Unidad Para las Víctimas ha reconocido a 9.492.472 víctimas del conflicto armado en uno o varios de los 12 tipos de hechos victimizante consagrados en la ley 1448 de 2011 (UNIDAD PARA LAS VÍCTIMAS, 2023), siendo el 80% de estas víctimas civiles (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2022). Uno de los fenómenos derivados de conflicto con mayor impacto en la población rural y que generó el mayor número de víctimas es el desplazamiento forzado (89,1%), un proceso en el que las personas se ven obligadas a abandonar sus hogares y comunidades debido a la violencia, las violaciones de los derechos humanos, las amenazas o la persecución, viéndose forzadas a escapar en procura de protección y seguridad en otro lugar. Los hechos victimizante por número de víctimas que más afectaron a la población femenina fueron, por una parte, el desplazamiento forzado donde representaron más de la mitad de las víctimas (52%), y del otro las violencias sexuales, donde constituyeron el 92% de las victimas (COMISION DE LA VERDAD, 2023; UNIDAD PARA VÍCTIMAS, 2023; ENCUESTA NACIONAL DE DEMOGRAFÍA Y SALUD ENDS, 2015).

El desplazamiento forzado resulta ser un fenómeno enormemente complejo con efectos derivados como el abandono o despojo forzado de tierras.

> "se entiende por despojo la acción por medio de la cual, aprovechándose de la situación de violencia, se priva arbitrariamente a una persona de su propiedad, posesión u ocupación, ya sea de hecho, mediante negocio jurídico, acto administrativo, sentencia, o mediante la comisión de delitos asociados a la situación de violencia. Se entiende por abandono forzado de tierras la situación temporal o permanente a la que se ve abocada una persona forzada a desplazarse, razón por la cual se ve impedida para ejercer la administración, explotación y contacto directo con los predios que debió desatender en su desplazamiento durante el período establecido…" (Artículo 74 de la ley 1448 de 2011)

De cara a esta realidad que según la Comisión de la Verdad, afectó a aproximadamente 6 millones de hectáreas en todo el país, la ley de víctimas (Ley 1448 de 2011), establece un mecanismo legal para reparar los daños sufridos por las víctimas y restablecer sus derechos sobre la tierra que les fue injustamente arrebatada. En este sentido, consagra un marco legal

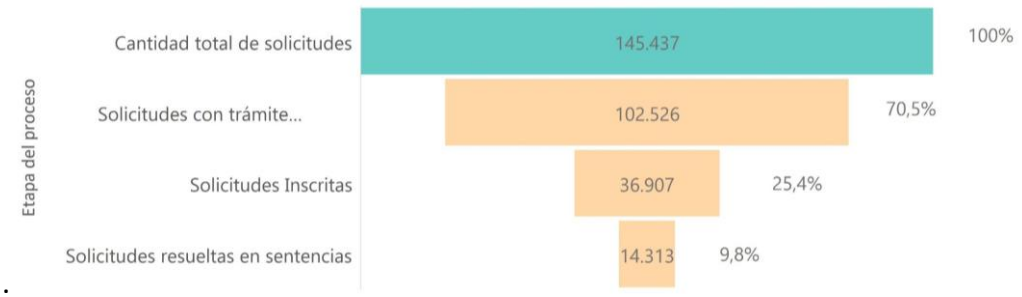
para el proceso de restitución y formalización de tierras pertenecientes a personas que han sido víctimas de despojo y abandono forzado como consecuencia del conflicto armado a partir de 1991. El procedimiento se compone de tres etapas; 1) La etapa administrativa que implica la inscripción de las tierras objeto de despojo, las víctimas o sus representantes legales deben presentar la solicitud correspondiente ante la Unidad de Restitución de Tierras (URT), entidad encargada de recibir y verificar la información proporcionada. En esta solicitud, se debe indicar de manera detallada la situación de despojo o abandono forzado que se ha experimentado, así como los datos relacionados con la propiedad de la tierra afectada. 2) la etapa judicial, en la que se puede interponer una acción de restitución para reclamar la propiedad de dichas tierras, En esta etapa, la persona que reclama la restitución de su tierra debe presentar pruebas y argumentos legales que respalden su solicitud. 3) etapa de cumplimiento, en esta etapa se materializa a partir de la entrega jurídica y física de las tierras el derecho a la restitución.

La restitución de tierras es una política que ha incluido enfoques diferenciados en la búsqueda por dar respuestas adecuadas a las características de las víctimas, en ese sentido y partiendo del hecho de que un grupo muy significativo de víctimas son mujeres y de las constantes barreras en el acceso a la tierra, así como la existencia de un marco legal que insta a la protección de las mujeres rurales sobre todo aquellas en condiciones de vulnerabilidad, la URT ha implementado el "Programa Mujeres" para acceso especial para las mujeres al proceso de restitución de tierras, formalizado mediante el Acuerdo 49 de la URT en 2019. El objetivo del programa es "…garantizar la participación efectiva de las mujeres frente al goce pleno del derecho de restitución, con el fin de contribuir a un desarrollo rural equitativo…" (Artículo 6 del Acuerdo 47 de 2019 URT), y se estructura a partir de 4 ejes de acción; 1) Incorporación del enfoque de género en los procesos que adelanta la URT. 2) Fortalecimiento de las capacidades de los colaboradores de la URT. 3) Empoderamiento de las mujeres para el ejercicio pleno de sus derechos. 3) Gestión de restitución de derechos territoriales. 4) Prevención y gestión de seguridad. El enfoque número uno que tiene una aplicación más directa sobre las etapas del proceso de restitución, enfatiza en la titularidad de la mujer en las solicitudes de restitución cuando se trate de proceso individual y de titulación conjunta, además en la etapa de restitución que contempla la implementación de proyectos productivos, deben ser planificados con la participación y orientación directa de la mujer titular de la restitución del

predio (URT, 2021).

Algunos resultados de la implementación de la restitución de tierras desde su conformación en 2012 hasta abril de 2023 en la restitución individual (Grafico 1), muestran que la Unidad de Restitución de Tierras ha recibido 145.437 Solicitudes de restitución, presentadas por 116.007 titulares (42% de las solicitudes realizadas por mujeres víctimas de desplazamiento y despojo), correspondientes a 132.695 predios rurales, Sin embargo solo 102.526 tuvieron trámite administrativo y apenas 36.907 fueron inscritas formalmente. Actualmente han sido resueltas mediante sentencia 14.313 solicitudes de restitución, que representan 11.654 predios con orden de restitución o compensación alcanzando 217.051 hectáreas. Los datos respecto de la restitución de tierras a mujeres indican que 13.939 demandas fueron inscritas formalmente, de estas han recibido sentencia 3.469, para la restitución de 78.919 hectáreas de tierra, beneficiando a 19.642 mujeres (UNIDAD PARA LA RESTITUCIÓN DE TIERRAS, 2023).

Grafico 1: Avances en la restitución de tierras individual entre 2012 y 2023.




Fuente: Unidad de Restitución de tierras, abril de 2023

Por otra parte, la URT contempla una ruta de restitución étnica, que para la misma fecha de corte había restituido 366.759 hectáreas beneficiando a cerca de 50 mil personas en al menos 16.900 familias. El proceso restaurativo que se han encargado a la Unidad de Restitución de Tierras (URT), ha recibido críticas en los últimos años por el volumen de solicitudes realizadas por las víctimas y la cantidad de estas que llegan a tener trámite administrativo, inscripción y sentencia de restitución, pues en 10 años de funcionamiento de la URT, se ha restituido menos de un 10% de las tierras despojadas que son calculadas en 6 millones de hectáreas. Sin embargo, alrededor del proceso de restitución, las instituciones han venido implementando estrategias y mecanismos para facilitar el acceso de mujeres campesinas víctimas del desplazamiento forzado y el despojo de tierras, de forma que recuperen su derecho a la

propiedad rural y superen las barreras de la vulnerabilidad.

**CONSIDERACIONES FINALES.**

Las mujeres rurales o campesinas han vivido históricamente bajo condiciones de inequidad y discriminación que puede concebirse desde tres puntos de vista, por su origen rural frente a la población urbana, por la valoración que hace la sociedad del papel de las mujeres y los hombres, y por representar el segmento social más afectado por la violencia generada del conflicto armado. Estos procesos han condicionado a una parcela muy grande de campesinas a vivir bajo niveles de pobreza monetaria y multidimensional, con limitado acceso al mercado de trabajo, y a otros servicios que terminan por limitar su autonomía.

Logros legales que actualmente buscan ser implementados para garantizar los derechos humanos y condiciones equitativas para las mujeres, han sido el resultado de la organización y la movilización de las mujeres rurales desde hace más de 30 años, y bajo un contexto de violencia. En esta lógica, el acceso a la tierra y a recursos productivos figura como unas de las necesidades insatisfechas más importantes y determinantes en la incidencia de la pobreza y de reivindicación social. Por otro lado, el contexto de violencia derivada del conflicto armado contemporáneo ha afectado principalmente a las campesinas y ha contribuido enormemente a la condición desventajosa que tienen en la sociedad, que a la vez se refuerza por las estructuras tradicionales que predominan en lo rural.

Finalmente, en relación a la aplicación de las disposiciones que trae consigo la ley 731 de 2002, estas han sido planteadas de maneras transversal en programas públicas a partir de estrategias, instrumentos o enfoques diferenciados, como es el Programa Mujeres, implementado al interior de la política de Restitución de Tierras, como mecanismo de atención restaurativa que consagra la ley para las víctimas del conflicto armado. Este programa, avanza de forma lenta frente a las necesidades y la magnitud de los efectos del despojo, sin embargo ciertamente lo hace sobre un contexto rural de violencia, en que las mujeres rurales han asumido una realidad profundamente compleja.

**REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Acuerdo 47 de 2019. Por medio del cual se adoptan y definen los ejes de acción del programa de acceso especial para las mujeres al proceso de restitución de tierras. Bogotá. 2019. Disponivel em:

https://www.urt.gov.co/documents/20124/65844/Acuerdo+No.+47+de+2019.pdf/32d5079c-d9d0-a1c2-e58b-fd298f09362d?t=1576178900692 Acesso em: 01 de junho de 2023.

ACEVEDO, A.; MARTINEZ, J. Introducción. *In*: ACEVEDO, A.; MARTINEZ, J. (org.). **La agricultura familiar en Colombia.Estudios de caso desde la multifuncionalidad y su aporte a la paz**. Bogotá:Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia,2016. p.1-4.

COMISIÓN DE LA VERDAD – **Caso «Asociación Nacional de Mujeres Campesinas Negras e Indígenas de Colombia (ANMUCIC)».** Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición. Bogotá, (2022) Disponível em: https://www.comisiondelaverdad.co/caso-anmucic Acesso em: 30 de maio de 2023.

COMISIÓN DE LA VERDAD - **Informe Final en cifras.** Bogotá, (2023) Disponível em: https://www.comisiondelaverdad.co/el-informe-final-en-cifras Acesso em: 01 de junho de 2023.

CORRALES, E. et al. **Situación de la mujer rural Colombiana. Perspectiva de género. Cuadernos Tierra y Justicia.** Bogotá. ILSA. 2003.

DANE. **Censo Nacional Agropecuário 2014**. Bogotá. 2014. Disponível em: https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/agropecuario/censo-nacional-agropecuario-2014#:~:text=El%20Tercer%20Censo%20Nacional%20Agropecuario%20fue%20por%20su,satelital%20y%20actualizada%20del%20sector%20agropecuario%20del%20pa%C3%ADs . Acesso em: 30 de maio de 2023.

DANE- **Comunicado de prensa. Pobreza Monetaria Año 2021**. (2022)b. Bogotá.Disponível em: https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/pobreza-y-condiciones-de-vida/pobreza-monetaria Acesso em: 30 de maio de 2023.

DANE. **Encuesta Nacional Agropecuaria (ENA). 2019**. Bogota 2020. Disponível em: https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/agropecuario/encuesta-nacional-agropecuaria-ena#:~:text=La%20Encuesta%20Nacional%20Agropecuaria%20%E2%80%93%20ENA,%25)%2

C%204.423.183%20toneladas%20a Acesso em: 31 de maio de 2023.

DANE-**Nota Estadistica. Situación de las Mujeres Rurales en Colombia: Resumen ejecutivo**. Bogota, (2022)a. Disponivel em: https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/notas-estadisticas/oct-2021-nota-estadistica-situacion-mujeres-rurales-colombia-resumen.pdf Acesso em: 30 de maio e 2022.

FAO. **Reseña agricultura familiar Colombia.** Bogota. 2021. Disponivel em: https://www.fao.org/3/cb4922es/cb4922es.pdf Acesso em: 30 de maio de 2023.

FERRERAS, N. O.; SECRETO, M. V. A terra nos movimentos sociais. In: Os pobres e a política. História e Movimentos Sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2013.

GUTIERREZ, M. La ley para las mujeres rurales en Colombia: alcances y perspectivas. **Revista de Trabajo Social.** Bogota. No. 5. P 56-80. 2003.

Ley 1448 de 2011. Por la cual se dictan medidas de atención, asistencia y reparación integral a las víctimas del conflicto armado interno y se dictan otras disposiciones. Junio 10 de 2011. D.O. N°48096.

LEY 30 DE 1988. Por la cual se modifican y adicionan las Leyes 135 de 1961, 1a. de 1968 y 4a. de 1973 y se otorgan unas facultades al Presidente de la República. DIARIO OFICIAL. AÑO CXXIV. N. 38264. 22, MARZO, 1988

Ley 731 de 2002. Por la cual se dictan normas para favorecer a las mujeres rurales. 14 de enero de 2002. D.O. N°44.678.

LEÓN, M. La desigualdad de género en la propiedad de la tierra en América Latina In: Du grain à moudre: Genre, développement rural et alimentation [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2011. Disponível em: http://books.openedition.org/iheid/6756 Acesso: 29 de junho de 2023.

MONTAÑO, M. X Ser mujer en la ruralidad colombiana: la huella histórica de la desigualdad. Disponível em: https://www.javeriana.edu.co/pesquisa/ser-mujer-en-la-ruralidad-la-huella-historica-de-la-desigualdad/ Acesso em: 29 de maio de 2023.

MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL. Política para el desarrollo de la mujer rural. .Proceso de ejecución 1993-1994 Colombia. Bogota. 1994. Disponivel em:https://repositorio.iica.int/handle/11324/14479 Acesso em: 30 de maio de 2023.

ONU. **Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer.** (1979). Publicación: Diario Oficial Nº 105, tomo 271 Del 9 de junio de 1981.

OXFAM. Desterrados: tierra, poder y desigualdad en América Latina. Oxfam Internacional. Reino Unido. 2016

PNUD. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. **Colombia rural razones para la esperanza. Informe de Desarrollo Humano**. Bogota. 2011. Disponivel em : https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/default/files/ressources/colombia_nhdr_2011.pdf Acesso em: 30 de maio de 2023.

UNIDAD PARA LA RESTITUCIÓN DE TIERRAS. **Avances de Restitución** Corte 30 de abril de 2023. Bogota, (2023). Disponivel em : https://www.urt.gov.co/documents/20124/800026/Infografia_ABR-30-2023.jpg/975be86d-c938-a7de-64f9-5a1212bcbda8?t=1683854012876 Acesso em: 01 de Junho de 2023.

UNIDAD PARA LA RESTITUCIÓN DE TIERRAS. **Las mujeres en la restitución de tierras.** Bogota. 2021. Disponivel em: https://www.urt.gov.co/documents/20124/298253/2021marzo08_PPT_DiaMujer.pdf/d78c0fd8-39d0-cb0f-085f-529cd99a9a33?t=1615232796979 Acesso em: 01 de juho de 2023.

CRISTIANO. J.F. Efectividad de las políticas de inclusión de las mujeres rurales en la historia de Colombia (2002-2022): Análisis crítico de la ley 731 de 2002. Tesis Facultad de derecho, Universidad UDCA, Bogotá Colombia 2022.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

# GT4

# RE-EXISTÊNCIAS E EMERGÊNCIAS: AS PRÁTICAS SOLIDÁRIAS E TRANSFORMADORAS DAS MULHERES DO CAMPO, DAS FLORESTAS, E DAS ÁGUAS NUM MUNDO DE CRISES

**COORDENADORAS**

**KAROLYNA MARIN HERRERA – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)**

**RITA DE CÁSSIA FRAGA MACHADO – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)**

O GT4 pretende debater os processos de colonização, violência, conflitos e exclusão marcaram as diferentes lutas das mulheres por reconhecimento e direitos no meio rural. Sabemos que em diferentes momentos a participação das mulheres nos processos históricos foi marcada pelo apagamento e ocultamento de sua presença e sua agenda de luta nos registros oficiais. Contudo, a ação das mulheres não só deu visibilidade para sua luta específica quanto redefiniu as estratégias e a ação coletiva adotada, nas formas de resistências social no campo, nas águas e nas florestas. Ao mesmo tempo, elas foram fortalecendo os arranjos produtivos destinados tanto ao autoconsumo quanto à venda de mercadorias, seguindo princípios da economia solidária nas relações de troca e venda no campo e na relação campo-cidade. Muitas de suas práticas consubstanciaram os processos de gênese, construção e consolidação da agroecologia, promovendo uma nova relação com a natureza de forma interseccional.

Em nosso grupo de trabalho recebemos artigos de diferentes temáticas, alguns dialogam diretamente com os diferentes temas propostos no GT, outros, tangencialmente. Optamos por acolher todos os trabalhos, por versarem sobre as re-existências das mulheres do campo, das águas e das florestas.

No total foram 16 artigos que reúnem trinta e sete pesquisadoras/es de diferentes regiões do país e dois pesquisadores de universidade estrangeira. Apresentam resultados de atividades de pesquisa de pós-graduação e atividades profissionais de pesquisa e extensão de instituições de ensino de diversas localidades, com destaque para instituições da região sudeste do país. São, no total, trinta autoras mulheres e nove autores homens, a julgar pelo gênero percebido pelo nome das autoras/es. Sendo que do total de artigos, quatro tem uma pessoa do gênero masculino como primeiro autor e os demais, doze trabalhos, tem mulheres como primeira autora.

A maioria dos artigos versam sobre resultados de trabalho empírico em diferentes localidades, tais como, Sertãozinho- AL, Comunidade Agrária Nova São

Carlos-SP, Dourados-MS, Selvíria-MS, Tefé-AM, Região Transamazônica-PA, Norte Pioneiro-PR, Ponte Alta do Gama- DF, Alto da bacia do Rio Jequitinhonha-MG, dentre outras. E são baseadas em metodologias díspares, como observação participante, grupo focal, entrevistas, análise crítica de conteúdo (ACC), questionário, história de vida e pesquisa-ação. Cinco artigos tem caráter teórico, sendo que dois deles propõem perspectivas transgressoras, ao apontarem para a necessidade de uma epistemologia indígena e uma epistemologia negra.

Apesar de haver uma diversidade de localidades analisadas, a categoria social mais estudada foi a de mulheres do campo, com destaque para agricultoras familiares, sendo que apenas dois trabalhos refletiram sobre as mulheres da floresta e um sobre as mulheres das águas, mas apesar de mencioná-las, as mulheres das águas não aparece como foco de pesquisa. As mulheres do campo, das águas e das florestas são mencionadas enquanto identidade coletiva, ainda que indiretamente, em um artigo que aborda a plataforma política da Marcha das Margaridas.

É difícil precisar uma temática única para cada grupo de textos, sendo que muitos podem ser incluídos em mais de uma perspectiva analítica. Contudo, destacam-se temáticas relativas ao trabalho especialmente a partir das reflexões sobre a divisão sexual do trabalho, foram nove estudos sobre esse tema. No contexto da problematização da divisão sexual do trabalho, seis dos nove trabalhos abordam arranjos produtivos e canais de comercialização protagonizados por mulheres. O protagonismo feminino enquanto liderança social e política foi retratado em dois artigos. Dois trabalhos são sobre epistemologias transgressoras e dois mencionam diretamente ou tangencialmente a temática ambiental, mais precisamente a conservação ambiental e a sustentabilidade. Por fim, um artigo que menciona o produto de uma ação coletiva, abordando as desigualdades alimentares.

Considerando esta diversidade temática, apresentaremos algumas impressões sobre os artigos, na tentativa de revelar o existir e o resistir através das práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas e das águas.

Com respeito a divisão sexual do trabalho abordada em nove artigos, temática recorrente nos estudos de gênero e feministas no meio rural, é problematizada a desigualdade e a hierarquização do trabalho, situação na qual as mulheres não são reconhecidas ou são invisibilizadas pela suas atuações no trabalho produtivo e são relegadas ao trabalho doméstico e de cuidados, ainda que é sabido que as mulheres

atuam em qualquer atividade que lhes cabe no estabelecimento rural, independente da natureza da atividade. Os artigos apontam não apenas a denúncia da desigualdade, mas indicam caminhos para o reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres. O trabalho de Andréa Maria Leite Albuquerque, intitulado “”Nós trabalhamos dobrado”: divisão sexual do trabalho e resistências das mulheres no campo”, por exemplo, aborda tal questão. Com abordagem materialista-histórica e decolonial, o artigo de Andréa argumenta que a participação em coletivos autônomos pode alterar as estruturas impostas pela sociedade patriarcal.

A descrição de arranjos produtivos e os canais de comercialização protagonizados por mulheres em diferentes localidades, valoriza a produção de alimentos e a produção agroecológica. O que se observa é que estão sendo fortalecidos os arranjos produtivos destinados tanto ao autoconsumo quanto à venda de mercadorias, fortalecendo as relações no campo e na relação campo-cidade. Os conceitos “emancipação”, “autonomia” e “empoderamento” são mobilizados em quase todo o conjunto de artigos neste tema.

O artigo de Tania Cristina Costa Calarge, Juliana Rosa Carrijo Mauad e Elcio Gustavo Benini, “A economia solidária como espaço da emancipação das trabalhadoras do campo: elementos para o debate” argumenta que os empreendimentos de economia solidária – EES são espaços de colaboração e trabalho associado a uma alternativa de trabalho, renda e sobrevivência, e advogam pelo caminho metodológico proposto pela Análise Crítica do Conteúdo na elaboração e enriquecimento da compreensão da realidade concreta e elaborações teóricas que contribuam efetivamente para a transformação dos trabalhadoras. As autoras apostam pelo caminho dos EES na promoção de emancipação e autonomia de mulheres rurais.

Ainda no âmbito dos arranjos produtivos, no trabalho de Thauana Paiva de Souza Gomes, Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Flávia Cristina Sossae,“ Da pesquisa-ação à formação de rede de apoio às mulheres assentadas em canais de comercialização”, as autoras advogam pelo fortalecimento socioeconômico no processo de escoamento de produtos sustentáveis e artesanais, como oportunidade de fortalecimento socioeconômico para mulheres do campo. Abordando o caso da RAMAS-GIRASSÓIS, criada em uma parceria de ações de pesquisadoras junto às mulheres agricultoras que buscavam uma alternativa à produção, o caso é relevado

como uma potente ferramenta de transformação da realidade das mulheres assentadas em parceria com pesquisadoras, por isso a menção à importância da pesquisa-ação.

O espaço de comercialização mais mencionado nos artigos foram as feiras, como pode ser observados no trabalho de Isabela Oliveira Santos, Thereza Fernanda Dos Santos Carvalho, Natália Gabriela Rós Marques de Oliveira e Antonio Lázaro Sant´Ana, intitulado “A potencial importância da feira livre de Selvíria-MS para autonomia e emancipação das agricultoras familiares”. Neste trabalho as autoras/autor apresentaram o resultado da aplicação de um questionário para mulheres feirantes e verificaram a potencialidade do trabalho com as mulheres no espaço da feira, apesar de terem vislumbrado os limites metodológicos da aplicação do questionário unicamente no momento da feira.

José Pereira Filho em “Mulheres sitiantes: entre casa, roça e feira” aborda a divisão sexual do trabalho por uma literatura ligeiramente diferente das utilizadas em outros trabalhos, ainda que cite, como os demais textos sobre a temática, a pesquisadora Maria Ignez Silveira Paulilo, reconhecida pelas suas contribuições na reflexão sobre trabalho e gênero no meio rural. O autor demonstra, através da trajetória de vida das mulheres pesquisadas, o papel delas na produção da vida material e imaterial da comunidade. Sendo o espaço da feira responsável pelo processo de emancipação das mulheres. Nas palavras do autor, a atuação na feira significa o rompimento não só com o portão do pátio da casa, mas também com os limites da porteira do sítio rumo à cidade, e ainda, o acesso ao resultado do trabalho produtivo realizado no sítio.

As feiras também são abordas no trabalho de Marcela da Silva Barbosa, Rita de Cássia Fraga Machado, Zila Castro, “As feiras com mediação pedagógica no fortalecimento das identidades das mulheres da Flona-Tefé/AM, mas indo mais além da reflexão do espaço da feira como um local de comercialização direta, as autoras apontam a importância da mediação pedagógica com a promoção de espaços de aprendizagens interdisciplinares, com palestras e oficinas sobre a participação das mulheres da floresta no espaço das feiras.

As feiras se revelam como espaços de protagonismo essencial para as mulheres rurais, onde elas podem redefinir e reafirmar seu papel na sociedade. As mulheres assumem um papel central na economia local, potencializando o acesso a

renda. Esses locais proporcionam um palco para que expressem suas identidades, compartilhem conhecimentos, e estabeleçam conexões com outros membros da comunidade e consumidores. O protagonismo das mulheres rurais nas feiras transcende o âmbito econômico, desafiam estereótipos de gênero arraigados e as convidam a se envolverem ativamente na tomada de decisões, podendo impulsionar assim uma transformação social significativa.

Ainda sobre a comercialização, no debate sobre a divisão sexual do trabalho, o comércio eletrônico do café é apontado como uma estratégia de resistência para mulheres. Em “Estratégia de resistência: a comercialização digital de produtoras de café do Norte Pioneiro do Paraná, Brasil”, Arthur Moriconi, Lucimar Santiago de Abreu e Adriana E. Sanjuan Montebello, abordam as ações desenvolvidas por meio da criação de um coletivo de mulheres e da comercialização digital do café, formado a partir da demanda das mulheres pela participação na comercialização do café, atividade relegada antes aos homens de suas famílias. Os meios digitais de comercialização vem substituindo meios de comercialização presenciais e estimulam a promoção social e econômica das mulheres. Além do acesso a canais de comercialização, o trabalho das autoras/autor leva a reflexão sobre uma reivindicação reincidente das mulheres do campo, das águas e das florestas, o acesso a tecnologias digitais.

Atividade de turismo também foi abordada como uma forma de fonte de renda no trabalho de Celia Maria Machado Ambrozio e Regina Coelly Fernandes Saraiva, “Mulheres do Cerrado que fazem história e conservam a natureza no caminho de Cora Coralina”. Mais adiante iremos mencionar o argumento utilizado no texto, com respeito a relação da atividade geradora de fonte de renda para as mulheres e a contribuição para a preservação do meio ambiente. Contudo, mencionamos também este trabalho por haver uma centralidade, nos artigos nomeados até então, sobre a importância do renda resultante do trabalho das mulheres.

Propomos, então, uma questão a ser debatida ao longo de nossos encontros sobre o acesso a renda. O suporte financeiro tem se mostrado necessário para o enfrentamento, resistências e diminuição das desigualdades no campo, mas não tem sido suficiente para alterar as estruturas hierárquicas presentes nas famílias e nas estruturas sociais. Um exemplo disso é que, muitas vezes, mesmo com a renda resultante da venda de mercadorias, não são as mulheres que fazem a gestão de seu

próprio dinheiro. Mesmo quando utilizam o dinheiro, fruto de seus trabalhos, costumam investir na própria casa ou o utilizam para alguma necessidade dos filhos. Não é usual no meio rural que as mulheres utilizem o recurso fruto de seu trabalho sem considerar as necessidades dos demais membros da família ou do estabelecimento rural. Neste sentido cabe problematizar a noção de “autonomia”, “empoderamento” e “emancipação” pelo simples acesso a renda.

A falta de autonomia na gestão do próprio dinheiro leva a um outro conceito que tem sido abordado mas não muito problematizado, a noção de gestão. Em “Roça é tudo para mim: A gestão da renda e da terra das mulheres assentadas”, as autoras Mariana Machitte de Freitas e Aida Victoria Garcia Montrone, argumentam que a luta pelo direito à terra, pelo direito de se viver na terra e da terra, produz processos educativos que geram passos em direção à maior autonomia e maior visibilidade do trabalho feminino, contribuindo para a preservação da vida e de seus territórios.

A noção de gestão da renda e da terra abordada pelas autoras extrapolam a noção instrumental de gestão. A problematização do conceito de gestão é abordado no artigo escrito por uma das coordenadoras do GT, Karolyna Marin Herrera em parceria com Renê Birochi e Cristiano Desconsi. A autora e os autores constatam em “Trabalho e gestão das mulheres na agricultura familiar” que nos estudos de gênero e feminista no meio rural muito se tem falado sobre o trabalho, inclusive a ruptura epistemológica do conceito de trabalho é promovida com reflexões que dialogam com a sociologia do trabalho e economia feminista. Contudo, a noção de gestão vem costumeiramente sendo utilizada a partir da utilização unívoca das quatro principais funções administrativas: planejar, organizar, dirigir e controlar. Portanto, o artigo propõe sentar as primeiras bases para uma reflexão sobre a gestão de mulheres rurais, entendendo a necessidade da ruptura epistemológica do conceito de gestão, evocando os aspectos emancipatórios do organizar das mulheres.

E por fim, finalizando o tema divisão sexual do trabalho, destacamos a importância das Cadernetas Agroecológicas, mencionada em apenas um trabalho enviado para nosso GT, fruto de um projeto de extensão. As autoras Ana Alice França da Silva Gomes, Ivana Cristina Lovo, Nadja Maria Gomes Murta, elaboraram o texto “Cadernetas Agroecológicas & Mulheres Quilombolas: Revelações sobre o valor monetário do trabalho de agricultoras em conflito com a mineração”. A metodologia das Cadernetas é um potente recurso metodológico de reconhecimento do trabalho

das mulheres, que vai além do valor monetário, e se revela como um instrumento de formação das mulheres, incluindo a tomada de consciência sobre suas realidades. Ao se depararem com o resultado de seus trabalhos para autoconsumo, venda, troca e doação, as mulheres se dão conta de quão expressivo é o trabalho cotidiano realizado por elas. Uma particularidade do artigo das autoras é a aplicação das cadernetas com mulheres que vivem em conflito com a mineração em seus territórios.

As cadernetas tem se mostrado uma estratégia metodológica inovadora e muito potente. Isso remete a outra estratégia metodológica mencionada em um dos trabalhos, “Estudo sociocultural de mulheres do campo de Ponte Alta, DF, através da tessitura do crochê” de Elizabeth Tavares de Gonzaga e Regina Coelly Fernandes Saraiva. Fazer o crochê como metodologia de pesquisa. Apontado como uma forma de interação social e troca de experiências entre as mulheres, para que possam narrar suas histórias de vida, resgatar sua identidade como mulheres do campo, valorizar o seu trabalho e identificar como estão enfrentando os desafios e as transformações nos territórios.

Sobre ações coletivas de mulheres, dois artigos mencionam a participação de mulheres em movimentos e organização políticas, ainda que o objeto de análise dos artigos não seja a própria atuação das mulheres ou as organizações em si. Refletir sobre os desafios e enfrentamentos nos leva a indagação sobre a participação das mulheres nos espaços políticos. Se outrora a realidade das mulheres foi marcada pelo apagamento e ocultamento de sua presença na agenda de luta e nos registros oficiais, elas veem conquistando espaços de ação e atuação política. O artigo de Alcione Sousa de Meneses fala sobre “Egressas do curso Educação do Campo nos STTRS da Transamazônica: novo gênero do sindicalismo rural?”, aborda o acesso das mulheres ao ensino superior e a ascensão de mulheres a cargos políticos rompendo os tradicionais papéis de gênero na estrutura político-sindical. A análise da autora recai sobre as posições sociais e rede de mediação que estas egressas têm construído hoje com a posse do capital cultural institucionalizado.

O outro artigo, de Marco Antonio Teixeira, Eryka Galindo, intitulado “Desigualdades alimentares multidimensionais no Brasil: Contribuições da Marcha das Margaridas”, analisa o conteúdo da plataforma política da Marcha das Margaridas 2019, apontando dimensões de desigualdades alimentares abordadas na Plataforma Política elaborada pelas mulheres no âmbito da Marcha das Margaridas. Cada uma

dessas dimensões encontradas na Plataforma indicam desigualdades que estruturam o capitalismo agrário e revelam as propostas das Margaridas organizadas na luta. As ações coletivas lideradas por mulheres rurais desempenham um papel vital na transformação positiva da política alimentar. Ao colaborarem e compartilharem recursos, conhecimentos e experiências, as mulheres do campo, das águas e das florestas contribuem para a construção de sociedades mais equitativas, sustentáveis e resilientes.

A noção de sustentabilidade e conservação ambiental, que foram objeto de reflexão de dois texto, ganha profundidade quando direcionamos nosso olhar para o papel muitas vezes invisibilizado, mas crucial, desempenhado pelas mulheres. As mulheres na agricultura familiar desempenham múltiplos papéis, desde o cultivo da terra até a gestão e conservação dos recursos naturais e a preservação do conhecimento tradicional. Cristiano Kerber no trabalho “Mulheres rurais e a sustentabilidade da agricultura familiar: um olhar sobre os Comuns” traz um diálogo entre três autores, a saber, Eric Sabourin, Joan Martínez-Alier e Maria Ignez Paulilo, buscando uma abordagem interpretativa e reflexiva sobre os Comuns[1] advogando sobre a importância do papel que as mulheres rurais tem na continuidade da agricultura familiar e mesmo no equilíbrio ecológico do meio rural. Ao discutirmos a sustentabilidade da agricultura familiar no Brasil através da visibilização do papel das mulheres, reconhecemos a importância da diversidade de atores e práticas para alcançar sistemas agrícolas mais resilientes, justos e sustentáveis.

No trabalho já mencionado anteriormente de Celia Maria Machado Ambrozio, Regina Coelly Fernandes Saraiva, a noção de sustentabilidade aparece entrelaçada na promoção da conservação ambiental. Através da prática do turismo no Caminho de Cora Coralina, as autoras mencionam o papel da educação ambiental entre as proprietárias rurais do Caminho que atuam como importante promotor de conservação ambiental para os visitantes e a população local fomentando a sensibilização e o incentivo para a conservação do Cerrado e valorização de seu patrimônio natural, histórico e cultural.

Com o intuito de finalizar nossa breve síntese e ciente de que a tentativa de resumir e promover um diálogo entre os textos limita a riqueza das abordagens e

[1] Formas comunitárias de gestão de recursos que visam contrapor as interferências do Estado e do Mercado.

reflexões elucidadas em cada um dos textos, terminamos com a menção de dois importantes textos que nos provocam a pensar a partir de abordagens transgressoras.

Nos estudos sobre relações de gênero e feministas no meio rural, as mulheres, tanto as participantes das pesquisas quanto as pesquisadoras, não são iguais e enfrentam os processos de desigualdades sociais e econômicas de maneiras distintas. A interseccionalidade entre gênero, raça, etnia e classe perpassa as relações e revela a complexa teia de desigualdades que afetam indivíduos de maneira interligada e multidimensional. Esses eixos de identidade não operam isoladamente, mas se entrelaçam, impactando as experiências e oportunidades das pessoas de maneira única e frequentemente desvantajosa. Reconhecer a interseção desses aspectos, portanto, é fundamental para entender a natureza interdependente das desigualdades sociais e para desenvolver abordagens inclusivas e equitativas que abordem de forma eficaz os desafios enfrentados por grupos marginalizados.

Epistemologias transgressoras desafiam as fronteiras tradicionais do conhecimento, rejeitando visões unilaterais e abrindo espaço para perspectivas subalternas e marginalizadas. Como afirma Glória Anzaldúa em "Borderlands/La Frontera: The New Mestiza" de 1987, "para criar novos mapas, precisamos viajar pelo território desconhecido". Essas abordagens buscam desconstruir narrativas dominantes, incorporando múltiplas vozes e experiências, especialmente daquelas que historicamente foram silenciados. Ao questionar as hierarquias de conhecimento, as epistemologias transgressoras nos convidam a explorar a riqueza da diversidade e a abraçar a complexidade inerente à construção do entendimento.

Vivian Delfino Motta e Marilda Aparecida de Menezes abordam no texto “Enquanto houver racismo, não haverá agroecologia” as vivências e reflexões da primeira autora ao refletir sobre feminismos e agroecologia. As autoras propõem, de certa forma, uma ruptura epistemológica do conceito de agroecologia, representada pela transformação profunda na forma como compreendemos a agroecologia. Teorizando a partir da vivência de um corpo negro na agroecologia, a proposta é pensar os enfrentamentos a partir da intelectualidade não branca, mais especificamente a partir da intelectualidade das mulheres negras.

Da mesma forma que a proposta de Hemily Marinho Kokama, Luiz de Oliveira Auleriano, Rita de cássia Fraga Machado, “Re-existência do povo das águas: a pedagogia indígena Omágua/Kambeba nas obras de Márcia Wayna Kambeba”

criticam a epistemologia eurocêntrica para interpretar a vida da população indígena e analisa as contribuições de Márcia Kambeba sobre a categoria re-existência na pedagogia indígena Omágua/Kambeba. Com a necessidade de descolonizar as epistemologias pedagógicas que se pautam no androcentrismo eurocêntrico, o artigo propõe reflexões sobre epistemologias que contemplem a diversidade dos povos indígenas. Os textos analisados dizem respeito às práticas de re-existência Omágua/kambeba na perspectiva do Bem Viver e contemplam a relação entre seres humanos e natureza.

Que tenhamos um excelente debate!

[...]
Como mulher sofri
Vendo o povo lutar,
Vejam só que invasão,
Invadidos sem pensar
Que o sofrimento ora sentido
Ia por anos se arrastar

Os abusos e violências
Não ficaram para trás,
Vários anos se passaram
Ainda ecoa nossa voz.

Sou indígena tenho alma,
Sou a riqueza, sou a nação,
Não sou enfeite, nem objeto,
Sou a barriga da gestação
Que gestou em ti cultura,
Contribuindo com a miscigenação

Na minha alma feminina,
Trago a letra da canção,
São vozes que gritam alto,
Com suavidade e beleza.
Sou mulher, sou povo,
Sou rio, sou natureza.

[...]

# MULHERES SITIANTES: entre casa, roça e feira

José Pereira Filho[1]

**GT 4: Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas, e das águas num mundo de crises.**

**RESUMO**

A presente reflexão é um recorte de uma pesquisa de doutorado, tendo como título: "OS SITIANTES DE CÓRREGO DAS PEDRAS (MT): trajetórias de vida e memórias da terra de trabalho", que objetivou analisar a dinâmica social referente às formas de sobrevivência das famílias que vivem em mini e pequenas propriedades denominadas sítios, espaço de terras férteis, ocupadas no início da década de 60, onde residem e trabalham, produzindo vida material e imaterial, no Município de Tangará da Serra (MT). A análise tem como foco a produção da vida material e imaterial, em um cenário de resistência ao avanço do agronegócio. O desenvolvimento da pesquisa se dá principalmente através da história oral, sendo as observações presenciais e as entrevistas os principais instrumentos de geração de dados. Para a presente reflexão, elegemos refletir sobre a trajetória de vida das mulheres da comunidade, tendo como objetivo demonstrar o papel delas na produção da vida material e imaterial da comunidade, e, nessa trajetória, o processo de emancipação delas, entendendo-as como sujeitos do processo, que ao longo do tempo, constituíram-se em atores sociais em uma relação de simbiose, em que foram construtoras e construídas.

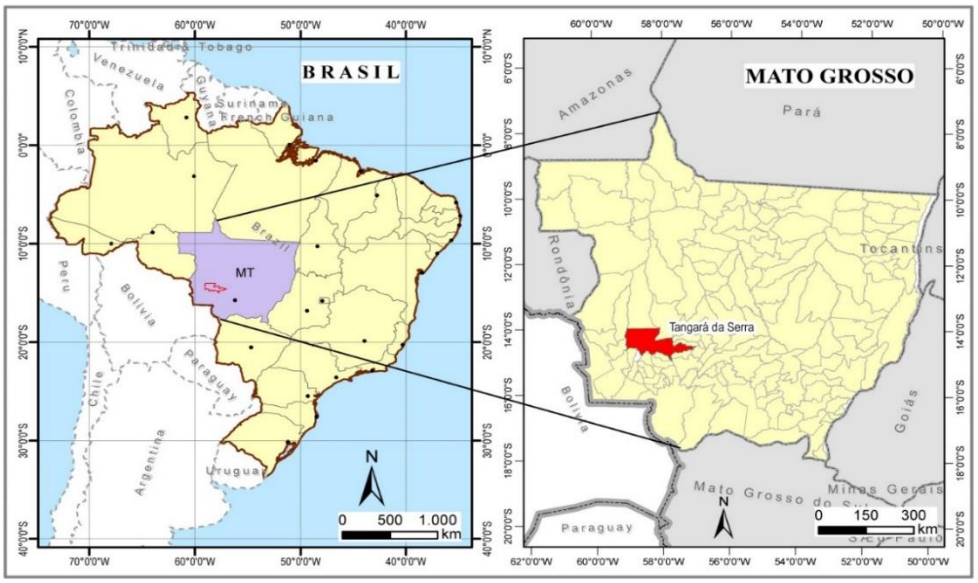
**Palavras-chave:** Mulheres, campesinato, produção, feira.

[1] José Pereira Filho é Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), mestre em educação pela Universidade de Cuiabá (UNIC) e doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), tendo desenvolvido pesquisa na Comunidade Córrego das Pedras, Município de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, Brasil, sob orientação da Professora Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCAR. Contatos: e-mail: zepereiraunemat@gmail.com - Fone: 55(65)999970613.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de colonização do Município de Tangará da Serra – onde localiza-se a comunidade estudada -, situado no sudoeste do Estado de Mato Grosso, iniciou-se ao final da década de 1950. Uma de suas características principais foi a existência de minis, pequenas e médias propriedades rurais, denominadas sítios, com a consequente formação de inúmeras comunidades rurais. Ainda hoje, existe significativo remanescente dessas comunidades rurais.

**Figura 01 – Mapa identificador do município de Tangará da Serra/MT**




Fonte: Almir José Azevedo, a partir de Cartas Topográficas IBGE/DSG, Imagens de Satélites, dados Disponibilizados pela SEMA/MTSEMA/MT.

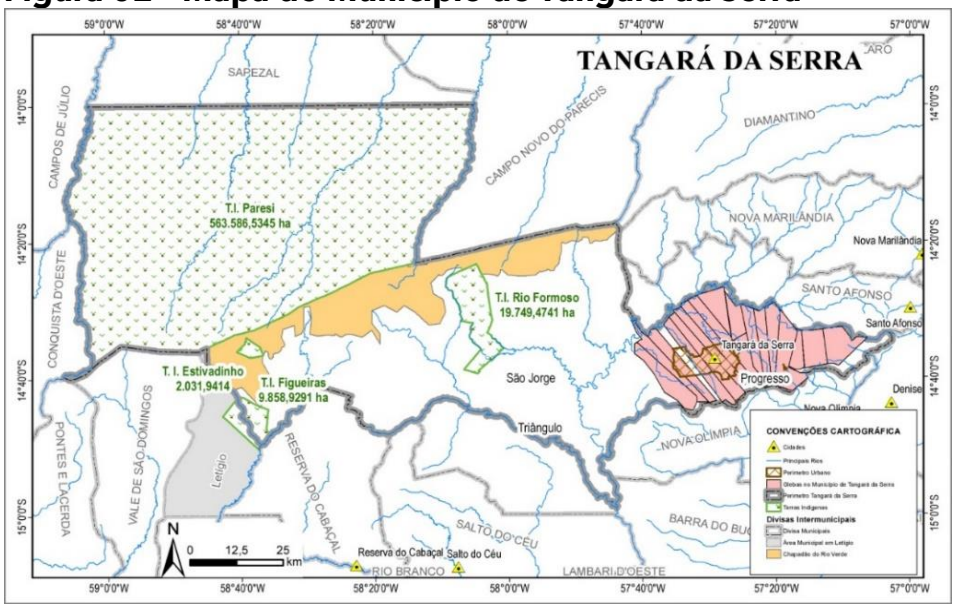
Conforme fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Município de Tangará da Serra localiza-se no bioma Cerrado e Amazônia, com área de 11.323,685 km², com população estimada de 96.932 habitantes para o ano de 2016, sendo que 52,2% do território, correspondente a 5.911,185 km², é formado por reservas indígenas da "Etnia Paresí"[2], devidamente demarcadas.

As comunidades rurais são espaço de referência da vida coletiva das famílias do campo, preservando ainda hoje, em parte, tais características. A colonização se deu principalmente através da ocupação de áreas rurais voltadas às atividades

[2] Paresí ou Parecis – Nome dado pelos brancos para identificar a Etnia "Haliti", que significa povo. O território das terras indígenas da Etnia Haliti ou Paresí é distribuído em quatro polígonos distintos, sendo que um polígono está localizado nas confrontações com o Município de Barra do Bugres e parte localizado no Município de Tangará da Serra.

agrícolas, com base na mão-de-obra familiar, pois eram as famílias que migravam e ocupavam as terras, onde desenvolviam, em um primeiro momento, a agricultura de subsistência.

**Figura 02 – Mapa do Município de Tangará da Serra[3]**




Fonte: Almir José Azevedo, a partir de Cartas Topográficas IBGE/DSG, Imagens de Satélites, dados do INTERMAT.

A Comunidade Córrego das Pedras, situada a 12 km do eixo central da cidade, constitui-se como uma das primeiras ocupações rurais, iniciada no ano de 1964, quando para lá migrou um grupo de mineiros, paulistas e paranaenses, em busca de melhores condições de vida. Trata-se de um *lócus* que preserva parte da população remanescente do processo migratório inicial e que, ao longo do tempo, produziu relações de vida material[4] com variada produção agrícola, pecuária leiteira e de corte e hortifrutigranjeiros e imaterial[5] tendo como referência a tradicional festa

[3] Para fins de melhor identificação das informações constantes do mapa, prestamos as seguintes informações: os polígonos identificados em cor verde são terras indígenas, pertencentes aos povos Paresí, sendo a maior porção, a do Chapadão do Parecis e as menores porções, no Baixo Parecis; o polígono amarelo são extensões de terras de propriedades particulares no Alto Parecis, que constituem fazendas do agronegócio no Município de Tangará da Serra na região identificada como Chapadão do Rio Verde; o polígono em cor rosa constitui o primeiro projeto de ocupação da região de Tangará da Serra, terras cortadas em glebas entre a Serra do Tapirapuã e o Rio Sepotuba, percebíveis em polígonos menores dentro do polígono maior. No polígono maior está identificado a localização da Cidade de Tangará da Serra.

[4] Vida material: constituída pela força de trabalho desprendida por homens e mulheres, em condições sociais determinadas que, compreende a construção dos meios de sobrevivência, composto essencialmente pelos bens materiais, como alimentação, moradia, deslocamento, roupas, remédios e outros, necessários à sobrevivência humana.

[5] Vida imaterial: conjunto das experiências de vida, hábitos, costumes e tradições que, no seu conjunto, identificamos como cultura, presentes no contexto das relações sociais dos sitiantes da comunidade Córrego das Pedras, espaço de produção da vida material.

de São Sebastião[6], sacra e profana, com culinária advinda da tradição mineira e paulista.

Nesse contexto, a presente reflexão propõe analisar a trajetória de vida das mulheres sitiantes da comunidade Córrego das Pedras, as tensões vividas e a paulatina conquista de espaços pelas mulheres, no contexto das relações sociais, participando como atores no processo de produção e reprodução da vida material e imaterial, fundamental para a permanência das famílias na terra.

## 2 ENTRE A CASA, ROÇA E FEIRA

> [...] e quando chegamos em casa,
> Aí de nós! vemos que nosso trabalho mal começou;
> Tantas coisas exigem a nossa atenção,
> Tivéssemos dez mãos, nós as usaríamos todas.
> Depois de pôr as crianças na cama, com o maior carinho
> Preparamos tudo para a volta dos homens ao lar:
> Eles jantam e vão para a cama sem demora,
> E descansam bem até o dia seguinte;
> Enquanto nós, ai! só podemos ter um pouco de sono
> Porque os filhos teimosos choram e gritam
> [...]
> Em todo trabalho (nós) temos nossa devida parte;
> E desde o tempo em que a colheita se inicia
> Até o trigo ser cortado e armazenado,
> Nossa labuta é todos os dias tão extrema
> Que quase nunca há tempo para sonhar. (GILLIS apud THOMPSON, 2016, p. 287/288).

### 2.1 Breve histórico de relações de gênero e a comunidade

No Brasil, o processo de inferiorização da mulher está estreitamente ligado à construção familiar brasileira, que advém de uma estrutura patriarcal, trazida já no processo de colonização português, estendendo-se ao longo do tempo.

Destaca Frieiro (1982), escrevendo sobre a realidade da roça em Minas Gerais na segunda metade do século XX, período que coincide com a migração mineira para Mato Grosso, que a organização familiar permanece sendo

[6] A festa de São Sebastião é tradicional, porque se repete, não sendo um acontecimento distinto, constituindo-se em um momento de celebração da comunidade, dos que lá vivem, dos que foram e voltam e da população citadina que mantém relações com a comunidade, tendo duas dimensões: a) religiosa, celebrada no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, padroeiro e protetor dos sitiantes, para agradecer as graças recebidas no ano anterior e pedir as bênçãos para o ano em curso; e b) social, realizada no mês de setembro, expressando o momento de celebração social. O cardápio é caipira, da roça, uma manifestação cultural que veio com as famílias migrantes, tendo como base a carne de porco frita e conservada na lata, frango caipira frito ao molho e com quiabo, tutu de feijão à moda mineira, torresmo ou pururuca, farofa de torresmo, arroz, couve refogada, angu, mandioca e salada (tomate com alface), músicas e danças caipiras.

segregadora para as mulheres.

> Ainda hoje costuma ser assim: a mesa das mulheres nas festas em que se come, é a segunda; a das crianças, a terceira. Nas fazendas e casas grandes, quando havia gente de fora para comer, as mulheres não se sentavam à mesa. Vez por outra, limitava-se a senhora a servir discretamente os comensais. Os viajantes estrangeiros muitos estranhavam que só raramente as senhoras apareciam para conversar, ou simplesmente apresentar cumprimentos, nas casas em que eram recebidos. (FRIEIRO, 1982, p. 78).

As mulheres, principalmente as mais novas, eram escondidas dos homens, em parte em função do ciúme do pai, mas muito mais em função do costume de arranjos de casamentos pelos pais e mães para as filhas, que deveriam sujeitar-se a uma relação conjugal negociada entre famílias. Não havia qualquer consideração com os sentimentos dos(das) jovens, particularmente das meninas, que eram molestadas em seus sentimentos, praticamente não tendo escolhas em relação às suas vidas, e dos desdobramentos que daí poderiam advir.

> Disse-lhe o fazendeiro, com embaraço, pouco antes de se separarem para sempre: "Está sem dúvida surpreendido, meu amigo, de que minhas filhas nunca se tenham mostrado ao senhor. Detesto o costume que me obriga a conservá-las afastadas, mas devo respeitá-lo para não lhes prejudicar o casamento." Alguns anos depois, outro viajante, Gardner, relatou ter sido recebido numa fazenda, onde vira a senhora da casa, que só o privilégio da idade permitia que se mostrasse, mas as filhas se esconderam, como também ela o teria feito na mocidade. (FRIEIRO, 1982, p. 79).

Segundo Frieiro (1982), tratava-se de um costume advindo da tradição romana, que foi enraizada nos costumes das famílias portugueses. "O português tinha ciúmes de tudo o que o rodeava. Só não tinha ciúmes, ironizava o escritor, da maior peste que lhe entrava em casa – o frade. 'Para a luz do dia, - rótulas fechadas. Para o frade, - portas abertas.'" (FRIEIRO, 1982, p. 79).

A constituição familiar patriarcal, de característica portuguesa, acima abordada, teve forte influência na constituição da família brasileira e, de modo particular, na família caipira. Conforme afirma Candido (1982), além do sangue português, o caipira[7] carregava também uma "herança" de seus valores e costumes.

A prevalência da estrutura da família patriarcal na cultura caipira - com seus valores e costumes -, replicada nas relações sociais da comunidade Córrego das Pedras, acaba por suscitar um comportamento de gênero referenciado na família

[7] Segundo Candido (1982) o "caipira" é fruto de uma composição racial tipicamente brasileira de bandeirantes e indígenas, com características sociais e culturais, como organização familiar, práticas alimentares e formas de se relacionar com a terra muito específicas, o que os distingue como "caipiras". No nosso caso, faço esse apontamento pelo fato das famílias migrantes de Minas Gerais e São Paulo apresentarem, em muitos aspectos, características sociais e culturais semelhantes.

tradicional, que coloca o homem com papel central no contexto das relações. A permanência desse formato de relações de gênero representa, também, um tipo de organização das relações de trabalho no campo, sendo determinante para a divisão sexual e secundarizacão do trabalho feminino.

No caso específico das famílias tradicionais da localidade Córrego das Pedras, aquelas que migraram na década de 60, permanece a tradição dos filhos homens morarem no sítio dos pais, e as mulheres, ao se casarem, saírem das casas dos pais. Em relação as mulheres, quando casadas no circuito da roça, tendem a permanecer na área rural, mesmo que em espaço diferente do sítio do pai e mãe. Esse é um traço tipicamente da família patriarcal, onde o processo sucessório é fortemente vinculado à figura masculina.

Conforme aponta Paulilo (2016), tradicionalmente, a estrutura da família patriarcal se mantinha com ascensão dos homens à estrutura de poder, incluindo aí a herança da terra. As mulheres casadas constituíam outro núcleo familiar, e as solteiras ou separadas, ou iam morar de favor na casa de irmãos, no caso o sucessor da família patriarcal, ou deslocavam para a cidade em busca de trabalho e reordenação da vida por conta própria e fora da estrutura familiar.

Essas considerações iniciais sobre o perfil patriarcal das famílias brasileiras, especificamente as do campo, são relevantes para a compreensão do papel da mulher na comunidade Córrego das Pedras, a partir das experiências de vida contadas por elas, pois há um histórico de experiências acumuladas na relação com o trabalho, com a família e com a comunidade. Essas experiências advêm de longa data, nesse caso específico, a partir do contexto de migração das famílias para a comunidade Córrego das Pedras.

## 2.2 A relação de gênero e a divisão sexual do trabalho

Em relação às questões de gênero, nossas percepções giram em torno, principalmente, do processo de produção da vida material, considerando que sua organização ao longo do tempo seu deu através da mão de obra familiar, incluindo aí a mão de obra das mulheres.

O modelo patriarcal de organização familiar acabou por inferiorizar o trabalho feminino no âmbito doméstico e da produção. Silva, Melo e Moraes (2017),

ao analisarem o mundo rural paulista, chamam a atenção para o processo de invisibilização da mulher no contexto das relações sociais no campo, de forma particular, nas relações de trabalho. Paulilo (2016, p. 27) fala de relações sociais em que "o fator sexo opera como um elemento discriminador na divisão social do trabalho, já que ao homem estão destinados os trabalhos ligados à produção, e à mulher, o trabalho doméstico".

Para Hirata e Kergoat (2007) essa divisão sexual do trabalho decorre das relações sociais entre os sexos, que, na família patriarcal, constitui-se em uma relação de poder. Essa forma é modulada histórica e socialmente, tendo como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva.

Em relação ao trabalho rural, Paulilo (2016), aborda o conceito de trabalho "leve" e "pesado" - sendo o trabalho "leve" para mulheres e crianças e "pesado" para homens -, como categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra e, ainda, pela posição hierárquica que seus executores ocupam em escala de gradação social. "O trabalho é "leve" (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar". (PAULILO, 2016, p. 115). Estamos falando de uma relação de poder advinda da família patriarcal, que coloca o homem como centro das relações de poder no âmbito da família. Paulilo (2016) conclui que a categorização do trabalho se dá não pelas características do trabalho, mas pela posição social de seus realizadores, ou seja, o trabalho feminino, das crianças e adolescente é inferiorizado por ser executado por pessoas inferiorizadas na relação de poder da família patriarcal.

Assim, estamos diante de um fenômeno social de discriminação do trabalho da mulher, que ressoa contemporaneamente tanto nas relações de trabalho da cidade, quanto no campo, que em muitas situações, é invisibilizado e/ou naturalizado.

No entanto, ao longo do tempo, as mulheres se movimentaram além das portas da casa: "[...] não apenas dentro da casa do quintal, mas também na roça, na indústria doméstica, nas feiras, nas festas e nos rituais religiosos". (SILVA; MELO; MORAES, 2017, p. 184).

Hirata e Kergoat (2007), faz referência a tomada de consciência de relações opressoras de trabalho, caminho para desconstituir a discriminação de gênero em relação ao trabalho e a desvalorização dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres no âmbito do lar, ou fora.

> Foi com a tomada de consciência de uma "opressão" específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente "evidente" que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. Pouco a pouco, as análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597).

O que se verificou em Córrego das Pedras é um modelo de constituição da família tipicamente com base na estrutura tradicional brasileira do campo, herdado historicamente do modelo português, com forte ascendência na cultura caipira: o pai cumpria o papel de provedor e a mãe, responsável pelos cuidados do lar, papéis que se replicaram ao longo do tempo na geração subsequente.

Essa estrutura acabou gerando também uma divisão sexual do trabalho, onde os trabalhos mais rústicos são de responsabilidade dos homens, mesmo da lida doméstica, como extrair lenha no mato para combustão, cuidar das criações fora do âmbito do quintal, sacrificar porcos e fazer a limpeza mais bruta e os serviços brutos da roça, como derrubar, queimar, arar, plantar e fazer os tratos culturais. Já a mulher, é responsável pela lida doméstica: limpeza de casa, lavação de roupa e cozinhar, e, eventualmente, ajudar na roça, principalmente nos períodos de colheita, e às vezes o trabalho de carpa, trabalhos esses considerados menos rústicos.

Os trabalhos são divididos: do portão para fora é trabalho dos homens, e, do portão para dentro é trabalhos das mulheres. Trata-se de uma herança cultural advinda do modelo de família patriarcal que permanece viva no contexto das relações sociais da comunidade.

Apesar da prevalência no âmbito familiar das relações patriarcais, o cotidiano se colocou ao longo do tempo como um espaço de tensões, percebidos no contexto das relações dos casais da primeira geração, que impulsionaram mudanças nas relações entre os casais, visto que são aspectos que estão na memória das mulheres.

> Vivi em um ambiente de ajuda mútua. Mamãe fazia as coisas que tinha que

> fazer em casa e ia para a roça ajudar meu pai. Teve uma época que papai ficou doente da coluna, não aguentava trabalhar na roça. Ele ficava em casa e mamãe ia para a roça. Meu pai e minha mãe eram muito parceiros um do outro, não tinha muita divisão não. Eu e minhas irmãs tínhamos que ajudar nos trabalhos da roça, já com nossos 13 ou 14 anos, porque não tinha homem. Era só dois filhos homens na família de muitas mulheres. (Entrevista com Neide, em janeiro de 2017).

Estamos falando em movimentos de tensões nas relações sociais no âmbito da comunidade Córrego das Pedras, que fomentam novas relações, quebrando paradigmas e redefinindo papéis. "Relações de força que envolvem homens e mulheres, seus valores e noções de mundo, subjetividades que constroem diferenças de gênero, informam papéis, fixam posições, impõem hierarquias e disputam memórias. (PAULILO, 2016, p. 244).

Entendemos que não há uma homogeneidade nas relações sociais no campo e nos modos de produção de vida material, assim, também não há em relação ao trabalho das mulheres. Assim, apesar da reprodução das relações de um modelo de família patriarcal, com centralidade masculina, importa considerar que as mulheres adentraram em um espaço que era especificamente do homem – a comercialização dos produtos na feira. A atuação na feira significa o rompimento não só com o portão do pátio da casa, mas também com os limites da porteira do sítio rumo à cidade, e ainda, o acesso ao resultado do trabalho produtivo realizado no sítio.

No cotidiano da vida na roça muitas vezes a necessidade foi impulsionadora de mudanças de costumes, provocando mudanças comportamentais. Às vezes, os papéis sociais mudam, ampliam ou até se invertem. Assim, não é muito estranho a presença das mulheres no trabalho da roça, não somente como ajudantes, mas como parceiras nas tarefas, e inversamente, homens na lida do lar (há homens que gostam muito da cozinha).

## 2.3 O caminho da feira

As mulheres do Córrego das Pedras saíram da cozinha para trabalhar na roça, ocupar a função de líder da comunidade e ocupar o balcão da feira. São situações atípicas em uma cultura patriarcal que historicamente secundarizou o trabalho das mulheres, percebida com maior intensidade no campo.

As mulheres da comunidade Córrego das Pedras, ao saírem da cozinha foram

aos poucos ocupando espaços. Assim, se em um passado remoto o trabalho da feira era exclusivamente masculino, incluindo a tarefa de comercialização da produção, ao longo do tempo, elas se mostraram exímias comerciantes, e passaram a assumir a frente na tarefa de comercializar. Sobre isso, Neide relata em uma entrevista: "Antes eu nem ia na feira. Hoje estamos lá, vendendo, à frente de nossas bancas de produtos".

Além do trabalho na roça, as mulheres assumiram o trabalho na feira, o que se constitui também em trabalho produtivo, em conformidade com a categorização de trabalho apresentado por Paulilo (2016), a começar pelo trabalho de industrialização artesanal do leite (para produção de queijos e requeijões) e fabricação de doces[8]. Assim sendo, compreendemos o trabalho desenvolvido pelas mulheres no processamento artesanal dos produtos primários produzidos nos sítios como trabalho produtivo que agrega renda e valor ao trabalho familiar. Essa dinâmica de produção organizada, demonstra que "[...] a produção doméstica feminina é essencial à reprodução econômica do sítio" (SILVA; MELO; MORAES, 2017, p. 179), não podendo ser analisada como renda complementar.

Thompson (2016) chama a atenção para o fato de que a participação das mulheres não se dá somente como donas de casa, mas como contribuintes da renda familiar, como cidadãs e membras constituintes da política e da economia local.

No caso da comunidade de Córrego das Pedras, o caminho da feira impôs às mulheres algumas necessidades, como aprender a dirigir. O volante do carro para as mulheres, por necessidade em função do trabalho, acabou se transformando em um instrumento de autonomia feminina, provocando o rompimento com a dependência marital. Para aquelas que aprenderam a dirigir, não mais necessitam do marido para se locomover pela cidade.

As mulheres, agora de negócios, estão na feira do produtor rural, realizada na cidade, nas quartas-feiras e domingos de todas as semanas, faça sol ou faça chuva, seja feriado ou não. Praticamente todas as mulheres da segunda geração estão na feira, na linha de frente, comercializando os produtos produzidos nos seus

[8] Em entrevista realizada no dia 19 de abril de 2018, na casa do Pedro e da Roseneire, casal da comunidade, enquanto entrevistávamos o Pedro, na varanda dos fundos da casa do casal, a Roseneire estava na área, perto de nós, produzindo queijos de forma artesanal, oportunidade que possibilitou-nos acompanhar os trabalhos durante a entrevista, e até conversar com ela sobre aspectos do trabalho familiar e da mulher.

sítios.

Essa condição do tino da mulher para o negócio é antiga, percebida e apontada por Thompson (2016, p. 243): "não existe nem uma única fonte a que se possa recorrer para estabelecer os papéis de gênero na praça do mercado. As mulheres estavam certamente presentes como vendedoras de bens alimentícios, embora poucas fossem comerciantes licenciados". Thompson (2016) chama a atenção para o papel ativo das mulheres na economia moral inglesa e para o papel que exerceram no mercado, talvez, por estarem diretamente ligadas à economia doméstica, principalmente em momentos de crises. Sob essa perspectiva, podemos entender o relato de. Neide:

> Acho que as mulheres têm mais jeito de ficar na frente da banca para vender, mais carisma. No caso do Ronaldo, meu esposo, ele gosta de ficar conversando, na verdade, quase todos os homens. Quem foge à regra é só o Senhor Tonico, ele está sempre lá no banquinho dele, e um de seus filhos também, o Paulinho que também fica mais na sua banca. Agora em relação aos outros, via de regra, as mulheres que estão ali na frente e os homens mais no suporte na parte da logística. Eu acho isso interessante, você já percebeu isso lá na feira? Eu acho que isso simboliza um pouco também o fato de as mulheres tomarem a frente das tarefas, o que acontece também aqui na feira, pois no começo não era assim. Antes as mulheres ficavam em casa, cabendo aos homens a tarefa de ir para a feira. As mulheres iam para a feira de vez em quando e não ficavam na linha de frente das vendas. Isso foi de uns dez anos para cá, não sei exatamente quando, mas de uns dez anos para cá. Esse processo de relação das mulheres com a feira foi natural. Começaram a ir e gostar. Os maridos também gostaram que elas fossem, pois aí sobrava tempo para as conversas, além da companhia. Falando por mim, se eu falar que não vou mais para a feira, ele desanima (o marido). Acho que todos os outros maridos, se as mulheres falarem que não vão mais para a feira, eles até desanimam. O Ronaldo mesmo, o dia que eu falo que não vou, ele também não quer ir. Acho que cria ali um comprometimento que acaba selando e melhorando o nosso relacionamento de casal, estou falando de cumplicidade. Hoje é muito melhor do que foi, acho que os homens e as mulheres foram melhorando as relações. Na verdade, acho que vamos deixando para trás um pouco da chatice que temos e vamos melhorando. Isso significa parceria do marido com a esposa. Fomos ocupando os espaços. Se olharmos para o passado, a mulher da roça só ia na cidade uma vez ou outra acompanhar o marido nas compras. Você sabe, isso se chama mudança de costume, de cultura. Acabamos mexendo com uma cultura machista, que colocava a mulher para dentro de casa, meio que escondida, cabendo somente aos homens a tarefa de ir para a cidade negociar e fazer o que ele achava que tinha que ser feito. Eu considero isso como uma quebra de paradigma, conquistado por nós mulheres, sem necessidade de nenhuma revolta organizada, não teve queda de braço e nem discussão. (Entrevista com Neide, em janeiro de 2017).

Neide, uma das mulheres feirantes, teve que aprender a dirigir carro, pois seu marido precisa permanecer no sítio no período da manhã para ordenhar as

vacas leiteiras. Para ela, o caminho da feira, além de significar o rompimento com os portões do quintal da casa e da porteira do sítio, acabou por mexer em uma estrutura social machista que empurrava as mulheres para dentro de casa, enquanto cabia ao homem, os afazeres na cidade. Ela considera uma quebra de paradigma. A cidade agora é caminho das mulheres também, sem a dependência do homem para as diversas necessidades, como fazer compras, ir para a feira, buscar atendimento médico-hospitalar, entre outras demandas.

Ao falar em quebra de paradigma, sem necessidade de revolta, Neide aponta para o que Hirata e Kergoat (2007, p. 604) identificam como conciliação que, "considera mulheres e homens como parceiros (e portanto decorre mais de uma lógica de conciliação de papéis que do conflito e da contradição) e as relações entre eles mais em termos de igualdade que de poder". Hirata e Kergoat (2007) chamam a atenção para o fato de que essa relação conciliatória não quebra a relação de poder, uma vez que a configuração do trabalho em perspectiva de poder permanece: o trabalho doméstico continua sendo atribuição das mulheres, mesmo em um contexto de reconfiguração das relações sociais de sexo.

O papel da mulher da comunidade Córrego das Pedras, da segunda geração, não é limitado à tarefa de procriar e cuidar da família, que em boa medida, foi minorada com a diminuição do número de filhos, o que, conformando com Thompson (2016), não é periférico e secundário. As mulheres, para além do compromisso com a lida doméstica participam ativamente da vida comunitária, atualmente até com mais intensidade dos que os homens, participam no preparo da feira e ao longo do tempo, mostraram habilidade para a prática do comércio na feira, sendo reconhecidas como as principais agentes de vendas.

Importa ressaltar que essa trajetória de ampliação do papel da mulher na comunidade, buscando sair da condição subliminar, é histórica, sendo percorrida também por mulheres da primeira geração, abrindo caminho para o rompimento com a dureza da condição de vida estabelecida para a mulher no contexto das relações no âmbito da família. Aqui convém destacar o papel fundamental da Senhora Alcina, esposa do Senhor Arestides, que fala com muito orgulho da conduta da sua vida como mulher, de sair da beira do fogão e ir para a roça, não pela imposição da vontade masculina, mas por necessidade e pelo gosto de

trabalhar na roça. Sua filha, Neide, conta com orgulho a trajetória inspiradora de sua mãe: "Teve vezes que mamãe ia sozinha para a roça. Quando o Pai ficou doente, ela foi trabalhar na roça e não somente ajudar. O pai fazia os trabalhos domésticos. Ele gosta de fazer bolo".

Diante da prevalência histórica de um modelo patriarcal de relações sociais, não podemos afirmar que estamos diante de uma inversão das relações de gênero, porém, não podemos deixar de destacar avanços na relação de gênero, caracterizado pelo ocupação de espaços pelas mulheres da comunidade, o que as tornou protagonistas do processo histórico de produção da vida material e imaterial.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa percebeu-se que as determinações sociais, no caso específico em relação ao papel social da mulher, advindo da família patriarcal, acabam por ser mudadas ou revistas ao longo do tempo. Podemos falar aqui de um feminismo em construção que se dá e desenvolve através do cotidiano das mulheres em construírem junto com suas famílias os meios de subsistência e dele participar e tomar parte. Um feminismo rural, como apontado por Paulilo (2016), que está vivendo constantemente novas experiências e construindo novos conceitos a partir da luta histórica por justiça, igualdade e fraternidade.

A pesquisa leva-nos a afirmar que, apesar das relações patriarcais no âmbito familiar advindas da constituição histórica dos costumes da família caipira, que secundariza não só a tarefa feminina, como também a sua existência, as mulheres da comunidade Córrego das Pedras ao longo do tempo passaram a ocupar espaços sociais e a desempenhar papéis sociais que eram tradicionalmente masculinos. Encontraram espaços para construir uma relação de parceiras dos maridos, interferindo, através do trabalho na constituição da renda familiar. As mulheres de Córrego das Pedras saíram dos portões do quintal e dos sítios, para junto com seus maridos, viabilizarem a produção e a renda, quer seja na tarefa de industrialização artesanal dos produtos a serem vendidos, quer seja no trabalho de comercializar os produtos no balcão da feira.

As mulheres participaram efetivamente no processo de produção da vida

material e imaterial, em um mundo rural brasileiro, que conforme Brandão (2007, p. 37), "é muito mais diversificado e polissêmico do que em geral se imagina", em contraposição ao avanço do agronegócio que apresenta um cenário de produção de monoculturas, portanto, uniforme. Ao longo do tempo, as mulheres sitiantes da comunidade foram protagonistas desse processo.

Conformando com Wanderley (2018), a pesquisa demonstra um espaço rural contemporâneo que se constrói na relação de interdependência com o urbano, uma relação de ambivalência assimétrica e o reconhecimento do mundo rural como um modo de vida. Homens e mulheres fazem a opção de viver de viver nesses espaços, sendo as mulheres protagonistas desse processo, como demonstra a pesquisa em andamento na comunidade Córrego das Pedras.

**REFERÊNCIAS**


BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **RURIS, Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 1, n.1, p. 37-64, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

FRIEIRO, Eduardo. **Feijão, angu e couve**. 2. ed. São Paulo: Itatiaia, 1982.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez, 2007. Disponível em: http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132. Acesso em: 10 jan. 2019.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: UFSC, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros de; MORAES, Lara Abrão de. Saindo das sombras: mulheres sitiantes paulistas. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 37, p. 179-207, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p179. Acesso em: 03 abr. 2018.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum:** estudos sobre a cultura popular e tradicional. Tradução de Rosaura Eichemberg. 1. ed. (9. Reimp.) São Paulo: Schwarcz, 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Concepções de sociedade e direitos de cidadania em questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro**. In: VIII

Encontro da Rede de Estudos Rurais. (Conferência de abertura). Florianópolis: [s.n.], 27 de ago. 2018. Disponível em: www. redesrurais.org.br. Acesso em: em: 28 de jan. 2018.

# EGRESSAS DO CURSO EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS STTRS DA TRANSAMAZÔNICA: NOVO GÊNERO DO SINDICALISMO RURAL?

Alcione Sousa de Meneses

GT 4: Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, floresta, e das águas num mundo de crises.

As análises centram-se no repertório de ações de mulheres egressas do curso universitário Educação do Campo junto ao sindicalismo rural e as implicações para a ação coletiva do campesinato. As entrevistas semiestruturadas possibilitaram focar as agências destas egressas em posição de lideranças e/ou dirigentes sindicais em diálogo com elementos que demarcam a socialização das mesmas: o passado socializador na ação coletiva e a formação universitária em cursos diferenciados. Analiso, tomando alguns casos específicos, as posições sociais e rede de mediação que estas egressas têm construído hoje com a posse do capital cultural institucionalizado. Há em curso uma possível transformação no espaço político tradicionalmente representativo da hegemonia masculina, atualmente questionado pelo saber-fazer feminino.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres, relações de gênero, sindicalismo rural, formação universitária diferenciada

## INTRODUÇÃO

Este artigo, como pano de fundo das análises, aborda repercussões de políticas públicas, sobretudo as mudanças no mundo rural sob a ótica do gênero, cujas pesquisas da área não fazem menção às contribuições de políticas públicas educacionais específicas para o campo (cf. PARRY SCOTT, 2010, dentre outras). As mulheres sujeitas deste artigo são egressas do curso Educação do Campo pertencente ao campus de Altamira da Universidade Federal do Pará e hoje estão atuando na presidência dos Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhores Rurais (STTRs) da região Transamazônica[1].

O curso de licenciatura em Educação do Campo foi instituído com recursos do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), implantado em atendimento à uma ampla base de

[1] Localiza-se no Oeste do Pará. Sete dos dez municípios (Pacajá, Anapu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Gurupá) que a constituem têm relação direta com a abertura de BR 230, a estrada Transamazônica, ou sofrendo profundas modificações socioeconômicas , ou sendo criados a partir das vilas a agrovilas que compunham esse projeto. A criação desses novos municípios também se deu como estratégia de luta dos colonos pioneiros para se colocarem na disputa por recursos públicos, bens e serviços sociais junto ao Estado, seja constituindo os STTRs próprios, seja disputando as prefeituras dos municípios recém-criados.

reiniciações de camponeses, povos e comunidades tradicionais em nível local e nacional, por essa origem política, por ser direcionado ao público de agricultores camponeses, ribeirinhos, indígenas dentre outros pertencimentos socioculturais e identitários e ainda por suas características pedagógicas referendadas na Pedagogia da Alternância, esse curso é definifo como diferenciado[2]. Além da formação universitária em curso diferenciado, os marcos temporal e histórico comuns a estas egressas desenham a sua condição social em termos de características econômicas e políticas inseparáveis das ações públicas e da dinâmica da estruturação agrária no processo conformativo da região Transamazônica. Essa condição social se exprime por três processos sociais:

a) A constituição do campesinato de fronteira na Amazônia como expressão do capitalismo autoritário (VELHO, 1979). b) A relação das famílias de referência desses egressos com os desdobramentos e ações inerentes à construção e reprodução da colonização, reconhecida localmente como estrada Transamazônica (BR 230). Tal projeto de colonização agrícola foi uma alternativa importante como estratégia para viabilizar o acesso e a posse da terra, mediante a condição de colono e a sedentarização decorrente de um passado migratório em busca de terras para trabalhar. c) A organização social de base sindical, forma de resistência coletiva visando às possibilidades de permanência na terra e na região, de fato reivindicante de investimentos do Estado para além do iniciado e alardeado projeto de colonização da década de 1970, sem a completa implementação deste projeto.

Os atores sociais representativos da atividade agrícola por meio do Movimento pela sobrevivência na Transamazônica (MPST), do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) e da Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) vêm se posicionando, por ação coletiva, em relação concorrencial ou de parcerias no campo de disputas por recursos diversos junto à ação pública. Tal coletivo se auto define como o 'grupo do movimento social da região'.

A leitura das características que desenham a atuação mediadora de

[2] O termo educação ou ensino diferenciado trata-se de uma espécie de "guarda-chuva" aglutinador de diversas experiências de escolarização básica e universitária fundamentadas no princípio do diálogo epistemológico entre saber popular e saber científico, interculturalidade e representação democrática. Os cursos diferenciados inserirem-se no amplo movimento ou projeto político posto em curso por povos e comunidades tradicionais apartir de 1990, pelo Movimento Nacional por Uma Educação do Campo, sob o protagonismo do Movimento dos Trabalhores sem Terra.

egressas daqueles cursos, sugere reconversões e, mais, um possível quadro de mudanças também no espaço político base do movimento social protagonizado pelos camponeses na região Transamazônica que é o sindicalismo rural. Me reporto ao dado a seguir acerca da ascensão de 'mulheres estudadas'[3] aos cargos de direção dos STTRs: da escolarização universitária dessas mulheres (entre 2015 e 2017) até agora, ao todo são sete mandatos em quatro municípios: Senador José Porfírio, Brasil Novo, Uruará, Placas, sendo que em Placas já são dois mandatos consecutivos da mesma egressa e em Brasil Novo são dois mandatos consecutivo de egressas, mas conduzidos por pessoas distintas, nesses dois a gestão dos STTRs iniciou-se ainda quando elas eram estudantes do curso Educação do Campo.Ou seja, há em curso uma possível transformação no espaço político tradicionalmente representativo da hegemonia masculina, tendo em vista que até então apenas homens haviam assumido a presidência de STTRs, certamente são conteúdos socioculturais sucedidos das relações viricentradas estruturantes das sociedades ocidentais. No meio rural, tais relações ganham matizes mais intensos advindos da forma de organização do trabalho familiar no modo de produção camponês, no qual à mulher é reservado um "lugar invisível", ao homem, o lugar da decisão e da ação.

Esse dado (direções e vice direções de STTRs assumidas por mulheres com ensino superior) extrapola os limites do que é quantificável, pois parece desestabilizar as hierarquias entre gêneros e tornam visível o esforço coletivo em assumir a formação universitária como estratégia de reprodução social em um contexto de instabilidade política e social da condição camponesa, provocada por dois elementos presentes nas atuais relações onde se inserem as 'mulheres estudadas': 1- A partir da década de 1990, tem-se a "crise da base", assim definida pelos agricultores referindo-se ao arrefecimento da capacidade de mobilização e formação política dos STTRs, no cenário de acesso aos créditos rurais do FNO Especial e PRONAF, a projeção de importantes lideranças regionais em cargos públicos e políticos e o surgimento de diversas associações e cooperativas de produtores rurais que garantiram a afirmação e legitimação política regional do movimento social camponês da Transamazônica, por outro lado, passaram a exigir

[3] Expressão utilizada pelos entrevistados para se referir às agentes que possuem escolaridade básica e,especialmente, universitária.

um perfil dos STTRs mais gerencial e técnico; 2-O contexto de desmantelamento de políticas públicas a partir de 2017 com a ascenção da extrema direita na condução do Estado brasileiro (JORDAN, U. et all, 2013).

## MOBILIDADES SOCIAIS PROVOCADAS PELO ENSINO SUPERIOR

O tema da mobilidade social ganha sentido quando situado na temática das reconversões sociais, entendidas como movimentos transversais e horizontais que subjazem modificação de capitais de origem para formas de capitais mais rentáveis e disputados, visando "modificar para conservar" a posição de grupos ou indivíduos na estrutura social (BOURDIEU, 1996, p. 151). Em um quadro de instabilidade sociopolítica, a ascenção de mulheres com ensino superior diferenciado assemelha-se à incorporação deste elemento externo ao campesinato como parte de suas estratégias de reprodução social, considerando-se a necessidade de novas espécies de capitais para manutenção do protagonismo político do mesmo, a constituição de quadros institucionais próprios, bem como o investimento em formação de seus próprios agentes mediadores, das estratégias para permanência na terra e em condição de ascenção política, continuamente ameaçada, a exemplo do desmantelamento de políticas públicas.

Gênero, a partir das análises de Joan Scott (1986) refere-se a papeis sociais atribuídos aos sexos, logo ser/atuar como mulher tem um caráter relacional ao que é atribuído ao homem, aos atributos morais, simbólicos, estéticos e até cognitivos reservados às mulheres e aos homens, estreitamente atrelado ao acesso diferencial a recursos e a 'lugares de fala' para ambos. Sobre este aspecto nas sociedades rurais, trago ao diálogo as reflexões de Gema Esmeraldo (2013) em seus estudos sobre gênero e protagonismo político para a qual a ordem simbólica típica da unidade de produção e consumo camponês que destina ao trabalho feminino à "casa" e atribuiu o trabalho masculino ao "roçado", à elas o lugar de "ajudantes" e a eles o lugar de "protagonistas", "[...] é responsável pela produção de padrões de comportamentos alicerçados numa ordem binária e sexuada que diferencia e hierarquiza o trabalho segundo o sistema sexo/gênero" (idem p. 238). Para Esmeraldo, o sistema simbólicoalicerçado nos lugares de trabalho para o masculino e o feminino, fazem construir também a hierarquia nos lugares políticos destinados

a homens e a mulheres em organizações.

Essa ordem socioeconômica e simbólica estruturante do universo cultural camponês e o fato ser a primeira vez nos quase 50 anos de trajetória política regional que as mulheres estão assumindo cargos de direção em STTRs até então dirigidos por homens,são, respectivamente, expedientes explicativos e visibilizadores de uma das representações mais significativas do lugar político tradicionalmente atribuído às mulheres na ação coletiva do campesinato na região Transamazônica, trazidas à tona por Moacir Feiteiro (85 anos. Liderança antiga do 'grupo do movimento social da região'):

> Nós, os brutos [apontando para as várias lideranças masculinas presentes na reunião onde Moacir se expressou], a gente tinha que ser bruto para enfrentar a direita, os pelegos,pra mobilizar [menção ao tempo inicial de estruturação do movimento social local], mas a gente precisava de alguém que escrevesse nossos documentos, panfletos, divulgasse. A gente deixava essa parte para elas [apontando para as mulheres presentes].

Ainda que tal representação mental e a realidade empírica estejam em mudança, elas, certamente, são uma codificação de gênero circulante na cultura política, e naturaliza lugares de atuação e de exercício de poder, pois "as estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino (SCOTT, 1986, pp. 26-27". A hierarquia e a naturalização de lugares políticos, nesse caso, estaria na ideia de que às mulheres é atribuído um protagonismo interno aos quadros institucionais da ação coletiva, um quase "lugar semipúblico" típico da organização burocrática, da escrita (habilidade há muito destinada às mulheres do movimento), sobretudo no contexto de criação da posição relacional entre masculino e feminino na ação coletiva.

Esta certamente é uma das razões pelas quais, até por volta de 2014, as mulheres quando entravam nas direções dos STTRs eram em cargos de secretárias, tesoureiras ou, em alguns poucos casos, vice-diretoras. As cinco mulheres, todas egressas do curso Educação do Campo,(Jéssica/município de Placas; Simone 2 2/Uruará; Giovana/Brasil Novo; Mariângela/Brasil Novo; Elenice/Gurupá) na faixa etária entre 28 a 40 anos, que compõem o universo das interlocutoras neste artigo, têm suas trajetórias nos STTRs assim configuradas por deslocamentos profissionais/militantes verticais: iniciaram como formadoras de lideranças em cursos do 'grupo do movimento social da região' ou como secretárias, tesoureiras,

e, a partir da formação universitária, evoluíram à vice presidentes ou à presidentes. Em dois casos, elas também já atuaram ou estão atuando como vice coordenadoras da FETAGRI Regional junto à qual se articulam os STTRs da região. Mudanças na histórica condição de subalternidade da mulher nos espaços políticos, como as organizações sociais camponesas em outros contextos, vem se dando há três décadas, é o que apontam estudos acerca de outras realidades nacionais, como os realizados por Neves e Medeiros *et all* (2013).

Na região Transamazônica, como se observa nos dados anteriormente expostos, o ingresso de mulheres nos quadros políticos sindicais como presidentes é muito recente, também não há um movimento de mulheres sindicalistas, apesar de que elas sempre estiveram presentes nos quadros institucionais da ação coletiva criando condições de possibilidade para sua existência, diferente de outras realidades nacionais como a nordestina, estudada por Esmeraldo (2013), que há muito tempo têm assistido à ascensão de mulheres em direções de STTRs. Aqui são mulheres jovens com capital cultural institucionalizado via diploma universitário e detentoras de habilidades distintas dos homens não escolarizados.

Nesse possível universo político em mudanças no contexto regional, trazido pela inserção política de mulheres em espaços de decisão, um fato se repete: as mulheres que têm ascendido às direções são oriundas de famílias com tradição de luta no 'grupo do movimentosocial da região' e que fundaram os STTRs, assim, o tipo de redes por elas tecida são fundadas em vínculos ou 'laços fortes'[4] com aquele grupo, permanecendo padrões de "familiarização" na condução desses espaços políticos e de sua credibilidade ao modo de territórios de parentesco como nos inspira pensar as reflexões de Comerford (2003) a partir de suas pesquisas sobre o sindicalismo rural na Zona da Mata mineira. Desta forma, essas mulheres têm aliado ao capital universitário, o capital social político advindo de suas famílias de orientação, herdam redes de períodos anteriores para suas atuações. Mas, numa tradição onde homens detêm potencialmente condições para a sucessão geracional nesses cargos de direção (se não, detêm as regras que regem o acesso para tal), por

[4] Diz respeito à antiguidade da relação entre o "nó" da rede (o movimento social representativo do campesinato na Transamazônica) e os agentes que com ele tecem relações, diz respeito também à intensidade afetiva e à frequência de troca de serviços, bens (materiais, simbólicos), etc. (Cf. PORTUGAL, 2007).

que as ‘mulheres jovens estudadas’ o estão assumindo? Recorro novamente à Joan Scott (1986, p. 27) quando ela pergunta: “[s]e as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, como é que as coisas mudam?”

“As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder [...]”, destaca Joan Scott (1989, p. 21). Portanto, um caminho possívelpara refletir acerca das mudanças de percepção (auto e hetero), nas figurações ou vínculos sociopolíticos entre homens e mulheres, seria pensarmos que a representação binária no contexto rural junto à classe a qual as ‘mulheres estudadas’ pertencem tem ganhado outros sentidos, típicos da busca por aprofissionalização da atuação mediadora no interior dos quadros institucionais em um contexto de instabilidde, nesse caso, o lugar da formação universitária e a expertise profissional e acadêmica caberia mais ao feminino nessa estrutura, que já atribuía à mulher o espaço interno da organização burocrática,a lida com a escrita, a divulgação das ações e a formação dos demais agentes. As contribuiçõesde Favareto (2006) acerca do novo sindicalismo e suas transformações na década de 1990, e de Parry Scott (2010) sobre a repercussão de políticas públicas no campo, parecem promissoras para analisarmos o contexto local/regional em diálogo com o nacional:

O chamado novo sindicalismo, o qual se estrutura em meados da década de 1970 já coma finalidade de se contrapor ao sindicalismo patronal, nasce assumindo ações mais colaborativas junto à elaboração de políticas públicas, além das reivindicações clássicas no campo da profissionalização do trabalho agrícola, reforma agrária, etc. Para tanto, a capacidade de construir “[...]proposições tecnicamente competentes, realistas e plausíveis [...]”, como destaca Favareto (2006, p. 29-37), passa a ser uma questão importante para a relação propositiva com o Estado. Essas exigências de uma certa expertise interna ao sindicalismo rural se intensificam na década de 1990, quando se assiste à transformações no mundo do trabalho e com ela, a introdução de novas tecnologias de produção e gestão.

As ‘mulheres estudadas’ presidentes dos STTRs, incluem-sena chamada ‘quarta geração’ de lideranças, assim definida pelo ‘grupo do movimento social da região’ para falar dos agricultores e seus filhos/as que usufruíram da conquista de políticas públicas, “[...] a nova geração que está chegando [...] é a turma que ficou na terra por conta dos FNO´s, das conquistas da educação básica, etc [...]” (Neto

Portugal, 60 anos). Portanto,a possível desconstrução da masculinização daqueles quadros institucionais, estaria ligada também ao contexto das políticas públicas, notadamente as específicas para mulheres do campo, como podemos depreender também das análises de Parry Scott (2010, p. 16), reportando-se ao acesso a programas de crédito como o PRONAF, PRONAF-mulher; de previdência e de outras transferências. Essas ações públicas, certamente em um efeito não previsto, impulsionaram a participação de mulheres em ações coletivas.

Como vejo, além das ações públicas decorrentes das políticas e programas acima mencionados nas áreasde créditos, renda, saúde, etc, a Educação do Campo e o curso Etnodesenvolvimento têm cumprido importante papel na criação de novos cenários de relações sociais no campo por qualificarem a intervenção de mulheres (requeridas pela ação coletiva), as habilitando à novas posições de poder (por vezes ainda mescladas pela forma onipresente de atuação sexista) e a construírem outras subjetividades (em formas de atuação talvez não previstos pela ação coletiva) como apontam os depoimentos de egressos/as.

## ELAS NOS ESPAÇOS DE PODER DA AÇÃO COLETIVA: O CASO DE JÉSSICA EM PLACAS

> Não acho que foi fácil isso [ao avaliar a chegada das mulheres à presidência de STTRs da região Transamazônica]. A luta das mulheres por dentro do movimento sindical... o nosso movimento sindical era machista. Nosso movimento sindical, as principais direções eram de homem, mas essa luta das mulheres foi importante [...]. Inclusive as mulheres hoje têm feito proposições parao campo que, talvez, muitos homens não fizeram[...] (João PT, 54 anos. Liderança antiga do município de Placas. Atual diretor de política agrária da FETAGRI/Pará).

João PT, liderança expressiva do município de Placas onde atuou como presidente do STTR, bem como nos demais quadros institucionais representativos do 'grupo domovimento social da região', traz acima tanto o reconhecimento de processos de mudançasno interior dos quadros institucionais da ação coletiva pela presença física e política de mulheres como Jéssica, principal interlocutora nas análises postas aqui, quanto sinaliza alguns importantes desafios para aconstrução da inserção de mulheres e jovens nesse ambiente institucional, especialmente nos quadros de direção. Jéssica (28 anos, preta, católica, casada e sem filhos) atua há 12 anos no STTR de Placas; ela considera João PT como a referência basilar, ao lado da

sua tia-mãe (também liderança local antiga), quando Jéssica narra a origem de sua inserção nos quadros institucionais da ação coletiva.

Ao ser solicitada para falar da origem de sua participação no 'grupo do movimento social da região', Jéssica aciona elementos importantes definidores da noção de classe que, no caso em estudo em muito está organizada em torno de um relato histórico sobre a origemcomum umbilicalmente ligada à territorialização da Transamazônica, o que desde o início já apontava os STTRs como espaços políticos centrais para exercício de poder localmente na interface com latifundiários, fazendeiros, também na disputa pela condução das prefeituras; nesse cenário, fronteiras entre o 'eu' coletivo e os 'outros' foram definindo solidariedades.

A trajetória de Jéssica está permeada pelas principais micro redes de sociabilidade e circulação de informações e recursos que demarcam o 'grupo do movimento social da região,quais sejam: o ambiente familiar militante, o ambiente político sob a liderança do Partido dos Trabalhadores e do STTR, e o ambiente acadêmico. Primeiro a tia a introduziu muito cedo nos quadros institucionais da ação coletiva como "acompanhante nas atividades da Casa Familiar Rural, nas passeatas etc", como ela esclarece, depois em 2011 João PT, então presidente do STTR, a inseriu como 1ª Secretária dessa instituição. Ele "[...] percebeu que ela tinha grande desenvoltura para o lado social e passou a levá-la para os eventos, inseriu ela dentro do cenário político, social e sindical [...]", narra Julimar (37 anos. Egresso do curso Educação do Campo) ao se referir ao percurso de Jéssica até chegar à posição sociopolítica atual. Nesse interim sua formação político-sindicale acadêmica foi se dando seguindo uma trajetória mais ou menos típica de lideranças do 'movimento': ainda em 2011, ela foi convidada por João PT para participar dos cursos oferecidos pela FETAGRI e pelos STTRs da região através da Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC), a partir daí "[...] eu sai do quadro de funcionária para liderança[...]", destaca Jéssica. Na avaliação de Julimar, ratificada por Jéssica, "[...] ela pegou pra si essa responsabilidade e o curso Educação do Campo contribuiu demais para essa decisão [de ser uma liderança]. Hoje ela é uma referência sindical no município e na região".

Nesse percurso é interessante observar o papel da formação, especialmente acadêmica, para essas agentes tomarem para si o lugar social de "ser

liderança" e para a legitimidade e reconhecimento externo para a partir dessa posição atuar: "[...] o fato de estar no curso, o nosso comportamento como profissional muda quando a gente obtém conhecimento. Eu ouvi comentários das pessoas que trabalharam comigo, dessa evolução como profissional que veio através do curso", e complementa ainda ao se reportar à formação universitária: "[...] eu entendi que tinha uma luta por trás daquela sala de escritório que eu ficava dentro do sindicato!", destaca Jéssica.

Um misto de reputação advinda da tradição construída pela luta das famílias de origem dessas egressas na implantação e permanência dos STTRs, ao modo de um capital social herdado, ao lado dos investimentos coletivos de formação nos próprios quadros institucionais da ação coletiva funcionaram como motivação ou espécies de agenciamentos capacitadores para a atuação militante e mediadora, mas a formação universitária aparece também nas representações das demais egressas presidentes de STTRs como uma espécie de consagração pública para esse tipo deatuação potencializando tanto para assumir esse lugar, quanto as habilidades aí requeridas: "Está no sangue. Venho da base do sindicalismo. Minha vinda para o sindicato não é por acaso, estou para dar continuidade à luta que minha família iniciou no sindicato, e o curso só ajudoupara isso tudo" (Mariângela, 38 anos. Egressa do curso Educação do Campo. Presidentedo STTR de Brasil Novo).

*O modus operandi* e as micro redes de atuação mediadora de Jéssica em Placas

> [...]depois das prefeituras, os nossos sindicatos hoje são nossas maiores representações. [...]quando eu fui presidente do sindicato de Placas, tinha dias que eu atendia mais gente no sindicato do que o Negão [prefeito à época]. Isso é porque a gente tem essa compreensão do desenvolvimento regional (João PT, 54 anos. Liderança antiga do município de Placas. Atual diretor de política agrária da FETAGRI/Pará).

O trecho acima expõe as reflexões de João PT sobre a configuração de forças sociopolíticas em Placas, deixa claro o lugar de importância dos STTRs no contexto local da Transamazônica, quanto ao seu papel de interlocutor junto ao poder público e ainda mais como referência política junto à agricultura familiar (sobretudo na garantia e consecução de direitos e serviços), e referência histórica (no sentido da aglutinação dos colonos agricultores e até de um certo lugar de

memória, que “foi criado pela nossa luta” e “que tirou a gente das mãos do patrão”). Placas, segundo classificação do IBGE (2010), assim como os demais municípios da região Transamazônica, são definidos como municípios rurais remotos.

A posição do STTR e seu ambiente institucional na figuração das relações em Placas,marcam Jéssica subjetiva e objetivamente, de forma que sua ruralidade, entendida como a relação que ela estabelece com o espaço rural de origem, atribuindo sentido social às suas ações mediadoras têm constituído a continuidade do caráter político do campesinato, pois que este é, tal como define Esmeraldo (2013, p. 138), “[...] tecido nas relações sociais e se exprime em manifestações de resistência e compromisso com modos de vida [...]. Em Placas,a despeito da força econômica da agricultura familiar, o aparato público, não se volta às características e demandas de um município rural, tendo em vista a tradicional relação de parcerias políticas entre poder público municipal e grupos socioeconômicos divergentes do campesinato.

As redes pelas quais Jéssica tece suas agências dedicadas ao ‘grupo do movimento social da região’ são as mesmas nas quais sua trajetória social e militante está ancorada, mas seu *modus o perandi* traz muitos elementos de reação ao contexto desfavorável de Placas atualmente, onde se assiste à falta de representatividade da agricultura familiar no poder público municipal, consequentemente há pouca entrada do STTR nas secretarias municipais para consecução de recursos e serviços; ainda no cenário local, o STTR e o movimento social camponês como um todo, segundo avaliação de Jéssica e das demais egressas presidentes, passam por um momento de crise de legitimidade, lido por elas como “a não referência do STTR para os agricultores” e esse quadro é intensificado pelo que elas definem como “perseguição aos STTRs” pelas últimas gestões federais de extrema direita que a partir da destituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário ainda no governo Temer em 2017 (ano de início da primeira gestão de Jéssica no STTR), tem “[...] feito essa defesa do agro e a diminuição da agricultura familiar”, destaca Jéssica ao avaliar as condições objetivas para a realização de seu mandato de presidenta. Dentre as formas de engessamento institucional dos sindicatos ela destaca a transferência para a prefeitura, de serviços antes feitos pelo STTR e importantes para sua manutenção financeira e política.

Tal forma de atuação da ação pública federal, avalia Jéssica, contribuiu para "afastar o agricultor do sindicato" agudizando a já instalada "crise da base" desde meados de 1990, consequentemente, uma das linhas de atuação dessa egressa, seguindo os direcionamentos também da FETAGRI regional, tem sido a "recuperação do sindicato como uma referência". Dentre as estratégias de atuação de Jéssica estão a diretriz de: "Voltar aos trabalhos de base, a volta de sentar na comunidade com o agricultor, isso que a gente teve que reaprender nesse governo Bolsonaro" (Jéssica, 28 anos. Presidente do STTR de Placas).

Além do trabalho de base, mesmo em meio a um quadro de pandemia pelo corona virus, a atuação mediadora de Jéssica, no âmbito interno ao STTR, reflete a característica mais pragmática e técnica de gestão exigidas pelo ambiente institucional do novo sindicalismo em um cenário de "perseguição aos sindicatos", e de tentativas de "recuperação do papel de referência do sindicato junto aos agricultores". Portanto, um trabalho de organização burocrática foi necessário desde o início de sua primeira gestão em 2017 para legalização do funcionamento do STTR via consecução do registro sindical que desde sua fundação em 1996 não possuía, pois não tinha cadastro junto ao Ministério da Economia, o que, agora, dá a essa instituição segurança jurídica, inclusive para celebrar convênios com o INSS, dentre outras instituições. Esse *modus operandi* mais técnico e atento ao mundo do trabalho e da gestão burocrática é acionado por Jéssica para diferenciar sua forma de gestão em relação aos demais presidentes: "Essa diferença que eu vejo, antigamente os presidentes puxavam muito esse lado somente da luta; hoje tem que ser as duas coisas: a casa tem que estar arrumada para poder avançar [...]".

Profissionais como Jéssica, presidente de sindicato, no papel de mediadora, dado o seu *métier*, desenvolvem uma forma de mediação técnica e de prestação de serviços, conforme se pode depreender da tipificação realizada por Neves (2008). Os mesmos "[...]atuam colocando explicitamente em relação dois "seres sociais" (instituições que objetivam políticas e programas públicos, por um lado, e, por outro, reais ou potenciais beneficiários [...]".

Também, suas habilidades na gestão têm contribuído para dar uma orientação competente aos agricultores sindicalizados na garantia de direitos, como podemoster uma ideia a partir das reflexões enunciadas pela própria Jéssica ao falar

da sua forma deagir, especialmente na garantia das Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAPs) aos sindicalizados. Esse feito, tem construído tanto o respaldo do sindicato junto aos agricultores familiares, quanto atraído a atenção e reconhecimento externo, a exemplo dos bancos para a consecução de créditos agrícolas sob a mediação da presidente do STTR ou "usando" a organização interna e sistematização de dados acerca da contribuição da agricultura familiar do município para conseguir adesão de vereadores e a barganha de serviços: "[...]o sindicato é único emissor de DAP hoje em Placas [...]. O banco da Amazônia não chamava pra discutir os projetos dentro do banco, agora chama" (Jéssica, 28 anos. Presidente do STTR de Placas).

Mediação são ações situadas contextualmente, de articulação de agentes, atores na consecução de recursos (materiais e simbólicos) e, especialmente no contexto de Placas nesses quase sete anos que Jéssica tem assumido a presidência do STTR,o exercício de ações mediadoras externas à rede imediata de atuação (o STTR, os agricultores filiados, a FVPP, etc) foram direcionadas, além da negociação com agentes bancários, para o campo político de diálogo com a ação pública e agentes do Estado, na construção de pontes para consecução de soluções diversas com o intuito de cobrir 'buracos'deixados pelo contexto de arrefecimento da ação coletiva junto aos agricultores e pela forma de atuação do governo federal de extrema direita (aliado político do governo municipal). Ao que se vê, Jéssica apresenta um *modus operandi* atento a alianças, cooperações locais e oportunidades políticas em um cenário de desmonte de políticas públicas.

Esses trunfos políticos, a capacidade de organização interna do STTR em meio à autoridade conquistada, tem construído uma espécie de articulação de redes de instituições em situações de fragilização das ações do Estado e políticas públicas, e ainda em um contextoadverso politicamente para o exercício de mediações a qual, pela natureza de seu significado,passa pela construção de consensos e trocas para o acesso a equipamentos públicos,benefícios governamentais, criação de canais de acesso dos agricultores e agricultoras familiares à administração pública. Das narrativas de Jéssica sobre sua forma de atuação, trago a seguir uma das situações de retorno prático aos agricultores do *modus operadi* dessa egressa em situações mediadoras envolvendo suas "ações para dentro" (ou seja, para"organizar a casa",

como destacou Jéssica) e "para fora", para o diálogo ou criação de redes com agentes externos ao campesinato. Um exemplo disto segue abaixo:

Os espaços de feiras são, comumente, lugares viabilizadores da autonomia financeira dos agricultores familiares tendo em vista o potencial socioeconômico delas se orientadas para essa finalidade. Não é o caso do município de Placas, onde a feira parece funcionar ao contrário, como um não-lugar dos agricultores, muito menos do STTR devido a uma certa "prefeiturização" da mesma, como esclarece Julimar (37 anos. Egresso do curso Educação do Campo. Em 2022, Jéssica protagonizou uma interessante atuação mediadora junto à prefeitura com o objetivo de tornar a agricultura familiar visível e valorizada, bem como tentar criar outros espaços de feira que de certa forma sirvam de espaços de aprendizado aos próprios/as agricultores/as no sentido de se verem e serem vistos como produtores de alimentos e força econômica no município (diferente da atual feira gerida pela prefeitura), Jéssica negociou direto com a prefeita o patrocínio para a realização da tradicional festa da agricultura familiar dentro da feira agropecuária, estes espaços já são uma referência no município representando grupos sociopolíticos divergentes (a agricultura familiar e o agronegócio, respectivamente). Além disso, dentro da festa agropecuária, Jéssica conseguiu negociar a realização de uma primeira feira da agricultura familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os repertórios de atuação das egressas dos cursos universitários diferenciados à frente dos STTRs, descortinam o que a política pública é capaz de produzir a partir de uma estratégia "de dentro" , do olhar de seus contemplados: 1- especialmente as políticas públicas de ação afirmativa e programas que versam sobre serviços públicos diferenciados conforme demandas e proposições de grupos específicos, são mais compatíveis com a ideia de desenvolvimento de forma plena como "expansão das capacidades humanas", como nos diz Amartya Sen (2000), assim, os cursos universitários diferenciados, de forma prática, extrapolam os objetivos formais para eles previstos, como a formação profissional de professores para atuar na educação básica. Estas egressas têm construido um tecido social atento ao fortalecimento do campesinato internamente, quando

recupera da "base" política, e externamente na relação com atores e instituições mesmo em cenário adverso à alianças e consecução de serviços públicos compatíveis com as demandas da agricultura familiar, tal não é outro o caminho para a reprodução desta condição social historicamete ameaçada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

FAVARETO, Arilson. **Agricultores, trabalhadores**: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. SãoPaulo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, núm. 62, octubre, 2006, pp. 27-44.

JORDAN, A, Bauer, Mw & GREEN-PEDERSEN, C. **Policy dismantling**. Journal of European Public Policy, 20, 2013, pp. 795-805.

NEVES, Delma Pessanha. Mediação Social e mediadores políticos. In: **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs). **Mulheres camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

PORTUGAL, Silvia. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina do CES, n. 271. Março de 2007.

SCOTT, Joan. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis". Gender and the Politics of History. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press. 1989.

SCOTT, Parry. **Gênero e Geração em contextos rurais**: algumas considerações. In:SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (orgs). Gênero e geração em contextos rurais. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SEN, Amarya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VELHO, Gilberto. **Metrópole, cosmopolitismo e mediação**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 16, n. 33, p. 15-23, jan./jun. 2010.

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato** – um estudo comparativo a partirda fronteira em movimento. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1979.

# RE-EXISTÊNCIA DO POVO DAS ÁGUAS: A PEDAGOGIA INDÍGENA OMÁGUA/KAMBEBA NAS OBRAS MÁRCIA WAYNA KAMBEBA

[1]
Hemily Marinho Kokama
[2]
Luiz de Oliveira Auleriano
[3]
Rita de Cássia Fraga Machado

**GT4:** Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas e das águas em um mundo de crises.

**RESUMO**

O presente trabalho é parte de um estudo em andamento de pesquisa acadêmica a nível de mestrado , no qual revisitamos e analisamos textos teóricos e literários da pensadora indígena do povo Omágua/Kambeba, tendo como foco central a pedagogia do Omágua/Kambeba nas obras de Márcia Kambeba. O objeto principal desta pesquisa é de natureza teórica, e se justifica pela necessidade de descolonizar as epistemologias pedagógicas que se pautam no androcentrismo eurocêntrico, propondo reflexões sobre epistemologias que contemplem a diversidade dos povos indígenas. Para integrar o corpus do nosso estudo, foram selecionados os seguintes textos: *Poemas e crônicas: Ay Kakyri= eu moro na cidade* (2013), *O lugar do saber* (2020). No decorrer da análise teórica desses textos, foi possível identificar elementos específicos do pensamento pedagógico indígena do povo Omágua-Kambeba . Os textos, em forma de poesia, dizem respeito às práticas de re-existência Omágua/kambeba na perspectiva do Bem Viver, que contempla a relação entre seres humanos e natureza.

Palavras-chave: Re-existências, Mulheres, Práticas Transformadoras, Márcia Kambeba

[1] Instituição Universidade do Estado do Amazonas, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED/UEA. Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas-FAPEAM. hemilypmt@mail.com
[2]Instituição Universidade do Estado do Amazonas, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED/UEA. Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas-FAPEAM. luizeltonauleriano@gmail.com
[3]Professora de Filosofia na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), no campus Tefé, é subcoordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEA. Tem diversas produções nas áreas de Estudos Feministas, Educação e Mulheres. E-mail: rmachado@uea.edu.br Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7385-3771

**INTRODUÇÃO**

Em linhas gerais, os processos colonizadores se modificam ao longo do tempo, à medida que o colonizado (a) toma ciência da sua condição de oprimido. Nesse sentido, o modelo civilizatório atual universal dos colonizadores, se fundamenta na ideologia do neoliberalismo, que se caracteriza pela substituição da condição de cidadão pelo de consumidor, da natureza por matéria prima e do conhecimento por produto.

O Bem Viver, como processo de re-existência presente em nossos modos de vida tradicionais indígenas são vistos como entraves para esse modelo de desenvolvimento vigente , isso porque a forma de organização social indígena flui de modo harmonioso entre sociedade e natureza: seres humanos, florestas, animais, água. Tudo é vida, e estão interligados.

A luta das mulheres indígenas na sociedade brasileira contra o modelo hegemônico de desenvolvimento tem como ponto principal o direito ao território do seu povo. As Terras Indígenas (TI), de acordo com a legislação brasileira no sentido constitucional de ocupação tradicional (BRASIL, 1988). Nos termos da legislação vigente, Lei 6001/73 - Estatuto do Índio, Decreto n.º1775/96), passando pelas etapas do processo legal, as Terras Indígenas podem ser classificadas nas seguintes modalidades: Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas e homologadas, Reservas Indígenas e Terras Dominiais.

As Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas e Homologadas são terras habitadas pelas sociedades indígenas em caráter permanente. Já as Reservas Indígenas são terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, essas terras se destinam à posse permanente dos indígenas, e apesar de não se confundirem com as terras de ocupação tradicional, permanecem da União. As Terras Dominiais são as terras de propriedade das comunidades indígenas, por qualquer das formas do domínio, nos termos da legislação civil.

Apesar da seguridade dos direitos e interesses garantidos pelo Estado, a sua plena efetividade está cada vez mais vulnerável aos interesses dos ruralistas e grandes latifundiários, representados por parlamentares estaduais e federais. Desse modo, foi aprovado um ataque aos direitos dos povos indígenas na forma do Projeto de Lei 490/2007, que trata do marco temporal para a demarcação de terras indígenas.

Este projeto, de iniciativa do ex deputado Homero Pereira, garante um retrocesso legislativo no Estado brasileiro, proibindo a ampliação de terras indígenas já demarcadas, acrescentando que as demarcações em curso ou as novas demarcações se adequem à legislação. Que basicamente retira toda autonomia da gestão das terras, com instalação de

bases, unidades e postos militares, expansão de rodovias, exploração de energia elétrica, sem uma única consulta às comunidades indígenas ou mesmo a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

Além disso, para serem consideradas terras ocupadas tradicionalmente, será necessário que, na data da promulgação da Constituição, as terras em questão já estejam habitadas. Este PL , que atualmente se encontra em tramitação no Senado Federal, é uma total violação do direito aos territórios além de ignorar todo um contexto histórico de perseguição, expropriação de terras e escravização sofridos ao longo de séculos pelos povos indígenas.

Refletido sobre o território além da terra, nos aspectos culturais, temos a re-existência da oralidade como uma manifestação cultural que por muito tempo ficou na invisibilidade. Isso porque, o nosso corpo ancestral, ou seja, os antepassados, tinham a oralidade como principal meio de partilhar os conhecimentos.

Hoje, nossos parentes e parentas estão chegando num território em que vários conhecimentos se encontram: as universidades. Essa é uma realidade conquistada com muita luta, amparadas por legislações e nas práticas de políticas públicas.

No entanto, mesmo com o acesso de indígenas nas Universidades ser cada vez maior, as epistemologias eurocêntricas, ou seja, as ciências desenvolvidas e/ou patenteadas pelos homens europeus, vão de encontro às diferenciadas culturas indígenas. Não queremos aqui "demonizar" ou negar a importância de tais conhecimentos, que também são milenares e possuem relevância na sociedade. Mas, evidenciar que, além disso, temos outras culturas, conhecimentos e saberes que precisam ser reconhecidos e respeitados nesses espaço que é a Universidade.

Nesse encontro de culturas, conhecimentos e saberes, indígenas e não indígenas, tem por consequência o que podemos chamar de hierarquia do saber. Que coloca numa caixinha nomeada de "conhecimento popular", a cultura e sabedoria indígena, compreendida numa perspectiva inferior ao que conhecemos de científico.

O presente artigo visa analisar a re-existência como categoria na pedagogia indígena Omágua/Kambeba nas seguintes obras de Márcia Kambeba: *Poemas e crônicas: Ay Kakyri= eu moro na cidade* (2013), *O lugar do saber* (2020).

**DESENVOLVIMENTO**

A re-existência enquanto povos indígenas, se revela nos modos de pensar, fazer e

existir. E tem fortalecido a ascensão das expressões de parentes indígenas como pensadores e pensadoras, guardiões e disseminadores dos saberes ancestrais. Com formações acadêmicas, hoje muito mais que antes, temos indígenas professoras, mestres, doutoras, apresentando a sociedade brasileira com a arte dos grafismos, das danças e das letras escritas e faladas, a re-existência dos povos indígenas.

Faz-se necessário recordar que a desvalorização do saber ancestral por séculos foi proposital, o objetivo seria a efetivação da nossa subordinação à cultura trazida. Uma vez que a ideologia dominante baseava-se na necessidade de nos negar a condição de humanos. Silenciar nossas manifestações culturais, por meio da força e inferiorização social, gerou invisibilidade e uma grande ruptura da identidade indígena dos povos brasileiros.

O que isso não foi suficiente para tornar extintos, segundo Pimenta (2023, n.p):

> Resultados preliminares do Censo Demográfico 2022, recém-divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que há hoje no Brasil 1.652.876 de indígenas, número aproximadamente 84% maior do que o contabilizado no levantamento de 2010, quando eles somavam 896,9 mil pessoas (817,9 mil declaradas).

Diante dos dados apresentados pelo IBGE, podemos verificar um crescente aumento demográfico de indígenas no Brasil. Um positivo avanço para nós, se pensarmos na "antipolítica indigenista" presente no cenário político brasileiro, fortemente disseminada a partir das eleições de 2018. Essa antipolítica dos dias atuais é a perfeita personificação dos ideais civilizatórios do colonizador.

Engana-se quem pensa que a colonização acabou, existe uma luta invisível e constante de ideais e que a cosmovisão indígena está cada vez mais ameaçada. E que se tornou bem visível nos últimos 4 anos, quando não demarcou "uma palmo de terra para índio", incitou o descumprimento das legislações que amparam os povos indígenas, e fomentou descaradamente o desmonte da proteção constitucional.

As consequências dessa antipolítica indigenista foram o aumento das invasões de diversas TI por garimpeiros, fazendeiros, empresas madeireiras e caçadores. Os efeitos das invasões são sentidos na alimentação contaminada pelo mercúrio usado no garimpo, nas doenças, nos estupros sofridos por mulheres indígenas, e no assassinato de lideranças indígenas.

Segundo relatório *Violência contra os povos indígenas no Brasil - dados de 2021* do Conselho Indigenista Missionário (CIMI):

> Os estados que registraram maior número de assassinatos de indígenas em 2021, segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e de secretarias estaduais de saúde, foram Amazonas (38), Mato Grosso do Sul (35) e Roraima (32). Os três estados também registraram a maior quantidade de assassinatos em 2020 e em 2019. Entre os casos que se destacam, nesse contexto, estão dois assassinatos de indígenas do povo Tembé, na TI Alto Rio Guamá, no Pará. Isac Tembé, professor de 24 anos, foi morto por policiais militares quando caçava com outros jovens de seu povo numa área próxima ao território; semanas depois, Benedito Cordeiro de Carvalho, conhecido como Didi Tembé, também foi morto a tiros, em circunstâncias ainda não esclarecidas. O relatório também registra casos de assassinatos de jovens e crianças indígenas praticados com extrema crueldade e brutalidade. Causaram comoção, em 2021, os assassinatos de Raíssa Cabreira Guarani Kaiowá, de apenas 11 anos, e Daiane Griá Sales, do povo Kaingang, de 14 anos. Ambas foram estupradas e mortas (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2021 p.8).

Diante desse cenário caótico, fica cada vez mais evidente que a luta desses povos, a nossa luta, não se encontra no passado. Nossa luta está viva. Re-existimos pelo território físico, pela cultura imaterial, pelo acesso das crianças à Educação Escolar Indígena diferenciada, intercultural e bilíngue.

Talvez esses escritos transpassem uma ideia de assunto já superado, ao retomar discussões trazendo palavras como “colonização”, “dominador”, “cultura dominante”. Talvez, quem não tenha sua cultura constantemente inferiorizada com piadas sutis, ou suas terras invadidas e seus parentes sendo mortos com tiros nas costas, realmente pense que isso ficou no passado.

Mas, não ficou. Poderíamos ter escolhido palavras semelhantes, que estivessem mais atualizadas ao conceito acadêmico? Sim. No entanto, são essas palavras que possuem significados profundos em nosso imaginário.

Seja pela oralidade, pela escrita, ou entrelaçamento de ambos, conseguimos superar o tempo. O tempo em que nossas línguas eram proibidas por serem consideradas “demoníacas”, o tempo em que nossas lideranças espirituais, os pajés ou curandeiros, eram presos longe do povo para não o direcionar, não alentar.

Re-existimos ao tempo em que costumes não poderiam ser vividos sem que fôssemos ridicularizados. Alguns se refugiaram no profundo da mata, às margens dos rios, outros na cidade. Fato que é muito usado para perdurar o estereótipo que só existe indígena em aldeia que fica “lá no meio do mato”, desse modo deslegitimando qualquer indígena que não more em aldeia.

Tornamos a escrita uma aliada na defesa do direito à nossa existência, em todos os aspectos que compõem as variadas sociedades indígenas. Aliás, a escrita nunca foi inimiga,

podemos descrever que é apenas uma conhecida distante que agregada a oralidade marcante das nossas sociedades, contribui para a continuação das nossas culturas .

Atualmente, por meio de um ajuri entre várias sociedades indígenas, estamos construindo um espaço epistêmico ancestral: a literatura indígena. A sabedoria ancestral que outrora era compartilhada oralmente de geração em geração, ganha uma nova estrutura com letras e palavras escritas sem que se perca seus significados.

Desse modo, a literatura indígena pode ser entendida como instrumento de re-existência contra a invisibilidade da sabedoria indígena, como um espaço de partilha de memórias entre gerações e também entre povos, e de fortalecimento cultural.

**A literatura Omágua/Kambeba como espaço epistêmico ancestral**

Na perspectiva da construção de um espaço epistêmico ancestral temos a parente poetisa Márcia Vieira da Silva Kambeba, do povo Omágua/Kambeba no Amazonas, Alto Solimões. Como é comumente conhecida, Márcia Kambeba, com um olhar indígena feminino por meio de seus textos poéticos, evidencia ao mundo as práticas de re-existência do povo Omágua-Kambeba, o povo das águas.

Nascida em 1979, na aldeia Tikuna Belém do Solimões, município de Tabatinga, estado do Amazonas. Márcia Kambeba viu na literatura um território a ser demarcado pelo "povo das águas". Pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) se graduou em Geografia (2006), se tornou Especialista em Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, pela Faculdade Salesiana Dom Bosco (2009), e com a pesquisa sobre o território e identidade do povo Kambeba se tornou Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) (2012). Atualmente, é Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Pará (UFPA/Belém). Dentre seus muitos escritos, foram selecionadas duas obras para compor esta análise: *Ay kakyri Tama - Eu moro na cidade* (2013), *O lugar do Saber e Saberes da Floresta* (2020).

Em seu livro *Poemas e crônicas: Ay Kakyri= eu moro na cidade* (2013), Márcia Kambeba escreve uma sequência de textos que descrevem a re-existência do povo Omágua-Kambeba:

> A luta do povo Omágua/Kambeba, e dos demais povos, não se resume apenas em defender seus limites territoriais, lutam também por uma forma de existência, presente no modo diferente de viver, ver, sentir, pensar, agir e de seguirem construindo sua história, lutando por seus direitos, tendo como um dos objetivos o ensino da língua materna (KAMBEBA, 2013, p.17).

Nesse trecho, a autora, desmistifica a ideia comum no imaginário social, de que a luta

dos povos indígena se restringe à luta pela terra. Lutar pelos limites territoriais é algo comum entre os povos indígenas, afinal é neste espaço territorial que o corpo ancestral se encontra com o território do corpo do tempo presente, e a vida em coletivo acontece.

No entanto, seria superficial resumir a essência da vida indígena ao espaço territorial, pois ela se distingue dos povos não indígenas no modo de "viver, ver, sentir, pensar, agir", dentro ou fora dos limites das aldeias. Diante disso, Kambeba traz uma escrita baseada em suas muitas vivências, em seu primeiro poema que também dá nome ao livro *AY KAKUYRI TAMA* (Eu moro na cidade), a autora escreve sobre sua vivência na cidade:

> Eu moro na cidade
> Esta cidade também é nossa aldeia,
> Não apagamos nossa cultura ancestral,
> Vem homem branco, vamos dançar nosso ritual.
> [...]
> Em convívio com a sociedade,
> Minha cara de "índia" não se transformou,
> Posso ser quem tu és,
> Sem perder a essência que sou,
> Mantenho meu ser indígena,
> Na minha Identidade,
> Falando da importância do meu povo,
> Mesmo vivendo na cidade (KAMBEBA, 2013, p.23).

O presente poema nos remete a nossa dignidade, não perdendo nossa essência de quem somos nossas origens e nossas raízes, valorizando assim a nossa cultura. Como podemos exemplificar nos versos do poema supracitado, que diz "sem perder a essência que sou/mantenho meu ser indígena", notamos que o eu-poético, é um ser fiel, que não quer perder sua fidelidade de ser indígena mesmo morando na cidade.

Assim, ao mergulhar nesta narrativa em forma de poema, refletimos sobre duas questões pertinentes à nossa identidade: a primeira, é a ideia de que só tem indígena nas aldeias, a segunda que só "indígena de verdade" mora em aldeia. Esses parâmetros foram criados para nos deslegitimar enquanto povos, mas não foram suficientes para conter a cultura que há em nós.

Uma vez que a aldeia não é restrita à terra, pois ela está onde nós estamos, isto é, nós somos a terra e a terra somos nós. É interessante lembrar que muitas cidades de hoje foram as aldeias de ontem, não sendo possível requerer um indígena "sangue puro, "indígena de verdade", ou cara de povo com "índio".

O sangue que corre nas veias do povo brasileiro é indígena. A miscigenação inegável aconteceu. O homem branco veio pelos rios e mares, entrando mata adentro, caçando nossas

parentas com uma corda e manchando nossa terra sagrada com lágrimas e sangue.

Com essa prática, surgiu a expressão “pega no laço”, usada muitas vezes para designar a origem de uma indígena que além de estuprada era forçada a viver com o estuprador como “marido”. Talvez, as palavras descritas até aqui possam soar desagradáveis, ou radical demais. Porém esta é a verdade por trás da tão gloriosa miscigenação, a história não contada pela história oficial. Por isso, re-existir nas cidades além de possível, é necessário.

Para além da aparência física, a essência indígena está na cultura, no modo de vida. Assim, a arte de ensinar ouvindo os mais velhos, como parte da essência da pedagogia Omágua/Kambeba é refletida no poema *Silêncio do guerreiro*:

> No território indígena,
> O silêncio é sabedoria milenar,
> Aprendemos com os mais velhos
> A ouvir, mais que falar.
> [...]
> O canto da mãe d’água
> Que na dança com o vento,
> Pede que a respeite,
> Pois é fonte de sustento.

Neste poema, é possível identificar que na cultura Kambeba, a sabedoria milenar é o que rege os preceitos da vivência entre seres humanos e o meio em que habitam. Analisando, as palavras do eu-lírico, entende-se que por meio da harmonia do valor dado à vida de florestas, animais e seres humanos na perspectiva Omágua/Kambeba, é possível repensar uma cosmovisão na tessitura das relações interligadas entre sociedade e o ambiente.

Na obra intitulada *O lugar do saber* (2020), Márcia Kambeba, partilha seus conhecimentos e saberes pela poesia, tratando de variados temas acerca da vivência indígena no contexto amazônico. Como a contemplação da natureza, ao descrever a beleza e as mazelas por ela enfrentadas, ao mesmo tempo em que registra a memória da luta dos ancestrais pelo território e pelo respeito a nossa identidade. No poema “Cocar: identidade ou fantasia?”, a autora descreve a natureza sagrada e identitária do cocar:

> Cocar para o indígena não é só adorno,
> Representa a nação que ele carrega,
> Cada povo tem sua representação,
> Que se vê na beleza da confecção.
> [...]
> Quando usado pelo povo,
> O cocar tem valor sem igual,
> Seu peso está na responsabilidade,
> De levar o conhecimento ancestral.

Desse modo, é possível vislumbrar que com a mesma responsabilidade que um indígena

tem ao usar um cocar para evidenciar sua ancestralidade e pertencimento de povo, Márcia Kambeba demonstra ao trazer em seus escritos a nossa vivência enquanto povos indígenas das terras amazônicas e as características do Bem Viver: “Cuidar do solo, da natureza, retirar dela o necessário para a sobrevivência, entendendo que o respeito deve ser mútuo. O equilíbrio da terra depende em grande parte das nossas ações e reações, portanto de nosso equilíbrio” (KAMBEBA, 2020 p.62.).

Perante essa ideia, a autora supracitada alude que “o território é um espaço de identidade ou pode-se dizer que é um espaço de identificação (KAMBEBA, 2020, p. 63)”. Desse modo, inferimos a importância de valorizar nossas florestas, uma vez que a cada ano que passa, seu povo resiste a seguir os moldes de pessoas invadem seu espaço, sem se preocupar com quem está habitando e naquele local.

Dialogando com o poema intitulado “Chão Kambeba” a autora, fala da re-existência e valorização de sua ancestralidade, de seu povo, que atualmente vive uma guerra, e que sofreu por não ter apoio dos governantes. Nos trechos de alguns versos o eu-poético clama por uma valorização de sua cultura, como podemos exemplificar no verso que diz: “pela cultura da minha nação” (KAMBEBA, 2020, p. 25)”.

Ademais, vejamos em algumas estâncias o quanto o eu-lírico através dos versos poéticos valoriza sua identidade.

No canto que sai de ti,
Sinto o amor fluir,
Vem ser o meu bem querer,
Sou kambeba resisti.

Minha dança guardei para mostrar,
Essa terra, meu chão é meu lar,
Sou kambeba e não negar
Eu voltei para lutar.

Pela cultura da minha nação,
Minha luta é de paz e união,
Minhas mãos desarmadas estão,
Busco minha afirmação.

Na união com os povos eu vou,
Nas pinturas revivos quem sou,
No meu canto, encanto de amor,
Sou kambeba sonhador.

Hoje canto e danço para ver,
Esse povo voltar a dizer,
Sem vergonha de ser quem é
Sou kambeba e tenho fé.

Diante das palavras de Kambeba, entendemos que valorizar a cultura ancestral por meio da escrita é fundamental para o fortalecimento da cultura Kambeba. Temos assim, as poesias de Kambeba como instrumento de educação de uma mulher das águas que resiste num mundo de crises.

Nas estrofes do poema abaixo intitulado "**Resistência indígena",** é notória perceber que o eu-poético exalta sua importância na sociedade moderna, sua valorização enquanto povo. Nesse contexto, é importante ressaltar que os livros didáticos muitas vezes trazem outra versão da invasão às terras brasileiras, mais conhecida como "o descobrimento do Brasil". Sempre exaltando o homem branco e seus feitos gloriosos de "salvar o povo selvagem" trazendo sua civilização. Trazendo uma visão indígena sobre estes fatos Kambeba afirma:

[...]
Como mulher sofri
Vendo o povo lutar,
Vejam só que invasão,
Invadidos sem pensar
Que o sofrimento ora sentido
Ia por anos se arrastar

Os abusos e violências
Não ficaram para trás,
Vários anos se passaram
Ainda ecoa nossa voz.

Sou indígena tenho alma,
Sou a riqueza, sou a nação,
Não sou enfeite, nem objeto,
Sou a barriga da gestação
Que gestou em ti cultura,
Contribuindo com a miscigenação

Na minha alma feminina,
Trago a letra da canção,
São vozes que gritam alto,
Com suavidade e beleza.
Sou mulher, sou povo,
Sou rio, sou natureza.

[...]

Na obra supracitada, Marcia Kambeba, frisa que os abusos não ficaram no passado, ainda perduram, assim como a re-existência das sociedades indígenas. Por isso, por parte das sociedades indígenas existe preocupação em reeducar o restante dos povos quanto a necessidade de olhar a natureza como algo que faz parte de nós. A ideia de que a natureza é

algo separado dos humanos talvez seja um dos principais argumentos utilizados para o uso predatório dos recursos naturais, base fundamental do capitalismo que por sua vez rege a maioria das relações de poder existentes.

Desse modo, entende-se que repensar a relação entre ser humano e natureza não deve ser um exercício fácil. Assim, Kambeba, ao afirmar que é indígena e que tem alma, nos faz lembrar de um argumento que usaram para nos escravizar no passado:de que não teríamos "alma". E por não ter alma, merecíamos aquele tipo de tratamento, a escravização.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU CONCLUSÕES)**

Diante do que foi exposto, nossas reflexões ao final deste trabalho são tecidas sob uma ótica dialética de construção, desconstrução e reconstrução, daquilo que entendemos, inicialmente apenas como poesias da indígena Márcia Kambeba. Um pensamento resistente, sem dúvidas. No decorrer das leituras, reflexões e discussões, compreendemos nas poesias a reexistência da pedagogia do povo das águas, os Omágua/Kambeba.

Pois, diante dos textos poéticos, produzidos por Márcia Kambeba, mulher das águas, da floresta e da cidade, baseados em sua vivência. Nota-se que as classes dominantes sempre buscaram aproveitar-se das diferenças entre as sociedades, principalmente usando o "índio" como seu pano de fundo, ou seja, um segundo elemento da história por eles contada.

No entanto, re-existindo a história propositalmente mal contada, a superando como a história única (ADICHIE, 2019). Márcia Kambeba, nos presenteia com sua poesia viva, fundamentada num território ancestral milenar, fazendo re-existir a pedagogia do povo das águas.

Assim, engajada no fortalecimento da cultura indígena, vem desconstruindo o discurso da história oficial, constituída pela narrativa do homem, branco, europeu. Que, ao contar a história sob a ótica da mulher das águas, da indígena Omágua Kambeba, nos proporciona refletir sobre a poesia como prática transformadora da mulher indígena das águas, Márcia Wayna Kambeba.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: Acesso em: 21 de junho de 2023.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. A violência contra os povos indígenas no Brasil. Relatório 2021. Brasília: CIMI, 2021.

KAMBEBA, Márcia Wayna. O lugar do saber. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

Kambeba, Márcia Wayna **Poemas e crônicas**: Ay Kakyri Tama = Eu moro na cidade / Márcia Wayna Kambeba -- Manaus: Grafisa Gráfica e Editora, 2013. x,76 p. il.

PAES, L. R.; ARAÚJO, J. V. de S.; SANTOS, R. F. F. dos. Epistemologia intercultural decolonial e a educação escolar indígena em contexto urbano: entre formação/identidade/práxis de professores indígenas na cidade de Manaus-AM. Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, [S. l.], v. 31, n. 66, p. 150–172, 2022. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2022.v31.n66.p150-172. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/13325. Acesso em: 28 abr. 2023.

PIMENTA, Paula. 19 de abril: povos indígenas lutam por mais visibilidade e valorização. [Brasília]: Senado Federal, 14 de Abril de 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/04/19-de-abril-povos-indigenas-lutam-por-mais-visibilidade-e-valorizacao#:~:text=Resultados%20preliminares%20do%20Censo%20Demogr%C3%A1fico,mil%20pessoas%20(817%2C9%20mil. Acesso em: 01 de maio de 2023.

# AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS COMO MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO FORTALECIMENTO DAS IDENTIDADES DAS MULHERES DA FLONA – TEFÉ/AM

Marcela da Silva Barbosa[1]
Rita de Cássia Fraga Machado[2]
Zila Castro[3]

**GT 04:** Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas e das águas em um mundo de crises.

## RESUMO

A mentalidade patriarcal e machista subalternizou historicamente as mulheres da floresta, relegando-as ao âmbito do privado e inferiorizando seu trabalho. Na Floresta Nacional de Tefé/AM - Flona, as mulheres têm uma intensa jornada de trabalho, que vai dos cuidados do lar, passando pela educação dos filhos, ao cultivo e ao cuidado da roça, além do papel de esposa. As feiras de produção agroecológica, realizada pelas mulheres da região da Flona, vem na contramão da subalternização das mulheres. O objetivo das mulheres visou promover/organizar feiras agroecológicas que viabilizassem uma alternativa de comercialização da produção das agricultoras da região, em pequena escala e por grupos produtivos. Além disso, as feiras visavam proporcionar às produtoras da agricultura familiar uma oportunidade de produção agroecológica e sustentável, além de espaços de aprendizagens interdisciplinares, com palestras e oficinas relacionadas ao tema central do projeto "Feira Agroecológica com Mulheres", buscando o envolvimento dos parceiros e Universidade.

Palavras-chave: Mulheres da floresta; Feiras agroecológicas; Floresta Nacional de Tefé; Comunidade.

[1] Instituição Universidade do Estado do Amazonas – UEA, miguel261016@gmail.com
[2] Instituição Universidade do Estado do Amazonas – UEA, rmachado@uea.edu.br
[3] Instituição Universidade do Estado do Amazonas – UEA, zsc.86.26@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A mentalidade patriarcal e machista subalternizou historicamente as mulheres da floresta, relegando-as ao âmbito do privado e inferiorizando seu trabalho. Em muitas regiões da Amazônia, as mulheres têm uma intensa jornada de trabalho, que vai dos cuidados do lar, passando pela educação dos filhos, ao cultivo e ao cuidado da roça, além do exercício do seu papel de esposa. No entanto, essa jornada de trabalho não é reconhecida pela maioria dos homens de mentalidade sexista, que compreendem que o chamado trabalho "pesado", ou seja, aquele feito por eles, se configura como o mais importante dentro da comunidade. De acordo com essa mentalidade machista, o trabalho "pesado" não pode ser realizado pelas mulheres por que "elas não têm força" nem capacidade para realizá-los. Às mulheres, é reservado o trabalho "leve", ou seja, os cuidados do lar e da roça, que é ensinado às meninas desde pequenas. Muitas vezes, o trabalho feito pelas mulheres da floresta é compreendido como uma ajuda àquele realizado pelos homens.

Siliprandi e Cardoso (2018) afirmam que, na agricultura, ecológica ou não, muitas das tarefas exercidas pelas mulheres (cuidar do quintal, cuidar dos pequenos animais, produzir doces, conservas e queijos) se confundem com o trabalho reprodutivo (cuidar da casa, cuidar dos filhos, cozinhar) e, por isso, são vistas apenas como "ajuda" ao trabalho masculino, este sim considerado como produtivo. O não reconhecimento do seu trabalho e de sua contribuição para a riqueza familiar e para o desenvolvimento comunitário é acompanhado, muitas vezes, da restrição do seu acesso às tomadas de decisão sobre a renda familiar e sobre o sistema produtivo da propriedade. Da mesma forma, esse não reconhecimento interfere na sua autonomia.

Neste caminho, na construção da organização na Flona, se dá o processo das feiras de produtos agroecológicos, feito por elas em um ajuri[4] feminino, que fortalece a relação dessas mulheres dentro da comunidade. E os caminhos que atravessam as florestas e as matas são muitos e complexos. No entanto, se bem trilhados, levam ao destino e lugares certos. Da mesma forma, os caminhos que permitiram a realização das feiras foram difíceis e complexos. As feiras não foram realizadas de uma hora para outra. Elas foram resultado de uma ampla rede de parceria entre a sociedade civil local e moradores da Flona. Muitos projetos, encontros e reuniões foram realizados para que se concretizasse o sonho das feiras

[4] Ajuri – Substantivo masculino, usado na região do Amazonas, significa: mutirão/mobilização.

agroecológicas.

A iniciativa de uma feira agroecológica realizada por mulheres foi fruto do projeto intitulado "Feira Agroecológica com Mulheres". Tal projeto foi organizado por diversas entidades da sociedade civil dos municípios de Tefé e Alvarães. Entre as instituições que contribuíram na organização do projeto, podemos destacar: a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), a Associação de Produtores Agroextrativistas da Flona de Tefé e Entorno (Apafe), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), a Secretaria de Produção do Município de Tefé (Sempa) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Esses parceiros, a princípio, perceberam a potencialidade das mulheres da Floresta Nacional de Tefé. Em um primeiro momento, eles trilharam esses caminhos da organização junto com elas.

De acordo como Machado, Balbino e Oler (2021), o projeto teve como objetivo promover e organizar feiras agroecológicas que viabilizassem uma alternativa de comercialização da produção das agricultoras da região de Tefé, em pequena escala e por grupos produtivos. Além disso, visava proporcionar às produtoras da agricultura familiar uma oportunidade de produção agroecológica e sustentável. Também buscou proporcionar espaços de aprendizagens interdisciplinares, com palestras e oficinas relacionadas ao tema central desse projeto, almejando a socialização das produtoras rurais com o centro acadêmico e demais instituições parceiras.

No caminho metodológico deste estudo, utilizamos a pesquisa participante que busca, em todos os seus processos, gerar conhecimento e transformação social do lugar estudado. Esse processo só se dá "com relação de reciprocidade entre sujeito e objeto e relação dialética, entre teoria e prática" (SILVA, 2006, p. 127). Quando mencionamos processos de relações feministas de organização comunitária, estamos transportando junto com eles a relação da própria história da comunidade. O processo da organização é uma doação à pesquisa necessária para entender que, mesmo perto de sua totalidade, deve haver comunicação e troca entre as duas partes. "[...] esse saber já não é mais produto de um saber dominante, mais de saberes em intercomunicação interativa, não havendo lugar para a passividade, pois o coletivo já se constituiu sujeito e sujeito é aquele que age, que atua

(SILVA, 2006, p. 128).

Utilizamos a história de vida para coletarmos os dados desta pesquisa. Gosto de chamar partilha de vida, pois tratou-se de um momento de afeto e sintonia entre a pesquisadora e as mulheres.

> O método da história de vida é uma ferramenta que possibilita aos pesquisadores e sujeitos uma relação em que a ética e a dimensão da alteridade são fundamentais. As lembranças nesse processo não são simplesmente repetir um passado, e sim trabalho, reconstrução e deslocamento. O processo de recolher as histórias de vida se dá pelo tempo do encontro. (NOGUEIRA et al., 2017, p. 483).

Esse tempo de encontro, como diz Nogueira et al. (2017), é o que passa naquele momento de observação e sincronicidade. É um momento de voltar ao passado, desde a infância até os dias atuais, percorrendo memórias que muitas vezes levam para momentos não tão felizes de uma história ou que trazem consigo um sorriso, a recuperação de uma lembrança bonita que estava lá e que foi rememorada naquele momento.

Fernandes (2010, p. 20) aponta que "a história do laço [que] se estabelece entre pesquisador e seu informante no contexto da entrevista é quase sempre uma história de uma relação que marca um e outro. Tal encontro raramente deixa ileso os dois parceiros".

Segundo Thompson (1992, p. 34), "a pesquisa de história oral pode também levar a própria exposição a se aproximar mais do original histórico". Compartilhando dessa análise, pode-se dizer que "a história oral possibilita que indivíduos pertencentes a segmentos sociais geralmente excluídos da história oficial possam ser ouvidos, deixando registros para análises futuras de sua própria visão de mundo, e aquela do grupo social a que pertencem" (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004, p.12). A técnica da história de vida vai além de uma escuta.

E por fim, a técnica da fotografia, onde assume seu papel de texto visual nesta pesquisa, conferindo visibilidade às mulheres da Flona. A fotografia nos remete à memória, que pode trazer momentos felizes ou tristes, no caso das mulheres da Flona, só sentimentos de felicidade e alegria ao verem as fotos. Lembram um tempo em que foram felizes, tempo de união, vivência em comunidade para um projeto que era benéfico para todos. "O registro fotográfico oferece poucas garantias de uma leitura inequívoca, pois o discurso que produz é poroso, permeável às intenções com as quais é confrontado" (SAMAIN, 2012, p. 142).

Pensar a fotografia como narrativa é pensar a fotografia como movimento, do

recordar ao se conhecer, é um movimento de poder e protagoniza outros movimentos, trazendo visibilidade, como no caso desta pesquisa.

Como diz Martins (2022, p. 37), "A fotografia conta uma história". Nesse sentido, a fotografia vai tecendo seu caminho muito importante nesta pesquisa, que é contar o processo de fortalecimento das identidades das mulheres da Flona na feira de produtos agroecológicos, desde a organização das feiras à venda dos produtos.

**DESENVOLVIMENTO**

É importante ressaltar também que o projeto buscou destacar a importância da agroecologia e a sua relação com as mulheres. A relação entre a agroecologia e o feminismo pode ser importante para o bem viver dos povos da floresta, pois "A agroecologia e o feminismodestacam a importância dos saberes e práticas tradicionais. Estimula os diálogos e trocas de experiências entre as agricultoras, buscando a valorização do conhecimento local" (MACHADO; BALBINO; OLER, 2021, p. 312). As mulheres da Flona, desde muito cedo, aprenderam e aprendem a cultivar a terra de forma sustentável. São elas as responsáveis, muitas vezes, pela questão da redução do impacto da miséria e da pobreza em suas famílias e comunidades. Esse cuidado para com a família se estende também para com o meio ambiente e a prática do bem viver, como diz Machado (2020).

> A agroecologia é uma ciência interdisciplinar e feminina. Primeiro, porque corresponde a várias áreas do conhecimento, e, segundo, porque é majoritariamente por mulheres. São as mulheres que na prática do cuidado, na busca pelo bem viver e pela saúde de sua família, se preocupam com uma boa alimentação, que respeita a natureza e a vida em totalidade. (MACHADO, 2020, p. 28).

Esse caminho da agroecologia não pode estar separado do respeito para com a natureza. Essa relação deve perpassar também pelo respeito para com a comunidade, bem como pelo sentimento de pertencimento ao lugar. Nesse sentido, podemos afirmar que as feiras e a comunidade se caracterizam por essas relações de trocas de amizade, de afetos. A partir desses lugares, verificamos a questão da autonomia e da troca de conhecimento, não somente entre as mulheres, mas também com os homens, jovens e crianças. Desse modo, podemos afirmar que as feiras não só lugares de produção material, mas também de construção de autonomia e participação política. Daí concluímos que as feiras se configuram

como lugares pedagógicos.

Quando salientamos que esse processo começa pela comunidade, é justamente porque essa relação parte desse lugar, onde as mulheres vivem com suas famílias e constroem sua existência, tendo como ponto de partida a relação de respeito para com a natureza. Desse modo, as mulheres aprendem as técnicas dos plantios de roça e horta, de cultivo de plantas medicinais, da pesca, que são repassadas de geração em geração:

> Para criar uma comunidade que funcione, é preciso observar, cuidadosamente, alguns dos seus fundamentos: espírito, crianças, anciões, responsabilidade, generosidade, confiança, ancestrais e ritual. Esses elementos formam a base da comunidade. Não é preciso começar com muita gente. Preferiria um círculo de bons e poucos amigos a me perder em uma multidão de pessoas, as quais não ligam umas para outras. (PAREDES, 2016, p. 3).

Conforme verificamos acima, a vivência em comunidade exige esforço e dedicação. A comunidade é o lugar da generosidade e dos afetos comuns. Ao longo da pesquisa em campo, esses aspectos que observamos em muitos teóricos se fizeram presentes. No entanto, neste caminho das relações e das vivências em comum, os conflitos são inevitáveis. Observamos que, em relação às mulheres da Flona, esses conflitos tinham como origem a falta de interesse de algumas em participar do movimento. Porém, a solidariedade das lideranças em incentivar essas mulheres na participação foi inspirador. Nesse sentido, os caminhos trilhados até a concretização das feiras pressupõem desafios e conquistas, como fica evidente na fala de Dona Edna:

> A palavra comunidade é muito forte, né? É assim, é que nem eu questiono, viver em comunidade é bom, não vou dizer que comunidade é ruim, só que assim, é uma responsabilidade que a gente tem que ter na comunidade, a gente tem que obedecer às regras da comunidade, quando se trata de comunidade, é comum é união [...] o amor,que é amor, é amor mesmo. Nem todo mundo tem amor pelo próximo. E isso tem que existir dentro da comunidade. Porque senão, não funciona. (Dona Edna, Comunidadede Bom Jesus).

> Eu gosto da união dos vizinhos, é muito difícil a gente ver esse negócio de briga, de discussão. O que eu não gosto são esse negócio de bebedeira que tem, esse negócio de droga que não tinha e aqui já está começando a aparecer. Mas a união é o que mais gosto, sem união a gente não consegue nada. (Dona Cláudia, Comunidade de São Franciscodo Bauana).

Verificamos que, nas duas falas, as relações de afeto e união são importantes para o bem viver dos comunitários. Em outras palavras, a regra básica para o bom funcionamento da comunidade é a boa relação entre as pessoas. Sem a união, o ambiente comunitário tende ao caos e ao fracasso. No depoimento de Dona Claudia, da Comunidade de São Francisco do

Bauana, é possível verificar a menção à presença de fatores externos que estão começando a influenciar as comunidades, trazendo como consequência a desunião e a desarmonia do ambiente comunitário. Ainda na fala da moradora, as conquistas só podem ser concretizadas por meio da união entre os comunitários. Na imagem abaixo, apresento alguns elementos constitutivos da organização das comunidades e as afetividades que as rodeiam.

Imagem 01: Dona Ezimar na sua canoa, chegando para uma reunião de organização

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A imagem acima mostra Dona Ezimar embarcada em sua canoa equipada com motor rabeta, um transporte comum aos ribeirinhos do Médio Solimões, bem como de outros locais da Amazônia. Para as reuniões de organização das feiras, as mulheres usam suas canoas e seus motores rabetas. Elas mesmas conduzem a embarcação, junto com as outras mulheres, em direção à comunidade que sediará a reunião.

No entanto, pilotar uma canoa, ou guiar a família ou um grupo, não era função da mulhernas comunidades ribeirinhas. Ao analisar essa questão, me recordo de minha infância e adolescência. Nenhuma das mulheres de nossa casa podia pilotar as canoas. Muito esporadicamente, isso ocorria somente nas ocasiões em que os homens não se faziam presentes em casa. Me recordo de uma ocasião em que fui pescar com o meu pai, e pedi a ele para pilotar,e ele não deixou, pois aquilo não era uma atividade para meninas. Desse modo, quando nos deparamos com um grupo de mulheres embarcando dentro de uma canoa pilotada por uma mulher, isso é uma revolução, pois, ali, elas estão tomando espaços que

sempre foram dos homens, assim como outros espaços na comunidade. O espaço de vender nas feiras suas verduras, por exemplo, também podem ser apontadas como outro lugar que era exclusivo dos homens, conforme verificamos na fala de Dona Janete.

> Aqui nós nunca tinha ido para feira vender verdura, nós ia vender farinha, mas verdura, nós não ia, não. Depois que chegou o projeto com a professora Rita, e começou tudo, eu tinha minha hortinha só para colocar no peixe, minha cebola, chicória e pimenta. Depois que nós fizemos as hortas deu tudo, e quando a gente ia vender, era muito bom, era muito animado, nós saía cedo daqui para ir para lá. (Dona Janete,da Comunidade do Bom Jesus).

A exclusão das mulheres nesses espaços ocupados pelos homens é histórica. Murano (1995) afirma que, por ocasião da emergência do capitalismo, a mulher se tornou somente a unidade de reprodução da força de trabalho. Seu papel era reproduzir, parir, cuidar dos filhos, do marido e da casa e ser uma excelente esposa. Passaram-se anos e anos, e ainda vemos essa questão se repetindo nos dias de hoje, mesmo na realidade das comunidades espalhadas em meio aos rios e florestas:

> Fato que a sociedade patriarcal e o machismo sobrecarregaram as mulheres tanto em seus afazeres domésticos quanto nos movimentos. O envolvimento das mulheres com a agroecologia possibilitou a abertura de novos caminhos para a agroecologia, contribuição da sustentabilidade e equilíbrio ambiental, o envolvimento e o sentimento de a coletividade foi motivo de orgulho para as mesmas. (MACHADO, 2020, p. 33).

Na imagem a seguir, vemos um momento de encontro e descontração entre as mulheres antes da viagem pelos rios rumo ao local do encontro formação em alguma das muitas comunidades constituintes da unidade de conservação. É um primeiro momento de abraços, de apertos de mãos, enfim, de confraternização e de fortalecimento dos laços de amizade e união. A canoa também se configura como espaço de encontro e convivência. Muitas dessas viagens são longas e se tornam ocasiões de partilha de vida e mesmo de planejamento dos encontros e das feiras. Os espaços das canoas também são reduzidos e proporcionam uma maior aproximação física entre os viajantes durante toda a viagem.

Imagem 02: As mulheres reunidas na recepção na margem do rio

Fonte: Arquivo do projeto das feiras.

Desse modo, se na sociedade capitalista os meios de comunicação atual fomentam a impessoalidade e a distância entre as pessoas, nas sociedades amazônicas, ainda predominam aproximidade e o aconchego, que geram segurança e confiança mútuas. A proximidade e a reciprocidade, que caracterizam a intensa relação entre os elementos naturais amazônicos, também estão presentes nas relações interpessoais, ou seja, na relação de amizade e de compadrio dos homens e mulheres dos rios e floresta.

Nas canoas, elas trazem as suas verduras, bem como toda a sua produção que serve parao almoço do dia. A canoa cheia de produtos significa fartura e, consequentemente, felicidade e satisfação dos ribeirinhos. As mulheres da Flona se alegram com o que produzem de modo sustentável.

Conforme afirmamos anteriormente, as mulheres da Flona ressignificaram a questão do trabalho. Se antes o trabalho nas hortas e na roça eram desvalorizados pelos homens, a partir dos encontros de formação, as hortas se tornaram espaços também de organização e protagonismo.

Imagem 03: As mulheres no momento da troca de sementes na feira dentro da Universidade

Fonte: Arquivo do projeto das feiras.

Além de ser um espaço de cultivo dos bens necessários para a sobrevivência das famílias e da comunidade, as hortas de tornaram espaços de planejamento e organização das atividades produtivas e do movimento. O estar unido e reunido em grupo produz afeto, autonomia e sentimento de bem-estar, como fica evidente na fala de Dona Janete:

> A gente nuca pensou que ia acontecer uma coisa dessa com a gente e aconteceu. A gente ficava muito feliz quando se reunia todo mundo, era muito alegria e bagunça, era muito bom. (Dona Janete, Comunidade de Bom Jesus).

Para Dona Janete, as feiras se tornaram muitos importantes para a vida das mulheres da Flona. Se, antes, estas não tinham autonomia e viviam na tristeza da subjugação masculina, a partir dos encontros de preparação, bem como com da realização das feiras, as mulheres passaram a ter autonomia e autoestima. Mais que isso, as mulheres passaram a ser protagonistas da organização dos encontros e das feiras. Apesar de, num primeiro momento, terem sido auxiliadas pelos colaboradores das instituições parceiras, as mulheres se tornaram as lideranças responsáveis por todo o trabalho. Desse modo, as mulheres estavam presentes no trabalho de cultivo das hortas e das roças, bem como na organização do movimento das mulheres como um todo.

*PISA LIGEIRO*

*Pisa ligeiro, pisa ligeiro*
*Quem não pode com as mulheres*
*Não assanha o formigueiro*
*Pisa ligeiro, pisa ligeiro*
*Quem constrói o feminismo*
*Muda o país inteiro*

Em um dos muitos encontros/formação em que tive a oportunidade de participar, observei com profundidade a entoação da canção do "pisa ligeiro". No momento que elas cantavam essa pequena e potente canção, parei de fotografar e comecei a filmar. Quis capturar,através do som e do movimento, o brilho e o barulho do pisar dessas mulheres. O pisar das mulheres no assoalho de madeira da casa comunitária fazia um barulho coletivo, que ressoava para além daquele espaço. Os homens lá fora, fazendo a comida, olhavam com curiosidade e espanto a dança da libertação das mulheres da Flona. Esse movimento, bem como todas as suas ações, tem uma dimensão política. É um movimento ainda mais poderoso, pois existe o afeto como fio condutor. Julieta Paredes faz o seguinte comentário sobre o feminismo comunitário:

> O amor é político! Uma das coisas que sempre dizemos é que nós fazemos política como um profundo ato de amor, amamos a nosso povo, e o que nos move é isso, somos apaixonadas por nosso povo: as pessoas, a natureza, a paisagem... e por amor inventamos todas as metodologias e a facilitação que utilizamos, procuramos explicarao nosso povo como lhe amamos, como queremos que seja amanhã, como gostaríamos de viver. (PAREDES, 2016, p. 3).

Na concepção da autora, o amor é político. O afeto é o sentimento que move as mulheres da Flona, nesse processo de reflexão e transformação para viver em comunidade e para além dela. Desse modo, é a partir desse movimento que é político e afetivo que elas se organizam e embarcam nas suas canoas para concretizar o sonho da autonomia e da participação que aponta para a libertação.

Logo após essa receptividade de acolhimento feita pelas mulheres, é a hora do trabalho. As hortas comunitárias são divididas por comunidades e as mulheres dessas comunidades cuidam de cada horta respectivamente. É um trabalho comum, cada mulher tem a sua função, conforme verificamos no depoimento de Dona Janete: "A gente consegue se unir para manter a horta, que tem que molhar de tarde, quando uma não ia a outra ia, ou a

gente dividia o trabalho, quando tinha muita verdura, aí era assim". (Dona Janete, Comunidade de Bom Jesus).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU CONCLUSÕES)

Nesse processo de troca de saberes, as mulheres experimentam o sentimento de realização. A participação em espaços como a universidade indica a força das mulheres pela conquista dos seus direitos e da sua cidadania. Se, antes, elas lutaram pela participação na comunidade, agora conquistaram os espaços destinados não somente aos homens, mas também a uma pequena elite a quem foi reservada o direito de ter acesso aos ditos conhecimentos formais. Desse modo, a conquista de espaços possibilita às mulheres da floresta um aprendizado para a emancipação e a autonomia.

As mulheres do campo, a partir da sua localidade, lutaram e ainda lutam pela participação nos espaços importantes dentro da comunidade O movimento das mulheres camponesas no Brasil, que tem na sua base os princípios da educação popular, se fortaleceu e alcançou importantes vitórias em nível nacional, bem como direitos fundamentais para as mulheres no Brasil.

Foi a partir de uma educação para a emancipação que as mulheres da Floresta Nacional de Tefé promoveram lutas de resistência contra a mentalidade patriarcal e machista. A mentalidade patriarcal e machista impôs àquelas mulheres que seu lugar social seria o âmbito do privado, ou seja, os cuidados do lar, da roça e da família. Os outros espaços decisivos e importantes no ambiente comunitário eram restritos somente aos homens, que desconsideravam a participação das mulheres, bem como a importância do trabalho realizado por elas. Sem direito a uma participação plena no ambiente comunitário, as mulheres da Floresta Nacional deTefé também não tinham direito à educação. No entanto, aos poucos, essa situação de subalternização das mulheres da Flona foi se transformando. A partir de iniciativas envolvendo atores, instituições civis locais e moradores da Flona, tendo como base os princípios libertadores da educação popular.

E nesse caminho do encontro com o trabalho das hortas orgânicas, as mulheres perceberam que, quando unidas, possuem uma força maior, unidas elas movimentam a floresta. A ancestralidade, os conhecimentos passados de geração em geração, entoam esse poder que é potencializado pela vivência em comunidade e da relação com a floresta e os rios.

## REFERÊNCIAS


CASSAB, L; RUSCHEINSKY, A. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **Biblos,** Rio Grande, v. 16, p. 7-24, 2004. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56594. Acesso em: 10 mar. 2022.

FERNANDES, Maria Ester. História de vida: dos desafios de sua utilização. **Revista Hospitalidade,** São Paulo, v. VIII, n. 1, p. 15-31, 2010. Disponível em: https://revhosp.org/hospitalidade/article/viewFile/292/320 . Acesso em: 10 jan. 2021.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga; BALBINO, Luyandria Farias; OLER, Juliana Rodrigues. Feiras agroecológicas: mulheres amazônicas fortalecendo trocas e saberes**. Revista Ed. Popular**, Uberlândia (MG), v. 20, n. 2, p. 307-319, maio/ago. 2021. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/57881. Acesso em: 10 mar. 2022.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga. Mulheres e agroecologia: O ecofeminismo de Emma Siliprandi, Ana Primavesi, Shiva Vandana. In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga (Org.). **Estudos feministas, mulheres e educação popular.** São Paulo, SP: Liber, 2020.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto,2022.

MURANO, Rosie Marie**. A mulher do terceiro milênio**: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos.

NOGUEIRA, Maria; BARROS, Vanessa; ARAUJO, Adriana. PIMENTA, Denise. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e Práticas Psicossociais,** v. 12. p. 466-485, maio/ago. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v12n2/16.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

PAREDES, J. O feminismo comunitário é uma provocação, queremos revolucionar tudo. [Entrevista concedida a] Patricia Dopazo Gallego. **Diário Liberdade**, [S.l], 22 maio 2016. Disponível em: https:// gz.diarioliberdade.org/america-latina/item/12022-o--feminismo-comunitario-e-uma- provocaao-quere-mos-revolucionar-tudo.html. Acesso em: 12 dez. 2022.

SAMAIN, Etiene. **Como pensam as imagens**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2012.

SILIPRANDI, Emma; CARDOSO, Elizabeth Maria. Aprendendo a ouvir as mulheres: ferramentas feministas para o planejamento agroecológico. In: MACHADO, Rita de Cássia Fraga; GAMA, Aildo da Silva (Org.). **Mulheres, organização e produção agroecológica:** Floresta Nacional de Tefé. Curitiba: CRV, 2018.

SILVA, Maria Ozanira. Reconstruindo um processo participativo na produção do conhecimento: uma concepção e uma prática. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. (Org.). **Pesquisa participante:** a partilha do saber. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

# "Roça é tudo pra mim": A gestão da renda e da terra para mulheres assentadas

Mariana Machitte de Freitas[1]
Aida Victoria Garcia Montrone[2]

**GT 04**: Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas, e das águas num mundo de crises.

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender e analisar os processos educativos da gestão da renda ligada ao manejo da terra de mulheres agricultoras de assentamento localizado na cidade de São Carlos/SP e como isso impacta na forma como constroem suas visões sobre ser mulher do campo. São também mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e que realizam a gestão monetária da renda auferida pelo benefício social. Ao analisar suas práticas de manejo da terra e para o autoconsumo, e suas rotinas fortemente voltadas para o cuidado, percebemos que o processo de luta pelo direito à terra, pelo direito de se viver na terra e da terra produz processos educativos que geram passos em direção à maior autonomia e maior visibilidade do trabalho feminino, contribuindo para a preservação da vida e de seus territórios. São processos em busca da libertação que, para elas, significa viver na terra.

Palavras-chave: Processos Educativos, Gestão da terra, Gestão da renda familiar, Mulheres do Campo

## APRESENTAÇÃO

Este artigo tem como objetivo compreender e analisar os processos educativos da gestão da renda ligada ao manejo da terra por parte de mulheres agricultoras do Projeto de

1 Pesquisadora do Núcleo de Estudos Rurais (NUPER) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); presidente do Instituto Florada e membro da Cooperativa de Trabalho, Assistência Técnica e Extensão Rural e Meio Ambiente (AMATER), mari.machitte@gmail.com
2 Professora Drª do Departamento de Metodologia de Ensino, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), montrone@ufscar.br

Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos, localizado na cidade de São Carlos/SP[3] e como isso impacta na forma como constroem suas visões sobre ser mulher do campo. São também mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e que realizam a gestão monetária da renda auferida pelo benefício social. Partimos da compreensão de que saberes são produzidos durante as diversas experiências de práticas sociais e que as pessoas se educam ao longo deste processo (OLIVEIRA et al., 2014).

Dividimos o texto em três sessões. Na primeira parte, faremos uma breve apresentação do contexto e do território em que as colaboradoras da pesquisa vivem. Na segunda sessão, abordaremos a divisão do trabalho e divisão sexual do trabalho, revelando quais são as tarefas desempenhadas por elas dentro do lote e no trabalho doméstico. Analisar o trabalho, seja produtivo ou reprodutivo, quem realiza e quem é responsável por cada um deles, traduz a forma como as famílias configuram tanto as relações de gênero, como a própria reprodução material da existência. Além disso, a partir da divisão das tarefas, veremos como se dá a produção para autoconsumo, a proporção produzida para a alimentação familiar e a forma de gestão desses alimentos. Na terceira parte, apresentaremos os relatos que elas nos deram acerca dos diferentes modos de manejo da terra, a forma com que produzem e fazem gestão desta produção. Também serão expostos os significados, para as mulheres, do que é ser mulher, pobre e viver na terra.

Veremos que são produzidas práticas de resistências cotidianas traduzidas na produção para o autoconsumo e no manejo da terra, na divisão do trabalho e nas diferentes formas de viver na terra e que estas produziram processos educativos de resistência e resiliência durante a experiência do fazer a gestão da terra, da casa e renda familiar.

## A ROÇA COMO ORIGEM

O Projeto de Assentamento (PA) Comunidade Agrária Nova São Carlos foi constituído em agosto de 2009, possuindo 84 famílias assentadas, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). De acordo com Ferreira (2014), o terreno onde se localiza o assentamento, denominado Horto Florestal de São Carlos, era inicialmente propriedade da antiga empresa Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), onde havia arrendamentos para plantação de eucalipto. Está próxima ao Distrito Industrial e aos bairros da área sul de São Carlos, sendo dividida pela estrada Municipal Domingos Innocentini (BERNARDINO, 2013).

3 Este artigo é parte integrante de pesquisa de doutorado intitulada "Gestão da renda familiar de mulheres assentadas: processos educativos e suas tensões" (FREITAS, M.M; 2020) defendida no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) . Recebeu menção honrosa na seleção de melhor tese de 2020 pelo PPGE/UFSCAR.

Pela proximidade da cidade, podemos caracterizar que o assentamento localiza-se em perímetro peri-urbano da cidade.

Após fixar-se nos lotes, depois da homologação, as famílias tiveram novos desafios. O INCRA fez 5 poços artesianos, sem, no entanto, instalar a rede de distribuição de água para as famílias. Alguns conseguiram fazer o seu próprio poço, mas a maioria depende de receber água por caminhão-pipa a cada 15 dias ou uma vez ao mês pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos (SAAE – São Carlos). A questão da água dificulta a realização de atividades agrícolas em seus lotes, fazendo com que muitos assentados busquem alternativas de trabalho rural ou urbano precários e temporários.

Esta pesquisa de cunho qualitativo utilizou a metodologia da observação participante, em que o intuito é a construção de conhecimento gerado pela própria experiência de interação entre as mulheres moradoras do Assentamento e a pesquisadora. Brandão (1984) defende que, na observação participante, o(a) pesquisador(a) se insere na vida e na cultura que investiga, transformando-se em uma relação de compromisso com sua história.

O procedimento para coleta de dados escolhido foi a realização de duas entrevistas reflexivas semiestruturadas com cada uma das 6 (seis) mulheres participantes da pesquisa, que foram indicadas em sistema de Bola de Neve (VINUTO, 2014). As colaboradoras da pesquisa[4] foram: Margarida, 49 anos, branca, casada e com dois filhos; Isabel, 50 anos, negra, casada e com uma filha; Rosa, 39 anos, parda, casada e com quatro filhos; Aurora, 47 anos, branca, casada e com 3 filhos; Sheila, 40 anos, parda, separada e com quatro filhos; e por último, Carolina, 32 anos, branca, casada e com dois filhos.

Em suas trajetórias de vida, a terra, a "roça", é, em geral, seu local de origem. Elas partiram na infância ou adolescência com seus familiares para a área urbana em busca de melhores condições, muitas vezes mudando-se de cidade ou de estado. Moraram em bairros de periferia, trabalharam em empregos precários e algumas mantiveram atividades como trabalhadoras rurais. Após alguns anos, já adultas, ingressaram no movimento de luta pela terra.

## A ROTINA E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Cada família possui um arranjo específico da divisão do trabalho e divisão sexual do trabalho no lote. De modo geral, os homens ficam responsáveis pela obtenção da renda proveniente de trabalhos temporários realizados fora do assentamento, seja por empreitada ou pagamento de diária, sendo as mulheres responsáveis por grande parte dos trabalhos de

4 Os nomes são fictícios.

dentro do lote, seja este produtivo ou reprodutivo e para o autoconsumo.

> A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Segundo Hirata e Kergoat, a divisão sexual do trabalho possui dois princípios: da separação, em que se distinguem as tarefas desempenhadas por homens e mulheres; e o princípio hierárquico, em que o trabalho do homem possui maior valor do que da mulher (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). Assim, o trabalho doméstico é geralmente desempenhado por mulheres e possui menor valor como tarefa. As mulheres em área rural trabalham muito mais horas que os homens, seja buscando água, cortando lenha, e nos cuidados dos familiares. No entanto, o trabalho feminino se torna invisível e desvalorizado.

Durante as entrevistas, as seis mulheres relataram que o trabalho doméstico e de cuidado dos filhos é feito exclusivamente por elas. Pela descrição que elas fizeram, as mulheres são as primeiras do lote a se levantarem e as últimas a irem dormir. Nos lotes de Margarida e de Aurora, os homens sabem cozinhar e o fazem quando as mulheres precisam se ausentar; porém, a responsabilidade das refeições no dia a dia é delas, ou, no caso do lote de Isabel, da filha. Os filhos ajudam na limpeza da casa e em algumas atividades no próprio lote.

Margarida, ao relatar a rotina e divisão de tarefas realizada entre ela, o marido e os dois filhos, um menino e uma menina, demonstra o ensino de uma clara divisão sexual do trabalho. O marido "ajuda" nas tarefas domésticas, a filha ajuda a mãe dentro de casa e o filho ajuda nas tarefas da roça que ela também desempenha. Este processo descrito por Margarida demonstra como nós, mulheres, reproduzimos o patriarcado, ensinando para as filhas as tarefas domésticas e aos filhos as tarefas de "fora" de casa, mesmo quando desempenhamos as duas funções, como é o caso dela.

Em relação à divisão das tarefas no manejo da terra, tanto com fins comerciais como para autoconsumo, ela depende dos tipos de arranjos e acordos estabelecidos por cada família. Geralmente, são atividades realizadas pelos dois, a despeito dos maridos dedicarem-se a tais tarefas quando não estão trabalhando para fora, sendo que o tempo de dedicação depende da frequência com que realizam o trabalho externo.

Siliprandi (2011) coloca que as mulheres camponesas trabalham junto com seus maridos nas roças voltadas para comercialização e são responsáveis pelos "quintais", visto como uma extensão da casa e do trabalho doméstico. O trabalho destes quintais fica invisibilizado e não é considerado nem contabilizado como *trabalho* como veremos a seguir. Aurora relata não

realizar trabalho na terra, mas é responsável pelo cuidado com os animais na sua rotina diária. Carolina diz que o marido é quem realiza as atividades ligadas à terra aos finais de semana, mas é ela quem cultiva uma "mini-horta" em seu quintal. Margarida e Rosa manejam o lote agrícola praticamente sozinhas, porém não possuem o reconhecimento deste trabalho perante à família. Já Isabel é quem planeja e realiza o manejo da terra, com ajuda da filha e do marido, especialmente no serviço pesado. Sheila relata alguns cuidados empenhados para manutenção do lote, realizados com a ajuda da mãe no cuidado com os animais.

São nos quintais onde geralmente são produzidos os alimentos que possibilitam a estruturação de um sistema de autoconsumo das famílias. Autoconsumo ou produção para consumo próprio da família é todo alimento e item básico produzido pelas próprias agricultoras e agricultores em suas propriedades. Corresponde à um modo de ser e viver na terra e de construir as relações socioeconômicas com a natureza pautados pela chamada cultura camponesa. No próximo item apresentaremos mais elementos para a discussão sobre o manejo da terra, sobre o papel do autoconsumo na renda de suas famílias e do manejo comercial.

## O MANEJO PRODUTIVO DA TERRA NOS LOTES FAMILIARES

Durante os anos de vivência dentro assentamento, todas as mulheres participantes relataram que já passaram por alguma dificuldade no manejo com a terra. Sheila diz não plantar nada por conta da seca e da falta d'água, relatando também a perda de criação de aves por conta de incêndio provocado pela Usina de cana-de-açúcar vizinha, não tendo tido por isso nenhum ressarcimento. Desistiu de criar animais. Margarida também passou por um grande incêndio de causa indefinida durante a pesquisa de campo, que queimou cerca de 80% de seu lote.

Aurora, por sua vez, comentou em sua entrevista que havia plantado feijão, mas que "a terra não está dando nada". As informações sobre as dificuldades encontradas pelas mulheres assentadas no manejo produtivo indicaram que a terra da área em que foi implantado o assentamento rural passou por um esgotamento de sua fertilidade, por conta da realização anterior de sistema de plantio em monocultura de eucalipto, do uso intensivo do solo e de agrotóxicos. Com a terra exaurida, há um processo longo de recuperação da fertilidade do solo. Dentro deste contexto, as saídas encontradas, considerando ainda a questão da falta d'água para irrigação, foram na fruticultura. Algumas no método convencional e outras de forma agroecológica, que produz uma agricultura sustentável, baseada no conceito da *Agroecologia*.

A agroecologia se tornou bandeira de luta dentro de movimentos de camponeses e

ambientalistas, para fortalecer a construção de uma agricultura sustentável e com produção de alimentos baseados na agricultura familiar, seguindo princípios éticos antirracistas e feministas. Neste sentido, a Caderneta Agroecológica (ALVES et al, 2018) percebeu a importância do papel da mulher tanto na produção para o autoconsumo nos *quintais agroecológicos*, como na preservação do meio ambiente, das sementes e saberes ancestrais. Estes quintais foram definidos como locais de manejo que evitam aplicar produtos químicos e onde existiam uma grande diversidade de culturas (IDEM).

De modo geral os quintais de Aurora, Isabel, Rosa e Margarida podem ser caracterizados como quintais agroecológicos, pela descrição do manejo da terra que elas fazem. Para além do quintal, Isabel possui plantio convencional de manga voltado para produção comercial. Rosa tem uma estufa de plantio, onde faz sua horta, além de ter em seu quintal plantas frutíferas e outras culturas: "É orgânico também" (Rosa). Margarida realiza o plantio das árvores frutíferas de forma orgânica também, mas em Sistema Agroflorestal (SAF), associando e consorciando as frutas com outras culturas.

> Sistema agroflorestal é um nome genérico que se utiliza para descrever sistemas tradicionais de uso da terra amplamente utilizados, nos quais árvores são associadas no espaço e/ou no tempo com espécies agrícolas anuais e/ou animais. Combina-se, na mesma área, elementos agrícolas com elementos florestais, em sistemas de produção sustentáveis (FARREL; ALTIERI, 2012, p. 281).

Margarida nos relatou que não pretende usar veneno na comida que ela dá para a família dela, bem como o conflito que isto causa com vizinhos.

> Não, não vou usar. Aí você fala: eu não quero isso pra minha vida. Eu não quero colocar agrotóxico na comida da minha família. Eu não quero! Então aí você já passa a ser chata. Então a pessoa já começa a te ver diferente e começa a te marcar. (Margarida – entrevista reflexiva)

Já Sheila nos expôs que em sua rotina coloca veneno na cerca, mas não comentou colocar em outras áreas. O veneno que ela se refere é conhecido como "mata mato", o Glifosato, herbicida dessecante associado também ao plantio dos transgênicos. Este agrotóxico está fortemente associado à doenças como o câncer e seu uso traz contaminação, tanto em quem aplica, como ao solo, animais, plantas e água. É o agrotóxico mais vendido no Brasil e no mundo e seu uso está se tornando cada vez mais comum[5].

Nas entrevistas, pedimos que as mulheres indicassem não o valor, mas uma proporção aproximada do que corresponde, "no prato" delas, da comida que vem de dentro do lote e da comida que vem de fora. Além disso, pedimos para elas nos contarem o que elas produziam na terra para o consumo da família. Aurora e Rosa relataram que os produtos para o consumo

5 Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589612-entenda-o-que-e-o-glifosato-o-agrotoxico-mais-vendido-do-mundo Acesso em 16 jan. 2020.

doméstico advêm metade de dentro do lote e metade do mercado. Já no caso de Isabel essa proporção de consumo de produtos obtidos no lote é mais que a metade, segundo ela.

Margarida também consome muitos produtos de seu próprio lote, cerca de 60% segundo ela. Durante a segunda entrevista, nos disse ainda consumir menos por conta do arroz e feijão, devido especialmente ao grande incêndio que atingiu sua propriedade, queimando boa parte de sua produção. "A gente tem muito no quintal!" (Margarida). Além de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), ela usa ervas como remédio para todos os tipos de tratamento. Ressalta não gostar de usar remédios farmacêuticos comerciais, traduzindo uma forma de ver as plantas não apenas como alimento, mas como fonte de cura para determinadas doenças. Tal prática no que diz respeito à gestão da renda, diminui o impacto da necessidade de dinheiro para a compra de determinados remédios no orçamento familiar.

No caso de Sheila e Carolina, a produção para o autoconsumo realizada em seus lotes é pequena. Sheila cultivava algumas culturas agrícolas, mas também passou por incêndio que, há alguns anos, destruiu sua plantação. No momento da pesquisa, a maioria dos alimentos que Sheila e Carolina consumiam vinha, sobretudo, do mercado.

O autoconsumo desempenha papel importante no combate à fome e para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional das populações viventes nas áreas rurais. A produção para o autoconsumo funciona também como poupança nos momentos de maior necessidade e de excedente. Todas relataram esta estratégia quando falta dinheiro. Porém, quando não conseguem acessar alguma alternativa, disseram ficar sem atender determinadas necessidades, até a entrada de alguma fonte de receita surgir: "Tem que ficar sem! … Aí tem de ir levando, até entrar um dinheiro" (Aurora).

Sheila foi a única entre as mulheres entrevistadas que comentou, mais de uma vez na entrevista, sobre falta de comida e momentos em que teve que pedir comida para outras pessoas, situação que para ela foi extremamente constrangedora. Afirmou ter recebido julgamentos sem estas saberem a dificuldade que a pessoa em situação de pobreza está atravessando, o que indica a falta de empatia pelo outro. Tal julgamento afeta também a forma como ela se vê perante aos outros, produzindo uma *autodesvalia* (FREIRE, 2011). A autodesvalia, segundo Freire resulta da "(...) introjeção que fazem eles da visão que deles têm os opressores" (FREIRE, 2011a, p. 69). Este comportamento se traduz na dependência e sentimento de incapacidade perante as possibilidades de mudança de sua própria condição de vida. Entretanto, ao verificar alterações nas relações de opressão, das condições materiais e/ou da percepção da estrutura de dominação, os oprimidos podem se colocar em luta para sua libertação e humanização. Neste sentido, de forma geral, os programas de combate à pobreza e de reforma agrária são vistos como "perigosos", pois possibilitam a construção de certa base material para autonomia e independência, para uma menor sujeição às situações de extrema

exploração.

No próximo item apresentaremos os significados construídos por elas sobre si, sobre o que é ser mulher, ser mulher pobre e ser mulher do campo.

## SOBRE SER MULHER – POBRE – E DO CAMPO

A interseccionalidade do ser mulher, em condição de pobreza, na maioria dos casos negra ou parda, assentada e moradora da zona rural, traz uma série de questões complexas para suas vidas, resultado das diversas opressões que sofrem. Para algumas delas, primeiramente, ser mulher está associado a ser mãe e às responsabilidades que incorrem ou são impostas na maternidade.

Ser mulher é ter responsabilidade por "dar educação" aos filhos e filhas, acompanhá-los na escola, corrigi-los. Aurora fala sobre a habilidade de "se virar nos 30", se referindo à necessidade de dar conta de todas as tarefas, demonstrando de forma clara que para a mulher existe a sobrecarga de funções.

Ao serem questionadas sobre o que acham de viver na terra, as mulheres participantes da pesquisa realizaram, de certa maneira, algum contraponto com a vida na cidade. Todas elas passaram pela experiência de morar em bairros urbanos da região, lembrando como na cidade as coisas eram mais difíceis.

> Porque na cidade era tudo bem mais difícil mesmo. (Rosa)

> Ah, é o que eu gosto. Sempre fui da roça, né? Então isso aqui é tudo. Porque eu na cidade, quando eu morava na cidade, tomava um monte de remédio, era depressiva, pressão altíssima, direto. Hoje não, levanto cedo, vou trabalhar, estou trabalhando o dia inteiro, eu não penso em nada, chega a tarde, tranquilidade. E é uma coisa que eu gosto. **Roça é tudo pra mim!** (Isabel – Entrevista reflexiva)

Indicam, igualmente, que a roça é um bom lugar para se morar e criar os filhos, e que eles também querem ficar na terra. E a mulher que mora na terra é uma mulher feliz, que passou por muitas dificuldades para poder morar na roça e por isso teve que ter coragem e força para lutar e resistir.

> Ah... eu já ouvi falar que tem que ter muita coragem! Que não é todo mundo que encara não! O que a gente encarou aqui não é qualquer mulher que encara não! Eu acho que é aquelas que... sei lá... se identifica com esse tipo de lugar, né? Que teve muita gente no começo, teve muita mulher que desistiu, foi embora! (...) Porque assim, era quatro paus enfincado no chão e uma lona preta cobrindo. Igual eu já falei, quando eu vim pra cá, eu vim com um colchão de casal e minhas roupas. Era o que eu tinha para vir para cá. Porque as coisas que eu tinha de valor. Fogão eu não tinha porque eu morava na casa do meu vô e a gente comia ali. Então a gente trabalhava, ele comprava as coisas e a gente comia ali. Mas eu tinha uma televisão, eu vendi. Entendeu? Pra construir o barraco ali. Então quando eu vim pra cá, era muito dificultoso. Não tinha água, não tinha energia. Então era bem, bem dificultoso mesmo. Imagina? Nossa, quando eu vim pra cá, ai meu Deus! Nossa, eu até pensava: eu vou embora, não vou ficar mais aqui nesse lugar. Mas depois eu pensava assim, pelo menos no futuro eu vou ter a minha casa,

> o meu espaço. Mas era difícil aqui no começo. (...) E não pensava tanto em mim. Eu pensava mais nos meus filhos, né? (Carolina – Entrevista reflexiva)

Possuem força para superar as adversidades, superar o que elas chamam de "lona preta". A motivação, a esperança de Carolina traduzida em ação, em ocupação e resistência, era de conseguir algo para seus filhos. Aprender com as dificuldades, como ressalta Sheila. Rosa, na entrevista reflexiva, nos falou que são mulheres batalhadoras, lutadoras, mas não se considera uma, se tratando como "parasita", ou seja, uma autodesvalia da visão sobre si mesma.

> **Rosa**: E agora? Ah, geralmente a mulher moradora de assentamento, né? Não eu, que eu sou uma parasita, né? São tudo, quase tudo que eu conheço são mulher lutadora, batalhadora, que não tem medo. Elas dirigem, elas saem, elas vendem, elas conversam, elas vão atrás das coisas, elas lutam… é assim que é a mulher moradora do assentamento.
> **Mariana**: E por que você acha que não você?
> **Rosa**: Ah, porque eu fiquei muito parada!
> **Mariana**: Mas olha a luta que você passou!
> **Rosa**: Mas agora que eu estou começando a abrir meu olho, começando a sair, a querer lutar pelos meus direitos. Ah, assim que eu penso das mulheres do assentamento. Maioria é assim. Eu vejo mesmo, a maioria que eu vejo, do jeito delas tudo, mas igual a P. (vizinha), a D. (vizinha), a Sheila… várias mulheres saem, dirigem, vão num lugar, vão no outro. Criam os filhos sozinha. Eu admiro pela coragem delas. Mulheres bem lutadoras. Ah, são lutadoras mesmo.

O não reconhecimento de que é ela quem produz mais da metade do alimento da família, que faz a gestão e manutenção do lote inteiro, praticamente sozinha, e que a reprodução social da sua família depende dela, ainda é muito forte. O patriarcado e o machismo produzem e reproduzem estas opressões, com a consolidação da invisibilidade do trabalho feminino. Na visão de Rosa, ser mulher e ser uma mulher do campo é lutar pelos seus direitos, romper com as amarras que a imobilizam. Rosa diz que começou a se movimentar, se inscrevendo em uma sala de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para voltar a estudar; ação que representa um grande passo em seu processo de construção de autonomia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos que as práticas de resistências cotidianas traduzidas na produção para o autoconsumo e no manejo da terra, na divisão do trabalho e nas diferentes formas de viver na terra produziram processos educativos, formas diversas como elas se educaram durante a experiência do fazer a gestão da terra, da casa e renda familiar.

Vimos que as mulheres participantes da pesquisa acumulam as atividades reprodutivas de cuidado dos filhos, dos idosos e da casa com as de manejo da terra e de autoconsumo, em graus diferenciados entre elas. Porém a responsabilidade dos trabalhos domésticos e de cuidados são exclusivamente desempenhados por elas. Vimos também que as relações patriarcais condicionam a forma com que se dá a divisão das tarefas domésticas e, em alguns

arranjos familiares, a governabilidade da gestão do dinheiro. Na maioria dos casos analisados, os homens ficam com o papel de provedor, e a mulher com o trabalho doméstico. No sentido apontado, o trabalho na roça visando autoconsumo configura-se, em certa medida, enquanto extensão da casa e do trabalho reprodutivo. Por isso, por mais que nos casos em que as mulheres gerem o recurso do Bolsa Família e produzem, ao mesmo tempo, boa parte do alimento consumido pela família, sua contribuição ainda é invisível aos olhos delas e de seus companheiros.

Buscamos desvelar os significados da terra e de ser mulher na terra aos olhos das colaboradoras da pesquisa, propondo a compreensão de que a terra possui lugar central em seus modos de produzir e de cuidar da vida, dela e de suas famílias.

Carlos Rodrigues Brandão (2009a, 2009b) defende uma educação em que as pessoas, conjuntamente, promovam a compreensão do mundo em que vivem de forma crítica, compartilhando os saberes e construindo em conjunto sua libertação. Neste sentido, a Educação Popular possui papel "como resistência e oposição ao *status quo* " (BRANDÃO, 2009a, p. 9). A resistência e persistência são processos educativos desvelados pela pesquisa, pois a luta pela permanência na terra, com a possibilidade de sobrevivência tirada a partir de seu manejo, se traduz como resistência individual, familiar e coletiva dentro da realidade do assentamento. A resistência é a expressão de um esperançar traduzido como verbo, como ação.

Apesar de todas as dificuldades apontadas, as mulheres assentadas permanecem como guardiãs de seus territórios, da produção e reprodução da vida, na medida das possibilidades objetivas dispostas à elas. A prática cotidiana de luta pela reprodução da vida nos revela a tensão entre o esperançar, como verbo, ação, e a desesperança, carregada com todas as frustrações, negações e desumanizações no caminhar. Tensão entre a resistência, a resiliência e a resignação.

Os processos educativos advindos da gestão da renda familiar são traduzidos na forma como as mulheres assentadas produzem a vida na terra. Aqui, a terra ganha significado de éden, paraíso, libertação. Foi com o intuito de buscar novos caminhos e em busca de uma vida melhor que as mulheres participantes da pesquisa saíram da terra em direção à cidade quando jovens e adolescentes. Relatam que na cidade a vida era mais difícil e que, ao saberem do movimento de luta pela terra, optaram por juntarem-se a ele, morando embaixo da "lona preta" e em barracos de madeira em busca de seu pedaço de chão. Viveram a angústia de não saber se teriam o direito à terra, de ver os filhos chorando por não ter banheiro, água, energia elétrica, comida. Resistiram! Depois da conquista e homologação do assentamento, feita a divisão dos lotes, cada uma foi para seu próprio pedaço de terra. As dificuldades permaneceram e até aumentaram, pois agora estavam mais distantes umas das outras, sozinhas em seu núcleo familiar, vivenciando as contradições entre poder fazer o que quisessem em seus

territórios, mas terem poucos braços e investimentos. Buscaram e buscam incessantemente saídas e soluções para poder viver na e da terra, gerando formas e estratégias para dar conta do viver, cuidar dos filhos e da casa, e serem ao mesmo tempo guardiãs da terra, de um território em que, costumeiramente, os homens deixam para buscar parte da renda fora da casa.

Novos significados e novas formas de compreender a gestão da renda familiar foram produzidos ao longo do processo de luta pelo direito à terra, pelo direito de se viver na terra e por meio dela. Luta em direção à libertação, à humanização, à superação das situações-limite em forma de resistência e persistência. Foram processos educativos produzidos na tensão entre a desumanização que as condições objetivas impõem e o processo de busca pela libertação que se expressa, para elas, no viver dignamente na terra. A terra não se configura apenas como espaço físico, local de moradia. É um território de produção de saberes, de trocas e de conservação dos conhecimentos ancestrais de agricultoras e agricultores.

## REFERÊNCIAS


ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ALVES, L.M. ALVARENGA, C; CARDOSO, E. CASTRO, N de; SAORI, S.; TELES, L. Caderneta agroecológica e os quintais: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil. Minas Gerais, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018.

BERNARDINO, N.F. Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos: Levantamento florístico e ambiental para análise do potencial para a meliponicultura. Monografia de Graduação, Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP), 2013.

BRANDÃO, C. R. Pesquisar-Participar. In: _____ (Org). Repensando a pesquisa participante. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, C. R. Aprender a saber com e entre os outros In: ASSUMPÇÃO, R (org). Educação Popular na perspectiva Freiriana. Editora Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2009a.

BRANDÃO, C. R. Algumas palavras sobre ontem e agora. In: BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. Cultura Rebelde: escritos sobre educação popular ontem e agora. Editora Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2009b.

FARREL; J. ALTIERI, M. Sistemas Agroflorestais. In:ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

FERREIRA, T. L. Arquiteturas vernáculas e processos contemporâneos de produção: Formação, experimentação, e construção em um assentamento rural. Tese de doutorado – IAU/USP São Carlos, Brasil e AE&CC, ENSAG, Grenoble, França; 2014.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

FREITAS, M. M. Gestão da renda familiar de mulheres assentadas: processos educativos e suas tensões. Tese de Doutorado, UFSCAR, São Carlos, SP, 2020.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p. 595-609,set/dez. 2007.

OLIVEIRA, M. W.; SILVA, P. B. G. E.; GONCALVES JUNIOR, Luiz.; MONTRONE, Aida Victoria. G.; JOLY, Iza. Z. L. Processos educativos em práticas sociais: Reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. de. Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação. São Carlos: EDUFSCAR, 2014, p. 29-46.

SILIPRANDI, E. Mulheres Agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. Pensamiento iberoamericano , v. 9, p. 169-184, 2011.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Temáticas. Campinas, ano 22, nº 44, ago/dez 2014. p. 203-220.

# A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESPAÇO DA EMANCIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS DO CAMPO: ELEMENTOS PARA O DEBATE

Tania Cristina Costa Calarge[1]
Juliana Rosa Carrijo Mauad[2]
Elcio Gustavo Benini[3]

GT 4: Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas, e das águas num mundo de crises.

**RESUMO**

Os empreendimentos de economia solidária – EES - são espaços de colaboração e trabalho associado em primeira instância como alternativa de trabalho, renda e sobrevivência, porém eles apresentam contradições e potencialidades que apontam para a superação das determinações degradantes do capital. Este artigo tem como objetivo principal apresentar uma análise sobre o tema da emancipação feminina em relação a trabalho e gênero, e o desenvolvimento e apoio para mulheres nos EES. O campo empírico deste trabalho são empreendimentos autogestionários conduzidos por mulheres, ligados ao meio rural. Para tanto, foram elencados filtros da realidade pesquisada, a partir da metodologia da ACC para dar subsídio às percepções da pesquisa. Conclui-se que as opressões capitalistas e patriarcais se retroalimentam e se sustentam, sendo indispensável a subversão da opressão de gênero para a superação da exploração de classe.

Palavras-chave: Mulheres Rurais; Solidariedade; Emancipação.

## INTRODUÇÃO

[1] FACE-UFGD. taniacalarge@ufgd.edu.br
[2]FCBA-UFGD. julianacarrijo@ufgd.edu.br
[3] ESAN-UFMS. elciobenini@yahoo.com.br

Os empreendimentos de economia solidária são espaços de colaboração e trabalho associado em primeira instância como alternativa de trabalho, renda e sobrevivência. Contudo, frequentemente eles apresentam contradições e potencialidades que apontam para a superação das determinações hegemônicas do capital, dentre elas a propriedade coletiva dos meios de produção, a autogestão e relações igualitárias entre seus participantes.

De acordo com os microdados do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), fornecidos pela extinta Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), dos 19.708 EES mapeados no Brasil, 10.793 atuam no ambiente rural. No caso de Mato Grosso do Sul, esses empreendimentos correspondem a 29% do mapeamento que abrangeu um total de 294 organizações. Destaca-se que, desse total, 71 são empreendimentos de agricultura familiar (SENAES, 2013).

Essa pesquisa descreve e analisa os desafios da desigualdade de gênero[4] no ambiente organizacional dos EES rurais e urbanos[5] – que trabalham com a produção e comercialização de alimentos – e evidencia a atualidade de um movimento que Paulilo (2016) chamou de “feminismo camponês”, que é a busca pela emancipação das mulheres produtoras de alimentos vinculadas ao espaço rural.

A desigualdade de gênero é tema frequente nas pesquisas sobre organizações, especialmente no contexto atual que, após a Revolução Feminina (Década de 1970), garantiu às mulheres acesso a ‘novos’ espaços, especialmente os de trabalho. Essa expansão da presença das mulheres no mundo do trabalho provocou um fenômeno que não se anteviu: o deslocamento da responsabilidade do sustento financeiro da família dos homens para as mulheres, acompanhado do endividamento delas, que passaram a ser arrimo de família (HIRATA, 2009).

O fato de que a renda média das mulheres brasileiras é de R$ 2.255[6] e a renda média dos homens é de R$ 2.815 já seria o suficiente para trazer o debate de gênero para as relações de trabalho, em uma sociedade que, entre 2000 e 2015, teve um aumento de 105% no número de famílias que passaram a ser chefiadas por mulheres.

[4] O termo gênero, historicamente, pode ser utilizado para classificar as identidades sexuais, e atualmente, para indicar a carga política e ideológica que pesa sobre a as desigualdades entre os sexos. A definição conceitual do termo também é campo de discussões acadêmicas, políticas e ideológicas (VEIGA e PEDRO, 2015).

[5] Para Lefebvre (1999) não há dualidade entre o urbano e o rural, e sim a relação dialética de produção e reprodução entre estes espaços, sendo que o rural é atrasado, não desenvolvido é amplamente explorado para o desenvolvimento e enriquecimento do urbano.

[6] Renda média referente ao ano de 2021.

Entretanto, o trabalho doméstico, que não é remunerado, não consta nas pesquisas oficiais e aprofunda o abismo entre os gêneros na sociedade (IBGE, 2022[7]).

Em 2022, os rendimentos efetivos das mulheres tiveram queda em uma proporção superior às dos homens, sendo 4,7% para elas e 3,1% para eles, no que se refere a renda efetiva (IPEA, 2022).

As condições de endividamento e exploração são minimizadas em contextos de EES. É nesse sentido que os EES surgem como frentes de resistência, ressignificação e transformação que se apropriam de ferramentas e soluções para estabelecer uma nova dinâmica social e econômica, bem como, empreendimentos autogestionários e iniciativas de Trabalho Solidário.

Este artigo tem como objetivo analisar elementos da participação feminina em relação a trabalho e gênero, e o desenvolvimento e apoio para mulheres em empreendimentos de Economia Solidária - EES.

Este trabalho parte da premissa de que ser mulher é uma condição (BEAUVOIR, 2009), não se nasce fisiologicamente ou naturalmente imbuída da subordinação que é claramente caracterizada pelas relações de gênero na sociedade. A invisibilidade que surge pelo fazer doméstico é uma construção que remonta a Aristóteles que observou a diferença entre o discurso e a política em que o trabalho realizado na esfera íntima (doméstica) não era uma atividade política (ARENDT, 2008).

O campo empírico são empreendimentos autogestionários conduzidos justamente por mulheres, ligados ao meio rural. O método de análise é parte do desenvolvimento da Análise Crítica de Conteúdo – ACC. Este artigo se restringe às provocações reflexivas e mediações precárias e abstratas do objeto a ser estudado (FARIA, 2017)

A pesquisa que origina este artigo foi realizada em Dourados, Mato Grosso do Sul, onde está localizada a Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. A UFGD conta com uma Incubadora de Tecnologia Sociais e Solidárias – ITESS que atua como formadora e fomentadora de diversos empreendimentos de Economia Solidária, incluindo empreendimentos geridos exclusivamente por mulheres.

A escolha se deu pelas seguintes condicionantes:

[7] A PNAD Contínua publicada em 2022 também reforçou o dado de que a diferença salarial entre os gêneros é maior entre as(os) trabalhadoras(es) com maior grau de instrução (IBGE, 2022)

a) Já ter existido uma política pública destinada à formação de empreendimentos solidários – Criação da ITESS;
b) Existirem grupos de mulheres incubados no período da pesquisa;
c) Alguns dos empreendimentos incubados existem há mais de 10 anos.

Em Dourados também existe uma política consistente de apoio à Economia Solidária, sendo que até 2019 existia uma secretaria municipal de agricultura familiar e economia solidária, que desde então passou a ser um departamento na secretaria municipal de agronegócios.

## QUESTÕES TEÓRICAS PARA CONSTRUÇÃO DO DEBATE

### O CAMPO, A PRODUÇÃO RURAL E O CAMPESINATO

A questão agrária no Brasil, ou mais diretamente, a má distribuição e ocupação agrária no Brasil, remonta ao fim da escravidão, pois até então o direito à propriedade se baseava na livre ocupação de terras, o proprietário seria responsável apenas sobre as benfeitorias. Porém, apenas os "homens bons"[8] poderiam obter o título de posse das propriedades. Em 1850 foi promulgada a Lei de Terras que determinava que, a partir daquele momento, a única forma de aquisição de propriedades seria através da compra, impedindo a aquisição pelos negros – agora livres e desprovidos de oportunidade de salário, moradia, entre outros, e pelos imigrantes – que teriam que trabalhar algum tempo até que pudessem juntar um bom volume de dinheiro (MARTINS, 2011).

A mecanização do processo de produção rural e a expulsão e extermínio dos povos nativos de suas terras tradicionais ocasionaram aumentou do número de trabalhadores marginalizados que dependem da terra para produzir e que não tem acesso a ela. Segundo Martins (2011), o Brasil é o único entre os grandes países de tradição agrícola que não fez uma reforma agrária efetiva ao longo de sua história.

A miséria e a violência no campo daqueles trabalhadores rurais que no final da Ditadura Miliar buscavam espaços para garantir sua sobrevivência deu origem a Ligas Camponesas, as lutas dos povos indígenas, os quilombos, são referência e exemplo de tentativa de revolução para o mundo, especialmente a constituição do Movimento

[8] Homens que tinham direitos políticos. Brancos e livres.

dos Sem Terra – MST. As bases do movimento buscam enfrentar a marginalização (exclusão) de seus integrantes, especialmente ao garantir a alfabetização e a educação política dos membros (GONÇALVES, 2018).

## A QUESTÃO DA EMANCIPAÇÃO

Assim, adotamos como o oposto à alienação, a emancipação, operacionalizada pela cidadania e liberdade total, em razão de entender que a alienação é fruto do processo de exploração do trabalho e da desigualdade de gênero. A busca pela emancipação, portanto, é manter na práxis humana uma luta contínua pela libertação dos indivíduos. Libertação esta da desumanização, da opressão, da dominação social e da exclusão. É estabelecer a liberdade e a cidadania que propõe a democracia (FREIRE; HORTON, 2002).

Carvalho (2015) apresenta a tese de que a cidadania no Brasil se encontra em uma encruzilhada. A desesperança coletiva com a possibilidade de que a democracia política aniquilaria com a pobreza e a desigualdade se deu porque os direitos no Brasil foram conquistas em ordem invertida ao modelo clássico de Thomas Marshall. Enquanto a lógica inglesa sugere que primeiro são conquistados os direitos civis depois os políticos e só então os sociais. No Brasil a conquista dos direitos sociais mais significativos se deu no período do Governo Militar, quando havia cerceamento dos direitos civis. A inversão da sequência de direitos reforçou entre os brasileiros a ideia de supremacia do Estado, que hoje atende apenas aos interesses neoliberais do capital.

Freire via a revolução como um processo, conduzido por seres humanos aliados, entre as organizações de base e as vanguardas, por meio da educação. A ideologia e a opressão realizada pelo capital precisam ser percebidas pelos trabalhadores, para que estes possam de fato, emancipar-se e obter dignidade cidadã. Romão e Gadoti (2012, p. 39) sintetizam a ideia do pedagogo:

> [...] somente com a superação de uma formação social classista, verticalmente hierarquizada, conseguir-se-á a superação das ideias, conceitos e valores alienantes introjetados pelos dominantes nos(as) dominados(as). No entanto, esta "extrojeção" (expulsão das ideias, projeções e ideais hospedados) somente terá lugar no momento pós-revolucionário

> se continuar ocorrendo uma “revolução cultural”, ou seja, se o processo de “descolonização das mentes” mantiver seu curso.

Ainda que a superação da luta de classes e o fim do capitalismo se apresentem distantes no horizonte, é comum encontrar o tema empoderamento nos discursos – especialmente nos organizacionais e nos das pautas identitárias. O termo se refere a uma condição em que as pessoas (nível individual) conquistam controle e conhecimento sobre suas forças pessoais para agir de uma melhor maneira (BAQUERO, 2012).

O empoderamento é uma estratégia reacionária da esfera privada para aproximar indivíduos e garantir o ideário de que é possível superar as limitações próprias, de sua comunidade e do sistema. Uma metáfora para empoderamento é que o capitalismo socializa sonhos e privatiza os meios de realizá-los. Caso o indivíduo esteja empoderado, ele se mantém no trabalho ativo e produtivo, por esse motivo, esta tese evitará o termo.

Enfim, a emancipação é utilizada neste trabalho como o oposto, a alteridade, o antônimo de alienação e como sinônimo de cidadania, definido por Marques-Pereira (2009, p. 39) “trata-se de dar conta da capacidade das mulheres de impor uma definição de cidadania que integre sua dimensão social. Estas se tornam sujeitos políticos, tendo os direitos sociais como campo de lutas e de negociações”.

## A PARTICULARIDADE DAS TRABALHADORAS

A Divisão Sexual do Trabalho, ou as relações de trabalho mediadas pelo sexo social, é outro conceito importante para os estudos de gênero e trabalho. O termo foi popularizado, entre as décadas de 60 e 70, por feministas marxistas francesas que buscavam classificar qual o espaço das mulheres no mundo do trabalho. Existem duas vertentes que podem ser abordadas sobre o tema: a primeira é a divisão objetiva de trabalhos masculinos e femininos (generificada); e a segunda vai mais além das desigualdades superficiais e busca comprovar como as escolhas de divisão de trabalho são sistemáticas e valoradas, privilegiando o sexo masculino (HIRATA e KERGOAT, 2007).

Para avançar na divisão de gênero do trabalho é preciso compreender a diferença entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. O primeiro é objetivo, aquele pelo qual se recebe um salário ou um pagamento que resulta na confecção de uma

mercadoria, ou que se torna uma mercadoria, por meio da força de trabalho. O segundo se refere ao trabalho doméstico, geração e educação de filhos, da manutenção das condições de existência da classe trabalhadora. A sustentação do trabalho reprodutivo é um garantidor da divisão de classes, pois se a classe trabalhadora não se mantém e não aumenta, a classe burguesa não tem condições de se sustentar (KERGOAT, 2003).

Hirata e Zarifian (2009) questionam o conceito de trabalho como atividades hierarquizadas que separam as atividades por sua destinação, por exemplo, o trabalho necessário para a subsistência humana, ou para produzir coisas, propriamente ditas. As autoras destacam que as esferas da vida para as mulheres são apenas socialmente separadas, e que a luta por emancipação pela força de trabalho vendida para a indústria, fruto de uma visão totalmente instrumental, aumenta a exploração daquelas que realizam o trabalho necessário, o "não-trabalho", ou o trabalho reprodutivo.

> Para as mulheres, os limites temporais se dobram e se multiplicam entre o trabalho doméstico e profissional, opressão e exploração, se acumulam e se articulam, e por isso elas estão em situação de questionar a separação das esferas da vida – privada, assalariada, política – que regem oficialmente a sociedade moderna (HIRATA E ZARIFIAN, 20019, p. 254).

É preciso considerar que o trabalho feminino é marginalizado duplamente, primeiramente, no que se refere ao sistema produtivo de bens e serviços e, em seguida, na marginalização das próprias mulheres. Sendo assim:

> É óbvio, portanto, que a mulher sofre mais diretamente que os homens os efeitos da apropriação privada dos frutos do trabalho social. Seria ilusório, todavia, pensar-se que a maior exploração de que é alvo a mulher reverte em benefício do homem (SAFFIOTI, 2019, p. 73).

Na sociedade de classes, que expropria o valor do trabalho de homens e mulheres, não são os homens que obtêm as vantagens e lucros de tal desigualdade. A análise da totalidade histórica, na qual estão inseridos os trabalhadores, permite compreender que manter a mulher subjugada no mercado de trabalho contribui para a manutenção de um grande exército de reserva, o que diminui o ônus do salário-mínimo para as empresas.

## PROVOCAÇÕES REFLEXIVAS PARA A ACC

O caminho metodológico proposto pela ACC é um ir e vir entre a teoria e o campo empírico que busca elaborar e enriquecer a compreensão da realidade concreta e propor elaborações teóricas que contribuam efetivamente para a transformação dos trabalhadores. Apresentamos aqui as provocações reflexivas, valoradas por todo o trajeto de pesquisa.

Está evidenciado na teoria e na práxis que os EES ou empreendimentos autogestionários nem sempre são compostos por pessoas revolucionárias, ou que estejam implicadas em uma mudança substantiva do sistema. O mesmo acontece com as mulheres trabalhadoras, que não tem como primeiro intuito a superação das opressões de gênero, porém tais mulheres se diferenciam em condições e predisposições para embrenharem-se nas fissuras permitidas pela associação e solidariedade de seu trabalho. Quais são estas fissuras, portanto? Como são geradas as oportunidades para o coletivo que permitam uma ressignificação das relações sociais? As trabalhadoras podem perceber estas mudanças?

O quão envolvidas com a questão da posse dos meios de produção estão as trabalhadoras, tanto no que diz respeito à posse de suas máquinas e ferramentas, tanto quanto à questão da posse da terra, caso sejam assentadas ou participantes da agricultura familiar. Qual é a percepção das trabalhadoras frente à possibilidade do compartilhamento dos bens, em uma condição de atividade conjunta de produção? A autonomia produtiva traz elementos positivos para a emancipação das mulheres, ou aproxima as mais favorecidas de um feminismo liberal?

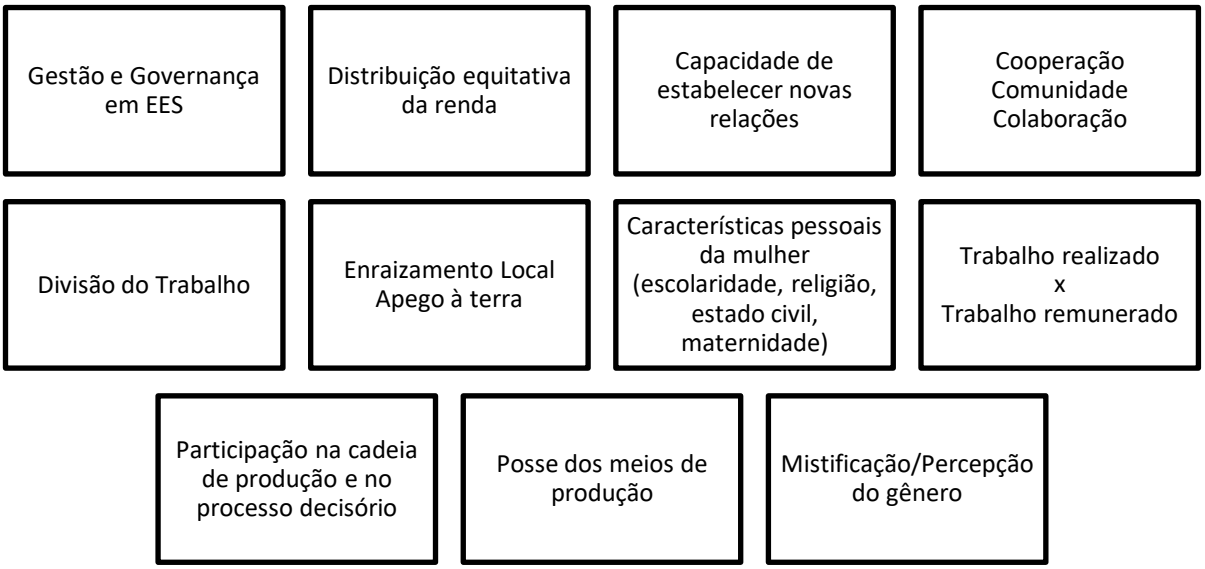
Eventualmente, as próprias mulheres, dadas suas condições ambientais não tem interesse em debater emancipação feminina. A superação da opressão de gênero passa pelo reconhecimento da desigualdade e das violências, as quais estão submetidas duplamente as mulheres, sejam em razão da classe ou do sexo. É necessário compreender também a percepção que as trabalhadoras associadas têm em relação à questão feminista, não só em relação a si, mas em relação as outras mulheres, sejam elas familiares ou apenas outras integrantes do grupo social.

Seguramente as provocações apresentadas não são a totalidade das questões vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras nos empreendimentos de economia solidária, entretanto tais dimensões cobrem todos os aspetos teóricos que embasam esta pesquisa.

A síntese das provocações reflexivas deste trabalho é exposta na figura a

seguir:

Figura 1: Síntese das provocações reflexivas




Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Os filtros da realidade pesquisada podem ser divididos em duas perspectivas, a dos empreendimentos e a das questões de gênero, ainda que sejam transversais e concretos e devem ser analisados de forma associada. A apresentação tem o objetivo de apresentar de forma didática os elementos encontrados na pesquisa.

A efetiva gestão e governança da EES dentro de uma perspectiva social e solidária é fundante na construção da emancipação das trabalhadoras, trazendo para o cotidiano a autonomia e a superação das relações hierárquicas garantem a segurança para as mulheres, da mesma forma a questão da distribuição equitativa de renda e da divisão do trabalho.

Nestas dimensões a submissão do capitalismo ao patriarcado é evidenciado em razão de que se justificam as desigualdades entre os gêneros pela perspectiva do trabalho produtivo e reprodutivo e entre o trabalho realizado e o trabalho remunerado, sendo que a carga horária de trabalho das mulheres é conhecidamente maior que a dos homens, especialmente no que se refere aos cuidados, atividades sensíveis de comunicação, motivação e gerenciamento de pessoas, limpeza e manutenção e outros

No que se refere a capacidade de estabelecer novas relações de produção e relação de produtividade também se caracterizam como possibilidade solidária ao

incluir mais trabalhadoras, potencializando o desenvolvimento dos processos produtivos e comerciais. A organização não deve se encerrar em si, impedindo a participação dos jovens ou de novos integrantes que tendem a renovar as dinâmicas organizacionais, superando opressões de diversos tipos.

A possibilidade de estabelecer novas relações favorece o apego a terra, ao permitir que as jovens se sintam atrelados à produção rural, e não excluídos dela. Que percebam as possibilidades que o meio rural oferece em termos de produção, subsistência, desenvolvimento pessoal e superação das condições que eventualmente estejam submetidas.

Essas condições são concretas e configuram como categoria de análise do campo empírico, são as condições estruturais a que as mulheres estão submetidas, e que enfrentam no cotidiano, dessa forma sintetizamos as características pessoais e a mistificação e percepção de gênero dentro da perspectiva histórica e coletiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de mais nada, pode-se apontar que os EES, especialmente os que atuam no meio rural, não são a negação do sistema capitalista, e sim a única alternativa para estas trabalhadoras. É comum, nos dias em que não estão produzindo, ou em período de recessos da Incubadora, as mulheres procurarem outras fontes de renda, precarizadas, no espaço urbano, para subsistência (o mesmo quando a Loja de Economia Solidária foi fechada pelo município). É possível inferir que os empreendimentos solidários iniciados no espaço das universidades não existiriam se não houvesse tal ação afirmativa.

É também possível que as mulheres adotem uma postura solidária após o período de incubação, mas no início, a oportunidade de produção coletiva e solidária é adotada como a única alternativa para as trabalhadoras. Se faz necessário então incluir a formação de gênero e raça nas formações sobre associativismo, cooperativismo e economia solidária, para contribuir com a percepção das mulheres sobre as distinções que são realizadas nas contratações de sua mão de obra.

Concluímos ainda, sobre a problemática apresentada, que os EES são transformadores e oferecem subsídios sim, para a subversão do patriarcado. Além disso, em movimento dialético, esta mudança contribui para a superação do

capitalismo, mas ambos movimentos precisam reconhecer e operacionalizarem-se com este horizonte pragmático e político.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ARENDT, H.. Truth and politics. WOOD, David; MEDINA, José (Orgs.). **Truth:** Engagements across philosophical traditions. Hoboken: John Wiley & Sons, 2008. p.295-314.

BAQUERO, R. V. A.. **Empoderamento: instrumento de emancipação social?** Uma discussão conceitual. Revista Debates, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

BEAUVOIR, S.. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FARIA, J. H. de. Análise Crítica de Conteúdo: Concepção, processo e método. **Curitiba: EPPEO**, 2017

FREIRE, P.; HORTON, M.. **O Caminho se faz Caminhando:** Conversas Sobre Educação e Mundança Social. Vozes, 2002.

GONÇALVES, A.. A gente Cultiva a terra e ela cultiva a gente. FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). **O tempo da Nova República:** Da transição democrática à crise política de 2016, Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

HIRATA, H.; KERGOAT, D.. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. de 2007.

HIRATA, H.; ZARIFIAN, P.. **Trabalho (conceito de)** In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (orgs). Dicionário Crítido do Feminismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009

IBGE. **PNAD Contínua:** Trimestre Móvel: jul-ago-set, 2022.

IPEA. **Retrato dos rendimentos do trabalho** – resultados da PNAD contínua do segundo trimestre de 2022. Carta de Conjuntura. n. 56 nota de conjuntura 17, 2022.

KERGOAT, D.. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. EMÍLIO, M.; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M.; GODINHO, T. (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres:** desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

MARQUES-PEREIRA, B.. **Cidadania**. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (orgs). Dicionário Crítido do Feminismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009

MARTINS, J. de S.. **A política do Brasil:** lúmpen e místico. 2011.

PAULILO, M. I. S.. Que feminismo é esse que nasce na horta?. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 296-316, 2016.

ROMÃO, J. E.; GADOTTI, M.. **Paulo Freire e Amílcar Cabral:** a descolonização das mentes. São Paulo : Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SAFFIOTI, H.. **A Mulher na Sociedade de Classes**. Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular, 2019.

SENAES. Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária. **Acontece SENAES**, n. 61, p. 6, 2013.

# MULHERES RURAIS E A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR:

## Um olhar desde os Comuns

Cristiano Kerber

GT 04: Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas, e das águas num mundo de crises.

RESUMO

Este artigo resulta de um ciclo de debates realizados no âmbito dos estudos socioantropológicos sobre a agricultura familiar em projetos de pesquisa e extensão no Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar, no período de 2018 a 2022. O objetivo é discutir a sustentabilidade da agricultura familiar no Brasil a partir da visibilização do papel das mulheres. Para isso, nos apoiamos nos trabalhos de Eric Sabourin, Joan Martínez-Alier e Maria Ignez Paulilo, os quais discutem questões referentes às relações que constituem a agricultura camponesa como um espaço de resistência frente à mercantilização e a apropriação privada dos recursos comuns. Este trabalho possui uma abordagem interpretativa e busca refletir sobre os Comuns, que são formas comunitárias de gestão de recursos que visam contrapor as interferências do Estado e do Mercado. Conclui-se deste ensejo que as mulheres rurais realizam um importante trabalho na continuidade da agricultura familiar e mesmo no equilíbrio ecológico do meio rural a partir de práticas historicamente invisibilizadas, como o trabalho doméstico e de cuidados, os quais devem receber a atenção devida para que emerjam novas sociabilidades mais justas e sustentáveis no mundo rural.

Palavras-chave: Mulheres rurais; sustentabilidade; agricultura familiar; Comuns.

## INTRODUÇÃO

O contexto de reapropriação dos espaços comuns para a manutenção da

lógica capitalista de acumulação tem sido palco de insidiosos conflitos envolvendo diversos atores sociais, como os representantes do agronegócio, organizações camponesas, movimentos indígenas, políticos, entre outros, que travam no âmbito da agenda do Estado e nos territórios concretos lutas que, simbólica e materialmente, envolvem aspectos complexos.

No limite, David Harvey (2004) aponta acertadamente que ocorre um novo processo de acumulação, a qual pode ser identificada pela sua característica espoliadora. Os conflitos presentes no cenário rural brasileiro, como a perseguição e morte de militantes camponeses e indígenas, bem como o sucesso da tese do Marco Temporal e o esvaziamento dos instrumentos de luta institucional da agricultura familiar, com o fortalecimento do discurso do agronegócio (inclusive sobre a produção orgânica), demonstram que a luta de classes no campo não se resolveu com a amálgama de interesses conflitantes no bojo do Estado democrático neoliberal, mas ocorreu o seu oposto, as clivagens tornam-se ainda mais evidentes e o limiar disso está na paulatina perda de espaço da agricultura familiar e camponesa pelo agronegócio. Seja por confronto direto, por fragilização dos elementos fundamentais da pequena produção (como o acesso aos recursos comuns) ou a cooptação ao discurso da grande propriedade, veiculado pelas várias mídias e meios acadêmicos, a agricultura familiar encontra-se enredada em um processo de expropriação em curso.

Portanto, este trabalho busca refletir sobre as possibilidades que apresentam-se para a agricultura familiar, compreendendo a emergência do debate sobre o trabalho de cuidados, historicamente invisibilizado ou minorizado (mesmo em círculos de produção científica sobre o campesinato), como um estopim para o reconhecimento das mulheres rurais como agentes de sustentação deste modelo de produção agroalimentar, considerando a agricultura familiar como componente do grandes conjunto de povos do campo, nos termos de Van der Ploeg (2008), que encontram-se em oposição aos grandes mercados - impérios - na reminiscência de proteger suas formas próprias de sociabilidade, bem como os recursos de uso comum, através da constituição dos Comuns.

Para esta análise crítico-social do papel das Mulheres Rurais na agricultura familiar contemporânea buscamos identificar os pontos de contato entre os

trabalhos de Eric Sabourin, Joan Martínez Alier e Maria Ignez Paulilo que, por caminhos ligeiramente diferentes, demonstram que a agricultura familiar, bem como a própria sustentabilidade socioambiental, dependem das mulheres e de seu trabalho.

Metodologicamente, trabalhamos com uma análise fundamentada nos principais escritos destes autores sobre a questão da agricultura familiar e do papel das mulheres, buscando desenvolver uma síntese crítica a partir dos pressupostos apresentados.

O desenvolvimento do trabalho organiza-se em três seções relacionadas, em cada uma discutimos brevemente as contribuições de cada autor em particular com referência ao tema proposto, nas quais apresentamos o argumento central defendido no bojo do artigo, qual seja, a participação ativa das mulheres rurais na sustentabilidade da agricultura familiar, especialmente, a partir da constituição e manutenção dos Comuns.

## A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

O tema proposto neste trabalho nos levou, necessariamente, a encontrar pelo caminho os trabalhos do antropólogo e sociólogo Eric Sabourin. As intersecções entre os estudos rurais e a antropologia econômica promovidas pelo autor permitem elucidar um pouco melhor o problema de pesquisa aqui constituído.

A agricultura familiar, muitas vezes chamada de camponesa, passou por diversos "finais". A promessa da modernização agrícola oriunda da Revolução Verde aliada à pressão do agronegócio sobre o Estado provocou uma série de teorias sobre a descampinização do rural brasileiro. Certamente, ocorrem reconfigurações importantes, mas nem o rural morreu, como alguns pronunciaram há décadas atrás, tampouco a pequena produção realizada por famílias rurais.

Uma das razões para a permanência da agricultura familiar foram as políticas públicas implementadas nas primeiras décadas do Século XXI, visando fortalecer as famílias rurais. PAA, PRONAF, ATER, PNRA[1], entre outras, são siglas que remetem a

[1] As siglas são, respectivamente: Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional da Agricultura Familiar; Assessoria Técnica Rural; e, Programa Nacional da Reforma Agrária.

um conjunto de arranjos institucionais que permitiram o investimento nas bases da agricultura familiar, muito embora existam críticas aos limites delas em garantir a competitividade com o agronegócio e a sua seletividade socioeconômica.

Neste sentido, é importante mencionar que o Estado brasileiro tornou-se um campo de conflitos entre agendas políticas distintas com relação à agricultura. De certa forma, a agroecologia tornou-se o principal elemento de referência e distinção entre o agronegócio e a agricultura camponesa, tornando-se um tema de investigação recorrente nos estudos rurais no Brasil. Eric Sabourin é um destes pesquisadores que contribuíram para a compreensão deste fenômeno.

Sabourin desenvolve sua teoria sobre a relação entre a agricultura familiar e a agroecologia a partir de certos pressupostos. Em primeiro lugar, para o autor a agricultura familiar representa um modelo de produção agrícola sustentável e socialmente justo, principalmente em contraposição à agricultura industrial. Segundo Sabourin, este modelo possui três papeis principais: contribui à segurança e soberania alimentar, conserva a biodiversidade e possibilita um desenvolvimento rural mais igualitário.

Um dos principais conceitos que Sabourin trabalha é o de multifuncionalidade agrícola. Essa concepção consiste na ideia de que a agricultura não é apenas uma atividade econômica produtiva, mas, tem efeitos socioambientais relevantes. Destaca-se que a agricultura passa de ter apenas uma importância no PIB, para uma lógica em que se reconhece o trabalho dos agricultores frente às questões centrais do nosso tempo. Portanto, a agricultura familiar tem a capacidade de realizar serviços ecossistêmicos como a conservação dos ambientes naturais e seus recursos, realiza a manutenção do solo por meio do cultivo agroecológico e, também, o sequestro do carbono, levando, inclusive, a iniciativas de remuneração a estas práticas por parte de organismos, Estados e empresas.

Neste mesmo sentido, as comunidades rurais também contribuem socialmente por meio da preservação de conhecimentos e práticas tradicionais que ampliam a importância da agricultura familiar frente à sociedade mais abrangente, algo defendido por movimentos como o Movimento de Mulheres Camponesas.

O reconhecimento da multifuncionalidade agrícola para o fortalecimento de relações não-mercantis, nos termos de Sabourin, leva a discutirmos dois feixes. O

primeiro é a questão da reciprocidade nas relações próprias deste modelo de agricultura, considerando a importância dos Comuns, e o outro é a compreensão de que se o trabalho no campo não diz respeito apenas ao âmbito produtivo e mercantil, o papel das mulheres passa a ter mais destaque.

Em primeiro lugar, o manejo dos recursos comuns exige, segundo Sabourin, a existência de dispositivos que sejam coletivos e multifuncionais. Coletivos, porque exige-se um trabalho de ajuda mútua, em que emergem relações de reciprocidade ao invés (ou em complementaridade) de trocas mercantis, e multifuncionais, para que não estejam focados apenas na produção de mercadorias, mas, na própria reprodução da vida e da comunidade.

O autor destaca alguns casos em seus trabalhos, como a construção de cisternas, a gestão de recursos ambientais, bancos de semestes comunitários, e demonstra que existe uma lógica própria e imanente a estas experiências, no entanto, as regras sociais que tornam possível este ensejo passam por problemas com o tempo devido aos tensionamentos com o próprio mercado capitalista. Segundo Sabourin (2010, p. 160):

> Entretanto, as regras de reciprocidade nunca estão definitivamente estabilizadas, e sua reprodução está sendo comprometida pelo domínio cada vez maior da troca sobre as relações sociais. Essas experiências foram socialmente e historicamente construídas e dependem de processos de aprendizagem institucional das regras (Ostrom, 1998) e das lógicas na interface entre o local e o global, o mundo da reciprocidade e aquele do intercâmbio capitalista (Douglas, 2004).

Assim, embora existam experiências bem sucedidas, que colaboram para a sustentabilidade da agricultura familiar, as relações de reciprocidade que constituem os Comuns exigem que esta lógica seja mantida por meio da aprendizagem e atualizada conforme as novas contradições do mundo social em que a agricultura se insere.

Nestes termos, pensar os Comuns torna-se interessante, afinal, o tensionamento é o que permite evidenciar as contradições. A lógica de gestão coletiva dos Comuns é particularmente calcada no mundo da vida concreta e não em abstrações como "oferta e demanda". A historiadora Silvia Federici explica que os Bens Comuns tem como sua unidade mais básica a comunidade, isto porque ao longo da história, a manutenção dos recursos de uso comum se deram pela propriedade coletiva, não pública e nem privada. Foi a emergência do capitalismo

mercantil que exigiu a privatização dos espaços comuns e compartilhados em razão da acumulação, algo tão bem estudado por filósofos como Karl Marx.

No entanto, algo que Federici chama a atenção em seu livro clássico "O Calibã e a Bruxa" (2019), é que os teóricos clássicos não deram relevância ao papel das mulheres neste contexto. A perseguição às bruxas, o fortalecimento do domínio patriarcal e a expropriação de recursos do campesinato na Europa são fenômenos que se revelam interconectados, não por coincidência, mas, porque historicamente foram as mulheres que realizaram o papel de cuidar, proteger e reproduzir estes recursos.

Nestes termos, a luta política pela agricultura familiar exige produzir contextos possíveis para relações de reciprocidade na mesma medida em que deve reconhecer o trabalho das mulheres para a sustentação dos meios pelos quais a agricultura camponesa se viabiliza, sem ignorar o papel das políticas estatais, mas, sem depender completamente delas dado que sua organização está voltada ao agronegócio e a produção de *commodities*.

A lógica econômica capitalista *mercadoriza* gente, terra e dinheiro (POLANYI, 2013), pois a mercantilização finda as relações sociais, dá por encerrado o vínculo de interdependência. O fetiche da mercadoria está, justamente, em não revelar, deixar ocultas as relações que permitiram a existência daquele bem. No caso da mercantilização dos recursos naturais ocorre o mesmo.

Segundo Sabourin (2017, p. 06),

> (...) a relação de ajuda coloca em jogo laços sociais, sentimentais e simbólicos. Assim, ela se diferencia da troca ou do comércio na medida em que, precisamente, não implica uma retribuição equivalente, imediata ou diferida, que liberaria o beneficiário da sua dívida. De certo, existe uma espera de retorno no que tange a ajuda, ainda mais que a pressão social, os valores da honra e de prestígio colaboram para isto, porém sem que haja nada de contratual, nem obrigatório. Além do mais, ela pode ser diferida, assumida por outro membro da família ou ainda ser uma prestação de natureza diferente, como uma dádiva de semente, um gesto de amizade.

Distante de romantizar o papel da agricultura familiar (o que pode ser um equívoco comum), o que observamos aqui é a identificação da reciprocidade como uma relação que não se finda, mas recomeça, sempre tomando por ponto inicial aquele deixado pelo outro. O que a mercantilização rompe, a reciprocidade própria da gestão comum de recursos põe em movimento e reconecta. Neste sentido, a

feição feminina da agricultura, não por essencialização, mas por condições históricas e culturais, está justamente na reprodução da vida, a qual acontece no âmbito da casa, dos quintais produtivos, na roça e na comunidade. Reproduzir é uma outra palavra, talvez mais naturalista, mas que a sintetiza bem, para a Sustentabilidade.

## AGRICULTURA FAMILIAR COMO ECOLOGISMO

Como evidenciam diversos autores, a agricultura familiar possui um grande potencial ecológico, tendo em vista que por meio do trabalho rural das famílias uma série de práticas de cuidado e cultivo do solo e demais recursos naturais pode ser realizado. Um autor que capturou muito bem isso é o economista e cientista político Joan Martínez-Alier.

Através de um ampla e sistemática discussão sobre o papel das comunidades tradicionais na sustentabilidade ambiental, Martínez-Alier conseguiu consagrar uma importante reflexão sobre a perspectiva ecológico "dos de baixo", ou seja, das classes populares, periféricas e subalternas do mundo que, a despeito de suas limitações estruturais, produzem sociabilidades mais justas em relação à gestão dos recursos comuns, que o Mercado ou o Estado, inclusive pondo-se em conflito com estes para o alcance de seus objetivos que, em geral, dizem respeito a proteger e manter a vida.

O Ecologismo Popular, também reconhecido por Ecologismo dos Pobres, é uma abordagem teórica, mas também política, que concentra-se na clivagem entre justiça ambiental e justiça social, sem que se privilegie algum dos lados, considerando as comunidades marginalizadas como centrais nas lutas socioambientais no tempo presente, algo negligenciado em grande parte da história do movimento ambientalista.

Conforme Martínez-Alier (2011), para analisar os conflitos socioambientais, devemos partir do pressuposto de que a preservação ambiental não se trata apenas de questões técnicas e/ou científicas, mas, sobretudo, de elementos éticos, políticos e socioculturais. A concepção de que "todos estamos no mesmo barco" em relação à crise ecológica não só soa como os universalismos do início da modernidade, os quais já demonstram-se falidos, como maquia a realidade concreta de um conjunto

de grupos sociais que são duramente afetados, por exemplo, pelas mudanças climáticas, enquanto outros, beneficiam-se financeiramente disso.

Como o autor demonstra em seu livro célebre, historicamente construíram-se diversas correntes, ou seja, formas diferentes de interpretar e lidar com a questão ambiental. Desde perspectivas mais naturalistas, com enfoque em aspectos biológicos, nos quais o papel do *antropos* é deixado em segundo plano, até perspectivas tecnicistas baseadas em biotecnologias capazes, com muitas aspas, de "resolver" os danos causados pelas sociedades industriais aos ecossistemas do Planeta. Em suma, este debate ultrapassa barreiras e foi, com frequência, dominado por intelectuais, cientistas e políticos do "primeiro mundo"[2]. Justamente neste ponto encaixa-se a crítica de Martínez-Alier.

Na perspectiva do autor, as desigualdades socioeconômicas estão vinculadas diretamente às desigualdades ambientais em uma espécie de reforço simultâneo. Podemos observar isso no âmbito da estrutura agrária brasileira, por exemplo, nos bolsões de pobreza rural gerados nas franjas do agronegócio, na continuidade do processo de expropriação e êxodo de famílias do campo para as periferias de grandes centros urbanos, bem como nos reiterados crimes ambientais realizados pela agricultura industrial por meio do uso indiscriminado de agrotóxicos, poluindo fontes de águas, contaminando o solo e, consequentemente, as pessoas.

O ecologismo popular busca, dessa forma, atribuir visibilidade às comunidades marginalizadas ao longo da história em conflitos socioambientais. Argumento aqui que a agricultura familiar de base camponesa pode ser referida como um caso emblemático de ecologismo dos pobres, pois, por meio de suas práticas e da multifuncionalidade da atividade agrícola, realiza-se um conjunto amplo de serviços ecossistêmicos essenciais à sustentabilidade ambiental, mesmo que estes atores sociais não se reconheçam como ecologistas. Como aponta Martínez-Alier (2011), é comum que comunidades marginalizadas não possuam a linguagem adequada, do ponto de vista econômico e político, para expressar-se diante dos conflitos socioambientais nos quais se inserem, mas, há uma disputa de valores entre o ecologismo clássico e outras formas mais alternativas, principalmente, porque a prática ecológica destes grupos sociais está ligada à base,

[2] Em outros trabalhos, como em Kerber (2022), discutimos com mais detalhamento estas diferentes correntes ambientais.

ou seja, a estrutura mais elementar de suas vivências, ligando-se a terra, ao que brota nela, e aos recursos de que dependem para produzir a vida. Considerando o mundo rural como um espaço de vida (WANDERLEY, 2009), a perspectiva ambiental das comunidades que constituem este mundo está calcada em sua realidade concreta, não em questões ecológicas amplas e ahistóricas, mas em situações que acontecem no cotidiano. Neste ponto, passa a esclarecer-se o quanto o ecologismo popular prevê também um debate sobre o papel das mulheres na postura ativa das comunidades diante dos conflitos socioambientais, pois, como demonstra Silvia Federici (2022), quando encontramos as bases, encontramos necessariamente as mulheres[3] e suas práticas sociais.

Segundo Martínez-Alier (2011, p. 283), "as mulheres são portadoras de um papel socialmente construído como provedoras do *oikos*", neste sentido, as imbricações entre o público e o privado no mundo rural possuem uma série de contingenciamentos e, mesmo na contemporaneidade digital, muito se desfez das certezas quanto a esta dicotomia. No entanto, é *mister* compreender que a casa e a propriedade rural como unidade indissociável na sociedade camponesa é mantida pelos braços femininos. Desde o trabalho da casa, considerado "servicinho", até o da roça, em que muitas vezes são consideradas apenas como ajudantes, e até mesmo no espaço intermediário, que são os quintais produtivos, as famosas hortas orgânicas para a manutenção da alimentação da família, estas mulheres encontram-se em uma jornada de trabalho literalmente interminável, como demonstra Herrera (2019) em sua pesquisa sobre o trabalho de cuidados na agricultura familiar.

Dessa forma, o ecologismo popular emerge a partir de um conjunto de necessidades refletidas. São as mulheres que "protestam quando a escassez e a contaminação da água, do ar e do solo ameaçam a sobrevivência das famílias"

[3] A brevidade deste trabalho não nos permite uma profunda discussão sobre o que denominamos "mulheres", tendo em vista que é um conceito vago se tomado em sua multiface. Como forma de deixar minimamente explicado, consideramos as mulheres neste trabalho como o conjunto de atores sociais a quem foram atribuídos historicamente o trabalho de cuidados, também chamado de trabalho reprodutivo, em especial, o da gestação. Não nos compete essencializar este papel, pelo contrário, a crítica social contemporânea recusa qualquer possibilidade de generalizar a um conjunto de pessoas um dado fenômeno, porém, quando falamos de comunidades rurais e da agricultura familiar, e reconhecimento do potencial sustentável destes, estamos evocando a categoria "mulheres" em sua dimensão diversa e peculiar, as quais realizam um importante trabalho pela manutenção da vida camponesa. Não são todas, mas são muitas, e a vasta bibliografia sobre mulheres rurais demonstra a pluralidade de suas vivências, mas, também a singularidade dessa experiência que as une. O Movimento de Mulheres Camponesas possui importantes contribuições a esta discussão.

(MARTÍNEZ-ALIER, 2011, p. 183). É evidente que esta lógica passa por uma condição de profunda desigualdade, que é a disparidade no acesso à terra e a condições materiais que lhes permitam autonomia.

Mesmo que o reconhecimento do papel das mulheres na sustentabilidade da agricultura familiar é central para avançar na própria reflexão crítica sobre os Comuns, é elementar que a sacralização da natureza e, por consequência, das mulheres, não se constitua como única forma de valorizar o trabalho feminino, afinal, esta empatia automática que constrói-se discursivamente entre natureza e mulher pode provocar mais problemas que soluções. Assim, a perspectiva dos Comuns é a de que o papel das mulheres constrói-se por meio das práticas cotidianas. A gestão dos recursos comuns depende de todos que compõem uma comunidade, cada qual com seus compromissos coletivos em relação ao bem a ser apropriado, como discute Elinor Ostrom, mas, no limite sabemos que no cenário de intensa desigualdade a luta pela sobrevivência é profundamente feminina.

Para avançar mais um pouco neste debate, discutiremos as relações de gênero na agricultura familiar a partir da perspectiva da socióloga Maria Ignez Paulilo.

## O LUGAR DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR

Estamos convencidos de que a sociedade brasileira é estruturalmente machista; o sexismo, mesmo em formas mais brandas, transparece nas relações sociais desde o ambiente doméstico até espaços públicos de grande evidência, como na política. Sobre o mundo rural, não seria diferente. Desde os escritos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda discute-se em profundidade o chamado "patriarcalismo rural", como um fenômeno abrangente da centralização da figura do patriarca da família como mantenedor e dominante, seja em sua própria propriedade, como na comunidade. Mesmo as lutas camponesas e a sindicalização rural por muito tempo foram consideradas "assuntos para homens", sendo que até os dias de hoje o engajamento feminino em movimentos sociais do campo geram estranhamentos e críticas, como demonstrou Aguiar (2016) em seu trabalho sobre a Marcha das Margaridas.

Destarte, não se trata aqui de deslocar irresponsavelmente o mundo camponês de seu entorno, a estrutura patriarcal subjaz a todas as realidades sociais. Mas há um elemento em potencial a ser discutido sobre as relações de gênero na agricultura que nos trazem até aqui e que justificam a reflexão sobre o papel das mulheres na sustentabilidade da agricultura familiar.

Maria Ignez Paulilo é uma intelectual brasileira das ciências sociais que deu importantes contribuições aos estudos rurais, em especial àqueles centrados nas relações de gênero. Com uma perspectiva feminista e uma abordagem materialista crítica, a categoria trabalho sempre foi central em seus estudos. Quando debatemos a questão dos Comuns e em como modos de gestão coletivos e equitativos podem fornecer subsídios para a sustentabilidade rural, precisamos reafirmar as condições em que o trabalho concreto se dá.

Em O Peso do Trabalho Leve (PAULILO, 1987), encontra-se uma reflexão teórico-empírica referencial sobre a desigualdade da valoração do trabalho, considerando gênero como elemento de classificação. Segundo Paulilo, "apesar da sutileza empregada na exploração da mão-de-obra feminina, há mulheres que, realizando as mesmas tarefas que os homens, ganham menos." (PAULILO, 1987, p. s/p).

Compreende-se aqui que a exploração do trabalho é uma condição *sine qua non* do capitalismo em sua generalidade, especialmente no campo, mas, considera-se que há um duplo processo de exploração com relação às mulheres. O trabalho realizado por elas é sempre, e em todo lugar, desvalorizado do ponto de vista econômico, são chamados de servicinhos, de ajuda, tomados por complementos daquilo que seria de fato importante, o que é feito pelos homens. Porém, Paulilo argumenta que isto é uma falácia. A distinção entre trabalho "leve" e "pesado" que se constitui generificado, não baseia-se na natureza fatídica do serviço realizado, da energia empregada, ou do tempo gasto, mas de quem o faz. Se são mulheres e crianças, é leve, se são homens adultos, é pesado. Somado a isso, essa distinção impõe preços, e impede que mulheres realizem trabalhos mais vantajosos, mesmo que sejam capazes disso ou até mesmo já o façam sem serem vistas por isso.

O denominado "trabalho leve" é o condutor mais básico da existência

camponesa e, por conseguinte, o que deveria receber tal valorização. O trabalho de lavar, costurar, cozinhar, curar, dobrar, fiar, fatiar, arar, adubar, entre outros, determina o cuidado como elemento estruturante das sociabilidades no mundo rural.

> Como se vê, "trabalho leve" não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é "leve" se pode ser realizado por mulheres e crianças. (PAULILO, 1987, s/p).

No entanto, apesar desta realidade cristalizada ser uma constante, inclusive demonstrado nos trabalhos de Herrera (2019) sobre o *care*, existem pulsões de mudança. A crítica e o engajamento das mulheres desenvolveu no Brasil uma série de experiências transformadoras e emancipatórias, nos termos de Gaspareto (2017), a partir de uma certa epistemologia camponesa, ou seja, uma forma específica de construção do conhecimento desde as bases destas mulheres.

Nas últimas décadas, o Movimento de Mulheres Camponesas vem se destacando pela sua construção prática e discursiva com relação à exploração feminina no mundo rural. Trabalhos como os de Paulilo (2016) têm demonstrado o alcance do movimento em apresentar uma proposta original sobre o debate campesino e das relações de gênero. Como a própria nomina, o teor do MMC é o de um "feminismo que nasce na horta".

Com os quintais produtivos, a preservação e troca de sementes crioulas, os círculos epistemológicos de cultura, as místicas camponesas, as agendas de ação coletiva nas comunidades e num âmbito mais geral da sociedade, as mulheres do MMC questionam o modelo produtivo vigente, a ausência de políticas públicas eficientes, a exploração e a dominação, bem como o caráter patriarcal da agricultura. Através de uma espécie de "essencialismo estratégico", nos termos de Rodríguez-Magda (2007), reivindicam a sustentabilidade ambiental como fator elementar da vida, na qual possuem um conhecimento tácito que merece ser valorizado.

Assim, Paulilo (2016) argumenta que não se pode definir o feminismo camponês destas agentes em alguma corrente específica do movimento feminista, porque combinam diversos elementos com base em suas necessidades teórico-práticas. A identidade camponesa formulada por estas mulheres está calcada na luta por seus territórios como lugar de práxis (GASPARETO, 2017) e, em

última instância, por suas próprias vidas, o que demonstra uma estratégia coletiva de gestão comum, algo que argumentamos em oportunidade anterior (KERBER, 2021).

Neste sentido, a prática feminista destas mulheres rurais prescinde dos elementos concretos de seu cotidiano. O debate teórico em torno dos Comuns reivindica o mesmo. As formações sociais dependem que os indivíduos façam escolhas com base em suas possibilidades e o façam coletivamente. Os territórios camponeses são um espaço privilegiado de observação deste fenômeno, pois, em diversos momentos as comunidades reúnem-se para trabalhar juntas pelo bem comum. Como não mencionar o compartilhamento dos serviços domésticos e do trabalho de cuidados operacionalizado pelas mulheres de gerações diferentes no âmbito da comunidade. As relações de interdependência e reciprocidade são múltiplas. As mulheres sabem bem disso através de sua experiência.

Em trabalho sobre a fome e o trabalho rural, Paulilo (2013) reforça sua tese de que a disposição entre homens e mulheres na estrutura produtiva rural não diz respeito a características inatas, mas a própria construção de lugares sociais com base em categorias generificadas. Neste sentido, o trabalho das mulheres, tão importante à sustentabilidade na agricultura familiar é invisibilizado, enquanto o dos homens, no setor produtivo, é valorizado. No entanto, se os papéis são questionados e reconfigurados e as mulheres adentram a escala produtiva com alguns protagonismo, não se busca discutir os porquês do produtivismo e da técnica, nem como determinadas lógicas são imperativamente machistas, pois, ignoram as condições concretas do "ser mulher", mesmo em uma sociedade um pouco menos desigual.

A pergunta deve ser por que mantemos um ideal produtivista, como discute Paulilo (2013, p. 304):

> Mas, de todas as críticas, a que deve ser feita com mais veemência é o estabelecimento do padrão de produtividade masculino como um ideal a ser alcançado pelas mulheres. Mudam-se os termos, mas não a inferiorização e a desqualificação do trabalho feminino. Se não é a religião e a biologia que são chamadas para legitimar as desigualdades, é o padrão tecnológico produtivista que exerce esse papel.

O modelo merece ser questionado pois, o que muitas vezes não se repensa é que o atual conjunto de práticas econômicas só é possível em um mundo

estritamente individualista e desagregado, em que somos mediados por processos burocráticos e mecanismos autômatos, nunca por relações aproximadas, porém, se discutimos sustentabilidade precisamos, antes de mais nada, discutir os Comuns, formas coletivas de gerir, sendo assim, uma maneira de pensar que gera deslocamento.

Como enunciam Dardot & Laval (2019), os comuns são uma alternativa ao paradigma estabelecido, no qual a propriedade privada é indiscutível. Em seus trabalhos, ambos destacam que a forma-mercadoria acaba por estabelecer uma lógica de apropriação e exploração indefinida, que provoca o exaurimento dos recursos naturais e a exclusão social de determinados grupos. Os Comuns então funcionam como um modelo coletivo e democrático de gerar e gerir estes recursos, sejam eles naturais ou não. Para isso, precisa haver uma postura ativa e participativa das comunidades e mais equidade nas relações entre os sujeitos, levando a considerar o rompimento com as desigualdades de gênero, raça, origem e condição física e psíquica, em busca de relações de cooperação e reciprocidade. Em suma, torna-se necessário vencer a lógica competitiva.

Pode parecer impossível, mas, os autores desafiam o *status quo*, assim como Elinor Ostrom (1990) o fez, demonstrando que há um conjunto de experiências bem sucedidas de gestão comum de recursos, sendo necessária a sua articulação para que alcance maior notoriedade e possam estabelecer-se como possibilidade sistêmica. Neste sentido, o trabalho das mulheres em seus territórios, a partir do cotidiano, do trabalho de cuidados e do engajamento coletivo, embora pareça insignificante, até mesmo para elas, triunfa como um modo de vida alternativo e concorre para a sustentabilidade da e na agricultura camponesa, tão ameaçada, criticada e sensivelmente vilipendiada pelo agronegócio e seus representantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a sustentabilidade da agricultura familiar é um tema complexo que envolve a interseção de diferentes perspectivas e abordagens. A partir dos estudos de Eric Sabourin, Joan Martínez-Alier e Maria Ignez Paulilo fica evidente que a agricultura familiar desempenha um papel crucial na promoção da

sustentabilidade agrícola e na construção de uma sociedade mais justa, por meio da preservação e gestão dos recursos comuns. Em face disso, as políticas públicas implementadas nas últimas décadas foram fundamentais para fortalecer as famílias rurais, apesar das críticas em relação aos seus limites.

Neste sentido, a concepção de multifuncionalidade agrícola demonstra que a agricultura familiar vai além da produção econômica e desempenha um papel importante na segurança alimentar, conservação da biodiversidade e desenvolvimento rural igualitário, no qual a gestão coletiva dos recursos comuns, baseada na reciprocidade e na valorização do trabalho das mulheres, é fundamental para a sustentabilidade da agricultura familiar.

No entanto, estas relações de reciprocidade enfrentam desafios devido à crescente mercantilização e às contradições do sistema capitalista. Portanto, é necessário continuar aprendendo e atualizando as práticas de gestão comum dos recursos, reconhecendo a importância dos Comuns e do papel das mulheres para a sustentabilidade da agricultura familiar.

A agricultura familiar também pode ser interpretada como uma forma de ecologismo popular, em que as comunidades marginalizadas desempenham um papel central na luta pela justiça ambiental e social, como demonstra Martínez-Alier. A preservação ambiental, neste sentido, não pode ser dissociada de considerações éticas, políticas e socioculturais, e a desigualdade socioeconômica está intrinsecamente ligada às desigualdades ambientais. A agricultura familiar, por sua vez, desempenha um papel importante na promoção de práticas de cuidado ambiental e na construção de sociabilidades mais justas.

Em suma, a sustentabilidade da agricultura familiar requer o reconhecimento e fortalecimento contínuo das relações de reciprocidade, gestão coletiva dos recursos comuns e valorização do trabalho das mulheres, juntamente com políticas públicas adequadas e uma perspectiva ecologista que considere as perspectivas e necessidades das classes populares, as mais atingidas pelos fenômenos adversos oriundos da crise ecológica contemporânea.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. Política & Sociedade, v. 15, p.

261–295-261–295, 2016.
DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Common: On revolution in the 21st century. Bloomsbury Publishing, 2019.
FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva. Editora Elefante, 2019.
FEDERICI, Silvia. Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns. Editora Elefante, 2022.
GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. A construção de saberes no movimento de mulheres camponesas: uma análise a partir do programa de sementes crioulas no Oeste de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Tese. 2017.
HARVEY, David et al. O "novo" imperialismo: acumulação por espoliação. Socialist register, v. 40, n. 1, p. 95-126, 2004.
HERRERA, Karolyna Marin et al. A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Tese. 2019.
KERBER, Cristiano. O Discurso Ecológico, a Educação Ambiental e os Comuns. Trabalho de Conclusão de Licenciatura. 2022.
KERBER, Cristiano. O Papel das Sementes Crioulas no Movimento de Mulheres Camponesas. In: Anais do IX Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2021, p. 1-20.
MAGDA, Rosa María Rodríguez. Transmodernidad; La globalización como totalidad transmoderna. Observaciones filosóficas, n. 4, p. 6, 2007.
MARTÍNEZ-ALIER, Joan. O Ecologismo dos Pobres. Ed. Contexto, 2011.
OSTROM, Elinor. Governing the commons: The evolution of institutions for collective action. Cambridge university press, 1990.
PAULILO, Maria Ignez S. FAO, fome e mulheres rurais. Dados, v. 56, p. 285-310, 2013.
PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. Revista Ciência Hoje, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.
PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta?. Política & Sociedade, v. 15, p. 296, 2016.
POLANYI, Karl. A grande transformação. Leya, 2013.
SABOURIN, Eric. Multifuncionalidade relações não-marcantis: manejo de recursos comuns no Nordeste. Caderno CRH, v. 23, p. 151-169, 2010.
SABOURIN, Eric. Produção camponesa e seguridade alimentar no Brasil: uma análise pela teoria da reciprocidade. RELAER Revista Latinoamericana de Estudios Rurales, p. 1-21, 2017.
VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Camponeses e Impérios Alimentares; lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. UFRGS Editora, 2008.
WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Editora da UFRGS, 2009.

# "NÓS TRABALHAMOS DOBRADO": DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E RESISTÊNCIA DAS MULHERES NO CAMPO

Andréa Maria Leite Albuquerque[1]

**GT 4:** Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas, e das águas num mundo de crises.

## RESUMO

Este trabalho revisita pesquisa de mestrado que investigou a resistência das mulheres em coletivos autônomos contra o patriarcado no Alto Sertão alagoano. De abordagem materialista histórica e decolonial, o estudo combinou métodos qualitativos, como pesquisa bibliográfica, trabalho de campo, observação participante, diário de campo e entrevistas. Dentre os achados, observou-se a existência de uma rígida divisão sexual do trabalho no campo, impondo uma tripla jornada às mulheres rurais, agravada durante a pandemia de COVID-19. No entanto, também identificou-se a busca de transformação nas relações familiares por meio da resistência dessas mulheres. Este artigo oferece uma visão dos objetivos, métodos e conclusões deste recorte da pesquisa, enfatizando a divisão sexual do trabalho na região e as estratégias adotadas pelos coletivos para oferecer resistência. A análise dos resultados contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e para a promoção da equidade de gênero no contexto rural.

Palavras-chave: mulheres do campo; divisão sexual do trabalho; resistência; ruralidades; Sertão de Alagoas.

[1] Universidade Federal do ABC (UFABC), andrea.albuquerque@ufabc.edu.br. Pesquisadora bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

## INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado[2], de 2021 a 2022, que analisou a organização de mulheres rurais em coletivos autônomos como forma de resistência às manifestações do patriarcado em suas comunidades. Com o objetivo de avançar no debate acerca da amplamente conhecida e definida divisão sexual do trabalho, buscamos demonstrar empiricamente que essa realidade pode ser modificada por meio da organização coletiva e da resistência das mulheres rurais.

Partindo de uma abordagem materialista histórica e decolonial, empregamos técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de campo para compreender a constituição histórica das relações relacionadas ao fenômeno em análise. O campo empírico foi conduzido em Primavera[3], comunidade rural do Alto Sertão de Alagoas, onde acompanhamos os coletivos de mulheres, suas líderes e suas participantes. O objetivo foi examinar as formas de violência vivenciadas por essas mulheres, investigar as políticas públicas direcionadas ao combate à violência no campo e analisar a dinâmica da organização coletiva dessas mulheres (ALBUQUERQUE, 2023).

Primavera está localizada na zona rural de Sertãozinho, um município no Alto Sertão de Alagoas. Na comunidade de Primavera residem 39 mulheres. Durante a pesquisa, realizamos entrevistas com 10 dessas mulheres, com idades variando entre 29 e 66 anos, sendo que algumas foram entrevistadas mais de uma vez. Além disso, realizamos um grupo focal com a participação de 23 mulheres. Toda essa inserção em campo foi possível graças ao apoio e à confiança de Jitirana, líder comunitária de Primavera.

Após a transcrição das entrevistas, foi aplicada a técnica de Análise de Narrativa (MUYLAERT, 2014). Em seguida, os dados foram submetidos a uma etapa de codificação e categorização, a fim de identificar padrões e relações entre os dados. Após essa categorização, os dados foram

[2] Conduzida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O estudo, intitulado "'Medindo forças na enxada, no machado, na foice': patriarcado e resistência das mulheres rurais organizadas à violência no Alto Sertão alagoano" foi financiado pela CAPES e FAPEAL.

[3] Por razões de segurança e para preservar a privacidade das participantes, todos os nomes de locais e pessoas foram substituídos por nomes de flores.

tematizados, permitindo uma transição do nível concreto para o abstrato (SALDAÑA, 2011; SALDAÑA; OMASTA, 2018).

Neste artigo, apresentaremos uma parte selecionada do material coletado durante a pesquisa, com o objetivo de analisar a questão geral investigada. Para isso, abordaremos a questão da divisão sexual do trabalho no campo, focando especificamente na comunidade de Primavera. Além disso, investigaremos o impacto da pandemia de COVID-19 nessa questão e exploraremos as formas pelas quais as mulheres, ao se organizarem coletivamente, resistem e buscam transformar suas relações familiares.

## MULHERES DO CAMPO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E RESISTÊNCIA

Lélia Gonzalez (2020) enfatiza que as mulheres amefricanas e ameríndias enfrentam uma opressão e exploração agravadas pelo capitalismo patriarcal e racista devido “duplo caráter de sua condição biológica” (p. 132), que abrange tanto a dimensão racial quanto a sexual. Essas mulheres começaram a se organizar coletivamente, engajando-se ativamente nos movimentos sociais populares, incluindo movimentos de mulheres, com o objetivo de assegurar a sobrevivência familiar e enfrentar as crises. A mesma necessidade impulsionou a criação de um coletivo de mulheres em Primavera. Essas mulheres, descendentes de negras e indígenas, perceberam que eram atravessadas por formas marcantes de racismo, classismo, colonialismo e patriarcado presentes na região do Sertão nordestino. Assim, passaram a realizar reuniões na igreja comunitária, sem a presença de seus maridos e, frequentemente, acompanhadas por seus filhos.

É sabido que a colaboração entre as mulheres rurais e o feminismo urbano expandiu o campo de militância. Além de se envolverem ativamente nos movimentos sociais rurais, as mulheres passaram a se organizar coletivamente, estimulando a discussão sobre seus direitos, analisando as opressões que enfrentam com base no sexo, fortalecendo seu empoderamento coletivo e reivindicando seu espaço nos âmbitos

políticos (AGUIAR, 2016; ESMERALDO, 2013).

Jitirana também passou por esse processo, iniciando a organização de coletivos de mulheres nas comunidades do Sertão. A formação desses coletivos como meio de disseminar conhecimento e lutar por direitos tem se mostrado um importante instrumento de resistência no contexto sertanejo.

No entanto, Saffioti e Ferrante (1987, p. 105) ressaltam que “a dupla jornada de trabalho da mulher, assim como a ideologia dominante que procura afastá-la das atividades políticas, contribuem sobremaneira para diluir sua presença no campo dos antagonismos e das reivindicações”. Durante as entrevistas e diálogos com as mulheres rurais, constatamos que uma das barreiras à participação nas reuniões dos coletivos é o trabalho doméstico:

> Então... Aí eu não fui não mais não. Na última vez agora eu tinha ido pra rua. Aí eu cheguei com a cabeça doendo. Tava tudo por fazer. A casa tava uma bagunça tão da boba. Que já não é essas coisas e tava pior. Porque, você sabe, por conta de homem, né. Só fazem bagunça. A pia tava fazendo corcunda de louça suja. Aí eu não fui. Até as meninas veio aqui “tu não vai não pra reunião”. Digo “minha fia, olhe a situação que tá a casa e eu aqui estourando de dor de cabeça e sem condições de fazer nada”. Aí Maria “você me faltou na reunião de novo!”. [risos] (Alpina, 07/12/2021).

De acordo com Kergoat (2002, p. 49), as “relações sociais se fundamentam primeiro e antes de mais nada sobre uma relação hierárquica entre os sexos; trata-se mesmo de uma relação de poder, de uma relação de ‘classe’”. Silva (2012) afirma que o destino das mulheres é determinado dentro das estruturas familiares. Elas são consideradas responsáveis naturais pela reprodução biológica e, portanto, também são atribuídas com a obrigação do trabalho doméstico, pois esses dois papéis foram naturalizados como tarefas a serem desempenhadas por elas.

A divisão sexual do trabalho, portanto, designa às mulheres as atividades consideradas reprodutivas e de menor valor social, enquanto os homens assumem funções com maior valor social, denominadas produtivas. Nesse sentido, existem dois princípios que regem essa divisão: a separação e a hierarquia. O princípio da separação estabelece uma distinção entre as atividades desempenhadas por homens e mulheres,

enquanto o princípio hierárquico estipula que as atividades realizadas pelos homens possuem um valor social maior do que aquelas consideradas femininas (KERGOAT, 2002).

Herrera (2016, p. 208) afirma que “a situação de desigualdade de gênero no meio rural está relacionada com a naturalização do papel do homem e da mulher, que está vinculada à relação hierárquica dentro das famílias rurais, cuja base material se ancora na divisão sexual do trabalho”. São as mulheres que predominantemente realizam os trabalhos domésticos e de cuidado, que beneficiam todos os membros da família, desde crianças e pessoas com deficiência até os homens adultos, incluindo os maridos (FUNARI, 2020; HERRERA, 2016).

Quando questionadas sobre sua rotina diária, tanto Alpina quanto Papoula descreveram atividades semelhantes. No entanto, Papoula, além das responsabilidades domésticas em sua própria casa, também é encarregada das tarefas na casa de sua mãe, que reside nas proximidades:

> Eu mesma, eu gosto de tá na minha luta, assim, de casa. Ói, veja, fiz nada dentro de casa... Do lado de fora. Porque eu sei que quando entrar dentro de casa o sol tá frio e aí eu vou cuidar na sombra, né. Enquanto dá pra mim aguentar por fora, eu tô no lado de fora cuidando. Ali é afofando uma planta que eu vejo que tá já muito apilado, é pondo um estrumozinho, é aguando, é queimo um lixo, não paro. Aí, quando eu entro pra dentro de casa, é que eu vou cuidar tudo. De tudo sozinha. O ômi danou-se no mundo, o menino foi pra escola. A minha luta é essa. (Alpina, 07/12/2021).

> Andréa: E como é o seu dia a dia. Assim, você cuida da roça, cuida da casa?
> Papoula: É. Quando tem, né. Quando não tem roça, é só assim... Cuido da casa, ajeito os meninos, dou comida a um bichinho, a outro. É assim. Quando terminar aqui vou ajeitar a da minha mãe ali em cima, que ela é sozinha também. Aí a gente tem que ajudar também. É assim. É muito é difícil, mas a gente vence, né. (Papoula, 08/12/2021).

Além disso, as mulheres rurais enfrentam uma especificidade que envolve a sobreposição do trabalho doméstico e de cuidado com o trabalho considerado produtivo. Ao longo do dia, muitas vezes começando antes do amanhecer, essas mulheres desempenham uma série de tarefas, equilibrando as responsabilidades reprodutivas e produtivas. Elas cuidam da casa, da família e da comunidade, ao mesmo tempo em que executam tarefas relacionadas à propriedade e às atividades produtivas, embora

essas últimas sejam frequentemente consideradas apenas uma "ajuda" aos maridos (FUNARI, 2020; SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010).

Conforme Scott, Rodrigues e Saraiva (2010, p. 70), “o trabalho das mulheres rurais [...] ocorre numa jornada contínua que vai do amanhecer ao anoitecer, resultando na confusão entre as atividades domésticas e produtivas”. Apoiando essa perspectiva, Margarida e Jitirana reforçam que:

> A mulher, ela não tem hora pra dormir, né. Ela tem hora pra acordar, agora pra dormir ela não tem. E a mulher do campo, ela tem uma tripla jornada de trabalho porque ela acorda de manhã pra ajeitar o café pra o marido, o marido vai pra roça antes dela, aí ela cuida das coisas, cuida de uma parte das coisas, depois vai pra roça, toma conta do marido, depois volta... Ajudar o marido, depois ela volta, vai cuidar do seu café, da janta... do almoço dos seus filhos, pra mandar os seus filhos pra escola. Quando não é de manhã, aí ela tem que ficar de manhã pra levar os filhos pra escola. Aí, quando é na hora do almoço, ela tem que voltar, ajeitar o filho, ajeitar o almoço pro marido... Então a mulher... Ela de manhã, ela vai pra roça trabalhar, ela ajuda na produção ali, a plantar, ela ajuda a colher e ela ainda vai pra feira. (Margarida, 13/05/2021).

> Nós trabalhamos dobrado, viu. Nós trabalhamos... Ele dá uma roçadinha na roça e vai trabalhar pro patrão, só na roça. Só aqui gestando o feijão. E a gente em casa limpa a casa, certo, cuida de comida, pra ele quando chegar, se não tiver ele vai achar ruim. Cuida da roupa dele, cuida dos filhos dele e ainda tem que cuidar dele à noite. Mesmo cansada ou não. [...] E, quando não quer, diz que é porque tem outro homem. (Jitirana, 11/10/2022).

Durante a pandemia de COVID-19, a situação se agravou, conforme apontado pela Comissão Interamericana de Mulheres (OEA, 2020) em seu estudo intitulado “COVID-19 na vida das mulheres: razões para reconhecer impactos diferenciais”. A crise gerada pela pandemia aprofundou as desigualdades de gênero, resultando em um aumento do trabalho das mulheres. O período de confinamento acentuou a crise de cuidados pré-existente, transformando as casas em espaços onde as mulheres se depararam com uma carga adicional de trabalho produtivo, doméstico, de cuidados e até mesmo de educação de crianças e adolescentes.

Essa perspectiva é compartilhada pelo relatório “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil”, que ressalta que “a permanência maior de crianças dentro de casa, em função do fechamento das escolas, também contribuiu para o aumento da carga doméstica de

trabalho, uma tarefa socialmente imposta à mulher" (FBSP, 2021, p. 8).

Para ilustrar o aumento da sobrecarga de trabalhos domésticos e de cuidados durante a pandemia, Jitirana compartilhou conosco o exemplo de sua vizinha Papoula:

> Bom, eu, meu caso, pra mim não dobrou. [...] E também sou sozinha, só moro com minha filha hoje, com minha neta, por conta da pandemia. E aí, eu não tenho, como você sabe, eu sou separada, então, não tenho problema de violência, nesse caso, de companheiro. [...] minha vizinha disse que o serviço dela dobrou, porque antes ela acordava, as crianças iam pra escola, ela tinha tempo até de, sei lá, se cuidar mais, de ajudar o marido talvez, e ela disse que agora não tem tempo pra nada, não tem paciência porque é todo mundo dentro de casa, o dia todo, vinte e quatro horas e um chama e um chama... Essa questão de atividade de escola. Então, ela disse que não tem tempo, dobrou e tá sem paciência e muita coisa... Ela relata que realmente ficou complicado. E tem medo, as aulas estão voltando, virtual, né. Mas tem que buscar o material na escola e agora tá tendo umas aulas de reforço com as turmas selecionadas, mas ela disse que é com muito medo, é muito trabalho por tá todo mundo em casa. (Jitirana, 27/05/2021).

O relato evidencia a emergência de uma nova responsabilidade assumida pelas mães durante a pandemia: a de desempenhar o papel de professoras para seus filhos. Além das tarefas domésticas relacionadas à manutenção da casa, do cultivo agrícola, do cuidado dos filhos, do marido e de outros familiares, as mulheres foram encarregadas de auxiliar nas atividades escolares e buscar materiais nas escolas.

É interessante notar que Jitirana enfatiza que não sofreu com a sobrecarga de trabalhos domésticos e de cuidados porque é divorciada. Essa observação estabelece uma conexão entre o casamento e a presença de um homem em casa, ressaltando como a divisão sexual do trabalho no campo é construída dentro de uma hierarquia familiar, onde as mulheres casadas parecem incapazes de se libertar dos papéis impostos pelo patriarcado. Essa hierarquia que impõe a divisão sexual do trabalho tem início desde a infância, quando as meninas são designadas para realizar tarefas domésticas, muitas vezes por meio da violência.

Sálvia, por exemplo, tinha dois irmãos, mas desde os nove anos era a única responsável pelas tarefas domésticas e pela preparação das refeições para os trabalhadores do seu pai:

> Eu comecei a cozinhar pros trabalhador com nove anos de idade. Cozinhava pros trabalhador da minha mãe e do meu pai. Ali eu ia...

> Fazia a alimentação dos trabalhador, eu já ia almoçando e já tava pronta pra ir pra escola. Eu fazia aquela pilha de louça, deixava ali e ia pra escola. Quando eu chegava, eu lavava.
> […]
> Aí meu pai tava limpando um barreiro ali… Limpando um barreiro, aí ele mandou eu buscar água pros trabalhador. Que ele tava conversando. E eu esqueci da água. Aí meu pai foi e falou assim "por que você esqueceu de trazer a água?". Eu falei "ah, seu fulano tava lá conversando e o senhor sabe que eu sou curiosa e eu esqueci". Aí eu tinha um cabelão grande, ele enrolou a mão no meu cabelo e bateu duas vezes assim na parede no barreiro [faz gesto de bater a cabeça]. Aí eu fiquei chorando.
> […]
> Eu cozinhava pros trabalhador desde jovem e ele não gostava só de uma mistura na mesa. Tinha que ser duas ou três. Aí nesse dia tinha bastante trabalhador, aí ele tinha colocado pra mim fazer carne de gado, carne de porco e peixe. E eu tinha que fazer tudo aquilo até o horário de eu ir pra escola. Aí os trabalhador chega da roça mais cedo e eu esqueci de fritar o peixe. Pus a comida na mesa, fui me arrumar pra ir pra escola, daqui a pouco ele olhou pra mim e falou "Sálvia, não tá faltando nada na mesa não?". Eu fui na mesa grandona, olhei e falei "não". A mesa cheia de comida, toda posta de comida. Aí eu falei "não, pai, tá cheio de comida aí". Aí ele foi e falou "e o peixe?". Eu falei "ah, pai, mas tem comida". Aí os trabalhador falando "não, tem muita comida, não precisa do peixe". Aí ele falou "não, ela vai fazer o peixe porque da próxima vez ela não esquece". E eu não fui pra escola porque eu fui fritar o peixe. Os trabalhador não comeu, mas eu tive que fazer o peixe. (Sálvia, 10/12/2021).

No entanto, durante o processo de pesquisa de campo, foi possível observar uma transformação na socialização das crianças, influenciada pelo envolvimento de suas mães nos coletivos de mulheres. Os relatos obtidos são diversos e reveladores do impacto dessa participação:

> Andréa: Criação de filhos. Você vê muito menino sendo criado diferente de menina?
> Jitirana: Tem. Ainda tem, mas assim… Essa questão já mudou em algumas famílias aqui.
> Andréa: Mas você acha que tem relação com essas mulheres?
> Jitirana: Tem. Tem. Já mudou muito. Aqui…
> Andréa: E já vão criando os filhos diferente?
> Jitirana: E já vão criando os filhos diferente. Tem essa mudança aqui. (Jitirana, 08/12/2021).

> Mulher A: Eu tenho três rapaz e uma moça. O mais velho, que ele agora já saiu de casa, mas ele lavava prato, varria a casa, passava pano, fazia tudo o meu mais velho. E a filha também. […] Já o outro rapaz, "menino, faz isso e isso", "não, mãe". "Vai fazer, que não vai cair aquele negócio não". (Primavera, 11/10/2022).

> Andréa: E eles fazem o quê em casa, assim, pra ajudar você?
> Papoula: Dá comida a um bichinho, pega um balde d'água, né, praqui pracolá. As maior já varre a casa, assim…
> Andréa: O menino também?
> Papoula.: É. Ajuda também.
> Andréa: Faz as coisas dentro de casa?

Papoula: É. Quando eu não posso, eles podem.
Andréa: Não tem isso de ser dividido o que é de menina e o que é de menino?
Papoula: Não. Hum Hum. Eles... Eu mandando fazer, eles faz tudo igual.
Andréa: Tudo igual.
Papoula: É. Até o menino mesmo, assim, quando as meninas vão pra escola, que num tá. Quando eu tô com a pia de vasilha pra lavar, ele mete os pés, lava. É assim, me ajuda. E tem que me ajudar.
Andréa: Desde sempre é assim?
Papoula: É. (Papoula, 08/12/2021)

Andréa: O seu neto, você acha que ele é criado assim ou não? Ainda é porque a sua filha ainda tem a mente mais fechada, como você falou?
Jitirana: Não, não, não, não. Na questão de criação, não. Ele faz tudo em casa.
Andréa: Faz tudo?
Jitirana: Faz tudo. Passa pano, lava prato, lava louça, lava pano de prato. Ajuda. Varre casa, faz tudo, viu.
Andréa: E você acha que isso é influência de quê?
Jitirana: Por conta da militância. Por conta do que eles aprenderam aqui dentro, né, isso aqui. Lava, faz tudo, viu.
Andréa: Mesmo ela sendo mais fechada, como você diz, mas a criação dela já é...
Jitirana: Mas nessa parte ela aderiu, viu.
Andréa: Já é diferente?
Jitirana: Ah, essa parte ela aderiu, viu. A Protea [a outra filha] aderiu isso, os dois fazem as coisas iguais, entendeu. Essa área aí eles aderiram, viu. [risos] Também, se não aderir, né. Isso eles aderiram. A família todinha, minha família todinha aderiu isso. (Jitirana, 08/12/2021).

Andréa: Em casa é só você quem faz tudo ou os netos e os filhos dele também ajudam?
Sálvia: Ah, os neto é muito preguiçoso com esse negócio de celular, né. [risos] Às vezes, quando a gente vai reclamando, reclamando, eles faz. Mas não é toda hora não.
Andréa: Mas pra limpar, lavar prato...
Sálvia: Lava sim. Lava. Mas também não é aquela hora, que a gente quer toda hora a pia limpa, a cozinha limpa. “Já vou, vó”. [risos] [...] Mas eu peço uma vez, se não for eu não sei pedir, eu já vou lá fazer. Que é errado.
Andréa: Mas faz tanto os meninos quanto as meninas?
Sálvia: Quanto as meninas. Aqui não tem diferença. Tem o meu neto de quinze anos, se eu falar pra ele que vai fazer comida, ele vai fazer comida normal. Se for pra lavar a louça, ele vai lavar. Tudo ele vai fazer. Eu ensino assim, que homem e mulher não tem essa de machismo. Tem que fazer. [...] (Sálvia, 12/10/2022)

Alpina: Eu ponho ele [filho] pra fazer as coisas. Se um dia eu faltar, ele sabe se virar.
Andréa: Ele faz tudo dentro de casa?
Alpina: Ele faz e ele gosta.
Andréa: Ele não tem vergonha nem nada não?
Alpina: Não. Tem não. Ele varra a casa, ele quer lavar o banheiro, mas eu não deixo ainda porque ele só gasta sabão e água, não faz nada que preste. Aí eu não deixo ainda. Mas ele bota uma água

> pro porco, pra galinha... Faz tudo. Me ajuda a aguar o canteiro. (Alpina, 12/10/2022).

Esses relatos evidenciam como a participação das mães nos coletivos de mulheres tem gerado impactos significativos na forma como as crianças são socializadas. Apesar de algumas reconhecerem as dificuldades enfrentadas pelas gerações mais antigas em desafiar as estruturas patriarcais às quais estão inseridas desde a infância, elas estão empenhadas em confrontar o patriarcado ao modificar a maneira como criam suas filhas e filhos.

Evidentemente, apenas por meio da socialização das crianças não é possível desmantelar completamente as estruturas patriarcais. No entanto, é por meio das experiências concretas nas relações com os homens que essas mulheres esperam promover mudanças que podem representar a vida ou a morte das suas. Conforme enfatizado por Saffioti (2015, p. 100), "se todos são socializados para ser machistas, não poderá esta sociedade mudar, caminhando para a democracia plena? Este processo é lento e gradual e consiste na luta feminista".

Segundo Riot-Sarcey (2009), a classe dominante busca eliminar os vestígios de contestação ao seu poder, o que muitas vezes resulta na invisibilidade das formas de resistência. No entanto, o poder é um elemento constitutivo da sociedade e sua existência não pode ser concebida sem a presença de resistência. Portanto, "o fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele as mulheres não oponham resistência. [...] sempre que há relações de dominação-exploração, há resistência, há luta, há conflitos" (SAFFIOTI, 2015, p. 139).

A participação das mulheres nos coletivos feministas tem gerado mudanças em seus comportamentos e até mesmo em suas relações familiares[4]. Em várias entrevistas, observamos o rompimento com a submissão ao marido e alterações nas relações desiguais de divisão do trabalho doméstico. Durante a roda de conversa em Primavera, foi realizado um debate sobre a divisão sexual do trabalho. A seguir, apresentamos um trecho da conversa:

[4] Observação participante e registros em diário de campo.

Andréa: Ainda tem muito disso da mulher ter que servir o marido, colocar prato?
Todas: Tem! [risos]
[vozes superpostas]
Mulher H: Nem eu boto a dele e nem ele bota a minha.
Mulher B: Mas aí você acostumou de quando casou. [...] Agora imagine eu, com um casamento de vinte anos e agora vai querer mudar. Aí ele vai dizer “fia da peste, você arrumou outro”.
Mulher F: Eu botava a comida do meu, mas eu deixei e agora é ele que bota.
Andréa: E foi? Tu deixou?
Mulher F: Deixei.
Andréa: E ele disse nada?
Mulher F: Não. No começo ele reclamou, mas acostumou já. Ele mesmo bota a comida dele.
Andréa: E por que foi que você deixou de botar?
Mulher F: Porque eu acho que é muita folga. A pessoa já cuida da comida e você ainda só comer se você botar no prato?
[risos]
Mulher B: Ô, mulher, mas também o cara tá lá o dia todinho, o cara [a mulher] tá em casa, né. Aí, quando chega “mulher, bote aí o de comer”, aí o cara [a mulher] vai lá e bota. Eu boto.
Andréa: Mas você não trabalha o dia todinho também?
Mulher B: Mas o negócio é esse... A mulher sempre tem mais uma folguinha do que o homem.
Jitirana: Agora tenha.
[vozes superpostas discordando]
Mulher K: Ele é igual a uma mulher. Ele faz tudo tudo tudo dentro de casa que uma mulher faz.
Mulher F: O meu não faz não.
Mulher K: Aí, às vezes, eu boto.
Andréa: Mas você não cuida da casa sozinha, né?
Mulher K: Não. Ele faz tudo dentro de casa. Ele me ajuda e muito.
Andréa: Mas deixa eu perguntar... Por que que vocês falam que eles “ajudam”?
Mulher K: Eles têm que ajudar, né... É obrigação. Na cabeça deles, eles não tem obrigação.
Mulher F: O meu diz assim “eu vou ajudar hoje, mas não acostume não”.
Jitirana: Tem uma moça que casou com um rapaz que a mãe, ele ia jogar bola e, quando chegava em casa, a mãe levava a jantinha. Ele ia trabalhar, buscar palma pro gado, o que for, chegava em casa, tomava banho na hora do almoço, deitava no sofá, a mãe leva o almoço. E aí a menina casou com esse rapaz.
Mulher K: Ih, coitada.
Jitirana: Aí esse rapaz chegou em casa, no primeiro dia... Foi trabalhar, tal, quando chegou em casa, se jogou no sofá. E ela botou a comida dela e ficou lá na mesa comendo. “Não vem não comer?” e ele lá esperando. Daí a pouco, ele foi pra casa da mãe. Ele não disse nada e foi pra casa da mãe. Chegou na casa da mãe, se jogou no sofá, a mãe “meu fio quer comer?”, botou comida, comeu. Aí quando chegou em casa disse “eu fui comer na casa de mamãe, você não botou comida”. Aí ela falou assim “pois você vai comer na casa da sua mãe todo dia porque a comida tá feita”, disse igual a você. “Eu faço a comida, vou mais você tirar cova, eu faço tudo, quando você chega vai deitar no sofá e eu vou fazer a comida, aí você ainda quer que eu bote no prato? Pois sua mãe lhe acostumou mal acostumado. Comigo é diferente. Você casou com uma mulher pra fazer tudo, menos lhe dar comida na boca. Você quer comer? Pois você vai todo dia pra casa da sua mãe”.

> Mulher K: Agora aí foi a mãe que mimou demais. Tem mãe que mima demais.
> Jitirana: Hoje ele faz arroz, faz feijão, faz ovo, faz tudo.
> Andréa: Aprendeu?
> Jitirana: Aprendeu. No primeiro dia do casamento.
> Mulher K: Eu cozinho o feijão, né. Mas o arroz é ele que faz, a carne ele assa. Mas ele não fazia não.
> [inaudível]
> Andréa: Ah, o marido dela [mulher K] é seu irmão?
> Mulher O: É.
> Andréa: E ele foi criado assim, fazendo tudo dentro de casa?
> Mulher O: [inaudível] nunca gostou.
> Mulher K: Ele nunca gostou de bagunça.
> Andréa: Então já foi a criação dele? Ele já foi acostumado?
> Mulher O: Ele já amanhece o dia com a vassoura. [risos] Varrendo a casa. (Primavera, 11/10/2022).

Embora não seja possível transcrever todas as falas dessa conversa devido à quantidade de histórias e vozes compartilhando experiências simultaneamente, é perceptível que as mulheres estão conscientes de que os homens, ao realizar tarefas domésticas, não estão apenas "ajudando", mas sim cumprindo sua responsabilidade. Os relatos revelam que as mulheres passaram a enxergar a tripla jornada como algo injusto e impuseram uma nova forma de organização social dentro de suas casas. A divisão sexual do trabalho, que categoriza o trabalho dos homens como "pesado" e o das mulheres como "leve", está sendo gradualmente enfrentada e uma parte dessa mudança está relacionada à socialização das crianças.

Por fim, consideramos que a *práxis* das mulheres de Primavera está alinhada ao feminismo comunitário, que rejeita a ideia de que a igualdade entre homens e mulheres se resume a mulheres ocupando os espaços tradicionalmente construídos pelos homens. De acordo com essa corrente feminista, a luta pelo feminismo deve englobar a busca por novas possibilidades e alternativas para a sociedade. Essa construção de um novo mundo passa pela visão da comunidade como uma forma de vida essencial para a humanidade, ancorada nos princípios de conexão com a natureza, auto-organização e autodeterminação (ARROYO, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Kergoat (2014), a construção de uma política emancipatória demanda ir além da análise do sistema dominante e suas

formas de dominação. É necessário, portanto, examinar as formas de resistência que surgem diante dessa dominação.

Uma das estratégias adotadas pelas mulheres rurais para enfrentar a dominação patriarcal foi a organização em coletivos autônomos. A formação desses grupos permitiu o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação à questão sexual, de classe e de raça, levando as mulheres a questionarem o modelo de família patriarcal imposto em suas comunidades. Por meio do acesso a informações, debates sobre diversas formas de violência, divisão sexual do trabalho e o estudo do feminismo, as mulheres encontraram motivação para buscar mudanças. Ao tomar consciência da opressão patriarcal presente em suas vidas, elas passaram a buscar formas de resistência dentro de seus grupos, lares e famílias.

Foi observado que a consciência adquirida por meio da organização coletiva tem causado transformações nas relações intrafamiliares, impactando não apenas o relacionamento das mulheres com seus maridos, mas também, e principalmente, com seus filhos e filhas. A socialização das crianças para a igualdade entre homens e mulheres mostrou-se uma ferramenta poderosa de mudança nas comunidades, especialmente aquelas em que os coletivos já estão na segunda geração de mulheres. Percebe-se que as jovens, educadas por mães envolvidas nos coletivos, conseguem estabelecer uma dinâmica diferenciada em seus relacionamentos, opondo uma resistência às manifestações patriarcais ao afrontar diretamente seus parceiros e os costumes locais.

É importante destacar que a resistência dessas mulheres não ocorre isoladamente, mas está conectada a movimentos feministas mais amplos, nos quais encontram apoio e inspiração. Mediante o compartilhamento de experiências e do fortalecimento coletivo, elas encontram coragem para desafiar as estruturas patriarcais e buscar a transformação de suas vidas e comunidades.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política e**

**Sociedade**, Florianópolis, v. 15, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261. Acesso em: 05 jun. 2023.

ALBUQUERQUE, Andréa Maria Leite. **“Medindo forças na enxada, no machado, na foice”**: patriarcado e resistência das mulheres rurais organizadas à violência no Alto Sertão alagoano. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2023.

ARROYO, Adriana Guzmán. **Descolonizar la Memoria, Descolonizar los Feminismos**. La Paz: Feminismo Comunitario Antipatriarcal y Mujuta Tarpuna, 2019.

OEA (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). Comisión Interamericana de Mujeres (CIM). **COVID-19 en la vida de las mujeres**: razones para reconocer los impactos diferenciados. OEA, 2020.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. *In*: NEVES, Delma Pesanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

FBSP. **Visível e Invisível**: A Vitimização de Mulheres no Brasil. 3. ed. São Paulo, 2021. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf. Acesso em: 05 jun. 2023.

FUNARI, Juliana Nascimento *et al*. Uso do tempo e as mulheres rurais: a construção de outras metodologias a fim de propiciar a visibilidade e valorização dos trabalhos das mulheres. **Anais do III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia**, Recife, v. 15, n. 3, abr. 2019. Disponível em: http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/6366. Acesso em: 05 jun. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HERRERA, Karolyna Marin. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 208-233, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p208/33802. Acesso em: 05 jun. 2023.

KERGOAT, Danièle. A Relação Social de Sexo. Da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão. **Pro-Posições**, Campinas, v. 13. n. 1, 2002. Disponível em: https://fe-old.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2125/37-

dossie-kergoatd.pdf. Acesso em: 05 jun. 2023.

KERGOAT, Danièle. Compreender as lutas das mulheres por sua emancipação pessoal e coletiva. *In*: MORENO, Renata (Org.). **Feminismo, economia e política:** debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014. p. 11-21.

MUYLAERT, Camila Junqueira *et al*. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, p. 184-189, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reeusp/a/NyXVhmXbg96xZNPWt9vQYCt/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 05 jun. 2023.

RIOT-SARCEY, Michèle. Poder(es). *In:* HIRATA, Helena *et al* (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 183-187.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; FERRANTE, Vera Lúcia. Da casa para a rua: a caminhada das mulheres boias-frias. **Perspectivas**, São Paulo, v. 9/10, 1986/1987. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/108272. Acesso em 05 jun. 2023.

SALDAÑA, Johnny. **Fundamentals of qualitative research**. New York: Orford, 2011.

SALDAÑA, Johnny; OMASTA, Matt. **Qualitative research: analyzing lif**e. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Cláudia; SARAIVA, Jeíza das Chagas. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. *In*: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 63-93.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mulheres trabalhadoras rurais: trajetórias e memórias. **RURIS (Campinas, Online**), Campinas, v. 4, n. 2, set. 2012. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16841. Acesso em: 05 jun. 2023.

# UM ESTUDO SOCIOCULTURAL DE MULHERES DO CAMPO DA PONTE ALTA – DF, ATRAVÉS DA TESSITURA DO CROCHÊ

Elizabeth Tavares de Gonzaga[1]
Regina Coelly Fernandes Saraiva[2]

**GT 04:** RE-EXITÊNCIAS E EMERGÊNCIAS: AS PRÁTICAS E EMERGÊNCIAS: AS PRÁTICAS SOLIDÁRIAS E TRANSFORMADORAS DAS MULHERES DO CAMPO, DAS FLORESTAS, E DAS ÁGUAS NUM MUNDO DE CRISES

## RESUMO

A presente pesquisa propõe um estudo sociocultural sobre a terra e mulheres do campo da Ponte Alta do Gama, Distrito Federal. Território que faz parte da história da construção de Brasília antes mesmo da inauguração da Nova Capital, por ser uma área rural que produzia alimentos para os moradores e novos trabalhadores que viriam para o DF. Hoje essa comunidade se diversificou em seus modos de trabalho como sujeito do campo e muitos não vivem mais do cultivo da terra. E diante dessas mudanças sociais, políticas e econômicas vivenciadas nesta área, o objetivo da pesquisa será analisar os impactos nas trajetórias de vidas das mulheres do campo e os diálogos que estabelecem com as condições deste território no contexto atual. A coleta de dados ocorrerá através de entrevistas abertas e flexíveis durante oficinas de Crochê, em que as mulheres possam relatar suas histórias de vida resgatando memórias sobre o território e a terra. O crochê não será utilizado como forma de geração de renda, mas sobretudo para que as mulheres sejam ouvidas, e quem sabe se identifiquem e queiram produzir artesanato através de suas habilidades manuais, como expressão cultural, artística e política e a partir dali possam se empoderar buscando sua emancipação financeira.

Palavras-chave: rural, mulheres, crochê, Distrito Federal, Ponte Alta

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília (UnB), gonzaga.elizabeth@aluno.unb.br.
[2] Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Adjunta da Universidade de Brasília, atuando na Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB), coellyrfs@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Minha trajetória com o meio rural iniciou-se em 1997, quando fui admitida na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEDF, como professora regente da Educação Básica, sendo lotada em uma escola do campo.

Em 2018 a Secretaria de Educação do DF em parceria com a Universidade de Brasília - UnB realizou o curso de aperfeiçoamento Escola da Terra, o qual participei como cursista nas duas edições ofertadas, logo depois passei no processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação (especialização) Escola da Terra[3], tendo como linha de pesquisa os desafios e avanços nas relações do Centro de Ensino Fundamental Tamanduá - CEFTAM com a comunidade camponesa da Ponte Alta do Gama. Foi a partir desse momento que despertou em mim o desejo em pesquisar as conexões e relações sociais, culturais, financeiras e históricas das mulheres do campo desta área rural e foi possível observar durante rodas de conversas, que as mulheres da comunidade demonstraram grande interesse em realizar trabalhos artesanais, culturais e socioambientais como forma de expressão e geração de renda, porém evidenciou-se que são desejos individuais de muitas pessoas que não praticam nenhuma técnica manual de artesanato. Na comunidade também não há locais específicos ou projetos voltados para as áreas sociais e culturais, que possam aprender e desenvolver suas habilidades individuais através da organização coletiva do trabalho.

Diante das dificuldades apresentadas pelas mulheres do campo da Ponte Alta a proposta deste trabalho será estudar suas histórias de vida utilizando-se do trabalho artesanal como forma de emancipação feminina, podendo ser um mecanismo de geração de renda, que possam se reunir coletivamente para troca de experiências, reavivar conhecimentos e tradições populares e principalmente para que possam ter seu trabalho como mulher camponesa valorizado.

## DESENVOLVIMENTO

A comunidade da Ponte Alta do Gama no Distrito Federal (DF) faz parte da história da construção de Brasília, antes mesmo da inauguração da capital, quando foram estabelecidos os marcos de delimitação da área do Distrito Federal. A área do território foi destinada nesta época a agropecuária com foco na produção de alimentos para os futuros moradores e trabalhadores da Nova Capital do Brasil. Ao longo do tempo essa

[3] Curso de Aperfeiçoamento para professores da Educação Básica das Escolas do Campo do Distrito Federal.

destinação inicial da terra foi se modificando, abrindo espaços para novas formas de trabalhos assalariados e o uso da terra também já não é exclusivo à produção rural.

De acordo com dados da CODEPLAN (2020) a Ponte Alta do Gama está situada em uma das regiões de menores renda per capitar do Distrito Federal, com renda variando de R$ 500 a R$ 2000, informação que constata as dificuldades de acesso ao trabalho e produção de renda para sobrevivência das famílias desta área. Essa comunidade se diversificou em seus modos de trabalho como sujeito do campo e muitos não vivem mais do cultivo da terra. Algumas famílias, principalmente durante e pós-pandemia de COVID19[4] se encontram desempregados, em insegurança alimentar, alguns recebendo auxílios de programas sociais do governo, e quando não os conseguem, pedem auxílio financeiro aos servidores da escola pública Centro de Ensino Fundamental Tamanduá[5] do Gama (CEFTAM), ou de outros membros da própria comunidade para se alimentarem.

Diante dessa realidade econômica, política, social, que assola todo o Distrito Federal, sendo mais impactante no meio rural, localidade que são desafiados a sobreviver em meio a expansão do agronegócio e suas monoculturas; e das grilagens de terras, que de acordo com Costa (2022) é incentivada pelo ganho de capital:

> Esse capital é que traz sentido à criação do parcelamento irregulares. Isso porque a valorização dos lotes decorrente da consolidação dos condomínios motiva inúmeros indivíduos a comprarem os lotes irregulares. Os terrenos da região da Ponte Alta- Gama, por exemplo, são vendidos por um valor médio de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Após a consolidação do condomínio, o valor médio do terreno é de 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Esse valor ultrapassa, muitas vezes, o preço de uma casa na região urbana do Gama-DF. (COSTA, 2022, p. 143)

Assim retira direitos do sujeito do campo levando-o cada vez mais a linha da pobreza, revelando a questão latente deste estudo que será analisar os impactos nas trajetórias de vida das mulheres do campo da Ponte do Alta do Gama e os diálogos que estabelecem com as condições do território no contexto atual, e como estão sendo impactadas ao longo desses anos de grandes mudanças sociais, culturais, política na Ponte Alta do Gama.

Para relatar a história de vida das mulheres do campo e descrever a formação

[4] Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. No Brasil a pandemia de Covid-19 de iniciou em fevereiro de 2020.

[5] Centro de Ensino Fundamental (CEF) é a terminologia usada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para designar as Instituições Públicas de Ensino que ofertam os Anos Iniciais e Finais da Educação Básica. O CEFTAM além dos anos iniciais e finais da Educação Básica atende a comunidade com turmas de Educação Infantil e Classe Especial para alunos com deficiência intelectual. A escola está localizada na Rodovia BR 060 Km 61 Ponte Alta do Gama, DF.

histórica do território rural da Ponte Alta do Gama será utilizado a tessitura artesanal, em especial o crochê, como forma de reunir as mulheres em rodas de conversas e em trabalhos colaborativos.

Durante os estudos que realizei no curso Escola da Terra, que me levaram a pesquisar sistematicamente a comunidade que trabalho a fim de compreender e identificar os desafios de uso e propriedade da terra, acesso ao trabalho, crescente desemprego, desvalorização da vida camponesa, organização coletiva, me levaram a perceber a realidade de pessoas desejosas por mudanças, mas que não sabem por onde começar. Foi quando fiz memória das minhas habilidades manuais, e que eu já tinha gerado renda extra com elas, me fazendo pensar se não era essa a oportunidade de difundir o artesanato como forma de mobilização social, geração de renda e principalmente como emancipação das mulheres do campo.

No início de 2022 coordenei um projeto para a comunidade escolar juntamente com o corpo docente da escola, quando realizamos uma manhã comunitária com atividades de: oficina de crochê, oficina de produção de biscoito caseiro e pizza, oficina de design de sobrancelha e um mutirão de plantio na horta escolar e de árvore frutíferas nos arredores da escola. O engajamento e as solicitações das mulheres por mais atividades como essa me motivaram a estudar suas trajetórias de vida, os processos de construção de suas identidades, envolvimentos em atividades culturais, sociais e políticas, e os tipos de trabalhos que geram renda e sobrevivência de suas famílias.

Assim esta pesquisa utilizará o artesanato, especificamente o crochê, como forma de interação social e troca de experiências entre as mulheres, para que possam narrar suas histórias de vida, resgatar sua identidade como mulheres do campo, valorizar o seu trabalho que é tão invisibilizado pela sociedade, além de identificar como estão enfrentando os desafios e transformações no território rural da Ponte Alta.

Muitas mulheres da comunidade da Ponte Alta se apresentam como únicas produtoras de renda familiar, através de pequenas produções agrícolas, outras necessitam trabalhar fora do campo para sustentar suas famílias e muitas estão desempregadas.

As autoras Silva e Eggert (2011) afirmam que destacar as atividades exercidas pelas mulheres referentes ao trabalho feito em casa implica reconhecer o histórico de participação ativa das mulheres na construção do todo social. Dessa forma, tanto o trabalho quanto as mulheres estariam em evidência, emergindo do anonimato para assumir seu lugar numa sociedade ainda regida pelo patriarcado.

Para Silva (2015) no que se refere à participação das mulheres no mercado de trabalho, sabe-se que ocorreu bem tardiamente, sendo marcado por dois grandes momentos históricos como desencadeadores desse processo: a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial, quando saem de casa e vão para as fábricas em busca de trabalho. Até esses momentos, podemos afirmar que cabia às mulheres sua participação apenas nos espaços domésticos, e as atividades produtivas com as quais se envolviam se referiam a esse espaço específico. Ainda afirma que as mulheres sempre trabalharam, embora seu trabalho tenha sido desvalorizado pelo capitalismo, que passa a valorizar as atividades que geram mais-valia e que são executadas em espaços públicos, menosprezando-se o espaço doméstico.

A invisibilidade da mulher brasileira está entre as mais altas do mundo, e as mulheres do campo são ainda mais massacradas, de acordo com o Instituto Humanista Unisinos (2019):

> As mulheres enfrentam mais restrições do que os homens no acesso à água, à titulação das terras, ao crédito rural, à assistência técnica e à compra de sementes. Elas também são mais discriminadas no mercado de trabalho e ocupam a maior parte dos serviços não remunerados (...)

Além de todas essas discriminações as mulheres do campo também sofrem vítimas do processo cultural de violência doméstica que assola o Brasil, processo esse muito combatido na cartilha do Movimento das Mulheres Camponesas – MMC (2022):

> A violência, a discriminação das mulheres não é algo natural, foi naturalizado pelos processos históricos e pelas relações sociais, portanto, precisa ser desnaturalizado e pode e deve ser superado.

Diante do desafio de empoderamento feminino pela busca de seus direitos, se faz necessário desenvolver um processo sociocultural de valorização do indivíduo para que interfira no meio o modificando em prol de sua autonomia e fortalecimento da comunidade. De acordo com LEMES; PEREIRA, (2020):

> O saber-fazer de um ofício pode reafirmar a identidade própria de um grupo de mulheres artesãs, possibilitando determinar suas referências a partir do bem imaterial, qual seja, o próprio fazer de uma produção manual, exclusiva, com caráter local, social, histórico e cultural.

A organização coletiva de mulheres através da identificação com ideias, desejos, necessidades políticas, econômicas, sociais, ou por qualquer outra forma de interação, é uma forma de se ajudarem, em suas dificuldades individuais, mas sobretudo de colaborarem para o desenvolvimento de sua comunidade.

Para (SCARDOELLI; WAIDMAN, 2011):

> [...] para as mulheres, o grupo de artesanato representa uma saída da rotina, uma busca por momentos de prazer e uma ruptura com a tensão dos problemas cotidianos e se coloca em contraposição ao contexto em que elas

> vivenciam, muitas vezes, desgastante, extenuante e estressante; é uma forma de usufruir de momentos de expressão de criatividade, de gozo, de ocupação de espaço e tempos, de distrair, de rir, são momentos de cuidado de si, na busca por uma melhor qualidade de vida

Segundo a Proposta Didática para Construção do Inventário Social, Histórico e Cultural das Escolas do Campo (2019) à mulher foi negado o direito da escrita por séculos, assim ela necessitou transfigurar seu mundo através da arte do tecer como modo de expressar as injustiças que o mundo lhe impunha. Que o ato de tecer nunca é uma ação individual. Existe em si um trabalho coletivo que nasce lá no campo com a semeadura, cultivo e colheita do algodão, que sucede uma cadeia de trabalho até se transformar na linha que será tecida pelo artesão.

Na busca pela valorização dos conhecimentos de saberes populares GOHN (2010) afirma que a educação informal necessita desenvolver:

> A aprendizagem política dos direitos dos indivíduos como cidadãos, aprendizagem para a cidadania; aprendizagem dos indivíduos para atuarem no mundo do trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades (...)

Assim uma grande potencialidade desenvolvida pelo ser humano durante várias gerações são as ligadas a criatividade. Segundo Fachone (2012), “a história do artesanato se confunde com a história do homem, pois a necessidade de produzir bens de uso rotineiro e ornamentos é expressão da capacidade criativa e do trabalho” (FACHONE, 2012, p. 61).

No universo ilimitado da criatividade e do artesanato, o Crochê (termo que quer dizer gancho) tem um especial destaque por agradar variadas faixas etárias independentes de classe sociais, sendo um conhecimento tradicional passado de gerações a gerações com as sutilezas e delicadezas das suas tramas.

De acordo com Saraiva (2015) “a origem do crochê remonta a pré-história e não é certo o lugar onde nasceu. Alguns registros citam o Oriente Médio como local de surgimento, podendo ter chegado a Espanha por rotas comerciais do Mediterrâneo. Também há registros remotos de peças de crochê na América do Sul, na América do Norte, Turquia, China e África. No Brasil o crochê foi difundido ainda no período colonial, por senhoras de engenhos que ensinavam a técnica as suas escravas”. (SARAIVA, 2015, p. 42-43)

O crochê além de geração de renda é um grande aliado para a saúde mental como forma de expressão criativa, de percepção da capacidade individual em transformar uma matéria prima em algo significativo, sem contar a satisfação em ver sua personalidade impressa em uma peça única, que conta histórias e emoções.

A delimitação do território de estudo desta pesquisa se dará na aérea denominada Ponte Alta do Gama, Região Administrativa do Distrito Federal, que de acordo com a CODEPLAN (2020) e com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT faz parte de uma Zona Rural de Uso Controlado[6].

A história de formação da Comunidade Ponte Alta remete a tempos anteriores a inauguração de Brasília ainda na década de 50 nas terras de Luziânia - GO, especificamente nas áreas geográficas das antigas fazendas: Bom Sucesso, Gama, Buriti e Tição, Tamanduá e Ponte Alta, que foram desapropriadas para constituição do Novo Distrito Federal.

Após as desapropriações das terras, que são até hoje motivos de disputas judiciais, a Fazenda Experimental Tamanduá tinha como proposta produzir alimentos para os moradores da futura capital do Brasil, juntamente com atividades de engorda de bovinos e produção agrícola de cana-de-açúcar.

Nesse período houve grande migração de pessoas de vários locais do país para trabalharem na região, em especial da região do Goiás, Minas Gerais e estados do Nordeste.

Ao longo dos anos algumas melhorias de infraestrutura foram sendo realizadas devido às necessidades e reivindicações da comunidade: como a implantação da energia elétrica entre 1969 e 1970 e a pavimentação da rodovia que liga a região local até o Gama no ano de 1972, hoje a Rodovia DF 290.

Na época dessa primeira pavimentação, havia várias fazendas com terras ociosas e outras, de propriedade da Terracap, e o governo indenizou maiores proprietários de terras, com o intuito de repassarem parte de suas terras para quem não tinham e queriam produzir. Em especial a Fazenda Bom Sucesso que era propriedade particular foi fracionada em módulos de no mínimo 2 hectares de área para serem vendidos, e até hoje corre na justiça processos de legalizações dessa área.

Devido a interesses políticos, em virtude de alguns políticos morarem na Ponte Alta e pela especulação imobiliária a finalidade produtiva inicial da área foi se alterando, diminuindo o cultivo da cana-de-açúcar e a criação de gado leiteiro passando a produção de hortaliças, culminando em 1975 na substituição da Fundação Zoobotânica pela atual Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, que

[6] Lei Nº 803, DE 25 DE ABRIL DE 2009 - Art. 87. A Zona Rural de Uso Controlado é composta, predominantemente, por áreas de atividades agropastoris, de subsistência e comerciais, sujeitas às restrições e condicionantes impostos pela sua sensibilidade ambiental e pela proteção dos mananciais destinados à captação de água para abastecimento público.

assumiu parte da Fazenda Tamanduá, buscando novos caminhos de pesquisa e produção de hortaliças.

Atualmente a área da Ponte Alta está situada na sua maior extensão nos limites da cidade do Gama, mas também há uma pequena porção de terra dentro dos limites da cidade do Recanto das Emas.

Faz-se necessário ressaltar a importância da escola do campo inserida neste território que é o Centro de Ensino Fundamental Tamanduá - CEFTAM, uma vez que, foi através da Instituição de Ensino que as responsáveis pelos estudantes, mulheres do campo, se tornaram o objeto de estudo desta pesquisa.

Em 2016 a instituição de ensino foi declarada como Escola Pioneira do Distrito Federal, certificada pelo Museu da Educação do DF, título dado às escolas que iniciaram funcionamento antes da inauguração de Brasília, que no caso do CEFTAM foi no ano de 1959.

A história da escola se confunde a própria história da Ponte Alta, já que as demandas sociais, políticas e até financeira convergem para a instituição de ensino como local de referência para solução das problemáticas das mulheres do campo, que se sentem seguras para contar suas histórias de violências, de insegurança alimentar de suas famílias, de busca de auxílio para compra de medicamentos. Desta forma as demandas da escola são impactadas diretamente pelas mudanças ocorridas nos meios de produção, trabalho e uso da terra pela comunidade.

Hoje a Ponte Alta conta com distintos meios de produção e trabalho o que ocasionou naturalmente uma divisão dessa área em território menores, cada um com sua especificidade e que servem de ponto de referência e localização geográfica para toda comunidade, inclusive para o CEFTAM que utiliza esses territórios para traçar as rotas do Transporte Escolar Rural.

Para fins de estudo deste trabalho compreende-se como território o espaço físico no qual o sujeito vive e constrói relações político-sociais que podem modificar o meio com ações política, ambiental, cultural e sociais através de ações individuais ou pela força da coletividade (DISTRITO FEDERAL, 2018) e diante desta conceituação serão relacionados os seis principais territórios da comunidade:

- Condomínio Asa Branca: formado por 153 lotes de 300 m2; atualmente existe a escritura pública da área total do condomínio, que está em fase de regularização; de acordo com mapas da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN a área faz parte da Região Administrativa do Gama e é considerada como Parcelamento Urbano Isolado –

PUI chamado de Granjas Reunidas Asa Branca.

- Acampamento Che Guevara: acampados de lutas sociais pela reforma agrária com a bandeira da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade – FNL.
- Bar do Gordo: devido suas belezas naturais oferece uma diversidade de opções de lazer, principalmente haras e pesque-pague; a menor chácara ocupa um espaço de 20.000m2 o que mantém a área preservada de parcelamento ou fracionamento irregular do solo.
- Cerâmica Santa Maria: Localizado próximo ao Centro de Tecnologias para Raças Zebuínas Leiteiras (CTZL), conhecida na comunidade como “Gado de Leite”; a ocupação desta área iniciou quando vieram as primeiras pessoas de Luziânia - GO em busca de trabalho na olaria Cerâmica Santa Maria; atualmente as terras estão divididas entre os moradores antigos e moradores recentes, porém, a área está na justiça para legalização, uma vez que o antigo proprietário da área faleceu e não deixou a escritura da propriedade aos moradores.
- Sindjus: principal ponto de referência o Clube Social do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (SINDJUS); possui várias chácaras familiares formadas a partir da desapropriação da Fazenda Bom Sucesso; atualmente os moradores vivem em pequenas chácaras, algumas ainda não escrituradas em seus nomes; a posse das terras é uma questão que está tramitando na justiça, pois há outras pessoas que reivindicam a propriedade das antigas fazendas.
- Chácara Camargo: composto por três principais pontos de referência: Chácara Camargo – Chácara de agricultura familiar, Fazenda Leão de Judah – Turismo ecológico e agricultura e Frigorífico Boa Carne Ltda (Antigo Pontal Frigorífico) – Comércio atacadista de produtos hortigranjeiros; no ano de 2018 a Agência de Fiscalização do Distrito Federal (AGEFIS), tentou embargar as terras das chácaras; o processo de regularização ainda está na justiça.

A Ponte Alta durante esses mais de sessenta anos de constituição do Distrito Federal vem se modificando quanto a propriedade e meios de produção da terra e nas relações trabalhista. A princípios os trabalhadores rurais e suas famílias foram incentivados a fixar moradia, através das promessas do governo distrital de inventivos a agricultura comercial para a alimentação dos moradores do DF e pela promessa de reforma agrária com destinação a terras a quem queria produzir na área. Com o passar dos anos esses inventivos foram ficando cada vez mais escassos, a população cresceu e junto não houve o desenvolvimento rural esperado, fazendo com que o camponês buscasse outras formas de trabalho para sobreviver através de trabalhos assalariado de relação patronal.

Diferente da imigração ocorrida nos anos 60 onde os imigrantes eram advindos de outros estados da Federação com a pandemia de COVID19 houve um novo movimento de imigração de populações do próprio Distrito Federal, que por questões

econômicas como falta de moradia, alimentação, segurança na área urbana, vieram para a área rural em busca de acolhimento de suas necessidades. E diante dessas mudanças sociais a proposta deste estudo será analisar os impactos que tais mudanças nas histórias de vidas das mulheres do campo da Ponte Alta.

Esta pesquisa terá uma abordagem qualitativa, por propor estudos de conhecimentos empíricos advindos da cultura, história, comportamentos sociais, criatividade, que são elementos da subjetividade dos seres humanos e suas relações com o meio social que vivem. De acordo com FLICK (2004) a pesquisa qualitativa se faz relevante, principalmente quando procura dissolver as “velhas” desigualdades sociais construída por generalizações, através da compreensão da diversidade de ambientes, subculturas, estilos e forma de vida, assim quando se falar de estudos sociais dentro de um território delimitado, o caráter generalista de uma dada situação, já não será tão relevante para todas as situações.

Para GIL (2002) o objetivo de uma pesquisa exploratória é o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições mediante emprego de método científico, assim este estudo usará a pesquisa exploratória, para narrar as trajetórias de vidas das mulheres do campo da Ponte Alta do Gama analisando os impactos das transformações socioculturais e políticas de suas vivências na comunidade.

Será utilizada oficinas de produção artesanal de crochê como forma de aproximação, de reunião para troca de experiências e vivências, na qual as mulheres serão entrevistadas, de acordo com SCHLICHTING (2014) apud DISTRITO FEDERAL (2019):

> Entrevista aberta e flexível [...] A entrevista é um dos instrumentos mais ricos para que se interprete uma realidade. Por meio dela o pesquisador pode abrir as portas para representações e interpretações dos informantes sobre a realidade em que vivem. O imaginário, explicações sobre as normas e valores, códigos de comunicação e comportamento, interpretações a respeito de atitudes e ações do grupo estudado, tudo isso pode vir à tona nas entrevistas. A entrevista com uma estrutura aberta, ou flexível é provavelmente a mais comum em trabalhos de campo que envolvem observação participante. Nela o pesquisador, mesmo seguindo um roteiro básico, com temas e perguntas a serem abordados, deve estar pronto para se adaptar ao cotidiano e às situações observadas. [...] O pesquisador poderá deixar o entrevistado à vontade, permitindo que ele realize alguns desvios do roteiro, caso as informações sejam interessantes, desde que ele seja conduzido de volta aos tópicos previstos neste roteiro estruturante. (SCHLICHTING, 2014 apud DISTRITO FEDERAL, 2019, p. 52)

O crochê não será utilizado como forma de geração de renda, mas sobretudo para que as mulheres sejam ouvidas, e quem sabe se identifiquem e queiram produzir artesanato através de suas habilidades manuais, como expressão cultural, artística e

política e a partir dali possam se empoderar buscando sua emancipação financeira.

Essa pesquisa baseia-se na busca de respostas para uma pergunta geradora: como mulheres do campo da Ponte Alta do Gama estão sendo impactadas pelas mudanças sociais, culturais e políticas do território e como essas mudanças têm atingido suas trajetórias de vida? Assim a linha de pesquisa utilizada será a pesquisa-ação, que de acordo com THIOLLENT (1986) está associada a diversas formas de ação coletiva que é orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação, definindo-a como:

> [...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1986, p. 14)

Thiollent (1986) ainda ressalta a importância da aplicação de noções de aspectos argumentativos na pesquisa-ação como método de pesquisa social:

> a) colocação dos problemas a serem estudados conjuntamente por pesquisadores e participantes;
> b) "explicações" ou "soluções" apresentadas pelos pesquisadores e que são submetidas à discussão entre os participantes;
> c) "deliberações" relativas à· escolha dos meios de ação a serem implementados;
> d) "avaliações" dos resultados da pesquisa e da correspondente ação desencadeada. (THIOLLENT, 1986, p. 31)

A pesquisa se dará em etapas de reconhecimentos dos atores da pesquisa: neste caso mulheres do campo responsáveis por estudantes do CEFTAM, que através das oficinas de aprendizagem de crochê, participarão de roda de conversa, entrevistas aberta e flexível com temas específicos para a construção das narrativas de suas histórias de vida, revelando suas situações econômicas, históricos, sociais, culturais e políticos. Também será utilizado filmagens, análise de documentos e fotografias para compor a descrição do trajeto de vida das mulheres como também da formação histórica da área rural da Ponte Alta do Gama.

O tratamento de dados desta pesquisa será baseado no método BARDIN (1977) para Análise de Conteúdo com suas etapas sendo:

> Pré-análise: É a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise.
> Exploração do material: Se as diferentes operações da pré-análise foram convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas.
> Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos. O analista, tendo à sua disposição ·resultados significativos e fiéis, pode então propor

> inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.

Assim necessitando usar a avaliação por inferência durante todo o processo, pois a cada etapa realizada será necessária para a construção da próxima num movimento circular de ensino e aprendizagem.

Na análise de dados as informações continuaram sendo tratadas por categorias: saberes tradicionais, econômicas, trabalho, sociais, culturais e históricas e contará com uma categoria histórica descritiva da formação do território rural da Ponte Alta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artesanato além de geração de renda é um grande aliado para a saúde mental como forma de expressão criativa, de percepção da capacidade individual em transformar uma matéria prima em algo significativo, sem contar a satisfação em ver sua personalidade impressa em uma peça única, que conta histórias e emoções.

Para tanto necessitam desenvolver soluções que auxiliem a comunidade, principalmente no tocante a organização coletiva do trabalho artesanal, reavivando os conhecimentos e tradições populares que possam gerar renda e qualidade de vida para o sujeito camponês.

A realidade da comunidade da Ponte Alta quanto ao desenvolvimento regional e a valorização do sujeito camponês, de seus modos de vida e produção da terra, são áreas que devem ser melhor desenvolvidas, com políticas públicas de financiamento, formação de cooperativas ou de movimentos que militem a causa camponesa, já que essa comunidade tão antiga no Distrito Federal, aos poucos está sucumbindo a necessidade de trabalho assalariado fora do campo, ao desemprego e as mudanças de características do sujeito camponês.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Lawrence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p. ISBN 972-44-0898-1.

COSTA, M. P. S. C. da. A ocupação urbana do Distrito Federal por meio das ferramentas de Pierre Bourdieu. Revista Brasileira de Ciências Policiais, Brasília, Brasil, v. 13, n. 9, p. 131–157, 2022. DOI: 10.31412/rbcp.v13i9.923. Disponível em: https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/923. Acesso em: 11 maio. 2023.

DISTRITO FEDERAL (DF). Secretaria de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Educação da Educação Básica**: Pressupostos Teóricos. 2ª. ed. Brasília: SEEDF, 2018.
DISTRITO FEDERAL (DF). Secretaria de Educação do Distrito Federal, **Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública do Distrito Federal de Ensino**, 1. ed., Brasília: SEEDF, 2019.
DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). **Inventário. Proposta Didática para Construção de Inventário Social, Histórico e Cultural das Escolas do Campo da SEDF**, Brasília, 2019.
DISTRITO FEDERAL. Pressupostos teóricos. **Currículo em Movimento da Educação Básica**. Brasília: SEEDF, 2014.
FACHONE, Savana Leão. Design e artesanato: o sentido do fazer manual na contemporaneidade. 2012. Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2012.
FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, Artmed e Bookman, 2008. Cap.2
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2018. Cap. 2
GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: Atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. 1ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
INSTITUTO HUMANISTA UNISINOS. **Violência contra mulheres no campo cresce 377% em 2018; casos incluem tentativas de assassinato e criminalização**. [S. l.], 2019.
Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588446-violencia-contra-mulheres-no-campo-cresce-377-em-2018-casos-incluem-tentativas-de-assassinato-e-criminalizacao. Acesso em: 17 abr. 2022.
LEMES, B. X.; PEREIRA, A. F. Tecer e empoderar: as entrelinhas do saber-fazer do crochê de um grupo de mulheres artesãs. **Multitemas**, p. 169–190, 12 mar. 2020.
MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. **Cartilha: Feminismo Camponês e Popular**. In: Cartilha Feminismo Camponês e Popular. [S. l.], 2022.
Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1pfBR7QDtXs_HlF2f8gNkvNbj3BofpSpN/view. Acesso em: 17 abr. 2022.
SARAIVA, R. C. F. Dona Carmosa: 100 anos tecendo a vida. Brasília DF. 2015
SCARDOELLI, M. G. C.; WAIDMAN, M. A. P. Grupo de Artesanato: Espaço favorável à promoção da saúde mental. **Esc Anna Nery**, p. 291–299, 2011.
SILVA, Márcia Alves; EGGERT, Edla. Descosturar o doméstico e a “madresposa” − a busca da autonomia por meio do trabalho manual. In: EGGERT, Edla (Org.). Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul. 1. ed. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2011. p. 39-57
SILVA, M. A. DA. Abordagem sobre trabalho artesanal em histórias de vida de mulheres. **Educar em Revista**, n. 55, p. 247–260, mar. 2015.
THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 2ª Edição. São Paulo. Cortez Autores Associados, 1986.

# DA PESQUISA-AÇÃO À FORMAÇÃO DE REDE DE APOIO ÀS MULHERES ASSENTADAS EM CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Thauana Paiva de Souza Gomes[1]
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante[2]
Flávia Cristina Sossae[3]

**GT 04:** Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas e das águas num mundo de crises

## RESUMO

A presente pesquisa resultou de parcerias entre o NUPEDOR- Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA e do Programa de Produtividade em Pesquisa da Universidade Estácio de Sá. Teve como objetivo investigar e compreender os entraves, as perspectivas e estratégias para fortalecimento socioeconômico no processo de escoamento de produtos sustentáveis e artesanais, como oportunidade de fortalecimento socioeconômico para mulheres do campo. Como metodologia destaca-se a pesquisa-ação com levantamento das informações combinando pesquisa de campo, com a produção de cadernos de campo, análise documental e literatura específica. Como resultados verificou-se que a eficiência das redes de comercialização e escoamento de cadeias curtas relacionam-se parte com o poder público local, conduzido mais fortemente pelas diretrizes progressistas dos gestores municipais. Assim como, pela rede e laços de apoio que os grupos constroem ao longo das jornadas produtivas, no caso específico do grupo RAMAS/GRASSÓIS, o fortalecimento pode ser observado pelas mulheres a partir de seus conhecimentos.

Palavras-chave: mulheres; rede de apoio; trabalho e renda.

[1] UNESA, UNIARA, thauanap@mail.com.
[2] UNIARA, vbotta@techs.com
[3] UNIARA, fsossae@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O presente artigo dá continuidade a uma trajetória de pesquisa qualitativa, de corte longitudinal voltada a uma continuada experiência de investigação junto aos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. O NUPEDOR- Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural do Programa de PGGDTM[4] (UNIARA) têm desenvolvido, ao longo dos últimos 35 anos, pesquisas sobre assentamentos rurais sob a forma de projetos e Bolsa Produtividade CNPq e parceria com Programa de Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá. A trajetória de pesquisa-ação continuada possui resultados significativos, entre produção acadêmica[5] e de extensão, além da assessoria continuada à Rede de apoio às mulheres assentadas-RAMAS Girassóis beneficiando 30 mulheres produtoras rurais.

No Brasil, a década de 2000 foi nitidamente marcada pela busca de diminuição da fome no Brasil e no mundo, grandes avanços se deram na criação de programas institucionais locais e federais como na legislação referente a usos de combate da pobreza e falta de alimentos. A agenda de projetos, pesquisas e incentivos tiveram como objetivo identificar e propor ao mesmo tempo, políticas públicas de segurança alimentar (SAN) e as redes de inclusão que se formaram nos municípios. Desde então, detectou-se os principais entraves e a necessidade de construção de uma metodologia de avaliação de políticas públicas locais de segurança alimentar que permitisse utilizar descritores e indicadores de eficácia das gestões locais e da efetividade social de cada programa de segurança alimentar aplicado nos municípios por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Bancos de Alimentos, Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar, Varejões Populares, Restaurante Popular, dentre outros) e de outras políticas sociais como o Bolsa Família (GOMES, 2016). Buscando traçar um mapa de possibilidades de atuação em bolsões de pobreza, lugares de vulnerabilidade social. Dentro de espectro verificou-se que em áreas rurais, a produção de alimentos realizada especialmente em pequenas propriedades rurais sofria com a falta de escoamento da produção, subutilização dos alimentos ou escoamento por meio de atravessadores que pagavam valores muito baixos para a produção. Neste sentido, a ênfase na comercialização

[4] Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara

[5] Artigos, capítulos de livros, trabalhos completos em anais de Congressos.

destes produtos também passou a ser pauta de estudo no processo de análise da fome no país.

A segurança alimentar de uma população tem que levar em conta não apenas o acesso ao alimento, mas a perspectiva da sustentabilidade por meio de projetos que apontem portas de saída e, ao mesmo tempo, indiquem elementos em termos de organização que possam ser incorporados e reproduzidos por grupos em situação de risco, em situação de vulnerabilidade social (MALUF, 2000; GOMES, et al, 2021).

Compreender os efeitos trazidos tanto por programas de segurança alimentar aos atores das redes territoriais como em forma de cadeias curtas de comercialização formadas a partir de territórios da agricultura familiar fornece subsídios para estabelecer e estimular outras redes que envolvem os agricultores, no caso deste estudo, agricultoras familiares na forma de parcerias ou ainda, o acesso destas comunidades a sistemas de distribuição dos seus próprios produtos, sejam estes em mercados institucionais ou locais.

A análise do estudo das cadeias curtas a partir das comunidades, das associações e redes permitiu de um lado dispor, no mesmo plano de análise atores de produção e comercialização; 1) analisar os entraves do processo de comercialização a partir da base e não do alto, o que significa destacar as dificuldades primárias; 2) observar a complexidade das relações locais no processo de acesso tanto a programas municipais de comercialização cuja burocracia pode impedir o acesso dos sujeitos (as) para os quais as políticas foram idealizadas (como na alimentação escolar, na distribuição de alimentos para pessoas carentes, na inclusão digital, na assistência técnica rural territorial, na segurança pública local, na arbitragem da concorrência empresarial) como no processo de distribuição direta dos produtos por falta de elementos básicos como transporte.

Com a perspectiva de traçar como o Ramas Girassóis (Rede de Mulheres assentadas do Monte Alegre) interage com as cadeias curtas de comercialização avaliou-se o acesso aos mercados locais e a programas institucionais, tendo como fator externo a mudança de gestão federal e impactos sobre estes programas no município.

Vale salientar que grande parte destes programas e políticas, são ações do Estado que representam iniciativas com foco no desenvolvimento rural e refletem questões maiores, como a própria posição do Estado com o contexto agrário, refletindo mudanças históricas, institucionais, políticas e sociais (AMARAL, 2019). Nas últimas décadas, novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas, através

de espaços de participação social, novos atores políticos foram reconhecidos como sujeitos de direito, criaram-se regras e instrumentos de política pública que foram institucionalizados, e novos referenciais globais passaram a orientar as ações do Estado, permitindo redefinir regras e compreensões que afetaram as condições socioeconômicas da população do meio rural (AMARAL, 2019). Mesmo diante de um desmonte federal das políticas voltadas à segurança alimentar e produção agroecológica, construída no governo Bolsonaro baixando a Medida Provisória 870, a qual extinguiu o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e enfraqueceu a política especialmente porque o colegiado era o principal articulador de todas as políticas, propostas e demandas em segurança alimentar e nutricional. A resistência em municípios pró-políticas da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), encontraram formas e/ou resquícios de manutenção destas políticas. Algumas voltam ao cenário com a atual política federal, ainda cercadas por indefinições e dúvidas.

## DESENVOLVIMENTO DO LOCAL DA PESQUISA AOS INTEGRANTES DO PROCESSO

A Região Administrativa Central de São Paulo é composta por 26 municípios, nos quais se concentram cerca de um milhão de habitantes. A cidade de Araraquara marcadamente rodeada pelo agronegócio possui um Produto Interno Bruto (PIB) de 12,5 bilhões e uma renda per capita de 13.553,78 dólares, quase 43 mil reais por pessoa/ano. Com bom Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com destaque para o município de 7º no ranking estadual (0,815) (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP, 2017).

Neste cenário, encontram-se os assentamentos de Araraquara, reflexo de diferentes lutas sociais e políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 30 anos, contando com três projetos de assentamentos rurais, sendo três deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/Itesp - Monte Alegre, Horto Bueno de Andrada e Horto de Silvânia, um do Incra- Bela Vista do Chibarro (FERRANTE et al, 2002).

Especificamente, o assentamento Monte Alegre, foco desta pesquisa, possui 6 núcleos com 416 lotes. Igualmente, destaca-se que o número de famílias aumentou por agregação de outros parentes às famílias já assentadas, como filhos, tios, cunhados, dentre outros.

É importante destacar que, dentro deste recorte das pequenas propriedades

encontram-se os produtores localizados nos bairros rurais e nos assentamentos, com destaque para o segundo grupo que tem um papel importantíssimo nas estratégias de fornecimento de produtos naturais e diversificados para o município. A produção agrícola de alimentos, que abastece a maior parte de Araraquara, provém, principalmente, dos agricultores familiares assentados, em sua maioria, altamente descapitalizados e carentes de apoio institucional. Esta importância de propriedades rurais é fruto da luta pela Reforma Agrária nesta região, estabelecida a partir do contraponto com o agronegócio, e protagonizada pelos trabalhadores rurais, que ora se vincularam ao movimento sindicalista (em especial a FERAESP), ora aos movimentos sociais, especialmente o MST (GOMES et al, 2019; GOMES, 2020; FERRANTE et al, 2002).

No contexto dos assentamentos, os saberes são resgatados e recriados a partir da prática e reprodução do dia a dia, tendo o núcleo familiar como lugar de privilégio para o resgate e renovação deste conhecimento. O ambiente de socialização e troca de conhecimentos formais e não formais, tem um papel significativo nas possibilidades de permanência destes saberes (GOMES, et. al. 2021).

Esta área representa um ponto de chegada dos assentados, permitindo aos poucos se transformar em lugar, na medida em que eles resgatam as práticas tradicionais, ou aprendem novas formas de viver e fazer no campo. Um dos elementos mais importantes que balizam esse estudo é a contribuição ambiental e a relação mais íntima com a natureza. A partir desta perspectiva a pesquisa-ação desta frente procurou resgatar as relações entre a agroecologia e as práticas de assentadas e as formas de usos, cultivos e processamento das plantas e produtos da natureza, no processo de reeducação para uma postura mais sustentável e agroecológica (GOMES, 2016; GOMES, et. al. 2021).

A mulher assentada, neste cenário, diante de suas práticas produtivas, seja no embolado dos quintais, seja nas hortas ou pomares biodiversos, resiste sob a justificativa de sua produção ou trabalho serem considerados não monetários. É nestes ambientes que encontramos materializados os saberes e práticas, conservando, assim, a diversidade de espécies, plantas, hábitos culturais e seus usos, que, ao serem ressignificados, são mantidos ao longo das gerações, protegendo, um patrimônio cultural e ambiental incalculável (FERRANTE, 2011; GOMES, 2015).

Podemos dizer que de um lado, que estes espaços representam um caminho para o escoamento e fortalecimento socioeconômico, e de outro, garantir práticas

sustentáveis de locais em vulnerabilidade ambiental. Estas ações do Estado representam iniciativas com foco no desenvolvimento rural e refletem questões maiores, como a própria posição do Estado com o contexto agrário, refletindo mudanças históricas, institucionais, políticas e sociais (AMARAL, 2019). Nas últimas décadas, novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas, através de espaços de participação social, novos atores políticos foram reconhecidos como sujeitos de direito, criaram regras e instrumentos de política pública que foram institucionalizados, e novos referenciais globais passaram a orientar as ações do Estado, permitindo redefinir regras e compreensões que afetaram as condições socioeconômicas da população do meio rural (AMARAL, 2019).

Estas iniciativas estimulou governos estaduais e municipais a criarem seus próprios mecanismos de compras públicas e as organizações da agricultura familiar a demandarem e construírem novos mercados públicos e privados. Estas ações têm contribuído para a valorização da produção local/regional e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associando justiça social, equidade, artesanalidade, cultura e tradição.

Assim, as relações entre a biodiversidade e as práticas ligadas ao conhecimento especificamente dessas comunidades rurais, são valorizadas e garantidas por meio tanto dos documentos legais como pelos mecanismos institucionais de compra e de cadeias curtas de comercialização que garantem a reprodução econômica e social desses grupos.

**Metodologia e sujeitos(as) da pesquisa**

As mulheres da pesquisa integram parte do RAMAS – GIRASSÓIS (Rede de apoio às mulheres assentadas do Monte Alegre) criada em uma parceria de ações de pesquisadoras, junto às mulheres agricultoras que buscavam uma alternativa à produção, vivência com o meio ambiente mais sustentável, no apoio mútuo se organizaram no processo de produção e renda, para além da perspectiva monetária. O grupo que nasceu de projetos de pesquisa-ação do programa de Produtividade e Pesquisa da Estácio e pesquisadores do NUPEDOR, os quais passaram a assessorar mulheres produtoras de plantas medicinais e produtos alimentícias artesanais a

profissionalizar seus produtos, envolveu a AMA[6] (Associação das Mulheres), inicialmente com 20 mulheres e atualmente com cerca de 30.

As mulheres em sua maior parte têm o perfil de agricultoras, algumas trabalham com produtos relacionados à panificação, outras fazem parte do projeto desenvolvido com o turismo rural do assentamento para venda de alimentos e artesanatos, e ainda trabalhos externos, como enfermeira e agência de turismo.

A pesquisa se desenvolveu a partir de pesquisa-ação nos lotes dos assentamentos das mulheres envolvidas combinado com diários de campos, fotodocumentação, entrevistas e observação participante (WHITAKER, 2002), assim como, levantamento prévio nos sites da SciElo (Scientific Electronic Library Online), em dados primários e bibliografia direcionada ao tema de pesquisa voltados aos programas de apoio institucional ao pequeno agricultor sobretudo ao assentado, indicando a ausência de estudos voltados à temática, bem como a invisibilidade e pesquisas acadêmicas que retratam o estudo de políticas e programas voltados às mulheres, à segurança alimentar e comercialização.

Associada a pesquisa bibliográfica foi identificada a necessidade de busca por outras fontes de pesquisa, diretamente envolvidas com os programas, entre elas entrevistas com coordenadores de agricultura, programas institucionais, secretaria da educação das prefeituras e lideranças de cooperativas e associações para uma análise mais qualitativa das áreas estudadas.

**Perspectiva de comercialização, geração de renda e sustentabilidade**

A orientação dos sistemas produtivos no que se refere aos princípios agroecológicos é confluente com a agricultura familiar, já que se prescinde do uso de agroquímicos, de variedades híbridas e transgênicas, substituídas por sementes crioulas, produzindo um alimento de maior valor biológico e isento de agrotóxicos, saudável e apropriado às políticas públicas nacionais de segurança alimentar. Esse direcionamento concebe maior retorno econômico aos agricultores familiares pelo fato de, por um lado, por evitar os custos com agroquímicos, e, por outro, por não levar à perda de

[6] A Associação das Mulheres Assentadas (AMA) do assentamento Monte Alegre teve seu estatuto aprovado em assembleia no dia 13 de julho de 2008. Através de conquistas consolidadas nas plenárias temáticas de mulheres no orçamento participativo de Araraquara, possibilitou-se a destinação de recursos financeiros para implementação e estruturação de espaço físico e aquisição de equipamentos necessários para o desenvolvimento da proposta de produção da panificadora. A AMA iniciou com 20 mulheres e permanece ativa até a atualidade.

conhecimentos e saberes agroecológicas (GOMES, 2016).

Neste processo, as constituições legais das quais buscam a seguridade, proteção, auxílio, conservação ou fomento para trabalhadoras e mulheres do campo, podem ser consideradas uma conquista para a reprodução da vida diária. Primeiro, por serem analisadas como um campo de interação de saberes e práticas que estão no campo que valoriza tanto os recursos culturais locais como a preservação da biodiversidade e seus recursos integrando os seres com a natureza. Segundo, por poder resgatar e criar a possibilidade de autonomia, reconhecimento e empoderamento destas mulheres.

Em outras palavras, para as mulheres assentadas, contribui para fortalecimento de identidades, associações, geração de empregos e renda, assim os saberes leigos, populares e tradicionais podem ser vistos como uma possibilidade de conhecimento prévio e neste caminho o princípio que orientará as relações são a solidariedade, a reciprocidade, o respeito e a valorização mútua. Sob essa orientação a rede de apoio RAMAS-GIRASSÓIS nasce na perspectiva de apoio mútuo para desenvolvimento de ações para geração de apoio, trabalho e renda.

Assim, a integração ao ciclo de atividades possibiltou inserir a temática da comercialização de produtos sustentáveis a partir da valorização da produção de alimentos destinado ao autoconsumo, assim como a conservação ambiental e diversidade em forma de ações práticas do RAMAS- GIRASSÓIS.

O processo de pesquisa-ação e construção coletiva da rede iniciada com os diagnósticos dos lotes de plantas medicinais e produtos artesanais ofereceram o dimensionamento das atividades relacionadas ao interesse de adoção de práticas agroecológicas, no processo de produção das plantas, ervas, frutas e temperos base para os produtos processados para venda. Além disso, no processo de levantamento das informações de plantas e produtos produzidos pelas mulheres o principal resultado alcançado foi a própria formação da rede de mulheres.

No processo de constituição de levantamento das mulheres interessadas na produção e processamento para venda das plantas medicinais, outras demandas foram se estruturando, e passaram a ser fortalecidas no grupo como o objetivo de “produção, comercialização e venda de produtos naturais agroecológicos e artesanais, promovidos e desenvolvidos por mulheres do Campo”. O foco então, a partir de 2022 passou a ser não apenas a produção de ervas e seus usos, mas produtos agroecológicos e artesanais, com enfoque no trabalho solidário das mulheres.

E neste processo de reorganização de olhares mais amplos para a produção dessas mulheres, as plantas medicinais se tornaram parte do processo de fortalecimento das vendas, da produção não como item único, mas como estratégia múltipla de comercialização (OLIBONI et al., 2022)

As práticas agroecológicas levadas adiante no cotidiano dessas mulheres são identificadas especificamente na diversidade de espécies e cultivos. Logo, o processo de venda desses produtos e garantia de renda só pode seguir a mesma lógica, a diversificação.

Neste ponto, cabe ressaltar que o viés de estudo passou a ser também esse olhar de diferentes estratégias de produção para sustentabilidade ambiental e financeira destas mulheres, e diferentes maneiras para o escoamento.

Em outra perspectiva, para as comunidades locais produtoras - mulheres assentadas, o fortalecimento de múltiplos caminhos de produção evidencia identidades, associações, geração de empregos e renda, assim os saberes populares, tradicionais. Neste caminho, o princípio que tem orientado as relações é o da solidariedade, a reciprocidade, o respeito e a valorização mútua.

Neste sentido, a integração ao ciclo de atividades possibiltou ao grupo de pesquisadoras inserir a temática da agroecologia a partir da valorização da produção de alimentos em nível doméstico destinado ao autoconsumo, assim como à conservação ambiental e diversidade em forma de ações práticas que resultaram na formação de uma Rede de apoio às mulheres do Assentamento denomida RAMAS - GIRASSÓIS.

Os conhecimentos gerados no seio da casa e da unidade familiar são importantes, pois, ao serem socializados nos espaços vividos, são validados e/ou apurados a partir da troca de experiências, o que leva a uma identidade obtida pelo pertencimento a um determinado grupo cultural ou étnico, e, em termos de patrimônio, representam a manutenção de saberes deixados por gerações antepassadas, que conseguem-se manter vivos pelo processo de ressignificação contínua. Além disso, o conhecimento guardado por cada participante e de todas as outras pessoas que estão em contato direto com a natureza representa a síntese da experiência individual e coletiva, historicamente acumulada e transmitida a outras gerações.

Cabe ressaltar, que deste hibridismo e apuramento de técnicas, práticas e conhecimentos é justamente a maneira como ocorre a permanência da sabedoria tradicional ao longo dos tempos.

Além da própria formação da rede como estratégia de produção e fortalecimento, podemos citar como resultados no processo de escoamento das mercadorias, elencados a seguir:

1) **Feira de Produtos Orgânicos e Artesanais: Da roça para a mesa realizada na praça do DAAE**- este local caracteriza-se como ponto permanente de venda, trata-se de um local estratégico em que os consumidores buscam por produtos diferenciados de natureza sustentável. Tais estratégias se mostram de forma muito eficiente e não exigiram demasiadamente recursos por parte da parceria universidade/ prefeitura municipal de Araraquara.

2) **Rota do turismo rural:** rota inicialmente fomentada informalmente por ciclistas da região de Araraquara que buscavam trajetos no meio rural para rotas ciclistas, neste processo a divulgação fomentou o roteiro de turismo no assentamento. Agente públcos e instituições como SEBRAE, passaram a fortalecer a rota com os principais pontos de produção em especial das mulheres.

3) **Vendas on-line e eventos :** o assesoramento por parte da pesquisa e extensão rural, fomentou a produção de cestas temáticas nas redes sociais, bem como, constituição de cardápios para eventos, coffee breacks para diferentes segmentos e públicos.

4) **Programas institucionais:** Hoje a prefeitura de Araraquara possui os seguintes programas institucionais:

- PMAIS- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - Recurso Próprio.
- Cesta Verde- Recurso Estado.
- PAA- Programa Aquisição de Alimentos/ CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) - Recurso Federal
- PAB- Programa Alimenta Brasil - Recurso Federal.

Nestes programas segundo a coordenadora de Segurança Alimentar do município de Araraquara, por lei todas as compras publicas devem passar por licitação ou chamada pública. Para que os agricultores possam ter acesso há publicização nos meios oficiais por meio de edital, redes sociais dos produtores e grupos comunitários das comunidades.

Tais programas hoje atendem cerca de 20 agricultores no PMAIS, 7 CONAB e 10 no Cesta verde. Vale destacar, que pode ter mesmo assentados em programas diferentes. O acesso e ampliação do grupo de mulheres nos últimos anos não avançou

ou mesmo reduziu devido ao desmantelamento das políticas para agricultura familiar, que diminuiram os recursos destinados à mesma em detrimento da valorização do agronegócio para produção de grãos, o que desarticulou a produção de alimentos. Soma-se ainda a este processo, as exigências de padronização e não respeito à sazonalidade dos produtos agrícolas, além obviamente dos complexos processos burocráticos para particpação de pregões**.**

No caso específico das mulheres assentadas que não possuem efetivamente associação institucionalizada, acabam por perderem a oportunidade de escoar seus produtos para estes programas.

Segundo a Coordenadora da Segurança Alimentar de Araraquara, o munícipio oferece cursos de capacitação aos agricultores e agricutoras, mas existem entraves.

No processo de fortalecimento das cadeias curtas, as feiras continuam sendo o ponto forte de acesso dos cosumidores aos alimentos frescos e, para os assentados garantia de escoamento. A coordenadora destaca: “temos feito isso através das feiras. Infelizmente, ano a ano estamos perdendo quem produz alimento em nossa cidade” (13/12/22 - entrevista com coordenadora de segurança alimentar de Araraquara).

5) **Vendas para varejões:** ainda identificamos, como estratégia de escoamento varejões e quitandas locais que podem ser levados de maneira direta ou por meio de atravessadores.

No que se refere ao processo de escoamento das mercadorias realizadas pela rede, destacamos os festivais típicos como forma de divulgação e venda de cestas na qual as mulheres envolvidas comercializam seus produtos tradicionais e de épocas vendidas de forma on-line e/ou encomendadas na Feira de Produtos Orgânicos e Artesanais: Da roça para a mesa realizada na praça do Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara (DAAE) em Araraquara.

Ainda, foi realizada visita guiada dos consumidores da Feira no lote de uma das mulheres do RAMAS-GIRASSÓIS para divulgação de produtos e do turismo rural no local, no qual ocorreu a venda dos produtos.

Para divulgação e promoção do RAMAS-GIRASSÓIS nas redes sociais criou-se um Instagram profissional do grupo, que pode ser acessado no endereço “ramas_girassois”. Em comemoração de 1 ano da Ramas realizou-se a venda de cestas juninas na feira de Produtos orgânicos e artesanais com os produtos típicos do mês feito pelas mulheres.

No que tange às plantas medicinais especificamente, houve retomada do

espaço da antiga COOPAM no Núcleo 3 do assentamento Monte Alegre pelas mulheres da RAMAS-GIRASSÓIS. Elas receberam as chaves e organizaram o espaço com o maquinário doado pelo NUPEDOR e CAPES. Foram realizados limpeza, organização e reforma de pequenos itens para o uso do espaço físico e dos maquinários e processamento das ervas medicinais pelas mulheres.

As ervas e produtos artesanais passaram a ser comercializadas em formas de kits para bebidas, chás e temperos em feiras em embalagens com etiquetas e logos desenvolvidos no grupo.

Ainda, com relação ao processo de escoamento dos produtos iniciou-se a criação de um cardápio com produtos típicos e de época para atendimento de coffee-breaks e coquetéis, em convite articulado junto a uma universidade local para realizações de eventos.

Neste processo de análise, identificou-se que as principais cadeias produtivas se relacionam especialmente a feiras, varejões e programas municipais como as mais utilizadas estratégias de comercialização dos produtos das mulheres assentadas do Ramas Girassóis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação dos lotes e as práticas das assentadas serviram de compreensão de como seus olhares podem estar associados não apenas à saúde, mas às práticas de cultivo, à criação e sustentabilidade. A busca por cadeias curtas de comercialização e formas de associação das assentadas para escoamento de seus produtos, demosntram a luta pelo processo de emancipação e demonstra a força cooperativa capaz de criar estratégias e arranjos que superam os entraves por elas encontrados. A autonomia passou a ser percebida nas tomadas de posicionamento das mulheres, nas decisões e no processo de (re)construção e busca por novas oportunidades, olhares e produção. A retomada do espaço da antiga Cooperativa do assentamento, mostra um ato de empoderamento e responsabilidade de ações em um contexto de fortalecimento do grupo, evidenciado como a rede tem, de algum modo impulsionado o vínculo, a identidade e a força feminina. Assim, buscam um salto qualitativo e inserção no mercado que compõe o campo e a cidade. Nesse contexto, novas exigências de análises se impõem sobre a realidade das mulheres em identificar nos espaços dos assentamentos em Araraquara como os programas de Segurança

Alimentar impactam nos grupos de assentadas, considerando os entraves, efetividades, bloqueios e acessos, no processo de gestão governamental e municipal atual abrindo espaço para a construção de sua autonomia relativa, problema a merecer vigilante acompanhamento.

## REFERÊNCIAS


FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta e WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta . (org.). **Retrato de Assentamentos. Cadernos de Pesquisa**, número 11. NUPEDOR. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL-Unesp/Araraquara.2010

GOMES, Thauana Paiva de Souza. **Sociabilidade x Conflito: projetos de assentamentos na região de Araraquara.** In: Anais da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Goiânia-GO, CD-ROM, junho, 2016.

GOMES, Thauana Paiva de Souza. **Saberes, Memórias e Tradição: Estudo em Assentamentos de Reforma Agrária de Araraquara-SP**. In: XXVII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011, Recife. Anais do XXVII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011.

GOMES, Thauana Paiva de Souza. **O multiculturalismo, movimentos sociais e educação do campo**. In: VII Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2015, Campinas. Anais VII Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2015.

GOMES, Thauana Paiva de Souza. Do veneno às borboletas do campo: estudo de saberes agroecológicos em assentamentos de reforma agrária. **Retratos de Assentamentos Rurais**, v. 1, p. 1, 2016.

GOMES, Thauana Paiva de Souza; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Co-educação, reconhecimento e saberes tradicionais: um estudo com mulheres assentadas em Araraquara-SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 2, p. 308-326, 2019.

GOMES, Thauana Paiva de Souza, GIZ, Fábia.; SAPIENZA, Larissa.; SOSSAE, Flávia Cristina; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Da formação de rede de mulheres à geração de trabalho em renda por meio da Agroecologia **Journal of Development**, *7*(9), v. 7, n. 9, p. 93411-93424, 2021.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. **Caderno segurança alimentar**. Paris: Fhp, 2000.

MARTINS, Viviane Santi; MENASCHE, Renata. Trajetórias do lugar de viver em terra de reforma agrária. **Retratos de Assentamentos**, v. 14, n. 1, p. 69-92, 2011.

OLIBONI, PRISCILA ; SOSSAE, Flávia Cristina ; FERRAZ, JOSÉ MARIA GUSMAN ;

RIBEIRO, MARIA LUCIA ; GALLO, Zildo ; Schlindwein, Marcelo Nivert . Levantamento do uso e preparo de plantas medicinais pelos moradores da cidade de Bandeirante - SC. **Revista Brasileira Multidisciplinar - ReBraM**, v. 25, p. 54-72, 2022.

TOLEDO, Víctor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. Editora Expressão Popular, 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio Ambiente**. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

WHITAKER, Consuelo Andreatta. **Sociologia Rural:** questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Editora Letras à Margem/CNPQ, 2002.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta**;** FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luís Antônio Dezoito anos de assentamentos rurais: Diferentes dimensões desta difícil maioridade. Retratos De Assentamentos, *7*(1), 11-60. 2008.

# ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA: A COMERCIALIZAÇÃO DIGITAL DE PRODUTORAS DE CAFÉ DO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ, BRASIL

Arthur Moriconi [1]
Lucimar Santiago de Abreu[2];
Adriana E. Sanjuan Montebello[3];

**GT 4 :** Re-existências e emergências : as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas, e das águas num mundo de crises.

## RESUMO

Esse trabalho é uma síntese de um estudo mais abrangente sobre a inserção econômica de produtoras de café da região do Norte Pioneiro- PR. Esse processo ocorreu através de ações desenvolvidas por meio da criação de um coletivo de mulheres e da comercialização digital do café. No trabalho, destacam-se aspectos da trajetória das mulheres atuantes no projeto, os interesses em torno da comercialização de café, os meios de comercialização adotados pelas mulheres. A análise envolveu a aplicação de um conjunto de técnicas da metodologia qualitativa. Foram realizadas visitas às unidades de produção do projeto café e também, entrevistas com base em um roteiro semiestruturado. Constataram-se avanços na comercialização gerado pelos meios digitais, principalmente no período da pandemia da Covid 19, substituindo meios de comercialização presenciais e concluí que os meios digitais estimularam a promoção social e econômica das mulheres. O conhecimento gerado subsidia a formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: Agricultura familiar, meios digitais, inserção econômica;

## INTRODUÇÃO

Os desafios do processo de agregação de valor do café e a busca de alternativas para a comercialização do produto foram objetos de interesse maior entre produtoras rurais e

Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR) pela Universidade de São Carlos (UFSCar), Araras-SP, Brasil. Engenheira Florestal Graduada pela Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: arthus94@gmail.com[1]

[2] Doutora em Ciências Sociais. Pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente. E-mail: lucimar.abreu@embrapa.br

[3]Doutora em Economia. Professora da Universidade Federal de São Carlos- SP.Araras.E-mail:adrianaems@ufscar.br.

técnicos do norte pioneiro do Paraná, Brasil. Agentes públicos e privados sensibilizados pela necessidade de gerar renda e independência financeira para as mulheres desta região criaram o grupo de mulheres agricultoras, em 2013, nesta ocasião, o grupo de mulheres contou com o apoio de técnicos e funcionários do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná-IDR, contudo, as mulheres já participavam do processo de produção do café, mas raramente participavam de eventos, reuniões ou de qualquer tipo de tomadas de decisões associadas à comercialização.

A tomada de decisão da criação do grupo ocorreu em processo de discussão entre técnicos e agricultoras, que identificaram oportunidades para a comercialização do café com agregação de valor, devido à forte demanda e tendências nacionais e internacionais do setor. Tratava-se de inserção inovadora na medida em que o intuito era vincular à venda ao "nicho de mercado" constituído por cafés especiais. Assim, os objetivos do grupo foram sendo desenhados em torno de um projeto, conforme as ideias foram ganhando força e visibilidade, novas necessidades surgiram ao longo do tempo e foram incorporadas ao projeto, contudo, o objetivo inicial persistiu, ou seja, a necessidade de gerar renda, independência financeira e o empoderamento das mulheres.

Os objetivos do grupo de mulheres são descritos, a seguir: a) oferecer visibilidade ao trabalho das mulheres cafeicultoras e fortalecer o papel do grupo nas decisões da família e a participação ativa na comunidade; b) buscar independência financeira das mulheres; c) por último, vinculado ao processo de sucessão familiar, as mulheres buscavam aproximar os jovens das atividades do grupo e da cafeicultura, e oportunizar capacitação em cursos e atividades, mantendo o jovem motivado na atividade da família rural.

Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar a experiência do grupo de mulheres do café, destacando os desafios de acesso aos mercados diferenciados. O estudo de caso aplicou um conjunto de técnicas da metodologia da pesquisa social qualitativa, e que será apresentada a seguir. Na parte da revisão da literatura apresenta a síntese do debate sobre a mulher no meio rural, circuitos curtos e a qualificação dos meios digitais como ferramenta de comercialização. Em seguida, com base no material do contexto da pesquisa se fará a descrição social, econômica do processo de comercialização vivenciado no projeto denominado mulheres do café.

## DESENVOLVIMENTO

### Material e métodos

A pesquisa foi realizada através da aplicação de um conjunto de técnicas da pesquisa qualitativa e construtivista, já aplicada anteriormente por Abreu, (2005.) Inicialmente, foram realizadas consultas em documentos e relatórios municipais e visitas ao local, esta última, ocorreu na etapa inicial da pesquisa, visando caracterizar o universo social da pesquisa e selecionar a amostra. Na sequência foram coletados os dados para à análise da pesquisa, por meio da observação em campo de natureza participante e, da aplicação de um conjunto de entrevistas com roteiro semiestruturado. Foram entrevistadas sete mulheres que se encaixam na classificação de agricultora ou produtora familiar e uma técnica da extensão rural envolvida diretamente com o projeto. Por meio da revisão de literatura realizou-se uma

pesquisa exploratória de dados de sites institucionais, como o instituto paranaense de desenvolvimento econômico e social-IPARDES (2009), instituto de tecnologia social (2004) e associação brasileira da indústria do café-ABIC (2019). Além da revisão de literatura especifica sobre o tema.

A pesquisa foi realizada no período da covid 2020-2021, fato que interferiu no número da amostra da pesquisa, contudo, buscou captar a diversidade de situações sociais, econômicas e geográficas das mulheres envolvidas (idades, experiências profissionais e localizações distintas).

Revisão da literatura da pesquisa: trabalho e mulheres no meio rural

As mulheres desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e no auto sustento da coletividade ao contribuir para o fornecimento de alimentos para a população. Segundo a ONU (2021), as mulheres começaram a plantar sementes para cultivá-las, dando início à agricultura e, hoje representando 40% da força de trabalho em países desenvolvidos, 20% na América do Sul e chegando a 60% em partes da África e da Ásia.

Segundo Siliprandi (2011) é possível citar as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres na produção da agricultura familiar: em sistemas produtivos são as hortas, pomares, criação de animais e produção de produtos agroindustriais; relacionamento com a sociedade e a biodiversidade, com as perspectivas de cooperação e valorização; conhecimento do sistema de atividades da propriedade; e a comercialização de produtos processados ou in natura, produzidos na propriedade, comercializados nos mercados locais.

Segundo Leal et al. (2020), a mulher constitui a maior força de trabalho dos sistemas alimentares e contribuem de maneira significativa para a segurança alimentar e para a economia local, essa relação com a segurança alimentar e soberania alimentar está mais próximo da mulher, pois, ela se conecta mais com a comercialização dos produtos agrícolas, além de estar preocupada com a segurança alimentar da família.

A contribuição das mulheres através de redes sociais multiconectadas foram objeto de estudo sobre a construção da soberania alimentar e a defesa da biodiversidade é uma tarefa que exige ação determinada, em que se inserem a proteção e conservação da vida e da natureza, trabalho predominantemente desenvolvido por mulheres. Com esse trabalho, elas sustentam a vida humana assegurando o suprimento de alimento e água, e, são as mulheres aquelas que mais sentem a destruição da integridade dos ecossistemas florestais. (ABREU, L. S. de; WATANABE, M. A.,2020).

As mulheres da região de Ouro Preto do Oeste, RO, depois da conversão para agricultura ecológica, passaram a produzir alimentos a partir da diversificação da produção, com preservação da biodiversidade e geração de renda familiar, cujas práticas foram pautadas no uso, no manejo e na gestão sustentável das terras. Isso ocorreu a partir de ações de organizações não governamentais (ONGs), do estado de Rondônia, do governo federal e da Embrapa, por meio do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente) (ABREU, L. S. de; WATANABE, M. A., 2020).

No Norte Pioneiro-PR, região da presente pesquisa, as mulheres também conquistaram um papel determinante para a construção e fortalecimento da agricultura local. Segundo Souza e Morais (2017), com relação à posse da terra, a maioria das mulheres são agricultoras familiares e proprietárias (89,3%), sendo que 6,6% trabalhavam em parceria com o proprietário e 2,6% eram trabalhadoras rurais. Em relação à ocupação, 82,6% das informantes

dedicam seu trabalho apenas à propriedade.

Siliprandi (2013) ainda afirma que as mudanças de condições das mulheres se dariam a partir da independência financeira. Esse aspecto evidencia a importância da igualdade de remuneração nas atividades produtivas. Em relação ao setor do café, segundo Fernandes (2013), há alguns pontos em comuns aos movimentos das mulheres do café no Brasil, elas estão cada vez mais participativas em movimentos relacionados ao café nas suas regiões, além de sentirem a necessidade de fortalecer seu papel como agricultoras. Esses dados completam uma pesquisa realizada por Ferreira et al (2016) que demonstra o aumento das agroindústrias familiares de café liderado por mulheres, buscando a valorização do trabalho e do produto, ao invés de vendê-lo em in natura estão industrializando o café.

Essas transformações decorrentes do processo de agregar valor à produção do café, ocorridas podem ser consideradas tecnologias sociais. A definição do Instituto de Tecnologia Social- ITS (2004) apontam as variáveis fundamentais para a caracterização dessa concepção de tecnologia: a tecnologia social é desenvolvida e praticada na interação com o grupo social e apropriada por ela. O ITS (2004, p.130) conceitua a Tecnologias Social-TS como: "conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida".

Segundo Juliani (2014), a inovação não poderá ser analisada em algo feito em um certo lugar e aplicado em outro, mas como um processo desenvolvido e implantado no lugar onde essa tecnologia vai ser utilizada, pelos atores que irão utilizá-las.

Revisão da literatura da pesquisa: Circuitos Curtos e meios digitais

Sinteticamente, pode se observa dois tipos de Circuitos Curtos(CC): venda direta e venda indireta. Na venda direta são estabelecidas relações diretas entre produtor e consumidor, como é o caso dos meios de comercialização: a) cestas para grupos ou individual; b) venda na propriedade; c) serviços na propriedade como agroturismo, gastronomia e pousada; d) feiras ecológicas, agropecuárias e eventos; e) cestas em domicílios, empresas e lojas; f) vendas para programas institucionais, como citados anteriormente; g) venda para grupos de consumidores organizados; h) e lojas de associação de produtores (DAROLT, et al 2016; CHAFFIOTTE e CHIFFOLEAU, 2007).

O outro tipo seria a venda indireta, mas permitido a intervenção de um único intermediário entre produtor e consumidor. Os meios que se encaixam nesse tipo, segundo Darolt (2016) e Chaffiotte e Chiffoleau, (2007) são: a) lojas especializadas independentes; b) lojas de cooperativas e de consumidores ecológicas; c) restaurantes, cafeterias e torrefadoras; d) pequenos mercados de produtos naturais; e) e por fim lojas virtuais e vendas pelos meios digitais. A agricultura familiar desempenha um papel fundamental para a economia, mesmo com investimento reduzidos para o setor.

Segundo Wilkison (1999) o desafio principal do agricultor familiar está na busca de estratégias para a agroindústria autônoma, a agregação de valor aos produtos e o dinamismo ente os mercados.

Há movimentos consolidados no país, que apresentam novos canais de comercialização influenciados pelas mudanças de hábitos e atitudes dos consumidores, que estão criando mercados mais justos, como Circuitos Curtos- CC, com a aproximação de produtores e consumidores, sem atravessadores ou a dependência de programas e políticas

institucionais (UENO et al, 2015).

Segundo Goodman et al (2012), esses novos mercados podem ser chamados de redes alimentares alternativas, que seria o sistema alternativo ao modelo agroalimentar industrial, que privilegia o sistema convencional ou os circuitos longos de comercialização (CL). Abreu et al. (2012), constatou em estudos de caso associados à agricultura familiar, que a comercialização da produção em cadeias longas, ao contrário dos circuitos curtos, geralmente, promove fragilidades financeiras e sociais, pois o produtor familiar dispõe para à venda de poucos canais de comercialização.

A escolha do termo meios digitais ou mídias sociais ao invés de redes sociais dá mais especificidade ao tema pesquisado, pois segundo Becker, meios digitais ou mídias sociais Naaman e Gravano (2009) definem as plataformas digitais como um meio para compartilhamento de opiniões, percepções, comercializações, experiência e perspectivas, em mensagens que utilizam texto, imagens, áudio e vídeo. Os exemplos mais usados e conhecidos são: o Facebook, Instagram, Twitter e Whatsapp.

Os meios digitais vêm tendo um desenvolvimento mais acentuado nos últimos anos, ganhando espaços nas comercializações e comunicações de várias atividades econômicas, tendo uma eficácia e um alcance significativo no público-alvo interessado.

Com o uso de linguagens tecnológicas de domínio, preferência de seus consumidores e reduções de custos, fizeram com que esse meio ganhasse destaque em comparação com meios de comercializações tradicionais (ROSA, 2016).

Segundo Turki (2016), aproximadamente 46% dos usuários que entram nos sites acabam comprando, sendo que os cem maiores anunciantes pela internet investem cerca de 13% do seu orçamento em mídias digitais. Isso mostra novas possibilidade de comercialização para os agricultores familiares que pretendem acessar as mídias sociais como forma de comercializar seus produtos.

Podem ser vistos semelhanças, até mesmo, com os circuitos curtos de comercialização - CC, segundo Darolt et al (2016), a prioridade para ser caracterizado como um CC é o produto contendo, para o consumidor, as informações de rastreabilidade (lugar e nome de quem produziu), procedência (sistema de produção) e com o menor número de atravessadores possíveis.

Esses pontos equivalentes mostram que os meios digitais podem ser um meio de comercialização que se encaixam nos propósitos dos agricultores familiares de base ecológica, sendo uma alternativa para agregar valor, fortalecer a venda direta e escoar sua produção, tendo em vista alcançar novos consumidores que outros meios de comercialização não permitem. Portanto, segundo Belleti e Marescotti (2020) as plataformas de venda, sites e mídias sociais, se enquadram como um tipo específico de canal de comercialização local e regional que estaria imerso nos mercados de proximidades e/ou territoriais.

Aspectos sociais e econômicos da comercialização de café das mulheres do projeto

A presente pesquisa foi realizada com um grupo social constituído por 07 mulheres que se localizam em cinco municípios, dentre os doze que o projeto atende, são: Pinhalão-PR, Tomazina-PR, Ibaiti-PR, Curiuva-PR e Japirá-PR. Dentro desse conjunto de agricultoras todas são proprietárias de terra, em média as propriedades detêm seis hectares de terra, se encaixando na LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006, como agricultoras familiares

Atualmente são 250 mulheres que participam do projeto, que atende a região do Norte

Pioneiro do Estado do Paraná (demonstrado no mapa abaixo). Todas têm sua trajetória de vida distinta uma das outras, mas o que foi observado nas entrevistas é que elas detêm familiaridade entre elas. Este contexto pode ter sido determinante para a criação do grupo. Em seguida relatam-se alguns aspectos desta relação de familiaridades.

**Figura I.** Mapa da região do Norte Pioneiro-PR.

MAPA - Fonte: Governo do Estado do Paraná (2021).

A formação familiar das mulheres é constituída pelos seguintes traços: a origem das famílias, as quais são provenientes do estado de Minas Gerais e São Paulo. As famílias vieram em busca de oportunidades de trabalho e renda, os primeiros trabalhos foram nas próprias lavouras de café, seus antepassados participaram da construção de uma sociedade rural nos moldes das sociedades mineiras e paulistas, criando uma comunidade em torno de igrejas católicas, praças, escolas primárias e áreas de lazer. Essa estrutura inicial constituiu a base social de bairros rurais como: Lavrinha (Pinhalão-PR) e Matão (Tomazina-PR), cuja localização se encontra no Norte Pioneiro do Paraná, Pr.

Nessa estrutura social a maioria das mulheres entrevistadas, encontravam-se inseridas, cuja ambiente influencia suas atividades e comportamentos. A maioria das mulheres entrevistadas foram educadas para serem ‘’ donas de casa’’ não participando das tomadas de decisões em relação às atividades econômicas da família. As mulheres que nasceram em famílias que tinham como atividade principal a cultura do café, geralmente eram responsáveis pelo pós-colheita. A tarefa incluía os cuidados com a secagem do café, além dos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. As participações nas tomadas de decisões somente

tiveram início, na fase adulta, após o envelhecimento do pai ou do afastamento do irmão, ou após o casamento, assim, não ocorria nenhuma preparação para que assumissem gradualmente as atividades da família. O filho homem era o representante da família em reuniões, feiras ou atividades afins

Duas das mulheres entrevistadas tiveram formação social diferente das outras, primeiramente, elas não eram naturais da região, experimentaram outro tipo de educação e costumes. A cultura distinta destas duas mulheres eram expressas nas tomadas de decisão nos negócios da família, uma vez que desde a adolescência até a fase adulta participava das tomadas de decisões da família. Uma dessas entrevistadas teve a oportunidade de obter formação técnica na área agrícola e após o casamento ela e o marido assumiram a gestão das terras da família, localizada no Norte Pioneiro-PR. A formação técnica que a entrevistada adquiriu, possibilitou definir a escolha do sistema produtivo, do manejo técnico da lavoura, do pós-colheita e da comercialização dos produtos, além da participação assídua no processo de certificação para o sistema orgânico da propriedade.

A outra entrevistada encontrava-se na faixa etária de 18 - 25 anos, se mudou faz quatro anos para a região e desde então, participa das tomadas de decisões, de reuniões do projeto, cursos e de atividades da propriedade rural. Atualmente, ela tem um papel fundamental na criação de conteúdo digital para a marca de café da família, auxiliando na comercialização de cafés especiais por meios digitais. Com dificuldades em tomar decisões, em serem ouvidas, em gerar renda e agregar valor ao produto, o projeto mulheres do café emergiu como o divisor de águas para a maioria das mulheres entrevistadas, pois, foi o primeiro projeto a priorizar as agricultoras da região.

Segundo o conjunto das mulheres entrevistadas, o envolvimento nas atividades econômicas da família aumentou significativamente após a participação no projeto, esse aumento pode ser explicado pelas seguintes variáveis levantadas por elas: a) novos conhecimentos adquiridos sobre o setor do café (principal atividade econômica das mulheres entrevistadas), tendências e novos conceitos na cultura do café; b) assistência técnica no acompanhamento da produção, desde o plantio até o pós-colheita; c) visitas em cafeterias, feiras e eventos, o que permitiu que as agricultoras se aproximassem do consumidor final, entendendo o que eles estavam procurando nos cafés especiais; d) participação em reuniões do projeto, que ocorrem trimestralmente, contribuem tanto com suporte técnico como no âmbito social, pois realizam dinâmicas que ajudam no enfrentamento de desafios de cada uma em sua unidade de produção, expressando ações de solidariedade do grupo; e) estímulo econômico, com os cafés especiais, o projeto o definiu como crucial para o aumento de renda, isso estimulou as mulheres a produzir os cafés especiais.

Esses elementos levantados por elas, levaram as mulheres a obter maior autonomia e participação nas tomadas de decisões das famílias e até mesmo, nas suas comunidades, pois, elas se apropriam dos conhecimentos obtidos ou ‘’saber fazer’’, que os mercados dos cafés especiais exigem, atualmente. Isso contribuiu para que as dificuldades causadas pela formação social fossem diminuídas pela organização que emergiu e foi fortalecida pela união das mulheres rurais

Após essa síntese sobre a formação social das mulheres da pesquisa, será apresentado a comercialização e o acesso às mídias sociais ou meios digitais.

Mídias sociais ou meios digitais: renda, e comercialização.

A comercialização e a renda das famílias que se enquadram na agricultura familiar, figuram como um dos desafios mais citados por estudiosos de situações em distintas regiões do país e, o Norte Pioneiro do Paraná não é diferente. Quando se fala especificamente do mercado do café, esses desafios tendem a ser maiores, já que o café na maioria das vezes, é comercializado na sua forma in natura, como é chamado de "café verde", dessa forma o produto é sujeito às oscilações do mercado, podendo se enquadrar em um produto de baixa agregação de valor. Ou seja, quanto menor a agregação de valor, maior deve ser a produtividade para maximizar os lucros e aumentar a renda. Mas, quando essas análises se referem especificamente ao projeto das mulheres entrevistadas, cujo grupo possuí em média seis hectares de terra, à margem da renda, poderá cair drasticamente, devido à combinação de pequena área de produção, baixa produtividade e custos elevados. Destaca-se também, que no período anterior ao projeto, a única forma de comercialização e geração de renda era a comercialização do café verde, vendido exclusivamente nas cafeeiras da região.

Essa transação funciona de forma simples, a agricultora leva a amostra de café representativa do volume de sacas do lote, o classificador avalia e, apresenta o valor referente a cotação do dia, assim as agricultoras comercializam o café, sem saber que forma o produto tinha sido classificados e quais seriam as características em termos de qualidade. O conhecimento sobre a classificação só ocorreu para a maioria das mulheres, após os cursos e atividades organizados pelo projeto.

Após o conhecimento da classificação e degustação do café, as mulheres ficaram mais criteriosas na comercialização. Desta forma, o projeto contribuiu para alcançar um dos seus principais objetivos, voltado à obtenção da independência financeira das mulheres participantes.

A estratégia de valorização do produto e agregação de valor estimulado pelo projeto colocou como pauta principal, o fomento da produção dos cafés especiais para as mulheres participantes, a hipótese de partida foi que os cafés especiais seriam a saída para uma maior agregação de valor ao principal produto do grupo, poderia ser confirmada no andamento do projeto.

Segundo Senar (2017), para avaliar os cafés especiais são usados uma metodologia internacional elaborada pela SCAA (Specialty Coffee Association of America) sendo utilizada em todo o mundo nos concursos de qualidade e no cotidiano de qualquer produtor/especialista em cafés de alta qualidade.

Com os resultados positivos, ao passar dos anos, as mulheres priorizam cada vez mais cafés especiais. Segundo as mulheres entrevistadas, desde então, todos os anos elas aumentam em média 70% das sacas produzidas. É um processo desafiador, pois o cuidado com a lavoura e com o pós-colheita altera drasticamente, além de aumentar os custos e investimentos em infraestrutura, com a colheita seletiva; terreiro suspenso; lavador; despolpador, etc.

A comercialização dos cafés especiais é mais complexa, pois há diversas formas de venda. As mulheres entrevistadas usam os seguintes meios de comercialização: a) vendas em leilões de concurso, nos concursos de qualidade, após o resultado são organizados leilões para venda dos lotes dos cafés das participantes; b) vendas para torrefações, cafeterias e restaurantes; c) vendas para exportadoras; d) e vendas de cafés torrados ou moídos.

Um dos meios que mostrou ser importante, não só pelo volume de café comercializado, mas, como forma de motivação das mulheres em seu processo de profissionalização no setor, foram os concursos de cafés especiais, principalmente o concurso organizado pelo próprio projeto mulheres do café. Neste concurso são premiadas as cinco

primeiras mulheres das duas categorias (fermentado e natural), depois das posições há um leilão com compradores de café verde, com lances em todos os lotes do concurso. Isso faz com que o café das mulheres e o próprio trabalho delas sejam valorizados. O conjunto das mulheres entrevistadas já participaram dos concursos de qualidade e relataram que os compradores que arrematarам os seus lotes voltaram para comprar outros lotes, tornando- se clientes fixos.

Outro concurso muito frequentado pelas mulheres entrevistadas é o concurso Estadual do Estado do Paraná, que ocorre todo ano com as mesmas categorias do ‘’cup das mulheres’’. Constatou se que a participação das mulheres e a ocupação dos primeiros lugares aumentaram significativamente após a criação do projeto mulheres do café. Segundo as produtoras entrevistadas o projeto sempre fomentou a participação nos concursos de qualidade, alertando que é uma oportunidade de valorização dos lotes produzidos com tanto zelo e dedicação.

A partir do ano de 2013 (início do projeto) podemos verificar um aumento significativo das primeiras cinco colocações contemplou as mulheres participantes do projeto no concurso estadual. Destaque para o ano de 2017 que na categoria ‘cafés naturais’’ as mulheres participantes do projeto, ficaram com às cinco primeiras colocações, algo inédito no concurso.

Figura II: Concurso de qualidade ‘’Cup das mulheres do café’’

Fonte: Do próprio autor.2021

“Nossa, é uma felicidade enorme em participar dos concursos, eu sempre escolho antes meus melhores lotes, quando eu fiquei em segundo lugar no meu primeiro concurso, eu me emocionei muito né, e consegui vender o lote no leilão para um restaurante de uma chefe de cozinha muito conceituada em
Curitiba-PR, me senti muito realizada, pois a partir desse lote ela sempre compra outros lotes todo ano’’ (produtora, 27 anos, município de Curiúva-PR).

Figura III. Preparo dos lotes dos cafés especiais para o concurso.

Fonte: Amucafé. 2021.

Foi observado que o meio mais usado de comercialização varia entre as mulheres do grupo, pois essa particularidade está ligada com as condições comerciais individuais de cada produtora. Dentre às sete mulheres entrevistadas duas não criaram a sua própria marca de café e não comercializam cafés torrados, pois, a Associação das Mulheres do Café-AMUCAFÉ, criada em 2019, já detinha a marca e comprava os cafés das produtoras. Sem as torras de cafés, a venda em concursos, as vendas para torrefações tornam-se os principais meios de comercialização para os cafés especiais. Já em relação aos cafés commoditie, as cafeeiras locais, ainda são o principal meio de venda paras essas duas mulheres, mas vem ocorrendo uma redução significativa com o passar dos anos, pois as vendas para torrefações, cafeterias e restaurantes estão ocupando um espaço maior, devido uma remuneração em média 30% maior quando comparado às cafeeiras locais.

Figura IV. Marca do café da associação das Mulheres do café- AMUCAFÉ.

Fonte: Amucafé. 2021.

Às cinco agricultoras das sete entrevistadas já têm um perfil de comercialização diferente, até mesmo no café commoditie. A principal comercialização dos cafés especiais para esse grupo de mulheres é o café torrado, através de suas marcas próprias elas estão vendendo o café torrado ou moído, o principal meio é pelo Facebook e Instagran, intensificado ainda mais pela pandemia.

Esse grupo de mulheres terceiriza suas torras para não ter que construir uma agroindústria, essa terceirização na sua maioria ocorre por agroindústrias de outras mulheres participantes do projeto. No caso da comercialização de cafés commoditie, às cinco agricultoras também têm suas particularidades na comercialização. Uma parte das mulheres tem como sua principal comercialização as cafeeiras, a outra parte já estão comercializando, até mesmo esse café, como torrado e moído, tendo a maior parte do escoamento desse produto, o mercado local. Para os cafés especiais, a maior parte da venda são para clientes de outras regiões, como é o caso da região metropolitana de Curitiba-PR, onde se localiza a maior parte dos consumidores de cafés especiais do Estado. Pode-se compreender as diferenças que há na forma de comercialização dos cafés das mulheres entrevistadas. As mulheres que não detinham a marca de cafés torrados, buscaram agregar valor de outra forma, como foi descrito. A maioria das mulheres (57,14%) tem sua própria marca sem uma torrefação própria, pois o local de terceirização fica de fácil acesso para elas e acaba sendo compensador no custo do produto.

Em relação às formas de comercialização de produtos é possível dividir em duas partes: a comercialização dos produtos do café e a dos produtos em geral produzidos pelas famílias das mulheres.

As alternativas para comercialização do café está sendo buscada por todas as mulheres, sendo incentivado pelo projeto e outras instituições locais. Essa diversidade de formas comerciais está sendo conquistada principalmente pelos cafés especiais. Na pandemia a busca por canais alternativos de comercialização foi crucial para a manutenção das vendas e manutenção da renda, pois os principais meios de comercialização foram fechados, foram os casos de feiras e eventos. Antes, esses meios representavam em média 60% da comercialização realizada pelas mulheres entrevistadas. A substituição dos meios usados anteriormente se deu de forma orgânica, pois as vendas através dos meios digitais já estavam sendo praticadas, portanto, só foram intensificadas devido à pandemia.

Em relação aos processos de comercialização, três das mulheres entrevistadas realizam vendas mensalmente de outros produtos, os quais são: gado para recria; frango caipira; ovos; leite; verduras; queijos e porco caipira. No caso do gado para recria, ele é comercializado como uma commoditie e o seu faturamento é para o pagamento de financiamentos adquiridos para a cultura do café. Os outros produtos são vendidos de forma direta, também usando os meios digitais como forma de divulgação e comercialização desses produtos. Portanto, a diversificação dos sistemas de produção, muitas vezes levam a várias alternativas de comercialização.

Uma dessas três mulheres diversificou ainda mais o sistema de cultivo e de alternativas de venda da produção, pois ela é adotou o sistema de produção que seria o Sistema Agroflorestal – SAF, com uma das culturas principais o café. A agricultora comercializa produtos, como: variedades de raízes; banana, laranja, limão, mamão, variedades de castanhas e pimentas. Todos esses produtos ajudam na composição da renda familiar, ainda que o café represente a parcela maior na renda total.

O restante das mulheres entrevistadas não tem uma produção constante para venda de produtos, mas os produtos cultivados e criados na propriedade tem um papel fundamental na segurança alimentar das famílias, esses produtos estão presentes na alimentação diária das famílias, como: feijão, variedade de legumes, variedades de verduras, frutas, carne de porco, carne de frango, ovos e leite. Ou seja, a diversificação pode não estar nos produtos comercializados, mas estão presentes no consumo familiar.

O potencial dos meios digitais para divulgação e comercialização e geração da renda

A pesquisa destaca a importância dos meios digitais para as mulheres entrevistadas, em relação à comercialização dos cafés, intensificada pela pandemia, na divulgação dos seus produtos e para comunicação. Os meios digitais representam a maior parcela na comercialização dos cafés especiais e, uma parcela significativa nos cafés commoditys. Para cafés torrados e moídos, esta ferramenta representa, em média, 95% das vendas para as mulheres entrevistadas. Nos cafés commodities seria o produtor com menor uso nas mídias sociais, pois, ainda é um produto que a produtora vai até à loja física vender o café, mas na pandemia, com a cafeeiras fechadas para atendimento de forma presencial, o uso dos aplicativos aumentaram significativamente. Já nos cafés verdes especiais, o contato, na maioria das vezes, vem através dos perfis da associação, depois disso a associação repassa os contatos (aplicativo WhatsApp) das produtoras que detém o lote.

A relação entre a produtora e o cliente se dá inicialmente pelas mídias sociais Instagram e Facebook. Das sete entrevistadas, seis criaram um perfil profissional na mídia vinculado a suas marcas dos cafés, as outras ocorrem pelo perfil pessoal. Esse contato,

normalmente, ocorre por uma postagem ou divulgação do café nessas duas mídias sociais, após o primeiro contato, a conversa prossegue na mídia social WhatsApp, em que a produtora combina o local da entrega, quantidade e o valor do produto.

Na pandemia, as mídias sociais se tornaram a principal ferramenta de negociação para os seguintes meios de comercialização: a) vendas para as cafeeiras, sendo que o WhatsApp a principal ferramenta para interagir e auxiliar na comercialização com essas empresas, evitando a ida das agricultoras até o local; b) negociação e venda para torrefadoras, cafeterias e restaurantes; c) venda direta para consumidores finais.

Além de auxiliar na divulgação dos cafés, as mídias sociais foram importantes na fase de negociação e fechamento das vendas, bem como na organização de logística para entrega das encomendas. Como mencionado, anteriormente, os meios digitais desempenharam para as mulheres entrevistadas, um papel crucial na divulgação do trabalho, dos produtos e na comercialização, intensificado durante a pandemia. As divulgações são feitas através de fotos, artes gráficas e textos, relatando o dia a dia das atividades realizadas, por elas, no sítio. Elas divulgam, também, os seus produtos disponíveis naquele momento, juntamente com o valor. A frequência dessas postagens varia entre às sete entrevistadas, cinco mulheres fazem postagens semanais e as outras fazem uma postagem por mês. As que disseram que fazem postagem uma vez por mês, sentem dificuldades em manipular a ferramenta e isso atrapalha seu rendimento com os aplicativos.

As mídias sociais mais usadas para divulgação são: Facebook e Instagram. Além de auxiliar na divulgação do trabalho e nos produtos comercializados, esses aplicativos auxiliam nas divulgações de eventos, cursos e encontros organizados pelo projeto, contribuindo para a comunicação do grupo.

A despeito de todos esses pontos positivos do processo de comercialização que as mídias sociais abriram para as mulheres, elas também relataram dificuldades, principalmente ligadas à acessibilidade dessas ferramentas. Quatro mulheres relataram dificuldades em conexão, pois o local onde moram não detém a rede a wi-fi, somente os dados móveis, e os mesmos têm oscilações nas conexões, sendo que as dificuldades relatados por elas são: a) lentidão para o carregamento de postagens e mensagens; b) dificuldades na conexão no período noturno; c) se deslocar em lugares de maior altitude na propriedade buscando melhor conexão.

“Tenho dificuldades em acesso, pois não tenho internet fixa, somente os dados moveis do celular, então ele é muito instável, às vezes eu perco lives e vídeos chamadas do grupo das mulheres por problemas de conexão’’ (produtora, 45 anos, município de Ibaiti-PR).

Essas defasagens no acesso fazem com que as mulheres fiquem prejudicadas na comercialização, na divulgação e na comunicação, pois como foi abordado anteriormente, as mídias sociais estão tendo um papel fundamental nessas relações. Mas, mesmo com os desafios relacionados, as produtoras estão demonstrando resultados satisfatórios em relação à renda e na melhoria da comunicação.

## Considerações finais

Esse estudo mostra a estratégia criada de resistência social destas produtoras de café do norte pioneiro do Paraná e aponta várias transformações no grupo, seguidas da construção do projeto mulheres do café. Pode-se notar, melhorias no modo de produção, pós-colheita, renda, comercialização e na comunicação. Através das atividades, cursos, visitas, reuniões e

assistências técnicas, se apropriaram de novas formas de organização e agregação de valor ao café, fato que representou importantes avanços também na autonomia financeira, reconhecimento e visibilidade do trabalho das mulheres.

Os meios digitais ganharam um maior espaço na divulgação, comercialização, e comunicação das mulheres, intensificadas no período pandêmico, pois, elas substituíram outros meios de comercialização, no caso, feiras e eventos presenciais que eram os principais meios de comercialização, principalmente, para os cafés torrados e moídos. As mídias tornaram-se o novo e principal meio de comercialização e, fez com que as mulheres mantivessem e ampliassem a sua renda, durante a pandemia, período da realização da pesquisa, com indicação de cenário por meio digital promissor pós-covid 19. Destacam-se algumas influências diretas e indiretas decorrentes das mídias sociais no processo de comercialização dos cafés, abordadas, as diretas podem-se citar: a) o alcance de clientes de outras regiões; b) o aumento das vendas online; c) o aumento das vendas diretas de cafés especiais torrados; e) as mulheres aumentaram a divulgação dos seus produtos agregados (café torrado e os cafés especiais) via mídias sociais. As indiretas indicam-se, a seguir: a) a valorização do trabalho e dos produtos das mulheres, principalmente nos cafés especiais produzidos por elas; b) maior reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo projeto ‘’ Mulheres do Café’’; c) fortalecimento da identidade profissional, organização e solidariedade social do grupo; d) e por fim, a aproximação entre o consumidor e o produtor.

A pesquisa trouxe dados atualizados e inéditos sobre as relações das mulheres participantes do projeto mulheres do café com a comercialização nas mídias sociais, além de conteúdos enriquecedores sobre a trajetória social, a comercialização de seus produtos. Espera-se que o conhecimento gerado possa auxiliar novas pesquisas e reflexões acerca das mulheres produtoras de café do Norte Pioneiro-PR, contribuir para a criação de novos projetos ou políticas públicas voltados para o desenvolvimento rural da região e finalmente, recomenda-se que seja dado continuidade ao estudo, em questão, de modo a aprofundar outros aspectos cruciais desta problemática de pesquisa.

## REFERÊNCIAS


ABREU, L. S. de; WATANABE, M. A. Multi-connected network involving women in agriculture in South Amazon for food sovereignty. In. In: RZABE, C.;. (Org.). Gender equality: contributions of Embrapa.. 1ed.Brasília, DF:: Embrapa, 2020., 2020, v. 1, p. 45-49.

ABREU, L. S. A construção social da relação com o meio ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica Brasileira. Campinas: Emopi, 2005.

ABREU, L. S. de; BELLON, S. BRANDENBURG A.; OLLIVIER, G.; LAMINE, C, DAROLT, R. M.; AVENTURIER. P.; Relações entre agricultura orgânica e agroecologia. Desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. Volume 26. P. 143-160.Desenvolvimento e Meio Ambiente. 2012.

BECKER H.; NAAMAN M.; GRAVANO L. *Event identication in social media*. In: **international workshop on the web and data bases**, 12., 2009, Providence, 2009.

ABIC- Associação Brasileira da Indústria de Café. Disponível em: <www.abic.com.br/estatistica>. Acesso em: 2019.

DAROLT, M. R. LAMINE C ,BRANDENBURG A, ALENCAR F. C. A; ABREU. L.S. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. Ambiente & Sociedade, v. 19, n. 2, 2016
GOODMAN, D.; DUPUIS, M.; GOODMAN, M. Alternative Food Networks: Knowledge, Practice, and Politics. New York: Routledge, 308 p. 2012.

ITS-Instituto de Tecnologia Social. **Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social**. In: DE PAULO, A. et al. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004: pág. 130.
SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. 2011.
SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. 2011. Disponível em: http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Emma_Siliprandi_12.pdf>. Acesso em: 12 julho. 2020.

UENO, V., FAGUNDES, G., HABIB, M., Análise comparativa entre feiras orgânicas e convencionais, no município de Campinas (SP). In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA E SEMINÁRIO ESTADUAL DE AGROECOLOGIA**, 9., 2015, Belém. Anais... Belém, 2015.

WILKINSON, J., Cadeias Produtivas para Agricultura Familiar. **Revista de Administração**. Lavras: Universidade Federal de Lavras, v.1, n.1, jan./jun., 1999.

# MULHERES DO CERRADO QUE FAZEM HISTÓRIA E CONSERVAM A NATUREZA NO CAMINHO DE CORA CORALINA

Celia Maria Machado Ambrozio[1]
Regina Coelly Fernandes Saraiva[2]

GT 4: Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas e das águas num mundo de crises

**RESUMO**

Este artigo concentra-se na temática de conservação ambiental em conciliação com a valorização da diversidade cultural no Caminho de Cora Coralina, tendo como estudo de caso a atuação das mulheres do campo na área da APA Serra dos Pireneus, em Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis (GO). A pesquisa, de natureza qualitativa, adotou como metodologia registro da área de estudo, levantamento dos aspectos sócio-históricos, culturais e ambientais, pesquisa exploratória, realização da trilha e de entrevistas. A análise das estratégias promovidas em propriedades rurais consistiu na organização dos relatos e no reagrupamento dos elementos textuais de acordo com as características em comum, divididos nas categorias selecionadas para este estudo: educação ambiental; reserva particular do patrimônio natural; agroecologia; saberes e fazeres tradicionais; e fortalecimento das redes e participação política no Caminho. A pesquisa demonstrou a atuação marcante das mulheres proprietárias rurais no Caminho em promover a sensibilização e o incentivo para a conservação do Cerrado e valorização de seu patrimônio natural, histórico e cultural.

Palavras-chave: conservação ambiental, diversidade cultural, patrimônio rural, Caminho de Cora Coralina.

[1] Instituto Brasília Ambiental (Ibram). *E-mail*: celiaambrozio@gmail.com.
[2] Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP). *E-mail*: rcoelly@unb.br.

## INTRODUÇÃO

O tema do estudo proposto se justifica considerando a intensa perturbação nos ambientes naturais, com altos índices de desmatamento em áreas do bioma Cerrado. Segundo o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD) 2021, o Cerrado apresentou a segunda maior taxa de desmatamento no ano de 2021 em relação aos demais biomas brasileiros, com mais de meio milhão de hectares, sendo que a área total desmatada representa quase um terço do total no país (30,2%) (PROJETO MAPBIOMAS, 2021, p. 39).

Em 2018, foi criado o Programa Nacional de Conectividade de Paisagens (Conecta)[3], o qual tem por objetivo promover a integração de políticas públicas que propiciem a conectividade entre as áreas naturais protegidas e os seus interstícios, visando reduzir os efeitos da mudança de clima sobre a biodiversidade, bem como assegurar a sustentabilidade dos processos produtivos relacionados às questões afetas a água, florestas, aspectos socioambientais, econômicos e culturais (BRASIL, 2018c).

No mesmo ano, instituiu-se a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade (RNTLC), por meio da Portaria Conjunta MMA/MTur/ICMBio nº 407, de 19 de outubro de 2018 (BRASIL, 2018a),[4] com o objetivo de promover instrumentos de conservação da biodiversidade, de conectividade de paisagens e de sensibilização da sociedade sobre a importância da conexão de paisagens naturais e ecossistemas (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2018).

Para minimizar os impactos advindos das expressivas alterações dos ecossistemas do Cerrado, devido às altas taxas de desmatamento detectadas na atualidade, com a crescente pressão pela expansão da fronteira agrícola brasileira, acredita-se que a RNTLC, inserida no Programa Conecta, pode ser considerada uma proposta inovadora e complementar de política pública de conservação ambiental, em especial, para esse bioma, por meio da construção de redes envolvendo proprietários(as) rurais, empreendedores de turismo, voluntários e governo. Cabe salientar a importância desse programa de conectividade de paisagens por meio da formação de corredores ecológicos (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2020).

A iniciativa de conectividade de paisagens dentro da RNTLC, por meio da criação e da

3 O Programa Conecta, coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), foi criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e instituído pela Portaria MMA nº 75/2018, que comtempla os eixos temáticos de conservação ambiental, recuperação ambiental, gestão territorial e produção sustentável (BRASIL, 2018b).

4 A RNTLC, regulamentada por meio da Portaria Conjunta MMA/MTur/ICMBio nº 500/2020 (BRASIL, 2020), evidencia a importância das áreas protegidas por estabelecer que as unidades de conservação são áreas núcleo das trilhas de longo curso reconhecidas, de modo a maximizar a passagem por áreas rurais, naturais e de relevante beleza cênica, de interesse turístico, histórico e cultural.

implantação da Trilha Regional Caminho de Goyazes, no estado de Goiás (GO), em sua concepção, apresenta-se dividida em cinco trechos denominados: Caminho de Cora Coralina (CCC), Giro dos Povoados, Caminho do Planalto Central, Rota do Rio Areias e Caminho dos Veadeiros.[5]

O percurso selecionado nesta pesquisa refere-se à parte do trecho inicial do Caminho de Cora Coralina, com 302 km de extensão, que incide na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra dos Pireneus, que abrange os municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis (GO). Essa unidade de conservação ambiental apresenta, entre seus objetivos, a proteção da região serrana e do entorno do Parque Estadual dos Pireneus (PEP), dos remanescentes de Cerrado e dos recursos hídricos e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes (GOIÁS, 2021).

O trajeto apresenta diversos poemas da escritora Cora Coralina Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889-1985), pseudônimo Cora Coralina, considerada uma das mais importantes escritoras brasileiras, por suas poesias e seus contos que tão bem retratam o amor à terra, a natureza, as tradições e o cotidiano do povo goiano, como os trabalhadores rurais, o homem do campo e as mulheres (BRITO; SEDA, 2009). Os poemas estão em placas, distribuídas ao longo do Caminho.

O caminho interliga as cidades de Corumbá de Goiás e de Goiás, bem como diversas outras cidades ao longo do trajeto, que apresentam, como característica marcante de seu território rural, pequenas e médias propriedades situadas em área de grande importância ambiental, histórica e sociocultural, tanto em âmbito regional como internacional (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014),[6] portanto considerou-se região estratégica no sentido de possibilitar a identificação de ações desenvolvidas pela sociedade civil em parceria com o Estado voltadas à conservação ambiental do bioma Cerrado em conjunto com a valorização da cultura e história local.

Diante do contexto apresentado, entende-se que é relevante a identificação das estratégias e das contribuições dos diversos segmentos sociais no meio rural no Caminho de Cora Coralina, voltadas à conservação ambiental e à valorização da história e da cultura, de modo a assegurar a adequada prestação dos serviços ecossistêmicos[7] prestados pelo bioma

[5] O Caminho dos Goyazes apresenta mais de mil km de extensão e une as unidades de conservação Parque Estadual Serra Dourada (cidade de Goiás) e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (Vila São Jorge, na cidade de Alto Paraíso de Goiás, passando pelo Distrito Federal).

[6] O título internacional foi concedido pela Unesco a Cidade de Goiás, em 14 de dezembro de 2001, que reconhece a importância do conjunto arquitetônico da antiga capital (BARBOSA, 2021).

[7] A Lei nº 14.119/2021, que instituiu a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), o Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (CNPSA) e o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA), define, em seu art. 2º, inciso II, o conceito de serviços ecossistêmicos como benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais, nas seguintes modalidades: serviços de provisão, serviços de suporte, serviços de regulação e serviços

Cerrado e eliminar os impactos negativos advindos de desmatamentos e queimadas em propriedades rurais (AMBROZIO, 2022, p. 22).

O artigo tem por objetivo apresentar as contribuições das proprietárias rurais do Caminho de Cora Coralina para a conservação ambiental do Cerrado e os diálogos com elementos culturais e históricos presentes no Caminho. Este artigo, em um primeiro momento, é dedicado a registrar a metodologia da pesquisa, partindo inicialmente de breve registro da área de estudo, o Caminho de Cora Coralina e seus aspectos sociais, culturais, históricos e ambientais. Em seguida, são apresentados os passos da pesquisa, desde os aspectos da pesquisa exploratória, e das entrevistas com as proprietárias rurais do Caminho.

O segundo momento traz a revisão da literatura, trazendo os conceitos de novas ruralidades no espaço rural brasileiro e sua relação com a valorização da diversidade cultural e da crescente importância das atividades não agrícolas no meio rural (turismo, lazer e moradia). Nessa parte, apresentam-se conceitos de patrimônios rural, natural e cultural. Esses conceitos são componentes do desenvolvimento rural e das novas ruralidades em busca da sustentabilidade, que conjuga meio ambiente, cultura e história.

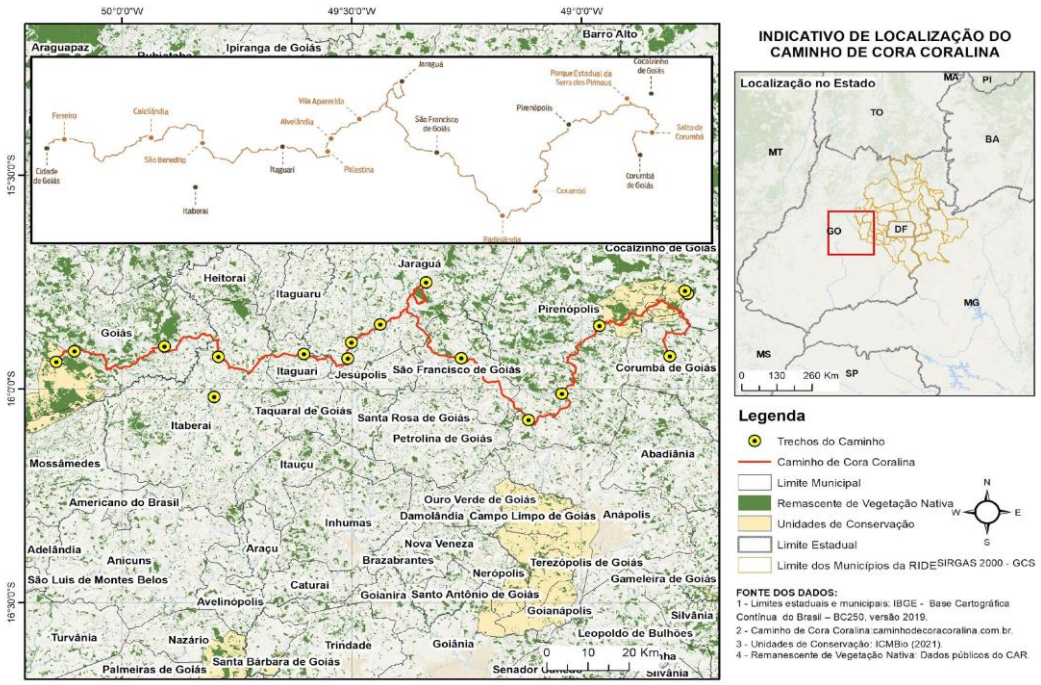
O último e terceiro momento apresenta a análise dos resultados obtidos na pesquisa referente às estratégias desenvolvidas pelas proprietárias rurais para a conservação ambiental do Cerrado, a partir das seguintes categorias de análise identificadas: educação ambiental, reserva particular do patrimônio natural, agroecologia, saberes e fazeres tradicionais e, por último, fortalecimento das redes e participação política no Caminho.

## O CAMINHO DE CORA CORALINA

O Caminho de Cora Coralina, uma trilha de longo percurso, tem uma extensão de 302 km, passando por cidades históricas, municípios, povoados e unidades de conservação situadas na região do Leste Goiano. O percurso foi idealizado a partir da rota que era utilizada pelos bandeirantes em busca do ouro e a partir de registros documentais históricos e relatos de viagem realizadas no período colonial no Planalto Central (CAMINHO DE CORA CORALINA, 2022).

Figura 1 – Localização dos 13 trechos ao longo do Caminho de Cora Coralina

culturais (BRASIL, 2021).




Fonte: elaborada pela autora (2022) a partir de Caminho de Cora Coralina (2022), IBGE (2019) e ICMBio (2021).

O trajeto do Caminho de Cora Coralina consiste em 13 trechos em percurso e trilhas no meio rural, que conectam municípios e unidades de conservação, cruzando oito localidades: as cidades históricas de Corumbá de Goiás, Pirenópolis, São Francisco de Goiás, Jaraguá e Goiás; as cidades de Cocalzinho de Goiás, Itaguari e Itaberaí; e oito povoados, Caxambu, Radiolândia, Vila Aparecida, Alvelândia, Palestina, São Benedito, Calciolândia e Ferreiro, com passagem por inúmeras propriedades rurais, que permeiam unidades de conservação ambiental.

A área de estudo se localiza na microrregião do entorno de Brasília e na área de abrangência da Ride-DF.[8] Os estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) estimam a população total, em 2021, dos três municípios, em 56.350 habitantes e o índice de desenvolvimento humano médio (IDHM),[9] em 2010, de 0,677, valor

[8] Ride-DF é uma área com vários municípios integrados para a criação de políticas públicas voltadas a eles, criada pela Lei Complementar nº 94/1998, alterada pela Lei Complementar nº 163/2018, que, em seu § 1º do art. 1º, estabelece: "A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, **Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás**, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, **Pirenópolis**, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no Estado de Goiás, e de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, no Estado de Minas Gerais" (BRASIL, 1998, grifo nosso).

[9] O "IDHM encontrado para o Brasil, em 2010, é de 0,7271. De acordo com as faixas de desenvolvimento humano municipal adotadas pelo Atlas Brasil 2013, o Brasil como um todo se encontra na faixa de Alto Desenvolvimento Humano" (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O

próximo ao da média nacional, de 0,727 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013, p. 22).

Para destacar a importância cultural do “povo cerratense”, cabe citar o economista e historiador goiano Paulo Bertran (2000), que realizou pesquisa sobre a preservação da memória oral entre os roceiros do planalto brasiliense, os quais denomina e cita como “pirenopolinos, formosenses, luzianenses, corumbaenses, cocalinenses e — por que não? — distritalenses” (BERTRAN, 2000, p. 246).

As etapas metodológicas de pesquisa exploratória e caminhada foram adotadas por considerar a abordagem naturalística, interpretativa, com investigações de campo, em “cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

No contexto dos conceitos apresentados por Graziano da Silva (2002), relativos ao tema “o novo rural brasileiro”, pode-se observar, durante a pesquisa exploratória, uma dinâmica rica em diversidade de atores sociais, práticas culturais e econômicas relativas às atividades que predominam no meio rural (agrícolas e não agrícolas), assim como em relação aos aspectos e às características naturais e culturais que predominam nas propriedades rurais que prestam serviço ao Caminho.

A partir da pesquisa exploratória foram selecionadas 10 propriedades rurais situadas ao longo do Caminho de Cora Coralina, na área de abrangência da APA da Serra do Pireneus. O roteiro de perguntas da entrevista contemplou tópicos sobre conservação ambiental, o contexto cultural e histórico das propriedades rurais e, ainda, desafios, potencialidades, fragilidades e participação dos atores envolvidos em associações, conselhos ou parcerias voltadas para conservação ambiental do bioma Cerrado.

As propriedades rurais foram selecionadas devido a sua efetiva participação como prestadora de serviço no Caminho. Para tanto, definiu-se uma amostragem de 50% das propriedades, representadas por mulheres a serem entrevistadas. As entrevistas foram realizadas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas entrevistadas. Em relação às características das entrevistadas, buscou-se um equilíbrio entre os diversos tipos de atividades de prestação de serviço desenvolvidas pelas propriedades rurais, sendo selecionados em três trechos do Caminho de Cora Coralina.

Na área delimitada da pesquisa (Trecho 2, 3 e 4 do Caminho), acontece a interface entre diversos elementos naturais, históricos e culturais. Na trilha Caminho de Cora Coralina, foi identificada a expressiva participação do público feminino, presente de forma marcante ao

DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013, p. 40).

longo de todo o percurso e em todos os pontos de apoio e que prestam serviços ao Caminho, tanto nas propriedades rurais como nos serviços de atendimento ao turismo e de coordenação dos centros educativos, culturais e históricos nas cidades por onde passa o Caminho.

## NOVAS RURALIDADES, PATRIMÔNIO RURAL E O CAMINHO DE CORA CORALINA

Este tópico apresenta aspectos teóricos sobre as novas ruralidades e patrimônios rural, natural e cultural, considerando a crescente importância das atividades não agrícolas no meio rural (turismo, lazer, moradia, conservação ambiental e produção de água), bem como a relação e o significado dos elementos naturais e culturais na construção das novas tendências de desenvolvimento e da sustentabilidade no meio rural.

Em contraponto ao processo de modernização da agricultura no espaço agrário brasileiro, surge o conceito de ruralidade, que, conforme define Medeiros (2017), é

> originalmente um espaço habitado por pequenas comunidades humanas, com valores mútuos e história comum que giram em torno da fidelidade e do pertencimento a um meio, a um território e a família. [...]
>
> Ali se reencontra uma dinâmica distinta e práticas sociais, culturais e econômicas fundadas sobre a proximidade, a convivialidade, a ajuda e a cooperação. Esta comunidade humana é muitas vezes representada pela forma de viver que associa o território, às relações de vida e à coesão social. Este tipo de população mantém um laço estreito com seu ambiente, valoriza a cultura identitária das diferentes comunidades. (MEDEIROS, 2017, p. 181).

Observa que essa nova ruralidade começa a se fazer presente no espaço rural brasileiro, onde se exprime a construção de novas identidades, unidas em torno de práticas, valores e do sentimento de pertencimento. Ela afirma que “esta nova ruralidade pressupõe reconhecer o rural em suas relações internas e específicas e em sua relação com o urbano para assim compreender seus contornos, suas especificidades e suas representações” (MEDEIROS, 2017, p. 187). E conclui que

> O rural passa a ser buscado como ambiente para o lazer e para a fuga dos problemas da vida urbana fazendo com que cresçam os investimentos em condomínios horizontais, chácaras, hotéis-fazenda, spas e coisas do gênero. O espaço rural se vê então, gradativamente, interpenetrado por este novo personagem, o neorural, constituído por profissionais liberais, aposentados, amantes da natureza, todos ex-habitantes da cidade que buscam no campo tranquilidade e paz, mas todos eles com suas referências urbanas e ligados ao mundo global. (MEDEIROS, 2017, p. 187).

Estudos relativos ao tema “o novo rural brasileiro”, de Graziano da Silva (2002), apresentam o crescimento das atividades não agrícolas nas zonas rurais, com destaque para as principais atividades não agrícolas com importância crescente no meio rural, como a proliferação de agroindústrias, as atividades relacionadas à crescente urbanização (como moradia, turismo, lazer e outros serviços), a preservação do meio ambiente e, por último, a proliferação dos sítios de recreio ou chácaras.

O autor ressalta a importância de criação de empregos não agrícolas como estratégia para manter a população rural pobre nos seus espaços de origem e elevar sua renda, bem como ainda enfatiza que

> o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multipropósito do espaço rural. (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 28).

Mariuzzo (2012, p. 61) define patrimônio cultural rural como aquele que “congrega o conjunto de registros materiais e imateriais decorrentes das práticas, costumes e das formas de produção estabelecidas na área rural”. A autora expõe sobre a importância do reconhecimento e da valorização do patrimônio cultural rural: “ele possibilita compreender todas as fases da ocupação do território, aspectos históricos, tecnológicos, econômicos, relações de trabalho, religiosas, alimentação, assim como valores familiares e sociais” (MARIUZZO, 2012, p. 61).

Em sua reflexão sobre a construção social da noção de patrimônio rural, Alves (2004) considera duas balizas conceituais: patrimônio cultural e patrimônio natural. O autor observa a relação íntima desses conceitos com a identidade dessas sociedades: “os bens patrimoniais são, precisamente, aqueles em que os homens se reconhecem a título individual e coletivo. E consideram estes bens significativos para o seu passado e preciosos para o seu futuro” (ALVES, 2004, p. 7).

Em relação à valorização igualitária dos elementos naturais, históricos e culturais nas paisagens rurais, entre eles, os saberes tradicionais no meio rural, cabe citar o autor Toledo (2015), o qual discute o conceito dos saberes tradicionais locais. Para o autor, “a sabedoria não faz uma separação drástica entre a mente e a matéria, uma vez que tanto os valores quanto os fatos conformam uma unidade na experiência do indivíduo” (TOLEDO, 2015, p. 131).

Toledo (2015, p. 137) explica a construção dos saberes locais nas civilizações tradicionais com base em redes sociais e culturais de reciprocidade e responsabilidade, em uma lógica dual ecológico-econômica, que se evidencia no uso múltiplo dos recursos e no manejo do ambiente local. Na sequência, ele define os saberes locais como

> sistemas de conhecimento holísticos, acumulativos, dinâmicos e abertos, que se constroem com base nas experiências locais transgeracionais e, portanto, em constante adaptação às dinâmicas tecnológicas e socioeconômicas. Os saberes locais incorporam uma visão monista do mundo, de modo que a natureza e a cultura são aspectos que não podem ser separados. (TOLEDO, 2015, p. 138).

Para Costabeber e Caporal (2003, p. 3), “o desenvolvimento significa a realização de potencialidades sociais, culturais e econômicas de uma sociedade, em perfeita sintonia com seu entorno ambiental e com seus valores políticos e éticos”. Nesse sentido, para que haja a sustentabilidade no meio rural, faz-se necessário a ampla participação e articulação entre os diversos segmentos da sociedade civil em parceria com o Estado, em ações, programas e projetos voltados à valorização do patrimônio cultural rural, em conciliação com o reconhecimento da importância da conservação ambiental.

## CONSERVAÇÃO DO CERRADO, CULTURA E HISTÓRIA NO CAMINHO DE CORA CORALINA

A análise de categorias identificadas na pesquisa referente às contribuições desenvolvidas pelas proprietárias rurais para a conservação ambiental do Cerrado, que dialogam com os elementos naturais, culturais e históricos presentes no Caminho, nos três trechos analisados, identificou as estratégias e contribuições que estão presentes em ações de educação ambiental, criação de reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs), práticas agroecológicas, saberes e fazeres tradicionais e fortalecimento das redes e participação política no Caminho.

Os dados e as informações levantadas durante a realização das entrevistas em campo possibilitaram compreender as articulações desenvolvidas pelas proprietárias rurais voltadas à conservação do bioma Cerrado e à valorização da cultura e da história no Caminho.

As entrevistas apresentaram resultados quanto à presença de atividades não agrícolas em conciliação com as atividades agrícolas nas propriedades rurais no Caminho, oferecidas pelos serviços ecossistêmicos culturais do bioma Cerrado, definidos na Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA) como os benefícios não materiais providos pelos ecossistemas, por meio do turismo, da recreação, da identidade cultural, experiências espirituais e estéticas (BRASIL, 2021).

### Educação ambiental na conservação do Cerrado

A educação ambiental foi identificada, entre as proprietárias rurais do Caminho, como

um forte elemento de promoção para a conservação ambiental do Cerrado, tanto voltada para os prestadores de serviço no Caminho como para os visitantes e a população local.

Medina (1997) considera que a educação ambiental deve ser promovida com ênfase nos problemas locais, com a colaboração de diversos segmentos da sociedade civil, entre eles, organizações não governamentais, organizações de mulheres, bem como, por meio de programas de educação de adultos para incentivar o ensino contínuo sobre o meio ambiente e o desenvolvimento.

Odete Oliveira, proprietária da Fazenda Quatro Barras (Pousada Riacho das Pedras), de Cocalzinho de Goiás, ressalta: “acho a educação ambiental muito relevante. Precisamos estar em constante educação ambiental”. A necessidade de educação ambiental voltada para os(as) proprietários(as) de terra da região, visando ao melhor desempenho das atividades agrícolas, em conciliação com a conservação dos recursos naturais, consta no relato da senhora Marly Borges, da Fazenda Santa Helena: “O Caminho traz mudança de consciência para preservar, educação ambiental, os caminhantes têm esta preocupação e experiência para preservar. Traz riqueza, conhecimento e melhoria da qualidade de vida na região”.

**Reserva particular do patrimônio natural como estratégia de conservação**

As RPPNs, de presença expressiva no Caminho de Cora Coralina, formam o Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus, com 14 reservas. Essas unidades de conservação representam um modelo de conservação ambiental por favorecer a preservação de remanescentes de vegetação natural e a formação de corredores ecológicos entre as propriedades rurais e as unidades de conservação ambiental no Caminho, bem como possibilitam a promoção da sensibilização ambiental de proprietários(as) rurais, moradores(as) locais e visitantes do Caminho, de modo a favorecer os serviços ecossistêmicos do bioma Cerrado.

Dona Jeanne White, proprietária da RPPN Caraívas, relatou sobre o processo de recuperação das áreas degradadas em sua propriedade, que considera uma atividade relevante, conjuntamente com a criação de RPPNs e a preservação dos rios:

> Quando comprei em 1983, a propriedade estava toda desmatada e tinha roça de subsistência e criação do antigo proprietário. Havia até um canavial na beira da cachoeira, então cercamos a propriedade, fiz um reflorestamento na beira do córrego com plantio de espécies nativas, tinha muito capim gordura e área era muito degradada. Então as APPs estão bem recuperadas. Finalmente em 2019 certificamos a área como RPPN, temos a Ecovilla Caraívas, 11 hectares de RPPN, a reserva legal foi toda reconstituída e preservada. Quantos as atividades relevantes seria a recuperação ambiental da propriedade, criação de RPPN, a preservação dos rios, principalmente o rio Barriguda, que abastece 70% de Pirenópolis. (JEANNE WHITE, 2022).

Conforme apontam Shiki, Shiki e Rosado (2015), as ações e os projetos ambientais são essenciais para favorecer a revegetação florestal de áreas degradadas, o aumento da biodiversidade e da capacidade de retenção de água, bem como outras práticas conservacionistas dos recursos naturais, além de ajudar a intensificação dos serviços ecossistêmicos do bioma Cerrado na propriedade rural.

**Agroecologia para a sustentabilidade rural no Caminho**

No trecho 4, caracterizado pelas fazendas tradicionais goianas que desenvolvem o turismo rural no Caminho, situadas na região de Pirenópolis, e ocupadas por famílias naturais de Goiás, predominam as atividades de agricultura e de pecuária, como a criação de gado, a produção de leite, a plantação de milho, soja, mandioca, hortaliças e frutíferas em geral, inclusive, a adoção do manejo agroecológico.

Em busca da sustentabilidade no meio rural visando atender às novas tendências de consumo por produtos orgânicos por meio dos sistemas alternativos de produção agroecológicos, Costabeber e Caporal (2003) abordam o tema desenvolvimento rural sustentável (DRS) a partir das orientações da agroecologia, sob a perspectiva ecossocial e pela transição agroecológica na agricultura.

Uma estratégia considerada relevante de conservação ambiental desenvolvida no Caminho de Cora Coralina em conciliação com o turismo rural são as práticas agroecológicas desenvolvidas na Fazenda Custódio dos Santos, pela agricultura Daniele de Mesquita e sua família, no projeto Promessa do Futuro, com objetivo de produzir e comercializar hortaliças e outras culturas temporárias. Além da adoção de práticas conservacionistas, como a rotação de culturas e o plantio em nível, da produção de sementes crioulas, extrativismo, beneficiamento e comercialização de frutos e legumes e a produção de geleias de baru, cagaita e hibisco e castanhas torradas na agroindústria,

> Fazemos rotação de cultura, curva de nível [...], recuperamos locais de nascente onde não permitimos a entrada do gado. A agroecologia é algo que está crescendo muito, agroindústria e extrativismo, como exemplo fazer oficina de coleta, quebra e beneficiamento da castanha de baru e de produção de farinha e polvilho. Tivemos parceria com a Embrapa para produção de sementes crioulas. (DANIELE DE MESQUITA, 2022).

No sentido da adoção do manejo e da produção agroecológica para a conservação ambiental, com valorização das tradições culturais no meio rural, a agricultora Daniele de Mesquita enfatiza a importância da agroecologia como prática tradicional associada à produção agrícola que respeita o meio ambiente: “acaba que a agroecologia é este tipo de produção, que respeita o tempo da terra, no sistema antigo de plantio”.

Saberes e fazeres tradicionais na valorização da biodiversidade do Cerrado

Nas fazendas tradicionais, em que predominam as atividades culturais relacionadas à culinária goiana, associadas ao turismo rural, pode-se observar a participação significativa das proprietárias rurais no Caminho: no trecho 2, a dona Odete Oliveira (Fazenda Quatro Barras) e, no trecho 4, a senhora Marly Borges (Fazenda Santa Helena) e a agricultora Daniele de Mesquita (Fazenda Custódio dos Santos).

Relatos de saberes e fazeres tradicionais associados a conservação ambiental, costumes e experiências das gerações passadas, que são perpetuadas entre gerações, são trazidos por dona Marly Borges:

> Tenho a produção de farofa de frango na palha de milho para alimentação dos caminhantes, da época de nossos ancestrais, fácil e nutritiva, a matula, corisco de fubá assado na folha de bananeira, broa de fubá muito saborosa da culinária tropeira, biscoito tradicionais de queijo e rapadura com queijo fresco. Evitamos a poluição ambiental. (MARLY BORGES, 2022).

Nesse aspecto, em relação às práticas, aos costumes e aos saberes da culinária tradicional goiana e seus utensílios e objetos históricos, bem como sua vinculação com a conservação ambiental, cabe o relato de dona Odete Oliveira:

> Temos monjolo muito antigo, socamos paçoca de amendoim, de carne; os turistas visitam o monjolo, se deparam com esse elemento muito antigo. Temos fogão a lenha, panela de ferro, bem típico da roça. O rancho de palha, redário coberto de palha de coqueiro, isso vem dos nossos bisavôs, uma cultura antiga. Todos esses materiais e elementos usados são naturais e ficamos em contato com a natureza. (ODETE OLIVEIRA, 2022).

Ainda no sentido de reconhecimento dos saberes e dos fazeres locais relativos à culinária regional como estratégia de valorização cultural na APA da Serra dos Pireneus, cabe destacar a iniciativa de comercialização de produtos naturais e artesanais gerados pela comunidade local. Conforme relata a proprietária, dona Kalinca Gomes: “Temos a venda para comercialização de produtos regionais e produção de granola artesanal, conservamos a Bica do Juca que atendem aos caminhantes no Caminho para o Parque Estadual dos Pireneus “.

No sentido do envolvimento das novas gerações para a valorização do patrimônio cultural, dona Jeanne White ressalta a necessidade de educação da população rural para a troca de conhecimento e saberes tradicionais, de modo a propiciar a produção de renda e manter as novas gerações no meio rural:

> Precisa de uma educação melhor da pessoa nativa e dos proprietários, para eles entenderem o que é o Caminho de Cora Coralina e como eles poderiam

> ter uma troca cultural com essas pessoas. Por exemplo, quando cheguei aqui, com convivência com os moradores locais, conheci o café de milho torrado com caldo de cana, a broa de milho, o melado, a rapadura, faziam algodão na roca. Era fantástico, hoje não tem mais isto. Hoje as novas gerações foram estudar na cidade, fazem móveis com madeira do Cerrado, trabalham como pedreiros e diaristas. (JEANNE WHITE, 2022).

**Fortalecimento de redes e participação política**

Para a promoção do desenvolvimento rural, Schmitt (2011) propõe o fortalecimento de redes. Segundo ela, a rede é uma ferramenta capaz de interligar atores, objetos, significados e práticas nos processos de desenvolvimento rural. Explica que, em relação à abordagem relacional nas ciências sociais, “Os atores sociais, suas características e dinâmicas de interação, só existem, efetivamente, como parte de uma teia de interdependência, impossível de ser apartada de seus contextos temporais e espaciais de existência” (SCHMITT, 2011, p. 86).

Em análise dos resultados das entrevistas quanto à visão das proprietárias rurais referente a sua participação na RNTLC – Caminho de Cora Coralina como representantes da sociedade civil e integrantes da Associação do Caminho de Cora Coralina (ACCC), observa-se que foram apontadas as demais formas de participação regional, como associações, conselhos municipais e estaduais, sindicato e cooperativa.

A participação das proprietárias em redes de representação da sociedade civil, atuantes na região de abrangência do Caminho, configura-se como foco principal de atuação na área ambiental e de turismo no meio rural. Isso demonstra a potencialidade do programa RNTLC para favorecer a interconexão entre organizações sociais que apresentam objetivos em comum, de forma a favorecer o apoio mútuo e compartilhado no alcance de suas metas e objetivos, em busca do desenvolvimento rural sustentável.

Quanto às questões de formação de redes para o desenvolvimento rural sustentável, Schmitt (2011) defende os processos de construção de modelos alternativos, como a formação de redes rurais na construção de uma abordagem relacional para a transformação do rural na atualidade. A autora argumenta que “as redes, mobilizando relações, recursos e significados, propiciam a interconexão entre diferentes mundos e formas de conhecimento, transcendendo domínios institucionais específicos e interligando uma grande diversidade de arenas” (SCHMITT, 2011, p. 92).

A pesquisa registrou que existe significativa participação das proprietárias em entidades de representação política, além da participação na ACCC. Sendo citadas diversas instituições atuantes na APA da Serra dos Pireneus, como o Conselho de Turismo da Secretaria de Turismo de Cocalzinho de Goiás (Comtur/Setel), o Conselho Consultivo do

Parque e da APA dos Pireneus (Conpep/APA), a Associação dos Moradores do Córrego da Barriguda e da Cabeceira do Rio das Almas (Abra) e a Cooperativa Central do Cerrado de Extrativistas, Agricultores Familiares e Comunidades Tradicionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podem-se observar duas relações de forte vinculação entre os elementos naturais e culturais desenvolvidos nas propriedades rurais do Caminho: a primeira refere-se à adoção de práticas de conservação ambiental, como educação ambiental, criação de RPPNs, recuperação de áreas degradadas, associadas às atividades de ecoturismo nas pousadas com reservas naturais ou com RPPNs; enquanto, na segunda relação, predominante nas fazendas tradicionais do Caminho, observou-se as práticas e costumes relativos à perpetuação e à preservação dos saberes e dos fazeres tradicionais empregadas no turismo rural, associados à culinária e ao manejo agroecológico na conservação e na valorização da biodiversidade do bioma Cerrado.

Esses resultados demonstram a articulação entre as ações de conservação ambiental e de valorização cultural desenvolvidas nas propriedades rurais inseridas na APA da Serra dos Pireneus, com forte e expressiva participação de mulheres do campo, além do reconhecimento do potencial do Caminho para a conservação da natureza e para a ampliação de áreas protegidas no seu trajeto, assim como para favorecer que as populações rurais possam expressar sua identidade cultural e evitar-se a perda dos valores, dos saberes e dos costumes locais.

A pesquisa revelou que iniciativas voltadas à proteção dos recursos naturais e da conservação da biodiversidade do Cerrado, desenvolvidas pela união de esforços e de recursos, de forma colaborativa em diversos níveis, regional e local, a exemplo da RNTLC Caminho de Cora Coralina, podem representar importante estratégia de conservação do patrimônio natural desse bioma, bem como dos patrimônios histórico e cultural, tendo demonstrado a atuação marcante das mulheres no campo na promoção de programas voltados à sensibilização e ao incentivo para a conservação do bioma Cerrado e a valorização de seu patrimônio natural, histórico e cultural.

## REFERÊNCIAS

ALVES, João Emílio. **Sobre o patrimônio rural**: contributos para a clarificação de um conceito. Porto Alegre: Editora CET-ISCTE-IUL, 2004. p. 1-20. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2120/1/Patrim%c3%b3nio%20rural.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

AMBROZIO, Celia Maria Machado. **Conservação do cerrado entre cultura e história no Caminho de Cora Coralina - Goiás**. 2022. 222 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

BARBOSA, Millena. Cidade de Goiás: a história que se tornou Patrimônio da Humanidade há 20 anos. **G1**, 14 dez. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/12/14/cidade-de-goias-a-historia-que-se-tornou-patrimonio-da-humanidade-ha-20-anos.ghtml. Acesso em: 10 abr. 2021.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: eco história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. ed. rev. e atual. Brasília: Verano, 2000. p. 181-250.

BRASIL. **Lei complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998**. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - Ride e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp94.htm. Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021**. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14119.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Turismo. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria Conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018**. Institui a Rede Nacional de Trilhas de Longo Percurso e Conectividade – Rede Trilhas e dá outras providências. Brasília, DF: MMA/MTur/ICMBio, 2018a. Disponível em: http://www.in.gov.br/web/guest/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/47099695/do1-2018-10-25-portaria-conjunta-n-407-de-19-de-outubro-de-2018-47099425. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Turismo. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria Conjunta nº 500, de 15 de setembro de 2020**. Define os critérios previstos no art. 3º da Portaria Conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018 [...]. Brasília, DF: MMA/MTur/ICMBio, 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-500-de-15-de-setembro-de-2020-277904739. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 75, de 26 de março de 2018**. Brasília, DF: MMA, 2018b. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-no-75-de-26-de-marco-de-2018-8247454. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Conectividade de Paisagens** – Conecta − Portaria MMA nº 75, de 26 de março de 2018. Brasília: MMA/SBio, 2018c. 79 p. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/images/arquivos/florestas/Programa%20Conecta.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRITO, Clóvis Carvalho; SEDA, Rita Elisa. **Cora Coralina**: raízes de Aninha. 6. ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

CAMINHO DE CORA CORALINA. **O caminho**. Goiânia: Caminho de Cora Coralina, 2022. Disponível em: https://caminhodecoracoralina.com.br/história. Acesso em: 10 abr. 2021.

COSTABEBER, José Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. *In*: VELA, Hugo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Palloti, 2003. Disponível em: https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/agroecologia/artigos/possibilidades%20e%20alternativas%20do%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel. Acesso em: 10 abr. 2021.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. cap. 1, p. 15-42. Disponível em: https://corpoemtransito.wordpress.com/2015/04/08/denzin-lincoln-2006. Acesso em: 9 abr. 2021.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Área de Proteção Ambiental dos Pireneus (APA Pireneus)**. Goiânia: Semad, 2021. Disponível em: https://www.meioambiente.go.gov.br/acesso-a-informacao/118-meio-ambiente/unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o/1099-area-de-protecao-ambiental-dos-pireneus-apa-pireneus.html. Acesso em: 9 abr. 2021.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. rev. 1. reimpr. Campinas: Unicamp/IE, 2002. p. 1-28. (Coleção Pesquisas, v. 1).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. IBGE, 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 15 jul. 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Mosaico e corredores ecológicos**. Brasília: ICMBio, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/mosaicos-e-corredores-ecologicos. Acesso em: 18 ago. 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Trilhas de longo curso conectam paisagens do Brasil**. Brasília: ICMBio, 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9532-trilhas-de-longo-curso-conectam-paisagens-do-brasil-2. Acesso em: 18 ago. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Monumentos e Espaços Públicos Tombados – Pirenópolis (GO)**. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1469. Acesso em: 19 ago. 2022.

MARIUZZO, Patrícia. Desafios para se preservar o patrimônio rural. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 2, p. 61-63, 2012.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. *In*: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (org.). **Dinâmicas do espaço agrário**: velhos e novos territórios: Neag 10 anos. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 179-189.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# A POTENCIAL IMPORTÂNCIA DA FEIRA LIVRE DE SELVÍRIA-MS PARA AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DAS AGRICULTORAS FAMILIARES

Isabela Oliveira Santos[1]
Thereza Fernanda Dos Santos Carvalho[2]
Natália Gabriela Rós Marques de Oliveira[3]
Antonio Lázaro Sant´Ana[4]

**GT 1:** Transformações nos modos de vida, violência e formas de resistência

**RESUMO**

Mesmo envolvidas em todas as tarefas da propriedade, na maioria das vezes, as mulheres não participam da decisão sobre os usos dos recursos e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho. O trabalho tem o objetivo estudar a participação das agricultoras familiares na feira livre de Selvíria no Mato Grosso do Sul e sua importância para a construção de uma autonomia crítica dessas mulheres. A pesquisa foi dividida em três etapas, iniciando-se com a revisão bibliográfica; seguida da elaboração e aplicação de um questionário e análise dos resultados. Os dados básicos foram analisados com estatística descritiva e as respostas dissertativas com análise de conteúdo do tipo temática. O trabalho evidenciou a importância da Feira Livre de Selvíria na vida das agricultoras familiares, uma vez que conseguem exercer ali seu protagonismo e compartilhar experiências entre si, fato esse que pode auxiliar na conquista de uma maior autonomia. A pesquisa também revelou que persiste a jornada exaustiva a que essas mulheres são expostas, o que acarreta uma sobrecarga física e mental; e que somente parte das mulheres consegue identificar este trabalho excessivo e a menor participação nas decisões.

Palavras-chave: Agricultoras familiares, Autonomia, Comercialização.

[1] Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Curso de Graduação em Engenharia Agronômica, Av. Brasil Sul, 56-Centro, Ilha Solteira - SP, 15385-000, io.santos@unesp.br
[2]Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Curso de Graduação em Zootecnia, Av. Brasil Sul, 56-Centro, Ilha Solteira - SP, 15385-000, thereza.carvalho@unesp.br
[3] Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Pós-Graduação em Agronomia, Av. Brasil Sul, 56-Centro, Ilha Solteira - SP, 15385-000, nataliarosm@gmail.com
[4] Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Professor Adjunto, Av. Brasil Sul, 56-Centro, Ilha Solteira - SP, 15385-000, lazaro.sant@unesp.br

## INTRODUÇÃO

Os reflexos do capitalismo nas questões de gênero já foram descritos e discutidos por muitas obras dentro da literatura. Segundo Woortmann e Woortmann (1997), os homens, no modelo familiar camponês, cuidam do lado mais externo do sítio. Cabe ao homem enfrentar o desconhecido, seguindo os caminhos da dominação, lidando com as tarefas de atuar no meio político/econômico e nas relações com os centros urbanos. Já as mulheres responsabilizam-se pelo mundo de dentro: os serviços domésticos, o cuidado entorno da casa cercada por outras mulheres, o cuidado com as crianças, uma preocupação exacerbada com o sucesso da gravidez para garantir, assim, a continuação do legado. Nesse sentido, faz-se cada vez mais urgente a construção de novas formas de organização social e de economia, baseadas no combate às desigualdades sociais e de gênero e que priorizem as pessoas acima do lucro (BORZONE; 2019).

Na unidade familiar existem diferentes formas de acesso e controle sobre a terra e os demais recursos produtivos. Mesmo trabalhando em praticamente todas as tarefas da propriedade, na maioria das vezes, as mulheres não participam da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades de gastos da família e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho, o qual muitas vezes é invisibilizado. Essa forma de organização da unidade produtiva leva a um comprometimento da autonomia pessoal e financeira das mulheres (SILIPRANDI E CINTRÃO; 2011).

De acordo com Faria (2009), a presença das mulheres no trabalho assalariado ou no campo não alterou em nada a sua responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho doméstico e de cuidado. Para a manutenção da vida humana e seu bem-estar há um conjunto de necessidades como de afetos, segurança emocional que é parte das atividades realizadas no âmbito doméstico pelas mulheres. Para as mulheres a realização do trabalho doméstico e de cuidados pode se colocar como parte de sua identidade primária, assim como a maternidade é considerada inerente a sua existência e de realização nata.

Mesquita (2013) também afirma que geralmente, no meio rural, é o homem quem tem o papel de chefe na família, sendo considerado o maior responsável pela sobrevivência da mesma. Essa perspectiva, que coloca o homem como concentrador do saber e do poder, nega e torna invisível a importância do trabalho das mulheres para a sobrevivência da família agricultora. Dessa forma, compreende-se que toda relação de gênero é uma relação de poder.

Assim, a divisão de trabalho e as relações entre homens e mulheres é um produto social que legitima as relações de poder.

Saffioti (2004) salienta ao analisar a questão das desigualdades de gênero:

> (...) no campo do gênero os homens como categoria social têm liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, conceito político, coletivo, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as mulheres como categoria social precisam solicitar autorização à primeira categoria. Isto reforça o argumento de que a independência pessoal, ainda que importante, não é suficiente para transformar a ordem patriarcal de gênero em uma ordem igualitária de gênero. Se a autonomia é privilégio de apenas uma categoria social de sexo, fica patente a hierarquia e, portanto, a desigualdade (...) (SAFFIOTI, 2004, p.50).

Concomitantemente, as mulheres, além de desenvolverem atividades domésticas durante a semana (contando sábado e domingo), apresentam possibilidades de lazer restritas à casa ou, quando em locais públicos, acabam sempre acompanhadas pelo marido ou pelas crianças, o que também se caracteriza como uma forma de restrição de atividades (ANDRADE; 2009).

Segundo Faria (2009), sabe-se que ainda falta muito para que se alcance um real reconhecimento econômico e de igualdade das mulheres. Neste sentido, a pandemia corroborou para a piora deste quadro. Um estudo conduzido nas Ilha da Escócia revelou que as mulheres ficaram com a maior parte da responsabilidade de educação em casa além do trabalho doméstico. Isso levou ao que muitas vezes é chamado de “fardo duplo” da carga de trabalho das mulheres. Os homens relataram não ter impacto negativo no seu bem-estar e até alegaram ter mais contato social com os parceiros. Já as mulheres relataram dificuldades mentais deste trabalho adicional, evidenciando que a pandemia teve resultados muito diferentes para homens e mulheres nas fazendas (BUDGE; 2023).

Nesse contexto, esse trabalho teve com o objetivo de estudar a participação das agricultoras familiares na Feira Livre de Selvíria, no Mato Grosso do Sul, e sua importância para a formação de uma autonomia crítica dessas mulheres. Buscou-se através deste, investigar e compreender também a dinâmica das explorações dentro da unidade familiar.

Avalia-se que esta pesquisa e seus resultados permitirão uma melhor caracterização e compreensão da situação dessas agricultoras na unidade familiar para assim permitir a criação, reforço ou reorientação de políticas públicas que valorizem o trabalho da mulher do

campo.

**DESENVOLVIMENTO**

O município de Selvíria, localizado na região leste de Mato Grosso do Sul, tem na produção vegetal e na pecuária bovina a base de sua economia e desenvolvimento. De acordo com Laluce (2013), os dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mostram que em Selvíria há três Projetos de Assentamento (PA) implantados: o PA Alecrim, que ocupa área total de cerca de 1.530 hectares (ha), onde foram assentadas 83 famílias; o PA Canoas com área total de aproximadamente 4.774ha e 183 famílias e o PA São Joaquim no qual foram instaladas 177 famílias, em uma área total de 3.514,3ha.

Na primeira fase do projeto foi feita uma revisão bibliográfica, visando o aprofundamento teórico e metodológico a respeito dos temas da pesquisa, como os impactos de gênero no campo, o gargalo da comercialização e a importância da feira. Na segunda fase houve a elaboração de um questionário com a função de coletar características das agricultoras (nome, idade, escolaridade) e dados do estabelecimento e da produção por meio de uma série ordenada de perguntas que, posteriormente, foram tabuladas e organizadas, por meio de estatística descritiva (GIL, 2002). Além disso, o questionário permitiu caracterizar a Feira Livre e captar a complexidade das situações das mulheres e dos grupos domésticos.

Foram aplicados 22 questionários dos quais 17 foram respondidos por mulheres e 5 respondidos por homens. Os dados obtidos por meio do questionário foram tabulados e analisados por meio de estatística descritiva e, no caso das respostas abertas do questionário foi empregada a análise de conteúdo do tipo temática (CAREGNATO; MUTTI, 2006), além de ser considerada uma perspectiva comparativa em relação aos principais autores(as) desse seguimento de pesquisa.

Segundo Muylaert (2014) o método qualitativo de pesquisa caracteriza-se por abordar às singularidades que são próprias dos indivíduos pesquisados. Além disso, permite capturar as tensões do campo, de maneira que as ressonâncias e dissonâncias de sentidos apareçam nas falas. Assim as narrativas permitem ir além da transmissão, fazendo com que a experiência seja revelada.

Dessa forma, a análise temática nos fornece uma descrição mais detalhada e diferenciada sobre um determinado tema específico ou grupo de temas, dentro da análise de dados. Ademais, envolve a busca a partir de um conjunto de dados, sejam originários de

entrevistas, grupos focais ou de uma série de textos, a fim de encontrar os padrões repetidos de significado (ROSA, MACKEDANZ; 2021).

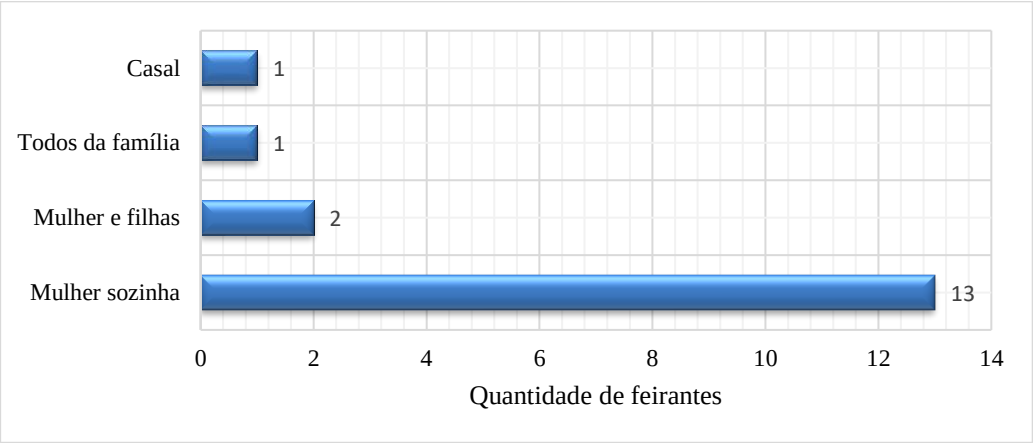
Foi possível perceber, analisando os dados dos questionários, a expressiva participação das mulheres na Feira Livre de Selvíria/MS. Do total de 22 questionários aplicados, 77 % (17 feirantes) foram respondidos por mulheres que estavam encabeçando a comercialização de seus produtos na Feira. Considerando-se que foram aplicados questionários a todos os feirantes presentes no dia, esse dado revela o protagonismo feminino na comercialização de produtos pela agricultura familiar. Segundo Faccin (2021) a entrada das mulheres em espaços de Feira Livre possibilita a criação de novas relações sociais e o desvencilhamento da esfera privada (FACCIN, 2021), fato esse observado na Feira.

Nesse contexto, a feira livre é um lugar onde ocorre a realização do comércio, do desenvolvimento local e, acima de tudo, de transformações sociais, onde as mulheres estão inseridas com papéis definidos na luta pela conquista de seus direitos e, consequentemente, aumento da sua autonomia (CARVALHO, 2021). Em consonância, as feiras pressupõem relações sociais de uma produção mais justa e igualitária, já que antigamente o ato da produção, venda e compra era “tarefa masculina” (SILVA, 2018).

Os resultados encontrados nos questionário vão em direção a pesquisa feita por Ramos (2021) que evidencia que o atual cenário é composto por mulheres empreendedoras que, ao procurar seu próprio espaço e visibilidade na sociedade, tornam-se independentes, já que esse é talvez o único meio de ter sua própria renda econômica, mesmo sendo desafiador devido a rotina exaustiva, desigualdades no mercado, dificuldades de aquisição de produtos, falta de experiência no ramo de trabalho, entre outros motivos.

Observa-se, no Gráfico 1, que na casa da grande maioria das feirantes entrevistadas quem cuida, exclusivamente, dos serviços domésticos e de cuidado são as mulheres.

**Gráfico 1. Responsável/is por realizar os serviços domésticos e de cuidado no estabelecimento rural**




Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Apenas em uma casa eram todos da família os envolvidos com as responsabilidades de cuidado, o que seria um ambiente ideal onde há uma divisão justa dos afazeres. Uma feirante também relatou que as responsabilidades são partilhadas entre o casal. Em contraste, em 13 estabelecimentos os serviços domésticos e de cuidado ficam sobre responsabilidade das feirantes, evidenciando uma jornada dupla/tripla de trabalho, uma vez que essas agricultoras cuidam da casa, dos filhos e da comercialização na feira todas às sextas-feiras à noite. Ademais, uma feirante relatou que estas são demandas cumpridas por ela e as filhas, o que coloca novamente a responsabilidade dos serviços domésticos e de cuidado sobre uma figura feminina dentro da unidade familiar.

As mulheres acabam muitas vezes sendo responsabilizadas praticamente sozinhas pelo trabalho doméstico, no qual com frequência são auxiliadas ou substituídas pelas filhas, quando necessário. Assim como na pesquisa feita por Bezerra (2019), os dados mostraram que a realização e a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidados é geralmente das mulheres. Quando consultadas sobre o conjunto das atividades realizadas por elas, todas as mulheres relataram que são responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, explicitando a ausência de responsabilidade dos homens na esfera doméstica.

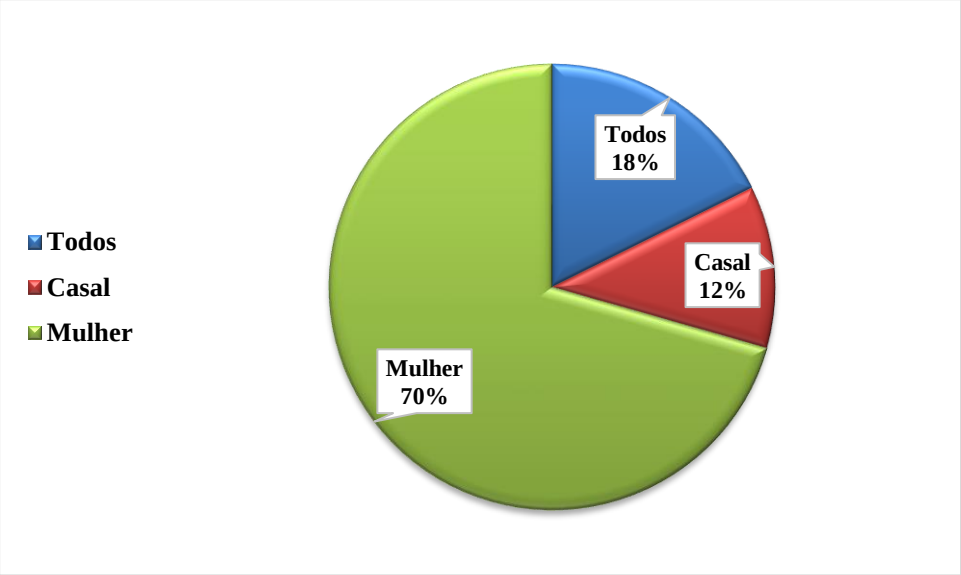
Para Alves (2016), o trabalho destinado à manutenção do bem-estar da família é anulado por ser visto como uma obrigação do gênero, caso em que se enquadra o trabalho doméstico, invisível para a economia formal. Além disso, o trabalho realizado por mulheres nas lavouras comerciais geralmente aparece como ajuda ao pai, marido ou, até mesmo, ao

filho, o que mais uma vez anula o trabalho feito pelas mulheres na parte produtiva e de comercialização.

No meio rural, as desigualdades entre homens e mulheres são expressivas e marcantes, baseadas em elementos que fazem distinção por gênero de forma hierarquizada, tais como a organização e a construção dos espaços do trabalho familiar. Na agricultura familiar, o trabalho é um elemento central da lógica econômica, baseando-se em uma rígida divisão de tarefas, onde são definidas as atividades próprias para os homens e para as mulheres (FACCIN, 2021).

Quando perguntado às feirantes quem elas achavam que trabalha mais na família (Gráfico 2), a grande maioria disse que são as mulheres, o que dialoga com as informações antes apresentadas e evidencia a sobrecarga do trabalho das agricultoras, o qual na maioria das vezes, não é considerado trabalho.

**Gráfico 2. Opinião das Mulheres pesquisadas sobre quem realiza mais trabalho dentre os membros da família.**




Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Das 17 mulheres entrevistadas, 12 agricultoras (70,6%) acreditam que a mulher trabalha mais na família. Outras três mulheres (17,6%) dizem que todos na unidade familiar trabalham igual e apenas duas mulheres (11,8%) falaram que o casal faz uma divisão das tarefas. Esses dados evidenciam que as mulheres, mais uma vez, estão assumindo a responsabilidade dos trabalhos doméstico e produtivo na família e, consequentemente, ficam

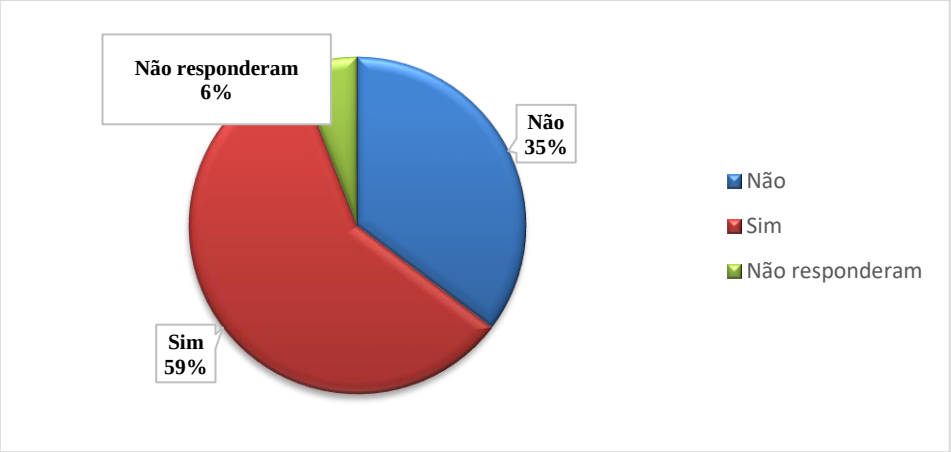
mais sobrecarregadas. As mulheres não têm apenas sua força de trabalho explorada, mas passam por um processo de apropriação do seu corpo todo, de seu tempo, de seus desejos, e isso se expressa de diferentes modos no cotidiano (BRUMER, 2014).

O Gráfico 2 dialoga com o anterior, pois, como os trabalhos de cunho doméstico e de reprodução acabam ficando sobre a responsabilidade das mulheres, essas ficam mais sobrecarregadas e acabam assumindo uma grande demanda de tarefas, o que prejudica sua participação em outras atividades que possam ter interesse. Em pesquisa realizada por Araújo (2005), em todos os tipos de atividades domésticas investigadas, a proporção de mulheres que as executava foi sempre superior à proporção daquelas que não executava nenhuma atividade.

A dupla jornada de trabalho implica em uma sobrecarga de trabalho para as mulheres, já que a divisão sexual do trabalho se mantém e os homens não participam nos trabalhos domésticos ou o fazem de uma forma muito pontual (BEZERRA, 2019) como é visto nos dados apresentados no Gráfico 2. Nenhuma entrevistada citou uma figura masculina como protagonista dos serviços domésticos e de cuidado. Dessa forma, em muitas situações, por conta dessa sobrecarga e exaustão das agricultoras, pode ser prejudicada a atuação de algumas mulheres em canais de comercialização como feiras e programas de compras públicas. Atrelado a isso, aspectos relacionados ao trabalho doméstico podem estar associados a repercussões negativas à saúde mental e física. Assim, o trabalho das mulheres não pode mais manter-se invisível, portador de atributos negativos e de pouco valor social (ARAUJO, PINHO, ALMEIDA; 2005).

Para compreender melhor a sobrecarga das mulheres foi perguntado se elas gostariam que algo fosse diferente com relação a divisão de tarefas dentro da unidade familiar. Como exposto no Gráfico 3, aproximadamente 59% delas responderam que gostariam de mudanças.

**Gráfico 3. Opinião das Mulheres a Respeito da Necessidade de Mudanças na Divisão do Trabalho na Família**




Fonte: Elaborada pelos autores.

Quando perguntado sobre o que elas gostariam que mudasse, as mulheres deixaram clara a necessidade de uma melhor distribuição das tarefas para assim terem mais tempo livre para outras atividades de seu interesse:

> "Deveria haver uma divisão para ter mais tempo para outras atividades" (Maria, feirante, 40 anos);
> "Gostaria que o marido colaborasse mais em casa" (Kátia, feirante, 27 anos);
> "Dividir melhor as atividades para ter mais tempo para outras coisas" (Thereza, feirante, 57 anos).

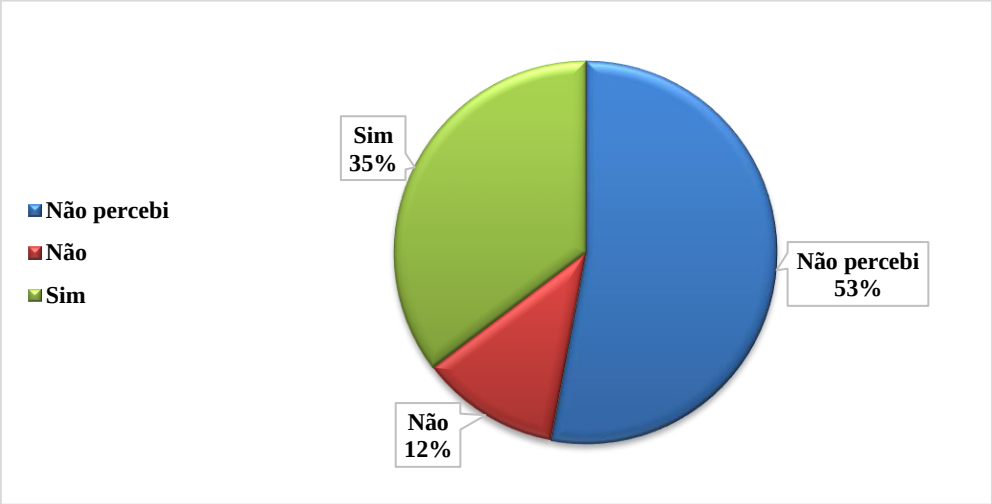
As falas acima confirmam a acentuada divisão sexual do trabalho que atinge as feirantes. Historicamente as mulheres rurais vivem sob a dominação masculina e o patriarcado, que se expressam na forma de opressão, violência e as subjugam como meras ajudantes (SILVA, 2018).

As mulheres agricultoras, segundo Mesquita (2013), possuem um papel fundamental na dinâmica da família. Não apenas como elemento da produção ou do trabalho, mas também como elemento da reprodução, pois são as responsáveis por preservar e transmitir valores, os quais podem ser vistos como estratégias de manutenção da qualidade de vida desses agricultores e das gerações futuras. Dentro deste contexto, a feira pode tornar-se uma aliada poderosa dessas mulheres contribuindo com sua emancipação e autonomia. A participação na feira possibilita a saída do espaço privado, muitas vezes associado ao isolamento, e a

participação em um espaço de socialização, onde elas se divertem, fazem amizade, estabelecem vínculos, criam redes de apoio mútuo (BEZERRA, 2019) e possuem momentos de troca de saberes com outras mulheres.

Uma parte expressiva (35%) dessas mulheres avaliam que, em muitos momentos, tiveram suas ideias silenciadas e ignoradas simplesmente por serem mulher, como é possível observar nas respostas contidas no Gráfico 4.

**Gráfico 4. Opinião das Entrevistadas a respeito da existência de situações em que se sentiram desconsideradas por serem mulher.**




Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Foram expostas pelas agricultoras familiares situações desconfortáveis nas quais elas se sentiram restringidas e silenciadas de alguma forma ouvidas pelo fato de ser mulher:

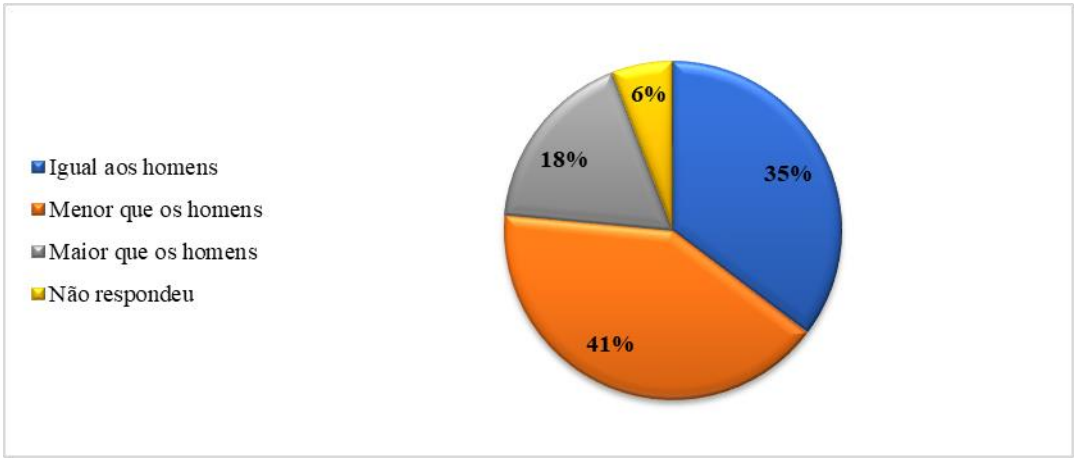
> "Me sentir sozinha e não poder sair muito" (Maria de Lurdes, feirante, 67 anos);
> "Não deixa eu vender nos projetos de venda (Suzano, Eldorado, PAA), sem ser na feira" (Josefa Leite, feirante, 73 anos);
> "Muitas pessoas não consideram minha opinião por eu ser mulher" (Ivone, feirante, 58 anos).

Mesmo essa sendo uma situação recorrente no campo e presente em várias situações, as mulheres ainda têm dificuldade de reconhecer ou identificar esses momentos de exclusão.

Os dados mostram que 35% das agricultoras entrevistadas já perceberam em algum momento atitudes nas quais suas ideias ou trabalho foram invalidados pelo fato de serem mulheres. Em contrapartida, 12% revelaram que não houve momento em que isso aconteceu. A maioria, no entanto, afirmou nunca ter percebido esse tipo de discriminação. O machismo é tão estruturado dentro da nossa sociedade que embora parte das mulheres exponha situações que as incomodam e atrapalham em seu cotidiano; grande parte ou a maioria não consegue identificar uma conexão entre essa situação e a questão de gênero.

O Gráfico 5 apresenta a visão das entrevistadas sobre sua participação nas decisões dentro da unidade familiar.

**Gráfico 5. Avaliação das mulheres sobre sua participação nas decisões dentro da unidade familiar.**




Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Do total de mulheres entrevistadas, 7 (41%) relataram que sentem ter uma menor participação nas decisões, quando comparado aos homens. Seis agricultoras disseram que essa participação nas decisões é igual para homens e mulheres. Apenas 3 mulheres disseram que têm uma participação maior que a dos homens na tomada de decisão. Uma feirante não respondeu. Evidencia-se dessa forma que a maior parte das mulheres sentem que têm uma menor influência nesse momento de decisão do que a figura masculina.

A naturalização da divisão do trabalho impossibilita a participação feminina nos espaços de liderança, estabelecendo aos homens o poder sobre as decisões, o que contribui com a manutenção da dominação masculina, que perpassa vários campos e espaços sociais, incluindo as atividades referentes à feira livre (FACCIN, 2021).

Entretanto, a participação nestas feiras pode possibilitar o acesso das mulheres a uma renda própria alcançada pelo seu trabalho, a ser por elas administrada à medida que o diálogo e compartilhamento de experiência entre elas permite uma visão mais clara das relações de poder no âmbito familiar e pode fornecer apoio para a busca por mudanças (BRUMER, 2004).

Observou-se, entretanto, a dificuldade de aplicação do questionário em barracas onde as mulheres estavam junto com seus maridos. Esse fator fez com que essas agricultoras ficassem mais receosas com suas respostas. Em alguns casos foi captado um medo intenso da resposta perante eles, o que pode ser evidência do ambiente violento em que essas mulheres estão inseridas. Este efeito pode ter incutido um viés nos resultados dessa pesquisa, subestimando os resultados que já indicam o espaço restringido ocupado pelas mulheres. Nas próximas fases a equipe buscará avançar na análise dessas questões com outra metodologia, na qual essas mulheres não tenham que falar perto de seus maridos e que tenham um momento para interagir entre elas com maior possibilidade de troca de experiências.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho evidenciou a potencial importância da Feira Livre de Selvíria na vida das agricultoras familiares, uma vez que nela conseguem exercer seu protagonismo e, consequentemente, entrar em contato com situações a permitir sua futura emancipação e autonomia. A pesquisa também revelou, no entanto, a persistência da jornada exaustiva a que essas mulheres são expostas, o que acarreta uma sobrecarga física e mental e prejudica diretamente sua atuação em outras atividades de interesse.

Em consonância, o trabalho também mostrou que o machismo estrutural é tão enraizado que faz com que as mulheres nem sempre identifiquem as situações de explorações em que são colocadas. Isso só fica claro quando comparamos algumas respostas que se contradizem. Essa percepção só foi possível por conta da escolha pela análise de conteúdo do tipo temática que consegue identificar essas oscilações entres os discursos.

Fica evidente que as mulheres só conseguirão alcançar uma autonomia plena quando as atividades domésticas e de cuidado forem divididas igualmente entre todas as pessoas da unidade familiar e deixem de ser vista apenas como uma obrigação atribuída ao gênero feminino. Além disso, são necessárias ações do Estado que permitam que essas mulheres encontrem políticas públicas que auxiliem e facilitem a comercialização de seus produtos, tendo em vista os múltiplos obstáculos que elas têm pelo simples fato de serem mulheres.

Por fim, constatou-se que a utilização de questionários nas feiras pode não ser o melhor método de coleta de dados, uma vez que essas mulheres podem estar acompanhadas de alguma figura masculina que as intimida. Assim, elas acabam não relatando com detalhes as questões que acontecem e a pesquisa fica prejudicada. Neste contexto, entrevistas direcionadas ou grupos focais podem ser alternativas mais interessantes por oferecerem um ambiente de acolhimento e escuta, no qual a mulher sinta-se à vontade para expor detalhes sobre seu cotidiano, facilitando a compreensão sobre as possíveis violências com quais convivem essas agricultoras.

**REFERÊNCIAS**


ALVES, Nicole Fossile. **Ressignificação dos papéis sociais de mulheres na agricultura familiar de base agroecológica.** 2016. 140 p. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

ANDRADE, Rafael Júnio *et al.* Relações sociais de gênero no meio rural brasileiro: A mulher camponesa e o lazer no início do século XXI no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 23, n. 01, p. 39-49, 2009.

ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; ALMEIDA, Maura Maria Guimarães de. Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 5, p. 337-348, 2005.

BEZERRA, Antonia Geane Costa et al. Mulheres, gênero e agroecologia na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, n. 15, p. 66-97, 2019.

BORZONE, C. V.; ALMEIDA, R. A. Protagonismo das mulheres assentadas no Território Rural do Bolsão-MS: gênero, território e resistência camponesa. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, Bogotá**, v. 28, n. 2, p. 241-254, 2019.

BUDGE, H.; SHORTALL, S. Agriculture, COVID-19 and mental health: Does gender matter? **Sociologia Ruralis**, v. 63, S1, p. 82-94, 2023.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Reges. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, 2006.

CARVALHO, J. C. A. R. Mulheres feirantes: Cotidiano, trabalho, protagonismo e articulações

femininas na feira livre em Caetité - BA (1991 a 2019). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA, VERDADE E TECNOLOGIA, 31, 2021, Rio de Janeiro. **Anais História, verdade e tecnologia**, Rio de Janeiro, 2021.

FACCIN, Rodrigo Duarte. Percepções femininas sobre a participação em Feira Livre. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 38256-38261, 2021.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista:** um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 11-28.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

MESQUITA, Lívia Aparecida Pires de. **O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia**, Campo Alegre de Goiás. 2013. 137 p.

MUYLAERT, Camila Jacobina et al. Narrative interviews: an important resource in qualitative research. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. 2, p. 184-189, 2014.

RAMOS, Nathacha Tello. **Empreendedorismo feminino:** uma análise do perfil e realidade das mulheres feirantes na feira coberta do produtor "Raimundo Freitas" no município de Benjamin Constant - Amazonas. 2021. 94 p.

ROSA, Liane Serra da; MACKEDANZ, Luiz Fernando. A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em educação em ciências. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 16, p. 8574, 2021. ISSN 1809-0354.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURE, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. de. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 43-59.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (orgs.). **Autonomia e Cidadania:** políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: MDA, 2011, p. 153-169.

SILVA, Mylena et al. Importância das feiras agroecológicas para as mulheres e para a construção da agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

WOORTMANN, Ellen F., e Klaas WOORTMANN. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UnB, 1997.

# Trabalho e gestão das mulheres na agricultura familiar

HERRERA, Karolyna Marin[1]
DESCONSI, Cristiano[2]
BIROCHI, Rene[3]

**GT 04:** Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas, e das águas num mundo de crises.

**RESUMO**

Este artigo objetiva refletir sobre as possibilidades teóricas para os estudos sobre as mulheres rurais no trabalho e na gestão de estabelecimentos familiares tomando como base as contribuições dos estudos de gênero e do feminismo. Para isso faz-se uma revisão sobre o percurso teórico de gênero e trabalho no meio rural, para então refletir criticamente sobre o conceito de gestão, abordar as particularidades de gestão em estabelecimentos rurais e, por fim, apontar caminhos teóricos para comprensão da gestão de mulheres rurais.
Palavras-chave: gestão;trabalho;mulheres;gênero;agricultura familiar

## INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva refletir sobre as possibilidades teóricas para os estudos sobre as mulheres rurais no trabalho e na gestão de estabelecimentos familiares tomando como base as contribuições dos estudos de gênero e do feminismo. Tais abordagens têm permitido ampliar as reflexões conceituais ao abrigar as dimensões do trabalho doméstico e de cuidados como, também, evidenciar novas perspectivas para examinar o trabalho produtivo, cujas tarefas, rotinas e definição dos responsáveis

[1] Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), karolyna.herrera@ufsc.br
[2] Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cristiano.desconsi@ufsc.br
[3] Departamento de Ciências da Administração, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), rene.birochi@ufsc.br

pela realização desses trabalhos são atravessadas por relações de poder entre todos os membros das famílias, especialmente dos homens sobre as mulheres. Contudo, se na produção científica mais recente há avanços importantes na reflexão sobre gênero e trabalho, o mesmo não ocorre em relação à gestão, especialmente no entrecruzamento dos campos dos Estudos Organizacionais com os Estudos Rurais.

Há três aspectos convergentes e comuns sobre este tema. O primeiro aspecto é a constatação que, nos Estudos Rurais, a construção das categorias campesinato e agricultura familiar deu-se procurando demarcar as especificidades deste tipo de organização social e econômica das demais formas de organização que emergiram na sociedade capitalista, especialmente em relação às organizações do tipo empresarial. Neste percurso, se assume uma ideia de organização social e produtiva, no qual o trabalho realizado pelos membros vinculados por laços de parentesco é central, portanto, a organização visa a reprodução social e econômica dos integrantes da família. Aqui realiza-se a crítica à noção de organização baseada nos aportes derivados do funcionalismo estrutural e sistêmico, nos quais as pessoas formam uma unidade coesa e mais ou menos autônoma. O limite desta noção de organização camufla as hierarquias, desigualdades e diferenças entre os integrantes, ou quando estas são evidenciadas, são entendidas como funções ou posições que integram certa ordem própria deste tipo de organização.

O segundo aspecto refere-se à observação de que a principal contribuição das abordagens de gênero e feminismos para os estudos sobre as mulheres no meio rural vinculam-se à articulação entre as categorias trabalho e gênero, refletindo, ainda que de formas variadas, a partir da divisão sexual do trabalho. Esta perspectiva abriu caminho para ampliar a compreensão da categoria trabalho para além da sua concepção clássica que o ligava à chamada esfera produtiva ou remunerada. A divisão sexual do trabalho, por sua vez, abriu caminho para a compreensão do trabalho reprodutivo, que passou a evidenciar a divisão e hierarquização presente no âmbito doméstico, de cuidados e comunitário. Nestes termos, preenchem uma lacuna presente na compreensão das especificidades de formas familiares de produção, reprodução e organização no meio rural, visibilizando os papéis assumidos pelas mulheres.

Como terceiro aspecto cabe refletir sobre o tratamento dado ao tema da gestão em organizações familiares na agricultura. No entanto, para que possamos nos envolver nesta tarefa é preciso, como primeiro movimento, refletir sobre o próprio

conceito de gestão, tanto em seus novos significados nas abordagens da administração contemporânea, como realizar a crítica ao sentido dominante associado à sua face mais comumente conhecida, a gestão (*management*), assim como os pressupostos fundacionais que a embasam, o "gerencialismo" (*managerialism*). Neste prisma, constata-se que gerir uma organização implica na adoção de técnicas, dispositivos, instrumentos ou modelos propostos pelas ciências econômicas e da administração, largamente adotados por profissionais da gestão, dedicados às organizações, simbolizadas pelas quatro principais funções administrativas (planejar, organizar, dirigir e controlar). Esta noção limita a observação às atividades administrativas ou ao que alguns autores chamam de práticas gerenciais.

Neste processo de revisão crítica sobre a gestão é oportuno, também, refletirmos sobre a sua produção bibliográfica na agricultura familiar. Uma análise preliminar indica que predominam trabalhos de autores das ciências sociais aplicadas e das ciências agrárias que assumem a concepção do gerencialismo, focalizando na importância e uso de técnicas administrativas e um direcionamento quase que exclusivo para o negócio ou as atividades produtivas desconsiderando a imbricação entre estas e outras dimensões da vida das pessoas que integram as organizações. As abordagens feministas rompem esta visão por considerarem que as atividades realizadas que asseguram a reprodução da vida das pessoas também devem ser consideradas como parte integrante da vida cotidiana do trabalho e daquilo que se convenciona como a gestão da categoria trabalho.

## O TRABALHO DAS MULHERES RURAIS

A reflexão crítica sobre o conceito de trabalho foi um dos primeiros temas que trouxeram as feministas para a vida acadêmica no final dos anos 1960 e no início da década de 1970, conforme mencionam Heilborn e Sorj (1999) promovendo ao longo das décadas uma ruptura epistemológica do conceito de trabalho (TORNS, 2008), ao introduzir, principalmente,o debate sobre o trabalho doméstico. A categoria gênero, em paralelo, contribuiu para interpretar as relações sociais, atribuindo significados culturais e sociais para as diferenças entre os sexos. Tais transformações resultaram na construção de novos sentidos a essas diferenças e, consequentemente, posicionou as mulheres dentro de relações hierárquicas e/ou de poder, conforme definição de Joan Scott (1995).

A partir desta novas perspectivas, se torna consenso que ao se tratar de trabalho feminino, é imprescindível abordar o trabalho realizado tanto na esfera da produção quanto da reprodução. Nos Estudos Rurais, o avanço do debate sobre o conceito de trabalho, em conjunto com a utilização da categoria gênero levou a estudos que extrapolaram a análise do papel das mulheres no núcleo familiar e as colocaram como protagonistas, ou seja, como objeto de estudo.

A análise do lugar da mulher levou aos estudos sobre as desigualdades, sendo a divisão sexual do trabalho um fator relevante na reprodução dessas desigualdades. Para Durán (2000, p. 221), ao se estabelecer uma divisão no trabalho cria-se um correlato axiológico, ou seja, uma atribuição de capacidades e valores a cada uma das qualidades do trabalho e dos sujeitos da relação social prescrita, dispondo as bases para suportar tal relação. Neste sentido, a divisão sexual tem dois organizadores, o da separação, situação na qual diferenciam-se os trabalhos de homens e de mulheres, e o da hierarquização, circunstância em que o trabalho dos homens “vale” mais que o das mulheres (KERGOAT, 2009). Ou seja, nesta divisão o homem é responsável pelo trabalho produtivo e a mulher pelo trabalho reprodutivo, ou seja, dos trabalhos doméstico e de cuidados.

Evidenciar as desigualdades entre homens e mulheres não significa limitar as pesquisas às denúncias destas desigualdades, mas afirmar o caráter sistemático de tais desigualdades. O objetivo é refletir e analisar sobre os processos sociais utilizados para hierarquizar as atividades, que acabam por valorizar mais as atividades produtivas frente às reprodutivas.

Além da desigualdade percebida no trabalho e na relegação das mulheres ao trabalho da esfera da reprodução, observa-se que a caracterização do trabalho das agricultoras na esfera produtiva é reconhecida como “ajuda”, “trabalho complementar” ou “trabalho acessório” Carneiro (1981 apud CASTRO; LAVINAS,1992). Além disso, a relação de subordinação das mulheres na hierarquia familiar, pautada pela divisão sexual do trabalho, resulta no seu não reconhecimento, configurando-se, assim, a invisibilidade e o não reconhecimento do papel social e econômico das mulheres. Estes são temas recorrentes nas reflexões sobre o trabalho e mulheres no meio rural até os dias de hoje.

Contudo, o debate da divisão sexual do trabalho no meio rural tem uma particularidade, uma vez que, diferente do que ocorre nas cidades, o trabalho reprodutivo é realizado no mesmo local que o trabalho produtivo, qual seja, o

estabelecimento rural. Apesar das transformações ocorridas na agricultura com o advento do capitalismo, incluindo as modificações na forma como a vida social e econômica dos agricultores e agricultoras foi estruturada, a unidade familiar dos agricultores continua sendo uma unidade de produção e consumo.

Por ser comum o envolvimento de toda a família na execução das tarefas produtivas, há uma sobreposição das esferas de produção e reprodução, haja vista que as mulheres e os homens não se deslocam de suas propriedades para trabalhar. Dependendo da natureza da atividade, as mulheres tampouco se deslocam do espaço doméstico para realizar as atividades produtivas. Ambos os tipos de trabalho são realizados na mesma esfera, inclusive é comum as mulheres terem dificuldades para caracterizar as atividades realizadas em seus cotidianos como produtivas ou reprodutivas (PAULILO, 2004).

Observa-se, neste sentido, principalmente a partir dos anos 2000, a preocupação de algumas pesquisadoras em explorar a compreensão do lugar das mulheres na produção e reprodução familiar, em particular, no trabalho doméstico, como apontam os levantamentos bibliográficos realizados por Salvaro et al. (2012) e por Maciazeki-Gomes; Nogueira e Toneli (2016). Em um primeiro momento, principalmente na primeira década dos anos 2000, observaram-se estudos mais descritivos, que caracterizam a atuação das mulheres nas esferas produtivas e reprodutivas em diferentes contextos sociais e geográficos.

O debate crítico em torno do trabalho reprodutivo e a descrição das atividades das agricultoras contribuem, adicionalmente, para revelar que o conceito de trabalho doméstico e a discussão acerca da divisão sexual do trabalho eram insuficientes para abarcar a complexidade da problemática em torno das atividades realizadas pelas mulheres no âmbito familiar cotidiano, pois, dentre as tarefas realizadas na esfera da reprodução encontram-se, também, a provisão dos trabalho de cuidados. Os estudos sobre o trabalho de cuidados, assim como o trabalho doméstico, já era recorrente em realidades urbanas, sendo adotado na compreensão do espaço rural ainda mais recentemente, no final dos anos 2010.

Neste contexto, inicia-se uma nova tendência em análises que extrapolam a mera problematização do trabalho a partir da denúncia das desigualdades e a descrição das atividades. Nota-se uma preocupação com a articulação entre o trabalho produtivo e a reprodução social, como por exemplo a pesquisa de Moura e Moreno (2013), com especial ênfase aos trabalhos doméstico e de cuidados.

Os trabalhos domésticos e de cuidados envolvem atividades realizadas por uma pessoa, geralmente uma mulher, para outras pessoas; são atividades que se voltam para as necessidades físicas, intelectuais e afetivas e para outras demandas emocionais de cônjuges, filhos e pessoas idosas, doentes ou com deficiências. O trabalho de cuidados é um componente do trabalho reprodutivo que não equivale ao trabalho doméstico, mas geralmente é realizado junto com outras atividades domésticas (BORIS, 2014). Isso envolve as tarefas da casa, tais como cozinhar, limpar, lavar, fazer compras, dentre outras, e a subsistência pessoal (cuidados necessários), tais como dar banho, alimentar, acompanhar, transportar e tratar doenças, dentre outras. Adicionalmente, vale lembrar que no meio rural as atividades de trabalhos domésticos e de cuidados invariavelmente englobam os serviços no entorno da casa - o cuidado com as hortas, os pomares e os pequenos animais – pois, estes estão diretamente relacionados ao cuidado com a saúde e alimentação das famílias.

O debate sobre as esferas de produção e reprodução passa a ser tratado de duas formas: considerando a subordinação de uma esfera sobre a outra e na articulação entre ambas as esferas. Nestas análises o serviço doméstico, os cuidados, a família, a maternidade e a sexualidade começam a ser problematizados, ou seja, as agricultoras deixam de ser analisadas apenas na condição de trabalhadoras rurais.

Nas análises sobre o trabalho das mulheres, a discussão sobre a gestão aparece apenas marginalmente, principalmente quando é evidenciada a desigualdade de gênero na tomada de decisões. A falta de reflexão analítica sobre o tema abre espaço para indagação do conceito de gestão e como aplicá-lo à realidade das mulheres na agricultura familiar.

## OS LIMITES DO CONCEITO DE GESTÃO

O conceito sobre gestão foi construído no campo das ciências da administração, para designar as atribuições e responsabilidades específicas de modelos organizacionais que predominaram no século XX, baseados em pressupostos epistemológicos orientados para a economia, fundada no *homo economicus*. Não por acaso, a reflexão sobre os seus significados nos remete a analisá-lo, inicialmente, a partir do campo do conhecimento das ciências da administração e da economia. Outros campos do conhecimento, tais como as ciências

sociais e agrárias, quando realizam análises sobre o tema, ou importam os pressupostos e modelos concebidos pela administração, examinam as práticas gerenciais a partir de outros aportes teórico-metodológicos, sem dialogar criticamente com as categorias próprias do campo da administração, em especial o campo dos Estudos Organizacionais. Se por um lado, isso possibilita evidenciar questões empíricas relacionadas às organizações em diferentes enclaves sociais (RAMOS, 1981), por outro lado, impõe limites ao debate interdisciplinar, incapaz de compreender o fenômeno organizacional na sua diversidade, amplitude ou interação, ou seja, em diálogo com outros campos disciplinares do conhecimento.

Desta forma, nesta seção procuramos discutir os atributos básicos que configuram o conceito de gestão oriundos do campo das ciências administração para, na sequência, refletir sobre outros aportes teóricos oriundos dos Estudos Organizacionais, que além de endereçar a crítica à abordagem dominante, conhecida como gerencialismo, indicando oportunidades analíticas para aprofundar o debate interdisciplinar sobre as categorias gestão e trabalho, a partir de novas bases fundacionais.

O termo gestão deriva do conhecimento constituído por habilidades e técnicas destinadas a produzir eficácia e eficiência, controle e maximização do desempenho, orientados a objetivos (BERTERO, 2006), num processo permanente de tomada de decisões. Peter Drucker é amplamente reconhecido como o fundador moderno do termo associado ao uso dominante realizado pelas ciências da administração: a gestão (*management*). Medina e Misoczky (1997) ao analisarem o discurso de Drucker, identificaram “[...] o reforço de conhecimentos, crenças e valores que contribuem para a naturalização da globalização neoliberal”.

A gestão nas sociedades capitalistas globalizadas constitui-se como uma espécie de panaceia para lidar com os mais diversos e diferentes problemas que atravessam todas as organizações, sejam elas empresariais, estatais, da sociedade civil ou no âmbito da família.

Nesses contextos, é comum e frequente a demanda por profissionais especializados em “gestão”, ou seja, administradores/as, com a capacidade de conduzir organizações muito diferentes entre si. A gestão surge como detentora de uma espécie de condão capaz de solucionar problemas diversos e atingir resultados econômicos eficazes e eficientes (PARKER, 2002; BÖHM, 2006). Essa capacidade de transitar indistintamente por espaços singulares e diversos revela alguns

indicativos emblemáticos que circundam a construção social do termo:

1 – A constituição e legitimação de um conhecimento totalizante sobre a realidade social, que simultaneamente é gerador de novos modos de conhecimentos. Em suma, uma epistemologia, representada pelas ciências da administração, que produz e reproduz conhecimentos científicos aceitos por uma comunidade de especialistas que os legitimam; assim como uma prática profissional, que se difunde e se reproduz por todos os espaços da vida social. Nesta acepção, a gestão constitui-se como uma instituição, que incide sobre modos de ação nas sociedades modernas (ABRAHAM, 2006; RODRIGUES e DA SILVA, 2019).

2 – A dominância da tipologia empresarial como arcabouço de conhecimento técnico, que se estende para as outras formas organizacionais para além das empresas, sejam as organizações do Estado, da sociedade civil ou mesmo no espaço íntimo da família. Nesta acepção, o tipo-ideal de organização característico da modernidade é a empresa (SOLÉ, 2004; 2008; RODRIGUES e DA SILVA, 2019) e o seu *modus operandi* é a gestão (*management*).

Neste sentido, a organização e o organizar são amalgamados entre si pelo *management*, que opera uma espécie de redução dos processos sociais, subsumidos na tipologia empresarial, tornando invisível a multiplicidade de diferentes mundos organizacionais. A sua faceta mais visível, a gestão, restringe o aspecto processualista do organizar, evidenciando-o somente como técnica; e, por sua vez, a organização-empresa restringe-se somente à sua estrutura e as suas funções, que são operadas por dispositivos e diferentes tecnologias de poder.

O *management* é, de fato, um sistema de organização do poder (DE GAULEJAC, 2007) e, assim, constitui parte do imaginário social da sociedade moderna. Esse imaginário social serve de amparo ao exercício de uma dominação (CASTORIADIS, 1986) da qual sentimos os efeitos, mas raramente conseguimos identificar as suas causas.

O campo do conhecimento da administração produziu diversas abordagens que moldaram-se a partir do processo de racionalização e especialização das funções administrativas. A base dos conceitos, métodos e técnicas da área modulam-se tendo como base as organizações econômicas (empresas) inseridas no mercado capitalista (TRAGTENBERG, 2010) predominantemente voltadas para o segmento industrial. Assumem como objetivo maior da empresa o pressuposto da maximização dos lucros em simbiose com as teorias neoclássicas da economia. Assim, modelos

organizacionais e gerenciais desenvolvidos para empresas do segmento industrial adaptaram-se para outros setores econômicos, mantendo o mesmo princípio, foi o caso do campo específico da administração rural (LIMA et al, 2005).

Nos Estudos Organizacionais, as críticas incidem sobre o “gerencialismo” (VIZEU, 2010), tanto apontando que tais concepções funcionalistas e positivistas do ponto de vista epistemológico (ANDION, 2023) e a necessidade fortalecer a construção do conhecimento da área com mais teorias que reflitam e expliquem suas práticas (BISPO, 2022):

Esta perspectiva, orientada por abordagens técnicas e instrumentais, tende a naturalizar a noção de organização como sinônimo de empresa e a gestão como um domínio voltado para a resolução de problemas, sendo o gestor aquele que garante esse processo pelo exercício do controle e coordenação com ênfase na performance (ANDION, 2023, p.02)

Nestes termos, os significados do que é “fazer gestão”, centram-se no desenvolvimento e aplicação de técnicas e instrumentos no processo gerencial. A utilização correta e atualizada destas técnicas determinaria, presumidamente, o sucesso da organização econômica.

A função de administrar ganha, assim, contornos científicos, assumindo os vários princípios propostos por Taylor, dentro os quais destacam-se dois para fins dos propósitos deste artigo: i) separação entre atividades administrativas e executivas; ii) o negócio/empresa/segmento produtivo deve separar-se da esfera privada/pessoal/familiar. No primeiro plano gerenciar significa estar em posição superior na hierarquia em relação às atribuições executivas (compreendidas na categoria trabalho) e ter autoridade para decidir, coordenar, planejar e organizar recursos, pessoas e processos, no sentido de obter resultados eficazes e eficientes. O segundo princípio supõe que a organização econômica deve ser autônoma, em relação aos aspectos pessoais, privados e familiares, tanto dos proprietários, gestores e trabalhadores. O negócio deve se reproduzir por si mesmo e as decisões dos gestores devem orientar-se para este fim exclusivamente.

Via de regra tais princípios permanecem ativos nos dias atuais, o que nos leva a destacar um primeiro atributo associado ao termo gestão: a autoridade. Efetivar ações administrativas ou gerenciais significa a conformação de posições de autoridade situadas nas esferas superiores da hierarquia na estrutura organizacional. Ou seja, alguém que dispõe de legitimidade para tomar decisões, e meios para

coordenar, organizar e controlar recursos, pessoas e processos. Neste atributo, vale prestar atenção nos mecanismos que dão legitimidade à autoridade, ao mesmo tempo na possibilidade de examinar os dispositivos e artefatos mobilizados para exercer o controle (BOURDIEU, 2009).

O segundo atributo extraído dos significados do gerenciamento está na unidade sobre o qual é efetivada: a gestão se refere somente ao negócio ou ao aspecto produtivo e a sua reprodução. É por isso que se diz, “administrar como uma empresa”. Utiliza-se o modelo da empresa capitalista que visa lucro e seus resultados se baseiam em decisões e fatores meramente da maximização dos lucros para os seus proprietários. O atributo não permite tratar aspectos administrativos para além dos limites do que se entende como esfera produtiva ou ao negócio propriamente dito. Se isto faz sentido, quanto à análise que incide sobre as organizações econômicas inseridas nos mercados, isto pode ser insuficiente para a compreensão de processos gerenciais em organizações familiares, sejam elas empresas ou sejam outros arranjos baseados em vínculos de parentesco e comunitários. Nestes, os processos gerenciais poderiam ser mais bem compreendidos prestando-se atenção nas articulações entre as esferas produtiva/negócio e a reprodutiva (grupo de pessoas responsáveis e que se beneficiam da primeira).

## GESTÃO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS

Das teorias gerais da administração, cabe expor aquelas definidas pelos autores clássicos por meio das suas funções: coordenar, controlar, organizar e planejar. Estas funções abrem caminho para refletir sobre as atividades gerenciais representadas como ações humanas, ainda que nas ciências administrativas elas consistam em processos de racionalização, utilizando como meios uma série de modelos, técnicas e instrumentos para alcançar determinados fins. Contudo, afastando-se um pouco desse caráter mais instrumental, estas funções permitem identificar uma diversidade de atividades exercidas pelas pessoas e examiná-las como práticas de gestão dando visibilidade para ações de gerenciamento.

A reduzida reflexão sobre os aspectos não instrumentais da gestão, faz com que se generalize o uso dos termos gestão a partir desta perspectiva gerencialista (VIZEU, 2010; BISPO, 2022). Diversos estudos do campo da administração e da economia rural, tratam da gestão na agricultura, especialmente quando se referem a

pequenos produtores, agricultores familiares, utilizando estes mesmos pressupostos, a exemplo de trabalhos como os de Holz (1994), Binotto (2005); Zachow e Plein (2018); dentre outros. Isso pode ser observado quando se consideram que os problemas tais como a baixa produtividade e eficiência ou o nível de inserção em mercados decorrem da "falta de gestão" (HOLZ, 1994); ou indicam que, os produtores não utilizam os modelos e técnicas desenvolvidos pelo campo da administração na condução de suas propriedades para o êxito nos resultados econômicos (BINOTTO, 2005; CASTRO NETO; PINHEIRO; COELHO, 2007; DEPONTI, 2014).

Paralelamente, a gestão na agricultura, se refere ao negócio ou a esfera produtiva da propriedade ou fazenda, que deve ser administrada como uma empresa. Mesmo em estudos sobre a gestão na agricultura familiar, o foco recai sobre aspectos em torno de como planejar, organizar estritamente o sistema produtivo, controlar os seus custos e recursos para gerar um volume de produção, mobilizando tecnologias de gestão (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2004). As abordagens sistêmicas inspiradas na sistemas agrários, chamam atenção para a inter-relação com a família, mas objetivamente a enfatizam como força de trabalho, ou seja um recurso dentre outros, compreendidos em torno da unidade agropecuária (DUFUMIER, 2010 ; LIMA et al, 2005).

Neste sentido, se a gestão está vinculada somente à esfera definida como produtiva, os estudos centram a atenção para a gestão do uso da força de trabalho familiar (ou mão de obra familiar) e sua disponibilidade como recurso mobilizado nas chamadas atividades principais. O que define as configurações próprias do negócio e de sua dimensão produtiva geralmente são aquelas que geram maior volume, valor monetário e inserção no mercado.

Muitas das atividades administrativas devem estar no entorno de um dos princípios definidores da própria categoria trabalho, que é o de assegurar a reprodução econômica e social de seus integrantes. Quer dizer que as pessoas (com grau de afinidade e parentesco) se articulam em torno de necessidades - moradia, segurança, afetos, alimento, entre outras - além de objetivos e anseios. Nestes termos, a gestão de médio e longo prazos são relevantes, pois definem movimentos cíclicos dos indivíduos que integram as organizações, assim como das articulações que vão sendo produzidas entre os seus integrantes. Este aspecto demarca, teoricamente, não somente a especificidade em relação aos modelos gerenciais baseados no *homo economicus* (empresa), mas abre caminho para pensar que a

reprodução econômica e social, com efeito, permite examinar as articulações entre as esferas produtiva e reprodutiva.

Porém, antes de avançar na discussão sobre essas articulações, o destacamos um duplo aspecto intrínseco à categoria gestão, que não se reduz meramente ao debate sobre as dimensões produtivas e reprodutivas, ou ainda em relação aos efeitos perversos gerados pela apropriação gerencialista da gestão enquanto técnica.

A título de reflexão podemos caracterizá-la como detentora de uma faceta instrumental, que serve não somente à reprodução da dominação e expropriação de valor, por meio das relações de poder instituídas, mas, também, para a proteção dos integrantes da organização e da família, em relação à lógica do capital, presente nas organizações das sociedades capitalistas. Assim, para seguir vivendo é preciso continuamente “jogar o jogo”. Isto significa conhecer e se apropriar das ferramentas de gestão presentes nas funções administrativas para fins de proteção e reprodução da vida humana associada.

Por outro lado, a gestão também é detentora de uma faceta emancipatória, que possibilita “virar o jogo”, ao subverter as relações heterônomas presentes na gestão e nas organizações dominantes. Isto significa possibilitar a emergência de novas formas de manifestação da gestão por meio do organizar.

## GESTÃO DAS MULHERES RURAIS

Pensar numa gestão das mulheres nos conduz à reflexão sobre as duas facetas mencionadas anteriormente: instrumental e emancipatória. Apesar da dominância do termo na sua acepção gerencialista, não desconsideramos os efeitos positivos de sua utilização como efeito protetor para os grupos e coletivos que se valem do trabalho para enfrentar as subordinações impostas pelo capital. Na faceta instrumental a gestão torna-se dispositivo de proteção e enfrentamento às dinâmicas sociais das sociedades capitalistas, principalmente em relação aos aspectos econômicos e produtivos das organizações. Ao atenuar a sua preponderância no processo organizacional, permitindo que se manifestem outras formas possíveis do organizar (*organizing*), criam-se caminhos alternativos para que a gestão instrumental seja entrelaçada aos aspectos emancipatórios invisibilizados e subordinados ao gerencialismo. A tese proposta neste artigo é a de que as agências do organizar (*organizing*) realizadas pelas mulheres, tendo em vista os aportes teóricos feministas,

oferecem alternativas para desfazer o gerencialismo embutido nos processos organizacionais, possibilitando a emergência de novas vias de acesso para reposicionar o fenômeno organizacional. Essa nova abordagem considera que os aspectos emancipatórios e coletivos presentes no organizar (*organizing*) das mulheres poderão indicar um novo caminho para tratar do conceito e das práticas de gestão.

Para refletir sobre a gestão das mulheres é necessário se afastar do conceito de gestão da forma como foi concebido pela abordagem dominante do campo da administração (*management*) e analisar como os estudos sobre o campesinato e a agricultura familiar têm tratado a delimitação da esfera produtiva/negócio em relação às diferentes formas do organizar.

Em grande medida, o debate no entorno da categoria trabalho (trabalho produtivo x trabalho reprodutivo) acabou por delimitar a análise das atividades nos estabelecimentos rurais. Mantendo-se, quando mobilizado, o modelo clássico de organização econômica, desenvolvido pelo *management* das ciências administrativas, derivado da separação taylorista entre aqueles que planejam e gerenciam o trabalho em relação àqueles que o executam.

Nesta acepção, o trabalho significa a execução de tarefas, cabendo exclusivamente ao gestor decidir ou governar sobre aqueles que realizam o trabalho. Neste sentido, excluem-se e ocultam-se praticamente quaisquer outras possibilidades de atribuição de valor (seja econômico ou reprodutivo) às atividades vinculadas à categoria trabalho nas organizações familiares, que permanecem subordinadas às atividades econômicas exclusivamente realizadas pelo gestor da propriedade. Desta maneira, são reproduzidas pela gestão diferentes formas de poder e dominação, reforçadas pelo processo de naturalização do *management* (gerencialismo) que invisibiliza as contradições e antagonismos inerentes ao uso do termo gestão, centrado exclusivamente nos aspectos técnicos do organizar (*organizing*), que reifica a realidade social por intermédio das consagradas funções administrativas (planejar, organizar, dirigir e controlar).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou apresentar alternativas teóricas para se analisar os estudos sobre as mulheres rurais no trabalho e na gestão de estabelecimentos familiares  a partir das contribuições dos estudos feministas e de gênero, além de

aportes do campo dos Estudos Organizacionais, que polemizam com as concepções dominantes do gerencialismo. Tais abordagens ampliam as reflexões conceituais correntes ao incorporar as dimensões dos trabalhos domésticos e de cuidados.

Neste percurso, procuramos destacar três aspectos convergentes e comuns sobre estes temas. O primeiro aspecto gira em torno da construção das categorias campesinato e agricultura familiar. Procuramos demarcar as especificidades deste tipo de organização social e econômica das demais formas de organização, especialmente em relação às organizações do tipo empresarial. Procuramos realizar a crítica à noção de organização em que as pessoas formam uma unidade coesa mais ou menos autônoma.

O segundo aspecto concentrou-se em discutir as abordagens de gênero e feminismos a partir da articulação entre as categorias trabalho e gênero, com ênfase no debate sobre a divisão sexual do trabalho. O objetivo principal foi o de destacar a lacuna que emerge das formas familiares de produção, reprodução e organização no meio rural, visibilizando os papéis assumidos pelas mulheres.

O terceiro aspecto foi dedicado ao tema da gestão em organizações familiares na agricultura. Endereçamos a crítica ao sentido dominante do termo gestão (*management*), assim como aos pressupostos fundacionais que a embasam, o "gerencialismo" (*managerialism*). Por fim, evidenciamos os efeitos da utilização unívoca das quatro principais funções administrativas (planejar, organizar, dirigir e controlar) presentes nos modos dominantes sobre a gestão.

A chave analítica proposta por este artigo teve como intuito desconstruir as abordagens dominantes vinculadas indissociavelmente às organizações e à gestão, concentrando-se na valorização da categoria "organizar", como elemento estruturante da organização familiar rural (em seus aspectos produtivos e reprodutivos). Neste sentido, a gestão é considerada como processo horizontal e fluido da ação coletiva, fundado numa nova forma de organização.

Destacamos duas facetas da gestão passíveis de serem operacionalizadas por um novo aporte teórico que emerge do organizar realizado pelas mulheres: uma faceta instrumental e uma faceta emancipatória. Neste sentido, criam-se caminhos alternativos para que a gestão instrumental seja entrelaçada aos aspectos emancipatórios invisibilizados e subordinados ao gerencialismo.

A tese proposta neste artigo é a de que as agências do organizar (*organizing*) realizadas pelas mulheres oferecem alternativas para desfazer o gerencialismo,

possibilitando a emergência de novas vias de acesso para reposicionar o fenômeno organizacional. Essa nova abordagem considera que os aspectos emancipatórios e coletivos presentes no organizar (*organizing*) das mulheres poderão indicar um novo caminho para tratar do conceito e das práticas de gestão.

Neste sentido, propomos uma agenda futura de pesquisa empírica para analisar a gestão das mulheres nos locais nos quais se manifestam o organizar da vida íntima da família e o organizar da vida social: i) a gestão das hortas; ii) a gestão do espaço doméstico; iii) a gestão do espaço produtivo e iv) a gestão coletiva das associações às quais a família está vinculada.

## REFERÊNCIAS


ABRAHAM, Yves-Marie. L'entreprise est-elle nécessaire? In: DUPUIS, Jean-Pierre (org.). Sociologie de l'entreprise. Montréal: Gaëtan Morin Editeur, 2006, p. 323-374.

ANDION, Carolina. Reflexões epistemológicas e sobre o fazer científico da administração contemporânea. **Revista de Administração Contemporânea**, v2. n.27, 2023 DOI: https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2023230017.

BATALHA, Marcos.Otávio.; BUAINAIN, A.M. SOUZA FILHO, H.M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H.M. BATALHA, M.O. **Gestão integrada da agricultura familiar.** São Paulo: EDUFSCAR, 2004. p. 43-65.

BERTERO, C. O. **Ensino e pesquisa em Administração**. Mazon: Thomson., 2006

BINOTTO, Erlaine. **Criação de conhecimento em propriedades rurais no**

BISPO, Marcelo Souza de *In defense of theory and original theoretical contributions in administration.* **Revista de Administração Contemporânea** , 26 (6), 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022220158.en

BOHM S. **Repositioning organization theory**: impossibilities e strategy. Basingstoke: Palgrave, 2006

BORIS, Eileen. Produção e reprodução: casa e trabalho. **Tempo Social,** São Paulo, v. 26, n.1, p. 101-121, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/08.pdf >>

BOURDIEU, P. **O Senso prático**. Petrópolis: vozes, 2009

CASTORIADIS, C.1995. **A instituição imaginária da sociedade.** São Paulo: Paz e Terra.

CASTRO NETO, M. DE; PINHEIRO, A. C. A.; COELHO, J. C. **Tecnologias de informação e comunicação na empresa agrÌcola**. São Paulo: Gazela, 2007.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 216-251

DE GAULEJAC, V. **Gestão como doença social:** ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2007

DEPONTI, C. M.. As "agruras" da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. **Redes**, 19(2014), 9-24, 2014.

DUFIMIER, Marc. Projetos de desenvolvimento agrícola : manual para especialistas- Salvador : EDUFBA, 2. ed. 2010. 326 p.

DURÁN, María Ángeles. Uso del tiempo y trabajo no remunerado. **Revista de Ciências Sociais,** São Paulo n. 18, p. 56-69, 2000

HEILBORN, Maria. Luiza.; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In MICELI, Sergio (Org.). **O que ler nas ciências sociais brasileiras (1975-1995)**. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.

HOLZ, E. **Fundamentos teóricos da gestão agrícola**. Florianópolis: Epagri, 1994.

KERGOAT, Danièle.Divisão Sexual do Trabalho. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Daniéle. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67.

MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. “Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade”. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 115-124, jan./abr. 2016.

MEDINA, I. P. & MISOCZKY, M. C. **Peter Drucker e a legitimação do capitalismo tardio**: uma análise crítica de discurso. GESTÃO.ORG, 5(3), 260-283, 2007

MOURA, Maria da Conceição Dantas; MORENO, Renata Faleiros Camargo. A Interdependência das Esferas da Reprodução e Produção na Produção de Indicadores: Reflexões a Partir da Experiência das Mulheres Rurais no Sertão do Apodi. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**. *v. 18, n. 2, 2013.*

PARKER, Martin. **Against Management**: Organization in the Age of Managerialism. Polity, 2002.

RAMOS, Alberto Guerreiro, A Nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981. XXII, 21 Op.

**Rio Grande do Sul, Brasil e em Queesland**, Austrália. Tese (Doutorado em Agronegócios). Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

RODRIGUES, Marcio Silva; DA SILVA, R. Empresarização e Modernidade: A ideia de Empresa no Centro do Mundo. Revista Brasileira de Estudos Organizacionais, v. 6, n. 1, p. 40-76, 2019. https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2019.v6n1.147

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres e trabalho feminino rural: pesquisa no banco de teses da Capes (1987-2010). **Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**. v. 3, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/view/674/666 >>

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p.71-99, 1995. Disponível em: << https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667 >>

SIMIONI, Flávio. J., BINOTTO, Erlaine; BATTISTON, Josiane. Informação e gestão na agricultura familiar da região oeste de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, *11*(3), 2015. DOI: . https://doi.org/10.54399/rbgdr.v11i3.1969

SOLÉ, Andreu. ¿Qué es una empresa? Construcción de un idealtipo transdisciplinario. Working Paper. Paris, 2004.

SOLÉ, Andreu. L'enterprisation du monde. In CHAIZE, J.; TORRES, F. Repenser l'entreprise: Saisir ce qui commence, vingt regards sur une idée neuve. Paris: Le Cherche Midi, 2008.

TORNS, Teresa. El trabajo y el cuidado: cuestiones teóricometodológicas desde la perspectiva de género. **Revista de Metodología de Ciencias Sociales,** n. 15, p. 53-73, enero/jun., 2008. Disponível em: << https://core.ac.uk/download/pdf/78523583.pdf.

VIZEU, Fábio. (2010). (Re)contando a velha história: Reflexões sobre a gênese do management. **Revista de Administração Contemporânea**, 14 (5), 780-797. Doi: https://doi.org/10.1590/S1415-65552010000500002

ZACHOW, Marlowa; PLEIN, Clério. A gestão como característica da agricultura familiar. **Brazilian Journal of Development,** 4(6), 2018. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv4n6-338

# Cadernetas Agroecológicas & Mulheres Quilombolas: Revelações sobre o valor monetário do trabalho de agricultoras em conflito com a mineração[1].

Ana Alice França da Silva Gomes[2]
Ivana Cristina Lovo[3]
Nadja Maria Gomes Murta[4]

**GT 4:** Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas e das águas num mundo de crises.

## RESUMO

O trabalho apresenta resultados de pesquisa em interface com a extensão, caracterizada por ser uma pesquisa-ação emancipatória. Foram envolvidas 23 mulheres rurais (agricultoras, camponesas, quilombolas) moradoras de comunidades em conflito com empreendimentos minerários, nos municípios do Serro, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas, Minas Gerais. Para a coleta de informações foram utilizadas cadernetas agroecológicas. Os resultados correspondem às anotações feitas pelas mulheres de junho/2021 a junho/2022 e revelam rendas mensuradas em um total de R$85.066,39. Sendo R$35.133,72 de consumo, R$10.953,07 doação, R$730,00 em troca e R$38.249,60 em vendas. Os resultados demonstram que há diferenças entre as comunidades no que se refere à auto organização das mulheres, o que impacta diretamente no acesso a políticas públicas de ATER e venda institucional. Destaca-se a contribuição das Cadernetas na formação das mulheres, incluindo a tomada de consciência sobre suas realidades, com reflexos na auto estima delas, como revela a fala de uma participante: "*Antes a gente não sabia o que era o pingar do nosso suor, o valor da gota de suor. A gente trabalhava no escuro".* Destaca-se que a pesquisa aqui relatada é a primeira experiência de aplicação das Cadernetas Agroecológicas no contexto da Bacia do Rio Jequitinhonha e os resultados alcançados corroboram com os de outras experiências com a

[1]O presente trabalho foi realizado com apoio da FAPEMIG, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Brasil, do Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PIBEX-UFVJM) e do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).
[2]Graduanda de Licenciatura em Geografia - Faculdade Interdisciplinar em Humanidades/UFVJM, bolsista Iniciação Científica FAPEMIG-Brasil Edital CICT 004-2021 PIBIC-UFVJM. ana.franca@ufvjm.edu.br
[3]Professora da Licenciatura em Educação do Campo e do Mestrado em Estudos Rurais - Faculdade Interdisciplinar em Humanidades/UFVJM, Doutora em Ciências Humanas, membro do Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro. Ivana.lovo@ufvjm.edu.br e observatorio@ufvjm.edu.br
[4] Professora do Departamento de Nutrição e dos Mestrados em Estudos Rurais e em Saúde Sociedade e Ambiente - UFVJM. nadja.murta@ufvjm.edu.br

aplicação dessa ferramenta.

Palavras-chave: caderneta agroecológica, mulheres quilombolas, trabalho das mulheres.

## INTRODUÇÃO

Com inspiração nos resultados de experiências com o uso da Caderneta Agroecológica em diversos estados brasileiros (WEITZMAN et. al., 2020; RODY e TELLES, 2021), a partir de projetos que envolveram movimentos sociais, grupos de mulheres, associações rurais, cooperativas e sindicatos de trabalhadores/as rurais com apoio de assessorias técnicas de entidades do campo agroecológico, e diante de transformações socioambientais e violações de direitos humanos (MILANEZ et al. 2018) provocados por empreendimentos minerários na região do Médio Espinhaço, em específico a região que abrange parte dos municípios do Alto da bacia do Rio Jequitinhonha e da bacia do Rio Doce, foi viabilizada experiência com as Cadernetas Agroecológicas junto à mulheres quilombolas em conflito com empreendimentos minerários nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Alvorada de Minas e Serro, no estado de Minas Gerais.

Essa experiência foi iniciada em 2021, a partir de projeto de extensão universitária (Edital Pibexc/Proexc/UFVJM) e envolveu estudantes da Licenciatura em Educação do Campo-LEC/UFVJM e de Agronomia do Instituto Federal de Minas Gerais, provenientes das mesmas regiões e comunidades camponesas de origem das mulheres. O projeto de extensão fomentou a interface com a pesquisa, formalizada em projeto aprovado no Edital CICT 004-2021 PIBIC FAPEMIG, que focou a sistematização e análise dos dados, e possibilitou envolver estudante bolsista da área da Geografia, entre outros estudantes da LEC, provenientes de outras regiões do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas, que contribuíram com a digitalização dos dados das Cadernetas, em um diálogo com a unidade curricular Estatística aplicada ao Campo (LECCN110).

Destaca-se que essa experiência de extensão e pesquisa traz como referencial a crítica Freireana sobre extensão (FREIRE, 1983), e se inspira nas experiências agroecológicas relacionadas à educação popular. Está também em sintonia com a Resolução nº 7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, com destaque para a definição expressa no Art. 3º:

> A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL/MEC/CNE/CES, 2018, p. 1).

Trata-se de uma experiência pioneira com o uso das Cadernetas no contexto de articular o ensino-pesquisa-extensão, em nível de graduação, que incorpora processos formativos integrados à realidade, em uma práxis dialógica, tendo como eixo estruturante a realidade de conflitos e as estratégias de resistências que articula o trabalho de mulheres quilombolas e camponesas. Faz-se importante destacar que essa dialogicidade só foi possível a partir da parceria com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que facilitou a mobilização e o acompanhamento das mulheres em suas comunidades. Esse contexto corrobora com o que Arroyo (2015) indica sobre os movimentos sociais e a construção de outros currículos e, também, com o que o Art. 5º da resolução supracitada, que indica as concepções que estruturam a prática para as diretrizes da extensão na educação superior, como por exemplo o que traz o seu inciso I "a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social" entre outros (BRASIL/MEC/CNE/CES, 2018, p. 2).

Milanez *et al*. (2018) destacam que a chegada do empreendimento Minas-Rio (*Anglo American*) em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim - Minas Gerais, municípios que tinham como principais atividades o turismo e a agricultura familiar, provocou profundas mudanças na vida da população, principalmente das comunidades rurais localizadas no entorno da mina, marcadas pela desterritorialização, violações de direitos, desestruturação dos laços comunitários e modos de vida, aumento dos índices de violência, sobretudo contra as mulheres, insegurança, falta de água e piora das condições de vida. Os danos sobre os recursos hídricos e a perda de áreas de cultivo, que hoje são terras de propriedade da mineradora, são alguns dos fatores que levaram à redução das atividades agrícolas praticadas por essas comunidades e com consequente redução da segurança alimentar e nutricional dessas populações. Essa realidade se aproxima do município do Serro, com a proposta de expansão minerária pelo Projeto Serro (*Herculano Mineração*) e Projeto Céu Aberto (*Onix Mineração*), como aponta Geisler

(2018), outro conflito ligado à expansão da mineração no Médio Espinhaço.

Agregado a esse contexto de violências e perda de direitos, destaca-se a divisão sexual do trabalho, que estabelece o papel das mulheres na sociedade como responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, faz com que recaia sobre as mulheres a sobrecarga de trabalho gerada pela piora das condições de vida nas comunidades afetadas pela mineração. Essa realidade é invisibilizada, seja pelas relações patriarcais que estruturam a sociedade, seja pelas diversas estratégias adotadas pelas mineradoras de silenciamento das comunidades e ocultamento dos danos provocados nos territórios. Apesar de poucos estudos no Brasil se debruçarem sobre a realidade das mulheres no contexto da mineração, a maioria deles apontam para um protagonismo dessas nas ações de mobilização e organização social que buscam garantir direitos e a reparação dos danos provocados pelas mineradoras (COELHO, 2019; IBASE, 2017; MONTEIRO, 2016; FREITAS, 2016).

Diante desse contexto e do entendimento das Cadernetas Agroecológicas como um instrumento político-pedagógico, a partir do que está explícito em CTA-ZM (2018, p.8), “o uso das cadernetas como ferramenta de ”[...] formação, reflexão e ação na busca da autonomia das mulheres [...]”, o objetivo da pesquisa foi caracterizar o trabalho e a agrosociobiodiversidade manejada por mulheres agricultoras, camponesas e quilombolas dos municípios citados anteriormente, que se encontram em realidade de conflitos com a mineração, tendo como instrumento de coleta de dados, a Caderneta agroecológica.

Neste artigo optamos em apresentar os resultados relacionados à caracterização das comunidades e os valores em espécie revelados a partir das anotações nas cadernetas. Assim, apresentamos a seguir, como se desenvolveu a interlocução entre extensão e pesquisa e os resultados, com foco na análise das anotações nas Cadernetas ocorridas entre junho de 2021 e junho de 2022, por 24 mulheres participantes.

## DESENVOLVIMENTO

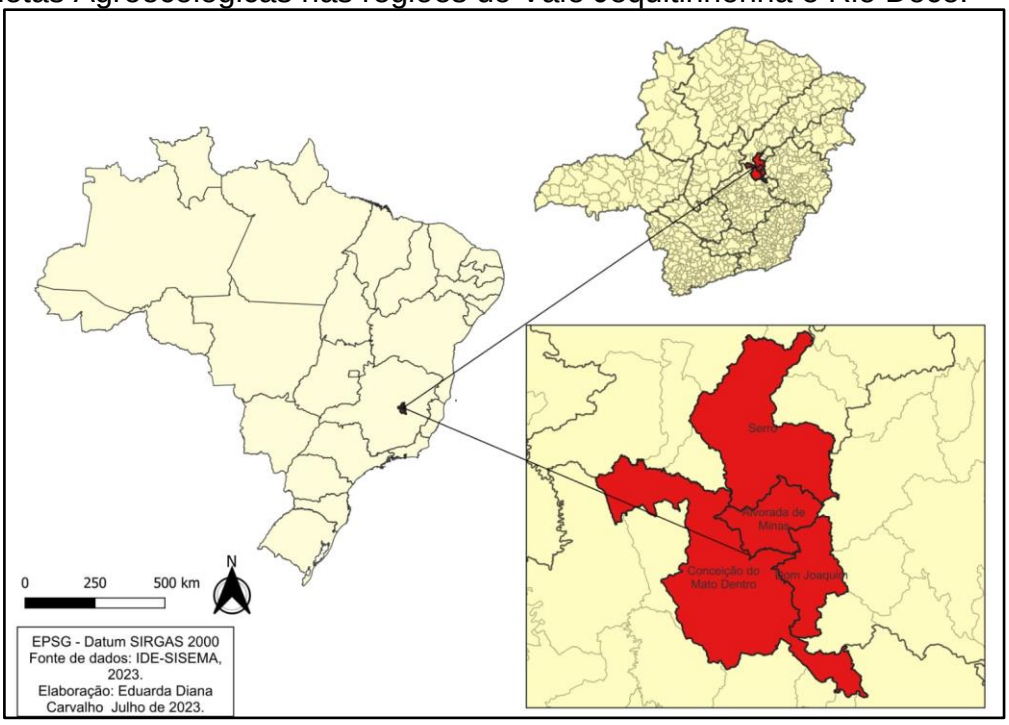
A pesquisa-ação pode ser definida como o estudo de uma situação social com vistas a melhorar a qualidade da ação dentro dela. Segundo Tripp (2005, p.458) a pesquisa-ação emancipatória, tem como meta explícita mudar o *status quo* não só

para si mesmo e para suas companheiras/os mais próximas/os, mas de mudá-lo numa escala mais ampla, incluindo o grupo social como um todo.

A interface com a extensão se efetivou com os projetos selecionados em dois editais Pibexc (01/2021 e 01/2022) da Proexc/UFVJM, denominado “Mulheres Camponesas & Cadernetas Agroecológicas: desvelando trabalho e resistência aos grandes projetos de desenvolvimento”, protocolo Siexc 202210122239166 e 2021101202113166. Essa interface agregou e otimizou recursos e as condições de realização das atividades previstas a partir das fases da pesquisa-ação, incluindo as condições especiais de isolamento social, geradas pela pandemia da Covid-19. O Projeto foi submetido ao Comitê Ética Pesquisa CEP - UFVJM, sendo sua aprovação registrada no Parecer no 5.413.802.

Participaram da pesquisa, 23 mulheres com idade igual ou superior a 18 anos, moradoras dos municípios: 1) Serro: Comunidades Córrego da Gameleira, Quilombo de Queimadas e Quilombo do Ausente; 2) Conceição do Mato Dentro: Comunidade Passa Sete; 3) Dom Joaquim: comunidade Cachoeira; 4) Alvorada de Minas: Comunidade de Ribeirão de Trás. Na Figura 1 está demonstrada a localização dos respectivos municípios.

**Figura 1:** Municípios participantes dos projetos de extensão e pesquisa sobre Cadernetas Agroecológicas nas regiões do Vale Jequitinhonha e Rio Doce.




Fonte: Elaboração própria. 2023.

As mulheres foram selecionadas partir do critério de seleção por conveniência (não amostral), ou seja, participaram aquelas se aceitaram formalizar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que se deu a partir da visita das pesquisadoras aos domicílios das mulheres, respeitando as normas de segurança necessárias para o cenário pandêmico da Covid-19.

O percurso da pesquisa foi organizado em duas etapas: 1) Recrutamento das participantes do projeto de extensão, com distribuição das Cadernetas e orientação sobre o preenchimento das mesmas, sendo também acordada uma data para iniciar a realização da coleta de informações e como as imagens das folhas anotadas seriam enviadas para a coordenação da pesquisa. Nessa visita foram recolhidas as assinaturas do TCLE; 2) Os dados coletados foram enviados à digitadores que transcreveram os mesmos no formato planilha *Excel* e/ou formulário *Google*.

A equipe de bolsistas (extensão e pesquisa) e voluntárias/os da LEC/UFVJM), apoiaram na mobilização, acompanhamento e na sistematização das informações, que se concretizou no banco de dados da pesquisa. Essa equipe foi capacitada para compreender a Caderneta, enquanto instrumento de formação e de pesquisa, assim como para se apropriarem sobre a confecção de planilhas de banco de dados.

Cada página da Caderneta Agroecológica é composta por quatro colunas onde os alimentos cultivados e/ou produzidos são anotados diariamente divididos e conforme o seu destino final: autoconsumo, doação, troca ou venda. É detalhada a quantidade e o valor monetário, a partir de valores que as próprias mulheres indicam. A figura 2 apresenta a caderneta, que foi impressa e encadernada no formato de calendário/agenda em tamanho A4, a partir de autorização concedida pelo CTA/ZM.

Figura 2: Capa Cad. Agroecológica e página interna Cad. Agroecológica.

Fonte: CTA-ZM

No Quadro 1 são apresentadas a distribuição das mulheres segundo comunidade e município:

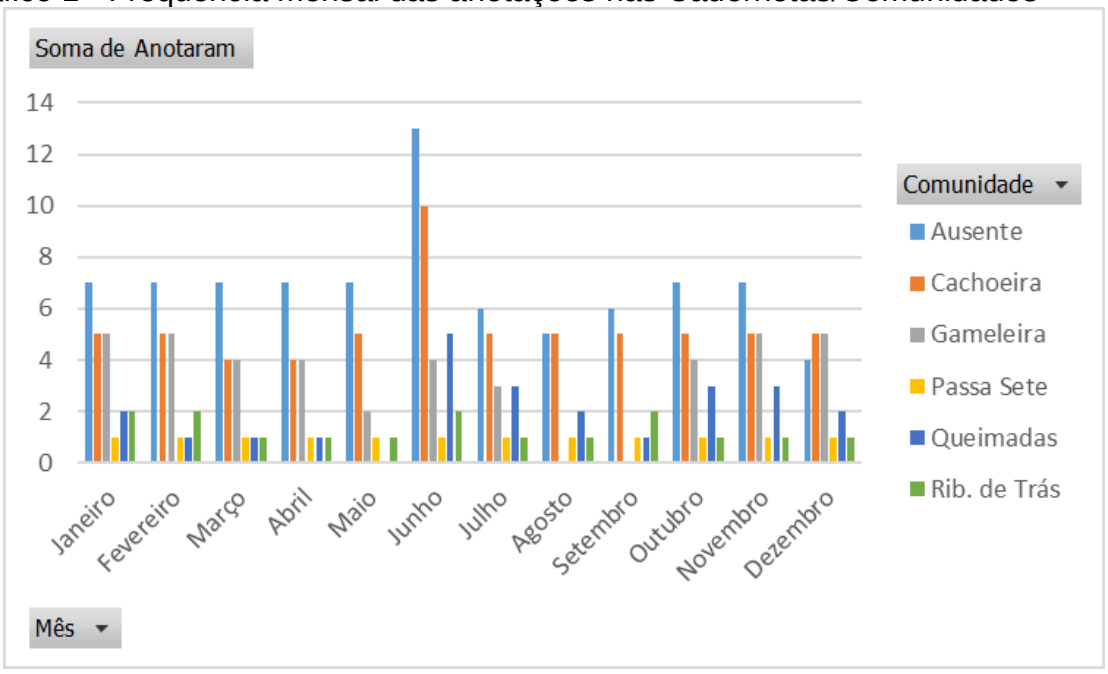
**Quadro 1 - Mulheres e suas respectivas comunidades**

| Comunidade | Município | Mulheres Participantes |
|---|---|---|
| Ribeirão de Trás | Alvorada de Minas | 2 |
| Passa Sete | Conceição do Mato Dentro | 1 |
| Cachoeira | Dom Joaquim | 5 |
| Ausente | Serro | 7 |
| Córrego da Gameleira | Serro | 5 |
| Queimadas | Serro | 3 |
| **Total** | | **23** |

Fonte: Elaboração própria. 2023.

No Gráfico 1 são apresentadas a frequência das anotações mensais e percebe-se algumas variações no número de mulheres que efetuaram os registros em cada mês em algumas das comunidades, mas os dados revelam que em média 18 mulheres mantiveram os registros mensais. É importante ressaltar que são mulheres diferentes que deixaram de anotar em cada mês, o que não inviabilizou a participação delas na pesquisa. Além disso, os meses de Agosto e Setembro de 2021 apresentaram um menor número de mulheres anotando. Essa situação revela as dificuldades no acompanhamento mensal das mulheres por parte da equipe de pesquisadores, situação que foi acentuada pelo isolamento social, reflexo da pandemia da Covid-19.

Gráfico 1 - Frequência mensal das anotações nas Cadernetas/Comunidades




Fonte: Elaboração própria.2023

As falhas nas anotações mensais revelam, em um pequeno recorte, as dificuldades enfrentadas rotineiramente por essas mulheres para conseguirem concretizar as anotações, e que são inerentes à sobrecarga da jornada produtiva e reprodutiva do trabalho e, em algumas situações, revelam a condição de não domínio da língua escrita, o que demanda apoio de membros da família para efetivá-las, além de representar mais uma tarefa  a ser desempenhada.

O Gráfico 1 revela ainda uma oscilação na frequência das anotações das mulheres de  Queimadas e da Gameleira, o que revela a condição dessas mulheres e de suas comunidades, como será possível perceber nas sistematizações a seguir, em que está descrita, de forma breve, a realidade de suas comunidades. Com essa descrição é possível identificar as que estão mais organizadas em relação ao plantio de alimentos, a auto-organização e ao acesso às políticas públicas.

**Revelando um pouco das comunidades**

A Comunidade Quilombola de Ausente, que possui certificado da Fundação Cultural Palmares, está situada próxima ao Distrito de Milho Verde, no Serro, e possui cerca de 100 famílias residentes.  As sete participantes da pesquisa se organizam no Coletivo Agroecológico e/ou na Associação Comunitária. A partir disso, grande parte de suas produções são voltadas para esses espaços vinculados também a Feiras Agroecológicas, ao Bem Criar, Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar. Há cerca de sete anos são orientadas pela EMATER.

A Comunidade Queimadas é um território também remanescente de quilombo e possui certificação da Fundação Cultural Palmares, localizada no Serro. Se organiza com o (MAM) e há anos vive sob as ameaças da mineração de ferro na região. Mais recentemente, a *Herculano Mineração* tomou posse dos ativos minerários da *Anglo American*, tramitando o licenciamento e frequentemente tenta realizar audiências públicas, desrespeitando o direito à consulta livre, prévia e informada da comunidade quilombola. De Queimadas participam três mulheres, muito em razão do momento em que a comunidade vivenciava, ainda amedrontada, pela chegada da mineração. Afinal essa comunidade será diretamente afetada pela atividade minerária. Motivo pelo qual poucas mulheres assinaram o TCLE.

A comunidade Córrego da Gameleira, vizinha a comunidade de Queimadas, também sofre ameaças de desterritorialização, sendo alvo do discurso de desenvolvimento e geração de emprego e renda para os moradores do entorno a partir da instalação da mineração. É nesse cenário desordenado e de muita resistência que atuamos junto às cinco mulheres agricultoras que permanecem na tentativa de garantir saúde às suas famílias, através dos alimentos cultivados em seus quintais. Inclusive, são conhecidas na região pela venda porta a porta. Como já apresentado, a anotação nas cadernetas não é uma tarefa simples, afinal, a maioria das mulheres da comunidade são analfabetas e dependem do esforço de terceiros para concretizar as anotações. No último período, alguns jovens que apoiavam as anotações, se deslocaram para a capital na intenção de trabalhos remunerados e melhores condições de vida, levando à queda das anotações. Além disso, há maior dificuldade de nos comunicarmos com elas pela falta de acesso a internet ou a uma rede de comunicação.

Passa Sete é uma comunidade situada no município de Conceição do Mato Dentro e localizada muito próxima das instalações da Anglo American. Desde 2014 a empresa opera no saque de minério de ferro na região, no intitulado Projeto Minas-Rio. É nesse contexto que uma das participantes, vive e resiste às diversas violências e a tentativas de sua desterritorialização. Sua residência está situada a cerca de mil metros a jusante da barragem de rejeitos e desde 2014 a comunidade sofre com a falta d'água. A agricultora ainda fala do assoreamento e morte do rio e dos peixes, das nascentes que secaram e da perda do lazer. Após muito enfrentamento e luta, a comunidade é abastecida, atualmente, por um caminhão pipa, sem que saibam a procedência e qualidade dessa água.

A Comunidade Quilombola de Cachoeira está situada entre os limites de Dom Joaquim e Alvorada de Minas. Também é certificada pela Fundação Cultural Palmares. Participam cinco mulheres que se organizam na Associação Comunitária de Cachoeira, Xambá e Ribeirão (ASCAXAR). Por disporem de uma organização coletiva, acessam a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), além de diversas outras políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para produção de alimentos, de modo geral. Durante o período de pandemia da Covid-19 as vendas de porta em porta foram maiores na própria comunidade.

Participaram da pesquisa, também, duas mulheres da Comunidade Quilombola de Ribeirão de Trás, pertencente a Alvorada de Minas. A comunidade é também certificada pela Fundação Cultural Palmares e ambas as mulheres integram a ASCAXAR. Por estarem organizadas coletivamente com as mulheres de Dom Joaquim, as duas moradoras de Ribeirão de Trás também acessam a EMATER e outras políticas governamentais. No entanto, uma produz em menor quantidade.

## Revelando valores

A Tabela 2 apresenta em valores monetários o resultado das anotações feitas pelas mulheres, discriminadas por relação econômica e destino final por comunidade. Os valores revelam o fruto do trabalho conjunto dessas mulheres e como eles estão relacionados às atividades familiares de autoconsumo, venda, troca e doação.

**Tabela 2:** Valor total das anotações das mulheres por comunidade durante um ano.

| Comunidades | Consumo | Doação | Troca | Venda | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Ausente | R$ 11.463,25 | R$ 3.442,32 | R$ 11,00 | R$ 20.941,46 | **R$ 35.858,03** |
| Queimadas | R$ 1.061,60 | R$ 460,00 | R$ 15,00 | R$ 1.621,04 | **R$ 3.157,64** |
| Gameleira | R$ 2.351,60 | R$ 1.656,50 | R$ 435,00 | R$ 3.716,00 | **R$ 8.159,10** |
| Passa Sete | R$ 4.246,92 | R$ 3.032,45 | R$ 0,00 | R$ 1.411,00 | **R$ 8.690,37** |
| Cachoeira | R$ 12.748,35 | R$ 2.272,80 | R$ 244,00 | R$ 10.152,10 | **R$ 25.417,25** |
| Ribeirão de Trás | R$ 3.262,00 | R$ 89,00 | R$ 25,00 | R$ 408,00 | **R$ 3.784,00** |
| **Total** | **R$ 35.133,72** | **R$ 10.953,07** | **R$ 730,00** | **R$ 38.249,60** | **R$ 85.066,39** |

Fonte: Elaboração própria. 2023

Notamos que, de modo geral, quando postas na Moeda Real (R$), os valores totais das relações de consumo e venda não destoam intensamente entre si. Apesar dessa última apontar um maior número (R$ 38.249,60), percebemos, em diálogo junto às participantes, que os dados de consumo são subnotificados, como relatado por uma participante: "*Não consegui anotar bem o consumo de casa porque tudo que eu produzo eu consumo. A gente não tem paciência de ficar anotando tudo que pega".* Isso reforça a dificuldade das mulheres, já relatada anteriormente, em anotar rigorosamente, entre os itens produzidos. Situação que corrobora com o apontado por Cardoso

As relações de consumo, doação e troca são consideradas como não monetárias, porque não envolvem nenhuma transação financeira e, por este motivo, são invisibilizadas nas análises

econômicas ortodoxas. Desse modo, a riqueza não monetária produzida pelas mulheres, a partir de uma enorme quantidade de trabalho realizado, é simplesmente desconsiderada na economia. Apenas o valor relacionado à venda da produção tem maior visibilidade. (CARDOSO, 2019)

Em reflexão conjunta com as mulheres a respeito dos resultados de suas anotações, foi possível perceber que a maioria das participantes entenderam que aquilo que produzem e consomem é justamente o que não compram nos grandes mercados, revelando uma economia doméstica gestada por seu trabalho. Ainda, de acordo com a reflexão das mulheres, nos mercados, esses itens costumam ser vendidos a um preço mais alto e com qualidade inferior aos produzidos em seus quintais.

Podemos afirmar ainda que produzir alimentos em diversidade, qualidade e quantidade e consumi-los, além de ser um ato político, é também exemplo da prática da autonomia feminina, que reflete o papel da mulher enquanto promotora da segurança alimentar e nutricional e da saúde de toda a família. Outra constatação fruto das reflexões e relato das mulheres foi a de que os produtos comercializados são os excedentes da produção destinada ao consumo da família.

As agriculturas relataram ainda que em épocas em que há uma redução considerável na produção de alimentos que são justificadas por estarem sujeitas às intempéries (calor ou chuvas intensas, perda de umidade no solo, entre outros) ou ao próprio período de plantio e colheita. Outra participante explicou que a diferença percebida em suas anotações e nos próprios valores durante os primeiros meses do ano se dá pelo fato de não haver muitos produtos para colheita, uma vez que foram recém semeados. Somente no mês de maio e nos meses subsequentes é que esses itens começam a ser colhidos e, consequentemente, registrados nas cadernetas. Essa situação pode ter relação também com a falta de acesso a ações de assistência técnica e extensão rural (ATER). Essas informações podem ser percebidas na Tabela 3, que demonstra as anotações por relação econômica no decorrer dos meses.

Esses fenômenos também podem ser percebidos nas anotações quando se trata do período que antecede a seca ou a própria seca e, num segundo momento, com o início das chuvas, quando ocorre melhor desenvolvimento dos alimentos cultivados.

**Tabela 3 - Valores Mensais totais de acordo com a relação econômica anotada pelas mulheres**

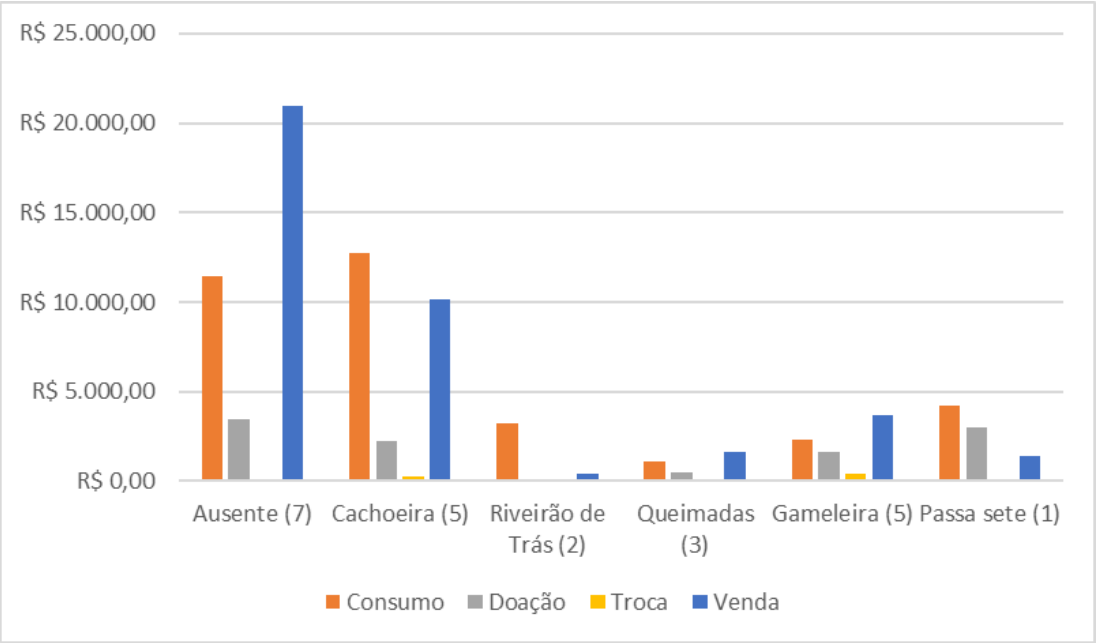
| Mês | Ano | Consumo | Doação | Troca | Venda | Total geral |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Junho | 2021 | R$ 2.774,57 | R$ 1.913,30 | R$ 173,00 | R$ 5.522,96 | R$ 10.383,83 |
| Julho | 2021 | R$ 2.875,10 | R$ 869,05 | R$ 227,50 | R$ 2.695,80 | R$ 6.667,45 |
| Agosto | 2021 | R$ 2.038,65 | R$ 497,37 | R$ 8,00 | R$ 1.948,49 | R$ 4.492,51 |
| Setembro | 2021 | R$ 1.990,00 | R$ 374,50 | R$ 56,00 | R$ 2.434,97 | R$ 4.855,47 |
| Outubro | 2021 | R$ 2.075,00 | R$ 368,00 | R$ 32,50 | R$ 2.670,26 | R$ 5.145,76 |
| Novembro | 2021 | R$ 4.534,70 | R$ 1.001,25 | R$ 15,00 | R$ 2.036,12 | R$ 7.587,07 |
| Dezembro | 2021 | R$ 2.484,30 | R$ 829,30 | R$ 3,00 | R$ 1.868,00 | R$ 5.184,60 |
| Janeiro | 2022 | R$ 2.790,00 | R$ 873,75 | R$ 0,00 | R$ 3.518,00 | R$ 7.181,75 |
| Fevereiro | 2022 | R$ 2.967,50 | R$ 1.260,50 | R$ 40,00 | R$ 2.018,50 | R$ 6.286,50 |
| Março | 2022 | R$ 2.628,75 | R$ 666,00 | R$ 58,00 | R$ 4.671,30 | R$ 8.024,05 |
| Abril | 2022 | R$ 2.461,50 | R$ 966,30 | R$ 25,00 | R$ 2.566,20 | R$ 6.019,00 |
| Maio | 2022 | R$ 2.240,65 | R$ 696,25 | R$ 92,00 | R$ 3.737,75 | R$ 6.766,65 |
| Junho | 2022 | R$ 3.273,00 | R$ 637,50 | R$ 0,00 | R$ 2.561,25 | R$ 6.471,75 |
| **Valores totais** | | **R$ 35.133,72** | **R$ 10.953,07** | **R$ 730,00** | **R$ 38.249,60** | **R$ 85.066,39** |

Fonte: Elaboração própria. 2023.

Os dados revelam ainda uma diferença entre as mulheres que acessam e as que não acessam os programas e serviços governamentais (em diferentes escalas), como a Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), PNAE, PAA, entre outros ou ainda para aquelas que não estão organizadas em associações, cooperativas, coletivos ou em grupos produtivos, de maneira geral.

No Gráfico 2 é possível verificar essas diferenças nos valores por relação econômica e por comunidade, em que valores mais expressivos se destacam para as comunidades de Ausente, Cachoeira e Ribeirão de Trás, que são as que possuem melhor auto organização e acessam os serviços de ATER.

**Gráfico 2:** Valor total por relação econômica expresso por Comunidade




Fonte: Elaboração própria. 2023.

Mesmo diante de diferenças em relação ao número de mulheres e a frequência de anotação em cada comunidade, os dados são um demonstrativo das comunidades melhor organizadas, inclusive politicamente, o que permite o acesso periódico à ATER, por exemplo, nessas comunidades os itens vendidos costumam ser alinhados previamente entre o governo local e as agricultoras, de forma que elas conseguem se organizar melhor quanto ao plantio e colheita dos alimentos.

O resultado da visibilidade do trabalho das mulheres na rotina familiar, proporcionado pela Caderneta Agroecológica, gera impacto na formação das mulheres, incluindo a tomada de consciência sobre suas realidades, com reflexos na auto estima delas, como revela uma fala de uma participante: "*Antes a gente não sabia o que era o pingar do nosso suor, o valor da gota de suor. A gente trabalhava no escuro".*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que a pesquisa aqui relatada é a primeira experiência de aplicação das Cadernetas Agroecológicas no contexto da Bacia do Rio Jequitinhonha e os resultados alcançados corroboram com os de outras experiências com a aplicação dessa ferramenta, pois possibilitou evidenciar a contribuição das mulheres a partir do reconhecimento do seu trabalho e de sua contribuição na economia familiar. Também demonstram o reflexo do trabalho das mulheres na promoção da Soberania e

Segurança Alimentar e Nutricional de suas famílias e comunidades, situação que se revela como de extrema importância diante do quadro de agravamento da fome e da insegurança alimentar que assola o país.

É importante reforçar a importância política pedagógica desse instrumento, que contribui em processos de organização das mulheres, dando visibilidade do trabalho e da renda gerada pelas agricultoras, possibilitado a construção de espaços de trocas de experiências e articulação entre elas, pois possibilita o diagnóstico das realidades enfrentadas pelas agricultoras para a construção de ações que garantam a melhoria das condições de vida, de acesso à renda e a políticas públicas.

Esperamos em próximas publicações trazer informações e análise sobre a agrosociobiodiversidade e os agroecossistemas em que vivem as participantes da pesquisa, contribuindo para reflexões sobre a realidade das mulheres do campo e, assim, apoiar a construção de estratégias que vão ao encontro da promoção da autonomia, da auto organização e do reconhecimento e valorização do trabalho das dessas mulheres camponesas e quilombolas.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Os movimentos sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil. n.55, p. 47-68. jan./mar. 2015. Editora UFRR.

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Superior. RESOLUÇÃO Nº 7, de 18 de Dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

CARDOSO, Elisabeth et al. Guia metodológico da caderneta agroecológica. Recife: FIDA, 2019.

COELHO, Paula Sassaki. Mulheres e mineração: protagonismos e narrativas de mulheres acerca dos impactos e das mudanças vividas em Conceição do Mato Dentro a partir do empreendimento Minas-Rio. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia**: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020. Salvador, BA. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2020.

FREITAS, Ana Luisa Queiroz. Gênero, Território e Mineração: um estudo sobre o protagonismo feminino em conflitos socioambientais no Morro D'água, Catas Altas – MG. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1983.

MILANEZ, B. et al. Transformações Socioambientais e Violações de Direitos Humanos no Contexto do Empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

MONTEIRO, Bernadete Esperança. Contribuições da auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais do Norte de Minas Gerais na resistência à mineração. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2016.

RODY, Thalita; TELLES, Liliam (Organizadoras). **Caderneta agroecológica** : o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas. Viçosa, MG. Editora Asa Pequena, 2021.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

# GT5

# CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, DINÂMICAS ESPACIAIS E AS INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

**COORDENADORES**

**MIREYA VALENCIA - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)**

**ARILSON FAVARETO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC)**

**Introdução**

Nos últimos anos houve uma ascensão do discurso sobre desenvolvimento sustentável e sua aplicação à escala territorial – cidades sustentáveis, territórios sustentáveis, objetivos do desenvolvimento sustentável em escala planetária. Em boa parte destas narrativas os processos de desenvolvimento e o qualificativo sustentável são tomados como um ideal normativo, um estado a ser alcançado. O papel da pesquisa em tal contexto consiste justamente em evidenciar o quão próximo ou distante se está deste ideal normativo e a identificação de quais são os processos por meio dos quais os territórios estruturam, vivenciam ou equacionam seus conflitos econômicos, sociais, ambientais e políticos. O GT Conflitos socioambientais, dinâmicas espaciais e as instituições e políticas do desenvolvimento territorial tem, nesses marcos, quatro objetivos:

a) Identificar as tendências, os conflitos e as contradições que emergem dos processos sociais concretos de apropriação, uso e organização do espaço nos marcos do capitalismo contemporâneo, com especial atenção para os conflitos socioambientais.

b) Refletir sobre a manifestação territorial destas tendências, conflitos e contradições em escalas distintas, em especial naquilo que diz respeito às novas formas das relações entre o rural e o urbano, e entre os processos multiescalares que vinculam os espaços locais e seus atores com processos e forças sociais extralocais como o comércio internacional, a regulação estatal e os agentes do capital financeiro e agroindustrial;

c) Analisar a repercussão disto para as instituições e as práticas de planejamento territorial, seja sob a forma de políticas explicitamente territoriais, ou naquilo que diz respeito às demais políticas e programas que buscam formas de

espacialização dos seus investimentos ou de gestão, incentivo ou regulação do tecido social e econômico dos territórios rurais.

d) Como corolário aos objetivos anteriores, identificar desafios teóricos e empíricos relacionados aos estudos rurais, especificamente naquilo que diz respeito a uma renovação das práticas e das pesquisas inspiradas pelo chamado enfoque territorial.

Com o propósito de organizar o debate e reflexão sobre estes temas e questões, e tendo por base os trabalhos submetidos ao GT esta tentativa de síntese está organizada em três sessões. A primeira toma por base os cinco trabalhos que evidenciam, em escalas distintas, ***conflitos socioambientais*** pelo uso e apropriação desigual dos recursos naturais. A segunda traz considerações a partir de outros quatro trabalhos situados no campo ***das alternativas para o desenvolvimento territorial,*** envolvendo novas formas de relacionar-se os sistemas sociais com os sistemas naturais. Por fim, o terceiro bloco se apoia nas ideias trazidas por três artigos que apresentam um conjunto mais amplo de temáticas organizadas em torno das ***políticas públicas territoriais e regulação***. Ao final de cada seção e nas páginas finais são pontuadas algumas reflexões para o debate.

## 1. Conflitos socioambientais

### 1.1 Questão ecoagrária: mudanças climáticas, desmatamento e grilagem verde

Com o objetivo de formular uma nova questão ecoagrária em seu artigo **questão ecoagrária: mudanças climáticas, desmatamento e grilagem verde,** Sergio Sauer reconhece a importância das medidas de apoio e assistência técnica definidas pelos organismos internacionais para diminuir as emissões de gases estufa e as altas taxas de desmatamento nos países exportadores de commodities. No entanto, identifica como o problema fundamental a reprodução de relações de dominação (política) e exploração (econômica) onde o “Norte consumidor” determina as regras do “Sul produtor”, reforçando a dependência histórica e a dominação centro-periferia. Particularmente para

o caso brasileiro e conforme dados citados pelo autor, além de não alcançar as metas dos ODS 1 (pobreza) e 2 (fome), no Brasil houve retrocesso na promoção de uma agricultura sustentável com o aumento do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, crescendo este último 35% entre janeiro e maio de 2023. Os preços internacionais têm favorecido a expansão da fronteira agrícola junto com a expansão das pastagens e da extensão mineral nos biomas Amazônia e Cerrado. Junto com isso Sauer identifica três fatores que favoreceram a concentração fundiária permitindo a grilagem e a grilagem verde: alteração de marcos legais florestais e fundiários flexibilizando regras e leis levando à expansão da fronteira agrícola, a mercantilização e a privatização da terra e dos bens naturais; agendas verdes como a regularização da Reserva Legal e da vegetação nativa nas propriedades privadas, com base na narrativa da sustentabilidade ou economia verde; a ação feita por grandes fazendeiros de desmatamento e queimadas. Por fim, a formulação de uma nova questão ecoagrária coloca-se no reconhecimento de organizações populares e movimentos sociais no campo que buscam justiça ambiental e soberania alimentar, cobrando dívidas climáticas, exigindo mudanças nas trocas ecológicas desiguais e na acumulação extrativa agrária, praticando a conservação e a Agroecologia, e outros usos sustentáveis da terra.

### 1.2 - 200 anos de (RE) existência: o racismo ambiental vivenciado no quilombo Paratibe (PB)

A partir de um estudo de caso e levantamento bibliográfico, Renally Evelyn Barros dos Santos, se propõe analisar **o racismo ambiental vivenciado no quilombo Paratibe (PB),** território com um processo moroso de titulação que favoreceu a especulação imobiliária e aprofundou a deslegitimação da identidade quilombola frente aos interesses privados. Composta por 114 famílias, a comunidade quilombola Paratibe tornou-se um bairro periférico de João Pessoa. Sua história, datada desde 1855, mostra que ao longo do tempo não houve um processo de atualização da titularidade da terra nem de regularização do território. Esse fenômeno levou à privatização de grandes partes do território Paratibe gerando problemas socioambientais e o desconhecimento pelas empresas privadas e o Estado da população do quilombo e seu vínculo com os recursos

naturais do território (mangue, Rio Padre, praias e mata). Esse desconhecimento é o que leva a autora a definir essa situação como um caso de racismo ambiental, o qual, citando Rangel (2016) evidencia que os grupos racializados são mais impactados pelos danos ambientais. Conclui que o termo racismo ambiental aprofunda o conceito de injustiça ambiental onde, além da classe, permite observar a raça e etnia dos grupos que sofrem as injustiças socioambientais.

### 1.3 - Sem Território e Sem Água: um olhar da Transposição do Rio São Francisco

Apresentado como um caso exemplar de desterritorialização, Paulo Romário de Lima, Ramonildes Alves Gomes e Larissa Padilha de Brito, relatam a situação das famílias agricultoras residentes na Vila Lafayette, deslocadas compulsoriamente por causa da construção do Eixo Leste da Transposição do rio São Francisco na cidade de Monteiro-PB. Para os autores essas famílias passaram por um processo de desterritorialização pela descontinuidade da ligação com o território, embora com exercício de luta pela manutenção de uma identidade, e de reterritorialização superando as adversidades impostas com estratégias coletivas de sobrevivência. Trazendo os depoimentos das pessoas entrevistadas na Vila, evidenciam o enraizamento desses indivíduos em seus territórios de origem; as dificuldades no processo de deslocamento para a Vila pela pressa com que a situação foi conduzida; as promessas feitas e a falta de compromisso do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional; a falta de alternativas à Vila; a infraestrutura construída (posto de saúde e parque) sem recursos disponíveis para sua manutenção e funcionamento. Segundo os depoimentos há famílias mais adaptadas que outras na Vila levando os autores a concluir que o processo de desterritorialização e, sobretudo, de reterritorialização não aconteceu e não acontece de forma homogênea, linear, nem é igual para todos, mesmo porque a situação anterior ao reassentamento já era marcada por diferenciações.

### 1.4 - Imagem verde para o setor canavieiro? A construção de novas ordens de justificação

O trabalho de Weldja Marques da Silva Lima discute as estratégias de justificação em torno à questão ambiental utilizadas pelo setor sucroalcooleiro do estado de Alagoas. Um ponto destacado pela autora é que as plantações de cana são vistas nas fronteiras de unidades de conservação, áreas de proteção ambiental e de assentamentos e acampamento de luta pela reforma agrária. Exercem uma pressão ecossistêmica, geram assimetrias na apropriação dos recursos territorializados e impulsionam a ocorrência de conflitos entre distintos sujeitos e lógicas de atuação. A pesquisa mostra como o conjunto de práticas estruturadas pelo setor canavieiro opera como um dispositivo de *justificação* frente às críticas de organizações internacionais e movimentos sociais que defendem a preservação do meio ambiente. Embora a crítica seja incorporada e sejam estabelecidos acordos pelos grupos empresariais a ambientalização aparece como uma contraofensiva. As questões ambientais são internalizadas nos cálculos capitalistas sem abandonar a lógica produtivista que valoriza o esverdeamento da marca e sua legitimidade no mercado e na sociedade. São desqualificados os conflitos na apropriação dos territórios e reafirmada a imagem moderna, sustentável e ambientalmente justa do setor sucroenergético.

### 1.5 - Uma discussão sobre a gestão socioambiental na Guiné-Bissau

Farã Vaz problematiza duas perspectivas de conservação ambiental. Aquela proveniente das cosmovisões ancestrais existentes nas tabancas e uma segunda baseada na racionalidade dominante, produto da globalização e expandida por organizações não governamentais e o Estado. Nessa última, há uma relação imperial na qual o Ocidente propõe como se relacionar com o meio ambiente e o Sul deve aplicar essas proposições. A concepção de conservação ambiental racional ignora sistematicamente as causas profundas da crise ambiental e determina, sobre as pessoas, políticas de conservação com o seu mito de separação entre a natureza e as pessoas. No texto, Farã enfatiza que as tabancas são forjadas a escutar e são pouco ouvidas levando a apagar traços de saberes ou práticas locais que suas populações possuem. O autor sugere uma perspectiva interdisciplinar para abordar a gestão ambiental e defende a necessidade de determinar zonas ambientais a partir da compreensão dos eixos

culturais e modos de produção local - não deve ser reservada uma narrativa única, ancorada no racionalismo universal e isolada de saberes locais; mas também reconhece que apenas estes saberes locais seriam insuficientes. Portanto, o saber local e o saber técnico demandam novos pontos de diálogos, contextualizados.

### 1.6 – Temas recorrentes e questões para um diálogo

Como se pode observar, neste eixo de agrupamento de artigos há, a presença de temas que vêm sendo enfatizados na literatura sobre conflitos: (in)justiça ambiental, racismo ambiental, processos de desterritorialização e reterritorialização decorrentes de assimetrias de poder entre atores locais e extralocais. São relatados casos exemplares de situações nas quais os conflitos produzem, como de praxe, exclusão e formas de resistência e adaptação de populações locais em situação de maior vulnerabilidade frente a estas forças exógenas ao território original.

Outro agrupamento temático traz contribuições que mostram, por sua vez, como algumas destas práticas que geram conflitos se fazem “por dentro” do léxico ambientalista, o que acaba por funcionar como uma tentativa de legitimação, algo que se expressa tanto nas tensões entre o Norte e o Sul global, como no discurso empresarial. Isso traz novas exigências tanto para a prática social, pois se décadas atrás a vinculação ao discurso ambientalista era mais identificada com a contestação ao modelo dominante e produção, como também ao mundo científico, pois talvez signifique a necessidade de um aprimoramento de ferramentas de análise para dar conta de diferenciações internas ao campo dos atores dominantes.

Algumas questões que podem ser úteis ao debate são: a) em que medida os processos de resistência e reterritorialização têm revelado novas estratégias e novos repertórios discursivos ou de mobilização por parte das populações mais afetadas por conflitos?; b) é possível identificar, nessas estratégias e repertórios, elementos que apareçam mais associados a um melhor (re)posicionamento desses grupos?; c) quais são as repercussões das adaptações discursivas de atores dominantes, incorporando critérios ambientais, para a heterogeneidade deste campo – é possível falar em tensões internas entre aqueles que aderem ao discurso ambiental, mesmo com práticas

discutíveis ou condenáveis, e aqueles que resistem até mesmo a dialogar com essa agenda?; d) quais são as questões que permanecem em aberto para um aprofundamento ou eventual renovação do campo de estudos sobre conflitos socioambientais territoriais?

## 2 – Alternativas para o desenvolvimento territorial

### 2.1 Desafios à exploração sustentável da sociobiodiversidade como vetor de desenvolvimento de territórios rurais no Brasil

Carolina Galvanese, Fabio Grigoletto e Bruno Puga, analisando dois casos específicos localizados no bioma Mata Atlântica propõem um quadro analítico para compreender possibilidades e entraves para a consolidação da exploração sustentável da sociobiodiversidade. Para isso, referenciam três conjuntos de abordagens teóricas e políticas e assinalam as diversas racionalidades, objetivos e recomendações neles contidos. O primeiro encontra-se no grupo dos Arranjos Produtivos Locais (APL), exemplificado pelo APL para o aproveitamento da Juçara, no Vale do Ribeira. Entre os pontos de destaque assinalados pelos autores está o viés produtivista dessa abordagem, com ausência de formas de governança para sua implementação. Em decorrência, propõem considerar as características dos ambientes institucionais dos territórios e as heterogeneidades de estruturas, instituições locais e capital social que condicionam sua implementação. O segundo grupo corresponde aos Sistemas Agroalimentares considerados como arranjos territoriais conformados a partir das interdependências que os configuram e exemplificados pelo fomento da produção da polpa de juçara ofertada na merenda escolar. No entanto, essa ação enfrenta dificuldades relacionadas a questões de assistência técnica, regulamentações e questões sanitárias envolvidas nessa produção que não são equacionadas por essa política de compras públicas. O último grupo apresentado pelos autores agrega abordagens que priorizam a conservação ambiental nas estratégias ligadas à sóciobiodiversidade, como o pagamento por serviços ambientais. Essa abordagem é exemplificada com o programa que valoriza certas práticas de manejo em detrimento de outras - Pró-Juçara da Fundação Florestal (SEMIL-SP). O questionamento centra-se na necessidade de ir além de instrumentos e incentivos

puramente econômicos guiados pela ênfase exclusiva da conservação. Para tanto, os autores, apoiados em literatura sobre o tema, sugerem ações que envolvem, também, uma melhor compreensão da complexidade inerente às realidades locais em termos históricos, sociais e culturais. Por fim, o trabalho conclui convidando à construção de uma perspectiva analítica crítica que ajude na compreensão de que esses recursos da sociobiodiversidade são muito mais que simples ativos e vantagens comparativas prontas ao aproveitamento econômico. São elementos que compõem uma rede de relações sociais histórica e territorialmente situadas, cujo potencial de realização depende de mudanças institucionais e de intervenções robustas a elas direcionadas.

### 2.2 - Parece mais uma história sobre queijo, mas é bem mais do que parece

Neste artigo, Jorge Guimarães dos Santos Junior, Marja Zattoni Milano e Ademir Antonio Cazella, resgatam a história do Queijo Artesanal Serrano (QAS). Partindo da premissa que o Brasil é um país rico em sociobiodiversidade e recursos territoriais específicos enfatizam o acúmulo de produtos e serviços que materializam o sincretismo de saberes na culinária carregada de história e vinculada com o povo e o território. Uma evidência disso é o QAS. Na perspectiva de ilustrar os distintos tipos de famílias produtoras do QAS os autores caracterizam essa produção como: queijo selo, queijo informal e o queijo herança. Essa coexistência complexifica o sistema produtivo trazendo implicações para as estratégias de desenvolvimento rural sustentável. No primeiro caso, há uma Marca Coletiva Sabor Serrano que regularizou cerca de 70 agroindustrias familiares. Apoiados em outros estudos, mostram como essa marca incorpora recursos territoriais e imateriais específicos como o saber-fazer. A informalidade na produção do QAS se deve, em parte, à incerteza da sucessão familiar que leva à pouca motivação para investir financeiramente na prática produtiva. E é o mercado informal que mantem a tradicionalidade, na qual as políticas que visam o desenvolvimento se ancoram. Por fim, ao se referir à herança, os autores indicam vários fatores que colocam em risco o saber-fazer do QAS como a dependência de insumos externos, novas tecnologias, a migração dos jovens, as exigências sanitárias. Segundo a pesquisa de campo, o QAS não gera tanto lucro em decorrência do enquadramento na legislação sanitária e o custo do

cumprimento das exigências da legislação é, muitas vezes, impeditivo para a maioria das famílias agricultoras. Uma das conclusões da pesquisa é que o QAS não pode promover, sozinho, o desenvolvimento do território estudado, mas pode ser um caminho de visibilidade para outros recursos específicos e para a diversidade de atores sociais existentes.

### 2.3 - Desafios para os sistemas agroflorestais (SAFS) no Vale do Paraíba Paulista: reflorestamento e geração de renda

Renata Egydio de Carvalho, José Maria Gusman Ferraz, Antonio Carlos Pries Devide, descrevem no artigo a pesquisa realizada no marco da Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba cujo objetivo foi avaliar as diferentes formas de implantação de Sistemas agroflorestais no Vale do Paraíba, os modelos utilizados e sua capacidade de conservar a biodiversidade, melhorar o ambiente e prover geração de renda com produtos da Mata Atlântica. Despois de ilustrar o debate com o percurso da degradação e restauração da Mata Atlântica no Vale do Paraíba, os autores apresentam dados resultantes de 71 questionários respondidos por pessoas que participam da Rede Agroflorestal. E, finalmente, concluem que os principais sujeitos envolvidos na produção agroflorestal são ligados à reforma agrária ou pessoas que desempenham diversas atividades econômicas, muitas vezes sem terem como principal fonte de renda a produção agroflorestal. Os sistemas agroflorestais são geralmente sistemas rentáveis, diversificam os alimentos que os agricultores consumem, são um investimento de longo e curto prazo e o que custa é a transição agroflorestal, que leva tempo e que deve ser apoiada, principalmente nas condições de degradação que os agricultores encontraram o solo antes da implantação dos SAFs.

### 2.4 - Mercados imersos como promoção de desenvolvimento territorial: o caso do Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca

A pesquisa desenvolvida por Camila Eduarda Viana, Fabiana Thome da Cruz e Valdir Frigo Denardin se localiza no Vale de Ribeira (SP), especificamente na

comunidade Quilombola Ribeirão Grande, onde estudaram três grupos de venda de alimentos formados pelas mulheres desse quilombo. Para a análise, os autores mobilizam o conceito de mercados imersos e concluem que, nessa comunidade, tais mercados promovem a valorização e reprodução da cultura e da história do Quilombo, aumentam a renda das famílias e contribuem com a maior autonomia e protagonismo feminino, maior sustentabilidade ambiental e fortalecimento da agricultura familiar. Esses grupos de venda de alimentos surgem em 2015 graças ao apoio da ONG Sempreviva Organização Feminista (SOF) e são dirigidos a grupos de consumo responsável em São Paulo (SP). A construção desses mercados tenta vencer as dificuldades para acessar mercados convencionai e, o arrefecimento dos mercados institucionais a partir de 2013, além dos entraves para se manter nos mercados de proximidade (entrega direta).

**2.5 – Temas recorrentes e questões para um diálogo**

Neste segundo eixo de debates do GT, voltado à análise de alternativas de desenvolvimento territorial, os trabalhos apresentados se concentraram no exame dos alcances e limites de um conjunto de modalidades de uso econômico da natureza que deveriam significar, junto à viabilização de formas de renda para os agricultores e demais segmentos da população envolvida, a valorização do território e seus atributos. Chama a atenção a diversidade de categorias, tecnologias e estratégias que são mobilizadas com esse intenso: de arranjos produtivos locais, passando por sistemas agroflorestais, marcas territoriais entre outros. Mas destaca-se, também, a recorrência de problemas e dificuldades apontados desde a emergência dessa literatura, mais de duas décadas atrás: a inadequação de instrumentos perante as características do tecido social local; o caráter limitado ou parcial dessas iniciativas em converter-se no principal vetor de desenvolvimento territorial (ambição controversa, por certo, mas muitas vezes presente na literatura).

Entre as questões que podem ser objeto de aprofundamento estão: a) para além do registro dos limites evidenciados pelos casos, seria possível identificar também fatores de êxito nas experiências analisadas?; b) a que se atribui a dificuldade em transformar a

identificação desses fatores limitantes (e eventualmente também os de êxito), em inovações mais consistentes nos instrumentos de apoio a tais tipos de iniciativas?; c) quais são as questões que permanecem em aberto para um aprofundamento ou eventual renovação do campo de estudos sobre essas experimentações produtivas associadas à promoção do desenvolvimento territorial?

## 3 - Políticas públicas territoriais e regulação.

### 3.1 - O Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento rural, avanços e limites na Macrometrópole Paulista

Luciana Travassos, Anna Kaiser Mori e Gabriel Machado Araújo debatem o papel do Plano Diretor como principal instrumento de planejamento territorial à disposição dos municípios. Depois de discutir o lugar do município no arranjo federativo brasileiro, o trabalho questiona a ausência de subsídios ou ferramentas no Plano Diretor e no Estatuto da Cidade para pensar o território rural dos municípios.

Essa questão é abordada pelos autores desde uma perspectiva conceitual e outra normativa. Para o primeiro caso, mencionando a literatura dos estudos rurais, indica a necessidade de entender o rural como uma das formas territoriais específicas da vida social e, portanto, parte de um processo dinâmico que deve ser incorporado no processo de planejamento governamental. O segundo, de viés normativo, apresenta duas discussões: o alcance transformador dos instrumentos de ordenamento territorial e as condicionantes que afetam as diretrizes municipais para o território rural. Na segunda seção do artigo se faz uma leitura de 33 Planos Diretores de municípios da Macro Metrópole Paulista, escolhidos conforme critérios claramente especificados no texto, entre os quais se encontram os municípios classificados como de características marcadamente rurais e outros em situação intermediária (a terceira situação seria a dos grandes municípios, de características essencialmente urbanas, remetendo a tipologia cunhada por José Eli da Veiga duas décadas atrás e posteriormente revista também pelo IBGE). A partir dessa análise, entre outras conclusões, propõe-se a estruturação de um Estatuto do Território, por exemplo, que tivesse como função prioritária a articulação de

níveis federativos, escalas territoriais e setores de atividade, considerando a grande riqueza representada pela heterogeneidade territorial brasileira, que se reproduz nas mais variadas escalas.

### 3.2 - Justificações da adoção do enfoque territorial nas políticas públicas rurais: o protagonismo da Bahia

Tendo como principal marco de análise a teoria das justificações, Carolina Schiesari e Paulo Eduardo Moruzzi Marques estudam a adoção da abordagem territorial pelo Brasil e, especificamente, pelo Governo do Estado da Bahia. Após resenhar a obra *A Justificação: sobre as economias da grandeza*, de Boltanski e Thévenot, o trabalho apresenta análise de discursos governamentais para identificar as bases de justificação e as formas de comprovação da adesão ao enfoque territorial. Dessa forma, assinalam que o combate à desigualdade social, à pobreza e à fome, enquanto prioridades de governo, estão inscritos na perspectiva de ordenamento cívico, conforme destacado no discurso de posse do primeiro mandato do Presidente Lula (2003). De igual forma, concluem que, no meio rural, pode-se dizer que a primeira forma com conotação de comprovação da justiça cívica foi a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), já no ano de 2003. A SDT foi incumbida de elaborar a primeira política territorial de desenvolvimento do país, o PRONAT, com dispositivos participativos, entendido como prova de verificação de vontade política cívica. De igual forma analisam o caso da Bahia e enfatizam que a vontade política e a sinergia dos governos federal e estadual em relação aos problemas comuns e o entendimento de que a ação coletiva e a participação social são fundamentais na gestão pública, principalmente para a promoção da inclusão social, favoreceram a implementação do enfoque territorial na Bahia. Este, por sua vez, ganhou mais força, a partir da legalização do uso dos Territórios de Identidade como referência para o planejamento do Estado. Na conclusão, os autores afirmam que, no mundo rural, como forma de comprovação do discurso orientado por esta ordem cívica de justiça, além da defesa de eleições democráticas, a implementação do enfoque territorial ocupa lugar de destaque como modalidade que pode permitir alcançar o interesse coletivo, tanto no nível nacional, como estadual.

### 3.3 - Trajetória do desenvolvimento territorial da região Oeste do Paraná: colonização, modernização e ecologização da agricultura

Karini Aparecida Scarpari e Alfio Brandenburg discutem os processos de desenvolvimento territorial no Oeste do Paraná descrevendo três momentos dessa trajetória que começa com a colonização, com a chegada das empresas madeireiras, segue a modernização agrícola, e chega até a ecologização da agricultura, processo que começa na década dos anos 1990 conforme relatado no texto, até os processos de transição ecológica do sistema agroalimentar territorial. Esse processo é liderado por um conjunto de organizações, públicas e privadas, estruturadas em redes que visam alternativas que ajudem a vencer os problemas gerados pela modernização agrícola e a construção da Hidrelétrica de Itaipu. A partir da análise feita e reconhecendo a importância da ecologização da agricultura no marco de uma proposta de desenvolvimento territorial sustentável, questionam essa perspectiva pelos desafios teóricos e empíricos que apresenta, sobretudo em relação à horizontalidade desses processos, a autonomia dos agricultores familiares em decidir seu próprio sistema de produção e comercialização (principalmente nos territórios indígenas e nos assentamentos de reforma agrária).

### 3.4 – Temas recorrentes e questões para um diálogo

Neste terceiro e último agrupamento de textos há uma maior dispersão temática, enquanto nos anteriores houve maior recorrência ou convergência de temas. Um dos artigos aborda os instrumentos de planejamento municipal usualmente aplicados ao meio urbano, discutindo sua aplicação aos espaços rurais – algo que inova frente à tradição dos estudos rurais em concentrar a análise no exame de políticas explicitamente rurais. Outro dos artigos examina o importante caso do governo baiano, que hoje representa a mais longeva política de desenvolvimento territorial do Brasil e, possivelmente, da

América Latina. E o terceiro, por sua vez, enfatiza uma trajetória de desenvolvimento territorial relevante.

Sobre este tema – das políticas de desenvolvimento territorial e das formas de regulação – chama a atenção o declínio dos estudos a isso dedicados, à esteira do desmonte deste tipo de iniciativas na esfera federal no decorrer dos últimos dez anos. Se por um lado se poderia argumentar que a não existência de programas e políticas territoriais na esfera federal é suficiente para se entender a perda de prestígio deste objeto de estudo; por outro lado isso significaria também uma heteronomia do campo dos estudos territoriais, que estaria sendo excessivamente guiado pelos ventos conjunturais do país? Ou isso seria indicativo de algo ainda mais profundo, a saber, o fracasso mesmo da retórica territorial como modelo para a organização de políticas públicas. Mas, se for esse o caso, como dialogar com a ênfase em aspectos territoriais trazidas pelos dois blocos de discussão anteriores?

Outras questões que podem ser postas para o debate sobre este tema são: a) uma eventual retomada de políticas territoriais poderia se basear em quais aprendizados da primeira geração, experimentada na primeira década deste século e continuada em casos isolados como no Piauí e na Bahia?; b) quais as possibilidades, as dificuldades e os caminhos para, como sugerido em um dos textos, aproximar instrumentos de políticas territoriais urbanas das especificidades das áreas rurais?; c) mesmo na ausência de políticas explicitamente territoriais, que lições a literatura das ciências sociais aplicadas ao rural podem ser oferecidas para se pensar o aprimoramento da dimensão territorial do regramento institucional e da regulação dos territórios no Brasil (que perpassam diferentes e variados instrumentos)?; d) que temas ou questões ainda permanecem em aberto e mereceriam maior atenção dos pesquisadores dedicados ao estudo das relações entre políticas públicas, regulação e territórios?

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ: COLONIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E ECOLOGIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Karini Aparecida Scarpari[1]
Alfio Brandenburg[2]

GT 5 - Conflitos socioambientais, dinâmicas espaciais e as instituições e políticas do desenvolvimento territorial.

## RESUMO

O reconhecimento da crise socioambiental é uma oportunidade de refletir sobre o papel da agricultura familiar para o desenvolvimento territorial sustentável. Desse modo, o trabalho discute os processos de desenvolvimento territorial na região Oeste do Paraná. Utilizando a pesquisa bibliográfica fez-se uma análise a partir de uma abordagem histórico-crítica num exercício de interpretação e representação dos fatos elencados cujo objetivo é entender como os processos de transição da matriz produtiva em curso transpõem o debate sobre o desenvolvimento territorial sustentável e quais são os limites. Para isso, a trajetória territorial é apresentada em três momentos: colonização, modernização agrícola e a ecologização da agricultura. Por fim, verificamos que a ecologização da agricultura é orientada por novos arranjos territoriais com foco na trasição produtiva alinhados a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável. Contudo, falta mensurar o grau de autonomia dos agricultores no que se refere a tomada de decisão sobre seus sistemas produtivos.

Palavras-chave: Dinâmicas espaciais, Desenvolvimento Rural Sustentável, Agroecologia.

## INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1940-70 a região Oeste do Paraná vivenciou sussecivas dinâmicas espaciais que compreendem: a expansão da fronteira agrícola, também chamada marcha para o Oeste; a política agrícola de inserção do pacote tecnológico trazidos pela revolução

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) na Universidade Federal do Paraná (UFPR), karini.scarpari@gmail.com.
[2] Atualmente é professor titular sênior da Universidade Federal do Paraná, com participação nos Programas de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) e Sociologia, alfiob@hotmail.com.br.

verde; e a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Todos esses projetos foram implementados pelo Estado brasileiro sob a justificativa de proteção das áreas de fronteira via ocupação territorial, da modernização do campo e, por último, de desenvolvimento da matriz energética.

A colonização do Oeste do Paraná inícia com a chegada de empresas madeireiras que passam a se instalar na região encarregadas de derrubar a mata e vender a madeira para em seguida lotear as terras e vender aos colonos vindo do Sul do país. Somado-se a isto tem-se a implantação do projeto de construção da hidrelétrica de Itaipu na fronteira do Brasil com o Paranguai que ocasionou a inundação de uma parcela de terras agrícolas da região e a modernização agrícola. De acordo com Zanoni e Raynaut (2015), esse processo provocou problemáticas socioambientais como, por exemplo, o desflorestamento de 83% da cobertura vegetal original e a desapropriação forçada dos agricultores familiares de suas terras. Conforme os autores, o resultado desse processo foi o desaparecimento de 93% dos agricultores familiares dedicados a produção de subsistência e a substituição de culturas alimentares por culturas agroindustriais.

Não é dificil de se imaginar que com tantas transformações acontencendo num curto espaço de tempo na região Oeste do Paraná, esta viria a se tornar palco de inúmeros conflitos socioambientais, sobretudo na década de 1980, quando ocorre a formação do reservatório de Itaipu que obrigou muitos agricultores a abandonarem as suas terras. Contudo, mediante as ações deliberadas pelo Estado brasileiro que se alinhava aos interesses do capital produziu reações entre os agricultores da região. Assim, os agricultores familiares locais começaram a se mobilizar em busca dos seus direitos e formaram o MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná)[3]. O MASTRO serviu de exemplo para a organização dos trabalhadores rurais sem terra de varias regiões até da criação, em 1984, do Movimento Sem Terra (MST) no município de Cascavel, no Paraná, que unificou a luta pela reforma agrária no País.

Na década de 1990 uma mudança no enfoque sobre o desenvolvimento rural no Brasil passou a ganhar espaço na arena política de modo que outras abordagens foram ganhando cada vez mais legitimidade, como as discussões em torno da agricultura familiar e do seu

[3] Para saber mais sobre o MASTRO consultar MORAES JUNIOR, Leozil Ribeiro de. Mastro: a formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990). 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira (Scheneider, 2010). A crise socioambiental levou ao reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria chave para o desenvolvimento territorial, capaz de empregar formas de produção e consumo que estabeleçam um equilíbrio entre os seres humanos e a natureza. Assim, a agricultura familiar por meio das agriculturas de base ecológica, sobretudo a agroecologia, garante a sustentabilidade dos agroecossistemas, promove a conservação da biodiversidade e a soberania e segurança alimentar para a população (ALTIERI, 2012).

É a partir das preocupações quanto aos impactos da agricultura intensiva para a região Oeste do Paraná que entre os anos de 1990 e 2000 observa-se o surgimento de processos que orientam a transição ecológica do sistema agroalimentar territorial. Nesse momento, tem-se a formação de uma rede regional responsável pela disseminação de práticas mais equilibradas para o meio ambiente, associada com a organização social dos agricultores familiares locais. Portanto, é nessa fase que conseguimos caracterizar uma mudança no enfoque sobre o desenvolvimento territorial na região.

A promoção da agroecologia fica explícita através da Rede Ecovida de Agroecologia que por meio do Centro de Apoio à Promoção da Agroecologia (CAPA) atua na orientação dos agricultores familiares da região na transição e certificação dos seus sistemas produtivos. Graças ao CAPA, e com o apoio de instituições públicas locais, tem-se a formação em 2002 do Núcleo Oeste da Rede Ecovida com sede no município de Marechal Cândido do Rondon possibilitando a certificação de produtos orgânicos através dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) da Rede Ecovida. (SCARPARI, 2018).

Pesando nas sucessivas dinâmicas territoriais que acompanham a região Oeste do Paraná, indaga-se: A ecologização da agricultura contribuiu para o desenvolvimento territorial sustentável? A partir dessa problemática, a linha de análise que orienta esse trabalho corresponde a pesquisa bibliográfica sobre os períodos referente a colonização, modernização e ecologização da agricultura. Valendo-se de uma abordagem histórico-crítica fez-se um exercício de interpretação e representação dos fatos elencados com o objetivo de analisar como esses processos transpõem o debate sobre o desenvolvimento territorial sustentável.

## OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ: DINÂMICAS ESPACIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Levando em consideração a dinâmica espacial vivênciada no oeste paranaense, nas linhas a seguir nossa intenção é identificar aspectos referente aos três períodos: colonização, modernização agrícola e ecologização da agricultura evidenciando os processos sociais de uso e organização do espaço rural. Assim, busca-se analisar como os atores locais e o espaço rural são influenciados pelas forças extralocais relacioanadas a ação do Estado em consônancia com o capital e, mais recente, com as narrativas em prol do desenvolvimento rural sustentável.

Por último, verifica-se como se deu a emergência dos processos de transição para agriculturas de base ecológica e quais as instituições e organizações que atuam na perspectiva do desenvolvimento territórial sustentável na região.

**A colonização e a prática de uma agricultura de subsistência**

De acordo com Dias e Castelano (2015), as políticas de Estado aliadas aos interesses de empresas colonizadoras (capital privado), foram determinantes no processo de formação da região Oeste do Paraná. Um território que durante muito tempo foi controlado por estrangeiros que exploravam um sistema conhecido por *obrage*, dedicado a extração de erva-mate e madeira na região e que, também, fora habitado por indígenas, posseiros e pequenos produtores. Entretanto, esses grupos são sistematicamente apagados pela narrativa hegemônica do pioneirismo de migrantes vindos dos três estados do Sul do País.

De acordo com Santos (2019, p. 16)

> A Marcha para o Oeste, ocorrida no Brasil, poder ser vista a partir da ótica de um processo migratório, porém não na perspectiva de um processo espontâneo. Ela objetivou atender aos interesses dos segmentos política e intelectualmente dominantes da época, ao tempo que se aproveitou de necessidades intrínsecas dos grupos sociais em busca de novos espaços para a constituição de novas territorialidades.

Schallenberger (2010) corrobora ao descrever sobre os processos de ocupação das fronteiras no Oeste paranaense que foram acompanhados tanto por interesses de ordem político-militar, como por interesses de ordem econômico-social. Portanto, por um lado, a política de ocupação do Oeste do Paraná está atrelada à razões de soberania nacional e, por outro lado, a resolução de outro problema de natureza social, que é o parcelamento da terra pelas famílias de agricultores que tinham como base a produção de subsistência e a

comercialização de excedentes.

> O processo teve, em grande medida, sucesso também em razão das necessidades dos colonos imigrantes euro-brasileiros em conseguir terra para criar uma base de sustentação e de reprodução cultural sem embates com o latifúndio, principalmente com o pecuarista do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. (SANTOS, 2019, p. 17)

Entretanto, alguns autores apontam para o fato de que

> (...) as terras de algumas regiões no Oeste foram ocupadas por nordestinos vindos de Minas Gerais, de São Paulo e do Norte do Paraná. Estes não se chamavam de colonos e sim de sitiantes, o modo de vida e os métodos de cultivo os diferenciavam, pois dedicavam-se ao plantio de outras culturas, como café, algodão, hortelã, mamona, além dos tradicionais cultivos como milho, feijão e arroz, e pequena criação de animais. (SILVA; BRAGAGNOLLO E MACIEL, 1988 apud CRESTANI *el al*., 2011, p. 8)

Ocorre que esses atores sociais conhecidos como posseiros, sitiantes e caboclos não estão devidamente referenciados no histórico de ocupação da região Oeste do Paraná, cujo colono é o protagonista. Na realidade, esses sujeitos do campo são, muitas vezes, originários de famílias camponesas expulsas de seus locais de vida e trabalho por causa de conflitos agrários e, também, de paraguaios que se instalaram na região com o fim das obrages. Esses atores, que compõem o espaço rural, correspondem a uma figura pouco valorizada, que reflete a imagem do pequeno proprietário rural sem muita perspectiva ou ambição, que produz para subsistência e vivem quase que isolados, como é característico do modo de vida camponês.

O deslocamento dos trabalhadores rurais favorecia o amortecimento das tensões em torno da posse da terra, ao mesmo tempo, que ampliava as possibilidades de reprodução da família camponesa em outro lugar, tanto no caso de colonos vindos do Sul ou de sitiantes vindo do Sudeste e do Norte Pioneiro. (SCHALLENBERGER, 2010). Assim, criou-se um estímulo que trazia a possibilidade de trabalho e renda para o excedente populacional de camponeses que vinham de outros estados do Sul do País em busca de terras para produzir. Bao (2017, p.148) aponta que "a propaganda da 'empresa colonizadora' era promovida por corretores, no 'boca-a-boca' e, em alguns casos, panfletada em comunidades de imigrantes europeus/europeias nas 'colônias agrícolas' do Sul".

No entanto, a preferência das empresas colonizadoras em escolher vender essas

terras aos colonos do Sul, contrasta com a realidade diversificada dos sujeitos que vivem e trabalham no meio rural, e revela-se impregnada por critérios celetistas, de cunho racista, que ignoram a existência dos que já habitavam a região, ou seja, os indígenas, os posseiros e sitiantes vindos de outras localidades. Desse modo, a colonização da região Oeste do Paraná fez parte de um projeto ordenado pelo governo federal que tinha como base uma política econômica de desenvolvimento nacional. Trata-se do período em que Getúlio Vargas assumiu à presidência do Brasil e implementou o projeto de Marcha para o Oeste.

A Marcha para o Oeste consistia em uma nova dinâmica territorial a partir de uma política de ocupação do território com a finalidade de preencher e nacionalizar as regiões de fronteira. Contudo, segundo Souza (2007), essa política de ocupação territorial atendia tanto a interesses estatais, de delimitar as fronteiras do país, bem como, interesses privados (empresas colonizadoras), sendo orientada por uma geopolítica de expansão da fronteira agrícola, com o incentivo à migração de agricultores dos estados do Sul do país.

> A migração era realizada em grupos, geralmente formado por familiares, amigos e vizinhos, todos trabalhadores agrícolas, que adquiriam lotes numa mesma área. Este tipo de migração era estimulado pela empresa colonizadora, uma vez que as condições de infra-estrutura eram bastante precárias. A ajuda entre as famílias que migravam era imprescindível para a derrubada da mata subtropical, para a construção das casas e dos galpões, e também para o preparo da terra e cultivo de produtos agrícolas de subsistência. (SOUZA, 2007, p. 65)

Desse modo,

> Ajudar o vizinho nas derrubadas, na colheita, nas edificações da propriedade e, na soma, na construção do espaço público eram institutos que caracterizam o perfil social dos sujeitos sociais oriundos das levas de migrantes dos dois estados sulinos, que definiram o modelo hegemônico de assentamento da região (...). (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2000, p. 55)

O planejamento territorial ordenado tinha na realidade diferentes viés, um deles era a ocupação das áreas de fronteira e a expansão agrícola do país. Ao mesmo tempo oferecia-se as condições necessárias para a reprodução social dos colonos e ainda buscava-se contribuir para a dinamização do mercado interno em ascensão. Porém, as empresas colonizadoras ao priorizar o acesso à terra aos colonos em detrimente de outros grupos como, por exemplo, os posseiros e indígenas que habitavam na região, criaram um

ambiente hostíl, pois muitos foram expulsos de forma violental por jagunços.

Segundo Crestani *et al*. (2011,) a estrutura socioeconômica construída nas primeiras décadas de ocupação pelos agricultores vindos do Sul, está baseada numa produção de subsistência das famílias num primeiro momento e, depois, mediante a comercialização local e regional de excedentes. A suinocultura era a principal entrada de recursos e, por sua vez, o que deu o impulso necessário para o desenvolvimento econômico da região. No entanto, as mudanças de governo populistas que decorreram posteriormente com o governo de Juscelino Kubitschek até o golpe militar de 1964, modificaram a política de atuação do Estado e trouxeram consequências para a região.

> De um modo geral, o que distingue as políticas econômicas e de planejamento do segundo governo de Getulio Vargas (1951-54) e de Juscelino Kubitschek (1956-61) é a transição de uma política destinada a criar um sistema capitalista nacional para uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente, ou associada aos mercados estrangeiros. (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2010, p. 210)

Assim, o espaço agrícola dedicado a produção de subsistência passou por uma nova fase, o da modernização da agricultura, com foco na especialização da produção, de modo que, durante o período da ditadura militar, a prioridade era fomentar a exportação de produtos primários incentivando o modelo agroexportador. A agricultura de subsistência praticada pelos colonos, caracterizada pelo sistema de policulturas, foi perdendo espaço nos anos seguintes graças às mudanças introduzidas no sistema agrícola brasileiro através da revolução verde.

**A modernização agrícola no oeste paranaense**

A revolução verde significou uma nova dinâmica para o espaço rural por meio de uma política agrícola que oferecia crédito, incentivo à compra de equipamentos e máquinas agrícolas e a garantia de preços mínimos. Dessa forma, a revolução verde correspondeu a industrialização da agricultura, promoveu a mecanização dos sistemas produtivos locais, principalmente do trigo, do milho e da soja, fazendo aumentar a produção dessas culturas. Como consequência, houve uma valorização das terras na região e os agricultores que tinham mais capital alcançaram maiores excedentes financeiros e, como resultado, tem-se

o aumento da concentração de terras nas mãos de um menor número de proprietários rurais.

De acordo com Figueiredo (1992 apud SOUZA, 2007), a policultura praticada pelos agricultores cedeu espaço para o padrão agrário moderno, sobretudo, a monocultura da soja, de modo que um novo ciclo se iniciou na região Oeste do Paraná. Esse novo ciclo estava conectado às exigências do capital, que tinha na modernização da agricultura seu principal mercado consumidor para os maquinários e produtos agrícolas produzidos no exterior.

Como consequência desse processo de modernização da agricultura, veio a crise do espaço colonial, ou seja, do modo de vida camponês, das tradições e forma de organização social.

> Com a crise, a utopia do espaço colonial entrou em colapso e o colono se esforçou para encontrar alternativas de sobrevivência e de reprodução, enquanto colono-agricultor, como o cooperativismo e a agroindústria. (SOUZA, 2007, p. 67)

O intenso deslocamento de capital financeiro, aliado a novas tecnologias voltadas para os sistemas produtivos, foram responsáveis por afetar as relações sociais e culturais que permeavam a estrutura do espaço rural. Se no início do processo de ocupação da região oeste do Paraná os agricultores voltavam sua produção para os bens alimentícios, a partir de 1970, muitos deles, passaram a se especializar na produção de *commodities*, como, por exemplo, a soja e o milho, e também, a produção de aves, suínos, leite e derivados em grande escala. Entretanto,

> Na região oeste do Paraná, apesar da concentração fundiária ser sentida, a onda da modernização forjou uma realidade diferenciada – a existência de uma agricultura predominantemente familiar, de pequenas e médias unidades de produção agrícola, que se adaptaram à dinâmica da modernização e absorveram as inovações tecnológicas derivadas do processo, sem que perdessem de todo o poder decisório do núcleo familiar. (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2000, p. 53)

Através da criação de cooperativas e associações foi possível que uma parcela desses agricultores conseguissem acesso ao crédito para incorporar as novas tecnologias. Isso contribuiu para que a região desenvolvesse uma agricultura com característica empresarial forte, voltada para o mercado externo. Segundo Crestani *et al.* (2011), dadas as experiências de organização comunitária e cooperação vivenciadas pelos grupos de colonos vindos do

Sul, surgiu quase que rapidamente a necessidade de criar cooperativas, pois tratava-se de um sistema de organização conhecida pela maioria dos colonos, a fim de suprir as demandas quanto a produção, armazenagem, beneficiamento e transporte.

São exemplos desse processo a Cooperativa Lar, criada em 1964 na antiga cidade de Gleba dos Bispos (atualmente Missal); a Coopavel, criada em 1970 na cidade de Cascavel; e a Cooperativa Frimesa, criada em 1977, na cidade de Francisco Beltrão (na região Sudeste do Paraná), com filial na cidade de Medianeira.

> As cooperativas passaram a desempenhar um papel fomentador do desenvolvimento econômico pela mediação e articulação que exerceram entre os diferentes agentes econômicos, sendo braços importantes para a integração do setor produtivo ao mercado. (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2000, p. 55)

A economia da região Oeste do Paraná encontra-se ancorada pelas atividades da agroindústria alinhada a uma agricultura mecanizada desenvolvida em pequenas propriedades rurais e, também, por latifúndios. Esses sistemas, por sua vez, estão integrados a um circuito econômico mais amplo, o agronegócio, que corresponde tanto à escala nacional como internacional. O resultado da modernização do campo na região é similar ao que aconteceu em outros lugares do País, ao provocar um novo fluxo migratório, do meio rural para o urbano. Segundo dados do Ipardes (2007), no que se refere à região oeste, entre 1970 e 2000 houve uma evasão de 408.387 habitantes rurais. Nesse mesmo tempo, os agricultores que permaneceram no campo passaram a se modernizar e se especializar cada vez mais para atender o mercado internacional por meio da produção intensiva.

Ainda, na segunda metade do século XX, outro fenômeno surge, a região foi contemplada com grandes projetos de infraestrutura que acabaram contribuindo para as transformações em curso. Nesse sentido, os projetos de infraestrutura, aliados à modernização agrícola, foram responsáveis por introduzir novos componentes econômicos, sociais e culturais ao território. Entre os grandes projetos, destacam-se a construção da Ponte Internacional da Amizade, unindo Brasil e Paraguai (1965); o asfaltamento da BR 277, ligando Foz do Iguaçu à Paranaguá (1969); e a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu (no início dos anos 1970).

De acordo com Crestani *et al.*, (2011, p. 9)

> Quando havia a necessidade de ocupar as fronteiras e proteger o Oeste de invasões de estrangeiros, buscaram-se aqueles que estavam dispostos a enfrentar os desafios da colonização, gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros e paranaenses da região Norte, e ampliar a produção de alimentos para fartar milhares de brasileiros nas cidades. Quando, mais tarde, o mesmo governo percebeu a necessidade de geração de energia, expulsou os mesmos agricultores que havia incentivado à ocupação da região.
>
> No passado, o colono foi herói, foi guardião das fronteiras, fez parte do desenvolvimento desta nação e produziu o que é indispensável à vida, ou seja, o alimento. Depois, em apenas algumas décadas, o colono que produzia o alimento não pode mais fazê-lo.

Projetos com viés desenvolvimentista, como os que foram implementados na região Oeste do Paraná, são responsáveis por modificar e reestruturar as relações sociais presentes no território em um curto espaço de tempo. A construção da Hidrelétrica de Itaipu atraiu um grande contingente de mão de obra e serviços para a cidade de Foz do Iguaçu. Em virtude disto, verificamos que até os anos de 1950 a população total do Oeste paranaense, que passava de pouco mais de 16.000, subiu para mais de 760.000 habitantes no ano de 1970, um crescimento não verificado em nenhum outro espaço paranaense (IPARDES, 2008).

Com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, parte das terras agricultáveis na região foi inundada, acentuando problemáticas sociais de desapropriação e migração de trabalhadores rurais e urbanos. De acordo com Ribeiro (2002 *apud* SOUZA, 2007, p: 70), "o programa de desapropriação foi executado no período compreendido entre 1978 a setembro de 1982, e afetou uma população estimada em 40 mil pessoas, somente do lado brasileiro".

Parte do território de oito municípios (Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Guaíra, Terra Roxa, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon) foi tomada pelo reservatório de Itaipu e muitas famílias tiveram que abandonar suas terras. Como forma de ressarcir os danos ocasionados com a construção da hidrelétrica, os proprietários de terras da região foram indenizados:

> A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu acarretou uma série de impactos de ordem ambiental e social na mesorregião, principalmente nos municípios lindeiros (municípios que margeiam os reservatórios), pois além das modificações feitas diretamente no canal fluvial como as barragens, extração de materiais, canalizações, além das modificações desenvolvidas na área de bacia de drenagem como os desmatamentos, houve ainda os impactos causado pela perda de bens de

valor cultural e afetivo. (SOUZA, 2007, p. 70-71)

Portanto, em 1982 a região oeste do Paraná teve sua economia agropecuária afetada pela formação do reservatório do Lago de Itaipu no Rio Paraná, ocorrência que desapropriou e desalojou milhares de famílias agricultoras. Na construção da Hidrelétrica de Itaipu foram inundadas terras férteis e produtivas, de modo que milhares de agricultores familiares perderam seu espaço de vida e trabalho. Por fim, no que corresponde ao histórico de desenvolvimento rural da região, de acordo com Cremonese e Schallenberger, 2000, p. 61:

> A produção social do espaço agrícola do oeste do Paraná é a expressão da relação do homem com o seu meio, materializada através das práticas culturais trazidas pelos movimentos migratórios e recriadas a partir das ondas modernizantes, dos pacotes tecnológicos, dos apelos do mercado e do constante processo de universalização da cultura.

Na realidade, as políticas públicas de modernização agrícola promoveram, na opinião de alguns críticos, uma "modernização conservadora", com a subordinação dos agricultores ao capital financeiro e a transformação do espaço rural, o modo de vida camponês e as relações do homem com a natureza, no que hoje denominamos de crise socioambiental. Ao acender o alerta sobre os impactos da agricultura intensiva na região, são observados nos últimos trinta anos, uma tentativa de resgatar e fortalecer sistemas de produção ecológicos à exemplo da agroecologia.

**Processos de ecologização da agricultura**

O processo de transição do sistema agroalimentar na região é uma estratégia elaborada a partir da atuação do Centro de Apoio a Produção Agroecológica (CAPA) ligadas a igreja luterana, de ações da Itaipu Binacional para proteção dos recursos hidricos da região e da expansão de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar através dos mercados institucionais.

A partir dos anos de 1990 ganha visibilidade a atuação de associações e ONGs que através do auxílio da extensão rural pública buscam meios de produção menos nocivos ao meio ambiente e mais independentes dos complexos agroindustriais (MERTZ, 2007 *apud* GONÇALVEZ, 2011). Segundo Toledo e Mertz (2006), esses processos foram possíveis graças ao resgate de valores comunitários, da inclusão e organização social dos agricultores familiares orientados por meio do fortalecimento de circuitos curtos de produção e

comercialização de alimentos de base ecológica. Altieri (2009), afirma que o acompanhamento de ONGs que trabalham desde uma metodologia dialógica junto às comunidades rurais tem favorecido o surgimento de experiências exitosas no campo agroecológico.

A Itaipu Binacional por meio monitoramento dos recursos hídricos que abastecem o Lago de Itaipu identificou ameaças decorrentes dos sistemas produtivos convencionais predominantes na região como, por exemplo, contaminação dos rios, solos, seres humanos e animais pelo uso de agrotóxicos, aumento da errosão do solo, eutofrização dos rios e lagos pelo surgimento de algas e o desaparecimento de espécies animais e vegetais (BUONONATO, 2011). Isso porque, desde que a revolução verde chegou ao país, a região Oeste do Paraná vem absorvendo tecnologias industriais, apresentando uma agricultura organizada em monocultivos, intensivos em capital e que utilizam grande quantidade de agroquímicos com implicações que interferem diretamente no tempo de vida útil da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Desse modo, desde que a Usina Hidrelétrica de Itaipu começou a operar em 1985 diversas ações são realizadas pela empresa no território à exemplo dos *royalties* pagos aos municípios lindeiros pelo uso e exploração de parte do seu território. Porém, em 2003, após mudanças na gestão da empresa, que pela primeira vez deixou de ser presidida por militares, foi implementado um programa territorial com o intuito de formar uma rede de proteção dos recursos naturais conhecido por Programa Cultivando Água Boa (CAB), no entanto, as iniciativas voltadas para o espaço rural ficam a cargo do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). O PDRS, é responsável por mobilizar diferentes atores, instituições e organizações locais incentivando-os na transição dos sistemas agroalimentares.

O fato é que a identificação de problemas ligados à modernização agrícola na região gerou uma demanda por soluções. Desde então, a busca por alternativas tem mobilizado diferentes instituições à exemplo de empresas públicas de assistência técnica, universidades e ONGs. Desse modo, a emergência e estruturação de sistemas produtivos de base ecológica na região Oeste do Paraná ocorreu por interesses e articulações construídas por diferentes atores da região como, por exemplo, Emater/PR que fez um diagnóstico sobre a situação da produção orgânica, do CAPA que articulou a formação núcleo Oeste-PR da Rede Ecovida de Agroecologia, Itaipu Binacional que viabilizou convências com as organizações locais para

oferta de asssistência técnica especializada e do interesse dos agricultores familiares locais em práticar uma agricultura de base ecológica.

Assim, a partir de 2001 começou a se estruturar uma rede de instituições que promovem processos de ecologização da agricultura entre os agricultores familiares locais que imbuídos da perspectiva do desenvolvimento rural sustentável criaram várias parcerias para a implementação de ações na região. A Itaipu Binacional ao elaborar um Programa institucional com foco na produção de base ecológica proporcionou a estruturação de uma rede regional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a promoção de modelos de agriculturas de base ecológica na região Oeste do Paraná. Por meio de um convênio com o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros a Itaipu promove o acesso a assistência técnica com foco na tranzição do sistema agroalimentar da região.

Segundo Pavlak (2016) através desse convênio, o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável da Itaipu logrou atender cerca de 1500 famílias entre agricultores familiares, assentados da reforma agrária e indígenas no Oeste paranaense que adotam práticas ecológica em seus sistemas de produção. São cerca de 8 cooperativas, 22 associações, 12 centros de comercialização de produtos da agricultura familiar e 22 feiras livres sendo beneficiadas pelo serviço de assistência técnica em agricultura orgânica. Além disso, os grupos de agricultores familiares ligados ao Núcleo Oeste-PR da Rede Ecovida de Agroecologia recebem orientação para aplicação das normas exigidas para certificação dos produtos. Conforme Pavlak (2016) a maioria dos agricultores certificados no território conseguiu sua certificação através do Sistema Participativo de Garantia (SPG) da Rede Ecovida de Agroecologia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região Oeste do Paraná vivenciou sucetivas dinâmicas espaciais que provocaram conflitos socioambientais. O ordenamento territorial organizado pelas empresas colonizadoras se chocou com a ocupação e forma de organização social dos posseiros e indígenas no território. Contudo, quando o Estado alinhado aos interesses do capital promoveu a modernização agrícola e a construção da Hidrelétrica de Itaipu, os conflitos tomaram uma proporção e magnutude muito maior que levou a desterritorialização de milhares de agricultores pelo alagamento de suas terras ao mesmo tempo em que acontecia a substituição da mão de obra dos trabalhadores pelas máquinas. Além disso, tem-se a

alteração dos sistemas de produção de subsistência para a produção de commodities.

No entanto, as discussões sobre o potencial da agricultura familiar como produtora de alimentos para a sociedade, bem como, o reconhecimento das implicações negativas decorrentes da revolução verde para o meio ambiente e para a saúde das pessoas e animais fez surgir uma nova perspectiva focada no desenvolvimento territorial sustentável para a região. Desse modo, percebe-se que a ecologização da agricultura contribui com a perspectiva de um desenvolvimento territorial sustentável através dos novos arranjos institucionais que levam a transição rumo a uma nova matriz produtiva para o rural.

Contudo, essa perspectiva também apresenta desafios teóricos e empíricos quanto a horizontalidade desses processos, a autonomia dos agricultores familiares em decidir seu próprio sistema de produção e comercialização (principalmente nos territórios indígenas e nos assentamentos de reforma agrária). Ou ainda, entender como as dificuldades políticas e econômicas vivenciadas nos últimos anos se refletiram nas organizações sociais dos agricultores familiares que produzem alimentos de base ecológica na região.

Por fim, é inconcebivel um desenvolvimento territórial sustentável que não trate de uma nova matriz produtiva. Nesse sentido vemos que a região Oeste do Paraná tem trilhado esse caminho, porém, resta saber se a transição que está sendo construída condiz com uma agroecologia reformista ligada a ascensão do discurso sobre o desenvolvimento sustentável que é absorvida pelas narrativas e projetos enquanto um ideial normativo ou se é uma agroecologia emancipatória, capaz de resolver os conflitos socioambientais e ampliar a autonomia dos sujeitos do campo e da cidade no que corresponde as suas escolhas alimentares e ao cuidado e proteção do meio ambiente.

## REFERÊNCIAS


ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Expressão Popular, 3ª ed. São Paulo, 2012.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Ed. da UFRGS, 5° edição, Porto Alegre, 2009.

BAO, Carlos Eduardo. **O discurso do "pioneiro colonizador" como elitismo cultural na cidade de Toledo/PR.** Revista Em Tese, v. 14, n. 1, jan./jun., 2017, p.140-156.Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2017v14n1p155>> acesso em janeiro de 2023.

BUONONATO, Flávio José. **Estratégias de Marketing: Estudo de caso sobre as Estratégias do Composto de Marketing implementadas pelo Programa Agricultura Orgânica da Itaipu Binacional na Bacia Do Paraná 3, 163p.** Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração, área de Concentração Estratégia e Organizações, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CREMONESE, C.; SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e agricultura familiar na formação do espaço agrícola do Oeste do Paraná. **Tempo da Ciência,** *[S. l.]*, v. 12, n. 23, p. p. 49–63, 2000. DOI: 10.48075/rtc.v12i23.434. Disponível em: <<https://saber.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/434>> . Acesso em janeiro de 2022.

CRESTANI, Leandro de Araújo. **Narrativas da Diferença: Memórias dos Conflitos Agrários na Região Oeste do Paraná (1950/80).** Anais do V Colóquio Internacional Cultura e Memória Social – 24 a 26 de agosto de 2011. P. 823-832. ISSN 2176-4042. Disponível em <<https://www.academia.edu/download/32552062/21___leandro_crestani___1.pdf>> acesso em janeiro de 2023.

DIAS, Edson dos Santos; CASTELANO, Maria José. **O processo de formação social do espaço de fronteira do oeste-sudoeste paranaense.** Revista Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19, n. 1, p. 07-26, jan./abr. 2015. ISSN 2236-4994. DOI: <<https://doi.org/10.5902/2236499414908>>acesso em junho de 2022.

GONÇALVES, Thiago Roberto Zibetti. **Panorama Agroecológico: Atores e Processos no Oeste do Paraná** 101p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2011. Disponível em: <http://tede.unioeste.br:8080/tede/handle/tede/1419> .Acesso em 08/01/2017.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, IPARDES. **Os vários Paranás – Oeste Paranaense: o 3º espaço relevante, especificidades e diversidade.** Curitiba: IPARDES, jul. de 2008.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, IPARDES. **O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências**. Curitiba: IPARDES, 2007. 188 p.

PAVLAK, Ronaldo Juliano. **Perfil dos Sistemas de Produção Agroecológicos da Bacia Hidrográfica Paraná 3.** 2016. 65p. Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Agronômica – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas, Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: <http://www.udc.edu.br/libwww/udc/uploads/uploadsDiversos/files/AGRO02%20-%202016.pdf>. Acesso em jul de 2017.

SANTOS, Alan Junior dos. **Relações Socioculturais e Comerciais num Contexto Transfronteiriço - A Fazenda Britânia (1880-1940)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – UNIOESTE, 2019. 100p. Disponível em <<https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4749/2/Alan_Santos_2019.pdf>>. Acesso em maio de 2022.

SCARPARI, Karini Aparecida. **Desenvolvimento da Agroecologia: A Experiência de Organização Social de Agricultores Familiares em Foz do Iguaçu/PR** 113p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

SCHALLENBERGER, Erneldo, SCHNEIDER, Iara Elisa. **Fronteiras Agrícolas e Desenvolvimento Territorial: Ações de Governo e Dinâmica do Capital.** Sociologias, Porto Alegre, v 12, nº 25, set./dez. 2010, p. 202-222. Disponível em << https://www.scielo.br/j/soc/a/vggQzcwkRmYz9zNZwBNzQQL/abstract/?lang=pt>> Acesso em março de 2022.

SCHENEIDER, Sergio. **Situando o Desenvolvimento Rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** Revista de Economia Política 30 (3), 2010.

SOUZA, Keila Rodrigues de. **Suicídio e Desenvolvimento Regional: Um estudo sócio-econômico da incidência da auto-violência nas regiões Oeste e Sudeste do Paraná.** 141p. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.

TOLEDO, M.; MERTZ, U. T. **Rede de Assistência Técnica em Agricultura Orgânica: Uma experiência de trabalho em Parceria no Oeste do Paraná.** In: Prêmio Extensão Rural EMATER Paraná – mimeo. Marechal Cândido do Rondon, 2006.

ZANONI, Magda; RAYNAUT, Claude. Meio ambiente e desenvolvimento: imperativos para a pesquisa e a formação. Reflexões em torno do doutorado da UFPR. In: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, abr. 2015. p. 9-30. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v33i0.41086>. Acesso em: 06/07/2021.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# JUSTIFICAÇÕES DA ADOÇÃO DO ENFOQUE TERRITORIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS: O PROTAGONISMO DA BAHIA

Carolina Schiesari[1]
Paulo Eduardo Moruzzi Marques[2]

**GT 5:** CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, DINÂMICAS ESPACIAIS E AS INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

**RESUMO**

A concretização da implementação do enfoque territorial para o desenvolvimento rural brasileiro ocorreu na primeira década do século XXI. Após vinte anos, essa temática ainda continua em pauta, sobretudo no estado da Bahia, que implementou a sua própria política de desenvolvimento territorial. Assim, este estudo tem o objetivo de identificar as justificações e suas formas de comprovações em torno do processo de adoção da abordagem territorial no Brasil e, principalmente, na Bahia. Para tal, utilizou-se como referencial teórico-metodológico a obra chave da teoria das justificações em conjunto com a análise de conteúdo, a partir de documentos oficiais públicos. Como resultado, observou-se que os elementos legítimos de uma ordem de justiça cívica, como democracia participativa, coletivismo, coesão social, vontade política e legalização de dispositivos públicos, constituem a base de legitimação em favor do ordenamento territorial para o desenvolvimento, sendo questões importantes a se considerar na reflexão de futuras políticas públicas territoriais.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, desenvolvimento territorial, políticas públicas, teoria das justificações

## INTRODUÇÃO

A desigualdade social no Brasil é um desafio que percorreu toda a sua história, em especial no meio rural. Estudos mostram que, desde a colonização do país até os dias atuais, o desequilíbrio social e econômico persiste, com uma dialética entre o "atraso" e o moderno marcando as orientações políticas do desenvolvimento (OLIVEIRA, 2013).

A propósito, a releitura do processo de formação do país permite identificar que o

[1] Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), cschiesari@usp.br
[2] Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), pmarques@usp.br

modelo escolhido foi baseado em uma economia voltada para a exportação de *commodities*, acarretando em uma grande dependência ao capital externo e ausência de um mercado interno robusto (FURTADO, 2007). As estruturas social e política foram fundamentadas em privilégios, valores patriarcais e em um sistema escravocrata, favorecendo as elites do país (HOLANDA, 2014).

Apenas na década de 1980, associadas à transição democrática após o período da ditadura militar de 1964-84, que discussões sobre políticas públicas de fomento à agricultura familiar começaram a ganhar força no Brasil, sendo concretizadas de fato nos anos de 1990. É nesta época, também, que o enfoque territorial para o desenvolvimento emergiu no país, com o objetivo principal de combater a pobreza e a desigualdade social no campo, o que, segundo especialistas (BEDUSCHI; ABRAMOVAY, 2004; FAVARETO, 2010; SCHNEIDER; SILVA; MORUZZI MARQUES, 2004; PECQUEUR, 2005; VEIGA, 2001), só seria eficiente a partir de uma abordagem participativa e intersetorial, visando superar a barreira do rural estritamente agrícola e de envolver dimensões sociais, culturais e ambientais nas ações públicas.

A materialização desta perspectiva no mundo rural ocorreu na primeira década do século XXI, sendo representada, a nível nacional, principalmente pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), lançado em 2003, e pelo Programa Territórios da Cidadania (PTC), criado em 2008. Apesar da paralisação de ambos dispositivos de política pública, a pauta sobre o desenvolvimento territorial continua em voga, sendo oportuno, portanto, analisar as experiências para extrair aprendizados e gerar aprimoramentos (JUNIOR; BORSATTO; SOUZA-ESQUERDO, 2022), sobretudo com a prática implementada, a nível estadual, na Bahia, onde a gestão territorial permanece ativa.

Assim, esse artigo tem o objetivo de analisar as justificações do processo de adoção da abordagem territorial no Brasil e, especialmente, na Bahia. Para tanto, aplicou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2015) para a interpretação de discursos do governo, com o apoio da ferramenta teórica proposta por Boltanski e Thévenot (1991; 2020), a fim de identificar as bases de justificação e as formas de comprovação da adesão ao enfoque territorial.

Além desta introdução, o artigo está dividido em mais três seções. No próximo segmento, detalhamos o conceitual de *A Justificação*, abordagem teórica-metodológica que orienta este estudo. Em seguida, apresentam-se as justificações sobre a escolha da abordagem territorial, identificando os principais elementos desse processo e, por último, são desenvolvidas as conclusões.

## REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: *A JUSTIFICAÇÃO*

Na obra *A Justificação: sobre as economias da grandeza*, Boltanski e Thévenot (2020) propõem um modelo teórico para examinar a capacidade dos indivíduos em construir argumentos legítimos em situações de divergência. Formas de legitimar e de comprovar seus pontos de vista e comportamentos são, então, construídas a fim de se alcançar acordos em cenários nos quais existem lógicas conflitantes.

A legitimidade da arbitragem de uma desavença pode ser compreendida quando ocorre um "movimento pelo qual os participantes encerram o desacordo circunstancial em favor de um argumento de maior amplitude, indo além da situação para produzir um julgamento transportável que ultrapasse seus limites e seja admissível por um terceiro" (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 37). Ou seja, em cenários onde a possibilidade de concórdia alcançou seus limites, o acordo deverá ser estabelecido em um nível superior, por um argumento que seja aceitável por todos envolvidos em determinada situação.

Os autores reforçam, contudo, que o uso empírico do modelo proposto em *A Justificação* não deve ser tratado como uma ferramenta analítica autossuficiente, pois a implementação de um dispositivo (como uma ação ou decisão pública) depende de um Estado, de um Governo e da mobilização de forças políticas.

Nesta abordagem, dois conceitos-chave são mobilizados, a *cité* e o mundo comum (ou mundo justo). A *cité* é uma "ordem política, que implica uma referência a um bem comum em uma sociedade em ordem" (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 175), ou seja, representa uma ordem de grandeza, composta por princípios que norteiam o fundamento de um mundo justo comum. A extensão de uma *cité* a um mundo comum ocorre na medida em que os princípios dessa ordem de grandeza são aceitos e comprovados como justos, tornando-os base de formulação de argumentos legítimos, capazes de justificar as ações das pessoas, e assim, constituir uma orientação normativa dos comportamentos. Estes valores admitidos como justos, porém, são susceptíveis de contestação a qualquer momento, especialmente com a mobilização de elementos oriundos de concepções distintas de justiça.

Sem representar uma extenuação das possibilidades, seis modelos de justiça são propostos pelos autores e, para cada um deles, são indicadas as maneiras justas de agir e os princípios para a realização dessas ações. Estes modelos são baseados em obras de autores clássicos da filosofia política, as quais são tratadas como os contornos de regras estáveis que permitem construir um enquadramento de sociedade justa, ou seja, servem de "apoio para a

elaboração de um modelo de ordem legítima" (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 162).

As ordens de justiça identificadas são: inspirada; doméstica; da opinião; cívica; industrial; e mercantil. A *cité* inspirada é concebida a partir da obra de Santo Agostinho, a qual "evoca a possibilidade de uma cidade [*Cidade de Deus*] cujos membros fundamentariam sua concórdia em uma total aceitação da graça, à qual não oporiam qualquer resistência" (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 183), levando "os seres a transcender suas individualidades em busca de um bem comum" (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 185). A graça e humildade, portanto, são princípios fundamentais dessa ordem de grandeza, a qual se manifesta por meio das emoções, iluminação, espontaneidade, imaginação e sonho, sendo, também, necessário abandonar a mentalidade racional e rejeitar os hábitos, as normas e as medidas.

Na *cité* doméstica, a qual se baseia na obra Jacques-Bénigne Bossuet, a grandeza das pessoas depende de sua posição hierárquica em uma cadeia de dependência. Nessa *cité*, "a relação entre os seres é concebida como uma geração da relação familiar: cada um representa um pai para seus subordinados e mantém relações filiais com aquele que representa a autoridade" (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 192). A analogia com a família aqui não se refere especificamente aos laços de sangue, mas sim a relações pessoais ou de dependência, causando frequente confusão entre público e privado. Assim, uma sociedade justa seria aquela baseada em valores de tradição, hierarquia, proximidade e afeto.

A *cité* da opinião se baseia principalmente na obra de Hobbes dedicada à definição de honra, a qual é utilizada para calcular o valor ou o mérito de um homem. Os indivíduos considerados de maior valor são aqueles cujos sinais de honra foram atribuídos pelo maior número de pessoas. A grandeza, portanto, depende apenas da opinião dos outros e do número de pessoas a quem é conferida a estima. Ou seja, "o reconhecimento da reputação atua diretamente sobre os indivíduos" (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 204). Consequentemente, aquele que consegue ampliar seu público, por meio do renome, garante a sua influência, atraindo a sua atenção e convencendo-os para uma adesão.

A *cité* cívica fundamenta-se na obra Jean-Jacques Rousseau *Do Contrato Social,* de forma que a paz civil e o bem comum repousam sobre a autoridade de um corpo político imparcial, legitimado pela vontade geral dos cidadãos, que por sua vez renunciam a suas individualidades e seus interesses particulares para se voltarem ao bem comum. A democracia participativa, portanto, constituiu a forma de organização política padrão de comprovação desse mundo justo.

Neste âmbito, as pessoas são “dotadas de uma capacidade de escapar do egoísmo para ascender a um segundo plano, no qual não olham para seus interesses e sim para os de todos” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 217). É no conjunto desse segundo nível que se forma a vontade geral: “o corpo do governo tem, com efeito, como pessoa moral, uma identidade específica, um eu particular, e seus membros se encontram unidos por uma sensibilidade comum, necessária para que eles possam agir harmoniosamente” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 220). Assim, a coesão social, a coletividade e a participação social para alcançar o bem comum são os princípios que orientam essa ordem de grandeza.

A *cité* industrial, baseada nos textos de Saint-Simon, pressupõe que uma sociedade justa se constrói a partir da alta eficiência das corporações industriais. A sociedade é concebida como uma unidade produtiva, devendo ser dirigida da mesma maneira que os empreendimentos particulares, tendo como meta a eficiência. Da mesma forma, os assuntos de Estado devem ser tratados como um empreendimento industrial, com o objetivo de maximizar o conforto e bem-estar de cada membro da sociedade, de acordo com o seu mérito.

Enfim, a *cité* mercantil fundamenta-se na lógica da regulação do mercado de Adam Smith. O prestígio nesse sistema está relacionado à capacidade de observar e agir de acordo com as oportunidades do mercado competitivo. Essa ordem é marcada pela valorização da satisfação do desejo individual, o que implica em estabelecimento de relações de negócios entre agentes no mercado. Assim, “os objetos de maior grandeza são os bens vendáveis, com uma posição de força no mercado” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 319) e as pessoas de maior grandeza são os ricos, capazes de possuir os objetos de valor e de luxo. Deste modo, a ordem mercantil é avaliada pelo preço, o qual expressa a importância dos desejos, e “o dinheiro é a medida de todas as coisas” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 326).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A orientação para o desenvolvimento baseado no latifúndio monocultor percorreu toda a trajetória de formação do Brasil (FURTADO, 2007; HOLANDA, 2014). Desde o período colonial, passando pelo império, primeira república e ditadura militar, a ausência de políticas públicas sociais e a falta de assistência para a população rural mais pobre marcaram a história do país (RIBEIRO, 2015). Consequentemente, o desenvolvimento deste grupo sempre esteve aquém daquele da grande agricultura moderna monocultora, imputando no primeiro – erroneamente - a culpa pelo atraso e baixa produtividade (CALDEIRA, 2017).

Apenas com a redemocratização, no final da década de 1980, que pautas antes ignoradas emergiram, como o fortalecimento da agricultura familiar independente - que até então estava à margem do processo de desenvolvimento do país. Essa vitória foi “fruto das reflexões e das reivindicações de movimentos sociais do campo, organizações dos trabalhadores rurais e intelectuais sobre o mundo rural brasileiro” (SOUZA-ESQUERDO; THOMSON; BERGAMASCO, 2022, p. 271), além da consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (DE SOUZA; HESPANHOL, 2016). O reconhecimento deste grupo social pelo Estado e sociedade se materializa na década de 1990, quando ocorre a inclusão da agricultura familiar no repertório de políticas públicas (SOUZA-ESQUERDO; THOMSON; BERGAMASCO, 2022; FAVARETO, 2010).

Porém, com a maior integração entre áreas urbanas e rurais e uma diversificação das fontes de emprego e renda no meio rural, a pertinência de uma mudança mais drástica na direção das políticas públicas foi publicizada. Esta visão se fundou na ideia de incluir políticas públicas rurais não-agrícolas ao sistema de governo para que a população rural pudesse alcançar a cidadania sem a necessidade de migrar para as cidades (FERREIRA, 2002).

O desafio era, então, construir uma nova tipologia das zonas rurais, considerando a diversificação socioespacial e as novas ruralidades, além da distinção entre os termos "rural" e "agrícola" (JEAN, 2002). Nesta ótica, seria preciso criar uma estratégia de desenvolvimento para além do agrícola, o que incluiria estímulos à diversificação e dinamização das economias interioranas e uma paridade dos direitos e serviços urbanos e rurais, o que não era contemplado nas políticas até então (FAVARETO, 2010). Nesta linha de raciocínio, seria crucial também compreender as necessidades específicas das comunidades em seus territórios e estabelecer políticas culturalmente apropriadas e legitimadas pela população envolvida, para, assim, promover uma transformação mais abrangente (RIMISP, 2015).

A única estratégia capaz de dar conta de todas essas complexidades e avançar para um desenvolvimento sustentável, seria o enfoque territorial (FAVARETO, 2019), uma vez que essa perspectiva se fundamenta em princípios da multidimensionalidade, do potencial do lugar, da governança participativa e da coesão social (DA VEIGA, 2016; DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021; PECQUEUR, 2005; SCHNEIDER, 2004). A adoção desse referencial se concretiza em 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) (Partido dos Trabalhadores - PT), quando “os conceitos de território e de abordagem territorial ficam mais evidentes na elaboração de políticas públicas” (JUNIOR; BORSATTO; SOUZA-ESQUERDO, 2022, p. 375).

Como visto anteriormente, a implantação de instrumentos democratizantes da concepção da ação pública constitui formas de comprovação de compromissos com a justiça do mundo cívico (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020). Mas é com a chegada ao poder executivo federal de Lula e de representantes do mesmo espectro político que traços de concepção cívica de justiça se difundem de forma mais marcante. Ademais, seu mandato representou a ascensão de uma maior diversidade social no comando executivo do país, rompendo, em certa medida, com lógicas patriarcais e clientelistas de justiça doméstica. Este novo líder, ao contrário, defendeu com ênfase direitos da população mais pobre.

Na concepção da justiça cívica, os representantes eleitos recebem "a missão de traduzir os interesses das massas e de transformar o interesse de cada um em um interesse coletivo" (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 308), mobilizando-os em torno de um bem comum. No caso em questão, o combate à desigualdade social, à pobreza e à fome, enquanto prioridades de governo, estão inscritos na perspectiva de ordenamento cívico, conforme destacado no discurso de posse do presidente Lula (Quadro 1). No campo da agricultura, o combate à exclusão social, a reforma agrária e democratização do acesso à terra se inscreve no campo cívico de justiça social. Adicionalmente, a manifestação do presidente de repulsa ao egoísmo e individualismos, mas em favor do coletivo e da participação social constitui clara ancoragem em princípios norteadores da *cité* cívica.

Quadro 1 - Trechos do Discurso Presidencial na Sessão de Posse no Congresso Nacional

| |
|---|
| "Mudança"; esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo, e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.<br>Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades.<br>Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar.<br>Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.<br>É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobras e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.<br>Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.<br>Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz.<br>Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária.<br>Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular. |

Fonte: BRASIL (2003). Organizado pelos autores (grifo nosso).

Em relação às provas, os autores de *A Justificação* ressaltam que a manifestação da vontade geral (das pessoas coletivas) está menos sujeita a desconfiança quando tomam formas oficiais, como, por exemplo, por meio de resoluções, decretos ou programas públicos, mas sendo a Lei a forma mais legítima de evidência do mundo justo cívico.

No meio rural, pode-se dizer que a primeira forma com conotação de comprovação da justiça cívica foi a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), já no ano de 2003. A SDT foi incumbida de elaborar a primeira política territorial de desenvolvimento do país, o PRONAT, com dispositivos participativos, o que representou uma prova de verificação de vontade política cívica. Mais tarde, a agricultura familiar também ganhou mais reconhecimento, com a Lei nº 11.326/2006, estabelecendo as diretrizes para a formulação da política nacional em seu favor como meio de democratizar o apoio público no campo.

Porém, durante o processo de seleção dos Territórios Rurais (TR) do PRONAT, verificou-se desequilíbrios territoriais. Por conta de suas vulnerabilidades, determinados territórios mereceriam maior atenção (ZIMMERMANN et al., 2014). Por outro lado, a execução da política territorial enfrentava o problema da mobilização apenas do setor agrícola dos territórios. Assim, com orientações visando superar a lógica setorial e a pobreza no campo, é instituído, por decreto em 2008, o Programa Territórios da Cidadania (PTC), tornando-se o dispositivo de política territorial mais emblemático a nível nacional.

O PTC é uma forma de comprovação da perspectiva de ordenamento cívico no mundo rural, capaz de angariar grande legitimidade. Este programa constitui uma estratégia de desenvolvimento territorial, que tem o objetivo de levar o desenvolvimento econômico com a redução das desigualdades sociais, por meio da universalização de programas básicos de cidadania e alocação de um montante significativo de recursos (BRASIL, 2008).

Os Territórios da Cidadania (TC), assim como os TR, são formados por agrupamentos de municípios baseados em critérios sociais, econômicos, demográficos e geográficos. Sua prioridade é atender à população do meio rural, principalmente a mais marginalizada, como agricultores familiares, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores, indígenas e comunidades tradicionais (BRASIL, 2008).

Em sua concepção, o programa integra ações dos governos federal, estaduais e municipais, com a participação da sociedade civil, por meio de um Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), com função notadamente de elaborar um plano de

desenvolvimento para o território (BRASIL, 2008). Essa governança compartilhada com os atores do território na identificação das demandas e priorização das ações evidencia, na prática, a inclusão do interesse coletivo e da vontade geral do território na execução de políticas públicas – elemento chave do mundo justo cívico.

Porém, a política nacional de enfoque territorial começou a entrar em declínio após poucos anos de sua execução. Na esfera econômica, a crise financeira mundial de 2008, que se intensificou no Brasil a partir de 2012, reduziu o orçamento direcionado ao PTC (ZIMMERMANN et al., 2014). No âmbito político, a forte representação no Congresso Nacional da chamada "bancada ruralista" favoreceu posicionamentos conservadores e defesa de interesses particulares (FAVARETO, 2010).

Em 2016, o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff representou a fragmentação dos interesses e da vontade política, ocasionando no desmantelamento do MDA e, por conseguinte, da SDT, com desmonte dos programas de desenvolvimento territorial, uma vez que compunham políticas de governo e não de Estado. Consequentemente, a gestão dos territórios, que já vinham sofrendo dificuldades – como a desarticulação das ações municipais e setoriais; a pouca diversidade e autonomia dos Colegiados e a imposição de projetos de cima para baixo pelo governo federal – foi abandonada (JUNIOR; BORSATTO; SOUZA-ESQUERDO, 2022).

Sem o apoio do governo central - o qual tem atuação fundamental nesse tipo de estratégia de desenvolvimento, sendo o órgão capaz de financiar a infraestrutura básica local e de exercer o seu poder junto aos grupos políticos locais (ORTEGA, CERQUEIRA, SILVA, 2016a) - estes territórios, compreendidos como um "campo de forças, onde coexistem diferentes grupos sociais e que, a todo momento, se interagem através de relações de poder, conflitos e disputas" (JUNIOR; BORSATTO; SOUZA-ESQUERDO, 2022, p. 373), vivenciaram sucessivos choques, dificultando a operacionalização de um projeto territorial e a autonomia político-administrativa dos níveis locais (ORTEGA, CERQUEIRA, SILVA, 2016b).

Apesar destes reveses, o enfoque territorial resistiu em poucas Unidades da Federação (UF), tendo a Bahia como caso pioneiro e de referência (ORTEGA, CERQUEIRA, SILVA, 2016b). Aqui vale realçar que este estado, o maior do Nordeste, é marcado duramente, ao longo da história, pela marginalização da população do campo (FURTADO, 2007). Ademais, apresenta

a maior concentração de comunidades quilombolas e de agricultores familiares do país[3].

A abordagem territorial na Bahia se iniciou com a implementação de cinco TR, que posteriormente também se tornaram TC. Para a delimitação desses territórios, entidades representativas dos agricultores familiares do estado juntamente com o INCRA se mobilizaram para discutir sobre a sua composição, a qual se baseou nas microrregiões priorizadas pelo MDA e em critérios de coesão social e territorial, considerando a história de cada local (DIAS, 2017).

Contudo, as lideranças dos principais movimentos sociais do campo contestaram o número reduzido de TR, promovendo uma mobilização para o reconhecimento de mais territórios no âmbito do programa. Esta resistência da sociedade civil representou um diferencial do estado da Bahia em relação às demais UF (DIAS, 2017). A partir desta contenda, ampliou-se a discussão baiana sobre o enfoque territorial, resultando na ampliação atual de 27 unidades territoriais, nomeados de Territórios de Identidade (TI), abrangendo todos os municípios do estado.

Em 2007, quando Jaques Wagner, também do PT, assumiu o governo da Bahia, esses territórios foram ratificados para compor a base de planejamento do Estado. Analisando seu discurso de posse (Quadro 2), é possível observar a convergência das temáticas prioritárias e das narrativas da presidência e do governo do estado. Dentre os temas destacados por Jaques Wagner estão a valorização da democracia, a inclusão social, a redução da pobreza, a promoção da igualdade e a luta pela terra. A história sobre a formação da Bahia também é retomada, apontando as injustiças sociais, assim como o apreço pela participação da sociedade civil na gestão pública.

A forma de comprovação da perspectiva de mundo justo cívico na Bahia pode ser evidenciada, inicialmente, pela elaboração do primeiro Plano Plurianual Participativo (PPA-P), para o período 2008-2011, o qual utilizou os TI como unidade de planejamento. Este PPA-P, sancionado pela Lei nº 10.705 de 14 de novembro de 2007, propôs um novo modelo de desenvolvimento para a Bahia, que até então privilegiava a indústria intensiva em capital, limitando o apoio aos pequenos empreendedores e aos agricultores familiares (ORTEGA; CERQUEIRA; SILVA, 2016b).

[3] De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, o estado da Bahia abriga 15% da agricultura familiar do país, a maior representatividade entre todas as UF.

Quadro 2 - Trechos do Discurso de Posse de Jaques Wagner na Assembleia Legislativa

É com muita honra que venho a esta Assembleia Legislativa, de tantas tradições, para tomar posse no cargo de Governador da Bahia. Quero começar reafirmando, perante os componentes desta Casa, a minha convicção de que a democracia é um valor universal, especialmente quando lastreada na independência e harmonia entre os Três Poderes.

Podem ter certeza, senhores deputados, que minha prática à frente do governo da Bahia se dará sempre no sentido de consolidar os valores democráticos que tanto defendo.

Quatro anos atrás elegemos o presidente Lula e a Bahia foi extremamente importante nessa conquista. Com o presidente Lula estamos construindo um novo Brasil. Livre, justo, democrático e do bem. Tenho orgulho de ter participado como Ministro, desse projeto.

A Bahia é esse Estado imenso, com dimensões de um grande país. A Bahia é também o Estado da diversidade. Esta mistura de culturas, de raças, de cores, de religiões, de paisagens. Um povo doce, amigo e inteligente. Este mesmo povo, tão amável, já provou ao longo da história que não se acomoda diante da injustiça e da opressão, por mais forte que o opressor possa lhe parecer.

Mas essa mesma Bahia que encontrou mil e uma maneiras de lutar contra a opressão há tantos séculos, infelizmente, ainda vive um atraso de um modelo que está superado pela história. Um modelo que acentuou a desigualdade na distribuição das riquezas do nosso Estado e que se tornou ainda mais perverso nos tempos da velha ditadura militar.

A Bahia estava na contramão do Brasil. Por anos a fio quem dominou a política na Bahia se preocupou muito em concentrar e pouco ou nada em repartir.

Isso vai mudar. Mas vamos acrescentar ao crescimento uma missão, que parece ter sido esquecida há muito tempo: promover a igualdade. A igualdade de oportunidades para todos.

É preciso integrar a Bahia com a própria Bahia, com a sua parcela esquecida e abandonada. Hoje a riqueza do nosso Estado se concentra em poucos municípios, enquanto regiões inteiras vivem à margem do desenvolvimento. A desigualdade regional é um ciclo perverso de exclusão social, em que falta estímulo e oportunidade para as pessoas.

Agora, com a força do Governo do Estado em sintonia com o Governo Federal, vamos lutar para reverter esse quadro.

Nós vamos atualizar e retomar a sua linha de raciocínio, investindo em infra-estrutura para destravar o desenvolvimento, ativar as cadeias produtivas em cada município e associar crescimento econômico com justiça social.

É assim que vamos atuar no Semi-Árido, onde vive quase metade da nossa população. Assim como a parceria com o Governo Federal está possibilitando levar energia elétrica a todos os lares da Bahia, vamos criar soluções e assegurar que nenhum baiano vá penar por falta de água para sobreviver e plantar.

O nosso governo tem a obrigação de valorizar a diversidade, a criatividade, a cultura e a arte da nossa gente. Preservar nosso patrimônio histórico e nosso meio ambiente de beleza inestimável.

Se o Brasil nasceu aqui, agora, mais do que nunca, pode renascer do jeito que todos nós sonhamos um dia: um Estado mais justo e humano.

Hoje se encerra um ciclo e se inicia, se Deus quiser, uma nova era na nossa história. A Bahia que todos nós sonhamos está nascendo. Uma Bahia sem panelinha, onde o talento e a vontade de trabalhar sejam mais importantes que o sobrenome. Onde as oportunidades sejam iguais para todos. Sem espaço para favorecimentos nem perseguições. Onde o homem do campo conquiste o direito de viver da sua própria terra. Onde as nossas crianças tenham escola com educação de qualidade. Onde o respeito à vida seja prioridade.

É assim que vamos governar para a maioria, buscando a inclusão social em cada projeto ou ação deste novo governo.

É assim que vamos superar a concepção patrimonialista que, infelizmente, foi montada no nosso Estado. Vamos restaurar uma relação plenamente republicana na política da Bahia.

Eu sempre acreditei na força do diálogo, e agora não será diferente. Vamos planejar o Estado de forma participativa, ouvindo e aprendendo com o que a nossa gente tem a dizer e a ensinar.

Fonte: BAHIA (2007a). Organizado pelos autores (grifo nosso).

Na apresentação do PPA-P 2008-2011 (Quadro 3), Jaques Wagner ressalta, principalmente, a participação da sociedade civil na gestão pública, apontando a sua importância para identificação e execução de políticas públicas condizentes com as necessidades e potencialidades dos territórios. Nesta perspectiva, trata-se de fomentar a coesão social em torno de um interesse comum, correspondendo a princípios de justiça da *cité* cívica. Em 2010, de modo a fortalecer essa visão, os TI foram formalizados por meio do Decreto nº 12.354 de 25 de agosto.

Assim, a vontade política e a sinergia dos governos federal e estadual em relação aos problemas comuns e o entendimento de que a ação coletiva e a participação social são fundamentais na gestão pública, principalmente para a promoção da inclusão social,

favoreceram a implementação do enfoque territorial na Bahia. Este, por sua vez, ganhou mais força, a partir da legalização do uso dos TI como referência para o planejamento do Estado.

Quadro 3 - Trechos da apresentação do PPA-P 2008–2011: Governador Jaques Wagner

> Para atingirmos nossos objetivos, estamos promovendo profundas mudanças não apenas na estratégia e no modelo de desenvolvimento que orientou as decisões públicas nas últimas décadas, mas, também, nas formas de relacionamento Estado–sociedade e na condução do aparelho administrativo. O modelo de gestão adotado e que passou a orientar as nossas ações governamentais está baseado na Governança Solidária, que tem como elementos centrais os seguintes princípios: a Ética no tratamento das questões públicas; a Democracia permeando a relação entre governo e sociedade; a Transparência e o Controle Social das ações de governo, especialmente através dos conselhos de políticas públicas e dos fóruns territoriais; a Participação Cidadã na formulação e implementação das políticas públicas; o compromisso com a Efetividade e a Territorialização das ações e, por fim, a Transversalidade e a Descentralização Administrativa. (...).
>
> Inaugurando um processo inédito na Bahia, o Governo do Estado abandonou a comodidade e as facilidades do planejamento realizado a portas fechadas, no conforto dos gabinetes, e deu início à inclusão efetiva da sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas. As plenárias do PPA participativo foram realizadas nos 26 Territórios de Identidade que compõem o novo mapa de desenvolvimento do Estado, e que foram delimitados com base no sentimento de pertença da população e da teia de relações sociais e econômicas a partir daí estabelecidas, o que permite o planejamento e a execução de políticas condizentes com as necessidades e potencialidades locais.

Fonte: BAHIA (2007b). Organizado pelos autores (grifo nosso).

Diferentemente do que ocorreu no executivo federal, a política territorial na Bahia resistiu aos conflitos de interesses econômicos e políticos. A (re)eleição de governadores e representantes do mesmo espectro político, favoráveis à participação social na gestão pública, possibilitou a permanência deste referencial de justiça cívica. Nas eleições estaduais de 2014, Rui Costa (PT) foi eleito no 1° turno e também manteve maioria na Assembleia Legislativa. Assim, foi possível garantir a promulgação da Lei n° 13.214 de 29 de dezembro de 2014, a qual tornou os TI e os Colegiados Territoriais em política de Estado.

Ou seja, a Bahia conseguiu manter uma coesão social sólida - a qual pode ser expressada pela "identidade em comum, que possibilita a coesão no diálogo do desenvolvimento" em torno de um "pacto territorial" (ORTEGA, CERQUEIRA, SILVA, 2016b, p. 68) -, fator crítico para o sucesso desse tipo de estratégia (ORTEGA, CERQUEIRA, SILVA, 2016a).

Ao todo, já são quatro PPA-P implementados, e sua relevância segue sendo compartilhada pelos governadores que passaram pelo poder executivo ao longo dos anos. A título de exemplo, os Quadros 4 e 5, apresentam os PPA-P de 2012 a 2019, comprovando a continuidade da gestão territorial na Bahia durante o período.

Quadro 4 - Trechos da apresentação do PPA-P 2012-2015: Governador Jaques Wagner

> O fortalecimento do sistema de planejamento e gestão, através do PPA Participativo, nos permite a adoção de critérios mais racionais no processo de tomada de decisão, na definição e hierarquização das prioridades de governo. Contribui, também, para uma alocação mais eficiente dos recursos orçamentários, conferindo maior eficácia e legitimidade às ações governamentais, face às crescentes demandas e aspirações da coletividade.
>
> Ressaltamos o caráter pedagógico da metodologia utilizada na elaboração do PPA Participativo, cuja principal disciplina é o exercício da cidadania e a participação social. Ou seja: a adoção de um novo modus operandi em que o Estado se torna mais permeável à ação da cidadania, estabelecendo permanentes canais de diálogo e mediação com a sociedade na formulação e execução das políticas públicas. Sobretudo na Bahia, que sempre sonegou ao cidadão comum a participação no debate sobre os rumos que envolvem o processo de desenvolvimento.

Fonte: BAHIA (2011). Organizado pelos autores (grifo nosso).

Quadro 5 - Trechos da apresentação do PPA-P 2016-2019: Governador Rui Costa

| |
|---|
| Mais que um documento formal, elaborado com o propósito de atender à legislação, o PPA é fruto de um intenso processo de discussão que começou ainda em 2014, durante a campanha eleitoral, quando realizamos o Programa de Governo Participativo - PGP, mobilizando milhares de baianos nos 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade. Posteriormente, a partir da nossa posse em 1º de janeiro de 2015, demos início à discussão para a elaboração do PPA, utilizando como principal referência o PGP. Essa iniciativa constitui um fato inédito no Brasil: jamais o planejamento esteve tão alinhado com a participação social, com o debate coletivo e com o fortalecimento da democracia e de suas instituições. O Plano Plurianual Participativo 2016-2019, portanto, reflete os anseios, os desejos e as expectativas dos milhares de baianos que apostaram no sonho de uma Bahia mais democrática, mais inclusiva e mais desenvolvida.<br>Esse esforço resultou na ampliação do acesso à água e à energia elétrica, na redução do analfabetismo, na redução da pobreza e da extrema pobreza, na geração de milhares de empregos, na ampliação da educação profissional e no fortalecimento da rede hospitalar, entre outras melhorias significativas.<br>O Semiárido é tema central de nossas propostas desde a elaboração do PGP. Os diversos Programas do PPA refletem a intenção de promover o desenvolvimento da região, sempre considerando suas particularidades. Uma preocupação central é impulsionar a inclusão produtiva, sobretudo no meio rural, com políticas como acesso ao crédito, regularização fundiária, apoio ao beneficiamento e à comercialização e qualificação dos trabalhadores da região. Note-se que a questão urbana, sobretudo a ampliação da oferta de serviços públicos, também integra o conjunto de políticas para o Semiárido.<br>Vale destacar que o PPA 2016-2019 reflete, desde a sua concepção, o compromisso da nossa gestão com a promoção da inclusão de segmentos historicamente excluídos da sociedade baiana. Os afrodescendentes, as mulheres, os jovens, os idosos, a comunidade LGBT, as pessoas com deficiência, os indígenas, os quilombolas e os demais Povos e Comunidades Tradicionais estão contemplados em um conjunto de ações que já começamos a implementar. |

Fonte: BAHIA (2015). Organizado pelos autores (grifo nosso).

A partir dos apontamentos acima, pode-se evidenciar, na gestão territorial da Bahia, um alinhamento aos princípios que se situam no mundo justo cívico, com destaque para: a decisão pela coletividade e observação de seus interesses comuns; o fortalecimento do diálogo e de instrumentos de democracia participativa; o envolvimento do povo e a participação social no processo de desenvolvimento; o exercício da cidadania; a inclusão dos segmentos historicamente excluídos, com acesso às diferentes políticas públicas; e a construção de planos pactuados, considerando as particularidades dos territórios.

Portanto, verifica-se que o alinhamento político-ideológico, os efeitos da coesão social e o apoio do governo, com a formalização e legalização dos dispositivos públicos, permitiram a capilarização e enraizamento do enfoque territorial no estado da Bahia (ORTEGA, CERQUEIRA, SILVA, 2016a; 2016b).

## CONCLUSÕES

A primeira década do século XXI foi marcada pela ascensão, por meio do voto popular, de novas perspectivas de gestão pública, repudiando o individualismo e o favoritismo, marcantes até então. Tratou-se de um olhar fundado em elementos de um mundo cívico justo. Tanto na Bahia, como no Brasil, o interesse comum era combater a fome, a pobreza e as desigualdades, com participação social em instâncias de concertação decisória.

No mundo rural, como forma de comprovação do discurso orientado por esta ordem cívica de justiça, além da defesa de eleições democráticas, a implementação do enfoque territorial foi concebida com vistas a alcançar o interesse coletivo, tanto no nível nacional,

como estadual. Esta abordagem constitui-se por princípios justos de ordenamento cívico, como a ação coletiva e a coesão social na busca pela redução das disparidades, além da governança participativa, que oferece oportunidades aos atores do território em atuar ativamente na gestão pública.

Porém, no Brasil, a partir de 2012 e, ainda de forma mais intensa, de 2014, constatou-se profunda fragmentação da vontade política e do interesse comum. O auge deste processo ocorreu em 2016, expressado pela troca da representação política máxima do país. Consequentemente, o PTC, instituído por um dispositivo legal frágil (decreto), foi abandonado.

Já na Bahia, onde desde seu início, a abordagem territorial se construiu a partir de elementos sólidos de justiça cívica, como a participação social na construção de um objetivo comum, fator que garantiu empoderamento e coesão social, e a vontade política, que, com o apoio do governo, promoveu a institucionalização dos territórios por meio de instrumentos legais robustos (leis), esta perspectiva de ação pública resistiu e se intensificou, fortalecendo também outros princípios do desenvolvimento territorial no estado. Esta experiência, portanto, deve ser considerada como extremamente relevante para a reflexão na elaboração de futuras políticas públicas de desenvolvimento territorial.

## REFERÊNCIAS


BAHIA. **Discurso de posse do governador Jaques Wagner**. Salvador: o portal oficial do estado da Bahia, 2007a. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2007/09/noticias/governo/discurso-de-posse-do-governador-jaques-wagner/>. Acesso em: 31 maio. 2023.

BAHIA. **PLANO PLURIANUAL – PPA 2008-2011: Apresentação**. Salvador: Secretaria de Planejamento, 2007b. Disponível em: <https://www.seplan.ba.gov.br/planejamento/historico-do-ppa/>. Acesso em: 31 maio. 2023.

BAHIA. **PAA 2012-2015: Apresentação**. Salvador: Secretaria de Planejamento, 2011. Disponível em: <https://www.seplan.ba.gov.br/planejamento/historico-do-ppa/>. Acesso em: 31 maio. 2023.

BAHIA. **O PPA PARTICIPATIVO 2016-2019**. Salvador: Secretaria de Planejamento, 2015. Disponível em: <https://www.seplan.ba.gov.br/planejamento/historico-do-ppa/>. Acesso em: 31 maio. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1-Edição Português. ed. Lisboa: Edições 70, 2015.

BEDUSCHI, L. C. F.; ABRAMOVAY, R. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. Nova Economia - **Revista do Departamento de Ciências Econômicas** da UFMG, v. 14, n. 3, p. 35–70, 2004.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification**: les économies de la grandeur Paris: Éditions Gallimard. 1. ed. Paris: Éditions Gallimard, 1991.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **A justificação**: sobre as economias da grandeza. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

BRASIL. **Pronunciamento do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional Brasília. DF: Presidência da República - Secretaria de Imprensa e Divulgação, 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato>. Acesso em: 31 maio. 2023.

BRASIL. **Cartilha sobre os Territórios da Cidadania**. Brasília: Embrapa, 2008. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territ%C3%B3rios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044>. Acesso em: 31 maio. 2023.

CALDEIRA, J. **História da riqueza no Brasil**: cinco séculos de pessoas, costumes e governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

DA VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. **Interações** (Campo Grande), v.3, n.5, p. 5–19, 2016.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 256–273, 2021.

DE SOUZA, S. P.; HESPANHOL, R. O processo de institucionalização dos Territórios da Cidadania no estado de São Paulo. **Formação** (online), v. 4, n. 23, p. 161–187, 2016.

DIAS, W. J. V. **Territórios de Identidade e Políticas Públicas na Bahia**: gênese, resultados, reflexões e desafios. Mestrado em Planejamento Territorial, Feira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2017.

FAVARETO, A. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva – uma década de experimentações. **Desenvolvimento em Debate**. **Anais**...Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

FAVARETO, A. Transição para a sustentabilidade no Brasil e o desenvolvimento territorial nos marcos da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Parcerias Estratégicas**, v. 24, n. 49, p. 51–72, 2019.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos – Sociedade e Agricultura**, v. 18, p. 28–46, 2002.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLANDA, S. B. DE. **Raízes do Brasil**. 27a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JEAN, B. Les territoires ruraux dans la modernité avancée et la recomposition des systèmes ruraux. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 18, n. 1, p. 5–27, 2002.

JUNIOR, W. F. A.; BORSATTO, R. S.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. Entraves das políticas públicas ao promover o desenvolvimento territorial. In Camargo, R. A. L.; Borsatto, R. S.; Souza-Esquerdo, V. F. (Orgs.). **Agricultura familiar e políticas públicas no estado de São Paulo**. São Carlos: EdUFSCar, 2022, p. 371-392.

OLIVEIRA, F. DE. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

ORTEGA, A. C.; CERQUEIRA, C. A.; SILVA, F. P. M. da. Planejamento, desenvolvimento e descentralização: o papel do Estado no desenvolvimento territorial. In Ortega & Pires (Orgs.). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. Brasília: IPEA, 2016a, p. 17-29.

ORTEGA, A. C.; CERQUEIRA, C. A.; SILVA, F. P. M. da. As políticas públicas de desenvolvimento no estado da Bahia: evolução e características. In Ortega & Pires (Orgs.). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. Brasília: IPEA, 2016b, p. 55-84.

PECQUEUR, B. O Desenvolvimento Territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10–22, 2005.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

RIMISP (CENTRO LATINOAMERICANO PARA EL DESARROLLO RURAL). **La transformación rural de América Latina**. [s. l.]: 2015. Disponível em: <https://rimisp.org/noticia/transformacion-rural-america-latina/>. Acesso em: 23 out. 2018.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v.11, p. 88–125, 2004.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MORUZZI MARQUES, P. E. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SOUZA-ESQUERDO, V. F., THOMSON, C. R., & BERGAMASCO, S. M. P. P. Para além da terra: o necessário diálogo entre política agrícola e agrária. In Camargo, R. A. L.; Borsatto, R. S.; Souza-Esquerdo, V. F. (Orgs.). **Agricultura familiar e políticas públicas no estado de São Paulo**. São Carlos: EdUFSCar, 2022, p. 271-294.

VEIGA, J. E. DA. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 101–119, dez. 2001.

ZIMMERMANN, S. A. et al. Desenvolvimento Territorial e Políticas de Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil. **Campo - Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, p. 540–573, 2014.

# Sem Território e Sem Água: um olhar da Transposição do Rio São Francisco

Paulo Romário de Lima[1]
Ramonildes Alves Gomes[2];
Larissa Padilha de Brito[2]

GT 05: Conflitos socioambientais, dinâmicas espaciais e as instituições e políticas do desenvolvimento territorial.

RESUMO

Esta pesquisa consiste em um esforço de problematizar um caso exemplar de desterritorialização sofrido pelas famílias agricultoras residentes na Vila Lafayette, deslocadas compulsoriamente por causa da construção do Eixo Leste da Transposição do rio São Francisco na cidade de Monteiro-PB. O percurso metodológico que adotamos para desenvolver o artigo se apoiou na pesquisa qualitativa, privilegiando técnicas como a pesquisa documental, bibliográfica e o trabalho de campo, para realização de entrevistas semiestruturadas. Por meio da produção de evidências apresentaremos o processo de desterritorialização das famílias reassentadas da Vila Lafayette, e o percurso com vistas à reterritorialização. As evidências empíricas revelaram a experiência de viver em insegurança hídrica, as tentativas de transformar os lotes em espaços produtivos e, até mesmo os conflitos entre moradores de origens diferentes, considerando, centralmente, as questões relacionadas à socialização, ao acesso à água, às estratégias de trabalho e geração de renda.

Palavras-chave: Transposição do rio São Francisco, Desterritorialização, Reterritorialização.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo resulta da sistematização de um dos capítulos da nossa dissertação de mestrado, defendida no ano de 2022, no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – PPGCS/UFCG. O objetivo pretendido é

[1] Universidade Federal de Campina Grande, pragroecologo@gmail.com.

[2] Universidade Federal de Campina Grande, rnildes@hotmail.com.

[2]Universidade Católica de Pelotas, larissa.brito157@gmail.com

problematizar o processo de desterritorialização sofrido pelas famílias agricultoras deslocadas compulsoriamente por causa da construção do Eixo Leste da Transposição do rio São Francisco na cidade de Monteiro-PB.

A pesquisa teve como lócus a Vila Lafayette, localizada no município de Monteiro, no estado da Paraíba. Para contextualizar nosso local de pesquisa, se faz necessário compreender alguns elementos: de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no ano de 2016, a população de Monteiro era estimada em 33.433 habitantes[3]. O município, que fica a 319 quilômetros de João Pessoa, está localizado na Microrregião do Cariri Ocidental Paraibano.

Uma questão central para nós é problematizar a falta de compromisso do Projeto de Integração do Rio São Francisco-PISF com a vida das populações deslocadas e reassentadas, ou seja, dos que foram diretamente atingidos pela Transposição, a exemplo das comunidades das Vilas Produtivas Rurais (VPRs), especificamente a Vila Produtiva Rural Lafayette no Município de Monteiro-PB.

Usaremos a categoria deslocamento compulsório para tratar das famílias que foram deslocadas de suas antigas comunidades e residências e posteriormente reassentadas nas chamadas Vilas Produtivas Rurais VPRs. Essas categorias foram as mesmas usadas pelo governo federal na época e estão em consonância com os termos usados pelos atingidos por grandes obras como, por exemplo, por barragens. Salientamos que são categorias de uso político (MAGALHÃES, 2007).

Considerando que a construção da obra envolveu um processo de deslocamento e, paralelamente, de reassentamento desta população em uma área construída, podemos indicar um processo de desterritorialização. Para Oliveira (2011, p. 19), "os projetos de desenvolvimento, produzem processos de desterritorialização".

Adotamos como percurso metodológico para desenvolver o trabalho a pesquisa qualitativa. Com isso, privilegiamos técnicas como a pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Considerando como período integral da pesquisa de campo o ano de 2017, quando fui pela primeira vez, e novembro de 2021, quando fui pela última vez. Nesse intervalo de tempo visitei mais de cinco vezes a Vila

[3] IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2020. Disponível em:< https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/monteiro/panorama> . Acesso em: 14 de julho de 2021.

Lafayette, em todas as visitas sempre estabeleci contato com dois membros da diretoria da Associação (os nomes usados durante esse artigo são nomes fictícios), Severino e João. Na minha última visita em novembro de 2021, além das costumeiras observações de campo, também pude estender as entrevistas a outras três pessoas entrevistadas: dona Francisca, Joana e Bruno.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com os dados do Plano Básico Ambiental (PBA-08), no início eram 16 famílias vindas de localidades distintas dos municípios de Monteiro - PB e de Sertânia - PE. Porém, foram 61 famílias reassentadas, sendo um total de 26 dos ribeirinhos nas proximidades ao sítio Pau D'arco; outras 18 vieram de dois bairros da cidade de Monteiro (Abatedouro e Várzea), onde moravam em áreas localizadas às margens do Rio Paraíba; por fim, 17 famílias vieram de Pernambuco, da comunidade Cipó, do Município de Sertânia (DINIZ, MALUF, 2020).

Entendemos que as famílias da Vila Lafayette, ao serem deslocadas compulsoriamente das suas antigas moradas passaram por um processo de desterritorialização. Processo este que se expressa na perda da ligação com o território e do exercício de luta pela manutenção de uma identidade. No entanto, apontamos que paralelamente a uma dinâmica de desterritorialização acontece também formas de reterritorialização das famílias, superando as adversidades impostas com estratégias coletivas de sobrevivência.

> As famílias buscam re-territorializar as VPRs, colocando em prática estratégias coletivas e colaborativas. Buscam estabelecer novas relações sociais, tendo em vista maior proximidade das pessoas (os vizinhos) ou pelo fato de que agora são pessoas aproximadas pela transposição (que até então não tinham quase nenhum contato) (DINIZ, et al; 2020, p. 16).

Levando em consideração as nossas visitas à Vila em dias e horários diferentes e, a partir disso, observando as movimentações no seu interior e o depoimento de informantes, percebemos a dificuldade dos moradores em se adaptarem ao seu novo espaço. Assim citamos Haesbaert (2003), para fazer referência ao processo vivenciado pelos moradores que entendemos como desterritorialização.

> [...] como perda do acesso à terra - terra vista não só no seu papel de reprodução num sentido físico, mas também como lócus de apropriação simbólica. Pode-se relacionar a essa noção de desterritorialização a concepção mais integradora de território, ao mesmo tempo espaço de apropriação/reprodução concreta e simbólica (HAESBAERT, 2003, p.18).

Não estamos falando simplesmente de um processo desterritorializador no passado, mas de um projeto que resultou na desterritorialização das famílias que moram na Vila Lafayette, quer dizer,um processo que está em curso desde quando as famílias precisaram ser deslocadas para a construção do canal persistindo por cerca de 08 anos, que foi o momento de conclusão da pesquisa, tal processo não envolve apenas as questões econômicas, embora elas sejam importantes, trata-se de um processo que envolve questões simbólicas e culturais relacionadas ao antigo território, "a desterritorialização vinculada ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais" (HAESBAERT, 2003, p.17).

Esse episódio justifica-se pela forma como as famílias ainda se relacionam e mantêm vínculos com os seus antigos territórios. Assim, em concordância com Nogueira (2019, p. 118), entendemos que o PISF "forçou a saída das famílias de seus territórios tradicionais, os Sítios, submetendo-as a viver em um novo lugar, as vilas produtivas rurais, configurado sob novas paisagens e novas regras de organização socioterritorial". Portanto, o processo de identificação do território através de marcadores sociais, culturais, políticos e econômicos se encontra em curso por parte dos moradores, que buscam nas estratégias coletivas de mobilização pelo direito à água meios de se reterritorializar. Para Haesbaert (2007) a desterritorialização ocorre de forma concomitante com a reterritorialização, no entanto, compreendemos que não se trata de algo automático e sim de um processo complexo, conforme apontam os elementos acima descritos. Dito isso, na Vila Lafayette visualizamos a manifestação desses dois fenômenos em diferentes escalas.

Para uma melhor compreensão do processo de desterritorialização e reterritorialização dos moradores da Vila Lafayette, é fundamental adentrarmos mais na relação desses sujeitos deslocados com os seus antigos territórios e foi com essa intenção que os indagamos sobre a vivência nas áreas onde residiam anteriormente.

João, quando instado assinala que, "gostava sim. Era acostumado, né. A gente morava mesmo". Mas a resposta que mais nos marcou foi a de Francisca, que respondeu com muita convicção "a gente gostava, porque é o tipo de coisa onde a gente nasceu e se criou e tava vivendo, até cinco anos atrás com tranquilidade". A

partir desse diálogo, percebemos o enraizamento dos sujeitos em seus territórios de origem, que carregam trajetórias, histórias, sonhos e significados com os seus antigos territórios. Elas guardam com carinho as recordações de antes do deslocamento e isso tem consequências no processo de adaptação e reterritorialização na Vila.

Outra questão importante sobre a trajetória dos moradores está relacionada à transição para morar na Vila. E nesse ponto fica evidente que isso ocorreu a partir da relação dos moradores diretamente com o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, e esta foi permeada de promessas, implicando em uma mudança radical na vida dessas famílias agricultoras, conforme poderemos ver na entrevista abaixo:

> Passava aquele pessoal dizendo que ia sair a transposição e demorava tempo. Anos e anos e depois até que chegou um pessoal para fazer um cadastro, inclusive deram 15 dias para a gente se retirar das terras. Pagaram um aluguel pra gente ir morar na rua e a gente foi assim um impacto muito grande. Imagina dar 15 dias para você vender bicho e eu mesmo num vendi meus bichos não. Deixei num pedaço de terra lá. Mas muita gente vendeu tudo, foi simbora pra rua, né. Ficou uma situação muito difícil. Difícil mesmo. Os bichos ficou no sítio e eu na rua na casa da minha mãe. Mas eles pagaram esse aluguel pra gente 1500 reais o problema é os animais da gente. Como eu ainda fiquei com uma parte de terra eu continuei com meus bichos (Entrevistado João, grifos do autor).

No trabalho de Santos (2020), a pesquisadora também percebeu a pressa em realizar o deslocamento das famílias e como este significou uma ruptura com o antigo regime de vida, além disso, também fica evidente na interpretação da autora como esse processo foi construído sem levar em consideração por exemplo, os animais, portanto corroborando com o depoimento dado por João.

> [...] muitas famílias não conseguiram comercializar os animais que criavam em tempo hábil e não tinham espaço na nova residência para levá-los, o que os obrigou, ou a vender a um preço bem abaixo do valor de mercado, ou mesmo deixar na parte que sobrou do território (SANTOS, 2020, p. 202).

Um outro relato que também nos chamou bastante atenção foi o de Dona Francisca "o Ministério da Integração conversou. Mas não tinha outra opção, só tinha essa mesmo. Eles não dão mais opção a não ser tirar a pessoa do lugar e jogar para outro". Essa falta de opção aliada a total falta de compromisso com a população deslocada, descrita no trecho da entrevista de Francisca, revela como esses grandes empreendimentos nunca tiveram os grupos atingidos como prioridade.

Após serem deslocadas as famílias ficaram morando em casas de parentes, ou pagando aluguel, recebendo a Verba de Transferência Temporária, a VTT no valor de 1 salário mínimo e meio. Alguns aproveitaram esse recurso para construir moradias nos terrenos das famílias, como foi o caso de Francisca, "o dinheiro do primeiro aluguel que eu recebi da transposição eu construí uma casinha pra mim juntar as minhas coisas, pra mim não ficar na casa de ninguém".

O processo da mudança para a vila ocorreu de maneira atribulada, provocando rupturas com o modo de vida experimentado em seus antigos territórios, com a ida para a casa de parentes, alguns buscaram aluguéis e todos com a falta de garantias mínimas com relação ao abastecimento hídrico. A vila foi inaugurada em dezembro de 2015 após pressão dos moradores (e eles fizeram a mudança em março de 2016). Porém, nos chamou atenção a falta de memória dos entrevistados com relação a data em que se mudaram para a vila. Ao que nos parece, por mais significativo e importante que seja essa mudança, ela não foi o suficiente para memorizar. "Não lembro direito", diz o nosso entrevistado João. Já o Bruno, também não conseguiu responder com exatidão sobre quando a Vila foi inaugurada, nem sobre o tempo que já está residindo nela, "lembro não tá com uns 6 anos, né. Ou fez seis anos ou vai completar seis anos".

O que também nos deixou muito curiosos na conversa com os entrevistados foi saber o que foi falado pelo Ministério para as famílias acerca do deslocamento. Nosso intuito foi de irmos montando esse quebra cabeça, como ocorrem os processos de deslocamentos compulsórios para a realização das grandes obras. Nessa questão, o João no seu depoimento falou sobre as promessas, especialmente no que se refere às questões estruturais da Vila e como elas têm funcionado ultimamente.

> Eles falavam que ia ser bom que ia ter posto de saúde e praça e realmente fizeram a praça e fizeram posto de saúde. O posto mal funciona e a praça tá aí como você ver no mato, que a gente já procurou várias vezes a prefeitura e não ajuda já que é responsabilidade da prefeitura e a iluminação na praça não tem também é a maior escuridão. A gente da associação vai direto no pessoal da prefeitura e secretário e até agora nada e uma situação meia difícil e a situação na zona rural tá cada dia mais difícil (Entrevistado João).

O relato acima, além de trazer mais elementos sobre o jogo de promessas entre o Ministério e as famílias moradoras da Vila Lafayette, também nos faz refletir sobre essa divisão de deveres dos poderes executivos federal, estadual e municipal.

O posto de saúde da Vila, segundo as famílias, têm médico e dentista uma vez no mês. Fomos até a prefeitura de Monteiro perguntar sobre como isso acontece e a resposta de uma secretária que pediu para não ser identificada, foi de que "a Vila não é responsabilidade do município, contudo, eles estão dentro do município e tem a pressão política de vereadores e a questão eleitoral".

Tínhamos o interesse de saber sobre a estrutura da vila e a sua funcionalidade, nesse quesito duas respostas chamaram a atenção, do Bruno, em que ressalta a quadra de esportes existentes na Vila como o espaço que ele mais gosta apesar de destacar as limitações deste espaço e o João, na sua busca incansável para melhorar esses ambientes. Na sua fala, Bruno deixa claro que é lá onde ele busca socializar com os outros moradores, estreitando laços de convivência, o que na nossa leitura também é uma estratégia de reterritorializar-se na Vila.

> Aquela quadrinha ali é boa aquela quadrinha, mais era pra eles ter feito o que botado umas telas ali ao redor da quadrinha. Organizar mais ali, né. O piso lá é cascudo e ninguém aguenta jogar. Porque eu gosto de ir brincar mais os meninos de noite nós vamos lá brincar de bola mais num tem uma tela num tem nada a pessoa chuta uma bola e ela vai parar lá nos cafundó do judas pra ir buscar ainda de noite e a quadra também é muito dura (Entrevistado Bruno).

O João, que é da diretoria da Associação, nos alertou que já procurou a prefeitura para fazer os reparos necessários que, como abordamos anteriormente, cumprem o papel de contribuir para a socialização e por consequência, para a reterritorialização das famílias dentro da Vila: "uma situação difícil que a gente já fez ofício várias vezes. Mandemos para a prefeitura entendeu. O secretário sabe. A gente já foi na prefeitura conversar com ele e tudo e fica só nas promessas. Para vir com o maquinário e ajeitar" (Entrevistado João). Reforçamos as discussões já feitas neste texto que de acordo com o PBA (08), a obrigatoriedade dos governos municipais com as VPRs é com relação à educação e à saúde.

No PBA 08 é apontada a necessidade de fazer parcerias com governos municipais, estaduais e com os órgãos federais. Com relação às parcerias com as prefeituras isso irá acontecer "para o planejamento e implantação da infraestrutura dos serviços sociais básicos nos locais de reassentamento, a oferta desses serviços e para o desenvolvimento de ações integradas em saúde e educação" (PBA08, 2005, p.37). Como sabemos, a escola do município está fechada pela justificativa de não

ter alunos o suficiente na Vila para funcionar e que foi cedida em 2021 para ser um tanque de beneficiamento de leite caprino que, em breve, também funcionará lá uma sala de beneficiamento de gergelim e girassol, produzidos nos quintais de alguns moradores da vila.

No que concerne à praça existente na vila, e o seu processo de "abandono" referido pelo João, que apesar de contar com uma estrutura para exercícios físicos e espaço de lazer coletivo ela não tem cumprido com o seu dever social (parte dos moradores da Vila não reconhecem esse espaço como seu). Estive na Vila em diferentes períodos e essas visitas ocorreram em horários variados, mesmo assim não conseguimos visualizar o uso da praça.

Temos afirmado ao longo desse texto que as famílias foram desterritorializadas, e os elementos que nos dizem isso é a forma como aconteceu o deslocamento combinado com um processo de rupturas nos aspectos econômicos, sociais, culturais e simbólicos dessas famílias com os seus antigos sítios. Para melhor compreender sabemos que uma das características das residências nos sítios é a dispersão entre uma casa e outra, o que é bem diferente da Vila, onde as casas são próximas, semelhante às casas na cidade. Então, indagamos sobre esse ponto nas entrevistas.

> Difícil. Difícil. Porque, assim como eu lhe falo, a gente tinha a nossa vida separada, né. Minha terra tava aqui e meu vizinho tava acolá. E agora é tudo junto aqui. Nós não morava tipo uma comunidade. Hoje é uma comunidade e a gente tá ali tudo junto e entrosado pensamento de um não é o pensamento da gente, né e mexer com gente é muito difícil (Entrevistado João).

Essa resposta do João também foi manifestada pelo Severino, que reforçou a "falta de privacidade" de quem mora na Vila e que sente falta disso. Numa das visitas que fiz a Vila no período da tarde, enquanto eu tomava água e conversava com o Severino, um vizinho trazia umas cabras do lote e estes, ao chegar no espaço da Vila, entraram no ambiente da casa de Severino e ele com um olhar de frustração olhou pra mim e falou "tá vendo? Não temos privacidade de nada aqui".

Mas como temos dito, esse processo não acontece de forma homogênea, conforme salienta Francisca, que não teve dificuldade para se adaptar à lógica de cidade da Vila. Para Francisca "foi tranquilo. Foi. Porque, ao redor da minha casa é fechado como se diz é cercado aí não tenho muita preocupação. Me adaptei

bastante fácil". Levando em consideração as observações feitas durante as visitas na Vila e buscando manter uma linha de coerência nas entrevistas, indagamos as pessoas sobre quais são as dificuldades enfrentadas na Vila. Pela fala de Francisca, a dificuldade tem sido a restrição da liberdade em relação ao que se vivia antes na comunidade do Cipó. De acordo com ela [adaptação] "foi, porque aqui eu tinha uma vida que eu podia sair e chegar amanhã ou depois e aí no início foi muito ruim pra mim. Porque, eu fui muito como se diz, criticada devido a isso". A interlocutora não deixou claro quem fazia as críticas, mas nas visitas feitas aos moradores que vieram da comunidade Pau D'Arco, estes relataram por diversas vezes que as famílias do Cipó "não vivem na Vila. Vem aqui apenas para garantir o dinheiro da verba".

As evidências pontuadas nesse artigo revelam como as famílias após sofrerem o deslocamento compulsório para a realização do PISF foram desterritorializadas. Esse processo aconteceu rompendo os laços afetivos, simbólicos e econômicos com os seus antigos espaços de morada. Além disso, ocorreu de maneira abrupta por parte do Ministério. Essa realidade é permeada por promessas que pouco se cumpriram, portanto, tem-se a reprodução do que historicamente acontece com as famílias das comunidades rurais do semiárido nordestino. Também em diálogo com os entrevistados buscamos entender como tem sido morar na Vila.

Francisca relata que a Vila foi entregue tendo como estrutura apenas as casas e os lotes sem que estes tivessem a devida infraestrutura para produzir, "de estrutura só a casa, pra mim o que eles me falaram foi o lote que até agora tá aí. Só que eu não usei o lote ainda pra nada". Também ficou claro, como poderemos observar nas falas abaixo, o fato dos lotes e dos terrenos das casas não serem cercados e o quanto é caro cercar os lotes como nos fala João e o Bruno, que além de reforçar esse fato e chamam a atenção para a distância dos lotes, argumentando que nem mesmo a estrutura da casa correspondeu ao que foi prometido.

A separação e o consequente distanciamento entre espaço de morada e espaço de produção gera uma série de dificuldades, as quais exigem certo tempo, criatividade e empenho de recursos para que haja uma adaptação. Um dos

constrangimentos recorrentes são os furtos, porque geram medo, insegurança e prejuízos. Esse dado ficou evidente para nós nas conversas com os reassentados acerca das mudanças sociais que estão experienciando na Vila. As respostas enunciadas foram diversas. Logo, procurarei de maneira cuidadosa expor e problematizar as diferentes respostas. Algumas respostas expressavam uma visão positiva da mudança, em geral uma positividade relacionada à questão econômica, portanto a VMT, mesmo tendo sido reduzida, eles recebem desde 2014 quando foram deslocados e cumpre um papel importante no orçamento doméstico, conforme poderemos constatar no relato de Dona Joana.

> A vida melhorou, porque tá saindo esse dinheirinho e espere que dure mais um tempo vamos ver Deus é quem sabe e eu me aposentei. Quando a gente tem o dinheirinho da gente, né. Apesar de eu tomar muito remédio. O valor dos meus remédios é 600 reais todo mês. Se não fosse esse dinheirinho nem sei como daria prá eu sobreviver. A pessoa pagando 600 conto de medicamento o que ia sobrar pra comer, né (Entrevistada Joana).

Na fala de Dona Joana é perceptível a importância desse auxílio e de como ele é fundamental para complementar a renda da família. O que também é reforçado pelo Bruno, "enquanto eles tão com essa ajuda, com o dinheirinho a vida tá bom, né. Num tá com muita dificuldade. Com esse dinheirinho a gente já faz a feira. Se vira com outra coisinha ali outra aqui". Apesar de ser uma verba/auxílio provisório e sem muitas garantias da sua continuidade. Contudo, não podemos ir contra as falas das famílias e negligenciar a importância que o VMT tem para as famílias reassentadas.

Para Francisca a vida agora está melhor, pois com a chegada da água mesmo de forma ainda irregular e com a construção de reservatórios para armazenar água, ela tem conseguido fazer um pomar, onde futuramente vai conseguir colher frutas e, especialmente, frutas produzidas por ela mesma: "pra mim agora na Vila tá bom. Agora na Vila tá bom, porque tenho água, porque os meninos trabalharam muito pra conseguir água praí e pra mim agora tá bom. Tá melhor, porque agora estou fazendo a minha estrutura do meu pomar". Os meninos que ela destaca em sua fala são os membros da diretoria da associação, que acionaram a justiça cobrando da Cagepa o abastecimento de água para a Vila e tendo obtido êxito.

Por fim, destaco ainda o relato de João, que discorda das falas de outros moradores da Vila – para ele a vida só piorou na Vila. E essa situação de piora é

atribuída ao fato de não estar conseguindo produzir, por causa da distância dos lotes e por não ter água para produzir. Inclusive, esse é um dos pontos de muita divergência entre ele e a dinâmica estabelecida da Vila pelo Ministério, conforme poderemos ver a seguir.

> Pra mim piorou. Lá nós tinha aquele sistema de onde nós tirava dos poços, né e aqui nós teve de fazer tudo de novo, né e muita dificuldade. Nós não pegamos a mesma terra. Vamos supor nós peguemo uma terra aqui nós tamo morando aqui e tem gente com tá com 5 km aí se você deixar um animal lá vai aparecer um cachorro que vai matar que vai tem o ladrão que vai levar. A minha ficou distante e eu tive o maior prejuízo esse ano, nós tinha 120 boier (caprinos da raça boer), e nós tivemos de vender, né e voltar pro zero de novo. Porque era prejuízo e mais prejuízo os caras levava o povo roubando. Eu acho o seguinte já que fez sua casa aqui sua terra ficava aqui dentro você não saia, né. Fizeram a vila e nunca combinaram com os morador nenhum. Nós não podia entrar aqui nós não sabia como era que ia pegar as terras e como era e a gente acha que ia pegar as terras por trás da casa da gente (Entrevistado João).

As falas evidenciam o que temos dito ao longo deste artigo, ou seja, o quanto a obra do PISF é contraditória. E essa contradição é manifestada dentro da vila e aqui destacados. O processo de desterritorialização e, sobretudo, de reterritorialização não aconteceu e não acontece de forma homogênea, linear, não é igual para todos, inclusive, porque a situação anterior ao reassentamento já era marcada por diferenciações. João é categórico ao afirmar que a vida piorou e mobiliza argumentos relacionados à dificuldade de produzir e de gerar renda nos lotes produtivos: entre os motivos estão a não instalação dos lotes irrigados e a distância o que ele relaciona as sucessivas ocasiões de furtos, o levando a se desfazer do seu rebanho. Portanto, a dimensão econômica é preponderante para ele afirmar que a vida piorou.

Toda essa situação de desterritorialização das famílias, somada a vulnerabilidade hídrica vivenciada por elas e, acrescido do fato de que vieram de locais diferentes sendo, inclusive no caso das famílias da comunidade Cipó, do Município de Sertânia – PE, portanto de uma outra cidade e de um outro Estado, aspecto que se constitui em um elemento gerador de conflitos e que limita a organização da Comunidade e a sociabilidade dentro da Vila.

O João, além de relatar sobre a questão da privacidade como um impeditivo, ele também mencionou a dificuldade com as famílias que vieram da comunidade Cipó e não querem transferir os documentos para Monteiro, pois isso limita as

negociações com o poder público municipal de Monteiro, por exemplo, com relação ao trator para cortar os lotes na época da chuva, com relação ao atendimento da rede de saúde na UBS entre outros. Além das pessoas que vieram da zona urbana de Monteiro, que para ele não tem relação com a agricultura. Segundo Santos (2020, p. 240), "A combinação de famílias de várias regiões diferentes e, acima de tudo, não agricultores e agricultoras, certamente foram aspectos que contribuíram para a emergência dos conflitos na vila". Sobre essa questão da documentação, Dona Francisca respondeu: "ainda é tudo de Pernambuco. Tô, porque todos os documentos é de Pernambuco. Eu tenho 64 anos eu vou mudar minha documentação aí pra Paraíba pra que?" Portanto, mantém seus documentos e vínculos com o seu antigo território. E sobre a convivência, ela assinalou que não tem muitas relações com as pessoas dentro da Vila "sobre o que me perguntou eu não vou saber responder direito. Eu me dou com todo mundo. Aqui eu não tenho conversa com ninguém, cada cá no seu lugar pra mim é boa tarde, bom dia e boa noite. Eu num tenho muito conhecimento aqui não" (Entrevistada Francisca).

Tudo isso nos levou a questionar se, em meio a esse jogo de promessas que está sendo vivenciado pelas famílias desde o deslocamento em 2014, estas estão arrependidas e como respostas constatamos que não há nenhum tipo de arrependimento. O Bruno é categórico ao afirmar que "não. Por enquanto, não. Num sei o que eles vão fazer com a gente mais pra frente que a pessoa pode se arrepender, né. Por enquanto tá bom. Só umas dificuldadezinha, mais a pessoa vai levando". Ao mesmo tempo demonstra uma insegurança sobre o futuro, Bruno reconhece as conquistas como, a casa própria, mesmo os lotes não produzindo, nem gerando renda atualmente, mas nisso se destaca a importância da verba/auxílio. Dona Francisca, durante a entrevista, se mostrou empolgada com a maior estabilidade que possui e nos disse: "num me arrependo não. De jeito nenhum. Num tô dizendo a você eu amo a minha casa". O João, por sua vez, lamenta o processo todo, como aconteceu e as contradições da obra do PISF, mas não se mostra arrependido "(...) não. Porque também nós não tinha aquela escolha também, sabe. Ou você vinha ou você ia pra rua e a indenização não compensava. A gente lamenta, porque já tinha a estrutura, né (Entrevistado João)".

Face ao que ouvimos e vimos, chegamos à conclusão que o processo é contraditório e complexo na sua essência e, por isso, precisa ser discutido de maneira que abranja essa complexidade, apresentando a situação de desterritorialização e de insegurança hídrica e de como tudo isso gera instabilidades, que se configuram em conflitos sociais e incertezas. Por outro lado, observa-se também uma capacidade de resiliência por parte das famílias e o desejo de se reterritorializarem.

Em janeiro de 2020, em uma visita à Vila, ocorreu um fato bem marcante. Severino, outro interlocutor durante a pesquisa, relatou como ele sente falta hoje de onde morava antes de ser deslocado para a construção da obra do PISF. Era uma tarde terça-feira e estávamos na frente da sua casa sentados numa cadeira de balanço, quando ele, olhando para o horizonte com os olhos cheios de lágrimas disse: "ainda sinto muita falta de lá. Até hoje em dia ainda vou lá para ficar olhando para o canal e me lembrando de como era". E essa relação com o local de origem é o que Souza (2020), também averiguou nas VPRs de São José de Piranhas "mesmo distintas, é perceptível que todas as marcas têm em comum as referências espaciais do território em seu sentido simbólico-cultural, fato que gera uma forte conexão das pessoas com o lugar de origem" (SOUSA, 2020, p. 97).

O nosso interesse foi apresentar as histórias desses sujeitos, particularmente o percurso, antes do deslocamento e as expectativas sobre o novo espaço de moradia. Iniciada essa mudança, as famílias passaram por um período de transição (instável) até se estabelecerem no novo território. Ao chegar, se depararam com uma realidade diferente do que havia sido prometido, recomeçando um verdadeiro calvário marcado por problemas e conflitos. Todavia, é notório que, nessa região, onde a vida pulsa com resiliência que essas famílias agricultoras mantêm a esperança na luta para transformar as promessas em concretudes, mudando o caminho nada natural no qual historicamente a água escoa para o rio do Capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU CONCLUSÕES)

A obra do PISF criou uma série de problemas para as famílias reassentadas na Vila Lafayette, destacamos ao longo do texto o processo da desterritorialização que constrange as famílias cotidianamente. É inconcebível a construção de obra dessa

magnitude sem que fosse previsto com responsabilidade o deslocamento, bem como a desterritorialização de famílias.

Todo esse processo também tem se traduzido também em expressões de lutas e resistências por parte das famílias deslocadas, que procuram individualmente e através da associação criar estratégias para transformar o espaço da Vila em um território. Para isso desenvolvem um movimento de reterritorialização, que tem como centralidade a luta pelo acesso à água e, consequentemente, a irrigação das áreas produtivas, o que garantiria a transformação da Vila em um território produtivo. Mas também se manifesta, por meio do jogo de futebol na quadra de esportes existente na vila, no pomar que vem sendo construído por dona Francisca e nas plantações nos quintais do João.

## REFERÊNCIAS


IBGE, Cidades. História de Monteiro-PB. Disponível em acesso em: 26 de fevereiro de 2022.

MAGALHÃES, S. M. B. LAMENTO E DOR: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Lamento e Dor. Tese de (Doutorado em Ciências Sociais) do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sócietés da Universidade Paris 13. UFPA, Belém, p. 278. 2007.

OLIVEIRA, A. M. C. V.S. Processo de desterritorialização e filiação ao lugar – o caso da Aldeia da Luz. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Coimbra, p. 171, 2011.

DINIZ, P. C. O.; FERREIRA, J. G.; COSTA, A. M.; SILVA, F. J. R. Exilados da água no contexto da transposição do rio São Francisco: privação e conflitos por água nas vilas rurais em Sertânia (PE), Monteiro (PB) e São José de Piranhas (PB). In: 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020, São Paulo. Imagem 44º Encontro Anual da ANPOCS Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS. De 01 a 11 de dezembro de 2020, na forma remota. São Paulo: ANPOCS, 2020. v. 1. p. 1.

DINIZ, P. C. O; MALUF, R. S. Usos e conflitos por água no rio Paraíba em face da transposição do rio São Francisco: segurança hídrica e segurança alimentar no semiárido. In: 121 OLIVEIRA, Robson José de. Agricultura em Foco: Tópicos em Manejo, Fertilidade do Solo e Impactos Ambientais – V. 2. (2020).

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 29, n. 1, 2003. HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

SANTOS, J. G. As vidas continuam secas: as injustiças em torno do projeto da transposição do Rio São Francisco. Tese de (Doutorado em Administração) - Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, p. 313, 2020.

BRASIL. Projeto São Francisco: água a quem tem sede. Programa de Reassentamento das Populações (PBA 08). (2005).

SOUSA de, M. de F. O. As marcas da transposição do Rio São Francisco: acesso à água, conflitos socioambientais e desenvolvimento no município de São José de Piranhas-PB. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2020.
NOGUEIRA, V. S. De sitiantes a moradores de vila: o projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste brasileiro e as novas territorialidades. Novos Cadernos NAEA, v. 22, n. 3, 2019.

# IMAGEM VERDE PARA O SETOR CANAVIEIRO? A CONSTRUÇÃO DE NOVAS ORDENS DE JUSTIFICAÇÃO

Weldja Marques da Silva Lima[1]

GT 05: Conflitos socioambientais, dinâmicas espaciais e as instituições e políticas do desenvolvimento territorial

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise das ordens de justificação que vêm sendo agenciadas pelo setor sucroalcooleiro do estado de Alagoas. Para isso, mobilizamos metodologicamente revisão de literatura, coleta de dados secundários, análise de relatórios de sustentabilidade das usinas e entrevistas com representantes do segmento da região da zona da mata, área de maior produção canavieira no estado. Uma vez que desiquilíbrios ambientais vindos do contexto canavieiro vêm produzindo novos conflitos socioambientais relacionados aos impactos causados por queimadas, uso de agrotóxicos, descartes de resíduos indústrias e do consumo de água, destacamos que cada vez mais o setor vem trabalhando em sua representação social buscando articular o agronegócio a um modelo produtivo sustentável para fins de acumulação.

[1] Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.
weldja.marques@gmail.com

Palavras-chave: Cana-de-açúcar; Justificação; Meio Ambiente; Conflito

## Introdução

Este texto resulta do projeto Nas franjas do progresso. Efeitos socioambientais da produção canavieira nos estados de Alagoas e São Paulo, coordenado pelo Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins e pelo Prof. Dr. Wendell Ficher, com financiamento da FAPESP e da FAPEAL. É no intuito de avançar na interpretação das consequências socioambientais da atuação do setor no estado de Alagoas que tecemos esta proposta de articulação dos achados do eixo de pesquisa socioambiental da equipe alagoana. Com os olhos voltados para Alagoas, o objetivo deste texto foi compreender as estratégias de justificação em torno da questão ambiental produzidas pela atividade canavieira. Para tanto, mobilizamos dados produzidos em trabalho de campo entre 2021 e 2022 com agentes do setor, onde esse grupo tem vivenciado conflitos por intermédio da dinâmica produtiva da atividade canavieira.

Como ponto de partida é importante destacar que as plantações de cana, em sua disposição geral no território alagoano, não estão localizadas em áreas distantes de outras culturas, vegetação nativa e de aglomerados populacionais. Os canaviais são vistos nas fronteiras de unidades de conservação, áreas de proteção ambiental e de assentamentos e acampamento de luta pela reforma agrária. Dessa maneira, partimos da compreensão que a dimensão ambiental está umbilicalmente ligada aos fatores relacionados à pressão ecossistêmica e às assimetrias na apropriação dos recursos territorializados, que, por sua vez, impulsionam a ocorrência de conflitos entre distintos sujeitos e lógicas de atuação.

Em meados do século XX, a chamada Revolução Verde, trouxe um conjunto de base técnica que passou a caracterizar o cenário da agroindústria canavieira no país. Esse se baseia em dinâmicas produtivas tecnológicas voltadas para a expansão e acumulação de capital financeiro. Entre outras consequências, positivas e negativas,

esse modelo produtivo acaba promovendo impactos ambientais em diferentes dimensões e segmentos sociais. Segundo Silva e Martins (2010), no Brasil, os danos ambientais estão diretamente ligados ao processo de acumulação de capital. Esse caráter acumulador e expansionista, segundo Harvey (1994) é uma das principais características da lógica de produção capitalista. Em resposta a constante acumulação se tem a não modificação da concentração fundiária no país, assim como a do cenário de devastação ambiental. Com o intuito de atualizar o debate da produção de ordens de justificação do setor sucroalcooleira a partir de impactos ambientais, este texto busca fazer a reflexão do desenvolvimento do capitalismo no campo como fomentador de superexploração dos recursos naturais e humanos, colocando também essas relações como fundamentais para seu modelo de acumulação.

Alagoas esteve até a década de 1990 lado a lado com o estado de São Paulo figurando como um dos maiores produtores de cana-de-açúcar do país, e hoje se mantém como o maior produtor da região Nordeste, assegurando uma produção que representa 42% de todo o açúcar na região. Os dados da União Nacional da Bioenergia contabilizam 21 usinas em operação Alagoas, são elas: Bioflex Agroindustrial, Caeté - Unidade Cachoeira, Caeté - Unidade Marituba, Caeté - Unidade São Miguel - (Matriz), Camaragibe, Capricho, Copervales Agroindustrial, Coruripe - Matriz, Impacto Bioenergia Alagoas, Pindorama, Porto Rico, Roçadinho, Santa Clotilde, Santa Maria, Santo Antônio, Seresta, Sinimbu, Sumaúma, Triunfo, USGA - Serra Grande e Utinga Leão. Além das usinas, na região da zona da mata encontramos duas associações e cooperativas de fornecedores de cana: Copervales, em Atalaia; e a ASPLANA, com sede em Maceió. Frente a isso, destacamos que a região estudada possui a maior cobertura de cana no estado.

## Abordagem teórico-metodológica

Visto a densidade do material gerado pela pesquisa de campo e por análises anteriores, nossa estratégia foi assumir dois eixos de análise: discursiva e político-

institucionais. Destrinchar os discursos e a participações de instituições públicas do setor contribui para que avancemos na análise das estratégias de acumulação de capital, mais especificamente, em suas atuações na região administrativa da zona da mata. A análise segue amparada por uma leitura não ortodoxa da sociologia pragmática de Luc Boltanski, Laurent Thévenot e Ève Chiapello (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2017), a partir, principalmente, das noções de justificação e acordo. Por esse ângulo, um conjunto de práticas estruturadas pelo setor sucroalcooleiro - apontada nos dois eixos de análise - opera como um dispositivo de justificação frente às críticas de organizações internacionais que pretendem a preservação do meio ambiente. Há, com isso, um movimento de incorporação da crítica e instauração de acordos em torno da representação social construída que, por sua vez, como pretendemos demonstrar ao longo do texto, sustenta a acumulação capitalista e conserva os padrões pretéritos de exploração dos recursos naturais.

## A construção de novas ordens de justificação para a produção sucroenergética

Gameiro (2017) argumentou que para a formulação de uma imagem sustentável, é necessário investimentos na dimensão simbólica. Durante a pesquisa de dados secundários e entrevistas com representantes do setor, percebemos um universo imaginário-simbólico onde as representações, discursos e significações do setor canavieiro tem logrado visibilidade aos seus interesses econômicos, enquanto invisibiliza a existência de conflitos oriundos de distintos modos de apropriação de recursos naturais e de infrações ambientais relacionadas às queimadas e uso abusivo de água e de agrotóxicos.

No final dos anos 1980 a modernização da agricultura foi destaque, principalmente ligada à incorporação de tecnologia na produção. Já a partir da metade da década de 1990 e mais bem formulada nos anos 2000, a reinvenção da imagem do setor vem passando por mudanças estruturais na sua maneira de

publicizar os cuidados com o meio ambiente. Chamando atenção para o universo simbólico, nos anos 2000 observamos as reformulações do setor em torno da sua representação social.

> A dimensão simbólica foi incorporada mais fortemente a partir da metade dos anos 1990 e buscou fortalecer a imagem do setor perante a opinião pública. A emergência da temática sustentabilidade, intensificação das exportações e redemocratização brasileira, por exemplo, criaram um novo contexto e novos desafios foram lançados para o mundo rural brasileiro. De uma maneira evolutiva, o campo simbólico passou a fazer parte das estratégias de modernização do setor (LIMA, 2020, p. 33 e 34).

Assim, desde o Protocolo Agroambiental no estado de São Paulo, até a participação dos grupos empresariais em instâncias governamentais que abordam a temática meio ambiente, as usinas de açúcar e álcool construíram estratégias para se integrar à crítica ambiental. Nesse sentido, aqui veremos como esse cenário nos auxilia a relacionar capitalismo e sustentabilidade ambiental, sobretudo pela crítica da natureza coisificada (LEFF, 2014), e a expressão da segunda contradição do capital (O´CONNOR, 1994). Assim, com o objetivo de mapear as representações sobre a questão ambiental, identificar as ordens de justificação (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2017) e delinear os usos dos discursos da sustentabilidade ambiental e da responsabilidade socioempresarial foram realizados levantamentos secundários nos sites dos dois principais grupos sucroenergéticos alagoanos, a saber; Carlos Lyra e Grupo Tércio Wanderley. Além das consultas nos sítios eletrônicos, efetuamos a leitura de documentos relativos ao gerenciamento ambiental dos impactos negativos da atividade canavieira. Na análise do material empírico, os principais aspectos ressaltados pelas usinas dizem respeito à publicização de certificados e prêmios ambientais, criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN's) e investimentos financeiros em programas socioambientais. Notabiliza-se uma visão econômico-instrumental calcada na ideia de que a gestão eficiente e atenta dos processos produtivos pode neutralizar ou minimizar qualquer impacto negativo sobre o meio ambiente ou sobre as populações circunvizinhas. Nesse quesito, a atuação

das usinas alagoanas se aproxima do que tem sido caracterizado na literatura científica como sendo um processo de modernização ecológica, que vem a ser uma abordagem reformista cujo objetivo é mostrar compatibilidade entre exploração econômica e preservação ambiental.

Na concepção de Mol (2010), um dos expoentes dessa corrente teórica, a modernização ecológica pode ser vista como a interpretação dos processos e práticas de reforma ambiental em múltiplas escalas. Como abordagem reformista, a modernização ecológica tem sido aplicada em estudos empíricos em todo o mundo, tem hegemonizado debates teóricos e ainda vem sendo usada por políticos para enquadrar programas de reforma ambiental e por empresas interessadas em demonstrar seu compromisso com a preservação da natureza. Para Mol (2010), o esquema analítico da modernização ecológica consagra o envolvimento crescente de instituições econômicas e de mercado na articulação e resolução de problemas ambientais, lançando mão para tanto de valores monetários e preços, assim, significando o meio ambiente na lógica da demanda de produtos e serviços.

No esquema da modernização ecológica a conquista de selos de gestão ambiental e de certificados que atestam práticas supostamente sustentáveis funcionam como eficientes moedas simbólicas na construção de uma imagem corporativa positiva. Esses atestados de responsabilidade corporativa, por sua vez, suavizam no imaginário coletivo as mazelas associadas aos segmentos econômicos, como é o caso do setor sucroenergético, cujas atividades são potencialmente degradadoras do homem e da natureza. Como se pode notar nas tabelas dispostas a seguir, esses aspectos têm ocupado destaque na comunicação pública dos grupos que atuam em Alagoas, inclusive, nomeando a biodiversidade como uma nova frente de negócios;

Tabela 1 – Representação sobre gestão ambiental do Grupo Carlos Lyra

| USINA CAETÉ (Grupo Carlos Lyra)<br>Site: https://www.usinacaete.com/<br><br>Segmentos: Açúcar, etanol e biodiversidade; Florestal; Têxtil; Pecuária; Radiodifusão e Taxi Aéreo. |
|---|
| • Visibilidade para a questão ambiental no site na parte "sustentabilidade", sendo dividida em três tópicos: Educação; Qualidade e Meio Ambiente; e Pessoas. |
| • O Grupo se apresenta como impulsionador de uma "gestão ambientalmente correta" servindo de exemplo para outras empresas e para as gerações futuras. |
| •A Usina Caeté S/A, Matriz (localizada em São Miguel dos Campos) está em fase de certificação da ISSO 14001 Versão 2004. Mas não há nenhuma informação sobre esse processo de certificação nas outras duas unidades do grupo no estado: Usina Caeté S/A – Unidade Marituba e Usina Caeté S/A – Unidade Cachoeira. |
| • O Grupo propagandeia a criação de quatro Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN's) como atestado de compromisso com a preservação ambiental. |
| • Não há divulgação de possíveis profissionais responsáveis pela área ambiental. |

Fonte: Elaboração própria a partir de https://www.usinacaete.com/.

No site ainda é possível ter acesso a informações de projetos ambientais realizados pelo grupo em Alagoas. O interessante é que apesar da sessão se chamar "Apoio a projetos de pesquisas ambientais em Alagoas", dos seis projetos listados, somente um é desenvolvido no estado. Os demais acontecem, segundo o grupo, na Unidade de Pauliceia/SP, com ações de educação ambiental conduzidas nas escolas municipais. Embora as informações no site deem a entender que as atividades são desenvolvidas em Alagoas, a única ação realizada no estado refere-se a uma contribuição financeira concedida ao Museu de História Natural da UFAL, que é revertida no financiamento de pesquisas sobre faunas e flora destinadas a subsidiar trabalhos de conclusão de cursos, que são de interesse estratégico do setor sucroenergético.

Tabela 2 - Representação sobre gestão ambiental do Grupo Tércio Wanderley

| USINA CORURIPE<br>Site: https://www.usinacoruripe.com.br/<br>Produtos: Açúcar, álcool em gel, etanol e energia. |
|---|
| • Investimentos em gestão ambiental: R$ 1.000.000,00 investidos em programas socioambientais, 17.000 hectares de áreas preservadas e 9.000 hectares de reservas particulares de patrimônio natural (RPPN). |
| • Existe um comitê de sustentabilidade. Os nomes dos responsáveis por ações ambientais são listados no site. |
| • Há um relatório direcionado à divulgação das certificações e prêmios do Grupo, tais como: ISO 14001 Sistema de gestão ambiental; Renovabio Certificado de Padrão de descarbonização e Guia Exame de Sustentabilidade. |

Fonte: Elaboração própria a partir de https://www.usinacoruripe.com.br/.

O site do Grupo Tércio Wanderley é mais elaborado e dinâmico se comparado com o do Grupo anterior. Diferentemente da Usina Caeté pertencente ao Grupo Carlos Lyra, a Usina Coruripe – Tércio Wanderley - possui o certificado de meio ambiente ISO 14001 e dedica uma sessão inteira ao tema das certificações ambientais. Nessa sessão intitulada "socioambiental" propagandeia-se a transformação de mais de 09 mil hectares de terras da usina em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN's), que na leitura do Grupo representam "uma forma irreversível de manter a área permanentemente preservada". O investimento financeiro em ações categorizadas como de respeito à natureza ganha destaque no site onde se afirma que o Grupo ocupa posição proeminente entre os principais incentivadores e investidores da proteção ambiental no setor sucroenergético. Sobre esse aspecto, é elucidativa a declaração do diretor presidente da Usina Coruripe, que

associa o compromisso com a preservação ambiental à capacidade de investimento em manutenção de áreas verdes, uma perspectiva alinhada ao paradigma da modernização ecológica, que, contudo, impossibilita uma ação mais holística que considere o meio ambiente para além de sua mera manifestação físico-natural.

> O nosso compromisso com o meio ambiente segue firme. Nos últimos anos, ampliamos os investimentos para preservação e manutenção de áreas verdes em Alagoas (AL) e Minas Gerais (MG). Em 2021, foi inaugurada a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Afrânio Menezes em Coruripe (AL) e contabilizamos ainda uma capacidade anual de produzir 80 mil mudas de plantas nativas do Cerrado e da Mata Atlântica. (Mario Lorencatto Diretor Presidente da Usina Coruripe, Relatório Sustentabilidade, 2021, p. 4).

O Grupo Tércio Wanderley fundou, em abril de 2005, o Instituto para o Desenvolvimento Social e Ecológico – IDES cujo objetivo, descrito no site da Usina Coruripe, é promover a preservação da natureza e o progresso da comunidade, por meio da promoção de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável. A literatura do management e os operadores do ideário da chamada "responsabilidade social empresarial", aqui expressa na atuação de grupos econômicos do setor sucroenergético, parecem confirmar a proposição de Bourdieu (1996) de que a subversão política pressupõe uma subversão cognitiva, uma conversão da visão de mundo.

Nesse âmbito, a conjugação entre grafia e imagem, traço inconteste das representações que compõem os sites analisados, reúne a capacidade de fazer emergir novas significações, que, consequentemente, são utilizadas para desencorajar o empenho na luta por parte de populações afetadas negativamente pelas usinas ou mesmo suavizar a magnitude dos conflitos na apropriação dos recursos territorializados. Gabriel (2005), em artigo que discute o modo como as corporações estão transitando de um modelo de jaula de ferro (centrado na hierarquia burocrática) para um de jaula de vidro (marcado pelo uso da imagem e da ideia de transparência), observa que a gestão dos negócios se encontra cada vez mais preocupada com a orquestração de fantasias coletivas e a liberação de emoções. Para tanto, ela tem se valido do poder das imagens e do discurso. A nova ordem

gestionária dá origem, portanto, a uma situação na qual os tradicionais controles racional-burocráticos vão sendo substituídos por uma série de comandos mediados pela linguagem, emoção, espaço, exposição e imagem

A esse respeito, merece destaque a sessão "sustentabilidade" do site do Grupo Tércio Wanderley na qual é disponibilizado um "relatório de sustentabilidade", que corresponde aos anos 2019-2020. O documento é rico em elementos gráficos, diagramas, artes, imagens aéreas e frases de missão ambiental da empresa. A partir da análise desse material é possível indicar que o intuito do Grupo é produzir uma imagem corporativa de respeito ao meio ambiente, que por sua vez impacta positivamente o capital reputacional das empresas do setor sucroenergético. Nessa trilha investigativa, Catellani (2011) considera que o texto visual e as imagens são componentes essenciais na produção de sentidos nos relatórios de responsabilidade social empresarial.

O recurso à noção hegemônica de desenvolvimento sustentável, que se difunde a partir da publicação do Relatório Brudtland (1987) e apregoa a compatibilidade entre exploração capitalista de recursos naturais e preservação da natureza, é utilizado na retórica que norteia a atuação do Grupo Tércio Wanderley. Como se pode notar no fragmento exposto na sequência, o discurso da Usina se aninha na ideia do Nosso Futuro Comum (1987), que conceitua o desenvolvimento sustentável como sendo aquele capaz de satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades;

> Plantar para colher um futuro mais sustentável é uma filosofia que a Usina Coruripe não abre mão. Por isso mesmo, investimos em práticas ambientais. Essas iniciativas da companhia surgem a partir do entendimento que respeitar e contribuir com o equilíbrio da natureza são atitudes imprescindíveis para construção de um futuro melhor para todos (as) (Relatório de Sustentabilidade 2021, Usina Coruripe, p. 48)

Se considerarmos que o discurso e as práticas da chamada responsabilidade social empresarial são parte de uma estratégia destinada a obter resignação por parte de comunidades afetadas por projetos empresariais, podemos supor que diagramas,

imagens e gráficos estão sendo pensados também para criar adesão e aceitabilidade aos propósitos das empresas. Sobre esse aspecto, Benson & Kirsch, (2010) argumentam que existe uma ligação direta entre as táticas e estratégias das grandes corporações e o sentimento geral de "desempoderamento" que caracteriza a vida política contemporânea sugerindo a ideia de que as corporações cultivam ativamente essa sensibilidade do desamparo. Na visão dos autores, a política de resignação é, em parte, um sintoma do processo através do qual o poder corporativo normaliza e naturaliza os riscos e danos como condições inevitáveis da modernidade, ao invés de serem vistos como fruto das relações assimétricas travadas entre corporações, órgãos do poder público e comunidades. Essa agenda serve, portanto, para forjar um imaginário econômico, retratando os interesses corporativos como sendo interesses comuns da sociedade (Levidow, Birch e Papaioannou, 2013). A esse respeito, um trecho extraído do Relatório de Sustentabilidade da Usina Coruripe realça-nos a sinérgica atuação empresarial do Grupo no que concerne o respeito às pessoas e ao meio ambiente, bem como à produção de valores para a sociedade brasileira;

> Somos formados por pessoas, pela inovação e o cuidado com o meio ambiente. Com esses três elementos, construímos ao longo da nossa história um negócio próspero, rentável, sustentável e que produz valor para a sociedade brasileira e para o setor no qual atuamos (Relatório de Sustentabilidade 2021, Usina Coruripe, p.17).

A crítica exercida por ONGs ambientalistas e movimentos sociais à produção sucroenergética tem impulsionado o setor a forjar novas ordens de justificação, logo, a busca por justificação é necessária tanto para questionar a crítica, quanto para respondê-la, na medida em que os críticos passam a denunciar o caráter injusto de uma dada situação. Boltanski & Chiapello (2009), analisando as dinâmicas de evolução e os ajustes da economia capitalista, atribuem à crítica um papel de impulsionadora circunstancial das mudanças ocorridas no espírito do capitalismo. Para os autores, embora o capitalismo não possa prescindir de uma orientação para o bem comum, da qual seja possível extrair motivos de engajamento, sua indiferença normativa não permite que o espírito do capitalismo seja gerado apenas a partir de seus próprios

recursos, assim, ele precisa de seus inimigos, daqueles que ele indigna, daqueles que lhe se opõe, para encontrar os pontos de apoio e incorporar dispositivos de justiça, que sem isso não seriam considerados pertinentes.

As críticas contrárias ao setor sucroenergético e as ordens de justificação forjadas como respostas podem ser enquadradas nesse marco teórico e divididas segundo o esquema formulado por Boltanski & Chiapello (2009), no qual existem duas maneiras de se criticar o capitalismo. A primeira advém de uma visão corretiva que desvenda aquilo que no processo de acumulação capitalista transgride e burla - os princípios de justiça. O objetivo, nesse caso, é elevar o nível de convencimento e desenvolver um novo enquadramento regulamentar ou jurídico. Uma segunda forma de criticar é categorizada como radical, na qual o alvo não é mais corrigir as condições para torná-las mais justas, mas sim consiste em pleitear sua eliminação. A partir dessa segunda posição, a crítica que visa corrigir as imperfeições do modelo será muitas vezes vista como reformista, ao passo que a crítica radical procurará historicamente se afirmar como revolucionária.

Para Boltanski & Chiapello (2009) a necessidade de dar justificação ao capitalismo e de mostrá-lo com um aspecto atraente não seria tão premente se o capitalismo não tivesse enfrentado, desde suas origens, forças críticas de grande amplitude. Sem embargo, a crítica parcialmente ouvida e integrada em certos casos, parcialmente evitada e contrariada em outros, precisa incessantemente se movimentar e forjar novas armas, retomando sempre suas análises para permanecer mais próxima possível das propriedades que caracterizam o capitalismo de seu tempo. O fato de o capitalismo ouvir a crítica, porém não significa que responda concretamente modificando suas formas de ação, a primeira reação pode consistir tão somente no estabelecimento de argumentos que visem descartar e desqualificar a crítica.

No processo de forja de uma nova ideologia para a produção sucroenergética (ideologia aqui entendida como um conjunto de crenças compartilhadas e ancoradas

na realidade, portanto, diferindo da acepção corrente que a vê como um mecanismo que encobre e inebria o real) tem sido de suma importância para reconstruir e modificar no imaginário social a imagem associada aos usineiros adornando-os com significações de respeito à preservação ambiental. Como afirma Lopes (2006), em um contexto de ambientalização dos conflitos sociais aparece entre os grupos empresariais uma contra-ofensiva às manifestações e críticas dos movimentos sociais, assim, os segmentos industriais e mercantis passam a considerar as questões ambientais em seus cálculos, porém, fazem-no a partir de uma visão produtivista que valoriza o esverdeamento da marca e sua legitimidade no mercado e na sociedade. Sobre esse aspecto, o fragmento disposto a seguir, extraído de entrevista realizada com representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas, possibilita-nos constar como se orquestra a mudança no discurso e nas práticas do segmento sucroenergético;

> O setor cresceu muito, tá gigante, e é um setor de extrema necessidade de inovação tecnológica, apesar que as pessoas têm uma visão de cana com uma cultura extrativista [...] Aí da cana você já tem o gás metano, você já tem a celulose, você já tem o biocombustível, você já tem a matéria orgânica, você já tem a vinhaça que é nutriente rico em potássio. E por aí vai, com a cana de açúcar vem toda sustentabilidade (Entrevista representante Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas, Maceió, 2022).

A internalização da crítica e a promoção dos deslocamentos dão origem a novas ordens de justificação, que por sua vez, possibilitam a continuidade da produção sucroenergética. Essa tática logra esvaziar o discurso crítico que outrora impulsionava as lutas dos trabalhadores e as demandas dos movimentos sociais, historicamente, adversários das formas de atuação do setor. Nesse quesito em particular, Boltanski & Chiapello (2009) constatam o papel da crítica na melhoria das condições de exploração, mas também nos deslocamentos e transformações do capitalismo, nem sempre no sentido do progresso do bem-estar social. Isso leva os autores a ressaltarem as insuficiências da atividade crítica, bem como a salientarem a incrível maleabilidade do processo capitalista, que é capaz de permear sociedades

de aspirações muito diferentes e de cooptar as ideias daqueles que eram inimigos em uma fase anterior.

Em todas as entrevistas feitas entre produtores de cana e representantes das usinas, foi unânime a compreensão de que condições ambientais, apesar de, em sua maioria, aumentarem os custos, não dificultam a viabilidade do negócio. Pelo contrário, algumas exigências ambientais abrem caminhos de uma maior cobertura mercadológica, inclusive internacional. Vejamos um trecho da conversa feita com o corpo diretor da cooperativa Coopervale. Nele é possível entender, por exemplo, como o processo de emissão de certificados, compromisso com reserva legal são prescrições para o acesso à venda do açúcar no mercado estrangeiro.

> C: Uma dúvida sobre essa parte. Vocês acham que, vamos dizer, as exigências ambientais elas aumentam os custos de maneira a dificultar a viabilidade do negócio ou tem caminho?
> T: Não, acho que a exigência, a questão ambiental é uma questão de consciência de cada um. Muitos já têm consciência. Você tem uma nascente, se você deixar ela desprotegida o único prejudicado vai ser você mesmo, você tá deixando de acabar ali um manancial que você poderia ter protegido ele. Então essa questão ambiental pra gente hoje é muito mais importante mais porque esse mercado internacional é um mercado muito exigente, [...] no futuro você tem que tá ali enquadrado naquilo que eles observaram.
> W: As certificações...
> T: Como é que está a sua reserva legal, APP's, como é que tá as suas matas ciliares. Então isso aí eu sempre digo ao pessoal, a gente tem que ter cuidado (Entrevista com a diretoria da Coopervales, 2022).

Esse discurso de uma produção ecologicamente responsável às vezes escapa, e é quando conseguimos captar um discurso oculto que contradiz aquilo que o segmento pretende apresentar como imagem pública. É o que se pode notar no trecho de entrevista a seguir, no qual um produtor de cana discorre sobre o lugar e o papel das Áreas de Preservação Permanente – APP e das reservas legais;

> JL.: agora pode juntar APP com a reserva legal. Então aí, o quê que a gente faz? Pega esses 20% e coloca na beira do riacho lá, pra preservar o riacho, e o resto pode desmatar. Eles não deixam desmatar. Eu morro de pena né? Eu sou agrônomo, sou naturalista, tudo, mas você tem que ter objetividade. Eu trabalho pra isso, então é um negócio. E tá na lei e não pode cumprir a lei?
> EK.: e qual a justificativa que eles usam pra falar que não?

> JL.: ah, aí começa a dizer "essa planta tá em extinção", "aqui tem um pássaro que tá em extinção", "aqui tem embaúba". Sabe o que é embaúba?
> AC.: sim.
> JL.: olhe, não serve pra nada, porcaria. Mas você dizer isso pra um naturalista, ele se sente agredido. Que é uma árvore que a preguiça come. Aquela... e ali, porque é justamente em Murici que tem, não sei se é um corredor ecológico... é, tem uma área de preservação em Murici que é um corredor ecológico, é APA de Murici. A gente queria plantar mas não pode porque é APA de Murici. Não tem nada a ver. APA de Murici é o nome, de APA de Murici, que tá na Constituição, que a lei é 20%. Eu tenho lá uma fazenda de duzentos hectares, toda de mata (Entrevista com José Arthur, produtor de cana, 2022).

A APA de Murici, citada pelo produtor, foi criada pela Lei nº 5.907/1997 com o objetivo da preservação das características dos ambientes naturais e o ordenamento da ocupação e do uso do solo. É a maior de Alagoas, formada por dez municípios: Messias, Branquinha, Flexeiras, União dos Palmares, Murici, Joaquim Gomes, São José da Laje, Ibateguara, Novo Lino e Colônia Leopoldina. A embaúba, localizada nessa APA, a planta que "não serve pra nada", tem por nome científico (Cecropiapachystachya), uma árvore brasileira que mede de 4 a 12 metros de altura. É considerada pela comunidade científica especializada e por ambientalistas como uma das espécies mais importantes da floresta porque contribui para regenerar áreas desmatadas e garante alimento às aves. Segundo o IMA – Instituto do Meio Ambiente, entre os principais problemas encontrados nessa APA estão o desmatamento, queimadas e a deposição inadequada de resíduos sólidos e efluentes.

Desse modo, a partir dessa pesquisa nos sítios eletrônicos dos dois principais grupos alagoanos, e dos dados produzidos com entrevistas e análise de relatórios das usinas constatou-se que há um movimento na tentativa de se forjar uma nova imagem para o setor canavieiro. Como visto anteriormente, a ambientalização aparece entre os grupos empresariais como uma contra-ofensiva às manifestações e críticas dos movimentos sociais, nesse processo as questões ambientais são internalizadas nos cálculos capitalistas, porém, se tem como démarche uma lógica produtivista que valoriza o esverdeamento da marca e sua legitimidade no mercado e na sociedade.

## Considerações Finais

Chegamos à parte final deste texto ressaltando que o discurso empresarial expressa, a tentativa de neutralizar os efeitos da crítica, ao mesmo tempo em que desqualifica a ocorrência de conflitos na apropriação dos territórios e reafirma a imagem moderna, sustentável e ambientalmente justa do setor sucroenergético. Por outro lado, os movimentos sociais e populações afetadas se esforçam em visibilizar as contradições e tensões que o avanço desse modelo de expropriação simbólico-material representa para um modo de vida subalternizado e contra-hegemônico. O digladio de posições se dá, assim, em dois âmbitos interpenetráveis e justapostos; em um campo concreto-material no qual as populações camponesas e comunidades tradicionais têm amargado a expropriação do agronegócio canavieiro, e, em um universo imaginário-simbólico onde as representações, discursos e significações hegemônicas têm logrado invisibilizar a existência de conflitos ambientais oriundos de distintos modos de se apropriar e conceber a natureza.

Embora essa disputa não seja equânime, nem no campo concreto-material, tampouco no imaginário-simbólico, se faz importante destacar que os movimentos sociais e populações afetadas têm feito ecoar as críticas que realçam as limitações e assimetrias de um modelo de produção excludente, concentrador, mono-cultural e espoliativo, que de maneira continuada vem provocando a expulsão do homem do campo. Um outro elemento dessa questão está no fato que em Alagoas, essa expulsão do campo, em algumas situações chega a proporcionar uma re-volta para o campo, organizada por movimentos sociais, e territorializadas em espaços que antes era da cana-de-açúcar (LIMA, 2020).

## REFERÊNCIAS

BENSON, P; KIRSCH, S. Capitalism and the politics of resignation. **Current Antropology**. Volume 51, Number 4, august 2010.

BOLTANSKI, L. **De la critique**. Précis de sociologie de l'émancipation. Paris, Gallimard, 2009.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **The New Spirit of capitalismo**. Ed. Verso. 1ª ed. 2017.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **A justificação**. Sobre as economias de grandeza. Rio de Janeiro: Editora UFPR, 2020.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CATELLANI, A. La Justification et la présentation des démarches de responsabilité sociétale dans la communication corporate: notes d'analyse textuelle d'une nouvelle rhétorique épidictique. Études de communication 37, 2011.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Editora Loyola, 1994.

GAMEIRO, M. B. P. **O fetiche da mercadoria "verde":** a questão ambiental na construção social da imagem do etanol brasileiro. Tese. (Doutorado em Sociologia). Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, 2020. 311 p. 2017.

MOL, A.P. J. Sustainability as global attractor: the greening networks. 2010.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LEVIDOW, L., K. BIRCH and T. PAPAIOANNOU. agri-innovation policy: Two contending visions of the bio-economy', Critical Policy Studies, 6(1), 40-65. 2013.

LIMA, José Rodolfo Tenório. É doce, mas não é mole, não!: representações sociais dos canavieiros alagoanos sobre o processo de "modernização" agrícola. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

LIMA, Weldja Marques da Silva. **Do conflito à re-volta**: o deslocamento campo-cidade-campo entre camponeses em Alagoas. Universidade Federal de Alagoas. Dissertação de mestrado. 157 p. 2020.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas de participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

USINA CAETÉ. Relatório de sustentabilidade, Maceió, Alagoas.

USINA CORURIPE. Relatório de sustentabilidade, Maceió, Alagoas. 2021.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira. **Sociologias**, v.12, n.24, p. 196 -240, maio/ago. 2010.

O'CONNOR, James. Sustainable Capitalism Possible? In: O'CONNOR, Martin (org.). **Is Capitalism Sustainable?** – Political Economy and the Politics of Ecology. New York: The Guilford Press, 1994, p.152-175.

O'CONNOR, James. Capitalism, Nature, Socialism: a theoretical introduction. Capitalism, Nature, Socialism, n. 2, v. 3, October, 1991.

Relatório Brudtland. Report of the World Commission on Environment and Developmente: Our Common Future. Nações Unidas, Oslo, 20 March 1987.

# PARECE MAIS UMA HISTÓRIA SOBRE QUEIJO, MAS É BEM MAIS DO QUE PARECE

Jorge Guimarães dos Santos Junior[1]
Marja Zattoni Milano[2]
Ademir Antonio Cazella[3]

GT 5: Conflitos socioambientais, dinâmicas espaciais e as instituições e políticas do desenvolvimento territorial.

## RESUMO

O Queijo Artesanal Serrano (QAS) carrega em sua herança a mistura dos saberes ao longo do tempo. Por apresentar essas características tradicionais, a produção de QAS sofre restrições provocadas pelo modelo globalizado de estruturação do sistema agroalimentar. O presente artigo tem por objetivo resgatar a história e apresentar o contexto atual da cadeia produtiva do QAS nos municípios que integram a Serra Catarinense. As reflexões aqui apresentadas resultam de um estudo de caso sobre o QAS. Percebe-se a importância de ampliar as formas de capacitação de atores territoriais, o envolvimento das redes de educação na formação das futuras gerações, reforçar a representatividade da diversidade do território na composição da governança e repensar as bases do desenvolvimento pretendido, aderindo a visões mais plurais.

Palavras-chave: Serra Catarinense; Desenvolvimento Territorial; Territorialidade; Diferenciação Produtiva;

[1] Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC), ojorge.vet@gmail.com.
[2] Instituto Federal Catarinense - Campus Rio do Sul (IFC), marja.milano@ifc.edu.br.
[3] Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC), aacazella@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

O território brasileiro é um conjunto de distintos territórios, com diversas histórias, paisagens, crenças e hábitos. Essa pluralidade é resultado de uma mistura de culturas, exploração de corpos e trabalhos de povos escravizados, genocídios de etnias nativas e traficadas e, principalmente, do aparecimento e consolidação da sincretização brasileira de saberes. Além dessa pluralidade social, o Brasil também se destaca por sua biodiversidade, com biomas compostos por espécies dos reinos animal, vegetal, fúngico, de protozoários e bactérias (ALHO, 2012). Essas características singulares geraram identidades territoriais únicas, tornando o Brasil um país rico em sociobiodiversidade e recursos territoriais específicos.

Durante sua história, o país vem acumulado diversos produtos e serviços que materializam o sincretismo de saberes, como danças, músicas e culinária. Dentre diversas culinárias típicas brasileiras, que carregam uma história vinculada com um povo e território, este trabalho traz a história de um queijo artesanal do sul do Brasil. O Queijo Artesanal Serrano (QAS) é um produto de valor cultural de origem exclusiva do Planalto Sul de Santa Catarina e dos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul (VIEIRA; DORTZBACH, 2017). O QAS carrega em sua herança a mistura dos saberes, com destaque para a contribuição de povos de diferentes etnias que ocuparam o território ao longo do tempo. Entretanto, a sua produção sofre restrições provocadas pelo modelo globalizado de estruturação do sistema agroalimentar.

O presente artigo tem por objetivo resgatar a história e apresentar o contexto atual do sistema produtivo do QAS nos municípios que integram a Serra Catarinense, explorando as principais estratégias de diferenciação e valorização, associando-as à noção de desenvolvimento territorial sustentável. As reflexões aqui apresentadas resultam de um estudo de caso sobre o QAS, com pesquisa

bibliográfica e documental para o resgate histórico e pesquisa de campo exploratória[4] com realização de 55 entrevistas semiestruturadas[5].

O artigo está organizado em três partes. A primeira resgata a história da construção do saber-fazer do QAS e descreve os atores e seus papéis na cadeia produtiva. A segunda seguirá a história, contextualizando as mudanças ocorridas no território, no setor agrário, ambiental e social, bem como o comportamento dos distintos atores  em meio à modernização. Por fim, na terceira são exploradas as carências e inovações encontradas no território, discutindo as possibilidades para o desenvolvimento territorial.

## A SERRA CATARINENSE COM A FACA E O QUEIJO NA MÃO: O ARRANJO DO *TERROIR*[6]

O queijo é um produto conhecido mundialmente e, só no Brasil, existem mais de 70 tipos de produção. O que torna o queijo especial no país é justamente a adaptação cultural de fazer queijo em um ambiente onde não existiam bovinos nativos. Assim, cada queijo tem sua história específica e conhecer essa história é primordial para entender as relações entre os sistemas produtivos e seus respectivos territórios.

O que hoje chamamos de Serra Catarinense e Campos de Cima da Serra são áreas localizadas nos dois estados do extremo Sul do país cuja vegetação natural é

[4] A elaboração deste trabalho tem por base as contribuições dos seguintes projetos de pesquisa: 1) Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santas Catarina (Fapesc), Chamada Pública Fapesc nº 12/2020, Programa de Pesquisa Universal; 2) Inovação e transição sustentável: Cesta de bens e serviços em territórios amazônicos, apoio financeiro da Fapesc e Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa), Edital de chamada pública Confap nº 003/2022, Programa de apoio a projetos de pesquisa Iniciativa Amazônia +10; 3) Desenvolvimento territorial sustentável: a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, Edital de bolsa de produtividade em pesquisa CNPq – PQ 2022.

[5] Projeto "Reforçar o Desenvolvimento Sustentável dos Territórios através das Indicações Geográficas", coordenado pelo professor Jean-Louis Le Guerroué (jllgbsb@gmail.com) - UnB/CEBRAP, 2023. Programa Cátedra Itinerante Inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano.

[6] A diferenciação de produtos e serviços específicos de um território se dá pela interação da dimensão cultural com os fatores ambientais, ao longo do tempo. Esse processo que vai modulando a especificidade, de geração em geração, dando singularidade ao saber-fazer e entrelaçando o ambiente e o modo de vida local denomina-se *terroir* (CRUZ et al, 2008). Dessa forma, o território de produção do QAS pode ser compreendido como seu *terroir*.

composta por florestas de araucárias e campos forrageiros, antes habitadas por povos indígenas das etnias Xokleng e Kaingang. Esses campos foram ocupados por raças de gado selvagem com mais aptidão para carne, trazidos por jesuítas espanhóis. Entre as décadas de 40 a 50 do século XVIII, incentivadas pela monarquia portuguesa, sem planejamento eficiente de permanência e distribuição de terras, famílias açorianas, que detinham o saber-fazer do queijo, se estabeleceram na região.

A domesticação dos bovinos pelos colonizadores, juntamente com o aumento do conhecimento sobre o local (reconhecimento de plantas-alimentos, identificação de animais nativos para caça, as mudanças estacionais do clima e a adaptação de culturas agrícolas), foi um processo permeado por uma intensa resistência indígena, promovendo a morte e expulsão dos povos originários de seu território. À medida em que a economia colonial demandava a busca por novos recursos naturais, o tropeirismo de gado no sul do país em direção à região mineradora da região sudeste interligou essas regiões por meio de um mercado ambulante. Nesse contexto, o QAS iniciou sua história como produto secundário e foi ganhando espaço no cenário de mercado e tradição.

Com o incentivo da imigração europeia para a região sul do país, inicia-se uma segunda fase de construção do saber-fazer do QAS. Segundo Ambrosini (2007), essas famílias trouxeram inovações para a região, como novas estradas, carretas maiores, comércio, novas raças de animais, troca de sementes e moinhos. Assim, tem-se o despertar de um pensamento de caráter desenvolvimentista, que também abrangia os produtores de QAS. O trabalho de Córdova et al. (2010) explica que o QAS sempre foi utilizado como moeda de troca, junto com charque e pinhão, por outras mercadorias que, nas condições ambientais da Serra Catarinense, não eram possíveis produzir, como farinha de mandioca, trigo, açúcar, sal, cachaça, arroz, café, tecidos, remédios, entre outros.

Embora o queijo fizesse parte da dieta e das relações sociais das famílias que viviam no território, somente era possível produzir QAS de forma significativa durante o período de primavera-verão, quando as pastagens nativas estão em plena capacidade de produção. Essa era uma atividade quase que exclusiva de mulheres,

pois as mesmas eram responsáveis pela fabricação de alimentos e manejo das vacas. Portanto, sua comercialização era sazonal, sendo que durante os meses de baixa produção, o QAS era destinado somente para o autoconsumo. Segundo Córdova et al. (2010), os queijos desse período eram maiores, com 3 a 5kg em média, permitindo dar destino à alta quantidade de leite coletada nas estações quentes. Esses queijos precisavam de mais tempo de cura, aproximadamente 40 a 60 dias. Assim, o sistema produtivo tradicional de QAS se adaptou às condições ambientais e à organização do trabalho rural local.

Com a introdução dos pacotes tecnológicos de modernização da agricultura nos anos 1960 e 1970, a produção de QAS também sofreu alterações no que ser refere à alimentação do rebanho, raças de gado bovino, rotina da ordenha, local de maturação, época do ano de fabricação, tamanhos e formas, perspectiva de escala de produção e, portanto, nos saberes e autonomia. Também, ao mudar as prioridades agrícolas para cultivos exóticos, aumentou a dependência de insumos prejudiciais ao ambiente, como fertilizantes químicos e agrotóxicos.

A história do QAS e essas ameaças ao saber-fazer tradicional despertaram atenção de instituições de pesquisa, que passaram a pensar em procedimentos que pudessem resguardar a tradição e atrelar a comercialização do queijo à valorização do território. Na porção catarinense do território, foram criadas diversas organizações, que na atualidade, atuam na promoção do desenvolvimento territorial. Em 1968, foi fundada a Associação de Municípios da Serra Catarinense (AMURES), sendo composta por dezoito municípios, com destaque para Lages, município polo da região. Os gestores públicos desses municípios arquitetaram em 2009 o Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA), com o objetivo de atender demandas ambientais, culturais e sanitárias dos municípios. O CISAMA, por meio de ações voltadas à adequação legal das queijarias familiares, e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), por meio da assistência técnica e ações de valorização, se tornaram os maiores responsáveis pela defesa e valorização do QAS.

Em anos recentes, o QAS tem sido alvo de políticas públicas orquestradas por atores internos e externos ao território, muitas delas baseadas em estratégias de

diferenciação, como a criação da Marca Coletiva Sabor Serrano (SOUZA, 2021), reconhecida no ano 2010, e da Indicação Geográfica Campos de Cima da Serra, no ano de 2020. Ambrosini (2007) detectou nos municípios do Rio Grande do Sul e Zanelato (2017), nos municípios de Santa Catarina, que os produtores acreditavam que a regulamentação do queijo traria benefícios às famílias produtoras, garantindo a manutenção da produção, facilitando a comercialização e valorizando o preço. Conforme será discutido nas próximas seções, essas políticas, no entanto, enfrentam uma série de dificuldades em sua implementação.

## VOCÊ É O QUE VOCÊ COME: OS TIPOS DE QUEIJO

O caso do QAS não se deu de forma isolada, dado que o país construiu ao longo do tempo processos de regulamentação da produção de queijos. A Lei 1.283/1950 estabeleceu a obrigatoriedade da fiscalização de todos os produtos de origem animal. Embora tenha sido alterada por leis mais recentes, ela criou uma condição que favoreceu a produção industrial ao estabelecer exigências equivalentes para produções artesanais, desconsiderando as particularidades e distintas condições de distintos tipos e escalas de produção. A Portaria 146/96 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) deu continuidade ao projeto de padronização da produção, dificultando a comercialização do queijo artesanal. Essa portaria permitiu a fabricação do queijo sem a pasteurização, porém mediante a condição de cumprir o período de maturação de 60 dias. A pesquisa feita por Ferreira (2013) com a equipe Slow Food Brasil, em Minas Gerais, concluiu que a exigência do prazo longo de maturação representa um mecanismo de coação do MAPA para produção de queijo com leite pasteurizado. O leite pasteurizado tem a vantagem de durar mais, o que favorece a comercialização de seus produtos em maiores distâncias. Em contrapartida, desconsidera e marginaliza as atividades artesanais, com seus saberes-fazeres e recursos territoriais específicos.

A pesquisa de campo exploratória realizada na Serra Catarinense permitiu identificar dois perfis de pessoas consumidoras do QAS: aquelas que preferem o queijo maturado acima de 60 dias, que em geral são turistas; e aquelas que têm o

hábito de consumir o queijo com menos de 20 dias de maturação, a maioria residente no território e muitas delas com alguma relação social íntima com a família produtora. Esse comportamento distinto pode ser relacionado à herança cultural do tropeirismo, visto que o queijo mais maturado era trocado por outros produtos, fora do território de produção, e os queijos com poucos dias de maturação eram consumidos predominantemente por pessoas próximas da produção do QAS.

Em 2010, o Governo Federal sancionou o decreto 7.216, que permite duas conquistas para autonomia das famílias produtoras de queijos artesanais: a descentralização da fiscalização e descentralização da regulamentação de produtos de origem animal, permitindo que estados e municípios realizem a fiscalização e implementem normas específicas relativas às condições gerais das instalações, equipamentos e práticas operacionais da queijaria. Assim, o estado de Santa Catarina, em 2016, implementou a lei 17.003, que dispõe sobre a produção e comercialização do QAS. É inegável a importância dessa lei na defesa da tradição e na confirmação da qualidade do QAS pelos órgãos oficiais. Porém, como alerta Zanelatto (2017), ainda faltam ajustes para adequar as leis às realidades da pecuária familiar do território.

O QAS, que era comercializado de forma sazonal, hoje assume o papel de fonte principal da renda de algumas famílias, sendo produzido durante o ano todo, com maior dependência de insumos externos para produção e de atravessadores para comercialização. Assim, atualmente coexistem distintos tipos de famílias produtoras de QAS, complexificando o sistema produtivo e trazendo implicações importantes para se pensar desenvolvimento territorial sustentável.

Queijo-selo

No território da Serra Catarinense, a responsabilidade de fiscalizar as queijarias, entre outras agroindústrias, é do CISAMA. Assim, a emissão do certificado do Sistema de Inspeção Municipal (SIM), que permite a comercialização do QAS entre os municípios que integram essa associação de municípios, ocorre por meio do diálogo com profissionais de medicina veterinária de cada município

que compõe o Consórcio, seguindo as exigências do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Queijo Serrano.

O certificado do Sistema de Inspeção Estadual (SIE), emitido pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), está vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, permitindo a comercialização de produtos de origem animal em todo território do estado de Santa Catarina. Cabe também à CIDASC a emissão do selo Arte, um certificado de identidade e qualidade, que possibilita o comércio nacional de produtos alimentícios elaborados de forma artesanal (BRASIL, 2023). Por fim, o certificado de Sistema de Inspeção Federal (SIF), de responsabilidade do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), vinculado ao MAPA, permite a comercialização em todo o país e para exportações.

A gestão do SIM pelo CISAMA está diretamente associada à Marca Coletiva Sabor Serrano (MCSS). Inspirada na iniciativa da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense, a AMURES contou com a intermediação do Centro Vianei de Educação Popular, ONG mais antiga de Santa Catarina, no processo de criação dessa marca coletiva. Um resultado importante constatado por Souza et al. (2022) foi a capacidade dessa marca em regularizar cerca de setenta agroindústrias familiares da Serra Catarinense, que processam distintos produtos alimentares, e seu potencial de dar visibilidade ao território. Diversos produtos de origem animal e vegetal, artesanatos e panificados fizeram e fazem uso da MCSS para acessar canais de comercialização formais. O gerenciamento da marca permite discutir sobre os recursos territoriais específicos imateriais que a marca coletiva incorpora, como por exemplo o saber-fazer relacionado à presença de mulheres agricultoras (TECCHIO et al., 2022).

Instituições de pesquisa, associações e empresas públicas buscaram o reconhecimento do QAS com uma Indicação Geográfica (IG). O registro IG é conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, possuindo duas modalidades: Indicação de Procedência (IP), quando há notoriedade do produto ou serviço com o local de extração/produção, e Denominação de Origem (DO), quando as características do produto ou serviço se

devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (BRASIL, 1996). No ano de 2020, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) concedeu à Federação das Associações de Produtores de Queijo Artesanal Serrano de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (Faproqas) a IG Campos de Cima da Serra, na modalidade DO, para o produto QAS (CÓRDOVA; MEIRA, 2020). Para que a família produtora possa usar o selo da IG é necessário seguir o Caderno de Especificações Técnicas que agrupa normas e requisitos intrínsecos da produção artesanal, objetivando o resguardo do saber-fazer único dentro do território.

Queijo-informal

Além da renda e da continuidade de uma tradição, o QAS influencia fortemente nas relações sociais das famílias produtoras de queijo. Os vínculos sociais são responsáveis por manter a dinâmica de sistemas alimentares tradicionais, tanto no acesso aos alimentos quanto no preparo característico dos produtos obtidos (MALUF, 2021). Como parte dos processos produtivos do QAS, tal como a ordenha e a maturação, a forma de comercialização do queijo exerce influência para a permanência dessa tradição.

Ao analisar o saber-fazer do QAS, surgem relações e questões complexas, a exemplo de como atribuir valor monetário a um bem imaterial? Assim, os atores sociais se deparam com questões inéditas, cuja regulação não havia sido previamente discutida. Caso o foco esteja apenas na materialização do QAS, algo que pode ser comercializado, perde-se tanto seu valor territorial quanto a posse tradicional de elementos imateriais, que são base do sistema alimentar que envolve o produto inovado. Portanto, há o risco de haver a desterritorialização através da inovação. Em relação a essa dinâmica, inerente aos processos de inovação social, Arce e Charão-Marques (2020) chamam atenção para a ambiguidade do neoliberalismo, quando a materialidade envolvida na inovação tem a capacidade de transformar relações de poder ligadas aos produtos territoriais.

Por mais que tenham sido construídas distintas ferramentas de diferenciação do QAS, todas passam pelo processo de adesão à legalização, que é baixa no

território em questão. A Epagri possui 700 famílias cadastradas como produtores de queijo nos 18 municípios da AMURES, cuja produção é considerada de baixa escala, de caráter artesanal e familiar (CÓRDOVA; SCHLICKMANN, 2013). No entanto, apenas sete famílias utilizam o SIM na produção do QAS e uma única utiliza o selo IG Campos de Cima da Serra, a qual também faz uso do Selo Arte. Nenhuma família faz uso, na atualidade, da marca coletiva Sabor Serrano para a comercialização do QAS, embora oito famílias já tenham utilizado no passado (SOUZA, 2021). Note-se que, por ser uma exigência para o uso de outros selos, a baixa adesão ao SIM inviabiliza o acesso às outras mecanismos de diferenciação.

A informalidade na produção de queijo na região estudada se deve, segundo entrevistas com membros de famílias produtoras, em parte à incerteza de sucessão familiar, que resulta em falta de motivação para fazer investimentos financeiros e de trabalho burocrático necessários à legalização. Entretanto, como apontam as famílias entrevistadas, é o mercado informal que mantém a tradicionalidade, na qual as políticas que visam o desenvolvimento se ancoram.

Queijo-herança

A alimentação específica de um povo vai além do objetivo de nutrir, constituindo parte de sua identidade. Maluf (2021) esclarece que tratar os conceitos de alimento e alimentação separadamente dificulta a percepção de determinantes sociais e tensões presentes nas mudanças dos sistemas alimentares. Portanto, é fundamental assumir o caráter identitário do QAS ao analisar seu sistema agroalimentar.

Ao longo de três séculos de evolução, o saber-fazer do QAS sofreu adaptações e incorporou tecnologias, que reverberam atualmente. Entre as consequências do desenvolvimento capitalista na agricultura está a adoção de modelos produtivos baseados na dependência de insumos e tecnologias e uma padronização da agricultura (AMBROSINI, 2007). No contexto do QAS, a raças de bovinos ligadas à fabricação dos primeiros queijos perdem espaço para raças com maior produção de leite e os campos de forragem nativa estão sendo substituídos por pastagens exóticas. Percebe-se o que Ploeg (1992) chamou de monotonização

da sociobiodiversidade e, consequentemente, a desestruturação da rotina de trabalho, do tempo e do espaço no território (AMBROSINI, 2007; MALUF, 2021).

A juventude busca estudos e empregos longe dos espaços rurais. O retorno, porém, é dificultado pela distância entre os conceitos atuais de qualidade de vida e agricultura. Apesar de haver, dentro do território, três instituições de ensino superior e uma escola com curso técnico agrícola, funcionando desde 1940, as atividades voltadas à agricultura familiar ou à preservação do patrimônio histórico-cultural do território não são tão difundidas quanto as tecnologias do agronegócio. A naturalização da procura de empregos nos centros urbanos, somada à difícil rotina de trabalho e baixa lucratividade da produção do QAS colabora com a dificuldade de assegurar a sucessão de muitas unidades agrícolas familiares.

O papel da mulher agricultora é agressivamente impactado com essas mudanças. Antes, a produção de queijo era responsabilidade exclusiva feminina, somado aos trabalhos na lavoura e outras atividades domésticas. Hoje, diante da dificuldade para atender as exigências sanitárias, elas perdem esse espaço de participação na economia da família ~~e~~, reduzindo sua ocupação em atividades que não fortalecem seu empoderamento nas tomadas de decisão, o que desfavorece e não incentiva sua permanência no meio rural de forma independente.

Segundo a pesquisa de campo, o QAS não gera tanto lucro em decorrência do enquadramento na legislação sanitária e o custo do cumprimento das exigências da legislação é, muitas vezes, impeditivo para a maioria das famílias agricultoras. O aumento da escala de produção é entendido como uma solução, porém representa uma mudança de categoria perante a legislação, sujeita a outras exigências, ainda mais distantes da realidade socioeconômica da agricultura familiar. Trata-se de um procedimento que, muitas vezes, finaliza com endividamento e abandono da produção do queijo legalizado. Essas pressões e o forte enraizamento do QAS na cultura alimentar do território fortalecem o mercado informal.

## DESENVOLVIMENTO E A TERRITORIALIDADE DO QUEIJO ARTESANAL SERRANO - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das relações sociais que estão sobrevivendo em meio às mudanças políticas e estratégias de valorização é uma forma para discutir o tema do desenvolvimento territorial sustentável. Por mais que esse quadro seja dinâmico em função da velocidade da modernização, seu entendimento importa para a compreensão da história e também para o estabelecimento de projetos futuros para o território. Nesse contexto dinâmico, há necessidade de formação dos atores sociais para que possam conhecer e fortalecer sua identidade de forma a lidar com as pressões da modernização homogeneizadora, construindo trajetórias diferenciadas de desenvolvimento baseadas em recursos específicos do território

Dialogando com a formação dos atores sociais, faz-se também necessário envolver as redes de educação nos diferentes níveis, bem como propostas voltadas à qualidade de vida no meio rural, de forma a atrair uma parcela da juventude rural. Dessa forma, a responsabilidade de pensar o futuro da agricultura familiar e do território passa a ser compartilhada com as futuras gerações, balanceando a valorização da tradição e identidade com a inovação, considerando os perigos da ambiguidade apontadas por Arce e Charão-Marques (2020).

É também indispensável reforçar a representatividade da diversidade do território na composição da governança ligada às ações de valorização do QAS. Uma maior representatividade favorece contraposições e adaptações às dinâmicas territoriais hegemônicas em curso. Por fim, é importante repensar as bases do desenvolvimento pretendido, pois de nada serve reformar a composição da governança, ampliando a participação dos atores sociais, e dar condições à sucessão familiar das queijarias, sem aderir a visões mais plurais de desenvolvimento. O QAS não pode promover, sozinho, o desenvolvimento do território estudado, mas pode ser um caminho de visibilidade para outros recursos específicos e para a diversidade de atores sociais existentes. A descoberta e ativação de recursos territoriais ainda invisíveis, desencadeando novas experiências de valorização e inovação, pode ser catalisadora de uma maior adesão de famílias agricultoras a sistemas produtivos diferenciados orientadas para o fortalecimento de mercados territoriais, melhorando a vida e a autonomia dessas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALHO, C. J. R. Importância da biodiversidade para a saúde humana: uma perspectiva ecológica. Estudos avançados, 74. p. 151-166. 2012.

- ARCE, A., CHARÃO-MARQUES, F. Espaços ambíguos e a inovação neoliberal contemporânea: o caso do Merkén. Redes (St. Cruz Sul, Online), 2020.

- AMBROSINI, L. B. Sistema Agroalimentar do queijo serrano: estratégia de reprodução social dos pecuaristas familiares dos Campos de Cima da Serra - RS. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, p. 194. 2007.

- BRASIL. Biodiversidade Brasileira. MMA. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira.html>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

- BRASIL. Plano Nacional de promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. 2009.

- BRASIL. O que é Indicação Geográfica? Como obter o registro?. MAPA, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-indicacao-geografica-ig>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

- BRASIL. Selos de Identificação Artesanal, MAPA, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/selo-arte-selo-queijo-artesanal/selo-arte>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

- CÓRDOVA, U. de A.; SANTOS, A.P. dos; PUCCI, A.A .; MOTA, D.M.L.; NUNES, I.R.; SOUZA, L.T. de; JESUS, N.N. de; NETO, S.P. Queijo artesanal serrano: séculos de travessia de mares, serras e vales – A história nos campos da Serra Catarinense. Florianópolis: Epagri. 2010.

- CÓRDOVA, A. U., SCHLICKMANN, A. Revista: Historia Catarina. Queijo Serrano, Identidade, Origines e Simbolismo: Vol. VI. 2013.

- CÓRDOVA, U. de A., SCHLICKMANN, A. de F. de M. B. F. A contribuição d queijo artesanal serrano para o desenvolvimento regional e preservação dos Campos de Altitude do sul do Brasil. 2015.

- CÓRDOVA, A. U., MEIRA, A. Queijo artesanal serrano recebe IG Campos de Cima da Serra. Epagri, 2020. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/03/06/queijo-artesanal-serrano-recebe-ig-campos-de-cima-da-serra/>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

- CRUZ, Fabiana Thomé da, et al. Queijo serrano dos campos de cima da serra: o saber-fazer tradicional desafiando a qualidade. 2008. IV Congresso Internacional de la RedSial. Mar del Plata, Argentina. 2008.

- CRUZ, F. T., MENASCHE, R. O debate em torno de queijos feitos de leite cru: entre aspectos normativos e a valorização da produção tradicional. Revista Visa em debate: sociedade, ciência e tecnologia. p. 34-42. 2014.

- FERREIRA, R. G. P. As leis do queijo. Coluna: Com a mão no queijo. Slow Food Brasil, 2013. Disponível em: <https://slowfoodbrasil.org.br/2013/01/as-leis-do-queijo/>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

- Inspeção de Produtos de Origem Animal - Leite. CIDASC. Disponível em: <https://www.cidasc.sc.gov.br/inspecao/leite/>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

- KATO, K., DELGADO, N. G., ROMANO, J. O. Territorial Approach and Rural Development Challenges: governance, State and territorial markets. Sustainability, 2022.

- MALUF, R. S. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. Revista de Economia e Sociologia Rural, 2021.

- PLOEG, J.D. van der. The Reconstitution of Locality: Tehcnology and Labour in the Modern Agriculture, In: WHATMORE, S.; LOWE, P.; MARSDEN, T. (Org.). Labour and Locality: Uneven Development and the Rural Labour Process. London: David Fulton, p.112-145. 1992.

- PREZOTTO, L. L. Manual de orientações sobre constituição de Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Brasília, 2013.

- Santa Catarina - queijo artesanal serrano. Patrimônio - FCC. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/santa-catarina-queijo-artesanal-serrano/>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

- SOUZA, L. M. S. As interfaces entre o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais e a Marca Coletiva Sabor Serrano em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, p. 140. 2021.

- TECCHIO, A., SOUZA, L., CHECHI, L. A., CAZELLA, A. A. Marcas coletivas e recursos territoriais específicos imateriais: estudo de caso de duas experiências brasileiras. 2023.

- VIEIRA, V. F.; DORTZBACH, D. Caracterização ambiental e delimitação geográfica dos Campos de Cima da Serra. Florianópolis, SC: Epagri, 2017.

- ZANELATO, A. A. Queijo Artesanal Serrano no Planalto Catarinense: Uma análise de produção dos queijos dentro dos parâmetros legais num sítio em Bom Retiro - SC. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Gastronomia) - Faculdade Estácio de Florianópolis, Florianópolis, 2017.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

# GT6

# ELITES E CLASSES DOMINANTES DO CAMPO: ESTUDOS SOBRE PODER E DOMINAÇÃO NO "ANDAR DE CIMA" DO MUNDO RURAL BRASILEIRO

**COORDENADORES**

**VALDÊNIO FREITAS MENESES - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)**

**MARCOS BOTTON PICCIN - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)**

**Introdução**

Analisar as práticas de reprodução social dos setores dominantes evidencia a competição social em que a estratégia de uns se confronta com a força e debilidade das estratégias dos demais (PICCIN, 2021). A partir desse viés, este GT propõe agregar artigos e pesquisas acerca de frações das classes dominantes e elites do mundo rural brasileiro. Busca-se uma maior riqueza conceitual, teórica e metodológica para pesquisar o mundo social de grupos que, durante décadas, foram denominados de forma geral como "latifundiários". Este, apesar de ser um conceito importante, tem "vícios de origem" teóricos e políticos herdados dos debates clássicos sobre mundo rural no Brasil. Isso faz com que esse conceito sirva menos ao campo da análise e mais a um tabuleiro – bastante necessário – da acusação e luta política de movimentos sociais. Exemplo disso é a disputa que envolve a mediação jurídica do que é "latifúndio improdutivo" para servir à desapropriação e à política de criação de assentamentos (MEDEIROS, 2017, p. 120).

Um outro ponto a debater está em certo "espectro" que ronda os Estudos Rurais: trata-se de como o olhar sobre as classes dominantes frequentemente está diluído em outros temas ou até tratado com certa resistência e hesitação (MENESES, 2021). Selecionar o olhar para as elites e classes dominantes coloca pesquisadores e pesquisadoras, por vezes, em posição complicada com seus pares. Acontece, principalmente, diante de colegas engajados no que se pode chamar de uma "boa vontade" epistemológica: aquela que diz que pesquisar grupos dominados e subalternos indica "dar voz" aos mesmos. Nos Estudos Rurais esse tipo de missão "salvadora "é evocada com frequência diante de pesquisas sobre grupos que sofrem consequências graves de processos de concentração fundiária, conflitos de acesso à água e à terra – exemplo de pressões de expulsão, ameaça física e desqualificação de identidades e cosmologias de grupos indígenas, quilombolas, dentre outros, que têm relações singulares de modos de vida com a terra e a natureza.

Diante dessas observações, importante posicionar que estudar elites e classes dominantes não implica qualquer simpatia ou “dar voz” ao universo dos ricos do campo – algo que, inclusive, esses grupos não precisam, pois já tem canais de expressão legitimados por formas de poder e dominação que fabricam consensos e ordens sociais.

Talvez um senso de “missão” mais razoável de quem vai pesquisar elites seja de construir um alerta de como formas de dominação dos que estão no “topo” das hierarquias se transformam e respondem ativamente, inclusive a processos recentes de mudanças de desigualdades sociais e padrões populacionais nas ruralidades em todo Brasil. Assim, esse GT busca iniciar uma “rede dentro da Rede” para agregar pesquisas que evidenciam o quanto o mundo dos grupos dominantes do mundo rural é diverso em suas frações: os ruralistas, líderes de entidades patronais, empresários do agronegócio, pecuaristas, estancieiros, usineiros, oligarquias rurais, “bancada do Boi”, advogados, dentre outras categoriais sociais que variam localmente segundo região do país. Ao olhar esses grupos, a pesquisa vai adentrar nos seus universos, observar suas práticas e falas de dominação, destrinchar suas práticas e produzir dados e evidências nem sempre visíveis pelo poder que as elites e classes dominantes exercem. Desnaturalizar as relações sociais e a teodiceia que dá legitimidade aos diferenciais de poder é uma das grandes tarefas dos estudos sobre o patronato ligado à identidade política do agronegócio. Aqui vale a máxima de Dante – citada por Marx - *Que aqui se afaste toda suspeita. Que neste lugar se despreze todo* o *medo.* Por isso, produzir uma sociologia (ou áreas afins) sobre as elites e classes dominantes do mundo rural é, antes de tudo, fazer sociologia (ou áreas afins) refinada e alinhada as melhores propostas de investigação das ciências humanas: produzir desencantamentos sobre conflitos que dissimulam formas de dominação e violências em uma sociedade.

***

Dividimos os debates da síntese deste GT em três eixos que serão discutidos em todas as sessões. Importante reforçar aos autores e autoras dos artigos que as divisões não implicam em ordem de apresentação convencional, com tempo para a apresentação individual dos trabalhos, mas temas de debate e síntese geral – como é o formato já consagrado pela Rede de Estudos Rurais. Então, classificamos as três direções pelas quais iremos iniciar os debates instigados pelos quinze artigos

aprovados: A) agronegócio, poder e cultura; B) Estudos de frações regionais das elites e classes dominantes do mundo rural; C) Estado, cargos, instituições e disputas do agronegócio. Abaixo segue um Tabela síntese dessa classificação que fizemos.

| AUTOR/AUTORA/AUTORES | VINCULO INSTITUCIONAL | TITULO | PALAVRAS-CHAVE E TEMAS PRINCIPAIS |
|---|---|---|---|
| **AGRONEGOCIO, PODER E CULTURA** | | | |
| Maria Isabel Trivilin<br>Rosângela Pezza Cintrão | **PPGAS/MN/UFRJ**<br><br>**CERESAN/UFRRJ** | O Mundo Encantado Das Máquinas Agrícolas: Utilidade, Poder e Distinção | Máquinas Agrícolas; Soja Orgânica; Agronegócio. |
| Afonso Henrique De Menezes Fernandes | **UFF/UFU** | Da Agronomia Ao Agribusiness: Uma Revisão Histórica Sobre Estado E Poder No Brasil E Na Argentina | Agronomia, Agribusiness, Agronegócio, Hegemonia, Propriedade Privada |
| Emanuel Barrera Calderón | **UFSCAR** | A transformação de produtores em empresários da Associação Argentina de Consórcios Regionais de | Empresários, produtores, técnicos, agronegócio, Argentina |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | Experimentação Agrícola | |
| Cleyton Gerhardt | **UFRJ** | Agrojuventude E Engajamento Na Sociedade (Agro) Do Agronegócio | Agronegócio, Agro, Agrojuventude |
| **ESTUDOS DE FRAÇÕES REGIONAIS DAS ELITES E CLASSES DOMINANTES DO MUNDO RURAL** | | | |
| Bruno Bervig Collares<br>Marcos Botton Piccin | **UFSM** | Produtores De Gado Bovino No Extremo Sul Do Brasil Sob Selo *Alianza Del Pastizal* | Estancieiros; Patronato Rural; Rio Grande Do Sul |
| Marilda Menezes<br>Dionisio Prado | **UFABC**<br>**IF- SUL DE MINAS** | Patronato Rural Mineiro: A Mediação Entre Propriedade Fundiária E Domínio Político | Elites Políticas; Estado Oligárquico; Latifúndio; Minas Gerais; Patronato Rural. |
| Felipe Ferrari Da Costa<br>Marilda Aparecida De Menezes | **UFABC** | *São Paulo É Essa Locomotiva*": A Afirmação Hegemônica De Frações Dominantes Da | Agronegócio; Elites; Dominação |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | Agropecuária Paulista | |
| José Fernando Souto Jr. | **UNIVASF** | A Classe Fragmentada: Unidade E Conflito Entre Produtores Rurais Do Vale Do São Francisco | : Patronato, Associações, Cooperativas, Sindicato, Agronegócio. |
| Gregório Henrique Silva Duarte<br>Leone Santos Alexandre | **UFSCAR** | Elites Políticas E Seca No Semi-Árido Nordestino: Do Elemento Histórico Ao Caso Da Transposição Do Rio São Francisco. | Conflitos, Hegemonia E Blocos De Poder. |
| Caterine Soffiati Cabral<br>Patrícia Alves Ramiro | **UFPB** | Como Se Acumula Capital Industrial E Fundiário No Nordeste Sucroalcooleiro ? Um Estudo De Caso | Usina, Nordeste, Patrimônio Fundiário. |
| **ESTADO, CARGOS, INSTITUIÇÕES E DISPUTAS DO AGRONEGOCIO** | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Monyele Camargo Graciano<br>Joelson Gonçalves De Carvalho | **UFSCAR** | A Força Da Bancada Do Boi: Frente Parlamentar Da Agropecuária Na Definição Da Política Fundiária | Frentes Parlamentares, Instituto Pensar Agropecuária, Legislação, Ruralistas, Agronegócio. |
| Marina Lobo Gibson | **CPDA/UFRRJ** | Segurança Alimentar E A Legitimação Do Agronegócio Brasileiro:Uma Análise A Partir Da Abag | Agronegócio; Segurança Alimentar; Legitimação; Abag |
| Ana Carolina De Sousa Castro | **IESP/UERJ**<br>**UFES** | Isso Aqui É Uma Atividade Econômica Profissional": Organização e Mobilização Dos Advogados Do Agronegócio | Direito Do Agronegócio; Juristas Do Agronegócio; Movimentos Fundacionais. |
| Bruna Bronoski1<br>Rodolfo Lobato | **UFPR** | O Fiagro E A Financeirizaçã o De Terras: Do Investidor Individual Às | Fiagro, Financeirização , Terras, Investidores Individuais, Agronegócio |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | Cotas Do Latifúndio | |
| Carolina Rios Thomson<br>Sonia Maria Pesssoa Pereira Bergamasco<br>Ricardo Serra Borsatto | **UNICAMP** | Cooptação Da Anater (Agência Nacional De Assistência Técnica E Extensão Rural) Pelos Ruralistas: As Gestões Temer E Bolsonaro | Políticas Públicas; Agroecologia; Desenvolvimento Rural |

No eixo de debate ***Agronegócio, poder e cultura*** propomos articular e causar "atrito" entre estudos que avançam em agendas de pesquisas semelhantes aqui no Brasil, na Argentina, e articulam o político, o econômico, o ideológico, o simbólico, o geracional aos grãos, à ciência, às máquinas, à internet e que nos aparece constituírem instigantes análises sobre o universo contemporâneo do agronegócio. De um lado, associações e entidades representativas do empresariado agrícola brasileiro e argentino e, do outro, o poderoso simbólico do agro, nos espaços de socialização que buscam categorias sociais (destacadamente jovens e mulheres) e no poderio do não-humano, mas tão encantado e encarnado das feiras de maquinário agrícola.

Esse eixo traz contribuições importantes ao debate porque nos alerta de que as produções não são apenas de produtos exportáveis, mas de cultura que, internalizada, enquadra determinados modos de interpretar a realidade. Como assinala Cleyton Gerhardt em seu artigo "Agrojuventude e Engajamento na Sociedade (Agro) do Agronegócio", as significações culturais promovidas por esses setores sociais ainda são pouco exploradas pelos cientistas sociais. E os artigos agrupados nesse eixo trazem reflexões muito fecundas sobre as significações culturais que moldam as formas de pensar, sentir e interpretar que as práticas dos grupos

dominantes produzem. Gerhardt analisa cursos, palestras, feiras, internet e materiais diversos produzidos atualmente por entidades do agronegócio que buscam gerar engajamento da juventude numa espécie de cosmologia agro que estrutura e diferencia ambientes compartilhados pela chamada *agrojuventude*. São tentativas dos grupos dominantes de engajar e comprometer as novas gerações para um determinado projeto político de sociedade. Dentro dessas ações, “há lugar para todes”, como argumenta o autor, mas há grupos de elite destacados pelas entidades e empresas, como os chamados Nuffield International Farming Network, iniciativa global de formação de novos líderes do agro. Nem todos(as) aí podem participar, somente um grupo muito seleto de jovens. Mas há iniciativas diversas de engajar a todas as categorias/classes sociais que pertencem os jovens. É interessante perceber essas distinções, porque nem toda formação oferecida pelas entidades é para qualquer um, senão para grupos e classes bem direcionados. A uns se pretende entregar a direção de empresas e entidades, a outros se espera a reprodução da legitimidade do “agro”.

Em que pese que Gerhardt assinale que esse tipo de empreendimento não é novo, a diferença para o momento atual estaria na intensidade e no aprimoramento dos mecanismos usados para promover este tipo de cooptação. Uma espécie de cooptação que tem origem na própria concepção dos cursos de agronomia tanto no caso brasileiro, quanto argentino, como argumenta Afonso Henrique De Menezes Fernandes, com o artigo “Da Agronomia ao Agribusiness: uma revisão histórica sobre Estado e poder no Brasil e na Argentina”. Fernandes produz uma análise desde o final do século XIX, em que as escolas de agronomia são interpretadas como “palco privilegiado de elaboração de uma intelectualidade orgânica” pronta para “operar a reprodução, universalização e naturalização da vontade coletiva dos grupos dominantes, transformando-a em projeto político geral/nacional”. O autor discorre sobre a construção, em ambos os países, de um sentido nacional a partir da ideia de que o oficio fundamental dos agrônomos seria educar para civilizar. Já no período mais atual de construção da categoria política do agronegócio/agro, cá e lá, aparecerem instituições com a missão de renovar os projetos com pretensão hegemônica, tendo por base as relações construídas a partir de um centro acadêmico nos Estados Unidos, a cátedra de Agriculture and Business da Harvard Business School (HBS), no Brasil a partir do Centro de Conhecimentos em Agronegócio –

PENSA, ligado a USP, e na Argentina do Programa de Agronegocios y Alimentos, fundado no ano de 1999 na Faculdade de Agronomia da Universidade de Buenos Aires.

Em tratando-se da Argentina, o artigo de Emanuel Barrera Calderón, “A transformação de produtores em empresários da Associação Argentina de Consórcios Regionais de Experimentação Agrícola”, para além dos nos apresentar o papel central que cumpriu a Associação Argentina de Consórcios Regionais de Experimentação Agrícola (AACREA) na modernização do campo argentino no pós-segunda guerra, é interessante por dois outros fatores: a categoria política que essa associação tentou construir para substituir a de *terratenientes* foi a de *empresários agrícolas*, enquanto no Brasil houve um trabalho político de construção da categoria *produtor rural* para substituir a de *latifundiários*. São categorias, longe de serem neutras, que tentam positivar setores sociais e produzir representações tidas como modernas acerca das relações que se estabelecem no campo. Um segundo fator está relacionado às dificuldades da AACREA em manter a legitimidade de representação dos interesses dos setores patronais do campo a partir da década de 1990, quando as ideias do “agronegócio” também começam a campear por lá. O artigo nos deixa querendo saber mais sobre como se dá o jogo de (des)construção de categorias políticas a partir de então, se permaneceu a ideia de empresários rurais ou se outras foram construídas com a intensão de manter/ampliar a hegemonia na sociedade argentina.

Já o artigo de Maria Isabel Trivilin e Rosângela Pezza Cintrão, “O Mundo Encantado Das Máquinas Agrícolas: Utilidade, Poder e Distinção”, assinala também muitos aspectos importantes para o debate. O recurso metodológico é o de seguir a trajetória das máquinas e as significações a elas atribuídas pelos humanos ao longo de seu uso. O poder da conexão entre juventude e tecnologias/máquinas, destacado também por Gerhardt em seu trabalho, aparece logo no início. As autoras chamam a atenção que a aquisição de máquinas modernas provoca distinção e hierarquia entre seus compradores e, como consequência, junto com Polanyi, destacam que a busca do lucro econômico não é o único motivo que move as pessoas a produzir. Mas o que as move é a busca por manter ou ampliar suas posições em um espaço social relacional, num jogo complexo de busca por pertencimento, legitimidade, poder/hierarquia e honra. A compra de máquinas muito mais potentes do que realmente necessário para pequenos e médios produtores, ao mesmo tempo que

aumenta suas autonomias, porque não dependem mais de terceiros para realizar suas colheitas, encadeia a necessidade de manter a máquina alugada para que assim possam gerar os rendimentos necessários ao pagamento das prestações bancárias dos financiamentos dessas máquinas. O caso mais exemplar explorado pelas autoras é o das colheitadeiras, que são alugadas por grandes proprietários do Centro-Oeste que terceirizam a colheita. Um discurso importante para ser debatido pelo grupo, que aparece no trabalho das autoras, é da falta de mão de obra. Esse argumento apareceu também em trabalho de campo dos coordenadores deste GT, e concordamos com as autoras que mereceria um trabalho específico de investigação. Nossa hipótese é de que esse argumento expressa outra coisa, um desejo por uma condição servil dos trabalhadores que está cada vez mais difícil de se encontrar: os trabalhadores não se propõem a ganhar quaisquer valores, os programas sociais de transferência direta tendem a formar um piso em termos de remuneração e é mais fácil atualmente ter acesso à justiça trabalhista – o trabalho análogo a escravidão, por mais que não dito, é a referência do discurso da "falta de mão de obra". Ou seja, em outras palavras, os trabalhadores agrícolas continuam sendo encarados pelos patrões não como sujeitos com direitos, mas como trabalhadores de "segunda categoria". Há uma atualidade, portanto, das análises de Florestan Fernandes, Chico de Oliveira, Regina Bruno, dentre outros, acerca da dualidade de nosso processo de modernização, em que relações técnicas da agronomia mais modernas convivem com concepções e práticas sociais que remetem a situações análogas ao nosso passado escravista.

No eixo de debate "**Estudos de frações regionais das elites e classes dominantes do mundo rural"**, agrupamos 6 trabalhos apresentados ao GT.

O trabalho de Bruno Collares e Marcos Piccin analisa as estratégias de grandes proprietários de terra criadores de gado bovino extensivo no pampa gaúcho a partir da adesão a um selo de qualidade ambiental denominado *Alianza del Pastizal*. Os animais vendidos chegam aos consumidores com a diferenciação garantida pelo selo e ao um preço maior. Os autores fazem uma análise sociológica do perfil desses proprietários e destacam as histórias das famílias, os recursos culturais, políticos e sociais. Demonstram que os motivos para manter a bovinocultura extensiva, na maioria das vezes de baixo rendimento, agora legitimada por um selo de qualidade internacional, está relacionada menos à previsão de lucro com a atividade e mais com a trajetória e aos recursos incorporados por esses grandes proprietários. Na sua maior

parte, tratam-se de proprietários que não possuem a terra como única fonte de rendimentos, mas são médicos, advogados e exercem outras profissões; acumulam títulos acadêmicos de graduação e pós-graduação. A contribuição do trabalho parece estar na necessidade de se analisar a trajetória dos grupos dominantes para entender suas práticas econômicas, caso contrário poderíamos caracterizar como “atrasados”, “ogronegócio” e outras designações pejorativas se a análise estivesse focada apenas nas estratégias econômicas para com a propriedade rural. Não se trata de frações do patronato que não sabem como “fazer dinheiro”, apenas que suas estratégias econômicas estão mais de acordo com a conservação do patrimônio e extração da renda da terra absoluta tendo em vista o conjunto de sua trajetória.

O trabalho de Marilda Menezes e Dionisio Prado, intitulado “Patronato Rural Mineiro: a mediação entre propriedade fundiária e domínio político”, analisa um grande período histórico das Minas Gerais ainda imperial aos nossos dias. Com base em uma metodologia histórico-sociológica, evidenciam a persistência da estrutura fundiária concentrada e a maleabilidade das práticas dos dominantes de acordo com as diferentes conjunturas políticas e econômicas ao longo do tempo. Percurso teórico-metodológico semelhante também desenvolvido no trabalho apresentado por Felipe Ferrari da Costa e Marilda Menezes, intitulado “*São Paulo é essa Locomotiva’*: a afirmação hegemônica de frações dominantes da agropecuária paulista”. O artigo trata das elites rurais com herança aristocrática reunidas pela formação da Sociedade Rural Brasileira (SRB), que tinham trajetórias com amplos investimentos e acúmulo de capital cultural. A entidade buscava se apresentar como “um farol para o Brasil” a partir do projeto político que representava, ligado, sobretudo, à exportação do café. Ou seja, a partir dos interesses da exportação do café, buscava galvanizar um projeto hegemônico para a sociedade brasileira. Se isso já estava presente na formação da entidade, ajuda a entender e interpretar o resultado de uma história longa na construção política do que hoje se chama de agronegócio.

Já o trabalho de José Fernando Souto Jr., intitulado “A Classe Fragmentada: unidade e conflito entre produtores rurais do Vale do São Francisco”, o trabalho de Gregório Henrique Silva Duarte e Leone Santos Alexandre, intitulado “Elites Políticas e Seca no Semi-Árido Nordestino: do elemento histórico ao caso da transposição do Rio São Francisco”, e o trabalho de Caterine Soffiati Cabral e Patrícia Alves Ramiro, intitulado “Como se Acumula Capital Industrial e Fundiário no Nordeste

Sucroalcooleiro? Um estudo de caso", trazem um elemento central ao nosso debate no GT: o papel fundamental que tem o Estado brasileiro na montagem, viabilização, garantia e expansão dos negócios privados do patronato rural brasileiro. Souto Jr. demonstra que na configuração Submédio do Vale do Rio São Francisco, exportador de frutas, "há uma predominância clara do papel do Estado: na definição da área e da construção de toda a infraestrutura, na criação das agências que definiram as diretrizes e executaram os planos para o desenvolvimento, na criação de agência de pesquisa, universidades, no direcionamento dos recursos de pesquisas, no estímulo ao cooperativismo e ao associativismo da iniciativa privada e, por fim, na fiscalização das condições de trabalho". Já Duarte e Alexandre desenrolam as relações entre Estado e determinadas linhagens de elites locais e de como a relação patrimonial com o Estado é central para a renovação das estratégias de dominação dessas elites. Cabral e Ramiro, a partir de uma pesquisa de campo na antiga Usina Santa Maria, formada em 1931 e falida em 1992, reúnem indícios para demonstrar que o aumento de área e da produção da referida usina se dava concomitantemente aos programas nacionais e aos subsídios de estímulo ao desenvolvimento dessas atividades. Logo, o Estado é condição principal na garantia e perpetuação do poder dos grandes proprietários, com efeitos sobre todo o espaço social, no sentido de impor barreiras à ascensão de pequenos proprietários seja pela compra de maiores áreas, seja pela indisponibilização da distribuição de propriedade fundiária por outros modos que não pelo mercado de terras. Se o Estado garante benefícios a determinados agentes privados e impede que a "mão-invisível" do mercado retire os mais inaptos, vencidos pela concorrência, em se tratando de propriedade da terra, é o preço da terra que sobe pela especulação; em outras palavras, não se trata de aumento do valor por aumento de mercadorias produzidas, mas pelo simples aumento da renda da terra que a sociedade deve pagar como renda absoluta aos proprietários.

No eixo 3 **Estado, cargos, instituições e disputas do agronegócio**, agrupamos 5 trabalhos apresentados ao GT, em que os setores dominantes do campo brasileiro propõem, disputam e formulam ações e políticas e buscam construir legitimidade no espaço público.

Três dos trabalhos demonstram a força das organizações patronais na disputa e definição das políticas públicas. O trabalho de Monyele Camargo Graciano e Joelson Gonçalves De Carvalho, intitulado "A Força da Bancada do Boi: Frente Parlamentar

da Agropecuária na definição da política fundiária" analisa 10 anos de atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e demonstra a força dessa frente não somente na definição das políticas que interessam diretamente aos setores dominantes, mas em impedir que os interesses dos setores subordinados do campo brasileiro se vejam legitimados no parlamento. Marina Lobo Gibson, no trabalho intitulado "Segurança Alimentar e a Legitimação do Agronegócio Brasileiro: uma análise a partir da Abag", analisa a proposição da Abag acerca da temática da segurança alimentar em 1993, mesmo ano de sua fundação. A autora demonstra o "senso de oportunidade" que a referida entidade teve de tentar influenciar na definição da problemática da segurança alimentar, um debate que ganhava o espaço público à época. A Abag formula uma intepretação de segurança alimentar e do papel do agronegócio que atribuía legitimidade à entidade, para se estabelecer como interlocutora a respeito, e ao setor social dos proprietários da grande lavoura. O Artigo de Carolina Rios Thomson, Sonia Maria Pesssoa Pereira Bergamasco e Ricardo Serra Borsatto, intitulado "Cooptação Da Anater (Agência Nacional De Assistência Técnica E Extensão Rural) Pelos Ruralistas: As Gestões Temer E Bolsonaro", apresenta a trajetória da idealização e criação da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) a partir da luta política entre os diferentes setores sociais que compunham os governos Lula e Dilma. Argumentam que a identificação da necessidade de criação de uma agência que centralizasse a política de extensão rural foi dos setores da chamada agricultura familiar e movimentos sociais do campo. Depois da manifestação de interesse do Ministério da Agricultura, Embrapa e CNA em participar dos debates é que, por orientação governamental, fora constituída uma comissão que deveria representar todos os setores sociais do campo. Acontece que, nessa comissão, se estabelecera a hegemonia dos setores dominantes, sob direção do referido ministério e da Embrapa, consolidando uma proposta que vai na contramão da concepção que se inaugurou com a PNATER.

O trabalho de Bruna Bronoski e Rodolfo Lobato, intitulado "Fiagro, Financeirização, Terras, Investidores Individuais, Agronegócio", analisa o Fundo de Investimento das Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), criado em 2021. Ele é um fundo de "investimento de renda variável que está disponível a investidores individuais". Mesmo que ele iniciasse com o interesse prioritário de financiamento da atividade agrícola, rapidamente ganhou muito mais expressão com a compra de

terras, por meio da qual “o mercado financeiro oferece ‘cotas’ de ativos agrícolas que são acessíveis não só a empresas de grande porte e transnacionais, mas também a indivíduos de baixo poder aquisitivo”. O poderio midiático e da propaganda do agronegócio como setor pujante produziu nos pequenos investidores a confiança e a esperança de lucros ininterruptos. É interessante perceber que a manutenção de uma boa imagem do chamado agronegócio/agro contribui para o mercado financeiro se expandir no mercado de terras.

Tendo em vista a riqueza de análises, demonstrações, provocações e também de ensaio que os artigos apresentam, as seguintes questões servirão para iniciarmos o debate no GT.

1) dificuldades, estratégias e experiências na coleta direta de dados (destacadamente a entrevista) junto aos setores dominantes. Nessa relação de coleta de dados, geralmente nós estamos numa posição subalterna, não apenas econômica, mas, por vezes, também cultural; o que, não raro, é o contrário com a pesquisa acerca dos grupos subalternizados;

2) trajetórias metodológicas e teóricas de análise; a trajetória individual e de grupo como fio condutor para melhor compreender as estratégias das classes dominantes;

2) a dinâmica de construção/reconstrução de categorias políticas (latifundiários, produtor rural, empresários rurais, agronegócio, agro, agrojuventude, etc.), que, por vezes, é a expressão pública das diferenças entre grupos no interior da classe dominante;

3) sem perder de vista o processo histórico, a partir do qual percebemos que o “novo” às vezes é uma repetição de estratégias, destacar as diferenças e novidades que essas estratégias atuais apresentam na tentativa que esses grupos fazem para manter ou ampliar suas posições no espaço social;

4) os indícios de pesquisa acerca do discurso sobre a “falta de mão de obra”;

5) a força da herança histórica como *habitus* incorporado em um espaço social diverso em termos de relações de poder entre classes e frações de classe;

6) o papel central que tem o Estado brasileiro na montagem, viabilização, garantia e expansão dos negócios privados do patronato rural brasileiro e, lados de uma mesma moeda, na brecagem de ascensão dos grupos subalternos;

7) o poder de definir políticas e influenciar no debate público;

8) os advogados como campo de disputa aos setores do agro;

9) o FIAGRO como ponta de lança do mercado financeiro na agricultura;

***

Além dos pontos específicos tocados nos artigos, convidamos também os autores e autoras a debater e problematizar uma série de questões inerentes as demandas que envolvem a produção de conhecimento no universo das elites e classes dominantes do mundo rural:

- **Dados quantitativos e qualitativos**: sabendo que o mundo das elites tem segredos estatísticos bem guardados (Pinçon, Pinçon-Charlot, 2006) como as pesquisas aqui debatidas obtiveram e produziram seus dados? Como foi a pesquisa de dados tributários, financeiros, negociações de mercado dentre outras? Um segundo ponto que diz respeito a construção qualitativa. Foram realizadas entrevistas? Se sim, descrever melhor as condições de exercício desse procedimento de registro e também como foram trabalhadas reflexivamente as falas dos entrevistados e entrevistadas. Aqui importante comentar quais imposições e tentativas de controle que os pesquisados e pesquisadas tentam – consciente ou não – impor sobre as pesquisas e a escrita delas.

**- Mal estar deontológico e a entrada no universo das elites e classes dominantes:** nesse ponto, convidamos os autores e autoras a refletir sobre como eles "adentraram" a um universo socialmente fechado e eivado de restrições, regras e códigos por vezes estranhos aos iniciados e também a pessoas oriundas de outras classes sociais. Também há valores de forte poder encantador no mundo das elites e classes dominantes do mundo rural: afinal, são dessas frações que saem potentes sentimentos regionalistas e "orgulho da terra", sentimentos esses particulares ao mundo particular de dentro das porteiras mas que por mecanismos de poder são feitos símbolos de identificação coletiva, um lugar no imaginário de nação: vide exemplo das pesquisas dos coordenadores do GT: o regionalismo nordestino ligado ao mundo social da propriedade, pecuária e das secas ou do sentimento de pertencimento *gaúcho* fortemente elaborado nas frações estancieiras do sul do Brasil.

Na tentativa de controle e fechamento de informações ou via " encantamento" há um conjunto de agressões simbólicas que um sociólogo espera e realmente pode sofrer diante de assimetrias de poder e dos contatos com códigos e recursos sociais

estranhos ao mundo do pesquisador ( Pinçon e Pinçon-Charlot, 2007, p. 32). O desafio aqui é estar entre duas posições contrárias: de um lado o risco de assumir uma postura encantada e que, assim, a pesquisa vai ser mais um mecanismo que vá reproduzir e legitimar os mecanismos de poder dos dominantes. Do outro, a pesquisa vai ser feita sob indignação e raiva ao mundo dos pesquisados: a sociologia será uma arma de destruição do mundo das elites e classes dominantes “revelando” suas atrocidades, suas dominações, seus falseamentos e dissimulações das desigualdades sociais. Cada posição dessas traz problemas e problemáticas. Nesse ponto colocamos o GT quase como um grande “esboço de auto-analise” coletiva daqueles que pesquisam o mundo dos “ricos do campos”: como cada autor/autora trabalhou essas posições e esse tipo de mal-estar? Que tipo de fechamentos e controles foi “atacada” cada pesquisa? Que sentimentos os pesquisadores e pesquisadoras moberam diante de encantamentos e poderes do imaginário das elites e classes dominantes sobre os trabalhos dos autores e autoras? Que tipo de ataques e críticas as pesquisas fazem ao mundo das elites e classes dominantes?

**Referencias**

MEDEIROS, L. Movimentos sociais, questões fundiárias e mediações jurídicas: apontamentos sobre as relações entre o Direito e os conflitos sociais LEITE, S.; BRUNO, R. O rural brasileiro na perspectiva do século XXI, Garamond, 2019. p. 107-129.

MENESES, V. F.. Olhai “os ricos do campo”: o lugar das elites e classes dominantes nos Estudos Rurais do Brasil. ANTROPOLÍTICA: REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA, v. 1, p. 140-166, 2021

PICCIN, Marcos. Senhores de terra, senhores de guerra: Sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019). 1. ed. Curitiba: EDITORA CRV, 2021. v. 1. 374p.

PINÇON, M. PINÇON-CHARLOT, M. Grandes fortunes: dynastie familiales et formes de richesse en France. Payot/Rivages 2006

PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT,M. Sociologia da Alta Burguesia. Sociologias. Porto Alegre: Ano 9, n.18, jul/dez 2007, p. 22-37

# PATRONATO RURAL MINEIRO: A MEDIAÇÃO ENTRE PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E DOMÍNIO POLÍTICO

[1] MENEZES, Marilda Aparecida de
[2] PRADO, Ediano Dionisio do

**GT 6: Elites e classes dominantes do campo: estudos sobre poder e dominação no"andar de cima"do mundo rural brasileiro**

RESUMO

O presente artigo efetua uma abordagem panorâmica, de natureza histórico-sociológica, da relação entre grande propriedade fundiária e poder político na sociedade mineira, particularmente na fração sul-mineira. Secularmente baseada na agropecuária, a economia regional circunscreveu, como mediadora, a centralização e monopolização do poder político institucional em limitado círculo do patronato rural. Com as mudanças na orientação econômica, no sentido da endogeneização do desenvolvimento, a elite fundiária promoveu concerto com as frações tecnocráticas e industriais emergentes, configurando uma modernização conservadora no bojo do Estado oligárquico. Em síntese, na interação dialética entre o social, o econômico e o político, a grande propriedade rural desnuda-se como elemento do atraso na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Elites políticas; Estado oligárquico; Latifúndio; Minas Gerais; Patronato rural.

## INTRODUÇÃO

Martins (2011; 1994) conceitua a sociedade brasileira como *sociedade de história lenta*, na qual verifica-se uma conjugação de processos sociais de tempos desencontrados. O sociólogo esclarece que os valores, instituições e tempos do ontem, vigentes no presente, não são o passado, mas o ritmo diferenciado de algumas relações sociais quanto a outras na própria dialética da transformação social. Nessa linha de raciocínio, a grande propriedade fundiária "é um marco

[1]Universidade Federal doABC / Universidade Estadual de Campinas, menezesmarilda@gmail.com
[2]IFSULDEMINAS / Inconfidentes, ediano.prado@ifsuldeminas.edu.br

regulador, uma sentinela dos arcaísmos que desenham nossas possibilidades e limites. Ela se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do país" (MARTINS, 2011, p. 17). Compreendida como possuidora de um significado abrangente, além dos aspectos físicos mensuráveis de dimensão territorial, principalmente, enquanto conjunto de normas, atitudes e comportamentos, a saber, um complexo societal, a propriedade latifundista da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Centro mediador da trama social, da simbiose entre patronato rural e poder político.

Em estudo clássico sobre as elites governamentais de Minas Gerais, Horta (1986) demonstra que, desde o século XVIII, um grupo reduzido de famílias se perpetuou na vida pública. Por intermédio de descendência direta e de elos matrimoniais, a liderança política transmitiu-se de geração a geração. O autor explica o fato como mediação característica da formação da sociedade brasileira: estrutura agrária concentradora e excludente. Senhores de terra, ombreando com mineradores e grandes comerciantes, os "homens bons" da colônia, facultaram aos seus o privilégio de eleger e integrar as Câmaras de Vereança. No Brasil Imperial, monopolizaram as patentes de oficiais da Milícia de Ordenanças, empunhando um arbítrio policial e judiciário que atingia os extremos. Foram eleitos como representantes no Parlamento do Império, no Conselho e na Assembleia Provincial, favorecidos por um sistema eleitoral que mantinha a reprodução do status político do patriarcado rural através do vínculo entre o chefe local e o governo central. Na aurora republicana, o compromisso eleitoralista passou a ser feito entre o cacique político municipal (o coronel, quase sempre, grande fazendeiro) e o poder regional, personificado no governador ou presidente do Estado. Na mudança política de 1930 e o enfraquecimento das oligarquias regionais no processo de centralização administrativa, a elite rural não foi apartada da propriedade de terra e do capital e prestígio político dela decorrentes, reproduzindo e assegurando a longevidade de determinadas famílias políticas.

No horizonte desenvolvimentista da década de 1950, ao abrigo do Estado oligárquico, os setores da elite tradicional estadual compactuaram com as emergentes elites empresariais e técnicas num processo de modernização conservadora. Posteriormente, reagindo às propostas reformistas, os "barões da terra", autoproclamados "novos inconfidentes", pavimentaram o golpé civil-militar e

locupletaram os benefícios de ampla política de crédito rural e potencializaram, sobretudo nas mesorregiões do Sul /Sudoeste e do Triângulo Mineiro / Vale do Paranaíba, os subsídios da política federal voltada para o setor cafeeiro, pontualizada no Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) e no Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC). Na reabertura política, no quadro de uma aliança conservadora que manteve inalterada a estrutura fundiária concentradora e excludente, o patronato rural perfilou uma das facetas do sujeito multiforme denominado agronegócio.

Esboçadas algumas informações, apresentamos, neste breve trabalho, o objetivo de recuperar itinerários e apontar a simbiose entre grande propriedade fundiária e poder político no Sul de Minas Gerais, desde os primórdios do século XIX ao momento presente.

## DESENVOLVIMENTO

### DA ECOMONIA MERCANTIL DE SUBSISTÊNCIA À FLORESCÊNCIA CAFEEIRA

Wirth (1982, p. 41) disserta que Minas é um mosaico de zonas diferentes, refletindo, cada uma delas, os impulsos internos e as influências externas. No período colonial, de efervescência mineratória, e nos primeiros tempos do Brasil independente, algumas regiões mineiras demonstraram maior capacidade de inserção em rotas comerciais intraprovinciais e interprovinciais. Nas plagas de serranias alcantiladas da comarca do Rio das Mortes[3], com o declínio da mineração[4], ocorreu incremento da economia de subsistência direcionada ao abastecimento de outras áreas da província e um maior fluxo mercantil redirecionado para o mercado do Rio de Janeiro e para o Vale do Paraíba paulista. Baseada em grandes propriedades escravistas, a economia regional apresentou a conversão das famílias proprietárias e produtoras em comercializadoras de sua produção (através das tropas e das casas urbanas de comércio) e a diversificação das grandes propriedades, dedicadas à produção e, também, canalizadas à compra de excedentes locais e revenda nos centros consumidores. O Sul de Minas, portanto,

[3] O alvará de D. João V, emitido em 02 de dezembro de 1720, apartou a capitania de Minas Gerais do território de São Paulo. Em Minas, as comarcas marcaram a regionalização do território, dividindo a capitania em regiões com características próprias. A comarca do Rio das Mortes, tendo na vila de Campanha seu principal centro agregador e irradiador, equivale ao atual território do sul do estado de Minas Gerais.

[4] Nas décadas de 1970 e 1980, munida de dados mais precisos e substanciais, emerge uma *historiografia mineira*, refutando a tese, defendida por Furtado (2000), da involução econômica provincial pós-mineração e propondo redefinições teóricas e novas balizas interpretativas.

teve um desdobramento peculiar que não se relacionou com perspectivas de involução ou regressão econômica, pelo contrário, tratava-se de produção mercantil de gêneros de subsistência tendente para autoconsumo e para fora, em busca de mercados (LENHARO, 1993).

A combinação e a diversificação de atividades constituíram-se nos pilares da manutenção e ampliação do patrimônio dos grandes proprietários, solidificando a configuração de uma identidade multifacetada; com a riqueza materializada em terras e comércio. Verificou-se uma relação simetricamente proporcional entre expansão dos negócios e empoderamento político, com visibilidade nas esferas municipal e regional por meio de processos eleitorais para as Câmaras Municipais, Conselhos Provinciais e, de forma subordinada, para a Câmara dos Deputados (PASCHOAL, 2008b).

A elevação política de membros deste grupo, no nascente Império, ocorreu num momento febril. Até então, as condições estruturais da região e conjunturais do Brasil impediam uma ação política mais ampla e incisiva. Esbarraram nos óbices postos pelos mecanismos institucionais próprios da era de D. João VI e Pedro I e nos escrúpulos levantados pelos escalões do alto comércio na Corte – empresários portugueses alinhados ao ideário e propostas conservadores. Não satisfaziam as exigências de nobiliarquia e arregimentação burocrática. Mediante a articulação de alianças mercantis e da construção de vínculos familiares pelo matrimônio com esses setores cariocas recalcitrantes, os sul-mineiros atuaram decisivamente para a deposição de Pedro I, escalaram ao poder com a Regência, como liberais moderados, compondo as *tropas da moderação*, e engajando-se sistematicamente no processo de estruturação do Estado Nacional. Alinhados com a tese de empreender uma cruzada contra a desordem para salvar a nação da anarquia, os nomes graúdos da camada de fazendeiros e comerciantes abastecedores do mercado da Corte definiram-se pelo conservadorismo, pelo governismo e intolerância em relação ao diferente, embora não interpretassem assim as suas ações, avaliadas como progressistas[5].

O seu envolvimento marcou profundamente sua consciência política e respaldou os interesses de uma sociedade de base agrária. Econômica, ideológica e

[5] Os mineiros primaram pela defesa de um federalismo de poucas inovações e sem saltos perigosos. Despido de linguagem combativa e primando pela contemporização, o liberalismo moderado foi o parâmetro para impedir a aceleração do carro revolucionário, como pretendiam os "exaltados", e evitar recuos em direção ao *status-quo* anterior, pretensão dos "caramurus" (PASCHOAL, 2015).

politicamente hegemônica, a camada dominante transformou “outros setores sociais não dominantes, numa expressiva força coadjuvante, mobilizada em diversas ocasiões, para a manutenção da ordem social e política” (PASCHOAL, 2008a, p. 136). Composta por proprietários de terra e de escravos[6], proprietários comerciantes, autoridades policiais, membros da Guarda Nacional e magistrados, a elite local se envolveu profundamente nas lutas políticas, conheceu relativo refluxo do seu poder com a derrota nas revoltas de 1842 e diluiu-se no processo mais amplo de conservadorização do sistema, encaminhado pelo Regresso. Conservadora e centrada na família, exerceu o poder pessoal numa sociedade marcada pelo baixo grau de institucionalização da vida jurídica e política. Monopolizou os cargos da administração pública, tornando-se fonte dispensadora de favores e proteção. A teia de sua dominação é urdida no manuseio do poder pessoal como instrumento de estruturação das relações sociais e na mobilização da política como *locus* privilegiado do exercício dessa pessoalidade.

Sedimentada como economia mercantil de subsistência, a sociedade sul-mineira conheceu, em meados de 1880, o avanço da cultura cafeeira[7]. Gradativamente, a cafeicultura assumiu a primazia na geração de divisas e renda. Produção em larga escala, assentada em latifúndios escravistas, com nuances próximos à estrutura produtiva do Oeste Paulista, porém, em escala menor e caracterizada por relativa monetarização da economia. A economia cafeeira manteve os estoques populacionais. Os recursos advindos contribuiram, no ocaso do século XIX e alvorecer do século XX, para o enriquecimento urbano dos aglomerados populacionais, com profusão de palacetes particulares e edifícios de instituições públicas, arruamentos e provisão de energia elétrica. A proeminência cafeicultora impulsionou a instalação das linhas férreas e respectivas valorização de terras e formação de novas cidades[8].

---

[6] Figuras como o fazendeiro, padre e senador José Bento Leite Ferreira de Melo ganharam notoriedade**. “**O envolvimento com a propriedade e com os negócios estava inserido na lógica política desses homens. Políticos porque proprietários, somente através da garantia ou expansão de suas propriedades é que poderiam dar continuidade à atividade política” (PASCHOAL, 2007, p. 216).

[7] Cano (1985), cotejando os espaços produtivos, na consideração de elementos componentes e de algumas variáveis do complexo cafeeiro, classifica, com base no modelo paulista, a cafeicultura mineira como *complexo cafeeiro escravista.* Em perspectiva diversa, Martins (1980) prima pela especificidade da cafeicultura regional, sem reduzi-la ao parâmetro paulista e sem descurar de seus vínculos com o panorama nacional e com o mercado internacional. A Zona da Mata consolidou-se como pórtico cafeeiro em Minas e desenvolveu-se com elevados patamares, tornando-se a região mais próspera da Província, na segunda metade dos Oitocentos.

[8] Fatores econômicos e critérios políticos atuaram na delimitação dos traçados e na definição do destino das ferrovias. Filhos da elite fundiária sul-mineira, como Silviano Brandão, avultam no cenário político e

Nas palavras de Prado Júnior (2000), política e socialmente, o café deu origem, cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país, depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café. Membros da multifacetada elite senhorial, irmanados sujeitos novos e elementos tradicionais, os grandes cafezistas foram aquinhoados com títulos nobiliárquicos. No Sul de Minas, diversos deles, provenientes de ramos de antigas famílias opulentas ou, pelo menos, abastadas pleitearam o poder do Estado republicano, compreendendo a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Na urdidura do federalismo, o peso político de cada Estado dependeu do tamanho de suas bancadas e de suas potencialidades produtivas. São Paulo e Minas Gerais, com projeção econômica assentada no café e na pecuária e bancadas parlamentares avantajadas e robustas, empunharam a primazia e controle do poder até 1930[9]. Sob o respaldo da "política dos governadores", orquestrada por Campos Sales, políticos bandeirantes e montanheses entesouraram, em aliança, a chefia do Executivo nacional. Assentado em dificuldades e desencontros, o acordo não transcorreu com exclusividade. Os políticos da terra de Tiradentes mantiveram vínculos históricos com outros estados, alimentando amplo leque de parceiros preferenciais, com o seu pragmatismo característico.

Wirth (1982) assevera que Minas Gerais desempenhou um papel central na política nacional, tornando-se o *fiel da balança* no funcionamento do federalismo brasileiro. No entanto, a propalada coesão das elites regionais montanhesas em torno do PRM (Partido Republicano Mineiro) ocorreu tardiamente (VISCARDI, 1999; 2006). No primeiro decênio republicano, longe de uma atuação política nacional

---

protagonizam a ampliação das vias férreas. Os nababos da terra equacionaram, também, o problema da transição do trabalho escravo para o livre. Percorreram caminhos diversos do paradigma paulista (da política imigrantista sistemática e em grande escala), aproveitando e reabilitando a mão de obra nacional num amplo arcabouço de modalidades de trabalho e a apresentação de certa ambiguidade em sua prática imigratória (CASTILHO, 2009).

[9] Os politicos mineiros ocuparam as presidências das principais comissões parlamentares, obtiveram a maior representação ministerial e se apropriaram amplamente do aparato burocrático estatal. Representantes de um ente federado economicamente diversificado entre o café, o gado e, de certo modo, a indústria, estiveram atrelados aos interesses agrários. Exerceram forte influência na Câmara dos Deputados, onde tinham uma bancada de 37 membros, enquanto os paulistas eram apenas 22. A composição política da elite mineira, na primavera republicana, quando analisada por carreira, aponta a predominância das profissões jurídicas, com um patamar de 74% das cadeiras representativas, e uma baixa representatividade diretamente exercida pelo grupo dos fazendeiros. A apreensão superficial e desatenta dos dados pode conduzir a uma conclusão disparatada da realidade, de modo a sustentar que, embora a estrutura fundiária se mostrasse centralizada e concentradora, formou-se uma elite política autônoma dos interesses econômicos prevalecentes no Estado, quais sejam, os da cafeicultura. A compreensão acurada somente será possível com a consideração de três fatores: 1) a família como unidade política extensa; 2) a cultura do bacharelismo e; 3) a diversidade funcional dos membros da elite mineira. A apreciação dos mesmos relativiza a independência da camada política em relação à grande propriedade fundiária.

compacta, o cenário mineiro caracterizou-se por renhidas lutas interoligárquicas. Árduas disputas de caráter pessoal, ideológico e regional pelo poder resultaram na exclusão de muitos dissidentes das duas principais regiões cafeicultoras: a Zona da Mata e o Sul de Minas. Paulatinamente, as linhas de força convergiram, com retaliações de toda natureza, em direção ao Sul do Estado. No abrigo de proeminentes políticos sul-mineiros, como Silviano Brandão, os florianistas foram expurgados internamente, com a transformação do PRC (Partido Republicano Constitucional) em PRM (Partido Republicano Mineiro)[10]. Membro das frações da elite adesista, com conversão de véspera, Silviano Brandão pautou-se pelo discurso da coesão e harmonia política em Minas, camuflando práticas e cabalas de cerceamento de seus opositores. Avançou sua ascendência sobre os republicanos históricos, cooptando-os. O silvianismo agregou e dissipou, convergiu e reprimiu, alimentou discórdias e favoreceu a concórdia, na construção da aliança que se consolidou no poder do estado por duas décadas, de 1898 a 1918. No ano de 1901, Silviano Brandão ampliou sua base de apoio, com a criação de novas municipalidades e a transferência do polo de gravitação das elites sul-mineiras para Pouso Alegre. O compromisso eleitoralista entre o governador e os chefes políticos municipais (os "coronéis") favoreceu a estabilidade. Com eleições fraudadas (calcadas na violência física e institucional), os caciques municipais solidificaram a força do localismo. Na complexa rede de relações, alinhavada na reciprocidade, os grupos de lideranças municipais se batiam para disputar entre si o privilégio de apoiar o governador e nele poder se amparar. Por esta razão, o Sul de Minas assumiu grande importância como base política dos presidentes do Estado, senadores e deputados federais (CASTILHO, 2012).

Silviano Brandão faleceu em 1902, antes de tomar posse como vice-presidente da República, na composição com Rodrigues Alves. O capital político acumulado transferiu-se para seu primo e cunhado Júlio Bueno Brandão[11]. Ao assumir a chefia

[10] O movimento silvianista pavimentou a "hegemonia sul-mineira" desde os tempos derradeiros do Império. Castilho (2012) esclarece o itinerário que conduziu ao poderio da elite sul-mineira com seu projeto de "modernização conservadora", envergando a nova roupagem republicana, travestindo-a com ideias progressistas, sem abandonar a ossatura oligárquica. Silviano Brandão era filho de tradicional família de avultados proprietários rurais.

[11] O clã fazendeiral e político Paiva Bueno chegou, na pessoa do capitão Bartolomeu Correa Bueno, ao nascente povoado de Ouro Fino em 1745, com incumbência de "governar no político e com alçada no cível e no crime". No século XIX, Emídio de Paiva Bueno elegeu-se como o primeiro vereador ourofinense à Câmara de Pouso Alegre. Na segunda metade da centúria, o liberal Francisco de Paiva Bueno, filho de Emídio, sobrepuja o conservador Francisco Barros Melo, elevando-se à presidência da Primeira Legislatura da Câmara de Ouro Fino. Francisco de Paiva Bueno transferiu sua liderança ao seu sobrinho e genro Silviano Brandão, deputado,

do grupo dos silvianistas, com nova denominação, a de “viuvinhas”, arrebanhou, com acordos e arranjos, enquanto presidente de Minas Gerais, forças para superar os “salistas” (capitaneados por Francisco Sales, sediado em Lavras), os “biistas” (liderados por Bias Fortes) e encaminhar a candidatura presidenciável, com eleição em 1914, de Wenceslau Brás. Se, por um lado, a elevação de Wenceslau Brás à chefia executiva nacional coroou a ascensão do político sul-mineiro e a supremacia da oligarquia local, por outro lado, dada a circunstância de candidatura não consensual, explicitou a desarmonia entre as inúmeras facções da elite oligárquica montanhesa, cada qual urdindo alianças, movimentando-se pelo tabuleiro político e desconstruindo os avanços dos adversários. Artur Bernardes assume o governo estadual em 1918 e encerra o ciclo da “hegemonia sul-mineira”, deslocando a primazia política para a Zona da Mata, até a Revolução de 1930.

No ano de 1930, a insistência de Washington Luís (paulista) em ratificar candidatura conterrânea forçou a quebra das regras sucessórias, com a ruptura da velha aliança “café com leite”, tornando a arena política palco de atritos. Realizadas as eleições, com todo o seu cortejo de fraudes, emerge o evento revolucionário com deposição do presidente e condução de Getúlio Vargas. O levante armado, protagonizado pelos estados potencialmente afetados pela ruptura destas mesmas regras, Minas Gerais e Rio Grande, não objetivou a negação do pacto oligárquico, mas o seu resgate. Em Minas Gerais, malgrado o relativo apoio a Washington Luiz, as elites acolheram o projeto revolucionário (VISCARDI, 1999).

## “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA”: 1930 - 1970

No período varguista (1930 – 1945), elementos estruturais da formação histórica brasileira, evidentes na vigência da República oligárquica, atravessaram os novos tempos, mesclados com pulsões modernizantes. Se, de um lado, o Estado centralizado promoveu reordenação das relações internas às classes dominantes, com as oligarquias perdendo o controle direto dos governos estaduais, por outro, o término do esquema da “política dos governadores” não se confundiu com a elisão

presidente do Estado e vice-presidente eleito da República. “Com a morte de Silviano Brandão, assume a chefia o seu cunhado e primo Júlio Bueno Brandão, deputado, presidente do Estado, senador da República, o qual seria substituído, na liderança local, pelo seu filho mais velho, Júlio Bueno Brandão Filho, deputado estadual, federal, Constituinte de 34, e, em seguida, pelo seu filho mais novo, Francisco Bueno Brandão, atual suplente de deputado federal pelo PSD, prefeito de Ouro Fino no último quatriênio. O domínio Bueno Brandão no município tem declinado a partir de 1947. A própria família se dividiu, estando elementos dela aliados aos adversários dos Bueno Brandão, chefiados por descendentes de antigos colonos italianos” (HORTA, 1986, p. 130).

das frações da elite fundiária, não desmembradas da propriedade de terra e do capital e prestígio político dela decorrentes. No cognominado "Estado de Compromisso", "permaneceram *intatas as bases sociais e econômicas de sua dominação*. Daí, uma espécie de compromisso tácito entre elas, o governo e a burguesia industrial – satisfeita com a expansão do mercado interno *urbano*" (SOLA, 1990, p. 278). Projetou-se, destacadamente, a grande propriedade fundiária como o elemento de continuidade na mudança.

A fração majoritária da elite mineira, inclusa a de origem rural, consolidou um *modus vivendi* com o poder central, com profícuos resultados para ambas as partes: o apoio de Minas favorecia o governo federal a contrabalançar o autonomismo de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Os grupos dominantes locais, por seu turno, almejavam a obtenção de vantagens para eles mesmos e para a região. O estreitamento dos elos pautou-se na distribuição de cargos da alta administração estadual e federal e, sobretudo, na nomeação de ex-deputados ou de parentes e correligionários para prefeituras municipais[12].

No governo estadual pessedista de Juscelino Kubitschek (1951-1955)[13], com a política econômica centrada na especialização produtiva, na industrialização e no binômio "energia e transportes", verificou-se a irradiação do desenvolvimento da cidade para o campo. Consequentemente, cresceu a participação da indústria na composição do produto estadual, em contrapartida do declínio da agricultura. No bojo da reconfiguração econômica, Dulci (1999, p. 115) constata alto grau de continuidade nos meandros do poder, indicada pela permanência da elite tradicional. "Esta, ao contrário, se antecipou e procurou o processo, adaptando-se ao novo contexto derivado da crise do modelo agroexportador, da centralização política pós-1930 e da crescente vocalização de interesses urbanos". Desse modo, o Estado conservou sua feição oligárquica, apesar da ampliação do espaço das forças modernizadoras, e a elite tradicional aplacou os efeitos da mudança, revigorando seu domínio numa sociedade mais complexa. A diversificação funcional possibilitou à classe patronal rural o amálgama com os novos ramos produtivos. A conexão

[12] "Os aliados do regime foram assim encarregados de controlar os seus próprios redutos, mas de modo diverso do que prevalecera sob o 'coronelismo', uma vez que o seu poder advinha agora de delegação superior" (DULCI, 1999, p. 132).

[13] O PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional) monopolizaram as disputas políticas entre 1945 e 1964. Em Minas Gerais, a UDN representou o projeto de recuperação econômica por intermédio da diversificação produtiva e o PSD defendeu a proposta desenvolvimentista centrada na especialização produtiva.

negociada entre os setores tradicionais e os setores emergentes (empresariado industrial e tecnoburocracia) encaminhou as estratégias de desenvolvimento regional. Portanto, verificou-se a compatibilização entre os interesses urbano-industriais e os rurais, com nítida cumplicidade entre o Estado e o latifúndio,"(…) alicerçada na garantia do direito de propriedade e na prática de concessão de terras devolutas, ambas perpetuando a exclusão política do campesinato – objetivo muito mais importante para a elite agrária do que medir forças com o empresariado urbano ou com o Estado 'desenvolvimentista'" (DULCI, 1999, p. 122).

Desde a década de 1950, consideradas a intensa fermentação político-ideológica e a ativa participação de múltiplos segmentos sociais, as frações da classe dominante ligadas à terra articularam estratégias para obstar o avanço da organização dos trabalhadores e resistir às demandas por direitos trabalhistas e reforma agrária[14]. Atuação sintetizada na reação contra o que consideraram "convulsão social" e na articulação de ações em movimento conspiratório desestabilizador do governo Goulart, que culminou na implantação do regime ditatorial-militar em 1964. Numa postura paternalista e de manipulação ideológica, a classe patronal rural exerceu sua ascendência sobre os pequenos e médios produtores, mobilizando-os na defesa do direito irrestrito de propriedade[15].

O setor latifundista mineiro alimentava plausível temor em relação à proposta janguista de reformas de base[16]. Os "barões da terra" consorciados aos demais estratos da elite estadual, autoproclamados "novos inconfidentes", atuaram como o braço armado do IPES[17], mantendo o controle da área rural. Longe de estar restrito a Minas, o movimento do patronato rural estendeu-se por todo o país. Porém, em terras montanhesas, adquiriu traços característicos, recobrindo-se com a áurea da mineiridade. Minas Gerais ganhou destaque em decorrência do alto grau do prestígio político de suas elites na esfera federal e ao seu peso na distribuição de

[14] As mobilizações políticas dos trabalhadores rurais processaram-se no Nordeste, na década de 1940, pela atuação do Partido Comunista Brasileiro e ressurgiram nos anos 1950, por intermédio das Ligas Camponesas e da sindicalização rural. Em Minas Gerais, a luta pela terra, no período, ainda é parcamente analisada.

[15] O sentimento anticomunista dos grandes proprietários de terra, manifesto na defesa da propriedade privada, articulou o apoio do pequeno e médio proprietário rural: "Aos olhos do pequeno e médio proprietário, tratava-se sem dúvida de um argumento de peso. Bombardeado exaustivamente pela propaganda conservadora, não é difícil supor que esse segmento da população rural, ou, pelo menos, parte dele, tenha se alinhado ao lado do setor latifundista (...)" (STARLING, 1986, p. 256).

[16] A desigual distribuição da terra apresentava, em Minas de 1960, a seguinte configuração: as propriedades com mais de quinhentos hectares somavam apenas 13.500 unidades, mas possuíam 19 milhões de hectares, aproximadamente 52% da área total.

[17] Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, fundado por militares de alta patente e empresáros, em 1962. Consolidou-se como um dos principais articuladores do movimento que culminou no golpe de 1964.

postos no primeiro e segundo escalão. Minas assumiu, portanto, um papel decisivo no quadro estratégico do IPES, a nível nacional, em termos políticos, econômicos e militares. O IPES mineiro atuou como vanguarda das classes dominantes, conclamando o empresariado local a assumir uma militância política ativa. No heterogêneo universo patronal mineiro, o fator de agregação não correspondeu ao projeto de crescimento industrial centrado no setor multinacional associado, mas ao sentimento anticomunista exacerbado. A pauta do anticomunismo gestou o Comando Revolucionário e consolidou-se como elo entre a elite "modernizante" e os segmentos "tradicionalistas" (STARLING, 1986).

Na vigência do regime militar, a política de crescimento econômico baseou-se na modernização técnica da agricultura, com crédito e subsídios para a concentração fundiária, a aquisição de pacotes de maquinários, insumos e inovações genéticas. Verificou-se uma recomposição da aliança entre terra e capital. O capital se associou à propriedade da terra, tornou-se por isso conservador e antirreformista, com certo remanejamento das elites locais, pela substituição ou pela modernização. Configurou-se um "modelo antidemocrático de desenvolvimento capitalista, apoiado num pacto político, gestado durante a ditadura militar, que casou numa figura única latifundiários e capitalistas" (MARTINS, 1989, p. 15).

Espraiando-se de sua base agrária, a elite tradicional englobou interesses comerciais, industriais e financeiros, encaminhando as estratégias de desenvolvimento regional e potencializando, sobretudo na fração sul-mineira, os benefícios da política federal voltada para o setor cafeeiro, pontuaizada no Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) e no Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC)[18].

## HEGEMONIA CAFEEIRA: VELHOS AGENTES EM NOVAS ROUPAGENS

Nos tempos da redemocratização, no quadro de uma aliança conservadora que manteve inalterada a estrutura fundiária concentradora e excludente, o patronato rural perfilou uma das facetas do sujeito multiforme denominado agronegócio[19].

[18] O PRRC desatrelou a produção dos fatores naturais e favoreceu a extensão por porções territoriais submetidas aos condicionantes comerciais. Novas áreas foram incorporadas ao circuito produtivo graças às inovações tecnológicas propugnadas pela industrialização da agricultura, de modo a deslocar o eixo produtivo dos estados de São Paulo e Paraná para Minas Gerais e Espírito Santo. O programa destinou largos investimentos à pesquisa e geração de tecnologias, com criação de núcleos de inovação (BACHA, 1988).

[19] Agronegócio é a tradução aproximada de *agribusiness* para a língua nacional. Discussão salutar sobre o conceito de *agribusiness* ou agronegócio, de sua origem norte-americana à sua aplicação e desenvolvimento no

Repercutindo a ação desregulamentadora nas economias dependentes, como apanágio do avanço neoliberal e da financeirização da economia agrícola, a agropecuária brasileira entrecruzou-se com os bancos e outras instituições financeiras, com indústrias e setores de importação/exportação, com uma nova sistematicidade de relações intersticiais (intersetoriais e internacionais). A reorganização das empresas rurais ampliou muito a concentração da terra e da produção. No campo político, o patronato rural, articulado na *concertação* hegemônica do agronegócio, eclipsou a imagem canhestra do coronelismo de botina no interior de uma fachada liberal e mobilizou sólida bancada parlamentar, a Bancada Ruralista; elemento nevrálgico na deteminação de políticas públicas em governos dos mais diversos matizes ideológicos (POMPEIA, 2018).

Nesse contexto, Minas Gerais assumiu a primazia produtiva cafeeira nacional[20]. A pauta exportadora do agronegócio mineiro é liderada pelo café, que representou 44,6% das vendas em 2019, seguido pela soja e pela carne. As *commodities* do agronegócio geram receitas menores apenas em relação àquelas provenientes das exportações de minério de ferro (SEAPA/MG, 2021). A amplitude produtiva cafezista apresenta área cultivada de 1,2 milhão de hectares, distribuídos em 436 municípios de todos os quadrantes. As mesorregiões do Sul / Sudoeste e Triângulo Mineiro / Vale do Paranaíba sobressaem como palcos da *cafeicultura de montanha* e da *cafeicultura de cerrado*[21].

O território sul-mineiro, de *cafeicultura de montanha*, equiparado à produção de *cerrado*, apresenta uma singularidade capital decorrente do relevo acidentado: os obstáculos à produção em larga escala devido às dificuldades de mecanização, favorecendo, deste modo, a reprodução e a inserção de pequenos produtores de base familiar no circuito mundial. Por outro lado, a produção em pequena e média

---

Brasil, foi construída no trabalho de Pompeia (2018). A proposta norteadora do autor é a compreensão do agronegócio como fenômeno político. Para alcançar essa condição, ele destaca a aproximação entre a agropecuária e segmentos a montante e a jusante dela e recupera as demais dimensões: acadêmica, corporativa, midiática e estatal. Em relação ao complexo cafeeiro, três produtos constituem seus pilares: o café *in natura* (grãos); o café processado (torrado e moído) e o café solúvel.

[20] Maior produtor, maior exportador e o segundo maior consumidor, o Brasil avulta no cenário planetário da *commodity*, responsabilizando-se por um terço de todo o o café consumido no mundo. No ano agrícola de 2020, a produção nacional atingiu o recorde de 63,8 milhões de sacas. A produção mineira, em 2020, atingiu 34,65 milhões de sacas (CONAB, 2020).

[21] O Triângulo Mineiro / Vale do Paranaíba abriga algumas das maiores produções cafeeiras nacionais. As possibilidades geradas pelos avanços tecnológicos e pelas inovações advindas da "Revolução Verde" favoreceram a cafeicultura de grande escala, excludente, com predomínio de grandes estabelecimentos mecanizados. Os estabelecimentos familiares possuem tamanho médio de 39 ha (média nacional de 20 ha) e participam com apenas 15,01% do volume produzido. Os estabelecimentos patronais apresentam média de 395 ha, sendo a média nacional de 200 ha (IBGE, 2016; 2006; FREDERICO, 2014; VOLSI et. al, 2019).

escalas mostra-se mais vulnerável às incertezas de mercado[22]. A dimensão média da unidade agrícola é de 33 ha. A produção patronal, minoritária numericamente, domina produtiva, territorial e politicamente. No espaço geográfico marcado pelo predomínio de municípios de pequeno e médio portes, a dinâmica política e econômica encontra-se atrelada ao poder das elites agrárias.

O patronato cafeeiro mineiro assume o protagonismo em ações, mobilizações, posturas e apresentação de demandas, em salvaguarda do setor, perante as autoridades estaduais e federais. Os sucessivos chefes do executivo montanhês, em período recente, Aécio Neves (PSDB), Antônio Anastasia (PSDB), Fernando da Mata Pimentel (PT) e Romeu Zema (NOVO) compactuaram com o setor cafeeiro, endossaram os pleitos e a agenda política de suas organizações e entidades representativas.

A mobilização do agronegócio do café cinge uma constelação de atores dos poderes legislativos e executivos estaduais e federais, de entidades vinculadas aos setores produtivos, industriais, comerciais e financeiros. Em sintonia com a Frente Parlamentar da Agropecuária atua a Frente Parlamentar do Café, objetivando acompanhar e fiscalizar as atividades do setor, assumindo postura propositiva de soluções para os entraves decorrentes das atividades da cadeia produtiva. A entidade de natureza política não ideológica e suprapartidária apresenta, de sua formação à atual composição, supremacia numérica de deputados mineiros[23].

Na trama das relações políticas, os atores do agronegócio cafeeiro com maior poder de pressão conquistaram, pela mobilização de narrativa e sistematicidade de ação, o atendimento de parte de suas proposições. A produção patronal recebeu nos últimos decênios, do aparato estatal federal, providências imediatas para a repactuação das dívidas, com prorrogação e renegociação em condições favoráveis. A concentração da propriedade fundiária persiste como elemento basilar de seu poder de barganha e domínio político nas esferas municipal, estadual e federal. O patronato rural enverga nova retórica que escamoteia, contudo, não esconde a defesa visceral do latifúndio. O discurso traduz a ascendência de um determinado tipo de elite agrária, socializada no processo de modernização agrícola e que aciona

[22] Na agricultura familiar, são muitos os graus de inserção no mercado (grau de autonomia ou dependência da exploração em relação aos ditames mercadológicos) e diversos níveis de atuação familiar (peso da família na lógica de funcionamento da exploração).

[23] O atual presidente do Conselho Diretor, o deputado mineiro Emidinho Madeira (PSB), é filho do cafeicultor Emídio Madeira que possui 112 processos no Ministério Público do Trabalho, por infrações, incluindo trabalho análogo á escravidão, cometidas nos últimos anos em suas fazendas.

a tentativa, se não de renovar, pelo menos de multiplicar os mecanismos de legitimação das estruturas de seu poder. Discursa a partir da realidade da modernização, sem abrir mão, dos privilégios patrimoniais e da violência (BRUNO, 2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da explanação constatou-se que a elite tradicional sul-mineira, de base agrária, adaptando-se às diversas conjunturas e às tendências produtivas, se envolveu no empreendimento da modernização, potencializando e aplicando sua polivalência, sua capacidade de diversificar papéis e atapetar a continuidade de seu domínio. Manteve a estrutura de poder, pelo matrimônio e pelos conluios políticos, desde os tempos da economia mercantil de subsistência aos momentos do presente. Agrilhoou a administração pública regional, projetou-se nas esferas estadual e federal, conduzindo, aos escalões superiores, apaniguados e aparentados, com base no princípio de fidelidade. Sua ascendência persiste e se reproduz com novas nuances. Partindo do substrato fundiário, o patronato abrangeu atividades comerciais, financeiras, comerciais e industriais. Envergou, nas últimas décadas, na concertação do agronegócio, novos invólucros que agasalham velhas posições e práticas.

O resultado do desenvolvimento, em suma, evidencia que a persistência de uma estrutura fundiária concentradora e excludente, em termos materiais e valorativos, explica a continuidade, no tempo e no espaço, de relações sociais e políticas desiguais, da mentalidade e da hegemonia dos mesmos donos do poder.

## REFERÊNCIAS


BACHA, C. J. C. **Evolução Recente da Cafeicultura Mineira: Determinantes e Impactos**. Tese (Doutorado em Economia). São Paulo: FEA-USP, 1988.

BRUNO, Regina. Movimento ‘Sou Agro’. Marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. **Composição**, Campo Grande, n. 14, p. 85-101, 2014.

CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850 – 1930). **Estudos Econômicos**, São Paulo, 15(2): 291-306. Maio\Agosto. 1985.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Como Esaú e Jacó: as oligarquias sul-mineiras no final do Império e Primeira República**. Tese de Doutorado (História). UNESP \ Franca. 2012.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão de obra no Sul de Minas (1870-1918)**. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Juiz de Fora. 2009.

CONAB. **Acomp. safra brasileira de café**, v. 6– Safra 2020, n. 4- Quarto levantamento, Brasília, dezembro 2020. p. 1-45. Disponível em: http://www.conab.gov.br

DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

FREDERICO, Samuel. Globalização, competitividade e regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro. ***GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)***, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 55-70, 2014.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. **Análise & Conjuntura**, v. 1, n.2, maio/agosto, 1986, p. 111-142. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.

IBGE. **A Geografia do café. Coordenação de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**. São Paulo: Símbolo, 1993.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil: lúmpen e místico.** São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo.** Editora Hucitec, São Paulo, 1989.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta.** Editora Hucitec: São Paulo, 1994.

MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte, CEDEPLAR\UFMG, 1980.

PASCOAL, Isaías. **O Escravismo no Sul de Minas: Apogeu e Crise**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2015.

PASCOAL, Isaías. Poder Pessoal e Cultura Política no Sul de Minas Gerais no Período Regencial e Primeiro Decênio do Segundo Império. **Revista de História e Estudos Culturais**. Abril/Maio/Junho, v. 5, Ano V, nº 2, 2008a.

PASCOAL, Isaías. Fundamentos econômicos da participação política do sul de Minas na construção do Estado brasileiro nos anos 1822-1840. **Economia e**

**Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 2 (33), p. 133-157, ago. 2008b.

PASCOAL, Isaías. José Bento Leite Ferreira de Melo, padre e político: o Liberalismo moderado no extremo sul de Minas Gerais. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.208-222, Jan/Jun 2007.

POMPÉIA, Caio Ribeiro Neto. **Formação Política do Agronegócio.** Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, IFCH. Campinas, SP [s.n.], 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense \ Publifolha, 2000.

SAES, M. S. M. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café**. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA\USP, 1995.

SEAPA /MG. SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MG. CAFÉ – **DADOS DE MINAS GERAIS. 2021**. FEVEREIRO DE 2021. http://www.agricultura.mg.gov.br

SOLA, Lourdes. **O Golpe de 37 e o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

STARLING, Heloisa Maria Murgel**. Os Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe de 1965**. Petrópolis: Vozes, 1986.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo oligárquico com sotaque mineiro. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v.1, ano 45. p. 96-109, 2006

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. **Locus: Revista de História**, v. 5 n. 2, 1999, p. 89 – 99

VOLSI, B. *et al.* The dynamics of coffe production in Brasil. **PLOS ONE** \ https||doi.org|10.1371|journal.pone.0219724 July 23, 2019.

WIRTH, John D. **O Fiel da Balança. Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

# COMO SE ACUMULA CAPITAL INDUSTRIAL E FUNDIÁRIO NO NORDESTE SUCROALCOOLEIRO? UM ESTUDO DE CASO

Caterine Soffiati Cabral[1]
Patrícia Alves Ramiro[2]

GT 06: Elites e classes dominantes do campo: estudos sobre poder e dominação no "andar de cima" do mundo rural brasileiro

**RESUMO**

Esse artigo analisa o processo de ampliação e acumulação de capital, objetivado em patrimônio industrial e fundiário de dois usineiros da Paraíba, fração da elite agrária que esteve à frente do setor sucroalcooleiro na qualidade de proprietários da mesma usina em períodos distintos. Instalada no ano de 1931, no município de Areia, na região do Brejo paraibano, a usina Santa Maria teve sua falência decretada em 1992. Mostraremos, especialmente a partir de pesquisa sociológica baseada em arquivo de certidões de compra e venda de propriedades em nome da usina e dados sobre produção, como a possibilidade de crescimento rápido de seu patrimônio esteve diretamente relacionada às subvenções e políticas governamentais de incentivo ao setor nos anos 1970.

Palavras-chave: usina, Nordeste, patrimônio fundiário.

## INTRODUÇÃO

Visando contribuir para o avanço do conhecimento sobre estas elites agrárias no Nordeste do Brasil, esse artigo analisa o processo de ampliação e acumulação de capital, objetivado em patrimônio industrial e fundiária de dois usineiros da Paraíba: Francisco de

[1] Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS)/Universidade Federal da Paraíba (UFPB), caterinesoffiati@gmail.com . Bolsista de produtividade em pesquisa CNPQ-2.
[2]Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS)/Universidade Federal da Paraíba (UFPB), patriciaalvesramiro@gmail.com

Assis Pereira de Mello e Solon Lyra Lins. Filhos de senhores de engenho da região, essa fração da elite agrária esteve à frente do setor sucroalcooleiro na qualidade de proprietários da mesma usina em períodos distintos. Instalada no ano de 1931, no município de Areia, na região do Brejo paraibano, a usina Santa Maria teve sua falência decretada em 1992. Durante o período de seu funcionamento permanecerá nas mãos da família de seu fundador, Francisco de Assis Pereira de Mello, falecido no ano de 1936, até o ano de 1952, quando é adquirida por Solon de Lyra Lins, que a controlou até o momento da falência.

Para alcançar o objetivo proposto, utilizamos a combinação de diferentes técnicas de pesquisa sociológica, em especial, a arquivística e uso de dados secundários sobre a produção de açúcar e álcool. A pesquisa arquivística, ou como alguns autores das ciências sociais vêm denominando tal prática, a etnografia de arquivo (CUNHA, 2004; COSTA, 2010; SORÁ, 2015) ocorreu no Acervo Documental da Usina Santa Maria que está sendo construído no arquivo central da Universidade Federal da Paraíba[3]. Segundo estimativa documental, há cerca de dez mil documentos, envolvendo desde a produção até o setor de recursos humanos. Além dos documentos da usina, em especial as certidões de compra e venda de propriedades pela usina, a pesquisa buscou artigos técnicos e estudos científicos do setor açucareiro, além de estatísticas do setor nas revistas "Brasil Açucareiro" e "Anuário Açucareiro", cujas publicações iniciaram no ano de 1935 sob coordenação do Instituto do Açúcar e do Álcool[4] (VIAN; CORRENTE, 2007).

Importante destacar que, durante o período inicial do Brasil republicano, as elites agrárias nordestinas, especificamente os produtores de açúcar, enfrentaram um grande processo de transformação no espaço social, com a chegada das modernas fábricas de açúcar, as usinas. A chegada do usineiro gerou transformações na hierarquia social, pois "a usina deu margem ao aparecimento de uma nova figura na paisagem açucareira do Nordeste, a do fornecedor de cana, sucessor do banguezeiro" (ANDRADE, 1986, p. 100). Ressalta-se que um

[3] Através de pesquisa de campo na região, em 2019, tivemos acesso a milhares de documentos da usina que estavam abandonados em seu escritório. Esses documentos formam atualmente o Acervo Documental da Usina Santa Maria, que está sob a guarda do projeto de pesquisa, intitulado "Reconfigurações sociais no espaço social do Brejo paraibano no século XXI". Sobre o projeto, conferir Ramiro (2021), e para mais informações sobre o acervo ver Ramiro e Soffiati (2020).

[4] O Instituto Nacional do Açúcar e do Álcool (IAA) foi criado pelo Governo Federal, através do Decreto n. 22.789, de 01/06/1933, com o encargo de dirigir e controlar a produção de açúcar e álcool em todo o território nacional (SZMRECSÁNYI,1979).

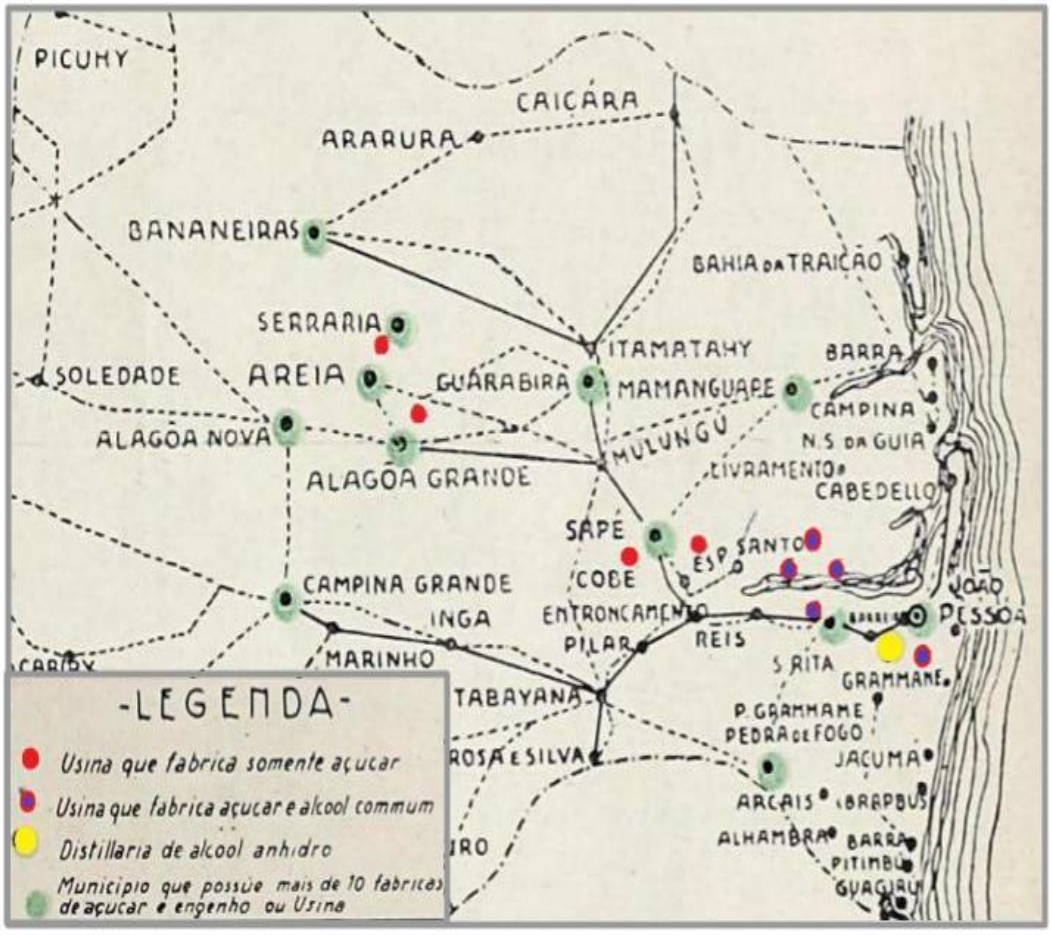
senhor-de-engenho se tornar um mero fornecedor de cana para a usina significava, com o passar do tempo, conhecer uma queda na hierarquia social e a perda de seus poderes sociais, políticos e econômicos, pois agora o senhor-de-engenho é escanteado do polo regional mais moderno, a usina (GARCIA JR., 1989; PERRUCI, 1978).

Cabe destacar que, nem a abolição da escravidão, principal mão-de-obra dos engenhos, trouxe tantos impactos ao mundo das elites agrárias nordestinas como a chegada das usinas, afinal, como abordado amplamente pela literatura, a abolição da escravidão não afetou a estrutura socioeconômica das plantations canavieiras, pois, os engenhos, que durante séculos foram sustentados pelo uso do trabalho escravo, foram preparados para não mais necessitar da escravidão (MELO, 1975; FURTADO, 2005), e seus prejuizos econômicos transferidos para os trabalhadores, em más condições de trabalho e escassez de pagamento (EISENBERG, 1977).

## A região do Brejo paraibano

Na Paraíba existem duas regiões canavieiras: a Zona da Mata e o Brejo paraibano. A primeira região é tradicionalmente canavieira, sendo seu processo de ocupação e povoamento relacionados diretamente com a produção açucareira, e local onde surgiram os primeiros engenhos e usinas do estado (MOREIRA, 1990). Em contrapartida, o processo de ocupação e povoamento do Brejo paraibano, pertencente à mesorregião do Agreste, também foi influenciado pela produção açucareira, através da separação do gado da lavoura canavieira na região do litoral, que contribuiu para a ocupação do interior do Nordeste (MOREIRA, TARGINO, 1996; FURTADO, 2005). A figura 1 a seguir mostra o cenário da dispersão das usinas conforme produto fabricado no Estado da Paraíba no final dos anos 1930:

Figura 1: Distribuição espacial das usinas paraibanas em 1939




Fonte: Anuário Açucareiro 1939, desenhista: Eduardo S. Torres. Edições em 2022: Caterine Soffiati

Na realidade, há registros de que o Brejo vivenciou diversos ciclos agrícolas e combinações de culturas, sendo que a cana-de-açúcar esteve presente como lavoura principal ou secundária. Foi após a crise do café iniciada em 1921, que a região retornou para a lavoura canavieira, ao mesmo tempo em que surgia uma nova cultura, a do agave, que concorreu com a cana na região. O historiador areiense Horácio de Almeida (1980), em sua obra "Brejo de Areia", descreve a região como de solo fértil propícios à agricultura, com a presença de chuvas constantes e bem distribuídas, tornando a região possuidora de água abundante, diferente de outras partes do Agreste. O Brejo paraibano também se diferencia por ser uma região de altitude, situada na região da serra da Borborema, sendo o município de Areia localizado a 622 metros de altitude (MELO, 2012; ANDRADE, 1997).

Importante pontuar que os senhores-de-engenho do Brejo paraibano, embora pertencentes à aristocracia rural, não possuíam a mesma importância que os senhores do litoral, que produziam açúcar em larga escala para exportação, enquanto os brejeiros

produziam rapadura e aguardente para o mercado local (MOREIRA, 1990). Em relação ao senhor-de-engenho do Brejo, Almeida (1980, p.150) conta que, "o senhor de engenho quase não se distinguia dos cabras do eito, face ao grotesco de sua postura. Andava descalço, camisa por fora das calças aos berros com a cabroeira, já acostumada aos destampatórios intempestivos daquela saudação diária"[5].

**As práticas dos usineiros na acumulação do patrimônio industrial**

A Usina Santa Maria foi formada em 1931, momento histórico nada propício para expansão de usinas no país[6], a partir da junção de três engenhos: Mofumbo, Mofumbinho e Grutãosinho, que pertenciam a Francisco de Assis P. de Mello. É notória a baixa produção açucareira em seus anos iniciais em relação a outras usinas. Em sua primeira safra, em 1931/1932, a Usina Santa Maria produziu 5.400 sacos de açúcar de 60 quilos. Para se dar uma dimensão comparativa, na mesma safra, a usina paraibana São João, localizada na Zona da Mata, produziu 327.310 sacos, uma produção cerca de sessenta vezes superior à da Santa Maria.

De acordo com o jornal "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, de 1928, Francisco de Assis P. de Mello teve os seus cafezais dizimados pela praga conhecida popularmente como vermelho e, então, realizou a substituição dos cafezais pelos canaviais. Assim podemos entender o retorno da atividade canavieira como uma estratégia para escapar da crise na região[7], sendo escolhida uma cultura que já se sabia como manejar, pois como ressaltou Moreira (1990), a atividade canavieira de forma dominante ou complementar sempre esteve presente nas combinações agrícolas no Brejo paraibano. Nesse sentido, instalar uma usina de

[5] O autor complementa que, apesar de rústico, o senhor-de-engenho brejeiro não desprezava a educação, quando as condições permitiam pelo menos um filho "havia de tirar o pé da lama para se encaminhar aos estudos, de preferência no seminário em Olinda. Não foram poucos os que seguiram para as faculdades do Recife e do Rio de Janeiro, alguns até para a Europa" (ALMEIDA, 1980, p.150 e 151).

[6] De acordo com o economista Tamás Szmrecsányi (1979), no início dos anos 30, o setor açucareiro nacional enfrentava um período de grande vulnerabilidade, o nível de produção de açúcar continuava a crescer, mas a comercialização não permitia a venda para o mercado externo devido à crise de 1929 em seguida ao crash da bolsa de Nova York. No mercado interno o consumo estava em declínio. Nesse contexto Andrade (1986, p.95) relata que, "a crise, com a consequente queda do preço do açúcar que se iniciou em 1923 e atingiu o auge em 1930, teve suas consequências sobre a indústria estendidas até 1940, fazendo com que muitas usinas e muitos bangues fechassem as suas portas, apagassem seus fogos". Inclusive no caso paraibano, Osório de Andrade (1997) pontua que na Zona da Mata existiam quatro usinas em 1920, que foram reduzidas a duas em 1925.

[7] Ainda que não saibamos quais os contatos e relações que viabilizaram a criação da usina naquele momento inoportuno. O tema será analisado na tese de doutorado de Soffiati em construção.

açúcar nesse cenário de reordenamento do espaço social pode se relacionar como uma tentativa de manter ou elevar a posição e prestígios sociais.

Considerando esse cenário de crise, devemos lembrar que a instalação de uma usina necessitava um grande investimento de capital e, como destacou Perruci (1978), diversas usinas foram construídas a partir de empréstimos do governo. No caso da Usina Santa Maria ainda não sabemos a origem do seu capital inicial, mas a pesquisa arquivística[8] nos mostrou que o Ministro da Fazenda concedeu isenção de impostos para o material importado por Francisco de Assis P. de Mello em 1932, cobrando apenas uma taxa de 5%.

Ainda durante o controle da família Pereira de Mello, em 1950, temos o registro[9] da viúva do Francisco de Assis, Consórcia Caledonia, sendo aprovada no financiamento do IAA para o reequipamento industrial, no valor de Cr$ 1.000.000,00, com juros de 7% ao ano. No controle dessa família, de 1931 a 1951, a usina produziu em média 10.910 sacos de açúcar por safra, o que representava apenas cerca de 4% da produção paraibana.

Foi durante o comando do Solon Lyra Lins, de 1952 a 1992, que a usina aumentou sua produção e expandiu seu parque industrial. Após 10 anos da usina sob o controle do Solon Lins, na safra de 1961/1962, a usina produziu 76.656 sacos de açúcar, o que representa um aumento de cerca de 258% em relação à maior produção de açúcar durante a gestão da família Pereira de Mello, que foi na safra de 1945/46. Na pesquisa arquivística detectamos que a Usina Santa Maria obteve acesso a créditos de equipamento agrícola[10] em 1953 e, em 1963, acesso ao financiamento para o reaparelhamento industrial[11]. Em nenhum dos dois registros encontramos mais informações sobre os valores e taxas de juros, mas eles nos mostram a relação de expansão do parque industrial com os financiamentos do Estado. Mas, foi a partir de 1975, especificamente após o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que o parque industrial da Usina Santa Maria atingiu dimensões inalcançadas até então. O Proálcool foi instituído pelo decreto n. 76.593, em 14 de novembro de 1975, tendo o objetivo de, segundo a Exposição de Motivos e Conjunta, “expandir rapidamente a produção do [álcool] e viabilizar o seu uso progressivo como combustível, através de crescentes proporções de mistura, e como matéria-prima para a indústria química, além de assegurar o [seu] fornecimento para

[8] Jornal "Diário da Noite”, do Rio de Janeiro, de 1932.
[9] Revista “Brasil Açucareiro” de 1950.
[10] Jornal “O Norte”, da Paraíba, de 1953.
[11] Revista “Brasil Açucareiro” de 1964.

outros usos" (apud SZMRECSÁNYI, 1979, p.436). Os autores Aragão e Pakman (1991) explicam que, a partir de 1975, ocorre uma retração na demanda internacional de açúcar e, no mesmo período, a crise do petróleo impactava negativamente na economia do país, assim, esses dois fatores foram essenciais para a implementação do Proálcool que, de um lado, salvava a indústria sucroalcooleira da crise e, de outro, criava o álcool como alternativa para abastecer os veículos automotores.

De acordo com a pesquisa documental, segundo a Comissão Nacional do Álcool, temos que a Usina Santa Maria foi enquadrada no Proálcool em janeiro de 1976. Com o Proálcool, o objetivo de expandir rapidamente a produção de álcool do país ocorreu "através da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produtividade agrícola, de modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas" (SZMRECSÁNYI, 1979, p.438). Nesse contexto, em 1978, é inaugurada a destilaria anexa da Usina Santa Maria, intitulada de Santa Maria, como identificado no n. 29/78, publicado pelo IAA no dia três de agosto de 1978. Para termos ideia do crescimento produtivo da usina, na safra de 1970/71 a usina produziu 101.100 sacos de açúcar e na safra de 1978/79, após o Proálcool, a produção foi de 438.000 sacos de açúcar, o que representa um aumento de cerca de 333%. Na safra de 1982/83 a usina registrou um novo aumento, produzindo 618.777 sacos de açúcar, que foi a maior produção de açúcar da sua história. Na mesma safra, a usina esmagou a maior quantidade de cana da sua história, moendo um total de 456.016 toneladas, desse total, 88% foram destinados à produção de açúcar.

Considerando o contexto do Proálcool, as vantagens oferecidas para a fabricação do produto e o cenário economicamente favorável para a sua comercialização, inclusive sendo carros movidos a álcool fabricados no país, a Usina Santa Maria continuou a concentrar sua atividade produtiva no açúcar. Sua produção alcooleira era praticamente irrisória, a maior produção de álcool da usina ocorreu na safra de 1986/1987 sendo produzidos 12.483 litros de álcool, quantidade que representava cerca de 0,56% do álcool nordestino e 0,11% do álcool brasileiro (UNICA).

A prática do usineiro, Solon Lins, em continuar centralizando as atividades da usina na produção de açúcar após o Proálcool evidencia um descompasso do *habitus* do usineiro e as exigências da estrutura econômica. Tal descompasso também é perceptível quando

analisamos a aquisição de terras da usina ao longo dos anos, que será abordado no próximo tópico.

**As práticas dos usineiros na acumulação do patrimônio fundiário**

Em 1957, o geógrafo Manuel Correia de Andrade, acompanhado de um grupo de pesquisadores, realizou uma expedição pelas usinas localizadas no vale do Rio Mamanguape e, entre elas, estava a Usina Santa Maria, visitada no dia 18 de agosto daquele ano. A partir de sua pesquisa, Andrade (1997) constatou que a Usina Santa Maria iniciou sua expansão territorial após 1952, quando foi adquirida por Solon Lyra Lins, que já era proprietário dos engenhos Cantinhos, Rio do Braz e Tabocal, os quais, somando com os hectares dos três engenhos, Mofumbo, Mofumbinho e Grutãosinho, onde ficava o parque industrial, totalizavam mais de mil hectares. Sendo assim, além de expandir a quantidade de terras, a compra da usina permitiu a expansão da usina para além do município de Areia, pois as propriedades de Solon Lins eram localizadas no município vizinho, Pilões. Portanto, temos que o primeiro movimento de expansão da usina ocorreu com a utilização de terras que pertenciam previamente ao novo proprietário.

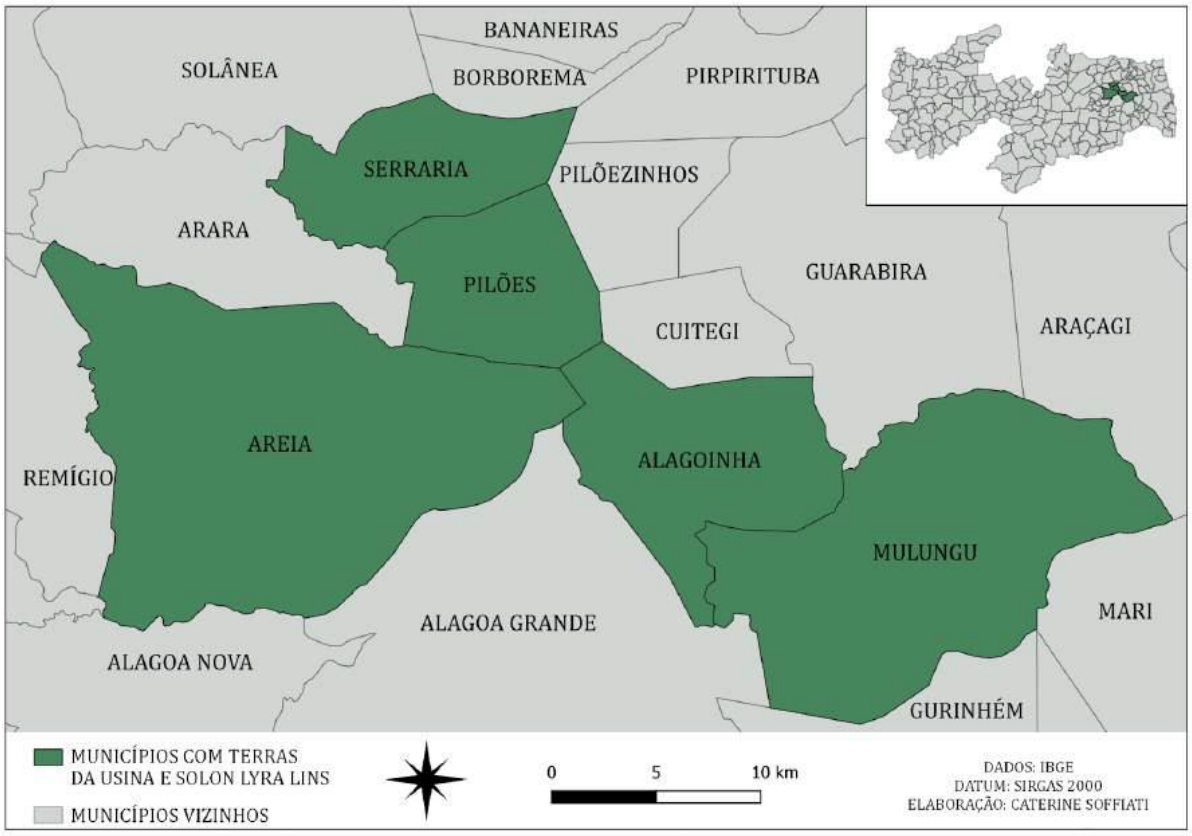
Através do acesso às certidões de propriedades e escrituras de compra e venda da usina, constatamos que, durante a década de 1960, a usina realizou suas primeiras compras de novas propriedades. Durante essa década foram adquiridos cerca de 850 hectares, distribuídos em 4 propriedades, localizadas nos municípios de Areia, Pilões e Mulungu. A década de 1970 é marcada pelo maior registro de quantidade de propriedades e hectares comprados pela Usina Santa Maria, sendo 20 propriedades adquiridas, totalizando 2.780,29 hectares, o que representa cerca de 51% do total das terras adquiridas ao longo dos cerca de sessenta anos de funcionamento da usina, uma cifra considerável. Cabe destacar que esse avanço territorial é, em sua maioria, sobre terras previamente ocupadas por engenhos, como já percebido por Garcia Jr. (1989) durante sua pesquisa de campo na região na década de 1970. O autor constatou que nesse período a concorrência entre engenho e usina por terras havia grandemente se acentuado (GARCIA JR., 1989, capítulo 5), fato que os documentos se encarregaram de corroborar. Desse modo, tal década, além de ser um marco de declínio dos senhores-de-engenho, reduzidos a fornecedores, também é marcada por uma outra forma de

declínio dos senhores-de-engenho, a venda de suas próprias terras para a usina forçando a busca de reconversão para outras atividades.

A análise espacial das propriedades adquiridas e vendidas pela usina, mostram que a expansão inicial na década de 1970 evidencia que os primeiros engenhos a sofrerem a cobiça por terras por parte da usina foram os que estavam localizados próximos à sede da mesma e de suas instalações industriais. O que sugere que essa acumulação patrimonial também tinha por objetivo reduzir os custos do transporte de cana até os locais de seu esmagamento. Mas tal situação é alterada após 1975. De 1976 a 1978, temos o auge de expansão territorial da Usina Santa Maria, nesses três anos a usina adquiriu 1.835,84 hectares, o que representa cerca de 33,70% das terras da usina adquiridas ao longo de sua história, e 16 propriedades que são, aproximadamente, 47,06% do total de propriedades adquiridas desde sua instalação até sua falência, o que significa que, naquele curto período de tempo, a usina adquiriu quase metade de suas propriedades.

Diferente da primeira parte da década de 70, marcada por uma expansão para terras vizinhas, os últimos anos da década de 70, além das terras vizinhas, as propriedades adquiridas alcançaram também terras mais distantes, estendendo o domínio da usina para o município de Serraria, distante um pouco mais de 30 quilômetros do município de Areia, sede da usina. Os dados desse período de expansão fundiária da Usina Santa Maria expressam que, naquele período, a usina adquiriu mais terras, em locais mais distantes e propriedades menores (conferir figura 2). De 1976 a 1978, as propriedades adquiridas possuíam em média 114 hectares, um tamanho cerca de 51% inferior às propriedades adquiridas de 1971 a 1975. Tal fato, demonstra que no período auge de expansão, se amplia a área de concorrência de terras entre engenho e usina, e que, até pequenas propriedades, que não necessariamente eram do interesse da usina, entram na disputa.

Figura 2: Municípios com propriedades produtivas da Usina Santa Maria e de Solon Lyra Lins




Como vimos no tópico anterior, o financiamento do Proálcool era destinado ao setor industrial, mais especificamente à montagem de destilarias, e não ao setor agrícola, mas justamente nesse período de modernização imposta às usinas a fim de aumentar a produção alcooleira nacional, a Usina Santa Maria teve seu maior registro de compra de propriedades. Nesse cenário podemos supor que tal aquisição de terras poderia ser utilizada para aumentar a quantidade de cana própria esmagada pela usina, e assim aumentar a produção, mas, de acordo com os dados temos, no final dos anos 70, a quantidade de cana moída provinda da própria usina, ao invés de aumentar, diminuiu em relação à safra de 1974/75, chegando a usina a moer na safra de 1978/79 o total de 16.598 toneladas de cana própria, total que se aproxima do que a usina moeu na safra de 1956/57, quando a mesma possuía uma quantidade extremamente inferior de hectares. Ora, se as terras adquiridas não contribuíram com a produção da usina, o que justificaria tal investimento?

Sobre essa questão, temos duas hipóteses. De acordo com Graziano da Silva (1982) a terra além de ser uma reserva de valor também permite o acesso a outras riquezas, como os créditos rurais e incentivos fiscais (apud PALMEIRA, 1989). Borges (1985) descreve que no

Brasil a maioria dos créditos rurais são alicerçados mediante garantia real, que são aquelas que vinculam um bem ao acordo realizado, se materializando por exemplo em hipotecas (para bens imóveis) e penhores (para bens móveis). Foram encontrados registros de 19 propriedades em nome da usina, ou em nome do próprio Solon Lins, hipotecadas ao Banco do Brasil ou Banco Itaú. Destaca-se que os primeiros registros de hipotecas encontrados foram a partir de 1978, ano em que a usina realizou a operação de crédito do Proálcool com o Banco do Brasil. Desse modo, podemos considerar que o aumento na aquisição de terras a partir de 1976 se relaciona com o enquadramento da Usina Santa Maria no Proálcool, pois a partir desse momento a terra seria necessária como garantia real para as operações de créditos realizadas em 1978, justificando o auge de expansão de terras de 1976 a 1978, inclusive das nove propriedades hipotecadas para o Proálcool, seis foram compradas após 1975.

Em contrapartida, seria um equívoco associar a compra de terras somente a razões econômicas e, sendo assim, eis nossa segunda hipótese. Considerando que uma propriedade hipotecada continua na posse de seu proprietário, o mesmo além de detentor das vantagens econômicas da terra detém também o poder social a ela atrelado. Nesse cenário de reordenamento agrário a aquisição de terras por parte do usineiro também pode significar uma estratégia de manutenção ou elevação do poder social local, mostrando sua superioridade frente aos senhores-de-engenho e ao mesmo tempo aumentando a sua clientela de moradores[12], pois as terras compradas pela usina já possuíam casas para moradores, das quinze propriedades compradas de 1976 a 1978, oito possuem na descrição das benfeitorias a quantidade de casas, que juntas totalizavam cerca de 134 casas para moradores. Dessa forma, a acumulação de terras poderia dar acesso à riqueza materializada em recursos monetários obtidos através de empréstimos vinculados a taxas de juros negativas e, igualmente, à ampliação do poder tradicional obtido com clientela de dependentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos no desenrolar deste artigo, o Estado teve um papel central na expansão do parque industrial da Usina Santa Maria, principalmente após o Proálcool. Os resultados

[12] O termo *moradores* na região Nordeste é uma categoria que se refere à uma determinada condição de sujeição a que se submete o trabalhador após o ato de "pedir morada", na qual está implícita a contrapartida, não apenas do trabalho, mas da lealdade ao patrão. Sobre a categoria ver, especialmente, Palmeira (2009) e Garcia Jr. (1989).

obtidos até o momento, nos fazem reafirmar as contestações de Garcia Jr. (1989, p.227), de que a reprodução das condições sociais de produção da Usina Santa Maria ocorreu através do Estado "servindo de instrumento de conservação/reconversão de uma fração da classe dominante". Conforme Guilherme Delgado (1985) já constatou, e essa pesquisa empiricamente situada reforça, a política de créditos constitui o principal mecanismo do Estado com os interesses agroindustriais, ou seja, o uso do aparato estatal em prol das elites agrárias nacionais.

Todavia, nesse caso, mesmo com o acesso a tais investimentos, a Usina Santa Maria durante seu período de funcionamento continuou a ocupar um local periférico, tanto na produção de açúcar, como na de álcool, optando por adquirir mais terras. A própria localização subalterna no setor, tanto regional quanto nacional, somadas às características sociais da elite brejeira, nos mostra que ainda que os dois usineiros e suas famílias possuíssem as disposições necessárias para acessar os investimentos, o mesmo não ocorreu para administrá-los. Nos anos 1990, a usina Santa Maria não foi a única a fechar suas portas no Nordeste (cf. ROSA, 2011; SIGAUD; L'ESTOÎLE, 2001), mas é dos poucos casos em que, de fato, a família do proprietário se encontra falida e sem condições de reconversão para outro setor ou mesmo remanejamento da agroindústria para outras localidades do país, como o fizerem outros usineiros da região.

**REFERÊNCIAS**


ALMEIDA, Horácio de. *Brejo de Areia*: memórias de um município. 2. ed., João Pessoa: Ed. Universitária UFPB,1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, Gilberto Osório de. *O rio Paraíba do Norte*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O rio Mamanguape*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.

ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de; PAKMAN, Elbio Troccoli. O PROÁLCOOL e as transformações no espaço agrícola da Paraíba. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Economia*, Campina Grande, n. 8, p. 113-114, 1991.

BORGES, Marcos Afonso. CRÉDITO RURAL. ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRODUTIVIDADE. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, Goiânia, v. 9, n. 1-2, p. 9-20, 1985.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Etnografia de arquivos – entre o passado e o presente. *Matrizes*, Ano 3 – no 2, p. 171-186, jan./jul. 2010.

CUNHA, Olívia. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *MANA*, 10(2), p. 287-322, 2004.

EISENBERG, Peter L.. *Modernização sem Mudança:* a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas,1977.

FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. 32° ed. Brasília, DF: Companhia Editorial Nacional, 2005.

GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. – São Paulo, SP: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

MOREIRA, Emília. Processo de Ocupação do Espaço Agrário Paraibano. Textos UFPB /NDIHR No 24 set/1990. Disponível em: http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html . Acesso em: 24 de jun. de 2022.

MELO, Mário Lacerda de. *O açúcar e o homem*: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975.

MELO, Mário Lacerda de. Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba. Recife: Cepe, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária- UFPB, 1996.

PALMEIRA, M.. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional, in: WELCH, C. A. et. al.(org..). *Camponeses brasileiros*, São Paulo/ Distrito Federal: Editora UNESP/ NEAD, p. 203-215, 2009.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, 3(7), 87-108, 1989.

PERRUCI, Gadiel. *A república das usinas*: um estudo de história social e econômica do nordeste 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RAMIRO, Patrícia Alves. Reconfigurations of the social sphere in Brejo da Paraíba in the 21st century: imprints of plantations in Latin America. *Sociologias* (UFRGS.IMPRESSO), v. 23, p. 460-466, 2021. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/soc/a/htK3FgTx8MWtJtb4Xgy7N8g/abstract/?lang=en Acessado em:21/06/2023.

RAMIRO, Patrícia Alves; SOFFIATI, Caterine. Arquivos de etnografias & etnografia de arquivo: discussões iniciais a partir da construção do arquivo da agroindústria açucareira na Paraíba. In: 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020, online. Grupo de Trabalho 31: Objetos, coleções, heranças e memórias. online: *Anais*, 2020. Disponivel em: https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjQ0ODQiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiNDNmOThlMDE3NTJiMjQ5Mjk1NzEzNzljNzljNDJhOTUiO30%3D. Acessado em 21/06/2023.

ROSA, M. *O engenho dos movimentos sociais:* reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

SIGAUD, L. ; L'ESTOILE, B. de (orgs.), Occupations de terres et transformations sociales, *Cahiers du Brésil Contemporain*, nº 43/44, 2001.

SORÁ, Gustavo. Etnografia de arquivos e sociologia reflexiva: contribuições para a história social da edição no Brasil e na América latina. *Fontes*, no 3, p. 15-28, 2015.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil*: (1930-1975). Série Teses e Pesquisas. Hucitec – Unicamp: Campinas, 1979.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas; CORRENTE, Katty. Meios de Difusão de Informações Setoriais no Complexo Agroindustrial Canavieiro Nacional: Um Estudo Prospectivo e uma Agenda de Pesquisa. Heera: *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, vol. 12, n. 2, 2007.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# "*SÃO PAULO É ESSA LOCOMOTIVA*": A AFIRMAÇÃO HEGEMÔNICA DE FRAÇÕES DOMINANTES DA AGROPECUÁRIA PAULISTA

Felipe Ferrari da Costa[1]
Marilda Aparecida de Menezes[2]

**GT 6:** ELITES E CLASSES DOMINANTES DO CAMPO: ESTUDOS SOBRE PODER E DOMINAÇÃO NO "ANDAR DE CIMA" DO MUNDO RURAL BRASILEIRO

**RESUMO**

Este trabalho visa contribuir na análise sobre a ação política das elites e classes dominantes do campo brasileiro. Especificamente busca-se compreender a afirmação hegemônica de frações dominantes da agropecuária paulista ao longo do tempo. Para tanto, analisaremos o surgimento e organização inicial da Sociedade Rural Brasileira (SRB), considerando sua composição interna, o perfil de suas lideranças e as formas de ação desencadeadas pela entidade naquele contexto. Esta entidade centenária foi criada em 1919 no estado de São Paulo, sendo composta sobretudo por setores da elite agropecuária deste estado. A pesquisa tem como base metodológica análise documental e de caderno de campo. Os processos políticos desenvolvidos pela Sociedade Rural Brasileira no contexto em análise ajudam a projetar estas frações dominantes da agricultura e da agroindústria de São Paulo como uma direção intelectual e moral da classe ao longo do tempo.

Palavras-chave: agronegócio; elites; dominação

## INTRODUÇÃO

> O agronegócio de São Paulo, o PIB do agro paulista é o maior PIB do agro do Brasil. Não é Mato Grosso, não é Paraná, não é Rio Grande do Sul. É São Paulo. Por que? Porque **o agronegócio está em São Paulo. Não é a atividade rural que está em São Paulo, é o agronegócio que está em São Paulo**. Então, fábricas de fertilizantes, de defensivos, frigoríficos, a indústria

[1] IFCH/Unicamp, f229371@dac.unicamp.br.
[2] IFCH/Unicamp, menezesmarilda@gmail.com.

> de alimentos, a de máquinas agrícolas, está tudo em São Paulo (Roberto Rodrigues, ex-presidnete da SRB e ex-ministro da Agricultura, entrevista ao autor).

Desde o encontro com um discurso de representação que visa projetar imagem de protagonismo e de vanguarda do agronegócio paulista em nível nacional e atestando que os números econômicos de fato comprovam tal centralidade da agropecuária e da agroindústria deste estado no arranjo produtivo do agronegócio brasileiro, este trabalho visa contribuir para a análise da ação política das elites rurais e agroindustriais paulistas, buscando compreender como suas frações dominantes buscam construir hegemonia internamente ao projeto do agronegócio no Brasil, projetando-se como direção moral e intelectual da classe ao longo do tempo.

A fim de desvendar suas estratégias de reprodução social enquanto parte de uma elite da classe dominante agrária e agroindustrial brasileira, perseguiremos, portanto, a agência política de frações dominantes da agricultura e da agroindústria paulistas, enxergando seu papel no fortalecimento de determinado modelo de desenvolvimento, na construção e afirmação do projeto político do agronegócio no Brasil.

Embora a busca pela afirmação hegemônica das frações dirigentes da agropecuária e da agroindústria paulista pareça uma constante ao longo do tempo, remontando pelo menos ao final do século 19, este processo ganhou contornos mais perceptíveis com a criação da Sociedade Rural Brasileira (SRB) nas primeiras décadas do século 20. Ao longo desse século sua atuação ocorreu em diversos espaços, entidades e canais de representação, envolvendo, ademais, trânsitos diversos entre sociedade civil e Estado.

Buscando contribuir para a compreensão deste processo histórico mais amplo, neste artigo analisaremos o surgimento e organização inicial da Sociedade Rural Brasileira (SRB), entidade centenária e de epíteto nacional, criada no estado de São Paulo em 1919 e cuja liderança paulista se fez sentir desde seu surgimento. Com isso, buscamos contribuir para uma análise mais ampla da afirmação histórica das elites agrárias e agroindustriais paulistas, em um processo que extrapola os limites temporais analisados neste artigo e da própria entidade em questão.

As reflexões aqui desenvolvidas tem como base metodológica a análise documental da Revista A Rural, publicada pela Sociedade Rural Brasileira desde 1921, nas edições da década de 1920. Também utilizou-se registros de caderno de

campo de pesquisa realizada pelo primeiro autor durante o ano de 2021.

## DESENVOLVIMENTO

A construção política e projeção de força das elites agroindustriais paulistas, com seus ritos e emblemas, não é ocasional e aleatório, mas se explica dentro de um contexto histórico mais amplo, em que se considera o lugar ocupado por frações dominantes do estado na disputa dos rumos do país e na afirmação do que seria sua vocação histórica. Economicamente vivia-se na transição do século 19 para o século 20 um momento de euforia em função do desenvolvimento do sistema cafeeiro no estado, processo que ganhou maior expressão a partir do final da década de 1870, fazendo com que o estado superasse o Rio de Janeiro, então o mais importante centro comercial e financeiro do país, nesta produção e passasse a se desenvolver velozmente, transformando-se em espécie de vanguarda econômica do país.

O aumento da importância econômica do estado paulista e a concentração do complexo agroexportador em seu território ocorreu a partir da crise das fazendas fluminenses de café, e do deslocamento de sua produção para São Paulo, bem como da própria derrocada da economia açucareira do Nordeste brasileiro. O deslocamento da produção de café no Sudeste ocorreu inicialmente pelo Vale do Paraíba, sendo que na primeira metade do século 19 as lavouras cafeeiras cobriram também a parte paulista do Vale, estendendo-se por toda a área situada entre as capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Já a partir da segunda metade daquele século, o café começa a penetrar também nas chamadas zonas mais antigas do oeste paulista ou zona central do estado (região de Campinas, Sorocaba, Bragança Paulista, etc.), disputando terreno com a cultura da cana-de açúcar ali instalada e indo, posteriormente, para as chamadas zonas pioneiras a oeste deste estado (Rio Claro, Catanduva, Rio Preto, etc.) (Martins, 2020; Love, 1982; Perissinotto, 1994).

Já na década de 1880 visualizava-se uma mudança evidente no equilíbrio de forças interno do país, onde frações dominantes do setor agroexportador paulista afirmavam sua força e poder econômico frente a elites de outros setores e regiões. Com a ampliação das ferrovias e a imigração subvencionada no pós-abolição da escravatura, a economia agroexportadora do país passou a se concentrar fortemente em São Paulo, fazendo do estado a força econômica mais dinâmica do país, constituindo, junto a isso, o substrato para construção de uma linguagem de dominação, futuramente tão acionada por estas elites, a imagem de São Paulo como

a *locomotiva*[3] do Brasil.

O domínio paulista no cenário econômico nacional era garantido pelo desenvolvimento do sistema cafeeiro e pela expansão industrial ocorrida no estado: "o café garantiu a São Paulo essa posição de preeminência [econômica]; a industrialização contribuiu para preservá-la" posteriormente (Love, 1982, 63), fazendo com que entre a República e o advento do Estado Novo, houvesse a consolidação do protagonismo paulista nacionalmente: "esse crescimento colocou São Paulo muito à frente dos demais estados" (p. 97).

Mas também é verdade que a força econômica adquirida por São Paulo naquele momento ainda não alcançava equivalente de prestígio nas esferas políticas e culturais do país. Conforme destacou Schwarcz (2005, p. 155), embora fortalecida economicamente, "a província de São Paulo no final do século XIX poderia ser definida como uma entidade política à procura de seu destino". Enquanto São Paulo carecia de uma identidade cultural própria, a história nacional era contada – diga-se, à revelia da importância de outras realidades e contextos regionais - desde a centralidade adquirida pelo Rio de Janeiro no Brasil Império. Neste cenário de virada de século "tudo se passava *no* Rio ou *pelo* Rio".

A saída das elites paulistas, visando sua afirmação hegemônica em território nacional, seria a de "descobrir e selecionar um certo passado para afirmar uma identidade e uma memória", para construir recurso de identidade e legitimidade frente a outros grupos e frações dominantes do país. Trata-se de um movimento em que "São Paulo cuida de redescobrir a si mesmo, inventando uma tradição e uma origem comuns" para afirmar sua força e sua importância ao país.

A construção deste imaginário a respeito do protagonismo paulista durante toda esta época, em processo diretamente ligado à expansão do café no estado, teve como base também a evocação de uma figura quase mítica, a do bandeirante paulista, como produtora de uma "psicologia coletiva", capaz de fazer crer o que seriam seus próprios méritos e atributos históricos: a capacidade de expansão da fronteira, o dispêndio de sua energia a fins produtivos, sua alta capacidade de aproveitamento de oportunidades, sua vocação em apontar à nação brasileira o caminho a ser seguido (Love, 1982).

Cabe frisar que o destaque a figura do bandeirante paulista oferecia às elites

[3] Expressão que aparece nesta pesquisa verbalizada por interlocutores de campo e também consagrada no título da pesquisa de Love (1982).

do estado uma “solução simbólica para o problema da lealdade dividida, que se devia ao estado e à nação”, isto é, servia como elemento simbólico de compatibilização entre regionalismo e nacionalismo, melhorando seu espaço ocupado a nível de país, ao mesmo tempo em que fortalecia um certo orgulho regional entre sua população. A elite econômica e política paulista desenvolvia, desta forma, uma ideologia que identificava seus interesses de classe como sendo os interesses de São Paulo e estes como sendo os interesses do país. Assim, estes agentes forjavam sua adesão a um “federalismo hegemônico”, inserindo-se na dinâmica nacional de forma a fortalecer a crença em sua superioridade – de São Paulo e de suas elites - em relação aos demais estados, projetando-se como uma “locomotiva a puxar vagões vazios, como o centro dinâmico do progresso, num quadro de atraso generalizado” que caracterizaria as demais regiões do Brasil (Love, 1982, pp. 300-301).

Nesta orientação que visava construir uma narrativa da história, da cultura e das vocações paulistas, argumentava-se mesmo que São Paulo seria para o Brasil o que Paris foi para a França: “o cérebro que pensa e o braço que executa”. Como disse Love (1982, p. 107), diante desta narrativa construída por certa intelectualidade paulista na virada de século, “cabia a seus descendentes modernos aceitar o destino de liderarem o país”, processo cuja evolução pode ser vista desde a metamorfose da figura do bandeirante colonial em direção a dos barões do café e, posteriormente, a das lideranças industriais e agroindustriais que emergiram no estado desde o final do século 19 e mais fortemente na primeira metade do século 20. É neste contexto que deve ser pensado o surgimento da Sociedade Rural Brasileira.

## “*Nova intelligentsia do agronegócio brasileiro*”: o surgimento da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a afirmação hegemônica de frações dominantes da agropecuária paulista

Ainda que oficialmente de caráter nacional, a SRB foi fundada em São Paulo e teve forte protagonismo das elites agroindustriais deste estado e, secundariamente, de Minas Gerais, em sua condução ao longo do tempo. Além de representarem o centro do poder econômico e político brasileiro durante a República Velha (1889-1930), época em que foi fundada a SRB, tais estados constituíram e constituem fatias importantes da agricultura e da agroindústria brasileira desde aquele período até aqui (Perissinotto, 1994; Mendonça, 2009).

Desde sua criação e nas primeiras décadas de desenvolvimento, a SRB foi

composta principalmente por frações dominantes do complexo agroexportador de café, fortemente concentrado em São Paulo, bem como por grandes pecuaristas do estado (sobretudo criadores de gado de corte) e, posteriormente, por agroindustriais vinculados aos mercados externos e fortemente beneficiados pela modernização da agricultura brasileira. A entidade buscava se apresentar como *um farol para o Brasil*[4], afirmando no plano simbólico a nacionalização de seu projeto para a agricultura e para o país (Mendonça, 2009).

O desenvolvimento da agricultura paulista neste contexto inicial do século 20 – seja no complexo cafeeiro ou em outras atividades produtivas da agropecuária - ocorria com um nível considerável de articulação intersetorial entre capitais, que eram deslocados entre fazenda, indústria, bancos e comércio, tendo, muitas vezes, origem internacional. É interessante perceber a presença na SRB do que parecem ser algumas das forças economicamente mais dinâmicas desta agroindústria, de nomes componentes de linhagens historicamente tradicionais neste estado, de profissionais liberais influentes, de atores muito bem posicionados junto à sociedade política, do que seriam elites dirigentes naquele contexto, porta-vozes corporativos e empresariais de atividades agroindustriais as mais relevantes ali.

Conforme as páginas da revista A Rural, de publicação pela SRB, em edição alusiva aos seus 10 anos, em 1929, a entidade foi "fundada em 1919 por um grupo de **denodados paulistas**", representando "na actualidade a maior força das classes agrícolas do paiz"[5]. O protagonismo paulista na construção da entidade também é ressaltado em seu ato de fundação por Eduardo da Fonseca Cotching, apontado como o grande idealizador da Sociedade Rural Brasileira: "Tomando a palavra o Snr. Dr. Eduardo da Fonseca Cotching expoz os fins da reunião e declarou que ha muito vinha alimentando a idéa de criar esta Sociedade, desejando **contribuir para o progresso do Estado de São Paulo e do Brasil**" (A Rural, 1929a, pp. 570-572, grifo nosso).

A ideia da *agregação de valor* ao produto agrícola e da construção de cadeias produtivas agropecuárias interligadas com a indústria também se apresenta fortemente neste discurso. Estas ações aparecem como atributo de legitimidade de atores que compõem historicamente certas frações dominantes no estado de São

[4] Termos em itálico referem-se a categorias expressas pelos interlocutores de campo em entrevista, conversas realizadas durante o trabalho de campo ou na imprensa. Neste caso, declaração de Gustavo Junqueira, ex-presidente da SRB, em comemoração aos 100 anos da entidade.

[5] As palavras foram transcritas nesta e em outras citações diretas de documentos históricos preservando a gramática da época.

Paulo, constituindo-se como sinônimos de *coragem*, *determinação* e protagonismo de agentes que, segundo este discurso, *mudaram a cara de São Paulo* ao longo do tempo[6].

Mudar a cara do estado, de sua agricultura e da do país envolve também, neste sentido, afirmar-se como vanguarda da inovação tecnológica e da modernização produtiva no setor, traço marcante na trajetória de indivíduos e instituições, componentes destas que vieram a ser as elites do agronegócio paulista posteriormente[7]:

> Assuntos inéditos para os produtores brasileiros, como o cruzamento bovino, a febre aftosa e o milho híbrido, eram discutidos na Rural [como é chamada a SRB] ao longo da década de 1920. [...]
> Muito antes de se falar em Revolução Verde, a Rural já discutia a modernização do setor, em debates sobre a irrigação dos cafezais, o melhoramento das pastagens e a utilização de adubos químicos. [...]
> Por influência da Rural, diversos departamentos, institutos e conselhos ligados à atividade rural, por segmento (avicultura, pecuária, cafeicultura), foram criados (*SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA - HISTÓRIA*, site institucional).
>
> A Sociedade Rural Brasileira discutia a inovação e apoiava tais investimentos e iniciativas desde sua criação. [...]
> Quando se trata de pesquisa e tecnologia para o campo, a Rural persiste na urgência da inovação. Em suas primeiras publicações foi a primeira entidade a falar de adubação química, de milho hibrido, em confinamento de gado, a fazer registro genealógico de raças bovinas. [...]
> Atualmente, a entidade já é posicionada quanto ao uso da biotecnologia, plantio racional e adequando de transgênicos, a nanotecnologia, todos são temas que discutimos para o futuro (MAGALHÃES, 2009, p. 110).

O papel de destaque ocupado pela retórica de vanguarda na inovação tecnológica e na modernização produtiva – frequentemente alicerçado também em noções como *coragem* e *determinação* – constitui-se como construção de imagem e definição de estratégias de reprodução social das elites agroindustriais paulistas ao longo do tempo. É um elemento que projeta e afirma determinado protagonismo do grupo no desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria no país, de sua liderança a nível nacional. A mobilização de um debate econômico e a busca por maior eficiência na atividade produtiva agropecuária e agroindustrial aparece também como construção de imagem positiva do setor, constituindo-se em capital simbólico mobilizado em favor do grupo e em elemento de disputas e de diferenciação interna à classe.

[6] Entrevista de Roberto Rodrigues ao primeiro autor.

[7] Digo posteriormente, pois o agenciamento da noção de agronegócio no Brasil só ocorre a partir de meados da década de 1980.

Analisando-se a história inicial da SRB, também chama a atenção o forte apelo no discurso de construção da entidade a relações e referências com as entidades congêneres de outros países. A SRB parece querer afirmar-se como a representante brasileira de um projeto de agricultura e de sociedade afirmado por estas entidades. Faz uso de um capital de legitimidade acumulado pelas associações de outros países ao longo do tempo. Tal como estas, carrega em sua nomenclatura o epíteto nacional e busca a partir disso gestar um projeto de agriculutra para o país.

Nas páginas que retratam a história da entidade percebe-se também a presença e o destaque a linhagens familiares consideradas de grande prestígio no estado, cujos capitais sociais são renovados, muitas vezes, nesta articulação e organização da representação política da classe. É como se estas famílias emprestassem seu prestígio ao grupo social e, ao mesmo tempo, o renovassem mais facilmente por este meio. Do ponto de vista da entidade, se forja um compromisso histórico que busca fazer da tradição o combustível que traz força ao movimento político e renova os capitais simbólicos do grupo ao longo do tempo.

Aqui é possível um paralelo com o que disse Moura (2007), em análise sobre a carreira e a socialização de diplomatas brasileiros no Instituto Rio Branco. Tal como no espaço analisado pela autora, parece haver na SRB a “configuração de um grupo de status, com *ethos* e visão de mundo próprios, que tem se representado através de imagens que remetem a noções de parentesco dinásticas” (Moura, 2007, p. 14). A presença na sede da entidade de bustos em homenagem a determinadas figuras atesta a centralidade de sobrenomes que são mobilizados para valorizar a imagem pública da entidade e que também informam a estruturação de posições internas ao grupo, estabelecendo nomes e sobrenomes que falam em nome da entidade.

**Imagem 1: Busto em homenagem a Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde de Pinhal, na sede da Sociedade Rural Brasileira. Seu filho, Carlos Botelho, presidiu a reunião de fundação da SRB, em 1919. Foto do autor, em 13 de outubro de 2021.**

Fazendo novamente um paralelo com o que disse Moura (2007, p. 104), podemos concluir que estas figuras históricas, com seus bustos de homenagem, funcionam como recurso simbólico que une a entidade patronal à ideia de nação e à identidade que forma o grupo dominante ao longo do tempo. A presença em seu interior de linhagens masculinas formadas por figuras de grande prestígio e importância pública – com políticos, empresários, intelectuais -, reconhecidos como parte da construção histórica de grandes cidades, de estados e, em última instância, do próprio país, constitui mecanismo simbólico de afirmação de uma determinada identidade nacional por estes agentes. Coloca a entidade em posição de protagonismo na construção e afirmação de um projeto de nação.

Além disso, é curioso notar como estes agentes, protagonistas na construção e organização inicial da SRB se encontram e reencontram em um conjunto de outras relações e espaços de atuação. Reforçam relações pessoais pela participação em debates públicos sobre o setor, fazem negócios conjuntamente, contratam serviços entre si, em suma, defendem seus interesses em uma articulação que extrapola o espaço formal de sua representação política.

| | **1919-1921** | **1921-1923** | **1923-1925** | **1925-1927** | **1927-1929** | **1929-1931** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Presidente** | Eduardo da Silva Prates | Paulo de Moraes Barros | Gabriel Ribeiro dos Santos | Henrique de Souza Queiroz | Luiz Vicente Figueira de Mello | Bento de Abreu Sampaio Vidal |

**Tabela 1: Presidentes da SRB em sua primeira década de existência.**

Nas gestões que marcam a primeira década de existência da entidade, percebe-se também a presença de muitos políticos, como deputados, secretários, ministros, figuras relevantes de determinados partidos da época. Em alguns casos, a política aparece como atributo de família, com agentes de diversas gerações ocupando cargos públicos e eletivos, com capitais políticos sendo repassados de pai para filho.

As trajetórias escolares também se destacam, com muitas formações na área do Direito e algumas passagens por escolas de outros países, notadamente da

Europa. Muitas vezes, as universidades também serviam como espaço de formação de redes e renovação de capitais de relações sociais que os projetavam a diversos espaços de relevância na sociedade. A formação acadêmica - notadamente na área jurídica - parece informar a possibilidade de distinção, prestígio e poder a estes agentes.

Chama atenção também o desenvolvimento de atividades da chamada cultura erudita por eles. As atividades ligadas ao espírito aparecem como uma de suas marcas ao longo do tempo. Eles estão inseridos no campo das artes e da literatura, estudam linguagem, escrevem, compõem vanguardas político-culturais – vide participação no movimento modernista. Em suma, os capitais culturais e escolares são importantes na reprodução social destas elites. Ainda que tenham na terra sua principal fonte de riquezas e de poder, e sua atuação política em associações e nos cargos de Estado possui relação direta com esse setor, sua trajetória de vida está muito longe de se resumir a isso. Trata-se de frações de elite altamente escolarizadas, que frequentam importantes escolas de Medicina e outras áreas, no Brasil e no exterior. Figuras que trabalham com o café, mas também exercem o Direito, geralmente entre família. São agentes que trafegam no ambiente das humanidades e das artes, com bagagens e atributos culturais os mais diversos.

Para se compreender as lógicas de reprodução da entidade no contexto em questão, também é importante olharmos para os rituais e símbolos que caracterizavam seu fazer político cotidiano. Pela análise das atas de suas assembleias, percebe-se que nos momentos de consagração dos nomes que ficariam à frente da entidade em cada gestão costumava ocorrer uma espécie de ritual, no qual, quem assumia postos de direção, como forma de apresentar-se no novo cargo, confirmar sua legitimidade ao grupo e valorizar o peso político e simbólico destes momentos, discursava aos pares. Em sua análise sobre a socialização de novos diplomatas no Instituto Rio Branco, Moura (2007, p. 31) também analisa a cerimônia de formatura do Instituto como um ritual, ali de integração dos neófitos ao corpo diplomático. Para ela, a análise dos rituais de um grupo é uma forma de se acessar, não só a cosmologia de uma coletividade, mas também o próprio *ethos* que caracteriza o grupo em questão, desvendando atitudes emocionais, estilos de vida, concepções estéticas e comportamentos coletivos em geral.

No caso da SRB, a distinção do cargo assumido em geral era bastante ressaltada. Ao mesmo tempo, também se destacava uma noção de responsabilidade,

de atores que, chamados ao compromisso da representação pelo grupo, não faltariam aos pares, se doando ao coletivo, contribuindo para o fortalecimento do capital político do grupo. Assim, manifestam também o prazer de assumir o encargo, prometendo dedicação e envolvimento na execução das atividades da entidade, empenhando sua energia em prol do "progresso" e da "ação benéfica" que a Rural ofereceria para a sociedade paulista e brasileira (A Rural, 1921a, p. 379). A contrapartida ou o acolhimento pelo grupo se manifestava por vivas salvas de palmas ao orador, como ato final de uma teatralidade política que formava este ritual e se repetia ao longo do tempo.

De maneira semelhante ao que analisou Moura (2007, p. 34) em relação às cerimônias que compõem o processo de formação de novos diplomatas no Instituto Rio Branco, parece mesmo se tratar aqui de uma "performance no sentido teatral". Ainda que no caso da SRB, não se trate de ato com um protocolo totalmente formalizado e escrito, também temos aqui uma espécie de espetáculo com um *script*, com o envolvimento de atores determinados e a presença de uma plateia, ainda que diminuta e formada pelos próprios quadros internos, diretamente envolvidos na escolha e transição entre dirigentes. O que mais chama atenção é o papel que os atores envolvidos desempenham, de maneira mais ou menos regular em todos os atos de transição de diretoria. Eles seguem espécie de roteiro não escrito, mas difundido como tradição, e que orienta como cada um deve agir e se portar em momento de singular importância para afirmação de sua legitimidade interna e para a própria reprodução histórica da entidade. Predomina nestes momentos "a forma e o espetáculo coletivo" (Ibid, p. 39).

As homenagens e distinções a determinadas figuras da entidade ou de seu entorno também são típicas da teatralidade política que acontece nestes momentos de assembleias da Sociedade Rural Brasileira. Costuma-se homenagear o presidente que encerra ali seu mandato e também outros dirigentes, considerados importantes na história e na organização da entidade. A forma mais comum é por votos de louvor ao seu trabalho e pela inclusão de seu nome como presidente de honra da entidade. Nos registros das atas das assembleias, essas proposições são sempre aclamadas por unanimidade, com manifestações efusivas da plateia. A trajetória destes agentes na condução da Sociedade Rural é narrada com brilho e distinção. Assim, esses atributos são deslocados para a imagem que se constrói da própria entidade ao longo do tempo. A distinção e o louvor aos agentes de carne e osso que personificam a

entidade em seu dia a dia, que fazem sua representação política acontecer, se traduz como afirmação pública do poder simbólico da própria entidade. Distinguir estes dirigentes e seu trabalho na condução da entidade é consagrar a própria história por que atravessou a Rural ao longo do tempo, ressaltando méritos e feitos, narrando uma história de maneira atuante. Este é o esforço retórico que se faz.

Além dos elementos de distinção e prestígio que atribuem a si mesmos e a sua entidade representativa, estas declarações também informam uma identidade fortemente ligada à terra – pela "lavoura" e pela condição de "lavradores" - e, uma vez mais, a identificação regional destas elites dirigentes da entidade com o estado de São Paulo – já que seriam o "escol da lavoura paulista", garantiriam "o bom nome da lavoura de S. Paulo" (A Rural, 1927a, p. 112).

Esses rituais possuem uma recorrência em diversos momentos de assembleia ao longo dos anos. Em alguns sentidos, eles se repetem no tempo. São ações desencadeadas pelos integrantes do grupo como forma de definir uma estrutura de posições interna e, ao mesmo tempo, renovar capitais políticos e simbólicos dos pares e assim reforçar seu poder enquanto grupo. A assembleia de escolha de uma nova diretoria para a entidade é um momento importante para execução desses códigos. É quando eles se reúnem, prestam contas do que aconteceu, põem em confronto possíveis divergências, apresentam projetos e pensam o futuro de suas ações. Se enxergando a todos em uma mesma assembleia, se constitui cenário propício para a execução de rituais que definem a identidade do grupo ao longo do tempo.

Também ocorre muitas homenagens a agentes externos a entidade. Chama a atenção a importância dos cargos públicos dos homenageados. Mesmo que se considere a importância que possuia a SRB na sociedade paulista e brasileira naquele momento, parece evidente que tais atos se configuram como distinções mais para quem as dá, do que para quem as recebe. Do ponto de vista dos agraciados, a graça aparece mais como um ritual regulador de um status social e de um poder já consagrado. Seguramente é um ato que se repete em outras entidades deste tipo quase que cotidianamente. Assim, "o ritual não muda o status dos indivíduos [agraciados], mas reafirma o status da casa" que o oferece. A reafirmação da grandeza da casa ocorre pela demonstração "que pessoas 'de fora' podem ser classificadas a partir da cosmologia" da instituição (Moura, 2007, pp. 36, 39). Assim, a SRB se distingue pela importância dos convidados que recebe e das pessoas cujas imagens são estampadas em fotografias e bustos que decoram a sede da entidade

atualmente.

**Imagem 2: Sala de entrada na sede atual da Sociedade Rural Brasileira. Foto do autor, em 13 de outubro de 2021.**

Objetivamente, a força política da entidade no contexto analisado e ao longo de toda sua história também se fez sentir através de indicações de seus dirigentes a importantes cargos na política de estado – como secretários estaduais em São Paulo e ministros da República - “Sete dos seus ex-presidentes e três antigos diretores [da SRB] foram secretários da Agricultura paulista; três ex-presidentes se tornaram ministros da Agricultura; e ainda um ex-diretor ocupou o cargo de ministro da Fazenda” (SRB – História, site institucional).

Os três referidos ministros da Agricultura são: Paulo de Morais Barros (1930), Renato da Costa Lima (1962-1963) e Roberto Rodrigues (2003-2006); os seus ex-presidentes que foram secretários de Agricultura de São Paulo, atualmente, já são nove: Paulo de Moraes Barros (1915), Gabriel Ribeiro dos Santos (1924-1927), Henrique de Sousa Queiroz (1930), Luiz Pisa Sobrinho (1935-1936), Bento de Abreu Sampaio Vidal (1937-1938), Francisco Malta Cardoso (1946-1947), Renato da Costa Lima (1953-1955), Roberto Rodrigues (1993-1994), João de Almeida Sampaio Filho (2007-2011) e Gustavo Diniz Junqueira, presidente da SRB entre 2014 e 2017 e secretário de Agricultura de São Paulo entre 2019 e 2021.

Diante disso, a construção inicial da SRB é associada por eles à busca pelo *progresso* da sociedade. Associado a um ideal positivista, aparece em seu discurso a busca incessante por engrandecer a lavoura paulista ao longo dos anos. Quer dizer, para eles o *progresso* da sociedade brasileira – palavra estampada em nossa bandeira nacional, junto ao imperativo da ordem – poderia ser alcançado por meio do desenvolvimento da *agricultura nacional*, setor capaz de liderar um projeto de

crescimento do país e de avanço da sociedade.

Aqui, a afirmação regional de elites agrárias e agroindustriais paulistas se faz notar novamente. Afinal, a “agricultura nacional”, em sua visão, capaz de promover o “progresso” da sociedade brasileira, é representada por eles pela “lavoura paulista”, cujo “engrandecimento” serviria “de modelo e orientação ás demais do paiz” (A Rural, 1927a, p. 113). Mesmo que tal categoria não seja utilizada, São Paulo aparece aqui, agora por meio de sua lavoura, como uma *locomotiva* do país. Assim, não fica difícil para estes dirigentes patronais que se reúnem periodicamente na sede da SRB para definir seus rumos, entenderem, da mesma forma, que a entidade se constitua em espécie de *farol* para o Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto analisado, a Sociedade Rural Brasileira se configurou como entidade com forte enraizamento estadual em São Paulo e importante poder de influência nesta esfera política. A construção hegemônica das elites agrárias de São Paulo ocorreu ali também pela reprodução de elementos políticos e simbólicos que traduziam determinado *ethos* do grupo, reforçando identidade regional, demonstrando a importância de intervenções objetivas da entidade na política estadual, bem como afirmando subjetivamente sua visão da importância de São Paulo para o Brasil, colocando o estado como lugar por excelência da gestação e execução de um projeto para a agricultura do país.

Trata-se de entidade que afirma, em sua ata de fundação, o desejo de “contribuir para o progresso do Estado de São Paulo e do Brasil”; de entidade que se diz “obra do espírito culto e empreendedor do lavrador paulista”[8]; de entidade que inaugura sede própria no dia do aniversário da cidade de São Paulo, em 1951; de entidade que comemora seu centenário, em 2019, no tradicional Jockey Club da cidade; de entidade que, em diversos momentos, ressalta os méritos de influenciar em indicações e escolhas de nomes para secretarias do Executivo Estadual, bem como na criação de institutos e entidades de Estado voltadas ao desenvolvimento da agricultura paulista; de entidade, em suma, que reivindica estar inserida e fazer parte do desenvolvimento histórico geral deste estado, compondo, especificamente, seus estratos de elite, reivindicando o caráter ilustre e distinto de seu meio.

[8] Declaração de Raul da Rocha Medeiros, ao assumir a presidência da SRB em 1947.

Neste caso, a elite da classe, então porta-voz da entidade, é apresentada como sendo a "nova *intelligentsia* do agronegócio brasileiro" naquele contexto. Isso ajuda a projetar o grupo paulista ao que, em termos *gramscianos*, poderia ser visto como uma direção intelectual e moral da classe, já que supostamente capaz de pensar com protagonismo o desenvolvimento do setor, guiando seus rumos e ações e sendo, nas palavras deles, "referência nos principais debates ligados ao campo" (SRB – História, site institucional).

A *nova intelligentsia* destas elites, o "celeiro de líderes" da agricultura patronal brasileira, contribuiria, assim, "para a pluralidade de ideias e o desenvolvimento planejado do setor", tendo capacidade de apontar seus rumos e projetando seus representantes aos postos de poder da sociedade política, notadamente àqueles relacionados à agricultura e agroindústria, seja em São Paulo, seja nacionalmente.

Assim, se estamos pensando o contexto de surgimento da SRB, entendendo este processo como de construção de um aparelho privado de hegemonia de frações dominantes da agricultura e da agroindústria deste estado, pode-se verificar este traço de construção de imagem, tanto na trajetória da entidade, quanto na de famílias de dirigentes ali consagrados e atuantes. Isso auxiliou na construção política do agronegócio brasileiro, destacando o protagonismo de São Paulo como *celeiro de líderes* deste modelo a nível nacional, como a *intelligentsia* do setor no Brasil.

REFERÊNCIAS

A RURAL. **SRB - Sociedade Rural Brasileira**. São Paulo, jan. 1921a.

A RURAL. **SRB - Sociedade Rural Brasileira**. São Paulo, abr. 1927a.

A RURAL. **SRB - Sociedade Rural Brasileira**. São Paulo, dez. 1929a.

LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MAGALHÃES, Guilherme Wendel de. **Sociedade Rural Brasileira, 90 anos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado Sociedade Rural Brasileira, 2009.

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra**. 9. Ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2020.

MENDONÇA, Sonia Regina. **O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

MOURA, Cristina Patriota. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira** – Um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre uma Certa Identidade Paulista. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **São Paulo – Uma Viagem no Tempo**. São Paulo, CIEE, 2005.

SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA. **História**. Disponível em: https://srb.org.br/historia/. Acesso em: 19 de junho de 2022.

# SEGURANÇA ALIMENTAR E A LEGITIMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ABAG

Marina Lobo Gibson[1]

**GT 6:** Elites e classes dominantes do campo: estudos sobre poder e dominação no "andar de cima" do mundo rural brasileiro.

## RESUMO

O presente artigo analisa como o tema da segurança alimentar foi mobilizado na criação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), primeira associação intersetorial do agronegócio no Brasil. Em 1993, mesmo ano de sua criação, a ABAG lançou o livro "Segurança Alimentar – Uma Abordagem de *Agribusiness*", o qual advogava pela necessidade de se tratar do *agribusiness* brasileiro. No livro, a segurança alimentar é identificada como a "principal responsabilidade social" do setor, sendo este responsável por sua garantia. À época da criação da ABAG, o tema da segurança alimentar ganhava força no debate público brasileiro, sendo mobilizada principalmente pela sociedade civil organizada, em uma leitura que defendia um modelo de produção antagônico àquele apoiado pelos setores patronais da agricultura. O artigo pretende identificar, portanto, como a segurança alimentar foi apropriada pela ABAG afim de disputar as narrativas sobre o tema, legitimando sua atuação e reforçando a importância do setor no país.

Palavras-chave: agronegócio; segurança alimentar; legitimação; ABAG

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), marinalobogibson@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

O ano de 1993 foi marcado pela criação da Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG), a primeira associação intersetorial do agronegócio no Brasil. A criação da entidade formalizou um movimento que havia se fortalecido no país em meados dos anos 1980 e que advogava pela necessidade de se tratar do *agribusiness* brasileiro. O conceito, criado em 1955 por John H. Davis e Ray A. Goldberg, ambos pesquisadores da Universidade de Harvard, buscava aplicar uma visão sistêmica ao setor agrícola, referindo-se não somente à produção agropecuária *per se*, mas também às funções ligadas a ela, a montante e a jusante, a partir de uma perspectiva intersetorial (POMPEIA, 2021).

Quando da apresentação da ABAG no Congresso Nacional, seu Presidente-fundador, Ney Bittencourt de Araújo, destacou as duas missões da entidade: "conscientizar os segmentos formadores de opinião e decisórios do país [...] para a importância e a complexidade do sistema do *agribusiness*" e "[...] transformar a ABAG em importante ferramenta de apoio ao planejamento do *agribusiness* brasileiro" (ABAG, 2013, p. 12). Tem-se, portanto, que a ABAG surge tendo o objetivo de constituir-se como a entidade responsável por representar os interesses comuns dos diferentes agentes da cadeia de alimentos e fibras, pavimentando o caminho para a consolidação política e ideológica do setor (BRUNO, 2022)

No mesmo ano de sua criação, a associação lançou o livro "Segurança Alimentar – Uma Abordagem de *Agribusiness*". A introdução do livro cumpre o papel de ressaltar a importância de se tratar do *agribusiness* no Brasil, destacando a interação entre os distintos elementos da cadeia agropecuária brasileira. Se por um lado justificava-se o uso do conceito a partir do agenciamento de dados macroeconômicos, como a importância do setor no PIB, nas exportações e na geração de empregos, o argumento central do livro baseava-se na definição da segurança alimentar como dependente do *agribusiness* brasileiro, de forma que o seu título refletiria a "principal responsabilidade social" do setor (ABAG, 1993, p. 11).

Ancorando-se nestes dois elementos legitimadores, a ABAG dá início a um movimento mais consolidado de criação de um projeto político-econômico para o agronegócio no país, preocupando-se em construir um discurso de legitimação para o *agribusiness* brasileiro (MORUZZI MARQUES, 1996).

À época da criação da ABAG, o tema da segurança alimentar começava a se consolidar no debate público brasileiro. A posse de Itamar Franco e a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em 1993, mesmo ano de fundação da ABAG, fortaleceram a participação de atores da sociedade civil organizada que reivindicavam o tema e lutavam pela construção de um projeto político democrático-participativo para o tratamento da problemática da fome (ZIMMERMANN, 2011). Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar como a criação da ABAG e a mobilização da segurança alimentar pela associação tencionavam disputar as narrativas sobre o tema no país como forma de legitimar sua atuação na política brasileira, relacionada com a ideia do que seria a "real" necessidade de desenvolvimento do país, em um momento em que a segurança alimentar emergia como uma temática de relevância no debate político.

Para alcançar este objetivo, será apresentado inicialmente um panorama acerca da trajetória do debate sobre a segurança alimentar no país, e como a ABAG se inseriu nessas discussões. Em seguida, será discutido como a construção da segurança alimentar pela entidade cumpria um papel de justificação para a própria e para o setor de forma mais ampla.

## A TRAJETÓRIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL E O PAPEL DA ABAG

O tema da segurança alimentar começou a se consolidar no debate público brasileiro principalmente a partir dos anos 1990. A formação do Governo Paralelo pelo Partidos dos Trabalhadores (PT) em 1991, dirigido por Luís Inácio Lula da Silva, contava com a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, cuja formulação sugeria que, "tornada um objetivo estratégico de governo, a segurança

alimentar nuclearia as políticas de produção agroalimentar, comercialização, distribuição e consumo de alimentos [...].” (MALUF; REIS, 2013, p. 22)

Com o *impeachment* do presidente Fernando Collor e a posse de Itamar Franco em 1993, a proposta do Governo Paralelo foi acatada e tomada como referência para a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), concebido como um órgão de aconselhamento da Presidência da República, a ser composto por representantes da sociedade civil e Ministros de Estado. Destaca-se também a criação da campanha Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida no mesmo ano, a qual surgiu em decorrência do Movimento pela Ética na Política, criado à época do *impeachment* de Collor e que tinha o combate à fome entre suas prioridades (MALUF; REIS, 2013). Tendo como um de seus líderes o sociólogo e ativista Herbert de Souza, o Betinho, a campanha Ação da Cidadania tinha por lema “a fome não pode esperar”. Essa mudança no cenário político e no tratamento do problema da fome no governo Itamar Franco desencadeou na realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), em 1994.

A I CNSA, organizada pelo CONSEA em parceria com o governo e com a Ação da Cidadania, teve como um de seus resultados a elaboração de um documento que estabelecia as condições para a construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar. Esta deveria se basear em três eixos principais, referentes à ampliação do acesso à alimentação, à garantia de saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais específicos, e à garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e o seu aproveitamento (MALUF; REIS, 2013). O debate sobre a segurança alimentar se estabelece no Brasil, portanto, a partir de sua mobilização por atores da sociedade civil organizada que lutavam pela construção do que Silvia Zimmermann (2011) chama de um projeto político democrático-participativo para a problemática da fome. Segundo a autora, tal projeto

> [...] tinha uma dimensão conflitiva com o modelo de desenvolvimento social em curso na época, pois defendia um formato de produção que beneficiava a pequena agricultura e a produção de alimentos básicos, para o atendimento das necessidades alimentares e nutricionais da população.

> Também defendia a reforma agrária, por entender que a terra era patrimônio social, priorizando o interesse coletivo acima do interesse individual. Todos estes aspectos contribuíram para que ele adquirisse um estatuto de projeto político social, que carregava consigo uma visão de mundo de como tratar a pobreza, a miséria, a fome e a [segurança alimentar e nutricional]. (ZIMMERMANN, 2011, p. 22).

Cabe destacar, ainda, que o debate internacional acerca da segurança alimentar também havia sofrido uma recente inflexão. Após se tornar um tema de relevância internacional no período pós Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e a subsequente criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a segurança alimentar passou a ser associada à uma questão de produção de alimentos. Isto é, a segurança alimentar seria alcançada através de um aumento da produtividade agrícola dos países e da disponibilidade física de alimentos. Foi somente em 1983 que a concepção de segurança alimentar foi revisitada a fim de incluir a questão do acesso, sendo seu principal objetivo redefinido como a necessidade de assegurar que todas as pessoas tivessem acesso físico e econômico aos alimentos básicos que demandavam (SHAW, 2009). Tal inflexão teve ampla repercussão no debate internacional, alterando o diagnóstico da segurança alimentar de um foco exclusivo na quantidade de alimentos disponíveis para considerar também o acesso que as pessoas têm a esses alimentos (MALUF; REIS, 2013).

## A Associação Brasileira do Agronegócio e a segurança alimentar

É neste cenário que é criada, em 1993, a Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG), posteriormente Associação Brasileira do Agronegócio, junto ao lançamento do livro "Segurança Alimentar – Uma Abordagem de *Agribusiness*". À época do lançamento do livro e da fundação da ABAG, o conceito de *agribusiness* estava sendo difundido no Brasil, com a apresentação do livro sendo voltada para argumentar a necessidade de uma visão sistêmica para se tratar da cadeia de alimentos e fibras no país. Assim, destacava-se que a criação da ABAG formalizava "[...] a existência de uma instituição representativa dos interesses comuns dos agentes das cadeias

agroeconômicas, de modo que possam expressar-se de maneira harmônica e coesa nas questões que lhes são comuns" (ABAG, 1993, p. 18). De acordo com Regina Bruno (2022),

> Três aspectos marcam a entidade desde a sua criação: a preocupação com a produção de bens simbólicos com vistas ao fortalecimento político; a busca incessante pela formalização de um espaço próprio de representação para o *agribusiness* brasileiro (fóruns, comissões, colóquios, debates, presença na Organização Mundial do Comércio – OMC, entre outros eventos) e prioridade na elaboração de uma proposta estratégica de desenvolvimento (BRUNO, 2022, p. 10).

Em vistas à necessidade de uma estratégia de desenvolvimento que valorizasse o agronegócio brasileiro e o colocasse em seu centro e à proeminência que a segurança alimentar vinha ganhando no debate nacional, a ABAG reconhecia que "[...] o desenvolvimento sustentado do Brasil começa, necessariamente, pela Segurança Alimentar e, consequentemente, pelo fortalecimento da cadeia de alimentos e fibra" (ABAG, 1993, p. 10). Nesse sentido, a entidade assumia para o agronegócio a responsabilidade de garantir a segurança alimentar da população, associando esta diretamente ao fortalecimento do setor.

No livro lançado pela ABAG, a segurança alimentar é definida como a garantia ao "[...] acesso assegurado a todas as pessoas, em todos os tempos, ao alimento necessário a uma vida saudável" (ABAG, 1993, p. 26), uma definição que se aproximava à redefinição do conceito observada no cenário internacional na década anterior. Ancorando-se no argumento de que o *agribusiness* brasileiro seria responsável por parte significativa do PIB e das exportações, além de ser o principal empregador do Brasil, destaca-se a segurança alimentar do país como dependente do *agribusiness*, sendo o título do livro referente à "principal responsabilidade social" deste setor. Tem-se, portanto, que a própria noção de *agribusiness*, posteriormente traduzida para agronegócio, se difunde no país diretamente associada ao conceito de segurança alimentar. O agenciamento do tema funcionava, assim, como forma de justificar a importância do setor para o Brasil, na defesa de um modelo específico de desenvolvimento para o país. Moruzzi Marques (1996, p. 93) aponta que a

apropriação pela ABAG da noção de segurança alimentar "[...] torna a organização uma interlocutora importante no campo de disputa e produção ideológica relativo a Segurança Alimentar, introduzindo nas reelaborações da noção Segurança Alimentar o enfoque empresarial".

Se, conforme Zimmermann (2011) propõe, o projeto democrático-participativo para a segurança alimentar em construção no Brasil refletia um modelo de desenvolvimento para o país que divergia daquele em curso, podemos pensar que a criação da ABAG e a inclusão da segurança alimentar em seu discurso cumpriam um papel de disputa narrativa. O debate brasileiro a respeito da segurança alimentar e as mudanças observadas no cenário internacional iam em direção à uma crítica da visão produtivista sobre a temática que preponderava até então. Com a questão do acesso no centro dos debates, os agentes dos setores dominantes da agropecuária brasileira, que se organizavam na conformação do campo político do agronegócio (POMPEIA, 2021), se engajavam para construir uma representação sobre a segurança alimentar que se alinhasse à uma visão do mundo social que estivesse de acordo com seus interesses e com as suas propostas de desenvolvimento para o país (BOURDIEU, 2009).

Gilbert e Henry (2012) apontam que o contorno dado a um problema é o que definirá as suas soluções, os atores que podem intervir na implementação dessas soluções e em nome de quais valores a ação pública será realizada. Assim, em um momento em que havia uma movimentação por parte da sociedade civil organizada brasileira para a construção de uma noção sobre a segurança alimentar que dialogava com uma visão de mundo antagônica àquela proposta pelos setores do agronegócio no país, estes se organizaram de forma a disputar esses discursos. A criação da ABAG e o lançamento do livro "Segurança Alimentar – Uma abordagem de *agribusiness*" podem ser compreendidos a partir dessa lente analítica.

A argumentação traçada no livro buscava associar a segurança alimentar ao fortalecimento do agronegócio brasileiro, incluindo os debates sobre acesso, mas

sem tirar o foco da questão da produtividade, afinal, "não se implementa uma política de segurança alimentar sem alimentos" (ABAG, 1993, p. 21). O texto afirmava que

> As políticas macroeconômicas e as estratégias de desenvolvimento têm importante influência sobre a segurança alimentar. E embora ela esteja firmemente assentada na produção agrícola, seu aperfeiçoamento depende de outras políticas não diretamente relacionadas com a produção de alimentos, como a de emprego, renda etc. (ABAG, 1993, p. 38)

Entendia-se, portanto, que a problemática do acesso não estava diretamente associada ao modelo de produção agrícola, mas sim a questões macroeconômicas. Seguindo esta linha, pleiteava-se, por um lado, por medidas de incentivo à produção agrícola, como o aumento de subsídios ao setor e pela redução de tributos sobre os produtos agropecuários e os insumos utilizados em sua produção. Pelo outro, no que tange o acesso, defendia-se a adoção de políticas macroeconômicas, como o aumento do valor real do salário mínimo e a geração de empregos, associadas à programas complementares de caráter assistencialista, como a ampliação programas de merenda escolar e a criação de bônus-alimentação para populações específicas.

## SEGURANÇA ALIMENTAR, A ABAG E A DISPUTA HEGEMÔNICA

Conforme exposto, a construção do debate sobre a segurança alimentar no Brasil se deu a partir de uma visão que era crítica aos setores dominantes da agropecuária brasileira. A apropriação das discussões sobre o tema pela ABAG pode ser compreendida, então, a partir do que Boltanski e Chiapello (2009) chamam de deslocamentos. Com o intuito de desarmar tais críticas, questões que não eram previamente consideradas por esse grupo passam a ser incorporadas, como é o caso dos debates em torno do acesso à alimentação.

A ABAG surge em um contexto de organização por parte de setores da agropecuária brasileira para a defesa de uma perspectiva intersetorial para a cadeia de alimentos e fibras no país e da adoção do conceito de agronegócio. Tal contexto começou a se conformar no período da redemocratização do Brasil, a partir dos debates em torno da Constituinte de 1988. Os anos 1980 foram marcados por um

reaquecimento dos debates sobre a reforma agrária, que haviam sido interrompidos pelo golpe militar após ganharem força no final dos anos 1950 e no início da década de 1960. O lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985 e o aumento das ocupações de terra por parte dos trabalhadores sem-terra (BRUNO, 2022) levaram a uma movimentação por parte dos atores patronais, que no momento encontravam-se politicamente fragmentados. Essa movimentação resultou na criação da União Democrática Ruralista (UDR), em 1985, e da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), em 1986. Com a ocasião da Constituinte de 1988, esses dois grupos agiram de forma confluente, apesar de suas divergências, para influenciar em questões ligadas à reforma agrária e à política agrícola no país, com a ação da chamada Frente Ampla Ruralista.

A atuação desses atores no âmbito da Constituinte corresponde ao embrião do que é hoje a bancada ruralista, e significou também o início de uma reestruturação significativa no campo da agricultura patronal (BRUNO, 1997; POMPEIA, 2021), que resultou na conformação do campo político do agronegócio. Conforme argumenta Regina Bruno (1997),

> Numa perspectiva histórica, a Abag não pode ser pensada isoladamente de todo um processo de mobilização e organização do patronato rural e agroindustrial brasileiro. Ela é herdeira de uma prática e de um discurso que foram se constituindo, nos últimos 30 anos, juntamente com a mudança qualitativa no padrão agrícola, a formação dos complexos agroindustriais, a internacionalização da agricultura e inúmeras transformações sociais, econômicas e políticas por que passou a sociedade brasileira. É herdeira também da mobilização patronal dos meados da década de 80 como, por exemplo, o fenômeno da União Democrática Ruralista (UDR), a criação da Frente Agrícola para a Agricultura Brasileira (Faab) e a revitalização da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), pois, para além da diversidade de práticas e propostas, há em comum em todas essas entidades e a Abag a percepção da necessidade de valorização da agricultura, o imperativo da prática política e a priorização na construção de uma nova retórica de legitimação patronal com o Estado perante a sociedade (BRUNO, 1997, p. 38-39).

Tal retórica de legitimação mencionada por Bruno (1997) pode ser identificada no livro da ABAG, ao afirmar-se que

> No dia em que o consumidor distraído, ao divisar bandejas de ovos no

> supermercado, se lembrar "espontaneamente", de que está diante de um produto tecnologicamente mais complexo que uma caneta esferográfica e que o tamanho do empreendimento é bem maior do que uma granja, o granjeiro, apoiado na consciência social que valoriza sua atividade, sentir-se-á confiante para prosseguir. E o Agribusiness brasileiro terá encontrado, finalmente, o canal de acesso da comunicação com a sociedade para dizer - primeiro a seus integrantes, que, frequentemente o ignoram - que se trata do maior do negócio do Brasil. E o fará, não por autocomplacência narcisista, mas para lembrar que, se há um setor da economia, pronto e capar de potencializar a retomada do crescimento com demanda sustentada é o Agribusiness. (ABAG, 1993, p. 20)

Bruno (2022) aponta que a consolidação da hegemonia do agronegócio se apoia em estratégias diferentes, entre as quais destaca-se a crescente convergência entre seus distintos atores políticos, baseada na defesa de pleitos unificadores, na ampliação e no fortalecimento de seus espaços de representação e na reprodução de uma imagem de classe apoiada na construção de aparatos discursivos de legitimação. A segurança alimentar entra, nesse momento, como um elemento importante na construção de legitimação desse grupo não somente junto à opinião pública, mas também perante o Estado. Apoiada na ideia de que a segurança alimentar seria a principal responsabilidade do agronegócio e adequando-se aos debates que eram traçados à época, a ABAG atuava na defesa de seus interesses e dos demais agentes do agronegócio, justificando a sua importância na construção de uma estratégia de desenvolvimento para o país. Considerando-se que no início dos anos 1990 havia ocorrido uma redução do apoio estatal às atividades agropecuárias, a inserção do agronegócio como fundamental para o enfrentamento à fome, em um momento em que o tema ganhava tração no debate público, mostrava-se uma estratégia vantajosa (POMPEIA; SCHNEIDER, 2021).

Sobre a efetividade da ABAG em dialogar com o debate sobre a segurança alimentar no país, Pompeia e Schneider (2021) destacam que, quando da realização do 1º Congresso Brasileiro de *Agribusiness*, promovido pela ABAG em 2002, o conjunto de sugestões resultante do evento dialogava diretamente com as ações de segurança alimentar promovidas pelo PT, à frente da corrida presidencial daquele ano. A habilidade da ABAG em conciliar medidas de apoio à produção e ao acesso

levou com que, ao ser eleito, o Presidente Lula convidasse o então presidente da entidade, Roberto Rodrigues, para presidir o Ministério da Agricultura. Entretanto, conforme apontam os autores, houve um desencontro entre as práticas do Ministério e as posições públicas da ABAG, na medida em que foram defendidos primordialmente os interesses de agentes do campo político do agronegócio, com foco na dimensão da produção para o combate à fome. Tal desencontro pode servir como um indício a respeito da função de legitimação exercida pela captura da segurança alimentar pela ABAG e pelo agronegócio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos recentes foram marcados por um retorno da insegurança alimentar e da fome no Brasil, com mais de metade da população em situação de insegurança alimentar e cerca de 33 milhões convivendo com a fome (REDE PENSSAN, 2022). Complementarmente, houve um desmonte acelerado da institucionalidade e das políticas públicas para garantia da segurança alimentar e nutricional, observado desde 2016, mas que se intensificou a partir de 2019 (DELGADO; ZIMMERMANN, 2022). Esse processo incluiu medidas como a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2019, e o desmantelamento de políticas públicas voltadas à promoção da SAN e de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em contrapartida, o agronegócio brasileiro segue com recordes de exportação e faturamento, sendo o único setor que apresentou crescimento em 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19 (SALATI, 2021). A despeito da retomada da insegurança alimentar, o setor mantém e fortalece a sua retórica de que alimenta o mundo, sendo o responsável por garantir a segurança alimentar mundial (POMPEIA; SCHNEIDER, 2021). Em face a tal contradição, entre o aumento da insegurança alimentar e da fome em paralelo ao crescimento contínuo do agronegócio brasileiro,

o presente artigo buscou analisar como a associação entre agronegócio e segurança alimentar esteve presente desde o início da conformação deste grupo no Brasil.

A criação da ABAG em 1993 formalizou a consolidação de um projeto político-econômico para o agronegócio no país, baseado na construção de um aparato discursivo de legitimação. À época, com a intensificação dos debates em torno da segurança alimentar, o tema foi incorporado pela ABAG, que apresentou a si e ao setor como responsáveis por sua garantia, discurso que se mantém ainda hoje. Essa incorporação inseriu a segurança alimentar no discurso de legitimação do agronegócio brasileiro. Nesse sentido, este trabalho buscou contribuir para a compreensão de como a ABAG apoderou-se da temática da segurança alimentar, a partir da identificação do contexto em que a associação emerge, dos atores com quem ela dialogava e que se contrapunham a ela e ao setor que ela representa, e dos desdobramentos desse agenciamento em termos da política interna e da construção de um projeto de desenvolvimento para o país.

REFERÊNCIAS

ABAG — Associação Brasileira do Agronegócio. **Segurança alimentar**: uma abordagem de agribusiness. São Paulo: Abag, 1993.

_____. **Caderno de 20 anos**. São Paulo: Abag, 2013.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. **Language and symbolic power**. Cambridge: Polity Press, 2009.

BRUNO, R. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra**: A nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Ed. Universidade Rural, 1997.

_____. O Processo de Construção da Hegemonia do Agronegócio no Brasil: Recorrências Históricas e *Habitus* de Classe. **Trabalho Necessário**. v. 20, nº 41, 2022.

DELGADO, N. G.; ZIMMERMANN, S. A. Políticas Públicas para soberania e segurança alimentar no Brasil: conquistas, desmontes e desafios para uma (re)construção. **Saúde**

**Amanhã**: Textos para Discussão 83. 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/52128>.

GILBERT, C.; HENRY, E. La définition des problèmes publics: entre publicité et discrétion. **Revue française de sociologie**, Vol. 53, p. 35-59, 2012.

MALUF, R. S.; REIS, M. C. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. (orgs.). **Segurança Alimentar e Nutricional:** Perspectivas, Aprendizados e Desafios para as Políticas Públicas**.** Rio de Janeiro, RJ: Editora FIOCRUZ, 2013.

MORUZZI MARQUES, P. E. **Segurança Alimentar**: a Intervenção da Associação Brasileira de Agribusiness no Campo de Disputa e Produção Ideológica. 1996. 127 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1996.

POMPEIA, C. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

POMPEIA, C.; SCHNEIDER, S. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. **Desenvolvimento e Meio-Ambiente**, Curitiba, Vol. 57, p. 175-198. 2021.

REDE PENSSAN. **II VigiSAN** – II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Pandemia de Covid-19. Brasília: 2022. Disponível em: < https://olheparaafome.com.br/>.

SALATI, P. **Agropecuária foi o único setor que cresceu no PIB de 2020**; entenda. G1, 03 mar. 2021. Agro. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/03/03/agropecuaria-foi-o-unico-setor-que-cresceu-no-pib-de-2020-entenda.ghtml>. Acesso em: 4 abril 2023.

SHAW, D. J. **World food security**: a history since 1945. Basingstoke [England]; New York: Palgrave Macmillan, 2007.

ZIMMERMANN, S. **A pauta do povo e o povo em pauta**: as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional – democracia, participação e decisão política. 2011. 200 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2011.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# O FIAGRO E A FINANCEIRIZAÇÃO DE TERRAS: DO INVESTIDOR INDIVIDUAL ÀS COTAS DO LATIFÚNDIO

Bruna Bronoski[1]
Rodolfo Lobato[2]

**GT 06 -** Elites e classes dominantes do campo: estudos sobre poder e dominação no "andar de cima" do mundo rural brasileiro

## RESUMO

A história do Brasil é marcada por incentivos e investimentos públicos que reeditam a lógica da "tomada de terras". A partir da valorização das *commodities* e da onda de crises econômicas, alimentares e ambientais globais no início do século XXI, o setor agrícola passa por uma transição de fonte de financiamento, de exclusivamente estatal para também privada, em que o mercado de capitais e os meios digitais são atores cruciais para observar o fenômeno de concentração de terras no país. Este artigo observa o movimento coletivo em larga escala de financeirização da terra por meio do Fundo de Investimento das Cadeias Produtivas Agroindustriais, o Fiagro. É objetivo descrever a inserção massiva de pessoas físicas que aplicam recursos no agronegócio. A coleta e análise de entrevistas com investidores individuais apontam os primeiros resultados de uma pesquisa em curso, que sugere novos formatos de posse e propriedade da terra no país.

Palavras-chave: Fiagro, Financeirização, Terras, Investidores Individuais, Agronegócio

1 Universidade Federal do Paraná (UFPR), brunabronoski@ufpr.br.
2 Universidade Federal do Paraná (UFPR), rodolfolobato@ufpr.br.

## INTRODUÇÃO

A partir da transformação da terra em mercadoria, as elites agrárias se forjam no Brasil na intersecção de variados regimes sociopolíticos, localização espacial e contextos históricos. O longo percurso, estreado pelos colonizadores europeus, chegou ao modelo do único e tradicional proprietário privado de terra, sujeito que não representa mais o ponto final às formas de possuir e dominar os limites fundiários.

O avanço do sistema de mercado financeiro sobre o "ativo terra" apresenta formatos ainda mais recentes da propriedade da terra, que vão além do "único senhor" ou "possuinte". No Brasil, o Fundo de Investimento das Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) é um investimento de renda variável que está disponível a investidores individuais desde 2021. Pelo Fiagro, o mercado financeiro oferece "cotas" de ativos agrícolas, entre eles a terra, que são acessíveis não só a empresas de grande porte e transnacionais, mas também a indivíduos de baixo poder aquisitivo. Todo dono de cotas do fundo contribui financeiramente para viabilizar o mercado agrícola, da produção à compra ou arrendamento de imóveis rurais. Este movimento só é possível pela abordagem simultânea da individualidade e coletividade de transações financeiras.

O objetivo deste trabalho é descrever esta forma recente de investimento em terras no Brasil, a partir da compra individual de cotas do Fiagro-Imobiliário, com a pretensão de reinterpretar o processo de colonização e despossessão de territórios rurais à luz das novas forças do mercado financeiro, organizadas *online*.

Através do método de amostragem "bola de neve", em que a base dos dados primários vai sendo reunida sem o critério probabilístico, mas por meio de uma cadeia de referência (VINUTO, 2014), foram realizadas três entrevistas com investidores individuais, uma de forma presencial, uma por videochamada e a terceira por telefone, entre os meses de fevereiro e junho de 2023. Simultaneamente, reunimos informações recentes de operação do Fiagro, a fim de compreender o andamento deste

produto de financiamento do agronegócio[3] que focaliza, pela primeira vez no país, a compra de terras.

Os investimentos em fundos imobiliários e, mais especificamente, em fundos imobiliários que financiam o agronegócio, formam um complexo sistema digital e financeiro, de difícil entendimento holístico para todos os atores envolvidos na sua prática. Do ponto de vista metodológico, usamos a teoria Ator-Rede e o conceito de "caixa-preta" de Bruno Latour (LATOUR, 2000, 2012) para abordar o objeto de pesquisa. A teoria Ator-Rede (Actor-Network Theory - ANT) sugere a descrição de diferentes processos e atores para tecer uma rede analítica de um determinado fenômeno. A partir do acompanhamento de ações e decisões de sujeitos, como o investidor e o influenciador digital, descreveremos parte do complexo sistema que conduz ao movimento de investimentos para a tomada de terras no Brasil.

Numa perspectiva figurativa e visual, aplicando o conceito de caixa-preta de Latour (2000), o sistema opera como se fosse uma caixa fechada, cujas laterais são transpassadas por uma corda. Numa ponta da corda, do lado de fora, está o indivíduo que toma a decisão de reservar uma parte de seus rendimentos financeiros pessoais para emprestá-los ao setor do agronegócio. Na outra ponta, no lado oposto e também "de fora" da caixa, está o proprietário de terra ou produtor rural cujo capital não é suficiente para mobilizar as forças produtivas por si só. Estimulado pelo contexto de mercado, que incentiva a tomada de recursos privados sob juros, o dono da terra se transforma de tomador de recursos, ou seja, contrai empréstimos viabilizados por milhares de desconhecidos a partir da confiança de ambos no sistema.

Finalmente, no interior da caixa fechada, existe um sistema operado e mantido por diferentes atores, como gestores, administradores e securitizadoras do fundo, além de regras da economia de mercado, regulações concernentes ao fundo, lobby político e do setor agroindustrial

3 Ver instruções da Comissão de Valores Imobiliários em <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst356.html>, <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst472.html> e <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst578.html>.

que não estão acessíveis às pontas do lado de fora.

Consideramos a mobilização de milhares de pessoas, que possuem ou não laços diretos com o campo, a produção rural ou o mercado de terras, como peça-chave para fazer rodar a engrenagem dos produtos de financiamento rural no mercado de capitais. Dito isto, concentramos o esforço deste artigo no ator “investidor individual”, que apresenta diferentes perfis de motivação para seus aportes no agronegócio e que formou uma grande massa de novos investidores nos anos recentes.

Pela facilidade de acesso aos meios digitais e bombardeado por informações do mercado financeiro na mídia e nas redes sociais, o investidor comum parte de uma decisão individual de adentrar à caixa fechada. Sozinho, seus rendimentos não viabilizariam o funcionamento do sistema. Em coletivo, porém, os investidores reúnem valores que podem, segundo a hipótese que utilizamos neste trabalho, alterar a forma de uso da terra no Brasil, com consequências econômicas, sociais e ambientais.

A seguir, dividimos este artigo em dois tópicos para discutir o fenômeno citado, sendo eles i) o cenário dos investidores individuais no mercado financeiro brasileiro e o ; ii) a criação do Fiagro e a percepção sobre os produtos financeiros do agronegócio e consequente compra deles pelos investidores individuais. Por fim, são apresentadas considerações finais sobre a rede entre atores analisada.

## INVESTIDORES INDIVIDUAIS

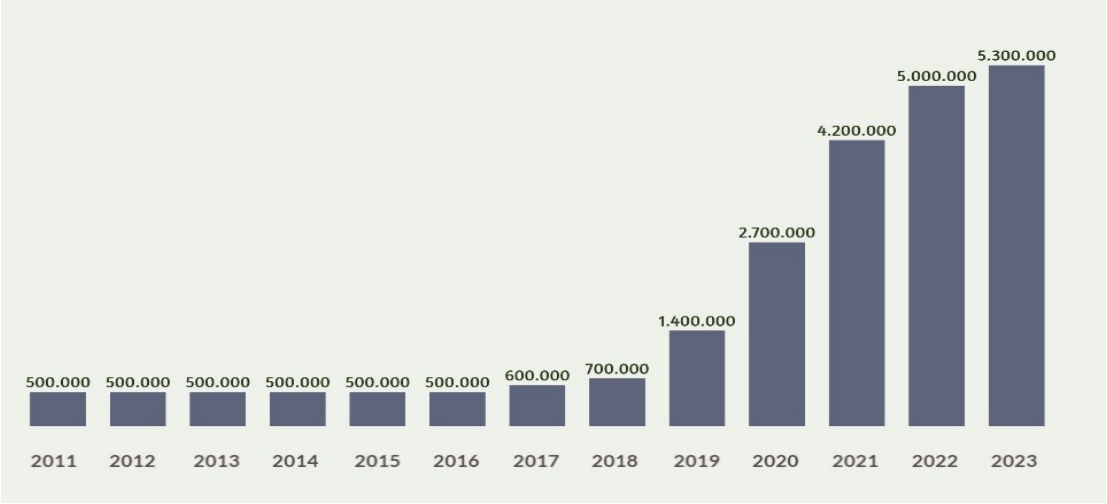
Utilizando a metáfora da caixa-preta (LATOUR, 2000), este trabalho abordará os atores que ingressam num mecanismo financeiro complexo para se aproveitarem dos rendimentos que lhes são prometidos pelos juros compostos, mecanismos de empréstimo e dívida, e pelas oscilações de mercado. No caso específico, nos rendimentos a partir da renda da terra.

A entrada dos investidores individuais no mercado de capitais apresenta ritmo acelerado e crescente no Brasil. Contados pelo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), que pode apresentar um mesmo CPF para mais de uma conta em instituição financeira ou corretora de valores, os

indivíduos únicos somam 4,2 milhões de investidores em produtos de renda variável; 11,1 milhões em renda fixa; 3,1 milhões em ações na bolsa; e 1,5 milhões de investidores em fundos imobiliários, além de outros produtos listados no mercado de capitais (B3, 2023).

Os CPFs únicos com aportes aplicados na Bolsa de Valores do Brasil (B3) eram cerca de 700 mil em 2018, número que cresceu sete vezes nos quatro anos seguintes, chegando aos 5,3 milhões de investidores individuais em março de 2023. Neste ano, os valores aplicados por indivíduos chegaram aos 459 bilhões de reais em produtos de renda variável sob custódia da bolsa de valores, como ações na bolsa e fundos de investimentos, e outros 1,6 bilhão de reais em produtos de renda fixa, como títulos do governo brasileiro e outros produtos cuja taxa de juros é firmada no momento da negociação (B3: A BOLSA DO BRASIL, 2022).

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DE CPFS INVESTIDORES POR ANO




FONTE: B3 (2023), elaboração dos autores

Na divisão de CPFs por grupo de investimentos de 2022, o primeiro que aparece no relatório é o do agronegócio, uma vez que são os que apresentam maior crescimento em um ano. Neste setor estão listados três produtos financeiros, sendo eles o Fundo de Investimento das Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). O aumento no número de pessoas físicas que negociaram estes produtos foi de 95% entre 2021 e 2022, saindo de 834 mil para 1,6 milhão de investidores

individuais (B3: A BOLSA DO BRASIL, 2022). Em números absolutos, o incremento de investidores foi de 793 mil em um ano, montante superior ao número de CPFs totais em 2018, como já descrito acima.

Assim como é possível listar distinções entre os diferentes perfis de “donos de terras”, entre latifundiários, líderes patronais rurais ou empresários do agronegócio, também ocorre uma variação de perfis de pessoas físicas que assumem o posto de “investidor individual”.

Uma classificação comum às corretoras de valores apresenta as primeiras variações dos tipos de investidores, como i) o investidor conservador, que possui informações básicas do mercado financeiro e aplica parte da renda em títulos de baixo risco e de renda fixa; ii) o investidor moderado, que possui conhecimentos medianos sobre possibilidades de aplicações e aceita correr riscos médios, como investir em produtos de renda variável; e iii) o investidor arrojado que, não necessariamente é profissional, mas tem conhecimentos sobre como opera o mercado de valores e aceita correr altos riscos em busca de maiores rentabilidades, a exemplo das aplicações na bolsa de valores.

Os três perfis conhecidos no mercado ainda podem ser combinados com outras variações binárias, percebidas no trabalho de campo, como o iv) investidor de origem urbana e rural, v) o investidor constante, formalmente empregado ou autônomo com rendimentos excedentes ao custo de vida; e o descontinuado, que aplica recursos quando possui excedentes de renda; vi) o investidor com vistas a rendimentos de curto a médio prazo, com objetivos desde a compra de um bem passivo, como um carro ou uma viagem, até o longo prazo, como a complementação privada da aposentadoria futura, entre outros.

As combinações das variações apresentam muitas possibilidades de perfis, mas todos se assemelham pela condição primária, a individualidade. Da lista de perfis de investidores da Comissão de Valores Imobiliários (CVM), o investidor aqui observado não se enquadra nas categorias profissional, qualificado, institucional (Pessoa Jurídica) e não residente (estrangeiro), mas no tipo individual (Pessoa Física e residente no país), responsável por inversões de baixos valores, inferiores a 10

reais, até valores mais expressivos, sem limite de teto.

Neste trabalho, os investidores individuais prospectados em campo apresentam diferentes perfis. O Investidor 1 tem 40 anos e sua escolaridade é o ensino superior completo. A Investidora 2 tem 29 anos e ensino superior incompleto. O Investidor 3 tem 38 anos e concluiu um ensino técnico. Suas atividades profissionais, desempenhadas na área urbana, não têm conexão direta com a operação de investimentos no mercado financeiro. Todos se consideram leigos ou estudantes do mundo dos investimentos.

O Investidor 1 aplica valores no mercado financeiro há cinco anos, tendo começado a investir em ações na bolsa de valores com operações de *swing trade*, em que o investidor acompanha a valorização de ações e faz transações de compra e venda no momento em que considera vantajoso para aumentar seus dividendos. Ele se considera um investidor do tipo arrojado. Além de investir no agronegócio, também faz aplicações em outros setores no mercado financeiro.

> Eu comprei uma ação que estava barata. (...) Hoje eu faço as aplicações mensais, o retorno que eu recebo eu reinvisto, hoje o meu foco já mudou, tem quase um ano. Tem uns 18 meses que eu comecei a estudar mais sobre isso, tentando entender melhor como funciona tudo (entrevista com Investidor 1 em 15 de fevereiro de 2023).

A Investidora 2 recebeu uma quantia em dinheiro de uma herança de família há oito anos, no valor de cinco mil reais, fato que o levou a procurar formas de investimento que apresentassem rendimentos maiores que a poupança. Decidiu aplicar o montante num investimento quando conversou com o gerente de seu banco, em busca de indicações sobre produtos seguros e de retorno garantido. Descobriu a possibilidade de investir em Letras de Crédito Imobiliário (LCIs):

> Sentada ali na frente do gerente, eu perguntei: o que que você me orienta a investir? E ele me propôs o LCI e me falou que era interessante porque eu não pagaria imposto de renda sobre ele (entrevista com Investidora 2 em 24 de maio de 2023).

Nota-se que o fenômeno expansivo e aparente nas divulgações oficiais da bolsa de valores brasileira de inserção de pessoas físicas no mercado de capitais ocorre por uma assimilação do mercado financeiro

em aspectos da vida comum, enquanto indivíduos e sociedade. A população, majoritariamente urbana, está envolvida pelo sistema financeiro ao usar tecnologias como o cartão de crédito, ao acessar ofertas de empréstimos por bancos (DOS SANTOS et al., 2022) e outros mecanismos de transações com dinheiro não mais em espécie, mas digital.

Este também é o caso do Investidor 3, que deixou de ter a carteira assinada em 2018 e passou a trabalhar de forma autônoma. Ele afirma que, uma vez sem benefícios trabalhistas, pensou em formas de guardar dinheiro.

> Eu gosto mais do banco digital, sabe? Por causa da praticidade, que não tem que ir em corretora, ter que ir em agência para resolver pepino, sabe? E também eles dão muito benefício nas questões de *cashback*, essas coisas. Eu foco nesses bancos e é um meio mecanismo que eu tô fazendo para guardar dinheiro (entrevista com Investidor 3 em 7 de junho de 2023).

Soma-se à familiaridade com os meios digitais, popularizados pelo acesso à internet e ao *smartphone*, algumas reformas políticas propostas pelo governo de Michel Temer (PMDB, 2016-2018) e aprovadas no poder Legislativo. Duas delas são a Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019) e a Lei do Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95/2016), que retiram direitos previdenciários e reduzem investimentos públicos em setores básicos sociais, como a saúde e a educação.

Tais medidas têm impacto na tomada de decisões financeiras individuais, pois reduzem a confiança da população no Estado como provedor de bem-estar social, transferindo a confiança dos indivíduos para o mercado. Este, por sua vez, reforça promessas de bem-estar presente, a partir do consumo de produtos e familiares. A rentabilidade oferecida pelo mercado de capitais, portanto, torna-se chamariz para inversões individuais.

> É justamente o motivo pelo qual eu comecei também a investir, a descrença de que eu vou poder me aposentar um dia. Ou de que a minha aposentadoria vai ser o suficiente para eu subsistir. E acho que é isso mesmo, né? E assim, eu ainda sonho com a possibilidade de um dia eu poder viver de renda. Talvez não “viver de renda”, mas ter um complemento à minha renda que me

> permita trabalhar menos (entrevista com Investidora 2 em 24 de maio de 2023).
>
> O INSS [Instituto Nacional de Seguro Social] está quebrado. Eu tive a primeira experiência com o meu pai, meu pai sofreu para se aposentar. (...) Nisso, eu já me senti inseguro, porque o meu pai tinha tudo comprovando e tudo o mais, e era dinheiro dele, entendeu? (entrevista com Investidor 3 em 7 de junho de 2023).

Com a entrada de novos investidores no mercado financeiro, como vimos acima, ocorre também o acréscimo de aportes ao setor do agronegócio. O ano de 2021 fechou a posição total de aplicações no agronegócio em 230,1 bilhões de reais, tendo saltado para 411 bilhões em dezembro de 2022. Os valores apresentam aumento superior expressivo em comparação aos outros dois setores da economia analisados pela B3, como o imobiliário e o ETF de criptoativos (*Exchange Traded Fund*) (B3: A BOLSA DO BRASIL, 2022). Para o agronegócio, o crescimento dos valores aplicados entre 2021 e 2022 foi de 79%, contra 46% para o setor imobiliário e, na direção oposta, contra uma queda de 48% para os fundos de índice de criptoativos no período.

Na sequência, descrevemos brevemente como se constitui o Fiagro no mercado de valores e as percepções dos investidores individuais sobre os produtos de financiamento do agronegócio.

## DE DONO DE TERRAS PARA DONO DE COTAS

No começo da década de 1990, foi sancionada no Brasil a lei federal nº 8.668/93, que instituiu e definiu o regime tributário dos Fundos de Investimento Imobiliário, conhecidos pela sigla FII. O produto permite que instituições financeiras emitam fundos a partir de ativos imóveis, como prédios, galpões e lajes, e vendam suas cotas para investidores. Estes, por sua vez, obtêm rendimentos a partir da compra e venda ou aluguel dos bens geridos pelo fundo. Ou seja, os fundos de investimento imobiliário operam pela comunhão, também chamada de “condomínio”, de centenas a milhares de cotistas que aplicam recursos no produto e recebem seus rendimentos mensais.

A lei federal nº 14.130/21 modifica a lei dos FIIs e cria o Fundo de Investimento das Cadeias Produtivas Agroindustriais, o Fiagro. Este

produto se insere na mesma lógica de condomínio de cotistas, em que os investidores esperam rendimentos com imóveis, neste caso com terras e outros ativos do setor do agronegócio. As diferenças dos ativos investidos são responsáveis pela divisão dos três tipos de Fiagro.

Regulamentado pela Instrução CVM 356[4], os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (Fiagro-FIDC) são direitos e títulos representativos de crédito, como dos setores comercial e industrial do agronegócio. Já o Fundo de Investimento em Participações (Fiagro-FIP), com descrição na Instrução CVM 472, possui participações em sociedade na cadeia do agro. Finalmente, o Fundo de Investimento Imobiliário (Fiagro-FII) é regulado pela Instrução CVM 578 e aloca os recursos em ativos imobiliários, ou seja, em imóveis rurais, ou ainda em direitos creditórios imobiliários de imóveis rurais.

Em pouco mais de dois anos de operação, uma vez regulado em março de 2021, o novo produto apresenta expressivos valores de aplicação. Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), os Fiagros possuem 12,2 bilhões de reais alocados na bolsa de valores brasileira a partir de investimentos em 57 diferentes fundos (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, 2023). O potencial de crescimento também pode ser estimado a partir das estatísticas comparativas no período de um ano, já que, em março de 2022, eram 3 bilhões de reais alocados no fundo. Houve um aumento, portanto, de 307% no período.

De cada 10 Fiagros, oito estão alocados em Fiagro-FII, ou seja, em imóveis rurais. Os fiagros imobiliários respondem por 80% das aplicações em março de 2023, enquanto os Fiagro-FIDC detêm 19% e os Fiagro-FIP, 1% (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, 2023). Ou seja, em dois anos do aniversário do novo produto do agronegócio, os arrendamentos e compra e venda de imóveis rurais se destacam entre as operações.

Com certa experiência no mercado financeiro, o Investidor 1 explica que os FIIs são os produtos de sua preferência atual, no momento da entrevista.

Ah, hoje o meu foco é fundo imobiliário. Fundo imobiliário é o quê?

4 O termo “agronegócio” é utilizado neste trabalho conforme definição trazida em Beatriz Heredia (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010) e Débora Lerrer (LERRER, 2020).

> O prédio onde eu trabalho, que é um prédio bem no centro de Curitiba, por exemplo, é de um fundo imobiliário. Então o banco para o qual eu trabalho paga o aluguel das salas e esse aluguel que vai para o fundo, que é o dono do prédio (...). Ele [o fundo] recebe os aluguéis e distribui parte desse aluguel para os cotistas, né? (entrevista com Investidor 1 em 15 de fevereiro de 2023).

Sendo cotista de fundos imobiliários, o Investidor 1 vê vantagens nestes produtos, como o Fiagro, em relação às ações na bolsa, mesmo ambos sendo de renda variável, ou seja, que apresentam riscos. Ele os compara considerando a periodicidade de pagamento do primeiro como uma vantagem.

> É mensal, né? É o negócio em que você vê todo dia, todo mês pingando na sua conta, é um troço que te anima a continuar, sabe? É diferente das ações. As ações pagadoras de dividendos pagam uma vez a cada três [meses], a cada seis, uma vez por ano. Então você perde um pouco assim do negócio, de sentir na mão o retorno, né? E vou te falar que isso foi o que fez eu continuar o investimento [em FIIs] (entrevista com Investidor 1 em 15 de fevereiro de 2023).

Por 28 anos, o mercado de capitais no Brasil operava os Fundos de Investimento Imobiliários com foco em imóveis urbanos, como o exemplo trazido pelo Investidor 1, cujo caso específico se refere a prédios de uso comercial. Em 2021, o mercado também passa a operar com uma nova modalidade de fundos de investimento imobiliário, desta vez com regulação própria para imóveis rurais.

Os milhares de investidores individuais que apostam nestes Fiagros não têm garantia pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) nacional, tampouco do pagamento pelos tomadores do fundo. Mesmo assim, nota-se, a partir do crescimento expressivo em dois anos, que o setor do agronegócio tem a confiança dos investidores individuais.

> É que o Fiagro tá começando, né? Eles não têm um histórico grande, é um risco grande. (...) Os [FII] de infra e os Fiagro, por ser recente, é um risco maior. (...) Mas eu me sinto mais seguro porque, querendo ou não, o agro é o que comanda o PIB, praticamente. Tanto que agora, recentemente, o PIB subiu mais que o esperado por causa do agro, né? (entrevista com Investidor 3 em 7 de junho de 2023).

> O mercado do agronegócio é responsável hoje por 30% do PIB do Brasil, então é algo assim, vai ter muita gente querendo crescer, querendo investir. É algo que você vê que tem retorno. Porque durante a pandemia praticamente o que sustentou a economia do Brasil em relação ao PIB foi o agronegócio, né? (entrevista com Investidor 1 em 15 de fevereiro de 2023).

Além da confiança no setor, o Investidor 1 justifica sua escolha por investir em imóveis rurais pela tangebilidade destes ativos. Os “ativos alternativos reais”, como as terras e produtos agrícolas, as florestas plantadas e os recursos naturais, considerados “físicos”, diferem-se dos “ativos tradicionais”, como os títulos de renda fixa ou variável negociados no mercado de capitais, que não apresentam lastros “físicos” ou “reais” diretos.

A alocação em ativos alternativos reais se tornou prioritária para investidores institucionais, como instituições financeiras, empresas e sociedades na virada do século XXI. Estes atores redirecionaram seus aportes para investimentos com lastros físicos de forma a prevenir futuros prejuízos financeiros nos ativos de papel, depois da experiência que tiveram no começo dos anos 2000 com a alta dos preços das matérias-primas, fenômeno conhecido como *boom* das *commodities*, e as crises alimentar, energética, ambiental e financeira, que culminou na quebra da bolsa de valores americana em 2008 (DOS SANTOS et al., 2022). A opção por investimentos mais seguros e palpáveis dos investidores institucionais também é percebida individualmente:

> Meu primeiro Fiagro que eu investi foi esse de fazenda, porque é algo mais palpável. Você tem a garantia física ali. Se o cara não pagar, a fazenda é minha, entre aspas. (...) Eu tiro o cara de lá e boto outro ali que queira arrendar. É mais simples você imaginar isso. Eu estudei um pouco mais para entrar nesses fundos de papel, como é (sic) chamado no mercado. Porque essa forma aí de fazer os financiamentos, é só papel, você não vê as garantias necessariamente físicas, né? (entrevista com Investidor 1).

O Investidor I acredita que possui o “poder” de deter a terra alienada ao fundo em caso de inadimplência do tomador de recursos, isto é, do produtor rural, do proprietário de cooperativas agrícolas ou do imóvel rural. De fato, o regulamento do Fiagro é punitivo ao tomador que não cumpre o contrato. Em caso de arrendamento, o § 2º do artigo 4º da Lei do Fiagro prevê desocupação do arrendatário por meio de decisão judicial no término da safra plantada na área. Em caso de alienação fiduciária do imóvel, em que a própria terra é dada em garantia ao fundo de investimento pela tomada de recursos financeiros, o proprietário está sujeito à execução do imóvel.

No entanto, em caso de inadimplemento, o imóvel não se torna bem do cotista, mas sim do fundo, que concentra as decisões de mantê-lo, arrendá-lo ou revendê-lo no gestor responsável. Num universo de dezenas de cotistas, como é o caso do FZDA11, primeiro Fiagro-FII com ativos em terras agrícolas, os 105 donos de cotas não possuem poder individual de decisão sobre o ativo do fundo, alocado em uma única fazenda no município de Balsas (MA), estando estes sujeitos às decisões da gestora responsável ou do consenso coletivo entre todos os cotistas, votado em assembleia conforme regulamento.

A Investidora 2 não investe em Fiagros, mas participa do financiamento privado agroindustrial por aplicar dinheiro em Letras de Crédito do Agronegócio. Afirma, porém, que os Fiagros são uma possibilidade.

> Como no Banco do Brasil ou na Petrobras, eu me sinto um pouco dona, tipo, ah, isso é um pouquinho meu. E acho que até por isso eu comprei as ações, para me sentir parte daquilo. Apesar de que é dinheiro dos fundos e eu não faço parte de nada, né? Sim. É uma lógica diferente na minha cabeça (...). Eu acho que [no caso dos Fiagros] me sentiria um pouco dona da terra. Não da terra toda, né? Não sei, acho que por justamente dizer que eu investi dinheiro aqui, então eu faço parte disso (entrevista com Investidora 2 em 24 de maio de 2023).

A observação possível a partir dos dois investidores individuais é a substituição dos “donos de terras” pelos “donos de cotas”, não apenas na percepção dos investidores sobre sua atuação nos fundos onde aportam valores, mas também do mercado financeiro organizado *online*. Isto se dá porque, uma vez seduzidos os investidores para que realizem aplicações em fundos imobiliários do agronegócio, os próprios fundos são viabilizados. Ao serem capitalizados – por milhares de aportes individuais -, os fundos têm poder de compra superior a outros sujeitos proprietários de terras rurais.

A reunião de recursos financeiros através de produtos como o Fiagro distribui os riscos entre dezenas e até milhares de cotistas, além de dividir a administração do ativo entre vários operadores financeiros, como a instituição gestora, a administradora e a auditora dos fundos de investimento. Cada uma, respetivamente especializada nos processos de

gestão imobiliária, na análise de regulamentos e produção de boletins informativos aos cotistas, e na auditoria e monitoramento do funcionamento do fundo, responsabiliza-se e domina uma parte determinada da estrutura, desonerando a figura de um único comprador de terra, ou de alguns poucos sócios.

Numa das ponta da corda, os investidores adentram a caixa aos milhares, promovendo a reunião de capital expressivo, que se apresenta competitivo ao mercado de terras em relação a outros perfis de compradores ou tomadores de imóveis rurais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o Fiagro tenha pouco mais de dois anos de existência e um curto histórico de operações, a descrição das ações de atores inseridos neste negócio financeiro digital aponta para fenômenos ainda maiores, como o de crescimento exponencial de pessoas físicas no mercado de capitais e a forte presença das cadeias produtivas do agronegócio nesta ferramenta de financeirização.

Observa-se que os investidores individuais são mobilizados por um discurso de confiança no setor do agronegócio no país, que é propagado por operadores de fundos até produtores de conteúdo financeiro na internet. Combinados, estes discursos são capazes de produzir investidores em diferentes grupos sociais e etários, os quais aportam valores a partir do crédito que atribuem ao setor. A possibilidade de investir em imóveis rurais lhes confere o status de “participação numa instituição próspera e segura, o agronegócio”.

A combinação entre popularização digital, sistemas de mercado financeiro e financiamento do setor agroindustrial traz à tona implicações de ordem político-econômica, uma vez que uma massa de indivíduos possui a potência de agir sobre o direcionamento de recursos para um setor específico da economia. O saldo em custódia de bancos e instituições financeiras em produtos do mercado financeiro voltados para o agronegócio ultrapassa os valores totais anuais de subsídios públicos para o setor, o que configura uma nova fonte de financiamento, e que

ainda não parou de crescer.

A partir destas observações, esta pesquisa aponta para questões ainda em aberto. Será que o crescimento exponencial em número de investidores individuais no agronegócio poderá acirrar um descolamento do financiamento privado em relação ao subsídio público para o setor? Se sim, quais as consequências sociais, ambientais e fundiárias em o estado perder espaço e poder no financiamento do setor? Haverá, por meio do crescimento de investidores individuais em Fiagro, um desequilíbrio ainda maior no uso e propriedade da terra no país, favorecendo sua concentração ou democratização? Esperamos, por meio da socialização desta pesquisa e a continuidade da observação analítica sobre investidores individuais no mercado financeiro, visualizar caminhos futuros para abertura do que estamos chamando de caixa-preta.

## REFERÊNCIAS


B3. **Perfil Pessoas Físicas**. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-a-vista/perfil-pessoas-fisicas/perfil-pessoa-fisica/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

B3: A BOLSA DO BRASIL. **Uma análise da evolução dos investidores na B3**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-a-vista/perfil-pessoas-fisicas/perfil-pessoa-fisica/>. Acesso em: 17 maio. 2023.

DOS SANTOS, A. B. et al. **Financeirização da Agricultura e da Terra no Brasil: dinâmicas em curso e disputas em jogo**. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 159–196, out. 2010.

LATOUR, B. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.

LATOUR, B. **Reagregando o social: Uma introdução à Teoria Ator-Rede**. Salvador: Edufba, 2012.

LERRER, D. F. Revista Agroanalysis: a trajetória da afirmação do agronegócio e de consagração de seus agentes. **Contemporânea - revista de sociologia da UFSCar**, v. 10, n. 1, p. 273–304, 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Boletim do Agro: Finanças Privadas**. Brasília: [s.n.].

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa. **Tematicas**, v. 22, n. 44, p. 203–220, 30 dez. 2014.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# A classe fragmentada: unidade e conflito entre produtores rurais do Vale do São Francisco

José Fernando Souto Jr.[1]

**GT 06:** ELITES E CLASSES DOMINANTES NO CAMPO: ESTUDOS SOBRE PODER E DOMINAÇÃO NO "ANDAR DE CIMA".

**RESUMO**

Buscando compreender as relações de classe no Submédio Vale do São Francisco (SMSF), entre as cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), maior produtor de frutas do Brasil para exportação, o objetivo deste trabalho tem sido buscar a compreensão da organização do empresariado/patronato rural em suas várias formas de representações associativas: o Sindicato Rural (patronato), fundado em 1965; as cooperativas que atuaram no SMSF desde os anos 1970; a formação da Associação dos Produtores e Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport), estimulada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), em 1988; e, no início dos anos 1990, a criação da Brazilian Grape Marketing Board (BGMB) por um grupo de empresários com o objetivo exportar uvas e desenvolver novas modalidades da fruta com vistas ao atendimento do mercado externo.

Palavras-chave: patronato, associações, cooperativas, sindicato, agronegócio.

## INTRODUÇÃO

O Submédio Vale do São Francisco (SMSF) se notabilizou pela produção de frutas para exportação. Segundo números da Associação dos Produtores e Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (VALEXPORT), a área irrigada do Vale era de 360.000 hectares em 2013; a região é a terceira maior

[1] Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), fernando.souto@univasf.edu.br

produtora de frutas do mundo, produzindo 43,8 milhões de toneladas por ano. O consumo mundial de frutas frescas é da ordem de 42 milhões de toneladas por ano, movimentando US$ 28 bilhões anualmente, a participação do Brasil, por sua vez, é da ordem de US$ 642,7 milhões (2,3%). Desse total, o SMSF participa com 39,1%, exportando principalmente uva e manga, sendo responsável por um total de US$ 251,5 milhões. 80% da uva e 65% da manga exportadas pelo SMSF vão para a União Europeia; 15% da uva e 30% da manga vão para os Estados Unidos e os 5% restantes de manga e uva vão para o Canadá, países da Ásia, da América do Sul e do Oriente Médio (VALEXPORT, 2013).

A magnitude dos negócios no SMSF foram a motivação para as pesquisas que desenvolvemos desde 2008, financiadas por fundações de amparo à pesquisa: FACEPE, FAPESB, CNPQ e CAPES. Ao longo desse tempo, foram publicados vários artigos, que são citados ao longo do corpo desse trabalho. Foram 18 entrevistas semiestruturadas, visitas regulares aos arquivos privados dos sindicatos dos trabalhadores rurais e do sindicato patronal, dos jornais locais e das bibliotecas das universidades localizadas entre Petrolina e Juazeiro, além da Embrapa, com o objetivo de procurar documentos relacionados à fruticultura irrigada. Optou-se desde o início pelo método qualitativo, objetivando aprofundar a compreensão da ação dos atores sociais nesse estudo de caso (FLICK, 2009; GOLDENBERG, 2004) e fazendo uso da análise documental (PIMENTEL, 2001; CELLARD, 2010).

No decorrer das pesquisas, identificamos publicações que são referências para se pensar o desenvolvimento da fruticultura irrigada no SMSF. São publicações recorrentemente citadas em artigos acadêmicos e alguns dos autores orientaram trabalhos acadêmicos diversos sobre esse tema. Assim, desde o livro-denúncia de Bloch (1996), aos trabalhos acadêmicos de Cavalcanti (1996, 1997, 2003), Daminani (1999), Silva (2001, 2009) e Selwyn (2008, 2009, 2010), todos podem ser considerados para o entendimento da fruticultura do SMSF.

Na configuração do *cluster* no SMSF, há uma predominância clara do papel do Estado: na definição da área e da construção de toda a infraestrutura, na criação das agências que definiram as diretrizes e executaram os planos para o desenvolvimento, na criação de agência de pesquisa, universidades, no direcionamento dos recursos de pesquisas, no estímulo ao cooperativismo e ao associativismo da iniciativa privada e, por fim, na fiscalização das condições de trabalho.

Foi com a antropologia do desenvolvimento de Sardan (2005) que encontramos a ferramenta para auxiliar na compreensão da constituição desse modelo. Partindo do dissenso, é possível entender as estratégias dos atores. Sardan trata de três perspectivas, que absorve de Gluckman: em primeiro lugar, toda sociedade é atravessada por conflitos, em segundo, conflitos são indicativos de variedades de posicionamentos sociais e, assim sendo, são expressões de interesses ligados às diferentes posições sociais (dos atores) e são estruturados culturalmente. Por fim, os conflitos, para além de uma interpretação de que eles conduzem ao caos, contribuem ao menos para a sua reprodução ao reforçar a coesão social (SARDAN, 2005).

Articulando as dimensões do "modelo de desenvolvimento" com o conceito de arena de Sardan: "the arena is basically the social space in which these confrontations and competitions occur" (2005, p. 189), procura-se visualizar os posicionamentos dos agentes em interação e o desvelamento de suas estratégias em confronto como lógicas entrelaçadas, "como um campo social que coloca em relação, com uma intensidade particular, atores diversos, interesses heterogêneos, lógicas de ação plurais e universos simbólicos divergentes" (BIERSCHENCK apud CARNEIRO, 2012, p. 134). Esta referência teórica norteia o entendimento deste trabalho, que tem como objetivo entender o percurso dos produtores rurais do SMSF.

Foi o direcionamento efetivo de políticas do governo federal, com o objetivo de suprir a demanda por alimentos das regiões metropolitanas do Nordeste, que permitiu a retirada do Semiárido nordestino do isolamento político e econômico tornando-o produtor de alimentos (OLIVEIRA, 1981). A atenção para com o Nordeste teve início com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1909. Foi a primeira agência do Estado a estudar a problemática do Semiárido.

Os grandes investimentos iniciaram nos anos de 1945 com a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Com o objetivo de aproveitar as águas do São Francisco para gerar energia, as obras para construção de lagos e usinas vieram acompanhadas de obras de infraestrutura que beneficiaram a região. Com a instituição da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948, o governo federal passou a enxergar o SMSF com base em suas peculiaridades geográficas e climáticas, encomendando as primeiras pesquisas para as culturas irrigadas e o apoio técnico aos colonos. Mas foi com o Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDM) e, posteriormente, com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, que surgiram as primeiras propostas associadas a um

plano extenso de irrigação. Dentro de um conjunto de políticas direcionadas ao Nordeste e ao SMSF, a irrigação tornou-se uma alternativa viável, tendo em vista o caso exitoso de Israel. Em 1963, foi instituído o Grupo de Irrigação do São Francisco e foram criadas duas estações experimentais (SOUTO JR, 2019)[1].

A Sudene, em parceria com a *Food Agricultural Organization*, em 1966, realizou o levantamento pedológico das áreas irrigáveis e definiu o Plano Diretor da irrigação (PDI). Tendo em vista a mudança de atenção que a região recebia, a CVSF foi transformada em superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), que assumiu a execução do PDI, ao mesmo tempo em que foi responsável por obras de infraestrutura, como rodovias, escolas e a construção do aeroporto de Petrolina, em 1958.

Foi em 1974 que a Suvale foi transformada em Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Para Silva (2001) e Damiani (1999), o marco decisivo da irrigação e do êxito da fruticultura irrigada é da CODEVASF, que elaborou e implementou políticas estruturais, pondo fim às políticas setorizadas e descontínuas de diversas agências do Estado. Inicialmente, ela teve o papel de acompanhar todas as fases dos projetos de irrigação, desde a avaliação de viabilidade técnica até a econômica. Foi responsável pela implantação, acompanhamento e desenvolvimento de cada projeto. Segundo Damiani, a forma singular de atuação garantiu o sucesso do polo Petrolina-Juazeiro. A boa performance pode ser explicada pela aplicação de princípios inovadores na gestão dos projetos, dividindo a área entre pequenos e médio produtores e grandes empresas, introduzindo uma competição por subsídios direcionados.

## A INICIATIVA PRIVADA SUAS ORGANIZAÇÕES DE INTERESSES

A racionalidade do capital, incorporada pelos técnicos da CODEVASF, indicava que o desenvolvimento do SMSF não aconteceria se não houvesse uma iniciativa privada com maior dinamismo. Após todo o investimento estatal e algumas experiências fracassadas, como a do melão, por exemplo, ficou claro que seria necessário estimular uma dinâmica empresarial com uma racionalidade menos dependente do Estado e capaz de assumir mais riscos. Mas como fazê-lo?

A estratégia foi recrutar produtores com *expertise* em exportação e cooperativismo. O marco decisivo foram os anos 1970, quando a CODEVASF convidou a Cooperativa Agrícola de Cotia e ofereceu terras para produzirem nos projetos irrigados.

Direcionada pelo Estado, essa política de recrutamento de colonos tinha dois objetivos: trazer novos atores para ocupar terras ociosas e introduzir um tipo específico de colono com perfil voltado para a forma associativa do cooperativismo com uma racionalidade empresarial mais agressiva, capaz de liderar o projeto de desenvolvimento no momento em que o Estado se preparava para deixar algumas de suas atribuições.

O desdobramento dessa inciativa se deu com a aliança formada entre a CODEVASF e a COTIA (esse perfil empreendedor foi recrutado no Sudeste), a maior cooperativa agrícola do país com mais de 200 escritórios no Brasil, inclusive em Juazeiro, onde comprava melões para vender nos mercados do Sudeste e nas capitais nordestinas. A ideia inicial visava atrair empresas com reconhecida experiência em exportação e comprovado conhecimento das exigências do mercado externo. A Cotia era a escolha óbvia, com reconhecido *know-how* na exportação de produtos agrícolas desde os anos 1960 e com escritório em Rotterdam. Colonos ligados à cooperativa se estabelecerem em Curaçá (BA), no SMSF, para produzir melão. Ao longo do tempo, o Vale passou a ser o maior exportador de melão do país e a Cotia a principal exportadora (DAMIANI, 1999).

A visão empresarial do grupo de produtores ligados à COTIA deve ser observada a partir de sua relação com a terra, que deixava de ser vista apenas como agricultura e passava a ser vista como *agrobusiness*, uma expressão carregada de valores empresariais para os negócios no campo, significando uma relação mais complexa com os mercados interno e externo. Para Mendonça, o patronato rural moderno é oriundo das cooperativas, defende a autogestão, representa a modernização no campo, e é deles o termo agronegócio, concepção que relaciona todas as atividades econômicas ligadas direta ou indiretamente à agricultura – constituindo-se num "poderoso complexo, de cunho bem mais comercial e financeiro, cujo peso não poderia ser aquilatado apenas por seu desempenho econômico, mas principalmente por sua influência política" (MENDONÇA, 2010, p. 219).

A *expertise* da COTIA serviria de modelo para expandir o leque de frutas no exterior. Uma série de problemas foram sanados com o conhecimento já acumulado pela Cotia, facilitando as tarefas relacionadas à exportação, como o entendimento das normas sobre os padrões de qualidade requeridos no mercado de frutas frescas. A coordenação do processo de produção e de distribuição dos fruticultores teve efeito eficaz nos seguintes itens: evitou a concentração das colheitas e viabilizou as fases relacionadas à embalagem, armazenamento e transporte das frutas; garantiu maior

eficácia no controle sobre as pragas; e a ampla rede de relações com compradores internacionais da Cotia ajudou a resolver um dos principais entraves, o de *marketing* (DAMIANI, 1999; SILVA, 2001; GOMES, 2004; SELWYN, 2008, 2010).

Os países compradores impõem exigências que afetam as técnicas de produção, de modo que as frutas estejam dentro de especificações técnicas que atendam a legislação de cada país. Por outro lado, estas exigências estão relacionadas ao *marketing*, que padroniza os produtos definindo os elementos estéticos como tamanho, cor do fruto, forma da embalagem, além dos elementos de composição do sabor, como a quantidade mínima de água e açúcar (CAVALCANTI, 1997; SELWYN, 2008).

O processo de produção é afetado desde a preparação da terra, que está relacionada aos produtos adequados e à aplicação correta dos insumos no tratamento das plantas, como adubos e pesticidas, até o pós-colheita, com a classificação dos frutos, a embalagem, o armazenamento e o transporte (terrestre, marítimo e aéreo). Essa gama de tarefas não poderia ser realizada pelos diversos produtores sem que houvesse organizações que as coordenassem. Parte desse papel foi desenvolvido com êxito pelas cooperativas, que propagaram uma mentalidade empresarial e de autogestão.

A CODEVASF ajudou a fomentar uma associação de produtores. Desse esforço nasceu, em 1988, a Associação dos Produtores e Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco – VALEXPORT. Em entrevista à pesquisa, José Gualberto de Freitas narrou como se deu a ideia inicial para a criação da associação. Em sua versão do surgimento da VALEXPORT, não havia um protagonismo da CODEVASF, mas uma ideia que surgiu com o empresariado local. Responsável pela Fazenda Milano, primeiro grande projeto de irrigação de fruticultura que se dedicou à produção de uva e vinho.

Ainda em 1986, a CODEVASF montou uma força tarefa para promover e viabilizar a exportação de frutas, realizando *workshops* com especialistas estrangeiros que trataram de temas como: as regras dos mercados internacionais, as imposições governamentais para exportação de alimentos e frutas frescas, as questões de *marketing* e as exigências dos mercados etc. No ano seguinte, convidou os principais produtores de frutas e alguns políticos para discutir a exportação de frutas e identificar as ações das agências do governo federal com o objetivo de resolver os gargalos para exportação.

Para Damiani, uma das estratégias de sucesso da CODEVASF foi estimular o engajamento local dos produtores para construir, via iniciativa privada, instituições de cooperação nas quais os fruticultores poderiam resolver de forma coletiva seus problemas, como a complexidade e o alto custo das tecnologias para exportar frutas. Problemas encontrados na qualidade das frutas são passíveis de penalidades nos preços e, geralmente, impedem novas entradas nos mercados externos.

> CODEVASF pushed firms very strongly to organize themselves, arguing that they needed an association for at least the following powerful reasons: a) to collect information and search for export markets; and b) to press the federal government to carry out policies and other interventions that helped producers of fruits for export, such as investing in improving the Suape harbor and the highway between Petrolina and Suape, and increasing the funding for research on export crops available to the EMBRAPA research station in Petrolina. CODEVASF also argued that if firms jointly contracted transportation by trucks and ships, they would save substantial amounts of Money (DAMIANI, 1999, p. 49).

O alcance da atuação da VALEXPORT pode ser vista nos documentos da própria associação já depois de formada.

> A VALEXPORT foi criada em 1988 com o objetivo de representar o empresário hortifrutigranjeiro local de forma institucional, intervindo junto aos poderes públicos constituídos, sejam eles nacionais ou internacionais. (...) Manter relacionamentos e firmar convênios com órgãos, entidades e empresas públicas ou privadas, no país e no exterior, que exerciam atividades relacionadas com a produção, preparação, transporte, armazenamento, comercialização, exportação e promoção de produtos hortigranjeiros no Brasil e no exterior, em todas as formas, inclusive através de participações em feiras, exposições, com fundos próprios ou de terceiros (VALEXPORT, 2014, p. 6).

A CODEVASF apoiou a criação da associação custeando as despesas com o aluguel, equipamentos e mobiliário, pagou o salário de um técnico para administração por um ano, desenhou os estatutos, contratou estudo sobre viabilidade de exportação de frutas e vegetais para Europa e divulgou as frutas do SMSF em feiras da Europa. A Cotia desempenhou um papel diretivo nesse processo ao ensinar como exportar,

deslocando diretores de sua área de exportação em São Paulo para o SMSF e pagando seus salários até que a VALEXPORT pudesse contratá-los. O objetivo da associação não foi apenas atuar na diminuição dos custos de produção, mas monitorar e aferir o controle de qualidade das frutas de seus associados que deveriam ser exportadas.

Em 1994, a Cotia faliu, mas cumpriu com a sua missão de transformar mentalidades. Os fatos decorrentes, após a decretação da falência, expressaram o alcance da autogestão, fato também decisivo para a configuração do espírito de cooperação de um *cluster*, que promove a competição com a cooperação. Os rivais competem intensamente por consumidores. Sem uma vigorosa competição, o *cluster* pode falir. Por isso a necessidade de cooperação. A competição pode existir com cooperação porque ocorre em diferentes dimensões entre diferentes *players* (PORTER, 1998). Frustrados com a falência, fruticultores fundaram a Cooperativa Agrícola de Juazeiro (CAJ), que implantou um novo modelo de gestão, tornando o processo de decisão mais próximo dos cooperados, centralizando o processo de compra de insumos e a venda da produção, tratando da padronização dos processos e procedimentos de produção – pós-colheita, embalagem, resfriamento e transporte – e criando uma marca própria para exportação de frutas, a *Copacabana Gold* (SILVA, 2001).

Em 1992, membros da VALEXPORT formaram um grupo interno e criaram a *Brazilian Grapes Marketing Board* (BGMB), cuja presidência ficou a cargo da CAJ. O BMGB funcionou como uma marca própria, os fruticultores deveriam manter um controle de qualidade rigoroso na produção, que seria auditado mensalmente. A BGMB estimulava os pequenos produtores a formarem associações para ingressarem no *board*, tal medida os ajudava no aumento de serviços compartilhados e diminuía os custos tarifários relacionadas à exportação (SELWYN, 2008, 2013).

Há uma controvérsia sobre quem nasceu primeiro, a VALEXPORT ou a BGMB. Segundo Selwyn, a BGMB surge de dentro da VALEXPORT, mas em entrevista recente o administrador do Sindicato dos Produtores Rurais de Petrolina afirmou que foi o contrário:

> FERNANDO SOUTO: *Então esse grupo começou a se reunir para discutir a questão da uva, na BGMB*
> FLÁVIO DINIZ: A BGMB, ele trabalhou a questão da exportação...
>
> FERNANDO SOUTO: *Ah! Da exportação...*
> FLÁVIO DINIZ: Foi de lá que nasceu a VALEXPORT,

vamos dizer assim.

FERNANDO SOUTO: *Ah! Ele é anterior a VALEXPORT?*
FLÁVIO DINIZ: Bem anterior.

FERNANDO SOUTO: *Aí vem a VALEXPORT e depois esse grupo que hoje se organiza aqui no sindicato e tal, ele se articula como, pela BGMB ou pela VALEXPORT?*
FLÁVIO DINIZ: A BGMB não existe mais, né?

Mas essa discussão é importante para colocar em cena o Sindicato dos Produtores Rurais de Petrolina. Desde que a VALEXPORT passou a organizar os produtores e isso desdobrou no interesse da associação para a primeira assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho, reunindo os sindicatos de trabalhadores do Vale do São Francisco, a VALEXPORT procurou o sindicato patronal afim de que este assinasse a referida convenção. Isso porque pela lei apenas sindicatos podem representar a classe em acordos coletivos ou convenções. Até então o sindicato patronal tinha uma ação pouco visível, prestando apoio a pequenos produtores rurais, quase que de forma assistencialista. Não tinha relação com os produtores de fruta que representavam a face moderna da agricultura irrigada e de exportação.

Portanto, desde que teve início as convenções coletivas dos trabalhadores da fruticultura irrigada, em 1994, o Sindicato dos Produtores Rurais de Petrolina participava da assinatura da convenção coletiva de trabalho meramente para dar legalidade ao acordo. Era a VALEXPORT quem organizava a convenção, contratava advogados e rateava com os participantes os custos da convenção. Essa fala de Flávio Diniz é importante para entender o papel que o sindicato patronal tomaria em anos posteriores. Indagado sobre o surgimento da BGMB, ele revela que o grupo surgiu com o objetivo de discutir a condição dos produtores de uva. Havia a necessidade de discutir a padronização dos custos de produção e as condições do mercado interno.

FLÁVIO DINIZ: Não. Da experiência da necessidade de ter uma discussão voltada mais para o produtor do mercado interno, as suas necessidades, é tanto que não tem a ver muito com exportação, se não esse grupo teria ido lá para a VALEXPORT discutir lá, entendeu? Mas aí não, eles disseram vamos reunir aqui pra gente poder começar. Preço, por exemplo,

> não é definido assim, não existe um preço, então começaram a discutir isso, e vieram se reunir aqui dentro (sindicato patronal) por conta da estrutura que tinha e por conta do sindicato, foi quando nasceu...

Portanto, as reuniões começaram no Centro de Convenções de Petrolina e depois migraram para a sede do sindicato patronal, que acolheu o grupo para que fizessem as reuniões ali mesmo na sede do sindicato. Quando surgiu a primeira eleição no Sindicato Rural desde que os produtores de uva ali se reuniam, um deles se candidatou e passou a integrar a direção do sindicato. Algum tempo depois,

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pelo entendimento da articulação dos interesses do empresariado da fruticultura irrigada chama atenção pela possível cisão no seio da VALEXPORT. Tudo leva a crer que a organização dos produtores de uva interessados na articulação de seus interesses para a expansão de suas vendas no mercado interno, tem provocado deslocamentos na organização dos interesses no entorno da VALEXPORT. Atualmente o Sindicato Rural tem sido gerido pelos produtores de uva agora diretamente interessados na Convenção Coletiva de Trabalho, deslocando a organização e articulação do acordo de trabalho, agora, para dentro do Sindicato Rural.

Com isso, a pauta colocada pelo Sindicato Rural tem sido direcionada para enxugar as cláusulas sociais que beneficiam os trabalhadores. O corte entre exportadores e não-exportadores demarca uma disputa que estava submersa diante da pujança dos exportadores, com consequências diretas sobre os trabalhadores com uma pauta que tenta eliminar direitos.

## REFERÊNCIAS


BLOCH, D. **As frutas amargas do velho chico:** irrigação e desenvolvimento no vale do São Francisco. São Paulo: Livros da Terra, Oxfam, 1996.

CARNEIRO, Marcelo S. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. **Sociologia & Antropologia,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 129-158, 2012.

CAVALCANTI, J. S. B. Frutas para o mercado global. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 79-93, 1997. CAVALCANTI, J. S. B. Globalização, novas regiões de produção agrícola e desigualdades sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 25, p. 109-121, jan./dez. 1996.

CAVALCANTI, J. S. B.; MOTA, D. M. da; SILVA, C. B. da. **Os trabalhadores no contexto da globalização dos alimentos.** São Paulo: EDUSP, 2003.

CELLARD, André. A análise documental. *In:* POUPART, Jean; DESLAURIES, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; (org.). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petropólis: Vozes, 2010. p. 295-316.

DAMIANI, O. **Beyond market failures: irrigation, the state, and non-traditional agriculture in Northeast Bra- zil.** 1999. Tese (Doctor of Philosophy) – Department of Urban Studies and Planning, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1999.

DUARTE, Jorge. Prosa com Eliseu. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, R. **Upgrading without exclusion: lessons from SMEs in fresh fruit clusters in Brazil, unpublished octoral thesis.** Massachusetts: MIT Department of Urban Studies and Planning, 2004.

GILL, R. Análise de discurso. *In:* Bauer, M.W.; Gaskell, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto Imagem e Som:** Um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 244- 270.

GOLDENBERG, Mírian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 65-72, abr./jun. 1997.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O patronato rural no Brasil recente** (1964-1993). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

MOTA SILVA, G. J. **Frutos do desenvolvimento:** as contradições do capital e a construção de uma política sindical de assalariados rurais da fruticultura irrigada no Submédio São Francisco. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: Nordeste, Sudene, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n. 114, p. 179-195, 2001.

PORTER, Michael E. Clusters and the New Economics of Competition. Havard Business Review, Massachusetts, p. 1-31. nov./dez. 1998. Disponível em: https://hbr.org/1998/11/clusters-and-the-new-economics-of-competition. Acesso em: 25 mar. 2019.

RODRIGUES, V. de O. **Globalização da agricultura e mudança no mundo do trabalho:** os trabalhadores rurais do Vale do São Francisco. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
SARDAN, Jean-Pierre Olivier. **Antropology and development:** understanding contemporary social changes. Lon- don : Zed books, 2005.
SELWYN, Ben. Globalized Horticulture: The Formation and Global Integration of Export Grape Production in North East Brazil. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 4, p. 537-563, out. 2010.
SELWYN, Ben. Institutions, Upgrading and Development: Evidence From North East Brazilian Export Horticul- ture. **Competition & change**, v. 12, n. 4, p. 377-396, dez. 2008.
SELWYN, Ben. The global retail revolution, fruiticulture and economic development in north-east Brazil. **Review of International Political Economy,** v. 20, n. 1, p. 153-179, 2013.
SELWYN, Ben. Labour flexibility in export horticulture: a case study of northeast Brazilian grape production. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 4, p. 761-782, 2009.
SILVA, Pedro Gama da. **Articulação dos interesses públicos e privados no pólo Petrolina-Pe/Juazeiro-Ba:** em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas. 2001. Tese (Doutorado em economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
SILVA, Pedro Gama da. Dinâmica e crise da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco. *In:* SILVA, Aldenor Gomes da; CAVALCANTI, Josefa Salete B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (org.). **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Editora Zarinha Centro de Cultura, 2009. p. 69-95.
SOUTO JR, J. F. O Vale Encantado do São Francisco: desenvolvimentismo e sindicalismo rural (1990 - 2008). **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 3, n. 2, p. 1-13, jan/jul. 2011.
SOUTO JR, J. F. Se parar, a fruta apodrece: fordismo e sindicatos no Vale do São Francisco. **REED – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão,** Araraquara, v. 7, n. 1, p. 1-20, jul./dez. 2013.
SOUTO JR, J. F.; MOTA SILVA, G. J. M. O lugar da ausência: luta de classes e direitos na fruticultura irrigada do São Francisco. *In:* ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 13, 2013, Curitiba. **Anais do XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET**. Curitiba: UFPR, 2013. p. 76-102.
SOUTO JR, J. F.; MOTA SILVA, G. J.; ALMEIDA, Camilla. Frutos do desenvolvimento: trabalho, ação coletiva e sindicalismo no Submédio São Francisco. *In:* ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 14, 2015, Campinas. **Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET**. Campinas: Unicamp, 2015. p. 69-95.
VALEXPORT. **O potencial do Vale do São Francisco Brasil**. Petrolina-PE, 2013.
VALEXPORT. **Há 26 anos unindo forças para o desenvolvimento do Vale do São Francisco e da fruticultura brasileira.** Petrolina-PE, 2014.

Observações:
O arquivo todo do trabalho deverá ter no mínimo 10 e no máximo 15 páginas. Tamanho do papel: A4 (29,7cm x 21 cm), margem superior: 2,5 cm, margem inferior: 2,5 cm, margem esquerda: 2,5 cm, margem direita: 2,5 cm. Espaçamento de 1,5 cm

entre as linhas. Fonte Avenir, tamanho 12.
Agradecimentos (opcionais) devem ser citados em nota de rodapé junto ao título. Os tópicos devem estar em caixa alta, sem numeração e qualquer outro destaque (negrito ou itálico). Os subtópicos devem ter a apenas primeira letra do título e a dos nomes próprios em caixa alta, sem numeração e qualquer outro destaque (negrito ou itálico). Serão permitidos até cinco elementos gráficos (tabelas, quadros, gráficos, figuras, fotos, desenhos e mapas) numerados em algarismos arábicos e na sequência em que aparecem no texto. As citações no corpo do texto e as referências deverão obedecer às normas da ABNT.

# O MUNDO ENCANTADO DAS MÁQUINAS AGRÍCOLAS: utilidade, poder e distinção[1]

Maria Isabel Trivilin[2]
Rosângela Pezza Cintrão[3]

GT 6: Elites e classes dominantes do campo: estudos sobre poder e dominação no "andar de cima" do mundo rural brasileiro.

RESUMO

Este artigo realiza uma reflexão a partir do encantamento que as máquinas agrícolas produzem nas pessoas do campo e busca seguir a trajetória das máquinas, sua vida social e seus significados, na perspectiva proposta por Appadurai. O material empírico foi coletado em regiões produtoras de soja no Paraná, abarcando observações em uma comunidade rural, onde uma das autoras cresceu; visitas e entrevistas com atores associados à práticas sustentáveis na cadeia da soja; além da participação em uma feira do agronegócio. Ficou evidente como as máquinas são tanto um bem útil, como também veículos de prestígio, status e distinção social. Nota-se como são parte de um pacote tecnológico através do qual empresas do agronegócio buscam controlar o mercado, restringir as possibilidades e inserir os produtores em regras por elas formuladas. E como os produtores utilizam uma série de estratégias para acessar às máquinas e se manter vinculados ao plantio de grãos.

Palavras-chave: máquinas agrícolas; soja orgânica; agronegócio.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca seguir as máquinas agrícolas e refletir sobre o encantamento que elas produzem nas pessoas que vivem no campo e a produção

[1] Eu, Maria Isabel, agradeço à Universidade ETH, de Zurique, a Bibi e à professora Johanna Jacob, por permitirem a minha participação no estudo de caso. Agradeço também a FAPERJ, por me dar condições no momento dessa submissão.
[2] PPGAS/Museu Nacional/UFRJ beltrivilin@hotmail.com
[3] Pesquisadora autônoma associada ao CERESAN/UFRRJ - bibicintrao@uol.com.br

dessa técnica de encanto. Parte da perspectiva de Appadurai (2008, p. 17), de que as mercadorias, assim como as pessoas, são possuidoras de uma vida social e seus significados estão inscritos em suas formas, trajetórias e usos. Appadurai propõe seguir as coisas em si mesmas, a fim de elucidar questões sobre a sua circulação no mundo concreto e histórico. A análise das trajetórias das coisas possibilita interpretar as transações e os cálculos humanos que concedem vida a elas (Appadurai, 2008). Por máquinas agrícolas entende-se tratores, plantadeiras, semeadoras, colheitadeiras, pulverizadores, distribuidores, além dos implementos, plataformas, máquinas de preparo do solo e de feno e forragem.

Tomamos como material empírico observações e conversas na comunidade rural São João, na região Centro-Ocidental Paranaense, onde uma das autoras cresceu. E informações coletadas num trabalho de campo realizado no início de 2023, como parte de um "estudo de caso sobre a sustentabilidade da cadeia da soja no Paraná"[4], nas regiões Oeste e Sudoeste daquele estado, com visitas a produtores orgânicos e outros atores associados a práticas "mais sustentáveis" na cadeia de valor da soja. Envolveu ainda a participação no Show Rural Coopavel, uma das maiores feiras do agronegócio da América Latina, com observação, entrevistas e visitas a estandes de revendedoras de máquinas agrícolas.

## ENTRE PRINCESAS E IMPERADORES: A MÁQUINA COMO OBJETO DE ENCANTO, VEÍCULO DE STATUS E DISTINÇÃO SOCIAL

A decisão de seguir as máquinas agrícolas surgiu após observar o fascínio de Chico, uma criança de três anos, que vive na comunidade São João, diante de uma máquina agrícola que passava na estrada. Ele brincava na varanda de casa, quando, de repente, gritou: "um uniporte!" A criança, que se agitava de um lado ao outro e dificilmente sossegava, tinha, em um minuto, parado e a seguia com os olhos vidrados. Antes que a máquina desaparecesse na estrada, ele comentou, como quem se dá conta de um equívoco: "ah não, é uma colhedeira verdinha".

[4] Este estudo de caso é parte de pesquisa mais ampla, coordenada pela profa. Johanna Jacob, da Universidade ETH, de Zurique, Suiça, intitulada: "Does food democracy matter? Linking the deliberative quality of soy and coffee value chains to ecological 'foodprints' - DELIBERATE" ("Democracia alimentar importa? Relacionando a qualidade das deliberações nas cadeias de valor da soja e do café às 'pegadas ecológicas'" - tradução das autoras)

A máquina a que Chico se referia, antes de perceber que se tratava de uma colheitadeira da mesma cor, é um tipo de pulverizador automotriz, com garras e uma estrutura gigantesca, utilizado nas monoculturas de grãos para pulverizar produtos químicos, biológicos ou fertilizantes. Uniport é o nome da máquina de uma linha da Jacto, que se tornou, nesta região, uma forma de se referir genericamente aos pulverizadores.

As cores das máquinas fazem referência às suas marcas: na New Holland os tratores e pulverizadores são azuis e as demais máquinas, amarelas; na Case, são todas vermelhas; na John Deere são verdes; na Stara, laranjas; e por aí vai. Além das cores, há máquinas que possuem nome. Embora a maioria tenha como nomenclatura os modelos e seus códigos, que servem para diferenciá-las tecnicamente, há uma marca, em especial, a Stara, em que as máquinas têm nomes próprios. Na linha de plantadeiras e semeadoras, há Victória, Princesa, Absoluta, Cinderela, as Guapas e as Guapitas. Já os pulverizadores e distribuidores são masculinos. Nos distribuidores, há Hércules, Tornado e Bruttus. Entre os pulverizadores, há Fênix e três Imperadores. O vendedor nos contou que o Imperador 3.0 se chamaria "zoiudo", mas no fim resolveram manter o nome anterior, mais imponente.

Há ainda máquinas de vários tamanhos, embora a maioria das opções seja voltada para os grandes e médios produtores. Elas variam conforme a área do produtor, a geografia do solo e o seu poder econômico, como me explicou um vendedor de uma concessionária durante a feira agropecuária:

> Por exemplo, o cara tem 50 hectares, mais ou menos 25 alqueires, não tem como ele ter uma máquina dessas, ele vai pegar um 80 cv (unidade de potência cavalo-vapor), um 90 cv, no máximo um 100 cv, porque daí vai puxar uma plantadeira de 8, 9 linhas pra ele, que atende a área e tá dentro do nível dele. Um trator de 400 cv pro cara ficar plantando hoje nessa área é inviável. É como uma pessoa solteira dizer: "quero comprar uma casa de 10 quartos, 10 banheiros".

Os preços são milionários. Durante o Show Rural, estivemos no lançamento de um trator preto, de 400 cv, parte de uma edição limitada, com apenas 500 unidades fabricadas e vendidas por 2,5 milhões de reais cada, fora os equipamentos que, se fosse o caso de uma plantadeira, seriam mais 2,5 milhões. O verdadeiro carro de luxo era distinto das demais máquinas da marca, com pneus especiais e

design próprio, cabine de luxo com bancos de couro vermelho, além de teto, capô e paralamas em cor específica. Seu preço tem menos a ver com seus atributos ou potência diferenciada e mais como um item de distinção (Bourdieu, 2007), utilizado para demonstrar status e poder de compra. Ter a oportunidade de negociá-lo na feira era outro aspecto da distinção, já que ele foi fabricado em comemoração aos 20 anos da linha e teve seu lançamento nesta feira, o que, junto com a raridade da limitação de unidades, lhe acrescentava um maior valor e ainda mais prestígio para quem possuísse. Este é um exemplo de como desejo, demanda e poder interagem para criar o valor econômico em situações sociais específicas. (Appadurai, 2008)

O funcionário da concessionária que apresentou o modelo, explicou:

> E aí quem olha já sabe que é o da versão limitada, aí o outro já fala: "ó, aquele lá pegou uma versão limitada" ou até pra caracterizar que ele comprou na própria feira (...). Às vezes o cara compra a máquina não só porque ele precisa da máquina, mas por status: "ah, mas eu negociei lá no Show Rural". (...) É que nem quando a montadora de carro lança lá um, vamos supor, tem o lt e tem o ltz, é o ltz+, eles colocam lá uma faixa na porta e tipo assim: "o seu é diferente do dela por causa da faixa, é uma versão ouro, uma versão prime limitada", é feito x unidades desse daqui (...), edição limitada em x unidades, acabou, acabou.

A comparação feita pelo vendedor é bastante pertinente e ajuda a pensar em como ambos, carros e máquinas agrícolas, são mais que objetos de uso prático e veículos utilitários de transporte ou trabalho de plantação, semeadura, adubação e colheita da terra. Abarcam também desejos, rituais de identificação, de prestígio, revelam uma posição na hierarquia social, uma forma de distinção e são capazes de produzir encantamento.

Dessa forma, as máquinas de luxo tornam-se um elemento a mais na difusão, para a economia local e regional, de um modelo hegemônico e para a criação de uma cultura de consenso sobre a importância do agronegócio. As máquinas são um dos grandes destaques do "Show Rural", promovida pela fração agrária da classe dominante em Cascavel, organizada em torno da Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel), que, conforme observa Irene Adamy (2019), teve atuação ativa na construção de um padrão produtivo pautado na modernização, no incremento tecnológico, na busca pela competitividade e na integração da economia local aos mercados regional, nacional e mundial (Adamy, 2019). A aquisição de máquinas de luxo reforça a demonstração de poder, domínio e hegemonia desta elite agrária,

contribuindo para difundir seus valores e impor seu projeto social.

Sendo o trator uma das máquinas mais acessíveis, no sentido de que existem mais opções para os pequenos produtores e é possível encontrá-los em quase todo sítio, os grandes proprietários ainda encontram maneiras de se distinguir, por meio de máquinas com cor, modelo e design diferenciado, inacessíveis a maioria dos produtores. A criação de novas formas de diferenciação demonstra a capacidade dos dominantes em recriarem outros modos de distinção social, como explica Bourdieu (2007). Semelhante a outros objetos, trata-se de algo que contribui para localizar socialmente o proprietário e estabelecer e demarcar uma posição na hierarquia social.

Assim como os lançamentos e "carros do ano", o atrativo de um trator preto que promete a mesma força e robustez dos que compõe a linha produzida há 20 anos deixa de ser sua utilidade ou a capacidade de puxar maquinário acoplado (Goodman et al., 2008, p. 21) e se converte em um símbolo de status e poder: o Magnum Black Limited Edition (assim mesmo, em inglês), negociado em um evento específico, ajuda a localizar o comprador socialmente e a distingui-lo dos demais.

Exemplo disso é que, para marcar o momento, as compras dos maquinários são acompanhadas de um ritual específico: a máquina ganha uma placa com o nome do produtor, há uma chave simbólica que o vendedor entrega na mão do comprador e o momento é fotografado e publicado nas redes sociais da empresa. No caso de aquisição das máquinas mais caras por famílias tradicionais de grandes produtores, a concessionária oferece até um churrasco ou jantar de comemoração no fim da negociação, para felicitar a família.

Nesse sentido, embora sejam bens úteis, as máquinas podem também ser encaradas como objetos de luxo, como um "registro" especial de consumo (Appadurai, 2008, p. 56), bem como objeto de competição entre produtores com alto poder aquisitivo. Uma competição relacionada ao agronegócio de grãos, ao mercado de terras e à disputa por produtividade, fonte de esforços para construir reputações individuais e se sobressair na região. Há famílias que, mesmo não precisando, gostam de trocar as máquinas pelos lançamentos do momento. E quando produtores compram um trator com tecnologia mais avançada, vizinhos com os quais nutrem conflitos e disputas de longa data logo aparecem com um

equivalente. Nesses casos, o produtor não acompanha todas as fases da vida da máquina e ela é logo trocada.

O que demonstra que, na busca por rendimentos, como argumenta Karl Polanyi (1978, p.10), as motivações econômicas não são as únicas que incentivam as pessoas a produzir: um fazendeiro busca alcançar o maior lucro possível, também porque a consideração de que desfrutará entre os seus semelhantes depende do nível do seu rendimento. Nesse caso também estão em jogo a disputa pela garantia da sua consideração social, do status e dos bens socialmente valorizados que ele possui – e que faz questão de mostrar – no processo de obtenção do reconhecimento social. Além disso, no caso do Show Rural, pode fortalecer também o reconhecimento de uma classe e de um projeto dominante, garantindo sua presença e condição dirigente.

## ESTRATÉGIAS DE AQUISIÇÃO E CONTORNO DAS DIFICULDADES: CUSTOS, DÍVIDAS E TERCEIRIZAÇÃO

Mas se esse é o mundo dos grandes fazendeiros, a realidade da maioria dos produtores em relação às máquinas é muito diferente. O vendedor da concessionária nos apresentou linhas de 200, 230 cavalos, 170, 140 e o menor de todos, de 80 cavalos-vapor, custa em torno de 260 mil reais. Com o devido financiamento, realizado por diversos bancos e cooperativas da região e com a abertura de linhas de crédito oferecidas por programas governamentais, fator importante para a demanda, é possível a aquisição de máquinas por pequenos e médios produtores, embora ainda seja restrita. Desde a instituição oficial do crédito agrícola, em 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, é bastante evidente a  má distribuição dos recursos entre os tipos e tamanhos de produtores, produtos e regiões. (Baricelo e Vian, 2017) Embora tivesse como objetivo fortalecer os pequenos e médios produtores, a maioria dos beneficiados foram os grandes agricultores, com produção voltada para a exportação e localizados em regiões específicas. Até a década de 1980 é possível perceber a imposição de várias barreiras para os agricultores familiares acessarem as políticas de crédito, havendo mudanças com a criação do Pronaf, em 1996, e após 2003, nos governos Lula, as

reduções das taxas de juros, aumento do volume de recursos e articulação com outros programas.

Em relação aos tratores há opções mais acessíveis, mas no caso de colheitadeiras as possibilidades são muito mais limitadas e os preços muito altos. Em conversa com um representante da Stara sobre a carência de máquinas específicas para a produção orgânica de grãos – uma das demandas levantadas pelos produtores por nós entrevistados – ele explica a falta de interesse econômico da empresa no segmento, já que a abrangência de seus clientes é de no mínimo 150 hectares ou 60 alqueires e a maioria dos produtores orgânicos têm quantidade de terras menor, o que impossibilita a aquisição da maioria das máquinas. Todo esse mercado, que se vangloria pelas inovações tecnológicas, é orientado para a grande produção. Ao perguntar sobre a possibilidade de desenvolvimento de uma capinadeira ou outra máquina que ajude no controle do mato pelos produtores orgânicos, a resposta do funcionário foi negativa, embora admitisse que possuem tecnologia para isso. No caso da Stara, a primeira máquina lançada foi uma capinadeira nos anos 1960, uma verdadeira inovação no sistema agrário, mas com a entrada de sementes transgênicas resistentes a herbicidas (agrotóxicos que matam o mato e dispensam a capina) ela saiu de linha e o revendedor não vê, em um período próximo, a possibilidade de elaboração de outra, a menos que o mercado de grãos orgânicos cresça ao ponto de compensar o investimento. Com isso fica evidente a afirmação de Appadurai (2008, p. 52) de que os fatores decisivos da inovação tecnológica, fundamentais para o desenvolvimento de novas mercadorias, não são meramente técnicos, mas também políticos e sociais.

O poder daqueles que controlam o mercado, ditam o gosto e limitam a mobilidade dos que sustentam a base do mundo rural fica em evidência quando pensamos em outros tipos de produção, como a orgânica. A estrutura de dominação no andar de cima está relacionada à convergência entre semente, agrotóxico e máquina na formação do pacote tecnológico. As inovações genéticas permitiram adaptar as características de várias culturas para adequá-las às necessidades das indústrias. E há um maior interesse nas sementes transgênicas, cuja principal característica distintiva é serem resistentes aos herbicidas. Assim, as inovações biológicas convergiram para ampliar o controle sobre o processo rural de

trabalho e, como consequência, criar possibilidades novas de investimento para o setor de equipamento agrícola. No caso da soja, é possível perceber como a inovação biológica foi acompanhada por um aumento da mecanização e pelo uso mais intensivo de agroquímicos. (Goodman et al., 2008)

Para Appadurai (2008), isso poderia se transformar por meio de um processo de politização direta da demanda, se a população, por exemplo, começasse a boicotar alimentos com agroquímicos ou priorizar os da agricultura familiar, já que a demanda pode ser manipulada por recursos políticos diretos e o consumo, além de enviar mensagens sociais, serve também para a recepção dessas mensagens. Nesse sentido, a demanda, como um aspecto geral da política econômica das sociedades, é um impulso gerado e regulamentado socialmente, que surge como uma função de diversas práticas e classificações sociais e não com um artefato de necessidades individuais. A demanda é apresentada como a expressão econômica da lógica política de consumo. Através do caso da moda, ele explica como as autoridades controladoras desse mercado, que ditam o gosto na sociedade ocidental, são eficientes em limitar a mobilidade e demarcar a posição social e em incluir os consumidores em um jogo com regras constantemente alteradas e determinadas pelos que ocupam as maiores posições na escala social. (Appadurai, 2008, p. 50)

A falta de máquinas específicas para os pequenos produtores é um dos problemas centrais. Aqueles que não possuem terra suficiente para aproveitar o máximo das funções e utilidade de uma máquina com alto valor embutido, precisam criar uma série de estratégias para se manter em uma agricultura altamente dependente do pacote tecnológico. Dado o nível de mecanização nas monoculturas de commodities, adquirir as próprias máquinas é uma forma de conseguir conduzir o ciclo de trabalho com mais autonomia e não ficar refém da terceirização – embora esteja refém das grandes empresas – que, a depender da demanda, do tempo e da região, pode não só comprometer completamente a produção, mas obrigar o agricultor a mudar as estratégias de plantio, o tipo de manejo para se adequar à possibilidade de colheita. Um dos produtores visitados, aqui chamado de Pedro, em sua propriedade de 28 alqueires, conta que antes de conseguir financiar sua máquina, pela falta de colheitadeiras na região, era preciso ficar implorando para alguém colher e já chegou a dar metade da produção para o dono da máquina, por

estar no limite de dias e a planta estar prestes a morrer.

Situação semelhante ocorreu na comunidade São João, entre produtores que não possuem suas próprias máquinas e mesmo os que possuem, num período de excesso de chuvas no momento da colheita. A soja estava pronta, mas só pode ser colhida com sol, em razão da umidade dos grãos. Em um momento de crise como esse, ter a sua própria máquina à disposição é uma grande vantagem, pois a espera pode significar a perda da produção. Produtores que não possuíam colheitadeira, mesmo já tendo combinado com operadores e vizinhos que fariam o trabalho, mas sem um contrato escrito formal, no momento de maior demanda saíram prejudicados. Um deles, com colheitadeira própria, faltou com a sua palavra e priorizou a lavoura de um maior produtor, deixando os poucos alqueires do vizinho esperando. Sem os contratos escritos, alguns detentores de máquinas podem utilizar a escassez a seu favor ao escolher quais terras priorizar. Nesses momentos, as máquinas que já tem um valor alto, passam a valer muito mais.

Para evitar problemas como esse, Pedro conseguiu, por meio do Pronaf, financiar a sua própria colheitadeira, tempos antes da última safra que, em razão de um longo período de estiagem no estado, trouxe grande prejuízo aos produtores. Todos com quem conversamos, ao falarem da safra 2021/2022, relatavam as grandes perdas e dificuldades. Em uma conversa com o casal, em que Eva e Pedro falam sobre a dívida, é possível perceber os altos valores que circulam no universo das máquinas e da soja:

> Pesquisadora: Vocês ficaram com muita dívida? Pedro: Nós não temos dívida. Eva: Ah, sim, mas tinha ceifa pra pagar, né. Pedro: Ah, mas ceifa é 100 conto, né. 100 conto não é dívida. Eva: É, mas pra quem não tem… Pesquisadora: Ela vale quantos? Pedro: Vale 1 milhão e pouco. Mas nós pagamos com essa máquina aí, nós tinha o dinheiro, 380 mil. Aí fizemos essa loucura: financiamos (…) só um pedaço e nós pagava, de colher assim, dava até 60 mil reais por ano de soja pra pagar pros outros, ela [a máquina financiada] custa 40 mil por ano. Então vale a pena, porque você ganha 20 a mais e você colhe feijão, milho, tudo.

No caso deles, conseguiram se livrar do problema, o investimento foi compensatório e a dívida controlada, mas a maioria dos pequenos produtores com quem conversamos, mesmo enfrentando as dificuldades de encontrar máquinas disponíveis, não tinham outra escolha a não ser a terceirização. Uma produtora de soja orgânica explica a dificuldade de encontrar maquinário disponível:

> É difícil, nós tem que pagar pra aquele vizinho lá, mas tem que ser a hora que eles pode também, né. Só que a gente não tem condição, é muito gasto e pouca área de terra. O nosso mesmo aqui é 10 hectares, não compensa, pra fazer acho que dá 8 horas de serviço de plantio. Daí não compensa ter uma máquina aí só pra isso.

Para driblar tais dificuldades e ainda compensar o alto investimento, com uma possibilidade de lucro, algumas estratégias são adotadas por pequenos produtores que passam de terceirizados a terceirizadores. Há produtores da comunidade de São João que, sem terras suficientes para atingir o potencial máximo de utilidade das máquinas milionárias, resolvem "pegar o trecho"[5] e enviar as máquinas e os operadores para prestar serviço aos grandes fazendeiros do centro-oeste. Os sulistas, chamados de "pioneiros" e reconhecidos como responsáveis pela introdução do cultivo mecanizado da soja no Mato Grosso (Marques, 2015, p. 128), agora parecem encontrar no mercado de máquinas uma fonte de renda. Em muitos casos, estabelecem sociedades entre familiares e vizinhos, adquirem as máquinas e colocam os filhos, netos ou outros jovens da comunidade para operá-las em empregos sazonais em estados do norte, nordeste e centro-oeste. O deslocamento dos jovens tem diferentes significados e é mobilizado por uma série de fatores não ligados à subsistência. Contrariando a imagem do pobre trabalhador que migra na intenção de garantir a sobrevivência básica, muitas vezes trata-se de famílias bem estabelecidas, até com uma situação ascendente, que vão em busca de dinheiro para comprar mais terra, gado, carro, pagar dívidas, construir casa e arranjos do tipo, semelhante às trajetórias dos homens que saem do Maranhão para trabalhar nas propriedades do Mato Grosso, como mostrou Ariana Rumstain (2012, p. 79).

Acontece que, dadas as imprevisibilidades da natureza, em momentos de crise como no exemplo do excesso de chuvas, a partida das máquinas pode fazer com que mesmo os produtores que possuem máquinas dependam dos vizinhos para colher as suas terras. Foi o que aconteceu nesse ano na comunidade São João. Dado o início do período de colheita no Mato Grosso ter sido anterior ao do Paraná, a maioria dos produtores resolveu subir as máquinas e, como sua quantidade de

[5] Tomamos aqui a expressão captada por Rumstain (2012), utilizada por trabalhadores braçais que migram em busca de trabalhos em lavouras. Consideramos que os detentores de máquinas fazem um movimento semelhante, embora com condições econômicas diferentes.

terra é pouca, terceirizaram as atividades de colheita para os vizinhos. Dois produtores da comunidade, com colheitadeiras próprias, combinaram de colher a terra de muitos outros, com uma taxa de 6% sobre a produção. O problema é que não contavam com uma mudança de tempo que atrasaria a colheita e provocaria uma crise pela falta de máquinas para colher muitas propriedades em poucos dias de sol. No caso de três pequenos produtores, sócios na compra de uma colheitadeira nova, contam ter se arrependido profundamente por deixar que a máquina partisse para o MS antes de garantir a colheita de sua lavoura.

Um outro produtor, com um pouco mais de terras, comprou três colheitadeiras que subiram para o centro-oeste e negociou a colheita de sua lavoura com o irmão, mas acabou vendo a soja morrer, já que o irmão precisou priorizar a própria terra no único dia de sol. Nesse caso, que impressionou os vizinhos pelo aumento repentino da frota de máquinas, os comentários explicavam acordos realizados entre o produtor da comunidade, e o grande fazendeiro do centro-oeste, que teria sido seu avalista nos financiamentos e pagaria as prestações em troca de serviço, desde que as máquinas não colhessem em outras propriedades. Se estabeleceu assim uma relação de dependência, em que é preciso priorizar as terras do fazendeiro antes mesmo das suas. Essa história não é contada diretamente pelos produtores, mas por trabalhadores que colhem nos outros estados e trazem as notícias, já que na comunidade o importante é que ele seja reconhecido como o dono das máquinas milionárias, o que comunica uma situação de enriquecimento.

Como já mencionado, semelhante aos trobriandeses de Malinowski que o Appadurai (2008, p. 33) traz, há também uma busca de distinção social e construção de reputações por meio de estratégias de parceria. Para subir as máquinas e se integrar ao mercado no serviço de terceirização, alguns produtores se unem a outros com a mesma situação econômica, mas também com famílias em ascensão, o que acaba criando alianças que extrapolam a lavoura. É possível perceber como a rota tomada pelos objetos de valor reflete e constrói parcerias e disputas sociais por proeminência. (Appadurai, 2008, p. 34)

É possível ainda indagar o motivo pelo qual grandes fazendeiros, donos de fazendas de milhares de hectares, não adquirem as próprias máquinas e decidem contratar o serviço terceirizado. De acordo com os produtores com quem conversei,

mesmo tendo capital e terras de sobra, a terceirização do serviço é considerada vantajosa. Segundo um pequeno produtor da comunidade, com experiência em trabalhar com os fazendeiros do centro-oeste, eles preferem pagar pelo serviço e atribuir toda a responsabilidade ao dono das máquinas, sem precisar se preocupar com o estado das mercadorias e o pagamento de funcionários. Isso porque, as máquinas possuem um alto custo fixo e de manutenção. Nos estados da região centro-oeste, onde há uma maior extensão e concentração de terras, as máquinas são submetidas a um trabalho contínuo e sem folga em milhares de hectares, voltam acabadas e o mercado de peças torna o custo de manutenção muito alto. Em razão disso, os produtores mencionam a necessidade de operadores qualificados, que sejam cuidadosos e saibam fazer consertos cotidianos, para um menor desgaste. No entanto, ainda que tomem cuidado, é comum se deparar com tocos de madeira e materiais que podem danificá-las. É importante lembrar que as máquinas são parte da produção de outras mercadorias e o campo, como local de produção, é depósito de uma série de conhecimentos técnicos, estéticos, mitológicos e sociais sobre mercadorias que são também mercantilizados. (Appadurai, 2008, p. 61)

Outro motivo é o discurso sobre a falta de mão de obra, bastante difundido entre os grandes produtores e que precisa ser melhor investigado. Os proprietários sempre acham o valor da mão de obra alto demais e preferem lidar o mínimo possível com trabalhadores e possíveis processos trabalhistas. Como muitos desses fazendeiros sequer residem próximo às lavouras e possuem outras ocupações, eles fazem um acordo com produtores que trazem as máquinas, se encarregam de todo o processo – arcam com os custos de transporte de um estado a outro, contratam o operador e ficam responsáveis por todos os problemas, eventuais acidentes e despesas – e são pagos com um percentual da produção.

Os três sócios mencionados, produtores da comunidade, me falavam sobre a inviabilidade para os grandes: "E agora com maquinário caro e preço do soja baixando, pra eles não é viável, é mais viável pagar". E para os pequenos, é viável? Eles financiaram duas máquinas para colher no Mato Grosso e discutiam a possibilidade de, após pagar as parcelas, se livrar delas pela alta dos juros. Em outra conversa, com quatro produtores da comunidade, ao serem questionados se valia a pena adquirir a dívida para terceirizar o serviço, eles chegaram a conclusão que na

maioria das vezes não, mas não enxergam muitas alternativas. Tendo pouca terra, não ter uma colheitadeira pode significar ficar refém de outros e, dependendo do tempo, levar prejuízo; tê-la para colher poucos alqueires, por outro lado, não compensa. Então é preciso ficar refém de produtores maiores. "O cara que não tem nada, corre o risco, ele não tem o que fazer ali, se ele acha um pra empurrar, ele vai" – explicou um produtor.

A consolidação do setor de maquinário agrícola, com os avanços tecnológicos integrados permitiu, cada vez mais, uma multiplicação da área total que podia ficar aos cuidados de uma única família. (Goodman et al., 2008, p. 14) Já no caso da produção de soja orgânica, a falta de maquinário específico limita a área total cultivada à quantidade de braços disponíveis para a capina e catação de mato, seja da família ou de mão de obra contratada.

Alguns produtores jovens de grãos, sintonizados com o GAAS - Grupo Associado de Agricultura Sustentável, movimento que reivindica mais autonomia em relação aos pacotes fechados oferecidos pelas empresas, que além dos danos ambientais, aumentam muito o custo de produção, resolveram voltar a utilizar práticas antigas e manuais e relatam uma "mudança de chave" em sua percepção da realidade. O próprio rastro do trator, que provoca um amassamento da soja, passa a incomodar o agricultor. A máquina, antes de fazer bem aos olhos e compor uma paisagem que se considera bonita justamente pela estética da monocultura de exploração, passa a se tornar um elemento estranho, que deve ser evitado tanto quanto possível. O que é, obviamente, uma ameaça às grandes corporações do agronegócio que ditam o que deve ser considerado bonito ou feio a partir de seus próprios critérios estéticos, o que deve ser desejado pelos agricultores, não só pela sua utilidade, mas pela capacidade de mobilizar status, prestígio e comunicar sobre sua ascensão e posição social. Para que elas tenham sucesso, precisam que o produtor esteja cada vez mais dependente da máquina e cada vez mais encantado pelas paisagens que ela compõe, levando seus filhos para andar de colheitadeira como programa de domingo e indicando as poses que eles devem fazer durante a exposição de máquinas nas feiras do agronegócio. Um fascínio que é ensinado para as crianças desde muito cedo, permitindo que elas criem e recriem mundos, histórias e fantasias com tratores e passadores de veneno como brinquedo. A

zombaria, também relatada pelos produtores com quem conversamos, de pequenos produtores que tiram sarro dos antigos companheiros orgânicos que ainda fazem a capina manual demonstra quão forte é o poder de dominação dessas megalomaníacas invisíveis, muito maiores que os uniportes que aparecem na estrada e deixam as crianças alucinadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como ponto de partida as máquinas agrícolas enquanto objetos de encantamento e acompanhando suas trajetórias, conforme propõe Appadurai (2008), pudemos trazer à tona questões e elementos de dominação – simbólica e material – presentes entre produtores de grãos no Paraná e no mundo do agronegócio que concede vida a estas mercadorias.

As máquinas agrícolas são tanto um bem útil, com um valor econômico, como também veículo de prestígio, objeto de competição e distinção social. A posse ou não das máquinas é essencial para alterações fundamentais na vida de trabalho, pelo tipo de produção possível, pela possibilidade de produzir em determinado lugar e de uma certa forma. As máquinas são ainda parte do poder de dominação das elites agrárias e das corporações que comandam esse mercado, ditam o gosto, limitam a mobilidade, restringem as possibilidades e colocam os produtores em um jogo com regras formuladas e aplicadas pelos que possuem as posições sociais e econômicas mais elevadas.

Seguir as máquinas revelou que é muito variável a relação que diferentes segmentos sociais mantêm com elas, assim como com a terra e com os insumos. Enquanto os pequenos produtores se utilizam de uma série de estratégias para acessar as máquinas, sua aquisição pela elite local é um verdadeiro evento social na busca de maior prestígio ou nas disputas entre famílias. Além da questão da distinção social, há também a da funcionalidade, das máquinas necessárias, adequadas ao tipo de produção e a quantidade de terras. Ter ou não uma máquina e ainda ter ou não um tipo de máquina (trator, pulverizador ou colheitadeira), a inexistência de uma capinadeira para os que não aderem ao pacote tecnológico dominante, influenciam diretamente nas decisões e nas escolhas que o produtor

poderá fazer. As máquinas são um bem de necessidade para o trabalho agrícola, a presença ou a falta delas favorece alguns tipos e formas de cultivo em relação a outros e a sua aquisição pode estar relacionada a acordos entre pequenos, médios e grandes produtores, sociedades e alianças, além de conflitos em torno da terceirização em períodos de crise. Mas não são apenas isso. Podem ser também objetos de luxo e veículos de distinção social.

De forma semelhante a Stallybrass (2008), com sua microhistória emocionante do cotidiano a partir da casa de penhores, é possível refletir sobre uma situação de economia da sobrevivência, em que a pessoa se vale de uma série de estratégias para organizar a vida e se manter economicamente, usa penhor, crédito, empréstimo, financiamento, seguro, terceirização, troca de dia, trabalho de mutirão, compadrio, doações e até orações, formas que ultrapassam o salário e são bastante presentes entre os pequenos produtores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ADAMY, Irene Spies. Terra, Poder e Cooperativismo no Oeste do Paraná: O Caso Da Coopavel. Tese Doutorado em História - PPGH-UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. 2019.

APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

BARICELO, Luis Gustavo. Vian, Carlos Eduardo de Freitas. A relação entre a demanda de máquinas agrícolas e a política agrícola. Revista Política Agrícola, Ano XXVI – No 1 – Jan./Fev./Mar. 2017.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

GOODMAN, D., SORJ, B., and WILKINSON, J. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

MARQUES, Ana Claudia. Pioneiros de Mato Grosso e Pernambuco: novos e velhos capítulos da colonização no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, n. 83, 2013.

POLANYI, Karl. Nossa obsoleta mentalidade mercantil. RTHI (1): 7-20, 1978.

RUMSTAIN, A. Peões no trecho: trajetórias e estratégias de mobilidade no Mato Grosso, n. 2, Editora E-papers, 2012.

STALLYBRASS, Peter. O casaco de Marx. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 7-30.

# PRODUTORES DE GADO BOVINO NO EXTREMO SUL DO BRASIL SOB SELO *ALIANZA DEL PASTIZAL*

Bruno Bervig Collares[1]
Marcos Botton Piccin[2]

GT 6: Elites e Classes Dominantes do Campo: estudos sobre poder e dominação no "andar de cima" do rural brasileiro.

RESUMO
Este trabalho analisa as características sociais, econômicas e produtivas dos produtores de gado bovino ligados à Alianza del Pastizal no extremo sul do Brasil. Os produtores associados à Alianza apresentam características que fogem à imagem do *homo economicus*. Mostram-se motivados a permanecer na bovinocultura principalmente pela herança e a aptidão com o sistema produtivo utilizado pelas linhagens de família. O perfil médio destes produtores rurais apresenta uma realidade de pessoas com alto capital cultural, com grande porcentagem de produtores que possuem ensino superior e pós-graduação e desenvolvem outras atividades remuneradas. A grande maioria obteve suas propriedades por meio da sucessão familiar, e possuem extensões de terra acima da média regional. Destas propriedades, a maioria absoluta afirma utilizar mão de obra contratada. Este estudo foi realizado com base em uma metodologia qualitativa e quantitativa, por meio de questionário fechado e entrevistas em uma amostra de 50 produtores.

PALAVRAS CHAVE: estancieiros; patronato rural; Rio Grande do Sul

## INTRODUÇÃO

Este trabalho descreve as características sociais, econômicas e produtivas dos produtores de gado bovino da Alianza del Pastizal no extremo sul do Brasil. A Alianza del Pastizal é uma ONG que busca preservar os locais de migração de aves por meio da proposição de desenvolvimento da bovinocultura de corte à pasto aos produtores dos países que possuem atividade produtiva no bioma pampa: Brasil, Argentina e Uruguai. Desta forma, a

[1] Universidade Federal de Santa Maria, collaresbb@gmail.com
[2] Universidade Federal de Santa Maria, marcospiccin@gmail.com

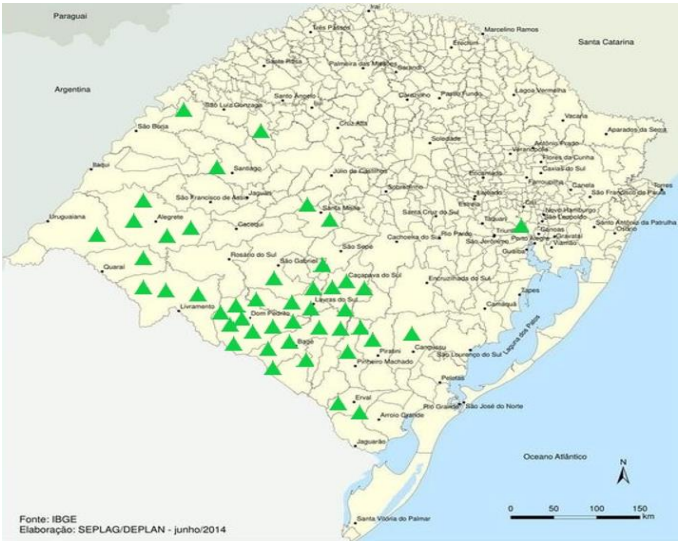
Alianza del Pastizal do Brasil segue uma metodologia de trabalho através de associação com produtores rurais no estado do Rio Grande do Sul para a manutenção e preservação do campo nativo como forma de pastejo dos bovinos. Busca estimular a criação de animais nos campos nativos da região a partir de um selo de certificação de carnes, com o fim de valorizar o trabalho destes produtores na produção de carnes de forma sustentável, aliada à preservação do meio ambiente.

Este artigo busca traçar um perfil dos produtores rurais associados à Alianza Del Pastizal, observando suas características socioeconômicas e produtivas. Para a realização deste estudo, foi adotada a metodologia de um estudo de caso, a fim de entender causas e razões para a ocorrência de determinados elementos do objeto de pesquisa, principalmente quando há pouco controle sobre os eventos estudados ou quando o problema em estudo está relacionado a uma questão atual onde só será possível realizar a análise em um contexto de vida real (GODOY, 1995). Os dados foram obtidos através de um questionário aplicado aos produtores associados da Alianza del Pastizal, a partir de um conjunto de questões predefinidas, em grande parte de múltipla escola e algumas questões abertas, permitindo que dados da trajetória individual pudessem ser relatadas com especificidade. Este artigo é resultado da dissertação de mestrado do primeiro autor.

## DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS PROPRIEDADES CERTIFICADAS E CONTEXTO HISTÓRICO DA REGIÃO DO PAMPA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Na figura 1, estão representados os dados de distribuição geográfica dos 50 produtores associados à Alianza que responderam ao questionário. Pode ser observado que estes estão concentrados principalmente na Região da Campanha Gaúcha, que se refere, em termos oficiais, à Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense, a qual engloba as Microrregiões da Campanha Ocidental, Central e Meridional (IBGE, 1998). Estes dados corroboram com a informação geral sobre a distribuição de todos os produtores associados fornecida pela organização.

Figura 1. Localização das propriedades rurais dos produtores respondentes do questionário.




Fonte: O Autor (2021).

A região da Campanha apresenta colinas suavemente onduladas, denominadas de coxilhas, apresenta uma vegetação semiárida e de grande variedade de gramíneas com diversas tonalidades de verde. Essa ocorrência está ligada à existência de solos rasos e à ação do vento frio do inverno, que dificulta o desenvolvimento de uma vegetação de maior porte. Apenas nos lugares mais baixos do terreno, devido à umidade, ocorrem os capões, manchas de matas (MOREIRA, 2003). Esse espaço integra um sistema mais amplo, o Bioma Pampa que, segundo o IBGE ocupa 63% do território do estado do Rio Grande do Sul.

A gênese da pecuária de gado extensivo está vinculada aos aspectos históricos de ocupação e povoamento do Estado. As estancias de criação garantiram a posse da terra para portugueses, espanhóis e brasileiros, sendo a primeira área ocupada por uma atividade econômica no Rio Grande do Sul. O rebanho bovino disperso nos campos gaúchos, oriundo da atividade pastoril desenvolvida, inicialmente, pelos padres jesuítas espanhóis, contribuiu para essa formação. As potencialidades naturais permitiram que a pecuária tivesse condições para se expandir, consolidando-se através dos latifúndios pastoris (NETO e BEZZI, 2009).

Atualmente, a valorização internacional das commodities agrícolas, principalmente da soja, aumentou as áreas em arrendamento dos proprietários que só criavam para agricultores geralmente vindo de outras regiões do estado em busca de terras para plantar. Segundo Silva e Viana (2020), do ponto de vista produtivo, os principais desafios enfrentados pelos pecuaristas na região da campanha estão relacionados aos baixos índices produtivos – principalmente relacionados a baixas taxas reprodutivas dos animais – e ao desbalanço do

fluxo de caixa e ausência de maiores planejamentos.

Apesar de diversos analistas continuarem a caracterizar a pecuária extensiva como "tradicional e pouco rentável" por não ter incorporado tantas tecnologias modernas ao processo produtivo, atribuindo aos proprietários uma irracionalidade econômica por não perseguirem maior intensificação da produção e maiores lucros monetários, poucas pesquisas se dedicaram a analisar as estratégias de reprodução social desses dirigentes econômicos. Quando as estratégias de reprodução social (econômicas, educacionais, simbólicas, culturais, matrimoniais e sucessorais) são consideradas em conjunto, se percebe que aquele modelo de pecuária extensiva caracterizado como "tradicional e pouco rentável" está ajustado a uma maneira de manter um modo de vida e buscar reproduzir uma posição dominante no espaço social. Uma posição que privilegia o acúmulo de capital educacional, cultural e simbólico e mantém uma postura de pouco envolvimento com as atividades na estância, quando comparados, por exemplo, com agricultores de origem colonial que migram para essa região para arrendar terras (PICCIN, 2021).

## CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTORES E PROPRIEDADES ASSOCIADOS À ALIANZA DEL PASTIZAL.

Outros fatores que influenciam na organização e tomada de decisões dos estabelecimentos pecuários, para além da teoria do *homo economicus* que estaria sempre sujeito a empreender atrás do maior rendimento econômico, trazem à tona a importância de se conhecer características pessoais dos homens e mulheres que dirigem esses empreendimentos. Esta afirmação, que corrobora com estudos realizados por Andreatta (2009) e Dent et al., (1995), que mostram que, na realidade, as pessoas são o principal componente de um sistema agrícola. O manejo, as práticas e investimentos aplicados podem ser vistos como reflexos de uma "análise" que o produtor realiza, considerando as possibilidades e restrições pelos recursos disponíveis da terra e seus objetivos baseados nos seus ideais e contexto de vida.

Sendo assim, abaixo serão apresentados alguns dados relacionados ao nível de formação e condições de vida dos produtores associados à Alianza del Pastizal e suas respectivas propriedades. Serão levadas em consideração as suas médias em comparação com outros estudos gerais da região onde estão concentrados, além de suas razões e motivos por terem optado pelo sistema de criação de bovinos em campo nativo, sua decisão por adotar

uma iniciativa como a da Alianza.

Quando se observa o nível de formação acadêmica dos produtores é importante constatar que 40 dos entrevistados do total de 50 declararam ter graduação; 80% da amostra. Desses 40, 18 com títulos de pós-graduação, ou seja, 45% deles – se considerarmos o total da amostra, os que possuem pós-graduação representam 36%. Apenas 6 entrevistados, equivalente a 12% da amostra, nunca estiveram em bancos universitários. As estratégias de investimento escolar são fortes, portanto, na reprodução social desta categoria de proprietários de terra

Dos indivíduos com títulos universitários, cerca de 48% são formados em áreas das ciências agrárias e biológicas. Ondersteijn et al., (2003) argumenta que a relação entre as características dos agricultores e suas escolhas estratégicas, principalmente o nível educacional, possuem influência significativa sobre suas decisões.

Esse cenário de acúmulo de capital escolar pela classe estancieira no estado do Rio Grande do Sul foi analisado por Piccin (2015). O autor observa que, inversamente às trajetórias coletivas de outras elites agrárias, os grandes proprietários de terras nos campos do sul do Brasil, criadores de gado extensivo, possuem uma trajetória ascendente tanto econômica quanto politicamente até o processo de redemocratização, em que seus integrantes passam a buscar títulos e ocupar os principais postos de mando da política nacional e da burocracia do Estado.

O autor acima ainda analisa que o sentido dos investimentos escolares para os estancieiros tem mais a ver com a consagração social e a ampliação dos distintos capitais do que com estratégias de reconversão de trajetórias sociais.

Desta forma, o acúmulo de capital cultural age como uma forma de distinção social. Quando comparados com outras pesquisas sobre o nível de formação dos pecuaristas gaúchos, essa soma de 80% dos entrevistados graduados se mostra ainda mais expressiva. Em estudo realizado pelo SEBRAE/RS (2005), onde se buscou descrever o tipo médio do pecuarista como um sujeito social com acesso à escolaridade (examinando-se o primeiro membro da família, que em geral é o chefe do estabelecimento), apenas 26,7% obtiveram um diploma de nível superior.

Já Andreatta (2009), ao estudar o perfil dos pecuaristas no Rio Grande do Sul, encontrou uma parcela um pouco maior do que na pesquisa realizada pelo SEBRAE, totalizando cerca de 38% dos entrevistados graduados, porém valor ainda muito inferior ao

obtido nesta pesquisa. A autora ainda ressalta que é importante salientar que quando se considera os filhos(as) dos proprietários como os responsáveis pelo estabelecimento, o nível de escolaridade, em todos os perfis, é mais elevado.

Estes profissionais “liberais-pecuaristas”, não raro, faziam da pecuária uma atividade secundária. O alto nível de graduação dos produtores da Alianza del Pastizal, como pertencentes e sucessores de uma linha de senhores de terra é uma estratégia que compõe esse grupo numa dimensão histórica. Esta afirmação faz ainda mais sentido quando comparada com os resultados da forma de obtenção da terra por esses produtores.

Desses produtores com títulos universitários, cerca de 66% atuam em outra profissão além da produção rural, o que confirma a tendência já apontada em Piccin (2015). Dentre estes, estão incluídos médicos, consultores agropecuários, advogados, professores, entre outras profissões, muitos oriundos de uma longa linha de produtores rurais. Esses perfis profissionais buscam conservar suas ocupações urbanas e um modo de vida a elas relacionado e investir na bovinocultura de corte de acordo com um modelo que não exija dedicação total de seu tempo. A pecuária extensiva se enquadra nesta estratégia de manutenção das posições sociais conforme analisado por Piccin (2021).

Quando se observa o local de moradia, cerca de 56% dos produtores declararam morar na cidade, e 82% declararam possuem residência na cidade, seja por motivos de trabalho ou pelo estilo de vida. Alguns proprietários se dirigem às suas propriedades apenas nos finais de semana e as administram via contato telefônico, internet, entre outros meios de comunicação com seus empregados (NETO e BEZZI, 2009). Essa afirmação corrobora com os dados encontrados na pesquisa, ao observar a predominância da mão de obra contratada, onde um total de 96% dos produtores trabalha com mão de obra contratada em suas propriedades, contando ou não com o auxílio familiar no manejo dos animais e gestão da fazenda.

Quanto à forma de obtenção da propriedade, 35 entrevistados declararam ter herdado suas posses, equivalente a 70% deles. Apenas 13 declararam ter comprado toda ou parte das áreas atuais sob exploração, e apenas 2 declararam arrendar de outros proprietários toda ou parte das áreas de terra sob exploração, 26% e 4%, respectivamente. Também pode ser observado que aqueles que obtiveram as terras por meio de compra no geral trabalham com profissões consideradas de alta remuneração, como bancários, gerentes de empresas, advogados e médicos.

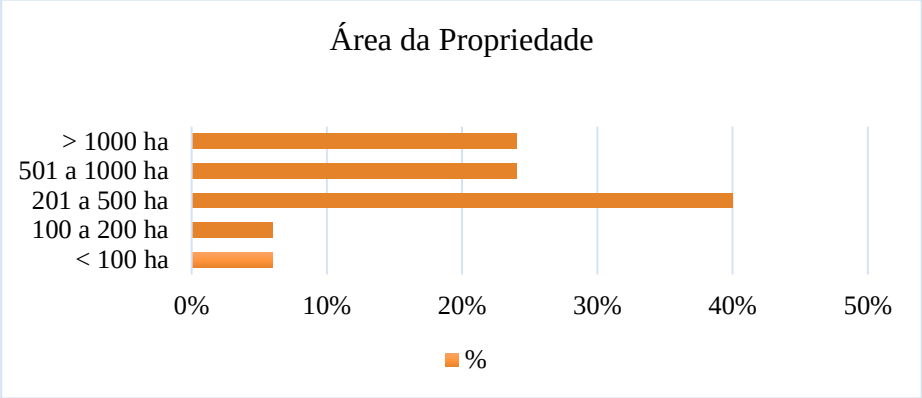
Este resultado corrobora com os dados divulgados pelo SEBRAE/RS (2005), onde do

universo total pesquisado de pecuaristas do estado do Rio Grande do Sul (sendo um total de 540 estabelecimentos), 383 entrevistados (70,9%) declararam que obtiveram a terra mediante herança.

Segundo Andreatta (2009), a terra revela um aspecto polivalente: bem patrimonial, bem de produção e símbolo de poder. Por outro lado, há uma forte relação entre as características culturais dos atores sociais, seus objetivos, decisões, a partir do universo rural em que estejam inseridos. É nessa perspectiva dialética que esses atores interpretam ou atribuem significados e valores às coisas, da mesma forma que a sociedade a sua volta interpreta essas questões, pois os sujeitos estão imersos ou fazem parte dela.

Além disso, também é interessante observar o predomínio de médias e grandes extensões de terras dos participantes da Alianza del Pastizal, com poucos exemplos de produtores que possuam menos de 200 hectares (Figura 4).

Figura 4. Área das propriedades apresentada pelos produtores entrevistados




Fonte: O Autor (2021).

Dentre os produtores entrevistados, podemos observar um valor mínimo de área de 30 hectares, e um máximo de 3500. A estrutura fundiária da região da campanha pode ser observada na Tabela 2, que demonstra a grande maioria dos estabelecimentos sendo menores que 100 ha.

Tabela 2. Distribuição de terras na Região da Campanha Gaúcha no ano de 2017.

| Grupos de área total | Total de estabelecimentos | Estabelecimentos com pecuária |
|---|---|---|

| | | |
|---|---|---|
| > 1000 ha | 1.546 | 827 |
| 501 a 1000 ha | 1.880 | 1.313 |
| 201 a 500 ha | 2.488 | 1.757 |
| 100 a 200 ha | 1.921 | 1.342 |
| < 100 ha | 14.533 | 10.941 |
| Total | 22.580 | 16.369 |

Fonte: Adaptado de IBGE (2017).

Na economia estancieira criatória extensiva, quanto maior a produtividade do trabalho por área explorada, ou seja, quanto maior a extensão de terras sob o cuidado de cada trabalhador, maior o estoque de gados à disposição do estancieiro para manter ou aumentar os padrões de consumo de sua família.

Entretanto, a historiografia pertinente destaca que, embora tenha sido a base da economia gaúcha, a pecuária extensiva não desempenhou, tal como o café no centro do país, o papel gerador de capitais que pudesse impulsionar o setor industrial. Isso levanta a questão, sobre quais são as motivações que levam os estancieiros locais, em especial os produtores associados à Alianza del Pastizal, a manter a bovinocultura de corte como seu principal sistema produtivo. Quando os produtores foram perguntados sobre porque manter a bovinocultura de corte como atividade principal, somente 8 deles, equivalente a 16% da amostra, responderam ser por interesse econômico, os demais assinalaram que o motivo principal era a afinidade com o modo de trabalho ou pela propriedade, quando assumiram a gestão, já contar com esse sistema de produção – motivos relacionados à tradição.

Segundo a teoria de Gasson (1973), poderíamos dizer que estes pecuaristas são guiados por Valores Sociais e Expressivos. Neste contexto, os Valores Sociais seriam aqueles relacionados com o reconhecimento social, prestígio e continuidade da tradição familiar e regional. Enquanto os Valores Expressivos se referem ao sentimento de orgulho e satisfação de atuar em uma atividade agropecuária, fazendo referência às habilidades e aptidões próprios destas atividades, que remetem ao estilo de vida campeiro do Gaúcho. Estas observações vão ao encontro às análises realizadas por Piccin (2021), ao constatar que, os comportamentos observados na classe estancieira demonstram a força dessas formas de pensar que se mantêm válidas e orientam a ação, no sentido de buscar garantir ou almejar um determinado status e estilo de vida.

Os resultados também vão ao acordo com a análise realizada por Andreatta (2009), onde observou ser expressivo o percentual de pecuaristas que manifestam atuar na bovinocultura de corte por tradição ou satisfação pessoal. Entretanto, é importante salientar a existência de um outro fator, baseado na observação de que apesar destas terras manterem sua posição como áreas de exploração pecuária, na grande maioria dos casos estes proprietários que tem em seus ideais a preservação da tradição, não são os agentes que atuam efetivamente na atividade. Isso pode ser explicado pelo conjunto de estratégias de reprodução social destas pessoas ao longo dos anos, ou seja, a migração dos membros da família para outras atividades econômicas e profissionais, ao mesmo tempo em que se mantém a propriedade na atividade pecuária por um conjunto de práticas econômicas, sociais, culturais e simbólicas. Logo, observa-se que na visão de muitos, pode ser desprestigiante viver, depender e ter como única profissão o trabalho na fazenda, sendo que para este caso há o capataz e o peões.

Estes dados ainda corroboram com os apresentados pelo SEBRAE/RS (2005), onde quando indagados sobre suas motivações para se dedicar a atividades de criação de bovinos, 26,5% responderam que a praticam por tradição, 25,4% por satisfação e 14,4% por considerem ser esta uma atividade segura. Apenas 8,7% afirmaram que a motivação principal era a obtenção de lucro.

Isso corrobora o que argumenta Piccin (2021), onde observa que, tendo em vista a lógica econômica estancieira, é notório que não tenha havido poupança monetária neste sistema social, como gostariam os analistas de inspiração econômica neoclássica. O problema da “descapitalização” deste sistema, como aparece em determinas análises, é uma questão mal colocada porque tem como base regras sociais de hierarquia e poder estranhas ao mundo estancieiro e que determinam diferentemente o uso dos recursos monetários. O que se busca acumular e maximizar é o acúmulo de poder simbólico e não os recursos monetários em si. Onde na verdade, o que houve foi uma mudança das formas de acumular o próprio capital simbólico, em que um conjunto de práticas ainda emuladas pelos estancieiros já não lhes garantem os mesmos resultados no mercado capitalista e mesmo no espaço social, uma vez que um conjunto de agentes e de instituições concorrentes lhes ameaçam os princípios de legitimidade tradicional.

Desta forma, pensar as práticas econômicas desta classe estancieira através de um olhar característico do *homo economicus* e da economia neoclássica, conduz à uma análise

errônea da realidade. Os estudos com tais pressupostos, parte deles como demanda de governos executivos, identificam uma região estancieira mais pobre em relação às demais do estado, especialmente frente à “metade norte”, e deduzem que os próprios dominantes desse espaço são vítimas, ao modo de uma falta de opções produtivas ao longo das décadas. Como o diagnóstico é baseado em princípios analíticos que descrevem um comportamento econômico que só existe em teorias altamente abstratas postuladas por certa variante de economistas, creem que os agentes estão predispostos a mudar e irem em busca de maiores taxas de lucro. Para isso, bastaria melhorar a infraestrutura logística e oferecer alternativas produtivas, não sem investimentos públicos que na prática acabam valorizando a renda da terra, que é o que realmente o que buscam esses agentes (PICCIN, 2021).

Quanto ao sistema de produção utilizado, observa-se que a maior parte dos produtores associados à Alianza trabalham com sistema de cria, recria, ou com a união de ambos estes sistemas. Apenas 3 produtores fazem apenas terminação dos bovinos, equivalente a 6%. Quanto aos demais, 19 fazem apenas cria, 16 fazem ciclo completo, recria e terminação, 4 cria e recria e 3 apenas recria.

Esta preferência pelas vendas diretas a outros produtores também foi observada pelo estudo apresentado pelo SEBRAE/RS (2005), que aprofunda essa discussão relatando que esse fator se baseia principalmente na valorização das relações pessoais previamente estabelecidas entre estes produtores, além de outras questões o desejo de pagamento por qualidade e busca dos melhores preços e o desapreço por contratos prévios. Dentre os problemas encontrados na comercialização ainda foram destacados a manifestação unânime sobre os baixos preços recebidos e a sensação de incerteza que permeia o processo, principalmente pelas métricas de pagamento dos frigoríficos.

Quanto aos motivos que levaram estes produtores a se associarem a Alianza del Pastizal, destaca-se primeiramente o interesse pela conservação do bioma Pampa, aliado ao interesse de se obter maior conhecimento técnico sobre o manejo do campo nativo e suas peculiaridades. É interessante observar que poucos produtores apontaram o interesse econômico como um dos motivos de se juntar a Alianza, o que mostra que essa escolha vem de valores internos dos produtores e não apenas por uma busca por mais rentabilidade.

Logo, podemos observar que o *habitus* de pensamento e tomada de decisão deste grupo de agentes se origina de um conjunto de valores complexos. Logo, o modo de vida e tomada de decisão deste grupo de produtores, se alinha às premissas de preservação da

biodiversidade campestre adotadas pela Alianza del Pastizal e suas ONGs matrizes. Com a união destes fatores, vemos uma fuga da racionalidade associada ao *homo economicus*, onde neste caso vemos o interesse e as questões relacionadas ao sistema econômico sendo dirigidas por motivações não econômicas (PICCIN, 2021; POLANYI, 1980).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os produtores associados à Alianza apresentam fortes características tradicionais, assim como os demais dos pecuaristas dessa região. Se mostrando motivados a permanecer na bovinocultura principalmente pela forte herança e aptidão com o sistema produtivo utilizado a tantos anos na região. O perfil médio destes produtores rurais apresenta uma realidade de pessoas com alto capital cultural, com grande porcentagem de produtores que possuem ensino superior e pós-graduação. A grande maioria obteve suas propriedades por meio da sucessão familiar, e possuem extensões de terra acima da média regional. Destas propriedades, a maioria absoluta afirma utilizar mão de obra contratada, em conjunto ou não com a mão de obra familiar.

Em um contexto onde a qualidade e confiabilidade dos produtos agrícolas por muitas vezes vem sendo colocada em teste, a existência de projetos como a Alianza del Pastizal se mostra essencial. Este modelo de negócios remete a teoria de que as cadeias de produtos agrícolas, assim como de diversos outros, não constituem apenas uma questão de trocas mercantis, mas envolvem todo um contexto de valores e disputas simbólicas importantes. Desta forma, o caso estudado nesta pesquisa se apresenta como mais uma experiência que demonstra a singularidade de certos sistemas agroalimentares, que remetem a diferentes questões, como a importância de uma agricultura adequada para o bem-estar da saúde humana e preservação do meio ambiente, e a relevância que as culturas regionais tem para o desenvolvimento local e a construção de cadeias mercantis.

## REFERÊNCIAS

ANDREATTA, Tanice. **Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas. 2009. 241 f**. 2009. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre.

DENT, J. B.; EDWARDS-JONES, G.; MCGREGOR, M. J. Simulation of ecological, social and economic factors in agricultural systems. **Agricultural Systems**, Great Britain, v. 49, n. 4, p. 337-351, 1995.

GASSON, R. Goals and values of Farmers. **Journal of Agricultural and Resource Economics**, v. 24, p. 521-537, 1973.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**, 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

MOREIRA, Igor. **O espaço rio-grandense**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

NETO, Helena Brum; BEZZI, Meri Lourdes. Região, identidade cultural e regionalismo: a Campanha Gaúcha frente às novas dinâmicas espaciais e seus reflexos na relação campo-cidade. **Temas & Matizes**, v. 8, n. 16, p. 65-96, 2009.

ONDERSTEIJN, C. J. M.; GIESEN, G. W. J.; HUIRNE, R. B. M. Identification of farmer characteristics and farm strategies explaining changes in environmental management and environmental and economic performance of dairy farms. **Agricultural Systems**, Great Britain, v. 78, n. 1, p. 31-55, 2003.

PICCIN, Marcos Botton. Acesso a posições de poder pela elite estancieira gaúcha: trajetórias sociais e investimentos escolares. **Tempo Social**, v. 27, p. 305-328, 2015.

PICCIN, Marcos Botton. **Senhores de terra, senhores de guerra: Sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019)**. Editora CRV, 2021.

POLANYI, Karl. **Grande transformacao: as origens da nossa epoca**, A. Contribuicoes em ciencias sociais; 7, 1980.

SEBRAE/RS. **Diagnóstico de sistemas de produção de bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul**. 2005.

SILVA, Cinthia Simões da; VIANA, João Garibaldi Almeida. Instituições na pecuária de corte e sua influência sobre o avanço da sojicultura na Campanha Gaúcha-Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, 2020.

# A FORÇA DA BANCADA DO BOI: FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA

**Monyele Camargo Graciano**[1]
**Joelson Gonçalves de Carvalho**[2]

**GT 06:** Elites e classes dominantes do campo: estudos sobre poder e dominação no "andar de cima" do mundo rural brasileiro.

## RESUMO

As dinâmicas do Poder Legislativo na definição de agendas e políticas voltadas ao rural ainda são um tema pouco explorado na literatura acadêmica. Esta pesquisa evidencia os mecanismos utilizados pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), representante das elites agrárias e agroindustriais do país, para impor sua agenda fundiária. A hipótese que orientou a pesquisa foi a de que o arcabouço legislativo brasileiro favorece a atuação de grupos de interesse que fragilizam ou distorcem o preceito constitucional da igualdade, constrangendo uma possível paridade de forças políticas entre as categorias sociais. Para tanto, foram analisados documentos produzidos pelas casas legislativas federais e pela FPA no decorrer de uma década. Os resultados da pesquisa evidenciam como a FPA utiliza os mecanismos institucionais para impor de forma totalitária as predileções de ruralistas e grandes corporações, em detrimento dos interesses das classes populares do campo.

Palavras-chave: frentes parlamentares, Instituto Pensar Agropecuária, legislação,

[1] Universidade Federal de São Carlos / Centro Universitário Uniaraguaia, monyelegraciano@gmail.com
[2] Universidade Federal de São Carlos, joelson@ufscar.br

ruralistas, agronegócio.

## INTRODUÇÃO

Apesar das decisões tomadas pelo parlamento brasileiro determinarem diretamente o espaço discricionário que o Poder Executivo terá para avançar com suas agendas, a dinâmica do Poder Legislativo na definição de políticas voltadas ao rural ainda é um tema pouco explorado pelos pesquisadores brasileiros. Nesse sentido, este artigo busca compreender os mecanismos utilizados pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), popularmente conhecida como Bancada do Boi, para que a sua agenda predomine no processo decisório da política fundiária rural no Brasil. Como argumentou Bruno (2021), a FPA utiliza o processo legislativo para impor barreiras institucionais legais para sustar, vetar, neutralizar demandas e reivindicações prejudiciais aos seus interesses. Em outras palavras, a FPA faz uso do regramento institucional legislativo, estabelecido pela Constituição Federal, para fazer valer o interesse de uma elite rural e das grandes corporações do sistema alimentar.

Essa forma de atuação da FPA chama a atenção, pois, ao menos simbolicamente, a Constituição Federal vigente, conhecida como Constituição Cidadã, preconiza uma especial atenção aos direitos amplos dos cidadãos. Nessa perspectiva, tem-se no texto constitucional um pressuposto primordial ao respeito da dignidade da pessoa humana: a garantia do tratamento isonômico de todos os indivíduos (Sarlet, 2012). Assim, esta pesquisa pleiteia compreender como a FPA atua no processo legislativo de modo a fazer com que o interesse de uma pequena parcela de ruralistas e grandes corporações prevaleça em detrimento dos interesses das classes populares da sociedade, incluindo os povos originários e tradicionais.

A disputa sobre políticas fundiárias está na gênese da FPA e, ainda hoje, possui centralidade em sua atuação (Bruno, 2021). A origem da FPA remonta aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, que ficaram marcados por disputas entre grupos antagonistas, de um lado, estavam os representantes dos movimentos sociais que lutavam pelo acesso à terra e por reforma agrária e, do outro lado, grupos reacionários contrários a essas mudanças no campo. Disputas estas que extrapolaram o Congresso Nacional, resultando na repressão aos sujeitos que questionavam o *status quo* da estrutura fundiária, culminando no período de maior incidência de conflitos e mortes no meio rural brasileiro desde o fim da ditadura

(Carvalho 2012; Carvalho & Bezerra Neto, 2016).

Esse cenário conflituoso foi resultado em grande parte das ações violentas praticadas pela União Democrática Ruralista (UDR) na defesa dos interesses atinentes ao direito de propriedade e à produção agrícola. Contudo, apesar de seu modo agressivo de atuação, a UDR obteve apoio quase irrestrito de diversas outras representações da elite rural, como da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Sociedade Rural Brasileira (SRB). Essa articulação entre as representações sociais e políticas da elite rural foi ganhando robustez até se consolidar em uma frente parlamentar informalmente constituída em 2002, então chamada Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária (Lima, 2018).

Somente em 2005, o Ato da Mesa nº 69 da Câmara dos Deputados instituiu o registro formal das frentes parlamentares, concebendo-as como associações suprapartidárias constituídas com, pelo menos, um terço dos membros do Poder Legislativo Federal. As frentes parlamentares têm como propósito a defesa e a articulação de demandas específicas de seus grupos, essas associações buscam seu fortalecimento por meio de afinidades regionais, corporativas e de interesses organizados (Coradini, 2008).

A formalização da FPA ocorreu em 2008, constituindo-se como uma frente parlamentar de natureza mista, ou seja, composta por deputados e senadores provenientes de diversos partidos. Assim, institucionaliza-se uma estrutura capaz de fazer com que os anseios de grupos de interesse específicos (no caso, grandes corporações do agronegócio e latifundiários) consigam eficientemente influenciar na agenda rural brasileira. Ressalta-se que a atuação da FPA vai muito além da pauta fundiária, que é o foco desta pesquisa, abrangendo crescentemente pautas mais transversais, como a ambiental, indígena e alimentar (Pompeia, 2022).

De forma a evidenciar os mecanismos utilizados pela FPA para que a sua agenda fundiária seja imposta ao executivo brasileiro, esta pesquisa partiu da hipótese de que o arcabouço institucional legislativo brasileiro favorece a atuação de grupos de interesse que debilitam ou distorcem, no interior do processo legislativo, o preceito constitucional de igualdade entre os cidadãos, constrangendo uma possível paridade de forças políticas entre as categorias sociais. A partir das análises ora apresentadas, espera-se evidenciar os processos pelos quais a FPA consegue fomentar condições privilegiadas no seio do aparelho institucional legislativo para fazer avançar a sua agenda fundiária em prejuízo aos demais atores sociais que poderiam ser

beneficiados pela política.

## FRENTES PARLAMENTARES

O modelo de democracia representativa atualmente adotado no Brasil é uma forma de organização política que permite a participação indireta de uma população no processo decisório legislativo. Na esfera legislativa federal, tal participação se dá através de representantes eleitos presentes em ambas as casas do Congresso Nacional, bem como a partir de instrumentos que promovem as diversas formas de seleção de indivíduos aptos à representação. Nesse sentido, um componente fundamental para a manutenção dessa lógica política são as legendas partidárias, que estruturam a disputa nas arenas legislativas e, em alguma medida, orientam os cidadãos sobre a vida pública (Alcantara Saez & Freidenberg, 2002).

Os partidos políticos são considerados os principais mecanismos de agremiação representativa no Congresso Nacional, no entanto, a compreensão de toda engrenagem do sistema político e legislativo passa pela análise de comportamento de atores relativamente novos na arena decisória, as frentes parlamentares. As frentes parlamentares durante muito tempo foram consideradas agrupamentos informais e só saíram dessa condição em 2005, a partir do Ato n° 69 da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que instituiu a regulamentação de sua constituição e funcionamento. Dentre os requisitos necessários para o registro de uma frente parlamentar está a adesão de pelo menos um terço dos parlamentares do Poder Legislativo federal (Câmara dos Deputados, 2005).

As frentes parlamentares podem ser entendidas como grupos que atuam internamente no Poder Legislativo, sendo formadas pelos próprios parlamentares por meio de coalizões, partidos políticos ou através da associação movida por uma questão comum. O objetivo da frente está na defesa de interesses específicos da agremiação, valendo-se da estrutura e vias institucionais, através da manutenção do monopólio da palavra ou das deliberações, o que aumenta as chances de sucesso em suas demandas. Tais grupos visam criar articulações entre os deputados, senadores e representantes do Executivo movidos pelos interesses em comum e manifestados na temática posta em pauta, estabelecendo relacionamento com qualquer outro grupo mobilizado que atue na representação de um interesse que patrocine suas preferências. Geralmente, suas predileções se aderem às outras

afinidades regionais, setoriais, profissionais ou trajetórias sociais e políticas. Algumas iniciativas dessas agremiações estão intimamente conectadas à defesa de interesses de natureza corporativa, por exemplo, educação, indústria, mineração, entre outras. (Coradini, 2008).

A elite rural brasileira se apropriou dessa nova forma de organização - as frentes parlamentares - para estabelecer sua representação de forma mais efetiva no legislativo federal. Inicialmente, os ruralistas concebem um grupo informal chamado de Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária em 2002, que se institucionalizou somente em 2008, dando origem à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), popularmente conhecida como “Bancada Ruralista” ou “Bancada do Boi”. A FPA pode ser considerada uma instituição, que, ao mesmo tempo, é herdeira dos valores reacionários da UDR, mas que amplia a sua agenda na direção da defesa dos interesses patronais das grandes corporações ligadas ao agronegócio (Bruno, 2017; Bruno, 2021; Pompeia, 2022). A título de exemplo, na defesa desses interesses patronais a bancada ruralista tem concentrado suas ações em proposições que instruem a mudança da legislação trabalhista, fundiária, tributária, indigenista e quilombola, da mesma forma como se empenhou para a aprovar o novo texto do Código Florestal, em 2012, que trouxe flexibilizações para o regramento ambiental, sob a justificativa da expansão produtiva e maior competitividade do setor agropecuário (Locatel & Lima, 2016).

A FPA se consolidou institucionalmente na disputa pela arena política em 2008, com ênfase na articulação de interesses no interior do Poder Legislativo, gerenciando as predileções das elites do agronegócio. Na atual legislatura, a Frente conta com 347 membros, sendo 300 deputados e 47 senadores (FPA, 2023) e seu objetivo principal é fomentar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do agronegócio em suas mais diversas ramificações. Para a consecução desse propósito, a FPA traça em seu estatuto associativo algumas finalidades que pautam seu comportamento, dentre elas destacam-se:

> [...] procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação referente à agropecuária nacional, influindo no processo legislativo a partir das comissões temáticas nas duas Casas do Congresso Nacional; apoiar as instituições interessadas no desenvolvimento da agropecuária nacional, junto a todos os Poderes, inclusive em questões orçamentárias nos casos das entidades públicas (FPA,

2021, online).

A partir de 2011, buscando orientar sua interlocução no parlamento e aumentar a efetividade de sua ação legislativa, entidades do setor agropecuário criam o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), que atua como uma empresa de assessoria parlamentar por meio de um acordo de cooperação técnica com a FPA. O IPA conta com o financiamento de quase 50 entidades privadas ligadas às elites do agronegócio, que vão desde representações setoriais de agricultores (p.ex. Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja), passando por fóruns intersetoriais (p.ex. Associação Brasileira do Agronegócio - Abag) e compreendendo organismos representativos de grandes corporações industriais transnacionais e financeiras vinculadas ao agronegócio (Filho,2017; Pompeia 2022).

Cascione & Araújo (2019) destacam que as frentes parlamentares são menores do que aparentam quando se considera apenas a lista com assinaturas de seus participantes para registro formal na Câmara dos Deputados, sendo a FPA uma exceção por seu tamanho efetivo e destacado alinhado à sua capacidade de organização com sustentação no poder econômico. A aliança do capital latifundiário nacional com os interesses do capital das grandes corporações do agronegócio na defesa de agendas de interesses recíprocos, por meio de uma organização institucionalizada dentro do legislativo federal brasileiro, estabelece o que Binkowski (2018) considera uma “violência legislativa”, tendo em vista o expressivo número de parlamentares membros da FPA que atuam dentro das casas legislativas, favorecendo ou impedindo o avanço de pautas que tratam sobre temas relevantes para a Frente, via de regra, em prejuízo dos demais interessados na política fundiária.

Segundo Gussi (2009) não há problemas entre a existência de grupos de interesses e a busca do bem comum por parte do Estado. Todavia, a partir do momento que esses grupos penetram a vida política de forma institucional, ocorre uma perda recíproca em ambas as realidades, haja vista que o Parlamento não deve, em tese, tornar-se um *locus* de debate de questões meramente corporativas, mas sim garantir o atendimento democrático aos preceitos constitucionais. Nesse caso, observando o *modus operandi* da FPA, percebe-se, de forma dissonante com as previsões da Constituição Federal, a possibilidade de uma frente parlamentar utilizar-se de subterfúgios econômicos, jurídicos e políticos para promoção de suas predileções corporativas.

A atuação da FPA pode ser considerada como a materialização de uma forma

de atividade de frentes parlamentares com o potencial de distorcer o princípio constitucional de igualdade. Uma vez que, a atuação da FPA é coordenada pelo intuito de representar os setores mais capitalizados do corpo social, utilizando o aparato estrutural e institucional do Estado para fortalecer o protagonismo das frações de classes dominantes (Simionatto & Costa, 2012), em detrimento da representatividade e das predileções de sujeitos oriundos das classes populares do campo brasileiro como agricultores familiares, assentados de reforma agrária, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, entre outros, asseverando as desigualdades sociais.

Nesse sentido, as desigualdades no campo podem ser evidenciadas a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017, com a utilização de uma metodologia para verificar a evolução da concentração de terras, o Índice de Gini, que possui uma variação entre 0 e 1, sendo 0 a ausência de concentração, equivalente a uma distribuição equânime de terras, e 1, concentração máxima, como se o território estivesse sobre o domínio de uma única pessoa. Atualmente o Índice de Gini fundiário brasileiro corresponde a 0,864, o que aponta para uma expressiva concentração, que foi asseverada com o passar do tempo, haja vista sua recente evolução saindo de 0,857 em 1995, 0,858 em 2006 e chegando ao atual patamar, o que complementa a percepção de uma histórica e desigual distribuição de terras no Brasil. (Santos & Neves & Leão, 2009; Hoffmann, 2019).

## METODOLOGIA

Como primeiro passo para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário compreender em profundidade as regras de funcionamento e condução do processo legislativo brasileiro. A partir dessa compreensão, foi possível estabelecer o que denominamos de dimensões analíticas, que englobam as diferentes estratégias utilizadas pela FPA para influenciar no processo legislativo. Três dimensões de atuação da FPA foram identificadas: Estrutura, Proposições e Tomada de Posição. A dimensão Estrutura relaciona-se às posições ocupadas por membros da FPA nas comissões permanentes relacionadas à política fundiária. Por sua vez, a dimensão Proposições diz respeito às propostas legislativas que versavam sobre a política fundiária rural. Por fim, a dimensão Tomada de Decisão identifica e analisa as orientações da FPA para o posicionamento de seus membros em votações de proposições que tramitaram pelo processo legislativo.

Para cada dimensão, foram estabelecidas variáveis explicativas. São essas variáveis que permitiram aos pesquisadores identificar, mensurar e analisar a atuação da FPA nos processos legislativos relacionados à política fundiária (Quadro 1). O escopo da pesquisa se restringiu ao período compreendido entre os anos de 2008 e 2018, sendo 2008 o ano de institucionalização da FPA e 2018 o ano de encerramento da última legislatura ao momento da pesquisa.

**Quadro 1- Estrutura da pesquisa**

| Dimensões Analíticas | Escopo | Variáveis Explicativas |
|---|---|---|
| Estrutura | Posições ocupadas pelos membros da FPA nas comissões permanentes temáticas | **a.1** - Representação da FPA nas comissões permanentes temáticas;<br>**a.2**- Posições-Chave nas comissões permanentes temáticas |
| Proposições | Mapear e qualificar as proposições legislativas que versaram sobre a política fundiária rural, verificando seu alinhamento às predileções da FPA | **b.1** - Proposições legislativas sobre a política fundiária. |
| Tomada de posição | Investigar a atuação da FPA na orientação de seus membros para tomada de decisão sobre as proposições legislativas | **c.1** - Orientação da FPA para ação de seus membros |

Fonte: Elaboração própria, 2021

Foram utilizadas quatro variáveis explicativas, sempre relacionadas às respectivas dimensões analíticas, para evidenciar a atuação da FPA no processo legislativo.

**a.1 - Representação da FPA nas comissões permanentes temáticas -** para essa variável foram cruzados a listagem de nome de membros da FPA com a listagem de membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), da Câmara de Deputados, e com a listagem de

membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do Senado Federal.

**a.2 - Posições-Chave nas comissões permanentes temáticas** - mesmo protocolo metodológico da variável anterior (a.1), com atenção para os ocupantes das posições-chave nas comissões parlamentares.

**b.1 - Proposições legislativas sobre a política fundiária** - para esta variável realizou-se um mapeamento das propostas legislativas a partir de levantamento de dados junto ao portal *LexML.* O portal *LexML* é uma base de dados legislativos e jurídicos, contendo informações sobre leis, projetos de leis, decretos, entre outros, o que possibilitou identificar as proposições legislativas do período 2008 a 2018. Para a seleção de proposições atinentes ao escopo da pesquisa, foram realizadas buscas no portal, valendo-se de termos ou vocábulos relacionados a temas envolvendo a política fundiária, a saber: “reforma agrária”, “demarcação de terras indígena” e “terras de remanescentes de quilombos”.

**c.1 - Orientação da FPA para ação de seus membros -** nesta variável foram analisados dados disponibilizados no sítio eletrônico da FPA, notadamente o seu estatuto social, os registros de atuação pregressa da FPA e os chamados Resumos Executivos, documentos que contêm orientações para atividade parlamentar dos membros da FPA. Procedeu-se ainda a sistematização das proposições legislativas (b.1) em função da orientação da FPA presentes no Resumos Executivos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO: ATUAÇÃO DA FPA NO PROCESSO LEGISLATIVO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA

A pesquisa evidenciou que a FPA desenvolve uma estratégia multifacetada para influenciar o processo legislativo em favor de suas predileções. A principal ação é a ocupação das arenas legislativas nas quais os temas de seu interesse tramitam. Mas, atua também na proposição legislativa e na orientação de seus membros em votações. Na sequência, utilizando das variáveis explicativas definidas para esta pesquisa, são apresentados os resultados que evidenciam a ação da FPA no concernente à política fundiária. Para fins de organização, as análises correspondentes a essas variáveis estão dispostas em subtítulos que compõem a totalidade das discussões por dimensão analítica, a seguir.

### Representação da FPA nas comissões permanentes temáticas (a.1)

Uma das características do processo legislativo é possuir distintas instâncias de organização que se entrelaçam até a sua conclusão. Por seu turno, em relação à

política fundiária no período analisado, constatou-se que a maioria das proposições legislativas se findou nas comissões permanentes das casas legislativas, espaços convenientes para atuação de um grupo de interesse como a FPA.

As comissões permanentes consistem em órgãos de natureza temática, constituídos pelos parlamentares, para debater e apreciar as propostas legislativas relacionadas aos temas inerentes à sua natureza. Em virtude de sua importância para o processo legislativo, as comissões se configuram como desejados espaços de articulação de elites parlamentares com vistas a interesses políticos estratégicos por elas representados. Portanto, a distribuição das funções parlamentares na forma do sistema de comissões não representa unicamente as necessidades internas e funcionais do poder legislativo, pois envolve um ambiente de negociação e convergência de interesses individuais e coletivos. Em outras palavras, a ampla gama de afazeres, ainda que funcionais, distribuídos entre as comissões, deriva também do empenho parlamentar na construção de condições institucionais que possam viabilizar o alcance de suas finalidades (Araújo, 2019; Câmara dos Deputados, 1989). Dentre as atribuições das comissões tem-se a função de avaliar e deliberar os projetos legislativos a partir de informações técnicas colhidas pelos parlamentares e, por conseguinte, convocar audiências públicas para discutir sobre a proposta em comento. Caberá ao relator, designado pelo presidente da comissão, a organização e articulação desse processo, sendo ator chave para a tramitação das matérias legislativas na comissão (Freitas, 2016).

O arranjo estabelecido para a formatação das comissões é condicionado pelo grau de importância da comissão combinado com as características pessoais dos parlamentares. Parlamentares membros de comissões que frequentemente tomam decisões relevantes aos seus interesses evitam a rotatividade nesses espaços (Araújo, 2019). Este comportamento se dá, primeiramente, por anuência das regras contidas nos regimentos internos e, em segundo, por se tratar de uma conduta que pode garantir a perpetuação de determinado interesse enquanto o parlamentar estiver presente nestas instâncias.

Desse modo, infere-se que a distribuição dos congressistas, no âmbito das comissões, significa a seletividade de predileções que terão defesa nas sessões deliberativas, ou seja, a inserção nos espaços de discussão e votação significa uma necessidade para o robustecimento das forças políticas afiançadoras de determinado segmento. Para tanto, em relação ao grupo de interesse, é imperioso, mesmo diante

da sucessão política de determinados membros, que a coesão seja contínua, uma vez que a dissonância entre seus integrantes possa significar o enfraquecimento da advocacia de determinada preferência.

Destaca-se que o Regimento Interno da Câmara (RICD) dispõe que a distribuição das vagas nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados se dá por meio de ato da Mesa, comandada pelo Presidente da Casa, que antes consulta o Colégio de Líderes[3], no início dos trabalhos de cada legislatura. A fixação de vagas considerará a composição da casa legislativa em face do número de comissões, em observância, quando possível, ao princípio da proporcionalidade partidária e das bancadas. Movimento similar é percebido no Senado Federal para o qual, de acordo com o artigo 78 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), os membros das comissões serão designados pelo Presidente, por indicação escrita dos respectivos líderes, sendo assegurada a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação na Casa (Câmara dos Deputados, 1989; Senado Federal, 1970).

O princípio da proporcionalidade partidária foi pensado para garantir que a composição dos órgãos colegiados das casas legislativas conte com representantes partidários em número proporcional em relação ao total de integrantes de cada uma delas no atendimento ao RICD. Destarte, para se fazer tal distribuição entre as legendas partidárias e os blocos parlamentares, utiliza-se o quantitativo de deputados eleitos nos últimos pleitos eleitorais. Logo, a configuração de cada comissão deve ser um retrato da composição da Casa em sua totalidade, resguardando a participação em todas, de ao menos um membro oriundo da Minoria partidária (Pacheco & Mendes, 2015).

A FPA possui uma ostensiva estratégia de ocupação destas arenas parlamentares, principalmente nas quais assuntos de seus interesses são debatidos. Assim, a FPA conta com representação em todas as comissões permanentes, tendo maior ênfase nas comissões temáticas que tratam da questão fundiária na Câmara e no Senado Federal. Em 2022, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados, dos 90 lugares

[3] O Colégio de Líderes consiste em um órgão decisório composto por todos os líderes de partidos, blocos parlamentares e do líder do governo na Câmara. As decisões proferidas, em tese, originam-se do consenso, todavia não sendo viável opta-se pela maioria absoluta de votos, considerando a expressão numérica da bancada retratada por cada líder (Pacheco & Mendes, 2015).

preenchidos por titulares e suplentes, 55 estavam ocupados por membros da FPA, isso equivale a mais de 60% das cadeiras. No que diz respeito à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, membros da FPA ocupavam 17 das 31 vagas, totalizando 54% do total de membros na comissão.

Os dados indicam que a FPA consegue se inserir na órbita das comissões, perfazendo a maioria dos votantes, fato importante para que a Frente alcance seus objetivos, pois o artigo 56 § 2º Regimento Interno da Câmara dos Deputados define que: "salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações das Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros, prevalecendo em caso de empate o voto do Relator". A significativa presença dos membros da FPA nas comissões (CAPADR e CRA) é um posicionamento estratégico e vital para o êxito de suas demandas, pois uma das principais atribuições nessas instâncias é voto das proposições legislativas[4] atinentes à questão fundiária, podendo ocorrer de forma conclusiva, com vistas a aprovar ou rejeitar a proposta, sem a anuência do Plenário.

## Posições-Chave nas comissões permanentes temáticas: posições fixas e posições variáveis (a.2)

O processo legislativo tem sua abertura com a apresentação da proposta em plenário da casa iniciadora, posteriormente encaminha-se os autos às comissões responsáveis para avaliação da viabilidade da proposição. Após recebidos, os autos são remetidos pelo presidente da comissão a um relator por ele designado, que realizará a confecção do parecer que versará sobre a aprovação ou rejeição da proposta.

Diante dessa determinação, a presidência de uma comissão é uma posição-chave de relevância para a definição da marcha deliberativa das proposições legislativas, dentre as suas atribuições está a designação dos relatores e de seus possíveis substitutos, que conduzirão as diligências cabíveis com instituto de concluir o escrutínio da proposta. O presidente possui ainda a prerrogativa de estabelecer a

[4] As proposições legislativas são entendidas como toda matéria que deve ser submetida à apreciação de uma casa legislativa, ou seja, consiste na medida que impulsiona o processo legislativo que resultará em normas jurídicas que serão inseridas na sociedade e condicionarão o comportamento, os direitos e deveres dos indivíduos.

ordem do dia, condição que implica diretamente no andamento das fases da apreciação das propostas legislativas pela comissão, já que serão suas determinações que definirão os assuntos que serão debatidos e votados (artigos 41 e 47, RICD).

Em relação a temas específicos dentro da ampla temática de política fundiária, segundo os ritos da Câmara dos Deputados, diversas comissões podem ser instadas a se manifestarem. Porém, de acordo com o regimento da Câmara, ressalta-se que cabe à CAPARD tratar especificamente dos temas atinentes à "política e questões fundiárias; reforma agrária; justiça agrária; direito agrário" (artigo 32, alínea b, RICD). A CAPARD é a comissão que possui protagonismo na definição da política fundiária, visto que por ela tramitou um número superior expressivo de proposições se comparado ao intentado pelo Senado. Nesses termos, a presidência da CAPARD é um espaço prioritário a ser ocupado dentro da estratégia de ação da FPA, pois permite, de forma direta, acelerar o ritmo de tramitação de determinada proposta ou de retardar a marcha de deliberação de outras.

A presidência dessa arena deliberativa é definida por seus pares, assim, torna-se uma *conditio sine qua non* para a eleição do presidente da CAPARD sua convergência com o posicionamento da FPA, visto que, como apontado no item anterior, a maioria da comissão é formada por representantes da Frente.Com apenas uma exceção (Fábio Souto), entre os anos compreendidos por esta pesquisa (2008-2018), todos os presidentes da CAPARD eram diretamente vinculados à FPA. Destaca-se, dentre os deputados que exerceram a presidência da comissão, o nome de Abelardo Lupion (DEM/PR), que também foi presidente da FPA e da UDR entre os anos 1987 e 1990.

A hegemonia na presidência da CAPARD determina o poder da FPA em potencializar as chances de êxito de suas pautas e, simultaneamente, dificultar ou obstruir o avanço de demandas dissonantes às predileções da Frente.Por seu turno, em relação à CRA, nota-se que, diferente do que foi constatado na CAPARD, a comissão temática do Senado Federal contou com o cenário um pouco menos concentrado na distribuição de seus presidentes. Dos seis ocupantes da presidência no período analisado, três pertenciam à FPA.

Outra etapa do processo legislativo determinante para o êxito ou insucesso de uma proposta legislativa é a relatoria. Cabe ao relator conhecer da matéria recebida para exame e apresentar um parecer à comissão que contará com uma prévia dos

fatos e seu voto fundamentado acerca da viabilidade ou não da proposição apreciada, podendo ser considerada para aprovação, rejeição ou arquivamento (Pacheco & Mendes, 2015). A relatoria é uma posição disputada pelos parlamentares, uma vez que consiste em posto estratégico nas articulações deliberativas, considerando que detém oportunidades para condicionar o avanço, ou não, de determinada proposta naquela instância deliberativa.

O artigo 56 § 2º do RICD define que, salvo previsão constitucional em contrário, as deliberações das comissões serão realizadas através da maioria dos votos. Todavia, em caso de empate, prevalece o voto relator. Assim, para além de direcionar os integrantes votantes, cabe ao relator, em momento específico definir o pleito.Nesse diapasão, verificou-se que entre 99 proposições relacionadas à política fundiária entre os anos de 2008 e 2018 e analisadas por esta pesquisa (b.1), 49 foram relatadas por membros da FPA.

É possível inferir, em decorrência da presença estruturada e predominância de membros da FPA nas arenas institucionais legislativas relacionadas à política fundiária, um condicionamento aos anseios singularizados do grupo de interesse em detrimento da universalidade de predileções envolvidas. Fica evidente que a atuação da FPA nas comissões temáticas estabelece uma condição de dominância na política fundiária, haja vista que, em regra, as proposições legislativas devem ser analisadas nessas arenas e, somente em alguns casos, decididas nos plenários das casas.

**Proposições legislativas sobre a Política Fundiária entre 2008 e 2018 (b.1)**

A apresentação de uma proposição é o catalisador do processo legislativo. Partindo desse pressuposto, a pesquisa realizou um mapeamento das propostas legislativas junto ao portal *LexML,* considerando o período 2008 a 2018, valendo-se de termos relacionados a temas envolvendo a política fundiária. A pesquisa encontrou um total de 99 propostas, sendo que 70 proposições abordavam a temática da reforma agrária, 22 tratavam de demarcação de terras indígenas e sete versavam sobre terras remanescentes de quilombos. Das 99 proposições, 78 foram de autoria individual de deputados e senadores, sendo que 55 foram encaminhadas por integrantes da FPA. Portanto, de todas as proposituras individuais apresentadas no parlamento relacionadas à política fundiária, 70% foram de autoria de membros da Frente.

O mapeamento das proposições legislativas revelou instrumentos

diversificados de propostas intentadas sobre a política fundiária, são eles Projeto de Lei de Conversão (PLV); Medida Provisória (MP/MPV); Projeto de Lei Complementar (PLP); Proposta de Emenda à Constituição (PEC); Projeto de Decreto Legislativo (PDC); Projeto de Lei (PL / PLS) e Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS), com uma prevalência de dois tipos de iniciativas, os Projetos de Lei e os Projetos de Decreto Legislativo. Esses tipos de propostas têm objetivos distintos. O PL é uma espécie de proposição legislativa que tem como finalidade inaugurar uma norma jurídica no ordenamento já estabelecido, visando retratar os anseios da sociedade bem como regular um comportamento ou até mesmo constituir e desconstituir um direito ou dever aos indivíduos, podendo ser intentado tanto na Câmara, pelo nome de Projeto de Lei (PL), como no Senado Federal, pelo nome de Projeto de Lei do Senado (PLS).

Assim, das 99 proposições, identificou-se 42 Projetos de Lei que versavam sobre a política fundiária. Desse total, 20 estão arquivados; 13 ativos, ou seja, ainda em trâmite; dois foram retirados da apreciação das Casas a pedido do autor; e sete se encontram apensadas em outras propostas, isto significa que estão tramitando de forma conjunta com outras proposições que tratam de tema correlato ou idêntico.

Outro tipo de proposição legislativa que apresentou número considerável de iniciativas foi o PDC, proposto tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, e têm como finalidade regular temas de competência exclusiva do Poder Legislativo, sem a sanção do Presidente da República. Segundo o artigo 49 da Constituição Federal, dentre as matérias reguladas por um PDC destacam-se os objetivos de sustar os atos normativos do Poder Executivo que extrapolem o poder regulamentar ou os limites de delegação legislativa; julgar as contas prestadas pelo Presidente da República anualmente e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; zelar pela preservação da competência do Poder Legislativos em face da atribuição normativa dos outros Poderes, dentre outros (Brasil, 2021).

A pesquisa identificou 38 proposições tipificadas como PDC. Salienta-se que na deliberação acerca do decreto legislativo, o Congresso Nacional atua como legislador negativo, que por competência constitucional, limita o Poder Executivo nessa arena. Desse modo, um decreto legislativo altera no sistema jurídico vigente as normas oriundas de atos normativos do Executivo que extrapolem os limites deste poder, não concebendo novos direitos (Souza & Meneguin, 2020).

Em relação aos seus conteúdos, dos 38 PDCs identificados, 24 foram

iniciados em 2016 pelo deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), membro expoente da FPA, para sustar os decretos desapropriatórios emitidos pela presidente Dilma Rousseff, que angariaram imóveis para fins de reforma agrária e homologavam a demarcação administrativa de terras indígenas e quilombolas em diversos estados da federação. A justificativa utilizada pelo parlamentar para interromper os efeitos jurídicos desses decretos baseava-se na alegação de que os atos estavam eivados de vícios de forma e origem.

De acordo com os argumentos utilizados pelo deputado, os Decretos Legislativos foram publicados às vésperas da votação do afastamento da presidente e não atenderiam os interesses dos beneficiados, uma vez que não ocorreu a devida análise e discussão legal sobre os temas abordados. Em relação aos PDCs, a FPA emitiu uma orientação favorável às proposições de Jerônimo Goergen, com exceção do PDC nº 371 de 2016.

Importante frisar que a Constituição define em seu artigo 49 que somente são passíveis de sustação os atos normativos emanados pelo Poder Executivo que ultrapassem os limites do poder regulamentar ou da delegação legislativa. Contudo, não foi possível vislumbrar irregularidades de qualquer natureza em relação aos atos administrativos proferidos pela presidente Dilma Rousseff alvos dos PDCs. Entretanto, ainda que haja contrariedade em decorrência do processo de homologação dos imóveis atingidos pelos decretos, as partes poderiam recorrer às vias judiciais, apresentando suas contrariedades e aguardando a tutela jurisdicional. Logo, não caberia valer-se das vias institucionais legislativas para destituir direitos estabelecidos a partir da emissão dos respectivos decretos.

Contudo, a estratégia foi se apropriar dos canais do Poder Legislativo para invalidar os efeitos dos decretos que favoreceriam centenas de famílias de agricultores familiares. Portanto, o caminho institucional via PDCs consiste em uma movimentação para fortalecer a FPA como grupo que exerce pressão sobre o Poder Executivo em pautas que contrariam o interesse das elites rurais. Outros tipos de proposições foram identificados no mapeamento, tais como as Propostas de Emenda à Constituição (PECs), que visam promover alterações no texto da Constituição vigente. A PEC 15/2018, cujo conteúdo visa pleitear o direito à indenização das benfeitorias realizadas nos imóveis e os danos resultantes da interrupção da atividade econômica causados pela demarcação de terras indígenas, é um exemplo emblemático da atuação da FPA. Na justificação da PEC, seus autores advogaram

que o reconhecimento do direito originário dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam (art. 231, CF) abalaram o regular desenvolvimento das atividades econômicas realizadas sobre as “terras só agora declaradas indígenas desde sempre” (Senado Federal, 2018).

Para além das proposições já discutidas, observou-se a presença de dois outros tipos de propostas: as Medidas Provisórias (MP/MPV) e o Projetos de Lei de Conversão (PLV). A MP é um tipo normativo proferida exclusivamente pelo Presidente da República, em caráter de relevância e urgência; possui força de lei, mas é indispensável a apreciação do Congresso Nacional para que a referida proposição seja efetivamente convertida em lei. Contudo, caso a MP não seja deliberada pelas casas legislativas em até 45 dias após sua publicação, passa a ter tratamento de urgência perante as demais deliberações em trâmite. Findado o prazo de deliberação sem a devida análise, a MP perde seus efeitos jurídicos. Por sua vez, um PLV consiste em uma proposta legislativa baseada em alterações realizadas ao longo do processo de apreciação de uma MP.

Por meio da MP 759/2016, editada pelo presidente Michel Temer, transformada na Lei Ordinária 13.465/2017 pelo PLV 12/2017, que se refere à regularização fundiária rural e urbana, liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, houve o estabelecimento de instrumentos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União (Brasil, 2016). Estes dispositivos estabelecidos acarretam severas consequências à política fundiária, conforme apontaram Sauer & Leite (2017), que afirmam que diversos diplomas legais foram alterados, provocando mudanças substanciais na legislação fundiária urbana e rural brasileira.

Dentre os vários apontamentos feitos por Sauer & Leite (2017), dois merecem destaque. O primeiro tem relação com o instituto jurídico da desapropriação previsto no artigo 194 do texto constitucional, tal instituto fundamenta a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária em decorrência do descumprimento da função social da propriedade rural. Nesse sentido, há um temor de que as possibilidades trazidas pela MP façam com que a desapropriação seja afastada em definitivo das tratativas institucionais do INCRA, já que o texto aprovado da MP oportuniza o pagamento da terra nua em valor de mercado, podendo ser realizado em dinheiro e não somente em Títulos da Dívida Agrária, conforme previsto anteriormente

na legislação.

O segundo apontamento diz respeito ao PLV 12/2017, que introduz o dispositivo da Lei 13.288 de 2016, que, por sua vez, trata de contratos de integração de assentamentos rurais. Tal dispositivo abre prerrogativas para que famílias assentadas celebrem contratos de arrendamento de terras, mesmo que de forma subvertida ao texto original da Lei Agrária, que associava o direito à terra ao compromisso da família de cultivá-la, proibindo sua cessão de qualquer natureza a terceiros. Segundo Sauer & Leite (2017), a MP 759/2016 (convertida na Lei 13.465/2017) define uma redução do período em que as famílias beneficiárias da reforma agrária são proibidas de comercializar os respectivos títulos, ao estabelecer tal possibilidade a partir "da data de celebração do contrato de concessão de uso ou de outro instrumento equivalente", instruindo a contagem do prazo a partir da outorga do título de domínio ou CDRU, sendo que este último é instrumentalizado na incipiência dos projetos de assentamento.

O posicionamento da FPA em relação à MP 759/2016 foi favorável à sua aprovação. A justificativa foi a segurança jurídica proporcionada aos produtores rurais ao conferir, em tese, o título de domínio das terras. Contudo, vale a pena ponderar que tal segurança jurídica se fundamenta em dois pilares: o primeiro refere-se a titulação dos lotes e a possibilidade de comercialização das propriedades de forma prematura, oportunizando ao agronegócio a reaglutinação das forças produtivas de determinado território, cooptando famílias em situação de insolvência financeira; o segundo diz respeito à indenização pela desapropriação em valor de mercado, essa forma de indenização dificulta e onera, ainda mais, o processo de implantação dos assentamentos de reforma agrária bem como também torna-se uma benesse para aqueles não atenderam o preceito de cumprimento da função social da propriedade.

Nota-se a dominância da FPA na apresentação das propostas analisadas e seus evidentes objetivos na defesa dos interesses do agronegócio, na obstação dos direitos de outros possíveis beneficiários da política fundiária, ou ainda no entulho do debate propositivo. Segundo Bruno (2017), tal cenário é possível graças às características desse grupo de interesse, eivadas de conservadorismo, e seu foco na manutenção do direito de propriedade com exercício ilimitado, simultaneamente, não reconhecendo os mesmos direitos aos grupos minoritários. É sob esse aspecto conservador que se fomenta um projeto político "que beneficia os setores mais capitalizados da sociedade, os quais se utilizam do Estado como meio de cooptação

de lideranças políticas para fortalecer o poder das classes dominantes" (Simionato & Costa, 2012, p. 215).

**Orientação da FPA para ação de seus membros (c.1)**

Ao considerar possíveis tensões, antagonismos e rivalidades próprios da relação entre grupos dominantes de um segmento social, um primeiro esforço dos representantes do agronegócio está na definição de pleitos e demandas que serão o ponto de partida para que tais grupos possam contribuir para relativização das divergências e diferenças entre si, buscando acordos, alianças e afinidades que garantam sua reprodução econômica, social e política diante de adversários (Bruno, 2022; Lerrer, 2020).

Sob tal perspectiva, a FPA utiliza diferentes instrumentos para manter a coesão de seus membros, por exemplo, realiza reuniões semanais em sua sede para debate da pauta semanal das casas legislativas, conecta-se pelas diferentes redes sociais com os grupos com os quais compartilha as mesmas agendas, conta com uma agência de notícias e mantém um site institucional, no qual, além de disponibilizar informações sobre seu histórico, estatuto e sua estrutura organizacional, publica os documentos intitulados Resumos Executivos.

Os Resumos Executivos[5] são documentos produzidos pela FPA com o objetivo de uniformizar a manifestação dos membros da frente na deliberação de determinada proposta específica. Tais documentos trazem uma breve apresentação sobre a proposição, seguida da orientação da FPA, instruindo de maneira simples e explícita o legislador. Ademais, conta com uma justificativa que baliza o posicionamento dos votantes, inclusive com argumentos jurídicos para embasar o voto ou as colocações do parlamentar em sessões de discussão. Outrossim, os Resumos Executivos estão disponíveis para diversas proposições, principalmente a partir de 2012, direcionando o posicionamento dos membros da Frente sobre propostas legislativas que tratam de interesses convergentes ou divergentes da pauta política do agronegócio.

Os Resumo Executivos se consolidaram como documento norteador para os membros da FPA na arena decisória, possibilitando identificar as temáticas relevantes

[5] Exemplo de Resumo Executivo da FPA. Disponível em: https://fpagropecuaria.org.br/2019/11/14/sf-pls-734-2015/?pdf=27876. Acesso em: 28 dez. 2021

para a Frente na defesa de seus interesses. A instituição dos Resumos Executivos derivou diretamente da criação do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), em 2011. O IPA é uma associação sem fins lucrativos, financiada por grandes entidades do agronegócio, com o intuito de subsidiar a FPA na defesa de suas predileções. A constituição do IPA permitiu que a FPA conseguisse arrecadar recursos financeiros para formar e custear uma equipe técnica que lhe auxiliasse (Silva, 2014; Pompeia 2022). De acordo com dados de seu site institucional, a equipe do IPA, em 2022, era composta por ao menos 28 integrantes e organizada em comissões temáticas, responsáveis pela emissão de pareceres, acompanhamento do trâmite de propostas legislativas que orbitam os interesses da Frente, análises das pautas semanais das casas legislativas e elaboração de fundamentos que norteiam o posicionamento dos membros parlamentares em seus discursos ou nas votações no Congresso Nacional.

Desse modo, como um instituto próprio da FPA, o IPA articula uma base técnica para afiançar os debates sobre as propostas legislativas atinentes aos interesses ruralistas e elites do agronegócio, aumentando ainda mais a força e proeminência da Frente. A partir dessa base técnica, são subsidiados os debates sobre as propostas legislativas que versem sobre temas atinentes aos interesses dos grupos econômicos envolvidos com a cadeia produtiva do agronegócio na arena legislativa (Pompeia, 2022). Existe uma perceptível relação entre o marco do início dos trabalhos do IPA e a uniformização das manifestações da FPA via Resumos Executivos, fortalecendo e especializando, crescentemente, a Frente na advocacia legislativa dos interesses dos seus representados.

Nesta pesquisa identificou 55 propostas relacionadas à política fundiária com orientação da Frente, dessas, 36 tratavam de procedimentos de obtenção de terras, bem como sua regularização dentro do programa de Reforma Agrária, envolvendo, por exemplo, a suspensão de trâmites de projetos de assentamento em diversas localidades; nove se referiram a processos de demarcação de terras indígenas; cinco envolviam mudanças nas regras gerais de desapropriação para fins de reforma agrária e outras cinco versaram sobre titulação de propriedade a comunidades remanescentes de quilombos.

Dentre os temas recorrentes contidos nas proposições que contaram com a orientação expressa da FPA, destacam-se a inserção de novos critérios para a destinação de imóveis à reforma agrária, a título de exemplo, tem-se o PL 7710/2017, que trata da desapropriação da propriedade rural que utilizar defensivos agrícolas

proibidos no Brasil e sua possível destinação à reforma agrária, bem como PL 9050/2017 que visa destinar preferencialmente à reforma agrária os imóveis rurais perdidos em favor da União, em razão da prática de atos lesivos à administração pública. No mesmo sentido, encontra-se o PLS nº 90/2014, que busca declarar como passíveis de desapropriação destinada à reforma agrária as áreas rurais compreendidas em um raio de cinco quilômetros dos eixos das rodovias e ferrovias federais, assim como as terras restauradas por investimentos da União em obras de irrigação, drenagem e outras espécies de benfeitorias.

Ressalta-se particularmente que os outros dois temas que contaram com orientação da Frente dizem respeito à demarcação de terras indígenas e titulação de terras quilombolas. Nesse ponto, observou-se que as proposições legislativas orientadas versaram em sua maioria sobre ampliação de condições que fortalecem a tutela dos direitos dos sujeitos envolvidos, considerando a proteção de suas terras, o que, por suposto, as torna indisponíveis para a apropriação privada.

Por meio da pesquisa foi possível analisar também as proposições que, mesmo após o ano de 2012, não contaram com orientação da FPA, via Resumo Executivo. A análise indica que a frente deixou de se manifestar em relação a 20 proposições, sendo sete relacionadas ao crédito agrícola, que no contexto da reforma agrária por exemplo são destinados a pessoas físicas, não considerando a terra como garantia das operações para agricultura familiar; seis visavam alterar procedimentos registrais internos e indenizatórios em terras indígenas já demarcadas; duas proposições que sustavam a demarcação de terra indígena em assentamento de reforma agrária e; uma sobre a utilização de terras públicas anteriormente arrecadadas com destino à reforma agrária. Ainda em relação aos temas não orientados, tem-se que duas proposições foram atinentes à extensão rural e produção agrícola em assentamentos rurais, uma tratava de investimentos produtivos em assentamentos já existentes e uma sobre investimentos em assentamentos com recursos destinados para este fim, ou seja, envolvendo verba “carimbada”.

Sendo assim, o que fica constatado é que em todos os casos em que a FPA se ausentou de emitir uma recomendação de ação para os seus membros, os assuntos versados pelas proposições não tratavam de temas que trariam prejuízo aos interesses do agronegócio. Destaca-se que, das proposições sem orientação da Frente, a maioria nem sequer havia sido apresentada por membros da FPA.

Com vistas a compreender a atuação da FPA tanto em relação à defesa dos

interesses do agronegócio quanto na obstação dos direitos de outros possíveis beneficiários da política fundiária, a pesquisa procedeu a sistematização das proposições legislativas em função da orientação da FPA presente no Resumos Executivos. Observou-se que das 55 proposições legislativas que contaram com orientação de voto em Resumos Executivos emitidos pela FPA, 40 versavam sobre assuntos fundiários alinhados diretamente com os interesses das elites rurais, recebendo orientação positiva. As demais 15 proposições beneficiavam grupos oriundos de classes populares do campo minoritários, e receberam orientação negativa (orientação pela rejeição) da FPA.

Os dados evidenciam que a atuação da FPA não se limita a pleitear benefícios fundiários para o grupo social que ela representa, mas também atua de forma marcante na obstrução dos interesses dos demais sujeitos da política fundiária. Em suma, é possível inferir que a política fundiária, constitucionalmente responsável pela tutela das parcelas populares e minorias no espaço rural, está sendo dominada pelos interesses das elites ligadas ao agronegócio, em decorrência, sobretudo, da atuação organizada da FPA.

## CONCLUSÕES

A elite rural brasileira foi hábil em apoderar-se do formato de frentes parlamentares para estabelecer sua representação de forma mais efetiva no legislativo federal. Assim, conclui-se que, na medida que a democracia representativa detém deficiências na representação dos interesses oriundos dos desejos populares na arena legislativa, se fortalecem no interior do processo decisório as predileções organizadas pela ação coletiva de grupos de interesse, robustecidas por um conjunto normativo omisso em determinar os limites e as regras próprias aos atores políticos. Isso, por seu turno, é o que permite a reprodução do capital e a replicação das condições de desigualdade, refletidas na concepção da política fundiária.

Neste trabalho, evidenciou-se o papel da FPA no processo decisório legislativo federal sobre política fundiária. Os resultados da pesquisa permitem aceitar a hipótese de que o arcabouço institucional legislativo favorece a atuação de grupos de interesse, como a FPA, que debilitam no desenrolar do processo decisório o preceito constitucional de igualdade, constrangendo uma possível paridade de forças políticas entre frações de classes sociais.

Entendendo a arena legislativa como ambiente de disputa por recursos e políticas públicas, os resultados da pesquisa demonstram como a FPA atua ostensivamente no processo legislativo de modo a fazer valer as suas predileções em três diferentes dimensões.

A primeira diz respeito à ocupação das estruturas legislativas que deliberam sobre questões fundiárias. A luz dos resultados da pesquisa, percebeu-se que as regras regimentais que regulam o processo legislativo nas comissões temáticas favorecem a atuação dos grupos de interesse, em especial da FPA, uma vez que uma frente suprapartidária pode subverter ou prejudicar a aplicação do princípio da proporcionalidade observado para a composição das comissões temáticas. A FPA conta com maioria dos membros das comissões que tratam da política fundiária, como demonstrado neste trabalho. Essa condição garante que a frente influa na definição do presidente da comissão, que por sua vez é competente para definir o relator das propostas apreciadas.

A segunda refere-se à intensidade e forma uso das proposições pelos membros da FPA. Nota-se, em relação a assuntos fundiários, a dominância da FPA na apresentação das propostas objetivando a defesa dos interesses do agronegócio, ao mesmo tempo em que bloqueia os direitos de outros possíveis beneficiários da política fundiária, ou ainda, utiliza-se de estratégias para abarrotar o debate propositivo. A pesquisa de Pompeia (2022) comprova que esta capacidade propositiva/obstativa da FPA deriva diretamente do conluio público-privado realizado através do IPA. A terceira forma de atuação da FPA é financiada por interesses corporativos e diz respeito ao estabelecimento de uma estrutura de consultoria legislativa que subsidia e orienta a FPA e seus membros acerca de matérias de seu interesse.

A análise empreendida nesta pesquisa evidencia a forma totalitária pela qual a FPA se apropriou do processo legislativo para fazer valer as predileções de seus membros na agenda fundiária. Esse anseio absolutista da FPA é um resquício de sua origem, que remonta a truculência da UDR e outras instituições conservadoras do agro brasileiro. Como alerta Bruno (2021), essa perspectiva totalitária é o calcanhar de Aquiles da FPA, pois ignora que a hegemonia supõe o consenso que, para ser construído, depende da incorporação de demandas das classes populares do campo.

## REFERÊNCIAS

Alcántara Sáez, M. & Freidenberg, F. 2002. Partidos políticos na América Latina. *Opinião Pública*, *8*, 137-157.

Araújo, P. M. 2019. Comissões no Senado Federal: perfil social e trajetória política na triagem dos senadores no sistema comissional. *Cadernos da Escola do Legislativo-e-ISSN: 2595-4539*, *19*(32), 97-138.

Binkowski P. 2018. Dinâmicas e relações de poder nos conflitos agrários brasileiros. In Binkowski, P. (org). *Análise de conflitos e relações de poder em espaços rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS

Brasil. 2012. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994*. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.

Brasil. 2016. *Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759.htm>. Acesso em: 24 jul. 2020.

Brasil. Câmara dos Deputados. 2005. *Ato n. º 69 de 10 de novembro de 2005*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html. Acesso em: 25 set 2018.

Brasil. Câmara dos Deputados. 1989. *Regimento interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução n. 17 de 1989 e alterado até a Resolução n. 6, de 2019*. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/ regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20 RCD%2021-2021.pdf. Acesso em: 06 jun. 2021.

Brasil. Senado Federal. 2018. *Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2018 – Dá nova redação ao art. 231, da constituição Federal e acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer critérios de indenização resultante da demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas*. Brasília, DF. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/134460. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

Brasil. Senado Federal. 1970. *Regimento Interno do Senado Federal, estabelecido*

*pela Resolução n. 93, de 1970*. Texto editado em conformidade com a Resolução n.º 18, de 1989, versão consolidada pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, publicado no Suplemento "B" do Diário do Senado Federal de 4/2/2023. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/documents/12427/45868/RISF+2018+Volume+1.pdf/cd5769c8-46c5-4c8a-9af7-99be436b89c4 . Acesso em: 05 de jan. de 2023.

Bruno, R. 2017. Bancada Ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In Maluf, R. & Flexor, G. (orgs). *Questões Agrárias, Agrícolas e Rurais. Conjuntura e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-papers ed., p. 155-168.

Bruno, R. 2021. Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional. *Estudos Sociedade e Agricultura*, *29*(2).

Bruno, R. 2022. O Processo de Construção da Hegemonia do Agronegócio no Brasil: recorrências históricas e *habitus* de classe. *Revista Trabalho Necessário*, 20 (41), 01-26.

Carvalho, J. G. & Bezerra Neto, L. 2016. Poder extraeconômico da terra e movimentos sociais campesinos: a luta pela democratização fundiária no Brasil. *Educação em Perspectiva*, *7*(2).

Carvalho, J. G. 2012. O Processo de Industrialização da Agricultura e a Questão Agrária no Brasil. *Reagro - Revista Eletrônica de Agronegócio*, 2, p. 1.

Cascione, S. & Araújo, S. M. V. G. de. 2019. Obstáculos para protagonismo das frentes parlamentares em coalizões presidenciais no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, n.72, 1-23.

Coradini, O. L. 2008. Politização de interesses através de frentes parlamentares. *Tomo: revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.* São Cristovão, SE. Vol. 10, n. 13 (jul./dez. 2008), p. 75-92.

FPA. 2021. *Estatuto.* Disponível em: http://fpagropecuaria.org.br/estatuto. Acesso em: 22 jul. 2021.

FPA. 2021. *Resumos Executivos*. Disponível em: https://fpagropecuaria.org.br/category /resumos-executivos/. Acesso em: 28 dez. 2021.

FPA. 2023. *Todos os membros*. Disponível em: https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/. Acesso em: 05 abr. 2023.

Filho, F. M. 2017. Recursos para Plantio de Milho na Safra 2017/2018. *Reunião*

*Ordinária Nº 33 da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos Título do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.* São Paulo - SP, Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/aves-e-suinos/2017/33a-ro/ipa-instituto-pensar-agropecuaria-fabio-filho.pdf. Acesso em: 14 de jul. 2019.

Freitas, A. 2016. *O presidencialismo da coalizão*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

Gussi, E. H. B. 2009. *A representação política*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Hoffmann, R. 2019. A distribuição da posse da terra no Brasil, com resultados preliminares para 2017. In *57º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER. Ilhéus.*

Lerrer, D. 2020. Revista Agroanalysis: a trajetória da afirmação do "agronegócio" e de consagração de seus agentes. *Contemporânea*, *10*(1), 273-304.

Lima, M. S. 2018. A elite ruralista no parlamento: características principais da bancada que representa a classe proprietária rural. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 38(2), 58-72. Disponível em: http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/10. Acesso em: 7 mar. 2023.

Locatel, C. D. & Lima, F. L. S. de. 2017. Agronegócio e Poder Político: Políticas Agrícolas e o Exercício do Poder no Brasil, *Sociedade e Território*, 28(2), p. 57–81.

Pacheco, L. B. & Mendes, P. R. 2015*. Questões sobre processo legislativo e regimento interno*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.

Pompeia, C. 2022. Uma etnografia do Instituto Pensar Agropecuária. *Mana*, *28*.

Santos, L. L. & Neves, C. B. & Leão, C. 2009. Uma década de políticas de reforma agrária no Brasil: índice de Gini e estrutura fundiária 1985 a 1995. In *47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural–SOBER. Porto Alegre.*

Sauer, S. & Leite, A. Z. 2017. Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. *Retratos de assentamentos*, *20*(1), 14-40.

Sarlet, I. W. 2012. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.

Silva, G. T. R. 2014. *Impacto das frentes parlamentares na dinâmica do Congresso Nacional durante a presidência do Partido dos Trabalhadores (52ª a 54ª legislatura).* Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.

Simionatto, I. & Costa, C. R. 2012. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. *Temporalis*, 12(24), 215-237.

Souza, A. S. D. P. & Meneguin, F. B. 2020. O Decreto Legislativo e o Controle da Atividade Normativa do Poder Executivo. *Revista de Gestão, Economia e Negócios,* Brasília, 1 (1), p. 73-103, 2020. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/redap/article/down load/5436/2152. Acesso em: 22 jul. 2021.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# COOPTAÇÃO DA ANATER (AGÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL) PELOS RURALISTAS: AS GESTÕES TEMER E BOLSONARO

Carolina Rios Thomson[1]
Sonia Maria Pesssoa Pereira Bergamasco[2]
Ricardo Serra Borsatto[3]

**GT 6: Elites e classes dominantes do campo: estudos sobre poder e dominação no "andar de cima" do mundo rural brasileiro**

## RESUMO

O trabalho demonstra como a criação da Anater (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) foi um movimento encabeçado pelos ruralistas para a cooptação e controle dos recursos e público beneficiário da extensão rural federal, além de desmatelamento da Pnater (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural). Para A análise é subsidiada por um resgate histórico da criação da agência e da forma que sua gestão foi estabelecida, além de dados de distribuição dos recursos entre as entidades contratadas para a prestação de extensão rural de 2004 a 2022, portanto, antes e após o estabelecimento da Anater. A Anater concentrou recursos entre entidades privadas de maior porte e com um perfil produtivista para a prestação de serviços de extensão rural; privilegiou o Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) em detrimento das empresas públicas estaduais de extensão no acesso a recursos; afastou o controle social dos serviços de extensão rural; retirou do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) a centralidade na gestão da extensão federal; e boicotou a Pnater – ignorando seus princípios e retirando a exclusividade da agricultura familiar como beneficiária da extensão com recursos federais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Agroecologia; Desenvolvimento Rural

[1] UNICAMP, carolina.thomson@yahoo.com.br
[2] UNICAMP, soniaberga@yahoo.com
[3] UFSCar, rsborsat@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A proposta de criação de um órgão capaz de coordenar a extensão rural no Brasil surgiu das organizações que participaram da II Cnater (conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), realizada pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), em 2012. No evento, os representantes da sociedade civil criticaram a Lei n 12188 de 2010, conhecida como Lei de Ater, e o estabelecimento das CPs (Chamadas Públicas) como novo instrumento de seleção das entidades prestadoras de extensão rural. Movimentos sociais, entidades que vinham executando a Pnater (Política Nacional de Assistência Ténica e Extensão Rural) desde 2004, pesquisadores e entidades representativas da agricultura familiar criticaram por avaliarem que - tanto a lei como as CPs – foram concebidas unilateralmente pelo MDA, sem o processo democrático que a Pnater, teoricamente, impunha.

Também foram criticados pelos participantes de II Cnater os critérios de seleção das entidades contratadas pelo MDA a partir da CPs, bem como a metodologia e burocracia impostas pelo novo instrumento. De acordo com os participantes, esses fatores estariam impedindo que o pluralismo institucional (a contratação pelo MDA tanto de entidades estatais como não estatais para a prestação de serviços de extensão) favorecesse a diversidade de entidades, fazendo com que, ao contrário, os projetos se concentrassem entre poucas executoras.

Assim, após a II Cnater, MDA e sociedade civil avaliaram que para ampliar a abrangência da rede de extensão, mesmo que sob o modelo das CPs, seria necessário criar um órgão capaz de coordenar a extensão pública com autonomia de orçamento, disponibilidade de pessoal e infraestrutura. Em suma, um consenso de que a estrutura do Dater (Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural) do MDA não era suficiente para operacionalizar a expansão dos serviços de extensão rural e, ao mesmo tempo, priorizar o cumprimento da Pnater.

Assim, após a II Cnater, foi constituída uma comissão coordenada pelo MDA para tratar do reestabelecimento de uma instituição ao estilo Embrater[4] (Empresa

[4] A Embrater existiu entre 1974 e 1990 e sua extinção ocasionou o desmantelamento do Sistema Brasileiro de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), bem como o sucateamento, fusões e extinções de diversas empresas públicas estaduais de extensão.

Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), porém, com uma gestão participativa e voltada ao atendimento da agricultura familiar. A comissão contou com representantes da Faser (Federação dos Trabalhadores e Trabalhadores da Extensão Rural e Pesquisa), Asbraer (Associação Brasileira das Empresas de Assistencia Técnica e Extensão Rural), Fetraf (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura familiar), Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e acadêmicos.

No entanto, outra equipe coordenada pelo Mapa (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento), da qual participaram gestores da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Conepa (Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária) e CNA (Confederação Nacional da Agricultura), elaborou uma proposta alternativa com o mesmo fim. Em outras palavras, os ruralistas consideraram uma afronta a iniciativa do MDA e acionaram seu principal aparato no Estado, o Mapa, para boicotá-la.

A cúpula do PT (Partido dos Trablhadores) orientou o MDA a negociar a construção de uma proposta conjunta com o Mapa. A comissão resultante da Cnater foi esvaziada e, assim, Dater, SAF (Secretaria da Agricultura Familiar) do MDA e Departamento de Transferência de Tecnologia (DTT) da Embrapa elaboraram uma proposta comum. O Projeto de Lei n° 5740/2013, que trata da criação de Anater, foi apresentado no Plano Safra de seis de junho de 2013 e encaminhado ao Congresso Nacional em dez de junho, sob regime de urgência imposto pela presidente da república, Dilma Rouseff.

A Anater foi criada pela Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, e instituída pelo Decreto nº 8.252 , de 26 de maio de 2014. É um Serviço Social Autônomo, portanto, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública. A agência só foi de fato estruturada em 2017 e, até 2019, foram vetadas e instituídas algumas modificações na Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, que a originou . No entanto, suas diretrizes gerais não se alteraram. Em relação a seu público beneficiário, cabe destacar que a Anater incluiu os médios produtores, fazendo com que a extensão rural pública com recursos federais deixasse de ser destinada exclusivamente à agricultura familiar – como vinha ocorrendo desde 2004.

A composição da Anater destacou também a Embrapa em sua direção, retirando a centralidade do Dater/MDA no direcionamento da extensão. Uma forma de

garantir que os médios produtores não estivessem expostos às diretrizes da Pnater. Aliás, a Pnater não é mencionada na Lei de criação da Anater e há apenas uma breve menção à Pnater, em decreto posterior[5], de 2014, que instituiu a agência.

Reforçando o argumento anterior, a menção à Pnater serve para circunscreve-la, especificamente, ao público da agricultura familiar. Portanto, um esforço mínimo para não ignorar a antiga política por completo, mas sem qualquer relevância na prática, uma vez que seus princípios e diretrizes em nada influenciaram os da Anater.

Para a gestão da Anater, a representatividade da sociedade civil se limitou a um dos três membros do conselho fiscal, nomeado pela presidência, e a quatro dentre os dez membros do conselho administrativo. Dentre esses últimos, apenas dois representantes da agricultura familiar - Contag e Fetraf –, que não representam toda a diversidade da categoria.

Em paralelo à direção foi estabelecido um conselho assessor nacional. Sua composição inclui ministérios, entidades estatais e não estatais de extensão rural, organizações da agricultura familiar e patronal. Apesar da pluralidade desse conselho, seu caráter é unicamente consultivo, sem que lhe seja atribuída qualquer espécie de controle social ou participação direta nas tomadas de decisão da diretoria da agência.

Em resumo, a Anater foi idealizada para: i) afastar definitivamente o controle social dos serviços de extensão rural; ii) direcionar a qualificação dos profissionais à Embrapa, portanto ao Mapa, e retirá-la do MDA, que a realizava através de Chamadas Públicas conjuntas com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), universidades, movimento agroecológico e movimentos sociais do campo, visando o estabelecimento de NEAs (Núcleos de Estudos em Agroecologia) nas instituições de ensino ; iii) reestabelecer o Difusionismo Produtivista via Embrapa; iv) e retirar a exclusividade da agricultura familiar como beneficiária da extensão a nível federal.

A concepção da Anater não passou despercebida da rede de extensão e o movimento agroecológico elaborou uma carta de repúdio à criação da agência durante o III Encontro Internacional de Agroecologia (EIA). Na carta, os participantes discordaram do modelo de gestão proposto para a Anater, pois “a maior parte do

[5] “§ 1 º A contratação dos serviços de assistência técnica e extensão rural destinados ao público a que se refere o art. 3 º da Lei n º 11.326, de 2006 , observará o disposto nos arts. 3º este 4º da Lei nº 12.188 , de 11 de janeiro de 2010, que estabelecem os princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater”. BRASIL, 2014, p.2.

acervo tecnológico desenvolvido pelo Serviço Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) não se ajusta à realidade da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais por induzi-los à crescente dependência ao sistema financeiro e agroindustrial" (EIA, 2014, p. 1), assim como porque "a perspectiva agroecológica não se coaduna com a intenção de disseminação universal de tecnologias geradas em meio controlado nos centros de pesquisa" (EIA, 2014, p.1).

Em paralelo, o comitê de Ater do Condraf (Conselho Nacional de Desenvolvimeno Rural Sustentável e Agricultura Familiar) insistiu em um diálogo com os quadros da Anater nomeados pela presidente Dilma. A sociedade civil tentava reforçar a legitimidade da Pnater e da extensão rural para a agricultura familiar. Em certa medida, os gestores petistas demonstraram abertura e capacidade de diálogo, acreditando que a Anater seria capaz de operacionalizar o conflito de agendas do MDA e Mapa.

A terceira Cnater foi realizada em 2016. Nos meses anteriores, o evento havia mobilizado cerca de 40 mil participantes e as delegações finalizaram o evento com uma "Carta pela Democracia" , contra o eminente afastamento da presidente. Também foram elencadas trinta propostas para orientar a Pnater nos anos seguintes. Na realidade, o evento teve caráter mais simbólico e de reforçar a construção coletiva da extensão rural do que efetividade prática, pois meses depois foi concretizado o golpe parlamentar de 2016.

## DESENVOLVIMENTO

Antes do afastamento de Dilma, havia sido firmado um primeiro contrato de gestão entre a Anater e o MDA. No governo Temer, o MDA e Condraf foram extintos. Após as extinções, o contrato de gestão da Anater passou a ser coordenado pela Sead (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário), uma nova pasta criada no âmbito da Casa Civil da Presidência da República que atuou em estreito alinhamento ao Mapa. O presidente da Anater anteriormente nomeado por Dilma foi exonerado. Em 2017, a agência finalmente iniciou sua estruturação, contratou equipe técnica e iniciou a elaboração de seus instrumentos e projetos.

Um dos entrevistados da pesquisa de doutorado da autora apontou que houve um pacto entre os dirigentes das empresas estaduais junto aos gestores da Anater para legitimar a criação da agência, sob a condição de contratos menos burocráticos

e preferência no acesso aos recursos. Historicamente, as empresas estaduais foram menos comprometidas com os princípios da Pnater, fazendo com que a reorientação nas metodologias, o modelo de gestão da agência e a proposta pouco elaborada de "desenvolvimento sustentável", tal qual postos pela Anater, não se apresentassem como aspectos problemáticos para essas organizações.

Assim, a partir de 2017, a Anater estabeleceu um novo instrumento denominado IEP (Instrumento Específico de Parceria) para a elaboração de contratos junto às empresas estaduais. Os IEPs foram assinados entre a Anater e os governos estaduais. Na prática, instrumentos que se assemelharam aos Convênios, com controles de pagamento e repasse menos burocráticos. A Anater e empresas estaduais elaboravam previamente um plano de trabalho e planejamento de repasses para, apenas depois, assinarem seus contratos. Inclusive, nos IEPs consultados no sítio da rede mundial de computadores da agência, a Anater foi denominada "subsidiária" de extensão rural - uma espécie de assessora das empresas estaduais.

As organizações não estatais continuaram sendo contratadas via CPs (Chamadas Públicas). Portanto, para as entidades privadas foi mantido o modelo anterior: valor pré-estabelecido, metodologia engessada, controle de atestes, etc. Nessas condições não havia mais "concorrência" entre entidades estatais e não estatais. A Anater elaborou IEPs junto às empresas estatais e, em paralelo, lançou CPs para as não estatais. Além desses dois tipos de instrumento, também foram celebrados convênios de parceria da Anater junto ao Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e à Embrapa.

O Senar é a novidade na Anater a partir de 2018. O decreto nº 9.274, de 1º de fevereiro de 2018, autorizou ao Senar a prestação de serviços de assistência técnica e gerencial do trabalhador rural (Ateg), para além do ensino da formação profissional rural. Cabe relembrar que o Senar é parte do Sistema S, portanto, financiado por contribuições obrigatórias de pessoas físicas e jurídicas ligadas a classe patronal[6].

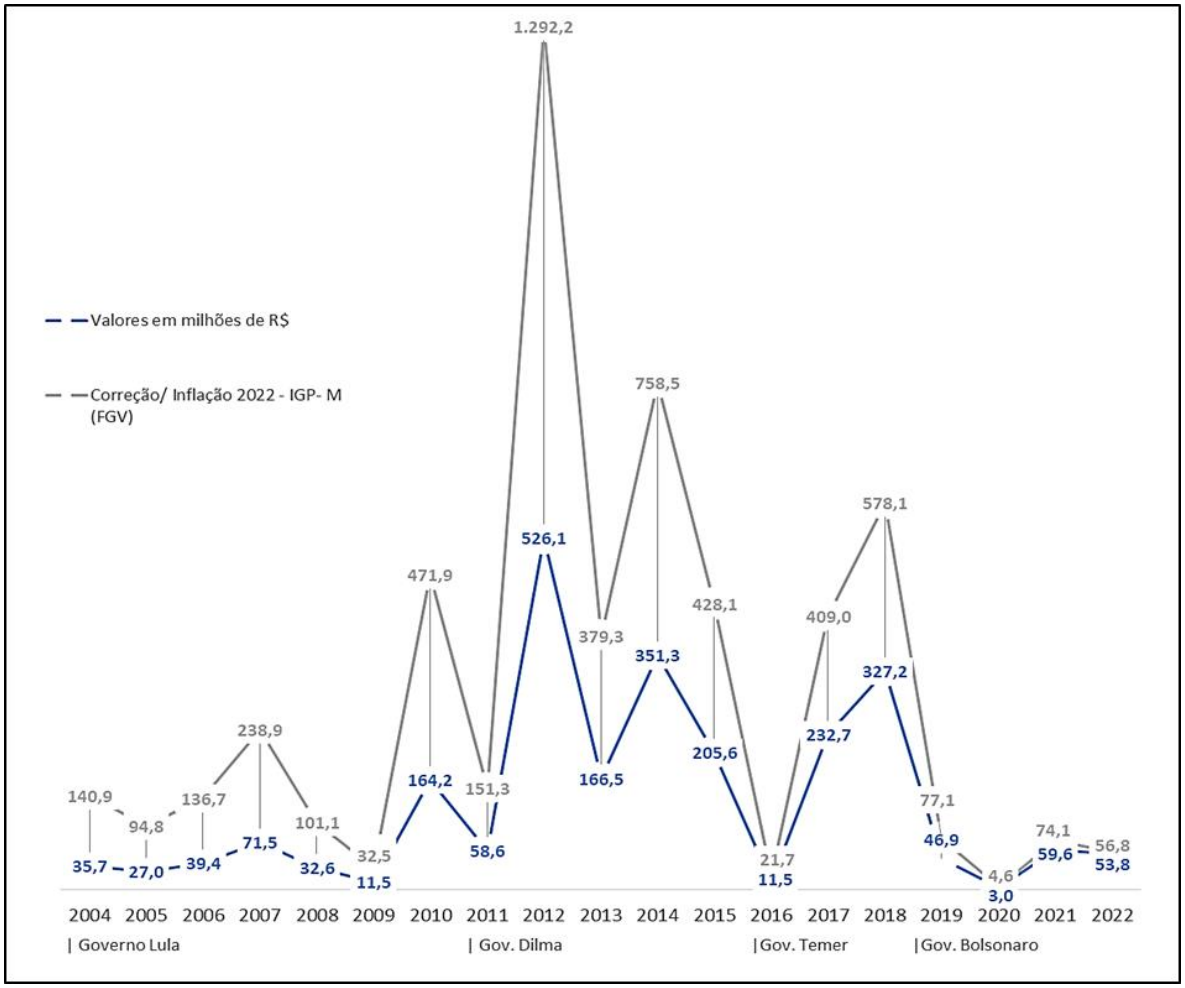
A figura 1 traz um apanhado geral dos recursos destinados à extensão rural

[6] A Lei do Senar prevê diversas fontes de recursos, tais como: 1) contribuição mensal compulsória, a ser recolhida à Previdência Social, de 2,5% sobre o montante da remuneração paga a todos os empregados pelas pessoas jurídicas de direito privado, ou a elas equiparadas, que exerçam atividades, agroindustriais, agropecuárias, extrativista, vegetais e animais, cooperativistas rurais, sindicais patronais rurais; 2) contribuição compulsória, a ser recolhida à Previdência Social, de um décimo por cento incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção da pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; 3) doações e legados; 4) rendas oriundas de prestação de serviços e da alienação ou locação de seus bens; 5) receitas operacionais.

entre 2004  e terceiro trimestre de 2022. De 2004 a 2016, a extensão com recursos federais foi gerida pelo MDA e, a partir de 2017, pela Anater. Cabe ressaltar que os dados não incluem os recursos destinados ao Incra (Instituto Nacional de Conolização e Reforma Agrária) para a prestação de Ates.

Como pode ser observado, as políticas de extensão foram marcadas pela variação do compromisso de recursos por parte do governo federal. No entanto, entre 2010 e 2015, período após a implementação das Chamadas Públicas, os recursos destinados pelo MDA foram os mais significativos. Na gestão Temer, via Anater, vê-se que também houve comprometimento relevante de recursos. Durante os anos iniciais da Pnater, entre 2004 e 2009, os recursos destinados foram consideravelmente inferiores, mas ainda assim, à exceção de 2009, superiores aos recursos celebrados na gestão de Bolsonaro - se corrigidos pela inflação.

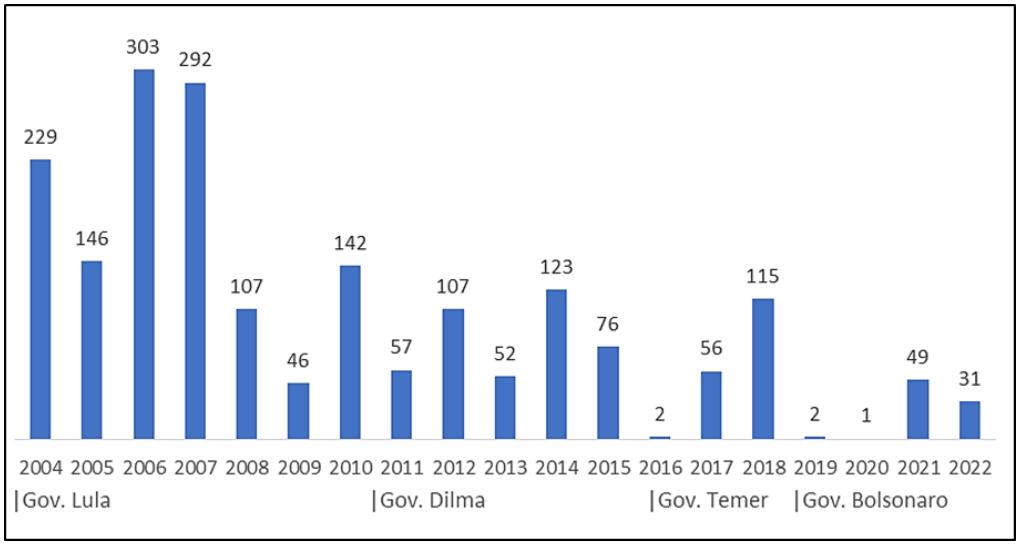
Figura 1- Recursos destinados à extensão rural via MDA, Sead e Anater (em milhões de R$) - 2004 a 2022 .




Fonte: Portal da Transparência, MDA, Siater e Anater. Elaboração da autora.

A figura 2 apresenta o total de projetos em todos os anos analisados, incluindo os executados via Termos de Repasse, Convênios, Chamadas Públicas e Instrumentos Específicos de Parceria.

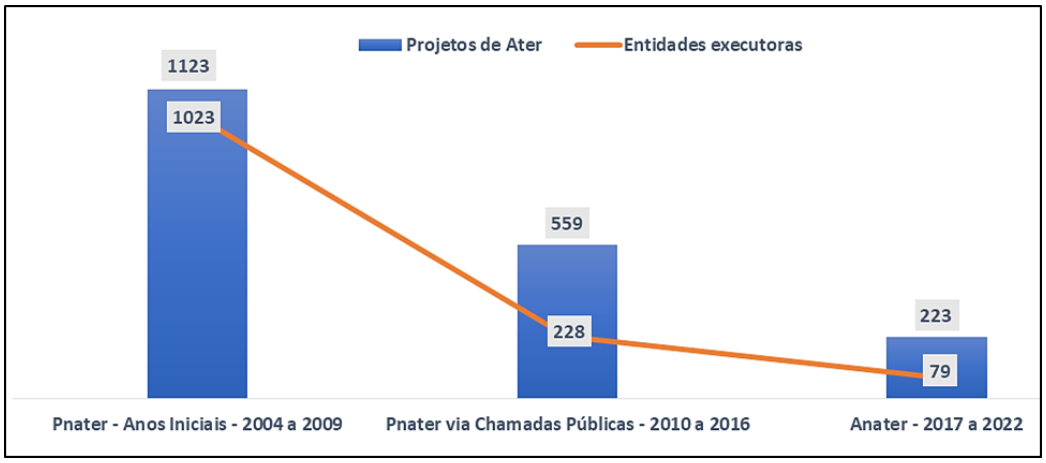
Figura 2 - Projetos de extensão rural via MDA, Sead e Anater - 2004 a 2022.




Fonte: Portal da Transparência, MDA, Siater e Anater. Elaboração da autora

A figura 2 revela que, apesar do menor recurso aportado nos anos iniciais da Pnater, esse foi o período em que a maior quantidade de projetos foi executada, com o envolvimento da maior diversidade de entidades. Em outras palavras, foi um período em que se fez muito com pouco. Portanto, ao longo dos anos, ocorreu a concentração das entidades executoras de extensão. Se analisada a quantidade de projetos executados por uma mesma entidade, essa concentração se torna ainda mais evidente. A figura 3 apresenta essa relação.

Figura 3– Total projetos de extensão x Total de entidades executoras contratadas - 2004 a 2022.




Fonte: Portal da Transparência, MDA, Siater e Anater. Elaboração da autora.

Entre 2004 e 2009, dos 1.123 contratos firmados nos seis anos analisados, 763 (58%) o foram junto a 736 entidades não estatais e 360 (32%) por 287 estatais (administração pública municipal ou estadual) diferentes. Assim, 1.023 entidades envolvidas na execução de 1.123 projetos - uma média 1,10 projetos por entidade. Cabe ressaltar ainda que, nesse período, entidades do serviço municipal também foram contratadas pelo MDA.

Entre 2010 (ano do estabelecimento das Chamadas Públicas) e 2016, dos 559 projetos realizados, 198 (35%) foram executados por 24 entidades estatais diferentes e 361 (65%) por 204 não estatais diferentes. Assim, um total de 228 entidades executaram 559 projetos – uma média de 2,45 projetos por entidade. Por fim, entre 2017 e 2022, via Anater , foram realizados um total de 216 projetos, dos quais 50 (22,4%) o foram junto a 22 entidades estaduais diferentes (excluindo a Embrapa) e 166 (74,4%) por 57 entidades não estatais diferentes (excluindo o Senar). Portanto, uma média de 2,73 projetos por entidade. A Anater realizou ainda dois convênios juntos ao Senar, em 2019 e 2020, e um convênio junto a Embrapa, em 2018.

A concentração identificada teve como marco inicial a adoção das Chamadas Públicas. Em 2010, os gestores do MDA adotaram o instrumento como uma forma de padronizar a burocracia e o controle sobre os serviços de extensão, uma vez que anteriormente as contratações eram realizadas via Convênios ou Termos de Tepasse junto às organizações – um processo complexo, caso a caso e moroso. Observando os dados apresentados pode-se argumentar que o estabelecimento das Chamadas foi a saída encontrada para lidar com o volume consideravelmente superior de recursos destinados à extensão a partir de 2010.

As condições de trabalho e pagamento impostas pelas CPs afetaram, principalmente, os provedores privados de menor porte (ONGs e organizações da agricultura familiar), que dependiam dos recursos do MDA para custear suas atividades, infraestrutura, folha de pagamento, enfim, manter seus fluxos de caixa no curto prazo. Em suma, o pluralismo institucional, apesar de crucial ao alcance dos objetivos da Pnater em seus anos iniciais, terminou por concentrar entidades privadas de maior porte e com um perfil produtivista no segundo ciclo. Após a implementação da Anater, essa tendência se confirmou e intensificou.

A tabela 1 apresenta a relação das entidades não estatais contratadas pela Anater, entre 2017 e 2022, bem como os recursos celebrados com cada uma a cada ano.

**Tabela 1** – Chamadas Públicas junto a entidades não estatais -2017 a 2022.

| | | | Valores Celebrados (em milhões de R$) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Entidade** | **UFs de Atuação** | **CPs** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **Total** |
| DIAMANTINA | SE/ES/MG/BA/PE | 12 | | 15,28 | | | 1,55 | 14,56 | **31,39** |
| DESENVOLVER | PA/MG/GO/AM/MT/TO | 11 | | 11,46 | 3,89 | | 6,97 | | **22,31** |
| ASSOCENE | AL/PE/RN/PA/SE/BA | 9 | | 19,49 | | | | 2,57 | **22,05** |
| CACTUS | PI/CE/RN | 6 | | 13,20 | | | | 1,25 | **14,45** |
| GR | MA/PA | 5 | | 11,01 | | | | | **11,01** |
| STRADA | AC/RR/MT/AL | 6 | | 4,14 | | | 3,91 | 2,50 | **10,55** |
| PROSPERAR | BA/SE/AP/TO | 8 | | 5,09 | | | 1,54 | 3,67 | **10,31** |
| PLANEJJAR | MG | 7 | | 10,27 | | | | | **10,27** |
| INST. FLOR DO CAJUEIRO | PI/ PB | 5 | | 3,91 | | | 0,55 | 4,89 | **9,35** |
| INST. FLOR DO PIQUI | CE/PE | 4 | | 6,84 | | | | 1,07 | **7,92** |
| ADEOP | PR | 4 | | 6,69 | | | 1,18 | | **7,87** |
| HUMANA | BA | 2 | | 7,53 | | | | | **7,53** |
| TERRA VIVA | RN/TO | 7 | | 1,67 | | | 0,80 | 4,30 | **6,77** |
| EIRELI | BA/AL | 3 | | 6,21 | | | | | **6,21** |
| COOPSAT | RS | 2 | | 5,81 | | | | | **5,81** |
| IDEF | CE/PI/RN | 4 | | 5,10 | | | 0,65 | | **5,75** |
| LEGALIZA | ES/RO/PA | 3 | | | | | 2,89 | 2,50 | **5,39** |
| TERCEIRA VIA | SP/ RJ | 2 | | 4,86 | | | 0,40 | | **5,26** |
| COOPTRASC | SC | 3 | | 4,99 | | | | | **4,99** |
| INSTITUTO BIOSISTÊMICO | MS/ SP | 4 | | 3,52 | | | 1,34 | | **4,86** |
| RURAL CONSULTORIA | MG | 6 | | | | | 1,49 | 3,15 | **4,64** |
| BARRA | MG | 3 | | 4,34 | | | | | **4,34** |
| COOATES | PB/PE | 2 | | 2,11 | | | | 2,10 | **4,21** |
| EMLVJ & CIA | MS | 1 | | 4,11 | | | | | **4,11** |
| MOC | BA | 1 | | 3,93 | | | | | **3,93** |
| CRESCER | MS | 3 | | | | | 3,92 | | **3,92** |
| HELING & CIA | MA/TO | 3 | | | | | 1,66 | 2,25 | **3,91** |
| ICPJ | MS | 1 | | 3,71 | | | | | **3,71** |
| CEASOL | PR | 1 | | 3,60 | | | | | **3,60** |
| CAATINGA | PE | 1 | | 3,53 | | | | | **3,53** |
| AGROTÉCNICA ARAÇUAÍ | BA/MS/MG | 4 | | | | | 3,46 | | **3,46** |
| CEMEAR | SC | 1 | | 3,46 | | | | | **3,46** |
| FLD | RS | 1 | | 3,41 | | | | | **3,41** |
| CARPIL | AL/PB | 2 | | 3,36 | | | | | **3,36** |
| COODERSUS | PA | 1 | | 3,15 | | | | | **3,15** |
| CEADES | RO/AM | 2 | | 2,71 | | | 0,41 | | **3,12** |
| TUPINAMBÁ | PE/ BA | 2 | | 3,10 | | | | | **3,10** |
| UNEAGRO | SC | 1 | | 2,92 | | | | | **2,92** |
| INAPEM | MA | 1 | | 2,85 | | | | | **2,85** |
| LTDA-ME-SECAF | MS | 1 | | 2,77 | | | | | **2,77** |
| COOPERSAM | MG | 2 | | 2,77 | | | | | **2,77** |
| PROAMBIENTE | MA | 2 | | | | | | 2,75 | **2,75** |
| CETRA | CE | 1 | | 2,65 | | | | | **2,65** |
| AGRO TÉCNICA | BA | 1 | | | | | | 2,50 | **2,50** |
| SERTÃO VERDE | RN | 1 | | 2,33 | | | | | **2,33** |
| AGENDHA | PB | 1 | | 2,09 | | | | | **2,09** |
| ADECOM | BA | 1 | | 2,06 | | | | | **2,06** |
| CULTIVA | RJ | 1 | | 1,85 | | | | | **1,85** |
| IDS | MA | 2 | | | | | 0,55 | 1,27 | **1,82** |
| ZOOTEC | GO | 1 | | | | | 1,78 | | **1,78** |
| PLANTER | AP | 1 | | 1,73 | | | | | **1,73** |
| SABIÁ | PE | 1 | | 1,67 | | | | | **1,67** |
| COOPTER | TO | 1 | | 1,64 | | | | | **1,64** |
| CLPA | BA | 1 | | | | | | 1,50 | **1,50** |
| PLURAL | ES | 1 | | 1,25 | | | | | **1,25** |
| AGRORAMALHO | AL | 1 | | | | | | 0,96 | **0,96** |
| A.P. PROJETOS AGROPEC. | PA/RR | 2 | | | | | 0,84 | | **0,84** |
| | **Totais:** | **166** | | **220,19** | **3,89** | | **35,88** | **53,80** | **313,75** |

Fonte: Anater. Elaboração a autora.

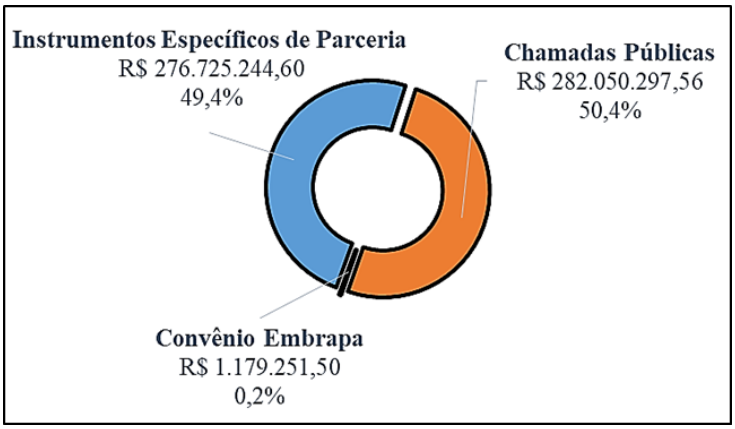
Como pode ser observado, entre de 2017 a 2022, das 57 entidades não estatais contratadas para a execução de 166 projetos, 13 executaram 51,8% dentre todas as Chamadas analisadas. Em outros termos, 13 entidades, correspondentes a 22,8% das que executaram Chamadas, receberam 54,7% dos recursos - equivalente a 171,7 milhões de reais.

Uma análise separada entre as gestões da Anater nos governos Temer e Bolsonaro aponta que essa foi uma tendência que se iniciou na primeira gestão e foi aprofundada na segunda. Isto porque, na primeira gestão, de Temer, foram selecionadas 45 entidades diferentes para executar 95 contratos de Chamadas Públicas, que somaram 220,19 milhões de reais. Na segunda, de Bolsonaro, foram contratadas 27 entidades diferentes para executar 71 projetos, que somam 93,57 milhões de reais. Têm-se assim a diminuição dos recursos na ordem de 58%, dos projetos na ordem de 27% e das entidades na ordem de 40%. Apesar dessa diminuição, a média de contratos por entidades privadas sobe de 2,1 para 2,6, quando da diminuição de recursos e entidades participantes espera-se o oposto.

Mais grave é notar que, das 27 entidades que executaram CPs a partir de 2019, quando o contrato de gestão da Anater passa a ser direcionado ao Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) na gestão de Bolsonaro, 13 não foram encontradas em registros anteriores. Assim, as entidades privadas que restaram, ou foram criadas recentemente, têm por finalidade prestar extensão numa lógica empresarial e em vários estados. É inviável que possam ser consideradas entidades com profundo conhecimento da realidade local ou mesmo algum grau de compromisso com os interesses das comunidades que atendem.

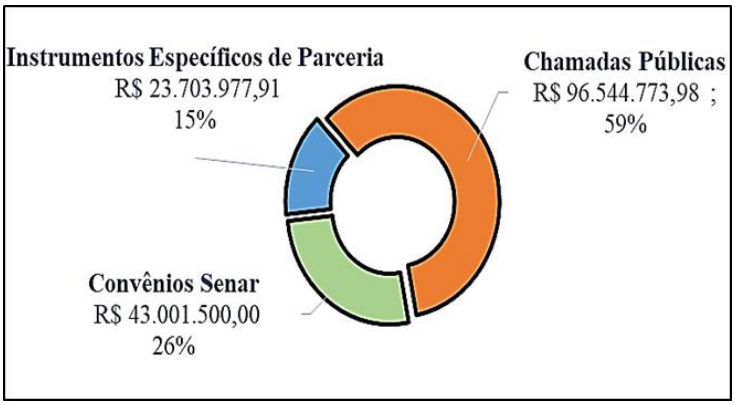
Em relação aos recursos comprometidos especificamente via Anater, as figuras 4 e 5 apontam sua distribuição nas gestões Temer e Bolsonaro, por tipo de instrumento.

Figura 4- Distribuição dos recursos da Anater na gestão Temer- 2017-2018.




Fonte: Anater. Elaboração da autora.

Figura 5- Distribuição dos recursos da Anater na gestão Bolsonaro - 2019-2022.




Fonte: Anater. Elaboração da autora.

Vê-se que, para além do corte e concentração de entidades observados nos dados anteriormente apresentados, as empresas estaduais foram as que acessaram menor proporção de recursos na gestão Bolsonaro via Instrumentos Específicos de Parceria. Essa segunda gestão privilegiou determinadas entidades privadas e o Senar, que passou a prestar Ateg (Assistência Técnica e Gerencial) a partir de 2018. Cabe ressaltar que esses são os valores aportados pela Anater, mas que nos Convênios cabem aportes de ambas instituições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação da Anater terminou por concentrar entidades privadas de maior porte e com um perfil produtivista. Ademais, as empresas estaduais de extensão

foram se afastando da extensão federal.  A criação da Anater foi um movimento mais agressivo de cooptação e reenquadramento dos princípios e diretrizes da política pelos ruralistas. A articulação que criou a agência, estrategicamente, atribuiu ao MDA uma função exterior - a de estabelecer os contratos de gestão – mas, desde o princípio, trouxe a Embrapa e o Mapa para o interior da diretoria da agência.

Após o Golpe Parlamente de 2016 e extinção do MDA não houve maiores impedimentos à cooptação total da extensão federal pelo segmento do agronegócio. Ademais, a Anater não apresentou em sua estrutura qualquer mecanismo de controle social efetivo para evitar o reenquadramento conservador da extensão federal e, por esse motivo, não se propõe e não foi estruturada para ser uma receptora das demandas da agricultura familiar, rede de extensão e movimentos sociais, que se mobilizaram em torno da construção da Pnater no passado.

Cabe relembrar que Mapa e Embrapa tiveram inexpressiva atuação na construção da Pnater - esta sim, uma política comprometida com a agricultura familiar. As principais atividades da Embrapa, desde sua criação, vêm sendo condicionadas à geração e transferência vertical de tecnologias voltadas aos médios e grandes produtores, além de orientadas pelo Difusionismo Produtivista da modernização agrícola das décadas de 1970 e 1980.

A inserção do Senar e o perfil das entidades privadas que foram privilegiadas nas gestões da Anater até 2022 demonstram que, mesmo que os projetos executados pela agência tenham incluído o público da agricultura familiar, seus executores se alinharam mais ao projeto de desenvolvimento rural dos ruralistas do que da Pnater – boicotando a reforma agrária, estimulando a inclusão produtiva via mercados convencionais, a produção especializada, etc. A Pnater foi reduzida a uma carta de intenções e, em nada, a Anater executou os serviços de extensão baseada em seus princípios.

## REFERÊNCIAS

ANATER. Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, c2017. Contratos de Ater. Disponível em: <https://www.anater.org/index.php/contratos-de-ater/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

_____. Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, c2017. Convênios. Disponível em: <https://www.anater.org/index.php/convenios/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

_____. Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, c2017. Instrumentos Específicos de Parceria. Disponível em:

<https://www.anater.org/index.php/instrumentos-especificos-de-parceria/>. Acesso em: 11 nov. 2022.
_____. Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, c2017. Prestação de Contas. Disponível em: <https://www.anater.org/index.php/prestacao-contas/>. Acesso em: 11 nov. 2022.
_____. Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, c2017. Estrutura e Organograma. Disponível em: < https://www.anater.org/index.php/organograma/>. Acesso em: 11 nov. 2022.
_____. Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, c2017. Missão, Valores e Visão. Disponível em: <https://www.anater.org/index.php/missao-visao-e-valores/>. Acesso em: 11 nov. 2022.
BERGAMASCO, S. M. P. P.; THOMSON, C. R.; BORSATTO, R. S. Da extinção da Embrater à criação da Anater: os desafios da política de assistência técnica e extensão rural brasileira. In:
BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura familiar e Reforma agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura familiar e na Reforma agrária - Pronater, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, ano 147, n. 7, p. 1-2, 12 jan. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm. Acesso em: 3 ago. 2021.
_____. Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013. Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2013.
_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura familiar, Grupo de Trabalho Extensão rural. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final 25/05/2004. Brasília, mai. 2004. 22 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20poltica_nacional.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2021.
CAPORAL, F. R. Lei de Extensão rural: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. Cadernos de Agroecologia, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 1-7, dez. 2011. Disponível em: http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/11858/8174. Acesso em: 3 ago. 2021.
DIESEL, V.; NEUMANN, P.S.; DIAS, M. M.; FROEHLICH, J. M. Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento?. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p.597-634, out. 2021.DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-5. Acesso em: 8 ago. 2022.
ENCONTRO INTERNACIONAL DE AGROECOLOGIA. Moção de repúdio ao processo de criação e concepção da ANATER. Disponível em < http://www.eiabotucatu2013.blogspot.com.br/p/mocao-de-repudio-ao-processo-de.html>. Acesso em: 2 ago. 2019.
THOMSON, C. R.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATTO, R. S. O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos a sua consolidação na conjuntura política de 2017. Retratos de Assentamentos, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 70–92, jan./jul. 2017. DOI 10.25059/2527-2594. Disponível em: https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/234/230. Acesso em 3 ago. 2021.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

# GT7

# CINEMA, ANÁLISES FÍLMICAS E O MUNDO RURAL: INSTRUMENTOS DE CONHECIMENTO E POTENCIALIDADES

**COORDENADORES**

**DÉBORA ASSUMPÇÃO E LIMA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**

**GUSTAVO MEYER - UNIVERSIDADE DE BRASILIA (PPG-MADER/UNB) / UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)**

No campo audiovisual, o mundo rural tem sido tema constante na produção de ficções e documentários e vem ganhando força nas últimas décadas, em que há uma preocupação latente com a realidade rural, que se expressa no aumento da produção de filmes sobre diferentes temáticas da vida no campo e que coloca em discussão imaginários, representações e construções formuladas por diferentes setores da sociedade. Temas como questão agrária, migrações, produção e alimentação, desigualdades, dinâmicas sociais e culturais, conflitos pela terra, construção de identidades e territorialidades, lutas dos movimentos sociais e gênero têm sido abordados, tanto por cineastas profissionais quanto por outros sujeitos políticos, que encontram na ferramenta audiovisual recurso para tornarem-se visíveis e reivindicarem algum protagonismo nas dinâmicas de seus territórios. Para além disso, essa experiência cinematográfica vem produzindo efeitos de conhecimento e vem potencializando a problematização de conceitos, noções e aspectos contemporâneos diversos concernentes ao rural, com a riqueza do entrelaçamento entre questões políticas e estéticas.

Os artigos aqui apresentados são frutos de uma experiência coletiva de ensino e extensão, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Universidade de Brasília (UnB), acumulada durante o período da pandemia do Covid-19 (entre novembro de 2020 e maio de 2021), a partir de debates virtuais de filmes ambientados no mundo rural". Intitulado "O campo a partir do cinema", o curso de extensão totalizou 20 sessões, com a participação de 60 pessoas de diversos estados brasileiros.

O artigo de Luíza Câmara Maretto vai ao encontro de descortinar os efeitos de conhecimento produzidos pela problematização coletiva da experiência cinematográfica. Para isto, a autora lança mão de reflexão sobre uma experiência de extensão cujo objetivo foi promover o estudo do rural a partir do cinema, envolvendo atores diversos. Mais precisamente, o encontro entre esses atores, mediado pela imagem e pelo som, entre outros elementos, é que é perseguido pela autora, algo

nomeado como “poética das experiências”.Diz da arte e da partilha do sensível, em sentido tal que o encontro é encontro entre trajetórias diferentes, produzindo território.

O sentido da coletividade de análise, então, seria justamente a produção de tal território, algo distinto, mas que vai muito além, de simplesmente estudar o rural valendo-se de filmes. Seria um encontro de disposições, de disposição à abertura e aos afetos fílmicos aqui postos em termos de sons e imagens, e contra-hegemônicas.

Entende-se, a partir do texto, que essas novas narrativas acessadas são produtoras de afetos. Os filmes, assistidos coletivamente, são instrumentos à produção de afetos e, de certa forma, são os próprios afetos.

A autora vai mais além e propõe considerar, detrás dos encontros, as diferentes memórias subjacentes aos atores, cujo compartilhamento intersubjetivo, em sua visão, é capaz de produzir territórios. “Assim, narrativas em (a)travessia que incorporam memórias que se entrelaçam, relações afetivas que se estabelecem, cartografias.” Deduz-se daí, cartografias e territórios virtuais de resistência, que invocam saberes vindos de diferentes bases, não somente da academia. Seria nesse sentido que, para Luiza, “o pensamento sensível é necessário e insubstituível tanto para entendermos as guerras quanto o sorriso de uma criança. A análise fílmica coletiva produz encontros, som e imagem mediam profundezas e conexões [...] Paisagens que afetam e que produzem outros tantos afetos. E, assim, escutar, poder encontrar, vivenciar, aprender som”.

Já Gustavo Meyer, em “Ciganos do Nordeste: o documentário mais maduro de Olney?”, analisa de que forma o cineasta contribuiu para o processo de desmistificação dos povos ciganos nômades no país.

Olney parece conseguir demonstrar a integração dos grupos ciganos com elementos da cultura mais ampla que os cerca, também transparecer que tais grupos não são tão fechados em si próprios, misturando-se com outros grupos sociais, como é próprio da dinâmica da cultura em contextos de modernização.

Olney parece ter conseguido dar alguma voz àqueles ciganos. Por outro lado, os próprios ciganos pareciam reforçar o *status quo* das representações homogeneizadoras e preconceituosas a seu respeito, como uma espécie de mecanismo autoprotetor, de se evitarem conflitos. Gustavo coloca que “Ciganos do Nordeste” foi filmado em período de mudança significativa na estrutura agrária da região de Feira de Santana, epicentro do documentário, acompanhada de alguma industrialização desta sede municipal, do crescimento da oferta de serviços e da

urbanização. Isto parece ter causado implicações diretas nos meios de sobrevivência dos ciganos, consequentemente, em sua forma de habitar o mundo rural do qual dependiam. Além disso, as falas destes interlocutores estavam alinhadas com as ideologias desenvolvimentistas circulantes à época, capazes de mover dinâmicas sociais, pessoas e grupos, estivessem estes conscientes ou não de seus efeitos imagéticos/discursivos

É certo que, seguindo as tendências da época, o documentário não consegue se esquivar de ter um cunho histórico-descritivo (ainda que se pretendesse antropológico) dada a performance do diretor influenciando as representações do mundo cigano. O filme não produz, de fato, uma visão crítica e profunda sobre os ciganos enquanto grupo étnico, tampouco alcança explorar adequadamente sua diversidade interna. Produz sim, na visão do autor, algo que está antes disso: “uma visão”, ou “alguma visão”. Trata-se do primeiro documentário brasileiro sobre ciganos – e que de certa forma lhes dá também especificidades ao invés de somente generalismos – em cenário de flagrante estigmatização, consequentemente, de violência e insegurança crônicas, por mais naturalizada que estivessem. Dar-lhes, de algum modo, voz e humanidade e propor à sociedade que os cerca um outro olhar sobre eles.

Marco Antonio Visconte Escrivão, por sua vez, contrasta dois documentários de Eduardo Coutinho, “Cabra marcado para morrer” e “A família de Elizabeth Teixeira”, buscando compreender as fendas provocadas pelo latifúndio e o golpe civil-militar de 1964. Partindo dos filmes, Marco Antonio parece perseguir um fio de dramas familiares em torno de Elizabeth Teixeira, dentando demonstrar como o trauma da violência sobre aqueles que lutam por terra irradia por gerações e redes de parentesco dispersa por todo o país.

Marco Antonio coloca que “as ligas [camponesas] se tornam motivo de um memorial, mas a rememoração das lutas passadas, reconhecidas institucionalmente e assim, apaziguadas, se dá em um presente conflituoso, em que o problema de acesso à terra permanece (como problematiza a situação vivida no terreno onde se situa o próprio memorial)”.

Por fim, o autor analisa que ““A família de Elizabeth Teixeira” retrata o desenvolvimento de importantes políticas sociais, de abertura à sexualidade, avanços tecnológicos, o acesso das classes mais baixas à universidade e a bens de consumo. Mas nada disso é destituído de passado, individual e social, em meio a tantas tragédias pessoais e coletivas, a depressão, os jovens assassinados na periferia, os

conflitos por terra, a desigualdade que segue sendo marca no país, ecoa, representativamente, a frase de Elizabeth Teixeira para o pós-filme: “quantos anos do assassinato de João Pedro, e a reforma agrária ainda não foi implantada no nosso país?”.

O artigo de Artur Attarian apresenta atividades didáticas a partir da exibição de filmes “O sonho de Rose” (2000), dirigido por Tetê Moraes sobre o início do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), exibido para uma turma de 9° ano; “Terra de Quilombo: espaços de liberdade”, (2002) dirigido por Renato Barbieri que foi exibido para turmas de 8° e 7°ano; “Do Bugre ao Terena” (2013) dirigido por Aline Espíndola e Cristiano Navarro que foi exibido para a turma do 7° ano. A escolha de cada documentário foi guiada pelos conteúdos programáticos da BNCC.

A disciplina escolar de Geografia costuma ser entendida como uma área de conhecimento bastante ampla e interdisciplinar, capaz de estabelecer relações com as Ciências exatas, a exemplo da cartografia e suas precisas medidas; da Terra ou da natureza nos estudos das formas do relevo, nas análises das dinâmicas climáticas ou os estudos de biogeografia; e com a chamada Geografia Humana que se dedica a estudos sobre população e migrações, as concepções acerca das regiões, do lugar, do espaço e dos territórios e suas disputas, a realidade urbana, econômica, social, agrária entre outras. O uso do cinema como material relevante dentro das estratégias de ensino da disciplina de Geografia no ensino básico contribui para aprofundar o entendimento de questões sociais complexas, trazendo novas referências aos estudantes. Pode ser um momento escolar de trocas interessantes e menos hierárquicas; uma boa oportunidade de exercitar a apreciação e análise de obras de arte.

Andrea Leme, Débora Lima e Mônica Nogueira, em “O campo a partir do cinema: um olhar sobre o rural a partir de análises fílmicas” analisam “Cantos de Trabalho” (Brasil,1974-1976) e “Ainda há pastores?” (Portugal, 2006), respectivamente de Leon Hiszman e Jorge Pelicano – obras essas analisadas em um dos módulos do curso de extensão que de certa maneira, frutificou na construção dessa GT.

A trilogia de Hiszman “Cantos de trabalho”, composta pelos curtas Mutirão”, “Cana-açúcar” e “Cacau” registram cantos tradicionais associados ao trabalho rural coletivo, como expressões de criação popular; fruto da criatividade, dos laços de amizade e de reciprocidade, da luta pela vida, pelo sonho de futuros melhores, pela

herança cultural, pelo compromisso ideológico dos camponeses de diferentes localidades do Nordeste que o diretor considerou ameaçadas de desaparecimento em decorrência dos processos de modernização de caráter conservador, que postulava a industrialização, a tecnificação e a urbanização como o novo *ethos* social brasileiro pós Revolução Verde. A nostalgia expressa em “Cantos de trabalho” converge, portanto, com a perspectiva evolucionista e etapista marxista da época, que atribuía ao campesinato uma condição transitória.

Trinta anos mais tarde (2006), o documentário “Ainda há pastores?” não se insere em um movimento contracultural como Hirszman. Pelicano foi habilidoso ao conseguir documentar a chegada da energia elétrica na Serra da Estrela, como um fator do suposto processo de aculturação e do êxodo rural, Hermínio é o interlocutor central a revelar tal processo, sem omitir seus pares de vida, em maioria idosos que, junto com ele, vão pintando um quadro de esvaziamento social do lugar. Nesse enredo, os que ficaram em Casais de Folgosinho parecem contar mais sobre os que dali saíram, do que de si próprios – à exceção de Hermínio.

Os anúncios sobre a morte do campesinato guardam continuidade com um modelo de interpretação sobre o rural e o urbano de cariz dualista, na medida em que esses espaços são definidos por oposição.

Apesar disso, os filmes não deixam de sublinhar as imagens de vida comunitária, tão comuns aos contextos rurais, mesmo que em “Ainda há pastores?”, o esmorecimento da comunidade apareça como lado sombrio da modernidade. Em “Cantos de trabalho”, de modo enfatizado, tal vida comunitária é absolutamente marcada pela reciprocidade camponesa. Esquemas coletivos que estruturam em larga medida a vida no campo, mas que são tensionados por Hirszman, porque suscita-se seuiminente e inexorável fim, como consequência da modernização ou do capitalismo implacável que se alastra sorrateiramente até os confins. A modernidade é um fantasma à espreita dessas comunidades.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de uma experiência coletiva de ensino e extensão no âmbito do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Universidade de Brasília (UnB), acumulada durante o período da pandemia do Covid-19 (entre novembro de 2020 e maio de 2021), a partir de debates virtuais de filmes ambientados no "mundo rural". Intitulado "O campo a partir do cinema", o curso teve por objetivo socializar e produzir conhecimento sobre dinâmicas sociais, culturais, territoriais, ambientais e agrárias no campo, valendo-se de filmes como artifício de problematização, ao mesmo tempo agregando-se dimensões lúdicas, artísticas e interativas ao processo de construção do saber.

Metodologicamente, optou-se pela realização de encontros virtuais semanais, totalizando 20 sessões, distribuídas em cinco módulos, em que filmes (ficções, documentários e docu-ficções), previamente assistidos e algumas vezes complementados com textos, foram analisados coletivamente, em processo entremeado por breves exposições de conteúdo pelo(s) moderador(es). Essa vivência possibilitou a visibilização de processos sociais do campo em sua diversidade, abordando aspectos como territorialidade, história, transformações contemporâneas, conflitos sociais, deslocamentos e migrações, desenvolvimento, alimentação, etnicidade, questão agrária, produção de desigualdades, atuação de movimentos sociais, meio ambiente, identidade, cultura, entre outros.

No total 60 pessoas participaram do curso (ou de parte de dele), além de dez estudantes do PPG-Mader, estes realizando disciplina de pós-graduação desenvolvida no âmbito do próprio curso. Almejou-se por meio do curso a colaboração entre agentes com potencial multiplicador (cineclubistas, estudantes de pós-graduação envolvidos com a temáticas do campo, integrantes de movimentos

*Cana de açúcar* documenta o corte de cana em Feira de Santana, Bahia. Além de imagens e cantos, o curta metragem conta com a narração em *over* do poeta e crítico de arte Ferreira Gullar, que comenta as características e a "função social" dos cantos na mobilização de um espírito coletivo entre os trabalhadores rurais. É também o narrador quem vaticina "o desenvolvimento industrial e as transformações por ele geradas, como a urbanização crescente e o sistema de comunicação de massas, tendem a extinguir essas formas de criação cultural do povo".

*Cacau*, o último dos três documentários, foi filmado em Itabuna, Bahia, também em maio de 1976, como o curta anterior, *Cana-de-açúcar.* Em *Cacau*, os trabalhadores realizam a limpa de uma densa mata com facões, seguida pela colheita e o pré-processamento dos frutos: o descaroçamento, a secagem e a pisa do cacau. Ferreira Gullar é o narrador novamente, destacando serem funções dos cantos tornar "o trabalho menos árduo, os homens mais comunicativos e fraternos".

**DESENVOLVIMENTO**

Os três curtas-documentários reiteram o histórico engajamento de Hirszman, judeu, filho de pais poloneses que migram para o Brasil em meados da década de 1930, sob a pressão do antissemitismo e da iminente ameaça nazista à Polônia e às comunidades judaicas. Hirszman foi ao longo de sua vida militante do Partido Comunista Brasileiro - PCB, com atuação no Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Influenciado por teses marxistas que se tornaram centrais nos debates políticos da América Latina nos anos 1950 e 1960, Hirszman foi um cineasta comprometido com a representação politizada da classe popular (CARDENUTO, 2014).

A nostalgia expressa em *Cantos de trabalho* converge, portanto, com a perspectiva evolucionista e etapista dos círculos marxistas da época, que atribuía ao campesinato uma condição transitória. Conforme esse esquema analítico, ao se

tornarem proletários, esses trabalhadores seriam os potenciais protagonistas de um processo revolucionário, que se realizaria por meio da tomada de consciência de classe e do desenvolvimento de laços de solidariedade, em continuidade com práticas tradicionais como o mutirão e os cantos de trabalho.

O nacional e o popular constituem eixos centrais no debate entre intelectuais e artistas, como Hirszman, interessados em conhecer e exaltar as expressões consideradas mais autênticas da cultura popular brasileira, em um exercício de resistência à crescente hegemonia de uma cultura de massa, que se configurava em meio à modernização conservadora do campo brasileiro. Em seus *Cantos de trabalho,* Hirszman opta por uma construção discursiva sobre o trabalhador anônimo, particularmente ali, camponeses, que, na partilha de cantos e trabalhos mantêm relações de solidariedade fundamentais para o enfrentamento das adversidades e para o sentido de pertencimento a um coletivo social. Esses três singelos curtas-documentários são fruto da criatividade, dos laços de amizade e de reciprocidade, da luta pela vida, pelo sonho de futuros melhores, pela herança cultural, pelo compromisso ideológico, seja dos camponeses de diferentes localidades do Nordeste registrados pelos filmes, seja por esse inesquecível e emblemático cineasta da história do cinema brasileiro.

Trinta anos mais tarde (2006), o cineasta português Jorge Pelicano lançou o documentário *Ainda há pastores?,* que retrata a vida de Hermínio, um solteirão com pouco mais de 30 anos, apresentado como o último pastor de ovelhas ainda jovem de Casais de Folgosinho, localidade rural marcada pela abundância de morros e serras, situada no município de Gouveia, Portugal. As paisagens retratadas são abrangidas pelo Parque Natural da Serra da Estrela, uma cadeia montanhosa na região do Centro de Portugal (ou das Beiras). Nesse vale entre montanhas, em que se encontra Casais de Folgosinho, Hermínio pacientemente tange seu rebanho. Leva consigo um toca fitas cassetes. Enquanto pastoreia, ouve o cantor popular português Quim Barreiros e queixa-se do isolamento e da solidão. Além de

Evidentemente que os posicionamentos subjacentes são distintos em cada filme. Pelicano parece sugerir que nos conformemos, daí, nos entristecendo. Hirszman, ao que parece, declara a possibilidade de fim como um alerta para o engajamento e a mudança social em rumos emancipadores e inclusivos. Outro ponto comum entre os documentários é a vida comunitária colocada em evidência, também aqui em perspectivas diferentes. Em *Ainda há pastores?*, deve ser imaginada, pois a vida comunitária é mais pretérita do que presente, em *Cantos de trabalho*, ela é viva, contudo, fortemente ameaçada.

Reconhecidas as aproximações entre os dois documentários, o propósito maior deste artigo é, de um lado, problematizar as representações sobre o fim iminente de modos de vida do mundo rural e, de outro, a partir dos dois blocos fílmicos, discutir dinâmicas sociais e territoriais próprias desse espaço, relacionadas aos processos migratórios, à vida em comunidade e às manifestações culturais.

A análise fílmica que aqui se apresenta toma as obras, *Ainda há pastores?* e *Cantos de trabalho,* como peças constitutivas do tecido social e, nesse sentido, criadoras e/ou veiculadoras de representações sobre o rural, muitas vezes já amplamente difundidas na sociedade. Nesse sentido, os filmes são abordados como artefatos culturais, que podem ser explorados como forma de discurso que contribui para a construção de significados sociais. Tendo sido apreciados em um contexto formativo, os dois blocos fílmicos também se constituíram em dispositivos pedagógicos críticos sobre temas e problemas relativos a mudanças e continuidades no mundo rural. Desse modo, o artigo apresenta interpretações livres dos filmes, sem com isso pressupor correspondência absoluta entre os conceitos e teorias mobilizados e os posicionamentos dos dois cineastas, Leon Hirszman e Jorge Pelicano.

## ANTES DO FIM, O DINAMISMO DO MUNDO RURAL

Os anúncios sobre a morte do campesinato guardam continuidade com um modelo de interpretação sobre o rural e o urbano de cariz dualista, na medida em que esses espaços são definidos por oposição entre si, em uma perspectiva de mútua exclusão. Essa abordagem tem raízes profundas no pensamento social e nos debates teóricos das ciências sociais, especialmente naqueles dedicados à compreensão das transformações de comunidades rurais relacionadas à urbanização. Nos termos de Robert Redfield (1989) a vida camponesa pode ser entendida como "the good life", posto que assentada em uma forte experiência de pertencimento ao território e à coletividade, em relativa harmonia social.

Essas são ideias presentes na caracterização das comunidades representadas em *Ainda há pastores?* e *Cantos de trabalho,* em que o audiente é levado a pressupor serem – ou terem sido, antes da perturbadora influência dos processos de modernização – comunidades internamente "homogêneas", "culturalmente isoladas", com formas sociais "estáveis", como espécies de totalidades apartadas de relações sociais mais extensas. Particularmente em *Cantos de trabalho*, certo pessimismo sentimental (SAHLINS, 1997a; 1997b) predomina.

Apesar disso, os filmes não deixam de sublinhar as imagens de vida comunitária, tão comuns aos contextos rurais, mesmo que em *Ainda há pastores?* o esmorecimento da comunidade apareça como lado sombrio da modernidade. Em *Cantos de trabalho*, de modo enfatizado, tal vida comunitária é absolutamente marcada pela reciprocidade camponesa (SABOURIN, 2009; 2011). Esquemas coletivos que estruturam em larga medida a vida no campo, mas que são tensionados por Hirszman, porque suscita-se seu iminente e inexorável fim, como consequência da modernização ou do capitalismo implacável que se alastra sorrateiramente até os mais longínquos confins. A modernidade é um fantasma à espreita dessas comunidades.

Cabe ao audiente, entretanto, desafiar e problematizar esse esquema interpretativo. Em primeiro lugar, porque, historicamente, como bem nos lembra Antonio Candido em *Os parceiros do Rio Bonito*, não são somente elementos urbano-modernos que arrastam grupos e comunidades para outros cantos, mas também, como no caso de Candido, o próprio estabelecimento de grandes fazendas, modificando o sistema agrário e expulsando comunidades caipiras do interior de São Paulo, ao mesmo tempo, e curiosamente, forjando-as. Na mesma obra, Candido sublinha a recomposição da organização dos bairros rurais, em que agentes mais abastados abandonam "o sistema de cooperação vicinal, marcando assim a diferença crescente entre sítio e fazenda" (CANDIDO, 2010, p. 94).

Em outras palavras, o apego a essa direção rígida "do campo à cidade" esvazia o sentido dinâmico e diversificado dos processos de deslocamento que ocorrem no mundo rural. O revés disto é que observamos processos multicausais como sendo monocausais, "multimotivação" figurando em "motivação", ofuscando, não raro, processos mais contemporâneos em que o exercício da territorialidade se revela mais plástico e dinâmico, tornando também mais porosas as fronteiras do rural (MEYER, 2018). Não que a sedução pela cidade deva ser desconsiderada como importante força em jogo (KAUTSKY, 1972), mas há outros fatores com incidência sobre a reorganização socioespacial de comunidades rurais e o filme de Pelicano nos oferece um exemplo subliminar nesse sentido (a criação do Parque Natural da Serra da Estrela).

Ademais, é interessante também notar que, em *Ainda há pastores?*, a comunidade não é de fato tão isolada – ao menos roga-se o exercício de relativizá-la, o que introduz certa contradição com a imagem que se projeta a partir do filme, mas se estruturou na dependência do mercado. Nesse sentido, figuram centralmente os fluxos de aquisição de produtos, por meio de compra ou troca na antiga feira do vilarejo Folgosinho, ao lado da venda do queijo (antes) e do leite (mais recentemente, ofertado aos laticínios industriais). Ao que tudo indica, tempos

de completa autossuficiência estão já muito distantes de Folgosinho do início do século XXI.

Convém considerar que *Ainda há pastores?* e *Cantos de trabalho* referem-se a contextos que se diferenciam não só em termos geográficos e ecológicos, mas também históricos. A realidade portuguesa, se confrontada com a brasileira, não tem marcantemente em seu cenário "uma sociedade nacional escravista e politicamente orientada por interesses socioeconômicos agrários" (FERNANDES, 1972: 47). É significativo então que Hermínio e seus pares figurem de modo aparentemente mais integrado aos mercados – pela venda de queijo e leite –, ao passo que os grupos focalizados em *Cantos de trabalho* figurem como empregados, subempregados ou agregados de fazendas monocultoras ou como camponeses relativamente autossuficientes, vinculados em graus variados a esses contextos. A trilogia de Hirszman alude de variadas formas às profundezas do contexto social brasileiro, seja pelo trabalho penoso nas monoculturas de cana e café, empenhado por uma população miscigenada excluída, seja pela vida camponesa adjacente a esses sistemas.

É importante considerar que a comunidade retratada por Pelicano já está modificada. De certo modo, aquilo para o qual evita-se o fim já não existe, trata-se de outro contexto social. Uma demonstração desse aspecto é poder flagrar Hermínio sendo "escravo" das ovelhas e, assim, raramente conseguindo sair do lugar, provavelmente em razão de não ter constituído família numerosa, prerrogativa e esteio da vida camponesa para dividir os trabalhos. Pode-se também argumentar que talvez Hermínio não tenha tido possibilidade para tanto, justamente pelas transformações já ocorridas em Folgosinho, que levaram ao seu crescente esvaziamento social. Embora posta como basilarmente desestruturadora, particularmente em *Ainda há pastores?*, as migrações em geral são constitutivas dos modos de vida camponeses, até por limitações de espaço/terra. Assim, com o

crescimento das famílias, as estratégias de reprodução social incorporam a emigração de formas variadas (WOORTMANN, 1995).

Evidentemente, a circulação de mensagens e valores de "desenvolvimento" nos dias atuais – da luz elétrica aos regramentos sanitários impostos para a comercialização de produtos do campo, do ensino formal ao acesso a bens de consumo como esteio para uma vida supostamente mais próspera – influem no volume e na direção de fluxos migratórios. Também a sobrecarga de trabalho atual em alguns contextos recai sobre corpos como o de Hermínio, que ordenha 100 ovelhas de manhã e à tarde, encerrando o dia com um banho frio de caneca. Trata-se, igualmente, de sujeitos que se denunciam enquanto corpos camponeses nas festas e bailes, com disposições estranhadas – quando não desdenhadas – pelas pessoas da cidade (BOURDIEU, 2006). Nesse sentido que a dimensão da solteirice, como a de Hermínio, é uma chave para se entender as dinâmicas sociais no campo, particularmente naqueles contextos que, hoje e por razões diversas, estão masculinizados (FROEHLICH, 2011). "Até o passarinho gosta de fazer amor", disse o próprio Hermínio, contundentemente.

*Ainda há pastores?* parece então guardar uma mensagem velada ao tomar Hermínio, esse jovem pastor solteiro e solitário, como seu protagonista. Perambulando pelos morros e vales, apenas na companhia de suas ovelhas, Hermínio ouve canções populares em seu rádio toca-fitas. O público brasileiro é então surpreendido ao reconhecer, em um dado momento, a "Garagem da Vizinha", canção difundida no país pela dupla sertaneja Teodoro e Sampaio. Exemplar da cultura de massa e da globalização, a canção narra, de forma jocosa, o encontro sexual de um homem e sua vizinha, aproximando Hermínio de tantos outros jovens do meio rural brasileiro, por alguns instantes.

A despeito do tom melancólico de grande parte do filme, essa passagem constitui um momento de descontração e novamente relativiza o isolamento de Hermínio, esse jovem solteiro que curiosamente habita um lugar chamado "Casais

de Folgosinho". Se a solidão do pastor parece anunciar o fim dessa comunidade, que desde o nome se funda na constituição de casais e, logo, em famílias estabelecidas no lugar, outra passagem, com a presença das crianças Rosa e José, brincando nos campos de Folgosinho, restituem à mensagem do filme seu tom interrogativo: *Afinal, ainda há pastores?* A imagem de Rosa e José fica gravada na retina da memória, concorrendo com a solidão de Hermínio, como possibilidade de devir para a comunidade de Casais de Folgosinho. Uma menina e um menino, uma nova geração, se não de pastores, de gente do lugar.

## CANTOS E COMUNALIDADE

A ideia de bairros rurais ou comunidades, que permeia os elementos fílmicos e bibliográficos aqui mobilizados, nos impele a focalizar a interdependência entre familiares e vizinhos em dinâmicas sociais diversas no mundo rural, interdependência esta, então, que constitui elemento comum entre pastores, camponeses, quilombolas, caipiras, em tempo pretérito e presente. Ainda outros aspectos poderiam somar-se ao rol desses traços culturais partilhados (mas variáveis quanto ao significado e forma), como as estratégias de transferência patrimonial e de sucessão, a centralidade da família e da unidade doméstica, a solidariedade vicinal e a reciprocidade culminando em práticas de auxílio mútuo (não raro coletivas), o sentimento de localidade (CARNEIRO, 2012), as atividades lúdico-religiosas e a economia voltada ao autoconsumo, entre outros (CANDIDO, 2010; WOORTMANN, 1995, QUEIROZ, 1972; 1973; WOLF, 1976; SHANIN, 1979; SILVA, 2012).

No contexto brasileiro, os cantos de trabalho são marcados pela integração de costumes entre grupos indígenas, africanos e portugueses, "sendo que em cada lugar herdaram-se, em maior ou menor grau, as características de uma ou de outra cultura" (DINIZ, 2017, p. 37). O trabalho coletivo - como os representados na trilogia dos *Cantos de trabalho* -, não raro, aparece atravessado por princípios de caridade e religiosidade. Em muitos casos, a pessoa ou família auxiliada por determinado

grupo não exatamente contrai dívida para com este, mas para com Deus, relação que parece ter contribuído à configuração daquilo que às vezes se percebe como uma espécie de "disposição universal de auxiliar" quem necessite (CANDIDO, 2010, p. 82).

Tendo ainda em foco a diversidade étnico-cultural e a possibilidade de demarcadores de ruralidade (ainda que sutis e fluidos), faz-se mister ressaltar que o trabalho coletivo, quando cantado (CANTOS, 1974, 1975, 1976), evoca força, indispensável para uma ação árdua e repetitiva. José Jorge de Carvalho (2015), em *Um panorama da música afro-brasileira*, relaciona os "cantos de trabalho" à coerção física exercida contra trabalhadores negros no contexto escravagista da exploração do ouro no Brasil, preferindo o autor nomeá-los como "vissungos" (cantigas de origem africana associadas também ao trabalho), por serem antes parte da tradição de cantos rituais africanos com significados esotéricos próprios, que foram ressignificados no contexto da escravidão (CARVALHO, 2015).

Assim, os cantos de trabalho enfeixam diversos sentidos e experiências de homens e mulheres do campo, que incluem a partilha dos augúrios do trabalho, mas também o exercício de um senso particular de vinculação aos seus pares e à terra, contribuindo para engendrar e/ou fortalecer laços pertencimento à coletividade e ao território. Em sentido amplo, são expressões da força humana para criar diferentes realidades e modos de habitá-las.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades do curso de extensão do PPG Mader realizadas integralmente de forma virtual síncrona, ao longo de seis meses, contaram com a participação de 60 pessoas de diversos estados brasileiros; cineclubistas, professores, estudantes de pós graduação, militantes de movimentos sociais, gestores de políticas públicas, etc.

Em suas 20 sessões, os filmes foram assistidos previamente aos encontros virtuais, chegando a contar em algumas ocasiões com a presença dos próprios cineastas realizadores dos filmes, o que proporcionou o que parecia ser impossível: tornar os debates ainda mais efervescentes e empolgantes.

Este artigo almejou compartilhar a potencialidade reflexiva possibilitada pela contemplação e revisitação de filmes que abordam temas e questões do campo. Para isso, foi adotado como ponto de partida para demonstrar esse potencial, especificamente os documentários de uma das sessões do curso de extensão, *Cantos de Trabalho* e *Ainda há pastores?*, respectivamente de Leon Hiszman e Jorge Pelicano.

Como parte dessas reflexões, o êxodo rural de *Ainda há pastores* pode ser pensado em termos de novas territorialidades e tem uma perspectiva do pastor de ovelhas, cujo trabalho transcorre de forma isolada, ao passo que os traços como os cantos podem ser pensados como elemento para o exercício da territorialidade, em uma perspectiva de trabalho coletivo e dinâmicas sociais de vida comunitária, como tão bem apresentado nos três filmes da série *Cantos de Trabalho*.

O conjunto desses filmes aponta para a inexorável transformação do rural. Pelicano, neste que é seu primeiro filme, aparenta ter a clareza profética do fim de um modo de vida e de trabalho milenar que, após esvanecer pelo tempo, parece estar próximo de seus últimos dias. Hirszman, nos três curtas-documentários que rompem a barreira de dez filmes realizados na sua carreira, apresenta os elos identitários das comunidades, seja por meio dos cantos, cujas melodias e harmonias são herdadas de seus antepassados escravizados, seja pelos esforços de seus corpos na labuta cotidiana pela sobrevivência. Aqui a leveza dos cantos contrasta com as pesadas condições sociais em que vivem.

Ambos os filmes, passadas mais de quatro décadas de *Cantos de Trabalho* e 15 anos de *Ainda há pastores?,* possuem uma certa aura de nostalgia. Entretanto, fica a paradoxal pergunta: nostalgia para quem? Nostalgia para o público que

assistiu os filmes ou nostalgia para aqueles que vivenciaram aquelas condições de vida tão árduas? De qualquer forma, essa pergunta antes de almejar encontrar uma resposta clara e objetiva, de certa maneira expressa o espírito do curso, o de suscitar reflexões, compartilhamento de ideias e construção coletiva do conhecimento, permeadas pelo pano de fundo fílmico; artístico e criativo. Afinal, são infindáveis as possibilidades e vertentes de análises e reflexões sobre esses e os demais filmes que compuseram o curso de extensão *O campo a partir do cinema*.

Antes de aspirar ao esgotamento do manancial de reflexões sobre esses filmes, o presente artigo almeja ter plantado sementes que germinem, estimulando fartas e novas formulações e construções coletivas baseadas em obras cinematográficas, em particular as de Leon Hiszman e Jorge Pelicano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


AINDA há pastores? Direção de Jorge Pelicano. Serra da Estrela, Guarda, Portugal: Jorge Pelicano, 2006. 1 DVD (72 min.), son., color.

ANDRADE, Mário de. O turista aprendiz. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976.

BOTO, Daniel Filipe da Costa. **Aquele querido mês de agosto**: análise do filmede Miguel Gomes. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Artísticos) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, p. 83-92, 2006.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CANTOS de Trabalho: Cana-de-açúcar. Direção de Leon Hirszman. Rio de Janeiro: Leon Hirszman Produções, 1974. 1 DVD (8 min.), son., color.

CANTOS de Trabalho: Cacau. Direção de Leon Hirszman. Rio de Janeiro: Leon Hirszman Produções, 1975. 1 DVD (10 min.), son., color.

CANTOS de Trabalho: Mutirão. Direção de Leon Hirszman. Rio de Janeiro: Leon Hirszman Produções, 1976. 1 DVD (13 min.), son., color.

CARDENUTO, Reinaldo. **O cinema político de Leon Hirszman (1976 – 1981)**: engajamento e resistência durante o regime militar brasileiro. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARNEIRO, Maria José. Do "rural" como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 23-50.

CARVALHO, José Jorge de. Um panorama da música afro-brasileira. In: FREITAS, Neide; QUEIROZ, Sônia. **Vissungos**: cantos afrodescendentes em Minas Gerais. 3 ed. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2015. p. 23-28.

COSTA, Iná Camargo. O Agitprop e o Brasil. In: ESTEVAM, Douglas; COSTA, Iná Camargo; VILLAS BÔAS, Rafael (orgs.). **Agitprop**: cultura política. 1 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015. p. 19-34.

DINIZ, Raphael Fernando. Hoje tem festa na roça: o trabalhar-festar das marombas e a espaço-temporalidade da cultura afro-brasileira em territórios quilombolas do Vale do Jequitinhonha mineiro. **Raega – O Espaço Geográfico em Análise**, v. 42, p. 36-53, 2017.

DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e nova história do Brasil. Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Volume 45, N. 3, 2002.

FERNANDES, Florestan. A pequena comunidade. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e Sociedade no Brasil**: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. 2 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1972. p. 46-66.

FROEHLICH, José Marcos; RAUBER, Cassiane da Costa; CARPES, Ricardo Howes; TOEBE, Marcos. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, v. 41, n. 9, p. 1874-1680, 2011.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Porto (Portugal): Portucalense Editora, 1972 [1898].

MEYER, Gustavo. A vida na cidade e a invenção da "cultura': imagens de desenvolvimento a partir da "roça". **Etnográfica**, v. 23, n. 2, p. 359-390, 2019.

O MINEIRO e o queijo. Direção e roteiro: Helvécio Ratton. Produção: Simone Magalhães Matos. Fotografia: Gilberto Otero. Montagem: Chico de Paula. Música: Tavinho Moura. Belo Horizonte: Quimera, 2011. 1 DVD (72 min.), HD.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O povoado de Santa Brígida. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e Sociedade no Brasil**: leituras básicas de introdução

ao estudo macro-sociológico do Brasil. 2 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1972. p. 60-66.

_____. **O campesinato brasileiro**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

REDFIELD, Robert. **The Litle community and peasent society and culture**. Chicago: The University Chicago Press, 1989.

RICARDIO, L. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. Cuad. Dessarro. Rural, Bogotá, 67, vol. 8, Jul./ Dez, 2011.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas:** uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). **Mana**, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997a.

_____. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). **Mana**, v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997b.

SILVA, Manuel Carlos. **Sócio-antropologia rural e urbana**: fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010). Porto (Portugal): Edições Afrontamento, 2012.

SHANIN, Teodor. Definiendo al campesinado: conceptualizaciones y desconceptualizaciones. **Agricultura y Sociedad**, v. 11, p. 9-52, 1979.

VIANY, Alex. **O Processo do Cinema Novo**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999. p. 283-314.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, Eleen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UnB, 1995.

# CIGANOS DO NORDESTE: O DOCUMENTÁRIO MAIS MADURO DE OLNEY?[1]

Gustavo Meyer[2]

**GT 07:** Cinema, análises fílmicas e o mundo rural: instrumentos de conhecimento e potencialidade

## RESUMO

Analiso neste artigo o documentário *Ciganos do Nordeste*, dirigido pelo cineasta cinemanovista Olney São Paulo no fim da década de 1970, tendo Feira de Santana (BA) como epicentro. Olney debruça-se sobre "um" grupo étnico extremamente marginalizado à época, tendo como contexto o êxodo rural e a intensificação das urbanizações, tomando os ciganos como agentes sociais relativamente oposto aos signos da modernidade, ao mesmo tempo por esta ameaçados. Embora Olney possa ser criticado por certa estigmatização dos ciganos (pobres, nômades, homogêneos e até violentos) e por ter realizado um documentário indutor em demasia, problematizo em que medida ele conseguiu dar voz a esses agentes e contribuir com sua luta.

Palavras-chave: Olney São Paulo; Rural; Identidade; Estigmatização; Ciganos

[1] Agradeço imensamente a Tainá Aragão, pela cuidadosa revisão deste texto.
[2] Professor Adjunto à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), meyer_gustavo@yahoo.com.br.

## INTRODUÇÃO

Seguindo os ritos do Cinema Novo, Olney São Paulo escolheu dois elementos dotados de grande carga pejorativa à década de 1970 para compor o título de seu último filme documental, produzido às vésperas de sua morte precoce. Por um lado, o grupo étnico *ciganos* era tomado pela sociedade mais abrangente à época como sendo composto por arruaceiros, marginais, ladrões, enganadores; os ciganos eram mesmo tidos, não sem causar pavor, como mundrungos incômodos e sem serventia à sociedade, inclusive passíveis de serem aniquilados. De outro lado, a demarcação político-geográfica *do Nordeste* também arrastava consigo conotações mais do que negativas, formuladas particularmente no Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país. A depender da perspectiva, ser trabalhador oriundo do Nordeste no final da década de 1970 não constituía tarefa fácil, porque a este era imputada responsabilidade sobre as externalidades negativas que se acumulavam nos grandes centros em razão da modernização conservadora e da industrialização do país (MATOS, 2012). Estava em jogo, assim, o inchaço das cidades e a degradação das condições de vida em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, associados ao deslocamento migratório de trabalhadores vindos de vários cantos do país, incluindo, particularmente, aqueles vindos de estados do Nordeste. A categoria "nordestino" – adjetivo genérico que oculta diversidades – passou a ser acionada, com mais força, em um sentido pejorativo. À época, dada a circulação de imagens negativas e a depender do ponto de observação, o "nordestino" foi constituído como antagonista do processo modernizador, como se fosse ele mesmo o responsável pelas externalidades que se acumulavam nessas cidades. Trata-se, entretanto e muito mais do que isto, de um processo de construção social complexo e multifacetado cujos primórdios datam do início do século passado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

É difícil dizer ao certo se o recorte regional feito por Olney quis aludir, em contraposição ao quadro pintado acima, a um ímpeto de afirmação de um espaço Nordeste dotado de produção cultural e de olhares cinematográficos, ou se almejava, mais simplesmente, generalizar e unificar as diversas categorias de ciganos espalhados pelos vários estados do Nordeste, em um esforço reducionista da realidade e aprisionado pela vida e olhar produzidos em Feira de Santana. Diferentemente, creio que esteve em jogo, sobretudo, o anseio de se projetar a ideia de um diretor, ou mesmo de um movimento cinematográfico, cinemanovista, comprometido em apreender as especificidades e mazelas sociais da realidade que o cercava. Talvez um engajamento político e um esforço de dar

visibilidade a grupos sociais ali e alhures discriminados e marginalizados. O complemento *do Nordeste*, dessa forma, recairia não somente sobre os ciganos, mas ao *locus* da produção intelectual e cinematográfica.

Aceitei o desafio de escrever o presente texto sem ter assistido ao documentário por completo. Eu o acessara passando rápido por seus quadros, atraído pelo nome e a especificidade da relação entre *ciganos* e o *Nordeste* que eu achava demasiadamente peculiar – é possível que eu, desapercebido naquele momento, estivesse exotizando tal relação. Após esse sobrevoo, bastante superficial, acabei assistindo ao documentário duas vezes. Na primeira, um mês após, fui completamente afetado pelo filme, afetos estes que eu gostaria de compartilhar com os leitores. Na segunda, assisti no intuito de verificar alguns dos diversos aspectos enfatizados por Miranda (2011), autora do trabalho mais volumoso e denso sobre *Ciganos do Nordeste* que pude acessar após tê-lo assistido por completo. Pretendo, também aqui, comentar alguns desses aspectos.

## DESENVOLVIMENTO

Olney imediatamente ganhou meu crédito quando, logo no início do filme, mostrou, em cena flagrante, o deslocamento de ciganos pelo acostamento de uma estrada nas cercanias de Feira de Santana, montados em burros, animais estes que, ao que se entende, eram comercializados por aquele grupo em fazendas da região, para gerar renda e fonte de sobrevivência. Arrastavam também um cachorro, enlaçado com uma corda ao pescoço. Foi muito significativo, particularmente para mim, o fato do filme ter sido iniciado pelos deslocamentos de um grupo em monta de burros (Figura 1). Embora a ideia de ciganos nômades prevaleça no imaginário de muitas pessoas, as minhas referências de ciganos, geradas nos poucos momento de interação mais profunda que tive com estes, apontavam muito mais para ciganos sendo sedentários. Nesse sentido, ao invés de o documentário me lançar ao lugar comum formulado sobre os ciganos, reforçou minha curiosidade e a ideia de diversidade intrínseca a este grupo étnico.

**Figura 1 – Ciganos nômades na beira da estrada em *Ciganos do Nordeste***

Fonte: *frame* (0h00'08'') extraído pelo autor.

De outra forma, Olney parece querer desmistificar os ciganos, visibilizá-los, particularmente colocando-os também enquanto trabalhadores (negociantes, mecânicos, prestadores de serviços gerais). O epicentro, parece óbvio, é Feira de Santana. Em minha análise, o desmistificar passa por colocar o cigano também como gente comum, por humanizá-los, de modo que o espectador[3], sendo preconceituoso, é, no mínimo, obrigado a contrastar aquilo que é retratado defronte seus julgamentos prévios. Trata-se do retrato de um povo – apesar de que retratam-se no documentário dois grupos aparentemente distintos – com dificuldades materiais, como tantos outros. Olney os posiciona enquanto "gente simples", que têm que conviver com a estigmatização, e que a esta reage com estratégias particulares.

> A nossa vida é uma vida cansada, é uma vida assim agitada, andando, pessoal, como

[3] Tomo o espectador aqui não como mero agente passivo, mas como sujeito que formula interpretações e interage com a obra documental.

> se diz o outro, de muito uma reportagem no nome de cigano, porque tem muitos mal procedidos, tem os bem procedidos, mas nessa corrência de bem procedido e mal procedido, em todo lugar que a gente chega aqui, faz o procedimento e é esse que é o nome que é falado (CIGANOS, 1977, 13'40'')

Esta fala de um líder cigano, extraída do documentário, aparenta corresponder a uma manobra estratégica de autoidentificação, e o fato dos ciganos se apresentarem como sendo *bem procedidos* é muito significativo. Ao observá-la no filme, lembrei-me imediatamente de uma pesquisa de campo que empreendi recentemente – em 2019, ou seja, mais de 40 anos após Olney com os ciganos – junto a trabalhadores migrantes, no Polo de Irrigação do Planalto Central (MEYER, 2022). Em relação a estes, a carga pejorativa que lhes é atribuída – construída ativamente, inclusive pelas próprias empresas que os contratam – é tamanha que, na maioria das vezes, ao se apresentarem para pessoas de fora do seu círculo social, esses trabalhadores encerram por dizer imediatamente sua origem – frequentemente da Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco – e comentam sobre sua índole de *bom trabalhador*. Nesse caso, *bom trabalhador* é uma categoria nativa, socialmente formulada, de autodesignação em um cenário temporário e ameaçador. Imagino que de modo análogo ao *bem procedido* dos ciganos retratados por Olney.

Na perspectiva de Miranda (2011), por outro lado, a ênfase nessa autorrepresentação cigana e o fato de esta, no documentário, ter sido sucedida por imagens desses agentes portando ou manuseando facas e armas, reforçaria a visão preconceituosa – de agentes violentos – que recai sobre tal grupo, advinda da própria "voz do documentário". Opto, entretanto, por uma leitura alternativa disso, no sentido de que acionar tal autorrepresentação recorrentemente decorre do lidar com o mundo por parte dos ciganos. O mundo habitado por eles, à sua volta, é que me parece violento e ameaçador, face aos estigmas e representações perniciosas sobre eles.

É nesse sentido acima que coloco como sendo emblemática a representação de um povo empurrado à periferia. *Quando chegam a atingir as concentrações urbanas são como obrigados por uma lei própria, também por uma vontade alheia, a instalar as suas barracas ali pela periferia daquelas cidades* (CIGANOS, 1977, 15'40''). Apesar dos percalços em se optar por uma voz *over* – a "voz de Deus" – o sutil complemento *também por uma vontade alheia* dá um tom de ironia à narração e descortina a pouca margem de manobra dos ciganos frente às estigmatizações que lhes são imputadas. Aliás, a presença de apenas poucos fragmentos de

narração do tipo "voz de Deus" me agradou, uma vez que, à época, este era um recurso – tantas vezes prejudicial ao documentário por induzir uma linha de raciocínio e imputar verdades – usado em demasia. Assim, considerando a linguagem adotada no documentário, a recorrência limitada e este recurso audiovisual me pareceu um ponto forte, ainda que os depoimentos dos ciganos produzam uma linha interpretativa *per se* um tanto frágil.

Embora Olney tenha tido alguma dificuldade em mostrar a pluralidade de grupos ciganos e suas particularidades e diferenças, penso que outro ponto valoroso no documentário é conseguir demonstrar a integração dos grupos ciganos com elementos da cultura mais ampla que os cerca. É muito interessante percebê-los se apropriando e mesmo fabricando a cultura popular compartilhada mais amplamente, como o forró e o sertanejo (a prática deste pelos ciganos, inclusive, está no encerramento do documentário). Também a percepção de que tais grupos não são tão fechados em si próprios, misturando-se com outros grupos sociais[4], diferentemente de como se poderia perceber a partir das representações mistificadoras e hegemônicas sobre os ciganos advindas do senso comum. A ênfase de um significado estático da virgindade da mulher, entretanto e apesar de se querer mostrar as misturas, me pareceu um dos pontos frágeis do documentário, particularmente porque a "voz de Deus", nesse caso, corrobora uma visão talvez enviesada (cf. MIRANDA, 2011, p. 116-117). Seria interessante, nesse sentido, se a voz das próprias mulheres aparecesse mais para discorrer sobre esse tema polêmico, creio que polêmico mesmo à época.

Outro aspecto que merece destaque são as opiniões (negativas e positivas) emitidas sobre os ciganos em Feira de Santana, o que, em minha leitura, força também o espectador a contrastar as imagens estereotipadas e estigmatizadas sobre os ciganos, que ele possivelmente acessou anteriormente, com o contexto retratado no filme. Dois destes recortes me chamaram muito a atenção. O primeiro diz respeito à fala de um homem jovem preto sobre os ciganos, a saber: *O que eu acho dos ciganos? Sei lá... Eu acho as pessoas bonita, sabe? É... Me lembra os índios... Lá, é um cara que chega assim, roba todo mundo, vai embora* (CIGANOS, 1977, 41'28''). Ainda que a fala remeta a uma imagem estereotipada, do ladrão aventureiro bem vestido, ela contrasta com a vida prática do agrupamento acompanhado por Olney. Já o segundo, faz referência à seguinte fala de um policial: *Eu não gosto de ciganos*

[4] Isto, entretanto, suscita a questão da integração como estratégia de tecer alianças, estas talvez importantes em um mundo que se apresenta violento. Algo análogo poder-se-ia dizer acerca da recorrência, de forma tão marcante, a uma religiosidade católica comum na região. Seriam estas originalmente, então, estratégias de "disfarce" e sobrevivência?

*porque são uns homens que vive sem trabalhar. Aí acho que pessoa não pode viver sem trabalhar* [...] *Cigano é quase uns marginais, porque um homem que vive mais de roubar a humanidade não pode ser uma pessoa que preste* (CIGANOS, 1977, 43'20''). É interessante que esses julgamentos compõem uma espécie de interlúdio do filme e que deixa o espectador um tanto confuso, porque contrasta com os elementos etnográficos até então apresentados, como a inserção no mercado de trabalho, a aliança com o catolicismo, o consumo/produção da cultura popular regional etc. Coloca-se, assim, os julgamentos em suspensão, convocando à elaboração ou revisão de uma nova opinião por parte do audiente. Particularmente a segunda fala, a do policial, fica um tanto descreditada, porque a inserção da fala de um policial não poderia ser feita de um modo ingênuo por um Olney cinemanovista, questionador do regime militar, inclusive torturado. Entrou de gaiato no navio o policial, assim parece, no sentido de que sua participação diz mais sobre si mesmo – sisudo, conservador, preconceituoso – do que sobre os próprios ciganos.

Apesar das questões críticas bem colocadas por Miranda (2011, p. 88-130), diferentemente dela, creio sim que Olney conseguiu dar alguma voz àqueles ciganos. É evidente que essa voz fica afetada pela relação de poder e de alteridade tanto para com a própria equipe de filmagem como para com os outros agentes daquele cenário em que os ciganos se inserem. Como se eles tivessem mesmo a necessidade de produzir uma demarcação de fronteira por um lado e, por outro, precisassem produzir enquadramentos a partir dos quais pudessem ser respeitados por todos os não ciganos em jogo, tanto na produção do documentário, como no simples fato de estarem temporariamente habitando Feira de Santana, em especial o grupo nômade. Esses enquadramentos dizem respeito ao fato de terem que reforçar estereótipos – como a virgindade universal das mulheres ciganas –, se subalternizar – no sentido de se colocarem como cansados e sofridos – e também se colocarem como sujeitos de boa procedência, confiáveis e trabalhadores. Para os ciganos, em muitas situações, reforçar o *status quo* parece ser a melhor saída imediata – uma forma de proteção –, ainda que este esteja sustentado por falsificações negativas.

Miranda (2011, p. 120) chama a atenção sobre a suposta pretensão de Olney em retratar *um povo em processo de extinção*. Há sim falas no filme que informam sobre a intenção de alguns agentes ciganos em largar a vida nômade e se dedicar a algo mais estático e permanente, como o trato de algum pedaço de terra ou o apego a algum trabalho fixo, no intuito de abortar a *vida cansada* retratada. Apesar disso, creio que Olney não enfatiza

suficientemente essa questão a ponto de colocar a extinção cigana como um processo inexorável, diferentemente de como ocorre, por exemplo, em *Cantos do trabalho – mutirão*, documentário em que Leon Hirszman diz explicitamente sobre o inevitável desaparecimento daquele trabalho cantado, ou em *Ainda há pastores?*, quando Jorge Pelicano documenta o desaparecimento de um modo pastoril específico na Serra da Estrela, Portugal. Mais do que a vida cigana como um todo, é o nomadismo que é colocado em evidência, como costume ameaçado, algo talvez coerente com o processo de transformação agrária das décadas de 1960-1980 e com a modernização conservadora, no sentido de esvaziamento do campo e, consequentemente, das relações sociais e mercantis nas quais se apoiavam os ciganos. Talvez aí esteja, inclusive, um sentido principal do dizer da *vida cansada*, tão retratada em Ciganos do Nordeste e, ao mesmo tempo, compondo um dado etnográfico que a mim pareceu central. Em outros termos, a *vida cansada* não poderia ser compreendida somente pelas chaves do estigma e da depreciação dos ciganos. De qualquer forma, e apesar de alguma sugestão vinda da "voz do documentário", o espectador mais avisado irá deduzir que a cultura – cigana, neste caso – não se extingue simplesmente, mas se transforma, se ajusta, se adapta, sempre, independentemente da modernização conservadora que é pano de fundo do contexto retratado por Olney. É emblemática, nesse sentido, a letra de uma canção sertaneja ensaiada por dois ciganos (ornados com alguns trajes sertanejos) no fim do documentário (Figura 2): *... quem parte leva saudade, quem fica saudade tem*. Algo que suscita, em minha leitura, a fluidez da cultura cigana e não exatamente sua desintegração. Os que partem, permanecem sendo, ainda que diferentemente; os que ficam, permanecem sendo, também diferentemente, pela saudade. Uma sutil síntese? Ao que parece... Neste ponto, então, tendo a concordar com Rodrigues (2009) quando esta diz que a opção ao sedentarismo tende a ampliar as chances de permanência dos grupos ciganos, ainda que agora lidando mais intensamente com a sociedade dominante.

**Figura 2 – Ciganos ensaiando um sertanejo em *Ciganos do Nordeste***

Fonte: *frame* (0h47'04'') extraído pelo autor.

Creio que *Ciganos do Nordeste* pode ficar mais interessante se contrastado com as transformações agrárias e urbanas que ocorreram anteriormente à sua filmagem, cujos resultados eram colhidos já na década de 1970. Algumas informações, contudo não suficientemente contidas no filme de Olney, apontam para um cenário de transformação agrária, de um modo desfavorável à continuidade da vida camponesa nos moldes que vinha sendo conduzida, ao menos numericamente falando. Vida camponesa da qual dependiam os ciganos, quando não eram eles mesmos camponeses. Alguns estudos (CARMO, 2009; OLIVEIRA, 2010; ARAÚJO, 2015) apontam para o deslocamento massivo da população do campo para as cidades na região em que está inserida Feira de Santana, antes e após a filmagem de *Ciganos do Nordeste*, concomitantemente à concentração da propriedade de terras, esta revelada pelo aumento no Índice de Gini. Embora eu não esteja habilitado para versar com profundidade sobre as causas e fatores relacionados a isto nesta região específica, o que se pode dizer é que se tratava, certamente, de um momento de mudança significativa

na estrutura agrária, acompanhada de alguma industrialização em Feira de Santana, do crescimento da oferta de serviços e da urbanização. Isto parece ter implicação direta nos meios de sobrevivência dos ciganos e, consequentemente, sem sua forma de habitar o mundo rural de que dependiam.

Ao que tudo indica, também ali a circulação de mensagens civilizatórias e de desenvolvimento era intensa, o que parece influenciar as falas de diversos interlocutores no filme de Olney. Exemplo disso é o apego à ideologia do trabalho expressa pela fala do policial exposta acima. Também algumas falas dos próprios ciganos valorizando o estudo formal, o emprego fixo, a vida mais fácil na cidade. Em minha visão, tais falas alinham-se com as ideologias desenvolvimentistas circulantes à época, capazes de mover dinâmicas sociais, pessoas e grupos, estivessem estes conscientes ou não de seus efeitos imagéticos/discursivos (nesse sentido, *cf.* MEYER, 2019). Vladimir Carvalho, em *Conterrâneos velhos de guerra*, bem demonstra a circulação dessas mensagens nas décadas de 1960 e 1970, época em que milhares de trabalhadores, muitos dos quais vindos de vários estados do Nordeste, migraram para Brasília em busca de emprego; também guiados pelas promessas de desenvolvimento e por mensagens e ideais civilizatórios.

É pelas razões acima expostas que sugiro que as falas reforçando o apego a uma certa teleologia – do mundo cigano atrasado, nômade, em larga medida rural, para o mundo civilizado, urbano-industrial – sejam mais (ou tanto quanto) representativas do momento vivido pelos ciganos e das transformações em curso do que decorrentes de uma visão civilizadora eurocentrada de Olney. Em outras palavras, mais a "voz da ocasião" do que a "voz do documentário", como se não fosse possível isentar completamente os ciganos da responsabilidade de uma fala cuja tônica, à época, remetia insistentemente a tal teleologia. Esta é, então, uma variação minha da leitura de Miranda (2011). No entanto, é certo que, seguindo tendências de sua época, o documentário não deixa de ter um cunho histórico-descritivo (ainda que se pretenda antropológico), cunho este que traz limitações ao documentário, dada a performance do diretor influenciando as representações do mundo cigano. Mas isto, por outro lado, não me parece tão importante quanto o fato de Olney, atento aos agentes sociais que o cercavam e às discriminações que lhes eram imputadas, ter empreendido o primeiro documentário sobre ciganos do país. Mais do que isto, um documentário que nos traz importantes pontos de reflexão, particularmente sobre as transformações sociais da época, também sobre o modo cigano de ser, ainda que com

generalizações.

Se o Cinema Novo, vindo na esteira da Nouvelle Vague e do Neorrealismo Italiano, trouxe consigo representações, denúncias e propostas para a formulação de um novo mundo advindas da classe média, creio que Olney, dentro do possível, conseguiu se esquivar um tanto disso em *Ciganos do Nordeste*. Mais do que a reprodução de estigmatizações, vejo em *Ciganos do Nordeste* a presença de uma voz cigana datada e espacialmente situada, evidentemente que com limitações, conforme argumentado acima. Penso que Olney tentou levá-los a sério de fato, não sem alguns grilhões interpretativos. Diferentemente de Miranda (2011: 91), vejo muito mais Olney apresentando a diferença do que reproduzindo a ideia de uma vida suja, com privações, descabelada, acocorada associada aos ciganos. Também o "cansaço" de nossos próprios olhares, por vezes despreparados, pode nos conduzir ao estigma e à depreciação, ao invés de nos fazer enxergar a diferença. Ou seja, convoca-se o espectador a ser corresponsável pelas imagens produzidas. Se trata menos, dessa forma, de negar eventuais necessidades materiais em jogo e mais de não circunscrever a diferença – a vida acocorada, o modo outro de vida – à representação dessas necessidades.

A partir de um estudo de fôlego, Miranda (2011) teceu algumas críticas interessantes sobre o documentário. Vale trazê-las aqui. Particularmente, ao proceder a análise do filme, extraiu elementos operatórios que encerram por reforçar esteriótipos, estigmatizações e eurocentrismo. O foco e o esmiuçar da locução – da "voz de Deus" – e da "voz do documentário" foi instrumental para tanto. Miranda (2011, p. 93) considera, então, que a presença da voz do locutor invoca a *"voz do saber" generalizante que não encontra origem na experiência, mas no estudo de tipo sociológico ou antropológico*, algo um tanto de praxe nos documentários da época. Para além do caráter histórico-descritivo em jogo, na visão de Miranda, o documentário *... revela uma percepção hierárquica entre culturas, demonstrando o desconhecimento real acerca do universo apresentado* (2011, p. 94).

Não deixa de ser pertinente quando Miranda (2011, p. 104) insinua que Olney poderia ter mais bem explorado a condição de nomadismo, não exatamente como uma predileção dos ciganos, mas como tendo sido colocados em situações ambíguas, havendo ocorrido, por um lado, um nomadismo forçado pelas expulsões a que foram submetidos, e, por outro, uma sedentarização compulsória decorrente da própria desvalorização da forma nômade de ser pela sociedade mais ampla. Este, entre outros elementos, reforçariam *... o caráter de exotismo que compõe a imagem dos ciganos no Brasil* (2011, p. 108). Algo análogo ocorreria em relação

à língua por eles falada: *não são feitas considerações sobre a funcionalidade sociocultural e a aplicabilidade prática do uso do dialeto entre os ciganos [...] colaborando assim para marcar a diferença entre ciganos e não-ciganos* (MIRANDA, 2011, p. 109-110).

De outro modo, Miranda (2011, p. 116) observa que *ao colocar o "cigano egípcio" como porta voz dos ciganos, o espectador é levado a crer que todos os ciganos desta linhagem também têm a mesma percepção acerca de casamento e propriedade...*. Esta poderia ser, dessa forma, uma visão particular deste porta-voz (do "cigano egípcio"), atribuindo, assim, um sentido generalizante aos ciganos. Olney, dessa forma, não deixaria de estar preso a algumas limitações emblemáticas desse estilo de documentário à época.

Por outro lado, diferentemente de Miranda, não penso que *... a forma de vida dos ciganos é exposta de modo a não admitir discussão da realidade* (2011, p. 92), tampouco que o estereótipo cigano apresentado *... colabora especialmente para a manutenção e a reprodução das relações de poder, assim como a justificação e racionalização de comportamentos hostis...* (2011, p. 92). Pelo contrário, se considerarmos, por exemplo, o contraste entre os pareceres preconceituosos emitidos pelos não-ciganos imbuídos de um senso comum e a prática cotidiana – ainda que enviesada – dos ciganos, ou, ainda, o lado mais enigmático e ambíguo das mulheres[5] ciganas, entre outros aspectos, o documentário admite sim a discussão da realidade. De certa forma, a própria análise de Miranda me pareceu um tanto presa aos significados advindos da "voz do documentário", de modo tal que encerrou por dar pouca margem aos significados passíveis de serem selecionados pelo espectador e as conexões que lhes são decorrentes. Nesse sentido, os *Ciganos do Nordeste* não apareceram a mim como seres *... confusos e incapazes de se expressar...* (2011, p. 105). Não creio que, no final das contas, seja possível dizer que o filme retrate os ciganos como *... culturas inferiorizadas, selvagens e incivilizadas* (2011, p. 110; ver também páginas 116, 120-121).

E Miranda (2011, p. 130) conclui sua análise:

> A "voz do documentário" incorpora o raciocínio eurocêntrico e expõe toda sua intolerância para com a diferença demonstrando um padrão opressivo de preconceito. O aparato cinematográfico é utilizado como instrumento

[5] A questão das mulheres é outra que me parece ficar em suspenso, porque seu papel no documentário é menos exótico do que enigmático. Mesmo que o machismo apareça, sugere-se que aquelas mulheres tenham margem de manobra significativa. Parece ser delas que a sociedade mais tem medo, porque elas podem constranger o cidadão comum a qualquer momento, além do que elas aparecem tendo o poder da magia, dada a habilidade de "adivinhar o futuro".

> para manutenção do *status quo* que, de forma análoga à violência infligida no passado, almeja a imposição de uma única forma de vida considerada como válida.

Embora a crítica feita por Miranda deva ser levada a sério e outra parte dessa mesma crítica mereça relativização e uma problematização mais aprofundada, o central, para mim, para além dos aspectos acima colocados, é considerar a importância histórica da problemática trazida por Olney. Nesse sentido, há um paralelo entre as críticas tecidas por Miranda e aquelas que poderiam ser feitas à *Geografia da fome* de Josué de Castro. Me recordo que, ao ler esta obra, fiquei demasiado incomodado com muitas colocações problemáticas empreendidas por Castro, como as desta pequena amostra falando em relação à população amazônica:

> Herdamos do índio o sistema vampírico das derrubadas e das queimadas inclementes, sem as quais o lavrador não acredita que o milho possa deitar espigas [recorrendo a Carvalho, 1941, sobretudo concordando com ele] (1984, p. 63).
>
> As frutas também, com exceção do açaí, entram em muito pouca quantidade no regime alimentar habitual. [...] sendo as frutas locais raras e pouco saborosas (1984, p. 71).
>
> ... na extrema pobreza, ou mesmo ausência, de alguns dos alimentos protetores, da carne, do leite, do queijo, da manteiga, dos ovos, das verduras e das frutas (1984, p. 71).
>
> Sem um plano de povoamento racional e de fixação colonizadora do elemento humano à terra nunca se poderá melhorar os recursos da alimentação regional. (p.102)

Castro, como vimos, é prescritivo sobre o desenvolvimento amazônico e demonstra um visão colonizadora sobre o consumo alimentar – ou a falta dele – de outrem. Apresenta receitas inúmeras para a população amazônica, recorrentemente filtradas pelas lentes da pobreza, suscitando sempre estar em cena um povo necessitado e faminto. Mas o mais importante, novamente, é que *Geografia da fome* colocou, de certa forma, o questão da fome – uma questão material real, mas creio que em moldes distintos de como Castro a apresentava – na cena política brasileira, ou seja, ainda que emitindo eventualmente pareceres preconceituosos aos nossos olhares de hoje, encerrou por conseguir dar foco a esta questão. Acredito, no entanto, que Olney foi um tanto mais cuidadoso do que Castro em

relação ao preconceito e ao reconhecimento da alteridade. Por outro lado, seu filme – e não somente *Ciganos do Nordeste*, mas sua obra cinematográfica como um todo –, definitivamente, não obteve repercussão nacional equiparável a outros diretores cinemanovistas, como León Hirszman, Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos etc. Por isso, entre outros fatores, a despeito do esforço em cena, *Ciganos do Nordeste* não traz contribuições de maior envergadura aos ciganos enquanto grupo étnico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito das ressalvas que teço a Miranda (2011), pode-se sintetizar de seu trabalho algo importante: *Ciganos do Nordeste* não produz, de fato, uma visão crítica e profunda sobre os ciganos enquanto grupo étnico, tampouco alcança explorar adequadamente sua diversidade interna. Produz sim algo que está antes disso: "uma visão", ou "alguma visão". Trata-se do primeiro documentário brasileiro sobre ciganos – e que de certa forma lhes dá também especificidades ao invés de somente generalismos – em cenário de flagrante estigmatização, consequentemente, de violência e insegurança crônicas, por mais naturalizada que estivessem. Dar-lhes, de algum modo, voz e humanidade e propor à sociedade que os cerca um outro olhar sobre eles – justamente em razão da aproximação que se produz – é algo, em minha opinião, bastante inovador e transgressor para o sertão da década de 1970. Para a ex-representante dos ciganos na Comissão dos Povos e Comunidades Tradicionais (CPCT), Márcia Yáskara Guelpa, mais de 30 anos após o lançamento de *Ciganos do Nordeste*, *a falta de inclusão social do povo cigano, principalmente aqui no Brasil, no mundo em geral, talvez seja o pior preconceito que a gente sofre*[6]. Creio que Olney São Paulo tenha ido, sobretudo, nessa direção.

## REFERÊNCIAS

AINDA há pastores? Direção de Jorge Pelicano. Serra da Estrela, Guarda, Portugal: Jorge Pelicano. 1 DVD (72 min.), son., color.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2018 [1999].

ARAUJO, Wodis Kleber Oliveira. **A relação campo-cidade no município de Feira de Santana – BA**: Renda da terra, campesinato e ruralidades. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) –

[6] Fala acessada em 15 de maio de 2022 em: <https://www.youtube.com/watch?v=MbCgPY26JJk>.

Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

CANTOS do Trabalho: Mutirão. Direção de Leon Hirszman. Rio de Janeiro: Leon Hirszman Produções, 1976. 1 DVD (13 min.), son., color.

CARMO, René Becker Almeida. **A urbanização e os assentamentos subnormais de Feira de Santana**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de janeiro: Edições Antares, 1984 [1946].

CIGANOS do Nordeste. Direção de Olney São Paulo. Feira de Santana: Olney São Paulo, 1977. 1 DVD (48 min.), son., color.

CONTERRÂNEOS Velhos de Guerra. Direção de Vladimir Carvalho. Brasília: Vladimir Carvalho, 1990. 1 DVD (168 min,), son., color.

MATOS, Aécio Gomes de. Para compreender o desenvolvimento. In: MATOS, Aécio Gomes de (coord.). **Modernização conservadora e desenvolvimento na Zona da Mata de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. p. 9-50.

MEYER, Gustavo. A ética do trabalho na expansão do *agronegócio*: transvaloração, depreciação e disciplinamento. **No prelo**, 2022.

MEYER, Gustavo. A vida na cidade e a invenção da "cultura": imagens de desenvolvimento a partir da "roça". **Etnográfica**, v. 23, n. 2, p. 359-390, 2019.

MIRANDA, Francielle Felipe Faria de. **As representações dos ciganos no cinema documentário brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

OLIVEIRA, Maria Leny Souza. **Espaço urbano e o modo de vida na favela**: a voz dos moradores da Rocinha em Feira de Santana – BA. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador, 2010.

RODRIGUES, Cintya Maria Costa. Reconhecimento, alteridade e identidade: Os ciganos e a política cultural brasileira. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR, 8., 2009. Buenos Aires. **Anais**... Buenos Aires: Instituto de Altos Estudios Sociales; Universidad Nacional de San Martín, 2009. p. 1-20.

# A Arte do Encontro e as Paisagens Afetivas – poéticas das experiências[1]

Luíza Câmara Maretto[2]

GT 7 - Cinema, análises fílmicas e o mundo rural: instrumentos de conhecimento e potencialidades.

**RESUMO**

Narrativas e(m) imagens (que) incorporam - que procuram incorporar, ao narrar. Para um encontro com o campo e suas temáticas: as artes, a sensibilidade, e as poéticas narrativas ou narrativas poéticas do cinema podem ser colocadas como ferramenta, estratégia, forma. Um *como* provocar relações com os acontecimentos dos mundos rurais e produzir conhecimento com. Através do sensível imagético, o cinema. Através do afeto que a arte inspira. Assim, no presente texto, um exercíco de narrativas escritas em relação e (a)atravessia que incorporam memórias e histórias que se entrelaçam, relações afetivas que se estabelecem com as imagens audiovisuais, cartografias. Possíveis cenas vivenciadas com as imagens e sons são imaginadas. Pesquisa imagética e paisagens afetivas percorridas, imaginadas.

Palavras-chave: cinema, poéticas, campo, afetos

## INTRODUÇÃO

Escritas para pesquisas de um possível roteiro cartográfico. Argumentos. Escaletas. Dramaturgias.

Experimentando a arte dos *encontros*, permito-me a escrever na tentativa de incorporá-los e buscar estabelecer um ritmo através da escrita, para eles. Um ritmo que possa os entrelaçar: através dos encontros entre as palavras-imagens, dramaturgias. Paisagens afetivas vividas em diferentes linhas e dimensões. Tentativa de registro do caminho vivido com o curso "o campo a partir do cinema", um texto-semente-cultivo. Assim, um formato ainda em construção de escrita, um ensaio

[1] "Poéticas da experiência" veio como inspiração/dispositivo a partir do Grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG (linha Pragmáticas da Imagem), divulgado através do site – www.poeticasdaexperiencia.org e com propostas de trabalho de curadoria de cinema como Histórias do (não) ver – Poéticas da Experiência (poeticasdaexperiencia.org).

[2] Centro Universitário Municipal de Franca - SP, lumaretto2@gmail.com

pesquisa para um possível roteiro cartográfico, de imagens em movimento. Um argumento, uma escaleta? Para um roteiro audiovisual existir, ele pode atravessar por diferentes processos de escrita, e criar percursos imagéticos.

No site chamado de "Tertúlia Narrativa"[3] lemos no glossário a seguinte definição: "Argumento: A narrativa de um roteiro contada de forma textual e literal. Documento que se destina a informar a narrativa ou história que será descrita no roteiro.".

Ainda sobre essas ferramentas escritas da criação audiovisual, no mesmo site, lemos sobre o que chamam de "escaleta":

> "Enquanto o argumento conta O QUE, a escaleta conta COMO. (...) A escaleta é um instrumento de visualização do roteiro em seu conjunto, uma espécie de plano de vôo detalhado, cena a cena. A palavra lembra 'esqueleto', e é mais ou menos disso que se trata: as cenas darão carne e sangue a esse esqueleto, que as manterá articuladas.(...) Esse 'esqueleto', entretanto, é temporal, e isso é crucial.
> Trata-se de planejar o "andamento" da narrativa, e o sentido musical do termo é inspirador para o roteirista. (...)
> **A escaleta não tem exatamente um formato padrão**, ela prove uma demonstração de como a história irá se devolver, **através de cenas ou sequências.** Então, o habitual é incluir um cabeçalho e uma breve descrição de cena.
> O importante é que a escaleta funcione como uma ferramenta de trabalho, auxiliando na escrita do roteiro efetivamente. **Uma escaleta bem escrita, ajuda a visualizar importância de cada cena, seu ritmo, qual sua função dentro da macro estrutura**, definir o arco dramático dos personagens e subtramas. Já na escrita da escaleta é comum trabalhar com algumas perguntas na hora de montar a estrutura: Qual a importância dessa cena? O que ela revela?; Quem deve estar na cena? Essa cena seria mais potente ou alteraria a história se estivesse em outro local?; Que cena a antecede e que cena a sucede?" (TERTÚLIA NARRATIVA, 2017, grifo nosso)

Assim, através dessa inspiração de formatos e maneiras de escrever audiovisuais, experimentar um *como*. Sigo para uma escrita em mistura de argumento-escaleta-roteiro, de uma cartografia pesquisa farejada da arte dos encontros, das paisagens afetivas, das poéticas das experiências vividas e narradas, além de um registro de vozes e referências de escritorxs sobre os temas com "Paisagens Afetivas e/ou imagens audiovisuais" e outras marcações entrelaçadas. Um caderno de anotações e(m) processos criativos, para possíveis caminhos de encontro com os mundos do campo, das vidas do campo. Seguem as cenas de pesquisa para um argumento, uma escaleta, um roteiro, narrativas e(m) relações...

**DESENVOLVIMENTO**

Cenas de encontros – através do cinema, imagens SENTIDAS/NARRADAS

*Mulheres nuas estão tecendo redes, fio a fio, sentadas no chão. O senhor, quase sem*

[3] Site citado com produções de narrativas audiovisuais - https://www.tertulianarrativa.com/

*nenhuma roupa, levanta de sua rede. Tem colares pendurados em seu corpo, atravessados em seu tronco. Penas vermelhas amarradas em seus dois braços. Uma flauta grande ele segura e outras ferramentas sonoras estão presas em uma de suas coxas. Talvez sementes. O senhor levanta, toca a flauta e dança. Sozinho. A música se faz... Escutamos... Também escutamos a voz de um narrador, que não está ali, em imagem, apenas em som: diz imaginar uma aldeia com 30 ou mais flautistas como este que não estão mais ali, vivos, e diz que terá "saudades do que não será mais". Logo depois vemos uma mãe e sua criança, chamadas de "indígenas". A criança está próxima da mãe, toca seu rosto, parece brincar com ela. Sorriem. O narrador conta uma história de luto vivenciado por essas pessoas. Depois, um canto é escutado ao fundo. A imagem continua ali, com a criança e sua mãe, um tempo, e então muda. Foca-se em um rosto, o de quem canta. Um canto numa língua que não reconheço os códigos e significados, mas algo me faz sentir. Um homem canta, deitado em sua rede. Ele usa um brinco vermelho e colares em seu pescoço. Algo em sua cabeça que seguram penas. O homem canta em ritmos que a respiração flui quase sem paragem, um som ligado a outro, entoado. Um som nasal...sai de onde? Vem de onde esse som? Leva pra onde? A imagem se amplia, vemos que uma mulher branca está segurando um microfone e ela tem um sorriso no rosto. Estão ele e ela, sentadxs, juntxs, em uma rede. Ele finaliza o canto e assopra. Assopra em seu entorno, pelo corpo da mulher, no instrumento de gravação. Um sopro, um cuidado, uma proteção, um encanto? Me (re)encanto. Aquela cena ressoa em mim. Fica reverberando como o canto do homem, quase sem paragem, entoado. Um encontro..."estão juntxs na rede, juntinhxs", eu penso. E sinto. "Sentipenso", logo lembro. Memória afetiva que vai se associando a outros toques, sentidos mesmo. Paisagens Originárias afetivas que produzem encontros. Ela, ele, vindos de lugares distintos. Ali, na rede, estão se escutando? Parece que sim. Escuta cantada, reencantada. Reencantamento do mundo, dos encontros. Escuta de sopros. Escuta afetiva.*

Narrativa de memória afetiva escrita a partir de cenas do filme "Corumbiara", de Vicent Carelli, 2009.

> [Para o PROCESSO DE CRIAR - (a)travessia da escrita: escrever como narrar em voz alta! Como contar essa história, cheia de imagens. Os sons palavras fazem o percurso. Roteiro de caminhada imagética poética, uma experiência]
> *[PAISAGENS AFETIVAS ou/e imagens audiovisuais - Estas "cenas dos encontros" podem ser narradas com a tela escura, ou alguma imagem fixa, com pouco movimento e informações. Uma narrativa talvez com algum som ao fundo. Pouca informação imagética visual. Aqui, o foco é no som, na voz da narrativa, na narração em áudio.*

*Escutas sonoras. O início da criação (é) através do som]*

Cenas de Encontros com IMAGENS que MARCAM, afetivamente

As imagens narradas me marca(ra)m.

Fazendo a brincadeira de lembrar de apenas uma única cena dos vários filmes que assistimos durante o curso “O campo a partir do cinema” (UNB, UFVJM, USP) oferecido virtualmente, desde novembro de 2020 a maio de 2021, ela, esta cena narrada acima é a primeira que me vem à lembrança. Afinal, escrevi certo dia, em outra brincadeira poética: a gente não lembra em linha reta, a gente tece, costura, borda memória, pelo afeto. Essas imagens, então, podem dizer do que me marca(ou) bastante nesse percurso: do *como fazer encontro*, através da arte, que meu caminho me chama para dizer e fazer. Como encontrar com a Terra e suas histórias? Como nos aproximar de tantas histórias do campo, muitas de desencantamento do mundo, violências e destruições? E também outras tantas de lutas, relações dialogadas e em construção...? Nessa caminhada em aprendizado, *o cinema e a roda de diálogo surgem*. Num processo que é de cartografia da caminhada, do compartilhar durante e em *caminhada de encontros*, que os aprendizados surgem, afetivamente. Digo e continuo (com)fabulando, em diferentes paragens, mais ou menos assim: pela sensibilidade que a arte provoca, de uma linguagem que toca e produz outros sentidos, os encontros se fazem. Outros e diferentes territórios para tocar e trocar. Esse *como*, em caminhada de escuta sensível e crítica, de encontros-afetos.

Assim...

É do *como encontrar*, então, que me interessa aqui prestar uma cuidadosa atenção. Encontros que produzem outras formas de encontrar, (re)criação de relação afetiva, que mobiliza, mexe, movimenta. A arte do encontro com paisagens. Paisagens Originárias de se relacionar entre gente, gente e bicho, gente e planta, planta e bicho, terra e... por aí vai. Aquilo que ainda sustenta o mundo. Através do encanto. Através do canto, conto. Através do cinema. Através da arte. Das poéticas das experiências. A troca, o encontro afetivo. Das histórias sensivelmente compartilhadas... reconheço outros mundos, outros mundos me reconhecem.

Reconhecemos. Relacionamo-nos? Aprendemos a (nos) escutar, afetivamente.

> [Para o PROCESSO DE CRIAR - Redundância? Repetição para a produção de camadas diversas das palavras e sentidos que (não) cabem nas palavras]
> *[PAISAGENS AFETIVAS ou/e imagens audiovisuais- Pouca ou nenhuma imagem visual fica presente. Um ponto, um pequeno ponto pode ser visto? Paisagens sonoras guiam nessa passagem, nesses encontros. As marcas sonoras vão se fazendo vistas.*

*E, devagar, as marcas visuais vão surgindo. Aos poucos. Pontos, formas geométricas, linhas, animações...início desse encontro áudio e visual]*

E nesse *como*, *o quê* e *quais* histórias são vistas e compartilhadas? Narrativas que não escutamos por aí, na maioria das mídias, são trazidas para o percurso do curso. Muitas imagens são produzidas para o consumo e deixadas na vista para serem modelos de uma subjetividade hegemônica. Um modo de viver colocado no mercado para a manutenção deste, e da subjetividade como recurso, que pode ser usado, explorado, abusado. Monocultura das vivências subjetivas dos seres vivos e do nosso Planeta. Assim, nesta caminhada que vivemos durante este curso, pudemos nos encontrar com diferentes imagens e produções que contam histórias e estórias nem sempre vistas, narrativas muitas vezes não ditas e escutadas. Acompanhamos, então, narrativas (d)e outras formas de viver, diversas. *Pluriversas.*

Uma cartografia afetiva do campo através das imagens, sons e movimentos do cinema fizemos.

Alguns percursos imagéticos possíveis, então, aqui narrados...

Pudemos vivenciar essa vida no campo, em preto e branco e olhares, nas “Vinhas da Ira” (1940, John Ford). Sentir o movimento de um povo, da construção de seres e sentidos coletivos, mesmo em outro país, que não vindas do nosso de convívio brasileiro. Ainda na América, mas no Norte. Conectar-nos com as lutas e vivências com a terra de outras terras, quem sabe semelhantes histórias de desagrego vividas, do e pelo “povo”, que é coletivo. Como disse mesmo a personagem da “mãe” em sua fala final: o povo é aquele que vive e reexiste através dos tempos. Os retirantes do “Grito da Terra” (1964, Olney São Paulo) filmado em Feira de Santana, na Bahia (Brasil) também estão em luta pela terra. Povo que luta e resiste. Tanto o preto e branco das imagens destes dois filmes nos conectam, quanto o que atravessam em seu cotidiano: a força esmagadora do latifúndio, as relações de opressões no campo e a saída de seus sítios, sem condições de plantar, colher, cultivar. “Desagrego, êxodo e modernização”, anuncia o percurso destes e mais outros filmes que contam esta passagem de relação violentada com a terra, de deslocamentos forçados e construções de cidades e novas organizações coletivas. Continuamos nossa caminhada nos envolvendo com personagens da “Luta pela terra”: “Chico Mendes: eu quero viver” (1989, Adrien Cowen, Vicente Rios), “Zé Pureza” (2006, Marcelo Ernadez) marcam a história com suas histórias de vida oferecida para a terra, para uma possível transformação. Com “O sonho de Rose (10 anos depois)” (2000, Tetê

Moraes) escutamos sonhos e desejos de (re)ocupação da terra, de organização coletiva, também do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Acompanhamos esses sonhos de Rose e de tantas outras mulheres, homens, crianças... Sonhos construídos durante anos, mortes e caminhadas de assentamentos. “Confins, cantos e culturas” nos levaram às “Viagens do vento” (2009, Ciro Guerra), escutando os sons que envolvem diferentes territórios do campo e seus modos de viver. O tocador de acordeon pode fazer um pacto com o diabo para tocar bem, como também o tocador de viola no Brasil. Cantos de povos de lugares, diferentes em suas culturas, que se encontram, novamente, no campo. E no canto. Artes que (se) encontram. Territorialidades vividas em cada canto e cultura, de (re)criação de liberdades. Reconhecimento de histórias em comum. Na América Latina, dessa vez, como surge no exemplo deste filme das viagens de música e vento. Memórias culturais compartilhadas, tanto de origem quanto de opressões e lutas. Ou, ainda, cantos que atravessam os trabalhos do campo, vistos pelo interior do Brasil em “Cantos de trabalho” (1974- 1976, Leon Hisziman) ou nos campos de Portugal, em “Ainda há pastores” (2006, Jorge Pelicano). Trabalhos e cantos que ainda existem, talvez em resistência às modernizações e expansões das cidades. Ou em tentativa de construir relações com este movimento. “Chuva é cantoria na aldeia dos mortos” (2018, Renée Messora e João Salaviza) nos faz imergir em formas de sentir e pensar indígenas, e nos seus mundos sonhados e cotidianos, muitas vezes, entrelaçados, vividos ao mesmo tempo, reconhecidos como parte, um do outro. Encontros culturais nos envolvem nestas imagens e sons, de olhar e escuta. Em “Corumbiara” (2009, Vicent Carelli), encontros antropológicos que fazem sentir pelo contato físico a diferença, o olhar estrangeiro, o (en)canto. Também os desencontros inter étnicos: indígenas lutando para/pela a ocupação enraizada e legítima de suas terras. Originárias relações com a terra e outras tantas histórias de grandes violências entre seres humanos e um tipo de desenvolvimento que rasga a terra e os vínculos com ela: colonização, exploração... Assim, territórios e territorialidades buscando a liberdade, as suas lutas e (re)existências são sentidos no Mato Grosso, em “Martírio” ( 2016, Vicente Carelli e Tatiana Almeida), no Ceará em “O caldeirão de Santa Cruz do Deserto” (1987, Rosemberg Cariry), na Bahia com o “Tupinambá: o Retorno da Terra” ( 2015, Daniela Fernandes Alarcon), nas viagens pelo Maranhão, Rio Grande do Sul e Goiás, reconhecendo “Terra de Quilombos: espaços de liberdade” ( 2002, Renato Barbieri), e no Mato Grosso do Sul, escutando as expressões, preconceitos, embates

e reconstruções dos ditos e não ditos “Do bugre ao terena” (2013, Aline Espíndola e Cristiano Navarro). Neste último filme, imagens de coisas antigas como a terra sentida nas mãos do velho indígena terena, e de coisas novas como estarem nas casas dentro da cidade. Além desses lugares, até para a Sibéria nos deslocamos, nas paisagens do Taiga para nos questionar “quem é o povo feliz”? (“O Povo feliz: um ano no taiga” – 2010, Werner Herzog e Dmitry Vasyuokov). Povos que vivem em (re)encontros de culturas diversas e relações mais próximas com a natureza, em novos velhos movimentos colonizadores de territórios. Quais relações estabelecem? Como se estabelecem? Quais culturas, quais povos? Povos que esta(va)m ali, povos que chegam...povos que se encontram, chegadas, partidas, tempos e gerações... relações com a terra... (des)encontros. Como acompanhar essas complexas e profundas (a)travessias afetivas, políticas e históricas entre Dersu Uzala e seu amigo capitão, no filme soviético-japonês de Akira Kurosawa ( “Dersu Uzala”, 1975).

Chegamos juntxs ao processo de transição: “Da terra à natureza à sustentabilidade”. Como e quais paisagens percorrer? Para onde caminhar? *Horizontes amazônicos* nos deixam na vista a busca por paisagens originárias de relações entre os seres, construções coletivas, afetivas, *entre*. A floresta sinaliza o caminho, o passado que é futuro e atravessa nosso presente, como guia. “Nas cinzas da floresta” (1990, Adrien Cowell) a destruição é escancarada: por quês, quem, motivos e nomeações históricas de uma lógica de desenvolvimento. Modelos de cadeias produtivas mortíferas. Queimadas e cinzas. Possível compostagem com elas? “Os guardiões da floresta” (2019, Jocy Guajajara e Milson Guajajara) colocam na vista formas de proteger onde e como vivem. Contam o que fazem para guardar na vista culturas que se relacionam com a floresta produzindo e mantendo a vida. As “Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência” (2017, Adriane Canan) cantam estratégias de luta que são coletivas e colocam as mulheres em foco. Quem sabe para afirmarmos transformações Ecofeministas. Capitalismo, patriarcado e machismo calam as vozes da Terra e das mulheres. Expressar e lutar: imagens que mostram crimes ambientais e processos de transformações, entrelaçados afetivamente. “Cruzando o deserto verde” (2002, Ricardo Sá) nos faz atravessar motivações capitalistas e de desertificação. Conhecemos os nomes de paradigmas, podemos saber quem faz, como faz, quais caminhos percorrem. “Campo & sustentabilidade” (2019, Sérgio Lopez) trazem questões ingênuas? Quais discursos são mais ditos para uma transição do campo para o que chamam de  sustentabilidade? Quem e o que chamamos, quais

narrativas são colocadas na vista e vividas? Por quem e por quais interesses? É possível estabelecer contato, relações entre diferentes perspectivas? É possível dialogar? Assim, como finalizar essa caminhada afetiva e de envolvimento com o campo, com a terra, com nós mesmxs em relação? “Pense global, aja rural” (2010, Coline Serreau) é a última proposição. Quais construções são realizadas em territórios locais, para desenvolvimentos regionais em busca de relações horizontais? Horizontes de florestas, jardins, quintais, cultivos. Paisagens “nação”? Paisagens diversas em contextos singulares que produzem mais diferença. Cultivo de diversidade.

Presentes de poéticas através das experiências. “Cora Coralina – Todas as Vidas”(2015, Renato Barbieri) é oferecido ao final. Dentre tantos outros afetos em poesia. Escutamos Cora Coralina e sua (a)travessia de presença na vida: simplicidade de cultivo em moradias e mudanças, diferentes paragens locais pelo Brasil, cultivando casa, transformações e poesia.

Assim, narrativas em (a)atravessia que incorporam memórias que se entrelaçam, relações afetivas que se estabelecem, cartografias. Contando, escutando, imaginando, compartilhando histórias, recriando vínculos e encontros. Narrativas vivenciais, através da arte, não necessariamente representacionais. Sentidos. *Sentir com*. Imagens e sons em uma (a)travessia de relação mais íntima e afetiva com o campo, seus territórios, territorialidades. Escutar, da forma mais ampla que a escuta tem – ver, cheirar, tocar para podermos *estar com* estas diferentes realidades, sentidos e imaginações. Por que não, *sentipensar com a terra*?

Cada processo movimenta à um fazer. Cada modo de fazer conduz ao que será feito. Cada formato, possíveis criações. O como fazer entrelaça o que, e vice versa. Poéticas das experiências vividas pelo audiovisual, durante: imagens que guiam e que vão surgindo. Assim, numa sequência não linear, abaixo mais uma brincadeira de experimentação de encontros entre imagens e palavras, encenas para registros e produção de marcas (de passado e futuro, presentes). Algumas “cenas de encontros” através de leituras textuais e paisagens afetivas, sem pretensões de formatos, apenas alimentos-sementes para possíveis dramaturgias teórico vivenciais. Uma cartografia de imagens fundo e base a percorrer. Palavras de diferentes escritorxs em colagens para uma leitura em paisagens. A cada encontro, cenas imaginadas, escritas minhas e textos de autorxs.

Cenas de Encontros com as ECOLOGIAS – RELAÇÕES e produções com/de

DIFERENÇAS

> *[PAISAGENS AFETIVAS e/ou imagens audiovisuais - Aqui, o ser humano é entrelaçado com o meio em que vive. Aqui, os territórios existenciais são sensoriais e sentidos com as águas, o pé no chão, o toque entre peles humanas e não humanas. Daqui, existe a relação sexual, de prazer. E a relação reprodutiva. Imagens de reprodução, gestação e nascimento. Morte, compostagem, transformações, renascimentos. Sons dessas imagens aparecem não na mesma ordem que as imagens, se misturam. Sons de prazer com imagens de morte. Sons de nascimento e gestação. E por aí podem seguir. Processos criativos artísticos são imagens, aqui. Destruições e cultivos, também. Imagens sensoriais e muitas vezes abstratas. Serpentes são vistas. No chão e emplumadas. A terra, os ares, o fogo, as águas...]*

Relações que se (re)criam. Relações ecológicas afetivas e criativas. Encontros com textos que traçam relações com as diferenças. Trechos abaixo retirado de "As três ecologias" (2012), de Félix Guattari, inspiram:

> (...) ao passo que só uma articulação ético-política – a que chamo de *ecosofia* – entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões. (GUATTARI, 2012, p.8)
>
> Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. **Essa revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo**. (GUATTARI, 2012, p. 9, grifo nosso.)
>
> **É a relação da subjetividade com sua exterioridade** – seja ela social, animal, vegetal, cósmica – que se encontra assim comprometida numa espécie de movimento geral de implosão e infantilização regressiva. A alteridade tende a perder toda a aspereza. O turismo, por exemplo, se resume quase sempre a uma viagem sem sair do lugar, no seio das mesmas redundâncias de imagens e comportamentos.(GUATTARI, 2012, p. 8)
>
> O que quer que seja, parece-me urgente desfazer-se de todas as referências e metáforas cientistas **para forjar novos paradigmas que serão, de preferência, de inspiração ético-estéticas**. (GUATTARI, 2012, p.18, grifo nosso)

A sensibilidade ocupa a casa da subjetividade. Ou as subjetividades ocupam a casa da sensibilidade. Casas que (se) visitam. Moradias temporárias e cultivadas. Podemos acompanhar, cartografar territórios existenciais diversos através do sensível, entrelaçados com os territórios físicos, geográficos. Repensar e sentir, ontologias relacionais. *Pluriversas.*

Abaixo, trechos sobre essas Ontologias relacionais e Estudos do pluriverso lidas em "Sentipensar com la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio *y* diferencia." (2013), de Arturo Escobar, que invocam saberes vindos de diferentes bases, não somente da academia.

> **En última instancia, todos los campos de estudio en cuestión se refieren a luchas vitales por la multiplicidad de formas que puede tomar la vida** y que, claramente, los rebasa. (...) Aunque apoyándose en las

> tradiciones y tendencias críticas de la academia, (...); **quizás con aquellos humanos y no humanos —con los sueños la Tierra, de los pueblos y de los movimientos— que, desde una relacionalidad profunda, insisten contra viento y marea en imaginar y entretejer otros mundos**. (...) **pistas para este proyecto, necesariamente colectivo.** (ESCOBAR, 2013, p. 21 e 22, grifo nosso)
>
> **Las ontologías relacionales con frecuencia involucran perspectivas territoriales y comunales**, cual es el caso de muchas comunidades indígenas, afrodescendientes y campesinas. (...) Lo que está en juego, en otras palabras, es la existencia continuada del pluriverso, el cual los zapatista explican como **"un mundo en que quepan muchos mundos**". (ESCOBAR, 2013, p. 59, grifo nosso)
>
> En otras palabras, *todos/as vivimos y todo vive en el pluriverso*. Esta aseveración **no puede ser "demostrada" desde la teoría**, al menos sin caer en una nueva forma de realismo epistemológico, **sino que más bien se deriva de la experiência** o, si se quiere, de una **posición ético-política** que no puede ser demostrada. **Adentrarse en el campo de la relacionalidad — comenzar a vivir con la inspiración profunda que evoca y transformar nuestras prácticas y espacios cotidianos de acuerdo a dicha inspiración— no es fácil. En certa forma requiere una reconversión ontológica**. Parte de este proceso requerirá, por lo menos, de una verdadera y perpetua invención de nuevas prácticas, incluso mediante instrumentos como las tecnologías digitales; **parte surgirá de abrirse con atención a aquellos grupos y formas de pensar que han mantenido vivas las formas relacionales de existir**. (ESCOBAR, 2013, p. 60, grifo nosso)

*Transições* ecológicas-ontológicas de produção da diferença e relações com a Terra. Povos originários, afrodescendentes e camponesas trazem outras formas e modos de viver em contraposição ao modelo econômico político capitalista e extrativista. Para isso, outras narrativas vão sendo construídas e outras formas de escutar também. Narrativas que podem ser incorporadas, em (produção de) transição. Narrativas que são corpo, palavra discurso que é vida. Dizer que é viver. Através do afeto e relações afetivas, de encontro. Uma revolução cultural. Diferentes narrativas sensivelmente vividas, diferentes subjetividades, diferentes ontologias. Em transição e coexistências entre os seres (humanos, não humanos...). Para isso...

Cenas de Encontros com *SENTIPENSAR com la Tierra*

> *[PAISAGENS AFETIVAS e/ou imagens audiovisuais - Nestas cenas, encontramos com pescadores que lembram sentipensadorxs. Vemos seres humanos plantando, agricultorxs arando a terra, escolhendo as sementes, aguando as plantas, colhendo e comendo. Vemos indígenas em suas atividades cotidianas, vemos povos em roda, vivendo coletivamente, e imagens da vida em quilombos, re existindo. Vemos e escutamos mulheres, elas estão em ênfase, foco, aqui, nesta transição, em sentipensar con la tierra. Vemos lutas coletivas, encontros de movimentos sociais, atos políticos sócio ambientais]*

Vivenciar essa transição ontológica. *Sentipensar*... (me) dizem os autores Eduardo Galeano e Arturo Escobar. Através desse encontro com histórias de violências e de "desenvolvimentos" que rasgam a terra... sentir diversas outras

histórias vivenciadas por tantos seres, humanos e não humanos, por nós mesmos (as)... e ter a consciência política, crítica e sensível. *Sentipensar*. “Sentipensar com la tierra”.

> Para que a gente escreve, se não é para juntar nossos pedacinhos? Desde que entramos na escola ou na igreja, a educação nos esquarteja: nos ensina a divorciar a alma do corpo e a razão do coração.
> Sábios doutores de Ética e Moral serão os pescadores das costas colombianas, que inventaram a palavra sentipensador para definir a linguagem que diz a verdade. (GALEANO, 2002)
>
> Celebração de bodas da razão com o coração
>
> Gosto das pessoas sentipensantes, que não separam a razão do coração. Que sentem e pensam ao mesmo tempo. Sem divorciar a cabeça do corpo, nem a emoção da razão. (GALEANO, 2002)

A sensibilidade para transformar uma racionalidade fria e abstrata. “Estética e arte se relacionam com a faculdade do ser humano de sentir, ou seja, de convocar a alma como guia da ação no mundo. ‘O pensamento sensível é necessário e insubstituível tanto para entendermos as guerras quanto o sorriso de uma criança.’ (BOAL, 2009, p.19).” (MARETTO, DOMINGUES, 2018, p. 41). A arte como ferramenta e canal de produção de encontros e alianças.

> A função da arte/1 - Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovakloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: -Me ajuda a olhar! (GALEANO, 2006, p. 15)

<u>Cenas de Encontros com ALIANÇAS AFETIVAS</u>

*Alianças Afetivas* que se criam para produção de encontros. Reencantamento que produz encontros. Encontros que produzem reencantamentos.

> *[PAISAGENS AFETIVAS e/ou imagens audiovisuais - Aqui, escutamos sorrisos, brincadeiras. Escutamos choros compartilhados. Aqui escutamos cantorias e danças. Vemos danças em roda, danças em diferentes lugares. Rodas, muitas rodas de gente conversando, comendo, refletindo... vemos seres humanos cuidando de seres humanos. Seres humanos cuidando de animais e plantas. Vemos animais cuidando de seres humanos. Encontros entre cidade e campo, diferentes coletividades. Carinhos. Rodas, círculos, toques, sons... sons circulares, cantos entoados, ressoando, quase sem paragem...vazios, produções de vazios imagéticos e sonoros. Silêncios entre áudios e imagens. Observação de uma imagem só, durante um tempo prolongado, estendido, dilatado. Encontros entre águas. Águas percorrendo. Subida e descida da maré. Acompanhamos a imagem da maré que “sobe”, ou/e da maré que “desce”. Do rio que percorre um extenso percurso e só depois, desagua. Ciclos das águas, acompanhamos os ciclos das águas. Uma chuva que começa com os sons, e depois com as águas]*

Em texto chamado de “Alianças Afetivas” (2016) contendo uma entrevista com Ailton Krenak, podemos aprender passagens sentidas, possibilidades e aberturas.

> A natureza da paisagem é a pluralidade, a diversidade, é a sucessão. As paisagens se sucedem, ou então não são paisagens. Quando a gente acaba com todas as paisagens da Terra, nós entramos em coma. **Então, aquela ideia de dilatar o tempo... dilatar o tempo é não deixar isso acontecer. Cantar e dançar para suspender o céu, que é uma experiência comum a muitos povos no planeta inteiro, é dilatar o tempo. Quando você canta e dança e suspende o céu, você está dilatando o tempo**. É quando se dilata o tempo, porque se não acontecer essa dilatação do tempo, só haverá relações de usuários.
> (...) **o estabelecimento de afetos que não busquem um objetivo imediato, que possam prosperar e constituir um ambiente criativo, de invenção, de criação no sentido mais prazeroso, em que os afetos são espontâneos**. Em que o tempo, a ideia do tempo seja determinante para o espaço, uma espécie de dilatação do tempo. **Dilatar esse tempo ordinário das nossas relações e possibilitar a criação de vazios para as visões**, **para os sentimentos das pessoas, para as elaborações que um coletivo pode ter sobre aquilo que é o sonho**. Aquilo que é sonho (...). Quando você tem uma experiência de dilatação do tempo, começa a pensar em períodos muito mais abertos.(...) Não é uma visão total, ela é uma visão aberta.
> E entre fugas e tentativas de contato, tentativas de troca, de aproximação, fui construindo algumas ideias sobre alianças. (...) Eu andei um pouco nessa experimentação até que consegui avançar para uma ideia de alianças afetivas – em que a troca não supõe só interesses imediatos. **Supõe continuar com a possibilidade de trânsito no meio das outras comunidades culturais ou políticas, nas quais você pode oferecer algo seu que tenha valor de troca. E esse valor de troca supõe continuidade de relações. É a construção de uma ideia de que seu vizinho é para sempre**. (KRENAK, 2016, p.2 e 3, grifo nosso)

Para produzir vínculos, afetos, histórias e imagens compartilhadas e sentidas, incertezas compartilhadas, movimentos e transformações constantes.

> **Imprimir no corpo e, a partir daquela impressão, da adoção daquela imagem que está no seu corpo, você passa a ter trânsito com todos eles.** Você pode andar no meio deles, cantar junto com eles, dançar com eles, chamar para vir dançar junto com você, porque eles vão se reconhecer. (...)
>
> O desafio que eu tive que encarar foi o de admitir a existência de inumeráveis mundos que circundam, que se articulam e que se comunicam com o mundo em que eu transito. **As possibilidades de aliança não se dão só no plano das relações sociopolíticas**, no plano das ideias, no que é possível estabelecer de colaboração entre uma nação e outra, entre uma sociedade e outra. **Quando eu vou a um riacho, a uma fonte, a uma nascente e sinto beleza e fico comovido com a água que está naquela fonte, naquela nascente, eu estabeleço uma relação com ela, converso com ela, eu me lavo nela, bebo aquela água e crio uma comunicação com aquela entidade água que, para mim, é uma dádiva maravilhosa, que me conecta com outras possibilidades de relação com as pedras, com as montanhas, com as florestas**." (KRENAK, 2016, p.3, grifo nosso)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU CONCLUSÕES)

Experimentação vivida e propositiva: conversar com as imagens e sons, as paisagens audiovisuais através/com d/as narrativas. Criar novas/velhas cenas e paisagens que produzem outras tantas relações. Mais do que fechar, abrir para encontros, poéticas, produzir relações com o cinema, as leituras, o campo, os mundos rurais tão diversos.

As relações com os mundos tão diferentes. Paisagens que afetam e que produzem outras tantos afetos. E, assim, escutar, poder encontrar, vivenciar, aprender som.

> [PAISAGENS AFETIVAS e/ou imagens audiovisuais – ...os sons das águas vão ficando mais fortes. Sons são escutados. Cantos de diferentes línguas e culturas. Línguas diversas faladas. Conversas. Imagens de travessias em janelas, portas, corredores, passagens, estradas, caminhos...caminhos vividos com, entre... pontos, linhas, retomadas de formas já trazidas antes... Cantos de águas, passos, pássaros. Sons de água, fogo, bicho, gente... ou o que surgir em uma caminhada de escuta por uma floresta, um campo, uma caminhada... imagens e sons abertos...quais sentidos surgem? Quais são possíveis após essa (a)travessia? Imagem em branco, silêncio]

## REFERÊNCIAS


BELINASO, Leandro. CODES, David de. (org.) Na Pele do Mundo. Florianópolis : Casatrês , 2020. Recurso digital : 223 p.

CESARINO, Pedro. *As alianças afetivas, entrevista com Ailton Krenak*. 2016. Vista da instalação na 32ª Bienal. Bené Fonteles, Agora: OcaTaperaTerreiro, 2016.

DOMINGUES, Laís. A flor da pele: subjetividade, clínica e cinema no contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2010.

*ESCOBAR*, Arturo. *Sentipensar con la tierra*: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio *y* diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014. 184 p.

GALEANO, Eduardo. O livro dos abraços. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GANZAROLLI M, D.; SAMPAIO, S. (2021). Sentipensar uma pesquisa em educação ambiental com a literatura de Eduardo Galeano. *Revista Interdisciplinar Sulear*, (9), 50–66. Recuperado de https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/5278

GUATTARI, Félix. As três ecologias. 21 edição. Campinas: Papirus, 2012

MARETTO, Luiza. DOMINGUES, Renata. (org.) *Cineclube Saúde e Cultura do Campo: encontros entre cultura, política, arte e saúde.* Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

SELVAGEM CICLOS DE ESTUDOS. “Flecha 1 - 0 A serpente e a Canoa”. Youtube, 11 de maio de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Cfroy5JTcy4

TERTÚLIA NARRATIVA. Glossário de cinema. 2017. Disponível em: https://www.tertulianarrativa.com/glossarioroteirodecinema

# *CABRA MARCADO PARA MORRER* E A *FAMÍLIA DE ELIZABETH TEIXEIRA*: FENDAS DO LATIFUNDIO, FENDAS DO GOLPE

Marco Antonio Visconte Escrivão[1]

**GT** 07: Cinema, análises fílmicas e o mundo rural: instrumentos de conhecimento e potencialidades.

**RESUMO**

O presente trabalho analisa o percurso de personagens, narrativas e momentos históricos dos documentários "Cabra marcado para morrer" e "A família de Elizabeth Teixeira", traçando uma reflexão sobre as questões geracionais e a elaboração da memória do movimento camponês com a passagem do tempo, buscando compreender um período de 50 anos da história do país e dos movimentos em questão a partir das fendas provocadas pelo latifúndio e o golpe civil-militar de 1984. Despontam questões estruturais do país, traumas pessoais e a emergência de novos atores de luta a partir da memória estabelecida pelo documentário seminal "Cabra marcado para morrer".

Palavras-chave: Documentário, Cabra marcado para morrer, ditadura

## INTRODUÇÃO

### Um futuro se fez presente, mas qual futuro?

É um ponto praticamente pacificado a importância ímpar que o filme *Cabra Marcado para Morrer* tem no documentarismo brasileiro. Fragmentos de histórias reconstruindo caminhos de pessoas que enfrentaram a barbárie da ditadura civil-militar brasileira, articulando então, a partir do entrelaçamento de memórias pessoais, uma memória do movimento camponês, da própria ditadura e por conseguinte do Brasil. E na trilha de juntar cacos destroçados pelo autoritarismo, o filme carrega consigo um tanto de energia da esperança do novo momento que se abria no país e possibilitou, inclusive, a realização do próprio documentário. *Cabra marcado* é um documentário que olha o passado recente de sobreviventes, com expectativas de futuro. Mas qual futuro se fez presente?

O filme deixa em aberto um horizonte de expectativas que se apresenta à vida das

[1] Instituição Departamento de Artes de Comunicação da Universidade Federal de São Carlos, marco.escrivao@ufscar.br

pessoas. Nessa relação analítica entre anseios coletivos somados ao mosaico de vivências e experiências individuais, quando Elizabeth Teixeira cita a vontade de reencontrar os filhos e retomar a militância, em um momento em que praticamente acaba de sair de 17 anos de clandestinidade, ela corporifica no presente um passado e um futuro extremamente candentes.

A realização documental de *Cabra* ajuda a fundar uma memória de João Pedro e do movimento camponês no imaginário das lutas populares no Brasil (NOVAES, 1997). Neste sentido, ao assistir *Cabra marcado para morrer* já na segunda década do século XXI, era possível perguntar-se mais uma vez: o que aconteceu com esses camponeses do filme e suas esperanças? Teria Elizabeth reestruturado sua família? Seguiu ela na luta pela reforma agrária ou se recolheu a uma vida tranquila? E os filhos e netos, quais caminhos tomaram? Será que conhecem as histórias da família? Negam ou orgulham-se?

## DESENVOLVIMENTO

### *A família de Elizabeth Teixeira* e a reforma-agrária que ainda não foi implantada.

E é mais ou menos por estas reflexões que Eduardo Coutinho empreende em 2013 uma nova busca para reencontrar os personagens de seu antigo filme. Em 2014 completou-se 30 anos de lançamento da obra seminal, *Cabra Marcado para Morrer* e em comemoração, um DVD remasterizado foi lançado. Como *extra* desse DVD, um documentário que é o resultado dessa segunda busca de Coutinho pelos seus personagens, *A família de Elizabeth Teixeira*, em que além de encontrar a sua personagem principal, Elizabeth, o diretor empreende nova busca pelos seus filhos ainda vivos. Como anuncia um letreiro inicial, nesses 30 anos, Coutinho havia mantido contato com Elizabeth, mas não havia estado com nenhum de seus filhos. Cláudia Mesquita (2014, p. 216) pondera que ao se vincular a *Cabra marcado*, "*A família de Elizabeth Teixeira* reabre a história e nos permite sondar aquele 'futuro' (hoje presente) que voltava a ser possível (para Elizabeth, para Coutinho, para o país), no limiar da redemocratização".

Por outro lado, nota-se dois deslocamentos de interesse perceptíveis já no título do filme. A menção à família de Elizabeth Teixeira desloca o centro de interesse daquele que fora o cabra marcado para morrer, João Pedro Teixeira. Não que ele não esteja presente no novo filme, pelo contrário, sua memória é evocada constantemente e novas informações e imagens são aqui apresentadas, no entanto, o título mostra que o protagonismo ou o reconhecimento cinematográfico está mais voltado à figura de Elizabeth. Outro deslocamento: o foco será na família de Elizabeth Teixeira e não nela própria. Essa escolha nos remete à sequência final de *Cabra*, a busca em encontrar os filhos que se espalharam pelo Brasil em função da clandestinidade forçada da mãe, estabelecendo assim um diálogo formal direto com a obra seminal, e de quebra investigando também o que foi feito de um dos desejos de Elizabeth, a

saber, reencontrar seus filhos. Na última aparição de Elizabeth em *Cabra,* ela faz um discurso de esperanças e retomadas: reencontrar os filhos, retomar os laços e continuar a luta pela terra. Estariam, 30 anos depois, estas esperanças concretizadas? A realização de *Cabra* foi capaz de resgatar da clandestinidade uma mulher, camponesa, ex-presidente da Liga de Sapé, mas como o filme interferiu na história de seus filhos?

Ao assumir novamente a empreitada de registrar sua busca pelo encontro com Elizabeth Teixeira e principalmente seus filhos, temos um tempo transcorrido de 29 anos, de 1984 a 2013. Histórias e memórias foram produzidas em 1962, 1964, 1981, 1984, nos interregnos, e agora, estão mais ou menos elaboradas com o distanciamento histórico. Percetivelmente as conversas em *A família de Elizabeth Teixeira* tem o tom mais ameno e tendem mais ao melodramático do que em *Cabra marcado para morrer*. Isso porque, o filme se concentra nas histórias familiares contadas pelos filhos e seus pontos de vistas e vivências particulares e não na trajetória de Elizabeth. Essas conversas mais amenas aqui em *A família*, são também sinais dos tempos, intimidade criada e memória compartilhada entre realizador e entrevistados que assim consegue inclusive informações novas que não temos em *Cabra*. O tempo, não da urgência do momento histórico de aberta opressão, pelo contrário, a retomada pela reflexão, decantadas as histórias, trazem à fluidez da conversa reflexões e informações, em meio a curiosidades e novidades sobre a vida de cada um e sua relação com o passado.

**As filhas e os filhos**

A conversa com Marta no filme de 1984 foi marcada pela lembrança dolorida da mãe, de toda a família e pela recordação das durezas da vida que foi obrigada a viver. Essa soma reflete-se na precipitação de um choro não contido em que o filme registra em close no rosto de Marta. Ela diz não ter mágoas de Elizabeth apesar da mãe ter lhe dado aos avós, diz que foi a única dos 12 filhos que foi dada e salienta que não sabe o motivo. Fica nítido que sim, ela carrega mágoas. Por outro lado, reforça que não tem nada contra a mãe, que a adora, e que espera a hora de "ela vir", projetando para o futuro um esperado encontro.

Em 2013, quando das filmagens de *A família de Elizabeth Teixeira*, Marta seguia no Rio de Janeiro, morando com os filhos. A conversa começa com ela dizendo que seu filho gosta muito da avó, e que sua irmã Marines também, o que deixa a entender que ela própria, Marta, tem problemas não resolvidos com a mãe. Já nesta deixa, o filho de Marta surge com um folheto do Pronera - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - e procura contar como admira avó. Depois, Marta segue contando sobre sua ida para o sudeste aos 20 anos, e seus casamentos. Teve ao todo 5 filhos, mas apenas 3 estão vivos. Relata a morte de seus dois filhos, as duas relacionadas ao cotidiano de violência urbana vivido pelo Rio, principalmente pelas populações periféricas com trabalhos precarizados.

Na sequência, descreve o primeiro trauma de infância. Morava com os pais de João Pedro, e aos 8 anos de idade o pai a tirou da avó e a levou para morar junto com ele e Elizabeth. Este é um momento em que já fica nítido também qual será a postura do diretor, sua intervenção ativa. Ele pergunta: "Foi João Pedro que decidiu? Então a senhora não pode ter raiva da Dona Elizabeth". Frente ao primeiro comentário das mágoas que ficam de Marta em relação a Elizabeth, parece haver em Coutinho uma expectativa de conduzir uma reconciliação ao fazer este filme. Ela relata que não tem nenhum contato com a mãe, desde que a encontrou na ocasião de lançamento de *Cabra*, em 1984, e que ainda em 2013, Elizabeth esteve no Rio de Janeiro, mas não procurou pela filha, acentuando a mágoa. Ainda assim, Marta diz de forma forte: "Antes de eu morrer eu vou lá dar um abraço nela". Novamente se projeta para o futuro, o encontro entre mãe e filha.

Na última parte de seu depoimento, entramos mais especificamente em uma evocação de João Pedro Teixeira. Marta lembra o dia da morte do pai e aqui surge uma faceta extremamente humana e apaixonada de Elizabeth Teixeira. Em *Cabra*, o relato de Elizabeth é tomado pela surpresa do momento e a verve militante da personagem inibe sua descida mais apaixonada à sua relação privada e individual com João Pedro[2]. Aqui, Marta conta a dor e sofrimento profundo de sua mãe no dia da morte do pai: "Ela urrava feito bicho, a gente tinha medo de chegar perto da porta do quarto. Quando meu pai morreu, ela sofreu muito. Muito, muito, muito. Ela amava muito aquele homem".[3]

Depois, o filme vai ao encontro com Marinês, e nele Coutinho é recebido pela filha Alana, que em 1981 aparece pequenina ao lado da mãe. No antigo filme, Marinês diz que não lembra da mãe, pois nunca a viu. Diz, acanhada, que tem vontade de vê-la e ressalta que não possui mágoas. Então, lê uma carta que Elizabeth lhe enviou. Nela, a mãe já manifesta o desejo de reunir os filhos que não pôde criar, e pela boca da filha lendo a carta escrita pela mãe, surge um lampejo de ternura: "você diz que não sabe de onde veio, então você veio de uma raiz humana através do amor entre eu e seu pai". Mais à frente, a carta diz: "será a minha grande alegria passar pelo menos um dia reunida com todos os meus filhos". Notamos, para além das palavras carinhosas e novamente o desejo projetado para o futuro, que houve uma troca de cartas entre elas, com perguntas e respostas de ambos os lados. Estamos em 1981, a internet no Brasil ainda não estava nem em gestação, mas a comunicação por carta, ainda que demorada aconteceu entre mãe e filha, chegando inclusive antes do próprio filme.

[2] Aproveitamos o ensejo de análise emocional e humana para destacar que Elizabeth, em *Cabra marcado para morrer*, conta sua saga de sofrimentos sempre com tristeza e algum grau de indignação nos olhos, mas apenas vemos lágrimas contidas no momento que suas amigas da cidade de São Rafael tecem comentários elogiosos a seu respeito.

[3] *A família de Elizabeth Teixeira*. Depoimento de Marta.

De volta a 2013, em *A família de Elizabeth Teixeira*, a conversa engrena com Coutinho lembrando do dia do reencontro entre Marines e a mãe, ainda em 1984, em que também estavam presentes Marta e o irmão José Eudes, os 3 que em *Cabra* dão depoimentos no Rio de Janeiro. Coutinho está passando algumas fotos impressas para Marines. Ela vê Carlos e Isaac e diz que não os conhece até hoje. É nítida a mudança de feição de Marines, tomada de emoção.

Passa por uma fotografia de Elizabeth e chora. Coutinho diz que ela, Marta e Elizabeth se parecem. Marines, concorda. Conta que as vezes não corta o cabelo para ficar parecida com a mãe, diz isso com um sorriso que deixa transparecer também uma certa satisfação com o fato. Coutinho pergunta como foi a saída de casa da filha mais velha. Marines conta que a filha, com 19 anos, passou a frequentar Lan House e um dia pegou as malas e partiu para o interior de São Paulo. Quando a mãe foi visita-la em Ribeirão Preto, descobriu que ela estava casada com outra mulher. Esta é uma passagem curta do filme, mas que pontua um pouco da realidade colocada no momento da filmagem, já que a relação com a internet e mesmo a homosexualidade eram questões que passavam ao largo das possibilidades em *Cabra marcado para morrer*.

Após um corte, Coutinho comenta que desde 1984, quando Elizabeth esteve no Rio para o lançamento do filme, ela nunca mais procurou Marines. A filha diz que isso a magoa, mas que apesar de não entender a postura da mãe, ela aceita. Deixa claro a compreensão da clandestinidade da mãe, como necessidade e por isso o abandono dos filhos, reforçando a posição assumida em 1981, mas não compreende: porque depois do reencontro não foi possível reestabelecer laços fortes suficientes para que o contato e a afetividade mãe e filha se tornasse uma constante?

Ela mesma avalia que a distancia foi tão grande que se tornou uma frieza e relata especificamente o caso de Isaac, que chegou de Cuba e nunca procurou os irmãos que moravam no Rio de Janeiro. Emocionada, ela conta que olhar para a irmã mais velha, Marta, é o único referencial de vida, "para saber de onde venho", buscar resgatar a raiz. Fica novamente patente, cerca de 30 anos depois do reencontro a constatação feita por Leonilde Medeiros (2017) analisando *Cabra*:

> É a tragédia humana que ressalta na busca que Coutinho empreende: à medida em que a família de Elizabeth Teixeira vai sendo reencontrada (pai, tio e principalmente filho), vai se explicitando o fio de outros dramas, normalmente pouco abordados quando se discute a repressão. Assim aparece a brutalidade da separação entre crianças e a mãe, figura que se torna uma lembrança querida, mas também estranha. (2017, p. 15)

E então João Pedro Teixeira é novamente evocado, mais uma vez com carinho: "E de João Pedro eu tenho só orgulho, que eu só escuto falar bem de João Pedro". E por contraditório

que seja, as histórias de um pai carinhoso conduz a memória de Marines para o seu avô, Manuel Justino que a criou até os 10 anos de idade. Segundo ela, o avô era rude mas um cara bom. A contradição e a tragédia lado a lado: "Vai explicar que o homem que mandou matar meu pai...não entendo isso, é muito confuso". Ou seja, Marines fala com todas as letras que seu avô mandou matar seu pai, o que não apareceu em *Cabra*. Mas, sua memória afetiva traz boas lembranças do velho. "Vou fazer o que, não sabia de nada. Vou cortar isso de dentro de mim? Não posso, né?". E a complexidade da memória e sua relação afetiva não param por aí, ela nos conta mais a frente que seu avô, quando ela tinha apenas 11 anos de idade, a expulsa de casa porque ela, menina, estava nadando em um rio com meninos. Marines conta que ao chegar na casa de Antônio Vito, outro mandante do assassinato de João Pedro Teixeira, depois de ser expulsa da casa do avô, o homem diz: "tu é filha de João Pedro, né? Filha de João Pedro na minha casa não circula". Marines, por dois anos, fica como escrava lavando roupas e dormindo em um quartinho do lado de fora da casa, até sua irmã, Marta, a levar para o Rio de Janeiro. Essa frase vai se repetir no encontro de Coutinho com Maria José, filha de Elizabeth que não aparece em *Cabra marcado*. Coutinho explica que não foi possível entrevista-la na época, pois eles haviam ficado apenas dois dias em Patos e Maria não estava nestes dias. Perguntada por Coutinho se a tia que a havia criado lhe tratava bem, Maria José responde: "na medida do possível. Porque existia sempre aquele negócio, né? Filha de Elizabeth e João Pedro Teixeira vai ser igual a João Pedro Teixeira e Elizabeth, né? Aquela história, né?". Cabra marcado, mulher marcada e filhos marcados. A memória é sangue, é sobrenome. O estigma passado pelas gerações.

Do Rio de Janeiro, o filme parte para Paraíba. O primeiro filho entrevistado é Isaac, que em *Cabra* estava em Cuba cursando medicina. Isaac conta sobre sua estada em Cuba, relata o sofrimento grande ao ter que se separar da família e do país com apenas 14 anos. Coutinho conta a Isaac a mágoa de Marta e Marines com o fato de ele nunca as ter procurado. Isaac da razão às irmãs que não conhece e busca encontrar explicações que pouco convencem a si mesmo, ainda menos a quem assiste. Segundo ele, todas as vezes que tentava ligar havia problemas, números errados somados à correria do dia a dia. A resposta soa insuficiente pois estamos em 2013, ainda que com acesso um tanto restrito, a internet já era uma realidade, como prova Alana e seu relacionamento amoroso iniciado pela grande rede. Soma-se a isso o fato de que Elizabeth e Marines, em 1984 trocaram cartas estabelecendo uma certa relação. As distâncias em 2013 eram já bem menores que em 1984 devido ao avanço tecnológico das comunicações, o que não foi o suficiente para superar rupturas iniciadas 50 anos atrás. A questão não se fecha, fica em aberto. Uma fenda na família.

A próxima conversa é com Carlos, o filho mais novo e único que acompanhou Elizabeth em sua clandestinidade em *Cabra*. Carlos é quem esteve todo o tempo com a mãe e nesta

entrevista, em *A família*, Elizabeth está novamente ao seu lado. Vemos Elizabeth olhando algumas fotos, ela discorre sobre sua relação com Francisco Julião e como o antigo deputado conseguiu uma bolsa para seu filho Isaac estudar em Cuba e o filho mais velho, Abraão, cursar faculdade de jornalismo. Mas Coutinho não se interessa pela história que Elizabeth parece querer contar e indaga a Carlos como era a relação dele com o irmão Abraão. Carlos diz que a relação sempre foi boa e relata a repentina morte do irmão mais velho. Um destaque, resgate da história extra filme. A postura autoritária de Abraão, *em Cabra,* pode também ter a ver com o fato de ele ter sido torturado na época da fuga da sua mãe.

Corte para uma imagem de jornal que toma a tela, nela podemos ler: "Filho de João Pedro Teixeira mata irmão por causa de briga por terras". Carlos conta a tragédia familiar em que Peta, João Pedro Teixeira Júnior, que havia sido criado pelo pai de Elizabeth, Manuel Justino, um dos mandantes do crime contra João Pedro, mata seu irmão José Eudes[4], na década de 1990. Segundo Carlos, José Eudes estava construindo uma casa em uma terra herdada por Elizabeth e tinha planos de fundar uma associação de trabalhadores no local, seguindo assim, a luta do pai e da mãe. Um tio sentiu-se ameaçado e incentivou Peta a praticar o assassinato. Família marcada pela tragédia.

No seu depoimento ao filme *A família de Elizabeth Teixeira*, Neivinha fala da dificuldade de lidar com a história da família, diz que tem depressão por conta de todos os acontecimentos. Por outro lado, de novo, entram na memória afetiva, a positiva relação com João Pedro Teixeira, um bom pai: "O pouco tempo que pude viver com ele, tenho muita lembrança boa dele e sei que se ele fosse vivo ele era uma pessoa maravilhosa"[5]. Fica evidente a marca, a tragédia familiar iniciada com o assassinato do pai. Uma fenda que não poderá ser superada.

O assassinato de João Pedro, as consequências à sua família e a memória remanescente de sua figura enquanto pai e não apenas do militante merecem uma reflexão. De maneira mais imediata, tem-se em *Cabra* três consequências importantes advindas desta morte: em primeiro lugar o suicídio da filha mais velha de João Pedro e Elizabeth por não suportar a dor da perda do pai, em segundo lugar o mote para a realização fílmica que iria posteriormente se tornar um documentário fundamental para a memória das Ligas Camponesas no Brasil, e em terceiro lugar a transformação de Elizabeth Teixeira de camponesa, dona de casa, em militante e liderança sindical, assumindo com unhas e dentes a luta do marido assassinado. Essa transformação é fundamental para compreender os descaminhos percorridos por Elizabeth e por seus filhos e a relação que cada um consegue manter entre si. Ao ser assassinado, João

[4] Segundo depoimento de Elizabeth Teixeira no livro "Eu marcharei na sua luta", o nome de José Eudes era Lenine, em homenagem ao revolucionário russo Vladimir Lenin, mas o tio que ocupou-se de criar resolveu mudar o nome do menino.
[5] *A família de Elizabeth Teixeira*. Depoimento de Neivinha.

Pedro Teixeira não age mais sobre a criação de seus filhos em seus cotidianos. Torna-se uma memória. Em *Cabra*, os filhos pouco lembram da figura do pai, assim como da mãe, pois eram quase todos muito novos para reunir lembranças, somando esse fator aos traumas que por vezes recalca memórias. As relações com João Pedro cessaram em 1962, deixando um vácuo e nele foram construídas memórias a partir de vivências pessoais, mas também em diálogo com outros e das construções sociais que foram feitas daquela figura que ficou no passado. Elizabeth, por seu turno, seguia em relação (mesmo que na não-relação) com seus filhos, e por fim, a fenda trazida com o golpe civil-militar, a clandestinidade obrigatória foi funda demais e os laços não foram retomados como todos queriam e imaginaram em meados dos anos 1980.

Depois, Coutinho pergunta diretamente a Elizabeth sobre o destino do dinheiro que ela ganhou com a indenização da anistia. Temos aqui, o percurso do final de *Cabra*, a abertura política e a reinvindicação de reparação aos perseguidos. Como se sabe, a justiça de transição no Brasil foi extremamente falha em seu processo de elucidação e responsabilização histórica pelos desmandos, torturas, mortes, desaparecimentos e inúmeras vidas destroçadas pela ditadura. A reparação financeira foi um dos poucos processos ocorridos. No caso de Elizabeth, como sabemos, é extremamente justa e necessária. Ao questionar Elizabeth Teixeira sobre o tema, o filho Carlos logo toma a palavra e diz que sua mãe decidiu ratear a indenização com os filhos. Não sabemos se todos os filhos entraram nesse rateio, e não há nem uma linha a mais nem dele, nem de Elizabeth e nem de Coutinho sobre o significado material e simbólico da referida indenização. A entrevista de Carlos apresenta muitas questões, mas não se interessa em ir afundo em cada uma delas.

**A mãe**

Nesta mesma conversa, o diretor apresenta a Elizabeth Teixeira um papel com o discurso proferido por ela mesma em sua última aparição em *Cabra marcado*.[6] Pede que ela leia. Resgata textualmente a mesma fala 30 anos depois. Elizabeth tem dificuldade para ler, a idade já está avançada. Um pouco truncada, a leitura acontece de maneira aparentemente fria. Coutinho pergunta se ela acredita ainda no que foi dito no passado, ao passo que Elizabeth, com um sorriso no rosto e agora sim pulsando a verve militante que moveu parte de sua história, responde:

> Acredito. Porque João Pedro dizia que iam tirar a vida dele, mas que a reforma agrária ia ser implantada em nosso país, né? Quantos anos do assassinato de João Pedro e que a reforma agrária ainda não foi implantada

[6] "A luta que não para, a mesma necessidade de 64 está plantada, ela não fugiu um milímetro. A mesma necessidade está na fisionomia do operário, do homem do campo e do estudante. A luta que não pode parar. Enquanto se diz que tem fome, com salario de misério o povo tem que lutar. Quem é que não luta por melhora? Tem que lutar."

> em nosso país.[7]

Ou seja, ao trazer o discurso final de *Cabra*, Coutinho despertou na memória de Elizabeth a sua luta anterior, junto ao seu marido, retomando o início deste ciclo todo: a luta de João Pedro Teixeira pela reforma agrária. E de novo, como já o faz em *Cabra*, Elizabeth não retoma esta memória apenas no âmbito individual (GERVAISEAU, 2011), não reivindica justiça individual para João Pedro Teixeira, pelo contrário, compreende e situa novamente a morte do companheiro dentro de uma luta coletiva e maior, a reforma agrária e a justiça social. Cláudia Mesquita (2014) destaca que ao trazer a fala dita no calor do momento de sua saída da clandestinidade em *Cabra* para texto a ser lido em *A família*, Coutinho "faz do próprio *Cabra* um 'arquivo e provoca novamente, com a mediação do cinema, o reencontro e a 'reconexão' de Elizabeth com seu passado, agora disposto em camadas" (p. 222).

No discurso final de *Cabra* e lido em *A Família*, abria-se de novo o horizonte de expectativa da luta por melhores condições de vida, da luta por reforma agrária. Ao comentar esse discurso, Elizabeth nos diz que a reforma agrária não foi implantada. Assim, do fato inicial, pode-se agora traçar uma reflexão que abarca um período histórico de 50 anos das lutas das classes trabalhadoras rurais no país.

**Juliana Elizabeth e a terceira geração**

Em *A família de Elizabeth Teixeira,* a memória construída a partir do cinema, partindo de *Cabra marcado para morrer* ganha corpo representativo. Reencontramos Juliana Elizabeth, a mesma bebê que vemos no colo da filha de Elizabeth, Neivinha[8], em *Cabra*. Juliana, hoje professora de história, conduz a equipe por locais que já vimos em *Cabra*. Ela relata que já no ensino médio os professores de história perguntavam qual a relação que ela tinha com Elizabeth, ao passo que ela, ainda garota, tinha contato com a avó mas não conhecia a história que envolvia a família e ainda não conhecia o filme. Então:

> No primeiro ano de universidade, o professor, por curiosidade, perguntou o que eu era de Elizabeth Teixeira, eu falei, tal, aí ele disse 'você já assistiu o filme, *Cabra marcado para morrer*?', 'eu não'. Ele disse 'vou trazer para você, e vai valer uma nota'. E aí eu assisti o filme, aí nós conversamos muito, e aí eu fiquei cada dia mais interessada e buscando mais, aí eu disse 'professor, eu já sei o que é que eu vou fazer no meu trabalho de graduação, eu quero falar sobre as ligas camponesas'.

[7] *A família de Elizabeth Teixeira*. Depoimento de Elizabeth Teixeira.

[8] No livro "Eu marcharei na tua luta - a vida de Elizabeth Teixeira" (1997) Elizabeth relata que sua filha Neivinha a culpava pelas tragédias da família como, por exemplo, a morte de José Eudes perpetrada por Peta. Neivinha também censurou a mãe de contar a história de João Pedro Teixeira à neta Juliana Elizabeth Teixeira quando esta ainda era criança.

A partir de *Cabra*, Juliana tomou contato com história da própria família. Assim, ela realizou seu trabalho de conclusão de curso sobre a história das Ligas Camponesas, e conta que ganhou o prêmio "Mestre da Educação" com um trabalho realizado com seus alunos, no qual os aprendizes tornaram-se guias do Memorial das Ligas Camponesas. A memória como identidade e resistência: Juliana acrescenta ainda que um acampamento de sem-terras deverá se estabelecer nas terras do memorial, já que estão sendo despejados. A luta de João Pedro Teixeira continuada pela neta. Vemos imagem de *Cabra*/1981 da casa onde hoje o memorial está instalado. Vemos o mesmo plano agora em 2013, a casa reformada. Ao adentrar seu interior, uma enorme foto toma conta de uma das paredes. Nela vemos João Pedro Teixeira vivo, algo que não está presente em *Cabra marcado*. Também nas paredes do memorial, fotos de outros camponeses que tombaram nesta luta pela terra: Margarida Alves, Nego Fuba, Bila, Sandoval Avelino, Antônio Chaves, o próprio João Pedro Teixeira. O filme segue mostrando, com a câmera na mão, na altura dos olhos, quase como uma subjetiva, as paredes do Memorial tomada por jornais e cartazes que relembram as lutas dos camponeses.

Juliana leva a equipe à antiga casa de Manuel Justino, pai de Elizabeth. Confrontados com a imagem de 1981, o lugar parece ter parado no tempo e segue muito parecido mais de 30 anos depois. O irmão de Elizabeth comenta que ela é intrigada com a família, que todo dia 2 de abril, "dia da morte de João Pedro, ela vem, mas não visita os irmãos". Juliana Elizabeth explica posteriormente que todos os anos, no dia 2 de abril, eles fazem uma caminhada saindo do local de morte de João Pedro em direção ao memorial. Ela nos mostra onde morreu seu tio José Eudes, assassinato pelo irmão Peta[9]. Muito próximo dali, vamos ao exato local do assassinato de João Pedro Teixeira. Há um monumento de memória com fotos, o presente do passado. Eduardo Coutinho escolheu, 50 anos depois, terminar *A família de Elizabeth Teixeira* onde começou *Cabra marcado para morrer*. Novamente, apesar da figura ímpar de Juliana Elizabeth o filme termina em um certo anticlímax reflexivo.

> No relato de Juliana Elizabeth a Coutinho, enquanto se aproximam de carro do Memorial das Ligas Camponesas, expõe-se o paradoxo: João Pedro Teixeira e as ligas se tornam motivo de um memorial, mas a rememoração das lutas passadas, reconhecidas institucionalmente e assim, nalguma medida, apaziguadas, se dá em um presente conflituoso, em que o problema do acesso à terra permanece (como problematiza a situação vivida no terreno onde se situa o próprio memorial). (MESQUITA, 2014, p. 224)

Ficamos novamente atentos ao fato de que a morte está sempre a espreita. Por outro lado, este final que nos remete ao final de um ciclo de 50 anos sendo conduzido pela neta

[9] Também no livro "Eu marcharei na tua luta" (1997), Elizabeth Teixeira descreve em detalhes o momento da morte de José Eudes, já que estava presente no momento do crime.

Juliana Teixeira traz a chama de que a história não acaba, não se encerra, está sempre em movimento e se renovando com novos atores. A memória de João Pedro Teixeira na voz da atuante neta, Juliana Elizabeth Teixeira, conforma um espaço de experiência em sua abertura a um novo horizonte de expectativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU CONCLUSÕES)

Em um olhar para a sociedade brasileira, agora, com 30 anos de enunciado democrático, "*A Família de Elizabeth Teixeira*" retrata o desenvolvimento de importantes políticas sociais, de aberturas à sexualidade, avanços tecnológicos, o acesso das classes mais baixas à universidade e a bens de consumo. Mas nada disso é destituído de passado, individual e social, em meio a tantas tragédias pessoais e coletivas, a depressão, os jovens assassinados na periferia, os conflitos por terra, a desigualdade que segue sendo marca no país, ecoa, representativamente, a frase de Elizabeth Teixeira para o pós-filme: "quantos anos do assassinato de João Pedro, e a reforma agrária ainda não foi implantada no nosso país?".

## REFERÊNCIAS


BALTAR, M. Pacto de Intimidade – ou possibilidades de diálogo entre o documentário de Eduardo Coutinho e a imaginação melodramática. In: **Anais do 14° Encontro Anual da Compós** - Associação nacional dos programas de pós-graduação em comunicação, 2005. ISSN: 2236-4285. Disponível em: https://proceedings.science/compos-2005

BANDEIRA, L. M., MIELE, N., SILVEIRA, R. M. G. **Eu marcharei na tua luta!** A vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa. Ed. Universitária. UFPB, 1997.

BERNARDET, J.C. Vitória sobre a lata de lixo da história. In: _____. **Cineastas e imagens do povo**. 2ª Edição [1985]. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 227-238.

ESCOREL, E. Triunfo e tormento. In: Ohata, Milton (org.). **Eduardo Coutinho**. São Paulo: CosacNaify, 2013, p. 482-504.

GERVAISEAU, H. A. Entrelacamentos: *Cabra marcado para morrer,* de Eduardo Coutinho. In: CAPELATO, M. H., MORETIN, E., NAPOLITANO, M. e SALIBA, E. T. (Org). **História e cinema:** Dimensões históricas do audiovisual. São Paulo: Alameda Editorial, 2011., p. 219-235.

GERVAISEAU, H. O **abrigo do tempo**: abordagens cinematográficas da passagem do tempo. São Paulo: Alameda, 2012.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro. Ed. Puc Rio, 2006. .

MESQUITA, C. A família de Elizabeth Teixeira: A história reaberta. In: **Catálogo 18 Festival do Filme Documentário e Etnográfico Fórum de Antropologia e Cinema** - ForumDOC. Belo Horizonte, 2014.

_____ **Entre agora e outrora:** a escrita da história no cinema de Eduardo Coutinho. *Galaxia* (São Paulo, *Online*), n. 31, p. 54-65, abr. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542016124255 .

_____ Violência imaginada: João Pedro Teixeira, o camponês no filme de Eduardo Coutinho. In: **Cadernos de antropologia e imagem**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1995.

NOVAES, R. R. Imagens do tempo. Afetos e gerações nas trilhas do Cabra marcado para morrer. In: **A família de Elizabeth Teixeira + Sobreviventes da Galiléia visto por**. Rio de Janeiro. Ed. 7 Letras, 2019.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

# GT8

# TRABALHO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

**COORDENADORES**

**LIDIANE MARIA MACIEL - UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA (UNIVAP)**

**ROSEMEIRE SALATA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)**

**JAIME SANTOS JUNIOR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)**

O Grupo de Trabalho (GT) 8 Trabalho Rural na contemporaneidade objetivava acolher propostas que refletisse sobre as condições de trabalho no campo. Valorizou os debates sobre a precariedade que atinge diferentes segmentos de trabalhadores rurais. Sabe-se que as práticas de trabalho análogas à escravidão, em diálogo com novas e antigas dinâmicas do mundo rural brasileiro tomaram o noticiário recentemente. Verifica-se, a partir de estudos e atuações do Ministério Público do Trabalho (MPT), a persistência de condições de trabalho questionáveis no âmbito das colheitas de diferentes setores. Observa-se ainda, uma importante participação de grupos migrantes entre os resgatados nas ações. Em sua maioria, são trabalhadores do sexo masculino, pretos ou/e pardos do campo ou das periferias urbanas. No entanto, observam-se também novas condições práticas vinculadas à agroecologia e/ou a agricultura familiar. Pequenos produtores rurais, que reinventam formas de convivência com a natureza, segundo o Censo Agropecuário de 2017, são responsáveis por 70% da produção de alimentos no país e esse universo emprega mais de 10 milhões de brasileiros/as. Assim, interessa-nos trabalhos teóricos e empíricos que valorizem estudos de caso, pesquisas etnográficas, reflexões teóricas e discussões metodológicas que contribuam para a abordagem e compreensão do fenômeno e ou que entrelaçam questões históricas e contemporâneas. E ainda, a discussão e a análise de tais práticas em sua articulação com diferentes fenômenos: a) as disputas pela regulação/definição do trabalho análogo ao escravo no Brasil, o papel do MPT e de organizações das sociedade civil, sindicais no combate a essa forma de trabalho; b) as recentes discussões sobre a reforma trabalhista no país e novas facetas de antigas práticas de exploração do trabalho rural; c) os trânsitos migratórios entre o rural e o urbano; d) as dimensões de raça, de gênero, étnicas e culturais associadas ao trabalho no campo; e) as trajetórias, identidades, percepções e estratégias de trabalhadores rurais; f) o trabalho na agricultura familiar e agroindustrial.

Os trabalhos aprovados com respectivos títulos e autores foram:

Trabalhos aprovados:

| | |
|---|---|
| “ELE CHEGOU CHEGANDO”: CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO RURAL E A DENDEICULTURA NO MUNICÍPIO DO ACARÁ/PA | Laiane Bezerra Ribeiro, Dalva Maria da Mota |
| EDUCAÇÃO DO CAMPO E TRABALHO EM ESPAÇOS RURAIS: DISPUTAS E DESAFIOS (VERSÃO PRELIMINAR) | José Paulo Pietrafesa, Sérgio Sauer |
| ENTRE CONTOS E BENZEÇÕES: ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E FORMAS DE RESISTÊNCIA | Marivaldo Aparecido de Carvalho, Rosana Passos Cambraia |
| O AGRONEGÓCIO, A MIGRAÇÃO DOS TRABALHADORES E A EDUCAÇÃO DOS JOVENS NO VALE DO PAMPLONA, EM GOIÁS | Antonio Marcos Pantoja dos Santos, Jorg Nowak |
| O DEBATE SOBRE TECNOLOGIAS SOCIAIS EM COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA: A QUESTÃO DA REMUNERAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO | Caio Luis Chiariello, Juliana Rosa Carrijo Mauad, Tania Cristina Calarge |
| PROJETOS DE FUTURO DAS JUVENTUDES NAS COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE PASSOS-MG | Márcio Francisco de Carvalho, Franciane Diniz Cogo |

A partir da leitura articulada é possível realizar pelo menos três sínteses: uma metodológica, uma geográfica e por fim, uma síntese de leitura teórica articulada

1) **Síntese metodológica/epistemológica:**

Os artigos valorizam a tradição da pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais. São diferentes técnicas acionadas pelos/as autores/as, no entanto, há uma prevalência dos estudos de casos produzidos por meio de entrevistas e etnografias, sobretudo. Verifica-se também que as reflexões/articulações macroestruturais, que alinhavam o cenário do capitalismo agrário hoje no Brasil são marginalizadas pelos autores para dar luz as situações empíricas.

**2) Síntese espacial/territorial**

Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Em especial se destacam trabalhos sobre o Estado do Pará e Minas Gerais. Estes estados possuem tradições agrícolas que hoje se relacionam diretamente com o avanços do circuito do agronegócio.

**3) Síntese teórica articulada/dialogada:**

Os quatros primeiros artigos articulam questões vinculadas às formas de lidar com o trabalho, refletindo uma diversidade no campo. Encontram-se nos textos debates sobre trabalho não remunerado/não assalariamento rural, cooperativismo, autônomo/quilombola. Os/as autores/as mostram grandes preocupações com a manutenção da estabilidade da ordem econômica das comunidades, outro aspecto relevante é que as questões de gênero e raça pouco aparecem nas discussões dos artigos, haveria uma invisibilidade da questão nos trabalhos? Por fim, os três últimos trabalhos refletem sobre a questão educacional importante como perspectiva de vida no campo para novas gerações ou a saída para a cidade.

**O artigo "Entre contos e benzeções: aspectos epistemológicos e formas de resistência**" de Marivaldo Aparecido de Carvalho e Rosana Passos Cambraia, ao vincular epistemologicamente a prática de benzeção, o uso de plantas medicinais, durante as benzeções, e os contos tradicionais em Mucuri (MG), nos chama atenção para diferentes aspectos da vida que se passa em comunidades tradicionais, o ponto central é a discussão sobre o importante "trabalho" de homens e mulheres que **se engajam no sistema da cura.**

Este circuito envolve diferentes etapas e "trabalhadores", dos "caçadores/as" das plantas medicinais às benzedeiras/idosas que desempenham um papel fundamental no processo. As últimas indicam, por exemplo, os lugares onde as plantas devem ser caçadas. Este trabalho conflita com outros trabalhadores que fazem um uso econômico das mesmas plantas. Nesse sentido, convidamos os autores a descreverem e tratarem de forma mais articulada as práticas de benzimento, cura e as formas de lidar com as plantas e as dimensões da organização social, econômica e do trabalho nas comunidades pesquisadas.

Nesse sentido, também fazemos referência ao sociólogo José de Souza Martins (2001) quando trata das relações entre modernização e "desencantamento do mundo" na perspectiva das populações rurais. O artigo sugere que há um modo de vida e códigos simbólicos que expressam formas de resistência. Sendo essas plantas

também alvo de especulação por moradores/as de “fora da região” que trabalham com plantas medicinais, pergunta-se sobre as relações estabelecidas entre esses dois grupos, considerando duas visões diferenciadas de uso das plantas, a dos moradores mais antigos indicam a não acumulação, enquanto os moradores novos exploram as plantas de maneira lucrativa.

Quem são os agentes nas comunidades pesquisadas que promovem essa outra forma de lidar com as plantas, quais são as articulações com a organização do trabalho trazida pelos novos moradores e quais as relações econômicas estabelecidas? Há remuneração do “trabalho” e dos conhecimentos tradicionais relativos às plantas e benzimentos?

**O artigo: o debate sobre tecnologias sociais em cooperativas de reforma agrária: a questão da remuneração do trabalho coletivo de** Caio Luis Chiariello et. al.

Ao chamar atenção para **a tecnologia social e gestão das atividades pelos trabalhadores** apresenta de maneira transversal questões que podem dialogar com a reflexão anterior (texto 1) sobre o circuito da cura em comunidades tradicionais. Considerando que a tecnologia social se vincula à solidariedade, em contraposição à competição, que se vincula a extração desproporcional de recursos da natureza. Como os trabalhadores caçadores de plantas, os trabalhadores estudados pelos autores do texto (2).

Ao estudar o caso de 3 cooperativas populares do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), considerando a forma de remuneração do trabalho associado, pode-se refletir de maneira mais ampliada sobre a possibilidade de uma nova sociabilidade gerada em função do trabalho, no entanto, o artigo traz poucos elementos sobre a troca de saberes e como as decisões são tomadas. Sabe-se que que há dinâmicas internas, no entanto, como se procede as decisões e qual o grau de entendimento dos cooperados dos processos técnicos da gestão administrativa, como funcionam as deliberações coletivas? Quais saberes trazem os cooperativados? E qual o papel da Universidade, lócus do pensamento técnico-científico, na estruturação dessa tecnologia social colaborativa?

O artigo **"Ele chegou chegando”: configurações do trabalho rural e a dendeicultura no município do Acará/PA de** Laiane Bezerra Ribeiro e Dalva Maria da Mota, também demonstra profundas preocupações sobre a organização do trabalho, frente a formalização de uma nova atividade com alta rotatividade impondo

aos trabalhadores novas práticas. Em meio às transformações trazidas pelo cultivo de Dendé, os antigos trabalhadores da agricultura familiar se tornaram assalariados uma parte do ano. Anteriormente nos cultivos de mandioca e açaí predominava o trabalho familiar, com tendência de intensificação do uso de trabalho ocasional na coleta do açaí; com a chegada de pessoas ligadas a grupos empresariais que iniciaram a compra de terras nos arredores dos assentamentos, comprando tanto áreas de agricultores familiares, quanto de grandes proprietários, especialmente, de criadores de gado para o plantio de dendê. Altera-se a sociabilidade no mundo do trabalho na cidade.

No entanto, alguns dramas sociais se estabelecem segundos as autoras:

- o dendê ao se expandir gera oportunidade de emprego a homens e mulheres, especialmente, de áreas rurais onde postos de trabalho assalariados não existiam. Esses recorrem à dendeicultura na esperança de agregar renda à família e de conseguir estabilidade financeira. No entanto, a dendeicultura se encaixa em um cenário trabalhista de alta rotatividade, penosidade do trabalho e exigências de produtividade para mão-de-obra jovem.

Questiona-se então, qual o futuro da própria comunidade? considerando todas as alterações apontadas. Há iniciativas de cooperativas ou novas tecnologias sociais organizativas para a população não absorvida pelas novas dinâmicas que chegam a Acará/PA?

O artigo **O Campesinato em um Quilombo da Amazônia: O Caso Do Médio Itacuruçá, Abaetetuba, Pará de Leonaldo de Carvalho Brandão et. al ao** tratar também o Estado do Pará nos mostra uma outra perspectiva emergente na região Norte. Ele mostra três momentos da organização de um quilombo as olarias, os açaizais e as roças também em crise, dadas as transformações socioterritoriais. Enquanto o anterior vê o avanço da produção de dendê em larga escala desestruturando o modo de vida, o artigo de Leonaldo de Carvalho Brandão et. al. Mostram como o quilombo se apresenta com um espaço de resistência as mudanças do capitalismo agrário no estado, no entanto, questiona-se ainda quais as estratégias de resistência/sobrevivência frente ao avanço do arrendamento da terra no território, e a como as novas gerações tem se posicionado frente aos desafios da resistência e da afirmação do campesinato amazônico. A posição da mulheres em condição de superexploração da força de trabalho é apenas de submissão? Há microrresistências contrárias a dominação masculina? Ou subversão de papeis de gênero?

O segundo bloco de artigos trata de questões relativas ao trabalho, juventude, movimentos sociais, educação no campo e desenvolvimento rural.

O artigo **educação do campo e trabalho em espaços rurais: disputas e desafios** de José Paulo Pietrafesa E Sérgio Sauer traz reflexões sobre o papel dos movimentos sociais do campo na construção de uma perspectiva educacional voltada à configuração de sistemas produtivos contra-hegemônicos. Como apontam os autores, diferentes visões e perspectivas configuram e diferenciam a Educação no/do Campo, voltada à produção familiar em sistemas agroecológicos e voltada à formação política organizativa, e a Educação Rural, voltada à inserção na produção agropecuária tecnificada. São projetos educacionais para o campo que estão em disputa.

No artigo **o agronegócio, a migração dos trabalhadores e a educação dos jovens no Vale do Pamplona**, em Goiás, os autores Antonio Marcos Pantoja dos Santos, Jorg Nowak caracterizam as dinâmicas sociais, econômicas e políticas envolvidas na consolidação do chamado agronegócio no país e apontam que os municípios de Luziânia e Cristalina possuem características produtivas semelhantes e se destacam, principalmente, na produção soja, que é um dos produtos mais cultivados e comercializados nas grandes áreas das fazendas e de grandes empreendimentos agroindustriais nos municípios.

O artigo nos instiga a conhecer mais sobre a realidade produtiva e a dinâmica populacional dos municípios da região no que tange à: 1 - caracterização da produção agropecuária na região, sua expansão, concentração de terras, processos de expropriação e seus agentes. 2 - à dinâmica populacional e aos fluxos migratórios para a região; 3 - ao emprego da mão de obra jovem rural no agronegócio regional; 4 - às perspectivas e experiências dos jovens rurais desses municípios que podem nos ajudar a desconstruir o estereótipo de desinteresse dos jovens pelo rural.

Os autores ainda afirmam que “atualmente”, para continuar com seu projeto de expansão e domínio hegemônico no campo brasileiro, o agronegócio busca intensificar sua influência sobre as políticas públicas brasileiras por meio de seus representantes nas esferas políticas e institucionais. No Congresso Nacional, está presente com a Bancada Ruralista, que vem crescendo a cada legislatura, elaborando e apresentando projetos de criação de Políticas Públicas que visam o favorecimento da produção e comercialização dos produtos do agronegócio, bem como trabalha intensamente para o enfraquecimento dos movimentos sociais do campo.

Em diálogo com o trabalho de Pietrafesa e Sauer, o artigo destaca a importância de uma perspectiva educacional fundamentada em um projeto contra-hegemônico à lógica do agronegócio, fundada na exploração do trabalho, da natureza e da mão de obra. Nesse sentido, o artigo também nos instiga a conhecer um pouco mais sobre quais são as experiências de educação rural ou de educação no/do campo que são desenvolvidas nos referidos municípios, e como impactam a juventude rural.

No artigo **Projetos de futuro das juventudes nas comunidades rurais no município de Passos-MG,** os autores Márcio Francisco de Carvalho, Franciane Diniz Cogo refletem sobre projetos de futuro das juventudes de comunidades rurais pensando na perspectiva do desenvolvimento rural. Para a análise, os autores indicam que utilizaram um roteiro continha perguntas de dados pessoais, buscando informações sobre o nome, idade, local de moradia, se moram com suas famílias, quantas pessoas moram na casa, quais as ocupações de seus pais, se possuem propriedade rural ou se trabalham para terceiros (no caso de serem lavradores), se já trabalham e em quais funções e o que gostam de fazer quando não estão na escola. Também indicam constou no questionário de entrevistas perguntas relacionadas ao projeto de futuro, como por exemplo, se os jovens estudantes das comunidades rurais do município de Passos pensam em permanecer no campo, ou se pretendem se mudar para cidade, após a conclusão do Ensino Médio, se o Ensino Médio contribuiu para as tomadas de decisões futuras, se eles tem feito planos para seu futuro, se tem feito algo para colocar em prática seus sonhos e planos de futuro e se conversam sobre seus planos e sonhos com alguém e se a família, amigos, professores ou outro tipo de influência tem colaborado nas escolhas de seus projetos de futuro.

Os autores salientam que a Educação do Campo pode vir a ser um instrumento capaz de debater e proporcionar um entendimento do quão importante pode ser a utilização do desenvolvimento rural sustentável no campo. Nesse sentido, questionamos se a escola onde foi realizada a pesquisa é uma escola voltada à educação no campo, e quais conclusões da pesquisa sobre o papel da escola nas escolhas e perspectivas dos jovens.

A pesquisa nos instiga a conhecer um pouco mais sobre as comunidades rurais onde vivem esses jovens, o trabalho realizado pelos membros das famílias, se esses jovens participam do trabalho familiar, e quais suas perspectivas sobre o trabalho na zona rural e na zona urbana, tendo em vista que as decisões sobre sair ou permanecer podem estar alicerçadas em fatores que dizem respeito às formas de trabalho

disponíveis para esses jovens, bem como nas experiências familiares. Sair ou ficar é uma preocupação fundamental claramente expressa por esses jovens, ou uma preocupação colocada pelos pesquisadores? Os resultados da pesquisa apontam que, apesar de uma maioria indicar a mudança para zona urbana tendo em vista a busca de trabalho e estudos, esses jovens não parecem romper com os espaços rurais, sendo estes ainda espaços de identificação. Quais são as identidades construídas por esses jovens em relação às comunidades rurais onde vivem? Em diálogo com o trabalho de Santos e Nowak, quais estereótipos sobre a juventude rural podem ser desconstruídos a partir das entrevistas realizadas?

Questões relativas à gênero e sexualidade impactam nas decisões da juventude sobre permanecer ou sair do campo? Uma reflexão sobre as diferenças de gênero e sexualidade vinculadas à questão do trabalho e dos modos de vida nas comunidades rurais desses jovens seriam pertinentes.

Outra consideração citada pelos autores Márcio Francisco de Carvalho, Franciane Diniz Cogo que atravessa o trabalho rural nesses últimos três anos é a pandemia de Covid-19, questiona-se a todos os autores do GT como ela alterou os trabalhadores rurais? Considerando também trabalhadores essenciais durante o período.

Por fim, verifica-se que os artigos apresentados trazem à baila a multiplicidades de trabalhadores/as hoje no campo brasileiro e as perspectivas de renovação das gerações no campo. Os autores de maneira bastante compromissada cientificamente e criativa apresentam essa condição de maneira a valoriza o protagonismo deles no traçar de suas trajetórias, apesar das resistências sistêmicas contrária, inclusive a existência desses trabalhadores/as.

# PROJETOS DE FUTURO DAS JUVENTUDES NAS COMUNIDADES RURAIS NO MUNÍCIPIO DE PASSOS-MG

Márcio Francisco de Carvalho[1]
Franciane Diniz Cogo[2]

**GT 08:** GT 8 - Trabalho rural no Brasil contemporâneo.

## RESUMO

A presente pesquisa objetivou compreender quais expectativas em relação ao futuro movem os jovens das comunidades rurais, matriculados no terceiro ano do Ensino Médio da Escola Municipal Dr. Manoel Patti, localizada na comunidade da Mumbuca, na zona rural de Passos-MG, em 2022. O trabalho teve como base teórica os estudos relacionados às juventudes rurais e projetos de futuro. Metodologicamente, tratou-se de uma pesquisa qualitativa, com utilização de oficinas e entrevistas. Assim, buscou-se, neste trabalho, conhecer o que os jovens participantes da pesquisa pensam para os seus futuros após a conclusão do Ensino Médio: a permanência no campo ou a mudança para as cidades.

**Palavras-chave:** Juventudes Rurais; Ensino Médio; Sociologia Rural; Perspectivas de futuro.

## INTRODUÇÃO

[1] Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e graduado em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Instituição Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
[2] Doutora e mestre em Ciência do Solo pela Universidade Federal de Lavras, graduada em Engenharia Agronômica pelo Centro Universitário do Sul de Minas e Tecnologia em Cafeicultura pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Machado. Instituição Universidade do Estado de mInas Gerais (UEMG).

Este trabalho teve como foco observar as perspectivas de futuro dos jovens estudantes da zona rural matriculados no terceiro ano do Ensino Médio (Turma 2022) da Escola Municipal Dr. Manoel Patti, localizada na comunidade rural da Mumbuca no munícipio de Passos-MG. O interesse em abordar esta temática ocorreu em função da estreita relação existente entre as juventudes do campo e os possíveis caminhos do desenvolvimento rural, em que a continuidade das gerações existentes no campo é um dos princípios necessários.

Reconhecer os desafios acerca da permanência dos jovens na zona rural pode colaborar para criar mecanismos que os auxiliem a optar pelo campo e, assim, manterem vivas a identidade e a produção rural. Ao buscarmos os dados que indicaram quais são os projetos de futuro dos jovens estudantes participantes desta pesquisa, acreditamos ser possível contribuir com a noção de desenvolvimento rural no território analisado e em outras comunidades rurais, pelo potencial generalizador do estudo.

Além disso, almejamos contribuir com a construção de um conhecimento científico sobre o tema, ao buscar uma interlocução com outros estudiosos da questão. Assim, investigamos em nosso estudo se os jovens rurais almejam permanecer na zona rural ou buscar as cidades, sobretudo, após a conclusão de seus estudos no Ensino Médio.

Os pensamentos citados anteriormente são algumas das questões que orientaram a seguinte questão-problema “Quais são as perspectivas de futuro que orientam as escolhas dos jovens estudantes das comunidades rurais matriculados no terceiro ano do Ensino Médio da Escola Municipal Dr. Manoel Patti, localizada na comunidade da Mumbuca, na zona rural de Passos-MG?

## JUVENTUDES RURAIS NO BRASIL

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica como jovens as pessoas com idade entre 15 e 24 anos (IBGE, 2019). A juventude é marcada por um período de transformações e inserção social e sendo assim, compreender a juventude atual é também buscar entender os dias de hoje.

Portanto, cabe uma reflexão acerca do tempo histórico e das mudanças que ocorreram e ainda ocorrem no processo de construção da formação do entendimento sobre os jovens, pois como toda classificação social, juventude é socialmente construída (WEISHEIMER, 2005).

No Brasil, existem mais de 47 milhões de jovens, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), sendo importante ressaltar que as possibilidades de inserção social dos jovens estão condicionadas aos recursos materiais e simbólicos que lhes são disponibilizados ao longo do seu processo de socialização. Esses recursos, que as novas gerações herdam das anteriores e sobre os quais promovem avaliações, constituem as condições objetivas a partir das quais constroem suas trajetórias pessoais (WEISHEIMER, 2005, p. 26).

Assim, é necessário compreender a questão das perspectivas que movem as juventudes rurais para a projeção se haverá uma continuidade ou mudança de trajetória em suas vidas e nas trajetórias da zona rural.

## PROJETOS DE FUTURO DA JUVENTUDE RURAL BRASILEIRA

Para Costa (2000), a juventude rural apresenta autoestima, identidade, autoconceito, autoconfiança, visão de mundo. A participação enquanto protagonismo deve estar direcionada às ações que incentivem o desenvolvimento, especificamente, o desenvolvimento local. De acordo com Castro (2013), há uma grande diferença, entre a "realidade", os "sonhos" e "expectativas" desses jovens. Assim,

> "O paradoxo ficar e sair é marcado não só pela cobrança, pela atuação no lote e pela continuidade do trabalho familiar, como também pela forte valorização da formação escolar e mesmo do trabalho remunerado fora do lote, principalmente com salário fixo, o que, em geral, implica uma ocupação urbana" (CASTRO, 2013, p. 62).

Relacionar projeto de futuro e identidade significa expor as diversas relações estabelecidas pela juventude rural em sua trajetória de vida. Sendo assim, o passado e o presente são dimensões que preparam e conduzem ao futuro. Em suas considerações, Velho (1994) define a categoria projeto de vida como metamorfose, que se realiza como processo temporal a partir da memória e que apresenta os meios de alcançar esse projeto, não o limitando a apenas aspirações.

Portanto, pensar na continuidade do mundo rural sem a noção da permanência dos jovens em seu meio é quase impossível, pois a essa juventude espera-se a continuidade do envolvimento com o meio rural e suas infinitas possibilidades.

O jovem quando pensa na projeção de seu futuro tem enraizado em suas perspectivas um passado e um presente ativos em suas escolhas Essas passam pelo campo familiar, cultural e social. Conforme, Günther e Günther (1998) "a percepção de acesso às futuras oportunidades, são mediadas pelo ambiente social mais amplo" (GÜNTHER

E GÜNTHER,1998, p. 204).

De acordo com Velho (1994), “o projeto é a antecipação no futuro dessa trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos. [...] O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significados à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade” (VELHO, 1994, p. 101). Segundo Soares (2002),

> “o projeto é, ao mesmo tempo, o momento que integra em seu interior a subjetividade e a objetividade e é, também, o momento que funde, num mesmo todo, o futuro previsto e o passado recordado. Pelo projeto, se constrói para si um futuro desejado, esperado.” (SOARES, 2002, p. 76).

## DESCREVENDO OS PARTICPANTES: AS JUVENTUDES RURAIS E SUAS PERSPECTIVAS DE FUTURO

O público-alvo foram jovens estudantes regularmente matriculados no terceiro ano do Ensino Médio, os quais pertencem a escola Estadual Lourenço Andrade, que é uma escola urbana, que utiliza a sede da Escola Doutor Manoel Patti localizada na comunidade da Mumbuca, na zona rural de Passos-MG, em 2022.

A escolha pela turma do Terceiro Ano do Ensino Médio ocorreu pelo fato de ser uma turma que está de saída do ambiente escolar e apresenta -se em uma fase da vida onde a busca por novos horizontes fica mais explicita. Eles deixaram de ter o compromisso de todas as manhãs terem o vínculo com a escola. Também trata se de uma turma em fim da trajetória do ensino médio onde as buscas por vestibulares e Enem começam a acontecer. As opções pela permanência ou a migração para a cidade tornam as pautas para esses jovens de 17 e 18 anos de idade.

Ao todo, 12 jovens estavam matriculados no Terceiro Ano do Ensino Médio e participaram da pesquisa, onde, foram ouvidos a respeito de suas perspectivas de vida e de seus projetos de futuro. Ao verificar os projetos de futuro dos jovens participantes procuramos saber se pretendiam permanecer na zona rural ou migrar para as cidades.

De todos os jovens participantes, 66% eram do gênero feminino e 34% do gênero masculino. Desses jovens, nove tem 17 anos e três tem 18 anos[3]

[3] Dados referentes a 2022, ano da realização do trabalho de campo (oficinas e entrevistas)

A seguir veremos a descrição dos jovens participantes da pesquisa e um pouco sobre seus projetos de futuro[4].

A jovem Maria é moradora da comunidade Mumbuca. Nasceu na cidade de Passos e tem 17 anos. Morou e cursou todo o Ensino Fundamental e o primeiro e segundo ano do Ensino Médio na cidade de Capetinga. Mudou se para a comunidade rural da Mumbuca em 2022 e ingressou no Terceiro ano do Ensino Médio da Escola Municipal Dr. Manoel Patti, na comunidade Mumbuca.

A jovem Julia é moradora da comunidade Mumbuca. Nasceu na cidade de Passos e tem 17 anos. Morou sempre na Comunidade Mumbuca e cursou todo o Ensino Fundamental e Médio na Escola Municipal Dr. Manoel Patti.

A jovem Andrea é moradora da comunidade Engenho Velho. Nasceu na cidade de Passos e tem 17 anos. Morou sempre na comunidade Engenho Velho e cursou todo o Ensino Fundamental e Ensino Médio na Escola Municipal Dr. Manoel Patti.

O jovem Diego é morador da comunidade das Águas. Nasceu em na cidade de Passos e tem 17 anos. Morou boa parte de sua vida na comunidade Mumbuca e mudou se para a Comunidade das Águas por conta do trabalho dos pais. Cursou todo o Ensino Fundamental e Médio na Escola Municipal Dr. Manoel Patti.

A jovem Caroline é moradora da cidade de Passos. Nasceu na cidade de Passos e tem 17 anos. Migrou da zona rural para a cidade, mas continuou seus estudos na zona rural. Cursou todo seu Ensino Fundamental e Médio na Escola Municipal Dr. Manoel Patti.

A jovem Graziela é moradora da cidade de Passos. Nasceu na cidade de Passos e tem 18 anos. Morava na comunidade das Águas e mudou se para a cidade de Passos em 2022, quando tinha 17 anos. Estudou o Ensino Fundamental na Escola Municipal Cel. Azarias De Melo – Fazenda Cascata, na Comunidade Águas e o Ensino Médio na Escola Municipal Dr. Manoel Patti.

O jovem Edson é morador da cidade de Passos. Nasceu na cidade de Passos e tem 18 anos. Morava na comunidade das Águas e mudou se para a cidade, mas continuou seus estudos na zona rural. Cursou o ensino fundamental na Escola Municipal Cel. Azarias De Melo – Fazenda Cascata, na Comunidade Águas e o Ensino Médio na Escola Municipal Dr. Manoel Patti.

A jovem Silvia é moradora da comunidade Mumbuca. Nasceu na cidade de Passos e

[4] Os nomes utilizados nessa pesquisa foram devidamente alterados para preservar a privacidade e os direitos dos jovens particpantes. Portanto, os nomes que aparecem nesse artigo são ficticios.

tem 17 anos. Morou em algumas comunidades rurais por conta do trabalho de seus pais. Cursou o Ensino Fundamental e Ensino Médio na Escola Municipal Dr. Manoel Patti.

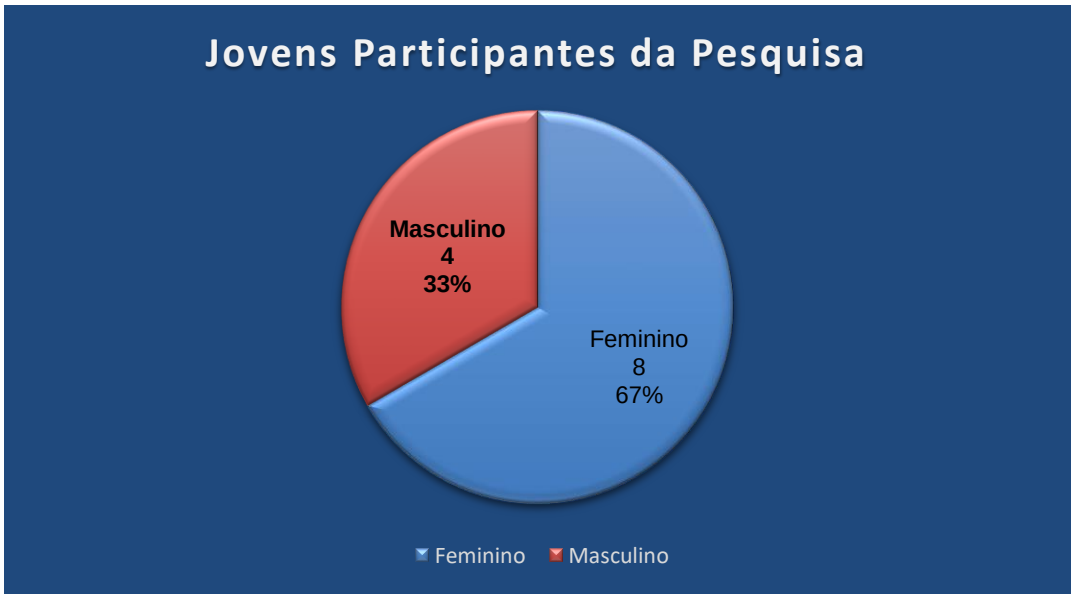
A jovem Larissa Pereira Avelino é moradora da comunidade Tanquinho. Nasceu na cidade de Passos e tem 17 anos. Morou sempre na comunidade do Tanquinho e cursou o Ensino Fundamental na Escola Municipal Cel. Azarias De Melo – Fazenda Cascata, na Comunidade Águas e o Ensino Médio na Escola Municipal Dr. Manoel Patti.

A jovem Cassia é moradora da comunidade Fazenda Nova. Nasceu na cidade de Passos e tem 17 anos. Morou sempre na comunidade Fazenda Nova e cursou o Ensino Fundamental e Médio na Escola Municipal Dr. Manoel Patti.

O jovem Thalesé morador da cidade de Passos. Nasceu na cidade de Passos e tem 17 anos. Morou na comunidade Mumbuquinha e mudou para a cidade com os pais para acompanharem os estudos da irmã mais velha na Universidade. Cursou todo o Ensino Fundamental e Médio na Escola Municipal Dr. Manoel Patti.

O jovem Wanderson é morador da comunidade das Águas. Nasceu na cidade de Passos e tem 18 anos. Morou sempre na comunidade das Águas e cursou o Ensino Fundamental na Escola Municipal Cel. Azarias De Melo – Fazenda Cascata, na Comunidade Águas e o Ensino Médio na Escola Municipal Dr. Manoel Patti.

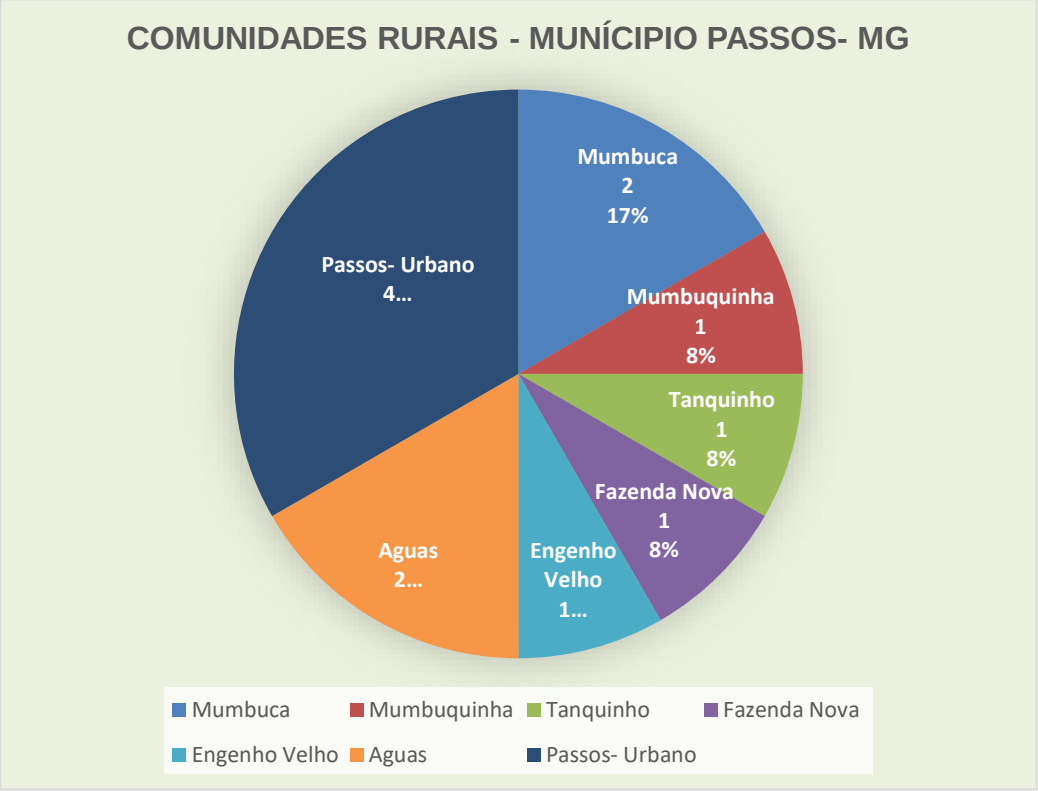
Quadro 1: Gráfico com número de jovens estudantes participantes da pesquisa




### 4.2.2. Comunidades Rurais do munícipio de Passos MG

Entre os 12 participantes da pesquisa, oito são moradores da zona rural do município de Passos e habitam as seguintes comunidades rurais: Mumbuca, Mumbuquinha, Tanquinho, Fazenda Nova, Engenho Velho e Águas. Além, deles também participaram da pesquisa quatro jovens estudantes que moram na cidade e frequentam a escola na zona rural.

Quadro 2: gráfico com estudantes e suas comunidades




Para Rosas (2010, p. 59) as comunidades rurais correspondem a uma identidade particular das famílias rurais com herança campesina, identidade, essa, diretamente relacionada com o lugar e com as pequenas coletividades, responsáveis pela criação de um ritmo e de uma prática de vida diferenciados daquelas pessoas que vivem nas cidades, principalmente nas cidades maiores.

TRABALHO DE CAMPO: OFICINAS E ENTREVISTAS

As oficinas foram utilizadas como um movimento de aproximação com os participantes da pesquisa e, no caso aproveitamos para apresentar a proposta de nosso trabalho e realizarmos o convite formal para os jovens.

Sendo assim, podemos dizer que as oficinas além de nos proporcionar um momento coletivo de interações mais dinâmicas e descontraídas, também nos trouxe informações relevantes, além de situar os jovens em relação ao nosso projeto e o

quão importante seriam as suas contribuições para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Podemos dizer que mais do que um “quebrar o gelo”, as oficinas foram de suma importância para a apresentação, aproximação, esclarecimento e informações para nosso trabalho de campo e análise de dados. Segundo Antunes (2011), as oficinas são construídas através da instauração de metodologias como: a participação, o interesse, a autonomia, a criatividade, o desejo em conhecer e o prazer de aprender. Em nosso caso, as duas oficinas foram desenvolvidas em 2022, com os jovens estudantes do terceiro ano do Ensino Médio da Escola Municipal Dr. Manoel Patti.

Para a realização das entrevistas, foram utilizados os conceitos empregados por Gil (1999) e Duarte (2005), que acreditam no potencial dos resultados obtidos por meio de uma relação mais livre entre entrevistados (jovens rurais) e entrevistador (pesquisador), mas com a possibilidade contínua de retomar o foco se caso ocorra um desvio do tema de alguma maneira durante a interlocução.

As realizações das entrevistas semiestruturadas, no caso orientadas por um roteiro de entrevistas ocorreram de forma individual com os alunos matriculados no Terceiro Ano do Ensino Médio, no ano de 2022. Esse roteiro continha perguntas de dados pessoais, buscando assim informações sobre o nome, idade, local de moradia, se moram com suas famílias, quantas pessoas moram na casa, quais as ocupações de seus pais, se possuem propriedade rural ou se trabalham para terceiros (no caso de serem lavradores), se já trabalham e em quais funções e o que gostam de fazer quando não estão na escola.

Também constou no questionário de entrevistas perguntas relacionadas ao projeto de futuro, como por exemplo, se os jovens estudantes das comunidades rurais do município de Passos pensam em permanecer no campo, ou se pretendem se mudar para cidade, após a conclusão do Ensino Médio, se o Ensino Médio contribuiu para as tomadas de decisões futuras, se eles tem feito planos para seu futuro, se tem feito algo para colocar em prática seus sonhos e planos de futuro e se conversam sobre seus planos e sonhos com alguém e se a família, amigos, professores ou outro tipo de influência tem colaborado nas escolhas de seus projetos de futuro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi analisado, podemos pensar que as escolas do campo por meio da educação do campo e do entendimento dos processos da juventude rural, podendo

executar uma pedagogia que vise a intervenção que valorize a linguagem, as experiências de vida, a dignidade dessa juventude em seus diferentes modos de pensar e de entender o meio rural, e, que possam observar as suas ideias sendo colocadas em prática em prol de um desenvolvimento rural sustentável.

É necessário, no entanto, escutar esses jovens, buscando compreender como eles enxergam a própria realidade e, suas pautas mais urgentes: sexualidade, gênero, trabalho, lazer, educação, futuro, etc. Certamente são muitos os desejos e perspectivas que as escolas devem acolher para contribuir enquanto um espaço de socialização, dialógico e crítico.

É importante salientar que a Educação do Campo possa vir a ser um instrumento capaz de debater e proporcionar um entendimento do quão importante pode ser a utilização do desenvolvimento rural sustentável no campo, cabendo claro não somente as escolas fazer esse também como também trazer à tona as reflexões acerca das políticas públicas e demandas do estado.

A implementação do conceito da teoria e prática do desenvolvimento rural sustentável depende de grandes mudanças no paradigma de desenvolvimento vigente na sociedade atual, ou seja, entre outras alternativas aos conceitos contemporâneos presentes.

Por fim é necessário observamos que sete dos oito jovens que habitam e estudam na zona rural querem se mudar para a cidade em busca de estudos e trabalho. Desses sete, cinco pretendem um dia voltar a morar na zona rural. Observamos nessa pesquisa que assim como a grande maioria dos jovens almejam sair da zona rural, eles mantem laços afetivos e de identidade com o espaço  rural e não querem abandonar para sempre a zona rural.

Também particparam 4 jovens que habitam a zona urbana e estudam na zona rural, desses tres pretendem continuar morando na cidade para estudar e trabalhar e dois pretendem um dia voltar a morar na zona rural.

Na entrevistas as unicas excessoões foi uma jovem que mora na zona rural e quer continuar morando sem sair para a cidade e uma outra jovem que mora na cidade mas quer se casar com seu namorado que mora na zona rural e ir morar com ele, saindo assim da cidade.

Observar a mobilidade da noção de juventude rural em todo o seu processo histórico, cultural e social de transformação que ocorreram, principalmente nas últimas décadas e assegurar uma melhor compreensão sobre os caminhos possíveis que podem ser

percorridos e vivenciados, sejam eles permanecendo na zona rural ou migrando para a zona urbana, mas sempre amparados em seus projetos de futuro.

Conclui-se até o momento, que os estudantes estão em processo de escolha, apresentam interesse em assuntos relacionados a permanência na zona rural, a cursos superiores ligados ao meio rural, migrar para a cidade, mas retornar no futuro e que a pandemia COVID-19 que afetou praticamente todo o ensino médio está influenciando as tomadas de decisão quanto ao futuro.

Nessa pesquisa, espero contribuir com os debates sobre Desenvolvimento Rural no contexto da Educação do Campo, que se fundamenta no exercício da cultura e da prática social, ao buscar construir uma Educação de qualidade que seja resultante de políticas que valorizem o povo que vive do e no campo, com respeito à sua sabedoria e reconhecendo-o como "guardião da terra" (FERNANDES, 2005).

Espera-se que esse estudo possa colaborar para o debate sobre o protagonismo dos jovens do campo em suas comunidades, do seu papel e sua contribuição como agentes políticos do desenvolvimento rural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.;

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios.** 2007. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2014

AFFONSO, R. M. L. L., & SPOSITO, L. L. Oficinas de orientação profissional no contexto escolar: a construção de um modelo. In P. M. C. Lassance (Org.), **Intervenção e compromisso social: orientação profissional, teoria e prática** (pp. 173-184). São Paulo: Vetor,2005.

ANASTASIOU, L. G. C; ALVES, L. P. **Estratégias de ensinagem. Processos de ensinagem na universidade:** pressupostos para as estratégias de trabalho em aula, v. 3, p. 67-100, 2004.

ANTUNES, H. S. **Ser aluna, ser professora: um olhar sobre os ciclos de vida pessoal e profissional**. Santa Maria: Ed. Da UFMS, 2011.

CAMARANO, Ana A., ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinquenta anos. In. **Revista**

**Brasileira Estudos Populacionais**. Brasília. 15 de fevereiro de 1998. p. 45-65.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. MARTINS, Carlos Henrique dos Santos. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Revista do Centro de Educação,** vol. 36, núm. 1, eneroabril, 2011, pp. 43-56. UFSM. Santa Maria, RS.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais.** In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos et al. (Org.). Mundo rural e política. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 311p.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre ficar e sair:** uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

_____. **Juventude rural no Brasil:** processos de exclusão e a construção de um ator político. Revista Latino-americana de Ciências Sociais, Niñes e Juventud, Colômbia, v. 1, n. 7, p. 179-208, 2009.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a História da Severina:** um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, A. C. G. **Protagonismo Juvenil**: adolescência, educação e participação. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

D'ANGELO, H. O. Modelo integrativo del proyecto de vida. Habana: Provida,1994.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. *In:* DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Orgs.). **Juventude e ensino médio:** sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 101-133.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação***,* Campinas, SP, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

DAYRELL, Juarez Tarcisio. **Juventude, grupos de estilo e identidade.** Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 30, p. 25-38, dez. 1999.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In:* DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-41.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. *In:* DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005, p. 62-83.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.208

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico de 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html. Acesso em: 3 fev. 2023.

LEMOS, C. G.; CUSTÓDIO, E. M. O uso do procedimento de desenhos de profissionais com estórias (DP-E) no estudo de adolescentes em fase de escolha profissional. Boletim de Psicologia, São Paulo, v. 52, n. 116, p. 5-63, jan./jun. 2002.

PALÁCIOS, M.; REGO, S.; SCHRAMM, F. A regulamentação brasileira em ética em pesquisa envolvendo seres humanos. *In:* MACHADO, R.M.; CARVALHO, D. M.; BLOCK, C.K.; LUIZ, R. R.; WERNECK, G. L. (Orgs.). **Epidemiologia.** São Paulo: Atheneu, 2002, p.465-477.

PERALVA, A. **O jovem como modelo cultural.** Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPEd, n. 5/6, 1997.

SOARES, D. H. P. **A escolha profissional:** do jovem ao adulto. São Paulo: Summus,2002.

SPOSITO, M. P. (coord.). **Juventude e Escolarização (1980/1998).** Brasília: MEC/INEP/Comped, 2002.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2006.

_____. **Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar.** Revista Agriculturas, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ROSAS, Celbo Antonio da Fonseca. **A (des)construção da dicotomia rural-urbano no extremo noroeste paulista**. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 246 f.2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas** – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n.15, p.87-145, 2000. Disponível em: Acesso em: 20 fev. 2023.

WANDERLEY, M. N. B Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. *In:* CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 21-33.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais:** mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.77p.

WEISHEIMER, N. Sobre a situação juvenil na agricultura familiar. *In:* LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (Orgs.). **Juventudes do campo.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 31-52. (Coleção Caminhos da Educação do Campo).

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# O AGRONEGÓCIO, A MIGRAÇÃO DOS TRABALHADORES E A EDUCAÇÃO DOS JOVENS NO VALE DO PAMPLONA, EM GOIÁS

Antonio Marcos Pantoja dos Santos[1]
Jörg Nowak[2]

**GT: Trabalho rural no Brasil contemporâneo**

**RESUMO**

O presente trabalho traz uma reflexão sobre a migração de trabalhadores rurais para o Vale do Pamplona, no estado de Goiás. Essa mobilidade faz parte de um fluxo migratório mais amplo, no qual as populações rurais buscam melhores oportunidades de trabalho, educação e qualidade de vida. A migração é especialmente impactante para a juventude do campo, que frequentemente enfrenta estereótipos de desinteresse pelo meio rural. O trabalho teve como metodologia a pesquisa bibliográfica exploratória e entrevistas conduzidas entre trabalhadores jovens da região, que buscou referências para tratar sobre a história da mobilidade dos trabalhadores rurais no mundo e aborda, também, a migração de trabalhadores rurais de diversas regiões brasileiras para o Vale do Pamplona, os quais foram submetidos à condição de vulnerabilidade socioeducacional, especialmente os jovens que cursam o Ensino Médio, cuja formação está voltada para a qualificação da mão-de-obra para atender as demandas do agronegócio na região.

**Palavras-chave:** Migração. Trabalhadores rurais. Agronegócio. Estudantes rurais.

## INTRODUÇÃO

A migração de trabalhadores rurais para o Vale do Pamplona faz parte de um fluxo migratório mais amplo, no qual as populações rurais buscam melhores oportunidades de trabalho, educação e qualidade de vida. Essa migração é especialmente relevante para a juventude do campo, que frequentemente enfrenta

[1] Universidade de Brasília, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, marcostimor10@gmail.com
[2] Universidade de Brasília, PPG Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, joerg.nowak@gmx.de

estereótipos de desinteresse pelo meio rural. Essa dinâmica nos leva a refletir sobre a mobilidade humana ao longo dos anos.

A história da mobilidade dos trabalhadores rurais é um relato que abrange séculos e diversas regiões do mundo. Quando os seres humanos deixaram suas cavernas e começaram a explorar o mundo, eles buscaram maneiras de sobreviver construindo comunidades, evoluindo e adaptando-se às várias formas de convivência. Nas sociedades agrícolas antigas, a agricultura desempenhou um papel crucial, com os trabalhadores rurais cultivando terras, plantando sementes, colhendo culturas e criando animais.

A chegada do sistema capitalista causou mudanças profundas no mundo do trabalho, reestruturando-o em uma dinâmica complexa. Nessa nova configuração, o capital passou a adquirir a força de trabalho dos trabalhadores e promoveu a transição desses indivíduos de uma condição de trabalho coletivo e social para uma condição de expropriação. Isso implica em uma transformação na forma como esses sujeitos estão inseridos na produção e no sistema econômico, resultando em um processo de destruição das forças produtivas inerentes ao metabolismo do capital.

## O AGRONEGÓCIO NO VALE DO PAMPLONA E A MIGRAÇÃO DOS TRABALHADORES

Desde que o ser humano passou a explorar e poluir o meio ambiente, urge a necessidade de criação e implementação de políticas públicas ambientais. Assim sendo, é necessário também que a sociedade atente para os problemas ambientais que o mundo todo vem enfrentado como resultados de combinações catastróficas da expansão capitalista, de forma agressiva e violenta, que se materializa pela exploração, contaminação e destruição que levam a transformações deploráveis no meio ambiente (NEVES; PIGNATI, 2021).

A temática ambiental passou a ter evidências a partir de eventos como a intensificação do processo de industrialização e mineração, ainda na década de 1930, com o crescimento desordenado dos centros urbanos e, posteriormente, com a aceleração da produção agropecuária no campo, conhecida como Revolução Verde e considerada como o advento da modernidade científica e tecnológica no campo (CABRAL, 2021), tornando-se, portanto, as duas principais cadeias produtivas responsáveis diversos danos no meio ambiente. Esses distúrbios ambientais tem sido motivo de realização de amplos debates a nível global e local, despertando o interesse

de criação de políticas públicas que possam mitigar os impactos maléficos na ecologia (PIGNATI; SOARES; LEÃO, 2021).

De acordo com Alentejano (2020), o movimento ruralismo contribuiu significativamente para o surgimento do agronegócio e detalha a origem e a evolução do termo "agronegócio" no Brasil na década de 1990, destacando sua tradução do termo "agribusiness". É interessante observar que a própria Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) passou por uma mudança de nome, antes sendo chamada de Associação Brasileira do Agribusiness até os anos 2000. Essa mudança foi parte de uma estratégia de marketing para popularizar a noção de agronegócio. Esse fato reflete o reconhecimento crescente da importância e complexidade da atividade agrícola e suas relações com o mercado e o setor empresarial. Ao adotar o termo "agronegócio", há uma clara intenção de enaltecer o caráter empresarial e econômico da agricultura, afastando-se da noção tradicional de apenas produção e cultivo, tal como vinha fazendo o ruralismo.

Na década de 1990 houve uma crise severa na agricultura brasileira, resultando na falência generalizada de agricultores e agroindústrias. Isso foi causado pelas medidas neoliberais que retiraram subsídios, reduziram créditos e expuseram a agricultura à competição de outros países devido à redução de taxas alfandegárias. A partir desse cenário, surgiram esforços para elevar o agronegócio como um dos principais pilares da economia brasileira. Ao mesmo tempo, a reforma agrária foi considerada obsoleta, e os movimentos sociais do campo foram retratados como violentos e atrasados, tal como descreve Alentejano (2020) ao falar sobre a processo de construção da hegemonia do agronegócio:

> Essa década é marcada por uma forte crise da agricultura brasileira, com a falência generalizada de agricultores e agroindústrias, no rastro das medidas neoliberais que retiraram subsídios, reduziram créditos e expuseram a agricultura à competição de outros países com a redução de taxas alfandegárias (p. 253).
> Configura-se a partir de então um movimento para elevar o agronegócio à condição de um dos pilares da economia brasileira, ao mesmo tempo em que a reforma agrária é apresentada como anacrônica e os movimentos sociais do campo como violentos e atrasados (p. 254).

Na verdade, esse movimento visava apenas o avanço do capitalismo sobre o campo. Apontamos esse fato em um trabalho que escrevemos acerca dessa temática, no qual destacamos que a premissa de que a problemática agrária no território brasileiro se fundamenta na expansão do poderio econômico no âmbito rural. Seu

início se concretizou na segunda metade do século XX e estabeleceu um conflito antagônico entre os que se dedicam à exploração e aqueles submetidos à condição de explorados (LIMA, SANTOS, 2022).

Atualmente, para continuar com seu projeto de expansão e domínio hegemônico no campo brasileiro, o agronegócio busca intensificar sua influência sobre as políticas públicas brasileiras por meio de seus representantes nas esferas políticas e institucionais. No Congresso Nacional, está presente com a Bancada Ruralista, que vem crescendo a cada legislatura, elaborando e apresentando projetos de criação de Políticas Públicas que visam o favorecimento da produção e comercialização dos produtos do agronegócio, bem como trabalha intensamente para o enfraquecimento dos movimentos sociais do campo, desmonte da Reforma Agrária e flexibilização das leis que garantem direitos para os trabalhadores rurais (ALENTEJANO, 2020).

Segundo Carneiro (2012),

> Para que esse modelo econômico e tecnológico fosse adotado pelas grandes empresas capitalistas no campo foi necessário um conjunto articulado de medidas governamentais e legislativas que facilitassem a sua adoção, em particular o crédito rural subsidiado pelos governos (CARNEIRO, 2015. p. 26).

Entretanto, as atividades agrícolas do “agronegócio” tendem a gerar controvérsias e debates sobre a sua abrangência e implicações sociais e ambientais. Enquanto alguns argumentam que o agronegócio impulsiona o desenvolvimento econômico e a segurança alimentar, outros levantam preocupações sobre os impactos ambientais, a concentração de poder e a exploração de mão de obra (PIGNATI; SOARES; LEÃO, 2021).

Sendo assim, emerge como indispensável a análise das manifestações de disparidades sociais que permeiam o sistema agrário, a fim de depreender os mecanismos pelos quais a força laboral camponesa é despojada, ensejando, por conseguinte, a origem do antagonismo de classes (LIMA, SANTOS, 2022).

## 2..1 – O Vale do Pamplona: commodities e monoculturas

Os registros sobre a produção agrícola de commodities no Vale do Pamplona ainda são bastante incipientes e escassos. Não há trabalhos publicados de forma

física ou virtual que tratem especificamente da dinâmica produtiva do agronegócio nessa região. Algumas informações são repassadas de forma separadamente pelos municípios de Luziânia e Cristalina, pelo estado de Goiás ou por órgãos do governo federal que possuem relação com os setores produtivos do campo.

Commodities são produtos básicos ou matérias-primas que são comercializados em grandes quantidades e geralmente são produzidos em diferentes regiões do mundo. A negociação de commodities ocorre em mercados especializados, como bolsas de valores de commodities, onde são estabelecidos preços com base na oferta e demanda global. Esses preços podem ser influenciados por fatores como condições climáticas, políticas governamentais, instabilidade geopolítica e flutuações cambiais. Segundo Alentejano (2020) “os ideólogos do agronegócio usam a expressão “produção de commodities” para designar a produção em larga escala e de forma especializada de cana, milho, soja, outrora denominada simplesmente monocultura” (p. 267).

O comércio internacional de produtos agrícolas é um dos braços da economia global. Os produtos agrícolas incluem uma ampla variedade de bens, como grãos, frutas, legumes, carnes, laticínios e outros alimentos de origem vegetal ou animal. O comércio desses produtos ocorre entre diferentes países e regiões, impulsionado pela demanda global por alimentos e pelas vantagens comparativas dos países na produção de determinados produtos agrícolas, sendo que aqueles de origem primária são considerados commodities (PORTILHO; FERREIRA, 2019).

A demanda global por alimentos se configura como a mola propulsora do agronegócio para alcançar destaques na economia brasileira, fortalecendo o poder do latifúndio e impedindo a implementação da reforma agrária. Esse processo coloca os movimentos sociais e os povos do campo em uma posição defensiva. Infelizmente, essa dinâmica tem contribuído para um aumento na expropriação de terras e na violência contra camponeses, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, que a expansão da produção agropecuária está cada vez mais concentrada nas grandes propriedades, que se articulam com o grande capital transnacional. Além disso, o Estado brasileiro tem desempenhado um papel político e econômico de sustentação para o agronegócio, enquanto a mídia empresarial desempenha um papel ideológico ao endossar e promover essa narrativa, tal qual destacado por Carneiro (2012).

> Para que esse modelo econômico e tecnológico fosse adotado pelas grandes empresas capitalistas no campo foi necessário um conjunto articulado de medidas governamentais e legislativas que facilitassem a sua adoção, em particular o crédito rural subsidiado pelos governos (CARNEIRO, 2015. p. 26).

Essa estrutura consolidada de poder do agronegócio tem impactos socioeconômicos e ambientais significativos. A concentração de terras e recursos nas mãos de poucos restringe o acesso e a distribuição justa de recursos para comunidades rurais e tradicionais. Além disso, a intensificação da produção agropecuária em larga escala muitas vezes é acompanhada de práticas que causam danos ao meio ambiente, como o desmatamento e a contaminação do solo e da água (CARNEIRO, 2012; PIGNATI; SOARES; LEÃO, 2021).

Diante das circunstâncias mencionadas, há uma reconfiguração da luta pela terra. Por um lado, ocorre a resistência por parte dos camponeses, indígenas e quilombolas contra a apropriação das terras que ocupam pelas forças do latifúndio/agronegócio. Por outro lado, os movimentos sociais do campo lutam contra um modelo agrário que concentra riqueza, causa devastação ambiental (através do desmatamento e contaminação de águas, solos, alimentos e trabalhadores por agrotóxicos) e se sustenta por meio da violência e exploração do trabalho (ALENTEJANO, 2020).

Nesse sentido, Escher e Schneider (2019) discutem sobre o comércio internacional de produtos agrícolas e mostram quem são os principais parceiros do Brasil nessas relações comerciais e quais os principais produtos comercializados.

> O Brasil é o primeiro no ranking de exportação (ainda que não necessariamente de produção) de um conjunto de commodities como soja, café, açúcar, suco de laranja, carne de bovina e de frango, além de estar entre os maiores em milho, algodão, carne suína e derivados de soja. A China é o maior mercado importador de produtos agrícolas do Brasil com 23% do total, seguido pela União Europeia com 20% e os Estados Unidos com 5%. São apontados quatro fatores que explicam a taxa de crescimento de 15% das exportações do agronegócio entre 1999 e 2013: o crescimento das exportações mundiais (46,15%), a competitividade (30,45%), o destino das exportações (16,35%) e a composição da pauta (6, 95%) (ESCHER; SCHNEIDER, 2019, p. 80).

A leitura dos dados relacionados à exportação de produtos agropecuários demonstra que a demanda internacional pelas commodities agropecuárias brasileiras é pujante. Os autores destacam que as negociações com a China cresceram. O país

importa grandes quantidades de soja brasileira para alimentar seu rebanho de suínos e aves, além de importar outros produtos agrícolas brasileiros, o que indica o resultado da globalização dos sistemas agroalimentares (ESCHER; SCHNEIDER, 2019).

Para dar conta da demanda internacional pelos produtos agropecuários, o agronegócio brasileiro segue na expansão de suas fronteiras agrícolas por todas as regiões e biomas. O Cerrado tem sido alvo dessas incursões por ser considerado por ser considerado de território de amplas extensões de terras e estratégico para a logística de produção e escoamento de sua produção de commodities, como a soja, por exemplo, como destacam Aguiar e Porto (2019), a partir de dados coletados junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB):

> O Brasil, em especial o Cerrado, se constituiu na principal fronteira agrícola desta expansão de produção da soja no mundo. Em 20 anos, a produção brasileira saltou de 26 milhões de toneladas na safra 1996/1997, para 114 milhões, na safra 2016/2017, um aumento de cerca de 436%. Considerando o período de 40 anos entre a safra de 1976/1997, a produção de 12 toneladas, e a safra de 2016/2017, a produção cresceu 939% (AGUIAR; PORTO, 2019, p. 116).

Pode-se afirmar que a produção agrícola no Vale do Pamplona tem contribuído consideravelmente para o crescimento da produção de commodities do tipo exportação, destacando-se com os recordes de produção de grãos previstos para os próximos anos. Elas também são utilizadas como instrumentos de investimento, permitindo que investidores comprem contratos futuros desses produtos visando lucrar com as variações de preço.

Os municípios de Luziânia e Cristalina possuem características produtivas semelhantes e se destacam, principalmente, na produção soja, que é um dos produtos mais cultivados e comercializados nas grandes áreas das fazendas e de grandes empreendimentos agroindustriais nos municípios. A comercialização da soja e de outras commodities é gerada pelas exportações, tendo como principal destino a China, principalmente por meio de empresas multinacionais que atuam nos municípios e no Distrito Federal. Devido à proximidade com o centro da capital federal, a extensão de terras produtivas e facilidades de escoamento da produção para todas as regiões brasileiras, o agronegócio encontra terreno fértil para se expandir no Vale do Pamplona (CRUVINEL; MARINHO; SATEL, 2021; DISTRITO FEDERAL, 2020a, 2020b).

Segundo a Lei Complementar nº 163, de 14 de junho de 2018, esses municípios fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE (BRASIL, 2018, DISTRITO FEDERAL, 2020a; 2020b) (Mapa 1). Essa Lei elenca os municípios que estão conglomerados no entorno do Distrito Federal e descreve as diretrizes para o desenvolvimento econômico e social na região

O processo migratório de trabalhadores

> Desde os tempos remotos, o trabalho tem se entrelaçado com as atividades humanas, permeando os anais da história. As famílias, outrora, congregavam-se em torno da produção de seus próprios alimentos, com o intuito de garantir sua própria subsistência. O conhecimento sobre as artes do plantio e colheita era transmitido de uma geração a outra, prescindindo de uma formação escolar formal. Entretanto, o advento do sistema capitalista desvirtuou a natureza educativa familiar e comunitária, cooptando-a para o propósito de forjar mão-de-obra adequada ao mercado laboral. Nesse contexto, a educação, antes uma ferramenta emancipatória, passou a se tornar um instrumento subserviente à própria exploração dos indivíduos pelo labor (CATINI, 2016).

Durante muitos períodos da história, os trabalhadores rurais foram submetidos à escravidão ou servidão, onde eram forçados a trabalhar nas terras de senhores feudais ou proprietários de terras em condições de opressão. Eles eram frequentemente considerados propriedade e sofriam exploração, pobreza e abusos. Com o advento da Revolução Industrial, começando no século XVIII, ocorreram mudanças significativas na agricultura e na vida dos trabalhadores rurais. Com a mecanização da agricultura, a introdução de máquinas e a concentração de terras em grandes propriedades, muitos trabalhadores rurais perderam suas terras e foram forçados a migrar para as cidades em busca de emprego nas indústrias em rápida expansão. Essa transição resultou em mudanças sociais e econômicas profundas nas comunidades rurais (CASTRO, 2012).

O movimento ruralista que se intensificou nas décadas 1950 e 1960 seguiu avançando para a exploração do latifúndio brasileiro, envolto a conflitos e contradições internas, especialmente em relação a questões como a expansão do agronegócio, a utilização de transgênicos e a defesa de interesses específicos de grandes produtores rurais em detrimento dos pequenos agricultores e comunidades tradicionais (MENDONÇA, 2005).

Todavia, não se deteve apenas com os meios ambientais ou questões produtivas, passou também a arregimentar mão-de-obra barata e sem formação para dar sustentação ao seu projeto de ascensão. Santos (2007) chama essa dinâmica de facismo social, caracterizado pelo por se basear em uma dinâmica sócio-econômica perversa e opressiva, no qual determinados grupos ou indivíduos se apropriam dos recursos e meios de produção, explorando aqueles que estão submetidos a condições de trabalho precárias e desfavoráveis.

Essa forma de exploração é frequentemente caracterizada por relações assimétricas de poder, em que os trabalhadores rurais são subjugados e submetidos a condições desumanas, tal como afirma Santos (2007): Tenho descrito esta situação como a ascensão do facismo social, um social de relações de poder extremamente desiguais que concebem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca" (p. 45).

> Nesse contexto, as populações do campo que eram expropriadas de suas terras, passaram a vender a sua força de trabalho para os grandes fazendeiros. Por muito tempo essa prática se configurou como a transformação da educação escolar em mercadoria, onde os sujeitos que procuravam se apresentar “educados” para trabalhar tinham a liberdade de vender a sua força de trabalho para os detentores dos meios de produção (CATINI, 2016).

> A condição (individual) de sem (a) terra, ou seja, a de trabalhador ou trabalhadora do campo do campo que não possui a terra sua terra de trabalho, é tão antiga quanto a existência da apropriação privada deste bem natural (CALDART, 2004, p. 19)

Os trabalhadores têm desempenhado um papel vital na agricultura e na produção de alimentos, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social de muitas sociedades ao longo do tempo. No Brasil, por conseguinte, esse deslocamento revelou uma dimensão crítica em relação ao desenvolvimento capitalista, conforme preconiza Santos (2007): “Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante…” (p. 25).

A urbanização crescente no século XX resultou em uma migração em massa de trabalhadores rurais para as cidades em muitos países. A modernização da agricultura e a mecanização reduziram a demanda por trabalho agrícola, levando

muitos trabalhadores rurais a buscar emprego em setores urbanos, como a indústria e os serviços. Isso resultou em uma transformação significativa nas comunidades rurais e na dinâmica do trabalho agrícola.

Ao longo do século XIX e XX, movimentos de reforma agrária e sindicalismo rural ganharam força em várias partes do mundo. Lutas por melhores condições de trabalho, salários justos, direitos de propriedade e acesso à terra ocorreram em muitos países. Organizações sindicais e cooperativas rurais foram estabelecidas para defender os interesses dos trabalhadores rurais e promover a justiça social no campo (MENDONÇA, 2005).

Hoje em dia, os trabalhadores rurais continuam a enfrentar desafios, como a exploração, a falta de acesso à terra, a baixa remuneração, a falta de proteção social e a degradação ambiental. No entanto, também existem muitos movimentos e organizações que lutam pelos direitos dos trabalhadores rurais (ALENTEJANO, 2020).

Os principais objetivos do movimento de trabalhadores rurais incluem a defesa dos direitos dos agricultores, a promoção da agricultura familiar e sustentável, a luta pela reforma agrária, cuja situação de expropriados já vem de décadas, conforme enfatiza Caldart (2004): “A condição (individual) de sem (a) terra, ou seja, a de trabalhador ou trabalhadora do campo do campo que não possui a terra sua terra de trabalho, é tão antiga quanto a existência da apropriação privada deste bem natural (p. 19).

Os trabalhadores aspiram por políticas públicas que incentivem o desenvolvimento do meio rural. O movimento de trabalhadores procura rever a condição de vulnerabilidade, além de ser um importante ator político em debates sobre questões ambientais, como o uso de agrotóxicos e a conservação dos recursos naturais (CALDART, 2004).

Os trabalhadores têm desempenhado um papel vital na agricultura e na produção de alimentos, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social de muitas sociedades ao longo do tempo, porém são desvalorizados e desqualificados em suas condições de trabalho e bem estar social para a sua sobrevivência. No Brasil, por conseguinte, esse deslocamento revelou uma dimensão crítica em relação ao desenvolvimento capitalista, conforme preconiza Santos (2007): “Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante…” (p. 25).

Os trabalhadores rurais também passam pela mobilidade rural-urbana. A urbanização crescente no século XX resultou em uma migração em massa de trabalhadores rurais para as cidades em muitos países. A modernização da agricultura e a mecanização reduziram a demanda por trabalho agrícola, levando muitos trabalhadores rurais a buscar emprego em setores urbanos, como a indústria e os serviços. Isso resultou em uma transformação significativa nas comunidades rurais e na dinâmica do trabalho agrícola e dos trabalhadores, conforme reverbera Caldart (2004): “A condição (individual) de sem (a) terra, ou seja, a de trabalhador ou trabalhadora do campo do campo que não possui a terra sua terra de trabalho, é tão antiga quanto a existência da apropriação privada deste bem natural (CALDART, 2004, p. 19).

Hoje em dia, os trabalhadores rurais continuam a enfrentar desafios, como a exploração, a falta de acesso à terra, a baixa remuneração, a falta de proteção social e a degradação ambiental. No entanto, também existem muitos movimentos e organizações que lutam pelos direitos dos trabalhadores rurais.

A formação educacional dos jovens no Vale do Pamplona

A formação dos jovens na educação rural é um aspecto considerado importante para a hegemonia do agronegócio brasileiro. A educação rural visa fornecer aos jovens as habilidades e conhecimentos necessários para prosperar esse projeto capitalista. Existem várias abordagens e estratégias utilizadas na formação dos jovens na educação rural.

A Educação Rural visa a formação dos jovens nas práticas agrícolas, técnicas de cultivo, manejo de recursos e equipamentos para o manejo integrado de pragas. Além disso, os jovens podem aprender sobre novas tecnologias agrícolas e inovações que podem ajudar a melhorar a produtividade e a rentabilidade do agronegócio.

Para o capitalismo agrário, a formação dos jovens na educação rural deve estar enraizada na realidade e nas necessidades da comunidade local, estabelecendo uma conexão forte entre a escola e a comunidade, promovendo a participação dos jovens em atividades práticas, projetos comunitários e intercâmbios de conhecimento com agricultores experientes. Isso permite que os jovens entendam as necessidades da comunidade e contribuam para o desenvolvimento sustentável da região.

> Aqueles que propunham uma pedagogia diferenciada para as populações rurais, identificados com o “ruralismo pedagógico”, defendiam a existência de uma escola que preparasse os filhos dos agricultores para se manterem na terra e que, por isso mesmo, estivesse associada ao trabalho agrícola e adaptada às demandas das populações rurais. Porém, essa concepção, como outras carregadas de “boas intenções”, permaneceu apenas no discurso (RIBEIRO, 2012, p. 295).

A Educação Básica do Campo tem sido alvo de inúmeros debates e reflexões teóricas no Brasil e no mundo. Essas discussões estão relacionadas à visão mecanicista e reducionista presente no mundo moderno que tem dado origem a diversas formas de crise, seja nas questões éticas, sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais.

De acordo com Antunes (2011), desde a Revolução Industrial no final do século XVIII e durante o século XIX, os camponeses que tinham mais terras conseguiram uma independência financeira e se tornaram patrões com a mecanização da produção agrícola. Por outro lado, aqueles que não tinham tantas extensões de terra, tiveram que vender o pouco que tinham e passaram a vender a sua mão-de-obra como trabalhadores.

Ainda conforme o autor, esse processo trouxe grande impacto para a força de trabalho de forma geral, pois quem mais sofre com toda essa transformação no mundo do trabalho foram as mulheres e jovens, que tiveram que sair de suas casas e optar pelo êxodo rural, buscando trabalhos nos centros urbanos e tendo que disputar os postos de trabalhos com os homens, os quais antes eram somente ocupados por eles. Como a demanda de trabalho nos centros urbanos não era grande, surgiu um grande número de pessoas que não tinham onde trabalhar, morar e sobreviver.

Os principais objetivos do movimento de Educação do Campo incluem a defesa dos direitos dos agricultores, a promoção da agricultura familiar e sustentável, a luta pela reforma agrária e a busca por políticas públicas que incentivem o desenvolvimento do meio rural. O movimento Por Uma Educação do Campo também tem sido um importante ator político em debates sobre questões ambientais, como o uso de agrotóxicos e a conservação dos recursos naturais (CALDART, 2012).

A educação ambiental no campo desempenha um papel crucial na formação dos jovens na educação rural. Os jovens precisam compreender a importância da

conservação do meio ambiente, da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais. Através da educação ambiental, os jovens podem aprender sobre práticas de conservação, reciclagem, energia renovável e mitigação das mudanças climáticas. Esses conhecimentos são essenciais para promover a sustentabilidade nas áreas rurais.

A Educação do Campo propõe que o acesso à tecnologia e recursos educacionais possam desempenhar um papel com a finalidade de garantir o acesso dos jovens a recursos educacionais digitais, como acesso à Internet, computadores e dispositivos móveis, pode ajudar a melhorar sua aprendizagem e ampliar suas oportunidades de conhecimento. Além disso, programas de capacitação em tecnologia podem preparar os jovens para utilizar as ferramentas digitais de maneira eficaz em suas atividades agrícolas e empreendimentos rurais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa abordou a questão da migração dos trabalhadores rurais e a formação dos jovens na educação rural para a manutenção da hegemonia do agronegócio no Brasil. A educação rural visa formar aos jovens habilidades e conhecimentos necessários para impulsionar o projeto capitalista agrícola. Diversas abordagens e estratégias são utilizadas nesse processo.

A formação dos jovens na educação rural se limite a abranger o ensino de práticas agrícolas, técnicas de cultivo, manejo de recursos e equipamentos para o controle integrado de pragas. Além disso, os jovens têm a oportunidade de aprender sobre novas tecnologias agrícolas e inovações que podem melhorar a produtividade e a rentabilidade do agronegócio.

Para o capitalismo agrário, a formação dos jovens na educação rural deve ser enraizada na realidade e nas necessidades da comunidade local. Isso implica em estabelecer uma conexão forte entre a escola e a comunidade, envolvendo os jovens em atividades práticas, projetos comunitários e intercâmbios de conhecimento com agricultores experientes. Essa abordagem permite que os jovens compreendam as necessidades da comunidade e contribuam para o desenvolvimento sustentável da região.

Embora existam propostas de uma pedagogia diferenciada para as populações rurais, conhecida como "ruralismo pedagógico", que defendem uma escola adaptada às demandas das populações rurais, essa concepção muitas vezes não é

efetivamente colocada em prática. Por isso, propõe-se a Educação do Campo, que tem sido objeto de debates e reflexões teóricas no Brasil e no mundo, contrapondo-se à visão mecanicista e reducionista presente na sociedade contemporânea, que contribui para diversas crises nas esferas éticas, sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais.

O movimento de Educação do Campo tem como principais objetivos a defesa dos direitos dos agricultores, a promoção da agricultura familiar e sustentável, a luta pela reforma agrária e a busca por políticas públicas que incentivem o desenvolvimento rural. Esse movimento também desempenha um papel importante nos debates sobre questões ambientais, como o uso de agrotóxicos e a conservação dos recursos naturais.

A Educação do Campo, portanto, desempenha um papel crucial na formação dos jovens, propondo-lhes práticas emancipadoras e tratando sobre a importância da conservação do meio ambiente, da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS:

ALENTEJANO, Paulo. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

ANTUNES, Davi José Nardy. **Capitalismo e desigualdade**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas – SP: [s.n.], 2011.

BRASIL**. Lei complementar nº 163, de 14 de junho de 2018**. Dá nova redação ao § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete; et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular. 2012.

CARNEIRO, Fernando. F. er al. (orgs.). **Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**.1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude do campo. In: CALDART, Roseli Salete; et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão

Popular. 2012.

CRUVINEL, Evelyn de Castro; MARINHO, Fernanda V. da Mota.; SATEL, Clecia Ivânia R. **Índice de desenvolvimento dos municípios goianos – 2020/2021**. Goiânia: Instituto Mauro Borges: 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa metropolitana por amostra de domicílios - PMAD - 2017/2018** - Cristalina. Brasília: Codeplan, 2020. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/PMAD_2017-2018-Cristalina.pdf. Acesso em 12 mar. 2023.

_____. **Pesquisa metropolitana por amostra de domicílios - PMAD - 2017/2018 -** Luziânia. Brasília: Codeplan, 2020. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/PMAD_2018-Luziania.pdf. Acesso em 12 mar. 2023.

ESCHER, Fabiano; SCHNEIDER, Sérgio. Capitalismo, agricultura e desenvolvimento no Brasil: uma contribuição para o debate atual. In: SAUER, Sérgio (Org.). **Desenvolvimento e transformações agrárias: BRICS, competição no sul global.** São Paulo: Outras Expressões, 2019.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931).** São Paulo: HUCITEC, 1997.

NEVES, Maelison Silva; PIGNATI, Wanderley Antonio. Agronegócio e capital-imperialismo: Expropriações, alienação e os desafios à produção de conhecimento em saúde coletiva. In: NÓVOA, Carlos Alberto Torres. **Consciência e história: a práxis educativa de Paulo Freire: antologia de textos selecionados, 1921/ Seleção, estudo preliminar e notas. T**radução Mônica Mattar Oliva. São Paulo: Ed. Loyola, 1979.

NEVES, Maelison Silva; PIGNATI, Wanderley Antonio. Agronegócio e capital-imperialismo: Expropriações, alienação e os desafios à produção de conhecimento em saúde coletiva. In: NÓVOA, Carlos Alberto Torres. **Consciência e história: a práxis educativa de Paulo Freire: antologia de textos selecionados, 1921/ Seleção, estudo preliminar e notas.** Tradução Mônica Mattar Oliva. São Paulo: Ed. Loyola, 1979.

PORTILHO, Fátima; FERREIRA, Isis Leite. Redes agroalimentares alternativas no Brasil. In: LEITE, S. P.; BRUNO, R. (org.). **O Rural Brasileiro na Perspectiva do Século XXI.** Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019.
RAMOS, 1996

RIBEIRO, Marilene. Educação rural. In: CALDART, Roseli Salete; et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular. 2012.

# "ELE CHEGOU CHEGANDO": CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO RURAL E A DENDEICULTURA NO MUNICIPIO DO ACARÁ/PA

Laiane Bezerra Ribeiro[1]
Dalva Maria da Mota[2]

**GT 08:** Trabalho Rural no Brasil comtemporâneo

## RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a configuração do trabalho rural e a dendeicultura no município do Acará/PA. A pesquisa foi realizada no município do Acará, microrregião de Tomé-Açu, na Mesorregião do nordeste paraense, epicentro da dendeicultura nas últimas décadas. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes locais do município e trabalhadores rurais assalariados à dendeicultura entre os anos de 2020 e 2023. As principais conclusões mostram que o trabalho no município do Acará se configura em pelo menos três fases. A última dessas se configura pela predominância do trabalho familiar no cultivo de mandioca e açaí em terra firme e assalariado no dendê.

Palavras-chave: Nordeste paraense, Dendê, Empregado rural.

## INTRODUÇÃO

O tema deste artigo é a configuração do trabalho rural e a expansão da dendeicultura no municipio do Acará. As atividades agrícolas desse município têm uma composição diversa, que advém de momentos históricos distintos no processo de povoamento da região por descendentes de indígenas, quilombolas, caboclos ribeirinhos, japoneses, nordestinos, gaúchos e paranaenses. Essas características culturais e sociais influenciam as distintas decisões dos agentes nas trajetórias da

[1] Universidade Federal do Pará, Programa de pós-graduação em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável laianebr@yahoo.com.br.
[2] Doutora em Sociologia. Pesquisadora A da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA. Bolsista de produtividade do CNPq. Telefone: (91) 3204-1001. E-mail: dalva.mota@embrapa.br.

agricultura familiar e empresarial no município (MONTEIRO, 2017).

O município do Acará se destaca por ser o maior produtor de mandioca do Brasil (IBGE, 2021), item essencial na mesa do do paraense e do nortista, em geral. Situado no Nordeste Paraense, o município faz parte da Microrregião de Tomé-Açu, epicentro da expansão da dendeicultura nas últimas décadas.

Estudos mostram que a dendeicultura está presente nessa região desde os anos de 1970 (MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019), mas se expandiu mais intensamente a partir da primeira década do século XXI por meio de políticas públicas do governo federal [3].

A expansão da dendeicultura no nordeste paraense provocou novas configurações do trabalho pois requer mão-de-obra assalariada em todas as fases do cultivo. Os trabalhadores são recrutados nas vilas rurais que ficam nas proximidades dos monocultivos, portanto, são predominantemente paraenses e de origem rural (MOTA; BALSADI; MOURÃO JÚNIOR, 2019; RIBEIRO, 2016). Se por um lado, isso não extingue o longo período de deslocamento entre a casa e o local de trabalho pelas difíceis condições de tráfego; por outro, significa mudanças importantes na vivência de novas relações de trabalho.

Considerando as evidências, a questão que nos propomos analisar neste artigo é: quais as configurações que o trabalho rural adquire ao longo dos anos sob diversos tipos de exploração agrícola e, recentemente, com a expansão da dendeicultura? Para respondê-la, o objetivo deste artigo é analisar a configuração do trabalho rural e a dendeicultura no município do Acará/PA. O artigo está dividido em quatro seções: introdução; metodologia, resultados e conclusões.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no municipio do Acará, nordeste paraense, entre os anos de 2020 e 2023. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com o presidente dos sindicatos de empregados e empregadas rurais do município do Acará

[3] A primeira dessas é conhecida como PNPB (Programa Nacional de Produção de Biodiesel), essa visa o incentivo à produção de certas culturas oleaginosas para a produção de biodiesel como, girassol, soja e o dendê. A segunda política de expressão para a expansão da dendeicultura é conhecida como PSOP (Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma) e foi lançada pelo presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, no município de Tomé-Açu/PA. O PSOP visa a produção do óleo de palma em vias consideradas sustentáveis, inclusive integrando agricultores familiares ao cultivo de dendê.

(SINDTER); presidente do sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais do município do Acará (STTR); secretária de agricultura do município do Acará; representante técnico da Emater do município, comerciantes locais e trabalhadores rurais assalariados na dendeicultura.

Ao todo foram realizadas 20 entrevistas que abordavam diferentes temas sobre o município do Acará e a dendeicultura. A análise dos dados ocorreu segundo orienta Michelat (1987) com leituras horizontal e vertical das entrevistas. A contraposição entre as informações e dados relativos ao “presente” e ao “passado” foram essenciais para analisar as reconfigurações no trabalho rural e como a dendeicultura se expande no município.

## CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO RURAL NO MUNICÍPIO DO ACARÁ

Para expressar o dinamismo nas relação de trabalho nas diferentes épocas, recorremos ao conceito de configuração, conforme elaborado por Norbert Elias. O sociólogo define o termo como “uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes” afirmando a importância nas análises que buscam expressar as mudanças na sociedade. Norbert Elias (2001) compreende a sociedade como uma configuração dinâmica, portanto em constante transformação. A sua contribuição permite ao pesquisador apreender estes períodos históricos específicos como momentos de grande transformação na configuração e nas relações de interdependência (HOLANDA DO CARMO, 2017).

Para Elias (2001) a sociedade constitui-se uma configuração, pois se mostra como uma estrutura social em constante processo de transformação e que é composta por elementos interdependentes entre si, em constante movimento, como a vida social, que “implica uma mudança parcialmente autorregulada numa configuração de pessoas, parcialmente auto organizadas e auto reprodutoras, tendendo todo o processo para uma direção” (COSTA, 2017).

Desta maneira, o conceito de configuração enfatiza a ligação entre mudanças na organização estrutural da sociedade e mudanças na estrutura de comportamento. Dito isto, o estudo da configuração pretende escapar de um monismo metodológico que insiste em dicotomizar indivíduo e sociedade (VIANNA, 2006, *apud* HOLANDA DO CARMO, 2017).

O estudo das configurações para o meio rural nos dá a possibilidade de

compreender as mudanças que ocorrem constantemente neste espaço, ocasionadas por demandas globais, mas também por questões ambientais e sociais.

Em se tratando das configurações, classificamos as mudanças nas relações de trabalho em três grandes períodos em Acará. A classificação tem propósito estritamente analitico porque compreendemos que a realidade social é dinâmica.

## Século XVIII e XIX: extração de madeira de lei, cana-de-açúcar e outras culturas agrícolas

O município do Acará tem suas origens entre os séculos XVIII e XIX, entrelaçada ao das grandes navegações aos rios próximos a capital Belém, como o rio Guamá, Moju, Capim, Bujaru e Acará que corta o município de mesmo nome de norte a sul, tendo sua foz na capital Belém e sua nascente entre os municípios de Tailândia e Tomé-Açu/PA.(MARIN, 2000)

A região do Acará é definida por Marin (2000) como um dos primeiros circuitos agrícolas formados a partir de Belém, tendo na exploração de madeiras de lei uma das primeiras atividades econômicas

> A exploração das madeiras de lei, das florestas banhadas pelo rio Acará, foi a primeira atividade organizada pelos administradores coloniais. As Fábricas Reais de Madeira organizam-se no último quartel do século XVIII e abasteciam o arsenal de Belém e parte importante do produto era exportado" (ROCQUE, 1967, ANGELO-MENEZES, 1998, 1999 apud MARIN, 2000, p..7).

Esses primeiros trabalhos utilizavam a mão-de-obra escrava indígena e posteriormente a negra, que trabalhavam no corte e na retirada das toras de madeiras das florestas.

> Na segunda metade do século XVIII a freguesia destacava-se pelo número de escravos e uma paisagem agrícola. Dos gêneros cultivados nas freguesias de São José do Rio Acará, São Domingos do Rio Guamá, Santa Ana do Rio Capim e Espírito Santo do Rio Moju constavam café, arroz, cacau, açúcar, aguardente, milho e farinha conduzidos para o mercado de Belém ademais das madeiras de construção, boa parte delas exportadas para Europa (MARIN, 2000, p. 8)

No século XIX, Marin (2000) destaca que as terras do baixo Acará, são caracterizadas, por fazendas de médio e pequeno porte e de diversos sítios que arquitetam a estrutura agrária da região, estruturado com base na agricultura, no

extrativismo de madeiras de lei e na criação de pequenos animais (MARIN, 2000).

As terras do baixo Acará eram propicias e destinadas a alguns cultivos como mostra Marin (2000), mas especialmente, para o cultivo de cana-de-açúcar o que se observa também pela presença constante de engenhos e engenhocas, destinados a fabricação de água ardente e açúcar.

> As lavouras de mandioca, macaxeira, algodão coexistiam com a cana-de-açúcar e o cacau. Produzia-se, com maior resultado comercial a farinha de mandioca, o Acará alimentava os trabalhadores indígenas distribuídos entre as feitorias dos colonos. No sistema de produção costumava consorciar-se a mandioca com o arroz, os gêneros mais importantes para o consumo local. Plantava-se pouco de feijão e milho e o cacau tinha discreta presença (MARIN, 2000, p.9)

Entre os anos iniciais de colonização 71,9% das terras cultivadas eram ocupadas pelo cultivo da cana-de-açúcar e 20,6% com a criação de gado e o cultivo de algodão, no entanto era possível também encontrar uma economia de base camponesa em cultivos menores como o de cacau e as roças de milho, mandioca e feijão (LIMA,2009).

Corroborando com os autores acima, o secretário de agricultura do município, destaca que Acará tem sua dinâmica econômica iniciada através do extrativismo vegetal como madeiras, tabaco e do açaí, fruta comum nos quintais dos moradores do município, especialmente das áreas rurais.

> O município do Acará sempre foi um município extrativista, se trabalhava antes com tabaco, com parte do carvão e madeira, principalmente, pro alto e baixo Acará. Com o tempo foi acabando as madeireiras, foi acabando a floresta primária e aí foi passando a já começar a mandioca de subsistência e outras culturas (E.L.S, 50 anos)

Como mostra a literatura, o período é caracterizado por relações de trabalho com mão-de-obra escrava indígena e, posteriormente, a negra. Uma economia de base camponesa também evidencia o trabalho de base familiar.

## Século XX: A chegada dos (i)migrantes, pimenta-do-reino, coco e pecuária extensiva

O início do século XX foi um marco importante para o município do Acará com a chegada dos primeiros imigrantes japoneses, oficialmente em 1929, que instalam-se no município do Acará e em Tomé-Açu, que até então pertencia a Acará. O estabelecimento de uma significativa colônia de imigrantes japoneses no município,

dá início a uma agricultura diferenciada, com hortaliças, pimenta-do-reino, frutiferas e posteriormente com o cultivo dos sistemas agroflorestais (SAF) (HOMMA, 2016)

Com o desenvolvimento das atividades agrícolas dos japoneses com “sucesso” no uso mais intensivo das terras, a agricultura movimentou os rios da região com navios carregados de sacas de pimenta-do-reino e homens em busca de trabalho (SILVA, 2016). No Estado do Pará, a pimenta-do-reino tem sua maior expressão produtiva na década de 1950, com a chegada de mudas de pimenta da Ásia, e tem seu cultivo associado a chegada dos imigrantes japoneses à região (HOMMA, 2016).

A busca por terras e trabalho, nas décadas de 1970 e 1980, ocasiona a chegada de diversos nordestinos à região. Segundo Monteiro (2017) esses chegam através de projetos de colonização e espontaneamente. Esses nordestinos, na maioria das vezes, passaram a trabalhar na agricultura da pimenta-do-reino, geralmente, pertencente aos japoneses, sendo estes detentores da maioria das terras e plantações, consequentemente das oportunidades de trabalho. Posteriormente, esses nordestinos passam a adquirir suas próprias terras e a cultivar pimenta-do-reino, cacau e também culturas alimentares.

Para além dos cultivos agrícolas, o município do Acará se destacava pela produção do gado de corte e leiteiro, iniciada, especialmente, com a chegada dos gaúchos e paranaenses, por volta dos anos de 1970 (MONTEIRO, 2017). Segundo Costa e Teles (2021), no município do Acará, houve uma grande empreitada por parte de fazendeiros para tomar posse de extensas áreas de terras devolutas, com o intuito de expandir a criação de bovinos. Posteriormente, tais atividades renderam um cenário propicio à implantação do agronegócio do dendê. Assim, como identificado no relato abaixo:

> Aqui se plantava mandioca, a pimenta do reino, o cacau e também tinha a agropecuária porque as fazendas que hoje é dendê, antigamente era gado, então a agropecuária está praticamente extinta (A.P.G, 53 anos)

As fazendas de gado e culturas como a pimenta e cacau, nas áreas dos japoneses, era o que gerava trabalho assalariado, especialmente, para quem morava nas áreas rurais. No entanto, verifica-se que os postos de trabalho eram poucos e ocasionais, devido a sua própria natureza, como explica o presidente do sindicato de empregados e empregadas rurais do Acará.

> O assalariamento rural se dava mais nas pequenas unidades dos japoneses, dos fazendeiros onde está o dendê hoje, e nas fazendas de pimentais, mas

> era em escala pequena, não se destacava no município, você não via essa movimentação. Porque um japonês tinha três trabalhadores, uma fazenda de gado tinha um vaqueiro que já tomava conta do rebanho, aí tinha o caseiro, então a demanda era pouca. Os pimenteiros eles contratavam mais safristas, na safra era um contrato de 3 a 4 meses no máximo (A.P.G, 53 anos).

No município do Acará, Aquino Júnior (2019) destaca que agricultores aderiram ao FNO (Fundo Constitucional do Norte) em 1996. Esse recurso foi destinado ao cultivo de coco. O objetivo era criar um polo de produção e fornecimento do coco, apontado como "vocação" para a região. Muito provável o financiamento dessa espécie era para atender empresas que se instalaram nessa região, como a agroindústria Sococo S/A que chegou ao município de Moju no final dos anos de 1970.

Como visto, o leque de possibilidade de culturas cultivadas foi ampliado. Em consequência, o trabalho assalariado, mantendo o seu caráter de ocasionalidade em duas culturas que concentram o uso da mão de obra na coleta. Em destaque, coco é a primeira atividade financiada em monocultivo. As palmáceas já eram pensadas àquelas terras.

## Século XXI: A prevalência da mandioca, açaí em terra firme e a expansão da dendeicultura

Hoje, segundo os entrevistados e os dados secundários mostram que o município de Acará tem uma agricultura mais diversa, com destaque para os cultivos permanentes e temporários como açaí, coco, dendê, pimenta-do-reino, arroz, mandioca, milho e feijão além de uma pequena produção de flores (IBGE, 2021).

> Aqui no Acará, temos o repasse da prefeitura que envolve pagamentos de funcionários e tal, e nós temos também benefícios do INSS que são muitos aqui no município, e nós temos também aqui agricultura no ramo da mandioca, do açaí e tem também o assalariamento, os assalariados rurais que hoje tem uma renda destacada no município (A.P.G, 53 anos)

A produção de mandioca no município do Acará vem ao longo de décadas se destacando, dando a esse município o status de maior produtor da raiz no Pará e no Brasil. Com uma área estimada em 18 mil ha, correspondente a 6,6% da área cultivada no Estado do Pará. Cerca de 20 mil famílias de pequenos agricultores produzem, em média, 600 mil toneladas da raiz por ano (IBGE, 2021).

> O nosso grande carro chefe é a cultura da mandioca e agora, recentemente, 15 anos ou 10 anos atrás, foi introduzido o manejo do açaí. O município é muito rico em açaí, e com isso foi se aumentando e passando para o açaí de terra firma da Embrapa. Então temos a mandioca primeiramente, depois o açaí, a pimenta e o cacau com a japonesada. Então, são praticamente essas

> as culturas aqui do município, além do dendê cultivado pelas BBF e por agricultores familiares. (E.L.S, 50 anos)

Em estudo em uma comunidade rural no Acará, Amaral, Darnet e Guerra (2017) destacam que vem ocorrendo uma mudança na produção e consumo do açaí, anteriormente esse era utilizado exclusivamente para o consumo familiar e hoje passou a ser uma das maiores fontes de renda para os agricultores, a partir da comercialização do fruto para empresas como a Petruz Fruity. Segundo os autores, a empresa firma contratos de compra do fruto diretamente com os agricultores.

A produção de açaí só tende a aumentar, visto que essa é uma espécie nativa, comum aos agricultores locais e se beneficia de locais e áreas alagadiças, ambiente muito comum para a população rural do município do Acará. Contribuem também na possibilidade de cultivo consorciado com outras espécies agrícolas e a associação do produto ao seu valor nutritivo e energético, o que tem contribuído para o elevado interesse na produção do fruto por agricultores e empresas.

> Você pode ver que o rio Acará corta de norte a sul do município, de Belém a Tailândia e durante todo esse percurso existe a presença de açaí, ele é item essencial na dieta do paraense, especialmente, aos ribeirinhos. E para a mistura tem que ter a farinha de mandioca, hoje o município do Acará é o maior produtor de mandioca do Brasil (E.L.S, 50 anos).

> Aqui se vive mais da farinha, o açaí também, tem muitos que estão na empresa assalariados no dendê, outros produtores plantaram dendê também, mas a maior sobrevivência do município do acará eu acredito que seja a mandioca e o açaí (M.S.P, 52 anos)

Para além do consumo, o açaí vem ganhando cada vez mais espaço nas áreas agrícolas do município do Acará. Segundo dados do IBGE a produção do fruto saiu de 16 mil toneladas em 2015 para 27 mil toneladas em 2020, um aumento de aproximadamente 57% na produção.

Nos cultivos de mandioca e açai predominam o trabalho familiar, com tendência de intensificação do uso de trabalho ocasional na coleta do açai.

## A expansão da dendeicultura no município do Acará

O município do Acará possui histórico de plantio de dendê desde os anos 1970, porém, eram áreas de pequenos e médios proprietários (MONTEIRO, 2017; SILVA; MAGALHÃES; FARIAS, 2016). É somente em 2008 e 2009 que a empresa Biopalma se instala no município do Acará e ocasiona a expansão da dendeicultura e a geração

de empregos aos moradores do próprio município.

> Definitivamente a dendeicultura chega aqui em 2008 e 2009, porque deixa eu lhe explicar, primeiro chega os estudos, que as vezes a gente nem sabe que está chegando, mas efetivamente para aquisição de áreas, comprar as áreas né? Trabalhar a questão de viveiros foi em 2009, começamos a perceber a movimentação da empresa em 2009. Aqui exatamente no centro de acará não existia plantio de dendê, existia por exemplo plantio da Agropalma no Moju que atingia aqui um pedaço do Acará, existia a Marborges no Moju que atingia consequentemente uma parte do Acará, mas com implantação mesmo no município não existia, foi a partir de 2009 (A.P.G, 53 anos)

> A Marborges que é Moju tem uma parte no Acará também no km 50, a Agropalma no alto Acará, que já foi Palmasa, lá também é uma parte do Acará. Nós temos a Dentauá que fica em Concórdia, mas também pega uma parte do Acará. Por último a Biopalma que hoje é BBF , que já veio colocar os polos dentro do município, tem o polo da Concórdia que pega o baixo Acará, pega a região do Araxiteua todinho, ai tem o polo de Tomé-Açu que pega essa parte da veracruz onde tem a briga com os índios, e tem o polo vera cruz onde fica a fábrica no km 14, atravessa o rio e pega a transbiopalma (E.L.S, 50 anos).

A escolha do município do Acará como uma das áreas a ser privilegiada para o plantio de dendê está relacionado a pelo menos três fatores que, segundo Monteiro (2017), são: o mapa de zoneamento da dendeicultura; a escolha de áreas com histórico de desmatamento para justificar o dendê em áreas consideradas degradadas e; por fim o zoneamento empresarial. Ou seja, as empresas criaram uma delimitação de abrangência entre si, cada uma procuraria demarcar um território de sua atuação para evitar concorrência.

Segundo um dos entrevistados a dendeicultura chega à região por essa ser propicia ao cultivo e por possuir terras mais baratas.

> Eles chegaram depois de muito estudo, tem um estudo por trás, aqui essa região, abaixo da linha do Equador é um local que chove muito, e lá pra África, Ásia não tem mais área pra plantar, então eles vieram pra cá, porque aqui é promissor, chove bastante, as terras são mais baratas, eles não são besta não (E.L.S, 50 anos).

A escolha do município para sediar grandes áreas de dendê, também foi balizada pelas características econômicas do valor da terra e a disponibilidade dessas foram elementos determinantes para a expansão do dendê nessa região (MONTEIRO, 2017).

Nesse contexto, o aumento dos preços das commodities a partir dos anos 2000, o “commodity boom”, teve um importante impacto sobre a dinâmica do mercado de terras no Brasil, com a expansão territorial do agronegócio (FLEXOR; LEITE, 2017). Segundo Wilkinson (2017) existe um fenômeno de investimentos estrangeiros de

grande vulto em terras agrícolas brasileiras. A possível “disponibilidade” e o preço das terras seria o principal atrativo econômico que influenciaria o destino desses investimentos (FLEXOR; LEITE, 2017; WILKINSON, 2017).

A escolha do município do Acará para sediar o plantio de dendê está também relacionado a fatores estratégicos pelo uso do rio para transporte do óleo de dendê. O processo de distribuição desse óleo segue da esmagadora, localizada as margens do rio Acará (alto Acará), até o porto de vila do conde às margens do rio Pará, localizado no município de Barcarena, onde é embarcado até o destino final de exportação. Segundo um dos entrevistados o município do Acará tem a vantagem de ser mais próximo ao porto de vila do conde. Por isso, o município recebeu a indústria de esmagamento do dendê.

Desta forma, identifica-se que, após 2009, com o avanço da corrida por produção de agrocombustíveis, ampliam-se a conversão de áreas, consideradas degradadas ou áreas de pasto, para o plantio do dendê. No entanto, segundo Silva (2015) as empresas de dendê desenvolveram agroestratégias para a aquisição de terras, o autor destaca três: a aquisição de imóveis rurais, fazendas e áreas da agricultura familiar; arrendamento de imóveis rurais, principalmente com pasto abandonado e; transferência das terras da reforma agrária mediante agricultura por contrato.

Segundo Monteiro (2017) a opção foi se instalar em um espaço-lugar em que a trajetória da pecuária de corte fosse menos eficiente, reduzindo, assim, os gastos de capital simbólico a ser despendido na compra das áreas (MONTEIRO, 2017). Silva (2020) encontrou dados semelhantes para o município do Acará, ao analisar a área de expansão do dendê, concluiu que esse se expande, sobretudo, em áreas de pasto e, ainda que de maneira reduzida, em áreas de florestas e, claro, em áreas familiares através da agricultura por contrato.

Um dos entrevistados recorda como a dendeicultura se expande no município e relembra que essa chegou buscando, preferencialmente, áreas de fazenda de gado.

> Eles chegaram chegando, a única região que deu problema com a compra de terra do pequeno produtor foi nessa região do Bucaia[4]. O resto não, eles foram para as fazendas, fazenda minas gerais e outras, foram comprando as fazendas. Eles eram proibidos, na época, de comprar dos pequenos, só que

[4] Moradores relatam que as fazendas avançam sobre territórios na Amazônia já demarcado, que, em tese, deveriam ser protegidos. O mesmo acontece em outras áreas ainda em fase de reconhecimento, em processos que se arrastam há anos. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/04/18/comunidades-tradicionais-reivindicam-posse-de-terra-em-area-de-conflito-no-acara-no-pa.ghtml

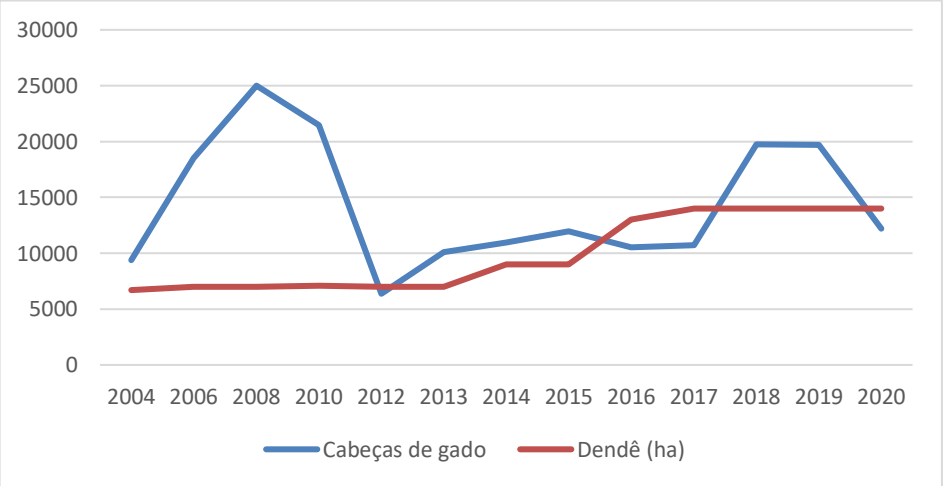
> tinha uns caras que intermediavam a compra pra lá, eles chegaram a comprar diversas terras que ocasionou um problema social para o município, porque muitas famílias do Bucaia hoje moram aqui perto de casa, aquela velha ilusão que vem pra cidade se dar bem. O resto foi de compra de fazenda (R.B.S, 60 anos).

É importante destacar que existiram diversas estratégias para a compra das terras e, mesmo que em menos proporções, áreas de agricultores familiares também foram adquiridas para cultivo de dendê., fato que reflete hoje em conflitos de indígenas, ribeirinhos, agricultores familiares e quilombolas que reinvindicam a posse e uso de terras em que existe plantio de dendê da BBF no municipio do Acará.

A expansão do dendê sobre áreas de pastagens ocasionou a diminuição do rebanho bovino no município do Acará. Segundo dados do IBGE (2021) o rebanho efetivo de gados nesse município tem uma queda após a chegada da dendeicultura e, a partir de 2011, o número de cabeças diminui em, aproximadamente, 50%, enquanto que as áreas de dendê aumentam conforme o gráfico 1.

Entre os anos de 2018 e 1019 ocorre uma elevação no número de cabeças de gado. Segundo os entrevistados, esses dados não refletem a realidade, pois o número de cabeças de gado no município prevaleceu a mesma, não ocorrendo nenhum evento para esse súbito aumento. Fato que, no ano posterior, ele volta a estagnar em baixa, semelhante aos anos anteriores.

Figura 1: Áreas de dendê (ha) e cabeças de gado no município do Acará/PA




Fonte: IBGE, 2022

Costa e Teles (2022) em estudo em um assentamento no município do Acará, confirmam a análise acima, quando destacam que a partir de 2007 ocorre a chegada de pessoas ligadas a grupos empresariais que iniciaram a compra de terras nos

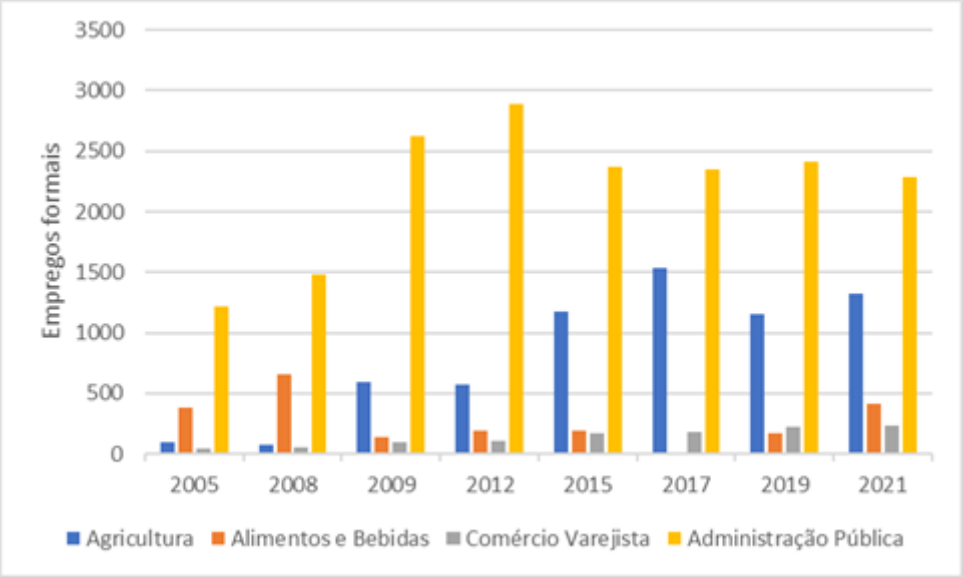
arredores desses assentamentos, comprando tanto áreas de agricultores familiares, quanto de grandes proprietários, especialmente, de criadores de gado para o plantio de dendê. O que também se verifica na fala de um membro do sindidicato de empregados rurais do municipio do Acará.

> Ela (a dendeicultura) chegou primeiro comprando as áreas de terra ai foram comprando, comprando ai já veio a plantação de dendê, foi onde gerou muito emprego ai parece que melhorou mais, desafogou mais, ai eles vieram comprando as terras e depois vieram com o plantio do dendê e assim foi sucessivamente, mas eles foram comprando as terras e plantando dendê. Algumas dessas terras eram dos produtores rurais, de pessoas pequenas mesmo, que venderam suas terras e vieram embora para a cidade. Venderam e vieram pra cidade e estão sobrevivendo aí, outros conseguiram comprar uma outra área, outro local, muitos tão ai na cidade, mas muitos produtores rurais venderam suas terras ai foram trabalhar de empregado na empresa (A.P.G, 53 anos)

A dendeicultura ao se instalar no município do Acará passa a exigir mão-de-obra para as diversas atividades relacionadas à implantação e aos tratos culturais e colheita da cultura. Assim, sugere-se que a indústria do dendê desencadeia um suposto desenvolvimento, pois exige trabalhadores onde há pouca oportunidade de emprego (CASTELLANOS-NAVARRETE; TOBAR-TOMÁS; LÓPEZ-MONZÓN, 2019). De fato, é isso que acontece, pois, a mão-de-obra utilizada na dendeicultura paraense é tipicamente local, de jovens de vilas rurais próximas aos cultivos, com pouco acesso à terra, ou com maiores necessidades econômicas (MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019).

Os dados encontrados na Relação Anual de Informações Sociais ( RAIS) mostram que é a partir de 2008 que se verifica um significativo aumento no número de empregos na área da agricultura, dados esses relacionados diretamente ao assalariamento na dendeicultura. O município de Acará é a segunda principal fonte de renda, ficando atrás somente do trabalho na administração pública. Antes da chegada do dendê a segunda principal fonte de emprego era a área de alimentos e bebidas.

Figura 2: Faixa de emprego por categoria no município do Acará/PA




Fonte: Relação anual de informações sociais (Rais), adaptado pelas autoras, 2023

No ano de 2020 chega ao fim a era “Biopalma”, que vende suas áreas de cultivo para a empresa Brasil Bio Fuels (BBF). Segundo o site BiodieselBR, a Biopalma foi vendida por um valor não revelado, mas que pode ter sido apenas simbólico.

> Aqui chegou a Biopalma como principal, só que como era um trabalho de muitas ações ela trouxe as terceirizadas que cuidava dos transportes, da alimentação, várias atividades necessárias, até para o próprio plantio foi utilizado terceirizadas, mas a empresa central era a Biopalma. A Biopalma é tipo uma ramificação de um projeto da Vale do rio doce, ela era amparada pela Vale. Hoje é a BBF, essa comprou todas as áreas da Biopalma, com tudo, com as terceirizadas que existiam, com todos os funcionários que existiam, ela não parou para contratar funcionário, ela só fez a transferência de nome (A.P.G, 53 anos)

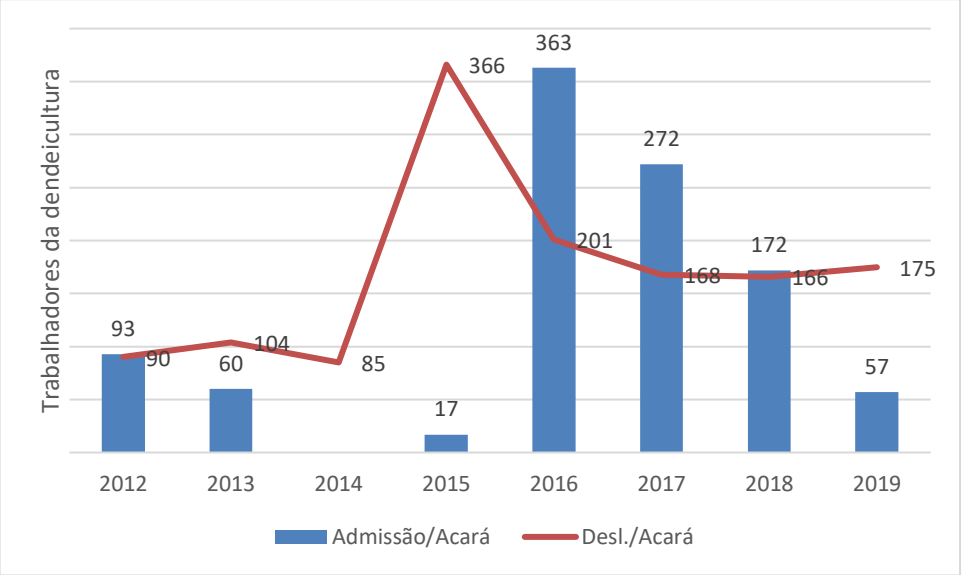
A BBF entra em cenário, no município do Acará, com a venda das áreas da Biopalma. Hoje a empresa possui quatro polos de produção na região do vale do Acará e Baixo Tocantins. São cerca de 56 mil hectares de dendê plantados em terras “próprias”, e 6,8 mil hectares em áreas de agricultura familiar (BIODIESELBR, 2022). A empresa conta também com duas usinas extratoras de óleo de Palma, em Moju e no município do Acará. Para além do Estado do Pará, a BBF tem atuação nos Estados de Roraima, Rondônia, Acre e Amazonas.

Na dendeicultura, existe a necessidade de uma mão-de-obra por períodos mais longos. Pois, as atividades referentes aos tratos culturais, são executadas, predominantemente, de forma manual e a colheita ocorre em todos os meses do ano,

duas vezes ao mês. Porém, o vínculo temporário ocorre, por necessidades empresariais como, em obter homens mais jovens, pela necessidade de produtividade, mas também pelo trabalho com caracteristicas penosas, que constantemente, ocasionam adoecimentos nos trabalhadores e, recentemente, pela aprovação da nova reforma trabalhista (lei 13.467/2017).

A Fig. 3 destaca os números referentes as admissões e desligamentos dos trabalhadores assalariados na dendeicultura para o município do Acará entre os anos de 2012 e 2019. O último ano de análise do Caged demonstra um saldo negativo de empregos em aproximadamente 307% (-118) para o município do Acará.

Figura 3:Admissões e desligamentos no trabalho assalariado na dendeicultura no município do Acará/PA




Fonte: Caged, 2019. Adaptado pelas autoras, 2023

O contraste entre admissões e desligamentos, faz com que o trabalho na dendeicultura seja uma das ocupações com menores saldos positivos de emprego ao ano, só ficando atrás dos trabalhadores volantes da agricultura, as outras áreas que tiveram saldo negativo para o município do Acará foram, assistente administrativo, mecânico de tratores, entre outros (CAGED, 2019). Pois, ao mesmo tempo em que admite, ela também desliga trabalhadores, e em alguns anos o número de desligamentos é maior do que o de admissões, o que gera um saldo de emprego negativo. Os dados entre admissões e desligamentos na dendeicultura para o município do Acará são semelhantes quando comparados ao Estado do Pará e a microrregião de Tomé-Açu.

Nesse cenário, a dendeicultura gera novas reconfigurações no trabalho no município do Acará. As transformações ocorridas nos últimos anos condicionam ações que abrangem não somente a produção agrícola, mas também a configuração do mercado de trabalho local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, identificamos as configurações no uso da terra e dos rios que dizem respeito a composição diversa que o munícipio do Acará sofre, que advém de momentos históricos distintos no processo de povoamento da região. Essas características culturais influenciam as distintas decisões dos agentes na conformação de estruturas que evidenciam a agricultura familiar e empresarial, o que contribuiu para aclarae as configurações do trabalho rural.

Por uma questão metodológica, dividimos a configuração do trabalho em três momentos. O primeiro, representa também os primeiros moradores da região do vale do Acará, donos de fazendas, sesmeiros, mas também negros e indígenas que serviam de mão-de-obra escrava para a extração de madeiras de valor econômico e quando essa se torna escassa. Recorre-se com mais intensidade aos cultivos agrícolas como cana-de-açúcar, extração de cacau nativo, entre outros.

O segundo período, refere-se ao século XX, onde ocorre a chegada dos imigrantes japoneses, nordestinos e sulistas e com eles outros tipos de cultivo. As extensas áreas do município do Acará também resultaram em atividades ligadas a pecuária com a criação de gado de corte e leiteiro, ao cultivo de cacau e pimenta-do-reino com a chegada dos imigrantes japoneses.

O terceiro período, refere-se ao século XXI, nesse ocorre o declínio da pecuária em decorrência da dendeicultura que ocupou grande parte das áreas de pasto do município. Nos dias atuais ocorre a predominância da mandioca como a principal cultura agrícola do município e a expansão do cultivo do açaí em terra firme e da dendeicultura.

A chegada da dendeicultura no município do Acará se expande, oficialmente, em áreas consideradas degradadas, como as áreas de pasto. No entanto, segundo os entrevistados, também adentra em de agricultores familiares, o que ocasionou uma diminuição no rebanho bovino, êxodo rural, e também em conflitos agrários entre empresas e agricultores familiares, indígenas e quilombolas que reclamam a posse e uso da terra em que o dendê adentrou.

Por fim, o dendê ao se expandir gera oportunidade de emprego a homens e mulheres, especialmente, de áreas rurais onde postos de trabalho assalariado não existiam. Esses recorrem a dendeicultura na esperança de agregar renda a família e de conseguir estabilidade financeira. No entanto, a dendeicultura se encaixa em um cenário trabalhista de alta rotatividade, penosidade do tabalho e exigências de produtividade para mão-de-obra jovem.

No geral, as relações de trabalho nos diferentes períodos, evidenciam processos de transformação com intensificação das relações assalariadas e persistência do trabalho familiar. Como novidade, jovens alternam-se entre o trabalho familiar e assalariado “perto de casa”. Não obstante, a base legal derivada da recente reforma trabalhista impulsionam movimentos de instabilidade trabalhista, cujos desdobramentos precisam ser investigados no mundo rural.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. J. M. S.; DARNET, L. A. F.; GUERRA, G. A. D. A dinâmica dos sistemas de produção camponeses em Acará-Pará e as novas configurações de relações com o mercado,impulsionadas pela influência das associações locais. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, 2017.

CASTELLANOS-NAVARRETE, A.; TOBAR-TOMÁS, W. V.; LÓPEZ-MONZÓN, C. E. Development without change: Oil palm labour regimes, development narratives, and disputed moral economies in Mesoamerica. **Journal of Rural Studies**, v. 71, p. 169–180, out. 2019.

COSTA, A. O. Norbert Elias e a configuração: um conceito interdisciplinar. **Configurações**, n. 19, p. 34–48, 30 jun. 2017.

COSTA, D. M. FORO; TELES, E. veias abertas pelo dendê: efeitos e implicações no Assentamento Nazaré, Acará-Pará. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 2, p. 386–406, 17 nov. 2022.

ELIAS, N. **A sociedade de corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Brasil: Zahar, 2001.

FLEXOR, G.; LEITE, S. Mercado de terra, commodities boom e land grabbing no Brasil. Em: **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 20–38.

HOLANDA DO CARMO, F. G. Representações do “Rural”: como definir este espaço em meio a maior complexidade da rede de “interdependências”? **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 17, n. 110, p. 18–26, 20 ago. 2017.

HOMMA, A. K. O. **A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao**

**desenvolvimento agrícola**. 2a edição revista e ampliada ed. Brasília, DF: Embrapa, 2016.

MONTEIRO, M. D. A. **Habitus, governanças institucionais e trajetórias tecnológicas: uma análise sociológica do espaço , o caso da expansão do óleo de palma (dendê) no vale do Acará**. Doutorado—Belém, PA: Universidade federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustebtável do Trópico Umido., 2017.

MOTA, D. M.; BALSADI, O. V.; MOURÃO JÚNIOR, M. Transformações na estrutura ocupacional do Norte do Brasil com foco na dendeicultura. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 39, n. 2, p. 289–312, 13 dez. 2019.

MOTA, D. M.; RIBEIRO, L.; SCHMITZ, H. A organização do trabalho familiar sob a influência da produção de dendê em Tomé-Açu, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 14, n. 2, p. 531–552, ago. 2019.

RIBEIRO, L. B. **O trabalho sob influência da dendeicultura em vilas rurais Paraenses**. Mestrado—Belém: Universidade Federa do Pará/Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, 2016.

SACRAMENTO, E. D. **As almas da terra: a violência no campo mojuense**. Belém: Açaí, 2012.

SILVA, E. P. D. **Agroestrategias e monocultivos de dendê: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital da amazônia paraense**. Mestrado—Belém, PA: Universidade Federal do Pará/Núcleo de meio ambiente, Programa de pós-graduação em Gestão dos Recursos naturais e Desenvolvimento local, 2015.

SILVA, E. P.; MAGALHÃES, S. B.; FARIAS, A. L. A. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia Paraense. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária.**, p. 165–195, 2016.

SILVA, J. M. O. **O território quilombola do Alto Acará/PA comoresistência a expansão do agronegócio do dendê**. Dissertação de Mestrado—Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2020.

WILKINSON, J. Dinâmicas fundiárias, questão agrária e governança Land grabbing e estrangeirização de terras no Brasil. Em: **Questões agrárias, agrícolas e rurais [recurso eletrônico] : conjunturas e políticas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 11–19.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# O DEBATE SOBRE TECNOLOGIAS SOCIAIS EM COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA: A QUESTÃO DA REMUNERAÇAÕ DO TRABALHO COLETIVO

Caio Luis Chiariello[1]
Juliana Rosa Carrijo Mauad [2]
Tania Cristina Costa Calarge[3]

GT 8: Trabalho Rural no Brasil Contemporâneo.

**Resumo**

A tecnologia social propõe uso da ciência e da técnica de forma autônoma, concebidas e geridas pelos trabalhadores que participam e determinam os processos de trabalho para produção de bens e serviços. Em empreendimentos solidários, a propriedade coletiva dos meios de produção e a gestão democrática formam ambiente propício para a aplicação de tecnologias sociais diversas sob comando de trabalhadores associados para a geração de valor. Neste estudo, serão abordadas tecnologias sociais aplicadas em cooperativas populares para definição de formas de remuneração do trabalho. Será apresentada pesquisa em três cooperativas populares, com diferentes trajetórias e atividades produtivas, com distintas formulações de tecnologias sociais para aplicação na remuneração do trabalho associado.

**Palavras-chave**: tecnologias sociais; cooperativas populares; trabalho associado; remuneração

[1] FACE-UFGD. caiochiariello@ufgd.edu.br
[2] FCBA-UFGD. julianacarrijo@ufgd.edu.br
[3]FACE-UFGD. taniacalarge@ufgd.edu.br

## INTRODUÇÃO

A tecnologia social se coloca como conceito diametral a uma tecnologia capital. Para Dagnino (2002), a tecnologia social é intimamente vinculada à solidariedade, em contraposição à competição. É uma tecnologia que tem como protagonistas os trabalhadores atuando de forma solidária, autogerida, em oposição ao isolacionismo presente nos modelos de produção heterogeridos. Ainda segundo o autor, a compreensão da ciência e da técnica enquanto dispositivos para o aprimoramento dos bens e serviços gerados pelo trabalho é nitidamente apropriada no capitalismo pelos detentores dos meios de produção. Estes tomam para si o controle do arcabouço de conhecimento referente ao saber fazer laboral, delineando todo o processo de trabalho voltado para a reprodução ampliada de capital por meio da geração de valor de troca, de mercadorias. Neste processo, elaboram então uma tecnologia capital, hegemônica em sua aplicação.

De forma contra-hegemônica, ciência e tecnologia podem ser arquitetadas rejeitando a centralização do saber fazer sob a égide dos detentores dos meios de produção, espraiando o conhecimento de forma democrática entre o corpo de trabalhadores, que recuperam o seu auto-controle sobre os processos de trabalho e produção de riqueza. Nas palavras de Lianza et al. (2005, p.31), “Toda escolha ou decisão técnica constitui-se num indicador das relações sociais e da cultura técnica vigentes num dado território. Infere-se, daí, que, em cada projeto, está implícita uma ideologia, expressa em um modelo técnico, em uma concepção de tecnologia”.

Os empreendimentos solidários caracterizam-se pela propriedade coletiva dos meios de produção, em que o aparato técnico se pretende que seja solidarizado. O desenho, a arquitetura da estrutura de produção, podem aventar, por vontade dos trabalhadores também proprietários, uma proposta de adequação sócio-tecnica para melhores condições de trabalho ao longo das atividades produtivas, sem comprometer os resultados. Busca-se a atenuação de cargas de trabalho, menor apendiciação na execução e enriquecimento das atividades e tarefas com supressão do trabalho repetitivo, extenuante e alienante (DAGNINO, 2018).

A implementação de uma tecnologia social para os processos de trabalho associado nos empreendimentos solidários, com a autodeterminação de como, quando, onde, para que e para quem produzir, coloca a definição da extensão da jornada de trabalho, da forma de remuneração, da cadeia de comando do processo

produtivo a cargo dos trabalhadores. Daí a proposição de que condições de trabalho e relações de trabalho passam a ser delegadas pelo próprio coletivo, que pode buscar em conjunto o seu melhoramento.

Nas experiências coletivas de empreendimentos de caráter solidário, uma questão central remete à necessidade imediata de adoção do aparato tecnológico elaborado ainda sob a lógica da reprodução do capital, seja em razão da recepção deste aparato no caso de assunção dos meios de produção pelos trabalhadores, seja pela necessidade urgente da sua adoção para produção de bens e serviços visando geração de renda. Uma substituição paulatina ou mesmo radical do aparato técnico sob a égide das tecnologias de capital pelas tecnologias sociais podem delimitar as ligações perigosas derivadas de um desenho técnico elaborado exclusivamente para exploração do trabalho (DAGNINO, 2019).

A proposta deste texto resulta na apresentação de arquiteturas de tecnologia social referentes à modalidades de remuneração do trabalho associado em cooperativas populares. Mais do que perfazerem a adoção de tecnologias sociais no universo da produção de bens e serviços, podem também adotar tecnologia sociais no campo da gestão e da repartição do valor.

Tecnologias sociais para melhor distribuir o valor, desenvolvidas a partir da vivência no universo da produção de riqueza, das relações de trabalho e no trabalho de forma coletivizada em cooperativas egressas de movimentos sociais do campo, podem apontar para modulações autodeterminadas pelos próprios trabalhadores, ensejando uma metodologia, com base no conceito tecnociência solidária, de remuneração do trabalho associado. Diz respeito à apropriação do valor por eles produzidos, sendo que o desenvolvimento das formas de remuneração do trabalho pode ser também um aprimoramento da experiência coletiva e solidária pelos trabalhadores.

Neste sentido, apresentamos dados de pesquisa de campo realizada junto a 3 cooperativas populares do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em dois momentos, 2011-2012 e 2021, em que se analisa as especificidades na forma de remuneração do trabalho associado, sugerindo a constituição de uma metodologia.

## AS COOPERATIVAS POPULARES E FORMAS DE REMUNERAÇÃO

Frequentemente os empreendimentos solidários, dentre eles as cooperativas populares, apresentam os seguintes princípios norteadores para aplicação de

tecnologias sociais, visando aferir modalidades de remuneração do trabalho, com suas respectivas críticas:

1) distribuição igualitária das sobras per capita, uma modalidade que requer uma forte união entre os cooperados, pois a remuneração igual independe da dedicação individual ao trabalho. A crítica a essa modalidade reside no seu baixo estímulo ao trabalho sem uma compensação ao desempenho individual;

2) controle por dias trabalhados, em que as sobras são distribuídas em razão dos dias completos trabalhados pelos sócios. A dificuldade de mensuração do total de dias integralmente trabalhados por cada cooperado pode resultar em distorções;

3) o controle por horas trabalhadas, realizado pelos coordenadores de setor, que contabilizam as horas trabalhadas individualmente por cooperado durante um período. A produção ou as sobras líquidas são divididas pelo número de horas totais trabalhadas pelo coletivo e distribuídas proporcionalmente pelo número de horas trabalhadas por sócio, o que permite visualizar a contribuição quantitativa de cada cooperado para a produção, mas que não mensura a qualidade desta contribuição, podendo mascarar a baixa produtividade individual;

4) o controle das horas somado a coeficientes de multiplicação do valor das horas, relacionados a cargas de trabalho percebidas, assunção de funções com responsabilidades, exigência de formação e/ou qualificação específica para desempenho de determinada atividade, importância da atividade nos resultados operacionais. Tal tecnologia social, mesmo com diferença na remuneração, pode corrigir discrepâncias no desenvolvimento das atividades do trabalho concreto e suas peculiaridades. Contudo, pode também criar núcleos de maior remuneração frequentes, gerando estamentos setoriais e reduzindo a isonomia entre os trabalhadores associados.

5) o controle das horas somado à produtividade do trabalho, um sistema avançado de controle híbrido que combina o sistema de controle por horas trabalhadas e a medição da produtividade física do trabalho, quando possível. Esta modalidade procura elevar a produtividade do trabalho em atividades com maior retorno, mas pode incitar a desunião do grupo, pois nem todos os trabalhadores têm o mesmo desempenho para determinadas funções, privilegiando certos grupos de cooperados.

6) aplicação de metas de produtividade para definição da distribuição das sobras, em que cada setor tem metas a atingir em dado período. A avaliação do desempenho dos trabalhadores seria baseada no desempenho do trabalho mediante seus resultados,

com clareza na proposição das metas e delimitação das responsabilidades individuais e coletivas. A aplicação de metas visaria aumentara produtividade do trabalho e priorizar setores com alta agregação de valor na produção. Porém,ao privilegiar setores ligados à produção de gêneros de maior valor agregado, negligencia setores que não apresentam resultados econômicos expressivos, o que pode levar ao sectarismo no interior da cooperativa.

## TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA REMUNERAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO

Para este estudo acerca de tecnologias sociais aplicadas na elaboração de modalidades de remuneração do trabalho em empreendimentos da reforma agrária, serão apresentados dados de três cooperativas do MST e egressas do processo de conquista da terra por meio das fases de acampamento, assentamento e formação da cooperativa.

A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória LTDA – Copavi, está localizada no Assentamento Santa Maria, município de Paranacity-PR, região noroeste do Paraná e dista 403 Km da capital Curitiba. As moradias dos cooperados foram construídas em forma de agrovilas, sendo todas providas de energia elétrica e água encanada. Os 96 alqueires da COPAVI eram utilizados para pastagens; cana-de-acúcar ecológica;reserva legal;reserva permanente;reserva energética;culturas diversas. As atividades produtivas da cooperativa estavam concentradas nos seguintessetores de produção: Cana e derivados; Pecuária e produção vegetal (GONÇAÇALVES, 2011).

A Cooperunião, fundada em 1990, faz parte do assentamento Conquista na Fronteira e está sediada no município de Dionísio Cerqueira-SC, considerado um porto seco por fazer uma tri-fronteira com as cidades de Barracão, no estado do Paraná, e Bernardo de Irigoyen na Argentina. Os setores de produção da cooperativa eram: Alimentação e reflorestamento; Bovinocultura; Avicultura; Grãos (ANSOLINE, 2011).

A Coopan, Cooperativa Agrícola Nova Santa Rita, localiza-se no município de Nova Santa Rita, estado do Rio Grande Do Sul, dentro do Assentamento Capela. No momento da pesquisa, os setores de produção da Coopan eram: Leite; Arroz orgânico e beneficiamento; Suínos; Abatedouro (RUBENICH, 2011)..

Em um quadro esquemático, o Quadro 1, é possível proceder à identificação do estágio da produção e da organização do trabalho em que as três cooperativas se

encontravam no momento da pesquisa de campo:

**Quadro 1: Organização do trabalho nas cooperativas populares pesquisadas**

| Cooperativa | Produção primária | Agroindústria | Comercialização |
|---|---|---|---|
| COPAVI | Produção interna de gêneros primários tanto para o auto-consumo, comercialização e industrialização. Trabalho com pouca especialização, realizado por associados com mais idade. A produção primária não assume caráter prioritário na cooperativa, sendo atividade acessória. | Principal atividade da cooperativa com cadeia produtiva completa da cana-de-acúcar e do leite. Ocorrência de sobrecargas de trabalho. Divisão do trabalho em certas atividades, com alguns setores com bastante especialização e trabalho realizado por sócios com capacitação técnica específica. | Comercialização para o mercado local do excedente da produção primária e para o mercado regional e nacional de grande parte da produção industrializada. Atividade negocial realizado por associados os com experiência política. |
| COOPERUNIÃO | Produção de 25 tipos de gêneros primários para o auto-consumo. Trabalho com pouca necessidade de qualificação e realizado por quase todos os associados sob regime de rodízio. Relevância da produção primária para a subsistência dos trabalhadores. | Cadeia produtiva completa do frango e prestação de serviço de abate e cadeia produtiva parcial do leite. Trabalho com especialização na atividade do abate de frango, sendo realizado por quase todos os associados sob regime de rodízio. Exigência de formação técnica para algumas atividades. | Comercialização apenas da produção industrializada para o mercado regional e nacional. Trabalho realizado por cooperados experientes com capacidade contábil e negocial e suporte de um setor específico para as vendas. |
| COOPAN | Produção de gêneros primários para o auto-consumo e comercialização. Trabalho com relativa necessidade de qualificação e realizado por grande parte dos sócios sob o sistema de rodízio. | Responsável pela maior parte da renda da cooperativa. Cadeia produtiva completa do arroz orgânico e parcial do suíno com prestação de serviço de abate. Acentuada divisão do trabalho e especialização e realizado por cooperados com capacitação formação técnica sob o sistema de rodízio. | Comercialização da produção industrializada nos mercados regional e nacional e comercialização da produção primária em loja da reforma agrária. Trabalho geralmente realizado por trabalhadores associados com experiência negocial. |

Fonte: COOPERUNIÃO; COPAVI, COOPAN, COPAVA.
Autoria própria.

## A COPAVI

A modalidade de remuneração na Copavi levava em conta o posto de trabalho para fins de avaliação do valor da hora trabalhada, paga mensalmente sob a forma de adiantamento aos trabalhadores associados. Comparava-se todos os cargos em razão das cargas de trabalho, fossem psíquicas, mecânicas, químicas, físicas, bem como as competências requeridas para a execução das atividades como fatores de avaliação, sendo atribuída uma pontuação. Também era ponderada a relevância interna na estrutura de cargos, a responsabilidade assumida, gerando também uma escala de pontos na avaliação quantitativa.

No sistema que a cooperativa adotou de remuneração por posto de trabalho, o valor final pago pela hora trabalhada correspondia à soma do valor base da hora trabalhada, um valor mínimo, equivalente para todos os postos, acrescido da pontuação referente aos requisitos que cada posto específico exige. Chegava-se então a um valor mínimo e a um valor máximo de remuneração da hora trabalhada, sendo que o valor máximo não poderia ultrapassar 40% (quarenta por cento) do valor mínimo da hora trabalhada, evitando que se incorresse em um hiato extenso entre os valores da hora trabalhada.

Segue abaixo o Quadro 2 que apresenta o detalhamento da pontuação atribuída às horas trabalhadas. Esta tecnologia social, desenvolvida internamente pela Copavi com colaboração de pesquisadores da UFPR, demonstra o grau de elaboração almejado pela cooperativa para fins de compor um valor da hora trabalhada que correspondesse às determinações do coletivo para valorizar diferentes formas de contribuição de seus trabalhadores.

**Quadro 2: Fatores adicionais do valor da hora trabalhada**

| FATORES A SE CONSIDERAR NOS POSTOS DE TRABALHO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ESFORÇO FISICO | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| Para desenvolver a função, qual o grau de esforço físico empregado (peso) | Requer pouco esforço físico | Requer algum esforço físico | Requer esforço físico médio | Requer esforço físico médio pra alto | Requer alto grau de esforço físico |
| CONHECIMENTO/ESTUDO | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| grau de escolaridade, conhecimento técnico que necessita | baixo grau de escolaridade | Cálculos matemáticos básicos; Preenchimento de fichas; Leitura e interpretação de textos; CNH A ou B | Conhecimento básico de informática; Noções básicas de gerenciamento; CNH C e D | elaboração de textos, memorandos; sistemas de controle; Gerenciamento de dados e projetos; CNH E | Responsabilidade profissional |
| RELAÇÃO INTERPESSOAL | **1** | **2** | **3** | | |
| Necessidade de comunicação pessoal, relacionamento e cooperação com os demais sócios | Pode desenvolver a função tem que se relacionar com menos de 2 pessoas | Pode desenvolver a função, tem de se relacionar com 3 a 6 pessoas | Para desenvolver a função tem de se relacionar com mais de 7 pessoas | | |
| RELAÇÃO COM TERCEIROS | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| Para desenvolver a função necessita negociar e se relacionar com pessoas de fora | Não precisa se relacionar com ninguém | Se relaciona com poucas pessoas no município | Se relaciona com várias pessoas do município | Se relaciona com pessoas a nível nacional | Se relaciona com pessoas do mundo inteiro (saber outros idiomas, etc..) |
| TOMADAS DE DECISÕES | **1** | **2** | **3** | **4** | |
| Quantas e qual o grau de importância para a vida da cooperativa das decisões tomadas no dia a dia | Decisões que afetam praticamente o próprio trabalho e requer pouco planejamento | Decisões que afetam mais pessoas, mas restrito ao setor; Necessita planejar a curtíssimo prazo (semanas) | Decisões que envolvem finanças, Patrimônio; afetam mais de 1 setor; Necessita planejar por meses | Decisões que afetam a cooperativa; Novas atividades; Planos estratégicos; estudos de longo prazo | |
| PERMANÊNCIA NA ÁREA DA COPAVI | **1** | **2** | **3** | **4** | |
| Em função da sua tarefa, quantos dias do mês dorme em casa | Dorme mais de 27 dias em casa | Dorme entre 22 e 26 dias em casa | Dorme entre 13 e 21 dias em casa | Dorme menos do q 12 dias em casa | |
| POLUIÇÃO SONORA | **1** | **2** | **3** | **4** | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Qual o grau de barulho no ambiente de trabalho | Não tem poluição sonora | Baixa poluição sonora | Há poluição sonora, sem obrigação de abafador de ruídos | obrigatório o uso de abafador de ruídos | |
| POSIÇÃO DO CORPO | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| Para desenvolver a função, qual o a posição do corpo durante a maior parte do trabalho | Sentado em condição normal | Sentado em condição desconfortável | Trabalha um tempo em pé e outro sentado | Em pé, em posição desconfortável | Em pé, em posição desconfortável e com esforço repetitivo |
| TEMPERATURA | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| No posto de trabalho, qual a temperatura ambiente | Trabalha no Sol ou sombra com temperatura ambiente normal | Com leve aqueciment o | Com aqueciment o de fogões e fornos | Com aquecimen to de tachos | Necessita contato direto com fornalhas |
| EXPOSIÇÃO AO SOL- | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| No posto de trabalho, quanto tempo fica exposto ao sol | Pouquíssimo contato com sol | Entre 20 e 40% do tempo no sol | Entre 41 e 60% do tempo no sol | Entre 61 e 80% no sol | Sol o trabalho todo |
| INSALUBRIDADE | **1** | **2** | **3** | **4** | |
| Durante o trabalho, a pessoa tem contato com qual tipo de produtos químicos | Não tem contato com produtos químicos | manuseia produtos químicos de limpeza de baixo teor tóxico | manuseia produtos químicos de limpeza de teor tóxico | manuseia e manipula produtos altamente tóxicos | |
| RISCO DE ACIDENTE | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| Durante o trabalho, com o grau de risco de sofrer algum tipo de acidente pessoal | Risco de acidente muito baixo | Exposto a acidentes leves, como pequenos cortes, quedas leves, pequenas queimadura s ... | Risco permanente de sofrer queimadura s, cortes mais profundos, perda de membros do corpo | Risco de acidente de automóvel - atividade pouco trânsito | Risco de acidente de automóvel ou caldeira, atividades q estão em trânsito mais diario |
| RESPONSABILIDAD E | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| Na tarefa que executa, qual o grau de responsabilidade envolvida | Limitada ao seu próprio trabalho e com pouco impacto no conjunto | Limitado ao seu próprio trabalho e com impacto no setor | Requer grau de responsabili dade que influencia todo o setor | Requer grau de responsabil idade que influencia mais de um | Requer grau de responsabili dade que influencia toda a |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | setor da cooperativa | cooperativa |
| ACRÉSCIMO EM R$ | | | | | |

Fonte: COPAVI. Autoria própria.

Além da ponderação da hora trabalhada pelos fatores supracitados, a Copavi instituiu sistema de adicional por cargo. Este adicional no valor da hora trabalhada, que podia extrapolar o limite de 40% do valor mínimo da hora trabalhada, visava incentivar os sócios a assumirem funções e cargos de responsabilidade, problemático nas cooperativas populares, pois por vezes ocorre evasão da participação espontânea nas atividades que requerem responsabilização perante o coletivo. A Tabela 1 ilustra esta tecnologia social aplicada à forma de remuneração do trabalho:

**Tabela 1: Diferencial de remuneração da hora trabalhada por cargos**

| ADICIONAIS POR FUNÇÃO DE CARGO | |
|---|---|
| **Função** | **%** |
| Coordenador Atividade com menos de 6 pessoas | 12 |
| Coordenador Atividade entre 7 e 12 pessoas | 17 |
| Coordenador Atividade acima de 12 pessoas | 25 |
| Coordenador Social | 15 |
| Coordenador de Grupos de trabalho | 10 |
| Coordenador de núcleos | 10 |
| Coord. Grupo de jovens e mulheres | 6 |
| Conselho Fiscal (3 pessoas) | 6 |
| Secretaria Geral | 6 |
| Presidente / Tesoureiro | 30 |

Fonte: COPAVI. Autoria própria.

Uma percepção que os sócios da Copavi tinham era de que a diferenciação no valor da hora trabalhada acabava por fixar os trabalhadores nos postos de trabalho, pois calculavam antecipadamente o valor unitário da hora e sua remuneração, levando a uma retração no rodízio de funções e especialização em determinadas atividades, engessando de certa forma a aplicação da politecnia em seu interior.

## A COOPERUNIÃO

Diferentemente da Copavi, a Cooperunião remunerava os trabalhadores associados exclusivamente pelas horas trabalhadas individuais, independente da produtividade ou por fatores associados a cargas de trabalho ou presença em cargos ou funções. Esta tecnologia social para a equidade no valor da hora trabalhada individualmente visava horizontalizar as remunerações entre os sócios, de forma a não incidir em diferenciações de rendimentos e de realidade material dentro do coletivo. Independente da atividade, das cargas de trabalho recepcionadas, dos requisitos técnicos para a execução do trabalho, das responsabilidades assumidas, o valor da hora trabalhada era igual.

As horas trabalhadas de cada associado eram controladas e mensuradas nos setores de produção, repassadas à direção da cooperativa para tabulação e divididas mensalmente conforme a previsão da receita. Os valores mensais pagos pelas horas trabalhadas giravam em torno de um salário mínimo e meio (1,5 SM). Ao fim de cada ano, em havendo sobras, estas eram divididas igualmente entre cada um dos associados.

A cooperativa apresentava jornada diferenciada entre seus sócios. Os homens e jovens trabalhavam oito horas diárias e as mulheres e adolescentes quatro horas diárias. Os acordos de funcionamento da distribuição de sobras, das obrigações e direitos dos sócios eram realizados nas Assembléias gerais, com adiantamentos de sobras feitas mensalmente em razão do número de horas trabalhadas individualmente.

A cooperativa atribuía para seus associados uma remuneração indireta, sob a forma de contribuição a cooperados nas áreas da educação, saúde, esporte, lazer e alimentação. A cooperativa custeava um posto de saúde para tratamentos alternativos, visando a prevenção das doenças, ofertando medicamentos homeopáticos e atendimento de primeiros socorros. Os medicamentos eram distribuídos sem custo algum para os sócios.

Gêneros alimentícios para o auto-consumo eram repassados a preços de custo para o consumo da família do associado, uma vez que a Cooperunião não dispunha de cozinha coletiva. A moradia para os sócios também era fornecida pela cooperativa, que também arcava com o custeio do INSS de cada associado.

Os cooperados liberados para contribuir nos movimentos sociais recebem uma ajuda de custo ou a média dos recebimentos dos demais trabalhadores associados, estescom direito à moradia, alimentação, saúde, esporte, lazer entre outros

benefícios.

Na Cooperunião, uma percepção de muitos associados era de que a isonomia no valor da hora trabalhada paga contribuía para que ocorresse elevado rodízio nos postos de trabalho, sendo que a maioria atuava tanto na produção primária quanto na cadeia de frango, independente da maior ou menor agregação de valor resultante de sua hora trabalhada. Esta compreensão levava a uma apropriação dos trabalhadores dos diversos saberes nos vários processos de trabalho, resultando no adensamento do seu caráter politécnico. Contudo, também havia sócios que expressavam descontentamento com o método de pagamento igual pela hora trabalhada. Argumentavam que o valor da hora sem diferenciação causava baixa na produtividade do trabalho e baixo empenho em melhorar processos internos.

**A COOPAN**

Na Coopan, à época da pesquisa, a remuneração do trabalho estava transitando de uma tecnologia social em que o valor da hora trabalhada era igual entre todos os associados para uma tecnologia em que haveria diferenciação no valor da hora trabalhada. A nova tecnologia estava sendo implantada com um sistema diferenciado de remuneração do trabalho que buscasse valorizar as diferenças entre associados quanto ao esforço no trabalho, produtividade e responsabilidade na cooperativa. A Coopan tinha conhecimento da tecnologia social aplicada pela Copavi para remuneração do trabalho, e estava adequando esta tecnologia para sua realidade, ensejando sua aplicação. O desenho técnico para a remuneração diferenciada na cooperativa partia das seguintes variações:

Para trabalhadores que participam na gestão da cooperativa:

- Trabalhadores que atuam na coordenação e direção, adicional de 5% no valor da hora;
- Trabalhadores que participam de formação e capacitação que a cooperativa planeja para o associado, adicional de 5% no valor da hora;

Para os trabalhadores lotados nos Setores de trabalhos:

- Os setores fazem avaliação de seus membros avaliando três aspectos: grau de esforço físico no trabalho, produtividade e responsabilidade, aferindo percentuais para cada item podendo ser de 1% a 3% que irão majorar o valor da hora trabalhada.

- A coordenação também avalia todos os sócios da cooperativa nos três aspectos, aferindo percentuais para cada item podendo ser de 1% a 4% que irão majorar o valor da hora trabalhada.

A soma da porcentagem indicada para cada trabalhador resulta no percentual adicional do valor da hora trabalhada individual, incidindo sobre o cálculo do adiantamento que cada associado tem direito.

A dificuldade na aplicação desta nova tecnologia social, para além da percepção de muitos associados de que a cooperativa perderia em parte seu caráter igualitário, promovendo diferença de rendimentos entre associados, residia na mobilidade dos trabalhadores nos diversos postos de trabalho. Na Coopan havia uma cultura de rodízio de todos os trabalhadores associados nas diversas atividades desenvolvidas, independentemente de serem mais voltadas para a produção primária ou para a agroindústria. Era estabelecido que todos os trabalhadores ficariam meio período (4 horas) lotados em um posto de trabalho e outro meio período lotados em outro posto de trabalho com tarefas distintas. Essa prática tinha por função propiciar o domínio dos diversos saberes acerca dos processos produtivos da cooperativa, na perspectiva da politecnia, além de viabilizar a pronta assunção de tarefas por qualquer sócio em momentos estratégicos.

Para além da remuneração do trabalho direto, a Coopan custeava outros benefícios: Ciranda infantil para crianças de 4 meses a 10 anos; Refeitório coletivo servindo almoço aos associados por preço simbólico; Fornecimento de gêneros alimentícios com preços 30% menores que os valores de mercado; Moradia, pois a cooperativa construiu uma casa padrão para cada família; fornecimento gratuito de água para as residências; férias coletivas anuais na praia para todos os associados durante o período de uma semana.

No modelo de remuneração do trabalho por horas trabalhadas com o mesmo valor, à época da pesquisa cada associado tinha um adiantamento mensal de aproximadamente 2 salários mínimos, um valor considerável levando em conta que algumas famílias poderiam ter vários membros integrando o quadro de associados.

Em pesquisa recente com a direção da Coopan, e a partir da pesquisa de Rubenich (2017), verifica-se que a tecnologia social de remuneração do trabalho continua sendo aplicada com o valor igual da hora trabalhada, sem incidência de coeficientes, mas que os estudos continuam sendo debatidos, sendo frequentemente ventilada sua aplicação por parte dos trabalhadores associados.

Como já foi mencionado, na trajetória das três cooperativas populares pesquisadas houve mudanças nas modalidades de remuneração do trabalho, o que aponta para a aplicação de distintas tecnologias sociais ao longo do tempo. As modalidades de remuneração do trabalho e seus critérios no momento da pesquisa em 2012, atualizadas em nova pesquisa em 2020, bem como modalidades já aplicadas anteriormente, estão sintetizadas no Quadro 3 abaixo:

**Quadro 3: Remuneração nas cooperativas populares pesquisadas**

| Cooperativa | Modalidade de remuneração do trabalho | Critérios | Modalidades de remuneração anteriores |
|---|---|---|---|
| **Copavi** | Por hora trabalhada com diferenciação | Conforme exigência de cada atividade de trabalho, considerando: esforço físico, postura, exposição ao calor e ruídos, risco de acidente, insalubridade, atuação externa, conhecimento, nível de decisão, responsabilidade, relacionamento com sócios, relacionamento com terceiros. Adicional na hora trabalhada para quem assume algum cargo. | Por dia de trabalho, por hora trabalhada sem diferenciação |
| **Cooperunião** | Por hora trabalhada sem diferenciação | O valor da hora é igual para todos os trabalhadores associados em todas as atividades. | Por pessoa, por dia trabalhado |
| **Coopan** | Por hora trabalhada com diferenciação | Transição para adicional de 5% no valor da hora trabalhada para quem desempenha coordenação e direção e participa da formação e capacitação. Em cada setor avalia-se esforço no trabalho, produtividade e responsabilidade, chegando a adição de 5% no valor da hora | Por pessoa, por dia de trabalho, por hora trabalhada sem diferenciação |

Fonte: COOPERUNIÃO; COPAVI, COOPAN. Autoria própria.

## Considerações Finais

No caso das cooperativas populares pesquisadas, as tecnologias sociais aplicadas para definição das modalidades de remuneração do trabalho diferiam, apontando para uma adequação sócio-técnica para a realidade particular de cada cooperativa, também em constante transformação. Por serem empreendimentos solidários, autogestionários, Copavi, Cooperunião e Coopan determinam a maneira

como os associados se apropriam do valor de seu trabalho buscando um desenho das tecnologias sociais. Tal desenho passa por dinâmicas internas de discussões nos ambientes de produção e gestão, amparadas por suporte técnico de Universidades, com também de outras experiências coletivas, e por fim levadas para as Assembléias Gerais para aprofundamento do debate objetivando uma deliberação coletiva.

A trajetória das cooperativas pesquisadas na proposição de modalidades para remuneração do trabalho, arquitetadas de acordo com as transformações decorrentes do desenvolvimento das suas forças produtivas, pode acarretar a definição de tecnologias sociais para formas avançadas da distribuição do valor. Assim, ensejam uma mudança significativa na apropriação do valor gerado pelo trabalho associado, de maneira sim insurgente, rebelde, ludicizante e diametralmente distinta da expropriação do valor que marca a exploração do trabalho sob o capital, mediada por suas tecnologias, que tem na partilha deste valor, nas formas intensamente desiguais de remuneração, o resultado desta exploração.

## Referências Bibliográficas


ANSOLINE, T. A. .**Ampliação da produção de piscicultura -** Cooperativa de produção agropecuária união do oeste – COOPERUNIÃO. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

DAGNINO, R. **Em direção a uma estratégia para a redução da pobreza**: a economia solidária e a adequação sociotécnica. In: Organização dos estados ibero-americanos para a educação, a ciência e a cultura. Sala de Lectura de la OEI. 2002.

DAGNINO, R.. Em busca de um conceito de tecnologia social aderente à Economia Solidária. In: SILVA, R. B.; TAIT, M.; NOVAES, H. T.; FRAGA, L. S..**Suleando a retomada com tecnociência social**: o pensamento de Renato Dagnino. Florianópolis: Insular, 2018. pp 171-195.

DAGNINO, R.. Tecnociência solidária: um manual estratégico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

GONÇALVES, A. N.. **Estudo de viabilidade na produção de iogurte orgânico.** Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

LIANZA, S.; ADDOR, F.; CARVALHO, V. F. M.. Solidariedade técnica: por uma formação crítica no desenvolvimento tecnológico. In: LIANZA, S.; ADDOR, F.. **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Editora UFRGS, 2005.

RUBENICH, A. L.. **Industrialização da carne suína na cooperativa de produção agropecuária Nova Santa Rita LTDA – COOPAN**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

RUBENICH. I. W.. **A sustentabilidade socioeconômica e os desafios da inserção da juventude na Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita**

**(Coopan), Nova Santa Rita (RS).** TCC (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal da Fronteira Sul. Laranjeiras do Sul. 2017.

# Entre contos e benzeções: aspectos epistemológicos e formas de resistência[1]

Marivaldo Aparecido de Carvalho[2]
Rosana Passos Cambraia[3]

**GT 01:** Transformações nos modos de vida, violência e formas de resistência no meio rural brasileiro.

**RESUMO**

As reflexões aqui elaboradas são frutos de pesquisa junto ao PPGSaSA (Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente da UFVJM) e ao PPGER (Programa de Estudos Rurais da UFVJM). Temos como meta neste trabalho teórico vincular epistemologicamente a prática de benzeção, o uso de plantas medicinais, durante as benzeções, e os contos tradicionais. As benzedeiras e benzedores, sempre alertam para a necessidade da mudança de atitude do/a paciente, o mesmo é chamado a atenção para que haja fé para ocorrer a cura, em uma atitude de equilíbrio por parte do doente. Neste contexto, os contos, de sua forma, também transmitem ensinamentos que guiam e organizam o modo de vida da comunidade. Os dados aqui analisados são oriundos de pesquisas em comunidades rurais do norte, nordeste e sul de Minas Gerais. A vitalidade cultural dos contos e das benzeções possibilita analisar e pensar os processos de mudança sociais e suas resistências.

Palavras-chave: Benzedeiras/dores, Contos tradicionais, Costume, Plantas Medicinais, Resistência.

## INTRODUÇÃO

Compreendemos que o processo de cura é antes de tudo um processo social, cultural e educativo e que as maneiras de curar perpassam as várias esferas do viver, e se relacionam com as condições sócio-ambientais e estas condições são pensadas como indissociáveis, principalmente em comunidades rurais. O mesmo se

[1] Agradecimentos: FAPEMIG, PPGSaSA, PPGER, PRPPG/UFVJM, DCB/FCBS. Profa. Silvia M.S de Carvalho
[2] Instituição UFVJM.marivaldo.aparecido@ufvjm.edu.br.
[3] Instituição UFVJM. rosa.cambraia@ufvjm.edu.br

dá com a contação de contos tradicionais, que se vinculam socialmente e culturalmente como as formas de educar de comunidades, que possuem na fala uma forma valorativa de criar acordos, transmitir conselhos e conhecimentos. Para as culturas tradicionais e populares este vínculo se alicerça nos preceitos religiosos que conduzem a uma formulação ética na relação com o outro: seja este humano ou não humano. Esta formulação ética se traduz no conceito de fé, que por sua vez se alicerça numa práxis social onde o viver humano não cria dicotomias radicais com o não humano. Nas benzeções os/as benzedeiras e benzedores, sempre alertam para a necessidade da mudança de atitude do/a paciente, da mesma forma é chamada a atenção de que é necessário ter fé para ocorrer a cura. Os contos, de sua forma, também transmitem ensinamentos que guiam e organizam o modo de vida da comunidade e muitas vezes se vinculam de forma direta com as benzeções e o uso de plantas, além de terem uma função terapêutica que se dá no momento da narração dos contos. Os dados aqui analisados são oriundos de pesquisas diversas em comunidades rurais no norte, nordeste e sul de Minas Gerais. A vitalidade cultural dos contos e das benzeções em comunidades rurais tradicionais possibilita que os processos de mudança sociais e de suas resistências sejam analisados e pensados.

## DESENVOLVIMENTO

Em seu livro “O grande massacre dos gatos” Darnton (2011) demonstra que os contos refletem uma vida dura, fome, doenças e a desigualdade sentida pela comunidade em sua lida pela vida. Os contos, segundo Darnton, são sinalizadores catalisadores de uma situação social, não são elementos de fuga mas instrumentos educativos e discursivos sobre a situação da vida que se vive.

> As famílias dos camponeses não podiam sobreviver, no Antigo Regime, a menos que todos trabalhassem, e trabalhassem juntos, como uma unidade econômica. Os contos populares mostram, constantemente, pais trabalhando nos campos, enquanto os filhos recolhem madeira, guardam as ovelhas, pegam água, tecem lã, ou mendigam. Longe de condenarem a exploração do trabalho infantil, ficam indignados quando não ocorre. (DARNTON, 2011, p.54)

Neste sentido os contos representam experiências sobre o viver os seus desafios, experiência que precisa ser repassada para as novas gerações. Este momento que o conto assume o papel de retraduzir o real vivido numa linguagem que contempla o

lúdico, que contempla os momentos mais íntimos de uma família ou grupos social, é o momento que a comunidade reflete de forma "teórica", ou seja, através de elaborações de ideias que são apresentadas de forma metafórica nas narrações em torno do fogo em rodas de conversa, nas cabanas dos camponeses, durante as noites de inverno, "as histórias pertencem sempre a um fundo de cultura popular, que os camponeses foram acumulando através dos séculos, com perdas notavelmente pequenas." (IDEM, p.32). As histórias são boas para pensar assim como as benzeções, que além de curar são formas de pensar.

Ao lermos Poel (2018) compreendemos que as maneiras de manifestar um saber são também uma maneira de manifestar formas de resistência cultural ou uma afirmação cultural valorativa de um modo de vida. Poel (conhecido como Frei Chico), demonstra que a cultura popular também realiza suas críticas sobre o conhecimento dominante, compreendendo o saber popular/tradicional como fundamental para a formação de comunidades rurais tradicionais, assim como comunidades pobres de origem urbana que buscam nestes saberes formas comunitárias de resistência e manutenção de suas vidas, que envolvem construções sociais e culturais de aspectos materiais e espirituais.

Saber e experiência se vinculam neste sentido os relatos de contos e as formas de cura tradicionais trazem a tona um acúmulo de saberes que é confirmado pela comunidade, ou seja, aceito como saberes que reforçam os o modo de vida da comunidade, um patrimônio.

Em nossas pesquisas de campo observamos que certos contos, mesmo que muito antigos, ainda buscam manifestar uma memória de vida que serviu de modelo para seus moradores/as. Como demonstra a narração de uma moradora de Aiuruoca, no sul de Minas Gerais, falecida, sobre a "mãe de ouro".

*"A minha mãe contava que a 'Mandiouro' brincava com uma menina, né. A pobre da menina era muda. Só enxergava né, mas era muda.*

*Aí falavam que entrava bastante gente, aí o povo, não entende essa parte da menina ser muda, brincar com dor, né. Aí eles mandavam levar toalha, bacia, uma vela, pra poder, às vezes, segurar, a Mandiouro, né. A Mandiouro tava vendo que ela ( menina) tava ficando ativa, aí a Mandiouro num brincou mais com ela não.*

*Cê acredita que outro dia, acho que a Mandiouro atravessou aqui? Travessou foi na hora que havia festa. Nós tava na missa, quando chegou pra baixo do colégio foi*

*aquele negócio assim na frente. Avião num era porque num tava fazendo barulho de avião, sabe? Num tava fazendo barulho de avião não. Mas tava aquela tocha de fogo assim, que acendia e apagava. Diz que a Mandioro, diz que é uma minina bem branquinha, né? Que é uma minina bem branquinha. Diz que é uma minina assim bunita, de cabelo comprido. Que é muito bunita."*

No meio da narração a moradora pede licença para verificar sua galinha:

*"Eu vou lá pegar minha galinha. Tinha uma galinha fechada lá. Eu venho cá contar procê. Eu vou lá ver a galinha primeiro, viu? Eu já venho. Ela tá cumendo ovo. Ela tá botando e comendo. Então tem que se olhar na hora. Vim lá e ficá vindo. Ficá vindo."*

Como demonstra o exemplo acima citado, em meio a narração observamos a narradora preocupada com seu ovo, alimento, e com a criação de sua galinha. E o próprio conto relata a expressão: "brincar com dor" e que a criança era muda, ou seja, formas de sofrimento. Neste sentido, quando ouvimos essa narração não entramos num mundo distante do vivido pela narradora, ela conta que viu a "Mandiouro" e disse que não era avião, de certa maneira ela narra o que pode ver, ou sentir como algo vivido.

Outro narrador morador de Itamarandiba (MG) nos narra um conto que para ele é real.

*"Olha, história que eu nunca esqueci, é uma história que meu pai sempre contava. É uma história que a avó dele morava sozinha, e diz ele que nessa casa lá, apareceu um negócio lá. Eles falam que é o capeta, né? Aí eles falam que é o capeta batizado, e tudo. E a pobre da mulher vivia aborrecida demais com a tentação que ela fazia. Que era ir dando a tarde e começava subir pro telhado e jogar coisa dentro de casa, e fazia a maior bagunça dentro da casa. E elas rezava, e quando começava a rezar ele ajudava. E aquela tentação, e aquela tentação... Aí ela gostava muito de pescar e ela tinha um canivete que ela tinha o maior ciúme do tal canivete. Aí ele era banhado a ouro assim, por fora. Mas muito lindo o danado do canivete! E era o canivete dela cortar as iscas pra por no anzol. Aí ela pegava, e sempre tinha um pau na casa assim, só que o pau tinha um ôco, e ela colocava o canivete lá. Mas um dia o canivete escapoliu e bateu lá. E ela entristeceu! Além da tentação de todo dia daquele bicho, aí ela perde o canivete. Aí que ela ficou mais triste! Aí um dia ele pegou atentando, atentando e atentando. Aí ela pegou e sentiu tal coisa, que pegou*

*e falou assim: '- do tempo que você tá pegando e me atentando aqui, porque que ocê num pega meu canivete que caiu naquele coisa alí?". Aí ela só viu ele enfiando aquele mãozão assim óh, e catou o canivete e entregou pra ela. Aí ela pegou o canivete e a tentação continuou do mesmo jeito. Aí por fim, foi um padre lá e eles contaram o que tava acontecendo, aí o padre pegou e falou: é, tem que benzer com água benta, né? Aí pegou e jogou água benta nos quatro cantos da casa, aí diz que nesse dia, depois que o padre saiu, esse troço deu um estouro lá e desapareceu. Aí acabou o sofrimento da tentação do bicho. Meu pai sempre contava isso aí e eu ficava escutando. <u>E a gente guarda, né? Dá medo na gente também.</u>*

Este conto também relata as condições de vida, a situação sofrida e envolve diretamente um instrumento de trabalho (canivete) e uma atividade que visa o alimento, a pesca. Acreditamos que estes contos aqui apresentados demonstram um modelo educativo e uma maneira de se pensar a vida e suas circunstâncias.

Os dados de nossas pesquisas também demonstram que as formas de cura pela benzeção e uso de plantas também envolvem processos cognitivos, de experiências que representam o conjunto de feitos e saberes, que sempre serviram como outras formas de cura para uma população que sempre foi afastada e mantida afastada dos processos de cura preconizados pelo mundo urbano e pelas políticas públicas. Assim as benzeções além de representarem tradições são formas de manutenção da vida de grupos fragilizados socialmente, mas que produziram formas próprias de cura que são formas de resistência, e se manter vivo é a primeira forma de resistência.

As orações são formas de narrações que buscam a cura. Seguindo um preceito ético que aprendemos com os antigos não vou transcrever orações, a de haver um momento correto para se aprender a orar para curar. Todo recurso, seja material (plantas medicinais) ou imaterial (orações), não pode se traduzir numa ideia de propriedade ou de acúmulo, mas quem sabe ter o que cuidar; uma das maneiras de cuidar é não profanar e manter a reciprocidade, ou seja, a troca. A cura e os contos são trocas sociais e culturais que visam a manutenção da vida coletiva do grupo. Neste sentido é muito importante a informação de que na coleta de plantas medicinais em épocas mais antigas evitava-se coletar mais do que precisava, pois é necessário manter o equilíbrio entre a ação humana e a natureza aqui representadas pelas plantas, e isso se refere a uma ordem clara, ou seja, se várias pessoas

precisam de plantas e orações, seria uma indicação de falta de fé, de falta de reciprocidade e de respeito para com os outros moradores e moradoras, ao não ter acesso a estes recursos por uma ideia de propriedade privada.

> Esta preocupação com o que é bom para a comunidade presente, desde que não prejudique ou inviabilize a comunidade futura, é justamente o que a humanidade de hoje precisa urgente e im-preterivelmente — recuperar. A preocupação com o futuro se revela em muitos campos da tradição popular por uma atitude verdadeiramente religiosa de respeito à natureza (respeito este muitas vezes mal compreendido pelas pessoas intelectualizadas, rotulado como "superstição"). Numa pesquisa realizada no Noroeste de Minas Gerais (11:93) constatou-se, por exemplo, que os informantes (um casal de benzedores/curadores de plantas) "não estocam vegetais, por mais longe que estes se achem (e às vezes sucede encontrarem-se os mesmos a um dia de distância); em vez disso, só os recolhem quando é preciso, na quantidade necessária destacando a parte da planta a ser usada, e, na medida do possível, evitando a morte do exemplar. (CARVALHO et al., 1982, p.54)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU CONCLUSÕES)

Demonstramos neste trabalho a relação entre práticas populares de cura e de contação de história e as bases epistemológicas que se assemelham ao "pensamento mítico". Principalmente no que se refere a uma ética de não acumulação. Evidenciamos em nossa exposição o encontro entre benzimento e uso de plantas medicinais como formas de pensar.

Os dados levantados são oriundos de pesquisa de campo participativa de cunho etnográfico em comunidades rurais. Partimos de uma concepção marxista do trabalho, embasada na obra de Godelier (2001) (estruturalismo econômico) e também na análise, apoiada nas reflexões de Lévi-Strauss (1989), sobre a capacidade simbólica das sociedades humanas em sua relação com a natureza. Assim como nas reflexões de Silvia de Carvalho (1982) sobre a qualidade do pensamento tradicional como um pensamento domesticado para não acumular.

A cura é um processo conjunto entre benzedor/a e paciente, e quando necessário a planta, porém a cura vem de Deus.

A relação com a planta por parte dos/as benzedores/as que as utilizam é de respeito e gratidão, pois ela é expressão do divino (criador).

A benzedura e o uso de plantas são instrumentos epistemológicos pois envolvem o saber usar e como pensar este uso.

Para alguns benzedores/as não se pode acumular plantas, só o necessário para

uso.

> Tanto no mato quanto no quintal, as plantas são coletadas segundo a necessidade. Dificilmente são armazenadas, guardadas. Somente quando há uma sobra de alguma raiz ou casca. Quanto às sementes, estas são guardadas com mais frequência certamente por sua sazonalidade e facilidade de armazenar. Uma entrevistada mostrou um frasco de sementes de cardo-santo (*Cnicus benedictus L.*) que aprendeu a guardar e a preparar com sua mãe... (GUTIERREZ, 2015, p.50)

Este dado é importante pois demonstra a ideia de não acumular, mesmo o armazenamento de sementes não significa uma ideia de acúmulo, mas forma de uso da planta que se dá pela sua semente, a conservação de sementes é uma prática muito antiga da humanidade que não fere o processo de reprodução da planta, pois se coleta o necessário para o uso. Essa prática no nosso entender marca a vida das comunidades rurais.

Hoje em dia, com a chegada de moradores/as de fora da região e que fazem uso de plantas medicinais e trabalham com plantas medicinais, levou algumas espécies a "sumir" do meio ambiente local devido ao uso desordenado em busca de lucro. Podemos citar como exemplo a planta medicinal de nome popular "pedestre" que diminuiu drasticamente na região de São Gonçalo do Rio das Pedras (MG), o que indica um uso desequilibrado.

O processo de cura é um processo educativo para a maioria dos povos tradicionais, pois localiza o ser humano no fluxo da vida, e não como centro da vida. Nos parece ser este o ensinamento fundamental destas práticas de cura. Assim a fé não seria apenas uma potência do indivíduo, mas sim sua obrigação/responsabilidade, como uma maneira de acalmar seu ego, assim como o ego do agente/mediador da cura. Esta característica se vincula em uma perspectiva epistemológica que envolve as práticas e saberes dos/as benzedores/ras com o "pensamento mítico".

Nos contos também aparece a fé e mesmo um processo de cura, pois os conselhos dados pelos contos buscam evitar comportamentos que prejudicam a pessoa e o grupo social, agindo como verdadeira medicina preventiva. A fé durante as narrações dos contos é muito importante, narradoras tradicionais realizam seus contos e contação após as 19:00 horas, horário em que a lida do dia chega ao seu fim e aproxima a alimentação da noite, mas antes de iniciar a contação, reza-se um Pai Nosso e acende-se um fogo, seja em forma de fogueira ou de velas.

No que se refere ao benzimento e uso de plantas medicinais existe, segundo nossos

dados de campo, a indicação de funções da mulher e do homem em relação às plantas. As plantas que são cultivadas em quintais são respeitadas mas podem ser usadas sem muito controle de salvaguarda de espécie, pois são cultivadas pelo benzedor e pela benzedeira, podendo ser coletadas por mulheres. Mas outras plantas da mata e da floresta são coletadas, principalmente, por homens, seguindo alguns preceitos éticos como a observação da lua e a quantidade cortada, assim como orações indicando a finalidade de uso. Pois esta coleta muitas vezes é pensada como "caçar":

> As plantas do mato são coletadas **principalmente pelos homens**, mas as mulheres também coletavam e demonstravam conhecer bem as plantas. Como a maioria das pessoas entrevistadas são idosas, sua queixa maior quanto à coleta é o fato de não conseguir, não aguentar mais ir até a mata coletar as plantas. Filhos e netos que moram nas proximidades que conhecem e se interessam, fazem a coleta quando necessário:
> *- Agora é que eu não estou sentindo bem porque eu não estou podendo ir nas matas* ***caçar os remédio****. Não estou sentindo bem as pernas, não está tudo boa. Não pode subir morro a perna, não pode subir morro, como é que faz? Agora é preciso eu mandar ir buscar. Ensinar qual é, falar qual é, para não buscar raiz brava. Para vir tudo mansa (entrevistada Losna)* (GUTIERREZ, 2015, p.43) (Grifo nosso).

Compreendemos que essa divisão entre funções realizadas por mulheres e homens de comunidades rurais da região do Mucuri (MG) em coletas de plantas indicam uma moral de não acumulação que se traduz pela fé e respeito, além das condições reais da coleta por parte das participantes da entrevista, que devido a idade evitam buscar plantas nas matas mas orientam os homens na coleta correta. Como ocorre por exemplo na observação da lua:

> Existem alguns critérios para a coleta de raízes que nem todas as pessoas entrevistadas seguiam, mas duas pessoas mencionaram a lua como fator determinante.
>
> Não, na lua nova não, eles tiram mais é na minguante. Falam: "ah, agora eu não vou poder procurar não que a lua nem está boa da gente procurar remédio" - **eles fala é assim**. (Sálvia) (Grifo nosso)
> O cuidado das raízes é sobre a lua. Meu pai falava e eu passei a acompanhar muito, aprendi com ele que a lua, você tem que tirar a raiz é na lua minguante pra ela não fazer mal. (...). Na lua forte, a raiz fica brava, não pode tirar com a lua forte, não. Nem na nova, nem na crescente e nem na cheia, só na minguante. <u>Eu não tiro pra mim nem pra ninguém</u>. (Macaé) (Grifo nosso) (GUTIERREZ, 2015, p.44)

A descrição da função das fases da lua, que marca a vida rural tradicional, em relação a raiz é exemplo de um conhecimento que controla o tempo da coleta das

raízes, não se pode coletar em qualquer momento, é preciso um tempo para que a planta “vire remédio”, então o respeito pelo tempo, dado pela lua, em relação a planta, é fundamental para a funcionalidade terapêutica da planta, assim como controle de coleta.

A autora que citamos enfatiza que só duas pessoas entrevistadas se referiram a influência da lua na coleta das plantas, compreendemos que esta informação indica que o conhecimento pleno e mais complexo do uso de plantas começa a se fragilizar na comunidade pesquisada, ou seja, a cadeia de transmissão de conhecimento sobre as plantas deve ter sido interrompida, por algum fator social e cultural, por isso que cada vez mais, em comunidades tradicionais, se tem a presença de especialistas, de mestres que guardam e resistem na manutenção desse conhecimento, mas que muitas vezes não tem para quem transmitir.

Os contos também buscam indicar essa moral primeva da não acumulação, pois a fome e a falta de saúde não indicam que estes elementos faltam, mas sim que eles estão concentrados como bens privados nas mãos de poucos. Os contos representam as condições da vida que se vive, ou indica a necessidade de seguir certos valores éticos para que no dia de hoje, e no dia do amanhã, não faltem alimentos, terras, trabalho e conhecimento para as futuras gerações.

Para finalizar fazemos uma citação que, apesar de seu tempo de escrita, permanece valiosa e corrobora com a perspectiva aqui aventada de um saber tradicional primevo que fundamenta as práticas de cura (benzeção e plantas) e os contos como instrumentos educativos.

> O interesse da Antropologia numa pesquisa como esta não se limita aos efeitos práticos de uma reavaliação das plantas medicinais. Estes efeitos só poderão beneficiar realmente a população, e não as multinacionais, quando a medicina se tornar socializada, quando houver um apoio muito grande a pesquisas nacionais alimentando uma indústria farmacêutica sem fins lucrativos, voltada para o atendimento do povo e para a divulgação de todas as informações, constituindo-se realmente numa medicina preventiva. O interesse em aspectos específicos das práticas populares reside em que essas práticas podem nos fornecer lições preciosas, uma vez que — sendo elas quase tão velhas quanto a humanidade — seus elementos essenciais se formaram no decorrer do longo período em que todos os povos da terra constituíam comunidades simples. Nessas comunidades já pelo fato de não se encontrar nem a propriedade individual do solo, nem a preocupação do enriquecimento individual ou da herança de bens materiais, a realização do indivíduo era canalizada prioritariamente para a solução dos grandes problemas referentes à continuidade da espécie, à garantia de sobrevivência das gerações futuras através de técnicas longamente testadas.

(CARVALHO et al., 1982, p.53-54)

## REFERÊNCIAS


CARVALHO, S. M. S.; DELGADO SOBRINHO, A. T.; RAVAGNANI, O. M. **Transmissão e cura da arte de benzer e curar com plantas**. Perspectivas, São Paulo, v. 5, p.53-72, 1982.

DARNTON, R. **O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa.** São Paulo: Editora Graal, 2011.

GODELIER, M. O enigma do dom. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUTIERREZ, D. F. **Plantas medicinais, cultura e saúde nos quintais rurais do Vale do Mucuri.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente - PPGSaSA/UFVJM. 2015. Disponível em: http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1057

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. 7. ed. Campinas: Papirus**,** 1989.

POEL, F.V.D Com Deus me deito e com Deus me levanto. São Paulo: Paulus, 2018.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

# GT9

# POLÍTICAS PÚBLICAS, SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME

**COORDENADORAS**

**SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN - UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)**

**RAMONILDES ALVES GOMES - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)**

Os objetivos do presente GT, tal como apresentado na ementa, é socializar e ampliar as discussões acerca dos temas da segurança e insegurança alimentar, sistemas agroalimentares sustentáveis, políticas públicas destinadas ao combate à fome e redução das desigualdades sociais no campo.

É sabido que os impactos da pandemia da Covid-19 no Brasil trouxeram à tona sérios problemas sociais, econômicos, sanitários e de saúde que corroboram com níveis de insegurança alimentar inglórios, que remetem aos anos de 1990 no país. Os dados do II Inquérito Vigisan, da Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), publicados em junho de 2022, revelaram que 125,2 milhões de pessoas estavam sujeitas a algum grau de Insegurança Alimentar sem a certeza de ter o que comer no futuro próximo, entre os quais 33,1 milhões estava passando fome. Essa é a realidade trágica que afeta diretamente, e em múltiplas dimensões, as populações do campo e da cidade indistintamente. Os dados revelam não apenas a gravidade do impacto do coronoavírus no país, mas particularmente as decisões governamentais desastrosas no campo da saúde e da segurança alimentar e nutricional (SAN), que resultaram no desmonte orquestrado de instituições, como do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), e de políticas públicas como Programa de Aquisição de Alimento das Agricultura Familiar (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), entre outras. Ademais, notamos certo descaso com os sistemas alimentares sustentáveis e com as políticas públicas, em prol da opção por um modelo de agricultura produtivista, centrado no agronegócio exportador.

Ante a um cenário pretérito, marcado por descompromissos e um futuro de desafios e esperanças, nos sentimos motivadas a propor este Grupo de Trabalho. Ao final recebemos 38 artigos, destes 05 foram (re)encaminhados para outros GTs, totalizando 33 artigos analisados e 23 aceitos para compor o Grupo 09. Conforme a metodologia utilizada pela Rede de Estudos Rurais, que visa estimular a

apresentação coletiva de trabalhos, provocada por questões que emergem dos próprios artigos enviados e se articulam à ementa do GT, acreditamos com os 23 trabalhos selecionados ser possível contemplar a diversidade de pesquisadores das cinco regiões do Brasil, de diferentes instituições de ensino, assim como, autores com distintos níveis de formação (mestrandos, doutorandos, pesquisadores-docentes, pesquisadores-pós-doutores etc.) e, com formação em distintas áreas de conhecimento (antropologia, sociologia, geografia, direito, história e ciências agrárias em geral); buscamos contemplar também a diversidade gênero.

Destacamos que os artigos enquadrados nas seções temáticas que serão discutidas e aprofundadas no decorrer dos três dias de encontro, foram sintetizados, ressaltando sempre o objetivo geral e os achados que o campo e o percurso das respectivas pesquisas possibilitaram, esse também foi o viés que nos levou aos questionamentos iniciais. Importa esclarecer que as questões são gerais, ainda que alguns trabalhos tenham tratado de forma mais direta nas chaves de análise explicitadas nas questões. Todavia, sintam-se à vontade para reagir às provocações, tendo como ponto de partida suas respectivas experiências de pesquisa.

Após a leitura dos artigos, identificamos que estes tratam basicamente de temas vinculados aos sistemas alimentares e às políticas públicas alimentares, sendo que todos abordam o tema da segurança e insegurança alimentar, em seu nível mais grave - a fome. Assim, buscando organizar as ideias e produzir uma síntese problematizadora, que coloca em diálogo os 23 artigos selecionados, estabelecemos três seções temáticas, nas quais descrevemos algumas relações transversais que observamos nos artigos, a saber: i) Sistemas alimentares e dinâmicas de comercialização dos alimentos; ii) Agricultura familiar, soberania alimentar e combate à fome; iii) Ação e políticas públicas de segurança alimentar.

### *1) Sistemas Alimentares e dinâmicas de comercialização dos alimentos*

A concepção de sistemas alimentares é diversa, pode ser abordada por distintas perspectivas, seja no campo econômico, social, político, cultural e geográfico, implicando diferentes espacialidades, mas fundamentalmente envolve o trajeto percorrido pelo alimento desde a sua produção até o consumo, bem como os diferentes atores políticos envolvidos. É também neste trajeto que se encontram os atores políticos e as relações de poder, que estruturam o atual sistema alimentar hegemônico em detrimento da produção da agricultura familiar, a comida de verdade e a produção sustentável.

Assim, considerando o universo de questões que permeiam o debate dos Sistemas Alimentares, articulado à comercialização dos alimentos e ao abastecimento no Brasil, esboçamos algumas questões de partida notadamente inspiradas no conjunto dos trabalhos selecionados para esta seção. Estes artigos utilizam distintas e contemporâneas chaves de análise e interpretação (Geografia econômica relacional; Perspectiva orientada ao ator; Consumo político; Desigualdade social; Interseccionalidade; Justiça social; Prosperidade social; Crise sócio-ecológica). Diante disso, perguntamos: *como estas abordagens ampliam o escopo das evidências empíricas, superando a ideia do estudo de caso como um retrato particular da realidade?* Esses artigos se debruçaram sobre a vivência de grupos diversos e, por vezes, concorrentes, em espaços, supostamente democráticos e participativos, mas que são também arenas eivadas de disputas e interesses, considerando esses elementos: *quais são os gargalos para tornar efetivo o valor e o reconhecimento da agricultura familiar e da produção pela sociedade, desta através das estratégias de comercialização?*

Entre as dinâmicas de comercialização dos alimentos, destacamos os circuitos curtos, encontrados nas feiras de agricultores e compras institucionais. Estes temas são foco de debate no artigo "**Circuitos Curtos de comercialização em Assentamentos de Araraquara: entre os "mundos" do Sistema Agroalimentar**", de Daniel Tadeu do Amaral, Thauana Paiva de Souza Gomes e Antônio Wagner Pereira Lopes e no artigo "**Fome de mudança: um ensaio teórico-prático a partir do programa Kitandas de Porto Alegre/RS**", autoria de Maiz Bortolomiol Dia e Paulo André Niederle. O primeiro, elaborado a partir de pesquisa de campo nos assentamentos do município em tela, apresenta como os assentados vêm se adaptando às transformações das condições de produção, de trabalho e, especialmente, aos desafios dos canais de comercialização ao longo dos últimos anos. O segundo descreve a iniciativa de promoção de circuito curto pelo Instituto Camélia, com oferta de alimentos saudáveis, criados na periferia da capital riograndense, por meio de estruturas disponibilizadas e distribuídas em pontos estratégicos da cidade, que são ocupadas e gerenciadas pelas mulheres. Os autores reconhecem que o estudo pode ser analisado a partir da abordagem dos circuitos curtos, mas também pela abordagem de rede agroalimentar alternativa, conceitos muitas vezes utilizados como sinônimos, mas que implicam diferenças em torno das referências de cadeias de valor e da análise de redes sociais.

Os mercados tradicionais, ou seja, as vendas no varejo ou supermercados aparece no artigo "**A ideia de Autosserviço e o surgimento dos Supermercados: trajetória organizacional, disputas e formatos varejistas**", de João Rafael Gomes de Morais e Roberto de Sousa Miranda. Este busca analisar a ideia de autosserviço enquanto inovação propulsora do setor supermercadista dentro do sistema alimentar convencional brasileiro. Para os autores, a concepção de supermercado está diretamente relacionada à ideia de autosserviço, sendo manejado e ressignificado por inúmeros atores sociais de diferentes portes, incluindo pequenos negócios criados por movimentos sociais rurais brasileiros, que implementam formatos de distribuição alimentar a partir de práticas socioeconômicas, políticas e culturais.

As mudanças nos sistemas alimentares aparecem nos artigos "**Transformações nos sistemas alimentares descentralizados e a Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional em Santarém/Pará**", de autoria de Rosângela Pezza Cintrão, Sandro Augusto Viégas Leão e Andréa Simone Rente Leão e no artigo **"Consumo agroecológico: desafios e potenciais em uma experiência de associação de consumidores"**, de João Carlos Cândido, Rosângela Pezza Cintrão e Emmanuel Paiva Andrade. O primeiro, a partir de pesquisa de campo, envolvendo seminários e grupos focais, com perguntas sobre hábitos alimentares, os autores focam na iguaria "peixe com farinha", dois alimentos básicos no cardápio santareno, e apresentam uma análise das mudanças nos hábitos de consumo do local, impactados pela implantação de infraestruturas voltadas à produção de monoculturas de exportação do complexo soja-grãos-carnes, que geram ainda mais desigualdades sociais e econômicas na região, além de acentuar a degradação ambiental. Os autores refletem sobre as inter relações entre sistemas alimentares de múltiplas escalas e as transformações nos sistemas alimentares locais/descentralizados na região de Santarém/Pará, sob a ótica da soberania, segurança alimentar e nutricional. O segundo artigo, a partir da observação participante na Rede Ecológica, um grupo de compras coletivas da região metropolitana do Rio de Janeiro, reflete sobre os desafios dos movimentos de consumidores agroecológicos na condução das transformações do sistema alimentar rumo à transição agroecológica.

Vemos que, de um modo geral, os artigos dessa seção remetem à questões em torno da capacidade de resistência, resiliência e enfrentamento dos sistemas alimentares mundiais hegemônicos. Assim, com objetivo de problematizar os temas

descritos nos artigos, sugerimos algumas perguntas para debate: *1. Qual é a capacidade de resistência dos circuitos curtos frente aos sistemas alimentares hegemônicos? 2. Como o varejo pode ser ressignificado para incorporar práticas sustentáveis e saudáveis, mas também de justiça alimentar? 3. Como tornar resistente os sistemas alimentares que promovem a segurança alimentar frente aos sistemas alimentares hegemônicos? 4. Qual o papel do Estado na estruturação e fortalecimento dos sistemas alimentares saudáveis? 5. Como garantir que os sistemas alimentares promovam o combate à fome? 6. Como apoiar e viabilizar a agricultura familiar reconhecendo que tem sido protagonista no enfrentamento do modelo hegemônico de produção?*

***2) Agricultura familiar, soberania alimentar e combate à fome***

Nesta segunda seção, agregamos artigos e autores que se dedicaram ao estudo de experiências que colocaram em prática e/ou resistiram aos princípios, objetivos e metas desenhados pelos mercados institucionais, sob o escopo de políticas públicas, voltadas ao atendimento da demanda de criação de meios de comercialização para a produção de alimentos da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que buscam assegurar o acesso ao alimento de verdade, através da merenda escolar e/ou dos distintos programas acobertados pelo amplo guarda-chuva do PAA. E à guisa de demonstração, destacamos que essas iniciativas buscam costurar três pontas que compõem um sistema alimentar que se pretende contra-hegemônico: a produção (em geral com a adoção e investimentos em práticas não convencionais), o consumo (acesso e autoconsumo) e mercado (PAA, PNAE, Kitandas, Cozinhas Solidárias etc). Os questionamentos gerais que podemos fazer ante as experiências relatadas é: *1. Como e quais ajustes e estratégias devem ser pautados, de maneira que a agricultura familiar e a soberania alimentar se tornem menos vulneráveis às ameaças políticas, financeiras, econômicas e ambientais que pairam sobre o presente e o futuro dos grupos mais fragilizados da sociedade brasileira*? 2.*Quais caminhos as políticas públicas devem seguir no sentido de estimular o desenvolvimento de novas iniciativas e investimentos para alavancar a agricultura, fazendo com que esta se comprometa com a cultura, a nutrição e a saúde*?

A relevância da agricultura familiar enquanto produtor de comida de verdade, promotor da soberania alimentar aparece em diferentes artigos recebidos no GT. Entre estes, destaca-se o artigo **"Dinâmicas produtivas da agricultura familiar, e**

**a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em Jóia/RS",** de autoria de Guilherme Fontana e Janete Stoffel, em que, por meio de pesquisa qualitativa, os autores mapearam a adesão dos agricultores familiares à produção de alimentos que fortalecem a SAN, através da agroindústria e/ou da agricultura agroecológica/orgânica. Os resultados apontam para a consciência da importância da qualidade dos alimentos por parte dos agricultores e para o auto-consumo do grupo familiar, além da disponibilidade de uma produção diversificada, que de modo direto ou indireto contribui para a oferta de alimento saudável no mercado local, por meio de diferentes canais. Também o artigo **"A implantação do PAA na comunidade rural de Matinha, São Luis-MA"**, de Bianca Sampaio Corrêa, a partir de entrevistas na comunidade, entre os anos de 2016-2018, constata que o PAA na modalidade de compra com doação simultânea trouxe mudanças quanto a comercialização, organização produtiva e de renda, mas expressa alguns entraves burocráticos e de contingenciamento de recursos. É mais um trabalho que destaca a importância do PAA para mudança da vida dos agricultores, em mais uma realidade interiorana brasileira, em que também a conjuntura política pós Golpe da Presidenta Dilma Rousseff trouxe incertezas e retrocessos.

A diversidade dos produtos da agricultura familiar e a relevância para alimentação saudável está presente no artigo "**Agricultura Familiar e Alimentação Escolar: contribuições para a segurança alimentar e nutricional no Brasil"**, de Sandro Pereira Silva, Regina Rosa Helena Sambuichi e Fábio Alves, que a partir de microdados do PNAE fornecidos pelo Fundo Nacional da Educação, utilizando o Guia alimentar para a população brasileira, mostra como os alimentos *in natura* ou minimamente processados compuseram 86% dos alimentos adquiridos pelo PNAE no ano de 2016. Conforme os autores, essa proporção é superior ao percentual de alimentos dessa mesma categoria advindos de outros fornecedores, que ficou na faixa dos 68%. Ademais, os autores destacam que a despeito de representar pouco mais de um quinto dos recursos no agregado das compras, a agricultura familiar desponta como a principal fornecedora de verduras, frutas, raízes e tubérculos. Estas reflexões remetem ao fato de que a garantia da alimentação saudável aos escolares passa, inevitavelmente, pela promoção da soberania alimentar e a proveniência dos alimentos dos agricultores familiares, que representam um modelo produtivo contra-hegemônico que precisa ser priorizado pelas políticas públicas.

Mas a presença das políticas voltadas à agricultura familiar não é em si garantia de SAN e combate à fome. Neste sentido, dois artigos evidenciam como políticas públicas para agricultura familiar são capturadas por agricultores que reproduzem um modelo hegemônico e tradicional da agricultura, concentrada, de monocultivo para exportação e excludente. O artigo "**Relação entre créditos do PRONAF e "desenvolvimento" da agricultura familiar camponesa no planalto santareno",** de autoria da Bianca Mesquita Sousa e do Sergio Sauer, trata do Planalto Santareno e mostra como o agronegócio da soja é o principal produto que recebe financiamento agrícola pelo PRONAF naquela região entre 2015 e 2022, em que o segundo produto é o milho, sendo os produtos da agricultura familiar pouco financiados. A mesma linha de raciocínio aparece no artigo "**Análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios do Pará a partir do modelo de controle sintético",** de Severino Félix de Souza, Armando Lírio de Souza e Ricardo Bruno Nascimento dos Santos. Neste, a partir de um modelo econométrico os autores demonstram como dois municípios do Pará, Breves e Capanema, entre 2005 e 2015, apesar da importância da agricultura familiar, apresentam investimentos diferentes para aquisição de alimentos, ou seja, os investimentos no setor do agronegócio obtiveram crescimentos gradativos e consideráveis, diferente do ocorrido no setor da agricultura familiar, que praticamente se mantém linear.

Em alguma medida, ambos artigos descrevem a disputa pelo acesso às políticas voltadas à agricultura familiar pelo modelo hegemônico de agricultura e da indústria de alimentos, situação que também está presente no artigo **"O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): um mercado em permanente disputa"**, de Keilla de Cássia Teixeira. Este explora as disputas no âmbito do legislativo para alterar a Lei 11.947/2009, que inclui a agricultura familiar como fornecedora de, no mínimo, 30% de produtos para a alimentação escolar. A autora analisa os interesses de segmentos individuais em torno do potente mercado de compras públicas que se estabeleceu a partir da referida lei. Constata ainda a utilização do mercado institucional de compras públicas do PNAE como um campo de disputa de interesses, de segmentos industriais para estabelecer a obrigatoriedade do consumo de seus produtos em uma injusta concorrência com os produtos da agricultura familiar, hoje estabelecidos.

O debate em torno da soberania alimentar, do autoconsumo, do direito dos agricultores familiares escolherem sobre sua produção e seu consumo, bem como o direito das populações tradicionais seguirem utilizando seus métodos produtivos aparece no artigo "**A comunidade de matriz africana Ylê Axé de Yansã como exemplo de resiliência em meio à busca pela segurança e soberania alimentar – estudo de caso Araras/SP**", elaborado por Emmanuélly Maria de Souza Fernandes, Élvio Aparecido Motta e Renata Sebastiani e no artigo "**Soberania alimentar x mudanças climáticas: uma relação indigesta"**, de André Augusto Pavan, José Roberto Gomes de Paula Junior e Leandro de Lima Santos. No primeiro, os autores relatam o caso de uma comunidade tradicional de matriz africana, para o qual a natureza é a própria manifestação de seus antepassados, entendidos como indissociáveis, ou seja, a produção de alimentos serve para alimentar o corpo, mas também para promover a manutenção de costumes e conservação do meio natural. A Agroecologia surge como uma resposta viável na busca por uma produção regular de alimentos naquela comunidade. Já o segundo artigo apresenta, a partir de revisão bibliográfica, o conceito de soberania alimentar como uma abordagem que valoriza a agricultura familiar, a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo para a SAN em meio às mudanças climáticas. Ambos artigos manifestam a relevância do modo de produção agroecológica para a garantia de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.

Por fim, destacamos a atuação da sociedade civil no combate à fome e promoção da soberania alimentar, temas que permeiam os artigo "**O combate à fome pela mobilização social: perspectiva das cozinhas solidárias em um cenário neoliberal**", de Samanta Nascimento Fabbris e o artigo intitulado **"Ativismo institucional na construção da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Amazonas"**, de Fernanda Ariadna Lopes Leite, Bruna Rocha e Maiz Bortolomiol Dias. Apesar da alimentação ser um direito constitucional da população brasileira, o primeiro artigo problematiza como na ascensão de uma perspectiva de Estado neoliberal, a mobilização da sociedade civil se faz imprescindível para pautar o combate à fome. A autora apresenta a ação das Cozinhas Solidárias, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que visa ofertar refeições equilibradas nas periferias do país. Recentemente o Projeto de Lei das Cozinhas Comunitárias 2920/2023, inspirado na Campanha relatada no artigo, foi aprovado na Câmara de

Deputados, e está em apreciação no Senado, expondo a relevância destes equipamentos públicos para o combate à fome, que poderão ser incorporados pelo Estado enquanto política pública. O segundo artigo descreve o processo de construção da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa), que reúne representantes de órgãos públicos federais (Ministério Público), estaduais e municipais, entidades da sociedade civil, associações de produtores e movimentos sociais, com o intuito de viabilizar a venda da produção de alimentos tradicionais de povos indígenas e comunidades tradicionais para mercado institucional, tal qual o PNAE, no final de 2016. As reflexões apresentadas remetem ao chamado ativismo institucional, que implica também a ação pública. Lembremos que a ação pública remete ao conjunto de interações de sujeitos sobre um tema, bem como os múltiplos níveis, para além das estruturas do Estado. No campo da SAN, a participação social é reconhecida no Artigo 8 da Lei Orgânica de SAN, que legitima a participação da sociedade civil no planejamento, monitoramento e controle social das políticas públicas vinculadas. Mas claramente, a existência da Lei por si só não garante a participação social ou mesmo a intersetorialidade, e iniciativas de órgão públicos como a relatada no segundo artigo é de extrema relevância para o fortalecimento do tema da SAN, bem como pode servir de fonte de inspiração para outros movimentos no país.

Considerando os temas centrais desta seção, destacamos algumas questões para reflexão: *Quais são as adaptações possíveis para que as políticas voltadas à agricultura familiar que existem hoje garantam exclusividade à agricultura familiar? Como garantir que a legislação da SAN seja respeitada e preservada? O que os avanços e retrocessos nas políticas nacionais de SAN ensinam sobre como garantir que o tema da soberania alimentar e da agroecologia esteja na pauta política?*

***3) Ação e Políticas Públicas de Segurança Alimentar***

Notamos que praticamente todos os artigos recebidos neste GT mencionam as políticas de SAN, sendo de maior destaque o PAA, o PNAE e o Pronaf. Nesta seção, entretanto, procuramos concentrar os artigos que tratam da análise dessas políticas, a partir do processo de institucionalização, transferência, mudança, desmonte/desmantelamento, ocorridos ao longo de diferentes governos e, também, nas agendas de projetos de governos do último pleito eleitoral. São análises das políticas que passam pela articulação dos atores políticos, dos interesses, das instituições e das ideias.

Os artigos incluídos nesta sessão suscitam questões que correspondem a princípios fundamentais relacionados às políticas de SAN e de combate à Fome, mas, que foram negligenciados, menosprezados e modificados no curso do processo de institucionalização (Conselhos, Fóruns, Conferências etc), ao sabor de diferentes contextos políticos nacionais e globalizados. Ao mesmo tempo, entendemos que princípios como intersetorialidade, interseccionalidade, perspectiva multiescalar, precisam ser considerados como aspectos instituintes de um novo ciclo da ação pública. Tais reflexões induzem a formulação das seguintes questões para reflexão: *1. Quais problemas devem ser priorizados e como é possível negociar as soluções, evitando descontinuidades e produzindo um ambiente institucional mais seguro para as políticas de SAN? 2. Ainda que o direito à alimentação esteja inscrito na Constituição brasileira, sabemos o quanto a vivência e o acesso a esse direito é uma realidade distante, particularmente para a população mais pobre, que sem dúvida está situada nas áreas rurais. Assim, quais vínculos necessitam ser redefinidos para que a política pública de SAN seja de fato uma política de Estado?*

Entre os artigos, destacamos que a análise das mudanças vivenciadas nas políticas de SAN em determinado período aparece nos artigos: "**Os primeiros passos das Políticas de Alimentação: do Estado Novo ao Governo Dilma"**, de Sílvia Pereira Silva Bomfim, Paula Karoliny Vicente de Oliveira e Wanda Griep Hirai; "**Agentes implementadores em políticas intersetoriais: articulação de múltiplos objetivos e tomadas de decisões em cenários complexos – estudo de caso de Campinas e Bari/SP"**, de Wolney Felippe Antunes Junior, Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo e Ricardo Serra Borsatto; e no artigo "**Políticas públicas de segurança alimentar na municipalidade de *Ciudad del Este",*** Diana Jazmin Britez Cohene e Silvia Aparecida Zimmermann. No primeiro artigo, o argumento de destaque é que as políticas de alimentação para o combate à fome no Brasil têm origem antiga, foram retomadas no governo de FHC, mas apenas no governo Lula as políticas de SAN expandiram-se e deram origem aos programas vigentes na atualidade. O segundo artigo problematiza a implementação do PNAE em Campinas e Buri, interior de São Paulo, e destaca a natureza intersetorial das políticas de SAN, que precisam se ajustar às realidades locais e com os seus agentes implementadores. O terceiro traz a realidade das Políticas de SAN em um município paraguaio, onde as diferentes iniciativas existentes ocorrem de forma dispersas e desarticuladas. Nos três artigos, notamos a preocupação com o princípio da

intersetorialidade, que ainda hoje é um grande desafio na implementação das políticas de SAN.

O tema da mudança intencional nas políticas públicas de SAN, o chamado desmonte ou desmantelamento, corrente desde antes da pandemia, mas que teve impacto importante sobre a insegurança alimentar no país no período recente foi foco de debate nos artigos: "**O Pós-golpe e o 'des-enfrentamento' da insegurança alimentar durante a pandemia do Coronavírus no Brasil"**, de Milena de Oliveira Evangelista; **"Insegurança Alimentar - a fome chegou antes do vírus",** de Larissa Padilha de Brito, Paulo Romário de Lima e Tiago de García Nunes; e "**Resistência e Insistência: atuação da gestão 2021/2022 do COMSEA-Curitiba em tempos de desmontes"**, de Beatriz Ribeiro Rocha, Rúbia Carla Formighieri Giordani e Nilson Maciel de Paula. O primeiro artigo, a partir de revisão bibliográfica, concluiu ter ocorrido um viés político na condução das políticas públicas alimentares que desmantelou ou aboliu diversos programas assistencialistas e estratégicos frente ao combate à fome, à Insegurança Alimentar no Brasil e ao desenvolvimento e apoio à população rural e tradicional. O segundo artigo, a partir da revisão bibliográfica, argumenta que a desigualdade estrutural na trajetória histórica brasileira contribui para que a fome chegasse aqui antes do vírus. O terceiro artigo relata a experiência do Conselho de SAN de Curitiba, Paraná, que mesmo com a extinção do Consea Nacional, continuou reunindo sociedade civil e governo e debatendo políticas de SAN. Os autores relatam que o conselho ainda enfrenta o desafio primordial de ser legitimado pelas instituições governamentais enquanto um espaço importante para a formação e o desenvolvimento de políticas públicas de SAN do município. Todos estes artigos têm certo tom de denúncia quando confrontam as informações do desinvestimento público nas políticas de SAN e o aumento da insegurança alimentar no país, evidenciando um caminho de retrocesso que até bem pouco tempo estávamos metidos. O artigo sobre o Conselho de Curitiba, entretanto, é um alento para pensarmos que apesar dos desmontes, as instâncias subnacionais do Sistema Nacional de SAN, mesmo com fragilidades, seguiram funcionando no período, grande parte em função das mobilizações da sociedade civil que passou a ser praticamente ignorada desde o Golpe da Presidenta Dilma.

A presença (e continuidade) das políticas de SAN no Brasil nas instâncias subnacionais, a partir da abordagem da difusão de políticas públicas é foco do artigo "**Transferência de políticas públicas: uma análise dos Programas estaduais de**

**Aquisição de Alimentos"**, de Rafael de Freitas Cabral. A partir de revisão bibliográfica e documental, o autor mostra que desde 2008 diferentes estados brasileiros têm criado políticas de compras públicas, estabelecendo diferentes arranjos de colaboração e competição no processo de difusão no nível estadual, e portanto, necessitam ser estudados. Essas experiências servem, ademais, como fonte de inspiração para novas iniciativas similares.

Por fim, apesar dos 125 milhões de brasileiros(as) com algum grau de insegurança alimentar, o tema da necessidade de políticas de combate à fome e de garantia da SAN não apareceu nas agendas políticas dos candidatos ao pleito eleitoral de 2022 da mesma maneira. É o que nos apresenta o artigo "**Fome e agenda eleitoral: as narrativas de Lula e Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022"**, de Ingrid de Paula Marques e Catia Grisa, que a partir da abordagem do Institucionalismo Discursivo analisa os Planos de Governo de Bolsonaro e Lula, e mostra como na proposta de governo de Lula o tema da fome e da SAN foram centrais, indicando a necessidade destes temas retornarem ao centro do debate sobre o desenvolvimento do país, na retomada e construção de políticas públicas. Em contraponto, no Plano de Bolsonaro o tema da fome não foi um problema explorado pelo candidato e a narrativa buscou enaltecer o agronegócio como garantidor da segurança alimentar interna e externa.

Os artigos desta seção nos remetem a inúmeras questões no campo da análise das políticas públicas de SAN, que não foram exploradas pelos artigos, mas que podem alimentar nossos debates ao longo dos dias em que estaremos dialogando em nosso GT. Ainda, um detalhe não menos relevante, é que, de modo geral, percebemos que o recorte temporal da maioria dos artigos coincide com o período pandêmico e/ou pós-pandemia da Covid-19. Considerando esse período, questionamos *quais apontamentos podem ser feitos a partir das distintas pesquisas, especialmente no tocante às políticas públicas, a ausência destas e as intencionalidades dos atores, mediadores sociais e agentes políticos poderiam ser elencados de maneira a indicar e produzir mudança social?*

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# RELAÇÃO ENTRE CRÉDITOS DO PRONAF E "DESENVOLVIMENTO" DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO PLANALTO SANTARENO

Bianca Mesquita Sousa[1]
Sérgio Sauer[2]

**GT 9:** Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome

## RESUMO

O Planalto Santareno é um território que representa uma forte expressão social e econômica da agricultura familiar camponesa, apesar do avanço da fronteira agrícola tornando esse território epicentro produtivo de monocultivos na Amazônia. Considerando que os dois modos de produção são financiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o objetivo da pesquisa foi identificar o perfil dos créditos e sua influência na reconfiguração do território. A hipótese é que o PRONAF é o maior responsável pela reconfiguração territorial do Planalto ao implementar uma política de fomento à soja. Os agricultores familiares camponeses disputam custeio agrícola com a agricultura patronal, por meio de uma política pública que foi criada inicialmente para fortalecer suas condições produtivas. Para atender o seu objetivo, o PRONAF deve ser reestruturado e ser um fomento exclusivo da agricultura familiar camponesa para sistemas produtivos de policultivos.

**Palavras-chave**: Agricultura familiar, agricultura camponesa, política pública, crédito, Amazônia.

## INTRODUÇÃO

Com o golpe militar de 1964, a Amazônia tornou-se objeto de implantação dos projetos e obras desenvolvimentistas e da modernização conservadora, consolidando uma política de expansão econômica agropecuária no Brasil. Através da pecuária extensiva, grandes projetos de mineração, energia e infraestrutura rodoviária e fluvial (MESQUITA, 2011) e, mais recentemente, do agronegócio da soja.

Consequentemente, o Planalto Santareno que é constituído por áreas dos municípios Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, localizados no Oeste do Pará, concentram diferentes formas de agricultura familiar camponesa, vem se tornando um território de expansão e epicentro produtivo de monocultivos da região. Nesse processo, a terra é o elemento

[1] Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), Universidade de Brasília (UnB) – biancamesquita55@gmail.com.
[2] Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) e Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília (UnB) – sauer.sergio@gmail.com.

fundamental para a expansão das atividades, além da influência das políticas governamentais, que vão desde a facilitação de acesso a crédito até a concessão de terras (ZHENGFEI; LANSISK, 2006).

Barros e coautores (2020) chamam atenção para o fato de que foi no primeiro período da "modernização conservadora da agricultura" que ocorreu a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, que foi responsável pela modernização técnica da agricultura brasileira e que dura até o presente momento.

A agricultura familiar camponesa, por sua vez, apesar de sua importância, até meados da década de 1990 não usufruía de nenhum tipo de política pública com abrangência nacional (SCHNEIDER et al., 2020). Sua consolidação no Brasil, no âmbito político, tem dois marcos históricos. O primeiro, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, deu origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A promulgação do Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996 (BRASIL, 1996), se configura como a primeira política pública federal, de abrangência nacional, voltada exclusivamente para a produção familiar. O segundo marco histórico foi a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006).

Diante disso, surge em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no intuito de fomentar melhores condições sociais e econômicas para se manter neste espaço. O PRONAF é uma estratégia vinculada às políticas públicas direcionadas ao agricultor familiar, com objetivo de apoiar e promover incentivos aos produtores para trabalhar a terra não somente para sua subsistência, mas para proporcionar rentabilidade (MALYSZ et al., 2012).

A partir de 1999, com o início do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, o PRONAF passou por mudanças, visando aumentar sua abrangência para distintos grupos de agricultores presentes no segmento. Souza e coautores (2013) apontam que uma das principais críticas ao programa refere-se à distribuição dos recursos entre as regiões e entre tipos de agricultores familiares. Saron e Hespanhol (2012) contribuem que muitos dos novos beneficiários do programa foram e são vinculados ao modelo agropecuário dominante, mais capitalizados e com atividades produtivas mais capitalizadas.

O PRONAF, atualmente, apresenta quatro linhas de atuação: crédito de custeio e investimento destinado às atividades produtivas rurais; financiamento de infraestrutura e serviços a municípios de todas as regiões do país, cuja economia dependa fundamentalmente das unidades agrícolas familiares; capacitação e profissionalização dos agricultores familiares por meio de cursos e treinamentos aos agricultores, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; financiamento da

pesquisa e extensão rural visando a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares (BNDES, 2022).

Considerando o papel do PRONAF e a relevância social, ambiental, cultural e econômica da agricultura familiar camponesa no país e no Planalto Santareno, considerando a influência dos fomentos fornecidos para esse público, o objetivo dessa pesquisa é identificar a cobertura e perfil do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Planalto Santareno – Pará e sua influência na reconfiguração do território.

O programa PRONAF foi criado para amenizar a dificuldade encontrada por meio do agricultor familiar em permanecer no espaço rural por meio de linhas de créditos acessíveis. Diante disso, destaca-se que a decisão de trazer o debate sobre o papel do PRONAF foi para problematizar a sua função na reconfiguração do território, considerando o confronto de racionalidades na produção de alimentos, uma vez que também financia a agricultura patronal, como o agronegócio da soja, baseada em uma agricultura comoditizada, e, de outro, pela mandioca, baseada na lógica de agricultura camponesa, essa tem um papel fundamental na produção de alimentos de qualidade e na utilização sustentável dos recursos naturais.

Os esforços nessa análise consistiram em verificar o perfil do PRONAF no Planalto Santareno, os dados foram coletados plataforma do Banco Central do Brasil, identificando se os custeios agrícolas são direcionados para atividades mais tradicionais, como para produção da agricultura familiar camponesa ou para produtos da agricultura empresarial, que compõem a fronteira agrícola.

## AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E O AVANÇO DA SOJA NO PLANALTO SANTARENO

O Planalto tem sido o território de expansão e epicentro dos monocultivos, especialmente das lavouras de soja (que ocorre em regime de rotação com as culturas de milho, arroz, sorgo e do milheto), desde o final da década de 1990, mas principalmente nos anos 2000 (BARROS et al., 2020; SAUER, 2018). Entre as condições favoráveis (terras baratas e incentivos governamentais), o avanço da fronteira de monocultivos também foi favorecido pela construção do porto da Cargill, em Santarém em 2004.

Alguns agricultores familiares camponeses foram resistentes à chegada da soja e ainda continuaram em suas terras no Planalto Santareno. Os agricultores que antes tinham problemas apenas com acesso a financiamento passaram a ter problemas também com a produção e qualidade de vida diante da interação em áreas com a soja (SOUSA, 2022).

Nasuti e coautoras (2020) fizeram levantamento dos agricultores e agricultoras familiares cadastrados nos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) nos três municípios. A tabela 1, além dos dados do Censo Agropecuário, apresenta os quantitativos da

agricultura familiar camponesa do Planalto Santareno.

**Tabela 1:** Estabelecimentos e agricultores familiares camponeses no Planalto

| Municípios | Estabelecimento de agricultores familiares por Município - Censo IBGE (2017) | Agricultores e agricultoras cadastrados nos STTR em cada Município (2019) | Agricultores e agricultoras cadastradas nos STTR no recorte do Planalto Santareno (2019) |
|---|---|---|---|
| **Santarém** | 6.264 | 22.000 | 5.000 |
| **Belterra** | 390 | 4.900 | 3.600 |
| **Mojuí dos Campos** | 1.389 | 2.000 | 2.000 |
| **Total** | 8.043 | 28.900 | 10.600 |

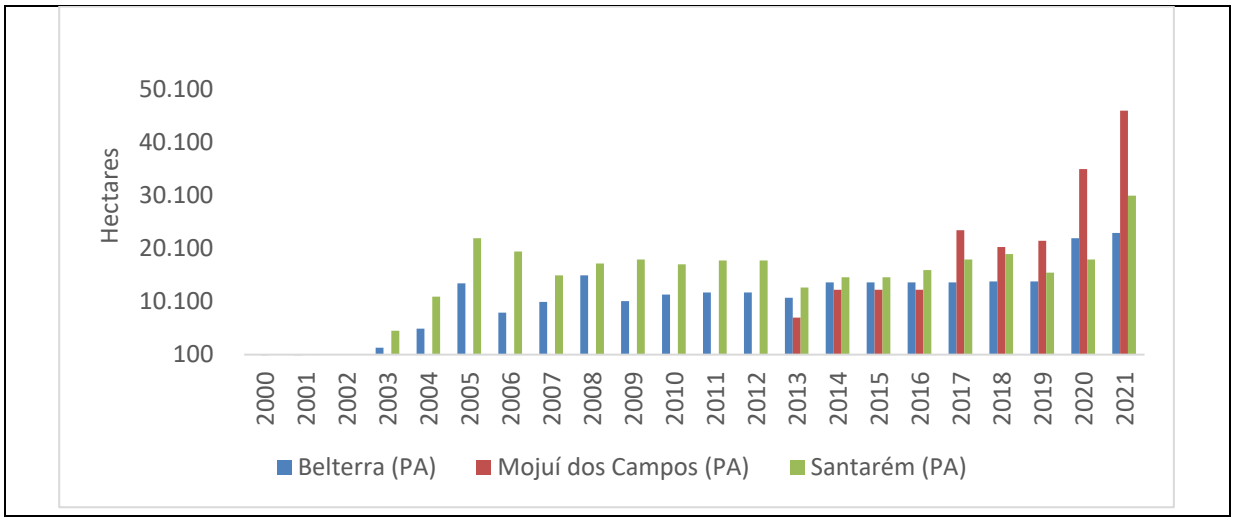
**Fonte:** Adaptado de Nasuti *et al.* (2020).

Os dados do IBGE não apresentam a metade dos agricultores e agricultoras familiares camponeses cadastrados nos três STTR's de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. Essa disparidade quantitativa se deve, fundamentalmente, a diferentes metodologias de coleta e classificação da agricultura familiar camponesa. Apesar das diferenças quantitativas, os levantamentos apontam a forte presença social e produtiva dessa agricultura no Planalto (BARROS et al., 2020; BORGES, 2020; CORTES et al., 2020).

A produção dos agricultores familiares camponeses do Planalto Santareno é importante tanto para o autoconsumo quanto para o comércio dos municípios, abastecendo as feiras e mercados da região, promovendo e dinamizando a economia rural e urbana. Os itens mais produzidos são a mandioca e seus derivados (46%) e produtos da fruticultura (15%), principalmente o maracujá (na forma de polpas de frutas) e o abacaxi, além do cultivo de hortaliças (10%) (FOLHES et al., 2020), colhidos nas propriedades. É importante ressaltar que a importância social e econômica dos agricultores familiares camponeses vai além da produção agropecuária, configurando-se em um modo de vida, pautado na identidade e integração com a terra, como sinônimo de vida e sentido da existência (SANTOS, 2022).

Atualmente, o cultivo de soja avança no Planalto Santareno, com base nos dados da Produção Agrícola, do IBGE (Figura 1). Em 2005, esse valor chegou até R$3.000 por hectare. Os preços da terra continuaram subindo e, em 2019, o hectare variou entre R$12.000 e R$15.000 (GIUSTINA, 2020). Mesmo com terras mais caras, o cultivo de soja continua avançando sobre os ecossistemas do Planalto.

**Figura 1:** Evolução da área plantada de soja no Planalto – Pará




**Fonte:** PAM, IBGE (2021) – Elaboração.

Além da utilização de áreas de pastagens e florestas secundárias, vem aumentando a conversão de floresta primária em lavouras (VENTURIERI et al., 2007). Em 2012, Mojuí dos Campos ainda era um distrito de Santarém. Assim, a evolução da área plantada do cultivo de soja em Santarém, nesse ano, ainda incluía Mojuí dos Campos. Depois da emancipação de Mojuí dos Campos, houve uma evolução considerável das áreas destinadas para a soja no município, tornando-o o maior produtor do grão na região (SOUSA, 2022). O dado indica que a emancipação de Mojuí dos Campos favoreceu o avanço do agronegócio no município.

## O PRONAF NO PLANALTO SANTARENO

Muitos agricultores familiares enfrentam adversidades para a realização e manutenção de suas atividades, recorrendo a fontes financeiras externas à produção. O crédito rural tem um papel fundamental nesse processo, pela sua capacidade de apoiar o aumento da produtividade e geração de renda no setor agrícola e pecuário.

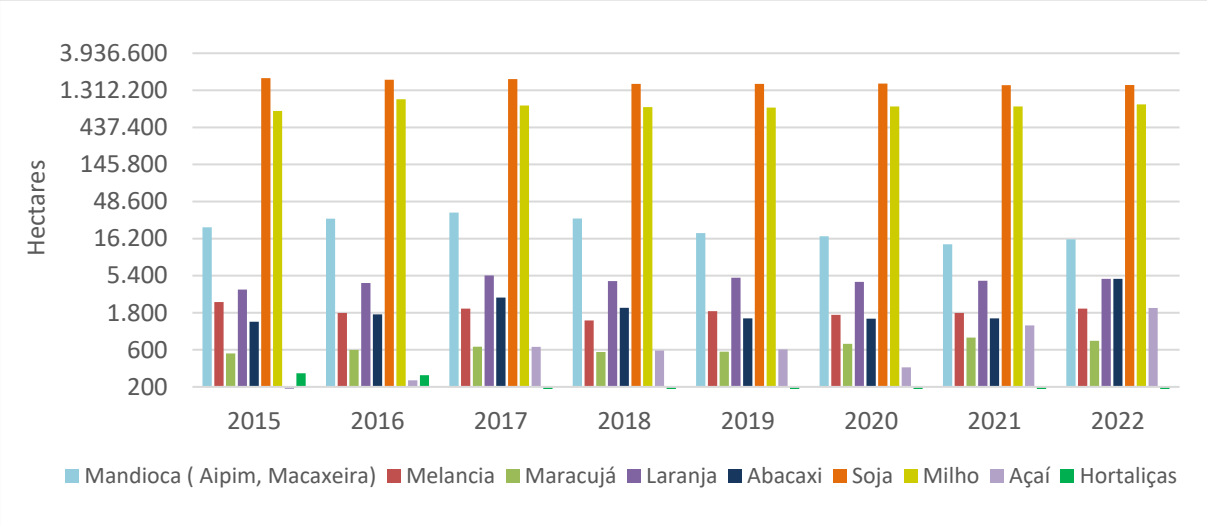
De acordo com o Banco Central do Brasil, crédito rural é o financiamento destinado ao segmento rural e são recursos concedidos pelas instituições financeiras, podendo ser utilizado de diversas maneiras na sua propriedade. Por exemplo, podem investir em novos equipamentos e animais ou custear matéria-prima para o cultivo (BACEN, 2023).

Um dos programas existentes é PRONAF, podendo ser financiado o Crédito de Custeio ou Créditos de Investimento. Crédito de Custeio são recursos para o financiamento das despesas que são feitas em cada plantio, em cada safra ou ciclo de produção. Incluem-se aqui as despesas com as atividades agropecuárias e não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção própria da agricultura familiar ou de terceiros. Por sua vez, Créditos de Investimento são recursos para o financiamento da implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, na

propriedade rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, conforme projeto elaborado de comum acordo entre a família e o técnico (BACEN, 2023).

O foco da pesquisa é a o acesso e utilização do ou Créditos de Custeio. Considerando o papel do PRONAF, verificamos na Figuras 2 a área financiada de produtos no Brasil pelo PRONAF, selecionamos alguns produtos para análise entre os mais diversos que existem.

**Figura 2**: Área financiada de produtos no Brasil pelo PRONAF




Fonte: Banco Central do Brasil (2023). Elaboração própria.

Entre 2015 e 2022, a soja teve uma área de 13.363.003 hectares financiada no Brasil, a mandioca, por sua vez, mesmo sendo uma cultura basilar da alimentação, principalmente na Amazônia paraense, teve a área total financiada para o custeio agrícola de 182.253 hectares.

O PRONAF tem fomentado a produção da monocultura de soja no Brasil, Carneiro (1997) já apontava que agricultura familiar camponesa sobrevivia em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção do processo de modernização da agricultura brasileira. Observamos que o fato apontado por Carneiro, permanece após 26 anos. Saron e Hespanhol (2012), também observaram que os recursos do PRONAF destinados ao agronegócio sempre foram mais elevados, contribuído para acentuar as desigualdades regionais no país.

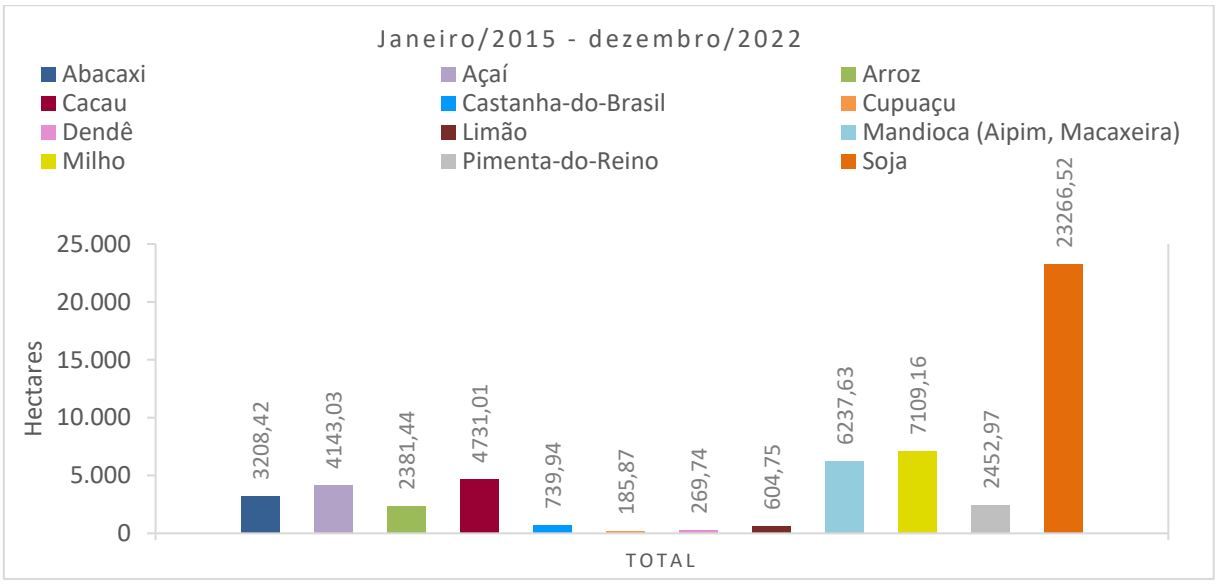
Tratando-se do valor dos contratos de custeio agrícola por produto pelo PRONAF no Brasil, entre 2015 e 2022 o valor dos contratos de custeio agrícola para soja foi R$31.726.767.114 e para mandioca R$ 686.818.088. O financiamento agrícola da soja foi 46 vezes maior que o da mandioca. O agronegócio da soja é o principal produto que recebe financiamento de custeio agrícola pelo PRONAF no Brasil.

As mudanças implementadas no PRONAF após 1999 revelam a dualidade na política de desenvolvimento rural no Brasil. O agronegócio da soja e a agricultura familiar têm sido apoiados a partir do mesmo instrumento de crédito rural subsidiado, sendo que que a soja

concentra a maior parte dos recursos. Neste novo formato de atuação do programa é pertinente a discussão em torno das políticas de apoio à agricultura familiar camponesa e o questionamento do modelo da política de desenvolvimento rural.

No Pará, selecionamos alguns produtos para análise entre os mais diversos que existem, os dados são referentes aos anos de 2015 a 2022. Observamos que soja e milho são os principais produtos financiado por área (Figura 3), os produtos da agricultura familiar são poucos financiados.

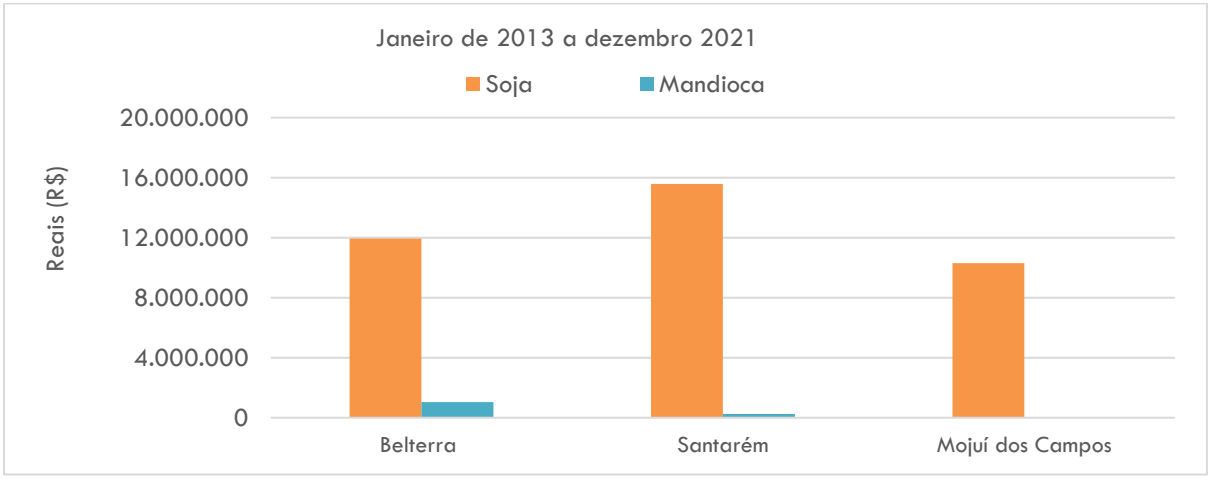
**Figura 3**: Área financiada dos principais produtos financiados PRONAF no Pará




Fonte: Banco Central do Brasil (2023). Elaboração própria.

No Planalto Santareno, a situação não é diferente, o agronegócio da soja é o principal produto que recebe financiamento agrícola pelo PRONAF (Figura 4). Os valores são referentes ao total de financiamento de janeiro de 2013 a dezembro 2021 das atividades relacionadas com produção de soja e mandioca, independente da modalidade.

**Figura 4:** Total de custeio agrícola por municípios - PRONAF



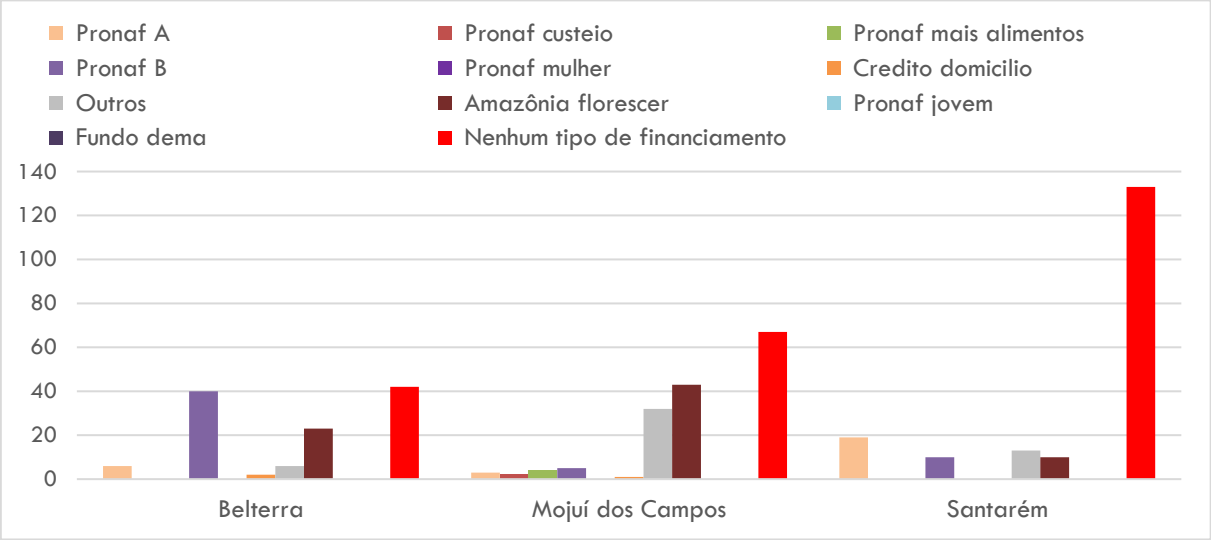

Fonte: Banco Central do Brasil (2021). Elaboração própria.

Conforme indicam os dados do Banco Central do Brasil (BCB), de janeiro de 2013 a

dezembro 2021 a mandioca recebeu R$ 1.297.124,25, enquanto para a produção de soja foram R$ 37.822.926,80, ou seja, 36 vezes mais do que a mandioca. Até 2016, Santarém era o principal município a receber custeio agrícola para soja pelo PRONAF, depois desse período, os municípios de Belterra e Mojuí dos Campos tornaram-se líderes no recebimento, enquanto Santarém passou a receber menos recursos (que pode estar associado à estagnação de vendas e da disponibilidade de novas terras em Santarém). Tratando-se de custeio agrícola, somente da modalidade para lavouras, no período de 2013 a 2021, a soja recebeu o valor de R$ 37.673.848,03 de custeio, enquanto a mandioca recebeu somente R$ 687.122,19. Gráficos e discussões sobre esses dados estão disponíveis em Sousa (2022).

Realizando um paralelo com os dados mais recentes sobre a situação da agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno, coletados na pesquisa "Consolidação da agricultura familiar no Planalto Santareno"[3], em 2019 pelo Observatório das Dinâmicas Socioambientais na Amazônia do Projeto Odisseia[4]. As principais dificuldades para produzir no Planalto Santareno apontadas pelas 544 famílias de agricultores e agricultoras entrevistadas foram: falta de recursos financeiros (46%), o período de seca (41%), as pragas (39%) e a falta de assistência técnica (35%) (SOUSA, 2022). Quando perguntados sobre os tipos de financiamento já acessados, os agricultores familiares camponeses do Planalto Santareno responderam o seguinte (Figura 5).

**Figura 5:** Tipos de financiamentos acessados no Planalto Santareno




Fonte: Elaborado a partir da base de dados públicos do Projeto Odisseia INCT, 2023.

[3] Pesquisa realizada em 2019 por pesquisadores do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Odisseia e da Rede Odyssea, junto aos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais dos municípios de Mojuí dos Campos, Santarém e Belterra. Pesquisadores comunitários entrevistaram 544 famílias camponesas em 62 comunidades – sendo 185 famílias em Santarém, 162 em Belterra e 197 em Mojuí dos Campos, representando 10% das famílias de agricultores familiares camponesas dos três municípios.

[4] Os dados públicos dos projetos Odyssea e INCT compõem duas bases de dados - Banco de dados da comunidade (https://doi.org/10.18167/DVN1/8R3OT1) (NASUTI et al., 202) e Banco de dados da família (https://doi.org/10.18167/DVN1/Y9WMSU) (COULDEL et al., 2021).

Chama atenção que 242 famílias entrevistadas indicaram que não acessaram nenhum tipo de financiamento, sendo em Belterra 42 famílias indicaram essa situação, Mojuí dos Campos 67 e Santarém 133. Sena et al. (2022) indica que o acesso ao crédito rural é bastante limitado, seja por falta de informações sobre como acessá-lo, seja pelas dificuldades burocráticas que o sistema de crédito possui. É importante relembrar que a agricultura patronal é o tipo de agricultura que mais tem acessado créditos de custeio do PRONAF no Planalto Santareno, conforme observamos anteriormente.

Tratando-se de mudanças no cotidiano, os agricultores familiares camponeses responderam ao questionário família as seguintes questões: 9% afirmaram que deixaram de criar algumas coisas; 51% deixaram de plantar algumas coisas; 40% não tiveram mudanças e 0% deixou de extrair alguns produtos da floresta (SOUSA, 2022). Assim como também são diversos os desafios para produzir.

O que chama atenção é que 51% deixaram de plantar algumas coisas, quando questionados os motivos, os agricultores familiares camponeses relataram a perda de produção devido ao aumento de pragas, doenças e insetos nas plantações, além do ressecamento de cultivos devido às pulverizações de agrotóxicos nos plantios de soja. Alguns agricultores relataram que tiveram que mudar os tipos de cultivos, entre os produtos que deixaram de ser produzidos por alguns agricultores familiares camponeses está o arroz, o feijão e o café. Passaram a investir na mandioca e seus derivados, produtos da fruticultura e cultivo de hortaliças (SOUSA, 2022).

Fearnside (2019) corrobora que os agrotóxicos usados para combater doenças, insetos e ervas daninhas no cultivo da soja podem ter impactos no ambiente, como também nas pessoas expostas a eles. Dados publicados na cartilha "O avanço do agrotóxico" revelam a percepção dos agricultores familiares camponeses sobre o agrotóxico. 43% dos agricultores familiares se sentem atingido por pulverizações feitas em grandes propriedades próximas, 72% sentem mal-estar forte (cheiro insuportável, dor de cabeça, vômito), 64% perderam sua produção por causa das pragas (gafanhotos, mosca-branca) que se refugiaram em seus campos, escapando da pulverização ao lado, 40% tiveram ressecamento de seus cultivos por causa do produto utilizado para acelerar a colheita da soja (COUDEL et al., 2020).

No Planalto Santareno, muitos estudos avançam em identificar e compreender os impactos socioambientais causados pelo agronegócio na região. Estudos já identificaram conflitos fundiários pela posse e uso da terra (SAUER e PIETRAFESA, 2013); desaparecimento de comunidades, mudanças nas práticas produtivas e êxodo rural (NAHUM; PAIXÃO JÚNIOR, 2014; BARROS et al., 2020; CORTES et al., 2020). Restrições de acesso ou piora na qualidade de recursos hídricos por conta da pulverização de agrotóxicos (MORGADO, 2019; COUDEL et al., (2021). De outro lado, estudos mostram que, apesar dos problemas causados pelas novas

dinâmicas na região, a agricultura familiar camponesa resiste e tem se recriado, possuem dificuldades, mas ainda permanece no território (BORGES, 2020; FOLHES et al, 2020); SOUSA, 2022).

O Estado, aqui representado pelo PRONAF, financia a soja, apesar dos custos sociais e ambientais decorrentes dessa agricultura empresarial no Planalto Santareno. Na mesma linha, Mesquita (2011) já apontava que o Estado brasileiro na Amazônia, de forma direta ou indireta, é o maior responsável por essa reconfiguração territorial e, portanto, pelo conflito territorial que daí emerge.

> Suas empresas estatais e o financiamento público ofertado, junto com o grande capital, funcionam como uma avalanche sobre os territórios e áreas secularmente apropriados, obrigando a uma nova reconfiguração desse espaço com exclusão de antigos sujeitos, que agora, desorganizados e dispersos, não conseguem reconquistá-lo e muito menos serem alocados em outros territórios (MESQUITA, 2011, p. 52).

De acordo com Jesus e Vieira (2015), as lutas dos agricultores familiares camponeses persistem na busca de alternativas e superação dos desafios para continuar com seu modo de vida, além de ter uma participação relevante na produção de alimentos, tornando-se o principal responsável para o abastecimento do mercado interno.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores familiares desempenham um papel essencial na produção de alimentos saudáveis e na salvaguarda do conhecimento tradicional, além da gestão do meio ambiente. Ao mesmo tempo, confrontam-se com inúmeros desafios. O Estado, aqui representado pelo PRONAF, tem facilitado a ampliação da soja na região do Planalto Santareno, apesar dos danos sociais e ambientais decorrentes dessa agricultura empresarial.

A presença do Estado na ocupação do território amazônico do Planalto Santareno, com incentivos governamentais para o avanço do agronegócio da soja, influencia em novas dinâmicas no território, potencializando os fatores econômicos das mudanças no uso da terra e provocando transformações nos espaços de reprodução social e nos sistemas produtivos dos agricultores familiares camponeses.

A agricultura familiar camponesa, por sua vez, é obrigada a buscar formas de se adaptar em meio às consequências provocadas pelo agronegócio da soja. De forma direta ou indireta, o Estado é o maior responsável pela reconfiguração territorial do Planalto Santareno ao implementar a sua política de apoio e fomento do agronegócio nos municípios em detrimento da agricultura familiar camponesa. Identificamos que a soja é o principal produto financiado pelo PRONAF no Brasil e Planalto Santareno.

De outro lado, observamos que a agricultura familiar camponesa, apesar de ser inviabilizada por custeios agrícolas, ainda permanece com forte expressão do campesinato

vivo, pluriativo e importante para a economia da região.

O PRONAF deveria e deve ser como instrumento de fixação do agricultor familiar camponês no campo, deve assegurar formas de reprodução do agricultor familiar camponês, amenizar as dificuldades encontradas, principalmente evitando o êxodo rural, porém, financiando a agricultura empresarial, provoca mudanças nas práticas produtivas camponesas e no direito de reprodução social.

Os agricultores familiares camponeses disputam custeio agrícola com a agricultura patronal, por meio de uma política pública que foi criada inicialmente para subsidiar condições de permanência deste agricultor familiar camponês no campo. O acesso aos recursos produtivos e a políticas de fomento para agricultura familiar camponesa, devem ser instrumentos de permanência no campo, bem-estar, emprego e renda.

Para garantir o direito de reprodução social e soberania alimentar dos agricultores familiares camponeses do Planalto Santareno e, consequentemente, melhorar a renda agrícola. O que permite pontuar que o programa do PRONAF demanda por reestruturação e deve voltar a ser um programa voltado apenas para a agricultura familiar camponesa, além da divulgação e orientação para acesso. Considerando também que existem diversas outras opções de linhas de créditos específicas para o setor agropecuário no Brasil.

O agronegócio da soja é voltado, única e exclusivamente, para a exportação e cercado por um discurso determinista, o colocando como a única alternativa para que o Brasil alcance o status de país desenvolvido. No entanto, é também o setor que enfraquece e tende a inviabilizar a agricultura familiar camponesa. Negar o campo enquanto espaço de vida, local de produção, inclusive para subsistência, mas também para a produção para os mercados locais, é parte das estratégias de destruição da agricultura familiar camponesa.

O Planalto Santareno é território de produção e reprodução das práticas culturais dos agricultores familiares camponeses. Diante disso, é necessário estratégias de desenvolvimento com mais investimentos públicos para os agricultores familiares camponeses. O apoio à agricultura familiar camponesa também deve ser pensado no âmbito do desenvolvimento local no qual os aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos, devem ser igualmente levados em consideração na busca de soluções.

## REFERÊNCIAS

BARROS, M. J. B. O Avanço do Agronegócio da Soja Sobre Terras Camponesas em Comunidades da Rodovia PA 370 em Santarém, Pará. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: ENG, 2018. v.1, p. 1-12. Disponível em: http://www.eng2018.agb.org.br/site/anaiscomplementares Acesso em 14 jan. 2021.

BORGES, A. C. **Agricultura familiar camponesa no planalto santareno**: formas de existência em Mojuí dos Campos-PA. Dissertação, Mestrado em Planejamento do desenvolvimento,

Belém, NAEA, UFPA, 2020. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13251. Acesso em: 14 abr. 2021.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2022. Disponível em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pca. Acesso: 15 jul. 2022.

BACEN – Banco Central do Brasil (BCB) - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop). Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor).

BRASIL. **Decreto N° 1.946, 28 de junho de 1996.** Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e dá outras providências. Brasília, 28 de junho de 1996. p. 11854.

BRASIL. **Lei N° 11.326, 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimento Familiares Rurais. Brasília, Presidência da República, 24 de julho de 2006.

COUDEL, E; NASUTI, S; SILVA, M. P; ABREU, B. A; WAGNER, D; FOLHES, R; PASSOS, C. J; SCHWAMBORN, T. O avanço do agrotóxico. In: **Resultados da Campanha Consolidando a agricultura familiar no Planalto de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra**. Brasília: INCT Odisseia-Odyssea, 2020. http://inct-odisseia.i3gs.org/interface-com-a-sociedade/cartilhas/. Acesso: 24 mai. 2023.

COUDEL, E; NASUTI, S; FECHINE, V; PIVA, M; ABREU, B; FOLHES, R. Agricultura familiar na região de Santarém, Amazônia brasileira: pesquisa com domicílios. Projeto Odyssea, CIRAD Dataverse, V1, 2021. Disponível em https://doi.org/10.18167/DVN1/Y9WMSU

COUDEL, E; NASUTI, S; WAGNER, D; BONNET, M; PIVA, M; SANTOS, B; FOLHES, R; BONNAL, V; FECHINE, V; LIMA, D; PASSOS, C; SCHWAMBORN, M; IONE NAKAMURA, I; MOURA, G. Rendre visible les impacts des pesticides du soja: contributions et limites d'un observatoire de science citoyenne à Santarém, Amazonie brésilienne. **VertigO - la revue électronique en sciences de l'environnement.** Vol, 21, n° 3, 2021. Disponível em: https://journals.openedition.org/vertigo/33716#illustrations Acesso em: 12 set. 2022.

CORTES, J. P. S.; COUDEL, E.; PIRAUX, M.; SILVA, M. P.; SANTOS, B. A.; FOLHES, R.; SILVA, R. G. P. Quais as perspectivas da agricultura familiar em um contexto de expansão do agronegócio? Zoneamento participativo com representantes. **Confins**, vol. 45, p. 1-24, 2020. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/28077. Acesso em: 15 dez. 2022.

FEARNSIDE, P. M. Brazil's Amazon settlement schemes. **Habitat International**, vol. 8, n°1, p.45–61, 1984. DOI: 10.1016/0197-3975(84)90027-4

FOLHES, R; SILVA, H; FEIJÃO, L; BORGES, A. 2020. Quando o campo planta, a cidade janta. In: COUDEL, E; NASUTI, S; SILVA, M. P; ABREU, B. A; WAGNER, D; FOLHES, R. (Eds). **Resultados da Campanha Consolidando a agricultura familiar no Planalto de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra.** Brasília: INCT Odisseia-Odyssea. Disponível em: http://inct-odisseia.i3gs.org/interface-com-a-sociedade/cartilhas/. Acesso: 27 jan. 2021.

GIUSTINA, C. P. D. **Ilusão desenvolvimentista no Planalto de Santarém/PA: um estudo sobre ideologias, discursos e conflitos na comunidade de Boa Esperança**. 2020. 236 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília,

2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/39948. Acesso em: 15 jul. 2022.

JESUS, J. N.; VIEIRA, T. M. Campesinato e modernização da agricultura: avanços e contradições no limiar do século XXI. **Revista Mirante**, Anápolis (GO), (Edição Especial). ISSN 19814089, v. 8, n. 2, p.10, set. 2015. Disponível: https://www.revista.ueg.br/index.php/mirante/article/view/4051/2659. Acesso: 25 set 2021.

NAHUM, J. S.; PAIXÃO JÚNIOR, P. R. C. Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA). **Revista NERA**, Presidente Prudente – SP, v. 17, n. 25, p. 47-70, jul-dez. 2014. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2622. Acesso: 19 set 2022.

NASUTI, S; COUDEL, E; FECHINE, V; PIVA, M; ABREU, B; FOLHES, R. 2021, "Family farming in Santarém region, Brazilian Amazon: survey with rural community representatives (Odyssea project, 2019)", https://doi.org/10.18167/DVN1/8R3OT1, CIRAD Dataverse, V1.

NASUTI, S.; FOLHES, R. T.; SANTOS, B. A.DOS.; GIUSTINA, C. **Comunidades rurais muito vivas. Cartilhas do Observatório de Dinâmicas Socioambientais**: Consolidando a Agricultura Familiar no Planalto de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra, 2020. Disponível em: http://inct-odisseia.i3gs.org/interface-com-a-sociedade/cartilhas/#1607547237093-52c870da-6433.

MALYSZ, P.A; CHIES, C. A importância do PRONAF na permanência do agricultor familiar no campo. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. "Territórios em disputa: Os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro", 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1395_1.pdf. Acesso: 27 jan 2022.

MESQUITA, B. A. A dinâmica recente do crescimento do agronegócio na Amazônia e a disputa por territórios. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora UnB, v. 1, p. 45-68, 2011.

MORGADO, M.G.A. **Contaminação química de ecossistemas aquáticos e (in)sustentabilidade ambiental na Amazônia**: estudo de caso na região metropolitana de Santarém, Pará. Tese Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Brasília, CDS/UnB, 2019. Disponível em https://repositorio.unb.br/handle/10482/38108. Acesso em 13 out. 2022.

SANTOS, Adre de Lima. Agricultura familiar camponesa e a construção da territorialidade. Revista Mutirõ. **Folhetim de Geografias Agrárias do Sul** V. III, Nº. 3, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/mutiro/article/view/254395. 21 jun. 2023.

PRONAF – Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar. **Revista grifos**, v. 30 n. 51 (2020): Dossiê PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências - jan./abr. 2021. Disponível em: http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5656. Acesso: 05 abr. 2022.

SARON, F. A. & HESPANHOL, A. N. O. (2012). Pronaf e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio à agricultura familiar. **Geo UERJ**, [S.l.], v. 2, n. 23, p. 656-683, dez. 2012. ISSN 1981-9021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/4823 . Acesso em: 22 jun. 2023.

SENA, A. S; SANTOS, A. B; MAFRA; R. Z; BRASL, M. C. Crédito Rural e agricultura familiar: a experiência de uma pequena comunidade da Amazônia. In: **Anais** do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Natal, UFRN, 2022. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/sober2022/483260-credito-rural-e-agricultura-familiar--a-experiencia-de-uma-pequena-comunidade-da-amazonia acesso em: 20 de jun. 2023.

SOUSA, B. L. M. S. **Situação socioprodutiva da agricultura familiar camponesa no "Planalto sojeiro" de Santarém** – Pará. 2022. 122 f., il. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/45772. Acesso em: 20 de jun. 2023.

SOUZA, P. M; PONCIANO, N. J; NEY, M. G; FORNAZIE, A. Análise da evolução do valor dos financiamentos do Pronaf-crédito (1999 a 2010): número, valor médio e localização geográfica dos contratos. **Rev. Econ. Sociol**. Rural 51 (2) • Jun 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/WzQHbzRPmxYGByr3xZr5JFR/?lang=pt# Acesso em: 30 abr. 2022.

SAUER, S.; PIETRAFESA, J. P. Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará. **ACTA Geográfica**, Ed. Esp. Geografia Agrária, p.245-264, 2013. Disponível em: https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/1974. Acesso: 19 jan. 2022.

SAUER, S. Soy expansion into the agricultural frontiers of the Brazilian Amazon: The agribusiness economy and its social and environmental conflicts. **Land Use Policy.** vol. 79, p. 326-338, 2018. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837718300863?via%3Dihub. Acesso em: 30 set. 2020.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar. **Revista grifos**, v. 30 n. 51 (2020): Dossiê PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências - jan./abr. 2021. Disponível em: http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5656. Acesso: 05 abr. 2022.

VENTURIERI, A.; COELHO, A.S.; THALES, M.C.; BACELAR, M.D.R. Análise da expansão da agricultura de grãos na região de Santarém e Belterra, Oeste do estado do Pará. **Anais. XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 7003-7010. Acesso: 29 de nov. 2022.

ZHENGFEI, G.; OUDE LANSINK, A. The source of productivity growth in Dutch agriculture: A perspective from finance. **American journal of agricultural economics**, v. 88, n. 3, p. 644-656, 2006.

# A comunidade de matriz africana Ylê Axé de Yansã como exemplo de resiliência em meio à busca pela segurança e soberania alimentar

FERNANDES, Emmanuélly Maria de Souza[1]
MOTTA, Élvio Aparecido[2]
SEBASTIANI, Renata[3]

**GT 09:** Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome.

## RESUMO

Os dados revelam que no Brasil de hoje 33,1 milhões de pessoas não tem o que comer, isto é, estão a mercê da fome, convivendo com algum nível de insegurança alimentar e nutricional. Para avançarmos na direção oposta, rumo a prosperidade, é preciso observar exemplos de sucesso na interação com o meio ambiente, como é o caso das comunidades tradicionais de matriz africana. Para esse povo, a natureza é sagrada, trata-se da própria manifestação de seus antepassados, sendo assim, sua tradição envolve o contínuo conservar do meio natural. Fica evidente que os sistemas alimentares desenvolvidos por esses grupos visam alimentar o corpo com dignidade, bem como promover a manutenção de seus costumes.

Palavras-chave: Povos de terreiro; Conhecimento tradicional; Agroecologia

[1] IUniversidade Federal de São Carlos, emmanuelly.fernandes@estudante.ufscar.br
[2] Escritório Estadual de Desenvolvimento Agrário de São Paulo, elvio@fetraf.org.br
[3] Universidade Federal de São Carlos, sebastiani@ufscar.br

## INTRODUÇÃO

A volta do Brasil ao mapa da fome em 2021, demonstra a urgência da elaboração de medidas, estratégias que resgatem os 59% da população brasileira que convive com algum nível de insegurança alimentar e nutricional. O agravamento das vulnerabilidades sociais é resultado da tomada de más decisões que potencializaram as desigualdades presentes na sociedade brasileira (SOARES; SANTOS; FERREIRA, 2022). A fome é uma das formas de expressão das desigualdades sociais relacionadas aos fatores como genêro e classe social, tratando-se de uma violência contra o ser humano e violação ao seu direito à vida e alimentação dignos (AMORIM; RIBEIRO; BANDONI, 2020; SOARES; SANTOS; FERREIRA, 2022).

Criado para garantir o direito à alimentação, o artigo 2º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) 11.346/2006, afirma que

> A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. § 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais (BRASIL,2006).

Este direito é reconhecido pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (UNDROP), onde consta que, além da garantia de produzir alimentos, a comunidade rural também deve ter acesso à boa alimentação e nutrição adequadas, de forma que possam usufruir do mais alto grau de desenvolvimento físico, emocional e intelectual (ONU,2018).

Muitos povos e comunidades tradicionais têm sistemas produtivos menos danosos aos ecossistemas naturais, uma vez que a relação destes grupos com a natureza é íntima. Habitando esse território por muitas gerações, o que influencia sua cultura, língua, sistemas

alimentares, crenças espirituais e conhecimento ecológico, bem como seu modo de manejar suas paisagens (FAO,2021).

Segundo decreto nº 6040 de 7 fevereiro de 2007, compreende-se como povos e comunidades tradicionais, grupos culturalmente diferenciados, regidos por seus próprios costumes que se organizam socialmente de forma a ocupar e utilizar seus territórios e recursos naturais como quesito para reprodução e manutenção de suas tradições.

Nesse contexto, tem-se as comunidades tradicionais de matriz africana, enfaticamente preservacionistas. Para este povo a natureza é sagrada e simboliza a força de suas divindades, os Orixás. Por consequência, dependem da natureza limpa, íntegra e bem cuidada (BORBA, 2018; BRASIL, 2013; ZANETTE, 2020).

Para os povos de matriz africana comer é ritual, reconexão, partilha e resistência; trata-se de um processo que envolve as ervas, os grãos, as colheitas, os animais e todos os ciclos naturais que devolvem a comida para a terra. Nesse contexto, quando se fala de alimentação refere-se à mobilização de esforços naturais, físicos e ancestrais que garantam a vida coletiva e individual (EGGER; CANCIAN, 2022). É preciso garantir a segurança alimentar:

> A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006).

As comunidades tradicionais de matriz africana valorizam a diversidade de culturas cultivadas, mantidas por complexos sistemas de conhecimento tradicional, ajudando a garantir a segurança alimentar. Esses sistemas agrícolas diversificados apresentam um bom rendimento quando comparado às monoculturas, porque a variedade de espécies reduz a perda pela incidência de pragas e doenças e, além disso, uma vez que estas plantas ocupam diferentes estratos no solo, utilizarão de forma mais eficiente os recursos disponíveis de água, luz e nutrientes (ALTIERI; FUNES-MONZOTE; PETERSEN, 2012). Desse modo,

reconhecendo a comunidade Ylê Axé de Yansã, localizada no Assentamento Araras III, no município de Araras (São Paulo), como um exemplo de resiliência, objetiva-se compartilhar esta experiência, a fim de fomentar a discussão sobre o tema.

## DESENVOLVIMENTO

### A COMUNIDADE YLÊ AXÉ DE YANSÃ

A comunidade Ylê Axé de Yansã tem como sede o Sítio Quilombo Anastácia, localizado no município de Araras. Trata-se de um lote oriundo de reforma agrária conquistado em 1995, com cerca de 6,5 hectares. O Ylê constituiu uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e atualmente foi reconhecido pelo Ministério da Cultura, através da Secretaria da Diversidade Cultural como Ponto de Cultura (lei federal nº13.018/2014) no Programa Cultura Viva do Estado de São Paulo. Nessa comunidade o manejo da terra é baseado na manutenção de sua religiosidade, saúde e alimentação, por meio da agricultura familiar (FERNANDES et al., 2020).

Nas áreas de plantio (Figura 1) trabalha-se com o policultivo, com a combinação de diversas espécies, dentre elas mandioca, milho, açafrão e gengibre. O Ylê conta também com sistemas agroflorestais onde se consorcia feijão guandu e banana. Outro sistema importante para a comunidade é o quintal que fica no entorno da casa ocupado por uma ampla variedade de plantas, tais como jaca, goiaba, genipapo, limão, pitanga, banana e jaboticaba, espécies de importância religiosa e alimentícia. O excedente é separado e comercializado em feiras livres organizadas pelo munícipio ou pelos próprios agricultores do

assentamento (FERNANDES, 2023, submetido a publicação).

**Figura 1.** Area de cultivo de espécies agrícolas em fase inicial. Fonte: Os autores.

A agrobiodiversidade dos agroecossistemas tradicionais é notável. Quando se fala de agroecossistemas refere-se a um sistema de produção agrícola, que guarda algumas características semelhantes ao ecossistemas naturais, cuja complexidade também envolve aspectos que se relacionam à esfera social (GLIESSMAN, 2005). O quintal do Ylê (Figura 2) é espaço de convivência dos diversos saberes e fazeres reunidos neste espaço, historicamente local onde se realizou a domesticação de espécies, continua tendo uma gama de funções dentro da comunidade, social, cultural material e ambiental. Além disso, sua produção contribui com autonomia familiar e segurança alimentar (PEREIRA et al., 2017).

**Figura 2**. Quintal extremamente biodiverso localizado ao redor da residência da comunidade Ylê Axé de Yansã. Fonte: Os autores.

Para a comunidade Ylê Axé de Yansã é importante produzir a própria comida, livre dos agrotóxicos utilizados na agricultura e na pecuária convencionais. Os sistemas alimentares das comunidades de matriz africana são compostos por conexões simbólicas, culturais e alimentare; o alimento é fonte de axé, de energia que nutre o corpo físico e o espírito (EGGER; CANCIAN, 2022).

Cotidianamente, todos na comunidade se preocupam com a qualidade desse alimento, havendo portanto atenção à sua obtenção, desde o armazenamento e seleção das próprias sementes, o cuidados durante o plantio, colheita até o modo posterior de preparo. A comida está relacionada com o estabelecimento de uma identidade social, pois carrega consigo seus significados e saberes tradicionais (SARGES, 2017). Na matriz africana os saberes ancestrais são passados oralmente, de geração em geração; quando o que se comunica persiste ao longo do tempo, pode-se dizer que esse conhecimento passa a ser uma força operante que guia comportamentos e ações (LOPES; SIMAS, 2020).

A própria adoção de práticas agroecológicas (uso de sementes locais + adubos verdes + plantio direto), como acontece no Sítio Quilombo Anastácia é uma maneira de valorizar e

resgatar as práticas tradicionais (SAMPSON et al., 2021). Em um estudo realizado em 2008-2009, anos de extremos climáticos - aliás, fenômenos que estão se apresentando de maneira mais intensa nos dias atuais - comparou-se a produção de sistemas convencionais de milho com sistemas agroecológicos, por conta da severa estiagem do período observado, os produtores de milho convencional tiveram uma perda média de 50% da produtividade. E confirmando a resiliência dos sistemas de produção os quais foram incorporadas práticas agroecológicas, esses produtores tiveram perdas menores em torno de 20% (ALMEIDA et al., 2009, p. 29, apud ALTIERI; FUNES-MONZOTE; PETERSEN, 2012, p. 8)..

Diferente do que afirmam alguns críticos, a agricultura familiar de base agroecológica entrega uma produção relevante de alimentos diversificados e de qualidade (ALTIERI; FUNES-MONZOTE; PETERSEN, 2012). Neste ponto, quando se acrescenta a perspectiva das comunidades de matriz africana, a qualidade do alimento envolve também distanciar-se das influências do sistema hegemônico que impõem o acesso aos alimentos ultraprocessados como forma única de se alimentar (EGGER; CANCIAN, 2022). Esses alimentos produzidos pela agroindústria são desprovidos de valor simbólico, não têm axé, logo, por conta dessa natureza despersonalizada, o que antes era comida, trata-se apenas de um objeto que de modo algum poderia ser ofertado nos ritos aos seus Orixás (Figura 3) (CARVALHO; ALBERTO; PEREIRA, 2016).

**Figura 3.** Pratos preparados em oferenda aos Orixás. Longe da hogeneidade, aqui vê-se diversos alimentos que movimentam o axé, isto é, que nutrem o corpo e os espaços. Fonte: Ylê Axé de Yansã.

Segundo a matriz vocabular *ioruba*, vida, território ou mundo compreendem o mesmo termo "*aiyê*", sendo assim, para pensar em alimentação, também se fala de territorialidade, de uma relação que para esse povo negro, vai além de enxergar a terra apenas como provedora de recursos (EGGER; CANCIAN, 2022). Na cosmovisão africana, a natureza e o indivíduo são indissociáveis, tendo em vista que este é parte integrante da natureza. Logo, o pensar, o ser e o sentir não podem ser fragmentos porque esta separação proporciona o esvaziamento do ser, consequentemente desorientando corpo e mente (DIAS, 2021).

Portanto, para produzir esse alimento de qualidade, é preciso de acesso à terra, visando tanto o suprimento de demandas, como a proteção da biodiversidade. Para tanto, considerar o conhecimento tradicional juntamente com as ciências modernas é uma forma de alcançar o desenvolvimento efetivamente sustentável (KUMAR et al., 2021). Afinal, as preocupações que hoje integram as agendas internacionais, quanto ao bem-estar das

sociedades, eliminação da fome, sendo esses alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estes são temas discutidos dentro das comunidades há muito tempo, antiga é a busca do povo de matriz africana pela segurança alimentar, para que se tenha saúde e se desenvolva estratégias para lidar com a fome (KUMAR et al., 2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, comer, para as comunidades de matriz africana, é também vivenciar sua ancestralidade, lutar pela própria existência em meio à uma sociedade que traz vivo e operante o legado colonial e que muitas das vezes impõe um tipo de alimentação que não respeita suas tradições e costumes. Nesse contexto, a Agroecologia faz-se como uma resposta viável na busca por uma produção regular, que tem como premissa o respeito aos conhecimentos tradicionais milenares, que também respeitam e conservam a natureza. Sendo assim, a comunidade Ylê Axé de Yansã é um exemplo palpável que nos aproxima não só de um modelo de produção, mas de uma forma de viver que demonstra ser possível coexistir com a natureza.

## REFERÊNCIAS


ALTIERI, M. A., FUNES-MONZOTE, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologically efficient agricultural systems for smallholder farmers: contributions to food sovereignty. **Agronomy for Sustainable Development ,** v. 32, p. 1–13,2012.

AMORIM, A. L. B. DE; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Rev. adm. pública (Online),** v. 54, n. 4, p. 1134–1145, 2020.

BORBA, D. M.; JÚNIOR, J. F. C. M.; MACHADO, G. **Florestas: espaço sagrado das religiões de matriz africana**. Anais do Encontro Estadual de História. Anais...Joinville - SC: 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**. Alimento: Direito Sagrado – Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros.** Brasília, 2013, 200 p.

BRASIL. **Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de

Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 8 de setembro de 2021.

CARVALHO, R. R. S.; ALBERTO, N. S. M. C.; PEREIRA, T. G**. Insegurança alimentar em povos de terreiro**. ABCS Health Science, v. 39, n. 1, p. 4-11, 2014.

DIAS, G. S. Contra Colonização de Conceitos Geográficos. **KWANISSA - Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros,** n. 10, p. 50-62, 2021.

EGGER, D. S.; CANCIAN, V. S. **Caderno de experiências de pesquisa em saúde e povos tradicionais de matriz africana: para a promoção de soberania e segurança alimentar e nutricional**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022, 69p.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA; FILAC - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Forest governance by indigenous and tribal peoples. An opportunity for climate action in Latin America and the Caribbean.** Santiago: FAO, 2021. 170 p.

FERNANDES, E. M. S.; MOTTA, E. A.; SAIS, A. C.; OLIVEIRA, R. E.; SEBASTIANI, R. Religious and cultural uses of plants promoting agroecological transitions in rural settlements in Brazil. **Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability**, v. 2, n. 1, p. 1–14, 2020.

FERNANDES, E. M. S.; SEBASTIANI, R.; OLIVEIRA, R. E.; SAIS, A. C. **Avaliação da capacidade de um agroecossistema gerido por comunidade de matriz africana no fornecimento de serviços ecossistêmicos.** 2023. No prelo.

GLIESSMAN, S. R**. Agroecologia Processos ecológicos em agricultura sustentável.** Minas Gerais: Editora UFRGS, 2005.

KUMAR, A.; KUMAR, S; Komal; Ramchiary, N.; SINGH, P. Role of Traditional Ethnobotanical Knowledge and Indigenous Communities in Achieving Sustainable Development Goals. **Sustainability**, v. 13, n. 06, 2021.

PEREIRA, L. S. SOLDATI, G. T.. DUQUE-BRASIL, R; COELHO, F. M. G.; SCHAEFER, C. E. G. R. Agrobiodiversidade em quintais como estratégia para soberania alimentar no semiárido norte mineiro. **Ethnoscientia**, v. 2, n.1, 2017.

ONU – UNITED NATIONS ORGANIZATION. **United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas: resolution / adopted by the Human Rights Council on 28 September 2018**. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/1650694#record-files-collapse-header. Acesso em: 15 de junho de 2023.

SAMPSON, D.; CELY-SANTOS, M.; GEMMILL-HERREN, B.; BABIN, N.; BERNHART, A.; KERR, R. B.; BLESH, J.; BOWNESS, E.; FELDMAN, M.; GONÇALVES, A. L; JAMES, D.; KERSSEN, T.; KLASSEN, S.; WEZE, A.; WITTMAN, H. Food Sovereignty and Rights-Based Approaches Strengthen Food Security and Nutrition Across the Globe: A Systematic Review. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 5, 2021.

SARGES, M. F. **Cultura e Segurança Alimentar dos Povos de Terreiro - Um Estudo com a comunidade Ilê Asé Ojú Ogun Funmilaiyó**. 2017. 82 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar), Universidad Federal de la Integración Latinoamericana Universidad, 2017.

SOARES, , S. S. G.; SANTOS, C. M. L.; FERREIRA, S. M. S. P. O Retorno do Brasil ao Mapa da Fome. In: PIMENTEL. B. N. **Saúde coletiva: uma construção teórico-prática permanente 2**. Paraná: Atena Editora, 2022, p. 64-74.

ZANETTE, P. H. O. **Contribuições da Cultura de Matriz Africana para a Conservação da Biodiversidade – A Experiência do Ilê Omo Aiyê, Comunidade de Candomblé de São Luiz do Paraitinga/ SP. 2020**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

# RESISTÊNCIA E INSISTÊNCIA: ATUAÇÃO DA GESTÃO 2021/2022 DO COMSEA-CURITIBA EM TEMPOS DE DESMONTES

Me. Beatriz Ribeiro Rocha[1]
Dra. Rubia Carla Formighieri Giordani [2]
Dr. Nilson Maciel de Paula[3]

**GT 09:** Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome

## RESUMO

Políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional são conjuntos de ações planejadas para assegurar a oferta e o acesso a alimentos para toda a população, promovendo a nutrição e a saúde. Conselhos são Instituições Participativas amparadas pela legislação nacional, conectados diretamente à garantia dos direitos humanos universais, e estão imbuídos de funções de formulação, planejamento, implementação e fiscalização. Os objetivos são explorar nas atas e entrevistas coletadas percepções dos conselheiros da gestão 2021/2022 do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) de Curitiba/PR sobre sua atuação, sobre a atuação do conselho no município e suas concepções apresentadas sobre políticas públicas. Conclui-se que o COMSEA é um instrumento para exercitar a discussão política a fim de influenciar positivamente as políticas de Curitiba. É justo afirmar que a atuação da gestão teve um papel ativo nas discussões, possivelmente sendo responsáveis por adequar propostas e debater mudanças que proporcionaram melhorias sociais e projetos mais eficazes.

[1] Universidade Federal do Paraná (UFPR), beatrizribeirorocha075@gmail.com
[2] Universidade Federal do Paraná (UFPR), rubiagiordani@gmail.com
[3] Universidade Federal do Paraná (UFPR), nilson@ufpr.br

**Palavras-chave:** Conselho; COMSEA-Curitiba; Democracia; Participação; Segurança Alimentar e Nutricional.

## INTRODUÇÃO

Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) são conjuntos de ações planejadas para assegurar a oferta e o acesso a alimentos para toda a população, promovendo a nutrição e a saúde. Boas políticas de SAN requerem o envolvimento tanto do governo quanto da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores ou áreas de ação, por meio de diferentes programas e ações. Existem três elementos chaves que devem estar contidos nessa formulação de políticas. Primeiramente, deve estar em consonância com as necessidades nutricionais específicas de cada indivíduo para manter uma vida ativa e saudável. Em segundo lugar, uma política de SAN deve ser contínua e prever possíveis riscos futuros. O termo “segurança” implica ausência de risco, estando assim diretamente relacionada ao combate à escassez de nutrientes necessários para garantir o bem-estar físico, devendo refletir a necessidade do acesso continuo a uma alimentação adequada para a população. E o terceiro elemento chave é que estas devem ser políticas com caráter intersetorial, que reconheçam as complementaridades entre a alimentação e outras variáveis, como a educação e a saúde. Essa é uma premissa básica, que envolve ações articuladas e coordenadas entre diversas entidades e órgãos, visando resultados mais eficientes em torno de prioridades estabelecidas em conjunto (BARRETT, 2002; CONSEA, 2004).

Em uma democracia, o acesso pleno aos direitos fundamentais é essencial para que os cidadãos tenham a oportunidade de formular suas preferências e integrar ações coletivas e processos deliberativos em prol de exprimir e lutar por seus interesses. As instituições democráticas possibilitam a criação de um espaço que, idealmente, fornece aos cidadãos a oportunidade de organizar e defender seus interesses por vias seguras. A política eleitoral é uma dessas vias, e costuma ser a mais visada por representar um processo direto de escolha dos cidadãos, mas não é a única forma disponível (AVRITZER, 2011; TOUCHTON, 2020).

Nas últimas décadas vemos mudanças profundas na forma com a democracia é encarada pela sociedade, introduzindo mudanças que alteram as formas pelas quais podemos efetivamente participar e influênciar as políticas que afetam diretamente nossas vidas. Essas trasformações são chamadas de reformas de Governança Participativa Empoderada (GPE) por Fung (2003), e exploram a reorganização e expansão de instituições estatais formais no engajamento democrático da sociedade civil, com o propósito de formar um círculo virtuoso de reforço recíproco que incentiva

a participação. Os princípios da GPE têm como cerne alcançar os objetivos sociais propostos para estas instituições, em especial o aumento da qualidade da ação estatal, promovendo sua eficácia, equidade e caráter amplamente participativo (FUNG, 2003).

Para Fung (2003) isso ocorre por alguns motivos. Primeiramente, processos deliberativos participativos dão espaço e empoderam os cidadãos. O processo deliberativo que regula a tomada de decisão desses grupos provavelmente gerará soluções superiores em comparação com procedimentos decisórios menos inclusivos, porque todos os participantes têm oportunidades de oferecer informações úteis e considerar soluções alternativas mais profundamente. A participação e a deliberação criam um estilo ágil de atividade coletiva que pode reconhecer e responder a estratégias errôneas ou ineficazes, em circuitos mais curtos de *feedback* - a distância e o tempo entre decisões, ação, efeito, observação e reconsideração. Estes processos possuem a capacidade para gerar resultados mais justos e equitativos nos ordenamentos políticos, porque tendem a facilitar o acesso de bens públicos a uma parcela da sociedade que não está acostumada a recebê-los. Os efeitos compartilhados são componentes importantes da justiça social e, uma vez que essa ideia é infundida na prática da discussão razoável, a tomada de decisão verdadeiramente deliberativa produz resultados mais equitativos do que aqueles regulados por poder, status, dinheiro ou números. Os processos apresentados tem a intenção de promover o valor democrático de engajar cidadãos comuns em uma participação sustentada e significativa (FUNG, 2003).

Instituições participativas (IP) de diversas formas são um dos caminhos para promover a inclusão da sociedade civil nas tomadas de decisão, transferindo a autoridade decisória para espaços que incorporam governo e a sociedade civil, visando a proposição de políticas alternativas e monitoramento de bens públicos. Avritzer (2008) conceitua as IP como “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas” (AVRITZER, 2008. P. 45). Idealmente, as IP atuam como oportunidades ímpares de participação política da sociedade civil, sendo munidas de regras e constituições que ajudam a guiar o comportamento de seus membros, condicionando seu ativismo (AVRITZER, 2008. BORBA, 2011).

Conselhos de Políticas Públicas são instituições participativas amparadas pela legislação nacional, estando presente nas três esferas governamentais: nacional,

estadual e municipal. Estão conectados diretamente à garantia dos direitos humanos universais, e são legalmente imbuídos de funções de formulação, planejamento, implementação e fiscalização de ações nos níveis sistêmicos aos quais estão relacionados. São considerados órgãos híbridos, por englobarem ações entre representações estatais e as entidades da sociedade civil, preconizando um novo agir político ao renovar os poderes institucionais. Para que se forme um conselho (em qualquer instância) é necessário a adesão de características formais para a institucionalização que estão sob a responsabilidade do Estado, que é quem reconhece o espaço de fala e atuação da entidade (LAVALLE, 2016; LIMA, 2014; LÜCHMANN, 2007).

Conselhos – e demais mecanismos de participação - são peças fundamentais estratégicas no interior de um projeto de democratização do Estado e da sociedade. Porém, não estão destinados a cumprir essas apostas democratizantes que inspiraram sua criação, pois sucesso depende do resultado das disputas que se travam no seu interior e daquelas que se desenrolam no seu entorno. As experiências desenvolvidas pelos Conselhos podem esbarrar em limites que esvaziam ou restringem seus potenciais democratizantes. As discussões internas dessas unidades podem ter dificuldade em ultrapassar suas fronteiras e repercutir no ambiente político social e institucional de forma mais ampla, comumente originadas de disputas entre interesses corporativos das comunidades de política que o integram (ALMEIDA, 2012; CRUXÊN, 2013).

Exploraremos nesse artigo a atuação de uma gestão da instituição com atuação mista, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) do município de Curitiba, capital do estado do Paraná, situado no sul do Brasil. O período abarcado será equivalente a duração da gestão, que ocorreu entre os anos de 2021 e 2022, utilizando como documentos de análise as atas públicas de encontros do conselho e entrevistas realizadas ao final de 2022 com conselheiros da gestão em foco.

As atas dos Conselhos Temáticos Municipais de Curitiba-PR possuem um espaço para preservação online, permitindo o acesso transparente aos dados, de forma fácil, rápida e prática. A plataforma *Portal dos Conselhos* faz parte de uma iniciativa da prefeitura para cumprir a Lei de Acesso à Informação, disponibilizando informações sobre funções, competências e estrutura organizacional de diversas iniciativas da cidade. Por meio desse sistema, foram coletadas vinte e uma atas até o

momento de fechamento da pesquisa, nove referêntes à encontros de 2021 e doze de 2022.

Foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado, com perguntas que colocavam em foco a atuação e percepções dos conselheiros. Todas as entrevistas foram conduzidas de forma online, por meio da plataforma Teams, durante os períodos mais apropriados de acordo com cada entrevistado. A média de duração das entrevistas foram de quarenta minutos. Todas as entrevistas foram gravadas pelo sistema com a autorização dos entrevistados, e então submetidas ao programa *Transkriptor*, um software de transcrição online que converte áudio em texto, e corrigidos pela pesquisadora, para então poderem ser utilizados como dados. As gravações foram descartadas após 90 dias. Ao final do período proposto (até dezembro de 2022), foram realizadas quinze entrevistas com representantes das instituições indicadas como ativas na gestão de 2021-2022, entre conselheiros titulares e suplentes. As cinco instituições das quais não foi entrevistado nenhum conselheiro dizem respeito a membros que estavam indisponíveis por questão de datas, não respondendo ao contato da pesquisadora ou se recusando por outros motivos. Em suma, foram contatadas todas as instituições apontadas pela Secretaria Executiva do conselho como ativas, tendo todas as oportunidades de responder à entrevista.

O objetivo do artigo é explorar no material coletado as percepções dos conselheiros da gestão sobre sua atuação dentro do conselho, sobre a atuação do conselho no município e suas concepções apresentadas sobre políticas públicas em Curitiba/PR.

## DESENVOLVIMENTO

O município de Curitiba possui uma importante relevância no cenário regional, no que diz respeito às políticas públicas de SAN do estado. Os primeiros equipamentos públicos voltados exclusivamente para o abastecimento popular foram propostos em 1940, desenvolvendo uma série de políticas desde então que atuavam em prol de alimentar sua população, como suplementação alimentar nas escolas, a regulamentação de feiras livres e a construção do mercado municipal. Em 2000, se estrutura a Secretaria de Segurança Alimentar (SMSAN), derivada da entidade que antes era nomeada de Central de Abastecimento (CEASA), passando a atuar em três eixos: Abastecimento Social, Unidades de Abastecimento e Educação Alimentar e

Nutricional. Em 2003, foi oficializada a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba (COMSEA – Curitiba) (PAULA, 2021; RIGON, 2012).

O COMSEA-Curitiba foi criado por meio da Lei Ordinária de Curitiba-PR, nº 10698 de 12 de junho de 2003, que englobava o Conselho e o Fundo Municipal de SAN. Seu regimento foi formulado em 2009, comportando suas competências enquanto conselho municipal, e sua estrutura interna. O COMSEA é composto por 2/3 de representantes da sociedade civil, tendo quatorze membros titulares e seus respectivos suplentes representantes, e 1/3 por representantes do governo, formados por sete membros titulares e seus respectivos suplentes. Teve sua composição alterada em 2020 por demanda dos membros, dando mais liberdade para a escolha dos conselheiros oriundos de áreas não governamentais. É um órgão permanente que assessora o poder executivo municipal e possui caráter consultivo, devendo ser propositivo e servir como um espaço de diálogo e articulação entre a sociedade civil e o governo, em especial para propor diretrizes que comporão políticas e ações de SAN no município (PORTAL DOS CONSELHOS, 2023).

O COMSEA Curitiba foi responsável pela organização de três Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo a primeira em 2011, a segunda em 2015 e a última em 2019. O I Plano Municipal de SAN, com vigência de 2016 a 2019, foi aprovado em 2016, resultado de discussões realizadas durante a conferência de 2015 (PAULA, 2021; RIGON, 2012). O conselho possui também as câmaras temáticas para organizar e direcionar os debates internos, coordenadas por conselheiros da sociedade civil. São elas a Câmara de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas; a Câmara de Institucionalidade; e a Câmara de Nutrição e Saúde (PORTAL DOS CONSELHOS, 2023).

O COMSEA se reuniu em reuniões mensais ao longo dos dois anos da gestão 2021/2022, com durações de cerca de quatro horas cada. As atas se mostram resumidas, contendo duas ou três páginas de escrita, e não apresentando deliberações ou ações a serem tomadas com grande frequência. Por conta disso, subentende-se que muitas das discussões vivenciadas nos encontros provavelmente não conseguiram ser transmitidas ao papel, talvez se fazendo perder não somente importantes contribuições de conselheiros nas reuniões, como sugestões e deliberações que poderiam originar relevantes documentos do conselho aos órgãos e representantes competentes. Esse fato também ressalta a importância das entrevistas

para o entendimento das posições assumidas pelos conselheiros.

A gestão analizada percorreu dois anos com diversos desafios. Além dos contínuos desmontes experimentados pelo país em várias áreas de políticas sociais, sendo a temática da SAN uma das mais afetadas, a pandemia de COVID-19 se desenrolava há mais de ano quando a gestão assumiu. As dificuldades passaram desde de exercer o papel de conselheiro em um mundo em constante mudança (com reuniões onlines e o retorno gradual ao presencial), como enfrentar as consequências de políticas emergenciais mal desenhadas, ocasionando no aumento da fome e da pobreza no município, um cenário que era comum a todo o país. Em agosto de 2022, cerca de três mil pessoas em situação de rua eram registradas no CadÚnico no município, sendo Curitiba a capital do Sul do país com mais pessoas nesta condição. Esses dados nem sempre são consistentes com a realidade, pois apresenta uma margem de subnotificação. Nem sempre os usuários podem ou conseguem realizar esse cadastro.

Essa percepção da realidade transbordou para os conselheiros, que trouxeram como um dos pontos mais discutidos em reuniões, como pode ser visto nas atas, e também como um recorrente tópico nas entrevistas, em especial pelo fato de o COMSEA constituir-se como um espaço de discussão de políticas públicas que acabam por ter impacto direto na vida das pessoas em situação de vulnerabilidade. O desmonte de políticas públicas de SAN que ocorreu no Brasil refletiu significativamente no trabalho desses espaços, aprofundando as fragilidades já existentes. Na situação experimentada no país, pela instabilidade do sistema político de forma geral, estruturas participativas foram retardadas ou impedidas de prosperar, significando não somente a perda da legitimidade desses espaços enquanto locais de debate para melhorias em políticas públicas, como também na diminuição da participação em si (RODRIGUES, 2020).

> Eu acho que nesses 4 anos a gente pisou em ovos. Tanto com conselhos nos municípios, quanto com o conselho estadual, porque parece que o poder público estava fazendo um favor em manter esses conselhos, sabe? Porque não tinha obrigação de mantê-los. Até pelo SISAN [Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional] não ser algo obrigatório. A adesão é “adere quem quer”. Não há obrigação de que o município ou estado tenha adesão ao SISAN. Então, claro, teve essa vontade política de aderir e de manter e, mesmo que a extinção do [CONSEA] nacional, se manteve. Tanto que o Paraná acho que foi um dos únicos que conseguiram dar sequência. Mas é sempre naquela sensação de que eles estão fazendo favor. Então, vamos devagarinho, vamos até onde dá pra não correr o risco de perder (...).

(Entrevistado O).

O estado do Paraná e sua capital, Curitiba, ainda são exemplos frente a outras unidades da federação pela promoção de políticas de SAN e pela continuidade de participação no SISAN mesmo após o desmonte constante dos últimos anos. Possuem conselhos bem delimitados e estruturados desde o início dos anos 2000, e integram uma das maiores redes de SAN do país. Por meio de espaços como o COMSEA-Curitiba, organizações podem se manifestar em um meio institucionalizado, promovendo melhorias em políticas já experimentadas pela cidade, ou gerando novas políticas que abarquem os problemas sociais mais emergentes, como é o caso da insegurança alimentar. A vontade política de se consultar com entidades não deliberativas e realizar a escuta ativa deve existir no âmago da política municipal e estadual. Essas ações geram frutos dos processos de participação, possuíndo mais legitimidade e podendo originar políticas com mais delineamento e efetividade.

> E a gestão [da prefeitura de Curitiba] não entende que essa escuta é uma escuta qualificada que pode ser utilizada para políticas públicas, mas não é o que eles pensam. Eles pensam que conselho é algo que fica ali "enchendo o saco" deles, criticando tudo que eles estão fazendo, e eles não entendem a pérola que eles têm na mão. Porque se eles dessem uma atenção maior, e até um recurso maior viessem para isso, as políticas seriam muito mais bem definidas. E aí a margem pra erro seria quase zero. Mas ainda... isso não é entendido (Entrevistado H).

Assim como o Conselho Nacional de SAN (CONSEA), os conselhos de SAN a nível estaduais e municipais usam de espaços consultivos como ferramentas de promoção de participação. Não pretendem promover leis de forma obtusa, preferindo que as unidades permitam a participação de atores sociais no debate e, assim, possam se estruturar como instância relevante para as políticas públicas do local. Cada organismo possui uma forma única de perseguir seus interesses. É com interseccionalidade de interesses e fortalecimento desses espaços de escuta que os conselhos de SAN tentam promover essa aproximação da sociedade civil e do governamental, dado que um tem muito a ganhar com o contato do outro, produzindo resultados mais duradouros. Essa é uma percepção de que verdadeiramente só se promove políticas públicas quando as entidades e a sociedade civil são ouvidas. É um trabalho constante, que envolve não somente questões alimentares em si, mas toda uma cadeia de políticas voltadas a um objetivo comum.

> Então, o que eu quero dizer para você é que a gente não tem esses elementos para falar para você. "É essa, essa, isso aqui foi legal. Isso aqui deu certo porque a gente discutiu junto. Nós construímos isso". A

> gente não tem. O que a gente sabe que existe, é o que a gente fala, é o que nós trocamos lá dentro. Mas, enquanto política pública implementada a partir do diálogo feito com o conselho e que tenha saído de uma conferência... O que está dito lá, que no plano está descrito assim, nós não temos. (...). Eu não tenho esses elementos, porque para mim, se você não constrói, se você não discute, se você não debate, eu não tenho isso como política pública (Entrevistado G).

Os conselheiros expressaram claramente suas preocupações sobre a frequência com a qual suas sugestões eram ouvidas e valorizadas, expondo o receio com uma aparente falta de comprometimento da prefeitura em estar presente e dedicar esse esforço de escuta aos membros do COMSEA. Para que essas políticas saiam dos debates e sejam oficializadas, é preciso que governantes competentes e orientados a esse fim estejam no poder. Sem esse alinhamento de expectativas, dificilmente as discussões em espaços participativos produzirão resultados. Um exemplo dessa situação pode ser visto com os desentendimentos sobre a modelagem e aplicação de um projeto da prefeitura, o *Mesa Solidária*.

O projeto *Mesa Solidária* é descrito pela prefeitura como um espaço onde são ofertadas diariamente refeições gratuitas para a população em situação de rua, risco social e insegurança alimentar e nutricional, resultado da parceria entre a prefeitura e entidades públicas e privadas, e gerenciado pela SMSAN (PREFEITURA, 2023). Apesar do ideia do projeto ter sido encaminhada para maiores discussões e desenvolvimento no COMSEA, o *Mesa* avançou etapas nas respectivas instâncias da municipalidade e iniciou sua fase de implementação sem a revisão dos pares. Devido à essa situação, existiram discordâncias entre a prefeitura e o COMSEA acerca do conteúdo do Projeto de Lei (PL) do *Mesa Solidária*, sobre sua estruturação e sobre como a iniciativa seria gerida. O conselho, em união com a frente parlamentar em prol da segurança alimentar e nutricional do município, se manifestou contrário a aplicação do projeto sem as devidas alterações, ocasionando seu retorno às plenárias do COMSEA para modificações que ainda eram possíveis de serem executadas, dado o andamento do projeto.

> Dando sequência à reunião, Tammy (ASP) relata que este conselho elaborou uma nota geral e uma nota dos representantes da sociedade civil do COMSEA solicitando que o PL passasse pela plenária, expondo as justificativas e motivos para isso. Tammy fez, então, a leitura dessa nota, para que aqueles participantes que ainda não tenham conhecimento possam se inteirar do seu conteúdo. Durante a leitura da carta, que segue anexa à ata, relata desacordo desse conselho com o PL por não terem sido consultados quanto ao teor do Projeto de Lei Mesa Solidária, encaminhado à CMC, para votação em 26/03/2021. Por

> fim, ressaltou a importância da parceria e contribuição do COMSEA nas discussões para elaboração de documentos desse teor junto ao Poder Público pelo fato dessa entidade, em toda a sua diversidade de integrantes, poder colaborar de forma assertiva com a proposição de documentos com esse conteúdo. Na sequência, a presidente passou a fala para a sra. Maria Teresa Ribas (PUC), que mencionou o nome de algumas instituições que atuam na assistência nutricional da população em situação de rua, que irão participar dessa reunião fazendo questionamentos, bem como apresentando e defendendo suas pautas. Ressaltou a importância de se oportunizar a escuta dessas instituições que se encontram na linha de frente dos trabalhos de assistência desenvolvidos com essas populações em situação de vulnerabilidade, uma vez que, com um conhecimento genuíno da causa, podem contribuir com mais propriedade para resolver essas questões urgentes relacionadas à fome. Também fez uma fala sobre pesquisas acadêmicas que apontam o aumento dessa população em situação de vulnerabilidade e a necessidade de as políticas públicas estarem atentas para contemplarem esse problema que se agravou após a pandemia. (COMSEA, 2022. Terceira Reunião Plenária. P.02)

Nos contínuos processos de desmantelamento de políticas de SAN e desvalorização de espaços de participação da sociedade, se perdem iniciativas que poderiam gestar projetos mais bem delimitados, com maior enfoque em suprir as necessidades do público alvo, não somente utilizando desses espaços enquanto plataformas políticas de autoapreciação. Enquanto a prefeitura enxergar o COMSEA como uma fase burocrática e um empecilho à aprovação de determinadas políticas que acabam por chegar até o esse espaço, o potencial do conselho estará subaproveitado. Mais do que uma etapa de discussão, por meio do COMSEA é possível gerar novas ideias de políticas, começando seu planejamento do zero, ou propor adequações e modificações a políticas já existentes, sendo o conselho um espaço essencial para a renovação do ciclo de políticas públicas do município.

> (...) tem um seu aspecto positivo no sentido de que quando você precisa da interação deles [prefeitura de Curitiba], você está mais perto de poder acessar a informação a eles. O aspecto negativo é que, quando a agenda deles não bate com a da sociedade civil, eles funcionam como um filtro, eles se seguram ao processo para poder ser avançado (Entrevistado E).

> (...) Eles [prefeitura de Curitiba] têm esse envolvimento forte e trazem pautas. Nem sempre todas que nós gostaríamos (...). Então, eu acho que eles acabam trazendo o que é do interesse deles, porque precisa de vistas do conselho para alguma coisa acontecer. Quando não precisa de vistas do COMSEA, aí eles acabam pulando essa etapa. Não sei se deliberadamente ou pela pressa (Entrevistado O).

As críticas mais assertivas sobre a participação dos conselheiros que

represetam alguma instituição da prefeitura apontam o desejo de “mascarar” ou “maquiar” a realidade da cidade, produzindo pautas formais que serão levadas ao COMSEA a fim de promover uma imagem ativa da prefeitura em torno dos problemas da SAN, quando, na realidade, tendem a escamotear ainda mais profundamente as questões sociais que deveriam estar sendo debatidas pelos conselheiros. Esses representantes da área governamental, que têm cadeiras fixas no conselho (integrando 1/3 de seu total), são indicados ao cargo a cada eleição, normalmente já estando presentes em sucessivas gestões. O costume de estar trabalhando sempre com temáticas similares e o enfoque profissional na área os torna menos sujeitos a dificuldades de participação, tais como ausências por agenda ou dificuldades burocráticas. São eles os responsáveis apontados por trazer pautas sobre ações e projetos da municipalidade, às vezes já encaminhadas para aprovação em agenda da Câmara de Vereadores do município (como foi o caso do *Mesa Solidária*) ou em processo de finalização.

> (...) aparecem pautas que são propositivas, mas elas aparecem como produtos prontos, em que não houve essa reflexão que é desejável e que é formalizada nos espaços, essa pauta acaba realmente sendo preponderante. Ela toma os espaços de discussão. (...). (Entrevistado L)

Os próprios conselheiros mostram alguma descrença na processo propositivo do COMSEA, principalmente pelo conselho ser constantemente escanteado em discussões mais largas sobre políticas públicas de SAN.

> Se chega pra gente, a gente consegue avaliar. Mas, geralmente, a gente tem mais escuta na Câmara de Vereadores, que é ali que eles vão mudar alguma parte de proposição de lei, de acordo com o que a gente sugeriu, recomendou, porque a gente é só consultivo, né? Não é deliberativo. Então, a gente recomenda e daí vai da Prefeitura, vai de a Câmara de Vereadores aceitar essa recomendação. Via de regra, eu acho que nesse último mandato o saldo foi positivo. Não foi negativo. O mandato anterior também. A gente conseguiu mudar a lei de composição do COMSEA, que também foi positivo. E muita lei que a gente conseguiu recomendar e algumas outras situações. Mas eu acho que dá pra melhorar essa relação (Entrevistado O).

Exemplificada a atuação do conselho no município, é fatídico retormarmos o ponto de que a vontade política deve existir para que espaços tais quais o COMSEA sejam não somente escutados, mas acolhidos enquanto representações importantes da sociedade civil no espaço político da cidade, tendo muito mais a somar em seus processos do que a dificultar a promoção de politicas públicas temáticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU CONCLUSÕES)

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) de Curitiba/PR representa uma importante iniciativa com participação popular. Sem a mobilização e ações conjuntas que ali podem ser moldadas, o processo de produção de políticas tende a ser centralizado em repartições públicas, com pouco ou nenhum acesso do público aos projetos em diversas fases de desenvolvimento. O COMSEA é um instrumento para exercitar a discussão política a fim de influenciar positivamente as políticas de SAN de Curitiba. É justo afirmar que a atuação da última gestão (2021/2022) teve um papel ativo nas discussões e incorporou trajetórias de mudança nas políticas públicas do município, possivelmente sendo responsáveis por adequar propostas e debater mudanças que proporcionaram melhorias sociais e projetos mais eficazes.

Modelar a prática de desenvolver políticas públicas com base na participação popular e na inclusão é essencial para que os projetos sejam postos em prática de forma mais eficaz e centrados no problema. Desde a idealização, as políticas públicas precisam incluir o "público", não introduzindo conteúdos prontos a fim de construir uma solução mágica a problemas específicos. Ressalte-se aqui o importante papel das universidades nesse processo, relembrado por diversos entrevistados ao longo de suas falas. Não somente sendo representados por professores e professoras no conselho, as universidades se mostram presentes por meio das atividades de pesquisa e extensão, envolvendo-se intrinsecamente com o ciclo de formulação de políticas públicas e contribuindo ativamente com os processos de aprendizado dos conselheiros.

Os conselheiros se mostraram coesos quanto à defesa de ideias básicas sobre participação social e produção de políticas públicas. Reconheceram a importância de existir um espaço como o COMSEA para discutir a SAN no município, a fim de auxiliar na produção de ações mais eficientes e que realmente sejam destinadas a sanar problemas apontados pela população. Constantemente reforçam esse ponto, apontando a necessidade da escuta ativa tanto do público alvo quanto dos conselheiros, importantes peças para o quebra cabeça complexo que é a estruturação de uma política direta e eficaz para conter o avanço da fome e da insegurança alimentar.

A visão dos conselheiros sobre a atuação do COMSEA no município é otimista, a despeito de atestarem suas dificuldades. O COMSEA-Curitiba é um dos conselhos municipais mais antigos do país, tendo muitas gestões de experiência e construção pela cidade. É reconhecido pelas entidades estaduais e nacional como um exemplo de atuação, sendo casa para muitos representantes ilustres ao longo dos anos. Apesar disso, reconhecem que o COMSEA enfrenta o desafio primordial de ser legitimado pelas instituições governamentais enquando um espaço importante para a formação e o desenvolvimento de políticas públicas de SAN do município. Mais do que servir enquanto uma fachada de entidade participativa para a prefeitura, o conselho tem o interesse de servir ao seu propósito de existência, atuando enquanto uma unidade para produzir melhores políticas públicas, que abarquem a população mais vulnerável da cidade e permitam seu desenvolvimento.

Mesmo diante dos desafios ocasionados por questões globais como a pandemia de Covid-19 ou por instabilidades políticas internas resultantes da falta de estímulo governamental e desmonte de políticas sociais, é possível destacar a atuação dos conselhos e de seus conselheiros na resistência de uma cultura política e atuação social. A participação e a inclusão se mostram ferramentas essenciais para a promoção da democracia, sendo o diálogo contínuo e a deliberação entre as instituições e os diversos grupos sociais outra via democrática para a cidadania.

**REFERÊNCIAS**


ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores sob o crivo da política:
balanços e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, p. 68-92, 2012.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião pública**, v.14, p. 43-64, 2008.

AVRITZER, Leonardo. A QUALIDADE DA DEMOCRACIA E A QUESTÃO DA EFETIVIDADE DA PARTICIPAÇÃO: MAPEANDO O DEBATE *in* PIRES, Roberto. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea,
2011. v. 7 (372 p.).

BARRETT, Christopher B. Food security and food assistance programs. **Handbook of**
**agricultural economics**, v. 2, p. 2103-2190, 2002.

BORBA, Julian. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COMO RESULTADO DAS INSTITUIÇÕES
PARTICIPATIVAS: OPORTUNIDADES POLÍTICAS E O PERFIL DA PARTICIPAÇÃO *in*
PIRES, Roberto. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de**
**avaliação**. Brasília: Ipea, 2011. v. 7 (372 p.).

COMSEA Curitiba. MEMÓRIA DA 3ª REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL
DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE CURITIBA-PR. Acesso em 18 de fevereiro de 2023. Disponível em:
http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br/atas.aspx?conselho=6&Nome=Conselho%20Municipal%20de%20Seguran%c3%a7a%20Alimentar%20e%20Nutricional%20-%20COMSEA 2022.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de**
**uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**: Textos de Referência da II Conferência
Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004.

CRUXÊN, Isadora Araújo et al. **Conselhos nacionais: perfil e atuação dos conselheiros**. IPEA:
2013.

FUNG, Archon et al. **Deepening democracy**. London: Verso. 2003.

LAVALLE, Adrian Gurza; VOIGT, Jessica; SERAFIM, Lizandra. O que fazem os

conselhos e
quando o fazem? Padrões decisórios e o debate dos efeitos das instituições participativas. **Dados**, v. 59, p. 609-650, 2016.

LIMA, Paula Pompeu Fiuza et al. **Conselhos Nacionais: elementos constitutivos para sua
institucionalização**. Texto para Discussão, 2014.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahnn; BORBA, Julian. Estruturas de oportunidades políticas e
participação: uma análise a partir das instituições emergentes. **Trabalho apresentado no 31º
Encontro Anual da ANPOCS, n.** 31º, 2007.

PAULA, Natália Ferreira de. Os ambientes alimentares no âmbito do regime alimentar
neoliberal: estudo de caso em Curitiba/Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Federal do
Paraná – UFPR. 2021.

PORTAL DOS CONSELHOS. Página principal. Acesso em 03 de fevereiro de 2023. Disponível
em: http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br/Default.aspx

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Alimentação: Mesa Solidária. Acesso em 03 de
fevereiro de 2023. Disponível em: https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/mesa-solidaria/793

RIGON, Silvia do Amaral. **A construção de políticas públicas promotoras de saúde: um estudo de caso sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, Diana Cruz; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário; VASCONCELLOS, Ana
Maria de Albuquerque. Formação de coalizão de defesa e atores chaves da política. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1711-1728, 2020.

TOUCHTON, Michael; SUGIYAMA, Natasha Borges; WAMPLER, Brian. DEMOCRACIA
EM AÇÃO: indo além das eleições para melhorar o bem-estar. **Caderno CRH**, v. 33, 2020.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# FOME DE MUDANÇA: UM ENSAIO TEÓRICO-PRÁTICO A PARTIR DO PROGRAMA KITANDAS DE PORTO ALEGRE/RS

Maiz Bortolomiol Dias[1]
Paulo André Niederle[2]

**GT 09:** Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome.

**RESUMO**

Em um contexto de múltiplas crises e desigualdades brutais, vivenciamos uma sindemia global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas que têm em comum os sistemas alimentares hegemônicos como impulsionadores. A forma monótona como os alimentos são produzidos, processados, transportados e consumidos tem gerado uma série de impactos socioambientais que afetam a população de maneira desigual, injusta e estratificada por marcadores sociais como gênero, raça e classe. Diante disso, emergem movimentos que buscam transformar os sistemas agroalimentares, estratégias populares de combate à fome e formas de resistência criadas pela sociedade civil organizada baseadas na luta por direitos, equidade e justiça. Este trabalho busca realizar uma análise crítica em torno dos problemas alimentares atuais de forma a dialogar com uma iniciativa de democratização do acesso a alimentos saudáveis nas periferias de Porto Alegre/Rio Grande do Sul, o Programa Kitandas do Instituto Camélia.

Palavras-chave: sindemia global; justiça alimentar; democracia alimentar; desigualdade alimentar; cidadania alimentar.

## INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade majoritariamente urbana, onde fornecer alimentos de qualidade a uma população exponencial que também carece de renda e saúde, em um mundo de recursos finitos, é um grande desafio. Isso afeta a agenda social, política e acadêmica internacional, fazendo com que as pesquisas sobre desenvolvimento rural considerem progressivamente as questões alimentares e, sobretudo, urbanas (Schneider; Preiss; Marsden, 2022). O papel das cidades na promoção de sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis tem

[1] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), maizbortolomiol@hotmail.com.
[2] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), pauloniederle@gmail.com.

sido cada vez mais discutido e um dos motivos é a gravidade dos níveis de insegurança alimentar nas populações das periferias urbanas. Nas cidades, 57,8% das pessoas apresentam algum grau de insegurança alimentar e 15% das pessoas estão em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, fome. O contexto da fome não poupa nem mesmo os produtores de alimentos. No campo, 63,8% dos habitantes rurais estão em insegurança alimentar e 18,6% dos moradores passam fome (REDE PENSSAN, 2022).

Produzimos alimentos suficientes para alimentar o mundo, no entanto, temos cerca de 828 milhões de pessoas passando fome, número que vem aumentando nos últimos anos (FAO, 2022). No Brasil, as contradições e desigualdades são ainda mais visíveis. Em um dos maiores produtores e exportadores de "alimentos" do mundo, 33 milhões de pessoas passam fome, segundo o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Ao mesmo tempo, no Mato Grosso, estado que lidera o ranking de produção de soja e carne no país, observamos dezenas de pessoas fazendo filas para receber doação de ossos em açougues. Além disso, o Brasil está entre os países com maiores índices de obesidade no mundo, onde dados do Ministério da Saúde apontam que a obesidade atinge 31,88% da população e o sobrepeso, 31%. Diante disso, vivenciamos o que muitos autores têm chamado de "Sindemia Global" de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, ou seja, uma sinergia de pandemias que coexistem no tempo e no espaço, interagem entre si e compartilham fatores fundamentais comuns, consistindo em um conceito que trata sistematicamente da alimentação e seus impactos na saúde e no meio ambiente (Swinburn et al., 2019).

O reconhecimento de que o sistema agroalimentar foi e continua sendo um terreno contestado caracteriza um espaço importante para a agência individual e coletiva de onde emergem múltiplas e diversas formas de resistência, seja por parte de organizações e movimentos sociais ou de cidadãos da sociedade civil que passam a desenvolver práticas de produção, distribuição/comercialização e consumo mais conscientes e responsáveis, que vêm atreladas a uma politização dos alimentos e do consumo bem como ao fenômeno de ativismo alimentar, onde, ações individuais conectadas a outras práticas sociais politizadas, podem se apresentar como ações sociais coletivizadas (Schubert e Portilho, 2023). A alimentação configura-se então como objeto de análise social e de compreensão do viver em sociedade. Além disso, tornaram-se motores de interação social e, consequentemente, fonte de distinção social e construção de identidade (Schneider, Preiss e Marsden, 2022).

As desigualdades sociais e o racismo determinam quem tem acesso à alimentação e sobretudo à alimentação saudável no Brasil (CASTRO, 2023). Castro Junior (2018), demonstra que nas cidades, a localização geográfica é uma barreira no acesso aos alimentos in natura e

culturalmente adequados, há desigualdade na distribuição dos comércios de alimentos e os tipos de produtos vendidos onde as regiões com piores indicadores de renda são aquelas que possuem menos acesso a alimentos saudáveis. O grupo de pesquisa intitulado "*Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy*" se concentrou em desenvolver o conceito de "desigualdades alimentares", que destaca as diferenças existentes entre grupos distintos de pessoas em relação a produção, distribuição e consumo de alimentos. Algo a se enfatizar é que o conceito de desigualdade alimentar descentraliza o sujeito abstrato dos sistemas alimentares e passa a entendê-los como sujeitos particularmente situados, ou seja, sujeitos marcados por classe, gênero, raça e outros eixos de diferença (MOTTA, 2021).

No contexto atual é fundamental refletir sobre o acesso à alimentação, sobre quem não tem acesso a esses alimentos, sobre as desigualdades alimentares. A interseccionalidade em torno da alimentação não pode mais ficar de fora das discussões e conceitos como justiça alimentar, cidadania e democracia alimentar emergem como importantes referenciais para abordar o tema. Nesse sentido, este trabalho busca realizar análise crítica em torno dos problemas alimentares atuais de forma a dialogar com as estratégias populares e formas de resistência criadas por parte da sociedade civil organizada, neste caso específico, com uma iniciativa de comercialização de alimentos saudáveis nas periferias de Porto Alegre/Rio Grande do Sul.

## PARA ALÉM DA FOME, DO ULTRAPROCESSADO CONVENCIONAL E DO ORGÂNICO ALTERNATIVO

O sistema agroalimentar global passou por diversas mudanças ao longo da história, tornando-se um importante objeto de análise no campo dos estudos sobre desenvolvimento e economia, o que se mantém até os dias atuais. Em um contexto de globalização e aumento demográfico, os processos de industrialização e modernização agrícola se consolidaram como paradigmas dominantes e passaram a orientar o sistema agroalimentar, que se organizou de forma corporativa, de ponta a ponta, desde as etapas envolvidas na produção, influenciando na definição do que e como será produzido, bem como no transporte, distribuição, acesso e no consumo. Essa conformação não demorou muito para mostrar seus limites e problemas, que são, sobretudo, de ordem ecológica e social. Estudos têm demonstrado como os impactos sociais, ambientais e econômicos atingem de maneira muito desigual a população, dependendo de marcadores sociais como classe, raça e gênero. O sistema alimentar global é, portanto, caracterizado por racismo institucional, macrodinâmica de desigualdades de gênero e uma colonialidade de poder (Alkon e Agyeman 2011; Patel 2012).

Em contraposição ao sistema agroalimentar dominante emergem movimentos contra hegemônicos muito baseados nos circuitos curtos de comercialização (CCC) ou cadeias curtas de abastecimento e nas Redes agroalimentares alternativas (RAA). Os CCC são formas de interação entre produção e consumo onde há o encurtamento das distâncias, sejam elas físicas, sociais, culturais e/ou econômicas, e do resgate da origem e da identidade dos alimentos, onde passam a prevalecer, para além do preço, critérios baseados em valores, princípios e significados simbólicos, éticos, culturais e socioambientais (Gazolla e Schneider, 2017). As RAA são uma categoria genérica de análise acadêmica para o estudo de alternativas ao modelo agroalimentar industrial. Elas têm algumas características centrais que incluem: cooperação social e parcerias entre produtores e consumidores; reconexão entre produção e consumo dentro de padrões sustentáveis; dinamização de mercados locais com identidade territorial e revalorização da circulação de produtos de qualidade diferenciada, como é o caso dos produtos de base ecológica (GOODMAN et al., 2012).

Entretanto, é preciso estar atenta às desigualdades mesmo quando se fala em CCC e RAA. Em seu trabalho, Azevedo (2015) sustenta que, por um lado, "a compra direta de alimentos locais é percebida como um processo de democratização alimentar, uma declaração de independência do império mantido pelos supermercados". No entanto, por outro lado, "a prática de consumir alimentos locais ainda é considerada excludente, elitizada e permitida apenas a uma parte da população que pode arcar com os custos do alimento local". Inúmeros autores chamam a atenção para o equívoco de confundir mercados locais e diretos com "democracia alimentar" (Hinrichs, 2000; Winter, 2003). Winter (2003) e Goodman, Dupuis e Goodman (2012), defendem que é necessário "se libertar de um local que é fetichizado como intrinsecamente moral e mais justo". Hinrichs (2003), Goodman, Dupuis e Goodman (2012), Wilkinson e Goodman (2017) alertam para os problemas do "localismo defensivo" ou "localismo não reflexivo" (Hinrichs, 2003), que, facilmente podem ser ainda mais excludentes, injustas e desiguais do que as próprias dinâmicas ditas globais de mercado.

Goodman (2009) aponta para uma das questões mais polêmicas em torno do localismo, o fato de que o abastecimento de produtos alimentícios de "qualidade", via cadeias curtas e redes alternativas é limitado, em geral, a consumidores que detêm capital econômico. Há uma forte dimensão de classe nas relações sociais de consumo de alimentos locais, orgânicos e alternativos. O autor faz uma análise crítica sobre o tema e chama atenção para aspectos desiguais de consumo e de varejo desses alimentos, incorporando na discussão as dimensões de classe, gênero, raça e etnia. Diferente da promessa de acesso mais democrático aos produtos locais, as relações sociais de consumo mostram-se desiguais, na medida em que, conforme

argumenta Goodman (2004), o que se vê na prática, é a exigência de níveis altos de capital econômico e cultural para acessá-los, o que configura um "novo" sistema alimentar excludente, hierarquizado, estratificado por renda e por outros marcadores sociais.

Goodman e Dupuis (2002), ao analisarem diferentes formas de agência, onde o político é determinado como "capacidade de agir" e incorporado nas práticas sociais cotidianas, mobilizam a polêmica noção de "consumidor reflexivo". Guthman (2002) constata uma séria concepção elitista da reflexividade, segundo a qual o gosto popular seria predeterminado e automatizado, ao passo que apenas os consumidores de alimentos ecológicos seriam reflexivos. Fica muito evidente que o poder de escolha sobre do que se alimentar está claramente subordinado à renda da população, que é desigualmente distribuída. Essa desigualdade, além de social, é também espacial. As "geografias desiguais" de varejo são destacadas por Goodman (2009) em dois casos exemplares de "aburguesamento foodie" em Londres, o que é corroborado pelo estudo de Motta (2021), que afirma que "as desigualdades resultam de uma distribuição estrutural desigual de ambientes alimentares, pois os bairros pobres muitas vezes não têm acesso a alimentos de qualidade e acessíveis".

Em um contexto de volta da fome no Brasil, uma pesquisa realizada em 2020 por Galindo et al. (2022), intitulada "Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil", mostrou que seis em cada dez casas brasileiras vivem em insegurança alimentar, 59,9% dos domicílios entrevistados. Renata Motta, que participou da pesquisa, declara que "a expressão mais grave e mais drástica das desigualdades sociais é a fome", ela ainda enfatiza que "essa fome tem consequências irreversíveis para a saúde, pois há a redução de consumo de alimentos saudáveis e o aumento expressivo do consumo de alimentos industrializados". Algo que merece destaque é a desigualdade brutal entre aqueles em situação de insegurança alimentar. Os principais marcadores sociais que aprofundam essa desigualdade são: local onde se mora (urbano *x* rural, centro *x* periferia, regiões), gênero, raça ou cor da pele e idade. Dados da pesquisa demonstraram que a média nacional para as regiões urbanas é de 55,7% e nas áreas rurais é de 75%;  Se o único responsável pelo domicílio é uma mulher, o número em relação à média nacional sobe para 74%; Se a pessoa se identificar racialmente como preta sobe para 68% e se parda, 67%; Nos domicílios com crianças de até quatro anos esse número saltou para 71% e em 63% dos domicílios com crianças entre 5 anos e adolescentes até 17 anos, há insegurança alimentar (Galindo et al., 2022). Sendo assim, é possível afirmar que estes recortes têm impacto muito grande no que tange a segurança alimentar e nutricional da população, o que demonstra a interseccionalidade em torno da alimentação.

As desigualdades sociais e o racismo determinam quem tem acesso à alimentação e

sobretudo à alimentação saudável no Brasil (CASTRO, 2023). Castro Junior (2018), demonstra que nas cidades, a localização geográfica é uma barreira no acesso aos alimentos in natura e culturalmente adequados, há desigualdade na distribuição dos comércios de alimentos e os tipos de produtos vendidos onde as regiões com piores indicadores de renda são aquelas que possuem menos acesso a alimentos saudáveis. Nos centros, áreas de alta e média renda, e a população está mais próxima de estabelecimentos que vendem produtos saudáveis. Nas periferias, áreas de baixa e média renda, a situação se agrava muito, a população está mais próxima de locais - pequenos mercados, quitandas e bares - que vendem alimentos processados e ultraprocessados (que são mais baratos e de maior durabilidade) e muitas vezes não há estabelecimentos que vendem alimentos saudáveis, obrigando as pessoas a se deslocarem para outros bairros ou para o centro para comprar frutas, verduras e legumes. Isso afeta inclusive a cultura alimentar das pessoas, levando a perdas identitárias. Essa realidade configura o que é chamado de Pântano alimentar e Deserto alimentar[3].

A presença de Pântanos e Desertos Alimentares nas periferias revela o problema dos ultraprocessados nas dietas das pessoas mais pobres (Fontolan e Lima, 2022). Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde em 2018, observou que houve um menor consumo regular de frutas e hortaliças entre a população negra (39,1%) do que a população branca (29,5%). Além disso, a pesquisa verificou maior frequência dos indicadores de excesso de peso (55,8 vs. 51,6%) e obesidade (21,8 vs. 19,6%) entre as mulheres negras quando comparadas às brancas (Brasil, 2019). Esse fenômeno tem sido chamado de nutricídio, um conceito que tem um forte recorte de raça e que trata da destruição nutricional do povo negro por meio da alimentação, seja pelo não acesso ao alimento ou pelo consumo de alimentos de baixa qualidade que por sua vez provocam doenças crônicas e levam a adoecimento e morte (CASTRO, 2022).

Segundo Castro (2023), o conceito de Apartheid Alimentar (*food apartheid*)[4], é utilizado para destacar as estruturas políticas racialmente discriminatórias que impactam o acesso aos alimentos. O Apartheid Alimentar foi potencializado durante a crise sanitária da

[3] O termo "pântanos alimentares" também caracteriza locais onde há a venda de alimentos altamente calóricos e com poucos nutrientes, como redes de fast food ou lojas de conveniência. O termo "deserto alimentar" é utilizado para designar localidades onde a oferta de alimentos saudáveis é limitada, ou seja, onde o acesso físico a alimentos in natura ou minimamente processados é restrito. (IDEC, 2019).

[4] O termo foi cunhado pela líder Karen Washington para iluminar as causas profundas por trás do que o governo dos EUA chama de " desertos alimentares ", onde o acesso limitado a alimentos saudáveis e acessíveis é impulsionado pelo racismo sistêmico e leva ao aumento das taxas de doenças crônicas em negros, Indígenas e outras comunidades de cor. Disponível em: https://regeneration.org/nexus/food-apartheid#:~:text=Food%20apartheid%20is%20a%20system,access%20due%20to%20systemic%20injustice.

Covid no Brasil. De um lado, o aumento no consumo de ultraprocessados por famílias em situação de pobreza, de outro lado, o mercado de orgânicos crescia em 30% (SILVA, 2020; ORGANICS, 2020). Galindo et al. (2022) também apontam para o fato de que esta situação vem de antes da pandemia, a qual, por sua vez, piorou um quadro que já era gravíssimo. Tal informação é corroborada pelo 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, o qual anunciou que em 2022, 33,1 milhões de pessoas não tinham o que comer.

Com a entrada de um governo de esquerda em 2003, foi implementada uma agenda política de combate à fome e de promoção do direito à alimentação que vinha gerando bons resultados como, por exemplo, a saída do Brasil, em 2014, do Mapa da Fome das Nações Unidas e o reconhecimento internacional em relação a políticas públicas agroalimentares como o PAA, o PNAE e a PNAPO. No entanto, houve uma reversão de agendas desde a polarização política e social após as manifestações de 2013. Desde o golpe contra a ex-presidente Dilma em 2016 ocorreu uma radical mudança de rumo no país, onde, para além do desmonte de políticas de proteção social e combate à fome, políticas agroalimentares robustas que garantam o direito humano à alimentação adequada deixaram de ser prioridade, ao mesmo tempo, o preço dos alimentos aumentava.

Em outubro de 2018, sob o lema “Sem democracia não há Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”, os integrantes do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), Francisco Menezes, Renato Maluf e Maria Emília Pacheco, assinaram uma carta alertando sobre os riscos iminentes à democracia e declaram apoio ao então candidato de esquerda, Fernando Haddad. Em 2019, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), um dos mais importantes órgãos no que tange a garantia do direito à alimentação e o exercício da cidadania alimentar, foi então extinto. Em uma entrevista concedida à BBC News Brasil, em junho de 2022, o representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) no Brasil, Rafael Zavala, disse que "não se priorizou o combate à fome em nível nacional". Percebeu-se as consequências de um Estado mínimo, inoperante e ausente que o “novo” governo eleito precisará recuperar.

Diante deste contexto disruptivo, em 2021, na cidade de Porto Alegre/RS, o Instituto Camélia, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que utiliza a educação popular, a agroecologia e o trabalho coletivo e articulado em rede para reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento socioeconômico e sustentável, cria o Programa Kitandas (Kitandas com “k” em função do resgate do idioma de matriz africana Kimbundu), por meio de

uma parceria com a Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (RedeCoop), em especial a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (Coomafitt). O objetivo principal do programa é a geração de trabalho e renda para mulheres negras periféricas (afroempreendedorismo feminino e de periferia), ampliando e descentralizando o acesso aos alimentos saudáveis, via circuitos curtos de comercialização e a preços justos, de forma a (re)conectar campo e cidade (quem consome de quem produz) e desenvolver práticas de educação alimentar e popular. As Kitandas são, portanto, espaços de comercialização de alimentos saudáveis, diversificados e sazonais, por vezes orgânicos, da agricultura familiar e camponesa, geridos por mulheres negras, de bairros periféricos de Porto Alegre/RS.

O programa iniciou com duas Kitandas pilotos inauguradas em julho de 2021, as quais permanecem abertas até então, e tem planos de ampliar o número de Kitandas nas periferias de Porto Alegre e, futuramente, para periferias de outras cidades do estado do Rio Grande do Sul. As kitandeiras passam por um processo de seleção pelo Instituto Camélia, posteriormente, as contempladas tem uma formação/capacitação, recebem um "kit" para abrir a Kitanda (com banners, gondolas, aventais, balanças e calculadoras) e ainda recebem a primeira carga de alimentos para comercialização, para assim garantir capital de giro para as próximas compras. As compras de alimentos pelas kitandeiras passam a ocorrer semanalmente através do contato direto delas com as cooperativas. Em quase dois anos de existência, muitos foram os aprendizados, onde as kitandeiras, em parceria com o Instituto Camélia e as cooperativas, já puderam identificar os principais desafios e gargalos deste programa.

Essa iniciativa, que estabelece redes de cooperação, envolve a luta por direitos, sobretudo o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA). Além disso, promove a aliança campo-cidade e a economia solidária. O protagonismo de mulheres, negras, periféricas e de povos de tradição de matriz africana dá o caráter interseccional tão necessário e relevante nas agendas políticas e de pesquisas. Cabe destacar que o programa Kitandas deu origem ao que o Instituto Camélia vem chamando de Rede Kitandas de Mulheres Negras, que representa o conjunto das relações estabelecidas entre as Kitandas, englobando, para além das kitandeiras, os grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço.

O caso das Kitandas pode ser, em um primeiro momento, analisado como um circuito curto de comercialização (CCC), ou então como uma rede agroalimentar alternativa (RAA), conceitos estes que são muitas vezes utilizados como sinônimos. A diferença entre eles está relacionada a distintas perspectivas teóricas de análise, enquanto alguns autores mobilizam a abordagem das cadeias de valor, outros mobilizam a análise de redes sociais. Ao passo que a

primeira foca na interação entre produtores e consumidores, nas redes agroalimentares o consumo como ato político é realçado. Cabe destacar aqui que a alimentação é política no sentido de que "relações de poder, assimetrias e disputas estão inseridas em práticas de produção, distribuição, preparação, consumo e desperdício de comida" (MOTTA, 2021).

De acordo com Schubert e Portilho (2023), nos últimos anos tem havido uma mudança na compreensão do consumo político, que passa a ser entendido não mais apenas como uma ação de cidadãos-consumidores individuais, que agem de forma reflexiva no mercado, mas como uma ação praticada por grupos organizados, até porque, ações que transferem exclusivamente para o indivíduo a responsabilidade sobre uma alimentação saudável, ignoram as desigualdades sociais brutais presentes na nossa sociedade. Essas novas formas de engajamento social em torno das pautas alimentares, configuram o que alguns autores vêm caracterizando como Ativismo Alimentar. A partir da Teoria das Práticas Sociais, sobre o que caracterizam como "ação individual coletivizada", Schubert e Portilho (2023), de maneira menos dicotomizada e determinista (ações individuais *versus* ações coletivas), sugerem a definição de ativismo alimentar como:

> (...) um fenômeno social amplo, cujo elemento motor e de mobilização social passa pela modificação de práticas agrícolas, comerciais e alimentares, pela construção de mercados e pela formulação e implementação de políticas públicas e regulatórias, visando a, em alguma medida, transformar o sistema alimentar, o ambiente alimentar e as práticas alimentares, a partir de amplos e conflituosos espectros políticos, em diferentes escalas e configurações sociais (Schubert; Portilho, 2023, p.19-45).

Os autores defendem que as práticas nas quais os indivíduos se engajam, quando incorporam um viés contestatório – que lhes daria a dimensão política –, podem se configurar como uma forma de ativismo alimentar. Tendo as práticas sociais como perspectiva analítica e unidade de análise, a ação social (considerando que uma série de ações compõem uma prática social) não se constitui apenas a partir de processos cognitivos, mas sim a partir do engajamento dos indivíduos em determinadas práticas e da conexão que estabelecem com o mundo material à sua volta (coisas, organismos, outras pessoas etc.), orientando-se de forma contextual, situacional e relacional (Schubert e Portilho, 2023).

As Kitandas, como são chamadas, apesar de pequeninas, do alcance local e ainda restrito a um número modesto de pessoas, podem ser consideradas como um caso de ativismo alimentar que compõe um movimento social mais amplo de combate à fome e a pobreza, de luta por direitos e justiça. Trata-se da construção coletiva de um "novo" mercado, gerido por mulheres, negras, periféricas, empreendedoras, referências comunitárias, que aproxima agricultores familiares, muitos agroecológicos ou em transição, organizados em redes de cooperação, de

consumidores situados nas periferias, movimentando assim a chamada economia solidária local, descentralizando e democratizando o acesso, que é um direito, aos alimentos saudáveis. O DHAA é previsto pelo Art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948. No Brasil, em 2010, a alimentação foi incluída no Art. 6º da Constituição Federal como um dos direitos fundamentais. Como enfatizam Niederle e Wesz Jr. (2018), na medida em que a alimentação se torna um direito, cabe – ou caberia ao Estado garantir o acesso ao mesmo por meio de políticas públicas voltadas à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Segundo Niederle e Wesz Jr. (2018), "os princípios cívicos que sustentam o direito à alimentação adequada orientaram a ação do Consea no desenho de políticas públicas". Foi neste espaço, conformado por atores estatais e da sociedade civil, que se produziram algumas das práticas mais inovadoras em termos de promoção da democracia alimentar onde se desenvolveram políticas de mercados alimentares com forte potencial de inclusão social (Niederle, 2017) que, para além da dimensão do acesso aos alimentos, se preocuparam com a qualidade dos mesmos, bem como com sua origem (Niederle e Wesz Jr., 2018). Cabe aqui destacar ainda que os conselhos de política alimentar são exemplos concretos de uma tentativa deliberada de desenvolver a prática da democracia alimentar (HASSANEIN, 2003).

O Programa Kitandas pode, portanto, ser analisado segundo a abordagem de "redes alimentares cívicas" ou "redes de cidadania agroalimentar", que vai além das redes agroalimentares alternativas, tendo em vista que temas como solidariedade, cooperação, soberania e justiça alimentar passam a ganhar mais importância. As redes cívicas têm sido mobilizadas para caracterizar mercados que são, para além de "alternativos", formados a partir do engajamento da sociedade civil organizada, onde as concepções de cidadania e democracia alimentar são centrais (Renting; Schermer; Rossi, 2012; Niederle e Wesz Jr., 2018).

A democracia alimentar se concentra explicitamente na participação cidadã na tomada de decisões sobre o sistema alimentar, diz respeito ao "poder do cidadão" e a busca por organizar o sistema alimentar de forma que as pessoas possam "se envolver diretamente com as decisões tomadas em seu próprio sistema alimentar" (Carlson e Chappell, 2015). A ideia de transformar os indivíduos em cidadãos ativos e não em consumidores passivos é, portanto, central para a democracia alimentar. Wilkins (2005, p. 271) definiu *cidadania agroalimentar* como "a prática de engajar-se em comportamentos relacionados à alimentação que apoiam, em vez de ameaçar, o desenvolvimento de uma democracia socialmente e economicamente justa, e um sistema agroalimentar ambientalmente sustentável".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema agroalimentar dominante e a forma monótona como os alimentos são produzidos, processados, transportados e consumidos impacta o solo, a água e a biodiversidade e, apesar disso, não tem conseguido gerar mais segurança alimentar e nutricional para a humanidade (Schneider; Preiss; Marsden, 2022). Estes impactos vêm afetando de maneira desigual e injusta a população de acordo com a classe, gênero, raça, entre outros marcadores sociais**.** Além da obesidade, da desnutrição e das mudanças climáticas coexistirem e interagirem entre si, elas têm em comum os sistemas alimentares hegemônicos como impulsionadores, bem como governança política inadequada para responder a eles. No entanto, a resposta às críticas segue sendo mais "modernização", baseadas fortemente no aumento da produtividade e em soluções tecnológicas e privadas.

Em tempos de múltiplas desigualdades e crises sócio-ecológicas e econômicas, há um crescente entendimento sobre a necessidade de redirecionar e/ou transformar, com urgência, o sistema alimentar global, adotando uma abordagem que considere a prosperidade social para todos e sustentabilidade ambiental para o planeta (Schneider; Preiss; Marsden, 2022). No contexto atual é fundamental refletir sobre o acesso à alimentação, sobre quem não tem acesso a esses alimentos, sobre as desigualdades alimentares. A interseccionalidade em torno da alimentação não pode mais ficar de fora das discussões e conceitos como justiça alimentar, cidadania e democracia alimentar emergem como importantes referenciais para abordar o tema. A alimentação oferece uma série de pontos de entrada para entender os processos de mudança social, ao mesmo tempo em que documenta os padrões persistentes de fenômenos estruturais, como desigualdades de classe, raça e gênero no consumo de alimentos (MOTTA, 2021).

O reconhecimento de que o sistema agroalimentar foi e continua sendo um terreno contestado caracteriza um espaço importante para a agência individual e, sobretudo, coletiva. A participação ativa e o engajamento político estão no cerne da cidadania alimentar e da democracia alimentar. Falar da pressão pela democratização do sistema alimentar é reconhecer que existem espaços de resistência e criatividade nos quais as próprias pessoas tentam governar e moldar suas relações com a alimentação e a agricultura (HASSANEIN, 2003). O Programa Kitandas representa uma iniciativa de ativismo alimentar onde a sociedade civil organizada, estabelece redes de cooperação e cria uma estratégia de abastecimento alimentar mais justa, inclusiva, equitativa, saudável e sustentável, descentralizando o acesso aos alimentos, em uma luta por direitos, pela democracia e soberania e segurança alimentar e nutricional.

## REFERÊNCIAS

ALKON, A; AGYEMAN, J. **Cultivating food justice: Race, class, and sustainability**. MIT press, 2011.

AZEVEDO, E. O Ativismo Alimentar na Perspectiva do Locavorismo. **Revista Ambientes e Sociedade**, v.18, pp.81 98, 2015.

Brasil. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2018 População Negra:** vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas para população negra nas capitais dos 26 estados brasileiros e no distrito federal em 2018. Brasília, 2019.

CASTRO, F. A imposição da fome é racismo alimentar. **RADIS**, FIOCRUZ, 2022. Disponível em: https://radis.ensp.fiocruz.br/opiniao/pos-tudo/imposicao-da-fome-e-racismo-alimentar/. Acesso em: 07 jun. 2023.

CASTRO, F. Apartheid Alimentar e o privilégio de comer no Brasil. **Ancestralidades**, Rio de Janeiro, 13 de maio de 2023. Disponível em: https://www.ancestralidades.com/post/apartheid-alimentar-e-o-privil%C3%A9gio-de-comer-no-brasil. Acesso em: 07 jun. 2023.

CASTRO JUNIOR, P. **Ambiente alimentar comunitário medido e percebido:** descrição e associação com Índice de Massa Corporal de adultos brasileiros. 2018. Tese (doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2018.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO, 2022.

FONTOLAN, M. e LIMA, R. A dimensão étnico-racial do Direito Humano à Alimentação Adequada. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11, e300111133649, 2022.

GALINDO, E; TEIXEIRA, M; DE ARAÚJO, M; MOTTA, R; PESSOA, M; MENDES, L; RENNO, Lúcio. **Working Paper 4: Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**.Working Paper Series Food for Justice 2a ed. 2022.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas**. Porto Alegre: UFRGS, p. 59-82, 2017.

GOODMAN, D. **Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo**. In: GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. (Orgs.). Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas. Porto Alegre: UFRGS, p. 59-82, 2017.

GOODMAN, D. Rural Europe Redux? Reflections on Alternative Agro-Food Networks and Paradigm Change. **Sociologia Ruralis**, v. 44, n. 1, p. 3-16, 2004.

GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003.

GOODMAN, D; DUPUIS, M; GOODMAN, M. **Alternative Food Networks: knowledge, practice and politics.** London: Routledge, 2012.

GOODMAN, D; DUPUIS, M. Knowing food and growing food: Beyond the production-consumption debate in the sociology of agriculture. **Sociologia Ruralis** 42 (1):5 - 22, 2002.

GOTTLIEB, R; JOSHI, A. **Food Justice**. MIT Press, 2010. p. 6.

GUTHMAN, J. Commodified meanings, meaningful commodities? Rethinking production-consumption linkages in the organic system of provision. **Sociologia Ruralis**, v. 42, n. 2, p. 295-311, 2002.

HASSANEIN, N. Practicing food democracy: a pragmatic politics of transformation. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n. 1, p. 77-86, 2003.

MOTTA, R. Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy. Preliminary Research Program. **Food for Justice Working Paper Series**, no. 1. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. 2021.

NIEDERLE, P. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: DELGADO, G; BERGAMASCO, S. M. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: NEAD, p. 166-194, 2017.

NIEDERLE, P; WESZ JR, V. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

ORGANICS. **Panorama do consumo de orgânicos no Brasil em 2021.** Publicado em 2022. Disponível em: https://www.organicsnet.com.br/site/wp-content/uploads/2022/01/Pesquisa-Organis-2021-Amostra.pdf Acesso em: 07 jun. 2023.

PATEL, R. **Food sovereignty:** Power, gender, and the right to food. PLoS Medicine 9 (6), 2012.

PENSSAN, REDE. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN): relatório final.** Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar-PENSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

SCHNEIDER, S; PREISS, P; MARSDEN, T. **Food and Agriculture in Urbanized Societies:** Pathways for a Better Future Vol: 26, 2022.

SCHUBERT, M; PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político alimentar: uma análise a partir da Teoria das Práticas Sociais. In: SCHUBERT, M. et al. **Desafios e tendências da alimentação contemporânea: Consumo, mercados e ação pública.** Porto Alegre: Editora da UFRGS. 276 p. 2023.

SILVA, J. **Piora da Alimentação na pandemia deixa a população mais vulnerável a Covid 19**, diz ex-chefe da FAO. Por: FELLET, J. entrevista à BBC News Brasil, https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52626216, publicada em 16 de maio de 2020.

SWINBURN, B. et al. The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: The Lancet Commission report. **The lancet**, 393(10173).791–846, 2019.

WILKINSON, J; GOODMANN, D. As análises em termos de « food regime » - uma releitura. In: ALLAIRE, G e DAVIRON, B. (ed.) **Transformations agricoles et agrolaimentaires:** entre écologie et capitalisme. Versailles, Quae, 2017.

WINTER, M. Embeddedness, the new food economy and defensive localism. **Journal of Rural Studies**, v. 19, p. 23-32, 2003.

# ATIVISMO INSTITUCIONAL NA CONSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE ALIMENTOS TRADICIONAIS DOS POVOS DO AMAZONAS

Fernanda Leite[1]
Bruna Rocha[2]
Maiz Bortolomiol Dias[3]

**GT09:** Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome

## RESUMO

O Ativismo Institucional (AI), que caracteriza práticas de agentes em instituições públicas na defesa de uma causa, agenda e/ou projeto político, em articulação com a sociedade civil, foi fundamental na construção da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa), que atua com o intuito de viabilizar a venda da produção de alimentos tradicionais por meio do mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), buscando garantir a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT). Assegurar a alimentação tradicional, preservando assim a cultura alimentar dos povos é responsabilidade do Estado e está previsto em Lei. No entanto, há uma série de desafios para fazer valer a legislação, sobretudo relacionado à regulamentações sanitárias. Nesse sentido, a iniciativa da Catrapoa, ancorada no AI, representa avanços significativos em direção a valorização da Alimentação Tradicional.

Palavras-chave: Catrapoa, Políticas Públicas, PNAE, Alimentação Tradicional.

## INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, Lei 11.947/2009 (BRASIL, 2009), em seu Artigo 14 (A14) determina que no mínimo 30% das verbas repassadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar deve ser proveniente da aquisição de gêneros alimentícios diretamente da

[1] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), nanda.alleite@gmail.com.
[2] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), bruna.rocha1@unesp.br.
[3] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), maizbortolomiol@hotmail.com.

agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Ao mesmo tempo que esta política inova ao comprar de produtores locais e ao fomentar uma alimentação saudável para os estudantes, não viabiliza a compra de produtos alimentícios de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT)[4].

A Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa) começou seus trabalhos no final de 2016 e atua com povos indígenas e comunidades tradicionais, além destes, há representantes de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades da sociedade civil, associações de produtores e movimentos sociais. A comissão atua com o intuito de viabilizar a venda da produção de alimentos tradicionais através de mercados institucionais, sobretudo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (AGROECOLOGIA em REDE, [s.*d*]). Após a institucionalização da Catrapoa, surge a Comissão de Alimentos de Povos Tradicionais do Brasil (Catrapovos Brasil), para replicar em todo o país as práticas realizadas pela Catrapoa. Iniciada em 2020, esta comissão conta com a participação de governos federal, estadual e municipal, bem como lideranças de PCT (MPF, [s.*d*]).

O PNAE assegura maior qualidade na alimentação escolar devido à previsão legal de 30% de compras dos pequenos agricultores, para além do apoio ao desenvolvimento social e local. A política, no caso dos PCT, é fundamental à medida que propõe avanços socioeconômicos nos territórios (PMA, et al., [s. *d*]), a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) dos povos. A partir de 2003, escolas indígenas e quilombolas começaram a receber valores per capita de alunos maiores, sendo de R$ 0,64 (MEC, [s.d]). No ano de 2023, os valores do PNAE foram reajustados e, para escolas indígenas e quilombolas, está sendo repassado R$ 0,86 per capita. Além da obrigatoriedade de mínimo de compra e valor diferenciado para os PCT, o PNAE leva em consideração a vulnerabilidade social enfrentada por essas comunidades tradicionais, pois há índices maiores de déficit nutricional dessas comunidades em relação ao conjunto da população (PMA, et al., [s.*d*]).

[4] Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Para que os alimentos cheguem até as escolas, é necessário que os mesmos passem por regulamentações sanitárias impostas por Lei. É evidente que tanto os pequenos agricultores quanto os PCT não conseguem atender, em sua maioria, essas regulamentações que são as mesmas das grandes empresas, por diferentes motivos, como a questão do valor de investimento em pequenas instalações para atender as exigências. A alimentação tradicional e a produção de alimentos por parte dos PCT não se enquadram nas exigências sanitárias estabelecidas, portanto, esse engessamento da lei não respeita os seus modos de produção tradicionais e culturais. Dessa maneira, o PNAE inaugura a aquisição de alimentos através do A14, mas não soluciona o problema por trás desta compra: a adequação às culturas locais.

Com base nessa problemática, a Nota Técnica de Nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPFAM (MPF, 2017), surge através da Catrapoa, para a adequação da aquisição de produtos para a alimentação escolar em escolas indígenas, respeitando e valorizando a sua cultura através dos alimentos, ao mesmo tempo que evita a inserção de produtos alimentícios ultraprocessados e de valores nutricionais baixos. Além da continuidade da alimentação tradicional às merendas escolares, a nota técnica atua na geração de renda das comunidades através do mercado institucional do PNAE. A Catrapoa determina que sejam lançadas chamadas públicas específicas para as populações indígenas, a fim de que haja a compra institucional dos alimentos dessas comunidades via política pública.

Para Lima e Grisa (2023), essa conformação na legislação sustenta a autonomia e o respeito aos hábitos e às práticas alimentares dos PCT, concomitantemente, gera renda e desenvolvimento local, experiências fundamentais para a construção de sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e justos. Além da promoção de sistemas alimentares alternativos, a iniciativa da Catrapoa promove a Soberania Alimentar dos povos, quando, por meio de uma política pública fundamental para a garantia da SSAN (o PNAE), proporciona a integração entre as formas de produção tradicionais e uma alimentação com base cultural.

A conjuntura atual mostra-se como um momento de reestruturação de políticas públicas alimentares, o que inclui o PNAE. Dessa forma, a Catrapoa é relevante e atual devido ao seu caráter de valorização dos saberes e das culturas quando se diz respeito a SSAN. Ao passo que o PNAE se consolida como uma política de SSAN, a efetivação de compra dos Povos e Comunidades Tradicionais reafirma esse caráter. Além dessas questões, a alimentação escolar atua fortemente no combate à fome, o

que é urgente perante ao cenário atual de insegurança alimentar no Brasil.

Como metodologia utilizada no trabalho, têm-se o estudo documental de diferentes fontes de informações públicas, especialmente notas técnicas, recomendações e cartilhas produzidas no âmbito do MPF/6ªCCR após sucessivos encontros e entendimento das demandas do território Yanomami. Além de encontros realizados de forma híbrida que estão disponíveis em domínio público, dos quais as autoras puderam participar ativamente. Além do estudo documental, foi realizada uma revisão de literatura sobre o ativismo institucional na construção e implementação de políticas públicas. O objetivo desta pesquisa é analisar o ativismo institucional na idealização e construção da Catrapoa junto aos povos indígenas no território Yanomami.

## O ATIVISMO INSTITUCIONAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A construção de políticas públicas permeia diferentes âmbitos, desde a ideia que culmina na política até o Ativismo Institucional (AI) dos atores para a sua implementação. Políticas públicas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, em sua maioria, são mobilizadas, reivindicadas e desenhadas a partir da incidência dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil. Ao passo que a mobilização social corrobora com a criação de políticas públicas, juntamente com o AI, a implementação destas políticas são facilitadas.

O AI é um termo em construção e, seu conceito e abrangência, é dependente da política que está sendo estudada. No livro organizado por Rebecca Neaera Abers (2021) “Ativismo Institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira”, há diferentes casos em que o AI foi conceituado e analisado. Nesta seção, iremos exemplificar alguns desses casos para demonstrar a importância do ativismo na construção de diferentes políticas públicas brasileiras. Neste trabalho, o Ativismo Institucional será abordado com base na definição de Abers e Tatagiba (2015, p.2, tradução própria):

> (...) descrever o que as pessoas fazem quando assumem cargos de burocracias governamentais com os propósitos de fazer avançar agendas políticas ou projetos propostos por movimentos sociais. Isso tende a ser uma forma menos glamorosa de ativismo em relação aos grandes repertórios de protesto normalmente associados a movimentos sociais.

Com intuito de colaborar com o termo, Amaral (2021) discute a junção das palavras ativismo e institucional, a primeira ele define como uma prática de agentes na defesa de uma causa e a segunda como uma localização e um posicionamento

dos agentes nas instituições políticas. Dessa maneira, o AI é de grande relevância analítica na discussão que se interpõe sobre a complexidade entre Estado e sociedade civil. No Brasil, o conceito de AI vem sendo discutido, e, para Abers (2015, 2018, 2021), o conceito vai além do vínculo dos ativistas com os movimentos sociais, concerne [também] a ações e práticas que vêm de causas coletivas. Ou seja, mesmo com a influência dos movimentos sociais na produção do ativismo ao longo da história, os ativistas nem sempre fazem parte dos movimentos.

Em um estudo debruçado sob o Programa Bolsa Verde, Abers (2015) conclui que houve diferentes maneiras de atuação dos ativistas, com tentativas de fortalecer a agenda dos movimentos ao mesmo tempo que atuavam no sentido de transformação do programa. Os ativistas se esforçaram para simultaneamente seguir as ordens impostas e modificar a política. A autora aponta que essa atuação é fruto de características específicas do programa, as quais possibilitaram que os ativistas tivessem influência no desenho e implementação da política. Com base na pesquisa do Programa Bolsa Verde, Amaral (2021) constata percepções parecidas ao estudar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):

> Esses achados me levaram a perceber que o ativismo institucional de burocratas no estudo de caso sobre o PAA mobilizava causas coletivas oriundas de ideias produzidas historicamente de modo complexo e de modo interativo por múltiplos atores e fontes (acadêmicos, partidos, documentos, estudos, outras políticas públicas e, também, movimentos sociais) (...) o ativismo institucional na criação do PAA se deu por meio da estruturação de um Grupo de Trabalho interministerial criado depois de debates no CONSEA6 e a partir do fomento de José Graziano da Silva, do Mesa. Por meio do GT uma série de ações com vistas à construção de um marco legal do PAA foi empreendida.

No livro citado de Abers (2021), o capítulo aprofundado sobre o Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) (OLIVEIRA, 2021), também retrata a importância dos atores na construção, implementação e continuação de políticas públicas. Diferente das conclusões sobre o Programa Bolsa Verde e o PAA, o AI sobre o PPCDAm aconteceu através da inserção de ambientalistas e agentes de movimentos sociais dentro do aparato estatal:

> A equipe responsável pelo desenho e condução do plano (...), foi prioritariamente formada por um perfil militante, de pessoas que acumularam experiências em organizações da sociedade civil, mas também com experiências no corpo estatal. (...)
> A ocupação de cargos públicos por militantes de movimentos sociais possibilitou o desenho e a implementação de uma política inovadora e extremamente eficiente para os padrões da política ambiental brasileira. Essa política pública, o PPCDAm, é o resultado do acúmulo de experiências profissionais desses atores e de sua concepção de mundo (...).

Em um estudo de caso sobre a Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos

no Amazonas (Catrapoa), tema que será aprofundado na próxima seção, Lima e Grisa (2023, no prelo) demonstram a importância do engajamento coletivo de atores oriundos de movimentos sociais, associações e cooperativas e do Estado em diversos espaços institucionais. Para as autoras, há o ativismo que se materializa a partir dos processos de interação da sociedade civil com o Estado, através de um compartilhamento de projeto político em comum.

Essas organizações, mobilizadas e concretizadas a partir da sociedade civil, contribuem nas políticas públicas, propõem mudanças no sistema alimentar, nas práticas alimentares, nas formas de comercialização de alimentos através dos mercados e, principalmente, influenciam burocratas que atuam no corpo do estado. Assim, o ativismo alimentar dos movimentos sociais atravessa as barreiras burocráticas e insufla, em maior ou menor grau, os atores que podem [ou não operar no sentido do ativismo institucional. À vista disso, Grisa, Avila e Cabral (2021) ressaltam a importância da atuação conjunta do ativismo institucional e alimentar dos movimentos sociais e da agricultura familiar na potencialização de mudanças no sistema alimentar a partir de reivindicações semelhantes e convergentes de outros grupos, atores e ações.

A centralidade dos atores e dos movimentos sociais na politização de compras públicas é um dos elementos para a criação de iniciativas em âmbito institucional. A criação de iniciativas não é automática, para isso é essencial o ativismo alimentar e o institucional para que o tema seja alocado na agenda pública, a fim de que seja passível a construção de desenhos institucionais e instrumentos mediante as condições políticas e econômicas do momento. No estudo de políticas públicas alimentares estaduais de Grisa, Avila e Cabral (2021), foi constatado que estrategicamente é mais fácil, devido ao orçamento já assegurado, provocar mudanças de políticas já em curso em relação a reivindicação de criação de novas políticas em decorrência da disputa orçamentária de recursos financeiros escassos.

Para que qualquer assunto, neste caso questões alimentares, culmine em políticas públicas, é preciso que o tema entre na pauta da agenda do governo vigente. Dessa maneira, há maiores possibilidades para os ativistas institucionais atuarem na promoção das políticas públicas (ABERS, 2021). De forma individual ou coletiva, os ativistas atuam dentro e fora das estruturas governamentais, estimulando os formuladores de políticas públicas as pautas que defendem de modo a inseri-las na agenda pública, sendo na formulação da política ou na modificação de políticas já

existentes (LIMA; GRISA, 2023).

A partir das políticas citadas nesta seção, é possível perceber a importância do AI no âmbito das políticas públicas. A atuação dos atores dentro do aparato estatal é fundamental tanto para a construção de políticas que dialoguem com as reivindicações dos movimentos sociais e sociedade civil, quanto para a melhor operacionalização de políticas já existentes, bem como sua melhoria. É retratado que quando os atores que já fizeram ou fazem parte desses movimentos assumem cargos dentro do ambiente público, o ativismo torna-se mais acentuado.

## O ATIVISMO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA CONSTRUÇÃO DA CATRAPOA E CATRAPOVOS BRASIL

As práticas alimentares dos povos amazônicos, sobretudo, na contemporaneidade, indicam forte preservação e manutenção dos costumes e hábitos dos ancestrais indígenas até os dias atuais. A coleta e consumo de especiarias (urucum, cravo, canela, castanhas, cacau, ervas medicinais, ovos de tartaruga, banha de peixe-boi dentre outros), produtos naturais da floresta amazônica, amplamente explorados pelos europeus à época da colonização portuguesa no norte do país, ainda são comumente encontrados em preparos alimentares representando parte da identidade amazônica. Adicionalmente as especiarias, o alto consumo de peixes nativos como o tambaqui, somam aos hábitos alimentares que perpassam gerações, além de agregar no mercado brasileiro como a espécie nativa de pescado mais produzida no Brasil também é o mais consumido entre as metrópoles que cercam a região amazônica (VERÍSSIMO; PEREIRA, 2020, p.45; PEIXE BR, 2022).

Nesse contexto de preservação de culturas e hábitos alimentares, motivo de crescente preocupação refere-se à precarização e descontextualização alimentar dos povos indígenas, sobretudo, a alimentação escolar nos territórios mais afastados dos centros urbanos, como a Terra Indígena (TI) Yanomami “situada em ambos os lados da fronteira Brasil - Venezuela na região do interflúvio Orinoco - Amazonas (afluentes da margem direita do rio Branco e esquerda do rio Negro)”. A TI Yanomami reconhecida pela relevância em termos de proteção da biodiversidade amazônica teve a demarcação do território no ano de 1992 por decreto presidencial após conflituoso processo de invasão de posseiros e garimpeiros (ISA, 2022). Diante deste cenário de conflitos e violência, o pioneirismo na criação da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa) na TI Yanomami, com especial

atuação do Ministério Público Federal, representou importante marco na garantia dos direitos à alimentação saudável adequada, à cultura, às tradições, aos hábitos alimentares locais e respeito aos modos de vida dos povos indígenas.

De acordo com o MPF (2020), a criação da Catrapoa ocorreu após oportuna visita de representantes do 5º Ofício do MPF do Amazonas à TI Yanomami em 2016, sendo regulamentada esta iniciativa somente no ano de 2017 após série de encontros virtuais entre o MPF do Amazonas junto de outros órgãos públicos, entidades indigenistas e movimento indígena que se debruçaram sobre a situação de insegurança alimentar vivenciada no território Yanomami. Dentre as situações denunciadas ao MPF foram listadas: a insuficiência ou total ausência da merenda escolar indígena, acentuada pelas dificuldades e altos custos logísticos inerentes a geografia amazônica; dificuldade na aceitabilidade de alguns alimentos ultraprocessados e industrializados alheios a cultura alimentar, além da introdução unilateral nas escolas de proteínas animais descontextualizadas das próprias crenças e demandas culturais da comunidade. Tais alterações alimentares, em contexto de povos e comunidades que vivem relativamente isoladas, conferem fator de risco que pode contribuir para o aumento da manifestação de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) (MAPA, 2020).

Em consequência às denúncias, no âmbito do 5º Ofício do MPF no Amazonas, com a participação de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como entidades da sociedade civil e movimentos sociais, foi expedida a NOTA TÉCNICA (NT) Nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM (MPF, 2017), que trata sobre o posicionamento da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (ADAF), da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Amazonas (SFA/AM) e do MPF/AM/5º Ofício, referente aos aspectos legais para a comercialização de produtos de origem animal e vegetal e suas partes no estado do Amazonas para os povos indígenas através dos programas de compras públicas como o PAA, o PNAE e Programa da Merenda Escolar (PREME) no caso do Amazonas (MAPA, 2020; MPF, 2022). De acordo com a NT nº 01/2017 de 15 de setembro de 2017:

> A Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas permite a compra institucional de povos indígenas de produtos de origem animal (peixe e frango) e processados vegetais (farinha de mandioca, tapioca, etc e polpas de frutas) produzidos na própria comunidade/aldeia, ou no entorno próximo, sem a exigência dos registros sanitários. A Nota considera a existência de autoconsumo/consumo familiar em que desde a produção até o consumo

> final nas aldeias trata-se de um contexto familiar, e de mecanismos tradicionais de controle alimentar na cultura dos povos indígenas (MPF, 2017, p.2).

Com efeito, o ativismo institucional do MPF foi fundamental desde o princípio da criação da Catrapoa até as vias de institucionalização, subsidiando fortemente a iniciativa na fundamentação do aparato jurídico da garantia real da compra de, no mínimo, 30% de produtos alimentícios da agricultura familiar para merenda escolar indígena. Ademais fundamentando-se na CF/88 no art. nº129 inciso V referente às funções institucionais do MPF detalha sobre a legitimidade do órgão na defesa e garantia judicial aos direitos e interesses dos povos indígenas. Por conseguinte, reafirmando a soberania e o direito dos povos indígenas e comunidades tradicionais à alimentação escolar adequada, reprodução dos processos próprios de produção e uso dos produtos da sociobiodiversidade (BRASIL, 2016).

Na articulação pioneira da Catrapoa, os PCT que têm interesse em acessar os programas de compras públicas e participar do processo seletivo para fornecimento de alimentos, poderão dispor do suporte técnico junto a instituições e parcerias locais para regularização documental e posterior acesso às chamadas públicas, que poderão ser acessadas pelas modalidades de agricultoras e agricultores individuais, por grupo informal ou organização formal (associação ou cooperativa). A cronologia de ação e acesso ao PNAE, conforme quadro 1, confere 11 passos de ação para formalização do processo de compra e venda junto da Secretaria de Educação municipal e/ou estadual (MAPA, 2020).

Quadro 1: Passo a passo para acesso de PCT ao mercado institucional do PNAE.

| Passo a Passo | Ação |
|---|---|
| **Reunir a comunidade** | Reunir a comunidade ou associação para explicar como funciona o PNAE e os documentos necessários, a nota técnica e outras políticas de compras públicas, quando for o caso. |
| **Famílias agricultoras interessadas** | A comunidade ou organização definirá as famílias agricultoras que entregarão produção e quais produtos serão destinados à alimentação escolar. |
| **Levantamento da produção** | Levantar a produção de cada família agricultora, com informações sobre o produto, quantidade e período de produção, especialmente, da sociobiodiversidade da comunidade. |

| | |
|---|---|
| **Declaração de Aptidão ao Pronaf[5]** | Procurar o órgão de Ater e instituições parceiras para solicitar a emissão de documentos exigidos para participação da política pública, como a DAP. |
| **Chamada Pública** | Entregar a Secretaria de Educação do município e/ou do estado e instituições parceiras o levantamento da produção e solicitar o lançamento da chamada pública diferenciada para aquisição de produtos da agricultura familiar, com prioridade para PCT e assentados da reforma agrária. |
| **Projeto de venda** | Documento que detalha informações sobre os produtos e cronograma de entrega; baseado no edital de chamada pública. Os projetos de venda podem ser individuais, por grupo informal ou organização formal (associação ou cooperativa). |
| **Documentação** | Agricultores individuais: DAP, CPF, projeto de venda com assinatura do agricultor e declaração de produção individual; grupo informal: CPF e DAP física de cada agricultor, projeto de venda e declaração dos alimentos produzidos; grupo formal: CNPJ, DAP jurídica, certidões de regularidade, cópia do estatuto e ata de posse da atual diretoria, projeto de venda, declaração dos alimentos produzidos por todos os produtores, declaração do representante legal do cumprimento do limite individual de venda conforme a lei específica. |
| **Contrato de compra** | O contrato de compra formaliza o compromisso entre a Secretaria de Educação, as famílias agricultoras, o grupo informal e as organizações que fornecerão os produtos à alimentação escolar. |
| **Entrega** | As entregas ocorrerão entre as famílias agricultoras da comunidade, gestor da escola e unidade executora (secretaria de educação), conforme calendário estabelecido em contrato. |
| **Prestação de contas** | A emissão da Nota Fiscal (NF) confirmará o processo de compra/venda. NF: associações e cooperativas; NF avulsa ou |

[5] A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) foi substituída pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

| | |
|---|---|
| | Bloco do Produtor: PCT, agricultor familiar, individual ou grupo informal. |
| **Pagamento** | O pagamento é realizado na conta bancária do agricultor/agricultora ou da organização conforme contrato. |

Fonte: Adaptado de MAPA, (2020).

A experiência da Catrapoa, no caso do PNAE indígena no Amazonas é exitoso exemplo do ativismo institucional através da forte articulação do MPF que desponta como organizador, fomentador e ator chave para elaboração da nota técnica; associado a compromissada atuação de movimentos sociais e outros atores institucionais que tiveram papel relevante de apoio e divulgação da Catrapoa, entre eles: Fundação Estadual do Índio (FEI), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Cidadania (MC), Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Amazonas (Cecane/UFAM,) Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), Fundação Nacional do Índio (Funai), Conselho Estadual de Educação Indígena do Amazonas (CEEI/AM), Ministério da Educação (MEC). Além de outras organizações da sociedade civil (Instituto Socioambiental – ISA, Operação Amazônia Nativa – Opan, Associação Serviço e Cooperação com o Povo Yanomani – Secoya e muitas outras.

Dentre os resultados da boa prática de comercialização, no que compete aos tópicos social e econômico, percebeu-se impacto positivo na SSAN e na valorização do etnoconhecimento, geração de renda e autonomia das comunidades com fomento aos modos próprios de produção de alimentos, afastando outras possíveis fontes de renda exploradas nas proximidades como o garimpo e mineração ilegal que geram forte impacto ao meio ambiente, maior controle social e redução de gastos públicos, em virtude da logística. No tópico ambiental, os resultados são ainda mais positivos: redução de lixo industrial nas comunidades que não contam com sistema de coleta de lixo e, portanto, há dificuldade na destinação de resíduos plásticos; promoção de atividades sustentáveis e redução do uso de combustível, também devido a logística de entrega. Além do que, após edição da NT 01/2017, foram contabilizados aquisição de produtos de povos indígenas pelas prefeituras e estado do Amazonas em mais de 20 municípios e beneficiamento de 350 agricultores, 20 mil estudantes e cerca de 200 escolas indígenas entre os anos de 2019 e 2020 (MAPA, 2020).

Conforme apresentado, a boa prática da Catrapoa gerou tantos impactos

positivos que se entendeu por bem replicá-la a todo território brasileiro a fim de que os PCT tivessem o DHAA e a SSAN respeitados com a inclusão de produtos tradicionais destes povos à merenda escolar. Deste modo foi expedida a Nota Técnica Nº 3/2020/6ªCCR/MPF que discorre sobre os serviços de inspeção sanitária relacionados à venda e o consumo de alimentos produzidos pelos PCT na perspectiva legal do MPF. Esta amplia o entendimento da NT 01/2017 para aplicação em todo território brasileiro e a todos os PCT, garantindo a possibilidade da venda de sua produção de proteínas e processados vegetais aos programas de compras públicas, sem os embargos dos registros sanitários padrões, com respeito à cultura e tradições quando o alimento for destinado ao consumo dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais em geral) (MPF, 2020):

> Os alimentos produzidos pelas populações tradicionais, à semelhança daqueles destinados ao consumo familiar, ficam dispensados de registro, inspeção e fiscalização com base na legislação vigente. Obedecerão, assim, aos processos próprios de produção, conforme sua cultura e costumes. Não prescindem, nem impedem a intervenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (MPF, 2020, p.7).

A estratégia de replicação da Catrapoa compreende importantes estágios para implementação, no primeiro momento deverá reunir instituições relacionadas ao tema da alimentação escolar, em especial, gestores que operam a política pública: FNDE, Secretarias de Educação estaduais e municipais e escolas federais, além de atores da sociedade civil; em segundo momento institucionalizar o grupo com interesse de criar conselho e/ou comissão; definir uma instituição responsável pela coordenação da comissão; recorrer ao órgão de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) local para difusão da política e apoio a comunidade no que refere à emissão dos documentos obrigatórios à participação das chamadas públicas com base nas notas técnicas e cobrar o cumprimento da Lei do PNAE em relação a compra mínima e a periodicidade das chamadas públicas específicas para PCT (MAPA, 2020).

A Portaria Nº 16/2021/6CCR/MPF de 11 de fevereiro de 2021, institui a criação da Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos Brasil, trata dos seus objetivos de promover em nível nacional o diálogo e integração entre atores governamentais e da sociedade civil relacionados ao tema de PCT, compras públicas e SSAN; discutir possíveis adequações em ações e normativas vinculadas ao tema; fomentar a implementação da alimentação escolar regionalizada e outros mecanismos de compras públicas adequados à cultura de PCT nas diferentes regiões e estados do Brasil por meio de arranjos locais (MPF, 2021).

Conforme inciso II da portaria nº16/2021 a alimentação dos povos e comunidades tradicionais deve ser valorizada e respeitada pelas instituições sanitárias brasileiras por um imperativo constitucional. A Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos Brasil reúne comissões que estão em diferentes estágios de formação e articulação, entre as comissões instituídas e em estágio mais avançado em ordem estão as comissões Catrapovos do Pará, Roraima, Acre, Amapá, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e mais recentemente em três de março de 2023 a Catrapovos Minas Gerais foi institucionalizada e dia 14 de junho a Catrapovos Bahia. Dentre as iniciativas em nível de formação de comissão estão os estados do Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins que avançam em tratativas e diálogo junto a sociedade civil e entidades governamentais a fim de concretizar a institucionalização das respectivas iniciativas em comissões estaduais (MPF, 2023).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que o conceito de ativismo institucional esteja em construção, as atuações dos atores mostram-se fundamentais na formulação, modificação e implementação de políticas públicas alimentares. Como visto, essas formas de ativismos impulsionaram diversas políticas no Brasil, principalmente de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, como a Catrapoa. A Catrapoa teve êxito notório que ocasionou a consolidação da Catrapovos em âmbito nacional, evidencia-se que políticas regionalizadas dão origem e influenciam a construção de políticas nacionais, resguardando as diferenciações e adaptações ao contexto regional.

A execução de políticas públicas como o PNAE, acessado por meio de iniciativas como a Catrapoa e a Catrapovos Brasil promovidas pelo forte ativismo do MPF do Amazonas, pressupõe entendimento e execução diferenciada de políticas públicas com propósito de atender a todos os cidadãos em qualquer lugar do território brasileiro. Os bons resultados da política na aquisição de alimentos de povos indígenas pelas prefeituras e estado do Amazonas reafirmam a importância da sociedade civil organizada e instituições governamentais comprometidas em empreitadas como a Catrapoa, conferindo legitimidade e destaque à iniciativa frente ao contexto de insegurança alimentar vivenciado no Brasil nos últimos anos.

Além do ativismo institucional na construção da Catrapoa, percebe-se a importância do ativismo alimentar, especialmente no que concerne a manutencão do

etnoconhecimento, cultura e hábitos alimentares de PCT que estão em contextos de regiões isoladas como a TI Yanomami. No entanto, neste trabalho não houve análise nesse âmbito, assim, para uma melhor compreensão da trajetótia de institucionalização da Catrapoa, o recorte do ativismo alimentar mostra-se importante e espera-se que pesquisas se debrucem nessa análise a fim de colaborar com o entendimento da construção desta política pública que reinaugura o PNAE após lastimoso período de desmonte.

## REFERÊNCIAS


ABERS, R. N. Ativismo na burocracia? O médio escalão do Programa Bolsa Verde. In: CAVALCANTE, P.; LOTTA, G. (Org.). Burocracia de médio escalão: **perfil, trajetória eatuação**. Brasília: ENAP, 2015. p. 143-176.

ABERS, R. N., ed. Ativismo institucional: **criatividade e luta na burocracia brasileira** [online]. Brasília: Editora UnB, 2021, 356 p. ISBN: 978-65-5846- 159-3. https://doi.org/10.7476/9786558461593.

AGROECOLOGIA em REDE. **Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas - Catrapoa.** [s.*d*]. Disponível em: https://agroecologiaemrede.org.br/experiencia/comissao-de-alimentos-tradicionais-dos- povos-no-amazonas-catrapoa/. Acesso em: 2 maio. 2023.

AMARAL, L. A. Ativismo institucional e enquadramentos interpretativos: discutindo as causas do ativismo de burocratas na criação do programa de aquisição de alimentos. In: ABERS, Rebeca Neaera (Org.). Ativismo institucional: **criatividade e luta na burocraciabrasileira.** Brasília. Ed.: Universidade de Brasília, 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 2maio, 2023.

BRASIL. LEI FEDERAL nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento daalimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica;altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da **Medida Provisória no 2.178-36**, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de junho de 2009.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jun. 2023.

GRISA, C.; ÁVILA, M. L.; CABRAL, R. A politização das compras públicas de alimentos nos governos estaduais do Brasil: atores e ideias na construção de sistemasalimentares sustentáveis. **Políticas Públicas y Sistemas Alimentarios en América Latina.** Rio de Janeiro. 441-467. 550p. 2021.

ISA. Povos indígenas no Brasil: **Yanomami**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami#:~:text=O%20etn%C3%B4nimo%20%22 Yanomami%22%20foi%20produzido,estrangeiro%2C%20%22branco%22). Acesso em: 9 maio. 2023.

LIMA, C. C.; GRISA, C. **Adequação do PNAE às especificidades indígenas: a estratégiade articulação de atores e a construção de redes pela Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Amazonas** (CATRAPOA). no prelo. 2023.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Guia prático: **alimentaçãoescolar indígena e de comunidades tradicionais**. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Brasília: MAPA/AECS, 2020. Acesso em: 11 maio. 2023.

MEC - Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar.** [s.d]. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae. Acesso em: 10 maio. 2023.

MEC; CNE; CEB. Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. 2012.Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN82012.pdf?q uery=ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em: 5 maio. 2023

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Populações Tradicionais.** Instituto Chico Mendes deConservação da Biodiversidade. [s.*d*]. Diposnível em: https://www.gov.br/icmbio/pt- br/assuntos/populacoes-tradicionais#:~:text=Povos%20e%20comunidades%20tradicionais%20s%C3%A3o,ancestral %20e%20econ%C3%B4mica%2C%20utilizando%20conhecimentos%2C. Acesso em: 3 maio, 2023.

MPF – Ministério Público Federal. **Nota Técnica nº 01/2017/Adaf/SFA-AM/MPF-AM**. Posicionamento da Agênciade Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – Adaf, da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Amazonas – SFA/AM e do Ministério Público Federal/AM/5º Ofício, no que tange aos aspectos legais para a comercialização de produtos de Origem Animal e dos Vegetais e suas partes no Estado do Amazonas para os povos indígenas. 2017. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/am/sa-la-de-imprensa/docs/nota-tecnica-merenda-es-colar indigena/at_download/file. Acesso em: 10 maio. 2023.

MPF - Ministério Público Federal. **Catrapovos Brasil.** [s.d]. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/catrapovosbrasil/a-catrapovos. Acesso em: 7maio. 2023.

MPF - Ministério Público Federal. **Nota Técnica** no 03/2020/6aCCR/MPF elaborada em 01/06/2020 pela 6ª CCR doMPF. 2020. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/publicacoes/nota-tecnica-1. Acesso em: 11 maio. 2023.

MPF - Ministério Público Federal. **Portaria** Nº 16/2021/6CCR/MPF de 11 de fevereiro de 2021. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/catrapovosbrasil/documentos-e- publicacoes/portaria-16-2021-institui-mesa-de-dialogo-4.pdf. Acesso em: 11 maio. 2023.

MPF – Ministério Público Federal. **Avanços e desafios: Comissões Estaduais e a Sociedade Civil na busca daConstrução Coletiva para a Execução de Políticas Públicas de Aquisição de Alimentos de Povos e Comunidades Tradicionais/PCT**. Síntese do Seminário Nacional. 9p. 2 março. 2023.

OLIVEIRA, M. S. de. Movimentos Sociais, ocupação de cargos públicos e políticas públicas:uma relação de sucesso. O caso da produção do Plano de Preservação e Combate ao Desmatamento na Amazônia – PPCDAM. In: ABERS, Rebeca (Org.). Ativismo Institucional: **criatividade e luta na burocracia brasileira**. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 2021.

PEIXE BR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA PISCICULTURA. **Anuário Brasileiro da**
**Piscicultura** PEIXE BR 2022. São Paulo: PEIXEBR. 2022. 79p. Disponível em: https://www.peixebr.com.br/anuario2022/. Acesso em: 8 maio. 2023.

PMA, et al. Alimentação Escolar de Comunidades Tradicionais: **O PNAE Quilombola.**Policy Brief #5. [s.*d*]. Disponível em: https://centrodeexcelencia.org.br/wp- content/uploads/2021/12/PolicyBrief5PT.pdf. Acesso em: 9 maio. 2023.

VERÍSSIMO, T. C.; PEREIRA, J. Floresta Habitada: História da ocupação humana naAmazônia. **Belém, Imazon**, 2020.

# POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NA MUNICIPALIDADE DE CIUDAD DEL ESTE, PARAGUAI

Diana Jazmin Britez Cohene[1]
Silvia Aparecida Zimmermann[2]

**GT 09:** POLÍTICAS PÚBLICAS, SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME

**RESUMO**

Em Ciudad del Este, Paraguai, existem políticas públicas de combate à fome há quase trinta anos que continuam vigentes, e outras políticas mais recentes. Nota-se existir certa deficiência de estudos no âmbito de segurança alimentar no município, assim como nota-se certa indisponibilidade de documentos oficiais sobre o funcionamento dessas ações, o que dificulta o entendimento da implementação e da articulação das políticas públicas no órgão de governo local. A partir de um estudo qualitativo, baseado em revisão bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas, este trabalho teve por objetivo identificar políticas e ações de segurança alimentar em Ciudad del Este, Paraguai, e conclui que as ações identificadas, em sua maioria, foram implementadas com recursos do município, estão sob a responsabilidade da Direção de Desenvolvimento Social e, praticamente, não existe articulação entre os demais órgãos municipais que atuam no tema da SAN.

Palavras-chave: Segurança Alimentar, Paraguai, Políticas Públicas, Ciudad del Este.

## INTRODUÇÃO

A disponibilidade dos produtos da agricultura mecanizada e industrial no Paraguai, tais como cereais, óleos e gorduras aumenta continuamente, enquanto outros produtos evidenciam um índice decrescente, como as carnes, raízes, laticínios, frutas e verduras, principalmente os produtos da agricultura familiar (Imas, 2019). Além disso, a disponibilidade está relacionada ao acesso físico e econômico dos alimentos. Assim, 5 de cada 100 famílias estavam em situação de insegurança alimentar grave no país, durante os últimos 12 meses no

[1] Instituição UNILA, djb.cohene.2017@aluno.unila.edu.br
[2] Instituição UNILA, silvia.zimmermann@unila.edu.br

ano de 2022, sendo o departamento de Caazapa com maior incidência de insegurança alimentar a nível departamental no país (INE, 2022).

O estudo de Zimmermann, Cohene e Riquelme (2021) apresenta um panorama das ações e políticas orientadas à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) no Paraguai, das quais algumas permanecem vigente, enquanto outras ficaram no caminho e não atingiram seu objetivo. Entende-se que algumas destas ações nacionais no âmbito da SSAN chegaram até os municípios.

Ciudad del Este (CDE) é uma das cidades mais importantes do país. De acordo com Rabossi (2004), no período de pico comercial na cidade, em 1995, o valor das negociações alcançava perto de US$ 15 bilhões por ano, fato que a posicionou como a terceira cidade em movimento comercial no mundo, depois de Miami, nos Estados Unidos, e Hong Kong, no Japão. A dinâmica comercial na cidade gera todo dia um grande fluxo de pessoas nas ruas de Ciudad del Este, além das pessoas que residem no município por causa do comércio. Neste cenário, se deduz haver necessidade de atuação dos agentes políticos e sociais para criação e execução de políticas de SSAN.

O presente artigo é o resultado da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido na Unila, em 2021 (BRITEZ COHENE, 2021), cujo objetivo aborda uma análise das ações e políticas do município de Ciudad del Este que visam garantir a SSAN. Cabe mencionar que uma primeira versão desse material foi encaminhada para publicação com capítulo de livro, ainda em elaboração.

Sendo uma pesquisa qualitativa, a metodologia adotada baseou-se em uma revisão bibliográfica e documental. Em sequência, a elaboração de um roteiro semiestruturado para sua posterior aplicação em entrevistas remotas, através de plataformas online (WhatsApp e Google Meet). As entrevistas foram aplicadas a funcionários públicos com cargos na Prefeitura de Ciudad del Este, preferencialmente aqueles atores envolvidos na execução de ações ou acompanhamento de processos sociais e políticos na área da SSAN. As entrevistas foram realizadas entre os meses de julho e setembro de 2021, sendo entrevistados 05 servidores municipais: 01 representante do Banco de Alimentos; 01 representante da divisão de Turismo; 01 representante da divisão de Cadastro; 01 representante da Defesa do Consumidor e 01 representante do Mercado de Abasto. Além disso, destacamos o levantamento de dados de sites e redes sociais oficiais da prefeitura e a participação em um evento online, denominado Funções do Executivo e Legislativo Municipal, em julho de 2021, realizado pela Rede Mundial

de Jovens Políticos do Paraguai, sob a coordenação de Magdalena Montiel, no qual foi explicada a estrutura de um município no Paraguai, bem como suas funções correspondentes.

O artigo está dividido em três partes, além da introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas. A primeira parte explora os conceitos de SSAN e as políticas públicas de SSAN no Paraguai. A segunda parte apresenta o país, seus municípios e a estrutura política de Ciudad del Este. A última seção apresenta os dados da pesquisa sobre as ações e políticas públicas de SSAN em Ciudad del Este, aprofundando as políticas vigentes atualmente.

## DESENVOLVIMENTO

### PARAGUAI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SSAN

O significado de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (SSAN) tem sofrido adaptações ao longo do tempo, de acordo com as necessidades e realidades da produção e consumo alimentar das populações, bem como da sua dimensão política. Neste sentido, é um termo que engloba várias abordagens, mas que, ao mesmo tempo, se complementam (GORDILLO e JERÓNIMO, 2013).

Por um lado, a segurança alimentar é quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (FAO, 2006). Por outro lado, a expressão Soberania sugere uma alternativa às políticas neoliberais, referindo-se ao direito dos povos, dos seus países ou uniões de Estados a definirem a sua política agrária e alimentar (STEDILE e CARVALHO, 2010). Foi desenvolvido na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, cunhado pela Via Campesina (VIA CAMPESINA, 2003). E, por fim, o termo nutricional dá ênfase na fisiologia do ser humano, no que diz respeito à garantia de ingestão calórica e absorção de nutrientes de acordo com as particularidades de cada um (LEÃO, 2013).

A partir desses conceitos, as Políticas Públicas da SSAN são um conjunto articulado de decisões que visam solucionar um problema ou alcançar um objetivo considerado como finalidade pública do direito à alimentação (BEDUSCHI, et al., 2014). Portanto, no campo das Políticas Públicas de SSAN no Paraguai, é possível pensar em várias iniciativas em uma linha do tempo desde o Governo de Nicanor Duarte Frutos em 2003, até o Governo de Mario Abdo Benítez em 2020 (ZIMMERMANN, COHENE e RIQUELME, 2021).

O Quadro 1, a seguir, apresenta leis, decretos e órgãos responsáveis pelos principais programas nacionais, bem como outras instituições de soberania e segurança alimentar no Paraguai, a partir das três dimensões da Política, *policy-polity-politics* (JAIME *et al*, 2013).

Quadro 01 - Dimensões da Política voltada para as questões de soberania e segurança alimentar no Paraguai

| **Dimensões da política** | | |
|---|---|---|
| ***Policy*** | ***Polity*** | ***Politics (somente órgãos governamentais)*** |
| Programa de Alimentación Escolar del Paraguay (PAEP): 1995/Ley de la universalidad en 2014 - ..<br><br>Programa *Tekoporã*: 2005-..<br><br>Programa Alimentario Nutricional Integral (PANI): 2005 - ..<br><br>Programa Nacional para la Disminución del Trabajo Infantil Programa Abrazo: 2005 - …<br><br>PLANAL: 2009-2015<br><br>Programa de Fomento de la Producción de Alimentos por la Agricultura Familiar: 2009-2016<br><br>Pensión Alimentaria para Adultos Mayores en situación de pobreza: 2009 - …<br><br>Plan Nacional de Desarrollo Paraguay 2030: 2014 - ...<br><br>Programa Nacional de Reducción de la Pobreza Extrema - Sembrando Oportunidades: 2013-2018<br><br>Programa *Ñangareko*: 2020<br><br>Programa *Pytyvõ:* 2020 | Ley nº. 10559/2000, de creación de la Comisión Nacional de Alimentación y Nutrición<br><br>Decreto nº 8152/2006, Estrategia Nacional de Lucha contra la Pobreza<br><br>Decreto nº 2789/2009, crea el PLANAL<br><br>Ley n° 3728/2009, fondos es la Dirección de Pensiones no Contributivas<br><br>Ley nº 5210/2014, atender los derechos de alimentación y la salud del estudiante<br><br>Ley n° 6175/2018, Marco de Soberanía, Seguridad Alimentaria y Nutricional y Derecho a la Alimentación (aprobada en la Cámara del Senado en septiembre de 2018 y vetada en 2019)<br><br>Ley nº. 6286/2019, Defensa, Restauración y Promoción de la Agricultura Familiar<br><br>Ley nº 6137 /2018, creación del MDS | Frente Parlamentario contra el hambre (Senado y Diputado)<br><br>Gabinete Social<br><br>Grupo Impulsor (varias instituciones del gobierno y de la sociedad civil);<br><br>Instituto Nacional de Alimentación y Nutrición del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social<br><br>Ministerio de Agricultura y Ganadería<br><br>Ministerio de Educación y Ciencias<br><br>Ministerio de Hacienda<br><br>Ministerio de la Niñez y la Adolescencia<br><br>Secretaría de Acción Social, actual Ministerio de Desarrollo Social<br><br>Secretaria Técnica de Planificación<br><br>Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social |

Fonte: Zimmermann, Cohene e Riquelme (2021, p. 339)

Considerando as iniciativas nacionais, muitas delas atingiram o nível municipal e, nesse sentido, é necessário entender como estão organizadas as responsabilidades dos municípios no Paraguai, especialmente em Ciudad del Este.

## A MUNICIPALIDADE NO PARAGUAI E A ESTRUTURA POLÍTICA DE CIUDAD DEL ESTE

O Art. 1º da Constituição Nacional de 1992 estabelece que "o Paraguai é livre e independente para sempre, constituindo um Estado social de direito, unitário, indivisível e descentralizado", enquanto o artigo 156, estabelece que "Para efeitos da estruturação político-administrativa do Estado, o território nacional divide-se em departamentos, municípios e distritos, os quais, dentro dos limites desta Constituição e das leis, gozam de autonomia política, administrativa e regulamentar para a gestão dos seus interesses, e de autarquia na arrecadação e aplicação dos seus recursos" (PARAGUAY, 1992). A descentralização no Paraguai é algo que se estabeleceu com a democracia, sendo uma discussão mais recente, onde é entendida como a transferência de poder político, fiscal e administrativo do nível central para os níveis locais e departamentais de governo (MONTECINOS, 2005 *apud* BOZZOLASCO e MARTINEZ, 2015).

Assim, no que diz respeito ao funcionamento da descentralização econômica na distribuição de recursos aos municípios, o orçamento dos municípios é estabelecido de forma autônoma dentro da mesma instituição, o Poder Executivo faz uma proposta e o Conselho Municipal aprova (BOZZOLASCO e MARTÍNEZ, 2015).

Sili e Rodríguez (2017) afirmam que as receitas dos municípios são compostas por: i) Receitas tributárias provenientes do imposto sobre a propriedade; ii) Receitas não tributárias provenientes de cobranças por diversos serviços oferecidos pelos municípios; iii) Transferências e doações, como os Royalties das Hidrelétricas e o Fundo Nacional de Investimento Público e Desenvolvimento (Fonacide), que devem ser utilizados exclusivamente para investimentos físicos, programas educacionais e tecnológicos; iv) Outras receitas correntes. Neste sentido, no Paraguai, 70% do que é arrecadado por cada município fica na propriedade do município, 15% no departamento a que pertence; e os 15% restantes serão transferidos para o Governo Central, que por sua vez os redistribui para os municípios com menos recursos do mesmo departamento (SILI e RODRÍGUEZ, 2017 p. 78).

Em todo o território paraguaio existem no total 17 Departamentos com as suas Governações (Alto Paraguay, Alto Paraná, Amambay, Boquerón, Caaguazú, Caazapá,

Canindeyú, Central, Concepción, Guairá, Itapúa, Cordillera, Misiones, Ñeembucú, Paraguarí, Presidente Hayes, San Pedro, e a capital do país, Asunción) e 261 Municípios ou Distritos, dos quais 223 estão registados no atual portal do governo central (PARAGUAY, 2022; MRE, 2022). Do referido total, o departamento de Alto Paraná conta com 22 municípios (Ciudad del Este, Doctor Juan León Mallorquín, Doctor Raúl Peña, Domingo Martínez de Irala, Hernandarias, Iruña, Itakyry, Juan Emilio O'Leary, Los Cedrales, Mbaracayú, Minga Guazú, Minga Porá, Naranjal, Ñacunday, Presidente Franco, San Alberto, San Cristóbal, Santa Fe del Paraná, Santa Rita, Santa Rosa del Monday, Tavapy e Yguazú), sendo Ciudad del Este a capital do departamento. O departamento tem uma população estimada de mais de 833.000 habitantes, composta por um número importante de estrangeiros, principalmente árabes, chineses, coreanos, japoneses e brasileiros (CASTILLO e AQUINO SELICHEFF, 2019).

Existem mais de 300.000 habitantes em Ciudad del Este, que de acordo com o INE (2012), estão distribuídos em uma área de 149,00 km². Neste sentido, a cidade posiciona-se como a segunda mais importante em termos de atividade económica do país, dado o importante fluxo comercial e turístico na zona fronteiriça (CASTILLO e AQUINO SELICHEFF, 2019).

Ciudad del Este é eminentemente urbana e o seu perfil econômico está intimamente relacionado ao setor terciário ou de serviços, especificamente o comércio de reexportação de bens de capital e o turismo (Castillo e Aquino Selicheff, 2019). No entanto, em comparação com o resto dos municípios do departamento de Alto Paraná, há uma alta produtividade agrícola. A população exclusivamente urbana alude ao fato de que a cidade é um dos municípios do país que carece de áreas rurais, assim como Assunção e San Lorenzo (SILI e RODRÍGUEZ, 2017).

Considerando a realidade de Ciudad del Leste, a cidade está classificada no primeiro grupo de municípios, com orçamentos superiores a 50% da média anual dos valores orçamentários totais que correspondem aos municípios das capitais departamentais (MONTIEL, 2021). Em termos de taxas de cobrança, o Município de Ciudad del Este é um dos municípios que mais cobra taxas. Estima-se cerca de G. 202.000 milhões (mais de USD 27.500.000) arrecadados de impostos em 2022 (MCDE, 2022).

Com base na Resolução nº 2339 do Município de Ciudad Del Este (2020), que indica as relações entre os seus diferentes departamentos e apresenta um Organograma Municipal, está estruturado principalmente em Direções, que por sua vez incluem várias Divisões específicas de acordo com a área de cada Direção. Na estrutura política de Ciudad del Este, as

políticas de SSAN ocorrem através da Direção de Desenvolvimento Social, da Direção de Arrecadações, da Direção de Saúde e da Direção de Gestão Ambiental.

CIUDAD DEL ESTE E AS POLÍTICAS SSAN

O estudo registrou diferentes ações e políticas principais na área da SSAN em Ciudad del Este, sintetizadas no Quadro 02, abaixo.

Cuadro 02 - Políticas Públicas de SSAN na Prefeitura de Ciudad del Este

| **Política Pública** | **Vigencia** | **Dependência Municipal Responsável/ Dependência colaboradora se houver** | **Funcionamento** |
|---|---|---|---|
| Mercado Municipal de Abasto | 1957 - Atual | Dirección de Recaudaciones *Dependencia propia: Sección de Mercado de Abasto | Comercialização/ventas atacado de produtos industrializados e frescos, mas em sua maioria de contrabando. Situa-se no bairro Obrero de CDE. |
| Feria Permanente Municipal | 90' - Atual | Dirección de Recaudaciones *Dependencia propia: Sección de Feria Permanente | Serviços básicos de mercearia, venda de plantas, roupas, calçados, venda de frutas de contrabando, entre outros. Situa-se detrás do terminal de ônibus de CDE. |
| Vaca Mecánica – Planta Procesadora de Leche y Panificados | 90' - Atual | Dirección de Desarrollo Social *Dependencia propia: Planta Procesadora de Leche y Panificados | Produz leite de soja e pão, que são distribuídos a escolas, creches, e a pessoas em situação de vulnerabilidade da cidade, além de demais dependências da prefeitura. Situa-se no bairro Ciudad Nueva. |
| Central de Productores y Feriantes Hortigranjeros | 1997 - Atual | Dirección de Recaudaciones *Realizado a partir do trabalho da Associação Autônoma de Produtores | Composta por 111 comités, distribuídos por dezenas de comunidades camponesas em 18 municípios de Alto Paraná (Silveira, 2020). Oferece produtos frescos, incluindo frutas, legumes, carne de criação e plantas medicinais de produção orgânica nacional (La Clave, 2020). Também comercializam comidas típicas do país. Situa-se detrás do terminal de ônibus de CDE. |
| Banco de Alimentos | 2020 - Atual | Dirección de Desarrollo Social *Dependencia propia: Banco de Alimentos | Atende restaurantes populares, escolas e famílias vulneráveis econômicamente. Trabalha com parcerias, entregando alimentos nas zonas mais vulneráveis, bem como nas imediações dos hospitais, a través de projetos (*Karurã*-traducido do guaraní: para a comida-, Mango Solidário e Cursos de Capacitação a mulheres). Atualmente o Banco de Alimentos trabalha desde o âmbito nutricional. Situa-se no bairro Ciudad Nueva. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Ollas Populares | Reforçada desde 2020 (pandemia Covid-19) - Atual | Dirección de Desarrollo Social<br>Dirección de Gestión Ambiental<br>*iniciativa comunitária emergencial | Consiste em preparar o almoço num espaço público entre vizinhos e partilhá-lo com pessoas necessitadas. |
| Proyecto Tembi'urã (Do guaraní: para comer) | 2020 – 2020 | Dirección de Gestión Ambiental<br>Dirección de Desarrollo Social<br>*Projeto emergencial | Teve dois eixos: hortas comunitárias e hortas familiares. As primeiras mudas do projeto foram produzidas no viveiro municipal, cujos produtos foram doados às Ollas Populares e pessoas carentes de alimentos (Álvaro, 2020) |
| Proyecto Ferias Comunitarias del Este | 2020 – 2022 | Dirección de Desarrollo Social | Proporcionou espaços de comercialização gratuitos aos vendedores de vários produtos, incluindo géneros alimentícios, produtos hortícolas, ervas medicinais, etc. |
| Feria Techauka CDE (Do guaraní: mostrar/indicar) | 2022 – 2022 | Dirección de Cultura<br>Secretaria de la Mujer (Dirección General) | Espaços de promoção, venda e apoio aos empreendedores da cidade, bem como promover alianças que os possam ajudar nestas atividades (La Clave, 2022). |
| Proyecto Tu Espacio: ferias & tiendas | 2023 – Atual (Até novembro de 2023 segundo a Resolução nº 4084) (MCDE, 2023) | Secretaría de la Mujer (Dirección General) | O espaço habilitado com o objetivo de criar oportunidades para artistas empreendedores, para aqueles que desejam dar a conhecer a sua arte ou para aqueles que ousam apresentar-se ao público pela primeira vez. Realiza-se das 16:00 às 22:00 aos sábados e das 08:00 às 16:00 aos domingos, no centro de CDE. (MCDE, 2023). |
| Albergue Provisorio | 2021 – Atual | Dirección de Desarrollo Social<br>Dirección de Salud<br>Banco de Alimentos<br>Planta procesadora de Leche y Panificados | Um espaço habilitado nos meses mais frios do ano para fornecer abrigo, alimentação e cuidados médicos a pessoas idosas moradoras de rua. Situa-se no bairro Pablo Rojas. |
| CODENI te abriga | 2023 – Atual | CODENI – Consejería Municipal por los Derechos del Niño, Niña y Adolescente de Ciudad del Este (Dirección General) | O abrigo temporário é para mães com filhos que estão nas ruas. A atenção é das 17:00 às 06:00hs, sendo possível denunciar casos de mulheres em estado de vulnerabilidade que estão expostas a baixas temperaturas.<br>Situa-se no bairro Pablo Rojas. |
| Roperito Comunitario | 2022 - Atual | Dirección de Desarrollo Social<br>*División de Desarrollo Comunitario | Coleta de roupas, para a assistência às pessoas em situação de rua. Os responsáveis recebem abrigos, colchoes, cobertores, lençóis e outro. Que serão distribuídos nos bairros periféricos e serão utilizados na organização do Albergue Provisório para os moradores de rua (ABC Color, 2022). |

Fonte: Elaboração própria a partir de Britez Cohene (2021)

O Banco de Alimentos depende da Diretoria de Desenvolvimento Social, sendo a política mais recente entre as estudadas. Nas entrevistas com funcionários municipais, nota-se um desconhecimento sobre as ações relacionadas à SSAN e a gestão municipal. No entanto, todos afirmaram que a Diretoria de Desenvolvimento Social é a responsável por essas questões, e lembraram da Vaca Mecânica, política criada na década de 1990. Ainda foi citada a importância da Central de Produtores e Feirantes Hortigranjeiros (CPFH), também criada na década de 1990, e do Mercado de Abasto, uma ação antiga criada no final da década de 1950, como centros de abastecimento locais fundamentais, que seguem presentes na cidade há anos e, por tanto os funcionários demonstraram um maior conhecimento destes últimos.

Outras ações de SSAN identificadas no município: i) As Ollas Populares, que alimentaram muitas famílias durante o confinamento devido à pandemia de Covid-19. Consiste em preparar o almoço num espaço público entre vizinhos e partilhá-lo com pessoas necessitadas; ii) O Abrigo Provisório, um espaço montado entre os meses mais frios do ano, com o objetivo de oferecer abrigo, alimentação e cuidados médicos a mais de 20 pessoas sem-abrigo diariamente; iii) "Tembi'urã" (que traduzido do Guarani significa: para comer) foi um projeto com dois eixos: hortas comunitárias e hortas familiares. As primeiras mudas do projeto foram produzidas no viveiro municipal, cujos produtos foram depois doados pela Direção de Desenvolvimento Social às Ollas Populares e a pessoas em situação de vulnerabilidade (Álvaro, 2020). Ambos os eixos pretendiam beneficiar 1.500 famílias da cidade, com acompanhamento técnico e também para a obtenção de produtos para autoconsumo a partir de uma abordagem agroecológica (La Clave, 2020); iv) O projeto Feiras Comunitárias do Leste, levado a cabo pela Direção de Desenvolvimento Social através da Divisão de Desenvolvimento Comunitário, proporcionou espaços de comercialização gratuitos para vendedores de vários artigos, incluindo alimentos, legumes, ervas medicinais, etc. Destaca-se a importância das Feiras Comunitárias, tanto para incentivar esses empreendedores quanto para garantir espaços estratégicos para a venda direta de produtos frescos (FERIAS COMUNITARIAS DEL ESTE, 2020).

Recentemente foi lançada uma revista virtual[3] de frequência semanal onde publicam as ações mais importantes da gestão municipal, denominada de CDE Hesakã, do guaraní: CDE claro/evidente. Cabe mencionar que no site fica disponível somente a versão mais recente de

[3] Revista disponível em: <https://mcde.gov.py/resumen-semanal> Acesso em: 23 jun. 2023.

cada edição da revista, sendo que em cada atualização, a versão anterior desaparece sem ficar registrada. Mas, no final, as edições não são mais que o resultado de uma compilação das publicações das redes sociais.

Assim, foi possível identificar as ações que atualmente estão sendo implementadas, como o Albergue que estendeu ações para receber mulheres e crianças, além da campanha Romerito Comunitário, que colabora na implementação de ambos os albergues atualmente. Mas também, ações novas com uma dinâmica parecida com as politicas mapeadas em 2021, tal foi o caso de Feiras Comunitárias del Este, que teve registros até 2020, e em 2023 começou a ser implementado o projeto Tu Espacio: Ferias y Tiendas.

A política Albergue Provisorio continua sendo executada. Atualmente está habilitado o albergue que abriga a moradores de rua da terceira idade sob a responsabilidade da Direção de Desenvolvimento Social, que providencia alimentos, cuidados de higiene pessoal, atenção médica, abrigo e infraestrutura para dormir. Sob a mesma perspectiva, a CODENI – Consejería Municipal por los Derechos del Niño, Niña y Adolescente de Ciudad del Este dependente da Dirección General, executa também um espaço de abrigo temporário voltado às mulheres com crianças em situação de rua. Para ambos albergues, é possível denunciar casos de pessoas que estejam nas ruas, a través de um numero de telefone habilitado para o caso (LA NACIÓN, 2023). Trata-se de uma política que claramente atinge seu objetivo cada ano, e agora em conjunto com outras inciativas, vai se ampliando para atender a mais pessoas. Destaca-se, ainda, a inciativa do projeto Roperito Comunitário para coleta de roupas e cobertores para a habilitação dos albergues, e a contribuição da Vaca Mecânica em garantir os alimentos frescos os beneficiários. Ou seja, evidencia-se um crescimento da política a partir da colaboração e criação de outras, assim como a colaboração da sociedade civil em denunciar os casos de idosos e mulheres com crianças em situação de rua, e com a doação dos itens necessários para a habilitação dos espaços.

## CONCLUSÕES

Ao final do estudo, percebe-se que algumas políticas são mais antigas que outras, embora o país tenha uma trajetória relativamente recente nas políticas de SSAN. Da mesma forma, a maioria das ações identificadas foi implementada com recursos do município de Ciudad del Este, em sua maioria sob a responsabilidade da Direção de Desenvolvimento Social. No entanto, os recursos municipais são limitados, pelo que também se destacam as alianças

a que recorrem enquanto instituição, bem como o apoio da comunidade para a execução de SSAN.

É também importante ter em conta a ausência de um documento que esclareça como se articulam estas ações para compreender a relação entre elas, bem como a dispersão da sua gestão entre duas ou mais direções municipais, sem haver articulação setorial. Apesar da escassez de estudos disponíveis sobre o tema, outra dificuldade percebida foi o reconhecimento dessas políticas como pertencentes à SSAN, uma vez que a maioria das ações é realizada dentro de um quadro de proteção ou assistência social, o que é corroborado pelas Diretorias responsáveis por cada uma delas, bem como a inexistência de uma unidade exclusiva de Agricultura Familiar ou de Produção, o que poderia ser justificado pelas características do município.

**REFERÊNCIAS**


ABC COLOR. **Propician campaña solidaria de recolección de abrigos**. 2022. Disponível em: <https://www.abc.com.py/este/2022/03/24/propician-campana-solidaria-de-recoleccion-de-abrigos/> Acesso em: 21 jun. 2023.

ALVARO. **Huerta municipal de CDE mitiga crisis por COVID-19.** MUNIPY, 2020. Disponível em: <https://www.munipy.com.py/2020/09/30/huerta-municipal-de-cde-mitiga-crisis-economica-por-covid-19/> Acesso em: 16 oct 2021.

BEDUSCHI, C. *et al***. Un marco conceptual para el análisis de experiencias de promoción de Políticas Públicas de Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe.** *FAO.* 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/32384076/_Un_marco_conceptual_para_el_an%C3%A1lisis_de_experiencias_de_promoci%C3%B3n_de_pol%C3%ADticas_de_seguridad_alimentaria_y_nutricional_en_Am%C3%A9rica_Latina_y_el_Caribe_En_FAO_Cooperaci%C3%B3n_internacional_y_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas_de_seguridad_alimentaria_y_nutricional_2014> Acesso em: 14 sep 2021.

BOZZOLASCO, I. G.; MARTÍNEZ, S. **La descentralización y su estudio: Una mirada de los análisis recientes a nivel regional y nacional.** Asunción - Paraguay: Investigación para el Desarrollo, 2015.

BRITEZ COHENE, D. J. **Seguridad y Soberanía Alimentaria y Nutricional en Ciudad del Este: acciones y políticas públicas.** Trabalho de Conclusão de Curso em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, 2021.

CASTILLO, A. M.; AQUINO SELICHEFF, J. M. **Informe de Calificación - MUNICIPALIDAD DE CIUDAD DEL ESTE (MCDE).** 2019. Disponível em: <http://www.solventa.com.py/wp-content/uploads/2018/08/Informe-MCDE-AGO-2018.pdf> Acesso em: 28 jun 2022.

CIUDAD DEL ESTE. **Resolución n° 2339 de la intendencia municipal por la cual se establece el organigrama de las reparticiones de la municipalidad de Ciudad del Este**. 16 de enero de 2020. Disponível em: <https://mcde.gov.py/wp-content/uploads/2020/03/CARGOS-VACANTES.pdf> Acesso em: set. 2021.

FAO. **Seguridad alimentaria**. Informe de políticas, junio de 2006, n. 2. Disponível em: <https://www.congreso.gob.pe/Docs/comisiones2016/Agraria/files/expedientepl137/seguridadalimentariapoliticas.pdf> Acesso em: ago. 2022.

FERIAS COMUNITARIAS DEL ESTE. **Sé parte de la reactivación económica de Ciudad del Este!** (...). 6 jul. 2020. Facebook: feriascde. Disponível em: <https://www.facebook.com/feriascde/photos/pb.100064605372365.-2207520000./192708672508926/?type=3> Acesso em: 16 oct. 2021.

GORDILLO, G.; JERÓNIMO, O. M. **Seguridad y soberanía alimentarias (Documento base para discusión).** Santiago, Chile: FAO, 2013. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ax736s/ax736s.pdf> Acesso em: 21 jun. 2023.

IMAS, V. J. (coord.) **Seguridad y Soberanía Alimentaria en Paraguay - Sistema de indicadores y línea de base**. Asunción: Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya, CADEP, 2019.

INE. **Cartografía digital.** 2012. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/microdatos/cartografia-digital-2012.php> Acesso em: 24 ago. 2022.

INE. **Destacan informe del INE en foro "Hambre Cero Paraguay".** 2022. Disponível em:

<https://www.ine.gov.py/news/news-contenido.php?cod-news=1326> Acesso em: jun. 2023.

JAIME, F. M. *et al*. **Introducción al Análisis de Políticas Públicas**. 1. ed. Florencio Varela: Universidad Nacional Arturo Jauretche, 2013.

LA CLAVE. **Promueven espacios de intercambio comercial con feria ¨Techauka¨ CDE.** 2022. Disponível em: <https://www.laclave.com.py/2022/07/08/promueven-espacios-de-intercambio-comercial-con-feria-techaukacde/?fbclid=IwAR0psVB61mv0xqOWg7V4t1lDadA2wMAR5EMcnbJ9CGEOn91ee2pO-eF3jVk> Acesso em: 21 jun. 2023.

LA CLAVE. **Variedad de productos en feria de Ciudad del Este.** 2020. Disponível em: <https://www.laclave.com.py/2020/09/30/variedad-de-productos-en-feria-de-ciudad-del-este/> Acesso em: 05 oct 2021.

LA NACIÓN. **Albergue temporal habilitado anoche abrigó a 13 personas en CDE.** 2023. Disponível em: <https://www.lanacion.com.py/pais/2023/06/14/albergue-temporal-habilitado-anoche-abrigo-a-13-personas-en-cde/> Acesso em: 21 jun. 2023.

LEÃO, M. (org). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional.** Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf> Acesso em: set. 2021.

MCDE. **La Municipalidad de Ciudad del Este cierra la jornada de hoy viernes 23 de diciembre de 2022 con una recaudación preliminar de Gs. 364.780.887**. 23 dic. 2022. Facebook: mcdepy. Disponível em:<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=531111889045235&set=pb.100064392864483.-2207520000.&type=3> Acesso em: 21 jun. 2023.

MCDE. **Municipalidad de CDE dispone clausura temporal de avenida céntrica para "Tu espacio, ferias & Tiendas".** 2023. Disponível em: <https://www.mcde.gov.py/post/municipalidad-de-cde-dispone-clausura-temporal-de-avenida-centrica-para-tu-espacio-ferias-tiendas> Acesso em: 21 jun. 2023.

MONTIEL, M. **Webinar: Funciones del Ejecutivo y Legislativo Municipal**. RED MUNDIAL DE JÓVENES POLÍTICOS DEL PARAGUAY. 27 jul. 2021.

MRE. **Perfil Político y Geográfico**. 2022. Disponível em: <https://www.mre.gov.py/embapar-ecuador/index.php/el-paraguay/perfil-politico-y-geografico#:~:text=El%20Paraguay%20est%C3%A1%20dividido%20en,un%20distrito%20capital%20(Asunci%C3%B3n)> Acesso em: 23 ago 2022.

PARAGUAY. CONSTITUCIÓN NACIONAL DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY. Sancionada el 20 de junio de 1992. Editorial Azeta: Asunción - Paraguay. Abril, 1997.

PARAGUAY. **Municipios.** 2022. Disponível em: <https://www.municipios.gov.py/municipios/> Acesso em: 23 ago. 2022.

RABOSSI, F. **Nas ruas de Ciudad del Este.** Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 2004.

SILI, M. E.; RODRIGUEZ, J. C. **Acción Territorial: La experiencia reciente de los municipios de Paraguay.** Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social. Investigación para el Desarrollo, 2017.

SILVEIRA, V. **Sem economia, não há autonomia: a feira da Central de Produtores Hortigranjeiros do Alto Paraná -Paraguai**. In: XI CBA, v.15, n.2, 2019, Rio de Janeiro. *Anais* do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia. São Cristóvão - Sergipe, 2020.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. (2010). **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos.** In: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). *Fome Zero, uma história brasileira*, vol III. Brasilia, DF: MDS. pp.144-156.

VÍA CAMPESINA (2003). **Qué es la soberanía alimentaria.** Disponível em: <https://viacampesina.org/es/que-es-la-soberania-alimentaria/> Acesso em: 23 jun. 2023.

ZIMMERMANN, S.; COHENE, D.; RIQUELME, N. **Las políticas públicas de Soberanía y Seguridad Alimentaria en Paraguay, reflexiones a partir de las dimensiones Policy-Politics-Polity.** In: LE COQ, J.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. (orgs.). Políticas Públicas y Sistemas Alimentarios en América Latina. Ed: 1. Río de Janeiro: E-papers. 2021.

# A IDEIA DE AUTOSSERVIÇO E O SURGIMENTO DOS SUPERMERCADOS: TRAJETÓRIA ORGANIZACIONAL, DISPUTAS E FORMATOS VAREJISTAS

João Rafael Gomes de Morais[1]
Roberto de Sousa Miranda[2]

GT 09: Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome.

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar a ideia de autosserviço enquanto inovação propulsora do setor supermercadista dentro do sistema alimentar convencional brasileiro. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, são exploradas as nuances entre as concepções de supermercados e de autosserviço, com foco na reconstituição da trajetória de criação e difusão do modelo varejista em diversos países, especialmente no contexto brasileiro. Descreve-se as disputas e os formatos varejistas, com suas respectivas lógicas de funcionamento, a fim de compreender as práticas socioeconômicas externalizadas por esse tipo de equipamento de distribuição alimentar. Conclui-se que a concepção de supermercado está diretamente relacionada à ideia de autosserviço, e é manejado e ressignificado por inúmeros atores sociais de diferentes portes, incluindo pequenos negócios criados por movimentos sociais rurais brasileiros, que implementam formatos de distribuição alimentar a partir de práticas socioeconômicas, políticas e culturais.

Palavras-chave: Autosserviço, Supermercados, Movimentos Sociais Rurais.

## INTRODUÇÃO

Os sistemas alimentares globais e nacionais vêm sendo remodelados ininterruptamente através de inovações organizacionais e tecnológicas que perpassam a esfera da produção, do processamento, da distribuição e do consumo. Entre as inúmeras mudanças ocorridas nessas diversas esferas, o comércio varejista de autosserviço talvez seja a questão menos problematizada pelas ciências sociais no Brasil. Esse modelo de comércio alimentar representa uma ruptura com as formas tradicionais de comercialização (face a face), operando e induzindo, ao mesmo tempo,

[1] Universidade Federal de Camina Grande, joao.rafael@yahoo.com.br.
[2] Professor da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFCG) e Desenvolvimento Regional (UEPB), robertosmiranda@yahoo.com.br.

transformações em toda cadeia de suprimentos, nas sociabilidades e nos padrões de consumo da população.

A ideia de autosserviço, que possibilitou o surgimento dos supermercados nos Estados Unidos, baniu, inicialmente, a venda assistida, o balcão de vendas, o sistema de crédito e a entrega residencial, mudanças que possibilitaram a redução dos custos operacionais e, consequentemente, dos preços de alguns alimentos, proveniente dos ganhos de escala. Os supermercados foram desenvolvendo e impondo um conjunto de instrumentos auxiliares, como as embalagens e as certificações de qualidade, públicas e privadas, com rebatimentos diretos nos padrões de produção, processamento, circulação e consumo dos alimentos.

O processo contínuo de inovação promovido pelas redes de supermercados, aliado ao incentivo governamental, tornou esse formato de distribuição dominante nos sistemas alimentares globais e nacionais. A posição privilegiada ocupada pelos supermercados na esfera de distribuição tem levado a um aumento de poder deste tipo de organização, uma vez que eles coordenam e interpretam as demandas oriundas da esfera do consumo e as transmitem para os diversos atores localizados nas esferas de produção e processamento de alimentos (DIXON, 2003; BELIK, 1997).

A estruturação da organização supermercadista é resultado de um trabalho recente e dinâmico, que engendrou relações de cooperação e disputa com diversos outros atores sociais (governos, empresas, agricultores) e equipamentos de distribuição alimentar (feiras livres, mercados públicos, centrais públicas de abastecimento). Esse processo movimentou, e ainda movimenta, uma série de operações socioeconômicas, sociotécnicas e simbólicas que vêm gradualmente posicionando o setor do autosserviço como protagonista do sistema alimentar nacional e internacional.

Dentro deste contexto, o artigo analisa a ideia de autosserviço enquanto uma inovação propulsora do setor supermercadista dentro do sistema alimentar convencional. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, são exploradas as nuances entre as concepções de supermercados e de autosserviço, com foco na reconstituição da trajetória de criação e difusão do modelo varejista em diversos países, especialmente no Brasil. Descreve-se as disputas e os formatos varejistas, com suas respectivas lógicas de funcionamento, a fim de compreender as práticas socioeconômicas que esse tipo de equipamento de distribuição alimentar emana.

SUPERMERCADO OU AUTOSSERVIÇO ALIMENTAR?

Não há consenso, no meio acadêmico e comercial, sobre a definição exata do que é um supermercado. Esse tipo de estabelecimento que distribui alimentos pode ser identificado de diversas maneiras: pelo número de *checkouts*, tamanho da área de vendas, pelas seções e pelos tipos de produtos vendidos. A combinação dessas variações, juntamente com o mix de produtos, constitui as características de cada formato varejista. A única característica comum é que esses estabelecimentos adotam o sistema de autosserviço para comercialização de alimentos.

Em 1958, o *Super Market Institute* definiu supermercado como um empório organizado em departamentos, com seções de bebidas e comidas, funcionando em regime de autosserviço e com vendas anuais superiores a US$ 1 milhão. Nos anos 1960, na Inglaterra, supermercados eram lojas de alimentação de autosserviço, com área de vendas superior a 1.900 m², com ao menos três *checkouts* (KNOKE, 1963; MCCLELLAND, 1962). No Brasil, a Lei n˚ 894, de 22 de agosto de 1957, e o Decreto n˚ 14.147, de 6 de novembro de 1958, do Estado da Guanabara, definiam supermercados como loja de autosserviço, que comercializasse produtos alimentícios e artigos domésticos de limpeza, com uma área mínima de 500 m² (KNOKE, 1963).

Atualmente, a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) define supermercado como um estabelecimento de varejo alimentar de autosserviço, com pelo menos 2 *checkouts*, que tenha quatro seções básicas: perecíveis, mercearia, limpeza doméstica e bebidas (NUNES FILHO, 2020). Essa definição é mais abrangente do que a concepção adotada pela maioria dos outros países, que geralmente definem os supermercados como estabelecimentos com no mínimo três ou cinco *checkouts* (REARDON; BERDEGUÉ, 2002).

A definição de supermercado está intimamente ligada a noção de autosserviço. O autoatendimento ocorre quando o consumidor compra um produto sem a necessidade de um funcionário da loja intermediar o processo, antes de passar pelo *checkout* (NUNES FILHO, 2020). Aconselhamentos e informações culinárias, fornecidos pelos antigos assistentes das mercearias, agora são acessíveis através de mecanismos de comunicação em massa, como revistas especializadas, rótulos e peças publicitárias. Esses fatores contribuíram para a diminuição do poder de influência dos pequenos varejistas sobre os hábitos alimentares de seus clientes, que anteriormente era exercido por meio da propaganda boca a boca (MCCLELLAND,

1962).

A noção de autosserviço é uma ideia central na organização supermercadista, embora sua aplicação prática possa variar de loja para loja. A presença de mediadores, como funcionários responsáveis por atender os clientes em seções específicas, pode variar de acordo com o mix de produtos, o formato varejista e o padrão econômico da localidade em que o supermercado está situado. Em alguns casos, é comum que seções como frigorífico, frios, padaria e rotisserie contem com a presença de assistentes para auxiliar os clientes. Em regiões com alto poder aquisitivo, é comum privilegiar formatos supermercadistas que enfatizam a venda de produtos já embalados, o que pode reduzir o número de mediadores.

O avanço tecnológico tem contribuído para a aplicação do autosserviço no ambiente comercial alimentar. A entrada de empresas do *e-commerce* no ramo de lojas físicas de supermercados, como a chinesa *Group Alibaba* e a norte-americana *Amazon*, permitiu a construção de novos formatos varejistas que ampliaram a ideia de autoatendimento. A primeira desenvolveu o formato supermercadista *Hema*, que: privilegia a comercialização de alimentos frescos e uma variedade de produtos; lê os códigos de barras dos produtos pelo aplicativo Hema e disponibiliza a origem dos alimentos; e atende pedidos online em um raio de 3 km, com entrega em 30 minutos.

A *Amazon* desenvolveu o formato *Amazon Fresh*, que emprega duas tecnologias: a *Just Walk Out* e *a Dash Cart*. A primeira é composta por uma série de câmeras suspensas com prateleiras sensíveis à pressão, que identificam e registram o que os clientes coletam nas prateleiras por meio de inteligência artificial. A segunda tecnologia consiste no carrinho de compras inteligente que registra a coleta ou retirada dos produtos por parte dos consumidores. As duas tecnologias possibilitaram a extinção dos *checkouts*. A primeira loja do grupo foi inaugurada em setembro de 2020 em Los Angeles, atualmente são mais de 20 supermercados nesse formato.

De modo geral, é essencial perceber que o equipamento de autosserviço denominado de supermercado nada mais é do que um entre vários formatos comerciais utilizados pelos varejistas, quer dizer, é uma peça dentro de um sistema de comercialização multiforme. A concepção de supermercado está diretamente relacionada à ideia de autosserviço e o conjunto de atores que compõem o sistema alimentar nacional e internacional definem a estrutura supermercadista de autosserviço à luz dos mais variados critérios, o que colabora em muito para que não haja uma definição universal do que seja um supermercado.

Durante o processo de aprimoramento varejista, ocorre uma ampliação semântica do conceito, que passa a designar tanto formatos de distribuição alimentar quanto descrever um setor do sistema alimentar. Os supermercados são construções sociais, e, por tanto, não podem ser apreendidos como equipamentos indiferenciados e genéricos. O modelo de autosserviço é manejado e ressignificado por inúmeros atores sociais dos mais diversos portes econômicos. Não é demais afirmar, portanto, que “o varejo é um espelho fiel do estágio de desenvolvimento das relações econômicas em um determinado espaço geográfico” (BELIK, 1997, p. 23).

O desenvolvimento da organização supermercadista ampliou a concepção de autosserviço e a tornou uma das características marcantes desse modelo de distribuição. Assim, a ideia de supermercado que fortaleceu o autosserviço como uma forma eficiente de venda de alimentos ao consumidor final. Com o tempo, essa concepção avançou e gerou diversos formatos varejistas, cada um com suas particularidades e adaptações aos contextos econômicos e sociais em que estão inseridos. Por isso, é importante compreender a trajetória organizacional do modelo supermercadista para entender como essa concepção se desenvolveu e se consolidou como uma das principais formas de distribuição alimentar.

## A INVENÇÃO E A DIFUSÃO DO AUTOSSERVIÇO ALIMENTAR

A transformação agrícola e industrial capitaneada pelos Estados Unidos influenciou o sistema alimentar internacional. Entre 1850 e 1860, inicia-se um processo de diferenciação, com o surgimento do comércio atacadista, o embrião da empresa varejista. A estrutura departamental e a adoção da rotação rápida de estoques foram alguns dos aspectos que mais influenciaram o aparecimento do varejo de autosserviço alimentar moderno. Os grandes protótipos supermercadistas, contudo, surgem apenas na década de 1930, em Los Angeles (BELIK, 1997).

A narrativa predominante – no setor empresarial, jornalístico e acadêmico – atribui a Michael Cullen o papel de fundador do sistema de autosserviço moderno, ao criar, em 1930, em Long Island, Nova York, o supermercado *King Kullen*. O supermercado, na fase inicial de implantação, utilizou “o mínimo de instalações, prateleiras de pinho e autosserviço, e eliminando as entregas a domicílio e as vendas a crédito, pôde oferecer produtos à venda por preços muitos menores do que os cobrados pelos varejistas tradicionais” (KNOKE, 1963, p. 94).

Entretanto, a inserção do autosserviço no mercado alimentar não foi algo linear

ou espontâneo. As rupturas sociais e simbólicas operadas pelo novo modelo comercial alimentar sofreram, inicialmente, inúmeras resistências. Talvez, elas tenham tido um papel muito mais relevante na dinâmica de inovação. No Brasil, por exemplo, na década de 1950, as redes de supermercados adotaram uma série de estratégias visando mitigar as resistências sociais do público consumidor:

> Resistência: vale destacar que o formato inicial de supermercado, sob forte influência norte-americana, sofreu resistência nos primeiros anos. É que os clientes estavam habituados a uma relação pessoal com o comerciante tradicional, mas a estratégia de implementação do supermercado levou isso em conta.
> Solução: o supermercado voltou-se, inicialmente, a grupos sociais ligados ao segmento de serviços e profissões liberais, mas receptivos às inovações e financeiramente aptos a absorver as compras por impulso. Isso significou uma adaptação às condições do País, pois, pensando enquanto varejo de massas, o supermercado encontrou no Brasil uma sociedade que apenas iniciava seu caminho nesse sentido (CABRINI, 2014, p. 7).

A ruptura das relações comerciais "tradicionais" já estabelecidas para a introdução das relações próprias do autosserviço, por meio de dispositivos simbólicos de qualidade e origem, não foi um processo automático no caso brasileiro, bem como nos demais países do globo. Vários eram os impeditivos para o desenvolvimento do autosserviço entre as décadas de 1950-60, especialmente na cidade de São Paulo. Do ponto de vista legal, os supermercados não eram reconhecidos como instituição (KNOKE, 1963). Por exemplo, em 1953, o supermercado Sirva-Se, um dos pioneiros na implantação do autosserviço no Brasil, defrontou-se com as seguintes limitações de ordem comportamental e institucional:

> O começo foi um pouco difícil. Os clientes estranhavam a catraca na entrada, não queriam deixar suas sacolas para acessar a área de vendas e empurrar os carrinhos constrangia, principalmente, os homens. Havia clientes que se sentiam inferiorizados por não ter dinheiro para encher os carrinhos, como se isso fosse obrigatório [...] conta-se, também, que tiveram problema com as autoridades municipais, pois uma lei da cidade proibia a venda de perecíveis e não-perecíveis no mesmo espaço. Falam até que os donos passaram um dia presos, mas que o prefeito da cidade à época, Jânio Quadros, reviu a interpretação da lei e optou por aderir ao modelo americano (ASCAR, 2018, p. 71-72).

No período em questão, não havia estrutura fiscal que favorecesse a concorrência entre os supermercados e as feiras livres no Brasil. Os custos fixos, com aluguel, embalagens e impostos; a baixa renda per capita média da população, a existência de uma classe média relativamente pequena, ao baixo nível educacional da população e ao uso restrito de veículos; foram fatores limitantes à expansão do

setor no Brasil (KNOKE, 1963). Além disso, a qualidade dos serviços dos varejistas tradicionais, que ofereciam venda pessoal, crédito e entrega, também foi um fator que dificultou a adoção do autosserviço pelo consumidor brasileiro.

As limitações enfrentadas no processo de implantação e desenvolvimento do modelo organizacional supermercadista não foram exclusivas do caso brasileiro. As resistências sociais, culturais e econômicas ao comércio de autosserviço foram sendo gradativamente mitigadas, na medida em que os supermercados operaram as seguintes mudanças: (a) no período inicial de implantação dos supermercados, priorizaram o atendimento da demanda alimentar de determinados grupos sociais; (b) ampliação gradativa do rol de produtos comercializados, incluindo produtos frescos e não-alimentício; e (c) diversificação dos formatos varejistas de autosserviço.

O perfil socioeconômico do consumidor-alvo dos supermercados na fase inicial de implantação seguiu o desenvolvimento capitalista dos países. No mercado norte-americano, o autosserviço foi uma resposta do comércio de alimentos para as classes médias e trabalhadoras afetadas pela crise de 1929. Em países em desenvolvimento, como o Brasil, priorizou-se os consumidores de alto e médio poder aquisitivo, absorvendo em seguida os de baixa renda. A transição da faixa de renda contribuiu para o deslocamento espacial dos supermercados, saindo dos grandes centros urbanos para os subúrbios e depois para as médias e pequenas cidades.

A disseminação do autosserviço e as transformações nos sistemas alimentares dos países em desenvolvimento podem ser divididas em 4 ondas. A primeira incluiu o Leste Asiático (sem a China) e América do Sul (transformações no Brasil na década de 1980). A segunda engloba o México, países da América Central, Colômbia, Chile, Sudeste Asiático e África do Sul (com maior pujança no início da década de 1990). A terceira, no início dos anos 2000, e inclui a China, Vietnã, Índia e a América do Sul (Peru e Bolívia). A quarta, em meados da década de 2000 e inclui alguns países da África, como Zâmbia, Quênia, Nigéria, Gana e Senegal (REARDON; TIMMER, 2012).

É importante destacar que, na quarta onda, muitas redes de supermercados com lojas físicas começaram a vender seus produtos em plataformas de *e-commerce* e empresas virtuais, como a *Amazon* e a *Alibaba*, adquiriram lojas físicas (LU; REARDON, 2018). Segundo a Ascar (2013), embora o *e-commerce* ocupe uma grande parcela do mercado, não significa o fim do varejo tradicional. Os produtos frescos, como frutas e legumes, desempenham um papel importante na manutenção das lojas físicas, uma vez que estimulam o contato físico por parte dos consumidores.

A expansão supermercadista foi impulsionada pelos Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) oferecidos por multinacionais do agronegócio, processadores, logística e atacado e varejo. Com a colaboração de alguns governos, os IEDs financiaram a infraestrutura necessária para atender aos padrões de qualidade exigidos pelas redes de supermercado. A partir da segunda metade da década de 1990, a América Latina começou a receber investimentos de gigantes globais, como *Walmart*, *Carrefour* e *Ahold*. A exceção é o Chile, onde o capital doméstico se manteve dominante até o presente momento (REARDON; BERDEGUÉ, 2002).

A constituição do Mercosul permitiu a formação de multinacionais regionais, beneficiadas pela regulamentação adotada pelos países do bloco nas áreas sanitária, fiscal, administrativa e diplomática. Isso contribuiu para reduzir os custos de transação e aumentar a concorrência entre os players regionais e globais. Entretanto, essa nova política e o contexto de competição trouxeram consigo uma concentração dos equipamentos de processamento e varejo na região, representando um desafio para as pequenas empresas (BELIK; SANTOS, 2002).

No entanto, o elemento crucial da expansão supermercadista foi a maior oferta de alimentos, viabilizado pela implementação de um conjunto de padrões de qualidade, certificação e logística (FARINA, 2002; BELIK, 2000; FARINA; MACHADO, 2000). Os grãos foram as primeiras cadeias de valor a serem transformadas, seguidas pelos produtos de origem animal, e, por último, as frutas e os vegetais frescos. Esse padrão é observável tanto nos países de origem do comércio de autosserviço, quanto nos países em desenvolvimento (REARDON *et al.*, 2019).

A diferenciação das lojas foi uma tática adotada pelo setor para aumentar sua eficiência e eficácia no atendimento às necessidades e demandas específicas dos consumidores. Dessa forma, foram criados hipermercados, supermercados de bairro, lojas de conveniência, atacarejos, entre outros. A diversificação de formatos de autosserviço também possibilitou a formação de nichos de mercado e a ampliação do alcance das redes supermercadistas. No Brasil, identifica-se formatos utilizados por inúmeros atores econômicos de pequeno, médio e grande porte (Tabela 1).

Tabela 1: Lojas de Alimentação por Formato de em Autosserviço no Brasil

| N° | Formatos | Área de venda (m²) | N˚ Médio de Itens | % Não Alim. | Nível de Preço | N˚ de Checkouts | Seções* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Loja de Conveniência | 50/200 | 1.000 | 1 | 120 | 1/2 | I, IV, V |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | Loja de Sortimento Limitado | 200/400 | 900 | 2 | 85 | 2/4 | I, III, IV, V |
| 3 | Supermercado de Proximidade | 150/400 | 4.000 | 1 | 110 | 2/4 | I, II, III, IV, V |
| 4 | Supermercado Compacto | 300/800 | 6.000 | 2 | 102 | 2/7 | I, II, III, IV, V |
| 5 | Supermercado Tradicional | 800/2.500 | 12.000 | 5 | 100 | 6/16 | I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII |
| 6 | Supermercado Gourmet | 1.000/1.900 | 16.000 | 6 | 106 | 3/12 | I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII |
| 7 | Superloja (combo) | 2.500/4.500 | 24.000 | 10 | 94 | 16/30 | I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X |
| 8 | Hipermercado | 6.000/10.000 | 50.000 | 35 | 92 | 30/60 | I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X |
| 9 | Supercenter | 8.000/12.000 | 60.000 | 40 | 90 | 30/60 | I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X |
| 10 | Loja-Depósito | 3.500/5.000 | 7.000 | 7 | 88 | 20/30 | I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X |
| 11 | Clube Atacadista | 5.000/10.000 | 6.000 | 50 | 82 | 14/25 | I, II, III, IV, V, VI, IX, X |
| 12 | Atacado em autosserviço misto | 2.500/6.000 | 9.000 | 9 | 88 | 20/28 | I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, X |

* Descrição das Seções: I) Mercearia (contém alimentos básicos, como arroz, feijão, sal, açúcar, macarrão, carnes, etc., alimentos supérfluos, como chocolates, balas, guloseimas em geral, produtos de higiene, como lâminas de barbear, shampoo, sabonete, papel higiênico, absorvente, desodorante, etc., produtos de limpeza e bebidas em geral); II) Carnes e Aves; III) Frutas e Verduras; IV) Frios e Laticínio; V) Bazar (contém produtos para a casa, papelaria, jardinagem, artigos para festas, etc); VI) Peixaria; VII) Padaria; VIII) Rottisseria (produtos prontos para café da manhã, lanche, almoço e /ou jantar); IX) Têxtil; X) Eletrodomésticos.
Fonte: Ascar (2013).

Os diferentes formatos de autosserviço apresentam soluções variadas para as necessidades de compra dos consumidores, e essa variedade tem se mostrado uma estratégia de sucesso no setor de varejo alimentar. Ademais, a capacidade de adaptação dos estabelecimentos a diferentes localidades e perfis de clientes, tem sido fundamental para o enraizamento do modelo de autosserviço no sistema de distribuição alimentar brasileiro. A oferta de uma ampla gama de produtos, combinada com preços competitivos e diferentes experiências de compra, atraem mais consumidores e consolidada os estabelecimentos de autosserviço no mercado.

Todavia, a relação entre os supermercados e os agricultores familiares, frequentemente, ocorre de maneira desigual, com os supermercados exercendo um grande poder de negociação e impondo condições desfavoráveis. Isso pode resultar em um desequilíbrio na cadeia de abastecimento, com os agricultores recebendo preços baixos e enfrentando dificuldades para se manterem economicamente viáveis. Outrossim, a adoção de padrões estéticos rígidos pelos supermercados pode levar à exclusão de produtos, como frutas e verduras com tamanhos e formatos diferentes dos considerados “ideais”, desperdiçando assim alimentos que poderiam ser aproveitados e comercializados.

Toda essa controvertida e complexa relação entre supermercados e pequenos

agricultores não impediu de que os movimentos sociais rurais brasileiros começassem a pôr em prática novos formatos varejistas. O Armazém do Campo, por exemplo, é uma loja de varejo criada pelo Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), para comercializar produtos próprios, com destaque para alimentos naturais e orgânicos. É possível afirmar que o MST desenvolveu seu próprio formato varejista de autosserviço (MST, 2020). O Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), também criou um empreendimento similar na cidade do Rio de Janeiro, nomeado “Raízes do Brasil” (TANAKA; PORTILHO, 2019).

## ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E A ESTRUTURA DE CUSTOS E RECEITAS SUPERMERCADISTAS NO BRASIL

A baixa competitividade econômica e as resistências sociais que os supermercados enfrentaram na fase inicial de implantação no Brasil foram gradualmente superadas à medida que o tecido empresarial se organizou e passou a negociar seus interesses junto ao Estado. Em um período de 70 anos, o setor deixou de ser informal e sem qualquer apoio fiscal, tornando-se um agente privilegiado no sistema alimentar nacional, com um faturamento de R$ 378,3 bilhões em 2019, conforme dados de Nunes Filho (2020).

O primeiro supermercado brasileiro foi o Sirva-se, criado em 1953, na cidade de São Paulo. Apenas em 1968 o setor foi regulamentado pela Lei Federal Nº 7.208. A legislação alterou, além de outras questões, o regime fiscal aplicado aos comércios alimentares. O antigo Imposto de Vendas e Consignações (IVC) foi substituído pelo Imposto sob Circulação de Mercadorias (ICM), que eliminava os impostos sobre a transferências de produtos entre as lojas (BELIK, 1997). Por fim, em 1968, foi criada a ABRAS, maior associação de representação dos varejistas do país (CABRINI, 2018).

Os governos militares foram centrais na consolidação e difusão da organização supermercadista na esfera da distribuição alimentar. Em 1971, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), estabelecido pela Lei n° 5.727, de 4 de novembro, já previa a modernização da estrutura de comercialização por meio do fomento a constituição de redes supermercadistas. No mesmo ano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) lançou o Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização (PMRC), para os grandes empresários (BELIK, 1997).

Os efeitos das políticas governamentais se tornam mais visíveis a partir da

década de 1980, quando “a agricultura passou a se relacionar de modo muito mais integrado, de um lado, com o sistema de distribuição, composto por agroindústrias e cadeias de supermercados, e, de outro lado, com fornecedores de insumos e serviços” (FARINA; NUNES, 2003, p. 16). Nos anos 1990, são extintos os instrumentos governamentais de intervenção (tabela de preços e cotas de vendas), responsáveis, em parte, relativo atraso do setor supermercadista no Brasil (BELIK, 1997).

As principais despesas supermercadistas, além do custo com pessoal, são as despesas com embalagens, locação de espaços físicos, energia, limpeza, manutenção, segurança, logística, aquisição de equipamentos, construção de lojas e controle das perdas. Para Ascar (2013), cerca de 60% das despesas das lojas podem ser controladas e gerenciadas. As práticas socioeconômicas adotadas pelos supermercados buscam equilibrar esses fatores e variam em cada empreendimento de acordo com o modelo gerencial adotado. Empresas com mais de cinco lojas podem ser consideradas cadeias de supermercados, enquanto empresas com até cinco lojas são tidas como supermercados independentes (FARINA; NUNES, 2003).

As práticas de gestão não se restringem ao ambiente supermercadista, elas chegam à sociedade em geral, pela relação estabelecida com os fornecedores. A competitividade do varejo em relação ao atacado é proporcionada pelas políticas de compras que estabelecem o cumprimento de “um rol de obrigações dos fornecedores dos supermercados, como prazos de pagamento, desconto financeiro, enxoval, verbas de promoção, que representam reduções do preço líquido recebido” (FARINA; NUNES, 2003, p. 46). As razões dos parâmetros da relação comercial, são compreendidos quando se examina a receita supermercadista (Tabela 2).

Tabela 2: Participação das Seções no Lucro Bruto Geral, Percentuais Médios de Perdas e de Lucro Líquido

| N. | Seções | Lucro Bruto Percentual por Seção (%) | Participação da Seção no Lucro Bruto Geral (%) | Lucro Bruto Percentual da Loja (%) | Perdas / Quebras (%) | Lucro Líquido (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Mercearia | 23 | 47 | 26 | 1,0 a 2,5 | 1,0 a 2,5 |
| 2 | Carnes, Aves e Peixaria | 26 | 9 | | | |
| 3 | Frutas e Verduras | 37 | 12 | | | |
| 4 | Frios, Lacticínios e Rotisseria | 27 | 22 | | | |
| 5 | Não-Alimentício | 31 | 5 | | | |
| 6 | Padaria e Industrializados | 28 | 5 | | | |

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Ascar (2013) e Nunes Filho (2020).

A seção de frutas, legumes e verduras possui a maior margem de lucro bruto

no supermercado, seguida dos produtos não-alimentícios, padaria, industrializados e carnes, aves e peixaria. Isso ocorre porque as seções possuem maior custo operacional com logística, recursos humanos e perdas. Para aumentar a oferta de produtos saudáveis, frescos e saborosos, os supermercados têm que se concentrado nessas seções, porque não possuem apenas as melhores margens de lucro bruto, mas também cumprem um papel importante na atração e fidelização de consumidores.

O lema é “vender bem produtos que geram fluxo de pessoas nas lojas e também itens com maior valor agregado e melhor margem” (ASCAR, 2013, p. 103). Diante dessa janela de oportunidade, estudiosos (BELIK, 2000, 2007; FARINA; MACHADO, 2000) apontam as frutas, legumes e verduras frescas como ramo produtivo mais propício para inserção de agricultores (familiares ou não) nos espaços supermercadistas. Além disso, os consumidores tendem a pagar mais por produtos frescos e saudáveis, o que aumenta ainda mais a margem de lucro bruto dessa seção.

A seção de produtos não-alimentícios, por sua vez, inclui itens como produtos de higiene pessoal, limpeza doméstica e eletrônicos, os quais possuem uma margem de lucro maior porque os produtos são geralmente mais caros e vendidos em menor quantidade, o que reduz os custos operacionais. Contudo, podem ter uma competição mais acirrada devido à concorrência de outras lojas especializadas. Por fim, as perdas são um dos principais desafios enfrentados pelos supermercados de autosserviço. Essas perdas podem ter diversas causas: erros no cadastro de produtos, gestão de estoque, ausência normas e processos, quebras operacionais e fraudes.

## CONCLUSÕES

Ao analisar o material bibliográfico e documental disponível, constatou-se que a concepção de supermercado está diretamente relacionada à ideia de autosserviço. Os diversos atores sociais que compõem o sistema alimentar convencional utilizam critérios variados, como *checkouts*, área de vendas e tipos de produtos comercializados, para definir a estrutura supermercadista de autosserviço. Essa multiplicidade de critérios contribui para a ausência de uma definição universal do que seja um supermercado.

À medida que o setor varejista se desenvolveu, o conceito de supermercado passou por uma ampliação semântica, sendo utilizado tanto para se referir a um formato específico de distribuição alimentar quanto para descrever um setor do

sistema alimentar, e é manejado e reinterpretado por diversos atores sociais. O MST e o MPA criaram pequenos negócios alimentares, que, ao revestirem as lojas com suas práticas socioeconômicas, políticas e culturais, produziram novos formatos de distribuição alimentar. Esses movimentos sociais rurais contribuem, assim, para a diversificação dos modelos de distribuição de alimentos, ampliando as possibilidades de acesso e participação da população em diferentes formas de comércio.

É inadequado considerar o modelo supermercadista como indiferenciado e genérico, uma vez que o autosserviço é adotado em diversos países por diversos atores sociais. Essa multiplicidade de contextos e sujeitos conforma as especificidades de cada negócio supermercadista. A introdução do modelo supermercadista no mercado alimentar brasileiro enfrentou uma série de resistências sociais que, com o tempo, foram minimizadas. Para isso, o setor de autosserviço priorizou, em sua fase inicial, grupos sociais de alta renda, para ampliar a variedade de produtos comercializados, incluindo produtos frescos e não alimentícios.

Por fim, o autosserviço contribuiu para a remodelagem das regras de funcionamento dos sistemas alimentares, rompendo fronteiras tecnológicas, produtivas, organizacionais, logísticas, simbólicas e comportamentais. Ao mesmo tempo, fomentou aproximações e criou conexões entre modelos alimentares emergentes, em parceria com atores estratégicos. Compreender as movimentações dos *players* do mercado alimentar possibilita a desnaturalização do poder exercido pelos grandes grupos econômicos e colabora para o reposicionamento de diversos atores que coexistem dentro do varejo alimentar brasileiro.

## REFERÊNCIAS


ASCAR, A. C. **Glossário Ascar de termos atacadistas**: a linguagem dos supermercados; distribuindo camisas: as funções do gerente de supermercado. São Paulo: Bestpoint, 2013.

ASCAR, A. C. Os primeiros supermercadistas brasileiros. **Revista SuperHiper**, ano 44, n. 505, ago. 2018. p. 70-72, Disponível em: https://www.abras.com.br/edicoes-anteriores/Main.php?MagNo=234#page/70. Acesso em: 10 jul. 2020.

BELIK, W. Evolução e tendências do varejo. In: MORGADO, M. G; GONÇALVES, M. N. (Org.). **Varejo**: administração de empresas comerciais. São Paulo: SENAC, 1997. p. 23-58.

BELIK, W. Mecanismos de coordenação na distribuição de alimentos no Brasil. In: BELIK, W.; MALUF, R. S. **Abastecimento e segurança alimentar**: os limites da liberalização. Campinas: EDUNICAMP, 2000. p. 131-159. Disponível em:

https://url.gratis/CPhuX. Acesso em: 10 jun. 2020.

BELIK, W. Agricultura, concentração no setor da comercialização e novos espaços para a distribuição de produtos frescos. **Revista Economia Ensaios**, v. 22, n. 1, p. 1-16, 2007. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1573. Acesso em: 10 jul. 2020.

BELIK; W.; SANTOS, R. R. Regional market strategies of supermarkets and food processors in extended MERCOSUR. **Development Policy Review**, v. 20, n. 4, p. 515-528, 2002. DOI: https://doi.org/10.1111/1467-7679.00187.

CABRINI, G. Do tradicional ao sob medida. **Revista SuperHiper**, ano 40, n. 2, nov. 2014. p. 6-11. Disponível em: https://www.abras.com.br/edicoes-anteriores/Main.php?MagNo=238#page/36. Acesso em: 10 jul. 2020.

CABRINI, G. A casa dos supermercados faz 50 anos. **Revista SuperHiper**, ano 44, n. 508, fev. 2018. p. 36-45. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1fwVvo8zkmUi5WXiIJQczxSqWYU-62nRD/view?usp=share_link. Acesso em: 10 jul 2020.

DIXON, J. Authority, power and value in contemporary industrial food systems. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 11, p. 31-39, 2003. DOI: https://doi.org/10.48416/ijsaf.v11i.327.

FARINA, E. M. M. Q. Consolidation, multinationalisation, and competition in Brazil: impacts on horticulture and dairy products systems. **Development Policy Review**, v. 20, n. 4, p. 617-629, set. 2002. DOI: https://doi.org/10.1111/1467-7679.00182.

FARINA, E. M. M. Q.; MACHADO, E. L. Regulamentação governamental e estratégias de negócio no mercado brasileiro de frutas e legumes frescos. In: BELIK, W.; MALUF, R. S. **Abastecimento e segurança alimentar**: os limites da liberalização. Campinas: EDUNICAMP, 2000. p. 131-159.

FARINA, E. M. M. Q.; NUNES, R. **A evolução do sistema agroalimentar no Brasil e a redução de preços para o consumidor**: os efeitos da atuação dos grandes compradores. Brasília: IPEA, 2002.

KNOKE, W. O supermercado no Brasil e nos Estados Unidos: confrontos e contrastes. **Revista de Administração de Empresas**, v. 3, n. 9, p. 91-104, 1963.

LU, L.; REARDON, T. An economic model of the evolution of food retail and supply chains from traditional shops to supermarkets to e-commerce. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 100, n. 5, p. 1320-1335, 2018. DOI: https://doi.org/10.1093/ajae/aay056.

MCCLELLAND, W. G. The supermarket and society. **The Sociological Review**, v. 10, n. 2, p. 133-144, 1962. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1962.tb01106.x.

MST. **Tag**: Armazém do Campo. 2020. Disponível em: https://mst.org.br/tag/armazem-do-campo/. Acesso em: 21 out. 2020.

NUNES FILHO, R. N. Um passo a ser celebrado. **Revista SuperHiper**, ano 46, n. 526, mai. 2020. p. 18-22. Disponível em: https://www.abras.com.br/edicoes-

anteriores/Main.php?MagNo=259#page/18. Acesso em: 10 jul. 2020.

REARDON, T.; BERDEGUÉ, J. A. The rapid rise of supermarkets in Latin America: challenges and opportunities for development. **Development Policy Review**, v. 20, n.4: p. 371-388, set. 2002. DOI: https://doi.org/10.1111/1467-7679.00178.

REARDON, T; ECHEVERRIA, R.; BERDEGUÈ, J.; MINTEN, B.; LIVERPOOL-TASIE, S.; TSCHIRLEY, D.; ZILBERMAN, D. Rapid transformation of food systems in developing regions: highlighting the role of agricultural research & innovations. **Agricultural Systems**, v. 172, p. 47-59, j2019. DOI: https://doi.org/10.1016/j.agsy.2018.01.022.

REARDON, T.; TIMMER, C. P. The economics of the food system revolution. **Annual Reviews Resource Economics**, v. 4, n. 1, p. 225-264, 2012. DOI: https://doi.org/10.1146/annurev.resource.050708.144147.

TANAKA, J.; PORTILHO, F. Ambiguidades da politização do consumo. **Raízes**, v. 39, n. 2, p. 344-358, 2019. DOI: https://doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.114.

# O COMBATE À FOME PELA MOBILIZAÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVA DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS EM UM CENÁRIO NEOLIBERAL

Samanta Nascimento Fabbris[1]

**GT 9:** Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome

## RESUMO

A alimentação perpassa vários âmbitos da vida social e é um direito garantido constitucionalmente, dessa forma a Segurança Alimentar e Nutricional deve ser central no desenvolvimento de políticas sociais. Entretanto, em uma perspectiva de ascensão de um Estado neoliberal, a mobilização da sociedade civil se faz imprescindível para pautar o combate à fome. Assim, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) se organiza, através das Cozinhas Solidárias, para garantir refeições equilibradas nas periferias do país. Este artigo aprofunda a relação da sociedade civil organizada, a exemplo das Cozinhas Solidárias, com o combate à fome e a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, traçando um panorama de atuação e ausência do Estado ao tratar dessas temáticas. Debater a mobilização social é fundamental para perceber as falhas das políticas públicas de segurança alimentar, especialmente em um cenário de pós-pandemia, com aumento da fome e da miséria.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Políticas públicas, Alimentação, Estado neoliberal, MTST.

[1] Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (ppg-mader) - Faculdade UnB Planaltina (FUP) - Universidade de Brasília (UnB), samantafabbris@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Alimentar-se é um direito e uma necessidade humana com complexas e múltiplas dimensões, dependendo do olhar cuidadoso do Estado para sua defesa. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é garantido pela Constituição Federal de 1988, sendo indispensável para a sobrevivência e pré-requisito para a realização de outros direitos. Este, não se refere apenas aos aspectos de quantidade e qualidade dos alimentos, mas anexa outros fatores. De acordo com Flávio Valente (2002), "O povo brasileiro não tem só fome de uma dieta básica de custo mínimo, porque queremos satisfazer nossos hábitos alimentares, nossas vontades, nossos prazeres." (p.33)

A partir da definição constitucional da alimentação como direito indispensável e de sua múltipla e complexa determinação, nas últimas décadas a conceituação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi, e vem sendo, debatida e consolidada. Apesar de ainda ser um termo em construção, a SAN pode ser definida como:

> A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2004, p. 4).

Na perspectiva de Valente (2002), ao realizar que tanto o ato de comer, quanto o direito a se alimentar perpassam diversos campos da vida em sociedade, para além do nutricional, leva a conceituação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para um sentido ainda mais amplo, "trata exatamente de como uma sociedade organizada, por meio de políticas públicas, de responsabilidade do Estado e da sociedade como um todo, pode e deve garantir o direito à alimentação." (p.131).

Dessa forma, a SAN tem um papel importante para orientar a formulação de Políticas Públicas. Esse cenário ganha contornos mais incisivos a partir de 2003, com o Governo Lula, reconhecido pelo Programa Fome Zero. Entretanto, desde 2016 as políticas e programas orientados e voltados à perspectiva de garantia de direitos sociais vêm sendo desmantelados. Concomitante a isso, se fortalece a ideia de um Estado menos interventor e de supremacia de questões econômicas.

A ideia de 'menos Estado' associada a interpretações neoliberais, que simplificam problemas, acaba por salientar a formulação e implementação de políticas públicas de caráter pontual, focadas nas consequências mais visíveis. Nesse enquadramento, Gomes (2015) elucida que o enredado de problemáticas de situações de pobreza e miséria adicionadas de uma compreensão social de menos estados e de meritocracia, têm contribuído para que conceituações tomadas como guia de desenvolvimento dos programas de enfrentamento à esses problemas "sejam empregados a partir de significados que dão conta dos aspectos urgentes do assunto, por vezes deixando escapar o principal." (p.43)

Esse cenário de Estado-mínimo, interligado com uma percepção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, impactou diretamente nas Políticas Públicas em Alimentação e Nutrição. Uma vez que desenvolver e implementar políticas sociais focalizadas na Segurança Alimentar dependem de um Estado forte, presente e conectado com as demandas sociais. Assim, existe o empecilho de efetivação de políticas já existentes - a nível municipal, estadual e nacional - bem como falta de vontade política para integrar e desenvolver novas propostas.

Apesar da crítica às ações focadas apenas nas consequências visíveis, a mobilização da sociedade civil age por outras linhas, especialmente quando o assunto é o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar. Para exemplificar, no Brasil, nos anos 70 e 80, após a crise, as mobilizações civis se intensificaram em uma perspectiva de doação de alimentos, a partir do entendimento de que o direito à alimentação começa pela luta contra a fome.

Nesse sentido, Movimentos Sociais sensibilizam ações em todo o país, buscando reduzir as desigualdades e atuar em prol da alimentação adequada para todos. No caso do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), a pandemia foi um catalisador para a criação das Cozinhas Solidárias, que, de acordo com o próprio movimento, está "fazendo o que o governo não faz pela segurança alimentar".

> Sob esse cenário, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto reforça não apenas a luta da classe trabalhadora por moradia, mas igualmente pela garantia do direito à alimentação que vem sendo negado, principalmente, para as populações periféricas. Assim, as Cozinhas Solidárias se fortalecem como espaço de alimentação básica, e também de

> acolhimento, afeto e de uma construção social em que é possível, sim, resistir e transformar a sociedade por meio do poder popular. (trecho extraído do artigo "O Dia Mundial da Segurança Alimentar num país assolado pela fome" do sítio oficial do MTST, 2021)

Combate à fome não é sinônimo de promoção da segurança alimentar, nem de garantia do DHAA, mas seja, talvez, o passo mais importante para a conquista de dignidade e soberania de um povo, a partir do qual, se possibilita a luta e conquista das outras necessidades e direitos. É preciso estar de barriga cheia para resistir e nisso, as Cozinhas Solidárias atuam precisamente.

Como disse Carolina Maria de Jesus, em Quarto de Despejo:

> "Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos. A comida no estômago é como combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. Meu corpo deixou de pesar. [...] Eu tinha a impressão que eu deslizava no espaço. Comecei a sorrir como se eu estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer?" (p.46)

Este artigo, busca então, aprofundar a relação da sociedade civil organizada, aqui representada pelas Cozinhas Solidárias do MTST, com o combate à fome e a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, traçando um panorama de atuação do Estado, em uma perspectiva de ascensão do neoliberalismo e das presenças e ausências das políticas públicas em alimentação e nutrição ao tratar dessas temáticas.

## DESENVOLVIMENTO

### *O Papel da alimentação no desenvolvimento social*

A partir da perspectiva das necessidades humanas como requisitos indispensáveis para o pleno desenvolvimento da pessoa humana, Gomes (2015) traz um debate ampliado do papel da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como orientadora de políticas sociais públicas. Em um cenário de ascensão do arranjo político neoliberal e da supremacia do econômico, ocorre a flexibilização de direitos e a focalização no mérito individual para as conquistas das próprias necessidades. Assim, a problemática do neoliberalismo evidencia um sentimento amplo de insegurança social, que age como um princípio de desmoralização, impossibilitando o indivíduo de controlar o presente e de prever positivamente o futuro.

Valente (2002) aponta que a conquista do DHAA começa pela luta contra a fome, mas que deve ser ampliada para a percepção de transformação da natureza em um sentido amplo: Alimentar-se faz parte de tornar-se humano. Ao longo da evolução, o ser humano desenvolveu uma relação imbricada com o alimento, esse faz parte da história das civilizações.

> "Assim, o direito à alimentação passa pelo direito de acesso aos recursos e meios para produzir ou adquirir alimentos seguros e saudáveis que possibilitem uma alimentação de acordo com os hábitos e práticas alimentares de sua cultura, de sua região ou de sua origem étnica." (Valente, p.48)

Sendo assim, a alimentação é um aspecto inegociável ao se pensar direitos e cidadania, consequentemente é um caminho possível para a busca do desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. Dialogando com esse posicionamento, Gomes (2015) traz o fator da urgência ligada às necessidades humanas, o que complexifica a interpretação aprofundada da alimentação, visto que, quem passa fome está primeiramente preocupado em sanar sua necessidade fisiológica.

Por isso, pensar em "comida no prato de todos" deve ser o primeiro passo para a garantia do direito à alimentação, mas nem a sociedade civil, nem o Estado podem abandonar a relevância do comer para o desenvolvimento social. Garantir as necessidades básicas une as lutas de diversos movimentos e direciona a resistência contra um Estado neoliberal na busca de alternativas justas e compartilhadas de se viver. Assim, a alimentação se faz central nessa caminhada, uma vez que essa é para além de biológica, cultural, histórica e, acima de tudo, um sinal de dignidade e cidadania.

*A mobilização social no combate à fome e em busca da segurança alimentar*

Veltmeyer e Lau (2018) apontam que a América Latina está passando por um processo de desenvolvimento-resistência por se encontrar submergida em um cenário de desenvolvimento capitalista que, ao mesmo tempo, gera o desenvolvimento das forças produtivas e altera as relações sociais, percebidas na forma de resistência. O autor aponta que essas resistências, caracterizadas pelo ativismo e pela luta dos movimentos sociais, buscam sociedades mais justas e na construção do 'bem viver'.

A questão alimentar é parte da luta de diversos movimentos, uma vez que um dos principais impactos da desigualdade é no que se come, ou melhor, no que não se consegue comer. É impossível a construção de uma sociedade justa que não pense no fim da fome e na garantia da segurança alimentar.

No Brasil, Josué de Castro é um dos primeiros a olhar para a Fome como cerne das problemáticas sociais, desmistificando que o problema da miséria era devido ao excesso populacional e demonstrando o caráter político da situação nacional. Ele remonta às causas primárias da fome ao colonialismo que o território latino-americano sofreu. Apesar de Josué analisar o Brasil a partir da década de 1930 e 1940, suas observações se fazem contemporâneas até os dias de hoje.

Um grande marco da sociedade civil organizada, foi a mobilização nos anos 1990, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho, da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Em um cenário marcado por miséria, fome, violência e corrupção que se propagava pelo país no início dos anos 1990, foi elaborada a estratégia de combate à fome no Brasil. A partir da perspectiva desse movimento, foram pensadas duas linhas de ação: as emergenciais de combate à fome; e as de pressão sobre a opinião pública (VASCONCELOS, 2004).

O movimento da Ação pela Cidadania engrenou a partir da ideia de que a miséria não combina com a democracia e de que "quem tem fome, tem pressa". Essa foi uma mobilização de grande impacto nacional, uma vez que, além de alimentar milhares de pessoas, pressionou a criação do Plano de Combate à Fome e à Miséria e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) (IPEA, 1993).

Ainda nas décadas de 1980 e 1990, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), ligados direta e indiretamente com a questão alimentar e de combate à fome. Ambos movimentos traçam lutas que associam a conquista de direitos, e buscam o cumprimento das garantias previstas na Constituição Federal de 1988.

A partir da ampliação do significado de segurança alimentar e do posicionamento dos Movimentos Sociais como protagonistas da conquista do Direito Humano à

Alimentação Adequada, evidencia-se a necessidade de profundas alterações na política nacional. Em 2003, a instituição do Programa Fome Zero, em alguma medida, re-insere o discurso do combate à fome como prioridade da agenda pública que conquistou avanços importantes, mas não conseguiu se estabelecer como política estrutural e com as mudanças de governo perdeu seu espaço (VASCONCELOS, 2004).

Já em um cenário de desmantelamento das políticas sociais, em 2020, o Brasil, como todo o mundo, se deparou com a pandemia de Covid-19. Além das dificuldades impostas pelas características da doença em si, como a rápida contaminação e a necessidade de isolamento, o país se deparou com uma realidade de disputa de narrativas, o que impactou negativamente no desenvolvimento de políticas e programas de assistência, uma vez que o governo vigente reforçou discursos negacionistas.

A pandemia por si só já seria dura com a população, mas a partir de uma abordagem sem perspectiva de justiça social, os impactos foram distintos a depender da classe, da cor, do gênero e da idade, escancarando as desigualdades. De acordo com Neri (2021), os principais grupos com perda de renda foram os moradores da região nordeste, as mulheres e os idosos.

Com o aumento do desemprego, da pobreza e da fome, concomitante à pouca e negligente ação do Governo, o MTST mobilizou uma ação de grande impacto nas periferias nacionais e inaugurou as Cozinhas Solidárias. Unindo à luta do combate à fome com a de moradia digna.

Uma questão frequentemente levantada pela sociedade civil mobilizada é de que a luta não é 'só' por terra, 'só' por moradia ou 'só' pela alimentação, a luta é pela vida digna e por justiça social e para isso é necessário pensar de maneira ampla e a partir de políticas estruturais. Enquanto o Estado caminha em estradas tortuosas, a sociedade civil preenche espaços de ação e encara a luta contra a fome.

*O MTST e as Cozinhas Solidárias: preenchendo espaços de ação*

O surgimento de movimentos sociais está normalmente relacionado a um momento sócio-histórico da sociedade civil, com potência para desencadear transformações sociais.

No Brasil, a década de 1990 foi marcada pela ascensão da burguesia e pela valorização do capital, mas concomitantemente, ampliou-se a distribuição desigual, não somente de renda, mas também de recursos energéticos, materiais, territoriais, hídricos e de serviços ambientais.

Nessa perspectiva o MTST surgiu em 1997 e se tornou um importante movimento nacional, representando a luta de um povo na conquista de moradia digna, sem distinção de região ou renda da população. Desde então, pauta suas ações para articular a garantia de trabalho e de território nos espaços urbanos.

Para sensibilizar a sociedade e o Estado, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto realiza ocupações de terra urbana, dos latifúndios urbanos que estão abandonados e sem função social, a fim de cumprir o direito à moradia garantido pela Constituição Federal de 1988.

Com o advento da pandemia de Covid-19 e suas consequências brutais, principalmente para comunidades pobres e periféricas, o MTST adquiriu uma nova perspectiva, a adoção das cozinhas solidárias. Essa iniciativa, de acordo com o próprio movimento, "faz o que o Governo não faz pela Segurança Alimentar".

> "Além da distribuição de refeições completas e balanceadas, o projeto dialoga e abraça, diretamente, uma importante iniciativa: o cultivo de hortas urbanas comunitárias nas periferias, que fornecerão alimentos para as cozinhas solidárias e, sempre que possível, para doação às comunidades próximas." (trecho retirado do artigo "As cozinhas solidárias do MTST: refeições gratuitas e afeto nas periferias do Brasil" no site oficial do movimento)

Ana Paula Ribeiro (2022), traz que a alimentação é uma questão recorrente nas ocupações e relaciona as duas lutas, pela comida e pela moradia. "A cozinha é um símbolo para nós. Um espaço que junta pessoas, em que fazemos nossas reuniões e assembleias. É uma referência." (p.131)

Atualmente são 31 cozinhas distribuídas pelas periferias do Brasil que oferecem refeições gratuitas e equilibradas diariamente. Todas as cozinhas foram construídas por mutirões, unindo moradores da região, militantes do movimento e voluntários. O financiamento do projeto é feito através de uma campanha de arrecadação e de parcerias com outros movimentos, a exemplo do MST, para o fornecimento de alimentos. Além do

fornecimento de marmitas diariamente, mantém-se hortas comunitárias com o objetivo de gerar renda e agregar as preparações.

As ações realizadas pelas cozinhas solidárias amarram a luta por moradia e a luta contra a fome, uma vez que se desprende da dependência dos grandes monopólios e constrói coletivamente proposições cidadãs e que fogem da ideia de "alimento-mercadoria" e "cidadão-consumidor". A partir do funcionamento das cozinhas foram criados ambientes de convivência e luta, além de posicionar possibilidades de morar e de comer que não se rendem ao capital.

Um aspecto reiterado por Gomes (2015) é o da incerteza, do sentimento de urgência para amenizar um risco iminente "A sobrevivência se transforma em uma luta cotidiana, marcada pelo imperativo do agora" (p.39). A partir dessas reflexões, entram as Cozinhas Solidárias. O ato de dar alguma certeza positiva de futuro, parece ser por si só uma forma de garantir cidadania, ajudando na resolução de uma das urgências mais sensíveis ao existir, a da fome, assim, possibilitando que o cidadão se reposicione na sociedade, desvinculando o significado de cidadania do ideal de consumo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma perspectiva globalizada de importância máxima do setor econômico; da escalada de ideais neoliberais no Brasil, principalmente a partir do ano de 2016; e de um desmantelamento de políticas públicas sociais - que em algum nível haviam sido conquistadas nos anos anteriores, a atuação de movimentos sociais se faz presente e forte na resistência e luta pelos direitos constitucionais.

O MTST é um movimento que há 26 anos protagoniza a luta por territórios no espaço urbano e concomitantemente pela dignidade das pessoas. A partir disso, as cozinhas solidárias surgiram em um contexto pandêmico de caos sanitário e negligência do Estado, especialmente sobre as comunidades periféricas. Os danos causados pela Covid-19 têm cor, gênero e classe.

A partir da distribuição de refeições, as Cozinhas Solidárias se fortaleceram como espaço cultural do movimento, hoje sendo uma característica marcante do mesmo, estando presente em grandes capitais do país. Além de atuar diariamente no combate à fome e à desigualdade nas periferias, elas trazem a alimentação como elo de lutas, reiterando a interpretação mais ampla do direito à alimentação.

O final do governo Bolsonaro parece ser uma esperança para situar a Segurança Alimentar como estruturante de políticas públicas sociais, mas a história do Brasil mostra como é necessário que a sociedade civil organizada se mantenha lutando e resistindo, protagonizando a conquista de direitos e pressionando o poder público para além das vontades políticas e interesses econômicos.

Por fim, debater a mobilização social é fundamental para perceber as falhas das políticas públicas de segurança alimentar, especialmente em um cenário de pós-pandemia, com aumento da fome e da miséria. Interligar iniciativas do campo e da cidade a partir de projetos como as cozinhas solidárias pode ser uma forma de superar limitações estatais e pressionar os Governos à terem um olhar mais atento a essas questões.

**REFERÊNCIAS**


CASTRO, Josué de. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1984

CONSEA. **Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, II**. Princípios e diretrizes de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional - Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2004.

DE SOUZA, Taynara. F. B. **As lutas por moradia As lutas por moradia dos trabalhadores dos trabalhadores sem-teto**. Grupo de Estudo de Política da América Latina. Londrina, 2010.

IPEA. **Plano de combate à fome e à miséria: princípios, prioridades e mapa das ações**. Brasília, Ipea (mimeo.) 1993.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 9. ed. São Paulo: Ática; 2007.

LEÃO MM,organizador. **O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH;2013.

MTST. **As cozinhas solidárias do MTST: refeições gratuitas e afeto nas periferias do Brasil**. Disponível em: https://mtst.org/mtst/as-cozinhas-solidarias-do-mtst-refeicoes-gratuitas-e-afeto-nas-periferias-do-brasil/ Acesso em: 20 de junho de 2023.

MTST, Cozinhas Solidárias. **O projeto**. Disponível em: https://www.cozinhasolidaria.com/#projeto . Acesso em: 22 de junho de 2023.

MTST. **Enfrentando o Corona na Periferia**. Disponível em: https://mtst.org/enfrentando-o-corona-na-periferia/ . Acesso em: 22 de junho de 2023.

MTST. **O Dia Mundial da Segurança Alimentar num país assolado pela fome**. Disponível em: https://mtst.org/noticias/o-dia-mundial-da-seguranca-alimentar-num-pais-assolado-pela-fome/. Acesso em: 20 de junho de 2023.

NERI, Marcelo. **Desigualdade de impactos trabalhistas na Pandemia**. Centro de Políticas Sociais da FGV, Rio de Janeiro, 2021.

GOMES, Newton N. **Segurança Alimentar e Nutricional e Necessidades Humanas**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2015.

OLIVEIRA, Samia. **O estômago é um órgão político: resistência, combate à fome e vínculos de solidariedade em uma cozinhas solidárias na pandemia de COVID-19**. Monografia (graduação em psicologia). Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - PENSSAN. **II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Brasília, 2022.

RIBEIRO, Ana Paula. **Cozinhas Solidárias: o combate à fome nos territórios e nas ocupações do MTST**. Da Fome a Fome, Diálogos com Josué de Castro. Tereza Campelo e Ana Paula Bortoletto (org.). São Paulo, 2022.

SILVA, Vinicius L. O. S. **A Questão Habitacional: A Luta Do Mtst E Dos Trabalhadores Sem Teto**. Monografia (graduação em história). Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

VALENTE, Flávio L. S. **O direito humano à alimentação**. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, F. de A. G. de: **'Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e pela Vida'**. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. 11(2): 259-77, maio-ago. 2004.

VELTMEYER, Henry y LAU, Edgar Zayago. **America Latina en el vórtice del capital extractivo y de la resistencia**. Desenvolvimento e Transformações Agrárias: BRICS, competição e cooperação no Sul global. Outras Expressões - São Paulo. 2019.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# Soberania alimentar x mudanças climáticas: uma relação indigesta

André Augusto Pavan[1]
José Roberto Gomes de Paula Junior[2]
Leandro de Lima Santos[3]

**GT 09:** Políticas públicas, segurança alimentar, combate à fome.

## RESUMO

O artigo aborda a relação entre as mudanças climáticas e a fome, destacando como as alterações no clima afetam a produção e disponibilidade de alimentos, ampliando o problema da insegurança alimentar em todo o mundo. O objetivo do estudo é discutir como a busca pela soberania alimentar pode ajudar a mitigar os impactos das mudanças climáticas e reduzir a fome global. A Soberania Alimentar é analisada de forma interdisciplinar com base nas dimensões produtiva, social e ambiental que corroboram para a atenuação dos efeitos das mudanças climáticas com resultado na fome. As dimensões produtiva, social e ambiental da soberania alimentar são exploradas em conjunto para atenuar os efeitos das mudanças climáticas e combater a fome. O artigo demonstra que as mudanças climáticas têm um impacto significativo na disponibilidade e qualidade dos recursos naturais essenciais para a produção de alimentos. A insegurança alimentar é agravada, especialmente em comunidades rurais, agricultores familiares e regiões propensas a desastres naturais. O conceito de soberania alimentar é apresentado como uma abordagem que valoriza a agricultura familiar, a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo para a segurança alimentar em meio às mudanças climáticas. O estudo ressalta a importância da soberania alimentar como uma estratégia relevante para enfrentar os efeitos combinados das mudanças climáticas e da fome. Através das dimensões produtiva, ambiental e social, a soberania alimentar pode auxiliar na construção de sistemas alimentares mais sustentáveis, buscando a segurança alimentar e atenuando os impactos negativos da agricultura no clima e nos ecossistemas. O artigo contribui para a formulação de políticas públicas e ações que visem promover a soberania alimentar e enfrentar os desafios climáticos em nível global.

[1] Universidade de Araraquara - Uniara, aaugustopavan@gmail.com.
[2] Universidade de Araraquara - Uniara, gomesdepaulajr@gmail.com.
[3] Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, leandrodelima@ufscar.br.

Palavras-chave: Mudanças climáticas, soberania alimentar, segurança alimentar.

## INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios para a sociedade, sobretudo com vistas ao equilíbrio ambiental e socioeconômico do planeta. É inegável o impacto dessas mudanças que envolvem diversos aspectos da sociedade, incluindo a fome. À medida que o clima global se modifica, os padrões de produção e disponibilidade de alimentos são diretamente impactados, isso gera questões complexas e urgentes que requerem análises dedicadas e interdisciplinares. Nesse sentido acredita-se que a agricultura, as práticas agrícolas tradicionais e a disponibilidade de recursos naturais essenciais para a alimentação, necessitam de uma nova perspectiva produtiva.

As mudanças climáticas inveitavemente podem ter reflexos em fome e essa interação, que consideramos complexa, tem despertado a atenção de cientistas, formuladores de políticas públicas e sociedade em geral. A mudança climática exerce um efeito direto sobre a disponibilidade e qualidade dos recursos naturais necessários para a produção de alimentos, como água, solo fértil e a biodiversidade. Isso impacta diretamente os sistemas agrícolas no suprimento das necessidades alimentares de uma população em crescimento ascendente.

A fome, uma realidade enfrentada por milhões de pessoas em todo o mundo, é agravada pelas mudanças climáticas e pelo modo de produção capitalista. As populações mais vulneráveis, incluindo comunidades rurais, agricultores familiares e regiões propensas a desastres naturais, são as mais afetadas. A variação dos padrões climáticos, como secas prolongadas, inundações e o surgimento de pragas e doenças, impacta negativamente a produtividade agrícola e a disponibilidade de alimentos.

No Brasil quase um terço da população é afetada pela insegurança alimentar grave ou moderada. Em 2017, 38,1% da população brasileira não possui a capacidade financeira de alimentar de forma saudável e em 2020 esse número aumentou para 40,4%, além disso, embora considerado do ponto de vista agrícola o “maior produtor de alimento do mundo” possui um elevado custo para uma alimentação saudável de 3,084 dólares por dia (FAO, 2022).

Nesse contexto desafiador, a soberania alimentar surge como uma estratégia

a ser considerada para enfrentar os efeitos combinados das mudanças climáticas e da fome.

Segundo a Via Campesina (2002) apud Santos (2022), o conceito de soberania alimentar é:

> O direito dos povos, comunidades, e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades (Via Campesina, 2002 apud SANTOS, 2006, p. 35).

O autor Santos (2022) salienta que o conceito de soberania alimentar está além da quantidade para o abastecimento alimentar, e envolve a disponibilidade de alimentos saudáveis, qualidade, valorização da economia da região de forma a contribuir para reprodução social e cultural dos agricultores, com respeito a quem produz (autenticidade) e preservação ambiental.

Santos (2022) apresenta o conceito de soberania alimentar esta dividido em três dimensões: dimensão produtiva; dimensão ambiental  e dimensão social. Essas dimensões representam aspectos fundamentais para a construção de sistemas alimentares justos, sustentáveis e equitativos.

A dimensão produtiva, valoriza a agricultura familiar e camponesa, reconhecendo-a como essencial para garantir a segurança alimentar e nutricional das comunidades. A ênfase é dada à diversificação das atividades agrícolas, à preservação e utilização sustentável da biodiversidade agrícola, ao acesso a sementes crioulas (nativas e adaptadas às condições locais) e à adoção de práticas agroecológicas que promovam a saúde dos solos, a conservação dos recursos naturais e a redução da dependência de insumos externos (SANTOS, 2022).

A dimensão ambiental está relacionada à conservação dos recursos naturais e à promoção da sustentabilidade ambiental nos sistemas alimentares. A soberania alimentar defende a utilização responsável dos recursos naturais, a proteção da biodiversidade, a preservação dos ecossistemas e a mitigação dos impactos ambientais negativos. Ela busca promover a agroecologia, que é uma abordagem de produção agrícola em harmonia com a natureza, evitando o uso excessivo de

agrotóxicos, a degradação do solo e a contaminação da água, além de promover a adaptação às mudanças climáticas (SANTOS, 2022).

A dimensão social diz respeito aos aspectos sociais e econômicos relacionados à produção de alimentos e ao acesso a eles. A soberania alimentar busca garantir a justiça social, a igualdade de gênero, os direitos trabalhistas e o fortalecimento das comunidades rurais. Ela valoriza a participação das pessoas envolvidas na produção de alimentos nas decisões que afetam suas vidas, promovendo o controle popular sobre a produção, distribuição e consumo de alimentos. Além disso, a soberania alimentar defende o direito à alimentação adequada como um direito humano fundamental, enfatizando a importância da inclusão social e do combate à fome e à pobreza (SANTOS, 2022).

Essas três dimensões podem contribuir para atenuar as mudanças climáticas, através da minimização dos impactos negativos da agricultura no clima e nos ecossistemas. Essas dimensões agindo de forma integrada, podem contribuir para a construção de sistemas alimentares mais sustentáveis, portanto, a busca pela soberania alimentar pode ser uma solução relevante para diminuir os efeitos climáticos e consequentemente a fome no mundo.

O problema dessa formulação consiste em avaliar como a busca pela soberania alimentar ajuda a mitigar e atenuar os efeitos das mudanças climáticas em resultado prático da fome.

Este estudo tem como objetivo discutir como a busca pela soberania alimentar, adotada pelos países, ajudam a diminuir os impactos ambientais e a fome na humanidade. Portanto, pretende-se analisar o conceito de soberania alimentar considerando as perspectivas produtiva, ambiental e social da soberania alimentar com resuldado na fome.

Através do conceito de Soberania Alimentar, análisamos de forma interdisciplinar as dimensões produtiva, social e ambiental que corroboram para a atenuação dos efeitos das mudanças climáticas com resultado na fome.

Essa abordagem é essencial para a compreensão do tema e apresenta estratégias relevantes para a formulação de políticas e ações direcionadas à construção de um futuro sustentável e seguro para a humanidade.

Diante da urgência em abordar essas questões e suas relações, é necessário adotar uma abordagem interdisciplinar, que una os conhecimentos científicos, políticas públicas eficazes e ações concretas para alcançar a segurança soberania

alimentar e mitigar os impactos das mudanças climáticas.

Além disso, é fundamental compreender como as mudanças climáticas afetam os sistemas agrícolas e a segurança alimentar em diferentes contextos socioeconômicos. A escassez de recursos hídricos, eventos climáticos extremos e a perda de biodiversidade são apenas alguns dos impactos que podem comprometer a produção de alimentos, agravando a vulnerabilidade das comunidades mais dependentes da agricultura.

A dimensão social da soberania alimentar é de extrema importância, pois envolve questões relacionadas à equidade, justiça social e direitos humanos. O acesso igualitário à terra, recursos naturais e tecnologias agrícolas são elementos essenciais para promover a soberania alimentar em um contexto de mudanças climáticas, garantindo que todas as pessoas tenham a capacidade de produzir e consumir alimentos de maneira digna e sustentável.

Espera-se que as reflexões apresentadas neste trabalho possam fornecer contribuições relevantes para a formulação de políticas públicas e estratégias de soberania alimentar, capazes de enfrentar os desafios climáticos e promover a segurança alimentar em nível global.

Por fim, esse artigo em sua primeira parte, discute as mudanças climáticas e fome, na segunda parte é discutido o conceito e dimensões de soberania alimentar com o avanço do conceito de segurança alimentar e na terceira parte é discutido como as dimensões de soberania alimentar contribuiem para a fome.

## EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E O CRESCIMENTO DA FOME GLOBAL

O século XX foi marcado por vários eventos extraordinários, entre eles estão os mais diferentes avanços na sociedade e na tecnologia. Porém, ainda é importante dizer que esse século também se destacou pelo expressivo aumento da frequência e da intensidade das alterações climáticas provocadas pela ação humana.

Essas mudanças climáticas estão atualmente fazendo com que diversos grupos de cientistas, juristas e intelectuais reflitam e debatam a forma como entendemos as relações entre as mudanças climáticas e a soberania alimentar, e como desenvolvemos recomendações que visam reduzir e possivelmente reverter as mudanças nocivas ao meio ambiente e a agricultura.

As mudanças climáticas são um dos maiores desafios que o mundo enfrenta

hoje. É definida como a mudança no valor médio dos principais fatores meteorológicos, como precipitação e temperatura, durante um longo período de tempo (WWO, 1992).

Na última década, descobriu-se que as mudanças climáticas significativas em escala mundial são o resultado do aumento da atividade humana, alterando a composição da atmosfera da Terra.

As concentrações de gases de efeito estufa como metano (CH4), dióxido de carbono (CO2) e óxido nitroso (N2O) aumentaram 150%, 40% e 20% desde 1750, respectivamente (IPCC, 2014).

As emissões de dióxido de carbono , que representam a maior parcela dos gases de efeito estufa, aumentaram de 22,15 bilhões de toneladas em 1990 para 36,14 bilhões de toneladas em 2014 (ABEYDEERA, 2019).

Desde 1975, a temperatura média global aumentou em média 0,15–0,20 °C por década (NASA, 2023) e está projetada para aumentar de 1,4–5,8 °C até 2050. As emissões de gases de efeito estufa (GEE), particularmente gases CO2 provenientes da queima de combustíveis fósseis e GEE não-CO2, como óxido nitroso, metano e CFCs, contribuem para o aquecimento global.

A concentração atmosférica de CO2 aumentou de 315,98 ppm em 1959 para 411,43 ppm em 2019. O CO2 é o maior contribuinte para os gases de efeito estufa na atmosfera. Tem origem em 65% de combustíveis fósseis e processos industriais, 11% de silvicultura e outros usos da terra, seguido de metano (16%), óxido nitroso (6%) e gases de efeito estufa. (2%)

As mudanças de temperatura são causadas por eventos naturais e humanos na Terra e, em última análise, levam ao aumento das concentrações de gases de efeito estufa. A atividade antrópica causa emissões de gases de efeito estufa como CO2 , metano e óxido nitroso, além de outras substâncias que destroem a camada de ozônio na atmosfera (STERN, 2014).

O setor agrícola emite 15% das emissões totais, principalmente metano e óxido nitroso. Prevê-se que as emissões globais de gases de efeito estufa não agrícolas aumentem até 2055 se as escolhas alimentares e o consumo de energia alimentar permanecerem nos níveis de 1995.

No entanto, espera-se que as emissões aumentem mais rapidamente à medida que as preferências por alimentos de maior valor, como leite e carne, mudem. As emissões podem ser reduzidas por meio de mitigação tecnológica, redução do

consumo de carne ou ambos. O setor pecuário é um dos principais contribuintes para as emissões de gases de efeito estufa, respondendo por aproximadamente 8-10,8% das emissões de acordo com o IPCC (STERN, 2014).

De acordo com a análise do ciclo de vida, pode contribuir com até 18% das emissões de gases de efeito estufa. As principais fontes de emissões de gases de efeito estufa no setor pecuário são a fermentação entérica, emissões de N2O, processamento de cal, combustíveis fósseis e produção de fertilizantes.

O uso de fertilizantes químicos nitrogenados também causam emissões de gases de efeito estufa (Kahrl, 2010). Com uma melhor gestão da produção agrícola, o uso de fertilizantes nitrogenados poderia ser reduzido em 38%. O gerenciamento aprimorado das culturas reduz o consumo de energia em 11% e aumenta o rendimento em 33%, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa em 20% (SOLTANI, 2013).

A agricultura é o setor mais vulnerável às mudanças climáticas devido à sua grande escala e sensibilidade a parâmetros climáticos com impacto econômico significativo (MENDELSOHN, 2009).

As mudanças climáticas, como temperatura e precipitação, têm um impacto significativo no rendimento agricola. Os efeitos do aumento das temperaturas, precipitação variável e fertilizantes de CO2 dependem da cultura, localização e grau de alteração dos parâmetros.

O impacto das mudanças climáticas na produtividade das culturas varia de acordo com a região e a aplicação de irrigação. Os rendimentos das culturas podem ser aumentados expandindo as áreas irrigadas que podem impactar negativamente o meio ambiente .

Os aumentos de temperaturas têm o potencial de reduzir o rendimento de muitas culturas, encurtando a sua duração. Projeta-se que a produção total de trigo, arroz e milho diminuirá se os climas temperados e tropicais sofrerem um aquecimento de 2°C (CHALLINOR, 2014).

As mudanças climáticas tendem a afetar mais os trópicos e com isso a produção de alimentos. Isso ocorre porque as plantas tropicais são mantidas mais próximas das altas temperaturas ideais e sofrem estresse térmico em temperaturas mais altas, esses impactos reverberam no acesso e na produção de alimentos para as populações mais pobres.

De acordo com os dados da FAO, a insegurança alimentar continua sendo um

desafio significativo em todo o mundo. Dos 7,63 bilhões de pessoas no mundo, 2,14 bilhões sofrem de insegurança alimentar moderada e 704 milhões sofrem de insegurança alimentar grave. Na América Latina, dos 608 milhões de habitantes, 188 milhões sofrem de insegurança alimentar moderada e 55 milhões sofrem de insegurança alimentar grave (FAO, 2018).

Historicamente, a fome só se tornou um problema para os governantes quando os famintos começaram a lutar por comida. Lembrando à criação dos velhos campos de concentração no interior do Nordeste que serviram de prisões para refugiados que sofriam sem comida, terra de subsistência, trabalho e soberania alimentar devido à seca cearense de 1932.

O pernambucano Josué de Castro foi considerado um tradutor do Brasil , conhecido hoje por suas lições e dificuldades na luta contra a fome. Os esforços deste médico e geógrafo são incansáveis.

Há muitas coisas a serem discutidas quando se considera a mudança climática e sua relação com a fome. Estes incluem extremos de temperatura (quente e frio), estresse hídrico, aumento da desertificação e muitos outros processos que afetam os alimentos. Para reduzir as consequências das mudanças drásticas no clima , é importante repensar a forma como os alimentos são produzidos, por exemplo, valorizando a agricultura familiar ou reduzindo o consumo de alimentos ultraprocessados não saudáveis. Traduzidas em mais de 25 idiomas, as publicações da Geografia da Fome são multidisciplinares, dão visibilidade ao combate à fome e destacam as ideias que levaram Josué de Castro à presidência do Conselho de Alimentação e Agricultura. Organização das Nações Unidas - FAO), década de 1950 e 3 candidatos ao Nobel - Medicina (1954) e Paz (1963 e 1970).

Josué de Castro deu duas importantes contribuições ao estudo da alimentação, sintetizadas no título de seu livro mais famoso. Agora, mais de 70 anos após sua primeira publicação, A Geografia da Fome é uma construção interdisciplinar que reúne principalmente médicos, epidemiologistas, estudiosos de relações sociais e especialistas em meio ambiente natural. É a primeira grande obra sobre a questão ambiental brasileira sob o ângulo que mais interessa ao público: como a fome afeta o homem. A alimentação de cada região do país é levada em conta, levando em consideração as possibilidades oferecidas pelo solo, clima, vegetação e como se organizam a distribuição fundiária e as relações industriais.

A fome, que não é entendida como um processo natural, é explicada pelo

fenômeno da seca ou da desigualdade regiões como o Nordeste é o processo estrutural da sociedade capitalista em que o trabalhador está exposto à condição de incerteza de sua reprodução social. Consolidação ele se apropria do modelo produtivo voltado para a geopolítica da gestão da produção ou tira esses súditos da terra e os transforma em trabalhadores assalariados.

O problema da fome é mundial e no Brasil é um dos principais distribuição desigual de alimentos e até o desperdício. Que o desequilíbrio entre produção e distribuição ocorre na empresa que produz uma mercadoria em que a produção de alimentos visa a acumulação de capital e não à saciedade a fome dos homens, especialmente dos mais pobres. Ou seja, entidades expropriadas de fundos produção e titulares, única e exclusivamente, de mão de obra própria e sujeita a vendê-lo sob quaisquer condições, submeter-se às condições incertas da existência, exploração do trabalho etc. para garantir a reprodução da vida.

A estabilidade de todo o sistema alimentar pode estar ameaçado pelas mudanças climáticas porque o clima é um fator importante na determinação das tendências dos preços das commodities dos alimentos, bem como variabilidade de curto prazo os próprios preços (NELSON et al., 2010).

Maior variabilidade das condições meteorológicas regionais, com um aumento na frequência e gravidade de eventos extremos, como eles trarão ciclones, inundações, granizo e seca e com isso flutuações no rendimento das colheitas e prejuizo na produção de alimentos locais, o que afetará negativamente estabilidade do abastecimento de alimentos e, portanto, segurança e comida.

A mudança climática não é novidade para a agricultura, que já mostrou no passado que pode se desenvolver diversas estratégias de adaptação. Algumas importantes regiões agrícolas do mundo, como o Centro-Oeste dos Estados Unidos, Nordeste da Argentina, Delta da África sul ou a região Nordeste Brasileira, tradicionalmente têm experimentado uma maior variabilidade no clima em comparação com outras regiões, como a África central ou Europa. As notícias recentes e que com as grandes variações de clima, também serão expandidas os indices relacionados a fome , devido as taxas e níveis de aquecimento anormais esperados para as próximas décadas , incomparável em muitas regiões ao que foi vivido nos séculos passados (IPCC,2013).

Se as flutuações climáticas forem mais pronunciadas e as causas dominantes e generalizadas de flutuações a curto prazo na produção de alimentos nas áreas de

semiárido e subúmido, as secas e inundações mais graves serão comumente frequentes. A secura pode drasticamente influenciar as colheitas e a criação de gado em regiões semiáridas, das quais a maioria eles estão na África subsaariana ,Sul da Ásia e os Nove Estados da região Nordeste do Brasil, incluindo a região Norte do Estado de Minas Gerais.

O que significa que as regiões mais pobres com os níveis mais altos de desnutrição crônica também ficarão expostos ao mais alto grau de instabilidade na produção de alimentos (FAO, 2003).

Os efeitos da fome resultantes dessas oscilações dependerão por sua capacidade de combatê-los, investindo em novas tecnicas , melhores instalações de armazenamento ou importações de comida de primeira qualidade.

Alguns estudos têm mostrado uma associação entre as variações condições climáticas, rendimentos agrícolas e fluxos migratórios. Por exemplo, Feng et al. (2010) usando dados disponíveis para o México, encontraram uma ligação significativa entre o rendimento agrícola e emigração para os Estados Unidos: redução 10% da renda agrícola resultou em um aumento por 2% do número de emigrantes que tentaram atravessar a fronteira para os Estados Unidos.

Sobre com base em diferentes cenários de aquecimento global e os autores estimaram a capacidade adaptativa até 2080 que a mudança climática poderia induzir a emigração de 1,4 para 6,7 milhões Mexicanos (de 2 a 10% da população atual entre 15 e 65 anos) devido ao declínio renda agrícola.

## SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Durante a Primeira Guerra Mundial, em países europeus, houve debates abordando a segurança alimentar. Naquele período, a preocupação principal era garantir que os países fossem autossuficientes na produção de alimentos para suas populações, visando reduzir as vulnerabilidades decorrentes de embargos comerciais ou boicotes praticados por outras nações durante o contexto de guerra (SANTOS, 2022).

Foi somente após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, que o conceito de "Segurança Alimentar" ganhou destaque nas agendas de discussões. Isso ocorreu devido ao interesse das potências econômicas mundiais diante do aumento da pobreza que se seguiu ao término do conflito global (PINHEIRO, 2008).

Em 1945, a Organizações das Nações Unidas - ONU foi criada para restaurar as relações entre as nações e mitigar as tensões políticas, econômicas e sociais globais. Nesse contexto, a crise alimentar tornou-se um problema persistente, levando a realização de conferências da ONU para discutir soluções alternativas. Ao mesmo tempo, diversas empresas, especialmente norte-americanas, começaram a disseminar tecnologias agrícolas em várias partes do mundo, especialmente na América Latina, sob a justificativa de que isso ajudaria a combater a fome global através da produção em larga escala e tecnificação agrícola. No entanto, esse processo também apresentou desafios e impactos negativos.

No Brasil, a preocupação com questões alimentares surgiu nos anos 1930 com os estudos pioneiros de Josué de Castro. De forma prática, ele abordou as causas fundamentais da fome e a importância do acesso à alimentação, especialmente em sua obra "Geografia da Fome," publicada em 1946 (SANTOS, 2022).

A partir de 1997, durante a Cúpula Mundial da Alimentação, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) alcançou um consenso abrangente sobre o conceito de segurança alimentar, fornecendo uma base para políticas públicas aplicáveis em diferentes países. No Brasil, isso impulsionou a implementação de diversos programas voltados para a segurança alimentar, envolvendo esforços dos governos em todas as esferas de poder (PAULILLO e PESSANHA, 2002).

Nesse sentido o Brasil, através  Lei 11.346 de 2006, estabelece o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e define o conceito de segurança alimentar em seu artigo 3º:

> Art. 3º. A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil,  2006, p. 4).

De acordo com Belik (2004) o conceito de segurança alimentar brasileiro esta limitado apenas à disponibilidade de alimentos, e não considera as pessoas em situação de pobreza que podem não ter recursos para adquiri-los.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN é um conceito em permanente construção (BURITY, 2010, p.4). Atualmente os estudos no Brasil vêm

sendo realizados com base no conceito ampliado, ou seja, levando em conta bases: saúde, higiene, autenticidade, meio ambiente e solidariedade, quantificados através de índices como o desenvolvido pelo autor Almeida et al (2015).

O princípio amplo da soberania alimentar também engloba o tipo de alimentação e as formas de produção, em estreita relação com a escala produtiva que as condiciona. Nesse sentido, o conceito se mostra abrangente, de acordo com a definição da Via Campesina, a soberania alimentar inclui:

> O direito dos povos, comunidades, e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades (Via Campesina, 2002 apud Santos, 2022, p. 35).

A soberania alimentar vai além da segurança alimentar. A segurança alimentar é uma condição básica que busca garantir que todas as pessoas tenham acesso adequado e sustentável a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para suprir suas necessidades nutricionais (SILVA, 2003).

A soberania alimentar não se limita apenas à garantia de acesso aos alimentos, mas também envolve o direito dos países e comunidades de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares, em prol da proteção da agricultura familiar e promover sistemas alimentares sustentáveis e justos (CANDIANI, 2003).

A segurança alimentar visa erradicar a fome, reduzir a desnutrição e garantir o acesso adequado aos alimentos. A soberania alimentar, por sua vez, vai além do acesso aos alimentos e enfatiza a importância da autonomia dos povos na definição de suas próprias políticas agrícolas e alimentares, com base em suas realidades e necessidades específicas.

Para melhor compreensão do conceito de soberania alimentar é preciso levar em conta basicamente os dois modelos de desenvolvimento, inclusive trabalhado anteriormente. Modelo agroexportador e de agricultura familiar. O modelo agroexportador segue a mesma lógica capitalista de produção em que o lucro está acima de todas as especificidades, já o modelo da agricultura familiar segue uma dinâmica específica com pequenas propriedades, produção diversificada e voltada

para o mercado interno (BURITY, 2010).

O conceito de soberania alimentar está lastreado ao modelo de produção de alimentos, de acordo com o que, como e para que se produz determinado tipo de alimento, não compatível com o modelo hegemônico agroexportador.

Isso quer dizer que a soberania alimentar está diretamente ligada a força da agricultura familiar de um país. Os agricultores familiares têm um papel importante ao promover o autoconsumo na garantia da segurança alimentar, graças à diversidade de alimentos produzidos nos próprios estabelecimentos. Isso permite que as famílias enfrentem desafios e adversidades do mundo. Além disso, eles também contribuem para o abastecimento local, fornecendo alimentos frescos e saudáveis diretamente para as comunidades em que vivem (FERRANTE e SILVA, 2003).

## DIMENSÕES DA SOBERANIA ALIMENTAR

O conceito de soberania alimentar apresenta três dimensões da soberania alimentar: produtiva, ambiental e social.

Dimensão Produtiva: essa dimensão diz respeito à capacidade das comunidades de produzirem seus próprios alimentos de forma autônoma e sustentável. Isso envolve o fortalecimento da agricultura familiar, camponesa e de pequena escala, a proteção dos recursos naturais e a promoção de práticas agrícolas agroecológicas. Nessa perspectiva, é essencial a valorização das sementes crioulas e a diversificação das culturas para garantir a resiliência dos sistemas agrícolas em face de mudanças climáticas e outras adversidades (VALÉRIO, 2022).

A diversificação de culturas aumenta a segurança alimentar, pois reduz a vulnerabilidade dos agricultores a eventos climáticos extremos ou doenças que podem afetar uma cultura específica. Além disso, a produção local de alimentos reduz a dependência de importações e pode fornecer uma resposta rápida em tempos de crise, evitando a escassez de alimentos.

Dimensão Ambiental: essa dimensão enfoca a sustentabilidade ambiental na produção e no consumo de alimentos. A soberania alimentar busca garantir que as práticas agrícolas sejam ambientalmente amigáveis, respeitando os ciclos naturais e evitando o uso excessivo de insumos químicos prejudiciais ao meio ambiente. Além disso, promove a conservação da biodiversidade agrícola e a preservação dos ecossistemas (CAMPOS; CAMPOS, 2007).

Ao promover práticas agroecológicas, como a agricultura de conservação, o uso de técnicas de permacultura e o manejo sustentável de recursos naturais, é possível preservar o meio ambiente e manter a fertilidade do solo a longo prazo. Isso ajuda a evitar a degradação ambiental que, se não controlada, pode levar à escassez de alimentos e à fome.

Dimensão Social: a dimensão social da soberania alimentar é baseada na ideia de que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação adequada e nutritiva. Isso implica no combate à pobreza e à desigualdade, garantindo o acesso equitativo aos recursos produtivos, como terra, água e sementes. Além disso, a soberania alimentar preconiza o reconhecimento das tradições e culturas alimentares locais, bem como a valorização do conhecimento dos povos indígenas e comunidades tradicionais sobre a produção e manejo de alimentos (JALIL, 2009).

A soberania alimentar reconhece e respeita as culturas e tradições alimentares locais, permitindo que as comunidades mantenham suas práticas de produção e consumo alimentar sustentáveis, adaptadas ao seu contexto cultural e ambiental específico e integração dessas dimensões podem garantir a segurança e a autonomia alimentar das comunidades, bem como a conservação do meio ambiente.

A busca pela soberania alimentar em cada dimensão pode contribuir em minimizar os impactos ambientais. A dimensão produtiva através de práticas agroecológicas e sistemas de produção de base ecológica, onde os agricultores são incentivados a adotar métodos que respeitem os ciclos naturais e a biodiversidade local contribui para a preservação da agrobiodiversidade.

A soberania alimentar também está intrinsecamente relacionada ao fortalecimento das comunidades rurais e à promoção da justiça social no campo. Ao enfatizar a importância da produção e consumo local, ela valoriza a economia camponesa e cria oportunidades de geração de emprego e renda nas áreas rurais. Isso contribui para evitar o êxodo rural e a concentração de terras, que são fenômenos que ampliam as desigualdades sociais e têm impacto direto nas mudanças climáticas.

Na dimensão ambiental, a soberania alimentar busca reduzir os impactos negativos da agricultura industrial no meio ambiente. Ao privilegiar práticas agroecológicas e de conservação dos recursos naturais, ela diminui o uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, que são responsáveis pela degradação dos solos, poluição da água e contribuem para as emissões de gases de efeito estufa. Ademais, o enfoque na produção local e regional de alimentos diminui a necessidade

de transporte de longas distâncias, reduzindo as emissões de carbono associadas à logística alimentar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da crescente urgência em enfrentar os desafios das mudanças climáticas e da fome global, a busca pela soberania alimentar emerge como uma estratégia essencial e promissora. Este artigo explorou as dimensões produtiva, ambiental e social da soberania alimentar, destacando sua importância na mitigação dos impactos climáticos e na garantia da segurança alimentar em nível global.

O objetivou descutir como a busca pela soberania alimentar, adotada pelos países, ajudam a diminuir os impactos ambientais e a fome na humanidade, abordando o conceito de soberania alimentar nas perspectivas produtiva, ambiental e social da soberania alimentar com resuldado na fome.

A dimensão produtiva enfatiza a valorização da agricultura familiar e camponesa, a diversificação das atividades agrícolas e a adoção de práticas agroecológicas. Através dessas abordagens, é possível minimizar os impactos negativos da produção de alimentos no clima e preservar a biodiversidade agrícola, tornando os sistemas alimentares mais resilientes e sustentáveis.

A dimensão ambiental, por sua vez, promove a conservação dos recursos naturais, a proteção da biodiversidade e a adaptação às mudanças climáticas. Ao adotar práticas agrícolas mais responsáveis e sustentáveis, é possível reduzir a degradação ambiental e mitigar os efeitos adversos das alterações climáticas nos ecossistemas.

A dimensão social ressalta a importância da justiça social, dos direitos humanos e do acesso equitativo aos recursos agrícolas. Ao empoderar as comunidades rurais e permitir que elas participem ativamente das decisões relacionadas à produção e consumo de alimentos, a soberania alimentar contribui para a redução da fome e da pobreza.

Portanto, a adoção da soberania alimentar como uma estratégia global pode ser uma resposta efetiva aos desafios interligados das mudanças climáticas e da fome. A promoção de sistemas alimentares justos, sustentáveis e equitativos é fundamental para garantir a segurança alimentar em um contexto de incertezas climáticas.

No entanto, é importante ressaltar que a busca pela soberania alimentar requer ações coordenadas em níveis local, nacional e internacional. É fundamental que os governos, organizações não governamentais, cientistas e a sociedade em geral unam esforços para implementar políticas públicas eficazes e ações concretas que promovam a soberania alimentar e enfrentem os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Por fim, esse trabalho apresentou uma análise interdisciplinar e abrangente sobre a importância da soberania alimentar na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e na luta contra a fome, sugindo a necessidade de mais estudo principalmente de cunho estatísticos que podem tratar as dimensções.

## REFERÊNCIAS


ABEYDEERA, L.H.U.W.; MESTHRIGE, J.W.; SAMARASINGHALAGE, T.I. Global research on carbon emissions: A scientometric review. Sustainability 2019, 11, 3972.

AGRICULTURE ORGANIZATION et al. World Agriculture: Towards 2015/2030: an FAO Perspective. Routledge, 2003.

ALMEIDA, L. M. de M. C. et al. Índice UFSCar de segurança alimentar para agricultores familiares. Revista de Política Agrícola, v. 24, n. 4, p. 82-96, 2015.

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, 2006.

BURITY, V., FRANCESCHINI, T., VALENTE, F., RECINE, E., LEÃO, M., & CARVALHO, M. D. F. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: Abrandh, 2010.

CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales, 2007.

CANDIANI, G. Aplicação de diferentes categorias de percepção na análise de desenhos infantis sobre meio ambiente. REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA, v. 14, n. 34, p. 510-526, 2022.

CASTRO, J. de. Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço). rev. Rio de Janeiro: Antares, 1980.

CHALLINOR, A.J.; WATSON, J.; LOBELL, D.B.; HOWDEN, S.M.; SMITH, D.R.; CHHETRI, N. A meta-analysis of crop yield under climate change and adaptation. Nat.

Clim. Chang. 2014, 4, 287–291.

FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). (2018). Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2018: Hambre y Obesidad coexisten.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2022. The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO. https://doi.org/10.4060/cc0639en.

FENG, S.; KRUEGER, A. B.; OPPENHEIMER, M. Linkages among climate change, crop yields and Mexico–US cross-border migration. Proceedings of the national academy of sciences, v. 107, n. 32, p. 14257-14262, 2010.

FERRANTE, V. L. S. B; SANTOS, I. P. dos. Da terra nua ao prato cheio. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo, 2003.

IPCC. Climate Change 2014: Synthesis Report; Pachauri, R.K., Meyer, L.A., Eds.; Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change; IPCC: Geneva, Switzerland, 2014; 151p.

IPCC. Summary for Policymakers. In: Stocker TF, Qin D., Plattner GKet al. (eds.) Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergo¬vernmental Panel on Climate Change.

JALIL, L. M. Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro.. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2009.

KAHRL, F.; LI, Y.; SU, Y.; TENNIGKEIT, T.;WILKES, A.; XU, J. Greenhouse gas emissions from nitrogen fertilizer use in China. Environ.Sci. Policy 2010, 13, 688–694.

SANTOS, L., de. L. Soberania e segurança alimentar. FORMAÇÃO DE AGENTES POPULARES DE AGROECOLOGIA, p. 31, 2022.

MENDELSOHN, R. The impact of climate change on agriculture in developing countries. J. Nat. Res. Policy Res. 2009, 1, 5–19.

NELSON, G. C. et al. Food security, farming, and climate change to 2050: scenarios, results, policy options. Intl Food Policy Res Inst, 2010.

PAULILLO, L. F. O.; PESSANHA, L. Segurança alimentar, políticas públicas e regionalização. In: Paulillo, L. F.; Alves, F. Reestruturação agroindustrial, políticas públicas e segurança alimentar regional. São Carlos:EdUFSCar, 2002.

PINHEIRO, A. R. O. Reflexões sobre o processo histórico/político de construção de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2008.

SILVA, J. G. d. Segurança alimentar: uma agenda republicana. Estudos Avançados, v. 17, p. 45-51, 2003.

SOLTANI, A.; RAJABI, M.H.; ZEINALI, E.; SOLTANI, E. Energy inputs and greenhouse gases emissions in wheat production in Gorgan, Iran. Energy 2013, 50, 54–61.

VALÉRIO, V. J. de O. Agroecologia e Produção Ativa da Escala: princípios para a soberania alimentar – o caso da Gleba XV de Novembro. 2022. GEOGRAFIA (Londrina), 31(1), 199–216. https://doi.org/10.5433/2447-1747.2022v31n1p199

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. International Meteorological Vocabulary, 2nd ed.; WMO: Geneva, Switzerland, 1992.

# AGENTES IMPLEMENTADORES EM POLÍTICAS INTERSETORIAIS: ARTICULAÇÃO DE MÚLTIPLOS OBJETIVOS E TOMADAS DE DECISÕES EM CENÁRIOS COMPLEXOS[1]

Wolney Felippe Antunes Junior[2]
Luisa Mafra Juliano Barros[3]
Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo[4]
Ricardo Serra Borsatto[5]

**GT 9 - Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome.**

## RESUMO

Políticas intersetoriais conjugam múltiplos objetivos e setores, abordando problemas complexos de forma articulada. A reestruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2009, combina políticas agrícolas, sociais e ambientais. Este estudo analisou a tomada de decisões dos agentes implementadores do PNAE em dois municípios paulistas, Campinas e Buri, com realidades e demandas distintas. Utilizando dados secundários e entrevistas, a burocracia de nível de rua foi utilizada como referencial teórico. Em Campinas, com recursos disponíveis, a implementação vai além do fornecimento de refeições, incluindo atividades de educação alimentar e nutricional. Em Buri, com alta incidência de agricultores familiares e recursos limitados, o foco do agente implementador é garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, priorizando a compra direta dos agricultores familiares. Essas diferentes abordagens refletem a complexidade dos cenários e a necessidade de entender que as políticas intersetoriais se ajustam de acordo com as realidades locais e com os seus agentes implementadores.

Palavras-chave: burocratas de nível de rua; compras públicas; implementação de políticas públicas

---

[1] Esse trabalho recebeu o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (Número do processo: 2021/11949-8)
[2] Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI), Laboratório de Extensão Rural e Agroecologia (LERA), wolney.antunes@gmail.com
[3] Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI), Laboratório de Extensão Rural e Agroecologia (LERA), l183088@dac.unicamp.com.br
[4] Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI), Laboratório de Extensão Rural e Agroecologia (LERA), vanilde@unicamp.br
[5] Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Centro de Ciências da Natureza (CCN), Campus Lagoa do Sino, ricardo.borsatto@ufscar.br

## INTRODUÇÃO

O início dos anos 2000 – com os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT) - simbolizou um período de expansão de políticas públicas destinadas à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em consonância ao fortalecimento da agricultura familiar e ao apoio a sistemas agroalimentares locais e sustentáveis (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Sob o arcabouço do Programa Fome Zero, do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e de conselhos diretamente ligados à presidência, como é o caso do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), uma série de políticas intersetoriais foram implementadas, com especial atenção dada às compras públicas de alimentos.

Políticas intersetoriais são aquelas que, em sua concepção e execução, conjugam múltiplos objetivos e múltiplos setores, não se restringindo a um único campo de atuação, como a educação, saúde ou infratestrutura. Nesse sentido, da ideia de se combinar políticas agrícolas, agrárias, sociais e ambientais – partindo do pressuposto de que problemas complexos e multifacetados demandam estratégias articuladas e intersetoriais – emergiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ocorreu a reestruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2009 (GRISA; PORTO, 2015).

O PAA e o PNAE são ambos programas de compras públicas, em que o Estado desempenha o papel de comprador e mediador, valendo-se de seu orçamento vultoso e regular, com vistas à redirecionar as ações do mercado e do setor produtivo (GRISA; SCHNEIDER; VASCONCELLOS, 2020). No caso do PAA, a compra pública direta da agricultura familiar conforma um conjunto de alimentos, os quais, através de entidades de assistência social, são destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar. Já o PNAE trata-se da compra de alimentos diretamente da agricultura familiar, os quais são destinados aos serviços de alimentação escolar.

A partir do segundo mandato de Dilma Vana Rousseff (2015-2016), as políticas intersetoriais voltadas à agricultura familiar, à SAN e aos sistemas agroalimentares sustentáveis passaram por importantes quedas nos repasses orçamentários. Esse cenário se agravou em 2016, quando, ao fazer uso de um golpe parlamentar-jurídico-midiático, Michel Elias Temer assumiu a presidência, extinguiu o MDA, cortou repasses e desarranjou o conjunto dessas políticas. Por sua vez, o governo de Jair Messias Bolsonaro, iniciado em 2019, lançou mão de novas afrontas institucionais e intensificou o processo de desmonte dessas políticas (BORSATTO et al., 2022).

Nesse contexto, ainda que pesem os efeitos da pandemia de Covid-19, da inflação sobre os preços dos alimentos e o fato dos valores repassados ao programa, per capita, não terem sido reajustados por todo o período Temer/Bolsonaro, o PNAE foi o programa que melhor esboçou uma resistência e que seguiu como importante estratégia aos agricultores familiares, bem como de garantia da SAN no Brasil. Atualmente, com o retorno de Lula à presidência e com a retomada do MDA e do CONSEA, vivemos um momento de reconstrução e rearticulação das políticas intersetoriais de apoio à agricultura familiar, SAN e aos sistemas agroalimentares sustentáveis.

O PNAE, para além de ser um programa mundialmente reconhecido, é especialmente relevante para o contexto brasileiro por reunir, sob o mesmo escopo normativo, temas como educação e segurança alimentar e nutricional, alimentação saudável, fortalecimento da agricultura familiar, agroecologia e fomento aos sistemas agroalimentares locais e sustentáveis. Desde 2009, foi definido o profissional nutricionista como o responsável técnico (RT) pela sua execução, o conferindo (em nível local) a responsabilidade de planejamento, coordenação, direção, supervisão e avaliação nas áreas de alimentação e nutrição escolar. Entre as suas principais atribuições, estão a elaboração dos cardápios, a definição das listas de compras, bem como o acompanhamento dos processos de aquisição de alimentos.

Ao ser um programa nacional e universal, porém de implementação descentralizada (através dos entes subnacionais, chamados de Entidades Executoras – EEx), o PNAE ganha corpo e materialidade a nível municipal, a partir de condicionantes locais de ordem econômica, social, ambiental, política e institucional. No Brasil, os entes federativos subnacionais possuem capacidades estatais díspares e os níveis de eficácia, eficiência e efetividade na implementação do programa podem se reproduzir com importantes diferenças. Os agentes implementadores, desde os seus contextos e condicionantes, traduzem o arcabouço institucional do programa em ações práticas e concretas. Nesse processo de tradução e transformação das normativas em ações objetivas – que é a própria implementação da política pública – o programa pode tomar distintas direções.

A ampla literatura já produzida nos apresenta que as mais importantes variações de resultados alcançados pelo PNAE, nas diferentes regiões brasileiras, são principalmente relacionadas às capacidades das EEx em adquirirem o mínimo estabelecido para a compra direta da agricultura familiar, assim como de garantirem

que os profissionais da nutrição escolar possam desempenhar plenamente suas atribuições (DE SOUZA et al., 2017; GALLICCHIO et al., 2021; MACHADO et al., 2018). O mesmo se replica para as aquisições de produtos orgânicos e/ou agroecológicos, que, além de não atingirem valores expressivos a nível nacional, se reproduzem de maneira desigual entre os municípios (OLIVEIRA, 2019).

Entre os agentes implementadores, há os chamados burocratas de nível de rua, que são os trabalhadores de linha de frente e responsáveis pela entrega direta das ações ao público beneficiário (LIPSKY, 2019; LOTTA, 2018). Ainda que hierarquicamente de baixo nível, esses trabalhadores possuem relativa autonomia e relativo poder de tomada de decisão. Estes agentes, que possuem distintas formações, trajetórias e visões de mundo, são, por um lado, tensionados pelos objetivos e interesses das EEx e, por outro, pelos interesses e anseios dos beneficiários do programa. Sob essa dinâmica, eles organizam as suas rotinas de trabalho e distribuem benefícios e sanções, introduzindo e/ou restringindo os serviços do PNAE, na medida em que controlam e moldam os recursos disponíveis para a execução do programa.

Dito isso, os profissionais da nutrição escolar possuem um campo discricionário que os permitem definir o que irá compor, ou não, a alimentação escolar, além de como serão as atividades de educação e acompanhamento nutricional. Ao tomar tais decisões, em contextos variados e complexos, os agentes implementadores estão articulando os diferentes objetivos pressupostos pelo PNAE, na direção de ranquiar ou priorizar temas em detrimento de outros. Podem haver situações em que a garantia de ofertas regulares, sanas e em quantidades suficientes de alimentos ao alunos serão priorizadas em relação à introdução de produtos orgânicos ou da sociobiodiversidade local.

A partir desta problematização e tendo como objeto de estudo o PNAE, objetivamos analisar como os agentes implementadores de linha de frente, diante de contextos complexos e de demandas variadas, tomam as suas decisões e impactam nos caminhos seguidos pelas políticas intersetoriais, como as que conjugam SAN, agricultura familiar e sistemas agroalimentares locais.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Intersetorialidade nas compras públicas de alimentos

A literatura internacional destaca uma mudança paradigmática no processo de

compras públicas de alimentos, com governos ao redor do mundo reconhecendo a importância de se considerar múltiplos benefícios além do preço. Programas de compras públicas têm sido concebidos para promover, concomitantemente, benefícios sociais, ambientais, econômicos e nutricionais, impactando de maneira articulada os agricultores, fornecedores, consumidores e a sociedade em geral (CERVANTES-ZAPANA et al., 2020).

As compras públicas de alimentos identificadas como inovadoras podem abordar objetivos diversos, como a SAN, hábitos alimentares saudáveis, desenvolvimento da economia local, renda para agricultores familiares, biodiversidade e ações para mitigar as mudanças climáticas. É possível, através desses programas, estimular a compra de alimentos produzidos localmente por grupos sociais marginalizados, seguindo diretrizes nutricionais e práticas sustentáveis (KLEINE; BRIGHTWELL, 2015; SWENSSON et al., 2021; WITTMAN; BLESH, 2017).

Dentre os setores públicos, a alimentação escolar destaca-se como um domínio propício para inovações em compras públicas de alimentos. Nesse contexto, agentes envolvidos com aspectos nutricionais, desenvolvimento econômico local, educação alimentar, impacto ambiental e desenvolvimento rural têm interesse e prioridades convergentes. A alimentação escolar é crucial tanto em países do Sul Global, onde pode ser a única refeição diária dos educandos, quanto em países do Norte, onde preocupações com alimentação saudável e questões ambientais são relevantes(GADDIS; JEON, 2020).

A implementação bem-sucedida de programas inovadores de compras públicas para alimentação escolar depende de condições favoráveis em nível local. Embora as condições estruturais sejam importantes, são as características e os agentes locais que definem o sucesso das inovações. Nesse sentido, a implementação desses programas enfrenta desafios, como a coordenação de diferentes objetivos, prioridades locais divergentes, aumento de custos, eficiência limitada dos mercados institucionais, entraves burocráticos, demandas de logísticas complexas, resistência de atores à mudança na trajetória da política e mudanças de governo (SANZ SANZ; CARDONA; NAPOLÉONE, 2022).

**Burocratas de nível de rua como produtores de políticas públicas**

Os chamados burocratas de nível de rua são os agentes implementadores, responsáveis pela entrega direta das ações e serviços públicos à população. Na

literatura nacional recente, no que se refere à aplicação desta abordagem, nota-se um expressivo avanço nos estudos na área de saúde, principalmente com agentes comunitários (LOTTA, 2018) e um movimento emergente em políticas intersetoriais (MESQUITA; MILHORANCE; CAVALCANTE, 2021).

Os burocratas de nível de rua, como a sua própria definição indica, estão “na ponta” e diretamente em contato com a população beneficiária das políticas públicas, e, com ela, estabelecem importantes relações. Para Lotta (2018), os implementadores locais, uma vez inseridos na comunidade e envoltos por redes sociais, têm seu exercício da discricionariedade – isto é, seu campo de tomada de decisões – influenciados por valores, ideias, elos e experiências. Lotta (2018) enfatiza que a mediação entre o mundo do Estado e o mundo da comunidade, feita por burocratas de nível de rua, contribuem para políticas mais adequadas e condizentes com as dinâmicas e demandas locais.

A discricionariedade determina a natureza, a quantidade e a qualidade das ações e benefícios das políticas públicas, bem como os seus beneficiários (LOTTA, 2012). Há um conjunto de questões que influenciam na discricionariedade, que incluem as relações e redes sociais, valores e motivações dos agentes, bem como a própria dinâmica de mediação entre o Estado e cidadãos (LOTTA, 2012, 2018). A atuação do burocrata de nível de rua concilia (e é moldada por) regras, instituições, valores e interesses, que Lipsky (2019) dividiu entre fatores institucionais e organizacionais e fatores individuais e relacionais.

Os burocratas de nível local detêm relativa autonomia e exercem tal discricionariedade, pois o universo das decisões é tão complexo e diverso, que a construção de normas, protocolos, procedimentos e regras para guiar todas as possibilidades em jogo torna-se inviável e improvável. O papel, portanto, destes agentes é fazer uma avaliação das situações e tomar decisões. A relativa autonomia do burocrata de nível de rua somada à sua discricionariedade conforma a ideia, defendida por Lipsky (2019), de que são estes agentes que fazem as políticas públicas. Baseada neste argumento, Lotta (2018) defende que diferentes perfis de burocratas de nível de rua fazem, da mesma política pública, ser implementada sob diferentes formas e dinâmicas, gerando novos e distintos resultados.

No caso do PNAE, no que se referem às compras públicas da agricultura familiar, os burocratas de nível de rua correspondem aos profissionais da nutrição, os quais têm, entre outras atribuições, a função de decidir quais são os alimentos que

vão compor as listas das chamadas públicas e, por conseguinte, as refeições escolares. Os beneficiários do programa são tanto os estudantes do ensino público básico, quanto os agricultores familiares que fornecem alimentos ao programa.

Lipsky (2019) argumenta que os burocratas de nível de rua implementam políticas públicas com objetivos ambíguos e amplos, que desencadeiam conflitos entre esses trabalhadores e seus gestores ao interpretá-los sob diferentes formas. O PNAE, por sua vez, detém objetivos amplos, diversos e complexos, que levam a diferentes olhares sobre o programa: o PNAE é um programa de garantia da SAN do universo de estudantes brasileiros de escolas públicas? É um programa de fortalecimento da agricultura familiar mediante compras públicas? É um programa de garantia da alimentação saudável e culturalmente adaptada? É um programa de promoção do desenvolvimento sustentável? São perguntas que expressam a abrangência dos objetivos do PNAE e as amplas possibilidades de interpretações que estão em jogo. Nesse sentido, os nutricionistas, a partir de sua discricionariedade e sua relativa autonomia, têm a capacidade de determinar a natureza, a quantidade e a qualidade da distribuição dos seus serviços, refletindo, em parte, as suas concepções acerca do programa, ainda que isso seja mediado por suas condições materiais de trabalho, bem como pelas instituições que regem o programa.

## METODOLOGIA

### Delimitação do campo empírico

Selecionamos municípios que representam diferentes realidades na execução do PNAE: diferentes volumes orçamentários destinados à alimentação escolar; diferentes quantidades de escolas e estudantes atendidos; diferentes contextos regionais; etc. Por isso, selecionamos dois municípios do estado de São Paulo que se encontram em estratos populacionais diferentes, que cumprem o mínimo estabelecido para as compras diretas da agricultura familiar no âmbito do PNAE, e que adquirem alimentos orgânicos: Campinas e Buri.

### Levantamento dos dados

Levantamos dois conjuntos de informações, um sobre as realidades dos municípios no que se refere à execução do PNAE, e outro sobre os fatores que influenciam na implementação do programa, em especial nas compras da agricultura familiar. Sobre a realidade dos municípios, identificamos: o número de escolas

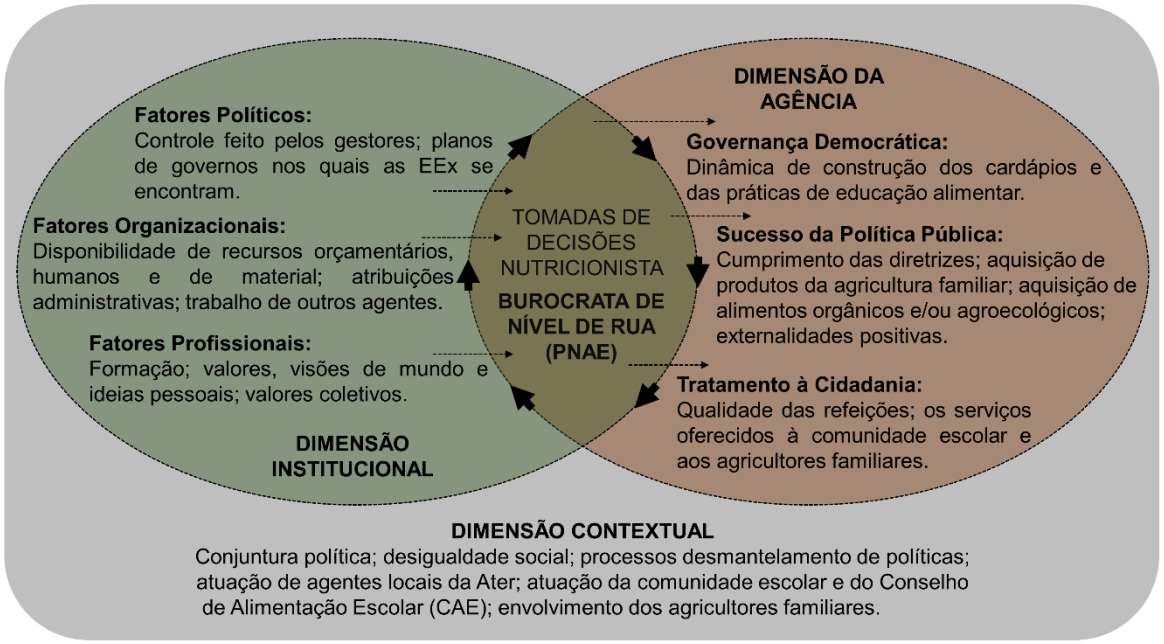
públicas atendidas pelo PNAE; o número de alunos que recebem alimentação escolar; o orçamento destinado à alimentação escolar; o número de agricultores familiares (e suas organizações) que fornecem para o PNAE; e a quantidade e a especificação dos produtos convencionais e orgânicos que foram adquiridos. Esses dados foram obtidos junto às prefeituras municipais e também através de sistemas disponíveis no sítio eletrônico do FNDE, como é o caso do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (Contas Online) – SiGPC, e se referem aos anos de 2018 e 2019 (pré efeitos da pandemia).

Sobre os fatores que influenciam na implementação do programa e nas compras da agricultura familiar, os dados foram levantados a partir de entrevistas semiestruturadas, orientadas por roteiros previamente estabelecidos. Em cada município foram entrevistados: nutricionista RT do município; gestor público responsável pelo PNAE; representante da agricultura familiar; um agente da ATER local; e um membro do Conselho de Alimentação Escolar. Ao todo foram 10 entrevistas.

## Análise dos resultados

Uma vez que todos os dados foram levantados e sistematizados, iniciamos o processo de análise. Com base no referencial teórico escolhido para esta pesquisa, definimos o seguinte esquema analítico (**Figura 1**):

**Figura 1.** Esquema analítico a partir da burocracia de nível de rua



Fonte: elaboração própria (2023)

Com base em Lipsky (2019), que analisa a atuação dos burocratas de nível de rua a partir de aspectos estruturais e individuais (p. ex.: regras, normas e procedimentos da política; visões de mundo e valores coletivos da profissão; estrutura organizacional da entidade pública), bem como considerando as contribuições de Lotta (2018), que se dedica às questões contextuais e relacionais, entendemos que as tomadas de decisões dos burocratas de nível de rua se dão a partir de uma recursividade entre três dimensões: Institucional; Agência; Contextual.

A dimensão institucional se refere às questões estruturais e é composta por fatores que exercem influências e delimitam as suas tomadas de decisões (composta por fatores políticos, organizacionais e profissionais). A dimensão da agência, por outro lado, é o espaço onde os burocratas de nível de rua possuem margens de criação, reelaboração e adição de novas camadas de expressão ao processo de implementação (que se expressa pela governança, pelo sucesso do programa e pelo tratamento à cidadania). Já a dimensão contextual trata-se de elementos que definem o ambiente onde se passa a implementação. Essas três dimensões, entretanto, não são rígidas tampouco estão isoladas umas das outras. Nesse sentido, pode haver circunstâncias em que a estrutura vai se mostrar mais determinante e incisiva nas tomadas de decisões, enquanto em outras situações a capacidade de agência pode ser aflorada.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Caracterização dos municípios

Campinas e Buri são municípios de diferentes tamanhos e realidades quanto à execução do PNAE. No Quadro 1 sistematizamos suas principais informações e características.

**Quadro 1** - Dados sobre os municípios pesquisados.

| Município | Campinas | | Buri | |
|---|---|---|---|---|
| | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 |
| **População (nº de habitantes)** | 1.194.094 | 1.204.005 | 19.965 | 19.878 |
| **Nº escolas públicas** | 575 | 575 | 19 | 19 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Nº de alunos matriculados** | 158.399 | 158.929 | 4.804 | 4.830 |
| **Orçamento via FNDE** | R$18.565.609 | R$18.226.443 | R$399.256 | R$345.747 |
| **Quant. (Kg) de alimentos convencionais comprados da agricultura familiar** | 815.903 (61,37%) | 382.981 (57,78%) | 21.300 (95,77%) | 14.102 (87,48%) |
| **Quant. (Kg) de alimentos orgânicos comprados da agricultura familiar** | 513.582 (38,63%) | 279.805 (42,22%) | 942 (4,23%) | 2.018 (12,52%) |
| **Itens orgânicos comprados da agricultura familiar** | Arroz integral; Arroz parbolizado; Suco de uva tinto integral; Acelga; Alface crespa; Arroz polido; Couve manteiga; Escarola; Salsinha | Arroz parbolizado; Arroz polido; Suco de uva tinto integral; Acelga; Alface crespa; Escarola; Salsinha | Tomate para molho; tomate salada; Abobrinha. | Tomate salada; pepino; abobrinha; cenoura. |

Fonte: Deed/Inep/MEC, IBGE/Cidades (2018, 2019), FNDE (2018, 2019).

Campinas, por ser uma metrópole, tem um orçamento maior disponível para a execução do PNAE e proporcionalmente compra maiores quantidades de gêneros orgânicos, quando comparamos com Buri. Por outro lado, em Buri notamos as compras de produtos frescos, como frutas e verduras, enquanto em Campinas as compras se concentram em produtos pouco perecíveis, como arroz e suco de uva. Além disso, Campinas compra de produtores de outras regiões, enquanto Buri prioriza produtores locais.

**Dimensão Institucional**

No aspecto organizacional, os dois municípios apresentam estruturas diferentes: enquanto em Buri a nutricionista não possui um quadro técnico para auxiliá-la, em Campinas há uma equipe de nutricionistas que divide todo o trabalho necessário. Sobre a disponibilidade dos recursos financeiros, Campinas conta com um orçamento maior, já que é uma cidade mais populosa e com mais alunos a serem atendidos. Em relação à disponibilidade de recursos físicos, foi observado que as duas

nutricionistas possuem uma sala para trabalho e computador próprio. No entanto, a nutricionista de Buri comenta que a estrutura da cozinha (centralizada em um único ponto do município, de onde saem as refeições para todas as escolas) é um fator limitante na construção dos cardápios.

Entre os fatores profissionais, a nutricionista de Campinas enxerga uma alimentação saudável como uma dieta com menos gordura, menos açúcar e menos produtos industrializados, e acrescenta que quando o assunto é alimentação escolar, é essencial observar a aceitação dos alunos daquela dieta. No entanto, ela não cita uma valorização de alimentos orgânicos como importantes componentes para uma alimentação saudável. Quando perguntada sua perspectiva sobre a agricultura familiar no PNAE, a nutricionista de Campinas diz ser muito difícil comprar alimentos de organizações locais, pois na região há pouquíssimos produtores. Decorrente disso, a nutricionista de Campinas explica que atualmente os alimentos orgânicos comprados da agricultura familiar são o arroz e o suco de uva, provenientes de outras localidades.

Em Buri, quando perguntada sobre sua perspectiva de uma alimentação saudável, a nutricionista coloca como prioridade a garantia da segurança alimentar dos alunos através de uma alimentação sana, regular e em quantidades suficientes. Sobre o papel da agricultura familiar, a nutricionista de Buri reconhece a qualidade e a importância das organizações para se adquirir alimentos frescos, inclusive os produtos orgânicos.

Quanto aos fatores políticos, em ambos os municípios as nutricionistas relatam ter boas relações com seus gestores, porém a nutricionista de Buri sente uma certa resistência da gestão em atender seus pedidos de inclusão de itens novos no cardápio. Em Campinas, a nutricionista ressalta que há um incentivo por parte da gestão em aumentar a compra de alimentos da agricultura familiar local para a alimentação escolar.

Em relação à perspectiva das prefeituras sobre o PNAE, o gestor de Campinas diz que há uma preocupação muito grande para que as crianças recebam uma alimentação nutritiva, saudável e de qualidade. Além disso, o programa na visão dele é muito mais do que dar um prato de comida, mas também um projeto pedagógico de educação alimentar e interação entre as crianças. Em Buri, a gestora ressalta que a inclusão da agricultura familiar no PNAE traz um ganho tanto para os alunos que terão

mais qualidade na alimentação escolar quanto para o município e para os próprios agricultores, na medida em que isso amplia a geração de renda localmente.

**Dimensão contextual**

Sobre a relação, de modo geral, com os agricultores familiares, em Buri a nutricionista relata que a relação já foi mais presente, e que atualmente se concentra com o representante da cooperativa que mais fornece ao PNAE. Já a nutricionista de Campinas reclama da dificuldade em se comunicar com a agricultura familiar e combinar quais são as demandas do cardápio com a agenda de cultivo dos produtores.

Em Buri, não há propriamente um serviço de ATER voltado ao PNAE e o CAE está em processo de reativação. Em Campinas, há serviços de ATER destinados ao PNAE e o CAE concentra-se na fiscalização das entregas dos alimentos, sem ter um papel propositivo. Ainda que ambos os municípios possuam condições socioeconômicas desafiadoras, com importantes casos de insegurança alimentar, Buri detém recursos mais escassos.

**Dimensão da agência**

No aspecto da governança, em Buri a nutricionista prioriza, quando elabora a lista de compras e faz as chamadas públicas, conversas com os agricultores familiares para se articular com a agenda de colheita dos produtores. Em Campinas, por outro lado, isso não fica evidente. Em ambos os municípios, as consultas, por parte das nutricionistas, à comunidade escolar e aos demais atores, no processo de construção dos cardápios e de outras atividades, se demonstram incipientes.

No que tange ao alcance do sucesso do programa, em Buri a nutricionista altera, quando julga necessário, o cronograma de aplicação dos cardápios, conforme a maturidade das frutas e verduras compradas. Em Campinas, em algumas escolas a sobremesa do almoço foi realocada, pela nutricionista, como refeição intermediária entre o café da manhã e almoço, pois os alunos possuem realidades socioeconômicas diferentes e demandam se alimentar com espaçamentos mais curtos de tempo.

Outro exemplo, em Campinas, são as hortas pedagógicas utilizadas como ferramentas de reeducação alimentar para os alunos. A ideia é que os estudantes tenham contatos diretos e ativos com os alimentos, a exemplos dos que são comprados da agricultura familiar e, assim, valorizem o consumo de frutas e hortaliças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das dimensões brevemente discutidas anteriormente, buscamos identificar que questões moldam as tomadas de decisões na elaboração do cardápio, na elaboração das chamadas públicas e nas listas de compras. O objetivo foi compreender como cada nutricionista elabora sua rotina de trabalho e como elas articulam os diferentes objetivos previstos no PNAE. Observamos, com especial atenção, quais aspectos podem promover ou desafiar a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, inclusive de gêneros orgânicos.

Em Campinas, a disponibilidade de recursos (financeiros, físicos e humanos) viabiliza a construção de cardápios que abarquem alimentos orgânicos. Em contrapartida, a dificuldade no diálogo com as organizações da agricultura familiar e a demanda muito alta por alimentos, faz com que muitos agricultores locais não participem das chamadas públicas e, assim, a nutricionista exerça sua discricionariedade priorizando cooperativas de outras regiões que fornecem alimentos que podem ser estocados por mais tempo (pouco perecíveis), como são os casos do arroz e do suco de uva, que são adquiridos em grandes quantidades pelo município.

Em Buri, os fatores pessoais da gestora e da nutricionista, a boa relação entre elas e o fato de a cidade estar inserida em uma região com alta incidência de agricultores familiares, incentiva a nutricionista a construir os cardápios e a montar as listas de compras com produtos locais e também orgânicos (por exemplo: tomate, abobrinha, pepino e cenoura). No entanto, a sobrecarga de trabalho da nutricionista, por não possuir um quadro técnico, e a limitação que a cozinha central do município possuí em armazenar alguns alimentos, motivam a nutricionista a não comprar alguns produtos da agricultura familiar e a ter um relacionamento mais distante com os agricultores, pois há uma dificuldade em equilibrar todo o trabalho de visitar as escolas, elaborar o cardápio, elaborar a lista de compras e fazer o contato com os fornecedores.

Campinas possui uma estrutura que permite uma atuação mais ampla da nutricionista, como se envolver em atividades de educação alimentar e nutricional. O município possui recursos suficientes para fornecer alimentação escolar ao universo do público beneficiário, de modo que possibilita a nutricionista vislumbrar uma alimentação saudável para além da garantia de refeições regulares e sanas. Buri, ao

possuir menos recursos, corrobora para um entendimento, da nutricionista, de que alimentação saudável é, antes de tudo, a garantia da SAN.

Com base na análise dos agentes implementadores em Campinas e Buri, observamos diferentes focos e abordagens na implementação do PNAE. Em Campinas, o enfoque está na promoção de uma alimentação saudável e na educação em alimentação, buscando atender a todos os indivíduos. Por outro lado, em Buri, a prioridade é garantir a SAN, juntamente com a inclusão da agricultura familiar local. A atuação em atividades de educação alimentar e nutricional é limitada nesse contexto de Buri. A partir do referencial teórico da burocracia de nível de rua, compreendemos como os agentes implementadores tomam suas decisões e articulam os múltiplos objetivos previstos no PNAE, uma política intersetorial. Essas diferentes abordagens refletem a complexidade dos cenários e a necessidade de entender que as políticas intersetoriais se ajustam de acordo com as realidades locais e com os seus agentes implementadores.

## REFERÊNCIAS


BORSATTO, R. S. et al. Back to the Past: Authoritarian Populism, Disruptive Governance and Policy Dismantling in Rural Brazil. Em: **Agriculture, Environment and Development**. [s.l.] Springer International Publishing, 2022. p. 63–85.

CERVANTES-ZAPANA, M. et al. Benefits of public procurement from family farming in Latin-AMERICAN countries: Identification and prioritization. **Journal of Cleaner Production**, v. 277, 20 dez. 2020.

DE SOUZA, A. A. et al. Atuação de nutricionistas responsáveis técnicos pela alimentação escolar de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 593–606, 2017.

GADDIS, J. E.; JEON, J. Sustainability transitions in agri-food systems: insights from South Korea's universal free, eco-friendly school lunch program. **Agriculture and Human Values**, v. 37, n. 4, p. 1055–1071, 1 dez. 2020.

GALLICCHIO, C. L. R. et al. A atuação do nutricionista nas compras da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do Rio Grande do Sul. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. 1–22, 2021.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. Em: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 155–180.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125–146, 2014.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; VASCONCELLOS, F. As compras públicas como instrumentos

para a construção de sistemas alimentares sustentáveis. Em: **A Contribuição Brasileira à Segurança Alimentar e Nutricional sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2020. p. 69–90.

KLEINE, D.; BRIGHTWELL, M. DAS G. Repoliticising and scaling-up ethical consumption: Lessons from public procurement for school meals in Brazil. **Geoforum**, v. 67, p. 135–147, 2015.

LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Brasília: Enap, 2019.

LOTTA, G. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. Em: **Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática**. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2012. p. 26.

LOTTA, G. Burocracia, redes sociais e interação: uma análise da implementação de políticas públicas. **Revista de Sociologia e Politica**, v. 26, n. 66, p. 145–173, 2018.

MACHADO, P. M. DE O. et al. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 12, p. 4153–4164, 2018.

MESQUITA, P.; MILHORANCE, C.; CAVALCANTE, L. O papel dos burocratas de nível da rua na implementação de políticas intersetoriais : articulação dos programas sociais e de acesso à água no Semiárido brasileiro. **Confins**, n. 50, p. 0–20, 2021.

OLIVEIRA, M. R. DE. **Panorama da inserçao de alimentos orgânicos da agricultura familiar no PNAE: estudo das aquisições dos municípios brasileiros entre 2014-2016**. Dissertação de mestrado—[s.l.] Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.

SANZ SANZ, E.; CARDONA, A.; NAPOLÉONE, C. Motivations of Public Officials as Drivers of Transition to Sustainable School Food Provisioning: Insights from Avignon, France. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, v. 35, n. 2, 1 jun. 2022.

SWENSSON, L. F. J. et al. Public food procurement as a game changer for food system transformation. **The Lancet Planetary Health**, v. 5, n. 8, p. e495–e496, 2021.

WITTMAN, H.; BLESH, J. Food Sovereignty and Fome Zero: Connecting Public Food Procurement Programmes to Sustainable Rural Development in Brazil. **Journal of Agrarian Change**, v. 17, n. 1, p. 81–105, 2017.

# O PÓS-GOLPE E O 'DES-ENFRENTAMENTO' DA INSEGURANÇA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO BRASIL

Milena de Oliveira Evangelista[1] Sérgio Sauer[2]

**GT 9:** Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome.

## RESUMO

O tema da segurança alimentar e do combate à fome tem adquirido força nos últimos tempos, agravado pela pandemia, que resultou em fechamentos de comércio, menor mobilização de recursos, desemprego, perda de renda, etc. Para além das consequências trazidas pelo isolamento social, deve-se também observar de que maneira os Estados Nacionais conduziram a situação durante a pandemia, expandindo a análise para o campo político. O artigo apresenta dados e uma historicização evidenciando que, apesar das políticas restritivas adotadas mundialmente por conta do vírus, o Brasil sofreu um grave desmantelamento de políticas públicas que eram voltadas para o combate à fome desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Esses dados demonstram a destruição de políticas públicas, inclusive as voltadas para o campo, e a natureza das 'soluções' no enfrentamento à insegurança alimentar, mais voltadas para a neoliberalização dos recursos, especialmente após 2019, sendo apenas agravado pela pandemia.

**Palavras-chave**: Alimentação, Fome, Covid-19, Bolsonaro, Políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

A partir do final de fevereiro de 2020, com o primeiro caso de Covid-19 (Sars-Cov-2) confirmado no Brasil, as precárias condições sanitárias, de renda e trabalho

[1] Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER), milenaevangelistaunb@gmail.com.
[2] Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Faculdade UnB Planaltina (FUP), sauer.sergio@gmail.com.

de todas as regiões foram agravadas. Os níveis de Segurança Alimentar (SA) e acesso aos alimentos, que estavam em crescimento desde 2004 até 2013, durante os governos Petistas, começaram a despencar. Os investimentos públicos de enfrentamento à insegurança foram seguidos por uma crise alimentar, iniciada a partir de 2014 e intensificada com impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Os investimentos minguaram, com declínios ano a ano, sendo que essa forte defasagem foi agravada com a pandemia. Esta agravou uma esfera já debilitada de políticas públicas – trazendo à tona desigualdades sociais históricas como a ameaça ao Direito Humano à Alimentação Adequada (SILVA FILHO; GOMES JUNIOR, 2020).

A partir de uma breve retomada histórica, com retrocessos relevantes de políticas públicas, compreende-se o des-enfrentamento brasileiro de todos os níveis de insegurança alimentar durante o contexto pandêmico. As políticas públicas sociais adotadas de forma emergencial pelo governo Bolsonaro mostraram-se insuficientes e ineficazes.

## ENFRENTAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA

Um dado que evidencia tal contexto de piora é a comparação dos resultados dos indicadores sociais obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Instituto Brasileiro de Geografia Estatístca (IBGE) que, entre 2004 e 2013, apresentaram um crescente aumento da Segurança Alimentar e atenuação da Insegurança Alimentar. Como apontado pela PNAD 2013, o Brasil atingiu o maior nível de segurança alimentar em toda a sua história, com 77,4% (GALINDO et al, 2021). Ribeiro-Silva et al (2020) informam que houve uma redução de 9,4% do nível de subnutrição no país entre os períodos de 1999-2001 e 2008-2010.

Entretanto, até mesmo nos governos petistas também se observa um declíneo nos avanços citados. Apesar da redução significativa de investimentos destinados à segurança social estar centrada na crise de 2014, há desde 2013 um crescimento dos índices de Insegurança Alimentar grave, que aumentaram cerca 8% ao ano até 2018, já após o *impeachment*, enquanto a Segurança Alimentar decresceu significativamente (POF, 2017-2018), tendo uma queda identificada de 14,1% comparada com 2013 (Ibidem, 2021).

Um ponto destacado por Schottz (2019) que ajuda na compreensão desse processo é a má repercussão que o *impeachment* de 2016 causou quanto à *permeabilidade* do sistema estatal quanto às demandas da sociedade civil. Dessa

forma, o desmonte estatal, inclusive frente aos programas alimentares, como de distribuição de alimentos, SA, etc. Foram incentivados, sendo alguns deles supridos por produtos da agricultura familiar. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2017, por exemplo, sofreu um corte de 98% em relação ao ano de 2016 (SCHOTTZ, 2019).

Intensificando ainda mais a situação, ao assumir a presidência da república em janeiro de 2019, um dos primeiros atos de Jair Bolsonaro, na época filiado ao PSL, foi extinguir o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Em conjunto à atenuação do crescimento econômico do país, tal ato, assim como o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, aprovado pela emenda constitucional 95 em 2016, minguou ainda mais as possibilidades de estabelecimento e continuidade de políticas públicas voltadas à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), evidenciando a displicência do Estado para o agravamento das desigualdades sociais, e omissão de auxílio às populações vulneráveis atingidas pela insegurança alimentar e nutricional. Porém, é a partir de 2020, ano do estouro da pandemia, que os efeitos das medidas desprotetivas de Michel Temer e Bolsonaro passaram a ser ainda mais sentidas.

Em razão do alto nível contaminação da Covid-19 durante a pandemia, resultando na necessidade de medidas restritivas para contenção do avanço do Coronavírus, como o distanciamento social, teletrabalho, fechamento integral ou parcial de estabelecimentos comerciais e indústrias, evidenciou-se uma queda brusca e inesperada na atividade econômica do país. O impacto econômico é ainda mais abrupto quando se observa que, antes da pandemia, a projeção para o primeiro trimestre era de um crescimento de 2% do PIB brasileiro, sendo que, após o início do surto, as expectativas passaram a apontar para uma queda de 4,5% (MAGALHÃES; CARDOSO, 2020) . A partir de então, uma grande parte da população foi acometida pelo desemprego e endividamento, diminuindo a renda familiar e per capita dos domicílios brasileiros (IBGE, 2018; IBGE; VIGISAN, 2020). Desta forma, a queda da Segurança Alimentar das famílias brasileiras decresceu de forma intensa e abrupta de 2018 a 2020, pela falta de políticas públicas e incentivos destinados a essa seguridade social e com agravante da pandemia - a Insegurança Alimentar grave teve aumento de 27,6% de ano a ano nesse período (IBGE, 2018; VIGISAN, 2020).

A redução de renda afetou diretamente o poder de compra da população para além do encarecimento crescente dos insumos alimentares em todo o país, pela alta

inflação. O IBGE registrou que desde abril de 2020, o arroz, alimento básico para inúmeras famílias brasileiras, ficou 69,80% mais caro, e a batata inglesa passou a custar 47,84% a mais em 2020. Entretanto, a inflação atingiu menos agressivamente alimentos ultraprocessados, que apesar de fácil acesso e consumo, possuem baixo valor nutricional, colaborando com o agravamento da Insegurança Alimentar e Nutricional no país.

A relação entre consumo excessivo de alimentos com baixo valor nutricional e IA inquietava estudos sobre SA desde a década de 40, onde Josué de Castro (2006) declarava a "fome oculta" como um dos principais enfrentamentos do país, pois a baixa ingestão de nutrientes essenciais, como vitaminas e minerais, e altas taxas de sobrepeso e obesidade ligados ao excesso de ultraprocessados, traria efeitos negativos à qualidade de vida populacional. Portanto, a pandemia de COVID-19 soma-se a problemas debatidos há décadas, com déficit de políticas de proteção social de enfrentamento à IAN que já haviam sido colocadas em prática.

Os índices de 2017 em relação ao estado nutricional dos beneficiários do programa Bolsa Família[3], programa integrado de transferência direta de renda e cadastramento único, mostraram que 12,6% das crianças menores de 5 anos apresentavam déficit de crescimento, e 5,3%, desnutrição aguda (IBGE, 2017). Ao mesmo tempo, pela facilidade de acesso de ultraprocessados em relação ao aumento de preço de alimentos saudáveis, 13% dessa população, crianças com menos de 5 anos, apresentam excesso de peso. Além disso, as repercussões negativas da pandemia no consumo alimentar vão além, pois também se admite o aumento de transtornos alimentares durante o período de isolamento social e/ou inatividade física (RIBEIRO-SILVA, 2020).

Os sistemas de saúde, como Unidades Básicas de Saúde e o Sistema Único de Saúde como um todo, há algum tempo já lidavam com situações precárias de atendimento, como falta de remédios, leitos, devido à falta de investimento necessário. Porém, após o agravamento da crise epidemiológica no Brasil, a situação se intensificou. A exposição dos trabalhadores da saúde em relação aos riscos biológicos de contaminação era expressiva, visto que o Poder Executivo negligenciou medidas de contenção do vírus, como a distribuição de equipamentos de proteção individual

[3] O Programa Bolsa Família é o mais abrangente programa de transferência condicionada de renda. Em maio de 2006, beneficiou 9,2 milhões de famílias, representando uma cobertura de 83,2% das famílias pobres do Brasil. Fonte: (VAITSMAN; RODRIGUES, 2006, p.14). Foi publicamente criticado pelo atual presidente, Jair Bolsonaro, em seu perfil no Twitter, em que chamou o auxílio de "Bolsa farelo" e "voto de cabresto".

(EPIs) para trabalhadores mais vulneráveis à contaminação; além de que os serviços de saúde sobrecarregados e o medo da população de se contaminar[4] em ambientes hospitalares intensificou os níveis de vulnerabilidade social. Desse modo, tornaram-se necessárias maneiras de mensurar os efeitos dos níveis de desigualdade relacionados ao acesso alimentar.

Para isso, são utilizados dados de clivagens geográficas, gênero, raciais e socioeconômicos, a fim de identificar padrões específicos até então mais omissos que apresentem possíveis causas ou origens desta desigualdade. A partir deles, percebe-se que os níveis de Segurança Alimentar foram inferiores a 40% nos estados do Norte do país, e a 30% no Nordeste, além disso, apresentaram maiores níveis de Insegurança Alimentar grave nas áreas rurais das regiões (VIGISAN, 2020). Em localidades afetadas por períodos extensos de estiagem, com a ocorrência de insegurança hídrica, os níveis de insegurança alimentar dobravam. Nas residências entrevistadas pelo inquérito VigiSAN[5], quando a pessoa de referência responsável pelo sustento da casa era uma mulher, os níveis de segurança alimentar eram menores em comparação às residências mantidas por homens. A segurança alimentar também se relaciona inversamente às famílias autodeclaradas de pele preta ou parda, e/ou com baixos níveis de escolaridade (VIGISAN, 2020). Assim, os níveis de segurança alimentar relacionados às camadas de desigualdades sociais que se apresentam no país foram maximizados pela pandemia.

O efeito negativo da pandemia, após um período de declínio de investimentos e com condições precárias de vida e trabalho atingindo parte significativa da população sobre a Segurança Alimentar das famílias, demonstra o caráter urgente de ações e políticas públicas para assistência de classes mais vulneráveis. Mesmo antes da crise epidemiológica, muitos brasileiros já estavam, por exemplo, inseridos no mercado de trabalho informal (VIGISAN, 2020), sendo atingidos por frágeis vínculos empregatícios. Com isso, muitas das demissões não foram amparadas por direitos trabalhistas, deixando muitos brasileiros em situações de extrema vulnerabilidade.

Além de ações específicas para promoção de Segurança Alimentar e nutricional, o monitoramento dos indicadores demonstra a necessidade de políticas

[4] O adiamento da busca por atendimento médico por parte da população pela insegurança e medo de contaminação, tendem a ter consequências da pandemia ainda não dimensionadas à longo e médio prazo.

[5] A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN) realizou o inquérito populacional para analisar a IA no Brasil no contexto da pandemia.

públicas estruturais e mobilização da sociedade civil organizada, destinadas à atenuação das desigualdades sociais, como as anteriormente citadas, de gênero, sócio geográficas, raciais e socioeconômicas, e demais inquietudes da população do país.

Diante do agravamento de grupos em vulnerabilidade social, o Congresso Nacional aprovou como medida compensatória o Auxílio Emergencial, destinado aos trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados. Inicialmente, a Lei nº 13.982/2020 previu o pagamento de quatro parcelas de R$ 600 ou R$ 1200 (para mães solo) mensais a partir de abril de 2020 aos cidadãos elegíveis. Entretanto, pela duração da pandemia, se estendeu até meados de 2021, com valores cada vez mais reduzidos: de R$ 600,00 para R$ 300,00 e em seguida para R$ 150 mensais. Desse modo, a medida mostrou-se insuficiente para cobrir até mesmo as condições básicas da população, como aluguel, impostos, saneamento básico, transporte e segurança alimentar, já que seu baixo valor e duração limitada resultaram no aumento dos níveis de IA.

A partir de uma amostra representativa da população geral, por meio de entrevistas domiciliares com margem de erro máximo de 2,1 pontos percentuais para mais ou para menos em seus resultados obtidos, o inquérito VIGISAN, utilizando a EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar), constatou o efeito negativo da pandemia do Coronavírus sobre a Segurança Alimentar das famílias nas cinco regiões, embora ainda houvesse desigualdades entre elas (VIGISAN, 2020). Os indicadores expressaram que a maior parte do Brasil vive em Insegurança Alimentar: 54,2% Ademais, 9% indicaram ocorrência de fome, com casos mais expressivos em áreas rurais do país.

## DESMANTELAMENTO DAS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CAMPO

Apesar dos programas que beneficiaram a sustentabilidade da segurança alimentar e agricultura familiar durante os governos petistas, estes avanços foram enfraquecidos, ou até mesmo extintos a partir da interinidade de Michel Temer (PMDB) em 2016. Em uma de suas primeiras medidas provisórias, a Medida Parlamentar (MP) 726, Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o incorporou ao Ministério do Desenvolvimento Social, resultando em um desmonte e paralisação de ações públicas que estavam sendo implementadas até então com

participação de sindicatos rurais, que passaram a ter uma atuação inexpressiva (MATTEI, 2018). O desmonte das políticas públicas voltadas para o meio rural familiar e abastecimento sustentável não afetou exclusivamente a classe dos trabalhadores do campo, mas toda a estrutura alimentar do país.

> A situação se revela ainda mais preocupante se forem observados alguns dados que dimensionam o papel da agricultura familiar no país: ela responde por 70% da produção de alimentos, emprega 74% da força de trabalho do campo usando 24% das terras agricultáveis, em que pese receber apenas 14% do subsidiado crédito agrícola nacional (IPEA, 2011). Nos últimos governos, foram registrados alguns avanços para esse setor, embora segmentados e localizados (CUNHA, 2017, p. 3).

Ainda que o PAA tenha tido reconhecimento internacional como estratégia exemplar de combate à insegurança alimentar, em 2016 teve seu repasse que anteriormente atenderia a mais de 50 mil famílias de agricultores, reduzido radicalmente por um decreto durante o governo Temer. O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), também foi suspenso no primeiro semestre do governo interino; entretanto, devido às pressões sociais, foi reestruturado com diversas mudanças que reduziram o auxílio do programa. Em síntese, o governo Temer assumiu demandas que pretendiam favorecer a produção agrária exportadora, assim como retroceder a territorialização exercida por meio da Reforma Agrária, reservas quilombolas, indígenas e extrativistas (CUNHA, 2017).

Sendo assim, embora a exportação de commodities sempre tenha sido a mais contemplada pelas ações públicas, a partir do impeachment os produtores agrários exportadores retomaram o protagonismo nos direcionamentos da agenda do Estado com o governo Temer.

O processo de mercantilização dos patrimônios naturais se intensificou com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, que em seu primeiro dia de mandato extinguiu a Secretaria Especial de Agricultura Familiar (SEAF) (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020; FERNANDES et al, 2020). Além disso, uma das ações mais simbólicas do desmonte às políticas públicas de incentivo à Segurança Alimentar no governo Bolsonaro (2019-2022) foi exercida por meio da MP 870, também alterada no primeiro dia do governo de Bolsonaro, que encerrou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que integrou ativamente agendas em prol da SAN no Brasil, desde sua criação em 2010 (CASTRO, 2019).

> A extinção do Consea desorganizou a nível nacional a coordenação das políticas voltadas para o combate à fome no momento em que a taxa da população em extrema pobreza chegou ao maior patamar desde o início da série histórica, em 2012. Desde 2015, 4,5 milhões de pessoas ingressaram na faixa de extrema pobreza (MELITO, 2020 apud GUIMARÃES, 2022, p. 30).

A classe dos agricultores, em grande parte provenientes de assentamentos rurais de agricultura familiar, que se viam em situação de vulnerabilidade social antes mesmo do agravamento da pandemia e a necessidade das medidas preventivas de isolamento e distanciamento recomendadas pela ONU, tiveram seus cenários socioeconômicos agravados. O fechamento de restaurantes, feiras livres e mercados locais, além da dificuldade de deslocamento, pelo fechamento temporário de vias e redução de frotas de ônibus, fizeram com que seus canais de venda caíssem de maneira brusca e se viram sem o auxílio da CONSEA (VIGISAN, 2020).

Durante seu mandato necropolítico[6], com narrativas "antigovernamentais" baseada fortemente numa falta de empatia social, Jair Bolsonaro vetou duas importantes leis que auxiliariam ao enfretamento da pandemia as comunidades indígenas, agricultores familiares e camponeses (SAUER, 2022): a lei 14.021 de 2020 viabilizaria o acesso à água potável, materiais de higiene extremamente necessários para prevenção à Covid-19 e leitos em hospitais às comunidades indígenas, e a lei 14.048, também do ano de 2020, que prestaria auxílio emergencial aos agricultores familiares, camponeses e trabalhadores rurais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises referentes aos impactos sofridos pelo setor alimentar durante e após a pandemia apresentam um viés político na condução das políticas públicas alimentares que, ainda que seguidos por fatores específicos do período, como o isolamento social, desmantelou ou aboliu diversos programas assistencialistas e estratégicos frente ao combate à fome, à Insegurança Alimentar no Brasil e ao desenvolvimento e apoio à população rural e tradicional (como agricultores familiares, comunidades indígenas e quilobolas, camponeses e trabalhadores ruais).

Ao observar que padrões semelhantes podem ser encontrados tanto no período pós-Golpe quanto na pandemia evidencia que a piora dos índices de segurança alimentar, insegurança alimentar e fome configuram-se em um processo político contínuo de desmantelamento estatal para tais frentes (governos neofascistas e de extrema direita como o de Jair Bolsonaro), e muito associado a um viés neoliberal da

[6] O modo operandis de Bolsonaro é baseado em uma narrativa "antigovernamental": ele culpabiliza inimigos políticos , ideológicos ou outros por sua própria incompetência gerencial. Seu poder político é baseado na morte e discursos negacionistas (SAUER, 2022).

economia, uma vez que, durante os governos petistas, nos dois primeiros mandatos de Lula e consecutivamente os dois de Dilma, foram notados movimentos contrários dos dados, com os níveis de segurança alimentar aumentando, assim como diminuindo a insegurança alimentar e nutricional no país.

Além do desmonte observado por meio do corte ou encerramento do repasse de verba de programas alimentares, houve também o declínio econômico que aumentou o preço dos alimentos e ainda diminuiu a renda *per capita* dos brasileiros, de modo que o acesso em geral à comida, tanto ultraprocessada quanto in natura e de nutrientes necessários fossem mais limitados para a população durante os quatro anos de governo Bolsonaro.

Dessa forma, é perceptível, primeiramente, o caráter multidisciplinar da garantia de bons índices de segurança alimentar, como a existências de programas assistencialistas, bom controle da economia, condições da população arrecadar recursos suficientes para a compra de alimentos e um governo que não naturalize desigualdades históricas sociais e econômicas. No entanto, apesar de tantas variáveis, também é notório que tais elementos demonstraram-se interligados pelo fator político. Enquanto os investimentos e a participação popular mantinham-se em alta, como nos governos petistas, os percentuais alimentares apresentavam bons resultados.

O impeachment de Dilma em 2016, apesar de não ser o marco inicial das pioras nos níveis de segurança alimentar e fome, apresenta-se como o principal catalisador de corte de gastos aos programas assistencialistas, evidenciando o caráter mais neoliberal da economia, tanto no governo Temer quanto Bolsonaro, afastando-se de um *welfare state*.

A pandemia, devido às necessidades específicas de seu período como isolamento social, menor mobilização em geral da população e consequentemente de recursos, aparenta um aspecto inevitável de queda dos índices. Entretanto, apesar de que em parte poder ser caracterizado desta forma, existem fatores anteriores a este período que já caminhavam nesta direção, como por exemplo, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pelo governo de Michel Temer. Além disso, a própria condução do Estado brasileiro durante o período carrega ações voluntárias do governo que prejudicaram a população, como o viés negacionista e necropolítico de Bolsonaro quanto ao coronavírus, a relutância em aumentar os gastos em assistência ao povo neste tempo e vetos em leis que favoreceríam minorias altamente

desfavorecidas históricamente e com vulnerabilidades sociais e econômicas maximizadas durante o período de pandemia.

Portanto, pode-se observar que, ainda que referente a um período de crise mundial, em razão de um vírus não propriamente controlado, o campo político possuiu ligação direta com os resultados sociais negativos, especialmente na esfera de segurança alimentar, que teve diversos programas com recursos diminuídos e encerrados anteriormente, aumento de preço nos mercados simultaneamente à diminuição do poder de compra da população.

Após uma eleição com índices acirrados e polarização política brasileira, Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores- PT), que teve sua candidatura impedida em 2018, assumiu a presidência pela terceira vez em 2023. Tanto em seus discursos durante o período eleitoral quanto em suas aparições públicas após sua posse, Lula fez questão de demonstrar que seu governo seria diferente que os quatro anos anterirores, de governo Bolsonaro.

> Mais do que nunca, o Brasil precisa resgatar a esperança na reconstrução e na transformação de um país devastado por um processo de destruição que nos trouxe de volta a fome, o desemprego, a inflação, o endividamento e o desalento das famílias; que coloca em xeque a democracia e a soberania nacional, que destrói o investimento público e das empresas, e que dilapida o patrimônio natural, aprofundando as desigualdades e condenando opaís ao atraso e ao isolamento internacional (TSE, 2022a, p.02).

Os compromissos de campanha de Luiz Inácio para seu terceiro mandato incluíram pricipalmente o combate à miséria da população, à desigualdade e fome. Durante o discurso de sua posse, o atual presidente se emocionou ao citar a fome e a pobreza que tiveram índices crescentes no governo Bolsonaro, quando segundo Lula, o país “andou para trás”. Pode ser compreendido diante de seu discurso e de seu plano de governo (2023-2026), intitulado “Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação Do Brasil”, que as prioridades do terceiro mandato de Lula, portanto, são a superação e enfrentamento da insegurança alimentar no país, que retornou ao Mapa da Fome além do compromisso com direitos sociais, inclusão e acessibilidade.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Josué de. Geografia da fome. 6 ed. Rio de Janeiro: **Civilização brasileira**, 2006.

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019.

CUNHA, Joaci de S. Governo Temer: Relações do agronegócio com o capital especulativo financeiro e impactos sobre os camponeses e a legislação agrária. **Cadernos do CEAS**: Revista crítica de humanidades, n. 241, p. 301-326, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CLEPS JUNIOR, João; SOBREIRO FILHO; José; LEITE, Acácio Zuniga; SODRÉ, Ronaldo Barros; PEREIRA, Lorena Iza. A questão agrária no governo Bolsonaro: pósfascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 333-362, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7787. Acesso em: 01 jul. 2023.

GALINDO, Eryka; TEIXEIRA, Marco Antonio; ARAÚJO, Melissa de; MOTTA, Renata; PESSOA, Milene; MENDES, Larissa; RENNÓ, Lúcio Rennó. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. 2. ed. Food for Justice Working Paper Series, n. 4. Berlin: **Food for Justice**: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021.

MATTEI, Lauro. A Política Agrária e os Retrocessos do Governo Temer. **OKARA**: Geografia em debate. João Pessoa, 2018.

MAGALHÃES, Graziella; CARDOSO, Leonardo Chaves Borges. Efeitos Econômicos e Distributivos da pandemia de Coronavirus no Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 18, n. 1, p. 1-12, 2020.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia; PEREIRA, Marcos; CAMPELLO, Tereza; ARAGÃO, Érica; GUIMARÃES, Jane Mary de Medeiros; FERREIRA, Andrea; BARRETO, Mauricio Lima; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3421-3430, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy/?lang=pt#ModalTutors. Acesso em: 01 jul. 2023.

SAUER, Sérgio. Authoritarian populism, neo-fascism and 2022 national elections: Agrarian implications from the advance of the extreme right in Brazil. **Revista NERA**, v. 25, n. 63, p. 26-48, mai.-ago., 2022. DOI: 10.47946/rnera.v25i63.9519

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Z.; TUBINO, Nilton Luís Godoy. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 285-318, 2020.

SCHOTTZ, Vanessa. A incorporação de princípios de segurança alimentar e nutricional ao programa nacional de alimentação escolar: trajetória e perspectivas. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 39, n. 1, p. 80-98, 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil Lula Alckmin 2023-2026: Coligação Brasil da Esperança. Brasília: **TSE**, 2022a. Disponível em: www.tse.jus.br. Acesso em: 01 jul. 2023.

# ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NOS MUNICÍPIOS DO PARÁ A PARTIR DO MODELO DE CONTROLE SINTÉTICO

**Autor:** Severino Félix de Souza
**Filiação:** Doutor em Economia – PPGE-UFPa
**E-mail:** severinofelix@hotmail.com

**Autor:** Armando Lírio de Souza
**Filiação:** Programa de Pós-Graduação em Economia - UFPa
**E-mail:** lirio@ufpa.br

**Autor:** Ricardo Bruno Nascimento dos Santos
**Filiação:** Programa de Pós-Graduação em Economia - UFPa
**E-mail:** ricardobns@ufpa.br

**GT 09:** Políticas Públicas, segurança alimentar e combate à fome.

## RESUMO

**Resumo**
A agricultura familiar mostrou-se com grande relevância na produção de alimentos e na capacidade do agricultor familiar poder melhorar e/ou diversificar sua renda. Assim, objetivou-se fazer uma análise da utilização dos recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – pelos municípios participantes do Estado do Pará, a partir da efetividade do programa supracitado para o desenvolvimento econômico. Utilizou-se o modelo econométrico Controle Sintético e percebeu-se que o PNAE apresenta dois momentos distintos, o da sua concepção e o da sua execução, apresentando realidades totalmente opostas. A partir do modelo econométrico utilizado, constatou-se a baixa efetividade do programa dentre os municípios participantes do Estado do Pará.
**Palavras-chave**: PNAE, Controle Sintético, Efetividade, Agricultura Familiar

***Abstract***
*family farming proved to be of great relevance in food production and in the ability of the family farmer to improve and/or diversify his income. Thus, the objective was to analyze the use of federal resources from the National School Feeding Program – PNAE – by participating municipalities in the State of Pará, based on the effectiveness of the aforementioned program for economic development. The econometric model Synthetic Control was used and it was noticed that the PNAE presents two distinct moments: that of its conception and that of its execution, presenting totally opposite realities. From the econometric models used, the low effectiveness of the program was found among the participating municipalities in the State of Pará.*
***Key words****: PNAE, Synthetic Control, Effectiveness, Family Agriculture*

## INTRODUÇÃO

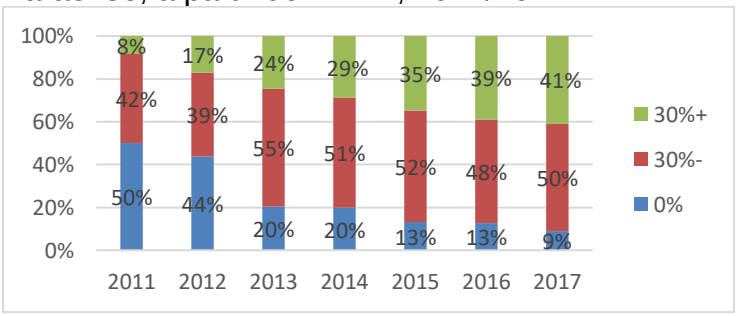
Os governos das esferas nacional, estadual e municipal precisam estar sempre buscando formas de melhorar a distribuição de renda e com isso, facilitar o acesso a

uma alimentação mais digna, com um alto teor nutricional. Alguns programas fazem parte deste contexto, em especial o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. De acordo com Peixinho (2013), a Lei n° 11.947/2009 idealizava avanços no PNAE, ao atender um número maior de alunos, após a extensão para a rede pública da educação básica de jovens e adultos e também, a partir da recomendação da compra de no mínimo 30% dos produtos da agricultura familiar.

Porém, um dos gargalos para a melhor efetividade das políticas públicas trata-se da falta de planejamento governamental para o longo prazo. Em seu estudo, Silva *et al*. (2013) perceberam que não existe a consciência da importância do planejamento, como também, verificaram que a administração pública de alguns órgãos analisados a nível municipal, não realizam todas as fases de planejamento estratégico o que pode comprometer a efetividade das políticas públicas.

Na literatura, diversos estudos já foram aplicados para medir a eficiência na utilização dos recursos federais em programas institucionais de alimentos. Bellé *et al*. (2014) concluiu em sua pesquisa no Sudoeste do Paraná que em relação a compra de alimentos da produção agrícola familiar entre os anos de 2010 e 2013, os municípios que foram mais eficientes foram aqueles que utilizaram 30% ou mais dos recursos recebidos pelo governo federal. Em direção oposta, o gráfico 1 mostra a realidade do estado do Pará. O número dos municípios que compraram da agricultura familiar abaixo dos 30% exigidos pela lei 11.947/2009, foi em média 48,1%.

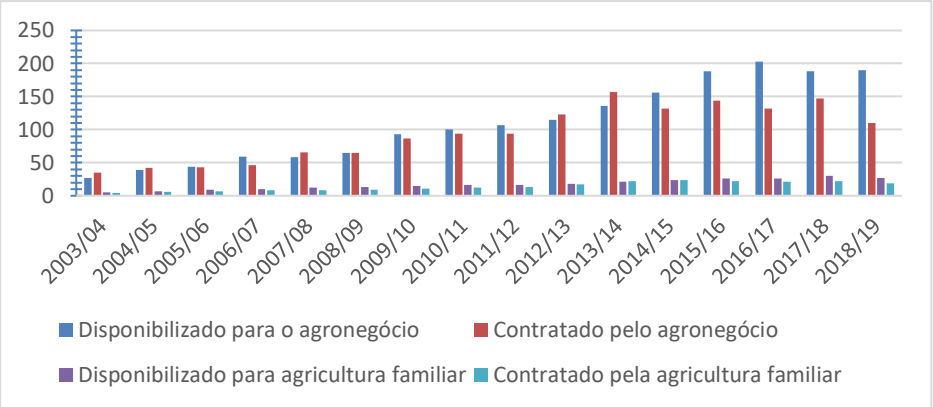
**Gráfico 1** – Evolução das Compras da agricultura familiar, dos Municípios Paraense, a partir do PNAE, 2011/2017




Fonte: Dados do FNDE, 2019. Elaborado pelo autor.

Ao levar em consideração agora a média da soma dos municípios que não compram nada, com os que compram abaixo do exigido, o percentual aumenta para 72,3%. A realidade do gráfico 2 demonstra a necessidade de direcionar uma atenção maior para a agricultura familiar, tendo em vista o que é produzido por cada setor, ou seja, enquanto o agronegócio insiste em uma agricultura baseada na monocultura para exportação, a agricultura familiar prioriza a produção de alimentos saudáveis, para a mesa de cada família. Desta forma, vê-se a necessidade de investimentos e políticas concretas de fomento à agricultura familiar.

**Gráfico 2** - Crédito* rural disponibilizados e executados entre os anos de 2003 e 2019



Fonte: Brasil (2019). Elaborado pelo autor.
* R$ em bilhões de reais corrente.

É perceptível que mesmo com o passar dos anos, a política de preservação da agricultura voltada para a monocultura de exportação do agronegócio é sempre beneficiada com um dispêndio de recursos totalmente diferente do que é investido na agricultura familiar, não levando em conta o que mostra Schwartzman (2015), em que a agricultura familiar é capaz de gerar mais empregos do que os grandes latifundiários com a agricultura patronal, ou seja, é capaz de cumprir seu papel no desenvolvimento, a partir da criação de empregos.

Para buscar mostrar a realidade da agricultura familiar no estado do Pará, este trabalho tem como objetivo fazer uma análise da utilização dos recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – pelos municípios participantes do Estado do Pará, a partir da efetividade do programa supracitado para o desenvolvimento econômico. Para isso, dividiu-se em três seções: A primeira, trata desta introdução. A segunda seção tratará do PNAE como uma Política Pública, na sequência, a terceira seção abordará a metodologia utilizada e por fim, serão trazidos os resultados da pesquisa, a partir dos modelos econométricos utilizados.

## O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO POLÍTICA PÚBLICA

As políticas públicas podem ser entendidas como ferramentas que o governo, tanto no âmbito federal, como estadual ou municipal fazem uso para buscar solucionar problemas de cunho econômico, político e social, ou seja, são ações que buscam atender as demandas existentes por meio da sua intervenção. Como aponta Laswell (1936), as decisões sobre políticas públicas precisam dizer: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. Ainda assim, é preciso também seguir algumas etapas como demonstrado na figura 1: i) Identificação do problema; ii) Agenda; iii) Formulação; iv) Tomada de decisão; v) Implementação vi) Monitoramento; vii) Avaliação.

**Figura 1** – Ciclo de políticas públicas

Fonte: CLP, 2019.

Desta forma, o PNAE como política pública é considerado um dos maiores programas do mundo, e também, mais antigo programa de assistência do Governo Federal (TURPIN, 2009; BELLÉ, *et al.,* 2014; PEIXINHO, 2013). Trata-se do maior programa de alimentação em execução, atuação e continuidade que tem por objetivo buscar melhorias no âmbito alimentar, educacional, e nutricional das pessoas atendidas – geralmente, crianças em idade escolar.

O PNAE passou por diversas modificações durante a sua criação e atuação. Segundo Caldas e Ávila (2013), na década de 1950, foi criado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado “Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil”, com recursos provindos do Fundo Internacional de Socorro a Infância (FISI). O programa também se chamou Campanha de Merenda Escola (CME), tendo passado a se chamar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) em 1956, através do Decreto 39.007/56. Após o golpe militar um novo decreto (Decreto 56.886/65) mudou o nome do programa para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE).

O programa já foi financiado por diversos órgãos como por exemplo: Agências internacionais, Nações Unidas, UNICEF, *United States Agency for Internacional Develpment* (USAID) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da Organização das Nações Unidas (ONU). (PEIXEINHO, 2013). No entanto, nos anos de 1973 e 1974 foi executada a primeira fase do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), com sua segunda fase realizada entre 1976 e 1979. Só a partir de 1976 que o programa passou a ser financiado com recursos públicos provindos do Ministério da Educação (MEC) e em 1979, é modificado mais uma vez passando a chamar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (AVILA, CALDAS e ASSAD, 2013; SÍCOLI, 2017).

Além da sustentabilidade, o fator regional também apresenta grande contributo para o fortalecimento do PNAE ou seja, ao comprar do agricultor familiar daquela região, o pograma está garantindo que os alunos atendidos possam desfrutar de uma alimentação saudável, com produtos regionais, fortalecendo assim a cultura e a culinária daquela região.

Este cenário pode ser visto na tabela 1, onde é possível observar a participação da agricultura familiar dentre os diversos produtos utilizados na merenda escolar e que são cultivados no estado. Apresenta grande destaque a produção da mandioca, com 91,1% sendo produzida pela agricultura familiar. Produtos de culturas tradicionais na região e no estado também apresentam grande participação da agricultura familiar em sua produção, como é o exemplo do açaí e do cupuaçu, com 79,2% e 66,2%, respectivamente.

**Tabela 1** – Participação da Agricultura Familiar em alguns produtos utilizados na Alimentação Escolar – Estado do Pará – 2019

| Produto | Produção* Total | Produção Familiar | Participação da Agricultura Familiar |
|---|---|---|---|
| Arroz em casca | 102.422 | 21.755 | 21,2% |
| Feijão | 12.850 | 8.583 | 66,8% |
| Milho em grãos | 553.965 | 73.232 | 13,2% |
| Mandioca | 1.041.822 | 949.527 | 91,1% |
| Banana | 48.306 | 35.144 | 72,7% |
| Abacaxi | 92.588 | 80.702 | 87,1% |
| Açaí | 241.816 | 191.706 | 79,2% |
| Laranja | 48.732 | 24.440 | 50,1% |
| Dendê | 816.205 | 31.988 | 3,91% |
| Mamão | 7.188 | 5.354 | 74,4% |
| Maracujá | 6.306 | 5.416 | 85,8% |
| Cupuaçu | 4.965 | 3.287 | 66,2% |

Fonte: BRASIL 2019a, Censo Agropecuário 2017. Elaboração Própria.
* Em toneladas.

Por outro lado, se a referência for a participação da agricultura familiar no total da produção agrícola paraense, a participação no conjunto de 100 culturas (permanentes e temporárias) apresentadas no Censo Agropecuário 2017, foi de 29,8%, porém, quando excluídas cultivos como a da soja, milho e da cana-de-açúcar desta lista, o valor da participação da agricultura familiar aumenta significativamente, passando para 83,3% (BRASIL, 2019a).

Esta informação é de grande relevância, pois, indica que excluída essas três culturas industriais, mais da metade da produção agrícola do estado do Pará provém do trabalho dos agricultores familiares, o que demonstra a grande importância socioeconômica do setor para a economia do estado.

Apesar do cenário ainda não ser o ideal, o PNAE já foi capaz de melhorar a qualidade produtiva e a renda de muitos produtores (MEDEIROS *et al*., 2016; BOSQUILIA; PIPITONE, 2017; RODRIGUES *et al*., 2017; CUNHA, FREITAS; SALGADO, 2017; BRESSAN; SILVA, 2020). Porém, em sua essência, ainda falta muito para o PNAE ser desenvolvido na sua totalidade.

Contudo, o PNAE, assim como diversos outros programas também está sujeito a atitudes que provocam a diminuição de sua eficácia. Cavalcanti e Ramos (2018) mostraram que, o aumento da auditoria em alguns municípios faz com que haja uma oferta maior de praticamente 75% na alimentação escolar, comparando com municípios que não recebem a mesma auditoria. O problema é o baixo número de municípios auditados, como por exemplo: No Pará, em 2020, os municípios sorteados foram Igarapé-Miri, Nova Timboteua e Tomé-Açu. Assim, o resultado do modelo econométrico apresentado na discussão, corrobora com os problemas supracitados que culminam na baixa efetividade da aplicação dos recursos repassados pelo governo federal.

## METODOLOGIA

### Base de Dados

Na estimação dos modelos, a maioria dos dados utilizados foram obtidos diretamente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), vinculados

ao Ministério da Educação e serão detalhados a seguir no quadro 1.

**Quadro 1** – Descrição das variáveis e fonte de dados

| Variáveis | Descrição | Fonte |
|---|---|---|
| pibagro | Equivalente ao Valor Agregado Bruto da agropecuária a preços correntes de cada município paraense que será explicada pelas demais variáveis. | IBGE |
| repasse | Recursos repassados pelo Governo Federal para cada município. | Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) |
| investido | O quanto é investido na aquisição de alimentos da agricultura familiar pelos governos municipais do estado do Pará. | Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) |
| pamper | Referentes à produção agrícola municipal permanente, correspondente ao total da produção do produto da lavoura permanente em reais corrente. | Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) |
| pamtemp | Referentes à produção agrícola municipal temporária, correspondente ao total da produção do produto da lavoura temporária em reais corrente. | Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) |
| prodpec | Corresponde ao valor da produção de leite dos municípios do Estado do Pará. | Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) |
| credrural | Valor referente as estatísticas Bancárias Mensais por município, utilizando os verbetes correspondentes ao financiamento rural da agricultura. | Bacen |
| despesas | Valores relacionada as despesas governamentais | Tesouro Nacional |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados são referentes as modalidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar: PNAE Creche (PNAC), PNAE Fundamental, PNAE Indígena (PNAI), PNAE Quilombola (PNAQ) e a modalidade Alimentação Escolar, com um recorte temporal de 2005, até 2015, tendo como ponto de inflexão, 2009, quando há a mudança na lei, em que o governo passa a exigir que sejam comprados o mínimo de 30% dos produtos provenientes da agricultura familiar, para a alimentação escolar. O período observado, é dado devido a dificuldade em obter dados mais antigos e recentes.

## Controle Sintético

A partir do momento em que se considera o Programa Nacional de Alimentação Escolar como ferramenta efetiva para o desenvolvimento econômico dos municípios participantes, é preciso testar a hipótese, a partir de um instrumental econométrico, denominado de Controle Sintético. Este modelo mostrará, se a partir da implementação da Lei Federal n° 1.947/2009 – que garante a compra de pelo menos 30% da merenda escolar dos produtores da agricultura familiar – a agricultura familiar a partir do PNAE, é efetiva para o desenvolvimento econômico dos municípios participantes do programa. De acordo com Gomes (2016, p. 19):

> O método de controle sintético consiste na estimação do impacto sobre uma determinada variável de um evento (ou intervenção política ou econômica) que ocorre, a nível agregado, em espaços geográficos ou instituições. Faremos referência a tal evento ou intervenção como "tratamento".

Isso consiste em comparar o desenvolvimento econômico analisado pelos indicadores econômicos nos municípios que fazem uso da política do PNAE e como teria sido se estes não participassem da mesma política, ou seja, a comparação entre o antes e o depois da implementação do programa para ter conhecimento da efetividade gerada pelo PNAE.

O método do Controle Sintético foi desenvolvido por Abadie e Gardeazabal (2003) e aprimorado por Abadie, Diamond e Hainmueller (2010). O controle sintético para estudos comparativos como descrito em Abadie e Gardeazabal (2003) e Abadie, Diamond e Hainmueller (2010) permite estimativas de efeito em configurações onde uma única unidade (um estado, país, empresa, município, etc.) é exposta a um evento ou intervenção – no caso deste estudo, exposto ao PNAE. Ele fornece um procedimento orientado por dados para construir unidades de controle sintético com base em uma combinação ponderada de unidades de comparação que se aproxima das características da unidade que está exposta à intervenção. Uma combinação de unidades de comparação geralmente fornece uma melhor comparação para a unidade exposta à intervenção do que qualquer unidade de comparação sozinha.

Portanto, para este trabalho, a variável de tratamento são os municípios que apresentarem 3%[1] ou mais da razão entre o recurso investido provindo do PNAE e o PIB agrícola do município, na média, no recorte temporal utilizado. Após esta análise, constatou-se que os municípios de Breves, Capanema, Belém e Ananindeua se enquadram nesta métrica. Contudo, Belém e Ananindeua foram retirados do tratamento por não apresentarem características agrícolas. Para o controle, foram selecionados os municípios que tenham características agrícolas, a partir da soma das Produções Agrícolas Municipais, Temporárias e Permanentes, para que se mantivesse a fidelidade no tocante aos municípios com características agrícolas.

A implementação do método segundo Gomes (2016) é feita a partir de um grupo selecionado, candidato a controle, que terá um peso em uma região sintética formada, que se aproxime das características do grupo sintético antes da intervenção da política do PNAE, que é a região de tratamento. Estas serão combinadas para reproduzir a unidade tratada, em uma situação hipotética de não tratamento.

Abadie, Diamond e Hainmueller (2010), estabelece $Y_{it}^{N}$ como resultado observado para a região *i* no tempo *t* na ausência da intervenção – implementação do programa – para as regiões *i* = 1,... J+1, e períodos *t* = 1...T. Os autores definiram ainda $T_0$ como o número de períodos utilizado antes da intervenção – antes da implementação do programa – com 1 ≤ $T_0$ ≤ T. Se a região *i* no tempo *t* é exposta ao tratamento no períodos $T_0$+ 1 a T, $Y_{it}^{I}$ consistirá no resultado observado para a região *i* no tempo *t.* Ou seja, no primeiro momento, sem a intervenção do programa, conseguinte, com a intervenção do programa.

O efeito que se quer alcançar da intervenção sobre a variável resultado do grupo utilizado *i* pode ser expresso como:

$$\alpha_{it} = Y_{it}^{I} - Y_{it}^{N} \qquad (14)$$

Para os períodos $T_0$+ 1 a T. Desta forma, para realiza a estimação do impacto $\alpha_{it}$,

[1] Critério *Ad Hoc* utilizado para esta finalidade.

é necessário a estimação de $Y_{it}^{N}$, pois, este não é o termo observado. Então, $T_0$ precisa ser especificado como o primeiro ano em que a intervenção é capaz de afetar a variável de interesse no intuito de considerar efeitos de antecipação, caso estes sejam existentes. Logo, antes de $T_0$, considera-se $Y_{it}^{I} = Y_{it}^{N}$. Reescrevendo (14) como:

$$Y_{it} = Y_{it}^{N} + \alpha_{it} D_{it} \quad (15)$$

Onde $D_{it}$ é uma variável *dummy*, que assumirá o valor 1 se a unidade *i* for exposta a intervenção no tempo *t* ou 0, caso não seja exposta. $Y_{it}$ é o resultado observado para a unidade *i* no tempo *t*. Devido a região ser exposta a intervenção e apenas um período $T_0$ com $1 \leq T_0 \leq T$, é obtido:

$$D_{it} = \begin{cases} 1 \; se \; i = 1 \; e \; t > T_0 \\ 0 \; de \; outra \; forma. \end{cases}$$

Essas restrições evitarão a superação da variável resultado do modelo. A escolha das regiões candidatas ao controle pode ser realizada de acordo com as similaridades com a unidade tratada, de forma que gere uma tendência de diminuição do viés.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO: PANORAMA DO PNAE NO ESTADO DO PARÁ

Dentro deste debate destaca-se um dos maiores problemas do PNAE, a partir de constatações e das diversas dificuldades encontradas no programa, relativo à diferença entre a concepção e a execução do PNAE. Estes fatos fazem surgir a necessidade de uma análise detalhada e minuciosa, utilizando-se do ferramental econométrico disponível na literatura para uma melhor avaliação da política pública. Desta forma, optou-se por um modelo de Controle Sintético para avaliar a efetividade do PNAE, como forma de avaliação da política pública, como será visto a seguir.

Para um melhor ajuste do Controle Sintético, buscou-se na literatura, trabalhos que também tenham usado o PIB agrícola como variável dependente (LUPI; TESHOME, 2018; CAPOBIANGO *et al*., 2012; BRIGATTE; TEIXEIRA 2011) com intuito de observar quais variáveis foram usadas como independentes (SORMEAUX e PEMBERTON, 2011; SOUZA, *et al*., 2020; GILIAL, AMAIR e HUSSAIN, 2018). O procedimento permite que o modelo filtre os efeitos de todas as variáveis, fazendo com que restem apenas as variações dos impactos do programa na variável resposta. Ou seja, inseriu-se as variáveis que apresentem de alguma forma, algum tipo de interação com o PIB agrícola, para que o modelo seja mais fidedigno.

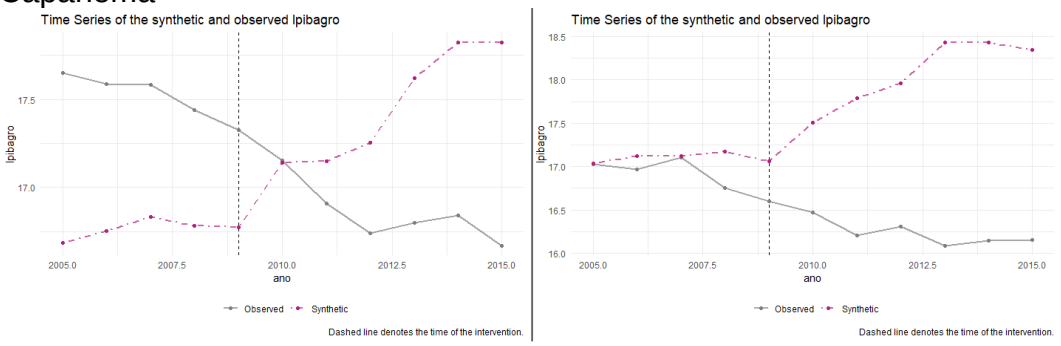
Nos municípios analisados, percebe-se a importância dos órgãos de auxílio aos agricultores como por exemplo a EMATER e programas de incentivo financeiro como o Pronaf. No caso de Breves, agricultores são contemplados com projetos de crédito para diversificarem suas produções, que passam pelo cultivo do açaí, mandioca até a criação de frangos. Dentro do período da pandemia, a Emater auxiliou os agricultores para que estes pudessem desenvolver projetos para comercialização dos seus produtos por *delivery* (ASBRAER, 2020; PARÁ, 2020).

Para o município de Capanema, o cenário de auxílio dos órgãos responsáveis, também se fez presente a partir do suporte mecânico, no cultivo de terras, potencializando a plantação do feijão caupi, fortalecendo a agricultura familiar e auxiliando cerca de mil famílias que desenvolvem a prática agrícola no município, buscando o aproveitamento das potencialidades agrícolas do município a partir de um Termo de Cooperação Técnica (TCT) firmado entre Emater e a Prefeitura Municipal

de Capanema (CAPANEMA, 2018; PARÁ, 2021).

Desta forma, chegou-se as seguintes conclusões, a partir do modelo Controle Sintético estimado: A figura 2 mostra a evolução das trajetórias do PIB agrícola para os municípios de tratamento, Breves e Capanema. O cenário evidencia o exposto acerca da baixa efetividade do programa, uma vez que para o estado do Pará, em média 72% dos municípios cumprem a Lei n° 11.947/2009. Para Capanema, tratamento e controle estão mais próximos no período de pré-tratamento, mas também se distancia, realizando trajetórias diferentes um pouco antes do pós-tratamento, acentuando a diferença com o passar do tempo.

**Figura 2** – Trajetórias do PIB agrícola do tratamento e controle para Breves e Capanema

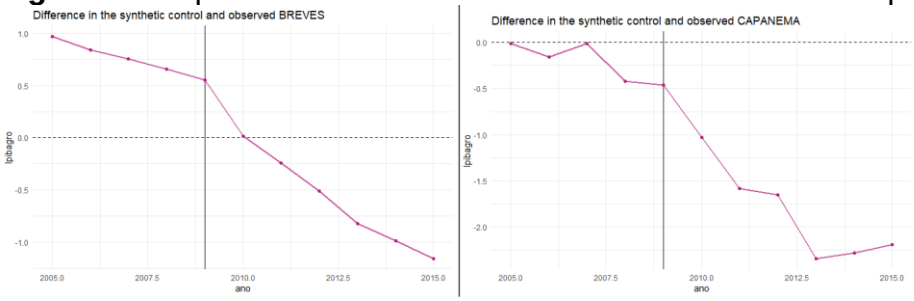



Fonte: IBGE/SIDRA/FNDE/Banco Central/Tesouro Nacional. Elaborado pelo autor

De acordo com o exposto, o modelo capta uma trajetória inversa, pois, os valores utilizados do programa, são ínfimos ou inexistentes. Esta diferença pode ser observada na figura 3, a qual mostra o gap entre o tratamento e o controle. Como é possível observar, o gap é negativo.

Esse gap mostra a diferença entre as taxas dos municípios de Breves e Capanema e de seus controles sintéticos ao longo do tempo e ilustra o efeito do programa sugerido pelas evidências da figura anterior. É possível também que esse movimento negativo no tratamento tenha se dado pela crise agropecuária vivenciada pelo país, principalmente com o desmonte de programas utilizados para esta categoria agrícola, como também da crescente diferença de investimentos entre a agricultura familiar e o agronegócio.

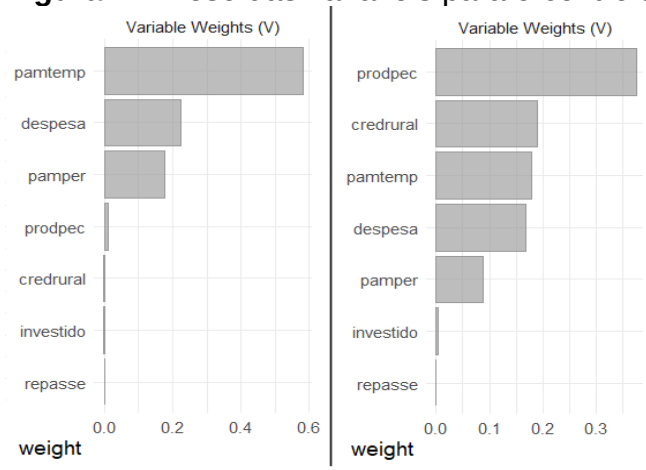
**Figura 3** - Gap entre o tratamento e o controle de Breves e Capanema




Fonte: IBGE/SIDRA/FNDE/Banco Central/Tesouro Nacional. Elaborado pelo autor.

Na sequência, é possível observar na figura 4, os pesos de que cada variável tem, dentro do modelo. Isso permite ver quais casos foram utilizados, em parte, para gerar o controle sintético. Desta forma, observa-se que as variáveis que apresentam menores pesos, são as variáveis do repasse dos recursos do PNAE e a referente ao investido para a compra da alimentação escolar.

**Figura 4** – Peso das variáveis para o controle sintético de Breves e Capanema




Fonte: IBGE/SIDRA/FNDE/Banco Central/Tesouro Nacional. Elaborado pelo autor.

É perceptível que para os dois municípios de tratamento, as variáveis do repasse dos recursos do PNAE e do investido para a compra da alimentação escolar tiveram pesos praticamente nulo.

Essas dificuldades que causam esse panorama são levantadas por alguns autores (TRICHES, 2012; DA SILVA, 2017; TEO, et al., 2019) que demonstram pontos que são considerados obstáculos que muitas vezes causam o impedimento da participação de muitos produtores ao programa, como a dificuldade em se organizar, dificuldades por parte da logística para entrega dos produtos, fragilidades no processo de venda da produção, percalços na ampliação de editais, problemas na malha viária, entre outros fatores que contribuem para que a variável dos investimentos não tenha significância estatística.

É possível enfatizar que as variáveis que aparecem com pesos significativos são as correspondentes a produção agrícola municipal temporária e a permanente, bem como a produção pecuária. Este cenário, parece confirmar também, que o uso inadequado ou a falta do uso dos recursos repassados pelo Governo a partir dos vários pontos já levantados, torna o programa sem a efetividade que deveria ter, se fosse cumprido como planejado na sua essência.

O cumprimento da essência do programa é uma lacuna a ser preenchida, como aponta (BITTENCOURT, 2007), ao mostrar que os gestores – tanto os do município quanto os das escolas – se dão por satisfeitos, mesmo não tendo indicadores capazes de mensurar a ação do programa no seu município. As trajetórias negativas podem ser avaliadas de outra maneira útil, fazendo a comparação do ajuste do tratamento com o controle sintético, demonstrando o quão comparável é o controle sintético as variáveis observadas da unidade tratada que podem ser vistas na tabela 3.

**Tabela 2** – Média do período para o tratamento e controle

| Variáveis | Média de Breves tratado | Média de Breves Sintético | Média amostral | Média de Capanema tratado | Média de Capanema Sintético | Média amostral |
|---|---|---|---|---|---|---|
| lncredrural | 15.7 | 12.8 | 3.66 | 18.9 | 18.1 | 10.4 |
| lndespesa | 13.1 | 13.2 | 15.0 | 17.4 | 17.4 | 15.8 |
| lninvestido | 14.2 | 12.7 | 11.8 | 13.4 | 13.2 | 11.6 |
| lnpamper | 6.91 | 6.86 | 5.99 | 7.92 | 7.94 | 7.82 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| lnpamtemp | 6.98 | 6.97 | 6.75 | 8.96 | 8.96 | 8.29 |
| lnprodpec | 4.47 | 6.41 | 5.74 | 5.86 | 5.88 | 6.86 |
| lnrepasse | 14.0 | 12.8 | 12.2 | 13.4 | 13.2 | 12.7 |

Fonte: IBGE/SIDRA/FNDE/Banco Central/Tesouro Nacional. Elaborado pelo autor.

Na tabela 2, é possível comparar o quão preciso foi o grupo de controle sintético, ao reproduzir as médias das variáveis utilizadas, aproximadas entre controle e tratamento. Outro fato importante, são as médias amostrais a partir dos pesos determinado pelo modelo de controle sintético sendo capaz de produzir um conjunto de médias pré-tratamento bem próxima a média do grupo tratado, na maioria das variáveis. Com destaque para as variáveis relacionadas a produção agrícola municipal temporária e permanente e a produção pecuária.

No entanto, antes da criação da lei que garante a compra de ao menos 30% da alimentação escolar, da agricultura familiar, os valores repassados e investidos da média amostral do grupo de controle eram menores que o do grupo de tratamento. Por outro lado, o grupo sintético, reproduz com precisão os valores da produção pecuária, agrícola municipal temporária e permanente para Breves e para Capanema, demonstrando um ajuste do modelo.

Para inferência do placebo, o método baseia-se na repetição do modelo para cada controle no grupo de controle, exatamente como foi feito para a unidade tratada — ou seja, gerar controles sintéticos placebo. Definidos grupos de placebo, os resultados são gerados ao construir o controle sintético de interesse. Isso torna mais fácil explorar como a diferença única entre a unidade observada e sintética é quando comparada com os placebos.

A função retira automaticamente os placebos que se encaixem mal nos dados no período da pré-intervenção. A razão para isso é puramente visual: essas unidades tendem a sair da escala ao traçar os placebos. Para fazer esse tipo de remoção, a função analisa o erro quadrático médio dos preditores do período de pré-intervenção. O erro quadrático médio é uma métrica que reflete o quão bem o controle sintético mapeia para a série de tempo de resultado observado no período de pré-intervenção, como apresentados na figura 5. Se um controle placebo tem um erro quadrático médio que está duas vezes além do caso alvo, então ele é descartado.

**Figura 5** – Placebos para os municípios de Breves e Capanema

Fonte: IBGE/SIDRA/FNDE/Banco Central/Tesouro Nacional. Elaborado pelo autor.

Para avaliar a importância e corroborar ainda mais o quão real são as estimações realizadas, foi usado o teste de placebo como em Abadie & Gardeazabal (2003) e Abadie, Diamond e Hainmuller (2010). Aplicou-se o método de controle sintético em municípios que investiram menos que 3% da razão dos recursos investidos, pelo PIB agrícola destes municípios – o grupo de controle. Ou seja, aplicou-se o controle

sintético a todos os municípios do grupo controle, de cada município tratado, mantendo o município tratado como um município de controle.

Ou seja, agiu-se como se um dos municípios de controle tivesse utilizado um valor de 3% ou mais, da razão do investido com o PIB agrícola daquele município. As linhas cinzas mostram as diferenças dos investimentos em razão do PIB agrícola entre cada município de controle e sua respectiva versão sintética. As linhas destacadas representam o gap estimado para Breves e Capanema, respectivamente, para o período 2009-2015, correspondente ao pós-tratamento.

A análise do placebo mostrou que os gaps são negativos. Para Capanema, é possível observar que praticamente todos os municípios de controle apresentaram resultados melhores que o tratamento, o que confirma a falta de efetividade do programa nos municípios paraense. Já Breves, conseguiu apresentar uma performance melhor, ficando acima de boa parte dos municípios de controle. No entanto, este cenário não traz muitas mudanças na realidade apresentada, uma vez que os gaps para os municípios são negativos, demonstrando a baixa efetividade do PNAE, como política pública.

## CONCLUSÃO

Este trabalho buscou realizar uma análise do panorama do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos municípios paraense. Dentro desta análise, fez-se uso de um modelo econométricos que buscou visualizar a efetividade do programa supracitado, no desenvolvimento econômico dos municípios participantes. A partir deste cenário, verificou-se que o PNAE tem apresentado um duplo caráter que precisa ser levado em consideração, em relação a diferença da sua concepção, com a sua execução. Ou seja, há um *gap* considerável entre o que se planeja realizar na concepção do PNAE, com o que de fato se apresenta nos resultados dos números analisados a partir de dados disponíveis em fontes governamentais como o FNDE. Por exemplo, levando em consideração a média da soma dos municípios que não compram nada, com quem compra abaixo do exigido por lei, o índice tem uma média, 72,3% desses municípios.

Apesar da importância da agricultura familiar, o cenário analisado constata que existe uma diferença quando se fala em relação a investimentos. Assim, é notório que os investimentos no setor do agronegócio obtiveram crescimentos gradativos e consideráveis, diferente do ocorrido no setor da agricultura familiar, que praticamente se manter linear.

O que se pretende com este trabalho, não é minimizar o agronegócio, porém, é necessário direcionar uma atenção maior para a agricultura familiar, tendo em vista o que é produzido por cada setor, pois, o agronegócio é produtor de monoculturas para exportação, já a agricultura familiar prioriza a produção de alimentos saudáveis, para a mesa de cada família. Desta forma, também precisa ter sua importância valorizada e valorização da importância da agricultura familiar perpassa pelo fim da distinção e da forma seletiva que o crédito rural é disponibilizado.

Esta importância é evidenciada quando analisada a participação da agricultura familiar no total da produção agrícola paraense. O cenário mostra que a participação no conjunto de 100 culturas (permanentes e temporárias) apresentadas no Censo Agropecuário 2017, foi de 29,8%, porém, se excluídas cultivos como a soja, milho e cana-de-açúcar desta lista, o valor da participação da agricultura familiar aumenta significativamente para 83,3%. Este cenário é de grande relevância, pois, indica que excluída essas três culturas industriais, mais da metade da produção agrícola do

estado do Pará provém do trabalho dos agricultores familiares, o que demonstra a grande importância socioeconômica do setor para a economia do estado.

A partir do modelo de Controle Sintético estimado – que buscou analisar o comportamento do programa utilizando o ponto de inflexão a partir da implementação da Lei n° 11.947/2009 – constatou-se trajetórias diferentes antes do pós-tratamento, acentuando a diferença com o passar do tempo. Esse resultado acontece porque o modelo capta uma trajetória inversa, pois, os valores utilizados do programa em sua maioria, são ínfimos ou muitas vezes inexistentes.

As variáveis que apresentaram maiores pesos, no geral, foram as Produções Agrícolas Municipal Temporária e Permanente, como também a Produção Pecuária. Em contrapartida, ficou claro que para os dois municípios de tratamento, as variáveis do repasse dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar e do investido para a compra da alimentação escolar tiveram pesos praticamente nulo.

Este cenário, cofirma que o uso inadequado ou a falta do uso dos recursos repassados pelo Governo a partir dos vários pontos já levantados, torna o programa sem a efetividade planejada na sua essência. Contudo, o resultado do modelo se mostrou preciso ao reproduzir as médias das variáveis utilizadas bem próximas entre controle e tratamento. Foi visto também que as médias amostrais a partir dos pesos determinado pelo modelo foram capazes de produzir médias pré-tratamento próximas a média do grupo tratado, na maioria das variáveis.

É preciso destacar que muitos problemas acabam potencializando os efeitos dessas distorções. Muitos produtores enfrentam problemas para escoar sua produção, como uma malha viária precária que dificultam o transporte e encarecem os produtos, atrelados a falta de comunicação, adequação as normas, entre outros. Baseado no exposto, fica claro a necessidade de melhoria nos investimentos no setor da agricultura familiar, para solucionar gargalos que dificultam a realização do programa, como os supracitados, no intuito de arrefecer as dificuldades em acessar o programa, sem gerar impactos direto no preço, como também uma maior intensificação na fiscalização por parte dos órgãos competentes.

No entanto, por se tratar de um estudo de caso, é importante realizar trabalhos futuros mais amplos, de maior folego e aprofundamento sobre a realidade das diferentes regiões brasileiras, capazes de gerar novas linhas de discussão e orientações ao aprimoramento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental.

## REFERÊNCIAS


ABADIE, A.; J. GARDEAZABAL. "The Economic Costs of Conflict: A Case Study of the Basque Country," **American Economic Review**, American Economic Association, vol. 93(1), p. 113-132, March, 2003.

ABADIE, A., DIAMOND, A.; HAINMUELLER, J. "Synthetic Control Methods for Comparative Case Studies: Estimating the Effect of California Tobacco Control Program," **Journal of the American Statistical Association**, American Statistical Association, vol. 105(490), p. 493-505, 2010.

ASBRAER. **Com produção diversificada, agricultor de Breves (PA) aumenta renda e melhora de vida**. 2020. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/6739-com-producao-diversificada-agricultor-de-breves-pa-aumenta-renda-e-melhora-de-vida>. Acesso em 08. nov. 2021.

AVILA, M. L.; CALDAS, E. L.; ASSAD, S. S. Sinergia e coordenação em políticas públicas: o caso do PAA e PNAE. **Sociedade E Desenvolvimento Rural** on line. v.7, n. 3, jul. 2013.

BRASIL. **Política Agrícola: Funcionamento e Evolução**. Audiência Pública Senado Federal. Ministério da Economia, Secretaria de Política Econômica, 2019. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/c9497a61-2fcf-46dd-8e07-989bf95b9eee>. Acesso em: 06 de novembro, 2019.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a.

BELLÉ, A. M.; *et al*. **A Eficiência na utilização dos recursos federais no PNAE**. III Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas – III CONAPE. Francisco Beltrão/PR, 01, 02 e 03 de outubro de 2014.

BITTENCOURT, J. M. Villafuerte. **Uma avaliação da efetividade do Programa de Alimentação Escolar no Município de Guaíba**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegra - RS, 2007.

BOSQUILIA, S. G. C de., C., PIPITONE, M. A. P., A integração do PNAE com o PRONAF: oportunidades e desafios. **Impulso**, Piracicaba • 27(70), 7-16, set.-dez. 2017.

BRESSAN, L. R,; SILVA, L. M. S. Impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no apoio às lógicas familiares de produção, no município de Marabá, Pará - Amazônia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Vol.15, Nº. 2, p. 62-73, Ano 2020.

BRIGATTE, H.; TEIXEIRA, E. C. Determinantes de Longo Prazo do Produto e da Produtividade Total dos Fatores da Agropecuária Brasileira no Período 1974-2005. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 04, p. 815-836, out/dez 2011.

CALDAS, E de. L.; ÁVILA, M. L. Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Espaço Acadêmico**. n° 148, set 2013.

CAPANEMA. **Secretaria de Agricultura inicia Mecanização de Terras para produtores rurais.** 2018. Disponível em: <https://www.capanema.pa.gov.br/informa.php?id=304>. Acesso em: 08 nov. 2021.

CAPOBIANGO, R. P.; *et al*. Análise do Impacto Econômico do Crédito Rural na Microrregião de Pirapora. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 4, p. 631-644, Out/Dez 2012.

CAVALCANTI, D. M. ; RAMOS, F. S . **O impacto das fiscalizações municipais pela CGU sobre a oferta de merenda escolar**. In: 46o. Encontro Nacional de Economia ANPEC, 2018, Rio de Janeiro. Anais do 46o. Encontro Nacional de Economia ANPEC. Rio de Janeiro: ANPEC, 2018.

CLP. **Entendendo os conceitos básicos de Políticas Públicas.** 2019. Disponível em: <https://www.clp.org.br/entendendo-os-conceitos-basicos-mlg2-de-politicas-publicas-mlg2/>. Acesso em: 13 de jan. 2020.

CUNHA, W. A.; FREITAS, SALGADO, R. J. S. F. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera

Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 55, Nº 03, p. 427-444, Jul./Set. 2017.

DA SILVA, C. V. A. Desafios para a ampliação da participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar na região do Baixo Tocantins, Pará. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, p. 101, 2017.

FNDE. **PNAE**. 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 01 mar. 2017.

_____. **PNAE.** 2019. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar>. Acesso em: 01 nov. 2017.

GILIAL, M. A., AJMAIR, M., HUSSAIN, K. Determinants of Agricultural Sector Growth in Pakistan: A Time Varying Parametric Approach. **Journal of Economics and Sustainable Development**, Vol.9, n.19, 2018.

GOMES, E da. S. **Controle sintético: uma aplicação no estudo contrafactual do Mercosul**. 2016. 42 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Rio Grande do Sul, 2016.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland, Meridian Books. 1936.

LUPI, A.; TESHOME, A. Determinants of Agricultural Gross Domestic Product in Ethiopia. **International Journal of Research Studies in Agricultural Sciences (IJRSAS)**. Volume 4, Issue 2, p. 12-20, 2018.

MEDEIROS, S. F., *et al*., O Fortalecimento Da Agricultura Familiar Através Do Programa Nacional De Alimentação Escolar Na Coopercinco. **Revista de Administração de Roraima-UFRR**, Boa Vista, Vol. 6 n. 3, p.682-701 especial. 2016.

PARÁ. **Com o apoio da Emater, agricultores de Breves iniciam serviço de delivery**. 2020. <Disponível em: https://agenciapara.com.br/noticia/19540/>. Acesso em 08 nov. 2021.

_____. **Parceria entre Emater e Prefeitura de Capanema vai fortalecer agricultura familiar.** 2021. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/26551/>. Acesso em: 08 nov. 2021.

PEIXINHO, A, M, L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(4):909-916, 2013.

RODRIGUES, R., *et al*., A aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE no município de Alegre-ES. **Demetra**, n 12(1); p. 91-112, 2017.

SCHWARTZMAN, F. **Vinculação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a agricultura familiar: caracterização da venda direta e das mudanças para os agricultores familiares em municípios do estado de São Paulo**. Tese (Doutorado), Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2015.

SÍCOLI, J. L. **As contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar**

**(PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável**. Tese (Doutorado), Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2017.

SILVA, W. C. da., *et al*., O planejamento estratégico na administração pública: um estudo multicaso. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 13, n. 1, p. 90-101, jan./jun. 2013.

SORMEAUX, A., PEMBERTON, C. Factors Influencing Agriculture's Contribution to GDP: Latin America and the Caribbean. AgEcon: Research in Agricultural & Applied Economics, **In: 29th West Indies Agricultural Economics Conference, Saint Vincent, West Indies**, July 17-21, 2011.

SOUZA, S. F.; *et al*. Impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Estado da Paraíba, Brasil. **REVISTA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (LISBOA),** v. 43, p. 95-105, 2020.

STOCK, J., WATSON, M. **Introduction to Econometrics**. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2007.

TEO, C. R. P. A.; et al. Aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Santa Catarina, 2012-2014. Revista Grifos, v. 28 n. 47, p. 73-97, 2019.

TRICHES, R. M. **Reconectando a Produção ao Consumo: A aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômica, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, p. 297, 2012.

TURPIN, M. E. **A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares**. In: 47° Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia e Rural (SOBER), 2009, Porto Alegre - RS.

# O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): UM MERCADO EM PERMANENTE DISPUTA

Keilla de Cássia Teixeira[1]
Gilberto Rodrigues Liska [2]
Ricardo Serra Borsatto [3]

**GT 09:** Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo o levantamento acerca das proposições apresentadas pelos Projetos de Lei que buscaram e buscam inserir alterações na Lei 11.947 e, consequentemente na compra pública de alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Para tanto foi utilizada a abordagem de pesquisa documental através do levantamento de informações da base de dados do sítio eletrônico do Portal da Câmara dos Deputados. Da pesquisa realizada pode se constatar a utilização do mercado institucional de compras públicas do PNAE como um campo de disputa de interesses de segmentos industriais para estabelecer a obrigatoriedade do consumo de seus produtos em uma injusta concorrência com os produtos da agricultura familiar, hoje estabelecidos.

Palavras-chave: compras públicas, PNAE, mercado institucional

## INTRODUÇÃO

Se, para o Malthusianismo, as causas da fome remetiam a fatores como a capacidade produtiva, previsões de superpopulação e dificuldade de cultivo em terras menos férteis, para (STEDILLE & CARVALHO, 2010), a modernização das técnicas

[1] Universidade Federal de São Carlos, keillateixeira@estudante.ufscar.br.
[2] Universidade Federal de São Carlos, gilbertoliska@ufscar.br.
[3] Universidade Federal de São Carlos, ricardo.borsatto@ufscar.br.

agrícolas, a capacidade de produção, beneficiamento e armazenamento dos alimentos, direcionam o problema para outras reflexões e causas. Essas, segundo Castro (1984) tratam-se tanto mais de fatores socioculturais do que de fenômenos de natureza geográfica ou produtiva.

A mercantilização do alimento e seu uso como recurso de poder e ferramenta de controle pelo capitalismo são as principais razões, segundo Coca (2016), para o grande número de pessoas que passam fome diariamente em todo o mundo. Conduzida pela hegemonia das grandes corporações, a Ditadura do Alimento impõe uma dieta padronizada, fortemente baseada em bens processados, de baixo teor nutricional, interessada, tão somente, em que produção, distribuição e consumo dos produtos alimentares mantenham-se como fenômenos exclusivamente econômicos (CASTRO, 1984; COCA, 2016).

A fome, essa cicatriz histórica e profunda que afeta grande parte da sociedade, continua sendo um dos principais desafios enfrentados pela humanidade em uma realidade gritante e extensa. No Brasil 33 milhões de pessoas passam fome. A prevalência da insegurança alimentar em relação à população total, no período de 2019 a 2021, apresentou um aumento em 11,5 milhões de pessoas em insegurança alimentar, na forma grave, e 23,8 milhões de pessoas na forma grave ou moderada (FAO, 2022) Um cenário que evidencia a incapacidade do sistema alimentar global hegemônico em nos alimentar e, ainda mais, sua incapacidade em nos fornecer alimentos saudáveis (SONNINO, 2019).

No prefácio do livro "Geografia da Fome" (CASTRO, 1984), Silvio de Almeida descreve essa fome como aquela que se manifesta em uma sociedade na qual a comida é vista não apenas como um alimento, um sustento básico, mas, sobretudo como uma mercadoria. A essa caracterização do alimento como mercadoria, Elias, (2021) denomina o ‘nó da fome’, o qual necessita ser desatado para que o acesso à alimentação saudável e de qualidade seja, enfim, a garantia do alimento como um direito de todas as pessoas. E, pensar o acesso a alimentos de qualidade envolve, pensar as formas como a agricultura se desenvolve no território. Isso implica rever as bases do sistema hegemônico de produção e promover a construção de sistemas alimentares sustentáveis, fundados na agricultura orgânica e agroecológica, a fim de constituir um regime alimentar alternativo, valorizando a produção local, diversificada e respeitando o meio ambiente e as identidades culturais (COCA, 2016; FONINI; LIMA, 2013; GRISA; SCHNEIDER; VASCONCELLOS, 2020; SONNINO, 2019).

Diante desse cenário, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE,é um programa de compras públicas que têm o potencial de incentivar a produção, a comercialização e o acesso a uma alimentação saudável, sendo um importante instrumento público para a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar no Brasil (BOCCHI et al., 2019). Considerado um dos maiores e mais abrangentes programas na área de alimentação escolar no mundo, também é uma das mais antigas e acidentada. Com uma trajetória longa, repleta de percalços e alterações na busca por garantir a merenda.

Em 2009, a Lei Federal nº 11.947 , em seu artigo 14, determinou que no mínimo 30% do valor repassado aos estados, municípios e Distrito Federal fossem utilizados, obrigatoriamente, na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009). Um movimento importante para o incentivo e fortalecimento da produção da agricultura familiar, articulada com a aquisição de alimentos sustentáveis e de qualidade. Além da aquisição compulsória da agricultura familiar, a regulamentação do programa traz em sua execução a priorização, sempre que possível, da aquisição de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos certificados. Para estes produtos, é autorizado um acréscimo de 30% dos preços estabelecidos para os produtos convencionais, sendo permitida, às Entidades Executoras, a utilização de até 100% dos recursos na compra da agricultura familiar, inclusive orgânicos e/ou agroecológicos (BRASIL, 2020).

Considerando a potencialidade do programa para incentivar e criar mercados de compras públicas e aquisição de alimentos, sob o alvo constante do interesse da indústria, que vê no PNAE um mercado bilionário, o presente estudo tem como objetivo desenvolver um levantamento acerca das proposições apresentadas pelos Projetos de Lei que buscaram e buscam inserir alterações na Lei 11.947 e, consequentemente na compra pública de alimentos para a alimentação escolar, assim como alterando a própria alimentação. Embora não aprovados e, portanto, ainda não convertidos em lei, os projetos de lei, vislumbram a agenda e interesses do legislativo federal em um contexto de emergência do estado de fome, insegurança alimentar e a urgente necessidade de repensar os modelos de produção e consumo, bem como das disputas que se evidenciam.

Metodologicamente o estudo adota os moldes da pesquisa documental a qual contempla técnicas tanto quantitativas quanto qualitativas para lidar com fontes

secundárias e documentais. Para tanto foi utilizado a base de dados do sítio eletrônico do Portal da Câmara dos Deputados, Atividades Legislativa, Propostas Legislativas, Projeto de Lei, busca pelo assunto: PNAE. Quanto à estrutura organizativa, inicialmente apresenta-se um breve relato do PNAE, apresentando principais características e potencialidades enquanto um importante instrumento para garantir o direito à alimentação adequada. Além do potencial de incentivar a produção, a comercialização e criar mercados de compras públicas. Em seguida, apresenta um quadro teórico das proposições contidas nos Projetos de Lei (e apensados) selecionados a partir de 2012 que propuseram instituir obrigatoriedade de determinados produtos (alimentos) na compra de alimentação escolar estabelecida pela lei 11.947/2009. Por fim, as conclusões sobre esse campo de disputa em torno dos repasses financeiros do programa.

**PNAE enquanto um importante instrumento para garantir o direito à alimentação adequada e saudável.**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, viabilizado pelos repasses de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, atende, aproximadamente, 40 milhões de estudantes de toda a educação básica, o equivalente a quase 20% da população brasileira atual, oferecendo refeições escolares durante o período letivo, na tentativa de suprir as necessidades nutricionais (INEP/MEC, 2021). Além disso, é um importante instrumento público para a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar no Brasil (BOCCHI et al., 2019), com um grande potencial para incentivar e promover a transição orgânica e agroecológica entre os agricultores familiares (ANTUNES JUNIOR et al.,2021).

Considerado o programa federal de alimentação e nutrição mais antigo no Brasil, sua origem remonta à década de 40, quando a primeira proposta de oferecer alimentação aos alunos foi defendida, porém sem sucesso, devido à alegada indisponibilidade de recursos financeiros por parte do Governo Federal (FNDE, 2022). Registros de fornecimento de merenda escolar como ações beneficentes protagonizadas pela sociedade, como a distribuição de “sopa escolar” nas escolas, podem ser observadas desde o final do século XIX. No entanto, a preocupação do Estado com a merenda escolar e a intervenção estatal na alimentação dos alunos emergiram da forte influência de grupos de nutrólogos, bem como de estudos e

pesquisas que evidenciaram as condições nutricionais inadequadas da população (ABREU, 2014).

A implementação da Lei Federal no 11.947/09 é considerada o grande marco na história do PNAE. Pautada em bases legais que fortaleceram a ideia de alimentação escolar como direito do cidadão, como as definidas nos Art. 205 e 208 da Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1996, na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional de setembro de 2006 (PEIXINHO, 2011), o PNAE passa a ter seguinte objetivo principal:

> Art. 4o O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009).

Schottz (2017) observa que tanto a elaboração, quanto a regulamentação da Lei 11.947/2009, foram resultados da participação ativa de organizações da sociedade civil e de setores do governo ligados à educação, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional. Um processo dinâmico de negociação política de coalizão de interesses, entre os diferentes atores envolvidos. Na mesma perspectiva, Abreu (2014) ressalta que a origem do Projeto de Lei Federal no 2.877 enviado ao Senado, propondo modificações no PNAE, assim como a aprovação do projeto que concebeu a Lei Federal no 11.947/09, são reflexos de um contexto político Federal favorável, liderado pelo governo do presidente Lula, no qual diversos programas sociais, preocupados com a com a segurança alimentar e nutricional, inclusão socioeconômica dos pequenos produtores rurais, estavam em curso, dentre os quais o programa Fome Zero e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Ademais do objetivo do programa, já apresentado, a Lei 11.947/2009 prevê em sua redação, a alimentação como um direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado a serem atendidos conforme as diretrizes estabelecidas em seu artigo art. 2º, a saber:

> I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os

> hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;
>
> II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;
>
> III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;
>
> IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;
>
> V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;
>
> VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. ( BRASIL, 2019).

Em outras palavras, por meio de suas diretrizes, o PNAE busca garantir uma alimentação que atenda às necessidades nutricionais dos estudantes de forma completa e equilibrada, levando em consideração as fases de desenvolvimento humano. Garantindo assim a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária. Além disso, busca garantir uma alimentação que seja adequada às práticas alimentares saudáveis e cultural, respeitando as especificidades de cada região, adquirindo gêneros alimentícios produzidos em âmbito local, conciliando, portanto, a inclusão social dos agricultores locais, produtos de alta qualidade nutricional e proteção ambiental.

Em consonância, a elaboração do cardápio, também prevista e orientada na referida Lei, prevê em seu artigo 12:

> (...) a utilização de alimentos in natura ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2009).

## PNAE como campo um mercado em disputa: proposições de projetos de lei que visam alterar a Lei 11.947/2009

Após a implementação da Lei 11.947/2009, que instituiu a obrigatoriedade da compra de 30% de produtos da agricultura familiar, diversos projetos de lei foram apresentados com o intuito alterar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ora visando melhorias na qualidade e na efetividade do programa, ora visando interesses de segmentos individuais sem abrangência social e atendimento à garantia do direito à alimentação adequada aos estudantes da rede pública de ensino, por meio da oferta de refeições saudáveis e nutritivas, ao que afinal, o programa se propõe.

O Projeto de Lei 4195/2012 apresentado pelo Deputado Afonso Hamm - PP/RS, que atualmente se encontra aguardando parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, propõe em sua ementa que a carne suína seja obrigatória nos cardápios das refeições fornecidas pelo programa de alimentação escolar nas escolas públicas, pelo menos uma vez na semana. Esse PL tramita em conjunto com mais vinte um projetos de lei apensados, dentre o quais foram destacados na tabela abaixo, aqueles que em seu inteiro teor, propõe alterações que resultam em instituição de obrigatoriedade de alimentos específicos no cardápio da alimentação escolar:

Tabela 2 – Projetos de Lei que altera a Lei 11.947/2009 apensados ao PL 4195/2012

| Projeto de Lei | Situação | Autor(a)s | Ementa |
|---|---|---|---|
| PL 4195/2012 | Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de | Afonso Hamm - PP/RS | Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para tornar a carne suína obrigatória nos cardápios das refeições fornecidas pelo programa de alimentação escolar nas escolas |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Cidadania (CCJC) | | |
| PL 5087/2019 | Apensado ao PL 4195/2012 | Luiz Nishimori - PL/PR | Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para inserir o pescado e seus derivados no cardápio da alimentação escolar. |
| PL 4860/2019 | Apensado ao PL 4195/2012 | Zé Vitor - PL/MG | Acrescenta §3º ao art. 12 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para obrigar a inclusão do café e do leite nos cardápios da alimentação escolar |
| PL 208/2015 | Apensado ao PL 4195/2012 | Goulart - PSD/SP | Altera a Lei 11.947, de 16 de junho, de 2009, para dispor sobre a priorização de alimentos orgânicos na composição dos cardápios da alimentação escolar. |
| PL 1790/2023 | Apensado ao PL 208/2015 | Marcos Tavares - PDT/RJ | Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos na alimentação escolar da rede pública e privada de ensino, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, e dá outras providências |
| PL 3198/2021 | Apensado ao PL 208/2015 | Alexandre Frota - PSDB/SP | "Estabelece a preferência de compra de produtos orgânicos para a composição de merenda escolar na rede pública de educação." |
| PL 827/2019 | Apensado ao PL 208/2015 | | Altera a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer incentivos para a promoção da alimentação vegana nas escolas e para a conscientização acerca da importância da alimentação vegana nas escolas. |
| PL 6179/2016 | Apensado ao PL 208/2015 | Felipe Bornier - PROS/RJ | Institui incentivo a alimentação saudável de produtos orgânicos nas escolas |
| PL 610/2015 | Apensado ao PL 208/2015 | Zé Silva - SD/MG | "Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de alimentos orgânicos na alimentação escolar e dá outras providências." |
| PL 1185/2015 | Apensado ao PL 208/2015 | Lobbe Neto - PSDB/SP | Dispõe sobre a substituição de alimentos não saudáveis, nas escolas de educação infantil e do ensino fundamental, público e privado. |
| PL 11226/2018 | Apensado ao PL 1185/2015 | Carlos Henrique Gaguim - DEM/TO | Dispõe sobre a OBRIGATORIDADE da substituição de alimentos não saudáveis nas escolas de educação infantil e do ensino fundamental dos setores público e privado. |
| PL 2620/2015 | Apensado ao PL 208/2015 | Rômulo Gouveia - PSD/PB | Altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, e dá outras providências. |
| PL 4012/2015 | Apensado ao PL 208/2015 | Marco Maia - PT/RS | Altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que , entre outros, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. |
| PL 11064/2018 | Apensado ao PL 208/2015 | João Daniel - PT/SE | Dispõe sobre a obrigatoriedade da distribuição de frutas in natura em escolas de educação básica. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| PL 2568/2022 | Apensado ao PL 11064/2018 | Bibo Nunes - PL/RS | Acrescenta §3º ao art. 12 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir o suco de uva integral nos cardápios da alimentação escolar. |
| PL 2849/2019 | Apensado ao PL 11064/2018 | Felipe Carreras - PSB/PE | Estabelece a obrigatoriedade do uso exclusivo de alimentos in natura e minimamente processados em escolas da Educação Básica. |
| PL 3355/2019 | Apensado ao PL 2849/2019 | Damião Feliciano - PDT/PB | Dispõe sobre a qualidade dos alimentos adquiridos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE |
| PL 1248/2023 | Apensado ao PL 3355/2019 | Flávia Morais - PDT/GO , Amom Mandel - CIDADANIA/AM | Altera a Lei nº 11.947, de 2009, para dispor sobre a proibição de alimentos ultraprocessados na alimentação escolar. |

Fonte: Elaboração própria

Dos projetos apensados ao PL 4195/2012, observa-se uma certa incoerência e mesmos conflitos de ideias, dentre algumas das propostas de alimentação e inserções defendidas, não fazendo muito sentido o procedimento de apensação, uma vez que não se tratam de matérias similares. Também fica muito claro o campo de disputa criado em torno do importante e potente mercado de compras públicas que o PNAE apresenta. As escolas públicas são vistas e miradas como um mercado de escoamento e vazão da produção de determinados itens (VASCONCELOS, 2005).

Como o programa movimenta uma grande quantidade de recursos financeiros, torna-se um mercado atraente para diversos setores industriais, como indústrias agrícolas, indústrias alimentícias e fornecedores de serviços de alimentação. Dessa forma, a disputa pelo acesso a esses recursos tem gerado uma intensa concorrência entre esses atores, que buscam ampliar sua participação no mercado do PNAE. Abaixo, a evolução dos recursos financeiros recebidos pelo programas nos últimos anos.

Tabela 1 - Evolução dos Recursos Financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e alunos atendidos – 1995 a 2021

| Ano | Recursos financeiros ( bilhões) | Alunos atendidos (em milhões) |
|---|---|---|
| 1995 | 590,10 | 33,2 |
| 1996 | 454,10 | 30,5 |
| 1997 | 672,80 | 35,1 |
| 1998 | 785,30 | 35,3 |
| 1999 | 871,70 | 36,9 |
| 2000 | 901,70 | 37,1 |

| | | |
|---|---|---|
| 2001 | 920,20 | 37,1 |
| 2002 | 848,60 | 36,9 |
| 2003 | 954,20 | 37,3 |
| 2004 | 1.025,00 | 37,8 |
| 2005 | 1.266,00 | 36,4 |
| 2006 | 1.500,00 | 36,3 |
| 2007 | 1.520,00 | 35,7 |
| 2008 | 1.490,00 | 34,6 |
| 2009 | 2.013,00 | 47 |
| 2010 | 3.034,00 | 45,6 |
| 2011 | 3.051,00 | 44,4 |
| 2012 | 3.306,00 | 43,1 |
| 2013 | 3.542,00 | 43,3 |
| 2014 | 3.693,00 | 42,2 |
| 2015 | 3.759,00 | 41.5 |
| 2016 | 3.420,00 | 40,3 |
| 2017 | 3.880,00 | 40,6 |
| 2018 | 4.020,00 | 40,5 |
| 2019 | 3.950,00 | 40,2 |
| 2020 | 4.300,00 | 39,8 |
| 2021 | 4.490,00 | 39,4 |

Fonte: Elaboração própria

Entre 1995 a 2021, o PNAE ampliou sua cobertura de alunos atendidos de 33,2 para 39,4 milhões. Sendo, o maior pico de cobertura populacional ocorrido no ano de 2009 com 47 milhões de alunos atendidos. Em paralelo, a alocação de recursos financeiros passou de 590,1 milhões para 4 bilhões de reais. O período de maior crescimento do repasse financeiro para a merenda escolar foi entre os anos de 2003 e 2015, aproximadamente 293,35%. Enquanto o período de maior crescimento entre anos ocorreu de 2010 e 2011, com um crescimento de 50.76%

No entanto, conforme lembra Camargo (et.al, 2021) os gastos públicos precisam cumprir uma função social em todo o seu caminho percorrido. Embora o PNAE represente um importante campo de disputa como mercado de compras públicas no Brasil, o governo não tem que fazer bons negócios no sentido financeiro ou atendendo interesses particulares. Ele deve fazer bom uso social de todos os recursos e estruturas que estão sob sua responsabilidade e gestão (CAMARGO et.al, 2021).

Para além dos projetos de lei apensados ao PL 4195/2012, outros projetos cujos o objeto de ementa circunda a alteração do mercado de compras da alimentação escolar, tramitam sozinhos na expectativa de implementarem alterações na Lei

11.947/2009. Dentre os que ainda seguem em tramitação destaca-se o PL 7745/2017, proposto pelo Deputado Danilo Cabral - PSB/PE e que em seu inteiro teor propõe a aquisição de produtos panificáveis de fabricação própria de micro e pequenas indústrias de panificação local ou das suas organizações coletivas. E o PL 3292/2020, de autoria do Deputado Major Vitor Hugo - PSL/GO, que em seu inteiro teor propõe que no mínimo 40% (quarenta por cento) dos recursos repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, sejam utilizados para a aquisição de leite, referidos à forma fluida do produto adquirida junto a laticínios locais devidamente registrados no Serviço de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal, a depender do caso. Ademais, estabelece a dispensa de processo licitatório.

Tabela 3 – Projetos de Lei que propõe alteração na Lei 11.947/2009 sem apensamentos

| Projeto de Lei | Situação | Autor(a)s | Ementa |
|---|---|---|---|
| PL 7745/2017 | Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) | Danilo Cabral - PSB/PE | Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, quanto à aquisição local de produtos panificáveis no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. |
| PL 3292/2020 | Aguardando Apreciação pelo Senado Federal | Major Vitor Hugo - PSL/GO | Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme especifica; e dá outras providências. |
| PL 207/2022 | Arquivada | Aline Sleutjes - PSL/PR | Institui a Política Nacional de Apoio e Incentivo à Pecuária Leiteira.<br>Art. 1º. XVI - a inserção permanente de leite no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); |

Fonte: Elaboração própria

Para além de gerar demanda efetiva para um mercado específico de interesse da base governamental da época, o PL 3292/2020, no caso a indústria de laticínios, o PL propõe retirar a prioridade de compras de produtos oriundos de comunidades indígenas e de remanescentes quilombolas e ataca diretamente a prerrogativa de decisão de compra em nível local. São movimentos todos que se aprovados destruirão anos de história de lutas e regulamentações de uma política pública potente e abrangente que apoia o desenvolvimento sustentável, apoia os segmentos historicamente invisibilizados ou marginalizados pela sociedade. E, sobretudo, uma

política que caminha para a garantia da segurança alimentar e nutricional em consonância com a soberania alimentar e sistemas produtivos ambientalmente saudáveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo (GRISA et al., 2020), há mais de um século o Estado Brasileiro vem adquirindo produtos alimentares, com diversas configurações e objetivos. A partir do PNAE o papel das compras públicas foram ressignificados no país, quando diversos objetivos, finalidades e expectativas sociais, econômicas, ambientais, nutricionais e culturais a instrumentos rotineiros e operacionais da administração pública foram adicionados. As compras públicas, como uma das formas de intervenção do Estado nos processo de implementação das políticas públicas, passam a ser vistas e reinterpretadas como instrumentos para a promoção da sustentabilidade e dos processos de desenvolvimento social (CARMARGO; SOUZA-ESQUERDO; BORSATTO, 2021; GRISA; SCHNEIDER; VASCONCELLOS, 2020).

Por intermédio das compras públicas de alimentos, o Estado tem a possibilidade de construir aparato institucional capaz de estimular mercados agrícolas regionais, incentivar a inclusão produtiva dos produtores familiares, menos capitalizados, e promover práticas que favoreçam uma maior aproximação entre os conceitos de segurança e soberania alimentar. Desta forma, produzem efeitos que contribuem para a melhoraria da qualidade nutricional da alimentação escolar, maior consumo de produtos in natura, mitigando os impactos de dietas e consumo no meio ambiente, bem como promovendo a justiça social para pessoas em vulnerabilidade social (BACCARIN; FONSECA, 2022; CAMARGO et al., 2016; CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2016; GRISA; SCHNEIDER; VASCONCELLOS, 2020; SONNINO, 2019).

Neste sentido, as compras públicas podem ser utilizadas para promover a transição para sistemas alimentares mais saudáveis, que levem em conta os impactos ambientais e sociais da produção de alimentos, além de contribuir para um consumo político que reconhece e valoriza a forma como o alimento foi produzido e seus valores intrínsecos (GRISA et al., 2020). Em resumo, as compras públicas podem ser uma ferramenta importante para incentivar em sistemas agroalimentares, pois elas podem criar demanda por alimentos mais consumidores, saudáveis e socialmente justos,

incentivar a adoção de práticas mais atraentes e diversificar a economia local.

Como já mencionado, o Programa Nacional de Alimentação Escolar é responsável pela oferta de alimentação escolar a todos os estudantes da educação básica pública do Brasil. Para muitos desses estudantes, não raro, a refeição que se faz na escola, fornecida pelas compras públicas, é a única ou a principal fonte de acesso alimentar do dia. Quando as escolas, optam por comprar alimentos de produtores locais e de origem sustentável, guiadas pela implementação das legislações que as orientam, isso pode criar uma demanda por esses alimentos e incentivar a adoção de práticas mais sustentáveis e socialmente justas. Essa demanda também pode ajudar a criar novos mercados para pequenos agricultores e produtores locais, o que pode levar a uma economia mais diversificada e resiliente. Neste contexto, reforça a capacidade e potencial de mercado das compras públicas, portanto, um alvo sempre permanente de disputa para estabelecimento

## REFERÊNCIAS


BACCARIN, JG, & FONSECA, AE (2022). A criação de compras públicas do programa nacional de alimentação escolar e a realidade de familiares e agentes públicos no estado de São Paulo. In RAL.

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Presidência da República.Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Projeto de Lei 3.292 de 15 de junho de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na forma que discrimina e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2255149 Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Projeto de Lei 4195 de 11 de julho de 2012. Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para tornar a carne suína obrigatória nos cardápios das refeições fornecidas pelo programa de alimentação escolar nas escolas. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551686 Acesso em: 10 jun. 2023.

BOCCHI, CP, SOUZA, É. M. de, RAHAL, L., GENTIL, P., & GONÇALVES, R. de S. (2019). A década da nutrição, a política pública de segurança alimentar e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil. Revista Panamericana de Salud Publica/Pan American Journal of Public Health, 43. https://doi.org/10.26633/RPSP.2019.84

CAMARGO, RAL de, BACCARIN, JG, & SILVA, DBP da. (2016). Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.

CAMARGO, RAL de .; FERREIRA DE SOUZA-ESQUERDO, V.; SERRA BORSATTO, R. Compras públicas estaduais na formação de sistemas agroalimentares locais: um olhar sobre o estado de São Paulo. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 41, n. 2, pág. 262–279, 2021. DOI: 10.37370/raizes.2021.v41.741. Disponível em: http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/741 . Acesso em: 2 jul. 2023.

CARMARGO, RAL de, SOUZA-ESQUERDO, VF de, & BORSATTO, RS (2021). Compras públicas estaduais na formação de sistemas agroalimentares locais. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, 262–279

CASTRO, J. (1984). Geografia da fome. O dilema da brasileiro: pão ou aço (Antares, Ed.; 10ª ed.).

COCA, EL de F. (2016). 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo.

ELIAS, D. (2021). O alimento mercadoria e a fome no Brasil. Boletim Goiano de Geografia, 41.

FAO. (2022). “O Estado de Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo”. Https://Www.Fao.Org/Documents/Card/En/c/Cc0639en .

FERRAZ, MTM, MACEDO, ADC, ANTUNES Junior, WF, BORSATTO, RS, & SOUZA-ESQUERDO, VF de. (2021). Desafios para a inserção de produtos orgânicos e agroecológicos na alimentação escolar em pequenos e médios municípios. Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, 15(1), 156. https://doi.org/10.18542/raf.v15i1.9812

FONINI, R., & LIMA, JES (2013). Agrofloresta e alimentação: o alimento como mediador da relação sociedade-ambiente. Em W.; SLSRRA STEEMBOCK (Ed.), Agrofloresta, ecologia e sociedade (pp. 197–231).

GRISA, C., SCHNEIDER, S., & VASCONCELLOS, FCF de. (2020). As compras públicas como instrumentos para a construção de sistemas alimentares alimentares. In A Contribuição Brasileira à Segurança Alimentar e Nutricional sustentável (pp. 69–90).

SONNINO, R. (2019). Traduzindo dietas sustentáveis em prática: o potencial da compra pública de alimentos. Redes, 24(1), 14–29. https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.13036

STEDILLE, JP & CARVALHO, HM de. (2010, setembro). Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos.

# FOME E AGENDA ELEITORAL: AS NARRATIVAS DE LULA E BOLSONARO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022

Ingrid De Paula Marques[1]
Catia Grisa[2]

GT 9 - POLÍTICAS PÚBLICAS, SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME

RESUMO

A fome, uma das expressões mais agudas da desigualdade social, atingiu 33,1 milhões de brasileiros em 2022 (Rede PENSSAN, 2022). Dado esse cenário, será que o tema mobilizou as agendas eleitorais de 2022? Qual a narrativa apresentada sobre o tema? Existe diferença na abordagem de acordo com o posicionamento político ideológico? A partir das discussões feitas por Schmidt (2008, 2015) e Jones, Mcbeth e Shanahan (2015), respectivamente, sobre o institucionalismo discursivo e o Narrative Policy Framework (NPF), essa pesquisa buscou compreender como a fome foi tratada nas propostas de governo dos candidatos do segundo turno das eleições presidenciais, de 2022. A hipótese que guiou o trabalho é de que o tratamento do tema varia de acordo com a ideologia política e que predominou na agenda eleitoral daquele à esquerda do espectro político. Verificou-se que o candidato Lula (PT) explorou mais a questão, já Bolsonaro (PL) abordou superficialmente o assunto.

Palavras- Chave: Fome; Narrativas; Agenda eleitoral;

[1] Mestranda em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | Bolsista Capes | E-mail: ingrid.marques.ufrgs@gmail.com
[2] Prof.ª Doutora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | Departamento Interdisciplinar | E-mail: catiagrisaufrgs@gmail.com

## INTRODUÇÃO

As ideias, discursos e instituições possuem um papel relevante no universo das políticas públicas e a abordagem do Institucionalismo Discursivo (ID) foca nesses elementos para a análise política. Essa perspectiva engloba as discussões feitas sobre narrativas na literatura acadêmica, as quais são histórias que apresentam interpretações sobre determinados temas e sua análise permite compreender como cenários, personagens, enredos e morais da história são usados para mobilizar em torno de assuntos.

As narrativas sobre determinado problema exprimem como tal questão é interpretada pelos atores sociais e, quando apresentados à sociedade, as ideias em movimento, podem resultar em políticas públicas que buscam resolver esse problema. Nas agendas eleitorais as narrativas também possuem outro objetivo: atrair votos aos candidatos que estão na disputa pelo cargo.

A importância das narrativas  está na sua influência na opinião pública, no apoio político que podem angariar, no processo de formação de agendas e na implementação de políticas. Elas podem ser usadas para construir consenso em torno de uma determinada política, gerar empatia com determinada questão e/ou grupo social e promover a necessidade de se tomar alguma medida urgente.

Dessa maneira, as narrativas em políticas públicas podem ser um meio de promover mudanças na sociedade. A pesquisa sobre narrativas requer um entendimento do contexto institucional no qual estas estão inseridas. De acordo com Schmidt (2015), os "agentes sencientes" são capazes de promover mudanças por meio de suas ideias e discurso, ou seja, o que pensam, argumentam e dizem sobre o que fazer, e o contexto institucional é o palco no qual essas ideias adquirem significado.

Uma das formas de estudar as narrativas é pela utilização da Narrative Policy Framework (NPF), que oferece uma forma de fazer a análise desses discursos. Essa perspectiva teórica considera que as narrativas possuem uma estrutura (cenário, personagens, enredo e moral da história) comum entre elas e um conteúdo, que apesar de relativo, permite traçar hipóteses e testar.

A partir desses autores, essa pesquisa se preocupou com as seguintes questões: Será que o aumento da população que passa fome no Brasil foi suficiente para fazer o tema entrar na agenda eleitoral dos candidatos à presidência, em 2022? Qual a

narrativa em torno dessa questão? Buscando responder essas questões, esse trabalho usou as propostas de governo apresentadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelos candidatos Bolsonaro e Lula, que disputaram o segundo turno das eleições presidenciais de 2022.

A hipótese que guiou o trabalho é de que o tratamento do tema varia de acordo com a ideologia dos candidatos e que predomina nas agendas eleitorais daqueles mais à esquerda do espectro político. Para esse trabalho se utilizou como ferramenta de coleta de dados o software Nvivo, através da criação de códigos para a organização de trechos das propostas em seis categorias: cenário, enredo, herói, vilão, vítima e moral da história.

Além dessa introdução o trabalho está dividido em três seções, a primeira irá discutir o institucionalismo discursivo e o papel das narrativas na análise de políticas públicas. Na seção seguinte se aborda as narrativas dos candidatos à presidência do segundo turno, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), e se apresentam os elementos das narrativas presentes nas propostas de governo. Na terceira seção, as considerações finais, se debate o que foi discutido ao longo do trabalho e, por fim, as referências bibliográficas.

## INSTITUCIONALISMO DISCURSIVO E O PODER DAS NARRATIVAS

O Institucionalismo Discursivo (ID) é uma perspectiva teórica que se debruça sobre as ideias, discursos e instituições. Essa abordagem complementa os outros neo institucionalismos (institucionalismo de escolha racional, institucionalismo histórico, institucionalismo sociológico), por dar ênfase ao papel de agência dos atores e considerar a dinamicidade das instituições, que são desde estruturas dadas assim como constructos sociais (SCHMIDT, 2015).

Concomitantemente, as estruturas permeiam as ações dos atores sociais e as "habilidades discursivas de primeiro plano" (SCHMIDT, 2015) permitem uma dissociação e reflexão sobre as próprias instituições, as quais esses atores estão inseridos e, consequentemente, possibilitam sua mudança ou manutenção. Nessa perspectiva, o discurso desempenha um papel central como processo de interação entre ideias, na ascensão ou declínio de questões nas agendas (públicas,

governamentais, eleitorais, etc) e criação de legitimidade da ação de atores políticos.

Schmidt (2008) aponta que há dois tipos de discurso: o coordenativo e o comunicativo. Enquanto o primeiro é entre atores políticos, o segundo é entre os atores políticos e o público. A forma como o sistema político de um país se configura influencia qual dos discursos será mais usado. Dessa forma, o ambiente institucional atua não apenas no conteúdo do discurso, mas para quem ele é direcionado.

> As interações discursivas geralmente se enquadram em um dos dois domínios da esfera pública: a esfera política caracterizada por um discurso "coordenador" entre atores políticos engajados na criação, deliberação, argumentação, negociação e obtenção de acordo sobre políticas; e a esfera política caracterizada por um discurso "comunicativo" entre atores políticos e o público engajado em apresentar, deliberar, discutir, contestar e legitimar essas ideias políticas (SCHMIDT, 2015, p.8).

O discurso coordenativo, envolve a interação entre funcionários públicos, políticos eleitos, especialistas, entre outros, que buscam construir consensos políticos e se envolver "na criação, elaboração e justificação de políticas e ideias programáticas" (SCHMIDT, 2008, p.8). Em relação ao discurso comunicativo, a mídia possui um papel relevante na construção da opinião pública (ZALLER, 1992) e dessa forma pautar temas da agenda pública, governamental, eleitoral, entre outros. Mas assim como a mídia, outros atores sociais também podem exercer sua influência para alavancar questões que julgam importantes, como intelectuais, movimentos sociais, entre outros.

De acordo com Kingdon (1995), os políticos eleitos estão entre os que possuem o maior potencial de estabelecer agendas, pois recebem grande visibilidade da sociedade como um todo, inclusive da mídia. Em um sistema com uma autoridade centralizada, o discurso comunicativo precisa ser mais claro para que o ator não sofra com a oposição do público e a invalidação de seus atos, este se preocupa com a legitimidade.

Nem sempre um mesmo ator político apresenta congruência entre o discurso coordenativo e o comunicativo (SCHMIDT, 2015). Por diversas razões, ideias e discursos podem mudar, dependendo do público que o agente se dirige e suas

intenções, por exemplo, assuntos polêmicos como aborto podem ser retirados das agendas de políticos que não querem dispersar uma base política que não aceitaria bem o tratamento de tal tema.

O contexto institucional no qual se inserem as ideias e discursos exerce influência tanto na construção como na forma e interação destes e, por isso, é um elemento chave para compreender porque determinadas questões se sobressaem em detrimento de outras ou porque determinado ator social se destaca mais ou menos. É a partir dessa dinâmica, material e subjetiva, entre ideias, discurso e o meio no qual estes se desenvolvem que o ID busca analisar os processos relativos às políticas públicas.

> As ideias, discursos e ações dos agentes em qualquer contexto institucional, no entanto, também devem ser vistos como respostas às realidades materiais (e não tão materiais) que os afetam – incluindo eventos e pressões materiais, as consequências não intencionais de suas próprias ações, as ações dos outros, as ideias e o discurso que procuram dar sentido a tais ações, bem como as estruturas estruturais de poder e posição (SCHMIDT, 2015, p.2).

As ideias e os processos de interação dos discursos são inseparáveis dos atores políticos, sendo estes elementos essenciais para a análise. Esses atores podem ser chamados de "agentes sencientes" (SCHMIDT, 2015), ou seja, que pensam e falam e, através do discurso, transmitem suas idéias que podem articular uma ação coletiva. Conforme aponta Stone (1988), as classificações sociais, os problemas e ideias e os significados compartilhados que permeiam as ações, são fruto da luta entre discursos.

De acordo com o ID, é através do discurso político que se dá a dinamicidade das instituições políticas e sua evolução. Os atores, ao questionarem ou endossarem as instituições, usam a comunicação para formular e implementar aquilo que pensam. Nesse processo, as construções de narrativas se inserem como forma de agregar apoio às ideias defendidas e dessa forma influenciar as políticas públicas.

Nesse cenário, se insere a criação de histórias, que é um mecanismo presente desde muito cedo na vida humana e faz parte do processo de construção de identidades, sejam individuais ou coletivas. De acordo com Jones e McBeth (2010, p.330), "a cognição narrativa pode ser fundamental para uma existência humana significativa"

e, por isso, possuem uma relação estreita com a constituição do ser. Dessa maneira, as narrativas são uma forma de compreender quem nós somos, o que nos diferencia dos outros e como nos situamos no mundo.

Jones e McBeth (2010) chamam atenção para o papel das narrativas em moldar crenças e ações e que estas possuem uma estrutura, que engloba os seguintes elementos: a) cenário ou contexto; b) enredo (início, meio, fim); c) personagens (heróis, vilões, vítimas); d) moral da história (solução política). Cada um desses elementos, explicados no quadro a seguir, propiciam a análise a partir do que os autores chamam de Narrative Policy Framework (NPF), que enfatiza o papel das narrativas nos discursos políticos.

QUADRO 1- Elementos de uma narrativa

| Elementos | Significado |
|---|---|
| Cenário/contexto | Contextualiza o problema e o situa em relação a parâmetros como, por exemplo, uma área geográfica. É o palco no qual a história se desenvolve. |
| Enredo | É o que liga os personagens entre si e ao cenário. Há a possibilidade de aplicar os tipos de história de Débora Stone (2012): história de declínio, progresso, frustração e desamparo e controle, entre outros. |
| Personagens | Há três tipos de personagens, os heróis que resolvem o problema, os vilões que os causam e as vítimas que sofrem com a questão. Os personagens podem ser abstrações e fazerem referência a grupo de pessoas como "o povo". |
| Moral da história | Geralmente as narrativas apresentam uma solução para o problema abordado, mas pode acontecer que não. |

Fonte: Jones, McBeth e Shanahan (2015).

Em relação ao conteúdo das narrativas, apesar de serem relativos, não são aleatórios. A partir desse pressuposto, "uma maneira de mediar essa faceta do problema da relatividade narrativa é fundamentar os entendimentos do conteúdo em teorias de sistemas de crenças dedutivas estabelecidas" (JONES, MCBETH, SHANAHAN, 2015).

Dentre os sistemas de crença há o partidário e ideológico, no qual a identificação partidária influencia nas narrativas. Dessa maneira é possível identificar diferenças entre candidatos que são de diferentes posições no espectro ideologico/partidário.

De acordo com Bartels (2002 apud JONES e MCBETH, 2010) a filiação partidária acaba por funcionar como um filtro cognitivo para se enxergar a realidade.

Um dos trabalhos que utiliza essa teoria dos sistemas de crença, a partir do viés ideológico esquerda e direita, foi a pesquisa de Lakoff (2002 apud JONES e MCBETH, 2010).

> Lakoff (2002) teoriza sobre o poder das metáforas e relaciona essas metáforas à ideologia e filiação partidária; trabalhos empíricos recentes validaram parte de seu trabalho (por exemplo, Barker & Tinnick, 2006). O cerne do argumento de Lakoff é que existem duas metáforas da família-como-nação em torno das quais conservadores e liberais se orientam politicamente: à direita, moralidade paterna estrita (SFM) e à esquerda, moralidade parental nutridora (NPM). O SFM é baseado no princípio de que o pai é a autoridade moral absoluta onde as crianças (ou seja, cidadãos) aprendem o certo do errado por meio de restrições estruturais estritas (ou seja, regras) e punição por mau comportamento (Lakoff, 2002, pp. 65–66). Por outro lado, o NPM é baseado no princípio de que os pais compartilham responsabilidades familiares, onde a obediência de uma criança (ou seja, cidadã) é baseada no amor e respeito mútuos (JONES e MCBETH, 2010).

Os elementos das narrativas, por exemplo, quem são as vítimas, os heróis, os vilões, podem evidenciar a diferença de interpretação entre os partidos políticos sobre determinado tema. No caso da fome, por exemplo, alguns podem associar um mesmo ator ou grupo como herói enquanto outros como vilão.

A NPF parte do pressuposto que se as histórias são importantes para os indivíduos, provavelmente elas também desempenham um papel importante nas ações coletivas e nas políticas públicas. Essa abordagem busca identificar os componentes da narrativa para compreender o que Jones e McBeth (2010) chamam de desenvolvimento e movimento das histórias. Segundo esses mesmos autores, a NPF possui dois níveis de análise, o micro e o meso.

O nível micro foca na opinião pública e na persuasão da narrativa entre os indivíduos. Conforme explicam Jones e McBeth (2010), a mudança nas atitudes individuais em relação a uma questão política seria a variável dependente que aconteceria por meio de diferentes mecanismos causais, os quais correspondem a diferentes hipóteses elaboradas pelos autores e dispostas no quadro a seguir.

QUADRO 2- Mecanismos causais e hipóteses (Nível micro)

| MECANISMOS CAUSAIS | HIPÓTESE |
|---|---|
| Canonicidade e Ruptura | À medida que o nível de ruptura com a canonicidade (estado de normalidade) de uma narrativa aumenta, mais provável é que um indivíduo exposto a essa narrativa seja persuadido. |
| Transporte Narrativo | À medida que o transporte narrativo aumenta, é mais provável que um indivíduo exposto a essa narrativa seja persuadido. |
| Congruência e Incongruência | À medida que a percepção de congruência aumenta, mais provável é que um indivíduo seja persuadido pela narrativa. |
| Narrador (Fonte) Confiança e Credibilidade | À medida que a confiança do narrador aumenta, mais provável é que um indivíduo seja persuadido pela narrativa. |

Fonte: Jones e McBeth, 2010.

Já o nível médio de análise, segundo os autores anteriormente citados, está interessado em explicar como as narrativas podem influenciar os resultados das políticas.

> Conjecturamos que as narrativas políticas provavelmente influenciam a mudança política e os resultados indiretamente, principalmente por meio de influências sobre a composição da coalizão. Assim, a pesquisa de nível médio deve se concentrar na avaliação do uso estratégico e/ou resultados de narrativas políticas específicas sobre a composição da coalizão no que se refere aos resultados políticos (JONES; MCBETH, 2010, p.345).

Durante o período eleitoral, ideias e narrativas podem influenciar na opinião pública e no comportamento do eleitor. Uma das estratégias de candidatos e partidos políticos é o uso do discurso para visibilizar questões, se posicionar sobre os principais debates políticos, se diferenciar de seu oponente e atrair os eleitores.

As narrativas são uma forma dos políticos exporem seus valores ou experiências e estabelecerem uma conexão com os eleitores. Os candidatos e partidos políticos utilizam debates, discursos, comícios e redes sociais para comunicar suas ideias e narrativas ao público. Dentre os objetivos das campanhas políticas, portanto, além da conquista de votos, está a definição da agenda de campanha (agenda setting), com estabelecimento de um tema ou conflito político por meio do qual o candidato/partido consiga se sobressair aos demais (MARAVALL, 2008 apud PACHECO e RODRIGUES, 2021). Nesse contexto, as narrativas são um componente chave na disputa eleitoral e podem ter um impacto significativo no resultado de uma eleição e nas políticas públicas.

## AS NARRATIVAS EM DISPUTA DE LULA E BOLSONARO

O segundo turno da eleição presidencial brasileira de 2022 foi disputado por Jair Messias Bolsonaro, até então presidente do Brasil, e Luiz Inácio Lula da Silva, que governou o país por dois mandatos, de 2003 a 2011. Enquanto Bolsonaro estava imerso nas polêmicas, principalmente em relação à sua postura frente à pandemia de Covid-19, Lula havia acabado de enfrentar uma prisão em um processo posteriormente anulado, que havia impossibilitado sua candidatura na eleição anterior.

No Brasil, o debate sobre a fome voltou a ganhar força na mídia e a ser visibilizado por especialistas da área de Segurança Alimentar e Nutricional. A pandemia de Covid-19 acelerou o retrocesso que o país já vinha demonstrando em sua capacidade de garantir que sua população obtivesse uma alimentação adequada e regular.

Na proposta de governo de Lula (PT), o cenário apresentado é o Brasil com dificuldades internas e externas, que enfrenta múltiplas crises, as quais foram influenciadas pelo governo de Bolsonaro, e que se isolou internacionalmente. Logo no início, o governo de Bolsonaro é inserido na narrativa como o vilão e causador, dentre outras coisas, do agravamento da fome no país.

> A sociedade brasileira precisa voltar a acreditar na sua capacidade de mudar os rumos da História, para superar uma profunda crise social, humanitária, política e econômica, agravada por um governo negacionista, que negligenciou os efeitos da pandemia, sendo o principal responsável por centenas de milhares de mortes (PT, 2022, p.2).

Em um trecho do documento se expõe que é a política econômica vigente (do governo Bolsonaro) "a principal responsável pela decomposição das condições de vida da população, da instabilidade e dos retrocessos na produção e no consumo" (PT, 2022, p.2). Além disso, é destacado que o governo Bolsonaro renunciou ao uso de instrumentos importantes no combate à inflação (política de preços de combustíveis; entre outras) e implementou uma política de juros altos, que freia a recuperação econômica e agrava o desemprego (PT, 2022).

Em relação ao enredo, o documento desenha uma situação de desalento consequente aos últimos anos de governo Bolsonaro causaram muitos danos a políticas públicas anteriormente construídas e que é preciso reconstruir o país. O discurso assume um tom de "dramaticidade" ao falar sobre o desmantelamento de políticas públicas, que fica evidente na frase "as políticas sociais, conquistas civilizatórias de mais de uma geração, estão sendo mutiladas" (PT, 2022, p.2). Também se enfatizou no documento os ataques feitos à democracia e à soberania nacional.

O vilão (Governo Bolsonaro), destruiu o país, por isso a vítima, no caso o Brasil, "precisa resgatar a esperança na reconstrução e na transformação de um país devastado por um processo de destruição que nos trouxe de volta a fome, o desemprego, a inflação, o endividamento e o desalento das famílias" (PT, 2022, p.2).

Dentre as vítimas são destacados alguns grupos como mulheres negras e a juventude. A questão do racismo estrutural e de gênero também serve como alicerce para propostas com recortes intersetoriais, pois, segundo o documento, a pobreza tem o rosto das mulheres, principalmente das negras, e é preciso assegurar que essa parcela da população tenha autonomia (PT, 2022).

A figura do herói é construída em torno da ideia de um novo governo Lula, o qual "dará prioridade absoluta à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, erradicando a fome, combatendo a miséria (...)" (PT, 2022, p.9). O herói se mostra na forma de um Estado forte, pois é pelo Poder Público que se faz "acordos e parcerias multissetoriais essenciais no processo de reconstrução do país" (PT, 2022, p.2).

A moral da história pode ser resumida em colocar o povo no orçamento, como havia sido feito nos governos populares do PT em anos anteriores (PT, 2022). As soluções apontadas no documento são múltiplas e englobam a retomada da política de valorização do salário mínimo para recuperar o poder de compra e políticas previdenciárias e assistenciais. O combate à fome recebe atenção especial, pois é colocado como central e urgente, como disposto no trecho a seguir:

> É estratégica a retomada da centralidade e da urgência no enfrentamento da fome e da pobreza, assim como a garantia dos direitos à segurança

> alimentar e nutricional e à assistência social. Produzimos comida em quantidade para garantir alimentação de qualidade para todos. No entanto, a fome voltou ao nosso país. Além de uma questão de soberania, o enfrentamento da fome exigirá mais empregos e mais renda para os mais pobres e será prioridade em nosso governo. Trabalharemos de forma incansável até que todos os brasileiros e as brasileiras tenham novamente direito ao menos a três refeições de qualidade por dia (PT, 2022, p.5)

A fome é reconhecida como problema público e para solucioná-la a garantia de cidadania para os mais vulneráveis é colocada como essencial. Dentro de escopo de soluções também é citado a recuperação e ampliação do programa Bolsa Família, o qual é destacado como referencia mundial de combate à fome e ao trabalho infantil. A narração também expõe que o melhoramento do Bolsa Família seria um caminho rumo a um sistema universal e uma renda básica de cidadania (PT, 2022). Interessante notar que a discussão sobre a renda básica de cidadania tem como um de seus maiores defensores Eduardo Suplicy, o qual no dia do lançamento da proposta de governo do PT reiterou o pedido de inserção dessa questão no documento.

Outro ponto que também aparece como uma solução para o cenário colocado é a revogação do teto de gastos, chamado de disfuncional e sem credibilidade. Também se aponta para uma política nacional de abastecimento (estoques reguladores; políticas de financiamento; apoio à produção de alimentos) e se faz um aceno aos pequenos agricultores e à agricultura orgânica.

> Estamos comprometidos com a soberania alimentar, por meio de um novo modelo de ocupação e uso da terra urbana e rural, com reforma agrária e agroecológica, com a construção de sistemas alimentares sustentáveis, incluindo a produção e consumo de alimentos saudáveis. Daremos apoio à pequena e média propriedade agrícola, em especial à agricultura familiar. Políticas de compras públicas podem servir de incentivo à produção de alimentos saudáveis e de qualidade – que têm tido sua área plantada reduzida nos últimos anos por falta de apoio do Estado –, e de estímulo à ampliação das relações diretas dos pequenos produtores e consumidores no entorno das cidades (PT, 2022, p.13).

A narrativa também busca recordar feitos dos governos anteriores, para transmitir confiança ao eleitor de que o problema pode ser solucionado. Por exemplo, sobre a insegurança alimentar, se diz que "a experiência brasileira já demonstrou que esse (políticas anteriormente aplicadas) é o caminho para superar a crise alimentar e ampliar a produção de alimentação adequada e saudável" (PT, 2022, p.13).

Segundo essa narrativa, o combate à fome se dá por meio da redução dos custos de produção e do preço de comercialização de alimentos (frescos e de boa qualidade).

A justiça social também é um elemento presente, por meio do "respeito aos territórios e de democratização na posse e uso da terra" (PT, 2022, p.13). Ao todo, no documento a palavra "fome" foi citada um total de onze vezes, totalizando um percentual de 0,04% do documento, já na proposta de governo de Bolsonaro, "fome" apareceu uma vez (0,01%).

Em relação ao cenário apresentado na proposta de governo do candidato Bolsonaro (PL), logo no início se faz um recorte da situação do Brasil, entre 2003 e 2016, sobre a pobreza, período que, na maior parte do tempo, o país foi governado pelo PT. Em comparação com o mundo, segundo o documento, o país teve um aumento de 11% de brasileiros abaixo da linha da pobreza e isso se justificaria pelo modelo de gestão adotado anteriormente, o qual teria criado um ciclo de pobreza (PL, 2022).

Dessa maneira, o modelo de gestão que aparece como vilão na narrativa de Bolsonaro, na proposta de Lula foi evidenciado como solução para o problema da fome, e assim, os dois candidatos rivalizam com as narrativas. A pandemia de Covid-19 e o conflito entre a Rússia e a Ucrânia são destacados como elementos que prejudicaram o país e, consequentemente, o Brasil (PL, 2022).

A narrativa apresentada é que o aumento do preço dos alimentos e do combustível se deu em função de acontecimentos externos ao país e que não são um fenômeno observado apenas no Brasil. Esse discurso apresenta esses elementos (Pandemia e Guerra) como uma forma de exonerar a culpa do governo pelo cenário ruim naquele período.

O Brasil é citado como um país com potencial relevante nos temas de meio ambiente, mudança do clima e segurança alimentar.

> (...) o Brasil tem a condição singular de ser ao mesmo tempo um dos maiores produtores agrícolas do mundo, responsável pela segurança alimentar de 1 bilhão de pessoas, o detentor da maior cobertura florestal nativa, submetida a uma rigorosa legislação de preservação, e dono de um mix energético dentre os mais limpos no mundo, superior ao de quase todas as nações avançadas (PL, 2022, p.45).

A figura do vilão se constrói em referência ao modelo de gestão anteriormente estabelecido no Brasil, o qual, segundo a narrativa, "favoreceu a proliferação da pobreza, ao mesmo tempo em que impediu a implementação de um desenvolvimento econômico seguro, próspero e sustentável a longo prazo" (PL, 2022, p.3). Em contraposição, o herói é o governo Bolsonaro, que em 2019 começou um outro modelo de gestão, apontado como um caminho para a prosperidade da nação, que possui como base a economia liberalista (PL, 2022).

O enredo que se desenha é de superação. A narrativa se constrói em torno de um país que, por anos, estava em declínio e, somado a isso, enfrentou uma pandemia e uma guerra externa, mas que teve um aumento da pobreza relativamente menor em comparação ao resto do mundo durante o governo Bolsonaro (PL, 2022). Os feitos do herói são narrados em comparação ao modelo de gestão anterior, o vilão dessa história, e representado, nessa disputa eleitoral, pelo candidato Lula (PT).

> Portanto, se por um lado o antigo modelo de gestão, ao comparar com o mundo, impediu 30,6 milhões de brasileiros de sair da linha da pobreza, o novo modelo de gestão, no mesmo comparativo, impediu 14 milhões de brasileiros de entrar na linha da pobreza (PL,2022, p.3).

Enquanto na proposta do candidato Lula (PT) se destaca o programa Bolsa Família, no de Bolsonaro se evidencia o Programa Auxílio Brasil, colocado como um programa que visa reduzir a pobreza e contribuir para o crescimento econômico sustentável (PL, 2022). Interessante notar que o documento do PL aborda a fome apenas quando menciona a definição de segurança humana no Relatório de Desenvolvimento Humano (1994). Dessa maneira, podemos inferir que a fome não é um problema reconhecido como central na proposta de Bolsonaro (PL).

Apesar da fome não receber um tratamento expressivo no documento, a produção de alimentos é mencionada como um tema prioritário em uma futura gestão, com especial atenção ao agronegócio. Tal setor é enaltecido como uma fonte de exportação de alimentos para inúmeros países e garantidor da segurança alimentar de bilhões de pessoas, direta ou indiretamente, interna e externamente (PL, 2022). Também é destacado o recorde de safra de cereais em 2022 do setor, estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O aumento da produtividade do agronegócio é colocado como fruto da evolução tecnológica e uma maneira de preservação ambiental na narrativa estabelecida no documento. O acesso à água pelas comunidades rurais e obras para abastecimento, cisternas e poços são citadas como feitos do governo Bolsonaro e que serão ampliados. Dentre as propostas também estão a continuidade do Programa Alimenta Brasil e doação de alimentos, com vista a garantir segurança alimentar e emancipar agricultores familiares (PL, 2022).

A moral da história que se desenha é que, apesar das dificuldades, a nova gestão de Bolsonaro melhorou o país e que, em um próximo mandato, iniciativas realizadas serão continuadas, as quais só não tiveram um efeito maior, por causa do cenário enfrentado.

> Busca-se dar continuidade ao Caminho da Prosperidade, com a implementação e a consolidação: da reforma econômica de cunho liberal; da permanência das políticas públicas sustentáveis e sem viés eleitoreiro; da retomada da moralidade pública pelo combate à corrupção; da paz social pela recuperação do sistema judicial e o de segurança pública; da retomada e valorização do civismo, do patriotismo, da instituição da família e dos valores morais e éticos; da desideologização do ensino; da liberdade de pensamento sem coerção ideológica de qualquer natureza; e do desaparelhamento ideológico da sociedade e do aparato do Estado, visando recuperar a coesão social (PL,2022, p.48).

A narrativa também busca desassociar as propostas de um viés ideológico, apresentando-as como acima de qualquer ideologia e/ou interesse eleitoral. Também há um forte apelo à moral e bons costumes e a questões como liberdade, família e segurança. O documento expõe também que o agronegócio é visto como o grande eixo econômico e de garantia de alimentação tanto do mundo como para os brasileiros.

Dado o que foi discutido até aqui, é possível perceber que cada candidato tratou a questão da fome de uma forma diferente. O vencedor da eleição, Lula (PT), explorou mais o tema na proposta de governo e delineou um espaço central dentro do documento para esse assunto. Já o candidato Bolsonaro (PL) não abordou profundamente a questão. Interessante notar que Lula venceu na região Nordeste, mas perdeu no Norte, ambas regiões que mais sofrem com a insegurança alimentar no Brasil, portanto, não é possível estabelecer diretamente o peso que a presença

da fome nessas regiões teve na escolha do candidato, é preciso aprofundar a investigação nesse sentido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O segundo turno da eleição presidencial no Brasil, de 2022, teve como ganhador Luiz (PT), que em comparação com o outro concorrente, Bolsonaro (PL) mencionou a questão do combate à fome como central na proposta de governo. A narrativa presente no documento apresentou um enredo de desmantelamento de políticas públicas, outrora referências no combate à fome, que culminaram no cenário de insegurança alimentar e, a partir disso, a moral da história seria retomar o modelo de gestão já realizado em outros governos petistas, para garantir uma alimentação adequada.

Na proposta de governo de Lula (PT), a fome é uma questão que precisa retornar ao ao centro do debate sobre o desenvolvimento do país. Ao falar sobre segurança alimentar e nutricional, o documento de Lula (PT) optou por uma linguagem mais simples e de fácil compreensão, exemplificada na ideia de garantir três refeições de qualidade por dia, dessa forma, dialogando com o eleitor de maneira mais aproximada.

Em contraponto a essa narrativa, o documento de Bolsonaro (PL) apresentou um enredo de superação, realçando o cenário pandêmico e a Guerra da Ucrânia como elementos que impediram o "novo modelo de gestão" de ser mais efetivo, mesmo que esse já tenha se mostrado como um "caminho da prosperidade". A fome não foi um problema explorado pelo candidato e a narrativa buscou enaltecer o agronegócio como garantidor da segurança alimentar interna e externa.

Conforme o que foi discutido ao longo do texto, é possível observar que a NPF facilitou a investigação dos elementos das narrativas e que a hipótese se mostrou verdadeira, o candidato mais à esquerda abordou o tema de maneira mais veemente. Também se observou a influência da diferença ideológica na forma como a narrativa se configura. O candidato mais à direita, Bolsonaro (PL) se mostrou ideologicamente mais próximo dos ideários conservadores, ressaltando questões como "Deus, Pátria e Família".

Não é possível afirmar que Lula (PT) ganhou pelo tratamento diferenciado dado ao tema da fome, pois o documento aborda outros temas que também influenciam na decisão do eleitor. Também não é possível afirmar que regiões que sofrem com a questão da fome de maneira mais veemente serão mais propensas a optar por candidatos que evidenciam o tema nas suas agendas eleitorais, pois, neste caso, vimos que isso não se mostrou verdadeiro. É preciso aprofundar melhor o tema em pesquisas futuras para compreender melhor a relação entre a narrativa e a agenda eleitoral.

## REFERÊNCIAS


JONES, Michael D., MCBETH, Mark K. A Narrative Policy Framework: Clear Enough to Be Wrong? The Policy Studies Journal, Vol. 38, No. 2, 2010.

JONES, Michael D., MCBETH, Mark K. SHANAHAN, Elizabeth A. Introducing the Narrative Policy Framework. Copyright material from University of Sidney, 2015.

KINGDON, John W. (1995). Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2nd Edition. Harpercollins Publishers. in SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). Políticas Públicas – Coletânea Volume 1. Como chega a hora de uma ideia (pp. 219-224); Juntando as coisas (pp. 225-246).

PACHECO, Daniela P. e RODRIGUES. Wallace F. As transformações nas campanhas eleitorais: Uma reflexão sobre o papel dos partidos políticos e do impacto das novas ferramentas de comunicação. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF, v. 15, n. 1, p. 108-123, jan/abr. 2021.

PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022

PL. Pelo bem do Brasil. Proposta de governo disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral pelo Partido Liberal (PL), 2022.

PT. Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil. Proposta de governo disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral pelo Partido dos Trabalhadores (PT), 2022.

SCHMIDT, Vivien A. Discursive Institutionalism: Understanding Policy In Context. Forthcoming in: Handbook of Critical Policy Studies (Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2015).

SCHMIDT, Vivien A. Discursive Institutionalism: The Explanatory Power of Ideas and Discourse. Rev. Polit. Sci. 2008. 11:303–26.

STONE, Débora. Paradoxo Político e Razão Política. Glenview, Illinois. Scot Foresman,1988.

Zaller J. A Natureza e as Origens da Opinião de Massa. Nova York. Universidade de Cambridge, 1992.

# Consumo agroecológico: desafios e potenciais em uma experiência de associação de consumidores.

Autoria principal do Trabalho: João Carlos CÂNDIDO[1]
Coautorias: Rosângela Pezza CINTRÃO[2], Emmanuel Paiva ANDRADE[3]

**GT 9 - Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome.**

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo refletir sobre os desafios dos movimentos de consumidores agroecológicos na condução das transformações do sistema alimentar rumo à transição agroecológica. Sua base empírica é a observação participante na Rede Ecológica, um grupo de compras coletivas da região metropolitana do Rio de Janeiro. O grupo se organiza a partir de princípios agroecológicos e de economia solidária e participa de redes alimentares alternativas. Procuramos analisar em que medida esses grupos de compras coletivas apontam para potenciais transformações ecológicas, sanitárias, socioeconômicas, culturais, sociopolíticas e emancipatórias. Pretendemos também confrontar esta experiência com a teoria e os estudos acumulados sobre redes alimentares alternativas e transições agroecológicas. Apontamos para a necessidade de aprofundar os marcos teóricos e metodológicos para a análise desses arranjos de consumo, suas potencialidades e limites.

Palavras-chave: Redes Alimentares Alternativas, Economia solidária, Educação alimentar, Coletivo de consumidores

## INTRODUÇÃO

1 Doutorando - Universidade Federal Fluminense, joaocarloscandido@id.uff.br .
2 Pesquisadora Autônoma, associada ao CERESAN-UFRRJ, bibicintrao@uol.com.br.
3 Professor - Universidade Federal Fluminense, emmanueluff@gmail.com

O papel dos consumidores urbanos para uma “transição ecológica da agricultura” vem sendo destacado como chave na expansão da agroecologia tanto na sua viabilidade como forma de produção de alimentos, quanto no potencial da agroecologia como um movimento social mais amplo e emancipatório (KHATOUNIAN,2001). A maior parte da reflexão teórica que vem sendo produzida em torno da agroecologia parte da práxis de grupos de agricultores, em sua grande maioria de famílias camponesas, e de técnicos e pesquisadores em torno de manejos biotécnicos que permitam uma utilização sustentável e equilibrada dos recursos locais. Embora venha crescendo o olhar para as práticas diferenciadas de consumo da produção agroecológica, em especial pelos consumidores urbanos, estes estudos, em sua maioria, articulam estas práticas com as estratégias de comercialização e escoamento da produção agroecológica e, consequentemente, da sua viabilidade econômica. No entanto, a importância da organização no pólo consumo vem crescendo nos estudos da agroecologia, seja como experiências seja como reflexão teórica e metodológica, ampliando o olhar sobre estas formas de organização dos consumidores para além da função de comercialização e escoamento.

O estudo é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento que visa investigar os processos de conexões e controvérsias entre os diferentes atores humanos e não humanos que permitam aprofundar metodologias apropriadas para o entendimento dessas organizações emergentes, assim como identificar sua potência e limites. Este trabalho foca as estratégias dos consumidores urbanos, para além da função de comercialização da produção agroecológica, mas também como uma prática social criadora de novas formas de se relacionar com a alimentação e com os diferentes atores do universo agroecológico, como as famílias agricultoras e seus coletivos. Parte-se da premissa de que essas estratégias são desenvolvidas a partir de vários fluxos de influência mútua entre os atores. Se, por um lado, o aumento da procura por alimentos livres de agrotóxicos, a partir de um conceito associado à saúde, tende a gerar um incentivo à transição ecológica da produção, por outro, induz a novas práticas de organização social das famílias agricultoras e sua proximidade com consumidores urbanos, produzindo uma reconexão desses consumidores com o universo da produção, como a diversidade de alimentos, a reconexão com a sazonalidade, a descolonização da alimentação, além do maior conhecimento dos grandes dilemas da vida camponesa, como a concentração da propriedade da terra,

as precariedades da infraestrutura, os limites aos acessos aos serviços públicos, etc. A discussão teórica em torno da transformação da forma de consumo de alimentos e as pressões que surgem envolvendo questões de saúde e ambientais, geradas pelo modelo denominado de “revolução verde” a partir dos meados do século XX, tende a colocar um olhar mais ampliado sobre esse processo. Os arranjos e avanços do capitalismo sobre a produção de alimentos foram caracterizados por Friedmann (2006), como regimes alimentares mundiais no processo de “colonização” do capital sobre a produção e consumo de alimentos. Cabe destacar, para a nossa finalidade, o regime alimentar que emerge no pós-guerra e que a autora define como um regime “industrial-mercantil” o qual, por meio de um processo de incentivo às exportações e “doações” de alimentos desarticulou as produções locais, inclusive na Europa, que tinha, até aquele momento baixa dependência de exportações. Esse regime entrou em crise nos anos 1970 e 80, trazendo uma série de transformações no processo de consumo de alimentos. O hábito alimentar, especialmente dos consumidores urbanos, foram fortemente afetados por esse movimento, seja por uma uniformização das dietas e redução drástica da diversidade de alimentos, seja pela desterritorialização entre o consumo e a produção, o que também afastou o consumidor da experiência da sazonalidade, ampliando ainda mais o fosso entre o urbano e o rural, especialmente no Brasil, onde o processo de urbanização foi violenta e veloz durante o século XX.

A transição ecológica da agricultura passa então por uma reeducação alimentar, reconectando os consumidores urbanos com a regionalidade e sazonalidade dos alimentos, além da reconexão cultural da forma de se alimentar (KHATOUNIAN, 2001). O colapso desse regime alimentar internacional industrial-mercantil, que já vem sendo apontado desde os anos 70 a partir das contestações dos movimentos sociais e ecológicos (FRIEDMANN, 2006), trazem consequências na insegurança alimentar em grande parte da população mundial além do incremento de doenças originárias de uma dieta de baixa qualidade, na exploração insustentável de recursos naturais e uma brutal perda de biodiversidade e finalmente na incremento das emissões de gases de efeito estufa onde a atividade agrícola responde por 23% delas no mundo (NIGGLI e colab., 2023).

As transformações nesse campo estão em disputa e os movimentos sociais exercem um papel relevante na produção de alternativas. A agroecologia, entendida como uma combinação de elementos que “abrangem características ecológicas (diversidade,

sinergias, eficiência, resiliência e reciclagem), características sociais (co-criação e compartilhamento de conhecimento, valores humanos e sociais, cultura e tradições alimentares) e a viabilização de ambientes políticos e econômicos (governança responsável, economia circular e solidária)" (NIGGLI e colab., 2023), se apresenta como uma saída para o colapso do sistema alimentar e suas consequências em várias dimensões no sentido da criação de regimes alimentares diversos e regionais, em contraposição a uma tentativa das corporações em constituir um novo regime alimentar internacional verde (Friedmann, 2006). Para tanto, seu movimento deve abranger a produção de políticas públicas dentro de uma governança que promovam a diversidade de soluções que se fundamentam na agroecologia.

Entre as respostas dos movimentos agroecológicos e de consumidores estão aquelas denominadas pela literatura de redes alimentares alternativas (AFN's – Alternative Food Networks), onde diferentes arranjos que privilegiam circuitos curtos entre produtores e consumidores, não apenas fisicamente, mas também em termos de informação e conexão entre esses polos. Esses diferentes modelos vêm sendo questionados em relação à sua capacidade de transformações mais estruturais no modelo hegemônico. Para tanto seria necessário, por parte dos movimentos sociais, "diferentes estratégias para tornar os cidadãos mais ativos, como a construção de formas alternativas de compra e troca; investimento em educação do consumidor; campanhas de conscientização e lobby político" (DAROLT e colab., 2016). Além das alternativas de feiras do produtor, entrega de cestas, consumidores suportando agricultores (CSA), existem as alternativas de grupos de compras coletivas, organizados pelos consumidores em associações ou cooperativas de consumo buscando uma forma ativa e política no ato de consumir e se alimentar (CARNEIRO, 2012).

Estas diferentes estratégias de consumidores se relacionam diretamente com as estratégias das famílias agricultoras em uma transição para a agroecologia. As estratégias do campo, por sua vez, têm sido objeto de estudos onde se destacam três dimensões, a dimensão tecnológica, com avanços em novas práticas produtivas, a socioeconômica e cultural em torno de organizações solidárias e fundamentadas no compartilhamento de conhecimentos, e a dimensão sociopolítica com a perspectiva da emancipação social (GUZMÁN, 2017). Pode se pensar em uma espécie de espelhamento dessas dimensões no que diz respeito ao consumo: a dimensão nutricional, de saúde e de preservação ambiental, a dimensão sociocultural das

formas de organização, compartilhamento de conhecimentos e recuperação de uma cultura culinária tradicional e, por fim uma dimensão de política de uma aliança estratégica com os trabalhadores do campo

O artigo busca problematizar esse tema a partir da observação participante em um grupo de compras coletivas do Rio de Janeiro, no qual alguns dos autores são membros, confrontando com a discussão teórica que vem sendo realizada em torno da agroecologia e apontando necessidades de aprofundamento teórico e metodológico para o estudo dessas iniciativas.

## DESENVOLVIMENTO

### Metodologia

O estudo parte de uma revisão bibliográfica não exaustiva de artigos que tratam dos movimentos dos consumidores e suas perspectivas teóricas e metodológicas e do estudo de caso da Rede Ecológica do Rio de Janeiro, a partir da observação participante em alguns eventos chave da organização da rede e nas reuniões das suas comissões, instâncias de discussão e deliberação. Entre os eventos destacam-se as “acolhidas”, encontros com novos pretendentes a membros da rede, etapa obrigatória para a adesão do associado. Nestes eventos, além da apresentação dos princípios e funcionamento da Rede, também se explora as motivações dos novos membros. A observação desses encontros em vários núcleos da rede foi analisada, buscando identificar os principais elementos de conexão. Além desse evento central, a pesquisa utilizou a observação de reuniões de diversas comissões que integram a estrutura organizacional da Rede, como a “comissão gestora”, a “comissão de coordenação da campanha campo-favela”, e a “comissão de crédito solidário”, onde dimensões tanto do funcionamento da Rede são discutidas como seus desdobramentos como movimento social mais amplo.

As observações foram analisadas a partir de um processo de codificação e categorização das falas, cotejando-as com a literatura examinada e permitindo agrupar uma quantidade maior de dados e verificar as diversas formas que o tema aparece.

### Resultados e Discussão

A Rede Ecológica do Rio de Janeiro (Rede) se identifica como “mais do que um grupo

de compras coletivas de produtos agroecológicos", atividade que está no centro das suas ações, e se denomina como um "movimento social que busca fomentar o consumo ético, solidário e ecológico" (HTTP://REDEECOLOGICARIO.ORG, [S.d.]). Os consumidores associados, em torno de 180 famílias, se organizam em torno de núcleos autônomos que se articulam nos bairros. Na configuração atual funcionam 10 núcleos de consumidores na região metropolitana do Rio de Janeiro. São eles: Urca, Humaitá, Santa Tereza, Grajaú, Vargem Grande, Campo Grande, Niterói, Duque de Caxias, São João do Meriti e Nova Iguaçu. Um dos objetivos das compras coletivas Rede Ecológica é abastecer ao máximo os consumidores com alimentos provindos das compras, que se dividem entre as entregas semanais de produtos "frescos" (perecíveis) - referentes a legumes, frutas, tubérculos, laticínios - oriundos de locais próximos à cidade do Rio de Janeiro. E uma vez por mês há também a entrega de secos (não perecíveis), que abrangem um amplo leque de produtos (arroz, feijões, farinhas, castanhas, café, açúcar, grãos, produtos de limpeza). Os produtos são originários de mais de 30 produtores/grupos de produtores. Por outro lado, a conexão com as famílias agricultoras e produtoras se faz a partir de alguns princípios. Dentre esses princípios estão a produção familiar de pequenos proprietários, com prioridade para aqueles organizados em coletivos de produção, especialmente aqueles oriundos de assentamentos da reforma agrária popular, que produzam de forma agroecológica ou em transição para esse processo de produção. A Rede define também como prioridade a busca de produtores o mais próximos possível, tendo em vista reduzir a pegada ambiental. No entanto, vários produtos vêm de lugares distantes, como do Sul (algumas farinhas e grãos), Norte e Nordeste (castanhas, cacau).

Toda a gestão da sua atividade, como a comunicação entre consumidores e produtores, a logística, a movimentação financeira etc., se dá por meio da autogestão através das atividades realizadas pelos próprios associados. A participação nessas atividades organizativas é uma premissa obrigatória na integração à rede.

Durante as observações participantes foi possível mapear as diferentes motivações para a associação dos consumidores à Rede a partir das reuniões de acolhida. Os principais temas se agruparam em torno dos códigos "alimento saudável", "relação justa com produtor", "redução da pegada ecológica" e "antagonismo ao sistema industrial de alimentos". A menção a temas de atividades políticas, embora ressaltada pelos participantes mais antigos, foram destacados por novos associados apenas em um dos núcleos - o Núcleo de Campo Grande, onde a atividade de compras coletivas

está associada à feira de produtores e à uma luta em torno dos territórios da cidade, buscando preservar os agricultores existentes na área urbana. Neste núcleo, a atividade política, ou seja o caráter de movimento social da Rede Ecológica, antecede o interesse pela aquisição de alimento: “A gente não vem aqui só para pegar o nosso pedido e ir embora. O propósito de ter escolhido a feira para montar o núcleo é porque a gente quer que as pessoas que querem comer limpo, saudável e puro, se integre com o movimento dos agricultores e agricultoras. As pessoas passam a se envolver com as atividades e movimentos em torno da agricultura urbana”; “Para a gente do núcleo de Campo Grande não faz sentido fazer parte da Rede sem se envolver com o movimento social”.

Dado a forma nuclear e autônoma da organização do coletivo, os núcleos apresentam características bastante diferentes, a forma de comunicação e “animação” do núcleo cria uma dinâmica própria que envolve uma ênfase dentro de um espectro entre a compra coletiva (de produtos limpos, puro e a custo de produtor) até um engajamento maior nos movimentos sociais e atividades políticas em defesa da agricultura urbana, reforma agrária, segurança alimentar passando pelas questões sociais da organização e culturais em torno da alimentação. Foi possível observar então a presença de todo o espectro da agroecologia apontado como fundamental para um movimento social e político mais amplo (DAROLT e colab., 2016), embora com diferenças de intensidade entre os participantes e, especialmente entre os núcleos. Essa observação indica ainda que, a proximidade com os produtores e suas causas, ampliam o espectro de motivações das conexões dos novos associados.

Da mesma forma, a observação participativa das comissões de autogestão da Rede podemos também observar um espectro de temas e preocupações desde os temas tidos como operacionais, que abrange as atividades de funcionamento das compras coletivas e sua logística dos pedidos e distribuições dos produtos e finanças, seguida de questões de apoio aos produtores nas suas demandas desde campanhas de investimentos em equipamentos até apoios políticos nas suas demandas locais, e, por fim em menor intensidade, temas de ação política e interface com movimentos sociais. Percebe-se uma contínua tensão entre esses três eixos, disputando as agendas dos membros da rede, o operacional, questões sociais e culturais e as questões políticas. Dados que a operação das compras coletivas atende a uma demanda concreta no cotidiano das pessoas, acaba por absorver boa parte das energias e atenção da organização. Há um debate contínuo, nessas instâncias, sobre o nível de participação

e engajamento dos consumidores associados, seja na autogestão da organização, seja no compartilhamento sócio cultural e nos engajamentos nas ações solidárias e políticas. A controvérsia se dá, por um lado, pela necessidade de se manter um volume de consumidores associados que viabilize o escoamento dos produtos com relevância para os produtores e, por outro a exigência do engajamento na autogestão e no engajamento social e político. Essa controvérsia aponta o desafio de transformar uma ação cotidiana de alimentar-se com alimentos saudáveis, convertendo em estratégia de transformação social e ecológica mais ampla, revela ainda algumas das possibilidades e limites desse modelo de organização. As práticas da "economia solidária" como o trabalho coletivo e a autogestão na Rede, parece exercer um papel central, tanto na adesão de novos membros quanto na gestão, entre a necessidade de consumo e as questões sócio culturais e políticos envolvidos no consumo agroecológico. Esta característica pode apontar um diferencial do grupo de compras coletivas, com esse tipo de organização, em relação às demais estratégias das redes alimentares alternativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU CONCLUSÕES)

Foi possível perceber que o modelo de compras coletivas associadas a autogestão e com uma visão de movimento social que a Rede Ecológica se propõe perpassa as várias dimensões apontadas pelos estudos sobre as redes alimentares alternativas (AFN's), no sentido de mobilizar seus membros, embora com intensidade diferente, para as dimensões de alimento saudável, princípios da economia solidária na sua organização, cultura alimentar e intervenção política. Essa gama de pretensão da Rede a torna uma organização de maior complexidade e com vários dilemas e tensões entre esses polos. Se correlacionarmos com outros modelos de AFN's como feira do produtor, distribuição de cestas, compras na propriedade e CSA's (consumidores suportando agricultores) os grupos de compra coletiva, quando associado a uma organização autogestionária, com princípios da economia solidária, apontam para uma maior probabilidade de produzir um movimento de consumidores com potencial emancipatório na sua relação com os movimentos das famílias agricultoras. O estudo nos aponta também a necessidade de se ampliar um arcabouço teórico e metodológico para os movimentos de consumidores em torno da agroecologia, assim como tem sido elaborado para os movimentos sociais. A importância dos acúmulos

de conhecimento gerados nesses grupos se faz fundamental para se contrapor à uma captura do consumo agroecológico pela lógica mercantil e das corporações capitalistas. Esse é um campo que está em disputa na emergência de um novo regime alimentar internacional, que, ao fim e ao cabo, se deve contrapor com múltiplos regimes alimentares regionais e locais.

## REFERÊNCIAS


CARNEIRO, Camila Batista Marins. COMPRAS COLETIVAS DE PRODUTOS ORGÂNICOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO DE CASO DA REDE ECOLÓGICA (RJ). 2012. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DAROLT, MOACIR ROBERTO e colab. ALTERNATIVE FOOD NETWORKS AND NEW PRODUCER-CONSUMER RELATIONS IN FRANCE AND IN BRAZIL. Ambiente & Sociedade, v. 19, n. 2, p. 1–22, Jun 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2016000200002&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 20 jun 2023.

FRIEDMANN, Harriet. From Colonialism to Green Capitalism: Social Movements and Emergence of Food Regimes. Research in Rural Sociology and Development. [S.l.]: JAI Press., 2006

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Sobre as perspectivas teórico-metodológicas da Agroecologia. Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. n2, p. 14–30, 2017. Acesso em: 20 jun 2023.

HTTP://REDEECOLOGICARIO.ORG. Rede Ecológica Rio.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. A reconstrução ecológica da agricultura. [S.l.]: Agroecológica, 2001.

NIGGLI, Urs e SONNEVELT, Martijn e KUMMER, Susanne. Pathways to Advance Agroecology for a Successful Transformation to Sustainable Food Systems. Science and Innovations for Food Systems Transformation. [S.l.]: Springer International Publishing, 2023. p. 341–359.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10º
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

# GT10

# MOVIMENTOS SOCIAIS E DISPUTAS TERRITORIAIS E AMBIENTAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

**COORDENADORES**

**JOELSON GONÇALVES DE CARVALHO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)**

**JOANA TEREZA VAZ DE MOURA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)**

O Grupo de Trabalho (GT) 10, intitulado "Movimentos Sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo", acolheu e analisou treze trabalhos de relevância para o contexto das questões rurais brasileiras. Esses trabalhos foram agrupados em duas sessões temáticas: "Disputas territoriais e ambientais, territórios de identidade e lutas simbólicas" e "Sujeitos e projetos: movimentos sociais e as mobilizações coletivas". Por meio desta divisão, espera-se aprofundar a análise e promover discussões significativas sobre as questões cruciais abordadas nos estudos apresentados.

Ao dividir esta síntese em duas partes, refletindo a estrutura do GT, estamos destacando a natureza complexa e interconectada das temáticas discutidas. Por um lado, a primeira sessão focaliza as disputas territoriais e ambientais, iluminando a complexa rede de conflitos em torno da apropriação e controle dos territórios, seja por atores do agronegócio, empresas capitalistas ou comunidades tradicionais. Além disso, essa sessão lança luz sobre as dimensões simbólicas e identitárias desses territórios, destacando a importância da luta por significados e representações que permeiam tais disputas. Por outro lado, a segunda sessão direciona nosso olhar para os sujeitos envolvidos nessas lutas e as mobilizações coletivas que emergem como respostas às adversidades impostas por estruturas econômicas, políticas e sociais desfavoráveis. Os movimentos sociais se mostram como catalisadores de mudança, buscando promover o bem viver, a justiça social e a soberania alimentar. Suas ações estão enraizadas em projetos políticos que transcendem a esfera das reivindicações imediatas, almejando transformações estruturais e um futuro mais equitativo.

Embora cada trabalho possua seus aspectos específicos, é notável como várias questões emergem e se entrelaçam, revelando as afinidades temáticas subjacentes. A interconexão dessas questões fornece uma base sólida para debates mais amplos, possibilitando uma abordagem holística para compreender as complexas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais que moldam o Brasil contemporâneo. No cerne dessa abordagem estão as perguntas e problemáticas trazidas à tona na esperança de que elas possam orientar as discussões coletivas.

Neste sentido, as discussões e reflexões que emergirão desses treze trabalhos não apenas contribuirão para uma compreensão mais rica do rural brasileiro contemporâneo, mas também podem servir como um guia para estratégias futuras dos movimentos sociais e atores envolvidos na luta por mudanças sociais, econômicas e ambientais significativas. A interdisciplinaridade e a colaboração inerentes a esse processo de discussão coletiva são essenciais para enfrentar os desafios presentes e moldar um futuro mais justo e sustentável.

## Seção 01 - Disputas Territoriais e Ambientais, Territórios de Identidade e Lutas Simbólicas

A primeira seção compreende seis trabalhos que convergem em relação à dimensão territorial e aos processos de luta. Esses estudos exploram diversos enfoques, abordando desde disputas territoriais envolvendo setores do agronegócio e empresas capitalistas até a compreensão do território como espaços carregados de protagonismo identitário e significados simbólicos. Um fio condutor entre eles é a análise da defesa do território enquanto espaço de relações, uso, controle e apropriação, além da sua conexão com as concepções debatidas na geografia agrária crítica e nas ciências sociais. Os trabalhos também destacam os desafios enfrentados por territórios frequentemente ameaçados, históricos de resistência e luta pela posse da terra e dos recursos naturais. Explorando aspectos históricos, esses estudos elucidam as bases fundadoras das dinâmicas territoriais, trazendo à tona a lógica de desenvolvimento capitalista na América Latina, notadamente no Brasil.

Os trabalhos evidenciam que o Brasil, como uma antiga colônia, foi alvo do processo extrativista que ampliou a pobreza. Esse (neo)extrativismo persistente se manifesta através das atividades de empresas capitalistas de energias renováveis, agronegócio e setor imobiliário, que desestruturam territórios e comunidades, gerando violência física e simbólica. A resistência a essa dinâmica é conduzida por movimentos sociais ou socioterritoriais, que formam uma rede de defesa da terra e território, em última instância, protegendo a própria existência. Entretanto, esses movimentos frequentemente são estigmatizados e criminalizados por setores conservadores, que os veem como ameaças à ordem. Em resposta a essas dinâmicas, os movimentos sociais reestruturam-se e forjam novas narrativas,

buscando alternativas ao desenvolvimento hegemônico e modos de vida mais sustentáveis e solidários.

O trabalho "**Em defesa do território: impactos sociais, ambientais e econômicos resultantes da implantação e operação de parques eólicos na comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado/RN**", de autoria de Miriam Vital e Joana Moura, aborda a percepção dos atores sociais na luta pela manutenção e defesa do território de Enxu Queimado/RN frente aos impactos dos parques eólicos, ressaltando a importância da organização social na resistência. Este estudo lança luz sobre a relevância intrínseca da organização social no âmbito das resistências frente às pressões externas. Ao explorar as experiências e percepções das comunidades tradicionais pesqueiras, o trabalho destaca a grande importância da colaboração coletiva e da coesão social na defesa do território. A articulação destes sujeitos sociais desempenha um papel central no fortalecimento da resistência, tornando-se uma força motriz na busca pela proteção de suas identidades e modos de vida tradicionais.

O artigo "**A luta pelo bem viver e bem comum na trajetória do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) no estado de Goiás – Brasil**", de Manoela Marilda Batista Barbosa, Jefferson Henrique Morais Castilho e Karla Emmanuela Ribeiro Hora, explora os conceitos que permeiam as ações do MAB em prol do bem viver e bens comuns, reconhecendo a terra e a água como fontes de vida e trabalho, e enfatizando a busca por estruturas sociais igualitárias, equitativas e solidárias. O artigo não apenas traça uma análise profunda das bases conceituais que sustentam o MAB em sua atuação, mas também enfatiza a visão holística que permeia essas ações. O reconhecimento da terra e da água como elementos indispensáveis à abundância e à vitalidade das comunidades, bem como o seu papel essencial na manutenção da vida coletiva e individual, são aspectos centrais explorados pelo estudo.

O papel da agricultura urbana como instrumento de luta do MTST é evidenciado no trabalho "**Agricultura urbana como instrumento de luta do MTST: um estudo preliminar**", de autoria de Patricia Amorim, Ricardo Serra Borsatto, Giovanna Bonilha Milano, que destaca a relação entre direito à moradia digna e segurança alimentar nos territórios populares, ressaltando as ações de resistência e solidariedade proporcionadas por iniciativas de hortas urbanas e cozinhas solidárias. O trabalho delineia a intrincada interligação entre o direito fundamental à moradia digna e a segurança alimentar, destacando a forma como essas duas necessidades

fundamentais estão entrelaçadas nos territórios populares e são defendidas por importantes movimentos sociais estruturados e organizadores de lutas coletivas.

O artigo "**Educação como objeto de disputa entre o agronegócio e agricultura camponesa e o caso de Ribeirão Preto**", de Bruno Cesar Castro Cunha, discute a importância da educação como capital cultural e território em disputa, ressaltando como a onda conservadora impacta as escolas do campo e sua relação com as lutas territoriais. Ao delinear as conexões entre a política conservadora e suas implicações na educação rural, o artigo lança luz sobre como as escolas do campo se transformam em campos de batalha ideológicos. Essas instituições educacionais, historicamente fundamentais para o desenvolvimento e preservação das culturas camponesas, tornam-se alvos de uma reconfiguração que busca impor narrativas e valores ligados ao agronegócio e à lógica capitalista. Esse processo de imposição não apenas reflete a disputa por controle e influência nas comunidades rurais, mas também projeta uma sombra sobre a autonomia intelectual e a perpetuação das tradições locais.

O estudo "**Territórios do medo? As faces da LGBTQIA+fobia no rural brasileiro**" de Jeam Claude de Souza Gomes, revela como as lutas pelo modo de vida, identidade e gênero estão intrinsecamente ligadas às disputas territoriais, redefinindo os movimentos sociais e reafirmando a importância da representatividade e identidade. Por meio deste estudo, podemos perceber como as comunidades LGBTQIA+ têm encontrado maneiras inovadoras de redefinir os movimentos sociais e a luta pelo território. A representatividade e a identidade, nesse contexto, ganham uma relevância crucial, tornando-se elementos essenciais para a afirmação de direitos e a criação de alternativas frente às imposições sociais e estruturais.

Por último, o artigo "**A armadilha diversionista: as verdades secretas da CPI do MST e os interesses do governo do Estado de São Paulo**", de autoria de Reginaldo Barbosa de Almeida, Oriowaldo Queda e Luís Antonio Barone, examina os desafios impostos aos movimentos sociais pela política conservadora, especialmente no estado de São Paulo, evidenciando a desmobilização e criminalização desses movimentos e as ameaças às conquistas territoriais. Através de uma análise criteriosa, o estudo desvela as complexas redes de interesses que estão por trás falsa imparcialidade de algumas iniciativas, como a CPI do MST, revelando como esses movimentos de investigação podem ser utilizados como uma armadilha diversionista para desviar a atenção das questões essenciais que permeiam a luta pela terra e

pelos direitos sociais. Nesse contexto, o estudo aponta para a importância de uma análise crítica e atenta das agendas políticas, a fim de compreender as reais motivações por trás das ações que buscam enfraquecer os movimentos sociais.

Considerando estes seis trabalhos, em um panorama amplo e interligado, esta seção abrange uma gama diversificada de estudos que convergem na exploração das disputas territoriais, lutas identitárias e simbólicas que moldam o cenário socioambiental brasileiro contemporâneo. Emerge, por meio da leitura dos textos acima apresentados, uma clara compreensão de que os territórios, enquanto arenas de conflito, são espaços onde se entrelaçam não apenas questões físicas e materiais, mas também valores culturais, identitários e simbólicos, moldando a teia complexa de forças que configuram a vida no campo.

Nesse sentido, os estudos apresentados suscitam questionamentos e reflexões importantes: Como abordar a questão agrária considerando interseções com desafios como a questão energética e climática? Qual é o papel da terra na economia capitalista? Como os movimentos sociais podem enfrentar a marginalização e retomar debates sobre agroecologia e soberania alimentar? De que maneira as lutas camponesas podem criar alternativas e fortalecer relações para combater o avanço do capitalismo no campo? A interligação entre essas questões e as análises apresentadas abre espaço para um diálogo profundo e abrangente sobre as complexidades das disputas territoriais e ambientais, territórios de identidade e lutas simbólicas no Brasil contemporâneo.

**SEÇÃO 02 - Sujeitos e projetos: movimentos sociais e mobilizações coletivas**

No cenário complexo das lutas sociais e mobilizações coletivas no Brasil, a convergência de diversos sujeitos, movimentos e projetos políticos tem moldado uma narrativa de transformação da realidade concreta. A presente seção, intitulada "Sujeitos e Projetos: Movimentos Sociais e as Mobilizações Coletivas", composta por sete trabalhos, busca destacar o papel crucial desempenhado por atores como a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), sindicatos de agricultores e trabalhadores rurais, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Eles não apenas lutam por direitos imediatos, mas também encampam

projetos antissistêmicos, que buscam ressignificar a realidade social, econômica e ambiental do país.

A interligação desses movimentos, projetos e atores resulta em um tecido social multifacetado, entrelaçando objetivos e ideais que transcendem o mero enfrentamento de questões isoladas. Os esforços conjuntos refletem uma resposta articulada e determinada às crises que desafiam a preservação ambiental, o acesso a direitos fundamentais, como a alimentação e a água, e a promoção de equidade social. Observa-se, nesse contexto, a emergência de forças impulsionadoras de mudanças profundas, cujo poder transformador se baseia na capacidade de mobilização e engajamento coletivo.

Em conjunto, os artigos desta seção fornecem uma visão ampla e inspiradora das complexas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais presentes no Brasil. A relevância das lutas coletivas torna-se evidente ao perceber que questões fundamentais, como a preservação do meio ambiente, a garantia de direitos básicos como comida e água, e a promoção da justiça social, não serão alcançadas sem enfrentamentos e lutas. Nesse sentido, os movimentos sociais e as mobilizações coletivas emergem como forças impulsionadoras de mudanças significativas.

Tendo como foco central a análise da água como categoria analítica, o texto de Eryka Galindo, intitulado "**Água, nosso primeiro alimento: o caso da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)**", empreende uma exploração dos múltiplos significados e sentidos atribuídos à água por líderes, agricultores e agricultoras do semiárido brasileiro associados à Articulação do Semiárido Brasileiro. A autora busca não apenas compreender essas ontologias da água no contexto semiárido, mas também refletir sobre sua influência na construção das perspectivas locais. Galindo destaca que, além da segurança alimentar, os agricultores conferem à água outros significados, como ser o primeiro alimento, um instrumento de conhecimento, autonomia e um meio para combater as desigualdades. Essas representações são entrelaçadas com a visão da água como um recurso essencial para a produção e preparação de alimentos. As conclusões do texto são notáveis, apontando para a riqueza e diversidade de entendimentos em torno da água, extrapolando as meras noções de direito ou utilidade alimentar.

No trabalho intitulado "**Mulheres negras agricultoras: um debate incipiente**", de Murilo Carvalho e Cimone Rozendo, as dificuldades enfrentadas por mulheres negras agricultoras emergem como um tema central, analisado a partir das

interseções entre raça, gênero e agricultura. O texto destaca a escassez de abordagens que se debruçam sobre as experiências destas mulheres e seus modos de vida. Os autores propõem a adoção das teorias decolonial e da teoria racial crítica para esclarecer as dificuldades que essas mulheres enfrentam. Através da lente decolonial, é possível desconstruir as relações de poder e as hierarquias sociais moldadas durante o processo de colonização. A teoria racial crítica, por sua vez, proporciona uma análise profunda sobre a construção das categorias raciais e seu impacto nas relações sociais e políticas. Carvalho e Rozendo também evidenciam as estratégias agroecológicas, enraizadas no cotidiano das mulheres negras agricultoras, como expressões decoloniais capazes de transformar as relações socioambientais, garantir a segurança alimentar, preservar a agrobiodiversidade e os ecossistemas locais, além de resistir ao individualismo fomentado pelo modelo neoliberal e capitalista.

No artigo **"Pensamento agroecológico latino-americano: uma expressão da filosofia latino-americana**", de Tayrine Parreira Brito e Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo, reside o objetivo de explorar a relação entre o pensamento agroecológico latino-americano e a filosofia da região, investigando a fundo as características e a existência de um pensamento latino-americano original. As autoras destacam que o pensamento agroecológico da América Latina se funde com a filosofia local, caracterizada por uma consciência histórica enraizada na luta pela libertação. Este pensamento emerge das cosmovisões indígenas e se configura como um projeto político de sociedade, culminando em uma agroecologia crítica e anticolonial, intrínseca à América Latina.

Além disso, em outro trabalho com foco no movimento agroecológico, de título "**Sistemas Participativos de Garantia (SPGs): movimento social ou frente do movimento agroecológico?**", Luís Henrique Conti Tasca e Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo exploram a dinâmica dos SPGs como uma das facetas do Movimento Agroecológico, ao passo que analisam suas interações com a regulamentação de produtos orgânicos e as relações com empresas terceirizadas. Embora essa interação não se enquadre plenamente como movimento social, ela assume um papel central na disputa de um campo específico dentro do complexo contexto da regulamentação orgânica.

Refletindo sobre dois movimentos significativos na luta contra a fome, o artigo de Maria Emilia Gomes Sá e Ricardo Serra Borsatto intitulado "**Movimentos**

**socioterritoriais rurais e urbanos na luta pelo combate à fome: um estudo de caso sobre o MST e o MTST**" busca identificar as convergências entre os discursos e ações desses dois movimentos no enfrentamento da fome no Brasil. Embora o trabalho ainda esteja em andamento, os autores apresentam caracterizações instigantes de dois territórios nos quais o estudo pretende se aprofundar: a ocupação Lélia Gonzalez (MSTS) e o Assentamento Horto Bela Vista (MST).

Por sua vez, Evandro Neves e Heribert Schmitz, em seu artigo "**Sindicatos, agricultores familiares e a agricultura por contrato na dendeicultura na Amazônia Oriental**", lançam luz sobre o papel dos sindicatos nos processos decisórios e nas relações com as agroindústrias. Esse estudo concentra-se especialmente em dois tipos de sindicatos: os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e os Sindicatos de Agricultores e Agricultoras Familiares (SINTRAF). Os autores ressaltam os inúmeros desafios que os sindicatos enfrentam na promoção da adesão dos agricultores familiares à dendeicultura, bem como os abusos perpetrados por empresas terceirizadas na cadeia produtiva, prejudicando esses agricultores.

Diante disso, a análise do papel desses sindicatos emerge como essencial para compreender o modo como eles defendem efetivamente os interesses dos agricultores familiares sob sua proteção. Num primeiro olhar, observa-se que essas entidades têm atuado como mediadoras entre os agricultores e as agroindústrias, garantindo a celebração e o cumprimento de contratos de longo prazo. Além disso, os sindicatos trabalham para reduzir a influência das empresas sobre os agricultores familiares, buscando negociar preços justos e estabelecer parcerias que assegurem uma remuneração adequada pelo trabalho dos agricultores. Essas ações visam fortalecer os agricultores e equilibrar as relações no setor, promovendo maior equidade econômica e social na dendeicultura.

O artigo de Camila da Silva Freitas, intitulado "**A defesa do território: o caso do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica**" explora os fatores que levaram representantes de uma ONG a modificar a linguagem relacionada ao direito ao acesso à terra para narrativas centradas na conservação ambiental. De maneira abrangente, observa-se uma mudança de foco ambiental nos movimentos sociais que lutam pela terra, os quais buscam debater questões como a agroecologia e as mudanças climáticas, entre outras abordagens que emergem e condicionam as atuações desses movimentos. No caso específico tratado no artigo, a autora argumenta que essa

mudança na agenda de luta legitima e sustenta a própria concepção de território, sendo entendido como um espaço de apropriação, controle, usos e atribuição de significados.

Em síntese, essa seção oferece um mergulho profundo nas realidades complexas e multifacetadas dos movimentos sociais e das mobilizações coletivas no Brasil, abordando temas cruciais como a significância da água, os desafios das mulheres negras agricultoras, a agroecologia como movimento e base filosófica e as dinâmicas dos sistemas participativos de garantia. Ao explorar essas análises, surge a percepção da resistência coletiva como um agente de transformação profunda, capaz de desafiar poderes instituídos, redefinir narrativas e pavimentar caminhos em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Ademais, a diversidade de sujeitos envolvidos nos movimentos apresentados nos trabalhos que compõem essa seção, ilustra o quão draconiano é o modo social de produção vigente. Assim, dentre outras convergências destes trabalhos, uma se destaca: o caráter antissistêmico dos projetos políticos apresentados. Esses projetos não se restringem a reivindicações imediatas, mas buscam transformações estruturais que possam beneficiar a natureza e as pessoas.

A partir da leitura desses artigos, é possível observar que as lutas coletivas se constituem como espaços de resistência e de construção de alternativas para enfrentar os desafios socioambientais e as desigualdades presentes na realidade brasileira e latino-americana. Eles também evidenciam o potencial da ação coletiva para pressionar por mudanças políticas e sociais que respondam aos anseios das comunidades mais vulneráveis e marginalizadas.

Feita essa sintética apresentação dos trabalhos, restam algumas perguntas de fundo: Como os sujeitos e movimentos sociais apresentados no texto estão conseguindo re-existir e avançar coletivamente frente ao poder do agronegócio, das elites e do capitalismo? Qual o ganho ou acúmulo desses sujeitos e movimentos sociais nas lutas empreendidas? É possível pensar em avanços futuros para além da luta por resistências e reconhecimentos?

**Referências**

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo. Duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. *Descolonizar o*

*imaginário*. Debates sobre pos-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2016.

CUNHA, Bruno C. Educação como objeto de disputa entre o agronegócio e a agricultura camponesa e o caso de Ribeirão Preto. *Anais* do X Encontro da rede de Estudos Rurais, São Carlos, 2023.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioterritoriais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *NERA*, n.06, p. 24-34, 2005.

SOUZA, Felipe G. Questão agrária, movimento LGBTQIA+ e luta pela terra. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Serviço Social), Franca: UNESP, 2022.

# EM DEFESA DO TERRITÓRIO: IMPACTOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS RESULTANTES DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS NA COMUNIDADE TRADICIONAL PESQUEIRA DE ENXU QUEIMADO/RN.

Miriam Moura Vital[1]
Joana Tereza Vaz de Moura[2]

**GT 10:** Movimentos sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a percepção dos atores sociais que lutam pela manutenção e defesa do território de Enxu Queimado/RN sobre os impactos sociais, ambientais e econômicos resultantes da implementação/operação dos parques eólicos. Quanto à metodologia, utilizou-se da revisão bibliográfica e por se tratar de um estudo de caso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com integrantes do comitê de defesa do território pesqueira da praia de Enxu Queimado/RN. Ao analisar os dados, percebeu-se que o uso do território para as comunidades tradicionais é sagrado, sobretudo para aqueles que lá habitam a gerações. Desta forma, a comercialização dos territórios tradicionais e de seus recursos, sem consentimento, é indevido, tendo em vista que a consulta prévia às comunidades é obrigatória. No entanto, com o avanço da mais-valia atuando de forma global, os territórios tradicionais têm sido mercadoria de troca e os povos tradicionais ficam apenas com o ônus dos impactos.

Palavras-chave: Energia eólica, Impactos sociais, ambientais e econômicos, Enxu Queimado.

## INTRODUÇÃO

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, miriammouravital@mail.com.
[2] Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN, joanatereza@gmail.com.

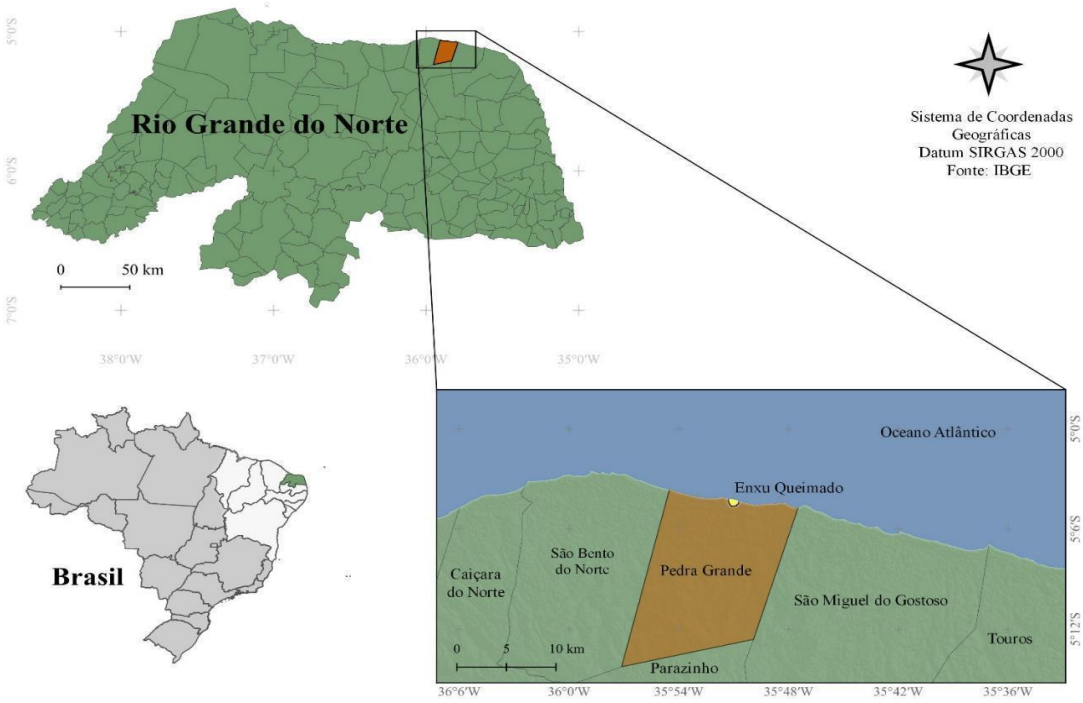
Sabe-se que as energias renováveis, são pautas de escala global e que no Brasil essa realidade não é diferente, sendo o estado do Rio Grande do Norte destaque para a energia oriunda dos ventos, a energia eólica.

Dito isto, após acentuada crise hídrica, em 2014, o Brasil preocupado com a estabilidade energética do país passou a buscar por meios que viessem a compensar os períodos de estiagem que ocorrem no Brasil. Nesse contexto, a energia eólica, oriundo do vento, se mostrou uma excelente opção para compor a matriz energética do país. Desta forma, “o vento tornou-se, no recente período, um elemento de especulação econômica e produtiva, adquirindo relevância no planejamento energético Brasileiro” (SILVA, 2022, P. 18).

Contudo, essa expansão preocupa as comunidades tradicionais pesqueiras, por dinamizar o espaço, especialmente nos usos do território e na modificação da paisagem, mediante a introdução de diversas materialidades e novas lógicas que proporcionam múltiplas funcionalidades aos lugares, como posto por Silva (2022, p.19). O autor também destaca que o território se torna base e produto para o setor eólico mundial, passando por um “processo de ressignificação dos lugares, tornando-os lócus da produção e fazendo-os elementos indispensáveis ao desenvolvimento capitalista”.

O Rio Grande do Norte, é um dos maiores produtores de energia proveniente dos ventos, tendo maior concentração nas áreas litorâneas (HOFSTAETTER, 2021). Nesse cenário, encontra-se a região do Mato Grande, que é constituída por 15 municípios, e dentre eles Pedra Grande. O município é composto por 10 distritos em sua zona rural e, dentre eles, encontra-se a comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado/RN (Mapa 01). Ela fica localizada na microrregião do Litoral Nordeste, saindo de Natal, capital do estado do RN, e indo pelas RN-120 e BR-406 fica a 142 km de distância da capital (IBGE, 2022).

**Mapa 01 – Localização geográfica da Comunidade de Enxu Queimado no Município de Pedra Grande/RN, Brasil**




**Fonte:** BUANI (2023).

## DESENVOLVIMENTO

A comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado/RN

O município de Pedra Grande, localizado no RN, onde Enxu Queimado faz parte, iniciou-se nos anos de 1919 (IBGE, 2022). O nome da comunidade é originário das abelhas, conhecidas como enxus. Conforme o relato da entrevistada Juliana Jane (2022), do coletivo de mulheres conquistando autonomia e coordenadora local do Comitê de Defesa do Território Pesqueiro da Praia Enxu Queimado, os pescadores queimavam as colmeias, para ter acesso a área da praia (local onde ficaram as barracas com materiais da pesca), pelo fato das abelhas terem ferrão, de modo que, a comunidade ficou conhecida como Enxu Queimado, por ter migrado para o ponto de referência conhecido como local dos enxus queimados. Juliana Jane, em entrevista

(2022), também ressalta que, de acordo com os relatos dos moradores mais antigos, a comunidade começou a se formar em meados de 1920, bem antes da então emancipação política em 1962, de Pedra Grande. A comunidade teve início no Canto de Baixo, e devido às cheias constantes, foi migrando para a atual localidade, na época conhecida como praia da Esperança e atualmente denominada de praia de Enxu Queimado. O estudo realizado por Medeiros (2021, p. 113) aponta que Enxu Queimado também foi conhecida por outros nomes: “por volta dos anos de 1910 e 1920, a praia de Enxu Queimado era chamada de Carnaúba Enterrada ou Praia da Ponte”.

> A comunidade se formou devido uma enchente que teve início em Canto de Baixo. A comunidade surgiu daí, mas esse lugar já era habitado por alguns pescadores, que faziam o percurso para a beira-mar. Aí, quando chegavam, às vezes, chegavam tarde, não tinham como voltar para o Canto de Baixo. [...] como já era um local que eles habitavam, era o percurso para eles poderem ir para a pesca, então, foi depois da enchente, que realmente, a comunidade fundou, que veio a ser formada. (Entrevista realizada com Juliana Jane, do coletivo de mulheres conquistando autonomia e integrante da coordenação local do Comitê de Defesa do Território Pesqueiro da Praia Enxu Queimado em 16 de novembro de 2022).

Foi possível verificar na base de dados do CECAD, do governo federal (base que permite conhecer as características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no Cadastro Único), para o mês de referência fevereiro de 2023, o total de 1.089 famílias registradas na comunidade de Enxu Queimado. Destaca-se que Enxu Queimado é o distrito que possui o maior número de famílias registradas, sendo deste total identificado 93 famílias com marcação para pescadores (as) artesanais. Em seguida, aparecem os agricultores familiares com 17 famílias registradas no sistema. É relevante destacar que algumas famílias, registradas como agricultores familiares, ainda utilizam as vazantes ou as terras de um local denominado por eles de “Canto de Baixo”, para o cultivo de alguns alimentos para subsistência, como por exemplo: a mandioca, o milho, o feijão verde e a batata doce, além da produção das hortaliças e criação de animais. Desta forma, apesar da caracterização como comunidade tradicional pesqueira, na comunidade também existem famílias de agricultores familiares. Tal fato pode ser notado na fala da presidenta da Colônia de Pescadores Z-32, Joelma Martins, quando se perguntou “Qual a principal atividade econômica da comunidade?”.

> Além da pesca? A pesca, sempre foi a principal atividade. [...], mas vendem

> hortaliças, né? Para vender tipo coentro, alface, couve, cebolinha. Ainda tem algumas famílias que têm criação de ovelhas nas vazantes, isso tudo nas vazantes, porque dentro da rua não tem condições [...] em alguns cantos que a empresa não comprou, teve pessoas que resistiram ainda, por isso que as vazantes ainda existem. Que não venderam, porque plantava, porque tinha gado. Meu sogro é um que tem gado, não vendeu, porque na época ele plantava (Entrevista realizada com a presidenta da Colônia de pescadores em 11 de novembro de 2022).

Os dados apresentados colaboram com os estudos de Silva e Miller (2019, p. 99) quando apresentam que “as comunidades de pesca geralmente são consideradas de pequena escala devido ao sistema de produção e venda serem direcionadas apenas à sobrevivência”. Essa realidade apresenta-se na comunidade de Enxu Queimado, onde os instrumentos utilizados para o trabalho, assim como a construção e manutenção das canoas, das redes e as demais tarefas como comercialização dos pescados ocorrem na própria comunidade.

Outra questão importante é o quantitativo de pescadores e pescadoras associados e registrados na colônia de pescadores Z-32 de Enxu Queimado. Em entrevista realizada em 19 de abril do corrente ano, obteve-se os dados que existem registrados um total de 271 pescadores(as) na colônia de pescadores Z-32 de Enxu Queimado. Deste total, 65 são mulheres e 206 são homens. Também é apontado por Joelma (2023) que “na comunidade pesqueira existem 32 embarcações que subsidiam o trabalho dos pescadores artesanais”, assim como também relata que existem mulheres que realizam a pesca em “redes de arrasto” e em média mais de 50 “barcos pequenos” que não possuem motor, como por exemplo: canoas a vela.

É relevante citar que as colônias de pesca são organizações sociais que representam a classe trabalhista dos pescadores e pescadoras artesanais e que têm o papel de intervir a favor da atividade pesqueira (SILVA; MILLER, 2019). Na comunidade pesqueira de Enxu Queimado, pode-se evidenciar, nas entrevistas, a relevância social que esse equipamento possui para a organização dos pescadores e pescadoras artesanais de Enxu Queimado. Quando indagou-se sobre o papel da colônia de pescadores frente aos conflitos socioterritoriais a presidenta, Joelma Martins ressalta que: “Está na colônia foi e é fundamental importância para mobilizar os pescadores e pescadoras, para juntos lutarmos por Enxu. Não é nada fácil, mas esse espaço é muito importante para nós pescadores” (Joelma Martins, presidenta da colônia de pescadores Z-32 em 19 de abril de 2023).

É importante perceber que essa organização social (Colônia de Pescadores Z-

32 de Enxu Queimado/RN) merece destaque por ser fundamental no apoio e na luta da comunidade pelo reconhecimento enquanto povos tradicionais das água, assim como na defesa do território, com atuação de forma incisiva na emancipação das mulheres pescadoras.

## Projetos eólicos em Enxu Queimado: conflitos e percepção da comunidade sobre os impactos sociais, ambientais e econômicos.

Atualmente, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2023), existem 1.523 projetos eólicos outorgados no Brasil. O RN ocupa a segunda posição no ranking de estados com maior quantidade de projetos eólicos aprovados pela ANEEL, com 385 parques e 13.409.936,00 kW de potência (ANEEL, 2023). Somente em Pedra Grande são 16 parques eólicos outorgados (14 em operação e 02 com construção ainda não iniciada), somando 374.500,00 kW de potência (ANEEL, 2023), conforme demonstrado na tabela 01.

A primeira outorga de projeto eólico em Pedra Grande ocorreu em 2011, já o primeiro parque entrou em operação no ano de 2014. Com esse processo de implantação de projetos eólicos, a comunidade viu as dunas, as lagoas e os seus recantos de lazer serem destruídos e/ou cercados, conforme apontou Medeiros (2021). Esse fato é relevante de ser elucidado porque:

> A exploração do potencial eólico no nordeste brasileiro tem ocorrido com aval Estado e para as empresas de capital internacional, seja ele “por meio de duas narrativas dominantes. A primeira corresponde a necessidade de se gerar energia limpa como uma alternativa para a mitigação das mudanças climáticas, discurso que orienta a maior parte das novas políticas da economia verde. [...] A segunda narrativa utilizada majoritariamente na escala nacional e local que, por vezes, tem mais efeito sob a população a ser afetada pelos empreendimentos do que o debate acerca das mudanças climáticas, que é a geração de empregos e, consequentemente, aumento da renda que a implantação de um parque pode trazer para a população local (PEREIRA, 2021, p. 32).

No entanto, Hofstaetter (2021) evidencia que o que crescimento econômico não gera obrigatoriamente, desenvolvimento e nem ameniza as situações de vulnerabilidade que esses parques geram nas comunidades onde se instalam. Dito isto, é possível observar no Quadro 01 que o primeiro parque licenciado para construção foi em 2014 e, após quatro anos, tem-se novas instalações no território em 2018.

**Quadro 01 – Empreendimentos eólicos em operação no Município de Pedra Grande/RN**

| Nome do Parque | Nome do Proprietário | Nº aerogeradores | Data da outorga | Final da outorga | Data início Operação | Fase |
|---|---|---|---|---|---|---|
| União dos Ventos 9 | Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A | 7 | 05/04/2014 | 05/04/2044 | 05/04/2014 | Operação |
| União dos Ventos 10 | Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A. | 9 | 05/04/2014 | 05/04/2044 | 05/04/2014 | Operação |
| União dos Ventos 2 | Torres de Pedra Geradora Eólica S.A. | 14 | 05/04/2014 | 05/04/2044 | 05/04/2014 | Operação |
| União dos Ventos 1 | Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. | 14 | 05/04/2014 | 05/04/2044 | 05/04/2014 | Operação |
| União dos Ventos 8 | Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A. | 9 | 05/04/2014 | 05/04/2044 | 05/04/2014 | Operação |
| União dos Ventos 4 | Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A. | 7 | 05/04/2014 | 05/04/2044 | 08/04/2014 | Operação |
| União dos Ventos 3 | Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A. | 14 | 05/04/2014 | 05/04/2044 | 08/04/2014 | Operação |
| União dos Ventos 14 | Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A | 10 | 15/07/2014 | 15/07/2049 | 26/01/2018 | Operação |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| União dos Ventos 13 | Ventos de Santo Antonio Geradora Eólica S.A. | 9 | 23/07/2014 | 23/07/2049 | 27/01/2018 | Operação |
| União dos Ventos 12 | Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. | 12 | 15/07/2014 | 15/07/2049 | 10/02/2018 | Operação |
| Dreen Cutia | Usina de Energia Eólica Cutia S.A. | 11 | 05/01/2012 | 05/01/2042 | 22/12/2018 | Operação |
| Dreen Guajiru | Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. | 10 | 05/01/2012 | 05/01/2042 | 29/12/2018 | Operação |
| Cumaru III | Enel Green Power Cumaru 3 S.A. | 10 | 29/04/2019 | 29/04/2054 | não identificado | Operação |
| Dreen Boa Vista | GE Boa Vista S/A | não identificado | 28/04/2011 | 28/04/2046 | não identificado | Operação |
| Quixabeira | ELAWAN EÓLICA RIO GRANDE DO NORTE S.A. | 12 | 01/08/2022 | 01/08/2057 | não identificado | CNI* |
| União dos Ventos 20 | Ventos Fortes Geradora Eólica S/A | 8 | 12/12/2022 | 12/12/2057 | não identificado | CNI* |

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2023). Org.: Vital, Miriam Moura (2023).
Legenda: *CNI = Construção Não Iniciada.

Nesse sentido, o Mapa 02 apresenta a espacialização dos parques eólicos no município de Pedra Grande/RN, onde é possível identificar que as áreas com maiores

números de parques eólico no município estão localizadas na comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado, resultando em alteração do uso comum do território, assim como em conflitos e conflitualidades, pois a comunidade vivencia os impactos gerados após as instalações dos parques.

**Mapa 02 – Implantação de Parques Eólicos em Pedra Grande/RN**

**Fonte:** Projeto Fundo Casa/SAR a partir de dados do GOOGLE EARTH (2023) e da ANEEL (2023).

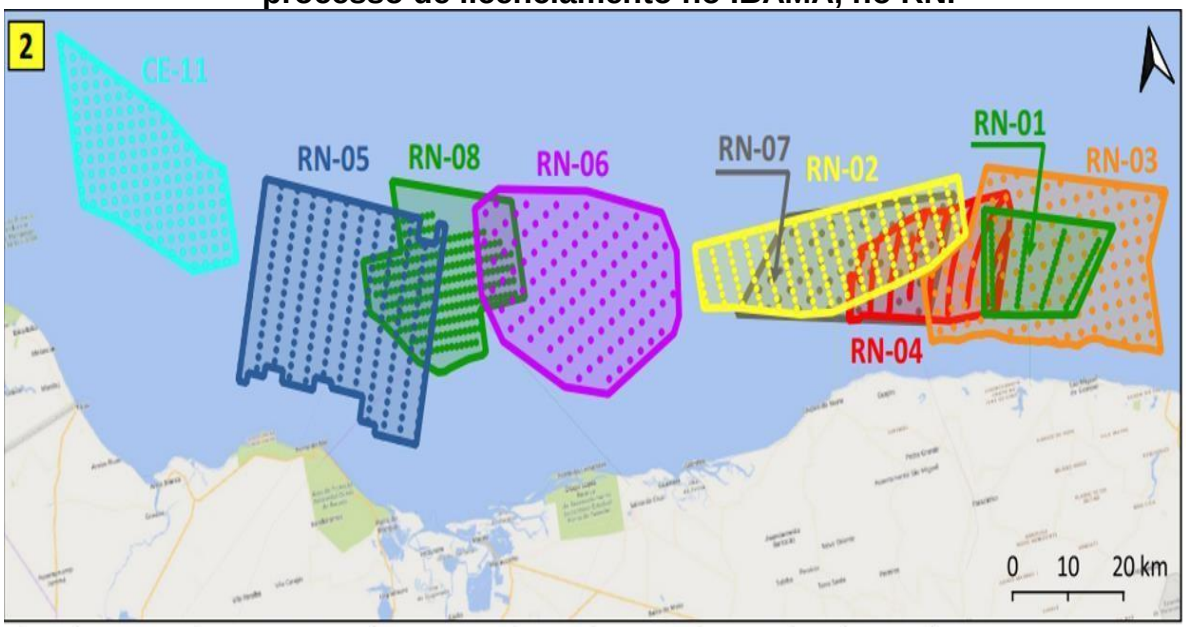
É importante destacar que a comunidade está prestes a receber novas instalações de parques, desta vez no território marítimo. Essa é uma nova realidade em potencial, com a implantação de parque eólicas offshore, que vão impactar a atividade pesqueira de diversos modos: no trabalho (atividade pesqueira), na ocupação do território, na moradia dos pescadores, dentre outros. Sobre isso, pontua-se que:

> O Complexo Eólico Offshore Ventos Potiguar prevê a instalação de cinco usinas com capacidade de 2,7 gigawatts, 207 geradores, no RN os parques ficarão localizados entre as praias de Touros até Galinhos. [...] As linhas de transmissão passarão pelo território de São Bento do Norte, Pedra Grande (Praia de Enxu Queimado), Touros e São Miguel do Gostoso. Essas localidades poderão sofrer impactos ainda mais severos. A distância para construção dos parques varia entre 5 a 17 km após a quebra da maré, o que

> além de estar no trajeto feito pelas as embarcações dos pescadores artesanais, também será possível enxergar a areia da praia (MEDEIROS, 2021, p. 160).

No Mapa 03, é possível identificar o avanço do capital internacional nos territórios tradicionais, no estado do RN, especificamente no território do Mato Grande. De acordo com dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2023) está prevista a instalação de 52 torres, com capacidade energética de 624 MW para o território marítimo de Pedra Grande (Enxu Queimado). No Mapa 03, tem-se os projetos de empreendimentos de energia eólica offshore em processo de licenciamento no IBAMA.

**Mapa 03 – Projetos de empreendimentos de energia eólica offshore em processo de licenciamento no IBAMA, no RN.**




| | Código | Empreendimento | Empreendedor | Processo | Data FCA | Aerogerador | Pot.Unit (MW) | Quant. | Pot.Tot. (MW) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | RN-01 | Pedra Grande | Pedra Grande | 02001.027228/2020-14 | 30/11/2020 | Haliade-X | 12 | 52 | 624 |
| | RN-02 | Maral | Ventos do Atlântico | 02001.000036/2021-41 | 04/01/2021 | NGT236 | 13,5 | 149 | 2.011 |
| * | RN-03 | Alísios Potiguares | Bosford Participações | 02001.007450/2021-81 | 13/04/2021 | V236-15MW | 15 | 123 | 1.845 |
| * | RN-04 | Ventos Potiguar | Internacional Energias | 02001.008883/2021-54 | 03/05/2021 | Haliade-X | 12 | 207 | 2.484 |
| | RN-05 | Beta | Beta Wind Energias | 02001.018349/2021-56 | 30/08/2021 | V236-15MW | 15 | 200 | 3.000 |
| | RN-06 | Água Marinha | Bluefloat Energy do Brasil | 02001.001543/2022-83 | 21/01/2022 | WEC 265 20MW | 20 | 85 | 1.700 |
| * | RN-07 | Cattleya | Bluefloat Energy do Brasil | 02001.001548/2022-14 | 21/01/2022 | WEC 265 20MW | 20 | 59 | 1.180 |
| * | RN-08 | Projeto Galinhos | Shell Brasil | 02001.006459/2022-56 | 17/03/2022 | SG-14-222-DD | 14 | 215 | 3.010 |
| | CE-11 | Projeto Colibri | Equinor Brasil Energia | 02001.008207/2022-61 | 05/04/2022 | Turbog.15 MW | 15 | 134 | 2.010 |

1224 torres

**Fonte:** IBAMA (2023). Org.: Vital, Miriam Moura (2023).

Quando indagou-se a Joelma Martins (Presenta da Colônia de pescadores Z-32, 2023), sobre as ações da comunidade frente a esse novo projeto, a entrevistada

relata que em maio de 2022, as representantes do Comitê de Defesa do Território Pesqueiro da Praia Enxu Queimado, participaram de uma audiência pública, realizada pelo Governo do Estado/RN, para discutir o processo de instalação dos parques offshore e logo em seguida já iniciaram as articulações para defender seu território, pois percebe-se que o “diálogo não será nada fácil”, com o Governo do Estado e com as empresas, por percebeu-se que a atuação ocorrem em parceria, deixando dela o diálogo com as comunidades tradicionais.

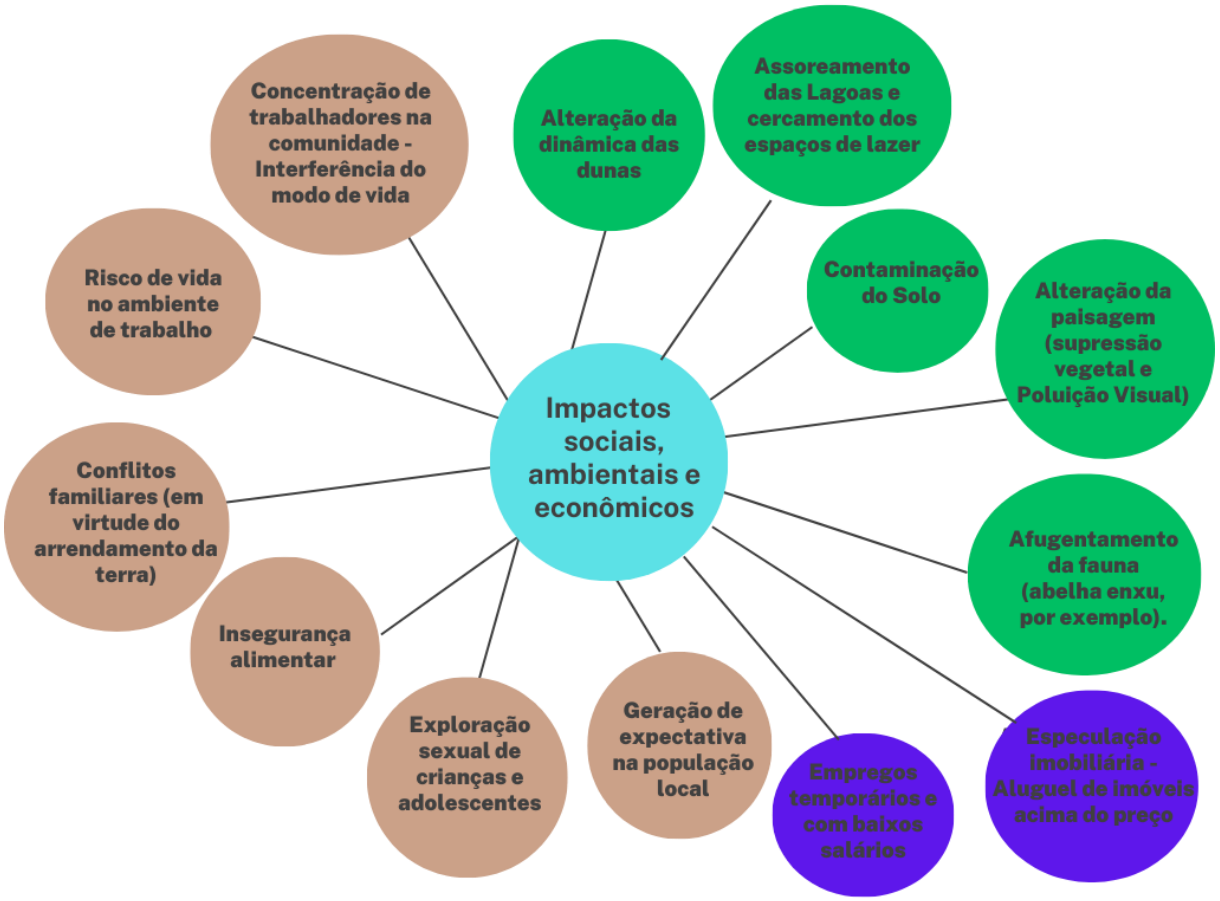
Desta forma, em 20 de junho de 2022, a Colônia de Pescadores/as de Enxu Queimado/RN, se mobilizou e convidou a pesquisadora Moema Hofstaetter, para apresentar os resultados dos impactos, nas comunidades pesqueiras, com a implantação dos parques offshore. Os dados apresentados na audiência pública, realizada em Enxu Queimado, são frutos do relatório do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, ao qual a comunidade tem acento.

Em parceria com o Coletivo de Assessoria Cirandas, com o CPP, com o Movimento dos Pescadores e das Pescadoras Artesanais, entre outros parceiros o Comitê de Defesa do Território Pesqueiro da Praia Enxu Queimado, deram continuidade a campanha “Enxu Queimado existe porque persiste”, iniciada em 2020, para realizar o levantamento de dados quantitativo sobre a comunidade, assim como uma Cartografia Social do Mar, com o objetivo de definir o território utilizado pelos pescadores artesanais e se resguardando para as lutas vindouras, pois os pescadores e pescadoras acreditam que a implantação desse parque em Mar poderá influenciar as dinâmicas das atividades pesqueiras realizadas pelos pescadores e pescadoras artesanais de Enxu Queimado/RN. Nesta cartografia social do mar, é possível observar que a chegada dos parques eólicos offshore em mar anunciam novos conflitos, pois trabalha-se com a hipótese que irão inviabilizar a pesca artesanal da comunidade. Disto isto, também foi possível perceber que a comunidade vem se organizando para elaborar o protocolo de consulta livre e informada da comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado, em conformidade com a Convenção 169 OIT.

Se por um lado com a chegada dos parques eólicos onshore ficou impactos sociais, ambientais e econômicos, por outro, a chegada dos parques offshore anunciam conflitos, insegurança e medo, no que compete ao modo de vida, reprodução artesanal do trabalho (insegurança alimentar), costumes, tradições e a iminência de mais impactos na comunidade.

Com relação a percepção da comunidade sobre os impactos sociais, ambientais e econômicos, oriundos da implantação ou operação dos parques eólicos, foi possível identificar os seguintes impactos, descritos na Figura 01:

**Figura 01: Principais impactos sociais, ambientais e econômicos identificados na comunidade de Enxu Queimado/RN.**




Org.: Vital, Miriam Moura (2023).

Na figura 01 apresenta-se os impactos sociais, ambientais e econômicos, de acordo com a percepção dos entrevistados, onde estão separados em três cores. A cor marrom representa os impactos sociais, na cor verde os de natureza ambiental e os na cor azul os de ordem econômica. Mediante análise dos impactos citados é possível perceber que mesmo com os estudos ambientais e socioeconômicos que devem ocorrer nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento eólico, os

danos durante e após a implantação dos parques de energia eólica em Enxu Queimado não estão sendo reparados.

Sabe-se que apesar dos potenciais impactos, a produção eólica é tida como a que menos agride o meio ambiente dentre todas as formas de produzir energia. No entanto, na comunidade de Enxu Queimado o que encontra-se como positivo é a influência econômica que ocorreu, apenas no período de instalações dos parques, com o aumento do fluxo nos comércios locais, devido ao aumento de profissionais de outras localidades que migraram para o município, assim como empregos temporário e arrecadação de impostos para o município. No entanto, ressalta-se o que cita Traldi (2018) que:

> Exceto na fase de construção dos parques eólicos, quando há geração de uma grande quantidade de empregos temporários para atuar nas obras civis, não se pode afirmar que os parques eólicos são geradores de empregos e nem que os trabalhadores contratados, seja na construção ou na operação, sejam oriundos dos próprios municípios. (TRALDI, 2018, p.17)

Dito isto, é possível perceber que na comunidade de Enxu Queimado encontram-se processos semelhantes, tanto na implantação quanto na operação dos parques eólicos, aos que ocorrem nos demais estados do nordeste Brasileiro, conforme apontam os estudos de Traldi (2018). Destaca-se que a comunidade não reconhece a realização da audiência pública, importante para o esclarecimento de dúvidas em relação aos empreendimentos implantados e que poderiam ter reduzido os impactos ocasionados na comunidade tanto na fase de implantação como atualmente nas operações destes parques.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que a energia eólica seja considerada uma modalidade de energia sustentável, “limpa” e urgente para a transição energética brasileira, não resta dúvida de que a instalação dos parques eólicos e o uso deste tipo de energia geram impactos nas comunidades e regiões onde são instalados.

Essa transição energética, no Brasil, é urgente e precisa ser realizada, no entanto, deve-se considerar que o uso do território para as comunidades tradicionais é sagrado, sobretudo para aqueles que lá habitam a gerações. Desta forma, a comercialização dos territórios tradicionais e de seus recursos, sem consentimento, é

indevido, tendo em vista que a consulta prévia livre e informada é obrigatória, assim como deve-se respeitar os protocolos comunitários. No entanto, com a avança da mais-valia atuando de forma global, os territórios tradicionais têm sido mercadoria de troca e os povos tradicionais sentem-se ameaçados.

## REFERÊNCIAS


ANEEL – Associação Nacional de Energia Elétrica. Sistema de Informações de Geração da ANEEL (SIGA). Brasília: ANEEL, 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSIsImMiOjR9 >. Acesso em: 29 mar. 2023.

CECAD. Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Cadastro Único Brasil. 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php>. Acesso em: 14 nov. 2022.

HOFSTAETTER, M. Turismo e parques eólicos no litoral norte potiguar: espaços de valorização do capital e do aprofundamento das vulnerabilidades. 2021. 313 f. Tese (Doutorado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. Projetos com processos de licenciamento ambiental abertos no IBAMA. 2022. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/licenciamento/2022-0811_Usinas_Eolicas_Offshore_Ibama.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: Pedra Grande. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/pedra-grande/panorama>. Acesso em: 29 ago. 2022.

PEREIRA, Lorena Izá. Do litoral ao semiárido: O Nordeste brasileiro como região de expansão do acaparamento do território: o caso da apropriação privada dos ventos. São Paulo/Santiago del Estero: Rede DATALUTA/The Land Matrix, 2021.

MEDEIROS, Patrícia Jeanny de Araújo Cavalcanti. “Quando o povo se junta, o poder se espalha”: o protagonismo feminino na luta em defesa do território tradicional de pesca de Enxu Queimado/RN. 2021. 168 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SILVA, Luênia Kaline Tavares da; MILLER, Francisca de Souza. Pesca artesanal no litoral sul potiguar: Perfil socioeconômico, dificuldades e perspectivas. Vivência: Revista de Antropologia, v. 1, n. 53, 2019.

SILVA, Rafael Aguiar da. Geração eólico-elétrica e vulnerabilidade social na região Mato Grande, Rio Grande do Norte. Orientador: Francisco Fransualdo de Azevedo. 2022. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

TRALDI, Mariana. Os impactos socioeconômicos e territoriais resultantes da implantação e operação de parques eólicos no semiárido brasileiro. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales . [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de mayo de 2018, vol. XXII, nº 589. ISSN: 1138-9788

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# A DEFESA DO TERRITÓRIO: O CASO DO CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA VICENTE NICA

Camila da Silva Freitas[1]

GT 10: Movimentos Sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo

## RESUMO

O objetivo do artigo é analisar os fatores que influenciaram a alteração da linguagem do direito ao acesso a terra para a linguagem da conservação ambiental, olhando especificamente para uma organização social denominada Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), com sede no município de Turmalina, alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Utilizou-se como metodologia algumas entrevistas, fontes bibliográficas, análise documental da fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Turmalina e do CAV. A mudança na pauta de luta (do direito ao acesso a terra para a conservação dos recursos naturais) legitimam e congregam a sustentação do território, este entendido aqui como um produto histórico, processos de apropriação, controle, usos e atribuição de significados sobre uma parcela do espaço.

Palavras-chave: vale do Jequitinhonha, território, movimento social rural, Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica

[1] Unicamp, camilasfreitas8@gmail.com

INTRODUÇÃO

O vale do Jequitinhonha está localizado na porção nordeste do Estado de Minas Gerais. Subdivido em alto, médio[2] e baixo vale, é parte importante da história de Minas Gerais e do Brasil. A região foi marcada pelo ciclo do ouro e diamante, cujo esplendor terminou no século XVIII; no século XIX diversos viajantes como Auguste Saint-Hilaire, Spix e Martius deixaram relatos detalhados do ritmo de vida e do declínio da mineração (RIBEIRO, 2013).

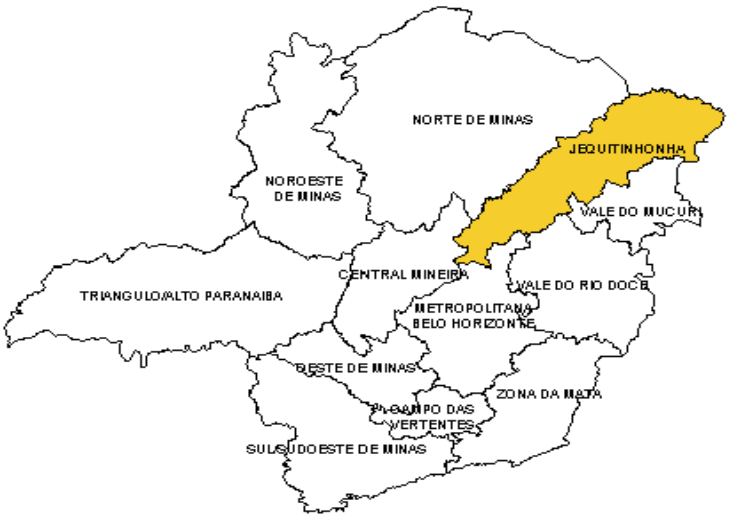



Figura 1. Mapa de Minas Gerais, em destaque a região do vale do Jequitinhonha. Fonte: IBGE, 2016.

O histórico de ocupação das terras e a estrutura fundiária são bem diversos na porção do alto Jequitinhonha, que se encontra acima da foz do rio Araçuaí e do baixo Jequitinhonha, que se encontra na porção abaixo do rio Araçuaí.

Graziano (1983) fez essa distinção entre o alto e baixo Jequitinhonha em termos de *Geraes* e *Minas*. A região de *Geraes* seria o baixo Jequitinhonha, e a

[2] Alguns autores diferem apenas a região do alto e baixo Jequitinhonha. A subdivisão incluindo mais uma região, a do médio Jequitinhonha, se devem fundamentalmente à divisão do Estado em termos de políticas públicas. Nesse texto, optei em trabalhar apenas com a divisão entre alto e baixo Jequitinhonha para esclarecer a diferença de formação do campesinato e estrutura fundiária.

região de *Minas*, o alto Jequitinhonha. O autor também relatou sobre a ocupação desses espaços e como a diversidade de ocupação entre um e outro tornou diversas também as formas de reprodução social de seus habitantes.

O *geraes* foi povoado no século XVIII, principalmente pela criação de gado para abastecer o ciclo da mineração. A estrutura fundiária foi marcada pela abertura da fronteira agrícola. Orientados pela fertilidade das matas do baixo Jequitinhonha, ao longo e especialmente no fim do século XIX, lavradores migrantes do alto Jequitinhonha, sul da Bahia e norte de Minas se aventuravam por essas matas em busca de terras férteis para a produção e criação de gado. A formação das fazendas foi marcada então pela permanência em determinada área. Esse fluxo migratório durou aproximadamente um século. (GRAZIANO, 1983; RIBEIRO, 1996; RIBEIRO, 2013).

A região das *minas*, teve sua ocupação também no século XVIII, mas como importante e rica área de mineração de ouro e diamante. O ritmo e a expansão do povoamento foram se dando pelo rastro do ouro e diamante.

Uma agricultura de subsistência foi sendo concomitantemente formada. A dinâmica dessa agricultura ganhou novos contornos após a decadência da mineração em fins do século XVIII e começo do século XIX, passando a ser então a principal atividade a ser exercida pelos homens livres, trabalhadores, escravos, que não deixaram a atividade mineradora, mas esta passou a ser complementar à produção agrícola (GRAZIANO, 1983).

O direito costumeiro entre fazendeiros e posseiros, que reconhecia a posse da terra pelo trabalho nela investido, começou a ser ameaçado principalmente a partir da década dos 1970, quando empresas de eucalipto se instalaram na região, o que ocasionou um processo de mercantilização acentuado das mesmas;

concomitante a isso, as alterações na legislação trabalhista e a migração, colaboraram para as mudanças ocorridas nesse direito costumeiro que até então não só garantia posse e uso da terra, como "amansava" ou atenuava os conflitos agrários existentes.

Até a década dos 1970, havia na região do alto Jequitinhonha um modo de ocupação da terra baseada essencialmente no direito costumeiro, que era legitimado principalmente pelo trabalho e tempo investidos por uma família naquele determinado espaço. A coexistência entre fazendeiros e lavradores indicava maneiras diversas de ocupações da terra e relação entre eles (MOURA, 1988).

Nesse contexto, as formas mais comuns de ocupação da terra pelos lavradores foram descritas por Moura (1988) no seu estudo sobre as transformações nas relações de trabalho e produção dos lavradores do alto vale do Jequitinhonha a partir da década dos 1970. A autora descreveu três formas principais de acesso a terra e suas relações com trabalho, autonomia, liberdade e *cativeiro*. Esses lavradores eram denominados de maneiras diversas a partir da forma de acesso a terra e relação com os fazendeiros. A maneira pela qual eram estabelecidas o uso da terra eram variados, e quase nunca uso da terra era sinônimo de posse legal da mesma.

Os *posseiros* eram os lavradores que detinham determinado espaço de terra a partir de herança ou compra. Essas terras podiam estar documentadas ou ser áreas devolutas do governo. O domínio do fazendeiro em princípio não chegava aos *posseiros*, considerando que estes geralmente estavam afastados das fazendas.

Os *agregados* eram aqueles lavradores que tinham um *canto,* ou um *pedaço*. Essa denominação fazia referência à relação de agregação, vinculando a dominação do fazendeiro sobre o lavrador, por meio deste estar *à disposição* daquele. E nesse

caso, o espaço autônomo e por direito pertencente ao lavrador era o *canto*, ou *pedaço*, cujo direito está atribuído ao trabalho ali investido (roça, quintal, lavoura, casa) e aos serviços prestados ao fazendeiro (no sentido de estar á disposição de) (MOURA, 1988).

As transformações nas relações de trabalho e produção ocasionaram também alterações no modo de ocupação e uso do espaço. Para analisar as condições de reprodução camponesa na região mineira do Jequitinhonha, Graziano (1983) buscou compor um panorama do que eram essas formas de reprodução antes da investida capitalista da década dos 1970 e depois da mesma, que foi responsável por grandes transformações.

Nessa disputa por terra o autor distinguiu dois momentos marcantes: o declínio da mineração em fins do século XVIII, quando os coronéis incorporaram consideráveis extensões de terras com camponeses, e surgiram relações mais severas de dominação. A partir da metade do século XIX, com a estagnação econômica das fazendas, houve um alívio nesses sistemas de dominação, que colaborou com formas mais livres, autônomas e de organização social dos camponeses. Essa maior independência foi até a década dos 1970, com a expropriação capitalista.

As formas de acesso a terra nas décadas dos 1980/1990 não se alteraram consideravelmente. Essas formas de acesso a terra no alto Jequitinhonha estão fortemente ligadas a laços de parentesco, tornando as comunidades rurais quase sempre em comunidades de parentes. Isso faz com que a região possua um regime de terras denominado localmente de *terra no bolo*, que é uma terra de herança que está indivisa (GALIZONI, 2005).

A partir dessa contextualização, o objetivo do artigo é analisar os fatores que

influenciaram a alteração da linguagem do direito ao acesso a terra para a linguagem da conservação ambiental, olhando especificamente para uma organização social denominada Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, localizada no município de Turmalina, alto Jequitinhonha, Minas Gerais.

Especificamente o artigo descreve os atores presentes nesse momento de transição, suas pautas e reivindicações, contextualizadas em um movimento mais amplo de visibilidade da conservação ambiental no debate público.

Para sustentar os objetivos propostos, parto da hipótese de que a mudança da pauta de luta (do direito ao acesso a terra para a conservação dos recursos naturais) legitimam e congregam a sustentação do território, este entendido aqui como um produto histórico, processos de apropriação, controle, usos e atribuição de significados sobre uma parcela do espaço (GODÓI, 2014).

Analiso neste texto alguns acontecimentos que colaboram na compreensão da transição da linguagem de luta pela terra, para uma linguagem de conservação dos recursos naturais, quais sejam: a descrição da disputa por terra ocorrida em fins da década de 1970 em 2 comunidades rurais pertencentes ao município de Turmalina; a fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Turmalina, derivada desta disputa por terra e o desmembramento do Sindicato, que culminou com a fundação do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica.

Esses acontecimentos não estão isolados, ao contrário, estão localizados e contextualizados em debates, acontecimentos, atores externos ao ambiente local. A contextualização mais ampla é necessária para compreender/estabelecer a relação entre os acontecimentos analisados aqui e o contexto mais amplo.

Para essas considerações, tomo como referência metodológica algumas entrevistas feitas com agricultores que estiverem presentes nesses momentos,

fontes bibliográficas, análise documental da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina e análise documental da fundação do CAV.

DESENVOLVIMENTO

Entre os anos 1970/1980, as comunidades rurais de Mato Grande e São Miguel, localizadas no município de Turmalina, eram marcadas pelo uso do espaço a partir das *posses*, sendo comum também as terras obtidas por herança, no sistema denominado localmente como *terra no bolo*. Em uma área de aproximadamente 9 alqueires, viviam várias famílias de posseiros e havia também a sede de uma fazenda: a fazenda dos França.

Os relatos das entrevistas e de fontes documentais, como o jornal Geraes[3] relatam a existência de terras devolutas nessas comunidades. É difícil precisar a extensão de terras documentadas pela fazenda e pelos agricultores, considerando que a maior parte das áreas de chapadas eram terras devolutas.

De acordo com depoimentos de Vicente Nica a Margarida Maria Moura, até os anos 1940, não era comum os lavradores *trabalharem de condição.* Cada um tinha seu *situ* e eram autônomos. Com a chegada de Francisco França, filho do dono da fazenda, teve início a obrigatoriedade de que os agricultores que moravam próximos à sede da fazenda trabalhassem sob *condição*. Essa situação foi imposta aos posseiros de Mato Grande e São Miguel, sob a designação local de *contrateiros*[4] (MOURA, 1988).

[3] Jornal fundado em 1978 por um grupo de jovens do Vale do Jequitinhonha. Criado com o objetivo de ser uma ferramenta de denúncia política. Distribuídos gratuitamente em alguns municípios do vale do Jequitinhonha, teve circulação até 1985.

[4] Segundo Vicente Nica e Boaventura Soares, um dos entrevistados por mim em abril de 2017, para os lavradores, esse sistema de trabalho era também um tipo de agregação, com a diferença da não disponibilidade de um lugar de morada por parte do fazendeiro.

Os conflitos iniciais se deram a partir da recusa de alguns lavradores em trabalhar para a fazenda sob essas condições, não reconhecendo o direito da fazenda àquelas determinadas áreas de terra. Muitos lavradores relatavam ter a titulação da terra e pagar impostos por ela. O conflito começou a se intensificar a partir do momento em que a fazenda começou a agir de forma mais violenta, queimando lavouras e roças para expulsar os lavradores de suas terras, soltando gado na lavoura dos agricultores, impedindo-os do acesso a água e às estradas.

A partir dessa disputa por terra entre os França e os posseiros de Mato Grande e São Miguel, que Vicente Nica e outros lavradores iniciaram a reivindicação dessas terras como legítimas dos posseiros (MOURA, 1993)

A justiça foi então acionada. Os posseiros perderam o direito às terras nas instâncias locais, recorrendo à instância regional, onde conseguiram o direito de posse e uso daquelas terras. Esse direito foi conquistado no ano de 1979, 4 anos após o início dos conflitos.

Foi portanto, pela junção desses fatores que o processo de organização política e reivindicação das terras começou. A perspectiva tanto da quebra de um direito costumeiro estabelecido, quanto a restrição/proibição do uso das áreas de chapadas, ameaçava a reprodução física,social, econômica daquelas famílias.

O episódio da disputa por terra ocorrido nas comunidades rurais de Mato Grande e São Miguel exerceu influência para a organização e mobilização dos lavradores para a fundação de um sindicato de trabalhadores rurais.

A notícia do número 1, volume 1, do mês de maio de 1978 do jornal Geraes relatou a reunião de 800 trabalhadores rurais reivindicando a criação de um sindicato dos trabalhadores rurais, desvinculando-os do sindicato patronal. Os principais argumentos em defesa da necessidade de criação de um sindicato

estavam relacionados com *"ampliação da consciência política, direito de liberdade, reinvindicação e luta contra a tomada de terras das reflorestadoras"* (JORNAL GERAES, p.8).

Outra demanda recorrente para a fundação de um sindicato de trabalhadores rurais era a necessidade de apoio jurídico para as questões relativas ao direito às terras: na percepção dos lavradores, essa necessidade de apoio jurídico vinha principalmente como forma de se proteger das possíveis tentativas de tomada de terras pelas empresas de eucalipto.

Em entrevista a Margaria Moura, Vicente Nica conta que ele, como uma liderança rural, formado a partir dos ensinamentos das comunidades eclesiais de base, percebia a importância de um sindicato dos trabalhadores rurais para conscientizar a população rural de seus direitos de trabalho e terra, principalmente depois da pressão da chegada das reflorestadoras.

O Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) foi fundado em 1994 como uma Organização não Governamental. A instituição deriva do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina, tendo como justificativa para a sua existência a demanda de atividades produtivas ligadas à conservação ambiental, atividades essas não abarcadas pelo sindicato.

De acordo com relatos de entrevistas com atores que estiveram presentes na fundação da instituição, havia, no momento que antecedeu a fundação do CAV, uma preocupação com a questão produtiva e de renda, que pudesse oferecer condições de permanência no campo para as famílias rurais. Essa demanda poderia ser atendida através de uma assistência técnica produtiva conservacionista, com vistas a conservação dos recursos naturais e valorização do conhecimento tradicional local, a considerar um dos objetivos constantes na ata de fundação da instituição: c)

melhorar e valorizar as condições de vida dos pequenos agricultores, respeitando sua cultura e o meio ambiente.

Em 1994 a equipe do STR Turmalina em virtude das crescentes demandas dos agricultores da região por assistência técnica e produtiva, aliadas à conservação ambiental decidiram fundar o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, caracterizado institucionalmente como uma Organização Não Governamental.

As atividades iniciais do CAV deveriam atender a demanda por tecnologia para a produção, embora a equipe técnica avaliasse que o acesso a tecnologia padrão e convencional não seria possível por diversos motivos: o primeiro deles se referia a impossibilidade dos lavradores terem o poder aquisitivo para modernizar suas técnicas de produção e por outro lado, a não significação dessa modernização para os lavradores, a partir da lógica de seus sistemas tradicionais de produção (entrevista com equipe técnica do CAV, 2020).

A alternativa para esse caso seria então adaptar técnicas inovadoras tomando como ponto de partida e referência o conhecimento tradicional dos agricultores. Nesse contexto, o sindicato disponibilizou algumas sementes para os agricultores, mas avaliava a necessidade de um trabalho mais intenso. Com a criação do CAV, a proposta de método de trabalho da instituição foi atuar a partir do conhecimento dos agricultores, buscando inovações técnicas que dialogassem com essa realidade descrita, com vistas à conservação dos recursos naturais.

O CAV atua diretamente em cinco municípios: Turmalina, Veredinha, Leme do Prado, Chapada do Norte e Minas Novas. Por atuar como unidade gestora do Programa um Milhão de Cisternas Rurais para o Semi-Árido brasileiro - P1MC, sua área de abrangência chega a 18 municípios, compreendendo o alto, médio e baixo vale: Almenara, Araçuaí, Berilo, Cachoeira do Pajeú, Comercinho, Curral dre Dentro,

Felisburgo, Francisco Badaró, Itaobim, Itinga, Jequitinhonha, Jenipapo de Minas, Jordânia, Medina, Pedra Azul, Rio do Prado, Santo Antônio do Jacinto e Virgem da Lapa.

Duas linhas de ação foram inicialmente propostas como parte do método de trabalho do CAV: a produção e a conservação ambiental. Considerando os altos índices de degradação do solo, percebido pelos agricultores como conseqüência das reflorestadoras, vinculadas também à diminuição das áreas disponíveis para produção, a demanda era por alternativas produtivas que levassem em conta a possibilidade de conservação dos recursos naturais. A proposta da instituição, nesse sentido, foi a de trabalhar a partir de técnicas já utilizadas pelos lavradores, atuar a partir de seus conhecimentos tradicionais, refletindo sobre as possibilidades de adaptar técnicas inovadoras a partir da tradição e do conhecimento dos lavradores.

Foi com esse objetivo que o primeiro eixo de ação do CAV, já em 1995 era priorizar técnicas de produção agroecológica e Sistemas Agroflorestais com o intuito de recuperação de áreas degradadas, aumento da produção dos lavradores e reconhecimento e valorização de seu conhecimento tradicional, considerando que as técnicas sugeridas pelo CAV em seus projetos de fomento são adaptações de técnicas já conhecidas e utilizadas pelos agricultores, a exemplo da roça de toco[5].

A metodologia de trabalho do CAV a partir dessa linha de ação se referia a realização de trocas de experiências entre agricultores. Essa troca de experiências se dá através dos agricultores experimentadores: são agricultores ou agricultoras que são reconhecidos por seu conhecimento profundo em determinado assunto;

[5] É um sistema de plantio que combina a recomposição natural de fertilidade da terra com a brotação natural da vegetação. Por isso, a cada dois anos, geralmente se deixa a terra em descanso (GALIZONI, 2005).

são pessoas que anterior à ação do CAV já realizavam técnicas inovadoras de conservação ambiental em suas comunidades. Então, a partir desses agricultores experimentadores, o CAV busca inovar na tradição, por meio de técnicas de produção conservacionistas.

Outra linha de ação que nasceu junto com o CAV foi a linha de geração de renda. Embora a temática surja com o problema da diminuição das terras disponíveis para a agricultura e o aumento da migração, as técnicas e os métodos para buscar alternativas de geração de renda e permanência no meio rural foram acontecendo à medida que a instituição ia atuando na região e também à medida que a demanda dos agricultores iam aparecendo de diversas maneiras.

Para a melhoria na renda dos agricultores, a iniciativa do CAV esteve relacionada com capacitações para escoamento da produção via feiras livres. Além disso, consideram-se capacitações para o fortalecimento da associação de feirantes e troca de experiências entre agricultores.

No ano de 2001, a instituição aprovou o projeto Biodiversidade, em parceria com o Centro de Voluntariado da Itália - CEVi e co financiado pela União Européia. O projeto foi executado entre 2001 a 2006, era baseado na perspectiva de conservação de fontes de água e uso de tecnologias adaptadas à convivência com o semi-árido.

A existência do CAV, bem como sua perspectiva de ação estão envolvidas em um contexto mais amplo no debate sobre conservação dos recursos naturais.

Brandenburg (2005), considera que o tema do meio ambiente começa a emergir no contexto da modernização agrícola, a partir da década dos 1970, momento em que as questões/críticas relacionadas ao padrão de desenvolvimento fundamentalmente enraizado na primazia instrumental aparece com mais força.

Anterior a esse processo, os movimentos sociais rurais eram pautados essencialmente pela luta do direito de acesso a terra.

O movimento de construção de uma agricultura alternativa surge como questionamento tanto das políticas agrícolas modernizantes quanto do modelo de produção proposto, que resgata práticas tradicionais de produção.

Porem, é a partir da década dos 1990, que a questão ambiental na agricultura ganha novos contornos com os debates da Eco 1992[6], quando a sociedade civil organizada, que se sente reforçada nas suas estratégias de ação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender o processo de organização política que se deu a partir de uma disputa por terra, é necessário compreender o significado dessa terra e de seu uso para aqueles lavradores. Como analisou Galizoni (2005), "Definir terra, no Jequitinhonha, é compreender sobre seus usos e a relação dos agricultores com o ambiente".

O uso combinado entre grotas e chapadas, as distinções entre uso, posse, propriedade, a distinção entre as variadas formas de acesso a terra, garantido pelo direito costumeiro e pelo trabalho investido naquela terra, fazem parte das variadas dimensões do que compõe a categoria terra para esses lavradores e como essa composição é o que proporciona as formas de sua reprodução social, econômica, cultural. No momento em que essas definições e usos da terra são ameaçados, são ameaçados também as formas de reprodução desse campesinato.

Portanto, perder a terra, não significava somente ser privado de um espaço

[6] Uma das principais conferências sobre o meio ambiente. Realizada pela Organizações das Nações Unidas (ONU), em 1992, no Rio de Janeiro.

para produção, mas significava não ter liberdade, não ter reconhecido seu lugar de pertencimento e cultura.

Portanto, o lugar é central para a organização social e construção identitária, onde é construído o território, compreendido aqui como apropriação, controle, usos e atribuições de significados (GODÓI, 2014).

Esse território é defendido com linguagens diversas, em diferentes contextos. Se no contexto da modernização agrícola e com a chegada dos eucaliptais, era importante defender esse território pela linguagem do direito ao acesso a terra, no contexto da ampliação dos debates sobre conservação ambiental, é importante continuar essa defesa por essa linguagem.

Nesse sentido, os movimentos sociais rurais parecem ter encontrado o momento propício para usar a linguagem do direito ao acesso a terra ou a linguagem da conservação ambiental.

O que o artigo se propos a considerar/analisar é que em um caso ou em outro, as diferentes linguagens indicam a defesa do território, que também é organizado discursivamente, defesa essa que é feita também considerando a ligação a lugares preciosos, resultado de um longo investimento material e simbólico e que se exprime por um sistema de representações. A defesa do território é, portanto, a defesa de um modo de vida.

Essas considerações são significativas no debate sobre a emergência da conservação ambiental. Através de seus eixos temáticos, o CAV expressa pautas e reivindicações de variados tipos de ações ecológicas no meio rural, congregando tanto ações de conservação, preservação e gestão do ambiente natural quanto ações voltadas às mudanças de padrão de produção, buscando alternativas ecológicas. (Brandenburg, 2005). O território se mostra, assim, um conceito que

possibilita compreender a luta pela reapropriação social da natureza. (GONÇALVES, 2012).

## REFERÊNCIAS


BRANDENBURG, A. Ciências Sociais e Ambiente Rural: principais temas e perspectivas analíticas. *Revista de Ambiente & Sociedade* – Vol. VIII nº. 1 jan./jun. 2005.

GALIZONI, F. *Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas.* Campinas, SP, 2005. 308p.

GARCIA, Jr.A. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983. 236 p. Série Estudos sobre o Nordeste; v.8).

GERAES, *a realidade do Jequitinhonha*/Organizado por Aurélio Silby, George Abner e Tadeu Martins – Belo Horizonte: NEOPLAN, 2011. 224p.:il;29 cm.

GODOI, E.P. *Territorialidade*. In: Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa / org., Livio Sansone e Cláudio Alves Furtado ; prefácio, Lilia Moritiz Schwarcz ; apresentação [feita pelos organizadores], com a colaboração de Teresa Cruz e Silva.- Salvador: EDUFBA, 2014. 494 p.

GRAZIANO, E. As condições de reprodução camponesa no vale do Jequitinhonha. *Perspectivas.* São Paulo, 6, 85-100, 1983.

MOURA, M.M. *Os deserdados da terra:* lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro, RJ. Bertrand Brasil, 1988.

MOURA, M.M. *Vicente fala, uma mão na terra e a outra no coração:* a luta camponesa no vale do Jequitinhonha. Entrevista de Vicente Nica a Márcia Alves, Margarida Maria Moura, Sônia Lacerda e Eduardo Graziano. Coleção colecionando conhecimentos. Instituto de Apoio Jurídico e Popular, 1993.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, v. 9, n. 1, p. 16-50, 2012.

RIBEIRO, E. *Estradas da vida:* terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 348 p (Humanitas).

RIBEIRO, E. *Lembranças da terra:* histórias do Jequitinhonha e Mucuri. Centro de documentação Eloy Ferreira da Silva. Contagem, MG. 235 p. 1996.

# A LUTA PELO BEM VIVER E BEM COMUM NA TRAJETÓRIA DO DO MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) NO ESTADO DE GOIÁS - BRASIL.

*Jefferson Henrique Morais Castilho*[1]
*Manoela Marilda Batista Barbosa*[2]
*Karla Emmanuela Ribeiro Hora*[3]

**GT 10:**
MOVIMENTOS SOCIAIS E DISPUTAS TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

## INTRODUÇÃO

O presente estudo foi elaborado a partir das discussões teóricas e reflexões que ocorreram durante a disciplina "Sujeitos, Meio Ambiente e Territórios", no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (CIAMB) da Universidade Federal de Goiás (UFG) no primeiro semestre de 2021. Nosso objetivo é apresentar os conceitos que permeiam a existência dos sujeitos sociais no meio rural e descrever as suas ações em defesa do bem viver e dos bens comuns, a partir da experiência do Movimentode Atingidos por Barragens (MAB) no Brasil.

A metodologia do trabalho empregada utilizou de uma revisão de literatura baseada nos textos estudados e na pesquisa de documental sobre

[1] Doutorando em Ciências Ambientais (PPGCIAMB - UFG); Mestre em Engenharia Ambiental e Sanitária (UFG). Engenheiro Sanitarista e Ambiental (UFG).

[2] Doutoranda em Ciências Ambientais (PPGCIAMB - UFG). Mestra em Ambiente e Sociedade (UEG).Historiadora (UEG) e Tecnóloga em Hotelaria (IFG).

[3] Docente na Escola de Engenharia Ambiental e Sanitária da UFG. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento; Mestre em Geografia (UFG); Arquiteta e Urbanista (PUC-GO).

registros de atuação do MAB no Estado de Goiás. Buscamos, inicialmente, expor algumas das contribuições de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2003, 2000) sobre o surgimento de uma nova ruralidade no mundo contemporâneo; em seguida, dialogamos com Anita Brummer (2003), para argumentar sobre os sujeitos sociais do campo. O autor Marcelo Rodrigues Mendonça (2015) ampara a discussão sobre as estratégias de luta e resistência desses sujeitos e Liliane Cristine Schlemer Alcântara, Carlos Alberto Ciocese Sampaio (2017)e Alberto Acosta (2016) trazem à luz os conceitos de bem viver e dos bens comuns.

A partir destas referências, apresentamos o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), seu histórico, composição, atuação e, ainda, os principais temas, lutase ações que são realizadas através de uma organização coletiva, em especial, no Estado de Goiás. Buscamos trazer algumas estratégias de resistência do movimento, tendo em vista a defesa dos bens comuns e as conquistas nos últimos anos. Por fim, fazemos inferências sobre a estratégia de defesa do Bem Viver e do Bem Comum a partir da experiência do MAB.

## O Bem Viver e o Bem Comum para os povos do Campo, das águas e das florestas

O sistema capitalista transformou as relações econômicas, sociais, ambientais e culturais em todos os países de modo articulado e mundializado. Essas mudanças afetaram a sociedade e a naturezaem áreas urbanas e rurais de distintas formas decorrentes tanto da superexploração do trabalho quanto da expropriação da natureza. Nesse estudo, nosso olhar será dedicado ao meio rural e as interações que este possui com o meio urbano.

Os estudos de Wanderley (2000) esclarecem que o meio rural possui particularidades quanto a utilização do espaço (território e seus símbolos) e de organização da vida social (questões identitárias); sendo assim, a população que habita no rural vê e vive o mundo a partir de características comuns sob a ótica dos seus modosde vida, da relação com a natureza e do trabalho. Embora existam característicascomunsa esta população, existem práticas e representações sobre

o tempo, a família, as relações produtivas, a utilização do espaço que também podem se diferenciar, tendo em vista, queos grupos, comunidades e sujeitos sociais são diversos e se organizam de maneiras diferentes em cada local. Isso evidencia que "o rural não se constitui como uma essência,imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma" (WANDERLEY, 2000, p. 88).

A vida das pessoas e as suas atividades produtivas se organizam a partir de um território. Nas palavras de Wanderley (2000, p.116), "o território é um espaço delimitado, cujos contornos são recortados por um certo grau de homogeneidade e de integração no que se refere, tanto aos aspectos físicos e as atividades econômicas, quanto a dimensão sociocultural da população local" . Na sociedade moderna, as relações entre o rural e ourbano foram redefinidas: a relevância de cada território e das populações que ocupam osespaços, as formas de produção, trabalho e permanência no campo, a relação sociedade /natureza / meio ambiente entre outros. Atualmente, existem semelhanças e interrelações entre o meio rural e o urbano, como consequência histórica da "urbanização do campo".

Uma das categorias que emergem nesse espectro de mudanças é a agricultura familiar. No Brasil, a agricultura familiar foi reconhecida como tal, principalmente, após a implantação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. Wanderley (2003, p. 44) aponta que "a ideia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta de uma própria atuação do Estado" . No Brasil, as políticas públicas do Governo Federal que definem a categoria Agricultor (a) familiar são norteadas pela Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006(BRASIL, 2006). Nela, o (a) agricultor(a) familiar é enquadrado segundo quatro quesitos: não deter área de terra maior que quatro módulos; utilizar mão de obra centrada na família; ter determinado percentual mínimo de renda proveniente da atividade produtiva rural e dirigir o estabelecimento com a família.

Vale destacar que o processo de modernização da agricultura gerou

diferentes assimetrias e processos de exclusão social. No que tange à agricultura familiar e camponesa pode-se afirmar que, em determinados territórios, "permanecem muitas características tradicionais: a dependência em relação a grande propriedade, a precariedade do acesso aos meios de trabalho, a pobreza dos agricultores e sua extrema mobilidade espacial" (BRUMMER, 2003, p. 184).

No campo, verifica-se a existência da agricultura familiar[4] em diferentes contextos. No entanto, ela não se constitui numa categoria homogênea. Nela estão inseridos diferentes grupos sociais, os quais podem ser caracterizados, também, como sujeitos do campo, das águas e das florestas. Povos que possuem particularidades, modos de vida, produção e reprodução social em interação e relação com a natureza, com a terra e com a água (BRASIL, 2013). De acordo com a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), nesta categoria estão inseridos "camponeses, assentados ou acampados, assalariados que residam ou não no campo, e ainda, as comunidades tradicionais e as que habitam ou usam reservas extrativistas em áreas florestais ou aquáticas; comunidades de pescadores, aquicultores; populações atingidas por barragens, entre outras" (BRASIL, 2013, p. 08).

Os sujeitos pertencentes a povos e comunidades tradicionais no Brasil, possuem uma outra definição, orientada pelo Decreto 6040 / 2007, o qual indica:

> I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social eeconômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (BRASIL, 2007).

A crelação simbólica e subjetiva com seus territórios é fundamental

[4] Ver MATTOS (2013): Conhecemos suficientemente a clássica citação de *O 18 de Brumário*: "Os homensfazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas'' (Marx & Engels, 1982, p. 417)

para a compreensão da forma de construção de conhecimentos, das histórias, da produção e dos modos de vida destes sujeitos. A terra e a água são fontes de abundância, vida, representação simbólica e trabalho que contribuem para a permanência dos sujeitos e da manutenção da vida nessas comunidades. .

A partir das décadas de 1970/1980, com a expansão do capitalismo no campo e a intensificaçãoda produção de monoculturas no Brasil, inúmeros foram os s problemas socioambientaisno Brasil e, sobretudo, no Cerrado decorrente deste modelo de desenvolvimento. O autor Marcelo Rodrigues Mendonça (2015), argumenta que o território e os sujeitos sociais viram-se ameaçados e:

> as antigas paisagens do Cerrado foram sendo modificadas e transformadas predominantemente em campos despovoados de gentes, mas povoados de densas técnicas, malhas, redes representadas por meio das monoculturas (soja,cana de açúcar, eucaliptais e outros), agroindústrias, empreendimentos barrageiros, mineradoras etc. O solo que até então era considerado de baixa produtividade, com os incrementos técnicos científicos (calcários, máquinas agrícolas de última geração, pivôs etc.) se transformou em terra de primeira e, consequentemente, tornou-se um dos fatores essenciais para a implantação doagrohidronegócio (MENDONÇA, 2015, p. 06).

Neste sentido, a ação dos sujeitos em defesa dos seus territórios, da natureza e da manutenção de suas vidas no meio rural, foram ampliadas nas lutas sociais organizadas através de movimentos sociais mistos, formados por homens e mulheres, e por redes em defesa do bem viver e dos bens comuns.

A defesa do bem viver e dos bens comuns se apresentam como conceitos recentes, na leitura de Alberto Costa (2016). Porém as ações em defesa dos territórios e da natureza já são bem conhecidas. Ambos conceitos emergem do contexto do sistema capitalista,onde os modelos clássicos de desenvolvimento são estruturados a partir de uma visão antropocêntrica de mundo, da escala produtivista de utilização dos recursos naturais semreflexões aprofundadas para a manutenção da natureza, do consumo não responsável coma sociedade e a natureza, das relações de dominação e exploração dos recursos naturais edas pessoas ao longo dos séculos, entre outros (ACOSTA, 2016).

O termo “Bem Viver” surge como estratégia de manutenção da vida,

da natureza e da sociedade que sugere a contraposição a este modelo hegemônico. Trata-se de uma concepção teórica e de práticas que possuem alternativas que têm como centralidade a defesa de direitos básicos, a educação, a saúde, o saneamento, a justiça socioambiental, a igualdade social, a qualidade de vida, alimentação, vestimenta, habitação, espiritualidade, os modos de vida, as relações de consumo etc.

Este conceito surge com indigenistas (líderes e pesquisadores) na região andina da América do Sul e entre os significados existentes em diversos povos, podemoscitar, a origem guarani do termo "teko kavi" que se traduz em "vida boa e viver bem (respeitar a vida)". Podemos afirmar que estas reflexões sobre o termo, que foi criado naúltima década, apresentam concepções distintas e complementares. Bem Viver "tem sidoreferido como: filosofia de vida (Acosta, 2010), cosmologia (Walsh, 2010), atitude de vida (Cortez, 2011), ontologia (Thomson, 2011), modelo de desenvolvimento (Radcliffe,2012) e alternativa ao desenvolvimento (Gudynas, 2011)" (ALCÂNTARA; SAMPAIO,2017, p. 234).

É importante destacar que o termo valoriza os aspectos da interculturalidade dos povos da América do Sul, das diversas concepções e pluralidades destes povos, da memória, da ancestralidade, das práticas e manejos de produção que respeitam a biodiversidade na natureza e das perspectivas coletivas de vida em comunidade. O Bem Viver se constituiu em uma proposta e uma oportunidade para pensar outra realidade na qual os seres humanos formam parte de um todo mais harmônico coma natureza e com os outros seres humanos, com alteridade (ACOSTA, 2016).

Já o termo "bem comum" refere-se a uma noção ampla do que são os recursosnaturais / a natureza / o meio ambiente (a água, a terra, a fauna, a flora, o ar) e a relação de produção e reprodução da vida, tendo como reflexão a necessidade de manutenção destes para que haja a possibilidade de a sociedade continuar satisfazendo as suas necessidades de vida pessoal e coletiva. É fundamental que haja reflexões sobre as dificuldades de permanência da vida no planeta baseada na acumulação de bens, e de práticas que busquem repensar o

consumo, as formas de produção e o equilíbrio entre a humanidade e a preservação da natureza (ACOSTA, 2016).

Os movimentos sociais que representam a heterogeneidade dos sujeitos sociais que vivem no campo do Brasil (indígenas, ribeirinhos, assentados de reforma agrária, quilombolas, pescadores, geraizeiros, atingidos por barragens entre outros) e as redes de articulação que representam estes povos e comunidades, são exemplos de uma atuação convergente em defesa de ações que se referem a ambos os conceitos. Entre eles, podemos destacar a Rede Cerrado[5], o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)[6] e o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)[7]. Organizações que possuem uma trajetória de luta, atuação política, participação social, mobilização e articulação institucional que expressam a defesa do bem viver e dos bens comuns no contexto rural brasileiro. Ao Movimento de Atingidos por Barragens, dedicamos a próxima seção e os nossos esforços de sistematização e análise.

## As usinas hidrelétricas no Brasil e a luta do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)

A construção de Usinas Hidrelétricas teve seu marco temporal no final do século XIX, fundamentada sob a necessidade de se ampliar e promover o desenvolvimento de atividades, tais como: armazenamento de água para abastecimento humano e dessedentação de animais; difusão de atividades agrícolas; contenção de enchentes; entreoutras (BENINCÁ, 2010). Somando-se a esse conjunto de necessidades, a revolução industrial criou demandas exponenciais de geração de energia elétrica para atender o crescimento econômico de vários setores da sociedade, resultando em interesses políticos,

[5] Ver "Rede Cerrado". Disponível em <http://redecerrado.org.br/> Acesso em 13.07.2021.

[6] Ver "Movimento dos Trabalhadores Sem Terra". Disponível em <https://mst.org.br/> Acesso em 12.07.2021.

[7] Ver "Movimento de Atingidos por Barragens". Disponível em <https://mab.org.br/> Acesso em13.07.2021.

econômicos e tecnológicos acerca da construção de hidrelétricas.

Assim, entre as décadas de 30 e 70, a construção de grandes barragens tornou-se sinônimo de progresso, desenvolvimento econômico e modernização, atingindo seu picona década 70. Neste mesmo período, o Brasil, assim como outros países do globo, vivenciou o contexto da crise mundial do petróleo, associado ao seu crescimento econômico, o que consequentemente, gerou um aumento significativo da demanda por energia elétrica. O Brasil, dispondo de um enorme potencial hídrico, com uma das maiores reservas de água doce do planeta, composta de rios extensos e vazão elevada, teve sua matriz de geração de energia direcionada totalmente para a hidroeletricidade.

O governo brasileiro passou a realizar grandes investimentos em projetos de construção de Usinas Hidrelétricas, consideradas de baixo custo construtivo e elevado potencial de geração energia, sendo nestes moldes, construídas as hidrelétricas de Itaparica no rio São Francisco, Itaipu no rio Paraná, Machadinho e Itá no rio Uruguai, e Tucuruí no rio Tocantins (FOSCHIERA; BATISTA; THOMAZ-JUNIOR, 2009).

A implantação desses empreendimentos desencadeia inúmeras consequências sociais, ambientais e culturais, como, por exemplo, inundação de grandesterritórios, destruição de florestas e terras agricultáveis, emissão de gases, afugentamento e mortes de animais, mudança da paisagem original, desterritorialização de populações rurais e tradicionais, perda de locais considerados "sagrados", entre tantos outros. Neste contexto de conflitos socioambientais, surge o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), composto de sujeitos sociais do campo, que foram expropriados de seus territórios, muitas vezes sem nenhum amparo de políticas públicas ou qualquer outro tipode assistência.

A história do movimento enquanto organização coletiva, tem início no final da década de 70, em assembleia convocada e realizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), com o apoio de membros da Igreja Luterana e de sindicatos de trabalhadores rurais, agricultores expropriados de suas terras, em função da

construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no Paraná (ALBERTI, 2016).

Como resultado dessa ação, foi criado o Movimento Justiça pela Terra, reivindicando indenizações justas e direitos básicos aos trabalhadores expropriados. Os sujeitos sociais foram se organizando com o tempo e com o avanço dos impactos sociais causados pela implantação de novos grandes projetos hidrelétricos, confluindo para a criação da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) e posteriormente o MAB.

Durante a década de 90, o movimento incorporou diversas bandeiras e práticas dos chamados novos movimentos sociais, como, por exemplo, o ambientalismo e as questões de gênero, além de passar a atuar em escala internacional (ZEN, 2007). O movimento se tornou um dos precursores da luta ambiental e da resistência comunitária frente aos avanços e efeitos nocivos causados pela sociedade moderno-industrial, além de estar alicerçado em valores tradicionais comunitários, se organizar em uma perspectiva de classe, se estruturar em redes e integrar organizações sociais mais amplas, como a *viacampesina* (ZEN, 2007).

Atualmente, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB[8] é definido como um movimento nacional de caráter popular, reivindicatório, político, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução. Se configura como um movimento com protagonismocoletivo e que fundamenta sua luta nas injustiças socioambientais e na destruição da natureza, ocasionados pela implantação de projetos hidrelétricos.

Em território goiano, por meio de integrantes oriundos de outros estados, o MABcomeçou a se estruturar e organizar sujeitos sociais desterritorializados a partir dos anos 2000, como resultado da implantação da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, que teve início de operação em 1998. Esse foi um dos maiores

[8] Ver em: https://mab.org.br/quem-somos/. Acesso em 13 jul. 2021.

empreendimentos hidrelétricos localizados no Estado de Goiás, o que resultou no quinto maior lago do Brasil em volumede água, inundando parte do território de 8 municípios, sendo eles: Uruaçu, Barro Alto, Campinaçu, Campinorte, Colinas do Sul, Minaçu, Niquelândia e Santa Rita do Novo Destino.

As injustiças socioambientais provenientes da implantação de novos empreendimentos hidrelétricos em solo goiano, desencadearam outros focos de luta e resistência no estado. Um deles foi em função da construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava[9], próxima a confluência entre os Rios Tocantins e Carmo, logo abaixo da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, com início de operação em 2002. O empreendimentocompreende os municípios de Minaçu, Colinas do Sul e Cavalcante, onde se encontram comunidades remanescentes do quilombo Kalunga e uma Terra Indígena Avá-Canoeiro.

A luta dos sujeitos sociais que foram expropriados e desterritorializados, se tornoumais significativa com a articulação coletiva e o trabalho de base em todos os municípioscitados anteriormente. Primeiramente, o movimento foi estruturado com o auxílio de integrantes mais antigos e oriundos de outros estados, sendo feito por eles a identificaçãode lideranças locais com capacidade de diálogo e de aglutinar o maior número de populações atingidas na luta pelos direitos básicos retirados de forma tão abrupta (GUEDES, 2011). A partir desse processo, o movimento iniciou sua luta pela terra e água, entoando gritos de ordem como "Águas para vida e não para morte".

A defesa dos bens comuns sempre foi a pauta principal do MAB, principalmenteos de usufruto coletivo. Nesse sentido, à época, eram realizados cursos de formação política e trabalhos de base nas comunidades e acampamentos, discorrendo sobre informações básicas sobre os direitos fundamentais garantidos em constituição a todos osbrasileiros. No escopo de direitos apresentados estão a preservação da vida, da natureza,o acesso à saúde,

[9] Ver em: http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/go-atingidos-por-barragens-lutam-por-revisao-e-regularizacao-de-indenizacao-e-reassentamento/. Acesso em 13 jul. 2021.

saneamento, energia, educação, lazer, entre tantos outros direitos básicos que grande parte da população sequer tem conhecimento.

A luta e resistência das populações atingidas, fundamentadas no conhecimento deseus direitos básicos e ancestrais, auxilia na busca por uma outra concepção de mundo, que prioriza a qualidade de vida dos grupos sociais, a espiritualidade, a educação, os hábitos de vida e consumo, além da reconstrução da identidade cultural e recuperação desaberes e práticas ancestrais (GUEDES, 2011). Nesse sentido, as conquistas do movimento são de caráter coletivo.

Dentre algumas delas, podemos citar a concessão de indenizações individuais e coletivas; assentamentos rurais com o auxílio técnico de órgãos de assistência técnica rural; associação de produção agrícola também com apoio técnico; acesso a cestas básicas; cursos superiores em parceria com universidades públicas e estrangeiras; cursos de extensão universitária, entre outros. O MAB se configura enquanto organização social e política que está alicerçada na perspectiva do Bem Viver e na luta pelos Bens Comuns.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU CONCLUSÕES)

O Bem Viver, como oposição ao pensamento neoliberal, busca recuperar as noções de público, universal e gratuito, confluindo para estruturas sociais de igualdade, equidade e solidariedade (ACOSTA, 2016). Para isso é necessário compreender o significado de Bens Comuns, como sendo elementos indispensáveis e que são usufruídosou consumidos para a manutenção da vida coletiva e pessoal. Os Bens Comuns podem ser sistemas naturais e estruturas sociais, herdados ou construídos coletivamente, entretanto devem ser resguardados e utilizados de maneira racional (ACOSTA, 2016). Buscando exemplificar sua aplicação, podemos apontar que a compreensão dos Bens Comuns sob a ótica do campo brasileiro, se dá por meio das históricas lutas pela terra em oposição ao sistema de produção em alta escala, que explora mão-de-obra, desertifica ecossistemas, contamina a água e gera riqueza para um número

restrito de pessoas.

Assim, compreendemos que as experiências do MAB no Brasil e em Goiás, evidenciam que a principal estratégia em defesa dos bens comuns se dá a partir da organização de coletivos e redes de articulação e de lutas para o alcance de conquistas e direitos. Ademais, podemos citar a reconstrução das múltiplas identidades culturais e a recuperação de saberes e conhecimentos ancestrais, que aproximam e constroem uma nova relação dos sujeitos rurais com os elementos da natureza, bem como ressignifica a relação com o trabalho e com as coletividades.

É notório que dentro dessas práticas, podemos atribuir também como "bem comum" às diferentes alternativas de produção que vão na contramão do que está estabelecido pela agroindústria, onde esses sujeitos sociais priorizam a manutenção dos recursos naturais, a saúde humana e ambiental e, consequentemente, a qualidade de vida da coletividade. Assim, é primordial garantir a proteção e manutenção dos Bens Comuns,por meio da construção de propostas e discussões políticas que envolvam e sejam elaboradas por atores plurais de cada território, para assim se alicerçar um sistema mundocomo novas possibilidades e alternativas.

## REFERÊNCIAS


ACOSTA, Alberto**. O Bem viver**. Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante. 2016. Download disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf. Acessoem: 14.06.2021.

ALBERTI, Aparecida Frabetti. Valim. **A comunicação desde as barrancas do rio: Movimento dos Atingidos por Barragens.** Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP). Ano 07, Volume 01, Edição 13, Jan-jun. 2016.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer & SAMPAIO, Carlos Alberto Ciocese. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? ***Desenvolvimento e meio ambiente*****,** 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>.

Acesso em: 01 jun.2021.

BENINCÁ, Dirceu. **Água e energia para a vida: o Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil (19991-2009)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP. 2010.

BRASIL. **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos FamiliaresRurais.** Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdlegetter/documento?dm=4080268&disposition=inline#:~:text=JULHO%20DE%202006.,Estabelece%20as%20diretrizes%20para%20a%20formula%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20da,Art.> Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.** Ministério da Saúde. 2013. 1ª ed. Brasília. Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_cam po.pdf> Acesso em: 07 jul. 2021.

BRUMER, Anita. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Ed.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 179–234.

FOSCHIERA, Atamis Antônio; BATISTA, Lucione Sousa; THOMAZ-JÚNIOR, Antônio. Organização e atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens: o caso do MAB/TO. **Revista Pegada** – vol. 10 n.1, 134, jun. 2009.

FIOCRUZ. **Mapa de Conflitos.** Disponível: http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/go-atingidos-por-barragens-lutam-por- revisao-e-regularizacao-de-indenizacao-e-reassentamento/. Acesso em 10.07.2021.

GUEDES, André Dumans. **O Trecho, as Mães e os Papéis: Movimentos e Durações no Norte de Goiás.** Tese (Doutorado em Antropologia Social - Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011.

MAB. **Quem somos.** Disponível em: https://mab.org.br/timeline/anos-80/. Acesso em 11.07.2021.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Marx, marxismo e o sujeito histórico.** In: Marx e Marxismo. Revista do NIEP-Marx. 2013. Vol. 01. nº 01. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/14> Acessoem 04 jul. 2021.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **As Transformações Espaciais no Campo e os Conflitos pelo Acesso a Terra e a Água: as novas territorialidades do agrohidronegócio em Goiás.** Revista Pegada, v. 16, n. especial, 2015. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3535. Acesso em: 28.05.2021.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Quem somos?** Disponível em: <https://mab.org.br/quem-somos/> Acesso em 13 jul. 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Quem somos?** Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/> Acesso em 12 jul. 2021.

REDE CERRADO. **Quem somos?** Disponível em: <http://redecerrado.org.br/> Acesso em 13 jul. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturase continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. outubro, n. 21, p. 20, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o " rural " como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, p. 87–145, 2000.

ZEN, Eduardo Luiz. **Movimentos sociais e a questão de classe: um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia – Universidade de Brasília – UnB. 2007.

# EDUCAÇÃO COMO OBJETO DE DISPUTA ENTRE O AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA CAMPONESA E O CASO DE RIBEIRÃO PRETO

Bruno César Castro Cunha[1]

**GT 10:** Movimentos sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo.

**RESUMO**

Há tempos que se sabe que deter o domínio da educação pode ser mais eficaz para a conquista territorial do que até mesmo a devastadora investida militar, razão pela qual se tornou objeto de disputa entre os representantes das elites agrárias do país e movimentos sociais de luta pela terra em todo país. Na região de Ribeirão Preto, que dentre muitos títulos que se concedeu, conclama também o de capital do agronegócio, devido à sua ligação histórica com a monocultura. E diante de tamanho avanço, os movimentos sociais lutam para expor a relação da presença/expansão do agronegócio com o fechamento ou a não existência de escolas em áreas rurais, e apresentam formas de resistência da população campesina, comespecialatuação do MST na região, alertando sobre  a importância de uma escola do campo no assentamento local.

Palavras-chave: educação – disputa – agronegócio – Ribeirão Preto

## INTRODUÇÃO

Na última década tem se intensificado entre os movimentos sociais de luta de pela terra, em especial o MST, a pauta relacionada ao fechamento de

[1]Mestrando em Geografia pelo Programa de desenvolvimento territorial da América Latina e Caribe – TerritoriAL – UNESP / EENF . E-mail: brunoccc.adv@gmail.com.

dezenas de milhares de escolas em áreas rurais por todo território nacional.

Em razão desta luta, surgiram estudos que evidenciaram uma relação entre a expansão do agronegócio com o fechamento das escolas em áreas rurais, trazendo à tona novamente a antiga que estão sobre a educação como instrumento ideológico e o domínio doterritório por quem monopoliza os espaços escolares.

A região de Ribeirão Preto foi escolhida por ser o local onde o agronegócio mais se afirma ideológicamente, mas que também produz grandes militantes, haja visto que apresenta focos históricos de resistência de luta pela terra, como por exemplo, o Assentamento Mario Lago do MST e seus aliados, que por sua vez se mostra como celeiro de ativistas de direitos humanos, que têm causado embates interessantes, não mais apenas sobre a presença dos assentamentos e acampamentos na região, mas também sobre a educação, tendo em vista que nunca houve uma escola naquela área, apesar da luta das mulheres do movimento.

A realidade e o desafio atual dos movimentos sociais de luta pela terra em áreas praticamente urbanas, ou muito próxima delas, como é o caso do Mario Lago e outras ocupações na região, é a volta das pessoas aglomeradas em favelas para o campo. Mas para que isso ocorra, aparelhos de políticas públicas como unidades de saúde e escolas, precisam estar presentes no ambiente rural, do contrário seria impossível a vida destas pessoas nestes territórios.

Se hoje há evidências de que a expansão do agronegócio é um indicador da ausência de escolas do campo, o que dizer de um território que desde sua fundação como povoado foi alvo do latifúndio e da monocultura. Por isso a análise da relação do agronegócio com a educação e as formas de atuação dos movimentos sociais naquela região são muito interessantes e se mostram necessários para compreender as estratégias de ambos os lados.

A educação, a música, a arte e tantos outros elementos da cultura são objetos de disputa entre as forças que disputam ideológicamente o campo,também necessitam de análise com viés regionalizado,

especialmente locais onde históricamente prevaleceu o agronegócio, como em Ribeirão Preto.

Para entender como a hegemonia foi tão eficazmente conquistada, é necessário analisar como elementos culturais foram utilizados à serviço do agronegócio e também quais são os movimentos de resistência que se contrapõe a este avanço.

Apesar de ser uma região que recebeu muitos imigrantes europeus no século XIX, principalmente em razão do desenvolvimento das lavouras de café, a população históricamente afetada pela ausência de políticas públicas para o campo naquela região foi majoritariamente negra e mestiça.

Sendo assim, um estudo que relaciona a ausência de educação do campo com a intensidade da presença do agronegócio em determinadas regiões, merece também uma análise com vistas às peculiaridades regionais e a capital do agronegócio pode ser uma boa fonte de informações de como o agronegócio implementa suas pautas e as faz serem aceitas pela sociedade.

**DESENVOLVIMENTO**

Não é nova a concepção de que quem controla o conhecimento também controla o território e quando diz-se território, não quer dizer dominar somente a terra e seus recursos, mas também os corpos que existem sobre elas, pois sem o domínio destes, é impossível a expansão capitalista, tendo em vista que o sitema não se sustenta sem a exploração da mão de obra, portanto, se faz imprescindível conquistar as pessoas que vivem nos territórios a serem conquistados e, muitas vezes, subjugar populações forçadamente não é a via mais eficaz, sendo que a educação como aparelho de homogeneização ideológica se mostrou mais eficiente para a expansão de territórios que foram inicialmente consquistados pela via militar.

Pode-se citar um exemplo deste processo na América Latina nitidamene na presença dos jesuítas, que foram importante instrumento para estabelecer a presença européia nas américas, presença esta não só física, mas também cultural, já que os índios eram catequizados e aldeias

inteiras passaram a viver sob a religião e a cultura estrangeira, de modo que em poucas gerações, toda sua identidade cultural ancestral já tenha se perdido e aquele indivíduo passe então a ser uma espécie de propagador da cultura do invasor.

O tempo passou, vieram a independência, a proclamação da república, diversos golpes de estado, mas a principal forma de produção de riquezas continua sendo o latifúndio, então não há como questionar o fato de que o projeto do invasor colonial antigo continua em execução, principalmente sabendo que praticamente toda a produção das plantantion é destinada à exportação, assim como ocorria na era colonial e nos demais períodos que se seguiram no Brasil. Para além da estrangeirização da produção, também é importante citar que a propriedade da terra tem passado de famílias oligárquicas para grandes corporações estrangeiras.[2]

A pilhagem na América Latina pelas potências estrangeiras, apesar de intensa quase todo tempo, teve três picos principais (Adoue, 2020): o primeiro teria sido na colonização, o segundo na revolução industrial e o terceiro é o que está ocorrendo agora, em locais em que antes, o capitalismo não via como rentável, mas já há algum tempo tem desenvolvido interesse.[3]

Um desses territórios que são alvos no mencionado terceiro pico de pilhagem citado é a região de Ribeirão Preto, que durante o período colonial foi considerado um sertão despovoado e que somente após independência e a ascenção do ciclo do café é que o local passou a ser alvo do sistema de plantantion e teve início o seu desenvolvimento econômico capitalista, já em meados do século XIX.

Ou seja, pode-se considerar que região de Ribeirão Preto, desde a sua fundação (1856), é um laboratório constante de plantantion, tendo em vista que se desenvolveu, primeiramente em torno do ciclo cafeeiro e após o declínio dos cafezais, estes foram substituídos pelos canaviais que prevalecem até então.

[2]FREIRE, Paulo Francisco Soares. A questão da reforma agrária e do agronegócio, sob o aspecto da produtividade -: o caso da região de Ribeirão Preto-SP. 2013. 132 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2013.

[3]Nuestra América en la encrucijada: pandemia, rebeliones y estados de excepción María Orlanda Pinassi... [et al.]; compilado por Silvia Beatriz Adoue; María Orlanda Pinassi; Mariano Feliz. - 1ª. ed. volumen combinado.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta; Contrahegemoníaweb; México: Incendiar el océano, 2020

Reforçando a ideia de que Ribeirão Preto foi construída pelo e para o agronegócio, podem ser vistos em letreiros espalhados pela cidade autoafirmando ser o município a capital do agronegócio. Uma grande feira anual denominada Agrishow mobiliza ruralistas do mundo todo e é celebrada como uma grande festa do setor que ocorre todos os anos no município. A ABAG, uma das principais entidades brasileiras de representatividade do agronegócio também mantém sua sede na cidade, além de outros elementos urbanos que indicam que ali se trata de território dominado pelo agronegócio.

Um local que serviu de labortatório e de base para o agronegócio organizado, também é um ambiente fértil para identificar, analisar e compreender as estratégias utilizadas para a consolidação deste poder de maneira quase que incontestável pela população local.

O que se fará em seguida, é demonstrar como elementos culturais foram utilizados para a imposição da ideologia do agronegócio na região, fazendo uma exposição destes elementos, com ênfase na educação.

Para a imposição ideológica, o agronegócio iniciou se apropriando dos símbolos heráldicos do município, pois como se pode ver, o brasão da cidade é adornado com ramos de café e o hino, apesar de composto décadas após o declínio das lavouras cafeeiras, também rotula Ribeirão Preto como a terra do café, além de adotar o lema dos bandeirantes.

Importante dizer que nem o hino ou qualquer outro símbolo faz referência ao passado pré cafeeeiro, como se nada tivesse existido antes da chegada do agronegócio.

Apesar de os pioneiros já se utilizarem da máquina de propaganda da imprensa para promover a região, é realmente com a chegada do café que isto se intensifica, de modo que durante o *belle epoque*, período onde a elite brasileira estava determinada a transformar as capitais e as cidades portuárias em modelos de desenvolvimento higienistas com inspiração nas capitais europeias. E Ribeirão Preto, mesmo distante dos grandes centros ou do litoral, chegou a ser conhecida como a pequena Paris, tamanha era a potência da máquina de propaganda do agronegócio.

Nesta saga expansionista e modernizadora, Ribeirão

> Preto se transformou não apenas em epicentro da produção cafeeira nacional, como também numa região privilegiada do Estado integrada a um circuito de negócios, sociabilidades, lazeres e empreendimentos que a fizeram conhecida no princípio do século XX por "Le Pays du Café" e "Petit Paris.[4]

O *belle epoque* e o caso da pequena Paris no interior paulista merece um trabalho próprio, pois para assimilar a cidade ao título, vários instrumentos de convencimento popular foram sendo utilizados para justificar a presença do agronegócio e a necessidade da prevalença dos seus interesses.

Um fato interessante deste período, foi a visita do rei Alberto da Bélgica em 1920, sobrinho e sucessor de Leopoldo II, responsável pelo massacre no Congo Belga. Isto por si demonstra o caráter conservador implementado pelo agronegócio desde os primórdios.

Mesmo com o declínio do café, a região continuou com seu caráter agrário e muitos fazendeiros e pessoas ligadas ao agronegócio passaram investir em fazendas de gado, mas mantendo suas bases comerciais e familiares em Ribeirão Preto.

Neste período, um interessante instrumento de propaganda do agronegócio foi a música caipira, que nas vozes de Tião Carreiro e Pardinho narraram uma briga épica entre o rei do café e o rei do gado, que teria ocorrido num bar em Ribeirão Preto.

Essa canção é chamada de O rei do gado, nome que também seria dado a uma novela da rede globo, que também fez bem seu papel à serviço do agronegócio, indo bem além de propagandas "agro é pop" em horário nobre.

A criação de uma novela que transformava magnatas ruralistas da região de Ribeirão Preto em heróis protagonistas da dramaturgia foi o auge da propaganda do agronegócio, reforçando o imaginário de que se tratava de um local muito rico, onde os reis do agro discutiam em bares da cidade

[4]Paziani, Rodrigo Ribeiro. Nos tempos da "petit paris": a urbanização em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, no auge da economia cafeeira (1880-1930). ESTUDIOS HISTORICOS – CDHRPyB- Año V - Diciembre 2013 - Nº 11 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay. 2013.

como se fossem gente comum. Curiosamente, esta novela também tratava da questão agrária e dos movimentos dos trabalhadores na luta por terra e reforma agrária.

Vale dizer que, nesta época, a cidade já não era mais a pequenas Paris, mas agora era a Califórnia brasileira, uma nova versão da propaganda de desenvolvimento para atrair pessoa para a lavoura da cana de açucar, a nova monocultura que foi implementada na região, até que finalmente se tornou a capital do agronegócio.

Importante dizer que deste desenvolvimento canavieiro se deve a um programa do governo federeal nos anos 1980 denominado Pro-álcool. Este programa consistia em linhas de crédito especiais e financiamentos subsidiados para a produção de etanol[5].

Percebam como a propaganda de que aquela cidade era rica criou uma dependência da população para com aquela riqueza ou aquele status. Essa dependência faz com que as pautas do agronegócio sempre sejam prioridades, pois sem eles, a cidade seria pobre.

Diante de um projeto tão avançado e consolidado pelo agronegócio, é comum questionar sobre o que fizeram as pessoas contrárias a este projeto. O que se pode dizer é que estas pessoas lutaram, cada uma ao seu modo. Não impediram o projeto do agronegócio, mas mantiveram a luta viva, como veremos a seguir.

Em contraposição ao estilo europeu adotado pelo agronegócio, com seus teatros e óperas do *belle epoque*, mas fazendo uso das artes plásticas, Candido Portinari, considerado um dos maiores pintores brasileiros, retratava em suas telas a realidade de quem trabalhava no campo e também a vida sofrida dos retirantes que se deslocavam para e pela região, tal qual faziam os muralistas mexicanos.

Portinari, além da crítica social em suas obras, também se encarregou de pintar um campesinato brasileiro negro, rompendo com a arte europeia que sempre retratava um camponês branco ao estilo feudal e que vinha se reproduzindo no Brasil devido aos imigrantes europeus, principalmente

[5]JUNQUEIRA, Victor Hugo. Educação, trabalho e ideologia : análise da relação agronegócio e educação na região de Ribeirão Preto SP. 2014. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

italianos, atraídos pelas lavouras cafeeiras e pelos negócios que as orbitavam.

Para além de uma militância somente artística, Portinari se aventurou também no campo da política e se candidatou aos cargos de deputado federal e senador pelo PCB.

Enquanto a música caipira, que também já era chamada de sertaneja, vivia seu auge e o agronegócio se utilizava dela para propagandear seus interesses, algumas duplas, apesar de não citar ou criticar diretamente o estilo de vida agitada nos bares bem frequentados da pequena Paris, cantavam sobre o estilo vida simples naquela região, fazendo menção ao rio pardo (principal rio que banha a região), como se percebe nas letras da dupla caipira Cacique e Pajé.

Já nos tempos da Califórnia brasileira, em que o agronegócio já se utilizava de telenovelas em horário nobre para impor sua ideologia, pode-se destacar as lutas dos movimentos sociais pela terra, em especial o MST.

Apesar de os primeiros movimentos por terra na região datarem do início dos anos 1990 e estarem ligados aos movimentos grevistas de boias-frias dos anos 1980, foi só no final da década, com a chegada do MST, que a luta por terra em Ribeirão Preto passou a ser também ideológica, identificando o agronegócio como inimigo:

> Em síntese, a luta pela terra na região de Ribeirão Preto teve uma dinâmica bem específica. Por um lado, foi fruto do amadurecimento dos trabalhadores rurais e suas entidades sindicais que transcenderam das reivindicações por melhores condições de trabalho para uma etapa posterior, na qual a volta ao campo, na condição de camponês, se materializou com desenvolvimento de três assentamentos em áreas estaduais de hortos florestais: Córrego Rico, em Jaboticabal, Ibitiúva, em Pitangueiras e o assentamento Guarani, em Pradópolis. Por outro lado, ganhou, na territorialização do MST, além de mais dois assentamentos (o PDS Sepé Tiarajú, em Serra Azul e

> PDS da Barra, em Ribeirão Preto), um caráter mais combativo e conflitivo com o agronegócio.[6]

O que chamam de PDS da barra hoje pode ser chamado de Mario Lago, pois é o principal assentamento deste PDS, é organizado pelo MST e conta com mais da metade das famílias assentadas.

E de lá pra cá, pode-se dizer que há uma guerra declarada entre os movimentos sociais de luta pela terra e seus diversos aliados contra o agronegócio e suas instituições, podendo citar como grande conquista dos movimentos o PDS da Barra em 2007.

A Fazenda da Barra, que outrora servia ao plantio de cana-de-açucar, foi desapropriada e destinada para fins de reforma agrária em 2003 (Carvalho, 2011).

Esta conquista é algo extremamente simbólico para os movimentos sociais de luta pela terra, já que ocorreu em plena capital do agronegócio, como ensina Carvalho:

> Cabe frisar que para o MST este assentamento é emblemático, pois no município considerado a "capital nacional do agronegócio", a sua desapropriação se deu pelo não-comprimento da função social da propriedade rural. (p. 152)

Outro importante fator que merece destaque e enaltece a conquista é o fato de o assentamento ser nas barbas da especulação imobiliária, tanto que atualmente (2023), faz divisa de cerca com empreendimentos imobiliários de moradias urbanas (prédios) recentes.

O que se quis demonstrar ao longo do trabalho é que, apesar da hegemonia do agronegócio, sempre houveram movimentos de resistência, que de certa forma, se mostraram eficazes para combater o inimigo de maneira ideológica, trazendo a questão agrária para o campo do convencimento das pessoas sobre o que é "bom e o que é ruim" ou o "quem é o certo e quem é o errado" nesta nesta discussão.

A análise de cada instrumento utilizado pelo agronegócio para impor a hegemonia da sua ideologia merece um trabalho próprio. As artes, a

[6]Carvalho, Joelson Gonçalves. Questão Agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto. Campinas. Tese doutorado Unicamp. 2011.

música, a ocupação de terra, etc, cada um destes elementos culturais em disputa precisam ser estudados, mas é sobre o controle da educação que este trabalho pretende destacar.

Para tal, far-se-a uma breve exposição sobre a história da educação na região, bem como a quem ela servia.

Apesar de o ano de 1874 ser considerado o marco da educação na região re Ribeirão Preto (Jayme, 2012), a maioria dos professores e escolas da época não eram gratuitas, de modo que somente após 1913 é que o acesso à vida escolar começou aumentar entre a população, quando surgiu a primeira lei municipal sobre o tema.

Vejamos a lei municipal n. 201 de janeiro de 1913:

> Art.1 º O ensino municipal far-se-há por modo de escolas publicas municipaes, fundadas, providas e custeadas pela Municipalidade e escolas subvencionadas, umase outras destinadas ao ensino primário;
>
> Art. 2º As escolas publicas municipaes serão creadas fóra da cidade ou povoações,nos centros agricolas, onde, em um raio de dois kilometros, haja pelo menos 40individuos de 7 a 15 annos;
>
> Art. 5º As escolas municipaes serão fundadas de preferencia, nos logares onde umou mais proprietarios dérem gratuitamente casa a escola e para a residencia doprofessor;
>
> Art. 6º As escolas subvencionadas serão escolas particulares, diurnas ou nocturnas situadas na zona rural e nocturnas situadas na cidade.
>
> Art. 7º Sempre que uma escola particular subvencionada puder subsistir em determinado lugar com igual proveito para o ensino, deverá ser instituida de preferencia á escola publica.
>
> Art. 9º Para a concessão da subvenção dar-se-há preferencia áquellas escolas queforem mantidas por

> cooperativas e associações beneficentes ou philantropicas deoperarios agricolas ou não.

Na lesgislação acima transcrita, apesar de constar a educação prioritariamente em áreas rurais, deixa a brechas para o que o controle social do coronelismo prevaleça sobre o plano pedagógico das instituições que viriam a ser criadas, como pode se ver na crítica à subvenção escolar abaixo (Jayme, 2012):

> Garantir legalmente o perfil das escolas que pudessem receber a subvenção significava
> também uma tentativa de homogeneização, ainda que pulverizada, pois seria uma maneira de espelhar nos estabelecimentos particulares os anseios do público e currículo a ser ensinado que, em hipótese, deveriam abranger as raras escolas municipais. Custear apenas o ensino primário é mais um indício de que as escolas não seriam somente um bem do povo, mas sim espaços de interesse das elites em civilizar e higienizar a população, segundo os ditames daqueles tempos. Síntese de discussões iluministas e liberais de séculos anteriores, e oriundas de outros países, havia o consenso de que a educação gratuita seria destinada aos grupospopulares. Em regra, esta instrução não deveria ultrapassar conhecimentos elementares, saberes estes úteis à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e extinção da pluralidade de valores, hábitos, linguagens.(p. 73)
> Olhemos, assim, com maior atenção, o quinto artigo. Além de afrouxar a obrigatoriedade da implantação de estabelecimentos educacionais, ao tratar exclusivamente de uma ação pública, ou seja, a criação de escolas municipais, são envolvidas iniciativas particulares, amálgama de interesses que revelam uma marca coronelista. Os artigos 5º e 9º permitiriam as

> trocas de favores entre os homens de mando, fossem estes doutores que no poder municipal custeariam escolas nas fazendas de coronéis que, por sua vez, garantiriam a imagem de bons patriarcas preocupados com a qualidade de vida de seus colonos. Fossem estes coronéis que, com a influência política que desfrutavam, conseguiriam empréstimos ou verbas, estaduais e\ou particulares que dariam robustez aos cofres municipais possibilitando melhoramentos na cidade e a impressão de boa gestão do poder executivo. Fossem, também, outras formas de permuta, visto que, conforme discutido no capítulo anterior, os coronéis daquelas plagas possuíam cafezais e negócios citadinos. (p. 74)[7]

A influência coronelista foi tamanha na educação inicial de Ribeirão Preto, que concessão de férias escolares ficava a critério do fazendeiro e dos períodos de safra (Jayme, 2012), desconsiderando a existência daquelas crianças como alunos, mas apenas como trabalhadores rurais.

O fato é que entre 1903 e 1919, a população escolar saltou de uma quantidade de pouco mais de 3 mil crianças em idade escolar e menos de mil recebiam algum tipo de educação, para uma população com idade escolar de 12 mil crianças e 4.300 tinha acesso à escola, a maioria vivendo em fazendas (Jayme, 2012).

No entanto, o fênomeno do êxodo rural foi fazendo com que as escolas localizadas em áreas rurais fossem se tornando locais abandonados, associados ao atraso do latifúndio, forçando quem quisesse receber uma educação formal mais avançada e não ter que estudar na “escolhinha da roça” a migrar para a cidade, legitimando seu fechamento e dando fim à era das *escolas isoladas*.

Estas menções sobre os primeiros passos de uma educação formal em Ribeirão Preto foram necessárias para entender qual é a relação que os ruralistas têm com as escolas locais, tendo em vista que são seus

[7]Jayme, Lúcia de Rezende, 1984- A educação pública na Petit Paris paulista (Ribeirão Preto, 1890/1920) / Lúcia de Rezende Jayme. - 2012.

controladores desde sempre.

Já nos tempos modernos da Califórnia brasileira, o MST que desde o seu início entende que a escola deve ajudar nos assentamentos visando dar condições aos camponeses para que permaneçam, produzam e tenham uma vida digna no campo[8], passou a lutar pela construção de uma escola dentro do assentamento.

A monocultura e a mecanização, tentam passar uma impressão de um campo sem ninguém. E se não tem ninguém, desnecessário então a manutenção de aparelhos públicos como escolas e unidades de saúde nestas localidades, fazendo com que os camponeses que optem viver nas áreas rurais necessitem sair de lá para ter acesso aos direitos mais básicos, como saúde e educação. O grande impasse é que o campo sem o camponês é incapaz de produzir militantes de luta por terra, fazendo do projeto do agronegócio algo totalmente hegemônico.

Estudos recentes mostram que foram desativadas 33.002 escolas rurais em todo o território nacional e no mesmo período houve um aumento de 16.963 escolas em áreas urbanas. Ou seja, em todas as regiões do país, houve uma retração na educação em áreas rurais em regiões onde houve expansão do agronegócio, inclusive das lavouras de cana-de-açucar na região de Ribeirão Preto[9].

Já de compreensão deste fenômeno que está fechando as escolas, o MST, em 2011 lançou a campanha “Fechar escolas é crime”, combatendo o fechamento de escolas em áreas rurais por todo o país.

Mas o que deveria fazer o emblemático MST de Ribeirão Preto durante esta campanha, tendo em vista que nunca existiu uma escola dentro do assentamento? A resposta das mulheres do Assentamento Mario Lago foi bem simples: lutaremos pela construção de uma escola do campo dentro do PDS da Barra.

Ainda em 2011, as mulheres do MST do Assentamento Mario Lago protocolaramum pedido junto à prefeitura para que fosse construída a

[8]MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Boletim da Educação Nº 01 – Ocupar, resistir e produzir também na educação. V.1. Agosto, 1992. Disponível em <https://mst.org.br/download/mst-boletim-da-educacao-no-01-ocupar-resistir-e-produzir-tambem-na-educacao/ >. Acesso em 05 jan. 2023.

[9]LINES, Roberta da Costa. TESE Agro é… retrocesso na educação: a relação entre o avanço do agronegócio e a retração da oferta escolar rural nos últimos anos no Brasil. / 2022. P. 154

escola do campo. Entre as negociações, a prefeita chegou a dizer que a obra seria construída no ano seguinte e que só necessitava que o INCRA cedesse a área da escola. Lamentavelmente, só em 2014 é que o termo de cessão de uma área de 10 mil metros quadrados para a construção de uma escola na Fazenda da Barra foi entregue pelo INCRA.

Diante da inércia injustificada do município para iniciar as obras, foi necessária a intervenção do Ministério Público, que em 2016 firmou um TAC (inquérito civil 14.1149.000014/2016 -GEDUC-NRP), em que a prefeitura se comprometia a iniciar quase que imediatamente os procedimentos burocráticos, para enfim construir uma escola do campo no Assentamento Mario Lago.

Ocorre que o acordo foi descumprido e nenhuma medida coercitiva foi tomada por parte do MP ou qualquer outro orgão. Nem ao menos a multa prevista no TAC foi executada, bem como não houve qualquer ação civil pública contra o município.

Enquanto a escola do campo não sai do papel, o agronegócio, na figura da ABAG, se utiliza de governos alinhados para impor sua ideologia nas escolas públicas locais.[10]

O conteúdo deste material distribuído pela ABAG nas escolas da rede pública de Ribeirão Preto já foi denunciado em outras pesquisas: (2018)[11]:

> Mais do que tentar romper com a visão do campo atrasado, trata-se de imputar o atraso aos oponentes do agronegócio. O material da ABAG promove o ideal do agronegócio como o que existe de mais moderno no campo produtivo brasileiro. Ao se referirem aos professores como importantes formadores de opinião, parecem finalmente aceitar as longas lutas populares por educação, o que já anuncia a intenção de estimular o consenso da população em torno de seu próprio projeto.

Para autores como alguns autores, o fechamento de escolas é um dos

[10]https://www.abagrp.org.br/programa-educacional-agronegocio-na-escola

[11]A ABAG como partido da classe dominante e a formação para o consenso, referenciado no capítulo Estado e dominação burguesa: revisitando alguns conceitos do livro Hegemonia burguesa na educação pública: problematizações no curso TEMS

quatro elementos que indicam a ofensiva do agronegócio contra a educação do campo. Os outros três são a mercantilização da educação, o avanço do agronegócio nas escolas públicas brasileiras e a ressignificação do conceito de Educação do Campo (Lines, 2002), todos elementos presentes há tempos na região de Ribeirão Preto.

Fechamento/inexistência e avanço do agronegócio nas escolas públicas já foi demonstrado que estão presentes. Quanto à mercantilização da educação, reportagens indicam que escolas particulares tiveram mais matrículas que escolas públicas entre 2003 e 2013[12].

Autores como Bellentani afirmam que uma das diferenças entre a educação da cidade e a do campo está nos valores, assim ele explica:

> A realidade concreta e contraditória que envolve o campo e a cidade nosrevela a valoração dada à educação para o desenvolvimento humano pelosentrevistados. A importância da educação está ligada a uma relação intrínsecaentre o trabalho e a educação, ou seja, na área de periferia urbana há umaconexão muito imediata entre a educação e oportunidade de emprego e/ouaumento salarial; no campo, isso também ocorre em alguns casos, mas não com aintensidade que foi percebida na cidade. Nos assentamentos, o valor dado àeducação muitas vezes ultrapassa essa relação trabalho-educação, se ligandodiretamente às questões de valores humanos, como por exemplo, respeito,dignidade, tolerância, honestidade, solidariedade, companheirismo e responsabilidade.[13]

Como pôde ser visto ao longo do trabalho, o agronegócio e os movimentos sociais de luta por terra na região de Ribeirão Preto há muito tempo travam também um debate ideológico além da luta pela terra em si.

[12]https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/03/escolas-particulares-ganham-mais-alunos-que-publicas-em-ribeirao.html

[13]BELLENTANI, Natália Freire. Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade - Ribeirão Preto, SP. 2010. 196 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2010.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em locais onde o agronegócio é históricamente hegemônico, o papel dos movimento sociais acaba por ficar essencialmente no campo da disputa ideológica, ou seja, do convencimento da sociedade sobre quem está realmente certo nessa briga.

A hegemonia do agronegócio e a potencialidade de seus instrumentos de convencimento em regiões como Ribeirão Preto, também fez florescer focos de resistência, que por obvio não poderiam vencer o latifúndio, mas conseguiram chamar atenção para o que realmente estava ocorrendo na região, seja pela arte de Portinari, ou pela luta dos militantes do MST que desenvolveram um assentamento no coração do inimigo, ou até mesmo pelas mulheres do assentamento Mario Lago que se utilizam de instrumentos jurídicos para conseguir a escola do campo.

Atualmente, a educação do campo é considerada instrumento de transformação social e é imprescindível para a formação dos futuros ativistas na luta pela reforma agrária popular, por isso tem sido objeto de disputa entre os movimentos e o agronegócio.

Sendo assim, além de lutar contra o fechamento de escolas do campo, os movimentos sociais de luta pela terra adotaram também uma estratégia ofensiva, ou seja, lutar pela abertura de escolas do campo e, se for se concretizada na capital do agronegócio, podem ser construídas em qualquer outro lugar em que exista presença do agro e não existam escolas do campo.

A importância da abertura de uma escola do campo em plena capital do agronegócio é de grande valia para o MST, pois abrirá um precedente que poderá servir de modelo de luta para todos os assentamentos em que haja forte presença do agronegócio, mas não existem escolas.

É necessário reconhecer o exôdo rural como uma doença social e que precisa ser remediada com a volta das pessoas para o campo, mas isso só será possível quando as áreas rurais contarem com aparelhos públicos básicos, como no caso as escolas. Mais do que políticas anticíclicas (que já não são aplicadas), é imperioso que se façam políticas reversivas. A onda

de migração do campo para a cidade ainda ocorre e deve ser revertida, se ainda quiserem existir os movimentos de luta pela terra, soberania alimentar saudável, agroecologia, dentre outros conceitos sustentados pelos movimentos sociais, pois um campo sem camponês é o objetivo maior do agronegócio, consolidando de vez sua ideologia nos territórios rurais.

Portanto, é fundamental o papel dos movimentos sociais de luta pela terra, em especial o MST, na disputa pela educação, sendo necessária a criação de uma escola do campo em cada assentamento do país para que seja alcançada a reforma agrária popular.

## REFERÊNCIAS

ADOUE, Silvia Beatriz. Las cadenas de extracción y los pueblos preexistentes. Nuestra América en la encrucijada: pandemia, rebeliones y estados de excepción María Orlanda Pinassi... [et al.]; compilado por Silvia Beatriz Adoue; María Orlanda Pinassi; Mariano Feliz. - 1ª. ed. volumen combinado.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta; Contrahegemoníaweb; México: Incendiar el océano, 2020

BELLENTANI, Natália Freire. Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade - Ribeirão Preto, SP. 2010. 196 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2010.

CARVALHO, Joelson Gonçalves. Questão Agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto. Campinas. Tese doutorado Unicamp. 2011.

FREIRE, Paulo Francisco Soares. A questão da reforma agrária e do agronegócio, sob o aspecto da produtividade -: o caso da região de Ribeirão Preto-SP. 2013. 132 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2013.

GIUNDINI, Eduardo.

https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/03/escolas-particulares-ganham-mais-alunos-que-publicas-em-ribeirao.html <acesso em 22/06/2023>
JAYME, Lúcia de Rezende, -A educação pública na Petit Paris paulista (Ribeirão Preto, 1890/1920) /Lúcia de Rezende Jayme. - 2012.
JUNQUEIRA, Victor Hugo. Educação, trabalho e ideologia : análise da relação agronegócio e educação na região de Ribeirão Preto SP. 2014. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
LINES, Roberta da Costa. TESE Agro é... retrocesso na educação: a relação entre o avanço do agronegócio e a retração da oferta escolar rural nos últimos anos no Brasil. / Roberta da Costa. 2022.
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Boletim da Educação Nº 01 – Ocupar, resistir e produzir também na educação. V.1. Agosto, 1992. Disponível em <https://mst.org.br/download/mst-boletim-da-educacao-no-01-ocupar-resistir-e-produzir-tambem-na-educacao/>. Acesso em 05 jan. 2023.
PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. Nos tempos da “petit paris”: a urbanização em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, no auge da economia cafeeira (1880-1930). ESTUDIOS HISTORICOS – CDHRPyB- Año V - Diciembre 2013 - Nº 11 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay. 2013.
RIBEIRÃO PRETO, Associação Brasileira do Agronegócio da região de Ribeirão Preto. Programa Educacional "Agronegócio na Escola". Ribeirão Preto. 2023. Disponível em: <https://www.abagrp.org.br/programa-educacional-agronegocio-na-escola>. Acesso em: 01 fev. 2023.

# SINDICATOS, AGRICULTORES FAMILIARES E A AGRICULTURA POR CONTRATO NA DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA ORIENTAL

Evandro Neves[1]
Heribert Schmitz[2]

**GT 10: Movimentos sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo**

RESUMO

A integração de agricultores familiares na produção de dendê no Pará por meio de contratos de longo prazo (25 anos) constitui um tema bastante debatido em escala regional nos últimos anos. Porém, apesar da enxurrada de material, ainda são relativamente poucos os estudos que analisam a atuação dos sindicatos nos processos de tomada de decisão e na relação com as agroindústrias. Em vista disso, esta proposta visa preencher parte dessa lacuna ao trazer uma análise de como os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e os Sindicatos de Agricultores e Agricultoras Familiares (SINTRAF) atuam na adesão de agricultores familiares à dendeicultura e a propósito dos desafios que se originam a partir da integração. O estudo foi realizado na mesorregião Nordeste do Pará. Os procedimentos metodológicos consistiram em levantamento bibliográfico-documental e pesquisas de campo, com a aplicação de entrevistas a dirigentes sindicais e agricultores familiares nos anos de 2019, 2022 e 2023. O recorte temporal compreende a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo (PPSOP) em 2010 até os dias atuais. Os resultados até então obtidos sugerem que os sindicatos estão desempenhando um papel importante na organização dos agricultores em relação à dendeicultura.

**Palavras-chave**: sindicalismo rural; agricultura familiar; agricultura por contrato;

[1] Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, evandrocneves@outlook.com.
[2] Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, heri@zedat.fu-berlin.de.

dendeicultura; Amazônia Oriental.

## INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de pesquisas realizadas no âmbito do projeto "Movimento sindical rural na Amazônia Oriental: como os sindicatos lidam com os novos desafios?", do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Seu propósito é analisar como os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e os Sindicatos de Agricultores e Agricultoras Familiares (SINTRAF) atuam na agricultura por contrato na dendeicultura na Amazônia Oriental e propõem alternativas aos efeitos da integração.

A expansão da dendeicultura no Pará por meio de políticas públicas aconteceu inicialmente com a criação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) em 2004 e, posteriormente, com a criação do Programa de Produção Sustentável do Óleo de Palma (PPSOP) em 2010. O primeiro programa estimulou a produção de biodiesel no país com a criação do Selo Combustível Social (SCS) para assegurar certificação às empresas que integrassem agricultores familiares no processo de produção e preconizou a participação das representações sindicais dos agricultores na elaboração e condução dos contratos; já o segundo serviu de mote a esse propósito a partir da expansão da dendeicultura.

Embora exista um modelo que preconiza a participação, a relação entre os agricultores, os sindicatos e as empresas é frequentemente caracterizada por desequilíbrio de poder, já que as empresas possuem mais capital político e financeiro, o que lhes confere maior influência nas decisões. Apesar das entidades representativas estarem envolvidas no modelo do PNPB e do PPSOP, elas enfrentam dificuldades na mediação dos contratos e têm pouca participação na sua elaboração, pois as empresas priorizam relações personalizadas e individuais com os agricultores, raramente incorporando suas demandas. Um exemplo disso é a exclusão das entidades no principal fórum de diálogo e proposições no âmbito

federal, a Câmara Setorial da Palma de Óleo, o que revela que os espaços de discussão e tomada de decisão estão amplamente controlados pelas empresas e seus representantes políticos (MOTA; RODRIGUES; SCHMITZ, 2019, p. 108). Diante disso, surge a pergunta: como os sindicatos têm enfrentado a integração de seus membros e os desafios decorrentes dessa situação?

## QUADRO TEÓRICO

Baseamo-nos na abordagem institucional da governança ambiental (NEWIG; FRITSCH, 2009; OSTROM, 1990) a fim de compreender como instituições políticas e atores não governamentais se relacionam para aumentar a eficácia das políticas ambientais de forma colaborativa. Aqui, a governança ambiental é entendida como um conjunto de regras, práticas e instituições relacionadas à gestão do meio ambiente (HAQUE, 2018) em suas diferentes formas e em seus distintos contextos (áreas protegidas, exploração de recursos naturais e produção de *commodities*). Todos os processos e as instituições formais e informais que atuam na gestão ambiental ou num determinado eixo de uma política voltada para o meio ambiente (corporações, organizações, movimentos sociais, ONGs e grupos de interesses) fazem parte das políticas de governança.

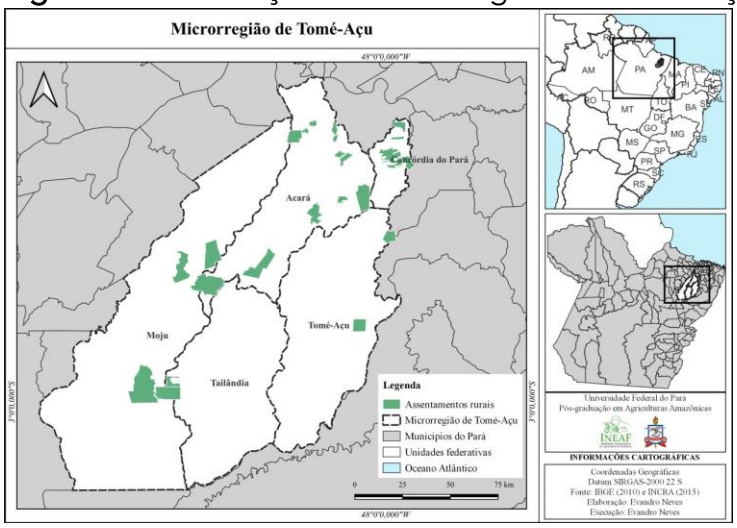
Além disso, a governança ambiental é também um processo político mediado por relações de poder entre a esfera institucional e as práticas locais conduzidas por quem está fora do Estado (VATN, 2015, p. 189). Por essa razão, é pertinente enfatizar que o caráter colaborativo das políticas ambientais deve ser adaptado e ajustável às perspectivas e aos interesses de diferentes atores, pois eles criam alternativas próprias para lidar com desafios locais. Portanto, a condução dessas políticas deve ser moldada pela interação entre fatores estruturais e práticas cotidianas dos diferentes atores que constituem um sistema de governança, já que interesses múltiplos e experiências distintas interagem e levam a uma variedade de caminhos (CASTRO et al., 2016).

## A ÁREA DE ESTUDO, OS ATORES DA PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS

METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada no município de Tomé-Açu, localizado na microrregião homônima. O município abriga diferentes tipos de atividades – agricultura familiar e empresarial, pecuária e exploração madeireira – que conformam um mosaico de uso da terra e de mudanças na cobertura florestal, como pastagens, sistemas de produção perenes e agroflorestais e florestas secundárias com diferentes dimensões territoriais (IBGE, 2017).

Figura 1 – Localização da microrregião de Tomé-Açu.




Fonte: Elaboração dos autores.

No município em questão, encontramos uma diversidade de grupos demográficos, incluindo comunidades indígenas e quilombolas ao longo dos rios, posseiros com origens diversas e colonos migrantes que receberam títulos de propriedade das terras, além de agricultores descendentes de japoneses. Para fins deste estudo, concentramos nossa atenção nos agricultores familiares que estão integrados à agroindústria, conforme definido pela Lei nº. 11.326/2004, e que possuem propriedades com até quatro módulos fiscais, contando com mão de obra familiar e uma porcentagem mínima de renda proveniente de atividades econômicas em suas propriedades. Destacamos a importância da agricultura familiar como uma categoria sindical, o que permite que esses agricultores se organizem em sindicatos para unir esforços e defender seus interesses. Atualmente, os agricultores familiares de Tomé-Açu são politicamente representados por dois sistemas sindicais

nacionais distintos: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que deu origem ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município em 1970, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF-Brasil), que deu origem ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar (SINTRAF) do município em 2006.

Os agricultores familiares afiliados aos sindicatos e abrangidos por esta pesquisa pertencem ao grupo demográfico de posseiros e colonos. Em sua maioria, são descendentes de migrantes provenientes do Nordeste do Brasil e de outras regiões do Pará, que chegaram a Tomé-Açu em diferentes períodos: na década de 1950, para trabalhar nas propriedades de agricultores descendentes de japoneses; na década de 1970, atraídos por projetos de colonização; e mais recentemente, atraídos por oportunidades de emprego nas plantações de dendê administradas por empresas desse setor. Quanto à questão da titularidade das terras, identificamos três tipos: a) aqueles que foram assentados por programas de colonização implementados entre 1970 e 1973 ao longo da rodovia PA-140; b) os que adquiriram terras em algum momento de suas vidas após chegarem a Tomé-Açu; e c) aqueles que foram assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

A história agrícola do município está intimamente ligada aos agricultores descendentes de japoneses, que chegaram ao Pará na década de 1920 como parte de um projeto de colonização específico e se destacaram na economia local através do cultivo da pimenta-do-reino. Atualmente, essa comunidade é composta por cerca de 300 famílias, com propriedades que variam de 20 a 200 hectares. Um dos proprietários mais proeminentes desse grupo é Michinori Konagano, que possui uma propriedade de 850 hectares. Esses agricultores possuem influência política significativa e são pioneiros em um sistema de produção inovador no município, conhecido como Sistemas Agroflorestais (SAF). Ao longo da história em Tomé-Açu e

enfrentando diversos desafios no cultivo monocultural da pimenta-do-reino, que já foi a principal cultura no município, eles passaram a adotar diferentes tipos de sistemas agroflorestais inspirados em técnicas tradicionais utilizadas pelos agricultores ribeirinhos da região. Essa comunidade se tornou simbólica do que é chamado de "SAFTA" (Sistemas Agroflorestais de Tomé-Açu), que abrange diferentes tamanhos de terras, variando de 10 a 370 hectares, em propriedades que variam de 20 a 850 hectares. A característica principal desse sistema produtivo é a combinação de culturas locais com culturas comerciais, como açaí, cacau, cupuaçu, dendê, pimenta-do-reino e uma variedade de frutas tropicais, além do cultivo de árvores para madeira e resina (KONAGANO, 2019).

Já os procedimentos metodológicos empregados neste estudo consistiram em revisão bibliográfica e análise de documentos nas sedes dos sindicatos. A primeira etapa de pesquisa de campo ocorreu entre os dias 1° e 5 de julho de 2019, visitando duas comunidades rurais do município: o Assentamento Rural Miritipitanga e a comunidade do KM-40 da PA-140. Entrevistamos sete agricultores familiares usando uma abordagem não diretiva, embora tenhamos seguido um roteiro predefinido. Além disso, foram realizadas outras pesquisas de campo nas sedes dos sindicatos e em delegacias sindicais relacionadas a essas entidades nos meses de março, abril e maio de 2022, assim como em abril, maio e junho de 2023. Cada visita teve a duração de cinco dias úteis para acompanhar as demandas sindicais, realizar entrevistas e consultar os arquivos das entidades. Durante esse período, entrevistamos os presidentes dos dois sindicatos, dois secretários gerais (que também já foram presidentes), dois secretários de finanças e duas delegadas sindicais de ambos os sindicatos. Também visitamos outras duas comunidades: a Comunidade do KM-23 e a Comunidade do Flechar. Nessas entrevistas, utilizamos a técnica de entrevista estruturada com perguntas predefinidas e gravamos as conversas com um gravador de áudio.

## CONTEXTUALIZAÇÃO DO PPSOP NO PARÁ

O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Tomé-Açu em maio de 2010 e enfatizou a necessidade de regulamentar de forma sustentável o cultivo de dendê na Amazônia brasileira, considerando os riscos socioambientais do cultivo no Sudeste Asiático. Ele afirmou que as plantações seriam feitas apenas em áreas desmatadas, degradadas e sem influência de territórios indígenas ou unidades de conservação. A responsabilidade socioambiental foi relacionada à geração de renda, emprego e inclusão social, citando exemplos de agricultores já integrados por meio de contratos com empresas (BRASIL, 2010). Foi anunciado o PPSOP, uma iniciativa do Governo Federal para regular a expansão do dendê no bioma amazônico.

Cinco instrumentos foram destacados para regular a expansão do dendê no Pará. O primeiro é o Zoneamento Agroecológico do Dendê (ZAE-Palma), que identifica áreas desmatadas antes de 2007, sem florestas primárias, unidades de conservação ou terras indígenas, para o plantio de dendê. O segundo é o aprimoramento dos instrumentos de crédito, como o PRONAF Eco-Dendê, uma linha de crédito do PRONAF que facilita a inclusão de agricultores por meio de contratos com empresas, apoiada pelo Banco da Amazônia (BASA). Os empréstimos são concedidos a agricultores com propriedades cadastradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e com a Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP). O terceiro envolve pesquisa e inovação, com parcerias entre empresas públicas e privadas para melhoramento genético, aumento da oferta de sementes e pesquisas contínuas, destacando a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). O quarto está relacionado à ampliação e aprimoramento dos serviços de assistência técnica, com interação entre empresas produtoras de dendê, órgãos estatais como a EMATER e os agricultores integrados, fornecendo suporte técnico. O quinto é a criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo, um órgão consultivo para discutir problemas e perspectivas da commodity, com a participação de ministérios do Governo Federal, instituições de pesquisa e

desenvolvimento e representantes dos produtores de dendê (BRASIL, 2013).

A partir desse programa, 88 agricultores foram integrados à dendeicultura em Tomé-Açu em 2011 e, até 2016, 202 contratos já haviam sido assinados só nesse município – de um total de 1.394 assinados em 18 municípios do Nordeste Paraense e da Região Metropolitana de Belém (SANTOS, 2016). Quanto a números mais atuais, percebemos ao longo da pesquisa que é um desafio estabelecê-los por, pelo menos, duas razões: a desistência dos projetos de dendê por parte dos agricultores e a implantação de uma nova linha de crédito do Banco do Estado do Pará, a Banpará Bio. No entanto, a partir de entrevistas nos sindicatos, conseguimos apurar que 53 agricultores integrados a uma empresa são sócios dos sindicatos – 17 filiados ao STTR, 36, ao SINTRAF.

Em uma escala maior, os dados mais recentes apontam que o Pará produz atualmente 98,47% dos cachos de coco de dendê de todo o país, e a microrregião de Tomé-Açu representa 21% desse total (SEDAP, 2019). Segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Óleo de Palma (ABRAPALMA, 2018, p. 12), a área cultivada com palmeiras-de-dendê em 2018 era de 236 mil hectares distribuídos em 29 municípios paraenses, que representavam 88% da área cultivada de todo o país; o restante se divide entre os estados da Bahia (11%) e de Roraima (1%).

## RESULTADOS

Os acordos estabelecidos entre agricultores familiares e empresas de dendê em Tomé-Açu são frequentemente conhecidos como acordos de colaboração, que têm uma duração que varia de 10 a 25 anos. Essencialmente, esses acordos envolvem a provisão de recursos pela empresa para a produção inicial nas propriedades familiares, além de assistência técnica e, em alguns casos, treinamento. Em troca, os agricultores fornecem mão de obra para o cultivo e colheita, e, ao final do processo, devem vender os cachos de coco para a empresa com a qual têm parceria. Ambas as partes são responsáveis pela gestão das plantações de dendê, mas é responsabilidade dos agricultores transportar os cachos

de dendê do local de produção até as instalações de processamento - geralmente, isso é terceirizado pelas próprias empresas, que indicam uma empresa para realizar o transporte e deduzem o valor do serviço no momento da compra dos cachos de coco dos agricultores.

O crédito máximo disponibilizado para agricultores familiares de Tomé-Açu que possuíam contrato com alguma empresa foi R$ 88.000 (o limite estabelecido pelo Pronaf Eco é de R$ 8.800 por ha). Descobrimos que suas terras tinham que ter o mínimo de 25 hectares (metade de um módulo fiscal de Tomé-Açu) para que pudessem assinar contratos com empresas; e deveriam destinar até 10 ha ao cultivo de dendê. Identificamos um tipo de contrato que não é preconizado pelo PPSOP. Entrevistamos em 2019 quatro agricultores que possuíam entre 25 e 50 hectares de terra e assinaram *contratos individuais* com uma empresa. Para cumpri-los, empregavam mão de obra familiar e, com pouca frequência, contratavam ajudantes em períodos de colheita.

Após intercâmbio de experiências com outros agricultores e diálogos com representantes dos sindicatos, esses agricultores compartilharam conosco que notaram cláusulas nos contratos que permitiam à empresa recusar a compra da totalidade da produção ou aplicar descontos na aquisição dos cachos de coco de dendê caso não atingissem critérios de produção pouco claros. Segundo relatos, os representantes da empresa não explicaram essas cláusulas no momento da assinatura do contrato, e os sindicatos não estiveram envolvidos no processo. É importante mencionar que, além das exigências das empresas, as parcelas do financiamento do PRONAF Eco Dendê só são liberadas nos primeiros anos se os agricultores cumprirem os contratos. As empresas são responsáveis por fiscalizar as produções e emitir laudos técnicos para garantir o recebimento das parcelas. No entanto, os agricultores relataram que a oferta de adubo se tornou instável após o terceiro ano de contrato e, em 2016, nem mesmo receberam o produto, o que impactou suas produções nos anos seguintes. Isso deixou as plantações mais

vulneráveis ao ataque do besouro "broca do olho" (Rhynchophorus palmarum), resultando em danos às folhas das palmeiras. Como resultado, a produtividade das plantações diminuiu. A empresa, ao invés de compartilhar as responsabilidades com os agricultores, atribuiu a eles a queda na produção e comprou os cachos de coco com descontos financeiros. Essa decisão afetou a renda final das famílias dos agricultores obtida por meio da venda de dendê, já que seus ganhos econômicos através desses contratos são calculados proporcionalmente à quantidade de cachos de coco entregues.

Durante os meses de maio e junho de 2023, realizamos entrevistas com famílias de agricultores nas comunidades Flechar e Miritipitanga. Ambas compartilharam dois problemas comuns nessas regiões. O primeiro está relacionado ao tempo que a empresa terceirizada, responsável pelo transporte dos cachos de coco, leva para coletá-los e entregá-los. Essa demora resulta na deterioração de muitos cachos, impactando negativamente o preço de venda do fruto para as empresas. Além disso, as empresas não permitem que os agricultores combinem outros cultivos nos campos de dendê, determinando que as plantações sejam feitas apenas em regime de monocultivo.

Ademais, a elaboração e a assinatura dos contratos não envolvem a participação dos sindicatos. Quando existem documentos pendentes que impedem a aprovação do projeto junto ao banco, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), os próprios técnicos das empresas organizam as documentações dos agricultores e a encaminham aos órgãos responsáveis pela emissão desses documentos para requerer sua emissão, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Geralmente eles acompanham e representam os agricultores em todas as etapas do processo.

Lembremos que a expansão das plantações de dendê, de acordo com o PPSOP, envolve a interação de quatro atores-chave. O Estado oferece empréstimos de baixos juros aos agricultores familiares através do PRONAF e do Banco da

Amazônia, além do Selo Combustível Social que garante incentivos fiscais e preferência nas vendas em leilões da Petrobras para empresas que adquirem pelo menos 10% de sua matéria-prima de agricultores. As empresas são responsáveis por fornecer mudas, assistência técnica e infraestrutura inicial aos agricultores que estão integrados ao sistema. Essa relação é estabelecida por meio de contratos de longo prazo (25 anos), nos quais as empresas se comprometem a comprar toda a produção dos agricultores, financiar fertilizantes e outros insumos, além de deduzir 25% do valor da safra para facilitar o pagamento do empréstimo bancário. Por sua vez, os agricultores vendem sua produção exclusivamente para a empresa durante o período do contrato e cuidam adequadamente das plantações. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STTR) e os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF), em conjunto com suas confederações e federações, têm o papel de mediadores principais entre os agricultores e as agroindústrias, garantindo a celebração e o cumprimento dos contratos.

No entanto, a falta de negociação participativa por parte das empresas e a preferência por uma estratégia de negociação individual nas etapas de elaboração e tomada de decisão dos contratos resultaram na oposição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Tomé-Açu à integração desde o início do PPSOP. Inicialmente, apenas 17 agricultores se cadastraram no programa por meio do sindicato, mas quando a diretoria percebeu que os contratos continham cláusulas desfavoráveis aos agricultores, penalizando-os em caso de não cumprimento das exigências, sem disposições semelhantes para as empresas, decidiu não emitir mais a Declaração de Aptidão ao Pronaf para integração na cultura do dendê.

Além disso, os contratos assinados pelos agricultores filiados ao sindicato, que obtiveram a DAP, continham cláusulas específicas que proibiam o cultivo de culturas tradicionais, como a mandioca, nas áreas destinadas ao dendê. Durante as entrevistas com os agricultores familiares, identificamos três pontos importantes relacionados ao cultivo da mandioca e de outras culturas alimentares no Nordeste

Paraense: o fornecimento de alimento ao longo do ano, contribuindo para a segurança alimentar; a diversificação produtiva, que evita a dependência excessiva de uma única cultura; e o potencial econômico derivado de produtos como amido, tapioca, farinha e ração animal. Portanto, o cultivo da mandioca e de frutas como cacau e cupuaçu desempenha um papel fundamental na diversidade da agricultura familiar de Tomé-Açu, garantindo segurança alimentar, renda econômica e diversificação de culturas.

Para a diretoria do STTR, esses aspectos são essenciais para fortalecer a resiliência dos sistemas agrícolas familiares e contribuir para o bem-estar dos agricultores. No entanto, essa diversidade passou a ser ameaçada pela integração, uma vez que os contratos com as empresas de dendê exigiam o cultivo exclusivo da palmeira em monocultivo. Por essa razão, o sindicato não viabiliza atualmente o documento para que seus sócios assinem contratos de integração em razão da expansão do monocultivo associada à redução de áreas para plantios tradicionais. Agricultores com 25 hectares, por exemplo, dispõem de apenas 2,5 hectares para o açaí, o cacau, o cupuaçu e a mandioca – já que 12,5 ha são destinados à Reserva Legal e 10 ha, ao monocultivo de dendê.

O sindicato tem atuado especificamente para denunciar os abusos cometidos pelas empresas no Conselho Municipal de Meio Ambiente, no qual ocupa um assento desde 2013 como conselheiro representante da sociedade civil. Sua presidente denuncia as violações contratuais e os impactos ambientais na dendeicultura que atingem os agricultores integrados. As principais preocupações com a dendeicultura incluem: esgotamento do solo, uma vez que o monocultivo está degradando a qualidade do solo e dificultando outros cultivos, segundo a diretoria do sindicato; uso excessivo de agrotóxicos, que é recomendado pelas próprias empresas para combater doenças que atingem as palmeiras-de-dendê; e a contaminação de rios e igarapés do município por resíduos químicos provenientes dos agrotóxicos disseminados nas plantações de dendê. Além disso, o sindicato

tem incentivado a retomada de associações comunitárias e a criação de uma cooperativa de modo que os agricultores possam enfrentar desafios comuns, compartilhar recursos e melhorar sua capacidade de negociação frente as empresas.

No que se refere ao SINTRAF, é possível observar a existência de um senso crítico quanto à dendeicultura, apesar de o número de sócios integrados ser mais do que o dobro dos integrados filiados ao STTR. A diretoria apoia a integração à dendeicultura, inclusive emitindo documentos que são negados pelo STTR se a finalidade da emissão for a integração, mas alerta para a necessidade da permanência de cultivos alimentares diversos e para os mesmos efeitos negativos levantados pelo STTR.

Não existem ações contra a dendeicultura, como acontece no caso do STTR. O SINTRAF, inclusive, é contra manifestações e protestos como aqueles realizados pelo STTR no Conselho Municipal de Meio Ambiente. As questões da modernização e da tecnologia agrícolas, da assistência técnica, da produção e do mercado são tratadas como prioridade no SINTRAF. A diretoria formou uma parceria com a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), a maior cooperativa do município, e uma empresa de dendê atuante em Tomé-Açu e criou a Cooperativa Mista de Agricultores da Agricultura Familiar de Miritipitanga (COOPAFAMINTA), que atualmente possui 34 agricultores associados vendendo dendê, polpas de frutas, macaxeira embalada a vácuo e hortaliças.

O cooperativismo é praticado no âmbito desse sindicato como uma forma de unir os agricultores para que eles ampliem suas possibilidades de produção e consumo, busquem benefícios mútuos no município e aliviem a pressão exercida pelas empresas nos contratos de integração. A cooperativa tem contribuído especialmente para o fortalecimento da economia local, para o empoderamento dos membros, uma vez que os membros se envolvem nas decisões e nas atividades de organização da cooperativa, e para a promoção da solidariedade e cooperação. A diretoria da cooperativa, vinculada ao SINTRAF, encerrou a venda de dendê para

a empresa com a qual estabeleceu parceria para a sua fundação ao perceber cláusulas contratuais que deixavam os agricultores mais vulneráveis em termos de renda, diversificação da produção e segurança alimentar. Por essa razão, ela passou a comprar dendê dos agricultores e vender o produto para outras empresas como forma de demonstrar que o sindicato é capaz de atuar no processo de representação dos agricultores mesmo não participando da elaboração dos contratos de integração.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos mencionados ilustram que os agricultores foram prejudicados por condições pelas quais não eram exclusivamente responsáveis. No entanto, eles não tiveram o poder de penalizar as empresas por eventuais descumprimentos ou atrasos na prestação de serviços, como assistência técnica e fornecimento de adubos. Isso nos leva a concluir que o acordo com as empresas é unilateral: em situações de adversidades climáticas ou infestações de pragas, por exemplo, os agricultores arcam com todos os prejuízos, ficando em uma posição de fragilidade diante das empresas.

Nesse contexto, os sindicatos analisados desempenham ações significativas em relação à integração e aos desafios da dendeicultura no Pará. Por um lado, o STTR tem atuado de forma clara para evitar novas integrações, inclusive recusando-se a emitir documentos para esse propósito e denunciando abusos cometidos pelas empresas em órgãos consultivos municipais. Por sua vez, o SINTRAF chegou a estabelecer uma parceria com uma empresa para criar uma cooperativa agrícola, mas decidiu encerrá-la após identificar relações desiguais entre a empresa e os agricultores, optando por vender os cachos de coco produzidos por seus cooperados para outra empresa que oferecesse melhores condições financeiras naquele momento.

Esses exemplos demonstram que os sindicatos desempenham um papel importante na organização dos agricultores em relação à dendeicultura. Eles trabalham para reduzir a influência das empresas sobre os agricultores familiares, negando e dificultando a adesão de novos integrados, além de negociar preços justos e estabelecer parcerias com empresas para garantir que os agricultores sejam remunerados de forma adequada pelo seu trabalho. Essas ações visam fortalecer os agricultores e equilibrar as relações no setor, promovendo uma maior justiça econômica e social na dendeicultura.

## REFERÊNCIAS


ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo. O acesso de familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. **Fipe** , São Paulo, nº 6, p. 1-31, 2007.

ABRAPALMA. Diagnóstico da produção sustentável da palma de óleo. Brasília: MAPA, 2018.

BRASIL. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa Nacional de estímulo à produção de óleo de palma e entrega de títulos provisórios de terras e licenciamento ambiental para 3,7 mil agricultores familiares da região Tomé-Açu - PA, 06 de maio de 2010.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2010.

BRASIL. Projeto de Lei nº119, de 2013. **Dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil, estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico para a cultura palma de óleo e dá outras providências**. Brasília, 2013.

BRONDÍZIO, Eduardo S. Institutional crafting and the vitality of rural areas in an urban world: perspectives from a japanese community in the Amazon. **Global Environmental Research**, *online journal*, v. 16, p. 145–151, 2012.

CASTRO, Fábio de; HOGENBOOM, Barbara; BAUD, Michiel. Introduction: enviroment and society in contemporary Latin America. In: CASTRO, Fábio de; HOGENBOOM, Barbara; BAUD, Michiel (eds). **Enviromental governance in Latin America**. Palgrave Macmillan, London, 2026, p. 1-25.

HAQUE, Mahfuzul. Environmental Governance. In: FARAZMAND, Ali. (ed.) **Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance**. Cham: Springer, 2018. p. 1707-1715.

KONAGANO, MICHINORI. **Sistemas Agroflorestais em Tomé-Açu.** Palestra proferida para discentes e docentes da disciplina Agroecologia e Sistemas Agroflorestais, do curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Tomé-Açu, pesquisa de campo, julho de 2019.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria nº 81, de 26 de novembro de 2014. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social**. Brasília: Diário Oficial da União, Poder Executivo, 27 nov. 2014. Seção 1.

MOTA, Dalva Maria da; MOURÃO JÚNIOR, Moisés; SCHMITZ, Heribert. Oil palm cultivation in the Brazilian Amazon: state actions, interest groups, and conflict. In: BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (Ed.). **State capitalism under neoliberalism**: the case of agriculture and food in Brazil. London: Rowman & Littlefield Publishing Group, 2020, p. 93-111.

NEWIG, Jens; FRITSCH, Oliver. Environmental governance: participatory, multi-level and effective?. **Environmental Policy and Governance**, v. 19(3), p. 141-214, 2009.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: The evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.

SANTOS, Ricardo Thomaz. **Desenvolvimento rural da Amazônia Oriental e PRONAF Eco Dendê**: reflexões sobre a política pública de incentivo à produção de biodiesel e à agricultura familiar no município de Tomé-Açu/PA. 2017. 136 f. dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento, CESUPA, Belém, 2017.

SEDAP – **Panorama agrícola do Pará (2015-2019)**: dendê (cacho de coco). 2019. Disponível em: Apresentação do PowerPoint (sedap.pa.gov.br). Acesso em: 20 fev. 2021.

VATN, Arild. **Environmental governance**: institutions, policies and actions. Cheltenham: Edward Elgar Publ., 2015.

# Movimentos socioterritoriais rurais e urbanos na luta pelo combate à fome: um estudo de caso sobre o MST e o MTST

Maria Emilia Gomes de Sá[1]
Ricardo Serra Borsatto[2]

**GT 09:** Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome

## RESUMO

A fome que se perpetua no Brasil é um fenômeno social, produto de relações sociais baseadas na exploração e expropriação dos trabalhadores. Para pensar sua superação, analisaremos os movimentos socioterritoriais como agentes fundamentais na efetivação de transformações estruturais através de questionamentos à ordem social vigente. Sendo o acesso à alimentação uma problemática que atravessa o campo e a cidade de forma interconectada, o trabalho se propõe a pensar em análises mais complexas desses territórios, enxergando a complementaridade entre eles. Nesse contexto, objetiva-se identificar as convergências entre discursos e ações de movimentos rurais e urbanos frente o combate à fome, mais especificamente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Assim, a partir da triangulação de metodologias qualitativas espera-se que as contribuições dos movimentos pelo combate à fome sejam identificadas para aproximar as lutas urbanas e rurais e trazer maiores complexidades nos debates acerca da superação da fome nos territórios.

Palavras-chave: Fome. Movimentos sociais. MST. MTST. Terrritórios.

## INTRODUÇÃO

Biologicamente, como fonte de energia, o alimento é elemento essencial para a reprodução da vida. E, para além das questões físicas, ele está intrinsecamente ligado às condutas mentais e às relações sociais humanas (FILHO, 2022). Alimento

[1] Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), maria.sa@estudante.ufscar.br.
[2] Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), ricardo.borsatto@ufscar.br.

no prato é dignidade e, como afirma Salles-Costa (2022), “Assegurar a alimentação significa assegurar o direito à vida.”

No entanto, apesar de um direito humano básico fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, a estreita relação estabelecida entre a comida e o capitalismo transforma o alimento em mercadoria, em commodity. E, ao perder seu valor de uso, a alimentação passa a realizar as necessidades do capital (CHUN, 2018; MARX, 2006; TEIXEIRA, 2022). Assim, enquanto o Brasil bate recordes na produção de commodities em um sistema monocultor amparado no latifúndio e exporta dezenas de milhões de toneladas de grãos e carnes, 125 milhões de brasileiros não têm o que comer ou não sabem se farão a próxima refeição (CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO, et al., 2022). Ainda, de acordo com a segunda edição do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN) de 2022, 33,1 milhões de pessoas convivem hoje com o estado mais grave da insegurança alimentar, a fome (REDE PENSSAN, 2022).

A fome aqui é entendida a partir dos escritos de Josué de Castro (1957) ao afirmar que a fome e a perpetuação da pobreza que se manifestam no Brasil e na América Latina não são um problema natural de escassez, mas um “fenômeno social, produto de estruturas econômicas defeituosas.” Assim, ao considerar a fome como produto das relações sociais baseadas na exploração e expropriação dos trabalhadores, Castro propõe, também, a necessidade de transformações estruturais através de questionamentos à ordem social vigente e enxerga os movimentos sociais como agentes fundamentais nessa ruptura. Para Junior (2020):

> “Ao ímpeto de técnicos, pesquisadores, políticos, empresários e intelectuais em oferecer soluções ou respostas prontas para os problemas enfrentados pela população, Josué de Castro contrapõe uma noção que coloca os trabalhadores como sujeitos que têm condições de se organizar para transformarem suas próprias condições de vida. Isto é, em Sete Palmos de Terra e um Caixão aqueles que vivem miseravelmente e que passam fome não aparecem como pessoas que precisam ser socorridas ou tuteladas, mas como agentes políticos que ao se organizarem e tomarem consciência dos processos de expropriação e exploração aos quais estão submetidos têm condições de pensar caminhos de sua emancipação.”

Os movimentos sociais possuem uma ampla multiplicidade conceitual, com diversas contribuições teóricas e escalas de análise. Partindo das análises de Gohn,

é possível definir os movimentos sociais como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas.” Além disso, a autora afirma que esses movimentos constroem suas identidades a partir dos direitos, que, quando coletivos, englobam todo um grupo social (GOHN, 2006, 2009). Esses mesmos direitos são abordados por Touraine como vontades coletivas que colocam os movimentos sociais em uma posição de “agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional." Para ele, as vontades coletivas surgem a partir de um conflito central, inerente à sociedade e é, a partir dele, que o sujeito se dedica à luta coletiva. Touraine ainda afirma que os movimentos sociais são “o coração, o pulsar da sociedade”, uma vez que resistem às opressões e (re)constroem o novo, sendo fundamentais no processo de transformação social (TOURAINE, 1984, 1989).

Assim, e considerando que os movimentos sociais estão em constante construção, se formando também a partir de relações sociais materiais e imateriais e de acordo com o processo de desenvolvimento e situação conjuntural da sociedade em que estão inseridos, torna-se fundamental partir do território para compreender os discursos e ações das lutas contra-hegemônicas (FERNANDES, 2012; SILVA, 2017; SOBREIRO-FILHO, 2013).

Para além de um espaço com relações de poder, o território pode ser compreendido como um fenômeno total, multidimensional e multiescalar (FERNANDES, 2008). Por ser composto por diversas dimensões e diferentes escalas geográficas, entende-se que o território não pode ser visto e analisado apenas como uma unidade geográfica determinada, mas que dentro dele se organizam múltiplos territórios, que são produzidos por relações sociais distintas. Nesse sentido, para Cardona e Sobreiro Filho (2016), “o social não existe no vazio, só existe na produção de seus espaços de materialização, no ser e no estar, na construção múltipla das dimensões".

Por estar atrelado à conflitualidades, o território também é expressado na disputa por diferentes modelos de desenvolvimento estabelecidos por diferentes sujeitos, com diferentes práticas sociais, interesses, subjetividades e dinâmicas. Assim, pensando nos movimentos socioterritoriais como sujeitos que também estão em disputa por novos modelos de desenvolvimento e sociedade para existirem e resistirem, Cardona e Sobreiro Filho (2016), argumentam que:

> “Uma das principais apostas contra o capital, por parte das classes populares, são as apostas pela reconfiguração e disputa do território, o qual é assumido pelos movimentos populares em suas lutas, pela defesa de seu modo de vida, de suas identidades e sentimentos, da vontade de defender o que os constituem e lhes garantem sua reprodução no território.”

Tendo então o território como elemento central para a formação e existência dos movimentos, partimos de uma perspectiva sócio-geográfica das leituras de Fernandes ao classificá-los como movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

No cenário nacional, evidenciamos dois movimentos socioterritoriais com histórico de destaque na luta por direitos coletivos e por novas construções sociais do território, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que tem na reforma agrária e na reforma urbana, respectivamente, seus conflitos centrais.

O MST surge, no ano de 1984, em um contexto histórico e político marcado pela ditadura militar (1964-1984) e, consequentemente, pelo aprofundamento das desigualdades sociais no Brasil. No período em questão, as intervenções do Estado sobre o espaço agrário privilegiavam a estratégia da colonização agrícola em detrimento de uma reforma na estrutura fundiária no país, criando diversos conflitos no campo. Assim, a pauta de uma reforma agrária como importante mecanismo de desenvolvimento econômico-social passa a emergir e, na luta pela distribuição mais igualitária de terras, é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (STÉDILE & FERNANDES, 1999; BORGES, 2010).

No decorrer dos anos, o Movimento foi modificando seus discursos e estratégias de acordo, também, com a mudança de conjuntura política no país. E, sempre com o foco na luta por terra, reforma agrária e mudanças sociais, o MST protagoniza o movimento camponês no território nacional. Até hoje, por exemplo, já foram conquistados assentamentos para 450 mil famílias em terras desapropriadas, a criação de 160 cooperativas, 120 agroindústrias e 19,9 mil associações nos assentamentos, o que mostra a dimensão e o impacto que o Movimento tem na reconfiguração do social (CAMPOS & SILVA, 2016).

Já o MTST, que tem como principal pauta o acesso à moradia, surge em 1997 do desdobramento do MST, a partir da necessidade de direcionar as lutas também para os espaços urbanos. E, em um contexto de urbanização corporativa,

concentração fundiária e elevado déficit habitacional no país, o movimento levanta a bandeira da reforma urbana. Para Medeiros (2020), o MTST surgiu “como parte de uma análise consciente das transformações produzidas pela reestruturação das relações de produção sob o neoliberalismo e a necessidade de alcançar os trabalhadores e trabalhadoras dos centros urbanos”. Sendo que, hoje, depois de um longo processo, ele se consolida como o maior movimento social urbano no Brasil, tendo conquistado moradia para mais de 20 mil pessoas sem-teto em vários estados brasileiros (SIMÕES, CAMPOS & RAFAEL, 2017).

Nesse contexto, apesar de possuírem agendas de luta distintas, o MST e o MTST demonstram algumas semelhanças. As formas de atuação e resistência, por exemplo, que se dão principalmente através de manifestações e ocupações coletivas com o intuito de se opor e romper com os regimes de subalternidade e segregação socioespacial, é uma convergência significativa entre os movimentos. Além disso, a forma organizacional e estrutural de ambos os movimentos se dá através da oposição e reação à lógica dominante capitalista, que exclui e oprime os trabalhadores do campo e da cidade de forma interconectada (OLIVEIRA, 2019).

Assim, sabendo que as problemáticas sociais, ambientais e políticas existentes no campo estão conectadas às dificuldades vivenciadas no meio urbano, e vice-versa, se faz necessário pensar em análises mais profundas e complexas desses territórios, enxergando a complementaridade entre eles. (CAMPOS & SILVA, 2016). Ao analisar os casos de um movimento urbano e um rural, Brigel e Falero (2008) concluem que,

> “Independente de esses movimentos terem como base o âmbito rural ou urbano, e de se ter em conta tanto suas especificidades como o atual ciclo capitalista (que revela, por exemplo, uma nova divisão do trabalho, cuja espacialidade pode contribuir para vislumbrar as novas formas de atuação e exploração das grandes corporações, mas também suas resistências), a conexão de suas ações procura iluminar uma dominação que atravessa tanto o campo como as cidades, e a necessidade de se tecer alianças mais amplas, com o objetivo de construir alternativas de sociedade e projetar novos eixos de resistência regional.”

Em vista disso, compreender como se convergem os discursos e ações de combate à fome de diferentes movimentos socioterritoriais se justifica pois, ao reconhecer as potencialidades das múltiplas formas de ativismo alimentar em

territórios distintos, é possível pensar em agendas de luta mais amplas e complexas, que estabeleçam redes de diálogo e mobilizações entre o urbano e o rural no que se refere à superação da fome. Além de abrir caminhos e discussões para a criação de redes de luta urbano-rurais, já que como afirma Engels (2023, tradução nossa)[1] “Para atingir transformações radicais no contexto agrário, são necessárias organizações que estabeleçam alianças e redes de solidariedade entre as classes trabalhadoras.”

Dentro desse contexto, partindo da urgência de debates e ações acerca da fome e, sendo o acesso à alimentação uma questão de interesse comum e fundamental para a reprodução da vida do campo e da cidade, como fonte e condição de sua existência, o projeto ora proposto objetiva identificar as convergências existentes entre os discursos e ações de dois movimentos socioterritoriais distintos na superação da fome. Para tanto, a pesquisa estudará o caso dos Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) através da triangulação de metodologias qualitativas.

## DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento do presente trabalho se dará com o objetivo de identificar as convergências existentes entre os discursos e ações de movimentos socioterritoriais do campo e da cidade frente à luta pelo combate à fome, mais especificamente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Além de, identificar: a) quais são os discursos dos movimentos em relação à problemática da fome, b) como o MST e o MTST agem frente à superação da fome em seus territórios, c) sistematizar as diferenças e convergências dos discursos e ações de combate à fome entre os movimentos rurais e urbanos e, d) os desafios dos movimentos socioterritoriais urbanos e rurais na luta pelo combate à fome.

### Território de estudo

Para tanto, a pesquisa proposta será realizada em dois espaços socioterritoriais distintos, a Ocupação Lélia Gonzalez do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Assentamento Horto Bela Vista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Isso porque pretendemos identificar as

convergências e diferenças entre as lutas pelo combate à fome em duas realidades distintas. Sendo um espaço urbanizado e outro no campo.

As duas áreas ficam localizadas no estado de São Paulo (SP). A ocupação Lélia Gonzalez pertencente ao MTST se encontra no município de Santo André, na região metropolitana de SP. A ocupação iniciou no ano de 2022 em um terreno que estava abandonado há mais de 15 anos em situação de irregularidade e hoje já reúne cerca de 2.500 pessoas.

Já o assentamento Horto Bela Vista, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, está localizado na zona de amortecimento da FLONA Ipanema entre os municípios de Iperó e Tatuí, na região metropolitana de Sorocaba, interior de São Paulo, e possui 26 anos de luta e resistência na região. A ocupação se deu na área de 1.027,30 hectares da Fazenda Bela Vista, sendo que 405,30 ha pertenciam à área de reserva florestal da extinta Ferrovias Paulistas S/A (FEPASA), e o restante era composto por uma fazenda de pecuária de corte (PONTES, FERRANTE & BARONE, 2021).

Por conta de diversas mudanças ocorridas na dinâmica da FEPASA e do sucateamento que resultou em sua privatização, 17 hortos florestais pertencentes à empresa estavam sem uso. Ao identificar e mapear essas áreas, em 1997, o MST passou a se organizar na luta pela terra no local. E, com uma área de 1.034,96 hectares (ha), o território foi reconhecido como Assentamento pelo ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) em 1999 (ALMEIDA, 2019).

A luta pela terra que iniciou com 85 famílias, hoje conta com 29 famílias que se organizam em lotes individuais.

## Levantamento de dados

A metodologia de pesquisa proposta para esse trabalho se baseia na combinação de métodos qualitativos, utilizando a Triangulação como objetivo metodológico. A Triangulação compreende a combinação de diferentes métodos de coleta de dados, aumentando assim a validez e a consistência das conclusões. Nesse caso, associaremos: a) pesquisa documental; b) entrevistas semi-estruturadas com lideranças e participantes dos movimentos; c) observação participante nas ocupações e assentamentos; d) diário de campo para captar, registrar, analisar e expor relatos do pesquisador;

Neste caso, a pesquisa documental será utilizada complementarmente a outras metodologias com a finalidade de coletar informações já existentes referentes à trajetória histórica e a organização do MST e do MTST. Através de buscas e leituras de materiais escritos que não receberam tratamento científico, como jornais, revistas, obras literárias científicas e técnicas e relatórios, pretendemos compreender como se deram suas construções identitárias, além de resgatar os discursos e ações de combate à fome já realizados pelos movimentos sociais ao longo de seus anos de atuação.

Assim, a partir do entendimento histórico da formação dos espaços de luta que iremos estudar, serão feitas entrevistas semi estruturadas com líderes nacionais, líderes locais e participantes dos movimentos sociais dentro de um escopo pré-definido, guiado por perguntas não conclusivas e categorias analíticas pré estabelecidas, divididas em: a) dimensão discursiva, abrangendo identidade política, organização e discursos relacionados ao combate à fome, b) dimensão operacional, que se refere às ações concretas utilizadas para a superação da fome, e c) desafios dos movimentos socioterritoriais urbanos e rurais na luta pelo combate à fome

As entrevistas serão realizadas em duas etapas: a) entrevistas semiestruturadas virtuais com lideranças nacionais e locais, para compreender como, de forma geral, os movimentos têm pensado e agido nos esforços de combate à fome em uma escala mais ampla de análise e, b) entrevistas semiestruturadas presenciais com participantes de um assentamento do MST e uma ocupação do MTST, com o intuito de assimilar as realidades locais e específicas que permeiam esses espaços. Sendo que os participantes entrevistados serão “escolhidos” através da seleção acidental ou por conveniência, “em que os sujeitos são os que se podem acessar e os dados são os possíveis de se obterem.” (THIRY-CHERQUES, 2009)

Por fim, a observação participante será vivenciada dentro dos dois movimentos sociais com auxílio do diário de campo para identificar as ações concretas de combate à fome que se dão nos territórios dos movimentos, mais especificamente em uma ocupação do MTST e em um assentamento do MST. Através dessas metodologias, esperamos realizar uma imersão nas diferentes realidades empíricas das comunidades, além de observar experiências diárias ao desenvolver atividades juntamente com os participantes dos movimentos.

Forma de análise dos resultados

Todas as entrevistas serão transcritas e organizadas de acordo com as categorias analíticas pré-definidas e com o auxílio do software ATLAS.ti. Posteriormente, com as anotações feitas em campo e a revisão de literatura narrativa, serão realizadas análises de discurso para entender como se constroem e exercem os sentidos nos contextos e situações sociais em questão, tendo em vista que para Oliveira, Oliveira e Mesquita (2013):

> "Não só o conhecimento, mas a própria realidade investigada pela ciência é produzida discursivamente, que é inevitavelmente atravessada pelos condicionantes e mecanismos próprios do campo simbólico e político da linguagem. […] A discursividade é uma condição ontológica de constituição de todo o objeto e de toda a realidade experienciada pelos sujeitos."

Assim, a análise de discurso é uma abordagem complexa e multifacetada que nos auxilia na compreensão do uso da linguagem e suas relações com questões políticas, sociais e culturais. Através dessa análise é possível compreender também como os discursos são construídos e como eles influenciam as relações de poder e a produção de significados nos territórios estudados.

## RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que as contribuições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) pelo combate à fome sejam identificadas a fim aproximar as lutas dos movimentos socioterritoriais no campo e na cidade, além de contribuir e propor maiores complexidades para se pensar a superação da fome nos territórios.

Ainda, ao refletir sobre os discursos e ações de combate à fome com intencionalidades comuns dos movimentos em questão, pensamos que é possível avançar nas discussões sobre a criação de alianças mais amplas entre movimentos urbanos e rurais, que sejam capazes de construir alternativas de sociedade e eixos de resistência mais fortes.

**REFERÊNCIAS**


ALMEIDA, F. F. **A COMERCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DE MECANISMOS DE VENDAS DIRETAS COMO FORMA DE RESISTÊNCIAS CAMPONESA. ASSENTAMENTO BELA VISTA IPERÓ SP**. 2019.

AMANCIO ALVES, J. J. Una leitura geográfica da fome com Josué de Castro. **Rev. geogr. Norte Gd**., Santiago , n. 38, p. 5-20, dic. 2007.

BORGES, J. MST: do produtivismo à agroecologia. São Paulo: Editora PUC Goiás, 2010.

BRINGEL, B; FALERO, A. **Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial.** Caderno CRH, v. 21, p. 267-286, 2008.

CAMPOS, J. A., SILVA, A. F. **A relação campo-cidade e a luta pelo território no Brasil: Uma análise complementar dos movimentos sociais MST e MTST.** XVIII encontro nacional de geógrafos. São Luís, 2016.

CARDONA, D. V., SOBREIRO FILHO, J. OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: ENTRE AS CLASSES E OS MOVIMENTOS POPULARES/The socioterritorial movements: between classes and popular movements. **REVISTA NERA**, n. 30, p. 148-168, 2016.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. Editora Brasiliense, 1957.

CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO, et al. Que brasileiro, que fornalha: a crise socioambiental e alimentar. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro.** Tradução. São Paulo: Elefante, 2022.

CHUN, S. El hambre que asedia el capital: la deconstrucción como crítica al liberalismo. Nómadas, Bogotá , n. 48, p. 181-193, 2018 .

ENGELS, B. Disparate but not antagonistic: Classes of labour in cotton production in Burkina Faso. **Journal of Agrarian Change**, v. 23, n. 1, p. 149-166, 2023.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 6, p. 24-34, 2012.

_____. Entrando nos territórios do território. In: FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** 2013. p. 190-220.

FILHO, O. J. S. Contribuições para o debate da comida no capitalismo contemporâneo. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 469-477, 2022.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GONÇALVES, C. W. **Para outras conexões rural-urbanas a reapropriação social da natureza**. 2021.

JUNIOR, J. R. S. UMA RESPOSTA POLÍTICA PARA A FOME: JOSUÉ DE CASTRO E AS LIGAS CAMPONESAS. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020.

MARX, K. O Capital: Crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2.

MEDEIROS, J. **A nova esquerda latino-americana: movimentos sociais, institucionalização e crise do progressismo.** 2018. 287 folhas. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2020.

OLIVEIRA, R. D. A FORMAÇÃO POLÍTICA DE TRABALHADORES PRECARIZADOS NO MST E NO MTST. **REVES-Revista Relações Sociais**, v. 2, n. 1, p. 0034-0050, 2019.

PONTES, F. A., FERRANTE, V. L. S. B., BARONE, L. A. As tramas entrelaçadas da produção e comercialização de cultivos agroecológicos: o caso do Horto Bela Vista, Iperó/SP. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 2, p. 301-322, 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR ( REDE PENSSAN). "Projeto VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil", Rio de Janeiro, 2022.

ROSSET, P. M., MARTÍNEZ-TORRES, M. E. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. **Ecology and society,** v. 17, n. 3, 2012.

SALLES-COSTA, R. Desafios políticos da retomada da fome e da insegurança alimentar no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, A. P. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro.** São Paulo: Elefante, 2022. p. 124.

SILVA, H. C. G. M. da. ANÁLISE DA ATUALIDADE DAS AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES E URBANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO: MST E MTST. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 36, p. 178–195, 2017.

SIMÕES, G., CAMPOS, M., RAFAEL, Rud. **MTST 20 anos de história: Luta, organização e esperança nas periferias do Brasil.** São Paulo: Autonomia literária, 2017.

SOBREIRO FILHO, J. O movimento em pedaços e os pedaços em movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses. Dissertação: Programa de Pós-graduação em Geografia, FCT-UNESP. Presidente Prudente. 2013

STÉDILE, J. P., FERNANDES, B. M. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. In: **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 1999. p. 167-167.

TEIXEIRA, L. S. C. A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 449-458, 2022.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto et al. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT,** v. 3, n. 2, p. 20-27, 2009.

TOURAINE, A. **Le retour de l'acteur.** Paris: Fayard, 1984.

_____. **Palavra e sangue**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989

# MULHERES NEGRAS AGRICULTORAS: UM DEBATE INCIPIENTE

Murilo Carvalho[1]
Cimone Rozendo[2]

GT 10: Movimentos sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo

RESUMO

As mulheres negras agricultoras são um grupo que permaneceu invisibilizado durante muitos anos tanto na academia, quanto no acesso a direitos básicos e à políticas públicas. Hoje, com a visibilidade que as literaturas de agroecologia e segurança alimentar têm dado a modos de vida sustentáveis, tem emergido agentes sociais do mundo rural até então "inexistentes" e/ou invisibilizados pelo Estado e pelo agronegócio, entre eles, as mulheres negras agricultoras. Todavia, ainda são escassos os trabalhos que discutam as experiências dessas mulheres e seus modos de vida considerando o debate racial. Por meio da teoria decolonial e da teoria racial crítica, criamos um panorama geral a respeito das experiências e dificuldades que elas vivenciam, bem como da potencialidade de sua produção de alimentos cultivados em quintais produtivos agroecológicos. Desta forma, as estratégias agroecológicas, naturalizadas no modo de vida das mulheres negras agricultoras, mostraram-se capazes de descolonizar nossas relações sócio-ambientais.

Palavras-chave: Mulheres negras; raça; invisibilidade; agricultura.

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), murilo.carvalho.480@ufrn.edu.br.
[2] Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), cimone.rozendo@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

O movimento feminista demorou para reconhecer as especificidades das violências vividas por mulheres não-brancas e até mesmo reconhecê-las como humanas (DAVIS, 2016); a sociologia por conta da predileção de Florestan Fernandes pelo negro urbano, desconsiderou o negro do meio rural. este que na visão do referido autor era menos africanizado que aquele primeiro (PLÍNIO DOS SANTOS, 2015); a teoria racial crítica pouco fez debates sobre o campo e/ou o rural, esses mais recorrentes na geografia (FERNANDES e PORTO-GONÇALVES, 2007; CASTRO, 1984; 1967); e o debate em torno da luta de classes demorou para interseccionar a raça e o gênero como categorias que influenciam para a intensificação da opressão de classe (PEREIRA, 2021).

Essa cadeia de ausências e invisibilidades colocou a mulher negra camponesa e agricultora num lugar marginal não só na sociedade brasileira, mas no continente americano (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020; ZELIC et al, 2021; CARLTON-LANEY, 1992). Todavia, isso não significa que elas estiveram apartadas dos acontecimentos históricos e das transformações e lutas do campo. A mulher negra rural lutou tanto contra o poder colonial nos quilombos (GONZÁLEZ, 2020), quanto contra modernização capitalista e neo-colonial do campo que sucedeu a abolição da escravidão no Brasil (SANTOS, 2015; SOUZA, 2013) e hoje contra o agronegócio, na luta por terra e defesa de seus modos de vida, que mesmo em condições precárias e de abandono estatal, preservam a agrobiodiversidade dos nossos ecossistemas e garante a segurança alimentar e nutricional através de práticas agrícolas agroecológicas (PEREIRA, 2021).

O censo agropecuário de 2017, nos trouxe dados impressionantes em relação à raça, apontando que a maioria dos agricultores e agricultoras do Brasil são negros e negras (IBGE, 2017). Dessa forma, o debate em torno de raça-gênero-agricultura no Brasil se torna improrrogável.

Esse trabalho contempla parte da discussão que estamos desenvolvendo na pesquisa de mestrado intitulada “Dimensões e potencialidades de quintais produtivos geridos por mulheres negras do Mato grande/RN”. O presente trabalho

tem como objetivo contribuir ao debate incipiente em torno da intersecção raça-gênero-agricultura que compõem a mulher negra do campo.

O trabalho está dividido em três partes para além da introdução e das considerações finais. Após a introdução trago a teoria decolonial para discutir modos de vida não-capitalistas. Na segunda parte traço semelhanças entre os desafios das agricultoras negras estadunidenses e das brasileiras, evidenciando negligências, invisibilidades e potencialidades. Na terceira e última parte traço semelhanças entre os quintais produtivos brasileiros e os conucos dominicanos, ambos como espaços de expressão política, cultural e ambiental de/para mulheres negras.

## DESENVOLVIMENTO

### COLONIALIDADE DO SABER E MODOS DE VIDA TRADICIONAIS

A colonialidade é a perpetuação das relações coloniais no dito mundo "moderno", constituído pelo Estado democrático de direito, onde todas as pessoas são iguais perante a lei. O que se percebe, na realidade, é que após o fim do sistema escravista e da usurpação de recursos naturais e da escravização de povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, a colonialidade se tornou parte do mundo moderno. Um território, seja uma região, um país ou um continente, que foi racializado pelo homem branco europeu, permanecem como territórios cujas relações geopolíticas mantiveram-se coloniais (Quijano, 2005).

Ademais, a colonização do planeta pela lógica da europa moderna, capitalista e racista, forjada como naturalmente universal, criará uma hierarquização entre essa tal universalidade (que nada mais é que a cosmovisão norte-europeia) e o restante dos povos racializados ou de países marcados pela racialidade, que para a lógica e pensamento eurocêntrico são inferiores a ela (Quijano, 2005)

Essa universalização da Europa do norte, o que podemos chamar de "eurocentrização" do mundo, reverberou em várias esferas da vida dos países colonizados. Segundo Quijano (2005)

> Como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento"(QUIJANO, 2005, p. 121).

Tanto os conhecimentos quanto as próprias pessoas não-brancas, não-europeias, que com o desenvolvimento do Estado Moderno se tornarão "não-capitalistas", representam o atraso, o patológico, o passado e o primitivo, e por isso, para a lógica hegemônica precisam ser invisibilizadas e/ou exterminadas. As formas de repressão e genocídio de modos de vida não-capitalistas e não-brancos representa a tentativa, muitas vezes sucesso, da perpetuação do colonialismo no mundo moderno.

O trabalho de Costa, Dimenstein e Leite (2020) além de aproximar raça e agricultura, traz à tona que as mulheres negras estão reivindicando seu espaço e território em defesa, preservação e (re)produção das suas atividades agrícolas, bem como de seus modos de vida. O mesmo saber e modo de fazer que se projeta homogêneo, disputa espaço com os modos de vida tradicionais, dos "invisíveis", que são capazes de restabelecer a segurança alimentar, a partilha de conhecimentos intergeracionais e a conservação da agrobiodiversidade local, mostrando-se como saberes e modos de viver decoloniais, que é o caso da agricultura gerida por mulheres negras (PEREIRA, 2021).

## MULHERES NEGRAS AGRICULTORAS: ENTRE INVISIBILIDADES, NEGLIGÊNCIAS E POTENCIALIDADES

Durante o X Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e o VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia (Socla), realizados concomitantemente em outubro de 2017, em Brasília/DF, um grupo de mulheres ocupou e manifestou durante um painel onde só haviam homens brancos, tidos e tratados como as referências da agroecologia na América Latina. O fato é que o painel era denominado "Memórias da Agroecologia" e não haviam mulheres, grupos racializados e tradicionais e/ou representação da juventude em sua composição.

Essas mulheres compunham o painel "Sem mulheres não há agroecologia", que estava ocorrendo no auditório ao lado da grandiosíssima mesa das maiores referências da agroecologia. Costa, Dimenstein e Leite (2020) relatam que após a intervenção das mulheres, o coordenador do painel afirmou que :

> [...] *talvez* a história da Agroecologia fosse, de fato, machista, pois em seus *primórdios* (ele se referia às experiências dos primeiros pesquisadores e técnicos nos anos 1970) esse campo era dominado por homens, assim como, segundo ele, todas as esferas sociais à época (COSTA, DIMENSTEINS e LEITE, 2020, p. 5)

Ao final da exposição do painel o mesmo indagou: "A história não pode ser reescrita" (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020, p. 5). Tal situação levou mulheres de todas as regiões do país responderem ao ocorrido através da construção de suas próprias redes de memórias, costurando umas às outras durante a roda de conversa "Sem Feminismo não há Agroecologia" no IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) promovido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Elas reiteraram que aquele era o primeiro encontro que estas mulheres, pesquisadoras e técnicas não eram a maioria, instigando as companheiras a refletir que "Sem FeminismoS (no plural) não há Agroecologia", trazendo para o centro da questão os feminismos negros e decoloniais, já que o feminismo hegemônico, como é comumente chamado o feminismo de base epistemológica eurocentrada e branca, não consegue abarcar a realidade das mulheres do Sul-Global, especialmente das não-brancas (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020).

Carpenter (1997) ao realizar um estudo sobre a situação da população negra agricultora nos Estado Unidos, aponta para o horizonte de que a atividade agrícola familiar é invisibilizada pelo próprio Departamento de Agricultura dos Estado Unidos (USDA). A USDA afirmou durante alguns anos que a população “não-branca”, categoria que inclui negros, indígenas, populações asiática etc., representavam 6% dos agricultores, quando na verdade já se sabia que esta população representava entre 10 a 20% da produção da agricultura familiar do país, que era 20% da produção agrícola total.

No caso brasileiro vemos uma negligência semelhante ao caso das agricultoras afro-estadunidenses. Segundo a matéria do Geledés, Instituto da Mulher Negra, em 2017 o IBGE teve um corte inesperado no financiamento do censo agropecuário, desta forma foram retiradas questões referentes à agrotóxicos, agricultura familiar e raça. A justificativa da Agência do IBGE para retirada destes temas foi que "[...] são seguidas recomendações internacionais para 'preservar as informações essenciais''' (BERGAMO, 2017). Os dados foram disponibilizados de forma tardia, chegando ao acesso público após o lançamento oficial do Censo.

O fundamental para "as recomendações internacionais" era tratar de "questões essenciais", e seus próprios dados demonstraram que a questão racial, inicialmente desimportante, se mostrou como a força motriz da agricultura nacional, já que a maioria dos agricultores e agricultoras são pessoas negras.

Carpenter (1997) nos mostra que por conta do isolamento geográfico, da desvalorização do agricultor familiar e da baixa renda adivinda das dificuldades de sobreviver da atividade agricola, a população negra estava, na década 1990, desaparecendo gradualmente da paisagem agrícola do país, sendo os/as negros/as 20% mais vulneráveis que os agricultores brancos, estes últimos que já são duas vezes mais propenços a pobreza do que o restante da sociedade, por conta da negligência estatal e desvalorização da atividade agrícola. Tal cenário de violências, violações e invisibilidade coloca o/a agricultor/a negro/a estadunidense numa situação ainda mais vulnerável e insalubre que os brancos e brancas.

Carlton-LaNey (1992), com pesquisa intitulada "Mulheres negras idosas agricultoras: Uma população em risco", foi realizada com um grupo de mulheres agricultoras do condado de Duplin, na Carolina do Norte. A autora apresenta que os dados referentes à população idosa não intersecciona raça, os dados referentes a gênero não intersecciona idade e os dados sobre agricultura não traz a população idosa aposentada, por considerar que elas não estão mais trabalhando na atividade agrícola por estarem aposentadas.

Desta forma, a invisibilidade em que as mulheres negras idosas agricultoras foram colocadas, as distanciam de políticas públicas e programas sociais, tornando-as um dos grupos mais vulneráveis da agricultura estadunidense e talvez do país (CARLTON-LANEY, 1992).

No Brasil, Lélia Gonzalez (2020) aponta que a situação atual da mulher negra brasileira não é tão distante do período escravista, na verdade, esta "continua a desempenhar as funções modernizadas da escrava do eito, da mesma mucama, da escrava de ganho" ( GONZALEZ, 2020, p.199). Chegando a ser as mulheres negras consideradas por Davis (2016) como muletas do capitalismo, pois são essas agentes sociais que sustentam as violências econômicas, domésticas e trabalhistas.

Quando nos deparamos com a continuidade da colonialidade no Estado democrático de direito, o dito Estado moderno, vemos que a mulher negra não ficou isenta desse processo, pelo contrário, as combinações da desigualdade de raça e gênero delegaram à mulher negra um lugar exclusivo de opressão, invisibilidade, violência e exploração (GONZÁLEZ, 2020), mais ainda quando acompanhada da questão territorial, colocando a mulher negra do campo como um sujeito quase que inexistente (PEREIRA, 2021) aos olhos das instituições públicas.

## QUINTAIS PRODUTIVOS COMO EXPRESSÃO DA AGRICULTURA GERIDA POR MULHERES NEGRAS

Ver uma série de conflitos e intersecções em torno de um dos maiores encontros de agroecologia da década passada, CBA e SOCLA e a situação que se encontram as agricultoras afro-estadunidenses, aumentam nossa lente sociológica acerca das invisibilidades que permeiam a tríade raça e etnia, gênero e agricultura.

Pensar nessa intersecção através da perspectiva decolonial e interseccionada nos possibilita visualizar a raça-etnia, a regionalidade, o gênero e a atividade agrícola, como constituintes dos saberes que constroem a agroecologia (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020), movimento político-ecológico-científico indispensável para se pensar as dinâmicas dos quintais produtivos, estes que são patrimônio cultural intergeracional das mulheres agricultoras (CARVALHO, 2020; OKLAY; 2004).

Zelic et al. (2021) entrevistaram três agricultoras negras dominicanas que através da atividade agrícola, e por ela, têm resistido em seus territórios e garantido a segurança alimentar, a preservação da agrobiodiversidade e lutado contra a burguesia local e internacional, que pretendem ampliar as monoculturas na República Dominicana e no Caribe de forma geral.

Benita Cordero, Juana Ferrer e Vanessa Rodríguez são as três agricultoras e ativistas entrevistadas, ambas fazem parte da Confederação Nacional de Mulheres do Campo (Conamuca). A entrevista foi realizada no Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, dia simbólico não só por ser um marco que exprime uma relação de identificação continental entre mulheres negras do sul, mas pela sua fundação ter ocorrido na República Dominicana durante o 1° encontro de Mulheres Negras da América Latina e Caribe.

Durante a entrevista as agricultoras trazem a importância da agroecologia, dos saberes ancestrais e da soberania alimentar para a defesa do território e para recuperação dos seus modos de vida, como foi dito por Juana, uma das entrevistadas:

> *[...] O debate sobre como construir a agroecologia através da soberania alimentar tem a ver com isso: com a união dos povos não só para lutar contra o modelo nas ruas, mas também no nosso território, apoiando-nos na produção de alimentos, no cuidado com o meio ambiente, na recuperação do mercado solidário e local. São práticas de ruptura com o individualismo a que o modelo neoliberal e capitalista nos sujeita. A agroecologia é uma ferramenta importante para recuperar nosso modo de viver e de produzir. Inclusive, compartilhamos comunidades entre companheiros migrantes ou de ascendência haitiana e dominicana, em um modo de vida que tanto a burguesia haitiana quanto a dominicana desejam dividir. São dois países, mas é a mesma ilha [...]* (COSTA, DIMENSTEIN e LEITE, 2020, [S.I]).

As concepções expressas por Costa, Dimenstein e Leite (2020) a respeito da luta coletiva e a importância de uma percepção decolonial a respeito das experiências da América Latina e Caribe se mostram vivas entre as agricultoras negras da República Dominicana, além disso, suas lutas e desafios possuem algumas semelhanças com às das mulheres brasileiras.

Jesus et al. (2021) com pesquisa realizada junto às mulheres negras do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) da Bahia que cultivam quintais produtivos, discute como essa prática tradicional e histórica é invisibilizada e considerada sem valor por não visar diretamente o lucro e por ser realizada por mulheres. Algo semelhantes é relatado por Benita, uma das agricultoras ativistas da República Dominicana ao falar sobre o *conuco*, que é

> *[...] uma prática agrícola tradicional comunitária ou familiar de origem indígena, com base no policultivo destinado, sobretudo, ao autoconsumo ou à troca comunitária, ainda que a produção excedente possa também ser destinada aos mercados populares [...]* (COSTA, DIMENSTEIN e LEITE, 2020, [S.l]).

Os conucos podem ser minimamente comparados aos quintais produtivos comunitários nas seguintes dimensões: grande produção para autoconsumo, o protagonismo feminino, a troca entre vizinhos e a comercialização (CARVALHO, 2020). Ao falar sobre o Conuco a agricultura diz:

> [...] *Apesar de ser uma prática cotidiana dos camponeses e camponesas, dizem que não são rentáveis, que o que dá lucro é a monocultura… Mas o conuco continua sobrevivendo. Um bom conuco é aquele que tem banana, mandioca, feijão e muito mais. O conuco é o único que nunca engana nem o homem nem a mulher, nem fica com o suor de ninguém* [...].

Tanto os quintais produtivos baianos quanto os conucos dominicanos, revelam a desvalorização da produção agrícola familiar gerida por mulheres negras, mas por outro lado apontam para a potência da contribuição dessas agricultoras para com suas realidades, além disso, a agroecologia, assim como em Costa, Dimenstein e Leite (2020) e em Zelic et al (2021), aparece em Jesus et al (2021) como potencializadora da agência e visibilidade para as atividades desenvolvidas por mulheres negras.

Especificamente em Costa, Dimenstein e Leite (2020) e em Jesus et al (2021) a agroecologia emerge como um campo de disputa onde as mulheres racializadas estão contando suas próprias narrativas e saberes, rompendo com o silêncio colonial que invisibiliza e apaga a participação das mulheres negras e indígenas da história da agricultura e desvaloriza suas atividades agrícolas, que é o caso dos quintais produtivos, que quando se funde com o debate racial, perde-se de vista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho traçamos um breve panorama continental entre mulheres negras agricultoras dos Estados Unidos (América do Norte), da República Dominicana (Caribe) e do Brasil (América do Sul). Por meio desses estudos é perceptível que as mulheres negras representam um dos grupos mais vulneráveis da

agricultura, combinando raça, classe, gênero e território (PEREIRA, 2021), pois, aquilo que não pode ser mercantilizado perde sua importância e sentido na modernidade, tornando-se passível de invisibilidade e extermínio (ROZENDO e BRANDENBURG, 2022).

A classe, que consubstancia a vivência dessas mulheres, aparece na vulnerabilidade alimentar e nutricional, na facilidade com que suas experiências são exterminadas e desqualificadas, através da segregação geográfica e por meio da necessidade ou dependência de assistência governamental, que muitas vezes não se efetivam ou simplesmente não existem (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020; CARLTON-LANEY, 1992).

Essas mulheres (con)vivem com a terra sem fazer a separação cartesiana (colonial!) entre humano e natureza (RODRIGUES, 2019), esta que serviu como base epistemológica para a colonização e exploração dos recursos naturais conservados por povos racializados e pela agricultura familiar e camponesa (LITTLE, 2002).

A relação circular, não linear e nem hierárquica entre humana-natureza torna as mulheres negras um grupo passível de violência, já que a colonialidade é expressa através da tentativa de homogeneização do espaço geográfico pelos empreendimentos capitalistas, como é o caso das grandes monoculturas produtoras de commodities (SANTOS, 2006). Esses empreendimentos levam à desertificação, extermínio animal, exploração humana e perda da agrobiodiversidade em favor do capital e da mercantilização de alimentos e sementes artificialmente modificados.

Todavia, das experiências dessas mulheres também nascem frutos que podem radicalizar o campo. As estratégias agroecológicas, naturalizadas no modo de vida das mulheres negras agricultoras, são práticas decoloniais capazes de garantir a existência da espécie humana por meio da garantia da segurança alimentar e nutricional, da preservação da agrobiodiversidade e dos ecossistemas locais e do uso sustentável do solo.

As mulheres negras estão emergindo como um agente social capaz de descolonizar nossas relações sócio-ambientais, mas para tal precisam ser viabilizadas não só na academia mas também pelo Estado e pelas políticas públicas direcionadas às mulheres, aos/as negros/as e camponeses/as.

REFERÊNCIAS

BERGAMO, Monica. IBGE corta questões sobre raça, agricultura familiar e agrotóxicos do censo rural. 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br/ibge-corta-questoes-sobre-raca-agricultura-familiar-e-agrotoxicos-de-censo-rural/. Acesso em: 14 jun. 2023.

CARLTON-LANEY, Iris. Elderly Black Farm Women: A Population at Risk. Social Work. [S.L.], p. 517-523. nov. 1992.

CARPENTER, Stephen. Poverty, Racial Discrimination and the Family Farm. Poverty & Race: POVERTY & RACE RESEARCH ACTION COUNCIL. Washington, p. 2-4. fev. 1997.

COSTA, Maria da Graça; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João Del-Rei, v. 15, n. 4, p. 1-13, out. 2020.

CASTRO, Josué de. Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967, p.22-37.

_____. Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares: Achiaminé, 10ª edição, 1980, p. 112-173.

DAVIS, Angela. Mulheres, cultura e política. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. p.223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. 2020. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos Rio Janeiro: Zahar. p. 197-200.

JESUS, Cleidineide Pereira de et al. QUINTAIS PRODUTIVOS: O OLHAR FEMINISTA TRANSFORMANDO “PEQUENOS” ESPAÇOS EM GRANDES EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS. Cadernos de Agroecologia, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 1-12, 05 mar. 2021.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, Unb: Série Antropologia, n. 322, 2002.

OKLAY, E. Quintais domésticos: uma responsabilidade cultural. Agriculturas. v. 1, n. 1, p. 37-39, 2004.

PEREIRA, Maria Rosineide. ELEMENTOS PARA REFLETIR SOBRE A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS NO CAMPO. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 2019, [S.l]. Anais [...] . [S.L.]: Editora Realize, 2019.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre B.. As comunidades negras rurais nas ciências sociais no Brasil: de nina rodrigues à era dos programas de pós-graduação em antropologia. Anuário Antropológico, [S.L.], n. 401, p. 75-106, 1 jul. 2015. OpenEdition. http://dx.doi.org/10.4000/aa.1343.

PORTO-GONÇAVES, Carlos. Walter. O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 13-27.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. p. 107-130.

RODRIGUES, Luciene da Costa et al. Campesinato e sementes crioulas: indícios de decolonialidade. Guaju, Matinhos, v. 1, n. 5, p. 33-57, jan. 2019.

ROZENDO, Cimone; BRANDENBURG, Alfio. SABERES INSURGENTES E A PROTEÇÃO DOS BENS COMUNS: práticas e formas de re-existência na construção do território agroecológico no semiárido potiguar. Repocs, [S.L.], jan. 2022.

ZELIC. Capire Helena. Mulheres negras colhendo agroecologia e autonomia no Caribe. 2021. Traduzido do espanhol por Aline Lopes Murillo. Revisão da tradução por Helena Zelic. Disponível em: https://capiremov.org/entrevista/mulheres-negras-colhendo-agroecologia-e-autonomia-no-caribe/. Acesso em: 05 out. 2022.

# ÁGUA, NOSSO PRIMEIRO ALIMENTO: O CASO DA ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA)

Eryka Galindo[1]

**GT 10:** Movimentos Sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil Contemporâneo

## RESUMO

O presente trabalho aborda dados e análises preliminares de pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, que se situa no campo de estudos das teorias dos movimentos sociais, tendo por foco os movimentos alimentares (Motta, 2021). O seu objetivo é discutir os significados e sentidos em torno da água construídos por lideranças e agricultores e agricultoras do semiárido, vinculadas a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). Adotou-se como métodos de pesquisa a análise de documentos institucionais da ASA, das entrevista às suas lideranças, das gravações e notas de campo produzidas durante às visitas às propriedades de agricultores e agricultoras do semiárido e da participação em eventos. Conclui-se que os sentidos e significados construídos em torno da água vão além das noções de água como direito, ou como condição para produção de alimentos e, por conseguinte, de promoção da segurança alimentar. A essas perspectivas são agregadas outros significados, que enxergam a água como nosso primeiro alimento, como conhecimento, como construção de autonomia e forma de lutar contra as desigualdades, além de condição para produzir e preparar alimentos. Tudo isso informa sobre os modos de vida e coexistências criadas no semiárido, produzidas a partir dos seus ciclos de abundância e escassez, dos interações interespécies, dos saberes e valores que cada ser reúne naquele território e das desigualdades sociais, economicas, culturais e políticas reproduzidas ali.

Palavras-chave: convivência com semiárido; água; alimento;

[1] Pesquisadora do grupo de pesquisa Food for Justice: Power, Politicsa and Food Inequalities in a Bioeconomy, Universidade de Heidelberg. Doutoranda em Sociologia, Freie Universität Berlin. eryka.galindo@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda dados e análises preliminares da pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, que tem por título *Água, alimento da vida: Articulação do Semiárido Brasileiro, alimentação e transformação socioecológicas*. Conta ainda com as elaborações teórico e metodológicas desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy, sediado na Universidade de Heidelberg – Alemanha, que investiga como os movimentos sociais por meio de ações, conhecimentos e tecnologias têm construído transformações socioecológicas e dos sistemas alimentares, para que se tornem ecológicos, democráticos e justos.

A pesquisa se situa no campo de estudos das teorias dos movimentos sociais, tendo por foco os movimentos alimentares, que abarcam um amplo espectro de movimentos sociais, redes de movimentos, coletivos e ativismos que atuam em diferentes partes do mundo, questionando dinâmicas de desigualdades no sistema alimentar e pautando caminhos de transformação socioecológica e justiça alimentar (Motta, 2021). Vão desde os movimentos por soberania alimentar e agroecologia (Holt-Giménez; Altieri, 2013; Martínez-Torres; Rosset, 2014), os que se organizam em torno do feminismo (Aguiar, 2016; Conway, 2018; Masson et al., 2017; Siliprandi, 2015), da decolonialidade (Santos, 2020), da justiça alimentar (Alkon; Agyeman, 2011; Guthman, 2011; Slocum, 2007), do veganismo (Beilin; Suryanarayanan, 2017; García, 2019; Carmo, 2019), de redes e iniciativas de alimentação alternativa (Allen, 2010; Goodman et al., 2012).

Como categoria análitica aberta, o conceito de movimentos alimentares permite visibilizar os diferentes atores sociais e os caminhos que constroem em direção à justiça alimentar. Potencialmente, permite analisar uma variedade de agência, conhecimentos e lutas que embora possam não estar explicita ou diretamente associadas à justiça alimentar, aliam-se a ela. Em outras palavras, a referida categoria permite trazer à baila um conjunto de movimentos sociais e ativismos que não centram sua ação em direção às questões alimentares, mas que incidem diretamente sobre a agenda alimentar em diferentes escalas. Ilustra bem este argumento, a experiência da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que tem a convivência com o semiárido e o direito à água como o centro de suas ações, sendo estes, pilares por meio dos quais constróem incidência no sentido da superação da fome e da produção de alimentos. Pode-se dizer, que a água assume um lugar central dentro da ASA. Por meio dela se constroem sentidos e significados que orientam sua forma de entender e lutar pelo semiárido,como debateremos neste trabalho.

Esta etapa da pesquisa se dedicou a entender os sentidos e significados que orientam a rede de movimentos sociais estudada. Parto do entendimento de que para refletir e analisar o que a ASA vem criando, não basta olhar para o semiárido e para a água desde ângulos

mais convencionais e estáveis. Em outras palavras, o semiárido é mais do que uma região delimitada por critérios climáticos de volume pluviométrico e aridez do solo; e a água é mais que uma condição necessária à produção de alimentos, ou mesmo, um direito humano.

Assim, é objetivo desse trabalho discutir os significados e sentidos em torno da água construídos por lideranças e agricultores e agricultoras do semiárido, vinculadas a Articulação do Semiárido Brasileiro. Por este caminho, estou buscando entender e refletir sobre as ontologias da água no semiárido[2].

Aqui estão reunidas as primeiras análises das análises de documentos institucionais, das entrevistas realizadas junto à lideranças da ASA, das degravações e notas de campo produzidas a partir da participação em eventos e da visita às propriedades de agricultores e agricultoras familiares da região semiárida.

## CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA

Segundo dados do Instituto Nacional do Semiárido (INSA) o semiárido brasileiro se estende pelos nove estados da região Nordeste e também pelo norte de Minas Gerais, abarcando 1262 municípios. É um dos semiáridos mais povoados do mundo, ocupando um total de 12% do território nacional e abrigando cerca de 28 milhões de habitantes divididos entre zonas urbanas (62%) e rurais (38%). De acordo com os dados do último censo, presente na obra de Medeiros (2012), mais da metade da população que residia no semiárido naquele período se autodeclarava negra3 (66,8%) e do sexo feminino (50,6%). Esta região também abriga quase 29% das agricultoras e agricultores familiares do Brasil (1,5 milhão de famílias agricultoras), que ocupam apenas 4,2% das terras agricultáveis, e cerca de 81% das comunidades quilombolas de todo o país[4]. Além desses, o semiárido abriga uma diversidade de outros seres, que comprova sua diversidade. São mais de onze mil espécies vegetais e, aproximadamente, 1.307 espécies animais, dentre as quais 327 são exclusivas da região.

Embora, o imaginário social ainda desenho o semiárido como lugar de chão seco, sem água, ele é o semiárido com maior nível de precipitação de chuva do planeta. Ao mesmo tempo em que há longos períodos de estiagem, também há bons períodos, mesmo que curtos, de fortes chuvas. Elas são essenciais para reavivar lagos e rios, além das plantas, animais e toda a gente,

[2] Entendo esta como uma etapa da tese, que me possibilitará responder ao seu objetivo geral que é analisar as agências da ASA e como contribuem em direção às transformações socioecológicas e dos sistemas alimentares.

[3] Foram somados os percentuais das pessoas que se autodeclararam pardas (59,6%) e pretas (7,2%).

[4] Dados retirados do site da ASA, disponível em: https://www.asabrasil.org.br/semiarido. Acesso em: 28 de janeiro de 2022.

que capta um tanto de água e um muito de esperança.

Se por um lado, o clima semiárido está envolto por uma série de critérios técnicos de classificação, baseado em volumes de chuva e indices de evapotranspiração, que servem como medida de delimitação de sua abrangência e, por consequência, como ferramenta para o desenho de políticas públicas, por outro, grande parte dos seus habitantes, principalmente, os movimentos sociais, reconhecem-no como território vivo, fruto das interações entre os diferentes seres, sejam elas biológicas, climáticas, culturais, sociais, políticas, econômicas, espirituais.

O paradima da convivência com o semiárido advem de uma nova forma de enxergar o território, sendo resultado da ação de diferentes atores sociais e políticos, suas experimentações e formas de incidência o individual, coletiva e pública.

Segundo Marinho (2006), há três propostas alternativas de onde ser enxerga o semiárido brasileiro, que influenciam a forma como as políticas públicas são implementadas: 1) a proposta de combate às secas e seus efeitos – orientada pela construção de obras hídricas de pequeno, médio e grande porte, por medidas emergenciais de doação de alimentos ou recursos financeiros para conter o avanço da fome e de medidas de apoio à migração, sobretudo para a Amazônia, na década de 70; 2) a modernização econômica, voltada ao aumento da produtividade econômica – baseada nos princípios de modernização conservadora, apoiado pelas políticas de suporte à irrigação e reestruturação da propriedade rural na região; 3) a convivência com o semiárido – marcada por uma melhor convivência entre seres humanos e natureza, com base na sustentabilidade ambiental, e pela construção de novos sentidos para o desenvolvimento das atividades econômicas, não mais baseado na exploração e esgotamento dos bens comuns.

Embora, no esquema proposto por Marinho (2006), essas propostas tenham ganhando mais força em determinados momentos da história, sendo o combate à seca mais presente até a primeira metade do século XX, a modernização da atividade econômica no semiárido entre 1950 e 1990, e a convivência com o semiárido a partir dos últimos anos do século XX, é possível perceber sua coexistencia desses princípios na atualidade. O paradigma da convivência com o semiárido não é uma unanimidade na atualidade. Contra ele operam diferentes forças e atores sociais e políticos, mantendo vivo princípios controversos. Nesse cenário, a ASA nasce e continua sendo um dos atores políticos mais importantes na (re)elaboração do que se convencionou chamar por paradigma da convivência com o semiárido, orienta suas ações dentro dos seus pilares.

## A ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA): SENTIDOS E SIGNIFICADOS SOBRE A ÁGUA

A Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) tem uma trajetória de mais de 20 anos orientada pela defesa da convivência com o semiárido[5] e da garantia do direito à água.

Foi criada em 1999, em um contexto macropolítico ainda influenciado pelos processos de redemocratização do país, nos anos 80, e pelos debates e mobilizações socioambientais socioambientales, fortalecidos pela ECO 92 (a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ocurreu no estado do Rio de Janeiro). Em nível regional, a criação da ASA parte das experimentações de tecnologias sociais e ação social desenvolvida por movimentos e ONGs no semiárido, principalmente, em reação à realidade de seca severa nas décadas de 80 e 90, que teve como marco político, a ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1993, realizada por vários movimentos e organizações sociais, grande parte deles, responsáveis pela criação da ASA, anos depois.

A ASA é uma rede que articula e organiza, aproximadamente, 3 mil movimentos sociais, organizações, coletivos e associações. Sua composição se baseia em uma diversidade de atores que inclui ONGs, organizações humanitárias (religiosas e de ação social), sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, movimentos sociais, associações e cooperativas de abrangência local, regional, municipal, estadual e nacional.

As ações desenvolvidas pela ASA são caracterizadas por uma variedade de iniciativas, que vão desde a criação, experimentação e difusão de tecnologias sociais[6], passando pela incidência pública – a partir de diálogos e negociação com poderes executivo, legislativo e judiciário -, participação em conselhos sociais, execução de projetos e políticas públicas, até a formação, organização e mobilização de agriculturores e agricultoras familiares, camponeses quilombolas e indígenas no semiárido.

A ASA é reconhecida mundialmente, principalmente, como fomentadora de tecnologias sociais de convivência com o semiárido. A iniciativa mais importante é a construção de cisternas

[5] A convivência com o semiárido é uma abordagem que ganha visibilidade no final dos anos 90 e se coloca em contraposição às ideias de que seria necessário combater e lutar contra os períodos de estiagem. Questiona o conjunto de medidas governamentais de caráter assistencialista, implementadas a partir dos anos 70, que pouco reconheciam os ciclos naturais, a riqueza de espécies e o alto potencial de diversidade característicos das zonas semiáridas, como capazes de promover melhores condições de vida e a autonomia das suas populações. Ela sobrepõe a noção de combate a seca pela ideia de respeito e construção de caminhos de convivência com o território semiárido, por meio do desenvolvimento de tecnologias sociais, de políticas públicas e outras iniciativas, que preparem estas populações para os períodos mais severos de estiagem. A estocagem de água, a proteção e guarda de bens comuns, como as sementes e a sociobiodiversidade, o uso racional de recursos naturais são algumas das dimensões importantes para o entendimento desse conceito.

[6] São entenddidas como técnicas, metodologias ou mesmo produtos com possibilidade de replicação, desenvolvidas e/ou aplicadas em interação com uma comunidade, que representam soluções de transformação social, mediante o uso sustentável de recursos locais (Rede de Tecnologia Social, 2010).

de placas, para o armazenamento das águas das chuvas. Por meio delas, as famílias envolvidas nessas ações têm acesso à água de qualidade em seus quintais, para consumo doméstico e produção de alimentos, melhorando as condições de vida nos períodos de estiagem e secas mais severas. A partir de 2004, com a criação do Programa Um Milhão de Cisternas, e em 2014, com o Programa Uma Água, Duas Terras, o o governo federal passou a incorporar a construção de cisternas de placas, como parte da política pública de garantia do acesso à água, promoção da segurança alimentar e redução da extrema pobreza para a população do semiárido. Tal iniciativa, foi em grande medida resultado da incidência da ASA junto ao poder público.

Institucionalmente, a ASA se organiza por meio de espaços organizativos nos níveis municipais, estaduais e nacional. Nacionalmente, a ASA Brasil conta com uma Coordenação Ampliada (constituída por representações dos nove estados do Nordeste mais Minas Gerais) e uma Coordenação Executiva (composta por 4 representantes da Coordenação Ampliada, que, atualmente, são os representantes dos estados da Bahia, Paraíba, Pernambuco e Ceará), eles são também diretores da Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), que funciona como o braço júridico da ASA, que permite a captação de recursos e execução de ações locais, a partir de editais públicos e de projetos com a cooperação internacional.

A água é componente central na organização das lutas da ASA, em torno da convivência com o semiárido. Essa afirmação embora possa soar óbvia, dada a realidade de estiagens na região, acirrada pelas mudanças climáticas, quer evidenciar a diversidade de formas e feições que a água assume no semiárido, para além das consagradas noções de água como direito.

Uma breve revisão de literatura combinando os descritores, água AND semiárido AND alimento, no google scholar, permitiu identificar como visão predominante, a noção de acesso à água como condição para a produção de alimentos, sendo nesse sentido discutidas a importância do uso de tecnologias sociais (Lima, Da Silva e Sampaio, 2011; Santiago e Jalfim, 2018); os perigos da contaminação dos alimentos por meio dos recursos hídricos (De Andrade Palma e Lourencetti, 2011); os conflitos de interesses diante de obras de transposição (Diniz e Maluf, 2020), além de pesquisas que mostram a relação entre insegurança alimentar e insegurança hídrica, que reforça a noção de água e o alimento como direitos (Viana e Segall, 2008)

AS visões constuídas no âmbito da ASA extrapolam o que se apresenta na literatura. Há um espectro de formas de ver e se relacionar com a água, que nos parecem úteis para refletir sobre as bases que sustentam o paradigma da convivência com o semiárido, como também para entender como contribuem para superação das desigualdades alimentares.

Tendo por base a leitura dos documentos institucionais, a escuta das entrevistas de

lideranças da ASA, agricultores e agricultoras, que contam com as tecnologias sociais de convivência com o semiárido, e transcrições das notas de campo durante a participação em eventos institucionais, organizei em cinco categorias, as visões construídas em torno da água, sendo elas: 1) água como primeiro alimento; 2) água como recurso para produção e preparo dos alimentos; 3) água como conhecimento; 4) água como luta contra as desigualdades; 5) água como autonomia.

*Água como primeiro alimento*

Vários relatos revelam que a água é, em si mesma, alimento e, mais que isso, é o primeiro e mais importante dos alimentos. Sem água não há vida, não há corpos aptos e dispostos a agir, existir no mundo, buscar ou produzir outros alimentos. Assim, se constrói uma primazia, a água como o alimento que vem primeiro, como afirma uma liderança nacional da ASA: "O primeiro alimento é a água, né!? Sem água não há alimento, tanto no sentido da água para beber e cozinhar, quanto para produzir alimentos." (Liderança da ASA, 2023).

Nesse mesmo sentido, mas de maneira mais ampla, a água é vital não só para os seres humanos, mas também para todas as formas de vida que habitam o semiárido. A água como aquela que nutre, hidrata os corpos humanos e todos os corpos vivos que habitam o semiárido (plantas, animais, etc.). Como mencionou outra liderança da ASA: "Ela alimenta, hidrata, faz o corpo funcionar... Não só os corpos humanos mas todos os corpos vivos." (Liderança da ASA, 2023).

Assim, a água é vista como fundamental para fazer viver o conjunto de seres e os ecossistemas presentes no semiárido, sendo necessária a todos, ao mesmo tempo que, por esse caminho, gera as condições de (re)produção dos modos de vida do semiárido, compartilhada entre os diferentes seres. Os ciclos de chuva e seca, as possibilidades de acesso ou escassez influencia os modos de vida, presentes ali.

Essas perspectivas reforçam a água tanto como fator vital, necessária para o funcionamento dos corpos fisiologicamente falando, quanto como elemento simbólico, que nutre o semiárido, seus ecossistemas, suas formas de vida nessa constante entre ciclos de fartura e estiagem de água, que se faz presente e vital, em qualquer dos cenários.

*Água como recurso para produção e preparo dos alimentos*

Um segundo aspecto diz respeito à água como recurso indispensável à produção de alimentos ou mesmo ao preparo deles.

Por esse caminho, o primeiro alimento, que é a água, é também visto como parte essencial para assegurar o acesso a outros alimentos, tanto os que brotam do roçado, quanto os que se servem à mesa, como ilustra o depoimento seguinte: "A água é necessária para

preparar os demais alimentos e necesaria para producir nuevos frutos, nuevos alimentos." (Liderança da ASA, 2023).

Os relatos das lideranças e agricultores e agricultoras envolvidos nas ações da ASA destacam, principalmente, a importância das tecnologias sociais de convivência com o semiárido como criadoras de melhores condições para ter acesso à água e, a partir dela, produzir e preparar os alimentos. Foram enfatizados como as cisternas de placa, e o próprio Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), são essenciais para ter água para o consumo doméstico, para beber e preparar alimentos. Além da água para a produção de alimentos e criação animal, por meio das tecnologias de cisternas-calçadão, cisternas-enxurrada e outras, também implementadas no âmbito do Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2). Há ainda destaques sobre a importância de produzir alimentos saudáveis, tendo por referência a agroecologia.

*Água como conhecimento*

Esses relatos nos falam de como viver com a escassez ou abundância de água permitie aos povos do semiárido produzir, reconhecer e compartilhar saberes.

São histórias contadas sobre as aprendizagens absorvidas com as experiências de escassez de água, que vão desde aspectos relacionados à percepção dos sinais da chegada da chuva e conhecimentos sobre como melhor usar a água, definir o melhor tempo de jogar as sementes e sobre a definição das culturas agrícolas mais apropriadas a cada período. Por outro lado, também se somam relatos sobre as aprendizagens adquiridas com a abundância de água, desde os saberes sobre como limpar o telhado para receber a água da chuva, construir as cisternas em mutirão, aprender com os intercâmbios entre agricultores e agricultoras do semiárido e as formações e espaços de organização promovidos pela ASA.

Os saberes são vistos como componente que afirma o valor dos seres que vivem no semiárido, ou seja, são existências providas de conhecimento e de muito valor. (Re)produzem saberes próprios e necessários a vida nesse lugar. Por esse caminho, questionam o imaginário que ainda vincula o semiárido, não só à pobreza econômica, mas também a de conhecimento.

É preciso ter em conta, que os conhecimentos são construídos, transmitidos e reelaborados desde a interação interespécie, ou seja, não são só os processos de trocas entre agricultores e agricultoras, parentes, vizinhos e técnicos/as da assistência técnica e extensão rural que contam. Todos os seres do semiárido reúnem e expressam saber, a interação estabelecida entre eles potencializa a construção de conhecimentos, como nos informa o seguinte trecho de entrevista: "Por exemplo, a árvore do umbuzeiro. Depois da primeira chuva você vai lá, dois ou três dias mais tarde, sua raiz está cheia, como uma cisterna cheia de água... cheia de água e alimento (nutrientes)." (Liderança da ASA, 2023. Grifo da autora)

*Água como luta contra as desigualdades*

A água assume um importante papel na luta contra as desigualdades sociais, políticas e econômicas. Por meio dela se questiona o modelo capitalista, concentrador de renda, do poder, bem como, da terra, das sementes e da própria água.

Os discursos afirmam que é central, não só dispor de água de qualidade, mas também que seu acesso seja descentralizado e universal, de forma a garantir, com autonomia, o direito de todos seres à água, especialmente, para que as pessoas possam beber, comer e plantar. Por conseguinte, denunciam as privatizações e obras hídricas que se baseiam na lógica de centralizar, nas mãos do agronegócio, e do setor empresarial, o direito à água. Democratizar e universalizar é pilar essencial da ação da ASA. Ter cisterna no quintal de casa é uma forma de mostrar que existem meios de garantir acesso à água sem, necessariamente, depender de um sistema centralizado, excludente e caro.

Nessa discussão, também se expressa a defesa em torno da preservação da vida dos rios e seus cursos, além dos seres e populações que vivem nele e dele. Há uma preocupação de que obras que propõem desvios e transposições, que alteram os caminhos das águas de rios, bacias etc., comprometam suas existências. As lutas contra a transposição do Rio São Francisco ilustram bem essa ideia. Em carta produzida em denúncia às diferentes intervenções feitas no "velho Chico" (como o denominam o Rio São Francisco), a ASA diz:

> A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) soma-se às muitas vozes das lideranças, comunidades ribeirinhas, povos tradicionais, movimentos sociais, comitês de bacias, pastorais sociais e especialistas para denunciar **a morte do Rio São Francisco** e exigir do Estado brasileiro ações imediatas para reverter tal quadro de penúria, abandono, exploração, descaso e privatização de suas águas. (ASA, 2017. Grifo da autora)[7]

Opõem-se não só a morte dos cursos d'água, mas também ao desmatamento da caatinga e desterritorialização das populações, para atender aos interesses do mercado, como registra matéria disponível no site da ASA: "É uma obra quase megalomaníaca, grandiosa demais, que passa por cima de comunidades indígenas, comunidades tradicionais, de agricultura familiar e que favorece em grande parte os grandes produtores. (...) "Ela não é uma obra de democratização da água, é mais uma obra de concentração da água." (Naidson Baptista, site da ASA)[8].

[7] https://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/10407-a-morte-do-velho-chico-ameaca-a-convivencia-com-o-semiarido

[8] https://www.asabrasil.org.br/152-radio-asa/riquezas-da-caatinga/1458-%26quot;transposi%26ccedil;%26atilde;o-do-s%26atilde;o-francisco-n%26atilde;o-democratiza-a-%26aacute;gua-no-semi%26aacute;rido%26quot;

Por meio da discussões sobre democratizar o direito à água, também se questiona a concentração de terras perpetuada ao longo da história do Brasil, que priva a população do semiárido de plantar e colher alimentos saudáveis, e mesmo, do acesso aos mananciais de água disponíveis. Assim, é comum nos discursos a articulação entre direito à terra e à água, como vemos a seguir: "Nós enfrentamos uma estrutura agrária perversa no Brasil. Muitas famílias da região semiárida têm que eleger entre instalar uma cisterna ou ter um pedaço de terra para plantar. (Liderança da ASA, 2023)

*Água como autonomia*

A água da chuva armazenada em cisternas permitiu atender mais do que uma necessidade vital, gerou autonomia para os habitantes da região semiárida.

Em primeiro lugar, trouxe autonomia econômica, pois as pessoas têm menos necessidade de comprar água fornecida por empresas privadas, por meio dos caminhões pipa. Trouxe também autonomia política. Afinal, em muitos municípios, os políticos locais usam a água como moeda de troca para ganhar votos., como afirma o entrevistado: "Há muitos prefeitos, vereadores que estão colocando as pessoas que não têm acesso à água na dependência... distribuindo água para que as pessoas votem neles." (Liderança da ASA, 2023). Ou, em outros casos, a elite agrária local usa a água para ameaçar e chantagear a população.

A água também permite maior autonomia para a vida das mulheres. Ao ter água na cisterna, perto de suas casas, as mulheres não precisam mais percorrer longas distâncias para buscá-la, em muitas situações, correndo o risco de sofrer violência. Os materiais da ASA e as entrevistas realizadas informam que as cisternas são instaladas exatamente nos quintais – e não nos roçados – exatamente, por serem esses os espaços de trabalho das mulheres, uma vez que elas que são as responsáveis, também, pelo trabalho reprodutivo e de cuidados, e nesse sentido, por prover de água a família, as plantas e os animais.

Embora essa realidade não solucione todas as desigualdades de gênero, derivado de uma cultura patriarcal, ela influencia a vida e gera nova possibilidades às novas gerações de mulheres do semiárido, como afirma uma das entrevistadas: "Digo à minha filha: graças a Deus, você não terá que carregar lata d'água pesada na cabeça, debaixo um sol quente, como eu fazia quando era criança, junto com sua avó!" (Agricultora familiar do semiárido, 2023)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não seria nenhuma novidade afirmar a centralidade que a água assume na ação e

discursos da Articulação do Semiárido Brasileiro, afinal, esta rede de movimentos nasce com o propósito de construir um novo paradigma, baseado na convivência com o semiárido baseada na concentração do acesso à água.

Este trabalho busca inovar, na medida em que busca entender os significados e ontologias construídas nesse território sobre a água. Reconhecendo-as como bases por meio das quais se criam caminhos de transformação socioecológica, que disputam e, mesmo, alteram os sistemas alimentares, aspectos estes, que serão aprofundados nas próximas etapas desse trabalho de pesquisa.

Dessa maneira, os sentidos e significados construídos em torno da água vão além das meras noções de água como direito, recurso natural ou elemento vital. A essas perspectivas são agregadas outras noções, sobre como a água informa sobre os modos de vida e coexistências criadas no semiárido, produzidas a partir dos seus ciclos de abundância e escassez, dos interações interespécies, dos saberes e valores que cada ser reúne naquele território e das desigualdades sociais, economicas, culturais e políticas reproduzidas ali.

São muitas formas de ver a água, que combinadas entre si, permitem construir uma prisma mais amplo de onde se vê e se constoem sentidos sobre as lutas tecidas no semiárido. Por outro lado, há que se reconhecer que essas visões não são unânimes mesmo dentro da ASA, cabendo ainda mais esforços analíticos, no sentido de identificar e dialogar criticamente com as ambivalências.

## REFERÊNCIAS


Aguiar V. V. P. (2016). Mulheres rurais, movimento social e participação: Reflexões a partir da Marcha das Margaridas [Rural women, social movement and participation: Reflections on the Marcha das Margaridas]. *Política & Sociedade*, 15, 261–295.

Allen P. (2010). Realizing justice in local food systems. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3(2), 295–308.

Alkon A. H., Agyeman J. (2011). *Cultivating food justice: Race, class, and sustainability*. MIT Press.

Beilin K. O., Suryanarayanan S. (2017). The war between amaranth and soy: Interspecies resistance to transgenic soy agriculture in Argentina. *Environmental Humanities*, 9(2), 204–229.

Carmo Í. N. do (2019). Feminista e vegana: Gastropolíticas e convenções de gênero, sexualidade e espécie entre feministas jovens [Feminist and vegan: Gastropolitics and the conventions of gender, sexuality and species among young feminists]. *Revista Estudos Feministas*, 27(1).

Conway J. M. (2018). When food becomes a feminist issue: Popular feminism and subaltern

agency in the world march of women. *International Feminist Journal of Politics*, 20(2), 188–203.

De Andrade Palma, D. C.; Lourencetti, Carolina. (2011) Agrotóxicos em água e alimentos: risco a saúde humana. Revista Brasileira Multidisciplinar, v. 14, n. 2, p. 7-21.

Diniz, P. C. O., & Maluf, R. S. (2020). Usos e Conflitos por Água no Rio Paraíba em Face da Transposição do Rio São Francisco: segurança hídrica e segurança alimentar no semiárido. Agricultura em Foco: tópicos em manejo, fertilidade do solo e impactos ambientais. Editora Científica, 251.

García M. E. (2019). Death of a guinea pig: Grief and the limits of multispecies ethnography in Peru. *Environmental Humanities*, 11(2), 351–372.

Goodman D., Dupuis E. M., Goodman M. K. (2012). *Alternative food networks: Knowledge, practice, and politics*. Routledge.

Guthman J. (2011). 'If they only knew': The unbearable whiteness of alternative food. In Alkon A. H., Agyeman J. (Eds.), *Cultivating food justice: Race, class and sustainability* (pp. 263–281). MIT Press.

Holt-Giménez E., Altieri M. A. (2013). Agroecology, food sovereignty, and the new green revolution. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 37(1), 90–102.

Lima, A. E. F., da Silva, D. R., & Sampaio, J. L. F. (2011). As tecnologias sociais como estratégia de convivência com a escassez de água no Semiárido Cearense. Conexões-Ciência e Tecnologia, *5*(3).

Martínez-Torres M. E., Rosset P. M. (2010). La Vía Campesina: The birth and evolution of a transnational social movement. *The Journal of Peasant Studies*, 37(1), 149–175.

Masson D., Paulos A., Beaulieu Bastien E. (2017). Struggling for food sovereignty in the World March of Women. *The Journal of Peasant Studies*, 44(1), 56–77.

Motta, R. (2021). Social movements as agents of change: Fighting intersectional food inequalities, building food as webs of life. The Sociological Review, 69(3): Pgs. 603-625.

Rosa, M. C. . (2022). Por uma ética da ontoformatividade: reflexões e proposições sobre a relação ontológica entre teoria e pesquisa na sociologia contemporânea do sul global. Sociedade E Estado, 37(03), 885–906.

Santiago, F. e Jalfim, F. (2018). O Sistema Bioágua Familiar: Reúso de água cinza doméstica para produção de alimentos no semiárido brasileiro. IN: CTA, 2018. Capitalização de experiências: Lições para o desenvolvimento em Moçambique e no Brasil, volume 2. Experience Capitalization Series 5. Wageningen: CTA:22-27.https://doi.org/10.1590/s0102-6992-2022370300064

Siliprandi E. (2015). *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas* [Women and agroecology: transforming the countryside, forests and people]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Vianna, R. P. D. T., & Segall-Corrêa, A. M. (2008). Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. Revista de Nutrição, 21, 111s-122s.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# A ARMADILHA DIVERSIONISTA: as verdades secretas da CPI do MST e os interesses do governo do Estado de São Paulo

**Reginaldo Barbosa de Almeida** [1]
**Oriwaldo Queda**[2]
**Luis Antonio Barone** [3]

**GT 10: Movimentos Sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo**

**RESUMO**

Este trabalho utiliza-se da análise do discurso para a apreciação da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Congresso Nacional no início de 2023 – a chamada CPI do do MST - indicando nela claras relações de interesse político que intentam criminalizar os movimentos sociais de luta que reivindicam o cumprimento da Constituição Federal. Isto posto, a CPI do MST deve ser observada sob a perspectiva da desmobilização dos movimentos sociais e da continuidade no desmonte da Política Nacional de Reforma Agrária. Salienta-se que os interesses que movem tal CPI antecipam uma possível ofensiva reivindicando Reforma Agrária, a partir da instalação do governo Lula e de movimentações deste - como a presença de lideranças do MST na comitiva do agronegócio à China e o discurso do atual Ministro da Fazenda em receber dívidas federais de empresários do agronegócio em hectares de terra para serem destinadas ao Plano Nacional de Reforma Agrária. O governo do Estado de São Paulo – e os interesses latifundistas nele contemplados - destaca-se nesse contexto político como beneficiário direto dessa Comissão e da proposta de criminalizar os movimentos sociais. A desmobilização/criminalização de tais movimentos corrobora com a nova política estadual de regularização fundiária, concentrada sobretudo na região do Pontal do Paranapanema, que intenta comercializar terras públicas do Estado - destinadas prioritariamente ao Plano Nacional de Reforma Agrária - para a iniciativa privada, ao mesmo tempo que inibe a formação de novos movimentos sociais. Nesse sentido, compreende-se que com a automação na produção agroindustrial – sobretudo no setor sucroalcooleiro – e o consequente desemprego sem reposição no campo paulista, o governo de São Paulo logra bloquear politicamente uma nova onda de mobilização para assentamentos rurais.

**Palavras-chave:** criminalização dos movimentos sociais; reforma agrária; CPI do MST.

[1] Jurista e doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA; integrante do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor)
[2] Agrônomo e sociólogo – docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA. Integrante do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).
[3] Sociólogo – docente da FCT/Unesp e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA. Integrante do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).

***Introdução***

As hipóteses aqui levantadas partiram de uma pesquisa que, dentre os seus resultados, aponta para uma interferência – via atos discricionários da administração pública do Estado de São Paulo - nos assentamentos rurais geridos pelo Estado paulista. Por meio de portarias publicadas pelo órgão gestor das terras destinadas ao Plano Estadual de Valorização Fundiária e as alterações na lei que o institui (Lei 4.957/1985), avança-se no desmonte das políticas públicas para assentamentos. Tal situação foi agravada consideravelmente no governo do ex-presidente Michel Temer, com a promulgação do Decreto 9.311/2018, que abriu caminhos para o discurso da titulação das terras do Plano Nacional de Reforma Agrária (ALMEIDA, 2023). Com a revogação da lei que instituiu o II PNRA, em 2019, o ex-presidente Jair Bolsonaro intensificou o desmonte do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sob a égide de que a titulação daria "liberdade ao trabalhador assentado", sobretudo em relação aos movimentos sociais – como o MST. Foi reiterado de maneira incisiva, então, o discurso de ódio contra os movimentos sociais de luta por acesso à terra. A incessante pregação ideológica buscou sempre criminalizar a luta social e o MST. Como resultado dessa ação política contínua, presenciamos, já em 2023, a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os movimentos sociais de luta por acesso à terra.

A conjuntura atual aponta para possíveis instabilidades sociais envolvendo os trabalhadores rurais, tensionando o estado democrático de direito. Ressalta-se que a CPI do MST tem sido uma proposta política articulada entre a bancada do agronegócio, em conjunto com a bancada da bala, para a desarticulação e desmobilização dos movimentos sociais. Há de se lembrar que, no governo anterior, houve a maior comercialização de armas da história brasileira e que o setor ruralista foi um dos setores que mais se armaram, sobretudo contra os trabalhadores dos movimentos sociais de luta por acesso à terra.

As hipóteses aqui trabalhadas são resultado da análise dos discursos dos deputados que compõem a CPI do MST, proferidos em sua sessão de abertura (23 de maio de 2023). O objetivo deste trabalho é ampliar a visão sobre os aspectos político-ideológicos desta CPI e os objetivos ocultos por trás da tentativa de criminalização do MST.

A Análise do Discurso busca arguir os possíveis sentidos advindos de composições verbais em sua materialidade, a fim de produzir significados que estão além da simples narrativa e que podem ser comparados e relacionados com distintos aspectos da vida social. Portanto, para compreender a língua enquanto instrumento simbólico, deve-se observar o discurso sob a

perspectiva ideológica que o constitui. Dessa maneira, a materialização da vontade por meio da língua é estruturada pela ideologia como componente do desenvolvimento discursivo. Quanto a isso, observa-se tais conceitos:

> Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia e é assim que a língua faz sentido. No entanto, nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se e se constituem em processos em que a língua e a história e a ideologia concorrem conjuntamente. (ORLANDI, p. 17, 48, 1999).

A partir dessa premissa é que se buscou analisar os discursos feitos pelos deputados federais na sessão de abertura da CPI do MST, levando em consideração as suas histórias políticas e os valores que buscam defender. Como parâmetro para análise das falas na CPI foi utilizada a conjuntura político e social do país em relação ao seu contexto agrário.

Para a elaboração deste artigo, fez-se um recorte necessário para observar a CPI sob a perspectiva do Estado de São Paulo, por ser este um dos possíveis beneficiários da CPI, uma vez que - por meio da Lei 17.557/2022 - o governo do paulista está regularizando a detenção de terras públicas por meio da venda à iniciativa privada. Nesse sentido, considerou-se que a instalação da CPI do MST busca objetivamente criminalizar os movimentos dos trabalhadores rurais na luta por reforma agrária, desmobilizando as organizações sociais e a sociedade civil para facilitar a apropriação de terras públicas por empresários do agronegócio, bem como impedir a organização dos trabalhadores rurais que sofrerão com a automatização na produção agroindustrial. A CPI do MST apontaria para um novo "passar a boiada" sobre a Ordem Social da Constituição Federal

**Dilemas atuais do agro paulista e a questão agrária brasileira: o pano de fundo**

No ano de 2022, o agronegócio brasileiro teve uma queda de 4,22%, resultando num impacto significativo para o setor[4]. A produção de cana-de-açúcar, por exemplo, teve o seu maior decréscimo desde 2011, acentuado pelos efeitos econômicos da pandemia da covid-19 (SANTOS, 2022)[5] e fazendo com que as 172 usinas do Estado de São Paulo operassem no

[4] https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-apos-recordes-em-2020-e-2021-pib-do-agro-cai-4-22-em-2022.aspx

[5] file:///C:/Users/Acer/Downloads/4167-26850-2-PB.pdf

vermelho[6]. Com o Plano Safra 2023/2024 e com a expansão do mercado de exportação para a China, vislumbra-se a possibilidade de revitalização do setor.

Entretanto, para que o setor canavieiro do Estado de São Paulo possa expandir a sua produção, elevando-a ao triplo das 308,1 milhões de tonelada produzidas em 2022[7] será necessário, a princípio, duas medidas: a expansão da área produtiva e a automatização dessa produção. A automatização da produção agroindustrial do setor canavieiro, semelhante a outros setores da indústria brasileira, busca a competitividade e produtividade:

> Para alguns especialistas, a adoção de sistemas automatizados para a produção de açúcar e álcool é imprescindível para manter-se competitivo no setor. A necessidade de implantação de sistemas automatizados decorre das pressões do mercado por incrementos na produtividade e qualidade do produto (EMBRAPA, 2022)[8].

Esse novo avanço na automação carrega a estimativa de 85 milhões de novos desempregados pelo mundo,[9] dos quais, os trabalhadores do setor sucroalcooleiro poderão estar incluídos. Analisar a CPI do MST sob a perspectiva da política pública de reforma agrária do Estado de São Paulo, direcionando o diálogo para essa conjuntura econômica e seus dilemas aponta para a iminência de uma possível instabilidade no mercado de trabalho rural paulista que, frente ao histórico de organização dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro em movimentos sociais por reforma agrária (BARONE, 1996), poderá aumentar a pressão por novos assentamentos, que teriam os estoques de terras devolutas do oeste do Estado como objeto de disputa.

Essa região do Estado de São Paulo, o Pontal do Paranapanema, poderá ser cenário de intensos conflitos por terras. A região do Pontal abriga 99 projetos de assentamentos – sendo esse número apenas daqueles instalados pelo governo estadual[10]. A região carrega consigo uma história de violência no campo e ocupação por meio de grilagem de terras devolutas. Os agentes dessa ocupação sempre buscaram construir alternativas de legitimação/legalização para regularizar terras devolutas griladas pela iniciativa privada (LEITE, 1998).

---

[6] https://www.investe.sp.gov.br/setores-de-negocios/agronegocios/cana-de-acucar/#:~:text=As%20172%20usinas%20instaladas%20no,de%20Cana%2Dde%2DA%C3%A7%C3%BAcar .

[7] https://faespsenar.com.br/faesp-maior-do-pais-producao-paulista-de-cana-de-acucar-e-estimada-em-308-milhoes-de-toneladas-com-alta-de-32/#:~:text=A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20paulista%20de%20cana,(298%2C5%20milh%C3%B5es).

[8] https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/cana/pos-producao/gestao-industrial/automacao-e-controle

[9] https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/10/21/automacao-deve-fechar-85-milhoes-de-empregos-diz-relatorio-do-forum-economico-mundial.ghtml

[10] https://www.itesp.sp.gov.br/?page_id=3497

Mais recentemente, tal interferência se dá pela aprovação da Lei 17.557/2022, que abre caminho para a regularização das terras devolutas do Estado de São Paulo para a iniciativa privada - o que contraria o dispositivo Constitucional em seu Capítulo III, da Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária, que no Artigo 188 prioriza o uso desse estoque de áreas para fins de reforma agrária.

Para melhor compreensão dessa querela, faz-se necessário analisar o discurso do atual Diretor Executivo da Fundação ITESP, em reunião havida logo após sua nomeação com a presença de "proprietários" de terras a serem regularizadas. Falando sobre a lei estadual que busca regularizar áreas devolutas para os latifundiários, ele disse:

> Por que essa lei, esse decreto tem um prazo pra acabar [...]. Agora está acontecendo uma questão política, que também foge da alçada do ITESP, essa lei tem grande chance de cair né, uma verdade que a gente tá enfrentando. Não adianta ficar alisando, o PT mandou essa lei para o Supremo e nós já tivemos pareceres contrário do MPF, da PGR e da AGU – os três se manifestaram contrários à lei. **Então, o que nós temos que fazer: enquanto a lei está vigente, dar o máximo de celeridade no processo, por que se a gente chega a entregar o título, a gente cria o ato jurídico perfeito.** (Diretor Executivo do ITESP, fevereiro/2023)[11]

A fala do Diretor Executivo da fundação ITESP aponta para o uso político da administração pública indireta do estado para beneficiar empresários do agronegócio. Com a CPI do MST e a possibilidade de criminalizar todos os movimentos sociais de trabalhadores que reivindicam a reforma agrária, não haverá obstáculos para o governo do estado de São Paulo entregar as terras devolutas da Política Nacional de Reforma Agrária para empresários do agronegócio paulista. Nesse sentido, o governo paulista tem agido com celeridade em prol dos latifundiários:

> O governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) está atropelando ação que tenta barrar, no Supremo Tribunal Federal (STF), uma lei paulista que autoriza a liquidação de terras públicas. Enquanto a decisão não vem, o governador aproveita para promover essa "reforma agrária" às avessas. E concede desconto de até 90% para beneficiar ruralistas aliados. (OLIVEIRA, 2023)[12].

O jargão "passar a boiada" ficou conhecido após publicação, nos meios de comunicação, de uma reunião governamental do governo anterior, quando Ricardo Sales, então ministro do Meio Ambiente, sugere aproveitar o isolamento social no período da pandemia da covid-19

[11] Video 2023-03-04 at 10.43.14 DIRETOR EXEC ITESP.mp4 . Para evitar desinformações foi utilizado o texto na íntegra, reiterando o contexto dessa fala.

[12] https://www.redebrasilatual.com.br/politica/tarcisio-atropela-stf-e-manda-liquidar-terras-em-sp-tem-fazenda-entregue-por-20-do-valor/

para executar os planos de governo sem a interferência social. Sales foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo e preside a relatoria da CPI do MST – esclarecendo mais o interesse da CPI e seu benefício para os planos fundiários do governo do Estado de São Paulo.

**Os discursos na instalação da CPI e sua análise**

Na abertura dos trabalhos da CPI do MST, na leitura da ata feita pelo deputado Ricardo Salles, foi possível identificar que essa tem o intuito de criminalizar os movimentos sociais de reinvindicação de reforma agrária, seus colaboradores, assistentes, mediadores, apoiadores, simpatizantes, políticos, INCRA ou indivíduo, coletivo ou organização social que – segundo o relator - possa ter vínculos direto e indireto com a luta por reforma agrária. Para ampliar a análise do discurso utilizado na abertura da CPI do MST, é imprescindível identificar que a composição desta comissão está formada com 40 deputados ruralistas e 14 governistas - o que demonstra a concentração de forças do lado latifundista.

A proposta de trabalho sugerida pelo relator da CPI do MST apresenta pontos relevantes a serem discutidos, por denotarem singularidades estranhas às formalidades investigativas de apuração e responsabilização de atos delituosos, determinando a amplitude do rol de "suspeitos" e "crimes" por meio de hipóteses e abstrações nas investigações. Todavia, a ausência da tipificação dos crimes correlatos de invasão de propriedade, depredação de patrimônio público e privado na pauta de trabalhos possibilita a CPI considerar crime atos, ações ou omissões segundo suas próprias convicções - o que se equipara ao ato de legislar sobre matéria criminal.

A situação dos crimes correlatos e o risco aparente de se utilizar a subjetividade pessoal por meio de convicções próprias para determinar "suspeitos" e "crimes" na CPI se estende aos "coordenadores" e "financiadores", segundo fala do relator:

> [...] do seguinte rol exemplificativo de atividades, apuração de denúncias relacionadas ao tema, identificação de **organizadores e financiadores** das invasões, identificação de autoridades que estejam se omitindo e prevaricando diante de suas obrigações legais, [...] (SALLES 23/05/2023 CÂMARA FEDERAL).

O apoio humanitário ao trabalhador rural sem-terra em suas reivindicações legais não pode ser equiparado a atos criminosos. Esses grupos de trabalhadores organizados em movimentos sociais ou não, encontram-se em vulnerabilidade social e legítimos cidadãos a serem beneficiados pela Política Nacional de Reforma Agrária. São claras as intenções apresentadas

nas narrativas dos deputados ruralistas de criminalizar a base de apoio político e humanitário aos movimentos sociais, atribuindo crimes a situações do cotidiano dos acampamentos - tais como ter moradia em barracas improvisadas, estar com a família no acampamento e ver na figura das crianças, juntos aos pais no movimento, crime de exploração e cárcere infnatil. Um discurso nítido de repúdio aos movimentos sociais, segundo o que segue:

> [...]o MST não surge a partir da terra, teve gente de fora da terra. Sindicatos, universidades e *outras organizações que eu não quero citar o nome aqui*[13]. Não são movimento de agricultores, não são movimento de gente do campo é gente de fora com essa percepção ideológica [...]Senhor presidente, quando o senhor olha, quando você olha como a FARCS se organizam, como que a organização da FARCS é estrutural, a investigação tá aí, isso é posto, como as milícias se organizam, como o narcotráfico se organiza, aí a hierarquia, disciplina, pirâmide, controle, até o sinaleiro é igual. Você percebe que os movimentos, esse movimento, o MST, na sua origem, tem na sua concepção um momento revolucionário sim, porque eles usam exatamente, é eles copiam as FARCS. [...] portanto, eu quero deixar claro nossa percepção, dizer: a invasão de propriedade pela Constituição é crime, arrancar cerca é crime, mais de três pessoas é quadrilha, destruir patrimônio da propriedade privada é crime, colocar fogo é crime ambiental, fazer queimada é crime ambiental, afugentar pessoas e proibir pessoas de sair do assentamento, é cárcere privado, é sequestro, obrigar a ficar debaixo de lona é trabalho escravo, análogo à escravidão, manter criança em cativeiro é trabalho e exploração infantil, abater animais em local não credenciado e clandestinos também configura crime, ai para finalizar o meu tempo final. (MELO, PP/ES 23/05/2023 CÂMARA FEDERAL)

Ao ser relatado sobre a "identificação de autoridades que estejam se omitindo e prevaricando diante de suas obrigações legais", aponta-se para os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar MDA, INCRA e o Ministério da Fazenda. A hipótese é que, no ato da elaboração da ata dos trabalhos da CPI do MST, o relator direciona o texto da ata referenciando uma reunião ocorrida entre o MST e o Ministro da Fazenda, onde anuncia-se possibilidades de investimentos na Política Nacional de Reforma Agrária com os seguintes parâmetros:

> Segundo Rodrigues, Haddad prometeu aumentar de 250 para 400 milhões de reais o orçamento dedicado ao assentamento de famílias acampadas. O ministro também se comprometeu, de acordo com o MST, a buscar mais terras para assentamento. "A alternativa que o ministro está construindo é negociar com os devedores da União", prosseguiu Rodrigues. "Em vez de pagar a dívida com dinheiro, vai negociar para pagar com terra. São aproximadamente 40 bilhões de reais em dívida de fazendeiros que têm uma

[13] Muito provavelmente o deputado está se referindo à Igreja Católica que, sobretudo através da Comissão Pastoral da Terra, sempre deu apoio político e humanitário à luta pela reforma agrária.

quantidade de cinco milhões de hectares de terras." (CARTA CAPITAL, 2023)[14]

Contudo, para compreender a contradição na política do governo federal é necessário trabalhar com a condição de que o Partido dos Trabalhadores ganhou a eleição para Presidência da República, porém, tem grande desvantagem do Congresso. O conflito latente entre o Congresso brasileiro e o governo federal ganha mais dramaticidade em São Paulo, na medida em que o atual governador (Tarcísio de Freitas) é um possível sucessor do ex-presidente Bolsonaro na liderança da extrema-direita. Soma-se a esse natural protagonismo o fato do governador estar levando a cabo a sua polêmica política de regularização fundiária de terras públicas para a iniciativa privada. Enquanto isso, o MDA permanece engessado, muito pela pressão política da CPI. Sendo o MST uma das bases eleitorais do governo, a CPI abre caminhos para o isolamento do movimento, tal qual a narrativa seguinte aponta:

> [...] vamos fazer um debate qualificado. Sociedade brasileira mais do que nós conhecemos o MST. Queria dizer que o MST está muito bem representado nesta Comissão pelo deputado Valmir [...] que tem uma folha criminal extensa de invasão e esbulho. [...] O senhor foi levado em julgamento por invadir propriedade pública e passar lá seis dias e provocar dano. Eu quero dizer presidente, tem uma luz no fim do túnel. A luz no fim do túnel é que o PT abandonou o MST, o Lula sequer quis receber o MST lá na Bahia, isso é sinal que sabe bem o que vem pela frente... (GASPAR, UNIÃO/AL, 23/05/2023 CÂMARA FEDERAL)

Esclarece-se que a CPI, ao "promover visitas técnicas e diligências em todos os estados que exista assentamentos instalados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária", não deveria omitir a investigação em órgãos da administração pública indireta nos estados que administram assentamentos de reforma agrária em concorrência com o INCRA – tal qual a Fundação ITESP, que deveria constar no rol das entidades públicas a serem vistoriadas por meio de diligência da Comissão. O ITESP pode - e deve, pela sua atuação há décadas assentando famílias em São Paulo - ser objeto de investigação da CPI do MST.

A CPI, no entanto, aponta para caminhos bem específicos, quando afirma que "nós teremos a chance de provar que o MST e PT estão juntos na bandidagem" (GASPAR, 2023), sendo que o PT nunca governou São Paulo. Portanto o fato de ignorar a fundação ITESP como entidade a ser investigada estreita a dimensão de busca de supostos culpados no governo federal, MST,

[14] https://www.cartacapital.com.br/politica/apos-reuniao-com-haddad-mst-diz-que-desocupara-terras-e-preve-mais-recursos-para-familias/

PT e seus apoiadores. Evidentemente, o relator da CPI - deputado federal eleito por São Paulo - não faz referência à fundação ITESP, esclarecendo-nos que os objetivos subjacentes desse feito se direcionam aos atos do governo federal e construindo entraves para o desenvolvimento de políticas públicas no setor da Reforma Agrária.

Constata-se a articulação política desenvolvida na CPI, dando continuidade à prática de desinformação via redes sociais, disseminando notícias falsas e discursos de extrema direita que se tornou conhecido como "Gabinete do Ódio". Para isso, utiliza-se da publicidade envolvendo o tema difundido pelos meios de comunicações em massa, não dando esclarecimento das possíveis alegações fraudulentas, injuriosas, caluniosas e difamatórias envolvendo os interpelados nessa Comissão e criando aspectos de punição antecipada por meio da persuasão e julgamento da opinião popular. Como prática, utiliza-se a difamação, a injúria e a calúnia maculando a imagem dos movimentos sociais, do governo e do PT. Um outro deputado segue a sua fala, nos seguintes termos:

> [...]Espero sinceramente que daqui nós tenhamos o fim de um crime abjeto que acomete o Brasil. Tenho inquérito de vários estados do Brasil que demonstram atuações criminosas de crimes que vão desde tortura e estupro, violência das mais elevadas ordens, com assassinato de produtores de Rondônia como pontuou o Coronel Crisóstomo, a queima de sedes produtivas, o abjeto, a junção de pessoas armadas com treino de guerrilha, inegável formação de milícia para a destruição do patrimônio privado levando terror ao campo. O governo Jair Bolsonaro pontuou toda a sua extensão na titulação da terra para deixar essas pessoas livres da escravatura que é a utilização desses nomes como massa de manobra. É verdade que isso foi interrompido e nós devemos também impedir isso aí. [...] nós vamos dar um fim identificando quem são os mentores por trás da onda de crimes em todo o Brasil. (POLLON, PL/MS, 23/05/2023 CÂMARA FEDERAL)

Para maior alcance - e ter mais atenção da população - foi incluindo, nos trabalhos da CPI, um canal de comunicação com a "sociedade civil para que possam ser encaminhadas denúncias e outras informações relativas ao tema" (SALLES, 2023, CÂMARA FEDERAL). Isso pode incidir em acusações de todos contra todos, num estado de vigília constante assemelhado à perseguição aos professores pelo movimento "escola sem partido", quando se mantinha um canal de comunicação com a sociedade civil para punir o denunciado sem haver um crime, com base apenas na convicção da suspeita.

Esclarece-se que todas essas premissas arroladas pelos deputados ruralistas foram veementemente rechaçadas pela bancada dos deputados do governo, em pedido feito ao presidente da Comissão pela deputada Sâmia Bonfim(PSOL/SP). Ela propõe a impugnação da

ata de trabalhos da CPI do MST apresentada pelo relator, pela desvirtualização na proposta da CPI:.

> Presidente, se a gente olhar ali para aquele telão vai estar escrito CPI, Movimento do Trabalhadores Sem-Terra MST, se eu abrir aqui o sistema vai estar escrito a mesma coisa CPI, Movimento do Trabalhadores Sem-Terra MST, se nós lermos o requerimento que vossa excelência recolheu as assinaturas dos colegas deputados, requer a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a atuação do grupo Movimento do Trabalhadores Sem-Terra MST [...]. Qual não é a nossa surpresa, na verdade não é uma surpresa, mas qual não é a falta de constrangimento por parte do relator. O que diz aqui a proposta de trabalho deputada Taliria: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a invasão de propriedade, depredação de patrimônio e privado e crimes correlatos. Repito, invasão de propriedade, depredação de patrimônio e privado e crimes correlatos. Ele simplesmente distorceu deliberadamente, sem nenhum pudor, aquilo que foi a leitura e a abertura e o intuito real dessa CPI[...]. Mas dito isso, tanto o regimento interno quanto a Constituição Federal quanto todas as decisões que o STF já teve a respeito das CPIs anteriores, todas elas são explícitas, cristalinas: para apuração de fato determinado diz o Artigo 58 da Constituição Federal, Regimento Interno da Câmara do Deputados: 'para apuração de fato determinado'. Lei 1.579 de 1952: 'apuração de fato determinado'. Qual é o fato determinado presidente? O senhor recolheu as assinaturas para o Movimento do Trabalhadores Sem-Terra. De repente o relator, ao seu bel prazer, quer alterar o conteúdo dessa CPI. (BONFIM 23/05/2023 CÂMARA FEDERAL)

O requerimento interposto pela deputada do PSOL embargando a proposta de trabalhos da CPI por não haver fatos determinados para investigação tem amparo na lei. A falta de fatos determinados para a investigação pode ter sido o motivador para a elaboração de uma ata de trabalhos na qual, não havendo objetivos específicos expressos, autores ou crimes, fez-se necessários apontar abstratamente os possíveis envolvidos calcado na subjetividade dos membros da Comissão. Sendo a maioria dos parlamentares da CPI ruralistas, tem-se a culpabilidade do MST sem provas que a justifique - bem como de qualquer movimento, organização, entidade pública ou privada, mesmo na ausência de fatos determinados poderá - nos parâmetros abstratos proposto pela CPI - ter atribuída culpa por conveniência do interesse político dos parlamentares.

O direito constitucional dos trabalhadores se organizarem em movimentos sociais de luta por reforma agrária e a legitimidade das ocupações num processo de reinvindicação das terras públicas para o cumprimento de sua função social -são garantidos pela Constituição Federal. "A Constituição Federal de 1988, resultado de ampla participação popular, tem várias características. Pode ser considerada democrática, rígida, eclética, humanista, principiológica,

multidisciplinar, analítica, normativa, inovadora, igualitária, unitextual, escrita" (FACHIN, 2018)[15]. Na perspectiva da Constituinte de 1988 é que se compreende a legitimidade e importância dos movimentos sociais num Estado Democrático de Direitos que, no bojo de seu texto, absorveu conjuntamente a ordem econômica e a ordem social (FACHIN, 2018).

Dessa maneira, os movimentos sociais tiveram sua participação na elaboração da Constituinte atuando em tempos precedentes aos atuais. Os movimentos sociais são a mola propulsora do desenvolvimento social - a ordem social tem como princípio do seu desenvolvimento a organização social da sociedade civil, construindo uma relação intrínseca com a democracia por intermédio da participação popular nas decisões governamentais para o cumprimento, respeito e execução dos Direitos e Garantias Fundamentais e Sociais. A Constituição também determina a função social da propriedade. Esta, portanto, não é um direito absoluto, divino e eterno, podendo haver desapropriação para fins de reforma agrária em situações especificas, tais como crime ambiental, produção agrícola de cultura proibido por lei no país e trabalho análogo à escravidão.

Já as terras devolutas que foram destinadas ao Plano Nacional de Reforma Agrária, segundo a Cosntituição, devem ser destinadas ao assentamento de trabalhadores rurais sem-terra e não à iniciativa privada. Isto posto, não há o que justifique as acusações de terrorismo aos movimentos sociais, como expresso na abertura da CPI:

> Eu acredito que o escopo e os objetivos dessa CPI foram extremamente esclarecidos [...] e a gente vai trazer aqui outros elementos que vão colaborar com várias linhas que indicam que o MST - e quaisquer outros movimentos relacionados a ele - tem se utilizado desse prospecto de reforma agrária para levar, sim, o terror para o campo. Nós temos aqui relatos que me chegam a cada hora, a cada momento, que vão mostrar a verdadeira faceta do que é esse movimento - é um movimento terrorista. (ALDEN, PL/ BH. 23/05/2023 CÂMARA FEDERAL)

Buscar criminalizar os movimentos sociais _- no caso, o MST - aparentemente é uma proposta que se estende a toda organização social, num ataque direto à ordem social estabelecida na Carta Magna e sua importância histórica na estrutura dos Direitos e Garantias Fundamentais, conforme analisado em texto do Supremo Tribunal Federal:

> Os resultados dos movimentos sociais encetados pelos trabalhadores assalariados podem ser identificados no texto da Constituição de 1988 com as conquistas de direitos sociais, decorrentes das relações de trabalho, no longo capítulo intitulado "Dos Direitos Sociais" (artigos. 6º a 11). Por outro lado, as conquistas dos movimentos sociais relativas ao acesso aos serviços de saúde

[15] file:///C:/Users/Acer/Downloads/8267-Texto%20do%20artigo-37029-2-10-20201217.pdf

> podem ser identificadas no amplo capítulo "Da Seguridade Social", especialmente na seção "Da Saúde" (artigos. 196 a 200). Já os movimentos sociais empreendidos pelos aposentados e pensionistas foram coroados de eficácia, escrevendo-se na Constituição um longo capítulo sobre a seguridade social, especialmente a seção relativa à assistência social (artigos. 203-204). Veja-se, ainda, a atuação dos movimentos de defesa dos direitos humanos, os quais contribuíram para que a Constituição elegesse a proteção da pessoa humana como núcleo a ser protegido por todas as dimensões do Direito, tanto na ordem interna, colocando a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado brasileiro (artigo 1º, inciso III), quanto na ordem internacional, erigindo a prevalência dos direitos humanos como princípio do Direito Internacional (artigo 4º, inciso II). (FACHIN, 2018, p. 58).

A CPI do MST é uma continuidade da ação política fundada no discurso de extrema direita. A disputa de poder entre o governo federal e o congresso nacional, evidenciada na CPI do MST, pode ser um diversionismo para ocultar a CPMI do dia 8 de janeiro, bem como tirar da pauta os projetos do Executivo. Todavia, observando-se a CPI do MST sobre a perspectiva da política de regularização fundiária do Estado de São Paulo, o "diversionismo" proposto por essa Comissão pode estar vinculado aos atos do governo de estado que, por meio da Lei 17.557/2022, está regularizando terras públicas destinadas à Política Nacional de Reforma Agrária sob a detenção de empresários do agronegócio. Temos, aí, um sistema de grilagem de terras moderno, com participação, elaboração e execução da administração pública indireta do estado. Trata-se de mais um objetivo do interesse de "regulagem irregular" para o latifúndio.

**Considerações finais**

Reforça-se, portanto, a hipótese de que especificamente essa política do Estado de São Paulo venha a ser a maior beneficiária da CPI do MST, ao identificar, na fala dos deputados da bancada ruralista, o direcionamento do discurso para a figura do líder do movimento Frente Nacional de Luta FNL, José Rainha - da região do Pontal do Paranapanema. Dessa maneira, a CPI do MST, buscou periciar, por meio de diligência, a região do Pontal do Paranapanema – prioritária em detrimento de outras regiões conflitadas do país. No entanto, deu-se prioridade ao estado de São Paulo[16]. Portanto, o conflito em torno das terras públicas no estado de São Paulo, concentrado no Pontal do Paranapanema, foi prioritário para a CPI, que deu munição política para a ação da Direção Executiva da Fundação ITESP - em seu auxílio aos empresários

[16] https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/28/integrantes-da-cpi-do-mst-vao-a-presidente-prudente-sp-se-reunir-com-policia-e-visitar-area-rural.ghtml

das terras públicas, em detrimento da sua prevista destinação ao assentamento de trabalhadores rurais.

Em meio ao conflito pela destinação das terras públicas do Pontal, um produtor da região solicitou a prisão de alguns supostos líderes do movimento, caso os mesmos se organizassem para novas ocupações estendendo o pedido a qualquer outro indivíduo ou grupo que pudesse estar reivindicando a terra pública para fins de reforma agrária. Tal solicitação, que recebeu a anuência do juiz local (Comarca de Rosana/SP), tem características que não só beneficiam o autor da ação, mas qualquer outro que tenha detenção de terras na região. Essa desmobilização forçada dos movimentos sociais, via judicial e parlamentar (via CPI), aponta para a regularização e comercialização das terras públicas anteriormente destinadas ao Plano de Valorização do Estado de São Paulo.

Devido à disponibilidade de suas terras devolutas, a região do Pontal do Paranapanema é alvo da demanda de novas áreas para produção agroindustrial, despertando o interesse de empresários do agronegócio do Paraná, Matogrosso do Sul e do próprio estado de São Paulo. Portanto, reitera-se o interesse particular do estado de São Paulo na CPI do MST pois, enquanto esta desenvolve seus trabalhos, as terras públicas do estado estarão sendo entregues à iniciativa privada sem resistência ou atuação dos movimentos sociais – submetidos à coerção pelas inúmeras insinuações acusatórias contra os movimentos sociais e sua rede de apoio por parte da CPI.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. B. Conflitos familiares pelo uso da terra: parcerias agrícolas, dilemas da titulação e sinais de desmonte das políticas públicas no mundo rural (Tese de Doutorado). Araraquara, UNIARA, 2023.

BARONE, L. A. “Revolta, conquista e solidariedade: a economia moral do trabalhadores rurais em três tempos” (dissertação de Mestrado). Araraquara, FCL/Unesp, 1996.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm acesso em 30/05/2023

CAVALLINI, M. Automação deve acabar com 85 milhões de empregos nos próximos 5 anos, diz relatório do Fórum Econômico Mundial. São Paulo. 2020 https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/10/21/automacao-deve-fechar-85-milhoes-de-empregos-diz-relatorio-do-forum-economico-mundial.ghtml, acesso, 25/05/2023

CARTA CAPITAL, Após reunião com Haddad, MST diz que desocupará terras e prevê mais

recursos para famílias... Leia mais em https://www.cartacapital.com.br/politica/apos-reuniao-com-haddad-mst-diz-que-desocupara-terras-e-preve-mais-recursos-para-familias acesso em 29/05/2023

FACHIN, Z. Movimentos Sociais na Constituição Brasileira de 1988 A Construção da Democracia e dos Direitos Humanos, Revista Direitos Humanos e Democracia, São Paulo, 2018.

LEI Nº 4.957, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1985, (Texto atualizado até a Lei nº 17.517, de 8 de março de 2022) Dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários. https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1985/lei-4957-30.12.1985.html acesso em 28/05/2023

LEITE, J. F. A ocupação do Pontal do Paranapanema. São Paulo, Hucitec, 1998.

ORLANDI EP. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas (SP): Pontes; 1999,https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5952127/mod_resource/content/1/AD%20-%20Principios%20e%20procedimentos%20.pdf acesso em 25/05/2023

PIAI, Guilherme, Presidente Prudente, fevereiro de 2023 Video 2023-03-04 at 10.43.14 DIRETOR EXEC ITESP.mp4

SANTOS, HF. Crise do setor sucroenergético no Brasil e a vulnerabilidade territorial dos municípios canavieiros: 2022. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) São Paulo. file:///C:/Users/Acer/Downloads/4167-26850-2-PB.pdf acesso dia 25/05/2023

https://www.itesp.sp.gov.br/?page_id=3497 acesso 25/05/2023

COMISSÃO DE INQUÉRITO PARLAMENTAR do MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA 23/05/2023 CÂMARA FEDERAL) https://www.youtube.com/watch?v=4UiLo6PLv3s acesso, 23/05/2023

PROCESSO Nº 1000296-12.2023.8.26.0515 https://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=EB000192G0000&processo.foro=515&processo.numero=1000296-12.2023.8.26.0515

PORTARIA 53 ITESP, https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2023%2fexecutivo+secao+i%2fmaio%2f05%2fpag_0029_2282da6fd1d2f151c75d9bfa45ae29f4.pdf&pagina=29&data=05/05/2023&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100029 acesso em 30/05/2023

# AGRICULTURA URBANA COMO INSTRUMENTO DE LUTA DO MTST: UM ESTUDO PRELIMINAR

Patricia Amorim[1]
Ricardo Serra Borsatto[2]
Giovanna Bonilha Milano[3]

**GT 10:** Movimentos sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo

## RESUMO

Tendo em vista a diversidade e a relevância da agricultura urbana no município de São Paulo, neste trabalho, nosso objetivo é elaborar um panorama introdutório sobre as condições de produção de alimentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), com foco nas hortas coletivas de suas ocupações nas periferias e hiperperiferias da cidade. Trata-se de um estudo de caráter etnográfico, que mobiliza como recursos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, por meio de visitas exploratórias a ocupações, participação em mutirões nas hortas e em eventos promovidos pelo MTST. O mapeamento aqui apresentado, ainda em fase inicial, aponta virtudes e desafios dessa prática no contexto do movimento de moradia e contribui para o entendimento da agricultura urbana enquanto carro-chefe de uma das mais importantes frentes de luta que atualmente orientam o MTST: o direito à moradia digna e a reivindicação por segurança e soberania alimentar nos territórios populares.

Palavras-chave: MTST; territórios populares; agricultura urbana; hortas coletivas; segurança alimentar e nutricional.

## INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, a agricultura urbana e periurbana[4] na cidade de São

[1] UFSCar e FAUUSP, pat.amorim@gmail.com
[2] UFSCar, ricardo.borsatto@ufscar.br
[3] UNIFESP, giovanna.milano@unifesp.br

[4] De acordo com a FAO (2023), a agricultura urbana e periurbana diz respeito a práticas que fornecem alimentos e outros produtos através da atividade agrícola e os processos a ela relacionados (transformação, distribuição, comercialização, reciclagem, etc.), realizadas em terra ou outros espaços nas cidades ou regiões vizinhas, oferecendo uma estratégia fundamental para construir a resiliência do abastecimento alimentar no meio urbano.

Paulo tem se desenvolvido significativamente em suas mais diversas expressões, contextos e escalas. Essas iniciativas podem empregar técnicas de cultivo convencional, orgânico ou agroecológico[5]. Mobilizam pessoas de diferentes classes sociais, em bairros centrais e em regiões periféricas, abarcando cooperativas, quintais urbanos e hortas comunitárias em espaços privados e públicos, dedicados à produção de hortaliças, legumes, frutíferas, plantas medicinais e temperos destinados à comercialização ou ao autoconsumo, além de trocas e doações.

Segundo Nagib e Nakamura (2020), a agricultura urbana em São Paulo é um dos meios para se promover a inclusão social, o combate à fome, o uso de terras ociosas, a educação e revitalização ambiental, a alfabetização alimentar, a geração de emprego e renda, o incentivo à solidariedade e à cooperação comunitária, recebendo fomento por meio de leis e programas municipais desde 2004.

Sobre o conceito de agricultura urbana, é importante explicitar que, nesta pesquisa, compactuamos com Almeida (2016) e entendemos esta modalidade agrícola a partir da perspectiva de Henri Lefebvre (2011) sobre o direito à cidade, na qual ela não seria apenas um resquício do rural, fadada ao desaparecimento, mas parte do processo de produção, apropriação e transformação do espaço urbano e metropolitano. Nesse sentido,

> [...] a agricultura urbana é, ao mesmo tempo, criação e apropriação da cidade, envolvendo pessoas que não necessariamente possuem um passado rural nem possuem vínculos ou saberes rurais, mas que têm ocupações e inserções profissionais diversas que fazem emergir outros saberes em suas práticas. São experiências que buscam conhecimentos tradicionais mas também se alinham a tecnologias e conhecimentos próprios de contextos urbanos, gerando inovações sociais e desenvolvendo outros arranjos de consumo-produção (ALMEIDA & BIAZOTI, 2018, n.p).

Assim, tendo em vista que pensar o rural contemporâneo também pressupõe pensar a cidade, e reconhecendo a heterogeneidade, riqueza e relevância das práticas de agricultura urbana que se apresentam no município de São Paulo, neste

[5] A agricultura orgânica, em contraponto à agricultura convencional, não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos, resultando em alimentos mais saudáveis, sem causar danos ao meio ambiente, favorecendo sistemas de produção biodiversos (CARIAS, 2021). A agroecologia diz respeito a um conjunto de "princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis" (ALTIERI, 2008, p. 21).

trabalho, temos como objetivo elaborar um panorama introdutório sobre as condições de produção de alimentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), com foco nas hortas coletivas de suas ocupações[6] nas periferias e hiperperiferias da cidade.

Importa registrar que este artigo é fruto de pesquisa de mestrado em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCar, campus Araras/SP. Foram empregados como recursos metodológicos neste estudo etnográfico (MARCONI & LAKATOS, 2010), a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, a qual compreende visitas exploratórias a ocupações, participação em mutirões nas hortas e em eventos promovidos pelo MTST, conversas informais com militantes, registros fotográficos e diário de campo. Acreditamos que, a partir das informações aqui reunidas, conseguiremos, em etapa posterior de pesquisa, compreender mais a fundo as motivações, características e desafios dessa forma peculiar de agricultura urbana desenvolvida no contexto do movimento de moradia.

## MTST: NOVO CICLO DE LUTAS

O MTST é atualmente a maior referência nacional na luta contra a desigualdade habitacional nas cidades (VICTOR, 2018; FALCHETTI, 2022). Em sua Cartilha de Princípios, apresenta-se como um movimento territorial, cujos objetivos centrais são a construção de poder popular, a batalha por reforma urbana e o enfrentamento contra os interesses do capital (MTST, 2015). Fundado em 1997, a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o MTST organiza, a partir da periferia, trabalhadores urbanos precarizados ou desempregados em situação sem-teto, ou seja, que não possuem moradia própria e/ou não conseguem pagar aluguel. Seu repertório de ação, ao longo de mais de duas décadas, independentemente de oscilações nas interações socioestatais, tem privilegiado as ocupações de terras urbanas, o bloqueio de avenidas e rodovias, a ocupação de prédios públicos, as marchas e os protestos de rua como formas de pressão sobre os governos para o

[6] Ocupações são assentamentos humanos realizados por pobres urbanos de modo informal, autônomo e gradual (PAOLINELLI & CANETTIERI, 2019). Elas podem ocorrer de forma espontânea e difusa, sem a condução de uma liderança específica; podem resultar da ação de um agente loteador, no caso de ocupações mercantilizadas; e outras podem ser controladas por facções criminosas. Neste trabalho, tratamos de ocupações organizadas por movimentos sociais, no sentido de Zibechi (2012), nas quais a organização coletiva é anterior à entrada em terrenos ociosos que não cumprem a função social da propriedade urbana prevista em lei, agindo como forma de denúncia ao poder público e de reivindicação do direito à moradia digna determinada pela Constituição.

atendimento de suas demandas.

Nos últimos anos, contudo, uma mudança nesse repertório de confronto é visível. Especialmente a partir do governo de extrema direita do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) (2019–2022), o qual, ainda na campanha eleitoral de 2018, defendia "tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro", bem como "retirar da Constituição qualquer relativização da propriedade privada, como exemplo nas restrições da EC/81" (O CAMINHO, 2018, n.p). Diante de tais bravatas, e num processo interno que já denunciava uma renovação em curso desde as jornadas de junho de 2013 (SCERB, 2021; FALCHETTI, 2022), o Movimento, em 2018, passou a concentrar-se na discussão de estratégias frente às promessas de autoritarismo do governo eleito.

Em 2019, com Bolsonaro empossado, o Ministério das Cidades, criado em 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi extinto, e suas atribuições repassadas para o novo Ministério do Desenvolvimento Regional, numa clara desconsideração às reivindicações dos movimentos sociais e pouca disposição para o diálogo com a sociedade civil organizada. Os gastos públicos com políticas habitacionais sofreram cortes drásticos ao longo dos anos e, ao final do governo, em 2022, o programa Casa Verde e Amarela[7], responsável pela produção de moradias subsidiadas para a população de baixa renda, tinha orçamento previsto para o ano seguinte de apenas 34,1 milhões (CASTRO, 2022).

Tal descaso com o problema da habitação popular compôs apenas uma pequena fração do cenário sociopolítico do país dos últimos cinco anos, marcado, entre outros retrocessos, pelo recrudescimento do reacionarismo político-cultural, do militarismo e do ultraliberalismo (ARAÚJO & CARVALHO, 2021). Não é à toa, portanto, que nesse mesmo período o MTST decida somar a suas escolhas táticas de ação direta a incursão à política institucional (FALCHETTI, 2022), com a candidatura de sua principal liderança, Guilherme Boulos (PSOL), à presidência da República em 2018, à prefeitura de São Paulo em 2020 e ao legislativo federal em 2022, a qual venceu como o deputado federal mais votado por São Paulo. Exemplo de uma tendência já percebida por pesquisadores ao discutirem a possibilidade de variação do repertório

[7] O programa habitacional Casa Verde e Amarela passou a vigorar em agosto de 2020, durante o governo Bolsonaro, em substituição ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado em 2009, pela gestão petista. Em fevereiro de 2023, contudo, foi extinto o programa Casa Verde e Amarela e relançado o PMCMV, no atual mandato do presidente Lula.

de confronto dos movimentos de moradia numa conjuntura caracterizada por "uma inflexão ultraliberal e com significativas transformações na relação entre sociedade civil e Estado" (SORAGGI, ARAGÃO & CORRÊA, 2019, p.1).

É diante desse pano de fundo e durante a pandemia global do coronavírus (COVID-19) – período de crise econômica e sanitária agravada pela inépcia do governo federal, com o crescimento do desemprego, dos assentamentos precários em várias cidades do país (LUCCA, 2022), do contingente de pessoas em situação de rua (DIAS & MIGLIARI, 2022) e com o retorno do Brasil ao mapa da fome (FAO, 2022) – que o MTST inaugura, em 2021, o projeto Cozinhas Solidárias[8] e o programa de hortas coletivas em suas ocupações.

Tais iniciativas – relacionadas ao direito humano à alimentação adequada (DHAA), à segurança alimentar e nutricional[9] e à soberania alimentar[10] da população sem-teto, periférica e marginalizada, base social do MTST – distinguem-se das experiências de interação conflitiva com o Estado até então priorizadas pelo Movimento. Baseadas na solidariedade e na cooperação, essas ações recentes buscaram, em alguma medida, preencher ausências do aparato governamental, o qual, na circunstância crítica de pandemia, ao invés de mitigar os impactos da crise, contribuiu para atualizar o dilema há muito vivido pelos pobres urbanos de "ou pagar aluguel ou comer" para a angústia do "nem pagar aluguel e nem comer".

Para além do período pandêmico, contudo, conforme sinaliza a própria militância, as Cozinhas Solidárias e as hortas coletivas tornaram-se emblemas de duas das principais frentes de luta que atualmente orientam o Movimento: o direito à moradia digna e o combate à fome com acesso à alimentação de qualidade pela população periférica.[11] No sentido de melhor conhecer uma dessas operações,

[8] Localizadas em centros urbanos, periferias e hiperperiferias de diversas cidades brasileiras, as Cozinhas Solidárias do MTST contabilizavam, em junho de 2023, 45 unidades em 14 estados. Sua função é oferecer diária e gratuitamente almoços para famílias de baixa renda e pessoas em situação de rua, sustentadas por doação de alimentos e campanha online para arrecadação de recursos (COZINHA SOLIDÁRIA, 2022). Além do fornecimento de marmitas, as Cozinhas Solidárias do MTST servem como espaços para atendimento jurídico e psicológico, rodas de mulheres, alfabetização de adultos, reforço escolar, saraus e cursos diversos. A vocação desses equipamentos estaria relacionada a ações de combate à fome, à construção de alianças locais entre o Movimento e a comunidade e à formação política e conscientização dos moradores sobre direitos fundamentais de vida digna.

[9] De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2004, p.4), segurança alimentar e nutricional (SAN) "é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis".

[10] Soberania alimentar diz respeito ao direito de cada país de "definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, respeitando as múltiplas características culturais dos povos" (CONSEA, 2004, p.4).

[11] As hortas coletivas e as Cozinhas Solidárias têm sido reivindicadas por Boulos e pelo MTST como iniciativas propensas à

traçaremos, no tópico a seguir, um quadro geral e preliminar da agricultura urbana que vem realizada pelo MTST.

## MTST E AGRICULTURA URBANA NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO

### A cidade excludente e as ocupações

Organizadas ou não por movimentos populares, as ocupações erguem-se em condições de total precariedade, sendo um fenômeno intrinsecamente relacionado ao crescimento das desigualdades na produção do urbano. Dentre suas principais causas estão a especulação de terras urbanas e expansão do mercado imobiliário, a segregação socioespacial e racial nas cidades, a violência financeira no acesso à moradia, o déficit habitacional, o desemprego e a precarização do trabalho. É evidente ainda a atuação ineficiente do Estado, por meio inclusive do desmonte ou ausência de políticas públicas integradas e efetivas para a promoção do bem-estar e retirada dos grupos vulnerabilizados da estagnação social.

Perpetua-se assim a inacessibilidade ou deterioração de bens e serviços necessários para a reprodução da vida pela população em condição de pobreza ou extrema pobreza, forçada a ocupar e se estabelecer em terrenos irregulares, públicos ou privados; em áreas de risco de desabamento, deslizamento e alagamento; ou em áreas de proteção ambiental. Ficando, esses indivíduos, sem nenhuma segurança jurídica de posse sobre sua moradia, nem segurança do ponto de vista físico (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2022).

A pandemia por COVID-19 tornou esse problema ainda mais grave. De acordo com dados da Prefeitura de São Paulo, o número de ocupações na cidade cresceu 136% entre fevereiro de 2020 e setembro de 2022, contabilizando um total de 516 aglomerados monitorados pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) (LUCCA, 2022). Realidade que diz respeito a um contigente de 97 mil famílias vivendo em assentamentos irregulares só em São Paulo (VILAS BOAS, 2022).

Segundo Paolinelli & Canettieri (2019, p. 832), esse cenário excludente, característico do urbanismo neoliberal, acaba por desencadear tanto a informalidade habitacional quanto a organização popular em busca de direitos, o que circunscreve

conversão em políticas públicas em favor da segurança alimentar e nutricional. Na função de relator do PL 2920/23, que recria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Boulos propõe, entre outras emendas, a criação do Programa Cozinha Solidária e a inclusão da agricultura urbana e periurbana entre os fornecedores do PAA (RELATOR, 2023).

as ocupações organizadas como "forma de luta urbana no contexto da urbanização no capitalismo periférico". Na cidade de São Paulo, dentre dezenas de movimentos sociais por moradia cuja forma de atuação se dá prioritariamente por meio de ocupações organizadas estão o MTST, o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), o Movimento de Moradia do Centro (MMC) e a Frente de Luta por Moradia (FLM).

No tocante às ocupações mobilizadas pelo MTST, estas se instalam em grandes terrenos abandonados, públicos ou de particulares, usados para especulação imobiliária, em regiões periféricas ou hiperperiféricas, com infraestrutura básica inicialmente restrita a ligações clandestinas de água e luz. Esses locais, geralmente tomados por matagais, apresentam solo contaminado e/ou acúmulo de lixo, entulho e sobras de ocupações anteriores, além de abrigarem animais peçonhentos. Eventualmente, é possível que tais terrenos incluam áreas de preservação permanente (APP) e/ou reserva legal.

O local também é palco de conflitos internos e alvo da violência do Estado em função da criminalização dos movimentos de moradia por uma parte do Judiciário e da mídia. Desse modo, os sem-teto ficam constantemente sujeitos a despejos e operações de reintegração de posse, muitas vezes executadas com truculência pela Polícia Militar ou Polícia Ambiental e sem plano de realocação dos acampados e/ou acompanhamento dos orgãos de assistência social obrigatórios. Ressalta-se ainda a eventual pressão que essas famílias podem sofrer por parte de facções criminosas, "tornando mais aflitiva a situação de precariedade em que vivem" (VÉRAS, 2016, p. 197).

A costura dessa comunidade enfrenta inúmeros e complexos desafios. Passam a conviver juntos, nas condições acima descritas, adultos, crianças, jovens e idosos pauperizados e marginalizados, com histórias de exposição cumulativa a diversos tipos de riscos. O perfil social costuma ser de pessoas com baixíssimo grau de escolaridade, desempregados ou envolvidos em bicos e trabalhos informais, às vezes com experiências anteriores de despejos. Muitas das famílias são chefiadas por mães solo. Também são frequentes casos de indivíduos que chegam à ocupação apresentando quadros de depressão e comprometimento da saúde mental e/ou dependência química, associados a sentimentos de rejeição, inutilidade, invisibilidade e humilhação social (BOULOS, 2016). Assim, diante da ausência flagrante do Estado em suas vidas, o suporte do movimento social – oferendo acesso à alimentação, abrigo, acolhimento, vivência coletiva cotidiana, formação política e cidadã e

participação social – acaba sendo a oportunidade para a reconstrução de seus projetos de existência e a brecagem de uma iminente situação de rua.

É, portanto, nessas circunstâncias de alto risco, incerteza e hostilidade, mas também de resgate da autoestima, solidariedade e resistência, que as hortas coletivas urbanas das ocupações organizadas pelo MTST são criadas e mantidas.

Hortas coletivas nas ocupações: virtudes e desafios

É comum que hortas individuais ou familiares em torno dos barracos, e mesmo hortas coletivas, sejam cultivadas espontaneamente em ocupações (ALMEIDA, 2016; TONUCCI FILHO, 2019). Em 2021, entretanto, durante a pandemia por COVID-19, o MTST incorporou essa atividade em sua práxis, ao implementar hortas coletivas nos terrenos de seus acampamentos em periferias de várias cidades do Brasil.

As hortas, além de avivar a função social do território ocupado, têm o objetivo de complementar o abastecimento das cozinhas coletivas[12] das ocupações, produzindo, sem o uso de agrotóxicos, predominantemente, hortaliças, legumes, ervas aromáticas e medicinais, possibilitando às famílias acampadas acesso de forma gratuita a ingredientes frescos e, consequentemente, uma melhoria de sua alimentação, num cenário nacional grave de fome crescente (SALATA & RIBEIRO, 2022; II VIGISAN, 2022).

[12] Nas ocupações realizadas pelo MTST, a instalação das cozinhas coletivas é uma das primeiras iniciativas em terreno. Lideradas geralmente por mulheres acampadas, as cozinhas atendem as famílias, servindo três refeições diárias e ainda o café das equipes que realizam a trilha (ronda norturna) durante a madrugada. Além disso, esses espaços são importantes locais de sociabilização e tomada de decisões coletivas.

Figura 1: Atividades de manejo e colheita na horta da Ocupação Carolina Maria de Jesus. Imagem: Patricia Amorim.

Para a realização dessa empreitada, o MTST instituiu, dentre seus coletivos organizativos, o setor de Hortas e Segurança Alimentar, que, na Grande São Paulo, possui uma coordenação e grupos territoriais para atuar nas hortas das ocupações situadas nas periferias das zonas Norte, Sul e Leste do município de São Paulo e em Santo André e Guarulhos. Esses grupos são compostos por militantes do MTST vindos das brigadas[13], os quais trabalham em conjunto com comissões locais formadas pelo pessoal da base – ou seja, os acampados – e ainda com apoiadores externos, interessados em colaborar com doações de sementes, mudas e insumos, mutirões e demais atividades nas hortas e nas cozinhas coletivas. Cooperação é, portanto, a palavra de ordem, visto que os recursos financeiros do setor são escassos, complementados pela venda de rifas e de camisetas do coletivo.

Em junho de 2023, o MTST contabilizava dez hortas coletivas em diferentes estágios de produtividade e manutenção: na zona Norte, Nova Canudos (Taipas); na zona Leste, Carolina Maria de Jesus (Jardim Iguatemi), Elza Soares e Esperança

[13] O MTST amplia e qualifica sua militância por duas vias. Uma delas é a formação de lideranças vindas da base, as quais assumem tarefas organizativas e políticas nas ocupações, e se integram ao movimento. A outra é a adesão às brigadas a partir de convocatórias públicas anuais para o ingresso de militantes que irão atuar na construção do movimento, em suas atividades e nas ocupações. Em geral, são pessoas oriundas da classe média, muitos deles jovens, com formação universitária e/ou ativistas, e que não são moradores das ocupações (MTST, 2015). O setor de Hortas tem atraído grande número de brigadistas, o que sublinha o interesse crescente em questões como agricultura urbana, agroecologia e segurança alimentar e nutricional.

Vermelha (Cidade Tiradentes) e Condomínio Dandara (Jardim Nova Vitória); na zona Sul, Luisa Mahin (Parelheiros), Nova Palestina (Jardim Angela) e Faixa de Gaza (Paraisópolis); em Santo André, Lélia Gonzales (Campestre); e em Guarulhos, Maria da Penha (São João).

Figura 2: Hortas coletivas urbanas do MTST na Grande São Paulo (situação em junho de 2023). Autora: Patricia Amorim.

As atividades de campo são divulgadas regularmente através dos perfis das ocupações nas redes sociais e do perfil do coletivo de hortas no Instagram (@hortaurbana.mtst). Os apoiadores externos são informados sobre os mutirões por meio de um grupo fechado no Whatsapp (Apoio Horta MTST). Palavras de ordem consagradas como "MTST, a luta é pra valer!" e "Fé na luta, venceremos!" ganharam novas versões como "MTST, a luta e a horta são pra valer!", "Fé na horta, colheremos!" e "Fé na horta, comeremos!". Essa orientação também tem se refletido na comunicação visual do MTST, que passou a utilizar com frequência, em suas postagens online, elementos gráficos referentes a ferramentas agrícolas e espécies cultivadas nas hortas, reforçando sua associação ao tema da agricultura urbana, da segurança e soberania alimentar e do acesso a alimentos nutritivos e sem veneno pela população periférica.

Desde abril de 2022, temos realizado visitas exploratórias e participado de

mutirões em quatro hortas: Ocupação Carolina Maria de Jesus, Ocupação Elza Soares, Ocupação Nova Canudos e Ocupação Lélia Gonzales. Esse acompanhamento inicial indica que, até junho de 2023, a horta coletiva da Carolina Maria de Jesus é a que tem apresentado a maior diversidade de cultivos (hortaliças, leguminosas, tubérculos, temperos e ervas medicinais) e produção consistente, direcionada ao abastecimento parcial das cozinhas coletivas da ocupação, com atuação constante da comissão local de acampada(o)s. Ou seja, com regularidade, a horta consegue prover alimentos em quantidade significativa para o complemento das refeições, como saladas e legumes refogados no almoço, sendo de fato consumidos cotidianamente pelas famílias.

Percebe-se ainda que essas primeiras iniciativas do MTST voltadas à produção de alimentos saudáveis para o autoconsumo das ocupações são realizadas por militantes – brigadistas e moradores das ocupações – e apoiadores que estão aprendendo na prática cotidiana sobre o cultivo e o manejo sustentável de hortas coletivas urbanas. Aquelas e aqueles envolvidos que possuem conhecimentos tradicionais e/ou formais sobre produção agrícola e/ou agroecologia são exceções, embora seja perceptível que esses saberes estão cada vez mais presentes nas conversas e práticas nos canteiros, principalmente em relação à importância do cultivo livre de insumos químicos.

Também estão instalados em algumas das hortas do MTST, sistemas de irrigação automáticos, sendo um dos exemplos a Ocupação Carolina Maria de Jesus. Ferramentas agrícolas, como enxada, pá, roçadeira, cavadeira articulada e rastelo, entre outras, pertecem, salvo raros casos, aos militantes ou apoiadores, não havendo um paiol próprio do setor de Hortas. Mudas, biofertilizantes, telas para cercamento, sombrite e outros materiais são adquiridos via arrecadação de fundos.

É importante apontar ainda que, dentre as pessoas comprometidas com essa tarefa, as mulheres têm sido a maioria. Tanto no setor de Hortas e Segurança Alimentar quanto entre moradores atuantes nas hortas e nas cozinhas coletivas das ocupações. Assim, é possível reconhecer, nesta etapa inicial da pesquisa, que o sistema hortas-cozinhas, responsável por fornecer a alimentação diária das famílias acampadas, é uma empreitada predominantemente feminina. Sobressai, portanto, o recorte de gênero no que diz respeito às atividades de cultivo de alimentos para subsistência e de preparação das refeições dentro das ocupações do MTST. Destaca-se, de modo evidente, o papel fundamental das mulheres na força de trabalho e no

próprio sustento da luta social. Nos termos de Silvia Federici (2019, p. 15), este é mais um caso de mulheres atuando como principais sujeitos da reprodução de sua comunidade, “reprodução tanto como garantia de sobrevivência quanto como possibilidade de resistência”.

O envolvimento dos moradores das ocupações com as atividades das hortas coletivas é um aspecto chave a ser levado em conta. Diferentemente das lutas que ocorrem no campo – onde camponeses demandam terra para viver, trabalhar e produzir – na cidade, e no âmbito específico do movimento popular por moradia, o objetivo final não é exatamente a conquista da terra urbana, mas sim da casa própria, da chave do apartamento. Considerando ainda que trata-se, em sua maioria, de pobres urbanos constamente em busca de alguma fonte de renda e em situação de grave vulnerabilidade social, econômica e sanitária; com precário nível educacional; geralmente sem familiaridade com técnicas de plantio e manejo; com a saúde comprometida; e em constante embate com a escassez de alimentos de qualidade e a desnutrição, a adesão dessas famílias ao árduo, processual e lento trabalho nas hortas é flutuante. Ciente disso, no que tange à sustentabilidade das hortas a longo prazo – e para além da tenaz atuação dos brigadistas e apoiadores – são parte determinante dos esforços do setor de Hortas a educação ambiental e alimentar dos acampados, com foco em seus benefícios imediatos, e o estímulo constante ao engajamento dessa comunidade. Ainda nesse horizonte, não se descarta a possibilidade da produção de alimentos nas ocupações como meio para a geração de renda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base neste primeiro mapeamento, é justo considerar que as hortas coletivas nas ocupações – experiência autogestionária e voltada ao autoconsumo, à margem das práticas de agricultura urbana reconhecidas e subvencionadas por programas municipais – despontam como iniciativas recentes do MTST que fortalecem a confluência das pautas de acesso à terra urbana, direito à moradia e direito à alimentação adequada, constitutivas do mínimo existencial para o atendimento das necessidades vitais e de dignidade (BOTELHO & FAVA, 2015), demandas cruciais das populações em situação de pobreza e extrema pobreza. Representam ainda expressões não disruptivas da luta social, atuando pela via da solidariedade e cooperação, da busca de "soluções de forma coletiva e a partir do

território das relações" (SOUTO, 2022, p. 175).

Num outro viés, essas ações, em conjunto com suas "práticas de difusão" (GOHN, 1997, p. 266) em redes sociais e veículos de comunicação, ajudam a ampliar e fortalecer a referência do MTST nas e para além das periferias da cidade de São Paulo, atraindo novos parceiros e simpatizantes célebres – e, porque não, eleitores. Exemplo do que estudiosos dos movimentos sociais chamam de "solidariedade social", recurso que dá "impulso à ação coletiva" e encoraja outros setores a apoiarem o Movimento (SILVA, 2018), que vai progressivamente construindo uma agenda midiática positiva, em contraposição à longeva criminalização por parte da imprensa, do judiciário, da polícia e de segmentos da sociedade.

Nesse sentido, o aprofundamento desta investigação permitirá conhecer não apenas a rotina das hortas e o papel que desempenham nas ocupações e dentro do MTST, mas contribuirá para a compreensão de uma prática singular de agricultura urbana que, mesmo em face de graves desafios ambientais, sociais e infraestruturais, reivindica autonomia, criatividade e protagonismo nos territórios populares.

## REFERÊNCIAS


II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ALMEIDA, Daniela. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte.** Tese de Doutorado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

___. BIAZOTI, André. Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade! Cadernos de Agroecologia. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, vol. 13, n. 1, jul. 2018. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/169>. Acesso em: 27 dez. 2022.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ARAÚJO, Maria do Socorro; CARVALHO, Alba. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, jan.abr. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/KWXN3b3JFnjyYvw6PTtpjcw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BOTELHO, Tiago; FAVA, Gustavo. Mínimo existencial e o direito à alimentação e à moradia: implicações da política fundiária e da função social da propriedade. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 17, n. 17, jan/jun, 2015. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/507>. Acesso em: 1 jul. 2022.

BOULOS, Guilherme. **Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo**. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-06062017-084608/pt-br.php>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CARIAS, Fernanda. **Convencional, orgânico ou agroecológico: que produto é esse?.** Dissertação de mestrado. Alegre, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/2620/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CASTRO, Ana Paula. Proposta do Orçamento de 2023 prevê redução de 95% nos recursos do programa Casa Verde Amarela. **G1**, set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/09/15/proposta-do-orcamento-de-2023-preve-reducao-de-95percent-nos-recursos-do-programa-casa-verde-amarela.ghtml>. Acesso em: 27 jan. 2023.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília: CONSEA, 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

COZINHA SOLIDÁRIA. Disponível em: <https://www.cozinhasolidaria.com/>. Acesso em: 6 ago. 2022.

DIAS, André; MIGLIARI, Wellington. O que o CadÚnico pode nos dizer sobre o fenômeno da população em situação de rua no Município de São Paulo? Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua. Belo Horizonte: Marginália, 2022.

FALCHETTI, Cristhiane. Entre dois ciclos políticos: o percurso do MTST e os caminhos das lutas urbanas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 10, n. 25, mai-ago, 2022. Disponível em:<https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/download/888/422>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FAO. 2022 The state of food security and nutrition in the world. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome, 2022. Disponível em:<https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

___. La agricultura urbana y periurbana. Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2023. Disponível em:<https://www.fao.org/urban-peri-urban-agriculture/es. Acesso em: 20 jan. 2023.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2011.

LUCCA, Bruno. Retomada de despejos leva incerteza a ocupação em São Paulo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 dez. 2022. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/12/retomada-de-despejos-leva-incerteza-a-ocupacao-em-sao-paulo.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo>. Acesso em: 23 dez. 2022.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2010.

MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. **Cartilha de Princípios**, 2015.

NAGIB, Gustavo. NAKAMURA, Angélica. Urban agriculture in the city of São Paulo: new spacial transformations and ongoing challenges to guarantee the production and consumption of healthy food. **Global Food Security**, v. 26, 2020. Disponível em:<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2211912420300328>. Acesso em: 24 mai. 2022.

O CAMINHO da prosperidade: proposta de plano de governo. Bolsonaro 2018. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PAOLINELLI, Marina S.; CANETTIERI, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta por moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v.21, n. 46, set/dez 2019.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade**. São Paulo, Rede Nossa São Paulo, 2022. Disponível em:<https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022_Tabelas.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2023.

RELATOR apresenta parecer sobre projeto que recria o Programa de Aquisição de Alimentos. **Agência Câmara de Notícias.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/973512-relator-apresenta-parecer-sobre-projeto-que-recria-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SALATA, Andre; RIBEIRO, Marcelo. **Boletim Desigualdade nas Metrópoles**. Porto Alegre/RS, n. 09, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SCERB, Philippe. A narrativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto entre a ação direta e a disputa eleitoral. **Contemporânea**, v. 11, n.2, mai. ago. 2021. Disponível em:<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/801>. Acesso em: 1 fev. 2023.

SILVA, Paulo. A ação coletiva: o desafio da mobilização. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 7, n. 2, 2018. Disponível em:<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/238618>. Acesso em: 1 fev. 2023.

SORAGGI, Ana Carolina; ARAGÃO, Thêmis; CORRÊA, Filipe. **O papel das ocupações urbanas como elemento de repertório dos movimentos de moradia na inflexão ultraliberal.** INCT Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/09/TD-003-2019_Ana-Themis-e-Filipe_Final.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SOUTO, Luisa. **Feminismo do chão de barro: uma história de solidariedade, coletividade e protagonismo feminino no cotidiano do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST).** Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Louvain-la-neuve, 2022. Disponível:<https://dial.uclouvain.be/pr/boreal/object/boreal%3A268003/datastream/PDF_01/view>. Acesso em: 26 jan. 2023.

TONUCCI FILHO, João Bosco. Ocupações por moradia e a produção do comum urbano na periferia: explorações a partir de Belo Horizonte. In: SILVEIRA, Clóvis; BORGES, Gustavo; WOLKMER, Maria de Fátima. **O comum, os novos direitos e os processos democráticos emancipatórios.** Caxias do Sul: Educs, 2019.

VÉRAS, Maura. Dimensões sociais das desigualdades urbanas: moradias da pobreza, segregação e alteridade em São Paulo. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, n. 7, ja. jun. 2016. Disponível em:<https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/185>. Acesso em: 26 dez. 2022.

VICTOR, Fábio. O herdeiro. **Piauí**, São Paulo, n. 140, mai. 2018. Disponível em:<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-herdeiro/>. Acesso em: 26 ago. 2022.

VILAS BOAS, Patrícia. Moradores de ocupações aguardam moradia a quase uma década em São Paulo. **AgênciaMural**,SãoPaulo,23nov.2022.Disponível:<https://www.agenciamural.org.br/especiais/moradores-de-ocupacoes-aguardam-moradia-ha-quase-uma-decada-em-sao-paulo/>. Acesso em: 23 dez. 2022.

ZIBECHI, Raúl. **Territories in resistance: a cartography of Latin American social movements.** Oakland, Edinburgh, Baltimore: AK Press, 2012.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA (SPGS): MOVIMENTO SOCIAL OU FRENTE DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO?

Luís Henrique Conti Tasca[1]; Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo[2]

**GT 10:** Movimentos sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo.

**RESUMO**

O Sistema Participativo de Garantia foi criado no Brasil como contraposição à regulamentação dos produtos orgânicos estabelecida pela União Europeia em 1991. Desde então, ocorreu a expansão do SPG, chegando a mais de 70 países, conquistando em 15 deles o reconhecimento legal. O SPG conforma-se a partir do conflito entre membros organizados da sociedade perante a institucionalidade do Estado, que se desenvolveu a reboque das instituições europeias, possuindo membros organizados sob sua pauta. Nosso objetivo é analisar se o movimento em torno do SPG se caracteriza como um Movimento Social à parte ou se é uma frente do Movimento Agoecológico. Para tanto, utilizamos a pesquisa documental e bibliográfica, somada de reflexões teóricas proporcionadas por Charles Tilly e Sydnei Tarrow. O SPG, apesar de concentrar características típicas de Movimentos Sociais, não acumula características suficientes para enquadrar-se como tal, sendo uma das frentes do Movimento Agroecológico.

Palavras-chave: Certificação Orgânica, Ciência Política, Agroecologia, Certificação Participativa.

## INTRODUÇÃO

No início da década de 1990, com o crescimento do mercado de produtos orgânicos e sua escalada no cenário internacional, a União Europeia (EU) iniciou o processo de institucionalização do setor (CENTRO ECOLÓGICO, 2014). Surge nesta época, mais especificamente em 1991, a certificação por auditoria, consistida na verificação das qualidades orgânicas dos produtos baseada na legislação, mediante pagamento por parte do produtor a uma empresa registrada junto ao Estado, que audita a produção tornando o produto passível

[1] Laboratório de Extensão Rural e Agroecologia - LERA da Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, luistasca1@gmail.com.
[2] Laboratório de Extensão Rural e Agroecologia - LERA da Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, vanilde@unicamp.br.

de obter a certificação (CENTRO ECOLÓGICO, 2014; MAPA, 2020).

A institucionalidade instaurada pela EU logo se espalhou de forma pouco questionada por Estados mundo afora, fato que se deu em relação a posição da EU como maior importadora de produtos orgânicos e por sua exigência de adoção do sistema de certificação por auditoria como forma única de respaldar as qualidades orgânicas dos produtos, somada da dominação historicamente construída pela Europa sobre as demais regiões do planeta através do colonialismo, neocolonialismo e subsequentemente do capitalismo dependente (QUIJANO, 2005; MARINI, 2017; IPEA, 2020; TASCA, 2023).

Desta maneira, a forma de se compreender os produtos enquanto orgânicos mudou, tornando a certificação a garantia máxima da qualidade orgânica de um produto. Este fato gerou a exclusão de agricultores que possuíam dinâmicas diferentes para garantir estas qualidades orgânicas (GONZALEZ et al, 2016; FOUILLEUX; LOCONTO, 2017).

Neste contexto, em 1991, surge no Brasil, como forma de resistência à imposição da legislação aos moldes europeus, o que veio a se tornar o Sistema Participativo de Garantia (SPG) (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020). O SPG é uma metodologia que consiste na verificação das qualidades orgânicas dos produtos de forma participativa através dos próprios produtores, consumidores e técnicos envolvidos no sistema, pautando-se fortemente na auto-organização e na troca de saberes (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020)

Tendo em vista o movimento em torno da acepção do SPG, objetivamos com este trabalho analisar se o movimento criado em torno do SPG se caracteriza como um Movimento Social à parte ou se é uma frente dentro do Movimento Agroecológico. Nossas perguntas de pesquisa são: "O movimento em torno do SPG, tendo em vista sua construção histórica e sua organização, caracterizam-no como um Movimento Social? Ou seria o SPG uma parte constituinte do Movimento Agroecológico?".

Pretendemos apresentar elementos teóricos para o alcance do nosso objetivo. Neste sentido, inicialmente, partimos da reflexão teórica proposta por Sidney Tarrow (2009), que compreende os movimentos sociais também enquanto estruturas de poder e política e não apenas composto por questões específicas. Neste sentido, Tarrow (2009) contribui para a compreensão de como o movimento do SPG surge por meio do conflito e de outros movimentos e instituições já existentes. A nossa reflexão teórica é aprofundada a partir da compreensão das categorias propostas por Charles Tilly (2004): Campanha, Repertório e V.U.N.C. (Valor, Unidade, Números e Comprometimento) no Movimento Agroecológico e do SPG para averiguar se este segundo se caracterizaria como um Movimento Social à parte, ou como uma frente do primeiro. Nos valemos também da reflexão do referencial teórico sobre SPG e sobre a Teoria do Processo Político - TPP em Movimentos Sociais, acrescida de pesquisa documental e bibliográfica a respeito da história das movimentações que originaram o SPG.

## O SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA: SURGIMENTO E RECONHECIMENTO FORMAL

Como citado anteriormente, a institucionalização da agricultura orgânica se deu por meio da EU, por seu conselho regulatório em 1991. De acordo com Fouilleux e Loconto (2017) e González et al. (2016), o sistema de certificação criado na Europa, denominado "sistema de auditoria" ou "certificação por terceira-parte", promoveu a exclusão de agricultores do Sul Global, tendo em vista sua lógica homogeneizante sobre a agricultura orgânica, que não respeita as regionalidades diversas e diferentes formas de abordá-las.

Com o domínio historicamente construído pela Europa Ocidental e pelos Estados Unidos da América (EUA) sobre os países do Sul Global, ocorreu a impossibilidade de uma condução soberana de seus próprios destinos (QUIJANO, 2005; MARINI, 2017). O que somou-se a um longo processo de apagamento, substituição e deslegitimação das culturas e instituições já existentes nas demais regiões do planeta (FANON, 1968, CUSICANQUI, 2010).

O processo de construção da institucionalidade da agricultura orgânica pautado no Norte Global está indissociavelmente atrelado a esta construção histórica, concentrando em 2020 cerca de 90% das importações de produtos orgânicos do mercado mundial, enquanto 180 países os produziam (IPEA, 2020).

Isto soma-se a não aceitação de formas diferentes do sistema de auditoria como válidas para certificação dos produtos orgânicos, justificando de forma indireta a invalidez colocada sobre outras formas de operar legalmente dentro deste mercado (CENTRO ECOLÓGICO, 2014; TASCA, 2023). A soma destas manifestações (material e imaterial) da dominação histórica do Norte sobre o Sul proporcionaram o espalhamento do modelo de institucionalização da agricultura orgânica aos moldes da EU de forma quase não questionada para os demais países do mundo (TASCA, 2023).

Neste contexto, surge no Brasil como contraponto, o SPG, gestado na extinta Cooperativa Ecológica Coolméia (Coolméia). De acordo com Meirelles (2020), um dos participantes na criação do que veio a se tornar o SPG, o sistema surge como uma contraposição direta à lógica da institucionalização por determinação da EU.

> Durante os anos seguintes, mantivemos, no âmbito da Coolméia, nossa posição de contrários à certificação tal como vinha proposta dos países do norte. Prosseguimos buscando desenvolver um método, que gerasse a credibilidade dos produtos, mais adequado à realidade dos "pequenos produtores" dos países do Sul (MEIRELLES, 2020, p. 48).

Logo nos anos seguintes a sua criação, a certificação participativa que depois veio a ser denominada SPG chega à Rede TA Sul, uma organização de organizações que tinha como uma de suas pautas a agroecologia, e cuja Coolméia era participante ativa. Este fato fez culminar

em 1998 na Rede Ecovida de Certificação Participativa, que tinha como sua principal pauta a organização dos grupos de produtores e colaboradores organizados sob a égide da metodologia participativa e sua disseminação (MEIRELLES, 2020).

Ao final da década de 1990, uma organização chamada Centro Ecológico, que participava da Rede Ecovida, leva os preceitos da certificação orgânica participativa ao Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe (MAELA), que logo no início dos anos 2000 começa a adotar e disseminar a metodologia na região (MEIRELLES, 2020).

Com a expansão da avaliação participativa da conformidade orgânica, e sua não aceitação como metodologia válida legalmente (até 2007), surgem conflitos entre os interesses de seus participantes e dos Estados até que haja o seu reconhecimento formal.

## DO QUE CONSISTEM OS MOVIMENTOS SOCIAIS?

O termo "Movimento Social" passou por uma longa construção até sua constituição. Temos como época que marcou sua definição a década de 1960, quando eclodiram diversas manifestações pelos direitos civis nos EUA e Europa (ALONSO, 2009).

Na década de 1960 começa a despertar no meio acadêmico a necessidade de se compreender o que são estes "novos" movimentos, iniciando a delimitação do que são os Movimentos Sociais. A construção de seu significado tem como questão geradora, a não observação destas movimentações como anomalias do funcionamento da sociedade em busca de equilíbrio, ou mesmo oriundas de descontentamentos inevitavelmente decorrentes da contradição estrutural do sistema capitalista. Neste momento inicia-se a compreensão de que os Movimentos Sociais possuíam seus objetivos, mas que não necessariamente estariam atrelados à tomada de poder do Estado, e tampouco que estes seriam canalizações de movimentos espontâneos da sociedade (ALONSO, 2009; TARROW, 2009).

Com esta abordagem mais específica na tentativa de compreensão do que eram e como surgiam Movimentos Sociais, ramificam-se diversos olhares teóricos. Um destes olhares, o qual daremos enfoque, denomina-se Teoria do Processo Político (TPP). A TPP é fortemente relacionada à Ciência Política, e se vale de uma leitura histórica prolongada, somada a uma visão de junção entre a cultura e a política como cerne da análise dos Movimentos Sociais (TILLY, 2004; ALONSO, 2009).

Tarrow (2009) discute que os movimentos sociais estão imbricados inevitavelmente do confronto político, e que estes são parte inevitável de um possível processo revolucionário, mas que este resultado normalmente não está no horizonte imediato destes movimentos. Dentro de sua obra Tarrow (2009) descreve os movimentos sociais, abordando inicialmente o confronto político como cerne da questão, depois inferindo que este seria a chave para compreender o que são e não são movimentos sociais.

> O confronto político surge como uma reação a mudanças nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos. A partir dessas oportunidades e usando repertórios conhecidos de ação, pessoas com recursos limitados podem agir de forma contenciosa - embora esporadicamente. Quando suas ações se baseiam em densas redes sociais e estruturas conectivas e recorrem a quadros culturais consensuais e orientados para a ação, elas podem sustentar essas ações no conflito com opositores poderosos. Em tais casos – e apenas em tais casos - estamos diante de um movimento social (TARROW, 2009, p. 27).

Assim, podemos observar que os Movimentos Sociais se pautam primeiramente na relação entre conflito e reação, escalam a uma organização dependente de ambas construções históricas e da ação dos indivíduos, ao tempo que limita esta ação voltada ao diálogo e ganho de espaço perante o *status quo* vigente, batalhando uma visão de mundo com este primeiro, criando uma cadeia de relações e novos movimentos que dão sustentação à ação contenciosa (TARROW, 2009).

Tilly (2004) coloca características que definem um movimento social, circunscritas em três aspectos principais: Campanha, Repertório e V.U.N.C (Valor, Unidade, Números e Comprometimento). De acordo com Tarrow (2009) podemos isolar estas mesmas categorias, acrescidas também do conflito político.

A Campanha diz respeito às reivindicações que são pauta unificadora dentro de um Movimento Social, e que são indissociavelmente centrais para defini-lo. O Repertório refere-se às formas de ação política em dada localidade e momento histórico, como por exemplo as passeatas, ocupações, marchas, piquetes, dentre muitas outras. O Repertório se manifesta a partir da relação histórica de construção da sociedade e as formas de mobilizar e reivindicar que fazem e(ou) fizeram sentido para esta (TILLY, 2004; TARROW, 2009).

E o V.U.N.C., que divide-se em quatro partes: Valor, definido pela participação de pessoas que trazem legitimidade ao movimento, que dão-lhe uma imagem que remete aos espectadores da ampla sociedade um ar de legalidade, de idoneidade; a Unidade, definida pela identidade visual e fatores que promovem a identificação dos membros entre si e perante a sociedade; Números, literalmente referente à capacidade de concentrar membros em torno da ação, ou mesmo demonstrar o volume de participantes através de demonstrações públicas e dados; e Comprometimento, que diz respeito à capacidade de autossacrifício dos membros perante a causa do movimento (TILLY, 2004).

## DA AGRICULTURA ALTERNATIVA AO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO

Quando inferimos que o conflito foi gerador do SPG, inferimos automaticamente que o SPG não surge do nada. Parece uma afirmação óbvia, porém devemos compreender que o recorte, por vezes, induz ao erro de crer que os movimentos aparecem espontaneamente,

quando na maioria das vezes originam-se de outros movimentos ou conflitos anteriores (TILLY, 2004; TARROW; 2009).

Com o movimento em torno do SPG, podemos dizer que o ponto de partida se dá na contradição gerada pela instauração da legislação de certificação orgânica europeia de 1991, porém é necessário afirmar que o conflito é bem anterior a este fato.

O embrião do movimento do SPG foi o movimento de agricultura alternativa que se conformou no Brasil a partir dos anos 1980. Suas questões geradoras eram a mudança no paradigma da agricultura, pautada na preservação ambiental e em movimentos filosóficos atrelados à mudança de estilo-de-vida, fato marcado, por exemplo, pela fundação da Coolméia em 1978, em que boa parte dos membros era da Grande Fraternidade Universal (FAE S/D; MONTEIRO; LONDRES, 2017; TASCA, 2023). Estes acontecimentos estavam abarcados dentro de um contexto de reorganização da sociedade pós colapso da ditadura militar, com suas mais de duas décadas de demandas populares represadas (RODRIGUES, 2016; SUCCI JÚNIOR, 2016)

Desde a década de 1970 existiam intentos de disseminar e criar bases para o crescimento da agricultura alternativa no Brasil, que toma força apenas a partir da década de 1980 quando

> "[...] surgiram associações e cooperativas em várias partes do país [...] Esses grupos [...] se reuniram em Curitiba/PR, em 1981, no I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA). [...] outros três EBAAs foram realizados: 1984, Petrópolis/RJ; 1987, Cuiabá/MT; e 1989, Porto Alegre/RS. [...] Os EBAAs foram, sem dúvida, uma expressão dos primeiros esforços de constituição de um grande movimento de amplitude nacional reunindo os diferentes grupos e setores da sociedade envolvidos com a construção da agricultura alternativa no país. (MONTEIRO; LONDRES, 2017 p. 57).

Notamos nestas movimentações dos anos 1970 aos 1980, sob a ótica proveniente de Tarrow (2009), que existe a ampliação das oportunidades políticas com a eminência da redemocratização do país, revelando a vulnerabilidade do modelo vigente de agricultura pautado na revolução verde e a possibilidade de seu questionamento. Isto soma-se às tentativas de criação de um significado comum sobre o movimento de agricultura alternativa do Brasil, na tentativa de alinhamento entre os grupos que a reivindicam durante toda a década de 1980.

Porém, o processo não está atrelado apenas às relações que concatenam grupos isolados em conglomerados maiores, mas também na relação do movimento com as instituições. "As instituições são "hospedeiras" particularmente econômicas em que os movimentos podem germinar" (EGRET, 1977 apud TARROW, 2009 p.42), e assim ocorreu também com o movimento de agricultura alternativa, que se fortaleceu nos primeiros anos pela abertura institucional promovida pelo Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), iniciado em 1983 para estimular alternativas produtivas à revolução verde, vinculado institucionalmente à Federação de Órgãos

para Assistência Social e Educacional (Fase). Fato que se faz presente também na crucialidade de instituições como a Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Faeab) e a Federação do Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), que organizaram os EBAA's (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Apesar dos fatores favoráveis, o diálogo entre os grupos participantes deste embrião do movimento de agricultura alternativa no Brasil, possuía divergências fundamentais relativas à maneira como se dariam as mudanças no paradigma da agricultura e como estas deveriam ser manejadas pelo movimento, o que inviabilizou a formação de um Movimento Social referente à agricultura alternativa naquele momento (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Com o fortalecimento do conceito e das práticas agroecológicas no Brasil no início da década de 1990, e a tomada da Agroecologia como uma continuação do movimento de agricultura alternativa, mudam-se as perspectivas de ação e organização. Com o PTA em 1983 surgiram diversas instituições e ONGs que iniciaram antes dos anos 1990 um questionamento sobre as metodologias utilizadas anteriormente, colocando em xeque o modelo difusionista pautado na aplicação vertical de técnicas e tecnologias, propondo metodologias horizontais com base na Agroecologia. Com o sucesso de muitas destas iniciativas e o salto qualitativo na organização e no desenvolvimento local, a Agroecologia se espalhou e foi adotada por diversos grupos da agricultura alternativa, aglutinando mais e mais atores, conciliando consumidores, técnicos, produtores e acadêmicos dentro de suas fileiras (MONTEIRO; LONDRES, 2017; MOURA, 2017).

Com a expansão da discussão a respeito do ambiente e da alimentação nos anos 1990, cresceu a demanda por produtos livres de agrotóxicos, criando a oportunidade de surgimento de feiras para dar vazão à produção dos agricultores participantes do movimento de agricultura alternativa, que agora já se redesenhava como Movimento Agroecológico. Neste momento são criadas a Feira de Porto Alegre, organizada pela Coolméia, em 1989; a Feira do bairro da Glória, no Rio de Janeiro, de 1994, organizada pela Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro (Abio); e a Feira da Associação de Agricultura Orgânica (AAO) de São Paulo, de 1991 (MONTEIRO; LONDRES, 2017; MOURA, 2017).

Logo em 1991 uma nova fase do movimento agroecológico brasileiro se inicia, marcada pela regulamentação do setor de orgânicos e por mudanças no campo social brasileiro. Neste momento observa-se o fortalecimento ainda maior das pautas ambientais desencadeadas pela ECO 92, pelo início do questionamento do paradigma produtivo da revolução verde dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e a criação da lei de orgânicos da EU em 1991 (MONTEIRO; LONDRES, 2017; MOURA, 2017).

Isto se deu pois a ECO 92 colocou em evidência, ao amplo público, os problemas da degradação ambiental e das condições de vida dos seres humanos, lançando luz, indiretamente,

aos efeitos deletérios da agricultura convencional. O início da mudança de paradigma de agricultura dentro do MST colocou-o em alinhamento com a Agroecologia, somando à pauta o maior Movimento Social do mundo, aumentando seus números e ampliando seu Repertório. E finalmente, a legislação europeia lança o conflito que se torna fator aglutinador do Movimento Agroecológico, gerando oposição imediata às estruturas criadas a reboque da legislação europeia.

O Movimento Agroecológico, diferentemente do movimento de agricultura alternativa, conseguiu alinhar os diversos grupos dentro das perspectivas da Agroecologia. Este fato foi marcado pelo maior poder de atuação frente ao Estado, demonstrado em 1994/1995 com a criação do Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPO), que garantiu a participação de ONG's e universidades em conjunto com os Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A presença do Movimento Agroecológico também foi marcada pela atuação na consulta pública que culminou na Instrução Normativa 7/1999, que estabeleceu normas para produção, processamento, distribuição, identificação e certificação de produtos orgânicos, já contendo o termo "Agroecológico" (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012; VILELA et al., 2019).

Em 2001 o Movimento Agroecológico formalizou a proposição de realizar o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que se concretizou em 2002, colocando a Agroecologia no centro do debate. Deste encontro fortaleceu-se a articulação dos movimentos de Agroecologia tanto a nível regional e estadual, quanto os unificou à nível federal, com a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Nesta perspectiva, o movimento de agricultura alternativa dos anos 1970-1980, foi reconstruído sob a bandeira da Agroecologia. Com seu alinhamento interno, o movimento se expandiu, criou vínculos com outros movimentos que se fortalecem mutuamente; abriu frentes mais amplas de discussão, elevou seu número de quadros e acirrou conflitos políticos institucionais frente ao Estado, o que na definição de Tarrow (2009) caracterizaria a cristalização do confronto político em Movimento Social.

Temos como alguns exemplos dessa expansão de horizontes, as diversas articulações que se conformaram a partir do Movimento Agroecológico como a ANA: o movimento que originou o SPG, em 1991 (MEIRELLES, 2020); a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), em 2004, mirando a expansão da temática no meio acadêmico-científico (MONTEIRO; LONDRES, 2017); a criação de conselhos junto ao Estado, que contaram com forte adesão de membros da ANA, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) (BRASIL, 2017; BRASIL S/D); e as participações cruciais para que temas do Movimento Agroecológico estivessem presentes na Lei 10.831/2003, e que esta fosse regulamentada em 2007 pelo Decreto no

6.323/2007, já contendo em si o SPG (BRASIL, 2003; BRASIL, 2007).

## O SPG: UM RAMO DE UMA ÁRVORE MAIOR

Como foi observado na sessão anterior, o SPG se origina dentro do Movimento Agroecológico (que se origina dos desdobramentos do movimento de agricultura alternativa), a partir de sua maior organização perante o conflito com a institucionalidade adotada pelo Estado, uma massificação da concepção de preservação do meio ambiente e melhora da alimentação, e o alinhamento entre diversos grupos existentes na sociedade como Movimentos Sociais e a academia.

Propomos, partindo deste cenário, elencar os fatores que poderiam discernir o movimento do SPG como uma sessão do Movimento Agroecológico, ou como um movimento próprio. Para tanto, partimos da delimitação das Campanhas, de seus Repertórios e de suas características de V.U.N.C, e se estes diferem-se suficientemente para definir o SPG como um movimento dentro de um movimento, ou apenas uma corrente interna do movimento agroecológico que o abarca.

## CAMPANHA, REPERTÓRIO E V.U.N.C. NO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO BRASILEIRO

Tendo em vista que anteriormente a 1991 não existia regulamentação para o setor de produtos orgânicos, a Campanha que caracteriza o Movimento Agroecológico de forma mais bem delimitada se dá a partir deste ano pelo questionamento do processo de institucionalização. Porém não podemos dizer que anterior a isso não havia Campanha. Podemos pontuar que a Campanha que dava delineamento aos movimentos de agricultura alternativa, baseada na mudança das práticas da agricultura convencional, não teve capacidade de dar robustez necessária para estrutura-lo enquanto Movimento Social, ao passo que, o conflito Movimento *versus* Estado foi capaz de promover este efeito com o Movimento Agroecológico.

Sendo assim, apontamos que a Campanha que define o Movimento Social Agroecológico pauta-se no embate por seu reconhecimento formal e sua massificação, e que vai se delineando ao longo do tempo, na mudança completa do sistema agroalimentar (FONTOURA, 2016; ALTIERI; NICHOLLS, 2021). Se olharmos por este espectro podemos inferir que o conflito que dá a unidade ao movimento retoma, a partir deste momento, a sua pauta histórica de mudança do paradigma de produção e consumo, mote do movimento da agricultura alternativa que o antecedeu (TARROW, 2009; FONTOURA, 2017).

No que diz respeito ao Repertório, o Movimento Agroecológico possui como principal forma de ação a pressão, a organização de diversas frentes que atuam dentro dos conselhos e fóruns dentro do Estado, também valendo-se da organização de congressos e eventos de

divulgação e comercialização de produtos, mirando expandir-se e demonstrar força (FONTOURA, 2017; MONTEIRO; LONDRES, 2017; TASCA, 2023). O Repertório do Movimento Agroecológico também se vale do Ativismo Institucional como uma de suas ferramentas, contando com membros dentro do Estado, que tentam garantir presença destas pautas quando possível (FERREIRA S/D; OLIVEIRA, 2021; TASCA, 2023).

O MST, ao somar-se ao Movimento Agroecológico como pontuado na Carta da 14ª Jornada de Agroecologia (2015) e na Carta do MST ao Povo Brasileiro de 2022 (MST, 2015; MST, 2022), faz com que seu Repertório se acrescente ao deste movimento. O acréscimo do Repertório do MST faz com que algumas ações pontuais e outras contínuas realizadas por este carreguem a bandeira da Agroecologia.

Dentre as diretas, temos como exemplo os trancamentos da passagem do trem da Valle juntamente ao Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM) em 2019, fortemente pautados nos agricultores tradicionais e familiares (SUL 21, 2019); e o protesto na sede da vinícola Salton em São Paulo em 2023, referente ao emprego de mão de obra análoga escravidão pela empresa, no qual as mulheres do MST colocaram nas escadarias da empresa, caixas de produtos agroecológicos (BRASIL DE FATO, 2023).

E as ações continuas, porém de maior impacto que se viabilizaram dentro do Repertório como ações de repercussão da Agroecologia, tais como, a doação de alimentos durante a pandemia da Covid-19, que contou com a distribuição de mais de 6 mil toneladas de alimentos *in natura* e 1 milhão de marmitas (MATHEUS; SOUZA-ESQUERDO; SIEBER, 2020); As ações de plantio de árvores referentes ao Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis, que preconiza o plantio de 100 milhões de árvores entre 2020 e 2030 (MST; 2021a); a realização anual da Feira Nacional da Reforma Agrária, que contou com público de 320 mil pessoas em 2023 (MST; 2023); e a afirmação dos princípios Agroecológicos através da produção e distribuição dos alimentos, fazendo com que estes estejam presentes para amplo público, tanto em pontos de venda específicos do movimento como os Armazéns do Campo, como em pontos de venda comuns, onde se podem encontrar os produtos alimentícios, e de bioinsumos (MST, 2021b; MST; 2021c)

Para definição de Valor no Movimento Agroecológico, temos que o movimento é formado por agricultores familiares, técnicos, acadêmicos, professores universitários, agentes do estado, dentre outros, o que colocaria sobre este uma imagem respeitável perante o público. O movimento também atua de forma construtiva junto ao Estado, usando-se de suas estruturas de forma a construir uma relação que procura melhorar sua imagem perante ao Estado (FONTOURA, 2016; MOURA, 2017; MONTEIRO; LONDRES, 2017).

A Unidade se funda na autoidentificação como um Movimento Agroecológico, seu posicionamento como tal, sua disseminação enquanto pauta central, e a criação de espaços de

interação que pautam a Agroecologia como a ANA, ABA, e o MAELA (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Os Números não podem ser contabilizados de forma precisa. Porém, se levarmos em consideração que o registro de SPGs, que totalizam 8753 registros no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNAPO, 2023); que o MST conta com potencial de massificar a agroecologia (MST, S/D); que o movimento agroecológico concentra acadêmicos e técnicos de diversas regiões; e engloba também movimentos de agricultura tradicional, pode-se dizer que este tem quantidade de membros suficiente para respaldar suas reivindicações, tanto que estas se concretizam na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) levando em consideração de forma muito presente as reivindicações do Movimento Agroecológico (PNAPO, 2016).

Finalmente, para o Comprometimento, temos que compreender que, como o conflito não é físico, com exceção de ações pontuais do MST, as manifestações de Comprometimento não estarão sempre relacionadas à resiliência física dos participantes. Propomos que a principal demonstração de comprometimento observada se dá a partir dos quadros mais antigos que dedicaram sua história às lutas envolvendo o Movimento Agroecológico. Alguns, em idade avançada continuam em atuação, fato observado na pesquisa de Tasca (2023), na qual os agentes entrevistados denotam sua ligação e dedicação ao Movimento pela construção de carreiras inteiras voltadas ao tema, dentro e fora do Estado.

Sendo assim, delimitamos o Movimento Agroecológico enquanto Movimento Social, e Movimento gerador do movimento do SPG.

## SPG: CAMPANHA, REPERTÓRIO E V.U.N.C

Em 2007 ocorreram avanços institucionais para o SPG a partir da promulgação do Decreto 6.323/2007. Institucionalmente, o SPG é fortalecido em 2009 com a publicação do Instrução Normativa - IN19, que aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica estabelecidos no Decreto 6.323/2007; o SPG também se fortalece com a organização do Fórum Brasileiro e do Latinoamericano de SPGs (BRASIL, 2009; CARTA DE PRINCÍPIOS, 2009; CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM LATINOAMERICANO DE SPGS, 2009).

Estes fatos evidenciaram que existe uma demanda específica, surgida a partir do conflito aglutinador do Movimento Agroecológico, que foi se moldando como a Campanha do potencial movimento do SPG – a corrida pelo reconhecimento do SPG perante a institucionalidade vigente que regulamentou o setor de orgânicos.

Quando se pensa em Movimentos Sociais, comete-se o erro de tentar compreendê-los como um movimento único quando estes consistem, geralmente, de grupos menores alinhados em torno de uma causa unificante (TARROW, 2009), o que não quer dizer que suas frações são

necessariamente movimentos à parte.

O conflito, aquele presente no movimento de agricultura alternativa e da Agroecologia, possui diferentes facetas. Uma delas, a negação de formas diferentes de avaliação da conformidade orgânica e certificação, tema gerador do movimento do SPG.

Tendo em vista o aporte teórico de Tarrow (2009), o Movimento Agroecológico, pelo conflito, ou por seu maior amadurecimento, se vê na situação de ampliação de suas frentes, o que, além de estender o conflito basilar que funda este movimento, abre frente para a formação de movimentações com frentes específicas atreladas ao tema, criando cenário para embates particulares do movimento do SPG.

Sendo assim, temos que o movimento em torno do SPG concentra características de Campanha que o definem, e surge de uma frente específica de conflito do Movimento Agroecológico. Isto se dá já em 1991 quando define-se a certificação orgânica por meio da legislação europeia, e cria-se dentro do Movimento Agroecológico brasileiro a frente de disputa por uma metodologia própria de certificação. Este fato dá ao SPG sua Campanha, referente ao seu reconhecimento institucional como válido para atestar as qualidades orgânicas dos produtos e, desta maneira, possibilitar a certificação a partir de si (MEIRELLES, 2020; TASCA, 2023).

Apesar da Campanha própria, e conflito particular, o Repertório do movimento do SPG é o mesmo já citado para o Movimento Agroecológico e participa nos mesmos espaços de reivindicação junto ao Estado, o que poderia significar que os quadros de ambos não se distinguem entre si, ou seja, que estes são potencialmente os mesmos quadros.

O mesmo ocorre ao analisarmos as características de V.U.N.C. do SPG, estando a maioria delas estritamente relacionadas às do Movimento Agroecológico. O Valor pauta-se nos mesmos agentes e características; os Números geralmente são compostos pelos mesmos quadros; e, finalmente, as características de Comprometimento também são equivalentes. A única exceção dentro destes conceitos, e que manifesta características próprias, é a Unidade, representando-se a partir da criação de uma identidade dentro do Movimento Agroecológico que distingue seus participantes como do SPG, criando pautas e organizações voltadas ao SPG como cerne, tais como o Fórum Brasileiro e o Latino-americano de SPGs (CARTA DE PRINCÍPIOS, 2009; CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM LATINOAMERICANO DE SPGS, 2009).

Porém, como vimos a partir de Tilly (2004), não podemos cometer o erro de atribuir qualquer tipo de aglutinação em torno de uma causa como Movimento Social, a tempo que o conflito político colocado por Tarrow (2009) não se cristaliza sempre como Movimento Social. Ambas afirmações corroboram com a visão de que o SPG, apesar de sua construção histórica, não concentra características suficientes para caracterizar um movimento em si, sendo uma frente do Movimento Agroecológico.

## CONCLUSÃO

Podemos concluir que o movimento do SPG, apesar de concentrar características de Campanha, por ter definido dentro de si reivindicações próprias, e Unidade, que o distinguem pela autoidentificação de seus membros enquanto participantes do SPG, não concentra características para ser considerado um Movimento Social em separado do Movimento Agroecológico. Isto coloca uma perspectiva mais próxima de uma frente interna que possui a função de disputar um campo específico de uma luta maior, a do Movimento Agroecológico, do que de um Movimento Social específico do SPG. Isto também se apresenta através de seu conflito, que é referente à avaliação da conformidade orgânica e à certificação, e que está contido no todo do conflito da regulamentação do setor de orgânicos, que é bem mais amplo.

O fato constata-se também por uma proximidade ainda muito forte do Repertório, dividindo as mesmas ações e quadros, às vezes não sendo distinguíveis entre si; e das características de V.U.N.C. dos membros do SPG com os do Movimento Agroecológico, o que pressupõe na prática que os membros do SPG são primariamente membros do Movimento Agroecológico, tendo em vista que apesar de se distinguirem por suas pautas, ainda estão contidos e são quadros do Movimento Agroecológico.

Finalmente, apontamos o caminho fértil para estudos que envolvam as características do SPG enquanto um fenômeno de organização da sociedade, seus preceitos e suas lutas, tendo em vista que o tema ainda foi pouco abordado em muitas de suas dimensões.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, p. 49-86, 2009.

ALVES, A. C. O; SANTOS, A. L. S. dos; AZEVEDO, R. M. M. C. de. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 2, p. 19-27, 2012.

BRASIL DE FATO. Trabalho escravo: mulheres do MST protestam na sede da vinícola Salton em São Paulo. **Brasil de Fato**. 2023. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/03/08/trabalho-escravo-mulheres-do-mst-protestam-na-sede-da-vinicola-salton-em-sao-paulo

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Decreto Nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Brasília: MAPA. 28 dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lei Nº 10831, de 23 de dezembro de 2003. Brasília: MAPA, 2003.

BRASIL. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO. Brasília: MDS; Ciapo, 2013. Disponível em: http://www.agroecologia.gov.br/plano.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. S/D. Disponível em:

https://www.gov.br/mda/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/conselho-nacional-de-desenvolvimento-rural-sustentavel-condraf

CENTRO ECOLÓGICO. **Sistema Participativo de Garantia**. Ipê, 2014. p. 53

CUSICANQUI, S. R. **Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Tinta limón, 2010.

EXAME. MST invade empresa de eucalipto transgênico e destrói mudas. **Exame.** 2019. Disponível em: https://exame.com/brasil/mst-invade-empresa-de-eucalipto-transgenico-e-destroi-mudas/ Acesso em: 21 jun. 2023.

FAE - Feira de Agricultores Ecologistas. **Sobre a FAE**. Disponível em: https://feiraecologica.com.br/fae/sobre-a-fae/#:~:text=Coolméia%20GFU,Barros%20Cassal%2C%20em%20Porto%20Alegre

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, D. D. Ativismo Institucional. **Universidade Federal do ABC**. S/D. Disponível em: https://www.ufabc.edu.br/divulgacao-cientifica/pesquisas-de-egressos/compreender-como-as-politicas-publicas-sao-implementadas-e-algo-fundamental-pois-tais-politicas-afetam-as-pessoas-e-a-sociedade-como-um-todo#.

FOUILLEUX, E.; LOCONTO, A. Voluntary standards, certification, and accreditation in the global organic agriculture field: a tripartite model of techno-politics. **Agriculture and Human Values**, v. 34, n. 1, p. 1-14, 2017.

GONZÁLEZ, L. B. V.; VÁZQUEZ, M. R. P.; GRACIA, M. A.; GARCIA, A. A. E.; BALTAZAR, E. B.; LUGO, E. E. Procesos de subjetivación derivados de la aplicación de programas de transición a la producción de miel orgânica em la península de Yucatán, México. **Nova Scientia**, v. 8, n. 02, p. 555-578, 2016.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Sistemas Participativos de Garantia: panorama nacional dos sistemas participativos de garantia**. p.10-43. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.(Orgs.). Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em:https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Produção e consumo de produtos orgânicos no Mundo e no Brasil**. Brasília: IPEA. 2020.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil. Obter Certificação de Produtos Orgânicos - Produção Primária Vegetal (PPV). 2020. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificacao-de-produtos-organicos-producao-primaria-vegetal

MARINI, R. M. **Dialética da dependência.** Germinal: marxismo e educação em debate, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MATHEUS, A. C.; SOUZA-ESQUERDO, V. F.; SIEBER, S. S. Ações solidárias do MST no contexto da pandemia Covid-19. **V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas.** 2022. UFRN (evento online).

MEIRELLES, L. A **origem da certificação participativa e o desafio dos Sistemas Participativos de Garantia**. In: Sistemas Participativos de Garantia do Brasil: Histórias e Experiências. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. p. 51-64.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no brasil. **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**, 2017 p. 53.

MOURA, I. F. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica das políticas públicas no Brasil. **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**, 2017.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Carta da 14ª Jornada de Agroecologia.** 2015. Disponível em: https://mst.org.br/2015/07/28/carta-da-14a-jornada-de-agroecologia/

MST. **Nossa Produção**. 2022. Disponível em: https://mst.org.br/nossa-producao/.

MST. **Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis**. 2021a. Disponível em: https://mst.org.br/especiais/plantar-arvores-produzir-alimentos-saudaveis/

MST. **Armazém do Campo: 5 anos da maior rede de produtos da Reforma Agrária Popular do Brasil.** 2021b Disponível em: https://mst.org.br/2021/08/10/armazem-do-campo-5-anos-da-maior-rede-de-produtos-da-reforma-agraria-popular-do-brasil/

MST. **Fruto de assentamentos e referência na produção de sementes, BioNatur faz 24 anos.** 2021c. https://mst.org.br/2021/01/19/fruto-de-assentamentos-e-referencia-na-producao-de-sementes-bionatur-faz-24-anos/

MST. **Feira demonstra potência dos assentamentos do MST na produção de alimentos saudáveis.** 2023. Disponível em: https://mst.org.br/2023/05/14/feira-demonstra-potencia-dos-assentamentos-do-mst-na-producao-de-alimentos-saudaveis/

OLIVEIRA, M. S. Movimentos sociais, ocupação de cargos públicos e políticas públicas: uma relação de sucesso. Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira [online]. **Brasília: Editora UnB**, p. 123-153. 2021.

QUIJANO, A. A colonialidade do saber: colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas Latinoamericanas.** Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, 2005.

RODRIGUES, B. S. Mercosul: 25 anos de avanços e desafios. Revista Neiba, **Cadernos Argentina** Brasil, v. 5, n. 1, 2016.

SUCCI JÚNIOR, D. A agenda de segurança estadunidense no pós-Guerra Fria e o emprego das Forças Armadas na Argentina e no Brasil. **Conjuntura Global**, v. 5, n. 3, p. 566-586, 2016.

SUL 21. **Mulheres do MST e do MAM trancam passagem do trem da Vale em Minas Gerais.** Disponível em: https://sul21.com.br/movimentos/2019/03/mulheres-do-mst-e-do-mam-trancam-passagem-do-trem-da-vale-em-minas-gerais/

TARROW, S. O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político. **Petrópolis: Editora Vozes**, 2009.

TASCA, L. H. C. 2023. **Sistemas Participativos de Garantia (SPG) na equivalência de certificação orgânica entre Brasil e Chile**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia Agrícola – FEAGRI. Campinas, Brasil: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

TASCA, L. H. C.; Brito, T. P. B.; Souza-Esquerdo V. F. Os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) na América Latina. **Anais do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. 2022.

TILLY, C. **Movimentos sociais como política.** n. 3, p. 133-160, 2004

VILELA, G. F.; MANGABEIRA, J. A. C.; MAGALHÃES, L. A.; TÔSTO, S. G. Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Agricultores Orgânicos. **Documentos, n.127. Campinas: Embrapa Territorial**, 2019. 20p.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10º
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

# GT11

# VULNERABILIDADE, ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

**COORDENADORAS**

**MARLA WEIHS - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT)**

**RENATA EVANGELISTA DE OLIVEIRA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)**

**Introdução à temática da Resiliência enquanto lente de análise**

Na perspectiva da resiliência, a Agricultura Familiar tem sido investigada como um sistema socioecológico. O que há de novo nessa abordagem, em se tratando de pesquisas sistêmicas? Para conduzir essa discussão, e dar voz ao conjunto diverso de artigos aprovados para este GT, faremos uma primeira aproximação com o tema da Resiliência Socioecológica, para que possamos enfocar, por meio de uma síntese, os principais pontos que nos movem como grupo de pesquisa, e que nos mobilizam a colocar o tema em discussão neste 10º Encontro da Rede de Estudos Rurais.

Atuamos em um grupo de pesquisadores de universidades do Centro-Oeste e Sudeste brasileiro e encontramos apoio no Tropical Conservation and Development Program, da Universidade da Flórida (EUA) para, desde 2016, atuarmos na Amazônia mato-grossense (no norte e, mais recentemente, no nordeste do estado), desenvolvendo iniciativas que têm a resiliência da agricultura familiar como ponto de partida para a construção de respostas a demandas (locais e regionais) de agricultores familiares. Desenvolvemos nossas atividades baseadas na articulação de diferentes sujeitos, em parceria com organizações do terceiro setor, que assumem o lugar de instituições meio, articulando demandas e respostas, por meio de ações em campo. Neste contexto, adotamos a resiliência como um enfoque capaz de nos dar suporte para a construção de projetos inter e transdisciplinares baseados em pesquisa-ação. Na perspectiva das investigações, mobilizamos a noção de resiliência para fundamentar a compreensão dos movimentos que transformam a agricultura ao longo do tempo, gerando imprevisibilidades que colocam em risco os sistemas socioprodutivos e as organizações sociais da agricultura familiar. Entendemos a agricultura familiar como *um sistema socioecológico que se caracteriza pela inter-relação complexa, multiescalar e imprevisível dos elementos e fluxos que o compõem e transformam, em uma perspectiva espacial, temporal e histórica*.

Os estudos deste grupo inter e transdisciplinar de pesquisa vêm sendo desenvolvidos na fronteira agrícola da Amazônia, cuja conjuntura conforma uma

arena, na qual são colocados em disputa múltiplos interesses, invariavelmente conflituosos e violentos. Neste espaço, a ocupação agrícola vem sofrendo constantes transformações desde a década de 1970, sendo atravessada por uma sucessão de ciclos econômicos e pressões ambientais que dão à agricultura familiar uma dinâmica bastante particular. Os resultados de nossas pesquisas indicam que os agricultores familiares que conseguiram fazer frente às diversas pressões que acompanham a expansão da fronteira, são, em sua maioria, aqueles que se debruçaram sobre a construção de estratégias, que lhes permitiram adaptar-se às mudanças, de forma flexível, transformando-se - e aos seus espaços produtivos. São, igualmente, aqueles que investiram na construção de redes colaborativas entre si e com instituições externas, que garantem acesso à informação, envolvem os agricultores em processos contínuos de aprendizagem e dão suporte à construção da autonomia, em uma Amazônia rural, sob histórica pressão da questão ambiental, em que novidades nunca param de chegar.

Neste contexto, apropriamo-nos do conceito de *resiliência* como a capacidade do sistema de continuar a apresentar as mesmas funções, estruturas e respostas - sem colapsar, ao passar por mudanças de ordem natural, social e política. A resiliência se apresenta, dessa forma, como uma importante ferramenta conceitual para compreender e promover mudanças de base e de longo prazo nas comunidades rurais (DARNHOFER et al., 2016). Ela está associada à capacidade de um sistema em lidar com mudanças, usando choques e perturbações para estimular sua renovação e a inovação. Engloba a aprendizagem, a diversidade e, sobretudo, a compreensão de que seres humanos e a natureza estão fortemente conectados, a tal ponto que devem ser concebidos como um sistema socioecológico. Pensar em resiliência significa construir flexibilidade e capacidade de adaptação ao invés de tentar atingir somente uma produção “ótima” e ganhos econômicos de curto prazo (STOCKHOLM RESILIENCE CENTER, 2010).

Nossas lentes de análise nos levam a pensar os fatores de fortalecimento da resiliência, em diferentes escalas (desde a parcela produtiva, passando pelas propriedades rurais e comunidades em que se inserem, às escalas regionais). Entendemos que cada atividade desenvolvida nesses múltiplos espaços integra pessoas, que interagem entre si, com suas culturas e suas relações sociais e econômicas, com o meio ambiente e seus aspectos biofísicos. Utilizamos-nos, ainda, de diferentes dimensões para definir as perguntas chave das pesquisas, construir

projetos inter e transdisciplinares e desenvolver ações em campo (de caráter extensionista e projetos de desenvolvimento). Essas dimensões abordam formas de ocupação da paisagem e uso de recursos naturais; relações econômicas e de mercado; governança e instituições; e interações sociais, educação, modos de vida e cultura (OLIVAL et. al, 2021). Mais recentemente, posteriormente à pandemia de COVID-19, incorporamos à nossa análise abordagens relacionadas à saúde coletiva, associadas aos modos de vida rural. Entendemos, neste sentido, que repensar nosso percurso de pesquisa, incluindo outros pressupostos teóricos, nos permitiria ampliar a importância dos componentes saúde, bem estar e bem viver, entre outros, nos estudos dos sistemas socioecológicos. Entre os desafios recentes está a adaptação de uma abordagem ecossistêmica, que nos permita integrar a saúde humana, animal e ambiental aos contextos ecológico, socioeconômico e político da Agricultura Familiar no contexto amazônico.

Podemos mobilizar a noção de resiliência na perspectiva de resposta frente a uma perturbação específica, como mudanças climáticas, variações de mercado ou doenças de contágio comunitário, como a pandemia pela COVID-19 - que vem nos ensinando bastante sobre os recursos disponíveis na agricultura familiar, sobretudo entre os grupos que investem na diversificação da produção, que geraram segurança a longo prazo, durante a fase crítica da pandemia.

Podemos pensar, igualmente, na chamada resiliência geral, direcionada às características que permitem a cada sistema complexo aprender e se adaptar a diferentes e inesperados desafios. Se a *resiliência específica* é mais fácil de ser estudada, pois podemos simular diferentes cenários a partir de pressões específicas, a *resiliência geral* continua sendo um grande desafio acadêmico. Os instrumentos de pesquisa, geralmente baseados na simplificação, modelagem e previsão, não dão conta de lidar com essa situação, sua dinâmica e complexidade.

Os artigos inscritos neste GT 11 descrevem e discutem, sob diferentes óticas, a resiliência específica ou geral de sistemas complexos, que vão desde a escala socioprodutiva da agricultura familiar, nas propriedades, à resiliência de sistemas que dão suporte ao setor, como a educação e a política. Convergem, deste modo, com Darnhofer et al. (2016), segundo os quais, a resiliência socioecológica trata da interdependência integral entre os processos ecológicos e sociais, que são essenciais para se compreender a agricultura familiar. Esse sistema socioecológico não é suficientemente autônomo, nem consegue isolar-se a ponto de não afetar e ser

afetado pelas pressões e transformações de diferentes características e dimensões, em diferentes escalas.

## Aspectos centrais dos trabalhos: vulnerabilidades, pressões e estratégias de adaptação

Em linhas gerais, os estudos de resiliência são divididos em três etapas: *resiliência do quê?* (os recursos que o sistema apresenta que lhe conferem resiliência frente a pressões emergentes); *contra quê?* (as vulnerabilidades do sistema que o colocam em risco diante das ameaças); e *estratégias de ação que fortalecem a resiliência* para o sistema atravessar uma crise (sua *capacidade adaptativa*). É com base nesse arcabouço que construímos a síntese dos trabalhos aprovados no GT, para que possamos desenvolver uma reflexão sobre as pressões sofridas por cada sistema, bem como as estratégias utilizadas para atravessá-las, sem que o sistema colapse. A partir de uma análise desses artigos, é possível se descrever vulnerabilidades (a partir de choques sofridos pelo sistema socioecológico da Agricultura Familiar) e identificar estratégias de adaptação, pensando múltiplas dimensões e escalas de análise.

Este texto constitui um convite para refletirmos juntos sobre essa pauta - ***a da Resiliência e formas de fortalecê-la***, não sendo, obviamente, uma tentativa de exaurir o assunto, sobretudo porque trata-se de temática complexa e multifacetada, passível de múltiplas interpretações, que não caberiam em uma única abordagem. O que apresentamos, portanto, é mais um horizonte para guiar a leitura, debate, compreensão e reflexão sobre os estudos, do que uma análise concreta, acabada.

## Resiliência específica

No que se refere à resiliência específica, no caso particular, à pandemia da COVID-19, três artigos abordam os seus efeitos sobre a alimentação, organização social e produtiva (cooperativas e associações) e na comercialização de produtos da Agricultura Familiar, sendo eles: ***"Dinâmicas da Feira Orgânica "Da Roça para a Mesa" em tempos de pandemia"***, de Larissa Sapiensa Galvão Leal e coautores, ***"Efeitos da pandemia de Covid19 na atuação de cooperativas e associações da Agricultura Familiar"***, de Regina Aparecida Leite de Camargo e coautores, e

***"Famílias de agricultores e disponibilidade alimentar na Pandemia de Covid19",*** de Camila Benjamin Vieira.

O artigo de Larissa Sapiensa Galvão Leal e coautores apresenta uma análise das pressões e estratégias usadas, durante a pandemia, pela equipe de gestão de uma feira de alimentos orgânicos e artesanais, do município de Araraquara/SP. A feira é uma iniciativa de 2016. As ações de apoio ao seu funcionamento estão vinculadas ao Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) da Universidade de Araraquara (UNIARA). Em 2020, quando a redução da circulação de pessoas se tornou necessária, em função da rápida disseminação do vírus da COVID-19, a feira contava com cerca de 11 produtores. Chegou a contar com 30 feirantes, em momentos diferentes de sua trajetória. Os desafios inerentes ao contexto da pandemia, mobilizaram as equipes de diferentes instituições, em uma sequência de inúmeras reuniões e conversas, para a tomada de decisão, referente à manutenção das vendas dos produtos. Os grupos de WhatsApp, com participação de gestores da feira, produtores e consumidores, constituíram uma tática primordial, ao longo de todo o período. Na fase mais crítica, em fevereiro de 2021, houve uma queda de aproximadamente 40% nas vendas. Nos demais momentos, o volume de vendas não foi alterado. O retorno às atividades, com restrições de circulação e o estabelecimento de aferição de temperatura, entre outras medidas, restabeleceu as vendas aos poucos, ora por meio de encomendas, com entregas na feira, ora com controle de entrada no espaço. Em agosto de 2021, foram abertos os portões e a feira voltou a funcionar, com medidas de prevenção. "*A persistência dos produtores na manutenção e continuidade da feira*" é citada pelos autores, como um dos pontos fortes da consolidação da feira como um espaço onde se estabelecem relações de solidariedade e trocas de conhecimentos e experiências, entre outros elementos que contribuem para a aproximação de pessoas que desejam - trabalham para - a manutenção da produção orgânica e da segurança alimentar a ela associada.

Na pesquisa de Regina Camargo e coautores, foram analisadas 40 cooperativas e associações com declaração de aptidão ao PRONAF em 17 municípios no estado de São Paulo. A pesquisa identificou as dificuldades impostas pela pandemia, sobre os capitais físico, econômico produtivo e humano dessas instituições, em termos de seu funcionamento e gestão, enfocando os problemas com o gerenciamento do quadro de associados, a prestação de serviços e o acesso a recursos do Estado (como PAA, PNAE e PPAIS). Analisaram também aspectos que fomentam os

sentimentos de pertencimento e coesão de grupos. Os autores abordam o histórico de formação de cooperativas e associações de produtores, identificando que muitas delas foram criadas nas últimas décadas buscando ter acesso a mercados institucionais via programas governamentais. A pandemia reduziu as oportunidades de formação dos associados, com a diminuição no oferecimento de cursos e palestras. Afetou ainda a realização de trabalhos comunitários, como mutirões e outras formas de trabalho conjunto, bem como a forma e ocorrência de reuniões, que passaram a ocorrer com intervalos maiores (sendo presenciais). Nitidamente, assim como em outros estudos de caso, as medidas de distanciamento social e lockdowns afetaram as vendas dos produtos da Agricultura Familiar, e o acesso a políticas públicas de fortalecimento da comercialização, como o PNAE, também foram afetadas. Houve redução de acesso, e efeitos sobre a quantidade e destinação dos produtos entregues - no caso do PNAE os produtos foram entregues com uma frequência menor que ao antes da pandemia. Uma parte significativa da produção não entregue se perdeu no campo ou foi vendida por preços inferiores. Parte dos entrevistados participou de iniciativas de doação de produtos, em programas instituídos por diferentes organizações. As estratégias encontradas foram a busca de novas formas de comercialização, para compensar a retração dos canais habituais e a diminuição das vendas. Somam 83% das alternativas encontradas, as vendas na rua, na propriedade, on-line e em cestas (vendas diretas para os consumidores). Ainda assim, poucos declaram pretender continuar com essas alternativas no contexto pós pandemia. Quanto aos serviços de extensão, esses também foram afetados, embora muitos tenham relatado que já havia distanciamento dos órgãos de assistência técnica e extensão rural antes da pandemia. Uma fala bastante forte, identificada pelos autores, é a de que *a pandemia de COVID-19 só agravou problemas já existentes.*

Na pesquisa de Camila Benjamin Vieira, a autora descreve a vivência de quatro famílias de agricultores no Vale do Paraíba Paulista durante a pandemia, buscando analisar como essas pessoas atravessaram a crise sanitária. A pandemia nitidamente atingiu a disponibilidade alimentar das famílias, ocasionando situações de restrição alimentar.. A autora afirma que mesmo anteriormente à ocorrência da crise sanitária, o contexto dessas famílias agricultoras é bem distante daquele idealizado, em que a produção de subsistência é garantida por autoconsumo. Ou seja, é ilusório considerar o autoconsumo como a variável principal para a segurança alimentar das famílias. Mesmo com diferentes níveis de diversificação em sua produção, nenhuma delas

produzia itens básicos para alimentação nas principais refeições, sendo que a maior parte da alimentação vinha de supermercados. Assim, a atividade agrícola, enquanto geradora de renda, é o que garante o acesso à alimentação. Esse consumo alimentar tendo que ser suprido, teve as dificuldades aumentadas pela crise sanitária. A autora cita o aumento de preços dos alimentos, e as dificuldades relacionadas à venda da produção. Embora tenha sido detectado em alguns casos aumento das vendas no início da pandemia, com o tempo a comercialização foi sendo dificultada (com as restrições e contingenciamento afetando o funcionamento dos principais canais de comercialização). A autora identificou que "*as estratégias utilizadas pelas famílias de agricultores para lidar com as restrições da pandemia, com o aumento dos preços dos alimentos e as diminuições da renda giravam em torno das relações entre familiares, amigos e vizinhos, trabalhos fora da agricultura e na rede de seguridade social, mas se sentiam desassistidos pelo governo federal".* A troca de produtos e de mão de obra foi identificada como estratégia entre as famílias acompanhadas nesse estudo. O Governo Federal e sua atuação durante a pandemia foram criticados pelos agricultores. A autora destaca, em sua pesquisa, fragilidades já identificadas em outros estudos de caso nesse GT, como a pouca disponibilidade de mão de obra, o envelhecimento da população rural, problemas de saúde dessas pessoas e limitações nas formas de organização e cooperação, além do desmonte de políticas públicas para a Agricultura Familiar.

A pandemia da COVID-19 gerou aprendizagens que não se restringem aos campos da epidemiologia ou medicina. Elas alcançam todas as áreas do conhecimento. Algumas delas são reflexivas e aparecem, por exemplo, na construção de abordagens para a pesquisa, que agora parecem valorizar, mais do que antes, a inclusão da saúde como componente que determina ou influencia as transformações sofridas pelos sistemas agrícolas. Outras aprendizagens se manifestam na construção de estratégias para solucionar problemas que ficaram fora do espectro de atuação das instituições e ganharem destaque no período atual. Estes são os casos dos artigos de Wagner Gervazio e Anderson de Souza Gallo, no artigo intitulado ***"Saúde Única e Resiliência: Aplicação da abordagem de One Health em pesquisas sobre Agricultura Familiar"*** e de Luiz Carlos Leonardi Bricalli e coautores, cujo artigo intitula-se ***"Feira na palma da mão: caminhos digitais para a venda dos produtos da agricultura familiar"***.

Wagner Gervazio e Anderson de Souza Gallo analisam a *One Health*, uma abordagem que se apóia no esforço colaborativo de múltiplas disciplinas para alcançar a saúde ideal de pessoas, de animais e do meio ambiente. Essa abordagem refere-se a melhorar a saúde e o bem-estar através da prevenção de riscos e mitigação dos efeitos das crises que se originam na interface entre humanos, animais e seus diversos ambientes. Ultimamente, tem-se destacado a necessidade de se ampliar o conceito para abranger não apenas a saúde humana e animal, mas também biodiversidade, ecologia, mudança climática, sistemas agrícolas e várias ciências sociais. Pensando que apropriação da lógica que embasa a construção e o desenvolvimento de projetos, apoiados na abordagem *One Health*, pode dar suporte a grupos de pesquisadores na avaliação da resiliência de sistemas socioecológicos, diante do cenário criado pela pandemia, os autores trabalharam em uma análise bibliométrica sobre a aplicação dessa abordagem em estudos e pesquisas relacionados à resiliência da agricultura familiar. Partindo de 2.298 produções acadêmicas publicadas de 2017 a 2022 sobre *One Health* no mundo, os autores encontraram somente quatro deles relacionados à Agricultura Familiar, e somente um relacionando *One Health*, Agricultura Familiar e Resiliência. Esses artigos abordam aspectos como segurança e proteção alimentar, o papel de sistemas tradicionais de produção, e o destaque de alguns produtos (como a importância de leite e derivados para a saúde pública e resiliência de sistemas de produção, bem como de outros produtos). Destacam que *produtores de alimentos são atores-chave na interface entre meio ambiente, animais e saúde humana*. Os autores destacam a ausência de metodologias de avaliação que englobem a saúde de ecossistemas, animais e pessoas, e que é necessário ampliar a interface ciência/política entre a abordagem de saúde global e sistemas alimentares.

Luiz Carlos Leonardi Bricalli e coautores analisam o uso de uma plataforma digital (aplicativo e site) de venda direta de produtos da agricultura familiar, em 12 municípios do estado do Espírito Santo. A estratégia, desenvolvida junto à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), é apresentada como uma das soluções encontradas, durante a pandemia de COVID-19, para solucionar um dos principais gargalos identificados pelos agricultores que participam da iniciativa: a comercialização. Ainda em fase de testes, a plataforma digital reúne 179 agricultores familiares. Os autores descrevem a metodologia usada na identificação e articulação dos agricultores, bem como na adaptação da ferramenta às singulares do grupo envolvido. De acordo com os

autores, "*as sugestões dos usuários durante a programação do app permitiram a criação de uma tecnologia inovadora e mais adaptada à realidade do público e que possibilitará novas perspectivas e avanços dos negócios rurais entre produtores e consumidores*".

**Resiliência geral**

Dois artigos analisam a **resiliência geral da agricultura familiar a pressões e as estratégias usadas para enfrentá-las**. Diogo Marques Tafuri e Joelson Gonçalves de Carvalho, no artigo intitulado ***"Condições e perspectivas de reprodução social camponesa em territórios hegemonizados pelo setor sucroenergético"***, e Felipe da Silva Machado no estudo com o título ***"Reestruturação espacial e diversidade socioprodutiva da fruticultura de pequena escala no norte fluminense"***.

A reprodução social dos camponeses assentados é o ponto central do estudo desenvolvido por Diogo Marques Tafuri e Joelson Gonçalves de Carvalho. A vertiginosa expansão do agronegócio sucroalcooleiro das últimas décadas é apontada como a principal ameaça à sucessão das famílias na terra, tendo em vista a concentração de terras, a intensificação da mecanização e os baixos níveis de remuneração e acesso aos direitos trabalhistas. Em conjunto, esses elementos contribuem para a pauperização campesina e o êxodo rural. A criação de quatro assentamentos do tipo "Projeto de Desenvolvimento Sustentável" (PDS), localizados na RA de Ribeirão Preto e RA Central de São Paulo, é descrita como estratégia de reapropriação da terra, associada à preservação do meio ambiente. No entanto, os desafios são múltiplos. Em curto prazo, os agricultores precisam criar estratégias de adaptação às condições adversas das terras que acessaram, ambientalmente degradadas, com baixa fertilidade e em desequilíbrio ecológico. O alto nível de degradação das fontes naturais de água compromete o consumo doméstico e para irrigação, ao tempo em que fragiliza a autonomia das famílias, dada sua dependência do provisionamento de infraestrutura, por parte do INCRA, e a necessidade de acessar formas de capitalização alternativas, como empréstimos e geração de renda por meio de trabalhos temporários na cidade. Outro elemento posto é a baixa fertilidade natural do solo, que compromete a produtividade agrícola, sobretudo de natureza agroecológica. Os problemas são potencializados pela insuficiência e ineficiência das políticas públicas, responsáveis pela desmobilização do trabalho

familiar, assim como, pelos impactos da expansão do setor sucroalcooleiro no território, relacionados, por exemplo, ao uso disseminado de agrotóxicos, que compromete a produção de hortifrútis orgânicos. Os sistemas agroflorestais emergem, nesta perspectiva, como meio de adaptação das práticas dos agricultores às problemáticas ambientais que enfrentam e de alternativa aos modos de produção que ensejam. Com detalhes, muito bem analisados e discutidos, o estudo demonstra as múltiplas pressões que comprometem a permanência das famílias no campo, com renda e liberdade de usufruto da terra enquanto espaço de vida e de trabalho. É possível capturar, na valorosa análise realizada pelos autores, que a construção da resiliência da agricultura familiar passa invariavelmente pelo reposicionamento dos agentes da produção e diversificação dos alimentos, na escala de valores que define os grupos prioritários para alavancar o desenvolvimento sustentável no país. Isso demanda, entre outros fatores, a priorização da garantia de infraestrutura, crédito produtivo e assistência técnica nos assentamentos rurais, assim como o reconhecimento do potencial da agricultura familiar para resgatar a relação entre a produção, a vida e a natureza.

Felipe da Silva Machado centra sua análise na resiliência da agricultura de pequena escala comercial e familiar à pressão exercida pelos processos urbano-industriais recentes, na área de influência de Campos dos Goytacazes, no Norte do Estado do Rio de Janeiro. Tais processos configuram, em seu estudo, a agroindústria açucareira e petrolífera. A análise é apoiada em uma rica reaproximação com a literatura da resiliência, que o autor realiza, atingindo o coração da proposta do GT, que é a leitura da agricultura familiar como um sistema agroecológico complexo. Um sistema que se adapta, aprende e muda frente às turbulências econômicas e a instabilidade ecológica. Entendendo, deste modo, a flexibilidade como elemento chave da capacidade dos sistemas agrícolas para se adaptarem ao longo do tempo e, assim, amortecerem os choques e voltarem ao “normal”, sem entrar em colapso. Em relação aos recursos da agricultura familiar na região investigada, para fazer frente às ameaças ao setor, o autor menciona a diversidade produtiva, com destaque para fruticultura e os cultivos de cana-de-açúcar e mandioca; a produção de produtos locais e regionais de qualidade diferenciada; a reputação e a qualidade no setor de frutas; e a importância da experimentação no processo de aprendizagem do produtor rural. Ressalta, igualmente, a importância da fruticultura para o faturamento bruto de produção agrícola; a geração de emprego durante a safra; o apoio técnico oferecido

pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER-RJ); e as relações interinstitucionais, que geram a valorização de produtos tradicionais da região, por meio de sua Indicação Geográfica (IG). Entre as estratégias usadas pelos agricultores para alcançar esse estado de resiliência, o autor cita, além das adaptações produtivas e a criação de processos inovativos, as redes de alianças, cuja construção permite que aperfeiçoem os sistemas agrícolas e as formas de processamento e comercialização da produção. Trata-se de uma abordagem que coloca em evidência o potencial da agricultura familiar de articular-se internamente e com outras instituições, para acessar informações que lhe permite atingir um nível de compreensão das transformações em curso, suficiente para inovar a ponto de conseguir utilizar as mudanças em curso ao seu favor.

Outros dois artigos analisam a **resiliência geral da educação no campo da agricultura familiar e agroecologia, para dar conta das pressões do modelo hegemônico.** São eles, os trabalhos de Guilherme Francisco Klahold e Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa, intitulado ***"A Educação em Agroecologia: estratégias históricas e contemporâneas da agricultura familiar",*** e de Andréa Eloisa Bueno Pimentel e Anastácia Fontanetti, intitulado ***"Programa de residência profissional agrícola como um instrumento de transformação de sistema produtivo agrícola"***.

Guilherme Francisco Klahold e Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa investigam os antecedentes históricos e elementos contemporâneos que estão imbricados no processo de construção e consolidação da agroecologia na arena educacional. A análise é realizada com base na experiência do ensino de agroecologia na Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul, no Paraná. A questão central são os riscos à expansão da agroecologia em um contexto marcado pela falta de reconhecimento social e profissional de agroecólogos. A riqueza da discussão está nos questionamentos dos autores sobre as pressões sofridas pelo Curso de Agroecologia, em relação às demandas da região, onde prevalece uma agricultura familiar baseada em métodos convencionais, semi intensivos. Esse fator e seus desencadeantes, junto à pressão pela inserção profissional dos estudantes, provocaram a substituição do curso Técnico em Agroecologia pelo curso Técnico Agrícola. A proposta foi descaracterizada e no lugar dos princípios da agricultura orgânica e agroecológica é, aos poucos, retomado, na Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul, o ensino orientado pelas práticas da agricultura convencional.

Andréa Eloisa Bueno Pimentel e Anastácia Fontanetti caminham em uma direção semelhante à dos autores anteriores. Elas analisam o ensino no Programa de Residência Profissional Agrícola (AgroResidência), criado pelo governo federal em 2020, para discentes e egressos de cursos ligados às Ciências Agrárias. O campo de estudo é a inserção do Programa no curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no Campus Araras/SP. O ponto central da análise são as distorções da abordagem do Programa, focado no Agronegócio. Dentre os aspectos de maior destaque, as autoras retratam a pressão do Programa pela qualificação de profissionais para atuarem junto aos grandes produtores rurais, ao invés da inclusão do médio produtor, ator pouco estudado dentro do universo da agricultura brasileira, por não poder ser atendido por programas direcionados ao agricultor familiar. No modo de implementação top-down do Programa, não foi considerada a experiência e a estrutura do Campus de Araras para dar suporte ao estudo de Sistemas Agroflorestais com princípios da agricultura sintrópica. Esse arcabouço qualificaria melhor a aplicação do Programa no curso, oferecendo, a discentes, egressos e docentes do curso, a oportunidade de modificar a visão dentro desse campo, para enxergar os recursos gerados pelos sistemas agrícolas de base ecológica, que fortalecem a sustentabilidade e a resiliência da agricultura.

No campo das políticas públicas, Iorrana Lisboa Camboim analisa o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Fomento Rural), no artigo intitulado "**Resiliência da política social no brasil entre 2016-2022: o caso do programa fomento rural**". O Fomento Rural foi criado em 2011, no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, como componente do Plano Brasil Sem Miséria. O ponto central da análise da autora é o desmonte da política, entre os anos de 2016 e 2022, e a participação desse desmonte no aumento dos índices de fome e pobreza, no país. São destacados os pontos fortes do Programa Fomento Rural, no que tange ao enfrentamento da pobreza rural, por meio da "*transferência de ativos, apoio ao consumo e treinamento na esperança de desbloquear a denominada "armadilha da pobreza*"". Entre as principais ameaças à volta da fome, no período analisado, a autora menciona: o paradoxal aumento de investimentos na agricultura agroexportadora, em detrimento da agricultura familiar e da agroecologia; a extinção do CONSEA e de outros espaços de participação social; e a redução do reajuste do salário-mínimo. No bojo desse conjunto de decisões contraditórias, uma série de decisões, motivadas por

diversos elementos, de natureza ideológica e material, culminaram na paralisia do Fomento Rural em 2020, com uma violenta redução em sua execução. Concomitantemente, foi criado o Auxílio Inclusão Produtiva Rural, uma estratégia limitada para promover inclusão produtiva no meio rural, segundo a autora. A análise dos elementos que garantiram a sobrevivência do Programa, mesmo em situação crítica, ajudam-nos a compreender que recursos uma política pública precisa minimamente apresentar para seja resiliente às ameaças, em um contexto de retrocesso democrático e populismo de extrema direita, como se assistiu recentemente no Brasil.

Estratégias de organização, diversificação e desenvolvimento rural sustentável, entre outras, usadas para construir **a resiliência geral dos sistemas socioecológicos** da agricultura familiar são analisadas por Deusa Nobre e Lucimar de Abreu, no artigo ***"Ações de resiliência da rede sociotécnica da FLONA Tapajós da região amazônica, Brasil"***, Isabela Lopes de Souza e coautores, no estudo intitulado ***"Aplicação da matriz FOFA para implantação de agrofloresta nos assentamentos Banco da Terra e Piau",*** bem como no artigo de Rodrigo Anselmo Tarsitano e coautores, sobre "***Agrofloresta como estratégia de promoção do desenvolvimento: Aplicação da matriz FOFA no assentamento Nova Canaã do Leste".***

A pesquisa de Deusa Nobre e Lucimar de Abreu descreve e discute estratégias coletivas e de organização social, desenvolvidas por uma cooperativa integrada a uma rede sociotécnica. As autoras avaliam a formação de redes sociotécnicas enquanto estratégias de organização social, para a produção familiar desenvolvida em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável (a FLONA Tapajós). O trabalho descreve a articulação de grupos para inclusão socioeconômica e manutenção e valorização de modos de vida locais, baseados no extrativismo e no manejo florestal comunitário. Segundo as autoras, redes sociotécnicas representam "conjuntos heterogêneos de atores sociais e elementos não humanos em relação, alinhados em torno de um quadro de interesse comum, com cada integrante exercendo um papel definido e em colaboração". Destacam que nesse tipo de pesquisa (utilizando a lente de análise a partir da abordagem das redes sociotécnicas), o público-alvo é amplo, envolvendo todo o conjunto de atores vinculados a esses coletivos articulados (com ações de fomento à agroecologia e à sustentabilidade). A rede sociotécnica avaliada articula-se na Cooperativa Mista Flona Tapajós (Coomflona), cujas ações incluem

produtores, técnicos e consumidores. As populações da FLONA são caracterizadas, no artigo, como populações tradicionais rurais e urbanas, comunidades não tradicionais e populações indígenas. As atividades são baseadas no extrativismo de produtos florestais não madeireiros (o principal é o látex) obtidos de espécies florestais de uso múltiplo, e no manejo madeireiro. O artigo descreve as ações desenvolvidas pelas populações locais para subsistência, produção e comercialização de produtos (PFM – produtos florestais madeireiros e PFNM – produtos florestais não madeireiros). Algumas vulnerabilidades apontadas pelas autoras são dependência do governo, ausência de crédito e restrições de acesso a mercados. Entendendo o cooperativismo como uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico, a pesquisa analisa, assim, as ações adotadas pela cooperativa e seus impactos sobre o desenvolvimento local, bem como o potencial de interação e construção de ações coletivas. A partir das experiências na FLONA, entende-se o cooperativismo como uma estratégia de organização social que trouxe benefícios como a melhoria na infraestrutura, melhorias no escoamento de produtos e na comercialização. A diversificação na produção e parcerias multi institucionais (envolvendo órgãos governamentais, universidades, sociedade civil, institutos, atores vinculados ao mercado e organizações de terceiro setor) para múltiplas ações, assim como a adoção de técnicas de exploração de baixo impacto e redução do desmatamento também são fatores de fortalecimento. A cooperativa é avaliada como uma alternativa de desenvolvimento rural para os comunitários da FLONA, gerando oportunidades produtivas, de inserção comercial de produtos sustentáveis e de obtenção de renda.

Os sistemas agroflorestais, como estratégia de promoção do desenvolvimento local e estratégia de diversificação, subsistência e renda para propriedades, em assentamentos rurais no nordeste do estado do Mato Grosso, na Amazônia Legal integram o projeto de extensão “Agroflorestas como estratégia de fortalecimento da resiliência dos agricultores no território Pontal do Araguaia, Mato Grosso, Brasil” institucionalizado na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Nos dois trabalhos, desenvolvidos no município de Nova Xavantina – MT, os SAFs são compreendidos como um sistema de uso do solo que pode trazer “estabilidade econômica, social, cultural e ambiental”. O município apresenta, atualmente, 1.034 estabelecimentos de agricultura familiar, ou seja, 73,75% de todos os estabelecimentos rurais, segundo o IBGE. Os dois trabalhos utilizam a matriz FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), para conhecer a realidade local,

caracterizar as propriedades e entender, junto aos produtores rurais, o potencial dessas áreas em abrigar SAFs multiestratificados, tendo como alvo seus múltiplos benefícios (ecológicos, socioculturais, produtivos e econômicos). São pontos positivos identificados pelos agricultores a disponibilidade de recursos hídricos, a conservação de remanescentes naturais, o potencial de árvores frutíferas já instaladas nas propriedades, a estrutura de maquinário e o conhecimento prático já existente para o manejo nas propriedades. Nas pesquisas as vulnerabilidades apontadas referem-se à ausência de recursos financeiros, pouco acesso a crédito, dificuldade de acesso a mercados, falta de conhecimento técnico e assistência técnica para a implementação de novos sistemas produtivos (como os SAFs), e a pressão exercida pela monocultura da soja, bem como o monopólio exercido por um único setor da agroindústria (o da produção de leite, pelos laticínios). A idade avançada dos agricultores, a quebra na sucessão familiar na vida rural, e a falta de mão de obra também são apontadas. Destaca-se como fraqueza a falta de união e organização coletiva dos agricultores. O acesso a políticas públicas como PAA e PNAE é descrito como oportunidade, assim como a posse efetiva da terra e apoio do poder público, assim como de instituições públicas como INCRA e EMPAER. Destacam-se as parcerias com essas instituições e com a Universidade, pensando-se a construção colaborativa de projetos e ações. As cadeias produtivas já existentes podem perfazer uma oportunidade para a implantação de sistemas biodiversos e multiestratificados como os SAFs e, na opinião dos autores, é possível a construção de uma nova visão de futuro, para além da atividade leiteira no município. Os autores de ambos os trabalhos identificam os SAFs como um modelo que pode ser adotado pelos agricultores familiares (e identificam uma pré disposição nesse sentido), entendendo-os como possibilidades de diversificação da produção, aumento de renda e melhoria na qualidade de vida das pessoas, compreendendo novos arranjos para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental das famílias e da população local.

Ainda no município de Nova Xavantina – MT, o trabalho intitulado ***"Resiliência de Agricultores Familiares aos Ciclos da Fronteira Agrícola: Estudo de Dois Casos do Assentamento Nova Canaã do Leste, Município de Nova Xavantina – MT"***, de Luana Costa Ferreira e coautoras, aborda também a Agricultura Familiar em assentamento de reforma agrária, buscando compreender as ameaças, processos de mudanças e as respostas construídas pelos agricultores em sua trajetória. Foram identificadas as ameaças ao seu sistema socioecológico e as adaptações construídas

por eles, ao longo do tempo, perfazendo assim uma análise de sua resiliência. É descrita a luta pelo acesso à terra que, segundo os autores, "é, quase sempre, a história de todos os outros assentamentos" (assim como, citam eles, as dificuldades na fase de acampamento, as dificuldades de organização social e articulação com lideranças). Pensando os ciclos produtivos, enquanto adaptação, as autoras citam a busca por sistemas de produção com mercados mais estruturados e menos exigentes (como exemplo é citada a pecuária leiteira substituindo a produção de banana, que tinha destacadas dificuldades fitossanitárias, de estrutura e acesso a mercados). O leite, assim como em dezenas de outras propriedades de agricultura familiar no MT, é a principal atividade produtiva (embora haja outros cultivos, em sua grande maioria para subsistência). A falta de redes de apoio também pôde ser identificada como uma vulnerabilidade, e a saúde dos agricultores também ameaça a permanência na terra, segundo os entrevistados. Assim como nos estudos aqui citados anteriormente, a idade avançada e a ausência da juventude rural no campo (não há sucessão nas propriedades em assentamentos, em muitos casos, ocasionando, muitas vezes, na venda das propriedades rurais). Características ambientais (como secas e pouco acesso a água) e dificuldades estruturais e de acesso a mercados são colocados como dificuldades, enquanto as oportunidades referem-se, principalmente a aspectos produtivos, de acesso à terra, formação e comercialização de produtos. A valorização de seu modo de vida pelos próprios agricultores e agricultoras perfazem uma fortaleza identificada nas falas dos entrevistados. Segundo as autoras, essas pessoas *"se enxergam e se sentem como pessoas do meio rural, identificam-se e constroem suas identidades a partir de saberes que são compartilhados entre gerações, sejam crenças, técnicas de cultivo, preparo de alimentos, religião, formas de lazer, dentre outros. Estes, por sua vez, fortalecem o sentimento de pertencimento e resiliência para permanecerem na área rural, e continuarem como agricultores familiares".* Ainda assim, são mais destacadas as ameaças que as potenciais estratégias de adaptação. As autoras identificam a necessidade de se analisar a não concretude da reprodução social das famílias e destacam, como ameaças à Resiliência da Agricultura Familiar, os aspectos relacionados à idade avançada e problemas de saúde nas famílias rurais.

No artigo ***"Produção alimentar, potencial produtivo e desafios à continuidade de fazeres e saberes rurais- experiências de agricultores familiares no Pontal do Araguaia –MT"***, Regiane Caldeira e coautores estudaram a Agricultura Familiar em assentamentos rurais, também em Nova Xavantina (MT), com vistas à diversidade

na produção de alimentos e de saberes locais.Os autores identificam a produção de alimentos e comidas como elementos fortalecedores da resiliência de agricultores familiares. Para eles, a comida é *"algo em que a cultura se faz presente de forma mais aprofundada"* e que, em sendo um elemento central da vida humana, *"estabelece contínuas relações entre produção, consumo e modos de vida"*. Os autores descrevem a culinária como um elemento fortalecedor da resiliência da Agricultura Familiar porque valoriza ingredientes locais e os métodos tradicionais de preparação de alimentos. Destacam que através dela se estabelecem laços de solidariedade, e as tradições e heranças relacionadas a ela têm importância cultural e social, representam modos de vida locais e perfazem formas de conexão das pessoas com a natureza e com a terra. Na presente pesquisa identificaram fartura de alimentos em "quintais, roças e mesas" nos assentamentos visitados, com produção alimentar significativa que ultrapassa as necessidades para consumo das famílias. De forma unânime, os agricultores entrevistados na pesquisa afirmam que sua alimentação vivendo na roça *"é muito mais saudável do que na cidade, pois produzem praticamente quase tudo que precisam".* Analisando a alimentação das famílias, os autores identificaram potencial produtivo, alimentar e cultural. O texto destaca a importância de programas como o PAA e PNAE, bem como a organização dos agricultores em associações e cooperativas para a comercialização de produtos da Agricultura Familiar. Entretanto, na área de estudo, a comercialização dos produtos e a organização social são ainda grandes desafios a serem enfrentados, com destaque a questões fitossanitárias e burocráticas para acesso a programas. Os autores detectaram um potencial produtivo significativo, com a identificação de conhecimentos e práticas capazes de multiplicar o que produzem atualmente. Porém, essa potencialidade é contida pela limitada organização social e falta de licenças para comercializar parte de suas produções

No que se refere ao estudo das vulnerabilidades da agricultura familiar, Raquel de Melo Silva e coautores analisam a dinâmica de agricultores familiares em assentamentos e comunidades rurais do semiárido do estado de Alagoas. O artigo é intitulado ***"Vulnerabilidades tecnológicas na cadeia produtiva agropecuária agroecológica em comunidades rurais no semiárido alagoano"***. O ponto central do estudo é, de uma parte, a carência de execução das políticas públicas adequadas ao semiárido, que garantam a produção de alimentos, e, de outra, as experiências construídas pelos agricultores familiares para o enfrentamento da fome, considerando

os recursos tecnológicos disponíveis, a procedência dos insumos e as características de uso no manejo agrícola. Para os autores, a infraestrutura e a tecnologia são essenciais para garantir a produção e reduzir as perdas, em contextos de alterações climáticas. A pressão sobre o sistema, que se associa à insegurança alimentar, é condicionada, nessa visão, pelo baixo investimento em tecnologias e implementos apropriados para a convivência dos agricultores com o semiárido. O manejo agroecológico é apresentado como uma estratégia, utilizada nas comunidades rurais do Agreste e Sertão, capaz de reduzir os custos de produção e aumentar, como consequência, a renda, garantir a soberania e a segurança alimentar. No entanto, as vulnerabilidades dos agricultores, tais como a ausência de assistências governamentais, a pobreza e as adversidades edafoclimáticas que enfrentam, limitam essas possibilidades. Outro elemento crítico, identificado na pesquisa, é a ausência de uma assistência técnica que facilite o acesso ao conhecimento associado ao manejo dos agroecossistemas. O acesso a conhecimentos básicos de práticas agroecológicas poderia qualificar a contribuição das famílias com a conservação da biodiversidade. Para tanto, segundo os autores, é necessário ampliar o acesso a políticas públicas adequadas ao semiárido do estado de Alagoas, que viabilizem a otimização da produção agroecológica de alimentos.

A partir desse resumo geral dos artigos, e considerando a pauta principal proposta para esse grupo temático, as questões problematizadoras que pretendemos abordadas quando da realização do GT11 enfocam *a identificação de pressões e choques sofridos pelo sistema socioecológico da Agricultura Familiar, e que geram vulnerabilidade* considerando suas diferentes dimensões, bem como as *estratégias e adaptações que podem fortalecer sua resiliência*.

## Referências Bibliográficas

CENTER, STOCKHOLM RESILIENCE. "Stockholm Resilience Center.", 2010.

DARNHOFER, I. et al. The resilience of family farms: Towards a relational approach. **Journal of Rural Studies**, v. 44, p. 111–122, abr. 2016.

OLIVAL, A. D. A. O. et al. **Na trilha das mudanças: ciência e resiliência da agricultura familiar na Amazônia norte mato-grossense**. Cáceres: Ed UNEMAT, 2021.

# CONDIÇÕES E PERSPECTIVAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA EM TERRITÓRIOS HEGEMONIZADOS PELO SETOR SUCROENERGÉTICO

Autoria principal do Trabalho
Victor Marchesin Corrêa[1]

Coautoria(s)
Diogo Marques Tafuri[2]
Joelson Gonçalves de Carvalho[3]

**GT 11: VULNERABILIDADE, ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR.**

## RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as condições e perspectivas históricas de reprodução social dos camponeses assentados em territórios hegemonizados pelo setor sucroenergético, na interface que estabelecem com a questão ambiental e com as formas de inserção camponesa nos mercados. Com base na apreciação de dados empíricos, mediada por abordagem qualitativa orientada por uma perspectiva empírico-indutiva, foi possível constatar que o desenvolvimento do setor sucroenergético paulista tem afetado diretamente as condições de vida e manejo produtivo neste rural reocupado, visto que aos camponeses assentados são destinadas terras ambientalmente degradadas, com baixa fertilidade e em desequilíbrio ecológico. Nesse sentido, tem limitado a consecução da produção agroecológica de alimentos nos assentamentos, afetando diretamente as possibilidades de integração camponesa aos mercados agroalimentares públicos e privados e, por conseguinte, sua capacidade de geração de renda por meio do trabalho familiar.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; Setor sucroenergético; Reprodução social camponesa; Conflitos ambientais.

[1] **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro** - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – victormarchesin@ufrrj.br
[2] **Universidade Federal de São Carlos** - Programa de Pós-Graduação em Educação/ Núcleo de Pesquisa e Extesão Rural - diogo.tafuri@ufscar.br
[3] **Universidade Federal de São Carlos** - Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural/ Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural. **Universidade de Araraquara** - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - joelson@ufscar.br

## INTRODUÇÃO

No estado de São Paulo, tanto a expansão das áreas destinadas à lavoura de cana-de-açúcar como as transformações tecnológicas decorrentes do desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, intensificadas a partir da década de 1970 com o estabelecimento dos programas estatais de estímulo à sua produção e processamento (Proálcool, Procana), impactaram historicamente nas composições da estrutura fundiária e da força de trabalho rural. Por um lado, tal processo ampliou a concentração de terras no estado, especialmente no tocante à sua posse e exploração, com a conversão de áreas de cultivo até então destinadas a outras culturas agrícolas para a produção de cana-de-açúcar (BACCARIN; OLIVEIRA; MARDEGAN, 2020). Ademais, se num primeiro momento este incremento da demanda por mão-de-obra, alavancada pela expansão dos canaviais, terminou por atrair um importante contingente de trabalhadores migrantes advindos de outras regiões do país, com o início e a intensificação do processo de mecanização do plantio e da colheita da cana, a partir da década de 1990, houve uma extensa substituição de trabalhadores por máquinas, desmobilizando boa parte da força de trabalho até então absorvida pelo setor e precarizando ainda mais os níveis de remuneração e acesso aos direitos trabalhistas daqueles que permaneceram empregados (SILVA; MELO, 2009).

Dentro de tal contexto, marcado pelo aumento da concentração fundiária, da pauperização campesina e do êxodo rural, a insurgência dos movimentos sociais articulados em favor da luta pela reforma agrária requereu que o Estado brasileiro exercesse de forma mais contundente seu papel de mediador político-institucional das questões fundiárias do país (CARVALHO, 2010). Deste modo, com a política de implantação de assentamentos rurais, iniciada no âmbito federal desde 1985, por meio da execução do I Plano Nacional da Reforma Agrária, um grande número de trabalhadores historicamente marginalizados pelos efeitos da modernização da base técnica dos meios de produção agrícolas (mas também pelo processo de reestruturação produtiva e flexibilização das relações do trabalho industrial, característico do regime de acumulação capitalista na década de 1990) obteve, ainda que de forma parcial e precária, acesso a terra de trabalho nos assentamentos constituídos.

Em São Paulo, considerando o contexto fundiário caracterizado pela escassez de terras disponíveis para a implantação dos assentamentos, condicionado pela vertiginosa expansão do agronegócio sucroalcooleiro das últimas décadas[4], uma das alternativas encontrada pelos movimentos sociais e Superintendência Regional do INCRA/SP visando a destinação de terras para a reforma agrária foi promover, nas áreas em litigio judicial decorrentes de infrações ambientais, a instalação de assentamentos do tipo "Projeto de Desenvolvimento Sustentável" (PDS). Tal modalidade é destinada, de acordo com as normativas da Portaria INCRA n. 477 de 1999, ao manejo sustentável e a preservação de reservas de matas primárias por populações que repousam seu sustento no extrativismo e em atividades de baixo impacto ambiental (IPEA, 2013). Desta forma, os assentamentos do tipo PDS forjaram-se, desde o momento de sua constituição, enquanto *lócus* privilegiado e particular de manifestação dos conflitos fundiários envolvendo camponeses e agronegócio, mediados fundamentalmente pela questão ambiental.

Considerando tais apontamentos, o objetivo deste artigo é analisar as condições e perspectivas históricas de reprodução social dos camponeses assentados em territórios hegemonizados pelo setor sucroenergético, na interface que estabelecem com a questão ambiental e com as formas de inserção camponesa nos mercados. Os procedimentos metodológicos deste trabalho estão fundamentados em abordagem qualitativa orientada por uma perspectiva empírico-indutiva, por meio do qual "(...) o tratamento analítico dos dados permite passar das imagens sensíveis dos fenômenos para imagens unitárias ou analíticas de suas propriedades e das condições em que são produzidos" (FERNANDES, 1972, p. 06).

Em termos empíricos, o estudo situou as questões investigadas na realidade social vivenciada por camponeses de Projetos de Desenvolvimento Sustentável localizados na RA de Ribeirão Preto e RA Central de São Paulo, territórios de alta incidência do desenvolvimento do setor sucroenergético paulista nas condições de vida e manejo produtivo dos assentamentos rurais. Considerando o contexto espaço-temporal indicado, para coleta primária de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com camponeses (as) assentados (as), representantes de movimentos sociais de luta pela terra, como também com gestores de políticas

[4] "Entre 1994 e 2014, a área de cana em São Paulo passou de 2,6 milhões hectares (ha) para 6,8 milhões ha, enquanto a área com outras lavouras caía de 4,1 milhões ha para 3,1 milhões ha e a de pastagens, de 10,7 milhões ha para 6,8 milhões há" (BACCARIN; OLIVEIRA; MARDEGAN, 2020, p. 39).

públicas de desenvolvimento rural, de modo a possibilitar o confronto de perspectivas múltiplas propostas pelos sujeitos sociais e evidenciar as variadas dimensões da totalidade do fenômeno.

## DESENVOLVIMENTO

### Trabalho, renda e a questão ambiental.

Em relação aos assentamentos rurais instalados pelo INCRA no centro-leste paulista, região cujo padrão de produção agrícola esteve historicamente calcado essencialmente na monocultura de cana-de-açúcar e na utilização de agrotóxicos e adubos sintéticos, temos quatro projetos de assentamentos que foram criados dentro de parâmetros jurídico-normativos específicos, os quais visam promover o manejo sustentável dos recursos naturais e garantir a preservação do meio ambiente e a recuperação do equilíbrio ecológico nas áreas de assentamento. São eles: PDS Santa Helena (São Carlos), PDS 21 de Dezembro e PDS Comunidade Agrária Aurora (Descalvado), PDS da Barra (dividido em 03 assentamentos distintos: Mário Lago, Santo Dias e Índio Galdino) e PDS Sepé Tiarajú (Ribeirão Preto).

Um dos agricultores do assentamento Mário Lago (PDS da Barra/Ribeirão Preto), localizado em sobre uma área de recarga do Sistema do Aquífero Guarani, descreveu-nos em sua entrevista a forma pregressa de manejo da terra e dos recursos naturais praticada na propriedade em que foram implantados os lotes das famílias camponesas, cujo impacto ambiental negativo motivou a destinação da área para a política de reforma agrária e sua reconversão em um PDS:

> A área estava bem, assim, na questão agroecológica, de arborização, as áreas estavam todas degradadas, os caras açoraram os varjões, plantava cana, destruiu uma cabaceira da nascente que tinha lá em cima, que era uma antiga lagoa. Foi um dos processos que acabou complicando pro antigo proprietário, que ele destruiu uma nascente pra produzir cana. (...) Então era uma área que tinha muita cana produzindo de uma forma errada e a gente conseguiu ir tirando essa cana e tentando produzir de uma forma mais agroecológica, respeitando mais o meio ambiente (**agricultor assentado)**.

Em relação aos desafios enfrentados pelos agricultores assentados para se estabeleceram em áreas originalmente destinadas ao cultivo de cana-de-açúcar (condição não restrita aos assentamentos do tipo PDS), no que tange às estratégias de reprodução social ensejadas desde o momento de chegada aos lotes familiares,

destacamos especialmente as consequências da degradação das fontes naturais de água originalmente existentes nas áreas, e a restrição que isto impõe à disponibilidade inicial de água para consumo doméstico e para irrigação da plantação. Por um lado, tal situação tendeu a ampliar o nível de dependência das famílias assentadas em relação ao provisionamento de infraestrutura por parte do INCRA, ocorrida num cenário de contínua retração do investimento em políticas públicas voltadas para viabilização dos assentamentos rurais, fossem elas "básicas primárias" (infraestrutura de habitação e fomentos iniciais) ou "básicas secundárias" (infraestrutura para produção, educação, de saúde e lazer) (GOMES; FERRANTE, 2012).

Por outro lado, induziu as famílias a buscarem, de modo individualizado, estratégias de provimento mínimo de tais condições, por meio do acesso a formas de capitalização alternativas, como empréstimos familiares e rendimentos auferidos em trabalhos temporários na cidade. Neste contexto, percebemos a ocorrência, entre os próprios camponeses assentados, de certa desigualdade nas possibilidades de acesso aos direitos básicos de infraestrutura como moradia e água, por exemplo, condicionado pela diferença entre a capacidade individual de mobilização de recursos financeiros de cada família.

Também o exaurimento da fertilidade natural do solo afetou a produtividade agrícola passível de ser obtida das novas atividades empreendidas com a retirada da cana, pois, de acordo com outro agricultor, "(...) produzir agroecológico sem usar agroquímico é um grande desafio. Então primeiro ano produziu razoável, segundo ano produção bem menor, terceiro ano nada. Não compensava muito, a terra muito fraca" (**agricultor assentado**). De acordo com estudo realizado pelo IPEA (2013), os assentamentos rurais são caracterizados fundamentalmente como áreas de produção de alimentos e, especificamente aqueles regidos pelas normas próprias à modalidade PDS, devem pautar suas atividades produtivas em acordo com preceitos e práticas de manejo ambientalmente sustentáveis.

Neste sentido, a adoção de práticas agroecológicas[5] por parte dos agricultores esteve limitada, num primeiro aspecto, pela baixa produtividade auferida

[5] "A agroecologia orienta a objetivação de agroecossistemas produtivos de alimentos saudáveis, potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural; que tem como base a práxis camponesa, dos povos originários e tradicionais, reconectando saberes tradicionais e conhecimentos científicos" (GUHUR; SILVA, 2021, p. 70).

no curto prazo com o empenho do cultivo de alimentos hortifrútis orgânicos[6], sistema produtivo que prescinde da utilização de adubos químicos e agrotóxicos, priorizando o uso dos recursos naturais disponíveis na própria unidade produtiva. Tal limitação agronômica, ampliada pela insuficiência e ineficiência das políticas públicas de fornecimento de infraestrutura, crédito produtivo e serviço contínuo de assistência técnica rural aos assentamentos rurais, terminou em muitos casos por desmobilizar o trabalho familiar direcionado para a produção agrícola. Tal entrave se manifestou antes mesmo dos assentados encontrarem a última barreira a ser vencida para viabilizar a permanência de seus membros no lote: a efetivação da venda dos produtos, responsável por garantir a geração da renda aos agricultores (questão discutida adiante).

Ainda considerando a problemática ambiental em um território hegemonizado pela agroindústria canavieira, é possível identificar diferentes níveis de interferência da dinâmica de expansão do setor sucroalcooleiro, na relação que estabelece com a viabilidade da produção de hortifrútis orgânicos e, portanto, com a sustentabilidade econômica e social dos projetos de assentamentos. Segundo um dos camponeses entrevistados:

> Pra nós, no começo, quando a gente veio pra cá, se tratar de problemas pontuais, tinha a questão dos venenos que eles jogavam em volta, e aí depois não foi nem por nossa causa, mas teve uma lei que proibiu a queimada, proibiu jogar herbicida por avião não sei quanto quilômetros da cidade (...) eu falo de um problema pontual, mas se você imaginar um problema mais geral, você falar assim: o que afeta, né? (...) a gente sabe que a chuva, a falta de chuva é porque degradou, não tem mais árvore (...) então de um modo geral, assim, pro produtor, a dificuldade vem também por isso. Você vai tentar produzir numa área que é seco, que chove muito, quando chove aí é geada, então tudo isso daí é um desequilíbrio, não só pra nós do Mario Lago mas pra todo mundo que mora na região. A cana, não a cana, mas quem produz a cana acaba afetando a vida de todo mundo (**agricultor assentado**).

Nos assentamentos da modalidade PDS, normas de responsabilidade ambiental são aplicadas aos camponeses recém-chegados terras degradadas e com

[6] "Os alimentos orgânicos são aqueles provenientes de sistemas de produção agrícola que, conceitualmente, visa manejar, de forma equilibrada, o solo e os demais recursos naturais como água, vegetais, animais, macro e microrganismos, procurando minimizar os impactos ambientais dessa atividade graças à eliminação do uso de agrotóxicos e de quaisquer adubos minerais de alta solubilidade nas práticas agrícolas, conservando-os em longo prazo e mantendo a harmonia desses elementos entre si e com os seres humanos. Além disso, recorre ao manejo racional das culturas, como os policultivos, e a ecologia da paisagem, a fim de atingir o equilíbrio e a otimização da produção" (TERRAZZAN; VALARINI, 2009, p. 27).

baixa fertilidade, sem fontes naturais de água e com equilíbrio ecológico já rompido. Ademais, o desempenho de suas práticas agrícolas está constantemente sujeita aos riscos derivados de alterações drásticas do regime climático e seus eventos extremos correspondentes (estiagem prolongada, precipitações excessivamente volumosas de chuva, geada), mas também aos efeitos da contaminação direta e indireta ocorrida pela aplicação de agrotóxicos das lavouras voltadas à produção de *commodities*. A questão ambiental aparece como um fio condutor que atravessa de forma extremamente contraditória a experiência histórica dos assentamentos rurais, especialmente no que tange às tensões entre a aplicação das normas legal estipuladas pelos órgãos públicos e a incidência que possuem nas práticas agrícolas concretas das diferentes categorias de produtores rurais que dividem o espaço geográfico do centro-leste paulista. Para um dos engenheiros agrônomos da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de São Paulo:

> A questão ambiental ligada aos grandes usineiros, eles têm assim, não vou te falar que é um privilégio, mas eles tem a possibilidade de fazer muita coisa. Eu posso errar 05 aqui, mas eu faço 90 lá. O grande problema é a capacidade que eles têm de responder prontamente às coisas. (...) Então é diferente da questão do assentamento, que a gente sabe que o pessoal não tem condição financeira e técnica de atender qualquer pedido do ministério público (...) é um problema que não tem solução. (...) agora, para grupos empresariais é muito diferente. A legislação é a mesma, é tudo igual, só que o que acontece: se chega um negócio pra usina, a usina tem um grupo de advogados, de técnicos, de gente ambientalista (**engenheiro agrônomo**).

Motivo da reconversão de áreas monocultoras em terra de trabalho camponês, a mobilização pública realizada em favor da preservação ambiental onera mais aqueles agricultores que, a despeito das exigências legais a que estão submetidos, não possuem condições objetivas de estabelecer uma lógica produtiva alternativa e sustentável. Na prática, isto tende a favorecer as grandes usinas que, a mercê de tal questão, possuem alta capacidade de mobilização de recursos e capital para lidar com o ônus e possíveis punições a práticas ambientalmente perniciosas, independentemente do seu modo de manifestação (baixa produtividade do solo, litígios judiciais, necessidade de compensação ambiental e reflorestamento, etc.). Para os camponeses, por sua vez, a possibilidade de realizarem a produção orgânica e agroecológica de alimentos está diretamente relacionada com a capacidade de geração de renda por meio do trabalho agrícola, cujo êxito ou

fracasso definem a combinação de estratégias postas em prática visando a reprodução social das famílias assentadas. Assim:

> Aqui dentro do assentamento é mais de 500 famílias, e você também conscientizar todo mundo da forma de produção, e acaba que às vezes você se esbarra até na questão da renda. Porque, assim, você reflorestar é uma coisa, você ter renda também pra conseguir manter sua família aqui é outra. Tem essa dificuldade também. (...) E assim, hoje tem uma cooperativa nossa, a Comuna da Terra, que trabalha com agrofloresta e consegue tirar uma produção dessa maneira, trabalhando com árvore e produzindo alimento. (...) com agrofloresta é diferente, você consegue pensar desde uma renda que é uma renda de curto, médio e longo prazo. Você pode ter a hortaliça né, um café, que é médio prazo, e uma madeira de longo prazo (...). A renda é isso, você consegue ter uma renda o ano todo com a hortaliça, que é o que mantém nós aqui, que é a hortaliça, é o que mais produz. Então na época da merenda você consegue garantir a renda de algumas famílias da cooperativa (**agricultor assentado**).

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)[7], os sistemas agroflorestais são caracterizados como uma forma de manejo do solo que combina, em um determinado tempo e espaço, o cultivo de elementos perenes (espécies arbóreas ou arbustivas, frutíferas, madeiráveis ou adubadoras), semi-perenes (espécies implantadas no início do sistema com ciclos de dois a três anos), de ciclo curto (hortaliças fruto, herbáceas e tuberosas) e eventuais (componente animal). Tal prática possui a potencialidade, por meio da combinação do plantio de espécies vegetais nativas com a policultura agrícola, de reestabelecer processos ecológicos em áreas ambientalmente degradadas (por meio da ciclagem de nutrientes, fixação de carbono, reestabelecimento da fauna local), ao mesmo tempo em que proporciona a produção comercial de alimentos.

Nos assentamentos rurais, diversos obstáculos se entrepõem entre a teoria e a prática da implementação dos sistemas agroflorestais, e poucas são as condições facilitadoras que permitem aos camponeses assentados empreenderem esta técnica agrícola. Por princípio, o cultivo por meio de agroflorestas se mostra adequado ao cumprimento dos dispositivos normativos legais impostos aos PDSs em relação à questão ambiental, mas também à produção de alimentos orgânicos que garantirá de forma perene o autoconsumo e a geração da renda familiar.

[7] Informações disponíveis em: https://www.embrapa.br/agrossilvipastoril/sitio-tecnologico/trilha-tecnologica/tecnologias/sistema-de-producao/sistema-agroflorestal.

Inicialmente introduzida nos assentamentos para reflorestar suas áreas de reserva ambiental, a utilização da técnica agroflorestal visando a geração de renda camponesa tem esbarrado essencialmente em obstáculos similares aos existentes para o plantio convencional de hortifrútis: ausência de água para irrigação para os períodos de estiagem (ainda que em menor grau e no curto prazo), dificuldade para o controle natural de pragas (dado o desequilíbrio da composição do solo degradado), ausência de ATER e limitações dos canais de comercialização disponíveis para venda dos produtos agrícolas. Ademais, de forma complementar, dada a combinação de espécies de distintos ciclos produtivos e características, exige dos agricultores um maior conhecimento técnico para lidar com um sistema de plantio de constituição mais complexa, como também uma maior capacidade de planejamento e gerenciamento produtivo, visando o escoamento comercial da produção.

Trabalho, renda e os desafios da comercialização.

A ausência da garantia de infraestrutura, crédito produtivo e de assistência técnica rural recai cotidianamente sobre os camponeses beneficiários do programa de reforma agrária, inviabilizando a difusão de práticas produtivas ambientalmente sustentáveis ao conjunto dos assentados e assentamentos. Por sua vez, o estabelecimento dos mercados institucionais para os agricultores familiares brasileiros, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tem proporcionado um importante meio de venda da produção assentada, ainda que as características distintas existentes entre os arranjos institucionais e operacionais dos dois programas conformem modos particulares de fomento à comercialização daquilo que é produzido pelos camponeses:

> No início, você produzia o que imaginasse, o que coubesse no seu consórcio você podia plantar que você tinha escoação. A hora que você passa a fazer essa comercialização sem um apoio de política pública, aí já começa meio que ter alguns produtos que as vezes não são muito aceitos no mercado (...) Hoje, talvez eu precise comprar mais coisas de fora, porque eu acabo não produzindo uma diversidade por conta destas questões que eu te falei, então você acaba não tendo muita diversidade. Então o PAA dava isso, porque você tinha uma diversidade de alimentos. (...) Contribuiu muito, muito, muito para agrofloresta, porque se fazia um consórcio muito bem feito, tanto que tem as fotos aí da produção do Mario Lago em 2011, 2012, 2013, 2014, muito

> alimento de muitas famílias participando, quer dizer o que se produzia se vendia, quer dizer, se fazia um consórcio bem legal (**agricultor assentado**).

Se, no caso do PNAE, sua estrutura substantiva (DI GIOVANNI, 2009) pode permitir aos agricultores que acessam o programa auferirem renda no curto prazo e com melhores preços, dentro de uma cota de venda anual maior (R$ 40 mil/família), o desenho operacional do PAA tende a favorecer a comercialização de uma escala menor de produtos de tipos mais variados, tal qual é proporcionado pelos consórcios do sistema agroflorestal. Um dos assentados relata em seu depoimento a importância que pode adquirir, para a produção agroecológica assentada, a formulação e implementação de políticas públicas de comercialização adequadas às suas particularidades, na medida em que possuem potencial de proporcionar tanto a segurança alimentar e nutricional das famílias (obtida pelo autoconsumo), quanto a efetivação da venda de excedente e da produção comercial, por meio da criação de mercados institucionais regidos por regras específicas e distintas daquelas que regulam os mercados alimentares convencionais. Esta garantia da aquisição da produção agrícola dos assentamentos rurais tende a estimular a realização de investimento e o direcionamento de trabalho ao manejo da terra:

> A Conab? Você veja bem, se você já tem R$ 10 mil que compra na sua mão, aí aparece a merenda escolar, aí é onde está o canal pra trazer seu filho pra cá, poxa, e trazer outra pessoa, eu estou tendo isso e não estou dando conta. Eu já tenho esse aqui fixo, é R$ 10 mil, esse é meu garantido. Aí eu posso falar esses R$ 10 mil, poxa, R$ 10 mil vai ser só de comida, então não vou me preocupar com comida né, vamos supor. Aí você ainda vai se esforçar com mais coisa. Se tem uma coisa que eu nunca recebi foi esse tal de bolsa família, nunca aconteceu, é igualzinho eu imagino as pessoas que tem o bolsa família. Tem o bolsa família que dá uma ajuda pra ele vai dar um ânimo pra ele fazer mais do que tem vontade né? Aqui na roça é assim. Você já pensou, eu com a Conab hoje? O seu sonho é outro, outra expectativa. Aí você vai plantar mesmo (...) eu não sei por que uma coisa linda daquela não virou lei e não está funcionando até hoje. (...) Nada, acabou, aí quem tinha perdeu, não tem nada, aí o pessoal não tinha mais nada. Pôr aonde? Vender aonde? Os que entregavam na Conab, ninguém produz mais. Porque o cara vai produzir porque ele tem certeza (**agricultor assentado**).

Este camponês assentado aponta de forma peremptória a relevância que adquire a execução de programas sociais, ainda que de naturezas distintas, no arrefecimento de situações de vulnerabilidade e precariedade vivenciadas pela

população trabalhadora, camponesa ou urbana. Ao mesmo tempo em que refuta ter precisado, em algum momento de sua vida, do auxílio da renda transferida pelo governo federal por meio do Programa Bolsa Família (PBF), percebe a importância que tais recursos financeiros possuem tanto para sobrevivência, quanto para ampliação do horizonte de expectativas das pessoas assistidas. Parece compreender, com a comparação estabelecida entre o PAA e o PBF, que sua condição de agricultor assentado assemelha-se em certo sentido com a realidade de muitos bairros de periferia urbana, ainda que prefira salientar o quanto esteve e está alheio à necessidade de assistência do PBF.

Entretanto, é possível afirmar que a garantia de um mínimo de recursos financeiros possibilitado pelos programas de compras públicas da agricultura familiar tem se mostrado como um ponto de partida fundamental para a estruturação de projetos de vida e de trabalho mais seguros, perenes, mas ao mesmo tempo audaciosos, que possam incluir em seus objetivos tanto a ampliação e diversificação da produção agrícola realizada no lote quanto a incorporação de filhos e filhas nesses novos projetos produtivos. Ao contrário, sem a garantia de venda dos frutos do trabalho, e sem a segurança de dispor ao menos do mínimo necessário para a subsistência familiar, a escolha de boa parte dos assentados acaba se voltando para a busca de trabalho e renda no meio urbano mais próximo:

> Agora tem 3 anos que eu estou desempregado, sempre trabalhando aqui e trabalhando lá. Eu ficava trabalhando lá e fazendo aqui, eu falei: 'quando não dá mais certo, (...) eu vou estar bem formado lá de frutas'. Aí teve 3 incêndios. (...) Primeira vez eu fiquei nessa fábrica de papel, fui 10 anos e abandonou nós tudo sem nada (...) aí mais 4 anos e pouco na outra também parou, a gente não recebeu nada, e quando foi nessa outra (...) eu fiquei lá mais 4 anos, e aí mandou embora quando viu que eu estava com problema no quadril. Agora, mesmo que aparece outro, não estou querendo, estou ficando só aqui (...). A minha renda aqui, hoje, eu não sei te falar certo, mas, às vezes tem um tempo estou comendo feijão daqui, essas coisas assim. Os meus filhos eles ganham algum dinheirinho deles lá na cidade. Minha mulher nunca trabalhou assim pra fora, em firma nenhuma não (**agricultor assentado**).

A descontinuidade das políticas de compras públicas tem desmantelado não somente as iniciativas produtivas voltadas ao atendimento dos mercados institucionais, a partir da interrupção da utilização das cotas de venda destinadas a cada agricultor no PAA e PNAE, mas também as possibilidades de acesso, pelos

camponeses, aos canais de comercialização alternativos e suplementares ao mercado público, visto que a diminuição drástica da escala de venda garantida tem como efeito colateral a desestruturação do planejamento produtivo da unidade familiar de uma forma geral. Como consequência, a renda mais imediata obtida em trabalhos realizados fora do assentamento acaba por se constituir como elemento fundamental na composição da renda familiar e na definição das estratégias de reprodução social nos assentamentos estudados, ainda que, na maior parte dos casos, esteja aliada à realização de uma pequena produção de subsistência e escoamento de excedente. Para o engenheiro agrônomo da CATI, a comercialização dos produtos da agricultura familiar se configura como eixo central de sustentabilidade de suas atividades agrícolas:

> Na minha concepção, o maior problema é o mercado, porque o mercado ele tem muitas portas, dificilmente eu vejo um agricultor familiar conseguir chegar a entregar as coisas sem que alguém vá buscar na propriedade dele, ou que ele precise entregar para alguém pra esse alguém, sabe? Isso é uma coisa que eu acho que o agricultor, principalmente o pequeno, deveria aprender a fazer sozinho (...) enquanto existir o caminho do meio, o agricultor não vai ganhar dinheiro, porque quem ganha dinheiro é o caminho do meio (...) o agricultor precisa deixar o trabalho braçal e passar a ser administrativo e entregar, infelizmente, o tempo mudou. E a gente sabe que a agricultura familiar emprega muita gente, no mínimo 4 pessoas por hectare, se você trabalhar com produtos hortifrútis, isso é cientificamente provado (**engenheiro agrônomo**).

Na medida em que a ausência da garantia de venda da produção agrícola e a possibilidade da perda do investimento realizado (de trabalho, tempo, recursos financeiros) condicionam a decisão dos assentados em empreenderem ou não culturas agrícolas comerciais, a questão da inserção camponesa no mercado aparece como fundamental no tocante às formas possíveis de reprodução social nos assentamentos rurais. Percebida como uma demanda de trabalho concorrente àquele exigido pela produção agrícola, tanto em termos do tempo de dedicação quanto em relação à polivalência de aptidões requeridas para seu desempenho, a comercialização camponesa traz à tona a questão da relação entre o trabalho requerido e disponível nas unidades produtivas familiares, tanto em termos quantitativos como qualitativos:

> Você ser um produtor é uma coisa, já é difícil, você ser um produtor e um vendedor já é mais difícil ainda. Então muitas famílias não se ajuntam numa cooperativa, quer andar sozinha, daí acaba ficando um pouco mais difícil. A gente não tem nada contra, mas é mais difícil trabalhar sozinho. E aí, por exemplo, se você não tem um grupo pra se unir você acaba fazendo o que é mais fácil, que aí aqui como é um assentamento do lado da cidade, a maioria foi trabalhar fora. Não água, não tem... aí você acorda cedo, acha que é muito mais fácil você... Assim, se você põe na ponta do lápis a realidade é essa, é muito mais fácil você ser empregado do que ser empreendedor. Se você falar assim, vou lá trabalhar lá fora, o cara fala que tem que fazer isso e isso e todo mês vou ter meu salário, é fácil, se der certo ou não ele tem que me pagar, agora você ser um empreendedor, que é você produzir, e você ter que pensar eu tenho que produzir tanto, tirar tanto, todo dia tenho que acordar cedo, eu tenho que fazer isso, tenho que fazer aquilo, é mais difícil. Assim, é mais difícil pra quem é acostumado nesse caminho, que é o mais fácil. Mas se você se acostuma ali a fazer isso todo dia, você vê que seu retorno é muito maior, você consegue manter seu lote, tirar uma renda dali, não precisa ficar trabalhando como empregado e acaba tendo um negócio no seu lote (**agricultor assentado**).

Neste ponto da questão, o modo como o conjunto de agricultores engendra seus processos organizativos[8] (SCOPINHO, 2012) em cada assentamento rural tem se demonstrado determinante para viabilizar o acesso aos instrumentos de gestão e coordenação demandados para lidar com as diversas barreiras que se impõem, a cada camponês isolado, de modo intransponível. Em relação ao acesso aos mercados institucionais voltados à agricultura familiar, destacam-se as dificuldades impingidas aos agricultores no que tange ao cumprimento dos requisitos burocráticos exigidos para participação nas chamadas públicas, bem como o planejamento, operacionalização e gestão dos projetos de venda pública. Já a inserção no mercado de alimentos convencional exige dos camponeses uma alta qualificação acerca dos aspectos gerenciais da produção agrícola (gestão da qualidade dos produtos, gestão dos fluxos de produtos e informações), sem a qual tendem a esbarrar nos limites logísticos, mercadológicos e contratuais para

[8] "Sob esta perspectiva conceitual de cooperação autogestionária, o processo organizativo dos assentamentos rurais é entendido como meio para construir coletivamente e socializar o conhecimento necessário para facilitar o acesso às tecnologias de organização e controle da produção e comercialização, por meio da participação dos sujeitos no processo de tomada de decisão, de planejamento e avaliação das diferentes atividades produtivas e comunitárias. Tal processo (...) deve ser pensado em conformidade com a complexidade e as especificidades do trabalho, das características psicossociais e culturais dos trabalhadores rurais e dos assentamentos. Leva em conta a compreensão das relações que se estabelecem entre os trabalhadores no cotidiano de trabalho e no convívio familiar e social mais amplo, levando em conta as condições objetivas e intersubjetivas existentes" (SCOPINHO, 2012, p. 12).

fornecimento regular e diversificado para este mercado consumidor de gêneros alimentícios.

Considerando todo o contexto anteriormente discutido, podemos inferir um importante grau de vulnerabilidade social na condição camponesa experienciada nos assentamentos rurais, a qual põe em risco a manutenção dessas famílias no campo. Tal condição está fundada, essencialmente, no possível usufruto da terra enquanto espaço de vida e de trabalho, de modo que sua reprodução social está diretamente relacionada às condições de produção e comercialização de produtos agrícolas de base familiar, que, no contexto de integração dos circuitos econômicos camponeses aos mercados locais e institucionais, asseguram condição fundamental para a garantia da subsistência das famílias assentadas e a satisfação de suas necessidades materiais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo hegemônico de desenvolvimento rural no estado de São Paulo concilia atualmente incremento tecnológico e diversificação agrícola, com destaque para a integração da agroindústria canavieira às grandes cadeias nacionais e internacionais do agronegócio. A constante busca do setor pela elevação de suas vantagens competitivas frente às determinações externas de mercado tem, historicamente, exacerbado os conflitos de interesses entre capital e trabalho no meio rural paulista. Isto tem se manifestado, especialmente, com as disputas pela posse da terra e pelo manejo dos recursos naturais, considerando a interface que estabelecem com o exercício autônomo ou subordinado do trabalho camponês. Neste contexto, movimentos e sujeitos sem-terra têm assumido o protagonismo da luta política exercida contra a concentração fundiária, a degradação ambiental e a precarização das relações de trabalho, alçando a luta pela reforma agrária e a constituição dos assentamentos rurais ao âmago da compreensão do processo contemporâneo de recampenização e de reordenamento dos territórios.

Deste modo, afirmamos que o desenvolvimento do setor sucroenergético paulista tem afetado diretamente as condições de vida e manejo produtivo nesse rural reocupado, visto que aos camponeses assentados são destinadas terras ambientalmente degradadas, com baixa fertilidade e em desequilíbrio ecológico. Isto tem limitado a produtividade da agricultura ali praticada, além de expor os cultivos agrícolas tanto à ocorrência de eventos climáticos extremos, como também aos

efeitos da contaminação direta e indireta ocorrida pela aplicação de agrotóxicos nas lavouras voltadas à produção de *commodities*. Tal conjunto de questões tem limitado a consecução da produção agroecológica de alimentos nos assentamentos, afetando diretamente as possibilidades de integração camponesa aos mercados agroalimentares públicos e privados e, por conseguinte, sua capacidade de geração de renda por meio do trabalho familiar.

REFERÊNCIAS

BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A; MARDEGAN, G. E.. Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana-de-açúcar na estrutura fundiária do Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA (UNESP)**, v. 23, p. 38-62, 2020.

CARVALHO, J. G.. Agricultura e questão agrária no Brasil: condicionantes estruturais da concentração fundiária. In: VI Coloquio de la Sociedad Lationamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico, 2010, Montevideo. **Anais do VI Coloquio Internacional de la SEPLA**, 2010.

DI GIOVANNI, G.. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa NEPP/UNICAMP**, n°82, 2009, p. 01-29.

GOMES, T. P. de S.; FERRANTE, V. L. S. B. Políticas públicas entre eficácias, equívocos e omissões: um retrato em duas regiões do Estado. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.15, n.01, p.157-185, 2012.

GUHUR, D.; SILVA, N. R.. Agroecologia. In: DIAS, A. P.. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1a ed. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2021, p. 59-73.

IPEA. **Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo**. Fatores de sucesso ou insucesso. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2013.

SCOPINHO, R. A.. **Processo organizativo de assentamentos rurais**: trabalho, condições de vida e subjetividades. São Paulo: Annablume, 2012.

SILVA, M; MELO, B. Partir e ficar. Dois mundos unidos pelas trajetórias de migrantes. **Revista Internacional de Mobilidade Humana**, Brasília, v. XVII, n. 33, p. 129-151, jul./dez. 2009.

TERRAZZAN, P.; VALARINI, P. J.. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil**. Informações Econômicas**, SP, v.39, n.11, nov. 2009.

# DINÂMICAS DA FEIRA ORGÂNICA "DA ROÇA PARA A MESA" EM TEMPOS DE PANDEMIA

Larissa Sapiensa Galvão Leal[1]
Henrique Carmona Duval[2]
Vera Lúcia Botta Ferrante[3]

**GT 11:** VULNERABILIDADE, ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

## RESUMO

Este artigo faz um balanço das ações de um projeto de extensão em agroecologia, por meio do qual foi criada, em 2016, a feira Da Roça pra mesa: alimentos orgânicos e artesanais, no município de Araraquara. Ao passo que atravessamos os diferentes tempos da pandemia de Covid-19, o projeto se reinventou para continuar a cumprir seus objetivos de fomentar a transição agroecológica das famílias assentadas envolvidas e manter a oferta de alimentos orgânicos para os consumidores. Para o levantamento dos dados deste trabalho foram acompanhadas as vendas semanais de cada participante da feira no período anterior à pandemia até o mês de fevereiro de 2022. Vários desafios foram colocados à continuidade da produção, da certificação e da própria feira e do atendimento ao público. As diversas estratégias utilizadas possibilitaram a manutenção da feira e a conquista da confiança dos consumidores antigos e de novos consumidores que encontraram na feira.

Palavras-chave: Produção orgânica; Circuito curto; Logística de entrega;

[1]Filiação: UNIARA E-mail: lari_sapiensa@hotmail.com
[2] Filiação: UFSCAR/UNIARA E-mail: henriquecarmona@hotmail.com
[3]

Solidariedade.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo faz um balanço das ações de um projeto de extensão em agroecologia, por meio do qual foi criada a feira Da Roça pra mesa: feira de alimentos orgânicos e artesanais, no município de Araraquara/SP. Ao passo que atravessamos os diferentes tempos da pandemia de Covid-19, o projeto se reinventou para continuar a cumprir seus objetivos de fomentar a transição agroecológica das famílias assentadas envolvidas e manter a oferta de alimentos orgânicos para os consumidores. Vários desafios foram colocados à continuidade da produção, da certificação e da própria feira e do atendimento ao público.

A feira é acompanhada desde a sua criação por membros do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) da Universidade de Araraquara (UNIARA), que participaram da fundação da feira e permanecem auxiliando na organização dos produtores, nas formações e manutenções das Organizações de Controle Social (OCS's) que fazem parte da feira, na comunicação com a gestão pública quando se faz necessário, participando ativamente na divulgação da feira e de seus produtos junto aos consumidores.

Para o levantamento dos dados deste trabalho foram acompanhadas as vendas semanais de cada participante da feira no período anterior à pandemia, portanto, até março de 2020, e posteriormente, até o mês de fevereiro de 2022. Foram apresentados valores de vendas em quilos (para hortaliças, frutas, cogumelos e legumes), unidades (para os pães, bolos, biscoitos) ou valores em reais (para os produtores que possuem produtos diversos e não é possível inseri-los em nenhuma das especificações usadas, como no caso dos artesanatos e dos produtos secos).

Dessa forma, serão apresentados os dados das vendas dos produtos comercializados na feira em cinco fases distintas, pois este é um levantamento que vem sendo realizado semestralmente, sendo elas: a fase anterior a pandemia, o primeiro período relativo ao início da pandemia entre os meses de março a agosto de 2020, o segundo período entre os meses de setembro de 2020 a fevereiro de 2021, o terceiro período entre os meses de março a agosto de 2021 e, por último, de setembro de 2021 a fevereiro de 2022. Todos os dados foram fornecidos pelos feirantes aos

pesquisadores do NUPEDOR. Também foram extraídos dados existentes no grupo de WhatsApp composto por consumidores, para ilustrar algumas situações citadas neste artigo.

**Um breve histórico da feira**

A feira se apresenta como uma cadeia curta de comercialização de produtos em transição agroecológica. Segundo Darolt (2013), a aproximação entre produtores e consumidores e a reinvenção dos mercados locais são desafios para a criação de um modelo agroalimentar ecologicamente correto. Para o autor, os mercados locais e a comercialização em circuitos curtos associados à agroecologia podem ser a chave para reconectar produtores e consumidores e impulsionar o desenvolvimento local. Outros estudos do grupo de pesquisa e extensão que criou e faz a gestão da feira destacam essa relação produtor-consumidor. Paschoalino (2019), em sua dissertação de mestrado sobre a feira "da roça para a mesa", verificou que ocorre um forte vínculo entre agricultores e consumidores:

> "(…) para além do caráter comercial que ali ocorrem, como trocas de conhecimentos diversos, desde receitas culinárias a práticas de saúde e modos de vida. São trocas e conversas sobre coisas cotidianas e sobre temas e pautas que foram sensibilizadas por meio do próprio ambiente da feira, como é o caso da questão do uso do agrotóxico e da valorização do trabalho camponês" (PASCHOALINO, 2019, p. 61).

Em outra pesquisa, Duval et al. (2018) verificaram que os consumidores voltaram a encontrar na feira alimentos o que não encontravam mais em mercados de varejo, como determinadas variedades de feijão e tubérculos. Alguns consumidores chegavam a adquirir até 70% de seu consumo cotidiano de hortifruti na feira, e os preços, comparando-se com os orgânicos em estabelecimentos de varejo, eram em torno de 58% menor. A feira passou a ser estudada enquanto espaço de sociabilidade entre agricultores e consumidores e como possibilidade de popularizar o consumo de orgânicos em razão dos preços justos.

É importante levar em consideração também o impacto da participação na feira em relação à qualidade de vida dos produtores que, como Benjamim (2017) evidenciou em seu trabalho sobre as feiras de Araraquara, proporciona maior autonomia e simetria, além da melhoria na reprodução socioeconômica. Segundo a autora, quando os feirantes foram questionados sobre a escolha de "fazer a feira", o discurso mais recorrente foi a melhoria da qualidade de vida da família.

A Feira de produtos "da Roça para a Mesa" teve início em 16 de agosto de

2016. Sua história começa com a criação do Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia (NEEA) a partir do NUPEDOR, cuja proposta é fortalecer a agroecologia na região. A feira é parte de um projeto de pesquisa e de extensão universitária que priorizou o mapeamento de produtores rurais e investiu em capacitações, envolvendo docentes, estudantes, agricultores e técnicos. A feira foi instalada, inicialmente, no estacionamento da unidade IV da UNIARA e permaneceu neste local até julho de 2018. Nesta primeira fase participaram 14 produtores incluindo hortifruti, produtos de panificação, produtos de compostagem e adubos orgânicos, plantas ornamentais, cogumelos, produtos naturais de limpeza, cosméticos naturais, açaí orgânico e artesanatos (FIGURA 1).

Figura 1: Vista da feira no interior da unidade IV da UNIARA.

Fonte: Arquivo NUPEDOR, 2017.

Uma Comissão composta por produtores, pesquisadores e consumidores, e um Estatuto foram criados para ajudar na organização e direcionamento das diretrizes da feira. Para que a feira pudesse ser caracterizada como “feira orgânica”, foi necessário um maior acompanhamento e registro dos produtores no Cadastro de Produtores Orgânicos – CPO disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Dessa forma, foram criadas as Organizações de Controle Social OCS Orgânicos Bela Vista e OCS Orgânicos Monte Alegre com a participação e auxílio do grupo de pesquisadores NUPEDOR da UNIARA na elaboração dos formulários e documentos necessários para esse tipo de certificação orgânica. Segundo PIZZAIA (2019), Organização de Controle Social (OCS) é uma das maneiras

de garantir a qualidade orgânica, disponível aos pequenos produtores organizados em grupo, associação ou cooperativa, com ou sem personalidade jurídica, que cumpram os regulamentos técnicos da produção orgânica.

A partir desse momento a feira passa a ser chamada de Feira de produtos orgânicos e artesanais “Da roça para a mesa”. Desde o início, esta estratégia de criação e organização da feira vem sendo realizada em colaboração com a UFSCar Lagoa do Sino e vem mantendo as condições de certificação participativa dos produtores da OCS Orgânicos Bela Vista e promovendo reuniões e/ou discussões com a comissão organizadora da feira. Outras ações em conjunto são as estratégias de divulgação para ampliação da feira e das novas formas de comercialização na pandemia.

A segunda fase tem início com a mudança do local da feira para a praça da Fonte Luminosa, em parceria com o Departamento de Água e Esgoto (DAAE) de Araraquara (FIGURA 2). Nesse momento a feira contava com cerca de 11 produtores, 6 que permaneceram desde o início da feira e o restante que ingressaram nessa nova fase com outros produtos diversos como queijos, cachaças artesanais, alimentação “fitness”, polpas de frutas, instrumentos musicais, artesanatos em fuxicos etc.

Figura 2: Vista das barracas da feira na praça do DAAE.

Fonte: Arquivo NUPEDOR, 2019.

Em 05/11/2018 foi criado o grupo de consumidores no aplicativo WhatsApp com o intuito de facilitar a comunicação entre os organizadores da feira e os frequentadores, no início com aproximadamente 30 membros. Hoje participam mais de 140 pessoas. Alguns eventos foram organizados no local com o objetivo de tornar a feira um local de troca de conhecimentos e experiências em diversos temas desenvolvidos pelos expositores e profissionais de diferentes áreas convidados pela comissão da feira, como: atividades de compostagem de resíduos domésticos, argiloterapia, aulas de tai chi chuan, contação de histórias para crianças, instrumentos

musicais, entre outras atividades abertas para toda a sociedade.

Também foram realizadas atividades de visitação aos lotes nos assentamentos onde são produzidos os alimentos orgânicos comercializados na feira. As atividades foram organizadas pelo grupo de pesquisadores do NUPEDOR/UNIARA, os quais convidaram os consumidores através de redes sociais e também pessoalmente, no espaço de comercialização da feira. Foram entregues panfletos com conteúdo explicativo e esclarecido sobre o funcionamento das Organizações de Controle Social, um pouco do histórico do Assentamento visitado, as principais diretrizes do NUPEDOR, a história da feira e a importância da participação dos consumidores na construção da agroecologia na região, e no fortalecimento do elo produtor-consumidor. Os participantes puderam conhecer de perto o sistema de produção orgânica onde é produzido o alimento que consomem. Também puderam visitar um Sistema Agroflorestal e tirar dúvidas com os produtores.

A feira já chegou a abrigar 30 feirantes, que participaram em diferentes momentos ao longo de sua trajetória. Esse movimento de entrada e saída de participantes é recorrente, e isso pode ser atribuído a diversos fatores como: a inconstância de produtos, considerando a sazonalidade da produção; a dificuldade de transporte dos produtos, principalmente para os produtores dos assentamentos diante da distância e das condições das estradas; a opção por feiras mais próximas do local de produção; problemas de convivência entre os produtores e, o de maior impacto, a pandemia, que é o marco da terceira fase da feira.

**Ações durante a Pandemia**

Em março de 2020 foi determinado o primeiro decreto de contingenciamento do Coronavírus em Araraquara, e em 23 de março o município reconheceu calamidade pública. A princípio, o DAAE impediu o funcionamento da feira no interior da praça. Foram necessárias algumas reuniões com a diretoria do DAAE e com a Secretaria da Agricultura e, a partir delas, foram adotadas medidas imediatas para manter o atendimento presencial seguindo os protocolos de segurança, evitando a contaminação dos feirantes e frequentadores com o novo vírus. Os portões da praça permaneceram fechados, formando uma fila do lado de fora com distanciamento de 2 metros entre as pessoas, com entrada controlada de apenas dois clientes por barraca, sendo obrigatórios o uso correto de máscara e a disponibilização de álcool em gel em todas as barracas.

Com o agravamento da pandemia e o caos instalado nas redes pública e

privada de saúde, alguns feirantes preferiram não expor mais seus produtos, permanecendo somente 4 barracas, sendo duas de hortifruti, uma de cogumelos e uma de doces caseiros. A feira se manteve nesse formato até julho de 2020, quando foi decidido durante reuniões com representantes do DAAE sobre a possibilidade de formar um grupo de consumidores entre os funcionários do DAAE para receberem cestas prontas semanalmente. Esta foi uma estratégia para ampliar o número de consumidores da feira, pois muitos funcionários do DAAE não conseguiam frequentar a feira por estarem em horário de serviço. A Diretoria do DAAE autorizou seus funcionários a receberem suas cestas no prédio ao lado da praça onde acontece a feira, às terças-feiras. Formou-se então um grupo específico com 26 participantes para atender à demanda de consumo dos funcionários do DAAE, permanecendo, portanto, três formas de comercialização: Cestas para os funcionários do DAAE, encomendas via WhatsApp para retirada no local e venda direta nas barracas.

Os grupos de WhatsApp, de consumidores da feira e de funcionários do DAAE, especialmente em período de pandemia, foram essenciais para mantermos a comunicação e fortalecer os laços entre os produtores e os consumidores. Nesses grupos são postados semanalmente duas opções para facilitar a relação de consumo: encomendas feitas diretamente com os produtores e encomendas de cestas prontas. Ambas fazem parte do esforço de reduzir o tempo de permanência na feira em razão da pandemia, mas também de garantir maior previsibilidade de venda aos produtores.

Na primeira opção, são postados nos grupos os itens que cada produtor irá expor com os números de telefone de cada feirante. Dessa forma, os consumidores entram em contato diretamente com o produtor e garantem a sua encomenda. Essa estratégia favorece a maior agilidade no momento da compra, com menor tempo de permanência do cliente em cada barraca, evitando aglomerações, sendo uma venda garantida, além de ajudar no planejamento da colheita. Durante o ano de 2020 foram comercializados cerca de 60 kg de hortaliças/semana, 300 kg de frutas/semana, 140 kg de legumes/semana e 18 itens de panificação/semana.

A segunda opção são as cestas prontas, que também são postadas semanalmente nos dois grupos, incluindo hortaliças, legumes e frutas, diversificando os itens toda semana de acordo com a disponibilidade de produtos da época. Em junho de 2020 os valores e a composição das cestas foram formados durante uma reunião realizada na UNIARA entre a comissão da feira e seus feirantes.

Em meados de setembro de 2020 novos produtores procuraram a comissão

para fazerem parte da feira. Porém, com o agravamento da pandemia em Araraquara, em 15 de fevereiro de 2021 um novo decreto dispôs sobre a proibição da circulação de pessoas no município, impossibilitando o funcionamento das feiras e também de entregas delivery até o dia 23 de fevereiro de 2021. Os consumidores foram informados sobre as novas regras de entregas dos produtos da feira durante o período de Lockdown por meio das redes sociais.

Nesse período os integrantes da Comissão da feira fizeram inúmeras conversas para discutir sobre as formas de entregas em domicílio, quem faria as entregas, taxas de entrega, valor mínimo de pedido. Muitos contatos com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento e com a Defesa Civil também foram necessários para definir as ações da Feira. O decreto foi prorrogado e permaneceu o impedimento da realização da feira até 08 de março.

No dia 24/02/21 foram realizadas 47 entregas em domicílio. Muitas pessoas entraram em contato solicitando a entrada no grupo de consumidores da feira e questionando se haveria abertura para novos pedidos naquela semana.

Na semana seguinte foram entregues mais 45 pedidos nas casas dos consumidores. A média das vendas para os produtores que permaneceram na feira não foi afetada pela pandemia. De acordo com eles, houve uma queda de aproximadamente 40% nas vendas durante o Lockdown, quando ocorreram somente entregas em domicílio, mas o restante do período permaneceu o mesmo volume de vendas.

No dia 5 de março de 2021 saiu o novo decreto liberando a abertura das feiras livres, valendo a partir do dia 8/3. Com o objetivo de solicitar a abertura dos portões na terça-feira (9/3/21) foi contactada a representante do DAAE responsável pelo local da feira, mas o pedido, a princípio, foi negado. Outras novas conversas foram feitas até que houve a autorização para realizar as entregas dos pedidos no interior da praça, sem a exposição de produtos, com as seguintes condições: aferimento da temperatura de todos os que frequentarem o espaço da feira, distanciamento social de 3 metros com marcações no chão, máscaras obrigatórias e álcool em gel disponibilizados na entrada do local e em todas as barracas. Os consumidores foram orientados a realizar as encomendas diretamente com os produtores e as retiradas no local de realização da feira.

A fim de seguir todas as orientações da Diretoria do DAAE foi adquirido o termômetro infravermelho para o aferimento de temperatura, álcool em gel e faixas

adesivas para demarcação do distanciamento social.

No dia 9 de março foi autorizada a entrega das encomendas no interior da praça onde acontece a feira, porém, sem montagem de barracas ou exposição de produtos. Com os pedidos já separados por nome e com o valor total da encomenda, cada consumidor era autorizado a entrar para pagamento e retirada. Isso acelerou bastante o processo da compra e diminuiu o tempo de fila, tornando um processo rápido e seguro. No dia 9 de março foram realizadas 81 entregas no local com total de aproximadamente 350 kg de alimentos.

A feira voltou com a exposição de produtos nas barracas em 16 de março, com os portões fechados e controle de entrada de consumidores, aferimento de temperatura, uso de máscaras protetoras e álcool gel.

**Segundo Lockdown em Araraquara**

A feira permaneceu nesse formato de produtos expostos com medidas de controle e proteção até o dia 21 de junho de 2021. O decreto municipal nº 12.600, de 17 de junho de 2021, dispôs sobre a implementação de medidas mais restritivas, de caráter excepcional e temporário, restringindo a circulação de pessoas e a abertura do comércio local. Em fevereiro, o município de 238 mil habitantes foi o primeiro do país a ter 10 dias de confinamento para conter a doença. Os números de internações, casos e mortes caíram após as medidas mais restritivas, mas voltaram a crescer em junho, sendo necessário um novo Lockdown.

Mais uma vez produtores e a comissão da feira se organizaram para realizar entregas em domicílio, com o intuito de manter o fornecimento de alimentos aos consumidores da feira. Não foi necessário suspender as entregar, somente transferimos o dia das entregas para quarta-feira. Dessa forma tivemos mais tempo para registrar todos os pedidos e organizar as entregas para um único dia.

Em comparação ao primeiro Lockdown foram menos pedidos para entregas em domicílio. Porém, diferente do anterior, no Lockdown de junho as pessoas estavam avisadas com maior antecedência e puderam organizar suas compras para se manterem por mais tempo. Não estavam há dias com os mercados e feiras fechados e já havia uma expectativa de que fosse somente uma semana sem a feira.

No dia 29/6, houve a liberação de exposição de produtos nas barracas, controle de entrada e todas as outras medidas de prevenção contra a Covid-19, o que se manteve até agosto de 2021. Ainda em junho um novo grupo de produtores orgânicos do Assentamento Monte Alegre foi formalizado como Organização de Controle Social

e receberam as declarações de produtores orgânicos através do MAPA. Em 7 de julho eles iniciaram as vendas na feira, com uma barraca da OCS “Pomar” (Produtores Orgânicos do Monte Alegre e Região).

Um novo decreto nº 12.640, de 30 de julho de 2021, que dispõe sobre a reabertura dos parques e áreas de lazer municipais, passou a valer a partir de 1º de agosto. Em 3 de agosto de 2021 foram abertos os portões da praça do DAAE para o público. Medidas de proteção contra Covid-19 como distanciamento social, uso de álcool em gel e máscaras continuam sendo seguidas por todos os frequentadores, mas sem o controle de entrada nos portões da praça.

No dia 17 de agosto foi comemorado o 5º aniversário da feira. Com a abertura dos portões podemos perceber os consumidores mais satisfeitos por poderem transitar pela praça e pelas barracas sem o controle de entrada. Percebemos também que muitas pessoas aproveitam o momento da feira para passear ou mesmo para levar suas crianças para brincarem no parquinho da praça. Em conversa com alguns consumidores foi destacada a maior tranquilidade para permanecer por mais tempo no local da feira, por ser um espaço aberto e amplo, muito agradável, bonito e com opções para diversão das crianças.

**Comparativo de vendas nos diferentes períodos da feira: antes e durante a pandemia**

A seguir foram apresentados os dados das vendas dos produtos comercializados na feira em cinco fases distintas: a fase anterior a pandemia, o primeiro período relativo ao início da pandemia entre os meses de março a agosto de 2020, o segundo período entre os meses de setembro de 2020 a fevereiro de 2021, o terceiro período entre os meses de março a agosto de 2021 e, por último, de setembro de 2021 a fevereiro de 2022.

No quadro 1 foram apresentados valores médios em kg ou valor total de venda por feira semanal praticada no período anterior a março de 2020. Foram considerados somente os produtores que fazem parte desta pesquisa, ou seja, os produtores que fizeram parte da feira no período de pandemia 2020/2021.

Quadro 1: Vendas semanais da feira antes da pandemia em kg ou unidades (média anual de vendas).

| Produtores | hortaliças kg | legumes kg | Frutas kg | Caseiros (pães, bolos) unidade | cogumelos kg | Artesanatos/ produtos naturais (valores R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Toninho/ Lu | 40 | 120 | 200 | - | - | - |
| Joaquim | 10 | 31 | 157 | - | - | - |
| Lucas | - | - | - | - | 15 | - |
| Padoka (Jiseli) | - | - | - | 10 | - | - |
| Flávia | - | - | - | 8 | - | - |
| Raízes de Gaia | - | - | - | - | - | R$200,00 |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

No período de março a agosto de 2020, apontado nesta pesquisa como início da pandemia, identificamos uma maior procura por produtos da feira. A média em quilos dos produtos vendidos foi menor, mas se analisarmos o volume das vendas podemos dizer que foi superior ao período anterior, pois não foram comercializados produtos da época das frutas como manga e abacate, que somados eram em média 80 kg/semana. Se considerarmos que nesses primeiros meses da pandemia não tínhamos oferta dessas frutas (pesadas), podemos concluir que houve um volume maior na venda total, pois a maior parte comercializado foi de verduras. No caso do produtor Joaquim, as vendas caíram porque os produtos principais da barraca dele são as frutas, tendo em menor quantidade as hortaliças. Nesse período permaneceram somente quatro barracas na feira: Toninho/Lu, Joaquim, Lucas e Flávia.

Em conversa com consumidores constatamos que, além da busca por produtos mais saudáveis e frescos havia também a preocupação com o local. O fato de estarmos com as barracas dispostas em ambiente aberto, com controle rigoroso de entrada e com as medidas de prevenção adotadas, proporcionava, segundo eles, sentimento de maior segurança e proteção contra o vírus. A possibilidade de encomendar os produtos também foi apontada como maior comodidade e motivo para priorizar as comprar na feira, evitando os supermercados, locais fechados e diminuindo o tempo de permanência durante a compra.

Outro ponto percebido pelos feirantes foi o aumento nas quantidades de produtos que cada consumidor estava comprando. Segundo os feirantes, houve um certo receio de que os estabelecimentos que vendem alimentos fechassem durante Lockdown, então estavam fazendo um certo “estoque de alimentos de emergência”. Isso foi apontado por todos os feirantes.

No quadro 2 a seguir, foram colocadas as quantidades e valores referentes à

comercialização dos produtos entre os meses de setembro de 2020 a fevereiro de 2021. A quantidade comercializada de frutas tem impacto direto na média das vendas desse período. Contudo, essa fase inclui as festas de final de ano, quando o movimento da feira tem uma certa queda por conta das férias, quando muitas pessoas estão fora da cidade.

Quadro 2: Vendas relacionadas ao período de setembro/2020 a fevereiro/2021 nas feiras durante a pandemia em kg ou unidades por feira.

| produtores | hortaliças kg | Legumes kg | Frutas kg | Caseiros (pães, bolos) unidade | cogumelos kg | Artesanatos/ produtos naturais (valoresR$) | Produtos secos (arroz, farinhas...) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Toninho/ Lu | 60 | 90 | 200 | - | - | - | |
| Joaquim | 20 | 50 | 55 | - | - | - | |
| Lucas | - | - | - | - | 15 | - | |
| Jiseli | - | - | - | 25 | - | - | - |
| Flávia | - | - | - | 5 | - | - | - |
| Raízes de Gaia | - | - | - | - | - | - | 260,00 |
| Gabriel | - | 20 | **40** | - | - | - | 80,00 |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

O quadro 3 mostra a média de vendas realizada pelos feirantes no período entre março e agosto de 2021, incluindo a semana de Lockdown até o período anterior a abertura dos portões da praça onde acontece a feira.

Quadro 3: Vendas semanais (média) da feira na terceira fase da pandemia (de março a agosto de 2021) em kg, R$ ou unidade.

| produtores | hortaliças kg | legumes kg | frutas kg | Caseiros (pães, bolos) unidade | cogumelos kg | Artesanatos/ produtos naturais (valores R$) | Produtos secos (arroz, feijão, farinhas...) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Toninho/Lu | 140 | 180 | 115 | - | - | - | - |
| Joaquim | - | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Lucas | - | - | - | - | 16 | - | - |
| Jiseli | - | - | - | 34 | - | - | - |
| Flávia | - | - | - | 5 | - | - | - |
| Raízes de Gaia | - | - | - | - | - | R$250,00 | - |
| Gabriel | - | 30 | 40 | - | - | - | R$50,00 |
| OCS Monte Alegre | 18 | 56 | 15 | - | - | - | - |

Fonte: Elaborada pelos autores, 2021.

Podemos notar um aumento considerável nas vendas totais dos produtores Toninho/Lu e Jiseli. Os demais feirantes mantiveram a média dos outros anos nesse mesmo período. A OCS Monte Alegre em oito semanas de vendas na feira, já apresentava um aumento de 140% em relação a primeira semana.

Apesar da pandemia, pode-se verificar uma grande procura de novos produtores interessados em participar da feira. Também é importante destacar a persistência dos produtores na manutenção e continuidade da feira.

Quadro 4: Vendas relacionadas ao período de setembro/2021 a fevereiro/2022 nas feiras durante a pandemia em kg ou unidades por feira (após a abertura dos portões).

| produtores | hortaliças kg | legumes kg | frutas kg | Caseiros (pães, bolos, sucos) unidade | cogumelos kg | Artesanatos/ produtos naturais (valores R$) | Produtos secos (arroz, feijão, farinhas...) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Toninho/ Lu | 60 | 90 | 250 | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Lucas | - | - | - | - | 16 | - | - |
| Jiseli | - | - | - | 42 | - | - | - |
| Flávia | - | - | - | 5 | - | - | - |
| Raízes de Gaia | - | - | - | - | - | R$290,00 | - |
| Gabriel | - | 30 | 30 | - | _ | - | R$55,00 |
| OCS Monte Alegre | 35 | 120 | 50 | - | - | - | |
| “Com café” | - | - | _ | 20 | - | - | - |
| “Confeita Pão” | - | - | - | 12 | - | - | - |
| “O Boom Natural” | - | - | - | 20 | - | - | - |

Fonte: Elaborada pelos autores, 2021.

Quadro 5: Comparação das quantidades (média) de produtos vendidos nos diferentes períodos de 2020/2021.

| Produtores | Antes da pandemia | Pandemia (março a agosto 2020) | Pandemia (set/2020 a fev/ 2021) | Pandemia (mar/2021 a ago/2021) | Pandemia (set/2021 a fev/ 2022) |
|---|---|---|---|---|---|
| Toninho/Lu | 360 kg/semana | 292 kg/semana | 350 kg/semana | 445 kg/semana | 400 kg/sem. |
| Joaquim | 198 kg/semana | 116 kg/semana | 125 kg/semana | - | _ |
| Lucas | 15 kg/semana | 30 kg/semana | 15kg/semana | 16kg/semana | 16kg/semana |
| Jiseli | 10itens/semana (Padoka) | - | 25 itens/semana | 34 itens/semana | 40 itens/semana |
| Flávia | 8 itens/semana | 8 itens/semana | 5 itens/semana | 5 itens/semana | 5 itens/semana |
| Raízes de Gaia | R$200,00/semana | - | R$260,00/semana | R$250,00/semana | R$290,00/semana |
| Gabriel | - | - | R$750,00/semana | R$700,00/semana | R$720,00 |
| OCS M. Alegre | - | - | - | 89 kg/semana | 205kg/semana |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

## 4. Considerações finais

O motivo apontado pelos produtores de hortifruti sobre as diferenças apresentadas nas vendas entre os períodos estudados (de março a agosto e de setembro a fevereiro) está relacionado à época do ano em que temos maior oferta de produtos com maior volume, especialmente frutas como a banana, a manga e o abacate, e a queda na produção de hortaliças no início das águas. Entretanto, mesmo com as baixas nas produções de início de ano, a feira é apontada como a de maior rentabilidade em comparação às outras feiras que os produtores participam, mesmo em período de pandemia, com indicação, a partir deste trabalho, de aumento contínuo nas vendas das barracas de hortifruti orgânicos.

Durante esse acompanhamento podemos perceber que existe uma demanda muito maior dos consumidores por produtos orgânicos do que é ofertado atualmente na feira “Da roça para a mesa”. A exigência de mão de obra para a produção orgânica é indicada pelos agricultores como a maior dificuldade encontrada por eles para expansão da produção nos lotes.

As intempéries do clima também são indicadas como desfavorável para a manutenção da produção estável para o nível de consumo dos frequentadores da feira. Foram muitas as dificuldades enfrentadas, mas as diversas estratégias utilizadas possibilitaram a manutenção da feira e a conquista da confiança dos consumidores

antigos e de novos consumidores que encontraram na feira, além de produtos orgânicos de qualidade e preço justo direto do produtor, também um espaço agradável ao ar livre onde é possível a interação entre os feirantes e frequentadores, com as medidas de prevenção contra a covid-19.

Consideramos que os feirantes carros-chefes da feira (barraca da Lú e do Toninho e da Jiseli), mesmo com as medidas restritivas impostas pela pandemia, aumentaram suas vendas no período e fortaleceram suas relações com os consumidores, que por sua vez não deixaram de comprar os produtos. Ao contrário, foi notável a grande mobilização no grupo de WhatsApp para continuar os apoiando, a exemplo do que mormente ocorre em Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), quando os consumidores são considerados coprodutores.

A adaptação dos feirantes ao modelo de entrega também foi notável: realização de entrega de mais de 40 cestas em toda a cidade, uma logística difícil de organizar e realizar tendo tão pouco tempo para se preparar. Vale destacar, também, que essas entregas foram realizadas pelo casal Lú e Toninho, mas eles se organizaram com a Jiseli para que fosse possível entregar os produtos dela junto, o que fortaleceu as relações de solidariedade entre eles e deles para com os consumidores, que não deixaram de consumir os alimentos orgânicos durante os dois períodos de lockdown.

Por trás dos números apresentados, ressalta-se a importância da produção orgânica e seu papel na rota da segurança alimentar, o fortalecimento de relações de solidariedade num espaço curto de comercialização, conduzido por produtores que mostram, em sua resistência, a possibilidade de vender a preço justo, sem agrotóxicos, gerando confiança e solidariedade, condições raras em território comandado pela lógica mercantil.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIM, C. V. O fazer a feira: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como espaço de reprodução social e econômica. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara. 2017.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: Reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA L.; VEZZANI, F. M. (Org.). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013, p. 139-170.

PASCHOALINO, A. Na contramão da lógica do agronegócio: uma feira de perspectiva agroecológica em Araraquara – SP. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA. Araraquara, 2019.

PIZZAIA, L. G. E. A organização de controle social em assentamentos de reforma agrária: um estudo de quatro organizações na região centro-oeste do estado de São Paulo/ Dissertação (Mestrado). Universidade de Araraquara – UNIARA. Araraquara. 2019.

DUVAL, H. C.; SANTOS, A. H. L.; GEMERO, C. G.; FERRANTE, V. L. S. B. Desafios das estratégias de comercialização de alimentos agroecológicos: um relato sobre a feira Da roça para mesa: alimentos saudáveis. Cadernos Agroecológicos, v. 13, 2018.

# RESILIÊNCIA DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL ENTRE 2016-2022: O CASO DO PROGRAMA FOMENTO RURAL

CAMBOIM, Iorrana Lisboa[1]

## RESUMO

A fome persiste na sociedade até os dias atuais, consistindo em tema de fundamental relevância não apenas para aprofundamneto da compreensão do fenômeno em sua dimensão sociopolítica, de saúde e ambiental, mas sobretudo para construção de estratégias para sua superação. O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Fomento Rural) foi criado em 2011 no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional como ação que contribui para o combate à fome. Entre os anos de 2016 e 2022 o Brasil assitiu ao desmonte de uma série de políticas sociais, o que colaborou para que o país voltasse a uma situação de altos índices de fome e pobreza. Considerando que o Programa Fomento Rural manteve sua execução durante esse período, ainda que reduzida, objetiva-se no presente artigo refletir sobre resiliência das políticas sociais em um contexto de desmonte e ameaça democrática no Brasil à luz dessa experiência.

Palavras-chave: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Combate à Fome; Desmonte de Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

A fome persiste na sociedade até os dias atuais, consistindo em tema de fundamental relevância não apenas para aprofundamneto da compreensão do

[1] Mestre em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, iorranalis@gmail.com.

fenômeno, mas sobretudo para construção de estratégias para sua superação. O Brasil, país historicamente marcado pela forte desigualdade social e altos índices de pobreza, alcançou o feito de sair do Mapa da Fome da FAO em 2014, resultado da implementação de uma série de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional. Infelizmente, porém, a atualidade encontra situação diferente. Os dados do II Inquérito Vigisan, da Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), publicados em junho de 2022, revelaram que 125,2 milhões de pessoas estavam sujeitas a algum grau de insegurança alimentar, entre os quais 33,1 milhões estava passando fome.

A fome, um problema sociopolítico e ambiental, vem sendo abordada em diferentes campos científicos: ciências humanas e sociais, da saúde, interdisciplinares. Em sua interface com a questão ambiental, destacam-se as discussões nacionais e internacionais a partir do campo do Desenvolvimento Sustentável e mais recentemente da Ecologia Política. Josué de Castro em sua obra *Geografia da fome*, de 1946, afirma e que a fome está "diretamente relacionado ao contexto de uma nação terceiro-mundista, de um capitalismo atrasado e periférico, ligado à formação de um país escravocrata e agroexportador como o Brasil" (NASCIMENTO, 2022, p.42). Dese modo, entende-se que para superação da fome é preciso considerar sua dimensão sociopolítica, de saúde e ambiental em uma perspectiva crítica e decolonial, desde o modelo de produção até as formas de acesso e de abastecimento de alimentos.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Programa Fomento Rural) foi criado em 2011 no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e como componente do Plano Brasil Sem Miséria. Diante dos dados do Censo Demográfico de 2010 o qual indicou que 16,3 milhões de pessoas no país ainda viviam abaixo da linha da extrema pobreza, sendo que, no meio rural, especialmente, encontravam-se quase metade das famílias na condição de extrema pobreza (SCHRÖDER e CAMBOIM, 2015), o Programa consistiu em estratégia para gerar inclusão produtiva e segurança alimentar e nutricional através da oferta de acompanhamento social e produtivo, principalmente através da Assitência Técnica e Extensão Rural, e de transferência de recursos financeiros não-reembolsáveis para agricultores/as familiares e povos e comunidades tradicionais em situação de pobreza extrema.

Pode-se dizer que o Fomento Rural foi uma das políticas sociais federais

que contribuiu para a saída do Brasil do Mapa da Fome. Durante os anos 2016 a 2022, e mais expressivamente entre 2018-2022, o Programa teve seu orçamento diminuído e, por consequência, o seu alcance limitado. Ainda assim, observa-se a manutenção e a persistência da sua execução ao longo dos últimos anos. Diante disso, pretende-se, no presente artigo, apresentar reflexão sobre o Programa Fomento Rural à luz do acúmulo sobre o tema da fome no âmbito dos estudos da sustentabilidade e da ecologia política e em relação ao desmonte de políticas públicas para contribuir com os estudos sobre a implementação e a resiliência de políticas cujos objetivos versam sobre a promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

## DESENVOLVIMENTO

Tendo alcançado cerca de 300 mil famílias de agricultores/as familiares e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), nos termos da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/2006) em todas as regiões do Brasil, o Programa Fomento Rural, ao articular a oferta de acompanhamento socioprodutivo coma transferência de recursos financeiros não-reembolsáveis, conforme sua legislação, tem como objetivos: (i) a estruturação das atividades produtivas com vistas à inclusão produtiva e à promoção da segurança alimentar e nutricional; (ii) a contribuição para o incremento da renda e do patrimônio, a partir da geração de excedentes nas atividades produtivas apoiadas; (iii) o estímulo às atividades produtivas sustentáveis e agroecológicas; (iv) a promoção, em articulação com os órgãos e as entidades, públicas ou privadas, de ações complementares para o fortalecimento da autonomia das beneficiárias[2], especialmente o acompanhamento técnico e social; o acesso aos mercados; e a disponibilização de infraestrutura hídrica direcionada à produção; (v) o estímulo do dinamismo dos territórios rurais, por meio de orientação às famílias beneficiárias sobre as oportunidades econômicas nas cadeias produtivas regionais; (vi) o incentivo à participação das famílias beneficiárias em ações de capacitação social, educacional, técnica e profissional; e (vii) o incentivo à organização associativa e cooperativa de suas beneficiárias.

O Fomento Rural é pautado pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), instituída pelo Decreto no 7.272/2010, e, nos casos em que a

[2] O Programa Fomento Rural atende preferencialmente às mulheres, que são mais de 76% dos/as responsáveis por receber os recursos do Programa (Fonte: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php).

execução se da pela ATER, pela Política Nacional de ATER[3]. O desenho do Programa é similar ao de políticas internacionais de enfrentamento da pobreza, sob a denominação *graduation approach*, inicialmente desenvolvido pela organização não-governamental Bangladesh Rural Advancement Committee (BRAC). Esse tipo de programa oferece a famílias em situação de vulnerabilidade social uma transferência de ativos, apoio ao consumo e treinamento na esperança de desbloquear a denominada "armadilha da pobreza[4]" (BANERJEE, DUFLO e SHARMA, 2020). O modelo de graduação tem sido testado e replicado em uma grande variedade de contextos, incluindo a América Latina, e sua efetividade tem sido demonstrada por pesquisas robustas em diferentes contextos e sob diferentes desenhos (CAMPOS, 2021, p. 10).

Considerando a questão da fome como problema internacional sociopolítico e ambiental, interessa resgatar a discussão nacional e internacional sobre o tema. Em 1983 a Organização das Nações Unidas (ONU) indicou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento para aprofundar propostas mundiais na área ambiental que, quatro anos depois, em 1987, apresentou o documento Nosso Futuro Comum, apresentando diretrizes sobre temas que seriam “desafios comuns” da população mundial dentre os quais a segurança alimentar. Atualmente, a promoção do Desenvolvimento Sustentável em nível internacional tem sido construída através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que preveem ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza; segurança alimentar; agricultura; saúde; educação; igualdade de gênero; redução das desigualdades; energia, água e saneamento; padrões sustentáveis de produção e de consumo; mudança do clima; cidades sustentáveis; proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres; crescimento econômico inclusivo; entre outros. Estudos, porém, tem demonstrado lacunas na efetividade dos ODSs frente aos limites ambientair à continuidade do crescimento econômico e às relações de poder em nível internacional e internamente a cada país (SACHS *et al*., 2019; POGGE e SENGUPTA, 2015; ALVES e FERNANDES, 2020).

[3] A Política Nacional de ATER (lei 12.188/2010) está atualmente sob responsabiidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar junto à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e às entidades, públicas ou privadas, prestadoras de ATER.

[4] A "armadilha da pobreza" significa que famílias pobres permanecem pobres principalmente por terem iniciado sua trajetória nessa condição e, nesse sentido, uma concessão de capital teria potencial de torná-las significativamente menos pobres (através de um "grande empurrão", ou "*big push*"), desencadeando dessa forma um ciclo virtuoso que as tira da pobreza (BALBONI *et al*., 2021; BANERJEE & DUFLO, 2021).

A ecologia política, por sua vez, coloca em primeiro plano as relações de poder e dominação que permeiam as questões socioambientais. Segundo Leff (2015), a ecologia política

> É o estudo das relações de poder e do conflito político sobre a distribuição ecológica e as lutas sociais pela apropriação da natureza; é o campo de controvérsias sobre as formas de compreender as relações entre a humanidade e a natureza, a história da exploração da natureza e da submissão das culturas, de sua sujeição ao capitalismo e à racionalidade do sistema-mundo global; das estratégias de poder na geopolítica do desenvolvimento sustentável e para a construção de uma racionalidade ambiental. (LEFF, 2015, p.33)

Tal perspectiva é fundamental para a compreensão do aumento da fome observado no Brasil após a diminuição das ações voltadas para o combate à fome e o investimento massivo no modelo agrexportador em detrimento da agricultura familiar e da agroecologia. A extinção do CONSEA e de outros espaços de participação social e de interlocução entre a sociedade e a Administração Pública, por meio do Decreto 9.759/2019, consistiu em ameaça à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conquistada após anos de luta e movimentações pela democratização (TORRES, COELHO e COSTA, 2020). O Programa Fomento Rural, assim como outras programas vinculados à agenda da política nacional de segurança alimentar e nutricional, viu sua execução diminuir expressivamente a partir de 2015-2016 (ver Gráfico 1, abaixo), momento em que se observa as ameaças à democracia brasileira, desde o processo de desestabilização do governo Dilma no início de seu segundo mandato, o qual culminou na sua destituição do cargo em maio/2016 e na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 95 pelo Congresso Nacional em dezembro/2016, que congelou por vinte anos os gastos públicos (MALUF, 2021; GERALDES *et al.*, 2016; MATTOS BESSONE e MAMIGONIAN, 2016).

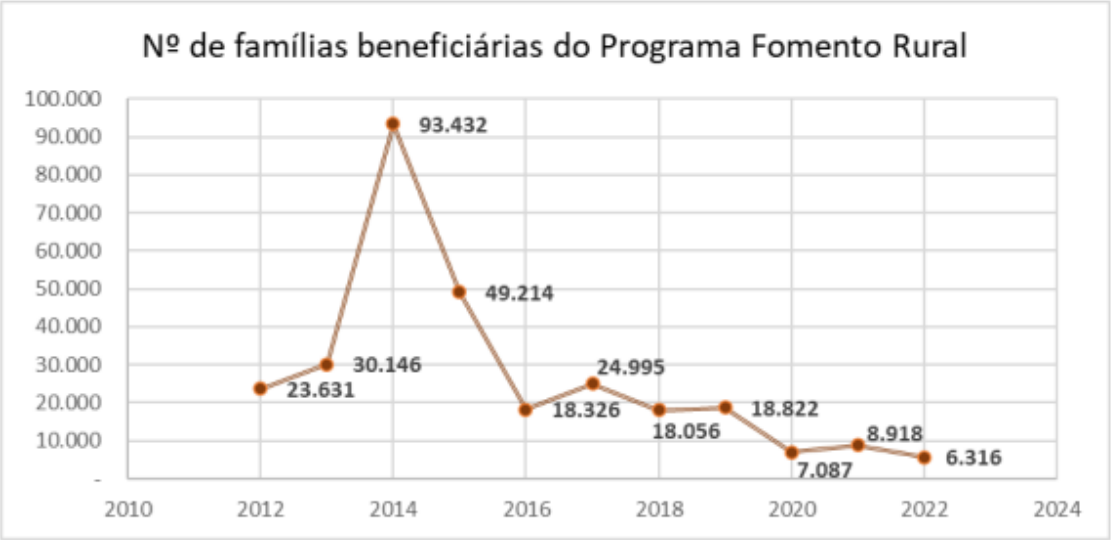



Gráfico 1 - Número de Famílias Beneficiárias do Programa Fomento Rural por ano (jan/2012-dez/2022). Fonte: Camboim, 2023, p. 41.

Maluf (2021, p. 147) pontua que, desde 2016, observa-se acelerado desmonte das políticas, enxugamento de projetos sociais e redução sucessiva do reajuste do salário-mínimo, o qual chegou em 2021 ao menor poder de compra em 15 anos segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, de modo que

> Assistimos a um empobrecimento generalizado da população brasileira e ao aumento da desigualdade social, o Brasil voltando para o mapa da fome da ONU, sendo que quem compõe essa vasta população empobrecida são majoritariamente mulheres, sobretudo mulheres negras. Esse processo aprofunda-se com a eleição de Bolsonaro, que em seu governo promoveu ainda mais perdas sociais, de direitos, além de uma sistemática política de ataque aos direitos das mulheres, da população negra, de pessoas LGBTQIA+, de indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência. (MALUF, 2021, p. 146-147 *apud* CAMBOIM, 2023, p. 31-32)

Há uma crescente literatura acerca do desmonte das políticas públicas ou *policy dismanteling* (BAUER e KNILL, 2012) observado entre os anos de 2016-2022 no Brasil. Para citar alguns, temos Maluf, 2021; Sabourin *et al*., 2020; Soares e Baines, 2021; Niederle *et al*., 2022; além da recente publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada denominada *Desmonte e Reconfiguração de Políticas Públicas (2016-2022),* a qual reúne produções sobre o desmonte em diversos setores de políticas públicas – desde as áres do desenvolvimento social, meio ambeinte, infraestrutura, ciência e tecnologia, direitor econômicos sociais e culturais até a própria institucionalidade, governança e gestão. Servo (2023, p.10) pontua que os desmontes de políticas públicas ocorridos entre 2016 e 2022 no Brasil “são um tema extremamente relevante, especialmente no momento atual, em que o país luta para fortalecer sua democracia e as diretrizes programáticas da Constituição Cidadã de

1988", sobretudo porque servem para subsidiar "propostas para a reconstrução e formulação de novas políticas públicas que sejam mais efetivas, eficientes e democraticamente legítimas" (*ibidem*). Sobre as motivações para os desmontes, aponta-se que estas combinam "diversos elementos, como questões ideológicas e materiais, "guerra cultural" e austeridade fiscal" (DIEST/IPEA, 2022), sendo que

> No caso brasileiro, os processos de desmonte se caracterizam pelas estratégias de desorganização das capacidades estatais instaladas, assédio à burocracia, reinterpretação dos problemas que informam as políticas (reframing) e a exploração dos limites de procedimentos, leis e normas pré-estabelecidas (hardball). (DIEST/IPEA, 2022, p. 1)

Segundo Mello (2023, p. 412), há uma abordagem sobre os processos de desmonte que atribui um caráter ativo ao processo de desmonte. Segundo ela, o desmonte

> deixa de ser resultado de um ambiente econômico e fiscal desfavorável e se transforma em estratégia de reorganização ou alteração de políticas existentes, visando sua redução, extinção, subalternização ou paralisação. Nesses casos, como tratado por Bauer *et al*. (2012), o desmonte pode assumir diferentes formas, mas seria caracterizado centralmente pela intenção dos governantes em alterar a forma com que determinadas políticas ou setores de políticas públicas estão organizados, de modo a auferir ganhos políticos, atender compromissos assumidos com o eleitorado ou se alinhar a visões de mundo e interesses da sua base de apoio. (MELLO, 2023, p.413)

A autora parte da hipótese de que

> processos de desmonte ocorreriam com maior facilidade em áreas ou políticas públicas caracterizadas por um ou mais dos aspectos a seguir descritos: 1) Arranjos de formulação e implementação centralizados na esfera federal com baixo envolvimento de atores subnacionais ou localizados fora do escopo estatal, como a sociedade civil e atores privados. 2) Baixo grau de consolidação e institucionalização de temas, processos de operacionalização, lógicas de execução e instrumentos normativo-legais. 3) Estratégias de direcionamento das políticas centradas no atendimento do indivíduo ou das famílias sem que haja conexão e convergência com dinâmicas territoriais, regionais ou coletivas. (MELLO, 2023, p.413).

Desse modo, existem "elementos político-institucionais específicos que contribuem para explicar a maior ou menor resiliência de políticas em processos deliberados de mudança" (DIEST/IPEA, 2022, p.1). Partindo daí para analisar o caso do Programa Fomento Rural[5], interessa primeiramente pontuar que assistiu-se entre os anos de 2016-2022 a persistência de atendimento às famílias dentro de seu desenho original (transferência de R$2400,00 em duas parcelas articulada à oferta de

[5] Ressalto que a presente análise parte de revisão bibliográfica somada à experiência própria da autora. Como Analista Técnica de Políticas Sociais, atuei na agenda da inclusão produtiva rural e segurança alimentar e nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assitência Social, Família e Combate à Fome desde 2013, principalmente na getão e execução do Programa Fomento Rural e em ações voltadas para Povos e Comunidades Tradicionais.

acompanhamento socioprodutivo), conforme estabelecido na Lei 12.512/2011, ainda que de forma reduzida. Pode-se afirmar que isso se deveu principalmente ao fato de terem sido firmados novos Acordos de Cooperação Técnica junto às Unidades da Federação em 2019, a partir da articulação dos entes federados que já vinham executando o programa prestando os serviços de ATER com recursos estaduais. Além disso, a permanência da execução se deveu à parceria com a então Secretaria da Agricultura Familiar, para inclusão de vagas do Programa em contratos e Instrumentos Específicos de Parceria no âmbito do Projeto Dom Helder Câmara, envolvendo nesse caso a Anater e o Fundo Internacional de Dsenvolvimento Agrícola (FIDA), a partir das equipes técnicas responsáveis em âmbito federal.

A partir de 2020, praticamente não foram firmados novos instrumentos para execução do Fomento Rural. É também quando observa-se uma queda mais brusca no número de novas famílias atendidas pelo Programa (ver Gráfico 1). Por outro lado, foi criado o Auxílio à Inclusão Produtiva Rural, no âmbito do Programa Auxílio Brasil (o qual "substituiu" o Programa Bolsa Família), com objetivos similares e algum sombreamento com as ações do Fomento Rural. Conforme Lei nº 14.284/2021, que institui o Programa Auxílio Brasil, o Auxílio Inclusão Produtiva Rural é concedido para incentivo à produção, à doação e ao consumo de alimentos saudáveis pelos agricultores familiares que recebam os benefícios. Trata-se de auxílio mensal, no valor de R$200,00, condicionado à doação de alimentos em valor correspondente ao valor anual do auxílio recebido, e sem obrigatoriedade de recebimento de Assitência Técnica e Extensão Rural – e, desse modo, vale pontuar, com um desenho limitado para promover estruturação e inclusão produtiva, já que um auxílio mensal sem acompanhamento socioprodutivo para famílias em situação de pobreza extrema tende a ser utilizado para outros fins, de primeira ordem, como a própria alimentação da família.

Sobre o Programa Fomento Rural, registra-se que foram realizados alguns estudos avaliativos junto às famílias e/ou junto aos profissionais que as atenderam (JUNIOR *et al.*, 2018; BERNARDI, 2015; MELO, 2021), outros com enfoque no atendimento a povos e comunidades tradicionais (PEGLOW, 2017; RAUBER e FROEHLICH, 2019; CARNEIRO, CAMBOIM e SANTOS, 2021). Existem também estudos com enfoque territorial (PACÍFICO, 2016) e de mudanças climáticas (MESQUITA *et al.*, 2020). O acompanhamento socioprodutivo às famílais do Fomento Rural acontece principalemnte via ATER, entendida como fio condutor do Programa.

Esta, conforme a Lei n. 12.188/2010, consiste em “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais”.

O acompanhamento socioprodutivo, desse modo, é fundamental para o alcance dos resultados do Programa em termos de aumento da segurança alimentar e nutricional e promoção da geração de renda. Conforme Decreto 9.221/2017, este deve compreender no mínimo as seguintes atividades: I - identificação dos membros das famílias beneficiárias, suas condições socioeconômicas e de acesso a fatores de produção, suas vulnerabilidades e suas potencialidades; II - articulação para que as famílias acessem outras políticas públicas necessárias à redução de suas vulnerabilidades; III - articulação do projeto de estruturação da unidade produtiva familiar às iniciativas de desenvolvimento local e territorial; IV - orientação aos membros das famílias beneficiárias sobre a emissão de documentos de identificação e o acesso a outras políticas públicas; V - elaboração do projeto de estruturação da unidade produtiva familiar em conjunto com os membros da família beneficiária; VI - orientação para aperfeiçoamento da produção familiar e para execução do projeto de estruturação da unidade produtiva familiar; e VII - acompanhamento regular do desenvolvimento da família com visitas domiciliares.

Portanto, como buscou-se evidenciar, a diminuição de orçamento do Programa Fomento Rural aconteceu concomitantemente à criação de estratégias limitadas para promover inclusão produtiva no meio rural como o Auxílio Inclusão Produtiva Rural. Diante desse cenário, entende-se, á luz do que coloca Mello (2023), que o Programa Fomento Rural - e o próprio serviço de Assistênicia Técnica e Extensão Rura - teve sua execução continuada, ainda que de forma reduzida, devido (i) ao arranjo de formulação e implementação com envolvimento de atores subnacionais, no caso as Entidades Públicas de ATER, e/ou localizados fora do escopo estatal, como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola; e (ii) ao considerável grau de consolidação e institucionalização de temas, processos de operacionalização, lógicas de execução e instrumentos normativo-legais do Programa. No entanto, o Programa esteve ameaçado pelo desmonte massivo das políticas socias observado entre 2016-2022 e isso, pode-se dizer, se deve ao fato de que as estratégias de direcionamento do Fomento Rural se dão de forma muito centrada no atendimento do indivíduo ou das famílias, em detrimento da garantia da

conexão e convergência com dinâmicas territoriais, regionais ou coletivas, ainda que isso ocorra em alguma medida em nível local por parte das unidades da federação e/ou das entidades executoras.

A política pública deve estar sempre pautada nas necessidades da população, sendo alvo de mudanças de cunho radical ou incremental em benefício da ampliação da qualidade e do alcance dos serviços prestados e das entregas que, nos termos da Constituição Federal de 1988, construam uma sociedade livre, justa e solidária; garantam o o desenvolvimento nacional; erradiquem a pobreza e a marginalização e reduzam as desigualdades sociais e regionais; e promovam o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Em seus onze anos de execução, o Fomento Rural passou por algumas mudanças como a redução do número de parcelas repassadas às famílias (de três para duas) e ampliação das formas de realização do acompanhamento sócioprodutivo às famílias para além da ATER, através por exemplo em articulação com o Programa Cisternas. Por outro lado, observa-se que o Programa possui características passíveis de aprimoramento. Por exemplo, algumas possibilidades seriam o ajuste do valor do benefício, o qual está defasado pela inflação desde que o Programa foi instituído, em 2011[6]; a promoção de um maior enfoque da segurança alimentar e nutricional na elaboração dos projetos produtivos, o que pode ser impulsionado a partir de capacitação aos/às agentes de campo e de uma aproximação do Programa com a agenda de Educação Alimentar e Nutricional (EAN); a ampliação e qualificação do atendimento a Povos e Comunidades Tradicionais, com atenção ao disposto no Decreto 6.040/2007 e considerando metodologia participativa com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, conforme estabelecido na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER.

Diante do contexto de um país que está em busca de superar o período em

[6] Existem diferentes metodologias para calcular inflação. Por exemplo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, índice mais conhecido para medir a inflação no Brasil, considera, principalmente, a variação de preços para o consumidor final, e o Indicador Geral de Preços do Mercado – IGP-M considera além disso a variação de preços nos estágios de produção. O valor do Fomento Rural corrigido considerando o período de out/2011 a abr/2023, seria de cerca de R$ 4,7 mil a partir IPCA (inflação acumulada de 98,22%); e de cerca de R$5,8 mil conforme correção pelo IGP-M (inflação acumulada de 145,7%) – Fonte: BCB - Calculadora do cidadão. Entende-se que ao menos esses dois parâmetros podem ser importantes para um reajuste do valor do benefício do Fomento Rural.

que a democracia esteve ameaçada pela desestruturação dos espaços de participação social, pela crescente apologia à violência, por parte inclusive do Governo Federal, e ao preconceito em suas variadas formas, que sofria uma redução das políticas de cunho social e reparatório, e que assiste a volta da fome, é importante construir conhecimentoe reflexão sobre o desmantelamento, mas também sobre a resiliência das políticas sociais no Brasil durante o período 2016-2022.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da ação do Estado em diferentes áreas de políticas públicas varia ao longo do tempo e as políticas e seus instrumentos vão sendo alterados, aperfeiçoados, substituídos ou reposicionados na estruturação de determinada agenda e seu conjunto de intervenções (MELLO, 2023, p. 415). Considerando apenas as políticas direcionadas ao enfrentamento da fome, é possível identificar inúmeras mudanças de orientação, abrangência e grau de complexificação pelas quais as diversas ações encampadas pelo Estado brasileiro passaram, no mínimo, desde a década de 1940 (PELIANO, 2010; SILVA, 2014; MELLO, 2023).

Para análise das contitnuidades e descontinuidades, importante é avaliar a pertinência da política para a solução dos problemas sociais, considerando sua eficácia, eficiência, efetividade, economicidade, excelência e execução (MARTINS e MARINI, 2010). O o *policy dismantling* ou desmonte de políticas, caracterizado pela redução, diminuição ou remoção de objetivos, instrumentos ou das capacidades administrativas existentes para sua implementação bem como o retrocesso democrático e populismo de extrema direita que se intensificaram em tempos recentes (GOMIDE, SILVA e LEOPOLDI, 2023, p. 13) levou ao aumento de índices de pobreza e vilnerabilidades socioeconômicas no Brasil. Ainda assim, parte dos programas e ações foram parcialmente mantidos. Desse modo, é importante observar como políticas públicas, especialemnte as voltadas para a segurança alimentar e nutricional e para o combate à fome, como é o caso do Programa Fomento Rural, se comportaram, considerando os/as atores envolvidos/as em sua execução e um enfoque que leve em conta as dimensões sociopolíticas e ambientais.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Elia Elisa Cia; FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes. Objetivos do

Desenvolvimento Sustentável: uma transformação no debate científico do desenvolvimento?. Meridiano 47-Journal of Global Studies, v. 21, 2020.

BALBONI, Bandiera , Burgess, Ghatak and Heil. Why Do People Stay Poor? Working Paper. 2021.

BAUER, M. W.; KNILL, C. Understanding policy dismantling: an analytical framework. In: BAUER, M. W. *et al*. (Org.). Dismantling public policy: preferences, strategies, and effects. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 30-51.

BANERJEE, Abhijit V.; DUFLO, Esther. A economia dos pobres: Uma nova visão sobre a desigualdade. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

BANERJEE, Abhijit; DUFLO, Esther; SHARMA, Garima. Long-term effects of the targeting the ultra poor program. American Economic Review: Insights, v. 3, n. 4, p. 471-86, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. DOU de 26.8.2010.

BRASIL. DECRETO Nº 9.221, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017. Regulamenta a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. DOU de 7.12.2017.

BRASIL. DECRETO Nº 9.759, DE 11 DE ABRIL DE 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. DOU de 11.4.2019 - Edição extra.

BRASIL. LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. DOU de 18.9.2006.

BRASIL. LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. DOU de 12.1.2010.

BRASIL. LEI Nº 12.512, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. DOU de 17.10.2011

BRASIL. LEI Nº 14.284, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis n os 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. DOU 30/12/2021.

BERNARDI, Lauro Edilso *et al*. Entre o sonho e a realidade: legado do programa de fomento/PBSM, no RS. 2015.

BRUNDTLAND, Gro Harlem; COMUM, Nosso Futuro. Relatório Brundtland. Our Common Future: United Nations, 1987.

CAMBOIM, Iorrana Lisboa. Interculturalidade e burocracia de nível de rua: um olhar sobre a implementação do Programa Fomento Rural junto a famílias quilombolas no estado de Goiás. 2023. 221 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

CARNEIRO, Camila; CAMBOIM, Iorrana Lisboa; SANTOS, Celiana. (Des)continuidades da inclusão produtiva rural de Povos e Comunidades Tradicionais: uma leitura a partir do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Anais do IX Encontro da Rede de Estudos Rurais - Desenvolvimento, Financeirização e Mercantilização da Natureza: Desafios Agroalimentares Globais. 2021.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: a fome no Brasil. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) ), Brasil. Desmonte de políticas federais no Brasil. Policy Brief - Em questão: Evidências para políticas públicas: n. 21, dez. 2022.

GERALDES, Elen Cristina *et al*. Mídia, misoginia e golpe. Brasília: FAC-UnB, 2016.

GOMIDE, Alexandre de Ávila *et al*. Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022). 2023. – Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023. 564 p. : il., gráfs.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Morais de Sá; LEOPOLDI, Maria Antonieta. Políticas públicas em contexto de retrocesso democrático e populismo

reacionário: desmontes e reconfigurações. 2023.

JUNIOR, Arnaldo Tonellotto *et al*. Programa de Fomento à Inclusão Social e Produtiva: diagnóstico e avaliação de uma ação desenvolvida no Município de Três Passos. Extensão em Foco, n. 18, 2018.

LEFF, Enrique. Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana. Desenvolvimento e meio ambiente, v. 35, 2015

MALUF, Sônia Weidner. O golpe de 2016, as mulheres e o futuro da democracia: neoliberalismo, desigualdade e misoginia. Sæculum–Revista de História, v. 26, n. 45, p. 140- 158, 2021.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado. Alameda Casa Editorial, 2016.

MELLO, Janine. Condicionantes institucionais do desmonte e da resiliência de políticas públicas no Brasil. 2023.

MELO, Moisés Gonçalves de. Agricultura familiar e política pública: o programa de fomento às atividades produtivas rurais do Plano Brasil Sem Miséria em Datas-MG. 2021.

MESQUITA, Patricia dos Santos *et al*. Importância dos programas voltados aos agricultores familiares nos períodos de seca e frente à necessidade de adaptação às mudanças climáticas no Semiárido brasileiro. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 55, 2020.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Portal VisData <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em 03 de junho de 2023.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. Sete chaves para pensar o atual cenário da fome no Brasil: a contribuição de Josué de Castro. In.: Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro / organização: Tereza Campelo, Ana Paula Bortoletto. – São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022.

NIEDERLE, P. *et al.* Ruptures in the agroecological transitions: institutional change and policy dismantling in Brazil. The Journal of Peasant Studies, 2022.

PACÍFICO, Daniela Aparecida *et al*. A territorialização da ação pública: de traduções e de controvérsias na análise do Plano Brasil Sem Miséria Rural no norte do estado de Minas Gerais. 2016.

PEGLOW, Karin *et al*. Perspectiva dos atores e o programa fomento às atividades produtivas rurais em comunidades quilombolas de São Lourenço do Sul/RS. 2017.

PELIANO, A. Lições da história: avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. In: ARANHA, A. V. (Org.). Fome Zero: uma história brasileira. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. 3 v. 1, p. 26-41.

PENSSAN, Rede. 2o inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil [Internet]. 2022.[cited on July 18, 2022].

POGGE, Thomas; SENGUPTA, Mitu. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: um plano para a construção de um mundo melhor?. Journal of Global Ethics , v. 11, n. 1, pág. 56-64, 2015.

RAUBER, Marcelo Artur; FROEHLICH, José Marcos. Experiências de extensão rural e fomento produtivo para povos indígenas no Rio Grande do Sul a partir do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Revista TOMO, n. 34, p. 115-158, 2019.

SILVA, S. A Trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. Brasília: Ipea: 2014. (Texto para Discussão, n. 1953).

SABOURIN, E. *et al*. Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil. Cahiers Agricultures, v. 29, n. 31, 2020.

SACHS, Jeffrey D. et al. Seis transformações para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade da natureza , v. 2, n. 9, pág. 805-814, 2019.

SCHRÖDER, Mônica; CAMBOIM, Iorrana Lisboa. Combate à pobreza e políticas públicas: inovação institucional no desenho e nos processos que sustentam o fomento produtivo a agricultores familiares pobres. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – N. 23 (2015)- . Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

SOARES, L. B.; BAINES, S. G. “They are almost humans like us”: indigenous politics and policy dismantling under Bolsonaro’s government. Revista Videre, v. 13, n. 28, 2021.

TORRES, Juliana Castro; COELHO, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos; COSTA, Paula Martins da Silva. O estatuto da cidade na promoção da participação cidadã: conselhos e o decreto n. 9.759/2019. In: Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania. 2020. p. 274-289.

# AÇÕES DE RESILIÊNCIA DA REDE SOCIOTÉCNICA DA FLONA TAPAJÓS DA REGIÃO AMAZÕNICA, BRASIL.

Deusa Nara Viana Nobre [1]
Lucimar Santiago de Abreu[2]

**GT 11 : Vulnerabilidade, adaptação e resiliência da agricultura familiar**

## RESUMO

Um problema das sociedades contemporâneas é o risco social, econômico e ambiental colocado pelas mudanças do clima e pela perda da biodiversidade da floresta Amazônica, decorrente de ameaças humanas do uso insustentável dos recursos naturais. A Flona Tapajós que integra o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) do bioma Amazônia localiza-se no Oeste do Pará, é um exemplo desta problemática que nos leva a refletir sobre a transição de base ecológica. Assim, o objetivo deste trabalho de pesquisa é analisar o processo de inserção comercial de produtos sustentáveis produzido por produtores familiares da região, os quais participam de uma rede constituída por múltiplas instituições. Na pesquisa de natureza qualitativa foram realizadas visitas e entrevistas com produtores e técnicos da rede sociotécnica. Constatou-se que o conjunto de ações desenvolvidas fortaleceu a coesão e a governança social, proporcionou um ambiente propício à melhoria da renda dos produtores famíliares.
Palavras-chave: Reprodução familiar; desenvolvimento local, sustentabilidade;

## INTRODUÇÃO

Um problema atual importante das sociedades contemporâneas é o risco colocado pelas mudanças climáticas e a perda da biodiversidade das floresta Amazônica, decorrente de ameaças humanas–do manejo insustentável dos recursos naturais (ABREU, 2005).Um caso que expressa essa situação é o da Flona Tapajós que integra o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) do bioma Amazônia e se localiza no Oeste do Pará.

A Flona Tapajós é um exemplo de tal ameaça e problemática e, nos leva a refletir sobre alternativas possíveis de modelos produtivos de base ecológica. Assim,

[1]Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR) pela Universidade de São Carlos (UFSCar), Araras-SP, Brasil. Engenheira Florestal Graduada pela Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: deusanaranobre@gmail.com[1]
[2] Doutora em Ciências Sociais. Pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente. E-mail: lucimar.abreu@embrapa.br

os objetivos da pesquisa foram: o de identificar e analisar o impacto social das ações sustentáveis pautadas por uma rede sociotécnica de múltiplas instituições, e construir um inventário das ações desenvolvidas. Buscou-se compreender como essas ações foram definidas, quem participou deste processo e, quais foram os possíveis impactos sociais e, até ambientais gerados por essas diversas ações que podem configurar formas de resiliência social. E, finalmente, se essas ações de fato impulsionaram o desenvolvimento local das comunidades tradicionais da Flona Tapajós.

Um dos atores chaves desta rede é a Cooperativa Mista da Flona Tapajós, denominada de Coomflona. A Flona Tapajós apresenta um sistema fundiário com alta predominância de produção familiar de subsistência, onde a comunidade local, para garantir a reprodução de social de forma ecologicamente adequada, depende de organização social e políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento local sustentável.

Problemática da pesquisa

Atualmente, ainda são poucos os estudos que tratam da questão da emergência de novas configurações de redes sociais ou coletivos, denominadas redes sociotécnicas de agroecologia, orientadas para a segurança alimentar e nutricional, bem como para o fortalecimento da sustentabilidade em distintos biomas. O olhar das ciências sociais traz grandes contribuições para a compreensão do funcionamento e papel das redes sociotécnicas e para o entendimento da sua relação com as políticas públicas, proporcionando uma reflexão qualificada.

Rede sociotécnica é um conceito da sociologia da inovação elaborada na década de 80 por Michel Callon e Bruno Latour, autores franceses. Representa um conjunto heterogêneo de atores sociais e elementos não humanos em relação, alinhados em torno de um quadro de interesse comum. Atuar de forma alinhada representa cada integrante exercendo um papel definido e em colaboração. Essa problemática de pesquisa é parte integral da abordagem da investigação que visa captar, e qualificar, as percepções dos atores sociais, as relações que estabelecem com o mundo rural, os sujeitos protagonistas dos movimentos sociais e as múltiplas facetas do desenvolvimento rural no mundo contemporâneo (SARAVALLE; ABREU, 2017).

Portanto, neste tipo de pesquisa sobre o mundo rural contemporâneo seleciona-se como público alvo da pesquisa não mais simplesmente agricultores ou técnicos, mas o conjunto de atores vinculados aos coletivos articulados com ações de

fomento à agroecologia e à sustentabilidade dos territórios (SARAVALLE; ABREU, 2017).

Segundo Espada (2013), há pouco tempo atrás, o resultado da interação e cooperação em rede de atores institucionais que apoiam a Coomflona promoveu o cumprimento dos requisitos da certificação do Forest Stewardship Council (FSC). Esta certificação visava favorecer a ampliação do mercado da madeira produzida pela cooperativa, até mesmo para outros países.

Vasconcellos e Vasconcellos (2008) também ressaltaram que a Flona Tapajós caracterizada pela predominância de produção familiar e de subsistência e pela dependência do governo, ausência de crédito e restrições de acesso ao mercado, deveria estrategicamente fortalecer a organização da comunidade local para a efetividade das ações. Assim, o caso da Coomflona tem sido avaliado atualmente como um modelo de gestão ambiental que contribui para o desenvolvimento sustentável da floresta amazônica (ESPADA, 2013).

Assim, têm-se as seguintes questões adicionais de pesquisa: Quais são as ações que estão sendo adotadas pela Cooperativa Mista Flona Tapajós, isoladas ou em rede de cooperação e, se essas ações promovem positivamente impacto no desenvolvimento rural (local) das comunidades da Floresta Nacional do Tapajós? É necessário avaliar o impacto dessas ações conduzidas por diferentes atores sociais, verificando como ocorre a interação e a construção das ações e suas estratégias coletivas, tendo como pressuposto para a análise a importância da organização social para alcançar o desenvolvimento local.

A metodologia da pesquisa

A metodologia utilizada é de natureza qualitativa. A pesquisa foi conduzida através da revisão bibliográfica acessada via internet e, complementada por um conjunto de entrevistas com produtores e técnicos da rede sociotécnica local. Portanto, primeiramente foi conduzida a pesquisa documental e, na sequência, o material selecionado foi avaliado e realizado uma descrição dos resultados encontrados.

Para complementar o primeiro momento da pesquisa construiu-se um roteiro semiestruturado para orientar as entrevistas, que foram conduzidas entre membros da comunidade de São domingos, Maguari e Jamaraquá da Flona Tapajós, com representante da cooperativa, todos pertencentes à rede sociotécnica local. As comunidades participantes da pesquisa situam-se distante da cidade de Belterra, via

estrada (Transtapajós) cerca de 20 km. A escolha das mesmas se deu pela proximidade da cidade, a qualidade de via de acesso e também a melhor infraestrutura em relação as demais, como por exemplo, presença de escola, pousada, centro comunitário e telecentro. Foram entrevistadas 35 pessoas cooperadas totalizando 17,24% do total de cooperados da cooperativa e 1 representante da cooperativa.

Em seguida, o material foi sistematizado e adotou se a perspectiva dos ensinamentos da denominada sociologia compreensiva inspirada em Weber (2004), na interpretação das entrevistas qualitativas, tendo como pressuposto o intuito geral de captar, identificar, caracterizar a natureza das percepções dos atores locais (produtores e técnicos, especificamente) sobre as ações conduzidas pela cooperativa e rede sociotécnica.

**DESENVOLVIMENTO**

Criação da Floresta Nacional do Tapajós

A área de estudo se localiza no âmbito da Floresta Nacional do Tapajós, que está localizada no município de Belterra, na região Oeste do Estado do Pará. A Flona Tapajós possui uma área de 527 mil hectares. Possui uma população de aproximadamente 1100 famílias distribuídas em 24 comunidades (SOARES, 2006). Criada pelo Decreto nº. 73.684 de 19/02/1974, o nome da Floresta Nacional é decorrência do Rio Tapajós. Este, por sua vez, faz referência ao povo indígena que existiu por essas localidades, denominado Tapajós.

A Floresta Nacional é definida através do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) como categoria de uso sustentável, tem por objetivo básico, compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, portanto, permite a presença de população tradicional em seu interior (BRASIL, 2000). No caso da Flona Tapajós, no ato da criação não houve a preocupação com a população que residia na localidade. A população foi informada da criação quando o processo de desapropriação já estava em andamento. Nesse sentido, as comunidades renegaram as desapropriações de suas terras (IORIS, 2000).

População tradicional e o desenvolvimento local

A noção de populações tradicionais é fruto de debate científico do campo das ciências sociais que envolveu o conjunto das instituições e organizações associadas às populações tradicionais, contribuindo para qualificar, no âmbito da política pública brasileira, essa categoria social. Portanto, na década de 1990, cientistas sociais

discutiram o conceito de populações tradicionais e suas características e modos de vida, cuja denominação “populações tradicionais” é uma das modalidades da categoria heterogênea denominada “produtores familiares” citado por Abreu (2005) apud Almeida (1999) e Cunha (1999).

Já a discussão em torno da compatibilidade de uso das unidades de conservação pelas populações tradicionais, teve como pano de fundo os objetivos das populações com relação aos territórios, ou seja, o que elas pretendem obter deles. Cunha e Almeida (2001) citam alguns agentes que compõem as populações tradicionais que são eles: extrativistas, seringueiros, castanheiros, quebradoras de coco babaçu, ribeirinhos, pescadores artesanais, varjeiros, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, pomeranos, ciganos, geraizeiros, vazanteiros, piaçabeiros, pantaneiros, entre outros (ABREU, 2005).

A população da Floresta Nacional do Tapajós foi enquadrada entre os conceitos citados acima como população tradicional, pois apresenta um modo de ocupação da área sustentável, utilizando os recursos naturais de forma sustentável e se organizam em associações ou cooperativas para a comercialização de seus excedentes. Garcia (2008) descreve a população da Flona Tapajós, como populações tradicionais (as que vivem nas áreas rurais) e urbanas (as que vivem em Aveiro), comunidades não tradicionais (posseiros, colonos assentados pelo Instituto de Reforma Agrária- INCRA) e índios resistentes.

A organização social da população tradicional local ocorreu a partir de associações e cooperativa, com o intuito de promover o desenvolvimento local, através da comercialização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, que são extraídos da floresta de forma sustentável. Através da organização foi estabelecida a base social para construir um processo de desenvolvimento sustentável. Pressupunha-se que a cooperação seria a prática que poderia favorecer os processos de inclusão do produtor familiar de maneira sustentável no mundo globalizado e competitivo, abrindo novas oportunidades e espaços para a realização dos projetos familiares.

A busca pela autonomia, autogestão e o empoderamento dos grupos, através de cooperativa e da rede sociotécnica parece garantir a participação da população local na gestão de unidades de conservação, além de ser forte aliada na fiscalização dessas áreas. E dentro desses grupos sociais ou comunidades, o cooperativismo emerge como estratégia de desenvolvimento socioeconômico para os habitantes da

Flona Tapajós. A articulação de grupos tem se demonstrado aliada na busca da inclusão socioeconômica e na preservação ambiental de unidades de conservação.

Os cooperados das comunidades de São domingos, Maguari e Jamaraquá são em sua maioria produtores familiares, outros, além de agricultores, são artesãos, extraem da floresta látex da seringueira que é utilizado para a produção de artesanato (bolsas, sandálias, colares, entre outros), com relação à produção de alimentos produzem a farinha de mandioca, polpa de tapereba, caju e cupuaçu (Quadro I).

**Quadro I.** Matéria prima retirada da floresta para a produção de artesanato, alimento e uso medicinal.

| **Matéria prima** | **Artesanato** | **Alimento** | **Uso Medicinal** |
|---|---|---|---|
| Látex da Seringueira | X | | |
| Semente Seringueira | X | | |
| Castanha do Pará | | X | |
| Castanha de caju | | X | |
| Semente de andiroba | | X | X |
| Mel de abelha | | X | X |
| Sementes florestais | X | | |
| Fruto de taperebá | | X | |
| Fruto de caju | | X | |
| Fruto de Cupuaçu | | X | |
| Cipó ambé | X | | |
| Fruto de piquiá | | X | X |
| Palhas diversas | X | | |
| Cascas diversas | | | X |

O sistema de produção é baseado no extrativismo, retirando da floresta a matéria prima para a produção de artesanato, alimentos e para fins medicinais. Para a produção de alimentos a pesquisa mostrou que todos os participantes aprenderam com seus pais a manejar a terra, primeiramente eles desmatam o tamanho da área

que é liberada pelo órgão gestor, em seguida eles queimam e por último eles fazem o plantio da cultura desejada, que geralmente é a mandioca para a produção da farinha.

Os agricultores têm utilizado a organização social para garantir a comercialização de seus produtos, uma vez que organizados coletivamente conseguem eliminar ou restringir a ação dos atravessadores. Desta forma, eles conseguem administrar sua produção e comercialização, e tornam-se autônomos, pois se apropriam de seus próprios meios de produção e decidem de forma coletiva quais os melhores caminhos a serem seguidos. Ou seja, através da interação em redes sociotécnicas que inclui produtores, técnicos e até consumidores.

Criação e situação atual da cooperativa

A COOMFLONA surgiu em fevereiro de 2005 com 20 sócios e, em 2007, já contava com 121 sócios, e com uma estrutura que reunia um conselho de administração (presidente, secretário e tesoureiro) equipe de comercialização, equipe técnica permanente, assessor financeiro, assessor do conselho de administração, contador e conselho fiscal.

O primeiro projeto comunitário denominava-se Projeto Ambé voltado para o manejo sustentável florestal. Esse projeto buscava meios de incluir socialmente as comunidades tradicionais residentes na Flona Tapajós, a partir de um manejo florestal comunitário e de baixo impacto através da exploração de produtos florestais madeireiros e não madeireiros. A Cooperativa Mista Flona Tapajós, em 2005, construiu esse projeto com a participação comunitária e a valorização do saber tradicional das comunidades sobre a ecologia da floresta.

Ressalta-se que o projeto Ambé criado em 2005, foi uma iniciativa de manejo florestal comunitário apoiado pelo Pro-manejo (Projeto apoio ao manejo florestal sustentável na Amazônia) e financiada por uma instituição alemã que doou mais de um milhão e meio de reais para viabilizar os primeiros anos do manejo em questão (IBAMA, 2008).

Atualmente, a cooperativa tem conseguido se capitalizar e seguir operando com o manejo florestal na Floresta Nacional do Tapajós, e com o aporte significativo de recursos financeiros provenientes da venda da madeira (HUMPHRIES et al., 2013) e, vem investindo na diversificação de atividades produtivas, com o objetivo de trazer melhoria de qualidade de vida através da geração de renda e apoio diversos como, manutenção de estradas para escoamento da produção e transporte de seus moradores, e investimentos em cadeias produtivas distintas, entre estas: a

comercialização de borracha natural, e do óleo de copaíba e andiroba (ESPADA, 2013).

A cooperativa tem como parceiros instituições de pesquisas a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Instituto de Floresta Tropical (IFT), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Amazon Alternative , Federação Flona Tapajós, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA), e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

**Ações desenvolvidas pela Cooperativa Mista Flona Tapajós (COOMFLONA)**

A COOMFLONA vem desde a sua criação realizando ações voltadas para o fortalecimento dos atores locais, buscando novas oportunidades/estratégias para inseri-los no mercado, como forma de melhoria de vida (bem-estar social), fortalecendo assim a produção e comercialização de seus produtos (Quadro II). As várias ações realizadas pela Coomflona, muitas vezes parte dos próprios cooperados em buscar as parcerias com outros atores sociais das mais diversas esferas, no sentido de solucionar algum obstáculo ao desenvolvimento (ESPADA, 2015).

‘Essas ações foram realizadas em rede de relações e a Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona) se identifica, ela própria, como parceira da rede de relação sócio produtiva de cooperação e empoderamento de atores sociais locais. “A prática do processo de governança ambiental é fator chave para o sucesso de iniciativas promissoras de desenvolvimento local na Amazônia” (SOUZA; VASCONCELLOS, 2012, p.177).

**Quadro II**. Lista dos projetos desenvolvidos na Flona Tapajós.

| **PROJETOS** | **INSTITUIÇÃO** |
|---|---|
| Projeto Design & Madeira Sustentável | Instituto Bolsa Verde do Rio de Janeiro |
| Movelaria Anambé | Fundação Banco do Brasil |
| Projeto Tapajós Sustentável | Conservation International do Brasil |
| Projeto de recuperação de área degradada | Coomflona |

A pesquisa mostrou que o principal produto florestal não madeireiro, que é mais extraído pelos comunitários é o látex da seringueira, utilizado para a produção de artesanato, e que parte dessa produção é entregue para a cooperativa e a outra fica nas comunidades para ser comercializada, e os principais compradores são turistas ou grupos de indivíduos que visitam a região. Uma dificuldade citada pelos produtores, tanto na produção como comercialização, é que em período de chuva (inverno) eles não conseguem extrair o látex e nem vender seus produtos, pois poucos turistas frequentam a Flona nessa época do ano. Uma forma de expandir os produtores na comercialização seria a venda pela internet dos seus produtos, em sites e aplicativos.

Nem todos os agricultores das comunidades da Flona são cooperados, uns por não se identificarem com o formato da gestão da cooperativa, outros preferem produzir de forma individual (familiar) e outros porque a cooperativa não consegue atendê-los por falta de estrutura. Mas as famílias que não são cooperadas organizam-se em grupos para venderem seus produtos, como óleos vegetais e artesanatos para a Coomflona (ESPADA et al., 2017). Desta forma, observa-se também que a cooperativa conta com a produção dos cooperados e dos não cooperados.

Outra ação citada pelos cooperados foi a manutenção da estrada (Transtapajós), que dá acesso às cidades mais próximas, essa ação é de fundamental importância na visão deles, pois é por ela que fazem o escoamento da produção. Essa manutenção não favorece somente os cooperados, mas a população como um todo. É por ela também que a maior parte dos turistas chega à Flona.

É necessário destacar que a cooperativa é presente nas comunidades da Flona e tornou-se protagonista do dinamismo local que se deu por intermédio da participação em editais públicos através da construção e submissão de projetos, uma forma usual de política pública, vigente nos últimos anos para promover o desenvolvimento local.

Os impactos sociais nas comunidades da Floresta Nacional do Tapajós foram diversos, tais como: melhoria e abertura de estradas de acesso às comunidades, geração de emprego e renda, investimentos em infraestruturas comunitárias, apoio as iniciativas comunitárias de geração de renda, capacitação e profissionalização dos moradores. Um exemplo foi a parceria que a cooperativa firmou com o Instituto BVRio – Bolsa Verde do Rio de Janeiro, via projeto denominado Design & Madeira Sustentável, que teve o objetivo de conectar o manejo florestal comunitário com a indústria do design de alto valor agregado e promover na sociedade a percepção do

valor da madeira de origem sustentável. O projeto funcionava da seguinte forma, todo mês um profissional brasileiro de design de objetos e móveis visitava a comunidade e passava dois dias na movelaria com os moradores da comunidade treinando-os. Assim, com a capacitação, os coletivos sociais foram preparados tanto para atender o mercado local, como para atender o mercado de móveis sofisticados das grandes metrópoles (BVRIO, 2018).

A distribuição dos recursos financeiros do manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós é ilustrada no Quadro III. Percebe-se, por meio deste, que a maior porcentagem é destinada ao Fundo de Investimento, que, por sua vez, é o capital de giro que custeará a exploração florestal do ano seguinte. O Fundo de Saúde e Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social, apresenta a menor porcentagem em relação aos demais, o fundo de saúde é destinado a todas as comunidades da Flona, sendo utilizado para a melhoria das condições de acesso a saúde e a bem-estar social, já o fundo de reserva é destinado a capacitação, treinamento e formação profissionais envolvidos no manejo (ESPADA et al., 2010). Esses recursos trazem benefícios as atividades relacionadas ao manejo florestal e aos comunitários residentes da Flona (ESPADA, 2015).

**Quadro III.** Distribuição dos recursos financeiros advindos do Manejo Florestal Comunitário

| **Distribuição** | **Porcentagem dos Recursos** |
|---|---|
| Fundo de Investimento | 45% |
| Fundo de Apoio Comunitário | 15% |
| Fundo Saúde | 5% |
| Fundo Reserva | 10% |
| Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social | 5% |
| Decisão da Assembleia Geral | 20% |

Fonte: Elaborado a partir dos dados da COOMFLONA

Em março de 2017, a COOMFLONA inaugurou a movelaria “Anambé” que fabrica móveis com madeiras obtidas do aproveitamento dos resíduos da colheita florestal. A movelaria está orçada em mais de meio milhão de reais, oriundo do Programa governo brasileiro “ECOFORT Extrativismo” da Fundação Banco do Brasil, com recurso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (COOMFLONA). Essa é uma das mais diversas atividades que a cooperativa conseguiu implementar juntamente com as parcerias firmadas, realizar para promover

uma fonte de renda para as famílias das comunidades da Flona Tapajós e o desenvolvimento sustentável local.

**Ações realizadas em rede sociotécnica**

Torna se importante destacar a ação da rede sociotécnica associada à Coomflona (Tabela 1). Estudo realizado por Espada (2015), relacionado à rede social das relações de proximidade entre as parcerias firmadas com a COOMFLONA, mostrou que essa relação ainda é baixa, embora existem muitos atores envolvidos. Mostrou também que a cooperativa apresenta um grupo de confiança, os quais são: Instituto Chico Mendes da Biodiversidade, Instituto Brasileiro da Biodiversidade, Universidade Federal do Oeste do Pará, Serviço Florestal Brasileiro, IEB e Instituto Floresta Tropical. Os quais cooperam com parceria técnica e em contrapartida a cooperativa, como é o caso com a UFOPA, que disponibiliza as áreas que estão sendo usadas no manejo florestal para que os alunos da Universidade realizem estudos.

**Quadro IV**. Ações da Rede Sociotécnica Associada à Coomflona.

| **Atividades** | **COOMFLONA** | **ICMBIO** | **UFOPA** | **ONGS** | **IPAM** | **BRVRIO** | **Outras Associações** [3] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Produção e Comercialização de Móveis | X | | | | | x | |
| Produção e Comercialização de Artesanatos | X | | | | | | x |
| Capacitação técnica | X | X | X | X | | | x |
| Manutenção de Estradas | X | | | | | | x |
| Curso de Manipulação de alimentos | X | | | | | | x |
| Gestão colaborativa na UC | X | X | | | | | x |
| Manejo Florestal | X | | | | X | | |

No estudo realizado por Espada (2015), relacionada à rede de cooperação, é possível identificar como se dá a parceria, na visão dos cooperados e na do analista

[3] Outras Associações: Prefeitura Municipal de Belterra; Prefeitura Municipal de Santarém; Loja de Artesanato de Alter- do- Chão e de Santarém; e Associações Comunitárias da Flona do Tapajós.

do ICMBIO. O estudo aponta também que a cooperativa não recebe nenhum auxílio financeiro de seus parceiros. A parceria financeira refere-se a ações pontuais, como viagens de membros da cooperativa e redução dos custos de produção.

Além de beneficiar os moradores da Flona Tapajós as parcerias apresentam resultados importantes, especialmente com a cooperativa, que extrapolaram as fronteiras da região, levando capacitação à outra localidade fora da UC. Por exemplo, a parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Superintendência Regional do INCRA (SR-30) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB). “O IPAM e a COOMFLONA elaboraram três planos de manejo em comunidades do PA Moju (Projeto de Assentamento Sustentável), concluídos no início de 2017, com a participação dos comunitários em todas as etapas” (INFOPAS, 2017, p.1). A iniciativa dessa parceria foi do IPAM, visto que a COOMFLONA tem experiência com manejo florestal, assim a cooperativa ficou responsável pela execução das atividades de manejo no PA Moju (INFOPAS, 2017).

Em 2017, a Conservation International do Brasil (CI Brasil), aprovou o Projeto Tapajós Sustentável (Fundo da Amazônia), os beneficiários são os extrativistas, pequenos produtores rurais, membros de conselhos gestores de Unidades de Conservação. O projeto visa atender a Flona Tapajós e oito municípios de estado do Pará, e cinco Unidades de Conservação. Esse projeto tem o objetivo de apoiar o fortalecimento da produção sustentável florestal de base comunitária e contribuir para a valorização e a conservação dos recursos naturais da região do Tapajós (FUNDO AMAZONIA, 2017). O projeto terá duração de 48 meses, passado esse período será possível analisar se os objetivos deste foram alcançados. Isso demostra que, de uma forma geral, as parcerias firmadas pela cooperativa vêm apresentando bons resultados para as famílias residentes na Flona Tapajós.

Uma parceria feita com a prefeitura municipal de Belterra, observada durante a pesquisa, foi a manutenção da estrada. A cooperativa forneceu os maquinários e pessoal, e a prefeitura forneceu o combustível para o funcionamento das máquinas para a execução da atividade.

A cooperativa lista alguns fatores chaves para o sucesso, tais como: à governança local, ao interesse e o envolvimento das comunidades, parceria entre comunidades, governos, instituições não governamentais e, a adoção do manejo florestal de impacto reduzido, com o modelo pleno de extração. Não é à toa que ela é considerada um exemplo de manejo florestal comunitário bem estruturado na

Amazônia. Segundo os relatórios consultados, também ressalta se que durante esses quatorze anos de existência, as boas práticas de manejo geram renda e proteção ao meio ambiente e gestão participativa entre comunidade e governo resulta em ganho para a sociedade (COOMFLONA).

**Impactos socioeconômico e ambientais, relacionados às ações desenvolvidas na Flona Tapajós**

As atividades desenvolvidas podem apresentar um efeito positivo ou um efeito negativo. O efeito positivo nesse caso, em específico, é a geração de renda para alguns cooperados. Já o efeito negativo está relacionado ao abandono das atividades agrícolas, pois muitos dos cooperados deixaram de fazer plantio de roça (plantio de mandioca para a produção de farinha) para trabalhar no manejo florestal, gerando novos problemas.

A pesquisa mostrou que entre os cooperados entrevistados, 30% são mulheres e elas não têm função nenhuma dentro da cooperativa, são apenas cooperadas. A metade delas se considera agricultora e artesã, entregam seu artesanato para a cooperativa comercializar, enquanto que os produtos vindos da agricultura são destinados para o consumo próprio e o excedente é vendido ou trocado na própria comunidade. A outra metade é de funcionárias do município que trabalham na escola, como serventes e professoras. As mulheres, mesmo não tendo função na cooperativa, elas complementam a renda de outra forma profissional. A pesquisa também mostrou, que 40% do complemento da renda é oriunda do Bolsa Família, 20% é da aposentadoria e os 40% restante é oriundo da agricultura, artesanato e funcionalismo público.

Com relação à manutenção da estrada, essa ação é considerada um impacto socioeconômico positivo, pois é por ela que os produtores conseguem escoar sua produção para a comercialização e que os turistas conseguem chegar à Flona. Com relação ao impacto ambiental dessa ação, a pesquisa mostrou que o impacto é mínimo.

Os impactos ambientais resultam da interação entre as ações desenvolvidas, geralmente as ações humanas, e o meio ambiente. O impacto mais mencionado na pesquisa foi a redução do desmatamento, pois antes da cooperativa atuar na Flona, a maioria dos comunitários vivia da agricultura, hoje 50% dos participantes da pesquisa não fazem mais a roça (plantio de mandioca). Do ponto de vista ambiental isso é positivo, pois reduz o desmatamento, mas do ponto de vista econômico pode

não ser, pois não fazendo mais a roça vão ter que comprar no mercado, isso de certa forma demonstra que as atividades realizadas pela cooperativa estão afetando a cultura da população tradicional local.

Com relação aos impactos ambientais relacionados ao manejo florestal, segundo os entrevistados, ele é reduzido, pois seguem todas as regras previstas na legislação. São regras impostas pelos órgãos competentes, as quais se não forem respeitadas correm o risco de não conseguirem mais autorização para trabalhar no manejo florestal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações da rede sociotécnica articuladas pela COOMFLONA foram definidas para atender as demandas da comunidade de produtores familiares desta região, cujos conteúdos foram pautados por interesses na preservação do meio natural, na melhoria da vida dos produtores e no fortalecimento do desenvolvimento local da Flona Tapajós, uma vez que gerou novas oportunidades produtivas, de inserção comercial de produtos sustentáveis e de obtenção de renda. Desta forma, a cooperativa tem se constituído em alternativa de desenvolvimento rural para os comunitários da Floresta Nacional do Tapajós.

O caso estudado é considerado um exemplo de cooperativa bem-sucedida em Unidade de Conservação de referência nacional e internacional e que pode servir de exemplo para outras, principalmente na temática de estratégia de desenvolvimento local, envolvendo a população local na sua gestão. Apesar da insuficiência de incentivo público, a cooperativa conseguiu se reinventar, usando criatividade e articulação face aos obstáculos, como isolamento geográfico, e limites colocado pela insuficiência de políticas públicas no âmbito local, apesar desta situação tem tido um forte protagonismo na construção de parcerias e governança local com diversas agências e instituições.

Desta forma, concluiu-se que a organização social e o dinamismo engendrado pela rede sociotécnica articulada à Cooperativa contribuíram para o processo de empoderamento e de governança local. Os principais impactos socioeconômicos positivos das atividades desenvolvidas na Flona Tapajós foram a geração de renda, a construção e manutenção de estradas para escoar a produção e o estabelecimento da comercialização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, portanto, configurarando a resiliência social do grupo foco do estudo.

Parte da produção é destinada ao consumo e a outra é vendida na própria residência do produtor, ou então ele entrega para a cooperativa no caso de produtos florestais não madeireiros, como por exemplo, o artesanato produzido a partir do látex da seringueira (Hevea brasilienses), outros produtos da alimentação, em alguns casos entregam diretamente para o atravessador.

O impacto ambiental está relacionado à redução do desmatamento que era feito pelos comunitários para a produção de alimentos. Considera-se também necessário aprofundar o estudo, especialmente sobre os impactos ambientais que essas ações trazem para os comunitários da Flona Tapajós.

## REFERÊNCIAS


ABREU, L. S. A construção social da relação com o meio ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica Brasileira. Campinas: Emopi, 2005.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: 18 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

BVRIO. Comercialização de produtos madeireiros de manejos florestais comunitários. Disponível e: < http://www.bvrio.org/wp-content/uploads/2018/03/BVRio_Imaflora_Manejo-Florestal_WEB_Low1.pdf>.

Acesso em: 15 jul. 2018. Cenário da Madeira FSC no Brasil 2012 – 2013 / Fabíola Zerbini – São Paulo, SP: FSC Brasil, 2014.p.80.

COOMFLONA. Cooperativa Mista Flona Tapajós. Disponível em: < http://www.florestal.gov.br/documentos/sala-de-imprensa/eventos/simposio-de-manejo-florestal-na-amazonia-brasileira/1369-cooperativa-mista-da-flona-tapajos-verde/file >Acesso em: 16 jun. 2018.

CUNHA, M. C. Populações Tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. Revista Estudos Avançados, v. 13, nº 36, maio-agosto, 1999, p.147-163.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

ESPADA, A. L. V.; EZZINE de BLAS., D. E.; Melo, M.; Aguiar, O., & Sist, P. (2010). Motivações e estratégias de pequenos produtores para o manejo florestal: realidade na BR-163 e BR-230, estado do Pará. Belém: [s.n.].

ESPADA, A. L.V. Contribuição da governança ambiental no desenvolvimento local: Exemplo de Uma Cooperativa de Manejo Florestal Comunitário. IV CODS-Colóquio Organizações Desenvolvimento Sustentabilidade. 21 e 22 de novembro de 2013.

ESPADA, A. L.V.; SOBRINHO, M. V; ROCHA, G.M; VASCONCELOS, A. M. A. Manejo Florestal Comunitário em Parceria na Amazônia BRASILEIRA: O Caso da Flona do Tapajós. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 13, n. 3, p. 342-372, set-dez/2017, Taubaté, SP, Brasil.

FUNDO AMAZÔNIA. Relatório de atividades 2017. Disponível em:< http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/Book_RAFA2017_PORT_27jun18_WEB.pdf>Acesso em : 14 jul. 2018.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GARCIA, A. P. S. A Educação Ambiental como Intervenção: O caso da FLONA do Tapajós. Belém: NEAF/UFPA. Embrapa Amazônia Oriental, 2008. 140p. (Dissertação de Mestrado).

HUMPHRIES, S.; ESPADA, A. L. V.; DANTAS, J.; SANTOS, M. Manejo florestal para produção de madeira em tora pela COOMFLONA. Editado pela Earth Innovation Institute, nov. 2013.

INFOPAS. Informativo do Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia (PAS) n. 7. 2017.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Floresta Nacional do Tapajós Plano de Manejo.Volume I – Informações Gerais. 2004, 580p.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Projeto piloto de manejo florestal madeireiro comunitário na FLONA Tapajós: Projeto Ambé-aprendendo a manejar a floresta. Organizador: Paulo Sérgio Ferreira Neto. Santarém-PA, 2008, 61p.

IORIS, E. Conflitos em Unidades de Conservação com Populações Locais: O Caso da Floresta Nacional do Tapajós. XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 03: “Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação”. Brasília, 2000.

WEBER, M. Obra Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva, 2004. Brasília, Editora UNB.

SARAVALLE, C. Y.; ABREU, L. S. de Rede sociotécnica do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã de Sorocaba (SP:) percepções e avaliação das ações desenvolvidas no contexto das políticas públicas. Retratos de Assentamentos, Araraquara, v. 20, n. 2, p. 57-85, 2017.

SOARES, E. S. Desafios, resultados, ameaças e oportunidades em unidade de conservação na Amazônia: A Floresta Nacional do Tapajós. Santarém: IBAMA-ProManejo, 2006.

SOUZA, M. L. M. & VASCONCELLOS, M. Ambiente político-institucional e desempenho de cooperativas no contexto local: uma análise de dois casos da Amazônia paraense. In: SOBRINHO, M. V.; FARIAS, A. L. A.; LOPES, O. C. & MENDES, R. L. R. (Vol. Ed.), Estudos do Numa: Vol. 1. Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local (1ª ed., pp. 173-204). Belém: NUMA/UFPA, 2012.

VASCONCELLOS, M. & VASCONCELLOS, A. M. A. Participação e Desenvolvimento Territorial: Reflexões a partir do Programa Proambiente. In Teisserenc, P.; Rocha, G. M.; Magalhães, S. B., & Guerra, G. A. D., (Org.), Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia (pp. 207-244). Belém: NUMA/UFPA, 200

# SAÚDE ÚNICA E RESILIÊNCIA*: APLICAÇÃO DA ABORDAGEM DE ONE HEALTH* EM PESQUISAS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR[1]

Wagner Gervazio[2]

Anderson de Souza Gallo[3]

**GT 11:** Vulnerabilidade, adaptação e resiliência da agricultura familiar.

## RESUMO

A apropriação da lógica que embasa a construção e o desenvolvimento de projetos, apoiados na abordagem *One Health*, pode dar suporte a grupos de pesquisadores na avaliação da resiliência de sistemas socioecológicos, como a agricultura familiar, diante do cenário criado pela pandemia. Nosso objetivo é analisar a aplicação da abordagem *One Health* em estudos e pesquisas relacionados à resiliência da agricultura familiar. Foram analisados dados bibliométricos dos bancos de dados Scival-Elsevier, Scopus e Web of Science. Foram encontrados dois trabalhos no SciVal que relacionam *One Health* com a agricultura familiar, um no Brasil e outro na Austrália, que aborda sistemas socioecológicos. Já nas plataformas Scopus e Web Of Science foram recuperados quatro trabalhos sobre *One Health,* relacionados com agricultura familiar. Faz-se necessário estudos que relacionem *One Health* com a agricultura familiar, para uma compreensão mais ampla da saúde dessas populações e do

[1]Este trabalho é parte de uma pesquisa intitulada "Resiliência frente à Covid 19: Adaptações para fortalecimento da Agricultura Familiar em região de fronteira agrícola amazônica", financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo FAPESP 2021/07467-8), à qual os autores agradecem o suporte financeiro. Cabe ressaltar que as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPESP. Os autores agradecem ainda à FAPESP pela bolsa de pós-doutorado concedida ao primeiro autor (Processo FAPESP 2022/13095-9). Agradecemos também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa ao segundo autor deste trabalho (Processo n. 88887.691467/2022-00).

[2]Pós doutorando no Departamento de Desenvolvimento Rural (DDR-Ar), Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Araras - SP. wagner.gervazio@ufscar.br

[3]Pós doutorando do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR), ), Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Araras - SP. andersondsgallo@hotmail.com

território que ocupam.

Palavras-chave: Adaptação; Agricultore/a(s) familiares; Análise bibliométrica.

**INTRODUÇÃO**

Com o crescente reconhecimento de que as doenças geralmente surgem de interações de fatores humanos, animais e ambientais, surgiu uma nova abordagem sobre essas questões, conhecida como *One Health* (ou Saúde Única) (Davis *et al*., 2017), advinda da percepção de que para atingir um estado saudável, seres humanos não podem ignorar a contribuição essencial das espécies coexistentes (animais e plantas), uma vez que compartilham o mesmo ambiente e ecossistema (Jorwal *et al*., 2020).

*One Health* foi descrito como o esforço colaborativo de múltiplas disciplinas para alcançar a saúde ideal de pessoas, animais e do meio ambiente (Avma, 2008). Sua abordagem para pesquisa apresenta questões nas interseções desses componentes, utilizando o conhecimento especializado de pesquisadores, incluindo profissionais de saúde de múltiplas disciplinas, nos níveis local, nacional e global (Lebov *et al*., 2017). Portanto, o enfoque apresenta um caráter multi e interdisciplinar (Lerner; Berg, 2015). No entanto, recentemente, o risco de pandemias, os impactos das mudanças climáticas, a crescente resistência a medicamentos e questões relacionadas à segurança alimentar e hídrica vem provocando a transformação da abordagem interdisciplinar em transdisciplinar, que integra a sociedade e a ciência, incluindo todos partes interessadas (Rüegg *et al*., 2017).

A lente do *One Health*, permite que pesquisadores possam investigar fatores influentes que, de outra forma, não teriam sido incluídos nas pesquisas, o que pode facilitar um projeto de intervenção de abordagem mais complexa (Lebov *et al*., 2017). Trata-se de um processo que permite integrar os saberes e angústias das comunidades que vivenciam os problemas. Para se tornar uma prática, tais iniciativas demandam uma abordagem multissetorial, a qual exige um processo integrado e colaborativo, para reunir de forma eficiente e eficaz informações, capacidades e experiências, dentro e entre setores, para proteger vidas humanas, animais e o meio ambiente (Machalaba *et al*., 2018).

A importância das pesquisas no campo da *One Healt*h ficou mais evidente durante a Pandemia da COVID-19, no Brasil e no mundo. Apesar dos graves impactos à saúde humana, se verifica também como a pandemia pode impactar outras áreas, como o meio ambiente

(Costa *et al*., 2022). Neste contexto, o enfoque de *One Health* pode subsidiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento que, uma vez articulados, do início ao fim, com a colaboração de diferentes grupos e interesses, têm maior chance de dar respostas às problemáticas ambientais, em termos de prevenção de riscos e redução e resolução de danos de uma pandemia.

Para tanto, faz-se necessário ampliar o conceito de saúde coletiva, de forma que a abordagem em construção integre as ciências da saúde, ambientais e agrárias, para abranger, não apenas a saúde humana e animal, mas também a biodiversidade, ecologia, mudança climática, sistemas agrícolas e ciências sociais (Lerner, 2017). A apropriação do enfoque de *One Health*, pelos grupos de trabalho, pode, assim, expandir as pesquisas e ações para além de um exame da interface de saúde humano-animal, para abranger a saúde e a sustentabilidade dos ecossistemas mundiais (Shomaker *et al*., 2013).

A apropriação da lógica que embasa a construção e o desenvolvimento de projetos, apoiados na abordagem *One Health*, pode dar suporte a grupos de pesquisadores na avaliação da resiliência de sistemas socioecológicos, como a agricultura familiar, diante do cenário criado pela pandemia. Os sistemas socioecológicos são complexos, integrados e adaptativos, nos quais os seres humanos são parte da natureza (Resilience Alliance, 2010) e onde interagem componentes culturais, políticos, sociais, econômicos, ecológicos e tecnológicos (Oliveira *et al*., 2021).

É neste contexto que as duas abordagens (resiliência de sistemas socioecológicos e *One Health*) se encontram, pois podem, em colaboração, contribuir para a construção de sistemas em que as pessoas atuam com maior clareza dos caminhos que podem construir para enfrentar os riscos e impactos gerados por uma ameaça futura, como uma nova pandemia, por exemplo. Trata-se de um investimento na melhoria da saúde e do bem-estar, consciente de que é necessário estar preparado para novos choques aos sistemas, contanto com atributos construídos para prevenir riscos e mitigar efeitos das crises, que se originam na interface entre humanos, animais e seus diversos ambientes.

A resiliência de sistemas socioecológicos da agricultura familiar foi investigada por uma equipe interdisciplinar de pesquisa que atua no Território Portal da Amazônia, no norte do estado de Mato Grosso (Oliveira *et al*., 2021) e no Território Pontal do Araguaia, no nordeste do estado. As pesquisas que vêm sendo integradas a esses esforços anteriores, e que estão sendo realizadas no período pós-pandêmico, vêm integrando, aos poucos, a abordagem *One*

*Health*, na construção dos projetos, integração das comunidades e construção de ações colaborativas. A equipe parte do pressuposto de que compreender os impactos da pandemia - e a resiliência a ela - envolve saber mais sobre a saúde do território, o que inclui investigar a integração entre a saúde das pessoas, dos animais e do ambiente em que se inserem. Trata-se de uma abordagem sistêmica que permite melhorar a cooperação entre as áreas veterinária, humana e ambiental.

Ultimamente, tem-se destacado a necessidade de se ampliar o conceito para abranger não apenas a saúde humana e animal, mas também biodiversidade, ecologia, mudança climática, sistemas agrícolas e várias ciências sociais (LERNER; BERG, 2017). A abordagem *One Health* pode concentrar os esforços para desenvolver e implementar estudos ou programas relacionados ao bem-estar humano e animal, saúde mental e bem-estar e o vínculo humano-animal (Davis *et al*., 2017).

Este estudo é integrado ao projeto de pesquisa intitulado "Resiliência frente à covid 19: adaptações para fortalecimento da agricultura familiar em região de fronteira agrícola amazônica", desenvolvido em oito municípios do extremo norte de Mato Grosso, por uma rede colaborativa de pesquisadores do Brasil e do exterior, com sede na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O objetivo é analisar a aplicação da abordagem *One Health* em estudos e pesquisas relacionados à resiliência da agricultura familiar.

**MATERIAL E MÉTODOS**

Foram analisados dados bibliométricos do banco de dados Elsevier, através das ferramentas analíticas disponíveis no SciVal para o termo "*One Health"*. A análise abrangeu os registros de publicação datados de 2017-2022. O SciVal é uma plataforma que disponibiliza indicadores bibliométricos e mapas de ciência a nível de agregação institucional e, por isso, dirige-se essencialmente às universidades, local onde a informação bibliométrica é um bem escasso e necessário (Torres-Salinas, 2009).

Para obter um conjunto de dados sobre a relação do conceito *One Health* com agricultura familiar e resiliência, foram utilizadas as plataformas Web Of Science (figura 1) e Scopus. Foram aplicadas as seguintes estratégias de busca: DOCUMENTOS-Tópico ((*"One Health*") AND Tópico ("family farm*")) e DOCUMENTOS-Tópico ((*"One Health*") AND Tópico ("family farm*") AND Tópico ("Resilience")).

O uso das plataformas permitiu buscar as tendências de pesquisas, refletindo o

crescente interesse pelo *One Health* e sua relação com a agricultura familiar e a resiliência.

Figura 1. Plataforma Web Of Science para pesquisa dos termos deste estudo.

**RESULTADOS**

Foram encontradas 2.298 produções acadêmicas de 2017 a 2022 sobre *One Health* no mundo, com uma média de 383 trabalhos publicados por ano (figura 2). O impacto de citações foi de 1.31, o que indica um valor acima da média global para publicações semelhantes. A América do Sul publicou 160 trabalhos e o Brasil 99, ambos abaixo da média mundial. Foi encontrado um registro de publicação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

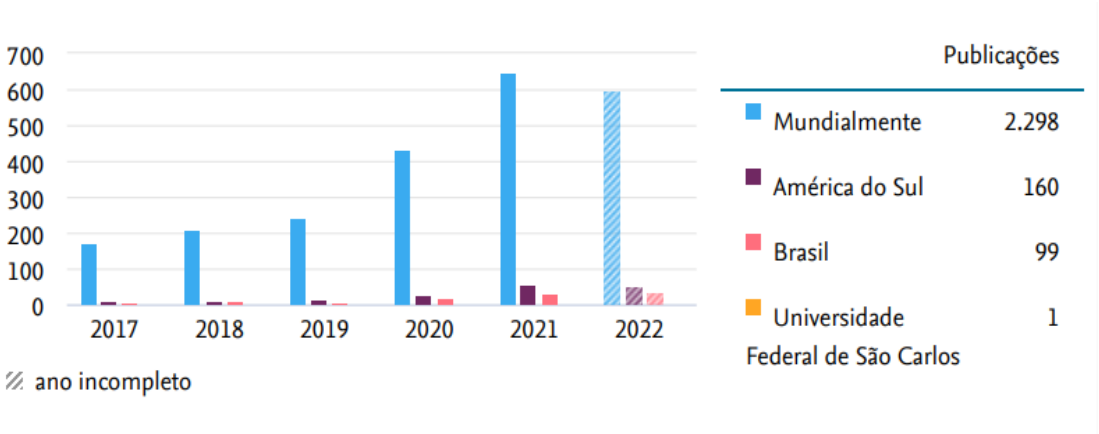



Figura 2. Produção acadêmica sobre *One Health* de 2017 a 2022. Fonte de dados: Scival-Elsevier, até 19 de abril de 2023.

A quantidade de citações a nível global foi de 20.97, sendo 1.408 na América do Sul e 1.001 no Brasil, no período 2017-2022. Considerando nosso intervalo de tempo, o maior número de citações ocorreu em 2022, com aproximadamente 5 mil citações, acima da média

anual, que foi de 3.829,8. O número de citações diminuiu consideravelmente no último ano, com pouco mais de mil citações.

As 50 principais palavras-chave por relevância, com base nas publicações, estão expostas na figura 3. As principais palavras são “zoonoses”, “iniciativa de saúde” (*One Health Initiative*), “doenças transmissíveis” (*communicable diseases*), “pandemia” (*pandemic*), COVID-19 e “resistência a antibióticos” (*antibiotic resistance*).

Figura 3. Nuvem de palavras-chave mais relevantes citadas nas 2298 publicações em 2017 e 2022 sobre *One Health.* Fonte de dados: Scival-Elsevier, até 19 de abril de 2023.

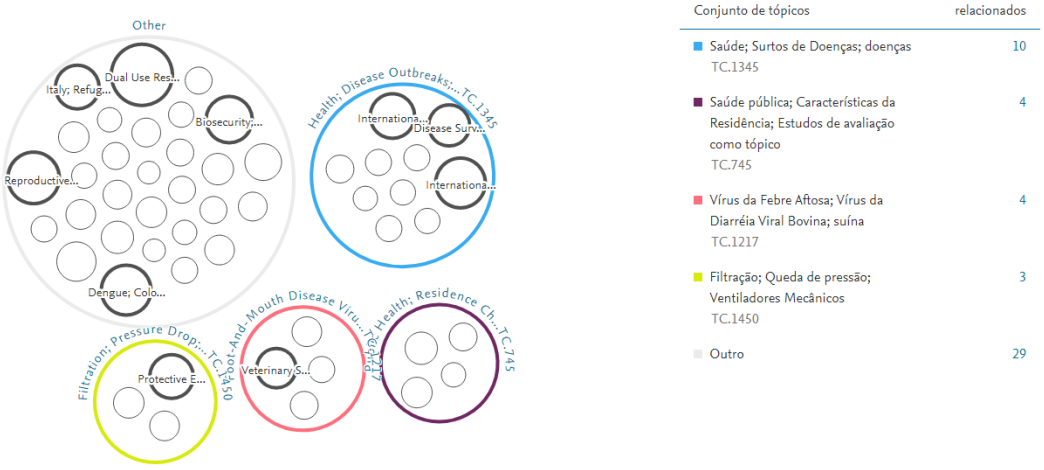
Os 10 principais países/regiões com produção acadêmica foram os Estados Unidos, Reino Unido, França, Índia, Austrália, Canadá, Suíça, Itália, China e Alemanha. Os EUA possuem o maior número de publicações acadêmicas e de visualizações, seguido do Reino Unido e França. No entanto, quando se verifica o impacto de citação ponderada, a Austrália e a Itália (2,22) são os países que se destacam, seguido do Reino Unido (2,0).

As cinco instituições que mais publicaram trabalhos na área de *One Health* (figura 4) são o CNRS (Centro Nacional Francês de Pesquisa Científica), Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres, Universidade de Oxford, Organização Mundial de Saúde (OMS) e o INRAE (Instituto Nacional de Investigação Agrícola, Alimentar e Ambiente). O maior número de publicações nos anos de 2017 a 2022 foi realizado pelo CNRS.

As 100 principais instituições que publicaram trabalhos sobre *One Health* são apresentadas no mapa abaixo (Figura 4). A América do Norte e a Europa são os continentes com maior número de instituições que publicam trabalhos na área.

Figura 4. As 100 principais instituições que publicaram trabalhos sobre *One Health* no mundo. Fonte de dados: Scival-Elsevier, até 19 de abril de 2023.

Quando pesquisado o tema *One Health* por um conjunto de tópicos, a produção acadêmica em todo o mundo apresentou 5 conjuntos de tópicos (figura 5). O tópico “outro”, apresentou o maior número de tópicos relacionados, num total de 29 (cinza), seguido pelo tópico “saúde, surtos de doenças" e “doenças” (em azul).




| Conjunto de tópicos | Tópicos relacionados |
|---|---|
| Saúde; Surtos de Doenças; doenças TC.1345 | 10 |
| Saúde pública; Características da Residência; Estudos de avaliação como tópico TC.745 | 4 |
| Vírus da Febre Aftosa; Vírus da Diarréia Viral Bovina; suína TC.1217 | 4 |
| Filtração; Queda de pressão; Ventiladores Mecânicos TC.1450 | 3 |
| Outro | 29 |

Figura 5. Clusters da produção acadêmica sobre *One Health* por um conjunto de tópicos. Fonte de dados: Scopus, até 19 de abril de 2023.

Na figura 6, o tamanho do segmento representa o compartilhamento de publicação relativo por área de assunto. A área de Medicina apresentou a maior porcentagem de trabalhos publicados (53.4%), seguida de Ciências Sociais (15%), Ciências Biológicas e Agricultura (14,8%).

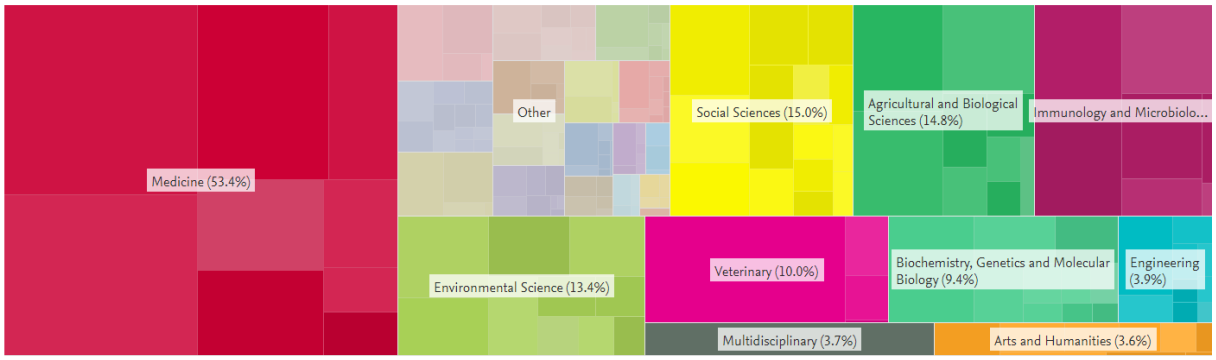



Figura 6. publicação de trabalhos sobre *One Health* por áreas do conhecimentos. Fonte de dados: Scival-Elsevier, até 19 de abril de 2023.

Foram encontrados dois trabalhos no SciVal que relacionam *One Health* com a agricultura familiar, um no Brasil e outro na Austrália, que aborda sistemas socioecológicos. Esses mesmos trabalhos foram encontrados e recuperados nas plataformas Scopus e Web Of Science, somando 4 trabalhos sobre *One Health* que estão relacionados com agricultura familiar (Tabela 1). Apenas um trabalho, dos quatro, relaciona *One Health*, agricultura familiar e resiliência. Destes quatro trabalhos que relacionam *One Health* com agricultura familiar, um é do Brasil, um da França, um da Itália e um da Sérvia. As áreas dos artigos publicados são Microbiologia Aplicada à Biotecnologia, Ciências Ambientais e Ecologia, Tecnologia de Ciência de Alimentos, Ciências Vegetais e Ciências Veterinárias.

O artigo *Analysis of Food Safety and Security Challenges in Emerging African Food Producing Areas Through a One Health Lens: The Dairy Chains in Mali* possui o maior número de citações, 19 no total.

Tabela 1. Lista de artigos que relacionam *One Health* com agricultura familiar e resiliência.

| **Artigo** | **Autores e origem** | **Ano e periódico da publicação** | **Abordagem do artigo** |
|---|---|---|---|
| Taeniasis-cysticercosis complex in the agrarian reform rural settlements, Brazil | Acevedo-Nieto et al.<br><br>Univ Fed Viçosa - UFV, Brasil | 2022<br><br>Revista pesquisa veterinária brasileira | Necessidade de uma colaboração multissetorial e transdisciplinar, com ações para a erradicação dessa zoonose |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Prototyping a Knowledge-Based System to Identify Botanical Extracts for Plant Health in Sub-Saharan Africa | Silvie, P.J. et al.<br><br>Montpellier Univ, PHIM Plant Hlth Inst, Inst Agro, IRD,CIRAD,INRAE, France | 2021<br><br>Plants-basel | Uso do conhecimento Knomana para aplicações sob a abordagem *One Health* |
| Analysis of Food Safety and Security Challenges in Emerging African Food Producing Areas through a One Health Lens: The Dairy Chains in Mali | Cheng, R. et al.<br><br>Ist Super Sanita, External Relat Off, Italy | 2017<br><br>Journal of food protection | A chave para a Segurança sustentável nas produções é One Health |
| One Health Approach in Traditional Milk Production as a Part of Steps towards SDGs | Jevtic, M. et al.<br><br>Univ Novi Sad, Fac Med, Novi Sad, Serbia | 2020<br><br>European journal of sustainable development | Importância da agricultura orgânica e produção de leite para One Health |

**DISCUSSÃO**

Neste estudo, analisamos a aplicação da abordagem *One Health* em estudos e pesquisas relacionados à resiliência da agricultura familiar. Corroborando com Davis *et al*. (2017), os resultados do presente estudo demonstram um aumento nas produções acadêmicas e citações sobre *One Health,* principalmente a partir de 2020, ano que teve início a Pandemia da COVID-19. As palavras-chave pandemia, COVID-19 e resistência a antibióticos apareceram como as mais significativas em estudos de *One Health*. A adoção de abordagens de *One Health* está crescendo, impulsionada, em parte, pela percepção da necessidade de integração de diversas disciplinas, para a aplicação de projetos, e, em outra parte, pelo surgimento de apoio financeiro e de recursos para iniciativas de políticas e programas (Davis *et al*., 2017).

Apesar do crescimento da produção científica no mundo, esse campo do conhecimento ainda está em desenvolvimento no Brasil e necessita de mais investimentos para atingir maior potencial. Além disso, muitos pesquisadores que publicam tais estudos não incluem ou integram dados de todos os três domínios da saúde humana, animal e ambiental (Davis et al., 2017).

A América do Norte e a Europa são os continentes que lideram a disseminação do conhecimento em *One Health* em termos de países, instituições e autores mais proeminentes. Por meio da análise das palavras-chave e título das publicações foi possível observar predominância de pesquisas na área da medicina humana e veterinária em relação às demais

áreas do conhecimento. O termo *One Health* tornou-se cada vez mais comum na literatura biomédica (Davis *et al*., 2017).

Apesar dos resultados desse estudo demonstrarem aumento nas produções sobre *One Health,* os estudos que relacionam o conceito de *One Health* com agricultura familiar ainda são incipientes, ainda que a área de "Ciências Biológicas e Agricultura", corresponda a 14,8% das publicações, e ser uma área multidisciplinar. A abordagem *One Health* é pouco explorada e, portanto, pouco articulada, em que a ausência de metodologias de avaliação que engloba a saúde de ecossistemas, animais e pessoas é uma limitação notável; e as interfaces ciência-política entre *One Health* e sistemas alimentares precisam ser melhoradas (Salinas-Velandia *et al*., 2022).

Nos artigos que relacionam *One Health* com agricultura familiar, Cheng *et al*. (2017) analisaram os desafios da segurança e proteção alimentar em áreas emergentes de produção de alimentos das cadeias de laticínios no Mali, na África, através da lente *One Health*. No mesmo artigo, os autores apresentam a importância do leite para a resiliência do sistema agrícola e da pecuária. Jevtic *et al*. (2020), abordaram *One Health* na produção tradicional de leite como parte das etapas em direção aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) e o aproveitamento do leite e derivados tem relevância para a saúde pública. Salinas-Velandia *et al*. (2022), analisaram a horticultura circular, através de um estudo bibliométrico, priorizando na pesquisa frutas e vegetais como culturas de estudo.

Nos estudos realizados pela equipe interdisciplinar de pesquisa que atua no Território Portal da Amazônia, no norte do estado de Mato Grosso, a pecuária leiteira também é um fator importante para a resiliência da agricultura familiar em assentamentos rurais. Os modos de vida dos agricultores familiares da região norte do estado baseiam-se principalmente nas atividades relacionadas à pecuária leiteira, seja pela criação de bezerros ou venda de leite, além do cultivo de hortas e pomares, e criação de frango (Vidal et al., 2021).

Cheng *et al*. (2017) consideraram o papel dos produtores de alimentos, em especial de leite, como atores-chave na interface entre meio ambiente, animais e saúde humana. Uma maior produção de leite, carro-chefe da economia do setor na maior parte do país, garante o emprego e o sustento das pessoas no campo, a prosperidade econômica da agricultura familiar e pode melhorar a qualidade de vida, quando respeita às abordagens tradicionais e os costumes locais, alinhados às recomendações de saúde pública (Jevtic *et al*., 2020). Novos desafios de prevenção na governança da saúde global e local giram em torno do papel dos

agricultores familiares para o controle de zoonoses, redução de perdas de alimentos e preparação para emergências (Frazzoli *et al*., 2016 ).

O enfoque da *One Health*, se aplicado de forma colaborativa, pode promover o bem-estar equilibrado entre humanos, animais e meio ambiente, fornecendo uma estratégia global que destaca a necessidade de abordagens holísticas e transdisciplinares para melhorar a conexão de todos os componentes de um ecossistema (Mackenzie *et al*., 2019). Isso porque a abordagem *One Health* permite avançar em várias direções, uma vez que abrange, por definição, muitos campos, e estes incluem, mas não estão limitados a, doenças infecciosas, doenças crônicas, toxicologia, ecologia, agricultura e sustentabilidade, medicina da conservação, economia, antropologia, etnografia e ciências sociais (Davis *et al*., 2017).

Nesse sentido, embora os artigos analisados abordem *One Health* sob várias óticas, mostram lacunas substanciais, nas quais faltam metodologias e quadros de avaliação com abordagem interdisciplinar que abranjam a saúde dos ecossistemas, dos animais e das pessoas de forma holística (Salinas-Velandia *et al*., 2022). Em um deles, inclusive, os próprios autores afirmam que para se desenvolver a saúde pública e a sustentabilidade é importante que haja uma interconexão entre agricultura, veterinária e tecnologia (Jevtic *et al*., 2020).

A compreensão internacional de como o desafio da segurança alimentar e nutricional, incluindo a conscientização da segurança alimentar sustentável para proteger as gerações futuras (Frazzoli *et al*., 2009), está incorporada na perspectiva *One Health* (Shomaker *et al*., 2013). A abordagem, para se tornar um catalisador de transformações socioambientais, deve envolver esforços colaborativos transdisciplinares, que atuam em âmbito local, nacional e globalmente, para estabelecer produção e consumo de alimentos com base na proteção concomitante dos ecossistemas, animais, plantas e humanos (Cheng *et al*., 2017). À medida que o enfoque *One Health* emerge como prioridade máxima para os afetados, na mitigação de doenças e na promoção do bem-estar, é importante reconhecer os desafios enfrentados por aqueles que trabalham de forma colaborativa para integrar o conhecimento de várias disciplinas (Davis *et al*., 2017).

Para os pesquisadores que estudam a resiliência no Território Portal da Amazônia, a resiliência dos sistemas socioeconômicos que envolvem a agricultura familiar realça a necessidade de maior diálogo intersetorial e multidisciplinar, envolvendo uma articulação horizontal (entre setores do governo, mas também outras organizações não governamentais) e vertical (entre níveis do governo, do transnacional ao infranacional), muitas vezes com

perspectivas e interesses distintos (Oliveira *et al*., 2021).

É crucial a construção de políticas sustentáveis, que orientem e fomentem projetos que mobilizam pesquisadores em torno de ferramentas de transformação social e ambiental, como a *One Health*, que nascem em projetos que articulam as pessoas que vivem e constroem o território, sendo elas agricultores, pesquisadores, atores sociais, médicos e profissionais de equipes multidisciplinares de saúde, entre outros. A *One Health*, como outras abordagens recentes, entre elas a resiliência de sistemas socioecológicos complexos, pode, com esse apoio e visibilidade dar um salto no modo como a ciência é executada no setor de produção de alimentos, resolvendo, em grande medida o problema da fragmentação e redução do conhecimento científico em partes, insuficientes quando a ciência se propõe a se envolver e contribuir com a resolução dos problemas e a construção de atributos que ampliam a capacidade adaptativas de pessoas e comunidades, frente às ameaças emergentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção científica dos cinco anos na plataforma SciVal por meio de indicadores bibliométricos mostrou que o enfoque de *One Health* é uma importante área científica, fundamental para o debate em várias áreas do conhecimento científico, apesar da predominância da medicina. Este estudo revelou a importância da abordagem *One Health* no cenário internacional, confirmada pelo aumento de publicações e citações ao longo dos últimos cinco anos, em especial no período pandêmico. Apesar do predomínio dos Estados Unidos e da Europa nas publicações, a temática tem atraído pesquisadores de instituições de outros países para leitura e publicação de seus estudos.

Faz-se necessário projetos que relacionem *One Health* com a agricultura familiar, para a compreensão mais ampla da saúde dessas populações e do território, por meio da aplicação de uma abordagem inter e transdisciplinar, que analise a resiliência de sistemas socioecológicos, tentando chegar mais perto, em termos de compreensão e ação, de sua complexidade, dinamismo e fluidez.

Além de ampliar a compreensão da interface entre agricultura familiar e a *One Health*, é necessário, por meio de esforços, contribuir para a construção de um arcabouço que alimente a proposição e execução de projetos futuros.

**REFERÊNCIAS**


Acevedo-Nieto, E.C.; Pinto, P.S.A.; Silva, L.F.; Guimaraes-Peixoto, R.P.M.; Santos, T.O.; Duarte, C.T.D.; Campos, A.K.; Bevilacqua, P.D. Taeniasis-cysticercosis complex in the agrarian reform rural settlements, Brazil. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, v.42, e07028, 2022.

AVMA. ***One Health***: um novo imperativo profissional. Associação Médica Veterinária Americana: Relatório Final da Força-Tarefa One Health Initiative ( 2008 ), p. 1 - 76. 2008.

Baum, S. E. Evaluating one health: Are we demonstrating effectiveness? **One Health**, v. 3, p.5-10, 2017.

Cheng, R.; Mantovani, A.; Frazzoli, C. Analysis of Food Safety and Security Challenges in Emerging African Food Producing Areas through a One Health Lens: The Dairy Chains in Mali. **Journal of Food Protection,** v. 80, n. 1, p. 57–67, 2017.

Davis, M. F. *et al*. Checklist for One Health Epidemiological Reporting of Evidence (COHERE). **One Health**, v. 4, p.14–21, 2017.

Figueiredo, R. A. *et al*. Resiliência em sistemas socioecológicos, paisagem rural e agricultura. **Revista Ciência, Tecnologia e Ambiente**, v. 5, n. 1, p. 49-55, 2017.

Frazzoli, C.; Mantovani, A.; Esposito, R. Segurança alimentar sustentável e zoonoses tóxicas: novos desafios de prevenção na governança global da saúde. Quad. Sociedade Itália. Med. Trop. **Salute Globale** , 1, p. 117 - 127, 2016.

Frazzoli, C., C. Petrini, and A. Mantovani. Sustainable development and next generation's health: a long-term perspective about the consequences of today's activities for food safety. **Ann. Ist. Super. Sanita**, v. 45, p. 65–75, 2009.

Jevtic, M.; Belic, B; Glavas – Trbic, D. One Health Approach in Traditional Milk Production as a Part of Steps towards SDGs. **European Journal of Sustainable Development**, v. 9, n. 1, p. 263-271, 2020.

JORWAL, P.; BHARADWAJ, S.; JORWAL, P. One health approach and COVID-19: A perspective. **Family Med Prim Care**, v. 9, n. 12, p.5888-5891, 2020.

Lebov, J. A framework for One Health research. **One Health**, v. 3, p.44–50, 2017.

Lerner, H; Berger, C. A Comparison of Three Holistic Approaches to Health: One Health, EcoHealth, and Planetary Health. Frontiers in Veterinary Research**. Front. Vet. Sci.**, v. 4, p.163. 2017.

Lerner, H; Berger, C. A. The concept of health in One Health and some practical implications for research and education: what is One Health? **Infection Ecology & Epidemiology**, v.5, 25300, 2015.

Machalaba, C. C. *et al*. Institutionalizing One Health: From Assessment to Action. **Health**

**Security**. v. 16, s. 1, p.S-37-S-43, 2018.

Mackenzie, J. S.; Jeggo, M. The One Health approach-Why is it so important? Trop. Med. Infect. Dis. 2019, 4, 88.

Oliveira, R. E. *et al.* A interdisciplinaridade na prática acadêmica universitária: conquistas e desafios a partir de um projeto de pesquisa-ação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, **n**. 02, p. 377-400, 2021.

Rüegg, S. R. et al. A Blueprint to Evaluate One Health. Front. **Public Health**, v. 5, 2017.

Shomaker, T. S., E. M. Green, and S. M. Yandow. Perspective. One Health: a compelling convergence. **Acad. Med.** 88:49–55, 2013.

# A Educação em Agroecologia: estratégias históricas e contemporâneas da agricultura familiar

Guilherme Francisco Klahold[1]
Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa[2]

**GT 11: Vulnerabilidade, adaptação e resiliência da agricultura familiar.**

**RESUMO**

Para compreender as possibilidades da educação em Agroecologia enquanto uma prática estratégica da agricultura familiar para resistir e/ou se adaptar às imposições contemporâneas do sistema capitalista, o objetivo deste trabalho será analisar alguns dos aspectos históricos e questões presentes que envolvem a construção deste campo de estudos no Brasil. A pesquisa faz parte de uma investigação sobre a transição curricular da escola do campo Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul do Paraná — CFR-SMS-PR, que indica uma série de dilemas pertinentes para a continuação dos cursos pautados pela agroecologia em contextos marcados pela utilização dos métodos convencionais na produção familiar. A metodologia do estudo é baseada na pesquisa participante, a partir da qual pretendemos fazer uma reflexão sobre até que ponto poderíamos localizar o caso da CFR-SMS-PR como uma experiência histórica que revela estratégias usadas no sentido de fortalecer a autonomia dos agricultores familiares e demais populações do campo.

**Palavras-chave:** educação em agroecologia, brechas camponesas, casa familiar rural.

[1] UFPR, guilhermefranciscoklahold@gmail.com
[2] UFPR, rodolfolobato@ufpr.br

## INTRODUÇÃO

A agroecologia é um tema que ganhou certo destaque nos debates agrários das últimas décadas, consistindo em uma proposta para lidar com uma série de crises que assolam as populações do campo. Sem pretensões de tentar trazer uma conceituação definitiva da agroecologia, deixando o debate epistemológico para outro momento, trataremos-na como uma estratégia encontrada pela agricultura familiar para conciliar questões ambientais, econômicas e culturais no enfrentamento e/ou adaptação às lógicas capitalistas.

A construção da agroecologia aparece, a partir da década de 1970, em um contexto em que ocorria uma intensa reestruturação do modelo produtivo agrícola brasileiro através da realização da Revolução Verde e a modernização conservadora da agricultura — que intensificava "a degradação socioeconômica e ambiental do campo brasileiro sob a forma de compras compulsórias extra e intra-setoriais, o uso de insumos e de maquinário agrícola" (RICARDIO, 2011, p. 235), causando problemas diversos na realidade das comunidades camponesas.

Dentre esses problemas, enfatiza-se a crise socioambiental, que possui origens históricas e assume novas faces diante do contexto atual. A causa dessas crises está atrelada principalmente aos modelos de desenvolvimento empregados ao longo da história brasileira, que resultaram na construção de um projeto nacional em que o campo foi secundarizado em privilégio das zonas urbanas. Esses modelos de desenvolvimento, muito associados ao lugar do Brasil na dinâmica da divisão internacional do trabalho, aproveitaram do potencial de exploração econômico das terras brasileiras — com raras preocupações relacionadas à devastação ambiental — e menosprezaram o atendimento às demandas campesinas por sistemas educacionais, produtivos e de saúde mais adequados às suas realidades.

O debate em torno da agroecologia começou a ser construído partir deste contexto, buscando desenvolver não apenas um modelo agrícola diverso da agricultura convencional, mas também uma forma de conhecimento holístico, baseado em diferentes ciências, com objetivo de possibilitar a construção de um campo mais ecológico e socialmente justo ante os problemas históricos enfrentados no meio rural brasileiro. Entretanto, passadas algumas décadas, e a conceituação da Agroecologia ainda permanece ambígua no contexto brasileiro,

dados os entraves encontrados no seu processo de instituição na arena científica e educacional.

Definida por Altieri como “uma verdadeira alternativa técnico-científica global, como uma renovação do social e do sistema técnico-produtivo” (ALTIERI, 2004, p. 14), a agroecologia encontra dificuldades de ser reconhecida pelo Estado brasileiro e pelos mercados locais, que afetam seu potencial de expansão ao tratá-la como apenas um modelo agrícola de menor importância dentre tantos outros.

A partir desses impasses, o objetivo deste trabalho é investigar os antecedentes históricos e elementos contemporâneos que estão imbricados no processo de construção e consolidação da agroecologia na arena educacional. A metodologia usada nesta investigação é baseada no entendimento de Brandão (1999) acerca da pesquisa participante, que nos leva à partir das percepções da comunidade analisada para delimitar nosso problema de pesquisa, buscando identificar as motivações colocadas em debate sem a pretensão de realizar uma pesquisa empírica neutra. O trabalho de campo realizado para a produção dos dados desta pesquisa ocorreu entre junho e outubro de 2021, e foi realizado na escola do campo Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul do Paraná — CFR-SMS-PR, envolvendo a realização de entrevistas e questionários com 31 estudantes, três professoras da base técnica, a pedagoga e a diretora da instituição.

Antes de tratar do caso empírico, usaremos o primeiro tópico para desenvolver uma reflexão sobre os elementos institucionais que marcaram a chegada do termo “agroecologia” no debate acadêmico e social, refletindo sobre as implicações da pauta em torno da educação em agroecologia para o processo de consolidação desse movimento.

Em seguida, trataremos das dificuldades presentes na agroecologia, com base no caso que retrata a descontinuidade do curso Técnico em Agroecologia da CFR-SMS-PR, que revela diversos dilemas enfrentados na profissionalização de agroecólogos e na manutenção do ensino em agroecologia nas escolas do campo.

Por fim, construiremos uma reflexão acerca de alguns antecedentes de modelos agrícolas alternativos presentes na historiografia brasileira, indagando as possíveis relações entre os dilemas atuais vivenciados pela agroecologia e a experiência das “brechas camponesas”. Essas brechas nos indicam estratégias construídas para criar potenciais rotas de fuga e espaços de autonomia dentro do sistema hegemônico e, embora não chegassem a pôr em risco a estrutura do mercado, possibilitaram a criação de sistemas produtivos e sociais

alternativos, que servem de inspiração para a construção de práticas como a da Agroecologia.

## A AGROECOLOGIA E OS DEBATES AGRÁRIO E AMBIENTAL NO BRASIL

O destaque dado à agroecologia no debate agrário e ambiental não é por menos; afinal, a partir dela foi possível construir uma série de propostas para conciliar variáveis como o meio ambiente, a economia, a cultura e o bem estar social, até então inconciliáveis nos princípios da agricultura moderna. Desta forma,

> (...) a Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2011, p. 47).

É importante ressaltar que a agroecologia não surge como um tema inédito no debate agrário brasileiro, pois aparece como uma continuação do movimento das agriculturas alternativas, que, por sua vez, é o resultado da síntese de uma série de outros movimentos agrícolas nacionais e internacionais. Dentre esses movimentos, podemos citar experiências de sistemas agrícolas alternativos institucionalizadas em outros países, como a agricultura biodinâmica alemã, a agricultura natural japonesa, a agricultura orgânica na Inglaterra e a agricultura biológica francesa (EHLERS, 1994); e experiências em nosso próprio país de sistemas produtivos alternativos no campo, como a protagonizada por comunidades indígenas, de quilombos, ribeirinhos e do protocampesinato escravo das "brechas camponesas" — que será melhor abordado no penúltimo tópico.

Ainda que estas experiências apresentassem uma vasta e complexa base de conhecimentos que possibilitasse uma prática agrícola mais ecologicamente sustentável e socialmente justa, o surgimento do debate em torno das agriculturas alternativas e da agroecologia só ganhou força no Brasil com a intensificação do debate ambiental e com sua associação com as pautas dos movimentos agrários.

De acordo com Viola (1987), podemos identificar a existência de três fases dos movimentos ecológicos iniciados a partir da segunda parte do século XX no Brasil: a primeira é denominada como o movimento ambientalista, surgido entre 1974 e 1981, que iniciava as críticas contra a degradação ambiental; entre 1981 e 1985, inicia-se um "movimento de transição", com cada vez mais menções políticas explícitas e ampliação do debate ecológico;

e a partir de 1986 ocorre a terceira e última etapa, classificada como ecopolítica, quando a maior parte do movimento ecológico passa a enfatizar a importância da participação política para colocar em prática as decisões construídas no debate acadêmico e social.

Ainda que já houvesse um debate ambiental latente no território brasileiro desde o período colonial, como demonstrado por Pádua (2002), os discursos eram marcados por um viés que incentivava o desenvolvimentismo agrícola, com incentivos ao melhoramento das técnicas "arcaicas" utilizadas na agricultura da época para a otimização da produção no campo. Mesmo no século XX, as perspectivas sobre a natureza presentes no debate político ainda estavam muito próximas do que Alier (2007) categorizou como o viés da Sacralização da Natureza — associado à visão da natureza com valor intrínseco e sagrado — e o viés da Evangelho da Ecoeficiência, relativo à conciliação entre o desenvolvimentismo econômico e a preservação das áreas naturais.

Esses fatores ressaltam a particularidade dos movimentos ambientais iniciados a partir de 1970, que enfatizaram o caráter político da pauta pela preservação ambiental e pela distribuição mais igualitária dos benefícios e riscos do desenvolvimento econômico — mais associados ao que Alier (2007) denominou como o Ecologismo dos Pobres ou "ecopolítica". Ademais, outro elemento que distinguiu o movimento ecológico foi a sua coincidência com a criação de importantes movimentos políticos relacionados à questão agrária, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, aos poucos, passa a trazer a questão ambiental para o seio do debate rural, juntamente com a pauta pela reforma agrária e pela soberania alimentar da população brasileira.

Logo, podemos inferir que a origem do termo "agroecologia" no Brasil está extremamente atrelada às pautas políticas dos movimentos ecológicos e dos movimentos sociais rurais, e representa uma nova estratégia de transformação da forma como o campo é pensado pela lógica da modernidade, com questionamentos e propostas pertinentes para a construção de um campo mais ecológico e socialmente justo. Dentre essas propostas, podemos citar o investimento em circuitos curtos de comercialização, em agroindústrias familiares e/ou comunitárias para beneficiar as produções dos pequenos e médios agricultores, a implementação de programas de Estado e créditos privados específicos para os produtores agroecológicos, e a criação de cursos pautados pela educação em agroecologia.

O processo de consolidação da agroecologia como uma nova ciência ou um paradigma produtivo emergente passa, inevitavelmente, pela sua expansão na arena educacional, seja

como uma base curricular, ferramenta metodológica ou mesmo como conteúdo de escolas de ensino básico e de instituições de ensino técnico e superior. Essa expansão não só está condicionada pela existência de políticas públicas, incentivos privados e/ou por movimentações políticas pautadas na agroecologia, como também exige uma reestruturação ampla dos cursos de ciências agrárias, que "continuam formando profissionais para atender ao padrão tecnológico da agricultura convencional, seguindo a racionalidade econômica e os modelos técnicos produtivistas" (AGUIAR, 2010, p. 4).

Enquanto essa reestruturação ampla não se efetiva, surgem diversas experiências de educação em agroecologia, que não necessariamente rompem radicalmente com a estrutura agrária, mas provocam transformações consideráveis na organização socioeconômica e cultural das comunidades escolares. Essas experiências nos revelam impasses e possibilidades relevantes para se pensar no processo de expansão da agroecologia na arena educacional, principalmente no que se refere ao âmbito da educação do campo. Analisaremos um desses casos para podermos elencar algumas dessas possibilidades e limites.

## O ENSINO DE AGROECOLOGIA NA CASA FAMILIAR RURAL DE SÃO MATEUS DO SUL (PR)

O fato da Agroecologia não ter, até o presente momento, se consolidado enquanto campo de estudos da educação básica tem implicações relevantes e diversificadas nas experiências emergentes de ensino em agroecologia, que sofrem os efeitos da falta de reconhecimento social e profissional dos conhecimentos e práticas agroecológicas.

Para revelar algumas das potencialidades e dilemas da agroecologia em seu processo de institucionalização na arena educacional, voltaremo-nos para o caso da Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul do Paraná (CFR-SMS-PR), que expressa questões pertinentes para se pensar no processo de expansão da agroecologia em um contexto marcado pela falta de reconhecimento social e profissional de agroecólogos.

A CFR-SMS-PR iniciou suas atividades no ano de 2006 e, com a articulação entre atores civis e movimentos sociais da região, implementou o curso Técnico em Agroecologia integrado ao ensino médio em 2009. A criação da escola esteve relacionada à uma demanda regional por uma escola mais adaptada às necessidades dos agricultores familiares, possibilitando a geração de renda e incentivo à escolaridade das novas gerações. Assim como as demais Casas Familiares Rurais, o Projeto Político Pedagógico da CFR-SMS-PR é organizado em torno da

Pedagogia da Alternância[3], que incide sobre o currículo, o cronograma, a didática e toda a organização do cotidiano escolar (PPP-CFR-SMS, 2014).

Organizada em torno da Pedagogia da Alternância e do curso Técnico em Agroecologia, a CFR-SMS-PR possuía uma ementa curricular pautada principalmente em princípios ecológicos e na autonomia camponesa. Entretanto, com o decorrer das atividades da escola, o curso Técnico em Agroecologia passou a ser questionado como adequado às demandas da região, conforme pode ser visto na fala de uma das professoras da base técnica da instituição no ano de 2021.

> Prof Sophia - A gente já tava vendo uma necessidade de mudar o curso, porque assim, a gente sabe que a agroecologia acontece, mas ainda é uma pequena realidade, não são muitas propriedades que trabalham com isso, então acho que meio que frustra um pouco os alunos (KLAHOLD, 2022).

Essas inquietações provocaram uma movimentação de atores da gestão e do quadro docente do colégio para alterar o seu currículo com a motivação inicial de implementar um curso técnico em agroindústria, aproveitando as instalações de processamento alimentar que foram construídas a partir do projeto Ecos dos Campos, desenvolvido pela Petrobras. Todavia, houve uma pressão da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR) para implementar o curso técnico agrícola nas Casas Familiares Rurais paranaenses, em consonância com os princípios da nova Base Nacional Comum Curricular, o que definiu a nova oferta formativa da CFR-SMS-PR a partir do ano de 2022 (KLAHOLD, 2022).

Com a transição do curso curso Técnico em Agroecologia para o curso Técnico Agrícola, alteraram-se os conteúdos e métodos das disciplinas técnicas, retiraram-se as restrições à utilização de insumos químicos na produção escolar — que envolve principalmente a olericultura, fruticultura, galinocultura e piscicultura — e alteraram-se as visitas técnicas que são feitas aos produtores da região. Ainda que a transição ainda não tenha se efetivado por completo, o que ocorrerá apenas a partir de 2024, quando a última turma do Técnico em Agroecologia terá se formado, podemos identificar uma tendência de intensificação de práticas caracterizadas pela agricultura convencional, com menor foco nos princípios da agricultura orgânica e agroecológica (KLAHOLD, 2022).

[3] A Pedagogia da Alternância é um modelo de ensino que busca reorganizar o cronograma, os princípios, os conteúdos e os métodos escolares para atender mais adequadamente as populações do campo. Esse modelo surgiu através da experiência das *Maison Familiale Rurales* francesas, que inspiraram o modelo das Casas Familiares Rurais brasileiras e outras experiências educacionais, tendo como um dos aspectos gerais a articulação dos elementos “estudo-realidade territorial-profissão” (NOSELLA, 2012, p. 54).

Essas mudanças, apesar terem sido impostas pela SEED/PR, foram bem recebidas pela maior parte da comunidade escolar, que visualiza a nova formação como mais valorizada pela esfera pública e privada da região — o que, aparentemente, se confirma com o coincidente aumento no número de matrículas após a oferta do novo curso. A expectativa de muitos é que a formação técnica agrícola proporcione mais inserção profissional para os estudantes, mais recursos para a escola, mais conexão com as práticas agrícolas familiares e também inclua elementos da agroecologia, conforme pode ser observado na fala da professora da base técnica Elisa quando questionada sobre sua opinião acerca da transição curricular:

> Prof. Elisa - Acho que vai ser positiva, porque vai aumentar até essa questão que eu falei do mercado de trabalho, abre um leque maior, a questão do trabalho eles vão poder tá vendo a parte agroecológica, mas vão poder atuar como técnico agrícola também, que tem uma demanda maior pro mercado (KLAHOLD, 2022).

As expectativas em torno do curso Técnico Agrícola possuem intensa relação com as demandas da comunidade escolar que não foram devidamente atendidas pela formação Técnica em Agroecologia. Entre as expectativas não atendidas, podemos citar a baixa inserção profissional dos estudantes egressos no mercado de trabalho, a dificuldade de associar os princípios agroecológicos estudados na escola com as práticas agrícolas domésticas, e a falta de meios para adquirir renda através da formação em agroecologia.

Os dilemas que restringiram a continuidade do curso Técnico em Agroecologia são, em grande medida, relacionados ao contexto em que a escola está inserida. Segundo o Censo Agro de 2017 (IBGE, 2017), São Mateus do Sul possui um total de 3.406 estabelecimentos agropecuários, e destes há um total de 2.126 que utilizam adubação química, e cerca de 2.150 utilizam agrotóxicos em sua produção. O sistema de cultivo predominante é o do Plantio Direto na Palha[4], aplicado por 1.609 estabelecimentos, seguido pelo cultivo através do Plantio Convencional, que agrega 918 estabelecimentos (IBGE, 2017).

Ainda que São Mateus do Sul seja muito marcado pela presença da agricultura familiar, podemos observar que a maior parte desses agricultores se baseia em métodos convencionais ou de uma agricultura semi intensiva, como é o exemplo do método do Plantio Direto no solo — o que aparece nos comentários da Prof Laura sobre os métodos agrícolas usados pelos

[4] O Plantio Direto na Palha (PDP) é um sistema de produção agropecuária que se baseia na cobertura permanente das superfícies para aumentar a matéria orgânica da terra e manter as qualidades morfológicas do solo, reduzindo a necessidade de utilização de agrotóxicos e adubação.

familiares dos estudantes:

> Prof Laura - Na própria horta, cerca de 90% das famílias usam produtos agroquímicos, defesa natural e o próprio agrotóxico. Os princípios da produção agroecológica não são a realidade deles (KLAHOLD, 2022).

Neste contexto agrário com pouca presença da agroecologia e demais iniciativas sustentáveis no campo, falta espaço para colocar em prática os conhecimentos agroecológicos aprendidos no curso técnico, o que repercute na relativa ausência de locais para realizar as visitas técnicas da escola, no menor apoio da família para inserir práticas agroecológicas em suas terras, e em raros incentivos para que os jovens dêem continuidade ao que foi desenvolvido durante sua formação.

A percepção da comunidade escolar sobre o espaço da agroecologia no contexto regional enfatiza os obstáculos enfrentados para efetivar os projetos de ensino do curso Técnico em Agroecologia. Segundo estimado pela professora Laura, dos cerca de 100 estudantes que já se formaram nos últimos anos na CFR-SMS-PR, apenas dois conseguiram dar continuidade na agroecologia, o que se explica pela pouca valorização do certificado de Técnico em Agroecologia e pela relativa ausência de produtores agroecológicos na região — segundo ela, de cada dez produtores rurais do município de SMS, nove produzem com métodos convencionais (KLAHOLD, 2022). Apesar desses números serem apenas estimativas que não necessariamente condizem com a realidade, eles expressam como as professoras da base técnica percebem a sua situação e a de seus estudantes, revelando as noções que fundamentam os seus posicionamentos enquanto atores da comunidade escolar.

As gestoras preocuparam-se em ver a maior parte dos estudantes egressos sem conseguir inserção profissional no mercado agrícola e no funcionalismo público da região, ao perceberem que esse cenário poderia culminar no encerramento das atividades da CFR-SMS-PR, tendo em vista o contexto de fechamento das escolas do campo que assola não só o município de São Mateus do Sul, como também as demais regiões paranaenses (REICHENBACH, 2019).

Se no curso Técnico em Agroecologia havia uma baixa inserção profissional, no curso Técnico Agrícola há a expectativa de que os estudantes encontrem mais oportunidades de emprego na região; se antes havia dificuldades de conciliar os conhecimentos escolares e familiares, na nova formação vislumbram-se mais semelhanças entre os conteúdos trabalhados e as práticas domésticas; se na formação anterior havia uma queda crescente nas

matrículas, agora há um número cada vez maior de alunos. Além do mais, com a formação de técnico Agrícola, há uma maior facilidade em encontrar estabelecimentos produtivos da região para fazer visitas técnicas e para receber investimentos privados, o que complementa um cenário de maior otimismo para a comunidade escolar da CFR-SMS-PR.

Um dos elementos mais marcantes do caso desta transição curricular é que, mediante um cenário de pouca valorização do curso em agroecologia e do risco de fechamento da escola, "opta-se" pelo fortalecimento das bases economicistas e produtivistas do ensino agrícola, em detrimento das pautas ambientais e ecológicas, que passam a figurar um segundo plano no currículo escolar. Esta "opção", vale ressaltar, é condicionada pelos órgãos governamentais e pelo mercado regional, que pressionaram a comunidade escolar a mudar sua proposta educacional, diminuindo a autonomia das escolhas dos atores escolares (KLAHOLD, 2022).

Algumas reflexões nos são induzidas ao analisar esse caso: seria essa transição curricular um indício do enfraquecimento da agroecologia na pauta política agrária nacional e/ou regional? Até que ponto as iniciativas alternativas de educação do campo e de agricultura teriam de se adaptar às lógicas de produção capitalistas, e quais seriam os limites dessa adaptação? Como a agroecologia poderia ser vista à luz de outras experiências históricas de resistência camponesa?

Para traçar algumas pistas acerca dessas questões, faremos uma retomada de experiências históricas e dos modelos analíticos que nos revelam estratégias de "resistência" às lógicas do sistema dominante no campo, o que nos encaminha ao caso das "brechas camponesas" no sistema escravista, que expressa características importantes do processo de consolidação da estrutura agrária brasileira durante o período colonial.

## AS BRECHAS CAMPONESAS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS DE PRÁTICAS DE AUTONOMIA CAMPONESA

O termo "brecha camponesa" foi construído primeiramente por Tadeusz Lepkowski, como forma de "exprimir a existência de atividades que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de plantation, entendido em sentido estrito" (CARDOSO, 1987, p. 133). Este termo foi desenvolvido mais profundamente por Ciro Flamarion Cardoso, que investigou elementos gerais das "brechas camponesas" no continente americano, e suas particularidades no caso

brasileiro.

As “brechas camponesas” brasileiras se referiam à economia independente de subsistência de quilombolas dentro de quilombos, e ao sistema de concessão de pequenos lotes de terras em usufruto nas fazendas aos escravos não-domésticos, criando algo denominado como “mosaico camponês escravo” ou protocampesinato, que coexistia com a extensão dominante das terras do senhor onde os escravos trabalhavam de forma agrícola e agroindustrial, sendo parte de um grande organismo produtivo (CARDOSO, 1987). Esse sistema é marcado por uma ambiguidade, como resistência e também como iniciativa dos senhores de terras para reduzir gastos com proventos para os escravos. Ainda assim, os escravizados “viam com razão que o sistema de parcelas comportava benefícios e vantagens para eles, e lutavam para que assim fosse ao máximo, ampliando sua autonomia e extensão na medida do possível” (CARDOSO, 1987, p. 111).

Um dos efeitos das brechas camponesas foi o desenvolvimento de uma produção mais diversificada no campo que modificou consideravelmente as dinâmicas dos mercados locais, possibilitando a construção de sistemas agrícolas que abarcavam as lógicas locais e os saberes tradicionais das populações escravizadas, o que pode ser uma rota para a preservação da cultura africana, indígena e a formação de um protocampesinato nas américas.

Diferentemente de muitos autores que consideram a inconciliação ou exclusão mútua entre as categorias de campesinato e a escravidão, Cardoso (1987) afirmou que as brechas camponesas revela a existência de uma espécie de protocampesinato no Brasil colônia. Essa forma de organização, embora não possa ser considerada como um movimento contra-hegemônico que trouxesse risco ao sistema escravista (CARDOSO, 1987), é vista pela historiografia como um fenômeno que abriu possibilidades inéditas, pois permitiu uma maior autonomia não só para criar novos vínculos com a terra, como também para produzir e reproduzir conhecimentos de forma coletiva:

> (...) o estudo da “brecha camponesa” serve, entre outras coisas, para nuançar a visão habitualmente monolítica em excesso que se possa ter do sistema escravista da Afro-América, ao mostrar as colônias afro-americanas como sedes de verdadeiras sociedades, ativas, dinâmicas e contraditórias – e não como campos de concentração generalizados, habitados mais for figuras estereotipadas do que por pessoas vivas. Serve para nuançar, dissemos, mas não para pôr em dúvida o sistema escravista, indubitavelmente dominante (CARDOSO, 1987, p. 89-90).

A revelação de uma sociedade dinâmica e contraditória, marcada não só pela

dominância do sistema de *plantation* como também pelas resistências camponesas, tem contribuído para a construção de subsídios teóricos interessantes para pensar na Agroecologia enquanto uma prática de resistência ao sistema capitalista contemporâneo.

Um exemplo neste sentido é o estudo de Gondim de Araújo (2012), que usa da noção de "brecha camponesa" para pensar em como a herança da comunidade negra rural camponesa do Engenho Siqueira da Zona da Mata Pernambucana possui culturas e técnicas compatíveis com a agroecologia. A autora observa que essas heranças possibilitaram as bases para a construção de uma transição agroecológica na região, e também no enfrentamento às lógicas remanescentes da *plantation* e das novas lógicas da agricultura moderna, o que a levam refletir até que ponto a agroecologia pode representar "uma nova 'brecha' na hegemonia do agronegócio sucroenergético da cana-de açúcar na Zona da Mata" (GONDIM DE ARAÚJO, 2012, p. 110).

De forma similar, Silva (2019) usa a ideia de "brecha camponesa" para analisar "as contribuições históricas das comunidades negras (quilombolas ou não) para a construção do conhecimento agroecológico na atualidade" (SILVA, 2019, p. 81). O autor identifica elementos correlatos entre as experiências quilombolas, as "brechas camponesas" e os saberes agroecológicos, dentre os quais podemos citar: a predominância de policultivos com espécies vegetais também cultivados em diferentes regiões africanas; a construção de uma cosmovisão sobre a relação entre ser humano e natureza diferente da visão moderna; e a construção de uma economia baseada em laços comunitários e na solidariedade, enfatizando o caráter coletivo do trabalho e da identidade cultural (SILVA, 2019). Desta forma, Silva (2019) destaca a importância de usarmos as experiências do campesinato negro como inspiração na construção dos conhecimentos agroecológicos, influenciando na organização de circuitos curtos de comercialização e consumo da agricultura familiar.

É possível identificar nas brechas camponesas um processo de resistência relevante da historiografia camponesa, que releva espaços de fuga dentro do sistema dominante e, ainda que não expresse todas as formas do processo de colonização, aponta para possíveis formas de se transformar a forma de organização do sistema vigente. De forma similar às "brechas camponesas", a Agroecologia também pode até não pôr em dúvida o caráter dominante do sistema da agricultura convencional, mas provoca uma mudança crucial do modelo de produção dominante, construindo novas formas de se pensar nas relações econômicas, socioambientais e culturais do campo.

Similarmente às brechas camponesas, a agroecologia também tem sido foco de investidas que reduzem seu potencial contra-hegemônico, aplicando-a a serviço das engrenagens da racionalidade econômica capitalista. A restrição do espaço para a aplicação técnica e para a construção teórica da agroecologia diminui a possibilidade das experiências agroecológicas se difundirem na arena educacional e científica, condicionando-as à adaptação às lógicas da agricultura convencional.

A descontinuidade do curso Técnico em Agroecologia da CFR-SMS-PR reforça como o processo de expansão das práticas e educação agroecológicas estão condicionadas ao contexto político e econômico em que estão inseridas, e muitas vezes acabam por ser adaptadas às lógicas capitalistas locais, que se encontram capilarizadas no sistema produtivo, na estrutura educacional e nas relações de poder de cada região. Ainda assim, essas restrições não são o bastante para impedir a difusão dos conhecimentos agroecológicos, que permanecem presentes em cursos superiores, técnicos, como tema na educação básica ou mesmo em formações informais para agricultores, sendo uma importante base para o desenvolvimento da autonomia do campo.

Logo, cabe aos defensores da agroecologia uma escolha delicada entre a resistência, o enfrentamento e a adaptação às lógicas capitalistas de produção e reprodução do conhecimento. Isso nos coloca em uma posição em que nenhuma "opção" é cômoda, nem mesmo para os que procuram construir rotas de fuga no entremeio das "brechas" do sistema, inventando "heterotopias" como forma de criar "espaços libertários e autônomos nas dobras do espaço estratificado" (GALLO e FIGUEIREDO, 2018, p. 49). Não importa qual seja a proposta, tenderá a esbarrar com as múltiplas expressões do sistema dominante, cabendo a construção de diferentes estratégias para garantir a continuidade das práticas agroecológicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o passar das últimas décadas, a Agroecologia ganhou espaço no debate acadêmico, na arena educacional, nas pautas políticas e nos projetos das populações do campo, tornando-se uma estratégia cada vez mais relevante para a construção de novas propostas para o desenvolvimento agrário e ambiental nacional. Ainda assim, esse campo de estudos e práticas encontra diversos obstáculos para consolidar sua expansão entre agricultores familiares e demais populações do campo, que sofrem com a pressão da estrutura

produtiva e das organizações políticas pela adoção das técnicas agrícolas convencionais.

A transição curricular que levou à descontinuidade do curso Técnico em Agroecologia para a oferta do curso Técnico Agrícola na CFR-SMS-PR expõem alguns dos impasses enfrentados para a manutenção dos cursos em Agroecologia, que encontram pouco respaldo da sociedade civil, das políticas públicas e iniciativas privadas para criar espaços de atuação para os formados neste campo de estudos. Na medida em que se restringem as práticas agroecológicas, provoca-se um sufocamento desses conhecimentos e, ainda que não sejam silenciados por completo, passam a ser encarados como saberes de menor importância quando comparados aos princípios da agricultura convencional.

Ainda assim, os antecedentes historiográficos de modelos agrícolas alternativos encontrados em experiências como a das "brechas camponesas" nos indicam que, apesar dessas iniciativas contra-hegemônicas não causarem uma ruptura imediata e definitiva na estrutura dominante, elas tem o potencial de efetivar transformações determinantes na forma de funcionamento desta estrutura, possibilitando a ampliação de direitos e da autonomia das populações do campo. Os estudos sobre a relação entre a agroecologia e as brechas camponesas nos revelam uma diversidade de experiências que não necessariamente consolidam uma base sólida para suprimir as lógicas da agricultura moderna, mas servem como fundamento para a construção de práticas de adaptação, resistência e até mesmo enfrentamento a essas lógicas, mesmo que seja para criar espaços de fuga ou contribuir para o desenvolvimento de um capitalismo menos nefasto para os agricultores familiares.

## REFERÊNCIAS


AGUIAR, M. V. de A. A. **Educação em Agroecologia** – que formação para a sustentabilidade? In.: Ensino da Agroecologia. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.7, n.4. 2010.

ALIER, J. M. Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração. São Paulo; Contexto, 2007

ALTIERI, Miguel Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. – 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

BRANDÃO, C. R. O AFETO DA TERRA: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia:** matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In.: CAPORAL, F. R. (Org.); AZEVEDO, E. O. (Org.). Princípios

e Perspectivas da Agroecologia. 1.ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011. v.1. 192p.

CARDOSO, C. F. S. **Escravo ou camponês?** O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

EHLER, Eduardo. A Agricultura Alternativa: uma visão histórica. EST. ECON., SÃO PAULO, V.24. n° ESPECIAL, p. 231-262, 1994.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017. Acesso em: jun. 2023.

KLAHOLD, G. K. A Educação do Campo e a Agroecologia na Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) — Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 100. 2022.

GALLO, S.; FIGUEIREDO, G. M. (2018). Entre maioridade e menoridade: as regiões de fronteira no cotidiano escolar. APRENDER - Caderno De Filosofia E Psicologia Da Educação, 1(14).

GONDIM DE ARAÚJO, Marli. A comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira: territorialidade, identidade quilombola e potencialidade da agroecologia Cuadernos de Geografía - Revista Colombiana de Geografía, vol. 21, núm. 1, enero-junio, 2012, pp. 99-114

NOSELLA, P.. Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil / Paolo Nosella. Vitória : EDUFES, 2012. 288 p.

PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PPP-CFR-SMS. Projeto Político Pedagógico: Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul. São Mateus do Sul – PR, 2014.

VIOLA, E. J. O movimento ecológico no Brasil, 1974-1986: do ambientalismo à ecopolítica. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 1. São Paulo, 1987, p. 5-26.

SILVA, J. N. A Atualidade do Campesinato Negro no Nordeste Brasileiro e suas Contribuições para a Construção do Conhecimento Agroecológico. Revista Brasileira de Agroecologia, Vol.14. Nº. 2 Esp. 2019

REICHENBACH, V. FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO ESTADO DO PARANÁ (1997 – 2017): VIOLAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Diversidade 96 Diferença e Desigualdade Social. Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR, 203p. 2019.

RICARDIO, L. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. En Cuad. Desarro. Rural. 8 (67): 231-249, julho-dezembro 2011.

# Agrofloresta como estratégia de promoção do desenvolvimento: Aplicação da matriz FOFA no assentamento Nova Canaã do Leste.

Rodrigo Anselmo Tarsitano[1]
Gesica Rodrigues da Costa [2]
Raffaela Aparecida Queiroz Garcia[3]
Ary Gertes Carneiro Junior[4]
Marla Leci Weihs[5]
Allan Kardec Messias da Silva[6]
Regiane Caldeira da Silva[7]

**GT 11:** Vulnerabilidade, Adaptação e Resiliência na Agricultura Familiar

RESUMO

Sistema agroflorestal (SAF) é um método de produção de alimentos sustentável que vem sendo utilizado como uma alternativa de conservação do meio ambiente, onde visa à produção diversificada em uma pequena área. Este estudo pretende atingir objetivos desejáveis para a implantação de SAF no assentamento Nova Canaã do Leste (P.A. Safra), localizado no município de Nova Xavantina – MT. Utilizou-se a matriz FOFA ou SWOT para identificar as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças interna e externa da propriedade por meio da perspectiva dos agricultores e agricultoras. Os resultados obtidos no levantamento de suas forças e fraquezas, oportunidades e ameaças, assim como a variedade de frutíferas e outras atividades que já existem nas propriedades, demonstrando que o

[1] Docente Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, rodrigotarsitano@unemat.br
[2] Academica da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, gesica.rodrigues@unemat.br
[3] Docente Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, raffaela.garcia@unemat.br
[4] Docente Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, ary.gertes@unemat.br
[5] Docente Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, marla@unemat.br
[6] Docente Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, allankardec@unemat.br
[7] Docente Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, regianecaldeira@unemat.br

sistema agroflorestal (SAF) pode ser implementado para possibilitar a diversificação da produção, aumento de renda e melhorar a qualidade de vida para o agricultor.

Palavras-chave: Sistema agroflorestal. Matriz FOFA. Agricultores familiares. Sustentável.

## INTRODUÇÃO

Atualmente a forma de produção agrícola vem passando por uma evolução constante, no âmbito da conservação da fauna e da flora. Com isto, o sistema agroflorestal (SAF), traz um modelo de produção sustentável e de longo prazo. O SAF ajusta a produção de alimentos com a preservação ambiental, o que promove relações entre valor econômico e ecológico em um mesmo espaço de tempo (CAMPOS, 2020).

É um sistema em que o agricultor planta e cultiva árvores e produtos agrícolas em uma mesma área, garantindo a melhora dos aspectos ambientais, produção de alimentos e madeira. Os benefícios econômicos para os agricultores familiares são múltiplos. Primeiro, eles garantem renda ao longo do tempo, porque podem comercializar primeiro as espécies agrícolas de crescimento rápido, depois espécies de médio prazo, como as frutíferas e, no longo prazo, as espécies madeireiras de alto valor agregado (WRI BRASIL, 2021).

A utilização sustentável dos recursos naturais aliada à uma menor dependência de insumos externos que caracterizam este sistema de produção, resultam em maior segurança alimentar e economia, tanto para os agricultores, como para os consumidores. (ARMANDO et al., 2002).

O consorcio entre diferentes espécies em um mesmo local, contribui para a sustentação da fertilidade do solo, pois promove a cobertura do solo evitando erosões, mantém a atividade microbiana o que beneficia a decomposição da matéria orgânica, bem como reduz a compactação do solo, conserva a umidade e auxilia na ciclagem de nutrientes (SILVA, 2013).

Logo o sistema estabelece uma opção efetiva para incrementar um modelo de desenvolvimento não predatório, e que busca resolver as questões entre a conservação da natureza e viabilizar a interação do ser humano com o meio ambiente promovendo sustentabilidade social, econômica e ecológica (AMADOR, 1999). Com isto o emprego da produção pelo SAF na agricultura familiar é uma oportunidade relevante para o produtor

conhecer e praticar a técnica usando seus recursos próprios e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento rural sustentável.

Para isso o agricultor familiar precisa conhecer a realidade e potencialidade da sua propriedade para a implantação do SAF, e uma forma disso é através da aplicação da análise da matriz FOFA, que é uma técnica de planejamento estratégico utilizado para auxiliar agricultores a identificar forças, fraquezas, oportunidades, e ameaças em sua propriedade, bem como permitir a tomada de decisões de forma eficaz, para que alcance suas metas e objetivos (AMCHAM, 2022).

Portanto fomentar a implantação de SAFs na agricultura familiar é importante, os agricultores já vêm ao longo dos anos trabalhando técnicas semelhantes de produção, garantindo seu desenvolvimento.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a aplicação da matriz FOFA como ferramenta de planejamento para a implementação da agrofloresta no assentamento Nova Canaã do Leste (P.A. Safra).

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### Sistemas Agroflorestais (SAFs)

SAFs é a forma de uso e manejo do solo, onde em uma área pode ser implantada árvores, produção agrícola e forrageira, bem como a produção animal (WRI BRASIL, 2021). Essa combinação é realizada intencionalmente para que ocorra a diversificação da produção, ocasionando a obtenção de produtos durante todo ano, gerando renda, ocupando mão de obra e promovendo a sustentabilidade e preservação dos recursos naturais (SENAR, 2017).

Este sistema de produção pode ser empregado por agricultores familiares, que instalam árvores de valor econômico para o setor madeireiro, e ao mesmo tempo fornecem sombreamento a culturas tolerantes (GEOAMBIENTAL JR, 2021). A agricultura familiar há muitos anos já vem praticando a produção de forma semelhante ao SAFs, buscando a geração de renda e ao mesmo tempo promovendo a recuperação ambiental, logo seria um importante sistema a ser utilizado. (AGRO INSIGHT, 2021).

O SAFs tem como objetivo a produção em diversidade, onde promove a inclusão de espécies de ciclos curtos, médios e longos em um mesmo local, essa variedade de espécies forma sistemas produtivos ecológicos e sustentáveis, pois o uso de insumos externos reduz,

sendo que este sistema amplia a ciclagem de nutrientes, mantém a umidade do solo e abrigam inimigos naturais. Outro fator benéfico é a estabilidade no mercado para o agricultor que terá produtos disponíveis ao longo de todo ano (SENAR, 2017).

O agricultor familiar se caracteriza pela forma de uso da sua propriedade, onde a exploração da terra se aplica de uma forma reduzida, sendo que a exigência do uso consciente dos recursos naturais é de grande importância, tornando necessária a escolha adequada do modelo de produção, que visa garantir a sustentabilidade na produção ao longo do tempo, promovendo a conservação do meio ambiente, bem como ocasiona de maneira indireta o bem estar e saúde dos agricultores e consumidores (ABDO; MARTINS; VALERI, 2008).

Segundo a lei nº 11.326, de julho de 2006 da agricultura familiar, a produção familiar deve ser estabelecida em uma área de até quatro módulos fiscais, onde a mão de obra e gestão deve ser ofertada pela própria família e que a renda familiar deve ser obtida pelo próprio estabelecimento (BRASIL, 2006).

O levantamento do censo agropecuário no Brasil em 2017 aponta que a agricultura familiar está presente em aproximadamente 77% das propriedades rurais no Brasil, oferecendo um grande número de empregos no campo, mas ocupando apenas aproximadamente 25% da terra. (IBGE, 2017).

Uma grande parcela dos alimentos disponíveis para consumo é proveniente da agricultura familiar. O agricultor familiar está se estabelecendo da mais diversa variedade, como pequenos agricultores, assentados de reforma agrária e povos tradicionais indígenas ou quilombolas. A agricultura familiar produz uma alta diversidade, pois os agricultores e agricultoras trabalham com uma grande diversificação de sua produção. (MAPA, 2019).

A aplicação do SAFs na agricultura familiar é interessante pelo fato do agricultor, já possuir o conhecimento básico na produção de técnicas que se assemelham ao sistema ofertado. Os SAFs reúnem vantagens econômicas e ambientais, que resultam em um sistema sustentável de produção, trazendo ao agricultor menor dependência de insumos agrícolas. (ARMANDO et al., 2002).

Para implantação é necessário que ocorra um desenho da estrutura, no qual devem ser observados os fatores climáticos, condições do solo, mercado, o planejamento das espécies que serão produzidas e custos, para que as espécies trabalhem em conjunto com uma relação harmônica e dentro da realidade do produtor (WRI BRASIL, 2021).

Sua implantação na agricultura familiar tem como objetivo promover o

desenvolvimento rural sustentável, onde visa as vertentes ambiental e social. A agricultura depende necessariamente dos recursos naturais e processos ecológicos para sua formação, logo a ampliação através do desenvolvimento das técnicas de produção do homem é de grande importância para promoção da sustentabilidade, que através da tomada de decisão define o tipo de atividade adequada para o fomento do desenvolvimento rural (XAVIER; DOLORES, 2001).

No planejamento de um SAFs é importante pensar na instalação, no espaço entre as plantas, bem como em um plano que determine a ordem de crescimento das espécies, no qual deve levar em conta a taxa de sombreamento para espécies pouco tolerantes. Outro fator necessário é o levantamento de insumos e materiais para implantação, bem como as atividades realizadas que necessitam de mão de obra (ARMANDO et al., 2002).

Contudo existe uma carência relacionada às informações de manejo do sistema aos agricultores, o que dificulta o interesse na implantação de um SAF efetivo na propriedade familiar, é de fundamental importância que o conhecimento sobre esse sistema seja entregue aos agricultores, para o fomento da implantação do SAF com base no manejo e monitoramento adquiridos por meio de interação social entre produtores e técnicos, para que ocorra a definição do desenho, arranjos e espécies adequadas (VIEIRA et al., 2007).

É importante que a atividade apresente um bom desenvolvimento ao longo do tempo, portanto o agricultor deve se preparar para a implantação do sistema e monitoramento que garante a estabilidade do sistema através de um bom manejo. Uma forma de adequar o agricultor a esse sistema é a promoção de dias de campos, cursos, palestras, visitas e entre outros meios para aproximar o agricultor da forma de produção dos SAFs, determinando sua estrutura e meios de monitoramento para facilitar o manejo da área implantada (FRANKE; LUNZ; AMARAL, 2000).

Outro fator no manejo é compreender que o sistema evolui ao longo do tempo, seguindo uma linha de ordem natural, no qual se nomeia de sucessão ecológica, onde os processos são ininterruptos que acelera e favorece o manejo trazendo grandes vantagens para o agricultor (ARMANDO et al., 2002).

## METODOLOGIA

### Área de Estudo:

Caracterização do Município de Nova Xavantina – MT.

O município de Nova Xavantina faz parte da Mesorregião Geográfica Nordeste do Estado de Mato Grosso, conta com uma população total de 26.467 habitantes, sendo desse total 15.746 habitantes representam a população urbana e 3.897 habitantes representam a população rural (IBGE, 2010). O município conta com uma área total de 5.763,50 km², apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0.704 (Atlas Brasil, 2013).

Nova Xavantina possui um total de 1.412 estabelecimentos agropecuários e uma área de 446.594 hectares de atividade agropecuária, sendo 1.034 estabelecimentos da agricultura familiar, ou seja, 73,75% de todos os estabelecimentos do município (IBGE, 2006). No total são 6 assentamentos provenientes da reforma agraria, sendo eles: Piau, Melo, Safra, Ilha do Cocô, Rancho Amigo e Santa Célia e 2 assentamentos provenientes do Programa Nacional de Crédito Fundiário, sendo eles: Beira Rio e Banco da Terra.

Caracterização do assentamento Nova Canaã do Leste (P.A Safra), Nova Xavantina-MT

O Assentamento Nova Canaã do Leste (P.A Safra), está localizado a 73 Km do município de Nova Xavantina –MT, foi criado em 1987 através do Programa de Reforma Agrária, o maior assentamento do município, com uma área de 29.319 hectares, onde estão instaladas 390 famílias, com uma associação “Associação de Posseiros e Trabalhadores Rurais do P.A Safra” criada 1985. Esse assentamento se caracteriza por ser o primeiro projeto de assentamento criado em Nova Xavantina – MT (TARSITANO et al., 2016).

Coleta de Dados:

Esse estudo foi realizado no assentamento Nova Canaã do Leste (P.A. Safra), localizado a 73 Km do município de Nova Xavantina – MT. O delineamento da pesquisa foi um Estudo de Caso. Essa é uma estratégia para investigação que define um indivíduo, um grupo ou uma organização ou também para entender processos, programas, mudanças, entre outros (YIN, 2015).

A pesquisa pode ser classificada como qualitativa, por investigar uma realidade. Esse tipo de análise trabalha com o universo de significados, valores e costumes (GIL, 2006, p. 15).

As análises qualitativas se tornam viáveis, pois criam estudos que abrangem o meio social e cultural do agricultor, além de contextualizar a realidade vivida diariamente nas

atividades do campo (CAMPOLIN, 2005).

Desse modo Marconi e Lakatos (1996) explicam que a pesquisa qualitativa se trata de analisar e interpretar, descrevendo e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento.

Neste estudo o objetivo foi analisar as famílias e as propriedades para aplicação do estudo da matriz FOFA no estabelecimento rural, induzindo o agricultor a reconhecer os pontos Fortes e Fracos dentro da sua propriedade e as Oportunidades e Ameaças fora de sua propriedade, criando sua identidade particular para resistir às dificuldades (OLIVEIRA et al., 2023).

Neste sentido, a pesquisa qualitativa é uma forma de conhecer a realidade das famílias dentro do seu estabelecimento rural, onde pode-se definir os principais desafios que os agricultores de assentamentos rurais passam diariamente para se manter no campo.

Análise dos dados:

Os dados fazem parte do Projeto de extensão “Agroflorestas como estratégia de fortalecimento da resiliência dos agricultores no território Pontal do Araguaia, Mato Grosso, Brasil” institucionalizado Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

A coleta de dados foi realizada no assentamento Nova Canaã do Leste (P.A. Safra) no dia 19 de maio de 2023 através da aplicação da Matriz FOFA, onde os dados foram levantados através de oficina coletiva realizada pelo grupo de pesquisa em Agriculturas e Meio Ambiente (GAMA) em parceria com um grupo de acadêmicos que atua no projeto: Agrifampa (Agricultura Familiar e Resiliência Pontal do Araguaia) com os agricultores, com o objetivo de reconhecer o histórico de resiliência no trabalho diário da propriedade.

RESULTADOS

Através da realização da oficina, com a finalidade de proporcionar noções básicas sobre agroflorestas, como meio de conhecimento, foram propostas ações de divulgação e conscientização da comunidade local sobre a importância da implantação da agrofloresta nos assentamentos. Foram apresentados aos agricultores a matriz FOFA e instruídos a escreverem em targetas os fatores internos (Fortalezas e Fraquezas) e externos (Oportunidades e Ameaças) à propriedade, que podem influenciar positivamente ou negativamente no

desenvolvimento de sua produção.

Na Tabela I estão representados os resultados dos fatores internos (Fortalezas e Fraquezas) e externos (Oportunidades e Ameaças) levantados pelos agricultores através da aplicação da matriz FOFA.

**Tabela I**: Representação dos fatores internos (Forças e Fraquezas) e externos (Oportunidades e Ameaças) levantados pelos agricultores através da aplicação da matriz FOFA, no Assentamento Nova Canaã do Leste (P.A. Safra).

| **Ambiente Interno FORTALEZAS** | **Ambiente Interno FRAQUEZAS** |
|---|---|
| Frutíferas nativas | Acesso ao crédito |
| Conhecimento | Assistência técnica |
| Água | Sucessão |
| Área de reserva | Logística |
| Mão de obra | Solo |
| Matéria orgânica | |
| Clima | |
| Maquinário | |
| Feira do agricultor | |
| Diversidade | |
| **Ambiente externo OPORTUNIDADES** | **Ambiente externo AMEAÇAS** |
| Universidade | Laticínios |
| EMPAER* | Individualidade |
| Prefeitura Municipal de Nova Xavantina | Selo de Inspeção Municipal (S.I.M) |
| Selo de Inspeção Municipal (S.I.M) | |
| Associação de Posseiros e Trabalhadores Rurais | |
| Empresas colaboradoras | |
| INCRA** | |
| Políticas públicas | |
| Acesso ao crédito | |
| Comercialização online | |

FONTE: Próprio autor

* Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural

** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

No ambiente interno tem se as fortalezas e fraquezas que podem ser observadas na propriedade, ou seja, essa observação se aplica como pontos positivos e negativos para gerir no estabelecimento familiar, já os fatores externos se caracterizam como oportunidades e ameaças, ou seja, aqueles que podem ser observados fora da propriedade, esses fatores abrangem vertentes relacionados ao mercado, gestão política, economia e o fator social

(OTIMIZA EMPRESA JÚNIOR, 2021).

Analisando os dados obtidos na Tabela I, sobre o ambiente interno, os agricultores participantes quando abordados sobre as fortalezas que as propriedades apresentam, relataram com frequência a disponibilidade de recursos hídricos, a conservação de áreas de reserva e o conhecimento prático no manejo da propriedade, bem como a mão de obra do agricultor. Outros pontos como a questão do maquinário, adquirido pela prefeitura, que geralmente é para uso da associação no assentamento, e a possibilidade de comercialização dos produtos na feira do agricultor, são os pontos positivos. Já as fraquezas abordam diversas vertentes, e consequentemente estão presentes nos assentamentos em geral, os agricultores familiares citam as questões de dificuldades no acesso ao crédito e da falta de assistência técnica mais presente e atuante. A sucessão da propriedade é outro fator que causa a redução nas atividades da agricultura familiar, assim como a terra que exige correção e adubação encarecendo o custo de produção. Outra fraqueza apontada pelos agricultores e agricultoras foi a questão da logística, devido ao assentamento estar distante do município (73km), o que dificulta/encarece o transporte da produção para comercialização no município.

Analisando o ambiente externo, no âmbito das oportunidades a universidade é mais presente na de orientação e realização de práticas colaborativas que beneficiam os agricultores, a EMPAER foi citada como importante na elaboração de projetos, nas visitas técnicas orientando no manejo da propriedade, entre outros. A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina é responsável pelo desenvolvimento local dos assentamentos visando à contribuição na melhoria e manutenção dos acessos as propriedades, na implementação do S.I.M, ampliando as atividades no assentamento. O INCRA exerce um papel importante na divisão das terras, na obtenção do título da terra, promovendo ao agricultor o acesso ao crédito através do Pronaf, outra oportunidade aos assentados é a participação de empresas locais, que pretendem colaborar para o fortalecimento da agricultura familiar. As políticas públicas, de uma forma geral, principalmente com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) fomentando a agricultura familiar. Com relação as ameaças, a presença de laticínio, como a principal atividade é a produção leiteira, é com quem a maioria comercializa sua produção, tornando-os dependentes, não possuindo poder para negociar preços. Apesar dos agricultores terem destacado o serviço de inspeção municipal como uma oportunidade, a sua falta no município, se torna uma ameaça impedindo a comercialização de produtos de origem vegetal e

principalmente de origem animal *in natura* e processados. Com relação a individualidade, a falta de união entre os agricultores, dificulta a busca participativa para ultrapassarem as fraquezas relatadas.

Ao final da oficina foi feito um levantamento sobre as cadeias produtivas presente no assentamento, mostrando uma grande variedade de frutíferas e outras atividades, a maioria para consumo próprio, como mangueira, jabuticabeira, abacateiro, bananeira, acerola, caju, mamão, entre outras frutíferas. Outras atividades presentes como mandioca, milho verde, pequi, abobora, quiabo, tomate e muito mais. Logo a opção da implantação do SAFs é uma oportunidade rentável aos agricultores que já possuem uma larga e diversificada produção de atividades.

Ao final da oficina foi possível observar que os agricultores e agricultoras ficaram satisfeitos e empolgados com a possibilidade de implantação de sistemas agroflorestais (SAF), e demostraram interesses em implantar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento realizado no assentamento P.A Safra pode contribuir para o desenvolvimento das propriedades familiares, auxiliando os agricultores a construírem uma visão do futuro com outras atividades, além da atividade leiteira.

Os resultados obtidos no levantamento de suas forças e fraquezas, oportunidades e ameaças, assim como a variedade de frutíferas e outras atividades que já existem nas propriedades, demonstrando que o sistema agroflorestal (SAF) pode ser implementado para possibilitar a diversificação da produção, aumento de renda e melhorar a qualidade de vida para o agricultor.

É importante ressaltar a importância do método de produção do SAFs para a recuperação de áreas degradadas, onde promove diversos benefícios ao meio ambiente, visando à conservação dos recursos naturais, bem como atuando para o desenvolvimento rural sustentável da propriedade.

## REFERÊNCIAS

ABDO, M. T. V. N.; VALARI, S. V.; MARTINS, A. L. M. Sistemas agroflorestais e agricultura

familiar: uma parceria interessante. Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária. P. 50-59, 2008.

AGRO INSIGHT. Sistemas agroflorestais: uma oportunidade viável para agricultura familiar. 2021. Disponível em: https://agroinsight.com.br/sistemas-agroflorestais-uma-oportunidade-viavel-para-agricultura-familiar/. Acesso em: 23 de abril de 2023.

AMADOR, D. B. Recuperação de um fragmento florestal com sistemas agroflorestais. São Paulo, 1999.

ÁNALISE SWOT: CONHEÇA AS FORÇAS E FRAQUEÇAS DA SUA STARTUP. Amcham, 2022. Disponivel em: https://www.amcham.com.br/noticias/gestao/analise-swot-conheca-as-forcas-e-fraquezas-da-sua-startup. Acesso em: 27 de abril de 2023.

ANÁLISE SWOT OU FOFA: O QUE É E COMO FAZER. Otimiza empresa júnior, 2021. Disponivel em: https://www.otimizaej.com.br/conteudo/analise-swot-ou-fofa. Acesso em: 27 de abril de 2023.

ARMANDO, M. S.; BUENO, Y. M.; ALVES, E. R. S.; CAVALCANTE, C. H. Agrofloresta para agricultura familiar. Circular técinica, 16. Embrapa recursos genéticos e biotecnologia. 1 ed. Brasília, 2002.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. Vol. 2. Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC, 2005.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 141, p. 1-2, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 04 de abril de 2023.

CAMPOLIN, A. I. Abordagens qualitativas na pesquisa em agricultura familiar. 1º edição.

Embrapa documentos, 80. Corumbá-MS, 2005.

CAMPOS, T. T. O que é a agricultura familiar. Ciclo vivo, 2020. Disponivel em: https://ciclovivo.com.br/planeta/desenvolvimento/o-que-e-a-agricultura-familiar/. Acesso em: 27 de abril de 2023.

GEOAMBIENTAL, Jr. Entenda o que são os sistemas agroflorestais, 2021. Disponível em: https://www.geoambientaljr.com/post/entenda-o-que-s%C3%A3o-os-sistemas-agroflorestais. Acesso em: 23 de abril de 2023.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. Editora Atlas.6. ed. São Paulo, p. 220, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Censo Agropecuário, 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos. Acesso em: 04 de abril de 2023.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo. Editora Atlas S.A, 2002. 5 ed.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 231p. 1996.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Agricultura Familiar, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/acl_users/credentials_cookie_auth/require_login?came_from=https%3A//www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/agricultura-familiar-1#:~:text=Agricultura%20Familiar%20%C3%A9%20a%20principal,%2C%20aquicultores%2C%20extrativistas%20e%20pescadores. Acesso em: 04 de abril de 2023.

OLIVEIRA, F. S.; SILVA, E. M. S.; SILVA, A. F.; VIEIRA, M. C. A. Gestão e empreendedorismo rural na agricultura familiar: narrativas de agricultores em unidades produtivas no territorio sertão

do São Francisco – BA. Revista de extensão da UNIVASF. V. 11. p 157-167, 2023.

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Sistemas agroflorestais (SAFs): conceitos e práticas para implantação no bioma amazônico. Coleção 199. 1ª ed. Brasília, 2017.

SILVA, D. P. SAFs – Sistemas alternativos de produção. Revista de extesão e estudos rurais. V2. 153-162 pg, 2013.

SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAFs): O QUE SÃO E COMO ALIAM RESTAURAÇÃO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS. Wri Brasil, 2021. Disponivel em: https://www.wribrasil.org.br/noticias/sistemas-agroflorestais-safs-o-que-sao-e-como-aliam-restauracao-e-producao-de-alimentos. Acesso em: 06 de abril de 2023.

TARSITANO, R. A.; SANTANA, A. L.; JUNIOR, A. G. C.; VIEGAS, L. P. Caracterização dos Municipios e dos Assentamentos Rurais no Território Pontal do Araguaia em Mato Grosso, 2016.

World Resources Institute (WRI). Sistemas agroflorestais (SAFs): o que são e como aliam restauração e produção de alimentos. BRASIL, 2021. Disponivel em: https://www.wribrasil.org.br/noticias/sistemas-agroflorestais-safs-o-que-sao-e-como-aliam-restauracao-e-producao-de-alimentos. Acesso em: 06 de abril de 2023.

XAVIER, S. F.; DOLORES, D. G. Desenvolvimeto rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. V.2. Porto alegre, 2001.

YIN, Robert k. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. São Paulo: Denise Weber Nowaczyk, 2015. E-book.

# APLICAÇÃO DA MATRIZ FOFA PARA IMPLANTAÇÃO DE AGROFLORESTA NOS ASSENTAMENTOS BANCO DA TERRA E PIAU.

Isabella Lopes de Souza[1]

Rodrigo Anselmo Tarsitano[2]

Raffaela Aparecida Queiroz Garcia[3]

Ary Gertes Carneiro Junior[4]

Marla Leci Weihs[5]

Allan Kardec Messias da Silva[6]

Regiane Caldeira da Silva[7]

GT 11: Vulnerabilidade, Adaptação e Resiliência na Agricultura Familiar

RESUMO

A matriz FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) é um sistema simples de usar, capaz de traçar e buscar melhores planos para as propriedades dos agricultores familiares com a intenção de auxiliá-los a aumentar a produção e comercialização. O Sistema Agroflorestal (SAF) é um sistema de plantio sustentável que reúne culturas de importância agronômica, apresentando parâmetros que permitem a preservação das florestas e promovem a produção de alimentos, com grande vantagem de aplicação em pequenas

[1] Academica da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, isabella.lopes@unemat.br
[2] Docente Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, rodrigotarsitano@unemat.br
[3] Docente Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, raffaela.garcia@unemat.br
[4] Docente Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, ary.gertes@unemat.br
[5] Docente Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, marla@unemat.br
[6] Docente Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, allankardec@unemat.br
[7] Docente Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, regianecaldeira@unemat.br

propriedades. Utilizando o método de matriz FOFA para implantação de SAFs, os agricultores familiares poderão conhecer o ambiente interno e externo de suas propriedades, identificando suas Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. O agricultor familiar verificará que com a implantação do SAF, irá potencializar o uso de sua terra, promovendo diversidade em seu meio de produção, proporcionando produção de alimentos com a conservação ambiental, assim aumentando seus resultados, garantindo estabilidade econômica, social, cultural e ambiental. Com a aplicação da matriz FOFA foi possível identificar agricultores e agricultoras que apresentam potencial de implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) nos assentamentos Piau e Banco da terra, em Nova Xavantina – MT.

Palavras-chave: Agricultores familiares, Matriz FOFA, Sistemas multifuncionais.

## INTRODUÇÃO

A matriz FOFA é um sistema relativamente simples de usar e que fornece um grande detalhamento da situação, pois abrange circunstâncias como a criação de produtos em uma pequena propriedade até a gestão de uma multinacional. É uma ferramenta com estratégias de planejamento que auxilia para o produtor a identificar os pontos fracos e fortes ou aspectos favoráveis e desfavoráveis de uma empresa. Através dessa análise os agricultores terão possibilidade de traçar e buscar melhores planos para os sistemas de produção em propriedades de agricultora familiar, com a intenção de auxilia-los a aumentar a produção e a comercialização. (VOLPATO, 2022).

A matriz FOFA pode ser utilizada pelos agricultores familiares para criação de agroflorestas em sua propriedade. O Sistema Agroflorestal (SAF) é um sistema de plantio sustentável que reúne culturas de importância agronômica e espécies nativas, apresenta parâmetros que permitem a preservação das florestas e promovem a produção de alimentos, com grande vantagem de aplicação em pequenas propriedades, contribuindo como importante papel agronômico no sistema de exploração agrícola. É uma opção interessante e extremamente viável na escolha desse sistema pelo agricultor familiar. (ABDO; VALERI; MARTINS, 2008).

De acordo com Vieira et al. (2007) sistemas multiestratificados permitem que os agricultores familiares possam obter renda de diferentes espécies e produtos ao longo do ano.

A agricultura familiar se beneficia com a implantação dos SAFs em suas propriedades, por poderem obter variedades de produtos em diferentes períodos de tempo. Por conter culturas com ciclos curtos, médios e longos, apresenta uma grande vantagem por proporcionar beneficiamento econômico múltiplos para os produtores.

Apesar dessas vantagens, há carência de informações com relação ao manejo dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), à silvicultura das espécies que compõem os mesmos, ao desenho e ao arranjo desses sistemas por parte dos agricultores familiares, os quais, na maioria das vezes têm mais conhecimento acerca dos cultivos agrícolas (VIEIRA et al., 2007).

Sendo assim o objetivo foi analisar a aplicação da matriz FOFA, como planejamento para identificação dos agricultores dos assentamentos Banco da terra e Piau, no municipio de Nova Xavantina – MT, para implantação de agroflorestas para garantir estabilidade econômica, social, cultural e ambiental.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O sistema agroflorestal (SAF), é um sistema de produção diversificado que possui o intuito de proporcionar benefícios econômicos, sociais, culturais e ecológicos.

Os SAFs proporcionam aos agricultores familiares novas oportunidades de comercialização, como a venda direta ao consumidor e venda a varejo nos mercados, assim ocorrendo beneficiamento múltiplo para os agricultores familiares em sua propriedade (SENAR, 2017).

Com um sistema harmônico, ocorre melhoria nas propriedades físicas, químicas e biológicas do solo, com maior matéria orgânica, menor incidência de pragas e doenças, reduzindo assim a necessidade do uso de fertilizantes e agrotóxicos (LUNZ; FRANKE, 1998).

Conforme Lacerda (2016) a matriz FOFA desenvolvida possui o intuito de ser utilizada para a elaboração de um planejamento estratégico. Onde através dessa análise, o agricultor pode identificar suas fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças dentro e fora de sua propriedade, assim será possível traçar e formular planejamentos eficientes para os agricultores familiares, com a intenção de auxiliar as pequenas propriedades ou assentamentos a aumentar seus resultados, no caso, com a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) nos assentamentos, gerando renda e melhoria para os agricultores familiares.

Com a implantação desse sistema na propriedade rural, os agricultores familiares poderão se beneficiarem na manutenção ou melhoria da capacidade produtiva da terra, na provável redução de pragas e doenças; maior produtividade global (todos os componentes do sistema) por unidade de área, ou seja, maior eficiência de uso da terra, diversificação e diversidade de épocas da produção e comercialização, distribuição da renda em diferentes períodos do ano, melhoria da dieta alimentar do agriculto, maior conforto do trabalho no campo e, por fim, melhoria na qualidade de vida do agricultor (LUNZ; FRANKE, 1998).

Promove uma possibilidade viável de realizar a reconstrução de áreas degradadas, com sustentbilidade, além de proporcionar a produção de alimentos, promover segurança alimentar, melhorar rentabilidade e a qualidade de vida para o produtor rural (CÂNDIDO et al., 2016).

A formação de um SAF também dependerá drasticamente da vontade do agricultor, da disponibilidade de terra para plantar, de assistência técnica e de recursos materiais e financeiros para adquirir sementes, mudas, adubo, e mão de obra.

Para que ocorra o sucesso da fase de implantação do projeto, a realização de oficinas com a intenção de proporcionar noções básicas sobre os conceitos, importância, classificação, vantagens e desvantagens, planejamento, modelagem, implantação e monitoramento do SAF seria fundamental para o produtor rural (FRANKE; LUNZ; AMARAL, 2000).

## METODOLOGIA

A coleta de dados para o estudo foi realizada nos assentamentos Piau e Banco da Terra, no município de Nova Xavantina – MT, localizados a uma latitude 14º40'24" sul e longitude 52º21'11" oeste, com a altitude de 275 metros, o clima é tropical e precipitação média anual é de aproximadamente 1.500 mm (CIDADE BRASIL, 2021).

O município de Nova Xavantina faz parte da Mesorregião Geográfica Nordeste do Estado de Mato Grosso (?), conta com uma população aproximada de 26.467 habitantes, sendo desse total 15.746 habitantes representam a população urbana e 3.897 habitantes representam a população rural (IBGE, 2010).

O município conta com uma área total de 5.763,50 km², apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0.704 (Atlas Brasil, 2013). Nova Xavantina conta com 6 assentamentos provenientes da reforma agraria, sendo eles: Piau, Melo, Safra,

Ilha do Cocô, Rancho Amigo e Santa Célia e 2 assentamentos provenientes do Programa Nacional de Crédito Fundiário, sendo eles: Beira Rio e Banco da Terra.

Possuindo um total de 1.412 estabelecimentos agropecuários e uma área de 446.594 hectares de atividade agropecuária, sendo 1.034 estabelecimentos da agricultura familiar, ou seja, 73,75% de todos os estabelecimentos do município (IBGE, 2006).

O assentamento Banco da Terra está localizado a 12 km do centro de Nova Xavantina, foi criado em 2002, com 60 famílias e uma associação (Deus e Amor) distribuídas em uma área de 570 hectares (STEFANOSKI, 2013). O programa Banco da Terra foi criado 1998 e tinha como finalidade financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, como trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, que comprovassem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade agropecuária (BRASIL, 1998).

O assentamento Piau, distante 50km do centro de Nova Xavantina, foi criado em 12 de novembro de 1992 proveniente da Reforma Agrária, com uma área de 7.511,45 hectares (ha), onde foram beneficiadas 103 famílias assentadas (TARSITANO et al., 2016).

Os dados foram coletados junto aos produtores dos assentamentos Piau e Banco da Terra, a metodologia aplicada foi a pesquisa descritiva com delineamento de campo qualitativa, com a finalidade de buscar informações dos produtores sobre sua propriedade, seu meio de comercialização, suas necessidades, sua história e realidade (MARCONE; LAKATOS, 1996).

As pesquisas utilizando esse tipo de metodologia, têm como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, que acabam servindo para proporcionar uma nova visão do problema (GIL, 2003, p. 28).

Os dados fazem parte do Projeto de extensão “Agroflorestas como estratégia de fortalecimento da resiliência dos agricultores no território Pontal do Araguaia, Mato Grosso, Brasil” institucionalizado Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

As coletas de dados foram realizadas nos assentamentos Banco da Terra no dia 31 de março de 2023 e no assentamento Piau no dia 05 de maio de 2023 através da aplicação da Matriz FOFA, onde os dados foram levantados através de oficinas coletiva realizada pelo grupo de pesquisa em Agriculturas e Meio Ambiente (GAMA) em parceria com um grupo de acadêmicos que atua no projeto: Agrifampa (Agricultura Familiar e Resiliência Pontal do

Araguaia) com os agricultores, com o objetivo de reconhecer o histórico de resiliência no trabalho diário da propriedade.

Essas oficinas são muito utilizadas em estudos exploratórios, com o propósito de proporcionar melhor compreensão do problema, gerar hipóteses e fornecer elementos para a construção de instrumentos de coleta de dados (GIL, 2003, p. 114).

As oficinas possuem a finalidade de orientar e proporcionar noções básicas de SAFs, identificar os agricultores que possuem potencial para a implantação do sistema em sua propriedade e para garantir estabilidade econômica, social, cultural e ambiental.

## RESULTADOS

A implantação de Sistemas Agroflorestal (SAF) é fundamental para desenvolvimento e qualidade de vida dos agricultores familiares potencializando o uso da terra do agricultor, agregando e proporcionando produção de alimentos com a conservação ambiental, proporcionando melhora de seus resultados, gerando renda e melhorias para os agricultores familiares e sua família.

Utilizando o método da matriz FOFA para implantação de SAFs, possibilita aos agricultores familiares reconhecerem o ambiente interno e externo de suas propriedades, permitindo que este possa identificandar suas Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.

Uma forma dos agricultores começarem a conhecer as potencialidades em suas propriedades, trazendo elementos para se iniciar a compreensão do sistema de produção.

Na Tabela I estão representados os resultados dos fatores internos (Forças e Fraquezas) e externos (Oportunidades e Ameaças) levantados pelos agricultores do assentamento Piau através da aplicação da matriz FOFA.

Tabela I. Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças no assentamento Piau no município de Nova Xavantina – MT.

| **Ambiente Interno FORÇAS** | **Ambiente Interno FRAQUEZAS** |
|---|---|
| Água | Capital |
| Mão de obra | Baixa fertilidade do solo |
| Frutíferas nativas | Assistencia tecnica |
| Maquinário | Conhecimento |
| **Ambiente Externo OPORTUNIDADES** | **Ambiente Externo AMEAÇAS** |
| UNEMAT | Seca |
| Sistema de Inspeção Municipal (S.I.M.) | Logistica |
| Prefeitura | Grandes agricultores |
| EMPAER | |
| Ero Brasil | |
| Rede de Sementes Xingu | |
| Laticínios | |
| Associação | |
| Políticas Públicas | |
| INCRA | |

Fonte: Autor proprio.

Analisando os dados apresentados na Tabela I verifica-se que no ambiente interno, ou seja, dentro da propriedade, podemos destacar as Força elencadas pelos agricultores onde notamos que: a água para produção não é problema, possuem maquinários doados pela prefeitura para a associação para prestação de serviços e pelo fato de possuirem árvores frutíferas nativas nas propriedades, que aliadas as outras produções, podem ser utilizadas para inicio de um SAFs. Quando analisadas as Fraquezas se verifica que: a falta de crédito ainda é considerado uma fraqueza, mesmo com a política do Pronaf disponível, seja pela burocracia ou até mesmo medo de investir em alguma atividade com pouco conhecimento, como no caso do SAFs, em solos de baixa fertilidade e pouca assistencia tecnica.

Quando analisamos o ambiente externo, ou seja, fora da propriedades observamos as Oportunidades e podemos destacar: o papel da prefeitura na manutenção e conservação das estradas que dão acesso ao assentamento, na doação da patrulha agrícola para a associação e no auxilio para participação dos agricultores nas políticas públicas como o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), destacado ainda, as instituições públicas como EMPAER no processo de assistencia tecnica e

extensão rural, resalvada a necessidade de uma maior aproximaçãodo orgão aos agricultores, o INCRA no processo de criação do assentamento e entrega dos títulos definitivos, a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) desenvolvendo seus projetos de pesquisa e extensão nos assentamentos e a importância de uma associação estrutura e articulada para beneficiar todos os agricultores.

Ao analisar as Ameaças destacamos a logistica, pois o assentamento fica distante da cidade o que dificulta o processo de comercialização dos produtos, esta situação faz com que muitos agricultores fiquem em situação de vulnerabilidade e, sedendo a pressão dos grandes produtores de soja, acabam vendendo suas propriedades.

Na Tabela II estão representados os resultados dos fatores internos (Forças e Fraquezas) e externos (Oportunidades e Ameaças) levantados pelos agricultores do assentamento Banco da Terra através da aplicação da matriz FOFA.

Tabela II. Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças no assentamento Banco da Terra no município de Nova Xavantina – MT.

| **Ambiente Interno**<br>**FORÇAS** | **Ambiente Interno**<br>**FRAQUEZAS** |
|---|---|
| Fertilidade do solo | |
| Diversificação | Financeiro, falta de crédito |
| Logística | Idade e falta de mão de obra |
| Conhecimento | Doenças e pragas |
| Água | Individualidade |
| **Ambiente Externo**<br>**OPORTUNIDADES** | **Ambiente Externo**<br>**AMEAÇAS** |
| Feira local | Laticínio |
| Acesso ás Políticas Públicas | Produtos químicos |
| Associação | Tráfego de caminhões |
| UNEMAT | Conflito interno |
| Suporte da prefeitura | |
| Sindicato | |
| EMPAER | |
| Senar | |

Fonte: Autor proprio.

Na Tabela II observa-se que no ambiente interno os agricultores e agricultoras tem a percepção de forças: o solo do assentamento, que julgam de boa fertilidade, o que

proporciona um bom potencial produtivo; a diversidade na produção, que proporciona mais oportunidades de comercialização; logística, por ter as ruas asfaltadas, localizado na BR 158 e a 12 km do perímetro urbano do Município; o conhecimento adquirido na vivência no meio rural; o fato de haver água disponível, que possibilita um bom manejo da propriedade para produção agrícola e animal. Já as fraquezas percebidas pelos agricultores e agricultoras foram: não terem recursos financeiros para investir na propriedade e, acentuando essa fraqueza, a dificuldade de acesso a linhas de financiamento; a avançada idade da maioria dos agricultores e agricultoras, que dificultam as atividades do labor no campo e, associado a esta situação, a falta de mão de obra para trabalhar no campo; relatam uma alta incidência de insetos e patógenos incidindo nos cultivos; a falta de união entre os agricultores e agricultoras, que dificulta a busca participativa para ultrapassarem estas mesmas fraquezas relatadas.

Ainda observando na Tabela II, para o ambiente externo a propriedade, os agricultores e agricultoras relatam como oportunidades: a feira local, pela proximidade com o meio urbano e fácil acesso podem comercializar sua produção na feira do Município; acesso a políticas públicas; os agricultores e agricultoras compreendem que com a parceria com o poder público Municipal terão maior facilidade em acessarem políticas públicas de comercialização, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos (PNAE e PAA), garantindo assim mais possibilidades de comercialização da produção; Associativismo, apesar de relatarem a individualidade existente entre os agricultores e agricultoras como fraqueza, os atores da pesquisa percebem a necessidade de uma associação atuante para que possam suplantar suas dificuldades; A existência de um *campus* da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) no município é compreendida como uma oportunidade pela possibilidade de obterem um apoio técnico as demandas relacionadas a produção e organização social; Suporte da prefeitura, foi relatada a aquisição de maquinário agrícola pela prefeitura para atender, através das associações, as demandas das propriedades

Os agricultores e agricultoras percebem como ameaças: a existência do laticínio no município, pois enxergam o monopólio deste setor da agroindústria como um fator que possibilita ao laticínio ditar o preço do leite, que é a principal fonte de renda dos agricultores; uso de agrotóxicos; a utilização indiscriminada de agrotóxico na produção agropecuária provoca sérios danos à saúde dos agricultores e ao meio ambiente; tráfego de caminhões, pela localização do Assentamento, as margens da BR 158, o intenso trânsito de caminhões traz uma insegurança quanto a segurança dos agricultores para acessarem a entrada do

assentamento; por fim foi apresentada como outra ameaça conflitos internos entre os agricultores e agricultoras ocasionando dificuldade na realização ações em conjunto dos agricultores.

Dentre os fatores observados nos assentamentos Piau e Banco da Terra, para a construção da matriz FOFA, as oportunidades foram os fatores de maior abundância na percepção dos agricultores e agricultoras.

A aplicação desta metodologia possibilitou aos agricultores terem uma melhor percepção e reconhecimento das potencialidades presentes em suas propriedades. Assim como reconhecer as fraquezas e ameaças permitiu um reconhecimento das possibilidades de mudanças em seus sistemas produtivos

A utilização da metodologia da matriz FOFA, como técnica de planejamento estratégico, que leva em consideração o ambiente interno e externo das propriedades dos agricultores e agricultoras entrevistadas, proporcionou a estes uma nova percepção dos sistemas produtivos desde do planejamento, implantação e comercialização da produção. Este novo entendimento permitiu uma mudança na percepção das agricultoras e agricultores sobre seus sistemas produtivos, possibilitando uma reorganização destes sistemas produtivos de forma a potencializar as fortalezas e oportunidades e superar as fraquezas e ameaças presentes nestes assentamentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a aplicação da matriz FOFA foi possível identificar agricultores e agricultoras que apresentam potencial de implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) nos assentamentos Piau e Banco da terra, em Nova Xavantina – MT.

As agricultoras e agricultores familiares poderão aumentar a sua capacidade produtiva através da diversificação, otimizando o uso da terra, permitindo assim, obter diferentes espécies ao longo do ano em sua propriedade, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental da família e população local.

A implantação de sistemas agroflorestais por agricultoras e agricultores dos assentamentos é uma boa estratégia para fortalecer a resiliência destes em suas terras. O incremento na biodiversidade no agroecossistema possibilitaria a produção de diversos

alimentos, contribuindo com a segurança e qualidade alimentar das famílias e contribuir com recursos financeiros, contribuindo para uma melhor bem viver no campo.

REFERÊNCIAS

ABDO, M. T. V. N.; VALERI, S. V.; MARTINS, A. L. M. SISTEMAS AGROFLORESTAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA PARCERIA INTERESSANTE. Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária, p. 50-59, 2008.

ATLAS BRASIL. Atlas do desenvolvimento humano do Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD. Brasília, 2013. Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/. Acesso em 18 de junho de 2023.

CÂNDIDO, V. A.; PINTO, L. V. A.; BOGARIMP, P. C.; ROSAS, D. ; SILVA, R. M.; BARBOSA, J. M. N. Sistema agroflorestal para recomposição de reserva legal em propriedades de agricultores familiares. Revista Agrogeoambiental, Pouso Alegre, v. 8, n. 2, p. 65-72, Jun. 2016.

CIDADE BRASIL. Municipio de Nova xavantina, 2021. Disponivel em: https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-nova-xavantina.html. Acesso em: 6 de maio de 2023.

FRANKE, I. L.; LUNZ, A.M.P.; AMARAL, E. F. Metodologia para planejamento, implantação e monitoramneto de sistemas agroglorestais: um processo participativo. Rio Branco: EMBRAPA Acre, 2000. p.35, documento 49.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. Editora Atlas.6. ed. São Paulo, p. 220, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Nova Xavantina, 2021. Disponivel em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/nova-xavantina.html. Acesso em: 4 de maio de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Unidades Territoriais do nível município – Unidade da Federação Mato Grosso, Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 2006. Disponível em

http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/unit.asp?e=v&t=71&codunit=5450&z=t&o=4&i=P. Acesso em: 15 de junho de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 2010. Disponível em http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO2010_sinopse.pdf. Acesso em: 15 de junho de 2023.

LACERDA, H. COMO FAZER UM PLANEJAMENTO DE SEO ATRAVÉS DA UMA MATRIZ SWOT. Medium, 2016. Disponivel em: https://medium.com/@higornl/como-fazer-um-planejamento-de-seo-atrav%C3%A9s-da-uma-matriz-swot-779e35049f35. Acesso em: 27 de abril de 2023.

LUNZ, A.M.P.; FRANKE, I.L. Princípios gerais e planejamento de sistemas agroflorestais. Rio Branco, Embrapa-CPAF/AC, p. 27, 1998.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Tecnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, ellaboração, análise e interpretação de dados. Editora Atlas. 5 ed. São Paulo, 2002.

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Sistemas Agroflorestais (SAFs): conceitos e práticas para implantação no bioma amazônico. 1 ed. Brasília: SENAR, 2017. P. 144.

SOUSA, S. G. A. ; WANDELLI, E. V.; GARCIA, L. C.; LOURENCO, J. N. de P.; UGUEN, K. Tipos de sistemas agroflorestais; Características de um sistema agroflorestal; Orientações para a implantação de sistemas agroflorestais; Passo a passo para a implantação de um SAF agrossilvicultural. Brasília, DF : Embrapa, 2012.

STEFANOSKI, D. C.; LAFORGA, G.; CUSTÓDIO, A. M.; SILVEIRA, W. S. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: ANÁLISE NO ASSENTAMENTO BANCO DA TERRA, EM NOVA XAVANTINA – MT. Revista Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, vol.21, nº 3, p. 9-21, 2013.

TARSITANO, R. A.; SANT'ANA, A. L.; JUNIOR, A. G. C.; VIEGAS, L. P. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO TERRITÓRIO PONTAL DO ARAGUAIA EM MATO GROSSO. Disponivel em: https://www.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-

simposio-reforma-agrariaquestoesrurais/sessao1a/caracterizacaomunicipiosassentamentos-rurais.pdf . Acesso em: 2 de maio de 2023.

VIEIRA, T. A.; ROSA, L. S.; VASCONCELOS, P. C. S.; SANTOS, M. M.; MODESTO, R. S. Sistemas agroflorestais em áreas de agricultores familiares em Igarapé-Açu, Pará: caracterização florística, implantação e manejo. ACTA AMAZONICA, vol. 37, p. 549-558, 2007.

VOLPATO, B. Tudo sobre a análise SWOT: o que é, como fazer e template para baixar. Resultados Digitais, 2022. Disponivel em: https://resultadosdigitais.com.br/marketing/analise-swot/. Acesso em: 3 de abril de 2023.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# PRODUÇÃO ALIMENTAR, POTENCIAL PRODUTIVO E DESAFIOS À CONTINUIDADE DE FAZERES E SABERES RURAIS- EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTORES FAMILIARES NO PONTAL DO ARAGUAIA –MT

Regiane Caldeira[1]
Alan Kardec Messias da Silva[2]
Jéssica Rodrigues Batista[3]
Liedson Liedson Garai Cortez[4]
Rodrigo Tarsitano[5]
Ary Gertes Carneiro Junior[6]
Marla Weihs[7]
Luciane Rannow Prass[8]
Leidiany Pereira da Silva Souza[9]

**GT 11: Vulnerabilidade, adaptação e resiliência da agricultura familiar.**

## RESUMO

Esforços empreendidos ao longo da caminhada por viabilizar possibilidades sustentáveis de vida para agricultores familiares têm apresentado suas conquistas, encontram-se contudo, longe de chegar ao ponto ideal. Diante da necessidade crescente por qualidade de vida, o mínimo que se espera é possibilidade de viver e não apenas sobreviver. Com este olhar, o presente trabalho intenta analisar experiências de agricultores familiares residentes em assentamentos no município de Nova Xavantina relativas a produção alimentar, potencial produtivo e desafios à continuidade de seus fazeres e saberes. Os dados foram gerados a partir de visitas a 7 (sete) assentamentos durante 2022 e 2023. Trata-se de um estudo exploratório, qualitativo, com utilização de entrevistas semi-estruturadas e observação. Os resultados mostram significativo potencial produtivo dos agricultores, com conhecimentos e práticas capazes de multiplar em muito o que produzem no momento. Porém, essa potencialidade é contida pela limitada organização social e falta de licenças para comercializar parte de suas produções.

[1] Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, regianecaldeira@unemat.br
[2] Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, allankardec@unemat.br
[3] Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, jessica.rodrigues1@unemat.br
[4] Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, liedson.garai@unemat.br
[5] Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, rodrigotarsitano@unemat.br
[6] Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, ary.gertes@unemat.br
[7] Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, marla@unemat.br
[8] Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, luciane.prass@unemat.br
[9] Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, leidiany@unemat.br

Palavras-chave: agricultura familiar; produção alimentar; comercialização; resiliência.

## INTRODUÇÃO

Este estudo aborda questões ligadas à agricultura familiar existente em assentamentos do município de Nova Xavantina –MT. Os assentamentos visitados foram: Banco da Terra, Ilha do Coco, Piau, Rancho Amigo, Beira Rio, Pé da Serra e Nova Canaã ao longo de 2022 e 2023. O objetivo geral centra-se em analisar experiências de agricultores familiares residentes em assentamentos no município de Nova Xavantina relativas a produção alimentar, potencial produtivo e desafios à continuidade de seus fazeres e saberes rurais.

A agricultura familiar pode ser definida como a produção agrícola realizada por famílias em áreas rurais, utilizando predominantemente mão de obra familiar. Geralmente, o agricultor possui uma pequena propriedade rural e vende sua produção localmente, contribuindo para a segurança alimentar e a economia local. É uma forma efetiva de combate à pobreza e à exclusão social, e pode contribuir para a segurança alimentar e nutricional das populações rurais e urbanas. Trata-se de uma forma de produção que, em sua maioria, respeita e conserva a biodiversidade e os recursos naturais, promove a agricultura de base agroecológica, e pode contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.

Este estudo busca contribuir com a produção científica de informações voltadas ao campo da agricultura familiar, especificamente de produções presentes no Pontal do Araguaia -MT. Considerando que o estado de Mato Grosso se destaca nacionalmente e internacionalmente por monoculturas como a soja, intenta-se expor um tímido recorte sobre a ampla realidade que existe em termos de diversidade na produção de alimentos e saberes dos locais em questão.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### Agricultura familiar: campo de lutas

Todos os espaços da vida se apresentam como campo de lutas, seja na vida humana, animal ou das plantas. Nos múltiplos lugares do viver as lutas são travadas pelo domínio de espaço, este contudo, carrega em si de forma intencional ou não a busca por poder. Poder existir, poder para dominar, poder ver e ser visto, poder para continuar, dentre muitos outros poderes.

Bourdieu (1996) destaca por meio do conceito de campo justamente essa arena de lutas físicas e simbólicas que ocorrem continuamente. Lima (2010, p. 15), com base em Bourdieu destaca:

> o campo é o espaço de práticas específicas, relativamente autônomo, dotado de uma história própria; caracterizado por um espaço de possíveis, que tende a orientar a busca dos agentes, definindo um universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais - todo um sistema de coordenadas, relacionadas umas com as outras, que é preciso ter em mente ( não quer dizer na consciência) para se entrar no jogo. Entrar no jogo é manejar esse sistema de coordenadas. O campo é estruturado pelas relações objetivas entre as posições ocupadas pelos agentes e instituições, que determinam a forma de suas interações; o que configura um campo são as posições, as lutas concorrenciais e os interesses.(LIMA, 2010, p.15).

A própria natureza se faz exemplo, essas lutas contudo, não requerem necessariamente a aniquilação do outro para existir como ocorre em muitos casos, pode se realizar de forma cooperativa e harmoniosa, diversa e saudável. É o que busca agricultores familiares quando lutam para ter um pedaço de terra, plantar, comer, compartilhar e viver de forma digna.

A agricultura familiar (AF) representa um modelo de produção caracterizado pela interação entre gestão e trabalho. É mediante a esse modelo que os agricultores familiares lideram o processo produtivo, priorizam a diversificação e contam principalmente com o trabalho familiar, tendo como principal fonte geradora de renda a atividade agropecuária. Além disso, o agricultor familiar apresenta uma relação profunda com a terra, sendo ela seu local de trabalho, moradia (MDA, 2019) e espaço de construção da vida como um todo.

As atividades da agricultura familiar representa a unificação entre o manual e intelectual, trabalho e vida, produção e desenvolvimento (PLOEG, 2014). Sob esse viés, observa-se que a agricultura familiar também abarca uma diversidade de grupos como povos e comunidades tradicionais, assentados de forma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores (MDA, 2019).

Um dos papéis fundamentais da AF assenta-se no setor econômico, ao abastecer a mesa de milhares de brasileiros com diversidade de produtos alimentares e se manifestar como fonte de trabalho e renda para muitas famílias agrícolas, além de estimular o desenvolvimento socioeconômico em várias regiões do país (MATOS, 2021).

Ademais, a agricultura familiar possui o potencial de aumentar a resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais, ao oferecer oportunidades de trabalhos para uma ampla parte da sociedade, contribuindo significativamente para a emancipação de suas parcelas mais oprimidas (PLOEG, 2014). Walker et al. (2004) esclarece que resiliência é a capacidade do sistema continuar a apresentar as mesmas funções, estruturas e contornos ao passar por grandes drásticas ou graduais, de ordem natural ou social. Quando há a perda da resiliência, o sistema se defaz, não apresenta forças para continuar. Ser resiliente pode ser entendido então,

como a capacidade de continuar realizando esforços, mesmo sofrendo pressões de diferentes ordens.

Outro aspecto importante é a segurança alimentar através do consumo de produtos provenientes da agricultura familiar. Essa dinâmica ocorre dada a produção agrícola familiar superar a produção que antes era destinada apenas ao consumo dos próprios agricultores, esse escendente contribui para o acesso e a disponibilidade de alimentos para a comunidade de forma geral (GAZOLLA, 2004). Segundo Ploeg (2014, p. 11) isso ocorre graças "as práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas [...]". Dentro deste campo, os agricultores passam a aprimorar e desenvolver tecnologias que buscam a melhoria de vida, não apenas das pessoas, mas também das plantas e dos animais. Não apenas do rural, mas também do urbano. Esses dois últimos funcionam de forma relacional, não se pode observa-los sem olhar para suas interpenetrações e interdependências (FAVARETO e MARTINS, 2022).

## Produção de alimentos e comidas: elementos fortalecedores da resiliência de agricultores familiares

As palavras alimento e comida são muitas vezes utilizadas como sinônimos, é possível porém realizar distinções entre elas, sendo o alimento algo mais voltado à questões nutricionais e a comida algo em que a cultura se faz presente de forma mais aprofundada. Montanari (2013, p.10) destaca que

> a comida para os seres humanos é sempre cultura, nunca apenas pura natureza. A humanidade adotou como parte essencial de suas técnicas de sobrevivência os modos de produção, preparação e consumo dos alimentos, desde o conhecimento sobre as plantas comestíveis até o uso do fogo como principal artífico para transformar o alimento bruto em um produto cultural, ou seja em comida. A cozinha, assim, funda a própria civilização.

Elemento central da vida humana, a comida por sua composição nutritiva e cultural estabelece contínuas relações entre produção, consumo e modos de vida. As produções presentes nas roças, quintais, fogões e mesas dos agricultores familiares são bastante característicos de seus modos de vida.

A culinária, como um conjunto de caracteres que possibilitam a produção de comida, como os alimentos, utensilios, vestimentas, as técnicas de preparo, técnicas de plantio, armazenagem, crenças, memórias, dentre outros. Pode ser considerada uma ferramenta para o fortalecimento da resiliência dos grupos, pois envolve a capacidade de adaptação e superação de desafios. Em tempos de crises e em tempos de abundância as comidas geralmente se

modificam, seja em tipos, quantidades e regularidade de ingestão. Em momentos de dificuldade e também de felicidade pode ser instrumento de conforto emocional, para tanto há o conceito de *comfort foods* (CALDEIRA e FAVA, 2016) , aquelas que reavivam no comedor (POULAIN, 2013) sentimentos de bem-estar, de bons momentos vividos onde a comida se torna um marcador.

Entende-se que todo espaço ou lugar possui uma significação de existência que o torna singular, capaz de constituir pertencimento e identidades. Tais práticas exercidas no cotidiano da comunidade vêm consolidar referência a um grupo, comunidade ou região (CRUZ; MENEZES; PINTO, 2008), a culinária caracteriza-se como um desses espaços, sendo a comida preparada em ambientes rurais, especialmente aqueles que mantém elementos de ruralidade como na agricultura familiar, um dos exemplos mais proeminentes.

Através da comida mantém-se viva a memória e identidade da cultura de uma comunidade. É importante a preservação deste saber fazer, a manutenção e transmissão continuada do conhecimento adquirido pelos povos, pois assim fortalece a identidade, a cultura e as práticas de seu patrimônio cultural material e imaterial. (FERREIRA; BRUSSIO; RODRIGUES; MOREIRA e SANTOS, 2019, p.1).

A Produção de alimentos e comidas nos ambientes de agricultura familiar são elementos fortalecedores de sua resiliência, sustentam corpos e forças culturais capazes de contribuir na contínua contrução de significados, símbolos e identidades. Estes por sua vez, cooperam para coesão e visibilidade dos grupos como entes rurais, possuidores de características e saberes coletivos e individuais que os colocam como essenciais à formação de uma sociedade diversa em termos de produção alimentar e de saberes.

A culinária rural é uma forma de cozinha que valoriza os ingredientes locais e os métodos tradicionais de preparação de alimentos. Segundo Santos as dádivas sob a forma de comida, sempre tiveram um papel importante nas sociedades tradicionais para estabelecer e/ou reforçar os laços de solidariedade no conjunto da comunidade. As tradiações culinárias rurais geralmente traduzem heranças passadas entre familiares e conhecidos, carregam importância cultural e social, pois representa um modo de vida e uma forma de conexão com a natureza e a terra.

Quando as produções ultrapassam as necessidades alimentares dos produtores e sua capacidade de armazenamento passam então a caracterizar um excedente que pode ser compartilhado via comercialização. A priore parece algo simples, mas os produtores enfrentam consideráveis desafios nesses processos, os quais muitas vezes os fazem limitar sua capacidade produtiva.

**Comercialização de produtos da agricultura familiar**

Em estudos desenvolvidos em Mato Grosso, Weihs e Olival (2021) apontam quatro ameaças basilares à manutenção dos sistemas agrícolas familiares, bem como à reprodução dos modos de vida das famílias agricultoras: i) a histórica baixa disponibilidade e o baixo investimento na adaptação das políticas públicas orientadas para o desenvolvimento rural, para atender às vulnerabilidades da agricultura familiar; ii) a histórica falta de canais de comercialização de produtos e baixo investimento em diversificação; iii) a especialização da produção, sobretudo pecuária bovina; iv) a competição com grandes lavouras produtoras de grãos, seja no campo da obtenção de créditos e subsídios, como em termos de ocupação do espaço.

Muitos são os desafios à manutenção dos sistemas agrículas, tomando especificamente as dificuldades para que se efetive a comercialização da produção familiar, nota-se que estas fragilizam extremamente os produtores por ser um processo essencial ao fortalecimento da resiliência dos agricultores via geração de renda, desenvolvimento rural, construção de suas identidades e autonomia.

A comercialização pode envolver intermediários que compram os produtos para revender, esta opção geralmente desfavorece o produtor por em sua maioria impor preços mais baixos sob a justificativa de ainda ter que revendê-los ao mercado. Outra opção é a venda direta dos produtos pelos agricultores familiares em feiras livres, em mercados locais e em programas governamentais, dentre eles, destacamos dois de abrangencia nacional, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PNAE é um dos maiores programas na área de alimentação escolar do mundo, criado na década de 40 é gerenciado pelo Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e teve em 2009, com a Lei nº 11.947 um aperfeiçoamento ao garantir que no mínimo 30% dos repasses do FNDE seja destinado diretamente a compra de alimentos da agricultura familiar.

> Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, **no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar** e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.
> § 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.
> § 2º A observância do percentual previsto no caput será disciplinada pelo FNDE e poderá ser dispensada quando presente uma das seguintes circunstâncias:

> I - impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente;
> II - inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios;
> III - condições higiênico-sanitárias inadequadas (Brasil, 2009, grifo do autor).

Dessa forma as Unidades Executoras (EEx) que recebem os recursos do FNDE podem elaborar com base no orçamento e articulação com os atores sociais, um cardápio com pratos regionais e que estejam dentro de todos os controles de qualidades exigidos em chamadas públicas, que dispensa o processo licitário.

O PAA que é atualmente regulamentado pelo decreto nº 11.476 de 2023 é um programa instituicionalizado a apenas duas décadas, pela Lei nº 10.696 de 2003, que tem como princiapais objetivos, incentivar a agricultura familiar e a promoção ao acesso a alimentação.

> Art. 4º Do total de recursos destinados, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, **no mínimo trinta por cento serão destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares** enquadrados no disposto na Lei nº 11.362, de 19 de outubro de 2006, e de suas organizações, por meio da modalidade prevista no inciso V do caput do art. 3º, conforme o disposto no art. 6º da Medida Provisória nº 1.166, de 2023.
> § 1º O disposto no caput será aplicado nas aquisições ou no fornecimento de alimentos por empresas contratadas pela administração pública, conforme critérios previstos no edital de licitação.
> § 2º Os órgãos e as entidades compradores poderão deixar de observar o percentual previsto no caput nas seguintes hipóteses:
> I - não recebimento do objeto, em razão de desconformidade do produto com as especificações demandadas;
> II - insuficiência de oferta na região, por parte dos agricultores familiares e das suas organizações, dos empreendedores familiares rurais e dos demais beneficiários que se enquadrem no disposto na Lei nº 11.326, de 2006, para fornecimento dos gêneros alimentícios demandados; ou
> III - necessidade de aquisições especiais, esporádicas ou emergenciais, que deverão ser justificadas (Brasil, 2023, grifo do autor).

Dois destaque importantes no PAA são a manutenção de no mínimo 30% dos recursos serem destinados a agricultura familiar, alinhado com o percentual adotado no PNAE e o fato destes alimento serem destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar ou nutricional.

Em consonância os dois programas PNAE e PAA possibilitam por meio de cooperativas e associações de agricultores familiares, a venda em larga escala e a negociação de preços mais justos aos valores comercializados atualmente por esses agricultures.

De forma geral, a realidade nacional brasileira destaca como principais entreves ao desenvolvimento da agricultura familiar a falta de infraestrutura, logística e acesso aos mercados, além de barreiras sanitárias e burocráticas. Muitas vezes, os produtores não conseguem escoar sua produção, tendo que vendê-la a preços baixos ou até mesmo desperdiçá-la. Além disso, muitos não conseguem cumprir com as exigências legais e sanitárias, o que impede o acesso a mercados mais rentáveis.

## CAMINHOS DA PESQUISA

Os dados fazem parte do Projeto de pesquisa Agroflorestas como estratégia de fortalecimento da resiliência dos agricultores no território Pontal do Araguaia, Mato Grosso, Brasil, fomentado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT.0000846/2022), cuja execução foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT, CAAE 64571222.4.0000.5166) e do Projeto Resiliência dos agricultores familiares às ameaças da expansão da fronteira agrícola na zona de transição Cerrado-Amazônia, Mato Grosso, Brasil, institucionalizado pela Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT sob portaria 1133/2022.

Os dados foram gerados a partir de visitas a 7 (sete) assentamentos durante 2022 e 2023. A equipe de campo é composta por docentes e discentes de quantro Cursos da UNEMAT Campus Nova Xavantina, sendo Agronomia, Biologia, Engenharia Civil e Turismo. Trata-se de um estudo exploratório, qualitativo, com utilização de entrevistas semi-estruturadas e observação (AUGUSTO, C. A. et al, 2013). As entrevistas foram gravadas e transcritas, foram utilizados registros via fotos e vídeos. Todos estes contaram com a permissão dos interlocutores de forma escrita ou gravada.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos quintais, roças e mesas

Não se pode afirmar que a fartura encontra-se presente em todas as propriedades visitadas, há também dificuldades que limitam a produção de alimentos e de animais, especialmente a força de trabalho, visto que muitos que estão nas propriedades são pessoas envelhecidas e enfraquecidas pela labuta dura de uma vida lidando com a terra, sol, chuva e frio . Mas em sua maioria as propriedades apresentam uma produção alimentar significativa que ultrapassa suas necessidades para consumo. Produzem verduras, legumes, ervas, frutas, frango, ovos, gado bovino, leite, derivados destes produtos, dentre outros. Os quintais, roças e casas são espaços carregados de diversidade, são elementos para comer, para enfeitar, para cooperar com outras produções.

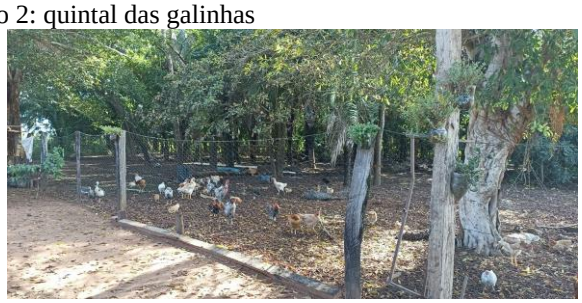
Nas mesas as comidas confirmam o que perpassa os imaginários sociais, são comidas com sustância, o arroz, feijão e a carne se destacam dentre as produções culinárias como

comidas cotidianas. As verduras e legumes diretos da horta finalizam a composição. Os agricultores destacam de forma unânime que sua alimentação vivendo na roça é muito mais saúdavel do que na cidade, pois produzem praticamente quase tudo que precisam (foto 1 e 2).

Foto 1: horta

Fonte: Agrifampa, 2023

Foto 2: quintal das galinhas



Fonte: Agrifampa, 2023

Na mesa a representação de uma comida (foto 3) que se imagina como da roça, o frango caipira, pequi, couve, arroz, feijão, peixe frito, suco, sobre uma toalha de crochê. A comida foi preparada em fogão à lenha. Este almoço foi servido à equipe de pesquisa em uma das atividades campo realizadas em 2022. Nota-se que muitas leituras podem ser realizadas a partir deste prato: a questão da disponibilidade de alimentos específicos, as técnicas de produção herdadas e reconstruídas, as formas de apresentação, as memórias, a hospitalidade.

Foto 3: almoço: peixe, galinha caipira, pequi, arroz, feijão, couve e suco

Fonte: Agrifampa, 2022

A mesa da agricultura familiar compoe-se de cores, cheiros, sabores, conhecimentos diversos que se avolumam ao longo do tempo, passam mensagens de muito trabalho, mas também de aconchego, família e fé. O potencial produtivo, tanto alimentar quanto cultural é enorme, mas são desafiados por caminhos que não estão estruturados para tal e que não permitem a expansão deste potencial em sua totalidade. São muitos os esforços empreendidos pelos agricultores, mas chegam em dados pontos que não conseguem ultrapassar pois já não

dependem de seus corpos e mentes, mas de poderes que vão além deles.

Organização social e a comercialização de produtos da AF

Durante as atividade de pesquisa e extensão dois elementos ficaram em destaque como os desafios mais siginificativos ao desenvolvimento da agricultura familiar em moldes ainda mais produtivos: a organização social e a comercialização de suas produções.

O organização social pode ser compreendida como o processo de união e trabalho visando objetivo comum.

> Uma relação social denomina-se 'relação comunitária' quando e na medida em que a atitude na ação social-no caso particular ou em média ou no tipo puro –repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo. (WEBER, 1973).

Nos assentamentos visitados, essa relação comunitária apresenta-se limitada, o que prejudica a atuação dos agricultores como um ente social mais fortalecido. Quando há coesão entre os agricultores muitas ações são realizadas de forma cooperativa e os resultados são multiplicados. Contudo, apesar de saberem disso, pois os próprios agricultores destacam a imprescindibilidade dessa união entre eles, tal contexto ainda se mostra enfraquecido, com ações pontuais, de baixo impacto.

Comerciliazar seus produtos é para o agricultores uma das formas de empoderamento e autonomia, contudo, em Nova Xavantina, os produtores enfrentam desafios que os impedem de chegar a este ponto.

Para comercialização de diversos alimentos produzidos pelos agricultores familiares, faz se ne necessário cumprir a legislação sanitária vigente, para que seja garantida a segurança do produto destinado ao consumo humano, mesmo que não seja comercializado.

Em linhas gerais, todo produto de origem animal, incluse, leite, mel e ovo precisam passar por serviço de inspeção, que dependendo da região comercializável será municipal, estadual ou federal:

- Serviço de Inspeção Municiapal (SIM) – produtos comercializável somente no múnicipio.
- Serviço de Inspeçao Estadual (SIE) – produtos comercializável a nível estadual.
- Serviço de Inspeção Federaral (SIF) - produtos comercializável em todo território nacial, com a possibilidade de exportação.

No município de Nova Xavantina desde de 2020, a lei municipal nº 2.219 intitui o

Serviço de Inspeção Municipal de origem animal (SIM) junto a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento. No entanto, somente em 2022 com o Decreto nº 4593 a lei foi regulamentada com todas as normas sanitárias que devem ser preenchidas por abatedouros frigoríficos e estabelecimentos, que se dediquem ao abate, industrialização e transporte de carnes de demais produtos de origem animal.

Apesar da publicação do decreto municipal em 2022, ainda em 2023 nenhum dos 7 assentamentos visitados haviam obtido o registro junto ao SIM. Afetando de forma negativa os resultados que são esperados por exemplo na participação de alimentos oriundos da agricultura familiar nos programas nacionais como o PNAE e PAA.

Sem essa certificação o fomento no aumento da produção do gado leiteiro ou de corte, a criação de galinhas para abate ou de granja de ovos, se tornam inviáveis, pois sua comercialização ficam proibidas junto a vigilancia sanitária, podendo o agricultor familiar punido de duas formas, com a aprenção do produto e aplicação de multas.

**Resilienciar: "faria tudo dinovo"**

**Resiliência é a capacidade de continuar a ser e a fazer, mesmo depois de ter passado por situações de crises. Os agricultores que se mantém em suas terras possuem essa força em si e a alimentam continuamente a partir de uma visão esperançosa que o amanhã será melhor (Foto 4).**

**Foto 4: Casal de agricultores familiares - Nova Xavantina**

Fonte: Agrifampa, 2022.

A última pergunta que geralmente era feita aos agricultores, depois que eles contavam suas histórias de vida, seu trabalho na terra, os desafios e também os momentos felizes era:

“Você faria tudo novamente”? Se as respostas fossem expressas em termos quantitativos podería-se afirmar que 99% dos agricultores disseram: “sim! eu faria tudo dinovo”. Essa resposta é algo muito forte, que coloca sem dúvidas a profunda relação do agricultor com sua terra, apesar de todos os sofrimentos. Não se pode contudo, naturalizar tais sofrimentos como algo comum a estes espaços e sujeitos, visto que suas raízes encontram-se principalmente em políticas publicas ineficientes ou inexistentes. Vontade de produzir os agricultores têm, saberes para lidar com a terra, muitos! O que falta são estruturas que possibilitem o desenvolvimento de um trabalho contínuo, justo e saudável. Conforme destacado por Favareto e Martins (2022) esses aspectos não ficarão circunscritos no espaço rural, mas farão parte também dos movimentos urbanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esforços empreendidos ao longo da caminhada por viabilizar possibilidades justas e reais de vida para agricultores familiares têm apresentado suas conquistas, encontram-se contudo, longe de chegar ao ponto ideal. Nos casos dos assentamentos estudados neste trabalho, mecanismos elaborados para otimizar processos, conferir segurança e melhorar a vida das pessoas, tanto agricultores rurais quanto consumidores de seus produtos, passam a construir verdadeiras barreiras à expansão das propriedades rurais. Os produtores possuem capacidade de produção, conhecimentos, a terra, na maioria dos casos pessoas para trabalhar, mas esbarram nos licenciamentos necessários à livre comercialização de produtos, deixando os agricultores em posição de insegurança, instabilidade financeira, dependência na venda do leite, limitação de sua capacidade produtiva e desânimo.

A geração desses dados são de suma importância para que tanto o poder público, quanto agricultores possam conhecer o cenário atual e traçar estratégias para mitigação dos desafios existentes, pois acredita-se que o ato/processo de poder comercializar o que se produz confere empoderamento aos agricultores e fortalece sua capacidade de resistir às dificuldades e crises, em suas mais diferentes formas.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTO, C. A. et al. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 745–764, dez. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brrasília, DF. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm.

Acesso em 01 de julho de 2023.

BRASIL. Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA. Brasília, DF. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11476.htm#art32. Acessado em 01 d julho de 2023.

BUSCHBACHER, R. et al. A construção de um programa interdisciplinar de pesquisa e extensão sobre agricultura familiar: integrando os conceitos de resiliência e sistemas socioecológicos. In: OLIVAL, A. A. et al. (Eds.). Na trilha das mudanças: ciência e resiliência da agricultura familiar na Amazônia norte mato-grossense. 1. ed. Cáceres: Ed. UNEMAT, 2021. p. 11–35.

CALDEIRA, Regiane.; FAVA, Bruna. M. Comida: uma contadora de histórias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA, 8., 2016, Campinas. Anais […]. Campinas: Unicamp, 2016. p.1-17. Disponível em: < https://www.cmu.unicamp.br/viiiseminario/wp-content/uploads/2017/05/Comida-uma-contadora-de-historias-REGIANE-CALDEIRA-BRUNA-MENDES-FAVA.pdf>. Acesso em 05 de out. de 2017.

CRUZ, Mércia Socorro Ribeiro; MENEZES, Juliana Santos; PINTO, Odilon. Festas culturais: tradição, comidas e celebrações. In: ENCONTRO BAIANO DE CULTURA – EBECULT, 1, Salvador. Anais eletrônicos [...], Salvador: FACOM/UFBA, 2008. Disponível em: < http://www.uesc.br/icer/artigos/festasculturais_mercia.pdf>.

FAVARETO, Arilson  MARTINS, Rodrigo Constante.  Introdução à seção temática: Os usos da teoria de Pierre Bourdieu e os estudos rurais. **Estudos Sociedade e Agricultura. Brasileiros** . v.30, n.2, 2022.

FIÚZA, Ana Louise Carvalho. A aplicação da teoria de Bourdieu aos estudos rurais no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura** . jul-dez 2022, v. 30, n. 2, p1-23. 23p.

FERREIRA, D. L.; Brussio, J. C.; RODRIGUES, E. M.; SANTOS, M. J. F. A CULINÁRIA DO QUILOMBO SACO DAS ALMAS: perdas e danos do patrimônio cultural quilombola. Kwanissa, São Luís, n. 3, p. 4-23, jan/jun, 2019.

RODRIGUES, C.; BUSCHBACHER, R. Resiliência do quê: compreendendo a diversidade da agricultura familiar no norte e noroeste de Mato Grosso. In: OLIVAL, A. A. et al. (Eds.). . Na trilha das mudanças: ciência e resiliência da agricultura familiar na Amazônia norte mato-grossense.  Cáceres: UNEMAT, 2021. p. 36–69.

WEIHS, M.; OLIVAL, A. A. Entre ameaças e oportunidades: a construção da resiliência da agricultura familiar na fronteira agrícola da Amazônia mato-grossense. In: OLIVAL, A. D. A. et al. (Eds.). Na trilha das mudanças: ciência e resiliência da agricultura familiar na Amazônia norte mato-grossense. Cáceres: UNEMAT, 2021. p. 70–104.

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Agricultura Familiar. 2019.

PLOEG, J. D. Van Der. Dez qualidades da agricultura familiar: Agriculturas: experiências em agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

POULAIN, J. Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. 2ed. Florianópolis: UFSC, 2013.

MATOS, C. L. A importância da gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar. 2021. 34f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia baiano, Serrinha, 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

GAZOLLA. M. O Papel da Agricultura Familiar para a Segurança Alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no município de Constantina/RS. 2004. 17f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Constantina, 2004.

WEBER, M.Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, F. Comunidade eSociedade.São Paulo: Nacional, 1973.

# Resiliência de Agricultores Familiares aos Ciclos da Fronteira Agrícola: Estudo de Dois Casos do Assentamento Nova Canaã do Leste, Município de Nova Xavantina - MT

FERREIRA, L[1]
SOUZA, L [2]
TRICHES, T [3]
CALDEIRA , R [4]
TARSITANO, R [5]
WEIHS, M [6]

**GT:** 11 Vulnerabilidade, Adaptação e Resiliência na Agricultura Familiar

RESUMO

A agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária é historicamente afetada por ameaças e, apesar delas, se redescobre e redesenha, em cada época e contexto em que ocorre. Este estudo buscou compreender esses processos de mudanças e as respostas construídas pelos agricultores no assentamento Nova Canaã do Leste, no município de Nova Xavantina MT. Os dados foram coletados por meio de entrevistas, realizadas em grupo, com base em um roteiro preestabelecido. A resiliência das duas

[1] Acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, luana.ferreira1@unemat.br
[2] Acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT,leidiany.souza@unemat.br
[3] acadêmica Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, triches.thalitta@unemat.br
[4] Turismóloga, doutora em Sociologia, professora da Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas e Sociais Aplicadas universidade do estado de mato grosso – UNEMAT, regianecaldeira@unemat.br
[5] Agrônomo, doutor em Agronomia, professor da faculdade Ciências Agrárias, Biológicas e Sociais Aplicadas Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, rodrigotarsitano@unemat.br
[6] Bióloga, doutora em Desenvolvimento Sustentável, professora Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, marla@unemat.br

famílias de agricultores incluídas no estudo foi analisada com base: (i) nas ameaças aos seus sistemas socioecológicos e (ii) às respostas e adaptações construídas por eles, ao longo do tempo. Na fase de posse da terra, a principal atividade desenvolvida era o cultivo da banana, mas devido a um distúrbio fisiológico, a ocupação foi substituída por pastagem e gado leiteiro, que persiste até os dias atuais. As famílias enfrentaram e continuam enfrentando grandes dificuldades e desafios, mas vêem as suas terras como grandes fontes de sustento porque, a partir delas, conseguiram grandes coisas, que simbolicamente representam algo maior que a renda.

ABSTRACT

Family farming in agrarian reform *Assentamentos* is historically affected by threats and, despite them, it is rediscovered and redesigned, in each time and context in which it occurs. This study sought to understand these processes of change and the responses constructed by farmers in the Nova Canaã do Leste *Assentamento*, in the municipality of Nova Xavantina, Mato Grosso. Data were collected through interviews, carried out in groups, based on a pre-established script. The resilience of the two farming families included in the study was analyzed based on: (i) the threats to their socio-ecological systems and (ii) the responses and adaptations built by them over time. In the land tenure phase, the main activity developed was the cultivation of bananas, but due to a physiological disorder, the occupation was replaced by pasture and dairy cattle, which persists to the present day. Families have faced and continue to face great difficulties and challenges, but they see their lands as great sources of livelihood because, from them, they have achieved great things, which symbolically represent something greater than income.

Palavras-chave: Agricultura familiar, resiliência, assentamentos rurais e sistema socioecológicos

## INTRODUÇÃO

A história relatada por José de Souza Martins (1997), sobre o colonizador que negligência o posseiro ao ocupar suas terras, na região do Araguaia, descreve a dinâmica que se estabeleceu neste território mato-grossense. A partir da década de 1970, por meio de projetos de colonização criados e orientados pelos governos militares, a terra passou a ser propriedade dos colonos. Eram pequenos agricultores, muito deles ainda em posse da cultura camponesa de produção agrícola e reprodução social (WANDERLEY, 2009), mas, que, por terem atravessado a fase de mecanização e modernização das atividades agrícolas na região sul do país, traziam em suas bagagens a prática da monocultura mecanizada, desenvolvida com uso de sementes selecionadas, fertilizantes e agrotóxicos (WEIHS, 2020; WEIHS et al., 2020).

No município de Nova Xavantina, localizado na região do Médio Araguaia, enquanto cresciam os latifúndios - muitos deles por meio de grilagem de grandes áreas de terras devolutas, a partir da década de 1940, ou, numa fase mais recente, como resultado da reconcentração da terra - ganhavam força os movimentos dos trabalhadores na luta pela terra. A ponte sobre o Rio das Mortes, na cidade de Nova Xavantina, chegou a ser ocupada em mais de uma ocasião, por dias seguidos, por posseiros e seus familiares que haviam sido expulsos das ocupações nas fazendas, sob forte repressão de forças policiais.

Neste contexto, foi colocado em curso, em meados da década de 1980, a criação do Projeto de Assentamento Banco Safra (P.A. Safra), atualmente denominado Assentamento Nova Canaã do Leste. Trata-se, originalmente, de um conjunto de 390 famílias, negras em sua maioria, que ocupam uma área de cerca de 10 mil hectares de uma antiga fazenda considerada improdutiva, desapropriada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1987 (MAIA, 2016; SOUZA, 1997).

O desenvolvimento do território é historicamente marcado pelos grandes ciclos que acompanham o avanço das fronteiras agrícolas no Cerrado e na Amazônia. As cooperativas e empresas colonizadoras que assumiram a tarefa de ocupar um

território “sem homens”, como pregava o regime militar, incentivavam os colonos a converterem os ecossistemas nativos em lavouras brancas (arroz, milho e feijão) (RIBEIRO, 2013).

A crise econômica que se estabeleceu no país no início da década de 1980 afetou a disponibilidade de incentivos agrícolas e aumentou o endividamento dos agricultores. “O banco tomou máquinas e terras de muitos colonos” (BARROZO, 2018, p. 219). Aqueles que conseguiram permanecer nas terras partiram para experimentos próprios (RIBEIRO, 2013). No entanto, ao longo do tempo, a maior parte das terras foi reconcentrada, formando grandes fazendas, cujas terras são hoje utilizadas para a produção de gado de corte e, principalmente, soja (em franca expansão).

O gado leiteiro se estabeleceu nas propriedades da agricultura familiar, sobretudo nos assentamentos rurais (CRACO; LAFORGA; TARSITANO *et al*, 2014). O município de Nova Xavantina produz anualmente cerca de 10 milhões litros de leite - segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) -, os quais são comercializados por meio de dois laticínios (Cajes e Campileite). O Assentamento Nova Canaã do Leste, o leite é o carro-chefe da economia das famílias, que enfrentam a escassez de água potável (a maior parte da água é salobra) e a distância do núcleo urbano, que desfavorece a comercialização de olerícolas.

Parte dos agricultores do Assentamento presta serviços em fazendas vizinhas, no manejo de gado, ou trabalha como assalariado em uma mineradora de calcário, nas proximidades da agrovila da comunidade. As famílias estão, em geral, envelhecidas, a maior parte dos filhos migrou para as cidades, em busca de estudo ou trabalho. A aposentadoria é, portanto, um recurso importante para a manutenção dos agricultores nas propriedades.

Quais foram as ameaças à manutenção do sistema socioecológico da agricultura familiar nas propriedades de famílias assentadas no Nova Canaã do Leste? Como as famílias lidaram com essas ameaças e foram se adaptando às mudanças, ao longo do tempo, de forma que conseguissem permanecer na atividade? Essas são as perguntas que este artigo pretende responder. Nosso objetivo é analisar

a trajetória dos agricultores familiares, considerando dificuldades e atos de resistência que foram fatores decisivos para a permanência dos agricultores no assentamento. Trata-se de um estudo de casos, investigado de forma qualitativa, por meio da contação de histórias de duas famílias do Assentamento Nova Canaã do Leste.

## Sistemas Socioecológicos e Resiliência da Agricultura Familiar

A resiliência da agricultura familiar vem sendo investigada há mais de uma década por um grupo de pesquisadores que se dedica a compreender sua dinâmica em uma fronteira agrícola amazônica, localizada no Território Portal na Amazônia, no extremo norte do estado de Mato Grosso (OLIVAL et al., 2021). Mais recentemente, as pesquisas vêm ganhando espaço também no Cerrado, no Território Pontal do Araguaia, na região nordeste do estado, onde se localiza o município de Nova Xavantina.

O grupo investiga os sistemas socioecológicos a partir da integração entre os processos e componentes de ecossistemas naturais e sociedades humanas. O sistema pode ser, portanto, uma propriedade agrícola, uma família ou uma comunidade rural. Os pesquisadores investigam a dinâmica desses sistemas, propriamente ditos, buscando aproximar-se das complexidades que lhe são inerentes, bem como, das conexões que se estabelecem externamente e atuam sobre ou em articulação com os componentes do sistema (OLIVAL et al., 2021). Entre os principais achados do grupo está um conjunto de três atributos dos sistemas, que ampliam a resiliência da agricultura familiar. São eles: diversificação da produção e fontes de renda, investimento nas relações sociais e desenvolvimento de competências de aprendizagem e adaptação (BUSCHBACHER, 2014).

Diante das vulnerabilidades dos sistemas socioecológicos da agricultura familiar em assentamentos rurais, tal conjunto de atributos, frente a um período de crise ou alguma ameaça ao setor, não evita necessariamente o colapso do sistema. Portanto, não há garantias. No entanto, é provável que as famílias com maior

resiliência, ou seja, que contam com atributos que melhoram sua capacidade de adaptação às ameaças e mudanças, tenham maior chance de sobreviver como sistema socioecológico (estrutura e modos de vida), se recuperar e permanecer na atividade (BUSCHBACHER, 2014; WEIHS et al., 2020).

A resiliência é definida, portanto, como a capacidade de um sistema de exibir continuamente e de ter como estruturar respostas quando passa por modificações naturais ou sociais. É definida, igualmente, como uma abordagem que permite entender e promover mudanças, em longo prazo, em comunidades rurais (DARNHOFER et al., 2014). Para Darnhofer et al (2016), para persistir, as propriedades rurais têm de mudar, ou seja, precisam ajustar-se a todas as alterações e pressões vinda da prática produtiva e das mudanças ambientais ao longo do tempo.

Walker et al. (2004) explica que resiliência é a capacidade do sistema continuar a apresentar as mesmas funções, estruturas e contornos ao passar por grandes mudanças ou graduais, sejam estas de ordem natural ou social. A perda de resiliência da agricultura familiar significa, portanto, a transformação de um sistema socioecológico, em nível de propriedade, família ou comunidade, em outro não agrícola, que se esvazia dos componentes da agricultura familiar ou camponesa. Wanderley (2009) discute, com grande dedicação e cuidado, as formas de existir dessas agriculturas, dando-lhe contornos e nuances que nos permitem melhor compreender quando é e quando deixa de ser agricultura - com todas as ponderações possíveis, para que não se caia num reducionismo.

## DESENVOLVIMENTO

### V.1. Área de estudo

Caracterização do Município de Nova Xavantina – MT.

O município de Nova Xavantina faz parte da Mesorregião Geográfica Nordeste do Estado de Mato Grosso, conta com uma população total de 24.345

habitantes, sendo desse total 15.746 habitantes representam a população urbana e 3.897 habitantes representam a população rural (IBGE, 2022). O município conta com uma área total de 5.763,50 km², apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0.704 (Atlas Brasil, 2013).

Nova Xavantina conta com 6 assentamentos provenientes da reforma agrária, sendo eles: Piau, Melo, Safra, Ilha do Coco, Rancho Amigo e Santa Célia e 2 assentamentos provenientes do Programa Nacional de Crédito Fundiário, sendo eles: Beira Rio e Banco da Terra (TARSITANO, 2016).

Possui um total de 1.402 estabelecimentos agropecuários e uma área de 446.594 hectares de atividade agropecuária, sendo 1.034 estabelecimentos da agricultura familiar, ou seja, 73,75% de todos os estabelecimentos do município (IBGE, 2006).

Caracterização do assentamento Nova Canaã do Leste (P.A Safra), Nova Xavantina-MT

O assentamento Nova Canaã do Leste (P.A Safra), está localizado a 73 Km do município de Nova Xavantina –MT, criado em 1987 através do Programa de Reforma Agrária, e é considerado uns dos mais antigos e o maior assentamento do município, com uma área de 29.319 hectares, onde se instalam 390 famílias, esse assentamento se caracteriza por ser o primeiro projeto de assentamento criado em Nova Xavantina, possuindo uma associação chamada: “Associação de Posseiros e Trabalhadores Rurais do P.A Safra” criada 1985. (TARSITANO et al., 2016).

## V. 2. Coleta de dados

Os dados fazem parte do Projeto Agroflorestas como estratégia de fortalecimento da resiliência dos agricultores no território Pontal do Araguaia, Mato Grosso, Brasil, fomentado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT.0000846/2022), cuja execução foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT, CAAE

64571222.4.0000.5166).

A coleta de dados foi realizada no dia 30 de setembro de 2022, no Assentamento Nova Canaã do Leste, popularmente conhecido como PA Safra, por meio da aplicação de duas entrevistas semi-estruturadas, realizadas de forma coletiva, ou seja, foram formados grupos de pesquisadores e integrantes de famílias, em número semelhante de indivíduos. A metodologia visava o estabelecimento de um diálogo solto, informal, que abrisse a possibilidade para os agricultores contarem a história e modos de vida da família, no assentamento.

A seleção dos participantes considerou o tempo e a trajetória no assentamento. Foi dada preferência às primeiras famílias que ocuparam as terras na fase de criação do assentamento, e ainda permanecem no lugar. Dentro do possível, buscou-se garantir a equidade de gênero e a valorização da participação dos jovens.

Numa segunda fase, no dia 19 de maio de 2023, os agricultores envolvidos neste estudo foram ouvidos durante uma oficina de diagnóstico e planejamento realizada pelo grupo de pesquisa em Agriculturas e Meio Ambiente (GAMA) em parceria com um grupo de acadêmicos que atua no projeto: Agrifampa (Agricultura Familiar e Resiliência Pontal do Araguaia).

*V. 3.* Análise de dados

As entrevistas foram gravadas em dois ou mais gravadores, usando dispositivos celulares androide e iOS, sendo a gravação autorizada pelos agricultores familiares a partir da leitura e assinatura de Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Os áudios foram reproduzidos e transcritos por acadêmicos e docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso, do Campus de Nova Xavantina. Trechos das falas dos agricultores são citados no texto, sendo os indivíduos identificados por famílias: F1 e F2, para resguardar a identidade e assegurar os direitos de sigilo assumidos junto ao CET.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### A Posse da Terra

No Brasil, a dura história da posse da terra em um assentamento de reforma agrária é, quase sempre, a história de todos os outros assentamentos. Não são exclusividade de um grupo, em relação a outro, as dores e violências da fase de acampamento que duram, por vezes, até ou mais de 10 anos, nem as dificuldades de organização social e articulação com lideranças, entre várias outras questões que poderiam ser mencionadas aqui.

Essa também é, portanto, a história do assentamento Nova Canaã do Leste, em Nova Xavantina. A vida e a vivência da F1 e F2, como definimos as famílias que entrevistamos, na longínqua luta pelo direito de acessar a terra, apesar de árdua e única, para essas famílias, não se distancia muito do que conhecemos na literatura.

> F1, entrevistada em 30 de setembro de 2022:
> "*Foi muito sofrido, muito mesmo, porque nós entramos aqui, era uma invasão que fala né, uma grilagem de terras. A gente se apossou, eu derrubei o mato, plantei a roça e aí veio uma intimação para nós irmos à Barra* [do Garças, município próximo]. *Nós fomos, vieram 118 homens dentro de um ônibus. Sabe como é que é? E nesses 118 homens, só tinha uma mulher"*
> *"Aí eles falaram que era um acordo para nós ficarmos e não era. A gente assinou lá um despejo, aí tá, isso foi mais ou menos do mês de julho para agosto, quando foi em 16 de novembro, o caminhão chegou aqui na porta, ainda não chegou aqui* [perto]*, chegou ali* [longe]*, porque aqui não tinha estrada"*.
> "*Eu fui de a pé até a* [Nova] *Xavantina* [cidade] *duas vezes, até no chapéu de palha, sete horas de viagem daqui até lá, para buscar coisas de comer e ver outras atividades que era preciso"*.
> "*Não tinha nem barraco aqui, né, buscava água no Rafael* [córrego]*, porque nós não tínhamos água aqui, e buscar água no Rafael é um quilômetro daqui ou mais"*.
> F2, entrevistada em 30 de setembro de 2022:
> "*Saí de um lugar* [Bonfinópolis de Minas (MG)] *que a gente, assim, não é que tinha muitas coisas não, mas em vista do que a gente veio e achou aqui, né, saímos da riqueza e viemos para uma pobreza. Meus filhos eram todos pequenos, minha filha mais nova estava com dois anos, e jogamos nossa mudançazinha no chão, em um ranchinho beira chão, só mato. Nem água tinha"*.

Hoje, quando se chega a alguma dessas propriedades a romantização dos espaços e trabalho das pessoas geralmente se faz presente - “que lugar lindo”, “como é gostoso aqui”, “moraria aqui sem problemas”, “é uma paz”. No primeiro momento não se conhece o caminho trilhado até ali, mas quando a história é contada, percebe-se que cada detalhe foi fruto de esforços contínuos e duros. As construções no imaginário criam novas formas e significações, o romantismo abre lugar para uma realidade que nunca foi e não é fácil.

## OS CICLOS PRODUTIVOS: A ADAPTAÇÃO FRENTE ÀS AMEAÇAS E AS NOVAS OPORTUNIDADES

As duas famílias mencionaram que, no início das atividades em suas propriedades, trabalharam com o cultivo de arroz, banana, milho, mandioca e outros. Uma das famílias contou-nos que o cultivo da banana foi imprescindível para mantê-los na agricultura familiar. A F2, por exemplo, disse que a família só passou dificuldades até o momento da colheita do primeiro cacho de banana, a partir de então as condições financeiras se tornaram mais seguras.

> F2, entrevistada em 30 de setembro de 2022:
> *“Mas o que tirou nós do poço aqui foram as bananas,* p*orque aqui, quando eu cheguei, tinha uns pés de banana, o cara que vendeu tinha plantado mais o menos umas 60 covas de banana, novinha no meio do mato, aí eu zelei e virou um bananalzinho bonito. A terra era muito boa. Das duas famílias que vieram, a situação mais difícil era a minha, porque dos que vieram, parece que os outros tinham mais um pouquinho de escorar, eu não tinha não”.*

Não demorou muito para os bananais serem atingidos pelo Mal-do-Panamá. As duas famílias entrevistadas, como a maioria dos agricultores do assentamento, passaram por esse processo. A doença, causada pelo fungo Fusarium oxysporum f.sp. cubense (SILVA; MATOS; CORDEIRO et al., 2011), provocou grandes perdas econômicas.

A solução foi investir num sistema de produção que trouxesse mais garantias, em termos de adoecimento e perda da produção, e que encontrasse um mercado mais estruturado e menos exigente. Como a produção de banana era comercializada

em Goiânia, a exigência de qualidade sanitária, bem como da recolha de tributos, cada vez mais cotidiana, em função da fiscalização das cargas nos caminhões, inviabilizavam, em grande medida, o investimento nos bananais. A pecuária leiteira emergiu como solução.

O número de cabeças de gado, por família, é pequeno, não passa de dez. As vacas são ordenhadas manualmente e o leite é depositado em tanques de resfriamento cedidos por um laticínio privado. O valor do litro do leite é pago conforme a sazonalidade, o que define a oferta e a procura, típica do mercado leiteiro. Os períodos de seca são críticos, o que implica na perda de cabeças. Os agricultores relatam um episódio em 2008 em que a maioria deles perdeu parte do rebanho. Em algumas propriedades não sobrou nenhuma cabeça. A prática da produção de silagem não é comum entre os agricultores. Também não é comum o uso de resíduos de soja para alimentar o gado no período da seca (maio a setembro), que, em outros assentamentos do município são adquiridos nos armazéns graneleiros. A distância (mais de 40 km) da rodovia, BR-158, onde os armazéns estão localizados, bem como o valor do produto, dificulta a superação dos desafios impostos pela seca, para a manutenção do rebanho.

O leite é uma das rendas principais nas propriedades, embora, ainda haja o cultivo de hortaliças, frutíferas e outros que em sua maioria são alimentos utilizados para consumo e até mesmo para a distribuição para os vizinhos e visitantes, na forma de troca ou doação.

Entre Ameaças Distintas: a Terra e a Natureza como Âncoras da Vida no Campo

A permanência no campo, apesar das crises financeiras, apresenta componentes simbólicos que dizem respeito à relação com a terra e a natureza, bem como aos modos de vida. “Se Deus me desse uns dez anos de vida pra mim recomeçaria tudo de novo”, relatou a F1 (30 de set de 2022).

As crises econômicas não foram as únicas a chacoalhar a estabilidade das famílias na terra. Pesava a saudade da família e a falta de redes de apoio.

> "*Eu tive um tempo que me deu de querer ir embora mesmo, não desse jeito não dá para ficar não, tenho que ir embora, aí eu falava assim, eu não nasci para viver longe da minha mãe não. Saudades, achava difícil demais. A gente era acostumado quase dentro da casa dela, né, ajudava a gente a criar nossos meninos, mais era mesmo desespero da gente, aí uma vez, vocês lembram que deu um problema ali em Goiânia de um negócio radiativo aquilo estava nos rádios, para mim assim* [pensei]: *eu não vejo minha mãe mais não, vai acabar tudo. Eu escrevi umas cartas para minha mãe porque naquela época era só carta, quase matava ela do coração do tanto que eu reclamava sem ela" (*F2, 30 de set de 2022).

O pai da agricultora foi importante na decisão de continuar na propriedade. Ela contou que seu pai a aconselhou:

> "*eu vou falar uma coisa para vocês, se vocês quiserem voltar, a gente volta, fome a gente não passa não, o que a gente comer, vocês comem também, só que aqui não é ruim não, aqui vai ser bom, vocês vão passar trabalho* [dificuldade] *um tempo, mas vão fazer a vida"* (F2, 30 de set de 2022).

O que ameaça a permanência na terra, nos dias atuais, é a saúde dos agricultores. Com o avanço da idade emergem problemas gerados pelo acúmulo de atividades e excesso de esforço físico, como as inflamações de articulações (artrite), os desgastes de cartilagem (artrose) e os problemas na coluna vertebral (osteoporose, hérnia de disco, dor na coluna lombar ou cervical), entre outros. Há, igualmente, os casos de sequelas de acidentes, principalmente, com motocicleta, veículo comumente utilizado no transporte do leite até o tanque de resfriamento, e com a lida com o gado.

Uma das famílias contou-nos, durante a oficina realizada no dia 19 de maio de 2023, que o produtor sofre com problemas pulmonares e a esposa com diabetes. Por essa razão, eles colocaram a propriedade à venda. Pretendem mudar-se para a cidade e conseguir acompanhamento médico. Nesses casos a venda é uma das opções restantes, para a tristeza dos agricultores, visto que os filhos vivem fora da propriedade e geralmente atuam em áreas diferentes dos pais.

Além das questões postas até aqui, apresentamos, em síntese (Tabela 1), algumas outras oportunidades e dificuldades que as famílias tiveram que enfrentar ao

longo de sua trajetória na agricultura familiar dentro do assentamento Nova Canaã do Leste.

Tabela 1. Relação das famílias (dificuldade e oportunidades) do assentamento PA Nova Canaã do Leste no Município de Nova Xavantina, Mato Grosso.

| FAMÍLIAS | Quais foram as DIFICULDADES? | Quais foram as OPORTUNIDADES? |
|---|---|---|
| F1 | despejo das terras | contribuição para a formação dos filhos e netos |
| | deslocamento para a cidade | investimento em tanques de piscicultura (9 tanques) |
| | indisponibilidade de água | investimento na loja de acessórios para carro do filho |
| | ameaças as plantações de banana (Mal do Panamá) e feijão (bizorro) | |
| | comercialização de produtos (leite, porco, galinha e peixe) na cidade | |
| | seca de 2016 | |
| | difícil acesso aos programas de financiamento | |
| | problemas de saúde | |
| | endividamento (banco e agiota) | |
| F2 | deslocamento do Estado de Minas Gerais para Nova Xavantina | comércio da banana |

| | | |
|---|---|---|
| | indisponibilidade de água | Programas de financiamento (Pronaf) |
| | saudades da família | Aquisição de uma propriedade para cada filho |
| | deslocamento para a cidade | Compra de lotes para aumento da propriedade |
| | ameaças as plantações de banana (Mal do Panamá) | Compra de um trator |
| | falta de mantimentos (açúcar, leite) no início | |

Percebe-se que, no passar dos anos, os agricultores familiares tiveram que passar por diversas situações onde muitas vezes eles pensaram em desistir. Muitos apontaram que a fé em Deus e a vontade de mudar de vida foram pontos importantes para que eles se mantivessem no campo. Ambas as famílias mencionaram que se tivessem oportunidade de vivenciar tudo novamente, mesmo com as dificuldades, eles voltariam a viver sem nenhum arrependimento.

Nota-se que apesar da dureza existente no campo, tanto nas fases iniciais quanto nas atuais, as famílias percebem seu território, sua terra como indissociável de suas vidas, “não dá pra viver na cidade” destacam. Neste contexto, os agricultores e agricultoras se enxergam e se sentem como pessoas do meio rural, identificam-se e constroem suas identidades a partir de saberes que são compartilhados entre gerações, sejam crenças, técnicas de cultivo, preparo de alimentos, religião, formas de lazer, dentre outros. Estes, por sua vez, fortalecem o sentimento de pertencimento e resiliência para permanecerem na área rural e continuarem como agricultores familiares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU CONCLUSÕES)

As mudanças que afetaram os agricultores familiares, na fase de posse da terra, contribuíram para o enfrentamento das ameaças subsequentes, pois geraram acúmulo de aprendizado. Assim, a resiliência geral dos sistemas socioecológico e econômico das famílias, que foi construída ao longo do tempo, alicerçou escolhas que trouxeram esses homens e mulheres sofridos até aqui, em suas terras, seu bem maior, junto à fé em Deus e a família.

O estudo nos revela, portanto, que a vida e o trabalho da agricultura familiar significam mais que um esforço para atender às demandas econômicas. A atividade também busca suprir as necessidades alimentares no âmbito familiar, com garantia e qualidade. As famílias passaram e passam por grandes dificuldades e desafios, porém vêem suas terras como um grandioso recurso para subsistência, pois mesmo com as dificuldades, eles tiveram grandes conquistas. Podemos observar o valor que dão, a cada atividade e as conquistas de cada família.

Os agricultores incluídos neste estudo acreditam que venceram em sua luta e, apesar das dificuldades e os vários episódios de insegurança alimentar e miséria, conseguiram manter seus sistemas agrícolas como planejaram, adaptando-os às mudanças ao longo do tempo. Porém, na atualidade, a história segue outro roteiro. Os agricultores parecem estar sendo vencidos pelo avanço da idade e as doenças associadas a ele. A reprodução social das famílias na terra não se concretizou por diversas razões, que cabem em estudos adicionais. Investigar esse fenômeno, suas ameaças e oportunidades, é de grande relevância se queremos contribuir com a permanência das famílias no campo.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTO, C. A.; SOUZA, J. P.; DELLAGNELO, E.H.; CARIO, S. A. F. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 51, n. 4, p. 745–764, dez. 2013.

BARROZO, J. A questão agrária em Mato Grosso. Em: RODRIGUES, C.; JOANONI NETO, V. (Eds.). Nova História do Mato Grosso Contemporâneo. Cuiabá: EDUFMT, 2018. p. 197–227.

BUSCHBACHER, R.; ATHAYDE, S.; BARTELS, W.L.; MELLO, R. Resilience Assessment as a tool for understanding the Amazon frontier as a social ecological system. Sustentabilidade em Debate, v. 7, n. 2, p. 20 a 35, 2016.

BUSCHBACHER, R. A teoria da resiliência e os sistemas socioecológicos: como se preparar para um futuro imprevisível? IPEA, Boletim regional, urbano e ambiental, v. 9, p. 11–24, 2014.

CRACO, J. J.; LAFORGA, G.; TARSITANO, R. A.; RAMBO, J. R. caracterização de produtores e da pecuária leiteira em nova xavantina - mt. retratos de assentamentos., v.17, n.2, 2014.

DARNHOFER, I.; LAMINE, C., KNICKEL, K., 2014a. Conceptual Framework. RETHINK Project. www.rethinknet.

DARNHOFER, I.; LAMINE, C.; STRAUSS, A.; NAVARRETE, M. The resilience of Family farms: towards a relational approach. Journal of Rural Studies, v. 44, p. 111 -122, 2016.

FERRO, A. S.; VECHI, J. B. Contextualização da agricultura familiar em Mato Grosso. *Oficina de Concertação Estadual de Mato Grosso*.

HELMAN, C. G. Cultura, saúde e doença. Porto Alegre: Artmed, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Unidades Territoriais do nível município – Unidade da Federação Mato Grosso, Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 2006. Disponível em

http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/unit.asp?e=v&t=71&codunit=5450&z=t&o=4 &i=P. Acesso em: 18 de junho de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Cidades e Estados. 2022. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/nova-xavantina.html>. Acesso em: 30 de junho de 2023.<https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 30 de Junho de 2023.

MAIA, A. O Programa Nacional de Crédito Fundiário no município de Nova Xavantina-MT: acesso à terra e qualidade de vida das famílias? Tese de Doutorado—Ilha Solteira: Universidade Estadual Paulista, 2016.

MARTINS, J. DE S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: hucitec, 1997.

OLIVAL, A. D. A. O. et al. Na trilha das mudanças: ciência e resiliência da agricultura familiar na Amazônia norte mato-grossense. Cáceres: Ed UNEMAT, 2021.

RIBEIRO, A. A Colonização promovida por empresas e famílias do centro sul do Brasil na Amazônia Mato-Grossense. Tese de Doutorado—Belém: Universidade Federal do Pará, 2013.

SANTOS, J. V. T. A reprodução subordinada do campesinato. Ensaios FEE, Porto Alegre, 02 (02), 1981. p.109-1997.

SILVA, S. O.; MATOS, A. P.; CORDEIRO, Z. J. M.; LIMA, M. J. C.; AMORIM, E. P.; avaliação de genótipos tetraploides de bananeira cultivados em área infestada pelo agente causal do mal-do-panamá. rev. bras. frútice., Jaboticabal - sp, v. 33, n. 1, p. 137-

143, março, 2011.

SOUZA, I. Política Local e Assentamentos: Clientelismo, Subordinação e Reprodução. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 15, p. 90–99, 1997.

TARSITANO, R. A.; SANT'ANA, A. L.; JUNIOR, A. G. C.; VIEGAS, L. P. caracterização dos municípios e dos assentamentos rurais no território pontal do Araguaia em Mato Grosso 2016.

WALKER, B.; HOLLING, C. S.; CARPENTER, S. R.; KINZIG, A. P. Resilience, adaptability and. transformability in social-ecological systems. Ecology and. Society, v. 9, n. 2, p. 01 - 09, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.5751/ES-00650-090205.

WANDERLEY, M. N. B. O Brasil: agricultura familiar ou latifúndio? In: LAMARCHE, H. A. A agricultura familiar. Campinas: UNICAMP, (2), 1998. p.27-31.ola. Embrapa, Brasília, DF, p. 509-529. 2014.

WANDERLEY, M. N. O mundo rural como espaço de vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEIHS, M.; SAYAGO, D.; TOURRAND, E J.-F. Dinâmica da fronteira agrícola do Mato Grosso e implicações para a saúde. Estudos Avançados, v. 31, n. 89, p. 323–338, abril, 2017.

WEIHS, M. et al. Implicações do modelo de ocupação da fronteira agrícola à agricultura familiar em Terra Nova do Norte e Nova Guarita, Amazônia mato-grossense. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 54, 4 ago. 2020.

WEIHS, M. Do boi à soja: agrotóxicos e riscos à saúde na Amazônia mato-grossense. Novos Cadernos NAEA, v. 23, n. 2, p. 135–159, 2020.

# EFEITOS DA PANDENDEMIA COVID-19 NA ATUAÇÃO DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR

Regina Aparecida Leite de Camargo[1]
Rosemeire Aparecida Scopinho[2]
Ana Bárbara Araújo Leite[3]

**GT 11:** Vulnerabilidade, adaptação e resiliência da agricultura familiar

**RESUMO**

Nos anos de 2020 e 2021 a pandemia Covid 19 impôs a adoção de medidas de distanciamento social e o fechamento das escolas, o que impactou diretamente na venda de produtos da agricultura familiar através da Lei nº 11.947/2009. Algumas prefeituras municipais utilizaram parte dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição de produtos perecíveis de organizações de agricultores familiares, mas em quantidades muito inferiores ao inicialmente programada, o que demandou a busca de novos mercados ou o retorno a antiga prática de venda para atravessadores. Por outro lado, as iniciativas da sociedade civil, ou mesmo de instituições governamentais como a Fundação Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), que conseguiram repassar esses produtos para famílias urbanas em vulnerabilidade social, reforçaram o potencial da agricultura familiar como produtora de alimentos básicos e o seu papel econômico e social em situações de crise.

Palavras-chave: associativismo, mercados institucionais, políticas públicas

## INTRODUÇÃO

A pujança do agronegócio no estado de São Paulo não eliminou a presença, e a relevância, de estabelecimentos de agricultura familiar. Essa agricultura está presente em

[1] UNESP, regina.camargo@unesp.br
[2] UFSCar, scopinho.rose@gmail.com
[3] UNESP, leite.araujo@unesp.com

todas as regiões do estado, na forma de agricultores familiares tradicionais, assentados da reforma agrária, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, enfim, toda diversidade e heterogeneidade que caracteriza a agricultura familiar e constitui parte da sua riqueza. Sua maior ou menor concentração em algumas regiões resulta do processo de luta por terra e ocupação do território paulista, ontem e hoje.

O surgimento, nos anos 2000, de programas de acesso a mercados institucionais direcionados para a agricultura familiar estimulou a criação e/ou fortalecimento de cooperativas e associações de produtores, não raro formadas com o objetivo principal de acesso a recursos e benefícios estatais. Dessa forma, inúmeras organizações de produtores familiares assumiram o importante papel de proponentes e destinatários de projetos que envolvem quantias variáveis de recursos e demandam novas responsabilidades de gerenciamento e administração.

O presente trabalho faz parte de um projeto intitulado: “Cooperativas e associações da agricultura familiar no estado de São Paulo. Desafios para o funcionamento e intermediação de programas governamentais”, que tem como objetivo geral o estudo do funcionamento de associações e cooperativas da agricultura familiar para conhecer o que fazem, como são gerenciadas, que serviços desenvolvem com os associados, a sua participação em movimentos sociais, conselhos e outras instâncias representativas e o acesso dessas organizações à programas de políticas públicas.

Esse projeto busca também identificar os principais problemas e dificuldades enfrentadas por essas organizações, principalmente os relacionados com o gerenciamento do quadro de associados, prestação de serviços e acesso a recursos do Estado. As organizações da agricultura familiar são analisadas sob a ótica da mobilização de diferentes tipos de capital para a formação de um conjunto de ativos ou capacidades que influenciam diretamente na sua habilidade de sobrevivência e expansão. Também são analisados os mecanismos que permitem com que essas organizações mantenham um quadro atuante de associados, fomentando o sentimento de pertencimento e a coesão do grupo.

Os diferentes tipos de capitais que podem ser mobilizados são: capital físico, que é uma mescla de capital natural e capital produzido, que engloba os bens e infraestrutura da organização; capital econômico produtivo, entendido como a saúde financeira da organização; capital humano, que inclui o número total de associados, o número de associados em dia e o número de sócios que efetivamente participam das atividades da organização; capital social, entendido como a rede de relações que a organização consegue manter com agentes externos e capital cultural ou a capacidade da organização em recuperar, manter ou promover práticas culturais, de lazer ou mesmo esportivas que

contribuam para aumentar a coesão do grupo. Faz também parte do capital econômico produtivo a capacidade da organização em aprovar projetos de políticas públicas, como o PAA, PNAE e PPAIS, que contribuem para o aumento da renda dos produtores e também aumentam a receita da organização. Bem como a sua participação, desde o início da pandemia, em ações emergenciais coordenadas por instituições, como as “Cestas da Cidadania” da Fundação Itesp, ou por iniciativas da sociedade civil, para fazer chegar alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Na pesquisa que embasa este trabalho foram analisadas 40 cooperativas e associações com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica, espalhadas por 17 municípios que pertencem a oito Escritórios de Desenvolvimento Regional da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) do estado de São Paulo. A coleta de dados primários foi realizada através de entrevistas com os dirigentes das organizações e uso de questionário semiestruturado. Para o presente trabalho foram selecionados apenas os resultados referentes aos efeitos da pademia Covid-19 no funcionamento dessas instituições.

## ASSOCIATIVISMO E MERCADOS INSTITUCIONAIS

A lógica do associativismo apoia-se na noção comum de que a “*união faz a força*” ou de que “*uma andorinha sozinha não faz o verão*”. Ou seja, a cooperação estaria na base da vida humana em sociedade e da sua sobrevivência diante dos perigos colocados pela natureza ou por outras coletividades. Primeiro os homens se juntavam por que a caça em grupo aportava melhores resultados, mas quando se tornaram sedentários e agrícolas passaram a dividir o árduo trabalho de cultivo dos campos e a repartir o produto da colheita. As primeiras associações formais de agricultores surgiram na Europa no século XIX, e hoje cooperativas e associações de produtores rurais somam milhares e estão espalhadas por todos os continentes. Para Namorado (2013) o movimento cooperativo pode ser interpretado como “um afloramento moderno da cooperação, enraizado num movimento social mais amplo, o movimento operário”.

No Brasil, iniciativas associativistas também surgiram de movimentos operários, mas com princípios muito mais voltados à ajuda mútua entre seus integrantes. Como, por exemplo, a associação dos “galileus” de Pernambuco, que deu início ao que depois viria se tornar as Ligas Camponesas (Rios, 2007). Independentemente de serem cooperativas ou associações, espera-se que os dirigentes “corram atrás” de benefícios para os associados, mas também se espera de todos o companheirismo, a solidariedade, e a cooperação. Principalmente em pequenas comunidades rurais marcadas pelas

complexas relações de interconhecimento, parentesco e vizinhança (WANDERLEY, 2003), as esferas pessoais e as organizativas e administrativas são praticamente indissociáveis.

Ao longo das últimas décadas o governo federal e as administrações estaduais incentivaram a criação de cooperativas e associações de agricultores familiares como intermediadores na implementação de programas de políticas públicas para a agricultura familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS). Algumas administrações municipais também iniciaram projetos semelhantes, geralmente denominados de Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social (PMAIS). Esses programas estimularam a formação de cooperativas e associações de produtores, não raro criadas com o objetivo principal de ter acesso a mercados institucionais via programas governamentais. Dessa forma, inúmeras organizações de agricultores familiares assumiram o importante papel de proponentes e destinatários de projetos que envolvem quantias variáveis de recursos e demandam novas responsabilidades de gerenciamento e administração.

A participação em uma cooperativa ou associação alarga, em teoria, as possibilidades de o agricultor familiar competir em mercados locais, regionais ou globalizados. Por outro lado, a formalização de relações de cooperação e reciprocidade, comumente encontradas em comunidades rurais (SABOURIN,2009, CHAYANOV, 1985,2017), pode gerar tensões que atuam contra aos objetivos desejados. Para Delma P. Neves (2013, p.16), a imposição do associativismo como condição para a participação em programas estatais, cria *dilemas e contradições* que podem levar ao encerramento das atividades da organização.

**Mudanças em atividades comuns organizadas por associações e cooperativas em decorrência da pandemia**

Um total de 71% da organizações entrevistadas reportaram o oferecimento de oportunidades de capacitação para os associados, na forma de cursos e palestras, sobre temas como a comercialização da produção e o manejo de cultivos e criações específicos. Mas chama também a atenção a quantidade de eventos relacionados com produção orgânica, agroecológica e em sistema agroflorestais e com a gestão da propriedade. Por outro lado, cursos sobre cooperativismo foram reportados em apenas duas entrevistas, e sobre gênero em apenas uma delas, apesar de três das organizações pesquisadas serem de mulheres. Mas perto de 50% dos entrevistados afirmaram haver havido uma

diminuição ou completa parada no oferecimento de cursos e palestras desde a pandemia. Após a paralização dos eventos presenciais durante os anos de isolamento social, muitas organizações estão tendo dificuldade em retomar essas atividades, o que pode afetar os laços de pertencimento dentro do grupo.

Na mesma linha foram os trabalhos comunitários como os mutirões e outras formas de trabalho conjunto.

A frequência com que as organizações promoviam reuniões com os associados variou de uma única assembleia anual a reuniões mensais. Quando perguntadas como a pandemia afetou as reuniões da organização, as respostas foram:

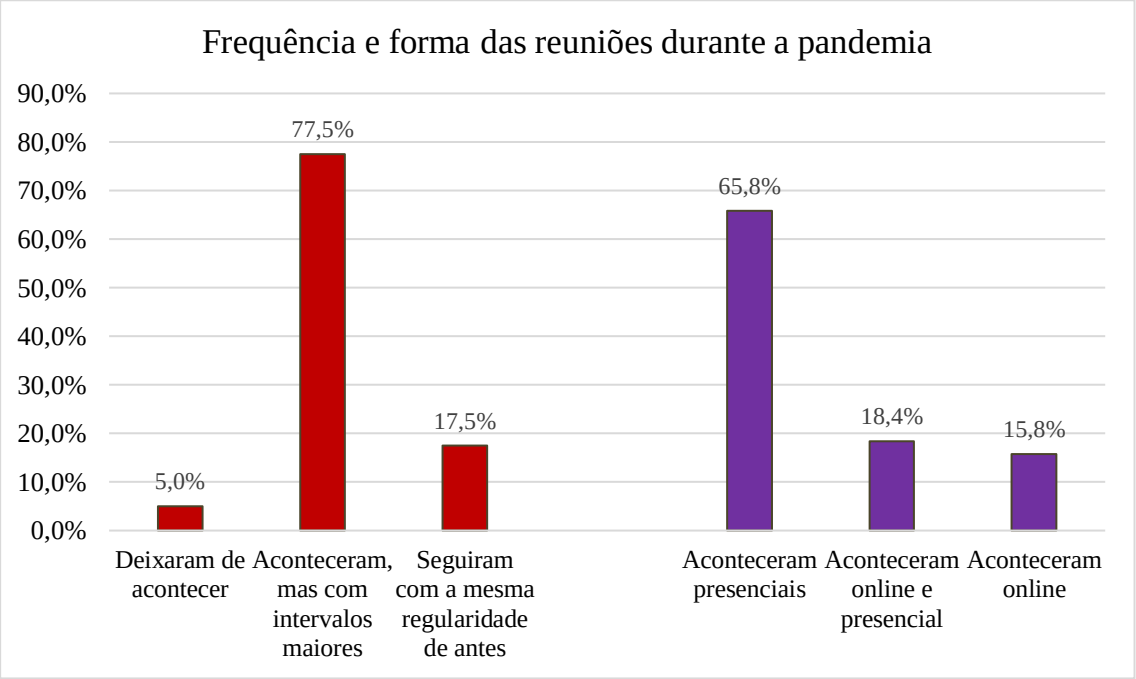



Figura 1: Frequência e forma das reuniões durante a pandemia
Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

Contrariamente do que aconteceu em áreas e formas de trabalho urbanas, no campo as reuniões on line não foram uma opção plenamente utilizada para manter a regularidade das reuniões das associações e cooperativas entrevistadas. As reuniões que lograram ser realizadas, com intervalos maiores, aconteceram presencialmente. Encontros on line foram reportadas apenas entre os membros da diretoria.

Os entrevistados foram perguntados sobre a participação nos principais programas direcionados para a agricultura familiar: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Cesta Verde, modalidade do PAA operacionalizada pela CATI durante a pandemia; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), Programas Municipais de Agricultura de Interesse

Social (PMAIS) e Programa Microbacias II. Apenas 34% dos entrevistados tiveram algum de seus membros participado do PAA Cestas Verdes durante a pandemia, que diferente dos demais programas de mercados institucionais, optou pelas entregas individuais. Durante a pandemia foi permitida a distribuição de alimentos adquiridos com os recursos do PNAE para os alunos das redes públicas de ensino, conforme publicado no site do FNDE:

> Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, que "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica" (BRASIL, 2023).

Dos entrevistados que participavam do PNAE, 76% entregaram produtos para a formação dos kits doados para as famílias dos alunos, mas com frequência menor que antes da pandemia. Pouco mais de 18% não entregaram produtos para as prefeituras, e apenas 6% dos entrevistados continuaram com as entregas na mesma frequência de antes. O levantamento do destino dos produtos não entregues gerou a Figura 29:

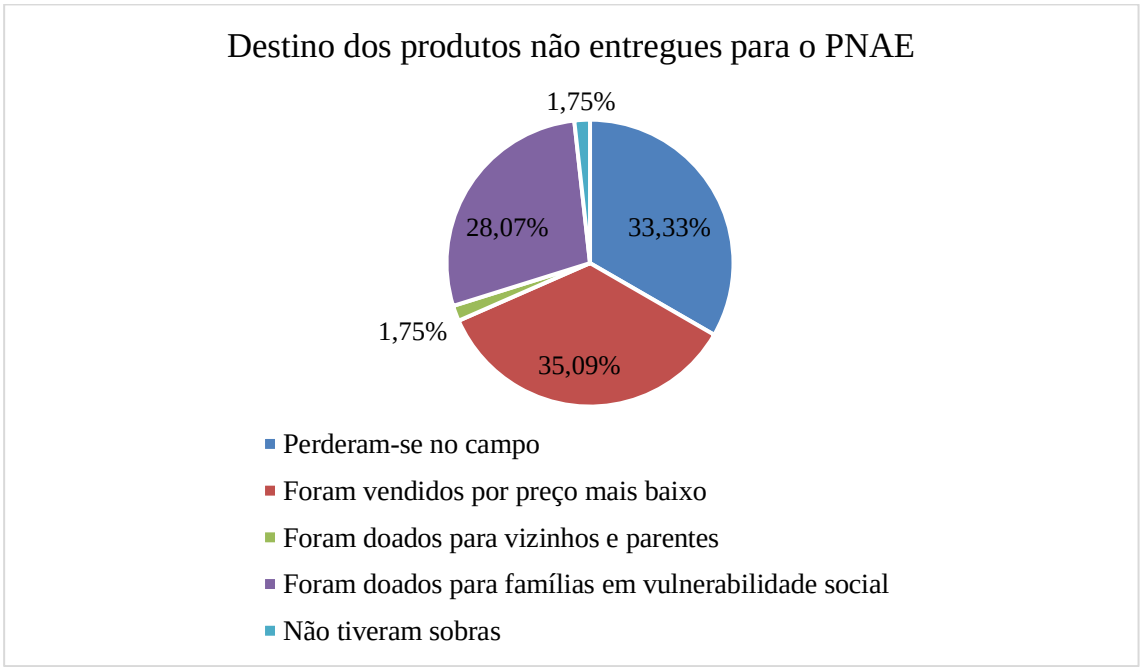



Figura 2: Destino dos produtos não entregues para o PNAE durante a pandemia
Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

Pelos dados da Figura 29, uma parte significativa da produção não entregue para o PNAE

se perdeu no campo ou foi vendida por preço inferior, embora a maioria dos entrevistados (76%) tenha entregue produtos para o PNAE, mas em proporção menor do que o planejado, e em muitos casos para um número menor de prefeituras do que o habitual.

Durante a pandemia, apenas 44% das organizações entrevistadas buscaram outras formas de comercialização de seus produtos, para compensar a retração dos canais habituais e a diminuição das vendas para o PNAE. Dos que adotaram novas formas, 74% adotou apenas uma alternativa e 26% duas outras alternativas de venda. Os principais novos canais foram: vendas on line (33%); entregas de cestas e no Ceasa (22%); vendas direto para os consumidores ou em feira livre (11%). Também foram reportados o fornecimento para as campanhas do MST, os armazéns do campo, empresas de produtos orgânicos e até mesmo para empresa que vende para presídio. Se somadas as vendas na rua, na propriedade, on line e em cestas; as vendas diretas para os consumidores somam mais de 83% das alternativas de venda durante a pandemia. Mas quando perguntados se essas novas formas vão continuar, apenas quatro das 18 organizações que tentaram novas formas de comercialização durante a pandemia responderam que sim.

Quando perguntados se recebem assistência técnica, 57,5% dos entrevistados optaram pela alternativa “Sim, algumas vezes”, contra 37,5% que alegaram receber os o serviço sempre e duas organizações que responderam não receber assistência técnica. Dentre os que recebem, para 41% a assistência recebida vem de apenas uma instituição e para 59% de duas a quatro instituições. Em relação a fonte da assistência recebida, as respostas mostraram que metade dos entrevistados já recebeu algum serviço da CATI, principalmente durante os projetos Cesta Verde e Microbacias.

Quando perguntados se houve mudança na assistência recebida durante a pandemia, 56% dos entrevistados alegaram que os serviços não sofreram alterações, em parte em decorrência da atual falta de proximidade com órgão de assistência técnica e extensão rural. Para os 37,5% dos que responderam que os serviços foram afetados, a principal consequência das mudanças foi o aumento na dificuldade de regularização de DAPs jurídicas e físicas, o fim das reuniões e projetos e o fato da resolução de problemas técnicos por fotos e conversas on line não ser o mesmo do atendimento presencial. Uma organização alegou que a falta dos serviços durante a pandemia afetou a gestão das vendas da cooperativa, o que resultou na saída de dois cooperados; e para uma delas havia vantagem no fato de que durante a pandemia podiam enviar documentação para a CATI por e-mail e agora, que o atendimento voltou a ser presencial, a regularização de documentação é mais demorada.

Os entrevistados também foram perguntados se participam de alguma outra iniciativa social em seus municípios, e as respostas de dividiram entre 50% que responderam afirmativamente e a outra metade que respondeu negativamente. Entre os que responderam afirmativamente, a principal iniciativa mencionada (77%) foram as doações de produtos, contra 23% que indicaram participações esporádicas em reuniões, projetos e iniciativas como cozinha comunitária. Em relação a participação em alguma ação social durante a pandemia, 75% responderam afirmativamente, e todas as resposta foram no sentido de terem iniciado, aumentado ou diversificado as doações de seus produtos para diferentes instituições, como asilos, hospitais, Santa Casas, CRASs, etc.

A organização de trabalhos coletivos, como mutirões, é uma atividade que, segundo os entrevistados, esteve mais presente no passado das organizações. Atualmente apenas 37.5% responderam organizar trabalhos coletivos, geralmente direcionados para atividades que necessitam de grande esforço e/ou rapidez, como as colheitas, capina em áreas de produção orgânica, limpeza/manutenção de instalações comunitárias e estradas, APPs e áreas coletivas de produção. Durante a pandemia o trabalho em mutirão ajudou a organizar as cestas de alimentos para o PNAE ou para doação, mas várias das outras atividades pararam ou tiveram a sua frequência reduzida.

Para 60% dos entrevistados a pandemia afetou os problemas já existentes na associação ou cooperativa, mas não necessariamente de forma negativa – para 67% deles a pandemia causou uma diminuição nas vendas e na renda dos associados e da organização. Um dos entrevistados reportou que a pandemia adiou a reestruturação da organização pela dificuldade de reunirem-se. Outros alegaram que a pandemia agravou os problemas já existentes, morreram pessoas de Covid, causando depressão e aumento da desmotivação entre os associados. Mas para 33% os efeitos foram positivos - aumentaram as vendas de hortaliças, principalmente as orgânicas, conseguiram aprovar projeto de PAA, foram criadas novas oportunidades de mercado e aumentou o número de associados por causa do canal de delivery aberto como alternativa de venda.

Quando indagados se surgiram novas dificuldades em consequência da pandemia, apenas 20% responderam que sim. Dentre as novas dificuldades constava a diminuição das atividades coletivas, como os mutirões, e a dispersão das pessoas, falta de reuniões e maior dificuldade para solucionar problemas. De modo geral, o que mais mudou no funcionamento da organização durante a pandemia foi:

Quadro 1 – Principais mudanças durante a pandemia

| | |
|---|---|
| Não tinha entrega e reunião (perda de produtos e falta de comunicação) | 25,6% |

| | |
|---|---|
| Não tinha entrega (perda de produtos) | 2,6% |
| Não tinha reunião | 38,5% |
| Dificuldade de comunicação com os sócios | 20,5% |
| Aumentaram as vendas | 12,8% |

Fonte: Pesquisa de campo, 2022/23

Como pode ser constatado no Quadro 1, a falta de reuniões e de comunicação com os associados esteve presente em 84,6% das respostas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que instituições financeiras ou organizações com uma função societal (Yu e Huang, 2020), as cooperativas de produtores rurais podem exercer um papel político, como almejado por cooperativas de movimentos sociais no campo, como o MST, ou mesmo cultural, reforçando tradições e costumes locais. Raquel Ajates (2020), estudando as milhares de cooperativas agrícolas na Europa alerta para a perda de suas raízes históricas e a necessidade de fortalecer a sua função política e ambiental, para que não continuem a ser cooptadas pelos regimes alimentares dominantes. A autora também aponta para a necessidade de novos estudos para retratar a sua grande heterogeneidade. Foi interessante, no estudo realizado, perceber as consequências da pandemia Covid 19 no funcionamento de associações e cooperativas. Como colocado, para algumas das organizações, principalmente as de produção orgânica, a pandemia representou um aumento de venda e abertura de novas formas de comercialização. Mas para outras, agravou os problemas já existentes. A pesquisa com associações e cooperativas da agricultura familiar deve continuar, bem como os dados ora levantados serão analisados com métodos estatísticos ou outros que possam ser encontrados na restrita bibliografia sobre estudos multidimensionais de cooperativas e associações agrícolas.

## REFERÊNCIAS


AJATES, R. An integrated conceptual framework for the study of agricultural cooperatives: from repolitisation to cooperative sustainability. Journal of Rural Studies 78, 2020

BRASIL. FNDE. Perguntas frequentes sobre a execução do PNAE durante a pandemia do Coronavírus. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/perguntas-frequentes. Acesso em 22/02/23

CHAYANOV, **A teoria das cooperativas camponesas**. Pouso Alegre: Editora UFRGS, 2017

CHAYANOV, Alexander V. **La oragznización de la unidad económica campesina**. Buenos Aire: Ediciones Nueva Visión, 1985.

NAMORADO, R. **O Mistério do Cooperativismo**. Da Cooperação ao Movimento Cooperativo. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2013.

NEVES, D. P. Associativismo e Personalismo dos Mediadores Formais: Dilemas da Organização Política de Assentamentos Rurais pela Intervenção Estatal. In: **Retratos de Assentamentos**. Araraquara: Nupedor/Uniara, v.16, n.1, 2013

NEVES, D. P. **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos**. Porto Alegre: Editora URFGS, 2008

RIOS, G. S. **O que é o cooperativismo** (2° ed.). São Paulo: Brasiliense 2007.

SABOURIN, E. Camponeses do Brasil entre troca mercantil e reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). Agricultura familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: MDA, 2017

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, n.21, outubro, 2003.

YU, L; HUANG, W. Non-economic societal impact or economic revenue? A performace and efficiency analysis of farmer cooperatives in China. Journal of Rural Studies 80, 2020

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10º
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

# GT12

# O FUTURO DOS ESTUDOS RURAIS: EXPERIÊNCIAS DE INVESTIGAÇÃO DOS NOVOS PESQUISADORES

**COORDENADORAS**

**DALVA MOTA (EMBRAPA)**

**LUÍS HENRIQUE CUNHA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)**

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# CAMINHOS PARA SEGURANÇA ALIMENTAR NO ASSENTAMENTO PDS MÁRIO LAGO (SP)

Ana Claudia Olartechea Veron[1]

**GT 12:** O futuro dos estudos rurais: experiências de investigação dos novos pesquisadores

## RESUMO

A zona rural concentra os mais elevados índices de pobreza e insegurança alimentar do país. Neste contexto, a pesquisa tem o intuito de lançar luz sobre as estratégias exitosas de produção agrícola e reprodução social camponesa na garantia de segurança alimentar e nutricional (SAN). Metodologicamente, a investigação está estruturada em pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas, aplicação do questionário da EBIA, observação participante e análise de dados secundários. O projeto agroecológico do PDS Mário Lago promove uma produção sustentável que estimula a produção orgânica, livre de agrotóxicos, adubos químicos e sementes transgênicas, assegurando a qualidade dos alimentos consumidos pelos assentados. Além de garantir a eles a autonomia para decidirem o que será plantado em seu lote, respeitando, assim, as demandas culturais e regionais. Portanto, nota-se que o assentamento consegue atender aos pilares da SAN.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar; Segurança Alimentar e Nutricional; Soberania Alimentar; Assentamentos rurais; PDS Mário Lago

## INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga a segurança alimentar e nutricional (SAN) no assentamento rural Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Mário Lago, localizado na região de Ribeirão Preto - SP. Devido à zona rural concentrar os maiores índices de pobreza e insegurança alimentar quando comparada ao urbano brasileiro.

[1] UFSCAR, anaveron@estudante.ufscar.br, graduanda em Ciências Sociais, bolsista FAPESP de iniciação científica.

O intuito é evidenciar as possíveis formas e estratégias exitosas para se avançar na superação da insegurança alimentar e nutricional no meio rural brasileiro.

A escolha do assentamento se deve ao fato dele apresentar um modelo de produção agrícola que contrasta com o setor sucroalcooleiro dominante na região de Ribeirão Preto. Dado que esta modalidade de assentamento PDS tem como característica ser destinada à famílias interessadas em realizar atividades de baixo impacto ambiental em áreas relevantes para o meio ambiente, que é o caso do Mário Lago, localizado em área de recarga do aquífero guarani.

O avanço nessa região das atividades agrícolas e de suas práticas inapropriadas para o meio ambiente, como a utilização intensa de insumos químicos e agrotóxicos no solo, representa risco à conservação das áreas de afloramento e recarga do aquífero (NUNES; SILVA, 2016), exemplo disso é a produção de cana-de-açúcar que utiliza produtos químicos potencialmente contaminantes para o solo (GOMES et al., 2006). Além disso, cabe frisar que este assentamento é emblemático, pois no município considerado a “capital nacional do agronegócio”, a sua desapropriação se deu pelo não-comprimento da função social da propriedade rural no que tange a utilização adequada dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente (CARVALHO, 2011).

A hipótese desse trabalho sugere que o PDS Mário Lago apresenta uma nova forma de organização socioprodutiva baseada em um projeto agroecológico de produção voltado para o autoconsumo das famílias assentadas, apresentando um potencial para a garantia da segurança e soberania alimentar dos seus residentes. Essa forma de organização do assentamento se deve a influência do MST que tem adotado fortemente, nas últimas décadas, a bandeira da agroecologia e da soberania alimentar. Metodologicamente, a investigação está estruturada em pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas, aplicação do questionário da EBIA, observação participante e análise de dados secundários. A fim de examinar e aprofundar o debate, esse texto está estruturado em duas seções, além da introdução e conclusão. A primeira discute a Soberania e a Segurança Alimentar no Brasil e a segunda a situação de Segurança Alimentar e Nutricional no PDS Mário Lago.

## SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

A insegurança alimentar e nutricional (IA) se intensificou nos últimos anos no Brasil e, assim como no resto do mundo, foi agravado durante a Pandemia da Covid-

19. Entre 2014 e 2016, 1,9% da população brasileira passava fome; já no período de 2019 a 2021 esse número subiu para 7,3%, ou, em números absolutos, 15,4% de pessoas passando fome (UNICEF et al, 2022). No final de 2021 e início de 2022, ao menos 125,2 milhões de brasileiros (aproximadamente 55% da população total do país), apresentaram algum grau de insegurança alimentar moderada, leve ou grave (PENSSAN, 2022).

É na área rural, em termos internacionais, que se concentra os mais elevados índices de pobreza e de insegurança alimentar no mundo, devido à falta de acesso à terra suficiente e outros bens necessários para a produção voltada ao autoconsumo. No Brasil, a Insegurança Alimentar também se torna mais preocupante nas áreas rurais em que o índice de IA moderada ou grave é mais elevado e estava presente, no final de 2021 e início 2022, em mais de 35% dos domicílios, percentual maior se comparado aos 29% existentes nas áreas urbanas (PENSSAN, 2022).

De acordo com Walter Belik (2003), o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional abrange os aspectos da disponibilidade, qualidade e regularidade de acesso aos alimentos. A disponibilidade diz respeito aos alimentos produzidos por um determinado país e disponíveis para o consumo, porém isso não significa que toda população tenha acesso a esses alimentos[2]. Outro ponto é a qualidade dos alimentos consumidos que precisam ser adequados nutricionalmente e não podem apresentar risco à saúde. Assim, alimentos transgênicos, fora da validade, com uso intenso de agrotóxicos no plantio ou contaminados por qualquer razão comprometem a alimentação digna e saudável. Por fim, a regularidade significa ter acesso constante aos alimentos, com no mínimo três refeições diárias que obedecem aos critérios já citados, sem ter preocupações ou receio deste alimento se tornar escasso.

Para averiguar os indicadores de SAN foi desenvolvido a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) que mensura de forma direta a segurança alimentar e nutricional, levando em consideração critérios psicológicos e sociais. A EBIA é instrumento de medida de alta validade interna e externa que consegue verificar o acesso aos alimentos no domicílio familiar e abrange as especificidades nacionais, sendo aplicável na área rural ou urbana (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009).

[2] Para a garantia do direito humano à alimentação, diversos fatores precisam ser considerados, como a quantidade de renda, as condições de produção para o autoconsumo, disponibilidade de terra ou garantia de condições sanitárias e habitacionais básicas (SCHAPPO, 2021).

Outro conceito importante para refletir acerca da problemática da fome é o de Soberania Alimentar proposta pela Via Campesina, movimento mundial de organizações de trabalhadores rurais, camponeses e povos indígenas. Essa concepção aponta que o atual sistema agroalimentar não tem sido eficaz no combate à fome, visto que o sistema capitalista estimula o desenvolvimento de grandes grupos transnacionais que comandam a agricultura e a direcionam, via exportação, para o mercado internacional. Desse modo, há uma padronização dos alimentos, diminuição do papel do setor público e um modelo tecnológico dependente (XAVIER et al., 2018).

Nesse sentido, a soberania alimentar visa a superação de problemas ambientais e sociais, como as mudanças climáticas, a má qualidade e o aumento dos preços dos alimentos do mundo, e propõe um modelo de desenvolvimento pautado na valorização da cultura local das populações (XAVIER et al., 2018). De acordo com a Via Campesina (2003), Soberania Alimentar é o direito dos povos, de seus países ou uniões de Estados, de definir sua política agrícola e alimentar, ou seja, decidir o que querem produzir, como e por quem será produzido. Isso inclui priorizar a produção agrícola local, garantir o acesso à terra, água e sementes.

## A SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO PDS MÁRIO LAGO

Para compreender a situação de segurança alimentar e nutricional dos assentados foi realizada a pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas e observação participante. Neste dia, entrevistamos três moradoras do assentamento, na faixa etária de 60 anos. Inicialmente, as questões estavam relacionadas à trajetória dessas mulheres, sobre questões gerais de vivência dentro do assentamento, depois questões específicas acerca da produção e alimentação de suas respectivas famílias e por fim, foi aplicado o questionário da EBIA. Para analisar as entrevistas o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional foi utilizado como parâmetro, levando em consideração os seus pilares de disponibilidade, qualidade, regularidade e sustentabilidade.

A disponibilidade e regularidade dos alimentos estava presente no cotidiano das entrevistadas. Todas elas apresentavam lotes com plantações diversas que eram utilizados tanto para autoconsumo quanto para comercialização. Com a primeira moradora que conversamos não conseguimos realizar a entrevista. A impossibilidade deveu-se ao fato de as perguntas causarem desconforto e trazerem à memória da entrevistada experiências traumáticas da sua trajetória pessoal. Todavia, no tempo

em que estávamos em seu lote, foi possível observar a variedade de alimentos que eram produzidos em seu quintal: diversos tipos de frutas, temperos, verduras e legumes, em grande quantidade e com qualidade. Fato que nos permite inferir, haver segurança alimentar para a família que ali reside, uma vez que, conforme se constatou em campo, a produção da família no lote é basicamente para autoconsumo.

A segunda entrevistada relatou que inicialmente a sua produção era voltada para autoconsumo. Atualmente, ela é utilizada tanto para comercialização quanto para consumo próprio.

> (...) Eu planto...A produção aqui é muita coisa. Tem as verduras, legumes, tem mandioca, tem banana, tem laranja, tem mamão, limão. Tem de tudo. Tem de tudo, um pouquinho. [E a maioria utiliza pra autoconsumo ou pra venda?] É, pra consumo e pra venda. (Maria[3], 64 anos, assentada)

A fala de Maria destaca a variedade de alimentos produzidos em seu lote. Essa produção agrícola e de pequenos animais é utilizada para o autoconsumo, fator que contribui na melhoria da qualidade de vida das famílias e no incremento para a renda dos assentados (CARVALHO, 2011; NUNES; SILVA, 2016). Com os alimentos produzidos em seu lote, Maria visita apenas o supermercado para comprar os itens que não estão incluídos na sua produção.

> [E a senhora precisa comprar no mercado outros alimentos ou dá conta de suprir com o seu lote?] Não, eu só compro arroz, feijão, açúcar. E óleo. Mas eu uso mais gordura do que óleo. E sal. As coisas que a gente não tem como colher ali no lote. (...) Mas o resto sai tudo dali. (Maria, 64 anos, assentada)

Essa forma de organização estimula a Soberania Alimentar, pois as famílias possuem autonomia para decidirem o que produzirem em seus lotes, além de não ficarem totalmente dependentes dos supermercados para garantir a sua alimentação. Conforme observado na pesquisa de campo e de acordo com estudos já realizados na região, as famílias conseguem desenvolver no PDS Mário Lago uma diversidade significativa de alimentos orgânicos, sem agrotóxicos e sementes transgênicas (BORELLI FILHO; FERRANTE, 2009; CARVALHO, 2011).

No entanto, a alta dos preços dos alimentos no mercado também impacta os hábitos alimentares de Joana e Maria.

> Às vezes, a gente deixa de comprar frutas, essas coisas, por causa do preço. Tá caro demais. Outro dia, o meu filho chegou aqui e me trouxe

[3] Os nomes utilizados dos entrevistados são fictícios a fim de garantir o anonimato dos participantes

> um pacotinho com seis tomates, fui olhar e falei pra ele cê teve coragem de pagar isso. É de ouro? (Joana, 70 anos, assentada)
>
> [E nos últimos tempos, você sentiu alguma diferença no preço no mercado, por exemplo, pra ir lá comprar esses itens básicos, tipo arroz, feijão?] Rapaz do céu, nossa senhora. [Isso impactou na variedade de alimentos?] Não tem nem como mudar, porque é uma coisa que é o básico da gente, não tem como mudar. Já é o básico que você tem ali, então... (Maria, 64 anos, assentada)

Conforme aponta o levantamento feito pelo G1, a renda média do brasileiro subiu 19,7%, entre 2019 e 2022, e os alimentos ficaram 41,5% mais caros nesse mesmo período. Assim, 58,78 % do salário mínimo foi comprometido com a compra da cesta básica no ano de 2022 de acordo com os Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (CAVALLINI, 2022). A partir desses dados e da fala das entrevistadas é possível compreender a importância de assegurar a autossuficiência dos assentados para garantir a sua segurança alimentar. Visto que a alta no preço dos alimentos, a desvalorização do salário mínimo e a falta de acesso à terra impactam diretamente no acesso à alimentação adequada.

O assentamento também possibilitou às famílias uma mudança nos hábitos alimentares, estimulando uma alimentação saudável, variada e equilibrada. Esse é o caso de Joana que enfrenta uma série de doenças crônicas e problemas de mobilidade. Ela encontrou no assentamento uma mudança de vida:

> Meu filho trouxe nós pra cá [assentamento], porque igual eu te falei: “mãe, se você ficar lá uma hora, um dia, uma semana, um mês, ou um ano é lucro. Cê morreu onde a senhora sempre quis morrer, na fazenda.” Ó, eu vim pra morrer. E faz 16 anos que eu tô aqui. (Joana, 70 anos, assentada)
>
> [a senhora vê uma mudança na sua alimentação desde quando você veio para cá, pro assentamento?] Olha, deixa eu te falar. Quando eu vim pro assentamento, isso é uma coisa séria que eu vou te falar. Eu vim pra uma mudança de vida. Você entendeu? (...) [Mas aqui, então, a senhora consegue ter uma alimentação bem variada também. E até consumir menos, né? Igual a senhora falou, os embutidos, né?] Consumir menos. Eu não compro. (Joana, 70 anos, assentada)

No seu depoimento foi possível observar que ela valoriza muito o assentamento que possibilitou maior qualidade de vida e a produção guiada para o autoconsumo e a comercialização. Joana consegue manter dentro do assentamento uma alimentação com poucos alimentos embutidos, assim como Maria que também evita o consumo excessivo de ultraprocessados.

> [E sobre hábito alimentar, frequentemente a senhora costuma comer mais arroz, feijão?] O arroz e feijão é sagrado pra mim. [E a senhora tem o costume de consumir embutidos, refrigerantes, essas coisas?] Eu bebo quando minha menina vem pra cá, ela traz, então a gente bebe. Mas eu gosto mais de suco natural. (Maria, 64 anos, assentada)

> (...) Mas, antigamente, não existia farmácia para remédio, era o remédio caseiro. Não existia comida enlatada, a comida era produzida na horta. Então, você vê que o padrão de vida hoje é muito diferente. E, enquanto, o Brasil e a alta sociedade brasileira não chegar no ponto de que nós precisamos produzir o nosso próprio alimento, nós não vai chegar a lugar nenhum. (Joana, 70 anos, assentada)

Essa forma de conceber a alimentação está em consonância com o recomendado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), documento criado para orientar e informar os brasileiros sobre o necessário para alcançar uma alimentação saudável. O guia recomenda consumir alimentos in natura, minimamente processados e evitar os ultraprocessados nas refeições.

A qualidade dos alimentos também é assegurada no assentamento, notou-se durante a pesquisa de campo que as produções nos lotes atendiam ao critério da sustentabilidade. Em nenhum dos lotes é utilizado agrotóxicos ou sementes transgênicas, os alimentos produzidos são todos orgânicos.

> [Estou pensando aqui que, aí a senhora tira a cana, coloca o feijão, e hoje deve ter uma variedade um pouco maior de coisas. Como é que foi esse passo a passo de trabalhar no lote? Sempre agroecológico? Ou teve algum momento que...]. Não, o veneno, o adubo, eu nunca fui a favor disso. Porque lá na minha terra, também na minha cidade, eu plantava, arrendava a terra dos outros pra plantar pra arroz, feijão, milho, plantava muita coisa. Mas sempre fora do veneno. Eu sei que toda a vida fui contra. O meu pai também era contra o veneno. (Maria, 64 anos, assentada)

Ficou evidente que as entrevistadas possuem uma visão crítica acerca do modo de produção do agronegócio guiado pelo uso intensivo de agrotóxicos, sementes transgênicas e monocultura.

> A minha mãe que me criou (...). Sabe o que ela me ensinava pra nós? (...) Fazia umas plantações de cará, ela falava quem tem três galinha caipira ou quatro, lá botando ovo, um porco no chiqueiro, ninguém passa fome. (...) Porque tudo que você...Põe debaixo da terra, ela te devolve, né, filha? Ela te devolve. O algodão que você fazia o tecido, ela te devolve. (...) Cê come, vem da terra. Se cê veste, vem da terra. O que que cê é sem a terra? Você dá leite para o seu filho sem a terra? Porque o gado precisa do alimento. Então tudo que nós somos, tudo que nós temos, vem da terra. Da terra viemos, e a ela retornaremos. (Joana, 70 anos, assentada)

Na fala de Joana fica perceptível a importância da terra para assegurar a reprodução da vida humana. Nesse sentido, a reforma agrária é essencial para a segurança alimentar e nutricional. Dado que, de acordo com Stédile e Carvalho (2011), as razões do fenômeno da fome estão relacionadas com o controle da produção, distribuição e concentração de renda e de terra entre as pessoas.

Pode-se observar durante as entrevistas que a maior dificuldade relatada por Maria foi a de comercialização, principalmente, durante o período da pandemia. Isso impactou na sua renda familiar.

> [O tamanho do lote que tem, uma pessoa dá conta se tiver que trabalhar só na renda?] Dá conta sossegada. [Mas mesmo assim, um lote bem estruturado, a senhora acha que não dá uma renda que comporta absorver mais gente pra não ter que trabalhar na cidade? Ou seja, imagino uma família de quatro pessoas com quatro mãos de obra (...)] Mas o duro é a venda. Porque dá, dá. Se for...no caso, o meu lote lá, se for plantar ele inteiro, planta. Aí sim, dá. Mas pra quem vender? Esse é o problema. Para quem vender? (Maria, 64 anos, assentada)

Nesse sentido, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desempenhava um papel fundamental para estimular a produção de alimentos e fortalecer a agricultura familiar.

> [Quando o assentamento surge, vendendo, já começou o PAA, já veio como uma política ou foi antes do PAA existir? Ou a merenda?] Não, o PAA veio já pelo movimento (...). [Então, quando a gente pensa na produção do lote, já pensava, já tinha o PAA como um horizonte.] Já tinha o PAA como um... O centro vinha aqui dentro pegar, o que havia de todo mundo que tinha pra vender (Maria, 64 anos, assentada).

O desmonte das políticas agrícolas afetou negativamente os assentados, os colocando em situação de vulnerabilidade econômica. Entre os domicílios rurais, os da agricultura familiar e camponesa foram os mais afetados pela crise econômica, sanitária, política e pelo desmonte das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar (PENSSAN, 2022). A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2019, responsável por articular diversos setores para a garantia do direito à alimentação, e a redução de orçamento disponibilizados para o PAA colaborou para o aumento da insegurança alimentar na população rural (FIAN BRASIL, 2021).

> [Mas aí o PAA foi diminuindo, não é?] É, diminuiu. [Como é que isso impactou, a senhora acha? Assim, na vida da produção?] Foi uma

> reada, porque o PAA é bom demais, você entrega o que tem, você vai entregando. (...) Depois que cortou tudo, não teve PAA mais, mas fazer o quê? Aí todo mundo paralisou. [E aí, como é que se virou o povo no geral?] (...) Paralisou, caiu. Aí a sorte que nós começou a... Aí já veio esse negócio aí da agrofloresta, nós já entramos e logo nós já começou a montar, já vender cesta lá fora, fazendo, o SEBRAE, ajudou muito nós nisso aí. Arrumando gente pra comprar cesta nossa, pôr o que tinha, fruta da época, as coisas da época, sabe? Nas cestas. Aí nós conseguiu. [Então, a cesta vem como uma resposta à crise do PAA?] À crise do PAA (Maria, 64 anos, assentada).

O PAA era fundamental para a comercialização dos produtos dos assentados, sendo um dos pilares que garantia renda às famílias. Pequenos agricultores foram afetados negativamente com a redução orçamentária do PAA. No caso do assentamento Mário Lago, os produtores tiveram que encontrar outras formas de garantir a sua renda por meio da venda de cestas.

Apesar da forma de organização do assentamento e de sua potencialidade para garantir a segurança e soberania alimentar, é imprescindível a existências de políticas públicas que estimulem a produção dos pequenos agricultores e garanta também a comercialização daquilo que é produzido nos assentamentos. Posto que, a Segurança Alimentar e Nutricional é um dever do Estado, essa responsabilidade não deve ser deixada a cargo apenas de ações pontuais de caridade ou de qualquer outra natureza (BELIK, 2003).

Outro ponto a ser destacado é a percepção das entrevistadas acerca da insegurança alimentar no meio rural. Para elas a existência da fome em áreas rurais era algo absurdo, conforme fica evidente nos trechos a seguir:

> (...) Porque eu penso assim, uma pessoa que mora na roça, passar fome é porque não tem coragem de plantar nada, de fazer nada. Porque a terra, tudo que você põe nela, ela dá. Então, se a pessoa mora na roça e passa fome, é porque é um grande preguiçoso, aí eu já falo assim. Entendeu? Porque não tem lógica pra isso. Eu mesmo penso assim, eu não penso numa situação dessa. (Maria, 64 anos, assentada)

> (...) Mas muitas das vezes as pessoas chegam aqui e falam assim, ah, eu estou em dificuldade de ter as coisas que eu pedi, mas você mora em cima da laje, velho? Você mora em cima da laje? (...) Porque você tem terra, planta. Quem planta colhe, quem colhe alimenta (Joana, 70 anos, assentada).

Nesses discursos, a fome é compreendida como uma questão individual em que basta somente força de vontade do indivíduo para não enfrentar essa situação. Josué de Castro (1957) chama atenção para o fato de que ao pensarmos no problema

da fome há um estereótipo de que ela só acontece em países distantes do Extremo Oriente ou em cenários de guerra. No entanto, o autor pontua que a fome é um problema geograficamente universal, ocorre até mesmo nos países mais ricos e "desenvolvidos". "Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome" (CASTRO, 1957, p.56). Apesar do continente americano ser reconhecido por sua abundância de terra, diversidade de fauna e flora, ele também enfrenta a fome. Isso não acontece apenas nas áreas mais pobres da América, mas também em suas partes mais ricas, com maior desenvolvimento industrial. A fome é um problema estrutural, social e político. As condições econômicas e as decisões políticas impactam diretamente na questão alimentar. Dado que um país com a extensão territorial do Brasil, a diversidade de solos e as condições climáticas possui capacidade para produzir alimentos para toda a sua população, porém o fato desses recursos não serem utilizados dessa maneira está estritamente relacionado com questões políticas, sociais e econômicas.

É na área rural, em termos internacionais, que se concentra os mais elevados índices de pobreza e de insegurança alimentar no mundo, devido à falta de acesso à terra suficiente e outros bens necessários para a produção voltada ao autoconsumo. A existência do assentamento garante às famílias assentadas maior segurança alimentar do que se comparado a outros trabalhadores rurais que não possuem acesso à terra. Isso significa que o acesso à terra é o primeiro passo para a garantia de segurança alimentar, é por meio dele que é possível assegurar a disponibilidade, regularidade e qualidade dos alimentos.

Ao decorrer das entrevistas também foi aplicado o questionário da EBIA. Acerca do questionário, Joana respondeu negativamente para todas as questões, exceto para a primeira em que relatou preocupação com a possibilidade da falta de renda para acessar alimentos, o que a longo prazo, caso falte renda, pode significar uma insegurança alimentar leve. Ela também relatou uma experiência passada com a insegurança alimentar.

> [Os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem produção ou dinheiro para comprar mais comida?] Já teve época que sim. [Recentemente?] Não, agora recentemente não. Graças a Deus, não (Joana, 70 anos, assentada).

Atualmente apresentam uma melhoria na alimentação com a produção para o autoconsumo ou para o incremento da renda. A partir do seu depoimento, notou-se que a sua alimentação era variada, privilegiava os alimentos in natura e evitava os

ultraprocessados. Já Maria respondeu negativamente a todas as questões e achou elas cansativas, como destacado em sua fala “As perguntam, é, idiota, não?”, expressando que seria óbvio que não faltaria alimento em seu domicílio, visto que ela tem capacidade de produzir e renda para acessar os produtos no mercado. É possível notar, em conjunto com as outras respostas de Maria, uma situação de segurança alimentar e nutricional no seu domicílio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da observação foi possível averiguar que todas as entrevistadas possuíam uma diversidade de alimentos plantados no lote, em um dos quintais conseguimos observar diversas espécies de árvores frutíferas, verduras e temperos, como manga, maracujá, mamão, orégano, açafrão, canela, manjericão, gengibre, alface, cebolinha e outros. As plantações no assentamento livres de agrotóxicos e de sementes transgênicas conferem maior qualidade aos alimentos consumidos pelos assentados. A diversidade de alimentos cultivados aponta para uma possível melhora na alimentação. Visto que a disponibilidade, qualidade, diversidade e a sustentabilidade são os pilares da SAN.

As principais dificuldades encontradas durante a pesquisa foram a realização das entrevistas por tratar de um tema sensível que pode gerar desconforto aos entrevistados. Como dito anteriormente, não foi possível completar a entrevista com a primeira moradora que entramos em contato, devido a temática despertar e trazer à tona experiências negativas de seu passado. Além disso, tivemos dificuldades na aplicação do questionário da EBIA, em que os participantes acharam as questões repetitivas e até mesmo absurdas. A análise do questionário indica mais do que segurança alimentar, indica que do ponto de vista material as pessoas não conseguem entender, estando em uma área de assentamento, o porquê da pergunta.

Nesse sentido, o questionário da EBIA se mostrou saturado, apontando que a aplicação de mais questionários traria respostas semelhantes. Isso pode ser explicado pelo fato de a população investigada apresentar um nível de convergência muito grande, visto que todos são assentados de um mesmo território e se organizam de maneira coletiva com base nos princípios do MST de Soberania Alimentar e Agroecologia. Os resultados obtidos, nesse primeiro contato com o campo,

demonstraram a dificuldade de trabalhar com a temática da fome. O problema da fome é um assunto complexo que permeia diversos fatores, envolve sentimentos, sensações físicas, psicológicas e perpassa por questões sociais e históricas. Além de gerar dor, tristeza, desconforto ou constrangimento aos indivíduos que vivenciaram a experiência da fome.

A fome no Brasil está relacionada com a questão do acesso aos alimentos, embora eles estejam disponíveis, boa parte da população ainda não consegue acessá-los devido à falta de renda. Nas áreas rurais a insegurança alimentar está ligada, principalmente, a fatores como a pobreza e a dificuldade de acesso à terra. Nesse quesito, o assentamento avança ao garantir às famílias lotes de terra para produção que pode ser destinada tanto ao consumo próprio quanto à comercialização. O fato de as famílias terem acesso à terra para produzirem garante a elas a disponibilidade e a regularidade de acesso aos alimentos. O projeto agroecológico promove uma produção sustentável alinhada com o meio ambiente que estimula a produção orgânica, livre de agrotóxicos, adubos químicos e sementes transgênicas, assegurando a qualidade dos alimentos consumidos pelos assentados. Além disso, eles possuem autonomia para decidirem o que será plantado em seu lote, respeitando, assim, as demandas culturais e regionais dos assentados. Desse modo, nota-se que o assentamento Mário Lago consegue atender aos pilares da segurança e soberania alimentar.

## REFERÊNCIAS


BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.

BELIK, W. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Saúde e sociedade, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003.

BORELLI FILHO, D.; FERRANTE, V. L. S. B. **A luta pela terra na região de Ribeirão Preto:** o processo de formação e organização do Assentamento Mário Lago. Retratos de Assentamentos, v. 12, n. 1, p. 305-330, 2009.

CARVALHO, J. G. **Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo:** o caso da região administrativa de Ribeirão Preto. Tese de Doutorado Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2011.

CAVALLINI, M. **Preços dos alimentos disparam e renda dos brasileiros não acompanha; entenda por quê.** G1, 23 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/23/precos-dos-alimentos-disparam-e-renda-dos-brasileiros-nao-acompanha-entenda-por-que.ghtml>. Acesso em: 04 de mai. 2023.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. Editora Brasiliense, 1957.

DE SOUZA, A. L.; SCHNEIDER, S. **Internalização da soberania alimentar:** desafios do MST em construir caminhos alternativos. Retratos de Assentamentos, v. 25, n. 2, p. 266-299, 2022.

FIAN BRASIL. **Direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no contexto de pandemia**. O Dhana e a Covid-19, [s. l.], 2021.

GOMES, M. A. F. et al. **Movimento do herbicida tebutiuron em dois solos representativos das áreas de recarga do aquífero Guarani.** Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, Campina Grande, v. 10, n. 2, 2006.

NUNES, P. J.; SILVA, T. B. **Implantação de sistemas agroflorestais:** a experiência do Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto, estado de São Paulo. Informações Econômicas, v. 46, n. 3, p. 42-53, 2016.

PENSSAN, Rede. **II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, 2022.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. **A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009**. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SCHAPPO, S. **Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19.** SER Social, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021.

STÉDILE, J. P. CARVALHO, H. M. **Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos. Revista Cidadania e Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, 25 mar. 2011

UNICEF et al. **The state of food security and nutrition in the world 2022**. 2022.

VIA CAMPESINA. **Que es la soberania alimentaria**, 2003. Disponível em: https://viacampesina.org/es/que-es-la-soberania-alimentaria. Acesso em: 23 de jun. 2022.

XAVIER, L. P. et al. **Soberania alimentar: proposta da via campesina para o sistema agroalimentar.** Brazilian Journal of Development**,** v. 4, n. 7, p. 4454-4466, 2018

# MULHERES NO MEIO RURAL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Flávia Baggio Sachet[1]
Swam Om Tuanny Schmitz[2]
Victória Scharcow de Vargas[3]

GT 12: O futuro dos estudos rurais: experiências de investigação dos novos pesquisadores

RESUMO
Este trabalho é fruto de uma análise de três bolsistas do Laboratório de Estudos Rurais da UFSC, utilizando o método de bibliometria para encontrar uma resposta ao objetivo norteador. O tema mulher rural e gênero parte da investigação do papel e atuação das mulheres rurais a fim de torná-las visíveis. Assim, o presente artigo tem como objetivo a compreensão de qual é o perfil dos estudos realizados no Brasil nas duas últimas décadas acerca desse tema. Para isso, analisou-se um levantamento bibliográfico realizado pelas autoras a partir de palavras-chaves na plataforma de busca acadêmica Scientific Electronic Library Online (Scielo), o qual resultou na construção de uma Planilha em Excel.
Palavras-chave: estudo bibliométrico, caracterização de dados, mulheres rurais, gênero.

## 1 INTRODUÇÃO

Mulheres no meio rural como sujeitas principais de estudo não se trata de um tema novo. Há registros apontando que, desde o período feudal, e até mesmo antes, são mulheres que estão na base e movimentam a engrenagem para todo o sistema que viria a existir funcionar (FEDERICI, 2017). Além disso, a invisibilização do papel e da atuação das mulheres rurais também não é um tema

[1] Flávia Baggio Sachet, acadêmica do curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do projeto de pesquisa A articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo de mulheres rurais, do Laboratório de Estudos Rurais. Contato: flavia.bsachett@gmail.com.
[2] Swam Schmitz, acadêmica do curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do projeto de pesquisa A articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo de mulheres rurais, do Laboratório de Estudos Rurais. Contato: swanom@outlook.com.
[3] Victória Scharcow de Vargas, acadêmica do curso de Agronomia, Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do projeto de pesquisa A articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo de mulheres rurais, do Laboratório de Estudos Rurais. Contato: victoria.vscharcow@gmail.com.

novo sendo terminantemente delegado como assunto menor ou sem importância. Entretanto, no Brasil, a partir do momento que movimentos sociais do campo passaram a incorporar nas discussões a pauta sobre gênero, houve uma constante tentativa de visibilidade para elas, e, assim, impulsionando movimentos sociais organizados por e para mulheres.

O presente artigo tem como objetivo analisar o perfil dos estudos acerca de mulheres rurais e gênero, no Brasil, nas últimas duas décadas. O tema surge como interesse das autoras por estarem vinculadas a um projeto de pesquisa sobre trabalho produtivo e reprodutivo de mulheres, no Laboratório de Estudos Rurais (LERU/UFSC).

Do ponto de vista metodológico, realizou-se uma bibliometria[4] por meio de palavras-chave, na plataforma de busca acadêmica Scientific Electronic Library Online (Scielo), a partir do qual foi possível realizar uma caracterização dos estudos encontrados e, portanto, iniciar uma revisão sistemática de literatura acerca da temática de gênero e mulheres rurais. Para o levantamento bibliográfico partiu-se de palavras-chaves orientadoras divididas em grupos compostos por uma palavra geral e palavras complementares. Buscou-se por "Mulheres" como palavra-chave geral e agregou-se as palavras "camponesas", "agricultoras", "rurais", "do campo", "das águas", "das florestas" e "assentadas" como específicas. Buscou-se também por "Marcha das Margaridas". A palavra-chave "Gênero" foi acompanhada de "Rural", "meio rural" e "campo". Por fim, complementou-se a busca com "Feminismo", com as palavras-chave específicas "rural" e "camponês".

A partir dessa busca inúmeros itens apareceram variando entre artigos, resumos, resenhas e dossiês. Os itens foram analisados e selecionados, e passaram a compor uma Planilha em Excel. A Planilha foi sendo alimentada e, conforme os itens eram analisados, colunas eram criadas para listar as especificidades e informações de cada um deles. A versão final da Planilha contém 125 itens e 17 colunas, as quais podem ser conferidas no Quadro 01 a seguir.

[4] Técnica de análise de pesquisa que estuda publicações em livros, relatórios e em artigos para quantificar, analisar e avaliar a produção acadêmica científica de temas.

Quadro 01 - Descrição das Colunas da Planilha em Excel.

| Descrição das Colunas da Planilha em Excel | |
|---|---|
| 1. ID, identificação numérica do item | 10. Categoria social mobilizada no estudo |
| 2. Responsável pela inserção do item | 11. Município e Unidade Federativa |
| 3. Autores/as do item | 12. Região |
| 4. Número de autores/as | 13. Cultivos e criações |
| 5. Título do item | 14. Nome do periódico |
| 6. Link do item na internet | 15. Referência bibliográfica completa |
| 7. Tema/temática | 16. Ano de publicação |
| 8. Objetivo do estudo | 17.Tipo de publicação(artigo, resumos, resenhas) |
| 9. Território/assentamento/comunidade/ movimento | |

Fonte: elaborado pelas autoras, junho de 2023.

O presente artigo está organizado em quatro seções, sendo Introdução, Resultados e Discussões, com a análise do perfil dos estudos sobre mulheres rurais, Considerações Finais e, por fim, Referências Bibliográficas.

## 2 PERFIL DOS ESTUDOS SOBRE MULHERES RURAIS

Esta seção é composta por três subseções com apresentação de dados e discussões acerca dos resultados do levantamento bibliométrico.

A seção 2.1 apresenta os tipos de publicações encontradas através das palavras-chaves selecionadas, assim como a quantidade de publicações por ano (1994-2023) e um levantamento do número de publicações por região. Na seção 2.2 é apresentada a relação entre as principais autoras e as categorias coletivas que mais se destacaram nos itens triados. A seção 2.3 apresenta os principais Locais de publicação dos Estudos, relacionando as categorias sociais e os periódicos em destaque.

### 2.1 Tipos de publicação, Ano de publicação, Regiões dos Estudos

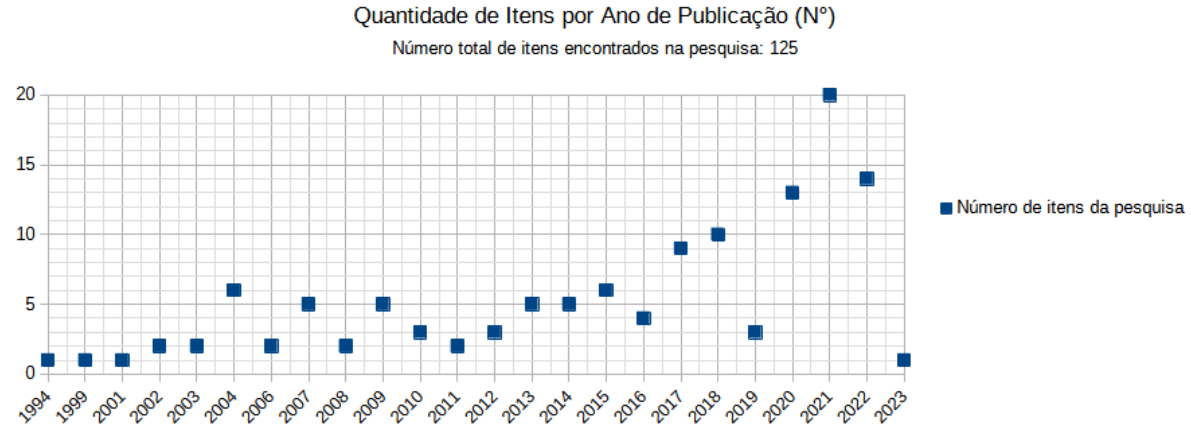
Esta seção diz respeito ao número de trabalhos encontrados com as palavras chaves orientadoras, na plataforma de busca acadêmica (Scielo), e os respectivos formatos de publicação. Partindo do resultado encontrado, foi

elaborado um gráfico com número de publicações por ano, de 1994 à 2023, seguido de uma análise dos resultados levantados a partir do cenário político e social. Finaliza-se esta seção  com uma leitura comparativa de publicações por regiões, em ordem crescente, de 1994 à 2023,possibilitando assim realizar uma discussão acerca da desigualdade distributiva pelas regiões, e, através da análise de outros trabalhos sobre bibliometria, compreender as problemáticas que ocasionam esses dados.

Através da metodologia utilizada para selecionar trabalhos referentes às palavras chaves utilizadas, foi possível encontrar 125 publicações referindo-se ao tema buscado. Das 125 publicações, 116 foram publicados em formato de artigo, 3 em formato de pesquisa, 3 em formato de resenha, 2 em formato de narrativas e 1 como dossiê.

Após realizada a análise dos tipos de publicação, foi feito o levantamento quantitativo de publicações por ano, de 1994 até 2023, como mostra o Gráfico 1. Compreendemos esses dados a partir de três grupos: (i) poucos estudos até os anos 2000, (ii) um constante aumento e retração de 2002 a 2016, e (iii) um pico de publicações nos anos 2020, 2021 e 2022.

Gráfico 01 - Levantamento quantitativo de publicações por ano (1994-2023)




Fonte: elaborado pelas autoras, 2023.

É importante ressaltar que foram selecionados trabalhos realizados a partir de 1994, década em que se iniciou no Brasil a adesão das instituições às desigualdades de gênero com enfoque na mulher, marcando o momento em que as mulheres rurais passaram a galgar seu direito à própria voz e a reivindicar seus direitos, sendo também o momento em que muitas passaram a integrar

associações e sindicatos (SALES, 2010). A metodologia aplicada para a seleção desses trabalhos foi através das palavras-chave, ainda que muitas publicações contassem com estudos sobre gênero, poucas traziam a perspectiva das trabalhadoras rurais. Maria Ignez Paulilo, já em 1987, no artigo "O Peso Do Trabalho Leve", em que relata a realidade do trabalho de mulheres rurais e a desigualdade salarial, critica a carência de estudos sobre a mulher do campo e o descaso com essa realidade.

É expressivo o aumento de publicações sobre o tema a partir de 2017 até 2022, podendo-se fazer uma síntese com o cenário político da época em que a seguridade e a integridade das pessoas do campo, com destaque para os corpos femininos, estava sob constante ameaça.

O número de itens acerca das regiões estudadas também foi objeto de análise quantitativa, contendo alta relevância para a afirmação identitária e abrangência territorial dos trabalhos encontrados, onde nos possibilita uma visão mais realista do caráter de publicações sobre mulheres rurais no Brasil. Dos 125 itens triados, 6 tratam da região Centro-Oeste, 11 da região Sudeste e 11 da região Norte, 21 da região Nordeste e 41 da região Sul. É importante mencionar que, para 36 das publicações, isso não se aplica. Nossa explicação para isso é a de que estes são estudos teóricos e não estudos de caso baseados em realidades concretas, não sendo relacionados a alguma região específica. É explícita a diferença regional da quantidade de publicações. A despeito disso, SIDONE et al (2016) destaca que:

> a desigualdade regional na produção científica está estreitamente associada às acentuadas disparidades na distribuição dos recursos científicos e tecnológicos (Albuquerque et al., 2005; Diniz & Gonçalves, 2005; Chiarini et al., 2014). Nesse ponto, as regiões Sudeste e Sul são favorecidas pela concentração de universidades e institutos de pesquisa historicamente consolidados (Suzigan & Albuquerque, 2011) e pela maior disponibilidade de recursos humanos (Albuquerque et al., 2002) e financeiros devido a políticas implementadas por importantes agências de fomento, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o CNPq, a Capes e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011), (SIDONE, 2016, p 22-23)

O estudo de Sidone (2016), traz a discussão para a questão distributiva, onde a disparidade quantitativa não é encontrada somente em estudos sobre

Mulheres no Meio Rural, e a relaciona com a falta de incentivos e recursos para regiões com menor índice de publicações a respeito. Sendo passível de concordância, visto que as pesquisas no Brasil estão estritamente ligadas ao investimento do setor público, e que as regiões menos estudadas, são também as regiões Brasileiras com maiores índices de desigualdade socioeconômica.

## 2.2 Autores/as, Categorias Coletivas mencionadas nos estudos

Esta seção apresenta a relação entre as colunas "Autor" e "Território/assentamento/comunidade/movimento", identificando quais as principais autoras/es e categorias coletivas que se destacam na produção de conhecimento sobre as mulheres no meio rural. Das 125 publicações encontradas a partir da metodologia utilizada, 34 (27,2%) foram escritas por única autora, 77 (61,6%) foram escritas por autoras e co-autoras, 80 (64%) publicações com co-autoria de mulheres e 14 de único autor (11,2%). Mulheres pesquisadoras , militantes, assentadas e graduandas se destacaram nas publicações, configurando um caráter diverso nas produções teóricas acerca das mulheres no meio rural. Dos 125 itens, 11 foram de autoria de homens, demonstrando que os estudos sobre mulheres rurais vem se tornando cada vez mais um espaço de enfrentamento coletivo e diversificado. As autoras que mais se destacam nos itens encontrados foram, Maria Ignez Silveira Paulilo, professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que atuou como Coordenadora do Núcleo de Estudos de Agricultura Familiar (NAF) e como professora no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. Suas pesquisas mais recentes foram ligadas ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), onde investigou sobre o feminismo que surge dessa realidade. Nas publicações encontradas neste levantamento bibliográfico Maria Ignez é autora de quatro artigos, destacando-se estudos sobre a questão econômica desigual das mulheres na agricultura familiar, acesso à terra, gênero e desenvolvimento rural. A segunda autora mais encontrada foi Sônia Fátima Schwendler, professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que atua no Programa de Pós graduação em Educação. Atuou como coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais do Setor de Educação da UFPR e suas principais pesquisas são sobre Estudos de Gênero e Diversidade Sexual, Gênero, Educação, Direitos

Humanos e Desigualdade Social; Movimentos Sociais . Nos itens triados nesta pesquisa Sônia apresenta 3 publicações e os principais temas dessas pesquisas foram sobre processos pedagógicos da luta de gênero dentro da luta pela terra, Divisão Sexual do Trabalho no campo a partir da perspectiva dos jovens e Reforma Agrária.

Sobre as categorias coletivas mencionadas nos 125 estudos, foram encontradas 20 coletivos distintos, dentre eles 15 movimentos sociais, 8 assentamentos, 5 comunidades, 5 regiões, 4 associações, 4 municípios, 2 grupos, 2 territórios, 1 assistência técnica, 1 cidade, 1 distrito, 1 ilha, 1 marcha, 1 cooperativa, 1 ocupação, 1 programa, 1 reserva extrativista, 1 sindicato, 1 turma de licenciatura em educação do campo e 1 zona da mata.

Dentre as Categorias Coletivas que mais apareceram, destaca-se o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) de diversas localidades e assentamentos. Todas as categorias coletivas encontradas encontram-se listadas no Quadro 02 abaixo.

Quadro 02 - Território/Assentamento/Comunidade/Movimento por quantidade de itens

| Categorias coletivas | Nºde itens | Categorias coletivas | Nºde itens |
|---|---|---|---|
| Assentamento rural do Rio Grande do Norte | 1 | Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais-Pernambuco | 2 |
| Assentamentos da reforma agrária- Amazonas | 1 | Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul - MMTR-RS | 1 |
| Assentamento coletivo Sepé Tiaraju- Sul | 1 | Movimento social rural | 1 |
| Assentamentos da reforma agrária no Estado de São Paulo | 1 | Movimentos social rural- Ceará | 2 |
| Assentamentos de reforma agrária no Paraná | 1 | Movimento social rural- Sertão brasileiro | 1 |
| Assentamento Contestado-PR | 1 | Movimento Social Rural de mulheres de Santa Catarina | 1 |
| Assentamento rural Nova Esperança- Mato Grosso | 1 | Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco - MIQCB | 1 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST | 1 | Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais | 1 |
| Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) - Espírito Santo | 1 | Movimento autônomo de mulheres rurais | 1 |
| Associação Virola Jatobá - Projeto Desenvolvimento Sustentável | 1 | Movimento agroecológico | 1 |
| Associação de Mulheres do Projeto de Assentamento Nova Lagoa Rica - Ampal | 1 | Mulheres em Cooperativas rurais virtuais-sul | 1 |
| Associação de Mulheres "Resgatando sua História" | 1 | Município da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul | 1 |
| Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA) | 1 | Municípios de zonas rurais do Rio Grande do Sul | 1 |
| Cidade de porte médio no interior do estado de São Paulo | 1 | Município de São Ludgero/SC | 1 |
| Comunidade agrícola- RS | 1 | Municípios da Zona da Mata Mineira | 1 |
| Comunidade camponesa | 1 | Ocupação Novo Horizonte-RJ | 1 |
| Comunidade produtora | 1 | Programa Chapéu de Palha Mulher | 1 |
| Comunidade rural-Bahia-Camaçari | 1 | Região administrativa de Planaltina-DF | 1 |
| Comunidade do Vale do Guaporé | 1 | Região meridional do Rio Grande do Sul | 1 |
| Distrito de Ergani | 1 | Regiões Norte e Nordeste do Brasil | 1 |
| Grupo Pé-da-Serra, constituído por mulheres do Assentamento Santa Lúcia - MS | 1 | Região Oeste de Santa Catarina | 1 |
| Grupo Esperança: saúde alternativa | 1 | Região do Submédio São Francisco | 1 |
| Ilha Trambioca-Pará | 1 | Reserva Extrativista do Alto do Juruá-Acre | 1 |
| Marcha das Margaridas | 2 | Sindicatos rurais | 1 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Movimento de Mulheres Camponesas - MMC | 9 | Território de Identidade da Bahia Sertão Produtivo | 1 |
| Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra | 4 | Território Serra do Centro | 1 |
| Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-RS | 1 | Turma de licenciatura em educação do campo (LEdoC) - (UFG-RC) | 1 |
| MST da região Centro-ocidental do RS | 1 | Zona da Mata Sul Pernambucana | 1 |
| Movimento Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR | 1 | | |

Fonte: elaborado pelas autoras, junho de 2023.

Vale ressaltar a relevância que o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) teve nas últimas décadas diante das produções teóricas sobre mulheres rurais. Dos 125 itens encontrados, nove foram sobre mulheres do MMC. Segundo Maria Ignez Paulilo, o Movimento de Mulheres Camponesas têm elaborado e defendido no Brasil um feminismo camponês socialista que se aproxima do feminismo marxista dos anos 1970 mas traz inovações como a preocupação ecológica e a maneira de encarar o trabalho doméstico e de cuidados (PAULILO,2022). Essas produções são de grande importância para a visibilização do feminismo camponês e popular, já que a organização política das mulheres nos movimentos sociais possibilita que juntas pensem e articulem sobre as relações sociais que estão inseridas.

## 2.3 Principais Locais de publicação dos Estudos

Diante do levantamento bibliográfico realizado, uma coluna de relevância na Planilha de nosso estudo está intitulada "Nome do Periódico", a qual reúne os títulos dos locais de publicação dos itens triados na revisão de literatura.

Para os 125 itens, encontrou-se um total de 53 periódicos distintos, os quais estão identificados com o número de itens correspondentes no Quadro 03 a seguir. O periódico que apresentou maior número de trabalhos de acordo com a metodologia empregada no levantamento bibliográfico foi a Revista Estudos Feministas[5], com 26 itens, seguida da Revista de Economia e Sociologia Rural[6],

[5] Periódico quadrimestral de circulação nacional e internacional editado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
[6] Periódico de fluxo contínuo mantido pela Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober).

com nove. A maior parte dos demais periódicos apareceram no levantamento como local de publicação de um a três itens.

Quadro 03 - Nome do periódico e quantidade de itens – Ordem alfabética

| Nome do Periódico | Quantidade de Itens |
|---|---|
| Acta Paulista de Enfermagem | 1 |
| Ambiente & Sociedade | 1 |
| Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi | 2 |
| Caderno CEDS | 1 |
| Caderno CRH | 3 |
| Cadernos de Saúde Pública | 1 |
| Cadernos EBAPE.BR | 1 |
| Cadernos Pagu | 4 |
| Ciência Rural | 3 |
| Cogitare Enfermagem | 1 |
| Dados | 1 |
| Educação & Realidade | 1 |
| Educação e pesquisa | 2 |
| Educação em Revista | 1 |
| Educar em Revista | 1 |
| Escola Anna Nery | 4 |
| Estudos de Psicologia | 1 |
| Fractal: Revista de Psicologia | 2 |
| História, Ciências, Saúde-Manguinhos | 1 |
| Horizontes Antropológicos | 2 |
| Interações | 3 |
| Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação | 1 |
| Interface - Comunicação, Saúde, Educação | 1 |
| Mana | 1 |
| Multitemas | 1 |
| Organizações & Sociedade | 1 |

| | |
|---|---|
| Pro-posições | 1 |
| Psicologia & Sociedade | 3 |
| Psicologia escolar e educacional | 1 |
| Psicologia: Ciência e Profissão | 3 |
| Psicologia: Teoria e Pesquisa | 1 |
| Revista Ambiente e Sociedade | 1 |
| Revista Brasileira de Educação | 1 |
| Revista Brasileira de Enfermagem | 4 |
| Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais | 1 |
| Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo | 2 |
| Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil | 1 |
| Revista da Escola de Enfermagem da USP | 4 |
| Revista de Economia e Sociologia Rural | 9 |
| Revista de Nutrição | 1 |
| Revista de Saúde Pública | 2 |
| Revista de Sociologia e Política | 1 |
| Revista direito e praxis | 2 |
| Revista Estudos Feministas | 26 |
| Revista Gaúcha de Enfermagem | 3 |
| Revista Latino-Americana de Enfermagem | 2 |
| Revista NERA | 1 |
| Saúde em Debate | 3 |
| Sexualidad, Salud y Sociedad | 1 |
| Sociedade e Estado | 1 |
| Sociologias | 2 |
| Texto e Contexto Enfermagem | 3 |
| Trabalho, Educação e Saúde | 3 |

Fonte: elaborado pelas autoras, junho de 2023.

Diante do exposto, pode-se fazer uma análise relacional entre os periódicos e a categoria social de que tratam os itens. A coluna intitulada

"Categoria Social" presente na Planilha em Excel elaborada pelas autoras refere-se aos, conforme descrito, sujeitos do estudo e suas respectivas identidades. Assim, torna-se relevante entender de quais sujeitos um determinado periódico está versando de acordo com interesses e temas principais dos periódicos.

Para esta análise, tomou-se por base as duas revistas mais presentes no nosso levantamento, a Revista Estudos Feministas, com 26 itens, e a Revista de Economia e Sociologia Rural, com nove itens. No Quadro 04 a seguir é possível observar quais foram as categorias sociais que aparecem em cada uma dessas duas revistas.

Quadro 04 - Categorias Sociais por Periódico

| Periódico | Categoria Social | Número de itens |
|---|---|---|
| Revista Estudos Feministas | Mulheres agricultoras militantes | 1 |
| | Mulheres agricultoras / Líderes políticas | 1 |
| | Mulheres agricultoras de associações | 1 |
| | Mulheres agricultoras | 2 |
| | Mulheres agricultoras / Mulheres agricultoras militantes | 1 |
| | Mulheres negras e rurais | 1 |
| | Mulheres camponesas | 2 |
| | Mulheres trabalhadoras rurais | 1 |
| | Mulheres quilombolas | 1 |
| | Mulheres camponesas / Quebradeiras de coco babaçu | 1 |
| | Mulheres rurais | 3 |
| | Mulheres militantes | 1 |
| | Mulheres rurais / Camponesas / Assentadas | 1 |
| | Mulheres assentadas | 1 |
| | Mulheres diretoras de sindicatos rurais | 1 |
| | Mulher rural | 1 |
| | Mulheres rurais / Assentadas | 1 |

| | | |
|---|---|---|
| | Mulheres do campo | 1 |
| | Não se aplica | 1 |
| | Jovens | 1 |
| | Mulheres | 1 |
| | Jovens / Mulheres | 1 |
| Revista de Economia e Sociologia Rural | Mulheres gestoras / Mulheres produtoras | 1 |
| | Mulheres agricultoras assentadas | 1 |
| | Mulheres agriculturas de associações | 1 |
| | Mulheres rurais | 2 |
| | Mulheres rurais/ Mulheres gestoras | 1 |
| | Extensionistas rurais | 1 |
| | Jovens rurais | 1 |
| | Mulheres | 1 |
| TOTAL | | 35 |

Fonte: elaborado pelas autoras, junho de 2023.

A Revista Estudos Feministas, editada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tem como foco a publicação de artigos, resenhas ou ensaios que versem sobre gênero, feminismos e sexualidades. Desse modo, entende-se o motivo de aparecerem diversos itens publicados em tal revista ao se buscar pelas palavras-chave gerais "Mulher", "Feminismo" e "Gênero" uma vez que os temas estão diretamente associados.

A partir disso, percebe-se, ao analisar o Quadro 04, que a maior parte das categorias sociais expostas são "Mulheres" com variações no complemento de especificidade, o qual possui a maior parte enquanto "Mulheres agricultoras". As únicas exceções são os dois artigos "A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa", de Sônia Fátima Schwendler, o qual versa sobre a divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude, e, portanto, com foco em diferenças geracionais, e "Transnational Feminism: Re-reading Joan Scott in the Brazilian Sertão", de Millie Thayer, sendo uma releitura de Joan Scott aplicado ao Sertão Brasileiro, não possuindo, desse modo, categoria social definida.

Para a Revista de Economia e Sociologia Rural, mantida pela Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober), as categorias sociais também foram na maioria seguindo variações do termo "Mulheres", visto que as palavras-chave se basearam nele. Contudo, dois artigos tratam de categorias distintas, sendo "Extensionistas rurais" e "Jovens rurais". Os artigos são, respectivamente, "Extensão rural e construção da equidade de gênero: limites e possibilidades", escrito por Alessandra Maria da Silva, Niraldo José Ponciano, Paulo Marcelo de Souza e Lilian Sagio Cezar, e "Formação de Técnico em Agropecuária no Brasil e na Espanha: Projetos de vida da juventude rural", de Jorge Luiz de Goes Pereira. Ambos conversam com a perspectiva de gênero, mas com diferentes enfoques nos sujeitos de estudo.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil dos estudos sobre mulheres rurais no Brasil consideram que, ainda que exista uma significativa diversidade de categorias sociais e de coletivos, é notável a desigualdade regional de publicações acerca do tema. Percebeu-se o aumento de publicações nos últimos anos, baseado pelo cenário político, na busca pela reafirmação de seus direitos, identidade e territórios.

Sobre as autorias, notou-se que as mulheres são as principais autoras e co-autoras e os movimentos sociais têm grande relevância nos estudos rurais brasileiros, o MMC e o MST foram os que mais se destacaram. Assentamentos, comunidades e associações também tiveram grande relevância, aparecendo em diversas publicações.

Tratando-se do local de publicação, percebe-se uma grande variedade de periódicos publicados acerca de mulheres rurais e gênero. Contudo, ainda há a predominância do tema em revistas com enfoque feminista, sendo que o periódico que apresentou maior número de trabalhos de acordo com a metodologia empregada no levantamento bibliográfico foi a Revista Estudos Feministas. Da mesma forma, a categoria social mais expoente foi Mulheres, com variações no complemento de especificidade, possuindo a maior parte enquanto mulheres agricultoras.

4 REFERÊNCIAS

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.

IYUSUKA, Sheyla Saori. Mulheres na Agroecologia: um estudo bibliométrico. 2015. 48 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2015.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Currículo do sistema Currículo Lattes. [Brasília], 21 jun. 2021. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2977786306542525>. Acesso em: 26 jun. 2023.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O conceito de classe social no feminismo camponês e popular. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 30 fev.2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n276934>. Acesso em: 30 jun. 2023.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

SALES, C. de M. V.. (2007). Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. Revista Estudos Feministas, 15(2), 437–443. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200010>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. Currículo do sistema Currículo Lattes. [Brasília], 19 fev. 2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1710344645805543>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SIDONE, O. J. G., HADDAD, E. A., & MENA-CHALCO, J. P.. (2016). A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. Transinformação, 28(1), 15–32. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800002>. Acesso 25 jun. 2023.

UMANN, P. B. V. Transição agroecológica e mulheres: um estudo bibliométrico a partir da revista Cadernos de Agroecologia da ABA. 2022. 30p. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Agronomia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/245839>. Acesso em: 26 jun. 2023.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# ELAS NO AGRO: COMO AS MULHERES ESTÃO ADQUIRINDO VISIBILIDADE NO AGRONEGÓCIO

Carolina Baja Wzorek[1]

**GT 12:** O futuro dos estudos rurais: experiências de investigação dos novos pesquisadores.

## RESUMO

Neste trabalho pretendemos expor o ingresso das influenciadoras digitais do agronegócio na plataforma Instagram, no período de 2020 até 2023. Ao nos deparamos com seus perfis, encontramos o uso frequente da ideia de empoderamento feminino, esta que é empregada através da pedagogia da construção da imagem de empreendedora, que substitui uma pedagogia dos movimentos sociais da ideia de cidadania. Dessa forma, a partir da leitura de Silvia Federici e Naomi Wolf questionamos como esse empoderamento se relaciona com o passado de opressão e marginalização do corpo feminino e questionamos até que ponto esses lugares são conquistados ou cedidos como estratégia de mercado. Principalmente, quando entendemos que existe um padrão específico que dita aquelas que farão parte, ou não, dessa comunidade.

Palavras-chave: Agronegócio; relações de gênero; mídias sociais.

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho é a continuidade de um projeto de iniciação científica desenvolvido em 2022, vinculado ao Observatório de Conflitos Socioambientais (UFPR), que teve como objetivo investigar as representações acionadas de mulheres que trabalham ou se identificam com os símbolos e/ou empresas do agronegócio brasileiro nas mídias sociais. Observamos as representações acionadas no seu cotidiano, as perspectivas delas sobre o rural e quais são os signos e significados compartilhados com seus seguidores. Através da análise das redes sociais nós verificamos o conteúdo das postagens, a linguagem e as interações criadas.

Ao trabalharmos com a questão de gênero dentro do agronegócio nos deparamos com

1 Universidade Federal do Paraná (UFPR), carolina.wzorek@ufpr.br.

o paradoxo e as nuances da coexistência do progresso e do conservadorismo. Percebemos uma apropriação de pautas, principalmente feministas, que apontam mudanças na organização tradicional das elites rurais, ao mesmo tempo, se mantém um discurso conservador sobre a moral e o trabalho.

Analisando as publicações, percebemos que o termo “feminismo” não é utilizado e dessa forma, também não encontramos menções dos processos históricos envolvendo o movimento e quais foram as motivações para seu nascimento. Nesse sentido, percebemos que o que sustenta esses discursos é o individualismo. A ideia do empreendedorismo é central nessa análise. Compreendemos o empreendedorismo como um movimento que trabalha com ideias inovadoras, articuladas, ousadas e meritocráticas que tem como prioridade alcançar ou expandir o lucro de uma pessoa ou empresa.

A partir da leitura dos textos da Regina Bruno (2016) e do Caio Pompeia (2020) compreendemos o agronegócio como uma forma de manutenção de poder, é através dele que os grandes proprietários de terra se mantém no controle político e social brasileiro. Também o compreendemos como um grupo heterogêneo, que é unido pela relação com a industrialização do campo. Nesse sentido, as mulheres empoderadas entram como uma inovação dentro das grandes empresas agrícolas. A pedagogia da construção da imagem de empreendedora, aquela que consegue prosperar através do próprio esforço, substitui uma pedagogia dos movimentos sociais da ideia de cidadania e busca por mudanças estruturais.

Compreendemos que essa pesquisa trabalha na intersecção de três grandes áreas - o agronegócio, relações de gênero e mídias sociais. Para esse trabalho buscamos identificar como as mulheres se tornaram uma pauta de alta relevância na vanguarda do agronegócio, especialmente no que diz respeito ao espaço online. Nos debruçamos sobre o conceito de empoderamento, qual a lógica aplicada por trás dele e como as mulheres não só entraram para a pauta, mas tem ocupado espaços e conquistado relevância dentro destes.

Para além disso, questionamos também os impactos do uso do empoderamento enquanto uma lógica individualista. A partir das reflexões proporcionadas por Silvia Federici (2017), em “Calibã e a Bruxa” e Naomi Wolf (2021), em “O mito da Beleza”, compreendemos como, a partir de diversas violências, se deu a marginalização do corpo feminino e questionamos até que ponto esses lugares são conquistados ou cedidos como estratégia de mercado. Principalmente quando entendemos que existe um padrão específico que dita aquelas que farão parte, ou não, dessa comunidade.

## METODOLOGIA

Como base metodológica, teremos como guia as contribuições de Carlo Ginzburg (1989), cuja referência é o Paradigma Indiciário. Nos preocupamos com a observação não apenas do que é dito e mostrado de forma clara e explícita, mas também com o que é perceptível de forma sutil, os simbolismos e mensagens que circundam às margens de um discurso.

Para desenvolvermos a investigação, entendemos o Instagram como nosso campo de pesquisa, já que ao longo desta tivemos conhecimento que a maior parte das ações de marketing são produzidas nele. Neste sentido, nossa base metodológica para análise e coleta de dados em campo foi construída com o apoio dos estudos de Cláudia Pereira Ferraz e André Porto Alves (2017), sobre etnografia online e seu uso no estudo de mídias sociais. Utilizamos do algoritmo das plataformas para construir uma rede de relações e construir um grupo de análise.

Pensando na separação entre pesquisadores e seu uso particular das redes sociais, foi criada uma conta específica para a pesquisa. Como uma forma de “artesanato sociológico” (MARTINS, 2013) “utilizamos” e “fomos utilizados” pelo próprio “algoritmo” que organiza essa rede social, de forma que ele nos indicasse outros conteúdos que se relacionam com as influenciadoras. Observamos, assim, como as ferramentas de busca dos próprios aplicativos induzem a uma "comunidade de sentido” dentro da temática em estudo.

Ao todo, nossa rede conta com 21 conexões, estas são majoritariamente femininas e de influenciadoras digitais, mas também contamos com perfis de organizações voltadas ao agronegócio e profissionais de marketing do agro. Dessas, selecionamos 10 perfis que desenvolvem ou representam com mais ênfase em suas publicações as ideias de empoderamento feminino.

Conseguimos organizar o perfil delas em três categorias: profissionais, são aquelas que se apresentam enquanto engenheiras agrônomas, operadoras de maquinário, gerentes de empresas voltadas ao agro ou agricultoras; estudantes, jovens que ainda estão cursando a graduação - todas as influenciadoras dessa categoria estudam agronomia; e por fim, a categoria comunicadoras, que contém as mulheres que colocam o objetivo central do seu perfil como trazer conhecimentos e desmistificar o agronegócio.

Compreendemos que essas categorias são fluidas, cada uma das influenciadoras está em mais de uma delas ou até mesmo em todas, sendo assim, para organizar os perfis, tomamos como base o que estava escrito na biografia do perfil delas no Instagram. Optamos por essa decisão pois queremos analisá-las de acordo com o que elas querem mostrar com o

próprio perfil.

Também utilizamos como parte da nossa metodologia, entrevistas com personagens centrais da nossa rede. Por hora, conseguimos conversar com um dos responsáveis pelo agenciamento, mobilização e formação das influenciadoras. Ele é um homem, branco, de 30 anos, pertencente a comunidade LGBTQIA+ e formado em relações públicas. Começou a trabalhar com mídias sociais em 2010, e em 2019, começou a desenvolver projetos com as empresas do agronegócio. Neste trabalho o apresentaremos como Agenciador.

## DESENVOLVIMENTO

Ao analisarmos o discurso e comportamento das influenciadoras digitais do agronegócio, percebemos que a ideia de empoderamento feminino, muito difundida na lógica liberal, estava sendo constantemente mobilizada por elas. Essa ideia não tem um significado universal, seu uso político pode ser associado ao movimento feminista, na luta de mulheres que questionavam as assimetrias de poder e buscavam autonomia (MORAES, 2022).

No final do século XX vemos o termo sendo apropriado por organizações internacionais (como a Organização das Nações Unidas - ONU) e transformado em uma política pública de inclusão de gênero. Nessa conjuntura é ressignificada a noção de empoderamento, na forma de discurso das influenciadoras digitais do agronegócio e como uma prática. Durante nossa conversa com o Agenciador, descobrimos que esse espaço social foi construído a partir de dois movimentos.

O primeiro movimento refere-se a uma demanda comercial, proveniente do setor de marketing das empresas, que devido a conquistas dos movimentos sociais, precisam dialogar com o público feminino e abraçar bandeiras de responsabilidade social. Há pistas que permitem deduzir que a definição dessas pautas mais progressistas de marketing e de responsabilidade social surgiram no interior de médias e grandes empresas que trabalham para o agronegócio. O Agenciador nos contou como outras pautas, além do gênero, como a luta das pessoas LGBTQIA+ foi rechaçada, não pelas empresas, mas pelos consumidores das grandes empresas do agronegócio.

> “Mas no agro quando algumas marcas tentaram se posicionar pela diversidade LGBTQIA+ algumas marcas apanharam muito, tá? Inclusive tem uma campanha. Se vocês olharem, o V. C., que é da cidade, ele foi levar uma campanha para a Bayer, para a Bayer, mas ele foi fazer uma boas-vindas para as pessoas que estavam voltando da pandemia e ele estava de batom, ele tava de brinco e foi no Instagram, nem da agro Bayer, Instagram da Bayer. A galera começou a meter enxurrada nele, falando assim, a família tradicional do agro não aceita a Bayer não sei o que...

> chegou um ponto que eu tenho depoimentos de pessoas que são produtoras e também de representantes de vendas, que falam que quem era da Bayer não entrava mais em algumas fazendas.” (entrevista com o Agenciador - 31 de agosto de 2022)

O segundo movimento tem como destaque um efeito não previsto da própria pandemia do novo coronavírus e o impacto das mídias sociais no cotidiano das mulheres que vivem em torno das atividades do agronegócio e pertencem a famílias proprietárias de terra. Durante a pandemia, as "lives" dos artistas do mundo sertanejo passaram a ser transmitidas em diversas plataformas, como o Youtube e o Instagram, o que levou grande parte desses jovens a criar contas para acompanhar seus artistas locais ou regionais.

Esse ingresso, segundo o Agenciador, teve efeitos diferentes entre mulheres e homens relacionados ao agronegócio. Enquanto a participação dos homens tinha um caráter passivo, como receptores de conteúdo, as mulheres passaram a criar mais interações, aparecer com destaque, ganhando relevância tanto em relação às interações das redes como no contato com novas pautas de debate. Esse novo papel social das mulheres do agro passou a ser utilizado como fonte de renda, trabalho, status social e desenvolvimento de novos contatos sociais. Ou seja, houve a possibilidade concreta de assumir uma nova posição social, como influenciadora.

> “Eu vejo que as mulheres de uma forma geral, mas aí teria que analisar também o comportamento. Mas isso a minha opinião como Agenciador, elas gostam de aprender, elas gostam de fuçar, elas gostam de aprender coisas que o marido, que é aquele rústico que gosta de assistir TV, fazer as coisas no campo e sentar depois no sofá, não gosta de fazer, então eu vejo que foi uma forma das mulheres usarem a internet como forma de desbravar, de conhecer a internet, quando eu vou dar consultoria, até para empresas sementeiras ou até fazendas, eu vejo que a mulher que toma a liderança do administrativo e da comunicação, porque o cara fala, eu não tenho tempo para isso, então eu acho que foi por isso que elas, essas pessoas, essas mulheres, têm essa vontade de de explorar, de testar. Então acho que é esse o meu pensamento. Então mulheres, hoje é a causa do momento, é o que está todo mundo levantando bandeira” (entrevista com o Agenciador - 31 de agosto de 2022)

Há, nesse sentido, um paradoxo. Acreditamos que seja fundamental expor os motivos pelos quais esse discurso e prática de empoderamento mantém sinais de opressão (reprodução da estética europeia), não tem relação com um movimento coletivo e organizado por ampliação de conquistas e direitos, mas, ao mesmo tempo representa uma ressignificação das pautas feministas e uma nova posição social que as mulheres do agronegócio passam a ocupar.

Para seguir essa reflexão a leitura do livro “Calibã e a Bruxa” de Silvia Federici

(2017) foi importante para compreender a emergência do sistema capitalista em sintonia com a caça às bruxas, incentivando e aplicando opressões sobre os corpos, saberes e história das mulheres. Ou seja, metodologicamente não podemos ignorar ou menosprezar a relação entre as dinâmicas socioeconômicas e as novas formas de reorganização e ressignificação das diferenças entre homens e mulheres, as relações entre seres humanos e a natureza. Federici (2017) demonstra como as formas de dominação não acontecem isoladamente, mas tem uma lógica que é aplicada às mulheres, à natureza, às pessoas negras e aos povos indígenas, mesmo que cada uma delas tenha suas particularidades.

Tal como no passado, as mulheres camponesas foram fundamentais na resistência contra a privatização e mercantilização das áreas comuns, como as florestas e a terra, na Europa no início da era moderna. Essas mulheres não perderam apenas a autonomia econômica, mas também o controle do seu próprio corpo e sexualidade. Houve uma profunda divisão entre o que era considerado características e funções das mulheres e dos homens, na qual eles foram transformados em mão de obra e elas em máquinas de procriação de mão de obra (FEDERICI, 2017). Nessa divisão a mulher perdeu o direito à vida social, política e econômica.

Para sobreviver, as mulheres eram expostas a situações de muita vulnerabilidade em empregos mal remunerados em fábricas - até que esse espaço também lhe fosse negado - ou na prostituição - atividade que também foi criminalizada. Restou a mulher os serviços domésticos, para além de gerar filhos, também se tornou sua função manter a casa limpa, a comida na mesa e o ambiente agradável. As mulheres que não tinham um marido que as sustentasse, poderiam ganhar algum dinheiro cumprindo com essas mesmas funções na casa de outras pessoas.

O debate sobre as influenciadoras do agro traz novamente a contestação, talvez de forma não consciente e planejada, dos limites em pleno século XXI de confinar a mulher apenas no âmbito privado do lar. Assim, nas mídias sociais dessas novas personagens do mundo virtual, o homem não é mais o único personagem ativo no mundo público, na economia, na política e na religião. Antes excluídas e isoladas, em que o salário e a renda masculina reproduziam a figura de provedor, a nova mulher do agro passa a ressignificar o papel de esposa, mãe e empreendedora.

> “Hoje, eu tenho uma planilha, que eu apresento para as marcas, eu…eu mostro o valor, número de seguidores e a taxa de engajamento, para a pessoa depois fazer o cálculo para ver se o valor vale ou não tá bom. Mas hoje uma média de uma pessoa de 30 mil a 40 mil seguidores, que tem um engajamento bom, não é aquela pessoa

> que não tem engajamento. A gente coloca de 1.500 a 2.000 reais para um feed e um combo de Stories, tá bom?!" (entrevista com o Agenciador - 31 de agosto de 2022)

Após essa exposição, retornamos a ideia de empoderamento, aquela que omite toda história de marginalização e violência ao corpo feminino e apenas convida as mulheres a serem e estarem onde elas quiserem. Essa ideia constrói um novo ciclo paradoxal de conquistas e opressões. Destacamos, de início, a proeminência do individualismo diante da luta coletiva. Algumas dessas influenciadoras são realmente originárias de famílias de destaque social, mas outras irão apenas alcançar posições de prestígio que serão definidas e limitadas pelo interesse daqueles que já vem as oprimindo.

Para além da posição que elas ocupam, também é definido o tipo de mulheres que serão recrutadas para o empoderamento. Existe um padrão estético que faz essa seleção, encontramos mulheres brancas, magras, com cabelos lisos e em sua maioria loiros ou castanhos iluminados. Nas publicações ou Stories do Instagram, elas raramente aparecem desarrumadas ou soam desagradáveis e estão na maioria do tempo sorrindo e mostrando o quanto são apaixonadas pelo agronegócio.

Gostaríamos de destacar que mulheres mais velhas ganham um espaço diferente nesse cenário, se organizam a partir do discurso religioso, militante ou educativo, o conteúdo delas é voltado principalmente a outras mulheres que se identificam com as representações do agronegócio e não costumam trabalhar com tantas marcas, dessa forma, não nos aprofundamos nos perfis delas, mas não deixamos de refletir sobre a situação apresentada.

Reparamos também que, na maioria dos casos, quanto mais jovem a influenciadora, mais sexualizado é o perfil dela. Federici (2017) descreve em seu trabalho sobre como há uma diferenciação entre a "utilidade" das mulheres velhas e as jovens. A autora entende que durante o período da caça às bruxas, o principal alvo eram as mulheres pobres. As velhas eram consideradas mais perigosas e descartáveis - por não serem férteis, nem agradáveis, mais propensas à rebelião e uma despesa ao estado. Enquanto as mulheres jovens eram condenadas principalmente por serem libidinosas ou usarem de métodos naturais para impedir a gravidez.

Entendemos então, que a maior diferença entre uma jovem ou uma velha é a sua capacidade ou não de gerar filhos. Já que o corpo femino havia se transformado em fábrica de mão de obra, qualquer tipo de atividade sexual improdutiva foi transformado em pecado. A ideia de "prostituta enquanto jovem, bruxa enquanto velha" compreende não só a desvalorização da mulher ao longo de toda a sua vida, mas também a coloca sempre a serviço de uma figura masculina.

> [...] A bruxa (que vendia sua alma para o diabo) era a imagem ampliada da prostituta

> (que vendia seu corpo aos homens). Além do mais, tanto a velha (bruxa) quanto a prostituta eram símbolos da esterilidade e a personificação da sexualidade não procriativa. (Federici, 2017 p. 352)

No contexto das influenciadoras, entendemos que as mulheres acolhidas pela comunidade do agro são percebidas como “sexualizadas enquanto jovens, religiosas enquanto velhas”. Ainda como no período da caça às bruxas, a figura da mulher continua sendo vinculada a uma figura masculina, a primeira ao homem carnal e a segunda ao homem divino. Para além disso, compreendemos como a lógica de domesticação dos corpos se perpetua, uma vez que a mulher jovem continua sendo vista como fértil e um objeto de prazer, enquanto a mulher velha, para não ser encarada enquanto bruxa, é colocada em um lugar angelical, ela é casta, pura e quase assexuada.

Podemos dizer, dessa forma, que a mulher empoderada do agro é uma mulher que atende a padrões sociais, não só de beleza, mas de feminilidade. Não é o intuito deste trabalho problematizar a mulher que se sente confortável atendendo a esses padrões, mas questionar essa “mesmificação” dos corpos, que pode ser percebida também em outras facetas do agronegócio.

Ao pensarmos a produção em larga escala, muito praticada pelo agronegócio, existe a seleção daquilo que é mais produtivo e consegue ser domesticado para servir aos propósitos da produção. Essa lógica pode ser encontrada na produção de alimentos, que é o que conhecemos hoje como monocultura; na criação de animais, em que existem aqueles que são aceitos e dignos de cuidado e outros que podem ser simplesmente extintos ou torturados e podemos perceber através dessa e de outras investigações que essa lógica tem se estendido às pessoas.

O agro trabalha com o impulso de homogeneização, é a tentativa de padronizar o trabalho do campo, em um processo de mecanização e artificialização. Encontramos, no texto de Regina Bruno (2016) essa ideia empregada em seres humanos no qual ela expõe como essa estratégia afeta os produtores rurais. Ela separa os produtores em aqueles que se alinham às expectativas do agro e são financiados por essa indústria e aqueles que rejeitam essa forma de produção são considerados “improdutivos” e tornam-se marginalizados. Nesse processo de inclusão e exclusão, os que agora fazem parte do agronegócio, passam a pertencer a uma categoria, mas não estão usufruindo igualmente dos ganhos e lucros dessa indústria.

Dessa forma, compreendemos esse movimento de “mesmificação” como uma continuidade das violências praticadas durante o período colonial e de transição para o capitalismo, reproduzindo e reinterpretando os processos de dominação do corpo feminino, da

natureza e povos tradicionais. O agronegócio continua o trabalho de seleção e domesticação das plantas, animais e mulheres que serão úteis para a sua produção e reprodução

Ao pensarmos essa padronização estética, precisamos entender que ela já existe a algum tempo, mas desde o retorno das mulheres ao mercado de trabalho, houve um esforço para que esse padrão se tornasse cada vez mais inalcançável e que apenas mulheres que se adequassem a ele fossem aceitas para ocupar esses espaços. Nesse sentido, podemos recorrer ao trabalho de Naomi Wolf (2021), a autora explica que, por conta da escassez de mão de obra no pós-guerra e o maior desenvolvimento nos setores tecnológicos, as mulheres voltaram a ser aceitas em determinados setores da economia:

> O economista Marvin Harris descreveu as mulheres como mão de obra “dócil e instruída", logo “candidatas desejáveis aos empregos das áreas de informação e atendimento a clientes, criadas pelas modernas indústrias de serviços. (Wolf, 2021 p.47)

A autora entende que a beleza - e aqui acrescentamos também a característica dócil - como um fator determinante na contratação de mulheres. Antes essa situação acontecia apenas com um grupo específico de trabalhadoras - modelos, atrizes, bailarinas e acompanhantes - conhecidas por serem ocupações de grande visibilidade. Hoje, a maioria das vagas que são ocupadas por elas estão sendo categorizadas dessa forma, profissões que exigem que a aparência da mulher seja condizente com determinado padrão.

As influenciadoras digitais do agro se encontram em uma posição de grande visibilidade e se enquadram no setor profissional tanto de atendimento ao cliente como de informação. Quando elas compartilham suas idas a feiras do agronegócio, nas indústrias ou apresentam um novo produto no campo, podemos observar que normalmente estão inseridas em grupos masculinos e, na maioria das vezes, são a única presença feminina. Em nossa entrevista com o Agenciador, ele nos conta que esses espaços costumam ser hostis para elas:

> “Existe ainda o machismo... quando eu ia em feiras, em eventos, eu via os caras dando em cima das meninas, puxando pelo braço uma coisa bem bem... bem dinossauro e ridículo.. Mas eu vejo que isso contribui.. [a presença delas para combater o machismo].” (entrevista com o Agenciador - 31 de agosto de 2022)

Existe um padrão estético para as mulheres que trabalham como influenciadoras do agronegócio, porque elas precisam ser consideradas agradáveis para abordar os clientes, sem que estes se sintam desconfortáveis ou incomodados com a interrupção, ou belas de olhar na hora de “rolar o feed”. Além disso, elas foram ensinadas a incorporar essa ideia de que precisam ser belas para continuar recebendo uma validação de “boa mulher” e nesse caso, a validação vem de chefes e de um público, majoritariamente masculino. O que as coloca em

vulnerabilidade para situações de assédio.

Para continuar a pensar como a categoria mulher, enquanto coletividade, é percebida pelo público, trazemos aqui a transcrição de um reels (denominação para vídeos curtos compartilhados na plataforma Instagram) da influenciadora 7 - uma mulher jovem, universitária de agronomia, branca, magra, cabelos loiros, olhos azuis e gerente de uma empresa agrícola, cuja o nome é o mesmo sobrenome da influenciadora. De todas as 10, ela aparenta ser a mais nova.

Ao longo da investigação, fomos percebendo seu perfil mudar lentamente. No começo da pesquisa, ela tinha pouca relação com marcas, contava com 91,6 mil seguidores, já postava fotos mais sensuais que as outras influencers, mas não desenvolvia nenhum tipo de conteúdo específico ou nichado. Hoje, ela está com 175 mil seguidores e percebemos que começou a fazer mais trabalhos de marketing e também está trabalhando com vídeos - reels - de entretenimento.

Em um desses vídeos a influenciadora pergunta: “E ai bebe, sabe qual a diferença entre mulher e Massey Ferguson (empresa com destaque global em vendas de maquinário agrícola)? Nenhuma, só tem quem tem as manhas” e termina com seu jargão “falei mesmo, tchau obrigado”. A ideia do vídeo por si só já reproduz um discurso machista, mas os comentários mostram ainda mais a misoginia da forma com que os perfis masculinos que seguem essa influenciadora enxergam as mulheres.

Selecionamos dois comentários para exemplificar:

> “Os dois incomoda, mas agente precisa pra fazer os serviços!” [...]
>
> “Só da trabalho, mas não trabalha. Duas felicidades uma quando adquire e outra quando vende. Quando da problema ninguém sabe oq é, e ninguém resolve. Só gasta dinheiro e nunca da retorno, isso e uma bomba, cedo num trabalha nem marrado. Muié que comprar uma colheitadeira MF ela num se compara com essa marca nunca.” (comentários retirados do *reels* da influenciadora 7 - 20 de junho de 2023)

Os outros comentários seguem nesse mesmo sentido, tecendo críticas aos maquinários da Massey Ferguson e as mulheres. Destacamos aqui as principais expressões utilizadas: “só da incômodo”, “dor de cabeça” e “passar raiva e ódio”.

A partir dessa descrição podemos perceber que o processo de marginalização da mulher e a assimilação entre elas e “o mal” permanece. Segundo os autores do Malleus Maleficarum, as mulheres eram lindas de ser ver, mas sua aproximação era extremamente perigosa, pois era inevitável não se deixar levar pelos seus encantos ou mal-olhado e ao se aproximar demais, o homem correria riscos de morte ou impotência (FEDERICI, 2017). Com essa referência entendemos que quando dóceis, as mulheres são ótimas de se ter por perto,

mas se elas passam a se impor enquanto indivíduos com vontades e desejos próprios, deve ser colocado um limite.

Paradoxalmente essas classificações que as mulheres agora recebem vêm carregadas de novos significados, cria-se em torno delas uma imagem híbrida. Diante de uma suposta "essência feminina", em que ainda é visível o preconceito de serem consideradas perigosas, loucas, libidinosas e pecadoras, passaram também a serem sexualizadas, infantilizadas, e se tornam executivas, produtivas, puras, ligeiramente ingênuas, por vezes até assexuadas pelo trabalho bruto no campo e obedientes.

Ao mesmo tempo em que percebemos essas mulheres ocupando espaços, entendemos também que existe toda uma organização que orquestra e interpreta a presença delas. A indústria do agronegócio encontrou nas influenciadoras digitais uma forma de vender não só seus produtos, mas um estilo de vida e status. As mulheres empoderadas ganharam espaço central nesse cenário porque se colocam como empreendedoras, agradáveis e confiáveis, elas passam segurança. A "mulher empoderada", nesse sentido, não incomoda, como até mesmo agrada o público majoritariamente masculino do agronegócio, já que o padrão a qual elas foram submetidas e a lógica que elas seguem foi pré-estabelecido para agradá-los.

## CONCLUSÕES

A partir dessa exposição, compreendemos que essa lógica não permite que aconteça o empoderamento de qualquer mulher, existe um padrão específico, que compreende desde a estética, até o comportamento e reproduz violências do período de transição da idade média para o capitalismo. Dessa forma, entendemos também que a lógica da monocultura do agronegócio se estende para diversos âmbitos, inclusive na "mesmificação" de pessoas, como é o caso das influenciadoras.

Repete-se assim um padrão de dominação sobre as mulheres e a natureza, ambas são aceitas ou rejeitadas de acordo com a sua utilidade para a grande indústria do agronegócio, que está seguindo o fluxo da incorporação das mídias sociais em seus processos de venda para ampliar seus lucros. No passado, as mulheres eram queimadas por terem acesso a algum tipo de poder - seja de manipular o mundo natural ou político. Hoje, depois de passarem por um processo de domesticação, as mulheres empoderadas são objetos de desejo e admiráveis.

Para a sequência deste trabalho, pretendemos realizar entrevistas com as influenciadoras selecionadas para a nossa pesquisa e participar do CNMA (Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio) para nos aprofundarmos nos debates que elas estão

levantando e compreender como a participação delas no setor acontece fora das telas das redes sociais, em suas percepções e cotidianos. Pretendemos também nos aprofundar na ideia de criação de redes sociais em mídias digitais, para analisarmos melhor como as influenciadoras podem estar cooperando para uma reformulação da estética e discurso do agronegócio.

## REFERÊNCIAS


BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 142-160, abr. 2016.

FEDERICI, Silvia. A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres. In: FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. Cap. 2. p. 115-235. Tradução Coletivo Sycorax.

FEDERICI, Silvia. A grande caça às bruxas na Europa. In: FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. Cap. 4. p. 289-372. Tradução Coletivo Sycorax.

FERRAZ, CLÁUDIA PEREIRA; ALVES, A. P. Da etnografia virtual à etnografia online: deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital. 41o Encontro Anual ANPOCS 2017, p. 25, 2017.

GINZBURG, Carlo. 1939 - Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história / Carlo Ginzburg; tradução: Federico Carotti. – São Paulo Cia das Letras, 1989;

MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, n. ju/dez. 2013, p. 13-48, 2013Tradução . . Acesso em: 20 set. 2022.

MORAES, L. de C. G. . “EMPODERAMENTO”: fundamentos históricos e ideológicos e práxis política feminista. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 311–329, 2022. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/19591. Acesso em: 20 jul. 2022

POMPEIA, Caio. CONCERTAÇÃO E PODER O agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 35, n. 104, p. 01-17, jan. 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/3510410/2020.

WOLF, Naomi. O trabalho. In: WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021. Cap. 2. p. 39-91.

Encontro da Rede de Estudos Rurais 10°
"Terra, Fome e Poder: Desafios para o rural contemporâneo".
27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

# ESPACIALIDADE E MATERIALIDADE DA LUTA PELA TERRA: ESTUDO DE ACAMPAMENTOS DE SEM-TERRA

Yasmim Ramos Teixeira[1]
Luis Antonio Barone[2]

**GT 12:** O futuro dos estudos rurais: experiências de investigação dos novos pesquisadores

## RESUMO

Desde a década de 1980, a demanda dos sem-terra por reforma agrária tem sido feita junto ao Estado por meio de ocupações, áreas com montagem de acampamentos de barracas de lona preta e outros materiais. O acampamento, como um momento e um espaço de luta é dotado de elementos simbólicos que estabelecem funções para além das de habitat, mas estratégias de resistência. Esta investigação buscará assimilar as variações tipológicas desses espaços e sua dinâmica interna. Também discutirá suas especificidades políticas em diálogo com os agentes envolvidos e o entorno geográfico no qual se inserem. Portanto, além da revisão bibliográfica de obras pertinentes à pesquisa, foram propostos trabalhos de campo em acampamentos de sem-terra para o estudo da espacialidade e materialidade local. Assim, dentre os elementos sensíveis presentes nas ocupações, verifica-se o papel da arquitetura como agente ativo na luta pela terra, tal como instrumento de resistência e de transformação social.

Palavras-chave: reforma agrária, assentamentos de sem-terra, assentamentos rurais.

## INTRODUÇÃO

Historicamente, os acampamentos rurais de sem-terra constituem um momento crucial no processo de luta pela terra e reforma agrária. Segundo Sigaud et al. (2010), as etapas

[1] FCT-UNESP, yasmim.ramos@unesp.br
[2] FCT-UNESP, luis.barone@unesp.br

envolvidas no processo de desapropriação de terras são: 1) a ocupação da área pretendida, com estabelecimento do acampamento (com uma clara organização interna); 2) reconhecimento da área como "zona de conflito" e posterior avaliação da terra por técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); 3) pedidos de reintegração de posse por parte dos detentores da área e cumprimento da ordem de despejo; e 4) reocupação da área pretendida, ou de outra área nas imediações da área pretendida. A esse conjunto de aspectos modelares, os autores dão o nome de "forma acampamento" (SIGAUD, et al., 2010).

O presente trabalho é produto inicial de uma pesquisa de Iniciação Científica que busca, através do estudo arquitetônico e social, compreender o processo de luta pela terra, investigando o habitat rural e seus respectivos elementos, especialmente do ponto de vista da espacialidade e materialidade dos acampamentos de sem-terra. Dentre os objetivos específicos, apresenta-se: analisar as formas espaciais de diferentes acampamentos de sem-terra, tanto em relação à implantação no terreno quanto às técnicas construtivas; levantamento da organização e da dinâmica socioespacial no interior dos acampamentos; discutir a importância dos atributos espaciais da forma acampamento na luta pela terra; estudar a materialidade dos acampamentos de sem-terra como espaços de luta e habitat; estudar o ambiente interno e externo dos barracos de sem-terra, bem como suas funcionalidades como habitat; compreender a trama de tensões (FERRANTE, 2012) e os significados atribuídos aos espaços dos acampamentos pelos diferentes agentes envolvidos nessa luta.

Para atingir tais objetivos, uma série de técnicas foram utilizadas, entrecruzando metodologias qualitativas das Ciências Sociais e metodologias de avaliação tecnológica próprias da Arquitetura e Urbanismo. Levando em consideração os componentes geográficos, históricos e regionais que variam a cada ocupação sob determinado movimento, faz-se necessário um olhar aproximado para entender os valores simbólicos dessa temática. Portanto, além da revisão bibliográfica de obras pertinentes à pesquisa, tais como as que tratam da luta pela terra no Brasil, das políticas de assentamentos e reforma agrária dos últimos 40 anos, das distintas morfologias e dinâmicas dos acampamentos de sem-terra, como formas de luta, ocupação, habitat e organização desses sujeitos subalternos, houve uma tentativa em priorizar a realização de trabalhos de campo em acampamentos de sem-terra do estado de São Paulo, para o estudo e caracterização da espacialidade e materialidade destes *in loco*.

Na visita a campo foram coletados dados empíricos para análise, a partir de: registros fotográficos dos terrenos, dos acampamentos e dos barracos; entrevistas com os acampados; identificação e estudo dos materiais construtivos; e identificação das técnicas construtivas empregadas na edificação de um barraco. Ainda, utilizou-se: observação participante e coleta de depoimentos sobre a temática "viver no acampamento"; entrevistas semiestruturadas com lideranças dos acampamentos, a fim de compreender os distintos significados atribuídos ao

espaço pelos agentes nele inseridos. Por conseguinte, os resultados atribuídos a esses aspectos serão posteriormente apresentados.

## DESENVOLVIMENTO

### A forma no acampamento Mirian Farias (FNL)

Em 4 de dezembro de 2021, foi realizado um trabalho de campo no acampamento Mirian Farias, sob o movimento Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL). Deste modo, foi elaborado um itinerário prévio a fim de direcionar a coleta de dados mediante a visita. Esse esquema dividiu-se em duas áreas para possíveis observações, sendo elas a implantação e a materialidade. No primeiro momento, buscou-se compreender a localização do acampamento, assim como seu posicionamento no terreno, o acesso a água, esgoto e energia e sua organização interna, em termos de divisão de tarefas e áreas coletivas e de uso privado. No que diz respeito a materialidade, priorizou-se as informações de concepção dos espaços, materiais empregados e a lógica da montagem dos barracos.

O acampamento, cujo nome faz homenagem a uma líder do movimento pela reforma agrária nas terras do Pontal do Paranapanema, localiza-se na zona rural entre os municípios de Sandovalina e Teodoro Sampaio, próximo à Usina Taquaruçu à vertente do Rio Paranapanema. A ocupação reivindica terras da Fazenda São Domingos e o acampamento apresenta uma área de, aproximadamente, 10 hectares com cerca de 2000 barracos e 1.975 acampados.

Figura 1 – Localização do Acampamento Mirian Farias

Fonte: Base de dados do Google Earth, edição da autora (2022).

Entre os acampados, dividem-se os "moradores" e as pessoas que reivindicam a terra, mas não moram na ocupação. Em entrevista cedida por um militante da FNL e chefe do setor de segurança que nos guiou durante a visita, ele relata a questão sobre os participantes ativos e não ativos da luta, mas explica que o objetivo da ocupação é garantir a terra para todos:

> "Aquele ali nunca veio, chegou aí, apoiou aí e ficou aí. Está marcando o território dele. A briga da gente aqui, qual é? A pessoa pegar o terreno dela." (Militante da FNL, em entrevista cedida no dia 04/12/2021).

Este tema foi anteriormente abordado por Sigaud et al. (2010) que retrata os traços recorrentes nos acampamentos de sem-terra, entre eles, apresenta-se justamente a questão do pertencimento à ocupação:

> "O que os tornava membros do acampamento, independentemente de sua presença efetiva, era o fato de lá terem montado uma barraca. O pertencimento ao acampamento era ainda feito por representação, de modo que havia pessoas cujo lugar na ocupação era assegurado por um representante — um filho, um pai, um parente —, mas a participação estava sempre associada a uma barraca" (SIGAUD et al., 2010, p. 82).

Partindo da importância das barracas para o processo de conquista da terra, inclusive internamente, demonstrando o pertencimento e a participação do indivíduo na luta, será feita a análise desse elemento de destaque mediante os dados coletados em trabalho de campo. No que diz respeito a implantação, o acampamento formou-se sobre a vertente do Rio Paranapanema, nas margens da Rua José Correia de Araújo, o que permite a visualização da ocupação. Dentro do acampamento, observou-se os barracos dispostos em certa racionalidade orgânica se adequando a topografia do terreno e, assim, formando vias internas entre eles.

Figura 2 – Vista aérea e espaços de uso coletivo

Fonte: Base de dados do Google Earth e trabalho de campo, edição da autora (2022).

Para melhor entender a estrutura da organização socioespacial interna do acampamento, faz-se necessário a distinção das áreas de uso coletivo e privado. Na figura anterior, foram destacados alguns pontos para a compreensão da concepção desses espaços. Em "1" temos a entrada do acampamento, formada por uma guarita de segurança e uma placa contendo as regras da ocupação. A partir dela, temos uma espécie de "via principal" que a integra ao ponto "2", um barraco de uso coletivo que possui as funções de abrigar reuniões e receber as visitas do acampamento, o mesmo ocorre para o ponto "3". No momento em que ocorreu a visita a campo, essa área era utilizada para formação de militantes da Frente Nacional de Luta. Esse fato demonstrou na prática as ações dos diferentes setores de organização que compõem a estrutura do acampamento, como segurança, direção e alimentação. Em "4" localiza-se o barraco da cozinha comunitária, onde são preparadas as refeições que servirão eventos ou reuniões. Por fim, em "5" está o barraco da "igreja", lugar que recebe os cultos e celebrações de fé dos acampados.

Figura 3 – Barracos com variedade de materiais empregados

Fonte: Trabalho de campo (2021)

Figura 4 – Barraco de lona com horta

Fonte: Trabalho de campo (2021).

Figura 5 – Bandeira da FNL

Fonte: Trabalho de campo (2021).

Visto as áreas de uso coletivo, os barracos individuais apresentam uma vasta variedade de materiais utilizados e sua concepção interna varia de acordo com cada família ou uso, já que não são todos os que moram na ocupação. Foi possível perceber um forte uso da lona e, em alguns casos, de madeira para estruturas, no entanto, a maior parte dos barracos são compostos por retalhos de materiais que se encontravam disponíveis. Em entrevista, foi relatado que os barracos com os materiais mais resistentes e de maior qualidade pertencem aos membros menos ativos e que os acampados que moram efetivamente no acampamento se diferenciam por, em sua maioria, realizar o plantio de alimentos em torno de seu barraco.

> "Entrevistado: Os barracos que mais têm telhas são do pessoal que tem condição de comprar telhas, madeira boa
>
> Entrevistador: E seriam esses os mais permanentes também?
>
> Entrevistado: Não, esses são daqueles que vem mais no final de semana. Os que mais ficam mesmo, você pode prestar atenção que a maioria é lona
>
> Entrevistador: Quer dizer, esse barraco por exemplo, todo de madeira...
>
> Entrevistado: O cara só vem final de semana"

> (Orientador e militante da FNL, em entrevista cedida no dia 04/12/2021).

Por fim, assim como descrito por Sigaud et al., outro elemento presente na ocupação são as bandeiras de seu movimento, o que pode ser visto na figura 5, próxima à rodovia a fim de garantir maior visibilidade para a ocupação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Sigaud et al.:

> "Todos os acampamentos se assemelhavam na forma, independentemente do logotipo de suas bandeiras. Haviam sido constituídos com os mesmos materiais, situados em localizações semelhantes e organizados sob a forma de ruas. Em todos havia uma divisão do trabalho organizada por meio de comissões, que cuidavam da segurança, da saúde, da alimentação etc. Em todos dispunham-se lavouras logo após a ocupação. A recorrência dos elementos e arranjos observados é o que permite afirmar a existência de uma forma acampamento" (SIGAUD et al., 2010, p. 85).

Portanto, independentemente do movimento ao qual se reivindica terras, ou sua localização geográfica, o fato da espacialidade e materialidade serem elementos cruciais dentro da forma acampamento, promove à arquitetura e ao urbanismo, o papel fundamental de agentes ativos no processo de conquista da terra e na luta pela reforma agrária, sendo assim, potentes instrumentos de transformação social. Para além disso, compreender as concepções de espaço e de território, assim como as contradições e movimentos que conformaram a estrutura fundiária brasileira, é imprescindível para o entendimento de muitos problemas urbanos. Torna-se necessário, portanto, um olhar mais cuidadoso ao campo, lembrando que a luta por uma reforma agrária popular também representa a luta pela terra, por moradia, por trabalho e liberdade. Em outras palavras, assim como propagado nas falas do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra: "No fim do dia, a luta pela terra é a mãe de todas as lutas".

**REFERÊNCIAS**

Castells, A. N. A criatividade dos sem-terra na construção do habitat: um olhar etnográfico sobre a dimensão espacial do MST. Florianópolis: (outubro de 2001). Universidade Federal de Santa Catarina.

Loera, N. R. a espiral das ocupações de terra. Campinas, SP: Polis, Ceres: (2006)

Lygia Sigaud, M. E. Ocupações e acampamentos: Sociogenese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond. (2010)

Fernandes, B. M. Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da F. F. L.C.H da Universidade de São Paulo (1994)

REALIZAÇÃO:

REDE DE ESTUDOS RURAIS

APOIO:

CNPq CAPES FAPESP

UFSCar SOCIOLOGIA 15 anos UFSCar CCA